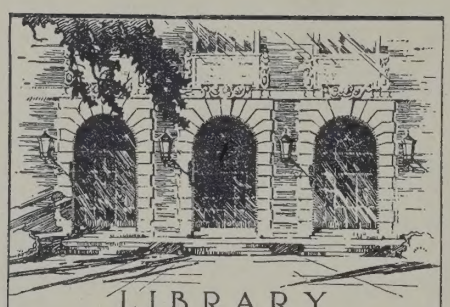


LIBRARY
OF THE
UNIVERSITY
OF ILLINOIS
330.5
OB
v. 25

INDICE N. 26 VOL. 26 JULHO A DEZEMBRO DE 1948

Lib. v.25 Lib. JAN.-JUNE 1948

O OBSERVADOR
ECONÔMICO E FINANCEIRO

REDAÇÃO:
AV. GRAÇA ARANHA, 182, 8.º andar
TELS. { Redação — 42-6995 / Gerência — 42-5519
FUNDADOR
VALENTIM F. BOUÇAS
CAIXA POSTAL, 3.114
End. Telegr. "OBSERVADOR"
RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

ALFABÉTICO E REMISSIVO

JULHO A DEZEMBRO DE 1948

Lib. JAN - JUNE 1948

A

	N.º	Pág.
ABACAXI		
Produção do —	144.º	110
ACORDOS		
Acôrdo monetário anglo-português	147.º	152
Política de —	146.º	4
AÇÚCAR		
Economia açucareira	147.º	65
Seiscentos mil sacos de — numa safra (Reportagem sôbre a Usina Central Barreiros)	147.º	122
AÇUDAGEM		
—	148.º	101
AGRICULTURA		
A produção agrícola em 1947	146.º	114
A produção agrícola nacional	147.º	140
O ano agrícola de 1947	145.º	87
Programa agrícola para 1948	147.º	23
Propriedades agrícolas em São Paulo	147.º	139
ALEMANHA		
A hulha da — e do Ruhr, João Jochmann	146.º	61
ALGODÃO		
Exportações de —	147.º	148
Fomento à produção algodoeira	145.º	109
O —	149.º	111
Política do —	147.º	4
ALIMENTAÇÃO		
A situação alimentar mundial	146.º	111
Estoques de gêneros alimentícios no país	146.º	113
AMENDOIM		
Exportação de —	144.º	5
AMÉRICA LATINA		
O plano Marshall e a —	149.º	108
Plano Marshall para a —	144.º	6
ARGENTINA		
A indústria argentina	145.º	110
Créditos oferecidos pela —	144.º	109
Movimento da Bôlsa de Buenos Aires	147.º	142
Preços médios de cereais na —	148.º	103
Renda nacional argentina	147.º	142
Restrições governamentais argentinas	148.º	100
ARROZ		
As exportações brasileiras de —	147.º	147
1950 — ano trágico para o —, José Ribeiro	145.º	74
Trigo e —	145.º	106
AUTARQUIAS		
Os orçamentos das —	145.º	108

B

	N.º	Pág.
BAHIA		
O cacau baiano	147.º	146
BALANÇA COMERCIAL		
— americana	147.º	143
BALANÇA DE PAGAMENTOS		
Contribuição ao conhecimento de nossa —, Fernando M. de Carvalho	146.º	67
BANCO CENTRAL		
O —	145.º	112

INDICE N. 26 VOL. 26 JULHO A DEZEMBRO DE 1948

O OBSERVADOR
ECONÔMICO E FINANCEIRO

REDAÇÃO:
AV. GRAÇA ARANHA, 182, 8.º andar
TELS. { Redação — 42-6995 / Gerência — 42-5519

FUNDADOR
VALENTIM F. BOUÇAS

CAIXA POSTAL, 3.114
End. Telegr. "OBSERVADOR"
RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

ALFABÉTICO E REMISSIVO

JULHO A DEZEMBRO DE 1948

A

	N.º	Pág.
ABACAXI		
Produção do —	144.º	110
ACORDOS		
Acôrdo monetário anglo-português	147.º	152
Política de —	146.º	4
AÇÚCAR		
Economia açucareira	147.º	65
Seiscentos mil sacos de — numa safra (Reportagem sôbre a Usina Central Barreiros)	147.º	122
AÇUDAGEM		
—	148.º	101
AGRICULTURA		
A produção agrícola em 1947	146.º	114
A produção agrícola nacional	147.º	140
O ano agrícola de 1947	145.º	87
Programa agrícola para 1948	147.º	23
Propriedades agrícolas em São Paulo	147.º	139
ALEMANHA		
A hulha da — e do Ruhr, João Jochmann	146.º	61
ALGODÃO		
Exportações de —	147.º	148
Fomento à produção algodoeira	145.º	109
O —	149.º	111
Política do —	147.º	4
ALIMENTAÇÃO		
A situação alimentar mundial	146.º	111
Estoques de gêneros alimentícios no país	146.º	113
AMENDOIM		
Exportação de —	144.º	5
AMÉRICA LATINA		
O plano Marshall e a —	149.º	108
Plano Marshall para a —	144.º	6
ARGENTINA		
A indústria argentina	145.º	110
Créditos oferecidos pela —	144.º	109
Movimento da Bôlsa de Buenos Aires	147.º	142
Preços médios de cereais na —	148.º	103
Renda nacional argentina	147.º	142
Restrições governamentais argentinas	148.º	100
ARROZ		
As exportações brasileiras de —	147.º	147
1950 — ano trágico para o —, José Ribeiro	145.º	74
Trigo e —	145.º	106
AUTARQUIAS		
Os orçamentos das —	145.º	108

B

BAHIA		
O cacau baiano	147.º	146
BALANÇA COMERCIAL		
— americana	147.º	143
BALANÇA DE PAGAMENTOS		
Contribuição ao conhecimento de nossa —, Fernando M. de Carvalho	146.º	67
BANCO CENTRAL		
O —	145.º	112

	N.º	Pág.
BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E FOMENTO		
—	148.º	34
BANCOS		
Banco Brasileiro de Desconto S. A.	148.º	104
Banco da Bahia S. A. — Relatório de 1947	148.º	93
Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A. — Relatório de 1947	147.º	125
Banco do Brasil S. A. — Relatório de 1947	147.º	84
Banco Fluminense de Produção (comentário)	146.º	106
O relatório do City Bank	145.º	112
Um banco interamericano	148.º	104
BASTOS, A. DE MIRANDA		
A guerra das tarifas aéreas	144.º	58
BERENHAUSER JÚNIOR, CARLOS		
Eletricidade em São Paulo	144.º	29
Planificação dos serviços de eletricidade	146.º	101
BLUMENAU		
—	148.º	109
BÔLSA DE BUENOS AIRES		
Movimento da —	147.º	142
BORRACHA		
Fundo nacional da —	149.º	5
BOUÇAS, VALENTIM		
O espírito das Américas	146.º	27
BRASIL		
A mamona no —	147.º	146
Círculo vicioso	145.º	5
Cultura da cevada no —	145.º	106
Indústria de laticínios no —	148.º	102
Não esqueçamos o —	149.º	3
O cooperativismo no —	148.º	99
Posição financeira do —	144.º	110
Produção de trigo no —	146.º	115

C

CACAU		
Compreensão	148.º	4
O — baiano	147º.	146
CAFE'		
—	144.º	110
Exportações de — em 1947	147.º	143
O —	149.º	5
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO		
Balanço de 1947 (Condensado)	145.º	99
CANADA'		
Controles de preços no —	144.º	109
CAPITAIS PRIVADOS		
—	147.º	5
CARVALHO, FERNANDO M. DE		
A dívida externa e a mensagem	147.º	—
Contribuição ao conhecimento de nossa balança de pagamentos	146.º	—
CARVÃO		
—	149.º	11
A hulha da Alemanha e do Ruhr, João Jochmann	146.º	—
Reservas de — na China	145.º	10
CATÃO, D. DUQUE		
O São Francisco	145.º	6
CAVALCANTI, VALDEMAR		
Livros e idéias	144.º	1
Livros e idéias	145.º	1
Livros e idéias	146.º	1
Livros e idéias	147.º	1
Livros e idéias	148.º	1
Livros e idéias	149.º	1
CEARA'		
Finanças municipais no —, J. Colombo de Souza	144.º	103
CÊRA DE CARNAÚBA		
Sucedâneo da —	147.º	147
CEVADA		
Cultura da — no Brasil	145.º	106
CHA'		
—	149.º	111
CHINA		
Produção chinesa de óleo de tungue	149.º	111
Reservas de carvão na —	145.º	106
CIDADE E CAMPO		
Medida pelo confôrto	149.º	53
CIMENTO		
A indústria básica do —, Omer Mont'Alegre	149.º	34
COLÔMBIA		
Empréstimo à —	147.º	152
COMBUSTÍVEIS		
Importação de —	144.º	3
COMÉRCIO EUROPEU		
Problemas do —, John Whitehouse	149.º	81
COMÉRCIO EXTERIOR		
—	148.º	4
Mês de janeiro de 1948	144.º	7
Mês de fevereiro de 1948	145.º	7
Mês de março de 1948	146.º	8
Mês de abril de 1948	147.º	7
Mês de maio de 1948	148.º	7
Mês de junho de 1948	149.º	8
Realidades	149.º	5

	N.º	Pág.
COMÉRCIO INTERESTADUAL		
— pelas vias interiores	148.º	101
COMÉRCIO INTERNACIONAL		
A juventude busca novos rumos para o —	147.º	51
COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO		
Relatório de 1947	148.º	86
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE S. A.		
Relatório de 1947	148.º	73
CONFERÊNCIA DE MANCHESTER		
—	148.º	100
CONGELADOS		
Os — dos súditos italianos	149.º	109
CONGRESSO		
A tarefa do —	148.º	3
CONJUNTURA		
Desorganização	147.º	4
Valorização que não é econômica	146.º	6
CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS		
Economia e finança das —, Aristóteles Moura	149.º	21
CONSUMO		
O — na planificação, Aristóteles Moura	148.º	20
CONTRÔLE TÉCNICO		
— pelo Congresso, Aristóteles Moura	144.º	23
COOPERAÇÃO BRASILEIRO-AMERICANA		
Necessidade de definição	146.º	4
COOPERATIVISMO		
A organização cooperativa da democracia, Carlos Lacerda	144.º	66
O caso da Rússia, Carlos Lacerda	145.º	50
O — no Brasil	148.º	99
CORTIÇA		
Sucedâneo nacional da —	147.º	147
CRÉDITO		
Créditos oferecidos pela Argentina	144.º	109
O — à produção e ao comércio	144.º	108
O — nos Estados Unidos	147.º	151
— rural e cooperativo no sul	148.º	104
Solução para o problema do —	149.º	115
CRÉDITO COOPERATIVO		
—, Valdiki Moura	149.º	27
CRISE ECONÔMICA		
A — inglêsa, Celso Furtado	144.º	51
CRÔNICA PARLAMENTAR		
A situação econômica e a mensagem	147.º	17
A tarefa do legislativo	146.º	17
Defesa do regime	148.º	17
Lições do orçamento	144.º	19
Técnicos — eis a questão	149.º	18
Vários projetos econômicos	145.º	17
CUSTO DE ALIMENTAÇÃO		
— em Sergipe	146.º	119
CUSTO DA CRIAÇÃO		
Quanto custa um homem?	148.º	47
CUSTO DA VIDA		
—	147.º	143
Congelamento do —	146.º	5
D		
DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
Os —	145.º	113
DE TODO O MUNDO		
Venda de excedentes de guerra — Siderurgia britânica — Tecidos de algodão nos EE. UU.	145.º	14
DIÉGUES JÚNIOR, MANUEL		
Despovoamento da área sertaneja	147.º	129
DISTRITO FEDERAL		
Movimento de negócios no —	148.º	111
DÍVIDA EXTERNA		
A — e a mensagem, Fernando M. de Carvalho	147.º	19
DÍVIDAS DA UNIÃO		
As —	147.º	142
E		
ELETRICIDADE		
— em São Paulo, Carlos Berenhauser Júnior	144.º	29
Planificação dos serviços de —, Carlos Berenhauser Júnior	146.º	101
ELETRIFICAÇÃO		
A — da Estrada de Ferro Sorocabana	149.º	83
A — rural, Apolonio Sales	145.º	26
ERVA-MATE		
A — já foi ingrediente de feitiçaria, Francisco Leite	145.º	101
ESPÍRITO DAS AMÉRICAS		
O —, Valentim Bouças	146.º	27
ESTADOS UNIDOS		
A lã no mercado americano	149.º	111
Balança comercial americana	147.º	143

	N.º	Pág.
Controles da exportação	144.º	108
Declínio das exportações norte-americanas	148.º	100
O crédito nos —	147.º	151
Plano de contrôle de Truman	144.º	109
Tecidos de algodão nos —, Joseph S. Rosapepe	145.º	16
ESTATUTO DO PETRÓLEO		
O —	145.º	4
ESTOQUES		
— de gêneros alimentícios no país	146.º	113
EXCEDENTES		
Aquisição de — pelo Estado	149.º	107
Venda de — de guerra, Jerry Korn	145.º	14
EXPORTAÇÕES		
As — brasileiras em janeiro último	148.º	99
As — brasileiras de arroz	147.º	147
Controles da exportação	144.º	108
Declínio das — norte-americanas	148.º	100
— de algodão	147.º	148
— de café em 1947	147.º	143
— gaúchas	144.º	109
O vulto das — em 1947	146.º	115
Os principais produtos de exportação	145.º	109
Valor das — inglêsas	144.º	109
F		
FALÊNCIA		
—	147.º	6
FINANÇAS		
Posição financeira do Brasil	144.º	110
FINANÇAS MUNICIPAIS		
— baianas	147.º	142
— no Ceará, J. Colombo de Souza	144.º	103
FINANÇAS PÚBLICAS		
A receita arrecadada no país	146.º	118
Arrecadação nacional no período 1940-46, Gerson Augusto da Silva	147.º	46
Arrecadação paulista	147.º	142
Dinheiro da União e dos Estados, Desiré Silva	148.º	40
Finanças do nordeste, Rafael Xavier	147.º	30
Recuperação financeira	146.º	118
FLORESTAS		
As — e a siderurgia, Pimentel Gomes	149.º	45
FRANÇA		
A siderurgia francesa	144.º	108
Mão de obra francesa	149.º	107
FUMO		
O — na Suécia	149.º	112
FURTADO, CELSO		
A crise econômica inglêsa	144.º	51
G		
GÁS DE ARATU		
O —	148.º	102
GOMES, PIMENTEL		
As florestas e a siderurgia	149.º	4
GRÃ-BRETANHA		
Acôrdo monetário anglo-português	147.º	15
A crise econômica inglêsa, Celso Furtado	144.º	5
Siderurgia britânica, Tom Williams	145.º	1
Valor das exportações inglêsas	144.º	10
GUSMÃO, ALBERTO A. CAVALCANTI DE		
Crise de habitação	148.º	8
H		
HABITAÇÃO		
Crise de —, Alberto A. Cavalcanti de Gusmão	148.º	8
HILÉIA, AMAZÔNICA		
—	149.º	4
HOMEM		
O — e a máquina, Clovis Ramalhete	149.º	65
I		
IAPI		
Soluções objetivas	144.º	111
IMPÔSTO DE RENDA		
A reforma do —	144.º	111
Arrecadação do —	146.º	118
INDÚSTRIA		
A — argentina	145.º	110
Empregados na —	145.º	110
História da — em São Paulo, Nelson Werneck Sodré (conclusão)	144.º	81
Parque industrial do Brasil, em 1940, Afranio C. Melo	147.º	33
INDÚSTRIA DO FUMO		
A maravilhosa história do cigarro	146.º	85
IPASE		
O — na história da previdência social	145.º	81
J		
JOCHMANN, JOÃO		
A hulha da Alemanha e do Ruhr	146.º	61
JUIZ DE FORA		
—	146.º	119
JUNIOR CHAMBER INTERNATIONAL		
A juventude busca novos rumos para o comércio internacional	147.º	51
K		
KORN, JERRY		
Venda de excedentes de guerra	145.º	14

N.º Pág.

L

LÃ

A — no mercado americano ..... 149.º — 111

LACERDA, CARLOS

A organização cooperativa da democracia .. 144.º — 66
O caso da Rússia ..... 145.º — 50

LARANJA

— ..... 149.º — 111

LATICÍNIOS

Indústria de — no Brasil ..... 148.º — 102

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

Relatório de 1947 ..... 149.º — 101

LEI AGRÁRIA

— ..... 144.º — 5

LEI BANCÁRIA

Pedido de urgência ..... 144.º — 4

LEITE, FRANCISCO

A erva-mate já foi ingrediente de feitiçaria .. 145.º — 101

LEWINSHON, RICHARD

Renda nacional ..... 148.º — 66

LICENÇA PRÉVIA

— ..... 147.º — 139
— e mercado interno ..... 146.º — 110

LIBRAS

Em tôrno de — ..... 145.º — 4

LIMA, ANTÔNIO

Pouso Alegre — um município do sul de Minas 148.º — 54

LIQUID CARBONIC INDUSTRIAS S. A.

Noticiário ..... 149.º — 97

LIVROS E IDÉIAS

O homem e o trabalho — A população do Brasil — História de uma estrada de ferro — Vida e pensamento da Inglaterra — O Brasil no estrangeiro — Notas avulsas — Revistas nacionais — Revistas estrangeiras (Valdemar Cavalcanti) ..... 144.º — 1

A mudança da capital federal — Pequena história do Brasil — Notas avulsas — Revistas nacionais — Revistas estrangeiras (Valdemar Cavalcanti) ..... 145.º — 11

O cooperativismo no Brasil — Aspectos da Grã-Bretanha industrial — Livros espanhóis — Notas avulsas — Livros norte-americanos — Revista das revistas — Edições canadenses (Valdemar Cavalcanti) .... 146.º — 13

No país do vinho do Pôrto — Publicações da Fundação Getúlio Vargas — Colonização nacional — Técnica orçamentária — Notas avulsas — Revista das revistas — Obras de Rui Barbosa — Problemas do livro — Livros inglêses (Valdemar Cavalcanti) ..... 147.º — 13

O problema do livro didático — Revista das revistas — Política objetiva — Notas avulsas — Livros franceses — O homem e a terra — A Inglaterra em foco (Valdemar Cavalcanti) ..... 148.º — 11

Economia e crédito — Panorama da vida inglêsa — Livros norte-americanos — Livros franceses — Aspectos da economia florestal — Notas avulsas — Revista das revistas — Correio da Inglaterra (Valdemar Cavalcanti) ..... 149.º — 13

LONDRINA

— ..... 146.º — 119

LUCROS

A limitação dos — ..... 149.º — 107

M

MACABU

— ..... 149.º — 75

MAMONA

A — no Brasil ..... 147.º — 146

MÃO DE OBRA

— francesa ..... 149.º — 107

MÁQUINA

O homem e a —, Clovis Ramalhete ..... 149.º — 65

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

Mecanização e fábricas ..... 146.º — 110

MELO, AFRANIO C.

Parque industrial do Brasil, em 1940 ..... 147.º — 33

MERCADO DE TRABALHO

— ..... 144.º — 35

MERCADO INTERNO

Licença prévia e — ..... 146.º — 110

METAIS

Escassez de — ..... 149.º — 111

MINAS GERAIS

Produção extrativa em — ..... 145.º — 106

MOEDAS DE OURO

— ..... 149.º — 115

MOGI-MIRIM

— ..... 148.º — 109

MONT'ALEGRE, OMER

A indústria básica do cimento ..... 149.º — 34
"Deixai fazer; deixai passar; deixai vender" 146.º — 51

MOURA, ARISTÓTELES

Contrôle técnico pelo Congresso ..... 144.º — 25
Economia e finança nas constituições estaduais 149.º — 21

	N.º	Pág.
Financiamento da planificação	145.º	19
Interpretação dos orçamentos estaduais	146.º	19
O consumo na planificação	148.º	20
MOURA, VALDIKI		
Crédito cooperativo	149.º	27
MUNICIPALISMO		
Reunião de prefeitos	145.º	6

N

NEGÓCIOS		
Movimento de — no Distrito Federal	148.º	111
NORDESTE		
Finanças do —, Rafael Xavier	147.º	30
NORTE		
— e sul	149.º	4

O

ÓLEO DE DENDÊ		
Produção brasileira de —	147.º	147
"O OBSERVADOR"		
— faz anos	145.º	35
ORÇAMENTO		
A execução orçamentária	149.º	108
ORÇAMENTOS ESTADUAIS		
Interpretação dos —, Aristóteles Moura	146.º	19
ORDEM PÚBLICA		
—	147.º	3

P

PAPEL MOEDA		
— em circulação	147.º	152
PESCADO		
Produção brasileira de —	148.º	102
PESQUISAS INDUSTRIAIS		
Progresso das —	148.º	27
PLANEJAMENTO		
Acôrdo e —	145.º	3
PLANIFICAÇÃO		
Financiamento da —, Aristóteles Moura	145.º	19
O consumo na —, Aristóteles Moura	148.º	20
PLANO MARSHALL		
O — e a América Latina	149.º	108
— para a América Latina	144.º	6
PLANO SALTE		
Execução do Salte	148.º	—
POLÍTICA EXTERIOR		
De Havana a Bogotá	146.º	—
PONTA GROSSA		
Estação experimental de —	148.º	11
PORTOS		
Aparelhamento portuário	145.º	—
A situação dos —	146.º	—
PORTUGAL		
Acôrdo monetário anglo-português	147.º	15
POUSO ALEGRE		
— um município do sul de Minas, Antônio Lima	148.º	5
POVOAMENTO		
Despovoamento da área sertaneja (Notas dispersas de história econômica), Manuel Diégues Júnior	147.º	12
PREÇOS		
A causa da elevação dos —	146.º	11
— altos	147.º	—
Controles de — no Canadá	144.º	10
— médios de cereais na Argentina	148.º	10
PRODUÇÃO EXTRATIVA		
— em Minas Gerais	145.º	10

R

RAMALHETE, CLOVIS		
O homem e a máquina	149.º	65
REFORMA BANCÁRIA		
A —	149.º	115
RELAÇÕES ANGLO-BRASILEIRAS		
"Deixai fazer; deixai passar; deixai vender", Omer Mont'Alegre	146.º	51
Os congelados brasileiros em Londres	146.º	118
RELATÓRIOS		
Banco da Bahia S. A. — 1947	148.º	93
Banco do Brasil S. A. — 1947	147.º	84
Companhia Paulista de Estradas de Ferro — 1947	148.º	86
Companhia Vale do Rio Doce S. A. — 1947	148.º	73
Serviços Hollerith S. A. — 1947	148.º	84
Legião Brasileira de Assistência — 1947	149.º	101
REMÉDIOS		
Breves informes sôbre —	144.º	63
RENDA NACIONAL		
—, Richard Lewinshon	148.º	66
— argentina	147.º	142

	N.º	Pág.
RENDA TRIBUTÁRIA		
— "per-capita"	147.º	142
REVOLUÇÃO MUNICIPAL		
Ameaçada a —	149.º	6
RIBEIRO, JOSE'		
1950 — ano trágico para o arroz	145.º	74
Tecidos "made in Brazil" presentes em 30 mercados	147.º	59
RIO GRANDE DO SUL		
Exportações gaúchas	144.º	109
ROSAPEPE, JOSEPH S.		
Tecidos de algodão nos EE. UU.	145.º	16
ROTARI INTERNACIONAL		
Três milhões e uma lição	149.º	72

S

SALLES, APOLÔNIO		
A eletrificação rural	145.º	26
SÃO FRANCISCO		
O —, D. Duque Catão	145.º	67
SÃO PAULO		
A arrecadação paulista	147.º	142
Eletricidade em —, Carlos Berenhauser Júnior	144.º	29
História da Indústria em —, Nelson Werneck Sodré (Conclusão)	144.º	81
Propriedades agrícolas em —	147.º	139
SENADOR ROBERTO SIMONSEN		
O Brasil perde um líder	149.º	63
SERGIPE		
Custo da alimentação em —	146.º	119
SERTÃO		
Despovoamento da área sertaneja (Notas dispersas de história econômica), Manuel Diégues Júnior	147.º	129
SERVIÇO PÚBLICO		
Economia no —	146.º	3
SERVIÇOS HOLLERITH S. A.		
Relatório de 1947	148.º	84
SIDERURGIA		
A — francesa	144.º	108
A — nacional	144.º	110
As florestas e a —, Pimentel Gomes	149.º	45
— britânica, Tom Williams	145.º	15
SILVA, DESIRE'		
Dinheiro da União e dos Estados	148.º	40
SILVA, GERSON AUGUSTO DA		
Arrecadação nacional no período 1940-46	147.º	46
SODRE', NELSON WERNECK		
História da Indústria em São Paulo (Conclusão)	144.º	81
SOUZA, J. COLOMBO		
Finanças Municipais do Ceará	144.º	103
SUÉCIA		
O fumo na —	149.º	112
SUÍÇA		
O mercado suíço	147.º	148
SUL		
Crédito rural e cooperativo no —	148.º	104
Norte e —	149.º	4

T

TARIFAS AÉREAS		
A guerra das —, A. de Miranda Bastos	144.º	58
TECIDOS		
— de algodão nos EE. UU., Joseph S. Rosapepe	145.º	16
— "made in Brazil" presentes em 30 mercados, José Ribeiro	147.º	59
TRABALHO DE MENORES		
Os jovens na economia nacional	146.º	71
TRANSPORTE		
Rodovia versus ferrovia	148.º	4
TRIGO		
— e arroz	145.º	106
Produção de — no Brasil	146.º	115
Sabotagem no plantio de —	148.º	4
TUNGUE		
Produção chinesa de óleo de —	149.º	111

U

UNIÃO DA VITÓRIA		
—	148.º	109

V

VIA ANHANGUERA		
A —	149.º	91
VOLTA REDONDA		
A usina de —	149.º	107

W

WILLIAMS, TOM		
Siderurgia britânica	145.º	15

X

XAVIER, RAFAEL		
Finanças do nordeste	147.º	30

O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO

THE LIBRARY OF THE
APR 9 1948
UNIVERSITY OF ILLINOIS

AUTOMOBILISTAS!

Aqui está um óleo de "AÇÃO DUPLA"

que LIMPA e LUBRIFICA!

Chegou o Atlantic Motor Oil de após-guerra! Um óleo de "Ação Dupla" que "Limpa e Lubrifica"! Êste novo óleo não só lubrifica completa e perfeitamente tôdas as partes do motor, como também dissolve as perigosas impurezas carbonosas originadas pela combustão e evita que êstes resíduos se depositem, o que permite a sua eliminação durante as trocas de óleo.

Veja a "Prova do Óleo Sujo" **— Na troca de óleo, não se admire ao ver um óleo mais escuro, mais sujo do que quando usou outro qualquer. O Atlantic Motor Oil de após-guerra remove os resíduos dos pistões, das ranhuras dos anéis, e de outras partes do motor, lavando os condutos de óleo e os mancais. Todos os resíduos indesejáveis e as impurezas carbonosas são drenadas conjuntamente com o óleo. O óleo fica mais escuro e mais sujo, porque *limpa* o seu motor!**

Insista no ATLANTIC MOTOR OIL de após-guerra porque:

1 — Lubrifica completa e perfeitamente tôdas as partes do motor devido à sua película lubrificante altamente aderente e de excepcional resistência.

2 — Limpa o motor com a sua ação dissolvente, neutraliza os ácidos oriundos da combustão, e protege as partes metálicas contra a corrosão.

3 — Produzido de crus selecionados de alta qualidade, oferece excepcional resistência à diluição sob temperaturas elevadas.

4 — Mantém livres os anéis de segmento, e isenta de entupimento os canais do sistema de circulação do lubrificante.

Tudo isso conjuntamente proporcionará menos consertos, menor consumo de óleo, maior fôrça, maior rendimento de gasolina e maior suavidade de marcha.

ATLANTIC MOTOR OIL

GAZOLINA LUBRIFICAÇÃO

PELO PREÇO DE

UM CAFEZINHO

Por somente 30 centavos

DO CENTRO DA CIDADE
À ZONA SUL

Apesar do sempre crescente aumento do custo de operações, o serviço de transporte coletivo no Rio continúa sendo o mais barato do mundo

O "Ponde"

o amigo fiel do Carioca!

Janeiro
1948

NESTE NÚMERO:

Comércio Exterior 7

Livros e Idéias 11
(Valdemar Cavalcanti)

Electricity in São Paulo 14

Crônica Parlamentar 19

Contrôle Técnico pelo Congresso 23
(Aristóteles Moura)

Eletricidade em São Paulo 29
(Carlos Berenhauser Júnior)

Mercado de Trabalho 34

A Crise Econômica Inglesa 51
(Celso Furtado)

A Guerra de Tarifas Aéreas 58
(A de Miranda Bastos)

Breves Informes Sôbre Remédios 63

A Organização Cooperativa da Democracia 66
(Carlos Lacerda)

História da Indústria em São Paulo 81
(Nelson Werneck Sodré)

Finanças Municipais do Ceará 103
(J. Colombo de Souza)

Soluções Objetivas 107

NOTAS EDITORIAIS

Importação de Combustíveis 3

Pedido de Urgência 4

Exportação de Amendoim 5

Lei Agrária 5

Plano Marshall para a América Latina 6

SECÇÕES

Observações Econômicas 108

Produtos e Mercados 110

Observações Financeiras 111

Capa de Ary Fagundes

EXPEDIENTE

Propriedade da

SOC. EDITORA "O OBSERVADOR", LTDA.

COLABORAÇÃO PERMANENTE DE: Arthur Ramos, Arí F. Torres, Caio Prado Júnior, Dante Costa, Garibaldi Dantas, Humberto Dantas, José Maria Belo, Moacir Soares Pereira, Nelson Coutinho, Oscar Tenório, Paulo Frederico de Magalhães, Pedro Calmon, Raul Lima, Roberto Lyra, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Teófilo de Andrade, Líbero de Miranda, Renato Mendonça, Carlos Lacerda e Prof. Leonidas Rezende.

Correspondentes especiais em

Londres, New York e Buenos Aires

Os originais enviados à redação não serão devolvidos mesmo quando não publicados.

Publicação mensal

Redação: Av. Graça Aranha, 182 — 3.º andar
Caixa Postal, 3.114 — Telg. Observador

Tels. { Redação -- 42-6995
Gerência . 42-5519

SUCURSAIS

SÃO PAULO — Diretor: Heitor Ferreira Lima — Ed. Saldanha Marinho — Rua Líbero Badaró, 39 — 3.º and. — Tel. 3-6060 — S. Paulo.

MINAS GERAIS, GOIAZ e MATO GROSSO — Diretor: Dr. Moacir Assis de Andrade — Ed. Guimarães. Av. Afonso Pena, 952-3.º andar — Tel. 2-5046 — B. Horizonte.

RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA — Diretor: H. J. Bacelar — Rua dos Andradas — Ed. Sloper, 5.º andar — Tel. 4780 — C. Postal 571 — Pôrto Alegre.

◆

AGÊNCIAS NOS ESTADOS

CEARÁ — José Edesio de Albuquerque — Rua Guilherme Rocha, 182 — Fortaleza.

BAHIA — Abrahão Bouças — Av. 7 de Setembro, 61 — 1.º — Salvador.

S. PAULO — M. Pontes & Cia. — Rua 15 de Novembro, 69 — Santos.

PARANÁ — Arnaud F. Veloso — Rua Barão do Serro Azul, 445 — Curitiba.

SANTA CATARINA — Carl Whale — Rua 15 de Novembro, 992 — Blumenau.

RIO GRANDE DO SUL — Pelotas — Distribuidora Sul Riograndense — Rua 7 de Setembro, 312. Paulo Pargentdler — Praça Marechal Floriano, 447 — Passo Fundo.

DISTRIBUIDOR PARA O RIO

Paschoal Tramontano.

Representante em Buenos Aires

Prensa Americana — Vitória, 1222.

Fotografias de Mozar Alves da Silva

Número avulso ..... Cr$ 10,00
Mês anterior ..... Cr$ 15,00

Números atrazados — Preços variáveis
Índice semestral — Cr$ 15,00

ASSINATURAS

INTERIOR

1 ano	**Cr$ 100,00**
2 anos	**180,00**
3 anos	**260,00**

EXTERIOR

1 ano	**Cr$ 200,00**
Índices Semestrais, cada .	**15,00**

As opiniões expendidas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Todos os artigos publicados são inéditos e escritos especialmente para esta Revista.

IMPRESSO NA EMPRESA GRAFICA "O CRUZEIRO" S. A. — LIVRAMENTO, 191 — RIO

332.5
F5
v. 25

O OBSERVADOR
ECONÔMICO E FINANCEIRO

REDAÇÃO:
AVENIDA GRAÇA ARANHA, 182 - 3.º andar
RIO DE JANEIRO

FUNDADOR
VALENTIM F. BOUÇAS

CAIXA POSTAL 3.114
Tels. — Ger. 42-5519 — Red. 42-6995
End. Telegr. "OBSERVADOR"

N.º 144 — NOTAS EDITORIAIS — ANO XII

Importação de Combustíveis

OS últimos dados sôbre o consumo nacional de combustíveis no ano passado mostram um espantoso crescimento. Adquirindo gasolina, óleos combustíveis e querosene, indispensáveis aos transportes e à indústria, despendemos quantia superior a um bilião e trezentos milhões de cruzeiros, num total que representa cêrca de 6% do cômputo geral de nossas compras ao estrangeiro. Ainda assim, o ano findou em meio a séria crise de combustíveis, que continua e que é responsável pela diminuição da produção pois as indústrias vêm trabalhando em regime de racionamento, com suas requisições de óleo reduzidas em quarenta por cento.

Se, por um lado, o aumento no consumo de combustíveis líquidos é motivo de júbilo pelo progresso que atesta, por outro nos vemos em face de uma questão gravíssima pelas circunstâncias que o cercam.

Todo o combustível líquido consumido no Brasil é importado. Em 1913 importamos pouco mais de nove mil toneladas de óleos combustíveis (Fuel e Diesel), ao custo de Cr$ 643.000,00. No ano passado, de janeiro a outubro (últimos dados concretos conhecidos) havíamos importado 1.115.226 toneladas que nos custaram Cr$ 378.858.000,00. De gasolina importamos em 1913 apenas 28.972 toneladas a um custo de Cr$ 7.724.000,00, enquanto nos mesmos dez meses do ano passado, depois da redução ocasionada pela guerra e em seguimento à ascensão começada em 45, compramos 764.022 toneladas que nos custaram Cr$ 535.786.000,00. Como essas importações são feitas de companhias americanas, que nos mandam produto de Aruba e Curação a ser pago em dólares, concluímos que o petróleo é um dos maiores responsáveis pelo escoamento de nossas divisas, escoamento que cresce na razão direta de um consumo que desejamos cada vez maior!

Ao lado do trigo, os produtos petrolíferos são os maiores absorventes dos dólares que conseguimos a duras penas, exportando tudo quanto podemos. O fato, porém, de gastarmos quase todo o produto da balança comercial em bens de consumo, como o trigo e o petróleo, embora êste último desenvolva uma função auxiliar da produção, resulta na diluição do nosso esfôrço, uma vez que muito pouco resta para a aquisição de bens de produção que são justamente o objeto de nossa maior necessidade.

Só estas circunstâncias bastariam para nos levar à procura urgente de uma solução por meio do aproveitamento das reservas nacionais. Existem outras, entretanto, cujo conhecimento reafirma a convicção do imperativo dêste aproveitamento. Na realidade, ou o Brasil decide logo industrializar os lençóis petrolíferos já encontrados e intensificar as pesquisas como base do seu progresso ou em muito breve nos veremos nas mais tristes condições.

Em verdade, a principal circunstância a impor o urgente aproveitamento do nosso petróleo está na situação de dependência em que vive o país quanto aos combustíveis líquidos. Dependemos do óleo estrangeiro para viver, gastamos nêle boa parte do que produzimos, vivemos em constante sobressalto sofrendo as consequências das menores comoções internacionais, crescem as ameaças de falta total enquanto diminuem as entregas em tempos normais, e não encontramos elementos para pesquisar os imensos tratos de sub-solo de favoráveis aspectos geológicos.

Diretor Responsável
OYAMA P. TEIXEIRA

★

Gerente
R. C. DE MEDEIROS

★

Redator Responsável
E. SIMAS PEREIRA

Chega a parecer incompreensível que não nos dediquemos, com tôdas as fôrças, a uma pronta solução do problema petrolífero nacional.

Apesar de ser o petróleo o sangue da moderna máquina econômica, o Brasil, que dêle precisa como elemento essencial a seu progresso e que possui apreciáveis reservas, cruza os braços ou se perde em delongas como se não desejasse crescer ou quisesse ver agravada sua questão social.

Para qualquer lado que nos voltemos no estudo do problema deparamos aspectos gritantes. Vemos, por exemplo, que enquanto gastamos mais de um bilião e trezentos milhões de cruzeiros na importação de combustíveis líquidos, despendemos apenas, em nove anos de atividades do Conselho Nacional de Petróleo, que por isso mesmo pesquisou área reduzidíssima, menos de quatrocentos milhões, e que a verba do ano a êle destinada, tida como muito superior às anteriores, chega a 161 e meio milhões!... E que, segundo estudo recentemente publicado, se atingirmos o nível de automóveis que a Argentina possui, guardadas as proporções entre à nossa população e a da república vizinha, muito, muito mais de dois biliões de cruzeiros teremos de despender, anualmente, para adquirir o combustível; e se a nossa indústria progredir no ritmo atual — fato que parece improvável pelo corte que já sofre no combustível — então nem três biliões chegarão.

A sangria que representa para a economia brasileira a aquisição do combustível líquido, além das outras circunstâncias nocivas já citadas, deve estar sempre presente no espírito dos nossos governantes, animando-os a solucionar, antes de mais nada, o problema petrolífero. Não podemos mais estár gastando dólares para comprar gasolina e óleo que temos mas não aproveitamos, enquanto os dólares nos fazem falta tremenda para outras coisas e o combustível que compramos não chega para as necessidades.

Nota recente divulgada no Boletim do Escritório Brasileiro em Nova York acentua que as restrições observadas no Brasil são devidas a vários fatôres, entre os quais a escassez mundial, o umento do consumo brasileiro, o consumo livre de restrições, os depósitos deficientes, o problema dos navios-tanques, que está assumindo aspectos internacionais, e, finalmente, o plano inadequado para o desenvolvimento das fontes de petróleo nacional.

Êste último fator parece ser, no momento, aquêle que mais impressiona os americanos. Os demais não são, também, impressionantes? Podemos fiar-nos na sua solução para progredir? Claro que não. Cabe a nós, nós que seremos os principais beneficiados, promover o desenvolvimento adequado. E que temos para isto?

Na verdade, muito pouco, além de relacionar limitações.

Não será, todavia, com limitações que progrediremos. Muito pelo contrário, avançaremos com estímulos. Adotemo-los, pois, na questão do petróleo, tanto mais porque tudo está na depen-

Pedido de Urgência

NA Comissão de Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, continua o ante-projeto de lei bancária a merecer detida atenção, sendo objeto de debates que servem para documentar não apenas o interêsse despertado pelo assunto, mas ainda a importância de que o mesmo se reveste para a vida nacional. Vários parlamentares se têm destacado neste particular e, sem nenhum desmerecimnto para os demais, citamos aqui os nomes dos Srs. Herbert Levy, Daniel Faraco, Milton Prates, Aldo Sampaio, que parece fizeram estudos especiais a fim de procederem a um exame mais vertical da questão.

O que importa, no projeto em aprêço, não é apenas o fato de que, uma vez aprovado, ocorra a criação de um banco central, de alguns bancos de crédito especializado e na fixação de providências que passarão a reger a política bancária do Brasil. Tudo isto, pode-se dizer, são medidas de puro caráter aministrativo, e que, no fundo, representa a estruturação de um sistema, a disciplinação de uma fôrça econômica. O fato da existência do sistema, ordenado conforme o exige a situação nacional e segundo a experiência colhida em países de mais longa tradição bancária, será, porém, fator determinante de profundas modificações na economia nacional.

Servem estas considerações para definir a importância do assunto em foco. Determinadas proposições levadas ao Legislativo — e dentre elas está o ante-projeto de lei bancária — pela sua fôrça e pelas suas consequências, devem ser objeto de severa crítica. Mas, não obstante reconhecermos tôda a importância que o assunto encerra, achamos oportuno solicitar aos legisladores um pouco de urgência para a lei bancária. Reconhecemos que a demora verificada não é resultante de descaso e, tanto não é que, desde sua chegada ao Palácio Tiradentes, o ante-projeto tem estado em foco.

A urgência que democraticamente solicitamos para o projeto de lei bancária decorre precisamente da situação de instabilidade em que se encontra o importante setor da vida brasileira que irá viver sob os limites dessa lei. Muita e constante atenção tem o govêrno, através do Ministério da Fazenda, da Superintendência da Moedae e do Crédito e do Banco do Brasil, dispensado ao sistema bancário, enfraquecido pela própria transição que vivemos, da inflação para a deflação. Mas todos os remédios que podem ser aplicados pelo govêrno através de qualquer um daqueles órgãos, é de efeito momentâneo, de vez que seria antipática e contraproducente, até, uma intervenção ostensiva, que iria se refletir pesadamente no comércio e na indústria.

O projeto de lei bancárias não traz no seu bôjo um remédio para a instabilidade que frequentemente desabrocha numa maior inquietação; o que comporta a lei de fôrça decisiva, é o Banco Central, órgão de cujos poderes e de cuja elasticidade de ação é possível esperar não apenas a correção da crise, mas o restabelecimento e a manutenção do equilíbrio perdido e que se faz tão necessário para o fortalecimento da economia nacional.

Por outro lado a existência do Banco Central se torna desejada também como um complemento dos nossos meios de contacto e decisão na política econômica internacional, sobretudo agora quando mais decisiva se vai tornar a atução do Fundo Monetário e do Banco Mundial.

Há muitos argumentos, e poderosos, que justificam o nosso pedido de urgência. E' verdade que êle não tem a valia dos pedidos feitos segundo a fórmula do Regimento da Câmara; mas traduz uma necessidade, um reclamo nacional e êste é sem dúvida o mais forte dos Regimentos.

Exportação de Amendoim

VERIFICARAM-SE recentemente algumas dificuldades no processo normal de exportação do óleo de amendoim, ao tempo em que avultam as considerações em tôrno da importância e influências do seu cultivo na economia nacional.

De tal modo se acentuaram êstes fatos que os interessados de diversas ordens, desde os técnicos até os negociantes, se dirigiram ao poder público empenhando-se por que seja encontrada uma solução capaz de dar ao amendoim o clima preciso para que se robusteça cada vez mais como fonte econômica sem prejuízo de outras. E embora não esteja na capacidade governamental variar fenômenos mateorológicos ou de grande profundeza econômica que são sempre os orientadores de inclinações agrícolas, acham muitos que só ela pode ordenar uma situação que dizem ser calamitosa.

Inicialmente parece-nos que o que há a considerar é o fato de representar o amendoim uma nova fonte econômica de real valor. Cultura relativamente fácil, originando indústria rendosa e exportação de crescente aceitação, o amendoim conquistou rapidamente o interêsse de agricultores, industriais e exportadores. Se isto significou o abandono parcial de antigas culturas, como a do algodão, vindo o fato a constituir prejuízo para a economia nacional, o que há a fazer é procurar as causas verdadeiras que levaram agricultores, industriais e exportadores a adotarem tal atitude. E nunca condenar, "a priori", uma nova fonte de trabalho e de renda para o país, de ambos tão carente.

O OBSERVADOR tratou, em número passado, desta questão que parecia se encaminhar para uma luta entre adeptos do amendoim e do algodão ou para a criação de um dilema que o poder público só solucionaria exterminando uma das duas culturas. O desenrolar dos acontecimentos, entretanto, prova que o assunto não se enquadra em nenhuma das duas hipóteses. O interêsse real do Brasil está na preservação, naturalmente, e estímulo da cultura do algodão, sabido que êste produto representa um dos mais sérios fatôres da nossa exportação. Mas não vai ao ponto de determinar a morte de um novo fator, logo revelado como importante.

Assim como através várias gerações influências negativas levaram o café a perder seu antigo prestígio, sôbre o algodão estão atuando condições semelhantes. Cabe então ao poder público verificar a existência de tais condições e tratar de conjurá-las ao invés de procurar sustentar artificialmente um produto. Sabe-se que o algodão vem, há anos, sofrendo a influência de fenômenos climatéricos desfavoráveis, que o mercado externo se perturbou seriamente e que a organização interna não se recomenda. Se há, portanto, de intervir mais uma vez o govêrno em favor do algodão, muito mais lucrativo será que o proteja nos fundamentos, que o sustente fortalecendo as bases do cultivo, da industrialização e da exportação. E não lhe assegure o andar trôpego num caminho sem impecilhos à custa do sacrifício de outros produtos, fato, aliás, que não desejam os homens do algodão.

O problema se nos afigura, por conseguinte, mais profundo que pode parecer à primeira vista. Não seria crível que o amendoim, apesar de suas variadas aplicações, liquidasse o algodão brasileiro pela fôrça única de suas possibilidades. Todos sabem as difíceis circunstâncias que atribulam a vida algodoeira. Só pesando-as e medindo-as, como pesando e medindo as influências reais o amendoim, pode o poder público tomar medidas acertadas. Qualquer providência tomada de oitiva causará prejuízos ainda maiores do que os que por acaso ora se estão verificando.

dência exclusiva de nossa compreensão, de nossa capacidade de defender sabiamente a soberania nacional, de nossa inteligência no jôgo dos interêsses.

Avancemos com o passo decisivo, hoje, pois ainda que pareça condenável a marcha do futuro há de aplaudi-lo.

LEI AGRÁRIA

◆ *Há quase* um ano, ao dirigir-se ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária, o Presidente da República acentuava, em sua mensagem, o propósito do govêrno de assumir a iniciativa para o estabelecimento de uma lei agrária, dando assim cumprimento aos preceitos dos artigos 147 e 156 da Constituição Federal. Agora, no mês de janeiro, chegou à Câmara dos Deputados o anunciado anteprojeto de lei agrária, que foi elaborado pelo Sr. Afrânio de Carvalho, do gabinete do Ministro da Agricultura. E' um longo documento, maduramente pensado e estruturado por quem, de certo, é senhor de largos conhecimentos não apenas de legislações similares, mas sobretudo das condições da vida agrária no Brasil.

Não há, entre nós, o problema de uma reforma agrária; tudo está praticamente por ser feito, no sentido de criar um estatuto para o trabalho rural, onde a terra e o homem sejam compreendidos na sua devida grandeza. Antes de ser a reforma, é por conseguinte a lei inicial e, ainda assim, não encerra qualquer sentido revolucionário, nem encarna o espírito de lutas e conflitos de que se reveste a instituição em outros países. Não temos em nossa história o registro de lutas sangrentas pela terra, nem tão pouco encontra o ódio alimento nas relações camponesas de patrões e trabalhadores. Cuidando de dotar o Brasil de uma lei agrária, estamos por conseguinte diante do material com que é possível construir a base sólida de tôda a nossa economia, que partindo da terra, nas suas manifestações mais simples, deve atingir as composições mais complexas dos parques industriais que já possuímos.

O espírito do ante-projeto enviado à Câmara dos Deputados é, sobretudo, o de facilitar o acesso do homem à terra; num país de grande extensão e de fraca densidade domagráfica, como é o caso do Brasil, onde a produção agrícola e todos os demais tipos de trabalho rural se praticam ainda segundo as fórmulas mais empíricas e menos econômicas; onde o homem que habita a zona rural praticamente não recebe nem tem conhecimento dos serviços que o Estado lhe deve, em nosso país, onde podemos observar a ôlho nu todos êstes fatôres, a lei agrária deve se orientar nos rumos de uma maior expressão humana, interpretando os efetivos sentimentos do homem para com o pedaço de chão onde êle nasceu ou onde pretenda se fixar para aí construir a razão de ser da sua vida.

Deve a lei agrária brasileira implicar numa larga política de aproveitamento do solo, mormente das terras

públicas e das que sejam beneficiadas com grandes obras de recuperação e valorização. Mas deve também atender aos cuidados necessários para que a terra fértil de hoje não se transforme no deserto de amanhã; cuidemos da preservação da riqueza do solo fazendo com que o camponês se compenetre de que tanto quanto êle, também a terra precisa de alimento. Devemos, por meio da lei agrária, levar a máquina para o trabalho rural, mostrando que ela é um instrumento de cooperação pôsto a serviço do homem, fruto da inteligência e da experiência de outros homens.

Em compensação devemos prestigiar o trabalho do homem do campo, fazendo por onde êle sinta o valor econômico dos frutos que colha do amanho do solo é justamente a cortina de desprestígio, de desvalia com que se cerca a produção agropastoril nas suas fontes, que desestimula e aniquila mesmo os mais fortes, a ponto de transferirem todo o seu amor à terra para um individualismo utilitarista.

O longo documento — onze capítulos e cento e quarenta e seis artigos — abrange aspectos os mais variados do problema e desejamos, numa próxima edição, examinar com mais pausa os seus pontos fundamentais, estudando inclusive possíveis reações e consequências. Por enquanto limitamo-nos a registrar o fato, fazendo especial menção à importância do homem, não apenas como um ser de função e ação econômica, mas de ação e função social, na vida rural tanto quanto nas áreas urbanas.

PLANO MARSHALL PARA A AMÉRICA LATINA

◆ *Depois* de adotar um ponto de vista que recusava o fornecimento direto de auxílio à América Latina dentro do Plano Marshall, o Presidente Truman e o autor do plano decidiram atender os reclamos dessa parte do continente e solicitaram do seu congresso oito biliões de dólares para serem gastos aqui e no Canadá. Isto representa uma providência política de funda repercussão, sabido que os Estados Unidos não desejavam, a princípio, tratar a questão econômica com os latino-americanos antes da conferência marcada em Quitandinha. Ao mesmo tempo, cria para as nações continentais a necessidade de relacionar as exigências econômico-sociais que provocaram suas queixas e cujo reconhecimento levou os Estados Unidos a incluírem a América Latina na primeira linha do auxílio.

E' o Brasil o maior país continental. Suas imensas reservas naturais, sua posição geográfica, o seu ritmo de progresso, a possibilidade de aproveitamento imediato do seu petróleo e do seu minério de ferro e a sua tradicional política de amizade com os Estados Unidos são circunstâncias que se reunem para favorecer o investimento aqui de boa parte da quantia destinada à América Latina. Já se sabe que dos oito biliões, quatro irão para o Canadá, exprimindo a extraordinária capacidade produtiva da nação do norte, enquanto a outra metade se dividirá entre as demais nações. De tudo se conclui que teremos — nós que tudo precisamos — a medida exata de nossa capacidade de obtenção.

Como preliminar, e em consequência da visita do Sr. John Snyder, que foi verdadeiramente um abrir caminho seguido de outros entendimentos entre os quais os realizados nos States pelo Sr. Souza Costa, esperamos técnicos americanos que devem se entender com os representantes nacionais. Tais conversações se realizarão no momento exato em que os partidos políticos se congregam visando resultados positivos, e encontram o govêrno animado do propósito de adotar tôdas as medidas possíveis no sentido de estimular a produção nacional e melhorar o nível de vida do povo brasileiro.

Sabe-se que o acôrdo inter-partidário terá um caráter positivo, sendo uma de suas partes mais importantes a apreciação de um plano econômico a ser apresentado pelo govêrno e sôbre o qual se debruçam os técnicos. Qualquer plano econômico brasileiro tem que incluir importações de material pesado em grande escala, e isto relaciona intimamente o plano com o acôrdo inter-partidário e ambos com o que pudermos obter em consequência ou não da adoção do Plano Marshall para a América Latina.

De tudo se conclui que os responsáveis pelo progresso da Nação têm dois problemas imediatos a enfrentar: um, o da escolha do elemento humano que balanceará as necessidades e norteará a execução do plano; outro, o caráter dêste plano.

Quanto ao primeiro, não resta dúvida de que encerra aspectos delicadíssimos. Temos nos habituado a promover naturalmente, sem maiores exames, a indicação para determinados cargos de indivíduos que por meio de publicidade pessoal ou outras circunstâncias igualmente desvaliosas se tornam "autoridades" em tais ou quais assuntos. O resultado é que os totais apurados de suas presenças em muitas comissões se reduzem a zero. Ora, o assunto é, desta vez, de tal importância para o país, que não podemos, sob pena de sofrermos revezes sériissimos que irão desde a perda de oportunidade até o sacrifício do nosso progresso em detrimento do avanço de outras nações continentais, não podemos, repetimos, satisfazer a vaidade de tais elementos.

Os escolhidos para tratar com os técnicos americanos devem ser homens experimentados no trato real dos negócios públicos e suas relações com a economia nacional e intercâmbio internacional. Abandone o govêrno os figurões, que êstes só lhe poderão prejudicar. Enverede pelo caminho dos que desejam realmente servir o país e prefira, ao invés das considerações teóricas e inoperantes, as realizações práticas que logo se possam traduzir em vantagens para a economia geral e não a de grupos.

Quanto ao segundo, é evidente que temos de considerar situações de fato. Se o Brasil, mercê de seus vastos recursos naturais, merece planos econômicos profundos de cuidada orientação, não é menos certo que sofre uma terrível conjuntura econômico-financeira. Daí, a necessidade de dividirmos o planejamento em duas partes — uma de emergência, visando melhoria imediata para os transportes (ferroviário, rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo), equipamentos portuários, estímulos à produção agrícola e industrial, etc., e outra de longo alcance cujo ataque pode ser concomitante mas que não deve de nenhum modo evitar que o país encontre alívio urgente para muitos males de que padece.

A nova política dos Estados Unidos em relação a nós deve ser inteligentemente aproveitada, portanto, por vários motivos de ordem econômica. E também política.

Comércio Exterior

O COMÉRCIO exterior caracterizou-se, em setembro, por um novo saldo favorável, tendo sido êste mês o segundo consecutivo, do ano próximo findo, em que a balança comercial pendeu para nosso lado. Recebemos, no seu curso, mercadorias no valor de 1.755.734 mil cruzeiros (595.583 toneladas) e exportamos produtos estimados em 1.936.776 mil cruzeiros (345.598 toneladas), sendo o "superavit" de 181.042 mil cruzeiros. Com êste resultado o "deficit" que se vinha processando ao longo do exercício sofreu mais uma redução, atingindo ao término dos primeiros nove meses com 1.418.294 mil cruzeiros, quando ainda em julho montava a 1.957.333 mil cruzeiros .

O atraso com que está sendo feita a divulgação das estatísticas mensais vai retardar sobremaneira o conhecimento da posição do nosso comércio ao expirar o ano; a sucessão de dois meses favoráveis, porém, agôsto e setembro, deixa entrever os resultados das práticas restritivas à importação. E' bem verdade que o valor das nossas exportações aumentou no mês de setembro, mas êste aumento não encontrou correspondência no volume, de vez que êste foi inferior ao verificado em agôsto.

O valor médio da tonelada importada em setembro foi de Cr$ 2.949 e o da tonelada exportada Cr$ 5.604.

NOVE MESES EM QUATRO ANOS

Os desajustamento que ainda persistem no comércio exterior se destacam claramente da comparação que se faça entre os resultados dos nove primeiros meses de 1947 e igual período de 1939 — ano em que começou a guerra — 1945, ano em que ela terminou virtualmente e 1946, quando se começou a processar a busca dos têrmos econômicos dos tempos de paz. Podemos verificar, nos dois grupos — importação e exportação — as tendências bem distintas e as lacunas ainda abertas. No que respeita ao valor, vemos que após lenta evolução entre 1939 e 1945, a alta dos preços, na importação, acelerou-se desde 1946, para atingir no ano próximo findo os seus níveis mais elevados; na exportação, os preços ascenderam mais ràpidamente entre 1939 e 1945, reduzindo sua pressão no ano transacto.

No estudo do volume de mercadorias negociadas, vê-se que a parte mais afetada foi precisamente a da exportação. Considerando os três trimestres de 1939 como índice igual a 100, vamos encontrar, em período idêntico de 1947, apenas 79, menos do que em 1946 e um pouco mais do que em 1945. Na importação, considerando o período em aprêço, de 1939, como igual a 100, tivemos em 1945 o índice 91, subindo em 1946 a 99 e atingindo em 1947 a 158. E' interessante, porém, acompanhar a raciocínio através de mais estreito contacto com os números. Por assim crermos é que compilamos o quadro seguinte, onde pusemos, lado a lado, o valor e o volume tanto da importação como da exportação:

NOVE MESES DE:	VALOR EM Cr$/1.000,00	VOLUME EM TONS.
	IMPORTAÇÃO	
1939	3.659.285	3.599.051
1945	6.449.857	3.301.712
1946	9.048.349	3.588.890
1947	16.973.015	5.507.378
	EXPORTAÇÃO	
1939	4.244.443	3.266.820
1945	8.498.613	2.137.270
1946	13.188.499	2.717.270
1947	15.554.721	2.602.770

O contraste entre os números de um e outro grupo mostra quanto há de fictício na valorização, se considerarmos a composição do que vendemos e do que compramos, acentuando que na importação prevalecem as manufaturas e, na exportação, os gêneros alimentícios e as matérias primas, na sua quase totalidade apenas rudimentarmente beneficiadas ou no seu estado mais primário. Mesmo assim, exportando materiais teoricamente mais pesados, se considerados unitariamente, surpreendemos o declínio do volume de nossas vendas e êste deve ser, sem dúvida, o aspecto a ser considerado mais seriamente pelos responsáveis pela política econômica nacional.

O volume — tonelagem — das exportações, está em declínio; isto significa que estamos vendendo menos, e os preços mais altos por que nos pagam não traduzem que estejamos vendendo bem. Êles fluem de circunstâncias especiais, circunstâncias estas que se farão sentir ainda por vários anos, até que se recomponha a produção e o comércio mundiais de um determinado número de artigos fundamentais à vida humana. Temos nos aproveitado da sabida escassez de certos artigos, com o benefício dos preços mais altos que se formam no mercado.

São frequentes as vêzes que temos experimentado o amargo revés do jôgo de preços altos para matérias primas e gêneros alimentícios; tais preços são, de modo geral, resultantes de períodos de anormalidade que nos dão a idéia de bruscas fases de prosperidade; normalizaa a situação, porém, somos sempre surpreendidos pelas violentas quedas de preço, seguidas de retração no mercado internacional. Os choques provenientes de situações dessa ordem se refletem no mercado interno, desde a produção à distribuição.

Não desejamos, com estas ponderações, afirmar que não nos devemos aproveitar das oportunidades de vender melhor, porém que não devemos nos basear nos instantes fortuitos de preços altos para matérias primas e gêneros alimentícios a fim de definirmos os rumos da produção e do comércio. Sabemos todos que somente

encontraremos apoio sólido e consequente na modificação dos quadros de nossas vendas, em benefício de um melhor aproveitamento dos recursos. Devemos, urgentemente, assentar os alicerces de uma grande indústria de transformação, pois somente assim lograremos aproveitar melhor, recebendo mais por um volume menor de mercadorias embarcadas, correspondendo êste "mais", porém, a uma aplicação maior de mão de obra mais classificada.

Não podemos pensar no estabelecimento de indústrias para entrarmos em competência com os grandes parques manufatureiros das nações de elevados padrões de técnica e capitais; devemos encarar com o necessário otimismo as possibilidades do próprio consumo e cuidar de atendê-lo da melhor forma possível, inclusive sob o aspecto econômico.

Completando o quadro inserto acima, temos êste outro, onde procuramos traduzir valores e quantidades em números-índice para uma caracterização mais definida do fenômeno:

NOVE MESES DE:	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	Valor	Volume	Valor	Volume
1939	100	100	100	100
1945	176	91	200	65
1946	247	99	310	83
1947	463	158	366	79

O incremento dos preços foi, como se vê, muito maior na importação que na exportação; pagamos muito bem não precisamente aquilo de que necessitávamos comprar, porém o que quiseram nos vender. Assim talvez se possa resumir tôda a história das reservas acumuladas e gastas sob o critério de amplo liberalismo econômico. Ao vendermos, negociamos praticamente pelos preços feitos fora do nosso mercado e a distribuição de nossas vendas é realizada também quase que sem a nossa audiência.

COMO DEFINIR O ESSENCIAL

Alguns pormenores verificados na estatística da importação, no curso dos três primeiros trimestres do ano, têm servido para veladas críticas à execução das restrições praticadas pela Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, mediante a concessão da licença prévia.

Em verdade, a tarefa de definir ou negar permissão para que se importe isto ou aquilo não é das mais gratas; não temos ao nosso alcance os aferidores da legítima prioridade, capazes de indicar se uma determinada coisa é mais precisa do que uma outra.

Fazendo um extrato da estatística oficial recolhemos, por exemplo, que nos nove primeiros meses de 1947 gastamos mais dinheiro com geladeiras, refrigeradores e semelhantes ou com rádios, eletrolas e semelhantes, do que com locomotivas.

Esta é uma comparação de efeitos relativos; qualquer um, porém, chamado a opinar, daria prioridade máxima às locomotivas e estaria de acôrdo que deveríamos reunir tudo o que gastamos com geladeiras, rádios e outros produtos a fim de que fizéssemos aquisições em massa de material rodante ou fixo para as estradas de ferro, equipamentos para os portos, navios para navegação fluvial ou oceânica, sondas e equipamentos precisos à exploração e refinação do petróleo nacional.

Vê-se que não é difícil definir o mais preciso, o mais essencial, em meio a tantos programas fundamentais requerendo execução imediata. Fazendo um exame de consciência seremos mesmo mais cordatos inclusive com a "matéria plástica", coisa de costas muito largas e que, para o homem comum, responde pelo mal-gasto das nossas divisas. Basta, para tanto, que verifiquemos que a inundação de "iô-iôs" havida no Rio de Janeiro não procedeu do Norte, porém do Sul, das fábricas de S. Paulo, da mesma sorte que a inflação de perfumes franceses não era provocada pela França, mas por perfumistas nacionais, levando não apenas o "erzastz", porém o contrabando, a requintes de fidelidade.

E' preciso quebrar um outro tabú: o do "deficit", ou o da importação excessiva. Se estivermos importando equipamentos necessários à montagens de indústrias modernas no país, se tudo isto que estivermos recebendo fôr material para a produção, e apenas um mínimo fôr material de consumo, é natural que dentro de alguns anos iremos recuperar com vantagens os prejuízos que verificamos hoje em nossa balança comercial. Mas o que se verifica é que importamos, realmente, e preponderantemente, é material de pronto consumo, desde a farinha de trigo até ferramentas, veículos, etc.

Não se registra, de nossa parte, o empenho de liderar o mercado interno de determinados artigos estrangeiros. Há uma falta de direção nos responsáveis pelas indústrias, ou então há uma falta de interêsse. Carecemos de verdadeiras prospecções a serem feitas no mercado, capazes de definir o limite de saturação e as necessidades de manutenção.

O Relatório do Banco de Crédito Industrial Argentino, relativo a 1946, mostra através de uma série de quadros estatísticos, o desenvolvimento da produção argentina durante a guerra. Em 1939 eram fabricados 1.700 motores elétricos, em 1946 foram produzidos 36.500; a produção de bicicletas passou de 2.700 a 20.000; a de soda cáustica evoluiu de 7.300 para 12.000 toneladas. E assim por diante. Há um esfôrço, na República do Prata, para atingir uma determinada marca; não obstante estar produzindo mais, a Argentina está importando mais também, e seus representantes andam por tôda parte em busca do que lhes possa ser útil, a fim de adquirirem.

ONDE SE FAZ O SALDO

O "deficit" geral que compreende os resultados dos nove meses limitados por janeiro e setembro, tem encontrado sua causa no desequilíbrio da balança com os Estados Unidos. O saldo negativo, fruto do intercâmbio brasileiro-norte-americano, era ..... 4.883.076 mil cruzeiros, no fim do nono mês do exercício. Na América do Norte e Central temos, ainda, outras balanças adversas, destacando-se duas bem importantes: Antilhas Holandesas e Canadá; além de outras menores. Na América do Sul, ao fim de três trimestres do ano passado, não era deficitária apenas a parte relati-

va ao Chile, por uma margem pouco superior a 25 milhões.

No total geral do intercâmbio com a América tínhamos então um "deficit" de 4.940.485 mil cruzeiros, superior aos números computados em agôsto, o que indica não ter sido feito no continente americano o saldo parcial favorável de setembro.

O saldo de setembro foi construído sobretudo na Europa. As nossas exportações para o Velho Mundo, naquele mês, atingiram a 750.663 mil cruzeiros e as importações não foram além de 307.650 mil, deixando uma vantagem de 443.013 mil cruzeiros. A África concorreu com um acréscimo de 36.296 no saldo do mês; a Ásia com 21.045 e a Oceania com 444 mil cruzeiros. Reunindo estas parcelas dos saldos obtidos em outros continentes e abatendo da soma o "deficit" feito nas Américas, temos o "superavit" de setembro.

Selecionando os dez países que em nove meses mais forneceram ao Brasil, podemos caracterizar as nossas necessidades como verdadeiros fatôres seletivos na importação. Dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Suécia e da Suíça, obtemos manufaturas, sobretudo as de precisão; a União Belgo-Luxemburguesa se inscreve como fornecedora de matérias primas para a indústria; da Argentina recebemos gêneros alimentícios, das Antilhas Holandesas combustíveis. Resta o Canadá: daí vêm manufaturas, matérias primas e gêneros alimentícios. E' difícil distinguir, nas importações procedentes do Canadá, uma fôrça ponderável.

Em face do "deficit" feito com os Estados Unidos, o comércio é orientado, tanto quanto possível, para a Europa e, para muitos artigos que se acreditava não viessem a surgir novos concorrentes, vemos desfeito o engano, porque os concorrentes aparecem. São máquinas de escrever suecas, italianas, suíças e inglesas; máquinas de costura suíças; máquinas e outros equipamentos para a indústria gráfica procedentes da Itália; automóveis da Itália, França, Inglaterra e Tchecoslováquia.

E' curioso confrontar os mais importantes mercados de onde importamos com aquêles para os quais exportamos; não há qualquer correspondência em vários dêles, como se pode observar, sendo, em relação ao Brasil, alguns, mercados puramente fornecedores, como é o caso das Antilhas Holandesas e outros que utilizam o Brasil apenas como centro de suprimento, dada a pequena importância de suas exportações para o nosso país, como é o caso da Espanha, atualmente levada ao lugar de importante cliente, e também o caso da China.

Êste é o quadro:

COMÉRCIO EXTERIOR

(Resumo do período de janeiro a setembro de 1946/47)

IMPORTAÇÃO

MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947	1946	1947
Janeiro	300.653	519.550	711.776	1.615.509
Fevereiro	341.269	589.088	875.244	1.642.360
Março	361.272	563.201	967.563	1.620.527
Abril	581.715	650.446	1.126.279	2.255.823
Maio	282.214	832.570	871.460	2.366.472
Junho	383.229	526.201	1.056.272	2.074.594
Julho	381.323	622.234	1.085.157	2.152.020
Agôsto	511.057	608.705	1.186.591	1.589.976
Setembro	446.158	595.383	1.168.007	1.755.734

EXPORTAÇÃO

MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947	1946	1947
Janeiro	233.256	334.712	1.115.538	2.125.937
Fevereiro	270.677	265.154	1.195.105	1.564.470
Março	266.525	314.729	1.480.495	2.123.003
Abril	301.421	216.872	1.495.363	1.350.606
Maio	396.250	219.221	1.558.979	1.327.088
Junho	265.292	297.050	1.262.573	1.638.648
Julho	347.366	266.651	1.732.020	1.640.220
Agôsto	382.404	355.783	1.804.738	1.847.973
Setembro	354.079	345.598	1.543.501	1.936.776

RESULTADO

MESES	VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947
Janeiro	+ 403.762	+ 510.428
Fevereiro	+ 319.861	— 77.890
Março	+ 512.933	+ 502.476
Abril	+ 369.084	— 905.217
Maio	+ 687.519	— 1.039.386
Junho	+ 206.301	— 475.944
Julho	+ 647.049	— 511.800
Agôsto	+ 618.147	+ 257.997
Setembro	+ 375.494	+ 181.042

Nº	PAÍSES	Cr$/1.000	PERCENTAGEM s/o total
	Os 10 Principais Mercados Importadores:		
1	— Estados Unidos	10 588 627	62,39
2	— Argentina	1.168.191	6,88
3	— Grã-Bretanha	1.108.145	6,53
4	— Antilhas Holandesas	689.421	4,06
5	— Suécia	433.421	2,55
6	— Suiça	393.280	2,40
7	— União Belgo-Luxemburguesa	393.280	2,32
8	— Franca	363.565	2,14
9	— Itália	353.607	2,08
10	— Canadá	276.628	1,63
	Os 10 Principais Mercados Compradores:		
1	— Estados Unidos	5 705 552	56,68
2	— Argentina	1.533.108	9,86
3	— Inglaterra	1 206.010	7,75
4	— França	685.495	4,41
5	— União Belgo-Luxemburguesa	654.309	4,21
6	— Espanha	558.687	3,59
7	— Holanda	550.835	3,54
8	— Itália	411.637	2,65
9	— Suécia	385.661	2,48
10	— China	303.874	1,95

Há relativa constância nos primeiros três lugares, onde apenas a Grã-Bretanha e a Argentina às vêzes trocam de posição; daí por diante, porém, as mutações são grandes; entre um mês e outro um mercado sobe ou desce. Se o leitor se reportar à tabela inserta na edição de dezembro, relativa aos dez mais importantes mercados que nos venderam de janeiro a agôsto, vai encontrar, nos quinto, sexto e sétimo lugares, respectivamente, Suíça, União Belgo-Luxemburguesa e Suécia, em contraposição à ordem com que êstes mesmos países aparecem no quadro acima.

A EXPORTAÇÃO ATE' OUTUBRO

São incompletos ainda os números que dispomos sôbre o comércio exterior em dez meses: de janeiro a outubro. Nesse período o volume atingiu a 3.011.437 toneladas (inferior à tonelagem verificada em igual período do anterior) e o valor foi de ..... 17.626.725 mil cruzeiros.

O café, como sempre o mais importante dos produtos que exportamos, sofreu uma redução de 963.922 sacas em relação ao ano anterior; os melhores preços, porém, permitiram que o valor fôsse superior, ao dos dez meses de 1946, por uma margem de ..... 1.136.764 mil cruzeiros. Também com o algodão em rama verificou-se o mesmo fato: menor volume embarcado, maior valor apurado. Os tecidos de algodão mantiveram o terceiro lugar, houve um aumento de tonelagem embarcada — 690 toneladas a mais — perfazendo o total da exportação a 1.104.632 mil cruzeiros.

O cacau em amêndoas manteve o quarto lugar, com uma exportação inferior por 15.976 tons., foi obtido um valor de 882.978 mil cruzeiros — ou sejam mais 409.798 mil do que em igual período do ano anterior. Os couros e peles permanecem no quinto lugar, em próximos do cacau em amêndoas, vindo as madeiras logo a seguir, também na casa dos 800 milhões de cruzeiros.

O sétimo lugar é do arroz e o oitavo cabe à mamona, cujo valor também cresceu substancialmente no ano próximo passado. A cêra de carnaúba que havia sofrido um recúo com os resultados dos nove meses, agora, com os dos dez meses reconquista o nono pôsto, tornando as carnes para o décimo lugar. Se pretendêssemos ampliar a lista, entraria, em 11.o lugar, o fumo, cuja exportação de janeiro a outubro valeu 316.680 mil cruzeiros, não obstante as dificuldades por que atravessa o mercado.

REFERÊNCIA AO ALGODÃO

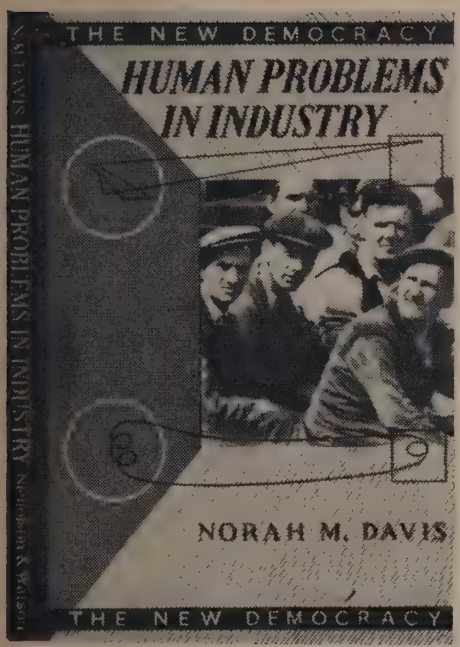
O melhor testemunho da posição excepcional em que se encontra o algodão é o valor médio por tonelada a bordo, que em 1947 — dez meses — atingiu a 10.722 cruzeiros, contra Cr$ 7.790,00 de igual período do ano anterior e Cr$ 6.231,00 de 1945. A divulgação dos três valores serve para mostrar que o mais alto é o valor médio do último ano e que isto acontece precisamente quando diminuem assustadoramente as nossas safras, sem que surja uma medida, qualquer que seja, com propósito de defender o ouro branco, o segundo dentre os mais importantes dos nossos produtos de exportação. Chega a parecer que há uma combinação qualquer, para eliminar o Brasil como mercado exportador de fibra.

A Europa vem sendo o mercado mais propício para o algodão brasileiro: das 255.002 toneladas que exportamos de janeiro a outubro de 1947, 204.016 tons. foram para o velho mundo, sendo distribuídas por nada menos de dezessete países diferentes. Para a Ásia foram embarcadas 24.873 toneladas (contra 51.815 tons. de igual período do ano anterior); para as Américas, 17.886 toneladas, tendo sido o Canadá o comprador mais importante: 7.688 toneladas; e para a África embarcamos 2.111 toneladas.

O OBSERVADOR publicará em seu próximo número, um importante trabalho de autoria do Senador Apolônio Sales sôbre eletrificação rural no Brasil

O Homem e o Trabalho

Valdemar Valente



COMO resultado de pacientes estudos e minuciosas pesquisas, a que procedeu nos meios proletários, pôde Norah M. Davis escrever um pequeno mas importante livro, cuja leitura gostaria de recomendar aos homens de indústria do Brasil, no propósito de contribuir para alargar-lhes os horizontes. Sobretudo aos homens de indústria que ainda não se fecharam intransigentemente no mundo dos negócios, desinteressados de tudo que não represente lucro, indiferentes às coisas que, embora de natureza importante, não caibam numa simples fatura. Êsse livro, de menos de 130 páginas, intitula-se *Human Problems in Industry* e inclui-se numa série de obras semelhantes, de palpitante atualidade — "The New Democracy" —, organizada pelos editôres Nicholson & Watson, de Londres.

Logo de início, para evitar qualquer equívoco, devo esclarecer que Norah M. Davis não é uma simples comentarista de assuntos relacionados com as atividades industriais; nem muito menos uma agente de qualquer facção política, que desejasse lançar fogo a um rastilho de agitação social no seio das massas operárias. Nada disso. A autora é especialista em estudos de psicologia social e de higiene do trabalho, pertencendo ao quadro de técnicos do "Industrial Health Reserarch Board", da Inglaterra. Apenas acontece que ela conhece na intimidade e não de oitiva os problemas peculiares do operário do mundo inteiro.

É com o mais rigoroso critério científico que Norah M. Davis apresenta os vários ângulos do assunto a cuja exposição se entregou com invejável proficiência. Não há divagação nestas páginas profusamente ilustradas com fotografias e gráficos; só fatos, indicações precisas, conclusões da psicologia experimental. E isso, longe de tornar êsse livro de leitura árida, acentua-lhe o interêsse.

O intuito da autora é levar os indivíduos à compreensão de que se deve tornar o trabalho um prazer. Tudo o que se fizer para melhorar as condições em que o homem executa suas tarefas profissionais aproveita à sociedade humana, uma vez que o trabalho rende mais se realizado com satisfação e ímpeto naturais. Enfim, esta a tese que se encontra no atraente relatório de Mrs. Davis: pode-se encontrar a felicidade no trabalho, dentro de um pensamento de bem-estar e confôrto individual e de grupo, estimulante da produtividade ideal.

A autora não perde de vista nenhuma questão de higiene do trabalho. Nenhum problema do homem em face da máquina e em função da fábrica. Resultados de experiências e inquéritos são utilizados para o enquadramento científico de todos os assuntos em foco. Mas isso sem que se dilua o profundo sentimento humano que inspira a magnífica obra de Norah M. Davis.

A POPULAÇÃO DO BRASIL

SÔBRE as características demográficas do Brasil de nossos dias publicou o Sr. Jacques Lambert um longo estudo na revista "Population", que se edita em Paris. O autor é um ilustre especialista em trabalhos de tal natureza e a revista é o órgão oficial do Instituto Nacional de Estudos Demográficos, da França; autor e revista, portanto, bastante credenciados. O ensaio de M. Lambert é todo êle baseado em nossas estatísticas oficiais e nos últimos resultados censitários. Em suas considerações não perde de vista os trabalhos magistrais do Professor Giorgio Mortara, relativos ao movimento da população brasileira, nem as análises do quadro geral de resultados do Recenseamento Geral de 1940. De início, demonstra o interêsse, internacional de que se reveste o assunto, uma vez que, a seu ver, "o desenvolvimento rápido de uma população, que po-

G. MORTARA

de tornar-se numerosa, num território imenso e rico de matérias primas, pode determinar, em futuro relativamente próximo, uma modificação no equilíbrio mundial". São examinados os vários ângulos da matéria — a fraca densidade demográfica, a natalidade, mortalidade, características econômicas e sociais, etc., — para finalizar com uma série de observações sôbre a nossa política imigratória. Conclui M. Lambert que uma política demográfica brasileira adequada será aquela que tenha em vista a redução da mortalidade das populações autóctones e uma imigração destinada a ter efeitos quantitativos e qualitativos; quantitativos, em acelerando a redução da mortalidade, e qualitativos em corrigindo consequências étnicas.

HISTÓRIA DE UMA ESTRADA DE FERRO

NÃO faltam acentos dramáticos à biografia da estrada de ferro Madeira-Mamoré, escrita, por volta de 1900 e poucos, pelo norte-americano Neville B. Craig e, em tradução de Moacir N. Vasconcelos, incluída na Coleção Brasiliana (*Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*. Cia. Editôra Nacional, 1947). O autor procurou mesmo assinalar os traços mais vivos de tragédia que marcam a aventura daquela construção, ressaltando o aspecto heróico de que se revestiu o empreendimento — a luta contra o meio e as circunstâncias.

A idéia da Madeira-Mamoré teve origem em sugestões feitas pelo Tenente da Marinha americana, Lardner Gibbon, em meados do século passado. Visava-se construir uma estrada de ferro que contornasse as quedas e corredeiras do Alto Madeira, bem assim estabelecer linhas de navegação mecânica a jusante e a montante dêsses entraves. "Tal rêde mista de transportes, ligada às linhas transoceânicas que trafegavam entre New York e os portos brasileiros" — escreve o autor —, "destinava-se a constituir poderoso sistema internacional de tráfego, capaz de dar desenvolvimento adequado às vastas regiões banhadas pelo Amazonas e estabelecer ligação direta entre os Estados Unidos e a Bolívia, engastada no coração da América".

Logo depois o projeto teve o apoio de estadistas sul-americanos, sendo endossado por engenheiros alemães e subsidiado pelos governos da Bolívia e do Brasil. A primeira tentativa no sentido de levar a efeito o plano organizado fracassou, em virtude de complicações legais e financeiras, na Grã-Bretanha. Novos estudos, e o Brasil, firmando um tratado com a Bolívia, afinal se comprometeu a executar sem demora o gigantesco projeto.

A expedição norte-americana foi realizada em 1878, sob o patrocínio dos empreiteiros P. & T. Collins e Makie, Scott & Co. E é particularmente dessa expedição que Neville B. Craig nos dá o minucioso relatório, escrito com o objetivo de fixar flagrantes históricos e para atender a um apêlo dos remanescentes do grupo expedicionário. Êsse grupo, que formava a "Madeira and Mamoré Association", reunia-se habitualmente num hotel de Filadélfia, todos os anos, para rememorar o feito coletivo. Como considerassem indispensável a elaboração de uma boa monografia sôbre a expedição, concordaram os membros daquela entidade, em 1903, em atribuir a um dos companheiros, Sr. Neville B. Craig, a penosa tarefa.

Não seria possível escrever trabalho mais bem documentado sôbre o assunto. Tudo o que se refere à expedição de que participou, o autor reuniu com a maior paciência, registrando minúcias que tornam exaustivo o seu relatório.

Mas é justo ressaltar que, nem o acúmulo de dados e informes, nem a sucessão de datas, nem a exata obediência à ordem cronológica, diminuem o interêsse — mais que histórico, humano — que nos desperta a crônica da Madeira-Mamoré. E' quase como se fôsse romance que se lê êste volume da Brasiliana. Relatando com precisão o que foi a luta dos expedicionários norte-americanos de 1878, dá-nos uma idéia viva dos conflitos de interêsses que então se verificaram, da luta dos bravos contra o clima e a doença, contra as distâncias e a falta de recursos, contra o material inadequado e o asar. E' êste um livro de história que parece conter o melhor dos encantos da ficção.

Notas Avulsas

FOI traduzido para o nosso idioma, pelo Sr. Raul de Polilo, e lançado pela Editôra Ipê, o rumoroso livro do Sr. William C. Bullitt — *E o Globo Desaparecerá*. Antigo embaixador dos Estados Unidos na Rússia e na França, o autor reune suas observações pessoais sôbre a política internacional e suas reflexões sôbre o mundo moderno, tomando posição em favor do fortalecimento das fôrças democráticas e contra as idéias comunistas.

VAI a Livraria do Globo lançar uma nova coleção, intitulada Fundo de Cultura, destinada à divulgação de livros de interêsse cultural acentuado. Três livros inaugurarão a série: *Vida e Crescimento das Cidades*, do urbanista brasileiro Joaquim de Almeida Matos, *História da Civilização Ocidental*, de Burns, e *Maravilhas da Biologia*, de Benedict e Knox.

NA Coleção de Obras Completas de Rui Barbosa, que vem sendo editada pelo govêrno, apareceram três volumes, em que foram reunidos artigos e tópicos publicados no jornal "A Imprensa". Êsse rico material, de interêsse histórico e documentário, dará, aliás, para dezoito tomos, conforme acentua, em excelente estudo introdutório, o Sr. Américo Jacobina Lacombe. Rui escreveu, entre 5 de outubro de 1898 e 10 de março de 1901, cêrca de 600 editoriais, realizando uma obra jornalística de vulto.

PRÓXIMAS edições José Olímpio, na Coleção Documentos Brasileiros: *Gaúchos e Beduínos*, de Manuelito de Ornelas; *Ingleses no Brasil*, de Gilberto Freyre; *Aparência do Rio de Janeiro*, de Gastão Cruss; e as reedições revistas de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Memórias de um Senhor de Engenho*, de Júlio Belo; e *Problemas Brasileiros*, de Cincinato Braga.

AUTORES de vários volumes de breves e atraentes biografias, Henry e Dana Lee Thomas escreveram as *Vidas dos Grandes Estadistas Americanos*, livro que já foi traduzido para o português e será lançado pela Livraria do Globo, êste ano.

EM número recente da "American Sociological Review" foi publicado um estudo do Professor Donald Pierson sôbre a edição em inglês (tradução de Samuel Putnan) de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Inseriu também um comentário desenvolvido de Glen E. Leonard sôbre o livro de T. Lynn Smith — *Brazil, People and Institutions*.

Revistas Nacionais

INDICAÇÕES úteis sôbre trabalhos de interêsse maior publicados em números recentes de revistas nacionais:

Revista Bancária Brasileira (novembro) — "O Banco Internacional", Omer Mont'Alegre; "Banco Central e Lei Monetária", Herculano Borges da Fonseca.

Economia (dezembro) — "Pontos de sociologia rural", Luís Amaral.

Revista do Comércio (setembro) — "O açúcar nas Alagoas do século XIX", Manuel Diégues Júnior; "A Imigração — A mecanização da lavoura e a falta de braços", Major Geraldo Menezes Côrtes.

Boletim Geográfico (outubro) — "O retângulo Cruls", Everardo Backheuser; "Problemas da produção no Brasil", Américo L. Barbosa de Oliveira.

Revistas Estrangeiras

DO sumário de algumas revistas estrangeiras recolhemos os títulos dos artigos, estudos e reportagens principais:

Revue Trimestrielle Canadienne, do Canadá (131) — "Salaire et Securité Sociale", Louis Alvin.

Revista de Economia Continetal, do México (outubro) — "E. Comércio Estatal Internacional y la Posición Comercial del Continente Americano", Virgil Salera.

International Affairs, dos Estados Unidos (outubro) — "Central America", Peter Smithers.

Politique, da França (novembro) — "Le Plan Monnet et l'organization professionnelle", Louis Charvet; "La conjoncture économique", Pierre Maes; (dezembro) — "L'aide américaine à le Europe", Henry Dufournel.

Revista de Economia Continental, do México (julho) — "La crisis brasileña", Omer Mont'Alegre.

VIDA E PENSAMENTO DA INGLATERRA

DEU o Conselho Britânico a uma série de pequenos livros de caráter informativo o título geral de "British Life and Thought". São livros de bôlso, ilustrados, de feição gráfica atraente, na sua singeleza e uniformidade, cada um dêles focalizando determinado aspecto da situação cultural da Inglaterra contemporânea. Todos êles escritos com senso de objetividade e espírito de síntese, por autores especializados, que por certo se compenetram da impossibilidade de esgotar num punhado de páginas os assuntos cuja exposição lhes cabe, no plano da interessante coleção.

Citemos, em particular, os volumes que mais de perto possam interessar a um leitor habitual desta revista: *The British System of Government,* de W. A. Robson, *British Justice,* de Sir Maurice Amos, *The Face of Britain,* de L. Dudley Stamp, *British Agriculture,* de Laurecen F. Easterbrook, *The Cooperative Movement in Britain,* de E. Tophan e J. A. Hough, *British Industry,* de G. C. Allen, *British Education,* de H. C. Dent, e *British Broadcasting,* de T. O. Beachcroft. Mas se o leitor quiser ampliar o campo de seus conhecimentos, encontrará nesta mesma série muita coisa mais, sôbre temas de arte, ciências e letras.

Para um fato devo chamar logo sua atenção: em nenhum dêsses livrinhos, compostos com inequívoco intuito de propaganda, se encontra, no entanto, um adjetivo enfático ou uma frase bombástica de panegírico — coisas que, de resto, violentariam o senso de equilíbrio tradicional dos ingleses. Todo o louvor à Grã-Bretanha, procuram os autores deixá-lo expresso em fatos, se possível em números. Nada, por exemplo, que nos lembre um DIP, achatando tudo, homens, idéias e acontecimentos no seu monótono delírio ecomiástico.

Fora da série citada publicou o Conselho Britânico outros trabalhos sugestivos. Um dêles é o de Dudley Stamp — *The Land of Britain and how it is used* —, que é sôbre o assunto, bastante completo, embora sintético. O autor é professor de geografia da Universidade de Londres e goza do maior conceito. Outro ensaio interessante é o intitulado *British Contributions to Portuguese and Brazilian Studies,* de William C. Atkinson. Um bom ensaio, em que são fixados traços dos fenômenos de integração cultural anglo-luso-brasileira.

O BRASIL NO ESTRANGEIRO

ESTA' sendo editada no México, em inglês, uma excelente revista — "The Social Sciences in Mexico and News About the Social Sciences in South and Central America". Sob a direção do Dr. Laszlo Radvany, professor da Escola Nacional de Economia da Universidade Nacional do México, essa publicação destina-se a dar divulgação sistemática a estudos especializados e a apresentar um quadro do desenvolvimento das ciências sociais em tôda a América. Logo no primeiro número, que contou com uma página de apresentação do Ministro Jaime Tôrres Bodet, publicou um trabalho compreensivo, da autoria de Gerardo Brown Castillo, sociólogo cubano, sôbre o Brasil — "country of a complex and attractive character" — e o seu panorama cultural, no campo da sociologia. Salientou o autor a obra que vem realizando, nesse terreno, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, bem assim a cooperação assegurada por duas revistas magníficas — "Sociologia", dirigida pelos Professôres Romano Barreto e Emílio Willems, e a "Revista do Arquivo Municipal", do Departamento Municipal de Cultura, de São Paulo. A seguir, um comentário breve, sôbre obras e autores brasileiros: *Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos* e *Nordeste,* de Gilberto Freyre, *Aculturação dos Alemães no Brasil* e *Populações Marginais no Brasil,* de Emílio Willems; e ainda referências aos trabalhos de Fernando de Azevedo, Donald Pierson, Djacir Menezes, Mário Lins, Pinto Ferreira e Pontes de Miranda. Faltaram ao autor, de certo, elementos informativos indispensáveis ao preparo de seu estudo, relativamente à obra, por exemplo, de Delgado de Carvalho, Artur Ramos, Caio Prado Júnior e outros.

Electricity in São Paulo

THE electric power industry, different from what it used to be 30 years ago, has lost its strict local range of action covering — with its lines and networks — vast regions and performing, by its economical, social, political and military importance an overwhelmingly national role.

This centralization, which is the main feature of our time in all production quarters, can be accomplished by two ways: — by *industrial concentration* or by *financial concentration.*

In the *industrial concentration* several operating companies combine, having in view the rendering of services of common interest or the exchange of assistence, without losing their juridical personalities. In the *financial concentration* the combining, merger or incorporation of several companies take place under the same joint management. This combine will then actually control the administration of the subsidiary companies, with sacrifice to their own juridical personalities. This is the case of the holding companies, which do not take any immediate or direct action regarding the industrial exploitation, but actually handle their operating subsidiaries.

The industrial concentration can be accomplished either by *interconnection* or by *coordination.* The financial concentration is represented by *integration,* which implicitly covers interconnection and coordination, inasmuch as a centralization of a higher stage is concerned.

It will be convenient to define these forms of centralization.

Interconnection is the physical connection, i. e., by means of transmission lines from two or more power plants or from two or more electric systems belonging to the same company or to several autonomous companies, having as its aim the interchange or exchange of electric suplies for a greater economy and safety of services individually rendered by interconnected power stations.

Coordination is the effective and permanent cooperation of two or more autonomous and interconnected companies, which, by convention, will delegate to a central organ the control of the loads of the various systems, with the aim to meet, whenever necessary and at the best possible technical and economical conditions, the requirements of the consumers' market and in the same way as if all the companies were under the same management.

Integration is the merger or consolidation of various adjacent companies into one property under a general management and intended for the exploitation of production services, transmission and distribution of electric power in a certain supply zone, with the technical advantages of interconnection and coordination.

Thus it is noticed that in these three forms of concentration there is an increasing degree of cooperation: — *interconnection* deals with the production means connected with a company itself or with autonomous enterprises; *coordination* comprises production and transmission installations of juridically selfgoverning companies; and integration covers the control of production, transmission and distribution of companies subject to the general and effective management of a same corporation.

These concentrations afford incresing advantages, which can be summed up as follows:

1 — Greater safety and flexibility of operation which insure the desirable permanent flow of supplies in the event of accident or breakdown in any of the plants or piece of the interconnected system.

2 — A greater operating efficiency making the most efficient plants to operate normally when at full load, whereas the obsolete plants of those with less output are let aside for an emergency or just to supply the load points of the interconnected system.

3 — A greater diversity of consumption, i. e., maximum demands of the various supplied zones, not being simultaneous, allow a better utilization of generating units. Besides, a smaller total capacity concerning reserve units can be maitained at the same time, all this implying a reduction of investment.

4 — A greater economy in the installation of new generating units, inasmuch as it may be foreseen the utilization of greater power units, which besides affording a better output have a lower specific cost.

5 — The chance of connection, in any point of the system of new massive loads, without requiring the immediate installation of additional generating capacity.

6 — Further use of hydraulic power, not only by the connection of the water driven power stations with the accumulating plants but also, in large territories it will be possible to take advantage of the noncoincidence of water running in a lowert level in the various plants of interconnected systems. In addition, it will be feasible to install plants of great power thanks to a greater market represented by the interconnected system.

7 — A more economical use of fuels available in heat plants assembled in proper places and equipped with units of great power and high efficiency

8 — A greater saving in the over-all operation and cost expeditures, which is apparent from the preceding points under consideration.

9 — Better possibilities for the rural electrification as well as for the supply of energy to small places within the reach of the interconnected networks.

10 — A greater stimulus to the progressive execution of railroad electrification, resulting in a saving of fuels.

It will be ascertained, from what has been said, that the *electric power industry,* for its remarkably monopolistic and *high capitalistic* nature, has a trend strongly directed toward a concentration, whether industrial or

fiancial, with an aim to cut down, as much as possible, the specific cost of utility supplied to consumers. This concentration has nothing to do with political regimes. It exists in any country where an organized economy is to be found, whether in totalitarian countries or in the great democracies. It is the way of accomplishing this concentration that varies according to each case involved.

It will be convenient to stress that there is a decisive trend, throughout the world, for the *medium* and *great systems,* trying to find in all stages of concentration the proper way of solving the problem. However it is necessary not to lose the sense of reality. Sometimes, there have been some fanciful ideas about transmission of electric power to great distances and specially with regard to vast interconnected systems. Both have their limits properly defined, both technically and economically. The job is not an easy one. It has to be discussed and requires experience, as well as the collaboration of experts.

The *essencial condition* for centralization is the existence of markets which may justify the construction of interconnecting lines along with governing, protection and control equipments, which represent, taken as a whole, a substancial outlay.

It should also be stressed that the *coordination* of production means present financial and administrative advantages over *integration* for it avoids sizable expenses relating to capital in the procurement of autonomous companies, and causes new investments to cover a wider field entailing less obligations on the part of the various coordinated companies. Finally it dispenses with any changes relating to the administrative organization of the participating concerns, there being no losses connected with the advantages previously pointed out.

The State of *São Paulo* already displays well-defined features of concentration in the electric power thanks to the extraordinary phase of progress covering all fields of activities. *Interconnection* and *integration* are in existence there.

However there is not yet any typical exemple of *accordination.* The existing interconnections among a few companies, rather substantiate the temporary or permanent supply of one by the other than the very exchange of services. Yet there are certain types of cooperation nearing coordination but which in actuality are *integrations.*

Thus the so-called *Northern* system, operated by "Companhia Paulista de Fôrça e Luz" and thirteen of its subsidiary companies, which supplies electric power to dozens of municipalities in the interior of the State, would be a coordinated system if all plants actually were under control of the same organization. As a matter of fact, "Companhia Paulista de Fôrça e Luz" is at present, incorporating other joint stock companies which in the past formed the Northern system besides the "Companhia Fôrça e Luz Carióba" (Americana and Santa Bárbara).

The system named *Campinas-Americana-Piracicaba* (CAP), operated by the same combine "Emprêsas Elétricas Brasileiras" is another instance of integration resembling coordination. This system is being supplied in bulk by "São Paulo Light" through 88 kilowatt transmission lines from "Companhia Paulista de Estradas de Ferro". It is also under construction a 66 kilowatt transmission line with an extension of 130 kilometers between Gavião Peixoto and Piracicaba. This line will have as its main purpose to supply the "CAP" system. This is, therefore, a substantial plan, the transmission lines of which may serve, in future, as secondary trunks of the great coordinated system to be established.

The most important *integrated system* in Brazil is the one called *Light de São Paulo* which comprises 9 associated enterprises and interconnects 16 hydroelectric plants with a total power installed in primary motors of about 700.000 H. P. This system supplies energy to a series of municipalities in the State of S. Paulo, specially to the most industrialized region. Through the 88 kilowatt transmission lines belonging to "Companhia Paulista de Estradas de Ferro" the electric power generated by this system will shortly reach the town of Bauru. On the other hand, the 230 kilowatt transmission line is virtually finished. This line has an approximate extension of 350 kilometers interconnecting the plants belonging to "Serra do Cubatão", S. Paulo Light, and Ribeirão das Lages, of "Rio de Janeiro Light". This line will represent an efficient way of coordinating the production of the two main Brazilian electric systems which may easily reach the 3.000.000 H. P. mark taking into account the developments authorized by the Government. This interconnecion line will allow a two-way transfer of loads of the magnitude of 100.000 kilowatts.

The system belonging to *S. A. Rio Claro* and its subsidiaries which operate in the municipalities of Rio Claro, Leme, Araras, Pirassinunga, Ibirapina, Mogi-Mirim, aind Limeira also presents a stimulating example of integration, performed by the efforts and resources of a national group under Eloi Chaves' leadership.

The system belonging to *"Companhia Paulista de Eletricidade"* which serves the municipalities of Anápolis, Descalvado and S. Carlos is already interconnected with the *Northern* system (*"Companhia Paulista de Fôrça e Luz"*) and from this gets a bulk supply. In future, when the supplied company has a greater generating capacity, the installation of which has been thought of, this cooperation will change into a production coordination of a high concern to both parties.

In future further interconnections can be made with the following companies which operate on the bordeline with the State of Minas Gerais (some of them already operating in both States):

a) — *Cia. de Eletricidade S. Simão-Cajuru* with supply zones in Cajuru, Santa Rosa, São Simão, Serra Azul.

b) — *Cia. Fôrça e Luz de Mocóca* with supply zones in Mocóca and several others in Minas State.

c) — *Cia. Sanjonense de Electricidade* with supply zones in S. João da Boa Vista, Vargem Grande, Casa Branca and Águas do Prata.

d) — *Cia. Paulista de Energia Elétrica* with supply zones in Casa Branca, Grama, S. José do Rio Pardo, and Socorro.

e) — *Cia. Elétrica de Amparo* and *Cia. Mogiana de Luz e Fôrça,* both controlled by "Emprêsas Elétricas Brasileiras" with supply zones in Amparo, Lindóia, Serra Negra, Itapira, and Pi-

nhal, besides Andradas in Minas State. As it is, due to a resolution of the "Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica", these companies will shortly be interconnected with the Campinas — América — Piracicaba system.

f) — *S. A. Bragantina* operating in Bragança and supplying energy to Jaqueri, which operates as distributing company in Jaqueri.

At the South of Minas State, along the borderline with Paraná, we can find a series of very prosperous enterprises, some of them operating in both States:

a) — *Cia. Elétrica Caiuá* with supply zones in "Alta Sorocabana: — Martinópolis, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Vencesláu, Regente Feijó and Santo Anastácio.

b) — *Cia. Elétrica do Vale do Paranapanema* supplying power to Assis, Mota, Macaraí, Palmital, Salto Grande and Rancharia.

c) — *Cia. Luz e Fôrça Santa Cruz* with supply zones in Bernardino de Campos, Chavantes, Ipaus, Óleo, Ourinhos, Pirajú, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Truvo — in S. Paulo State; anda Jacarezinho and Ribeirão Claro — in Paraná.

d) — *Cia. Fôrça e Luz Norte do Paraná* with a power station in Piraju, in S. Paulo, and supply zone at the North of Paraná.

e) — *Eletricidade de Avaré* operating in Avaré and Cerqueira César.

f) — *Cia. Sul Paulista de Fôrça e Luz* supplying power to Burí, Capão Bonito, Fartura, Itapeva, Itaporanga and Itararé — in S. Paulo —, and Joaquim Távora, Siqueira Campos, Vencesláu Braz, Carlópolis, and Tomazina — in Paraná.

The region to the South of S. Paulo State and to the North of Paraná is experiencing a superlatively great phase of progress. Just because of this the advised *coordination* among companies, if well planned and executed, may lead to splendid results and will form, in future, the fulcrum of the great coordination trunk in the general North-South direction.

After illustrating these points it seems to be clearly defined that time is ripe for performing a most extensive planning in order to get the desired results from the advantages brought forth by ways of centralization related to the electric power industry. This becomes even more important when the State of São Paulo, along with certain regions of neighboring States, are concerned and offer first-rate raw material for this great task.

Preliminary studies have already been made concerning this by the "Comissão Especial do Plano Nacional de Eletrificação", which, through the initiative of the "Conselho Federal do Comércio Exterior" was assembled, in 1944, in that organ and received the collaboration of prominent technicians from the "Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica and from the "Divisão de Águas". It was presided by the chief of the "Departamento Nacional da Produção Mineral". The "Inspetoria de Serviços Públicos do Estado de São Paulo" also perfomed a preliminary work highly worthy of note. In addition, with the creation of the "Conselho Estadual de Energia Elétrica", under the "Secretaria de Viação e Obras Públicas" which, as advisory organ, receives the collaboration of representatives from electric power plants and industry in general, it will be an organ of the utmost importance for the wide discussion of such an important matter.

The "Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica", since it was originally established, has directed its attention with special care to the problem of electric power in S. Paulo State, complying with the fact of being scarce and of a relatively small power the sources of hydroelectric power existing in these plains which in no way meet the increasting requirements of the consumers' markets existing there.

Actually the electric power absolutely necessary to the more uniform development in the whole State will be produced by the great sources of hydraulic power existing in the plains edge:

a) inverting, toward Serra do Mar, the heads of the streams that run with a slight declivity in the general East — West direction toward the Paraná basin (the first example is the one related to Serra do Cubatão Power Station, which can be progressively developed to well over 1.000.000 H. P. with primary motors).

b) with the progressive installation of great power plants in the valleys of Grande, Paraná, Paranapanema rivers and some of its tributary streams (the new power station in Maribondo, in Grande river, will be the starting point which will allow progressive developments up to about 250.000 H. P.).

The existing developments and the ones which still can be economically performed in the plains (tributary streams to Grande, Paranapanema, Paraná rivers, and specially to the Tieté river) will have, in turn, substantial importance in the coordination plan in order to allow that the load points of the various regions be in this way covered. The great masses of energy displaced in the interconnection lines will undoubtedly account for lowering the average cost of the facility put to the consumer's disposal thanks to a more complete use of the transmission lines which possibly will have to be built in order to operate under a tension of 230 kilowatts.

Railroads will perform a highly interesting role in the embodiment plan inasmuch as its progressive electrification will greatly help the launching of a vast interconnection system. Let us take, for instance, the great aid which has been rendered by the 88.000 watt transmission lines of "Companhia Paulista de Estradas de Ferro", which starting from Parnaíba already reach the town of Bauru. In view of this cooperation it was possible to supply electric power, generated by "São Paulo Light" to various companies which were having trouble, located along the rails of this prosperous railroad. (The "Campinas-Americana-Piracicaba system is still being supplied with power through the circuits of "Companhia Paulista de Estradas de Ferro").

There is every indication that the great *coordinated system,* which projects into São Paulo State and *whose study is under way,* will be formed with two vast transmission trunks extending in the East-West and North-South general directions and crossing at a

(Continua na página 97)

Nova esperança para as vítimas de males venéreos

Convença-se — e diga a outros — de que a Gonorréia e a Sífilis *podem* ser curadas!

A Sífilis é chamada "A Grande Imitadora" porque seus sintomas são, frequentemente, semelhantes aos de outras moléstias.

As doenças venéreas *podem* ser evitadas. Pergunte como, ao seu médico!

Novas drogas encurtam o período de tratamento. Se a Sífilis e a Gonorréia forem tratadas a tempo, elas podem ser, quase sempre, curadas.

Mesmo nos últimos estágios o tratamento diminui o sofrimento. E novas drogas podem agora curar a Sífilis e a Gonorréia numa *fração* do tempo até há pouco necessário. Peça ao seu médico informações sôbre êstes novos tratamentos. Ficará surpreendido com as boas novas que êle tem para Você.

A Sífilis não tratada pode causar doenças cardíacas, paralisia, morte. *Gonorréia não tratada pode* levar à cegueira (especialmente em crianças), invalidez, esterilidade.

O que Você ignora pode prejudicá-lo. Muitas pessoas têm Sífilis ou Gonorréia e não o sabem. Os sintomas podem não ser sérios. *Proteja-se... conhecendo-os!*

Sintomas da Sífilis: uma pequena ferida (chamada cancro) na parte exposta. Embora ela possa ceder em algumas semanas, isto não significa que o mal tenha sido curado. Está se espalhando pelo corpo!

Outros sintomas: dores de cabeça, às vêzes garganta dolorida e febre; frequentemente uma erupção vermelho-escura, de 10 dias, mais ou menos, a 3 semanas depois do contato.

Sintomas da Gonorréia: dificuldade em urinar, emissão de pus. Nas mulheres, particularmente, êstes sintomas podem ser tão insignificantes que passam despercebidos.

Todos precisam de um exame de sangue! Apesar de que a maioria dos casos de Sífilis pode ser evitada com precaução adequada, esta moléstia pode ser contraída inocentemente — tão contagiosa e tão enganadora é ela. Não vale a pena arriscar! Comumente um exame de sangue basta para denunciar a sífilis.

Se um exame mostrar que Você *não tem* a moléstia, Você ficará aliviado.

Se mostrar que Você a tem, ficará satisfeito de o ter descoberto em tempo. *O tempo é que importa!*

Em apenas um minuto Você tira sangue para um exame. Entretanto, isto pode poupar-lhe anos de sofrimento. *Consulte seu médico! Faça um exame de sangue agora!*

● Você verá o nome SQUIBB nas prateleiras de sua farmácia. Nas receitas de seu médico também. Porque SQUIBB é um dos maiores fabricantes do mundo de penicilina, estreptomicina, vitaminas, anestésicos, hormônios e outros medicamentos receitados pelo seu médico para restabelecer ou assegurar sua saúde. Desde 1858 os Laboratórios de Pesquisas de Squibb têm descoberto, aperfeiçoado e produzido medicamentos para melhorar o padrão de saúde e aliviar o sofrimento humano em todo o mundo.

SQUIBB

PRODUTOS FARMACÊUTICOS

7 GRANDES PRODUTOS!

Pertencentes à afamada família **ACCO**, êstes sete produtos se distinguem entre os seus congêneres pela sua esmerada fabricação e pureza que lhes garantem a preferência das boas donas de casa! São êles o resultado de incansáveis esforços de técnicos competentes e experimentados que tudo têm feito para apresentar aos milhares de consumidores dos produtos **ACCO** o que pode haver de melhor na indústria de óleos e gorduras comestíveis!

PRODUTOS DE
ANDERSON, CLAYTON & CIA. LTDA.

ÚNICOS AGENTES
FRIGORÍFICO WILSON DO BRASIL S.A.

CRÔNICA PARLAMENTAR

Lições do Orçamento

AO contrário do que seria lícito prever, a batalha dos mandatos não se encerrou, como era esperado, em novembro. Prolongou-se por todo o mês de dezembro, sem que a maioria pessedista e a ala udenista que a apoia conseguisse de uma vez por tôdas eliminar do Parlamento os deputados e o senador eleitos pela legenda do Partido Comunista, cujo registro, como se sabe, foi cassado pelo Superior Tribunal Eleitoral.

Tudo faz crer, porém, que a cassação dos mandatos terá a sua etapa final êste mês, o primeiro de 1948. E' a conclusão que se impõe em face dos mais recentes desenvolvimentos em tôrno do assunto, que, aliás, está despertando viva controvérsia, tanto nos círculos políticos como nos jurídicos, pois sôbre a legalidade do projeto Ivo d'Aquino têm surgido opiniões as mais controvertidas de personalidades eminentes entre os nossos cultores do direito.

A esta crônica, que tem como objetivo precípuo examinar questões de natureza econômica, a batalha dos mandatos não interessa maiormente. Todavia, seria impossível deixar de lhe fazer uma referência, porquanto ela é, sem dúvida, o tema de constantes e ardentes debates, tanto no Parlamento como fora dêle, na imprensa, que não poderia furtar-se de tomar posição no caso, na conformidade das suas convicções e interêsses. Estabelecido que a política não está na linha das nossas preocupações, dispensamo-nos de maiores comentários. O que não era possível era silenciar em tôrno de matéria que está apaixonando a opinião, ao menos para registrar, em caráter informativo, o que se passa. A impressão geral, pode-se dizer, é que os parlamentares eleitos pela legenda do P. C. B. não conseguirão vencer o mês de janeiro, a despeito dos esforços que vêm desenvolvendo na defesa dos seus mandatos.

Sem sair do campo político e apenas em sentido informativo, é bom registrar que ao findar o ano a Justiça Eleitoral decidiu casos que terão decisiva influência no panorama político nacional. Queremos aludir aos julgamentos do Superior Tribunal Eleitoral que cassaram os mandatos de quase 200 vereadores paulistas e um prefeito eleitos pela legenda do P. S. T., bem assim as que dizem respeito ao govêrno de Pernambuco. Neste caso, parece não ser imprudente adiantar que a vitória do Sr. Barbosa Lima Sobrinho está assegurada, encerrando-se, portanto, um dos mais ruidosos e delicados conflitos partidários, que estava afetando de maneira muito séria a normalização da vida política e administrativa de um dos mais importantes Estados da Federação. Aliás, a vitória do Sr. Barbosa Lima Sobrinho se positivara desde os primeiros momentos e só por inauditos requintes de tática política não poderá o conhecido escritor e homem de imprensa ocupar o pôsto para que fôra escolhido pelo eleitorado pernambucano.

ECONOMIA E FINANÇAS DO BRASIL

Contamos que os nossos leitores não se surpreenderão ante a pobreza, pobreza relativa, de assuntos econômicos neste período que estamos examinando. O mês de dezembro foi sobretudo de debates políticos, em vista do absorvente interêsse que teve no Parlamento a questão dos mandatos. Não houve e não podia haver muito tempo para dedicar a outros assuntos. Anotando um fato que, de resto, é do conhecimento de todos, queremos tão somente ressalvar a pobreza relativa das nossas informações e comentários, decorrente das próprias limitações a que estamos sujeitos nesta seção.

Ainda bem que, dentro dos estritos contornos do nosso quadro, podemos registrar um documento da importância do discurso que foi pronunciado pelo Sr. Horácio Lafer, na sua qualidade de presidente em exercício da Comissão de Finanças. Cumprindo um dispositivo regulamentar, aquêle representante paulista e figura das mais eminentes das classes conservadoras fêz uma clara e compreensiva exposição da situação econômica, financeira e orçamentária do Brasil em discurso que, sem exagêro, deve ser considerado dos mais importantes e graves que a Câmara ouviu nesta legislatura.

De início, desculpou-se o Deputado Horácio Lafer do que chamou a insipidez das cifras, das quais iria ser pontilhada a sua exposição. A desculpa poderá ser protocolar. Na realidade, porém, o presidente da Comissão de Finanças nenhuma excusa deveria apresentar. Ao contrário; pois a verdade é que a alegada insipidez das cifras precisa o mais depressa possível substituir a eloquência vã, o abuso da palavra e da eloquência, que se fazem sentir tão acintosa e inutilmente no Parlamento, tomando o lugar do que deveria ser o debate objetivo e sereno dos nossos problemas. O gôsto pela palavra, que se pensa bonita, quando em geral não o é, tem sido e continua a ser um dos principais males das nossas câmaras legislativas. Por ter sido inflexível no uso de cifras nada perdeu o Sr. Horácio Lafer, antes ganhou em objetividade, pois o seu discurso é um resumo fiel e imparcial das realidades econômico-financeiras, dentro das quais temos de agir e viver.

O exame da situação orçamentária mostra que o Legislativo se conduziu com prudência é clara compreensão das suas responsabilidades. A sua conduta nesse particular foi também orientada no sentido de cumprir as determinações constitucionais e colaborar com o Executivo para uma mais justa e adequada solução das questões relacionadas com a elaboração orçamentária.

Como se sabe, o Executivo apresentou uma proposta orçamentária em que havia um "deficit" de cêrca de 430 milhões de cruzeiros. Os pedidos de verbas, oriundos da Câmara e do Senado, se elevaram a 6 biliões e 600 milhões de cruzeiros, quantia excessiva, mas que se justifica em parte pelo empenho dos deputados e senadores em obter meios financeiros para atender a interêsses de Estados e regiões a que se acham ligados. Guiada por um severo senso realista, a Câmara decidiu-se pela solução mais sensata e condizente com a situação do país. Rejeitou heroicamente a maior parte dos pedidos de verbas, aceitando apenas da Câmara 804 milhões de cruzeiros e do Senado 124 milhões, ou seja um total de 928 milhões, em números redondos. Mesmo assim, chegou-se ao equilíbrio, mediante a votação das leis sôbre a reforma do impôsto de renda e do impôsto

sôbre transferências. E mais do que equilibrado, o orçamento para êste ano pôde ostentar um "superavit" de 1.278.996 cruzeiros.

Uma análise de detalhe do orçamento aprovado para o ano em curso mostra, por exemplo, que os Ministérios mais produtivos os da Viação, Agricultura e Educação receberam verbas que representam uma percentagem de 35,9 por cento no total da despesa, o que significa melhora. Essa percentagem está longe, todavia, daquela que devíamos dedicar aos citados departamentos; 50 por cento do total da despesa é o alvo para o qual devemos dirigir os nossos esforços, como bem observa o Sr. Horácio Lafer. Nesse ponto, a posição do Brasil em relação a vários países do continente é inferior. Pois — é o Sr. Lafer quem informa — já em 1942, o Peru destinava aos aludidos Ministérios 38,1 por cento da sua receita; a Argentina, 34,7 por cento; o Chile, 38,1 por cento; o México, 43,3 por cento. Essa percentagem elevava-se na Venezuela, em 1946, a 59,3 e no Peru, em 1947, a 43,1. Proporcionalmente, portanto, o Brasil é dos países do continente dos que menor percentagem da receita dedicam aos Ministérios que mais contribuem para o seu progresso econômico e cultural.

LIÇÕES DE ORÇAMENTO

Um dos capítulos mais interessantes da exposição do Sr. Horácio Lafer é aquêle em que deduz alguns ensinamentos relativos à elaboração orçamentária, apontando em primeiro lugar o que denomina um êrro constitucional. Com efeito, a Constituição incide num equívoco, quando determina que a proposta orçamentária seja apresentada ao Legislativo até 15 de maio, o que quer dizer que o Executivo prepara o Orçamento oito meses antes do ano em que deve vigorar. O resultado, comenta o Sr. Horácio Lafer, é que ao ser votada pelo Legislativo a proposta orçamentária fatos novos surgem e alterações se fazem necessárias. Erros e omissões que se notem na proposta têm nessa demasiada antecedência uma justificativa, que não pode deixar de ser levada em conta.

A falta de um conveniente planejamento no orçamento brasileiro já foi apontada pelos entendidos. A essa deficiência alude, em crítica discreta, o Sr. Horácio Lafer. Muito justas as observações de que as verbas devem ser destinadas preferentemente às obras de caráter reprodutivo mais imediato e que a manutenção deve preponderar sôbre a criação. Daí a conclusão de que "um planejamento é indispensável para evitar um esfarelamento de verbas, que, embora para fins úteis, são, no conjunto, prejudiciais ao interêsse coletivo".

Fêz o presidente da Comissão de Finanças uma observação que merece as atenções dos nossos homens públicos. Justificando a tendência do Parlamento para agravar a despesa, por ser o ponto de confluência de interêsses de tôdas as regiões do país, lembrou o exemplo da Inglaterra, onde o Parlamento não pode aumentar despesas, cabendo-lhe apenas votar e fiscalizar. Para corrigir os inconvenientes dos aumentos de despesa, sugere uma coordenação prévia de partidos e líderes, de modo a se estabelecerem limites que não poderão ser ultrapassados. A sugestão é oportuna e, se aceita, poria fim a muitos despropósitos que todos os anos se repetem, sem falar no precioso tempo esbanjado no exame de emendas nem sempre sensatas, pois que inspiradas em fins puramente eleitorais e demagógicos.

Não nos é possível acompanhar minuciosamente a exposição do Deputado Horácio Lafer nos diferentes aspectos que abrange ao estudar a situação econômica e financeira do Brasil. E' uma parte essa do seu discurso que recomendamos aos especialistas. Desejamos, no entanto, alinhar as conclusões a que chegou o representante paulista e que são estas: a) o mercado interno deve ficar, na justa medida, reservado à produção nacional; b) a produção deve ser amparada por um financiamento adequado, fixado por meio de hierarquia razoável; c) garantia de preços mínimos, indispensável ao estímulo da produção agropecuária; d) facilidade de exportação. No que tange à situação financeira, salienta o Sr. Horácio Lafer a preocupação do govêrno no sentido de conter a vaga inflacionista, referindo-se às medidas do Ministro da Fazenda visando reduzir despesas no passado exercício, a fim de reduzir o avultado "deficit" previsto. Até setembro de 1947, o "deficit" efetivo não atingia a 13 milhões de cruzeiros, quando se sabe que o previsto se elevava à fabulosa soma de 2.356 milhões de cruzeiros. Outro índice animador a que alude o Sr. Horácio Lafer é a posição das contas do Tesouro com o Banco do Brasil. Até 29 de novembro último, havia um saldo a favor do Tesouro de 726.911.557 cruzeiros em contraste com um saldo devedor, na mesma data de 1946, de 2.799.715.658 cruzeiros. As duas cifras evidenciam uma recuperação em favor do Tesouro, no exercício de 1947, de 3.526 milhões de cruzeiros. As medidas de combate à inflação se traduzem numa constante e firme contração do meio circulante através de todo o ano há pouco findo. Constatando uma redução de 200 milhões de cruzeiros no meio circulante, pôde o presidente da Comissão de Finanças asseverar que "a inflação não constitui mais problema para o atual govêrno, desde que continue a mesma política de severa compressão nos gastos, restringindo-se o uso nocivo dos créditos adicionais".

O panorama que o Deputado Horácio Lafer traça da situação econômica e financeira do Brasil não resvala para as sombras do pessimismo, nem incide no mal oposto do excessivo otimismo, que refoge deliberadamente aos fatos e realidades. Procura ser preciso e objetivo. Por isso mesmo, faz jus a atenção de quantos se preocupam com os graves problemas nêle ventilados. Em certa altura do seu discurso, revela o representante paulista que o Brasil de 1823 a 1947 teve 19 exercícios com "superavit" e 105 com "deficit". Acompanhamos os seus votos para que em 1948 tenhamos o nosso vigésimo orçamento com saldo.

PETRÓLEO E JUTA

Ao Sr. Herbert Levy, sempre interessado em nossas questões de base, coube fornecer à Câmara informações e reparos oportunos em tôrno do petróleo. Convidado pelo Governador Otávio Mangabeira, o deputado paulista visitou a Bahia recentemente, observando os trabalhos que o Conselho Nacional do Petróleo vem ali realizando. O Sr. Herbert Levy, sem embargo da boa impressão que lhe causara o esfôrço daquela entidade, salientou com justeza que não era lícito esperar tudo do C. N. P., que não dispõe de meios para promover a exploração e o aproveitamento das nossas reservas petrolíferas. Não há dúvida de que os recursos do C. N. P. são mesmo uma gôta no oceano, em face da complexidade e vastidão dos problemas a enfrentar.

Como espírito esclarecido que é, o Sr. Herbert Levy não podia formar ao lado de quantos por extremado e injustificável jacobinismo se recusam a aceitar a solução mais consentânea com as nossas necessidades, isto é, o auxílio de capitais e técnicos estrangeiros. Admitindo como possível e desejável êsse apoio, o Sr. Herbert Levy argu-

mentou que somos capazes de fazer leis que protejam os nossos legítimos interêsses. Lembrou a propósito o caso do México. Quando o govêrno mexicano resolveu expropriar os poços petrolíferos, as emprêsas prejudicadas recorreram às chancelarias dos seus países. Estas, porém, recusaram-se a interferir, numa demonstração de que as relações internacionais se baseiam hoje em dia no respeito recíproco. Não há como subscrever, pelo que exprimem de exata compreensão do nosso problema petrolífero, estas palavras: "O fato é que o desenvolvimento econômico do país terá um formidável impulso com a exploração adequada do seu sub-solo e não devemos, por preconceitos infundados ou por jacobinismo, continuar paupérrimos e erguendo lôas às nossas riquezas potenciais, que não exploramos".

No momento em que as dificuldades de importação da juta indiana passa a constituir grave preocupação para as classes produtoras, que se vêem privadas da sacaria necessária, é justo que se relembre os esforços dos colonos japoneses, que se estabeleceram na Amazônia, onde fundaram uma promissora cultura de juta. Foi um esfôrço por todos os títulos louvável, tanto mais quanto completamente desamparado de assistência govenamental. A despeito disso, a persistência no labor deu em resultado que a cultura da juta se firmasse e desenvolvesse a ponto de contribuir hoje com a quinta parte do consumo nacional.

Temos, pois, uma excelente base e dela devemos partir, auxiliando-a técnica e financeiramente. No sentido das considerações acima é que se pronunciou na Comissão de Finanças o Deputado Agostinho Monteiro, dando parecer sôbre o projeto do seu colega Carvalho Leal, que manda criar uma sub-estação experimental para cultura da juta e outras plantas têxteis no município de Paratins, no Amazonas.

Alegou o Sr. Agostinho Monteiro que o Ministério da Agricultura "não acompanhou e muito menos orientou o surto da nova e útil riqueza vegetal". Sem assistência agrícola, econômica e financeira, a cultura da juta não pôde desenvolver-se na plenitude das suas possibilidades e agora se vê ameaçada pelo transporte irregular e fretes onerosos. O projeto em aprêço é, portanto, a oportunidade para um reexame da questão da juta, indicando-se as providências mais propícias ao melhor aproveitamento de tão importante riqueza vegetal.

SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Encerraremos a nossa resenha de dezembro com uma referência ao parecer do Deputado Piza Sobrinho sôbre o projeto do Sr. Aliomar Baleeiro, que assegura financiamento a longo prazo aos municípios para serviços públicos. Em crônica anterior, aludimos por alto ao projeto do deputado baiano e agora dêle nos ocuparemos mais em detalhe, porque, na verdade, se trata de uma iniciativa patriótica, que vem atender a um aspecto relevante da vida brasileira.

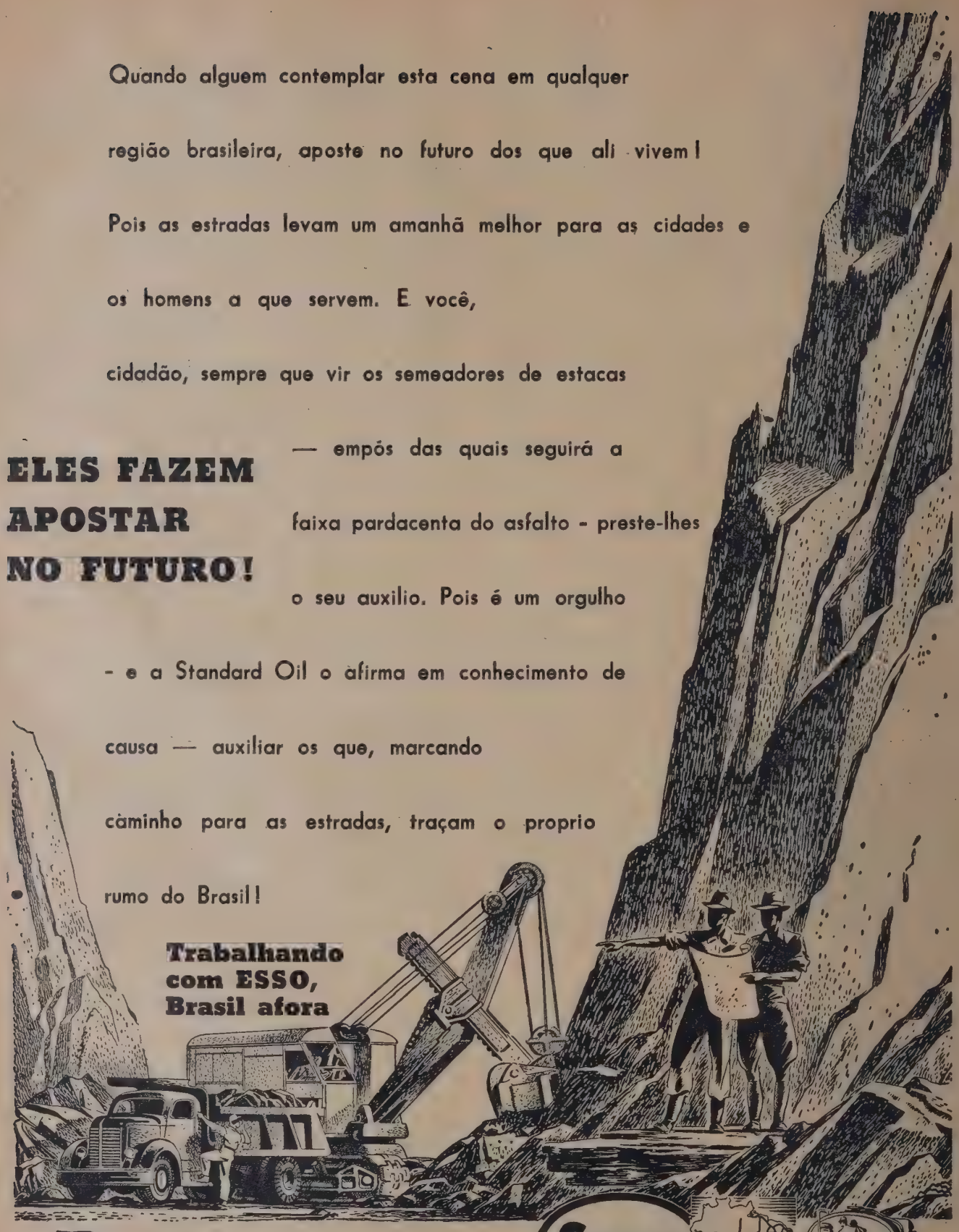
Para se ter uma idéia segura da importância do projeto, convém enumerar os serviços públicos que poderão ser financiados, na forma nêle prevista, a saber: captação e canalização de água potável; produção ou distribuição de energia elétrica; rêde de esgotos; construção de edifícios adequados para hotéis ou hospedarias; cais de atracação de navios e respectivos armazéns; matadouros modelos com aproveitamento de sub-produtos e balanças automáticas de pezar gado; mercados públicos; linhas intermunicipais ou inter-distritais de transportes marítimos, fluviais ou rodoviários coletivos de passageiros ou carga; linhas telefônicas urbanas, inter-distritais ou inter-municipais; pontes e estradas sob regime de pedágio.

Quem conhece as precárias condições de vida da maioria dos municípios brasileiros não pode deixar de aderir à magnífica iniciativa que representa o projeto do Sr. Aliomar Baleeiro. Aprovando-o, afirmou o Sr. Piza Sobrinho que êle "exercerá uma ação eficiente na elevação do padrão de vida das populações sertanejas e do interior com as melhores consequências para o grau de cultura e de pujança do país". O que nos parece menos feliz é que o projeto estipule que a amortização dos empréstimos — dentro dos prazos mínimo de 10 anos e máximo de 20 — se faça segundo a tabela Price e com juros de 7 por cento ao ano. Mas êsse e outros senões porventura existentes poderão sem dificuldade ser escoimados no curso dos debates que se travarão nas comissões e no plenário, uma vez que o projeto é dêsses que merecem a melhor atenção do Legislativo.

Quando alguem contemplar esta cena em qualquer região brasileira, aposte no futuro dos que ali vivem!

Pois as estradas levam um amanhã melhor para as cidades e os homens a que servem. E você, cidadão, sempre que vir os semeadores de estacas — empós das quais seguirá a faixa pardacenta do asfalto - preste-lhes o seu auxilio. Pois é um orgulho - e a Standard Oil o afirma em conhecimento de causa — auxiliar os que, marcando càminho para as estradas, traçam o proprio rumo do Brasil!

ELES FAZEM APOSTAR NO FUTURO!



Em todo o mundo, tem ficado provado que o asfalto é o tipo de pavimentação mais econômico para quem constroi e conserva estradas, e para os que transitam sobre elas. (No mapa ao lado do oval o Plano Rodoviario Nacional).

Esso

★ **STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL** ★

McC

Contrôle Técnico pelo Congresso

Aristóteles Ilmo

FEITO pelo Parlamento, o contrôle técnico pode obedecer, em resumo, ao seguinte processo: autorizados os planos de obras e indústrias, o próprio Parlamento fiscaliza durante ou após a realização dêsses planos a conformidade do autorizado com o realizado. Expresso em outras palavras, o esquema traduz um processo em que os representantes do povo, com o orçamento e os planos físicos na mão, cotejem periodicamente, em seus traços fundamentais, os serviços, obras e indústrias realizadas, com os respectivos planos aprovados. Do ponto de vista da legalidade — no campo do contrôle legal-contábil — a tarefa do Congresso é saber se uma dotação para a construção do pôrto "X" foi realmente aplicada em tal construção — se nas encomendas, contratos, pagamentos e outras fases da execução orçamentária, as leis, inclusive o famoso Código de Contabilidade, foram cumpridas. Do ponto de vista do que os técnicos de organização denominam "contrôle técnico", a questão está em o Congresso saber se o plano de construção — do pôrto, do açúde, da rodovia, etc. — foi realmente cumprido, se foi cumprido apenas em parte ou se foi cumprido o plano aprovado e não outro. Não basta verificar a legalidade formal dos pagamentos feitos, e sua conformidade com as dotações orçamentárias. As dotações para obras, indústrias e serviços são comumente dotações globais ou, quando discriminadas, sempre deixam ao Poder Executivo um largo campo de arbítrio. Na realidade os ministros podem encontrar razões, legais ou aparentemente legais, que justifiquem o abandono de certos serviços em meio; o orçamento consigna dotações para "melhoramentos", para a construção do açude "a" ou "b" ou simplesmente para "obras de açudagem", "obras de saneamento", deixando aos órgãos executivos ampla margem para resolverem sôbre a utilização parcial ou total dos créditos, para preferirem uma obra em detrimento de outra. Na prática o contrôle legal e o contábil nada têm a ver com o conteúdo dos planos, com o modo de realizá-los e, menos ainda, com seus objetivos e resultados. Quando os recursos financeiros minguam, as obras são iniciadas, prosseguidas ou concluídas à escolha dos órgãos do Poder Executivo, escolha feita a seu critério entre tôdas as obras para cujas despesas existam créditos autorizados pelo Congresso.

São êstes e outros inconvenientes que o contrôle técnico deve eliminar, permitindo a fiscalização que o contrôle legal-contábil não abrange nem pode abranger. Sob o contrôle parlamentar em geral, eis a situação presente:

— Contrôle legal. Êste vem sendo realizado com graves restrições e grandes omissões. O resultado do contrôle das despesas autorizadas no orçamento ordinário federal chega ao Congresso através do Tribunal de Contas, pelo modo falho e incompleto reconhecido por todos, inclusive pelo Congresso e pelo Tribunal. O contrôle da execução orçamentária das autarquias ainda não é feito nem pelo Tribunal nem pelo Congresso. E o das contas das sociedades de economia mista, nem mesmo se cogita de levá-lo ao Parlamento.

— Contrôle técnico. Esta modalidade de contrôle parlamentar ainda não é realizada no serviço público federal brasileiro. Não é realizado pelo Congresso de modo nenhum. O Congresso cria órgãos e autoriza despesas mas não verifica se os órgãos funcionam a contento e se as despesas são aplicadas de acôrdo com os planos. O contrôle executivo que aos ministros e órgãos centrais cumpre realizar sôbre os planos parciais das repartições é realizada de modo imperfeito por meio de visitas ministeriais esporádicas ou de inspeções. A deficiência de contrôle técnico é mal comum às três formas de organização adotadas pelo govêrno federal — o sistema direto dos ministérios, as autarquias e as sociedades de economia mista.

A insuficiência do contrôle legal-contábil para abranger o campo da execução técnica vem de longe e assume fôrça de jurisprudência incontestada que não dissipa a dúvida reinante quanto à extensão do campo de arbítrio do Poder Executivo no emprêgo de dotações para obras e indústrias. Essa dúvida seria expressa na seguinte pergunta: pode o executivo, dispondo de recursos financeiros, deixar de realizar uma obra cuja despesa está autorizada no orçamento?

O CONTRÔLE QUE NÃO EXISTE

O Executivo pode e deve comprimir despesas de custeio e rotina, promovendo a chamada "economia nos gastos públicos"; os ministros fazem bem ao evitar desperdício de material de expediente e mesmo a compra de certos materiais de uso duradouro. Mas se o Executivo propõe ao Legislativo e êste aprova ou se o próprio Legislativo, de iniciativa própria, aprova o crédito para a construção de um pôrto, não parece que essa construção fique à discreção dos ministros. Tomemos para objeto de análise um fato recente, capaz de elucidar o tema. O Poder Executivo está promovendo junto ao Congresso a aprovação de créditos para as obras da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco. Tratando-se de créditos especiais, sua aplicação poderá ser distribuída por vários exercícios, ficando o Executivo como único senhor da execução do plano de eletrificação do Nordeste. Utilizará a autorização legislativa para integrar o capital daquela sociedade de economia mista, por partes, maiores ou menores segundo êle, o Executivo, resolva ace-

lerar ou retardar a realização do plano. De posse da autorização legislativa, o Executivo poderá inclusive aplicar os recursos financeiros, de que dispuser, em outras despesas autorizadas que, a seu juízo, sejam mais urgentes, e assim retardar ou mesmo abandonar a eletrificação do Nordeste. E contra isso nada se poderá invocar, em face dos mandamentos do contrôle legal-contábil, nos têrmos em que êste se realiza no Brasil.

Nos casos de créditos concedidos dentro do orçamento, a não aplicação ou aplicação parcial tem desfecho em prazo curto, em virtude de vigência apenas por um ano daqueles créditos. Já nos créditos especiais, concedidos por prazo indeterminado, a necessidade do contrôle técnico pelo Parlamento, como se observa na hipótese figurada para a Hidro-Elétrica, assume relevância gritante. Se o Parlamento não acompanha a execução dos planos que institui e dos que homologa, êle se desliga de grandes setores da política econômica oficial e cai à situação de caudatário em relação ao Executivo.

Mas deixemos, embora com esfôrço, o papel do Congresso no ordenamento da política econômica do Govêrno para entrar na intimidade de certos fatos do contrôle.

Levados os dois tipos de contrôle até o pormenor, o assunto foge ao campo do comentarista e se desdobra entre as especialidades dos contadores, dos juristas, dos organizadores e donos de cada uma das técnicas abrangidas na execução dos serviços públicos. Não nos incumbe entrar na discussão da oportunidade e das vantagens do contrôle prévio, concomitante ou posterior, nem tão pouco, opinar na contenda clássica dos chamados contrôle executivo, judicial e parlamentar. O que nos interessa agora e está ao nosso alcance são as linhas gerais do contrôle, que incumbe aos representantes do povo realizar, da execução dos planos físicos de serviços, obras e indústrias a cargo do Poder Público. E é evidente que neste comentário ao chamar a atenção dos especialistas para o contrôle técnico parlamentar, não exclui o contrôle técnico executivo. Evidentemente êste último já é realizado em pequeno vulto no serviço público brasileiro e merece ampliação e generalização a todos os setores onde tem cabimento. O contrôle técnico executivo do DNER sôbre a construção rodoviária por êle mesmo executada, o das obras contra as sêcas pelos respectivos órgãos de supervisão, o da construção das colônias agrícolas pelo DNPV e todos os demais regimes de inspeção e fiscalização técnica a cargo dos órgãos centrais executivos não seriam, de modo nenhum, excluídos nem substituídos pelo contrôle parlamentar. Os ministros devem verificar se os planos aprovados pelo Congresso ou os planos preferidos pelo Executivo estão sendo cumpridos, mas ao Congresso compete verificar se todos os planos do Peder Público estão sendo cumpridos, como e até que ponto estão sendo cumpridos. O contrôle interno pelos órgãos controladores do Poder Executivo deve ser onímodo, amplíssimo, levado ao último pormenor. Deve ser concomitante e posterior, abrangendo tôdas as indicações têcnicas das plantas, projetos e traçados, enquanto a fiscalização parlamentar se restringe às "grandes linhas", no fato bruto da realização da obra, da fabricação ou da instalação. A verificação da conformidade entre o pêso dos fios e a capacidade de suporte das terras de transmissão de energia no ramal Paulo Afonso a Propirá deve ficar a cargo do Conselho Administrativo da própria Hidro-Elétrica do São Francisco. Mas se, depois de aprovados os planos das linhas-tronco de transmissão — uma para Propriá outra para Caruarú — outra para Feira de Santana — suprimiram a linha-tronco Paulo Afonso-Propriá, aí deve funcionar o Congresso com seu contrôle para constatar essa "alteração básica" ocorrida no plano primitivo, para informar-se dos motivos dessa "mudança fundamental" no traçado e restabelecer o plano primitivo se os motivos apresentados não o satisfizerem. Outra hipótese — também no campo técnico de matéria básica ou fundamental — seria a da administração da Cia. Hidro-Elétrica manter no plano o trecho-tronco de transmissão Paulo Afonso-Propriá mas retardar a sua construção, preterindo-a em favor do trecho de Caruarú, em prejuízo do Estado de Sergipe e de grande parte da zona ao sul da Cachoeira. O instrumento próprio para coibir êsses inconvenientes seria o contrôle técnico parlamentar que ainda não existe em qualquer setor de nosso serviço público.

Sem êsse instrumento não é possível estabelecer cotejo dos planos com os fatos e realizações concretas que devem decorrer dos planos. Vamos a outro exemplo, desta vez em esquema por fases. Suponha-se aprovada a construção de um ramal da Leste Brasileira, para cobrir o percurso de Pacatuba a Pôrto da Fôlha, passando por Japoatan; logicamente, que a aprovação incluiu um plano específico, com traçado, estações, obras de arte, tipo de linha a aplicar, etc. Admita-se também que, por motivos próprios, a construção do ramal foi planejada para ser concluída em dois anos. Há, pois, um grupo de obras que devem estar prontas no primeiro ano e outro grupo, certamente complementar, a ser executado no segundo e último ano. Seria talvez um ramal contra-indicado porque iria costear o rio em

LUIZ CAMPOS FILHOS & CIA.
Sucessores de LUIZ CAMPOS
Estabelecidos em 1887
COMISSÕES - AGENTES DE VAPORES - COMISSÁRIOS DE AVARIAS
Matriz: RIO DE JANEIRO
RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 51
Fones: 43-8016 — 43-8215
Telegr. CAMPOS
Caixa Postal, 45
Filial: SANTOS
Praça VISC. MAUA', 26 - 2.º - s/204
Fone: 5.233
Telegr. LUCAFICO
Santos — S. Paulo
E. F. LUIZ CAMPOS
CORRETOR DE NAVIOS
Fones: 43-8016 — 43-8215

trecho navegável mas, além de outros motivos, convém não perder de vista a região que vai ser trabalhada pela Hidro-Elétrica do São Francisco.

Além do plano técnico do ramal, compreendendo material, equipamentos, trabalho de preparação da linha, obra de arte, pessoal, etc., também seria indispensável a elaboração do orçamento da construção. Sendo o orçamento da União aprovado por exercício anual, o orçamento específico do ramal seria dividido em duas partes — uma correspondente ao grupo de obras realizáveis no primeiro ano, outra do grupo realizável no segundo e último ano. Concordando com a construção do ramal e informado de que ela se realizaria em dois anos, o Congresso começaria votando e incluindo no orçamento federal a parte do orçamento do ramal destinada às despesas do primeiro ano do plano.

Até aqui temos a fase orçamentária precedida pelo planejamento. O contrôle técnico se realizará de agora em diante, durante ou após a execução da obra, segundo o contrôle seja concomitante ou posterior. No caso de contrôle posterior, êle poderá ser realizado por uma comissão parlamentar ou uma comissão de técnicos que, por ordem do Congresso, compareça nos primeiros meses após o primeiro ano foram realizadas. Se essas obras estiverem realizadas, bastará à comissão parlamentar ou seu grupo de técnicos informar à mesa da Câmara; se as obras estiverem retardadas ou não iniciadas, competirá à Comissão Parlamentar pedir explicações ao Ministro da Viação ou, se fôr o caso, convocá-lo para dar explicações à Comissão ou ao próprio plenário. Se o contrôle fôr concomitante, é evidente que a verificação no local, em vez de incidir sôbre o grupo de obras correspondentes ao ano anterior deverá incidir sôbre as próprias obras em andamento. Supõe-se em qualquer caso que os técnicos da Câmara possuam os dados principais do plano técnico do ramal. Não seria necessário que fizessem a verificação pormenorizada e, de modo nenhum, verificariam contas, preços e balancetes financeiros da construção de vez que essa tarefa compete ao Tribunal de Contas e o contrôle agora cogitado é o contrôle técnico da execução dos planos.

Ressalvados os defeitos dêsse esquema, êle poderia ser aplicado a quaisquer obras — de açudes, de rodovias, portas, etc. — e, pelo menos quanto ao método, estendido a vários objetivos do serviço público brasileiro. O esquema nada tem de original e foi traçado neste comentário apenas para ressaltar que o contrôle financeiro (legal-contábil) em nosso serviço público continua falho e pouco operante, mas o outro contrôle — o da execução do material — também necessário e indispensável, êste ainda não existe. Falta decidir se êsse contrôle que ainda não existe pode ser feito pelos próprios parlamentares ou deve ser executado por técnicos a serviço da Câmara; se deve ser concomitante ou posterior, permanente ou eventual, geral ou específico, rigoroso ou de amostra. São problemas de circunstância sôbre os quais cumpre às Câmaras resolver quando legislarem sôbre a matéria. O Congresso não pode delegar suas atribuições a qualquer dos outros dois poderes mas pode instituir órgão seu, integrado por funcionários seus para realizar tarefa que é sua. Enquanto não escolher uma dessas soluções e não a levar à prática, o Congresso ficará aprovando dotações para obras que podem ser retardadas, não iniciadas ou realizadas apenas em parte.

NAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

A inclusão das sociedades de economia mista no sistema do contrôle parlamentar tem sua razão de ser. Não se pode admitir execução de planos do Estado que escape ao contrôle do Congresso. Quanto à necessidade de contrôle dos planos da União custeados por intermédio de seu orçamento ordinário, não existem objeções. Quanto ao contrôle das obras federais a cargo das autarquias, não existem também objeções razoáveis. A maior novidade estaria no contrôle parlamentar da execução dos planos a cargo das sociedades de economia mista. A Constituição manda submeter ao Tribunal de Contas as contas das autarquias mas não dá uma palavra sôbre as despesas e planos das sociedades de economia mista. Estas emprêsas (Banco do Brasil, Volta Redonda, Cia. Vale do Rio Doce, Banco da Borracha, etc.) são entidades criadas pelo govêrno federal; seus presidentes e alguns diretores são nomeados pelo Presidente da República e, como delegados do govêrno, executam planos do Estado, orientados, bem ou mal, no sentido da política econômica também do govêrno federal. Mas apesar de, na prática, serem emprêsas do Estado e destinadas a cumprir sua política econômica, seus balanços contábeis e seus planos não são submetidos à consideração dos representantes do povo.

Duas alegações, ambas jurídicas, vêm explicando essa anomalia. Primeira: que as sociedades de economia mista, sociedades anônimas como são, têm o contrôle dos atos de suas diretorias, subordinado aos conselhos fiscais e às assembléias de acionistas. Segunda: que a Constituição, quando submete ao contrôle do Parlamento a gestão do Poder Executivo, apenas se

EVITE ESTES CONTRATEMPOS...

O BANCO NACIONAL DE DESCONTOS

OPERAÇÕES BANCÁRIAS

50 - RUA DA ALFÂNDEGA - 50

refere ao orçamento ordinário e ao das autarquias e nada diz sôbre as sociedades de economia mista. Se esta segunda alegação fôsse válida, a execução dos planos do Estado jamais poderia ser controlada pelo Parlamento. Não poderia haver contrôle técnico parlamentar mesmo sôbre os serviços, obras e indústrias a cargo dos ministérios e das autarquias porque a Constituição só se refere a "julgar as contas" e a "prestar contas", etc. Ao referir-se ao próprio contrôle financeiro, a Constituição não primou pela clareza, não o definiu nem lhe deu ênfase. E não se referiu, de modo nenhum, ao contrôle técnico, material, da execução dos planos de serviços, obras e indústrias do Estado. Quem quisesse argumentar com o silêncio da Carta para afastar a execução dos planos econômicos da fiscalização parlamentar, estaria bem servido. E de fato teria ganho a partida se o silêncio constitucional nesse caso fôsse limitativo. O assunto pode ser apreendido em seu verdadeiro caráter levando-se em conta, a propósito da primeira alegação, a impossibilidade em que se acha o Congresso de, em face da lei das sociedades anônimas, de controlar diretamente as contas e os planos das sociedades de economia mista. Procurando os meios regulares para vencer tais obstáculos, as dúvidas perdem aos poucos sua primitiva consistência.

Temos de concordar que a Constituição de 1946, embora nova, repete várias fórmulas do velho liberalismo; silencia sôbre situações novas criadas pela evolução do regime capitalista nos últimos 40 anos. No que toca às autarquias e às sociedades de economia mista, as omissões são flagrantes. Os constituintes não consideraram que o Poder Público, como executor das atividades econômicas e de assistência, transformou-se e, sobretudo, cresceu intensamente em relação ao tempo da Carta de 1891. Cresceu em atribuições e, para cumprir seus novos deveres, desdobrou-se em modos de ação de que as autarquias e as sociedades de economia mista são dois exemplos. Essa ampliação do Estado, com o surgimento de atividades estatais novas e formas novas de administração, de orçamento e de contrôle já anda tão afirmada e estudada que quaisquer dissertações sôbre o fato resultam perfeitamente desnecessárias.

Em nosso caso — o caso do Brasil com suas autarquias e sociedades de economia mista — o que falta é criar regras que entrosem os orçamentos, os planos e o contrôle dessas entidades dentro do regime democrático de govêrno. Por um lado, o Congresso não pode aprovar orçamentos e planos das sociedades anônimas dirigidas pelo Estado que são autênticas entidades para-estatais nem controlar a execução dêsses planos e orçamentos em face da lei de sociedades anônimas. Por outro lado, se essas sociedades comprometem recursos financeiros do Estado e realizam planos dêste, o Congresso não pode ignorar tais planos e compromissos. Que fazer, então? A resposta só pode ser uma: cumpre encontrar formas — também novas — capazes de assegurar o contrôle democrático dos representantes da Nação sôbre os planos das sociedades de economia mista. Essas formas só podem ser encontradas através de leis especiais que revoguem alguns dispositivos da legislação das sociedades por ações.

Estou insistindo no caso das sociedades de economia mista porque o das autarquias se apresenta visivelmente mais simples. Em artigos anteriores já abordamos o tema dos orçamentos das autarquias e o da aprovação pelo Congresso da política econômica do Estado. Nas considerações presentes admitimos que, antes de decidir-se sôbre a forma de contrôle a adotar, já o Congresso tenha resolvido sôbre a aprovação dos planos e da política econômica estatal, realizada através dos três grupos de órgãos executores — os ministérios e conselhos, as autarquias e as sociedades de economia mista.

As pessoas que ainda não meditaram na gravidade dêsses problemas estranham certamente a subordinação, aqui defendida, dos planos das sociedades de economia mista, ao Congresso. Não nos compete indicar a forma legal própria para levar êsses planos, juntamente com os demais planos da União, ao Parlamento. Perguntamos, porém, àquelas pessoas se é justo subtrair ao contrôle das duas casas de representantes do povo as linhas gerais dos planos de produção da Cia. Siderúrgica Nacional e da Cia. Vale do Rio Doce. Será que os deputados e senadores não podem dizer quando Volta Redonda precisa instalar mais altos fornos? Êsses dois novos aparelhos, servidos por instalações complementares, uma vez em funcionamento, bastam para triplicar a produção de aço e ferro laminado daquela emprêsa. E como poderá o Congresso manter-se atualizado com a evolução da emprêsa sem acompanhar a execução de seus programas de produção? Não atino com qualquer motivo capaz de justificar o afastamento dêsses problemas à deliberação do Congresso.

O contrôle técnico da execução dos planos das sociedades de economia mista seria naturalmente restrito em razão do pequeno número dessas entidades e da exclusão de algumas que, pela natureza de suas funções, pouco o exigiriam. O maior volume de obras e serviços sucetíveis do contrôle técnico está a cargo do Ministério da Viação, das autarquias industriais (Lóide, Central do Brasil, etc.) e de órgãos autônomos como o DNER.

REGIME PRESIDENCIAL E PLANOS

Nestes assuntos de aprovação de planos das emprêsas estatais e de contrôle técnico pelo Parlamento convém não exagerar as coisas. As autarquias e as sociedades de economia mista são formas, já hoje, indispensáveis à administração e à política econômica do Estado. E o contrôle técnico pelo Legislativo, funcionará até certo ponto como garantia da execução dos planos, dará oportunidade às retificações necessárias, tornando mais fácil a coordenação das atividades estatais. Mas, nem o contrôle técnico nem as duas novas formas de administração trazem virtudes salvadoras. São necessários mas não são as únicas necessidades a preencher na tarefa de pôr o Brasil no bom caminho.

O aperfeiçoamento dos dois contrôles — o técnico e o legal-contábil — muito concorrerá para o aperfeiçoamento do Serviço Público Brasileiro. Isto é evidente e quase acaciano. Aplicados às autarquias e sociedades estatais de economia mista os dois contrôles fornecem a êsses tipos de administração econômica do Estado argumentos para sua defesa e sobrevivência. Com seus orçamentos, planos e balanços excluídos do exame do Congresso, tanto as autarquias como as sociedades estatais mistas ficam mais sujeitas ao ataque de seus adversários. Por mais falha e imperfeita que seja a fiscalização financeira exercida sôbre os órgãos ministeriais, sempre as autarquias vêm sendo postas em situação inferior, acusadas de fazerem administração financeira clandestina.

A alegação de que, por simples ordem executiva superior, realizam despesas estranhas às suas finalidades, deixa as autarquias e as sociedades de economia mista fora dos métodos democráticos de administração. E de fato o que caracteriza a administração ditatorial é a clandestinidade a que ficam sujeitas as despesas realizadas sem o contrôle do Congresso, seja o contrôle direto, seja o promovido por intermédio do Tribunal de Contas.

Já de outras vêzes ocorreu-nos salientar os riscos e acusações a que as emprêsas estatais de administração indireta ficam submetidas ante a recusa de subordinarem seus planos, orçamentos e contas à apreciação do Congresso. As formas indiretas de administração — autarquias, sociedades estatais, fundações, cooperativas — são as formas do futuro não porque devem substituir e eliminar as repartições de supervisão e rotina sob o encargo direto dos ministros mas porque cada dia o Poder Público se vê forçado a realizar mais, a prever e executar mais. Basta atentar para o número e a extensão dos empreendimentos agora cogitados — a Hidro-Elétrica do São Francisco, os dois planos da Amazônia e do próprio vale dêsse rio, as iniciativas de atividades básicas, assumidas por governos estaduais, através do plano do govêrno mineiro e dos estudos de obras do govêrno paulista. A extensão logicamente presumível que as obras e emprêsas estatais apresentará no futuro empresta ao planejamento e contrôle técnico das grandes linhas de execução aspectos políticos de relevância indisfarçável. Quanto maior fôr o volume de empreendimentos estatais, mais decisiva será a necessidade de subordiná-los ao Parlamento, tanto na fase de planejamento da política econômica como na execução através do contrôle técnico de supervisão. Quanto maior fôr o volume dos empreendimentos subtraídos à consideração do Congresso, mais se deturpará o regime presidencial, atribuindo-se ao Poder Executivo funções tipicamente parlamentares. O contrôle técnico, em grandes linhas, a cargo do Congresso será um instrumento de contenção aos abusos e de correção dos defeitos inerentes a êsse regime de govêrno.

Empréstimo Mineiro de Consolidação

DECRETO N.º 11.412, DE 30 DE JUNHO DE 1934, MODIFICADO PELO DE N.º 11.419, DE 5 DE JULHO DE 1934

SÉRIE "A"

RELAÇÃO DAS APÓLICES PREMIADAS

No sorteio de 31 de Dezembro de 1947

Cr$ 1.000.000,00	**942.729**
Cr$ 100.000,00	**322.614**
Cr$ 50.000,00	**124.128**
Cr$ 5.000.00	**010.509**
Cr$ 5.000,00	**728.611**

PRÊMIOS DE MIL CRUZEIROS

104.646	313.922	426.304	490.142	694.346	726.069	931.708
117.579	317.290	444.788	604.243	699.794	798.676	943.552
166.330	320.544	459.145	612.316	706.348	883.755	971.762

PRÊMIOS DE TREZENTOS CRUZEIROS

001.013	128.373	255.633	379.863	504.094	628.323	752.553	876.783
004.043	131.403	258.663	382.893	507.123	631.353	755.583	879.813
007.073	134.433	261.694	385.923	510.153	634.383	758.613	882.843
010.203	137.463	264.723	388.953	513.183	637.413	761.643	885.873
013.233	140.493	267.753	391.983	516.213	640.443	764.673	888.903
016.263	143.523	270.783	395.013	519.243	643.473	767.703	891.934
019.294	146.554	273.813	398.043	522.273	646.503	770.733	894.963
022.323	149.583	276.843	401.073	525.304	649.534	773.763	897.993
025.353	152.613	279.873	404.103	528.334	652.563	776.793	901.023
028.383	155.643	282.903	407.134	531.364	655.593	779.824	904.053
031.413	158.673	285.934	410.163	534.393	658.623	782.853	907.083
034.443	161.703	288.963	413.193	537.423	661.653	785.883	910.113
037.473	164.734	291.994	416.223	540.453	664.683	788.913	913.144
040.503	167.763	295.023	419.253	543.483	667.713	791.943	916.173
043.533	170.793	298.053	422.283	546.513	670.743	794.975	919.203
046.564	173.823	301.083	425.313	549.543	673.773	798.003	922.233
049.593	176.853	304.113	428.343	552.574	676.803	801.033	925.263
052.623	179.883	307.143	431.373	555.603	679.834	804.063	928.293
055.653	182.913	310.174	434.403	558.633	682.863	807.093	931.323
058.683	185.943	313.203	437.433	561.663	685.893	810.123	934.353
061.713	188.973	316.233	440.463	564.693	688.923	813.153	937.383
064.743	192.003	319.263	443.463	567.724	691.953	816.183	940.414
067.774	195.033	322.294	446.523	570.753	694.983	819.213	943.443
070.803	198.063	325.323	449.553	573.783	698.014	822.243	946.473
073.833	201.093	328.353	452.585	576.813	701.043	825.273	949.503
076.863	204.123	331.383	455.614	579.843	704.073	828.303	952.533
079.893	207.153	334.413	458.643	582.873	707.103	831.333	955.563
082.923	210.183	337.443	461.673	585.903	710.133	834.363	958.593
085.953	213.214	340.473	464.703	588.933	713.163	837.393	961.623
088.983	216.243	343.503	467.733	591.963	716.193	840.423	964.653
092.014	219.273	346.533	470.763	594.993	719.223	843.459	967.684
095.043	222.303	349.563	473.793	598.023	722.253	846.483	970.713
098.073	225.333	352.593	476.823	601.054	725.283	849.513	973.743
101.103	228.364	355.623	479.853	604.083	728.313	852.543	976.773
104.133	231.393	358.655	482.883	607.113	731.343	855.573	979.803
107.163	234.423	361.683	485.913	610.143	734.373	858.604	982.883
110.193	237.453	364.713	488.943	613.173	737.403	861.633	985.863
113.223	240.483	367.743	491.973	616.203	740.433	864.663	988.894
116.254	243.513	370.773	495.003	619.233	743.464	867.693	991.923
119.283	246.543	373.803	498.033	622.263	746.494	870.723	994.953
122.313	249.573	376.833	501.064	625.293	749.523	873.753	997.983
125.343	252.603	—	—	—	—	—	—

Secretaria das Finanças, 31 de Dezembro de 1947. Edeltrudo Mascarenhas—Chefe da 1.ª Secção. Visto Benedito Tertuliano, Superintendente do Departamento da Despeza Variável.

NOTA — A lista dos números sorteados para o resgate ao par, será distribuida pelo Departamento da Despesa Variável, na Secretaria das Finanças, Departamento da Fazenda de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, Bancos Comercio e Indústria e de Minas Gerais, Comércio e Indústria de São Paulo e Banco do Brasil.

Símbolo de eficiência da técnica

RADIOFÔNICA

A INDÚSTRIA RADIOFÔNICA, desde os rádios de galena, até os nossos dias, evoluiu e continua evoluindo sem cessar. Longas pesquisas deram lugar a novos aperfeiçoamentos e novas descobertas, tudo produto de especialização técnica, árdua e trabalhosa. Assumpção S.A. contribuiu sensivelmente para a melhoria técnica da indústria de rádio. Em seus laboratórios e oficinas, cada pôsto está a cargo de um técnico que responde pela eficiência do seu trabalho. A rigorosa qualidade do material empregado, o profundo conhecimento dos montadores e o cuidadoso escrúpulo dos testes preliminares e finais, são testemunhados pela contra-marca ASA, caracterizando todos os receptores de sua fabricação.

ASSUMPÇÃO S.A. *RESPONDE PELO QUE VENDE*

RUA RODOLFO MIRANDA, 76 • CAIXA POSTAL 2025 • SÃO PAULO

PANAM — Casa de Amigos

Eletricidade em S. Paulo

Carlos Berenhauser Junior

A INDÚSTRIA de energia elétrica, diferente do que era há 30 anos atrás, deixou de ter caráter puramente local, para cobrir — com suas linhas e rêdes — extensas regiões, desempenhando — pela sua importância econômica, social, política e militar — papel eminentemente nacional.

Essa centralização, que aliás constitui o traço característico da época contemporânea, em todos os setores da produção, pode realizar-se de duas maneiras: pela *concentração industrial* ou pela *concentração financeira*.

Na *concentração industrial*, várias emprêsas operadoras se associam, visando a prestação de um serviço de interêsse comum ou a permuta de assistência, sem que elas percam suas personalidades jurídicas. Na *concentração financeira*, realiza-se a reunião, a fusão ou a incorporação de várias emprêsas de operação, sob a mesma direção geral, que passa a controlar de fato a administração das subsidiárias, com sacrifício de suas personalidades jurídicas. Êste é o caso das emprêsas de contrôle ou "holding companies", que não se dedicam de modo direto ou imediato à exploração industrial, mas que dirigem realmente suas subsidiárias operadoras.

A concentração industrial pode dar-se pela *interligação* ou pela *coordenação*. A concentração financeira manifesta-se pela *integração*, que implicitamente abrange a interligação e coordenação, por se tratar de uma centralização em grau mais adiantado.

Será conveniente definir essas formas de centralização.

Interligação ou *interconexão* é a ligação física, isto é, por meio de linhas de transmissão, de duas ou mais usinas geradoras ou de dois ou mais sistemas elétricos, pertencentes a uma mesma ou a várias emprêsas autônomas, objetivando o intercâmbio ou a troca de suprimentos de eletricidade para maior economia e segurança dos serviços individualmente prestados pelas entidades interligadas.

Coordenação é a cooperação efetiva e permanente de duas ou mais emprêsas autônomas, interligadas, as quais convencionam delegar a um órgão central o contrôle das cargas dos diferentes sistemas, com objetivo de poderem ser satisfeitos, a cada momento, as necessidades dos mercados consumidores, nas melhores condições técnicas e econômicas, tudo como se as emprêsas estivessem sob a mesma direção.

Integração é a fusão ou consolidação de várias emprêsas vizinhas, em uma única propriedade, sob administração comum, para exploração dos serviços de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica em determinada zona de fornecimento, com as vantagens técnicas da interligação e da coordenação.

Verifica-se, assim, que — nessas três formas de concentração — há um escalonamento crescente de cooperação: a *interligação* joga com os meios de produção de uma mesma emprêsa ou de emprêsas autônomas; a *coordenação* diz respeito às instalações de produção e de transmissão de emprêsas juridicamente independentes; e a *integração* abrange o contrôle da produção, da transmissão e da distribuição de emprêsas, sujeitas à direção geral e efetiva de uma mesma corporação.

As vantagens dessas concentrações são crescentes, podendo ser assim resumidas:

1.º — Maior segurança e flexibilidade de operação, permitindo garantir a desejável continuidade de suprimentos, no caso de acidente ou desarranjo em alguma usina ou parte do sistema interligado;

2.º — Melhor rendimento operativo, fazendo com que as usinas mais eficientes funcionem normalmente em regime de plena carga, ao passo que as já obsoletas ou de menor rendimento ficam de reserva ou atendem apenas às pontas de carga do sistema interconectado;

3.º — Maior diversidade de consumo, isto é, as solicitações máximas das diferentes zonas supridas, não sendo simultâneas, permitem a melhor utilização das máquinas geradoras, ao mesmo tempo que pode ser mantida uma menor capacidade de total em unidades de reserva, tudo importado em redução de investimento;

4.º — Maior economia na instalação de novas máquinas geradoras, visto poderem ser previstas unidades de maior potência, as quais, além de oferecerem melhor rendimento, têm um custo específico mais baixo;

5.º — Possibilidade de ligação, em qualquer ponto do sistema, de novas cargas de vulto, sem requerer a instalação imediata de capacidade geradora adicional;

6.º — Mais completa utilização da energia hidráulica, não só pela conjugação das centrais de fio dágua com as de acumulação, como também, em grandes territórios, é possível tirar partido da não coincidência das mais baixas águas nas diferentes usinas dos sistemas interligados, e mais ainda, é praticável a instalação de usinas de grande potência, graças ao maior mercado representado pelo sistema interligado;

7.º — Utilização mais econômica dos combustíveis disponíveis, em

usinas técnicas, instaladas em locais convenientes e equipadas de máquinas de grande potência e alta eficiência;

8.º — Maior economia nas despesas totais de operação e de custeio, que se torna evidente pelas considerações anteriores;

9.º — Melhores possibilidades para a eletrificação rural, assim como para o fornecimento de energia a pequenas localidades ao alcance das rêdes interligadas;

10.º — Maior estímulo à execução progressiva da eletrificação ferroviária, importando em economia de combustíveis.

De tôdas essas considerações, verifica-se que a *indústria de energia elétrica*, sendo notoriamente de *alta capitalização* e monopolística, tende cada vez mais para a concentração, quer industrial quer financeira, com o objetivo de reduzir-se, tanto quanto possível, o custo específico da utilidade fornecida aos consumidores. Essa concentração independe dos regimes políticos. Ela existe em qualquer país de economia organizada, quer nos países totalitários quer nas grandes democracias. O modo de realizar a concentração é que varia de um caso para outro.

Convém também salientar que se caminha, em todo o mundo, decisivamente para os *médios* e *grandes sistemas*, buscando em tôdas as fases da concentração o meio adequado para solucionar o problema. E' necessário, porém, não perder o senso da realidade. Por vêzes, tem-se feito alguma fantasia em tôrno da transmissão da energia elétrica a grandes distâncias e especialmente sôbre os vastos sistemas interconectados. Ambos têm seus limites definidos, tanto técnica como economicamente. A tarefa não é simples; exige estudo e experiência; e a colaboração de técnicos capazes.

A *condição essencial* para a *centralização* é a existência de mercados que justifiquem a construção das linhas de interligação, com os respectivos equipamentos de comando, proteção e contrôle, que representam, em conjunto, despesas apreciáveis.

Cumpre, ainda, chamar a atenção que a *coordenação* dos meios de produção apresenta vantagens, de natureza financeira e administrativa, sôbre a *integração*, visto como: evita despesas vultosas de capital para a aquisição de emprêsas autônomas; torna os investimentos novos mais disseminados e portanto menos pesados para as diferentes emprêsas coordenadas; e finalmente, dispensa quaisquer alterações na organização administrativa das entidades participantes; sem nenhum prejuízo das demais vantagens anteriormente apontadas.

O *Estado de São Paulo*, graças ao extraordinário surto de progresso experimentado em todos os ramos de atividades, já apresenta exemplos bem característicos de concentração na indústria de energia elétrica. Lá se encontram as modalidades de *interligação* e de *integração*.

Não existe, porém, ainda um exemplo típico de *coordenação*. As interligações existentes, entre algumas emprêsas, objetivam mais particularmente o suprimento, temporário ou permanente, de uma pela outra, do que propriamente a troca de serviços. Há, entretanto, certos tipos de cooperação que se aproximam da *coordenação*, mas que na realidade são *integrações*.

Assim o chamado *sistema Norte*, operado pela Companhia Paulista de Fôrça e Luz e treze emprêsas suas associadas, fornecendo energia elétrica a dezenas de municípios no interior do Estado, seria um sistema coordenado, se tôdas as entidades não estivessem de fato sob contrôle de uma mesma organização. Aliás, no momento, a Cia. Paulista de Fôrça e Luz está incorporando tôdas as outras sociedades anônimas que formavam o sistema Norte e mais a Companhia Fôrça e Luz Carioca (Americana e Santa Bárbara).

O *sistema Campinas — Americana — Piracicaba* (CAP), operado pelo mesmo grupo das Emprêsas Elétricas Brasileiras, é outro exemplo de integração com aparência de coordenação. Êste sistema está sendo suprido em grosso pela São Paulo Light, através das linhas de transmissão de 88 quilovolts da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Acha-se também em construção uma linha de transmissão a 66 quilovolts, com a extensão de 130 quilômetros, entre Gavião Peixoto e Piracicaba, a qual interligará os sistemas Noroeste e CAP, com o objetivo primacial de suprir êste último. Dessa forma ficarão interligadas, distantes entre si de várias centenas de quilômetros, as usinas de Avanhandava, no rio Tieté e Maribondo, no rio Grande, e outras mais do sistema Norte com as de Salto Grande e Jaguarí (no município de Campinas) e Americana (em construção no município dêste nome), tôdas do sistema CAP. Trata-se, por conseguinte, de um plano de apreciáveis proporções, cujas linhas de transmissão poderão servir, no futuro, como troncos secundários, do grande sistema coordenado a ser estabelecido.

O *sistema integrado* mais importante do Brasil é o da *Light de S. Paulo*, que inclui 9 emprêsas associadas, interligando 16 usinas hidro-elétricas com uma potência total instalada em motores primários de cêrca de 700.000 cavalos-vapor. Êste sistema fornece energia a uma série de municípios do Estado, e sobretudo à zona mais industrializada. Através das linhas de trans-

Companhia Comércio e Construções S. A.

OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL EM GERAL, PRINCIPALMENTE DE URBANISMO, CONSTRUÇÕES FERROVIÁRIAS E RODOVIÁRIAS E DE VAGÕES PARA ESTRADAS DE FERRO.

Rua 1.º de Março, 6 - 5.º andar

End. Teleg. CIACOM — Caixa Postal 741

Fone 23-2141 **Rio de Janeiro**

missão de 88 quilovolts da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, dentro em breve, a energia elétrica, gerada nesse sistema, atingirá a cidade de Baurú. De outra parte, está praticamente concluída a linha de transmissão a 230 quilovolts, com a extensão aproximada de 350 quilômetros, interconectando as usinas da Serra do Cubatão, da S. Paulo Light, e a de Ribeirão das Lages, do Rio de Janeiro Light. Esta linha representará um meio eficiente de coordenar a produção dos dois maiores sistemas elétricos brasileiros, os quais contam com uma potência conjunta instalada acima de 1.000.000 cavalor-vapor, podendo atingir facilmente a casa dos 3.000.000 cavalos-vapor, com as ampliações autorizadas pelo Govêrno. A linha de interligação em aprêço permitirá a transferência de cargas, num sentido ou noutro, da ordem de 100.000 quilowatts.

O sistema pertencente à *S. A. Central Rio Claro* e suas associadas, que operam nos municípios de Rio Claro, Leme, Araras, Pirassinunga, Itaripina, Mogi-Mirim e Limeira, oferece também um exemplo sugestivo de uma integração, realizada com o esfôrço e os recursos de um grupo nacional, liderado por Elói Chaves.

O sistema da *Companhia Paulista de Eletricidade,* que serve os municípios de Anápolis, Descalvado e São Carlos, já está interligado com o sistema *Norte* (da Companhia Paulista de Fôrça e Luz), dêste recebendo um suprimento em grosso. No futuro, quando a emprêsa suprida dispuser de maior capacidade geradora, que se projeta instalar, essa cooperação transformar-se-á em uma coordenação de produção, de alto interêsse para ambas as partes.

Mais tarde poderão ser buscadas interligações com as seguintes emprêsas que operam ao longo da divisa com o Estado de Minas Gerais (algumas até em ambos os Estados);

a) — *Cia. de Eletricidade S. Simão-Cajurú,* com zona de fornecimento nos municípios de Cajurú, Santa Rosa, São Simão, Serra Azul.

b) — *Cia. Fôrça e Luz de Moóca,* com zona de fornecimento no Município de Moóca e vários outros no Estado de Minas.

c) — *Cia. Sanjonense de Eletricidade,* com zona de fornecimento nos municípios de S. João da Boa Vista, Vargem Grande, Casa Branca e Águas do Prata.

d) — *Cia. Paulista de Energia Elétrica,* com zona de fornecimento nos municípios de Casa Branca, Grama, S. José do Rio Pardo e Socorro.

e) — *Cia. Elétrica de Amparo* e *Cia. Mogiana de Luz e Fôrça,* ambas sob o contrôle das Emprêsas Elétricas Brasileiras, com zona de fornecimento nos municípios de Amparo, Lindóia, Serra Negra, Itapira e Pinhal, e ainda Andradas no Estado de Minas. Aliás, em virtude de resolução do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, dentro em breve, essas emprêsas estarão interligadas com o sistema Campinas-Americana-Piracicaba.

f) — *S. A. Elétrica Bragantina,* operando no município de Bragança e fornecendo energia à Prefeitura de Jaquerí, que atua como emprêsa distribuidora em Jaquerí.

No sul do Estado, ao longo da divisa com o Paraná, vamos encontrar uma série de emprêsas muito próspera, algumas delas operando em ambos os Estados:

a) — *Cia. Elétrica Caiuá,* com zona de fornecimento nos seguintes municípios da Alta Sorocabana: Martinópolis, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Wenceslau, Regente Feijó, Santo Anastácio.

b) — *Cia. Elétrica do Vale do Paranapanema,* distribuindo energia nos municípios de Assis, Mota, Macaraí, Palmital, Salto Grande e Rancharia.

c) — *Cia. Luz e Fôrça Santa Cruz,* com zona de fornecimento nos municípios de Bernardino de Campos, Chavantes, Ipaus, Óleo, Ourinhos, Pirajú, Santa Cruz do Rio Pardo, S. Pedro do Turvo no Estado de São Paulo e Jacarezinho e Ribeirão Claro no Paraná.

d) — *Cia. Fôrça e Luz Norte do Paraná,* com usina no município de Pirajú, e zona de fornecimento no Norte do Paraná.

e) — *Eletricidade de Avaré,* operanrando nos municípios de Avaré e Cerqueira César.

f) — *Cia. Sul Paulista de Fôrça e luz,* fornecendo energia nos municípios paulistas de Buri, Capão Bonito, Fartura, Távora, Siqueira Campos, Wenceslau Braz, Carlópolis e Tomazina.

TOMAZINA

A região do Sul do Estado de São Paulo e Norte do Paraná está experimentando tremendo surto de pro-

THORNYCROFT
MECÂNICA E IMPORTADORA S. A.

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 405
Telefone: 22-7776

★

AMBULÂNCIAS — AUTOMÓVEIS — CAMINHÕES — POSTOS DE LUBRIFICAÇÃO — APARELHOS PARA PINTURA — TINTAS E VERNIZES — INSTALAÇÕES PARA GARAGE — FILTROS PARA ÓLEO — MOTORES ELÉTRICOS — ROLAMENTOS — MANCAIS — EIXOS, POLIAS, CORREIAS EM "V" — LANCHAS, MOTORES MARÍTIMOS — INSTRUMENTOS NÁUTICOS — AVIÕES — INSTRUMENTOS PARA AVIAÇÃO — CAVALOS MECÂNICOS E REBOQUES — MAGNETOS, VELAS E BATERIAS

★

ALMOXARIFADO: Rua Antunes Maciel, 40/48 Tel. 48-8226
SÃO PAULO Rua Pedroso, 238 Telefone 7-5866
ALMOXARIFADO: Rua Marquês de Abrantes, 102 Tel. 25-5313

gresso. Por isso mesmo, a preconizada *coordenação* entre emprêsas, se bem planejada e executada, poderá conduzir a resultados esplêndidos, para constituir, no futuro, o ponto de apoio do grande tronco de coordenação no sentido geral Norte-Sul.

Com a ilustração apresentada, parece ter ficado bem claro, que é chegado o momento de realizar-se o planejamento mais profundo, de sorte a tirar-se o desejável partido das vantagens oferecidas pelas modalidades de centralização inerentes à indústria de energia elétrica, ainda mais, que o Estado de São Paulo, em conjunto com certas regiões dos Estados limítrofes, oferece matéria prima, bem madura, para essa magnífica tarefa.

Já foram realizados, nesse sentido, estudos preliminares pela "Comissão Especial do Plano Nacional de Eletrificação," " qual, por iniciativa do Conselho Federal do Comércio Exterior, se reuniu em 1944 naquele órgão e contou com a colaboração de destacados técnicos do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e da Divisão de Águas, sendo presidida pelo Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral. A "Inspetoria de Serviços Públicos do Estado de São Paulo" também já realizou trabalho preparatório muito interessante. Mais ainda, com a criação do "Conselho Estadual de Energia Elétrica", junto à Secretaria de Viação e Obras Públicas, o qual, na qualidade de órgão opinativo, conta com a colaboração de representantes das emprêsas de eletricidade e da indústria em geral, constituirá um organismo extremamente oportuno para o debate amplo da matéria de tão alto interêsse.

O "Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica", desde os primeiros tempos de sua instalação, tem dirigido com especial cuidado sua atenção para o problema de energia elétrica no Estado de São Paulo, atendendo ao fato conhecido de serem escassas e relativamente de pequena potência as fontes de energia hidráulica existentes no grande planalto, as quais não condizem em absoluto com as necessidades crescentes dos mercados consumidores, ali existentes.

Na verdade, a energia elétrica, indispensável ao desenvolvimento mais uniforme de todo o Estado, terá de ser produzida nas grandes fontes de energia hidráulica existentes na oria do planalto:

a) — com as inversões, para a Serra do Mar, das cabeceiras dos cursos dágua que se escoam com pequena declividade na direção geral, leste-oeste, em busca da bacia do Paraná (o primeiro exemplo é o da Usina da Serra do Cubatão, que poderá ser ampliada progressivamente bem acima de 1.000.000 cavalos-vapor de potência, em motores primários).

b) — com a instalação progressiva de grandes usinas nos vales dos rios Grande, Paraná, Paranapanema e alguns dos seus afluentes (a nova usina de Maribondo, no rio Grande, será o ponto de partida, permitindo ampliações progressivas até cêrca de 250.000 cavalos-vapor).

Os aproveitamentos existentes e os que ainda puderem ser executados economicamente no planalto (afluentes dos rios Grande, Paranapanema, Paraná e particularmente o Tieté) terão, por sua vez, importância considerável no plano de coordenação, para permitir que sejam assim cobertas, sobretudo, as pontas de carga das diferentes regiões. As grandes massas de energia deslocadas nas artérias de interligação ficam reservadas para suprir a carga básica do conjunto. Isso, importa, sem dúvida, em baixar-se o custo médio da utilidade posta à disposição do consumidor, graças à utilização mais completa das onerosas linhas de transmissão, que, possivelmente, terão de ser construídas para operar sob a tensão de 230 quilovolts.

As estradas de ferro desempenharão papel altamente interessante no plano de conjunto, visto como sua eletrificação progressiva auxiliará de muito o lançamento do extremo sistema de interconexão. Haja vista o grande auxílio prestado, nesses últimos anos, pelas linhas de transmissão de 88.000 volts da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, as quais, partindo de Parnaíba, já atingem a cidade de Baurú. Em virtude dessa cooperação foi possivel suprir a energia elétrica, gerada pela São Paulo Light, a várias emprêsas, que se achavam em dificuldade, ao longo do traçado daquela próspera via férrea. (O sistema Campinas-Americana-Piracicaba ainda recebe energia através dos circuitos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro).

Tudo indica que o grande *sistema coordenado*, que se projeta para o Estado de São Paulo, e *cujo estudo se acha em curso*, seja constituído de dois longos troncos de transmissão, lançados respectivamente nas direções gerais Leste-Oeste e Norte-Sul, cruzando-se em ponto conveniente do planalto. Este ponto constituirá uma espécie

Via "ALL AMERICA"

SANTOS
Rua 15 de Novembro, 141
Tels. 5502, 5561, 6852

ALL AMERICA CABLES AND RADIO

SAO PAULO
Rua da Quitanda, 100
Tel. 33116 (5 linhas)

RIO DE JANEIRO
RUA DO ROSÁRIO, 118 — Tel. 23-1700 (8 linhas)

Para rapidez, segurança e sigilo no serviço telegráfico para todas as partes do mundo, mande seus telegramas "Via All America"

All America Cables and Radio, Inc.

de baricentro das cargas, coincidindo aliás aproximadamente com a localização da usina de Barra Bonita, no rio Tieté, que o Govêrno Estadual cogita construir.

O tronco leste-oeste, por certo, terá prioridade de execução.

Trata-se, por conseguinte, de um amplo e objetivo plano de coordenação e mobilização de recursos hidráulicos (alguns milhões de cavalos) o qual, mediante o planejamento ordenado e a execução progressiva de um adequado sistema de transmissão, permitirá o mais completo e econômico fornecimento de energia elétrica em todos os pontos do território estadual.

Convém, entretanto, insistir em um ponto importante. Um sistema coordenado, que, por definição, exige a interligação de usinas de emprêsas autônomas, para a permuta de energia, não pode evidentemente importar em tratamento unilateral para uma das partes. Como já foi mencionado, o que se deseja coordenar, fundamentalmente, é a produção da energia; as linhas de transmissão constituem o meio para lograr-se êsse objetivo. Em outras palavras, um sistema coordenado exige que, pelo menos, duas emprêsas do grupo possam lançar indistintamente energia no sistema, em quantidades substanciais. Do contrário, a operação importará em sobrecarga, prejudicial e injusta. Convém exemplificar. Atualmente, a capacidade instalada nas usinas da São Paulo Light, cêrca de meio milhão de quilowatts, é bem maior que a soma das potências instaladas de todos os sistemas existentes no Estado. Uma das máquinas da Usina da Serra do Cubatão (68 mil quilowatts) tem potência sensivelmente igual a de tôdas as usinas reunidas da Companhia Paulista de Fôrça e Luz, que é a segunda maior emprêsa do Estado, servindo aliás a mais de um têrço do seu território. Por isso, não será possível pensar-se em uma coordenação eficiente, da qual também participe a São Paulo Light, como é de todo recomendável, sem que no interior paulista seja construída, desde logo, uma usina de potência condizente com a magnitude do problema. Será preciso, portanto, cogitar-se da construção de uma central que possa ser ampliada progressivamente até 200 ou 30 mil quilowatts de potência instalada, em um aproveitamento da ordem do Maribondo, no Rio Grande, para apoiar, no outro extremo, o grande tronco de penetração, partindo da usina da Serra do Cubatão.

Semelhante raciocínio deverá ser aplicado no estudo do tronco Norte-Sul, o qual poderá encontrar na bacia do rio Paranapanema importantes fontes de energia hidráulica.

Verifica-se, portanto, quão interessante é o problema, mas que, ao mesmo tempo, êle está a exigir um planejamento objetivo e de longo alcance, com a participação de todos os interessados, a fim de que os serviços possam ser executados gradualmente, sem dispersão de recursos, visto representarem despesas importantes, a serem repartidas proporcionalmente pelos participantes. Por outro lado, será o único meio de abastecer amplamente com energia elétrica a parte central do Estado de São Paulo, cujo desenvolvimento está a reclamar medidas dessa ordem.

Dezembro de 1947.

NOTA — Êste artigo só poderá ser reproduzido com permissão do autor.

O homem não é escravo da máquina, porém seu rei e seu senhor.

Na atividade rural contam-se 13 empregados para 1 empregador. E mais de 50% da população do Brasil estão na área rural.

Mercado de Trabalho

Esta reportagem oferece uma visão panorâmica do mercado de trabalho do Brasil, em 1940. E' de ver que a situação nos dias de hoje há de estar, em muitos setores, sensivelmente alterada, por fôrça das contingências decorrentes da guerra, em que nos empenhamos, e das vinculadas ao regime inflacionário em que se debate o país. Mas os dados aqui transcritos não possuem, a nosso ver, apenas interêsse histórico, pois nos dão a medida, até certo ponto exata, das condições de produção vigorantes no país, justamente no ano em que se iniciou, em escala acentuada, a marcha para um novo estágio da civilização brasileira, o estágio industrial.

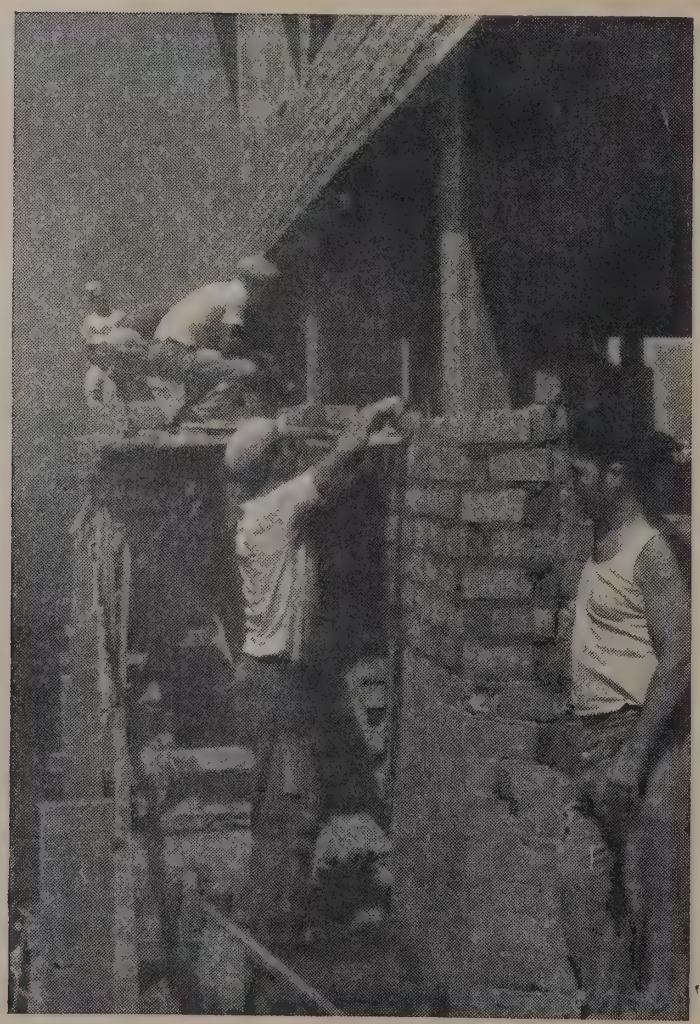
Tôdas as observações e todos os elementos numéricos constantes desta reportagem foram colhidos nas "Análises de resultados do censo demográfico", ns. 376, 367 e 368, do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, dirigido pelo Professor Giorgio Mortara. A análise dos resultados censitários referentes à posição na ocupação torna-se especialmente interessan-

te pela revelação da grande importância numérica das emprêsas do tipo familiar, sempre pequenas, em muitos casos constituídas por um único indivíduo, orientador e executor ao mesmo tempo, e em outros casos, também numerosos, integradas por outros membros da família. Torna-se evidente, ainda, a modéstia das dimensões da maior parte das emprêsas do tipo capitalista.

A apuração censitária referente à remuneração da ocupação principal oferece resultados importantes para o conhecimento das formas de organização da atividade econômica. Sabe-se, assim, que nas atividades extra-domésticas quase três milhões de pessoas, sôbre um total pouco superior a quatorze milhões, trabalham com remuneração indireta ou sem remuneração. Mais de dois terços dêsses colaboradores de emprêsas familiares são do sexo masculino, e menos de um têrço, do fominino. Em parte preponderante, as pessoas que trabalham com remuneração indireta ou sem remuneração estão ocupadas em atividades agro-pecuárias. Números muito menores, mas não desprezíveis, encontram-se entre os ocupados em atividades industriais, de serviços e de comércio e transportes. Nas atividades domésticas, a forma preponderante é a da ocupação não remunerada, correspondendo às pessoas que se dedicam aos cuidados do seu lar, na grande maioria mulheres. Encontra-se, todavia, um grupo considerável (0,6 *milhões*) *de profissionais dos serviços domésticos.*

Os dados relativos à ocupação suplementar permitem verificar que, em conjunto, a essa ocupação cabe um lugar muito modesto no quadro da economia nacional do Brasil, visto que não chega a 5% *a proporção dos que têm uma ocupação suplementar, na população de* 10 *anos e mais. A ocupação suplementar é mais frequente no sexo feminino do que no masculino. Para as mulheres ela é, amiúde, um complemento da atividade exercida no lar e para o lar; para o homem, uma fonte acessória de ganho, ao lado da constituída pela ocupação principal.*

A Construção Civil



O trabalho rural

Dentre os serviços públicos, a limpeza urbana é um que está à vista; a sua eficiência é objeto dos "tests" mais práticos: os da crítica do cidadão.

UMA das indagações contidas no questionário do censo demográfico de 1940 referia-se à posição do recenseado na ocupação principal. Discriminavam-se, naquele instrumento de coleta, três posições: "Na ocupação principal é empregado, empregador ou trabalha por conta própria"? As instruções que acompanhavam o boletim esclareciam que "empregadores" eram as pessoas que exerciam a sua profissão por conta própria, com o auxílio de empregados assalariados, enquanto "trabalhadores por conta própria" eram os profissionais que exerciam a sua ocupação isoladamente ou com a ajuda, não diretamente remunerada, de pessoas de sua família. Tôdas as pessoas em posições não incluídas nas precedentes definições deviam, logicamente, ser declaradas empregados, não constando do quesito outra alternativa. As instruções definiam como "empregado" quem exercia a sua ocupação em benefício de outrem, ou a serviço de instituições, como os funcionários públicos, mediante salário fixo ou por tarefa. Logo, uma quarta posição deve ser acrescentada às três discriminadas no quesito: a das pessoas que exerciam a sua ocupação em benefício de outrem, sem perceber salário fixo ou por tarefa. A maioria das pessoas incluídas nessa quarta classe são membros das famílias e colaboradores dos que, conforme a terminologia censitária, "trabalham por conta própria".

Em vista disso, na apuração, ao lado das classes dos empregados, dos empregadores, e dos que trabalham por conta própria, foi discriminada a dos "membros da família", que inclui as pessoas da família dos que "trabalham por conta própria", as quais colaboram com êles sem perceber uma remuneração direta. Essa discriminação foi facilitada pela análise coordenada das respostas dadas a diversos quesitos do censo, como os da condição do recenseado no domicílio, da sua ocupação, do local em que a sua atividade é exercida, da remuneração ou não remuneração dessa atividade, etc. A apuração da posição na ocupação foi, pelo Serviço Nacional de Recenseamento, estendida a todos os ramos de atividade, conforme a classificação adotada.

E' de ver que a discriminação das diversas posições tem clara significação econômica somente nos ramos de atividades extra-domésticas agro-pecuárias, industriais, de comércio e crédito, de transportes e comunicações, de serviços sociais e de profissões liberais e afins, pois quase todos os habitantes que trabalham a serviço dêsses ramos de atividade estão enquadrados em unidades econômicas, produtoras de bens materiais ou de serviços, com caráter de emprêsas. E é justamente à emprêsa que se refere a discriminação das posições. E' na emprêsa que se encontram empreendedores com colaboradores assalariados (os "empregadores", na terminologia do censo), ou com colaboradores não

assalariados, ou até isolados (os que "trabalham por conta própria", no censo), e colaboradores do primeiro dêsses tipos (os empregados, no censo), ou do segundo (na grande maioria, os "membros da família", no censo).

Nas atividades da administração pública, justiça, ensino público, defesa nacional, e em grande parte das da segurança pública, a massa dos ocupados é constituída por empregados, de um tipo especial, porém, porque não servem a empregadores particulares. Encontram-se nesses ramos declarações de empregadores, trabalhadores por conta própria e membros da família, seja pela presença de algumas classes de atividades, concedidas pela administração pública a emprêsas particulares — tabelionatos, cartórios, serviços de vigilância, etc. —, seja pela presença de atividades acessórias, também exercidas por emprêsas particulares — o bar do ministério, a lavanderia do quartel, etc. —, seja, enfim, por enganos ocorridos nas declarações.

Nas actividades domésticas, exercidas no lar e para o lar, discrimina-se nitidamente a classe dos empregados assalariados. Todo chefe de família que tem à sua dependência um ou mais dêsses empregados pode ser considerado, no sentido econômico e social, empregador, mas não o é no sentido censitário. A grande maioria dos não empregados, incluídos no ramo das "atividades domésticas e escolares", não fêz nenhuma declaração da posição na ocupação, e agiu corretamente. Encontram-se, entretanto, alguns casos de declarações de "empregador" e casos, mais numerosos, de "trabalhador por conta própria" e de "membro da família". Em parte, êsses casos dependem da errônea inclusão entre as atividades domésticas — que são, como se sabe, as exercidas no lar e para o lar — de atividades profissionais exercidas no domicílio, como atividades didáticas, de serviços sociais, pequenas indústrias e pequenos comércios, etc.; em parte, talvez, se trate de declarações indevidas, não eliminadas pela crítica dos boletins.

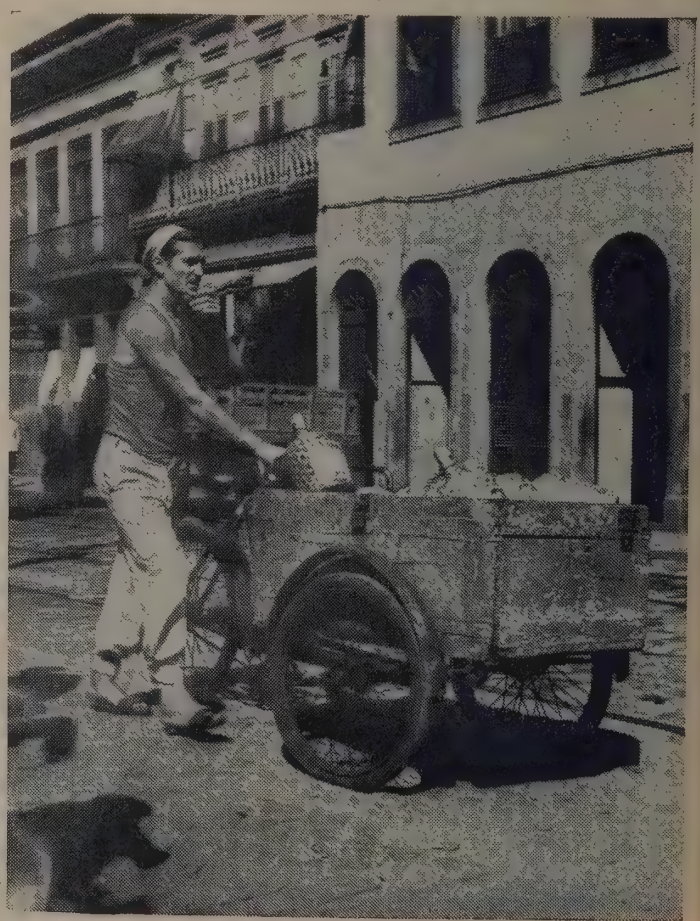
O último ramo da classificação das atividades contém, além dos inativos, que constituem a parte preponderante dos que foram nêle classificados, pessoas com atividades mal definidas. Mas o número destas é pequeno, de modo que a causa principal dos números não desprezíveis de "empregados" e "trabalhadores por conta própria", que se encontram na apuração, provavelmente consiste na declaração da que era a posição do recenseado quando êle tinha uma ocupação. As observações precedentes ajudarão a interpretação dos dados que serão expostos nesta reportagem, os quais resumem os resultados da apuração da posição na ocupação, segundo ramos de atividade, com discriminação do sexo.

EMPRÊSAS CAPITALISTAS E FAMILIARES

No conjunto dos ramos de atividades extra-domésticas, exceto os da administração pública, justiça e ensino público, e da defesa nacional e segurança pública, foi obtida a seguinte discriminação dos habitantes de 10 anos e mais, ocupados nessas atividades:

Esta sopa vai se acabar, porque dentro em pouco êle será dono de um caminhão.

O rapaz do triciclo e o da bicicleta são artistas. Fazem acrobacias imortalizadas por pintores e poetas.



POSIÇÃO	Número absoluto	%
Empregador.....	364 460	2,69
Empregado.....	5 511 046	40,71
Autônomo.....	4 752 544	35,11
Membro da família..	2 780 273	20,54
De posição ignorada..	128 862	0,95
TOTAL.....	**13 537 185**	**100,00**

A classe mais numerosa é a dos "empregados", que arange 40,71% do total; mas é, também, muito numerosa a classe dos "trabalhadores por conta própria", aqui designados abreviadamente como "autônomos", abrangendo 35,11% e fortemente representada, ainda, a classe dos "membros da família", com 20,54%. De acôrdo com a sua própria natureza, é relativamente exígua a classe dos empregadores, a que cabe apenas a proporção de 2,69% do total. Em conjunto, pode-se calcular que cêrca de 44% da população de 10 anos e mais, ocupada em atividades agro-pecuárias, industriais, de comércio e crédito, de transportes e comunicações, de serviços sociais e de profissões liberais e afins, trabalham em emprêsas de caráter capitalista, como empregadores ou como empregados, e 56% em emprêsas de caráter familiar, como chefes ou como auxiliares.

A proporção entre o número dos empregadores e o dos empregados, que é de 15,12 para 1, não representa o número médio dos empregados em cada emprêsa de tipo capitalista, seja porque há emprêsas com mais de um "empregador", como as que contam com vários sócios, seja porque há emprêsas sem nenhum "empregador", como as constituídas na forma de sociedades anônimas. Entretanto, essa proporção mede a importância comparativa das duas classes. A proporção entre o número dos "membros da família" e o dos autônomos, que é de 0,59 para 1, indica a pequena importância média dessas emprêsas, em muitos casos constituídas por um indivíduo isolado.

Discriminando-se os dois sexos, os dados expostos acima cindem-se como consta da Tabela I. Sua leitura permite verificar consideráveis diferenças entre os dois sexos, na distribuição segundo a posição. Entre as mulheres é baixa, em comparação com os homens, a representação da classe dos empregadores, e elevada a da classe dos membros da família. A representação da classe dos empregdos é menor no sexo feminino; é, também, menor neste sexo, mas com destaque menos acentuado, a representação da classe dos autônomos. As proporções comparativas dos dois sexos nas diversas posições salientam essas características e muito embora no conjunto dos ramos de atividade considerados a proporção das mulheres seja de 15,92%, os dados abaixo mostram que se encontra uma proporção de mulheres muito menor na classe dos empregadores e uma bem maior na dos membros da família:

POSIÇÃO	PERCENTAGENS	
	Homens	Mulheres
Empregador.....	94,22	5,78
Empregado.....	89,09	10,91
Autônomo.....	86,69	13,31
Membro da família..	69,93	30,07

O pregão do vassoureiro está incorporado à sinfonia da cidade.

O entregador de encomendas está incorporado à classe comerciária.

Às vêzes nos queixamos profundamente do "garçon" que nos serve no bar ou no restaurante.

A Light mantém poderosa organização de pessoal, e êste deve ser escolhido e treinado para lidar diretamente com tôda classe de público.

AGRICULTURA

Antes do exame da distribuição, entre as diversas posições, dos ocupados nos diversos ramos de atividades extra-domésticas, indispensável se torna registrar a importância comparativa dos diversos ramos, expressa, em números absolutos e relativos, pelos dados da Tabela II. Ressalta, aí, a importância preponderante da ocupação nas atividades agro-pecuárias, sendo, porém, essa preponderância menos acentuada no sexo feminino do que no masculino. Seguem-se, em ordem de importância, as ocupações nas indústrias e nos comércios, para os homens, e a nos serviços sociais e nas indústrias, para as mulheres.

Nas atividades agro-pecuárias, a discriminação das posições é a seguinte:

POSIÇÃO	Número absoluto	Percentagem
Empregador	253 047	2,67
Empregado	3 164 203	33,47
Autônomo	3 309 701	35,01
Membro da família	2 665 509	28,19
De posição ignorada	62 052	0,66
TOTAL	**9 453 512**	**100,00**

Nas atividades agro-pecuárias, a proporção dos ocupados em emprêsas do tipo familiar excede 63%, enquanto a dos ocupados em emprêsas do tipo capitalista não chega a 37%. E' clara, portanto, a predominância do primeiro tipo de emprêsa, no que diz respeito ao número dos ocupados. Contam-se, em média, menos de 13 empregados para 1 empregador. Embora interpretada com reserva, essa proporção atesta a prevalência de emprêsas com pequeno número de empregados.

Observando-se o comportamento dos dois sexos em relação ao problema, constata-se que, no sexo masculino, as classes mais numerosas são as dos autônomos e dos empregados. No sexo feminino, pelo contrário, prevalecem os membros da família, com importância muito maior do que a das duas outras. A proporção dos empregadores é mais baixa no sexo feminino. Agrupando-se os empregadores e autônomos, em posições independentes, e os empregados e membros da família, em posições dependentes, verifica-se que se acham em posições independentes mais de 41% dos homens, mas apenas 16% das mulheres, enquanto menos de 59 por cento de uns, mas 84 por cento das outras, se acham em posições dependentes.

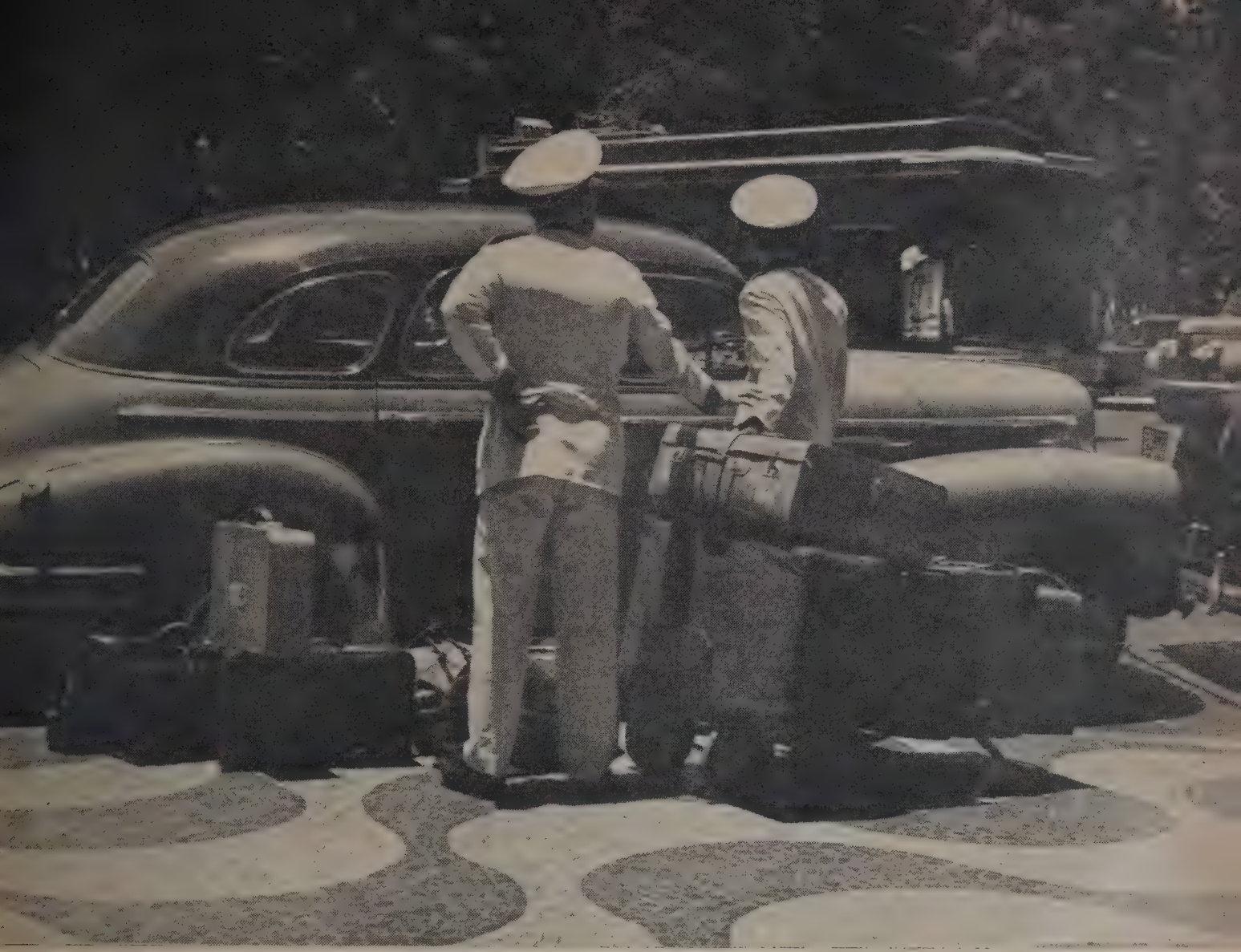
Em conjunto, pode-se calcular que mais de 61% dos homens ocupados em atividades agro-pecuárias, e mais de 77% das mulheres, trabalham em emprêsas do tipo familiar, enquanto menos de 39% de uns e de 23% de outras trabalham em emprêsas do tipo capitalista.

INDÚSTRIAS

Nas atividades de indústrias extrativas, a distribuição dos ocupados, segundo a posição, é a constante dos dados abaixo:

POSIÇÃO	Número absoluto	Percentagem
Empregador	4 127	1,06
Empregado	113 602	29,09
Autônomo	224 586	57,50
Membro da família	44 888	11,49
De posição ignorada	3 357	0,86
TOTAL	**390 560**	**100,00**

Como se pode verificar, predomina nessas atividades a emprêsa do tipo familiar, em muitos casos constituída pelo indivíduo isolado, pois conta-se



O carregador, na gare, no aeroporto, no cais ou na porta do hotel, é sempre um cartão de visita.

apenas 1 membro da família para 5 autônomos. Essas emprêsas de tipo familiar abrangem quase 70% dos ocupados, ficando pouco mais de 30% com as do tipo capitalista. Nessas atividades, observa-se que a ocupação feminina se caracteriza especialmente pela maior proporção de membros da família e pelas menores proporções de empregadores e empregados. A proporção dos autônomos no sexo masculino é maior nesse ramo do que em todos os demais ramos de atividades extra-domésticas.

Os ocupados no ramo das indústrias de transformação discriminam-se, segundo a posição, da seguinte maneira:

POSIÇÃO	Número absoluto	Percentagem
Empregador	30 423	2,17
Empregado	1 077 800	76,98
Autônomo	250 259	17,88
Membro da família	30 890	2,21
De posição ignorada	10 684	0,76
TOTAL	**1 400 056**	**100,00**

Nessas atividades industriais predomina a emprêsa do tipo capitalista, abrangendo quase 80% dos ocupados, enquanto a do tipo familiar abrange pouco mais de 20%. Cumpre advertir, porém, que, na classificação das atividades adotada para a apuração do censo demográfico de 1940, as pequenas emprêsas, que exercem indústrias de confecção, conservação e reparação, foram incluídas no ramo dos serviços sociais, onde a sua presença contribui para elevar a quota dos ocupados em emprêsas do tipo familiar.

No ramo das indústrias de transformação contam-se cêrca de 35 empregados para 1 empregador, e apenas 1 membro da família para 8 autônomos. A preponderância da classe dos empregados é menor no sexo feminino do que no masculino, em relação com as proporções relativamente elevadas de autônomos e membras da família, nesse sexo, que se caracteriza, também, pela proporção muito baixa dos empregadores. A proporção dos independentes (empregadores e autônomos) é maior do sexo feminino, onde ascende a 28%, do que no masculino, onde atinge apenas 18 por cento. Pode-se calcular em mais de 83% para os homens, e em cêrca de 66% para as mulheres, a quota dos ocupados em emprêsas do tipo capitalista, e, respectivamente, em menos de 17% e em cêrca de 34%, a dos ocupados em emprêsas do tipo familiar.

COMÉRCIOS

Nas atividades do comércio de mercadorias verifica-se a seguinte distribuição dos ocupados, segundo a posição:

POSIÇÃO	Número absoluto	Percentagem
Empregador	53 858	7,19
Empregado	368 011	49,13
Autônomo	306 202	40,87
Membro da família	17 985	2,40
De posição ignorada	3 087	0,41
TOTAL	**749 143**	**100,00**

Nessas atividades há menor desequilíbrio entre os dois tipos de emprêsa, ascendendo a cêrca de 57% os ocupados nas do tipo capitalista e a cêrca de 43% os ocupados nas do tipo familiar. Contam-se cêrca de 7 empregados para cada empregador. O número dos membros da família é exíguo em comparação com o dos autônomos. Merece relêvo a proporção relativamente elevada dos empregadores, superior a tôdas as que se verificam nos demais ramos de atividade.

No sexo feminino são maiores do que no masculino as proporções dos empregados e dos membros da família; menores, as dos autônomos e dos empregadores, embora a última exceda as correspondentes proporções verificadas nos demais ramos de atividade. A proporção dos independentes (empregadores e autônomos) é maior no sexo masculino, onde quase atinge 50%, do que no feminino, onde está próxima de 28%. Em conjunto, pode-se calcular que cêrca de 56% dos homens e mais de 68% das mulheres estão ocupados em emprêsas do tipo capitalista, e cêrca de 44% de uns e menos de 32% das outras, em emprêsas do tipo familiar.

A discriminação, segundo a posição, dos ocupados nas atividades do comércio de valores, que abrange crédito, capitalização, seguros, comércio de títulos, comércio de imóveis, etc., consta dos seguintes dados:

POSIÇÃO	Número absoluto	Percentagem
Empregador	1 018	1,9
Empregado	41 291	79,75
Autônomo	9 233	17,83
Membro da família	77	0,15
De posição ignorada	158	0,30
TOTAL	**51 777**	**100,00**

No comércio de valores prevalece a emprêsa capitalista, com 82% do total dos ocupados. A emprêsa do tipo familiar, com 18%, é, na grande maioria dos casos, emprêsa individual, como fica atestado pelo número quase desprezível dos membros da família. Nessas atividades é pequeníssimo o número das mulheres, o qual se concentra na posição de empregado. Em conjunto, pode-se calcular que estão ocupados em emprêsas de caráter capitalista 81% dos homens e 93% das mulheres, e em emprêsas de caráter familiar, apenas 19% de uns e 7% das outras.

Às vêzes é um inválido do trabalho, o homem encarregado dêste serviço. Mas êle sabe que dezenas de vida estão sob sua responsabilidade.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Nas atividades de transportes e comunicações, a discriminação das posições dos ocupados é a constante do seguinte quadro:

POSIÇÃO	Número absoluto	Percentagem
Empregador	3 158	0,67
Empregado	389 610	82,25
Autônomo	74 991	15,83
Membro da família	4 256	0,90
De posição ignorada	1 661	0,35
TOTAL	**473 676**	**100,00**

Também nesse ramo de atividade prevalece fortemente a emprêsa do tipo capitalista, abrangendo 83% dos ocupados, em comparação com 17% da emprêsa do tipo familiar. A classe predominante é a dos empregados, cujo número médio por emprêsa é de certo muito elevado, embora não possa ser deduzido, pelas razões já expostas, da comparação entre o total dos empregados e o dos empregadores. A proporção dos empregadores é menor do que as verificadas em todos os demais ramos de atividade. A emprêsa familiar é amiúde individual, como

é atestado pela baixa proporção dos membros da família.

Pela preponderância masculina, a discriminação dos sexos não apresenta grande interêsse. Salientam-se a maior proporção de empregados e a menor de autônomos entre as mulheres. A proporção dos independentes é muito baixa, atingindo apenas 17% no sexo masculino e ficando inferior a 4% no feminino. Em conjunto, pode-se calcular que 83 por cento dos homens e 96% das mulheres estão ocupados em emprêsas do tipo capitalista, e 17% de uns e 4 por cento das outras em emprêsas do tipo familiar.

SERVIÇOS SOCIAIS

Passando-se às atividades nos serviços sociais, de caráter muito variado, pois nelas estão incluídos os serviços de hospedagem e alimentação, os serviços de higiene pessoal, os serviços de conservação e reparação da habitação, os serviços de confecção, conservação e reparação de artigos de uso familiar, os serviços de transportes manuais, espetáculos, diversões, rádiodifusão, desportos, abastecimentos e melhoramentos urbanos, assistência médico-sanitária, assistência, beneficência e previdência social, sindicatos profissionais, atividades sócio-culturais, etc., encontra-se a seguinte distribuição dos ocupados, segundo a posição:

POSIÇÃO	Número absoluto	Percentagem
Empregador	18 261	3,02
Empregado	307 703	34,20
Autônomo	524 499	58,29
Membro da família	16 101	1,79
De posição ignorada	33 205	3,69
TOTAL	**899 774**	**100,00**

Neste ramo, prevalece a emprêsa do tipo familiar, com 62% do total dos ocupados, para 38% na emprêsa de caráter capitalista. Entretanto, as proporções devem ser muito diferentes nas diversas classes em que se subdivide êste ramo de atividade. Os autônomos constituem a classe mais numerosa; na grande maioria dos casos êles representam emprêsas individuais, sendo bem pequeno o número dos membros da família que colaboram em emprêsas familiares. E' elevada, também, a proporção dos empregados.

A distribuição dos ocupados é muito diferente nos dois sexos, sendo mais elevadas no masculino as proporções dos empregadores e dos empregados, e no feminino, as dos autônomos e dos membros da família. Em conjunto, 54% dos homens e 19% das mulheres estão ocupados em emprêsas do tipo capitalista, e 46% dos homens e 81% das mulheres, em emprêsas do tipo familiar, geralmente em emprêsas individuais, como é demonstrado pela relativa pequenez dos números de membros da família. Deve-se observar que, neste ramo, a proporção dos independentes (empregadores e autônomos), já elevada, no sexo masculino, onde atinge 48%, se torna ainda maior para o sexo feminino, provavelmente excedendo 76%. Em nenhum outro ramo de atividade extra-doméstica encontra-se uma quota tão elevada de mulheres autônomas, e somente nos ramos das indústrias extrativas e das profissões liberais, uma quota maior de homens autônomos.

ATIVIDADES AVULSAS

Para as atividades das profissões liberais, ensino particular, culto e administração particular, tem-se a seguinte discriminação:

POSIÇÃO	Número absoluto	Percentagem
Empregador	1 568	1,32
Empregado	48 821	41,13
Autônomo	53 073	44,72
Membro da família	567	0,48
De posição ignorada	14 658	12,35
TOTAL	**118 687**	**100,00**

Na feira livre... Será necessário dizer muita coisa a respeito dêste comércio?

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS EM ATIVIDADES EXTRA-DOMÉSTICAS SEGUNDO O SEXO E A POSIÇÃO — 1940

TABELA I

POSIÇÃO	HOMENS		MULHERES	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Empregador	343 398	3,02	21 062	0,98
Empregado	4 909 814	43,13	601 232	27,90
Autônomo	4 119 894	36,20	632 650	29,36
Membro da família	1 944 348	17,08	835 925	38,79
De posição ignorada	64 973	0,57	63 889	2,97
TOTAL	**11 382 427**	**100,00**	**2 154 758**	**100,00**

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE — 1940

TABELA II

RAMO DE ATIVIDADE	NÚMERO ABSOLUTO		PERCENTAGEM		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Agricultura, pecuária, etc.	8 183 313	1 270 199	71,90	58,95	69,83
Indústrias extrativas	345 202	45 358	3,03	2,11	2,89
Indústrias de transformação	1.107 371	292 685	9,73	13,58	10,34
Comércio de mercadorias	698 202	50 941	6,13	2,36	5,53
Comércio de valôres, etc.	48 229	3 548	0,42	0,17	0,38
Transportes e comunicações	459 758	13 918	4,04	0,65	3,50
Serviços e atividades sociais	461 621	438 153	4,06	20,33	6,65
Profissões liberais, ensino particular, culto, etc.	78 731	39 956	0,69	1,85	0,88
TOTAL	**11 382 427**	**2 154 758**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS EM CADA POSIÇÃO, SEGUNDO RAMOS DE DE ATIVIDADE — 1940

TABELA III

RAMO DE ATIVIDADE	PERCENTAGEM DE CADA RAMO ENTRE OS OCUPADOS NA POSIÇÃO DE			
	Empregador	Empregado	Autônomo	Membro da família
Agricultura, pecuária, etc.	69,15	57,41	69,64	95,87
Indústrias extrativas	1,13	2,06	4,72	1,62
Indústrias de transformação	8,35	19,56	5,27	1,11
Comércio de mercadorias	14,78	6,68	6,44	0,65
Comércio de valores, etc.	0,28	0,75	0,19	0,00
Transportes e comunicações	0,87	7,07	1,58	0,15
Serviços e atividades sociais	5,01	5,58	11,04	0,58
Profissões liberais, ensino particular, culto, etc.	0,43	0,89	1,12	0,02
TOTAL	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Em muitos casos os profissionais que tinham apenas um ou dois empregados para serviços acessórios, como os da dactilógrafa para o advogado, do desenhista para o engenheiro, da ajudante para o dentista, etc., não se declararam "empregadores" e sim "trabalhadores por conta própria", considerando principal a segunda qualidade, e secundária a primeira. Por isso a proporção entre empregados e empregadores, constante da apuração, não reflete a realidade. O número apurado dos ocupados em emprêsas do tipo familiar (quase tôdas emprêsas individuais) excede sensivelmente o dos ocupados em emprêsas do tipo capitalista. O excedente efetivo provavelmente é maior do que o aparente, porque a grande maioria dos que não declararam a posição deve pertencer a emprêsas do primeiro tipo.

As proporções dos empregadores e dos autônomos são maiores no sexo masculino do que no feminino. Em conjunto, essas duas classes de independentes abrangem pelo menos 56 por cento dos ocupados do sexo masculino e 27% dos do sexo feminino; essas proporções ficariam aumentadas se fôsse possível distribuir entre as diversas classes às pessoas de que não foi declaração a posição, cujo número é relativamente muito elevado, nesse ramo.

VOLUME DAS POSIÇÕES

Estudada a distribuição dos ocupados em cada ramo de atividade, segundo a posição na ocupação, os mesmos elementos podem ser analisados de outro ponto de vista, com o intuito de verificar a distribuição dos ocupade outro ponto de vista, segundo ramos de atividade. Os dados da Tabela III dão uma visão geral desta distribuição. A predominância das atividades agro-pecuárias na economia do Brasil reflete-se nas proporções muito elevadas com que êsse ramo figura entre os ocupados, em tôdas as diversas posições.

Dos empregadores, êsse ramo abrange 69%; enquanto os ramos das indústrias, comércios, transportes e serviços, em conjunto, abrangem apenas 30%, dos quais a metade nos ramos comerciais. Entre os empregados, a quota das atividades agro-pacuárias é menor, mas excede 57%, cabendo 42% do total dos ocupados aos demais ramos acima referidos, e correspondendo mais da metade desta quo-

ta aos ramos industriais. Dos autônomos, quase 70% pertencem ao ramo agro-pecuário, e 29% aos demais referidos, entre os quais se salienta o dos serviços, com 11%. Os membros da família, na maioria preponderante, 96%, exercem atividades agro-pecuárias, ficando apenas pequenas quotas nos demais ramos.

No que diz respeito aos empregadores, o sexo feminino distingue-se especialmente pelas maiores proporções dos ramos agro-pecuário e dos ssrviços sociais. O maior contraste entre as características dos dois sexos verifica-se na distribuição dos autônomos. No sexo masculino, 76% dêstes estão ocupados em atividades agro-pecuárias; no sexo feminino, a proporção das ocupadas nessas atividades é apenas de 29%, enquanto se aproxima de 51% a das ocupadas nos serviços sociais e de 13% a das ocupadas nas indústrias de transformação. Quanto aos membros da família, a ocupação nas atividades agro-pecuárias é preponderante em ambos os sexos.

SERVIÇOS PÚBLICOS

Apesar de sua escassa importância, vale a pena registrar a discriminação da posição, nos ramos de atividade da administração pública, justiça e ensino público e da defesa nacional e segurança pública, conforme as respectivas declarações. Essa discriminação pode ser observada na Tabela IV. Em 97,46% dos casos em que houve declaração da posição da parte dos ocupados, no ramo da administração pública, etc., e em 99,55%, no ramo da defesa nacional, etc., essa declaração foi a de "empregado". A possibilidade de declarações correspondentes à verdade, diversas da de empregado, foi esclarecida no início desta reportagem. Essa possibilidade depende do critério de classificação dos recenseados segundo as atividades, conforme o qual cada pessoa foi atribuída ao ramo de atividade a serviço do qual está ocupada, independentemente do gênero da ocupação. Depende, ainda, como já foi advertido, da inclusão de alguns serviços de interêsse público, exercidos por emprêsas particulares, nos dois referidos ramos de atividade.

DOMÉSTICOS E ESCOLARES

Dos 11.909.514 habitantes, classificados no ramo das atividades domésticas e escolares (discentes), apenas 597.884 declararam a sua posição. Os 11.311.630 habitantes, que declararam estar ocupados nessas atividades, sem fazer nenhuma declaração de posição, discriminam-se em 1.094.577 homens e 10.217.053 mulheres. Os 597.884, que fizeram essa declaração, distribuem-se, segundo o sexo e a posição, como consta dos dados seguintes:

POSIÇÃO	Homens	Mulheres
Empregador.....	165	452
Empregado.....	81 204	468 945
Autônomo.....	6 141	19 466
Membro da família...	2 152	19 354
TOTAL.....	**89 662**	**508 222**

Cêrca de 92% dos que declararam a posição na ocupação são empregados em serviços domésticos. Como já foi esclarecido, a causa principal da presença, neste ramo de atividade, de empregadores, autônomos e membros da família depende da inclusão indevida, no mesmo, de atividades profissionais exercidas no lar. Como causa secundária, deve-se mencionar a inclusão, neste ramo, do pessoal de emprêsas de serviços para o lar, a exemplo de conservação e reparação, jardinagem, etc. A maior parte dêsses casos, aliás não muito numerosos, deveria ser classificada no ramo dos serviços sociais; uma parte muito menor, no das profissões liberais, ensino particular, etc.

INATIVOS E OUTROS

Deve-se considerar agora, para completar a resenhã, o grupo das atividades insuficientemente especificadas ou não incluídas nos precedentes ramos, e das condições inativas. Cumpre advertir que justamente as pessoas nestas condições constituem a maioria preponderante dos classificados nesse

Dentre os muitos trabalhos em que se aplicam os menores, êste é dos mais árduos. Ao sol e à chuva, dia e noite.

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, JUSTIÇA E ENSINO PÙBLICO E NA DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA, SEGUNDO O SEXO E A POSIÇÃO — 1940

TABELA IV

POSIÇÃO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		DEFESA NACIONAL, ETC.	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregador	540	78	81	2
Empregado	220 401	81 453	168 671	977
Autônomo	5 699	1 364	474	175
Membro da família	123	64	24	8
De posição ignorada	578	426	1 577	223
TOTAL	**227 341**	**83 385**	**170 827**	**1 385**

DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL E A FORMA DA REMUNERAÇEO — 1940

TABELA V

RAMO DE ATIVIDADE	Com remuneração direta	Com remuneração indireta	Sem remuneração ou com remuneração não declarada	TOTAL
I Agricultura, pecuária, etc.	6 719 837	2 624 077	109 598	9 453 512
II Indústrias extrativas	343 026	43 554	3 980	390 560
III Indústrias de transformação	1 324 631	34 659	40 766	1 400 056
IV Comércio de mercadorias	720 199	18 233	10 711	749 143
V Comércio de valores, etc.	50 793	230	754	51 777
VI Transportes e comunicações	464 748	4 329	4 599	473 676
VII Administração pública, justiça, ensino público	306 418	666	3 642	310 726
VIII Defesa nacional, segurança pública	169 729	102	2 381	172 212
IX Profissões liberais, ensino particular, culto, etc.	102 704	4 431	11 552	118 687
X Serviços e atividades sociais	841 354	19 238	39 182	899 774
XI Atividades domésticas e escolares	559 636	26 210	11 323 668	11 909 514
XII Inativos, etc.	108 615	3 283	2 996 314	3 108 212
I A XII TOTAL	**11 711 690**	**2 779 012**	**14 547 147**	**29 037 849**

OCUPADOS EM ATIVIDADES EXTRA-DOMÉSTICAS, SEGUNDO A FORMA DE REMUNERAÇÃO E O SEXO — 1940

TABELA VI

DISCRIMINAÇÃO	HOMENS		MULHERES	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Diretamente remunerados	9 727 536	82,57	1 315 903	58,76
Indiretamente remunerados	1 935 688	16,43	813 831	36,34
Não remunerados	117 371	1,00	109 794	4,90
TOTAL	**11 780 595**	**100,00**	**2 239 528**	**100,00**

ramo. Dos 3.108.212 habitantes assim classificados, apenas 105.942 declararam a sua posição na ocupação. Os 3.002.270, que não fizeram essa declaração, discriminam-se em ..... 1.371.270 homens e 1.631.000 mulheres. Os 105.942 que fizeram essa declaração, discriminam-se da maneira seguinte, segundo sexo e posição:

POSIÇÃO	Homens	Mulheres
Empregador	688	95
Empregado	65 030	4 310
Autônomo	31 546	2 765
Membro da família	1 243	265
TOTAL	**98 507**	**7 435**

Na maioria, os que fizeram a declaração da posição, declararam-se empregados; é considerável, todavia, também o número dos autônomos. Como já foi advertido, parece provável que em muitos casos essas declarações se refiram à que era a posição do atual inativo na época passada em que êle estava ativo.

FORMAS DE REMUNERAÇÃO

Entre os quesitos do censo demográfico de 1940, referentes à ocupação, foi incluído o seguinte: "A ocupação é direta ou indiretamente remunerada?" Êsse quesito figura duas vêzes nos boletins do censo: a primeira, com referência à ocupação principal; a segunda, com referência à ocupação suplementar. Serão examinados, aqui, os resultados da apuração das respostas dadas ao quesito sôbre a remuneração na ocupação principal. Parece útil, entretanto, esclarecer preliminarmente a significação que, pelas instruções censitárias, foi atribuída à discriminação entre a remuneração direta e indireta.

Conforme essas instruções, "entende-se por ocupação remunerada aquela mediante a qual a pessoa que a exerce percebe uma remuneração pelo trabalho executado, podendo essa remuneração ser em moeda ou em utilidade equivalente. A remuneração direta é a que o trabalhador recebe como paga ou lucro imediato da ocupação exercida; remuneração indireta é a que beneficia o trabalhador, aumentando a renda do chefe da família de que êle faz parte, a cuajs expensas vive e a quem auxilia no trabalho de que pro-

vém a aludida renda, sem receber salário pelos serviços prestados".

Traduzindo êsses números na linguagem da ciência econômica, pode-se dizer que a remuneração direta inclui todos os casos em que o ocupado percebe um rendimento monetário ou "in natura", que lhe é explicitamente atribuído como compensação dos serviços prestados (salário, no sentido amplo que se dá a essa palavra; lucro ou proveito; juros; renda; ou rendimento de caráter misto), e que a remuneração indireta inclui todos os casos em que o ocupado percebe um rendimento "in natura" e, em geral, em parte também monetário, não como compensação explícita dos serviços prestados, e, sim, como participação na renda de uma emprêsa familiar de que êle é um dos colaboradores. Pelas citadas instruções, não foi considerada ocupação remunerada a das donas de casa, tipo especial de atividade, que, do ponto de vista da ciência econômica, poderia ser incluído entre os indiretamente remunerados, formando todavia, uma classe à parte.

REMUNERAÇÃO NAS ATIVIDADES EXTRA-DOMÉSTICAS

A discriminação dos ocupados nos diversos ramos de atividade, segundo a forma de remuneração, consta da Tabela V, para o conjunto de ambos os sexos, de 10 anos e mais. Para se obter uma adequada apreciação dos dados, cumpre considerar à parte os ocupados em atividades extra-domésticas e os ocupados em atividades domésticas. Dos 14.020.123 habitantes, ocupados em atividades extra-domésticas (ramos I a X, na Tabela V), 11.043.439 (78,77%) são diretamente remunerados, 2.749.519 (19,61%) são indiretmente remunerados, e 227.165 (1,62%) não são remunerados ou não responderam ao quesito.

A grande maioria dos indiretamente remunerados (2.624.077) é ocupada em atividades agro-pecuárias. São muito menores, mas não desprezíveis, os números do indiretamente remunerados com ocupação nas indústrias (78.213), no comércio e transportes (22.792) e nos serviços e atividades sociais (19.238). Dos não remunerados, o grupo maior (109.598) encontra-se nas atividades agro-pecuárias, sendo, todavia, notáveis também os números dos ocupados nas indústrias (44.746), nos serviços e atividades sociais (39.182), e não desprezíveis os dos ocupados no comércio e transportes (16.064) e nas profissões liberais, ensino particular, culto, etc. (11.552).

Discriminando-se os dois sexos, obtem-se, para o conjunto dos ocupados em atividades extra-domésticas, os dados da Tabela VI. O número dos homens indiretamente remunerados é mais que o dôbro do das mulheres, mas a quota dos ocupados com remuneração indireta é muito maior no sexo feminino do que no masculino. Ainda mais acentuada é a desproporção entre os dois sexos no que diz respeito à quota dos que não percebem remuneração. Em conjunto, 41,24% das mulheres ocupadas em atividades extra-domésticas são remuneradas indiretamente, ou não são remuneradas, enquanto para os homens a proporção correspondente é apenas de 17,43%.

Em ambos os sexos, é preponderante, entre os indiretamente remunerados, a ocupação em atividades agro-pecuárias (1.866.024 homens e ..... 758.053 mulheres). Seguem-se, a grande distância, as ocupações em atividades industriais (42.719 homens e 35.494 mulheres), em atividades comerciais e de transportes (19.484 homens e 3.308 mulheres), e em serviços e atividades sociais 5.728 homens e 13.510 mulheres). Também entre os não remunerados, os números maiores se encontram, em ambos os sexos, nas ocupações agro-pecuárias (66.081 homens e 43.517 mulheres). Nas atividades industriais, o número dos ocupados sem remuneração é muito me-

QUOTAS PERCENTUAIS DAS DIVERSAS FORMAS DE REMUNERAÇÃO, EM CADA RAMO DE ATIVIDADE, PARA O CONJUNTO DOS OCUPADOS E COM DISCRIMINAÇÃO DO SEXO — 1940

TABELA VII

RAMO DE ATIVIDADE	HOMENS E MULHERES			HOMENS			MULHERES		
	Com remuneração direta	Com remuneração indireta	Sem remuneração, ou com remuneração não declarada	Com remuneração direta	Com remuneração indireta	Sem remuneração, ou com remuneração não declarada	Com remuneração direta	Com remuneração indireta	Sem remuneração, ou com remuneração não declarada
I Agricultura, pecuária, etc.....	71,08	27,76	1,16	76,39	22,80	0,81	36,89	59,68	3,43
II Indústrias extrativas.....	87,83	11,15	1,02	90,65	8,44	0,91	66,39	31,75	1,86
III Indústrias de transformação...	94,61	2,48	2,91	97,72	1,22	1,06	82,87	7,21	9,92
IV Comércio de mercadorias.....	96,14	2,43	1,43	96,38	2,18	1,44	92,79	5,91	1,30
V Comércio de valores, etc.....	98,10	0,44	1,46	98,44	0,18	1,38	93,55	3,97	2,48
VI Transportes e comunicações...	98,12	0,91	0,97	98,16	0,91	0,93	96,49	1,13	2,38
VII Administração pública, justiça, ensino público.....	98,61	0,22	1,17	98,58	0,09	1,33	98,71	0,54	0,75
VIII Defesa nacional,seg. pública...	98,56	0,06	1,38	98,70	0,03	1,27	81,59	3,61	14,80
IX Prof' liberais, ens. particular, culto, etc.....	86,54	3,73	9,73	91,48	1,86	6,66	76,80	7,42	15,78
X Serv. e ativ. sociais.....	93,51	2,14	4,35	96,37	1,24	2,39	90,49	3,08	6,43
XI Ativ. dom. e esc.....	4,70	0,22	95,08	7,32	0,29	92,39	4,41	0,21	95,38
XII Inativos, etc.....	3,49	0,11	96,40	6,66	0,11	93,23	0,66	0,10	99,24
I a X Total das Ativ. extra-doméstica.	78,77	19,61	1,62	82,57	16,43	1,00	58,76	36,34	4,90
I a XII TOTAL.....	**40,33**	**9,57**	**50,10**	**68,67**	**13,44**	**17,89**	**12 ,32**	**5,74**	**81,94**

nor entre os homens (14.857) do que entre as mulheres (29.889); o mesmo acontece nos serviços e atividades sociais (11.008 homens e 28.174 mulheres). No comércio e transportes, pelo contrário, verifica-se absoluta predominância masculina entre os não remunerados (14.982 homens e 1.082 mulheres). Nas profissões liberais, ensino particular, etc., há menor desequilíbrio) 5.246 homens e 6.306 mulheres). Uma visão de conjunto da representação comparativa dos dois sexos, entre os ocupados em atividades extra-domésticas, é dada pelas seguintes percentagens:

DISCRIMINAÇÃO	Homens	Mulheres
Diretamente remunerados	88,08	11,92
Indiretamente remunerados	70,40	29,60
Não remunerados	51,67	48,33
Em conjunto	84,03	15,97

REMUNERAÇÃO EM OUTRAS ATIVIDADES

No ramo das atividades domésticas e escolares, a grande maioria dos ocupados é constituída por pessoas que cuidam do seu lar e por estudantes, cuja ocupação não tem caráter profissional. Entre os 585.846 ocupados que recebem uma remuneração — profissionais dos serviços domésticos —, os dados discriminam 559.636 (95,53 por cento) com remuneração direta e 26.210 (4,47%) com remuneração indireta. Os homens constituem apenas uma limitada minoria (86.726 com remuneração direta, em comparação com 472.910 mulheres; e 3.383 com remuneração indireta, em comparação com 22.827 mulheres).

No ramo que, na Tabela V, está designado, abreviadamente, dos "inativos", estão incluídas algumas atividades não compreendidas nos ramos precedentes, ou insuficientemente especificadas. Entretanto, o número das pessoas ocupadas nessas atividades é muito reduzido e não basta para esclarecer a presença de 111.898 remunerados, no ramo dos inativos. Provavelmente, a maior parte dos que declararam ser remunerados pertence à classe dos aposentados e outros pensionistas, que consideraram a pensão, como efetivamente é, uma remuneração atual de atividades passadas. A grande maioria dos que declararam ser remunerados são homens (99.480, em comparação com apenas 12.418 mulheres).

OUTRAS INFORMAÇÕES SÔBRE REMUNERAÇÕES

Examinada a representação comparativa dos diversos ramos de atividade, em cada forma de remuneração, vejamos, na Tabela VII, a importância comparativa das diversas formas de remuneração, em cada ramo de atividade. Considerando-se a população de 10 anos e mais, sem discriminação de sexo, verifica-se que a quota mais elevada de ocupados com remuneração indireta (27,76%) se encontra nas atividades agro-pecuárias. Seguem-se as indústrias extrativas, com uma quota já muito menor (11,15%). Em nenhum outro ramo de atividade a quota dos indiretamente remunerados atinge 4%, aproximando-se dêsse limite apenas no ramo das profissões liberais, ensino particular, culto, etc.

Discriminando-se os dois sexos, vê-se que, em todos os ramos de atividades extra-domésticas, a quota dos indiretamente remunerados é menor entre os homens do que entre as mulheres. A quota dos ocupados sem remuneração é muito baixa em todos os ramos de atividade extra-doméstica, exceto o das profissões liberais, etc., onde a presença de classe do clero regular contribui para elevá-la. Em quase todos os ramos de atividades extra-domésticas, a quota dos não remunerados é mais elevada no sexo feminino do que no masculino.

Nas atividades domésticas e escolares, apenas 4,92% dos ocupados recebem uma remuneração (4,70%, direta; 0,22%, indireta). São óbvios os fatôres da quota mais elevada que se

DISCRIMINAÇÃO DAS PESSOAS COM OCUPAÇÃO SUPLEMENTAR, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, POR SEXO — 1940

TABELA VIII

RAMO DE ATIVIDADE	PESSOAS COM OCUPAÇÃO PRINCIPAL NO RAMO DE ATIVIDADE ESPECIFICADO					
	Em total			Que têm uma ocupação suplementar		
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
I Agricultura, pecuária, etc	8 183 313	1 270 199	9 453 512	308 249	104 252	412 501
II Indústrias extrativas	345 202	45 358	390 560	29 457	2 891	32 348
III Indústrias de transformação	1 107 371	292 685	1 400 056	49 458	33 180	82 638
IV Comércio de mercadorias	698 202	50 941	749 143	57 518	5 582	63 100
V Comércio de valores, etc	48 229	3 548	51 777	4 549	373	4 922
VI Transportes e comunicações	459 758	13 918	473 676	17 011	1 899	18 910
VII Administração pública, justica, ensino público	227 341	83 385	310 726	25 739	12 645	38 384
VIII Defesa nacional e segurança pública	170 827	1 385	172 212	9 665	114	9 779
IX Profissões liberais, ensino particular, culto, etc	78 731	39 956	118 687	15 716	4 915	20 631
X Serviços e atividades sociais	461 621	438 153	899 774	23 920	43 443	67 363
XI Atividades domésticas e escolares	1 184 239	10 725 275	11 909 514	36 718	579 401	616 119
XII Inativos, etc	1 469 777	1 638 435	3 108 212	11 767	9 185	20 952
I a XII TOTAL	**14 434 611**	**14 603 238**	**29 037 849**	**589 767**	**797 880**	**1 387 647**

PERCENTAGEM DAS PESSOAS COM OCUPAÇÃO SUPLEMENTAR, ENTRE AS COM OCUPAÇÃO PRINCIPAL NO RAMO ESPECIFICADO — 1940

TABELA IX

RAMO DE ATIVIDADE	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária, etc.	3,77	8,21
Indústrias extrativas	8,53	6,37
Indústrias de transformação	4,47	11,34
Comércio de mercadorias	8,24	10,96
Comércio de valores, etc.	9,43	10,51
Transporte e comunicações	3,70	13,64
Administração pública, justiça, ensino público	11,32	15,16
Defesa nacional, segurança pública	5,66	8,23
Profissões liberais; ensino particular, culto etc.	19,96	12,30
Serviços e atividades sociais	5,18	9,92

verifica no sexo masculino (7,61%), em comparação com o feminino (4,62 por cento). As pessoas ocupadas nesse ramo, que percebem uma remuneração, são, como já foi lembrado, as que prestam serviços domésticos remunerados.

OCUPAÇÃO SUPLEMENTAR

Pelo quesito 33 do censo demográfico de 1940, pediu-se a declaração da eventual ocupação suplementar do recenseado. Os resultados da apuração das respostas dadas a êsse quesito, para o conjunto do Brasil, são encontrados nesta reportagem. Na apuração em aprêço foi combinada a discriminação dos que têm uma ocupação suplementar com a classificação segundo a atividade exercida na ocupação principal. Observe-se, a respeito, a Tabela VIII. Dela constam o total das pessoas, de 10 anos e mais, com ocupação principal em cada ramo de atividade, discriminadas segundo o sexo, e o número das pessoas, de 10 anos e mais, com ocupação principal em cada ramo de atividade, que têm uma ocupação suplementar, também discriminadas segundo o sexo.

Em conjunto, as pessoas com ocupação suplementar ascendem a 1.387.647, das quais 589.767 do sexo masculino e 797.880 do feminino. Em relação ao total dos habitantes de 10 anos e mais, os com ocupação suplementar representam 4,78%, em conjunto; 4,09 por cento, no sexo masculino; 5,46 por cento, no feminino. A discriminação das pessoas com ocupação suplementar, segundo o ramo de atividade em que é exercida a ocupação principal, revela uma diferença fundamental entre os dois sexos, como se vê pelos dados seguintes:

CATEGORIA DE ATIVIDADE DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL	PESSOAS COM OCUPAÇÃO SUPLEMENTAR	
	Homens	Mulheres
Atividades extra-domésticas	541 282	209 294
Atividades domésticas e escolares	36 718	579 401
Inativos, etc.	11 767	9 185
TOTAL	**589 767**	**797 808**

No sexo masculino, que se dedica principalmente às atividades extra-domésticas, a grande maioria das pessoas com ocupação suplementar exerce a sua ocupação principal justamente nessas atividades.

HOMENS E MULHERES

Discriminando-se os diversos ramos de atividades extra-domésticas, verifica-se que os maiores números absolutos de pessoas com ocupação suplementar correspondem à ocupação principal nos ramos abaixo especificados:

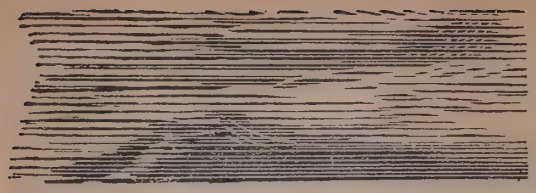
Para os homens:

Agricultura pecuária. etc.	308 249
Comércio de mercadorias	57 518
Insústrias de transformação	49 458
Indústrias extrativas	29 457
Adm. pública, justiça, ensino público	25 739
Serviços e atividades sociais	23 920
Transportes e comunicações	17 011
Prof. liberais, ensino particular, culto, etc.	15 716

PARA AS MULHERES:

Agricultura, pecuária, etc.	104 252
Serviços e atividades sociais	43 443
Indústrias de transformação	33 180
Adm. pública, justiça, ensino público	12 645

Em relação ao número total dos ocupados nos diversos ramos de atividades extra-domésticas, a proporção das pessoas com atividade suplementar varia fortemente de um para outro ramo, e de um para outro sexo. Entre os homens, a maior quota de pessoas com ocupação suplementar verifica-se entre os que têm a ocupação principal nas profissões liberais, ensino particular, culto, etc., aproximando-se de 20%. No ramo das atividades agropecuárias, ao grande número absoluto das pessoas com ocupação suplementar, corresponde um número relativo pequeno, inferior a 4%, como se pode ver na Tabela IX. Entre as mulheres, a maior quota de pessoas com ocupação suplementar verifica-se entre as que têm a ocupação principal na administração pública, justiça, ensino público, excedendo 15%.



— UM PASSO À FRENTE NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Montando no Brasil uma completa fábrica de *tubos de aço soldados,* onde a mais moderna técnica norte-americana será empregada, a ARMCO Industrial e Comercial S/A faz com que as nossas indústrias dêem mais um passo à frente para sua emancipação.

A fabricação local dos *tubos de aço soldados* ARMCO, representa para nossos empreendimentos, além de facilidade e presteza na obtenção desse material, diminuição do seu preço, pelo emprego de mão de obra e de matéria prima nacionais.

TUBOS DE AÇO SOLDADOS ARMCO

para tubulações adutoras, irrigação, "penstocks", estaqueamentos, etc., de diâmetros até 1,80 m.

Dirijam suas consultas à:

ARMCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A

Rua da Alfândega, 107 — Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — PORTO ALEGRE — SALVADOR — CURITIBA — BELO HORIZONTE ◆ AGENTES NAS OUTRAS CAPITAIS DOS ESTADOS

A Crise Econômica Inglesa

Celso Furtado

Correspondência Especial de Londres para "O Observador Econômico e Financeiro"

A CRISE que neste momento atinge o seu paroxismo na Inglaterra, é a etapa decisiva de um longo processo de decomposição da base mesma sôbre que fôra construído o sistema econômico inglês. O amplo debate teórico que tem despertado em todo o mundo essa crise decorre do fato de a mesma estar ligada ao desenvolvimento das relações econômicas internacionais neste após-guerra, relações essas que ainda não se cristalizaram. O caso inglês não só é típico no estudo da economia moderna, mas ainda reflete em si tôda a profundidade das mutações que resultaram do último conflito para a estrutura econômica do mundo capitalista. Na análise da situação presente da economia inglesa deve-se ter em vista, em primeiro lugar, que a Inglaterra foi a primeira nação moderna, ou seja a primeira nação industrial. Todo o primeiro século de processamento da revolução industrial foi marcado por uma indiscutível predominância inglesa. Neste fato histórico devem ser buscadas as raízes de muitos dos vícios presentes da economia britânica. O progresso técnico foi, durante o século passado, a arma decisiva dos ingleses. No campo comercial essa vantagem se traduzia por uma política intransigente de portas abertas. Aos ingleses bastava que se lhes concedesse o direito de concorrer livremente em todos os mercados mundiais o produto manufaturado nas ilhas substituía por tôda parte as mercadorias produzidas à base de técnicas menos avançadas. Dentro da Grã-Bretanha a consequência dessa expansão industrial foi um completo abandono de tôda forma de atividade econômica que não auferisse as vantagens do desenvolvimento da técnica. A agricultura, acima de tudo, foi praticamente abandonada. A elevação do nível de vida dentro das ilhas, o aproveitamento da mão de obra na indústria e a política de portas abertas à importação, destruíram por completo o sistema agrícola do país de há muito enfraquecido pela concorrência da criação de gado lanígero.

A Inglaterra progressivamente se transformou em uma oficina: uma nação que importava produtos industriais. O desaparecimento das atividades agrícolas era uma condição do desenvolvimento industrial do país. A economia mundial começava a se especializar e os ingleses reservavam-se nesse processo a melhor tarefa, seja aquela em que a técnica atingira grau mais elevado de desenvolvimento. Por outro lado os produtos ingleses tinham de ser comprados com alguma coisa. Essa alguma coisa, para a quase totalidade dos povos era, no século passado, o produto do trabalho agrícola. Dispondo do contrôle dos transportes, os ingleses encontravam num mundo totalmente agrícola uma ampla oferta de produtos alimentícios a preços baixos. Desta forma o país passou a viver de grandes importações de alimentos. Tem-se afirmado que a Inglaterra viveu sempre de carvão e alimentos baratos. Seria mais exato afirmar que os ingleses fundaram sua grandeza em importações baratas. Controlando completamente o comércio mundial, os britânicos ditavam a política de preços. Como as amplas exportações dos produtos ingleses muitas vêzes eram feitas a crédito, um acúmulo progressivo de capitais britânicos foi se efetuando fora do país. Êsses capitais eram aproveitados em inversões naquelas atividades que estavam diretamente ligadas à economia inglesa. Progressivamente os britânicos passaram a controlar as organizações que eram fornecedoras de matérias primas e produtos alimentícios às ilhas. A inversão de capitais no exterior não se limitou, ademais, a essa forma reprodutiva. Os empréstimos feitos às nações economicamente incipientes e as inversões em serviços públicos concorreram também para estabelecer o poder econômico e a influência política dos britânicos. Os dividendos e os juros acumulados no estrangeiro

LIBRARY
UNIVERSITY OF ILLINOIS

iriam, porém, influir profundamente na vida econômica inglesa. Era o período de desenvolvimento que se encerrava e a maturidade que começava. O inglês iria progressivamente abandonar sua posição revolucionária de homem empreendedor e inovador para assumir a postura do cavalheiro que vive de rendas e não faz negócios que não sejam absolutamente certos.

A começar do último quartel do século passado, os ingleses se preocupavam cada vez menos em desenvolver suas indústrias e em se conservar na liderança da revolução industrial, para se dedicarem a inversões rendosas e seguras no exterior. A grande expansão política do século passado é reflexo disso. O contrôle político se torna mais necessário do que nunca como garantia dos dividendos e dos juros e como segurança do monopólio. Nos últimos trinta anos do século passado, os ingleses ocuparam cêrca de oito milhões de quilômetros quadrados de terras coloniais. Paralelamente as diversões de capitais britânicos no exterior subiram de 600 milhões de libras para quatro bilhões entre 1880 e o comêço dêste século. O conhecido historiador inglês Clapham observou isso agudamente, já há alguns anos: "Resources were turned towards foreign investments... because foreign investments seemed more remunerative." (Economic History of Modern Britain, vol. III).

Nas vésperas da primeira guerra, as inversões no exterior representam cêrca de um têrço de tôdas as inversões de capital inglês. Metade dêsses capitais estavam no Império e a outra metade quase totalmente nos países da América. Em 1913, o último ano do século passado — do ponto de vista econômico — os ingleses exportaram nada menos de 225 milhões de libras em capitais. Ao mesmo tempo se produzia a decadência das exportações inglesas de mercadorias. Essa decadência pode ser observada seja no abandono de certos setores do mercado internacional, seja na subordinação das exportações de mercadorias às exportações de capitais. A Grã-Bretanha passou a exportar essencialmente aço e ferro sob a forma de equipamento de estradas de ferro, de máquinas têxteis e de construções navais. Êsses fornecimentos estavam diretamente ligados às inversões de capitais no exterior. A consequência mais importante dessa mudança de sentido na economia inglesa foi a diminuição no ritmo do progresso técnico. Essencialmente voltados para as inversões no exterior os ingleses foram superados por outras naçoes que lhes tinham copiado os metodos de produção e que venciam as primeiras fases do desenvolvimento capitalista. Como observou o citado Clapham, a indústria de carvão ficou "worse stagnant in efficiency since before 1900", a indústria de construções decaiu entre 1890 e 1911, o mesmo se podendo dizer de muitos outros ramos fundamentais. "A indústria na Grã-Bretanha tem andado atrás do resto do mundo, quer se tenham em vista números relativos quer números absolutos, tem-se caracterizado por negligência no desenvolvimento técnico e por falta de flexibilidade; seus dirigentes não estavam preparados para compreender a necessidade de grandes inversões na mecanização, e têm por longo tempo negligenciado a melhoria nas condições e processos de trabalho.

Em síntese pode-se afirmar que o grande progresso inglês resultou do pioneirismo da Grã-Bretanha como nação industrial. Na sua fase de expansão econômica a Inglaterra teve o contrôle do comércio mundial como primeira nação exportadora de produtos industriais. Os ingleses dependiam da importação de matérias primas (exceto carvão) e de produtos alimentícios; tinham entretanto o contrôle da produção dêsses elementos no exterior. Dada a posição privilegiada em que estavam, os ingleses podiam ditar a política de preços: até 1914 os "terms of trade" — a relação entre os índices de importação e exportação — estiveram a favor dos ingleses de uma maneira significativa. Disto resultava que qualquer produto importado era vendido a baixíssimo preço dentro das ilhas. Estava aí a base da mão de obra barata que, apesar do nível de vida relativamente elevado, tinha à sua disposição a indústria inglesa. A acumulação de capitais no exterior foi progressivamente alterada na estrutura da balança inglesa de pagamentos. Os juros e dividendos pagos em ouro passaram a representar um fator decisivo no poder de compra dos ingleses em todo o mundo. Isto teria de se refletir nas exportações do país que começaram a decrescer. Inicialmente essas exportações se colocaram a serviço das inversões de capitais no exterior: é a fase de exportação de bens de reprodução. Enquanto aumentava na balança de pagamentos inglesa a importância dos "invisible items" — juros, dividendos, serviços de transporte e de bancos — diminuía o volume das exportações de mercadorias. Atingida a maturidade como nação capitalista, a Inglaterra passava a viver em parte de rendas. Enquanto isso, a revolução industrial continuava o seu processo revolucionário em outros países.

O PERÍODO ENTRE AS DUAS GUERRAS

A primeira guerra, que tão duramente atingiu a economia de algumas nações européias, permitiu à Inglaterra de consolidar sua posição política e de se conservar dentro do quadro econômico estabelecido nos anos anteriores. O sistema de tarifas preferenciais no Império e o contrôôle da economia de alguns países exportadores de alimentos e matérias primas — particularmente na América do Sul — conservaram a situação de nação privilegiada para a Inglaterra no comércio internacional.

Os "terms of trade" dizem se o comércio é praticado em condições favoráveis ou desfavoráveis para uma nação, isto é, se paga mais, ou menos, pelo que se compra com relação ao que se vende no exterior. Ora, os "terms of trade" estiveram sempre largamente favoráveis aos ingleses. E assim o produto do trabalho inglês valia sempre mais, fora ou dentro da Inglaterra, que o produto do trabalho daqueles povos que comerciavam com a Grã-Bretanha. Os "terms of trade" durante a última parte do século passado "had become increasingly favourable to this country", na expressão de um economista inglês. Ainda assim, se tomamos o ano de 1910 como base, veremos que os "terms of trade" continuaram a evoluir a favor dos ingleses até vésperas da última guerra. Os ingleses necessitavam, dessa forma, de uma quantidade inferior relativamente de homens-hora para pagar o volume de suas importações. Essa vantagem substancial concorreu para conservar o nível de vida no país excepcionalmente elevado, no conjunto das nações capitalistas, não obstante a decadência da indústria inglesa e a diminuição no volume das exportações.

As importações inglesas conservaram uma definida tendência de elevação no período entre as duas guerras. As exportações do país comportaram-se exatamente em sentido inverso. Na segunda parte da década trinta a Grã-Bretanha importava "per capita" cêrca de 20 por cento mais que em 1913; por outro lado exportava 40 por cento menos. Êsses números mos-

tram sem rodeios o caráter de decrepitude e estagnação que apresentava a economia inglesa na fase anterior a última guerra. Nenhum país industrial apresentou durante êsse período uma crise tão crônica de desemprêgo. De 1921 a 1938 uma média de 14 trabalhadores ingleses em 100 estiveram desempregados. Por outro lado crescia o número de pessoas dedicadas a trabalhos improdutivos. A proporção de trabalhadores britânicos empregados em indústrias manufatureiras decresceu, entre 1923 e 1938 de 51 para 47 por cento. Por outro lado o número de pessoas empregadas na distribuição cresceu de 1.250.000 para 2 milhões. Na década trinta — conforme demonstrou um relatório da Liga das Nações — a Grã-Bretanha de tôdas foi a que apresentou uma maior proporção de indivíduos empregados na administração, nos serviços domésticos e formas várias de trabalho improdutivo.

O fato de que a balança de pagamentos inglesa não dependia exclusivamente das exportações do país — podia-se comprar no exterior sem exportar — tinha como contra-partida o desemprêgo interno e a decadência da indústria nas ilhas. A saúde de uma nação capitalista depende essencialmente da expansão de sua fôrça produtiva. Isto porque o próprio progresso tecnológico engendra — havendo relativa estagnação na produção — o desemprêgo. Por outro lado, quando a classe dirigente de uma nação capitalista passa a viver em grande parte de rendas, a liderança da indústria perde o seu "élan". O resultado será um retardamento no ritmo do progresso técnico em face das outras nações industriais.

O CUSTO DA ÚLTIMA GUERRA

O impacto da guerra veio surpreender essa lenta decomposição da economia inglesa. O esfôrço então despendido foi extraordinário e começou por sangrar as energias do país através da liquidação dos capitais invertidos no exterior. O nível das importações teve que ser mantido e, agora, à custa, exclusivamente das disponibilidades no exterior. Durante a primeira fase da guerra, isto é até o "lend-lease" americano, da liquidação de capitais ingleses fora do país foi tremenda. Em 1945 as rendas auferidas pelos ingleses no exterior eram inferiores a 100 milhões de libras, sendo que antes da guerra passavam de 250 milhões, a um nível de preços incomparàvelmente mais baixo. Por outro lado houve um decréscimo de 4 bilhões de libras, inclusive os débitos em esterlinos, no valor líquido total das propriedades inglesas no exterior. Desta forma, a Inglaterra, de nação credora passava à nação devedora. Se acrescentamos a essa soma 3 milhões de libras representados pelo desgaste e destruições da guerra, incluídas perdas na marinha mercante, temos a fabulosa soma de 7 bilhões de libras, que foi quanto custou à Inglaterra a última guerra. Os gastos em bens de consumo caíram, na Grã-Bretanha, de 87 por cento, em 1938, para 57 por cento em 1944, e as reservas de ouro decresceram de 864 milhões de libras para 453 milhões, enquanto o débito externo subia de 760 milhões para 5 bilhões. Por outro lado as exportações do país haviam decrescido, em 1944, a 30 por cento de 1938. Foi a essa situação que ficou reduzida a Inglaterra pela guerra. Já não se podia contar com o pêso das rendas exteriores na balança de pagamentos e já não se podiam esperar vantagens "terms of trade". Restava o próprio trabalho dentro das linhas. E desta forma foi levantada a bandeira de aumento das exportações: exportar ou morrer.

AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM OS ESTADOS UNIDOS

Logo em 1945 o govêrno trabalhista inglês elaborou um plano de desenvolvimento da economia nacional à base de um empréstimo americano. Êsse empréstimo sustentaria a balança de pagamentos inglesa numa fase decisiva (até 1950) de reequipamento e expansão da economia britânica. Convém, entretanto, estudar a evolução das relações comerciais anglo-americanas para alcançar a natureza da repercussão que poderia ter êsse empréstimo no quadro da economia inglesa.

As relações comerciais da Inglaterra eram normalmente com países importadores de produtos manufaturados ou amplamente controlados pelos capitais ingleses. Os Estados Unidos não estavam, desde fins do século passado, em nenhum dêsses dois casos. Eram, destarte, um cliente impraticável para a Grã-Bretanha. Ainda assim os americanos várias vêzes tentaram invadir o grande mercado que são as ilhas inglesas. No fim da primeira guerra êles haviam conseguido elevar suas exportações para cêrca de 40 por cento das compras inglesas no exterior. Em 1913 a América contribuía com apenas 18 por cento dessas compras. Uma vez terminada a guerra os ingleses procuraram afastar os americanos de seu mercado. Em 1923 haviam diminuído para 20 por cento as importações dos Estados Unidos. Com a crise americana de 1929-33, que repercutiu duramente na Inglaterra, os ingleses fortificaram sua independência dos produtos americanos. E em 1932 foi realizada em Ottawa uma Conferência do Império para reforçar os laços comerciais das nações britânicas e seus domínios coloniais. E desta forma a cota americana nas importações inglesas diminuiu de 16,2% em 1929 para 11% em 1937. E' evidente em todos êsses fatos a preocupação de parte da Grã-Bretanha de permanecer fora da esfera de influência econômica americana. Por outro lado, nos anos que seguiram a primeira guerra, os ingleses procuraram cobrir o seu "deficit" de dólares resultante dos anos de importação americana intensa, através de uma política de preços de monopólio para aquêles produtos que, como a borracha e os metais não metálicos, eram importados do império pelos Estados Unidos.

A prosperidade econômica inglesa parecia, dessa forma, exigir uma ampla independência comercial vis-a-vis dos Estados Unidos. Em primeiro lugar porque os americanos não importavam produtos da indústria inglesa, de que resultava uma permanente escassez de dólares em Londres; em segundo lugar porque os dois países sendo concorrentes comerciais, teriam necessariamente de desenvolver políticas independentes. Os ingleses necessitavam dessa independência para permanecer dentro dos quadros do sistema preferencial do império, que eram sua última barricada contra a expansão do poder econômico americano.

O EMPRÉSTIMO AMERICANO DE 1945

Em 1945 a Grã-Bretanha se colocou no seguinte dilema: aceitar um empréstimo americano, que se constituiria na base para um mais rápido reerguimento do país, — e neste caso abandonar o seu velho sistema de defesa econômica em face dos Estados Unidos — ou enfrentar com seus próprios e reduzidos recursos a situação. Se houvesse optado pela segunda solução, o govêrno inglês teria sido forçado a tomar medidas realmente impopulares das quais resultaria um rebaixamento geral do nível de vida no país. Aceitando o empréstimo americano os ingleses fizeram-no cientes de que não estavam realizando um simples negócio. Tratava-se essencialmente de uma transação política. Êsse

empréstimo ascendia à importância de 3.750 milhões de dólares, a serem entregues até fins de 1951 e para renderem juros de 2 por cento a contar dêsse ano. O reembôlso seria feito em 50 prestações anuais, incluindo capital e juros, devendo o débito ser liquidado no ano 2.000. Ocorre, porém, que no próprio documento em que era concedido o empréstimo estava estipulado que uma de suas finalidades seria "assistir o govêrno do Reino Unido a assumir as obrigações do comércio multilateral, na forma definida neste e noutros acordos". Ademais, o govêrno dos Estados Unidos apresentou um documento extraordinário intitulado "Proposals for Consideration by and International Conference on Trade and Employment" e exigiu que o govêrno inglês se comprometesse a aceitá-lo, condição sem a qual o empréstimo não seria submetido ao Congresso. E desta forma o govêrno de Sua Majestade fêz público que estava "in full agreement on all important points in theses proposals". O empréstimo significava em última instância, como disse um economista inglês, "inteira subordinação política monetária e comercial britânica às idéias americanas e a aceitação da hegemonia americana nos negócios monetários e comerciais internacionais".

Algumas das "condições" impostas pelos americanos são interessantes como índice da abdicação a que se submeteria a Grã-Bretanha. Assim é que o Reino Unido se comprometeu a pôr fim, dentro de um ano, ao "sterling-dollar pool", pelo qual todos os países pertencentes à área do esterlino reuniam suas reservas em dólares num fundo comum dividido depois de acôrdo com uma certa política. O govêrno americano exigia que cada país fôsse livre para gastar suas receitas em dólares como e onde lhe aprouvesse. Mas não ficava aqui a exigência: dispunha-se ademais que os países pertencentes ao bloco esterlino ficariam livres para converter em dólares, dentro da Grã-Bretanha, as libras pagas pelas suas exportações, de tal forma que com êsse dinheiro êles pudessem comprar não na Inglaterra mas nos Estados Unidos. A Grã-Bretanha se comprometia ademais a dentro de um ano após o acôrdo, isto é, em julho de 1947, eliminar qualquer contrôle de câmbio da libra em dólar com relação a transação corrente. Era claro que a medida não se estendia aos débitos em esterlinos já existentes. Finalmente a famosa cláusula 9 proibia qualquer discriminação com respeito aos produtos importados, pelo que a Grã-Bretanha ficava impossibilitada de regular suas importações de forma a dar preferência a certos produtos vindos dos países do Império ou da área do esterlino.

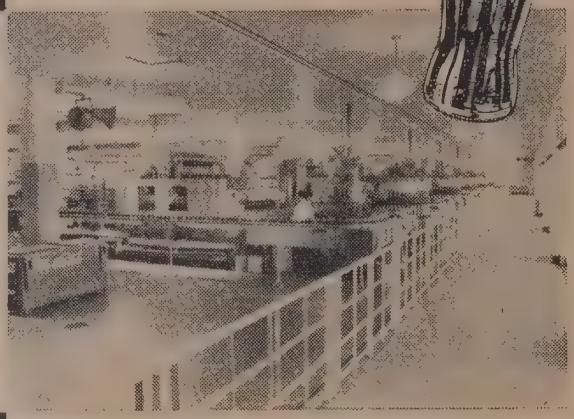
Essas condições foram completadas por alguns dispositivos dos "Proposals on Trade and Empolyment" que a Inglaterra teve de igualmente aceitar. Os Proposals dispõem que se façam entendimentos para *reduzir* substancialmente as tarifas em geral e para *eliminar* as tarifas preferenciais. Desta forma a Commonwealth britânica deixava de existir como commonwealth, uma vez desaparecido o sistema preferencial. Para deixar bem claro o seu pensamento os americanos dispunham ainda sôbre a eliminação de qualquer sistema de "restrições quantitativas de comércio", devendo se proibir, dentro de certas exceções especiais (drogas, etc.) quaisquer "cotas ou embargos".

Desta forma, a aceitação do empréstimo americano de 1945, como so-

Coca-Cola
MARCA REGISTRADA
EXPANDE-SE NO BRASIL!

CAPITAIS BRASILEIROS, CONFIANTES NO ÊXITO DA MAIS FAMOSA BEBIDA AMERICANA, EMPREENDEM A MONTAGEM DE FÁBRICAS EM VARIOS PONTOS DO PAÍS

O sucesso de Coca-Cola no Brasil vem comprovar que essa bebida agrada a todos os paladares. Coca-Cola já conta com fábricas em várias cidades como Rio, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, devendo ser instaladas as de Santos, Campinas e Niteroi. Na foto vemos uma fábrica modelo de Coca-Cola em Atlanta, Estados Unidos. Fábricas como estas estão produzindo Coca-Cola no Brasil.



Produzida com um xarope de essencias naturais, agua purissima e açucar da mais alta qualidade, Coca-Cola é um produto em cuja fabricação, em qualquer de suas fases, não toca a mão do homem. As garrafas especiais são lavadas e higienizadas automaticamente, e todo o processo industrial garante que a bebida seja sempre idêntica e com idêntico sabor.

Vemos nesta foto a fase final do engarrafamento, na qual as garrafas são cuidadosamente examinadas por meio de lentes e focos de luz. As fábricas engarrafadoras brasileiras de Coca-Cola estão sendo constituidas com capitais nacionais e locais para cada cidade, com a orientação técnica de "The Coca-Cola Export Sales Co.", Av. Rio Branco, 257 - 14.º, Rio.

lução para a crise econômica, implicava num completo abandono do tradicional sistema de vida dentro da Commonwealth e do Império. A Grã-Bretanha abria mão de tôdas as suas posições fortificadas e se dispunha a enfrentar a concorrência americana em campo raso. O país tomaria o empréstimo como um tônico, durante cinco anos. Em 1951 deveria contar somente com suas fôrças para viver num mundo sem tarifas preferenciais. Num mundo onde as nações que eram o mercado da Inglaterra procuram fazer sua emancipação industrial. Num mundo onde os americanos já conseguiram ocupar as mais sólidas posições. Assim, "tôda em armas", qual um Don Quixote, a Grã-Bretanha se lançou à conquista de novos rumos.

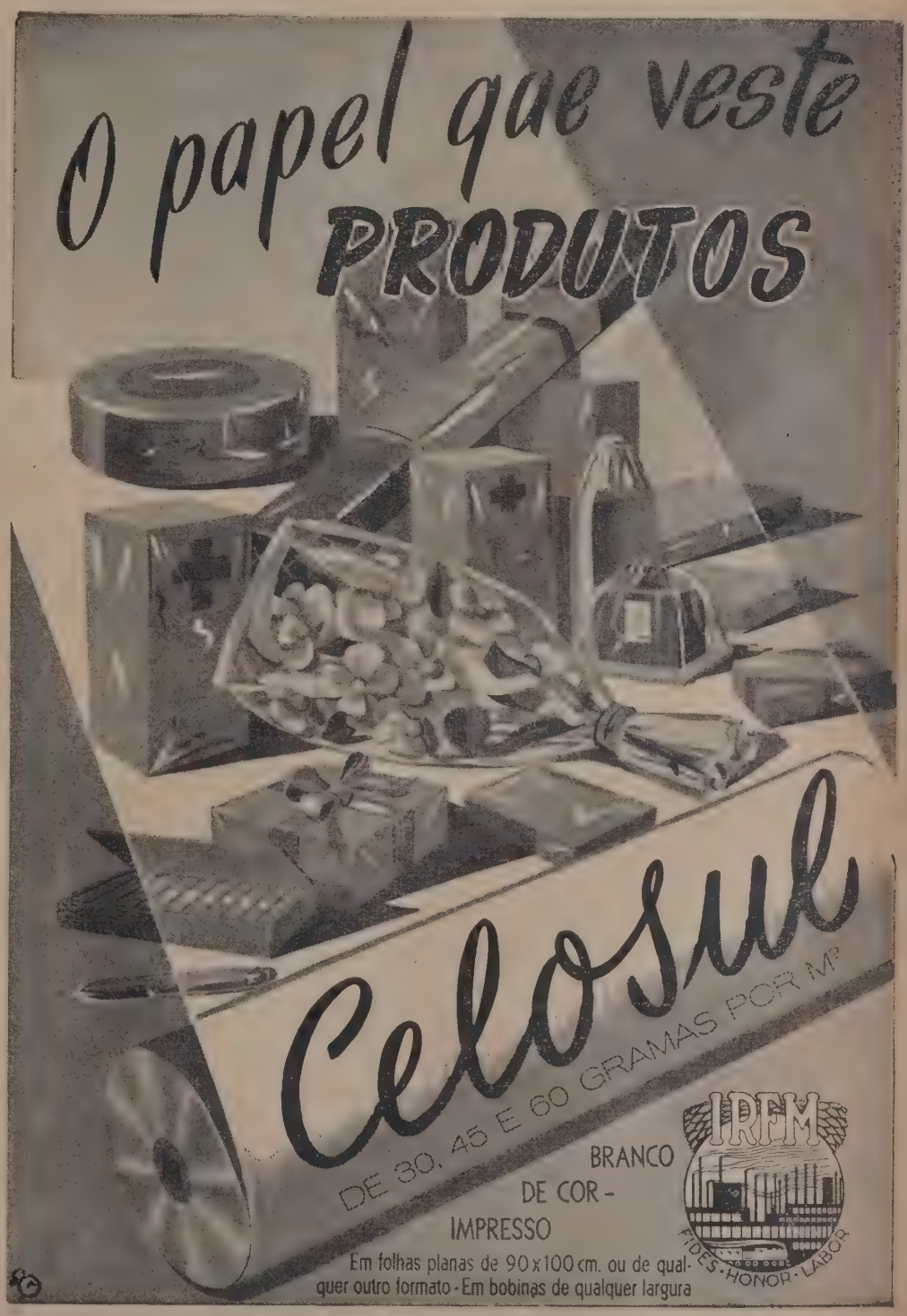
A FALÊNCIA DO PLANO

Um ano e meio após sua concessão, o empréstimo que deveria durar até 1951 está praticamente consumido. O plano do govêrno inglês estabelecido em 1945 pode ser considerado como falido em tôda sua extensão. As causas principais do rápido esgotamento do empréstimo são: a) a alta de preços nos Estados Unidos; b) o desastre da conversibilidade da libra; c) a constância da crise de alimentos em todo o mundo.

O empréstimo não oferecia nenhuma garantia contra uma desvalorização da moeda americana. A política interna dos EE. UU. de abolição do contrôle de preços foi de consequências devastadoras para a Grã-Bretanha. A alta média de preços foi de 40 por cento, mas para os principais artigos da importação inglesa essa alta ainda foi mais significativa. Tudo indica que muita gente fêz polpudos negócios nos Estados Unidos à custa dos dólares ingleses. O trabalhista Silverman responsabilizando os americanos pela crise inglesa, taxou-os, nos Comuns, de "baixos usurários".

Há a considerar neste ponto uma alta de preços o que é antes um processo que um ato. Os ingleses certamente a haviam previsto, até certo ponto. Certamente contaram com outros elementos que a anulassem. E' aqui que entra a questão da persistência da crise de elementos. Previa-se, em 1945, uma baixa geral dos preços dos gêneros alimentícios em todo o mundo dentro de prazo relativamente curto. Tudo indica que os ingleses contaram com essa baixa para anular os efeitos do surto inflacionista nos Estados Unidos. Neste ponto os seus cálculos não foram exatos. Fato idêntico ocorreu com a conversibilidade da libra. Esperava-se que uma vez passada a aguda crise de alimentos diminuísse a procura de dólares. Possuindo os Estados Unidos o maior excedente mundial de gêneros alimentícios exportáveis, era natural que a escassez de dólares fôsse excepcionalmente aguda em um mundo em crise de alimentos.

A média das retiradas em dólares do empréstimo foi de 100 milhões em 1946; no primeiro trimestre já era de 316 milhões. Finalmente, em julho passado — mês em que foi permitida a conversibilidade da libra — foram despendidos 700 milhões. O govêrno reconheceu que o empréstimo se esgotaria "provavelmente no mês de outubro". Ao mesmo tempo o "deficit" na balança de pagamentos se arredondava para 700 milhões de libras anuais, ou sejam 56 bilhões de cruzeiros — quatro vêzes o orçamento o govêrno federal brasileiro. A repercussão na bôlsa foi imediata: as ações ordinárias caíram de 10 por cento numa semana; o índice de ações ordinárias do "Financial Times" desceu de 136 em janeiro para 119 em fins



de julho. No conjunto foi o maior choque sofrido pela bôlsa de Londres desde Dunquerque.

A ESTRUTURA DO "DEFICIT" INGLÊS

A crise econômica inglesa se reflete nitidamente no "deficit" da balança de pagamentos. A composição dêsse "deficit" apresenta como itens principais: a) o aumento das despesas governamentais no exterior; b) o aumento dos preços de importação com relação aos preços de exportação; c) o aumento geral de preços; d) a redução nas receitas exteriores e em outros "invisible itens".

Acima de tudo está o aumento das despesas governamentais no exterior, que representam cêrca de 300 milhões de libras, ou seja a metade do "deficit". Essas despesas não ultrapassavam 16 milhões de libras em 1938. Seu formidável aumento decorre da manutenção de fôrças militares no exterior.

O segundo fator de "deficit" é a volta dos "terms of trade" contra a Inglaterra. Perdida a situação privilegiada, os ingleses já não podem vender os seus produtos por preços relativamente superiores àqueles que pagam pelo que compram. Ademais, como importadores de gêneros alimentícios, são obrigados, dada a conjuntura atual, a pagar preços relativamente elevados. Um exemplo ilustrativo de como os "terms of trade" se estão movendo contra os ingleses é a revolução do preço da borracha. Êsse produto foi sempre um elemento decisivo no comércio inglês com os Estados Unidos: mais de metade dos dólares adquiridos comercialmente pelos ingleses eram devidos à exportação de borracha para a América Vejamos agora como evoluiu o preço da borracha contra a Grã-Bretanha: "Se tomamos os anos de 1939 e o atual, vemos que os têrmos de intercâmbio da borracha por produtos importados dos Estados Unidos variaram da seguinte forma: em 1939 uma libra de borracha valia uma e meia de algodão, agora vale menos de meia; valia duas e meia libras de toucinho, agora vale um quarto de libra; valia nove onças de tabaco, agora vale quatro; valia um galão de óleo lubrificante, agora, vale dois quintos de galão; valia uma libra de carne de porco, agora vale meia; com relação ao trigo vale três vêzes menos ("The Times", 18-6-47). No momento interessa frizar que a mutação havia de 1939 para cá é fator decisivo na composição do "deficit" da balança de pagamentos inglesa. Quanto ao aumento geral de preços já observamos a importância que teve para a Grã-Bretanha o surto inflacionista nos Estados Unidos depois de 1945. A redução nas receitas exteriores foi a consequência mais fundamental trazida pela guerra para as finanças britânicas. A favor da balança de pagamentos inglesa há a considerar um aumento de 180 milhões de libras nas exportações.

AS PROVIDÊNCIAS DO GOVÊRNO

As medidas tomadas à última hora pelo govêrno trabalhista não revelam a existência de um plano coerente para superar a crise. Mais uma vez o govêrno rearticula o dilema de 45: buscar auxílio na América ou contar exclusivamente com as próprias fôrças. As medidas tomadas agora são de superfície, não atingem a raiz do mal. Foi determinado um corte na ração de carne, uma diminuição nos fornecimentos aos restaurantes, a eliminação da ração básica de gasolina e a extinção do direito de levar para o exterior um certo número de libras.

Êsses cortes, entretanto, não alcançam a têrça parte do "deficit". Ademais, são medidas estritamente nega-

COMPANHIA AUXILIAR DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM

Uma nova arte que a técnica moderna pôs a serviço da segurança do patrimônio cultural da humanidade;

Um novo método de arquivamento de documentos, com economia de tempo, espaço e dinheiro;

Um novo processo de cópia fidelíssima de quaisquer documentos, páginas de livros; jornais e revistas, fotografias. etc.

Avenida Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Telefone, 42-9777

tivas. A única providência positiva pelo govêrno consistiu na aprovação de um plano de cinco anos para aumento da produção agrícola do país. Segundo êsse plano, em 1951 se produzirão dentro das ilhas mais cem milhões de libras de produtos alimentícios que presentemente. O valor desta providência é discutível: os produtos alimentícios produzidos dentro das ilhas o serão por preços pouco razoáveis. Se efetua a baixa geral de preços nos gêneros alimentícios que é lícito esperar para os próximos anos, os ingleses sofrerão mais um rude golpe, e com a elevação relativa do custo de vida a posição da indústria britânica no mercado internacional será enfraquecida.

O objetivo central do govêrno trabalhista tem sido restabelecer o equilíbrio na balança de pagamentos dentro da relação importação-exportação. Ocorre, porém, que o empréstimo americano veio acrescer as dificuldades de expansão da indústria britânica. Abrindo tôdas as suas portas à concorrência americana, os ingleses se dispunham para uma luta desigual. A indústria inglesa, como acima vimos, deixou de acompanhar o ritmo do progresso técnico desde inícios dêste século. Antes da última guerra e indústria americana já apresentava um índice de produtividade, por trabalhador, três vêzes superior àquela da indústria inglesa. Ora, durante a guerra a produção da indústria americana cresceu relativamente oito vêzes mais que a da indústria inglesa. Em 1946 a indústria inglesa lutava ainda por atingir o nível de antes da guerra. A produção americana era de 70 a 80 por cento superior ao referido nível. As últimas estatísticas denunciam uma maior produtividade por trabalhador, na indústria americana, de duas a três vêzes na indústria do aço, de duas vêzes na indústria têxtil de lã, de três vêzes na do algodão, de cinco vêzes na do automóvel. A utilização de energia elétrica é, por trabalhador, duas vêzes maior na América.

OS PONTOS DE VISTA DA OPOSIÇÃO

A oposição conservadora não apresenta nenhuma crítica construtiva: limita-se a uma campanha eleitoral de base puramente negativa: — "o que não conseguiram os submarinos alemães está conseguindo o govêrno trabalhista, etc." (Churchill).

A emprêsa especializada em assuntos econômicos — e que reflete o pensamento mais profundo das classes conservadoras — deixa entretanto entrever quais seriam as diretivas de uma solução "tory" para a atual crise. Antes do mais os conservadores ingleses alimentam a ilusão de que a conjuntura atual resulta principalmente da ação combinada de muitos fatôres ocasionais negativos. Fundamentalmente a situação não seria tão difícil como exteriormente parece. "The Economist", em seu número de 30 de agôsto passado, afirma que a Inglaterra não é, senão aparentemente, um país devedor. Se a dívida do país é maior que suas disponibilidades no exterior, os juros correspondentes a essa dívida são inferiores aos dividendos dos capitais restantes invertidos fora do país. Desaparecidos certos fatôres perturbadores, os capitais ingleses "na Malásia e em outros lugares" voltariam a render dividendos normais. "The Economist" opina que em 1950 as rendas do país no exterior serão suficientes para cobrir as despesas governamentais fora das ilhas. E' uma opinião baseada numa série de fatôres favoráveis.

Outro ponto importante por que se batem alguns órgãos conservadores é a diminuição do impôsto de renda e a redução nas despesas governamentais. A consequência imediata desta última medida seria o reaparecimento do desemprêgo em massa dentro das ilhas. A êste respeito opina "The Economist" com a fôrça de sua autoridade:

"Continuaremos a acreditar que um grau moderado de elasticidade no mercado de trabalho é um pre-requisito indispensável para o descongestionamento e a lubrificação da economia britânica." (Número de 6-9-47).

Uma brusca diminuição do nível de vida indubitavelmente reforçaria a posição da indústria inglesa no comércio internacional. Uma forma de conseguir isso seria a desvalorização da libra. O sacrifício caberia, entretanto, todo à classe trabalhadora. Nenhum fator será mais sigificativo para elevação do nível de produtividade da indústria inglesa do que a cooperação decisiva da classe trabalhadora. Neste sentido, tôdas as medidas propostas pelos economistas acadêmicos — desemprêgo, rebaixamento do nível de vida — terão um efeito extremamente negativo. A crítica conservadora, destarte, se ilumina certos aspectos formais do problema, não valoriza o seu fator principal: o elemento humano e sua maior disposição para colaborar.

VOLTAREMOS A 45?

Tudo indica que o govêrno trabalhista se prepara para recomeçar o drama do ponto de partida de 1945 — um auxílio americano, desta vez sob a forma de um plano para tôda a Europa ocidental. Ninguém espera, entretanto, dentro da Inglaterra, que as consequências político-econômicas sejam agora melhores para o país do que foram em 1945. Mr. Dalton, Ministro das Finanças, declarou há poucos dias que os "Estados Unidos nos querem reduzir à potência de terceira ordem". Não seria demais afirmar que se o conseguirem será com a coresponsabilidade do govêrno integrado por Mr. Dalton.

Êste número foi Microfilmado
pela
Companhia Auxiliar de Serviços de Administração
Av. Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Tel: 42-9777
DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM
O OBSERVADOR está habilitado à reprodução em microfilme positivo, de quaisquer dos artigos contidos no mesmo, bastando para isso que os interessados se dirijam à Administração da Revista:
Avenida Graça Aranha, 182 - 8.º andar - Tel: 42-5519

A Guerra de Tarifas Aéreas

AS companhias de aviação comercial, que haviam baixado suas tarifas em seguida à terminação da guerra, estão agora majorando-as, para fazer face ao aumento das suas despesas de manutenção e ao menor rendimento das linhas.

Sentindo os primeiros efeitos da crise, diversas emprêsas norte-americanas, em princípios do ano que vem de findar, aumentaram 10 por cento no preço das passagens. Apesar disso, o balanço de 16 delas, entre as quais as mais importantes do país, acusou um prejuízo de 14 milhões de dólares, no período de janeiro a agôsto.

E duma nova troca de idéias resultou 10 daquelas 16 emprêsas combinarem um novo aumento de outros 10 por cento nas passagens, a começar em 12 de dezembro, "para poderem atravessar a salvo o inverno".

Antes que chegasse a data aprazada a situação piorou. A Northwest Airlines, então, adotou as tarifas majoradas logo em 24 de outubro, e a American Airlines, a Eastern Airlines e a National Airlines comunicaram aderir ao bloco altista.

Além da modificação nos preços das passagens, as emprêsas pleiteiam que o govêrno lhes pague melhor pelo transporte das malas do Correio. Pretendem o dôbro ou o triplo da taxa atual, que é, em média, de 45 centavos de dólar por milha-tonelada.

Na opinião dos líderes da classe, a eficiência e mesmo a vitalidade do comércio de transportes aéreos nos Estados Unidos estão ameaçados pela crise atual. O programa de melhoramentos de após-guerra, que as dificuldades econômicas interromperam, requer o emprêgo de mais 350 milhões de dólares, que é preciso arranjar.

MAIS DE 40 COMPANHIAS AÉREAS NO BRASIL

Crise idêntica, motivada pelas mesmas causas, ocorre nos demais países. A Air France, em 1.º de dezembro, adotou aumentos da ordem de 25 por cento, principalmente nas suas linhas coloniais, e na Inglaterra, como na Holanda e alhures, viva é a preocupação dos aero-transportadores a respeito do porvir.

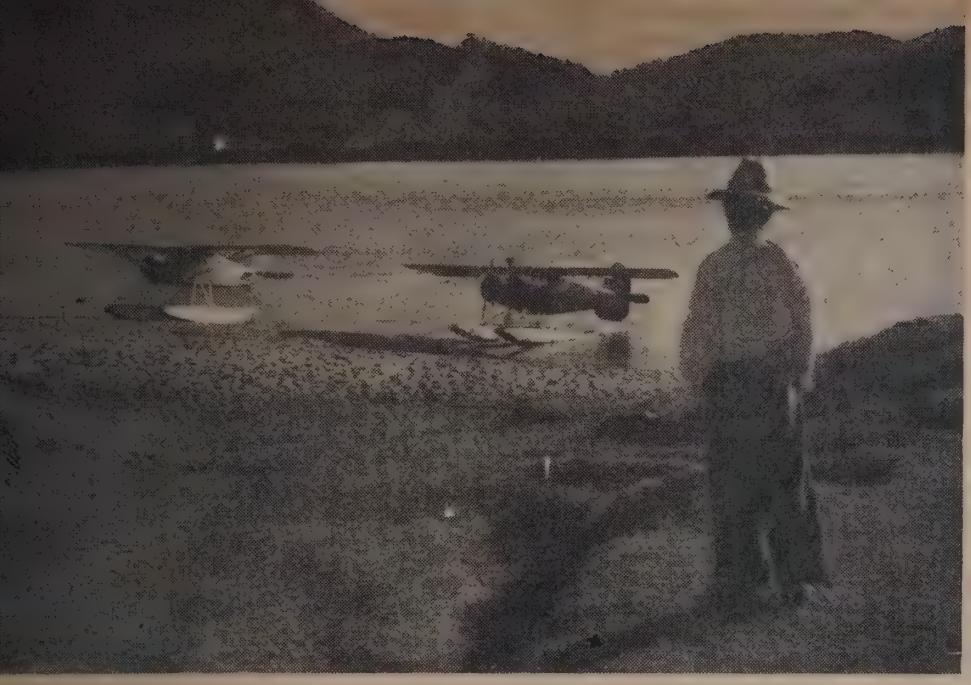
Entre nós, a situação é de indisfarçável gravidade. Em 1945 as companhias que serviam o Brasil eram apenas oito: Varig, Cruzeiro do Sul, Panair, Vasp, NAB, Santos-Dumont, Aerovias e Pan American, esta norte-americana. Hoje são mais de quarenta, pois às anteriores, se vieram juntar, entre outras, as seguintes: LAB, LAP, Real, Natal, Viabras, Transcontinental, Arco Íris, Wright, Meridional, Aerovias S. A. de Minas Gerais, Viação Aérea Baiana, Viação Aérea Gaúcha, Aerogeral, Linhas Aéreas de Minas Gerais S. A., Transportes Aéreos Nacionais Ltda., Viação Aérea Tocantins, Organização Mineira de Transportes Aéreos, Transportes Aéreos Nacionais Ltda., Rêde Aérea Nordestina Ltda., Viação Interestadual de Transportes Aéreos, Companhia Metropolitana de Transportes Aéreos, Transportes Aéreos do Interior do Brasil, Emprêsa de Táxi Aéreo Ltda., Companhia Aérea Varginha Ltda., tôdas nacionais, e Air France, British & South America, K. L. M., FAMA, Venezoiana e Ibéria, estrangeiras.

Quando as dificuldades começaram, os diretores das nossas emprêsas entraram em entendimentos, e em dezembro de 1946 assinaram um acôrdo para o aumento das tarifas segundo as tabelas então organizadas.

Mal porém entrara em vigor a combinação, manifestaram-se os furos à mesma. Emprêsas pequenas e recentes, precisando de fregueses, deram para oferecer reduções sôbre os preços de passagens e fretes de carga. E uma das grandes, tendo passado para outras mãos, considerou-se desobrigada do que anteriormente firmara.

Com o decorrer dos dias a concorrência acentuou-se e acabou numa ostensiva guerra de tarifas, e num apêlo ao Ministro da Aeronáutica, que determinou ao Departamento de Aeronáutica fazer cumprir o que em ato

O Santos Dumont é o centro da aeronavegação comercial brasileira



Penetração, manutenção e operações — problemas da aviação nacional

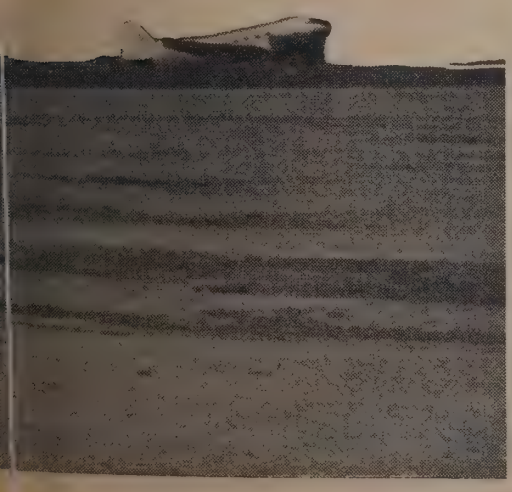
público estava assente. O Departamento, inspecionando uma bela manhã aviões de saída, interditou aquêles em que encontrou passageiros com bilhetes de passagem por preço inferior ao oficial.

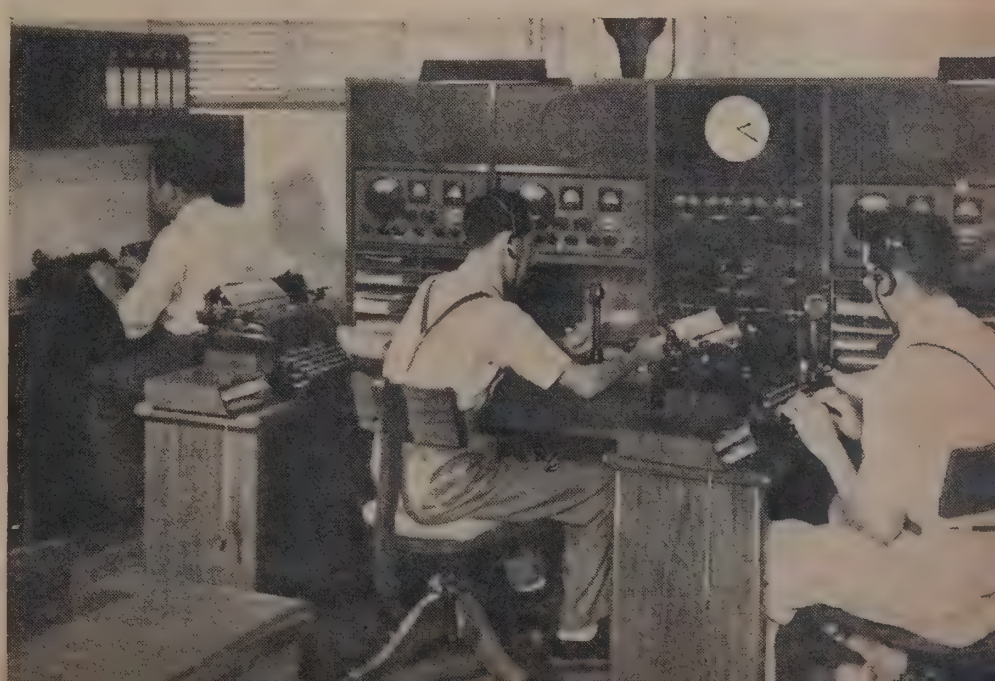
A celeuma que a medida levantou, inclusive na Câmara, fêz com que o Ministro reconsiderasse o seu ato, a fim de dar tempo a que os aero-transportadores, por intermédio do seu Sindicato, reestudassem o problema. Como resultado dos trabalhos levados a têrmo, novas tarifas foram elaboradas, em 16 de setembro, levemente diferentes das anteriores, bem assim um conjunto de normas sôbre as condições gerais de transporte. Aprovando o que lhe fôra proposto, mandou o Ministro que as novas estipulações entrassem em vigor por um período experimental, durante o qual o Sindicato Nacional das Emprêsas Aeroviárias faria observações para uma possível mudança do que lhe parecesse inconveniente. Mas muito antes de findo êsse prazo já algumas emprêsas se haviam encarregado de hostilizar o convênio, infringindo cláusulas, em especial as que obrigam o uso por todos das mesmas tarifas para os mesmos percursos.

Solicitado mais uma vez pelo vulto das reclamações, o Ministro resolveu chamar ao seu Gabinete o estudo do caso, entregando-o a uma comissão especial, entre cujos membros colocou quatro representantes da aviação comercial.

Um mês após a comissão havia-se reunido quatro vêzes sem haver porém realizado qualquer progresso. Não há exagêro em dizer que em nenhum momento o ponto de vista de um delegado obteve o apoio de um outro. A indecisão dominava o ambiente.

E enquanto passa o tempo, a guerra de tarifas, se bem que menos extremada, mina a economia das emprêsas, que cada dia vêem surgir novos concorrentes. No momento de ser escrito êste artigo cinco novas organizações aéreas recebem licença jurídica para funcionar: Navegação Aérea Vias Estaduais S. A. (NAVE), Transportes Aéreos Sul-Americanos





Ltda. (TASA), Aerovias Mato Grosso Ltda., Companhia Táxis Aéreos da Bahia e Emprêsa "TAL" de Transportes Aéreos Ltda.

A oferta de transporte aéreo está sendo muito superior à procura. Em algumas linhas há duas e três vêzes mais aviões do que o necessário para a carga e os passageiros existentes. E' comum ver-se aeronaves para 21 passageiros decolarem com 3 ou 4 e meia dúzia de encomendas.

RISCOS DE CONCORRÊNCIA A QUALQUER PREÇO

Tecnicamente as tarifas são estabelecidas de modo que as companhias se possam manter utilizando apenas 60 a 70 por cento da capacidade de transporte dos aviões. Se o aproveitamento fôr maior, uma redução das tarifas é possível. Se baixar, desaparecerão os lucros, virão os prejuízos.

Se as concessões de linhas para o tráfego aéreo do território nacional só fôssem dadas de acôrdo com as necessidades de cada percurso, não teríamos tantas companhias e tantos aviões. Não estaríamos tão adiantados nesse ramo de locomoção, segundo lembram alguns. Sucedendo crescer imoderadamente a concorrência, a luta pela sobrevivência tem de ser fatal, é o recurso dos novos para arranjarem clientes, à custa dos que os possuem.

E esta guerra é possível, não porque os novos disponham de vastos capitais para lançar na campanha, mas porque, achando-se na quase totalidade de incompletamente organizados, pagam um baixo custo operacional.

Mas uma organização aeroviária não é aquilo que vemos nascer a cada momento, um avião e um pilôto. E' preciso que seja, além de aviões, sobressalentes, oficinas para revisão e consertos, serviços de rádio e de meteorologia, pessoal experimentado, etc. Deverão as grandes emprêsas reduzir o aparelhamento da sua infra-estrutura a fim de que, com menos gastos de operações, possam colocar-se em pé de igualdade com os outros? Devem as autoridades esperar que, em consequência dos defeitos de organização, se produzam desastres em quantidade bastante para que a opinião pública se convença de que não é possível exagerar as concessões, quando elas vão além dos limites de segurança do vôo?

Ao que apurou o repórter, ouvindo aqui e ali, a comissão especial nomeada pelo Ministro da Aeronáutica parece receiosa por falta de elementos no D. A. C. para fazer cumprir as deliberações. Êste assegura que acatará o que fôr resolvido, mas titubeia no assumir compromissos formais. Quase o mundo veio a baixo, outro dia, quando duas aeronaves tiveram a viagem impedida, no aeroporto Santos-Dumont. E mal foi conhecida a resolução suspendendo algumas emprêsas encontradas sem condições técnicas suficientes para operar, o gabinete ministerial se viu assoberbado de protestos e pedidos de moderação.

Por ora a crise não apresenta sinais de bonança, e como, de acôrdo com a Constituição, serviços da natureza pública dos transportes aéreos têm de ser controlados pelo Govêrno, o mais certo e importante é êste definir o seu rumo e proceder sem tergiversações.

The
FIRST NATIONAL
BANK *of* BOSTON
Fundado em 1784

Depósitos, Cauções, Descontos, Cambio, Cobranças, Cartas de Crédito para Importação, Guarda de Valores, Cofres de aluguel e todos os demais serviços bancarios.

•

Avenida Rio Branco, 18
Telefone 23-2191
Rio de Janeiro

BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL S. A.

RUA DA QUITANDA, 129

CAPITAL E RESERVAS ..... Cr$ 103.730.718,00
DEPÓSITOS ..... Cr$ 281.120.432,00

Recebe depósitos à vista e a prazo.

Concede taxas especiais nas operações de desconto à indústria e ao comércio.

Emite letras hipotecárias ao portador, juros de 7% a. a., com cupões semestrais e garantidas especialmente pelos seus empréstimos hipotecários.

O Banco recebe ao par essas letras, em pagamento de amortizações vencidas de qualquer dos seus empréstimos hipotecários.

TABELA PARA DEPÓSITOS

DEPÓSITOS POPULARES — LIMITE CR$ 10.000,00
Juros 5,5% a. a.

DEPÓSITOS LIMITADOS — LIMITE CR$ 200.000,00
Juros 5% a. a.

DEPÓSITOS À VISTA — SEM LIMITE
Juros 3,5% a. a.

DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO
30 dias — Juros 4% a. a.
60 " " 4,5% a. a.
90 " " 5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO
De 6 meses — Juros 5,5% a. a.
De 12 " " 6% a. a
De 24 " " 6,5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO — RENDA MENSAL
De 12 meses — Juros 5,5% a. a.
De 24 " " 6% a. a.

OS MAIORES CAMINHÕES DO MUNDO SÃO

O caminhão International "WEST COAST SPECIAL" Modêlo W-9064-OH é o caminhão de maior capacidade fabricado em todo o mundo. Seu motor International com 17,86 litros de cilindrada, desenvolvendo 938 pés-libras de torção a 1350 R. P. M. é também o maior motor do mundo para caminhões.

Estes gigantescos caminhões são construidos para trafegar tanto em estradas como fora delas.

Estas poderosas máquinas de transporte fazem parte dos 21 tipos básicos fabricados pela International Harvester, que se adaptam a mais de 1000 modêlos diferentes para qualquer espécie de transporte.

CAMINHÕES INTERNATIONAL

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S. A.

RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE
Av. Oswaldo Cruz, 87	Rua Oriente, 57	Rua Gaspar Martins, 203

Breves Informes Sôbre Remédios

Aí por volta de 1806 um alvará régio tabelou o preço dos remédios na colônia. E êsse fato serve para muita reflexão. Diz na sua simplicidade que, já naquele tempo, os "boticários' deviam andar a explorar a gente desta terra de Santa Cruz... Imagine-se a necessidade de controlar isso num país que depois seria batisado por Miguel Pereira como "um vasto hospital". A respeito basta lembrar que, segundo investigações procedidas pelo Dr. Oscar Clark, 70% dos habitantes do Distrito Federal são anêmicos por falta de ferro no organismo. A tuberculose ceifa uma vida de instante a instante. E assim por diante...

O PREÇO DOS REMÉDIOS

Por que os remédios são caros? Essa é uma pergunta insistente do aquisidor forçado. Muitas coisas influem nos preços de remédios. Segundo Vincent o 100% de um remédio se dissolve nas seguintes percentagens:

1) Custo de produção	15%
2) Despesas gerais	10%
3) Lucro do fabricante	10%
4) Taxas	5%
5) Intermediários	10%
6) Reclame	25%
7) Revendedores	25%

Mas isso é um "optimum" que conhece inúmeras variações e não pode em absoluto ser aplicada ao Brasil. Aqui as causas são outras...

Aqui entre nós um técnico insuspeito, o Sr. Geraldo Majela Bijos, chefe do Serviço de Bio-Química do Hospital Central do Exército informou: "Os nossos laboratórios expõem à venda produtos de valor comercial lucrativo de 2 cruzeiros pelo preço absurdo de 10 cruzeiros.'"

Calcula-se, por exemplo, no Brasil, que só a distribuição de amostras gratuitas entre os médicos e hospitais encarece de cêrca de 30% o preço dos remédios nossos. Mas isso é uma das formas de propaganda comumente utilizadas. Os caminhos da intermediação são outros fatôres de encarecimento: a drogaria, a farmária, e para o resto do país os representantes. Enquanto as drogarias ganham seus 20%, as farmácias outro tanto, o fabricante escuda a alta porcentagem do seu lucro no seguinte: tem que fazer face a uma enorme despesa de propaganda e reclame.

OS LABORATÓRIOS EXISTENTES

Segundo as estatísticas mais recentes o Brasil possui 6.760 farmácias para 1.512 laboratórios nacionais e 44 estrangeiros. Há no momento mais de 30.000 especialidades farmacêuticas no nosso mercado. E o povo gasta por média em um ano 700.000 contos em remédios.

O CUSTO DE PRODUÇÃO

Um conhecedor profundo do "metier" depois de uma acurada análise chegou à conclusão de que, no Brasil,

Sôbre matéria que vem sendo objeto de grande debate, expomos alguns dados sucintos, fruto de recentes pesquisas. Os remédios estiveram em foco não faz muito por motivo de criminosa falsificação. Depois, por uma questão de preços. Finalmente, em virtude da apresentação, na Câmara dos Deputados, de um projeto criando um laboratório de contrôle dos produtos farmacêuticos expostos à venda.

A indústria farmacêutica tem, evidentemente, bons e maus elementos. Ao lado de respeitáveis laboratórios contam-se especuladores repulsivos. Isto é grave, maxime tendo em vista os números que em seguida alinhamos. De relêvo é a estatística final, para a qual chamamos a atenção dos leitores, pela qual se nota que 90 por cento dos produtos fabricados no país são de tônicos, laxativos, depurativos e sedativos.

Tempo de leitura: 12 minutos.

se alguém tivesse que vender água potável, como produto farmacêutico, dado o tipo de organização existente só o poderia fazer à razão de 3 cruzeiros o vidro. Isso dá idéia perfeita do que representa o custo da produção dos nossos medicamentos. Basta lembrar que o custo da matéria prima empregada não tem grande importância em face de outros gastos obrigatórios no sistema a que se sujeita êsse ramo industrial. A respeito confessou o Dr. José Palmério num trabalho sôbre o caso: "Sirva de prova o caso da água distilada, de sôro fisiológico, de açúcar, de goma cuja matéria prima é baratíssima e que, no entanto, engarrafados e batisados com nomes esquisitos passam a custar muito caro". E' uma questão de orientação da indústria. As doses milesimais da matéria prima pouco influem no preço dos remédios. Em média um remédio fabricado em hospital sai 200% mais barato que o preço de praça.

Vejamos alguns exemplos:

REMÉDIO	HOSPITAL	PREÇO DA PRAÇA
Foliculina a 1.000	0,42	2.50 cruzeiros
Soro glicosado isotônico 25 c. c.	1,42	6.00 "
Luminal 0,05	0,05	0,85 "
Vitamina C. ácido ascorbico A 0,10	0,38	4.50 "
Bromoformio	0,04	1.00 "
Mercurio cromo a 0,50%-10 c. c.	0,16	1.60 "

AS VITAMINAS

A matéria prima pouco representa. No caso das vitaminas vejamos por exemplo:

Vitamina A e D — ampolas com 5.000 unidades preço mínimo — 3 cruzeiros — em 1940 obtinha-se com 10 cruzeiros de matéria prima 200 ampolas; Vitamina B — a grama de aneurina cristalizada orçava em 35 cruzeiros — as ampolas "fortes" levam um centigramo, o preço menor da ampola era de 10 cruzeiros. Vitamina C — custa a grama 2 cruzeiros e uma ampola "forte" leva meia grama — preço da ampola 10 cruzeiros. E assim por diante.

A PROPAGANDA E' A GRANDE ENCARECEDORA

O excesso de remédios força uma propaganda intensiva. Para cada espécie pululam os medicamentos. Dai a necessidade de um reclame constante. Já se disse que, na mesa do brasileiro ao almôço, há um vidro de remédio pelo menos... enquanto os outros povos tomam vinho às refeições nós tomamos remédios. A propaganda talvez seja responsável por isso. E assim parece não ser exagêro quando se afirma que 70% dos anúncios em jornal no Brasil são relativos a remédios.

Nos Estados Unidos a taxa de propaganda em jornal de medicamentos atinge a 10%. No Brasil por quanto andará? Está aí uma lembrança para um cálculo sugestivo...

Isso sem falar no rádio... E quem paga propaganda tão custosa? O pobre do consumidor que, no caso dos remédios é um comprador forçado.

MATÉRIA PRIMA IMPORTADA

Na sua maioria os medicamentos de base são importados. E' interessante verificar que muitos dêsses medicamentos nós poderíamos conseguir aqui e até exportar. Em verdade muito dessa matéria prima é importada por contingências da sua aplicação na indústria. A teobromina extraída do cacau, a cafeína do nosso café, o ácido tartárico e ácido tanínico do "quebracho" e de outras espécies vegetais pesam na nossa balança comercial. E há até como denunciou o Dr. José Palmério produtores de matéria prima que conseguida em território nacional é vèndida como estrangeira...

A êsse respeito informou, certa vez o botânico Gomes da Cruz que "chegamos a perfeição de importar o pó de poáia planta originária do Brasil. E em 1934 só uma casa importou 52 quilos de barba de milho, 52 quilos de fôlhas de eucaliptos e 50 quilos de malva."

AS INVERSÕES

O capital investido na indústria farmacêutica do Brasil segundo os cálculos mais recentes ascende a 1 bilhão e meio de cruzeiros.

O valor total da produção em um ano é de dois bilhões de cruzeiros.

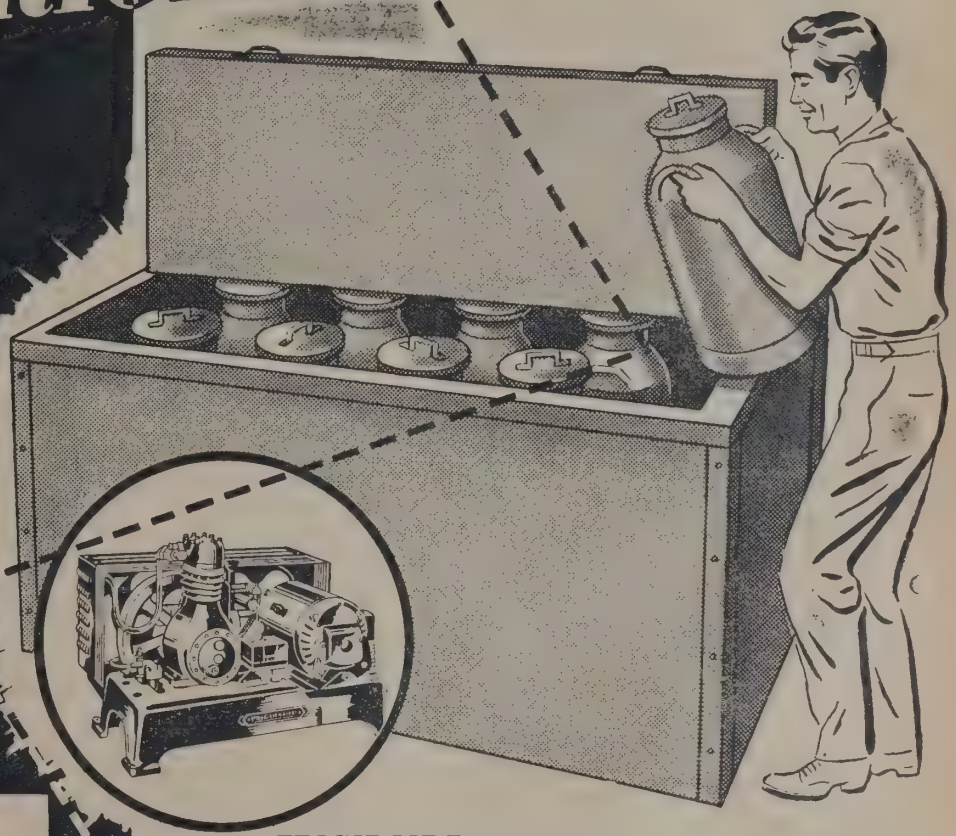
Pela sua natureza essa produção se distribui da seguinte maneira, percentualmente:

Tônicos	35%
Laxativos	30%
Depurativos	15%
Sedativos	10%
Outros	10%

Refrigeração FRIGIDAIRE

rumo certo para

MAIORES LUCROS



COMPRESSORES FRIGIDAIRE
Compressores de 1/5 a 25 HP para

GABINETES E CÂMARAS FRIGORÍFICAS
para guarda ou preservação de produtos da pecuária.

•

RESFRIADORES ESPECIAIS PARA LEITE

•

BOMBAS ELÉTRICAS "DELCO" PARA ÁGUA

FRIGIDAIRE põe ao seu dispor uma grande linha de Resfriadores Especiais para Leite, Gabinetes e Compressores para Câmaras Frigoríficas, a fim de conservar todos os gêneros perecíveis durante mais tempo em condições higiênicas ideais. Aumente sua produção em quantidade e qualidade... proteja seus *lucros* com o equipamento Frigidaire!

FRIGIDAIRE

MARCA EXCLUSIVA DA **GENERAL MOTORS**

Refrigeradores Domésticos - Fogões Elétricos - Aquecedores Elétricos de Água - Congeladores Domésticos e Comerciais - Refrigeradores Comerciais - Bebedouros Domésticos e Industriais - Resfriadores de Refrescos - Peças e Material de Refrigeração - Lavadeiras - Secadoras - Passadoras Domésticas.

Para maiores informações mande êste coupon hoje mesmo

à **GENERAL MOTORS DO BRASIL S. A.**
C. Postal 200-B - S. Caetano - S. Paulo - Dept. G

Estando interessado na aquisição de um Resfriador para Leite / Gabinete ou Câmara Frigorífica / Compressor / Bomba Delco / peço-lhes enviar-me sem compromisso informações mais detalhadas.

NOME .....
ENDEREÇO: ..... ESTADO: .....
CIDADE: .....

Visite o Concessionário mais próximo

General Motors do Brasil S. A.

A Organização Cooperativa da Democracia

Carlos Lacerda

INTRODUÇÃO

Comissionado pelo OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, há pouco mais de um ano, para estudar o cooperativismo na Europa, tive o meu plano de trabalho alterado por dois fatôres: a incumbência, também desta revista e dos diários "Correio da Manhã" e o "O Estado de S. Paulo" para acompanhar a Conferência da Paz, reunida em Paris, — e a minha ocasional atividade eleitoral, determinada por compromissos políticos assumidos publicamente na campanha de redemocratização do país.

Êsses dois fatôres, aos quais se veio juntar o trabalho exigido para cumprimento do mandato de vereador, no Distrito Federal, impediram-me de dar início ao aprovéitamento, para publicação, do material colhido na Europa, acêrca da organização e funcionamento do cooperativismo.

Agora, porém, a divulgação dêste trabalho será seguida de outros, mais específicos, sôbre a organização e funcionamento das organizações cooperativistas que visitei. Neste primeiro relato, deixei de parte muitas minúcias para me ater ao objetivo principal que é a demonstração da tese: *A existência da democracia depende do desenvolvimento do cooperativismo.*

Tempo de leitura: 60 minutos.

"A cooperativa combina

— a independência com a interdependência

— o interêsse pessoal com a boa vontade

— a ação imediata com a visão do futuro

FRANKLIN D. ROOSEVELT

(Mensagem à Liga Cooperativa dos Estados Unidos)

HERÓIS

Na escola cooperativista de Saltjobaden (Suécia), o monumento aos pioneiros escandinavos Jorgensen, Gebhard, Dehli e Sundell (Foto Dagens Bild — O OBSERVADOR).

SUMÁRIO

1 — O mais difícil dos regimes.

I — Declarações de Albin Johannson.

II — O milagre de Rochdale.

2 — Fundamento histórico e definições.

I — Definição legal.

II — Sócio e freguês.

III — O princípio revolucionário da cooperativa.

V — Recomendações internacionais.

3 — As cooperativas no mundo.

I — A organização do povo.

II — A Dinamarca, ou o cooperativismo conservador.

III — Muito há que falar na Suécia...

IV — Cooperativas nos Estados Unidos — O petróleo.

V — O relatório da Comissão Roosevelt.

VI — Na Argentina.

4 — As cooperativas e a reconstrução mundial.

PIONEIROS

Grupo dos Pioneiros de Rochdale, fundadores do cooperativismo no mundo. São êles treze membros da histórica Rochdale Equitabel Society. Ao lado, na fotografia superior podemos ver o estado atual da fachada da primeira cooperativa do mundo, em Toad Lane, Rochdale, Inglaterra. Em baixo, parte dos edifícios da sede central da Cooperative Wholesale Society, em Manchester, cem anos depois de aberta a pequena loja de Rochdale. (Foto C. W. S.)

1 — O MAIS DIFÍCIL DOS REGIMES

Não há maior artifício do que êsse de que lançam mão os diferentes grupos ditatoriais, ao pretenderem separar a democracia política de uma pretensa democracia *econômica* ou *social*. Já Salvador de Madariaga (1) salientava que "um país não poderia ser democrático no terreno econômico e não-democrata no político". E mais: "A distinção entre democracia econômica e democracia política é pueril. Uma sociedade sem liberdade de opinião não pode ter qualquer liberdade, em qualquer terreno, econômico ou político."

A distinção entre êsses dois valores, que na realidade são um só, permite as mais absurdas fantasias — e as mais perigosas aventuras. E' assim que se pode falar de um *socialismo* na União Soviética sem liberdade política, sem os direitos mais elementares de toda coletividade, como a liberdade de palavra, de imprensa e de associação. Por outro lado, é também por fôrça dessa deformação que se ousa falar em democracia, como um conceito abstrato, dentro daquele liberalismo tão bem definido por Gustavo Corção (2), "que mais consiste na mutilação da justiça do que no abuso da liberdade". E Jean Lacroix já chamava a atenção dos retardatários (3) para a obsolescência dessa democracia "por interpostas pessoas, ou democracia indireta" "Votar cada quatro anos, e quanto ao resto, entregar tudo aos eleitos, não passa de um engôdo. De um século para cá, a democracia tem evoluído no sentido da participação mais ativa numa democracia mais direta, mais engajada na vida cotidiana e em todos os atos do homem".

A democracia, pois, a que aqui se alude não é uma democracia adjetivada, *social, econômica,* ou meramente *política.* Essas qualificações mais ou menos didáticas que lhes deram os escritores políticos, convertem-se cada vez mais por defeituosa generalização, em pretexto para a falsificação dos fatos e a deformação das idéias.

Também não é uma receita para a felicidade sem nuvens, um passaporte para o paraíso terrestre. A democracia não é um fim e muito menos será apenas uma fórmula. E' um processo

No próximo número:

O caso da Rússia. O caso do Brasil. Os argumentos pessimistas. Nações e colônias atrasadas. Sugestões para o Brasil. Função democrática e civilizadora da cooperativa. Socialismo ortodoxo, capitalismo tradicional, dirigismo e desordem versus *cooperativismo democrático. Conclusões.*

1 — "Manchester Gardian", 25-4-46.
2) — "A Ordem", março 47, n. 3.
3) — Na revista "Esprit".

FUNÇÃO DAS COOPERATIVAS

"Se o consumidor não obstar a formação de trusts, por meio de suas organizações cooperativas, êstes terão de ser evitados pela intervenção do Estado. E neste caso estaremos a caminho de uma ditadura" — diz, ao autor, Albin Johannson, Presidente da Federação Sueca de Cooperativas, na sede do Kooperative Forbundet, em Estocolmo (Foto Dagens Bild — O OBSERVADOR).

de humanização da sociedade, para fazer progredir as instituições modelando-as pela escala humana e não pela dos semi-deuses da mitologia política. Não reconhece que o indivíduo deva sacrificar-se pela sociedade senão na medida em que esta significa o conjunto dos indivíduos, isto é, de unidades íntegras, completas, harmoniosas. Não prevê, antes condena a subordinação do indivíduo ao Estado — que é um grupo mais ou menos numeroso de indivíduos encarregados da política, isto é, da administração de uma coletividade.

Desde logo, é necessário desfazer outro equívoco, pelo qual tem morrido muita gente. Negar que o comunismo seja democrático não significa afirmar que o capitalismo deva sobreviver, tal qual êle era, tal qual já vai deixando de ser. Se de fato, queremos que a democracia prevaleça, precisamos encontrar nesse acaso do capitalismo — cujo desaparecimento já não depende de ninguém senão de sua própria liquidação como um sistema obsoleto, baseado na forma já agora bárbara da exploração do homem pelo homem, — os meios para a implantação, à raiz da sociedade, de uma forma social mais adiantada, mais lúcida, mais inteligente.

Em agôsto de 46, em Stocolmo, recolhi certas lições de um antigo caixeiro de armazém chamado Albin Johannson. Em vão procurareis seu nome nas *manchettes* dos vespertinos. No entanto êle é um dos mais importantes entre os contemporâneos, Formado numa pequena cooperativa do interior da Suécia, é hoje o presidente da Federação Escandinava e vice-presidente da Aliança Internacional de Cooperativas. Pedi-lhe algumas palavras para os brasileiros. Ei-las, segundo as notas que então tomei:

"Os povos de todos os países devem organizar-se em cooperativas, se quiserem evitar os excessos da indústria e o comércio privados. A minha opinião é que esta é a única maneira de garantir a democracia, pois de outro modo organizam-se monopólios, trustes e cartéis. Se o consumidor não obstar êsse desenvolvimento por meio de suas próprias organizações cooperativas, caberá ao Estado fazê-lo. E se o Estado tiver de ágir nesse sentido, então estaremos todos a caminho da ditadura."

Todo o problema do *dirigismo* estatal, do contrôle da economia pelo Estado, por oposição ao liberalismo que fazia do Estado mero espectador quando não cúmplice da iniquidade, está aí conceituado em sua nova forma. Já não se trata de saber se os monopólios, trustes e cartéis *devem* desaparecer, e sim de saber *como* substituí-los por entidades e organizações mais racionais e mais justas. E aqui se dividem as duas pastosas velharias de nosso século "a free enterprise", isto é, a "liberdade da rapôsa no galinhei-

PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Ao conhecimento da função das cooperativas juntam os escandinavos a prática. Na fotografia, que mostra uma pequena loja cooperativa no interior da Suécia, está a prova do que acabamos de dizer. As cooperativas tratam de dar o exemplo de ordem, de limpeza e de fiel cumprimento das leis trabalhistas. (Foto Dagens Bild — O OBSERVADOR).

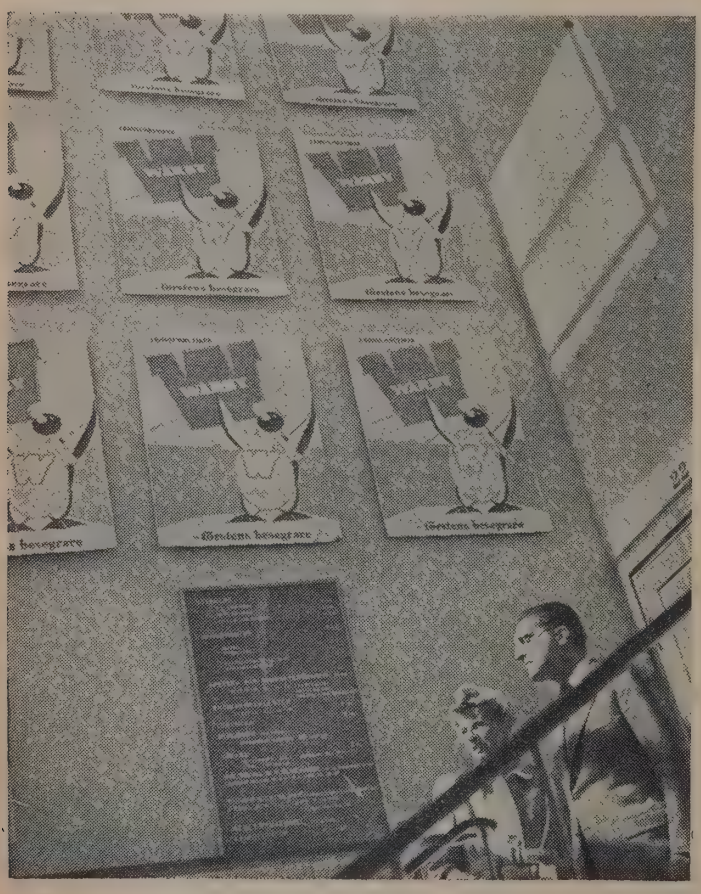
CASAS DAS COOPERATIVAS

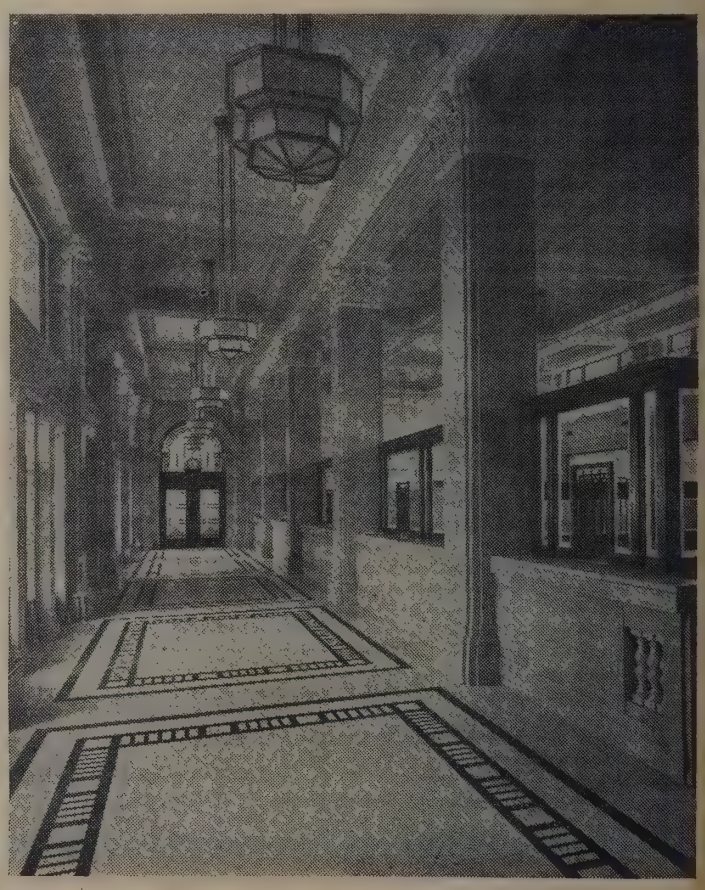
Simples ou complexas, grandes ou pequenas, as cooperativas são sempre reflexos da idéia humana que simbolizam. Na foto superior vemos tipo de loja cooperativa de consumo para o interior do país (Suécia). Os arquitetos da Federação estudaram diferentes tipos, conforme a região, o clima, o material a empregar, etc., e reuniram em volume os seus estudos, de modo a facilitar a padronização do material e adoção dos tipos de construção pelas diferentes sociedades filiadas, de acôrdo com suas posses e a estinação das construções. Em baixo, à direita, o imponente vestíbulo do Banco Cooperativo de Manchester. À esquerda, entrada do modernissimo edifício da Federação de Cooperativas de Estocolmo. Na parede, cartazes anunciando a água mineral (cooperativa) de Werby. Aí funcionam fábricas de pão, de massas alimentícias, charcuteria, frigorífico, laticínios, etc., além dos escritórios, restaurante e outras dependências (Fotos Dagens Bild — O OBSERVADOR).

ro", e o monopólio nas mãos do Estado onipotente e onipresente.

Um terceiro caminho bem mais lógico surge das lições e experiências dêsses dois. Especialmente as nações ainda não desenvolvidas e, de certo modo, incontaminadas ou pelo menos mais fàcilmente recuperáveis, devem ser gratas à luta daquelas duas nações, os Estados Unidos e a Rússia, ao sacrifício e ao esfôrço dos respectivos povos, para encontrar a síntese a que devem tender os nossos esforços e sacrifícios de hoje. Pois dessa experiência acumulada, de tantos malogros e de alguns êxitos, se há de compor o novo e mais humano roteiro da reorganização da sociedade.

"A socialização por meio da fôrça — disse-me Albin Johannson — pode ser feita pela fôrça. Mas uma socialização como fazem e na verdade são as cooperativas, só se pode efetuar-se e quando os seus membros compreendem êsse problema. Essa compreensão é indispensável para assegurar a democracia. O povo não pode fazer mais do que aquilo que conhece e entende. Não é questão de fôrça e sim de educação. A socialização do povo nas sociedades cooperativas cresce devagar porque os seus membros precisam saber o que estão fazendo, com-



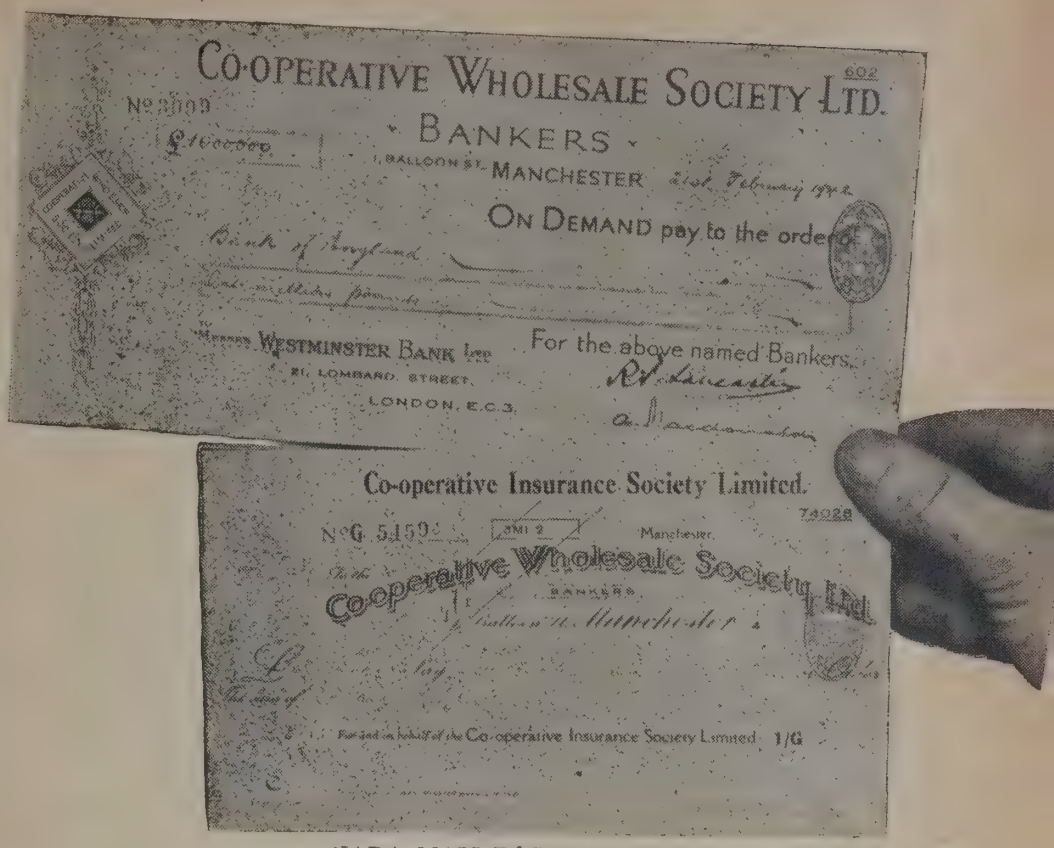


preender, organizar, dirigir, etc. Se o govêrno socializa, então não é uma questão de educação, de compreensão, etc. Então também não há base para a democracia. Quando o povo aprende a lidar com as questões econômicas, na administração de pequenas cooperativas locais e, depois, numa central como a nossa Federação, dentro de um sistema federativo completo, então não só está aprendendo a democracia como vivendo e se identificando com ela."

Contou-me então que, há doze anos passados, o proprietário de uma das maiores cadeias de magazins (*department stores*) dos Estados Unidos, procurou-o para dizer que pretendia dar ao povo, no seu país, as suas quotas na firma, ajudando-o dêsse modo a construir uma grande organização cooperativa. Pediu para êsse projeto a opinião de Johansson. "Disse-lhe que, no meu entender, não considerava bom ajudar o povo a ter uma cooperativa por semelhante processo. Porque o povo, obtendo de repente essa grande organização, não aprendia a dirigir tão imenso negócio. Os seus membros precisavam economizar por suas próprias mãos o dinheiro de suas quotas, e com êsse dinheiro constituir uma cooperativa local, daí outra maior, depois entender-se com outras e formar uma federação. Então, sim, estar-se-ia identificando com a sua cooperativa, que lhe havia custado o esfôrço e o dinheirinho".

Aí está precisamente a diferença essencial entre a reforma social preconizada pelos comunistas e a dos novos reformadores que depois de Lenine mais humanamente se afirmam. A reforma comunista parte da certeza de que o povo é ainda tão ignorante e tão incapaz que para melhorar de vida precisa que uma vanguarda aguerrida e superiormente equipada se sobreponha à sociedade, dominando-a e realizando à fôrça a reforma social. Se a revolução, no dizer dos marxistas ortodoxos, é uma economia de violência, a ditadura será, na concepção stalinista, uma economia de tempo.

Acontece porém que a ditadura, depois de instaurada, é incontrolável — pela simples razão de que todos os contrôles ficam em suas mãos. E acontece ainda — circunstância ainda mais importante — que nenhuma democracia se pode constituir e organizar *em nome* do povo e *a despeito* do povo, *sôbre as costas* do povo.



NADA MAIS FÁCIL...

... do que abrir uma conta no Banco Cooperativo ou fazer um seguro na sociedade cooperativa de seguros, em Manchester.

Pois a participação cotidiana do povo é essencial, é da própria natureza da democracia. E esta exige um esfôrço educacional intenso e sob certos aspectos ainda muito penoso, — esclarecer é sempre mais difícil do que generalizar; um raciocínio claro exige mais substância do que um simples *slogan* de propaganda. Mas é que sem êsse esfôrço não há democracia possível e não pode êle provir de um ditame de cima para baixo. Não pode ser uma decisão do Estado salvar os seus cidadãos. Devem os próprios cidadãos chegarem à compreensão de que é preciso salvar o maior número para salvarem-se a si mesmos.

Pelo mesmo motivo, embora em sentido aparentemente — apenas aparentemente — oposto, não pode a democracia surgir das mãos inertes de um sistema cujas mãos já se transformaram em velhas garras impotentes — o sistema capitalista tradicional, no vão esfôrço de sobrevivência a que se obriga, gerando guerras, incapaz de assegurar já não direi a distribuição mas a própria exploração equitativa e racional das riquezas da terra.

"Nós, aqui na Suécia — prossegue Johannson — temos recebido dinheiro de capitalistas desejosos de contribuir para que os trabalhadores iniciem as suas cooperativas. Mas, como aceitá-lo, não vendemos a cooperativa. Êles não podem dirigir armazéns, fábricas, de natureza cooperativista",

Perguntei-lhe então (4) que conselhos teria a dar ao cooperativismo no Brasil.

"Vocês podem organizar e socializar como nós estamos fazendo. E podem fazê-lo até com quem não sabe ler nem escrever, sob a condição de que a própria cooperativa seja fundamentalmente um centro educativo, para que cada um possa entender e progressivamente se apossar dos fundamentos da organização democrática".

Pouco depois encontrei-me com outro veterano do cooperativismo, ex-ministro e, naqueles dias, ministro de Comunicações da Suécia. Recém-chegado da Islândia, falou-nos — então já éramos *grupo de discussão,* dos muitos mantidos pelas cooperativas suecas para o debate e esclarecimento das questões de interêsse popular. O

---

4) — Convém notar a seguinte ressalva: as declarações do Sr. Albin Johannson, recolhidas em notas do ditado inglês, não foram revistas pelo eminente líder cooperativista. E' possível, assim, que me tenham escapado algumas incorreções.

ministro falou dos trustes e dos meios de evitá-los, serenamente, sem paixão, como se continuasse a falar da Islândia, onde não há árvores e dois terços da população vive na cidade e não existem indústrias por falta de qualquer matéria prima. Fala depois um sapateiro, que representa o *grupo de discussão* de uma cooperativa rural. Depois, com a ajuda de um intérprete, explico que estamos tratando de organizar o Brasil em bases democráticas. Digo do material histórico de que dispomos, a vocação democrática do povo brasileiro, as suas tradições de tolerância e compreensão, as suas imensas dificuldades resultantes da miséria e da ignorância a que fomos submetidos. Procuro mostrar que nos encontramos entre dois caminhos, ambos sedutores para muitos cidadãos, ambos detestáveis se tivermos de fazer, entre ambos, uma escolha unilateral: uma democracia formal, meramente eleitoralista, sem raízes profundas, e uma reforma econômica de caráter ditatorial e cunho autoritário. Sentimos, assim, a imensa falta de uma norma bem mais lógica, mais humana e natural. Essa norma, vejo ago-

O CAFE' E OS ESCANDINAVOS

A Federação Sueca é, individualmente, a maior consumidora de café brasileiro do mundo. Pelo processo ali adotado, uma só pessoa — a moça que aí está posando — basta para movimentar por dia, milhares de sacos como êsse, que levam o carimbo — Brasil — Estado de São Paulo.

DISCUSSÃO

Axel Kalmann, um sapateiro, líder do primeiro Grupo de Estudos Cooperativos, de Sandarne, na província de Halsingland, ao norte, levanta-se para debater o tema do dia, que é o da "organização industrial do país". O fundador dos grupos de estudo foi Axel Gjores, hoje Ministro do Abastecimento do reino. (Foto D. B. — O OBSERVADOR).

MORADIA SALUTAR

Grupo de apartamentos dos operários do Moinho Cooperativo Três Coroas, perto de Estocolmo. (Foto Dabens Bil — O OBSERVADOR).

ra com mais clareza do que antes, é a organização cooperativa da democracia. Algum dia, ao voltar ao meu país, onde quer que me convidassem a dizer e a fazer alguma coisa pela minha gente, pela minha pátria, eu não hesitaria em contar como a cooperativa estava socializando os povos, humanizando a sociedade, colocando em bases racionais o problema da produção e do consumo, e ao mesmo tempo garantindo a liberdade — sem a qual tôda melhoria real é impossível. Compreendia que a democracia é o mais difícil dos regimes. De todos, é o que exige mais paciência, mais humildade. E' o que está mais próximo da realidade cristã e do ideal de aperfeiçoamento da criatura nas relações com os seus semelhantes.

2 — O MILAGRE DE ROCHDALE.

Na porta daquele sobrado do Toad Lane há uma placa de bronze, oferecida pelo movimento cooperativista polonês em memória dos pioneiros. Para quem entra naquele pequeno museu da Cooperação, vindo da fuligem de Manchester, a monstruosa cidade construída pelo egoísmo, onde o espaço de um canteiro era perdido para a indústria de tecidos, Rochdale já parece um oásis, pois até se vêem galinhas na Toad Lane. Por tôda parte, no andar térreo do velho sobrado, lembranças e mensagens vindas dos quatro cantos do mundo. Presentes dos sudetos alemães que se opuseram ao nazismo. Mensagens dos judeus refugiados na Palestina. No livro de visitas, esta curta declaração: "Os princípios dos Pioneiros de Rochdale são corporificados no sistema distributivo da União Soviética — a pátria onde o socialismo está em formação. a.) *Ivan Maiski,* embaixador da Rússia." (1933). (Não é verdade — mas é expressivo). Canadenses, suecos, japoneses, chineses — lá está a marca de todos os ajuntamentos humanos que acreditam na organização cooperativa da sociedade. Uma sociedade, a Rochdale Equitable Society Ltd., secretariada pelo Sr. W. H. Thompson, zela por tão vivas relíquias. E aos poucos se reconstitui a história dos pioneiros.

No começo do século XVIII Rochdale era uma aldeia próspera, dotada de manufaturas de lã que impressionaram muito bem o autor de "Robinson Cruzoe", que a visitou em 1724. Mas a Revolução Industrial perturbou-a. (5) Ergueram-se fábricas à margem do Roche. Em 1740, Samuel Taylor, comerciante local, funda uma escola em Toad Lane. Trinta anos depois os negociantes fizeram uma subscrição e fundaram uma biblioteca para as famílias. O velho Lord Byron morre nessa época, deixando as suas propriedades da região crivadas de dívidas para o futuro poeta, que tem então 10

---

5) — As notas sôbre Rochdale são extraídas de observação pessoal e também de várias obras especializadas, notadamente os livros do Prof. Cole e do casal Sidney e Beatrice Webb e os dois panfletos "A Century of Rochdale Co-operation", por Joseph Reeves e "The Rochdale Pionners", Por W. Henry-Brown.

anos de idade. Quano, mais tarde, a propriedade é vendida, por trinta e quatro mil liras, o poeta morre lutando pela independência da Grécia. A viúva Byron protege o Dr. King, da cidade de Brighton, e sua publicação, o "Co-operator", e doa cinco libras para uma exposição de cooperadores em Liverpool, em 1832.

O advento da indústria do algodão força a queda da indústria da lã, base tradicional da vida de Rochdale que há mais de quinhentos anos vive da coberta dos carneiros. A tarifa aduaneira norte-americana, em 1828, cerceia a exportação de flanela inglesa para os Estados Unidos. O povinho de Rochdale vem a conhecer a fome. Para conseguir pão, precisa receber do Govêrno um auxílio de quinhentas libras. Os salários baixam, fecham-se as oficinas. O povo começa a organizar-se em associações, para ajudar-se. Inicia-se uma campanha missioneira pela organização dos trabalhadores. Para viajar e instruir o povo, êsses militantes da organização de sociedades recebem as passagens de diligência e uma diária de quatro shillings "pela perda de tempo". Pouco depois dessa época (1832) a estrada de ferro vem diminuir o custo das viagens.

Vêm os anos da fome, da crise industrial. E' quando Disraeli, em seu romance *Sybil* escreve sôbre dois mundos que vivem lado a lado e se desconhecem, e se detestam. Ignoram os respectivos hábitos, pensamentos e sentimentos, como se fôssem moradores de diferentes regiões ou habitantes de planetas diferentes; formados de substância diferente, alimentados de comida diferente, sujeitos a diferentes regras e não governados pelas mesmas leis. O mundo dos ricos e o dos pobres, esclarece o futuro Lord Beaconsfield, que escreve no romance: "O povo nunca poderá ter os seus direitos enquanto não produzir competentes campeões da sua própria causa". Agitadores eventuais passeiam pela cidade, engabelando com apóstrofes a fome geral. Mas aos poucos o povo vai-se cansando da demagogia. Quer fatos em vez de argumentos, depois de preferir argumentos às meras palavras.

Asworth deixa de plantar batatas que ninguém lhe compra. Cooper larga a sua granja. James Smithies, que tem jeito para aritmética vem morar no sótão que êle chama "O Poleiro". James Daily, um irlandês que gosta de música vem animar os serões do "Poleiro". John Bent um alfaiate criado no asilo de Chetham, em Manchester, sob cujas arcadas, mais tarde, Frederico Engels virá estudar com Carlos Marx o processo da revolução industrial, junta-se ao grupo. O jovem William Cooper, o tecelão Charles Howarth, lêem o "Co-operator", fundado pelo Dr. William King, de Brighton, com a ajuda da viúva de Lord Byron.

A 11 de agôsto de 1844 resolve essa gente abrir uma loja cooperativa, sob a presidência de Miles Ashworth. A primeira reunião autorizada foi a 15 de agôsto — data deste então oficializada. Relêem o que diz Robert Owen no prefácio ao regulamento das Sociedades de Amigos:

"Vivamos para os nossos semelhantes a fim de que êles possam viver para nós e convencer a espécie humana de quanto é essencial a prática das sagradas virtudes do amor, da justiça, da caridade e da verdade."

A partir de tão belas quanto justas palavras, os homenzinhos de Rochdale em vez de divagarem resolveram, em consequência, estas coisas profundamente prosaicas:

"Abrir um armazém para a venda de gêneros alimentícios e roupas.

"Construir, certo número de casas, nas quais os membros que quisessem ajudar-nos uns aos outros, pela melhoria das respectivas condições sociais e de vida, pudessem residir.

"Iniciar a manufatura de artigos que a sociedade pudesse determinar, para dar emprêgo aos membros desempregados ou que tenham sofrido em consequência de repetidas reduções nos seus salários.

"Para maior benefício e segurança dos membros desta sociedade, ela poderá comprar ou arrendar uma ou várias propriedades agrárias, que serão cultivadas pelos membros desempregados ou cujo trabalho seja mal remunerado.

"O mais cedo possível, a sociedade tratará de providenciar para que os poderes de distribuição, produção, educação e govêrno, ou por outras palavras, o estabelecimento de uma colônia doméstica de interêsses unidos, auto-suficiente, ou ajudar outras sociedades na criação de tais colônias."

Cada qual entrou com uma libra. Eram vinte e oito. Êsses os algarismos que passaram à história. Na realidade, eram poucos mais e reuniram mais algum dinheiro. Metade das trinta libras que conseguiram juntar foi gasta em instalação do armazém, compra de pesos, balança, etc. Com as quinze libras restantes compraram os suprimentos, farinha de trigo, aveia, açúcar, manteiga e velas, a preços de atacado, que vendiam aos cooperados a preços de varejo. Como o dinheiro era pouco, não houve perigo de grandes — e maus — negócios. Uma pequena subscrição na manhã de domingo, entre os cooperados, aumentou um pouco as librinhas iniciais. Reuniram-se de tarde na casa dos Smithies. As crianças foram para a cama, para não atrapalhar os grandes. Um pouco aqui, outro além, reuniram mais trinta libras. Obtiveram licença para vender fumo e chá. Afinal pintaram na fachada da casa o nome da Cooperativa. Em fins de 1845 — um ano depois — havia setenta e quatro membros com 184 libras de capital. O movimento de vendas fôra, até então, de 710 libras, ou £ £13.10 sh. por semana, média de 10 shillings e 8 d. por membro. O "lucro" fôra de 32 libras, 17 shillings e 6 dinheiros. Começaram então a vender carne. Criou-se o açougue, alugando o prédio fronteiro, em 1850. As crianças brincavam no sobrado, enquanto lá em baixo processavam-se as compras. Havia uns metodistas que cantavam constantemente hinos religiosos na vizinhança, até que se mudaram para Water Street. Assinou-se contrato para alugar por vinte e um anos o prédio, a 23 libras por ano. Mas James Daily tinha oito filhos e ganhava, no seu emprêgo, uma libra por semana. Quotizaram-se para pagar-lhe a passagem a fim de que emigrasse para o Texas. Mas Daily morreu no mar, durante a travessia para a América.

Os Pioneiros não queriam apenas resolver os problemas do mundo, nem mesmo os da própria Inglaterra, nem mesmo os da velha Rochdale, Queriam também, queriam principalmente, fazer prosperar a sua sociedade. Promoveram uma festinha de aniversário, na qual cada um pagava pelo convite, quer comparecesse ou não. A renda reverteu em benefício da sociedade. A Sra. Smithies fêz o bôlo. Nas reuniões todos podiam falar sôbre todos os assuntos e fazer qualquer proposta, desde que fôsse

"no devido tempo e com os devidos modos para as devidas proposições."

Assim, dos ensinamentos de Roberto Owen e da pregação do Dr. King, protegido de Lady Byron, amigo de Garibaldi, de Mazzini, de Kosciusko, surgiu a primeira cooperativa do mundo, berço de uma organização que visa a democratização da economia a serviço do homem. (6)

2 — FUNDAMENTO HISTÓRICO E DEFINIÇÕES

O Cooperativismo nasceu da Revolução Industrial, ao mesmo tempo consequência e antídoto. Ao princípio do *laissez faire,* opôs-se o da cooperação, que antecede e ultrapassa o socialismo estatal, e por certo o completa, o corrige, quando impede que êle transfira ao Estado multiforme, tôda iniciativa, todo estímulo individual. Pois, a democracia ou é o máximo de liberdade individual possível, ou não é democracia.

A cooperação combina o máximo de iniciativa individual com o máximo de benefício coletivo. Corrige os vícios e demasias do lucro sem ao mesmo tempo suprimir o estímulo — que está na base de todo empreendimento. Ninguém produz para o Estado e sim para o consumidor.

De Robert Owen e do francês Fourier (7) ficaram, para o cooperativismo, dois pontos fundamentais precursores: a idéia de dispensar o Estado para a transformação da sociedade, processando-se a transformação do Estado através da reorganização estrutural da sociedade e não, como pretendem os comunistas, modelando a sociedade pelo Estado ditatorial; e a idéia de que a associação voluntária dos indivíduos pode conduzir aos mesmos resultados visados pela sua aglomeração compulsória, sem os inconvenientes que esta acarreta.

Mas a revolução industrial, no seu brutal impulso de egoísmo, na sua fúria de criação demoníaca da riqueza, havia liquidado a frágil cooperação daqueles primeiros anos. E das teorias ficou principalmente, por isso mesmo, o ressaibo demagógico, a marca da rebeldia desesperada, o horror físico, a condenação total. O aspecto político do movimento democrático por isso mesmo ganhou preeminência, empolgou e subordinou os demais, inclusive o principal dêles que é, sem dúvida, o da associação cooperativa, que reune os dois mais duradouros e efetivos fundamentos da Revolução social: o moral e o econômico.

O aspecto político aguçou-se através dos sindicatos, órgãos revolucionários da classe operária, em sua luta pela afirmação de seu novo poder e de sua vocação renovadora. Absorveu e ofuscou a cintilação de exemplos como o de Raiffeisen, na Alemanha e dos sindicalistas ingleses, os quais foram o germe do moderno movimento cooperativista.

Na Inglaterra nasce a cooperativa de consumo, na Alemanha a de crédito, ambas logo se estendem aos países escandinavos. E aí, onde a revolução industrial não chegou a tempo de mobilizar e aguçar o egoísmo, a transformação material pôde ser feita paralelamente a um movimento educacional que permitiu ao povo a compreensão do valor da associação cooperativa.

Que era, então, a cooperativa?

Uma sociedade por ações na qual cada acionista tem direito a um voto na eleição da diretoria, seja qual fôr o número de ações de que disponha; onde qualquer pessoa pode pertencer à sociedade; onde os dividendos são fixos e o capital, limitado; onde não existe intermediário, pela simples razão de que o comprador é o próprio consumidor, o qual deixa apenas a margem necessária ao sustento e desenvolvimento da associação.

Definição legal

Pela lei brasileira em vigor, (Dec. 22.239, de 19-12-1932, etc.),

"dá-se o contrato de sociedade cooperativa quando sete ou mais pessoas naturais mutuamente se obrigam a combinar seus esforços, sem capital fixo e predeterminado, para lograr fins comuns de ordem econômica, desde que observem, em sua formação, as prescrições do presente decreto." (— que são, aliás, infinitas).

No parágrafo único dêsse art. 1.º precreve-se que

"excepcionalmente se permite que cooperativas várias possam como pessoas jurídicas formar entre si um novo contrato de sociedade cooperativa para constituir cooperativas centrais

---

6) — Um excelente documentário, com a dramatização dos episódios da formação da primeira cooperativa do mundo, sob o título de "Men of Rochdale", foi cinematografado pela cooperativa de cinema da Inglaterra. Graças à gentileza de Lord Rusholme, presidente da The Cooperative Union Ltd., sediada em Manchester, (Hannover Street, Manchester, 4), pude trazer para o Brasil uma cópia dêsse filme, que apresenta numa sequência dramática admirável o esfôrço dos pioneiros de Rochdale.

7) — O socialista inglês Roberto Owen (1771-1858), precursor do cooperativismo e da reforma social, filho de um lojista, deixou a escola aos nove anos de idade, para arranjar trabalho. Mais tarde, gerente e depois industrial por conta própria, foi também pioneiro do serviço social na sua fábrica de tecidos, o que o levou a querelas com os sócios. Modificou a emprêsa várias vêzes, para admitir outros sócios, entre os quais destacam-se Jeremias Bentham, que se conformou com o sistema de Owen: dividendos limitados sôbre o capital e aplicação de todo o restante no interêsse dos trabalhadores. Desiludido na Inglaterra, foi para os Estados Unidos fundar uma das suas sonhadas "aldeias de cooperação", a malograda Nova Harmonia. De volta à Inglaterra, encontrou suas idéias tão repelidas pela classe dirigente quanto aceitas pelos trabalhadores. Pôs-se então a trabalhar pela autonomia e independência do movimento sindical, fora e acima dos interêsses partidários que o encravavam.

Suas idéias básicas eram: 1 — O caráter do homem melhora conforme as condições do meio e é uma consequência dos fatôres materiais que o condicionam. Esse princípio, que muita gente julga ser propriedade de Marx e dos marxistas, foi aprendido, aliás confessadamente, por Marx nas obras de Owen. 2 — O ideal a atingir é a supressão da diferença entre a cidade e o campo, entre as condições da indústria e as da agricultura.

Escrevendo sôbre Owen, diz Cole — o homem que, no mundo, mais escreveu sôbre cooperativismo: "Naturalmente Owen extraiu o seu materialismo de Godwin, por sua vez influenciado por racionalistas do século XVIII, como Holbach e Helvetius. Mas foi o primeiro a definidamente ligar o materialismo às condições econômicas, notadamente ao novo sistema industrial, e antecipou-se a Marx ao afirmar que os problemas do novo industrialismo exigiam uma solução coletivista em vez de individual e, em consequência, uma radical mudança na base da organização social, passando da competição à cooperação."

Os principais escritos de Owen estão no volume "A New View of Society". Das biografias de Owen conheço apenas uma, a de Edouard Dolleans, "Roberto Owen" (1905), mas existe outra, em dois volumes, do próprio Prof. Cole, além de outras.

Quanto a François Marie Charles Fourier (1772-1837), filho de negociante, arruinado nas lutas que se sucederam à Revolução Francesa, tornou-se caixeiro-viajante. Êsse materialista reconhecia o primado da razão sôbre todos os atos humanos, e portanto era um materialista bem pouco "realista", no sentido que dão a essa expressão os cínicos de hoje. Criador do "falanstério" — de que houve experiências malogradas no que é hoje o Estado de Santa Catarina, entre os primeiros imigrantes, bem menos conhecido do que aquêle fundado por seu discípulo Victor Considerant no Texas. O falantério era o cooperativismo diretamente — e um pouco simplòriamente aplicado à estrutura de uma comunidade. Mas o seu princípio comunitário, que hoje vemos ressurgir, de modo mais acurado, no movimento do dominicano Lebret, merece estudo mais amplo do que as análises unilaterais e tendenciosas que dêle têm feito os políticos comunistas.

De suas obras existe uma excelente análise por Charles Gide (Introdução às Obras Completas de Fourier) e de sua vida e suas idéias um livro do marxista René Maublanc.

Êsses e outros precursores precisam ter a sua obra re-examinada, numa revisão histórica meticulosa e isenta de interêsse sectário, para que não percam as suas lições e experiências, evitando-se as generalizações em que frequentemente incorrem os comunistas, no seu afã de "puxar a brasa para a sua sardinha".

ou federações, etc. (Por que excepcionalmente"?)

O art. 2.º define ainda mais, ao dizer que as cooperativas são sociedades *sui generis* que se distinguem das demais "pelos seguintes pontos característicos":

a) variabilidade do capital social, para aquelas que se constituem com capital declarado;

b) não limitação do número de associados, sendo, entretanto, êste número no mínimo de sete;

c) limitação do valor da soma de quotas-partes do capital social que cada associado poderá possuir;

d) incessibilidade das quotas-partes do capital social a terceiros estranhos à sociedade, ainda mesmo em causa-mortis;

e) quorum para funcionar e deliberar a assembléia geral, fundado no número de associados presentes à reunião e não no capital social representado.

f) distribuição de lucros ou sobras proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo associado com a sociedade, podendo ser atribuído ao capital social realizado, um juro fixo não maior de 12% ao ano, previamente estabelecido nos estatutos; ou ausência completa de distribuição de lucros.

g) indivisibilidade do fundo de reserva entre os associados, mesmo em caso de dissolução da sociedade.

h) singularidade de votos nas deliberações, isto é, cada associado tem um só voto, quer a sociedade tenha ou não capital-social, e êsse direito é pessoal e não admite representação, senão em casos especiais, taxativamente expressos nos estatutos, não sendo, nesses casos, permitido a um associado representar mais que um outro.

i) área de ação determinada.

Como se vê, nada mais complicado. Embora não seja do âmbito dêste trabalho a análise dos aspectos legais do cooperativismo no Brasil, é evidente, desde logo, que a lei pretendeu enquadrá-lo tanto que acabou fechando o cooperativismo numa cêrca, de fórmulas tabeliôas e complicações bisantinas, ao mesmo tempo que consignou e permitiu enormidades como essa do "juro fixo não maior de 12% ao ano", ou seja, um juro de agiota, que deixaria contente o próprio Shylock e ressuscitaria de espanto todos os pioneiros de Rochdale.

Um projeto agora em andamento no Congresso (8) simplifica consideravelmente êsses têrmos, sobretudo porque tem como artigo 1.º estas simples palavras: "E' livre a organização cooperativista brasileira".

Na "justificação", dizem os seus autores que "a legislação brasileira do cooperativismo, tumultuária e instável, tem sido um fator de retardamento à expansão do movimento em nosso país, por provocar, sobretudo, a desconfiança pública. E' rígida no criar embaraços e derramada por seus aspectos regulamentares, impedindo, de uma forma ou de outra, o natural desenvolvimento da instituição, entre nós."

E mais: "A principal consequência disso é que, já decorridos quarenta anos da expedição da primeira lei, o movimento cooperativo do Brasil não ganhou terreno na medida desejada, nem atingiu ainda a fase de consolidação".

Não se pode ser mais claro.

No estudo sôbre a função das cooperativas nos territórios e colônias do Império Britânico, a Sociedade Fabiana propõe a seguinte fórmula:

"Sociedade cooperativa é um corpo que adquire situação legal pelo Registro de acôrdo com a Lei sôbre Sociedades Cooperativas, ou estatuto equivalente, e que é formada voluntàrimente por grupos de produtores e ou de consumidores para exercer qualquer atividade visando o seu mútuo bem-estar sôbre a base da responsabilidade democrática."

Calvert (9) propõe ontra definição:

"Cooperação é uma forma de organização pela qual os indivíduos associam-se voluntariamente, como sêres humanos, numa base de igualdade, para prover o seu próprio interêsse econômico".

Três princípios acompanham a primeira definição:

1 — Os membros individuais possuem e administram a sociedade e são responsáveis pela sua administração em base democrática. Isto exclui a administração pelo Estado mas não a inspeção e o conselho oficiais.

2 — Os membros recebem os benefícios de seu esfôrço coletivo não no pagamento de juros sôbre o capital invertido (êste geralmente produz um retôrno fixo nunca superior a 6%), mas sim proporcionalmente às suas vendas ou compras na sua sociedade. E também se beneficiam pela redução nas taxas de juros dos seus empréstimos ou pela promoção de algum empreendimento mutuamente lucrativo.

3 — Como regra geral, a cooperação deverá ser voluntária, com liberdade de pertencer ou deixar de pertencer à sociedade. A sociedade perderia o seu caráter cooperativo e se converteria numa corporação fechada na qual os produtores de fora não poderiam ter liberdade de entrar e participar das vantagens da filiação, ou se tomasse a forma de um conselho compulsório de vendas.

O objetivo da cooperativa não é açambarcar todo o movimento de produção ou de vendas na sua localidade (ou área), e sim desenvolvê-las a ponto de regular naturalmente, pelo seu movimento próprio, o preço das respectivas utilidades na sua zona. Assim é que a fábrica cooperativa de lâmpadas LUMA, na Suécia, regulou naturalmente o preço dêsse artigo nos mercados escandinavos, vencendo o truste de lâmpadas. (10) Foi assim que uma fábrica cooperativa de barbantes, na Dinamarca, chegando a produzir (antes da segunda guerra mundial), mil toneladas de barbante, ou 20% do consumo do país, pôde por isso mesmo fixar sozinha, sem nenhuma Comissão Central de Preços, o preço pelo qual o barbante passou a

---

8) — Apresentado pelos Deputados Costa Pôrto, Nestor Duarte, Artur Fisher, João d'Abreu, Lauro Montenegro, Dioclécio Duarte, da UDN e do PSD. Ver a "Justificação" e o texto completos na revista "Cooperativismo", n. 12, junho 47, pág. 3.

9) — LAWS AND PRINCIPLES OF COOPERATION, pág. 14. O relatório de Fabian Colonial Bureau antes citado (Co-operation in the Colonies, a reporta, Londres, 1945), com prefácio de C. F. Strickland, preparado por uma comissão presidida por Lord Winster, e tendo no seu seio autoridades como o Deputado Rev. G. S. Woods — que visitou o Brasil recentemente, com a Missão Parlamentar Britânica —, N. Barou, Neil Beaton, Sir Macolm Darling e outros, é uma das obras mais úteis, pelo volume de experiência ali reunido, à conceituação do cooperativismo nos países de economia retardada, como o nosso.

10) — Ver notadamente os trabalhos de Hermann Stolpe, diretor de Educação da Federação de Cooperativas (Kooperatives Forbundet), da Suécia. O Sr. Stolpe é um dos homens mais inteligentes e mais capazes com que conta o cooperativismo em nossos dias. Seus trabalhos, suas conferências e projetos, constituem um esfôrço de divulgação e de projeção dos planos do cooperativismo para o futuro, como provàvelmente nenhum outro indivíduo pôde até agora realizar em tal quantidade e com tão boas qualidades, aliando um impulso idealista e ardente a um sólido e objetivo bom senso. Aliás o bom cooperativismo resulta sempre da combinação da inteligência com o bom senso, do entusiasmo com a persistência, da ambição com a humildade.

ser vendido por todos os produtores a fim de suportarem a concorrência.

Sócio e freguês

Em obediência a um princípio cooperativo — frequentemente esquecido por muito entusiasta incauto — de não vender abaixo da tabela, ou do justo preço, as cooperativas inglesas contribuíram para que se possa dizer que na Inglaterra não há câmbio negro — sobretudo em comparação com o Brasil, a Itália, a França etc. Pois, que adianta vender fora do preço razoável e ou convencionado, aquilo que a cooperativa também vende e sempre pelo justo preço?

E por que pode a cooperativa vender pelo justo preço? Porque se compõe de produtores, quando é de produção — mas produtores que também consomem —, e de consumidores, quando é de consumo. Por outras palavras, porque quem está interessado nos seus resultados é o próprio interessado em que o preço não seja extorsivo — pois é, *ao mesmo tempo, SÓCIO e FREGUÊS.*

"O custo do serviço prestado pela cooperativa é muito menor que o prestado pelo govêrno ou pela emprêsa destinada a dar lucro". Realmente, é sabido que a emprêsa privada é quase sempre melhor administrada do que aquela administrada pelo govêrno. Quem duvidar, consulte os "expurgos" e banimentos, as punições ostensivas na Rússia, para certificar-se dos perigos e inconvenientes do govêrno transformar-se em industrial e, pior ainda, em único industrial... Mas, por outro lado, quem ignora as desvantagens e inconvenientes do regime da *free entreprise* entregue a si mesmo, a iniciativa desordenada, a falsa competição, a concorrência imperfeita, que nada mais é do que anarquia, no sistema capitalista?

A cooperativa é precisamente o equilíbrio, ou melhor, a resultante das experiências dêsses dois sistemas que, um ou outro realizado com exclusão do seu contrário, significa prejuízo para a sociedade e para o indivíduo, — enquanto gerando uma terceira forma — a cooperativa, as vantagens de um e de outro se multiplicam. liquidando os inconvenientes.

Já não falo das organizações acabadas, quando órgãos centrais de uma Federação proporcionam assistência judiciária, técnica, financeira, estatística, comercial, etc., às cooperativas federadas. Mesmo no órgão simples, linear, as seguintes vantagens desde logo se apresentam:

1 — O capital, quando recebe juros só os recebe fixos e limitados.

2 — Os administradores, gerentes, diretores, etc., não recebem percentagens.

3 — São suprimidos os intermediários e as comissões supérfluas.

4 — Pela própria natureza da sua clientela, suprimem-se os excessos de propaganda, a qual é preferencialmente destinada à formação educacional do cooperado.

5 — Pelo entrosamente da cooperativa de produção com a de distribuição e a de consumo, reduzem-se sucessiva e reciprocamente as despesas.

Donde, benefício direto e indireto para o cooperado. Indireto, pelo desenvolvimento do campo de ação da cooperativa. Direto, pelo *retôrno* — que é a restituição ao associado de uma parte da despesa efetuada na compra de utilidades feita à cooperativa. Enquanto na emprêsa privada o lucro é distribuído de acôrdo com a parte do capital empatado, na cooperativa cada cooperado recebe, do excedente, uma parte proporcional às operações que êle haja feito com a sociedade. Assim êle recebe, no fim do período — trimestre, semestre ou ano — "as quantias que houver despendido acima do custo real do serviço". Eis como o serviço acaba reduzido ao custo real — e nada mais.

E' êsse o princípio que o Bureau International do Trabalho — cujo relatório, linhas acima tenho citado entre aspas — denomina, com razão,

"princípio inteiramente novo cujo inteiro alcance ainda não foi medido, como agente de transformação do sistema de trocas; é por seu intermédio que a emprêsa cooperatica se converte num órgão de nova distribuição da renda nacional." (11)

Foi assim, por exemplo, que na Inglaterra sob a *blitzkrieg* as cooperativas de consumo "depois de ter obedecido aos preços fixados pelo Govêrno, e que são os mesmos para todos os comerciantes", ainda conseguiram restituir aos seus associados mais de 30 milhões de libras por ano, de *retôrno.*

Longe de mim — como longe está dos mais autorizados líderes do cooperativismo — condenar em bloco o empreendimento destinado a dar lucro, sobretudo no Brasil, onde êle ainda tem tanto que fazer, no conjunto das atividades nacionais — e onde, por isso mesmo, as fórmulas socialistas de importação dificilmente se podem aplicar às contingências e necessidades locais sem um esfôrço de adaptação que não tem sido despendido pelos "socialistas" de ouvido que encontramos aqui a cada passo. Êsses são os tais que têm "uma tendência para a esquerda" como que tem bom ouvido para música e quer dançar de acôrdo com ela. São, numa palavra, os oportunistas, que se fazem socialistas por ouvir dizer que o mundo marcha para a esquerda e apoiam o comunismo, por ação ou omissão, porque ouviram dizer que o comunismo é uma forma avantajada e poderosa de socialismo...

Mas, além de que o empreendimento privado pode co-existir com a cooperativa e até beneficiar-se dela (como aconteceu na Suécia), é inevitável a constatação de que enquanto a emprêsa privada se destina a dar, no mais curto prazo possível, o maior e mais certo lucro permissível, a cooperativa se organiza tendo em vista, basicamente, as necessidades e desejos da coletividade em função da qual ela se organiza. Eis como e por que a cooperativa:

1 — Protege o consumidor e o pequeno produtor contra a exploração capitalista, especialmente a exercida por monopólios e trustes.

2 — Constitui um método eficaz pelo qual os cooperados podem acumular pequenas economias e utilizá-las em conjunto para o benefício próprio e comum.

3 — Como novo tipo de empreendimento coletivo pode enfrentar com êxito os mais difíceis problemas da economia rural e urbana.

4 — Une o povo, especialmente nos países atrasados, no seu esfôrço para melhorar as condições gerais de sua existência.

---

11) — Veja-se, a propósito, o admirável relatório do B. I. T., "Les Mouvements Coopeblemes de rélevement et de reconstructative et les problémes atuels, (II), Protion", fonte inestimável para êste trabalho. (Montreal, 1945).

5 — E' um dos melhores instrumentos de educação popular na prática da economia democrática. (12)

Mais barato para o consumidor, melhor preço para o produtor — justo preço no mercado. Gestão democrática da economia. Treinamento de ação responsável e de ação coletiva, aprendizado de gestão da emprêsa. Tudo ao alcance de qualquer capacidade que se vá revelando, por meio da cooperativa — que é a expressão de tudo isso — segundo reconhece o Bureau Internacional do Trabalho, no seu relatório citado.

A própria integralização do capital, isto é, das quotas com que se entra para a cooperativa, pode ser feita do modo mais modesto possível. Quando não pode o sócio pagar a sua quota de uma só vez, vai fazendo as suas compras como candidato a sócio, e de cada pagamento que efetua recebe um talão correspondente à despesa. Guardados todos êsses talões, no fim do semestre ou do ano, êle os entregará à Cooperativa, cuja direção verificará, então, quanto cabe a êsse "freguês" na distribuição do retôrno. E êste, em vez de ser feito em dinheiro, vai para o seu bôlso em forma de ações da Cooperativa, com um valor correspondente ao montante do *retôrno*, isto é, da diferença entre o preço então pago e o custo real da mercadoria ou do serviço. As cooperativas que já tenham o seu capital assegurado podem adotar, sem receio, êsse processo — embora ainda não conste êsse dispositivo da nova lei sôbre cooperativas, em andamento no Congresso. Mas, se pelo art. 16 do Projeto, "as repartições públicas, como tôda emprêsa em geral, descontarão até o limite de 50% dos vencimentos, salários ou proventos de seus funcionários, empregados ou dependentes, a importância dêstes nas cooperativas de que façam parte, recolhendo imediatamente as deduções feitas aos cofres das respectivas sociedades", com mais razão se há de permitir que a própria Cooperativa facilite a integralização das quotas dos seus associados.

Dêste modo, o freguês converte-se em sócio da "firma" simplesmente... comprando.

Além das vantagens materiais, ou seja, do poder econômico que ela dá ao Zé Povo, que mais oferece a Cooperativa? O Sr. J. J. Worley, secretário da Federação de Cooperativas de Produção da Inglaterra, tentando fixar as bases de uma filosofia social da cooperação, (13) enumera os seguintes benefícios:

1 — *Desenvolvimento do espírito associativo, pela união voluntária e consentida.* 2 — *Universalidade.* 3 — *Democracia efetiva.* 4 — *Espírito de equidade.* 5 — *Liberdade, pelo desenvolvimento da personalidade e do espírito de iniciativa.* 6 — *Economia, pela maior eficiência na organização.* 7 — *Senso de responsabilidade.* 8 — *Publicidade, pela cessação do chamado segrêdo comercial".*

Nas próprias exigências preliminares para filiação, formuladas pela Aliança Internacional de Cooperativas, encontram-se os princípios essenciais do cooperativismo:

1 — *Liberdade de ser ou não membro da cooperativa.* 2 — *Contrôle democrático da direção.* 3 — *Distribuição dos excedentes (retôrno) aos membros da cooperativa.* 4 — *Taxa fixa de dividendos.*

E mais êstes três facultativos:

1 — *Neutralidade religiosa e política.* 6 — *Negócios só por dinheiro à vista.* 7 — *Trabalho educacional permanente.*

Cada um dêsses itens comporta, por si só, um desenvolvimento interessantíssimo. A tese do pagamento sempre feito à vista e não a crédito, por exemplo, que desmonta todo o sistema eminentemente capitalista — e já agora também comunista — do "crédito", da "prestação", é todo um estudo a fazer. Mas êsses desenvolvimentos fogem ao alcance do presente trabalho.

Perigos correntes

Longe de ser uma panacéia com a qual os homens fiquem tranquilos e gostosões, a Cooperativa é um permanente desafio à inteligência e à dignidade de cada criatura. Eis alguns dos perigos correntes, numa cooperativa:

1 — *Falta de compreensão por parte dos cooperados.* 2 — *Falta de bom administrador, competente e honesto.* 3 — *Certa desonestidade inflacionária, de que estão cada vez mais atacados os brasileiros, membros de um povo que longamente tem vivido na opressão e na miséria.* 4 — *Vendas a crédito, calote,* fiados *sem resgate.* 5 — *Conversão num bom, num excelente, demasiado excelente negócio, dando lucro acima da capacidade de resistência dos próprios associados.* 6 — *Influência excessiva do Estado, governismo e burocracia consequentes.* 7 — *Hostilidade do comércio privado, especialmente dos fornecedores, por incompreensão do pequeno comerciante ou por conluio dos trustes para matar a cooperativa.* 8 — *Intriga entre a cooperativa e a opinião pública, por meio da imprensa venal e de porta-vozes inconscientes.* 9 — *Subordinação da cooperativa a um partido político que mais depressa a sacrificará para alcançar um êxito político do que sacrificará, em benefício dela, os seus propósitos sectários.* (14).

Recomendações internacionais

A Conferência de Hot Spring, das Nações Unidas, sôbre Alimentação e Agricultura (1943), reconheceu a importância do cooperativismo quando, pela Resolução XVII, recomendou:

1 — *Para que seja possível ao povo ajudar-se a si mesmo no esfôrço para fazer baixar o custo de produção, de distribuição e venda:*

a) — todos os países estudarão as possibilidades de maior estabelecimento de sociedades cooperativas de pro-

---

12) — Apud Dr. N. Barou, "Cooperatives in the Soviet Union". Êsse estudo, publicado por Victor Gollanez Ltd., Londres, 1946, ressente-se do mesmo defeito das obras sôbre a Rússia divulgadas na fase militar da guerra. Numa objetividade nem sempre respeitável, porque focalizando apenas certos aspectos enquanto deixa outros à sombra, toma por verdadeiros, sem maior indagação, os algarismos oficiais russos, as estatísticas de que já foi livro, sua famosa reportagem — que é a maior "barriga" jornalística de todos os tempos — o Deão de Canterbury. Contudo, é um estudo digno de leitura, pela soma de informações que recolhe, muitas das quais comprovadas, outras comprováveis — além daquelas de comprovação difícil e as outras, impossíveis de comprovar...

13) — Worley, J. J. — "A Social Philosophy of Co-operation", Manchester, 1942.

14) — Entre outros trabalhos, de maior porte, que se ocupam de erros e perigos que ameaçam as cooperativas, destaco um panfleto excelente, "Weak Spots", Mistakes in the Organization of Retial Co-Operative Societies", por J. S. Simm, A. C. I. S. e A. Standeven, editado pela Co-Operative Union Ltd. para a Trade and Business Conference, em 1938. Êsse trabalho assim enumera alguns dos principais erros e perigos: 1 — Despesas excessivas com bens patrimoniais e estoque. 2 — Depreciação inadequada e falta de previsão de reservas para perdas eventuais. 3 — Não se ajustar a condições locais transformadas. 4 — Malôgro em ajustar a política financeira da Cooperativa a condições nacionais mutáveis. 5 — Efeito causado por cooperativas vizinhas mais fortes. 6 — Parcos capitais. Outras indicações podem ser também encontradas nos Manuais profissionais de venda, da Federação inglesa de cooperativas, por exemplo. Também material valioso se encontra nos trabalhos do Sr. Fábio Luz Filho.

dução e de consumo, a fim de prestar serviços à produção, ao comércio, à compra, no financiamento, etc.

b) — cada nação deverá rever as suas leis, regulamentos e instituições para verificar se existem obstáculos institucionais ou legais ao desenvolvimento das cooperativas, a fim de fazer os necessários ajustamentos;

e) (refere-se à plena informação sôbre cooperativas, a ser prestada pela organização permanente da ONU), etc.

Por sua vez, a Segunda Conferência Interamericana de Agricultura, da qual também participou o Brasil, adotou a seguinte Recomendação:

"Os países da América devem estimular a constituição de associações de produtores agrícolas. A cooperativa é recomendada como o tipo básico... Cada govêrno americano deve iniciar um plano em larga escala para a organização cooperativa de produtores agrícolas, principalmente para benefício dos lavradores de pequena renda e pequenas áreas; para a realização dêsse plano deve ser proporcionado pelos respectivos governos todo apoio financeiro e assistência técnica", etc.

3 — AS COOPERATIVAS DO MUNDO

Há no mundo mais de 800.000 coôperativas, das quais 83% são rurais, com um total superior a 145 milhões de associados, sendo 75% nas cooperativas de consumo. (15).

No Brasil, segundo dados do Serviço de Economia Rural, até maio de 46 havia 2.405 sociedades, sendo 1.011 de produção, 1.005 de consumo. Mas destas, 547 eram apenas cooperativas escolares, para fornecer lápis, borracha, etc., e 302 de crédito urbano e rural. (E' oportuno notar que no Brasil considera-se oficialmente cooperativa a dos usineiros de açúcar de Pernambuco, por exemplo, contrassenso por demais evidente para que percamos tempo em analisá-lo).

Não é êste o lugar para a análise da baixa percentagem de cooperados no Brasil. As últimas estatísticas levantadas pelo referido Serviço do Ministério da Agricultura, que tem a seu cargo o contrôle das cooperativas, e que não pode informar quantas elas são exatamente mostram um resultado desolador.

Ainda que deixando de examinar as causas dessa debilídade da cooperativa brasileira, convém notar, desde logo, que a base é a ausência de compreensão exata, por parte de cada cidadão, do que vem a ser, para os seus interêsses mais e para os menos imediatos, a cooperativa. Um dos meios para vencer êsse obstáculo é a formação de grupos de discussão, sôbre os quais encontram-se abundantes detalhes em vários trabalhos especializados, notadamente em coleções suecas e no folheto *The Co-ops and labour*, pelo Prof. G. D. H. Cole, presidente da Sociedade Fabiana, professor de teoria social e política da Universidade de Oxford.

Cole descreve os grupos, compostos de 8 a 15 pessoas, dividindo entre si o material do debate, ligando-se entre si mas dispondo, cada grupo, de material próprio para discussão. Um esfôrço é feito indicando (1) o objeto da discussão e seus antecedentes; (2) perguntas às quais os membros do Grupo devem tratar de dar resposta; (3) uma lista de livros, folhetos, material de referência para ulterior desenvolvimento e estudo. O chefe do grupo abre os debates, desenvolvendo verbalmente o escorço apresentado.

A ORGANIZAÇÃO DO POVO

Mas êste é um meio para enfrentar o problema, não é propriamente a caracterização da natureza dêle. O que há de profundamente agarrado a essa fraqueza é a inorganização do povo brasileiro. Os trabalhadores ingleses — para mencionar precisamente aquê-

15) — Estatística do Bureau Internacional do Trabalho, última internacionalmente válida, antes da guerra. Depois dela, muitas cooperativas se formaram, mas muitas mais se dissolveram. O belo movimento cooperativista alemão, praticamente destruído por Hitler quando verificou que mais lhe prejudicava a cooperação do que lhe rendia, renasce agora, especialmente na zona de ocupação inglesa. Na Eslováquia, segundo o testemunho do deputado trabalhista rev. Woods, um admirável movimento se expande, impregnado de sentimento nacional, de afirmação autonomista, contra a influência russa sôbre o govêrno de Praga e o domínio dos antigos senhores húngaros. Em todo caso, os últimos algarismos globais dignos de crédito são êsses que acima incluí.

DISTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

CLASSIFICAÇÃO	COOPERATIVAS REGISTRADAS							Nº de Cooperativas canceladas até 31/12/1946	Nº de Cooperativas em funcionamento em 31/12/1946
	31/12/41	1942	1943	1944	1945	1946	TOTAL		
Consumo — consumo	186	18	56	84	100	205	649	52	597
Consumo — escolar	268	62	71	56	84	23	564	11	553
Consumo — compras	10	—	2	1	4	1	18	4	14
Total — Consumo	464	80	129	141	188	229	1 231	67	1 164
Total — Crédito	276	14	25	23	28	20	386	82	304
Produção — Animal	118	36	68	25	31	14	292	30	262
Produção — Mineral	6	—	—	—	—	—	6	4	2
Produção — Vegetal	457	56	109	58	103	69	852	73	779
Total — Produção	581	92	177	83	134	83	1 150	107	1 043
Total — Diversas	37	5	3	8	4	64	62	8	54
Total — 2º grau	23	3	3	3	1	4	37	7	30
TOTAL GERAL	**1 381**	**194**	**337**	**258**	**356**	**340**	**2 866**	**271**	**2 595**

Segundo dados da Secção de Registro e Fiscalização das Socied. Coop., do Senso de Economia Rural do Minist. da Agricultura.

les que serviram de modêlo, em sua organização, aos trabalhadores do mundo, estão organizados em três principais setores: o profissional, o político e o cooperativo.

O maior número pertence ao movimento cooperativista — 9 a 10 milhões de indivíduos que perfazem, com suas famílias de três membros, em média, um total de cêrca de 29 milhões de criaturas. Os sindicatos têm cêrca de 7 milhões. E sôbre sindicatos, há que fazer uma distinção. O sindicato é que determina a política do partido trabalhista e não êste a dos sindicatos, como pensam muitos "trabalhistas" da demagogia ditatorial brasileira. No sindicato não predominam explorações políticas — e muito menos poderia êle por-se a reboque dos interêsses sectários de um agrupamento político como o Partido Comunista, por exemplo.

O Partido Trabalhista, que juntamente com o Partido Cooperativista (uma ramificação destinada a enfrentar politicamente a campanha contra as cooperativas, capitaneada pela imprensa dos "lords" a *penny press*, a imprensa de escândalo e de fartas tiragens, orientada por Lords Rothermere, Kemsley, Beaverbrook, etc.), tem cêrca de 2 e meio milhões de filiados, muitos dos quais pagam a mensalidade do partido por intermédio do sindicato — precisamente porque êste não está subordinado àquêle e sim o partido ao sindicato, que é onde se encontra a fôrça do trabalhismo inglês.

Na Inglaterra, em cada 5 pessoas uma pertence à cooperativa. Um, em cada 6, pertence ao Sindicato. Em cada 15, um pertence ao Partido Trabalhista. Em 1940, com o racionamento do açúcar, verificaram-se pedidos de racionamento para 13 e meio milhões de consumidores em cooperativas, numa população total de 47 milhões, inclusive os alistados nas fôrças armadas.

A Sociedade Fabiana — a que sempre temos de fazer referência quando se trata do progresso da reforma social no mundo — é filiada ao Partido Trabalhista para fins políticos, fornece-lhe os seus quadros de elite, os seus escritores, os seus teóricos, mas mantém a sua posição independente, supra-partidária, para pesquisa e divulgação das idéias sociais. O já citado Partido Cooperativista (23 membros eleitos no Parlamento nas últimas eleições, liderados por Lord Alexander), trabalha de comum acôrdo com a bancada trabalhista.

No plano nacional, o Sindicato, a Cooperativa e o Partido, como movimentos, juntam-se num órgão federal, o Conselho Nacional do Trabalho (16), que inclui representantes dos parlamentares trabalhistas, e cuja principal função é coordenar a política nacional dêsses órgãos, em conjunto, emitir declarações sôbre decisões significantes, em favor do movimento trabalhista em geral.

Na Inglaterra, como vimos, o sindicato e a cooperativa nasceram quase juntos e viviam praticamente lado a lado. Mas o sindicato prevaleceu, numa época de lutas; por seu turno, a cooperativa obteve reconhecimento legal muito mais cedo, e lentamente se foi apartando até que, ambos os movimentos já fortalecidos, noutra etapa se associaram. A lei sôbre sociedades industriais e de previdência é de 1852 — reconhecendo as cooperativas. As leis sindicais datam de 1871-76, após mais vinte anos de luta. Liberais e conservadores vieram participar do movimento cooperativista, o que lhe abriu mais fáceis caminhos.

A Dinamarca, ou o cooperativismo conservador

Êste não é um exame do cooperativismo no mundo, minucioso e informativo como se faz mister. E' fundamentalmente um esbôço descritivo das vantagens e urgências da organização cooperativa da Democracia. Assim, em cada país vamos buscar certos elementos salientes de constatação e exemplo, que nos permitam progredir na construção da nossa tese.

Não é por acaso que um país ocupado, como a Dinamarca, ao libertar-se do jugo nazista pôde retomar imediatamente a sua atividade normal. Com o seu movimento de cooperativas de consumo, começado em 1866 e o de produção, que data de 1882, hoje na Dinamarca 80% das cooperativas, que são rurais, sendo apenas 20% urbanas, produzem e vendem — por exemplo — metade da manteiga do país e quase 90% do toucinho, e assim segulam a exportação de laticínios e produtos de lavoura e pecuária. Numa conferência pronunciada em Londres, no ano passado, o Sr. Scharnvhast, da direção da UNESCO, antigo diretor de Educação da Federação das Cooperativas da Dinamarca, assim situou as cooperativas no conjunto da produção do seu país:

cooperativas de laticínios: 91%.
De exportação de manteiga: 51%
Fábricas de toucinho: 85%
Sociedades de exportação de ovos: 25%.
Sociedades de exportação de carne: 42%.
Compra de carne para alimentação: 47%.
Fertilizantes: 39%.
Sementes: 49%.

A posição do cooperativismo dinamarquês em face da intervenção do Estado e da livre iniciativa foi assim definida pela direção do cooperatisvismo na Dinamarca (17):

"O movimento de consumidores cooperativos, parte do movimento cooperativista dinamarquês, sempre deu o seu apoio à plena liberdade do comércio e sustenta que a livre concorrência é a condição para que se obtenham os melhores resultados no comércio e na indústria. Por meio da livre concorrência com o comércio privado as sociedades cooperativas poderão demonstrar a sua superioridade. Os trustes e cartéis que tentam explorar os consumidores são combatidos pelo cooperativismo dinamarquês por meio de centralização, de comércio por atacado, e por uma organização da manufatura e distribuição de mercadorias. Quanto ao Estado, as cooperativas não quiseram a sua interferência e não pleitearam o seu apoio. As sociedades cooperativas afirmam o desejo de liberdade e independência do seu movimento e dão o seu apoio à exigência pela abolição, na medida do possível e justificável, de regulamentação governamental."

Eis o que os observadores do cooperativismo dinamarquês consideram a tendência ruralista, vale dizer, no caso, relativamente conservadora dêsse movimento naquele país. Na realidade não se trata do conservantismo

16) — Não confundir com o órgão oficial do Ministério do Trabalho, que tem o mesmo nome no Brasil. O Ministério do Trabalho e seus órgãos, na Inglaterra, são mais órgãos de consulta e de apelação do que órgãos executivos e fiscais, como aqui acontece. O paternalismo ministerial é algo desconhecido nos países em que o "trabalhismo" não se confundiu com o fascismo puro e simples.

17) — Consulte-se notadamente o panfleto dinamarquês (ed. espanhola disponível). "La sociedad cooperativa ante el Gobierno, el Comercio y la Industria").

(Continua na página 98)

História da Indústria em São Paulo

Nelson Werneck Sodré

V — NASCIMENTO DA INDÚSTRIA

SURGIDO para o mundo das nações autônomas sob as condições criadas pela revolução industrial, operada principalmente na Inglaterra e depois alastrada a outras áreas européias, o Brasil submeteu-se, desde logo, aos imperativos econômicos que derivaram dessa poderosa transformação na vida do homem. O primeiro dêles, tão perfeitamente delineado na obra clássica de Adam Smith, foi a política livre cambista: franqueava-se o mercado nacional aos produtos estrangeiros, concedendo-se privilégios, já aqui estimados, ao que viesse da grande nação que tivera papel de tanto relêvo nos eventos que conduziram à fuga da côrte lusa para a nossa terra, aos primórdios da independência e, depois, às negociações para o seu reconhecimento. Tais eventos traduziram-se, principalmente, nos acordos Strangford e nos acordos Stuart, e encontraram o seu encerramento inevitável com a reforma tarifária de Alves Branco. E' um período que compreende a primeira metade do século XIX, e vem desde os preliminares configurados nos tratados luso-britânicos que forçaram a destruição, sob o govêrno de D. Maria I, dos fracos elementos industriais já surgidos na colônia. Até o fim da primeira metade do século passado, pois, não havia, no Brasil, mercê do que apontamos, condições para o estabelecimento de indústrias.

A segunda metade do século XIX, entretanto, assistiu a grandes e profundas transformações, na vida brasileira. Desde o seu início quase, começaram a aparecer os primeiros saldos na balança comercial externa, a lavoura cafeeira esboçou o seu extraordinário desenvolvimento e marchou para as zonas do interior paulista, abandonando as proximidades da capital do país e as terras do vale do Paraíba. Teve início, por outro lado, o movimento imigratório, que concentrou, nessas mesmas áreas e em outras, que o sistema de transporte logo tornou delas dependentes, enormes massas de trabalhadores, cujas condições culturais eram bem diversas das do elemento nacional, que possuíam exigências, e que traziam uma formação diferente, constituindo-se no grupo maior do artezanato e nos primeiros elementos técnicos das fábricas. O desaparecimento do trabalho escravo, por outro lado, extinguira um dos maiores entraves à quebra das condições feudais da vida econômica nacional. A ilusão do enriquecimento, surgida, com quadros tão curiosos, nos primeiros anos da República, proporcionou um impulso apreciável aos empreendimentos ligados ao trabalho industrial e, conquanto essa ilusão tivesse sido passageira, dela ficou o traço psicológico, com a condição material do aumento da circulação fiduciária e maior disponibilidade para emprêsas novas, da viabilidade de negócios estranhos à agricultura.

O século XX encontra já esboçado, e em linhas de constante ascenção, o mercado interno. Seu poder aquisitivo se desenvolve, mercê dos altos níveis, em volume e em valor, alcançados pela produção cafeeira. Amplia-se a rêde de transportes e cria-se, no centro-sul, uma área contínua de produção e consumo. O aproveitamento da energia elétrica dá os primeiros passos. O aparelhamento mecânico se oferece em boas condições e a preços razoáveis. A mão de obra, por outro lado, conserva-se acessível e barata. Mais do que isso: as primeiras crises da lavoura fazem com que os trabalhadores gravitem para as cidades, e aí se tornem disponíveis para as emprêsas industriais. Até aqui, entretanto, o quadro de predomínio agrícola, surgido com os primeiros instantes da vida brasileira, não encontrou alterações de monta. O que domina a estrutura econômica do país é êsse primado agrícola, primado que vinha de fase próxima e extensa de exclusividade absoluta. São os altos e baixos da produção agrícola que afetam o país e tôda a estrutura econômica dêles recebe os efeitos. A produção industrial aparece como meramente complementar, tudo aproveitando do que a produção agrícola já levantou: a disponibilidade de capitais, o mercado interno, a rêde de transportes, o aparelhamento bancário.

A evolução natural da política tarifária, na busca de numerário para a manutenção dos serviços públicos e para o equilíbrio do orçamento, tendendo para índices protecionistas não procurados em si mesmos; o desenvolvimento das fontes de energia elétrica, dos centros urbanos, da rêde de distribuição, da pequena navegação nacional em particular; o crescimento considerável da população e o esbôço de sua concentração em áreas de produção que se tornam contínuas; a intercorrência de conflitos militares externos que tornam impossível a concorrência dos produtos estrangeiros e, por outro lado, provocam uma solicitação cada vez mais intensa da produção agrícola para a exportação; são os fatôres principais que contribuem para alicerçar, pouco a pouco, uma estrutura industrial que surgira muito fraca e sempre complementar da grande atividade agrária em que o país desenvolvera a sua existência. Há um fator novo, entretanto, e de consideráveis consequências, à operar nessa transformação progressiva: o valor da produção exportada começa a cair sensivelmente, de tal sorte que o mercado interno se vê ante o aparente paradoxo de crescerem as suas exigências e de decrescerem as suas possibilidades de compra de produtos estrangeiros, que satisfaziam, em sua maior parte, aquelas exigências. E' um ambiente favorável ao desenvolvimento da indústria nacional, que começa a suprir êsse mercado interno de necessidades que, até então, vinham sendo supridas por fornecedores estrangeiros. A contínua depressão da taxa cambial estimula, dessa forma, o desenvolvimento de indústrias, e fomenta o aparecimento de outras, cujas possibilidades, em condições diversas, seriam diminutas.

Isso se verifica, facilmente, na produção têxtil nacional, uma das mais antigas e quase típicas do nosso desenvolvimento e do reflexo que nêle encontrou o processo acima mencionado. A nossa importação de manufaturas de algodão, em 1913, às vésperas da primeira grande guerra atingiu a um volume próximo das treze mil toneladas. "Importávamos, — aponta um historiógrafo do nosso desenvolvimento industrial, — alcatifas, tapêtes, coberturas, cordoalha, meias, gravatas, rendas, roupa feita, tecidos brancos, tecidos crús, tecidos estampados e tecidos tintos. A indústria nacional estava longe de poder satisfazer às necessidades do mercado interno. E além das manufaturas de algodão importávamos um sem número de outras de origem têxtil, como veremos adiante." Um lustro após, em 1918, às vésperas do encerramento do primeiro grande conflito mundial, as nossas importações dêsses artigos estavam reduzidas à metade. A curva descendente das importações de manufaturas de algodão aponta índices bem expressivos:

	Quilos
1910	14.391.575
1913	12.710.760
1929	6.046.802
1933	1.190.545
1939	653.456

A nossa importação de tecidos de linho era de 1.293.049 quilos, em 1928; em 1939 tais entradas haviam caído para 841.467 quilos. As roupas de cama e mesa, de linho, foram importadas, em 1929, num volume de 57.089 quilos; dez anos depois entravam apenas 15.284 quilos delas. Entre 1929 e 1940, a importação de manufaturas da lã caiu de 1.018.364 para 227.000 quilos. Os tecidos de lã caíram, na importação, de 712.000 quilos, em 1929, para 110.100 quilos, em 1939. As nossas compras de cânhamo somavam 452.485 quilos, em 1928; em 1939 não foram além de 11.625 quilos. Em 1920 a importação de manufaturas de juta alcançava 427.536 quilos; em 1939 não foram além de 13.832 quilos. Em 1913 importávamos cêrca de 656.000 quilos de cordoalha, mas em 1939 essa importação estava abaixo de 200.000 quilos.

A indústria nacional ia suprindo, e isso que vimos quanto à parte têxtil não tardou a se generalizar a outros setores da produção manufatureira. O percurso na lista de utilidades esclarece bem esta asserção: importávamos, em 1928, 55.609 quilos de pentes; em 1932 êsse número caía para 2.493 quilos. Em 1928 a nossa importação de perfumarias chegava à casa dos 430.472 quilos, para descer, em 1939, a 30.520 quilos. A nossa importação de botões, em 1913, atingia 334.936 quilos; em 1939 não ultrapassava os 3.429 quilos. Em 1929 recebíamos 172.660 quilos de conservas e extratos de frutas, mas em 1932 tais aquisições baixavam para 16.627 quilos. A importação de conservas de extratos de legumes baixou de 2.072.421 quilos, em 1928 para 229.122 quilos em 1932. A importação de leite em conserva, em 1913 alcançava ..... 4.004.677 quilos, mas em 1936 êsse índice descia para 86.444 quilos. As nossas importações de manteiga, entre 1908 e 1912, conservavam-se numa média próxima dos 3.000.000 de quilos; a importação média dos últimos anos não excede 150 quilos.

Deixando a indústria de alimentícios, verificaremos a generalização dos suprimentos estabelecidos pela indústria nacional abranger outros setores. Os artefatos de couro, por exemplo, nos oneravam, em 1913, com uma importação que subia a 511.634 quilos, para baixar, em 1939, a menos de 89 mil quilos. A nossa importação de ladrilhos e azulejos alcançava, em 1929, a casa dos 10.710.190 quilos, mas, em 1939, descia para 27.767 quilos. Importávamos, em 1928, 183.716 quilos de telhas comuns, mas a nossa importação de 1932 mal alcançava a casa dos 29.835 quilos. A importação brasileira de louças e vidros, em 1913, subia a 27.358.450 quilos; em 1940, apesar do desenvolvimento das construções, e crescimento da população urbana, em particular, êsse número havia sofrido uma queda para os 11.533.000 quilos. Em 1913 importávamos um volume de 6.892.491 quilos de garrafas e similares, mas em 1939 apenas adquiríamos 306.467 quilos delas. Em 1928 as nossas aquisições de manufaturas de borracha no exterior alcançavam os 5.323.835 quilos; em 1939 êsse número mal alcançava os 453.460 quilos. Em 1930 importávamos 69.996 quilos de ácido acético; em 1929, 179.691 quilos de ácido clorídrico, 808.814 quilos de ácido sulfúrico e 50.112 quilos de ácido nítrico; mas hoje nada importamos dêsses produtos.

Passando ao setor industrial de considerável importância, verificaremos que a importação de parafusos, grampos e rebites, que alcançava 4.824.447 quilos, em 1928, caiu para 365.331 quilos, em 1939. Decresceu consideravelmente a importação de fechaduras, cadeados, trincos, dobradiças. Os artigos de cutelaria baixaram, na importação, da casa dos 905.996 quilos, em 1928, para a dos 113.174 quilos, em 1939. Os artefatos de alumínio chegaram a contribuir com uma importação de 509.731 quilos, ainda em 1930; menos de um decênio depois decrescia êsse número para 61.368 quilos. De instrumentos musicais importávamos, em 1929, 1.713.480 quilos; dez anos depois só adquiríamos no estrangeiro 147.773 quilos dêsses instrumentos.

A comparação dêsses números, feita de modo absoluto, já dá indicações eloquentes do processo de transformação operado em nosso país. Todo um sistema de produção se alterou, com êle. Mas é necessário levar em consideração, ainda, que as necessidades aumentaram de maneira extraordinária, com o decorrer do tempo, e as quedas na importação não traduzem com nitidez, apesar de expressivas em si mesmas, o considerável papel desempenhado pela indústria nacional no suprimento do mercado interno. Tais alterações no sistema de produção vinham refletir-se, algumas vêzes de forma revolucionária, em tôdas as exterioridades da vida brasileira. Vivemos, às vésperas do grande conflito de 1939, quando a indústria tomou novo impulso, um tipo de existência bem diverso daquele de há meio século. A fisionomia nacional alterou-se, em alguns setores de maneira total. O largo panorama agrário, a supremacia inequívoca do campo sôbre a cidade, a gravitação monocultora, estavam condenados ao declínio. De país colonial, importador de bens industrializados, e vivendo da exportação de matérias primas, algumas bastante secundárias, passávamos a país autosuficiente em muitos dos setores dos bens de consumo, abastecendo o nosso mercado interno e, depois, enveredando para a exportação e para a indústria de bens de produção.

Tôda essa atividade, entretanto, êsse considerável impulso, que alterara o quadro brasileiro, se fizera sem os fatôres básicos constituídos pelo combustível barato e generalizado. No limiar, apenas, do aproveitamento do seu ferro, lutando com as maiores dificuldades para o aproveitamento de um carvão de qualidade admitida co-

mo inferior, localizado a grande distância dos núcleos industriais, sem combustíveis líquidos, conseguíramos levantar um parque industrial de proporções razoáveis. A última etapa dêsse desenvolvimento, com o esbôço da indústria de bens de produção e com a projeção externa do nosso aparelhamento industrial devia coincidir, pelas suas próprias características com uma tendência para a concentração que interessa particularmente o Estado de São Paulo.

VI — APARELHAMENTO DA INDÚSTRIA

Na segunda metade do século passado, quando nos libertamos das cadeias impostas por um livre cambismo que nos forçava a situação econômica subalterna, desenvolveram-se no Brasil, em ritmo apreciável, algumas indústrias. Entre elas encontrou lugar de destaque a da tecelagem. Desdobrou-se também a dos chapéus. Indústrias menores, como a de cigarros e charutos, móveis, velas, tintas de escrever, cordoalha, artefatos de ajaezamento, encontraram mercados satisfatórios, em zonas de reduzida dimensão geográfica. A fundição de metais teve amparo em encomendas governamentais. Foi um período caracterizado pela máquina a vapor.

Já o inquérito de 1907, primeiro elemento básico para a avaliação do desenvolvimento industrial brasileiro, denunciava serem produzidos no país três quartas partes de trinta artigos dos mais importantes: tecidos de algodão, de lã e de sêda, perfumarias, vinagre, queijo e manteiga. Ocupava, então, o primeiro lugar, entre as unidades federadas, como produtor, o Distrito Federal, com um valor de 218.300 contos, sôbre um total de 731.292 para o país todo. A produção paulista não ultrapassava os 118 mil contos, a do Rio Grande do Sul aproximava-se dos 100.000 contos e os Estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro entravam com pouco mais de 55.000 contos, ultrapassando um pouco Minas Gerais e o Paraná a casa dos 32.000 contos.

A crescente disponibilidade de capitais no Estado de São Paulo, em tôrno de cuja riqueza cafeeira se constituíra, também, um adensamento populacional cuja capacidade aquisitiva ia em crescendo, proporcionou os primeiros elementos para uma alteração na distribuição dos estabelecimentos industriais, gravitando êles principalmente para êsse Estado, onde se desenvolviam, concomitantemente, os transportes e esboçava-se o aproveitamento das fontes de energia hidro-elétrica. Capitais, mão de obra especializada, rêde distribuidora, energia barata e próxima, mercado acessível, tornaram o Estado de São Paulo o líder da produção industrial brasileira, e quando a tendência à concentração apareceu, nos últimos tempos, as suas áreas industriais, principalmente aquela que gravita em tôrno da capital, ofereceram-se como imantadoras dos empreendimentos mais consideráveis. Em 1938 o quadro estabelecido pela distribuição da produção industrial brasileira achava-se bastante alterado. São Paulo vinha em primeiro lugar, com uma produção no valor próximo de seis milhões de contos. Seguiam-se, o Distrito Federal, com um valor próximo dos dois milhões de contos, o Rio Grande do Sul com mais de um milhão e Minas Gerais, com mais de oitocentos mil contos. Pernambuco já excedia os quatrocentos e cinquenta mil contos e Paraná e Santa Catarina estavam na casa dos duzentos mil contos. Note-se que 1938 foi o anomarco para a produção brasileira, porque assinalou, pela primeira vez, uma supremacia da produção industrial sôbre a produção agrícola. Deixávamos de ser um "país essencialmente agrícola", para enveredar num rumo de industrialização cujas características iriam aumentar consideravelmente com os enormes investimentos feitos pela administração federal na indústria pesada e complementares.

Se dependíamos, em 1913, do estrangeiro, para a maior parte dos produtos manufaturados, importando, em média, 30 por cento do consumo de tecidos de algodão, 60 por cento dos de lã e 85 por cento dos de sêda, comprando fora quase a totalidade das necessidades em ferro, carvão e cimento, atualmente a maior parte dêsses e de outros produtos são produzidos no próprio país. O surto industrial pode ser, global e rapidamente avaliado, com o confronto dos números: o valor da produção industrial foi de oito bilhões de cruzeiros, em 1937; de doze bilhões no ano seguinte, ultrapassando o valor da produção agrícola; crescendo em ritmo considerável como se vê pelo quadro abaixo:

	Cr.$
1939	15.000.000.000,00
1940	17.640.000.000,00
1941	22.046.000.000,00
1942	27.568.000.000,00
1943	34.664.000.000,00
1944	47.098.000.000,00
1945	56.417.000.000,00

Tendo quase dobra, em 1942, a produção industrial triplicou, em 1944, quanto aos seus índices de valor. Êsse extraordinário surto, entretanto, foi acompanhado por um processo de concentração que se encontra perfeitamente delineado nos quadros seguintes, primeiro a concentração em determinadas indústrias, logo tornadas as mais ativas do país, depois a concentração em determinadas áreas, aquelas em que os recursos indispensáveis favorecem os empreendimentos fabris, possibilitam o seu desenvolvimento. Tôda a dispersão antiga em múltiplas atividades, mas quase totalmente vizinhas do artezanato, ligadas às pequenas oficinas, de poucos operários e com dispêndio de energia reduzido, dando produção de importância diminuta, portanto, transita para as emprêsas e proporções, em relação ao quadro do país, dotadas de aparelhamento, com uma despesa de produção avultada e trabalhando em ritmo crescente. As áreas de produção se ampliam, por outro lado, os meios de transporte favorecem a distribuição, e as emprêsas começam a concentrar-se em regiões próprias. Entre elas, como principal, o município de São Paulo.

PARQUE INDUSTRIAL BRASILEIRO — 1941

INDÚSTRIAS	Valor da produção (em milhares de cruzeiros)
Alimentação	8.772.503
Têxtil	4.177.017
Metalúrgica	2.174.138
Química	1.737.767
Construção	1.102.920
Madeira e vime	1.024.817
Couros e peles	897.274
Vestuário	541.535
Papel e papelão	490.135
Cerâmica	437.839
Fumo	303.903
Borracha	239.596
Beneficiamento de produtos minerais	132.684
Distribuição de força, luz e calor	11.062
Diversas	469.362
TOTAL	**22.512.552**

Essa concentração em determinados setores industriais importa em aparelhamento considerável, para a produção em grande escala. Cada vez com-

parecem em menor número, nas estatísticas, as pequenas oficinas, de poucos operários e de produção diminuta. Entramos na fase das emprêsas de dimensões relativamente grandes. A concentração atende às necessidades do mercado interno, destina-se aos bens de consumo. A indústria de bens de produção está apenas em seus primeiros passos, embora os seus índices já se apresentem favoráveis. A concentração regional acompanha os novos rumos.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA — 1941

ESTADOS	Valor da produção (em milhares de cruzeiros)
Amazonas	5.300
Pará	145.963
Maranhão	57.584
Piauí	9.507
Ceará	65.814
Rio Grande do Norte	117.443
Paraiba	107.201
Pernambuco	1.207.709
Alagôas	...
Sergipe	118.774
Bahia	249.084
Minas Gerais	1.145.404
Espírito Santo	180.499
Rio de Janeiro	1.012.546
Distrito Federal	6.255.314
São Paulo	8.889.386
Paraná	526.314
Santa Catarina	480.491
Rio Grande do Sul	1.879.988
Goiaz	58.241
Mato Grosso	...
TOTAL	**22.512.522**

Dentro da grande área de circulação terrestre da riqueza, compreendendo os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, a área do Estado paulista e nesta a extraordinária concentração de sua capital. No nordeste, o foco pernambucano. No sul, o foco do Rio Grande.

O número de estabelecimentos e o número de empregados confirma essa tendência para a concentração, que acompanhou o surto de desenvolvimento da indústria nacional.

A distribuição regional dos estabelecimentos e do operariado apenas confirma a tendência à concentração: o Estado de São Paulo absorve mais de um têrço dos trabalhadores e a área Minas, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, mais de dois têrços; aquêle Estado possui quase 3/4 dos estabelecimentos industriais, e

PARQUE INDUSTRIAL BRASILEIRO — 1941

INDÚSTRIAS	Número de estabelecimentos	Número de empregados
Alimentação	14.464	170.194
Têxtil	2.275	255.454
Metalúrgica	5.207	107.339
Química	2.105	44.553
Construção	1.915	67.611
Madeira e Vime	4.418	65.696
Couros e peles	4.207	77.258
Vestuário	2.851	29.260
Papel e papelão	261	15.586
Cerâmica	2.837	41.820
Fumo	161	14.992
Borracha	167	8.424
Beneficiamento de produtos minerais	313	17.314
Distribuição de força, luz e calor	95	897
Diversas	1.808	27.920
TOTAL	**44.084**	**944.318**

aquela área reúne 42.035 dos 44.084 de todo o país:

PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA — 1941

ESTADOS	Número de estabelecimentos	Número de empregados
Amazonas	49	410
Pará	322	5.711
Maranhão	590	7.138
Piauí	55	1.631
Ceará	409	4.342
R. G; do Norte	768	6.394
Paraíba	265	12.478
Pernambuco	1.788	75.672
Alagôas	...	...
Sergipe	355	9.918
Bahia	484	23.021
Minas Gerais	3.848	72.980
Espírito Santo	537	6.606
Rio de Janeiro	2.307	55.288
Distrito Federal	4.323	150.692
São Paulo	31.557	369.070
Paraná	2.283	25.223
Santa Catarina	3.063	32.346
R. Grande do Sul	9.962	81.493
Goiaz	455	2.018
Mato Grosso	664	3.887
TOTAL	**44.084**	**944.318**

Entre os anos de 1938 e 1942 instalaram-se no Brasil perto de quinze mil fábricas; as antigas foram ampliadas em grande parte, e o surto industrial, com a concentração, adquiriu um considerável impulso, que as consequências da guerra permitiram. Êsse impulso, entretanto, não se fundamentou apenas na impossibilidade dos antigos fornecedores suprirem os mercados, entregues que estavam à produção de material bélico e com os seus navios dedicados aos misteres da guerra. Êle se fundamentou, além do valimento daquela circunstância, no aparelhamento industrial. Está fora de dúvida que êsse aparelhamento se desgastou bastante durante a fase de ritmo acelerado de produção, quando os preços compensavam o trabalho de máquinas em parte antiquadas. O desenvolvimento das manufaturas, entre 1935 e 1944, considerando o ano de 1929 como 100, foi o seguinte, na balança do comércio exterior:

(Vide quadro I).

Os índices crescentes, durante o período da guerra, indicam uma fase anormal, de ritmo acelerado de produção, de solicitação intensa por parte dos mercados. Com a transição para a paz, já se nota o declínio na projeção externa de uma produção que cresceu bastante. O aparelhamento industrial necessita revisão. Uma grande e importante etapa foi vencida, entretanto, o aparelhamento anterior, com a concentração, foi a base dêsse movimento de expansão externa. Muitas indústrias surgiram das condições da guerra, para fornecimentos ao mercado interno, enquanto outras, já existentes, dedicaram-se aos suprimentos dos mercados externos. E' inevitável que uma parte do que se improvisou acabe por desaparecer, mas não se cuide que as indústrias que apareceram com as condições anormais do período do conflito tenham surgido sem um motivo fundamental: elas apareceram porque a fase de concentração industrial permitia essa improvisação, porque encontraram fontes de energia, rêde de transportes, operariado apto, matéria prima e crédito. Concentraram-se em tôrno das áreas dotadas de tais condições. Entre elas, como principal, a do município da capital paulista. A grande fase de aparelhamento coincide, entre nós, com o desenvolvimento da energia hidro-elétrica. A fase da máquina a vapor está definitivamente encerrada.

Possuindo reservas de energia hidro-elétrica avaliadas em 20.000.000 HP, iniciamos tarde o seu aproveitamento. Data de 1883 o aparecimento, em nosso país, da primeira usina de termo-eletricidade. Em 1889, com três usinas instaladas, já uma era hidráulica. Em 1920, quando a fase de aparelhamento estava em desenvolvimento, contávamos com 306 emprêsas, com 134 usinas termo-elétricas, 204 hidro-

QUADRO I

ANO	Quantidade (Ton.)	Índice	Valor (Cr.$ 1.000)	Índice
1935	795	180	833	126
1936	725	164	1.261	191
1937	827	188	2 100	318
1938	1.001	227	1.503	227
1939	1.338	303	3.963	600
1940	2.409	546	10.817	1.636
1941	4.071	923	30.758	4.653
1942	5.366	1.217	93.218	14.103
1943	5.488	1.244	143 155	21.657
1944	4.289	973	133.150	20.144

elétricas e 5 mistas, elevando a potência de origem térmica a 105.578 HP e a de origem hidráulica a 370.074, num total de 475.632 HP, distribuídos por 431 localidades. Já em 1939, às vésperas do último grande conflito mundial, funcionavam no país 1.176 emprêsas, com 637 usinas geradoras de termo-eletricidade, 738 usinas hidro-elétricas e 15 mistas, subindo o total da potência a 1.044.738 kws e pelas hidro-elétricas 884.570 kws ou seja 84,7% do total. Em fins daquele ano, eram servidas por eletricidade 2.179 localidades do país.

O consumo de energia dá o índice de importância e de aparelhamento de um parque industrial. O parque de São Paulo consumiu, em 1941, quase tanto como tôda a energia disponível em todo o país em 1920. Êsse consumo vem aumentando, independente dos fatôres externos que motivaram o surto de produção já indicado, mostrando que esta vai em crescendo:

ANOS	Consumo (Kws)	Índice
1939	379.000.000	100,0
1940	405.000.000	107,0
1941	456.000.000	120,0
1942	491.000.000	129,5
1943	522.000.000	138,0
1944	550.000.000	145,1
1945	585.000.000	154,3
1946	595.000.000	157,0

Êsse consumo, referente apenas ao Estado de São Paulo, mostra um aumento ponderável e constante, mas é necessário saber que, já em 1945, ha via um "deficit" de energia elétrica da ordem de 500.000 HP. No momento, a capacidade total da energia elétrica gerada em São Paulo atinge a 870 mil HP, distribuída entre os concessionários seguintes: a *Light & Power*, com um total instalado de 665.000 HP e uma área de concessão abrangendo a capital do Estado e regiões vizinhas, satisfazendo a quase totalidade das necessidades; as Emprêsas Elétricas Brasileiras, com uma capacidade total instalada de 103.000 HP, e uma área de concessão abrangendo cêrca de 41% da área do Estado, com fornecimentos bastante inferiores às necessidades dessa área, especialmente na zona de Campinas; e diversas concessionárias brasileiras, com zonas de concessão abrangendo o restante da área do Estado, com uma capacidade total instalada de 102.000 HP, bastante inferior às necessidades dessa área.

O extraordinário da energia elétrica em São Paulo pode ser demonstrado pelo exemplo da *Light* que, iniciando, em 1901, com 4.000 HP, os seus fornecimentos, alcança agora os 665.000 HP, com um consumo anual médio de 800 KWH "per capita". Nas demais zonas do Estado, o consumo anual médio é de 90 KWH "per capita" apenas, com um grande "deficit" de potência.

Outro índice do aparelhamento industrial está na importação de máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios, que alcançou os seguintes números, para o país todo, entre 1935 e 1944:

	Cr$
1935	60 249.000,00
1936	65 185.000,00
1937	84.175.000,00
1938	97.486.000,00
1939	87 863.000,00
1940	66.459 000,00
1941	83.376.000,00
1942	59.888.000,00
1943	72.515.000,00
1944	98.170.000,00

VII — CONQUISTA DO MERCADO INTERNO

O suprimento ao mercado interno, originado nas primeiras fases da industrialização brasileira e extraordinariamente desenvolvido desde a fase de aparelhamento e concentração oferece os índices mais eloquentes do que representa o parque industrial do país, e em particular o de São Paulo, na estrutura econômica do Brasil atual.

Analisaremos, por partes, o papel da indústria nacional no abastecimento do mercado interno.

Tecidos

Das mais antigas, entre nós, a indústria de tecidos não tardou, com o desenvolvimento geral do parque manufatureiro, a assumir um lugar de primeiro plano. A nossa produção, nesse setor, atingira, em 1920, a um valor de 706.405 contos. Em 1938 êsse valor era avaliado em cêrca de .... 3.000.000 de contos, ou seja 25 por cento do total da produção manufatureira do país. Dêsse total coube a São Paulo uma contribuição de 60,4 por cento, ao Distrito Federal 11,3 por cento, ao Estado do Rio de Janeiro 5,7 por cento, a Pernambuco 4,7 por cento e a Minas Gerais 4 por cento. Os tecidos de algodão subiam a 477.995.000 metros, em 1929; a 752.891.000, em 1935; a 963.765, em 1937 e a 855.743.000 em 1938. A situação da indústria de fiação e tecelagem do algodão, entre nós, em 1942, importava na existência de 3.099.677 fusos e de 90.743 teares, consumindo, no ano anterior, 144.144 toneladas de algodão em rama e 110.386 toneladas de fio de algodão, e produzindo, semanalmente, 17.359.565 m2 de tecidos.

A produção nacional de tecidos de linho puro era de 89.000 metros apenas, em 1930. Em 1938, essa produção atingia os 5.636.000 metros. O salto operado pela indústria paulista de tecidos de linho foi extraordinário, indicado numa produção, para 1937, de 81.344 metros, e de 5.341.120 metros para 1938. São Paulo guarda o quase monopólio da produção de linho puro, e oito Estados produzem linho mesclado. O aumento na produção de linho mesclado foi de 313.800 metros, em 1936 para 26.668.000 metros em 1938.

O progresso na indústria de tecidos de lã foi dos mais expressivos, tendo

sido duplicada a produção, entre 1930 e 1937. Dos 8.670.400 metros dêsses tecidos, fabricados no Brasil, em 1937, São Paulo contribuiu com 6.301.500. Entre 1930 e 1937 dobramos, também, a fabricação de alpaca e flanela. Produzíamos, em 1930, apenas 498 toneladas de tecidos de sêda, para elevar essa produção, em 1938, a 4.113 toneladas, das quais São Paulo produzia 90 por cento. Produzíamos, em 1926, apenas 32 toneladas de raion, mas já em 1939 essa produção se elevava a 6.849 toneladas. A indústria de tecidos de juta, cânhamo, etc., disseminada em uma dúzia de Estados brasileiros, ofereceu uma produção de 28.077.000 metros, em 1938, dos quais 21.021.600 oriundos do parque paulista. Da insignificante produção de sacos, em 1930, atingimos o alto nível, em 1938, de uma produção de 44.299.000 de unidades, em que a contribuição paulista se elevava a mais da metade. O surto do caroá marca-se no aumento, de 10.000 contos no valor da produção de 1939 para os 60.000 contos da produção no ano seguinte. Em 1938, a nossa produção de barbante e cordoalha atingia a casa dos 5.097.000 quilos.

A contribuição da indústria têxtil pode ser estimada, na sua justa medida, pelos índices de sua contribuição sujeita ao impôsto de consumo. Vamos acompanhá-la, de 1925 a 1941:

ANOS	Valor (em Cr$ 1.000)	Volume (em milhões de metros)
1925/29...	1.310,00	618
1930.....	805,00	543
1931.....	1.003,00	711
1932.....	1.028,00	704
1933.....	1.113,10	669
1934.....	1.349,10	740
1930/34...	—	673,4 (média)
1935.....	1.642,00	776
1936.....	1.988,90	942
1937.....	2.123,50	991
1938.....	2.625,50	962
1938.....	3.299,40	960
1935/39...	—	926,2 (média)
1940.....	2.715,00	908
1941.....	3.273,50	1.108

No ano de 1941, o consumo de algodão em rama, por Estado, — interessante por se tratar de matéria prima nacional, — discriminava-se da seguinte maneira, em quilos:

Pará	600.353
Maranhão	3.710.162
Piauí	126.495
Ceará	2.689.460
Rio Grande do Norte	274.015
Paraíba	2.066.484
Pernambuco	14.867.783
Alagôas	4.631.271
Sergipe	5.000.000
Bahia	3.606.446
Espírito Santo	293.992
Minas Gerais	16.102.283
Rio de Janeiro	11.611.880
Distrito Federal	20.114.489
São Paulo	55.715.112
Santa Catarina	2.654.821
Rio Grande do Sul	618.496
TOTAL	**144.143.542**

Nesse mesmo ano, a situação da indústria de fiação e tecelagem do algodão apenas, nos Estados, apresentava-se da seguinte maneira:

ESTADOS	Número de fusos	Número de teares	Produção (m2/semana)
Pará	7.804	327	45.180
Maranhão	71.887	2.127	291.407
Piauí	4.600	160	10.800
Ceará	33.528	1.001	165.600
Rio Grande do Norte	1.692	103	17.932
Paraíba	37.980	2.150	230.920
Pernambuco	197.521	8.315	1.883.269
Alagôas	105.834	3.387	656.359
Sergipe	84.767	2.960	890.221
Bahia	100.969	4.290	487.482
Minas Gerais	328.396	10.857	2.230.744
Espírito Santo	3.840	161	32.649
Rio de Janeiro	275.005	8.107	1.421.418
Distrito Federal	743.156	17.211	2.150.499
São Paulo	991.491	27.364	6.379.997
Paraná	—	113	1.750
Santa Catarina	45.768	1.493	380.428
Rio Grande do Sul	24.086	617	82.910
TOTAL	3.058.324	90.743	17.359.565

Alimentação

Primeira entre as indústrias brasileiras, quanto ao número de fábricas e ao capital nelas invertido, a de alimentação vem assinalando enorme desenvolvimento, devendo-se frisar, quanto a uma de suas características principais que, como a de tecidos e artefatos de algodão, utiliza matéria prima nacional em grande parte. As crescentes solicitações do mercado interno, pelo aumento da população e, até há pouco, pela elevação de seu padrão de vida, constituem um dos seus alicerces. Sua evolução segue um ritmo mais regular do que a que se processa em outros setores industriais. (Vide quadro II)

A instalação de moinhos proporcionou-nos uma baixa considerável na importação de farinha; em 1939 mais de 90% do trigo consumido no país foi moído no interior. Embora o problema das farinhas panificáveis seja complexo, e interesse de perto as relações do comércio exterior, trazendo as consequências bem conhecidas para a economia popular e para o consumo de alimento de primeira urgência, é fora de dúvida que a instalação de moinhos proporcionou considerável economia aos cofres nacionais, fazendo-se o grosso da importação em trigo em grão. Baseada em matéria prima importada, também, a indústria de massas alimentícias tomou um impulso expressivo, bem como a de biscoitos e bolachas. Já não pesa na balança do comércio externo, contra nós, a importação de farinha de milho, em que a matéria prima nacional encontra absorção crescente. Embora a orientação em tôrno da produção açucareira possa ser discutida, é evidente que o aumento da produção das usinas constitui elemento de importância no balanço geral da indústria de alimentação. A produção de bebidas, por seu lado, embora ainda empregando matéria prima em parte de origem externa vem numa ascenção contínua. A de conservas vegetais segue ritmo ascencional, embora menos regular. A produção de óleos vegetais desenvolveu-se de maneira extraordinária, e o seu consumo, no país, principalmente em consequência da guerra, aumentou de maneira expressiva. A moagem

Quadro II

ANOS	Toneladas	Valor (em Cr$ 1.000,00)	Valor médio da tonelada (em Cr$)
1932	17.906.678	6.462.910	359
1933	18.435.077	7.228.355	392
1934	18.061.488	7.542.961	418
1935	18.798.491	7.783.639	414
1936	18.551.760	9.299.681	501
1937	18.671.880	9.551.218	512
1938	19.098.359	10.044.902	526
1939	18.762.979	10.359.915	552
1940	19.196.649	9.964.983	519
1941	18.424.317	10.725.954	582
1942	19.394.682	12.253.142	632

e torrefação do café, o mate e o chá vão em progresso. O leite em pó, agora tão sensivelmente ameaçado pela concorrência externa, tomou vulto, entre os produtos de alimentação, no setor industrial. Os lacticínios em geral, aliás, constituem atividade industrial das mais disseminadas no país.

Onde, porém, as indústrias de alimentação apresentam um quadro dos mais interessantes é no que toca às carnes. A produção total de carnes, entre nós, veio em crescendo: em 1930 ela importava em 757.835 toneladas, num valor de 1.025.108 contos de réis; em 1938 êsses índices estavam elevados para 1.182.887 toneladas e 2.089.491 contos de réis. As carnes apresentavam-se, já naquele ano, como uma das maiores riquezas do Brasil, rivalizando com o café. A indústria de carnes, entre nós, vem padecendo de várias anomalias, que se refletiram, de um lado na atitude do mercado interno, duramente provado pela elevação de seus preços, de outro pela ausência de uma política econômica regular e orientada, flutuando as diretrizes ao sabor dos acontecimentos, e intervindo, periodicamente, de maneiras diversas, no sistema de produção, ora num sentido, ora noutro, resultado da confusão reinante, na fase atual, na estrutura da produção brasileira, muito sensível às flutuações de orientação dos órgãos responsáveis.

O quadro abaixo dá uma idéia do desenvolvimento da indústria de alimentação, no Brasil, quanto ao volume.

Por êle se verifica a regularidade da produção da indústria de alimentação. O quadro de valor, entretanto, nos indicaria índices ascencionais bem mais eloquentes, forçados pelo aumento do mercado interno, com a acumulação das populações urbanas, mas principalmente pelas crescentes solicitações do mercado externo, particularmente no decorrer da guerra. Os problemas supervenientes para a indústria de alimentação, em que entram fatôres externos, como o dos fornecimentos de trigo, e fatôres internos, como o da manutenção dos rebanhos, alta dos fretes ferroviários, ascenção dos níveis de salário, de um lado, e a carência dêsses produtos nos mercados urbanos, — ocorreram na fase de transição para a paz. Com êles estamos ainda hoje jogando e não nos devemos esquecer que, entre as indústrias de bens de consumo, a de alimentação representa um fator de primeira ordem para a manutenção de um padrão de vida compatível com as grandes exigências do trabalho.

Couros

Indústria de que as estatísticas, frequentemente, não representam o verdadeiro quadro, uma vez que, nela, o artezanato tem um papel de primeira ordem, o que nos faz lembrar a necessidade da fixação de uma rigorosa nomenclatura industrial e de mais rigorosa classificação de estabelecimentos, para fins de levantamento, — a de couros e peles tem importância singular para o mercado interno, ao qual está longe de suprir, e de cujas vendas se pode aferir, de certo modo, o padrão de vida de um povo. Em 1930, a produção total dessa indústria mal ultrapassava os 26.000 contos. Cresceu para os 90.000, em 1938. Aproximou-se os 300.000 contos, um lustro depois. Em 1929, a produção de malas, valises, canastras, etc., foi de 578 mil unidades. Em 1938, êsse número já se elevava para 1.800.000 unidades. Em 1930 produzíamos 925.000 cintos; em 1938, essa produção ascendia à casa dos 4.400.000. Exclusive os calçados, produzíamos, em 1930, um volume de 2.700.000 unidades, em material em que o couro entrava como matéria prima; em 1938, ascendíamos essa produção para 9.000.000 de unidades. Os classificadores costumam situar os calçados entre os produtos de indústria de vestuário, no que lhes assiste certa razão. Falaremos dêles, aqui, entretanto, para explicar que os estabelecimentos que se dedicam a essa atividade excedem a casa dos dez mil, o que se compreen-

ANOS	Frutas de mesa	Índice	Produtos tropicais	Índice	Cereais	Índice	Outros produtos de origem vegetal	Índice	De origem animal	Índice
1932	2.489.000	206	1.739.241	122	7.175.329	123	3.441.202	106	3.061.906	114
1933	2.679.076	221	1.956.260	138	6.989.063	120	3.489.385	107	3.361.293	125
1934	2.586.461	214	1.846.982	130	6.659.963	114	3.479.211	108	3.488.871	136
1935	2.720.886	225	1.346.506	95	7.484.819	129	3.589.889	111	3.656.391	130
1936	2.734.047	226	1.793.000	126	7.118.300	122	3.410.978	105	3.505.435	131
1937	2.845.833	235	1.665.828	117	7.199.723	124	3.295.072	102	3.665.424	137
1938	2.938.938	243	1.640.198	115	7.261.985	125	3.612.122	112	3.645.116	136
1939	2.845.022	235	1.385.173	97	7.015.125	121	3.835.590	119	3.682.069	137
1940	2.998.382	248	1.213.224	85	7.149.767	123	4.058.638	125	3.776.638	141
1941	2.913.199	241	1.218.946	86	6.670:041	115	3.925.131	121	3.697.000	138
1642	2.905.645	240	1.190.813	84	7.706.209	132	3.895.026	120	3.697.000	138

de, perfeitamente, com as possibilidades que o artezanato encontra nesse setor.

A nossa produção de calçados montou a 30.800.000 pares, em 1929, para atingir, em 1938, a 42.762.000 pares. Noventa em cada cem oficinas de fabricação de calçados empregam pequeno número de operários, quatro, cinco, por vêzes menos. Não se encontra, na indústria de calçados, senão de algum tempo a esta parte, a tendência à concentração. O sistema de produção em grande escala cede lugar, ainda, e certamente não por muito tempo, a um artezanato bem organizado, antigo e fundamentado na tarefa qualitativa, no trabalho à mão e nos mercados reduzidos. Metade, aproximadamente, da indústria de calçados encontra-se no Estado de São Paulo, com as fábricas mais aparelhaas. Essa indústria, aproveitando matéria prima nacional de produção crescente, como os couros e peles, tendeu, nos últimos anos, para um mais intenso aproveitamento de outra matéria prima brasileira, a borracha, com resultados que se anunciam promissores.

Madeira

Aproveitando matéria prima cuja exploração vem se desenvolvendo de maneira auspiciosa, a indústria da madeira cresceu, com o passar dos tempos, colocando-se entre as primeiras entre nós. O valor da produção de móveis, em 1935, não ultrapassava a importância de 151.934 contos; em 1936, subiu a 390.027 contos, correspondentes a 8.400.000 peças produzidas; e, em 1938, atingia o valor de 558.956 contos de réis, correspondentes à produção de 11.042.000 peças. Dêsse total, 8.046.800 foram produzidas em São Paulo, com um valor de 403.339 contos de réis. Os artefatos de madeira, as caixas, caixões e engradados, os tacos, caixilhos e esquadrias, os ancorotes, barris e tonéis, as portas, janelas, rodapés e palitos, são produzidos em volume crescente. Aproveita-se a matéria prima nacional, que ainda chega a pesar na balança do comércio externo.

Cerâmica

Embora as primeiras fábricas de cerâmica datem do início do século, tal indústria tomou grande desenvolvimento em fase muito recente, como consequência da elevação de padrão de vida do nosso povo, em particular em algumas regiões do centro-sul, do adensamento das populações urbanas, e do extraordinário surto das construções. Se, em 1929, produzíamos apenas 995.000 metros quadrados de ladrilhos, tendo importado, no ano anterior, pouco menos de dez milhões de quilos, já em 1938 conseguíamos produzir 2.510.000 metros quadrados, além de 810.000 metros quadrados de azulejos. Fizemos ascender a produção de tijolos prensados de 6.000 unidades, em 1936, para 44.000, em 1938; a de manilhas e tubos de 2.800.000 unidades, em 1935, para 5.290.000, em 1938; a de aparelhos sanitários de louça de 82.000 unidades, em 1929, para 3.000.000, em 1939; de louças de 2.200.000 quilos, em 1926, para 9.000.000, em 1938; de vidros lisos e lapidados de ..... 2.290.000, em 1926, para 10.360.000 quilos, em 1938.

Metalurgia

São Paulo entrava com 65% da produção metalúrgica brasileira, em 1938, avaliada em 1.300.000 contos de réis. A produção de artefatos de ferro e de alumínio ascenderam de um volume de 17.000.000 de quilos, em 1930, para o de 50.000.000 de quilos, em 1938. Em 1930, a produção de parafusos e pregos de aço atingia a casa dos 12.500.000 quilos; em 1937, alçava-se aos 22.790.000 quilos. Aumentamos a produção de dobradiças, de 742.000, em 1930, para 1.572.432, em 1937. Produzimos arames, artigos de cutelaria, enxadas e enxadões, e demais ferramentas semelhantes, tesouras, navalhas, canivetes, talheres, fogões e aquecedores, ferros de engomar, móveis de ferro, artefatos de ferro esmaltado, e outras muitas utilidades.

A produção metalúrgica nacional aumenta sem cessar, e provoca um aumento correspondente na importação de matérias primas necessárias ao seu trabalho. Se a importação de manufaturas de ferro e aço caiu de 578.011 toneladas, em 1913, para 237.352 toneladas, em 1939, mercê da produção interna, — já a importação de matéria prima passava de 79.815 toneladas para 90.502, não obstante a produção interna, nesse ano de perto de 300.000 toneladas.

Produzimos lâmpadas, velas, fósforos, brinquedos, instrumentos musicais, lápis, penas de escrever; a indústria do papel está em franco desenvolvimento, à espera de grandes dias; as nossas tintas e vernizes, cuja indústria, em 1913, praticamente não existia, suprem, hoje, o mercado interno; a indústria química, como a indústria de produtos farmacêuticos, adquiriu impulso notável; os artefatos de borracha produzidos entre nós estão encontrando colocação até no estrangeiro; a indústria do fumo vê o crescimento de seus índices de produção, interessando, em sua maior atividade, matéria prima nacional; a fabricação de peças de vestuário e de toucador proporcionou um lugar de destaque a essa indústria, entre as demais, quanto ao valor e quanto ao volume da produção. A produção de cimento, cuja importância não escapa a ninguém, vem tendo um crescimento demorado; seus índices aumentam, mas não o fazem na proporção das necessidades do consumo interno; — as 617.896 toneladas que, em 1938, permitiam abastecer 91,9% das solicitações do mercado interno são contraditadas pela situação das 825.869 toneladas produzidas em 1946 e que só satisfizeram ao mercado interno em 70,2% de suas exigências.

VIII — PROJEÇÃO NO EXTERIOR

Um dos índices mais significativos do desenvolvimento industrial brasileiro, e o paulista em particular, tem sido a sua projeção extra-fronteiras. Já antes da eclosão do grande conflito mundial encerrado há pouco, a indústria nacional encontrava possibilidades de expansão no mercado externo, com especialidade o das nações latino-americanas. O pouco conhecimento a propósito de nossa expansão industrial tem conduzido a vários erros de interpretação, no que diz respeito à essa projeção externa. Se a aceitação da idéia de que o desenvolvimento da indústria brasileira se fundamentou em barreiras alfandegárias altas, admitindo-a como originária quase unicamente de protecionismo cego e continuado, acarretando alta de preços em utilidades, se a aceitação dessa idéia importa, conforme já tivemos oportunidade de estudar, em um êrro elementar, uma deformação difundida por ignorância e muitas vêzes por malevolência, — o mesmo acontece com a afirmação, muito generalizada, de que a indústria nacional só foi capaz de um surto tão im-

portante, nos mercados externos, em virtude da impossibilidade dos habituais fornecedores, ocupados com os misteres da guerra, entrarem em seu ritmo normal de fornecimentos. Há que distinguir, nisso, o que é circunstancial do que é fundamental, como no caso das barreiras alfandegárias, supostamente causadoras de todo um levantamento industrial que constitui o espetáculo mais expressivo da transformação da estrutura econômica do nosso país, ainda próximo de estágios coloniais de economia. Assim como a pauta alfandegária foi circunstância favorável, mas não foi causa única do surto industrial, nem de sua concentração no território paulista, pôsto que lhe faltava fôrça para tanto, o declínio ou o desaparecimento do comércio internacional de vários fornecedores bem aparelhados, inquestionavelmente melhor dotados do que nós para os suprimentos de bens de consumo, foi causa favorável para o crescimento rápido do volume e do valor das nossas exportações em manufaturas. Não foi, entretanto, causa única e originária: deu-lhe índices de grandeza excepcional, em curto prazo, mas não a motivou, por si só.

A exportação brasileira, resumida em categorias, com a percentagem de cada uma sôbre o valor total, discrimina-se assim, de 1930 a 1944:

ANOS	CLASSES			
	Animais vivos	Matérias primas	Gêneros alimentícios	Manufaturas
1930	0,02	18,70	80,40	0,50
1932	0,01	11,10	88,40	0,20
1934	0,00	24,70	74,90	0,30
1936	0,00	37,20	62,40	0,30
1938	0,00	37,40	62,10	0,30
1939	0,00	41,46	57,69	0,85
1940	0,01	43;19	54,18	2,62
1941	0,00	48,26	46,25	5,49
1942	0,00	40,76	44,32	14,92
1943	0,00	34,30	46,02	19,68
1944	0,00	36,32	48,78	14,90

E' evidente que os anos da guerra, representados, no quadro acima, um por um, estabeleceram alterações profundas no comércio exterior brasileiro, afetando tanto as exportações, pelas facilidades concedidas, como as importações, pelas dificuldades criadas. O restabelecimento da paz trouxe novas alterações, que não podiam, simetricamente, inverter as coisas, repondo a situação na sua base de partida anterior ao conflito. Dificuldades internas forçaram a intervenção do poder público no fluxo exportador, suspendendo-o no tocante à uma das principais manufaturas. Os antigos competidores regressaram, — os que se salvaram da guerra, — com uma necessidade poderosa em vender mais, uma premência expressiva em reporse na situação anterior, retirando maiores lucros em prazos mais reduzidos. Não conseguimos, na verdade, o rápido aparelhamento industrial que se tornava imprescindível, para entrar nessa corrida, e do qual tanto necessitava o parque industrial que vinha em ritmo de produção desacostumado. A sensível e progressiva queda de padrão de vida da nossa gente, por outro lado, freiou a capacidade aquisitiva do mercado interno, enquanto uma ausência total de política econômica fazia consideráveis estragos em todos os setores do trabalho. A projeção externa da indústria brasileira, entretanto, atravessada a fase de confusão em que nos debatemos, tende a permanecer. Não permanecerá naqueles altos índices em que a anormalidade transitória a manteve: e nela não permanecerá por fôrça de fatôres internos e externos, uma solicitação mais forte do mercado brasileiro, quando revitalizado, uma impossibilidade maior para a competição externa, em virtude do alto preço da produção, consequente da alta de padrão de vida que todos esperam. Como quer que seja, é muito cedo para estabelecer perspectivas definitivas, embora possam ser admitidas, como áreas exteriores de colocação das manufaturas brasileiras, as das nações latino-americanas, alguns mercados asiáticos privados dos abastecimentos japoneses e, segundo uma diretriz já pronunciada, zonas africanas que já frequentam os nossos fornecimentos.

Tendo passado a colocar-se em segundo lugar, na classificação dos produtos da balança exportadora, onde só cedia lugar ao café, os tecidos de algodão já baixaram para o terceiro. Os gêneros alimentícios caíram no consumo interno, mas os produtos de alimentação que, de 1941 a 1945, vinham conseguindo índices abaixo da média, na balança exportadora, denunciaram, em 1946, uma ascenção propícia, embora a sua instabilidade constante impeça indicações categóricas. Os produtos da borracha continuam a encontrar procura crescente nos mercados sul-americanos.

O início da fase do após-guerra, para a projeção exterior da indústria brasileira pode ser indiciado nos dados do quadro abaixo, em que aparece a exportação nacional por classes, aparecendo 1947 apenas com o 1.º semestre. (Vide quadro III).

A comparação dos primeiros semestres de 1946 e 1947 é elucidativa:

CLASSES	SEMESTRES (Valor em Cr$ 1.000)	
	1946	1947
Animais vivos.....	7.164	614
Matérias primas...	3.548.573	4.226.064
Gên. alimentícios..	3.668.217	4.961.380
Manufaturas.....	884.100	948.340

Não só por se tratar de dois anos, apenas, como pelas intervenções do poder público no volume da exportação, os dados acima devem ser apreciados com reserva. Não se pode admitir, desde já, um rumo definido, no que diz respeito à colocação externa dos produtos do nosso parque industrial. Há na estimativa das perspectivas, fatôres favoráveis e fatôres desfavoráveis: as necessidades crescentes de um mundo devastado, as próprias possibilidades de um parque industrial já evoluído e, em alguns setores, aparelhado, a competição internacional posta em ritmo acelerado, o complexo jôgo de pagamentos em tôrno dos fornecimentos internacionais, a política cambial do nosso govêrno e a sua política financeira. As súbitas e contí-

Qaudro III

CLASSES	ANOS (Valor em Cr$ 1.000)		
	1945	1946	1947
Animais vivos	1.136	17.916	614
Matérias primas	4.540.747	7.582.957	4.226.064
Gêneros alimentícios	5.434.104	9.297.019	4.961.380
Manufaturas	2 221.323	1.344.842	948.340

nuas alterações na orientação do poder público quanto ao mundo dos negócios, as orientações dispares, as hesitações e a ausência de uma diretriz que compreenda o conjunto da vida econômica brasileira, a situação do nosso povo, produzindo menos e consumindo menos, são elementos perturbadores de efeitos consideráveis.

E' cedo para prever se conseguiremos manter uma posição firme nos mercados externos consumidores de manufaturas, é impossível profetizar se a arrancada do período de guerra está apenas sofrendo uma pausa, se ela retomará, em ritmo mais regular e normal, a sua ascenção. O que não é difícil admitir, entretanto, — a menos que se admita o deperecimento crescente do Brasil, — é a necessidade de abastecimento de um mercado interno que, atravessada a fase de rebaixamento a que se vem submetendo, aumentará constantemente a sua procura de utilidades. Não é só o aumento demográfico que a isso conduz, nem o adensamento em uma vida urbana que não sofrerá pausas maiores no seu desenvolvimento. E' a inevitabilidade do aumento da produção agrícola, com o consequente desenvolvimento da capacidade aquisitiva do nosso povo. A menos que se prefira permanecer, ou regressar a isto, num estado colonial de cuja emancipação já traçamos os primeiros rumos, é na indústria em seu desenvolvimento, paralelo ao das outras atividades, que se encontrará o rumo do progresso nacional. Há vinte anos vimos sofrendo "deficits" no volume da balança do comércio externo e, depois seis anos de saldos continuados, vamos começar a sofrer "deficits" no valor dessa balança. A importação indiscriminada e os erros nas restrições à exportação não podem permanecer por muitos anos.

IX — SITUAÇÃO ATUAL DA INDÚSTRIA

Estamos longe, ao nos aproximarmos do fim da primeira metade do século, do quadro clássico apresentado pelo Brasil: uma vida rural dominante e absorvente, ainda que mantida em características inferiores, no aproveitamento da terra, no regime de sua posse, nos processos de trabalho, no rendimento da produção, contraposta a uma vida urbana em que as atividades industriais apenas estavam em esbôço, fornecendo produtos de importância secundária a mercados próximos e reduzidos. A vida brasileira dos nossos dias é bem diferente, e a estrutura econômica do país padeceu alterações que escapam aos observadores menos atentos. A atividade rural, por muitos motivos, vem permanecendo num nível perigoso, em que os problemas se acumulam, com uma produção que sofre da utilização de processos rudimentares, que defronta dificuldades crescentes na distribuição, que assiste à fuga dos seus elementos de trabalho. As atividades industriais, que apresentaram índices altamente expressivos durante um período de anormalidade, surgem, para muitos, como estabelecidas em terreno falso e condenadas ao deperecimento. A competição nos mercados externos, o desequilíbrio econômico no mercado interno, trouxeram novas perspectivas. A voracidade da concorrência, no exterior, em que nos apresentamos praticamente indefesos, e o declínio do consumo, no interior, necessitando mas não podendo adquirir, paralisia no sistema de distribuição, desequilíbrio nos preços, alta no valor de produção com a consequente alta no valor

QUADRO Nº. 111

ESTATÍSTICA INDUSTRIAL — BRASIL — 1941

ESPÉCIE DE INDÚSTRIA	Nº DE FÁBRICAS	CAPITAL Cr$ 1 000	VALOR DAS INSTALAÇÕES Cr$ 1 000	OPERÁRIOS	FOLHA DE PAGAMENTO Cr$ 1 000	PRODUÇÃO Cr$ 1 000	ESTÓQUE DE PRODUÇÃO Cr$ 1 000	CONSUMO DE MATÉRIAS PRIMAS Cr$ 1 000	ESTÓQUE DE MATÉRIAS PRIMAS Cr$ 1 000
Indústrias diversas	1 828	177 890	1 377 090	24 428	172 428	469 362	18 573	247 162	66 646
Indústrias têxteis	2 557	2 255 478	1 061 595	244 880	1 167 612	4 177 017	315 061	2 407 489	494 098
Indústrias de couros e péles	4 148	182 928	72 543	41 575	210 048	897 284	68 919	609 002	79 353
Indústrias de madeira e do vime	6 438	439 614	1 179 633	55 720	304 224	1 024 827	77 867	271 578	59 645
Extratação e beneficiamento de produtos minerais	342	141 565	52 484	16 414	64 632	132 684	14 144	51 492	6 567
Indústrias da preparação dos metais, fabricação de máquinas, aparelhos e instrumentos, armas e munições	5 264	1 063 595	631 909	95 568	754 908	2 174 149	96 489	1 346 409	341 667
Indústrias cerâmicas: olarias, vidros e cristais	2 831	220 646	2 538 754	36 090	184 404	437 843	23 530	106 318	13 157
Construções e indústrias da preparação de materiais para construção	1 896	423 452	205 103	62 090	370 368	1 102 920	17 568	574 031	46 875
Indústrias de produtos químicos	1 993	947 499	363 418	36 300	271 860	1 737 767	176 053	1 267 215	267 689
Indústrias da alimentação	15 167	2 609 758	959 083	140 332	683 940	8 772 503	399 481	3 567 689	188 089
Indústrias do vestuário	2 609	184 153	39 650	2 968	129 192	541 533	34 991	395 012	74 465
Indústrias do papel e papelão	261	212 070	128 657	13 613	79 956	490 139	21 840	272 389	110 855
Indústrias da borracha	165	75 100	89 022	7 344	68 364	239 595	21 418	110 399	16 117
Indústrias do fumo manipulados — cigarros e charutos	159	172 372	52 964	14 310	50 436	303 906	14 655	233 103	91 072
TOTAL	**45 658**	**9 106 210**	**9 751 905**	**812 632**	**4 512 372**	**22 501 549**	**1 300 589**	**11 459 288**	**1 856 295**

de venda, especulação encontrando campo propício ao seu desenvolvimento, constância nos índices negativos na balança do volume de comércio externo e surgimento dêsses índices na balança dos valores, — são eventos que constituem um quadro realmente ameaçador.

O esbôço de uma indústria de bens de produção, que poderia ser um dos sustentáculos da indústria de bens de consumo, não oferece, agora, aquelas perspectivas e evolução rápida que todos esperavam, ao assistir os seus primeiros impulsos. A paralisia nos grandes empreendimentos do tipo da Companhia Nacional de Álcalis, cuja fábrica de soda-cáustica e barrilha permanece no terreno dos projetos; do tipo da fábrica de alumínio para industrialização da bauxita, também suspensa; do tipo do da exploração do minério de ferro de Minas Gerais, do carvão paranense, da turfa paulista e do petróleo baiano ,— são sintomas de decréscimo naqueles impulsos que tanto prometiam. Uma deficiência crescente nos fornecimentos de energia elétrica indica defeitos de origem no aproveitamento e na exploração das fontes de energia, sem as quais não há possibilidades industriais de importância. Os preços em constante ascenção, quer da energia elétrica, quer dos produtos petrolíferos, quer do carvão estrangeiro, ainda tão necessário à nossa indústria, quer da própria lenha, acompanham as constantes elevações de fretes de transportes que, entorpecendo a circulação da riqueza, acarretam novos gravames ao mercado interno, cuja queda no consumo é dos mais graves sintomas.

Mas a indústria, no quadro da vida brasileira, já não constitui uma atividade subsidiária, esmagada pelo amplo domínio agrícola. Ela se apresenta com elementos de grandeza e com motivos de fôrça que não podem ser desprezados. Já não vivemos as etapas vizinhas do colonialismo econômico, que nos apresentava como meros fornecedores de matérias primas e como mercado unicamente consumidor. A atividade industrial, hoje, entre nós, é alguma coisa de tamanha importância que o seu declínio representaria a mais grave ameaça à nossa vida nacional.

Cada vez com menores possibilidades de comprar no estrangeiro, em virtude da crescente queda no valor da balança do comércio externo, tendo deixado extinguir-se, sem aproveitamento mais útil as reservas acumuladas nas praças estrangeiras, que nos poderiam fornecer elementos de produção, tendo estabelecido, em tôrno daquelas reservas, um quadro fortemente ilusório, estamos atravessando a fase de transição para uma economia de estrutura mais sólida diante de perigos os mais diversos e com uma ameaçadora falta de compreensão do que poderá advir. O parque industrial brasileiro já representava, em 1941, quando nos preparávamos para participar da guerra, em capital e em instalações, alguma coisa de muito ponderável no patrimônio do país. Assim se discriminava, em milhares de cruzeiros:

INDÚSTRIAS	Capital	Valor das Instalações
diversas	177.980	1.377.090
têxteis	2.255.478	1.061 595
de couros e peles	182.928	72.543
de madeira e vime	439.614	1.179.633
de extração e beneficiamento de produtos minerais	141.565	52.484
de preparação de metais;;	1.063.595	631.909
cerâmica	220.646	3.538.754
construção	423.452	205.103
produtos químicos	947.499	363.418
alimentação	2.609.758	959.083
vestuário	184.153	39.650
papel	212.070	128.657
borracha	75.100	89.022
fumo	172.372	52.964
TOTAL	**9.106.210**	**9.75.0521**

Afirma-se, e já tivemos oportunidade de apreciar a desvalia dessas afirmações, que vivem da mera repetição, que êsse patrimônio foi levantado sôbre uma proteção aduaneira que, além de outros defeitos, tinha um, bastante ponderável, se efetivo, em

QUADRO N.º 112

INQUÉRITO INDUSTRIAL — BRASIL 1941

ESPECIFICAÇÃO	PRODUÇÃO POR FÁBRICA CR$	PRODUÇÃO POR OPERÁRIO CR$	% PRODUÇÃO SÔBRE CAPITAL	% PRODUÇÃO SÔBRE VALOR INSTALAÇÕES	% FOLHA DE PAGAMENTOS SÔBRE PRODUÇÃO	% MATERIAS PRIMAS CONSUMIDAS SÔBRE PRODUÇÃO	% DO ESTOQUE SÔBRE PRODUÇÃO	% MAT. PRIMAS EM ESTOQUE SÔBRE MAT. PRIMAS COSNUMIDAS
Indústrias diversas	256,76	19,21	263,84	34,08	36,73	52,65	3,95	26,96
Têxteis	1.633,56	17,05	185,19	393,46	2,79	57,63	7,54	20,52
Couros e Peles	216,31	21,58	490,51	1.236,89	23,40	67,87	7,68	13,03
Madeira e Vime	159,18	18,39	233,11	86,87	29,68	26,49	7,59	21,96
Extração e beneficiamento de minerais	387,86	8,08	937,26	252,80	48,71	38,80	10,65	12,75
Metais, máquinas agrárias, munições	37, 9	22,74	204,41	344,06	34,72	61,92	4,43	25,37
Cerâmica	154,66	12,13	198,43	12,37	42,11	24,28	5,37	12,37
Construções e materiais	581,70	17,76	260,45	537,73	33,58	52,04	1,59	8,16
Químicos	871,93	47,87	180,40	478,17	15,64	72,92	10,13	21,12
Alimentação	578,39	62,51	336,14	914,67	7,79	40,06	4,55	5,27
Vestuário	207,56	22,59	294,06	136,57	23,85	72,94	6,46	18;85
Papel e Papelão	1.877,92	36,00	231,12	380,96	16,31	55,57	4,45	40,69
Borracha	1.452,09	32,62	319,06	269,14	29,53	46,07	8,93	14,59
Fumos manipulados	1.911,35	212,37	176,30	537,73	16,59	46,70	4,82	39,06
TOTAL	**492,83**	**27,68**	**247**	**230,7**	**20**	**50,92**	**5,77**	**16,19**

NOTA: — Os números absolutos, base para a elaboração deste quadro, foram apurados pela Seção de Cadastro do D.N.I.C., com os mapas fornecidos pelo S.E.P.T.

sua amplitude, o do encarecimento da vida. Quando, como é comum, a clientela está pagando um produto nacional por preço mais elevado do que o similar estrangeiro que, a não existirem tarifas, penetraria o nosso mercado em melhores condições, faz uma comparação de valores absolutos e não aprecia, em nenhum dos seus aspectos, os demais lados do problema, nem vê os reflexos que êsse processo tem na estrutura econômica do país. A constatação de valores absolutos e de um detalhe do grande quadro em que se processa a vida econômica do país, entretanto, como o manejo trivial dos dados estatísticos, só revela uma parte da verdade, e por vêzes nem a verdade.

Como o impôsto de consumo, a pauta alfandegária é um encargo indiscriminado, e contra ela, facilmente, levantam-se, por isso, vozes generalizadas. A importância de se constituir um parque industrial interno, seus reflexos na capacidade aquisitiva do povo, suas consequências no processo das trocas internacionais, aquilo que traduz para o valor da moeda e para as suas condições cambiais, escapa totalmente ao observador menos atento, e muito mais àqueles que recebem, diretamente, o gravame da elevação de preços. Gravame de elevação de preços que, muitas vêzes, não depende exclusivamente da pauta, mas de condições próprias de suas origens, aquelas vigentes nos países fornecedores. Pagamos a necessidade do concorrente estrangeiro vender mais e mais caro, — em particular na hora presente, — mas não queremos, em regra, pagar ao produtor nacional a sua impossibilidade de vender mais barato.

Já vimos o caráter quase puramente fiscal do pretenso protecionismo brasileiro. Desde 1934, entretanto, quando da gestão Aranha, em que se transformaram as taxas cobradas parte em ouro parte em papel em taxas pagas integralmente em papel, as desvalorizações cambiais e a elevação dos preços do produto estrangeiro não foram acompanhadas pelo valor das tarifas, daí resultando um desarmamento alfandegário que aparece, bem eloquentemente, no quadro abaixo:

(Vide quadro IV).

Essa queda de um têrço para um décimo dispensa comentários. Isso significa que a pauta contribui para o encarecimento, sem a vantagem de fornecer ao poder público elementos para enfrentar os grandes e generalizados problemas da produção nacional, problemas que poderiam ser enunciados em dois itens fundamentais:

— expansão da indústria de bens de consumo e sua consolidação;

— fomento da indústria de bens de produção e seu progressivo desenvolvimento.

Aos dois itens afetaria uma orientação firme em tôrno do aproveitamento das fontes de energia, o fornecimento de energia barata aos centros produtores, questão tão prementemente posta em jôgo, agora, com o aproveitamento dos recursos petrolíferos nacionais, com as obras de aproveitamento dos recursos naturais que proporcionam a energia hidro-elétrica. Mas também com o aproveitamento, na própria indústria nacional, das matérias primas minerais de que somos tão ricamente dotados. A produção extrativa mineral e metalúrgica do Brasil, apesar de ter tomado um impulso interessante, de alguns anos a esta parte, está ainda na dependência de medidas de amparo que lhe permitam um pleno desenvolvimento. Ela se arrasta segundo os informes do quadro seguinte, realmente promissores, mas ainda longe dos índices a que poderíamos atingir:

VOLUME

PRODUTOS	ANOS					
	1938	1939	1940	1941	1942	1943
Aço	92.420	114.095	141.076	155.057	159.614	184.325
Arsênico	1.178	1.693	2.720	1.172	900	970
Carvão de pedra	907.224	1.046.975	1.336.301	1.408.079	1.737.021	2.034.311
Cimento	617.896	697.793	744.673	767.506	752.833	747.809
Ferro gusa	122.352	160.016	185.570	208.795	213.619	247.680
Ferro laminado	85.666	100.996	135.293	049.928	153.154	155.058
Manganês	306.025	257.752	313.391	451.507	362.499	262.319
Mármore	13.176	13.687	14.373	18.092	18.159	17.527
Mica	905	1.039	1.151	1.200	1.051	894
Ouro	4.447	4.614	4.660	4.582	4.886	4.987
Prata	794	858	768	658	800	935

Por êsse quadro, em que os volumes estão especificados em toneladas, salvo para o ouro e a prata, que aparecem em quilos, verifica-se apreciável surto, no que diz respeito a determinados produtos. São aquêles que a guerra tornou necessários e que não havia onde fôssem obtidos senão em nosso país. O desenvolvimento dos produtos essenciais, o ferro gusa, o ferro laminado e o aço, foi dos mais lentos. O do carvão de pedra não chegou ainda para suprir as necessidades do mercado interno, e continuamos a importar carvão pelo preço que nos é impôsto.

Como acontece com relação à quase totalidade dos elementos da produção brasileira, de algum tempo a esta parte, os índices de valor são muito mais eloquentes do que os índices de volume. Para os mesmos produtos anteriores, vejamos o surto ascencional de seu valor, em milhares de cruzeiros:

QUADRO IV

ANOS	Valor das importações (Cr$ 1.000)	Valor dos direitos de alfandega (Cr$ 1.000)	Direitos/importação (%)
1934	2.502.000	837.463	33,4
1935	3.856.000	975.082	25,2
1936	4.269.000	1.012.105	23,7
1937	5.314.000	1.173.413	21,2
1938	5.195.000	1.052.512	20,2
1939	4.984.000	1.031.197	20,6
1940	4.964.000	977.514	19,6
1941	5.514.000	1.059.955	19,2
1942	4.693.000	674.000	14,3
1943	6.162.000	596.000	9,6
1944	7.965.000	851.685	10,6

PRODUTOS	ANOS					
	1938	1939	1940	1941	1942	1943
Aço	72.135	90.169	113.174	134.001	177.444	288.338
Arsênico	1.178	1.693	2.720	2.953	3.181	5.051
Carvão de pedra	48.297	54.288	72.473	94.559	120.939	157.351
Cimento	138.306	159.302	183.188	203.279	232.975	267.485
Ferro gusa	48.000	59.434	69.010	89.372	114.458	174.262
Ferro laminado	100.422	113.755	157.942	189.131	257.102	386.413
Maganês	30.602	25.632	31.267	50.664	37.680	26.638
Mármore	2.231	2.283	2.282	2.573	3.398	3.280
Mica	17.492	19.968	21.361	23.380	21.583	22.026
Ouro	97.717	110.440	111.634	107.705	113.742	113.553
Prata	201	196	169	145	176	206

A instalação da grande emprêsa siderúrgica de Volta Redonda em condições de ligação ferroviária satisfatórias com o parque paulista, com os melhoramentos do ramal paulista da Central do Brasil, alicerçam uma articulação para a fabricação de bens de produção que oferece as melhores perspectivas. As usinas siderúrgicas de menor porte, como a que, no ano próximo passado, instalou-se em Mogí das Cruzes, poderão trabalhar em condições mais propícias. Quando a Fábrica Nacional de Motores estiver desempenhando a tarefa que lhe deveria caber, no conjunto da vida industrial brasileira, estaremos também em condições de aproveitar melhor as riquezas minerais de que tanto nos orgulhamos.

Mas, para tudo isso, tão batido e tão conhecido, é necessário mais do que boa vontade, um planejamento seguro, uma firme execução, constante vigilância em tôrno do desenvolvimento industrial do país, sanando as ameaças comuns numa estrutura econômica, como a do nosso país, ainda instável e sujeita, portanto, a muitas ameaças. A recente crise têxtil é uma amostra disso. A indústria têxtil está para as atividades manufatureiras, no Brasil, como o café para as atividades agrícolas. Pois isso não foi suficiente para a salvaguarda de uma crise, negada por alguns, e em tôrno da qual se misturou, talvez para criar confusão, o interêsse político.

"Possui o parque industrial de São Paulo 1.400 fábricas que fiam, tecem e beneficiam algodão, lã, juta, raion e sêda, ou se dedicam a misteres afeitos às malharias, passamanarias, cordoalhas e demais especialidades têxteis. Em seu conjunto, essas fábricas dão trabalho a cêrca de 180.000 operários, empregam um capital declarado de Cr$ 4.196.326.100,00, com um volume de reservas aproximadamente de idêntico valor. Vemos ainda que, das fábricas filiadas ao Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo, 29 possuem mais de 1.000 operários, 33 mantêm 500 operários, 61 têm mais de 100 operários e menos de 500 e a grande maioria é constituída de estabelecimentos com menos de 100 operários. Podem assim as fábricas ser distribuídas em três grandes classificações, que se poderiam denominar grandes, médias e pequenas. Das fábricas que tecem raion, em número de 324, somente 49 dispõem de mais de 50 teares, trabalhando as 275 restantes com instalações cujo número de teares é inferior a 50. A grande maioria, pois, do conjunto têxtil paulista se constitui de pequnas fábricas, com capacidade econômica e financeira reduzida. Dos 180.000 operários que trabalham na indústria têxtil paulista, 107.000 estão localizados na capital, e 73.000 aproximadamente no interior. O parque têxtil paulista não está, assim, concentrado apenas na capital, estendendo-se por 87 municípios diversos, em muitos dos quais essa atividade influi direta e decisivamente na sua economia, como acontece nos municípios de Pôrto Feliz, Salto, Pedreira, Descalvado, Itatiba e Tatuí. As fábricas paulistas produziram, no ano de 1944, mais de 408 milhões de metros de tecidos de algodão e cêrca de 122 milhões de metros de tecidos de lã, sêda, juta, etc". São palavras estas do relatório sôbre a situação da indústria têxtil em São Paulo, de autoria do Senador sergipano Durval Rodrigues da Cruz.

A indústria têxtil paulista inverteu mais de dois bilhões de cruzeiros em aquisições de maquinário novo, para o seu reaparelhamento, estava competindo, em muitos mercados externos, com os tradicionais e antigos fornecedores do mundo e já adquirindo uma clientela no estrangeiro que lhe proporcionaria novos estímulos, quando se deu a suspensão das exportações. A crise têxtil tem sido analisada muitas vêzes, e as suas causas merecem controvérsia. Um dos fatôres determinantes dêsse declínio na produção, que a muitos pareceu exagêro denominar crise, tem sido, sem dúvida alguma, a queda gradual e constante do poder aquisitivo do nosso povo, consumindo cada vez menos, e não vendo possibilidades de vir, em curto prazo, a consumir mais. O problema apresentado pela sericicultura, ao lado do que se ligava à indústria da lã, aquêle que dependia da indústria da aniagem ao lado do que vem entravando o desenvolvimento das grandes emprêsas mistas com que o govêrno acenou ao povo como fundamentos da nossa emancipação, — são elementos de um quadro cujas côres não são risonhas, mas onde se pode verificar fatôres de vitalidade inequívocos, capazes de um impulso poderoso.

Pena é que haja mais desconhecimento do que se pensa, em tôrno do problema da indústria, e do que representa, para o país, por exemplo, o parque paulista. A recente visita de uma comissão de senadores à capital do Estado bandeirante apenas confirma isso. Quase trinta e cinco mil estabelecimentos, uma produção superior a vinte e seis bilhões de cruzeiros, emprêgo para grupos consideráveis da população, capacidade para abastecer o mercado interno e projetar-se no exterior, — são características dêsse parque. Sua participação no sistema de produção para a defesa nacional, intensa desde o período anterior à guerra, e notável durante o decorrer do conflito, seus suprimentos em materiais, munições e equipamentos, seus investimentos em maquinário novo, para as situações de competição futura nos mercados externos, e prevendo a ampliação do interno, o valor de iniciativas particulares que, confrontadas com algumas levadas a têrmo pelo Estado, com a Fábrica Nacional de Motores, não têm muito a dever, — são outros lados da grande questão. Só a Nitro-Química inverteu duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros em renovação e re-

equipamento. Em São Caetano fornece-se refratários a Volta Redonda em melhores condições do que o estrangeiro, enquanto a grande usina siderúrgica encontra um cliente paulista que lhe adquire milhões de cruzeiros em perfís e chapas de aço, para uma só emprêsa.

E' êsse parque industrial que possibilita para São Paulo um movimento de importação e exportação com o restante do país que atingiu aos altos níveis de dois milhões de toneladas, no valor de mais de quinze bilhões de cruzeiros.

O extraordinário desenvolvimento do comércio da cabotagem, entre nós, e a ascenção, algumas vêzes extraordinária, do volume de carga transportado pelo parque ferroviário que estabelece a grande rêde de distribuição que tornou contínua a grande área produtora e consumidora do centro-sul, indicam, no país um surto expressivo que é necessário compreender e acompanhar. O desenvolvimento das relações comerciais internas representa o sinal da expansão de um mercado cujas possibilidades, atravessada a fase de rebaixamento que vamos assistindo, são crescentes e de índices propícios.

Por tudo isso, pela sua grandeza presente, e pelo que ainda poderá representar, na emancipação econômica do Brasil, o parque industrial paulista necessita uma atenção mais firme, uma política de produção em que encontre o seu justo lugar. O que acontecerá, sem dúvida, quando formos capazes de elaborar e executar um programa econômico com as nossas necessidades e apenas voltado para os nossos interêsess.

ESTATÍSTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO — 1942

GRUPOS DE INDÚSTRIA	Capitais aplicados até 31/12/42 (cruzeiros) (1)	nº de operários em 31/12/42	Salários (cruzeiros)	Potência dos motores em 31/12/42 (cav. vapor)	Valor dos artigos fabricados (cruzeiros (2)	Combust. veis e lubrificantes consus (cruzeiros)	ENERGIA ELÉTRICA CONSUMIDA		Materias primas consumidas (cruzeiros)
							Nº de kwh	cruzeiros	
I — INDÚSTRIA EXTRATIVA									
Indústria extrativa mineral	18 312 914	2 013	5 840 907	2.905,25	26 633 520	913 395	1 911 584	399 967	2 476 036
Indústria extrativa vegetal	11 986 534	1 234	5 644 962	280,00	42 567 642	116 120	238 287	75 037	1 433 815
Indústria extrativa animal	200	—	—	—	6 446	—	—	—	—
II — INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO									
A — INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PARA CONSUMO INDIRETO									
Materiais para indústria da alimentação	131 038 676	3 514	11 174 248	18 493,33	721 707 792	1 541 00	118 082 612	4 602 289	565 353 111
Materiais para indústria de construção e instalação	322 841 906	30 041	98 116 673	59 271,61	889 300 160	50 962 26	468 834 754	9 686 487	374 094 126
Materiais para indústria do vestuário	945 931 499	101 224	281 357 571	147 190,87	3 634 501 556	43 497 792	312 948 448	3[illegible] 589 983	012 295 544
Materiais para a indústria de artigos de uso doméstico	13 821 268	1 502	4 907 449	2 195,56	5 577 104	478 075	177 142	346 059	27 447 011
Materiais para a indústria de artigos de educação, diversão e propaganda	139 210 360	5 064	17 196 435	29 340,77	291 988 244	8 70[illegible] 598	37 071 784	7 930 942	139 512 032
Combustíveis e lubrificantes para a indústria de transporte	511 193	28	77 245	29,75	3 446 439	35 83	1 606	493	1 880 706
Indústria da embalagem	154 084 560	15 966	49 340 047	19 789,87	492 005 040	16 113 691	30 325 075	8 208 854	252 410 099
Indústria de motores	4 201 966	755	[illegible] 160 796	406,65	26 219 345	117 671	504 797	158 162	10 683 744
Máquinas, aparelhos, instrumentos e accessórios para a indústria	68 817 838	6 850	26 720 356	8 [illegible]64,43	244 226 398	5 738 836	3 590 547	1 080 468	100 788 280
Máquinas, aparelhos, instrumentos e accessórios para agricultura	[illegible]1 943 108	[illegible] 645	5 201 755	2 594,75	48 669 313	2 183 681	2 239 383	501 944	22 064 651
Máquinas, aparelhos, instrumentos e accessórios para escritório e comércio	[illegible] 867 629	200	900 056	54,55	4 593 733	13 393	30 310	9 056	1 588 970
Máquinas, aparelhos, instrumentos accessórios para fins diversos	33 816 027	3 297	13 084 451	5 113,45	124 392 973	1 904 560	3 626 935	1 015 749	49 714 400
Meios de transporte e seus accessórios	229 559 924	9 019	38 538 000	16 590,72	488 970 758	5 865 083	24 633 249	4 612 593	307 187 046
Artigos diversos de consumo indireto	365 014 862	[illegible]8 700	70 882 416	46 8[illegible]0,92	1 031 035 601	37 250 959	45 223 907	10 977 [illegible]09	433 151 953
B — INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PARA CONSUMO DIRETO									
Indústria de alimentação	841 155 550	57 176	114 985 935	108 706,16	2 879 315 210	38 946 861	94 901 895	94 469 025	675 140 503
Indústria de construções e instalações	37 898 753	15 081	49 066 339	4 406,72	293 421 863	685 281	[illegible] 371 391	124 088	151 600 310
Indústria do vestuário	[illegible]55 787 637	31 071	91 992 761	15 847,82	857 290 888	2 878 512	15 [illegible]086 849	3 364 008	458 220 246
Indústria de artigos de uso doméstico	67 566 324	21 152	72 541 405	17 345,75	431 696 496	10 867 858	16 765 740	3 187 580	160 600 802
Indústria de artigos de educação, diversão e propaganda	106 034 735	9 775	36 465 807	7 695,11	320 111 156	782 651	4 528 027	1 366 575	157 525 884
Indústria de combustíveis de uso doméstico	169 831 577	1 574	5 153 941	2 419,00	68 345 148	149 860	1 108 617	335 086	26 602 605
Indústria [illegible] artigo de limpeza e toucador	43 749 894	3 515	9 732 584	3 785,62	231 450 796	1 050 583	2 [illegible]20 388	758 730	129 197 768
Indústria de artigos de preservação e tratamento de saúde	69 217 052	3 401	10 487 250	2 609.08	231 045 414	1 159 305	4 614 515	756 416	72 752 614
Indústria de meios de comunicação e sinalização	9 651 448	823	3 253 907	12 032,56	48 652 024	56 514	1 119 049	139 109	2[illegible] 291 541
Indústria de armas e munições	12 454 722	686	2 585 462	[illegible]52,86	13 683 060	226 796	602 934	[illegible]70 901	10 [illegible]46 934
Indústria de artigos para fumantes	78 296 570	4 477	12 415 379	2 687,67	312 628 471	671 125	1 952 907	593 359	82 713 084
Indústria de artigos diversos de consumo direto	27 054 411	2 006	7 263 872	4 199,48	77 380 588	1 295 254	3 023 123	754 710	40 297 705
TOTAL	**4 081 568 619**	**331 609**	**1 046 300 029**	**542 086,46**	**13 869 885 178**	**234 319 859**	**697 203 123**	**117 748 156**	**7 486 553 420**

(1) — Em terrenos; construções e outras benfeitorias; habitações operárias; aparelhos, máquinas, instrumentos e accessórios; veículos e animais; e moveis e utensílios

(2) — Inclusive consêrtos.

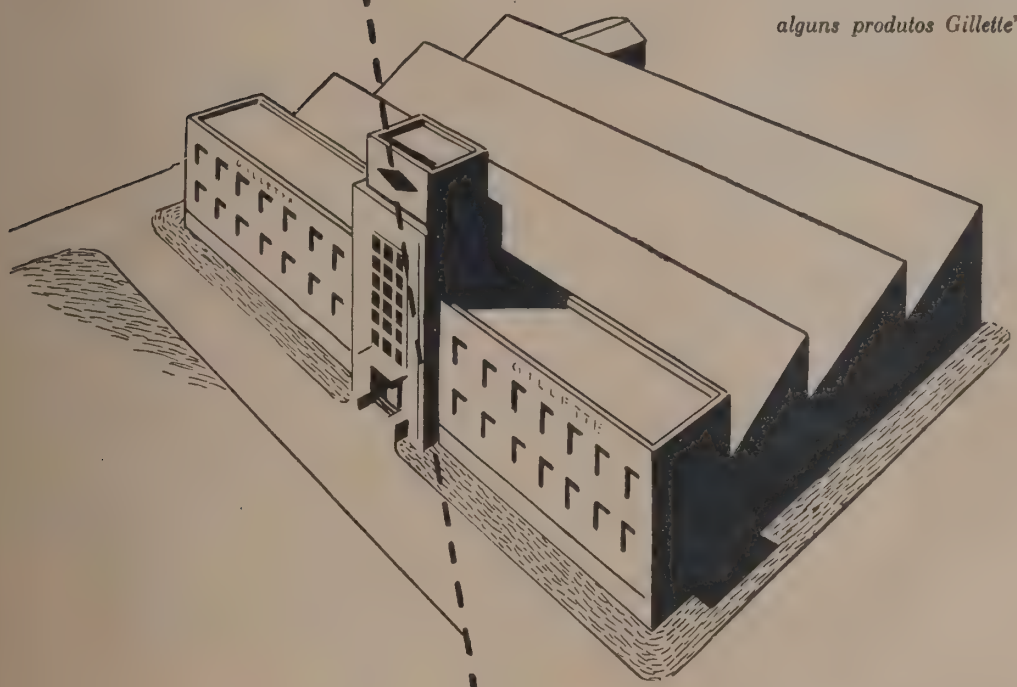
TRADE Gillette MARK

A opinião de um homem que vende muito...

"O Aumento da Propaganda proporciona novos negócios, torna possível manter os preços, e até mesmo baixá-los".

Foi o que afirmou, em entrevista a um vespertino carioca, o sr. Irving Sandbank, diretor da Gillette Safety Razor Co. of Brazil, assim se expressando:

"Buscamos fazer compreender as vantagens higiênicas e econômicas do uso dos nossos aparelhos e lâminas de barbear, por meio de intensa propaganda que, dia a dia, cria novos consumidores. A propaganda eficiente permite o aumento da produção, proporciona novos negócios e maiores lucros, possibilitando manter os preços, e até mesmo baixá-los, como se deu com alguns produtos Gillette".



...porque anuncia bem!

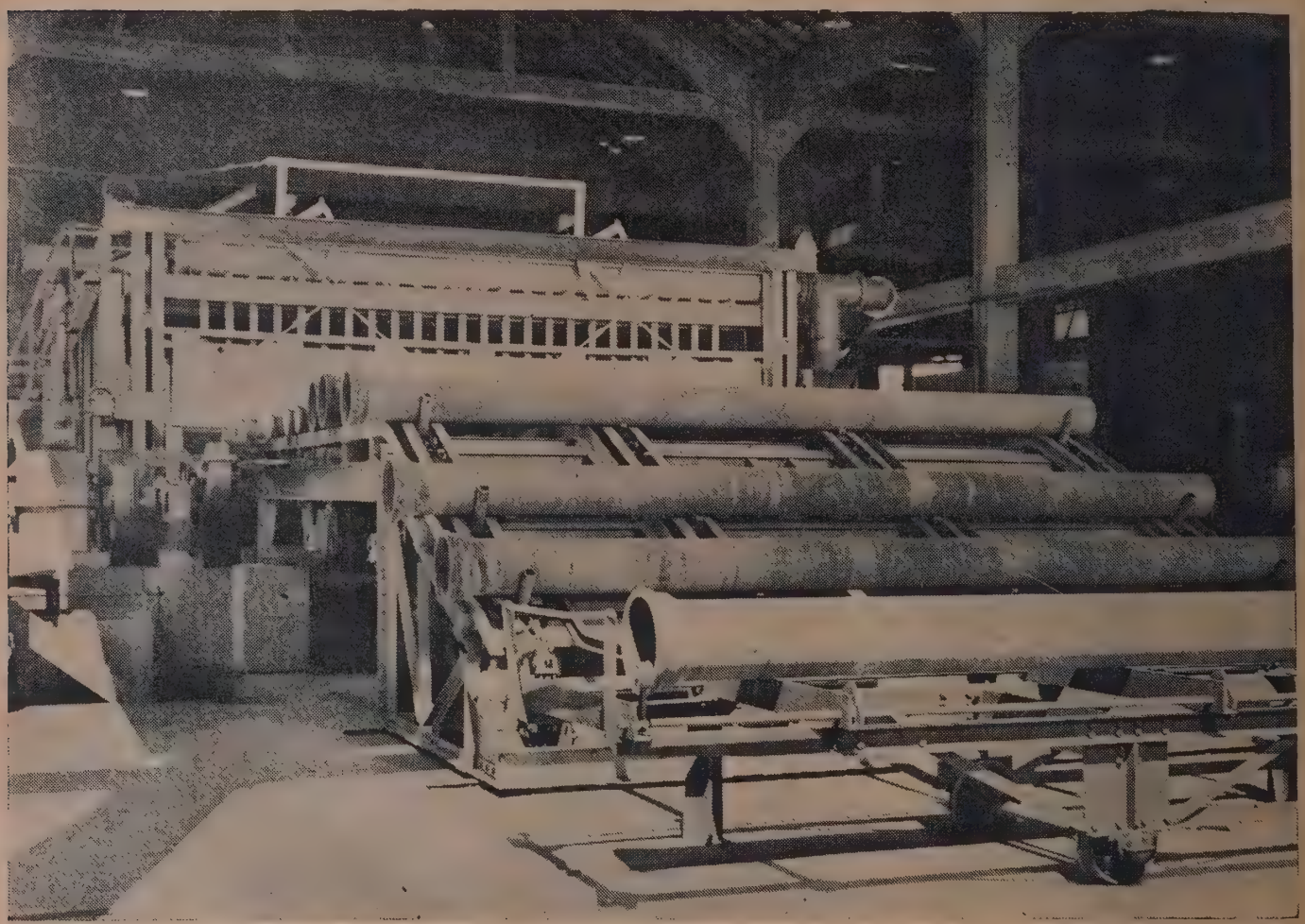
Há 17 anos, servimos, como agência de publicidade, à Gillette Safety Razor Co. of Brazil. A satisfação manifestada pelo diretor dessa grande organização, com os resultados da propaganda a nós confiada, constitui para nós uma honrosa credencial e um poderoso estímulo para prosseguirmos no padrão de serviço que nos impusemos, e que é o título de que mais nos orgulhamos.

INTER-AMERICANA DE PUBLICIDADE, S. A.

RUA URUGUAIANA, 118-9.º ★ RIO DE JANEIRO ★ BRASIL

CIA. FERRO-BRASILEIRO S. A.

Capital de Cr$ 100.000.000,00



Tubos de ferro fundido de 50 a 600 m/m com 6 metros de comprimento. Fundição mecanizada — Gusa

Tubos e peças "Metalit" para instalações sanitárias.
Estoque permanente no Depósito. Rio - 175, Av. Francisco Bicalho

★

USINAS E SEDE SOCIAL EM CAETÉ (MINAS GERAIS)

ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E COMERCIAL: AVENIDA NILO PEÇANHA, 26

RIO DE JANEIRO

Electricity in São Paulo

(Continuação da página 16)

convenient point of the plains. This point will serve as a sort of distributing center, and will approximately coincide with the localization of "Barra Bonita Power Station", in Tieté river, which the State Government plans to install.

The East-West trunk will certainly have priority for its execution.

It is, therefore, a wide and workable plan of coordination anda mobilization of hydraulic resources (some million H. P.) which, through a methodical planning and a progressive performance of a proper transmission system will allow the most complete and economical supply of electric power covering all points of the State territory.

However, it will be of importance to insist upon an important issue. A coordinated system which, by its definition, requires the interconnection of autonomous company power stations, for the exchange of energy, cannot obviously imply a one-sided policy for one of the parties concerned. As stated above, it is the production of energy that in fundamentally desired to coordinate. The transmission lines are the way to reach this end. In other words, a coordinated system requires that at least two companies of the pool may indiscriminately flow power into the system and in substantial amounts. Otherwise this operation will entail a harmful and unjust overcharge. Let us give an example. At present the installed capacity in the power stations of "São Paulo Light", of about half a million kilowatts, is substancially higher than the addition of the installed powers of all existing systems in São Paulo. One of the machines of "Serra do Cubatão" power stations (68.000 kilowatts) has a power nearly equal to all the power stations of "Companhia Paulista de Fôrça e Luz" put together. This is the second largest Company in São Paulo and supplies over one third of its territory. Because of this it will not be feasible to think of an efficient coordination, in which "São Paulo Light" may also participate, as it is fully advisable, without first installing a station with a power consistent with the magnitude of the problem. Therefore it will be necessary to think about the construction of a central station which may be developed progressively up to 200.000 or 300.000 kilowatts of installed power with a development like that of Maribondo, in Rio Grande, in order to support, at the other end, the great penetration trunk starting from "Serra do Cubatão" power house.

Such a discussion should be applied to the study of the North-South trunk, which may find in Paranapanema river basin good sources for hydraulic power.

Therefore it is ascertained how interesting this problem is, but which at the same time is requiring a workable and wide planing with the participation of all parties concerned so that the services may be performed step by step without a dispersion of resources, inasmuch as they represent substantial expenditure to be shared proportionately by participators. On the other hand, this will be the only way to vastly supply with electric power the central portion of S. Paulo State, the development of which is requiring maesures of the kind.

Note: — This article cannot be reproduced but with permission from the author.

AOS NOSSOS ASSINANTES

EM virtude do aumento considerável da venda do "O OBSERVADOR" cujas edições veem sendo rapidamente esgotadas, recomendamos aos nossos assinantes que nos encaminhem suas reclamações sôbre exemplares não recebidos, nesta Capital até o dia 30 do mês seguinte e nos Estados dentro de 60 dias depois da circulação da Revista.

Pelas causas apontadas, não podemos aceitar a responsabilidade sôbre a entrega dos exemplares que, extraviados, não nos forem reclamados dentro dos prazos acima estipulados.

A Organização Cooperativa da Democracia

(Continuação da página 80)

no sentido usual, de manutenção de privilégios e sim de uma tendência normalizadora, de preservação de certos modelos, de regras de bem viver, típicas das sociedades de predominante caráter agro-pastoril numa terra já consideràvelmente retalhada em pequenos tratos que raramente vão além do que alcança, à porta de sua casa, o pacato olhar do próprio dono.

Muito há que falar na Suécia

A Suécia vale por si mesma, para apresentação do assunto, não um mas vários livros. De Marquis Child, que a apresentou como o *middle way,* o caminho intermédio, a conciliação entre dois extremos de organização social, ao príncipe Wilhelm, que a descreveu com tão amoroso enlêvo, numa linguagem tão deliciosa (18) êsse "mundo surpreendente de terra e água", êsse povo "que nunca precisou curvar-se ante invasores estrangeiros", muitos têm procurado revelar a Suécia ao mundo — e muitos terão de fazê-lo. Algum dia também hei de tentar êsse impossível, na interpretação dessa região, a mais civilizada da terra, onde ao mesmo tempo repontam, em certos detalhes imprevistos, como que improvisados, a persistência de velhos mitos, de uma cultura que mergulha mas não se extingue, sob as camadas sucessivas da civilização.

Mas êste é outro assunto. Temos de passar muito por cima no cooperativismo sueco, à espera de oportunidade para mais extensa informação, usando o material que lá obtivemos, sobretudo pela ajuda incomparável de nosso amigo Hermann Stolpe.

O Presidente Johannson fala muito francamente: "A história da cooperação na Suécia conta mais malogros do que êxitos. Levou tempo para que a gente comercialmente não-treinada adquirisse suficiente experiência para dirigir as suas sociedades. Muitos julgam que a Cooperativa é uma espécie de Sésamo a abrir as portas da prosperidade até mesmo para as famílias que em casa esbanjam as suas finanças." (19)

No seu excelente estudo sôbre "uma nova economia de família", Stolpe mostra como a família vai deixando de ser um centro de produção para se converter em centro de consumo, do ponto de vista econômico. Estudadas as condições da Suécia, verifica-se que em 1840 a população agrícola era 80,9 por cento do total do país, a industrial apenas 8,5%; enquanto em 1930 já a industrial era 37,7% e a agrícola 40,1 por cento. (E a população da Suécia é menor do que a da cidade de Nova York). Numa área comparável à do Estado da Califórnia, espalha-se uma população escassa, cujo principal problema, sem dúvida, é o dos nascimentos. (20) Antes da segunda guerra mundial, era a Suécia o país de mais alto padrão de vida na Europa, gastando a sua gente, como nos Estados Unidos, um têrço da renda total em alimentação, enquanto nos outros países gastava-se de 40 a 60%.

Já se vai convertendo num lugar comum dizer-se que a Suécia é um dos três ou quatro países mais civilizados do mundo — os outros também estão na Escandinávia, além dos Estados Unidos. Mas é tempo de começarmos a saber *como* e *por que* a Suécia chegou a êsse desenvolvimento. Então ver-se-á o papel das cooperativas nessa evolução. A menor delas, a de Greningen, na província de Jamtland, tem 32 membros. A maior, em Stocolmo, tem 120.000.

O desenvolvimento relativamente rápido serve para mostrar que não se trata de uma evolução demasiado lenta. Pode-se em poucos anos atingir uma situação razoável, em matéria de cooperativismo, desde que a legislação seja clara e fácil, o govêrno ajude sem se meter — e o povo forme os seus líderes e se organize como gente em vez de se fazê-lo como carneiros da "linha justa" ou do Ministério do Trabalho.

Em menos de um século, cêrca de metade da população dos países escandinavos está organizada em cooperativas. Problemas os mais delicados, na formação e funcionamento das cooperativas, vão sendo ali resolvidos. Por exemplos, os das relações entre as cooperativas de consumo e as de produção. Fazem-se acordos que devem ser urgentemente estudados pelos interessados brasileiros. E as cooperativas mistas resolvem brilhantemente certas dificuldades que à primeira vista parecem insuperáveis. Por exemplo, quanto ao leite. Em Malmöe, Suécia, os dividendos da cooperativa de leite são repartidos em três partes: uma vai para os produtores, uma para os consumidores e uma para a própria sociedade a fim de custear o seu desenvolvimento. Também algumas cooperativas de pão e de pesca são organizadas nessa base. (Aliás em Genebra, Suíça, as Leiteiras Reunidas são organizadas nessa base) Seria esta, possivelmente, uma fórmula a estudar para as cooperativas leiteiras do Brasil, nas quais o consumidor está ausente e apenas faz pagar o que lhe cobram — razão, talvez, do malôgro de sucessivas tentativas dêsse gênero.

Gostaria de estudar especificamente as realizações do cooperativismo na Suécia. Veríamos então como a cooperativa de lâmpadas Luma — atualmente a maior fábrica cooperativa do mundo — venceu o truste dêsse artigo. Como o moinho cooperativo Três Coroas fêz baixarem os preços da farinha, que começavam a furar o teto da especulação. Veríamos, na pitoresca escola de Var Gard, o antigo domínio de uma família abastada, na estância balneária de Saltjobaden, os jovens empregados de cooperativas de todo o país estudando a teoria e a prática do cooperativismo, métodos de produção, de distribuição e venda, num dos mais aprazíveis sítios do mundo, à sombra do monumento aos pioneiros.

Veríamos, sobretudo, como a cooperativa elimina praticamente, sem discurseira e sem manobras do gênero da "Lei Malaia", de triste memória, a ação dos trustes e monopólios.

---

18) — "This land of Sweden" (trad. ingl., Stocolm, 1946), pelo Príncipe Wilhelm da Suécia.

19) — Prefácio a "A new family economy", estudo de Hermann Stolpe.

20) — Ver, a propósito, o luminoso estudo de Alva Myrdal, "Nation and family", incluído na Biblioteca Internacional de Sociologia e Reconstrução Social. Êsse livro, devia ser imediatamente traduzido e editado no Brasil, pois é uma lição profunda para o nosso país, acêrca dos problemas de uma nação que teev a coragem de chamar a tuberculose de "doença nacional". A Sra. Alva Myrdal, espôsa do Prof. Myrdal (até há pouco Ministro da Economia da Suécia e êle próprio autor de uma obra curiosíssima sôbre a sociologia do negro) enfrenta, nessa obra, aquilo que o editor da coleção, o ilustre Karl Mannheim, denomina "o sério dilema do mundo ocidental: o seu progresso no campo econômico é seguido por um desmoronamento na esfera familiar".

A luta contra os trustes no Brasil, no-adamente contra os trustes estrangei-os, ou se fará por meio da cooperati-a ou não se fará. Pois a famosa união nacional" do povo brasileiro ontra êsses trustes não será coisa al-uma se se limitar a uma união polí-ca, de objetivos semi-partidários e leitorais ou meramente táticos. A nião efetiva e profunda se faz pela omunhão de objetivos e de interês-es, pela convivência num setor emi-entemente prático da vida humana.

O único país que realmente já ven-eu os trustes, com a melhor das vitó-as, que não é a do esmagamento dê-s e sim o da sua superação, é pre-samente a Suécia. Na Rússia os trus-s existem, na mão do Estado. A uécia, graças à cooperativa livre (e ão estatalizada, como na Rússia), ul-rapassou o estágio em que o truste inevitável e, até certo ponto, útil or desempenhar um papel progressis-no desenvolvimento do consumo...

Muito de propósito deixo de citar tatísticas apenas suecas. Louvo-me as do Bureau Internacional do Tra-lho. A Koperative Förbundet, fede-ação sueca de cooperativas, conseguiu ara o seu povo as seguintes baixas os preços dos seguintes produtos:

Farinha, 11% — apesar da alta do igo no mesmo período.

Calçados de borracha, 58,8% — roduto da maior importância nessas giões mais ou menos árticas...

Linóleos, 15%.

Lâmpadas elétricas, 37%.

Petróleo, 55,4%.

Sêda artificial, 50%.

Superfosfatos para adubo, 15%.

o que tudo significa milhões de co-as de economia para o cosumidor eco. Como? Pela organização coo-rativa de fábricas que produziam al-ns dêsses artigos, ou que se dispu-ram a distribuí-lo e a vendê-lo. Foi sim, por exemplo, com a farinha, a mpada, o calçado de borracha. Vai ndo assim com o petróleo — que é lo um capítulo na história do coo-rativismo moderno.

operativas nos Estados Unidos. — O petróleo

O desenvolvimento recente das coo-rativas nos Estados Unidos moti-ram curioso estudo da revista *For-ne* (agôsto, 1945), no qual se mos-va aos homens de negócios que m essa publicação que, enquanto êles gastavam os seus lucros, as cooperativas, aumentando durante a guerra o seu movimento, incrementavam as suas economias isentas de impostos e taxas, e chegaram ao seguinte resultado: no ano fiscal de 1943-44 os quatro milhões de membros das 10 cooperativas agrícolas realizaram negócios no valor de 5 biliões de dólares. Nesse mesmo ano as cooperativas citrícolas da Califórnia (se nos tivéssemos organizado na mesma base não veríamos perder-se quase totalmente a cultura da laranja na Baixada Fluminense, durante a guerra), pagaram 11 milhões de dólares pelas instalações da pequena cidade de Westwood (3.500 habitantes) e 40.000 hectares de florestas, para obterem matéria prima para embalagem das famosas laranjas *Sunkist*.

O desenvolvimento das cooperativas agrícolas exprime-se, em estatísticas oficiais de maio de 1947, nos seguintes resultados: um movimento superior a 4 biliões de dólares de vendas efetuadas, além de um bilião de dólares de sementes, fertilizantes e outros suprimentos comprados pelos lavradores através de suas cooperativas. Já em 1935 nada menos de 1.700.000 pequenas propriedades agrícolas obtiveram luz e fôrça de mais de 900 cooperativas rurais de eletricidade. Eis alguns algarismos, em resumo:

10.150 *cooperativas agrícolas servem a* 4.505.000 *lavradores, com um movimento anual, médio, de mais de* 5 *e meio biliões de dólares.*

4.500 *cooperativas de varejo com* 1.760.000 *membros, com um movimento anual de mais de* 650 *milhões de dólares.*

8.882 *cooperativas de crédito emprestam a* 2.838.034 *membros mais de* 211 *milhões de dólares.*

Cêrca de 1.700 *cooperativas de crédito hipotecário agrícola emprestaram, com garantia territorial, a mais de* 390 *mil lavradores.*

513 *cooperativas especializadas em empréstimos a curto prazo (para a colheita) a mais de* 370.000 *lavradores.*

Cêrca de 4.000 *cooperativas de irrigação levou água a* 150.000 *granjas em regiões áridas.*

Mais de 960 *cooperativas de eletricidade forneceram luz e fôrça a .....* 1.700.000 *consumidores rurais.*

Desde que foi constituída, em 1752, a "Philadelphia Contributorship for the Insurance of Houses from Loss by Fire", as cooperativas de seguros desenvolveram-se regularmente, para atingir recentemente um progresso considerável.

Eis algumas datas do desenvolvimento do cooperativismo nos Estados Unidos, frequentemente esquecido ou menosprezado pelos que atribuem todo o progresso americano ao impulso do lucro:

1752 — *Primeira cooperativa de seguros, em Filadélfia.* 1798 — *A seita dos* shakers *organiza uma cooperativa de consumo.* 1810 — *Cooperativa de laticínios em Connecticut e em Nova York.* 1920 — *Cooperativa de pecuária no Ohio, para embarques de carnes.* 1845 — *Expansão da Nova Inglaterra, das cooperativas de consumo, a partir de Boston.* 1847 — *Os pioneiros de Utah organizam grupos de cooperativas de irrigação, para trazer "a água das montanhas aos vales desertos".* 1857 — *Silos e elevadores de cereais, em base cooperativa, no Wisconsin.* 1885 — *Cooperativas de frutas na Flórida e na Califórnia.*

No comêço dêste século, as cooperativas começam a se articular em federações, para a produção e venda em determinadas áreas ou regiões. Hoje, em cada CINCO lavradores, TRÊS pertencem a uma cooperativa. E quatro quintos dos membros de cooperativas dos Estados Unidos são moradores do campo, o que se explica pelo imenso desenvolvimento do comércio varejista a preços baixos, nas cidades. Cooperativas de saúde pública (hospitais, ambulatórios, etc.), de seguros de vida e contra fogo, de automóveis, contra furacões, etc.; de serviços públicos como telefone, luz, fôrça, transporte, etc.

O volume de operações das cooperativas agrícolas não basta para medir-lhes o desenvolvimento. Seria necessário computar também melhoramentos como aquêle tipo de perú "aerodinâmico, que tem mais carne num corpo menor", produzido pelas estações experimentais de cooperativas. Ainda assim, vale a pena ver o montante das transações de cooperativas agrícolas norte-americanas em 1946: (em milhões de dólares)

Laticínios — 1.294 (milhões de dólares).

Frutas e legumes — 784.

Carnes (embarques e venda a varejo) — (avaliada em) 730 milhões.

Aves e ovos — 225.

Algodão e derivados — 178.

Lã e derivados — 27.

Diversos — (446 produtos) — 76.

Quanto aos serviços de saúde, basta saber que seis hospitais cooperativos já existem e quarenta estão em organização, e mais de 100 mil pessoas pertencem a cooperativas de saúde. Cooperativas de construção também se iniciam, como aquela organizada pelos membros de uma cooperativa de consumo, operários de uma fábrica de automóveis em Indiana. Êles compraram cêrca te 63 hectares de terra, e construíram um conjunto de 500 casas (três aposentos em tijolos), um parque, e uma área comercial.

Referência especial deve ser feita à solução cooperativa para o problema do petróleo. Não é, evidentemente, uma solução miraculosa, capaz de vencer do dia para a noite as imensas dificuldades dessa indústria e o poderio dos trustes mundiais. Mas, vendo o que se está começando a fazer, há razões para confiar no futuro. Já a mencionada revista "Fortune" anunciava, em agôsto de 45, que a cooperativa de consumidores de Kansas City acrescentara, durante a guerra, aos 294 poços de petróleo que já possuía, mais 68. O Presidente Roosevelt encorajou os produtores independentes, aquêles homens rurais que descobriam um que outro poço na sua pequena propriedade, a se organizarem em cooperativa. No ano pssado, a Federação Escandinava de Cooperativas tratava de proporcionar aos cooperados do petróleo americano crédito e transporte para refinarem e transportarem o seu produto à Suécia, à Noruega, à Dinamarca. No Congresso Cooperavo de Zurich, em 46, êsse assunto foi objeto de indicações e debates. Uma ve zbem sucedido o projeto, abrir-se-á a primeira brecha nos trustes mundiais.

Em resumo, apesar de bem menor do que na Europa, por circunstâncias históricas, a principal das quais é a maior riqueza, a ausência das dificuldades que determinaram a formação de cooperativas nos países europeus, os Estados Unidos já têm sob forma cooperativa 4 por cento do comércio atacadista, 1,5% do varejista, a sexta parte das transações agrícolas, a têrça parte da produção de laticínios, 90 por cento dos limões — só para dar alguns exemplos.

O RELATÓRIO DA COMISSÃO ROOSEVELT

O Presidente Roosevelt estimulou por todos os meios o cooperativismo livre, especialmente o de produtores, já que o comércio de varejo tomou tal desenvolvimento naquele país que não era êsse o setor mais afetado pela carestia. Em 1937 enviou à Europa uma comissão de seis homens públicos, com os respectivos auxiliares, para estudar os métodos, o funcionamento e a situação das cooperativas em vários países, notadamente a Inglaterra, a Suécia, a Noruega, a Irlanda, a Suíça, a Holanda, a Dinamarca. Tive ocasião de examinar e tomar algumas notas dêsse relatório no exemplar pertencente a Hermann Stalpe, em Stocolmo, assim como tenho em mãos o material que serviu de documentação básica para a parte que, no relatório, se refere à Suécia. Mas até hoje não pude obter um exemplar do relatório, impresso pela Biblioteca do Congresso, em Washington, mas de edição esgotada.

O relatório da Comissão Roosevelt, segundo as minhas rápidas notas, concluía pelas seguintes observações:

As cooperativas na Europa estão promovendo:

1 — *Redução dos custos no varejo com maiores vantagens para os consumidores, tornando assim possível maior economia e mais alto padrão de vida e contribuindo para a estabilidade pública.* ....

2 — *Estímulo à economia doméstica, aumento da segurança econômica dos seus membros, portanto maior estabilidade da vida familiar.*

3 — *Educação do consumidor para uma compra inteligente e adequada, elaboração do orçamento doméstico e conhecimentos gerais de economia.*

4 — *Melhores sentimentos de cidadania, resultado de uma propriedade mais extensiva, mais difundida, de um empreendimento comercial democrático.*

5 — *Contrôle efetivo os monopólios pela concorrência das cooperativas.*

6 — *Padrões de salários relativamente mais altos.*

Quanto à atitude dos governos, nos países que visitaram, eis o que disse o relatório:

"Nos países que visitamos, a atitude dos governos é geralmente amistosa para com o empreendimento de caráter cooperativo. Êles o encaram como uma influência ordenadora, que cria o orgulho da propriedade nos membros da cooperativa tornando os cidadãos melhores e mais inteligentes; dá-lhes mais definida participação na vida econômica da nação e experiência na direção do seu próprio interêsse. Sendo êles próprios membros de uma organização eminentemente democrática, tornam-se mais decididos no apoio ao regime democrático de govêrno."

E Franklin Roosevelt, em mensagem ao presidente da Liga Cooperativa dos Estados Unidos, escreveu acêrca dos pioneiros de Rochdale, disse que o seu empreendimento "combinou a independência com a interdependência, o interêsse pessoal com boa vontade, a ação imediata com visão do futuro".

As cooperativas na Alemanha — Caixas Raiffeisen

Curioso exemplo o da Alemanha. Ao contrário do que aconteceu na Inglaterra e na França, o cooperativismo na Alemanha nasceu na pequena burguesia liberal, pois os socialistas na época — era o tempo da revolução de 1848 — opuseram-se ao cooperativismo, que vinha perturbar o esquema tão bem arranjado que êles haviam desenhado, de uma sociedade rigidamente dividida que só pela transformação brusca e fatal se poderia alterar.

Foi a filantropia liberal que deu os primeiros passos para o cooperativismo. O catolicismo, religião minoritária ali, teve um grande papel nesse desenvolvimento. As sociedades de economia popular, as caixas econômicas desenvolveram-se para culminar nas caixas que até hoje levam o nome do seu criador, F. W. Raiffeisen (1818-88). (21) Criadas originalmente em Anhausen, fáceis de administrar, confinam as suas operações crediárias a uma só localidade.

Dois fenômenos caracterizaram o movimento alemão: a já aludida participação religiosa (como na Bélgi-

---

21) — Não está nos limites dêste trabalho o histórico das cooperativas alemãs, nem minúcias sôbre as caixas Raiffeisen. Sôbre estas, encontram-se excelentes trabalhos já em português, inclusive os de Sílvio Luz Filho.

or exemplo), e o advento do nazis-
o. O sentido da convivência, o de-
envolvimento da solidariedade, a
ossibilidade de mobilização, a pró-
ria cessão de locais amplos para as-
embléias, abriram caminho ao coope-
tivismo pela iniciativa da Igreja Ca-
ólica. Com o advento do nazismo,
atou o Partido dominante de utilizar,
n proveito da sua concepção totali-
ria do Estado e da vida, a rêde de
ooperativas alemãs. E fora de qual-
uer dúvida, utilizou-a muito bem —
é que ela própria sossobrou. Recen-
s notícias da Alemanha revelam,
gora, um ressurgimento do cooperati-
smo libertado da garra estatal que o
osorvera.

Na Argentina

Nosso objetivo evidentemente não fazer a volta ao mundo de um coo-erativista. Procuramos em cada país ertos fatos salientes que podem guiar nossa experiência e a nossa con-utá na conceituação dos aspectos e eculiaridades do Brasil.

Na Argentina, em começos de 47 avia 91 cooperativas de consumo grupadas na respectiva Federação, om 117.402 filiados. (22) Na as-embléia anual realizada a 23 de mar-, disse o seu presidente, Bernardo elom:

"Se o interêsse dos capitalistas, dos odutores, dos operários e do govêr- está em ganhar o mais que possui, interêsse dos consumidores está em gar o menos que possam, mas os operadores, ante essa luta de inte-sses opõem a sua doutrina que, se m tenda à supressão do lucro, pro-ma o estabelecimento do "justo eço".

"Aspiramos a que as atividades eco-micas cheguem a realizar-se sem erferência, livres da intervenção de mentos parasitários e orientados no erêsse dos consumidores, que repre-ntam a população tôda, sem distin-o de classes.

"A fixação de preços máximos nem npre dá resultado. Em muitos ca-s contribui para restringir a produ-o."

Assim estamos vendo, na prática, no se aplica a doutrina cooperati-ta. Cumpre notar que os argentinos n certeza irão viver, agora, os dias já passamos, dias de paternalis-mo delirante, de usurpação de tôda iniciativa e de tôda franquia individual pelo Estado — madrinha do cidadão. Mas também isto há e passar.

As cooperativas e a reconstrução mundial

Antes da guerra, segundo os relatórios do Bureau Internacional do Trabalho, a Europa produzia 46,2% da produção mundial de gêneros alimentícios. No entanto, em plena guerra, o Sr. Herbert Lehmann, um dos mais próximos colaboradores de Roosevelt, escrevia que os países ocupados já haviam perdido a têrça parte dos seus cavalos, a quarta parte dos bois, quase metade dos porcos e um têrço dos carneiros. E a UNRRA avaliava em 9 milhões e 250 toneladas a quantidade de gêneros alimentícios a enviar, em seis meses, a nove países que o Eixo ocupara.

Como se processou, no entanto, essa recuperação mais rápida em certos países, como a Dinamarca e a Holanda do que na França e nesta ainda mais do que na Itália, que antes da ocupação teve algo pior — a ocupação de fora para dentro, ou seja, o facismo?

E' que antes da guerra já havia, segundo as estatísticas de seis países apenas (Alemanha, Finlândia, Letônia, Luxemburgo, Suécia e Suíça), 1.567 cooperativas de fornecimento de forragens para o gado e 1.516 para adubos. Em nove países (os citados e mais a França, a Holanda, a Iugoslávia e a Lituânia), 7.818 cooperativas de criação e 4.465 para compra de máquinas de utilização individual ou coletiva, de propriedade ou de aluguel, para a agricultura. Havia do melhor tipo de cooperativas rurais, as não-especializadas, antes da guerra, sem contar as da Rússia, mais de 44.500 reunidas em federações — afora as não-federadas.

Das quase 66 cooperativas de crédito rural que então existiam, mais da metade num total de quase 43 mil rurais especializadas, forneciam sementes, forragens, adubos e instrumentos agrícolas aos seus cooperados. Em resumo, contando as registradas, havia na Europa (afora as da Rússia) 109.660 cooperativas de aprovisionamento rural (23).

Se quereis ouvir falar da resistência russa, tereis de compreender que, apesar de duramente criticadas, em começos dêste ano, pelo govêrno russo, que as absorveu e praticamente as reduziu a uma dependência do Estado, e depois responsabilizou-as por malogros na produção, de que é êle, Estado, o principal responsável — tereis de compreender que, seja como fôr, as cooperativas são ali uma rêde de produção e distribuição que, já antes da invasão alemã, somava, só de cooperativas rurais de consumo, 28 mil, reunindo mais de 36 milhões de cooperados, servindo à quase totalidade da população rural.

Se se trata de compreender como a Dinamarca pôde vender manteiga à Inglaterra e à Rússia quase no dia seguinte da libertação, é preciso não desprezar o fato de que cêrca de um milheiro de cooperativas rurais de fornecimento de forragens e adubos já forneciam rações a 762.500 vacas, antes da guerra, ou seja, a 50% das vacas então existentes na Dinamarca.

Por que a Holanda exporta batatas, depois que os paraquedistas deixaram de cair do céu sôbre os *polders?* Porque já antes da invasão (em 1938) as suas cinco federações de cooperativas agrícolas forneciam aos agricultores 898.000 toneladas de forragens e 783.000 de sementes. E uma delas, o Central Bureau de Rotterdam, já era a maior importadora de milho na Holanda (200 mil toneladas por ano) de fertilizantes artificiais, potassa e nitrato. Tortas, farelo e remoído, mistura para aves, os mil instrumentos da criação, da pequena lavoura, da pesca, eram proporcionados pelas cooperativas que asseguravam uma distribuição quase universal e equânime a baixo preço, pronto, expedita, em quase tôda a Europa.

De sementes, basta um exemplo: na Finlândia, que resistiu ao furacão de duas guerras, antes da invasão russa 75% das sementes eram fornecidas pelas cooperativas.

Quanto às máquinas agrícolas, já é sabido que a sua utilização individual comporta um período mais ou menos longo, de não-utilização, em que a máquina não se paga, não se rende, e se desgasta quase tanto quanto pelo uso.

---

22) — "La Prensa", 24-3-47.

23) — Dados cotejados com os do Bureau Internacional do Trabalho, no vol. "Le mouvemente cooperatif et les problémes actuels", Montreal, 1945.

Detalhe por detalhe a **SHEAFFER**

satisfaz mais ao seu possuidor!

Examine uma caneta SHEAFFER. Escreva com o modelo CREST "Triumph" Deluxe e verifique como se adapta à sua mão, como o seu equilíbrio é perfeito, como suave, rápida e silenciosamente ela desliza pelo papel.
Observe sua beleza de jóia, a par de uma vigorosa construção. Faça todas as comparações que desejar, com outras canetas e, após comparar — detalhe por detalhe — adquira uma SHEAFFER! A sua posse o encherá de orgulho. A lapiseira "Fineline", de ponta de manga, que reduz as quebras das grafites, é vendida também isoladamente.

SHEAFFER'S "TRIUMPH" CREST DELUXE:
Caneta:... Cr$ 525,00
Lapiseira: Cr$ 180,00
Jogo:..... Cr$ 705,00

A Pena SHEAFFER. Cilíndrica, com ponta de irídio e platina na ranhura Tem maior quantidade de ouro de 14 k. que qualquer outra pena. SHEAFFER é a melhor caneta que o seu dinheiro pode adquirir.

SHEAFFER'S

Representantes exclusivos no Brasil: M. AGOSTINI & CIA. LTDA.

Matriz e posto central de consêrtos: Av. Pres. Vargas, 502 - 11.º - RIO

Qual a solução? A máquina forneci pelo Estado, e por êste controlada, modo a exigir um serviço burocráti de conservação e manutenção, len dispendioso e palrador? Não creio. agrícolas, ou melhor ainda, a cooper tiva agrícola que também fornece maneja as máquinas.

Reforma agrária da pequena pr priedade, o fraco dependendo do E tado.

Fábricas cooperativas de instrume tos para lavoura, especialmente Suécia e nos EE. UU. (p. ex. a Far Machinery Cooperative, Inc.) pr duzem máquinas agrícolas para ve der às cooperativas, em melhores co dições do que habitualmente iriam e tas comprá-las no mercado. Por o tro lado, o seguro contra os riscos produção e à propriedade individu constituem todo um capítulo a dese volver. Na Suécia a organização cooperativa de seguros fêz baixare as taxas das emprêsas privadas. O s guro sôbre o que está dentro de u lar pode ali custar 24 coroas (apro madamente 120 cruzeiros) por ano p ra um seguro de 40.000 coroas (apr ximadamente 200 mil crs.). Para fog roubo, inundação, bola de futebol vidraça, xícara de café na calça, fósf ro aceso no paletó, cigarro na toalh etc. Pois o seguro familiar abrange t do isto — e a empregada também.

Sendo, além do mais, negócio renda certa, o que permite rápido d senvolvimento, deveria ser aconselh da a formação de cooperativas de s guros e financiamento, para desenvo ver sociedades de produção e de co sumo em bases mais sólidas e ma sãs.

A reconstrução visada pelo pla Marshall, por exemplo, na Europa por extensão em todo o mundo, n pode ser tentada exclusivamente à b se do Estado, assim como não po ser considerada em têrmos de *liv* iniciativa privada, pois a liberdad nesse caso, seria sinônimo de desc dem, e tudo o que há de mais funes à reconstrução, hoje, é a desordem q fêz no passado a opulência de um quantas famílias e de uns quantos pa ses.

E' sôbre a base das cooperativas, livre associação das criaturas para benefício de todos e de cada um, q será possível empreender qualqu obra de reconstrução verdadeira.

Finanças Municipais do Ceará

J. Colombo de Souza

Em virtude dos novos dispositivos constitucionais, já em vigor mas que agora é que encontram oportunidade de produzir efeito, as finanças municipais sofrem verdadeira revolução, alterando-se os quocientes, antes pertencentes, em esmagadora maioria, à União e ao Estado.

Nas unidades da Federação onde os recursos são mais escassos, a revolução alcançará repercussões mais profundas. O Ceará, por exemplo.

A propósito, o autor, Sr. J. Colombo de Souza, do Ceará, escreve interessante artigo.

Tempo de leitura: 15 minutos.

OS Municípios do Interior do Estado, até bem pouco tempo, eram simples EXPRESSÃO GEOGRÁFICA (Quadro n. 1)

A falta de rendas, inteiramente absorvidas pelo Estado e pela União, lhes tirava quaisquer possibilidades de realizações materiais, privando-lhes, em consequência, de conteúdo social e administrativo.

Para corroborar esta asseverativa basta citar a renda dos Municípios do Interior do Estado nos anos de 1931, 1932 e 1933, que foi respectivamente de Cr$ 2.458.540,85; Cr$ ..... 2.413.924,20 e Cr$ 1.750.396,50.

Todos os Municípios do Interior do Estado rendiam menos que o Município da Capital — Fortaleza.

A Constituição Federal de 1934, melhorou, de muito pouco, a situação em que permanecem até hoje, pois a distribuição da renda pública ainda é a seguinte — União 55%, Estado 37 por cento e Municípios 8%!

A Constituição Federal de 1946 procurou resolver, de vez, a situação financeira dos Municípios, a cuja orientação manteve-se fiel a Constituição Cearense.

De acôrdo com a Constituição Federal de setembro de 1946, compete aos Municípios o impôsto de INDÚSTRIA E PROFISSÕES (art. 29, n. II) e a QUOTA PARTE dos 10% sôbre o IMPÔSTO DE RENDA arrecadado pela União (art. 15, § 4.º), além de outras contribuições.

A Constituição do Estado manda entregar aos Municípios do Interior, 50% da arrecadação do impôsto de transmissão intervivos (art. 119).

Êstes fatos criarão para os Municípios a situação financeira adiante descrita.

OS MUNICÍPIOS DO INTERIOR RENDERAM EM

1940.....	Cr$	7.197.958,89
1941.....		8.086.661,32
1942.....		7.677.384,38
1943.....		8.259.877,13
1944.....		9.462.226,82
1945.....		8.786.359,23

IMPÔSTO DE INDÚSTRIA E PROFISSÃO

O impôsto de INDÚSTRIA E PROFISSÃO, atualmente arrecadado em partes iguais pelo Estado e pelos Municípios, passando a sê-lo exclusivamente pelos Municípios, lhes

ocasionará um aumento superior a 4 milhões de cruzeiros pois a ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE INDÚSTRIA E PROFISSÃO FEITO PELO ESTADO, NO INTERIOR, tem sido a seguinte:

1940	Cr$ 2.697.217,50
1941	2.802.265,80
1942	2.873.148,40
1943	2.862.211,40
1944	3.283.385,80
1945	3.642.766,00
1946	4.108.984,80

As rendas dos Municípios do Interior serão pois aumentadas desta parcela de cêrca de Cr$ 4.000.000,00, equivalente a 50% de suas rendas atuais.

DISTRIBUIÇÃO DOS 10% DO IMPÔSTO DE RENDA

De acôrdo com o disposto na CONSTITUIÇÃO FEDERAL (art. 15, § 4.º) serão entregues aos Municípios do Interior, EM PARTES IGUAIS, 10% do total da arrecadação de IMPÔSTO DE RENDA.

Êste imposto tem rendido:

1943	Cr.$ 1.497.547.247,00	
1944	2.037.506.360,00	
1945	2.349.783.586,60	
1946	2.705.500.000,00	— Previsão orçamentaria
1947	3.321.800.000,00	" "

O impôsto de renda, tende a aumentar, progressivamente.

Na base da reforma proposta (23% sôbre o lucro líquido) aumentará de muito.

Adotemos uma base mínima:

1948	Cr$ 3.500.000.000,00
1949	4.000.000.000,00

De acôrdo com o disposto no art. 15, § 4.º, a União entregará aos municípios, feita a distribuição em partes iguais e excluídos os das capitais, 10 por cento do total arrecadado do impôsto de renda.

Tendo em vista o que dispõe o n. I do § 2.º do art. 13 das Disposições Transitórias teremos em 1948:

10% sôbre Cr.$ 3.500.000.000,00 = Cr.$ 350.000.000,00 ÷ 2 — Cr.$ 175.000.000,00, ou seja o total a ser distribuido entre os Municípios do Brasil, excluidos os das capitais, ou sejam 1.669 — 25 = 1.644.

Assim para cada município caberá:

$$\frac{175.000.000,00}{1.644} = 106.477,68$$

Tendo o Ceará 78 Municípios do Interior, terão êles a receber em 1948, um mínimo de:

78 × 106.447,68 = Cr.$ 8.302.919,40

Em 1949, teremos:

10% sôbre Cr.$ 4.000.000.000,00 = Cr.$ 400.000.000,00, total a ser entregue aos Municípios do Interior.

A cada um caberá

$$\frac{400.000.000,00}{1.664} = 243.309,00$$

Aplicando o mesmo cálculo, teremos que em 1949 os Municípios do Interior do Ceará, terão a receber da União:

78 × 243.309,00 = Cr.$ 18.978.102,00

Êstes calculos valem para os demais Municípios e Estados do Brasil.

Em 1948, os 78 Municípios do Interior do Estado, adotados os calculos e previsões acima receberão, no todo, Cr.$ 8.302.919,40 e cada um Cr.$ 106.447,68.

Em 1949, essa quantia total assomará a Cr.$ 18.978.102,00, e cada um a importância de Cr.$ 243,309.00.

CONTRIBUIÇÃO DOS 50% DO IMPÔSTO DE TRANMISSÃO INTERVIVOS

A Constituição do Estado manda entregar aos Municípios do interior 50 por cento da arrecadação do impôsto de transmissão intervivos.

ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO

1940	Cr.$ 2.458.225,70
1941	3.365.663,30
1942	3.837.669,00
1943	4.314.865,90
1944	5.605.210,00
1945	6.170.566,40
1946	7.890.735,20

Adotando a percentagem encontrada para a parcela do impôsto de transmissão intervivos, ou seja 90%, teremos que o equivalente do impôsto de transmissão intervivos assomará na base de 1946, a Cr$ 7.101.680,58.

O Estado terá de entregar a metade, ou sejam Cr$ 3.550.840,00

Em síntese, os Municípios do Interior do Estado que atualmente rendem cerca de Cr.$ 8.000.000,00, passarão a render em 1948:

Cr.$ 8.000.000,00 — renda atual

Cr.$ 4.000.000,00 — imposto de Ind. e Prof. cobrado pelo Estado.

Cr.$ 8.000.000,00 — contribuição da União, quota do Imposto de Renda.

Cr.$ 3.000.000,00 — 50% do Imposto de Transmissão intervivos.

Verificando-se assim para 1948, um aumento de Cr.$ 15.000.000,00 ou seja de 287% sôbre a renda atual.

Em 1949, a situação será ainda mais lisonjeira.

Com efeito, a contribuição da União dos 10% do Imposto de Renda passará a ser de Cr.$ 18.000.000,00, havendo, assim, um aumento de Cr.$ 10.000.000,00 sôbre a previsão de 1948.

Os Municípios do Interior passarão a render:

Cr.$ 8.000.000,00 — renda atual

Cr.$ 4.000.000,00 — imposto de Ind. e Prof. cobrado pelo Estado.

Cr.$ 18.000.000,00 — contribuição da União, quota do Imposto de Renda.

Cr.$ 3.000.000,00 — 50% do Imposto de Transmissão intervivos.

Cr.$ 33.000.000,00.

Êste fato significará um aumento sôbre a renda atual de 412%!

Uma caracterizada Revolução Municipal!

O que é dito em relação ao todo, vale em relação a cada um. Em 1949, nenhum Município do Interior, renderá menos de Cr$ 500.000,00, pois somente a contribuição da União (10 por cento do Impôsto de Renda) se elevará ao mínimo de Cr$ ..... 243.309,00.

Tudo isto sem levar em conta o disposto em outros itens da Constituição Federal (arts. 20 e 21 e art. 15, § 2.º) que, por serem aleatórias ou condicionais suas contribuições, não vão aqui calculadas bem como o aumento natural e progressivo da renda municipal que não é de se desprezar.

Com efeito, mandam as Constituições, Federal (art. 20) e Estadual (art. 116, n. II) que, quando a arrecadação dos impostos estaduais, com a exceção do de exportação, exceder a do município, no território dêste, lhe seja entregue 30 por cento do excesso.

Êste dispositivo deve ser cumprido dentro do prazo de 5 anos (art. 32 das Disposições Transitórias da Constituição local).

Muitos serão os Municípios do Interior beneficiados com êste dispositivo:

MUNICÍPIOS	RENDA ESTADUAL Cr.$	RENDA MUNICIPAL Cr.$
Grato	3.013.142,80	1.042.034,40
Sobral	2.092.523,30	816.187,90
Iguatú	1.143.586,60	218.182,20
Juazeiro do Norte	1.353.851,70	403.590,60

A situação é, em geral, esta. O Estado arrecada, no interior Cr$ ..... 40.033.119,00 (ano de 1946) e os Municípios coletam *cinco vêzes menos*, ou sejam Cr$ 8.000.000,00.

Os dados aqui citados são rigorosamente oficiais e os cálculos adotados são excessivamente modestos, havendo possibilidades de serem sempre superados.

Êste aumento substancial e repentino das rendas municipais vai criar um duplo problema, qual seja o da sua arrecadação e o de sua honesta, proveitosa e eficiente aplicação.

O problema da arrecadação será resolvido com a criação de um corpo de funcionários experimentados (podendo ser utilizada parte dos funcionários fiscais do Estado) e com a votação da legislação apropriada.

Quanto à aplicação das rendas, o caso é mais complexo.

Falta aos Municípios do Interior a indispensável organização técnica, não somente para a execução de seus serviços internos, agora de maior vulto e responsabilidade como, e principalmente, para realização de obras, serviços de engenharia, saúde, urbanismo, etc., cujo encargo lhes caberá.

E' preciso corresponder, na prática, as imposições da Constituição e da consciência nacional, realizando-se uma política de valorização do homem do campo, criando no interior as indispensáveis condições de vida que prendam o homem ao sertão.

E' necessário fazer com que o homem sinta-se bem no interior, na sua cidade, fazendo-o desfrutar de certos confortos da civilização, evitando, em consequência, o êxodo para a capital.

Sem isto, todo discurso pró-ruralismo é inóquo, porque atenta contra a natureza.

E' preciso dar às cidades do interior confôrto: luz elétrica, esgotos, água, calçamentos, instrução com a existência de colégios; e aos campos, estradas, assistência médica hospitalar, incremento agro-pecuário para que o homem se sinta feliz onde está e trabalhando satisfeito, fecunde a terra com seu suor e realize assim o progresso nacional.

Se a chave de todos os nossos problemas é a falta de recursos financeiros, é indispensável que, quando êstes são postos à nossa disposição, não lhes deixemos disperdiçar.

Devemos-lhes dar aplicação segura e proveitosa, evitando um desastre e, consequentemente, mais uma desilusão.

E' imprescindível evitar que o aumento considerável de rendas dos Municípios não seja comprometido com despesas permanentes, com encargos fixos e, assim, sacrificado o fim patriótico a que se destina.

MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO CEARÁ COM SUAS RESPECTIVAS RENDAS ATUAIS (1946)

	Cr.$
Acaraú	153.430,80
Acopiara	152.150,10
Anacetaba	80.066,90
Aquiraz	60.585,00
Aracati	268.176,90
Araçoiaba	58.484,20
Araripe	78.062,50
Assaré	50.743,20
Aurora	97.477,40
Baixio	88.221,80
Barbalha	133.806,30
Baturité	272.403,10
Boa viagem	78.083,30
Brejo Santo	116.611,80
Camocim	167.590,80
Campos Sales	86.751,30
Canindé	124.322,60
Cariré	75.267,80
Caririassú	48.543,20
Cascavel	157.946,80
Caucaia	188.446,90
Cedro	125.143,90
Coreaú	69.238,70
Crateús	214.061,98
Grato	1.042.034,40
Frade	47.877,10
Granja	216.557,50
Guaraciaba	65.182,20
Ibiapiná	64.770,20
Icó	142.677,70
Iguatú	218.182,20
Independência	46.904,30
Ipú	156.597,60
Ipueiras	86.120,70
Itapagé	54.969,70
Itapipoca	230.692,60
Jaguaribe	82.124,80
Jaguaruana	168.779,20
Jardim	80.760,20
Juazeiro	483.076,60
Jucás	80.804,40
Lavras da Mangabeira	121.943,10
Ligania	89.781,90
Limoeiro do Norte	239.148,90
Maranguape	316.347,30
Massapê	126.833,90
Maurití	66.792,50
Milagres	90.213,80
Missão Velha	150.331,00
Mombaça	108.045,90
Morada Nova	172.471,80
Nova Russas	50.960,10
Pacajús	72.195,80
Pacatuba	61.593,00
Pacotí	154.032,80
Pedra Branca	47.884,10
Pentencoste	39.587,60
Pereiro	56.531,00
Quixadá	229.199,30
Quixará	59.786,90
Quixeramobim	142.020,10
Redenção	156.859,50
Reriutaba	48.850,80
Russas	283.786,30
Saboeiro	28.982,40
Santanopolez	105.538,70
Santa Quitéria	51.885,70
São Benedito	121.128,75
Senador Pompeu	193.342,40
Sobral	816.187,90
Solonopolis	30.195,60
Tamboril	36.758,40
Tauá	137.973,90
Tianguá	49.867,50
Ubajara	52.984,10
Uruburetama	103.543,90
Várzea Alegre	50.486,80
Viçosa do Ceará	106.490,80

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO
publicará em seu próximo número: Financiamento e Planificação
por ARISTÓTELES MOURA

Banco Cruzeiro do Sul de S. Paulo S. A.

CAPITAL INICIAL : Cr$ 3.000.000,00 — EM OUTUBRO DE 1944, AUMENTADO PARA : Cr$ 10.000.000,00
E EM JUNHO DE 1946, AUMENTADO PARA : Cr$ 20.000,000,00

OPERAÇÕES INICIADAS EM 1º / OUTUBRO / 1943, CARTA PATENTE Nº 3.043 DE 15/9/1943

MATRIZ SÃO PAULO: RUA DA QUITANDA, Nº 144. ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: "BANCRUZE"

AGÊNCIAS EM FUNCIONAMENTO NAS CIDADES DE:

CERQUEIRA CEZAR, CONCHAS, FRANÇA, GÁLIA, GARÇA, HERCULANDIA, IPAUÇÚ, IPIRANGA. (CAPITAL), MIGUELOPOLIS, MOGÍ DAS CRUZES, PENHA (CAPITAL), PIRAJUÍ, POMPÉIA, QUINTANA, RANCHARIA, SANTO AMARO (CAPITAL) E SANTOS

A SEREM ABERTAS EM: AVARÉ, FARTURA, LEME, PATROCÍNIO DO SAPUCAÍ, PINHEIROS (Capital), PRESIDENTE BERNARDES E "25 DE MARÇO" (Capital)

ESCRITÓRIOS DE ITAPECIRICA E GUARULHOS.

DIRETORIA:

DR. RICARDO JAFET: *Diretor Presidente* – SR. GLADSTON JAFET: *Diretor Vice-Presidente* – SR. C. D'AGOSTINO: *Diretor Superintendente*

Escala demonstrativa do progresso do Banco no período de 1943 até Outubro de 1947 em cifras médias anuais

CAPITAL		RESERVAS		DEPÓSITOS		EMPRÉS. e TÍT. DESC.	
ANO	Valôr em cruzeiros	ANO	Valôr em cruzeiros	ANO	Valôr em cruzeiros	ANO	Valôr em cruzeiros
1943	3.000 000	1943	—0—	1943	2.189.000	1943	4.004.000
1944	10.000.000	1944	94.800	1944	9.486.000	1944	11.178.000
1945	10.000.000	1945	248.100	1945	24.550.000	1945	23.950.000
1946	20.000.000	1946	4.504.100	1946	158.372.000	1946	90.850.000
1947 — Out.	20.000.000	1947 — Out.	8.476.000	1947 — Out.	306.270.600	1947 — Out.	253.536.900

CAIXA		ATIVO E PASSIVO		DIVIDENDOS	
ANO	Valôr em cruzeiros	ANO	Valôr em cruzeiros		Taxa % aa.
1943	872.000	1943	8.571.000	1943	—0—
1944	2.277.000	1944	27.696.000	1944	—0—
1945	5.550.000	1945	50.706.000	1945	10% aa.
1946	31.565.000	1946	247.006.000	1946	12% aa.
1947 — Out.	49.859.500	1947 — Out.	518.714.000	1947 — 1º sem.	12% aa.

Soluções Objetivas

A CARÊNCIA de moradias se acha sempre em foco, ultimamente, tanto entre nós como pelo resto do mundo.

Já se disse praticamente tudo quanto poderia ser dito a respeito, mas como o assunto só estará esgotado quando não mais faltarem casas, ainda há lugar para uma voz desvaliosa, no côro das opiniões e comentários.

E' nosso intuito aqui, examinar as razões principais do insucesso sistemático que vêm tendo, nesse setor, as iniciativas e providências oficiais; examinar sem a experiência colhida na observação constante e, sobretudo, com o sadio propósito de eventualmente concorrer para a solução do sério problema.

A nosso ver, tais causas se podem resumir na falta de espírito prático por parte dos órgãos aos quais está o assunto afeto.

A exiguidade de casas é absoluta, o número de pessoas praticamente desabrigadas é considerável, e para a imensa maioria delas qualquer moradia, por mais modesta que fôsse, já representaria uma solução quando não ideal pelo menos satisfatória, donde resulta que o imperioso e urgente é construir o mais possível, sem excessivas preocupações quanto ao padrão das construções. No entanto as autoridades responsáveis, com intuitos de certo louváveis mas com resultados comprovadamente negativos, demoram-se em estudos, atêm-se a considerações de tôda ordem, debatem exaustivamente os mínimos aspectos técnicos, esgotando o assunto sob o ponto de vista teórico, e elaboram projetos completos, atendendo à parte urbanística, observando rigorosamente todos os princípios de arquitetura, programando residências higiênicas, confortáveis e simpáticas, que, boas demais para serem verdade, como se costuma dizer, em geral não passam das plantas, das maquetes e das entrevistas.

Como logo se percebe, nas afirmações acima, em que há, intencionalmente, um pouco de exagêro, para melhor caracterização do estado de coisas, não vai nenhum intuito de crítica demolidora nem a mais leve insinuação de que se pode fazer algo sem estudos prévios e sem que determinados fatôres sejam levados em conta.

Apenas se deseja, apontando o fenômeno, acentuar a necessidade de se voltar para o mesmo a esclarecida atenção de autoridades e técnicos, para que, examinados prós e contras, se possa chegar a um desejável meio têrmo, em que, sem menosprêzo dos requisitos essenciais de urbanismo, algo de positivo seja feito, e as casas apareçam, sem luxo e mesmo com deficiências, mas razoàvelmente habitáveis, apesar de tudo.

E nem se considere impossível conciliar os reclamos da engenharia com as inelutáveis limitações de ordem econômica, pois é de justiça reconhecer que já temos alguns exemplos do muito que pode, dentro das contingências inelutáveis da realidade econômica e do mercado de terrenos, materiais e serviços, a vontade decidida de realizar.

Ainda há pouco, por exemplo, falando sôbre o conjunto residencial que o Instituto dos Industriários está construindo na Penha para seus associados, o Engenheiro Alim Pedro, presidente daquela autarquia, acentuava que ali se vem procurando com apreciável êxito, reduzir tanto quanto possível os gastos com a construção, pela eliminação de tudo que, sendo dispensável, concorresse para o encarecimento da obra e, assim, para dificultar a concretização daquele empreendimento.

Deverão ser construídos na Penha cêrca de 1.300 unidades residenciais, em blocos de 3 e 4 pavimentos, de tipos superiores aos que já estão mundialmente estabelecidos como convenientes, e por aí se comprova que a preocupação de economizar e a adoção de soluções objetivas nem de longe importou em sacrifício da engenharia ou em prejuízo para os futuros moradores.

Essa nova e podemos dizer que já vitoriosa experiência dos Industriários, no campo da engenharia social, de que foram os pioneiros entre nós com o grande conjunto residencial de Realengo, mais robustece o ponto de vista de que falta, quanto a um plano geral de construção de habitações, capaz de atender aos urgentes reclamos das nossas populações, o necessário espírito prático e o indispensável senso da realidade.

Faz-se mister, portanto, e não estamos dando novidade ao afirmar isso, que os responsáveis se compenetrem da urgência de providências concretas, empreendimentos objetivos e soluções imediatas.

Moradias excelentes seriam o ideal, mas que haja pelo menos moradias razoáveis.

E vamos desejar, encerrando estas notas despretensiosas e bem intencionadas, que o exemplo dos Industriários na Penha, em Realengo e em tantos outros pontos, inspire govêrno, autarquias e particulares, para que, com o razoável na falta do ótimo, mas com novas casas, de qualquer maneira, a crise de tetos, quando não se resolva de todo, pelo menos seja atenuada.

ASPECTO DO CONJUNTO RESIDENCIAL CONSTRUÍDO PELO I. A. P. I. NA RUA CABUÇÚ, COM 128 APARTAMENTOS

OBSERVAÇÕES ECONÔMICAS

O Crédito à Produção e ao Comércio

As cifras relativas aos saldos dos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil aos agentes da produção, bem como ao comércio e a particulares, não decresceram, nos seus totais, até junho de 1947. E' o que se depreende do quadro estatístico publicado, sob aquela rúbrica, no Boletim de outubro último do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do principal estabelecimento de crédito do país, órgão filiado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Segundo os dados ali contidos, os saldos dos empréstimos, em junho de 1947, ascendiam a 9.180,9 milhões de cruzeiros, contra 8.443,2 milhões no mesmo mês de 1946; 7.193,1 milhões, em 1945; 4.282,7 milhões, em 1944; e 2.831, milhões, em 1943.

A distribuição dos empréstimos pelas regiões fisiográficas coloca a zona oriental em primeiro plano, em face da contribuição oferecida pelo vulto dos créditos no Distrito Federal e em Minas Gerais. Essa importante região figura, em junho de 1947, com 4.515,9 milhões de cruzeiros, contra 3.766,0 milhões, em 1946; 2.863,0 milhões, em 1945; 2.059,9 milhões, em 1944; e 1.372,6 milhões, em 1943. Em seguida, aparece a região meridional, onde sòmente São Paulo figurava com 1.932,6 milhões de cruzeiros, em junho de 1947, contra 1.800,1 milhões no mês correspondente do ano anterior; 2.246,6 milhões, em 1945; 1.118,1 milhões, em 1944; e 793,3 milhões, em 1943. Em conjunto, a região meridional aparecia, em junho de 1947, com o saldo de 2.734,1 milhões de cruzeiros; 2.590,3 milhões, em 1946; 2.778,6 milhões, em 1945; 1.475,8 milhões, em 1944; e 1.059,5 milhões, em 1943.

À região nordestina tocaram 1.342,8 milhões de cruzeiros, em junho de 1947; 1.442,9 milhões, em 1946; 1.122,3 milhões, em 1945; 527,9 milhões, em 1944; e 294,7 milhões, em 1943. O amplo espaço compreendido pela região Centro-Oeste, abrangendo os Estados de Goiás e Mato Grosso, figura com 497,0 milhões de cruzeiros, em junho de 1947; 562,7 milhões, em 1946; 381,7 milhões, em 1945; 187,1 milhões, em 1944; e 77,3 milhões, em 1943.

À região setentrional, ou seja, quase todo o Brasil Amazônico, foram concedidos empréstimos no montante de 91,0 milhões de cruzeiros, em junho de 1947; 81,3 milhões, em 1946; 47,5 milhões, em 1945; 32,0 milhões, em 1944; e 27,6 milhões, em 1943.

A SIDERURGIA FRANCESA

UM fato recente veio demonstrar a vitalidade extraordinária da indústria francesa, que resiste à influência negativa da escassez simultânea de mão de obra, energia, e dólares, assim como às dificuldades advindas dos conflitos sociais.

A siderurgia, que em maio último quase atingira o nível de 1938, após sofrer um ligeiro declínio como conseqüência da redução dos recursos carboníferos, das greves e férias pagas, tornou a reerguer-se vigorosamente em setembro. A produção francesa de aço alcançou e ultrapassou ligeiramente a média mensal de 1938. Quanto aos produtos manufaturados em aço, elevam-se no mês de setembro em pelo menos 10% do nível correspondente aos meses que precederam a declaração de guerra.

Julgamos interessante colocar diante do leitor os seguintes dados. Êles revelam os progressos realizados pela siderurgia após a Libertação, a despeito de todos os obstáculos que se lhe apresentaram.

Médias mensais: número de altos fornos em atividade (dos 101 existentes): em 1938, 86; em 1945, 26; em 1946, 59; em 1947, setembro, 67.

Aço bruto em milhares de toneladas: em 1938, 518; em 1945, 139; em 1946, 369; em 1947, setembro, 520.

Produtos laminados em milhares de toneladas: em 1938, 342; em 1945, 93; em 1946, 253; em 1947, setembro, 373.

A constância dêste aumento, freiado por numerosas causas de ordem econômica, política ou diplomática, demonstra uma fôrça de vontade que merece ser tomada em consideração. A volta ao ritmo daquela época deve ser considerada apenas uma etapa que a indústria francesa espera ultrapassar ràpidamente.

E' suficiente considerar a êste respeito a importância da capacidade de produção dos altos fornos e aparelhos siderúrgicos franceses ainda disponíveis — não necessitando portanto de novas inversões — para se compreender as razões que levam o Quai d'Orsay a opor-se ao reerguimento prematuro da siderurgia alemã. Se o problema n.º 1 da Europa é realmente a utilização da totalidade de seu potencial imediatamente disponível nada impede que se conceda à vítima da Alemanha uma prioridade conforme com a moral internacional.

Se se pusesse à sua disposição o coque necessário, a França poderia aumentar ràpidamente, no mínimo em 25%, a atual produção siderúrgica, em benefício da reconstrução e de sua balança comercial, pois, na falta de ouro, o aço é atualmente um artigo com o qual se podem pagar certas importações indispensáveis.

E' vital para a França ultrapassar a atual capacidade de produção siderúrgica e para isto deve:

1.º) — refazer a estrutura de sua produção, por meio de um reagrupamento e especialização das usinas;

2.º) — modernizar o seu aparelhamento, mais ou menos obsoleto.

3.º) — formar e fixar, especialmente por meio de uma política social apropriada, uma mão de obra jovem e entusiasta.

Esta, a tarefa que o país se impusera realizar com o plano Monnet.

Atualmente, a nação é forçada a limitar-se ao primeiro de seus objetivos: a utilização máxima de sua capacidade de produção.

◆

CONTRÔLES DE EXPORTAÇÃO

COM a dupla finalidade de assegurar a concretização do plano Marshall e de eliminar a venda ilegal de licenças individuais de exportação, o govêrno dos Estados Unidos fará voltar em breve a exportação do país a uma fase de contrôles mais rigorosos, semelhantes aos que prevaleciam durante a guerra.

O Comitê da Presidência da República de Auxílio às Nações Estrangeiras, chefiado pelo secretário de Comércio arriman está estudando a maneira de restabelecer êsses contrôles mais rigorosos sôbre a exportação.

O argumento fundamental é de que quando entrar em vigor o plano Marshall, a exportação sem restrições viria influir poderosamente em muitos setores da economia norte-americana, que já se encontram em situação bastante difícil.

Entre êsses setores, o referido comitê salienta o de produtos de aço, de maquinárias agrícolas e suprimentos alimentícios.

O Secretário de Comércio afirmou que haverá um mínimo possível de interferência nas transações comuns do comércio, mas será necessária uma certa fiscalização por parte do govêrno, para proteção da economia nacional. Segundo êle, não haverá pròpriamente um aumento no valor da exportação quando se consubstanciar o plano Marshall, mas antes uma grande modificação no gênero dos produtos exportados.

Quanto à segunda finalidade dos contrôles agora em cogitação, isto é, quanto à venda ou transferência de licenças individuais de exportação, consta que o tráfico com licenças intransferíveis atingiu o seu auge há algumas semanas, implicando em certos casos, em pagamentos de consideráveis quantias aos detentores das licenças.

O Departamento de Comércio emitiu recentemente o Boletim de Exportação n. 413, que se destina a proibir a venda de licenças. Cogita agora de modificar os regulamentos quanto à própria concessão de licenças, para evitar por completo o seu tráfico. Conta-se, para isso, com a cooperação dos meios de anúncios comerciais, para evitar a publicação de anúncios para exportação de mercadorias que requerem licença especial da Divisão de Comércio Internacional do Departamento de Comércio.

EXPORTAÇÕES GAÚCHAS

DADO o índice 100 para o volume das exportações do Rio Grande do Sul em 1945, verifica-se que os embarques efetuados por essa unidade da Federação durante o ano findo atingiram ao índice 187.

No exterior os principais aquisitores das mercadorias e produtos ríograndenses foram a Inglaterra, o Uruguai, a Argentina e os Estados Unidos.

No país os centros de destino maiores das mercadorias e produtos gaúchos foram o Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Pernambuco.

◆

VALOR DAS EXPORTAÇÕES INGLESAS

NO último mês do ano transacto as exportações britânicas em valor atingiram à cifra apreciável de 99 milhões de esterlinos assim um verdadeiro recorde. Segundo as estimativas britânicas para o ano em curso até julho de 948 as exportações britânicas devem ultrapassar de 40 por cento a média das exportações de antes da guerra. Já o montante daquela exportação em valor representa 14 por cento da média em valor daquelas exportações antes do último conflito.

PLANO DE CONTRÔLE DE TRUMAN

VISANDO o combate ao alto custo de vida nos Estados Unidos o Presidente Truman traçou um plano de ação que inclui os seguintes itens: a) restabelecimento do crédito ao consumidor e moderação do crédito inflacionário; b) reforço dos contrôles de exportação e ampliação do contrôle relativo a transportes e equipamentos; e) medidas defensivas da pecuária e da agricultura; d) autorizar o contrôle dos gêneros escassos, os quais basicamente afetam o custo de vida ou a produção industrial; e) reforçar o contrôle sôbre alguéis e racionar os produtos escassos.

Com essas medidas julga o Presidente dos Estados Unidos oferecer combate ao desenvolvimento da inflação em espiral que se processa naquele país e ao desajustamento crescente entre salários e nível de vida.

◆

CRÉDITOS OFERECIDOS PELA ARGENTINA

O PRESIDENTE da Delegação Argentina à Conferência de Comércio e Emprêgo reunida em Havana declarou que aquêle país tem disponibilidades de cinco bilhões de dólares para fins de empréstimos escalonados e a longo prazo a países que, a seu juízo, merecessem, pretendendo figurar como patrocinadora do desenvolvimento econômico do hemisfério ocidental.

Ao mesmo tempo encareceu a conveniência de convocação de uma Conferência Monetária Internacional com a participação dos países que estão fora da ONU, e da elaboração de um plano de auxílio econômico a êste hemisfério, de que o oferecimento argentino é o primeiro esboço. Acrescentou ainda que a Argentina pode exportar um milhão de toneladas de trigo mensalmente e que o plano de empréstimos argentinos deve iniciar-se simultâneamente com o plano Marshall.

◆

CONTRÔLES DE PREÇOS NO CANADA'

O CANADA' libertou-se quase que totalmente de todos os contrôles de preço. E cortou também os subsídios oferecidos pelo govêrno, para os produtos liberados, entre os quais se inclui o algodão, a juta e a farinha de trigo.

Permanecem entretanto sob contrôle os seguintes produtos: açúcar, carnes e gorduras, algumas espécies de cereais e minérios de ferro, aço e estanho. Também foram conservados os contrôles sob aluguéis.

Pelas suas vantagens incomparáveis, os produtos de cimento-amianto BRASILIT, *obtém a admiração de todos os seus consumidores*

Principais produtos BRASILIT:

Chapas Lisas - Chapas Onduladas
Tubos de Pressão e de Esgotos e
Peças Moldadas e Especiais.

Exija esta marca de qualidade.

BRASILIT
O MATERIAL PARA SEMPRE

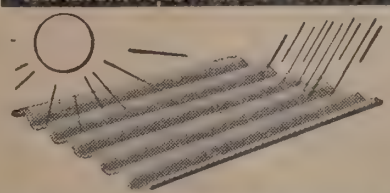
S. A. TUBOS BRASILIT

SÃO PAULO
Rua Marconi, 131 - 7.º
Fones 4-4127 a 4-41.9

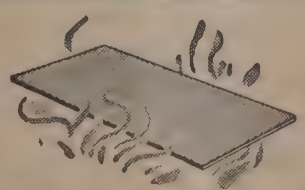
RIO DE JANEIRO
Av. Pres. Antonio Carlos,
201 - 10.º - Fone 22-7290

Qualidade

INALTERÁVEL PELOS ÁCIDOS

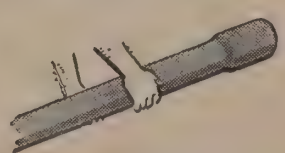


INSENSÍVEL AO TEMPO

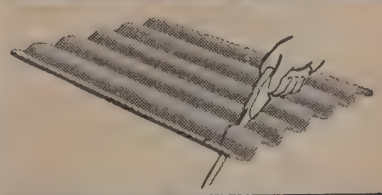


ABSOLUTAMENTE INCOMBUSTÍVEL

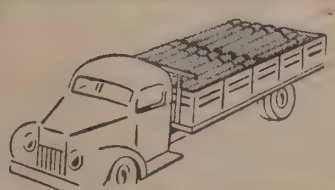
Facilidade!



PÊSO REDUZIDO



CORTÁVEL COM SERROTE



ECONOMIA E FACILIDADE DE TRANSPORTE

Arco-Artusi - 874

PRODUTOS & MERCADOS

A Siderurgia Nacional

O desenvolvimento da produção siderúrgica nacional nos seus três setores — aço, gusa e laminados, vem apresentando uma excelente expansão quantitativa. Se tomarmos como elementos de comparação as quantidades produzidas nas três espécies em 1937 e no último ano vamos verificar que essa indústria afirma dia a dia a sua crescente pujança.

Em 1937 a produção de ferro gusa, aço e laminados era compreendida nas seguintes cifras: aço 76.430 toneladas, o gusa 98.101 toneladas e laminados 71.419 toneladas.

No último ano a produção atingia às seguintes cifras: aço 343.650 toneladas; gusa 369.254 toneladas, e laminados 231.848.

Em relação ao valor a progressão foi das mais amplas: basta lembrar que decuplicou, quase numa das espécies. A média geral apresenta os seguintes termos de relação: no tocante à tonelagem produzida situamos um aumento de 276% e em relação ao valor um crescimento de 812%, quanto ao ferro gusa.

Já em relação ao aço tivemos um acréscimo em tonelagem de 350% para um aumento em valor de 1.135%. O valor médio cresceu de 175%.

Do montante total dessa produção de aço só a Companhia Siderúrgica Nacional participou com a parcela de 85.186 toneladas. No tocante ao ferro gusa cabe à mesma companhia a parcela de 95.745 toneladas. Essa participação efetiva de participação da grande empresa mista demonstra a sua vitalidade e toma aos poucos a posição que lhe cabe na siderurgia nacional.

Resta ainda o exame da produção de laminados. Nêsse setor o aumento da tonelagem expressa-se em 225%, exprimindo-se em valor em 614%. Aí a participação da Usina de Volta Redonda é menor em relação às suas contribuições nos setores do aço e do ferro gusa, mas nem por isso deixa de ser das mais apreciáveis. E' de 12.577 toneladas num computo geral de 231.848 toneladas.

CAFE'

NO período compreendido entre os meses de janeiro a outubro do ano passado, as exportações brasileiras de café somaram 12.971.367 sacos, no valor de 5.135,2 milhões de cruzeiros, tendo alcançado 395,9 cruzeiros o valor médio por saco. Em idêntico período do ano anterior o total exportado atingira ..... 11.634.935 sacos, no valor de 3.365,4 milhões de cruzeiros, com o valor médio, por saco, de 289,3 cruzeiros. Nos mesmos meses de 1944, quando as restrições impostas pela guerra nos transportes marítimos ainda se achavam em plena vigência, o montante exportado havia sido de 10.816.458 sacos, no valor de 3.092,7 milhões de cruzeiros, alcançando 285,9 cruzeiros o valor médio por saco.

Êsses e outros dados relativos aos nossos embarques de café para o estrangeiro constam de elaborações do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, órgão integrante do I. B. G. E., sôbre o comércio exterior do Brasil.

Concorreram de maneira decisiva para o aumento observado em 1946 as exportações efetuadas para a Europa, que totalizaram 2.423.089 sacos, no valor de 1.012,9 milhões de cruzeiros, contra ..... 1.104.982 e 754.194 sacos, em 1945 e 1944, nos valores, respectivamente, de 352,2 e 217,6 milhões de cruzeiros. A Ásia, que não figurou no biênio anterior na lista dos recebedores do nosso café, aparece nos dez meses de 1946, até outubro, com 161.672 sacos, cabendo o primeiro lugar à Turquia, cujas compras se elevaram a 93.607 sacos, e o segundo à Síria, com aquisições de 47.547 sacos.

A África também aumentou as suas encomendas de 4533 para 237.480 sacos, entre 1945 e 1946, tendo sido maior a contribuição do Egito (134.930 sacos), seguindo-se o Marrocos (68.206 sacos) e a União Sul-Africana (34.000 sacos).

As nossas vendas de café, porém, para a América sofreram redução o ano findo, nos meses em foco, comparadas com as do mesmo período de 1945. O total das remessas para os países americanos, de janeiro a outubro de 1946, expressou-se em 10.149.126 sacos, contra 10.525.420, em 1945, Para essa queda, concorreu o "deficit" havido nas remessas destinadas aos Estados Unidos, cujo mercado absorveu, em 1946, apenas 9.237.877 sacos de café brasileiro, contra 9.837.847 dos embarques realizados em 1945.

POSIÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL

AO encerrar-se o ano de 1947 verificou-se, segundo os dados divulgados pela Contadoria Geral da República, que a posição financeira do Brasil era das mais auspiciosas. Efetivamente desde outubro que os balancetes do Banco do Brasil já vinham acusando sensível melhora nas contas entre a União e aquêle estabelecimento bancário. Essa situação favorável sob todos os aspectos foi resultado de uma política de boa orientação em matéria orçamentária, plano do govêrno que se efetivou através da compreensão de quase todos os ministros de Estado, que deixaram de utilizar autorizações orçamentárias no montante de Cr$ 3.329.850.000,00. Nesse ponto convém salientar que os ministros que maiores economias proporcionaram para que o país tivesse o seu orçamento equilibrado foram os da Fazenda, da Educação e da Viação, e o da Guerra. O único Ministério que se excedeu na sua despesa foi o das Relações Exteriores fato aliás fácil de explicar uma vez que no ano em curso teve o Brasil de participar de inúmeros conclaves e conferências no estrangeiro, o que impôs dispêndios de grande monta.

Pelos quadros divulgados pelo órgão técnico do Ministério da Fazenda situa-se que o "superavit" orçamentário atingiu à cifra de 732.928.000,00 cruzeiros. Em verdade contribuiu para êsse desfecho favorável a melhoria da arrecadação que foi de 1.847.928.000,00 cruzeiros. O saldo a favor da União apurado nas contas do exercício encerrado é mais expressivo se levarmos em conta que o orçamento da União para 1947 consignava apreciável "deficit". Êsse foi eliminado por um programa de compressão nos gastos públicos. E' interessante acentuar que a arrecadação tributária contribuiu com circa 10 bilhões de cruzeiros e que nesse cômputo geral o impôsto de consumo continuou como peça de resistência do nosso sistema tributário, quase alcançado neste ano pela renda do impôsto de renda que ultrapassou de 3 bilhões de cruzeiros no ano de 1947. O impôsto de importação contribuiu apenas com a parcela de 1 bilhão e 700 milhões de cruzeiros.

Outro índice seguro da nossa reabilitação financeira é o que pode ser colhido no quadro em que se demonstra o crescimento da despesa pública entre 1946 e 1947. O acréscimo dos dispêndios públicos de um para outro exercício foi apenas de 248 milhões de cruzeiros o que reflete um crescimento francamente normal. Êsse acréscimo é em muito inferior à média normal em todos os países. Essa situação é mais viva se examinarmos que o Tesouro não tem contas cujo pagamento tenha sido retardado e que nos referidos quadros se deixou de incluir uma receita no montante de 661 milhões de cruzeiros, não arrecadada na base da sua estimativa quando da confecção dos respectivos demonstrativos mas de arrecadação certa relativa ao último duodécimo da receita cujos dados não participaram dos quadros. Isso quer dizer que com onze meses de arrecadação cobriu a despesa do ano inteiro e ainda se apresentou saldo favorável.

PRODUÇÃO DE ABACAXI

A NOSSA produção de abacaxi melhorou consideràvelmente nos últimos anos conforme demonstram os dados estatísticos já divulgados a respeito. No último ano 1947, o total da produção atingiu à cifra de 77.068.860 frutos, o que representa um verdadeiro recorde na produção dessa espécie vegetal.

Os maiores produtores foram: São Paulo, Estado de Minas, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Paraná e Mato Grosso.

Em valor essa produção é representada pela cifra de Cr$ 57.155.463,00.

OBSERVAÇÕES FINANCEIRAS

A Reforma do Impôsto de Renda

A última reforma do impôsto de renda no Brasil deve ser encerrada pela sua feição social. Efetivamente com a nova disciplinação buscou-se eliminar o mais possível as contingências de injustiça fiscal. Assim, embora se fale, a miúdo, em majoração de contribuições por meio dessa tributação o que há de fato, é apenas um espírito de redistribuição, a fim de que cada um contribua de acôrdo com a sua capacidade real.

Dentro dêsse espírito foi que a lei atendeu e ampliou o tratamento aos pequenos contribuintes aumentando as estimativas para encargos de família na tentativa salutar de um reajustamento.

Com êsse exercício atende o govêrno de forma melhor aos interêsses da coletividade e busca, ao mesmo tempo, fazer do impôsto de renda a peça de resistência da receita pública.

Êsse aspecto não deve ser despresado já que representa um esfôrço no sentido de uma harmonização. De fato o Brasil que, inicialmente contava com os "direitos de importação" como viga mestra das suas rendas, passou, no curso da última guerra a ter como principal fonte de renda, o impôsto de consumo. Não é preciso acentuar o que representa isso, visto que a tributação dos bens dadas a consumo é pela sua natureza de impôsto indireto que grava indistintamente, no mesmo grau, ricos e pobres, o que proporciona maiores ocorrências de injustiça fiscal.

Com a nova reforma do impôsto de renda tudo leva a crêr que será removida essa situação anômola em acentuado benefício da coletividade.

E se há os que se insurgem contra a tributação "advalorem" de 5% sôbre as transferências de capitais para o exterior é preciso acentuar que essa taxação tem o fim precípuo de evitar, em parte, a emigração de capitais brasileiros para o exterior, o que é norma também salutar, usada atualmente em quase todos os países.

Isentou-se, todavia, dessa taxa a transferência de fundos para pagamentos de importação de artigos essenciais que não produzimos como sejam os combustíveis, o trigo e alguns gêneros de primeira necessidade.

No mais o espírito da reforma do impôsto de renda foi apenas de caráter social, visando diminuir os encargos dos que possuem pequenos rendimentos e buscando uma imposição mais justa para todos, de acôrdo com a capacidade de contribuição de cada um.

Banco do Comércio

COM os balanços efetuados a 31 de dezembro do ano próximo findo e em curso de divulgação no mês corrente, na imprensa do país, é possível colhêr uma visão mais completa da situação econômica do país. O ano passado foi de grandes transformações de fundo; serviu para que fôssem fortalecidos diversos pontos da estrutura da riqueza nacional. E' possível que para muitas organizações haja sido um ano de dificuldades e provações; para outras, porém, antigas em anos e em experiência, que souberam e sentiram no devido tempo a necessidade de pautar seus negócios em bases de absoluta segurança, para estas o ano de 1947 foi frutuoso.

Temos diante de nós, por exemplo, o balanço e a demonstração da conta de lucros e perdas do Banco do Comércio, S. A.; é o mais antigo estabelecimento de crédito do Rio de Janeiro, fundado que foi em 1875; tem vivido e sobrevivido, mercê das suas normas de trabalho, a várias tormentas; era muito novo ainda quando houve o encilhamento e daí para cá, ano a ano, tem sedimentado sua existência na base de firmeza e segurança, ampliando os limites de sua confiança.

Com um capital e reservas de Cr$ 91.185.045,80, dispunha, no dia 31 de dezembro, de uma caixa totalizada em Cr$ 91.717.470,00. Os depósitos confiados à sua guarda totalizavam então Cr$ ..... 426.758.333,20, dos quais Cr$ ..... 343.871.794,70 à vista e a curto prazo e Cr$ 82.886.538,50 a prazo. Em contraste a isto encontramos no seu realizável um total de 499.658.153,70, onde sobressaem as parcelas de empréstimos em conta corrente com Cr$ 168.513.828,50 e a de títulos descontados no valor de Cr$ ..... 204.677.291,10.

Possui o Banco, imobilizado em edifícios de uso, móveis e utensílios, material de expediente e instalações, um total de Cr$ 25.706.961,20.

Revendo a demonstração da conta "Lucros e Perdas", também encerrada a 31 de dezembro transacto, verificamos no crédito os resultados brutos do semestre, no total de Cr$ 24.038.708,10; no débito, encontramos as despesas gerais, ordenados e gratificações, percentagens da Diretoria e dos funcionários, realizadas num total de Cr$ 7.111.218,70 e mais impostos fixados em Cr$ 510.165,80 e juros pagos e creditados no valor de Cr$ 12.013.986,70. Confrontando êste custo efetivo do seu funcionamento num semestre, em relação com o vulto das suas responsabilidades e dos seus negócios, verificamos o equilíbrio com que se processa a vida do Banco do Comércio.

Ao Fundo de depreciação foram destinados Cr$ 189.830,60; ao Fundo de Reserva Legal — 5% sôbre o lucro líquido — Cr$ 326.822,10; ao Fundo de Reserva Disponível, Cr$ 191.911,40. O dividendo do semestre foi distribuído à razão de 15 por cento ao ano, tendo montado a Cr$ 3.634.630,80. Ainda foi feita uma doação de Cr$ 60.142,00 à Caixa Auxiliadora dos Funcionários.

O Banco do Comércio S. A., à cuja frente se encontra, como Presidente, o Dr. Manuel Thomaz de Carvalho Brito e, como diretores, estão os Srs. Dr. Cincinato Braga, Mário d'Almeida, Oswaldo Costa, Comendador Gervásio Seabra, Dr. Antônio de Andrade Botelho e Vicente Noronha, procura dar maior expansão possível ao crédito no Distrito Federal. Tendo sua sede magnificamente instalada na Rua do Ouvidor ns. 93-95, dispõe em funcionamento de agências no Meyer, na Tijuca, em São Cristóvão, em Copacabana e na Rua Uruguaiana. Além destas possui também uma agência em Friburgo.

Os resultados oferecidos pelo seu balanço correspondente ao segundo semestre de 1947 são uma garantia do desenvolvimento de suas operações no ano corrente e nos futuros.

BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S. A.

FUNDADO EM 1938

CAPITAL REALIZADO 60.000.000,00 — FUNDO DE RESERVA LEGAL 12.000.000,00 — OUTRAS RESERVAS 20.000.000,00

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

(COMPREENDENDO MATRIZ, FILIAIS E AGÊNCIAS)

MATRIZ
SÃO PAULO
Rua Alvares Penteado, 165
Caixa Postal n.º 4077
End. Telegr: "MERCAPAULO"

AGÊNCIAS
Americana, Atibaia, Barirí, Bernardino de Campos, Cambará, Campinas, Campos do Jordão, Capivarí, Chavantes, Cornélio Procópio, Garça, Guararapes, Guaxupé, Ibitinga, Indaiatuba, Itajobí, Itapéva, Itú, Leme, Limeira, Lins, Londrina, Marília, Mogi-Guaçu Novo Horizonte, Olímpia, Ourinhos Palmital, Pindamonhangaba, Pirajú, Piratininga, Porto Feliz, Quintana, Ribeirão Preto, Rio Claro, Salto, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Amaro, (São Paulo), São João da Boa Vista, Sertãozinho, Sorocaba, Véra Cruz.

FILIAIS
CURITIBA
Rua Dr. Muricy, 653
RIO DE JANEIRO
Av. Graça Aranha, 182-B
SANTOS
Rua 15 de Novembro, 132

ATIVO

		Cr$	Cr$
A — DISPONIVEL			
Caixa:			
Em moeda corrente		52.008.580,10	
Em depósito no Banco do Brasil		97.982.453,20	
Em depósito à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito		9.069.676,10	
Em outras espécies		7.941.432,40	167.002.141,80
B — REALIZÁVEL			
Letras do Tesouro Nacional		12.031.000,00	
Empréstimos em c/corrente	120.298.611,50		
Títulos descontados	525.189.256,10		
Agências no país	146.112.885,30		
Correspondentes no país	15.542.534,90		
Correspondentes no exterior	26.616.665,60		
Outros valores em moeda estrangeira	31.977.062,10		
Outros créditos	7.594.438,70	873.331.454,20	
Imóveis		75.537,30	
Títulos e valores mobiliários:			
Obrigações federais — dep. no Banco do Brasil — à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito	9.286.000,00		
Apólices e Obrigações Federais	13.146.540,50		
Ações e debêntures	4.884.321,00	27.316.861,50	
Outros valores		1.020.360,00	913.775.213,00
C — IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco	23.878.828,20		
Moveis e utensílios	2.880.288,60		
Material de expediente	948.465,20		
Instalações	2.544.336,70		30.251.918,70
D — RESULTADOS PENDENTES			
Despesas gerais			216.840,70
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em garantia		406.950.768,90	
Valores em custódia		98.888.186,50	
Títulos a receber de c/alheia		264.044.250,60	
Outras contas		550.061,60	770.433.267,00
			1.881.679.381,20

PASSIVO

			Cr$
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		60.000.000,00	
Fundo de reserva legal		12.000.000,00	
Fundo de previsão		17.000.000,00	
Outras reservas		3.000.000,00	92.000.000,00
G — EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS			
À VISTA E A CURTO PRAZO:			
De poderes públicos	1.424.594,90		
De autarquias	4.867.979,30		
Em c/c sem limite	341.859.916,00		
Em c/c limitadas	143.808.779,20		
Em c/c sem juros	21.096.076,90		
Em c/c de aviso	19.506.492,60		
Outros depósitos	18.878.755,20	551.442.594,10	
A PRAZO:			
de diversos:			
A prazo fixo	122.446.350,80		
De aviso prévio	12.925.287,80	135.371.638,60	
		686.814,232,70	
OUTRAS RESPONSABILIDADES			
Agências no país	175.594.135,50		
Correspondentes no país	44.408.766,70		
Correspondentes no exterior	12.373.769,00		
Ordens de pagamento e outros créditos	82.725.891,30		
Dividendos a pagar	3.699.218,00	318.801.780,50	1.005.616.013,20
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			13.630.101,00
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em gar. e em custódia		505.838.955,40	
Depositantes de títulos em cobrança:			
Do país	233.347.421,60		
Do exterior	30.696.829,00	264.044.250,60	
Outras contas		550.061,00	770.433.267,00
			1.881.679.380,20

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

DÉBITO

	Cr$	Cr$
Despesas gerais:		
Honorários do Conselho de Administração e do conselho fiscal	155.300,00	
Ordenados do pessoal e gratificações	9.999.910,50	
Contribuição do Banco para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários	538.948,10	
Despesas diversas	2.215.630,70	12.909.789,30
Impostos		1.624.991,50
Juros pagos e creditados		10.903.514,20
Abatimento nas contas de móveis e utensílios, objetos de escritório e despesas de instalação	1.201.304,00	
Abatimento na conta de títulos e valores mobiliários	497.000,00	1.698.304,00
Perdas Diversos:		
Prejuizos verificados		518.414,80
Reservas e Fundos Especiais:		
Creditado a fundo de previsão		3.000.000,00
Donativos:		
Donativo feito á Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco Mercantil		50.000,00
16.º dividendo de 10% ao ano, ou sejam, Cr$ 10,00 por ação		3.000.000,00
Dividendo adicional, à razão de 2% ao ano, ou sejam, Cr$ 2,00 por ação		600.000,00
Percentagens:		
Ao Conselho de Administração (Art. 17, § 2.º dos Estatutos)	219.361,60	
Ao pessoal do Banco (Art. 25 dos Estatutos)	219.361,60	438.723,20
Saldo que passa para o exercício seguinte		1.490.184,20
		36.233.921,20

CRÉDITO

		Cr$
Saldo não distribuido dos lucros anteriores		1.266.852,60
Produtos de operações sociais:		
Descontos, deduzidos os que passam para o semestre seguinte	17.744.873,60	
Juros	5.979.138,70	
Comissões	6.065.532,90	
Carteira de Câmbio	3.674.173,40	
Cofres de aluguel	12.963,60	
Recuperações de débitos lançados em lucros e perdas	330.893,80	33.807.576,00
Lucros diversos		1.159.492,60
		36.233.921,20

São Paulo, 3 de Janeiro de 1948. — (a) J. J. Cardozo de Melo Neto — Presidente (a) Gastão Vidigal — Superintendente (a) Marcio da Costa Bueno — Diretor-Secretário. Membros do Conselho de Administração (a) Antonio Aymoré Pereira Lima (a) Ernesto Dias de Castro (a) Fabio da Silva Prado (a) Lauro Cardoso de Almeida (a) Olavo Egydio de Sousa Aranha — (a) Decio R. da Fonseca — Gerente Geral (a) Javert Vieira da Silva — Subcontador — (R 13125)

B

O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO

THE LIBRARY OF THE
JUN 8 1948
UNIVERSITY OF ILLINOIS

Seja também uma dactilógrafa Campeã!

Em uma competição dactilográfica, a vitória nem sempre sorri à dactilógrafa mais bem dotada, à possuidora de maior agilidade ou de técnica mais apurada... Pode, também, depender de fatôres mecânicos, como, por exemplo, a máquina utilizada! A máquina de escrever elétrica IBM detém o último campeonato mundial de velocidade, realizado na cidade de Chicago, em 1946. — Nesta máquina, todos os movimentos são operados elètricamente, a uma leve pressão sôbre a tecla. O trabalho é, assim, realizado pelo motor. Dêsse modo, uma dactilógrafa, sem o menor esfôrço, executa a tarefa de *duas*! Além disso, a máquina de escrever elétrica IBM é dotada de uma alavanca para a regulagem do número desejado de cópias, até o máximo de 20, de uma só vez, e tôdas absolutamente uniformes, nítidas e perfeitas! Procure conhecer a máquina de escrever elétrica IBM — e estude-lhe as vantagens. Sugira ao seu chefe que a adote em seu escritório, para um serviço mais rápido, eficiente e econômico! E V. poderá ser também uma... *campeã* em dactilografia!

máquina de escrever *elétrica*

IBM

SERVIÇOS HOLLERITH S. A.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MECANIZAÇÃO

IBM

Avenida Graça Aranha, 182 — Rio de Janeiro
Rua Libero Badaró, 39-11.º and. - São Paulo
Rua dos Andradas, 1354-5.º and. - Pôrto Alegre
Av. Afonso Pena, 952-3.º and. - Belo Horizonte
Av. 7 de Setembro, 61/63 - Salvador
R. Cel. Gomes Machado, 99/101-4.º and. - Niterói
Representantes nas principais cidades do Brasil

SÓCIO PATRONO

Colabore na campanha de alfabetização de adultos.

INTER-AMERICANA

SH-34

PELO PREÇO DE

UM CAFEZINHO

Por somente 30 centavos

DO CENTRO DA CIDADE
À ZONA SUL

Apesar do sempre crescente aumento do custo de operações, o serviço de transporte coletivo no Rio continúa sendo o mais barato do mundo

O "Ponde"

o amigo fiel do Carioca!

Fevereiro
1948

NESTE NÚMERO:

Comércio Exterior 7

Livros e Idéias 11
(Valdemar Cavalcanti)

De Todo o Mundo 14

Crônica Parlamentar 17

Financiamento da Planificação 19
(Aristóteles Moura)

A Eletrificação Rural 26
(Apolônio Sales)

O OBSERVADOR Faz Anos 34

O Caso da Rússia 50
(Carlos Lacerda)

O São Francisco 67
(D. Duque Catão)

1950 — Ano Trágico para o Arroz 74

O IPASE 81

O Ano Agrícola de 1947 86

Caixa Econômica Federal 99

A Erva-Mate já Foi Ingrediente de Feitiçaria 101
(Francisco Leite)

Instituto do Açúcar e do Álcool 102

Banco do Estado de São Paulo 114

NOTAS EDITORIAIS

Acôrdo e Planejamento 3

Em Tôrno de Libras 4

O Estatuto do Petróleo 4

Aparelhamento Portuário 5

Reunião de Prefeitos 5

SECÇÕES

Produtos e Mercados 106

Observações Financeiras 108

Observações Econômicas 109

Bancos e Moedas 112

Capa de Ary Fagundes

EXPEDIENTE

Propriedade da

SOC. EDITORA "O OBSERVADOR", LTDA.

COLABORAÇÃO PERMANENTE DE: Arthur Ramos, Arí F. Torres, Caio Prado Júnior, Dante Costa, Garibaldi Dantas, Humberto Dantas, José Maria Belo, Moacir Soares Pereira, Nelson Coutinho, Oscar Tenório, Paulo Frederico de Magalhães, Pedro Calmon, Raul Lima, Roberto Lyra, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Teófilo de Andrade, Líbero de Miranda, Renato Mendonça, Carlos Lacerda e Prof. Leonidas Rezende.

Correspondentes especiais em

Londres, New York e Buenos Aires

Os originais enviados à redação não serão devolvidos mesmo quando não publicados.

Publicação mensal

Redação: Av. Graça Aranha, 182 — 3.º andar
Caixa Postal, 3.114 — Telg. Observador

Tels. { Redação — 42-6995
Gerência — 42-5519

SUCURSAIS

SÃO PAULO — Diretor: Heitor Ferreira Lima — Ed. Saldanha Marinho — Rua Líbero Badaró, 39 — 3.º and. — Tel. 3-6060 — S. Paulo.

MINAS GERAIS, GOIAZ e MATO GROSSO — Diretor: Dr. Moacir Assis de Andrade — Ed. Guimarães, Av. Afonso Pena, 952-3.º andar — Tel. 2-5046 — B. Horizonte.

RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA — Diretor: H. J. Bacelar — Rua dos Andradas — Ed. Sloper, 5.º andar — Tel. 4780 — C. Postal 571 — Pôrto Alegre.

◆

AGÊNCIAS NOS ESTADOS

CEARÁ — José Edesio de Albuquerque — Rua Guilherme Rocha, 182 — Fortaleza.

BAHIA — Abrahão Bouças — Av. 7 de Setembro, 61 — 1.º — Salvador.

S. PAULO — M. Pontes & Cia. — Rua 15 de Novembro, 69 — Santos.

PARANÁ — Arnaud F. Veloso — Rua Barão do Serro Azul, 445 — Curitiba.

SANTA CATARINA — Carl Whale — Rua 15 de Novembro, 992 — Blumenau.

RIO GRANDE DO SUL — Pelotas — Distribuidora Sul Riograndense — Rua 7 de Setembro, 312. Paulo Pargentdler — Praça Marechal Floriano, 447 — Passo Fundo.

DISTRIBUIDOR PARA O RIO

Paschoal Tramontano.

Representante em Buenos Aires

Prensa Americana — Vitória, 1222.

Fotografias de Mozar Alves da Silva

Número avulso ..... Cr$ 10,00
Mês anterior ..... Cr$ 15,00

Números atrazados — Preços variáveis
índice semestral — Cr$ 15,00

ASSINATURAS

INTERIOR

1 ano	**Cr$ 100,00**
2 anos	**180,00**
3 anos	**260,00**

EXTERIOR

1 ano	**Cr$ 200,00**
Índices Semestrais, cada .	**15,00**

As opiniões expendidas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Todos os artigos publicados são inéditos e escritos especialmente para esta Revista.

IMPRESSO NA EMPRÊSA GRÁFICA "O CRUZEIRO" S. A. — LIVRAMENTO, 191 — RIO

O OBSERVADOR
ECONÔMICO E FINANCEIRO

REDAÇÃO:
AVENIDA GRAÇA ARANHA, 182 - 3.º andar
RIO DE JANEIRO

FUNDADOR
VALENTIM F. BOUÇAS

CAIXA POSTAL 3.114
Tels. — Ger. 42-5519 — Red. 42-6995
End. Telegr. "OBSERVADOR"

N.º 145 — NOTAS EDITORIAIS — ANO XII

Acôrdo e Planejamento

NO dia em que se instalou, a Comissão Interpartidária de Planejamento Administrativo recebeu das mãos de um emissário do govêrno o já famoso Plano Salte. Os dois fatos devem ser tomados como bons angúrios para um trabalho rápido e proveitoso, capaz de transformar o acôrdo político em realidade prática benéfica ao progresso e melhoria de vida no país, conforme o pensamento originário.

Não resta dúvida quanto às razões que influíram no modo favorável por que a opinião pública recebeu o acôrdo político que reuniu em tôrno do Chefe do Govêrno as mais importantes correntes partidárias. A certeza de que só a tranquilidade política daria o clima necessário para que o Executivo e o Legislativo concertassem as decisões fundamentais o progresso nacional fêz o povo brasileiro adepto do acôrdo, tantas vêzes combatido, negado e propositadamente mal interpretado.

Agora é a ocasião de semear.

À Comissão de Planejamento Administrativo serão afetos os assuntos extra-política mais importantes. De seu trabalho resultará, portanto, a parte fundamental da semeadura, que deve ser cuidadosa pois na colheita deposita o Brasil tôdas as suas esperanças.

O que sovrevirá se fracassar todo êste esfôrço político-administrativo?

As afirmações iniciais dos membros da Comissão, Srs. Odilon Braga (UDN), Souza Costa (PSD) e Mário Brant (PR), deixam claro sua convicção da importância da tarefa, o que nos parece fundamental. No entanto, as especulações da imprensa em tôrno da influência das decisões da Comissão não chegaram a uma conclusão quanto ao caráter das mesmas em relação aos partidos no Congresso. Por outras palavras, ainda não se sabe se os seus pareceres significarão a atitude a ser seguida pelos deputados e senadores em suas Casas Legislativas ou se representarão apenas vagas recomendações. Parece-nos que se o adotado fôr a segunda hipótese, na maioria dos casos o trabalho da Comissão será apenas um parecer a mais, aumentando o volume dos anexos dos estudos executados por outras entidades públicas e particulares. Cremos, mesmo, que se as decisões adotadas pela Comissão não tiverem certa fôrça de orientação partidária, o seu trabalho será praticamente inoperante.

Instalada para estudar e sugerir, como uma brigada de choque ou turma avançada, e constituída de elementos de indicação de cada um dos partidos em coalisão, a Comissão desempenhará o papel importantíssimo de desbastar os caminhos a fim de que os assuntos de interêsse imediato do país não se eternizem em votos, pareceres e discussões de plenário.

Sabemos que além do Salte (Saúde, alimentação, transporte e energia) outros assuntos vitais serão apreciados pela Comissão, como o aproveitamento do petróleo, exportação de minérios, etc. Pela sua própria natureza controversa, êstes são assuntos capazes de motivar trabalhos parlamentares demoradíssimos, o que colide com a urgência que tem o país na sua solução. Caberia então à Comissão mastigá-los, digamos assim, conciliar os pontos de vista e decidir, afinal, embora sua decisão não implicasse em cessação de liberdade das opiniões pessoais dos congressistas, o que seria anti-democrático.

O que desejamos é que a Comissão Interpartidária de Planejamento Administrativo dê um exemplo de objetividade como verdadeiro "claring house" de projetos e tendências partidárias, a fim de que o acôrdo político seja, realmente, um acôrdo benéfico ao país.

Diretor Responsável
OYAMA P. TEIXEIRA

★

Gerente
R. C. DE MEDEIROS

★

Redator Responsável
E. SIMAS PEREIRA

EM TÔRNO DE LIBRAS

◆ *Quando* esta edição estiver exposta à venda certamente já serão conhecidos os têrmos exatos do acêrto resultante da missão britânica, chefiada por Mr. Wise, que veio ao Brasil tratar do destino dos 65 milhões de libras congeladas e do futuro do intercâmbio anglo-brasileiro. No momento em que escrevemos estas palavras, contudo, sente-se apenas a tendência das conversações no propósito de não ser assinado nenhum acôrdo formal, assentando-se tão somente alguns pontos essenciais cujos detalhes mais tarde se delinearão com nova missão Vieira Machado a Londres.

Alguns dêsses pontos essenciais são o emprêgo dos milhões de libras congeladas na liquidação da dívida externa do Brasil na Inglaterra, o estabelecimento de prazos razoáveis entre a entrega de mercadorias brasileiras, notadamente matérias primas e alimentos, e a contrapartida de produtos da indústria britânica, a intensificação do intercâmbio na base do reaparelhamento industrial inglês, e conversações mais profundas sôbre importações básicas, incluindo-se o carvão, que os ingleses desejam trocar por minério de ferro.

O desconhecimento dos têrmos do entendimento impede-nos um comentário maior. Todavia, há circunstâncias de ordem geral que devem ser lembradas e que, se não devidamente consideradas, poderão nos arrastar a uma difícil posição não só no cenário internacional como em relação à própria política nacional de produção.

Discutimos com a Inglaterra em presença de um mundo ainda conturbado e com a antecerteza de que a velha Albion continua sendo, nêle, um fator ponderável de sobrevivência da democracia. Temos viva, por outro lado, a lembrança do valor e a extensão do seu sacrifício na última grande guerra. Estas conversações envolvem têrmos desconhecidos para nós, que tradicionalmente mantivemos relações comerciais com a Inglaterra pesando sempre menos o nosso prato na balança, mas não podemos de nenhum modo esquecer que a existência de saldos favoráveis não significa abastança nem representa o resultado de magníficos negócios. Os 65 milhões congelados são parte integrante daquele ouro que acumulamos no exterior durante a guerra e que foi tido como símbolo de uma prosperidade eterna embora não passasse de um fundo de depreciação formado pela impossibilidade em que nos encontrávamos de importar os equipamentos necessários. Os dólares que da mesma maneira acumulamos, logo dissipamos em futilidades e hoje amargamos a falta de contrôle nos gastos. Com as libras não fizemos o mesmo porque a Inglaterra as congelou. Ora, sendo tais reservas resultantes pura e simplesmente da falta de compensação em máquinas e manufaturas por parte dos britânicos das compras que nos fizeram, que nos adiantará agora mais que tais bens de produção?

O Estatuto do Petróleo

ÀS vésperas do encerramento da sessão extraordinária do Congresso Nacional chegou, à Câmara dos Deputados, o ante-projeto do Estatuto do Petróleo, elaborado por uma comissão especialmente designada para êste fim, presidida pelo Sr. Odilon Braga, e que, depois, fôra objeto dos estudos da Comissão de Investimentos, do Conselho de Segurança Nacional e também, ao que parece, do Conselho Nacional do Petróleo. Grande é o dossier que acompanha o trabalho; somente o relatório da Comissão redatora está contido em 104 nutridas páginas e cada um dos outros órgãos que tiveram oportunidade de compulsar o trabalho emitiram sua opinião sôbre o assunto. Em virtude, porém, do caráter reservado e confidencial de muitas partes do "dossier", não foi o mesmo divulgado. Compreende o público a alta relevância do problema e espera que o mesmo entre em discussão a fim de tomar conhecimento quando não da íntegra de todos os estudos procedidos, pelo menos daquela parte cuja publicação não afete à sua inteireza.

Estamos em face de um dêsses debates para os quais tôda a comunidade nacional se sente disposta a participar, envolvendo um amplo movimento de consciência pública, de compreensão de influências futuras na vida do país. As séries de conferências, pronunciadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, de um lado pelo General Juarez Távora e de outro pelo General Horta Barbosa, mobilizando cada um dêsses ilustres militares adeptos que também se fizeram ouvir, constituíram sem dúvida uma campanha de educação e divulgação. Serve o tema para provar que não há indiferentes, em nenhuma das camadas sociais, em tôrno dos problemas que tenham, erdadeiramente, importância econômica, tanto interna como externa. Como que a presença de de um motivo sufoca dissenções de ordem puramente política, ante um verdadeiro mote de política econômica no seu mais alto grau.

De tudo isto devemos concluir, com o melhor otimismo, que evoluímos no setor da opinião pública. Temos, neste caso do petróleo, nada menos de três tendências distintas, cada uma delas apoiada em argumentos merecedores do mais elevado respeito e é de esperar que se saiba conduzir o debate até o fim dentro dêste mesmo clima. E se isto fôr logrado, teremos chegado a uma decisão que traduza realmente a média mais ponderável do que pensa e deseja o Brasil.

Não devemos concluir êste registro, porém, sem uma outra referência. Esta é de que, ao mesmo passo em que lança o govêrno as bases para o aproveitamento do potencial hidro-elétrico do Rio São Francisco, seguido pelos planos de recuperação do vale do mesmo rio, cuida simultaneamente de dinamizar o potencial petrolífero já constatado nos campos da Bahia, ao mesmo tempo ainda que leva as pesquisas a outros pontos do território nacional. Vale ainda lembrar os trabalhos em curso para amplificação da capacidade de energia elétrica do sistema que serve a área intensamente industrial de São Paulo e do Distrito Federal e mais os planos dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Compreendemos definitivamente que um dos grandes óbices contra os quais lutávamos e lutamos ainda, é o da carência de recursos energéticos. Êste é um capital que, uma vez invertido, corresponderá à maior fôrça propulsora do desenvolvimento da economia nacional.

Aparelhamento Portuário

O FATO que os jornais noticiaram pode ser resumido da seguinte forma: a Companhia Siderúrgica Nacional vendeu para a Argentina alguns milhares de toneladas de ferro gusa, assumindo compromisso quanto à data de entrega em Buenos Aires. Planejou a execução da encomenda e, no momento devido, começou a pôr a mercadoria no Cais do Pôrto. Conforme havia sido previsto, chegou também, no dado instante, o primeiro navio que deveria carregar parte da encomenda, o "Midosi". Nesta altura, porém, verificou-se que o aparelhamento portuário era insuficiente para a operação e que isto iria retardar de muitos dias a entrega do gusa ao comprador argentino. Diziam os jornais, então, que seriam necessários 35 dias a fim de que fôssem postas a bordo 7.000 toneladas de ferro.

A Administração do Cais do Pôrto, em nota distribuída, afirma que as coisas não correram bem assim. Diz que estava apta a carregar rapidamente o gusa em lingotes longos, que pudessem ser amarrados em feixes, mas o gusa veio em lingotes curtos, e que assim somente poderia ser pôsto nos porões com o uso de caçambas. Confessa que as caçambas eram insuficientes — não diz se em virtude de quantidade ou da capacidade — e acrescenta que imediatamente mandou fabricar as necessárias, dominando prontamente a situação e que, nestas condições, em quatro dias, foram carregadas 3.800 das 7.000 toneladas. E' uma pena que a Administração tivesse logo cogitado, na sua nota, chamar de "malévola profecia do mau brasileiro que estipendiou a publicação da notícia difamatória...", profecia que não era de todo improcedente, como se vê.

O fato é que, mais uma vez, o velho equipamento de carga e descarga mostrou quanto prejudica, realmente, os interêsses da economia nacional e quanto êle próprio responde pelo frequente congestionamento, promovendo a demora das unidades mercantes na Baía de Guanabara, com visíveis prejuízos para armadores e embarcadores.

Um simples detalhe da própria nota-desmentido serve para mostrar que as coisas são corrigidas ou feitas sempre à última hora. Dado o vulto da produção siderúrgica, é de crer que êste não seja o primeiro embarque de ferro gusa realizado no pôrto do Rio de Janeiro. Pelo menos revendo as nossas estatísticas do comércio exterior, verificamos que no curso de 1947 saíram muitos milhares de toneladas dessa matéria prima para a Argentina, se não nos enganamos. No entanto, conforme está escrito no comunicado, somente a 24 de janeiro próximo passado é que foram encomendados, pela Administração, os eletro-ímãs para embarque de gusa.

Convém lembrar, porém, que quando da crise mal sanada de congestionamento do pôrto, há menos de um ano ainda, muita publicidade se fêz em tôrno de planos tendentes a corrigirem os defeitos e deficiências do mais importante escoadouro marítimo da produção brasileira, tendo havido mesmo uma emprêsa estrangeira, de navegação, que se prontificou a cooperar de maneira decisiva inclusive para a construção de "piers" que ampliariam de muito a área de embarque e desembarque. Falou-se na renovação do material em uso, no aumento de capacidade e em muitas coisas mais. Ao que parece, o Ministro da Viação chegou a assistir ao batimento de uma pedra simbólica para mais uma seção, no prolongamento do cais, lá para as bandas do Cajú ou São Cristóvão.

Mas pelo visto, nos estudos então realizados, não entrou em cogitação o equipamento do cais com os eletro-ímãs; no entanto, tratando-se de um serviço onde se deve estar preparado para tudo, pois nem sempre a improvisação dá resultados, é somente depois de exposta a lacuna que se trata de corrigi-la.

A guerra exigiu de nós também pesados sacrifícios, se não em vidas, pois poucas perdemos em comparação com outros aliados, pelo menos em cooperação material, que não regateamos. Todo o nosso parque industrial, antiquado sistema de transporte e escasso maquinário agrícola foram submetidos a um regime de desgaste que os anémiou extremamente. Outra não é a origem remota das dificuldades que enfrentamos hoje, com a produção decrescendo precisamente quando devia aumentar como mais eficaz remédio contra a inflação.

Precisamos, por conseguinte, de bens de produção, de máquinas e equipamentos de tôda sorte, e o melhor destino para os 65 milhões seria a compra, pelo menos parcial, de tais elementos.

Pagar dívidas é um gesto sempre louvável, e com a mercê de Deus não temos sido dos piores credores para a Inglaterra, sendo de salientar que ela, por sua vez, procedeu sempre com dignidade no assunto, notando-se os recentes "fundings". Mas não podemos nesta hora liquidar dívidas vultosas com um dinheiro que representa verdadeiramente um fundo de depreciação; que agora deveria servir para recuperarmos o desgaste de ontem.

Se é certo que deemos reconhecer existência de circunstâncias especiais influindo nas presentes negociações, que não tiveram comêço feliz em Londres, não é menos importante a pressão constante que sôbre as autoridades brasileiras faz o conhecimento da aflitiva situação da economia nacional.

Não há dúvida que pouco adiantará para o país a liquidação da dívida inglesa, como não adiantaria a aquisição de bens e interêsses em estradas de ferro e outras emprêsas de serviço público sem a possibilidade de obtenção imediata de equipamentos com que substituir o ferro velho existente. Economizaremos um pouco por ano, deixando de pagar juros e amortizações, ou poderemos dizer que tal ou qual estrada é nossa.

E a produção, aumentará por isto?

Não há dúvida de que o capítulo mais sério das negociações se refere ao emprêgo dos milhões congelados e imediata obtenção de equipamentos industriais. Quanto ao comércio, todos estamos acordes em que sua intensificação está no interêsse comum, sendo certo que a indústria britânica, a julgar mesmo pelo número de mercadorias lançadas no nosso mercado, incluindo automóveis e caminhões, se reabilita rapidamente.

CÍRCULO VICIOSO

◆ *Quando* do último movimento generalizado de aumentos de salários tivemos oportunidade de afirmar aqui quanto havia de precário e ao mesmo tempo perigoso naquela maneira de corrigir o desequilíbrio da economia individual. No Brasil, onde em virtude da própria legislação social o valor do salário não pode sofrer qualquer redução, correspondendo cada acrés-

cimo a uma nova responsabilidade que onera o passivo do empregador de forma privilegiada.

Durante algum tempo — quase um ano — foi possível manter o congelamento dos salários; mas como não se conseguiu um meio de manter o nível do custo da vida, aí estamos novamente às voltas com o estudo de tabelas, propostas e contra-propostas; o desenvolvimento natural das coisas nos levará à fase dos dissídios coletivos e, em meio a tudo isto, mais minadas serão as relações entre o capital e o trabalho, pois é certo que as fôrças de desagregação se valem da oportunidade, se aproveitam do enfraquecimento de resistência econômica e social, para caldo de cultura da agitação política.

Já agora em fevereiro estão patentes três grandes movimentos em estado de maturação: é o do pessoal da Leopoldina Railway, da Light e dos comerciários. E as condições em que são pleiteados os aumentos já não guarda mos limites de modéstia e prudência que seria de desejar, porém se elevam a percentagens que atingem não raro os 80 por cento, com a solicitação em alguns casos de que os aumentos ora pleiteados tenham efeito já sôbre os vencimentos do mês corrente.

Não há por onde discutir que o custo da vida, sobretudo nas grandes cidades, continuou em elevação durante todo o ano de 1947, não tendo se beneficiado dos esforços feitos pelo govêrno no propósito de deter a inflação pelo estancamento das emissões. A própria estatística oficial, do custo da vida na cidade do Rio de Janeiro, tomando por base o orçamento mensal para uma família de sete pessoas, estatística que se ressente de falhas ponderáveis, conforme já temos ressaltado em outras oportunidades, aponta que em agôsto, se apurava o índice total 277, contra 219 da média de 1946. O aumento verificado no ano transacto foi pois muito superior ao constatado entre 1945 e 1946.

Nestas condições é difícil encontrar argumentos, dentro da lógica, com que discutir as melhorias de vencimentos pleiteadas. E' certo, porém, que concedidos os aumentos ora em discussão, não serão êles os últimos, de vez que não lobrigamos no futuro mais próximo a perspectiva de que se venha a conseguir uma real estabilização do custo da vida, quanto mais uma redução nos seus níveis atuais, redução esta que ficará sempre longe de atingir as proporções desejadas de vez que o custo da mão de obra, o preço do trabalho, é objeto de bloqueio no que respeita à redução.

Sabem, mesmo os mais humildes, que a felicidade social não se traduz no maior volume dinheiro, mas na possibilidade de se poder adquirir normalmente e dentro de uma certa linha de estabilidade de valor aquilo de que se precisa para um justo padrão de vida. E, mesmo aquêles, sabem também que ao invés do almejado desafôgo, o que se sente é um apêrto, um arrôcho mesmo, no abastecimento. Chegamos ao ponto, inclusive, de desaparecer, do mercado do Rio de Janeiro, o mais popular, o mais corriqueiro, o mais condenado pelos nutricionistas, de todos os gêneros alimentícios: a farinha de mandioca! E' fictício o suprimento de carne para o consumo e não são das mais favoráveis as notícias sôbre o arroz e o charque. O feijão prêto continua vivendo a portas travessas e o pão que nos chega cada manhã, mesmo depois do aumento havido, é do tipo que todos conhecemos.

Aí estão exemplos apontados sem que procedam de nenhum artifício de memória; são gêneros comuns a tôdas as mesas, ricas e pobres. Sabemos todos que o comércio e a indústria não podem suportar novos ônus; que os aumentos, se forem concedidos, deverão ser recuperados nos preços. E que uma vez feita esta recuperação, os vencimentos, mesmo aumentados, tornarão a ser insuficientes. E' o círculo vicioso.

◆

REUNIÃO DE PREFEITOS

◆ *A longa* experiência brasileira, no campo da autonomia administrativa, mostra que não é fácil criar unidade em tôrno de um programa de trabalho. Nada menos de três esferas organizam planos e, nada menos de três executam. Partindo de cima para baixo, estão o govêrno da União, os governos dos Estados e os governos dos Municípios. Em cada uma dessas esferas é natural que o mandatário, eleito — na sua quase totalidade — ou nomeado em poucas exceções, tenha a sua própria orientação ou a sua própria concepção das coisas, inclusive no que respeita ao âmbito dos compromissos partidários.

Ao procedermos a êstes reparos, porém, não desejamos tão pouco aplaudir nenhuma iniciativa de centralização absoluta, mas é evidente que a criação de um clima de compreensão é um propósito elogiável, sendo de esperar, daí, benefícios concretos para o desenvolvimento do país. Vivemos a era dos planos, onde são agrupadas grandes obras que influirão precisamente pelo conjunto. Pouco adianta, por exemplo, explorar jazidas de níquel, de ouro, de prata, ou fazer agricultura, ou instalar grandes fábricas num local onde não haja meios de escoamento. Uma coisa só poderá ser útil se vier acompanhada da outra, a produção do transporte ou o transporte para fazer a produção.

Este comentário nos foi sugerido por exemplo que deveria ser multiplicado. O govêrno do Estado do Rio de Janeiro, através de sua Secretaria de Agricultura, convocou os prefeitos municipais para uma reunião, no curso da qual foram debatidos os problemas ligados à produção e ao escoamento; valeu a oportunidade para que os governantes dos Municípios entrassem em contato mais íntimo com as autoridades do Estado, à margem das cogitações puramente políticas, a fim de debaterem as realidades e as necessidades das respectivas comunas sob o ponto de vista da economia e da circulação da riqueza. Simultaneamente foi proporcionado aos prefeitos fluminenses contato com novos processos de trabalho, destacando-se neste particular a visita feita ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, no quilômetro 47 da estrada de rodagem Rio-São Paulo.

No Brasil é o município a unidade básica, especialmente no que respeita à produção e tudo segue bem quando é bem começado na órbita municipal. Pelo próprio teor de nossa formação, porém, poucas são as municipalidades dotadas de recursos técnicos à altura do que nelas é possível realizar. Assim, reuniões como a promovida pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, feitas periodicamente, permitirão além do resultado que procede dos contatos entre os titulares comunais, mais ainda uma "mise au jour" com os fatos do momento. Sem que se estabeleça uma centralização que seria prejudicial, forma-se um clima de troca de sugestões, de conselhos, onde é natural que prevaleça o raciocínio fruto de uma visão mais de conjunto das realidades. E, neste diapasão, quanto mais pobre fôr o Estado, quanto mais extenso, mais intensos serão os resultados auferidos.

Comércio Exterior

SOB o ponto de vista de quantidade a exportação atingiu, em outubro do ano passado, um volume possivelmente inédito nos anais do comércio exterior. Foram embarcadas, no décimo mês, 408.667 toneladas; a isto, porém, não correspondeu o maior valor mensal do ano, troféu que pelos números divulgados até agora cabe ainda ao mês de janeiro — 2.125.937 mil cruzeiros — seguido pelo de março com 22.123.003 milhares. O valor a bordo das mercadorias expedidas em outubro atingiu a 2.072.004 mil cruzeiros. Não se pode discutir o fato em evidência: o mercado exportador está em procura de melhores níveis de preços, talvez sob a questão de concorrentes mais hábeis. O valor médio por tonelada, em outubro, foi o menor dos dez meses de 1947, não indo além de Cr$ 5.070,00 quando em janeiro havia sido de 6.352 e, em março, de 6.754 cruzeiros.

A importação se processou em escala maior que nos dois meses anteriores. Recebemos 613.548 toneladas, no valor de 1.983.793 mil cruzeiros, tendo o valor médio por tonelada ascendido a Cr$ 3.233,00, manifestando nova inflexão de alta, após dois meses de valor médio por tonelada em declínio.

Balanceados os números do mês encontramos um saldo a nosso favor de 88.211 cruzeiros. Foi outubro o terceiro mês de "superavit" consecutivo, não obstante a escala decrescente, conforme vemos adiante, em mil cruzeiros:

Agôsto	257.997
Setembro	181.042
Outubro	88.211

Com a diferença a nosso favor verificada no mês em análise, ficou o "deficit" do exercício reduzido para 1.330.083 mil cruzeiros. Nos dez meses — de janeiro a outubro — importamos mercadorias totalizando ..... 6.120.926 toneladas no valor de .... 18.956.808 mil cruzeiros e exportamos 3.011.437 toneladas expressas no total de 17.626.725 mil cruzeiros. Recebemos 2.207.387 toneladas mais do que em igual período do ano passado e embarcamos menos 27.596. Gastamos mais de oito biliões além do que havíamos despendido nos dez meses de 1946 com as nossas compras e recebemos 2.748.653 mil cruzeiros a mais pelo que vendemos.

Analisando a procedência do "deficit" verifica-se que êle continuou em crescendo no continente americano; era de 4.940.485 mil até setembro e, com as contas de outubro atingiu a nada menos de 5.222.953 milhares de cruzeiros, sendo que dêsse total nada menos de 5.198.656 milhares resultam do intercâmbio com os Estados Unidos; os resultados favoráveis obtidos na América do Sul e em vários países das Américas do Norte e Central não foram suficientes para contrabalançar as contas adversas especialmente com as Antilhas Holandesas e o Canadá, montando os nossos compromissos com as primeiras a 803.567 e com o segundo a 112.851 milhares de cruzeiros, além de outras contas menores com Trinidad, Terra Nova e México. Está o nosso comércio continental exigindo um estudo imediato por parte dos órgãos competentes. Vejamos a situação com um pouco mais de detalhes.

A América do Norte e Central tinha feito créditos, com o Brasil, até outubro, no valor de 6.164.371 mil cruzeiros e tínhamos até então créditos na América do Sul na importância de 941.418 mil cruzeiros; davam, por conseguinte, os saldos de que dispúnhamos nesta parte do Continente para liquidar os "deficits" em aberto com as Antilhas Holandesas, Canadá e Terra Nova, ficando sem cobertura as contas com os Estados Unidos, Trinidad e o México. O comércio quase que unilateral que mantemos com as Antilhas Holandesas gira em tôrno de petróleo e derivados: é no momento o mercado maior supridor de nossas necessidades em hidro-carburetos. A correção da balança neste particular somente poderá acontecer depois que o aproveitamento dos recursos petrolíferos de que dispomos se tornar uma realidade. Com o Canadá, os saldos em favor do Brasil têm sido esporádicos e os últimos se virifacaram em 1940 e 1941, quando houve o incremento das vendas de algodão em rama daqui para o Domínio. As nossas compras ao Canadá são muito diversificadas, correspondendo as parcelas mais ponderáveis à celulose e ao papel para impressão de jornais. Em 1944 — ano de que dispomos dados mais completos — sôbre um total de importação de Cr$ 93.497.262,00, as compras de papel montaram a Cr$ 44.206.797,00 e as de celulose a Cr$ 13.354.851,00.

Com Trinidad tivemos uma balança comercial favorável e sem interrupção de 1911 até 1938; 1939 nos foi adverso por pequena margem e, em 1940 realizamos saldo; de 1941 a esta parte, porém, temos acumulado "deficits", sendo que os de 1943 a 1945 foram relativamente grandes. Ainda aqui o combustível mineral líquido é o elemento fundamental. Da Terra Nova recebemos sobretudo bacalhau. A inversão da balança com o México, no ano transacto, é fator surpreendente, de vez que ainda nos dez meses de 1946 registrávamos um saldo no valor de 56.109. E' bem verdade que o valor das nossas exportações, para o país azteca, em 1947, foram pouco superiores a um oitavo das realizadas no ano anterior.

O vulto do saldo credor dos Estados Unidos está plenamente esclarecido pelo simples fenômeno do reajustamento do comércio internacional, onde a União do Norte figura como sendo a grande fonte supridora sobretudo de equipamentos industriais e artigos de consumo provenientes do seu colossal parque manufatureiro; além disto, acrescentamos às nossas listas de compras uma série de artigos novos, tais como os produtos químicos e farmacêuticos, as conservas, etc.

Se bem nos demoramos na análise dêsses fatos concretos do comércio exterior, concluímos que a futura inversão da balança estará na dependência da maior capacidade de produção de alguns produtos essenciais e nossa parte, especialmente o petróleo e seus derivados e um certo número de manufaturas. Devemos nos capacitar de que não estamos apenas em face de um período de recomposição, mas também em contacto com fatôres novos, dirigindo o mercado internacional. Um dêsses fatôres é a centralização, nos próprios Estados Unidos, de determinados suprimentos, oriundos de sua indústria e os seus ativos agentes comerciais, agindo na maioria dos casos praticamente sem concorrência e em função de uma nova ordem no comércio mundial.

MERCADOS SUL-AMERICANOS

Devemos ter sempre em mente que no momento em que se fechavam progressivamente os mercados europeus, em virtude da guerra, tornando-se difícil a colocação de matérias primas, voltamo-nos para as nações latino-americanas, oferecendo-lhes os produtos de nossa indústria, procurando, por êste meio, evitar perigosa rutura em nossa economia, se não foi mais satisfatória a acolhida que logramos, devemo-lo em grande parte a nós mesmos. O relatório da missão Truda é todo um repositório do que necessitaríamos fazer a fim de podermos atender com regularidade aos novos clientes. Nos duros anos da guerra cresceu o nosso comércio com a América Latina e hoje temos, em nossas estatísticas, quase todos os países dessa parte do continente. No tópico anterior vimos a posição de alguns dêles, por sinal que não são clientes da fase da guerra, porém de antes. O que desejamos pôr mais em foco, aqui, são as nações da América do Sul.

A Argentina é o segundo cliente mais importante nas nossas exportações. O nosso intercâmbio feito muito à base do trigo em grão portenho pelo café, está hoje em dia muito ampliado. Dentre os novos produtos em pauta, há dois promissores: tecidos de algodão e ferro gusa e, por sinal que, em recentes declarações à imprensa, em São Paulo, o Ministro da Fazenda, Sr. Correia e Castro, anunciava que havia sido concluída uma transação no valor de 300 milhões de cruzeiros de ferro gusa. Necessita a república do Prata de garantir os suprimentos exigidos pela sua indústria siderúrgica e, sem dispor de minérios de ferro, apela para a matéria prima brasileira reduzida.

O trigo, porém, é um ponto nevrálgico. Melhor, dispondo de trigo, e necessitando nós de comprá-lo e não sendo muito amplo o mercado por circunstâncias que não vêm ao caso, temos nos sujeitado um tanto excessivamente às condições do vendedor. A anormalidade no abastecimento do mercado de farinha, perturbando o trabalho da indústria panificadora, é sem dúvida uma lacuna constrangedora na economia nacional. E' claro que, mais cedo ou mais tarde, venceremos os óbices que dificultam a produção tritícola no Brasil; no momento, a crer na ampla divulgação que se faz em tôrno das colheitas, estamos alijando um pouco da penosa dependência. Quando atingirmos um grau de auto-suficiência no que respeita ao trigo, como ficarão assentadas as nossas relações comerciais com a Argentina?

Em dez meses de 1947 importamos 363.483 toneladas de produtos argentinos e para lá despachamos 550.534 toneladas de mercadorias brasileiras; pagamos 1.260.261 mil cruzeiros pelo que compramos e recebemos 1.685.833 mil cruzeiros pelo que vendemos. De janeiro a outubro fizemos um saldo de 425.572 mil cruzeiros.

O segundo mercado mais importante para a nossa produção, na América do Sul, é o Uruguai, que no período em aprêço comprou 320.337 mil cruzeiros; as nossas importações, porém, são pequenas, tendo montado a 36.655 mil cruzeiros naquele período. O terceiro mercado é o Chile; é o único país, na América do Sul, com quem temos "deficit", o qual montava, até outubro, a apenas 564 mil cruzeiros. Vendemos 200.479 e compramos-lhe 201.043 de mercadorias chilenas. Venezuela e Colômbia vêm a seguir e, logo depois, está o Paraguai, com quem muito aumentou o intercâmbio no curso do ano passado. Além do Chile, temos como clientes destacados, na área do Pacífico: Equador e Perú, além da Bolívia, no centro. O comércio com as nações da costa do Pacífico bem como com as do Norte — Guianas, Colômbia e Venezuela — sofre um pesado entrave, que é o do transporte. O Lóide Brasileiro, que no momento está com sua frota rejuvenescida e é uma autarquia, recebendo subvenção do Estado, prestaria um grande serviço estudando a possibilidade da manutenção de uma linha regular, com curso pelo canal de Panamá. O relatório Truda punha em destaque a importância de semelhante ligação.

POSIÇÃO DA EUROPA

Recebemos da Europa, de janeiro a outubro, 622.759 toneladas e embarcamos para lá 1'.062.231 toneladas, no valor respectivamente de ..... 4.187.333 mil e 6.683.619 mil cruzeiros. Fizemos um saldo favorável de 2.496.286 milhares de cruzeiros. A Inglaterra, nossa cliente mais importante no Velho Mundo, absorveu 1.420.174 mil cruzeiros daquela exportação e foi responsável por ..... 1.259.508 milhares de cruzeiros das importações que recebemos. O saldo com a Grã-Bretanha era, em outubro, de 160.166 mil cruzeiros.

Não obstante o ritmo crescente dos valores, recebemos um volume menor de mercadorias inglesas, nos dez meses de 1947, do que no mesmo período de 1946; foram 159.534 contra 191.668 toneladas; houve uma redução, também, nas exportações, esta porém bem menor: 324.769 toneladas em dez meses de 1947 contra 329.219 toneladas em igual período de 1946.

EVITE ESTES CONTRATEMPOS...

o BANCO NACIONAL DE DESCONTOS

OPERAÇÕES BANCÁRIAS

50 - RUA DA ALFÂNDEGA - 50

A União Belgo-Luxemburguesa segue como um dos mais ativos mercados para a nossa produção. As exportações para lá dirigidas atingiram, em dez meses, ao valor de 799.867 mil cruzeiros e as nossas compras a 443.830 mil cruzeiros. A França vem logo a seguir: recebeu 712.480 mil cruzeiros de exportações brasileiras e nos remeteu mercadorias no valor de 402.073 mil cruzeiros. Espanha, Holanda e Itália são os que se colocam a seguir pelo vulto de suas compras ao Brasil.

A Finlândia e a Tchecoslováquia, países com quem foram assinados convênios logo depois da guerra, tendo o Brasil aberto créditos a ambos para o movimento financeiro correspondente às compras que aqui fizessem, figuravam nas estatísticas dos dez meses com cifras importantes de importação de produtos brasileiros. O primeiro recebeu, em dez meses, 135.958 mil cruzeiros e o segundo 286.802 mil cruzeiros. A abertura do crédito à Tchecoslováquia é um assunto ainda não inteiramente liquidado. Feita a operação já na vigência da nova Constituição, foi o protocolo respectivo enviado à Câmara; na Comissão a que foi delegado o processo, coube ao Deputado João Cleofas dar o parecer, não tendo sido êste favorável. Mas parece que nesta altura foi o "dossier" acometido de reumatismo, porque até agora não chegou a plenário, não obstante haver o relator feito, já, um pedido de informações...

OS OUTROS CONTINENTES

Na África o saldo elevou-se a 564.287 mil cruzeiros; a União Sul-Africana recebeu mercadorias brasileiras no valor de 245.053 mil cruzeiros e exportou para o Brasil no valor de 54.182 mil cruzeiros, nos dez meses de 1947; o Senegal está como segundo mercado mais importante da produção brasileira, tendo absorvido, de janeiro a outubro, mercadorias no valor de 146.293 mil cruzeiros. Argélia, Marrocos e Egito são, dentre outros, os mais importantes além dos dois já citados.

Para a Ásia foram embarcadas mercadorias no valor de 844.695 mil cruzeiros e de lá recebemos apenas 92.530 mil, restando por conseguinte um saldo de 752.165 mil. A China é o mais ativo dos compradores asiáticos, tendo sido embarcadas com destino a seus portos encomendas avaliadas em 312.212 mil cruzeiros; nos dez meses correspondentes de 1946, porém, as nossas vendas ascenderam a 492.691 mil cruzeiros. O Ceilão vem em segundo lugar com mercadorias recebidas do Brasil avaliadas em 179.704 mil e a Índia Inglesa em terceiro com 108.585 mil cruzeiros.

As nossas vendas para a Oceania se localizam quase que somente na Austrália. De janeiro a outubro importamos da Oceania 1.469 mil cruzeiros e exportamos 81.601 mil; a Austrália enviou-nos 1.458 mil cruzeiros das exportações da Oceania para o Brasil e recebeu 79.849 mil cruzeiros dos embarques feitos para o continente ilhéu. O saldo do intercâmbio com a Oceania era, então, de 80.132 mil cruzeiros.

O QUE VENDEMOS

As 408.667 toneladas saídas em outubro, teriam obedecido a que composição? Apenas os de produtos mais importantes absorveram nada menos de 1.652.074 mil do valor das exportações no mês, isto é, 2.072.004 mil cruzeiros. No quadro seguinte estão dispostos êsses produtos, com a composição de valor até setembro na primeira coluna; na segunda, está a contribuição do mês de outubro e, na terceira, está a soma das duas anteriores, ou seja a posição dos mesmos, no decorrer dos dez meses.

PRODUTOS	EM MIL CRUZEIROS		
	Jan. a Set.	Out	Jan. a Out.
1 Café em grão	5.437.862	834.086	6.271.948
2 Algodão em rama	2.499.965	234.227	2.734.192
3 Tecidos de algodão	991.806	112.826	1.104.632
4 Cacáu em amêndoas	814.690	68.288	882.978
5 Peles e couros	760.804	91.796	852.600
6 Madeiras	741.555	92.271	833.826
7 Arroz	493.847	86.161	580.008
8 Mamona	400.554	91.112	491.666
9 Cêra de carnaúba	304.104	20.408	324.512
10 Carnes	306.558	10.899	317.457

Antes de mais nada convém frisar o revigoramento das exportações de tecidos de algodão, cujo valor apenas em outubro atingiu a 112.826 mil cruzeiros e que, em volume, está representado por 1.904 toneladas; até setembro a quantidade de tecidos de algodão embarcada era inferior à despachada até igual mês de 1946; com a exportação de outubro, o volume de 1946 foi superado. E' bem verdade que o surto verificado em outubro não se confirmou em novembro, de vez que no décimo primeiro mês saíram apenas 612 toneladas, perfazendo um total de 14.732 toneladas para o exercício, volume bem maior que o de 1946 mas igual apenas a dois terços do embarcado em 1945. E' verdade, também, que no ano passado a Argentina comprou bem mais do que em 1946 e que, em face dos recentes entendimentos em tôrno do trigo, as suas encomendas de tecidos brasileiros devem aumentar de muito no ano corrente de 1948.

As vendas de cristal de rocha, nos dez meses, foram superiores de 22 toneladas às de igual período do ano anterior, conquanto que no valor haja uma diferença de 5.727 milhares de cruzeiros a menos. Assinalam os entendidos que o mercado de quartzo está se refazendo com a intensidade dos anos de guerra; com a mica observa-se fenômeno inverso: uma queda no volume de 183 toneladas e um aumento de 6.376 mil cruzeiros no valor.

O café em grão concorreu com 96.835 toneladas para o volume mensal; as madeiras com 92.271, as peles e couros com 91.796; o arroz com 21.748 e o algodão em rama com 20.255 toneladas. Apenas cinco produtos totalizaram 322.905 toneladas, na exportação total dêsse mês "record" para os embarques de produtos

brasileiros. Em novembro, de que até agora conhecemos apenas os números da exportação, a tonelagem saída de portos do Brasil não foi além de 379.375.

O QUE COMPRAMOS

Das 613.548 toneladas de mercadorias recebidas em outubro, nada menos de 437.051 pertencem ao grupo das matérias primas, 60.427 estão classificadas como gêneros alimentícios e apenas 115.310 se incluem entre as manufaturas.

No grupo das matérias primas encontramos a participação fundamental dos combustíveis, sólidos e líquidos. Em outubro recebemos 101.246 toneladas de carvão de pedra, 102.683 toneladas de gasolina e 116.553 toneladas de óleos Fuel e Diesel; somente aí estão 320.882 das 437.051 toneladas de matérias primas! Merece especial atenção, também, o volume da importação de cimento, que só em outubro foi de 20.710 toneladas. No décimo mês de 1947 não recebemos petróleo em bruto ou crú.

Farinha de trigo e trigo em grão perfazem mais de dois terços das importações de gêneros alimentícios: são 22.013 toneladas para o primeiro e 22.427 para o segundo dêsses produtos. Em tempos de suprimentos normais somente o trigo em grão concorria com mais de 100.000 toneladas, sendo verdade que com um valor bem menor. Mesmo nas condições atuais o valor da farinha e do trigo corresponde a um têrço, mais ou menos, do total que empregamos em gêneros alimentícios. Recebemos em outubro 2.599 toneladas de bacalhau e 2.577 toneladas de bebidas, dentre as quais bastante cerveja, de procedência americana, holandesa e dinamarquesa. Nestes quatro artigos estão cêrca de 50.000 toneladas.

No capítulo das manufaturas não é tão fácil colher os mais importantes. A diversificação é muito grande. Não obstante encontramos para outubro uma importação de 15.347 toneladas de embarcações e acessórios; 5.138 toneladas de papel para impressão de jornais; 5.776 toneladas de fôlhas de Flandres; 6.539 toneladas de trilhos, cremalheiras; 5.253 toneladas de tubos. Além disto, é digno de todo registro: a entrada de 5.833 automóveis de tôda espécie e 17 locomotivas. Aqui, a estatística não conta pelo pêso, mas pelas unidades.

Esta recapitulação sem maiores consequências, do que compramos e do que vendemos, comporta muitas sugestões em tôrno do comércio exterior, cuja transformação dos têrmos atuais é mais uma solução nossa do que mesmo da conjuntura internacional. Se apressarmos a realização de uns tantos grupos de produção, como sejam o petróleo e o trigo, lograremos estabelecer o intercâmbio em bases completamente diversas das atuais.

COMÉRCIO EXTERIOR

(Resumo do período de janeiro a outubro de 1946/47)

IMPORTAÇÃO

MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947	1946	1947
Janeiro	300.653	519.550	711.776	1.615.509
Fevereiro	341.269	589.088	875.244	1.642.360
Março	361.272	563.201	967.563	1.620.527
Abril	581.715	650.446	1.126.279	2.255.823
Maio	282.214	832.570	871.460	2.366.472
Junho	383.229	526.201	1.056.272	2.074.594
Julho	381.323	622.234	1.085.157	2.152.020
Agôsto	511.057	608.705	1.186.591	1.589.976
Setembro	446.158	595.383	1.168.007	1.755.734
Outubro	324.649	613.548	1.074.184	1.983.793

EXPORTAÇÃO

MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947	1946	1947
Janeiro	233.256	334.712	1.115.538	2.125.937
Fevereiro	270.677	265.154	1.195.105	1.564.470
Março	266.525	314.729	1.480.495	2.123.003
Abril	301.421	216.872	1.495.363	1.350.606
Maio	396.250	219.221	1.558.979	1.327.088
Junho	265.292	297.050	1.262.573	1.638.648
Julho	347.366	266.651	1.732.020	1.640.220
Agôsto	382.404	355.783	1.804.738	1.847.973
Setembro	354.079	345.598	1.543.501	1.936.776
Outubro	321.763	408.667	1.689.573	2.072.004

RESULTADO

MESES	VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947
Janeiro	+ 403.762	+ 510.428
Fevereiro	+ 319.861	— 77.890
Março	+ 512.933	+ 502.476
Abril	+ 369.084	— 905.217
Maio	+ 687.519	— 1.039.386
Junho	+ 206.301	— 435.944
Julho	+ 647.049	— 511.800
Agôsto	+ 618.147	+ 257.997
Setembro	+ 375.494	+ 181.042
Outubro	+ 615.389	+ 88.211

A Mudança da Capital Federal

Valdemar Valente

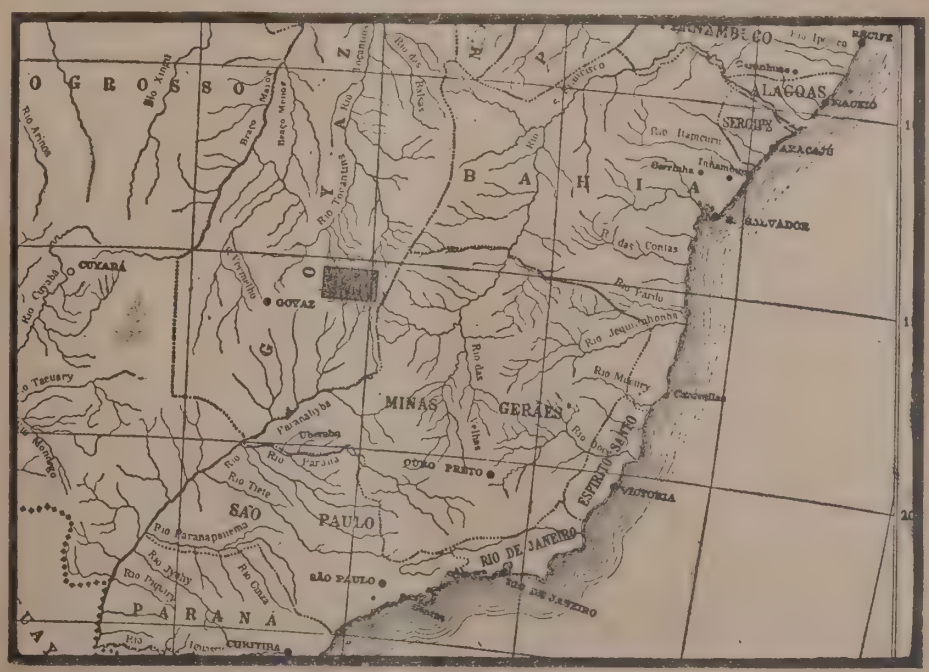
NÃO foi de certo o puro amor de filho que levou Gastão Cruls a tomar a iniciativa de reeditar o *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central* (Cia. Editôra Nacional), elaborado pelo respectivo chefe, Dr. Luís Cruls. Nem o moveu a idéia de apenas prestar, com isso, homenagem à memória do seu ilustre pai. O conhecido escritor brasileiro, ao transformar num volume novo da Coleção Brasiliana aquela raridade bibliográfica, quis colocar ao alcance dos contemporâneos um trabalho de valor, cuja leitura se reveste agora do maior interêsse, quando se estuda os problemas vários da mudança da Capital Federal.

Êsse relatório, apresentado ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, foi publicado em 1894. Mais de meio século, pouco mais, se passou, e a minuciosa exposição do Dr. Luís Cruls não parece ter envelhecido. Volta a prender hoje a atenção dos brasileiros como se fôsse um "vient-de-paraitre", sem nada haver perdido de seu mérito científico e com as honras de um documento histórico que não poderia ser esquecido pelas novas gerações.

A reedição se fêz sob a responsabilidade do General Hastimphilo de Moura, que, tendo sido discípulo do Dr. Luís Cruls, foi seu auxiliar na Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil e é o único sobrevivente daquele grupo de brasileiros. Coube-lhe a tarefa, para a qual estava naturalmente indicado, de aliviar o texto original de quadros considerados dispensáveis, a fim de reduzir o porte da importante obra. Além disso, o General Hastímphilo de Moura escreveu, sob a forma e carta a Gastão Cruls, uma boa introdução para o volume e ainda o enriqueceu com uma resenha final das conclusões da referida Comissão. O que o ilustre militar fêz, no caso, ninguém poderia fazê-lo melhor nem com maior autoridade.

A Comissão Cruls foi constituída em 1892, tendo em vista um dispositivo da Constituição Federal, referente à transferência da Capital da República para uma área do Planalto Central do Brasil. Fôra assim incluída no texto magno uma velha idéia, defendida, no correr dos tempos, por estadistas de larga visão e autênticos patriotas. Logo que o Congresso Nacional consignou no orçamento do país a verba necessária à exploração do planalto e à demarcação da área a ser ocupada, o Poder Executivo organizou a Comissão, convidando para dirigi-la um cientista de invulgar capacidade, Dr. Luís Cruls, a cuja personalidade o General Hastímphilo de Moura se refere com tôda a ênfase dos seus melhores adjetivos: "caráter íntegro, probidade científica modelar, lealdade exemplar, honestidade apurada, bondade invejável, coração ocessível e sentimentos nobres e altruísticos e chefe de trato ameno e agradável".

AQUI SE PRETENDE LOCALIZAR O FUTURO DISTRITO FEDERAL



O trabalho realizado pela Comissão foi admirável, sob todos os pontos de vista. Entendendo por "planalto central" — expressão fixada na Carta Magna de 1891 — aquela parte do planalto brasileiro *mais central* em relação ao centro do território, isto é, mais próximo dêle, a Chefia da Comissão teve por objetivo a parte mais elevada do mesmo planalto. E o resultado dos estudos levados a efeito foi a delimitação da área tida como ideal para a localização da Capital do país — uma faixa nas proximiddes dos Pirineus, no Estado de Goiás; ideal, "não somente por ser, na realidade, a mais próxima do centro do Brasil, como, também, por se acharem aí as cabeceiras de alguns dos mais caudalosos rios do sistema hidrográfico brasileiro, isto é, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná".

Consignam os relatórios parciais e o final as excelências da área demarcada, recomendáveis para o transplante do Distrito Federal: clima salutar como nenhum outro, riquezas múltiplas da terra, condições excepcionais para um ritmo desejável de progresso e para a sustentação de um nível ótimo de bem-estar da população a ser fixada.

Não se limitou, porém, o Dr. Luís Cruls a um frio exame da matéria: mesmo fugindo um pouco à expressão formalista dos relatórios oficiais, procurou dar calor à idéia do deslocamento da metrópole brasileira para a hinterlândia, falando uma linguagem impregnada de entusiasmo. Teceu assim várias considerações em favor dêsse plano monumental, aludindo aos diferentes proveitos de ordem nacional que, a seu ver, tornavam — e ainda tornam — recomendável a providência. Chegou a dizer, a certa altura: "Quanto aos inconvenientes ou desvantagens que dessa medida podem provir, acreditamos que êles só existem na imaginação de um pequeno número de pessoas pouco propensas às idéias progressistas e que, considerando insuperáveis as dificuldades que lhe são inerentes, acham preferível não sair dos trilhos da rotina, esquecendo-se que esta é incompatível com todo e qualquer progresso".

Numa hora em que essa idéia toma vulto, para ela voltando-se o olhar dos atuais responsáveis pelo destino do país, a obra do Dr. Luís Cruls tem, a bem dizer, uma flagrante atualidade. O interêsse que ela desperta está longe de ser apenas o interêsse histórico; é mais que isso: trata-se de um documento precioso para o exame do conjunto, embora passível de uma revisão, dos problemas básicos que envolvem a questão da mudança da Capital Federal.

Louvando a iniciativa feliz, que é a reedição do presente *Relatório*, quero, no entanto, fazer duas observações, à primeira vista parece que insignificante: primeiro, não compreendo por que foi respeitada a ortografia do original de 1894, menos no título do volume, quando os prefácios e o resumo final se encontram vasados na ortografia atual; e em segundo lugar, lamente-se o fato de ter sido descurada a revisão do texto, a ponto de serem observados inúmeros erros e lapsos tipográficos, que nada recomendam um volume da série Brasiliana — e um volume de tal significação.

Notas Avulsas

DISTINGUEM-SE pela magnífica apresentação gráfica as publicações do Itamaratí, bem diferentes, nesse particular, de suas congêneres. Ainda agora foi lançada uma série, sob o título de "Documentos": o primeiro é dedicado à questão da rutura das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS, e o segundo é um relatório, aliás excelente, do Ministro Hélio Lôbo sôbre o problemas dos deslocados. O Serviço de Publicações do mesmo Ministério deu divulgação a mais dois folhetos: a conferência de Gilberto Amado a respeito de Rio Branco e o discurso pronunciado pelo Embaixador Hildebrando Accioly na qualidade de paraninfo da primeira turma do curso de preparação à carreira diplomática.

ESTA' o Conselho Nacional de Geografia desenvolvendo apreciáveis atividades publicitárias. Disso é prova o lançamento, recentemente, de três obras de vulto, que se recomendam aos estudiosos de assuntos brasileiros: *O Homem e a restinga*, de Alberto Ribeiro Lamego *Pantanais Matogrossenses* (*Devassamento e Ocupação*), de Virgílio Corrêa Filho, e *A Bacia do Médio São Francisco* (*Uma Análise Regional*), de Jorge Zarur.

WILLIAM C. Bullitt foi embaixador dos Estados Unidos na Rússia e na França, ntre 1933 e 1940. Tendo assistido ao preparo e ao início da última guerra, assistiu de perto ao desenrolar de acontecimentos importantes, a respeito dos quais presta um depoimento no livro intitulado *E o Globo Desaparecerá* (edição Ipê). Trata-se de uma obra repleta de observações sôbre a luta das grandes potências pela hegemonia mundial. A posição do autor é francamente contra a Rússia, cuja política interna e externa lhe merece os mais duros ataques.

VAI realizar-se em La Paz, em março próximo, a I Exposição do Livro Brasileiro, como parte de um programa de atividades que visam a intensificação das relações culturais entre a Bolívia e o Brasil.

NO segundo número da revista "The Social Sciences in México and South and Central America", que se edita no México, sob a direção do Prof. Laszlo Radvayi, foi publicado um estudo do sociólogo brasileiro Mário Lins sôbre o futuro da sociologia como ciência.

— *Sociologia* (1947) — "Sociologia e Mudança Social", Luís de Aguiar Costa Pinto; "O Problema do Método de Investigação Sociológica", Florestan Fernandes; "Sociologia Acadêmica, Sociologia Socialista", Emílio Willems.

ESTUDO interessante é o do Sr. Francisco Rodrigues Leite sôbre o tema Jean de Lery, Viajante de Singularidades", que apareceu em separata da "Revista do Arquivo Municipal", de São Paulo. Grande conhecedor da obra de Lery, o autor faz uma análise da mesma, traçando assim um expressivo retrato do Brasil do século XVI.

PEQUENA HISTÓRIA DO BRASIL

QUANDO exercia, no México, as funções de Secretário da Embaixada do Brasil, o escritor Renato Mendonça recebeu um convite da Se-

Revistas Nacionais

INDICAÇÕES úteis sôbre trabalhos publicados em números recentes de periódicos brasileiros:

— *Arquivos,* do Ministério da Educação e Saúde (n. 1) — "Habitação e Endemias Rurais", Samuel B. Pessoa; "Saneamento do Vale do São Francisco", Mário Pinotti.

— *Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças* (1947) — "Estudo Geral do Sistema Tributário Brasileiro", Gerson Augusto da Silva; "O Orçamento como Plano de Govêrno", Guilherme Moojen; "A Constituição deslocou rendas para o interior", Aristóteles Moura.

— *Boletim Geográfico,* de Santa Catarina (1947) — "Florianópolis, Ensaio de Geografia Urbana", Wilmar Dias.

— *Economia* (janeiro) — "Capitais Rumando para o Brasil Central" J. Pokrovsky; "Pontos de Sociologia Rural", Luís Amaral.

— *O Mês Econômico e Financeiro* (janeiro) — "A Situação Atual do Parque Industrial Brasileiro", Floreal Alba; "Carta e Acôrdo contra o Brasil", Aristóteles Moura; "Pesquisa Sôbre o Capital e os Lucros de Diversas Indústrias do Distrito Federal", Lauro Sodré Viveiros de Castro.

— *Revista Bancária Brasileira* (janeiro) — "Banco Central e Economia de Exportação", Omer Mont'Alegre; "Os ocupados no comércio de valores", Afrânio C. Melo.

— *Revista de Organização Científica* (janeiro) — "Petróleo para o Brasil", Aldo M. Azevedo.

Revistas Estrangeiras

DO sumário de algumas revistas estrangeiras recentes destacam-se os seguintes trabalhos e estudos:

— *Anales de Economia,* da Espanha (1947) "La Dinámica de la Inflación", Emílio de Figueroa; "El Problema de la Reforma Bancaria en España" Higino Paris Eguilaz.

—*Britain To-Day,* da Inglaterra (dezembro) — "The Council of Industrial Design", Gordon Russell.

— *Bulletin de l'Institut de Recherches Économiques et Sociales,* da Bélgica (setembro) — "Études sur la construction des routes en Belgique", Léopold Génicot.

— *Economia y Finanzas,* do Chile (dezembro) — "El Descenso del Mercado de Valores", Luis Eyzaguirre.

— *Phylon,* dos Estados Unidos (dezembro) — "Racial Segregation and Negro Journalism", P. L. Prattis.

cretaria de Educação Pública daquele país, para escrever um breve trabalho sôbre a evolução da civilização brasileira, destinado às escolas e ao povo mexicanos. Daí a *Pequeña Historia del Brasil,* que apareceu por volta de 1944, na "Biblioteca Enciclopédica Popular" mantida por aquela Secretaria com o objetivo único de difusão cultural em têrmos autenticamente democráticos. O volume teve então uma tiragem preliminar de 25 mil exemplares, que deve ter contribuído, de maneira significativa, para a divulgação de conhecimentos preciosos sôbre o nosso país.

Agora, no desempenho de outra missão diplomática em Portugal, o conhecido escritor tomou a iniciativa de volver ao vernáculo o seu interessante manual de história do Brasil e de publicá-lo naquele país, como uma homenagem especial ao povo que tão larga e profunda participação teve em nossa formação étnica, econômica e social.

A qualidade maior dêsse resumo histórico — não escaparia o fato a nenhum crítico — é a simplicidade com que o autor traçou o seu painel: desenho natural, as côres discretas. Nenhuma ênfase no narrar os fatos, nenhum excesso de adjetivação no exaltar os nossos maiores. Qualidade rara, aliás, entre os nossos historiadores, mesmo os que se dedicam ao preparo de obras de vulgarização. Em manchas sucintas, Renato Mendoça faz deslizar o enrêdo da vida nacional sem outro propósito que o de ser exato na informação e sempre fiel às verdades históricas.

Datas, êle só as citou como referências indispensáveis, e não para impor a suposta respeitabilidade da erudição fácil, tão do gôsto dos fabricantes de compêndios didáticos. E é assim que a sua narrativa ganhou em naturaliade e encanto, sobretudo para o leitor estrangeiro, como é bem de ver.

Partindo do descobrimento, fato que lhe rende menos de duas páginas, Renato Mendonça escreve, preliminarmente, a crônica do Brasil-Colônia, dedicando a segunda parte à Independência e ao Império. Em seguida, escreve trinta páginas miúdas sôbre as características fundamentais do período republicano, para, no fim, elaborar um sintético panorama do Brasil atual, em seus aspectos econômicos.

E' pena que, para escrever êste último capítulo de seu interessante trabalho, o autor não se tenha munido de alguns dados estatísticos atualizados, evitando assim utilizar-se de números velhos. Para falar de atualidades nacionais, deveria recorrer a referências numéricas menos antiquadas. Para isso, bastaria socorrer-se de elementos que hoje abundam, por exemplo, nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

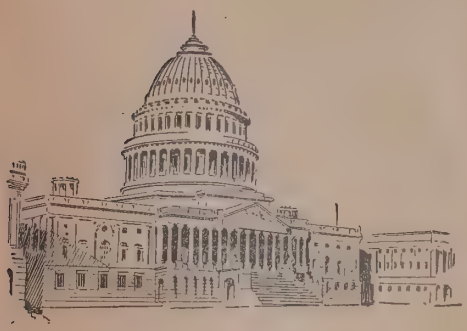
A edição portuguesa dessa *Pequena História do Brasil* é a versão integral da edição mexicana, com o acréscimo, apenas, das duas páginas finais, dedicadas uma ao movimento de 29 de outubro e outro ao govêrno do Presidente Dutra.

A verdade é que o autor conseguiu um milagre, ao resumir em menos de 180 páginas miúdas a história dos quatrocentos anos da vida nacional.

DE TODO O MUNDO

Venda de Excedentes de Guerra

Por JERRY KORN
(Serviço especial da A. P.)



WASHINGTON — Desde que terminou a guerra, os Estados Unidos se encontram empenhados numa das maiores campanhas de vendas de mercadorias da história. Nos últimos dois anos, por um preço de cêrca de 5.325.000.000 de dólares, os Estados Unidos venderam propriedades que custaram originariamente cêrca de 28.000.000.000 de dólares — tudo o que restava ao terminar o conflito.

Existem ainda mercadorias no valor de 10 bilhões de dólares a serem vendidas, arrendadas, desmontadas, atiradas fora ou usadas por alguma repartição do govêrno. E há mercadorias em uso que poderão ser ainda acrescentadas a êsse total.

O fim da guerra deixou os Estados Unidos com a maior parte da produção acumulada durante quatro anos pela indústria americana — isto é, tudo o que não foi consumido durante a guerra. Eventualmente, a tarefa de vender ou dar qualquer outro destino a estas propriedades foi transferida a duas repartições públicas — A Administração de Excedentes de Guerra, nos Estados Unidos, e a Comissão de Liquidação dos Excedentes de Guerra, no exterior. Essas duas repartições venderam uma enorme quantidade de propriedades excedentes em todo o mundo — desde óculos a grandes aeródromos e fábricas. Alguns artigos tiveram dificuldade em encontrar compradores. Com relação a outros, a dificuldade foi insuperável — como as fábricas de munições, que não podem ser usadas para nenhuma outra finalidade, e que devem ser mantidas frescas em clima quente, a fim de evitar uma explosão.

Eis alguns dos outros materiais que as duas repartições tiveram de vender:

Um milhão de libras de cerdas de porcos orientais; 100.000 libras de penas de aves marinhas da China; 17 mil pombos; 2.000.000 de dentes artificiais; 500.000 etiquêtas de papel que diziam em russo: "Dos Estados Unidos, uma das Nações Unidas".

Apareceram coisas do outro mundo quando as fôrças armadas começaram a limpar seus armazéns para entregá-los à Administração dos Excedentes de Guerra. Encontraram-se, por exemplo, uniformes do tempo da Guerra Hispano-Americana de 1898. E sabonetes envoltos em papel com o retrato de Lincoln, do tempo da Guerra Civil Americana.

Mas foram os artigos como máscaras contra gás, capacetes e outros produtos normalmente não usados em tempo de paz que deram às repartições interessadas mais trabalho. Homens de negócios cheios de imaginação e os funcionários do govêrno ajudaram a solucionar a maior parte dos problemas com idéias como estas:

Os capacetes de aço foram vendidos como gamelas para os porcos e ninhos para as galinhas. As cápsulas de granadas de 20 milímetros — sem o explosivo — estão sendo transformadas em cinzeiros, pesos para papel, quebra-nozes e martelos.

Um fabricante inteligente comprou uma grande quantidade de máscaras contra gás. A mangueira de borracha foi transformada em guidon de bicicleta, a máscara propriamente em cesta de lixo, caixas desodorantes e de batons.

As capas dos pequenos microfones estão sendo transformados em tampas de garrafas de leite; as cápsulas das granadas de mão em pequenos cofres para crianças; caixas de munições em caixas de lanches, de ferramentas e muitas outras coisas.

Muitos materiais de guerra, certamente, não têm nenhuma utilidade para o consumo civil. Canhões, aviões de combate, belonaves e outros semelhantes. Muitos dêstes são vendidos a companhias que os utilizam como ferro velho.

Os balões de barragem e os pombos correios, no entanto, não são vendidos tão facilmente. Alguém pensou em usar os balões para anúncios. Um dêles foi cheio de helium e sôlto em Washington, a fim de fazer uma de-

monstração para os possíveis compradores. Mas o balão partiu o fio em que estava amarrado, libertando-se e ameaçando a navegação aérea entre Washington e Baltimore. Agora o Departamento de Aeronáutica Civil se recusa a permitir a venda dêsses balões, com receio de que alguém tente repetir a experiência.

A solução do problema dos pombos foi mais simples, porém alguns dos escriturários da Administração de Excedentes de Guerra ainda têm os dedos inchados de tanto escrever. Os pássaros, localizados em três bases militares, estavam gastando 82.000 dólares de alimentos por ano, quando ocorreu a alguém oferecê-los gratuitamente a qualquer criança que enviasse uma cesta para qualquer uma das bases. Porém muitos dos jornais que publicaram o anúncio da A. E. G. deixaram de mencionar as bases do exército, e dentro em breve o escritório da repartição foi inundado com cestos vindos de todo o país.

Em consequência, foi preciso organizar um serviço especial para responder as cartas e enviar as cestas às bases correspondentes.

Siderurgia Britânica

Por TOM WILLIAMS
(Serviço especial da A. P.)

LONDRES — A indústria siderúrgica britânica superou em 1947 o objetivo de produção de ..... 12.500.000 toneladas fixado pelo govêrno na campanha de recuperação econômica. Ainda operando sob o regime de propriedade privada, com uma supervisão limitada do govêrno por intermédio do Ministério dos Abastecimentos, a indústria siderúrgica foi a única indústria-chave britânica a completar sua quota de produção. Além disso, se não fôsse a crise de combustível durante o inverno, a produção poderia ter atingido 13 milhões de toneladas. A produção, durante os nove primeiros meses de 1947, foi de 9.041.600 toneladas.

As indústrias têxteis, de máquinas e a indústria carbonífera, já nacionalizada, tôdas fundamentais para a economia britânica, não completaram suas quotas. A produção carbonífera, fixada em 200.000.000 de toneladas, foi apenas de 192 milhões.

Por trás da produção siderúrgica há uma notável história de improvisações, numa época de grande escassez de material. "Os estoques de carvão são lamentáveis e os suprimentos de sucata são medidos em têrmos de dias", declarou um porta-voz da indústria. Mas, a despeito destas dificuldades, a indústria espera fazer uma figura ainda melhor em 1948.

Libertada da ameaça de nacionalização imediata, em virtude da decisão do govêrno trabalhista de não incluir o projeto na sessão legislativa êste ano, a indústria está se preparando para um novo grande esfôrço de produção.

O objetivo para 1948 é de 15 milhões de toneladas. A maior produção anual na história foi de 13.331.300 toneladas em 1939. "Mas para alcançarmos os 14 milhões no próximo ano", declarou um funcionário da Federação da Indústria Siderúrgica, "é preciso arranjar sucata onde fôr possível encontrá-la".

Outros fatôres que poderão modificar o ritmo da produção são a escassez de carvão e as dificuldades de transporte. Um porta-voz declarou que a indústria está igualmente preocupada com a escassez alimentar, que poderá concorrer para diminuir o nível de produção dos operários.

A indústria do aço tem um programa ainda mais ambicioso — um plano de modernização e expansão, num total de um bilhão de dólares, para os próximos seis ou sete anos, aumentando sua capacidade de 14 para 17 milhões de toneladas anuais.

Mas, ao elaborarem os seus planos, os industriais devem contar com o govêrno trabalhista, o qual anunciou que "partes importantes" da indústria serão nacionalizadas durante o atual período parlamentar, que tem ainda três anos.

Tanto o poderoso Congresso Sindical como o Partido Trabalhista, que constituem a base do govêrno socialista, têm exigido a nacionalização. O adiamento da nacionalização foi decidido, apesar das objeções de um grande bloco parlamentar, para evitar deslocamentos numa época de crise nacional.

Não obstante, os líderes industriais acreditam que os seus recordes de produção e os planos para o futuro destruirão as críticas do govêrno contra a "ineficiência" da indústria. Outra possibilidade é a de que os trabalhistas sejam substituídos por um govêrno conservador antes da aprovação da lei de nacionalização.

A indústria aumentou sua capacidade anual de 13.000.000 para ..... 14.300.000 toneladas, em abril último, com a introdução de uma nova semana de trabalho contínuo.

Como muitas outras indústrias, a indústria siderúrgica considera a escassez de carvão o maior obstáculo aos seus planos. Com mais carvão, seria possível produzir maior quantidade de ferro guza, reduzindo-se a necessidade de sucata. Um dos mais modernos altos fornos do mundo, em Clyde, ainda não entrou em funcionamento em virtude da escassez de carvão.

Outra nova usina siderúrgica, que deverá estar concluída em meados de 1949, está sendo construída em Port Talbot, no País de Gales. Usando métodos americanos adaptados às condições britânicas, a usina destina-se à produção de um milhão de toneladas de artigos de aço anualmente.

Por meio da mecanização, a indústria espera aumentar a produção sem elevar o número de seus 450.000 operários atuais.

A principal fonte de minérios para intensificar a produção continuará a ser os grandes depósitos dos Midlands. O seu conteúdo ferroso é baixo — de 16 a 36 por cento em comparação com 50 por cento nos Estados Unidos — mas atende a cêrca de 60 por cen-

to das necessidades da indústria. Os restantes 40 por cento serão importados do Brasil, Terra Nova, África do Norte e Escandinávia.

Há 390 emprêsas siderúrgicas na Grã-Bretanha, das quais 20 podem ser classificadas como "grandes". Essas indústrias compreendem a última das indústrias básicas do programa de nacionalização do govêrno socialista.

O adiamento da nacionalização, provavelmente o mais discutido dos projetos socialistas, causou séria divisão no gabinete e no grupo parlamentar trabalhista. Uma divisão similar — sôbre política financeira — derrubou o govêrno trabalhista minoritário de Ramsay MacDonald, em 1931.

A despeito das divergências provocadas pela questão, não parece, no entanto, que a nacionalização da indústria siderúrgica ameace o govêrno Attlee.

Para preparar o caminho para a aprovação da lei de nacionalização, em 1950, o govêrno pediu a redução dos poderes da Câmara dos Lords, reduzindo a um ano o período em que os pares poderão retardar a aprovação de leis dêste gênero.

Tecidos de Algodão nos EE. UU.

Por JOSEPH S. ROSAPEPE
(Serviço especial para A. P.)

NOVA YORK — A despeito da enorme procura de tecidos de algodão, no mercado nacional e no exterior, algumas fábricas norte-americanas talvez sejam forçadas a reduzir sua produção em março ou abril, em virtude da escassez de algodão que devia ser obtido no Egito ou no Perú, segundo revelam fontes da indústria.

Embora os Estados Unidos sejam os maiores produtores de algodão do mundo — e os maiores exportadores — não possuem suficiente quantidade de algodão de fibra longa, indispensável para certos tecidos.

As estatísticas demonstram mais claramente a situação da indústria. A produção total norte-americana em 1947-1948 foi calculada em cêrca de 11.700.000 fardos. No entanto, dêste total, apenas 280.000 dêsses fardos são de algodão de fibra de 1 polegada e 1/8 ou mais longas, necessárias para alguns dos tecidos mais finos. Em 1946, a produção de algodão de fibra longa foi de 245.000 fardos. Em 1945, foi de 240.000, e, em 1944, de 341.000. O sistema de quotas só permite a importação de 91 mil fardos do exterior.

Como as necessidades dos Estados Unidos dêste tipo de algodão são calculadas em cêrca de 500.000 fardos anuais, o "deficit" de mais de 100.000 fardos tem preocupado amplos setores da indústria têxtil.

O Instituto do Tecido de Algodão, uma organização comercial, solicitou ao govêrno uma "liberalização substancial" das quotas de importação. Ao mesmo tempo, o Departamento da Agricultura, em janeiro, iniciou um inquérito para determinar as necessidades das fábricas individuais.

Os círculos industriais da área têxtil e Nova Inglaterra estão preocupados principalmente com a falta de algodão de fibra longa. A possibilidade de uma redução da produção está também preocupando os círculos trabalhistas. Numa recente convenção do Sindicato dos Tecelões do CIO, os líderes trabalhistas discutiram a iminente escassez de algodão de fibra longa.

O Instituto do Tecido de Algodão lembrou que, no ano passado, além dos 91.000 fardos entrados no país, o govêrno permitiu uma quota suplementar de 46.000 fardos. "Êste ano a situação é tal que o "deficit" em fibras longas é muito maior e mais grave do que os "deficits" habituais de fibras extra-longas", declarou o Instituto.

A principal oposição às importações parte dos plantadores dos Estados do Sul. Embora o algodão de fibra longa seja cultivado principalmente no Arizona, Novo México, Califórnia e Texas, todos os plantadores sulistas têm resistido sempre às quotas adicionais.

"A atual necessidade de importação de algodão de fibra longa será certamente obscurecida pela pressão habitual para impedir a importação de algodão de qualquer tipo, seja qual fôr o pretexto", comentou o "Journal of Commerce" de Nova York.

As fontes da indústria explicam que a maioria dos plantadores do sul considera muito dispendiosa a plantação, o cultivo e a colheita do algodão de fibra longa. Com a atual escassez, no entanto, as fábricas têm sido obrigadas a pagar preços exagerados por êste tipo de algodão, o que resulta em encarecimento dos tecidos.

Em virtude da reduzida produção nacional, as fontes da indústria têxtil afirmam que os plantadores norte-americanos não seriam prejudicados com o aumento da importação de algodão de fibra longa. Ao mesmo tempo, salientam o perigo de que as fábricas de tecido, em virtude da escassez de algodão de fibra longa, se voltem para o rayon. Se as fábricas se convertessem para o emprêgo do rayon, a capacidade total de absorver a produção algodoeira seria consideravelmente reduzida, acrescentam.

Êstes argumentos, juntamente com os resultados do inquérito do Departamento da Agricultura, certamente determinarão um aumento substancial das quotas, esperam os industriais.

As quotas suplementares poderão ser permitidas pela Comissão de Tarifas dos Estados Unidos, que é encarregada de regular as importações. Esta comissão espera usar os resultados do inquérito, e todos os depoimentos que possa obter, como base para decidir sôbre a permissão da importação de uma quota adicional. Caso seja concedida essa permissão, o Egito e o Perú serão os principais beneficiados. A respeito, recorda-se que da quota regular de 1947 o Egito contribuiu com 72.000 fardos e o Perú com 18.419.

CRÔNICA PARLAMENTAR

Vários Projetos Econômicos

DOIS grandes acontecimentos políticos assinalaram de maneira especial o primeiro mês de 1948. Foram êles a cassação dos mandatos dos deputados eleitos pela legenda do Partido Comunista e a assinatura do acôrdo inter-partidário.

Numa sessão verdadeiramente dramática, a maioria pessedista, acompanhada por uma ala da U. D. N., votou o projeto que excluí do Parlamento os representantes do extinto P. C. B. O projeto, como se sabe, teve origem no Senado, sendo apresentado à Câmara alta pelo Sr. Ivo de Aquino, que, pela sua condição de líder da maioria, representa o pensamento e as tendências do govêrno.

O acôrdo inter-partidário também constituiu tema de muitos e por vêzes acalorados debates nos círculos políticos. Segundo se alega, os objetivos dêsse entendimento entre os três grandes partidos nacionais são de ordem a inspirar simpatias, em princípio. Numa hora em que tanto se reclama a ação determinada de govêrno de modo que os diversos e urgentes problemas do país possam ser atacados em forma efetiva, uma trégua política, nobremente compreendida, somente poderá ter efeitos benéficos, uma vez que virá estabelecer um clima mais propício ao trabalho. O que se faz mister é que o partido majoritário e o Executivo compreendam as intenções dos outros grupos contratantes e aproveitem a boa vontade para fazer alguma coisa de positivo em favor da coletividade.

Nem todos, porém, se mostram otimistas em relação aos resultados práticos do acôrdo inter-partidário. Não são poucos os políticos e observadores que não escondem um melancólico pessimismo em relação ao acôrdo, levando em conta certos fatos, na verdade, chocantes que se verificam no Piauí e em Alagoas. Também se aponta como detalhe significativo, a provar contra o acôrdo, a retirada do Senador Vitorino Freire, íntimo do Presidente da República.

De qualquer maneira está feito o acôrdo; os mandatos comunistas foram cassados. Não será demais pedir ao govêrno um esfôrço mais decidido, no sentido de que as questões de natureza administrativa recebam de agora por diante uma parte bem maior das atenções do Executivo. E êste parece encontrar sua pedra fundamental no plano que técnicos elaboram sob orientação direta da Presidência da República e tendo como principais motivos a saúde, alimentação, transportes e energia, plano conhecido já como S. A. L. T. E.

A CARNE

Abordando os assuntos econômicos, que mais de perto nos interessam, registramos um discurso proferido no Senado pelo Sr. Mário de Andrade Ramos. O Senador carioca, que adquiriu uma certa popularidade com o famoso projeto de loteamento dos terrenos do Palácio Guanabara — popularidade que tende a crescer com o seu novo projeto de congelamento dos salários e ordenados — desta vez voltou as suas atenções para o intrincado problema da carne.

Diz-se que nem só de pão vive o homem; nem só de carne. A população do Distrito Federal talvez não pense assim. Mas, voltando ao Senador Mário Ramos, convenhamos em que é um mérito levar aos austeros debates do Senado um problema sabidamente complexo, em face dos múltiplos aspectos de que se reveste, mas que no fundo tem um indisfarçável sentido popular.

Reportando-se a um discurso anterior, o Sr. Mário Ramos reafirmou o seu ponto de vista contrário à exportação e à industrialização da carne, em caráter temporário, note-se, a fim de que o abastecimento do Rio e de São Paulo possam ser melhor atendidos. Em aparte, lembrou o Sr. João Vilasboas, que a exportação da carne está proibida, o que levou o orador a declarar que a lei vem sendo burlada, por fôrça de uma portaria do Ministro da Agricultura.

Lembrou o Sr. Mário Ramos que atualmente atravessamos uma fase propícia ao abastecimento, pois que estamos em plena safra. O aumento do preço da carne nesta época lhe parece por isso desaconselhável, porquanto no período de escassez, que se estende de setembro a jaiero, nova majoração será inevitável. Em face dessa argumentação, as perspectivas do suprimento de carne às populações do Distrito Federal e da capital de São Paulo são desanimadoras. Se agora o precioso alimento teve o seu preço elevado, é de prever novo aumento na fase de escassez.

E' indubitável que o discurso do Senador Mário Ramos teve o mérito de agitar uma questão, que tem desafiado de alguns anos para cá a capacidade dos nossos administradores. As soluções ou tentativas de solução que se buscam, como a mais recente de iniciativa da Prefeitura, em geral não consultam os interêsses do consumidor. Num país, onde o custo de vida assume proporções apavorantes, qualquer solução fundada em aumento de preço, em agravamento do custo da vida, é contra indicada.

ANTIPÁTICA, MAS PATRIÓTICA

O projeto do General Euclides Figueiredo concedendo vantagens aos militares bem se enquadra nesta resenha. Como se sabe, a proposição inicial daquele representante do Distrito Federal foi ampliada, de modo a compreender também os servidores civis. Ora, falar em melhoria de ordenados e soldos significa impor ao erário um ônus tremendo.

As condições de vida atuais, tanto para militares e civis, são as mais precárias, ninguém ignora. Atingida pela desenfreada elevação do custo da vida, as classes médias — e nelas se incluem os servidores civis e militares, com raras exceções — lutam com dificuldades assoberbantes. O govêrno tem sido impotente para conter a especulação e a ganância; o que se vê são os próprios órgãos governamentais se atirarem cegamente por uma política de concessões de aumentos de preços, deixando ao desamparo o consumidor. Por outro lado, a queda de produção, reduzindo os suprimentos, cria fatalmente o fenômeno do mercado negro, outra praga que tanto mal faz às classes menos favorecidas.

Tudo isso é verdade consabida. De tôdas as partes reclamam-se medidas para conter a onda cruel da especulação e da ganância. Infelizmente, porém, as medidas concretas não surgem e a situação tende a agravar-se.

Não é menos verdade, no entanto, que a posição econômico-financeira do país não oferece margens a excessos de liberalidade. Sôbre o erário pesa a carga de "deficits" orçamentários pesados e se êste ano parece que a lei de meios foi elaborada à base do equilíbrio, não devemos construir grandes ilusões. Antes o que se deve pedir é uma estrita política de poupança.

Depois de examinado na Comissão de Finanças e das conversações havidas com o próprio Presidente da República, o projeto original transformou-se em um substitutivo do Deputado Leite Neto, que determina no seu artigo primeiro a concessão de auxílio social aos militares e civis que contarem mais de 10, 15 e 20 anos de serviço, na base de 10, 15 e 20 por cento, calculados sôbre os vencimentos do cargo ou pôsto ou sôbre o salário da função. Sem entrar em maiores detalhes, convenhamos em que o projeto vinha beneficiar os servidores que se encontram no meio e no fim da carreira, os últimos, sobretudo, ou seja, aquêles que já percebem remunerações mais elevadas, enquanto as classes inferiores — aquelas que mais sofrem as consequências do encarecimento da vida — não seriam beneficiadas. Parece-nos estranha essa maneira de auxiliar.

Mas o caso não comporta detalhes. Tem aspecto mais grave. E êsse aspecto mereceu corajoso exame do Deputado João Cleofas. O representante udenista chega a classificar a sua reação ao projetado aumento de vencimentos de antipática, mas patriótica. E assim é, na verdade.

No seu parecer, afirma aquêle parlamentar que não pode "concordar com o processo de aumentos dos encargos do país, sem indicar-se, de forma clara e categórica, as fontes em que o Tesouro Nacional irá buscar os recursos para fazer face a essas novas despesas pesadíssimas". Interessante no caso é que não se sabe ao certo o montante dos novos gastos. O DASP faz um cálculo de 750 milhões de cruzeiros. Mas o Sr. Cleofas lembra que êsse cálculo toma por base uma despesa de pessoal de 4.137 milhões de cruzeiros, quando o orçamento vigente consigna uma despesa de 5.941 milhões, em cifras redondas. Outra observação pertinente é esta: o DASP, depois de calcular os ônus do projeto de 750 milhões, afirma que os dados recentes de melhoria de arrecadação asseguram um "superavit" de igual importância. Ao que retruca o Sr. João Cleofas: a Câmara rejeitou a emenda do Senado que modificava a lei do impôsto sôbre a renda e da qual se esperava a aludida majoração de receita.

Procedente é o reparo de que "como em 1946, será inevitável a sua extensão (do aumento) a tôdas as demais entidades estatais e para-estatais, a tôdas as autarquias e a todos os serviços industriais do Estado". Com isso a situação se agravará e o aumento, como aconteceu há dois anos, será apenas ilusório. Protestando contra a crescente burocratização do país — de que é triste exemplo a projetada criação de mais 150 lugares no funcionalismo da Câmara — o Sr. Cleofas diz: "Somos, assim, deflacionistas por um lado e inflacionistas por outro. Combatemos o comunismo, mas estamos, sem querer, comunizando o país, desestimulando as classes produtoras que vivem sob a perspectiva de novos tributos e da ampliação do regime de contrôles mal dirigidos".

Duro dever antipática, mas patriótico, cumpriu o deputado pernambucano com o seu parecer.

AINDA A S. PAULO RAILWAY

O ato do govêrno, em virtude do qual passou ao patrimônio da União a S. Paulo Railway, tem sido objeto de constantes discussões na Câmara. Ao Deputado Herbet Levy deve-se o interêsse que o problema vem despertando. O Sr. Herbert Levy situou-se numa posição contrária ao ato de encampação. A princípio pretendeu ampliá-lo com um substitutivo, que mandava incorporar todo o patrimônio da companhia, qualquer que fôsse a sua natureza, bem assim pagar não o capital reconhecido e sim o realmente investido e mais os débitos pendentes. O substitutivo em aprêço ordenava também a revisão dos valores computados para o cálculo de indenização, de modo a se levar em conta somente as inversões efetivamente feitas, depurando-se tôdas as inversões promovidas com parte dos lucros apurados. Foi rejeitado o substitutivo, não obstante conter em seu bojo medidas acauteladoras dos interêsses do Tesouro.

Posteriormente, o Sr. Herbert Levy apresentou outro projeto, no qual propunha a revogação do ato de encampação. O assunto vem de ser novamente abordado pelo Sr. Lameira Bittencourt, em longo parecer, lido perante a comissão parlamentar designada especialmente para estudar o caso.

Examinando a matéria sob o ponto de vista jurídico e tratando igualmente do ângulo técnico — para isso amparado em afirmativas do atual Ministro da Viação, Engenheiro Clovis Pestana — o Sr. Lameira Bittencourt conclui pela aprovação do ato governamental, que lhe parece não só juridicamente perfeito como conveniente. O parecer do Sr. Lameira Bittencourt, tudo indica, vem encerrar uma série de ruidosos debates. A experiência dirá oportunamente com quem está a razão, se com os que combateram a encampação da Inglesa ou com os que a aprovaram.

INDÚSTRIA DO FRIO

Para concluir esta resenha, aludiremos ao parecer que o Deputado Toledo Piza Sobrinho apresentou na Comissão de Finanças a respeito de um projeto do Sr. Israel Pinheiro, o qual autoriza o Ministério da Agricultura a organizar uma sociedade por ações, destinada a explorar a indústria do frio, mediante a instalação de uma rêde de frigoríficos e a organização e transportes da mesma natureza.

Como bem salienta o relator, êsse projeto se reveste de indiscutível relevância. A indústria do frio é uma lacuna por todos os motivos lamentável. Pode-se afirmar sem exagêro que a falta de uma adequada rêde de frigoríficos responde, em grande parte, pela crise de abastecimento, que está tornando intolerável a vida nos mais importantes centros urbanos do país — São Paulo e Rio.

O Sr. Piza Sobrinho apresentou um substitutivo ao projeto do seu colega mineiro. O substitutivo está elaborado de maneira a atender aos aspectos fundamentais do problema, sendo de esperar receba as melhores atenções tanto do Legislativo como do Executivo.

Financiamento da Planificação

Octávio Gouvêa de Bulhões

No presente comentário trago ao debate algumas notas esparsas sôbre dois temas da planificação econômica que entre nós ainda não foram suficientemente discutidos. Os dois temas a que me refiro podem ser enunciados nas duas seguintes perguntas: 1.º) — Considerando que, entre as tarefas do planejamento, se destacam a elaboração do plano físico e o respectivo orçamento financeiro, qual a primeira tarefa — o orçamento ou o plano? 2.º) — Considerando que a realização do plano físico importa no emprêgo de capital, pergunta-se: na elaboração do plano, qual deve ser a preocupação principal — o conteúdo do plano ou o financiamento?

Como veremos adiante, a primeira pergunta tem cabimento tanto quando se trata dos planos nacionais como das obras isoladas de pequeno porte. A segunda praticamente só tem propósito nos planejamentos de grande vulto, estaduais ou nacionais. Do ponto de vista da elaboração dos planos, a relevância do orçamento está na necessidade de sua aprovação pelo Parlamento que, embora autorize verbas globais vultosas, não pode esquecer o texto constitucional que exige discriminação. Já o financiamento, com tôdas as suas modalidades e tropeços, transborda para a seara dos economistas. Os economistas brasileiros são os maiores responsáveis pela falta de esclarecimento dêsse tema. Partilham essa responsabilidade com os técnicos de organização, uns e outros fechados em suas repartições e cadeiras universitárias, forçando os comentaristas a abrir na medida de suas possibilidades, como ora faço com estas notas.

Êsse problema do plano, antes ou depois do orçamento, e do financiamento, antes ou depois da elaboração do plano, lembra até certo ponto a pergunta sôbre o aparecimento da galinha, se antes ou depois do ôvo... Quem deseja realizar algo, evidentemente precisa saber antes se pode contar com os recursos financeiros suficientes. Mas no caso dos planos de grande vulto, o que em primeiro lugar se precisa conhecer são os próprios planos. E' a elaboração técnica dêstes que esclarece, em última análise, sôbre sua extensão e sôbre a distribuição em fases anuais. Conforme sejam os objetivos, a extensão e as possibilidades materiais, a partir da primeira fase a execução já pode produzir, por si mesma, novos recursos financeiros. Quando se diz que o investimento total de um plano de 5 anos é, por exemplo, de 50 biliões de cruzeiros, tem-se por certo que uma parte dêsses 50 biliões, embora pequena, deve ser obtida como resultado da execução das primeiras quatro fases anuais. Se tal cálculo não fôr feito, pode-se afirmar que os planejadores pecaram contra as boas regras do planejamento. Admite-se que, em certos casos, o total do investimento financeiro não inclua os lucros a reinverter durante a execução. Êsses casos seriam, entre outros, os de planos de pequena relevância e das construções que só podem ser postas em funcionamento — e portanto dar resultados — depois de ultimadas em tôda a extensão. Nos planos parciais de ferrovias, de cais ,de grupos de edifícios e várias outras construções, é comum pôr-se em funcionamento os primeiros trechos e edifícios à proporção que ficam prontos, assim obtendo-se renda própria e direta durante a execução. Em um plano de indústrias, é evidente que algumas fábricas devem produzir a partir do segundo ano, outras do terceiro e assim por diante. Não se gastam cinco anos para montar pequenos e médios estaleiros, distilarias de petróleo, fábricas de ácido sulfúrico e de soda cáustica. No setor agrícola, na distribuição de terra em lotes individuais ou por família, também é claro que não se iria demarcar em um ano tôda a terra distribuível. A entrega e localização deverá ocorrer à medida que as demarcações se realizarem para um ano depois de já se contar com a produção nova dos lotes ocupados.

Considerada a complexidade de um plano nacional, logo se vê que a primeira tarefa é a da elaboração do plano. Em 1944, quando a planificação foi discutida no Conselho de Política Comercial e Industrial a Secretaria Executiva dêsse Conselho chegou a afirmar que a primeira tarefa era o "planejamento da planificação", dando a entender que a elaboração dos esquemas iniciais, a composição dos órgãos do planejamento e o recrutamento e preparação do pessoal técnico eram tarefas que se deviam realizar com ou sem a certeza de obter financiamento por empréstimos externos.

Realmente, é admissível iniciar essas tarefas de organização tendo em vista um plano nacional realizável com os recursos nacionais. Quem o fizer, pelo menos conseguirá estabelecer normas para a aplicação racional dos capitais nacionais. Essas normas, se aplicadas, já concorreriam para se sair da falta de plano para a prática do plano, dentro de nossas próprias possibilidades. E, nesse caso, pode-se perguntar aos que tanto colocam o orçamento financeiro antes do plano se para êsse plano de recursos próprios também seria necessário começar pelo orçamento. O total das receitas públicas brasileiras já é conhecido. Anda pelos 35 biliões de cruzeiros, incluindo os orçamentos da União, dos Estados, Municípios e autarquias e excluindo as sociedades de economia mista. No caso de planos com recursos próprios, seriam êstes recursos, até agora aplicados anarquicamente, os que a planificação iria de início empregar com método.

A idéia de colocar o orçamento antes do planejamento, ao que parece, foi elaborada por alguns brasileiros que não admitem a possibilidade de se realizar no Brasil empreendimentos de vulto com a renda nacional. O planejamento, já o disseram várias autoridades, é um método de trabalho, um método racional. No caso do Brasil onde os próprios empreendimentos estatais são, em maioria, dispersos e eventuais, a adoção do planejamento significaria a passagem do anárquico para o racional e o coordenado nas atividades do Estado e de certos setores da iniciativa privada.

RECURSOS VARIÁVEIS

O conhecimento dos recursos disponíveis inegavelmente facilita a tarefa dos órgãos da planificação. E torna-se imperioso nos pequenos planos de construção e de serviços para os quais se chega a atribuir dotações orçamentárias globais e fixas. Na construção de um hospital ou de uma universidade, a quantia destinada a êsses fins já define, de certo modo, o caráter e a extensão das obras. Mas o mesmo já não ocorre em obras públicas de maior vulto como acabamos de ver no caso da Hidro-Elétrica do São Francisco. As obras que essa emprêsa vem de anunciar em seu prospecto apenas representam uma parte do potencial da Paulo Afonso. Os elementos publicados sôbre êsse plano parcial não bastam para a compreensão das possibilidades de consumo de energia elétrica na área abrangida e da necessidade de obras complementares e irrigação, colonização e indústrias derivadas, capazes de elevar o poder aquisitivo local. Mas tem-se como certo que para aproveitar uma parte do potencial da cachoeira, não há necessidade de destacar desde já, de vincular ou comprometer, os capitais necessários ao aproveitamento total.

O que existe até agora dêsse empreendimento é apenas o plano técnico de produção e transmissão da energia. Quanto a todo o quadro da nova economia que deve criar condições para o consumo dessa energia, ainda estamos no escuro. Mas, desde que essa nova economia — de irrigação, distribuição de terras, indústrias derivadas, etc. — seja criada, deve-se ter por certo que, assim assegurado o aumento do poder aquisitivo da região, dentro de alguns anos, a hidro-elétrica poderá produzir lucros, uma parte dos quais, uma vez reinvestida, resultará em auto-financiamento. E' isto o que se espera deva ocorrer com as distilarias de óleo do Conselho Nacional do Petróleo. Os lucros da distilação, altos como costumam ser, permitem que três a quatro anos da produção bastem para amortizar todo o investimento. Não há, pois, por que fazer do capital total ou do orçamento financeiro geral a questão básica de um plano econômico nacional ou regional.

Como exemplos recentes e vivos da significação do financiamento garantido — puro e simples — os dois planos, da Amazônia e do São Francisco, são sugestivos. A Constituição de 1946 atribuiu à valorização dessas duas regiões, respectivamente, as quotas de 3% e de 1% dos impostos federais. Aí estão, pois, os capitais, com entrega assegurada pelo texto constitucional, para dois planos regionais que assim ficam com financiamento previamente garantido, em quantias anuais perfeitamente previsíveis de um exercício para o outro. Mas dois anos já se passaram, os planos não foram elaborados e surgem dúvidas sôbre o aproveitamento anual e inteiro das quotas enquanto os planos não forem aprovados. Com a Hidro-

MALA REAL INGLEZA
ROYAL MAIL LINES, LTD.

Serviços rapidos de passageiros e cargas entre o

BRASIL
E A
GRÃ-BRETANHA

Para passagens, frete e mais informações dirigir-se aos agentes principais

ROYAL MAIL AGENCIES (BRASIL) LIMITED
Avenida Rio Branco, 51-55
RIO DE JANEIRO

Elétrica de Paulo Afonso ocorreu o contrário. Não havia quota para o financiamento, garantida quer pela Constituição quer por lei especial. Havia apenas o plano técnico, em face do qual foram promovidos os recursos financeiros iniciais.

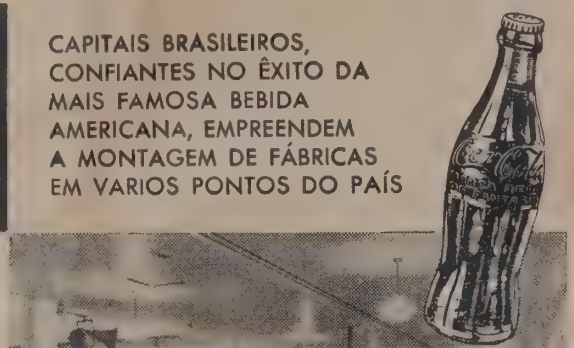
No relatório do recente plano publicado pelo Govêrno do Estado de Minas, também não encontro a preocupação absorvente pelo financiamento. A parte do plano mineiro atinente a obras públicas surge custeada por dotações orçamentárias; certas indústrias de base ficarão a cargo do Estado enquanto outras indústrias, como acontece no plano quadrienal francês, são apontadas à iniciativa particular, a ser auxiliada com empréstimos dos bancos oficiais do Estado de Minas. E' possível que o govêrno mineiro venha a admitir capitais estranhos aos que se acham sob sua órbita administrativa. Mas só o fará se quiser acelerar as construções, se pretender associar interêsses que, conforme a procedência e as condições contratuais, poderá, inclusive, prejudicar o desenvolvimento da economia estadual. De qualquer forma está em mãos do govêrno mineiro substituir a economia anárquica pela economia planejada, saindo do regime de dispersão e eventualismo para a prática do planejamento como método.

Os recursos destinados aos dois planos do São Francisco e da Amazônia não serão também recursos fixos nem quantias inalteráveis ou invariáveis no tempo. O que se acha fixado nos textos constitucionais são as taxas percentuais sôbre a renda tributária da União, (1% e 3%, respectivamente) que é variável e provavelmente ascendente. Os planejadores da "valorização da Amazônia" contam em 1948 com cêrca de 380 milhões de cruzeiros mas é óbvio que, dentro de 2 ou 5 anos, elevada a renda tributária federal, a quota será maior. Evidentemente, não podendo fazer estancar a renda federal, os planejadores da Amazônia e do São Francisco não se acham, por isso, impossibilitados de elaborar planos de 3 ou 5 anos. Não é certamente êsse o perigo que está correndo a "valorização" das duas regiões beneficiadas pela Constituição de 1946. O perigo está em que, até agora, nem o Poder Executivo nem o Legislativo se mostraram à altura da tarefa de que os constituintes os incumbiram. Se os planejadores insisitirem em manter na Amazônia a economia colonial, baseada na exportação de produtos extrativos, nesse caso não haverá método racional capaz de "valorizar" a região. Enquanto certos responsáveis continuarem a afirmar os estafados "slogans" da falta de transporte, da falta de crédito e que os problemas amazônicos são problemas de preço para a borracha, a castanha, etc., não haverá financiamento capaz de arrancar a Amazônia da economia colonial para o regime de economia nacional.

Em nosso país o caminho certo da planificação já é muito conhecido e tanto serve para a Amazônia como para São Paulo, Rio Grande do Sul e qualquer Estado. A maior dificuldade não está no financiamento e sim na falta de conjugação de interêsses em favor de uma verdadeira prosperidade e a autonomia econômica. Fixo ou variável, vindo de fora ou extraído da renda nacional brasileira, o financiamento por mais vultoso que seja

Coca-Cola
MARCA REGISTRADA
EXPANDE-SE NO BRASIL!

CAPITAIS BRASILEIROS, CONFIANTES NO ÊXITO DA MAIS FAMOSA BEBIDA AMERICANA, EMPREENDEM A MONTAGEM DE FÁBRICAS EM VARIOS PONTOS DO PAÍS



O sucesso de Coca-Cola no Brasil vem comprovar que essa bebida agrada a todos os paladares. Coca-Cola já conta com fábricas em várias cidades como Rio, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, devendo ser instaladas as de Santos, Campinas e Niteroi. Na foto vemos uma fábrica modelo de Coca-Cola em Atlanta, Estados Unidos. Fábricas como estas estão produzindo Coca-Cola no Brasil.

Produzida com um xarope de essencias naturais, agua purissima e açucar da mais alta qualidade, Coca-Cola é um produto em cuja fabricação, em qualquer de suas fases, não toca a mão do homem. As garrafas especiais são lavadas e higienizadas automaticamente, e todo o processo industrial garante que a bebida seja sempre idêntica e com idêntico sabor.

Vemos nesta foto a fase final do engarrafamento, na qual as garrafas são cuidadosamente examinadas por meio de lentes e focos de luz. As fábricas engarrafadoras brasileiras de Coca-Cola estão sendo constituidas com capitais nacionais e locais para cada cidade, com a orientação técnica de "The Coca-Cola Export Sales Co.", Av. Rio Branco, 257 - 14.º, Rio.

não faz por si mesmo o milagre de substituir o colonato rural pela fazenda mecanizada e a pequena propriedade assistida. Não faz surgirem as indústrias de base com capacidade para o consumo interno a ponto de libertar da importação as indústrias de transformação existentes e reduzir seus custos de produção.

A teimosia em fazer do desenvolvimento rápido de nossa economia um problema de financiamento deixa no esquecimento outra dificuldade que é o recrutamento de uma boa equipe de técnicos, agrupados sob orientação patriótica e esclarecida. Nos estudos de planejamento realizados em 1944 no extinto Conselho de Política Comercial e Industrial a palavra "Consumo" era evitada e o aumento do poder aquisitivo quase sempre era substituído pela expressão "aumento da renda nacional". O Conselho muito tratou do desenvolvimento da produção industrial e tratou muito menos da produção agrícola mas deu o merecido realce à formação de técnicos e houve quem proclamasse a necessidade e a viabilidade da planificação mesmo que o financiamento externo não fôsse obtido. Os planejadores de 1944, baseados nos tratadistas, também afirmaram que o planejamento é uma técnica neutra, um método apenas, mas aplicável a qualquer sistema político. Um país pobre como o Brasil pode a qualquer hora aplicar êsse método partindo dos recursos de que dispõe. Se fôsse possível inocular nos cérebros de uma tribo selvagem o método racional do planejamento, essa tribo, desde que o permitissem seus políticos dirigentes, poderia desde logo — sem financiamento e, é o caso de dizer, sem dinheiro — passar a produzir flechas, arcos e ranchos e a pescar e caçar de modo a elevar sua renda nacional e a civilizar-se mais rapidamente. Chego a acreditar que tal tribo, não dispondo, como a nossa Amazônia, de 3% dos impostos federais brasileiros, iria obter resultados mais rápidos que os planejadores que limitam o desenvolvimento econômico aos setores do transporte, do crédito e dos preços.

O ORÇAMENTO VEM DEPOIS

Os casos como o da Amazônia e outros em que, antes da elaboração dos planos, já se conhecem as quantias fixas ou aproximadas a êles atribuídas criam em certas pessoas a convicção de que o orçamento pode preceder o plano. Pelo que ouço dos técnicos de organização as tarefas que precedem a elaboração do plano são a escolha dos objetivos gerais da planificação e os "levantamentos". Mesmo assim somente quanto aos objetivos gerais da planificação e os "levantamentos". Mesmo assim somente quanto aos objetivos gerais — industrialização, etc. — porque o escalonamento em fases, os objetivos específicos, os trabalhos isolados, etc., êstes só podem ser esquematizados no próprio trabalho técnico dos planejadores. Tenho a impressão de que a ordem lógica do planejamento comportaria a seguinte escala: 1.º) — a determinação dos objetivos gerais; 2.º) — o "levantamento", com inquérito amplo das condições e meios de produção, incluindo os recursos financeiros e o pessoal disponível (técnicos, administradores e mão de obra em geral); 3.º) — a elaboração do plano, inclusive cálculos do financiamento; 4.º) — a execução. Dentro dessa escala que tenho visto com certas nuances em vários esquemas, o estudo do financiamento de suas fontes e de sua distribuição por setores é onipresente. Na própria determinação inicial dos objetivos gerais já se cogita dos recursos financeiros; já podem existir estimativas em grosso, sem compromisso. Mas na prática, não se tratando de planos especiais ou locais com recursos prévios, o estudo do financiamento caminha ao lado do estudo dos demais recursos — os materiais e os e mão de obra, nesta incluídos a administração, os técnicos e os trabalhadores não especializados. Já quanto ao orçamento, não se pode contar com tal simultaneidade. O orçamento financeiro, como quadro de receitas e despesas aprovadas pela autoridade competente, só pode aparecer depois da elaboração do próprio plano físico. Depois de conhecido o plano em seus detalhes, inclusive de custo em dinheiro, é que surge o orçamento. Sabe-se que quase todos os planos de certa envergadura realizados em países capitalistas incluem obras e indústrias a cargo do Estado e atividades econômicas diversas a cargo de emprêsas particulares. E' evidente que orçamento no sentido propriamente dito de autorização para realizar despesas públicas só poderá haver no tocante às obras custeadas em parte ou no todo pelo Poder Público com capital seu ou tomado de empréstimo para êsse fim. As obras, indústrias e serviços cuja execução fôr entregue às sociedades de economia mista e às emprêsas particulares já não constarão dos orçamentos públicos. Para êsses empreendimentos haverá previsões financeiras do emprêgo de capitais em geral mas a parte dêsses capitais obrigatoriamente incluída nos orçamentos públicos seria a que eventualmente o Estado, utilizando recursos seus, fornecesse a título de empréstimo ou que subscrevesse como acionista das sociedades de economia mista. Quando o Estado desse ordem aos seus bancos para emprestar a sociedades mistas ou a emprêsas privadas participantes do

"Creme de Milho LUX"
Em pacotes de 1 quilo e meio quilo
EXCELENTE ALIMENTO PARA CRIANÇAS E ADULTOS
O PRODUTO DO
"Moinho da Luz"
MUITO IMITADO MAS NNUCA IGUALADO
EXIJA A MARCA "LUX" do seu fornecedor

plano e quando garantisse tais empréstimos, as quantias assim fornecidas fariam parte do esquema do financiamento mas não constariam dos orçamentos públicos.

No plano quadrienal francês (plano Monnet) e mais recentemente já entre nós, no plano do atual govêrno de Minas, encontram-se algumas dessas modalidades. E tanto num como noutro também se prevê o financiamento parcial a cargo dos bancos dirigidos subordinar os estudos preliminares do plano como tenho ouvido de alguns colegas à existência devidamente assegurada de largas somas a aplicar, valeria a pena pensar bem neste último tipo de financiamento que supõe a prática em larga escala do crédito seletivo pelos bancos oficiais. O Banco do Brasil, as caixas econômicas e demais estabelecimentos bancários ligados aos governos federal, estaduais e municipais estão permanentemente financiando obras e indústrias públicas e particulares. Em estimativa que há meses fizemos para uma reportagem publicada nesta revista, admitimos que êsses estabelecimentos estão investindo anualmente cêrca de dois biliões de cruzeiros (dois milhões de contos) em empréstimos a prazo médio e longo para aplicação em obras e indústrias. Aí está, entre os recursos dos bancos oficiais, para ser entrosada dentro do plano, uma volumosa quantia cuja aplicação deve ser arrancada à economia anárquica e submetida às normas do planejamento. A insistência com que algumas pessoas ligam e subordinam a idéia de plano econômico à existência de grandes somas que não possuímos dá a impressão de que no Brasil não se realizam obras públicas, não se produzem aparelhos e instrumentos nem se instalam indústrias e fazendas particulares. O Brasil seria assim o país paradoxal, o único no mundo que consumiria tôda sua renda nacional, sem aplicar qualquer parcela em investimentos. No aludido trabalho, através de cálculo a grosso-modo, estimamos em seis biliões e 220 milhões de cruzeiros (seis milhões e 220 mil contos) o total dos investimentos físicos realizados e orientados em 1947 no Brasil pelo Poder Público, compreendendo a União, os Estados, os Municípios, as autarquias e as sociedades de economia mista. Trata-se de quantia equivalente a cêrca de 340 milhões de dólares, muito aproximada do que possuímos em saldos-ouro. E significa a média (em cálculo de estimativa) dos investimentos "dirigidos" pelo Estado, incluídos seus investimentos diretos e os que facilita a particulares através dos empréstimos dos bancos oficiais.

FINANCIAMENTO DO CONSUMO

Sob êsse aspecto, o que mais está chamando a atenção em nosso país é a falta de estudos sôbre o consumo do aumento da produção que o planejamento deve provocar. Salvo referências esparsas de alguns comentaristas, as principais preocupações recaem em cheio sôbre o problema do financiamento. Mesmo nos estudos do extinto Conselho de Política Industrial e Comercial não se encontram dados satisfatórios sôbre o novo poder aquisitivo que deve absorver o aumento da produção. Como é natural, a execução de um plano econômico de àmbito nacional, devendo resultar no aumento da produção, exige da população um maior poder de compra com o qual possa adquirir as novas mercadorias e serviços produzidos. E' o estudo dêsse aumento de poder de compra o que, sobretudo, falta realizar. Quando se tratar de montar indústrias produtoras de mercadorias que atualmente são importadas do estrangeiro, não haverá muito o que discutir. O mesmo poder aquisitivo que agora basta para a importação, bastará para comprar no país as mercadorias até agora adquiridas no estrangeiro. Já para produzir certas mercadorias em volume superior ao que atualmente estamos importando, será necessário o respectivo aumento no poder aquisitivo da população.

Estas são as linhas gerais do tema, naturalmente sujeitas a muitas objeções e retificações que não lhe retiram o conteúdo básico. Uma vez que vimos discutindo em têrmos financeiros, apreciada a execução do plano nesses mesmos têrmos, podemos dizer que ela produzirá uma receita geral que é o valor de venda do total das mercadorias e serviços produzidos. E logicamente exigirá uma despesa, realizável em dinheiro através a venda dessas mercadorias e serviços. Em uma economia entregue aos azares da oferta e da procura descontrolada, êsse quadro de receita e despesa ora apresenta saldos que significam a superprodução, ora apresenta "deficits" que elevam os preços, provocam aquisições forçadas no estrangeiro e outras perturbações. Na economia planificada, entretanto, não seria lícito admitir sobras sem compradores e "deficits" perturbadores. Pequenas flutuações e retardamentos são comuns na execução de todos os planos mas nunca em volume tal que signifique a anarquia na produção e no seu escoamento.

Abro estas questões de modo esquemático porque ainda não as vi discutidas de público pelos nossos economistas e planejadores. Sabe-se que os industriais brasileiros colocam suas esperanças de um mercado maior no au-

LUIZ CAMPOS FILHOS & CIA.
Sucessores de LUIZ CAMPOS
Estabelecidos em 1887
COMISSÕES - AGENTES DE VAPORES - COMISSÁRIOS DE AVARIAS
Matriz: RIO DE JANEIRO
RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 51
Fones: 43-8016 — 43-8215
Telegr. CAMPOS
Caixa Postal, 45
Filial: SANTOS
Praça VISC. MAUA', 26 - 2.º - s/204
Fone: 5.233
Telegr. LUCAFICO
Santos — S. Paulo
E. F. LUIZ CAMPOS
CORRETOR DE NAVIOS
Fones: 43-8016 — 43-8215

mento de poder aquisitivo de nossa população rural. E não há dúvida que, para um plano nacional de envergadura, capaz de elevar substancialmente a produção brasileira, não se poderia contar apenas com o aumento do poder de compra que êle provocasse nos centros urbanos. Sendo a população rural duas vêzes mais numerosa que a população urbana, um grande desenvolvimento econômico só pode ser realizado principalmente tendo por base a valorização do trabalho dos homens do campo. Seriam êstes que iriam — digamos assim — financiar o consumo do grande aumento da produção industrial e, portanto, fornecer os meios para novos investimentos no decurso da execução.

Evidentemente, o planejamento da economia nacional só pode ter como objetivo central a melhoria de condições de vida de tôda a população e a realização dêsse objetivo central se desenvolve incluindo um objetivo paralelo que é o da independência de nossa economia. Mas ainda aqui não conseguimos sair do quadro da receita e despesa. As indústrias básicas não podem ser instaladas apenas com a capacidade para cobrir as importações. Elas têm que surgir já em ritmo de crescimento de modo a alimentar as indústrias de transformação e para que estas se desenvolvam substancialmente, cumpre criar o correspondente poder aquisitivo capaz de absorver o crescente aumento de produção de calçado, de tecidos, etc.

Acham-se em nossas mãos os meios necessários para elevar o poder de compra de todo o povo brasileiro a um volume apropriado para absorver uma grande produção industrial. A criação de novas fábricas e a ampliação de fábricas existentes provocará um aumento do poder aquisitivo bastante para a absorção de uma parte da nova produção. Não, de tôda a produção ou do volume de produçãto que costumamos traduzir pelo nome de industrialização do Brasil.

Infelizmente os estudos até agora publicados sôbre a reforma agrária não bastam para o esclarecimento das atuais possibilidades de consumo da população rural e dos efeitos que a criação de novas indústrias exercerá sôbre as condições de vida no meio camponês. Seria de alto interêsse que tais estudos fôssem promovidos, tal é a escassez de elementos informativos dessa natureza. E também porque são as possibilidades de consumo que determinam a escolha, em quantidade e em qualidade, dos ramos industriais necessitados de mais rápido desenvolvimento. Esta seria uma cogitação apropriada para pessoas que fazem do planejamento econômico um problema de financiamento. O planejamento como método — ou uma técnica neutra — aplicável em qualquer país serve também para a escolha das oportunidades e para o escalonamento das novas construções, dosando o financiamento e dirigindo-o para as regiões e as atividades onde as necessidades de consumo e o poder aquisitivo o convidam. Se hoje nos caíssem das nuvens máquinas e aparelhos no valor de duzentos milhões de contos, não teríamos o que fazer em prazo curto de todo êsse financiamento milagroso. Teríamos de dosar a montagem dêsse maquinário em alguns anos. Montaríamos em primeiro lugar as emprêsas cuja produção nos aliviasse de certas importações. Com isso obteríamos pequenas sobras de renda nacional pelo barateamento dos custos. Trataríamos bem as indústrias básicas e militares, os transportes, a produção de energia e combustível. Em seguida, deveríamos resolver o problema da capacidade de consumo ou seja do aumento do poder aquisitivo das populações, para então aplicar a maior porção do financiamesmo "in-natura" caído das nuvens.

COMPANHIA AUXILIAR DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM

Uma nova arte que a técnica moderna pôs a serviço da segurança do patrimônio cultural da humanidade;

Um novo método de arquivamento de documentos, com economia de tempo, espaço e dinheiro;

Um novo processo de cópia fidelíssima de quaisquer documentos, páginas de livros; jornais e revistas, fotografias. etc.

Avenida Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Telefone, 42-9777

A Origem de Dois Grandes Óleos!

Dessas gigantescas refinarias que se erguem como um monumento de técnica a serviço do mundo moderno, saem os produtos da SUN OIL COMPANY, uma das mais antigas companhias petrolíferas dos Estados Unidos.

Entre os diversos tipos de óleos de sua fabricação, os automobilistas consagram com a sua preferência SUNOCO MOTOR OIL e SUNOCO DYNALUBE. Assegurando maior rendimento, resistindo á oxidação, impedindo a formação de carvão, SUNOCO MOTOR OIL garante a eficiência do seu carro de passeio, a limpeza e o perfeito funcionamento do motor. SUNOCO DYNALUBE, óleo de elevado índice de viscosidade, limpa todas as partes do motor, evita a formação de resíduos ocasionada pelo calor excessivo na câmara de combustão, sendo o lubrificante indicado para os veículos que desenvolvem maior velocidade e operam em mais longas distâncias, através de caminhos acidentados.

Fabricados pela

SUN OIL COMPANY

Phi adelphia, Pa., USA.

* * *

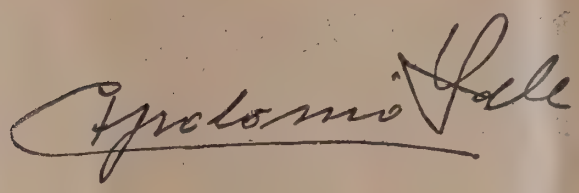
Distribuidos pela

IMPORTADORA MERCANTIL S. A.

Edifício IMPORTADORA MERCANTIL

Av. Venezuela, 131 - Rio de Janeiro

A Eletrificação Rural



NÃO são poucos os apelos que se fazem pela imprensa, pelo rádio e em discursos inflamados, de caráter, político ou não, para que se povoem os campos. Para que as planícies e colinas se cubram do manto das searas. Apelos para que a terra feraz do Brasil seja levada a produzir sempre mais. Nas viagens de trem, estou a ouvir, as exclamações de desagrado dos viajantes mais observadores, diante de faixas imensas de terreno inculto. Aqui e ali, uma rêz ou outra, a pastar na macega que ninguém plantou, eis o sinal de propriedade de muitos terrenos marginais a ferrovias, de tráfego constante e intenso.

O mesmo se há de dizer e, talvez, com maior amplitude, no tocante às glebas cortadas e recortadas pelas estradas de rodagem de penetração.

Ora são pastagens mal cercadas, ora são terras de cultura envelhecidas, ora são morros a esconderem em suas dobras tugúrios de camponeses resignados. Terrenos semi-desérticos, sem gente e sem lavoura. Sem rebanhos e sem pastores.

Mas o automóvel luxuoso, ou apenas confortável, passa ligeiro, deixando no rastro a nuvem de poeira. Tem-se a impressão de que os modernos peregrinos sacodem o pó das suas sandálias de borracha, como maldição bíblica ao hinterland. Ao interior do Brasil romântico e trágico. Desejado na literatura e evitado na ação. Exaltado na imprensa e humilhado na posição estatística.

Mas êste é o interior do país ainda facilmente acessível porque moldurado pela fita amarelenta da estrada coleante. Interiores há porém onde as estradas são apenas caminhos para tropeiros ou para cavaleiros mais afoitos. São caminhos que, olhados do céu, não se vêem. Não se divulgam, perdidos na folhagem da capoeira viçosa que lhe cresce à margem. Nem mesmo servem de vinheta para a paisagem bucólica da terra interior da imensa pátria.

Não admira que escassas sejam as habitações. Tanto mais escassas quanto mais para oeste, sem que esta afirmativa exclua a existência de tratos de terra desabitados e incultos, bem perto do litoral, bem junto das grandes cidades, e até das capitais.

Derramam-se pelo país inteiro .... 1.904.589 propreidades agrícolas. Nelas mourejam os nossos patrícios, entregues aos seus labores quotidianos na esperança nunca realizada de melhores dias.

Como resultado desta perseverança, "malgrée tout", avolumam-se as colheitas que se escoam para as cidades, onde, a contar somente a classe das que abrigam mais de dez mil hobitantes, se apinham 7.332.769 brasileiros, mais de um sexto de tôda a população do Brasil.

Assim como os viajantes, debruçados à janela do trem, ou acostados às almofadas dos utomóveis, formulam diante da terra inculta das fazendas, que marginam, frases de surprêsa reprovante, assim também o agricultor ou o pecuarista que os vêem passar, também êles, excogitam frases que mal pronunciam: "lá vão os felizes para sítios mais venturosos"..., "lá vão para onde há mais confôrto e viver é melhor"...

Não creio que exagere, aventurando esta pincelada ligeira sôbre o quadro psicológico da vida rural brasileira, receio antes de me faltarem talento e arte para, numa frase só, levantar o véu do indescritível drama que se pode presenciar no palco das nossas fazendas.

Para que se notem entusiasmo e vibração em qualquer pôsto onde haja trabalho é preciso que o homem possa divulgar compensações. Divise lucros, anteveja prosperidade, resinta conveniências, frua de vantagens. Na vida rural será a mesma coisa, não refugindo os seus habitantes às contingências humanas.

E é justamente nesta vida assim recolhida que, ao silêncio das longas noites de invernada ou nas compridas ante-manhãs dos dias de verão, afluem à mente do agricultor as comparações, os paralelos, e as interrogações inquietantes sôbre a desvalia de suas canseiras e renúncias.

Não é de admirar que resultem destas cogitações intentos e resoluções vigorosas, amaduradas, de abandono do que não rende, em procura do que pareça melhor compensar fadigas ou atender a aspirações.

A fuga do campo se processa, paulatinamente. Mas, seguidamente, na procissão ininterrupta dos que tentam a vida nas cidades e, porque negar, muitas vêzes com êxito.

Nenhum mal haveria que assim acontecesse, se o bem estar procurado pelos indivíduos não se traduzisse mais tarde no agravamento dos problemas da coletividade, atingindo tam-

A produção agrícola do país precisa ser lançada em moldes mais rendosos. O baixo rendimento, em balanços finais, deficitários, é a causa principal do êxodo dos campos. A esta, junta-se o desconfôrto da vida rural. O emprêgo da eletricidade, eis um fator de suma importância na resolução dêstes problemas.

A maior dificuldade da eletrificação rural reside na pouca densidade dos núcleos de consumo. Nos Estados Unidos foi dada uma solução aplicável no Brasil.

A eletrificação rural na América do Norte só se acelerou depois da interferência oficial. Aqui se mostram as dificuldades no Brasil e as novas perspectivas.

Tempo de leitura: 40 minutos.

bém àqueles que transitoriamente se viram beneficiados.

O despovoamento do interior, refletindo-se na produção estacionária ou mesmo reduzida, é algo de impressionante no país, e a procura das causas do fenômeno é fácil, sendo difícil apenas fixar a preponderante entre as muitas que afloram ao início das pesquisas.

A falta de lucro resumiria tudo. A falta ou, pelo menos, o minguado dos lucros na proporção dos capitais invertidos, das horas de trabalho e de cuidado dispendidas.

Uma síntese pode ser muito útil para um enunciado, para estigmatização de um fato que se precisa remover. Será porém muito inconveniente para se determinar o modo da sua remoção. No caso, a análise iria armar o interessado com melhores possibilidades de, vencendo partes, superar o todo, no final da luta.

Lembra-me que de uma feita, fui procurado por um conhecido senhor de engenho de minha terra natal (Pernambuco). Solicitava-me um emprêgo que vagara na Secretaria da Agricultura, cujo padrão garantia uma renda anual se me não engano de 8.400 cruzeiros. Admirei-me do pedido e, como tivesse credenciais de amizade para fazê-lo, falei francamente ao solicitante. Como era que êle, tão conhecido como operoso ruralista, cujo "engenho" era um modêlo de ordem e trabalho, cujos pastos de bem cuidados chamavam à atenção, na paisagem bucólica de sua propriedade, pretendia ensarilhar armas!

Custava-me a crer na "reforma" de um dos mais festejados soldados da terra, como eu o considerava, sem favor.

Não demoraram porém as ponderações do amigo, frias como os ventos matinais das longas madrugadas durante as quais os seus pensamentos se geraram, e cresceram, e tomaram vulto, e se cristalizaram na resolução que tomara, com lágrimas nos olhos, de deixar a vida tradicional de lavrador de engenho.

Possuía cinco filhos, três em idade escolar. Os colégios na cidade eram caros e fora do alcance de sua bôlsa, porque impunha-se o internato. A saúde da espôsa estava a exigir cuidados que, no campo, não era lícito nem pensar possíveis. As canseiras da casa avultavam. A monotonia do retiro rural era gritante. Nem correio, nem imprensa, nem rádio, porque energia elétrica inexsistia para a máquina que aproxima antípodas.

Não. Não era possível envelhecer resignado. Valia a pena tentar alguma coisa sobretudo porque as rendas livres dos seus canaviais e das pastagens do seu gado pouco superavam a que lhe asseguraria o minguado vencimento do cargo pleiteado. Dois mil "pães" era a sua safra normal, quando as chuvas não faltavam. Sessenta mil cruzeiros o preço da safra tôda naquela época de açúcar a 30 cruzeiros o pão.

Quanto renderia livre de despesas, embora nunca livre de apreensões e riscos. Quinze por cento? Nove mil cruzeiros. Preferia os 8.400 do emprêgo para uma vida na cidade, onde não faltam assistência médica, luz elétrica, farmácia, colégio para meninos, jornais, rádio, movimento, movimento.

À medida que falava aquêle herói, prestes a tombar na luta, inflamavam-se-lhe os olhos, enrubesciam-se-lhe as faces. Não. Não queria perder a oportunidade de dar a sua família condições de vida humana, e não tinha mais coragem de exigir dela vegetar sob o teto da casa grande, onde apenas se ouviam os ecos do passado; do passado faustoso a custa do trabalho escravo.

E enquanto se formavam as lágrimas de saudade mal contida naquela fronte outrora sobranceira, também de mim tomava conta uma emoção profunda ao presenciar mais uma tragédia em que o ator era um lídimo representante da lavoura a que se tecem tantas lôas e se negam tantos direitos.

A síntese da tragédia era sem dúvida o lucro ínfimo da exploração, mas os detalhes eram o desconfôrto, o isolamento, o impecilho à educação dos filhos imposto pela distância dos colégios mais acessíveis.

Guardo ainda na memória êste episódio que calou profundamente no meu coração e não o rememoro sem que sopese, na distância do tempo, todo o significado do gesto daquele amigo, por certo, mil vêzes multiplicado por outros iguais no recesso solitário da vida rural brasileira, nestes longos anos que já passaram.

Na análise dos motivos que apressam a fuga dos campos muitos se encontram mais prementes e muitos se juntam na expressão "desconfôrto". Outros se apelidariam de renúncia, e terceiros se chamariam reinvindicações.

Não ousaria sequer tentar arrolá-los todos nesta despretensiosa exposição aos leitores desta revista conceituada. Escolhi, ao acaso, apontar na súmula do desconfôrto o fator ausência de energia elétrica, nas propriedades rurais. Seria êste um setor até agora descurado, mas que, no campo, deixa o rastro de mil e um inconvenientes a exigirem reparos.

À energia elétrica atribuem-se mais de noventa por cento das condições favoráveis da vida moderna. Desde a iluminação das ruas e casas até à conservação dos alimentos, à intensificação dos meios de comunicação, aos recursos da ciência médica moderna, à diminuição das canseiras evitáveis na execução das tarefas quotidianas ou dos programas de produção intensificada.

A eletricidade será a responsável pelo avanço da técnica em todos os domínios da vida criadora do homem, nas fábricas e nos campos, nos laboratórios e nas oficinas.

E' de notar que, aumentando o número de humanos a nutrir, vestir, abrigar, assistir, educar, e crescendo, do mesmo passo, as exigências e aspirações dos que repudiam os níveis de existência do passado, o imperativo da maior produção para que se acorra àquelas necessidades se estabelece simultaneamente com a redução imperiosa das fadigas e esforços que procuram evitar.

Tem o homem que valer-se da máquina e da fôrça motriz para que não desçam os níveis de produtividade, antes subam na escala da eficiência reclamada. Na falta disto, o que se observa é agravarem-se os males das aglomerações humanas, traduzindo-se na torturante inquietação registrada em tantos rincões, espalhados pelo universo em fora.

Para melhor exame do assunto, bastaria que tomássemos em consideração o setor agrícola, desfalcado cada dia mais profundamente dos braços robustos e numerosos que vão para a cidade, cobertos de razão, ao mesmo tempo que dêle se está a exigir avultarem-se as colheitas para que se atendam as demandas sempre maiores de produtos da terra.

Em outros países, remedei-a o impasse com o aprimoramento da técnica do cultivo do solo, proporcionando maiores safras em áreas iguais ou menores, com emprêgo de esforços menores do braço humano.

No Brasil, quem ousará afirmar que já se possa avistar algo de apre-

ciável neste rumo? Penso que poucos não se renderão à evidência, verificando acentuar-se a deserção da lavoura em grau bem mais intenso do que em outros países, sem a correspondente reação no sentido da maior produtividade, per capita, do campo em abandono.

Segue-se, daí, que será em nossa pátria onde as nuvens se afiguram mais ameaçadoras, a pique de se desfazerem em tempestades de consequências imprevisíveis.

Também nos campos, a eletricidade foi chamada para o aprimoramento da técnica da produção naquelas nações que se orgulham de ser industriais e de possuir os "standards" de vida mais elevados do mundo.

Aqui, no Brasil, a eletricidade no meio rural cumprirá o papel não somente de melhorar os processos de produção que acresçam as colheitas por unidade terra-homem, mas também de estabelecer condições de vida mais toleráveis para que se reduzam os êxodos dos braços válidos e das famílias nucleadoras de vidas humanas.

Já pensastes, leitores amigos, no que seja uma casa sem luz e sem água, perdida na amplidão das fazendas, cujos limites afloram à estrada distante? Já sobrevoastes, acaso de noite, estas regiões, chamadas agrícolas, do litoral brasileiro? Não vos terão impressionado as trevas que sepultam, mau grado a rebeldia de uma ou outra herdade mais feliz, tôda uma gleba imensa onde, por certo, mourejam almas humanas dignas de melhor sorte?

Ao isolamento da vida campesina, num país de estradas poucas, ainda mais a escuridão vitoriosa sôbre as raras candeias a querosene, que não produzimos!

A energia elétrica seria o contraste a que, os que ainda não desertaram, têm o direito de aspirar, como condição elementar de vida, a que eu não ousaria nem mesmo de chamar confôrto.

Mas a missão principal da corrente elétrica nas fazendas há de ser o aumento da produtividade do homem e das coisas do campo, como coadjuvante às múltiplas operações e processos inerentes à faixa rural.

Lêem-se em publicações americanas sôbre o emprêgo da eletricidade rural frases concludentes sôbre a excelência do método. Não me privo de citar a que se encontra à página 5 do boletim "Rural Eletrification" distribuído pelo Ministério da Agricultura: ("agricultural leaders and educators are fully aware that electricity is the greatest single factor in bringing farming to a degree of efficiency in keeping with the advances made in industrial production and management"). "Os líderes agrícolas e educadores estão completamente conscientes de que a eletricidade é o maior fator isolado a elevar a agricultura a um grau de eficiência que acompanhe o progresso feito na produção e operação industrial."

E mais adiante prossegue: "Não há espaço suficiente para enumerar aqui os muitos usos práticos da eletricidade para a poupança de tempo e de trabalho, para a redução do custo de operação das fazendas e para aumento do seu rendimento".

"Um "KWh" bombeia mil galões (9 = 3,8 litros) de água dos poços médios das fazendas americanas. Ordenha 30 vacas, aquece cinco galões de água, mói 220 bushels (b = 35 litros) de grãos, movimenta um moinho 4 horas, descasca 30 bushels de milho, refrigera 10 galões de leite ou corta uma tonelada de silagem e a eleva a um silo de 10 metros de altura." (Vide quadro I).

Ajunto a esta publicação um quadro das principais operações rurais com o correspondente de demanda de energia elétrica, facultando o cálculo do preço de custo das mesmas. São dados interessantes e preciosos porque demonstram, à saciedade, a condição desfavorável dos agricultores do Brasil privados, na sua maioria esmagadora, dêste recurso decisivo ao alcance de possíveis concorrentes.

Evoluindo as condições de trabalho no país, como já evoluíram no mundo, a ponto de que não seja mais possível manter-se o operário agrícola ao nível de salário de fome ainda vigente em muitas regiões, as práticas rurais tornar-se-ão de tal modo caras com as pagas humanas a que se tem que chegar, que não será possível dispensar-se a ajuda da energia. Reduzindo o esfôrço humano, diminui-se a mão de obra que, em compensação, pode ser melhor remunerada. Só então é que a agricultura passará a ser uma fonte de emprêgo, em vez de um manancial inesgotável para o "damping" da mão de obra, nas fábricas e centros populosos, desmoralizador e inumano.

Aplica-se ao Brasil a síntese de uma proclamação do ex-Ministro Vickard, dirigida aos agricultores dos Estados Unidos, pouco tempo antes de ter eu a honra de conhecê-lo, em outubro de 1944. Assim se exprimiu o ministro norte-americano: "Assim eu descrevo os fundamentais princípios que se devem subpor à expansão da eletricidade rural:

Primeiro: Os lares rurais precisam de eletricidade tanto — se não mais — do que os lares citadinos. Não podemos ter um "standard" decente de vida rural sem as coisas que a eletricidade provê para as habitações das fazendas.

Segundo: Precisamos encarar o fornecimento de energia elétrica aos fazendeiros antes como uma oportunidade de prestar um serviço à agricultura, do que como uma maneira de fazer lucro."

E' uma síntese muito perfeita das necessidades da agricultura no tocante a eletricidade, e dos deveres dos governos, referentes ao mesmo assunto. E se ajusta perfeitamente ao Brasil.

Principalmente ao Brasil onde as condições gerais de fornecimento de energia são precaríssimas até nas próprias cidades, e onde a inferioridade dos meios de produção agrícola é flagrantemente mais acentuada do que na próspera República a que serviu o Secretário Wickard.

A premissa número dois, da proclamação do Ministro Wickard, no meu entender, é no Brasil um imperativo a que não podemos fugir. Se na América do Norte, onde não falta a iniciativa particular, correndo a largos passos à frente do poder público; não falta combustível líquido abundante e barato; não falta carvão e fácil transporte para que se tenha acesso econômico nas fazendas, a eletricidade se impõe de molde a se considerar um dever de Estado levá-la ao agricultor, o que não diremos nós no Brasil? A eletricidade rural deve ajuntar-se aos mais prementes problemas a que o Govêrno precisa atender.

Há porém duas grandes dificuldades. A primeira a carência de energia elétrica, mesmo nos grandes centros. Segundo a rentabilidade pequena a prever na extensão das linhas ao meio rural.

Não se pode ocultar a condição de inferioridade em que se coloca o Brasil,

no tocante ao aproveitamento de suas fontes de hidro-energia. O lugar que ocupa perante as nações do mundo neste setor é tão proeminente, tristemente proeminente, quanto o é no referente a existência em suas fronteiras de inesgotáveis mananciais a aproveitar.

A política do aproveitamento dêstes recursos de energia dos nossos rios é imperiosa, já disse e, — não será demais repetir, — convém que se leia aqui um trecho do discurso por mim pronunciado no Senado da República, a propósito de como entendo a obrigação do Estado neste setor moderno da vida das nações:

"Quando lancei o plano da "Paulo Afonso" no Brasil, acaso pelo primeira vez, chamei a atenção dos dirigentes dos Estados a que ia servir a cachoeira, sôbre uma face do problema administrativo digno de consideração desta douta casa (referia-me ao Senado). Entre os deveres dos governos em relação ao bem estar material do seu povo, tôda gente admite enquadrar-se a obrigação de construir estradas, prover à educação e ao cuidado da saúde. Ousei lançar também, em paridade de condições, nesta terra em formação, que é o Brasil, ao exame dos senhores interventores o dever de proverem ao desenvolvimento industrial e ao confôrto de vida do povo, com os recursos da eletricidade abundante, constante e barata."

"(A eletricidade) é tão indispensável como o é a estrada, como o são os portos, o telégrafo... Não tenho nem mesmo receio de dizer, como o são as obras de assistência social, os hospitais, as creches, as maternidades. Como o são as obras de caráter educativo, as escolas, as faculdades. As próprias universidades." (Diário do Congresso, 19-7-47).

Segue-se portanto que cumpre ao govêrno, na minha modesta opinião, acorrer em auxílio da iniciativa particular onde esta o reclame, contanto que se aproveitem as quedas dágua. Tomar êle mesmo a iniciativa onde a cooperação particular escasseie.

O Govêrno da República, felizmente, não tem ficado de braços cruzados nestes últimos anos. Haja vista do plano em execução no Rio Grande do Sul e a obra salvadora da Paulo Afonso que está sendo levada adiante com tamanho entusiasmo e comprovado patriotismo pelo General Eurico Dutra. Não cabe aqui ressaltar os méritos das duas iniciativas, nem apontar outras como as existentes no Estado de Minas e em elaboração no mesmo Estado.

Quero somente ater-me a um novo plano de eletrificação do país, principalmente da eletrificação rural do país, como o concebo a luz do que está feito e está prosseguindo vitorioso na República dos Estados Unidos da América do Norte.

Proponho à consideração dos leitores a instituição no Brasil, oficialmente, da política da eletrificação rural, através de uma organização a que daria o nome de "Junta Administrativa da Eletrificação Rural".

A missão da "Junta Administrativa da Eletrificação Rural seria traduzir na prática a aceitação pelo Estado do conceito supra mencionado, de que a êle cabe prover às necessidades do povo de energia elétrica como elemento essencial para o soerguimento do seu nível de vida.

A escassez de energia elétrica no país, não obstante o seu enorme potencial, decorre, não há dúvida, da carência de capitais. Mas a carência de capitais é por sua vez uma decorrência, em muitos casos, da rentabilidade pequena a prever, ou pelo menos a rentabilidade maior em outras iniciativas a que se aventurem os nossos magros capitais.

Como nos Estados Unidos, em nossa terra, no referente a produção ainda se apontam algumas iniciativas, nacionais e estrangeiras, conjugadas com a distribuição em condições de rentabilidade segura.

Seria o caso da Light que inverteu, e está invertendo, vultosas somas na produção de quilowatts para suprir a sua própria distribuição no mercado adensado e rendoso do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

Seria o caso de outras emprêsas concessionárias de serviço público de energia e luz, espalhadas por todo o território nacional. Na evidência de largo consumo em rêde condensada de distribuição; na evidência de grande mercado para o quilowatt, os capitais apareceram e provável é que tenham a aparecer.

Por que é que até hoje, no Brasil, se tem restringido a interferência do Estado no setor hidro-energia quase SOMENTE ao regime da concessão prévia do aproveitamento dos mananciais? Porque se tem afigurado aos responsáveis pela administração que a "indústria da energia" é suficientemente rendosa e por isto tentadora para o bom emprêgo de capitais privados.

Se examinarmos até mais detidamente a nossa legislação, veremos que, neste pressuposto, poreja aqui e ali, o intento do legislador em evitar a concorrência danosa entre emprêsas, bem como o aguçamento da sêde de ganho destas em relação ao público consumidor.

Não obstante isto, as nossas condições, diria peculiaríssimas se nos Estados Unidos não se estivesse verificando o mesmo, já vem impondo até no setor produção o concurso do Estado. A companhia hidro-elétrica de São Francisco, visando o aproveitamento da Paulo Afonso, o programa do "Fecho do Funil" em Minas, as pequenas usinas hidro-elétricas realizadas pelo govêrno do mesmo Estado nos últimos anos, as monumentais obras que estão sendo feitas pelo Govêrno Federal e pelo do Estado na terra gaúcha, são provas, para não citar outras, de que o aliciamento dos capitais particulares por uma legislação protetora no entender do poder público já não é suficiente, nem mesmo no setor da "produção de energia".

Mas se assim é, nesta face do problema — (produção) — o que recai à primeira vista do observador é que os cabos condutores do fluido — (permitam os leitores a impropriedade do têrmo) rumam à direção somente dos sítios de rendimento maior. Sustam a caminhada nas fronteiras das rendas remotas. E' a auto defesa do capital que procura clima onde se multiplique ao calor das grandes e imediatas demandas e evite a algidez das esperas improdutivas.

Quem poderá acusar as emprêsas particulares que assim procedam sem esquecer o direito que lhe cabe de zelar para que o seu patrimônio não seja atingido?

Afigurando-se justo que assim aconteça, cumprirá, entretanto, ao Estado tomar êle próprio a iniciativa de dilatar o campo para o ingresso da energia reclamada pelas condições da vida moderna, sob pena de afastar-se esta daqueles sítios até que o determinismo da civilização transborde para suas fronteiras. E isto, Deus sabe, em que afastadas calendas.

Não intervindo o Estado, a energia elétrica permanecerá adstrita aos centros populosos e fabris existentes, ou, quando muito, àqueles com perspectivas de evolução de tal modo evidentes que os riscos de prolongada imobilização de capitais se reduzam ao mínimo.

Segue-se desde logo que o setor agrícola ficará postergado para tão distantes horizontes que se poderia desculpar o exagêro de quem dissesse que a agricultura ficaria sem esperanças de valer-se dos recursos da eletricidade. Mais uma vez seria privada de um fator predominante de progresso que, ao invés, não escasseia à indústria.

Não me julgo pessimista, no vaticinar o estacionamento da agricultura, no sentido técnico do têrmo, se a eletricidade não lograr atingir-lhe os domínios. De tal modo o seu emprêgo se generalizou como eficiente meio de baratear a produção e aumentar o confôrto dos que precisam ser retirados da faina agrícola, que não há que admirar abandonem os homens a profissão, refiro-me aos homens empreendedores, quando se lhes neguem os benefícios da mais disciplinada das formas de energia.

Compreendendo o problema em tôda a sua extensão o govêrno americano não duvidou de tomar uma iniciativa que espantou a muita gente, interferindo, numa república tida como tipicamente liberal, no setor da distribuição, não sem renunciar a interferir no da produção, da energia elétrica contanto que, o mais depressa possível as fazendas norte-americanas gozassem das conveniências do emprêgo farto da eletricidade, para confôrto dos seus lares e para eficiência e rendimento de suas atividades criadoras.

Foi um ato executivo de coragem do sempre lembrado estadista Delano Roosevelt, em março de 1935, que marcou a reação oficial no sentido do provimento da eletricidade aos fazendeiros da mais industrial nação do mundo, criando-se por fôrça dêste ato, mais tarde confirmado pelo Congresso (1936), a hoje renomada REA (Rural Eletrification Administration). Para que se tenha idéia da alta significação dêste departamento administrativo, transferido ao Ministério da Agricultura, em 1939, não seria inoportuno transcrever-se aqui algo da proclamação do então, Ministro, Henry Wallace, aos camponeses de sua estremecida terra. Eis a palavra inflamada do grande Ministro.

Vista de conjunto do modelar estabelecimento industrial da S. A. Cortume Carioca

"A todos os membros das Cooperativas do REA".

Luz e fôrça — limpa, segura, confiável — ao estalido de um interruptor! Luz e fôrça, vossas, afinal, pelo milagre do esfôrço cooperativo! Esperastes em vão, alguns de vós, por muitos e muitos anos, pelos empreendimentos privados para que levassem eletricidade para vossas fazendas.

"Agora, cooperando com os vossos vizinhos e com o Govêrno, achastes o caminho para resolverdes vós mesmos o vosso problema. Decidistes construir e manobrar o vosso sistema cooperativo de distribuição de eletricidade"...

O bem estar das populações rurais é de suma importância para a Nação como um todo. Para aumentar o bem estar rural, por meio da eletrificação agrícola, o vosso govêrno entrou em uma espécie de parceria convosco. Parceria que poderá parecer, à primeira vista, unilateral. Através da REA o Govêrno proporciona todo o capital necessário e provê orientação e direção competentes.

A única coisa que espera, em troca, é que reembolseis êste capital no curso de dilatado tempo, com juro ínfimo e sem qualquer lucro. Vós e os vossos companheiros não vos arriscais a quaisquer riscos financeiros.

Ao invés, gradualmente, ireis passando à posse plena de vossa Cooperativa REA.

Comtudo, a parceria não é realmente unilateral. Os vossos representantes no Congresso sabem que milhares e milhares de fazendeiros jamais viveriam bastante tempo para verem seus lares e fazendas eletrificadas, a não ser que autorizassem e admitissem um programa coordenado com o govêrno para o impulsionamento da eletrificação rural". "Mas o Congresso pretendeu contribuir somente com ajuda e nunca com uma doação. O REA (ato da eletrificação rural) de 1936 prevê que esta eletrificação rural se faça numa base autoliquidável.

Vossa responsabilidade nesta parceria é zelar para que o vosso projeto pague o seu próprio desenvolvimento."

Neste plano elevado de expressões entusiásticas o Secretário Wallace continua exortando os fazendeiros americanos para que cooperem com o govêrno, ao mesmo tempo que vai es-

clarecendo a todos sobre o magnífico programa de que se tornou denodado executor.

"Não deixeis que alguém vos venha dizer que vossa cooperativa irá fracassar", prossegue numa linguagem tão apropriada para o Brasil, "não deixeis que vos digam que o Govêrno terá que tomá-la sob seus ombros, em breve tempo, e que, depois disto, se verá forçado a entregá-la à emprêsa privada mais próxima ao preço de uma canção". "Desastre semelhante só aconteceria se vós e os vossos companheiros dormissem em suas tarefas."

"A vossa cooperativa REA é para vos servir e vós deveis reger-lhe os destinos. Enquanto possuirdes e manejardes êste vosso "sistema elétrico" dentro dos moldes democráticos e cooperativos, dêle retirareis todos os seus benefícios diretamente para a vossa comunidade, na qual cada um dos membros receberá igual participação."

"Para que as emprêsas cooperativas tenha sucesso só duas coisas são necessárias. Uma é direção honesta e eficiente. Outra é constante e ativa "participação" da assembléia bem informada e leal. Para que se tenha segurança do primeiro item, deveis assegurar-vos também do segundo. Os dois itens, formam uma invencível combinação."

Peço-vos, leitores, que repareis bem quantos ensinamentos numas poucas frases do sociólogo americano, homem de Estado e político de vulto. Dissé-reis que falava êle para o Brasil.

Notai ainda em que bases o govêrno democrático norte-americano se viu obrigado a cooperar com os cidadãos que mourejam nas fazendas contanto que pudesse levar-lhes o essencial elemento de progresso: a eletricidade.

Financiamento em largos moldes. Imposição de condições para o financiamento. Em uma palavra: crédito dirigido. De outro modo não via a administração da progressista República meios de romper com o impasse que, sendo real no país do capital e dos grandes empreendimentos, é dolorosamente cruciante no Brasil: a inexistência de linhas de transmissão de energia elétrica nas zonas rurais porque não há consumo, e a falta de consumo porque ausente a rêde distribuidora de eletricidade. Impasse tão grave que um administrador como Wallace não tem receio de afirmar que "milhares e milhares de fazendeiros americanos jamais viveriam bastante para verem seus lares e fazendas eletrificadas."

Para julgar-se da eficiência da iniciativa oficial norte-americana, aduzo um quadro do desenvolvimento da eletricidade rural nos anos que se seguiram ao ato executivo que criou a REA, em 1935.

QUADRO N.º 2

FAZENDAS NOS ESTADOS UNIDOS COM SERVIÇOS DE ELETRIFICAÇÃO

1925 — 1926

ANO	Fazendas eletrificadas em janeiro		Índice do aumento da eletrificação das fazendas 1936 — 100%
	NÚMERO	Percentagem total das fazendas	
1925	204,780	3.2	26.0
1930	576,168	9.0	73.0
1935	743,954	10.9	94.3
1936	788,795	11.6	100.0
1937	1.042,924	15.3	132.2
1938	1.241,505	18,2	157.4
1939	1.406,579	20.6	178.3
1940	1.786,000	26.2	226.4
1941	2.069,759	33.9	262.4
1942	2.352,603	38.6	298.3
1943	2.486,230	40.8	315.2
1944	2.557,247	41,9	324.0

E' deveras surpreendente o resultado. A estatística abrange um decênio antes de 1935 e se estende até 1944. Dos seis milhões e noventa e sete mil fazendas ianques existentes em 1944, 2.557.247 passaram a ter eletricidade para confôrto dos moradores e eficiência das operações rurais. Em contraste, dez anos antes de 1935 — data da criação do REA — o número de fazendas eletrificadas era de 204.780 e em 1935 somente 743.954 possuíam a fôrça elétrica nas suas fronteiras. Enquanto sem o plano REA, em um decênio, eletrificaram-se 539.174 propriedades rurais, sob o novo regime receberam os benefícios da fôrça criadora nada menos de 1.768.452, em nove anos. Três vêzes o que foi registrado em dez.

Mas, em que consiste a atuação do REA naquela nação supercapitalizada? Na destinação orçamentária de quantias vultosas para a distribuição, em todo o território nacional, sob forma de financiamento a prazo longo — (25 anos, ultimamente acrescidos de mais 10) e juro de 2% ao ano, às organizações cooperativistas que se formarem, bem como às associações que se estabelecerem sob qualquer forma sem visar lucro. E' de notar que não são excluídas as sociedades lucrativas, concedendo-se aquelas entretanto marcante preferência.

No primeiro ano, (ato executivo), foram previstos 40 milhões de dólares no orçamento e logo depois aberto mais um crédito de 100 milhões. Daquela data até hoje foram "apropriados" cêrca de 525 milhões de dólares e emprestada até maio de 1944 a quantia de 466 milhões e 881 mil dólares, registrando-se a extensão de 442.823 milhas de linhas elétricas, em benefício de quase três milhões de fazendas!

São números que poderiam parecer alucinantes? São números porém que devem ser para nós um motivo de confiança no sistema.

Não resta dúvida de que o exemplo deve calar muito profundamente sôbre nós. Deverá mesmo impressionar aquêles que ainda não se capacitaram da rapidez do progresso do mundo e, por isto, acham que devemos nos conformar com o passo de cágado da nossa evolução. Foi na América, onde os maiores sistemas de eletrificação espalham os seus tentáculos de fôrça e de luz, em regime de aplicação privada de capitais abundantes, foi aí que a visão administrativa e moderna de Roosevelt julgou necessário acelerar a penetração da eletricidade nas fazendas, aplicando em proporções tamanhas, o engenhoso sistema conhecido pelas iniciais REA.

Será acaso no Brasil, de capitalistas mirins, de iniciativas privadas liliputianas, será aqui que iremos conseguir o bem estar e a eficiência, frutos do emprêgo da eletricidade nas fazendas, em curto espaço de tempo?

Não nos enganamos. Ou haverá uma iniciativa oficial propulsora da eletrificação agrícola ou "milhares e milhares de fazendeiros passarão a sua vida", passará a vida de seus filhos e netos, e, no bucólico das propriedades rurais semi-abandonadas e rotineiras, continuará bruxoleando a "candeia de gás". E a faina agrícola será durante decênios ainda, privada do recurso da técnica, perdendo na competição com os outros meios de vida que hão de prosseguir aliciando braços válidos, inteligências criadoras. E como resultado: mais e mais, o êxodo rural será uma realidade a lamentar. Uma ameaça à tranquilidade social do país!

QUADRO N.º 1

EMPREGO DA ELETRICIDADE NAS FAZENDAS

APARELHOS UTILIZADOS	CONSUMO EM KWH
1) Criadeiras elétricas	1/2 em 6 semanas por pinto
2) Batedeiras para manteiga	1 por 50 quilos de manteiga
3) Retirada da palha e separação das espigas de milho	5 por tonelada
4) Debulhamento do milho	1 por 175 litros
5) Separação do creme	1/2 por 500 kg de leite
6) Esterilização do vasilhame para leite (10 — 40 vacas)	31/ 2-7 1/2 por dia
7) Aquecimento dagua para higiene dos estabulos	15-35 por 370 litros
8) Motôres para pequenos trabalhos nas fazndas (3-5-7, 5hp)	3-5-7,5 por hora
9) Oficinas de reaparo de instrumentos agrìoclas	1/2-3 por mês
10) Moagem de cereais 3-5-7, 5hp)	1 10 -3 por 50 quilos
11) Produção de fôrça por meio de motôres alternados	1 para cada 1 — 1 5 horas
12) Seleção mecânica de frutas	1.2 — 1 1/2 por 350 litros
13) Limpeza de cereais	2/3 — 1 3/4 por 350 litros
14) Transporte de cereais com elevadores de (5 hp)	1 1/10 a 5 por 35 hectolitros
15) Enfardamento de feno (5hp)	2 — 4 por tonelada
16) Amontoamento de fardos nos veìculos (5 hp)	1 — 3 por tonelada
17) Incubação de ovos em pequena escala	150 — 300 por mil ovos
18) Irrigação (superficial)	4 — 8 por hect. em faixas de 30 centimetros de separação
19) Iluminção em tôda a fazenda	25 — 30 por mês
20) Congelamento de leite	25 — 30 por mês na média de 370 litros por dia
21) Extração de leite (ordenha)	1 1/2 por vaca-mês
a) tipo portatíl	2 — 3 por vaca-mês.
b) tipo canalizado	1 por 231 metros quadrados
22) Pintura nas casas por meio de pistola	2 para cada 35 litros escolhidos
23) Escolha de semente de milho	1,5 por 100 carneiros
24) Tosquia de carneiros	1 — 1,5 por tonelada.
25) Enchimento de silos	1/2 — 1 1/2 por dia (cant. 0,9x1,8)
26) Aquecimento do solo para germinação mais apressada	1 — 1,5 por 28,31 dec. cub.
27) Limpeza do solo	1/3 por 50 quilos.
28) Debulhamento de cereais (lohp)	25 — 35 por ano e vaca
29) Ultravioleta no gado (S-1)	1/2 1 por ave ano
30) Idem para poedeiras	1/5 — por vez e ave
31) Para pintos (CX)	20 — 30 po mês
32) Suprimento de água (médio)	1 por 3,624 dm cúbicos
33) Benefício de madeira (serra 5 hp)	

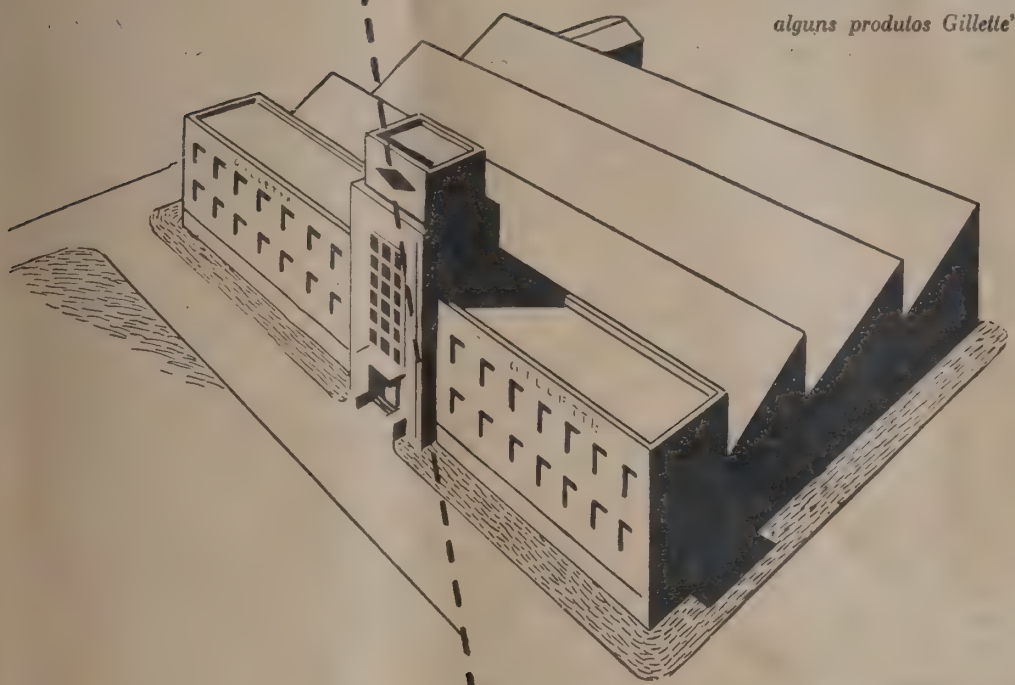
TRADE Gillette MARK

A opinião de um homem que vende muito...

"O Aumento da Propaganda proporciona novos negócios, torna possível manter os preços, e até mesmo baixá-los".

Foi o que afirmou, em entrevista a um vespertino carioca, o sr. Irving Sandbank, diretor da Gillette Safety Razor Co. of Brazil, assim se expressando:

"Buscamos fazer compreender as vantagens higiênicas e econômicas do uso dos nossos aparelhos e lâminas de barbear, por meio de intensa propaganda que, dia a dia, cria novos consumidores. A propaganda eficiente permite o aumento da produção, proporciona novos negócios e maiores lucros, possibilitando manter os preços, e até mesmo baixá-los, como se deu com alguns produtos Gillette".

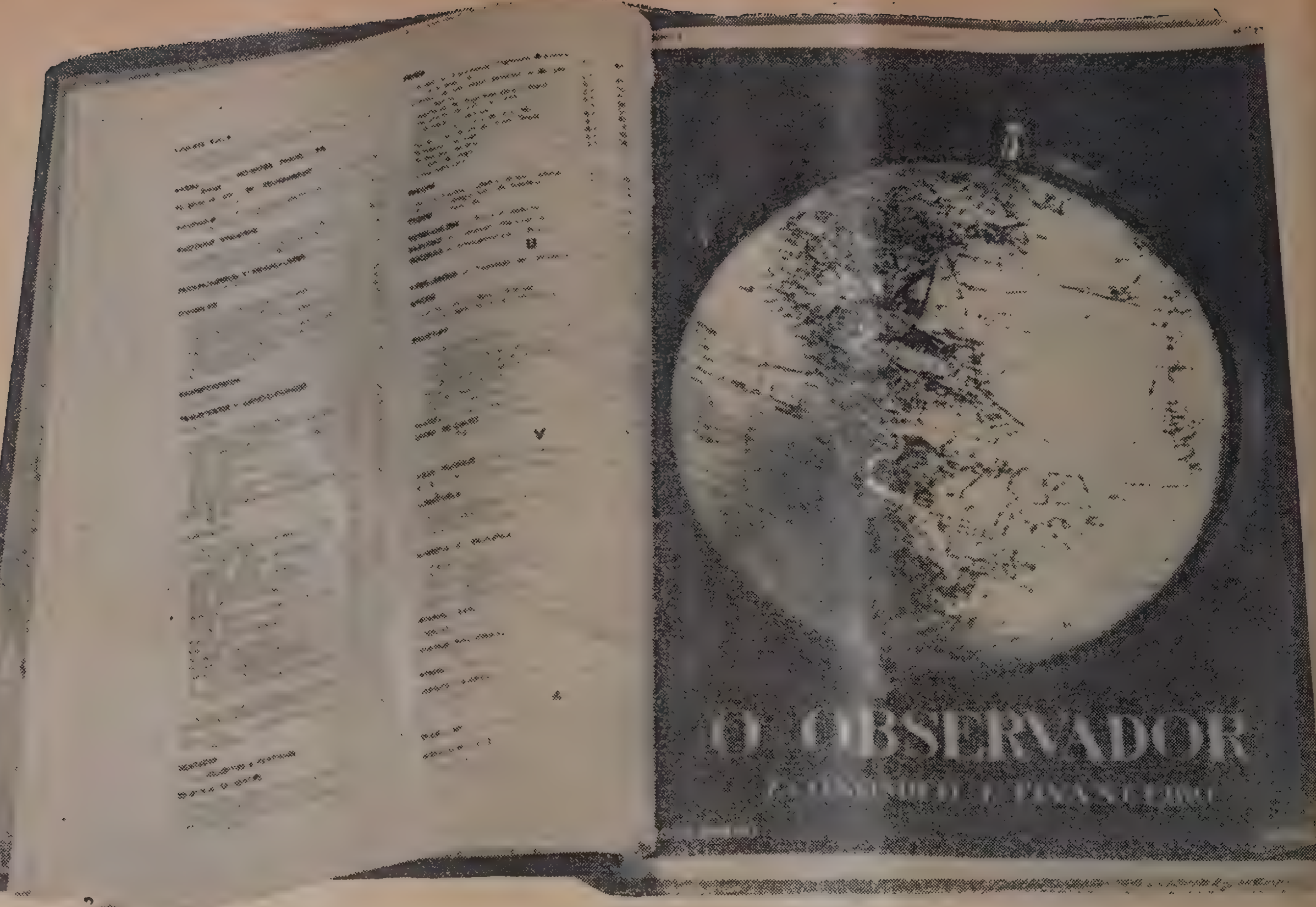


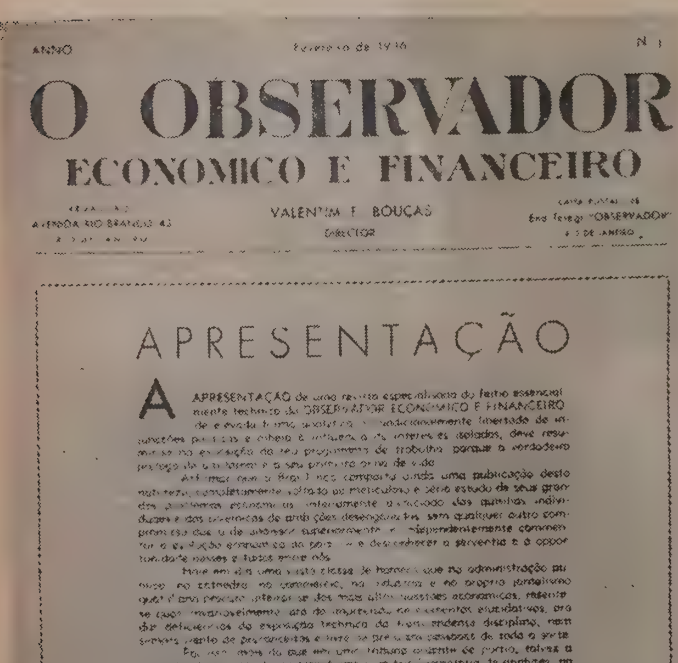
...porque anuncia bem!

Há 17 anos, servimos, como agência de publicidade, à Gillette Safety Razor Co. of Brazil. A satisfação manifestada pelo diretor dessa grande organização, com os resultados da propaganda a nós confiada, constitui para nós uma honrosa credencial e um poderoso estímulo para prosseguirmos no padrão de serviço que nos impusemos, e que é o título de que mais nos orgulhamos.

INTER-AMERICANA DE PUBLICIDADE, S. A.

RUA URUGUAIANA, 118-9.º ★ RIO DE JANEIRO ★ BRASIL





ANNO — Fevereiro de 1936 — N. 1

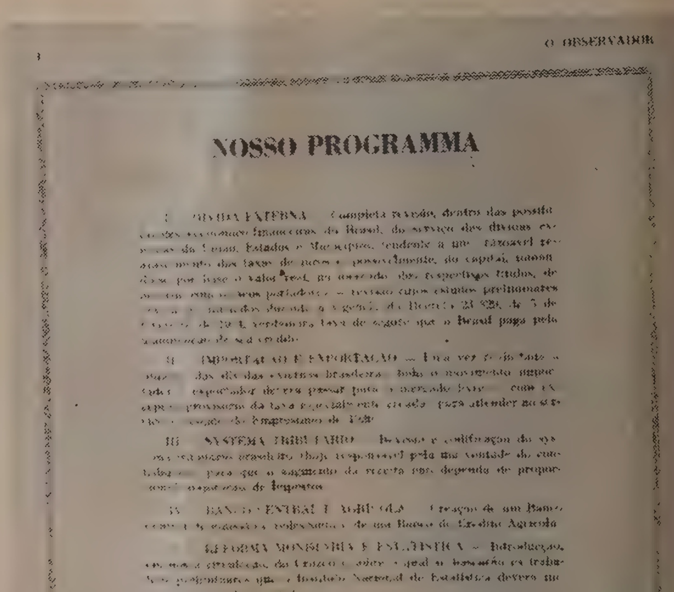
O OBSERVADOR
ECONOMICO E FINANCEIRO

VALENTIM F. BOUÇAS
DIRECTOR

Avenida Rio Branco 43 — Caixa Postal — End. Telegr. "OBSERVADOR" — Rio de Janeiro

APRESENTAÇÃO

A APRESENTAÇÃO de uma revista especializada do feitio essencialmente technico do OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO [illegible]



NOSSO PROGRAMMA

I — DIVIDA EXTERNA — Completa revisão, dentro das possibilidades economico-financeiras do Brasil, do serviço das dividas externas da União, Estados e Municipios [illegible]

II — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — [illegible]

III — SYSTEMA TRIBUTARIO — [illegible]

IV — BANCO CENTRAL E AGRICOLA — [illegible]

V — REFORMA MONETARIA E ESTATISTICA — [illegible]

VI — FUNCCIONALISMO PUBLICO — LLOYD BRASILEIRO E CENTRAL DO BRASIL — [illegible]

VII — RECEITA, DESPESA E BALANÇO DE CONTAS — [illegible]

VIII — LEIS IMMIGRATORIAS — [illegible]

IX — COOPERATIVISMO AGRICOLA — [illegible]

X — EDUCAÇÃO ECONOMICA — [illegible]

"... um frio laboratório de análises, no qual o número passe a ser examinado, sem paixão e sem idéias preconcebidas..."

"... Incentivar nas academias e universidades brasileiras, um e s t u d o mais aprofundado da disciplina econômica."

"O Observador" Faz Anos

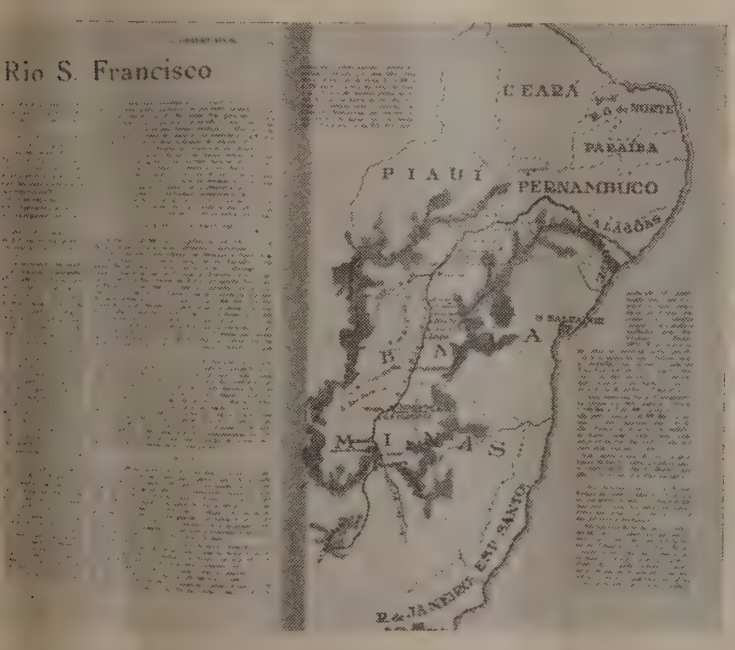
COM a presente edição marca, O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, o início do décimo-terceiro ano de existência. O número 145, impresso na lombada e no alto de cada uma de suas páginas pares, é o melhor testemunho que podemos oferecer, do crédito de fidelidade constante aos propósitos com que, naquele modesto volume de 80 gáginas, lançado em fevereiro de 1936, nos apresentamos ao público, como uma "revista especializada de feitio essencialmente técnico", que pretendia fazer, da experiência colhida no primeiro ano de vida, o legítimo espelho de tôda sua existência. Não chegávamos com a pretensão de preencher uma lacuna, nem tão pouco trazíamos o propósito de descobrir o assunto. Pelo contrário, era precisamente em função do "assunto" que nos modelávamos e, talvez por isto, ao invés de surgirmos como um repositório de doutrina pura, como um veículo acadêmico, cedemos o passo à feição prática dos acontecimentos para encontrar, na formulação de cada um dêles, a procedência do fato, sua consequência e, pela análise definirmos sua filiação teórica.

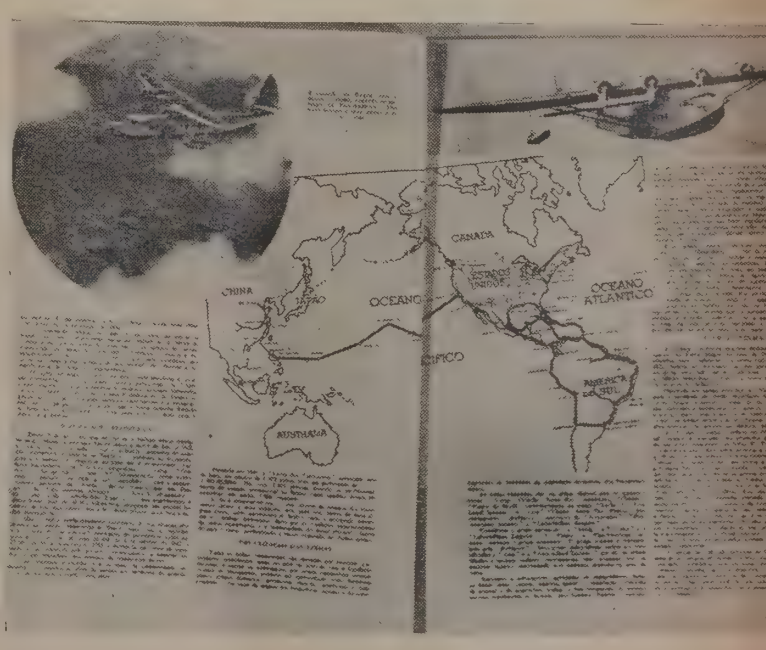
Os homens que, com o sacrifício dos seus próprios interêsses, conceberam e realizaram a idéia logo tornada vitoriosa, não obstante os tropeços que ainda hoje, decorridos doze anos, se alevantam no seu caminho, compreenderam que chegara o momento de ser criado um veículo que fôsse não apenas um mero repositório de fatos, nem tão pouco um álbum onde encontrassem guarida as descrições mais ou menos coloridas das nossas riquezas. Tornava-se claro que a economia, no Brasil, deixara de ser uma pura especulação filosófica para atingir o terreno de aplicação prática. E isto veio coincidir justamente com a época em que a ciência econômica, depois da grande crise de 1929, que culminou aqui com os acontecimentos de 1932, adquiria sentido humano, orientando-se em direção do interêsse público.

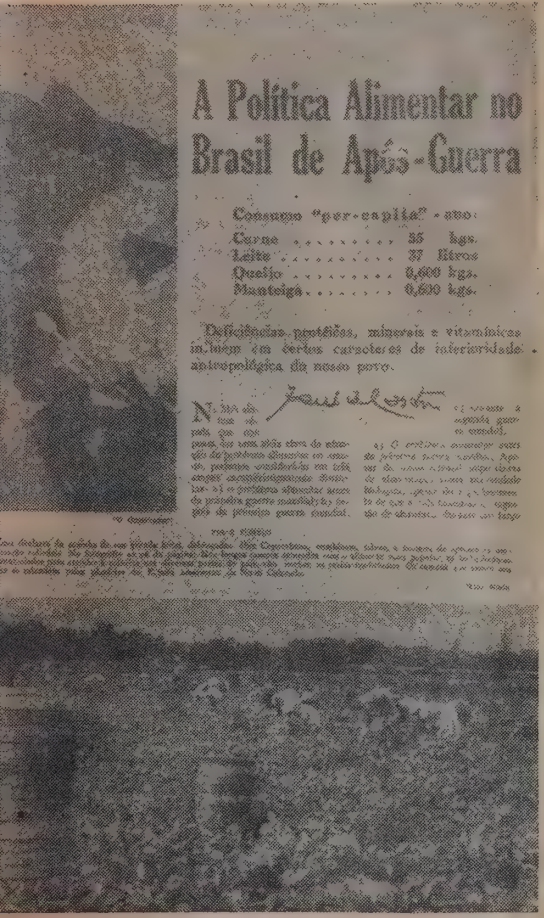
Já por si o advento da Economia Política, no Brasil, foi resultante de uma revolução branca, surgida no bôjo de dois movimentos armados. O seu amadurecimento se deu juntamente com a renovação dos valores intelectuais, iniciada depois de 1920 para encontrar sua forma definitiva, nacional, após 1930. E como sempre, nestes casos, a revolução sem sangue viveu o seu processo partindo das camadas leigas para galgar as muralhas do oficialismo.

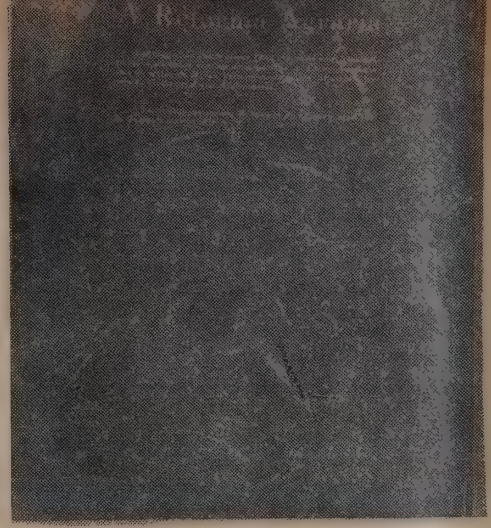
Registrando, em fevereiro de 1939, a transposição do nosso terceiro marco, a redação assinalava iniciando um estudo sôbre as origens da revista: "Os jovens economistas brasileiros que realizavam no país, sem nenhuma repercussão, um trabalho de conheci-

Sem nenhuma nostalgia podemos repetir: recordar é viver. E, para O OBSERVADOR, viver sobretudo, porque, nos doze anos de vida decorrida está, inteiro, o programa que responde pelo seu futuro. Na página ao lado, ao alto, a capa do número um, fotografada no volume de nossa coleção. Em baixo, a apresentação e o programa. Aqui, à esquerda, as duas primeiras páginas de um grande estudo: "O Rio S. Francisco" e, à direita, mostra de paginação utilizada numa reportagem sôbre aviação comercial.







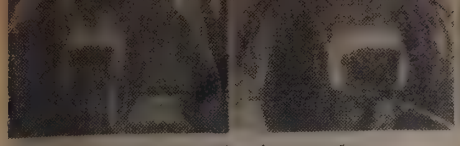


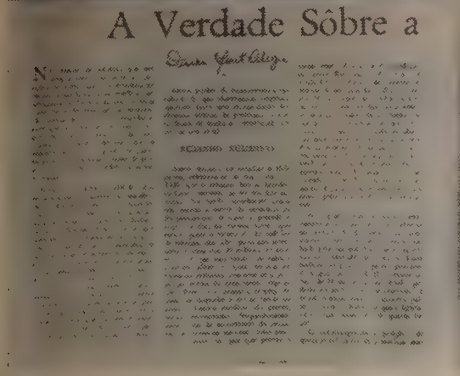
mento da nossa realidade à luz dos fatos, sem a interferência de idéias feitas, faziam quase em vão êsse esfôrço pela renovação da mentalidade nacional em relação à economia. Perdiam-se os seus trabalhos entre as páginas dos pareceres. Já não se dirá entre os leigos, mas até mesmo entre os técnicos, raros eram os que chegavam a tomar conhecimento dessa necessidade cada dia mais urgente: adaptar às nossas condições os reflexos inevitáveis das transformações que os conceitos modernos da economia vêm sofrendo em tôda parte." Havia um clima de indiferença. "Falhavam, por isso, os pareceres técnicos engavetados nos volumosos processos referentes a problemas econômicos da mais alta significação para o país. Por outras palavras: para a economia "política", a Economia Política era uma intrusa".

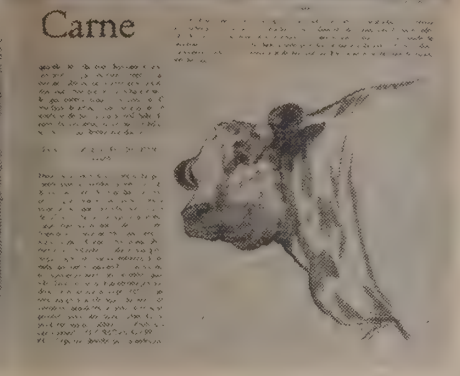
Acontecia porém uma transformação que, partindo da base, haveria fatalmente de chegar ao ponto mais alto. E esta transformação era da própria política, na concepção genérica em que a compreendíamos. Os fatos deslocavam-se do sentido vago que presidia aos entendimentos entre os homens públicos, para se situarem em órbita própria, limitada pela medida em que direta ou indiretamente interessavam ao bem público. Pouco a pouco era o Estado chamado a opinar sôbre questões que até então, em virtude da sua fórmula liberal, desconhecera, vindo a estabelecer relações cada vez mais estreitas com a esfera dos negócios privados de onde hauria, pela canalização dos impostos, das taxas, dos tributos, os recursos necessários à manutenção do seu decôro.

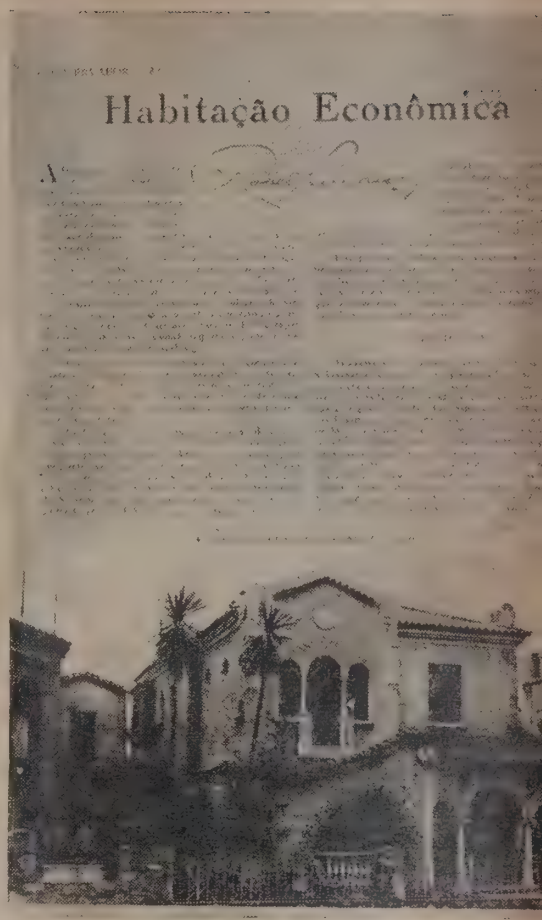
Por outro lado, assuntos que até o momento haviam sido da exclusiva alçada do govêrno, passaram a pertencer também à cogitação do povo. Avultava assim, de dia para dia, a importância dêsses problemas concretos de economia, aplicados à produção, ao comércio, às finanças, ao consumo e, mesmo, mais profundamente, a questões que, direta ou indiretamente, afetavam o desenvolvimento nacional, tornando inadiável a neces-

Inicialmente pretendíamos ser uma revista exclusivamente dedicada aos assuntos econômicos, tratando os mesmos com muito rigorismo técnico. Depois, a experiência ensinou a diversificação. Aqui estão vários exemplos: "O Trust do Carvão Nacional", de Olímpio Guilherme; "A Política Alimentar no Brasil Após Guerra", de Josué de Castro; "A Reforma Agrária", da Redação e "Doença não Conhece Fronteiras" de Fernando Tude de Souza.









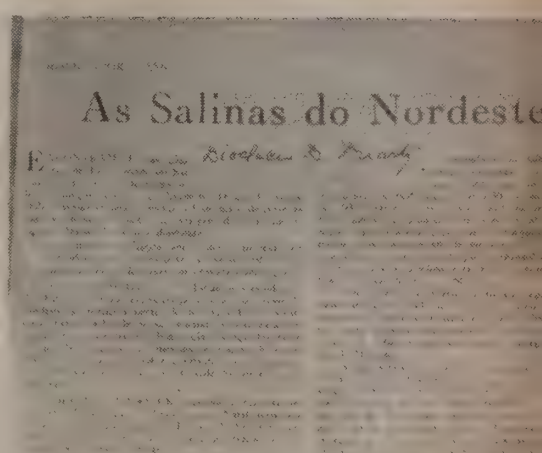
sidade de uma obra séria de esclarecimento e orientação, que fôsse, sem o dogmatismo do costume, mais do que um repositório de acontecimentos econômicos, um roteiro do bom senso. Havia uma vasta classe de homens que na administração pública, na cátedra, no comércio, na indústria e no próprio jornalismo quotidiano procurava inteirar-se das mais altas questões econômicas, ressentindo-se quase invariàvelmente, ora da imprecisão de elementos elucidativos, ora das deficiências da exposição técnica da transsendente disciplina, nem sempre isenta de preconceitos e livre de prejuízos pessoais de tôda sorte.

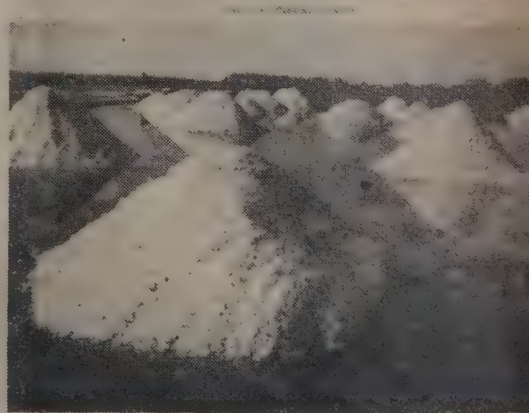
Aspirávamos assim que:

"Por isso, mais do que em uma tribuna ardente de porfia, talvez a nossa tenda de trabalho se transforme num frio laboratório de análises, no qual o Número passe a ser examinado, sem paixão e sem idéias preconcebidas, como simples elemento mineral da nossa estratificação econômica."

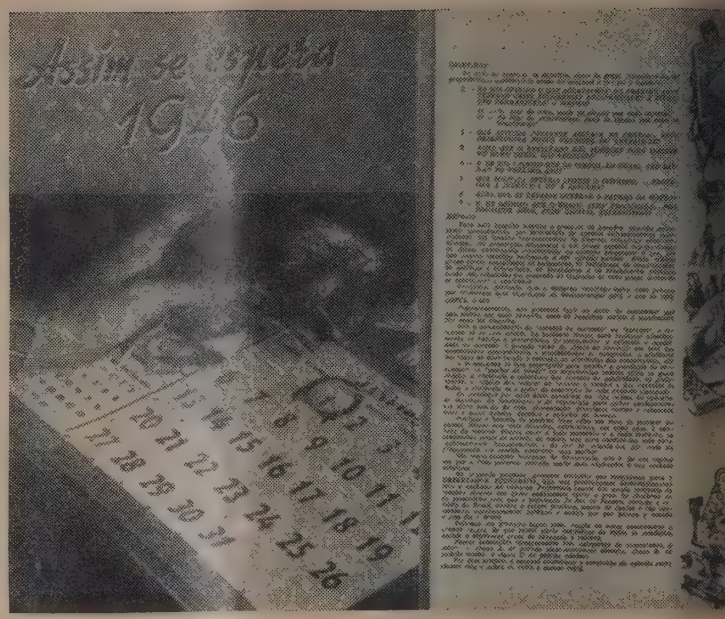
E' possível, por tudo, que nos esteja reservado um lugar, na crônica da imprensa brasileira, onde sejamos apontados como consequência de uma conjuntura na vida nacional. Ao nosso lançamento não presidiu a inspiração de um negócio, porém a imposição e uma necessidade e, por isto mesmo, adquirimos prontamente uma personalidade, a tal ponto que somos muito mais O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, uma revista fruto do trabalho de uma equipe, do que mesmo vivemos em função do nome de qualquer um dos componentes dêsse grupo.

Os homens que, em meados de 1935, conceberam a idéia de fazer esta revista, "incondicionalmente libertada de injunções políticas e alheia à influência de interêsses isolados", "completamente devotada ao meticuloso e sério estudo" dos grandes problemas do Brasil, "inteiramente divorciada das quisílias individuais e das polêmicas de ambições desenganadas, sem qualquer outro compromisso que o de analisar superiormente, e independentemente comentar a evolução econômica do país", eram e são portadores de suficientes reservas morais, de bastante dose de personalidade, para concederem à sua obra a





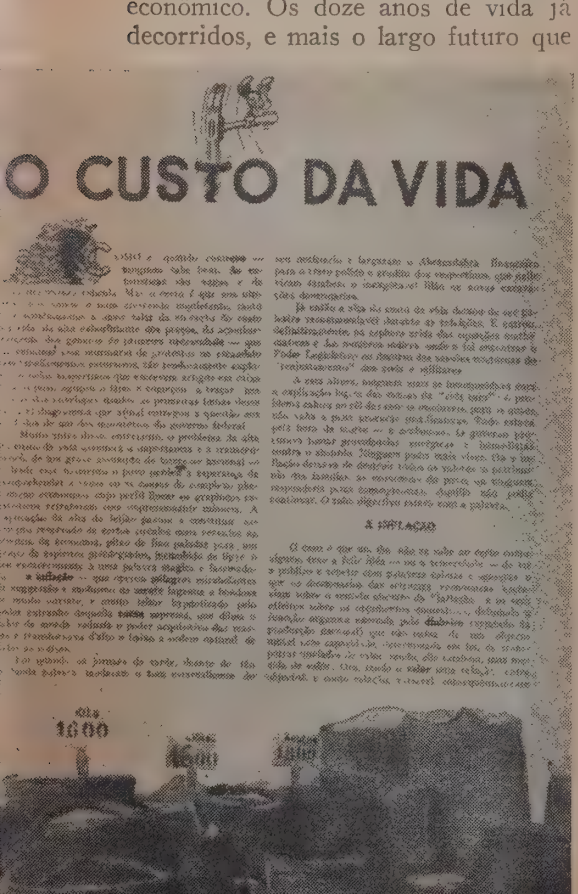
Vale à pena repetir Normano. A história dos povos jovens é história econômica. E' possível que as palavras do grande e saudoso amigo do Brasil não tenham sido precisamente estas, mas o sentido está íntegro. A história do Brasil está tôda ela refletida no processo econômico. Através de 144 números, O OBSERVADOR já constitui uma substancial enciclopédia do que, as reproduções contidas nesta página, dão idéia: A Verdade sôbre a Carne", de Omer Mont'Alegre; "Habitação Econômica", do senador Roberto Simonsen; "As Salinas do Nordeste" de Dioclécio D. Duarte e "H.P." da Redação.



E o desfile dos assuntos continua. "O Vale do Rio do Peixe", de Miguel Lins, foi um dos mais completos estudos divulgados sôbre a colonização japonesa no Brasil. Do lado direito, a apresentação de um inquérito de opinião pública sôbre 1946 *e, em baixo, "O Custo da Vida"; uma das primeiras grandes reportagens realizadas pelo O OBSERVADOR.*

independência que flui mais propriamente do livre arbítrio. Não forjavam uma arma para uso em favor próprio ou para ser utilizada em benefício do interêsse pessoal de quem quer que fôsse.

A ponderação de todos êsses aspectos, tanto de ordem moral como material, impôs que entre a idéia e sua concretização decorressem alguns meses. A idoneidade da publicação estava na razão da possibilidade financeira, da mesma sorte que a sua estabilidade seria uma decorrência do apoio econômico. Os doze anos de vida já decorridos, e mais o largo futuro que temos à nossa frente, vencemos e venceremos justamente em virtude da madureza dos fatôres permanentes e imutáveis em tôrno dos quais foi constituída a publicação.



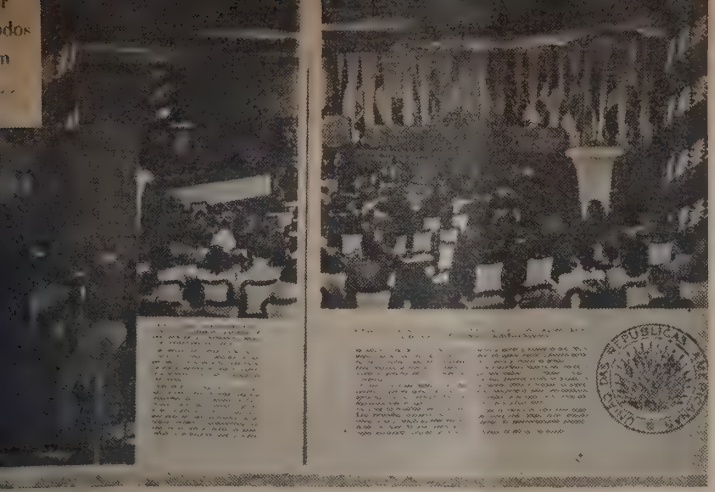
ASSIM FOI O COMÊÇO

Podemos partir de uma base sólida e, graças a isto, temos vivido até hoje sem cedermos ao sensacionalismo fácil, sem voltarmos as linhas de ética que nos impusemos e também sem que nos sintamos constrangidos pelas normas que nos regem. Compreendemos claramente que a justa dinâmica dos fatos, no fundo e na forma, não é incompatível com os princípios adotados e, graças a esta compreensão encontramos, nos vinte e quatro volumes onde estão compreendidos cento e quarenta e quatro exemplares de O OBSERVADOR, que materializam doze anos de trabalho, o testemunho de renovação constante. A importância de que nos revestíamos, a permanência da matéria que divulgávamos, cedo foi reconhecida, criando-se o hábito de guardar cada número. Grande é o número de colecionadores e êstes podem mais facilmente acompanhar a evolução.

Em fevereiro de 1936 foi distribuída por todo o Brasil a primeira edição de O OBSERVADOR, composta de oitenta páginas contidas no mesmo formato dêste exemplar. No expediente figurava como diretor o Sr. Valentim F. Bouças, que dava ao empreendimento não apenas o apoio financeiro, mas também o estímulo do seu entusiasmo pelos problemas econômico-financeiros do Brasil; como redator principal, o jornalista Olympio Guilherme, que, integrado na equipe, deu início a uma nova fase da imprensa especializada no Brasil.

E assim foi o começo. Se a "Apresentação" fôra uma definição de clima, o programa deveria ser o futuro, "porque o verdadeiro prólogo de um jornal é o seu primeiro ano de vida". Mas desde logo surgia o compromisso de se proceder ao levantamento de dez grupos de problemas fundamentais para a economia e a finança nacional. Os itens onde foram reunidos traduzem em sua plenitude as preocupações da época e, revendo os índices de cada semestre, podemos afirmar que nenhum daqueles assuntos tem deixado de merecer a nossa atenção. Para muitos dêles foram encontradas já as soluções que consultam os verdadeiros interêsses do Brasil e, dentre êles, está justamente o primeiro, compreendendo a dívida externa, para quem pleiteávamos:

"Completa revisão, dentro das possibilidades econômico-financeiras do Brasil, do serviço das dívidas externas da União, Estados e Municípios, tendente a um razoável reajustamento das taxas de juros e, possivelmente, do capital, tomando-se por base o valor real, no mercado, dos respectivos títulos, de acôrdo com os seus portadores — revisão cujos estudos preli-



Significado de uma visita

Truman no Brasil

Dois aspectos de um grande acontecimento: a Conferência de Quitandinha, é o que apresentamos nas páginas reproduzidas à esquerda; à direita, a visita do presidente Harry Truman, dos Estados Unidos, ao Brasil por ocasião daquela conferência.

minares devem ser iniciados durante a vigência do Decreto 23.829, *de* 5 *de fevereiro de* 1934, *verdadeira taxa de seguro que o Brasil paga pela manutenção do seu crédito."*

As circunstâncias internacionais, agravadas sobretudo pela progressão da guerra irrompida em 1939, transformaram a feição de muitos problemas que, sendo brasileiros estavam, pelas suas relações naturais, na dependência da política mundial. Êste é o caso, por exemplo, do comércio internacional, assunto classificado no segundo item do programa. Fixávamos então que:

"Uma vez reajustada a situação das dívidas externas brasileiras, todo o movimento importador e exportador deverá passar para o mercado livre — com exceção provisória da taxa especialmente criada para atender ao serviço e resgate do Empréstimo de 1930."

Em 1942 *realizou-se no Rio de Janeiro a Reunião de Consulta das Repúblicas Americanas. Como sempre, atento aos grandes temas, aí ficou o nosso registo. À direita, primeira página de um artigo de Otávio Gouveia de Bulhões.*

Reunião das Nações Americanas

22

Moedas, Preços e Cambio

Octavio Gouveia de Bulhões.

As incongruencias da circulação monetaria brasileira em relação ao cambio

TERRA BRASILEIRA

NUNCA foi tão lembrada a frase de Nilo Peçanha — A terra é o nosso melhor banqueiro — como agora, quando a situação dos principais produtos dela nos recorda, a cada passo o triste estado a que estamos reduzindo o solo brasileiro.

Durante séculos não fizemos mais que devastar a terra. Derrubamos as matas, abrimos caminho à erosão, extinguimos as camadas de "humus" com os mesmos processos da agricultura nômade indígena, e descobrimos, de súbito, que a terra não era tão dadivosa quanto fêz acreditar Pero Vaz Caminha ao venturoso D. Manuel.

Na realidade, o que a terra nega ao brasileiro de hoje é culpa do brasileiro de ontem. E se não nos desincumbirmos da tarefa de redenção do velho solo gasto por tantas gerações dissolutas, e de proteção do que resta das ambicionadas manchas férteis, legaremos aos nossos filhos e netos um solo improdutivo do qual só resultará uma nação fraca e pobre.

Temos que mergulhar na terra as raízes do progresso nacional. A estrutura industrial da nova civilização nacional não se manterá vigorosa se lhe faltar a base sólida de uma economia agrícola robusta. Uma economia agrícola desta natureza está a exigir do homem um conhecimento profundo do solo, porque ela é, tanto quanto a indústria, uma etapa superior de civilização.

Acredito que o novo interêsse pela terra, demonstrado não sòmente pela preocupação dos economistas mas pela atividade dos administradores e estudo dos técnicos, resultará extraordinàriamente benéfico para a economia nacional. E' auspicioso constatarmos como vincam as testas dos responsáveis ao serem lidas as estatísticas que mostram a diminuição da produção por hectare em muitas culturas básicas. De um modo geral, o povo vai tomando conhecimento do drama que encerram os números frios destas estatísticas.

A iniciativa de O OBSERVADOR, sempre vigilante na defesa da terra, publicando os mais recentes estudos sôbre a ciência do solo, através a conferência de técnicos aqui realizada, as necessidades nacionais de fertilizantes e a diminuição do consumo "per capita" em virtude da diminuição relativa da produção de certos gêneros alimentícios, deve produzir os seus melhores efeitos com a leitura pensada por parte de todos, de assuntos tão importantes para o país.

Numa fase em que se multiplicavam os contrôles econômicos, logo seguida pela guerra e, depois desta, ainda na fase de reajustamento das relações, estaria, como ainda está, o retôrno do comércio exterior ao mercado livre, na dependência de órgãos internacionais e acima de tudo na expectativa da Organização Internacional de Comércio a surgir da reunião que ora se ultima em Havana. Mas conforme a própria dinâmica dos acontecimentos, sujeitamos os nossos pontos de vista à nova fabulação. E' o Brasil uma das nações que participaram do comité preparatório que se reuniu em Londres para o exame preliminar do assunto; esteve depois presente à Conferência de Genebra, onde foi discutida a Carta e está agora em Havana, onde colabora na estruturação da Organização Internacional do Comércio. Reconhecemos que em virtude da ordem que se estabelece, as relações econômicas se deslocam do plano nacional para o internacional, havendo assim uma quebra do individualismo rígido das nações em troca de uma fraternidade entre povos.

O item III dizia respeito ao sistema tributário. Augurava êle:

"Revisão e codificação do sistema tributário brasileiro (hoje responsável pela má vontade do contribuinte) pa-

Uma página recente, numa campanha pela recuperação do solo: "Terra Brasileira". E depois cinco capas, refletindo cinco grandes temas: artefatos de borracha, colonização do Sul e, finalmente, a do número 100 uma das mais importantes edições, pela súmula que encer-

ra que o aumento da receita não dependa de proporcional majoração de impostos."

O tema continua permanente, não obstante o quanto se tem avançado pela desejada disciplinação dos tributos. Já no número 2, em março de 1936, publicava O OBSERVADOR a "Distribuição das Rendas no Sistema Tributário do Brasil", sem dúvida a mais completa relação dos impostos, taxas, direitos e contribuições fiscais até hoje divulgada no Brasil. Mais tarde estudamos largamente o impôsto do sêlo (número 31). Assistimos, posteriormente, e prestamos ampla colaboração, à Conferência dos Secretários de Fazenda, reunida sob os auspícios do Conselho Técnico de Economia e Finanças. E, em cada volume, não deixará o leitor de encontrar a retomada de assunto. Não é o pêso das tributações que faz o volume da renda, porém a justa arrecadação, aquela que atende ao desenvolvimento econômico sem causar entraves à iniciativa.

O sistema bancário, a sua ordenação mediante a existência do Banco Central, bem como a criação de um banco especializado para estimular as atividades agrícolas, favorecendo o crédito a taxas módicas e disciplinado, de maneira a atender ao que seja mais fundamental no momento, é o que está previsto no item IV:

Criação de um Banco Central de emissão e redesconto e de um Banco de Crédito Agrícola.

Ainda agora está, na Câmara dos Deputados, o assunto em estudo e, desde os seus trabalhos preparatórios, tem O OBSERVADOR prestado decisivo apoio, sem no entanto deixar de tornar conhecidas as críticas justas. Corolário indispensável da lei bancária é a reforma monetária. Em nosso programa prognosticávamos essa medida:

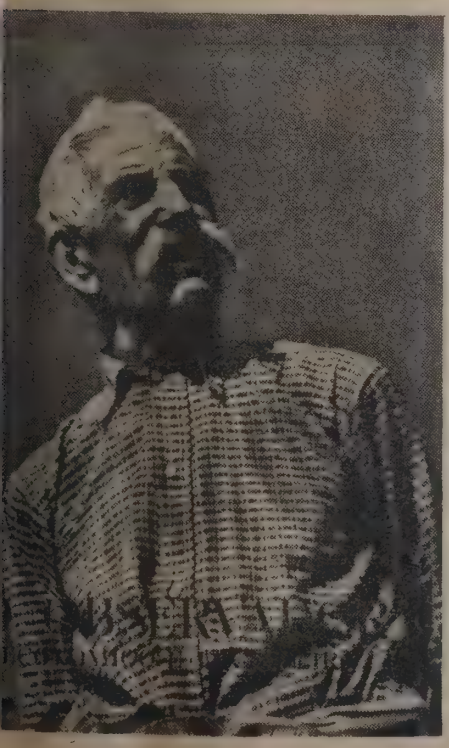
Introdução, em nossa circulação, do Cruzeiro, sôbre o qual se basearão os trabalhos preliminares que o Instituto Nacional de Estatística deverá iniciar o mais cedo possível.

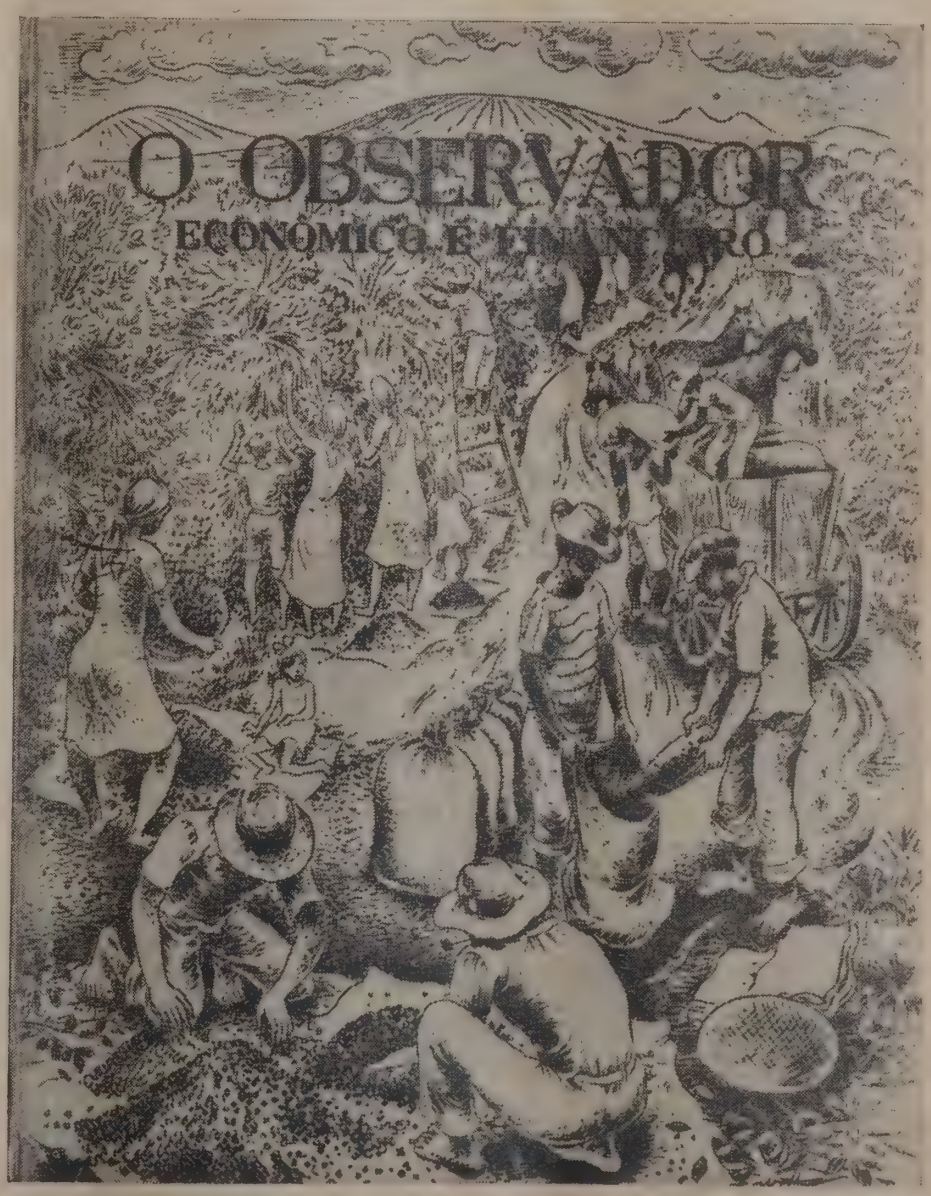
Em 1942, num momento em que se fazia necessária uma providência capaz de resguardar os reais interêsses da moeda nacional, foi o mil réis substituído pelo cruzeiro. Não constou esta substituição, porém, do estabelecimento de uma nova lei monetária. Dados os trabalhos precedentes, da chamada reforma Washington Luís, executada apenas em parte, o valor do cruzeiro e a sua estrutura efetiva, estão ainda por ser convenientemente definidas. No que respeita à estatística, possui hoje o Brasil um dos organismo especializados mais completos do continente: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instituição que honra a cultura e a técnica nacionais.

Num item único — o VI — reunimos o funcionalismo público, o Lóide Brasileiro e a Central do Brasil. Reclamávamos:

Criteriosa revisão dos quadros de todo o funcionalismo público. Reorganização do Lóide Brasileiro e autono-

"A Economia da Medicina", - garimpos, ra da evolução econômica do Brasil.





Petróleo, um assunto de ontem e, sobretudo de hoje.

mia administrativa da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A primeira medida vem sendo cuidada através do Departamento de Administração e Serviço Público, que tem realmente concorrido, com as suas práticas, para elevar o padrão cultural do pessoal do Estado, bem como tem realizado a necessária disciplinação. São medidas que costumam acarretar antipatias, reações; os seus resultados não são imediatos. Com a prática, porém, vamos atingindo ao terreno da compreensão. O Lóide Brasileiro, a maior emprêsa de transporte marítimo, vive no momento de intensa reorganização de sua frota, tornando-se capaz para atender melhor e mais economicamente à economia nacional, tanto no âmbito da cabotagem, como nas suas relações com as nações amigas. A Estrada de Ferro Central do Brasil vive desde anos em regime de autonomia administrativa, sob a fórmula autárquica.

Obrigatoriedade do contrôle mensal da Despesa e Receita públicas, para o que se fará publicar sua exata posição, acompanhada da situação do nosso balanço internacional de contas e do movimento cambial de todos os bancos.

Esta a definição dada ao item VII — Receita, despesa e balanço de contas — ao qual temos dispensado a atenção que cabe em face ainda da escassa divulgação dos elementos oficiais. Estamos agora, por exemplo, numa fase de nossa vida em que as contas públicas são, cada mês, prestadas ao povo. Quanto à situação do balanço internacional de contas, é coisa de que evidentemente se descuidou o Brasil e desde 1938 não se conhece o resultado da balança de pagamentos. No momento estão sendo completados estudos tendentes à determinação periódica da balança de pagamentos.

Cuidava o item VIII das leis imigratórias, um assunto até hoje controvertido. O item IX expresso no sentido de

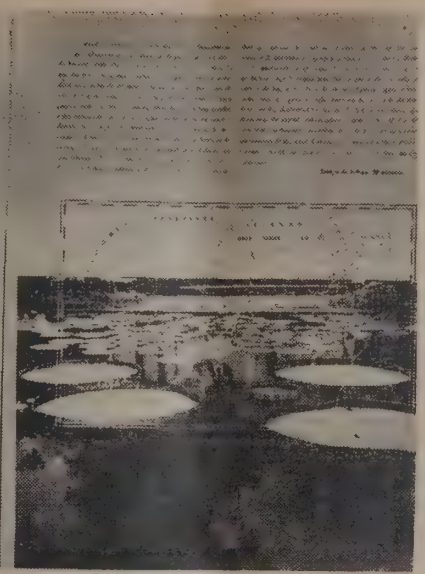
Desenvolvimento, através de uma superior propaganda educacional, do cooperativismo agrário no Brasil

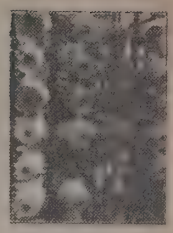
é assunto bem atual em nossas cogitações, não apenas no sentido agrário, mas no rumo do fortalecimento das próprias instituições democráticas. Ainda agora, no número 144 e neste, 145, divulgamos dois excelentes trabalhos, da autoria de Carlos de Lacerda, que em recente viagem à Europa fôra incumbido por nós de estudar a organização econômica e social, de bases cooperativistas, compreendendo a Inglaterra e os países escandinavos, onde as idéias de Rochdale atingiram o mais alto nível, ao serem praticadas.

A educação econômica, o incentivo ao estudo mais aprofundado da disciplina econômica nas academias e universidades, encerrava a série e pontos de destaque do programa, constante do primeiro número de O OBSERVADOR.

Nos dez itens, porém, não havia qualquer espécie de limitação que nos inibisse de focalizar e debater outros temas. Nunca esteve em nossa mente encarar a economia brasileira tendo em conta particularismos. Ao registrarmos o terceiro ano de vida, vencido como os demais, na luta contra todos os embaraços, "sem jamais desanimarmos diante do vulto da obra apenas iniciada, dano de ombros ao sorriso incrédulo dos incompetentes, dos desencorajados e dos céticos", acrescentávamos:

À esquerda: O OBSERVADOR promoveu uma grande mesa redonda em São Paulo para o debate do problema do crédito agrícola. À direita: Estudando os problemas de uma indústria básica: o cimento.





História da Indústria em São Pau

I

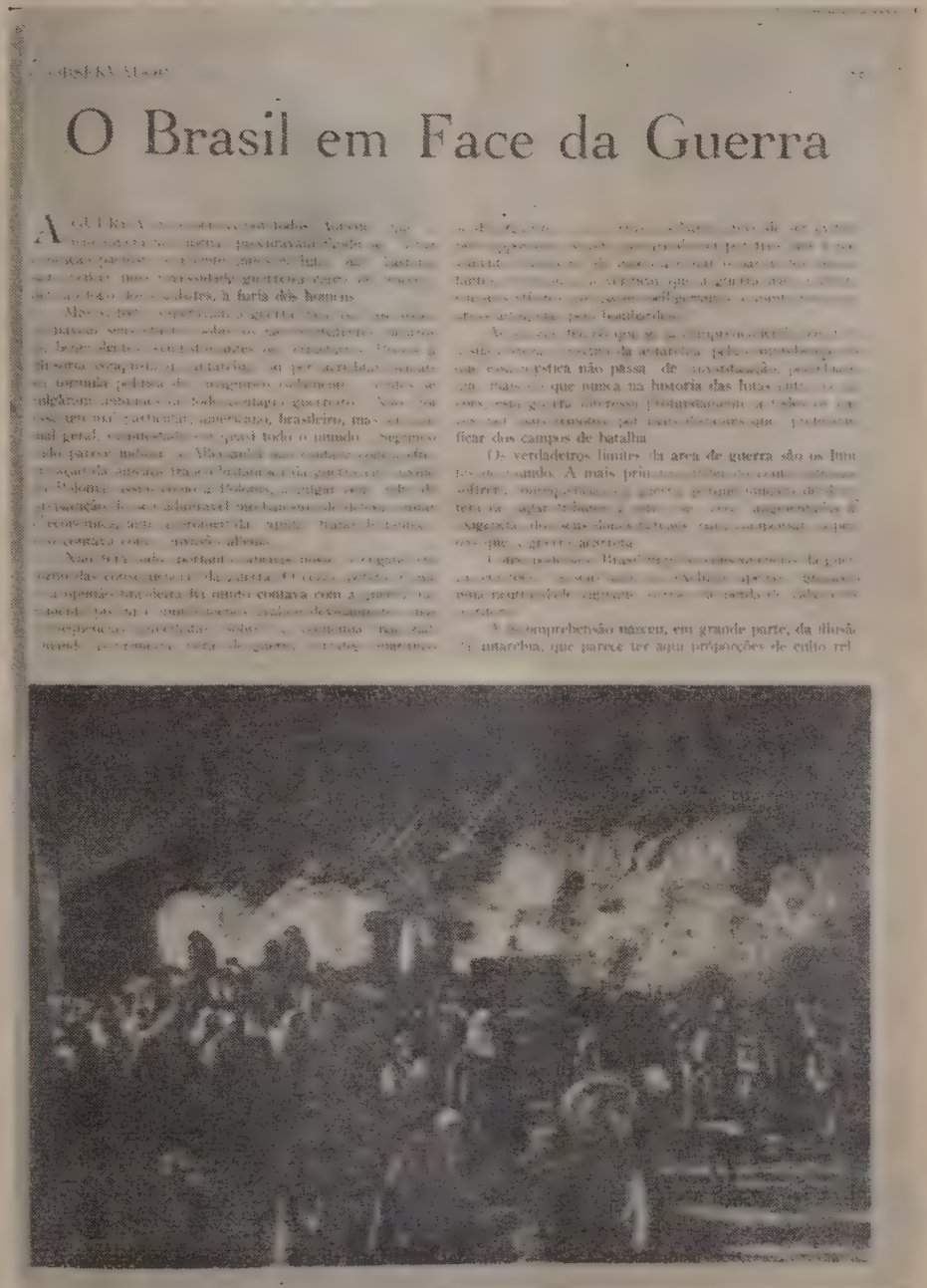
INTRODUÇÃO

Quando dissemos que o programa de um jornal é o seu primeiro ano de existência, quisemos acentuar que o critério redatorial de uma publicação não se deve pautar apenas pela estreiteza de um programa de antemão definido, mas cambiar e ampliar-se, à medida que as circunstâncias o exigirem, em tantos programas e tantos planos quantas as necessidades do momento, desde que tudo se conforme ao mesmo critério básico e obedeça à mesma orientação fundamental.

A segurança de sermos sempre nós mesmos, de podermos repetir hoje aquilo que ontem dissemos sem o receio de que nos possam desmentir com as nossas próprias palavras e atos, leva-nos ainda a uma outra reconfissão:

Hoje, porém, mais difícil, mais espinhosa e mais complexa é a tarefa a que nos propomos — porque outros são os tempos e outras, as necessidades do meio. O Brasil entrou num período decisivo de sua vida econômica, fase em que à imprensa está reservado papel relevantíssimo como elemento de cooperação, como instrumento de colaboração, através do estudo das questões que afetam à causa pública.

Mas é também necessário que os homens públicos brasileiros saibam como receber essa valiosa colabora-



O Brasil em Face da Guerra

As páginas reproduzidas acima refletem o espírito atual da apresentação dos assuntos, valorizados pelo emprêgo de modernos recursos técnicos. Em baixo: na edição de outubro de 1939, divulgamos um completo inquérito sôbre as condições de nossa economia no momento em que foi deflagrada a guerra na Europa.

ção, saibam compreender êsse alevantado espírito de solidariedade e se apercebam de que na imprensa livre êles contam com o mais poderoso elemento de cooperação que até hoje sustentou os maiores Estados da terra.

DINÂMICA DA REVISTA

Com o lançamento de O OBSERVADOR havia também o propósito de se criar uma nova técnica de revistas de texto no Brasil. Naquele comêço de 1936 não possuíamos nenhum magazine moderno, ilustrado ou não, mundano ou especializado, de grande projeção. No entanto tivera o Brasil, em anos anteriores, publicações à altura não apenas dos seus valores intelectuais, técnicos e científicos, como dos seus próprios recursos de arte gráfica. Depois de 1930, porém, havia começado uma fase de decadência; vários periódicos importantes encerraram mesmo suas atividades naquele ano. Outros depois vieram desaparecendo e, somente um pouco depois de 1936 foram abertos novos horizontes ao mercado das revistas e dos jornais.

Dentre os pontos de vista previamente assentados, deveria O OBSERVADOR ser uma revista técnica de elevada forma analítica e, nas suas páginas não seria usado o recurso da fotografia. Por outro lado, estava proscrita a divulgação de artigos, reportagens ou mesmo comentários ou notícias pessoais; as referências a pessoas, em nossas páginas, deveriam ser limitadas ao interêsse ou relação que as mesmas tivessem com os assuntos aqui tratados e na medida em que fôssem úteis ao seu esclarecimento.

O número um, comparado com os seguintes, pareceu não o programa que desejávamos fôsse o primeiro ano para a vida do periódico, porém uma escola onde tivesse começado a ser vivida uma experiência. Hoje em dia êle é um dos muitos números raros e vale, sozinho, praticamente tanto quanto todos os que vieram depois. Revestiu-se O OBSERVADOR do caráter enciclopédico. Uma coleção sua equivale a um repositório da vida econômica brasileira.

Revendo alguns títulos daquele primeiro fascículo, encontramos: "O Panorama Econômico-Financeiro de 1936", onde eram examinadas a revisão dos tratados comerciais, a valorização do café e o algodão. "O Saneamento da Moeda — O restabelecimento do fundo de resgate e garantia do papel-moeda", artigo assinado por Francisco Sales Filho, então deputado pelo Distrito Federal. Um estudo do Sr. Valentim F. Bouças, sôbre os dois ciclos econômicos da república e o seu comércio exterior, apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior, e que suscitara um debate entre os Srs. Mário Beni e Maurício de Medeiros, dá margem a que o assunto seja mais amplamente examinado. "Sistema Tributário do Brasil" era o título de um artigo assinado pelo Sr. José Maria Belo, antigo deputado e senador da República, publicista e atualmente representando o Brasil na União Pan-Americana, em Washington. "O Movimento Bancário do Brasil", era outro estudo, êste da autoria de Paulo Frederico Magalhães, então chefe do Serviço de Estudos Econômicos do Banco do Brasil, atualmente um dos diretores do Banco da Prefeitura do Distrito Federal e um dos mais competentes técnicos nacionais em questões bancárias. Câmbio oficial e câmbio livre, carteira de redescontos, perigo de inflação do crédito bancário, salário mínimo, bôlsas e mercados mundiais, estabilidade do dólar, diretrizes do café, balança comercial, custo de vida, eram títulos de outros artigos e trabalhos redacionais. Na íntegra, lá está um importante estudo técnico do Sr. Valentim F. Bouças sôbre a criação do Instituto Nacional de Exportação. Completando tudo isto, intenso material informativo.

Mereceu O OBSERVADOR calorosa acolhida por parte da imprensa nacional. Para os homens empenhados na sua feitura era aquêle primeiro número apenas uma amostra do que seria possível realizar. O segundo número já é uma prova disto. Para o texto dos artigos já então se adota um tipo único, -o mesmo de corpo 10 — claro — que ainda hoje utilizamos bem como foi adotado o corpo oito — claro — para as seções; e começa a fazer uso mais intenso de gráficos. Nada menos de 50 páginas estão ocupadas pelas seções informativas.

Com a sequência de números iniciais foi a paginação encontrando a forma que desde o comêço se desejava adotar: de trabalhos completos, fugindo aos cortes e às interrupções. Pela facilidade que oferece ao leitor não dá a êste a idéia das dificuldades que se deve vencer, em cada número, para se conseguir que todos os artigos sejam impressos completos. Um outro detalhe conseguido foi o de simplificar o título de cada matéria, adotando de um modo geral a confecção dêste numa linha única, em matriz uniforme. Com tudo simplificava-se a apresentação, tornando-a clara.

A modificação mais importante introduzida, ainda no primeiro ano, foi a do uso da fotografia. Costumamos, desde o início, proceder à crítica de cada edição lançada, e neste particular, em tempo demos a mão à palmatória:

A experiência nos ensinou. Uma revista de economia no Brasil precisava de ilustrações, porque as revistas nacionais, mesmo as mundanas, em geral, não tinham fotografias brasileiras. Da primeira à última página, da crônica social à reportagem, da seção de culinária à de comentários políticos, tôda a ilustração era recortada, aproveitada ou inspirada em fotografias de ambiente estrangeiro. Faltavam-nos a ilustração nacional. O ambiente, a côr local, o caráter brasileiro, não surgira ainda nas gravuras das nossas revistas. Ficáramos, nesse terreno, naqueles tempos em que Débret e Rugendas andaram fixando os costumes, os usos, os tipos, os interiores, as paisagens do Brasil.

O que desejávamos fazer, o que realmente fazemos até hoje, no campo da ilustração fotográfica, é um esfôrço que honra a imprensa brasileira e que serve ao OBSERVADOR para que êle seja equiparado às melhores publicações ilustradas do Continente, sendo mesmo, no seu gênero, a melhor e mais completa da América Latina. Temos tido a nosso serviço os melhores fotógrafos que têm trabalhado no Brasil e, arcando com despesas não raro bem penosas para a nossa estrutura econômica, temo-los feito viajar por tôdas as partes do território nacional. Possuímos por isto o melhor arquivo de fotografias brasileiras, constituído durante doze anos de trabalho e na sua quase totalidade tôdas as fotografias de que dispomos têm sido divulgadas em primeira mão pelo próprio OBSERVADOR. O capricho com que temos usado o material fotográfico tem sido um incentivo para a arte fotográfica do Brasil, deslocando os artistas da fixação de coisas paradas, verdadeiras naturezas mortas, para os flagrantes de interêsse humano e universal e as fotografias

chamadas de "movimento". Hoje em dia os fotógrafos que nos servem rubricam ilustrações nos periódicos estrangeiros mais exigentes.

Completando seu primeiro semestre, compreendeu O OBSERVADOR que os assuntos direta e indiretamente econômicos não poderiam constituir exclusiva preocupação de uma publicação como esta, cuja autoridade se ia firmando à custa de intransigência e uniformidade de direção.

Abria-se um campo mais vasto à frente: a matéria de interêsse social, que permitia uma ampla multiplicidade de assuntos, de caminhos para tôdas as pesquisas, estudos, análises, depoimentos, inquéritos. A partir de então, todos os problemas fundamentais, do Brasil em primeiro plano e do mundo em segundo, encontrariam nas páginas de O OBSERVADOR tratamento específico. Dando começo à nova tarefa, já no número 7 se publicava um primeiro estudo sôbre a pecuária e a agricultura nacional. Hoje em dia a série de trabalhos sôbre os dois assuntos, reunidos na coleção, fornecem uma das mais completas fontes de informação e sugestões sôbre os dois ramos da riqueza brasileira.

Com isto o material fotográfico foi fazendo sua entrada, servindo para ampliar a capacidade informativa dos textos com o intenso valor documental e plástico de que é dotado.

OS GRANDES INQUÉRITOS NACIONAIS

Ao lado da função de revista eminentemente técnica, dedicada aos assuntos econômico-financeiros e sociais, compreendia O OBSERVADOR que tinha a cumprir um papel junto à cultura brasileira, com a realização de estudos que correspondessem a prospecções verticais e horizontais. Podemos dividir êstes estudos em dois grupos: os realizados coletivamente, através de "mesas redondas" e aquêles que foram realizados por elementos da redação ou colaboradores da Revista.

Os primeiros foram iniciados com uma série de inquéritos sôbre as profissões liberais e o primeiro dêsses inquéritos versou sôbre "A Economia da Arte"; reunimos, para êsse fim, pintores, musicistas, escultores, romancistas, poetas, publicistas, desenhistas. O segundo dêsses inquéritos foi sôbre "A Economia na Arquitetura" e, posteriormente, "A Economia da Medicina", "A Economia da Advocacia", "Economia da Engenharia", "Economia da Odontologia", "Economia da Farmácia".

Cada um dêsses inquéritos era uma espécie de auto-crítica de uma profissão liberal, correspondia ao seu exame pelo avêsso, revelando-se os excessos e lacunas, críticas e auto-críticas que muito serviram e servem ainda para a fixação tanto dos seus aspectos econômicos, como dos sociais.

O recurso da "mesa redonda" foi sucedido pelos inquéritos individuais, sem que no entanto fôsse excluído das cogitações; utilizamo-lo por exemplo duas vêzes em São Paulo e uma no Rio de Janeiro. Em agôsto de 1946, na capital bandeirante, reunimos no salão de conferências da Secretaria da Agricultura os representantes dos diversos setores da agricultura para uma "mesa redonda" em tôrno da questão agrária: e a maioria das revelações então feitas estão, até agora, desafiando os necessários corretivos. Está o debate em tôrno da questão agrária na edição de agôsto de 1948 — número 115 — na mesma edição em que há um estudo da redação sôbre "Crise Estrutural Agrícola" e uma reportagem "A Tuberculose Corrói a Economia Nacional" onde são feitas estas revelações: I — 100.000 mortos por ano, 826.000 afetados; II — Ataca de preferência homens na idade profissional; III — Prejuízo mensal: Cr$ 1.380.000.000,00.

O outro estudo realizado em São Paulo, em setembro de 1946, e divulgado em outubro — n. 129 — também em volta da "mesa redonda" da Secretaria de Agricultura, girou em tôrno da crise algodoeira e recebeu o título geral de "Pequeno Congresso do Algodão". Debate que durou das 8 da manhã às 20 horas, foi um amplo encontro de tendências e opiniões de técnicos, agricultores, industriais e comerciantes. Aproveitando as observações feitas à margem do "Pequeno Congresso do Algodão", o redator destacado para assistir aos trbalhos, Omer Mont'Alegre, redigiu um longo estudo que se encontra na mesma edição.

O inquérito realizado no Rio de Janeiro reuniu, por tôda uma tarde, técnicos de tôdas as especialidades das agências de publicidade, para uma conversa sôbre os problemas econômicos dêste ramo da imprensa.

OS GRANDES ESTUDOS

Ao lado dos grandes inquéritos, situemos os grandes estudos, alguns dêles tornados mesmo documentos de consulta obrigatória para quantos queiram estudar o assunto focalizado. Para muitos dêsses trabalhos mandou O OBSERVADOR o redator à região específica, oferecendo assim, ao lado de vasta documentação bibliográfica, o testemunho colhido "in loco", além da farta e precisa documentação fotográfica, mapográfica, diagramas, organogramas, gráficos, etc.

Citemos alguns dêsses estudos. Em primeiro lugar nos ocorre "O Rio S. Francisco", tão oportuno hoje quando parece nos encaminhamos para a solução social e econômica dos problemas de uma das mais vastas e mais ricas regiões do território nacional: o assunto, de tão grande importância, mereceu há pouco um longo ensaio do Senador Apolônio Sales: "A Recuperação de um Vale", inserto no número 138. "O Ferro no Brasil", divulgado no número 26, se completa com outros estudos: "O Carvão Nacional", (n. 39), "Itabira Iron Ore" (n. 17), "O Vale do Rio Doce" no n. 48. Acompanhando o desenvolvimento do problema siderúrgico nacional, foram publicados estudos sôbre a usina de Volta Redonda e a Companhia Vale do Rio Doce, bem como um estudo do Coronel Edmundo Macedo Soares e Silva sôbre o aproveitamento do carvão brasileiro na siderúrgia.

"A Colonização Alemã no Brasil", divulgado no número 33, encontra no estudo feito sôbre a colonização japonesa — "O Vale do Rio do Peixe", de Miguel Lins, no número 57 — um outro capítulo para uma história da imigração e seus problemas em terras do Brasil.

Da mesma sorte que o carvão e o ferro, o petróleo e a borracha, matérias primas de igual importância, têm sido objeto de estudos amplos e completos. "O Petróleo do Brasil", (n. 24), "O Petróleo no Brasil" — um estudo feito à margem dos campos da Bahia — (n. 120) e "Petróleo: Economia e Política" (ns. 136-137), oferecem um ângulo completo da questão dos hidrocarbonatos. À borracha dedicamos, em 1943, uma edição inteira: era o período mais crítico da guerra e quando os nossos suprimentos, para a indústria norte-americana adquiriam, não obstante o seu volume, uma importância de vida ou de morte. Na edição de novembro de 1940 (n. 58)

havíamos inserido um estudo de autoria do Sr. Valentim Bouças sôbre "O Vale do Amazonas". Café, algodão, pecuária, diamantes, sal, óleos vegetais, ceras, ouro, todos os ramos da produção brasileira, agrícola ou mineral, extrativa ou não, têm aqui o seu lugar. O número 92 foi inteiramente dedicado a estudos sôbre o custo da vida. Na edição de outubro de 1939 (n. 45), fizemos um levantamento da situação de "O Brasil em Face da Guerra".

Da fase mais recente queremos lembrar ainda as duas séries de Nelson Verneck Sodré, redigidas exclusivamente para O OBSERVADOR: "O Pôrto de Santos" e "História da Indústria Paulista" (ns. 141 a 144) e, de J. Soares Pereira a série intitulada "O Trigo — Um Problema Nacional", inserto nas edições de março e abril de 1946.

Cada um dêstes estudos representa um esfôrço no sentido de ampliar o campo de estudos tanto econômicos como sociais: cada um dêles custa alguns milhares de cruzeiros e não raro, para a confecção de um dêsses trabalhos, devem ser reunidos diversos recursos. Outros capítulos do índice geral que podem ser incluídos neste item dos "grandes estudos" são os trabalhos realizados sôbre várias reuniões e congressos, nacionais e internacionais. Já nos primeiros anos de vida mandávamos por nossa conta exclusiva um redator a Buenos Aires, a fim de assistir a Conferência da Paz, ali reunida para encontrar uma fórmula destinada a pôr têrmo à guerra do Chaco. Amplo espaço dedicamos à Conferência dos Chanceleres, reunida no Rio de Janeiro, em 1942, bem como à Conferência da Paz, reunida em Paris e onde foi nosso representante o jornalista Carlos Lacerda, bem como à Conferência Internacional de Comércio e Emprêgo — reunião preparatória de Londres — onde fomos representados pelo economista Rômulo de Almeida que, igualmente, cobrira para nossa revista a Conferência de Chapultepec e que, no momento se encontra em Havana, como membro da Delegação Brasileira à Conferência de que deverá sair a Organização Internacional de Comércio. Recentemente, por ocasião da Conferência Inter-americana realizada em Quitandinha, realizamos um trabalho que corresponde à documentação completa do certame. Coube, ao jornalista Evaldo Simas Pereira, fazer a cobertura do importante conclave.

No Brasil, reuniões como o Congresso Brasileiro da Indústria, o Congresso das Classes Produtoras (Teresópolis), o II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria e outros, estão amplamente documentados nas páginas de O OBSERVADOR.

Ao lado dos grandes inquéritos e dos grandes estudos, surgem outras iniciativas de não menor valor para a divulgação de aspectos da vida nacional e de suas realidades. Quanto aos primeiros lembramos a série de "Estudos de Região", título geral sob que divulgamos vários trabalhos de técnicos como o Prof. Afonso Varzea, os Engenheiros Gilvandro Simas Pereira, William W. Coelho de Souza, Beneval de Oliveira; do ensaísta Nelson Werneck Sodré e do jornalista Antônio Lima. As realidades, conforme o documentação dos números e dos fatos, estão na série de reportagens que vimos divulgando há mais de um ano e nas quais temos tido oportunidade de tornar públicas pela primeira vez revelações dos inquéritos do censo de 1940.

OS COLABORADORES

Para realizar todo êste trabalho, inserindo numa mesma edição às vêzes mais de uma dezena de trabalhos sôbre outros tantos assuntos, conta O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO com a sua redação e mais o concurso de amplo quadro de colaboradores. A redação é composta sempre de poucos elementos, aos quais incumbe elaborar ou coordenar os assuntos nascidos propriamente da Revista, isto é, aquêles que ela seleciona no clima da vida nacional e internacional, cuidar da sua apresentação gráfica, tanto pela realização e seleção das fotografias, assistidas sempre pelo redator ou pelo colaborador interessado, promover a confecção de gráficos e desenhos, cuidar da paginação, enfim.

Dentre as publicações brasileiras é hoje em dia O OBSERVADOR aquela que oferece uma paginação mais racional. Não se arreceia a revista de confessar que esta arte não é sua; ela é fruto do estudo dos seus redatores, que acompanham com o mais vivo interêsse os mais modernos aperfeiçoamentos introduzidos nos grandes magazines estrangeiros. Usando inicialmente a paginação em duas colunas, cada uma com 9 centímetros de largura, passamos posteriormente para a divisão em três colunas, de 6 centímetros cada, que permite maior liberdade na distribuição de clichés independente da recomposição em colunas mais ou menos largas, ou seja, na terminologia tipográfica, o "recorrido". Ao lado dessas medidas, tornamos mais correntia ainda a própria paginação, fugindo à disposição tortuosa do texto; passamos simultaneamente a jogar mais com o branco, isto é, a utilizar maiores espaços em claro, tanto ao lado dos clichés como em volta dos títulos, o que incontestavelmente dá maior projeção à gravura ou à cabeça da matéria. Em alguns casos utilizamos fios grossos, para com isto dar maior equilíbrio a determinadas apresentações. Intensificamos a aplicação do pequeno desenho objetivo, também. As paginações maciças, de texto ou de fotografias, se tornam monótonas, ao passo que as marcadas ou entremeadas de pequenos desenhos, em determinados casos, não somente despertam maior atenção para o assunto tratado como auxiliam à memória na fixação do raciocínio decorrente da leitura.

Nada disso porém é de aplicação rígida. A melhor lei a nosso ver, neste particular, é a assimilação do que há de melhor nos demais, enriquecida com a nossa própria experiência

O detalhe mais importante que se nota na apresentação de O OBSERVADOR, desde 1945, é a impressão das capas a côres, tendo a clássica fotografia sido substituída pelo desenho. Utilizado inicialmente o processo de impressão direta, passamos a utilizar para as capas a impressão indireta — off-set — utilizando inclusive um tipo de papel encorpado e poroso que melhor que o papel brilhante (couché) se presta a êste sistema de impressão. Temos apresentado capas verdadeiramente originais, desenhadas exclusivamente para O OBSERVADOR por Arí Fagundes, artista laureado, de indiscutíveis recursos, pertencente à escola moderna.

Com todo êste esfôrço no intuito de apresentar uma publicação cada vez mais atraente, mais viva, mais conforme à época em que vivemos, interessa a revista não apenas ao leitor, porém ao colaborador. Pode O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO se orgulhar de haver estimulado o interêsse pelos estudos econômicos e sociais e pode, outrossim, afirmar, que o Brasil possui hoje uma equipe de valores positivos, apta a prestar os mais assinalados serviços ao país. Aliás o govêrno da Repú-

blica, compreendendo a função do economista, tem prestigiado a economia, valorizando os seus quadros funcionais com a inclusão no mesmo de economistas. Tanto no Conselho Federal do Comércio Exterior, como no Departamento Nacional de Indústria e Comércio (Ministério do Trabalho), no Ministério da Fazenda, no Ministério da Agricultura, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos Institutos do Açúcar e do Álcool, do Pinho, do Mate, do Sal, como em entidades da ordem da Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nac. do Comércio, Associações Comerciais, Federações regionais e mesmo Sindicatos, milita hoje uma grande equipe de economistas jovens, feitos na experiência dos problemas brasileiros.

Nos próprios quadros superiores da administração estão hoje homens que foram em anos passados, ou ainda hoje fazem parte, do quadro de colaboradores de O OBSERVADOR. Apresentando excusas pelas omissões naturais, poderemos citar de momento e de memória, o Sr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura; o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio de Janeiro; os Senadores Roberto Simonsen e Apolônio Sales; o Sr. Samuel Duarte, Presidente da Câmara dos Deputados; os Deputados Aliomar Baleeiro, Luís Viana Filho, Rui Santos, Daniel Faraco, Clodomir Cardoso, Gilberto Freyre, Hermes Lima, José Augusto, Sales Filho, Leite Neto, Deoclécio D. Duarte, Alberico Fraga.

Além dos nomes já citados no corpo desta reportagem, lembraríamos mais aqui: da equipe mais antiga e hoje afastada de nossas páginas por outros afazeres, os nomes de Teófilo de Andrade, Garibaldi Dantas, Gileno De Carli, Mário Beni, Eurico Dias Martins, Nóbrega da Cunha, Oliveira Viana, Artur Tôrres, Rubens do Amaral, Rafael Xavier, José Maria dos Santos, Artur Coelho, Octavio Domingues, Filgueiras Filho, Newton Freitas, Galeão Coutinho, Rafael Kamprad, J. Kingston, Roberto Lyra, Graciliano Ramos, J. Martins Rodrigues, Cecília Meireles, Sérgio Milliet, Osvaldo M. de Carvalho e Silva, Caio Prado Júnior, Clovis de Gusmão, Érico R. Nobre, Alberto A. C. de Gusmão, Benjamim Hunnicut, Osvaldo Benjamim de Azevedo, Humberto Bastos, Otávio Bulhões, etc.

Dos novos, feita a mesma ressalva pelas possíveis omissões, citemos B. de Aragão, Aristóteles Moura, A. de Miranda Bastos, Richer Lewinshon, Piragibe da Fonseca, Fernando Tude de Sousa, Manuel Diégues Júnior, José Eurico Dias Martins, Andrade Gouveia, José Ribeiro, D. Duque Catão, Valdiki Moura, Aguinaldo Costa, Raul Lima, Afonso Arinos de Melo Franco (de quem publicamos no número 125 em primeira mão o capítulo inicial de sua "História do Banco do Brasil"), Heitor Ferreira Lima, Brigadeiro Antônio Guedes Muniz, Marcos Monte Lima, etc.

Na redação temos reunido: Evaldo Simas Pereira como redator principal; Omer Mont'Alegre como redator secretário e mais Afrânio C. Melo, Heitor Marçal e Valdemar Cavalcanti. A parte fotográfica está a cargo de Mozart A. da Silva, recorrendo também O OBSERVADOR a Eric Hess; gráficos de Francelino Nunes e trabalhos de arte de Israel. - Dirigem atualmente O OBSERVADOR os Srs. Oyama P. Teixeira e Rodolfo C. de Medeiros.

Não obstante o seu corpo de colaboradores e redatores, sempre que julga de interêsse recorre O OBSERVADOR a personalidades tanto da alta administração ou do parlamento, como de atividades privadas, a fim de colher em artigos especialmente escritos pensamentos e opiniões sôbre fatos e acontecimentos da vida nacional.

NÚMEROS RAROS

Pela sua própria natureza não pode O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO ser o que se chama uma revista popular; deve por muito tempo ser uma publicação de elite e, em função dessa elite, ter limitada a sua circulação. Bem seria do nosso agrado que ela estivesse em tôdas as mãos. Mas em compensação ela circula dinamicamente e uma grande percentagem dos seus exemplares têm o destino de bibliotecas das entidades e dos homens de estudo.

Por isso mesmo criou-se um mercado para os números atrasados, muitos dos quais atingem preços elevados. Alguns, como o 1, 39, 60, 98 por exemplo, são efetivamente raros. Não raro deparamos, no "Jornal do Comércio", "Jornal do Brasil" ou "Correio da Manhã", anúncios de compra ou de venda de coleções completas ou de números valorizados .

Comercialmente seria para a revista, muito mais interessante, se as suas tiragens pudessem ser calculadas em dezenas de milhares de exemplares. Mas devemos nos satisfazer com os milhares contados por unidades, valendo porém pela sua permanência, pelo valor constante de qualquer publicidade divulgada.

Desde o seu primeiro número tem O OBSERVADOR procurado ter base econômica justamente na cessão de espaço para a divulgação de anún-

COMPANHIA DE PROPAGANDA. ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO

End. Telegráfico PROPAC Rio de Janeiro

IMPORTAÇÃO EM GERAL

Produtos Químicos, Farmacêuticos e para Industqias, Explosivos "ATLAS", Agua-raz, Chapas Prstas, Cabos de Aço, Tubos Galvanizados, Eletrodos, Barras, Arame e Ferros em Geral.

Locomotivas, Guindastes e Materiais Ferroviários e Portuários, Motores Diesel para fins Industriais e Marítimos, Automóveis, Caminhões, Tratores, Máquinas Agrícolas, Material Rodoviário, Betoneiras, Britadores, Compressores de Ar, Escavadeiras etc.

ESCRITÓRIO
Av. Rio Baanco, 85 - 14º. - tl. 23-2101

SECÇÃO DE FERRO
VENDAS: Rua 1º. de Março, 71 - A - 8º. - tl. 43-4831

PRODUTOS FARMACÊUTICOS
Rua Camerino, 61 - tl. 23-3432

OFICINAS
Rua Camerino, 81 - tl. 23-6211

DEPOSITO: Rua Sotero dos Reis, 13 - tl. 28-8000

SALÃO DE EXPOSIÇÃO
Av. Oswaldo Cruz, 95 - tl. 25-2307

cios ou de matérias de interêsse comercial. E' bem caro, porém, o custo de cada exemplar, custando um pouco mais, mesmo que o preço de sua venda avulsa. A manutenção efetiva decorre, por conseguinte, do maior volume de anúncios. Graças ao elevado teor, à apresentação, tem O OBSERVADOR contado com a compreensão não apenas das emprêsas de publicidade, como das mais importantes organizações comerciais e industrias do Brasil.

Resta ainda o caráter que tem O OBSERVADOR de circular no estrangeiro, indo às grandes emprêsas internacionais, às universidades, às bibliotecas. Em trabalhos publicados nas línguas mais universais, como o inglês, francês, espanhol, italiano, alemão, sempre que surge uma referência ao Brasil, sôbre sua organização econômica, sua vida financeira ou social, não raro encontramos citado um trabalho inicialmente divulgado aqui.

UMA ENCICLOPÉDIA

Examinando bem o material contido nos números que compõem os doze anos de vida decorrida, podemos nos definir assim: uma enciclopédia econômica brasileira. Uma publicação de cultura e informação tanto para a vida pública e privada, como para os estudiosos e estudantes. Muitos dos grandes estudos e inquéritos a que fizemos referência são considerados como fonte de consulta em cursos como os do Estado Maior do Exército, de administração e organização. Os estudantes das escolas de economia, os que frequentam os cursos universitários, encontram no OBSERVADOR o elemento brasileiro, o fato local, com que exemplificarem o seu estudo teórico.

Tudo isto é um patrimônio. E um patrimônio que em doze anos sucessivos tem sido construído mercê de sacrifícios, às vêzes, de interêsses pessoais dos que aqui trabalham. Devemos agradecer a inspiração que presidiu ao lançamento da reivsta, por tê-la mantido independente de grupos que facilmente poderiam sujeitá-la a concessões que teriam desvirtuado inteiramente a sua finalidade.

Desejamos continuar vivendo assim. Fiéis às palavras da apresentação contida no primeiro número, oferecemos como programa para o futuro tudo quanto fizemos no passado. Desejamos a cooperação mais estreita com os estudiosos brasileiros, que todos nos tragam a sua colaboração, que critiquem, mas também que ajudem a tornar mais conhecido, mais difundido O OBSERVADOR.

Vive hoje o Brasil uma fase decisiva, em que se juncionam conjunturas interna e externa. Está o mundo atravessando um momento de transição, em que as fôrças que venceram a guerra contra um inimigo comum, repostas nas fronteiras dos seus ideais, travam entre si uma outra luta, ideológica e econômica, plena de inquietação e agitação, mas da qual sairá vitoriosa a luz mais forte dos ideais de liberdade e fraternidade.

A ciência econômica tem, no mundo novo que surge, um papel de importância superior e nos países jovens, cuja economia atravessa ainda a sua formação, esta importância redobra pelo muito que há a construir e consolidar. Desejamos, no Brasil, ser uma das colunas de sustentação. Ao iniciarmos o 13.º ano de circulação, não são outros os desejos que nos animam. Estamos afeitos à luta em todos os seus sentidos. Temos conosco a cristalização de doze anos de experiências repetidas e, afirmamo-lo, tudo isto não foi em pura perda.

Acabamos de receber nova remessa dos famosos climatizadores portáteis Carrier — resultado de anos de experiência nos ramos do condicionamento do ar e da refrigeração

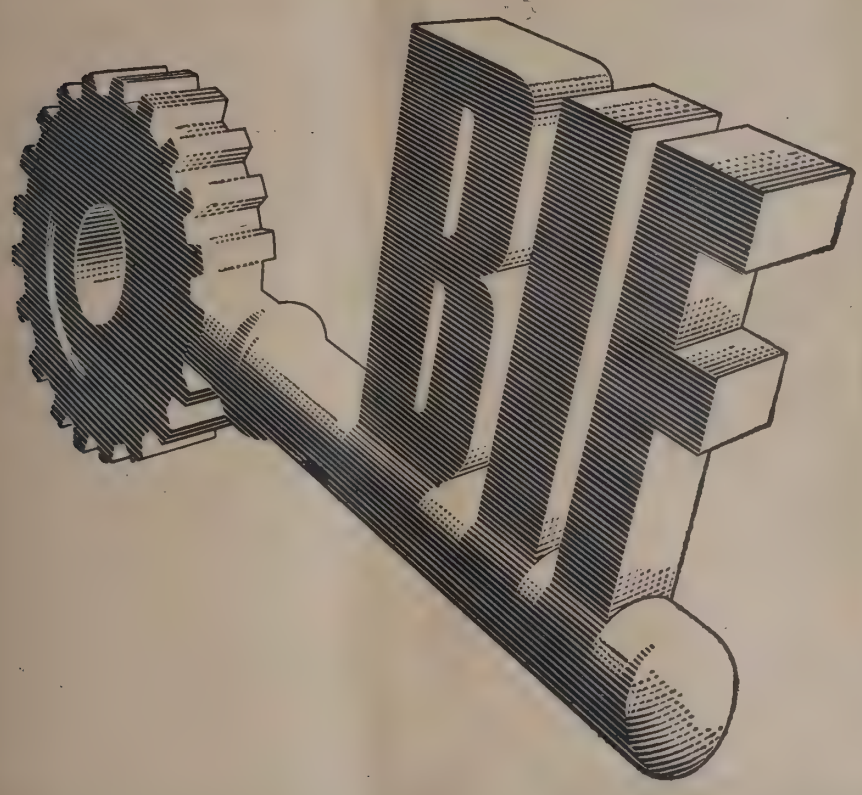
CONDICIONADORES DE AR PARA INSTALAÇÃO IMEDIATA

DEPARTAMENTO DE VENDAS
CARRIER ENGENHARIA S. A. Av. Nilo Peçanha, 155 - 3.º and. - Tel.: 42-8165

Carrier A PIONEIRA DO CONDICIONAMENTO DO AR

LONDRES & BIRMINGHAM

BRITISH INDUSTRIES FAIR



1948

Maio 3-14

A 3 de Maio de 1948, quando fôr inaugurada a Feira das Indústrias Britânicas, compradores de todas as partes do mundo terão oportunidade de examinar os produtos de 3.000 fabricantes do Reino Unido.

Esse acontecimento anual constitue a maior feira comercial do mundo. Sua amplitude e importância aconselham Vossa Senhoria a conhecê-la pessoalmente. Terá, então, a certeza de que poderá se entender com o próprio produtor ou seu distribuidor exclusivo e encontrará os artigos cuidadosamente agrupados segundo o ramo da indústria, de maneira que as comparações possam ser feitas com presteza. Acima de tudo, Vossa Senhoria terá ocasião de observar novas realizações, novos métodos de manufatura e novas concepções, sempre executadas com absoluta habilidade.

Essa será sua única oportunidade, em 1948, de examinar, em poucos dias, as realizações de 87 indústrias do Reino Unido.

Qualquer informação pode ser obtida na Embaixada Britânica no Rio de Janeiro, ou no Consulado na Capital do seu Estado.

A Organização Cooperativa da Democracia

O Caso da Rússia

Carlos Lacerda

MUITO há que ver, ainda, sôbre os aspectos peculiares do cooperativismo em cada país ou região do mundo. Ainda recentemente, quando da estada no Rio da missão parlamentar britânica, um dos ilustres MP que nos visitaram, o trabalhista George Saville Woods, fêz-nos uma exposição sôbre o movimento cooperativista, do qual é um dos veteranos, na Eslováquia. Nessa exposição, por nós promovida, o Deputado Woods acentuou como na aludida região a luta pela melhoria da vida do povo se impregnou do espírito de afirmação nacional contra a tendência absorvente do govêrno tcheco-slovaco e a crescente influência da Rússia. Assim, ali, o cooperativismo foi dotado de uma estrutura política muito sólida e preeminente, a par de um completo sistema de federações para cada gênero de atividades.

Mas não se pode falar tudo de uma só vez.

E' natural, no entanto, que vejamos desde logo alguma coisa sôbre as cooperativas na Rússia, E' difícil abordar êsse tema. Torna-se necessário afastar, desde logo, a massa de silêncio que luta com a massa de propaganda, às portas da realidade russa. Os cooperativistas ingleses que lá estiveram em missão durante a última guerra — entre êles o Deputado Woods, pude-

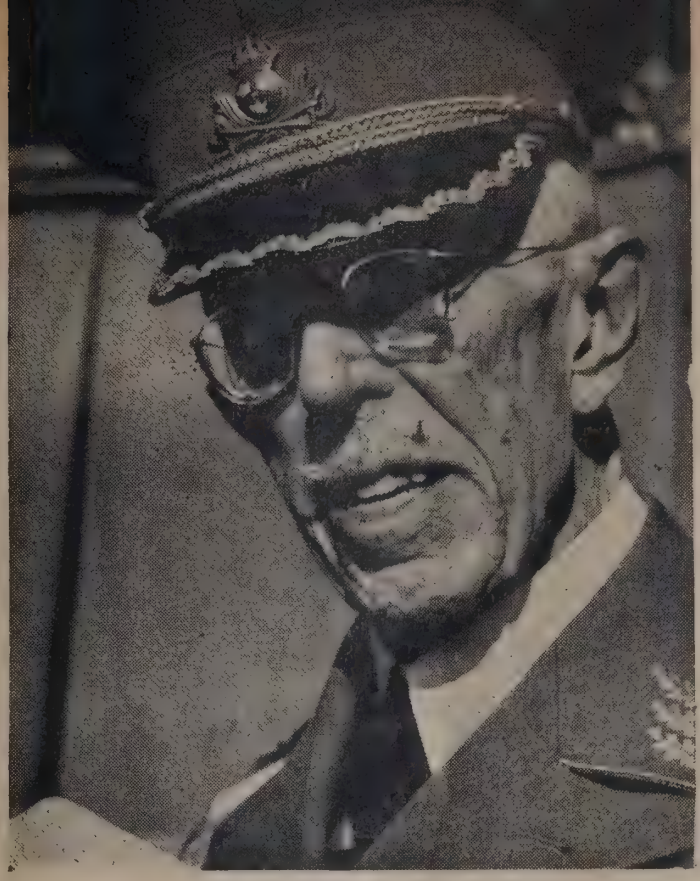
VETERANOS EM DISCUSSAO

Aspecto definitivamente democrático das cooperativas. Reunem-se os veteranos dos Grupos de Discussão, mantidos pelas cooperativas, no gabinete do sr. Albin Johansson. Um eletricista, um administrador de fazenda, e donas de casa às quais Johansson perguntou com um sorriso: "Como arranjam tempo para cozinhar e lavar a roupa?" (Foto — *O OBSERVADOR*).

ram ver alguma coisa dessa realidade. Mas o seu relatório ressente-se das exigências da propaganda. Eram, afinal, aliados em plena fase militar da guerra. Calcam com ênfase particular certos aspectos, enquanto sôbre outros deslizam — por exemplo, o contrôle do Estado sôbre as cooperativas.

Desde logo, porém, há um fato que ninguém contesta. O cooperativismo na Rússia não começou com a Revolução. Data de 1865. Desenvolveu-se precisamente depois de malograda a primeira revolução, a de 1905, quando o povo, ao ver que um caminho meramente político não resolvia os seus problemas imediatos, enveredou pela cooperativa. Em 1918 já haviam 35.000 sociedades cooperativas com 11.550.000 membros, na Rússia, e o valor de suas transações já correspondia a 40 por cento do comércio a varejo. Em 1913 já havia uma Escola de Cooperativismo, de grau universitário, na Universidade de Moscou. (1)

(1) — Além dos relatórios do movimento cooperativo inglês sôbre as cooperativas na Rússia, é útil consultar a "Encyclopedia of Social Sciences, verb. "Cooperation", e o volume "Co-operation in the Soviet Union", estudo preparado para a Sociedade Fabiana pelo Dr. N. Barou, (Londres, Victor Gollancz, Ltd., 1946).



REI DE UM PAIS SOCIALISTA

Êste que vemos acima é Gustavo, rei de um país socialista. Sem o querer, pode ser tomado como símbolo do fracasso soviético. Em baixo: apresentação de gêneros alimentícios numa loja cooperativa da Odengatan, em Estocolmo. (Foto Sandels — O OBSERVADOR).

CAFE' NA VITRINA

Apresentação de café brasileiro na vitrina de uma loja cooperativa dos arredores de Estocolmo. (Foto Konsum — O OBESERVADOR).

Ao desencadear-se a Revolução russa havia naquele país, segundo MAKEROVA, no estudo (*"Consumers Cooperation during the ten years of Soviets", editado em Moscou,* 1927), cinquenta e cinco mil sociedades com um total avaliado em 8 a 9 milhões de membros, que na sua maioria apoiavam os partidos socialistas. Igualmente o Dr. N. Barou salienta que os comunistas, então, não contavam com o apoio da maioria dos cooperados.

Quando Sidney Webb, já muito idoso, publicou seu livro sôbre a Rússia — o mais fraco, aliás, de tôda a sua numerosa bibliografia, e precisamente o único que está traduzido no Brasil — havia naquele país mais 77 milhões de cooperados. Em 1944, segundo Joseph Reeves, que lá esteve três vêzes, o número de cooperados na Rússia baixou para 45 milhões. Por que? Porque as cooperativas urbanas *foram em grande parte absorvidas pelo Estado, através* do Comissariado do Comércio Interno, que detém o truste do comércio a varejo. (2) O Govêrno passou a financiar as cooperativas, que são mais de produção agrícola (kolkhozes) do que de consumo. O consumidor ficou inerte nas mãos do Estado-comerciante, Joseph Reeves, socialista e simpatisante declarado do regime russo, escreve: "O Estado passa a ser responsável pelas áreas urbanas (comércio a varejo) e o movimento cooperativista pelas áreas rurais". (op. cit., pág. 113).

Assim se foi deformando o sentido e a própria natureza da cooperativa que é, hoje, em grande parte um simples órgão do Estado super-burocratizado.

Nem seria de admitir que, inexistindo condições para o livre debate, para a crítica livre, para a livre associação — sejam quais forem as razões

COOPERATIVA DE

Estas três fotografias nos recordam as lojas

capazes de explicar essa ausência de liberdade — viessem elas a existir precisamente e unicamente na cooperativa.

NO BRASIL

Um dos mais graves sintomas do enfraquecimento da riqueza nacional é, sempre, o aumento desproporcionado do número de intermediários. O número relativamente normal de comerciantes, que corresponde à necessidade de distribuição e de acessibilidade dos produtos, por parte do consumidor, ao se converter em número exagerado, em comparação com o volume da produção e com as possibilidades do consumidor, denuncia um mal latente que não tarda em vir a ser agudo. Estudos feitos na França, em 1946, revelaram pela análise do número de intermediários a alarmante decadência, o enfraquecimento progressivo da economia nacional. No Rio de Janeiro, sem que ainda tenham os especialistas meditado bem sôbre o que representa a saída de tanta gente da produção para o setor da distribuição de produtos cada vez mais escassos, já o Sr. Arruda de Albuquerque (citado pela revista "Cooperação") observava, em agôsto de 46 que já existem:

— 1 padaria
— 1 quitanda
— 1 botequim e
— 1 restaurante

para cada grupo de 140 pessoas, ou de 23 casas.

(2) — Joseph Reeves, "A Century of Rochdale Cooperation", pág. 111, etc.

CONSUMO

de cooperativas de consumo na Suécia. Na última delas, o rei Gustavo comprava raquetes.

O fator de eliminação dessa anomalia nço é, está provado que não é o tabelamento; não são as comissões de preços, burocráticas, às vêzes venais, sempre ineficazes e empíricas. E' precisamente a cooperativa. Mas, até o nome "cooperativa" ficou desmoralizado com as da Pesca e a do Leite, no Rio, e as de Pernambuco, nas quais o que realmente se fazia, com raras exceções, era uma tentativa de monopólio do comércio por intermédio de uma casta burocrática, nomeada — já se vê — pelo govêrno. E' preciso não esquecer, nem por um momento, que a cooperativa de que falo nada tem que ver com o cooperativismo da legislação do Estado Novo.

Não posso, agora, fazer o exame da legislação cooperativista brasileira, que deve ser urgentemente reformada. Mas, fizemos desde logo êste truísmo: cooperativa não se faz por decreto. Isto no entanto não significa que devamos ser pessimistas e nem mesmo quer dizer que devamos rejeitar tôda a experiência até aqui acumulada, mesmo no Brasil. Pelo contrário, devemos cerrar fileiras com todos aquêles que têm procurado dar impulso ao movimento cooperativista no Brasil, desde que não o tenham feito por baixo cálculo político e com uma incompetência irremediável.

O principal argumento dos pessimistas assenta no atraso cultural da maioria do nosso povo, e na tendência nacional — que é inegável — para a irresponsabilidade, sendo a cooperativa um instrumento de compreensão e uma arma de gente responsável. Foi com êsse mesmo argumento que o Comité Oficial de Inquérito designado pelo Govêrno inglês para a Malaia, em 1911, concluiu contrariamente à cooperação, devido ao caráter e ao atraso cultural dos malaios. Contudo, criado ali um Departamento de Cooperativismo, dez anos depois o Registro (inglês) de cooperativas anotou o seguinte: "os desfalques nas cooperativas malaias foram notavelmente poucos em número"... (etc.)

Confesso que ao ler essa demonstração, que se encontra no estudo da Sociedade Fabiana sôbre o cooperativismo nas regiões coloniais, tive uma sensação de alívio. O caráter endêmico do desfalque, a incidência do peculato como doença resultante da irresponsabilidade nacional, têm-me feito hesitar muito sôbre o êxito do cooperativismo — que é essencialmente baseado na probidade e no decôro. Mas, se os malaios se regeneraram, por que não os brasileiros?

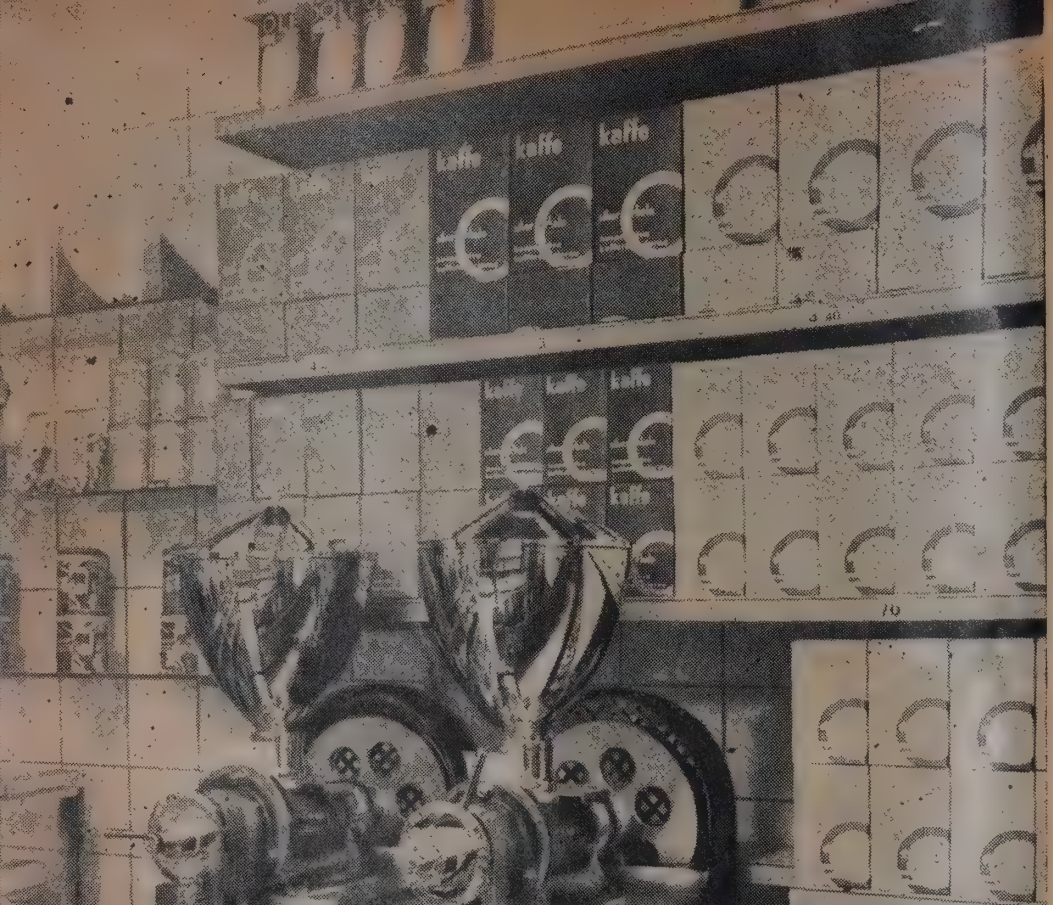
Aos que dizem que a cooperativa é resultante da elevada educação cívica de dinamarqueses, suecos, etc., não ofereço uma resposta minha. Aqui está a resposta do Relatório da Sociedade Fabiana:

"Diz-se que o sistema dinamarquês exige elevado nível de confiança mútua e difusão ampla de capacidade comercial, de que não dispõe o povo das colônias. O exame dos fatos, porém, mostra que êsses chamados requisitos preliminares são, na realidade, resultantes da agricultura cooperativa dinamarquesa. Há setenta anos passados, depois que os prussianos e os austríacos jogaram os dinamarqueses para fora das férteis províncias do Schleswig-Holstein, lançando-os às planícies arenosas que êles hoje ocupam, o campesinado dinamarquês era analfabeto e roído de miséria. O país passou da pobreza à prosperidade, em período relativamente curto, em consequência da introdução de métodos de agricultura cooperativa combinada com a difusão das escolas populares — o grande movimento educacional que surgiu, também, do seio do povo."

Assim, podemos concluir que todo programa de cooperação deve desenvolver-se paralelamente à vontade e à capacidade do povo no sentido de melhoria de suas condições. Só assim um beneficia o outro, em vez de envolvermos o problema num círculo vicioso insolúvel.

O EXEMPLO CHINÊS

Foi com a invasão japonesa que a China se voltou para o cooperativismo. J. B. Taylor, um inglês, propagou os princípios de Rochdale na China. Os estudantes das universidades ajudaram-no, procurando ler, conhecer, para ensinar a formar cooperativas e a fazê-las trabalhar. Pouco material disponível se encontra, ainda, sôbre o cooperativismo na China. Reeves cita o volume "China builds for Democracy, a Story of Cooperative Industry", por Nym Wales, para o conhecimento da verdadeira revolução industrial que o cooperativismo está fazendo na China. Nym Wales, espôsa de Edgar Snow, de quem se conhe-



CAFE' PARA O POVO

Pequeno moinho para o varejo do café numa loja cooperativa sueca. (Foto Konsum — O OBSERVADOR).

ce um curioso volume sôbre a China, intitulado "400 milhões de consumidores", passou nove anos naquele país e afirma que êle pode converter-se numa sociedade democrática de base cooperativa, como alternativa ao fascismo e ao comunismo. (*Reeves, op cit. pág.* 150-1). "Pelos métodos de Rochdale, de financiamento de administração, escreve Reeves, a China mostra que um povo (ainda) atrasado pode improvisar um caminho para industrializar uma economia agrária, primitiva, que durante muitas eras não viu maiores transformações". "A aldeia chinesa converte-se em centro de indústria, abrindo assim caminho àquele equilíbrio entre a agricultura e a indústria, do qual todo Estado moderno tão desesperadamente necessita".

Em agôsto de 38 começou a primeira cooperativa industrial da China, em Paochi, nos confins do país, fundada por nove ferreiros. Em nove meses, 1.200 sociedades se formaram. (*Reeves, pág.* 151). Em dois anos, nada menos "de cinco centros diretores para essa cadeia de cooperativas haviam sido criados, supervisionando, aconselhando e dirigindo a obra cooperativa em tôdas as 18 províncias da China, à exceção da região de Changai". O govêrno chinês emprestou 2.500.000 dólares, pagos com juros módicos em tempo relativamente curto. Dessa verba, 50 dólares destinaram-se à instituição de uma sociedade de assistência médica cooperativa, 100 dólares a uma fábrica cooperativa de sabão — e assim por diante, nas mais variadas formas, da maior à menor sociedade. Uma sociedade capaz de proporcionar emprêgo a cem refugiados dos territórios ocupados pelo inimigo podia ser financiada com apenas 700 dólares. E a primeira cooperativa, a dos ferreiros, mereceu do seu secretário, outro inglês, Alwyn Hogg, estas palavras na aldeia de Paochi: "A Cooperativa de Ferreiros é o milagre de Paochi".

Reeves salienta, como é óbvio, que as condições da China diferem das da Inglaterra. Acrescento que se parecem muito mais com as do Brasil. Além de que, na China, antes de ocupar-se propriamente do consumo em grande escala é preciso tratar da produção em escala suficiente para o consumo, por meio de desenvolvimento de cooperativas de produção, de tarefas educativas, de compra de máquinas, etc., outra circunstância deve ser acentuada:

"A cooperação voluntária é um poderoso instrumento — escreve Reeves — *quando a sociedade se desintegra e o capitalismo entra em colapso, como aconteceu (na China) na crise de 1937. A cooperação voluntária é (então) o único meio de criar a engrenagem da produção e da distribuição numa sociedade que, devido ao seu atraso, não está preparado para o socialismo. E digo isto, esclareçe Reeves, a despeito do exemplo da revolução soviética. A gente mais simples do povo aprende logo a cooperar quando está em dificuldades. A cooperação é uma excelente ama-sêca para o socialismo, e na verdade o socialismo só pode vir pelo caminho da cooperação voluntária".*

Quanto à impossibilidade do financiamento, também alegada pelos pessimistas para o caso brasileiro, basta considerar o seguinte: assim como o dinheiro despendido na construção do cassino de Araxá, (300 milhões de cruzeiros) daria para construir uma refinaria de petróleo, o dinheiro destinado à especulação sôbre algodão (450 milhões de cruzeiros), se aplicado no desenvolvimento da produção agrícola em base cooperativa, alicerçada no colonato livre, na imigração e na pelo menos relativa melhoria do transporte, teria resolvido o proble-

ma da carência de gêneros de primeira necessidade, no Brasil.

Qualquer plano de govêrno que menosprezar o papel fundamental da colonização livre e da produção agrícola cooperativa, é plano destinado a malograr.

O EXEMPLO DE REGIÕES COLONIAIS

Um estudo a que de passagem já me tenho referido, magistral e completo, é o da Sociedade Fabiana. Intitula-se "Cooperation in the Colonies". E' um relatório do Fabian Colonial Bureau, com prefácio de C. F. Strickland, pioneiro do cooperativismo na África, (London, George Allen & Unwin, 1945). O Comité Especial que elaborou o relatório compõe-se de Lord Winster, presidente, do Dr. Barou, de Sir. Malcolm Darling, Neil Beaton, etc.

Quando Ministro das Colônias, Sidney Webb (Lord Passfield) disse ao autor do relatório: "As colônias devem ter mais cooperação". Mas Webb passou como um meteoro pelo ministério e apenas pôde preparar um memorando, sôbre cooperativas, aos governos coloniais do Império Britânico. Nesse memorandum define-se assim a Cooperativa: *"A cooperação é a educação do adulto para o comércio da vida"*.

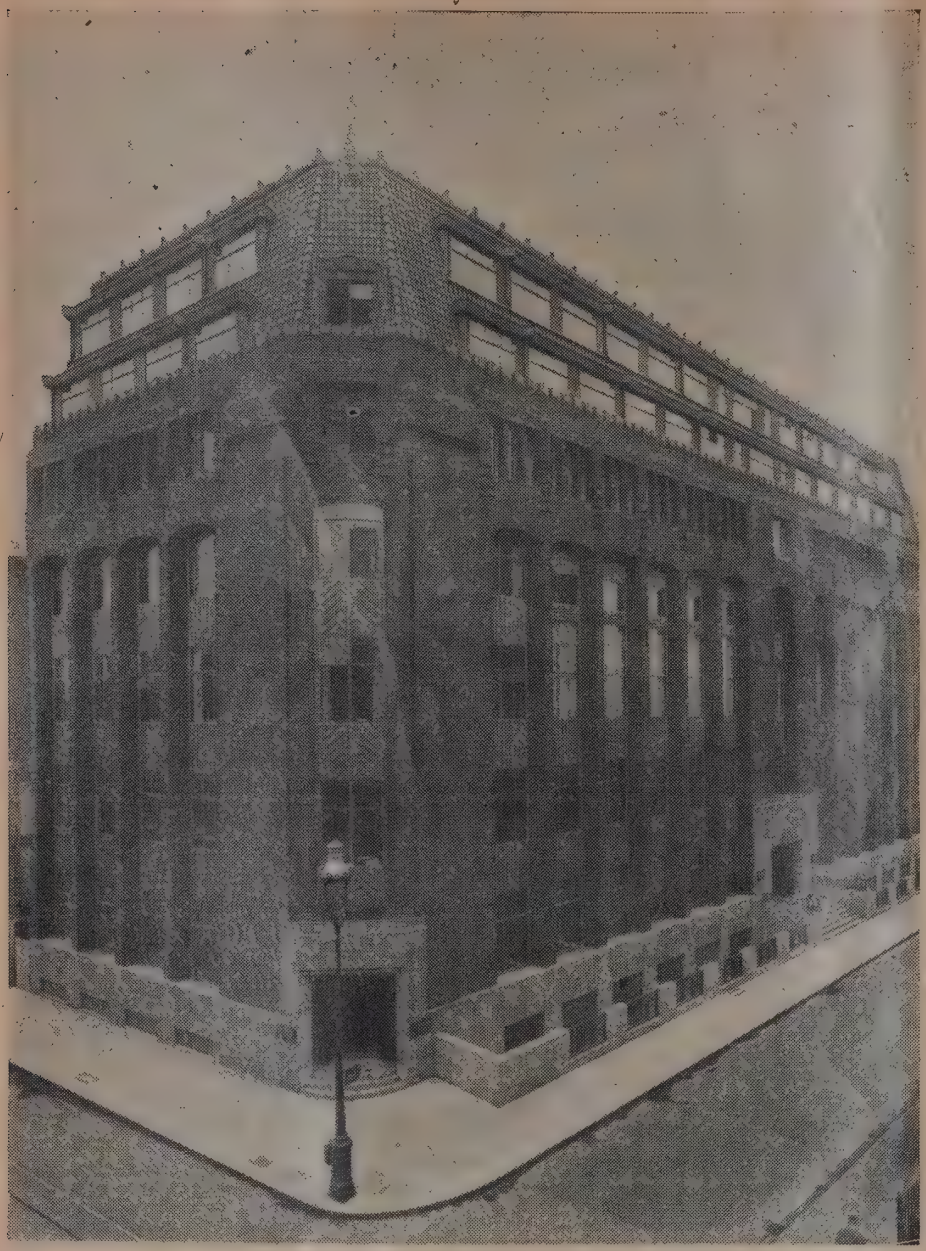
Existem Departamentos de Cooperativismo em colônias como Chipre, as Ilhas Maurícias, a Malaia e o Ceilão, onde, segundo relatório,

"o lavrador colonial é, na sua maior parte, pobre, iletrado e desacostumado às idéias de ciência e de comércio do Ocidente. A ajuda do govêrno é necessária para assisti-lo na difícil transição da velha para a nova economia. O movimento cooperativista pode ser um instrumento vital nesse período de transição, não só pela melhoria dos padrões de vida e de educação por efetuar o progresso através do esforço do próprio povo". (*Op. cit. Int.*)

O primeiro esfôrço, nas colônias, tem sido o de libertar o lavrador dos empréstimos onerosos, por meio de cooperativas de crédito para financiamento de suas colheitas. O que o Banco do Brasil não pode e não quer fazer — o financiamento direto ao lavrador — só se conseguirá através da cooperativa, que é local, que conhece cada um dos seus membros e

DETALHES DE ORGANIZAÇÃO

As cooperativas iniciaram sua vida modestamente, mas hoje são organizações primorosas com detalhes muito expressivos. Na foto superior, tomada no PUB, o maior magazine da Suécia, transformado em cooperativa de acôrdo com o filho do seu fundador, uma intérprete fala tôdas as línguas indicadas pelas bandeiras. Atrás do autor, o gerente do PUB. Qualquer pessoa, mesmo não sendo cooperado, pode comprar alí, recebendo imediatamente, em forma de desconto, o "retôrno" da despesa efetuada. Em baixo, detalhe da fábrica de vidros e garrafas, sociedade cooperativa, na Inglaterra, filiada à CWS. (*Foto Dagens Bild — O OBSERVADOR*).



BANCO COOPERATIVO

Esta é a fachada do Banco da Cooperativa Whole sale Society, secção de Londres. (Foto SWS).

pode assim disseminar o crédito pessoal.

Constata o citado Relatório:

"Uma vez que uma colônia tenha desenvolvido a sua economia cooperativa em proporções razoáveis, um grande passo avante terá sido dado na sua capacidade de auto-determinação democrática. Mas, embora se concorde com essa afirmação, em discursos oficiais, é espantoso como é, pequena a proporção de resultados práticos resultantes dessa concordância."

Na Conferência Imperial de Cooperação Agrícola, em Londres, em 1938, assim se definiu a pobreza dos lavaradores coloniais;

(...além dos rumos gerais da economia do século XX, em que as condições do comércio voltaram-se contra os produtores de produtos primários),

"o pequeno e anti-econômico rendimento da propriedade cultivada, a ruinosa taxa de juros que êle tem de pagar pelos empréstimos que faz, as exações e fraudes cometidas em cada etapa, de modo a privá-lo até do pequeno rendimento do seu labor, o seu analfabetismo, a sua ignorância e a pouca saúde, devida à alimentação deficiente, e à falta de organização que o converte em prêsa fácil... a essa lista eloquente devem acrescentar-se as mudanças modernas na economia da aldeia; as próprias vantagens acarretam os seus próprios males. Com o crédito mais fácil e uma economia monetária aumentada, aumenta a oportunidade do lavrador gastar — e êle cai desesperadamente no regime das dívidas."

A essa enumeração acrescenta o Relatório outra poderosa causa de pobreza: a concentração do dinheiro, nas colônias, em um ou dois gêneros para as colheitas destinadas à exportação. Essa concentração conduz à dependência de um mercado mundial sujeito a violentas flutuações contra as quais as colônias não têm defesa. Exemplos: na Costa do Ouro o cacau representa 60%, em Barbados o açúcar significa 90% das exportações; na Jamaica o açúcar e a banana são 85 por cento — e assim por diante. Essa especialização importa em sacrifício de outras culturas, no desinterêsse por outros produtos. A primeira depressão ocorrente no mercado mundial afeta imediata e irremediavelmente a colônia, na sua principal fonte de renda, enquanto o atraso dos lavradores para prover a sua própria alimentação produz, por seu turno, efeitos imediatos na saúde e na produtividade dos habitantes.

A preferência por um, dois ou três produtos de exportação estimulou o estabelecimento, nas colônias, de firmas européias de beneficiamento, embarque, etc., que agem por um sistema de "adiantamentos", de financiamento, numa longa cadeia de inversões a prazo curto e juro alto. Na África Ocidental Inglesa, por exemplo, milhares de libras são anualmente adiantadas pelas grandes firmas importadoras de cacau, aos seus clientes africanos, que por sua vez pagam em dinheiro — com êsse mesmo dinheiro aos pequenos cultivadores do interior — e assim por diante. "Uma extensa cadeia de intermediários se estica da região em que se faz a colheita, em fazendas isoladas, no interior, até o pôrto de embarque — e cada um dêles ganha a sua comissão"

Qual é a situação do crédito, no Brasil, senão essa mesma. Que é o Banco do Brasil, do qual todos os outros dependem, senão o mais privilegiado, o maior dos intermediários, na extensa cadeia de mãos que vai do produtor ao pôrto de embarque? Quando o Govêrno se decide a financiar, repete o mesmo mecanismo e põe o Banco do Brasil, como seu agen-

te, a financiar de preferência o intermediário.

Do relatório de H. Calvert sôbre *"A riqueza e o bem estar do Punjab"* (Londres, 1936, pág. 357-389) retiro estas observações sôbre as causas econômicas da pobreza nessa região da Índia:

"Das causas (de pobreza) a maior é indubitavelmente o desperdício... Desperdício de material humano, devido aos altos índices de mortalidade... imprevisão no tratamento de doenças... ineficiência pelo absenteísmo, devido à frequência de enfermidades... desperdício no sistema agrário, pelo qual os homens não trabalham ou produzem muito pouco, numa considerável parte do ano... no número desnecessário de intermediários empregados na distribuição... nos desnecessários litígios e demandas... nas relações entre o senhor da terra e o trabalhador agrícola... no miserável sistema de crédito rural... na depredação ousada por insetos e outros animais... no uso de sementes infecundas... no fraco senso de disciplina, cuja real importância econômica não é compreendida... na má distribuição das culturas... na alta mortalidade do gado... nas vastas áreas que se deixa entregue à Natureza para que as empolgue de acôrdo com a sua vontade caprichosa... na desperdiçada inteligência, na verdade e no trabalho humano, no capital e nos recursos que poderiam ser utilizados inteiramente na produção de riqueza..."

Sôbre os financiamentos diretamente efetuados pelo Govêrno, observa o Relatório: "Os empréstimos do Govêrno aos pequenos produtores, nas regiões atrasadas, são dispendiosos e frequentemente não conseguem qualquer benefício, devido ao tormento dos prestamistas, pela burocracia, no tempo do empréstimo e no pagamento de cada prestação. O prestamista também tem, geralmente, de ir a lugar distante para tomar emprestado e pagar. O clássico exemplo do bem intencionado mas desastroso empréstimo pelo Estado foi o do Banco Agrícola do Egito, quando êste se encontrava sob administração inglesa. As desvantagens práticas do empréstimo pelo Govêrno nem sempre são avaliadas por aquêles que não tiveram experiência pessoal da administração". (Op. cit., pág. 132).

E Calvert acrescenta: *"Nenhuma organização governamental, por melhor que seja a sua intenção, pode atingir a grande massa do seu povo, disseminada por tôda uma área sob a sua administração, mesmo num país rico... Para atingir até o último homem da mais remota aldeia o crédito cooperativo não tem rival, exceto o usurário. Êle oferece o único método, de méritos comprovados, para atingir o povo em seu conjunto. E' a única alternativa prática para a usura..."* (*pág.* 133) E naturalmente previne o excesso de liberalidade e de iniciativa, no comêço, entre coletividades iletradas. E' preciso preparar o solo para então, e só então, receber o crédito cooperativo... e pagar os adiantamentos feitos.

Para as regiões de população escassa e esparsa, o Relatório recomenda os "travelling shops", ou seja, os armazéns itinerantes das cooperativas. Foi o que se fêz na Inglaterra para as cooperativas que servem a áreas rurais isoladas. Um caminhão transporta mercadorias para vender aos cooperados ao longo da estrada e, por sua vez, na volta, vem trazendo produtos dos cooperados para vender na cidade-sede. E' a versão moderna do mascate, tradição tão acesa e tão profunda na vida rural e na formação nacional brasileira.

Nas fazendas ou grupos de fazendas, especialmente quando o fazendeiro se interessa pelo assunto, ajudando inicialmente a cooperativa, as sociedades de consumo são utilíssimas. Por sua vez, os próprios fazendeiros, sitiantes, arrendatários, etc., podem beneficiar-se se uma cooperativa lhes oferece o uso de reprodutores, de máquinas agrícolas, sementes, fertilizantes, etc. A curta mas substancial experiência das cooperativas de laticínios já existentes, com todos os seus defeitos, basta para demonstrar a vantagem dêsse empreendimento. No entanto, na estrada de Juiz de Fora tenho um amigo que deixou a medicina para criar galinhas, ato heróico ao qual se refere com certa vergonha. Perguntei-lhe porque não manda os ovos de sua granja para uma cooperativa. "Porque não me prestam contas e sempre descontam tantas quebras que eu saio perdendo", disse. Prefere então vender na porta, à beira da estrada, a quem tenha transporte para levar a mercadoria.

Eis um dos perigos a evitar na cooperativa: a burocratização, o excesso de solenidade, que retarda a marcha das coisas.

O fornecimento de sementes, de adubos, de vacinas, de máquinas e ferramentas, de sacaria, as usinas de beneficiamento e tratamento dos produtos, a irrigação e preparo do solo, o contrôle da erosão, a fabricação de

FEDERAÇÃO DE COOPERATIVAS

Parte do edifício da Federação de Cooperativas (Kooperative Forbundet) em Estocolmo. Em baixo, funcionam lojas. No último andar, um restaurante que se prolonga pela ponta que conduz a um elevador. Junto à rua, em plano mais baixo, uma estação ferroviária. No terraço, pequenos apartamentos com grandes ateliers envidraçados para artistas. (Foto AGH — O OBSERVADOR).

conservas para aproveitamento de frutas e legumes, os frigoríficos e as estufas, são algumas das obras e serviços que a cooperativa pode executar com êxito. No relatório sôbre a política de Trinidad (1) afirmam os autores: "A cooperação é frequentemente a base do êxito na agricultura em pequena escala... Temos sobretudo em mente os grupos coletivos de pequenas fazendas, onde para alcançar as vantagens e assumir a responsabilidade financeira da fazenda em grande escala o pequeno fazendeiro teria de abdicar muito da sua liberdade de ação e da sua independência. E o próprio fornecimento de equipamento mecânico pesado, pelo Estado, não seria justificável enquanto os próprios produtores não estivessem preparados para aceitar a responsabilidade coletiva pelo seu uso regular"

Fala-se muito em reforma agrária, passo tão necessário e que já devia ser dado há cem anos passados, reforma indispensável já reclamada, entre outros, por Joaquim Nabuco. Mas nenhuma reforma será viável e útil se não tiver uma base de compreensão e de antecipação, por sssim dizer, no próprio lavrador.

Repartir simplesmente as terras, seria criar uma legião de pequenos lavradores inermes, sem resistência econômica nem cultural nem política para oferecer à ação opressiva do Estado. Por outras palavras, seria dar uma base agrária ao totalitarismo.

Convém lembrar que a reforma agrária não vai fazer com que o homem do asfalto vá plantar batatas. E' com o próprio material humano atual, o homem da roça de nossos dias, que se há de levar por diante a recuperação dos campos, a regeneração e reabilitação do trabalho agrícola — e isto naturalmente com a indispensável ajuda do imigrante, que devemos receber aos milhares, se de fato quisermos salvar os filhos, netos e bisnetos de imigrantes que são os brasileiros já aqui existentes.

A primeira condição de tudo isto é odesenvolvimento da cooperação, o qual permite novos métodos e novos processos de trabalho, de produção e de comércio no interior, e abre uma perspectiva educacional muito ampla, pela participação cotidiana e direta do próprio interessado na Democracia.

De acôrdo com suas observações na África, C. F. Strickland, C. I. E. assim procurou orientar o cooperativismo indiano no Pundjab:

"...o govêrno guiará e aconselhará as sociedades com o mínimo de obrigatoriedade, compreendendo que o processo de auto-educação que essa associação voluntária promove possui o mais alto valor e tende ao equilíbrio social".

Aquêles, pois, que se baseiam no atraso do Brasil para descrer da eficácia da cooperativa, e para isso alegam, por exemplo, o caso da Suécia, esquecem que se o cooperativismo sueco é obra da educação e da estrutura social do seu povo, seria injusto ignorar que a educação e a estrutura social dos suecos são, em grande parte, resultantes do desenvolvimento do cooperativismo, graças aos pioneiros, aos homens capazes de acreditar e de agir de acôrdo com a sua crença.

Aquêles que se consideram em estado de julgar do atraso do Brasil e da ignorância do seu povo, em vez de fazerem de tal situação uma desculpa para nada tentarem, transformem em ação a sua superioridade real ou alegada — organizem o povo em cooperativas, dando ênfase especial ao aspecto educacional do movimento. Então havemos de ver que, em poucos anos, a cooperativa terá transformado o Brasil, transformando, de passagem, os brasileiros.

Pois, como dizia Stalin, que preferiu acreditar na ditadura, "a cooperação é eminentemente indicada para os povos economicamente atrasados"...

Não há dúvida que cooperativas mal lançadas, ou defeituosamente dirigidas, constituem fator negativo de insucesso e desestímulo para o desenvolvimento de outras. Mas a verdade é que a cooperativa tem um lastro tradicional a aproveitar, a desenvolver e estimular. Mesmo nas sociedades mais primitivas a cooperação já existia, em formas rudimentares mas semelhantes na sua essência. Quem verdadeiramente conhece os costumes e hábitos do índio e do negro, no Brasil, para não falar do colono imigrante, que trouxe o crédito na bagagem, como o alemão do Itajaí, o italiano e o japonês de São Paulo, o sírio de tôda parte, sabe que a cooperação para o trabalho, em forma primitiva, rudimentar, sempre existiu. Trata-se de fazê-la acordar, dando-lhe novas possibilidades de expressão — e por êste meio criando por todo o interior, assim como nas cidades, plataformas sôbre as quais possam adquirir voz e poder as campanhas de recuperação nacional. A assembléia de cooperados, a sede da cooperativa, deverão ser focos naturais de campanhas de educação, de saúde, de difusão cultural, de mobilização para a produção, de socorro em face de calamidade pública, de solidariedade e assistência, de informação econômica, de capacitação e treinamento administrativo, de estímulo financeiro ao produtor e ao consumidor de todo o país, que são, afinal, em conjunto, aquilo que os democratas chamam "povo" e os totalitários, "massa".

Se o povo se compõe de consumidores, muitos dos quais são também produtores, o melhor meio de educá-lo e de fazê-lo governar é contribuir para que êle se organize, como consumidor, e também como produtor, em sociedades próprias, autônomas, de produção e de consumo, através das quais êle aprenda a governar o país enquanto vai governando os seus próprios e imediatos interêsses.

SUGESTÕES SÔBRE O BRASIL

Num plano para a utilização de recursos naturais (*"Ettfredsproblem", cit. Stolpe*), Albin Johannsson recomenda a formação de cooperativas para a exploração e comércio de recursos minerais e matérias primas em geral: "essas organizações, com participação facultada a todos os compradores e dividindo o retôrno de acôrdo com as compras efetuadas garantiria inegàvelmente a tôdas as nações o benefício, em igualdade de condições, "...das matérias primas do mundo, de que elas necessitam para a sua prosperidade econômica". *Ora, êste é precisamente o sentido do item 4.º da Carta do Atlântico, tão esquecida mas tão bem nascida...*

Não se pense, no entanto, que a cooperativa é panacéia. Ou que é fácil e fagueira. Ela não cura a miséria, ela a redime. Ela não produz abundância, ela conduz à abundância através de um processo que é, ao mesmo tempo, econômico, cultural e político, senão mesmo moral.

Há quem lhe negue qualquer impregnação de sentido político. Há mesmo quem afirme que ela deve ser rigorosamente apolítica.

Mas a cooperativa já é, por si mesma, um movimento político — no sentido de que uma cooperativa é uma tomada de posição. Nos seus fundamentos, pela sua estrutura, pelo modo

(1) — Report of the agricultural policy of Trinidad and Tobago, part. I, 1943, p. 17).

de funcionar e progredir, pelas consequências educativas que dela se desprendem, a cooperativa é uma instituição eminentemente democrática. E se é democrática é política, não é inconsciente e sim conscientemente um órgão de aperfeiçoamento da consciência popular. Logicamente, portanto, deve ser adversa a todo regime anti-democrático. Portanto, engaja-se na luta política geral: numa democracia, deve ser anti-totalitária. Num regime totalitário, deverá ser antidemocrática? Talvez, mas neste caso nunca será verdadeira cooperativa.

A nossa legislação atual procura barrar o aperfeiçoamento democrático da cooperativa negando-lhe autorização para funcionar sempre que ela tenha caráter político. Assim, começa por negar a própria essência do cooperativismo, como associação do povo para a preservação e desenvolvimento de seus próprios interêsses, desligando-os da tutela do Estado assim como da subordinação ao intermediário.

A cooperativa é um dos instrumentos pelos quais o povo atinge a maioridade. Eis porque procuram reduzila às proporções de uma simples associação para interêsses menores, descurando o seu próprio fundamento, os regimes que vivem da menoridade do povo.

Nos serviços públicos, no crédito popular, na construção civil, nos gêneros alimentícios, na pequena lavoura, na avicultura, na criação de escolas e de serviços médicos, na colonização e no transporte, na previdência social, por tôda parte a cooperativa encontra oportunidade de fazer valer a sua qualidade de associação pela qual o povo aprende a se ajudar a si mesmo.

E' sobretudo nos tempos de crise que ela adquire relêvo e se converte num órgão essencial à sociedade. Ela se realça, se consolida na adversidade, na luta, no perigo. Quando tôdas as organizações tremem, quando os empreendimentos escasseiam, quando nem o especulador ousa entrar de mar a dentro, a boa cooperativa resiste e subsiste.

Êste é um tempo de crise. O egoísmo apossou-se de muitas indústrias mal construídas e corrói a base das bem construídas mas contaminadas indústrias. Confundiu-se, aqui, *emissão* com prosperidade e se fêz a inflação. Hoje, por seu turno, confunde-se emissão com inflação. Suprime-se todo crédito, sufoca-se tôda iniciativa, sem notar que a melhor emissão talvez não seja aquela lastreada de ouro, mas com lastro de milho, lastro de feijão, lastro de arroz, de açúcar, de batata e carne.

Em Rochdale (aponta Reeves em "A country of Rochdale cooperation", pág. 22) como em tôda parte, não foi nem será apenas por altruísmo que os homens irão participar das cooperativas, e sim por motivos egoísticos, por verificar que se trata de bom negócio, que se pode comprar mais com o mesmo dinheiro com que até então se comprava menos, ou vender melhor aquilo que até então se vendia pior.

Mas a cooperativa tem isto de humano, ela serve à humanidade precisamente quando cada um se serve a si mesmo.

Para a formação da mentalidade cooperativista no Brasil, urge que se criem, nas universidades, cursos livres de teoria e prática do cooperativismo. E por igual, para servir ao interior, escolas de cooperativismo por correspondência, visando não só os fundamentos da sua formação como a técnica de vendas, de preparação dos produtos, etc. A escola por correspondência da Koperative Forbundet, sueca, fundada há quinze anos, tem hoje, 123.000 alunos. Ensina por correspondência contabilidade, rudimentos de economia, ciência da administração, o idioma nacional, informações para trabalhadores e empregados das cooperativas, um idioma estrangeiro — geralmente o inglês, etc. Para aperfeiçoamento dos mais bem dotados, existe a escola de Var Gard, onde êles se concentram depois. Cursos semelhantes, no Brasil, viriam aproveitar os rapazes e moças do interior, que por falta de oportunidade e de aplicação para o seu anseio de melhoria, passam o melhor da vida sonhando em vir para as cidades grandes. E daria, nas escolas de grau universitário, não apenas um sentido mais prático, mas sobretudo um espírito mais generoso à frieza mercenária do ensino superior no Brasil.

Na Suécia, o cooperativismo tem pouco mais de cinquenta anos. A primeira cooperativa data de 1860, mas só em 1899 foi fundada a primeira federação, a Kooperativa Forbundet. A composição social dos membros da cooperativa, que começou quase exclusivamente operária, hoje está assim expressa: lavradores em geral, 20%. Artífices e profissionais, 8%. Diferentes grupos de operários, 40%. Funcionários e empregados de escritório, 11,5%. O resto, diversos.

Sendo a educação a base e também o principal resultado da cooperativa, já é tempo dos brasileiros lutarem pela criação da cadeira de cooperativismo em cada universidade, a exemplo daquela que Charles Gide manteve no Colégio de França. O ensino do cooperativismo como matéria de currículo escolar não está ainda generalizado. Mas, curioso é notar, êle existe precisamente nos países econômica e culturalmente mais atrasados, como a Bulgária, a Lituânia, a Polônia e, fora da Europa, na Índia (Universidades de Agra, de Calcutá, Lucknow, Misore e Pundjab) — onde é matéria de ensino obrigatório. Na Argentina, as Universidades de Buenos Aires e de La Plata, na Colômbia a de Cauca, têm cátedras especiais para o ensino da cooperação. Em 42 colégios e universidades americanas se ensina cooperativismo como matéria do currículo. Desde 1935, no Wisconsin, êsse ensino é compulsório, nas escolas superiores e profissionais. Em 1943, lei semelhante foi adotada em North Dakota. Em 1937, o Estado de Minnesota pôs à disposição do Departamento de Educação uma verba especial para a criação do curso de cooperação.

No Canadá, o programa das escolas primárias e complementares da província de Quebec recomenda o ensino da cooperação. Outras províncias prevêem também êsse ensino, sendo que na Nova Escócia êle visa proporcionar "informações suficientes sôbre a filosofia, os progressos, os métodos da cooperação e seu lugar no programa de reconstrução social".

O dever e o grande interêsse das cooperativas está em serem pioneiras em tudo: nos métodos de contabilidade, na apresentação do produto, nos processos de venda, na arquitetura das lojas, na disposição da mercadoria, no trato com o cooperado. Desde as bôlsas de estudo para arquitetos capazes de criarem os tipos-padrões da cooperativa rural, até os cursos de treinamento para arrumação de vitrinas, para preservação de mercadorias, etc., a cooperativa tem de ser, no local em que se instala, um fator de progresso, um modêlo de higiene e de beleza simples, um centro de interêsse e de atração, exercendo assim, também, uma influência benéfica sôbre o próprio comércio privado. O tratamento dispensado aos seus empregados deve servir de modêlo aos demais empregadores. Como empregadores, elas se interessam pelas associações comer-

ciais e industriais, mas não devem pertencer a tais associações, porque são diferentes em sua natureza. Deve entender-se com os sindicatos, nas atividades com elas relacionadas, por meio de acordos, entendimentos celebrados segundo a legislação vigente e, sobretudo, com marcado espírito de colaboração.

A lei sôbre cooperativas deve ser simples e fácil de entender e de aplicar. Deve conter uma definição geral e básica, tão geral que seja capaz de abranger todos os tipos de cooperativa. Deve poupar despesas aos cooperados, na formação de suas sociedades. Deve dispensar os relatórios extensos e frequentes, inclusive as listas de sócios, acionistas, etc., a serem enviadas ao órgão fiscalizador governamental. Deve criar um registro de sociedades, com poderes para efetuar inquéritos e levantamentos das condições locais, etc. Um exame anual das contas da Cooperativa deve ser feito, por contabilista especializado, a fim de verificar não apenas se ela tem idoneidade financeira como igualmente se ela é de fato uma cooperativa. Deve a lei garantir ainda: a participação livre e aberta, a fixação de um máximo de prticipação individual em número de ações (absoluto, pelo número de ações permitidas, ou relativo, por exemplo, uma quarta parte do total de ações).

Estas devem ficar sempre ao par — pois em caso de subirem deve haver logo nova emissão para admissão de novos membros. Iguadade de voto, isto é, um voto para cada cooperado, qualquer que seja o seu número de ações. Em princípio, deve admitir que as compras — ou vendas — sejam feitas só pelos respectivos cooperados. Mas deve deixar aberta a porta para negócios com estranhos, como um meio de propaganda da própria cooperativa. Deve prever a obrigação, por parte dos cooperados, de efetuarem os seus negócios por meio da respectiva cooperativa. Não há que temer a semelhança dêsse compromisso com a formação de monopólios ou trustes, pois é a natureza da organização que altera essas consequências e não são as consequências que afetam a sua natureza. Deve distribuir o retôrno de acôrdo com o ovlume de negócios efetuados, deixando *sempre* fundos de reserva e desenvolvimento, fundo educacional e filantrópico, etc. O restante é distribuído em taxas fixas de retôrno, não de acôrdo com o capital e sim de acôrdo com o volume de negócios efetuados pelo cooperado na sociedade. Deve manter o caráter voluntário da participação na sociedade. Deve preservar a expressão *cooperativa* unicamente para as sociedades organizadas nessas bases.

A lei em vigor no Brasil tem algumas qualidades e defeitos fundamentais. O novo projeto está-se arrastando. Urge fazê-lo caminhar e obter a sua aprovação.

A legislação fiscal, que é geralmente caótica no Brasil, em relação às cooperativas é simplesmente iníqua, Favores fiscais são concedidos aqui e negados ali. Encontrei uma cooperativa no Rio pagando taxas que os particulares não pagam. Em Três Corações, Minas, há uma que paga todos os impostos federais e estaduais e unicamente, pelas mesmas razões, não paga os municipais. A prioridade no racionamento nunca lhes é assegurada. Ainda recentemente, chamado no "caso do feijão de Caratinga" que investiguei pude ver, nas listas de compras aos intermediários que o govêrno resolveu enriquecer, que as cooperativas compravam na "fila", juntamente com grandes organizações atacadistas e varejistas.

O princípio de só vender a dinheiro é difícil de ser mantido, sobretudo em país como o nosso, onde tôda gente compra a crédito, embora comprar a crédito signifique viver acima de suas possibilidades. A equivalência de direitos entre os membros da cooperativa fica alterada, pela venda a crédito. A princípio, no entanto, certas concessões têm de ser feitas. Na Suécia a percentagem de vendas a crédito, segundo a K. F., passou de 50 por cento em 1908 para 2 por cento em 1935 — mas isto porque nunca os líderes das cooperativas deixaram de insistir na propaganda e na adoção da compra e venda à vista. Se a cooperativa avícola à qual o meu amigo da estrada de Juiz de Fora vendia ovos, pagasse à vista, êle não a teria deixado. E cada cooperado que abandona uma cooperativa é um passo atrás na organização democrática da vida brasileira.

Na formação de uma cooperativa há pontos muito delicados a considerar. Deve-se começar vendendo (ou comprando) um artigo de cada vez, ou um grupo de artigos congêneres. Em vez de lidar com muitas mercadorias diferentes, procurar vender mais, de um só artigo, a muito cooperados.

Vender ao preço usual da praça, inicialmente. Depois, quando a cooperativa estiver em condições de ditar o seu preço, vender mais barato só e enquanto o comércio privado estiver vendendo a preços superiores ao razoável. Assim não servirá apenas aos cooperados e sim a tôda a população consumidora e produtora. Assim poderia o Govêrno acabar com as ridículas Comissões de Preços e cuidar de aumentar a produção para baratear o custo da vida, pois quanto à especulação, a cooperativa se encarregaria de liquidá-la.

Uma cooperativa só, em cada localidade, região ou zona, para cada atividade. A concorrência entre cooperativas é funesta. Entenderem-se as diferentes cooperativas de uma região, para fundirem-se em unidades maiores, a fim de aproveitar as vantagens da diminuição de despesas e de maiores recursos ao seu alcance. Boa e racional contabilidade, contrôle de mercadorias em ordem, com a maior precisão possível. Um padrão de contabilidade e de contrôle de mercadorias (estoque, entradas, saídas, etc.), deve ser estudado para fornecer modelos às cooperativas.

Um Departamento de Assistência ao Cooperativismo deve existir, no Govêrno, inicialmente, até que as cooperativas estejam em situação de se unirem em federações para, dêste modo, dispensarem a ajuda do Govêrno. Nesse Departamento deve ser criado um Registro circunstanciado, minucioso, de cada cooperativa e um levantamento das cooperativas prováveis, conforme a zona, a composição de seus habitantes e respectivas atividades, etc. Deve ser responsável diretamente perante o Governador não subordinado a qualqur outro departamento ou secretaria. Deve dispor amplamente da colaboração de todo o pessoal técnico das diferentes secretarias, desde a assistência financeira até a médica, a educacional, a veterinária, a agronômica, etc. Mas a independência de movimentos do Departamento deve ser assegurada. Êle promoverá o reconhecimento oficial de cada cooperativa, de acôrdo com a lei — e esta precisa ser urgentemente revista, inclusive no plano federal, pelo Congresso. Grande parte da tarefa de educação de adultos deve ser executada por êsse departamento, de modo a que não se intente fazer a simples alfabetização. A educação do adulto através do cooperativismo tem a vantagem de, ao mesmo tempo que lhe ensina o alfabeto, lhe dar alguma coisa para fazer com o alfabeto, e coisa útil, que contribui para melhorar a sua

vida. Assim, pois, êle compreenderá desde logo que o alfabeto é realmente uma vantagem e que lhe serve de muito — e não irá apenas desenhar o nome para votar sem saber em quem nem por que.

Quando, por meio dessa tarefa múltipla, o Departamento houver suscitado os líderes da cooperação, estará finda a sua parte. Todo êsse trabalho, no entanto, não tenhamos ilusões, exige uma verdadeira mobilização cívica, educacional e econômica. Pois sem capacitação e sem entusiasmo o cooperativismo se arrastará durante anos, melancolicamente e nada se fará.

Entre os tipos de cooperativas urbanas de efeitos imediatos contam-se alguns nos quais bem poucos, aqui, têm pensado — o que bem prova a variedade de aplicação dêsse tipo de sociedade. Creches para filhos de empregadas domésticas, nas grandes cidades. Cooperativas de jardinagem e de horticultura, lavanderias, cooperativas para o esporte da pesca, etc. Há poucos meses, em visita à Policlínica do Rio de Janeiro, soube que essa instituição, tão pobre quanto benemérita, gasta mensalmente mais de vinte mil cruzeiros das esmolas que arrecada, par lavar roupa. Por que não emprega êsse dinheiro como entrada para a formação de uma lavanderia-cooperativa para associações filantrápicas, escolas, asilos e hospitais? A idéia ficou, não sei se irá adiante. Mas ao conseguir uma subvenção na Câmara local, de uma milhão de cruzeiros, para a Policlínica, procurei estimulá-la a formar a lavanderia-cooperativa com uma parte dêsse dinheiro.

E' na construção da casa de tipo popular que a cooperativa de construção encontra um campo imenso. Mais de 20.000 cooperativas de habitação existiam no mundo, antes da guerra. Uma das maiores é o Hoger Obrero, da Argentina, de onde nasceu todo o cooperativismo argentino. Essas sociedades são de dois tipos: as que fornecem aos seus membros, por meio de economias ou de crédito, o adiantamento necessário à construção ou compra do lar, e as que constroem por si mesmas as casas, para vendê-las ou alugá-las aos cooperados. Estas últimas são mais numerosas (9/10 do total). Mas os seus efeitos representam apenas 1/3 do total. E há também aquelas que, progredindo, acabam por fabricar o próprio material de construção, como acontece às da Suécia.

A Fundação da Casa Popular, no Brasil, deveria ser fundamentalmente um órgão de crédito e de orientação cooperativa para a formação de cooperativas locais de construção, capazes de, federadas, financiarmos a indústria de materiais de construção padronizados segundo os estudos da própria Fundação. Assim, e ouso dizer que somente assim ela construiria casas populares de acôrdo com as necessidades nacionais.

No estudo "Europe re-housed', publicado em 1938, após extenso exame do problema, Elisabeth Deny descrimina as modalidades de construção de casas populares e conclui que das três principais — a construção pelas municipalidades, a que é feita por sociedades de interêsse público (como a Fundação) e as cooperativas, são estas "cooperativas de habitação que constituem, com certeza, a base mais segura para o financiamento de novas residências".

Para a colonização, sociedades cooperativas podem prever e efetuar trabalhos em comum no desbastamento e preparo da terra, primeiras instalações, etc. Muita gente, especialmente os comunistas, pensa que isso só existe na Rússia, nos kolkhozes. No entanto é o que existe no secular *ejido* mexicano, nas *affitanze* italianas (cooperativas de trabalho agrícola existentes há cêrca de 30 anos) na *zadruga* — espécie de mutirão na Iugoslávia, no Japão, na Austrália, na Índia, no Perú — onde é modelado pelo antigo trabalho agrícola dos incas, etc. E no próprio Brasil, naquelas zonas em que o mutirão é ainda praticado à moda tradicional, e que resta apenas aproveitar e sistematizar.

A cooperativa de serviços públicos da qual o Estado participa juntamente com o particular (a *régie* cooperativa) é uma das soluções mais recomendáveis para sairmos do dilema — ou concessão a emprêsas particulares ou absorção de todos os serviços públicos pelo Estado. A cooperativa de serviços públicos é uma sociedade distributiva, de financiamento e exploração de serviços como a energia elétrica, a água, os esgotos, os transportes, etc., organizada em moldes cooperativistas.

FINANCIAMENTO AGRÍCOLA E COOPERATIVA

Hermann Stolpe mostra, em seu estudo "Kooperationen och fredsplaneringen" (Stocolmo, 1944), como mediante auxílio inicial do Estado à cooperativa agrícola, de 1944 para cá, coube uma parte correspondente a 80 a 90% dos gêneros postos à venda pelos produtores agrícolas do país

O financiamento agrícola no Brsail é uma aventura e uma farsa. Não podendo o Banco do Brasil, ao qual êle é cometido pelo govêrno, chegar a tôda parte, limita-se a financiar o intermediário, que lhe oferece maiores garantias — sob pretexto de que financia o produto e não o produtor. Dispenso-me de maior análise, pois o que está à vista de todos, por enquanto, me basta: o financiamento pelo Banco do Brasil não dá nem dará certo. O produtor vive esparso, longe do *guichet* da agência do banco, não tem aparelhagem de beneficiamento e de ensacamento, não dispõe de armazém para aguentar a demora do financiamento oficial, produz quantidades desprezíveis, etc.

Que há a fazer? Criar caixas de crédito cooperativo, subordinadas a um órgão central já existente, aliás, mas que ainda se ressente de alguns defeitos básicos. Disseminá-las pelo único sistema de crédito até hoje não adotado no Brasil: o *simplicitário*... Chamaremos *simplicitário* o sistema que consiste em encarar com naturalidade as coisas naturais, com honestidade as honestas, com fúria as que nos põem furiosos, com repulsa as que inspiram repugnância. O método simplicitário, aplicado ao crédito cooperativo, consiste em instalar pequenas caixas, providas pelo estabelecimento central, com um único funcionário — um só, não precisa mais! — em cada localidade, um conselho consultivo gratuito, composto dos notáveis do lugar, em cada arraial, em cada povoado. Aí, sim, o financiamento agrícola se fará, regulado por um sistema também simples de contrôle estatístico e de informações econômicas primárias; irá tocar direta e imediatamente o produtor, e não, como até agora, principal e quase exclusivamente o intermediário.

Entre as deficiências e salvas a corrigir e a prover, no Brasil, apontarei as seguintes:

1 — Dependência excessiva em relação ao Estado.

2 — Deficiência do movimento educacional correspondente, sem o qual a cooperativa tende a se converter num negócio como outro qualquer.

3 — Em consequência dêsses dois erros, burocratização de cooperativas

e incompreensão de suas características, dando como resultado a existência de cooperativas que se baseiam no lucro — negação da sua própria natureza — e não tardam em morrer, ou pior ainda, em se converterem em mistificação.

4 — Ausência de espírito político, não-partidário, mas apaixonadamente democrático, de reforma social pela modificação das condições morais e econômicas da sociedade brasileira. O apoliticismo da cooperativa deve existir, mas nunca a ponto de ignorar que a cooperativa é, por si mesma, uma política — e que essa política deve ser corajosamente afirmada em face do poder do Estado.

5 — Legislação adequada e simples.

6 — Cursos de teoria e prática, fundamentos doutrinários, organização e funcionamento de cooperativas nas escolas primárias, secundárias, superiores e profissionais.

7 — Missões cooperativistas ao interior, com material educativo e instrutores tecnicamente habilitados a promoverem a organização de sociedades, articulando os interessados, entreligando-os, a fim de formarem as suas cooperativas locais.

8 — Mobilização das Igrejas para a sua indispensável colaboração nessa obra, muito mais urgente e mais produtiva do que as iniciativas meramente filantrópicas a que, na sua maioria, e com justos motivos, elas se dedicam.

9 — Levantamento das condições objetivas de vida, condições econômicas, morais, culturais, sanitárias, habitacionais, etc., de cada núcleo de população, adotando-se, por exemplo, o método de pesquisa do dominicano Lebret, da "Economie et Humanisme", para o recenseamento acurado dos agrupamentos humanos.

10 — Universalização da cooperativa por meio da livre participação de qualquer indivíduo, sem a acentuada preferência que tem sido atribuída, até hoje, à formação de sociedades confinadas a determinado setor ou categoria profissional

11 — Popularização da propaganda do cooperativismo, até agora limitada os já interessados no movimento, sem contacto mais extenso com a maioria do povo.

12 — Ao excesso de assistência estatal, até agora pelo menos teoricamente proporcionado, deve suceder total independência em face do Estado, o qual se contentará em conceder à cooperativa facilidades para instalação — que é o que realmente êste lhe concede...

13 — Criação da imprensa cooperativa.

14 — Formação de centros de estudos cooperativistas, com ramificações em todos os núcleos urbanos, para cursos, conferências, demonstrações práticas, difusão de material informativo, etc.

15 — Ensino prático do cooperativismo nas escolas públicas, desenvolvimento das cooperativas escolares.

16 — Atribuir às Cooperativas o encargo de representar os consumidores junto aos órgãos oficiais existentes.

Temos de sair do círculo vicioso dentro do qual o Govêrno deve fazer tudo mas tudo não faz porque não pode e acaba nada fazendo; e o particular nada faz porque o Govêrno devia fazer alguma coisa para que êle fizesse o resto. Rompe-se o círculo por meio da cooperativa.

FUNÇÃO DEMOCRÁTICA E CIVILIZADORA

Pelo hábito das assembléias, pela faculdade de votar, de escolher livremente os gestores dos seus interêsses, habitua-se o mais apolítico dos homens a se interessar e decidir sôbre questões que afetam a maior cooperativa do país — que é, ou melhor, que deve ser o Govêrno. Ela forma, assim, líderes naturais naquelas que se impõem à confiança dos seus consócios; elimina paulatinamente a influência dos mandões e dos chefes políticos, os quais cedem o passo aos que realmente saem do meio do povo com vocação de servir e senso de responsabilidade.

Qual é o objetivo da cooperativa? Não é apenas diminuir o custo da vida. E' aumentar o padrão de vida. Poderia mesmo dizer: é restituir à vida o sentido que ela vai perdendo, o sentido da *dignidade o indivíduo no contjunto da sociedade, através da participação responsável de cada um na gestão do interêsse coletivo.* Para isto, duas coisas são necessárias: educação e capital. Eis por que o movimento assenta nessas duas fôrças o seu trabalho, afirmou o presidente da Kooperative Forbundet, Albin Johannsson, numa irradiação pela Columbia Brodcasting System. Para educar, especialmente educar sôbre os fatos econômicos, a cooperativa deve manter círculos de estudos, cursos de correspondência e colégios para o treinamento de empregados e diretores e dos próprios cooperados.

Habituar o consumidor a fazer suas compras à vista não é nem foi fácil. O hábito de comprar a crédito tende sempre a escravizar o consumidor ao fornecedor. E no caso da cooperativa, impede que ela disponha de verba para o seu movimento. Mas com esfôrço e paciências isto se consegue — e logo os resultados comprovam a vantagem dêsse sistema. As verdadeiras cooperativas pagam também à vista as suas contas, assim como as dos seus cooperados. Não tomam empréstimos ao Govêrno ou a bancos, normalmente — salvo casos excepcionais, que geralmente só devem ocorrer quando da primeira ampliação de uma cooperativa. Normalmente ela se constitui apenas pela contribuição das quotas de seus cooperados. Por isto é comum que a cooperativa de início só se ocupe com determinado artigo, atividade ou serviço, ampliando-se depois. Em certos casos, os consumidores organizam-se, compram um negócio privado já existente e o transformam em sociedade cooperativa. (Foi assim, por exemplo, que o PUB, o grande magazin de Paul U. Bergstrom, em Stocolmo, se transformou no maior magazin cooperativo do mundo, sendo seu diretor... o filho de Bergstrom, convicto partidário do cooperativismo).

Existe, entre a família e a cooperativa, uma interação constante. Hermann Stolpe, diretor de Educação da Kooperative Forbundet, em conversa comigo, em 8 de agôsto de 46, elucidou com poucas palavras aquilo mesmo de que já se ocupara num estudo magistral: a cooperativa age na base da família.

E' indispensável interessar as mulheres na cooperativa. Sendo a participação individual para que a mulher influa diretamente é necessário que ela também seja membro da cooperativa e não apenas o marido. Às vêzes êste prefere transferir para a mulher a sua quota, passando ela a fazer as compras (ou vendas) e a receber o retôrno.

Na elevação do nível de vida de cada unidade familiar, a cooperativa é essencial. No livro de Carr-Saunders, Florence e Peers, *"Consumer's Cooperation in Great Britain"* (Harper & Bros, Londres e New York, 1938), encontram-se informações muito significativas. Foram as cooperati-

vàs de consumo que instituíram o sábado inglês. Já antes da guerra de 14 era o movimento cooperativo inglês o que pela primeira vez no mundo fixava um salário mínimo para os homens e uma escala de salários para as mulheres. E desde 1919 sindicalizavam-se os empregados dos armazéns atacadistas de organização cooperativa.

O desenvolvimento do sentimento familiar é consequência, por assim dizer, inevitável do próprio desenvolvimento da cooperativa. Não é o cooperado o único beneficiado e portanto também não é o único interessado nas sempre crescentes atividades da cooperativa. Também a família a êle se une nesse afã. Os círculos de estudos — que são um dos pilares do movimento — examinam métodos e processos para melhoria do confôrto no lar, através das cooperativas produtoras de mobília, por exemplo. Uma cooperativa de telefones pode libertar do isolamento muitos lares da roça. Colônias de férias, preventórios, consultórios dentários e médicos, serviços farmacêuticos, campanhas de redenção sanitária ou de simples prevenção, tudo pode organizar-se de modo cooperativo, inclusive restaurantes onde a cozinha será mais barata e melhor — pela simples razão de ser o freguês, ao mesmo tempo, sócio do estabelecimento...

A cooperativa — convém notar — não pode ser paternalista, não deve ser confundida com uma obra de caridade que se faz ao povo permitindo que êle compre ações para ficar menos pobrezinho. Não. Ela é uma forma de dignificar o esfôrço humano, a contribuição de cada indivíduo para o bem comum. Cooperativas de consumo estão nascendo nas plantações de chá de Ceilão e em Nairobi, na colônia de Kenia, na Jamaica, cooperativas de carpintaria, de ferragens na África Oriental, de irrigação de terras em outras colônias, cooperativas de mercados para produtos agrícolas, de crédito, de economia doméstica, de seguros, de recriação, de construção civil — e só aqui está estagnado, burocratizado o movimento.

Em "A new family economy" Stolpe expõe de como é pela igualdade do voto — cada pessoa, um voto, seja qual fôr o seu número de ações — que a cooperativa constitui um movimento de caráter decididamente democrático. E' por êsse voto igualitário, direto e secreto, que o cooperado governa a cooperativa. Mas, para que essa organização seja eficientemente democrática, é preciso que o eleitor, isto é, o cooperado, esteja imbuído de idéias democráticas e compreenda, cada vez melhor, a significação dos seus atos", a repercussão que êles podem ter na vida da cooperativa e, portanto, nos seus próprios interêsses".

Movimento popular, que espera do Estado compreensão e garantia de equivalência com as emprêsas privadas ou estatais, mas não proteção demasiada e paternalista; movimento criado e desenvolvido por famílias e indivíduos interessados em melhorar a própria vida e a dos seus, em comprar mais mercadorias com o mesmo dinheiro, em vender por melhor preço aquilo que produzem em se livrar do intermediário e das contas com "quebras" e "extravios" com acréscimos e "enxertos", a cooperativa — uma vez disseminada, é o órgão pelo qual se assegura a chamada democracia econômica e, com ela simplesmente a *democracia,* a estabilidade econômica do país, o desenvolvimento da riqueza nacional. E já tereis compreendido a importância e a urgência dêsse desenvolvimento, num país em que a renda nacional, por pessoa, não chega a 100 cruzeiros por ano.

SOCIALISMO, DIRIGISMO, COOPERATIVISMO DEMOCRÁTICO

Cooperação e livre iniciativa

Num debate radiofônico pela BBC, a 5 de abril de 1934, Lord Alexander, antigo membro do ministério que ganhou a guerra, hoje líder da bancada cooperativista na Câmara dos Comuns e um dos consultores do govêrno trabalhista, assim respondeu ao seu interlocutor, o Sr. Howling, secretário geral da Câmara de Comércio:

"Com a crescente racionalização e a produção em massa, da indústria moderna, a única solução definitiva dos problemas econômicos e industriais do homem será através da produção para o uso e não para o lucro; e a distribuição para servir e não para ganhar. A cooperação está organizando e construindo, abertamente, nessa direção, num mundo de competição, aumentando o poder aquisitivo do consumidor, estimulando e regulando, tanto quanto possível, as necessidades dêsse mesmo consumidor."

Eis uma definição do papel da cooperativa, na Reforma Social.

Os socialistas do século XIX, notadamente Marx e Lassalle, foram muito contrários à cooperativa. Chamavam ao movimento cooperativista "o socialismo atacadista". Mas os trabalhadores, organizados em seus sindicatos, verificaram que podem ter mais mercadória com o mesmo dinheiro. Começaram, assim, a organizar sociedades cooperativas, a princípio neutras em matéria política, democráticas — é claro — mas não partidárias. Hoje os socialistas não-comunistas, ou seja, os democratas, sustentam com vigor a cooperativa à margem, independente e até oposta, quando necessário, ao Estado. E os reformadores, em geral, adotam cada vez mais uma orientação firme e positiva a êsse respeito.

O Comité Internacional de Relações Intercooperativas se manteve longe de *laisser faire* que o próprio capitalismo renega, mas por igual distante "de um planismo que seria excessivamente racional para ser razoável", segundo as próprias expressões da referida Comissão. Lembrando que o movimento cooperativista desenvolve, na estrutura do mundo contemporâneo, tal como é ela própria, uma forma organizada de economia, declara o Comité (1):

"...Os cooperativistas não hesitam em reconhecer aquilo que existe de comum entre os seus esforços e todos os esforços sinceros que visam uma economia organizada ou uma economia dirigida: a necessidade de ordem e o firme propósito de introduzir a vontade refletida dos homens entre os fatôres que agem sôbre a economia. Mas não observam sem espírito crítico o que vêem sem desfavor; e não estão dispostos a aderir, sem reservas, às doutrinas mais ambiciosas da economia "organizada" ou da economia "dirigida"; e menos ainda, a subscrever indistintamente tôdas as realizações parciais ou sistemáticas que se fazem dessas doutrinas".

"Condenam, sob tôdas as suas formas, a luta desregrada dos interêsses egoísticos, porque é geradora de desordem e desumanidade. Mas não pretender privar o progresso daquilo que lhe pode proporcionar o desenvolvimento das faculdades de iniciativa e de invenção.

"Desejam, pela organização e a prática da solidariedade, poder tornar suportáveis, pela sua limitação, os riscos que comportam a atividade econômica e a vida. Mas recusar-se-iam a levar êsse esfôrço a ponto de abolir,

(1) — Bureau Internac. do Trabalho, relat cit., pág. 201).

com o senso do risco, o próprio senso da responsabilidade.

"Não admitem que, sob a capa de uma doutrina de liberdade, a direção suprema dos assuntos econômicos nacionais e internacionais seja deixada às mãos de grandes emprêsas financeiras. Mas espantam-se como de grosseiro engano e sentem-se injustamente tratadas tôda vez que a intervenção dos poderes públicos deixa de fazer a distinção necessária entre os grandes concentrações de negócios de fim lucrativo e as organizações cooperativas sejam quais forem as suas dimensões destinadas a servir.

O dirigismo do Estado geralmente se anuncia pela mania do "técnico", o delírio do "técnico", a tecnocracia perfeita ou imperfeita, sempre mais ou menos daspeana. Sôbre essa mania, eis a manifestação do referido Comité. Saudando o advento do *périto*, do técnico, na cena pública, êle não se dispõe, no entanto, reconhecê-lo "como mestre infalível, onisciente, onipotente. Constata que nada prejudicou mais a idéia de economia dirigida do que o autoritarismo absoluto, além do diletantismo e das advertências imperativas para *"plantar mais"*, logo seguida de injunções, não menos peremptórias, para *"arrancar tudo o que plantaram"*. Não acham que a economia possa ser entregue às manias, às fantasias, às experiências de técnicos irresponsáveis que não são mais do que teorizantes. Porque estão ao par, todos os dias, dos problemas concretos e complexos, alimentam (os cooperativistas) a sua confiança na capacidade do espírito humano, tomando consciência das suas limitações."

Sôbre as virtudes e os limites da lei, eis o que diz: *"Reconhecem e propagam os benefícios da disciplina, mas não a identificam com o constrangimento, que consideram impróprio para estabelecer e manter a ordem, tanto quanto a fazer aceitar a verdade Subscrevem a célebre afirmação de Laordoaire*: "entre o forte e o fraco, o rico e o pobre, o senhor e o servo, é a liberdade que oprime, é a lei que liberta". Mas igualmente sabem da existência entre o céu e a terra, de mais coisas indesejáveis do que aquelas que se podem exprimir por meio de textos de lei".

Assim, pois, como bem resumiu Stolpe, a cooperativa é contra a influência excessiva do Estado na economia. A cooperativa é economia coletiva, está claro; mas é também, por isso mesmo, livre iniciativa. E nunca a entrega da iniciativa ao Estado, sob pretexto de que êste é a expressão da coletividade. São indivíduos, os da cooperativa, que se reunem para trabalhar em conjunto pelos seus interêsses. E não indivíduos centralizados numa cadeia dominada por uma direção altamente especializada — ou que como tal se apresenta. São indivíduos que, por escalonamento eleitoral, constituem uma federação, com suas entidades harmônicas e independentes entre si.

Basta ver, por exemplo, a estrutura do movimento na Suécia. Êsse magnífico país está dividido, do ponto de vista das cooperativas, em 18 distritos, tendo como unidade a cooperativa local. A assembléia representativa de cada distrito cooperativo elege 1 a 2 representantes para um Conselho de 22 membros, representando tôdas as regiões cooperativas do país e um Conselho Geral de 6 membros que emprega todo o seu tempo, remunerado devidamente, nessa tarefa. Êsse conselho tem um presidente, um diretor financeiro e de contabilidade, um diretor da produção, compra e venda de gêneros alimentícios, um diretor de produtos têxteis e industriais em geral, um diretor de máquinas e mercadorias pesadas, um secretário geral responsável pela educação, imprensa e publicidade, etc., — e a esta hora já deve contar também com um diretor da cooperativa de seguros. E há o Congresso das Cooperativas, para o qual cada sociedade manda delegados eleitos de acôrdo com o número dos respectivos cooperados e com o valor das suas respectivas compras na Federação das Cooperativas, sediada em Stocolmo.

Eis como se combina a livre iniciativa com planificação.

Surge, aqui, a pergunta: cooperativismo é socialismo? Os socialistas ortodoxos, como vimos, sempre disseram que não. Os cooperativistas sabem que não é, porque não dão ao Estado as proporções que os socialistas lhe atribuem. O cooperativismo é a forma de comércio socialista, isto sim. E', por assim dizer, a atualização do socialismo, dando mais ao grupo social, ao núcleo de indivíduos, a iniciativa que o socialismo do século XIX atribuía ao Estado

CONCLUSÕES

No começo da segunda guerra mundial a Associação Nancional de Educação Cooperativista divulgou na Inglaterra um manifesto que diz: "Quanto mais fortes se tornam as nações sob ditadura, mais fracas, em relação a elas, vêm a ser as democracias".

Existe, portanto, o interêsse vital — se é que pretendemos preservar a raça humana — não só de não participar, mas de corajosamente refutar as ideologias degeneradas que conduzem ao fortalecimento das ditaduras. Foi a fatalidade econômica que o marxismo colocam na base da sociedade, e que os aproveitadores do marxismo levaram às últimas consequências, o que desviou, tantos milhões de criaturas, insatisfeitas com tão primária explicação para, como diz Koestler, êsse sucedâneo fascista da sociologia — que é a biologia. O racismo é a contrapartida do economicismo e todos se fundem num programa de ódios. Portanto, todos conduzem à destruição.

Não basta, porém, antepormos razões místicas ou resistências ocasionais. E' preciso forjar, no contacto diário com a vida, com as suas necessidades e consequências, à ideologia da renovação democrática, da reforma social pela valorização do homem.

Uma querela antiga se tem travado entre os partidários da participação da cooperativa na política e os que defendem a sua rigorosa neutralidade, no Brasil. Êstes últimos estão escudados na lei, cujo apoliticismo é apenas aparente, pois submetendo-as ao Estado submete-as, está visto, à ideologia que informa, que domina o Estado. Seja como fôr, porém, não me parece que a querela tenha hoje mais sentido do que aquela que consiste em saber se a Igreja defende ou não os interêsss da ordem social vigente.

Nada mais detestável, especialmente no caso brasileiro, de que uma cooperativa a serviço de um partido ou facção política. Mas, por outro lado, sendo a cooperativa um órgão essencialmente democrático, seria contrassenso exigir que ela deixasse de participar do levantamento geral das consciências para o esclarecimento, a vivificação do povo no processo de sua organização social e política.

Existe um movimento democrático, supra-partidário, latente, que deve ser considerado de acôrdo com a sua urgência e significação para o Brasil. A função dos partidos tem sido e será sempre — não nos iludamos — necessariamente limitada. Êles, e quanto mais honestos são mais isto é verdade, reorganiza a sociedade por cima, operam a reforma legislativa, influem

nas relações jurídicas, definem, dão forma, através do govêrno, cujo contrôle disputam, e das assembléias legislativas cujos corpos compõem com suas bancadas.

Mas a não ser aquêles partidos de caráter totalitário, que usam a estrutura partidária como instrumento para se apossar do homem na sua totalidade, o indivíduo, a consciência, o pensamento, a ação, as relações de família, de trabalho, as reações, as transações, a própria germinação das idéias, os partidos democráticos — e ainda mais no Brasil, que não tem de sua atividade uma lembrança tradicional muito profunda — não descem da superfície dos fenômenos, não atingem as camadas essenciais, dividem os homens em grupos, em parcelas, em partidos para as necessárias preferências eleitorais, antes de uni-los basicamente para o exercício, a capacitação, a lenta e penosa ascensão às luzes da vida democraticamente organizada sôbre a concepção cristã do respeito e estímulo ao desenvolvimento da pessoa humana.

Um movimento supra-partidário, portanto, terá de levar a obra dos partidos a uma conjunção, a uma profundidade a que êles por si sós não atingem, e com a ajuda dêles, por sua vez, ajudá-los, principalmente aos mais sinceros, aos mais capazes.

Que movimento há de ser êsse, capaz de tocar o interêsse das criaturas, capaz de falar ao seu instinto ao mesmo tempo que à sua inteligência, vender-lhes macarrão mais barato não apenas na véspera da eleição, como Borghi ou Ademar, mas permanentemente? Que movimento será capaz de completar, pela base, o trabalho que nas estruturas superiores da vida política os melhores agrupamentos partidários visam realizar? Que movimento há de ter, ao mesmo tempo, capacidade e oportunidade para educar o povo, encarando-o como consumidor, melhorar os padrões e os níveis da produção, orientar e atender às necessidades do consumo, executando ao mesmo tempo incessante obra educativa?

A cooperativa. Tem ela, assim, uma indisfarçável missão política, a mais alta das missões políticas de que se pode investir um movimento: realizar reforma social pela qual o povo chegará conscientemente ao govêrno de si mesmo. Resolver, enfim, o dilema em que se procura colocar os homens e as nações: — democracia política manejada pela autocracia econômica, ou democracia econômica subordinada à autocracia política.

Nenhuma dessas alternativas tem sentido, pois nenhuma é realizável. Numa democracia chamada "política", quando estoura uma crise econômica os direitos do voto popular são muito discutíveis... Numa democracia dita econômica, privada de liberdades políticas, ninguém pode mais discutir se os "grandes" homens que detêm o poder andam certos ou errados.

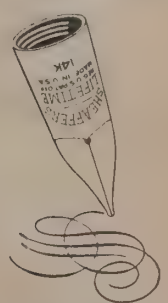
Estão agora os povos, e não apenas o brasileiro, encerrados na brutalidade de um dilema que corta em duas partes a humanidade inteira — nesta contingência miserável de escolher entre um dêstes dois destinos:

— ou o direito ao voto sem o direito à comida, solução que acaba sempre pela perda do direito ao voto, gostosamente cedido ao primeiro demagogo que se propõe encher a barriga do eleitor;

SHEAFFER'S "TRIUMPH" SENTINEL DELUXE:
Caneta:..... Cr$ 450,00
Lapiseira: .. Cr$ 150,00
Jogo:..... Cr$ 600,00

Em qualquer ocasião use sempre uma **SHEAFFER**

porque Sheaffer escreve melhor!



Examine detidamente uma caneta ou lapiseira "Triumph" SENTINEL DELUXE da SHEAFFER. Veja a sua perfeição; a beleza de jóia finamente trabalhada; o seu equilíbrio perfeito. Faça comparações. Escreva também com outras canetas e *fatalmente* comprará uma SHEAFFER... sentindo satisfação, em todas as ocasiões, pelo trabalho que ela realiza.
SHEAFFER escreve rápida, suave e silenciosamente. A lapiseira "Fineline", de ponta de manga que reduz as quebras das grafites, é vendida também isoladamente.

A pena SHEAFFER. Cilíndrica, com ponta de irídio e platina na ranhura. Tem maior quatidade de ouro de 14 k. que qualquer outra pena SHEAFFER é a melhor caneta que o seu dinheiro pode adquirir.

SHEAFFER'S

Representantes exclusivos no Brasil: M. AGOSTINI & CIA. LTDA.

Matriz e posto central de consertos: Av. Pres. Vargas, 502 - 11.º - RIO

— ou o direito de comer sem o direito de decidir, o que significa fatalmente entregar a pessoas estranhas à nossa casa o direito de fixar a hora das nossas refeições, dizer que pratos devemos e que outros não devemos comer — e até se devemos ficar em casa, e, mesmo, se temos realmente ainda algum direito de comer e de morar.

O dilema é falso. Só se apresenta para aquêles que não reconhecem a falsidade dos têrmos em que êle é formulado. E' necessário que os homens, principalmente os moços, se neguem a submeter-se a tamanha falsidade. Não se trata de escolher entre o capitalismo e o comunismo e sim de reconhecer que ambos conduzem aos mesmos fins, sendo que o comunismo, pelos piores meios. Há uma terceira solução, uma terceira saída para a crise do mundo moderno, para a crise do Brasil. Não é inventada por ninguém nem consiste numa solução miraculosa que, pelo seu simples enunciado, resolva todos os problemas. E' uma solução penosa, em pleno processo de elaboração, que há de sofrer os mais duros choques com a realidade, há de ser desprezada e vilipendiada, há de ser combatida e confundida, mas que se viver no coração dos homens há de ressurgir e se impor:

— a solução cooperativa, a solução que educa o cidadão à medida que o alimenta, e o alimenta melhor quanto mais êle se educa. A solução que se funda na civilização do consumidor e não na do dono do capital nem na de produtor unicamente, ambos considerados, afinal, no seu denominador comum — que é o consumo. O homem é, antes de tudo, consumidor. E' através dessa característica comum de todos os homens que se há de identificá-los e organizá-los para dar à sua vida em sociedade uma razão lógica, um ordenação sensata.

À luz dêsse entendimento, ver-se-á como é pueril discutir se o Estado deve ou não intervir; como as autarquias cedem o passo às cooperativas e o Estado se retrai às suas verdadeiras funções, sem a interferência desabalada nem a inepta inibição que constitui os dois máximos do seu alucinado movimento pendular em nossos dias.

Ver-se-á como é monstruoso indagar se devemos ser livres sem comer ou comer sem ser livres, porque então havemos de compreender que sem liberdade não comeremos e sem comer não seremos outra coisa senão escravos.

Está claro que não é fácil, não é simples como pedir, sem conseguir, a "renúncia de Dutra" ou conseguir, sem pedir, a cassação de mandatos. Mas, será mais simples viver sem o direito de trabalhar onde se quer, sem falar alto, sem criticar o que nos desagrada, sem saber se o nosso próprio filho não será o nosso espião?

Dar naturalidade à vida, restituir-lhe uma certa e perdida espontaneidade, sem a qual tôda alegria é impossível e todo amor se transforma em ódio e destruição, é sempre mais prático do que comprimir a vida entre artifícios. O natural de uma vida democrática é que o cidadão não seja apenas eleitor, porque antes de tudo, é criatura.

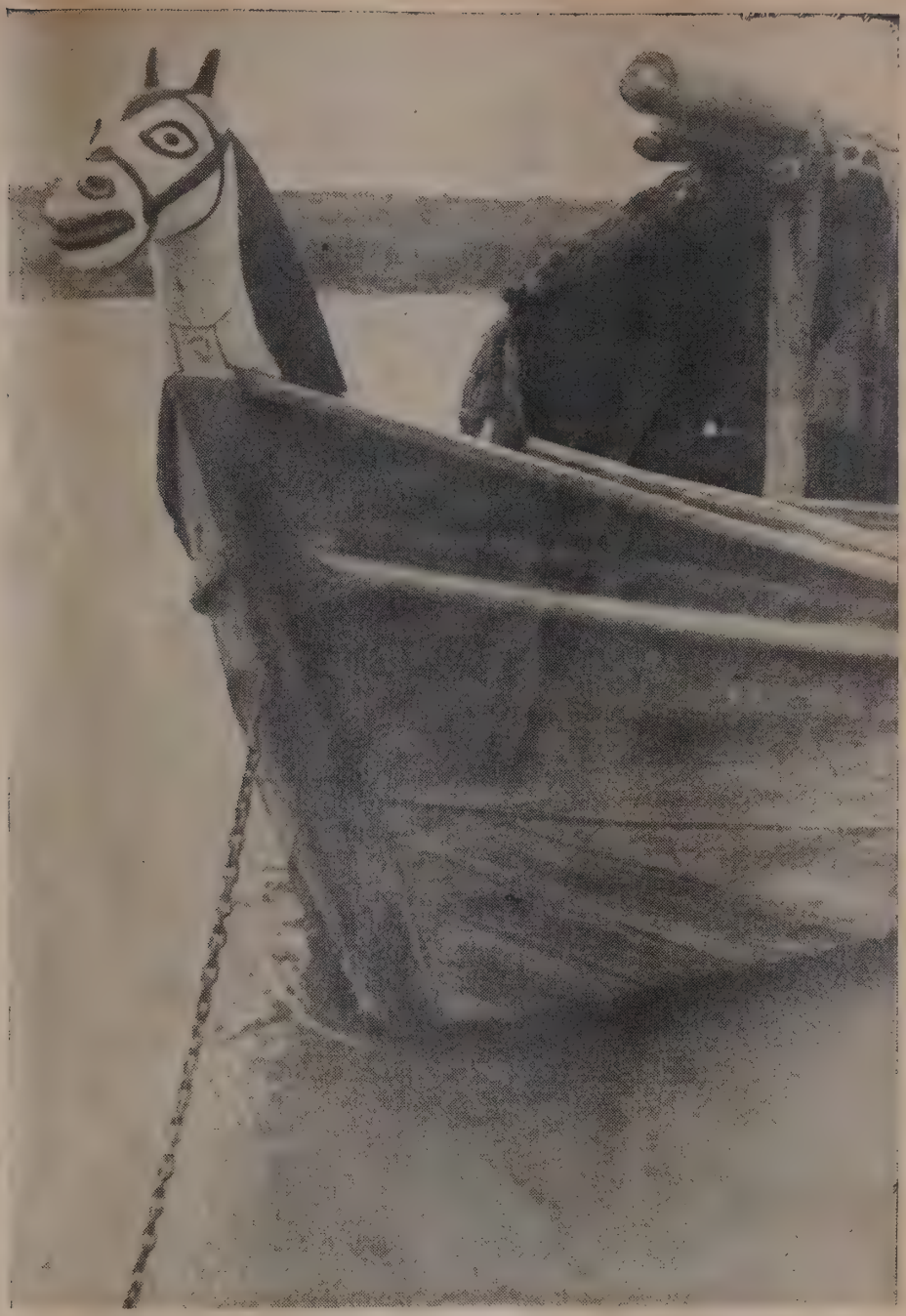
E' como criatura humana, simples, no entanto espantosa, múltipla, incessante criatura humana que êle deve ser considerado.

Só uma grande obra de amor pode libertar o mundo do ódio, assim como só um ato de confiança pode livrá-lo do jugo do temor. Obra de amor e confiança não há maior do que a cooperativa, que é um ato de fé na melhoria do homem e na sua capacidade de recuperação.

A organização cooperativa da democracia é o aproveitamento máximo das potencialidades da criatura humana. Da sua capacidade de produzir, de organizar, de querer, de pensar, de se divertir, de se educar, de amar, de prever, de recordar, — de, simplesmente, viver. Da soma útil de muitas criaturas, no bairro, no escritório, na fábrica, na paróquia, na escola, no clube, resulta a cooperativa. Da federação articulada de cooperativas, um novo sistema de vida social, donde uma concepção mais ampla da organização política, uma reabilitação dos conceitos jurídicos, renovados pelo sôpro de vida que então lhe vem do povo organizado, mobilizado, consciente.

O São Francisco

Ed. Duque Catão



Típico do São Francisco: figura totemica à prôa dos "paquetes".

ENTRE os grandes problemas nacionais: Siderurgia, Baixada Fluminense, Rio Doce, Amazônia, Paulo Afonso, etc., o São Francisco sempre mereceu lugar de destaque. Como qualquer dêles, periodicamente êle aflora à tona da opinião pública, e das preocupações governamentais com as galas de grande problema do dia. Mas não tarda a cair no ostracismo, até que outra onda o ponha em evidência novamente.

Agora estamos numa dessas ondas de opinião favorável, de técnicos e poderes públicos, e tudo faz crer que o grande problema vai mesmo ter solução.

Não obstante de nossa parte ainda continuamos meio cépticos. Porque achamos tão ciclópica a tarefa a enfrentar, diante da nossa lentidão burocrática e ausência de arrôjo administrativo, que não podemos deixar de ter outra atitude, senão essa de reservado entusiasmo.

A despeito do nosso cepticismo, entretanto, cumprimos o dever cívico de colaborar, com o nosso humilde grão de areia, nessa obra que deve ser de todos os brasileiros, num esfôrço uno, para melhor êxito.

Para isso, damos adiante as nossas modestas sugestões, na esperança de que elas possam contribuir de algum modo, em mínima parcela que seja, para solução dos múltiplos e comple-

O autor é um velho conhecedor do rio e seus problemas. Aqui mesmo, nas páginas de O OBSERVADOR, tem publicado o resultado de minudentes pesquisas sociais e econômicas. No presente artigo, relaciona uma série de providências capazes de levar o São Francisco a uma nova etapa de civilização.

Tempo de leitura: 15 minutos.

xos problemas técnico-econômicos do São Francisco.

Sempre tivemos uma doentia tendência para procrastinar as grandes soluções nacionais. Isso parece ter a sua causa, na exuberante e privilegiada natureza com que o Destino nos cumulou. Infelizmente, porém, uma tal Natureza nem sempre é um bem. Porque confere ao povo que a possui, quando não se trata de uma raça também privilegiada, — a desastrosa filosofia do "laiser-faire", que o impede de lutar com o vigor e a decisão daqueles que se vêem hostilizados por ela. Dentre êstes podemos citar a Holanda e o Egito. O primeiro, conquistando o mar do Norte e opondo-lhe diques que a engenharia de hoje tem de reconhecer como obras simplesmente gigantescas, mesmo se realizadas com todos os recursos da técnica moderna. E o segundo subjugando o rio Nilo na sua periódica fúria de destruição das suas populações marginais, que eram as de quase todo o Egito, visto que fora do vale do Nilo a vida era quase impraticável.

O Egito é um país semi-árido, ou mesmo desértico, em sua maior parte. Tôda a sua população vivi aglutinada ao longo do rio Nilo, única faixa de agricultura possível, assim mesmo só praticada na lama das terras inundáveis. Mas uma inundação no Egito, terra onde pouco chove, era fenômeno que a bem dizer só se verificava uma vez em cada década. E em consequência, a bíblica alternativa: dos sete anos das vacas gordas, ou sete anos das vacas magras. Ou em outras palavras: um período de fome e outro de relativa abastança.

Uma tal situação só poderia levar ao desaparecimento lento, mas inevitável do povo egípcio. Porque o Egito é o país do mundo mais pobre de bens naturais. Se se lhe tirassem o Nilo, ficaria apenas o deserto.

Daí a concepção genial e arrojada dos seus governos, desde os tempos faraonicos, de dominarem o Nilo, e fazerem normalmente, e de maneira racional, uma irrigação que a natureza só fazia periódica e muito irregularmente. Política nacional essa, que foi seguida por todos os seus governos, até os nossos dias.

As suas maiores obras hidráulicas foram realizadas até o século passado. Se tivermos em conta a inexistência absoluta de qualquer equipamento técnico até essa época, e considerarmos ainda que o Nilo é um dos seis maiores rios do mundo, é que poderemos fazer idéia exata do arrôjo das obras realizadas, e o que é pior; da nossa incapacidade de empreender no São Francisco obras idênticas, mesmo ajudados por uma soberba civilização técnica como a presente.

Com a circunstância de que para enfrentar êsse problema, já partimos da nossa própria experiência, em matéria de barragens para fins hidroelétricos no Sul, e de irrigação, no Nordeste; e da experiência de outros povos mais adiantados do que nós, inclusive do próprio Egito.

Se não nos falta no caso, capacidade técnica, é que nos falta então a exata concepção do aspecto utilitário: econômico e político — da valorização e aproveitamento do vale do São Francisco, infinitamente superior ao do Nilo. Êste, fora da sua faixa irrigável, é um deserto; e essa faixa em sua maior parte, está a mais de 2.000 quilômetros do mar; o que não se dá com o rio brasileiro, cujo ponto mais distante está a 1.000 quilômetros e é servido por diversas estradas de ferro nas suas duas extremidades, que conduzem ao Atlântico.

O Egito, no Nilo ou fora dêle, não tem nenhum produto natural base da civilização material contemporânea. E a bacia do São Francisco ao contrário, é de uma riqueza incalculável, sob todos os aspectos.

Para se ter uma exata idéia da pobreza natural do Nilo, basta dizer que o único combustível doméstico ao alcance das suas populações, é o estrume do seu gado e o palhiço das suas roças, combustível caro, como se vê, por ser também indispensável para adubação das suas terras irrigadas. E o material humano é o pior possível, do ponto de vista mental, infenso à qualquer evolução, pois é bastante saber que ainda hoje se vestem exatamente como há 2.000 anos atrás.

No entanto, os grandes empreendimentos irrigatórios no vale do Nilo conseguiram fazer dêle a terra mais povoada do mundo, com um índice demográfico superior ao da própria Bélgica. Aliás, com razão, pois o seu rendimento por hectare, de algodão, por exemplo, é 3 vêzes superior ao nosso; o de arroz: duas vêzes e mais, segundo Geraldo Rocha. E tudo o mais nessa proporção, apesar de explorarmos terras praticamente virgens.

Citamos êsse paralelo apenas, com o Nilo, não só, por ser o curso dágua dominado pela técnica no estrangeiro, que mais se assemelha ao nosso São Francisco; mas especialmente porque, sendo um dos maiores rios do mundo começou a ser enfrentado numa época recuada da história, até o século passado, por um pequeno povo, primitivo e destituído de quaisquer recursos técnicos e que, não obstante nêle construiu gigantescas obras de engenharia hidráulica, visando um fim econômico: da irrigação sistemática em grande escala. E com tal êxito, que significou a sobrevivência da nação egípcia, conferindo ainda ao seu povo um índice econômico "per capita" superior ao de muitos outros, inclusive o nosso.

Êsse paralelo fixa bem a nossa incapacidade de percepção objetiva do problema sanfranciscano, tendo em vista que somos um povo muito mais numeroso; mais culto; potencialmente mais rico, e temos diante de nós um rio sob ponto de vista técnico muito mais favorável, e com uma bacia hidrográfica prenhe de riquezas naturais de tôda espécie.

Os egípcios conceberam a idéia da irrigação artificial sob princípios científicos, praticamente no limiar da história. Para o caso do São Francisco, nós já partimos da experiência dêles; dos Estados Unidos; da Índia, do México e da nossa própria, nas obras de irrigação no Nordeste.

Estamos vivendo numa época em que a técnica multiplica centenas de vêzes o esfôrço físico de um trabalhador; na época dos monstros mecânicos e do cimento armado; dos inseticidas fulminantes e de mil maravilhas da ciência, coisas nem sequer sonhadas na época em que os faraós empreenderam a construção das primeiras barragens laterais do Nilo para submissão das suas enchentes.

Não há pois nenhuma razão plausível para não atacarmos desde já o problema do São Francisco. A única coisa que se poderia arguir, é que não temos recursos para isso. Mas a essa respondemos que os egípcios também não tinham. Construíram suas grandes obras, com o auxílio do trabalho compulsório dos seus jovens em idade militar. E essa fonte de trabalho que não é privilégio dêles, é inesgotável em qualquer grande nação.

Temos anualmente milhares de jovens que escapam ao sorteio, e que na época de guerra total em que vivemos, em que até as mulheres são chamadas ao serviço de guerra, não poderiam deixar de dar pelo menos um pouco de seu esfôrço, em empreendimentos que dizem respeito à defesa econômica e mesmo militar da

Pátria; pois a livre navegação do São Francisco e mesmo a produção econômica do seu vale irrigado vitais ao país em tempos de guerra, dependem das grandes obras de regularização do seu curso.

O que não padece dúvida, pois, é que não podemos deixar que a próxima guerra nos apanhe de novo, geograficamente bipartidos, um Brasil norte e um Brasil sul, impossibilitados de se comunicarem por via marítima e fluvial, com os maiores perigos e transtornos à defesa do país e à economia nacional.

Além do mais, é a nossa região plana, de agricultura mecanizável e irrigável em grande escala, mais próxima do litoral. E visto que daqui por diante só a agricultura científica, em bases de elevada técnica e acentuada mecanização poderá sobreviver, torna-se óbvio que teremos de dar início imediato ao completo aproveitamento econômico do portentoso vale do S. Francisco. Para cuja consecução sugeiríamos o seguinte programa, que abrange todo o médio São Francisco navegável, trechos: baiano e mineiro. Isso pela impossibilidade de separá-los, visto que como dissemos constituem um todo, sob qualquer dos seus aspectos: Sócio-econômico, administrativo, político e agro-geológico. Eis o

PROGRAMA

1 — Criação da Comissão de Planejamento do São Francisco, composta de dois terços de engenheiros civis e agrônomos, e um têrço de pioneiros do rio, residentes na região e nela empregando suas atividades profissionais e econômicas; — para estudo e delineamento do programa de melhoramentos a se executar naquele rio.

2 — Designação independente da Comissão acima, (para ganhar tempo) — de uma comissão de engenheiros com experiência na região, para início imediato dos estudos das duas primeiras barragens a se construir no São Francisco, uma em Pirapora e outra em Sobradinho.

3 — Fusão das emprêsas de navegação do São Francisco, visando a unificação de esforços de todos para um mesmo fim e melhor aparelhamento de seus estaleiros, de maneira a satisfazer às necessidades do rio e da região.

4 — Industrialização das oficinas das companhias de navegação, em Joazeiro e Pirapora. E instalação de uma terceira em Barra, de maneira a atender aos reparos e recondicionamento no próprio sertão, de tôda a sua frota autoviária, sem necessidade de ir ao litoral para isso. Equipando-as, se possível, com máquinas e mecânicos estrangeiros especialistas em reparo de automóveis.

Essas oficinas se dedicariam também à idealização de *novos tipos rústicos de cataventos,* com o aproveitamento de rolamentos velhos e sucata de automóveis, e construção dos mesmos em caráter industrial para vender por pouco mais do custo aos ribeirinhos; ensinando ainda aos que quisessem, a melhor maneira de improvisar um catavento para as suas necessidades, com os próprios materiais da região, como fazem os cearenses, o que certamente seria tarefa fácil e de grande alcance prático. Pois há séculos, sem qualquer recurso da técnica moderna, rústicos camponeses da Holanda e da Espanha, já construíam possantes moinhos de vento que ainda hoje satisfazem plenamente suas necessidades de fôrça motriz rural.

E não seria crível que em pleno século XX, não pudéssemos fazer o que outros já faziam em época tão remota.

5 — Instalação de 2 fábricas de cimento nas extremidades do trecho navegável, uma em Joazeiro e outra em Pirapora, ou outro ponto mais indicado pela presença da matéria prima, — não só para atenderem às obras hidráulicas a se realizarem no rio e seus afluentes, mas também para facilitarem o progresso material dos sertões de Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas, abastecíveis por ambas, e tributários da economia sanfranciscana.

6 — Aquisição de 5 dragas para melhoramento das condições de navegabilidade do São Francisco e seus afluentes.

7 — Aquisição de uma frota inicial de 20 barcaças de desembarque do esfôrço de guerra, (se se tornarem técnicamente aconselháveis para o rio), de calado inferior a um metro, a fim de facilitarem o tráfego na época das estiagens, e irem substituindo aos poucos o desumano e anacrônico esfôrço dos remeiros.

8 — Construção da ponte entre Joazeiro e Petrolina, ligando assim por via férrea o sul do Piauí ao pôrto de Salvador.

9 — Ligação do São Francisco ao Atlântico, por três costelas rodoviárias, em parte já programadas no Plano rodoviário.

a) — A primeira, em grande parte já existente, ligando o pôrto de Ilhéus ao da Lapa, no São Francisco, e futuramente prolongando-se aos portos de Barreiras, no Rio Grande e Natividade, no Tocantins, pondo assim em contacto rodoviário a bacia navegável dêste com a do São Francisco e o Atlântico.

b) — A segunda, (já construída pelo Estado da Bahia de Salvador até Ipirá); conclusão do trecho de Ipirá ao pôrto de Barra do Rio Grande e até Pôrto Nacional, no Tocantins.

c) — A terceira ligando Pirapora a Teófilo Otóni e Caravelas, no Atlântico, e futuramente prolongando-se até Paracatú e Goiânia.

Essas transversais rodoviárias sôbre o São Francisco são de baixo custo de construção e conservação por quilômetro porque com exceção de alguns trechos arenosos do vale do mesmo, atravessam regiões de baixo índice de chuvas, topografia pouco acidentada e sólo favorável.

Se possível, a construção de uma quarta transversal rodoviária, ligando Januária ao pôrto de Belmonte no Sul da Bahia, passando por Rio Pardo, e prolongando-se posteriormente até São José do Tocantins.

Essas quatro rodovias, serão indispensáveis ao escoamento da grande produção agrícola resultante da irrigação no médio São Francisco, e prestarão um inestimável serviço à marcha da nossa civilização econômica do litoral para o Brasil Central.

10 — Criação do Centro de Irrigação do São Francisco, com sede em Pirapora, e núcleos em São Romão, Januária, São Francisco, Lapa, Barra, Chique-Chique, Joazeiro, Barreiras, Correntina, Rio Prêto e Paracatú, para promover o ensino e a propagação da agricultura irrigada em tôda a bacia do rio, e fomentar contratos de cooperação para estabelecimentos irrigatórios com os proprietários ribeirinhos, financiados pelas nossas instituições de crédito agrícola e pelo Estado.

11 — Promover a organização de uma emprêsa construtora com capitais privados, ou mistos, nacionais e estrangeiros para execução de obras especializadas: barragens, canais e outras obras irrigatórias, financiadas pelo Govêrno e por particulares, a fim de facilitar, pela rapidez da construção mecanizada, a propagação dos empreendimento irrigatórios no São Francisco.

12 — Contrato com uma grande emprêsa americana ou inglesa, especializadas em obras de irrigação, para

exploração industrial da irrigação no São Francisco, com garantia de juros, por parte do Govêrno.

Semelhante contrato seria feito inicialmente só para um determinado trecho do rio, e em caso de êxito serviria de experiência para sua generalização, em maior área da bacia de irrigação do alto e médio São Francisco, além de servir também de escola para os nossos técnicos e capatazes, em hidráulica agrícola e agricultura irrigada.

13 — Promover a compra na Europa, ou a permuta com produtos do próprio São Francisco, juntamente com as barcaças de fundo chato, — de 1.000 grupos conjugados (locomóvel e bomba) à óleo Diesel — para venda a longo prazo aos proprietários do S. Francisco.

Semelhante partida, que parece grande, não o é, pois em fins do século passado quando a máquina a vapor estava praticamente na sua infância, ao menos nos países atrasados como o Egito, já havia nas margens do Nilo mais de 3.500 grupos a vapor, elevando água para irrigação. Com a circunstância de, que não possuindo aquêle país cobertura vegetal, abundante como no São Francisco, essas máquinas, segundo Geraldo Rocha, consumiam ainda, carvão inglês, transportado mais de 2.000 quilômetros rio acima para o interior da África.

14 — Criação de um serviço de 5 ESTAÇÕES agro-pecuárias no São Francisco, com sede em Pirapora; sendo uma nesta cidade, 1 em Januária, 1 em Barra do Rio Grande, 1 em Barreiras e outra em Joazeiro. Com estações de monta em Paracatú, São Romão, Carinhanha, Lapa, São Francisco, Rio Prêto e Rio Branco.

Essas Estações e Postos, visariam produção em grande escala para fornecimento gratuito, em tôda a bacia do São Francisco e seus afluentes, de mudas de plantas industriais e frutas tropicais de tôda espécie inclusive introdução de espécies exóticas; e também um serviço de monta e melhoramento do gado bovino, asinino, caprino e ovino de tôda a região, de acôrdo com as indicações técnicas, além da experimentação de novas espécies vegetais e animais, para enriquecimento da economia da região.

15 — Criação nas Estações Agro-Pecuárias, de um serviço especial visando a produção e propagação em larga escala, de mudas de Tamareira, Oiticica e Coqueiro, (de preferência ANÃO), procurando estimular e ajudar até financeira e diretamente, o início e a formação de plantações industriais principalmente das duas primeiras. Pois se essas providências fôssem tomadas, estamos certos de que num futuro próximo o vale do São Francisco estaria em condições de abastecer todos os mercados sul-americanos, não só de tâmaras mas também de óleo do oiticica e côco, isso porque o vale do mesmo, apresenta tôdas as condições ecológicas para a sua produção em grande escala. E ambos êsses produtos, principalmente a tâmara, poderia facilmente se tornar num dos primeiros produtos de exportação, não só da região, mas até mesmo do país, pois a tâmara, é um dos produtos de maior rendimento econômico por unidade de área.

A nosso ver, essas são as plantas cultivadas mais indicadas para o São Francisco, e estamos certos de que de futuro elas vão dominar por completo a sua paisagem.

16 — Criação de um Pôsto Experimental de Viticultura no São Francisco, ou restabelecimento do serviço outrora existente em Joazeiro, e que conseguiu introduzir mais de 150 variedades de uvas naquela região com grande êxito cultural. O referido serviço teria por fim seleconar as variedades que resistiram a êsse longo abandono e aclimatar novas espécies, para distribuição em tôdas as zonas calcáreas do S. Francisco, visando o enriquecimento dos seus pomares, ou eventualmente a produção industrial de "passas", como fonte econômica, e melhoria alimentar do sertanejo. Para isso o clima da região é excelente, como já ficou demonstrado em experimentos anteriores, por nós realizadas no Pôsto Agrícola de Queimadas.

17 — Criação de uma Estação Experimental de Plantas Têxteis numa das extremidades do trecho navegável visando:

a) — Estudar, selecionar e melhorar sob todos os aspectos as fibras têxteis nativas da região — inclusive a malva e o sizal.

b) — Introduzir novas espécies exóticas nacionais ou estrangeiras, incluindo as variedades de algodão de fibra longa, bem como a produção de caroço para fins forrageiros.

18 — Instalação de um Pôsto de Piscicultura em Pirapora ou Joazeiro, onde fôr mais indicado, com os seguintes encargos:

a) — Policiar a pesca na bacia do São Francisco e nas suas lagoas, de maneira a evitar a pesca predatória;

b) — Estudar tôdas as espécies piscícolas do São Francisco a fim de preservar e fomentar o aumento das mais indicadas;

c) — Introduzir e procurar povoar o rio e seus afluentes com novas espécies, da Amazônia e de outros rios nacionais e estrangeiros, inclusive de anfíbios úteis e econômicos, como as nossas grandes tartarugas fluviais, do Araguaia e do Amazonas; a lontra e etc., com o fim duplo de criar uma nova fonte de vida para os seus habitantes, promover a melhoria alimentar do sertanejo e o enriquecimento faunístico da região.

19 — Instalação de duas grandes usinas de óleos, para beneficiar tôda a produção das diversas oleaginosas da bacia do São Francisco e regiões subsidiárias, também preparadas para industriá-los no que se recomendar, não só para reter na região maiores lucros e fomentar o seu desenvolvimento, como também para evitar a saída dos seus resíduos necessários à restauração do seu solo e sobrevivência dos rebanhos, sob a forma de adubos e torta forrageira.

Mas a sua atividade mais importante, sem dúvida seria a hidrogenação dos óleos vegetais para fins alimentícios, a fim de suprir o grande "deficit" da gordura na economia alimentar sertaneja.

Uma vez que já existe uma indústria de óleos em Pirapora, esta deveria ser ampliada, visando êsses objetivos, e instalar-se-á então outra idêntica em Joazeiro, ou em Bonfim, no nordeste da Bahia.

20 — Envio de um grupo de 20 engenheiros civis e agrônomos, sob concurso, para estágio de especialização nas grandes obras de irrigação do Teenesse, nos Estados Unidos, do México e do Nilo, e se possível do Ganges, para aplicarem aqui não só a técnica da grande irrigação, mas também as peculiaridades de cada uma, aconselháveis ao São Francisco.

21 — Legislação imediata sôbre o direito de propriedade das terras irri-

gáveis, para evitar que a valorização resultante dificulte as desapropriações, e a ganância dos proprietários conduza à especulação nos casos de arrendamento e venda de terras irrigadas.

22 — Criação de ginásios, sendo 3 em Minas e 3 na Bahia com curso rural, anexo,, de frequência obrigatória, especializado em tarefas de irrigação.

23 — Criação de 2 escolas de artes e ofícios inclusive de mecânica agrícola; sendo uma em Pirapora, e outra em Joazeiro.

24 — Criação de 7 hospitais regionais com um mínimo de 100 leitos cada, sendo um em Pirapora; outro em Januária e outro em Paracatú, em Minas; e na Bahia: um na Lapa; um em Barra do Rio Grande, um em Barreiras e outro em Joazeiro. Criação também de um pôsto de Higiene com médico e enfermeiro em cada município ribeirinho, inclusive nos seus afluentes.

25 — Acôrdo com a Comissão Rockefeller, para uma campanha em grande escala, de saneamento e educação sanitária em geral, na bacia do São Francisco, empregando os equipamentos e a técnica usados pelo exército americano na Malásia.

O PROBLEMA SANITÁRIO

A sífilis, o impaludismo, a tuberculose e o analfabetismo, são as quatro maldades do Apocalípse sanfranciscano.

Muito de propósito colocamos a sífilis em primeiro lugar, porque é na verdade a maior desgraça da sua população, segundo a opinião abalizada de um médico da região, com a autoridade de uma existência profissional ali exercida. E não era preciso dizer. Qualquer leigo que bem conheça o São Francisco, há de ver na fisionomia de cada ribeirinho de baixa ou média condição social, os estigmas dêsse terrível mal, que não encontra a menor barreira na sua propagação, pela ausência de qualquer medida de polícia ou educação sanitária.

Alguém, também com autoridade, já colocou a tuberculose acima do impaludismo como fator de letalidade no São Francisco. O que é bem possível porque, além do livre contágio, e da absoluta ausência de sanatórios e meios de cura, ela conta ainda para a sua propagação, com a favorabilidade do clima e deficiência alimentar da população.

De qualquer forma entretanto, qualquer delas, de per si, constitui um inimigo implacável da população ribeirinha. E em ação conjunta, então, principalmente o impaludismo e a sífilis, não se poderia desejar melhor máquina de destruição orgânica e contrôle maltusiano de um povo.

Mas é fôrça reconhecer, que não é possível combater nenhum dêsses males com drogas e remédios vendidos a pêso de ouro para uma população de párias, que são exatamente as classes mais molestadas.

Daí, a nossa

SUGESTÃO: De que todos os produtos básicos da saúde e economia do povo, como por exemplo os remédios para essas três moléstias principais, o bisulfureto de carbono e outros insetícidas; ferramentas agrícolas, etc., deveriam ser monopólio do Estado. Ou pelo menos, fabricados por organizações oficiais, ou mesmo privadas, porém, sob contrôle em base de absoluta honestidade técnica e comercial.

Porque não é possível que uma população paupérrima como a do São Francisco, que ganha talvez menos do que um quarto do necessário para uma subsistência mínima condigna, ainda possa se curar adquirindo comprimidos de quinino por Cr$ 3,00, como tivemos oportunidade de comprar no seu comércio farmacêutico.

O Estado tem o dever de envidar os meios de proporcionar saúde a essas populações. Não o faz. E ainda permite que um comércio desonesto lhes explore a morte.

Voltando a nossa sugestão, o nosso ponto de vista é que o Govêrno deveria mandar, por uma comissão de médicos, escolher 3 ou 4 medicamentos dos mais eficientes para cada uma dessas três moléstias; adquirir as respectivas marcas e mandar prepará-los em grande escala por uma das indústrias incorporadas: a Bayer por exemplo. Para venda pelo custo às nossas populações pobres do interior. Além de uma taxa de amortização, a título de estímulo, a administração teria 5 por cento, de gratificação; e o comércio distribuidor mais 10 por cento sôbre o preço de custo. E as drogas, honestamente fabricadas, chegariam assim em razoáveis condições de preço ao pobre consumidor.

MÃO DE OBRA

A maior dificuldade para execução dêsse programa no São Francisco, reside na ausência de recursos financeiros. Ora, seguramente 50 por cento das despesas correrão por conta da mão de obra. E esta custará muito pouco ao Govêrno, se o mesmo quiser resolvê-la dentro de conceitos que nem sequer chegam a ser revolucionários, porque já estão definitivamente aceitos e incorporados à concepção do Estado moderno, mesmo os de índole tradicionalmente liberal, como a Inglaterra, que já chegou ao recrutamento de homens e mulheres para tarefas econômicas de interêsse nacional, e ainda agora acaba de decretar a desocupação, crime passível de prisão.

Estamos numa era de guerra total. Em que até mulheres e crianças são chamadas ao serviço ativo, não só na retaguarda e frente econômica, se confundem em importância militar; visto que daqui por diante, a derrota de uma nação começará exatamente pela sua frente civil.

A segurança de um povo hoje tornou-se função precípua de sua solidez econômica. E, sendo esta feita com grande antecipação, na paz e não na guerra, conclui-se que os empreendimentos pacíficos de caráter econômico, nada mais são do que batalhas ganhas antecipadamente, com suor apenas, sem derrame de sangue e lágrimas.

Indizíveis sofrimentos e imensuráveis sacrifícios de vida serão poupados na guerra, aos povos que deram às suas campanhas de paz, apenas 10 por cento dos seus esforços de guerra.

E partindo dêsse critério, o que vamos sugerir está perfeitamente de acôrdo com o bom senso e a realidade nacional e contemporânea.

Milhares de jovens em idade militar, anualmente deixam de prestar serviço, seja: por não terem sido sorteados ou por falta de "claros" nas fileiras.

E se, na era atômica e de guerra total em que vivemos, os objetivos civis passaram a ser objetivos de guerra, correspondentemente, as obras públicas e trabalhos econômicos devem passar também, à categoria de tarefas militares.

Sendo assim, nada mais lógico, natural, imperativo mesmo, que êsse de-

saproveitado exército de jovens, preste o seu serviço militar, em verdadeiros trabalhos de guerra: Construções de barragem; abertura de estradas; de canais, pontes, etc. Quando não, pelo menos os filhos da própria região a ser beneficiada, onde êles têm parentes, e bens materiais a se valorizar. Isso se se quiser dar ao assunto um tratamento regionalista e não nacional, como deve ser.

Como se instituiu o curso primário rápido, de 2 anos apenas, para generalizar a alfabetização, assim poderia se instituir também o ensino "semi-militar" em que os nossos jovens não convocados ou não sorteados, dessem à Nação a metade do tempo regulamentar da tarimba. Num programa que poderia ser dividido em 6 horas diárias de trabalho físico e 2 horas diárias de instrução militar, de feitio essencialmente objetivo.

Semelhante curso com o auxílio de métodos modernos e especialmente do cinema educativo, seria de maior eficiência que o antigo, e de grande alcance, para a eventual defesa do país. Tanto mais, se se tiver em conta que os jovens a êle submetidos estavam isentos da prestação do serviço militar.

Quem conhece nossa mocidade, no interior, sabe que ela geralmente vive à custa dos pais até os 20 anos ou mais; não estuda e não tem emprêgo regular; desperdiçando o seu tempo, comumente, no futebol e na vadiagem diurna e noturna, característica das nossas pequenas cidades.

De sorte que além do rendimento econômico dêsse serviço obrigatório para militar, só por si bastante para justificá-lo, haveria ainda o saldo de um inestimável trabalho educativo e de disciplinamento da mocidade condenada a todos os inconvenientes e um desenvolvimento ao Deus dará, sem nenhum acidente sério na vida, capaz de pô-la em contato com as duas realidades do mundo em que vivemos.

Com isso, a Nação teria resolvido o seu problema de mão de obra para os seus grandes empreendimentos econômicos na paz, estruturando sua economia para os dias piores.

E sem o desastroso inconveniente dessa "inflação' de mão de obra urbana, que tanto contribuiu para o êxodo dos nossos campos e encarecimento do custo da vida. Se Volta Redonda e outras obras públicas que mais provocaram a corrida de salários, tivessem sido construídas sob êsse regime, não teríamos conhecido tamanha crise de braço rural, de consequências ainda imprevisíveis para a economia e o futuro do país.

São êsses a nosso ver, os pontos salientes de qualquer programa visando o desenvolvimento econômico do médio São Francisco; aliás já anteriormente por nós delineados em pequena colaboração, para legisladores interessados no estudo do problema sanfranciscano. Com o que, esperamos ter contribuído com o nosso anônimo grão de areia na realização dêsse grande e patriótico empreendimento de interêsse nacional.

AOS NOSSOS ASSINANTES

EM virtude do aumento considerável da venda do "O OBSERVADOR" cujas edições veem sendo rapidamente esgotadas, recomendamos aos nossos assinantes que nos encaminhem suas reclamações sôbre exemplares não recebidos, nesta Capital até o dia 30 do mês seguinte e nos Estados dentro de 60 dias depois da circulação da Revista.

Pelas causas apontadas, não podemos aceitar a responsabilidade sôbre a entrega dos exemplares que, extraviados, não nos forem reclamados dentro dos prazos acima estipulados.

Símbolo de eficiência da técnica

RADIOFÔNICA

A INDÚSTRIA RADIOFÔNICA, desde os rádios de galena, até os nossos dias, evoluiu e continua evoluindo sem cessar. Longas pesquisas deram lugar a novos aperfeiçoamentos e novas descobertas, tudo produto de especialização técnica, árdua e trabalhosa. Assumpção S.A. contribuiu sensivelmente para a melhoria técnica da indústria de rádio. Em seus laboratórios e oficinas, cada pôsto está a cargo de um técnico que responde pela eficiência do seu trabalho. A rigorosa qualidade do material empregado, o profundo conhecimento dos montadores e o cuidadoso escrúpulo dos testes preliminares e finais, são testemunhados pela contra-marca ASA, caracterizando todos os receptores de sua fabricação.

ASSUMPÇÃO S. A. *RESPONDE PELO QUE VENDE*

RUA RODOLFO MIRANDA, 76 * CAIXA POSTAL 2025 * SÃO PAULO

! PANAM — Casa de Amigo

A COLHEITA

1950-An

José Ribeiro

E' ALI no Rio Grande do Sul que o lavrador de arroz brasileiro obtem maior rendimento de seu trabalho. De norte a sul do país deparamos arrozais mais ou menos extensos. Em alguns Estados, há terras em que o rendimento não vai além de meia tonelada por hectare. O lavrador paraense, por exemplo, não colhe mais de 850 quilos em média.

Entretanto, às margens das lagoas, dos rios, dos açudes e arroios sul-riograndenses o homem que planta arroz alcança em média três seguras toneladas por hectare. E há trechos largos de solo onde é comum atingir a colheita quatro mil toneladas; e onde a terra é mais pobre sempre se arranja uma e meia tonelada, em cem metros quadrados. As terras fracas para arroz no Rio Grande do Sul representam apenas 4,8%, ao passo que as boas se estendem na proporção de 26,1% e as médias na de 34,1%. Mas, existem também as terras férteis que abrangem nada menos de 24,6 por cento e ainda as muito férteis — aquelas de Alegrete, de Cachoeira, de Uruguaiana, de São Borja, de Santa Maria, de Caçapava e vários outros municípios as quais cobrem 9,5% do total das terras gaúchas escolhidas para a rizicultura.

A olhos vistos, cresce o rendimento das lavouras com a aplicação de métodos modernos de preparo do terreno. A safra de 1942-43 sôbre uma área de 179 hectares, aproximadamente, somou 281 mil toneladas de arroz em bruto. Mas a safra de 1946-47 sôbre uma área de 212 hectares alcançou 559 mil toneladas. Aumentou o rendimento em cêrca de 68 por cento. O gaúcho planta vários tipos de arroz, mas 77 por cento da safra de 1946-47 foi representada por êsse grãozinho curto e largo que se denomina *japonês*. A participação do *agulha* não alcançou mais de 3 por cnto e o *blue-rose* 20 por cento. Os demais tipos têm comercialmente papel insignificante no conjunto da produção.

O IRGA E OS SEUS FUNDAMENTOS

O Instituto Rio Grandense do Arroz foi criado para estimular o desenvolvimento da lavoura dêsse cereal. Segundo seus Estatutos, êle deve "promover a defesa da lavoura rizícola do Estado, a começar nos centros de produção e a terminar nos mercados internos e externos, mediante adoção de todos os meios práticos, destinados a melhorar e baratear o custo da produção e regularizar o seu comércio, harmonizando os interêsses da produção, do comércio e do consumo".

Para que o IRGA realizasse, com efeito, o seu papel em proveito dos lavradores de arroz estabeleceu-se que caberia a sua direção a produtores selecionados, mas produtores eleitos pelos plantadores locais e um re-

O GRÃO

rágico Para o Arroz

presentante do Banco do Rio Grande do Sul. Como tôda experiência de capitalismo dirigido, o IRGA devia suprimir as crises na lavoura e no comércio de arroz nos limites do Estado, determinando "medidas no sentido de estabelecer o equilíbrio entre a produção e consumo".

O aparelho econômico criado para estimular o capitalismo no setor agrícola do arroz teria, todavia, de substituir o princípio capitalista de livre concorrência pelo princípio socialista de produção planificada. Sem o que seria impossível o equilíbrio exigido pelos Estatutos. Essa contradição de nascença é responsável, sem dúvida, pelo abandono da rigidez das bases teóricas do IRGA, cuja atuação por isso mesmo desperta descontentamentos.

Mas, como na prática, procede o Instituto? E' o que iremos ver agora.

A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO DE ARROZ

A safra de 1946-47, por exemplo, alcançou cêrca de 559 mil toneladas de arroz em bruto. Dêsse volume, são reservadas 42 mil toneladas para as semeaduras. O restante, depois de beneficiado, soma no mínimo 352.000 toneladas. A população do Estado consome dos demais Estados 120 mil toneladas. Restam para a exportação 184.200 toneladas, ou sejam 3.070.000 sacos de sessenta quilos. O Instituto deixa livre a venda do produto para o mercado interno. Seu contrôle se exerce, vigorosamente, é sôbre o comércio externo, que ocupa a maior parte da atividade de sua direção.

A tal ponto o IRGA intervém no comércio externo do arroz que surgem contra êle a acusação de haver se afastado de suas funções estatutárias: a de defesa da produção e a de regulador do comércio.

Realmente, há razão da parte dos que reclamam. O IRGA só garante um preço mínimo ao produto que vai ser exportado. Não lhe interessa o arroz destinado ao consumo no mercado interno, ficando grande massa de lavradores completamente abandonada. Seu produto terá o preço que lhe quiserem pagar os engenhos beneficiadores. Nota-se no tocante ao aparelho destinado a promover a defesa da lavoura rizícola do Estado a mais alarmante indiferença sôbre o problema, que atinge sobretudo o pequeno produtor.

Talvez não tenha a direção do Instituto tempo de sobra para pôr em dia os seus deveres relativamente à lavoura. Feito para suprimir as crises, depara-se no momento com a mais séria delas. Da safra de 1946-47, acham-se estocadas ainda nos armazéns gaúchos cêrca de 1.500.000 sacos dos 3.070.000 destinados à exportação. A solução dêsse problema enche, de certo, a cabeça dos dirigentes do IRGA. A demora no escoamento daqueles dois e meio milhões de sacos de arroz não constitui só um entrave para o desenvolvimento dos negócios do IRGA mas para tôda a lavoura rizícola do Estado. O sucesso dos negócios do IRGA não reflete diretamente sôbre os plantadores, mas o insucesso tem sôbre êles a mais dramática repercussão.

A teoria da economia dirigida, capaz de suprimir as crises, está no caso prosaico do arroz sul-riograndense passando por uma dolorosa prova de fogo, arriscando-se essa flor do "socialismo precoce" que é o IRGA a queimar as suas pétalas.

O IRGA NEGA SUA TAREFA ESTATUTÁRIA

As estatísticas do IRGA revelam que existem no Rio Grande do Sul nada menos de 7.012 lavouras de arroz. O número de pequenas lavouras sobe a 4.711 e o das grandes fica em 2.301. Compreendem-se, aí, por pequena lavoura aquelas que abrangem até nove hectares Mas entre estas contam-se 1.774 que atingem apenas dois hectares a 1.244 que não vão além de três hectares. Ao passo que entre as grandes notam-se 548 de mais de 100 hectares, sendo vinte e oito acima de 500 hectares e dez acima de mil hectares.

E' comum na agricultura do Rio Grande do Sul o arrendamento da terra. Aproximadamente 58 por cento das lavouras de arroz ali se estendem através de terras arrendadas. O grande proprietário exige pela terra virgem um aluguel quase sempre muito alto. E' sabido que historicamente o grande senhor de terra aproveita a condição do pequeno lavrador tão in-

timamente ligado ao campo para explorá-lo. Pelas margens das lagoas e dos açudes gaúchos há terrenos alugados até a cinco vêzes o seu valor real.

Além disso, o lavoreiro, ao alugar a terra por três ou quatro anos, terá de fazer por sua conta tôdas as melhorias. A irrigação e a drenagem, o beneficiamento do terreno para a lavoura do arroz, representam obras que, vencido o prazo do aluguel, irá entregar de mão beijada ao proprietário, ou se submeter a um arrendamento mais elevado. O IRGA não intervém na hipótese para amolecer o coração do latifundiário, para cumprir, em suma, a sua missão de estimulador do desenvolvimento do capitalismo na lavoura rizícola. Êle deixa que a tragédia do pequeno lavrador corra por conta das contradições históricas do capitalismo no campo. E começa assim a negar sua tarefa estatutária de promover a defesa da lavoura rizícola do Estado. Depois, abandona os lavoreiros aos apetites dos donos de engenhos beneficiadores de arroz.

O PREÇO MÍNIMO E O FINANCIAMENTO

Só interessa ao IRGA o arroz destinado à exportação. Assim, só para êsse garante o preço mínimo, considerado um estímulo à produção, isto é, para que se produza mais, haja sobras para o mercado exterior.

Acontece que, realmente estimulado pelo preço mínimo, lançaram-se à exploração agrícola do arroz aventureiros de tôda espécie, muitos sem qualquer conhecimento técnico ou rotina da lavoura. Elementos mecânicos e humanos foram, então, utilizados tumultuariamente, sem qualquer disciplina econômica. Disto, resultaram o encarecimento da terra e do material agrícola em geral. E, como última consequência, assistimos ao fracasso de determinadas lavouras, encarecendo pela redução da safra o custo da produção.

Por sua vez, o Banco do Brasil tem financiado grande parte da produção, mas só aquela que lhe parece saudável. E' sabido que dinheiro só se empresta para investimentos sôbre cujas possibilidades de lucros não haja dúvida nenhuma. O banco recebe seus depósitos para emprestá-los com juros certos. Não pode, se é banco sério, meter-se em aventuras. A pequena lavoura é, de certo modo, uma aventura. Os cofres dos bancos não se abrem para elas. Há grandes lavouras, organizadas tecnicamente, utilizando máquinas modernas e cujos rendimentos são os mais altos. Para elas, de certo, há financiamento do banco. O IRGA não intervem no problema, não garante pelo pequeno lavoureiro, entrega-o à sua sorte economicamente tão precária.

O COMÉRCIO EXTERIOR NAS MÃOS DO IRGA

O IRGA tem o seu problema próprio: o arroz para a exportação. O preço mínimo, pago por intermédio dos engenhos é de 75 cruzeiros por saca do produto com casca. Os engenhos são particulares. O IRGA, através de seu serviço de estatística, faz a estimativa da safra. Separa as quotas para a semeadura, para o consumo interno e para a exportação. A quota geral de exportação, adquirida pelo IRGA aos engenhos, é depois distribuída às vinte e nove firmas comerciais, às quais permite o Instituto exportar e às quais distribui êle próprio, para contrôle, os sacos vazios.

A safra de 1946-47 permitiu uma exportação superior a três mil sacos. O IRGA distribuiu também mais de três mil sacos com as firmas exportadoras, uma dúzia das quais possuem aliás engenhos próprios. O Instituto, por sua vez, também é proprietário de alguns engenhos. Existem firmas como a Arrozeira Brasileira S/A ou a Brasilarroz Ltda., às quais é autorizado um volume de exportação, para cada uma, superior a 200 mil sacos. As menores exportam entre 20 a 15 mil sacos. Das vinte e nove firmas exportadoras de arroz sul-riograndense, quinze exportam acima de 100 mil sacos cada uma. Todavia, mais da metade do volume destinado aos mercados externos é negociado apenas por dez grandes firmas. Não há critério certo para a distribuição de quotas. O IRGA é quem dita. Tem assim todo o comércio exterior enfeixado em suas mãos. Desde que todo o excedente exportável fica automaticamente em poder do Instituto, nenhuma firma poderá fazer negócio com o exterior sem sua autorização.

UMA INSATISFAÇÃO CRÔNICA EM FACE DO CARTEL

Essa situação de cartel géra uma insatisfação crônica entre os próprios comerciantes de arroz. Certa vez, tendo de opinar sôbre o problema, o Sr. Moisés Velinho tentou um inquérito. Lutou, porém, com a maior dificuldade para obter o pronunciamento dos interessados.

Reina, com efeito, no Rio Grande do Sul, um verdadeiro pavor em face do poder que tem o IRGA de aniquilar economicamente qualquer reclamante. Diz o Sr. Velinho: "Só desabafam às escondidas e, assim mesmo, mediante a garantia de que seus nomes jamais serão revelados". O produtor teme que o IRGA lhe barre o crédito no banco. O industrial receia que o IRGA deixe de contemplá-lo na distribuição de arroz para beneficiamento. O exportador tem mêdo de vir a ser eliminado da lista dos que podem exportar.

E' o mesmo Sr. Moisés Velinho que narra êste episódio: Em março e abril de 1942, realizaram-se na Associação Comercial de Pôrto Alegre diversas reuniões para a elaboração de um memorial sôbre o IRGA. "As sessões tiveram de ser rigorosamente secretas, e para que todos ousassem pensar em voz alta foi preciso que assinassem do próprio punho o compromisso de honra de que uns não denunciariam jamais a presença dos outros". Daí a conclusão a que chegou o Sr. Velinho de que o IRGA havia saltado dos trilhos, afastando-se vertiginosamente de suas finalidades estatutárias.

O MAIS CARO ARROZ DO MUNDO

Há quem afirme que o arroz sul-riograndense é o mais caro do mundo. Sendo, entretanto, as terras gaúchas as mais férteis do Brasil para a rizicultura, devemos desconfiar de que qualquer coisa de errado existe na orientação desta lavoura que cabe, fundamentalmente, ao IRGA.

A estimativa de custo de produção para uma quadra de arroz (132 metros quadrados) feita pelo Instituto soma 6.976 cruzeiros. O arrendamento por quadra varia entre 403 cruzeiros em Osório onde as terras são médias, boas e mesmo férteis, e 1.322 cruzeiros em Guaíba, onde as terras são em maior proporção boas. Entretanto, em média, o custo da quadra no Estado atinge 896 cruzeiros.

Para alcançar aquela cifra de quase sete mil cruzeiros, muita despesa terá que fazer o lavoureiro. A lavração, discagem e plantação, taipas e remontes, canais e condutos, adubos e distribuição, sementes, esgotos, irrigação corte e emedação, transporte para

trilhiera, trilha, transporte para o secador e secagem, tudo isto que representa despesa propriamente da lavoura soma 4.010 cruzeiros. Os restantes 43 por cento para completar o total são gastos em sua maior parte com impostos, juros, seguros, combate às pragas, tributos diversos, etc.

Se a média de produção por quadra é de 94 sacos de cinquenta quilos de arroz com casca que, na melhor das hipóteses, os engenhos pagam à razão de 75 cruzeiros, o lavoureiro poderá receber pela sua colheita 7.050 cruzeiros, ou seja apenas 74 cruzeiros por quadra a mais do que investiu, com os quais deve se pagar de sua atividade. Essa é, com mais ou menos exatidão, a situação do pequeno lavoureiro. Para os donos das grandes lavouras, a coisa é outra, desde que diminuem sensivelmente as despesas gerais para qualquer emprêsa de maior amplitude.

VANTAGENS E DESVANTAGENS DO ACÔRDO

O arroz japonês representou na safra de 1946-47 nada menos de 77 por cento do total. Êsse fenômeno é uma consequência dos acordos comerciais do período da guerra. O arroz sul-riograndense sempre foi recebido no exterior como excelente. O tipo japonês gaúcho concorria no mercado internacional com o egípcio e o italiano. Mas havia também o tipo blue-rose que concorria com o americano e o espanhol. Ambos êsses tipos conseguiram fama nos mercados do Velho Mundo, mas sobretudo o grão nem muito curto nem muito estreito do blue-rose. Os consumidores europeus gostavam cada vez mais do arroz agúcho. Pena é que a nossa produção fôsse pequena, antes da guerra, para atender à procura do produto nos mercados externos.

O acôrdo anglo-brasileiro teve a virtude de possibilitar o aumento da produção. Êle foi feito num momento de crise para o arroz do Rio Grande do Sul. Porque, com a guerra, havia o produto gaúcho perdido os mercados europeus. Os mercados platinos que absorviam dêle grande volume, tinham, por sua vez, atingido a autosuficiência. Os excedentes de arroz enchiam os armazéns do Estado. O acôrdo, com efeito, veio salvar a situação. A partir de 1942 o produto gaúcho passou a ter colocação segura. As circunstâncias do conflito levaram a Inglaterra, associada aos Estados Unidos, a lavrar um tratado pelo qual se obrigaria a absorver os excessos da produção rizícola do Brasil. Trouxe o acôrdo, concretamente, os benefícios de um preço no momento remunerador, ao mesmo tempo que colocação certa, condições a que nenhum outro país poderia naquele tempo sujeitar-se. Entretanto, o produto ficou à mercê de um único comprador. A Inglaterra destinou todo o nosso arroz aos mercados do Extremo Oriente. Praticamente afastou-o de seus mercados normais. Compreendia-se isto durante a guerra. Mas depois?

EM FACE DE 1950

Nas condições da guerra, só interessava aos ingleses o volume. De modo que o tipo japonês passou a predominar nas lavouras sul-riograndenses. Na safra de 1946-47 o blue-rose, para o qual há um prêmio na exportação, dada a sua superior qualidade, representou apenas 30 por cento do total. De certo, não se ia adquirir arroz premiado para povos famintos. Os compradores não queriam saber de qualidade, mas apenas de quantidade. Desviado durante anos dos mercados europeus, é natural que atualmente os tipos gaúchos hajam ficado esquecidos. O milhão e meio de sacos excedentes que enchem os armazéns do Rio Grande do Sul não contém arroz para concorrência. Não há um grão de blue-rose. E' o curto e largo japonês, o mata fome da guerra, para o qual até hoje o IRGA não encontrou solução razoável.

Todos mais ou menos sabem que, até 1950, a situação mundial do arroz estará resolvida. Os fornecimentos mundiais estão normalizados. Que tem feito o IRGA para, naquele ano, o arroz gaúcho não se deparar envolvido, outra vez, nas dificuldades da crise em que se encontrava antes do acôrdo com os anglo-americanos?

A época das vantagens reais do acôrdo já passou. De 1943 a 1946, tudo correu no melhor dos mundos. Com a garantia de preço e mercado, as safras pularam de cinco milhões de sacos em 1942-43 para 11 milhões em 1946-47. O IRGA acumulou as vantagens de tamanho sucesso. Mas, agora êle terá que agir é em face das condições dos mercados daqui a dois anos — condições bem diferentes das de dois anos passados. E agir sem aventurismo.

A HORA DO INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO ARROZ

Não resta dúvida que agora mais do que nunca o Instituto é uma necessidade. Mas é preciso, não há dúvida, mudar de rumo. Terá que voltar

Via "ALL AMERICA"

SANTOS

Rua 15 de Novembro, 141

Tels. 5502, 5561, 6852

ALL AMERICA CABLES AND RADIO

SAO PAULO

Rua da Quitanda, 100

Tel. 33116 (5 linhas)

RIO DE JANEIRO

RUA DO ROSÁRIO, 118 — Tel. 23-1700 (8 linhas)

Para rapidez, segurança e sigilo no serviço telegráfico para todas as partes do mundo, mande seus telegramas "Via All America"

All America Cables and Radio, Inc.

aos eixos estatutários, do contrário tudo estará perdido. Vivemos uma época de pesquisas, de debates, de ajustamentos, o que, de certo, favorecerá uma solução para o Instituto. O ambiente de chumbo em que decorreram as misteriosas reuniões da Associação Comercial em 1942 não pode reinar em nossos dias. Podem e devem pensar todos em voz alta, falar, discutir, resolver democraticamente.

Qual é a razão de ser do Instituto? Promover a defesa da lavoura, a começar nos centros de produção e a terminar nos mercados internos e externos, harmonizando interêsses da produção, do comércio e do consumo. O interêsse da produção envolve uma série de problemas, desde o preço da terra, os métodos de trabalho, os impostos até os transportes, normalização dos mercados e o preço do produto. O interêsse do comércio envolve outros problemas a começar pela qualidade e quantidade do produto até a liberdade de suas atividades, quer interna, quer externamente. O interêsse do consumo não se resume na existência do produto no mercado, diz respeito também à qualidade e ao preço. E' claro que, pelos estatutos, o Instituto teria que cuidar de tudo isto. E somente assim se justificaria a sua existência.

O IRGA viveu os anos de guerra e imediato após-guerra empolgado pelo sucesso dos grandes negócios. Chegamos, entretanto, à hora em que só é possível marchar de cabeça fria. O Instituto terá que olhar, agora, muito profundamente para os mercados internos para atender, talvez, às deficiências dos demais Estados. Talvez, seja oportuno dar já a maior atenção à questão de como transformar o IRGA num Instituto Nacional de Defesa do Arroz.

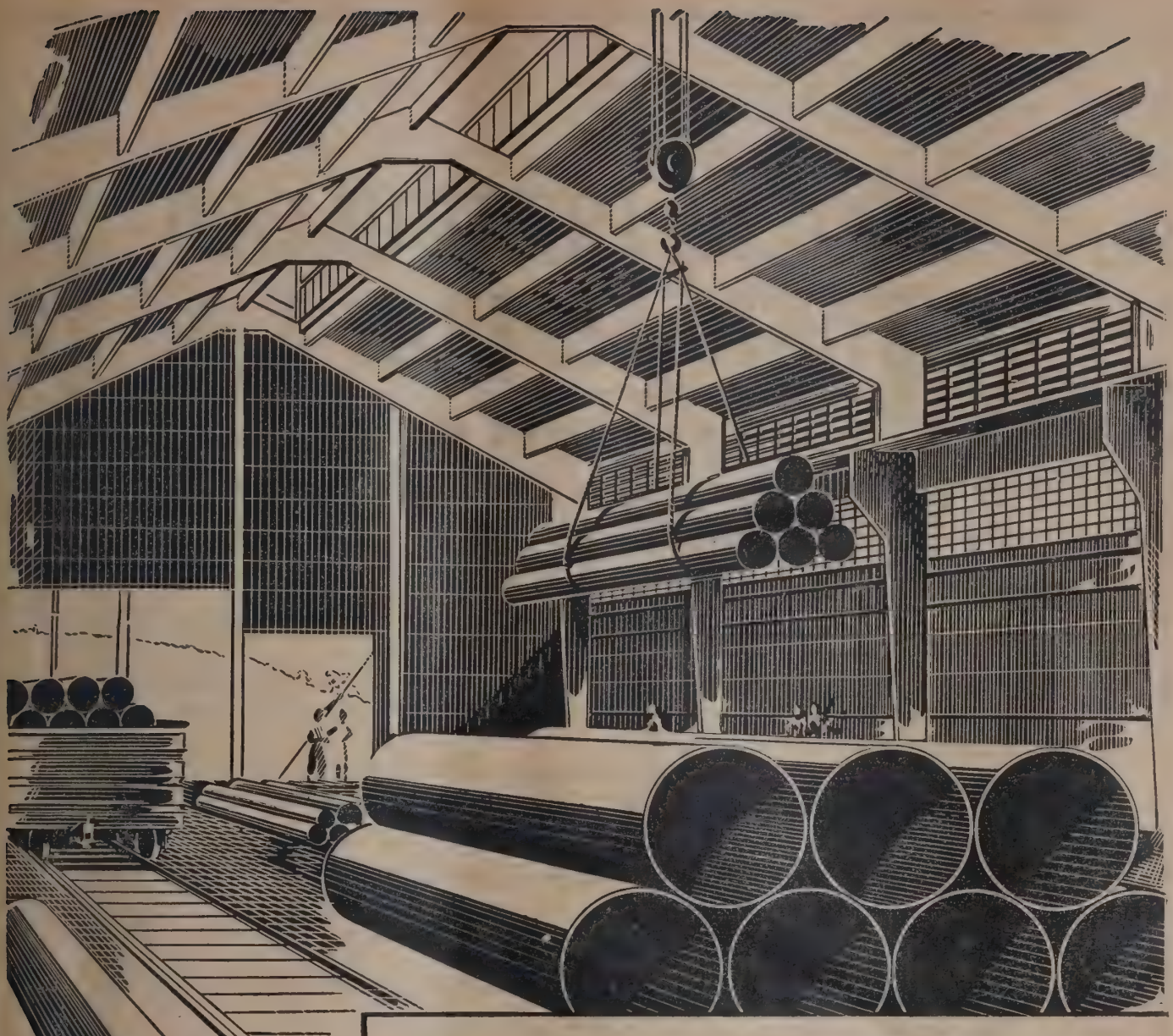
As possibilidades da lavoura de arroz em São Paulo são também enormes. Em Minas Gerais idem. A produção de Goiás ultrapassa 250 mil toneladas. E' apreciável o volume de produção do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, sem falar nas possibilidades da baixada, do Maranhão, de Mato Grosso e do Pará. Em todos os demais Estados planta-se em maior ou menor quantidade êsse cereal. O Instituto Nacional de Defesa do Arroz justifica-se para melhorar, efetivamente, as condições das lavouras, introduzir nelas os métodos modernos, aumentar o rendimento e elevar o padrão econômico dos pequenos lavradores. A experiência sul-riograndense não deve ser perdida. Ali obteve-se um rendimento maior através da técnica e da ciência. O mesmo poderá ser feito dos demais Estados produtores de arroz. Mas isto só será possível através de um órgão nacional de defesa, não em moldes ditatoriais, mas democráticos, em que a palavra do autêntico lavrador possa ser ouvida para que o seu interêsse possa ter defesa real. E' por aí que o govêrno deve se orientar para enfrentar a perspectiva do ano de 1950. O Instituto Nacional de Defesa do Arroz parece, agora como nunca, uma necessidade premente.

The
FIRST NATIONAL
BANK *of* BOSTON
Fundado em 1784

Depósitos, Cauções, Descontos, Cambio, Cobranças, Cartas de Crédito para Importação, Guarda de Valores, Cofres de aluguel e todos os demais serviços bancarios.

•

Avenida Rio Branco, 18
Telefone 23-2191
Rio de Janeiro



NOVA INDÚSTRIA

para o progresso do Brasil

Afim de atender às crescentes necessidades que o rápido desenvolvimento do Brasil exige, será posta brevemente em funcionamento pela ARMCO Industrial e Comercial S/A uma moderna fábrica de *tubos de aço soldados*, segundo a mais moderna técnica norte-americana

Pondo à disposição do mercado *tubos de aço soldados*, de diâmetros até 1,80 m para tubulações, irrigação, "penstocks" e estaqueamentos, a ARMCO Industrial e Comercial S/A vem cooperar activamente para o progresso do Brasil

Std. 2.909

Dirijam suas consultas à:

ARMCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A

Rua da Alfândega, 107 — Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO • PORTO ALEGRE • SALVADOR • CURITIBA • BELO HORIZONTE • AGENTES NAS OUTRAS CAPITAIS DOS ESTADOS

BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL S. A.

RUA DA QUITANDA, 129

CAPITAL E RESERVAS ..... Cr$ 103.730.718,00
DEPÓSITOS ..... Cr$ 281.120.432,00

Recebe depósitos à vista e a prazo.

Concede taxas especiais nas operações de desconto à indústria e ao comércio.

Emite letras hipotecárias ao portador, juros de 7% a. a., com cupões semestrais e garantidas especialmente pelos seus empréstimos hipotecários.

O Banco recebe ao par essas letras, em pagamento de amortizações vencidas de qualquer dos seus empréstimos hipotecários.

TABELA PARA DEPÓSITOS

DEPÓSITOS POPULARES — LIMITE CR$ 10.000,00
Juros 5,5% a. a.

DEPÓSITOS LIMITADOS — LIMITE CR$ 200.000,00
Juros 5% a. a.

DEPÓSITOS À VISTA — SEM LIMITE
Juros 3,5% a. a.

DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO
30 dias — Juros 4% a. a.
60 " " 4,5% a. a.
90 " " 5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO
De 6 meses — Juros 5,5% a. a.
De 12 " " 6% a. a
De 24 " " 6,5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO — RENDA MENSAL
De 12 meses — Juros 5,5% a. a.
De 24 " " 6% a. a.

Hospital dos Servidores Públicos do Estado, inaugurado a 28 de outubro passado, pelo Sr. Presidente da República.

O IPASE na História da Previdência Social

MUITO tem evoluído a previdência social no Brasil. Hoje ela já não constitui apenas o privilégio de uma classe, a dos servidores da União. Pelos diversos órgãos criados, cada um atendendo a um gráu de especialização profissional, a previdência social tornou-se um direito inerente a todos os que trabalham, desde o mais modesto e humilde até ao mais graduado.

E' natural que para muitos contribuintes a previdência pareça apenas a justificação para um desconto certo no valor bruto do vencimento ou do salário de cada mês; a culpa talvez seja do Brasil, que é muito grande, e por isto os resultados de um serviço tão complexo, como o que decorre da organização da previdência, custam a se tornar conhecidos; há, ainda mais, razões que justificam a concentração de benefícios em determinadas áreas; a demográfica, por exemplo, ou o maior volume de contribuições, e assim por diante.

Um estudo da previdência social no Brasil, porém, inscreve no primeiro capítulo de uma nova éra, o IPASE, isto é, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. Ainda há pouco tempo serviu aquêle órgão de motivo a uma campanha do melhor interêsse jornalístico, por ocasião da inauguração do grande Hospital dos Servidores do Estado, a mais moderna organização do tipo que possui o Brasil e, sem dúvida uma das mais bem instaladas e equipadas. O início de funcionamento do Hospital, uma grande iniciativa em prol da efetiva assistência ao funcionalismo, como já se teve oportunidade de dizer, veio por seu turno despertar o interêsse, a curiosidade, em tôrno de outras realiza-

Maquete do novo prédio de apartamentos que o IPASE vai construir à rua Felisberto de Menezes com a rua Mariz e Barros, e cuja pedra fundamental foi lançada pelo Sr. Alcides Carneiro, presidente do Instituto, no dia 15 de janeiro transacto.

ções do IPASE, no desdobramento de sua campanha pela mais intensa assistência ao funcionalismo público.

Aquí nestas páginas vamos procurar fazer uma síntese expressiva; e, para isto, começaremos mesmo pelas origens.

BREVE HISTÓRIA

No comêço o nome era Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, surgido em função do Decreto Legislativo nº 5.128, de 31 de dezembro de 1926. A sua existência deu razão a uma intensa atividade legislativa, através da qual se procurava adaptar a instituição às necessidades, conforme indicada a experiência. Inicialmente sua competência era "constituir e assegurar pecúlio ou pensão em benefício da família de todo contribuinte falecido"; os fundos para atender a tais finalidades, provinham de contribuições dos inscritos, emolumentos por títulos, guias e certidões, legados, doações e quaisquer benefícios provindos de particulares, as subvenções dos poderes públicos, e os juros dos empréstimos aos contribuintes, e os do capital assim constituído.

Além de definir tudo isto, aquêle decreto já citado cuidava da aplicação dos recursos que assim fôssem obtidos: retirada a parte necessária ao pagamento das pensões e pecúlios, o resto deveria ser aplicado nas despesas do Instituto, na concessão de empréstimos aos contribuintes, na compra de títulos da dívida pública federal e na aquisição de casa para os associados e beneficiários. Cuidava também, o mesmo instrumento legal, dos contribuintes.

Em 1934 — decreto n.º 24.563, de 3 de julho — foi dada nova organização à previdência, passando o I.P.F.P.U. (Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União), a se chamar Instituto Nacional de Previdência. A sua finalidade recebeu também nova definição, passando a compreender o seguinte: assegurar pecúlio ou pensão à família de contribuinte falecido, proporcionar a aquisição de casas para contribuintes e beneficiários, facilitar empréstimos e conceder outras vantagens.

Na parte relativa aos contribuintes, foi introduzida ampla modificação. Seriam contribuintes obrigatórios do I. N. P. todos os funcionários públicos, maiores de 18 e menores de 60 anos; mas era criada, então, a classe dos contribuin-

Fotografia do edifício onde funcionará a Agência Local do IPASE em São Paulo, e cujas obras acham-se em vias de conclusão.

tes facultativos. E' longa a enumeração das classificações dêsses últimos.

Foi em 1938 que surgiu finalmente o IPASE, tal como existe hoje. Até então o "centro de interêsse" do Instituto não ia além da previdência de um modo geral; não se tomava conhecimento do problema da assistência, pois esta exigia solução geral, uniforme, e seria necessário criar uns tantos meios para que qualquer providência viesse a se tornar efetiva.

O "IPASE"

Na sucessão de institutos, orientada no propósito de atender da melhor maneira o interêsse social dos servidores da União, surgiu o IPASE em virtude do decreto-lei n.° 288, de 23 de fevereiro de 1938.

Vê-se acima um aspecto do novo pavilhão do Sanatório Bela Vista, em Correias, no Estado do Rio, recentemente inaugurado pelo Sr. Presidente da República, e cuja capacidade é de oitenta leitos. O Sanatório Bela Vista é um dos setôres que o IPASE mantém para o combate à tuberculose.

Êste é o edifício sede do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro.

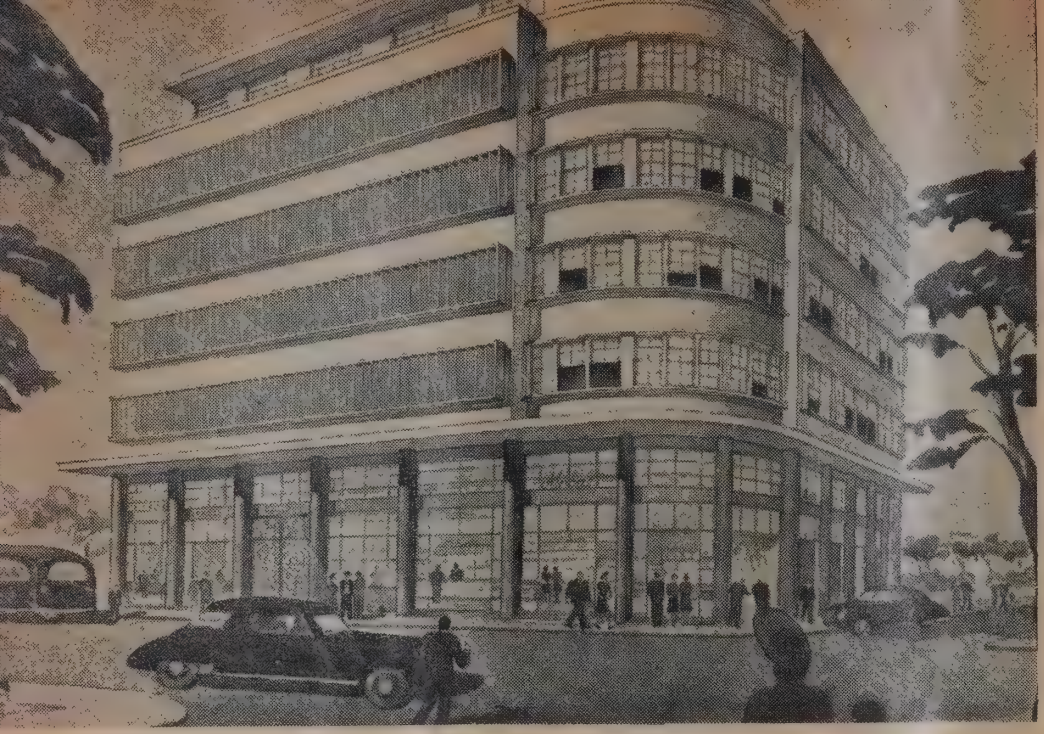
Já o govêrno fizera antes um cabedal de experiência, nêste sentido, com a instituição das Caixas de Aposentadorias e Pensões, nas quais assistência e Previdência eram palavras com significados diversos, concorrendo uma para complementação da outra.

Dentre as diversas medidas sugeridas desde logo pela Comissão Organizadora do IPASE, ressaltava a necessidade de uniformizar os benefícios concedidos ao funcionalismo, tanto no que respeitava à forma quanto à natureza. Havia benefícios custeados pelo Tesouro e outros pelo Instituto Nacional de Previdência.

Também a organização dada ao IPASE reconheceu a classificação de contribuintes obrigatórios e facultativos; como obrigatórios, foram definidos:

a) os funcionários civís efetivos, interinos, ou em comissões;
b) os extranumerários que executem serviços de natureza permanente;
c) os empregados do próprio Instituto.

São facultativos "os que exercem função pública civil ou militar, federal, estadual ou municipal, inclusive os membros do Poder Legislativo e do Executivo".



Maquete do edifício sede da Agência do IPASE em Maceió, Estado do Alagôas.

Foi porém com o decreto-lei n.º 2.365, de 1940, que a sua finalidade se tornou mais clara e definida: realização do seguro social do servidor do Estado, cabendo-lhe cooperar na solução de problemas de assistência, incluindo-se também no seu programa de trabalho: realização de seguros privados, operações de capitalização, financiamento para aquisição de casas, empréstimos e outras formas de assistência econômica.

Não dispomos de espaço para uma minuciosa revista dos trabalhos do IPASE nesta sua fase e, por isto, deveremos passar pelos assuntos fazendo dos mesmos apenas um registo. Assim é que nos encontramos no capítulo do seguro social, onde se procura resolver tudo com a máxima presteza, dentro de nítida compreensão de serviço e não de favor; as facilidades lógicas, isto é, sem implicarem em qualquer deficiência na concessão do benefício, restauram a confiança do contribuinte no Instituto. O volume crescente dos pecúlios e pensões pagas cada ano são o testemunho do valor social e econômico do Instituto. Vejamos os totais dos pecúlios obrigatórios pagos em 1946:

a)	art. 46 do Decreto n.º 24.563	Cr$ 1.846.271,10
b)	enquadrados no Dec.-Lei n.º 3.347	4.019.269,10
	Convertidos em pensão	1.895.156,60

Os pecúlios facultativos importaram num dispêndio de Cr$ .... 1.052.440,70 durante o ano. A Extranumerários da União, de proventos de aposentadoria, o IPASE pagou ainda em 1946: Cr$ ..... 1.108.173,60. Em 31 de dezembro de 1946 contava o IPASE com 184.978 segurados distribuidos por tôdas as Unidades da Federação.

Mas o Instituto possui hoje sua carteira de seguros privados, operando com os seguintes planos:

a) "Seguro Ordinário de Vida", de importância pagável quando o segurado falecer, com prêmios devidos a "vida inteira";

b) "Seguro de Pagamentos Limitados", de importância pagável quando o segurado falecer, com prêmios limitados ao prazo estabelecido no contrato;

c) "Seguro Dotal", de importância pagável em caso de morte ou, ao próprio segurado, em caso de sobrevivência a determinado número de anos;

d) "Seguro de Obrigação Imobiliária", para liquidação, ou redudução, em caso de morte, do saldo a pagar por imóvel que esteja sob promessa de compra e venda ou hipoteca;

e) "Seguro de Pensão Mensal", especialmente destinado ao aumento das pensões instituidas pelo Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, de acôrdo com o previsto no mesmo Decreto-lei, bem como à constituição de renda, temporária ou vitalícia, em favor de qualquer pessoa.

O processo de inscrição do segurado está dispôsto de forma que a carteira de seguros privados do Instituto não faz concorrência com as emprêsas privadas. Do sucesso, basta ver o número de apólices emitidas: em 1946 elas foram da ordem de 12.559 apólices contra 6.400 do ano anterior, isto sòmente no que respeita a vida. Para o seguro de fidelidade funcional foram emitidas, em 1946, 10.977 apólices. De janeiro de 1944 até abril de 1947, já pagou o IPASE cêrca de Cr$ 9.000.000,00 de capitais garantidos por apólices de seguros de vida a beneficiários dos seguros das Companhias Adriática de Seguros e Assicurazioni Generali — cujas carteiras lhe foram transferidas — e dos seguros novos do IPASE e dos antigos Pecúlios Facultativos.

ASSISTÊNCIA

O Departamento de Assistência é aquêle através do qual se processam os contactos mais diretos e imediatos entre duas realidades na sua forma natural: o contribuinte que vai à procura de um determinado serviço e um "bureau" do IPASE que examina o problema e lhe dá solução.

A parte mais intensa da "Assistência" gira em tôrno dos serviços médicos, hoje em dia fixados no grandioso Hospital dos Servidores do Estado, à cuja frente se encontra o Dr. Raimundo Brito. Mas, além das modelares instalações, compreendendo tôdas as especializações médico-cirúrgicas, o IPASE tem sanatório próprio que atende às necessidades do serviço de Tisiologia, e ambulatórios de tôdas as especialidades no edifício-sede do Instituto.

O Departamento de Assistência tem ainda sob seu contrôle um Serviço de Subsistência Reembolsável, tendo êste Serviço, por finalidade, adquirir gêneros alimentícios de primeira qualidade nos mercados produtores, nas cooperativas agrícolas, nos importadores e distribuídos nas melhores condições econômicas entre os seus segurados.

O emprêgo das disponibilidades é uma outra forma de assistência, dadas as condições que presidem aos diversos tipos de operações. Com a sua aplicação não sòmente logra o IPASE melhor remuneração das suas disponibilidades como atende ao interêsse social.

Dentre os diversos tipos de operações praticadas, distinguem-se os seguintes:

a) empréstimos em dinheiro a segurados, mediante garantia de consignação em fôlha e de acôrdo com a legislação vigente;

b) empréstimos garantidos por caução de valores;

c) construção ou aquisição de imóveis destinados à venda a seus segurados;

d) empréstimos hipotecários a mutuários;

e) aquisições de imóveis, cuja valorização presumível seja compensadora; e

f) aquisição de títulos da União.

Chama-se de Departamento de Aplicação de Capitais, ao setor administrativo encarregado desta importante tarefa; dentre as suas divisões uma das mais importantes é a de Técnica e Engenharia, responsável por um grande volume de obras não apenas no Distrito Federal, mas também em outros Estados, como do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Alagôas, Paraíba, etc., compreendendo aí obras acabadas, obras em curso, em projeto; estas obras são para residências, inclusive grandes núcleos dotados de escolas, clubes, "play grounds", cinema, etc. e edifícios para sede dos serviços do IPASE e para locação, a serem ocupados por escritórios, consultórios, lojas, etc.

Não é fácil fazer com que o panorama geral de uma obra de semelhante extensão seja acomodado em poucas páginas de uma revista; o que aqui fica, porém, é uma tentativa de divulgação do que é e das finalidades do IPASE, como sendo índice capaz de dar a medida do que é possível realizar.

O atual presidente do IPASE, Dr. Alcides Vieira Carneiro, em declarações repetidamente feitas à imprensa, tem timbrado em acentuar: "O meu desejo é tornar o IPASE uma instituição viva, cápaz de proporcionar o máximo de benefícios e de assistência ao funcionário público e à sua família". Não é um programa demagógico mas, em compensação, não é tarefa muito fácil de ser levada a têrmo.

COMPANHIA MERIDIONAL DE MINERAÇÃO

☆

RIO DE JANEIRO
Av. Rio Branco 311 — 12º.

CONSELHEIRO LAFAIETE
Estado de Minas Gerais.

O HOMEM E A TERRA.

A verdade inequívoca é que no ano passado permaneceram as mesmas condições de trabalho para o homem e a mesma situação de abandono para a terra. Os instrumentos não melhoraram substancialmente e os fertilizantes continuaram ausentes. Como poderia melhorar a produção em tais termos? O Ministério da Agricultura anunciou providências excepcionais, mas os contestados números estatísticos causaram verdadeira decepção.

O Ano Agrícola de 1947 tem sido dos mais controvertidos. Os números recolhidos da produção e rendimento por hectare causaram certa decepção, ante o desejo, mais que isto, necessidade em que se encontra o país de tirar da terra o máximo do que ela pode dar.

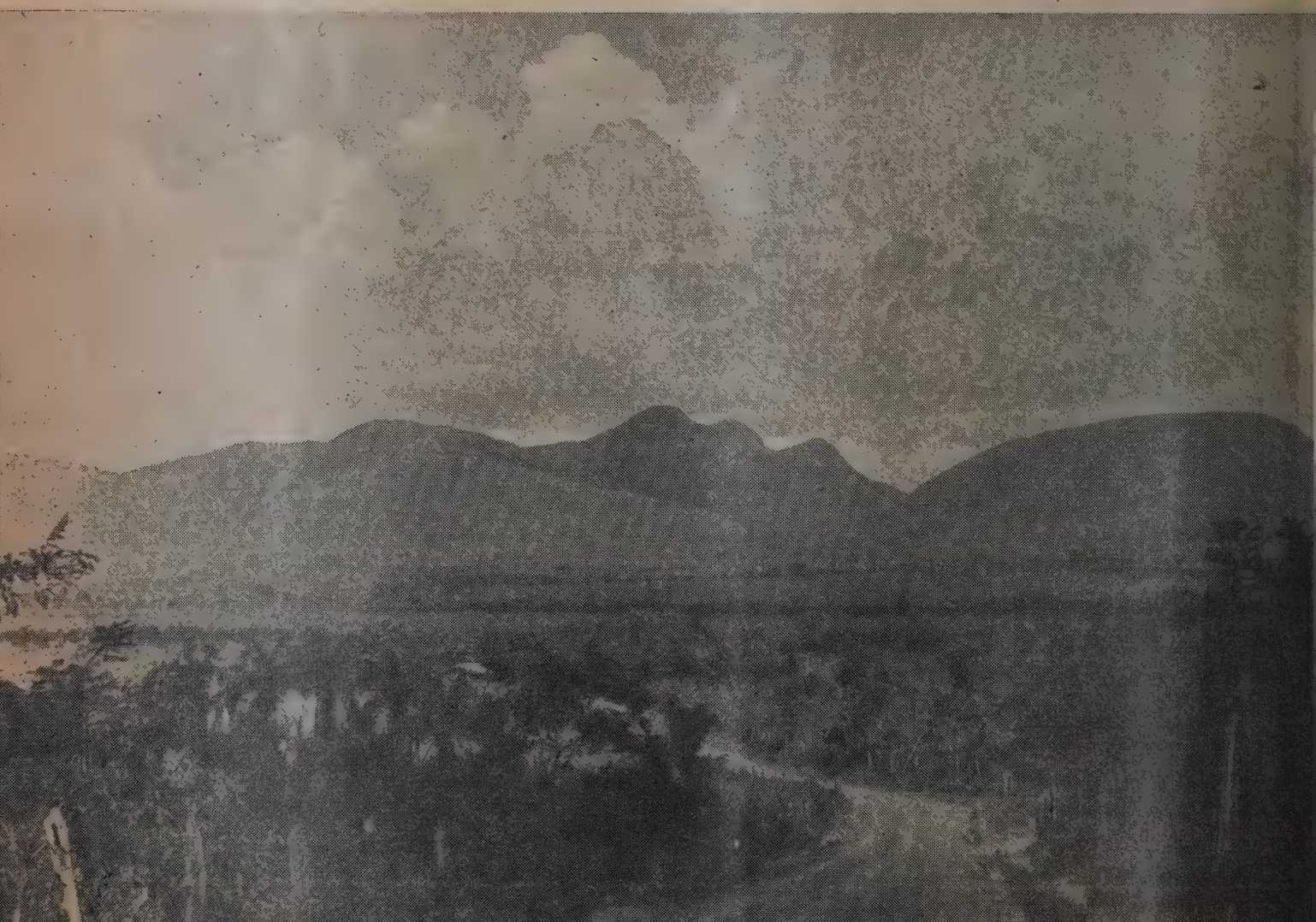
Várias causas foram apontadas como responsáveis pelas colheitas parcas, chuvas demasiadas, geadas, gafanhotos, sêcas, etc. Até se pretendeu contestar os números com alegações várias.

A verdade, porém, é que a produção diminuiu. As máquinas agrícolas de todo gênero continuaram escassas, os fertilizantes não tiveram suas quantidades aumentadas substancialmente, as sementes não melhoraram.

Deve ser ressaltado que um grande esfôrço foi feito no sentido de melhorar geralmente a agricultura nacional, sendo de esperar que o tempo, pela persistência no emprego de tais providências, nos traga os resultados esperados.

Nesta reportagem O OBSERVADOR faz revelações inéditas e surpreendentes em tôrno do ano agrícola de 1947, sendo recomendável à atenção dos leitores.

Tempo de leitura: 25 minutos.



O Ano Agrícola de 1947

A SAFRA agrícola de 1947, segundo revelam as estatísticas, foi menor do que de 1946. E' difícil saber-se em que medida os fatôres climáticos e as pragas podem ser responsabilizados por êsse decréscimo da produção, mas a verdade manda reconhecer que, no que se efere ao arroz, ao trigo, à batata, à cana de açúcar e ao feijão, sua influência há de ter sido ponderável. No ano findo, as áreas destinadas a essas culturas foram maiores do que as trabalhadas em 1946; no entanto, o volume da produção foi modesto, evidenciando rendimento deficitário. Os dados da Tabela I, compreendendo a situação de 16 das principais culturas, dão uma razoável amostra dessa queda de rendimento.

O rendimento do abacaxi baixou de 9.402 quilogramas por hectare, em 1946, para 8.888, em 1947; o do arroz de 1.649 kg por ha, em 1946, para 1.608, em 1947; o da aveia de 870 kg, para 854; o da batata de 4.953 kg, para 4.386; o do feijão de 727 kg, para 704; o do milho de 1.319 kg, para 1.293; o da cana de açúcar de 37.129 kg, para 36.244; o do cacau de 480 kg, para 441; o do café de 384 kg, para 371; o do amendoim de 926 kg, para 892; o do algodão de 451 kg, para 439; o do fumo de 815 kg, para 677. Apenas o centeio, a cevada, o trigo e a mandioca apresentaram, em 1947, rendimento melhor do que o de 1946. O centeio teve seu rendimento por hectare aumentado de 665 kg para 695; a cevada de 894 kg, para 1.006; o trigo de 823 kg, para 855; a mandioca de 12.410 kg, para 13.213.

Essa progressiva diminuição do rendimento das culturas brasileiras vem constituindo tema das mais curiosas controvérsias. Explicam-na das mais diversas maneiras, tudo deixando crer que um conjunto de fatôres, e não um isolamento, deve ser responsabilizado pelo fenômeno. Salvo raríssimas e honrosas exceções, os solos agrícolas do país são exclusivamente trabalhados pela fôrça humana, auxiliada por êsse primitivo instrumento que é a enxada. A ausência de máquinas no campo é da ordem de nos deixar alarmados, quando confrontamos nossa situação com a de outros países.

O censo de 1940, investigando 1.904.589 estabelecimentos agrícolas, em apenas 433.914 encontrou máquinas ou aparelhos agrícolas. Isto quer dizer que tão somente 22,78% das propriedades rurais existentes no Brasil, naquele ano, possuíam êsses instrumentos de trabalho. Essa percentagem, do conjunto, esconde a pobre-

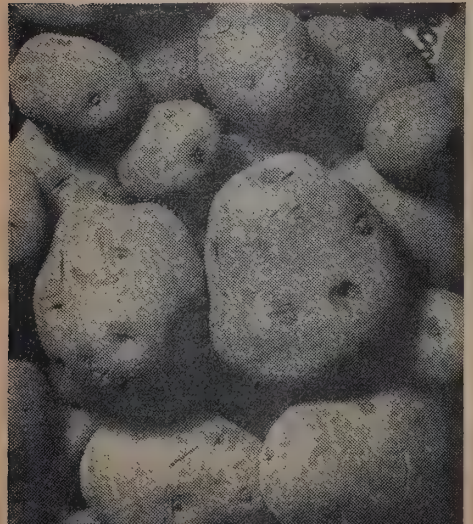
A CENA IMUTÁVEL

Os últimos números conhecidos sôbre existência de máquinas agrícolas datam do censo de 1940. As suas revelações são modestas, mesmo no que se refere a primitivos arados como o que nos mostra a gravura.

...da cana...

...do feijão...

...da batata...



A PRODUÇÃO DIMINUIU

...do fumo...

za absoluta de determinadas Unidades da Federação. A fim de que essa pobreza possa ser conhecida, alinhamos, a seguir, para cada Unidade da Federação, a percentagem dos estabelecimentos que possuíam máquinas e aparelhos agrícolas sôbre o total dos que foram recenseados:

Acre	3,92
Amazonas	0,26
Pará	2,56
Maranhão	0,12
Piauí	2,29
Ceará	6,64
Rio Grande do Norte	13,84
Paraíba	5,45
Pernambuco	3,90
Alagoas	3,34
Sergipe	11,50
Bahia	2,61
Minas Gerais	14,30
Espírito Santo	5,38
Rio de Janeiro	12,80
Distrito Federal	3,95
São Paulo	47,54
Paraná	32,26
Santa Catarina	26,45
Rio Grande do Sul	80,63
Mato Grosso	10,04
Goiás	0,74

A enumeração desta distribuição deverá ser completada com o arrolamento das máquinas e aparelhos agrícolas recenseados no país, àquela época. Que espécie de máquinas e aparelhos seria essa? Vejamos:

Tratores	3 380
Arados	500 853
Grades	127 728
Rolos	11 718
Semeadeiras	156 383
Cultivadores	227 648
Ceifadeiras	5 805
Extintores de formigas	188 050

Pois bem. Do total de tratores, 1.410 estavam localizados em São Paulo; 1.104 no Rio Grande do Sul; e 253 em Minas Gerais. Do total de arados, 168.073 estavam localizados em S. Paulo; 222.657 no Rio Grande do Sul; e 49.373 em Minas Gerais. Do total de grades, 32.502 estavam localizadas em São Paulo; 65.322 no Rio Grande do Sul; e 3.538 em Minas Gerais. Do total de rolos, 2.062 estavam localizados em São Paulo; 2.139 no Rio Grande do Sul;

...do café...

...do milho...

...do arroz...

...do algodão...

e 3.870 em Minas Gerais. Do total de semeadeiras, 64.464 estavam localizadas em São Paulo; 72.334 no Rio Grande do Sul; e 3.752 em Minas Gerais. Do total de cultivadores, 83.037 estavam localizados em S. Paulo; 99.467 no Rio Grande do Sul; e 6.781 em Minas Gerais. Do total de ceifadeiras, 1.932 estavam localizadas em São Paulo; 1.562 no Rio Grande do Sul; e 576 em Minas Gerais. Do total de extintores de formiga, 79.197 estavam localizados em São Paulo; 73.215 no Rio Grande do Sul; e 6.902 em Minas Gerais.

O registro dessa relativa concentração do maquinário agrícola nestas três grandes Unidades da Federação — São Paulo, Rio Grande e Minas Gerais — serve como subsídio à compreensão da importância que as safras auferidas nas regiões em aprêço exercem sôbre o total da safra do país. Se as lavouras paulistas, gaúchas e mineiras são atingidas por qualquer contratempo, quer de ordem climática, quer de ordem econômica ou financeira, quer em resultado de pragas, pode-se esperar o reflexo frontal dêsse contratempo sôbre a situação geral da agricultura, no conjunto do país. Na Tabela II, alinhamos o rendimento médio, por hectare, alcançado pelos 16 produtos agrícolas a que já nos referimos, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, em 1947.

A leitura dêsses números permitirá entender-se porque, satisfatórias que sejam as condições de produção de outras Unidades da Federação, as safras paulistas, gaúchas e mineiras, se deficitárias, com o pêso do seu volume, comprometem inteiramente o panorama do rendimento cultural do país, se verificando o inverso, no caso de serem boas. Em 1947, segundo as estimativas do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, a situação geral da lavoura dos três grandes Estados líderes não foi as maiores promissoras, razão por que o ano agrícola que findou não pode ser apresentado como bom.

Se isto se observou nas regiões melhormente dotadas de máquinas e aparelhos agrícolas, que não dizer daquelas outras que, pobres de instrumentos agrários, exclusivamente confiam ao homem, à enxada, à foice, o trabalho de semear e de colhêr? Ultimamente, em muitos casos, nem isto pode ser feito. O homem escasseou para as lides do campo; as enxadas e as foices rarearam, ou são vendidas por preços astronômicos. A falta da mão de obra constitui, hoje, o problema número um das atividades rurais. A êsse problema, outros se aliaram: a ausência de preços compensadores, a impossibilidade financeira para a compra de fertilizantes, a deficiência do sistema de crédito agrícola vigorante no país.

Tôdas essas questões são responsáveis, em maior ou menor escala, pela progressica diminuição do rendimento da terra lavourada, terra que, à míngua de assistência técnica, vem sendo destruída pela erosão, ao tempo em que as lavouras são destruídas pelas pragas, pelo sol, pela geada, pela erva daninha.

COMPARAÇÃO COM O ANO AGRÍCOLA DE 1946

Tudo deixa crer que a safra de 1946 foi a melhor já verificada no Brasil. Quase todos os produtos agrícolas, ou, pelo menos, os gêneros básicos, tiveram seus volumes sensivelmente aumentados. Se destacarmos, da Tabela I, os dados relativos a 9 dos 16 gêneros ali apresentados — abacaxi, arroz, aveia, batata, centeio, cevada, feijão, milho e trigo, aos mesmos acrescentando três outros — açúcar, aguardente e farinha de mandioca, observaremos que, somados os quantitativos da produção (Tabela III), houve uma redução de 4% no total de 1947, relativamente ao de 1946.

Baixas bem acentuadas verificaram-se na produção de arroz. O Estado de São Paulo alcançou apenas ..... 14.274.911 sacos de 60 kg contra 15.819.253 no ano anterior. A safra do Rio Grande do Sul foi um pouco maior do que a de 1946, somando 11.500.000 sacos contra 10.784.185, o que não chegou a compensar a redução observada, em geral, no país. As safras mineiras e goianas foram também menores. A produção de Minas Gerais atingiu, tão somente, ... 8.446.393 sacos de 60 kg, e a de Goiás 3.128.223. Paraná e Santa Catarina produziram, respectivamente, 1.287.878 e 1.247.643 sacos, enquanto o Maranhão alcançou ..... 1.188.399 sacos.

No conjunto, a área cultivada aumentou de 1.681.159 hectares, em 1946, para 1.685.925, em 1947. A redução do volume, de 46.198.634 sacos de 60 kg, em 1946, para ..... 45.172.191, em 1947, fêz com que o rendimento médio caísse em 41 kg por hectare, muito embora êsse rendimento se apresentasse superior aos verificados em 1944 e 1945. Um exame da situação do sete grandes Estados rizícolas do Brasil mostra a diversidade e rendimento dos arrozais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, em 1947, êsse rendimento foi da ordem de 3.000 kg por hectare; em Santa Catarina, de 2.386; em Goiás, de 1.906; no Paraná, de 1.634; em São Paulo, de 1.492; no Maranhão, de 1.154; e em Minas Gerais, de 1.131 kg por ha. Observa-se assim que em três dêsses sete grandes Estados rizícolas o rendimento da cultura, por mais estranho que pareça, foi, em 1947, inferior ao rendimento médio auferido no conjunto do país.

O milho sofreu diminuição de, aproximadamente, 300 mil toneladas no total brasileiro; isto é, 5 por cento a menos que em 1946. Também neste caso registraram-se safras mais pobres em São Paulo e Minas Gerais. A produção paulista apenas alcançou ..... 20.792.838 sacos de 60 kg, enquanto a mineira atingiu a 18.517.325. Rio Grande do Sul quase ofereceu o montante da safra mineira, pois conseguiu produção 18.333.333 sacos de 60 kg. Santa Catarina e Paraná também contribuíram com volumoso contingente: 6.265.514 e 12.462.491 sacos de 60 kg, respectivamente. Não obstante, o total do país caiu para 90.199.637 sacos.

Os quantitativos da safra de faijão sofreram, de 1946 para 1947, uma redução de cêrca de 15 mil toneladas, num volume superior a 1 milhão. Os da safra de batata, uma redução de 50 mil toneladas, num volume inferior a 500 mil. Em 1947, a produção de batata inglesa apenas atingiu 384.442 tonladas, sendo que, dêste total, quase 181 mil foram alcançadas em São Paulo. A contribuição do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de Minas Gerais e da Paraíba, foi de, respectivamente, em toneladas — 50.000, 27.470, 25.627, 33.302 e 10.020. Os demais Estados produtores — Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás — obtiveram produção relativamente modesta, variando num máximo de 2.238 toneladas (Rio de Janeiro) e num mínimo de 156 toneladas (Mato Grosso). O melhor rendimento auferido na cultura da batata inglesa pertence ao Espírito Santo (9.903 kg por ha), e o menos expressivo ao Mato Grosso (1.268 kg por ha).

A produção de mandioca, para o conjunto do país, sofreu, de 1946 para 1947, redução superior a 600 mil toneladas. Em 1946, o volume havia sido de mais de 11 e meio milhões de toneladas, caindo para menos de 10

SITUAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO BRASIL — 1946/47

(Tabela I)

PRODUTOS	ÁREA CULTIVADA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (Kg/ha)	
	1946	1947	1946	1947	1946	1947
Abacaxi	12 295	12 482	115 603	110 936	9 402	8 888
Arroz	1 681 159	1 685 925	2 771 918	2 710 331	1 649	1 608
Aveia	12 291	12 197	10 695	10 421	870	854
Batata	87 129	87 648	431 567	384 342	4 953	4 386
Centeio	17 195	15 138	11 427	10 527	665	695
Cevada	12 753	12 134	11 396	12 211	894	1 006
Feijão	1 402 576	1 427 956	1 020 995	1 006 636	727	704
Milho	4 323 334	4 185 290	5 703 598	5 411 978	1 319	1 293
Trigo	301 260	336 857	248 058	288 173	823	855
Cana de açúcar	762 201	784 794	28 300 356	28 444 290	37 129	36 244
Mandioca	931 205	828 482	11 556 331	10 946 769	12 410	13 213
Cacáu	269 083	270 014	129 107	119 096	480	441
Café	2 396 116	2 437 029	920 141	903 168	384	371
Amendoin	33 823	45 940	31 304	40 987	926	892
Algodão	2 506 647	2 384 377	1 130 797	1 047 403	451	439
Fumo	145 498	150 237	118 557	101 771	815	677

FONTE — Serviço de Estatística da Produção

RENDIMENTO DE ALGUMAS CULTURAS EM MINAS GERAIS, EM SÃO PAULO E NO RIO GRANDE DO SUL — 1947

TABELA II

PRODUTOS	UNIDADE DE REFERÊNCIA	RENDIMENTO MÉDIO (ha)		
		Minas Gerais	São Paulo	Rio Grande do Sul
Abacaxi	fruto	6 105	3 982	3 286
Algodão	kg	605	529	—
Amendoim	"	813	851	1 039
Arroz com casca	"	1 131	1 492	3 000
Aveia	"	—	—	886
Batata inglêsa	"	4 742	5 045	2 500
Cacáu	"	947	—	—
Café	"	388	306	—
Cana de açúcar	t	33	47	15
Centeio	Kg	—	—	939
Cevada	"	—	—	1 104
Feijão	"	673	896	593
Fumo	"	395	404	786
Mandioca	"	14 700	16 211	9 513
Milho	"	1 219	1 423	1 429
Trigo	"	1 233	674	880

FONTE — Serviço de Estatística da Produção

milhões no ano findo. O resultado dessa queda fêz-se imediatamente sentir no montante da produção de farinha, que, de 1.657.178 toneladas, em 1946, baixou para 1.532.548. O inverso se verificou com a cana de açúcar. Houve, de 1946 para 1947, um aumento de cêrca de 144 mil toneladas, num total de 28 milhões, e êsse aumento resultou na melhoria, já conhecida, de mais de 8 mil toneladas

PRODUÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO BRASIL — 1946/47

TABELA III

PRODUTOS	TONELADAS	
	1946	1947
Abacaxi	115 603	110 936
Arroz	2 771 918	2 710 331
Aveia	10 695	10 421
Batata	431 567	384 442
Centeio	11 427	10 527
Cevada	11 396	12 211
Feijão	1 020 995	1 006 636
Milho	5 703 598	5 411 978
Trigo	248 058	288 173
Açúcar	1 590 480	1 598 569
Aguardente	172 632	173 510
Farinha de mandioca	1 657 178	1 532 548
TOTAL dos 12 produtos	**13 745 547**	**13 250 282**

FONTE — Serviço de Estatística da Produção.

de açúcar entregues ao consumo, e de 1.000 toneladas de aguardente.

Do grupo os cereais importantes, apenas o trigo parece haver experimentado melhoria, de 1946 para 1947. A área cultivada aumento de 301.260 hectares para 328.370. O volume da produção subiu de 248.058 toneladas, para 288.173. O rendimento de um hectare subiu de 823 kg para 874. Aliás, no caso do trigo, vem o Brasil melhorando, nos últimos anos, os quantitativos da produção; em 1944, produzimos mais de 170 mil toneladas, e em 1945 mais de 233 mil. O desenvolvimento dessa cultura, muito embora ainda não possibilite o atendimento de metade do consumo nacional, já preenche parte da lacuna aberta no nosso comércio exterior.

OITO NOVOS PRODUTOS INVESTIGADOS

A estatística oficial que investigava, até então, apenas 21 dos principais produtos agrícolas brasileiros, iniciou, em 1947, a divulgação de dados sôbre a situação de mais oito, a saber — alho, amendoim, batata doce, cebola, chá da Índia, fava, tomate e tungue. Nas Tabelas IV, V e VI, apresentamos, respectivamente, a área cultivada, a quantidade produzida e o rendimento cultural dos produtos agrícolas agora objeto de investigação estatística, no quatriênio 1944-47, sendo que os dados de 1946 continuam sujeitos a retificação, e os de 1947 resultam da apuração das previsões de safra levadas a têrmo pelo órgão próprio do Ministério da Agricultura, através da rêde de agências municipais de estatística do I. B. G. E.

Observa-se, dessa forma, que a produção brasileira de alho, muito embora haja melhorado de 1946 para 1947, vem mostrando uma tendência relativamente estacionária, variando em tôrno de 15 mil toneladas. Em 1947, 7.714 hectares foram ocupados com essa cultura, em cada um dêles sendo obtidos, em média, 2.032 kg. Os Estados que oferecem maior produção são os de Minas Gerais, que contribuiu, em 1947, com quase a metade da safra brasileira, S. Paulo, com quase 3 mil toneladas, e Rio Grande do Sul, com mais de 2 mil e 400 toneladas.

Quanto ao amendoim, verificou-se, nos últimos três anos, de 1945 para cá, um razoável desenvolvimento da produção. Em 1947, a área cultivada montava a 45.940 hectares, na qual foram produzidos quase 41 mil toneladas, evidenciando-se, dessa maneira, um rendimento de 892 kg por ha. São Paulo lidera a produção, com cêrca de 24 mil e 30 toneladas, seguido pelo Rio Grande do Sul e por Minas Gerais, com, respectivamente, 6.683 e 4.118 toneladas.

No que diz respeito à batata doce, cuja importância na dieta alimentar do homem do interior é mais significativa do que a da batata inglesa, a produção brasileira, no ano findo, ascendeu a 1.051.454 toneladas, auferida numa área de menos de 124 mil hectares. O Estado maior produtor é o do Rio Grande do Norte, onde foi alcançada, em 1947, a produção de 245 mil toneladas. Segue-se-lhe Santa Catarina, com 219.207 toneladas. Depois, Rio Grande do Sul e Paraíba, com, respectivamente, 133.529 e 125.223 toneladas. Cultivada em tôdas as Unidades da Federação, a batata doce oferece, contudo, rendimentos diversos. Em 1947, por exemplo, êsse rendimento variou entre 2.400 kg por ha, no Território do Amapá, e 14.544, em Sergipe.

A produção brasileira de cebola foi, em 1947, menor do que em 1946. No ano de 1946, havia alcançado mais de 72 mil e 300 toneladas, contra menos de 67 mil e 300 toneladas, no ano findo. Verificou-se, por conseguinte, uma redução de 5 mil toneladas. Os Estados que lideram a produção de cebo-

la são os de São Paulo e o do Rio Grande do Sul, aquêle com mais de 25 mil toneladas, e êste com quase 22 mil e 800. Outros Estados cujos quantitativos produzidos superam a casa das mil toneladas são os de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Bahia. Em 1947, a área ocupada por cebola cobria quase 21 mil hectares, sendo observado um rendimento médio de 3.211 kg por ha.

A produção de chá da Índia vem aumentando ano após ano. Em 1944, produzimos pouco menos de 382 toneladas; em 1945, 409; em 1946, quase 744; em 1947, ultrapassamos a casa das 971, pois produzimos 971.500 kg. A área plantada passara, nesses dois últimos anos, de 1.290 hectares para 1.413; e o rendimento subira de 577 kg por ha, em 1946, para 688, em 1947. São Paulo praticamente monopoliza a cultura do chá da Índia, pois conseguiu produzir, no ano findo, 916 toneladas das 971 e meia alcançadas pelo total do Brasil. Outro Estado produtor, Minas Gerais, se encarregou de completar o restante, ou seja, essas 55 e meia toneladas.

Quanto à fava, os resultados de 1947 foram melhores do que os de 1946. Naquele ano, a produção alcançara pouco mais de 530 mil sacos de 60 kg; em 1947, ultrapassou 586 mil. Paraíba e Minas Gerais são os Estados maiores produtores. O primeiro conseguiu produzir, em 1947, mais de 135 mil sacos; e o segundo mais de 131 mil. No caso da fava, observa-se que sua cultura está muito melhor generalizada no nordeste e no leste, pois que, dos Estados do Sul, apenas o Rio Grande conseguiu oferecer montante apreciável (15.501 sacos de 60 kg).

No que se refere ao tomate, os quantitativos da produção vêm aumentando de maneira considerável. Contra uma produção de menos de 42 mil toneladas, no ano de 1944, podemos conseguir, em 1947, quase 108 mil toneladas. A área de plantio foi, no ano findo, de quase 10 mil e 500 hectares, oferecendo cada hectare um rendimento médio de 10.286 kg. Pernambuco e São Paulo aparecem à frente dos Estados produtores, com, respectivamente, quase 50, e mais de 39 mil toneladas. Auspicioso desenvolvimento vem tendo, do mesmo modo, a cultura do tungue, circunscrita à região do sul. Em 1947, sua produção mais que duplicou, em relação a 1944.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL — 1944/1947

1. ÁREA

(Tabela IV)

PRODUTOS	ÁREA CULTIVADA			
	1944	1945	1946 (1)	1947 (Estimativa)
Abacaxi	8 995	11 422	12 295	12 482
Alfafa	27 681	26 564	25 972	26 354
Algodão	2 807 758	2 721 584	2 506 647	2 384 377
Alho	5 217	5 561	6 894	7 714
Amendoim	31 344	40 617	33 823	45 940
Arroz	1 427 515	1 498 117	1 681 159	1 685 925
Aveia	10 935	12 677	12 291	12 197
Banana	75 709	84 205	90 315	93 140
Batata doce	86 650	107 916	113 691	123 719
Batata inglêsa	84 017	115 855	87 129	87 648
Cacáu	241 520	267 920	269 083	270 014
Café	2 326 141	2 381 561	2 396 116	2 437 029
Cana de açúcar	675 606	656 921	762 201	784 794
Cebola	19 770	21 895	21 916	20 947
Centeio	14 439	13 800	17 195	15 138
Cevada	12 042	13 757	12 753	12 134
Chá da Índia	1 263	1 510	1 290	1 413
Côco	35 212	37 148	37 588	43 432
Fava	51 057	59 208	58 767	60 669
Feijão	1 349 505	1 432 190	1 402 576	1 427 956
Fumo	114 769	143 655	145 498	150 237
Laranja	70 662	73 183	75 134	78 069
Mamona	207 563	200 073	176 351	184 990
Mandioca	897 009	807 988	931 205	828 482
Milho	4 101 315	4 092 054	4 323 334	4 185 290
Tomate	3 364	6 591	8 930	10 459
Trigo	328 487	315 548	301 260	32 870
Tungue	3 804	4 456	5 161	7 563
Uva	31 287	32 002	32 688	33 504
TOTAL (2)	**14.960.628**	**15.275.888**	**15.550.262**	**15.359.986**

FONTE — Serviço de Estatística da Produção.

1) — Dados sujeitos a retificações.

2) — Sendo comum no país o plantio de duas e às vêzes três culturas na mesma área, tenha-se em vista que nos totais indicados está, em alguns casos, considerada mais de uma vez a mesma superfície de terra.

A SITUAÇÃO ALIMENTAR DO MUNDO

A pobreza da safra agrícola brasileira de 1947 verifica-se, justamente, quando o mundo se encontra às voltas com a mais dramática das crises alimentares. As possibilidades de que dispúnhamos, por conseguinte, para participar no abastecimento das áreas devastads da Europa e do Oriente, encontram-se, pois, mais ainda reduzidas. Os percalços por que atravessa a economia agrária nacional já vinham determinado uma série de restrições a essa participação. Neste instante é indispensável uma revisão nos critérios dessas restrições, a fim de que, levados pelo espírito de solidariedade a outros povos, não venhamos a minorar sua fome e suas necessidades de matérias primas, aumentando a fome do povo brasileiro e as necessidades de matérias primas de nosso parque industrial.

Muito embora advirta o Ministério da Agricultura, através do Serviço de Estatística da Produção, que a depressão verificada em 1947 não permite prognósticos sombrios para o ano corrente, justo será supor-se que uma nova alta de preços de gêneros alimentícios, pelo menos, há de se verificar, como consequência do desajustamento da procura, que aumenta continuamente, e da oferta, que não se manterá nos níveis da safra de 1946. Aliás, a subida no preço do feijão e do arroz já deve ser entendida como um sinal dessa alta.

O relativo comportamento dos preços dos gêneros alimentícios, em 1947, nos níveis por êles alcançados em 1946, pode ser explicado como decor-

rência normal da boa safra de 1946, que permitiu certo desafôgo. A queda de volume da safra de 1947 há de conduzir, logicamente, a nova subida dêsses preços, a não ser que providências consentâneas venham a ser tomadas no devido tempo. Essas providências estarão possivelmente situadas na órbita do comércio exterior, e serão tanto mais eficazes quanto se encontra aparelhado o govêrno para exercer absoluto contrôle, embora de caráter eventual, nas exportações e importações.

A primeira impressão é de que o govêrno será obrigado, dentro do curso dêste ano, a exercer as faculdades que lhe foram conferidas de intervir no comércio de gêneros alimentícios, dentro da linha de raciocínio acima exposta. Infelizmente isto se verificará num momento em que a situação alimentar do mundo é a mais angustiosa. E' prevista a manutenção das exigências da procura mundial de gêneros alimentícios dentro dos mesmos limites observados nos dois últimos anos. Estas exigências estão obrigando as entidades internacionais responsáveis a fazer funcionar um rígido sistema de racionamento, para que as necessidades mundiais, ao menos no que toca aos gêneros básicos, sejam satisfeitas.

O último cálculo feio pela ONU a respeito dos abastecimentos de principais gêneros alimentícios objeto de comércio mundial durante o préguerra, e nos últimos anos, fornece cifras surpreendentes. Enquanto os abastecimentos de cereais, excluindo arroz, eram, em período anterior à guerra, de 29,4 milhões de toneladas, no ano findo apenas atingiram a cêrca de 26 milhões. No que diz respeito ao arroz descascado, os abastecimentos, nos citados períodos, passaram de 7,8 milhões de toneladas, para 27 milhões; quanto às gorduras em geral, de 5,9 para cêrca de 3 milhões de toneladas; quanto ao açúcar, de 11,5 para 8 milhões. Apenas os abastecimentos de carne mantiveram-se nos mesmos níveis.

Isto veio obrigar Sir John Boyd Orr, diretor geral de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas, a declarar que, em todo o curso de 1948, subsistirá, na Europa e no Oriente, a escassez de alimentos. E as notícias referentes ao ano agrícola de 1947, nos mais destacados mercados abastecedores, não são de molde a deixar confiar numa breve cessação da crise. No que diz respeito ao trigo, a produção americana, que vinha crescendo de maneira animadora, sofreu certo insucesso, não conseguindo atingir a previsão de 31,3 milhões de toneladas. A Argentina, a exemplo do que ocorrera em 1946, sofreu reduções sensíveis nas colheitas e a Austrália ainda não se restabeleceu da redução experimentada na safra de 1944-45. Apenas o Canadá parece haver supe-

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL — 1944/1947

2. QUANTIDADE

(Tabela V)

PRODUTOS	UNIDADES	QUANTIDADE PRODUZIDA			
		1944	1945	1946 (1)	1947 (Estimativa)
Abacaxi	fruto	73 892 264	74 906 480	77 068 860	73 957 620
Alfafa	kg	129 322 850	148 405 578	149 309 818	145 126 020
Algodão descaroçado	ton	592 381	378 495	373 163	346 643
Alho	kg	14 301 990	12 702 990	13 713 705	15 671 370
Amendoim com casca	kg	31 921 613	28 583 961	31 303 706	40 987 360
Arroz com casca	sc. 60 kg	35 174 449	35 782 745	46 198 634	45 172 191
Aveia	kg	6 877 018	11 084 500	10 695 080	10 421 327
Banana	cacho	92 716 672	107 310 636	117 002 938	123 691 466
Batata doce	ton	659 125	967 921	924 074	1 051 45
Batata inglêsa	"	462 660	595 670	431 567	384 442
Cacau	sc. 60 kg	1 942 194	1 994 263	2 151 784	1 984 927
Café beneficiado	" " "	11 444 767	13 915 265	15 335 675	15 052 803
Cana de açúcar	ton	25 148 948	25 178 584	28 300 356	28 444 290
Caroço de algodão	"	1 166 810	745 520	735 018	680 812
Cebola	kg	69 522 780	78 095 580	72 303 225	67 266 405
Centeio	"	9 670 581	10 160 350	11 427 018	10 526 502
Cevada	"	8 778 120	14 892 050	11 396 311	12 211 155
Chá da Índia	"	381 686	409 205	743 990	971 500
Côco	fruto	135 666 300	137 712 100	136 009 200	154 068 800
Fava	sc. 60 kg	651 877	575 333	530 174	586 100
Feijão	" " "	17 375 339	16 707 439	17 016 590	16 777 277
Fumo em fôlha	kg	104 363 340	113 448 780	118 557 450	101 771 100
Laranja	caixa	27 804 157	28 621 051	29 967 136	30 084 781
Mamona	kg	185 095 841	160 435 612	143 002 848	144 670 580
Mandioca	ton	10 333 356	11 414 680	11 556 331	10 946 769
Milho	sc. 60 kg	92 912 355	80 775 944	95 059 969	90 199 637
Tomate	kg	41 486 521	58 903 025	86 818 851	107 586 500
Trigo	"	170 586 423	233 298 040	248 057 576	287 018 740
Tungue	"	2 878 370	3 597 880	4 538 920	6 089 870
Uva	"	191 355 900	209 028 421	220 902 341	163 634 880
TOTAL APROXIMADO	ton	**51 906 032**	**52 678 143**	**57 593 366**	**56 882 866**

FONTE — Serviço de Estatística da Produção
1) — Dados sujeitos a retificação.

rado os quantitativos previstos, mas êsses quantitativos não são de molde a alterar a situação do conjunto, que é desfavorável.

Em relação ao arroz, admite-se que a safra de 1947 tenha sido de aproximadamente 100 milhões de toneladas. Êsse montante, muito embora represente substancial melhoria quando em confronto com o do de 1946, que foi de 91 milhões, está aquem do conseguido em períodos normais, antes da guerra. Antes da guerra, a produção mundial era de cêrca de 106 milhões. Ao que se anuncia, a participação das regiões do Extremo-Oriente continuará a ser modesta ainda por muito tempo. Assim é que o volume das exportações mundiais no ano que terminou em junho de 1947 foi estimado em 2,7 milhões de toneladas, ao passo que a média de antes da guerra era de 7,8 milhões.

A produção de açúcar também se encontra em regime deficitário. Estimou a ONU o volume global da produção de açúcar de beterraba, na safra que findou no ano passado, em 28 milhões de toneladas. O nível do pré-guerra era de 32 milhões de toneladas. Isto decorre da grande baixa nas colheitas européias, enquanto a produção de açúcar de cana em Java, Formosa e Filipinas, em virtude dos prejuízos decorrentes da guerra, está longe de voltar à normalidade. Explicam-se, assim, as solicitações feitas ao Brasil que, não obstante, dispõe de reservas exportáveis limitadas, além de preço pouco convidativo.

No tocante a gorduras e azeites em geral, os prognósticos são mais favoráveis, em vista de haverem aumentado sensivelmente, nos últimos tempos, no continente americano, especialmente, as plantações de sementes oleaginosas. E o restabelecimento das culturas oleíferas, na Europa e na Ásia, vem sendo feito de forma rápida. Longe se encontram os abastecimentos dêsses gêneros, contudo, de alcançar o nível do pré-guerra, onde surgiam com 20 milhões de toneladas. O setor referente a carnes que aparecera satisfatório em 1946, evidenciou, em 1947, uma redução de cêrca de 750 mil toneladas nos abastecimentos.

Como se verifica, o ano de produção de 1946-47 não foi bom, no esfera mundial. Isto quer dizer que o ano de consumo 1947-48 vai ser mau, ou melhor, também não vai ser bom. Por outro lado, essa redução do volume disponível de gêneros alimentícios está acompanhada de uma elevação de preços, contribuindo as duas no agravamento da situação dos abastecimentos mundiais. Dos grandes mercados exportadores, o argentino é o único que vem revelando tendência para mais favoráveis condições de oferta. De forma geral, os preços dos cereais na Argentina declinaram bastante em 1947, depois de haverem alcançado níveis excepcionais em 1946. A única exceção reside no trigo, que se mantém em alta, sem qualquer perspectiva de que a tendência se modifique.

A recente comoção no mercado de cereais dos Estados Unidos parece haver quebrado o ritmo de crescimento de quase todos os preços de produtos agro-pecuários naquele país. Êsse ritmo, em alguns casos, chegou a ser espetacular, apesar das safras fartas. Os cereais, por exemplo, sofreram majorações pesadas, no curso do ano findo. O índice de preços veio de 200, em junho de 1946, a 253, em junho de 1947. A carnes, igualmente, experimentaram elevação excepcional, decorrente não só das exportações para o exterior como do alto nível do consumo interno.

Outros mercados mundiais, como a Austrália, o Canadá e a Inglaterra, oferecem, no que diz respeito aos preços, perspectivas sombrias. Da França, nem se deve falar. O índice especial dos preços de gêneros alimentícios evoluiu de 304, em março de 1945, para 945, em março de 1947. Nos países do Médio Oriente, os produtos continuam sendo negociados sem qualquer base paritária, e sem que se faça sentir qualquer ação fiscalizadora.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL — 1944/1947

3. Rendimento cultural

(Tabela VI)

PRODUTOS	UNIDADES	RENDIMENTO MÉDIO POR HA			
		1944	1945 (1)	1946	1947 (Estimativa)
Abacaxi	fruto	8 215	6 558	6 268	5 925
Alfafa	Kg	4 672	5 587	5 536	5 507
Algodão em caroço	"	639	421	451	439
Alho	"	2 741	2 284	1 989	2 032
Amendoim com casca	"	1 018	704	926	892
Arroz com casca	"	1 478	1 433	1 649	1 608
Aveia	"	629	874	870	854
Banana	cacho	1 225	1 274	1 295	1 328
Bata docê	Kg	7 607	8 969	8 128	8 499
Batata inglêsa	"	5 507	5 142	4 953	4 386
Cacáu	"	482	447	480	441
Café beneficiado	"	295	351	384	371
Cana de açúcar	ton	37	38	37	36
Cêbola	Kg	3 517	3 567	3 299	3 211
Centeio	"	670	736	665	695
Cevada	"	729	1 083	894	1 006
Chá da Índia	"	302	271	577	688
Côco	fruto	3 853	3 707	3 618	3 547
Fava	Kg	766	583	541	580
Feijão	"	773	700	728	705
Fumo em fôlha	"	909	790	815	677
Laranja	caixa	393	391	399	385
Mamona	Kg	892	802	811	782
Mandioca	"	12 805	12 711	12 410	13 213
Milho	"	1 359	1 184	1 319	1 293
Tomate	"	12 399	8 937	9 722	10 286
Trigo	"	519	739	823	874
Tungue	"	757	807	879	805
Uva	"	6 114	6 532	6 758	4 884

FONTE — Serviço de Estatística da Produção.

1) — Dados sujeitos a retificação.

A CRISE AGRÍCOLA BRASILEIRA

Neste palco de tragédias, que é a situação dos abastecimentos mundiais de gêneros básicos, a participação brasileira está longe de se fazer sentir, em vista da crise agrícola por que atravessamos. E' de distinguir nessa crise dois aspectos: o estrutural e o eventual. O estrutural reside na própria

organização das atividades rurais, o eventual prende-se a fatôres outros, extrínsecos, na maioria das vêzes. O OBSERVADOR já se ocupou, em reportagem anterior ("O Problema da Terra", pág. 50, n. 135), da alta concentração da propriedade rural em nosso país, a responsabilizando pelos achaques seculares de nossa agricultura e de nossa pecuária.

Constitui essa alta concentração o mais elementar indício da crise estrutural. Outro, dela decorrente, foi objeto de reparo no início desta reportagem: a ausência de maquinário e de aparelhamento para as lides do campo. A Tabela VII, enfeixando resultados do censo agrícola de 1940, nos dá um panorama mais elucidativo, mais completo, da tragédia agrária brasileira. Observe-se o valor total dos estabelecimentos agro-pecuários recenseados — Cr$ ..... 34.879.837.000,00. Neste total, a parcela do maquinário vai apenas a Cr$ 880.743.000,00, enquanto o dos prédios e construções lhe é quase cinco vêzes maior.

Observe-se, do mesmo modo, a parcela correspondente ao valor das propriedades localizadas na região sul sôbre o total do Brasil. Possuindo um têrço das propriedades recenseadas, participa o sul com quase a metade do valor total dêsses estabelecimentos. Quanto ao valor das terras em si, a participação do sul é igual à metade; quanto ao dos prédios e construções, menos da metade; quanto ao maquinário e a veículos, muito mais da metade; como muito mais da metade quanto ao de animais. Essa valorização das propriedades sulinas decorre muito menos da qualidade das terras do que, especialmente, da forma por que elas são trabalhadas.

Quanto aos fatôres eventuais, algumas linhas devem ser redigidas. Manda a verdade reconhecer que o desenvolvimento da agricultura de subsistência no Brasil, pelo menos no período de vinte anos (1920-1940), em que as estatísticas permitem análise conveniente, não revela tendência ascencional marcante. Ao contrário, tudo indica que os volumes globais alcançados estavam, naquele período, em flagrante desproporção com o crescimento dos efetivos demográficos. Se compararmos a situação de 1933 à de 1940, veremos que o índice da população subiu para 116, enquanto o da produção de 12 princi-

ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS RECENSEADOS NO BRASIL — 1/IX/1940

NÚMERO E VALOR, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES INDICADAS E SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

TABELA VII

REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS RECENSEADOS	VALOR (Cr$ 1 000)					
		Total	Terras	Prédios e construções	Maquinário	Veículos	Animais
BRASIL	1 904 589	34 879 837	19 897 156	5 316 139	880 743	691 647	8 094 152
NORTE	81 079	498 986	232 088	103 507	15 784	6 932	140 675
Território do Acre	1 047	42 836	22 702	8 835	1 206	180	9 913
Amazonas	21 897	124 523	69 167	26 660	24 764	2 094	21 838
Pará	58 135	331 627	140 219	68 012	9 814	4 658	108 924
NORDESTE	476 682	4 497 954	2 488 967	823 395	114 326	51 761	1 019 505
Maranhão	95 228	229 334	53 322	28 442	6 713	4 629	136 228
Piauí	32 496	412 813	198 867	54 443	4 139	707	154 657
Ceará	93 382	1 044 507	590 838	199 638	23 817	13 430	216 784
Rio Grande do Norte	34 392	467 607	241 522	121 803	12 034	2 863	89 385
Paraíba	65 137	849 955	529 346	144 340	17 511	9 171	149 587
Pernambuco	123 266	1 158 592	678 630	217 633	31 753	16 469	214 107
Alagôas	32 781	335 146	196 442	57 096	18 359	4 492	58 757
ESTE	644 695	11 227 829	6 411 582	1 557 255	267 050	170 671	2 821 271
Sergipe	34 579	250 579	133 083	40 190	10 336	3 496	63 474
Bahia	226 343	1 817 636	831 785	361 025	18 733	6 715	599 378
Minas Gerais	284 685	7 081 999	4 106 804	789 455	173 491	135 710	1 876 539
Serra dos Aimorés	786	3 219	1 275	993	26	19	109
Espírito Santo	41 919	480 752	278 150	103 778	20 538	3 237	75 049
Rio de Janeiro	48 389	1 268 128	811 760	195 570	42 820	18 211	199 767
Distrito Federal	7 994	325 516	248 725	66 244	1 106	3 283	6 158
SUL	636 203	16 752 203	9 949 209	2 606 056	459 944	438 067	3 299 927
São Paulo	252 615	6 497 940	3 963 744	1 166 273	243 231	184 443	940 249
Paraná	64 397	1 197 658	750 732	193 128	20 211	25 142	208 445
Santa Catarina	88 469	1 127 414	659 710	194 580	25 101	24 667	223 356
Rio Grande do Sul	230 722	7 929 191	4 574 023	1 052 075	171 401	203 815	1 927 877
CENTRO-OESTE	65 930	1 902 865	816 310	225 926	23 639	24 216	812 774
Goiás	55 908	1 176 689	496 331	147 328	18 166	15 740	449 124
Mato Grosso	10 022	726 176	319 979	78 598	5 473	8 476	313 650

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento

pais produtos (arroz, batata inglesa, milho, feijão trigo, aveia, centeio, cevada, abacaxi, açúcar, aguardente e farinha de mandioca) baixou para 99. Nos anos seguintes, até 1946, a despeito da conflagração, e talvez por isso mesmo, a produção dêsses 12 gêneros acusou tendência para evolução mais rápida. À base da situação de 1933, o índice da população subiu de 119, em 1941, para 132, em 1946; enquanto o da produção foi de 101, em 1941, para 133, em 1946.

Admite o Serviço de Estatística da Produção que êsse movimento de recuperação, fracamente esboçado, não poderia levar a um abastecimento farto e muito menos à existência de disponibilidades exportáveis. Em verdade, essa recuperação só teve o mérito de reajustar parcialmente uma situação alimentar deficitária, que estava e está a exigir acréscimos bem mais substanciais de produção. Até certo ponto, parecerá estranho que êsse moderado desenvolvimento se tenha verificado no período da guerra. O motivo estará possivelmente mais prêso a certa facilidade de crédito agrícola dispensada do que ao fomento direto da agricultura, fomento que foi fraco e pouco eficiente.

O país, porém, não se beneficiou grandemente dêste acréscimo de produção. Sobrevieram desde logo as dificuldades de transportes, com o racionamento do carvão e da gasolina importados e a produção escasseou nos centros de consumo e nos entrepostos de distribuição. Tal situação ainda mais se agravou com a tendência para a negociação em alta escala das chamadas matérias primas estratégicas, e com a preferência dada ao transporte dessas matérias primas. A crise de consumo chegou ao ponto de inverter-se a posição dos gêneros alimentícios na balança comercial do Brasil com outros países. Nossas exportações dêsses gêneros sempre alcançaram maior volume do que as importações. No quatriênio de 1942-43, observou-se o contrário. Eis o resultado dêsse confronto, em milhões de toneladas:

ANOS	Exportação	Importação	Diferença
1942.....	0,97	1,01	— 0,04
1943.....	1,05	1,12	— 0,07
1944.....	1,36	1,38	—0,02
1945.....	1,29	1,36	— 0,07

No período da guerra, o êxodo das populações rurais para a faixa litorânea, onde estão os núcleos demográficos mais densos, deve ter alcançado intensidade maior. O Sr. M. A. Teixeira de Freitas, em estudo bem fundado ("O Ensino Primário Brasileiro no Decênio 1932-1941", à pág. 5), admitiu a seguinte tendência de êxodo rural, aqui as percentagens correspondendo aos habitantes das cidades e do campo, em cada grupo de 100 pessoas:

POPULAÇÃO

ANOS	Urbana	Rural
1932.....	22,46	77,54
1934.....	23,46	76,54
1936.....	24,46	75,54
1938.....	25,46	74,54
1940.....	26,46	73,54
1942.....	27,46	72,54
1944.....	28,46	71,54
1946.....	29,46	70,54

Seria essa uma tendência normal, num período normal, pois apreendia na verificação dos resultados de dois censos, o de 1920 e o de 1940. Ocor-

Swift do Brasil

Frigoríficos em

RIO GRANDE -- ROSARIO -- UTINGA

Fábricas de Óleos Vegetais em

CAMPINAS - RIO PRETO

Agências e Filiais em todo território nacional

MATRIZ - Rua Dr. Falcão Filho, 56 - 10.º Andar - São Paulo

HÁ MAIS DE UM QUARTO DE SÉCULO
DISTRIBUIDORES MUNDIAIS DE PRODUTOS BRASILEIROS

re que, o espaço de tempo que vem de 1940 até os nossos dias não constitui, sob nenhum aspecto, um período normal. Muito ao contrário. Estamos diante de um período flagrantemente anormal, anormalíssimo. Além das mazelas da inflação, surgiram, nas cidades, pequenas, médias e grandes indústrias que objetivavam suprir os mercados nacionais de manufaturas destinadas a substituir as que não podiam ser adquiridas no exterior. Essas indústrias atraíram, dos campos, gente em larga escala, ao tempo em que o parque industrial já existente em 1940 ganhava contextura, reclamando o trabalho de mais gente. Agravou-se, por isso, no interior, a falta de braços, já agora transformada em problema número um da agricultura e da pecuária do Brasil.

A concentração demográfica nas cidades representou, para a agricultura e a pecuária, não apenas a perda de braços; representou também um substancial aumento das exigências de consumo dos produtos de alimentação. Por outro lado, essa concentração foi seguida de relativa melhoria do padrão de vida geral nas cidades, onde os consumidores, dispondo de menos minguados recursos, passaram a exigir mais, ampliando o mercado de procura. O reflexo dêsse maior desequilíbrio entre a oferta e a procura fêz-se diretamente sôbre os preços do varejo dos artigos agro-pecuários de alimentação.

Para um grupo de 16 produtos principais (açúcar, arroz, banha, batata, café em pó, carne verde, charque, farinha de mandioca, feijão, leite, manteiga, milho, ovos, pão, sal e toucinho) foram os seguintes os índices de conjunto dos preços retalhistas para tôdas as capitais das Unidades da Federação, no período de 1938-46:

1938	100
1939	104
1940	105
1941	117
1942	138
1943	169
1944	212
1945	261
1946	307

Em 1947, êsse índice, após apresentar subida vertiginosa até março, começou a manifestar tendência de estabilização, por fôrça, inegavelmente, de certa melhoria do mercado de oferta, resultante da boa safra de 1946. Vejamos a variação do índice, de janeiro a agôsto de 1947:

janeiro	347
fevereiro	354
março	367
abril	359
maio	359
Junho	356
julho	351
agôsto	354

A depressão verificada nas colheitas de 1947 certamente irá determinar, no ano em curso, novo surto de encarecimento, muito embora êste não venha a atingir o ritmo espetacular dos períodos anteriores. O feijão já começou a sofrer o resultado da pobreza da safra do ano findo. Outros produtos o seguirão, a não ser que o govêrno venha a tomar as providências necessárias à atenuação do mal, com sacrifício embora de nossas transações comerciais com o exterior. De qualquer maneira, a posição do Brasil está fixada neste quadro de fome e de pobreza que o mundo nos apresenta em 1948 — a de um celeiro que não pode ser utilizado na extinção dessa fome e dessa pobreza.

Milhões, em todo o Brasil, nas Capitais e nos longínquos vilarejos, diàriamente, às 23 horas, estão a postos! E' hora do GRANDE JORNAL FALADO TUPI! Todos aguardam, ansiosamente, as últimas notícias, irradiadas em ondas curtas e longas, pela Rádio Tupi, no GRANDE JORNAL FALADO TUPI, o maior e mais ouvido do rádio brasileiro. Dois locutores, quatro redatores, vários cronistas, apresentam diàriamente no GRANDE JORNAL FALADO TUPI: Boletim do Tempo; Notícias dos Estados; Crônica Parlamentar; Boletim Internacional; Notícias Esportivas; Mercado, etc. Ouvir o GRANDE JORNAL FALADO TUPI é saber sempre, antes dos outros, as últimas notícias do Brasil e do Mundo.

RÁDIO **Tupi**

RIO DE JANEIRO — BRASIL

Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro

ESTA' publicado o Balanço Geral da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, encerrado a 31 de dezembro do ano próximo findo e compreendendo o movimento da matriz, seções e agências, bem como a demonstração de despesa e receita. Com a divulgação dêsses documentos, correspondentes ao segundo semestre de 1947, tem o público, mais uma vez, oportunidade de examinar o rápido incremento daquela tradicional organização, cuja importância melhor averiguamos através do valor representativo dos depósitos confiados à sua guarda e que, conforme consta do Balanço Geral em aprêço, atingia a Cr$ 2.939.412.327,40. Semelhante expressão põe a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, definitivamente, em posição similar à dos maiores bancos do país.

Um aspecto da atuação da Caixa, por ser pertinente à política financeira que vem sendo posta em prática pelo govêrno federal, orientada pelo Exmo. Senhor Presidente da República e pelo Senhor Ministro da Fazenda, é a maneira por que aquela entidade vem prestando sua cooperação prática, integrada no sentimento de conjurar esforços para subtrair o Brasil da difícil conjuntura econômica e social em que se encontra. Dentro da Caixa Econômica a colaboração na luta anti-inflacionária tem se feito justamente mediante um crivo mais rigoroso no exame das solicitações de crédito e numa avaliação mais concisa dos valores, de modo a evitar a dispersão de energias vitais e ao mesmo tempo assegurar um maior índice de liquidez às operações realizadas.

Tendo aquêle volume de depósitos, na mesma data, isto é, no último dia do ano transacto, o volume dos empréstimos não ia além de Cr$ ..... 2.160.855.625. Na mesma ocasião os valores disponíveis de Tesouraria (Matriz e Agências) se fixavam em Cr$ 45.336.017,30 e mais: em Bancos, Cr$ 311.747.115,60 e no Tesouro Nacional, Crs. 106.243.440,00, perfazendo um total geral de Cr$ 463.326.572,90.

Confrontando o volume dos Depósitos, de um lado, os dos Empréstimos de outro com os Valores Disponíveis de Tesouraria (Caixa), temos uma noção exata da perfeita situação de liquidez da maior organização nacional de economia popular. Comparando números com os relativos verificados no Balanço Geral do primeiro semestre, temos:

	1º Sem.	2º Sem.
Valores Disponíveis	Cr$	Cr$
Tesouraria	289.725.963,40	463.326.572,90
Depósitos	2.600.419.495,10	2.939.412.327,40
Empréstimos	1.998.378.236,50	2.160.855.625,00

A diferença entre os resultados oferecidos pelos dois semestres não só confirma o espírito de franca colaboração da Caixa Econômica com a política financeira em curso como, ainda, atesta a confiança e o incremento logrados na gestão à frente daquele órgão do seu atual presidente, Dr. Ariosto Pinto.

Fazendo rápida decomposição dos mais importantes grupos de contas do Ativo e do Passivo, verificamos que no total geral dos empréstimos a concorrência das operações a longo prazo, a 31 de dezembro, era da ordem de Cr$ 1.494.720.754,10, cabendo daí a maior parcela aos empréstimos s/hipotecas particulares, com Cr$ 1.158.037.394,10, vindo a seguir, por ordem de valor, as operações sôbre garantias simultâneas com Cr$ ..... 280.176.648,30, as sôbre hipotecas C. E. com Cr$ 39.705.072,00 e sôbre hipotecas "desconto em fôlha" Cr$ 16.801.639,70.

Os empréstimos a médio e curto prazo totalizaram Cr$ 666.134.870,90; neste grupo o título "Caixas Econômicas Federais" está representado pela cifra de Cr$ 55.684.832,20; as operações sôbre cauções de títulos, Cr$ 33.008.865,00; as sôbre consignações, Cr$ 391.899.346,80 — sendo esta a maior participação no grupo —; os empréstimos sôbre consignações C. E., Cr$ 18.765.309,00; sôbre penhores, Cr$ 166.770.684,50 e sôbre diversos, Cr$ 5.833,40. Ressaltemos aqui uma curiosidade: no segundo semestre do exercício findo os empréstimos sôbre penhores sofreram uma redução, em relação ao volume total registrado no primeiro semestre.

Os valores em circulação "de mutação" montavam no fim do ano a Cr$ 382.704.416,70 e os "transitórios" eram da ordem de Cr$ 75.821.301,10. Estas parcelas reunidas formam o total dos "Valores em Circulação", expresso em Cr$ 2.619.381.324,80.

Na mesma data os "Valores Patrimoniais" somavam Cr$ ..... 211.651.336,90 e os valores de compensação, no ativo, somavam Cr$ 3.151.704.173,40.

No passivo, num total de Contas Exigíveis de Cr$ 3.001.885.595,60, a participação dos depósitos voluntários era de Cr$ 2.848.557.098,10 e os compulsórios não iam além de Cr$ 90.855.229,30. No grupo dos "voluntários" os populares entravam com Cr$ 2.402.065.460,00; os escolares com Cr$ 10.005.706,40; os comerciais com Cr$ 108.750.039,20; os de prazo fixo, Cr$ 62.863.475,80; os de aviso prévio, Cr$ 260.121.173,90 e em liquidação, Cr$ 4.751.242,80. Os depósitos compulsórios: caucionados, Cr$ 42.103.971,10 e judiciais Cr$ 48.751.258,20.

As contas exigíveis "transitórias" somavam na mesma data Cr$ ..... 62.473.268,20; as contas de regularização davam um total de Cr$ ..... 9.143.862,00 e as patrimoniais iam a Cr$ 283.329.795,00.

Segundo a demonstração de receita e despesa verificamos os resultados econômicos do semestre. A coluna da receita acusa um total de Cr$ .... 117.200.686,30, superior, por conseguinte, ao apurado no primeiro semestre e que fôra de Cr$ ..... 112.208.027,50. Podemos resumir da seguinte forma a receita:

	Cr$
0Receita Financeira.....	109.271.627,3
Receita Administrativa...	2.174.758,30
Renda Patrimonial.....	1.506.652,50
Receita Extraordinária....	2.458.905,60
Receita de Exercìcios Anteriores.....	1.788.742,60

Passando à coluna da despesa verificamos que esta atingiu a Cr$ 96.080.170,60, registrando-se um resultado econômico, no semestre, de Cr$ 21.120.515,70. Decompondo a despesa, da mesma sorte por que o fizemos com a receita, encontramos:

	Cr$
Despesa Financeira.....	58.378.282,80
Despesa Administrativa....	36.808.057,00
Despesa Patrimonial.....	370.177,10
Despesa Extraordinária...	359.406,60
Despesa de Exercìcios Anteriores.....	164.247,10
RESULTADO ECONÔMICO...	21.120.515,70

E' interessante adiantar aqui um outro registro: tendo uma despesa dêsse vulto, para atender às necessidades do volume de operações registradas no seu Balanço, tôda a parte do "pessoal", na Despesa, não foi no semestre além de Cr$ 30.145.778,80, aí compreendidos os ativos e inativos, adicionais, auxílios, funções gratificadas, representação de gabinete, salário família, etc. Corresponde, esta verba, a cêrca de um quarto da despesa total conforme a discriminação acima.

E' sempre com o maior interêsse que compulsamos, cada semestre, o Balanço Geral e a Demonstração da Receita e da Despesa da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, onde encontramos sempre refletidos os sintomas mais positivos da nossa evolução econômica, sobretudo naqueles aspectos que traduzem uma constante compreensão popular, tão necessária sobretudo agora, para o bom desenvolvimento da política financeira que vem sendo praticada pelo govêrno federal.

BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL S/A

CARTA PATENTE N. 314, DE 30-11-45 —):(— SEDE: RUA DA QUITANDA, 129 — RIO DE JANEIRO (D. F.)

BALANCETE EM 31 DE JANEIRO DE 1948

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
A — DISPONÍVEL			
CAIXA			
Em moeda corrente		7.487.124,20	
Em depósito no Banco do Brasil		51.342.573,60	
Em depósito a ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		7.741.321,70	
Em outras espécies		1.402.904,80	
			67.973.924,30
B — REALIZÁVEL			
Letras do Tesouro Nacional		4.151.000,00	
Empréstimos em c/corrente:			
a prazo médio	50.915.369,00		
a prazo curto	44.442.793,90		
	95.358.162,90		
Empréstimos hipotecários	83.219.390,20		
Títulos descontados	179.382.487,50		
	357.960.040,60		
Agências no País	15.016,10		
Correspondentes no País	377.110,90		
Capital a realizar	2.911.040,00		
Outros Créditos	1.393.708,80	362.656.916,40	
IMÓVEIS			
Prometidos à venda	3.773.290,60		
Outros Imóveis	575.600,00	4.348.890,60	
Títulos e valores mobiliários			
Ações e debêntures		100.000,00	
Outros valores		2.812.957,00	347.069.764,00
C — IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco	16.637.656,30		
Móveis e Utensílios	2.571.796,70		
Material de expediente	251.095,60		
Instalações	3.173.338,80		22.633.887,40
D — RESULTADOS PENDENTES			
Juros e descontos	1.027.893,20		
Impostos	117.938,40		
Despesas Gerais	617.417,40		1.817.249,00
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em garantia		280.160.619,70	
Valores em custódia			
Outras contas		16.083.415,10	296.244.034,80
			762.738.859,50

PASSIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		100.000.000,00	
Fundo de Reserva legal		611.509,40	
Fundo de Previsão		2.811.509,40	
Outras reservas		307.700,00	103.730.718,90
G — EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS:			
Á vista e a curto prazo:			
De poderes públicos	150.050.813,40		
De autarquias	2.783.500,30		
Em c/c sem limite	38.642.416,40		
Em c/c limitadas	15.537.375,70		
Em c/c populares	691.573,80		
Em c/c sem juros	25.952,20		
Outros depósitos	298.304,90	208.029.936,70	
Á PRAZO:			
De poderes públicos	63.868.475,00		
De diversos:			
A prazo fixo	5.676.156,30		
De aviso prévio	279.713,50	69.824.344,80	277.854.182,50
OUTRAS RESPONSABILIDADES:			
Obrigações diversas:			
Prefeitura do Distrito Federal conta a prazo longo (crédito rural)	30.000.000,00		
Outras obrigações	4.000.000,00		
	34.000.000,00		
Letras a pagar	4.742.666,70		
Letras hipotecárias em circulação	38.199.000,00		
Correspondentes no País	501.582,70		
Ordens de pagamento e outros créditos	1.092.555,50		
Dividendos a pagar	321.350,40		78.857.155,30
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			6.052.669,00
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em garantia e em custódia		280.160.619,70	
Outras contas		16.083.415,10	296.244.034,80
			762.738.859,50

HENRIQUE DE TOLEDO DODSWORTH
Diretor-Presidente

ANTENOR DOS SANTOS FAGUNDES
Contador — Reg. 39.832 DNIC e 30.133 DEC

A ERVA-MATE JÁ FOI INGREDIENTE DE FEITIÇARIA

Francisco Leite

O FOLCLORISTA Júlio Vignola Mansilla realizou curiosas pesquisas em tôrno da erva-mate, a "caá" dos guaranís, e descobriu que a sua infusão se prestou a terríveis bruxarias, fazendo tremer, por muitos anos, não apenas os paraguaios, mas inúmeros mateadores das regiões platinas.

E' que a obra de S. Tomé, ou S. Tomás, com descobrir as virtudes terapêuticas do mate, recomendando-lhe a infusão para cura de tôdas as pestes, foi desde logo perseguida pelo demônio... Notando que a erva curava os enfermos e lhes proporcionava longa vida, o diabo se encheu de despeito e entrou de profanar a bebida sagrada, impregnando-a de fluidos maléficos. Quem a tomava, descuidadamente, acabava entregando a alma ao diabo. Outras plantas, outras ervas, como a coca, a chicha, o tabaco, serviam de veículo às artimanhas do capeta. Nesse número foi incluída a "caá", que até então vinha operando milagres.

Já eram muitos os transviados, os que assumiram, sem o imaginar, um pacto com o demônio.

Mas, como há recurso para todos os males, e o veneno se cura com outro veneno, ou com simpatias, não tardou que um feiticeiro revelasse os malefícios da erva, indicando os meios de neutralizá-los.

A mandinga não lograria seus intuitos, desde que o tomador de mate executasse uma simples manobra, que constituía apenas em dar duas chupadas na bomba, ou mesmo num vasilhame, jogando duas golfadas da infusão, sendo uma por sôbre o ombro direito, e outra por sôbre o ombro esquerdo. Feita esta cerimônia, estava a erva livre de todo e qualquer fluido capcioso.

Conta-se que, até hoje, há, entre os mateadores do alto Paraguai, os que, antes de sorver a infusão, executam o antigo gesto guaraní, varrendo assim qualquer dúvida...

E, com isso, o diabo perdeu a partida.

Hoje, o mate é uma bebida que ganha fama, despido completamente dos fluidos diabólicos. A "caá" dos humildes guaranís abriu clareira nas florestas, invadiu os pampas, os platôs, os galpões dos tropeiros, e veio, triunfante, conquistando vilas, cidades, países...

E' bebida de pobre e é bebida de ricos. E' uma infusão verdadeiramente democrática, porque não estabelece distinção entre religiões, classes ou povos. E' antes, e acima de tudo, uma bebida essencialmente americana. Tomada sob a forma de chimarrão, ou mate-amargo, une os convivas, pela confiança que grangeia, quando a cúia anda de mão em mão, e a bombilha de bôca em bôca. Nos salões aristocráticos, impõe os seus predicados, fazendo o arredor trescalar de um puríssimo aroma, ao mesmo tempo que agrada o paladar dos que levam aos lábios a chávena que contém a sua infusão, em forma de chá.

Nos restaurantes e bares, nos dias de calor, é o chope-mate um dos mais saudáveis refrigerenates, pois é uma infusão de um belo colorido, de um gôsto capitoso, sem que contenha nenhuma tintura, nenhuma essência, nenhum gás, além do sumo natural das fôlhas da erva-mate.

Após conquistar a selva, triunfando das perseguições de Satanaz, o mate vai, hoje, caminho da América do Norte e da Europa, certo da sua vitória mundial.

Não só os homens seguem a sua predestinação.

Instituto do Açúcar e do Álcool

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31-12-1947

DÉBITO

	Cr$	Cr$	Cr$
I — DESPESA ESTATUTÁRIA			
1 — Fiscalização Tributária..		5.124.350,40	
— Encargos Estatutários...			
a — Fundo de Assistência ás Associações dos Plantadores de Cana.....	472.813,80		
b — Fundo de Assistência Social ao Trabalhador Rural.....	1.891.255,20		
c — Fundo de Assistência Financeira aos Plantadores de cana.....	2.364.068,90		
d — Auxílio para combate á Cigarrinha da Cana em Sergipe.....	750.000,00		
e — Bonificação aos Produtores de Açúcar de Usina.....	338.651,00		
f — Fundo de Bonificação aos Produtores de Alcool.....	16.895.164,80		
g — Despesas de Estampilhas da Caixa de Alcool.....	9.961,70		
h — Despesas Reajustamento Quota do Distrito Federal.....	50.023.204,50		
i — Diferença de preço pela entrega de Alcool Anidro.....	7.381.811,10		
j — Subvenção do Instituto Nacional de Tecnólogia.....	100.000,00		
k — Subvenção às Estações Experimentais de Campos e Curado...	550.000,00		
l — Subvenção ao Instituto de Quimica de Sergipe.....	50.000,00		
m — Fretes de Alcool Anidro	3.840.674,60		
n — Retorno e outras despesas de Alcool Anidro.	908.984,90	67.576.590,50	72.701.140,90
II — DESPESAS PATRIMONIAIS			
1 — Edifício Taquara.....			275.865,80
III — DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
1 — Administração Central..		12.695.645,50	
2 — D.R. Maceió.....		525.886.80,	
3 — D.R. Salvador.....		349.044,90	
4 — D.R. em Campos.....		440.468,90	
5 — D.R.em Belo Horizonte.		292.525,60	
6 — D.R. em João Pessoa...		357.482,30	
7 — D.R. em Recife.....		973.491,20	
8 — D.R. em São Paulo.....		736.563,30	
9 — D.R. em Aracajú.....		288.558,00	
10 — Procuradoria Reg. em Maceió.....		118.868,20	
11 — Procuradoria Reg. em Salvador.....		120.465,60	
12 — Procuradoria Reg. em Campos.....		176.436,50	
13 — Procuradoria Reg. em Belo Horizonte.....		105.735,30	
14 — Procuradoria Reg. em João Pessoa.....		20.701,80	
15 — Procuradoria Reg. em Recife.....		125.655,10	
16 — Procuradoria Reg. em São Paulo.....		124.861,70	
17 — Procuradoria Reg. em Aracajú.....		26.421,90	
18 — Sub-Inp. Técnica em Maceió.....		42.370,00	
19 — Insp. Técnica Industrial do Norte.....		29.996,20	
20 — Insp. Técnica Industrial do Sul.....		119.073,90	
21 — Armazens de Maceió...		10.800,00	27.933.052,70
IV — DESPESAS DIVERSAS			
1 — Juros do Empréstimo do Banco do Brasil...			6.071.115,10
V — DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS			
1 — Diversas.....			3.481.416,04
VI — DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			
1 — Diversas.....			1.259.026,87
VII — DESPESAS SERVIÇOS ANEXOS			
1 — Serviço do Alcool Motor		13.548.214,60	
2 — Distilarias Centrais			
a — C.D. "Presidente Vargas".....	7.936.912,00		
b — D.C. Estado do Rio de Janeiro.....	8.714.022,80		
c — D.C. Santo Amaro..	1.407.410,80		
d — D.C. de Ubirama.....	269.504,99		
e — D.C. de Ponte Nova....	141.477,00		
D.C. de Morretes.....	46.365,70	18.513.693,29	
3 — Serviço de Publicidade..		1.996.870,40	
4 — Serviço de Restaurante.		844.092,80	34.904.871,09
VIII — MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
1 — Aumento de Instalações		1.133.720,00	
2 — Aquisição de Moveis e Utensílios.....		417.007,90	
3 — Aquisição de Maquinismos e instalações.....		259.682,80	
4 — Aquisição de Aparelhos para Laboratórios.....		94.360,60	
5 — Aquisição de Aparelhos para Ambulatório.....		20.000,00	
6 — Aqusição de Veículos e Flutuantes.....		175.494,00	
7 — Aquisição de Material Rodante.....		209.671,90	
8 — Aquisição de livros....		24.051,20	
9 — Aquisição de Material de consumo.....		2.332.187,80	
10 — Aqusisição de Material de Transformação.....		48.031.125,70	
11 — Aquisição de Material de Venda.....		379.472.282,80	
12 — Empréstimos Concedidos.....		137.177.782,77	
13 — Amortização da Conta Rotativa do Banco do Brasil.....		316.765.911,60	
14 — Financiamento Realizados.....		4.771.642,90	890.884.822,57
15 — Variações Patrimoniais.			179.556,70
IX — RESERVAS DIVERSAS			
1 — Reserva Patrimonial Geral			
a — Resultado Liquído do Exercício.....			23.425.385,51
			1.051.116.253,28

Instituto do Açúcar e do Álcool

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31-12-1947

CRÉDITO

	Cr$	Cr$	Cr$
I — RECEITA ESTATUTÁRIA			
1 — Ordinária			
a — Taxa s/Açúcar de Usina	55.580.610,00		
b — Taxa s/Açúcar de Engenho	2.491.941,30		
c — Taxa s/Açúcar Beneficiado	45.000,00	58.117.551,30	
2 — Com Aplicação Especial			
a — Taxas s/Fornecimento de canas	4.731.453,60		
b — Taxa s/Alcool	31.036.597,10		
c — Sobre-taxa — Quota —Distrito Federal	20.507.735,50	56.275.786,20	114.393.337,50
II — RECEITA PATRIMONIAL			
1 — Aluguéis de Imóveis		703.453,30	
2 — Juros Bancários		1.253.662,50	
3 — Dividendos		513.936,00	
4 — Juros de Capitais Aplicados		6.913.930,01	9.384.981,81
III — RECEITA EXTRAORDINÁRIA			
1 — Multas		89.768,10	
2 — Outras Receitas Extraordinárias		1.831.719,20	1.921.487,30
IV — RECEITAS DOS SERVIÇOS ANEXOS			
1 — Serviço do Alcool Motor		10.911.188,20	
2 — Destilarias Centrais			
a — Distilaria Central "Presidente Vargas"	9.089.570,40		
b — Dist. Central do Est. do Rio de Janeiro	8.936.002,50		
c — Distilaria Central de Santo Amaro	155.079,60	18.180.652,50	
3 — Serviço de Publicidade		1.996.870,40	
4 — Serviço de Restaurante		401.229,70	31.489.940,80
V — RECEITA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			
1 — Receitas Diversas			3.041.683,30
VI — MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
1 — Alineações Patrimoniais		432.385.429,83	
2 — Amortização da Conta Rotativa do Banco do Brasil		368.833.772,60	
3 — Amortização de Empréstimos, Adiantamentos e Financiamentos		53.101.824,06	854.321.026,46
4 — Saldo de Efeitos do Exercício Financeiro			36.563.796,08
			1.051.116.253,28

RESULTADÕ DO EXERCÍCIO EM 1947

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
1 — BENS FISÍCOS			
1 — Bens para o Próprio Funcionamento			
1 — Biblioteca	225.768,80		
2 — Secção do Alcool Motor	8.007.576,17		
3 — Distilarias Centrais	109.469.704,60		
4 — Edifício Taquara	4.720.055,50		
5 — Laboratórios	290.118,80		
6 — Móveis e Utensílios	3.857.457,10	126.570.680,97	
2 — Bens de Consumo e Transformação			
1 — Almoxarifado	1.562.000,87		
2 — Matéria Prima	4.841.733,20		
3 — Material de Escritório	681.991,10	7.085.725,17	
2 — Bens para Venda ou Alineação			
1 — Açúcar para Retrovenda	274.651.260,00		
2 — Livros e Boletins Estatísticos	843.521,20		
3 — Materiais Diversos	1.510.870,90		
4 — Produtos Elaborados	678.078,62	277.683.730,72	411.340.136,86
2 — BENS INTANGÍVEIS			
1 — Bens para o Próprio Funcionamento			
1 — Patentes (Sessão Patentes)			3.587.800,00
3 — BENS MOBILIÁRIOS			
1 — Títulos para Renda			
1 — Títulos e Ações			10.707.000,00
4 — CAIXAS E BANCOS			
1 — Caixa da Sede	219.559,00		
2 — Caixa das Delegacias Regionais	49.299,70		
3 — Caixa das Distilarias Centrais	79.011,60	347.870,30	
4 — Banco do Brasil — Sede	35.143.634,80		
5 — Banco do Brasil — Delegacias	15.065.303,20		
6 — Banco do Brasil — Distilarias	384.964,20	50.593.902,20	50.941.772,50
5 — DEVEDORES			
1 — Operações de Funcionamento			
1 — Contas Correntes	26.712.712,22		
2 — Diversos Responsáveis	639.897,70		
3 — Dívida Ativa	1.315.885,20	28.668.495,12	
2 — Operações de Financiamento			
1 — Adiantamentos	2.632.423,80		
2 — Caixa de Empréstimos a Funcionários	528.935,70		
3 — Empréstimos	113.083 854,99		
4 — Financiamentos	93.001.281,40	209.246.499,89	237.914.995,01
6 — CONTAS DE TRANSIÇÃO			
1 — Pagamentos a Classificar		208.652,60	
2 — Movimento de Fundos		10.373.157,20	10.581.809,80

Instituto do Açúcar e do Álcool

RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 1947

ATIVO

7 — CONTAS DE DESPESAS DIFERIDAS			
1 — Açúcar para Retrovenvenda — Safra 1947/48		283.426.950,00	
2 — Financiamento do Bco. do Brasil — Safra 1947 1948		8.775.690,00	
3 — Aquisição de Alcool Anidro — Safra 1947/1948		38.557.496,90	
4 — Aquisição de Alcool Potável — Safra 1947/48		256.716,50	
5 — Diferença de Preço s/ Alcool Anidro — Safra 1947/48		6.651.610,60	
6 — Estampilhas Aplicadas em G. de Alcool — Safra 1947/48		5.476,90	
7 — Fretes Sobre Alcool — Safra 1947/48		5.120.014,50	
8 — Outras Despesas da Caixa do Alcool — Safra 1947/48		89.467,30	
9 — Juros Passivos		1.340.724,90	
10 — Seguros		26.433,00	344.250.580,00
8 — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
1 — Contas de Ordem			
1 — Banco do Brasil — C/ Caução de Açúcar	274.659.260,00		
2 — Banco do Brasil — C/ Créditos	25.348.740,00		
3 — Cessionários de Tanques de álcool	160.221,50		
4 — Depositários de Penhor Mercantil	6.000.000,00		
5 — Depositários de Títulos e Valores	2.001,00		
6 — Títulos e Valores em Penhor	84.994.295,40		
7 — Valores Caucionados	139.361,00		
8 — Valores em Hipoteca	35.144,012,80		
9 — Depositários de Títulos em Garantia	2.312.850,00		428.752.741,70
			1.498.076.836,47

RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 1947

PASSIVO

1 — PATRIMÔNIO	Cr$	Cr$	Cr$
1 — Reserva Patrimonial Geral		137.603.206,31	
2 — Reserva Patrimoniais Especiais			
1 — Reserva de Alcool Motor		8.741.493,31	147.344.699,62
2 — RESERVA ESPECIAIS			
1 — Reserva para Substituições		12.018.000,20	
2 — Reserva para Depreciações		5.489.132,20	17.507.132,40
2 — FUNDOS ESPECIAIS			
1 — Fundo Assistência Social		6.983.883,90	
2 — Fundo Assistência ás Associações de Classe e Plantação de Cana		460.957,00	
3 — Fundo de Donativos		1.525.968,05	
4 — Fundo de Bonificações		51.780.950,70	
5 — Fundo de Assistência Financeira		1.393.266,90	
6 — Fundo de Beneficência dos Servidores do Instituto		345.807,60	
7 — Fundo de Reserva da Caixa do Alcool		5.478.040,00	
8 — Fundo do Propaganda		450.175,50	
9 — Fundo de Indenizações e Multas		56.544,70	68.475.594,35
4 — RESERVA DE PREVISÃO			152.772.422,15
5 — CREDORES			
1 — Operações de Funcionamento			
1 — Contas Correntes	13.094.861,89		
2 — Vales Emitidos s/Alcool Motor	464.534,81		
3 — Locação de Vagões Tanque	350.000,00	13.909.396,70	
2 — Operações de Financiamento			
1 — Banco do Brasil — C/ Financiamento		274.651.260,00	
3 — Depósitos e Cauções Dinheiro			
1 — Credores de Depósitos		6.893.731,25	295.454.387,95
6 — CONTAS DE TRANSIÇÃO			
1 — Recebimentos a Classificar	1.198.988,20		
2 — Ordens de Pagamento	863.764,20		
3 — Movimento de Fundos	2.320,00		2.065.072,40
7 — CONTAS DE RECEITAS DIFERIDAS			
Açúcar para Retrovenda — Safra 1947/48	8.775.690,00		
2 — Filtragem de Alcool Anidro — Safra 1947 1948	47.767,40		
3 — Financiamento do Banco do Brasil — Safra 1947/48	283.426.950,00		
4 — Juros Ativos — Safra 1948/47	8.700,70		
5 — Sobre-taxas — Safra 1947/48	13.026,00		
6 — Taxas s/Açúcar de Engenho — Safra 1947/48	63.915.50,		
7 — Taxa s/ Açúcar de Usina — Safra 1947/48	31.287.562,60		
8 — Taxas s/Alcool — Safra 1947/48	19.645.475,90		
9 — Taxa s/Fornecimento de Cana — Safra 1947/1948	2.226.056,40		
10 — Vendas de Alcool Anidro — Safra 1947/48	39.943.821,40		
11 — Vendas de Alcool Potavel — Safra 1947/48	265.820,00		385.704.785,90
8 — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
1 — Contas de Ordem			
1 — Caução de Açúcar	274.651.260,00		
2 — Contra Partidas do Banco do Brasil — C/ Créditos	25.348.740,00		
3 — Contra Partidas de Cessionários de Tanques de Alcool	160.221,50		
4 — Penhor Mercantil	90.994.295,40		
5 — Contra Partidas de Depositários de Títulos em Garantias	2.3.2.850,00		
6 — Depositantes de Títulos e Valores	141.362,00		
7 — Outorgantes de Hipoteca	35.144.012,80		428.752.741,70
			1.498.076.836,47

Observações à Margem do Balanço

RECEITA E DESPESA ORÇADA E REALIZADAS

A receita do Instituto para o exercício de 1947 foi estimada em Cr$ 437.615.957,00, assim discriminada:

Efetiva	Cr$	210.299.189,00
Mutação patrimonial	Cr$	227.316.788,00

A despesa para o mesmo exercício foi orçada em Cr$ 1.130.720.697,21, composta de duas partes:

Efetiva	Cr$	206.479.977,20
Mutação patrimonial	Cr$	924.240.714,00

A execução do orçamento apresentou o seguinte resultado:

Receita

a) Efetiva	Cr$	160.231.430,71
b) Mutação patrimonial	Cr$	854.321.026,49
TOTAL	Cr$	1.014.552.457,20

Despesa

a) Efetiva	Cr$	136.626.488,50
b) Mutação patrimonial	Cr$	890.884.822,57
TOTAL	Cr$	**1.027.511.311,07**

A receita efetiva, no exercício de 1947, foi de Cr$ 160.231.430,70 contra uma despesa efetiva de Cr$ 136.626.488,50, resultando, assim, um saldo econômico de Cr$ 23.604.942,21.

A receita de mutação patrimonial, atingiu a Cr$ 854.231.026,49, contra uma despesa de Cr$ 890.884.222.57 sendo a diferença resultante de Cr$ 36.563.796,08, o deficit financeiro apurado, como consequência do maior financiamento feito a produção.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

A demonstração do Resultado do Exercício de 1947 revela que foram incorporados às reservas patrimoniais do Instituto Cr$23.425.385.51 como Saldo do Exercício.

As receitas obedecm aos seguintes agrupamentos:

Receita Estatutária
Receita Patrimonial
Receita Extraordinária
Receita de Serviços Anexos
Receita de Exercícios Anteriores

As Receitas Estatutárias se dividem em dois grandes grupos: Receita Ordinária e Receita com Aplicação Especial.

O primeiro grupo compreende: Taxa sobre Açúcar de Usina, Taxa sobre Açúcar de Engenho e Taxa sôbre Açûcar beneficiado.

O segundo grupo abrange: Taxa sôbre Fornecimento de Canas, Taxa sôbre Alcool e Sobretaxa para Compensação de Preço no Distrito Federal.

No grupo de Receita com Aplicação Especial encontra-se a Sobretaxa para Quota do Distrito Federal com uma arrecadação de Cr$ 20.507.735,50, enquanto que a despesa com essa quota foi de Cr$ 30.023.204,50, ou seja mais Cr$, 9.515.469,00 do que a arrecadação, o que veio alterar o Resultado Final do Exercício.

Esse fato se verificou por força da Portaria n. 12, de 3/2/47, do Ministério do Trabalho, e de Resolução da Comissão Executiva, que suspendeu o sistema de subsidio para o açúcar consumido no Distrito Federal e, também, a cobrança de sobretaxa com que o I.A.A. fazia face a esse subsidio.

Não fosse essa circunstância, que alterou profundamente o resultado do exercício de 1947, ter-se-iam incorporado às reservas do Instituto Cr$ 32.940.854,51 como saldo liquido do exercício ao invés de, apenas, Cr$ 23.425.385,51.

Merecem ser assinalados os resultados financeiros das Distilarias do Instituto.

A Distilaria Central "Presidente Vargas" realizou uma Receita de Cr$ 9.089.570,40 contra uma Despesa de Cr$ 7.936.912.00, o que nos dá um saldo de Cr$ 1.152.658,40. sendo de notar que na despesa é indicada a importância de Cr$ 612.172,90 para Depreciações e Provisões, que foi levada à Reserva para Substituições.

A Distilaria Central do Estado do Rio de Janeiro, para uma receita de Cr$ 8.936.002,50, realizou uma despesa de Cr$ 8.704.022,80, incluindo nesta uma parcela de Cr$ 554.583,50, levada à Reserva para Substituições.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1947. — *Esperidião L. de Farias Junior*, Presidente. *Humberto da Costa Pinto*, Contador Geral.

COMO SE CONSTITUIU A DESPESA EFETIVA

No Capitulo das Despesas Efetivas, que se elevou a Cr$ 136.626.488,50, verifica-se a seguinte situação:

Pessoal	Cr$	22.087.126,90 —	16,17%
Material	Cr$	3.947.041,69 —	2,88%
Serviços de Terceiros	Cr$	5.728.573,40 —	4,20%
Encargos Diversos	Cr$	13.842.951,71 —	10,13%
Aquisição de Material de Transformação ou venda	Cr$	21.608.894,20 —	15,81%
Encargas Estatutários	Cr$	67.576.590,50 —	49,46%
Fundo Reserva p/Depreciações e Substituições	Cr$	1.835.310,10 —	1,35%
	Cr$	**136.626.488,50** —	**100,00%**

Os Encargos Estatutários que constituem atribuições especificas do Instituto, como orgão de defesa da economia açucareira, se distribuem pelas seguintes parcelas:

	Cr$
1. Fundo de Assistência a Ass. de Plantadores de Cana	472.813,80
2. Fundo de Ass. aos Trabalhadores Rurais	1.891.255,20
3. Fundo de Ass. Financeira aos Plantadores de Cana	2.364.068,00
4. Combate as Pragas	750.000,00
5. Bonificação aos Plantadores de Açúcar e de Alcool	17.233.815,80
6. Despesas com Alcool anidro	14.141.432,30
7. Subsídio para a quota de consumo do Distrito Federal	30.023.204,50
8. Subvenções às estações experimentais de cana, ao Instituto de Tecnologia e ao Instituto de Química	700.000,00

A comparação da despesa do Pessoal com a receita ordinária do I.A.A., em 1947 revela que foram gastos 27,9%, eliminados os Serviços anexos.

A verba do pessoal durante o exercício de 1947 apresenta uma redução de despesa de Cr$ 4.625.000.00 em comparação com a do exercício de 1946.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À PRODUÇÃO

Da Receita Efetiva do Instituto, em 1947, foram empregados no amparo à produção 65,27%, ou sejam, Cr$ 89,185.484,70 .

Esse auxílio se traduziu, além da aquisição de melaço, álcool potavel e álcool anidro, em auxílio às Estações Experimentais de Cana de Curado e de Campos, auxílio no combate as pragas da cigarrinha e do carvão nos canaviais, no Nordeste e em São Paulo, bonificações aos produtores de açúcar e de álcool.

No financiamento de açúcar de usina e de engenho foram empregados recursos próprios do Instituto, num total de Cr$ 237.386.059,30: os financiamentos feitos com recursos do Banco do Brasil sob garantia do Instituto, ascendiam em 31 de Dezembro de 1947 a Cr$ 300.000.000,00.

Conquanto em 1945 o financiamento de açúcar com recursos do Banco do Brasil representassem — em comparação com o ano de 1944 — 121 (número índice) em 1946 1947, esse número índice se elevou a 304,8 463,8 ou seja nos anos de 1946 e 1947 quadruplicaram a warrantagem do açúcar.

Por outro lado, o financiamento com recurso próprio se traduz assim:

1945	118,4
1946	150,0
1947	266,2

Essas inversões redundaram na diminuição dos depósitos do Instituto, no Banco do Brasil que sofreram as seguintes variações:

1945	99,1
1946	83,5
1947	44,3

Os números índices acima não indicam apenas o vulto da assistência financeira prestada à produção que atingindo um nivel superior às necessidades do consumo interno, se viu a braços com as dificuldades existentes no comércio internacional, resultando, daí, a formação de grandes estoques nos Estados exportadorees. Revelam também, como foi decisiva a cooperação do Banco do Brasil o que, atendendo as solicitações do Instituto ampliou o crédito até o limite capaz de assegurar a continuidade dos financiamento necessários à estabilidade da agro-indústria do açúcar.

PRODUTOS & MERCADOS

Produção Extrativa em Minas Gerais

Segundo recente divulgação promovida pelo Departamento Estadual de Estatística, verifica-se que a produção da indústria extrativa mineral do Estado de Minas Gerais, em 1936, atingiu quase a 1 bilhão e 200 mil cruzeiros. Dados comparativos mostram mais que o ano anterior apresentou uma diferença de quase 138 milhões de cruzeiros para menos.

Dentre os itens em que se verificaram aumento, está o cimento. A produção do Estado atingiu, no ano em apreço, 81.325 toneladas, no valor global de Cr$ 46.708.469,00; dessa produção, sòmente a Cidade Industrial, sita nas vizinhanças de Belo Horizonte, deu 11.304 toneladas. O restante da produção coube às fábricas situadas no município de Pratápolis.

No setôr das águas minerais foi ponderável, também, o crescimento tanto do volume como do valor, atingindo a produção a 9.519.360 litros e o valor total a Cr$ 29.256.100,00, cada litro ao preço médio de Cr$ 3,07. O município maior produtor foi o de São Lourenço, vindo a seguir Caxambu, Lambari Cambuquira, Volta Grande, Poços de Caldas, Leopoldina e Ouro Fino.

No que respeita ao ouro, porém, registrou-se apreciável declínio em relação a 1945, o mesmo acontecendo ao cristal de rocha.

Em 1945, o Estado de Minas Gerais produziu 5.462.338 gramas, avaliadas em Cr$ 120.743.128,00, atribuindo-se à unidade de grama o valor de Cr$ 23,75. O ano de 1946 ofereceu uma queda apreciável de produção, com menos 737.742 gramas, produzindo, portanto, ao todo 4.724.596 gramas. Embora o seu preço unitário fôsse de Cr$ 25,32, ou seja Cr$ 1,57 a mais por grama, a cifra global ainda foi menor do que a de 1945, atingindo o valor da produção de 1946 a Cr$ 119.653.689,00. O maior produtor do Estado foi o município de Nova Lima, sede da "The Saint John d'el-Rey Mining Company", com um rendimento de 3.996.612 gramas, no ano de 1946, avaliadas em Cr$ 102.082.678,00, saindo a grama a Cr$ 25,54. O segundo produtor de ouro foi o município de Mariana, com 325.558 gramas; depois São João del-Rei, 80.000; Cons. Lafaiete, ... 77.000; Barra Longa, 60.000; Caeté, ... 40.418; Conceição do Mato Dentro, 40.000; João Ribeiro, 16.000 e Minas Novas, 14.000. Os restantes municípios produtores ofereceram resultados inferiores a 10 mil gramas.

O cristal de rocha, que foi durante a última guerra uma das matérias primas mais cobiçadas, alcançando elevados preços no mercado de exportação, vem sofrendo baixas consideráveis no período de paz. Em 1945 foram extraidos nêste Estado 306.062 quilos, para apenas 80.628 em 1946, ou seja uma diferença de 225.434 quilos. O seu valor global em 1945 foi de Cr$ 23.851.086,00; no ano de 1946 atingiu apenas Cr$ 12.010.170,00. Não obstante, o seu preço unitário continua ascendente; enquanto custava o quilo Cr$ 77,92, no ano de 1945, o seu preço subiu para Cr$ 118,95, no ano de 1946. Presentemente o maior produtor do Estado é o município de Sete Lagoas, com 20.000 quilos, seguindo-se Buenópolis, com 19.000; Teófilo Otoni, 13.085; Grão Mogol, 10.280. Os demais municípios exportadores de cristal de rocha apresentam resultados muito reduzidos.

TRIGO E ARROZ

O SENADOR Mário de Andrade Ramos apresentou na Câmara Alta um projeto visando a mistura do trigo com o arroz. Ao chegar à Mesa o projeto contávamos com um excedente exportável do produto o mais apreciável, pois que podia servir para o fim do projeto já que não lograra colocação no exterior. Resolvia-se dessa forma dois problemas básicos: atenuava-se a carência de trigo, e havia colocação para o produto nacional retido. Entretanto as carências de gêneros alimentícios no mundo continuam a ser as mais vivas. Dessa sorte o arroz que demorava no Rio Grande sem possibilidades de embarque para o exterior contou com um comprador de última hora: a Inglaterra.

Efetivamente o pão de trigo misto de arroz é talvez o que apresenta melhores condições de paladar. E por outro lado o trigo não desfalcará tanto as nossas divisas. Teremos assim disponibilidades e reservas no exterior para outros bens cuja necessidade é patente.

O arroz brasileiro tem se encaminhado, em tôdas as suas sobras para exportação para a Inglaterra. Agora resta saber se estas últimas vendas estão sendo feitas em libras arbitráveis. A Inglaterra as possui e as gasta avaramente, só em último caso. Mas arroz é comida, e o mundo hoje luta com falta de víveres. Podemos portanto fazer êsse vantajoso negócio, ao invés da venda contra libras bloqueadas

◆

CULTURA DA CEVADA NO BRASIL

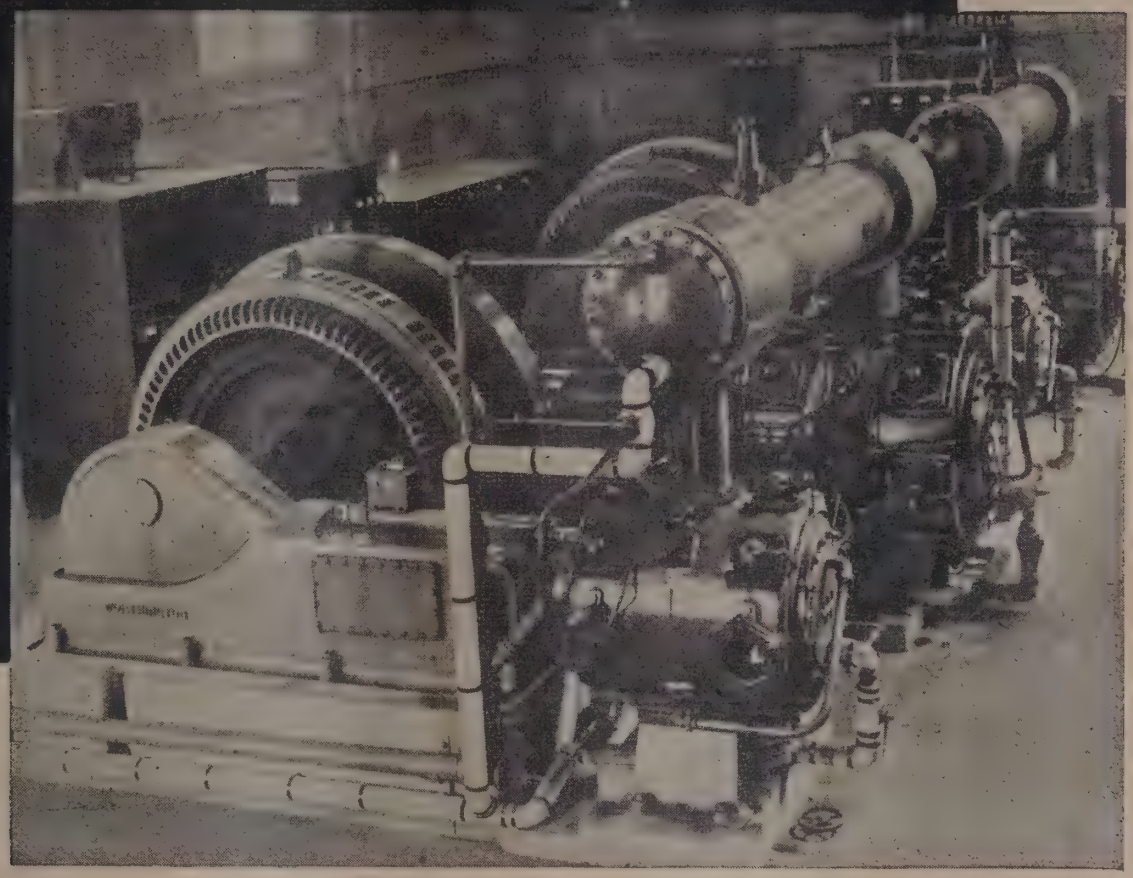
UM produto indispensável à indústria de cervejaria é o malte ou grão de cevada germinada, cuja importação pelo nosso país vem crescendo em escala muito maior do que as do lúpulo. Antes da guerra de 1914 todos os países da América Latina importavam o malte da Europa. Durante essa guerra o Chile e a Argentina iniciaram o seu cultivo. No Brasil o início das culturas é recente, data de 1932. Mesmo assim no ano de 1947 já produzimos 31.027 toneladas de cevada.

◆

RESERVAS DE CARVÃO NA CHINA

SEGUNDO um levantamento feito pela ONU por um dos seus departamentos especializados, as reservas de carvão na China montam a circa 250 bilhões de toneladas. Neste ponto aquêle país não pôde, até hoje, explorar tamanha riqueza em potencial. Entretanto essas reservas são de tal importância, que dão à China o quarto lugar no tocante às reservas de carvão.

REDUZA as despêsas com os compressores



ALGOL e URSA OILS satifazem às exigências de cada tipo e tamanho de compressor de ar... não formam carvão duro, e assim asseguram o perfeito funcionamento das válvulas, aberturas e canalisações.

Os seus compressores renderão o máximo durante centenas de horas extras entre cada revisão— exigirão menos reparos e ajuste—quando lubrificado com TEXACO ALCAID, ALGOL ou URSA OIL. TEXACO ALCAID,

Mais de 30 anos a serviço do Brasil

TEXACO

MARCA REG.

TEXACO Lubrificantes
PARA COMPRESSORES DE AR

OBSERVAÇÕES FINANCEIRAS

Os Orçamentos das Autarquias

O Ministro da Fazenda no Brasil responde pelos encargos da política financeira do país. Desta as faces mais importantes ,são sem dúvida as que se referem as contas da União, à execução orçamentária e ao meio-circulante. E' preciso acentuar que predominam ainda sinais do desajustamento antigo, e muito há ainda que conseguir, no tocante à alçada do titular daquela pasta, a fim de que de fato exerça o mesmo todos os encargos que são nìtidamente de sua competência. Nêsse particular sobressai pelo seu relevo o caso dos orçamentos das autarquias.

As condições de unidade e universalidade do nosso orçamento, embora sejam apregoadas constantemente, nãò existem. E aí reside um dos pontos capitais da impossibilidade de fixar-se de pronto a nossa exáta posição financeira. Efetiva-se, através de uma política salutar, uma recuperação, mas esta se restringe apenas ao setôr do Tesouro, já que o titular da nossa pasta das Finanças não pôde estabelecer ainda uma norma de orientação que se estenda até as entidades para-estatais. Convém salientar que o sentido de "autarquia", grangeou na aplicação brasileira um grau de autonomia sem parelhas. As entidades autárquicas possuem um processo de livre iniciativa e não se subordinam, no plano de execução financeira, ao Ministério da Fazenda. Essa situação é mais viva se atentarmos que as mesmas não participam sequer do balanço geral da União. E isso em organismos cujos orçamentos equivalem a 50% da nossa lei de meios. E' preciso salientar que só os institutos de assistência e previdência social contam rendas que representam 6% aproximadamente da parte da renda nacional advinda dos rendimentos de serviços no país.

O texto constitucional referindo-se explìcitamente ao "orçamento uno de todos os serviços públicos" oferece, claramente a norma a registar. Entre os quatro tipos de organismos adotados pelo Estado, quais sejam: as repartições ministeriais, as autarquias e as sociedades de economia mista e ainda as fundações, só os primeiros participam do orçamento.

BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S. A

END. TEL. "MUNBANCO"

MATRIZ: 71 — Rua do Ouvidor — 78 — Fone 28-5911 — Caixa Postal 919 — Rio de Janeiro

AGENCIA: Rua Figueredo Magalhãse, 22 — Telefone 47-3836 — Copacabana

AGENCIA: Rua 15 de Novembro, 142 — Telefone 4084 — Santos

FILIAL: 37 — Rua João Bicola — 37 — Fone 2-6121 — Caixa Postal 159-B — São Paulo

CARTA PATENTE N./ 1235

BALANCETE EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

(COMPREENDENDO MATRIZ E AGÊNCIAS)

ATIVO

		Cr$	
DISPONIVEL			
Caixa:			
Em moeda corrente no Banco		49.661.409,10	
No Banco do Brasil S/A		62.275.778,10	
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		12.854.115,60	124.791.302,80
REALIZÁVEL			
Empréstimos em c/correntes	256.563.551,30		
EmpréstimosHipotecários	7.908.386,70		
Títulos descontados	242.563.455,10		
Agências no País	56.853.888,39		
Correspondentes no País	7.711.278,70		
Capital a realizar (Acionista)	14.969.000,00		
Outros Créditos	7.903.065,30	594.472.555,49	
Imóveis		8.578.425,10	
Títulos e valores mobiliários:			
Apólices e obrigações fed. em dep. no Banco do Brasil S/A., à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito	2.996.215,80		
Ações e debêntures	50.000,00		
Outros Valores	5.026,00	3.051.241,80	606.102.222,39
IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco	28.517.211,10		
Moveis e utensílios	2.622.448,05		
Instalações	2.323.112,00		33.462.771,15
RESULTADOS TENDENTES			
Juros e descontos	814.448,50		
Impostos	44.963,70		
Despesas gerais	1.143.467,50		2.002.878,70
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em garantia		329.954.651,60	
Valores em custódia		65.107.945,90	
Títulos a receber de c/alheia		78.074.544,40	
Outras contas		373.888.719,77	847.025.839,67
			1.613.385.015,71

PASSIVO

		Cr$	
NÃO EXIGÍVEL			
Capital		60.000.000,00	
Fundo de reserva legal		4.606.725,75	
Fundo de previsão		1.139.394,40	
Outras reservas		5.737.666,69	71.483.786,84
EXIGÍVEL			
Depósitos:			
À vista e a curto prazo:			
de Poderes Públicos	2.092.175,40		
de Autarquias	8.501,70		
em c/c sem limite	264.686.503,30		
em c/c limitadas	95.453.408,30		
em c/c sem juros	3.143.530,20		
em c/c de aviso	34.656.467,30		
Outros depósitos	18.605.106,30	418.645.692,50	
A prazo:			
de Autarquias	9.560.206,80		
de diversos			
a prazo fixo	165.324.927,30		
de aviso prévio	22.828.297,40	197.713.431,50	
		616.359.124,00	
Outras responsabilidades:			
Títulos redescontados			
Agências no País	59.099.196,40		
Correspondentes no País	6.131.555,50		
Ordens de pagamento e outros créditos	3.753.207,70		
Dividendos a pagar	184.870,00	69.168.829,60	685.527.953,60
RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			9.347.435,60
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Dep. de vals. em gar. em em custódia		395.062.575,50	
Dep. de tits. em cobrança no País		78.074.544,40	
Outras contas		373.888.719,77	847.025.839,67
			1.613.385.015,71

Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1948 — José Maria Fernandes, Presidente, — Victor Fernandes Alonso, Vice-Presidente. — Domingos Fernandes Alonso, Adhemar Leite Ribeiro, Gumercindo Nobre Fernandes, Diretores. — Arthur de Castro, Gerente da Matriz. — José Emilio Martins, Contador — Reg. n.º 39.521.

OBSERVAÇÕES ECONÔMICAS

Fomento à Producão Algodoeira

Concluídos os estudos preliminares relacionados com a execução do programa de incentivo da cultura algodoeira, esboçado no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, os funcionários da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais seguiram para Montes Claros e Curvelo a fim de instalarem as sedes do Serviço Especial do Fomento do Algodão no Norte e no Centro do Estado.

O novo órgão da Secretaria da Agricultura vai desenvolver proveitosa ação através de todo o Centro e Norte de Minas, abrangendo a totalidade dos municípios dessas regiões, os quais apresentam condições favoráveis a se tornarem grandes produtores de algodão. Serão mantidos campos de cooperação com os fazendeiros e campos de demonstração, visando a aperfeiçoar os processos de produção e incrementar o cultivo de novas variedades aconselháveis às duas regiões. Tôda assistência técnica e material ficará ao alcance dos lavradores, os quais poderão contar com a orientação de agrônomos e outros funcionários especializados, com o fornecimento de sementes e em colaboração no combate às pragas.

Em abril ou maio entrará em funcionamento o Serviço Especial do Algodão em Montes Claros e Curvelo, de maneira que muito antes do plantio, que se inicia em novembro, os agricultores estarão recebendo o incentivo e a assistência oficial.

Espera-se que na safra do ano agrícola de 48-49 seja bem mais elevada do que a anterior. O volume da produção no ano passado foi apenas de 6 milhões de quilos, o que evidencia o declínio da cultura algodoeira. Há dez anos atrás, a produção chegou a alcançar 17 milhões, o que possibilitou ampla exportação do excedente do nosso consumo. Ùltimamente, a indústria de tecelagem do Estado se viu na contingência de importar algodão do Norte do País e de São Paulo, o que vem concorrendo para onerar sensìvelmente a produção de tecidos. Êsse inconveniente atingiu também a indústria de torta e óleo de algodão.

Além de dois agrônomos, oito técnicos agrícolas, quatorze capatazes, tratoristas e outros funcionários, as sedes do Serviço Especial do Fomento do Algodão em Curvelo e Montes Claros disporão imediatamente do seguinte equipamento: caminhonetes, tratores com bateria, arados com discos, arados de aivecas, grades de discos, extintores, perfuradores J. P., plantadeiras, cultivadeiras, baterias "Holder Voran" e pulverizadores costais. Estão sendo adquiridos também em grande quantidade arsênico, enxofre, arseniatos de cálcio ou chumbo e bisulfurêto de carbono, produtos químicos indispensáveis ao combate às pragas e a adubagem das culturas.

O Serviço Especial do Fomento do Algodão vai introduzir no norte e centro de Minas variedades de maior rendimento como a "Texas" e "Express" e procurará melhorar as que ali já são cultivadas como a "Rim de Boi" e "Crioulo".

Ficarão sujeitos à jurisdição da sede em Curvelo os municípios de Cordisburgo, Paraopeba, Sete Lagoas, Esmeraldas, Pequi, Pitangui, Pompeu, Corinto, Pirapora, Buenópolis e Bocaiuva.

A sede de Montes Claros estenderá a sua ação através dos municípios de Coração de Jesus, Francisco Sá, Brasilia, Grão Mogol, S. João da Ponte, Monte Azul, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Januária, Manga, São Francisco, São Romão, Unai, Pedra Azul, Medina, Itinga, Arassual, Salinas, Jequitinhonha, Jacinto, Almenara e Rubim. Em face da extensão e dificuldades de transporte dessa região, o Serviço Especial de Fomento do Algodão de Montes Claros contará com o concurso de três subpostos a serem instalados em Januária, Monte Azul e Pedra Azul.

◆

OS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

NENHUM país no mundo é auto-suficiente. Todos se socorrem das transações mercantís de caráter internacional para o suprimeito daqueles produtos que não podem ser conseguidos nos seus domínios geográficos. E, nesse particular a grandeza de um país se mede, praticamente, pelo grau das suas necessidades de importação, levando em conta as suas possibilidades de produzir os bens que os outros países reclamam.

Nesse particular o Brasil foi bem aquinhoado: é bem pequena a lista de produtos de que necessitamos e não podemos produzir no nosso território.

E' interessante assinalar que no Brasil o produto que mais avulta na nossa importação é o trigo. Em valor despendemos com essa importação com as cifras de Cr$ 1.327.233.000,00 para a farinha de trigo e o de Cr$ 895.547.000,00 para o trigo em grão, só dez meses de 1947.

Outra importação de vulto é a relativa a combustíveis: gasolina, óleos (fuel e diesel), petróleo bruto ou crú, óleos refinados, etc., que atingiu em outubro de 1947 à cifra de Cr$ 1.220.577.000,00.

Na classe de gêneros alimentícios importamos inúmeros produtos: azeites, azeitonas, bacalhau, bebidas, cebolas, laticínios, frutas e outros. Aqui os nossos gastos com essas somas no exterior em 1947 montaram a Cr$ 3.471.108.000,00.

Em 1947 despendemos a importância de Cr$ 1.785.824.000,00 para a aquisição de 56.378 automóveis de várias espécies.

No seu total as importações brasileiras somaram em valor Cr$ 18.956.808.000,00, ou seja mais de Cr$ 8.834.275.000,00 que as do ano de 1946.

No tocante à disciplina das importações o govêrno tem mantido uma conduta salutar, buscando, por todos os meios, impedir a importação de produtos supérfluos ou suntuários em detrimento dos bens que são necessários evidentemente ao país.

CORRETORES DE SEGUROS

VIGIA S.A.

Séde RIO DE JANEIRO

RUA DA ALFÂNDEGA, 41, SALA 712
EDIFÍCIO "SULACAP" – TEL. 43-2372
CAIXA POSTAL, 3347 – TELEG. VIGIA – RIO

Correspondentes em LONDRES, NEW YORK, PARIS

TODOS OS RISCOS

ESPECIALIDADES: SEGUROS DE BAGAGENS PARA O ESTRANGEIRO — MOTINS — COMOÇÕES — CIVIS — AUTOMÓVEIS — ROUBOS E FURTOS

EMPREGADOS NA INDÚSTRIA

O SERVIÇO de Estatística do Ministério do Trabalho acaba de publicar interessante trabalho de investigação sôbre o número de pessoas empregadas em atividades industriais. O grau de emprêgo do elemento humano na indústria através do tempo, no Brasil, se expressa nos seguintes algarismos:

1889	54.169
1907	150.841
1920	275.500
1941	944.318
1945	1.091.917

Especificamente êsse elemento humano se distribui, no último ano abrangido pela análise nos seguintes grupos:

Indústria	1.091.917
Comércio	236.573
Transporte	125.310
Crédito	41.885
Comunicações	21.264
Educação	17.949
Profissões Liberais	1.405
Diversas	7.100

A INDÚSTRIA ARGENTINA

OS platinos costumavam dizer aos visitantes brasileiros, muito antes da última guerra, que o Brasil lograra melhor adiantamento, industrializara-se enquanto que a Argentina continuava como país agro-pecuário. Entretanto quem percorria naquele tempo as lojas de Buenos Aires encontravam inúmeros artigos industriais de fabricação argentina. Era, como se vê, um exagerado pessimismo daqueles que enxergavam o seu país apenas como campos de pastagem e terras com o trigo florindo.

A indústria argentina nos últimos quinze anos entretanto logrou excelente posição. E nesse aspecto basta lembrar o caso dos tecidos. Hoje praticamente a Argentina é auto-suficiente nesse particular. Mas para conseguir êsse "desideratum" lutou muito aquêle país. Mas começou a resolver o problema pela base. Assim é que a Argentina criou a sua própria indústria de máquinas de fiação e tecelagem. Nesse particular basta lembrar que aquêle país que em 1930 possuía apenas 52.000 fusos ativos, segundo dados oficiais, conta hoje com 463.735 fusos em funcionamento. E consome algodão, como matéria prima, no montante de 74.987.000 quilos.

Já hoje a Argentina supre o seu mercado interno com tecido nacional num montante de 63.739 toneladas. Isso quando em 1930 ela importava 45.800 toneladas de tecidos estrangeiros. Agora, no último ano, segundo os dados publicados essa importação foi de apenas 6.515 toneladas.

Em verdade podemos lembrar que os fusos atualmente em funcionamento na Argentina representam menos da metade dos que estão ativos no momento em São Paulo. Mas por outro lado não devemos sub-estimar o crescimento acelerado que vem experimentando a indústria de fiação e tecelagem argentina. Essa produção já atinge quase às necessidades do comércio interno. E em breve ultrapassará, a continuar o ritmo de crescimento que vem experimentando, a margem a ser absorvida pelo seu mercado interno. Desenha-se assim nova situação nesse setor para a Argentina: a de tranformar-se de cliente em concorrente.

Banco do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro S. A.

DISTRITO FEDERAL — CARTA PATENTE N.º 1.043 DE 24-12-32

BALANCETE EM: 31 DE JANEIRO DE 1948

(COMPREENDENDO MATRIZ)

ATIVO				PASSIVO			
A — DISPONÍVEL		Cr$		**F — NÃO EXIGÍVEL**		Cr$	
CAIXA				Capital		5.000.000,00	
Em moeda corrente e em depósito no Banco do Brasil		3.731.822,60					
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito	2.264.578,40			Fundo de reserva legal		2.000.000,00	
Menos: Depósito em Títulos	1.132.000,00	1.132.578,40	4.864.401,00	Fundo de previsão		3.350.655,10	
				Outras reservas		141.727,10	10.492.382,20
B — REALIZÁVEL				**G — EXIGÍVEL**			
Letras do Tesouro Nacional		906.000,00		DEPÓSITOS			
Empréstimos. C/Corrente	17.533.914,40			á vista e a curto prazo:			
Títulos descontados	123.545.484,10			de Autarquias	95.781,60		
Letras a receber de C/Própria	889.608,60			em C/C Sem limite	46.097.069,10		
Correspondentes no País	237.547,30			em C/C Limitadas	2.013.126,00		
Outros créditos	5.153.742,20	147.360.296,60		em C/C Sem Juros	604.493,20		
				em C/C de Aviso	374.500,20		
Imóveis		1.336.774,60				49.184.970,10	
Títulos e valores mobiliários:				de diversos:			
Apólices e obrigações Federais	997.892,00			a prazo fixo	6.646.924,70	6.646.924,70	
Apólices Estaduais	92.00,						
Ações e Debêntures	1.342.000,00	2 339.984,00				55.831.894,80	
Outros valores		1.000.00,		Outras Responsabilidades			
			151.944.055,20	Obrigações diversas	20.506.057,90		
C — IMOBILIZADO				Correspondentes no País	52.984.244,80		
Edifícios de uso do Banco	783.940,00			Ordens de pagamento e outros créditos	16.707.436,90		
Moveis e Utensílios	265.147,70			Dividendos a pagar	133.600,00	90.331.339,60	146.163.234,40
			1.049.087,70	**H — RESULTADOS PENDENTES**			
D — RESULTADOS PENDENTES				Contas de resultados			2.618.908,60
Juros e descontos	1.295.776,50			**I — CONTAS DE COMPENSAÇÕES**			
IMPOSTOS	4.412.00			Depositantes de valores em garantia e em custódia		17.842.183,00	
Despesas Gerais	116.792,80		1.416.981,30	Depositantes de títulos em cobrança: do País		3.230.998,90	
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO				Outras contas		60.774.605,70	81.847.787,60
Valores em garantia		13.767.033,00					
Valores em custódia		4.075.150,00					
Títulos a receber de C/Alheia		3.230.998,90					
Outras contas		60.774.605,70	81.847.787,60				
			241.122.312,80				241.122.312,80

Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 1948

EDUARDO DE TRINDADE (Presidente) — LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA FIGUEIREDO (Diretor) — VICTOR CORREA GONÇALVES (Contador: Reggº. n.º 37.401)

Seu problema

se enquadra em algum dêstes casos?

Mais de 350 unidades Diesel GM foram fornecidas em 1947, para:

Beneficiadores de Café
Beneficiadores de Arroz
Energia Elétrica para Municipalidades
Fôrça Elétrica e Motores Estacionários para Cortumes
Energia Elétrica para Prensas de Algodão
Bombas d'Água para Irrigação
Fábricas de Tijolos
Refinarias de Óleos Vegetais
Barcos de Carga
Barcos de Pesca
Rebocadores
Barcos de Passageiros
Indústrias Madeireiras
Motores para Substituição em Veículos
E como equipamento de emergência para Hospitais, Aeroportos, Cias. Telefônicas, Estações de Rádio, etc.

PRODUTO DA GENERAL MOTORS

Mais de 350 Unidades DIESEL GM instaladas em 1947!

- ✓ Motor de tipo novo e altamente eficiente, de dois tempos.
- ✓ Máxima fôrça, com um mínimo de espaço e pêso.
- ✓ Econômico no preço inicial, no custo de operação e nos gastos de manutenção.
- ✓ Partida ainda mais fácil do que num automóvel.
- ✓ O mais simples e moderno sistema de injecção do combustível em uso, assegurando combustão completa e grande economia de combustível sob tôdas as cargas e velocidades.
- ✓ Um máximo de peças intercambiáveis.
- ✓ Lubrificação sob pressão.
- ✓ Todos os Conjuntos Geradores são equipados para operar em paralelo com outras unidades da mesma ou de diferentes capacidades.
- ✓ Pistões triplamente resfriados.
- ✓ Nenhuma vibração sob qualquer carga ou velocidade.
- ✓ Seus mecânicos serão benvindos à nossa Escola Prática Diesel GM, de treinamento.
- ✓ A General Motors do Brasil está sempre pronta a prestar-lhe assistência em peças sobressalentes e técnicos para as unidades Diesel G M.

Funciona também com querosene

McCann

DIESEL GM — a fôrça moderna

GM GENERAL MOTORS FÔRÇA DIESEL

ATENÇÃO REVENDEDORES

A General Motors do Brasil S. A. dispõe de alguns lugares no seu quadro de Concessionários Autorizados, para as diversas praças do Brasil. Os interessados podem dirigir-se à General Motors do Brasil S. A. — Dept. G — Caixa Postal 200-B, São Caetano - São Paulo.

GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A.

Para maiores informações mande êste coupon hoje mesmo à
GENERAL MOTORS DO BRASIL S. A.
Caixa Postal 200-B - São Caetano - São Paulo - Dept. G

Estando interessado na aquisição de um Motor Marítimo/ Gerador de Fôrça/ Diesel GM Industrial/ peço-lhes enviar-me sem compromisso da m/ parte o folheto explicativo.

NOME.....
CIDADE .....
RUA.....

BANCOS & MOEDAS

O Banco Central

Impõem-se o ordenamento dos nossos mercados monetários e de crédito. País novo sem grandes reservas de capitais como o nosso, tem se ressentido enormemente com a falta de uma disciplinação nêsses campos o que só tem redundado em sensíveis prejuízos à nossa coletividade. A escassez de capitais disponíveis para serem utilizados pela produção em seus múltiplos setores foi responsável por um clima artificial no campo de oferta e procura no mercado monetário, que se traduz hoje, numa condição desfavorável: somos, talvez o país onde o "aluguel do dinheiro" logrou o seu índice mais alto no mundo. Essa contingência forçou mais nítidas ocorrências de pauperrismo e foi sempre fatôr de empobrecimento da coletividade brasileira, influindo de forma poderosa nos preços dos bens produzidos no país, à base de um capital que exigia, para a sua utilização, uma remuneração das mais altas. De outra parte a produção do capital, pela taxa de juros consentida e usual, se processava sem manter um nível de equilíbrio com o desenvolvimento da produção de sorte a impôr constantemente, alterações substanciais no nosso teôr de vida.

O ingresso de capitais alienígenas que vinha participar efetivamente da nossa vida econômica e financeira, serviu, em parte, como uma atenuante dêsse processo. Todavia o regime de atos voluntários, que podiam ser eliminados a todo o momento pelo país que os adotava, retirar aos capitais estrangeiros, aquêle clima necessário de estabilidade e confiança, elementos essenciais para que os mesmos procurassem colocações no país.

Já agora se indicam melhores as perspectivas, já que, restabelecida a ordem política, o afluxo de capitais estrangeiros para o Brasil poderá ser reiniciado, bastando para tanto que se ofereça ao mesmo, no curso da sua aplicação, as necessárias garantias.

Importa consignar que só poderemos pensar numa política dessa ordem, que propicie uma longa margem de investimentos no brasil, regularizando a posição dos mercados da moeda e do crédito o que só pode ser conseguido com a implantação do regime previsto pela reforma bancária.

Já existem exemplos, e se documenta fàcilmente que, sem contar o país com um organismo do tipo do Banco Central, nada é possível fazer-se em relação a uma política de atração de capitais estrangeiros, tão necessários para a nossa expansão.

De outra parte necessitamos inadiàvelmente de um "Banco Central", bem como dos outros órgãos que integram o sistema proposto na reforma bancária, para um exercício de disciplina salutar na nossa organização financeira.

Muitos são os aspectos que estão a exigir exame e análise. E entre êstes ressalta a referente à situação da nossa dívida interna, formada de títulos vários de padrões de juros diferentes, o que, de certa forma tem influído na preferência por determinadas classes de títulos e no próprio mercado de aluguel do dinheiro, como elemento de dissolvência, pela disparidade de remuneração oferecida pelos mesmos. O problema de revigoramento dos títulos do Estado, é essencial e pode ser conseguido pela intervenção no mercado respectivo, através de uma política hábil de "open-market", visando angariar uma liquidez maior de fundos no mercado monetário que possa ser absorvida pelos títulos públicos. Não é preciso acentuar que função dessa ordem só pode ser levada à efeito com a existência de um Banco Central. Essa manipulação hábil do mercado de títulos é fundamental. Por outro lado a quantidade de crédito a ser criado e sobretudo a sua distribuição, e a modicidade de retribuição pelo seu uso, podem oferecer garantias seguras para a melhoria dos nossos índices de produção e influir severamente na teoria dos preços. Êsse alto aluguel do dinheiro no nosso país que se formou por uma acumulação de circunstâncias adversas, está a exigir uma disciplinação de corrigenda.

Em particular, em cada caso, pode-se verificar que as condições de reprodução do dinheiro se persistirem entre nós em grau maior do que o conseguido pela criação de nossas riquezas, que é o fim da produção, nós permaneceremos dentro de um ciclo de empobrecimento contínuo.

O Banco Central e os organismos a êle filiados, previstos na reforma bancária, oferecem o anteparo eficaz para o desenvolvimento anômolo que estamos experimentando. Da necessidade e urgência da sua implantação no Brasil, diz a experiência e os benefícios conseguidos por todos os países que o utilizam como legítima válvula de segurança no terreno da moeda e do crédito.

Se tentarmos o que representa, por exemplo, a utilização das "reservas técnicas" de seguros, que pertencem aos associados e são manipuladas pelas companhias, nêsse regime de alta retribuição de capital, vamos verificar os benefícios que produziam advir à coletividade brasileira, da aplicação, pelo Banco Central, por exemplo, dessas apreciáveis reservas.

Os fenômenos de desajuste entre moradia e população que se situam em tôdas as grandes cidades brasileiras, onde a média de densidade domiciliar oscila entre 6,0 e 7,0 pessoais por prédio, quando índice normal é 4,0, fluem, ainda das altas taxas de juro de capital que ainda existem no Brasil. No setôr hipotecário essa condição se eliminaria com o Banco da espécie que representaria a função de contrôle necessário, e tornaria mais fácil e mais acessível emprêgo de capitais no setôr das construções civis, impedindo o ciclo de investimentos vincados pela especulação.

Tôdas essas argumentações que militam em favor da reforma bancária, demonstram à saciedade, a necessidade da sua implantação.

◆

O RELATÓRIO DO CITY BANK

NO dia 13 de janeiro último realizou-se, em Nova York, a Assembléia Geral anual do The National City Bank sendo nesta ocasião feito o relatório das atividades do exercício próximo findo. Êste documento, como de hábito, vem de ser divulgado em português, pelos ser-

LLOYD REAL BELGA (BRASIL) S. A.

AGENTES GERAIS PARA O BRASIL DAS COMPANHIAS

Armement Deppe S. A.

Compagnie Maritime Belge

(Lloyd Royal S. A.)

Serviço de navegação entre o

BRASIL -- BÉLGICA -- RIO DA PRATA

Avenida Rio Branco n. 4 — 5.º andar

Tel. 23-4828 — Salas 507/8/9 =— RIO DE JANEIRO

ços do importante estabelecimento ban-
ário no Rio de Janeiro. Com a devida
ênia, recolhemos aqui alguns números
comentários sugeridos em vista do de-
envolvimento dos negócios no ano tran-
acto.

Os ganhos líquidos correntes combina-
os das operações do National City Bank
da City Bank Farmers Trust Company
ontaram durante o ano findo, a US$
).163.976, ou seja US$ 3,25 por ação,
ôbre as 6200 ações em circulação, o
ue representa um aumento sôbre os US$
3.801.025, no exercício de 1946.

Os dividendos declarados pelo Banco e
ela Trust Company, para o exercício
ndo, somaram US$ 9.920.000.

No que respeita ao banco propriamente
ito, os ganhos líquidos correntes, oriun-
os das operações, importaram em US$
).088.133; incluindo os ganhos prove-
ientes da venda de títulos, o total mon-
ou a US$ 21.353.233.

O total dos depósitos, ao encerrar-se o
xercício, atingia a US$ 4.874.000.000;
s empréstimos e descontos tiveram um
umento de 223 por cento em relação ao
otal do ano anterior.

BANCO NACIONAL DA SUÉCIA

SEGUNDO o último relatório do Riks-
bank (Banco Nacional), da Suécia,
sua reserva ouro aumentou de 17 mi-
hões de coroas, num total de 379 milhões
Cr$ 1.978.380.000,00) em dezembro de
947, em comparação com o mês prece-
ente, e a sua carteira de divisas estran-
eiras diminuiu de 29 milhões, sendo o
eu total de 435.000.000 de coroas (Cr$
.270.700.000,00). A circulação fiduciária
xperimentou um aumento de 193.000.000,
tingindo a 2.895.000.000 de coroas (Cr$
5.085.555.500,00), enquanto que a re-
erva de emissão de papel-moeda dimi-
uiu de 161 milhões, perfazendo 362 mi-
hões de coroas (Cr$ 1.889.640.000,00).

OS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A POSIÇÃO dos depósitos bancários
no ano de 1947, apresenta sensível
melhoria se realizarmos um cotejo com
os totais relativos ao ano de 1946.

Em 1946 os depósitos bancários à vis-
a e a prazo totalizaram Cr$ .....
8.767.931.000,00 e em 1947 atingiram a
ifra de Cr$ 51.342.842.000,00. Enquanto
e verificava essa melhoria no tocante
os depósitos em relação aos empréstimos o aumento foi pequeno. Assim enquanto em 1946 os empréstimos atingiam o montante de Cr$ 45.376.423.000,00, em 1947 alcançavam o total de Cr$ ..... 46.070.820.000,00.

Êsses elementos indicam uma melhoria substancial. Uma decomposição pelas espécies demonstra de modo mais claro essa condição favorável. Em 1946 os empréstimos em conta corrente iam a Cr$ 24.878.769.000,00 e em 1947 se expressavam na cifra de Cr$ 23.686.689.000,00. E os empréstimos em letras descontadas passavam de Cr$ 20.402.654.000,00 em 1946, para Cr$ 22.384.131.000,00 em 1947.

Na sua distribuição pelas zonas geográficas do Brasil, os depósitos bancários oferecem os seguintes algarismos: na região Norte: Cr$ 611.000.000,00; na região Nordeste: Cr$ 2.244.000.000,00; na região sul: Cr$ 21.615.000.000,00; na região Centro-Oeste: Cr$ 301.000.000,00.

O montante dos depósitos pelas regiões geográficas oferece margem para um exame sôbre a distribuição do meio circulante brasileiro. E' um elemento auxiliar de monta para um cálculo dessa espécie. E' fácil situar com auxílio dêsses algarismos, os pontos de maior ou menor concentração monetária.

O Distrito Federal ocupa o primeiro ponto no tocante aos depósitos bancários com Crs. 18.698.000.000,00 e em segundo lugar São Paulo com Cr$ ..... 17.251.000.000,00. Minas Gerais alcançou o 3.º lugar com Cr$ 5.014.000.000,00. O último pôsto cabe ao Piauí com depósitos bancários no montante de Cr$ ..... 46.000.000,00.

Êste número foi Microfilmado
pela
Companhia Auxiliar de Serviços de Administração
Av. Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Tel: 42-9777
DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM
O OBSERVADOR está habilitado à reprodução em microfilme positivo, de quaisquer dos artigos contidos no mesmo, bastando para isso que os interessados se dirijam à Administração da Revista:
Avenida Graça Aranha, 182 - 8.º andar - Tel: 42-5519

CONJUNTURA ECONÔMICA
Acompanhe a evolução da economia brasileira e mundial, lendo
"CONJUNTURA ECONÔMICA"
publicação mensal editada pela Fundação Getúlio Vargas.
Nas principais livrarias, bancas de jornais, etc.
PARA ASSINATURAS, DIRIJA-SE À
REDAÇÃO: Praia de Botafogo, 192
Tels.: 26-6034 – 26-6108 – 26-5877
ENDERÊÇO POSTAL: Caixa Postal, 4081
RIO DE JANEIRO

Banco do Estado de São Paulo

Uma das grandes necessidades da nossa economia, é sem dúvida alguma, o crédito. Com efeito, crédito abundante e barato foi sempre, em todos os países, o fatôr principal do progresso, aquêle que melhor ajudou a desenvolver as atividades de produção.

No Brasil, principalmente, país novo, de vastos recursos e poucos capitais, criar facilidades de créditos representa possibilitar a exploração de riquezas, ajudar a expansão econômica. No entanto, apesar dessa verdade evidente para todo aquêle que volta seus olhos para os nossos problemas, raros são os institutos de créditos dispostos a empenharem seus recursos no fomento da nossa produção, principalmente quando se trata de atividades agrícolas e econômicas de pequeno porte. Isto se explica, por um lado, pelo relativamente pouco vultoso capital disponível para tais operações, e por outro lado, pela elevada taxa de juros cobrados e receio de correr riscos, exigindo garantias que nem sempre estão ao alcance dos pequenos produtores.

Por isso avulta a significação do papel desempenhado, entre nós, pelo Banco do Estado de São Paulo, uma das principais instituições do ramo no país. Prestando assistência financeira à nossa produção, tem demonstrado particular desvelo no auxílio à nossa economia agrícola, e muito especialmente à pequena propriedade. São inúmeros já os benefícios prestados nêsse sentido durante sua atividade. Tanto o café quanto o algodão, os principais produtos da nossa lavoura, tem encontrado apôio e ajuda da parte do Banco do Estado de São Paulo, mas também a mandioca, os legumes a fruticultura e outras atividades menores, nunca deixaram de ser atendidas em suas necessidades.

Os balanços dêste Banco que todos os anos O OBSERVADOR publica, como o que vai a seguir, provam isso exuberantemente. Para citar o exemplo mais recente, basta dizer que o Banco do Estado de São Paulo acaba de adquirir 800 tratores a serem fornecidos aos nossos agricultores. Isso representa ajuda inestimável na mecanização da nossa lavoura, o que quer dizer no aumento da nossa produção dos campos.

Para atender à sua numerosa clientela, dispõe êsse importante instituto de crédito paulista, além da Matriz e uma Agência no subúrbio da capital, de mais de 50 filiais espalhadas pelo interior do Estado, tôdas em franca prosperidade.

Completando o ano passado vinte anos de atividade, a demonstração que a seguir publicamos, atesta sua brilhante e sólida posição, bem como da gestão proficiente e operosa da sua atual Diretoria à cuja frente se encontra o Dr. Oswaldo Pereira de Barros, irmão do Governador Ademar de Barros, figura largamente conhecida e acatada nos meios econômicos e financeiros de São Paulo.

Outro assunto digno de destaque nas atividades dêsse Banco, é a atenção dada ao seu pessoal, prestando magnífica assistência social aos seus funcionários. Só no último exercício, correspondente ao ano passado, foi distribuido em gratificação ao pessoal quase um milhão e meio de cruzeiros, sem falar na dotação para a Colônia de Férias de uma construção que importou em quinhentos mil cruzeiros.

Os movimentos da Carteira Comercial e da Carteira Hipotecária "Ouro", falam por si só nos algarismos demonstrativos. Distribuindo dividendos de 6 milhões de cruzeiros, tem um fundo de reserva de quase 700 mil cruzeiros, um fundo de previsão de 4 milhões e ainda um lucro em suspenso de mais de 22 milhões e 500 mil cruzeiros.

Por si mesmos êstes algarismos demonstram uma situação próspera, uma gestão bem orientada, que serve de garantia para o futuro e nos tranquiliza quanto aos dias vindouros continuando assim o Banco do Estado de São Paulo a desempenhar o papel de estimulador financeiro da economia paulista.

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SOCIEDADE ANÔNIMA

— Autorizado a funcionar por fôrça do Decreto Federal n.º 17.981 de 12-11-1927 —

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947, compreendendo as operações da Matriz e Agências de Amparo, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Atibaia, Avaré, Barretos, Batatais, Bauru, Botucatu, Brás (Capital), Caçapava, Campinas, Campo Grande (Mato Grosso), Catanduva, Franca, Ibitinga, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Jaboticabal, Jaú, Jundiaí, Limeira, Lins, Marília, Mirassol, Moji-Mirim, Novo Horizonte, Olímpia, Ourinhos, Palmital, Pinhal, Piracicaba, Pirajuí, Piraçununga, Presidente Prudente, Quatá, Registro, Ribeirão Prêto, Santo Anastácio, Santos, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São José do Rio Prêto, São Simão, Tanabi, Tietê e Tupã.

CAPITAL Cr$ 100.000.000.00 **RESERVAS Cr$ 100.507.187,96**

ATIVO

CARTEIRA COMERCIAL

DISPONÍVEL			Cr$
CAIXA			
Em moeda corrente		114.403.349,40	
Em dpósito no Banco do Brasil S/A		300.593.792,10	
Em depósito à ordem da Superintendência da Joeda e do Crédito		40.747.195,40	
Em outras espécies		9.408.081,40	465.152.418,30
REALIZÁVEL			
Letras do Tesouro Nacional		32.565.000,00	
Empréstimos em C/Corrente	810.231.012,75		
Empréstimos Hipotecários	48.745.341,50		
Títulos Descontados	1.250.271.994,40		
Agências no País	233.576.096,00		
Correspondentes no País	31.311 977,90		
Correspondentes no Exterior	154.129.329,30		
Outros Créditos	507.122.478,81	3.035.388.230,46	
Imóveis		7.875 446,20	
Títulos e Valores Mobiliários:			
Apólices e Obrigações Federais, inclusive as do valor nominal de Cr$ 55.000.000,00, depositadas no Banco do Brasil S/A,. à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito e Cr$ 1.000.000,00 na Delegacia Fiscal, conforme Decreto-lei n.º 9.602	37.587 266,30		
Apólices Estadoais	116.747.427,30		
Apólices Municipais	338.270,90		
Ações e Debêntures	4.478.252,50	159.151.247,00	
Outros Valores		2.382.344,50	3.237.362.268,16
IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco			78.921.608,10
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em Garantia		1.291.457.444,20	
Valores em Custódia		187.286. 731,85	
Títulos a Receber de C/Alheia		151.064 554,80	
Outras Contas		349.044.177,50	1.979.552.908,35
			5.760.989.202,91

CARTEIRA HIPOTECÁRIA "OURO"

EMISÃO DE LETRAS HIPOTECÁRIAS		44.248.500,00	
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS EM "OURO"			
a — Rurais:			
Série A	6.011.408,20		
Série B	8.839.097,00		
Série C	9.836.430,70	24.686.935,90	
b — Urbanos:			
Série A	—		
Série B	3.967,40		
Série C	—	3.967,40	24.690.903,30
DISPONIBILIDADES JUNTO À CARTEIRA COMERCIAL:			
a — Em Apólices do Reajustamento Econômico			
Série A	590.000,00		
Série B	890.000,00		
Série C	3.000.000,00	4.480.000,00	
b — Em dinheiro.			
Série A	6.580.591,80		
Série B	5.454.935,60		
Série C	3.043.569,30	15.079.096,70	19.559.096,70
HIPOTECAS "OURO"			
a — Rurais		125.433.900,00	
b —		60.000,00	125.493.900,00
CARTEIRA COMERCIAL		12.384.103,51	
DIVERSAS CONTAS		17.287.336,74	243.663.840,25
			6.004.653.043,16

PASSIVO

CARTEIRA COMÉRCIAL

NÃO EXIGÍVEL			Cr$
Capital		100.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal		40.791.587,79	
Fundo de Previsão		74.363.833,96	
Outras Reservas		59.715.600,17	274.871.021,92
EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS			
à vista e a curto prazo:			
de Poderes Públicos	397.602.627,90		
de Autarquias	940.610.685,30		
em C/C Sem limite	319.519.238,50		
em C/C Limitadas	18.172.975,40		
em C/C Populares	90.845.826,70		
em C/C de Aviso	4.269.109,10		
Outros Depósitos	184.416.883,41	1.955.437.346,31	
à prazo:			
de Poderes Públicos	6.020.000,00		
de Autarquias	882.870.655,40		
de Diversos:			
a prazo fixo	206.976.094,70		
outros depósitos	117.291,80	1.095.984.041,90	
		3.051.421.388,21	
OUTRAS RESPONSABILIDADES			
Obrigações Diversas	402.929,20		
Agências no País	234.478.686,40		
Correspondentes no País	32.371.684,30		
Correspondente no Exterior	4.066.962,40		
Ordens de pagamentos e Outros Créditos	14. .875.034,53		
Dividendos a pagar	6.016.852,00	432.212.045,83	3.474.633.434,04
RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			31.931.838,60
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em Garantia e em Custódia		1.479.444.176,05	
Depositantes de Títulos em Cobrança:			
do País	109.610.422,00		
Do Exterior	41.454.132,80	151.064.554,80	
Outras Contas		349.044.177,50	1.979.552.908,35
			5.760.989.202,91

CARTEIRA HIPOTECÁRIA EM "OURO"

OBRIGAÇÕES "OURO" EM CIRCULAÇÃO			
Série A	13.182.000,00		
Série B	15.188.000,00		
Série C	15.880.000,00	44.250.000,00	
LETRAS HIPOTECÁRIAS "OURO" CAUCIONADAS:			
Série A	13.181.500,00		
Série B	15.187.500,00		
Série C	15.879.500,00	44.248.500,00	
GARANTIAS DIVERSAS		125.493.900,00	
DIVERSAS CONTAS		29.671.440,25	243.663.840,25
		Cr$	6.004.653.043,16

Demonstração da Conta — Lucros e Perdas — Em 31 de Dezembro de 1947

DÉBITO			CRÉDITO		
DESPESAS GERAIS			**LUCROS SUSPENSOS**		
Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal	448.000,00		Saldo desta conta		21.345.894,10
Ordenados e Gratificação do Pessoal	22.458.510,32		**JUROS S/ DIVERSAS CONTAS**		
Despesas Diversas	4.471.669,10	27.378.179,42	Valor dos juros recebidos e debitados		54.637.210,70
IMPOSTOS			**DESCONTOS**		
Débito desta Conta		1.080.411,90	Resultado neste semestre, deduzidos os juros pertencentes ao semestre seguinte		55.658.669,20
JUROS S/DIVERSAS CONTAS			**COMISSÕES**		
Valor dos creditados		79.955.023,60	Saldo desta conta		6.724.114,90
DESPESAS DE INSTALAÇÃO			**LUCROS DE CÂMBIO**		
Saldo desta conta		2.635,80	Saldo desta conta		3.481.470,50
PREJUIZOS VERIFICADOS			**RENDAS S/ TÍTULOS E IMOVEIS DE PROPRIEDADE DO BANCO**		
Prejuizos do semestre		4.655.589,00	Crédito desta conta		8.910.326,40
TÍTULOS E IMOVEIS DO BANCO			**RECUPERAÇÃO DE PREJUIZOS**		
Abatimentos s/Títulos e Imoveis		13.102.731,10	Recuperação de débito lançados em Lucros e Perdas		794.585,30
LIVROS E OBJETOS DE ESCRITÓRIO			**LUCROS DIVERSOS**		
Saldo desta conta		1.385.565,00	Pelos verificados em outras operações	12.824.024,30	143.030.401,30
MOVEIS E UTENSÍLIOS					
Saldo desta conta		636.025,50			
INST. APOS. E PENSÕES DOS BANCÁRIOS					
Contribuição do Banco durante êste semestre		929.523,90			
DIVIDENDOS					
Provisão para o pagamento do 43 o dividendo de 12% a.a., ou sejam Cr$ 12,00 por ação, s/ 500.000 ações		6.000.000,00			
GRATIFICAÇÃO AO PESSOAL DO BANCO					
10% s/ lucros liquidos de acordo com os Estatutos		1.390.471,60			
DOTAÇÃO					
Para a construção da Colonia de Ferias para os Funcionarios do Banco		500.000,00			
FUNDO DE RESERVA					
5% s/ Cr$ 130.904.716,08 lucro liquido verificado neste semestre		695.235,80			
FUNDO DE PREVISÃO					
Previsão p/ocorrer a Bonificação de 20% autorizada pela Assembléia de 14/5/1940, e a Prejuizos decorrentes do Dec. n.º 1.888 de 15/12/939		4.000.000,00			
LUCROS SUSPENSOS					
Saldo que se transfere para esta conta		22.664.902,78			
		164.376.295,40			**164.376.295,40**

SÃO PAULO, 8 DE JANEIRO DE 1948

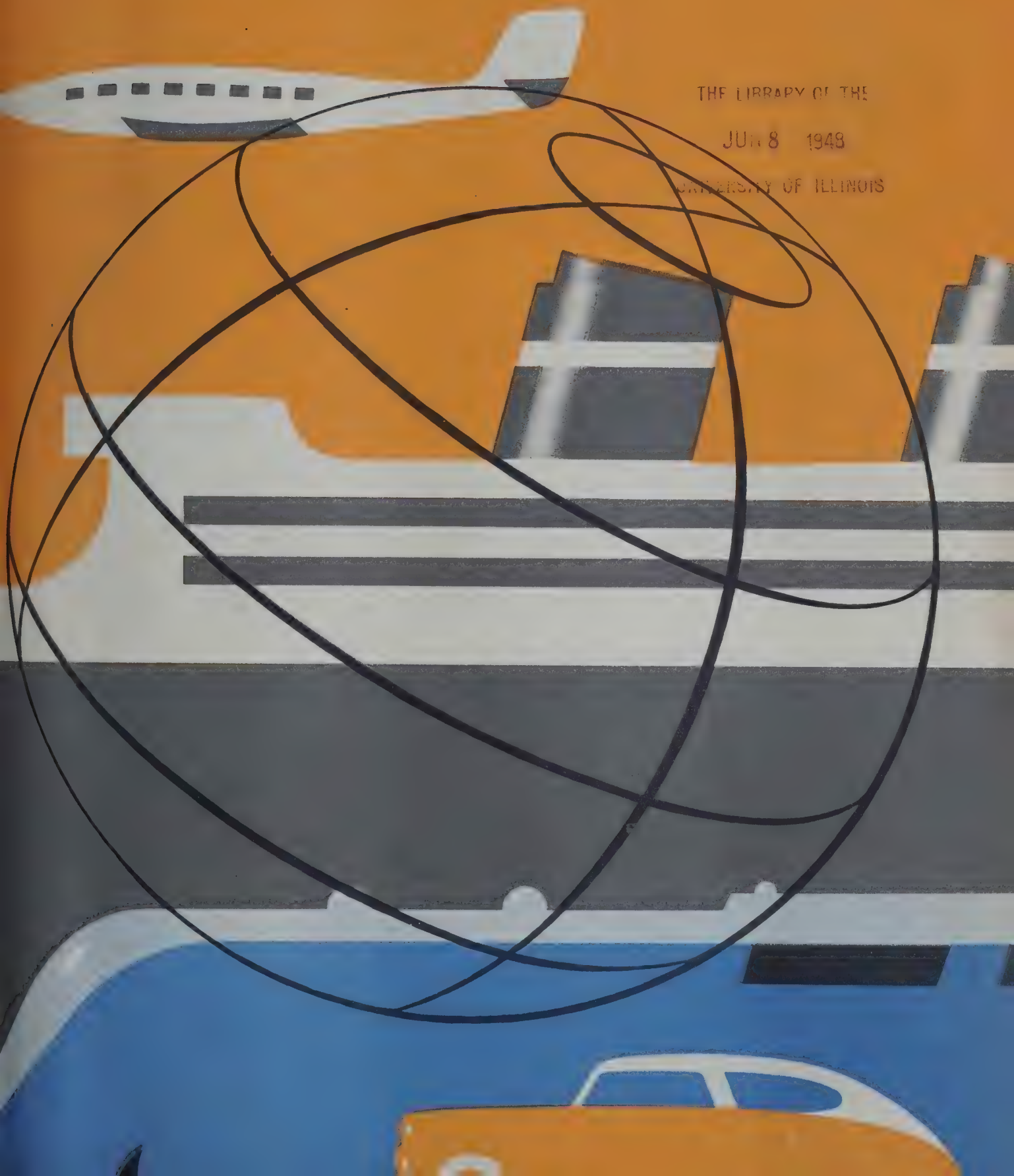
DIRETORES:

Oswaldo Pereira de Barros — Presidente — Arlindo Maia Lello — Vice — Presidente — Armando de Almeida Alcantara — Superintendente — José de Queiroz Telles — Diretor da Carteira Agrícola — Nagib Japef — Diretor da Carteira Comercial e Industrial — Alfredo Segabinazi — Contador

B

O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO



THE LIBRARY OF THE
JUN 8 1948
UNIVERSITY OF ILLINOIS

AUTOMOBILISTAS!

Aqui está um óleo de "AÇÃO DUPLA"

que LIMPA e LUBRIFICA!

Chegou o Atlantic Motor Oil de após-guerra! Um óleo de "Ação Dupla" que "Limpa e Lubrifica"! Êste novo óleo não só lubrifica completa e perfeitamente tôdas as partes do motor, como também dissolve as perigosas impurezas carbonosas originadas pela combustão e evita que êstes resíduos se depositem, o que permite a sua eliminação durante as trocas de óleo.

Veja a "Prova do Óleo Sujo" **— Na troca de óleo, não se admire ao ver um óleo mais escuro, mais sujo do que quando usou outro qualquer. O Atlantic Motor Oil de após-guerra remove os resíduos dos pistões, das ranhuras dos anéis, e de outras partes do motor, lavando os condutos de óleo e os mancais. Todos os resíduos indesejáveis e as impurezas carbonosas são drenadas conjuntamente com o óleo. O óleo fica mais escuro e mais sujo, porque *limpa* o seu motor!**

Insista no ATLANTIC MOTOR OIL de após-guerra porque:

1 — Lubrifica completa e perfeitamente tôdas as partes do motor devido à sua película lubrificante altamente aderente e de excepcional resistência.

2 — Limpa o motor com a sua ação dissolvente, neutraliza os ácidos oriundos da combustão, e protege as partes metálicas contra a corrosão.

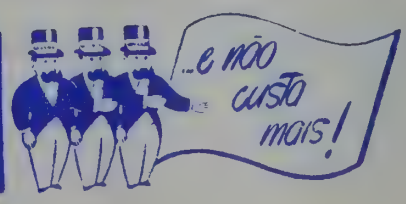
3 — Produzido de crus selecionados de alta qualidade, oferece excepcional resistência à diluição sob temperaturas elevadas.

4 — Mantém livres os anéis de segmento, e isenta de entupimento os canais do sistema de circulação do lubrificante.

Tudo isso conjuntamente proporcionará menos consertos, menor consumo de óleo, maior fôrça, maior rendimento de gasolina e maior suavidade de marcha.

ATLANTIC MOTOR OIL

GAZOLINA LUBRIFICAÇÃO



PELO PREÇO DE

UM CAFEZINHO

Por somente 30 centavos

DO CENTRO DA CIDADE
À ZONA SUL

Apesar do sempre crescente aumento do custo de operações, o serviço de transporte coletivo no Rio continúa sendo o mais barato do mundo

O "Bonde"

o amigo fiel do Carioca!

Março
1948

NESTE NÚMERO:

Comércio Exterior 8
Livros e Idéias 13
(Valdemar Cavalcanti)
Crônica Parlamentar 17
Interpretação dos Orçamentos Estaduais 19
(Aristóteles Moura)
O Espírito das Américas 26
(Valentim F. Bouças)
The Mind of The Americas 43
"Deixai Fazer; Deixar Passar; Deixai vender" 51
(Omer Mont'Alegre)
A Hulha da Alemanha e do Ruhr 61
(João Joackmann)
Contribuição de Nossa Balança de Pagamentos 67
(Fernando M. de Carvalho)
Os Jovens na Economia Nacional 71
A Maravilhosa História do Cigarro 85
Planificação dos Serviços de Eletricidade 101
(Carlos Berenhauser Júnior)
Caixa Econômica Federal do Estado do Rio 105
Banco Fluminense da Produção S/A 106
Banco Comércio e Indústria de Pernambuco 116
Itamaraty — Cia. Nacional de Seguros 123

SECÇÕES

Observações Econômicas 110
Produtos e Mercados 113
Observações Financeiras 118
Observações Municipais 119

NOTAS EDITORIAIS

Economia no Serviço Público 3
Necessidade de Definição 4
Política de Acordos 4
De Havana a Bogotá 5
Congelamento do Custo da Vida 5
Valorização Que Não é Econômica 6
A Situação dos Portos 7

Capa de Ary Fagundes

EXPEDIENTE

Propriedade da

SOC. EDITORA "O OBSERVADOR", LTDA.

COLABORAÇÃO PERMANENTE DE: Arthur Ramos, Arí F. Torres, Caio Prado Júnior, Dante Costa, Garibaldi Dantas, Humberto Dantas, José Maria Belo, Moacir Soares Pereira, Nelson Coutinho, Oscar Tenório, Paulo Frederico de Magalhães, Pedro Calmon, Raul Lima, Roberto Lyra, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Teófilo de Andrade, Líbero de Miranda, Renato Mendonça, Carlos Lacerda e Prof. Leonidas Rezende.

Correspondentes especiais em

Londres, New York e Buenos Aires

Os originais enviados à redação não serão devolvidos mesmo quando não publicados.

Publicação mensal

Redação: Av. Graça Aranha, 182 — 3.º andar
Caixa Postal, 3.114 — Telg. Observador

Tels. { Redação — 42-6995
Gerência — 42-5519

SUCURSAIS

SÃO PAULO — Diretor: Heitor Ferreira Lima — Ed. Saldanha Marinho — Rua Líbero Badaró, 39 — 3.º and. — Tel. 3-6060 — S. Paulo.

MINAS GERAIS, GOIAZ e MATO GROSSO — Diretor: Dr. Moacir Assis de Andrade — Ed. Guimarães. Av. Afonso Pena, 952-3.º andar — Tel. 2-5046 — B. Horizonte.

RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA — Diretor: H. J. Bacelar — Rua dos Andradas — Ed. Sloper, 5.º andar — Tel. 4780 — C. Postal 571 — Pôrto Alegre.

RECIFE, PERNAMBUCO — Carlos Leite Maia — Ave. 10 de Novembro, 10 — Ed. SULACAP — Sala 405 — com jurisdição em Sergipe — Alagoas — Paraíba — R. G. do Norte e Ceará.

◆

AGÊNCIAS NOS ESTADOS

CEARÁ — José Edesio de Albuquerque — Rua Guilherme Rocha, 182 — Fortaleza.

BAHIA — Abrahão Bouças — Av. 7 de Setembro, 61 — 1.º — Salvador.

S. PAULO — M. Pontes & Cia. — Rua 15 de Novembro, 69 — Santos.

PARANÁ — Arnaud F. Veloso — Rua Barão do Serro Azul, 445 — Curitiba.

SANTA CATARINA — Carl Whale — Rua 15 de Novembro, 992 — Blumenau.

RIO GRANDE DO SUL — Pelotas — Distribuidora Sul Riograndense — Rua 7 de Setembro, 312. Paulo Pargentdler — Praça Marechal Floriano, 447 — Passo Fundo.

PORTUGAL E COLÔNIAS — Livraria Bertrand — Rua Anchieta, 31 — 1.º — Lisboa.

DISTRIBUIDOR PARA O RIO

Paschoal Tramontano.

Representante em Buenos Aires

Prensa Americana — Vitória, 1222.

Fotografias de Mozar Alves da Silva

Número avulso ..... Cr$ 10,00
Mês anterior ..... Cr$ 15,00

Números atrazados — Preços variáveis
Índice semestral — Cr$ 15,00

ASSINATURAS

INTERIOR

1 ano	Cr$ 100,00
2 anos	180,00
3 anos	260,00

EXTERIOR

1 ano	Cr$ 200,00
Índices Semestrais, cada .	15,00

As opiniões expendidas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Todos os artigos publicados são inéditos e escritos especialmente para esta Revista.

IMPRESSO NA EMPRÊSA GRAFICA "O CRUZEIRO" S. A. — LIVRAMENTO, 191 — RIO

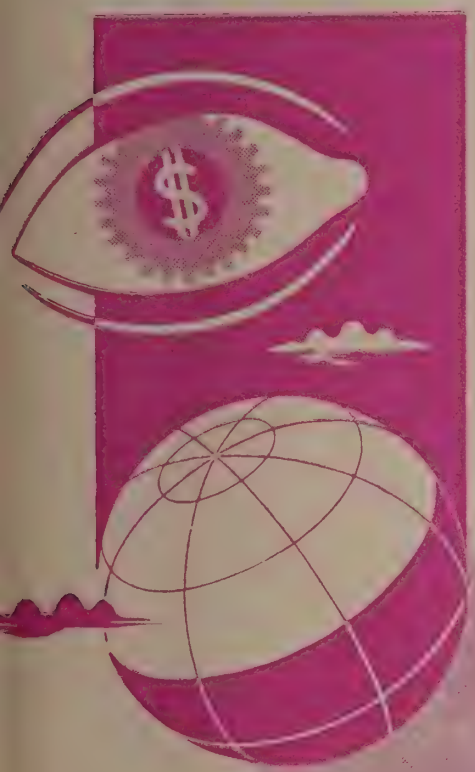
O OBSERVADOR
ECONÔMICO E FINANCEIRO

REDAÇÃO:
AVENIDA GRAÇA ARANHA, 182 - 3.º andar
RIO DE JANEIRO

FUNDADOR
VALENTIM F. BOUÇAS

CAIXA POSTAL 3.114
Tels. — Ger. 42-5519 — Red. 42-6995
End. Telegr. "OBSERVADOR"

N.º 146 — NOTAS EDITORIAIS — ANO XII



Economia no Serviço Público

DE que modo se poderá fazer severa economia no serviço público sem prejuízo das obras e realizações fundamentais que são sua própria razão de ser?

Essa é a pergunta que atormenta hoje os círculos administrativos do país, depois da dramática advertência feita pelo Presidente da República a seus ministros e ao Poder Legislativo. No exato momento em que transita no Congresso a lei de aumento de vencimentos de militares e civis, e em que o Poder Executivo parece desnorteado ante o aumento de despesa representado em cada nova lei, a presidência reitera aos órgãos federais a maior economia possível, "como impõe a situação financeira".

A pergunta, feita na hora de maiores ônus com a volumosa verba de pessoal que sobrecarrega o orçamento da República, decorre precisamente da ante-certeza de que nem um níquel se reduzirá nela. E' necessário economizar porque de outra forma será impossível o aumento, diz a circular presidencial.

Mas como, onde economizar?

O documento firmado no Catete termina com expressões de tranquilidade, fiadas em que as medidas mandadas adotar serão rigorosamente observadas e não esquecidas, dispensando-se portanto o autor de relembrá-las. A verdade, contudo, é que êle traduz coisa diversa, tanto mais por que segue outro onde se recomendou — com pouca observância, parece claro — respeito ao limite dos créditos, restrição às designações para o exterior, elaboração, com economia, de planos de obras, limitação dos efetivos-praça e reajustamento das etapas. Apesar disto, os dados apontados pelo Ministério da Fazenda em relação à execução orçamentária no primeiro mês do ano não são animadores nem comprovam os esperados resultados. O orçamento para 1948 apresenta um "superavit" previsível de Cr$ 1.278.946,00, mas, no mês de janeiro, foram registrados créditos adicionais no total de Cr$ 19.270.729,20, o que transformou, esclarece o Ministério da Fazenda, o superavit em deficit de quase dezoito milhões.

Êsse deficit, adianta o Ministério da Fazenda, crescerá em fevereiro, não só com a transferência do saldo dos créditos adicionais (especiais e extraordinários) apurados em 1947 com vigência posterior, mas também pelo contingente de novos créditos que forem concedidos. Oscilará, assim, o deficit previsível para mais, mês a mês, com a abertura de novos créditos no decorrer do exercício.

Impõe-se, efetivamente, a economia. Onde ela se irá exercer e o critério a ser empregado — eis a preocupação.

Diretor Responsável
OYAMA P. TEIXEIRA

★

Gerente
R. C. DE MEDEIROS

★

Redator Responsável
E. SIMAS PEREIRA

A presunção é de que todos os serviços relacionados no orçamento são necessários, como cada funcionário imprescindível à execução dos mesmos. Se fôssemos, porém, apurar a verdade administrativa, constatariamos que não apenas os serviços relacionados no orçamento são necessários, mas muitos outros requer o país, onde são crescentes as imposições de seus inúmeros e variados males; assim como constatariamos que, em matéria de pessoal, à quantidade e à qualidade seria sempre benéfico um exame rigoroso.

Se no pessoal não pode haver economia, antes a sua verba crescerá com os aumentos pràticamente concedidos, o corte tem que ser feito nos serviços. Sendo êsses, como já dissemos, imprescindíveis e até insuficientes, o que entra pelos olhos, corremos o risco muito mais grave do que enfrentar uma situação financeira difícil — o de economizar mal, amputando estradas, paralizando obras, etc., com sérios compromissos para o progresso nacional.

A advertência do presidente tem, assim, um caráter mais grave do que a recomendação de simples operação aritmética de gastar menos para evitar o deficit. Impõe escrúpulos administrativos máximos, tanto mais porque persistem o desequilíbrio de produção, os males inflacionários e uma série de outros fatôres que anularam os anunciados saldos do ano passado e fazem crescer a dívida do Tesouro para com o Banco do Brasil.

POLÍTICA DE ACORDOS

◆ *Em vários* campos da administração vem o govêrno federal desenvolvendo louvável política de cooperação com os Estados, proporcionando-lhes capitais e técnicos com que enfrentar alguns dos problemas mais sérios, comuns e tôdas as unidades da Federação. Para o fomento agrícola, para a difusão do ensino e para o combate às endemias e auxílio na construção de hospitais e preparação de pessoal especializado se têm dirigido os acordos, nos quais estão invertidos já mais de noventa milhões de cruzeiros.

Fundada na necessidade de auxiliar os Estados desprovidos de recursos, tal política só é possível em virtude de uma anomalía no nosso sistema financeiro, que permite à União arrecadar a maior parte da renda pública. Estados e municípios percebendo menos, dispõem naturalmente de recursos menores. Aquêles, então, onde originàriamente a renda pública é pequena, o que sobra serviços de monta são quantias ridículas, de sorte que por si sós se tornam incapazes de arcar as responsabilidades devidas à sua função.

Compreendendo isto, e considerando a impossibilidade de uma pronta modificação no sistema tributário, o qual só lentamente, sob o impulso dos dispositivos constitucionais, apresenta razões de in-

Necessidade de Definição

A PUBLICAÇÃO de uma nota conjunta no Rio e em Washington, da instituição de uma comissão mista brasileiro-americana com a finalidade de estudar as necessidades e possibilidades do nosso país e o melhor meio de inversões de capital "ianque", parece-nos atestar o grau de adiantamento em que se encontram as conversações entre os dois países para o estabelecimento de um programa de íntima cooperação econômica.

Sem dúvida, os têrmos em que está vasada a nota e o alcance da tarefa cometida à comissão não deixam margem a outras considerações. Só um acêrto profundo, destinado a influência muito séria nas relações entre os dois países amigos, justificaria a decisão dos seus governos. Como que coroando entendimento já antigo, com algumas fases de realce a exemplo da visita do Sr. John Snyder, a missão Souza Costa e os entendimentos pré e post-Quitandinha, a comissão dará parecer indispensável e conclusivo às negociações. Embora tarde a sua constituição, decorridos mais de trinta dias de seu anúncio, não é de supor tenha acontecido nada que obstruisse a marcha das conversações nem se deve, por isso, descrer do rápido desempenho da missão.

De nossa parte, tendo dado uma demonstração irretorquível de sinceridade e compreensão a ponto de permitir que técnicos estrangeiros investiguem os detalhes mínimos de nossas possibilidades, o que temos a fazer é nos preparar para acelerar os trabalhos da comissão, reduzindo o demorado trabalho de pesquisa. Cada dia gasto pela comissão será um dia a mais de dificuldades. E um dia a mais perdido entre acontecimentos nacionais e internacionais que reclamam o fortalecimento de nossa economia.

Se a íntima cooperação econômica nos interessa fundamentalmente, não nos devemos iludir quanto ao valor que nela desempenharão o nosso petróleo, o nosso minério de ferro, as plantas oleaginosas, etc. Assim, cabe-nos relacionar, imediatamente, as reservas e condições de produção dêsses e de outros produtos, de modo a prover a comissão de um material de que ela se possa servir com confiança. Órgãos brasileiros devem realizar essa tarefa preliminar, e é de crer que, não possuindo o Itamaratí capacidade para tanto, como está demonstrado, tenha a administração tomado as providências necessárias para que outros possam fazê-lo.

Não é, todavia, apenas de material técnico que devemos prover a comissão. Parece-nos evidente que o seu trabalho perderá muito em valor conclusivo para um acêrto imediato entre os dois países se não puder se realizar com pleno conhecimento da política econômica a ser adotada pelo Brasil. Queremos nos referir, especialmente, aos casos do petróleo e do minério. Pequenas facções da opinião pública nacional demonstraram, já, de modo claro, o seu pensamento em tôrno do programa governamental sôbre o petróleo, mas os partidos maiores se mantiveram, até agora, em incompreensível mutismo. Enquanto os comunistas e o Partido Socialista vieram a campo para combater a mensagem do govêrno ao Congresso propondo o projeto da Comissão de Legislação do Petróleo, e o Sr. Artur Bernardes declara que com ou sem o Partido Republicano lutará pelo monopólio do Estado, êsse mesmo Partido Republicano, a União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático, reunidos em coalisão política, nada disseram. E' verdade que alguns de seus membros manifestaram-se nos primeiros recontros parlamentares sôbre o petróleo, mas o necessário é uma definição clara do voto partidário.

A demora desta definição pode retardar ou comprometer o entendimento que desejamos breve.

De Havana a Bogotá

A ESCOLHA da delegação brasileira à Conferência de Bogotá fêz com que o Itamarati, mais uma vez, fôsse objeto de críticas por parte da imprensa. Desde que, em Quitandinha, as questões econômicas suscitadas foram transferidas para a reunião a se instalar no dia 30 do corrente mês na capital da Colômbia, estava previsto a importância que a mesma deveria assumir. E a realidade de que se revestiu esta importância temo-la traduzida no zêlo com que as demais nações do continente compuseram suas representações especiais, servindo de exemplo a Argentina, Cuba, México, Chile, isto para não falarmos nos próprios Estados Unidos.

Já não fazemos maior referência ao caso de não comparecer em Bogotá o Ministro das Relações Exteriores do Brasil em pessoa, a exemplo das demais nações. Mas emprestamos certa gravidade ao menor apreço com que foi cuidada a equipe que deve cuidar da parte da agenda onde se acham capituladas as questões econômicas, sobretudo o Convênio Básico sôbre Cooperação Econômica Interamericana. Além de ter sido incluído apenas um delegado para êstes assuntos, os dois assessores nomeados, conforme foi publicado, vão a Bogotá sem qualquer ônus para o Tesouro Nacional. Um dêles é jornalista e outro é dos quadros do Ministério do Trabalho. Seria o caso de perguntar: quem paga a êstes assessores para que defendam os interêsses do Brasil?

Em face destas circunstâncias devemos dar amplas razões ao general Anápio Gomes que, ao regressar de Havana, onde fôra como membro da representação brasileira à Conferência Internacional de Comércio; em declarações prestadas à Agência Nacional, e amplamente divulgadas pela imprensa, o ilustre militar, estudioso e conhecedor dos nossos problemas econômicos, faz severa crítica ao Itamarati, dizendo inclusive que o Ministério das Relações Exteriores não respondia sequer a informações que lhe eram solicitadas pelos delegados e dizendo mais que comparecemos a Havana sem nenhum preparo prévio, quando é sabido que devia ser decidida na capital cubana uma política para o comércio mundial.

Infelizmente a prática de reunir delegações à última hora, a fim de comparecerem a reuniões internacionais, tem se tornado habitual nestes últimos tempos, concorrendo assim para um desprestígio continuado para o Brasil. Não sabemos até que ponto a orientação flui apenas do Itamarati ou até onde vai nisto a tenaz política de economia que o govêrno vem praticando. Em qualquer das circunstâncias o prejudicado é o Brasil, que se condiciona a uma posição vexatória e inferior, quando a tradição mostra que sempre nos colocamos acima de críticas, neste particular.

Que o acontecido em Havana, como o que já acontecera em Genebra, e também sucedera em Paris e até aqui mesmo em Quitandinha e mais o que venha a ocorrer em Bogotá, sirva de exemplo daquilo que não se deverá repetir no futuro. E êste será o melhor resultado de não termos procedido como devíamos e como aconselhava a nossa posição continental.

fluência, o govêrno federal, em ação iniciada pelo Ministério da Educação e Saúde e prontamente seguida, tratou de ir em socôrro dos Estados e Municípios, auferindo, já, apreciáveis resultados.

Na verdade, incumbidos mais da função de dirigir e orientar, não deveriam os órgãos federais descer aos detalhes da execução, que cabe constitucionalmente aos Estados e Municípios. Contudo, enquanto os cofres federais se enchem cada vez mais, beneficiados pela mais opulenta taxação, os estaduais e municipais, privados de meios, emagrecem. Ante a necessidade de atender os requerimentos urgentes como são sempre os dos males nacionais, e no meio tempo de espera das afirmações práticas da vitória municipalista da Constituição de 46, fazem muito bem os ministérios que promovem acordos de auxílio financeiro e técnico com os Estados.

Uma outra razão ponderável deve ser invocada em aplauso à política de acôrdos. E', que, planejando, investigando e dirigindo a aplicação dos recursos nacionais existentes, pode o govêrno federal, sem demasias de centralização — o que é sempre desaconselhável — empregar maior soma de elementos nos Estados de maior necessidade, qualquer que seja sua importância. Claro que as unidades financeiramente mais poderosas dispõem de maior facilidades no combate a certos males do corpo e do espírito, conseguindo de seus cidadãos uma produção per capita maior ou melhor. As menores, notadamente do norte, onde as próprias condições naturais agravam a penúria, sofrem o castigo da angústia de tais elementos. Não têm dinheiro e, consequentemente, não podem ter técnicos e elementos outros com que aumentar suas escolas ou melhorar a produção e o estado sanitário. A aplicação consentânea dos recursos nacionais desempenha, assim, um papel corretor do mau sistema de arrecadação que canalisa para o centro a maior parte do que paga todo o país; essa aplicação consentânea, inspirando a política de acordos, é que a torna suscetível de louvores.

CONGELAMENTO DO CUSTO DA VIDA

◆ *Mais* uma vez volta ao cartaz a intenção do govêrno federal de estabilizar o custo da vida. Tantas têm sido as intenções nêste sentido, nos últimos tempos, que uma nova já não causa maior impressão. O que preocupa, muito mais, e na medida mesmo de fazer com que o problema torne às cogitações mais imediatas, é não apenas a divulgação dos índices de encarecimento das utilidades mais essenciais, nos últimos meses, como também o surto de novas solicitações de aumentos, extensivas pràticamente a tôdas as classes de trabalhadores.

O ponto de vista de O OBSERVADOR, a êste respeito, é por demais conhecido. Continuamos vivendo no balão inflacionário, não

obstante os esfôrços do govêrno no propósito de estancar as emissões e pôr um limite à expansão do crédito e aos deficits orçamentários. Nestes três particulares não resta a menor dúvida que a política financeira em curso logrou resultados, não obstante o que haja de discutível na sua execução. Decorrido um ano de sua vigência, porém, pôde o govêrno aferir que não eram apenas aquelas três as causas fundamentais da inflação brasileira. O fenômeno tem origens muito mais remotas e, por isto mesmo, muito mais difíceis de serem corrigidas com a prática de simples política de fixação de preços e contrôles similares. Se esta pudesse, juntamente com a eliminação daquelas causas, ser o bastante forte para deter a inflação, já estaríamos a esta hora sentindo os seus salutares efeitos.

O importante, porém, é que executando um plano puramente financeiro não se consegue resultado econômico e isto prova, mais uma vez, que nem sempre as boas finanças fazem a boa economia. Para que isto aconteça torna-se mister fazer por onde ao lado da política financeira desenvolva-se, paralelamente, uma política econômica.

Entendemos no caso por política econômica a ação aplicada à produção, distribuição e comércio. E é justamente neste terreno onde estão profundamente lançadas as raízes da nossa inflação. Ela teria chegado e teria atuado mesmo que não tivesse havido a guerra. A conflagração mundial deflagrada em 1939 teve, apenas, o mérito de precipitar os seus efeitos. E não mera especulação o que afirmamos, assim de maneira tão categórica.

Examine-se as estatísticas da produção, sobretudo da produção de subsistência; faça-se um estudo comparado dos seus números com os da evolução demográfica e do crescimento dos meios de pagamento e não será difícil, mediante um estudo feito tendo em conta êstes informes, para que possa até determinar o ano em que chegaria a crise se a guerra não tivesse quebrado o ritmo da paz. Acrescente-se, porém, a todos aquêles fatos e evidências mais o desenvolvimento da situação internacional, concorrendo não apenas para o puro e simples aumento dos meios de pagamento, mas também para a capacidade aquisitiva das massas, e ainda mais forçando uma competência internacional por produtos de base, inclusive manufaturas, que deveriam sair do nosso parque sem que estivéssemos em condições de aumentar com a necessária rapidez os nossos meios de produção, e então teremos diante de nós as fôrças que se conjugaram para a antecipação da crise.

A guerra, porém, uma vez extinta nos campos de batalha, deveria deixar resultados posteriores, em virtude da recomposição da economia. Países devastados, com enormes deficits de consumo, com potencial de produção perdido, com safras inutilizadas, sofrendo a falta de mão de obra desviada para as atividades militares, e mais os desajustamentos demográficos de consequência forçosa, e teremos a razão mais imediata para o prolongamento da crise além da guerra, sofrendo de contrapêso a influência, direta e indireta, material e psicológica de situações semelhantes que ocorrem no exterior.

Em face de tais circunstâncias está claro que tôda tentativa de correção da crise que vise apenas os preços, ou que se dirija tão pura e simplesmente para os salários, é de efeitos temporários. Corresponde, uma ou outra, a simples analgésico: cessado o seu efeito, o mal volta a se manifestar. E nestes últimos tempos temos capitalizado abundante experiência nêste particular.

VALORIZAÇÃO QUE NÃO E' ECONÔMICA

◆ *A leitura* do capítulo dedicado à política econômico-financeira, na Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, pelo sr. presidente da República, traduz fielmente os esforços empreendidos no ano próximo findo, tendo em vista arrancar o país do impasse a que chegara em virtude da inflação. Contraponteia o documento as duas mais importantes vitórias conquistadas nos doze meses de 1946: de um lado, a paralização das emissões e, do outro, o superavit verificado na execução do orçamento, ao mesmo tempo que acentua esperanças de que, no ano corrente, seja possível dar seguimento à política prèviamente traçada, cuidando já da consolidação da situação financeira para, sôbre ela, poder a ordem econômica encontrar fôrças para reagir.

Não obstante reconheça a interdependência e a solidariedade entre a economia e a finança, preferiu o govêrno cuidar de cada uma delas em separado, por julgar que uma é conseqüência da outra. Seria isto certo, sem dúvida, se a situação a que chegamos decorresse apenas de uma inflação puramente monetária e fôsse um fenômeno exclusivamente nacional. Assim, porém, não acontece e tanto não acontece que até o momento os resultados naturais daquelas duas vitórias não se refletiram na situação econômica, pois o seu efeito vem sendo sufocado por outras razões de ordem mais puramente econômica.

No país, a produção se acha estagnada; pequenos aumentos verificados na quantidade são mais o fruto da expansão da área do que mesmo o resultado de um melhor aproveitamento do solo. A produção industrial progrediu em valor porém não avançou em volume e, a êsse respeito, "Conjuntura Econômica", em sua edição de março, trás números e comentários elucidativos. Ora, o desafôgo do mercado não chegará pelo aumento de valor, porém pelo maior volume de mercadorias essenciais oferecidas ao consumo. E sòmente êste maior volume poderá influir na redução dos preços, em virtude do desafôgo que então se verificará na procura.

Reconhece, a Mensagem, os fatôres vários e de difícil ponderação que determinam o desaparecimento da agricultura nos últimos anos; as tarefas para a correção dêsse desajustamento não são das que se executam em curto prazo, estamos de pleno acôrdo. Mas até agora temos incursionado muito timidamente neste setor. Seria o caso de perguntar, por exemplo, por que razão se desenvolve tão lentamente o trabalho da mecanização agrícola. Já em janeiro de 1946, ainda no govêrno Linhares, foi assinalado um decreto-lei que autorizava o Ministério da Agricultura a encomendar 10.000 tratores e respectivos implementos à Fábri-

ca Nacional de Motores, que para atender a êste importante rumo da produção seria devidamente aparelhada. Os estudos pertinentes à produção foram concluídos; as coisas foram postas em têrmos práticos, realizado que foi inclusive o projeto de um trator que, segundo sabemos, teve o seu prototipo construído nos Estados Unidos onde vem sendo submetidos a testes de campo com pleno êxito. Mas aqui o assunto foi desviado. Ou esquecido. O fato é que não se fala mais nisto e vivemos lutando para comprar no exterior uma mercadoria que ninguém tem para vender. Resultado: vamos reunindo uma miscelânea de marcas e tipos que, depois de algum tempo de serviço, trarão a tarefa ingente da manutenção que será tão mais difícil quão mais diversificados forem os tipos em uso. Deixamos de utilizar um equipamento mecânico que se acha instalado, apto a funcionar e no entanto não podemos prescindir daquilo que poderíamos obter através dêsse equipamento.

O comércio exterior tem crescido, muito mais em valor do que mesmo em volume. Mesmo assim reconhecemos que não é fácil comprar tudo o que precisamos e devemos ainda arcar com os preços externos agora em plena ascenção, acusando índices mais altos que influem, direta e indiretamente, nos preços do mercado interno. Enquanto isto a nossa exportação pràticamente se acha enclausurada nos números representativos do volume e os recursos de que necessitamos no exterior, devemos fazê-lo à base de preços sempre mais altos pelo que vendemos. Assim compreendemos e executamos uma política de valorização, que não é, de maneira nenhuma, econômica.

A SITUAÇÃO DOS PORTOS

◆ *O pôrto* de Santos foi objeto de considerações especiais num recente relatório divulgado nos Estados Unidos e no qual é examinada a situação do comércio com a América Latina. Assinala o documento que não obstante os esforços empreendidos nestes últimos dois últimos anos, a verdade é que estamos longe de atingir, em matéria de equipamento e organização portuária, um gráu satisfatório, em concordância com o vulto do intercâmbio comercial que se faz através dos principais ancoradouros. Pelo visto, o problema do congestionamento continua a ser um óbice e a melhoria que se têm verificado é apenas efeito aparente de medidas de caráter imediato.

Tôda a imprensa brasileira, e nela incluído está O OBSERVADOR, tem freqüentes vêzes abordado o assunto, pondo-o em têrmos de indiscutida realidade. Em várias de nossas edições anteriores mesmo à guerra cuidamos da questão, quer em editoriais, quer em reportagens ou estudos e mesmo ainda em notas informativas. Nestes últimos dez anos foram realizados trabalhos em muitos outros portos, alguns dos quais, pela falta de utilização, foram tornados pràticamente obsoletos. Enquanto isto, trabalhavam os grandes portos, como Santos, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, servindo a um comércio de rotina.

No Rio de Janeiro, mesmo levando em conta as irritações do sr. Miranda Carvalho, responsável pela Administração do Pôrto, as coisas se acham em situação de desafôgo, conquanto surjam de vez em quando casos como o recente, do embarque de alguns milhares de toneladas de ferro gusa para a Argentina. De medidas positivas, não apenas para um desafôgo, mas como deve ser, para o aumento efetivo da capacidade de movimento no Cáis, podemos enumerar apenas duas: a extensão do molhe, no rumo do Cajú, e a abertura de concorrência para a construção do "piers".

O Relatório a que fizemos referência inicialmente, tratando do caso de Santos, acentua a necessidade da modernização e ampliação dos equipamentos, bem como a revisão de certos regulamentos, sob pena de comprometer o comércio através do mais importante pôrto brasileiro. A primeira parte está sendo cuidada, segundo fomos informados.

Mas como tôda medalha tem verso e reverso, também as Administrações dos Portos Brasileiros esperam, especialmente dos exportadores e armadores norte-americanos, algumas medidas tendentes a facilitar a rápida manipulação da carga procedente dos Estados Unidos. O sr. Miranda Carvalho enviou, à Associação Comercial do Rio de Janeiro um ofício acompanhado de uma série de recomendações. Nestas estão capituladas três circunstâncias que dificultam o desembarque, conferência e entrega das mercadorias de procedência norte-americana nos portos do Brasil: a) Embalagem inadequada; b) Marcação deficiente dos volumes; c) Estiva e desestiva desordenada. Cada uma destas coisas é examinada separadamente.

Acreditam, os técnicos brasileiros, que a embalagem que vem sendo empregada na exportação de grande número de artigos para o Brasil, é a mesma utilizada no comércio interno dos Estados Unidos: caixas de papelão, econômicas quando o transporte deve ser feito por estrada de rodagem ou de ferro; acontece que, ante as baldeações que devem sofrer, de caminhão para trem, chata e navio, onde são arrumadas sob certa compressão para economizar espaço, e depois nos portos de destino, onde são submetidas a novas baldeações, tal embalagem sujeita as mercadorias a muitas avarias e favorece enormemente os furtos. Como os volumes são de pequenas dimensões, tôda manipulação se torna difícil e custosa. Seria conveniente, neste caso, que tais volumes fôssem pelo menos engradados com madeira.

A respeito da marcação dos volumes, dizem as sugestões: "Não raro, as faces de um volume apresentam o aspecto de uma página de livro, tantos são os caracteres impressos; dimensões, volume e pêso no sistema de medidas impressas e métricas, recomendações, propaganda, enderêço das fábricas, etc.

Na parte da estiva e desestiva o que as Administrações dos Portos Brasileiros pedem é apenas a metodização na disposição da mercadoria destinada a um mesmo importador, nos porões, a fim de que seja evitada a sua dispersão por ocasião do desembarque no pôrto de destino.

Dirão os leitores que as duas situações diferem, a dos americanos e a nossa; mas no fundo são duas situações onde não é difícil se compensar, mesmo tendo em conta a cooperação de que os dois fazemos praça.

Comércio Exterior

A 23 de fevereiro próximo passado foi promulgada a lei n. 262, que subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior. Desde que, finda a guerra mundial, evidenciou-se o rumo a ser seguido pelo comércio internacional, vinha se fazendo sentir a necessidade do govêrno dispor de normas efetivas a fim de fugir ao sistema do contrôlo de emergência. Êste contrôle praticado através da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, foi uma das primeiras providências tomadas pelo Brasil ao lançar as bases de uma economia de guerra; justificava-se então pelas naturais restrições que se verificavam nos mercados fornecedores, onde os produtos sofriam uma primeira filtragem e atendia, por outro lado, a necessidade evidente de resguardar o mercado interno, fazendo por onde, atraídos pelos preços excepcionais dos mercados importadores, não viéssemos a ficar sem os suprimentos necessários a atender as exigências do consumo local. Findo o conflito, conquanto devêssemos manter uns determinados contrôles, para produtos que somente nos eram vendidos no regime de quotas, liberamos os demais, numa tentativa de restabelecimento do mercado livre. Semelhante liberação caracterizava-se perfeitamente pela liberalidade que passou a vigorar no próprio mercado cambial. Consequência dessa precipitação foi rapidamente, exgotamos as reservas acumuladas no estrangeiro que podiam ser mobilizadas; restaram somente os congelados. E o pior é que, não obstante havermos gasto os milhões que haviam sobrado pela impossibilidade de comprarmos nas épocas próprias, não adquirimos aquilo de que mais estávamos precisando, preferindo em vez disto comprar o que mais facilmente nos ofereciam e que, por coincidência, nem sempre ou quase sempre, não era o que nos servia.

Logo ao começar o ano de 1947 verificamos a tendência da balança comercial, para uma ampla inversão de têrmos e o fato concreto é que, ao chegarmos ao fim do exercício nos defrontávamos com um "deficit" superior a um bilhão de cruzeiros, não tendo sido maior, de dois bilhões talvez, em virtude das providências tomadas pelo govêrno. E estas foram, em primeiro lugar, o restabelecimento do contrôle das importações, contrarrestado por uma política de restrição nas exportações que já vinha desde 1946, como uma das peças da luta contra a inflação. E, logo após o restabelecimento dos contrôles, acorrido em maio senão nos enganamos, foi enviada ao Congresso uma mensagem em que o Poder Executivo pedia uma lei que lhe autorizasse a melhor e mais diretamente interferir no comércio exterior.

Esta lei é a que se promulgou em fins de fevereiro passado, som o n.º 262 e que até 23 do mês de março corrente deverá estar regulamentada. Transcrevemos, a seguir, o seu texto e, para maiores comentários, vamos esperar a edição de abril de O OBSERVADOR, quando teremos oportunidade de fazê-los já em vista da regulamentação em aprêço e das suas imediatas consequências.

A LEI N.º 262

E' o seguinte, o seu texto:

"O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

"Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a subordinar ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior, excluída dessa autorização a importação de gêneros alimentícios de primeira necessidade, a de cimento e produtos farmacêuticos.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará esta Lei dentro do prazo de trinta (30) dias e discriminará, em ordem de prioridade, quais os produtos submetidos ao contrôle, fixando normas para concessão das necessárias licenças, com antecipada publicidade das que forem outorgadas.

Parágrafo único — Qualquer alteração na lista de produtos submetidos a contrôle ou nos requisitos para a concessão das licenças, será feita por ato do Poder Executivo.

Art. 3.º — As restrições à exportação dos produtos nacionais limitar-se-ão à quantidade consumida ou industrializada no país, durante o ano anterior, acrescida de sete por cento (7%).

Parágrafo único — O Poder Executivo expedirá instruções para efetividade do disposto neste artigo, e para que se guarde igualdade nas reservas e distribuição nos produtos e paridade entre os preços obtidos nos principais mercados externos e internos, deduzidas tôdas as despesas.

Art. 4.º — Revogadas as disposições em contrário, esta Lei vigorará da data de sua publicação, até 30 de junho de 1949."

Desde a sua publicação manifestou-se, de parte do comércio, especialmente, uma expectativa com um misto de receio e, neste clima, é que os interessados têm aguardado a regulamentação. Semelhante clima refletiu-se também no exterior, sobretudo através de firmas que têm agências, sucursais ou mesmo organizações subsidiárias no Brasil. A medida se reveste de importância e, por que não dizê-lo, é necessária; o seu êxito, porém, está na dependência imediata de como seja formulada a regulamentação e das disposições que existam, de parte do Poder Executivo, de condicionar, depois de fundamentalmente ponderadas, as indicações dos importadores e exportadores.

O UNDÉCIMO MÊS

Na sequência de recúos do volume de mercadorias importadas e exportadas, o mês de novembro situou-se entre os meses do "menos". Recebemos 441.459 toneladas, contra 615.548 de outubro e expedimos 379.375 contra 408.667 toneladas do mês anterior. Semelhante redução encontrou justa correspondência no valor: as importações foram recebidas na base de 1.578.972 milhares de cruzeiros, contra 1.983.793 milhares do mês anterior; e as exportações foram embarcadas com uma atribuição de 1.646.404 milhares contra 2.072.004 milhares de cruzeiros de outubro.

A simples comparação dêsses números indica que a exportação foi menor do que a importação 62.084 toneladas e que foi superior em valor 67.432 milhares de cruzeiros. Não obstante o decréscimo progressivo do saldo, o fato é que êle existiu em no-

vembro. O exame do valor médio por tonelada indica, por outro lado, a afirmação da alto dos produtos importados, que passaram de Cr$ 3.233,000 em outubro para Cr$ 3.577,00 em novembro, enquanto que na exportação o valor médio desceu de Cr$ 5.070,00 para Cr$ 4.340,00 por tonelada. A diferença existente entre o valor médio da exportação e o da importação, por tonelada, ficou reduzida a Cr$ 763,00, a menor desde muito tempo. Estaremos em perspectiva de uma paridade de preços médios entre a exportação e a importação? Ou a evolução da segunda linha superará os níveis da primeira?

A subida dos níveis de preços dos produtos importados vem sendo um dos fatôres estimulantes dos altos preços no mercado interno, tanto das mercadorias estrangeiras como das nacionais, de vez que as últimas sofrem a influência psicológica das primeiras.

O panorama dos onze meses — de janeiro a novembro — pode ser assim definido: a importação atingiu a 6.562.385 toneladas no valor de .... 20.535.780 milhares de cruzeiros; a exportação, 3.390.812 toneladas no valor de 19.273.129 milhares de cruzeiros. O "deficit", era, ao terminar o mês de novembro, de 1.262.651 mil cruzeiros para a balança dos onze meses.

A evolução do "deficit" seguiu no continente americano: a diferença contra o Brasil, que até outubro era de 6.164.371 milhares de cruzeiros em favor da América do Norte e Central, atingia, em novembro a 6.505.931 mil cruzeiros; o saldo favorável, na América do Sul, elevou-se de 941.418 mil em outubro para 1.070.046 mil cruzeiros em novembro. O resultado das contas, para tôda a América, passou de um "deficit" de 5.222.953 mil em outubro para 5.435.885 em novembro. A parte setentrional do Novo Mundo centraliza, assim, tôda a atenção do comércio exterior do Brasil; o nosso "deficit" para com os Estados Unidos, nos onze primeiros meses, era da ordem de 5.438.510 mil cruzeiros; em relação às Antilhas Holandesas a nossa posição era desfavorável por uma margem de 852.884 mil cruzeiros e, com o Canadá, 133.054 mil. Outros mercados onde nossa posição era adversa, no Norte continental: Trinidad, 88.624 mil; México, 39.534 mil; Terra Nova, 18.928 mil cruzeiros.

Na América do Sul e Chile continua a ser o mercado desfavorável e com êle o "deficit" era de 8.128 mil cruzeiros. O "superavit" com a Argentina atingiu a 495.901 mil e com o Uruguai a 309.039 mil. Colômbia, Venezuela e Paraguai eram, por ordem, os mais vantajosos mercados brasileiros.

A diferença a nosso favor, nas relações com a Europa, em onze meses, atingiam a soma de 2.708.505 mil cruzeiros; os saldos mais amplos eram então com a Espanha, Holanda, União

COMÉRCIO EXTERIOR

(Resumo do período de janeiro a novembro de 1946/47)

IMPORTAÇÃO

MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947	1946	1947
Janeiro	300.653	519.550	711.776	1.615.509
Fevereiro	341.269	589.088	875.244	1.642.360
Março	361.272	563.201	967.563	1.620.527
Abril	581.715	650.446	1.126.279	2.255.823
Maio	282.214	832.570	871.460	2.366.472
Junho	383.229	526.201	1.056.272	2.074.594
Julho	381.323	622.234	1.085.157	2.152.020
Agôsto	511.057	608.705	1.186.591	1.589.976
Setembro	446.158	595.383	1.168.007	1.755.734
Outubro	324.649	613.548	1.074.184	1.983.793
Novembro	437.784	441.459	1.691.460	1.578.972

EXPORTAÇÃO

MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947	1946	1947
Janeiro	233.256	334.712	1.115.538	2.125.937
Fevereiro	270.677	265.154	1.195.105	1.564.470
Março	266.525	314.729	1.480.495	2.123.003
Abril	301.421	216.872	1.495.363	1.350.606
Maio	396.250	219.221	1.558.979	1.327.088
Junho	265.292	297.050	1.262.573	1.638.648
Julho	347.366	266.651	1.732.020	1.640.220
Agôsto	382.404	355.783	1.804.738	1.847.973
Setembro	354.079	345.598	1.543.501	1.936.776
Outubro	321.763	408.667	1.689.573	2.072.004
Novembro	328.879	379.375	1.694.375	1.646.404

RESULTADO

MESES	VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947
Janeiro	+ 403.762	+ 510.428
Fevereiro	+ 319.861	— 77.890
Março	+ 512.933	+ 502.476
Abril	+ 369.084	— 905.217
Maio	+ 687.519	— 1.039.386
Junho	+ 206.301	— 435.944
Julho	+ 647.049	— 511.800
Agôsto	+ 618.147	+ 257.997
Setembro	+ 375.494	+ 181.042
Outubro	+ 615.389	+ 88.211
Novembro	+ 479.634	+ 67.432

Belgo-Luxemburguesa, França, Tchecoslováquia. O incremento de nossa exportação para êste último país decorreu especialmente de um acôrdo inter-governamental, de ajuste de pagamentos, firmado em 16 de outubro de 1946, tendo entrado em execução, a título provisório, em 15 de novembro do mesmo ano. Em face dêsse protocolo o Banco do Brasil abriu um crédito ao govêrno tcheco, até o valor de 20 milhões de dólares, destinados ao pagamento de compras de matérias primas e gêneros alimentícios. Até o momento, porém, não foram tais entendimentos aprovados pelo Congresso; relatado na comissão específica da Câmara dos Deputados pelo Sr. João Cleofas, recebeu parecer contrário, tendo em vista o grau de relações já então existentes entre a Tchecoslováquia e a Rússia. Com os recentes acontecimentos, os quais praticamente puseram a Tchecoslováquia sob o contrôle soviético, cria-se uma situação especial, não sendo de estranhar que venham a ser encerradas as consequências imediatas do ajuste. Nos onze meses de 1947 exportamos, para essa república, mercadorias no valor de 318.305 milhares e de lá recebemos mercadorias no valor de 71.718 milhares de cruzeiros, o que nos dá um saldo de 246.587 mil cruzeiros.

O comércio do Brasil com a Ásia apresentava em novembro um resultado positivo de 804.779 mil cruzeiros, dos quais 298.240 milhares na China e 178.114 milhares no Ceilão. Há um interêsse especial, naquela área, sobretudo no que respeita ao algodão, que vem sendo o produto mais importante nas nossas vendas à China. O novo embaixador chinês junto ao govêrno do Brasil, recentemente chegado do Rio de Janeiro, nas suas primeiras declarações à imprensa informou mesmo que o Banco da China deverá instalar escritórios aqui para compra direta de algodão e outros produtos brasileiros.

Com a África os negócios são menores, mesmo assim o saldo, para os onze meses, era de 579.818 mil cruzeiros, dos quais 191.824 mil na União Sul-Africana e 160.311 mil no Senegal. Na Oceania o "superavit" atingia a 80.132 mil, dos quais 78.391 mil cruzeiros na Austrália.

OS PRINCIPAIS MERCADOS

Fazendo breve recapitulação dos dez principais mercados, para a exportação e para a importação, verificamos que a Argentina consolidou sua posição no segundo lugar, tanto de um como de outro movimento. Os Estados Unidos absorveram 37,87% das exportações e concorreram com 62,02 por cento das nossas compras. Os dez principais mercados fornecedores contribuíram com 92,75% do total das importações e os vendedores com 77,39 por cento. Limita-se a diversificação das fontes de abastecimento, por conseguinte. Vejamos os quadros, porém.

No primeiro quadro verificamos que somente os Estados Unidos concorreram, em onze meses, com 62,02% do total das importações; o mais importante fornecedor de manufaturas ao Brasil, depois daquele mercado, é a Grã-Bretanha, que enviou 6,57% das nossas compras. Das Antilhas Holan-

IMPORTAÇÃO

	PAÍSES	Milhares de Cruzeiros	% do total
1	Estados Unidos	12.736.419	62,02
2	Argentina	1.350.648	6,58
3	Grã-Bretanha	1.348.615	6,57
4	Antilhas Holandesas	859.614	4,19
5	Suécia	558.855	2,72
6	Suíça	479.528	2,33
7	União Belgo-Luxemburguesa	470.558	2,29
8	França	446.367	2,17
9	Itália	403.860	1,97
10	Canadá	393.130	1,91

EXPORTAÇÃO

	PAÍSES	Milhares de Cruzeiros	% do total
1	Estados Unidos	7.297.909	37,87
2	Argentina	1.846.549	9,58
3	Grã-Bretanha	1.501.623	7,79
4	União Belgo-Luxemburguesa	884.936	4,59
5	França	737.896	3,83
6	Espanha	696.544	3,62
7	Holanda	655.593	3,40
8	Suécia	484.053	2,51
9	Itália	465.311	2,41
10	Uruguai	345.984	1,79

Tambores

TODOS OS TIPOS - PARA TODOS OS FINS

FABRICAÇÃO EM SÉRIE:

TAMBORES

para

INDÚSTRIA PETROLÍFERA
INDÚSTRIAS QUÍMICAS
ÓLEOS VEGETAIS
ÓLEOS LUBRIFICANTES
GORDURAS E GRAXAS

CONSTRUÇÃO DE

TANQUES SUBTERRÂNEOS

para

DEPÓSITOS DE COMBUSTÍVEL
DEPÓSITOS DE ÓLEOS
POSTOS DE ABASTECIMENTO
MODELOS ESPECIAIS mediante encomenda

MODERNAS INSTALAÇÕES DE GLVANIZAÇÃO — Executamos todos os serviços concernentes ao ramo

IBESA

Indústria Brasileira de Embalagens S. A.

SEDE — FÁBRICA:
SÃO PAULO
RUA CLÉLIA N.º 93
Fone: 51-3142 (rêde interna)
Caixa Postal, 5659
End. teleg.: TAMBORES

FÁBRICA — FILIAL:
RIO DE JANEIRO
AV. BRASIL, 6-503 — Tel. 30-1590
Escritório:
AV. RIO BRANCO, 311 - s/618
Fone: 32-4366 (rêde interna)
End. teleg.: RIOTAMBORES

FÁBRICA — FILIAL:
PÔRTO ALEGRE
Rua Dr. Moura Azevedo, 220
Telefone 3459
Escritório:
RUA GARIBALDI, 298
Fone: 9-1002 - Caixa Postal, 477
End. teleg.: TAMBORESUL

FÁBRICA — FILIAL:
RECIFE
RUA DO BRUM N.º 592
Telefone 9-694
Caixa Postal, 227
Endereço telegráfico:
TAMBORESNORTE

desas recebemos petróleo e derivados, especialmente. Suécia, Suíça, França e Itália fornecem sobretudo manufaturas; a União Belgo-Luxemburguesa, alguma manufatura e matérias primas para a indústria. Merece especial atenção o vulto que está tomando o Canadá como vendedor de manufaturas, inclusive máquinas e ferramentas para uso na agricultura, além de papel de impressão.

Espanha, Holanda e Uruguai, que não aparecem com destaque no quadro da importação, ocupam posição entre os principais destinos das nossas exportações. A União Belgo-Luxemburguesa é o quarto mercado comprador.

PRINCIPAIS PRODUTOS

As grandes classes, na exportação, se colocavam, ao cabo de onze meses, pela seguinte ordem de valor: Gêneros Alimentícios, 10.199.867 milhares; Matérias Primas, 7.579.901 milhares; Manufaturas, 1.492.649 milhares e Animais Vivos, 712 milhares de cruzeiros. Na importação a ordem era: Manufaturas, 12.277.532 milhares; Matérias Primas, 4.478.379 milhares; Gêneros Alimentícios, ... 3.742.360 milhares e Animais Vivos, 37.509 milhares de cruzeiros.

O café, mais importante apoio de nossas vendas, teve nos onze meses de 1947 uma exportação menor em volume que em igual período do ano anterior, porém superou o valor. Foram embarcadas, de janeiro a novembro do ano findo, 13.411.992 sacas estimadas em 7.010.436 mil cruzeiros. Foi menor, também, o volume do algodão em rama embarcado: saíram 269.174 toneladas no valor de ..... 2.891.114 mil cruzeiros. Os tecidos de algodão progrediram em volume e em valor deram 1.143.050 mil cruzeiros. Peles e couros, cacau em amêndoas, madeiras, arroz, mamona, carnaúba e fumo foram os mais bem colocados a seguir.

Na importação as nossas compras de máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios totalizavam 4.773.946 mil cruzeiros; as de automóveis de tôda espécie, 1.921.039; a de farinha de trigo, 1.359.815; ferro e aço (matéria prima), 1.304.239 mil; de trigo em grão, 977.669 mil; de produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes, recebêramos até então 779.970 mil; de carvão de pedra, 574.850 mil; de gasolina, 566.531 mil; de acessórios para automóveis, 513.218 mil e de óleos combustíveis, 419.589 mil cruzeiros.

Somando o quanto dispendemos em farinha de trigo e trigo em grão, temos para os onze meses em aprêço um total de 2.337.484 mil cruzeiros; fazendo a mesma operação com a parcela de automóveis de tôda espécie e a de acessórios para automóveis, concluímos 2.434.257 mil cruzeiros.

A EXPORTAÇÃO EM DOZE MESES

Reservamos, para edição de abril um estudo pormenorizado do desenvolvimento do comércio exterior durante 1947. Antecipamos aqui, porém que nos doze meses do ano próximo findo a exportação atingiu a 3.781.453 toneladas, no valor de 21.179.413 mil cruzeiros, contra 3.663.122 toneladas e 18.229.532 mil cruzeiros em 1946.

Empréstimo Mineiro de Consolidação

"Série C" — Lei n.º 192, de 10 Setembro de 1937

RELAÇÃO DAS APÓLICES PREMIADAS

No sorteio de 29 de Fevereiro de 1948

CR$	200.000,00	2.411.430
CR$	100.000,00	2.923.226
CR$	50.000,00	2.425.250
CR$	20.000,00	2.022.305
CR$	20.000,00	2.722.935
CR$	20.000,00	2.962.421
CR$	10.000,00	2.143.625
CR$	10.000,00	2.178.566
CR$	10.000,00	2.682.915
CR$	10.000,00	2.714.144
CR$	10.000,00	2.746.494

PRÊMIOS DE CINCO MIL CRUZEIROS

2.022.989	2.455.196	2.544.742	2.605.050	2.642.679
2.649.602	2.695.849	2.751.858	2.820.172	2.860.039

PRÊMIOS DE DOIS MIL CRUZEIROS

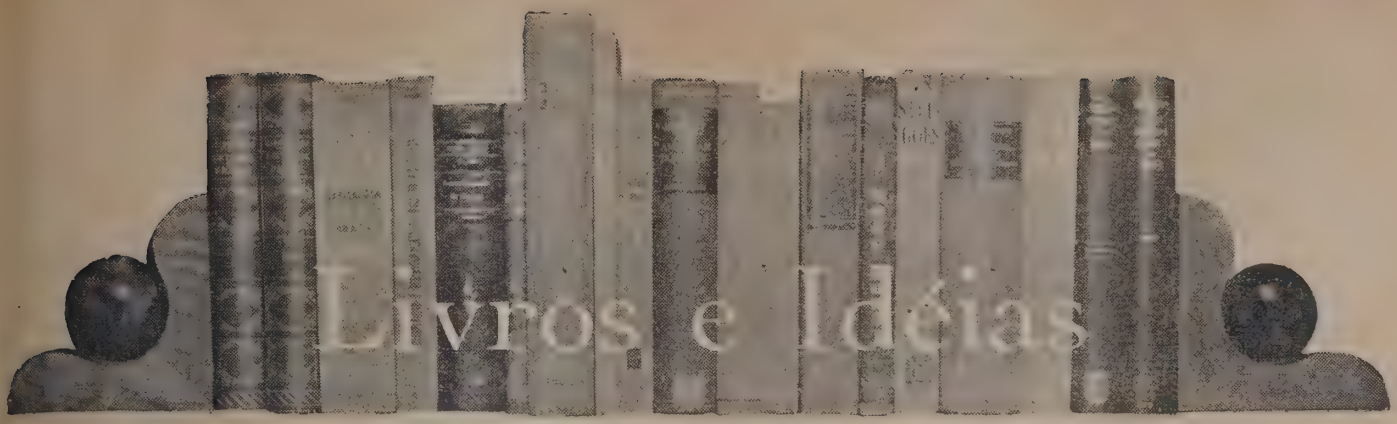
2.025.668	2.247.761	2.435.205	2.711.129	2.920.739
2.044.919	2.335.938	2.518.452	2.853.754	2.943.454
2.220.945	2.374.630	2.654.922	2.878.837	2.963.368
2.233.485	2.387.170	2.691.301	2.890.215	2.995.297

PRÊMIOS DE MIL CRUZEIROS

2.001.208	2.189.190	2.367.838	2.527.533	2.626.458	2.773.719
2.007.672	2.214.418	2.368.158	2.532.157	2.627.429	2.789.460
2.016.227	2.219.157	2.388.788	2.532.547	2.636.838	2.822.257
2.023.662	2.225.357	2.396.590	2.542.197	2.643.248	2.822.691
2.025.535	2.250.899	2.397.061	2.549.035	2.678.573	2.838.857
2.034.089	2.253.634	2.405.603	2.557.705	2.699.638	2.841.067
2.047.376	2.258.660	2.409.151	2.565.154	2.724.036	2.859.335
2.053.646	2.287.217	2.414.710	2.570.909	2.728.605	2.926.121
2.055.136	2.290.611	2.427.119	2.581.952	2.730.516	2.926.197
2.069.056	2.308.294	2.458.041	2.605.158	2.738.206	2.929.722
2.109.434	2.315.563	2.459.509	2.605.937	2.738.427	2.950.543
2.110.337	2.321.835	2.477.348	2.608.479	2.752.285	2.951.534
2.113.264	2.337.358	2.495.505	2.611.329	2.753.390	2.955.365
2.125.238	2.337.875	2.500.722	2.611.592	2.762.722	2.955.657
2.143.182	2.340.394	2.507.148	2.612.208	2.766.392	2.972.833
2.144.906	2.355.518	2.512.386	2.617.621	2.768.097	—
2.164.448	2.365.880	2.519.124	2.619.319	2.770.237	—

Secretaria das Finanças, 29 de fevereiro de 1948. Benedito Tertuliano—Chefe da 1.ª Secção. Visto, F. Martins, Superintendente do Departamento da Despesa Variável.

NOTA — A lista dos números sorteados para o resgate ao par, será distribuida pelo Departamento da Despesa Variável, na Secretaria das Finanças, Departamento da Fazenda de Minas Gerais, no Rio de Janeiro.



O Cooperativismo no Brasil

Valdemar Valente

ESCREVEU o Sr. Waldiki Moura uma excelente monografia sôbre o movimento cooperativista em nosso país. Excelente pela objetividade e clareza de exposição, pela massa de elementos informativos utilizados, pela segurança com que trata a matéria. Aliás, ninguém, entre nós, se encontra em tão boas condições para a elaboração de um trabalho de tal natureza: especialista em assuntos de cooperativismo, autor de vários livros referentes ao cooperativismo, fêz-se autoridade nesse campo de estudos, a que se dedica de longa data.

Foi com o objetivo de apresentar o quadro da evolução histórica do cooperativismo no Brasil que o Sr. Waldiki Moura preparou o ensaio cuja divulgação, em edição mimeográfica, se deve à Seção de Informações Sociais e Trabalhistas da União Pan-Americana. O título é o mais modesto e simples que se pode imaginar: *Notícia do Cooperativismo Brasileiro*. Sendo mesmo uma notícia, dado o sentido informativo que o caracteriza, êste pequeno volume representa, contudo, uma valiosa contribuição para a história de nossa organização econômica.

Na primeira parte do trabalho, o autor aprecia o desenvolvimento da idéia cooperativista no Brasil, num esfôrço de pesquisa que é muito de louvar. Revela, de início, a deficiência e as falhas das fontes de que se socorreu, disso culpando, com evidente injustiça, os serviços estatísticos oficiais, por ineficiência no contrôle da documentação concernente ao assunto. A seu ver, a evolução daquela idéia pode ser exposta, se adotado um critério cronológico, em três fases diferentes: a) das últimas décadas do Império a 1925; b) de 1926 a 1932; e c) de 1933 aos dias atuais. Ponto de vista contrário ao de outro eminente estudioso do assunto, Sr. Fábio Luz Filho, para quem existem, para análise, apenas duas fases: a que vai de 1911 a 1915 e uma outra, de 1926 para cá. O Sr. Waldiki Moura acha que não se deve esquecer, no caso, as tentativas levadas a efeito nos últimos tempos do Império e nos primeiros da República, lembrando mesmo que a primeira lei específica sôbre a matéria foi assinada pelo Presidente Afonso Pena, em 1907 — lei defeituosa, eivada de erros, mas cuja importância histórica não pode ser esquecida. Por outro lado, é de opinião que, a partir de 1932, baixada a lei n. 22.239, o movimento tomou impulso e se fêz tão acelerado que aquela data se tornou o marco de um novo período na vida do país.

A seguir, o autor analisa a ação desenvolvida, no campo do cooperativismo, pelo govêrno federal, formulando observações sôbre os textos legislativos que se sucederam, com o fito de dar corpo à idéia em marcha.

Outro capítulo, mais extenso, é dedicado às iniciativas tomadas, no mesmo sentido, no âmbito regional, quer pelos governantes locais, quer por particulares interessados. E é aí, sem dúvida, que mais nítida se põe aos nossos olhos a capacidade investigadora do Sr. Waldiki Moura.

Na última parte da monografia encontram-se alguns dados estatísticos bastante expressivos, visto como indicam a progressiva aceitação da idéia cooperativista em nosso país. Segundo os elementos colhidos pelo autor em fontes fidedignas, existem em todo o território nacional nada menos de 2.595 cooperativas, assim distribuídas por categorias econômicas: 1.164, de consumo; 1.043, de produção, 304, de crédito; 54, diversas; e 30 de 2.º grau (centrais, federações, confederações). Contam essas instituições com um efetivo de 300 mil associados, mais ou menos.

Julga o autor que o movimento cooperativo brasileiro carece de consolidação, "através de cuidadosa e eficiente revisão dos seus quadros e de sua técnica de funcionamento". E é de opinião que se deve, quanto antes, desenvolver largo e intenso programa de educação dos próprios membros das cooperativas, a fim de que êles lhes assegurem o necessário apoio e lhes consolide a situação em proveito comum.

Por último, o Sr. Waldiki Moura aborda o problema do financiamento às cooperativas, detendo-se no exame do funcionamento da Caixa de Crédito Cooperativo, em cuja ação deposita

a maior confiança como corajosa experiência de organização cooperativista. Fundada em 1943 e instalada em fevereiro de 1946, com o capital de 300 milhões de cruzeiros, a Caixa só recebeu 1/6 dêsse capital, totalmente aplicado, inclusive na instalação de seus serviços. Dos 47 milhões de cruzeiros aplicados em financiamento — informa ainda o autor —, cêrca de 38 milhões foram destinados à produção de gêneros alimentícios (açúcar, frutos cítricos, mate, arroz, laticínios, aves, ovos, pescado, etc.), tendo sido o restante aplicado na produção de matérias primas (especialmente fibras) e no amparo a cooperativas de consumo e crédito.

ASPECTOS DA GRÃ-BRETANHA INDUSTRIAL

NÃO só a ingleses, nem só a homens de indústria, interessa a obra intitulada *Studies in Industrial Organization,* organizada por H. A. Silverman e publicada em Londres por Methuen & Co. Ltd. Apresentando um panorama de determinadas atividades industriais da Grã-Bretanha, estudadas por especialistas de renome, êsse livro contém uma série de observações e elementos informativos que nos conduzem à compreensão de muitos problemas econômicos atuais.

O volume é composto de várias monografias, cujos autores procuram apresentar, de maneira objetiva, os resultados dos estudos levados a efeito pelo Nuffield College Social Reconstruction Survey, com o objetivo de caracterizar nitidamente os problemas fundamentais, de natureza econômica e social, do parque industrial da Inglaterra. Primitivamente, os estudos foram realizados sob o ponto de vista local ou regional, segundo os melhores métodos de investigação em matéria de geografia econômica. Tinha-se em mira a análise das áreas e do respectivo aproveitamento industrial, com a apreciação dos fatôres de desenvolvimento ou de retração econômica.

Posteriormente, modificou-se o critério das pesquisas empreendidas, dando-se-lhes outro tratamento. Foram então estudadas as indústrias — não as grandes e poderosas, as soberanas para o colosso imperial, mas as pequenas e as médias, suporte da economia interna da Inglaterra. Estudadas em função das áreas, em plano nacional, considerando os métodos e escala de produção, rendimento obtido e rendi-

Notas Avulsas

NA "Biblioteca de Autores Brasileiros", que se edita na Argentina, sob os auspícios do Ministério da Justiça e Instrução Pública, foi publicado, em tradução de Benjamim de Garay, um livro do historiador brasileiro Affonso de Escragnolle Taunay — *São Paulo no Século XVI — História da Vida de Piratininga.* A obra contém um prefácio de Rubem Franklin Mayer e a edição é primorosa. A referida Biblioteca foi criada em virtude dos acordos culturais vigentes entre o Brasil e a Argentina.

REAPARECEU, completamente refundido, o ensaio de Sérgio Buarque de Holanda — *Raízes do Brasil,* que é, aliás, o primeiro volume da excelente Coleção Documentos Brasileiros (Livraria José Olímpio). Nesse livro são estudadas as origens e peculiaridades da formação histórica, social e psicológica do nosso país. O autor desenvolveu consideravelmente o texto da obra, acrescentando-lhe páginas novas, desdobrando capítulos, juntando-lhe numerosas notas informativas.

ESTA' em quarta edição o romance famoso do Visconde de Taunay — *O Encilhamento* (Ed. Melhoramentos), que focaliza os fatos ocorridos na Bôlsa do Rio de Janeiro entre 1890 e 1892 e em que são apreciados os aspectos mais dramáticos de uma época tormentosa de nossa história econômico-social.

PARA distribuição limitada aos membros da administração pública e do Congresso Nacional, o Sr. João de Lourenço, Chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda, editou em folheto alguns pareceres de sua autoria, sôbre temas relacionados com a situação econômica e financeira do Brasil. Os pareceres são a respeito do memorial das classes produtoras do Brasil, da representação das classes produtoras de São Paulo, da política de crédito e da reforma do impôsto de renda e majoração dos direitos alfandegários. O autor julga que suas observações, relativas à atual política anti-inflacionária do govêrno, "serão plenamente confirmadas pela realidade, em futuro próximo".

ALMIR de Andrade entregou ao editor José Olímpio os originais de seu último livro — *História Adminstrativa do Brasil,* obra informativa e de interpretação que vem completar a de Max Fleiuss sôbre o mesmo assunto.

Livros Norte-Americanos

LOUIS MARLIO, economista francês, diretor di Brookings Instituion, dos Estados Unidos, publicou no ano passado *The Aluminum Cartel,* estudo completo sôbre a formação do cartel de uma poderosa indústria norte-americana.

POR iniciativa do Twentieth Century Fund, um grupo de especialistas em assuntos econômicos — Srs. Dewhurst, J. Frederic e outros — organizou uma obra destinada a oferecer um panorama objetivo das realidades americanas — *America's Needs and Resources.*

EXCELENTE tratado é o do Sr. Lorie Tarshis — *The Elements oj Economics* —, publicado por Houghton Mifflin Co. A evolução das idéias econômicas é examinada metodicamente, com clareza didática.

SÔBRE o esfôrço desenvolvido nos Estados Unidos para o constante enriquecimento da ciência econômica versa o livro de Allan G. Gruchy — *Modern Economic Thought: The American Contribution* (Ed. Prentice-Hall).

DOCUMENTAÇÃO abundante foi recolhida por Paul H. Landis para o seu livro *Social Policies in the Making* (Ed. D. C. Heath and Co.). E' um quadro bastante desenvolvido dos problemas sociais de nosso tempo, no que se refere ao trabalho humano, e das soluções até hoje adotadas nesse particular.

EM edição da Macmillan apareceu em fins de 1947 o volume *Understanding Society: The Principles of Dynamic Sociology,* de Howard W. Odum, no qual o autor procura lançar os fundamentos de uma técnica dinâmica de pesquisa sôbre a ação dos grupos sociais.

Revistas das Revistas

TRABALHOS de interêsse publicados em números recentes de revistas nacionais: "O tamanho das propriedades rurais no Brasil", T. Lynn Smith, in *Boletim Geográfico* (novembro); "O Petróleo no Brasil", Américo Wanick, "Alimentação e rendimento do trabalho", Peregrino Júnior, "Cooperação entre trabalho e capital", Belfort de Oliveira, in *Panorama* (dezembro); "O impôsto predial", Gabriel Aires Neto, in *Revista do Arquivo Nacional* (v. 113).

Outras indicações relativas a artigos insertos em periódicos estrangeiros: "Lettre aus Américains", L.-J. Lebret, "Des Bilans Véridiques Malgré l'Inflation", A. Dubois, in *Économie et umanisme,* da França (nov-dez.); "Poyecto de Bases Politico-Economicas para a Paz Mundial", José Luiz Barceló, in *El Mundo Financiero,* da Espanha (janeiro); "Le Système Bancaire en U. R. S. S.", M. Oussoskine, "L'Évolution des Besoins dans la Famille", François-Albert Angers, in *L'Actualité Économique,* do Canadá (janeiro); "Organización Cientifica y Elevación del Nivel de Vida", José Mallart, in *Revista de Trabajo,* da Espanha (outubro); "Les Relations de Travail aux États-Unis — La Loi de 1947", John E. Lawyer, in *Revue International du Travail,* da Suíça (outubro); "La gestione della finanza dello stato nell-esercizio 1946-47", F. A. Rèpaci, "Qualche considerazione intorno alla equazione dello scambio", Guido Sensini, in *Rivista di Politica Economica,* da Itália (janeiro); "Progress in Industrialization of Latin America", George Wythe, "Policies and Tendencies in Latin America", Robin A. Huumphreys, in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science,* dos Estados Unidos (janeiro); "Bank Nationalization Deusions", C. V. Janes, "Austrália and the Dollar Crisis", W. Prest, "The U. S. A. Tariff em Wool", F. H. Booth, in *The Australian Quarterly,* da Austrália (dezembro); "The Röle of Relative Wage Differences in International Trade", Karl Forcheimer, in *The Quarterly Journal of Economics,* dos Estados Unidos (1947).

Edições Canadenses

COM prefácio do Sr. Jean Désy, ex-embaixador do Canadá no Brasil, foi lançado em Montreal o pequeno mas excelente trabalho do Prof. Paul Hugon — *Les Doctrines Économiques* (Ed. Fides). Análise, em têrmos quase didáticos, das idéias econômicas de todos os tempos, com uma apreciação crítica sôbre as suas figuras representativas.

OS grandes problemas internacionais relacionados com a produção dos cereais, carnes, açúcar, bebidas, óleos, etc., foram apreciados, para fins de vulgarização cultural, por Jean Malabard, no livro *À la Découverte des Benrées Alimentaires dans le Monde* (Les Éditions Ouvrières).

TEM o título de *Travail d'Après-Guerre* o livro em que o Comandante Gaston Lavoisier estuda as questões gerais de readaptação dos desmobizilizados (Ed. Fides). O autor é aviador, conhece a fundo a matéria e é dotado de um estilo vivo e atraente. Um crítico aproxima sua obra da de Georges Duhamel — *Scènes de la Vie Future.*

SOB os mais variados aspectos, inclusive os econômicos, sociais e políticos, é estudada a fisionomia da Argentina no ensaio de Ysabel-F. Rennie — *The Argentine Republic,* editado pela sucursal da Macmillan, em Toronto.

DEVE-SE à mesma editôra o lançamento da importante obra de A. W. Currie — *Economic Geography of Canada.* No gênero, um trabalho de grande mérito, em que é estudado o ecúmeno canadense de maneira exaustiva, na base dos mais modernos métodos adotados em estudos de tal natureza.

mento ideal, problemas peculiares de capital e de trabalho, de transporte e colocação. Enfim, os aspectos principais de determinadas atividades industriais foram apresentados em ordem a nos oferecer um quadro das possibilidades econômicas daquele país.

Em oito capítulos se divide o livro, três dêles sob a responsabilidade do Sr. H. A. Silverman — os dedicados à indústria de malhas, à de calçados e à indústria têxtil artificial. Coube a F. A. Wells o estudo da indústria de cordões; a Jean S. Pattison, o da de tecidos de lã escocesa; ao Sr. John G. Dony, o da de chapéus; a Isabel E. P. Menzies e Dennis Chapman, o da de juta; e a Clive Williams, o da de tapêtes. Todos realizados na base de dados históricos e estatísticos abundantes e fidedignos. Mas embora objetivos, não isentos de espírito crítico na apreciação de certos fatos. Tanto é assim que, logo no prefácio, o Prof. G. D. H. Cole, diretor da instituição que promoveu a notável pesquisa, adverte serem responsáveis pelas opiniões emitidas, no curso do livro, os respectivos autores.

No gênero, é um trabalho de equipe que se recomenda e que atesta a capacidade de pesquisa e análise de um grupo de economistas britânicos, voltados para os problemas da organização industrial e para os fenômenos econômicos e sociais da Inglaterra contemporânea.

LIVROS ESPANHÓIS

APENAS algumas indicações, bibliográficas, recolhidas em publicações européias especializadas:

— *Historia de las Doctrines Económicas,* de Pedro Lluch y Capdevila.

— *Los Fundamentos del Estado y del Derecho y del Estado,* de José António Maravall.

— *Cuestiones Fundamentales de la Economie Politica,* de Walter Eucken.

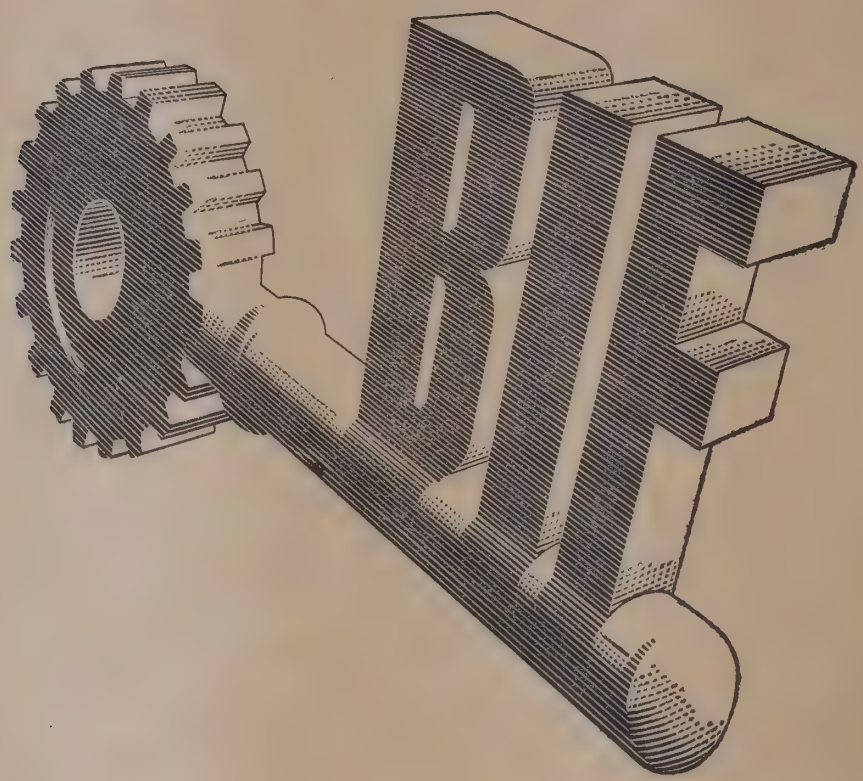
— *La Economia Reformada,* de Manuel Fuentes Iruzqui.

— *La Política Social y la Socieolcgia,* de Luis del Valle Pascaul.

— *Nueva York, Impressiones de un Español del siglo XX que no sabe inglés,* de Diego Hidalgo.

LONDRES & BIRMINGHAM

BRITISH INDUSTRIES FAIR



1948

Maio 3-14

A 3 de Maio de 1948, quando fôr inaugurada a Feira das Indústrias Britânicas, compradores de todas as partes do mundo terão oportunidade de examinar os produtos de 3.000 fabricantes do Reino Unido.

Esse acontecimento anual constitue a maior feira comercial do mundo. Sua amplitude e importância aconselham Vossa Senhoria a conhecê-la pessoalmente. Terá, então, a certeza de que poderá se entender com o próprio produtor ou seu distribuidor exclusivo e encontrará os artigos cuidadosamente agrupados segundo o ramo da indústria, de maneira que as comparações possam ser feitas com presteza. Acima de tudo, Vossa Senhoria terá ocasião de observar novas realizações, novos métodos de manufatura e novas concepções, sempre executadas com absoluta habilidade.

Essa será sua única oportunidade, em 1948, de examinar, em poucos dias, as realizações de 87 indústrias do Reino Unido.

Qualquer informação pode ser obtida na Embaixada Britânica no Rio de Janeiro, ou no Consulado na Capital do seu Estado.

CRÔNICA PARLAMENTAR

A Tarefa do Legislativo

CONVOCADO extraordinariamente, o Congresso funcionou até a segunda quinzena de fevereiro, quando deu por encerrado os seus trabalhos com as solenidades da praxe. Voltará a funcionar em março próximo em mais uma legislatura ordinária, que deverá ser a de intenso labor, em face dos múltiplos e complexos problemas a enfrentar.

As dimensões desta crônica estariam naturalmente limitadas pelo curto período que abrange, se não estivessem ainda mais, dado o caráter e a orientação que tem, pela natureza dos debates, de ordem essencialmente política, predominantes neste apagar de luzes do trabalho parlamentar.

Nada obstante, cabe fazer alguns reparos. Seria má fé negar totalmente a eficiência do nosso Legislativo. Sem embargo do tempo precioso que se perdeu em estéreis questiúnculas partidárias, não se pode ocultar que o Parlamento teve olhos para ver e capacidade para discutir várias e importantes questões relacionadas com a vida econômica e administrativa do país. Teve iniciativas e aprovou medidas de interêsse coletivo. Cumpriu, não há dúvida, o seu dever. Poderia tê-lo feito com maior amplitude e melhor, também é certo, mas as atividades de um Parlamento estão prêsas a certas contingências a que não pode fugir. De resto, a política é parte essencial na vida de um corpo de representantes do povo e ela somente se torna condenável, quando perturba e impede a consideração de outros problemas ou se amesquinha em casos insignificantes.

Cremos que não há motivos sérios para descrer do nosso Parlamento. Antes é dever de todos prestigiá-lo para que possa cumprir as suas tarefas com eficiência e dignidade, de modo a se constituir num instrumento decisivo do perfeito funcionamento do sistema democrático que estruturamos em 18 de setembro de 1946.

Na legislatura que em breve vai começar, têm os representantes do povo brasileiro oportunidade magnífica para levar a cabo um trabalho produtivo e eficaz, visando a solução e o encaminhamento de problemas os mais sérios. Na pauta dos trabalhos da Câmara e do Senado encontram-se projetos da maior importância. E' indispensável, portanto, que as comissões técnicas não retardem o exame de tais projetos nem o plenário se transvie em discussões que a nada conduzem. Há em jôgo interêsses vitais do Brasil e a êles cumpre dar o melhor do esfôrço e da inteligência de cada um.

Queremos aludir aqui, embora em traços rápidos, a alguns dêsses projetos que estão a reclamar atenções e estudos especiais. O primeiro dêles é o ante-projeto de reforma bancária, encaminhado à Câmara vai fazer quase um ano.

Temos nesse projeto matéria de relevância incontestável. A sua oportunidade é manifesta, todos o reconhecem. Pois seria mais do que uma imprudência permanecermos na situação atual, de verdadeiro cáos, no que se refere ao nosso sistema de crédito. êste, ninguém contesta, precisa ser disciplinado. E é justamente o objetivo do ante-projeto oficial.

O exame dêsse ante-projeto já está sendo feito na Câmara e tem dado lugar a muita discussão. Dispensamo-nos de entrar em detalhes, uma vez que já temos examinado a questão em mais de uma oportunidade. O que importa, no momento, é frizar a necessidade de serem concluídos, com clarividência e ânimo sereno, os debates em tôrno de tão importante tema. Acreditamos que a Câmara compreenderá as suas responsabilidades, fazendo do projeto de reforma bancária um dos pontos capitais do seu trabalho na próxima legislatura. Há, é claro, que levar em conta os múltiplos aspectos que o projeto comporta, escoimando-o de exageros e equívocos, atendendo às justas ponderações que fizeram classes interessadas, como, para citar um exemplo, as dos industriais do açúcar. Mas, tudo isso, é mister fazer dentro do menor tempo possível.

Outra reforma legislativa em perspectiva — para a qual já foi elaborado o competente ante-projeto — diz respeito às nossas reservas petrolíferas. Está a Câmara de posse do ante-projeto que uma comissão de especialistas preparou por iniciativa do Executivo. Ultrapassa dos limtes de uma simples crônica parlamentar, o exame circunstanciado de assunto tão vasto e delicado. O bom senso fornece, porém, um dado básico: há petróleo no sub-solo brasileiro e é preciso explorá-lo. Se podemos fazê-lo com os nossos recursos próprios, tanto melhor; se, todavia, as condições ainda rudimentares da nossa economia não o permitem, então é pôr de lado o nacionalismo obstinado e irrealista, para acolher, com as devidas cautelas, a cooperação dos capitais e técnicos estrangeiros. Ao apreciar o nosso problema petrolífero, à Câmara terá de encarar aspectos técnicos, econômicos e até políticos. Tudo, porém, será inútil, se o bom senso não vingar.

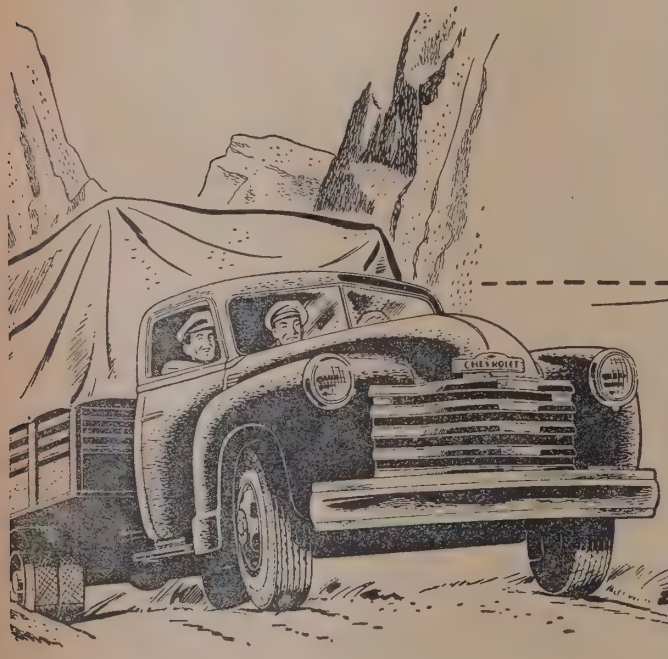
Falando-se em petróleo, surge, por natural associação, o caso da Amazônia, onde também existe o valioso combustível, conforme o demonstraram estudos e pesquisas dos especialistas. A própria Constituição reconhece a importância e as possibilidades daquela imensa região dentro da economia nacional, tanto que cogita expressamente da sua valorização, como de outras regiões do país, aliás.

A exploração e o aproveitamento das riquezas do vale do Amazonas abrangem interêsses de grande vulto, acrescidos agora, em vista das novas perspectivas que se abrem com a nova legislação sôbre petróleo. À Comissão Executiva do Plano de Valorização da Amazônia, que por sinal ainda não foi organizada, caberia cuidar do caso. Eis aí uma tarefa de primeira ordem para a próxima legislatura.

Grandes responsabilidades recaem igualmente sôbre a Comissão Interpartidária. Êsse órgão, de uma tão grande importância, precisa capacitar-se das suas verdadeiras funções, entre as quais ganha destaque a elaboração das leis complementares. O que é essencial também para o melhor êxito das suas atividades é que os elementos componentes não esqueçam de que representam partidos e devem agir de conformidade com as orientações partidárias previamente estabelecidas. A predominar na Comissão tendências e pontos de vista pessoais, de nada valerá ela.

Olhe moço: Caminhão se conhece na estrada!

EIS O MELHOR campo de provas! Na estrada um caminhão demonstra quanto pode, em pujança, em pontualidade, em economia. Nas estradas, boas ou más, em tempo chuvoso ou sêco, os Caminhões Chevrolet correspondem à confiança neles depositada, porque rendem mais, quilômetro por quilômetro, do que qualquer outro caminhão de sua classe. Procure conhecer as importantes características inéditas apresentadas agora pelos caminhões Chevrolet. E lembre-se: Chevrolet é o caminhão que mais se vende – no Brasil e em todo o mundo!



1º em inovações!

Chevrolet

PRODUTO DA GENERAL MOTORS

McCann

PARA VENDAS E SERVIÇO PROCURE OS CONCESSIONÁRIOS AUTORIZADOS DA **GENERAL MOTORS DO BRASIL S. A.**

Interpretação dos Orçamentos Estaduais

Aristóteles Moura

ESTA reportagem tem como campo de referência os orçamentos financeiros de quatro Estados mas destina-se a abranger certos aspectos comuns aos orçamentos estaduais inclusive o do Distrito Federal.

Serão aspectos de forma e não de fundo, atinentes ao modo de apresentação do orçamento, cujo exame é indispensável na interpretação do conteúdo econômico-social das despesas. Como é óbvio, o orçamento traduz, entre as despesas e receitas autorizadas, uma parte da política econômico-social do Estado. Êle não pode ser melhor nem pior que essa política apesar do esfôrço dispendido por alguns comentadores para dar aos quadros orçamentários um significado que êle não tem. O orçamento será bom quando a política econômica do poder público fôr boa e jamais representará uma realidade diferente da que os poderes políticos desejam. Fora disso o que há são formas de apresentação, mais ou menos claras e modos de distribuir entre órgãos e repartições as despesas e de prever as receitas. Vamos fazer alguns comentários sôbre êsse modo de apresentação começando pelas suas variações para salientar oportunamente certos progressos já alcançados no Brasil em matéria de sistema e forma. E só trataremos da parte da despesa, deixando a receita e a política econômica traduzida nos orçamentos para outra oportunidade.

Já no orçamento da cidade do Rio de Janeiro são encontradas algumas particularidades próprias. A administração financeira desta cidade sempre conduz quem trata da finança estadual a sair do trilho para considerações sôbre o caráter de Município-Estado que o Distrito assume. O Distrito Federal dispõe de quase tôdas as rendas próprias dos municípios e dos Estados e engloba em seus programas de govêrno praticamente todos os serviços estaduais e municipais, excetuados aquêles que o Govêrno Federal chama à sua alçada. Essa particularidade também ocorre, embora com intensidade menor, nos municípios das capitais com relação aos governos estaduais que realizam serviços municipais segundo o indicam as necessidades administrativas e, às vêzes, as necessidades políticas. Escolhi os quatro Estados — Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul — tendo em vista aplicar o que os técnicos de estatística denominam processo de amostragem. Êsses Estados são do Nordeste, do Centro e do Sul; um é o mais rico, dois são médios em matéria de riqueza e o terceiro — o Espírito Santo — pode ser incluído entre os irmãos pobres integrantes da Federação. Admito que êsses Estados atendam, para esta reportagem, o que a técnica de amostragem exige, isto é, que, considerados em bloco, sejam "representativos" das vinte e uma unidades federadas. Convém ter presente que a particularidade referida com relação ao Distrito Federal e aos municípios das capitais — a transferência de serviços e rendas — transforma-se em generalidade quando se observa a trama dos serviços estaduais e municipais. Não existe medida ou esquema capaz de distinguir entre o campo de ação dos Estados e o dos Municípios. No Distrito Federal vemos a própria União realizando serviços municipais — bombeiros, iluminação urbana, água, etc. — enquanto na administração local, o campo da educação, da saúde e da assistência, além de outros, acham-se como que distribuídos em dispersão — sem esquema e sem medida — entre o Estado e o município, variando em cada Estado e mesmo entre os municípios de certos Estados.

Por isso, muito se vem errando nesta terra ao considerar em grosso para comparações dos números financeiros estaduais e municipais. Os próprios índices "per capita", comumente usados, dos serviços de educação e saúde, não bastam para exprimir o grau de intensidade dêsses serviços na comparação entre Estados. Os tratadistas, sobretudo os da estatística, sempre chamam a atenção para o perigo dêsses erros que no Brasil são frequentes em trabalhos não só de divulgação ligeira, como em outros trabalhos enfeitados com a aparência enganadora de certas especialidades.

A DISTRIBUIÇÃO POR SERVIÇOS

O melhor método para conhecimento do conteúdo dos orçamentos estaduais ainda é o quadro da distribuição das despesas por serviços. A preocupação tendente a interpretar o orçamento pelas verbas de material e pessoal só pode resultar em enganos grosseiros, semelhantes aos que foram cometidos recentemente na discussão do orçamento federal no Congresso. Para entender os orçamentos públicos por meio das dotações gerais consignadas ao pessoal seria necessário, pelo menos, encontrar os índices de produtividade da "mão de obra" nos serviços do Estado. Em seguida apreciar êsses índices órgão por órgão e compará-los também em séries de tempo de modo a descobrir se a produtividade aumenta ou diminui de um período para outro e de órgão para órgão. Esta seria uma pesquisa de profundidade, que só repartições altamente especializadas poderiam realizar, tendo em mãos amplo fichário e amplo material informativo, de interpretação praticamente acima das possibilidades brasileiras.

Tomamos o quadro da distribuição por serviços no orçamento do Estado do Espírito Santo que é o seguinte:

(Vide quadro I)

Os serviços são em número de dez mas na realidade um dêles não é um serviço no sentido econômico-social. Refiro-me ao "Serviço da Dívida" que é financeiro e só pode ser entendido como o pagamento de dinheiro dispendido em serviços anteriormente prestados. Uma estatística rigorosa dos serviços econômico-sociais não deverá incluir no ano de 1948 a quantia constante do orçamento dêste ano para amortização da dívida porque os serviços pagos com o dinheiro que o Estado está reembolsando já devem ter constado da estatística dos exer-

cícios em que foram prestados. Levando em consideração êsses aspectos da distribuição da despesa não se pode afirmar que o Estado do Espírito Santo esteja realizando em 1948 serviços avaliados em 125.201 milhares de cruzeiros que é o total da despesa autorizada para êste ano. Outro serviço também poderá ser deduzido do total da despesa. E' o que, segundo o padrão em vigor, trás o nome de "Exação e Fiscalização Financeira". Como se deduz dêsse título, as dotações que o integram não podem ser traduzidas em serviços prestados quer aos cidadãos individualmente quer à coletividade. Trata-se da despesa que o Estado vai realizar com o seu aparelhamento de arrecadação, sobretudo com a arrecadação dos impostos e taxas.

Deduzindo as quantias constantes do quadro, destinadas a êsses dois serviços, pode-se então dizer que, a soma de serviços que o Estado resolveu prestar em 1948, segundo o orçamento, não é de 125.201 milhares de cruzeiros mas de 109.690 milhões de cruzeiros. E é evidente que nem tôda essa quantia será aplicada em serviços diretamente prestados pelo poder público. Há as subvenções e outros tipos de serviços que o Estado custeia e não realiza por meio de seu quadro de pessoal, de seus bens de domínio público e de suas indústrias. Êsse tipo de despesa encontra-se principalmente na rubrica "Encargos Diversos" até certo ponto, correspondente aos "Serviços e Encargos" do orçamento federal.

As quantias classificadas no título "Administração Geral", além de certos casos de desvio de classificação, não permitem a afirmação formal de que o quadro representa a realidade material perfeita. A distribuição por serviços, como é óbvio, tem algo de cálculo dos custos mas de um modo que não poderia ser levado até as últimas consequências segundo o rigor da precisão contábil. Um cálculo mais aproximado exigiria à distribuição das despesas de "Administração Geral" entre os demais nove serviços, inclusive os que não se classificam como econômico-sociais.

Para o verdadeiro significado do quadro por serviços, convém comparar êste com o quadro das despesas por órgãos gerais, o quadro clássico de todos os orçamentos. Para isso vamos considerar ainda o Estado do Espírito Santo, do qual já demos acima o quadro por serviços. Distribuído por Secretarias e outros departamentos, assim se apresenta a despesa fixada por êsse Estado para o ano corrente:

(Vide quadro II)

Qualquer orçamento de govêrno nacional ou federal traz a divisão por ministério que comumente é tomada como distribuição por serviços. E o mesmo costuma ocorrer em relação aos Estados da Federação Brasileira. As despesas das secretarias dos governos estaduais são tomadas como as despesas do serviço que se acham afeto a essas secretarias. Confrontando-se as parcelas do quadro por serviços acima transcritos, com o quadro por órgãos só se encontra um serviço cuja despesa coincide com a do órgão respectivo. E' o serviço "Saúde Pública", cuja cifra, de 8.906 milhares de cruzeiros, é igual à despesa consignada à Secretaria de Saúde e Assistência. Nas demais divisões ou não se encontra coincidência ou apenas se encontram números aproximados, como é o caso dos Serviços de Educação Pública (22.567) com a Secretaria de Educação e Cultura (23.662). A despesa orçada para a Sacretaria de Fazenda (28.929) não encontra número semelhante no quadro por serviços. Mesmo somando a quantia atribuída a Exação e Fiscalização Financeira com a da Dívida Pública (9.093), ainda se tem uma grande diferença a favor do órgão geral da administração financeira.

FORNOS TUNEL "ALLIED", FORNOS PERIÓDICOS, SECADORES E INSTALAÇÕES PARA INDÚSTRIAS CERÂMICAS

★

MAÇARICOS, VENTILADORES, BOMBAS E INSTALAÇÕES COMPLETAS PARA QUEIMA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL

★

Os conhecimentos da nossa seção técnica são o resultado da larga experiência adquirida por Ferro Enamel Corporation, E.U.A. no mundo inteiro.

★

FERRO ENAMEL S. A.

Rua Marconi, 23 - Caixa Postal 2948 - SÃO PAULO BRASIL

Evidentemente os totais atribuídos a cada serviço devem ser interpretados com cuidado, sem esquecer os precalços próprios da classificação dos fatos sociais. Nos serviços industriais será necessário considerar que as cifras incluem despesas correntes e de investimentos; nos de utilidade pública acham-se incluídas não só as dotações destinadas à construção de próprios nacionais, edifícios, etc., como as rodovias e outros bens de domínio público, além de despesas atribuídas à limpeza e iluminação pública. Na cifra da Dívida Pública não estão somente as amortizações (ou seja a "mutação patrimonial") mas também as restantes despesas com o chamado serviço da dívida. Nos dois serviços de Fomento e Encargos Diversos o classificador exigente ainda poderia encontrar motivos para dissertações. No primeiro encontram-se as dotações consignadas ao pessoal inativo, às contribuições de previdência e ao grupo das subvenções e auxílios. No item do Fomento não se poderia encontrar, de modo preciso, tôdas as despesas que resultem em fomento da produção. Nêle são registrados o "fomento econômico em geral", o dos três ramos da produção, animal, vegetal e mineral, além de outras despesas especificamente relacionadas com o desenvolvimento da produção. Mas quem considerar a construção de uma rodovia, de um hospital, ou de uma escola como "fomento da produção" já não poderá encontrar nesse item as despesas destinadas a êsses objetivos. Terá de encontrá-los nos serviços respectivos. Encontrará as despesas de arrecadação de uma taxa de fomento classificada no "Serviço de Exação e Fiscalização Financeira" e as despesas com a manutenção dos poderes legislativo e judiciário, distribuídas à "Administração Geral".

A propósito convém ressaltar que só recentemente a União retirou da verba "pessoal" as dotações destinadas ao pagamento de aposentadorias e pensões (inativos), transferindo-a para a verba de "Serviços e Encargos".

OUTROS MODOS DE APRESENTAÇÃO

Até pouco tempo, muitos comentaristas brasileiros se referiam ao orçamento federal como se êle englobasse tôda a finança federal. Hoje já não se pode falar nas finanças da União sem incluir as autarquias, as fundações estatais e as sociedades de economia mista, dirigidas pelo poder público federal. E tanto com relação à União como aos Estados, já não é lícito falar em administração econômica sem incluir, além dos orçamentos e programas públicos, o regime de financiamento adotado pelos bancos oficiais. Quem apreciar apenas os orçamentos, corre o risco de apanhar apenas uma parte das atividades econômico-sociais a cargo do Poder Público.

E' atendendo a êsses aspectos que, a meu ver, deve ser apreciado o seguinte quadro de totais orçamentários.

(Vide quadro III)

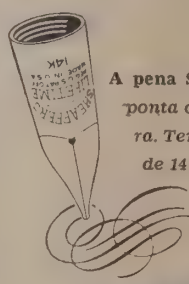
Para apreciar êsse quadro, convém recordar que êle apresenta os totais das despesas e receitas votadas pelas assembléias legislativas dos quatro Estados mas não compreende tôdas as despesas realizáveis legalmente no exercício. Além das despesas de órgãos autônomos, porventura excluídos dos orçamentos, o quadro não contém — nem poderia conter — os créditos transferidos dos anos anteriores e pagáveis durante o exercício de 1948.

O perfeito equilíbrio da **SHEAFFER**

permite escrever horas seguidas sem fadiga!

É sempre um prazer escrever com uma SHEAFFER—a caneta que reune as mais extraordinárias condições técnicas à beleza de uma jóia. O equilíbrio da SHEAFFER'S "Triumph" VALIANT é perfeito o que permite seu uso durante muito tempo sem fadiga. Tome em suas mãos uma SHEAFFER. Procure examiná-la detalhadamente e verá então que sua perfeição jamais foi atingida por outros instrumentos de escrever.

A lapiseira "Fineline", de ponta de manga que reduz as quebras das grafites, é vendida também isoladamente.



A pena SHEAFFER. *Cilíndrica, com ponta de irídio e platina na ranhura. Tem maior quantidade de ouro de 14 k. que qualquer outra pena. SHEAFFER é a melhor caneta que o seu dinheiro pode adquirir.*

SHEAFFER'S "Triumph" VALIANT:
Caneta:.... Cr$ 375,00
Lapiseira:. Cr$ 150,00
Jogo:..... Cr$ 525,00

SHEAFFER'S

Representantes exclusivos no Brasil: M. AGOSTINI & CIA. LTDA.

Matriz e posto central de consêrtos: Av. Pres. Vargas, 502 - 11.º - RIO

Uma preocupação que só recentemente vem provocando comentários é a distribuição da despesa sob o critério da aplicação para consumo imediato e em investimentos. O estudo dêsse aspecto é tão novo no Brasil que praticamente só vem sendo abortado, mesmo assim restritamente e, pelos comentaristas de assuntos econômicos. O orçamento da União ainda não é apresentado levando em conta a divisão da despesa em despesas de consumo e de investimentos e ninguém sabe — dos quatorze bilhões de cruzeiros do orçamento federal do ano corrente — qual a quantia a ser despendida em serviços imediatos e qual a destinada a obras e indústrias. O padrão de títulos aprovado em 1940 pelo decreto-lei n. 2.416 — infelizmente só aplicável aos Estados e Municípios — lançou uma ponte através da qual muito se pode progredir no conhecimento da distribuição da despesa sob o referido critério. Criando e tornando obrigatória a classificação das despesas em "efetivas" e despesas que provocam "mutações patrimoniais", o padrão permitiu uma distinção contábil altamente proveitosa. Eis o quadro dessa distribuição, extraído dos orçamentos dos 4 Estados para o ano corrente:

(Vide quadro IV)

A coluna das "mutações patrimoniais" inclui as despesas com "valores, bens, imóveis e móveis" e com a amortização da dívida. E até certo ponto também deve incluir o material permanente destinado a obras de domínio público (rodovias, pontes, etc.). Mas não inclui tôdas as despesas realizadas com a construção dessas obras. Como se observa, o título "mutações" é de sentido especificamente contábil e não econômico. Sua criação visou mais propriamente facilitar certos contrôles das contas patrimoniais com o orçamento. Para objetivos de ordem contábil dessa natureza, é de grande utilidade mas pelo fato mesmo de destinar-se a êles, certas despesas com investimentos econômicos de reprodução indireta, (rodovias, etc.) são inscritas na coluna de despesas efetivas. Observada com essas restrições, a coluna das mutações significa o total atribuído à amortização da dívida mais os bens que a execução do orçamento deve acrescer ao patrimônio dos Estados. E para se ter idéia do líquido acrescido ao patrimônio será necessário levar em conta as mutações patrimoniais decorrentes da receita, fazendo para isso os cálculos complementares. Aos leitores dos orçamentos estaduais que exigirem apresentação mais correta que a oferecida pelo quadros das mutações, permito-me lembrar a deficiência do orçamento federal sob êsse aspecto. No orçamento da União o pesquisador dispõe dos dados do material permanente e da verba "obras", sem distinção entre serviços industriais e de utilidade pública.

Outra prática adotada por alguns Estados e que representa certo progresso na técnica orçamentária é a dos orçamentos executivos ao lado dos orçamentos legislativos. Nos Estados que usam êsse regime, encontra-se no folheto do orçamento uma lei e um decreto. A lei, votada pela Assembléia Legislativa, distribui as despesas pelas repartições e segundo os elementos (pessoal, material, despesas diversas) e suas sub-divisões. O decreto executivo, obedecendo aos totais assim consignados, entra mais a fundo na discriminação, levando-a ao pormenor. São dois orçamentos, um fundamental, global, vasado em objetivos centrais e outro discriminado, intepretando o primeiro e "trocando-o em miúdo". No primeiro a Assembléia Legislativa diz ao govêrno o que deve ser realizado durante o ano e lhe aponta limites gerais inclusive quanto aos elementos de ação — pessoal, material, etc. — No outro, o executivo, em decreto próprio, diz como pretende cumprir os objetivos que lhe foram traçados. Sôbre êsses dois orçamentos que lembram círculos concêntricos, os técnicos fazem grandes explanações. Uma delas refere-se à situação brasileira de hoje em matéria de política econômica e é a seguinte: é que os chamados objetivos centrais constantes do orçamento legislativo são copiados da proposta orçamentária apresentada pelo executivo. Já me referi a êsse assunto em reportagens anteriores, quando registrei essa subordinação do Parlamento Federal às inspirações do poder executivo e não tenho dúvida em estender a observação ao que se vai passando em vá-

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DISTRIBUIÇÃO POR SERVIÇOS

Quadro I

SERVIÇOS	1.000 Cr$	%
Administração geral	17.395	13,8
Fixação e Fiscalização Financeira	6.418	5,1
Segurança Pública e Assistência Social	14.492	11,5
Educação Pública	22.567	18,0
Saúde Pública	8.906	7,1
Fomento	5.255	4,1
Serviços Industriais	13.806	11,0
Dívida Pública	9.093	7,6
Serviços de Utilidade Pública	15.225	12,1
Encargos Diversos	12.040	9,6
TOTAL	125.201	100,0

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Quadro II

DESPESAS POR ORGÃOS	
Assembléia Legislativa	4.082
Tribunal de Justiça e Juizados de Direito	3.378
Govêrno do Estado	180
Departamento do Serviço Público	839
Ministério Público	1.257
Departamento das Municipalidades	415
Secretaria do Govêrno	2.502
Secretaria do Interior e Justiça	16.305
Secretaria da Fazenda	28.929
Secretaria de Educação e Cultura	23.662
Secretaria de Saúde e Assistência	8.906
Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas	34.744
TOTAL	125.201

rios Estados. A União não adota o regime do orçamento executivo. Aprovado e publicado, só existe o orçamento ordinário legislativo e discriminado, sem falar nas autarquias federais cujos orçamentos continuam fora das vistas do Congresso.

A outra consideração dos especialistas é de fundo jurídico. Refere-se ao rito legal exigido na alteração dos dois orçamentos. Quando a alteração recai sôbre o orçamento resumido do legislativo, só êste pode autorizá-la e o faz por meio de lei. Quando a alteração é promovida sôbre o orçamento analítico do executivo, é por um decreto dêste que a alteração ocorre. Com uma particularidade que os técnicos sempre salientam: é que ao alterar seu próprio orçamento, o executivo tem como limite de seu arbítrio os totais constantes do orçamento de objetivos centrais aprovado pelo poder legislativo.

Convém levar na devida conta êsses "aspectos jurídicos" da técnica orçamentária porque no Brasil ainda se dá maior atenção a êles que ao conteúdo do orçamento. E ainda se pensa e escreve em larga escala sôbre impostos apenas em têrmos de bi-tributação.

Tenho a impressão de que a distinção entre orçamento executivo e orçamento legislativo ainda trará sérias preocupações aos administradores e sobretudo aos dirigentes políticos. Nos orçamentos da União já se notam arremedos do orçamento de "objetivos gerais" entre as despesas subordinadas à verba "Obras". Nessa verba as dotações globais são comuns. O Congresso autoriza o poder executivo a dispender somas vultosas com certas construções e serviços sem discriminar os meios de execução, o pessoal, o material e as despesas diversas e praticamente sem conhecer os planos das construções. Dêsse modo, certo ou errado, o que o Congresso faz é determinar os objetivos básicos, deixando ao poder executivo inteira liberdade no modo, na aplicação de meios e, às vêzes, no tempo da execução. Em campo mais amplo, êsse é também o processo adotado nos setores administrados pelas sociedades de economia mista e autarquias, onde apenas as leis orgânicas e outras autorizações específicas são formas de manifestação parlamentar. Nos Estados e nos Municípios a evolução está se processando de modo mais rápido. Com a ocorrência, cada dia mais intensa, de planos de obras e de planos cobertos por empréstimos, a distinção entre orçamento executivo e orçamento legislativo vai se acentuando. Tenho para mim que, mesmo na presente fase de nossa evolução política, os orçamentos legislativos muito resumidos oferecem perigos sérios. Mas não há como evitar a distinção entre objetivos gerais e meios de execução. Essa distinção é tão natural e de tal modo se impõe pelos fatos de todos os dias que, dirigidas ou não pelos poderes executivos, as assembléias tendem a ocupar seu papel de orientadoras da política conômico-social.

A SUPERIORIDADE ESTADUAL

No confronto do sistema de apresentação do orçamento federal com o padrão estadual a inferioridade federal é manifesta. Até hoje não surgiu uma explicação satisfatória que justifique essa gritante anomalia: ao aprovar, pelo decreto-lei 2.416, de 1940, o padrão orçamentário dos Estados e Municípios, evidentemente o Govêrno Federal assim confessou que êsse padrão é melhor que o adotado em seu orçamento. Mas continuou com o seu, agravando os problemas de nossa estatística financeira que, nos Estados e Municípios encontra uma notável uniformidade de títulos e rubricas. Comparando o sistema de apresentação federal com o dos Estados e Municípios, nota-se ainda que o orçamento da União só apresenta a divisão por órgão e por espécie, enquanto o padrão estadual fornece também a divisão por serviços, por unidade administrativa (órgão) e segundo a aplicação econômica (mutações). Dá o quadro da distribuição por elementos (verbas) em cada serviço, por elementos em cada órgão e por serviço em cada órgão.

A superioridade da apresentação orçamentária estadual e municipal está principalmente na distribuição por unidade administrativa. Basta abrir qualquer orçamento estadual para se ter o total da despesa de cada repartição-chave, ao contrário do atual orçamento da União cuja leitura deixa

A "A RECTIFICA MODÊLO" o estabelecimento que cresce com São Paulo, possuindo modernissimos maquinários para a retificação de motores em geral, coloca-se à sua disposição para serviços e consultas. Possui, outrossim, o maior e mais completo estóque de peças vitais do motor, de origem americana e européia. Anéis de segmento, Pistões, Pinos, Válvulas, Cremalheiras, Termineis, de Direção, Juntas, etc., de recente importação, pelos melhores preços.

CONSULTE-NOS, EM QUALQUER CASO, SÔBRE A REFORMA DO SEU MOTOR.

TELEFONES:

Administração, Gerência Geral 51-3806 — Dep. Téc. e Ofic. Gerência Téc.-Escritório 51-7324

Dep. Contabilidade 51-3340 — Dep. Comercial-Lojas 51-7465

R. COMANDANTE SALGADO, 56 — SÃO PAULO

End. Telegr. "SEGMENTO" — All Codes Used — CAIXA POSTAL, 3799

o pesquisador perdido entre as consignações e sub-consignações, itens e alíneas. A centralização das dotações de pessoal, adotada pela União, impede qualquer idéia de conjunto sôbre quanto foi atribuído a cada repartição.

No orçamento da União a falta de cálculo e quadro da distribuição por serviços tem dado ocasião a estranhas dúvidas. Uma delas se refere ao cumprimento do dispositivo da Constituição que determina a aplicação anual de 10 por cento da renda de impostos em serviços de educação. Até hoje não se fêz um cálculo satisfatório do que a União está gastando com o ensino. Por isso não se sabe se, ao votar para 1948 despesas de 1.597 milhões de cruzeiros pelo Ministério da Educação e Saúde, o Congresso está cumprindo o dispositivo constitucional, mesmo porque existem serviços de educação em vários outros ministérios, sobretudo nos três militares e no da Agricultura. Isto faz lembrar o homem prático que considerava a classificação como inimiga dos fatos. Os fatos que deixam a constituição de lado não poderão durar muito porque a Carta Federal e as da maioria dos Estados estão repletas de despesas obrigatórias calculadas em percentual dos impostos e da renda geral. Os legisladores constituintes, tanto federais como estaduais, quebraram em larga escala a regra de planejamento racional que proíbe despesas iguais ou de proporção fixa, repetidas de ano para ano. Mas como não estamos discutindo o texto constitucional, registramos que também nesse aspecto os orçamentos estaduais descobrem, para o grande público, através de seu quadro por serviços, segredos que o Congresso Federal continua a guardar.

Quadro III

	Esp. Santo	Pernambuco	R. G. Sul	S. Paulo
Receita	113.365	322.643	1.532.558	3.911.860
Despesa	125.201	341.336	1.532.511	5.105.946
Deficits	11.836	18.693	—	1.194.086

Quadro IV

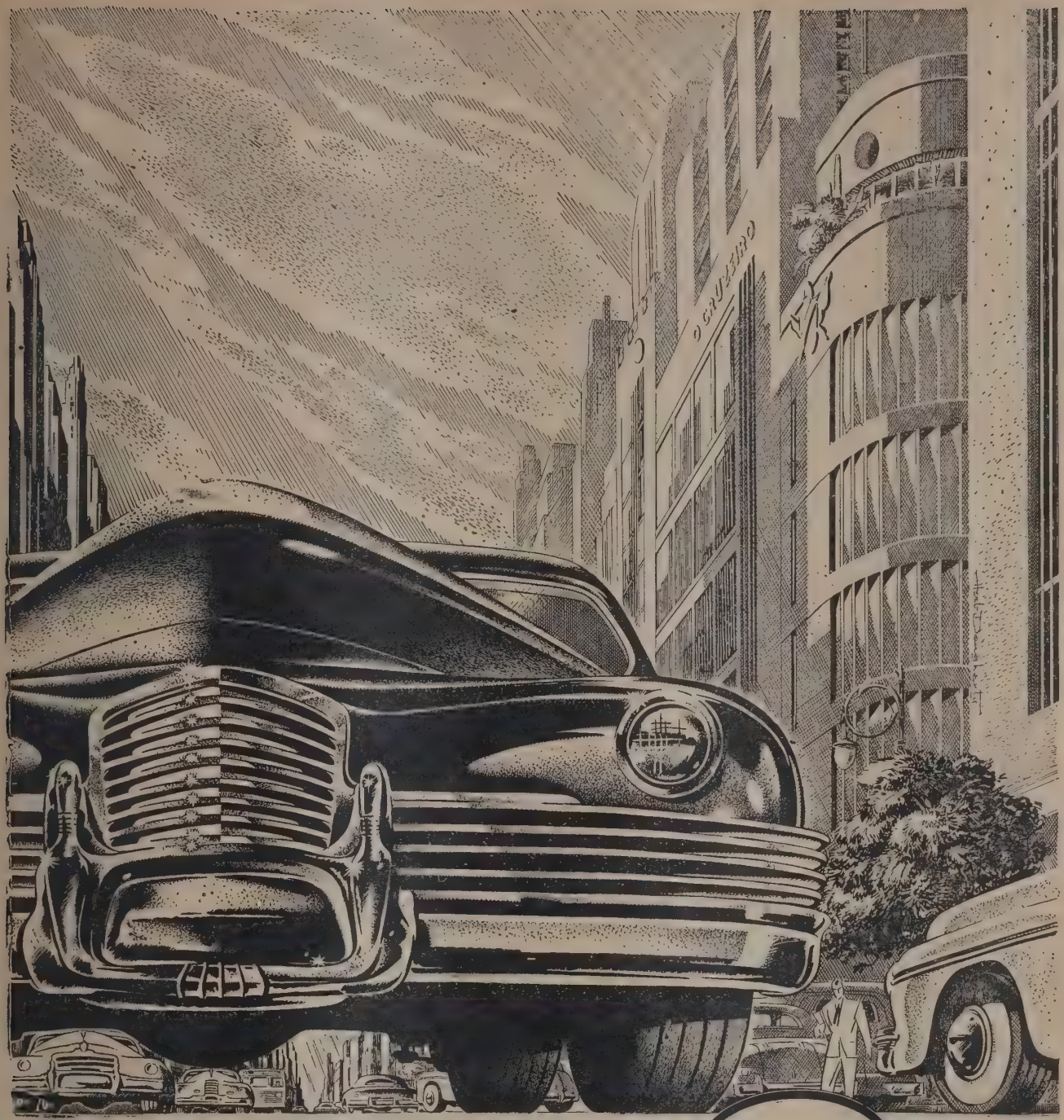
	Esp. Santo	Pernambuco	R. G. Sul	S. Paulo
Despesas efetivas	113.778	328.885	1.421.953	4.487.101
Mutações Patrimoniais	11.423	12.451	110.557	618.844
TOTAL	**125.201**	**341.336**	**1.532.511**	**5.105.946**

The
FIRST NATIONAL
BANK *of* BOSTON
Fundado em 1784

Depósitos, Cauções, Descontos, Cambio, Cobranças, Cartas de Crédito para Importação, Guarda de Valores, Cofres de aluguel e todos os demais serviços bancarios.

•

Avenida Rio Branco, 18
Telefone 23-2191
Rio de Janeiro



De encontro marcado com o futuro!

A vida vertiginosa das grandes cidades brasileiras confirma materialmente a previsão de que o Brasil é um país de encontro marcado com o futuro.

Dentro desse dinamismo das metrópoles brasileiras — ou através da vida laboriosa das cidadezinhas e vilarejos do interior — sente-se, hoje, o proprio amanhã desta imensa nação. E Brasil afora — pelas avenidas e boulevards turbilhonantes, ou pela amplidão silenciosa dos campos lavrados — os produtos Esso representam alimento, força e proteção para os veículos que rolam pelas ruas, ou para as máquinas que trabalham nas fábricas e lavouras.

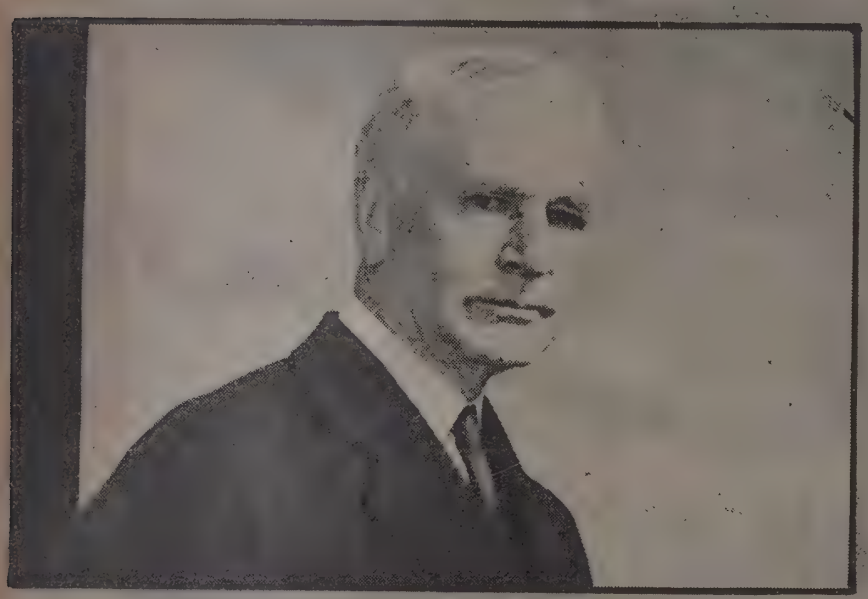
Esso

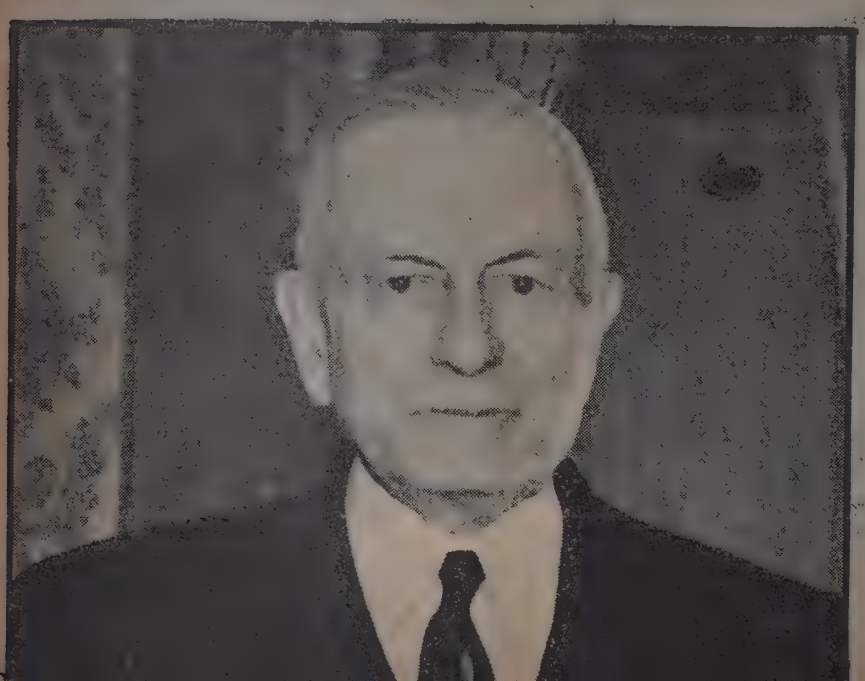
Cerca de 5.000 Ovais Esso por todo o país indicamo local onde se podem obter os melhores produtos petrolíferos automotivos. Sirva-se sempre sob o Oval Esso.

Trabalhando com
Esso, Brasil afora.

★ ★ **STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL** ★ ★

McCann





Conferência

A convite do Rollins College, Florida, U.S.A., o sr. Valentim Bouças, cujo nome O OBSERVADOR inscreve no seu cabeçalho com justificado orgulho como seu fundador, pronunciou uma conferência perante algumas centenas de estudantes, professôres e homens de negócios americanos que alcançou extraordinária repercussão.

O tema escolhido, diferindo do commum, versou sôbre as suas experiências em trinta e três anos de trato íntimo com o povo americano, as figuras mais destacadas do mundo de negócios "ianque" e altos funcionários de Washington.

De fato, não tem sido comum aos nossos homens públicos o hábito por todos os títulos salutar de escrever memórias. O que em tôda a parte do mundo civilizado constitui o melhor elemento de fixação da verdade histórica e constante exemplo para os moços — as memórias dos ilustres — aqui falta, permanecendo muitos capítulos da nossa história em suspeita meia luz. Isto, aliado às circunstâncias que envolvem a figura do autor e o modo por que descreveu suas observações, ocasionou certamente o vivo aplauso com que foi recebida a conferência. E nos leva, no natural desejo de deixar consignados em nossas páginas documentos de tanta valia, a publicá-la não só em língua portuguêsa como no idioma inglês em que foi pronunciada.

Como verdadeiro capítulo de memórias é que foi tomada a palestra do sr. Valentim Bouças. No entretanto, não só o gesto nos parece louvável. O que o autor deixa patente nas palavras pronunciadas, com a autoridade do seu êxito pessoal e do alcançado em tantas missões de caráter público, é, por igual, respeitável como ensinamento e estímulo.

Tempo de leitura: 45 minutos.

O Espírito das Américas

Trinta e Três Anos de Contacto com os Homens de Negócio Americanos, o Comércio dos Estados Unidos e Altos Funcionários de Washington

FOI no dia 4 de julho de 1915. Celebrávamos à noite, em nossa casa, com alguns amigos americanos, a festa da vossa independência. Era eu a êsse tempo, vendedor das máquinas registradoras "National" tendo obtido o relógio de ouro concedido por John H. Patterson, então Presidente da The National Cash Registers. Residíamos em Santos, naquela época e ainda hoje o maior pôrto exportador de café, no mundo. Foi quando, um meu amigo, Theodore Mayer, então vendedor das máquinas de costura Singer, especulou sôbre minha vaidade de vendedor, aconselhando-me que fôsse aos Estados Unidos, a fim de ter a oportunidade de pôr-me em contato com o "big shots", evitando continuasse eu a trabalhar para agentes e intermediários.

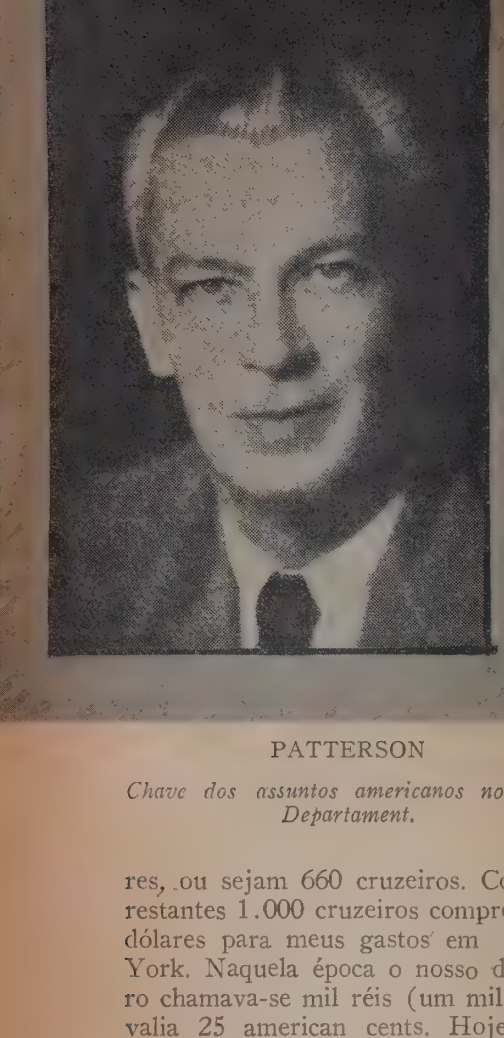
Já no dia 25 de agôsto de 1915, eu deixaxa a bordo do "Verdi", da Lamport Holt Line, as lindas praias do meu país, a caminho de Nova York.

Não fôra fácil concretizar a viagem. Faltavam-me recursos que foram obtidos de acôrdo com minha adorada espôsa, na venda de nossos modestíssimos móveis. Obtivemos cêrca de 3.320 cruzeiros. Mrs. Bouças ficou com metade, a fim de, em casa de seus pais, poder olhar pelas duas filhinhas que tínhamos então.

Com os outros 1.660 cruzeiros, comprei a passagem de navio para Nova York, que me custou 165 dóla-

SETE AMIGOS EM DUAS PÁGINAS

F. D. R. — O que eu desejo é ver o Brasil industrializar-se
HULL — Firmou, em 35, a reciprocidade brasileiro-americana
T. WATSON — Abriu a primeira porta
SUMNER WELLES — Mandou uma mensagem pró-eleições
W. PIERSON — Os banqueiros também têm coração
N. ROCKEFELLER — Plantou a semente da confiança
L. DUGGAN — Interminável lista de bons serviços

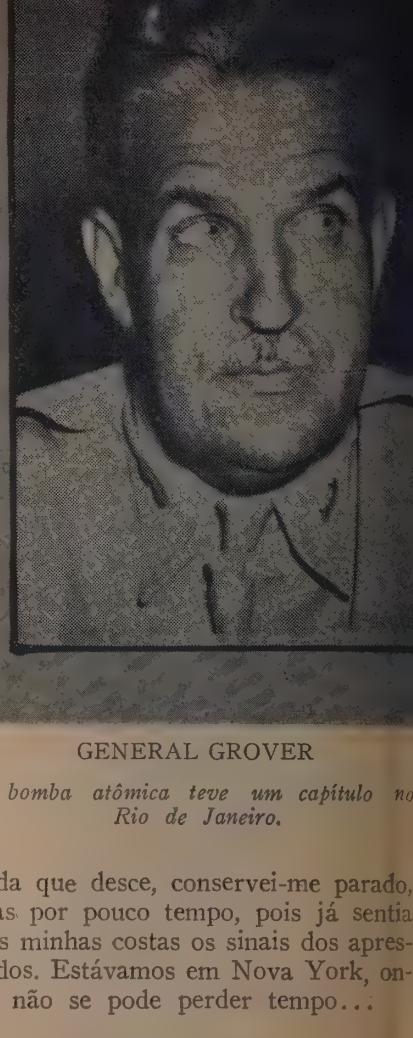


PATTERSON

Chave dos assuntos americanos no State Departament.

JUAN TRIPPE

Seu nome e o da Pan American Airways são sinônimos.



GENERAL GROVER

A bomba atômica teve um capítulo no Rio de Janeiro.

res, ou sejam 660 cruzeiros. Com os restantes 1.000 cruzeiros comprei 250 dólares para meus gastos em Nova York. Naquela época o nosso dinheiro chamava-se mil réis (um mil réis) valia 25 american cents. Hoje vale o mesmo cruzeiro, apenas 5 cents.

NOVA YORK EM 1915

E com aquela fortuna de pouco mais de 200 dólares aportava eu pela primeira vez a Nova York, no dia 11 de setembro de 1915.

A primeira impressão dos grandes edifícios e da ponte de Brooklin, foi algo notável em meu espírito. Em vez de sentir-me pequeno, senti-me grande, pois foram entes humanos como eu que, em seu conjunto, haviam criado e construído aquela grande riqueza à vista. Meu entusiasmo era grande.

E logo a seguir, com minha modesta valise, lá ia eu, pelo cais de Brooklin, em busca do transporte para a Rua 123, em Manhattan, onde me haviam recomendado o *boarding-house* de uma família cubana, que, por falar espanhol, facilitar-me-ia a interpretação entre o meu português e o meu mau inglês.

NOVA YORK "SUBWAY"

Um atencioso COP, apontou-me uma porta larga por onde entravam e saíam inúmeras pessoas, em passos apressados, porém, o que mais me admirava, era justamente que todos se encaminhavam para baixo, como se fôssem formigas em busca de caminhos subterrâneos. Em breve, compreendi. Era o famoso "Subway", e para êle me encaminhei, após ter comprado no "guichet" o "ticket" que deveria ter depositado na caixa, ao atravessar a grade. E porque não o fiz, pensando que o cupão era para dar ao condutor do trem, valeu-me, em altas vozes, a primeira descompostura em "yankee", mas que não compreendi. Foi-me arrancado das mãos o cupão e atirado com fôrça titânica dentro da caixa especial. E eu comecei a ficar vermelho de vergonha, na fernte de tantos estranhos, que por certo não davam muita importância ao fato.

Iniciava o meu grande sonho, conhecendo de fato a vida em Nova York.

Veio o trem subterrâneo, e dentro daquele hábito, muito latino, de não ter pressa e ser delicado, aguardei que todos subissem, para depois entrar... mas, já era tarde, a porta começara a se fechar. Era Nova York. não se perdia tempo... Jurei ser o primeiro a entrar quando no trem seguinte a primeira porta se abrisse. E assim foi, porém, um gordo americano que ia saindo, empurrou-me para fora, dizendo-me: — "Get out, await your time!" — E assim iniciava eu a minha vida em Nova York. Se devagar, perdia o trem, se depressa, levava um empurrão... Ao desembarcar na estação da Rua 125, (Hudson River) deparou-se-me também, pela primeira vez, o *escalator*. Foi preciso coragem e decisão, mas lá embarquei, e para melhor gozar as delícias da escada que desce, conservei-me parado, mas por pouco tempo, pois já sentia nas minhas costas os sinais dos apressados. Estávamos em Nova York, onde não se pode perder tempo...

GEOGRAFIA...

Aboletado na minha pensão, à Rua 123, 350 West (telefone Morningside 4275 W-Please), encaminhei-me em seguida a um barbeiro que, ao começar a cortar-me o cabelo, perguntou-me: — "De onde vem?" — Respondi: "Do Brasil!" — "Brasil — diz êle — Brasil", repetiu mais duas ou três vêzes, entre várias tesouradas. Depois perguntou-me: "Brasil? E' na Bulgária..."

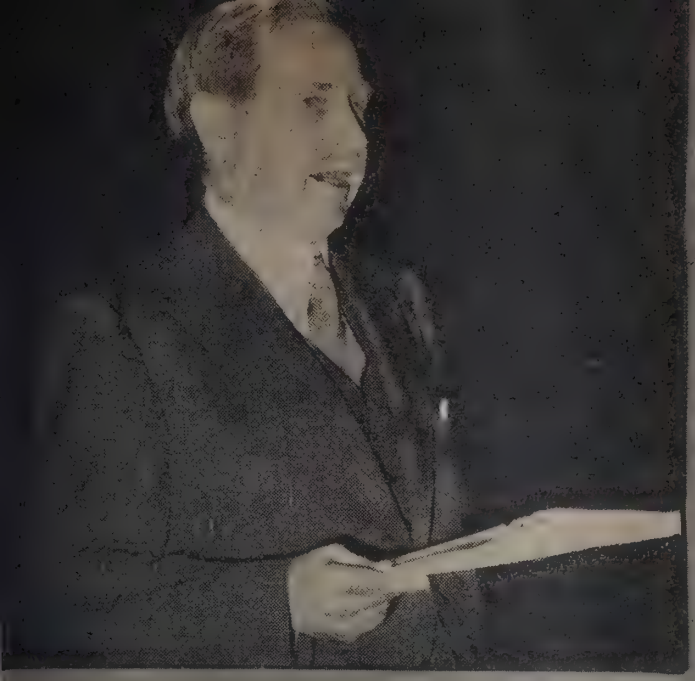
O tempo e os dólares, embora a pensão custasse apenas $10,00 semanais, foram se escoando... Conheci internamente a casa das 3 bolas, e o relógio de Mr. Patterson também... Conheci os "free lunch" do Hotel Mc Calpin, onde, por 5 cents de cerveja havia um bom prato quente de graça...

Enquanto isso, os últimos "tramways" de tração animal ainda corriam pela Chambers Street, por baixo do novo Edifício do City Hall.

Os tempos passam. As dificuldades aumentam.

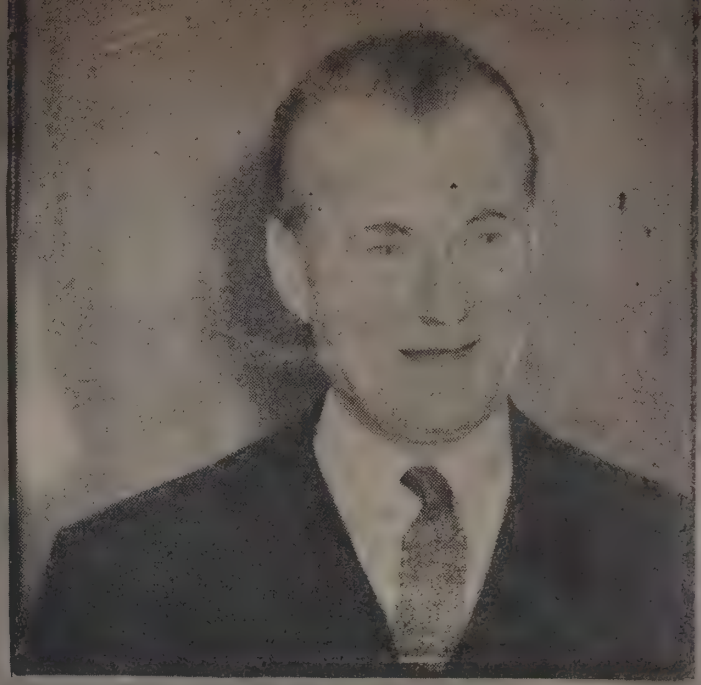
FINE PARA' RUBBER

Após inúmeras viagens, desde Battery Place até o 350 W. 123rd. Street,



ALDRICH

Alimentador do entusiasmo e confiança no "free enterprise".



CAFFERY

Um homem decidido antes, durante e depois da guerra.

nuitas vêzes de "subway" e algumas vêzes até a 102 Reade Street, cujo representante em Nova York, Sr. William E. Greene, acolheu-me cheio de simpatia e confiança. Disse-lhe a verdade da minha situação, e êle prontificou-se a dar-me a agência da Companhia para o Brasil. Estava lançada a primeira amarra do navio. E não era tempo pois ainda agora, relendo o meu livro de notas, do ano de 1915, vejo a seguinte anotação: "Nova York, 8 de novembro de 1915. — Hoje almocei pão e banana — 5 cents no bôlso. — Levei as abotoaduras ao prego".

Combinada aquela representação, fui a Boston, onde conheci Mr. Thomas J. Forsyth, Presidente da Boston Belting, já muito idoso e que me levou a visitar a Forsyth Dental Infirmary for Children, que êle havia doado à cidade de Boston. Em seguida fui visitar a fábrica em Roxbury. E ali tive ocasião de verificar a pequena cabina onde Charles Goodyear havia feito as primeiras experiências da vulcanização da borracha. Em seguida percorri os depósitos da borracha bruta e então compreendi a triste verdade em relação ao preparo da borracha no Brasil. Começava já a dominar a borracha das plantações do Oriente. Esta chegava embalada em fardos em forma de crepe, e podia imediatamente entrar na manufatura dos produtos. Nossa fina Pará, a mais pura das borrachas, era recebida em bolas, mas que só eram adquiridas depois de abertas ao meio, para ver se não continham pedras e pedaços de ferro. Em seguida era a borracha levada às grandes calandras, onde se quebrava, para depois de lavada e tornada crepe, pôr-se a secar. E somente após seis meses, em média, de sua aquisição, podia naqueles tempos, ser manufaturada a borracha nativa brasileira. Era o início da queda do império brasileiro da borracha. Infelizmente, 33 anos depois, ainda não aprendemos a grande lição e continuamos a extrair a borracha silvestre, levando o nosso homem ao seio de nossas intermináveis selvas amazônicas.

Voltei ao Brasil com a agência de Boston Belting Co. e, durante 1916, atravessei dias dos mais negros, obtendo aqui e acolá pedidos de artigos de borracha manufaturada... E as comissões só me vieram quando a mercadoria havia tido os seus saques pagos, muitos meses depois. — Não perdia a esperança de melhores dias. Sabendo que nosso govêrno pretendia aperfeiçoar os seus métodos estatísticos, procurei o Cônsul Geral Americano, Mr. Alfred Louis Moreau Gottschalk, que me deu o endereço da Tatulating Machine Co., em Nova York. Êste Cônsul Geral lembro-me bem, um grande amigo dos brsileiros, desaparecia misteriosamente, meses depois, com o vapor "Cyclop" que, tendo saído do Rio de Janeiro carregado de manganês e tocado em Barbados, depois nunca mais dêle se ouviu falar. E até hoje o desaparecimento, sem vestígio, do "Cyclop", deixou sem resposta tôdas as investigações dêsse inexplicável drama marítimo da Primeira Grande Guerra.

THOMAS J. WATSON

Com alguns dólares a meu crédito no Boston Belting Co., em Nova York, voltei novamente em busca da concretização de meus sonhos. E assim, a minha profissão de contador oficial dava-me coragem para avistar-me com Mr. Thomas J. Watson, presidente da International Business Machine Co. e que havia feito a fusão da Dayton Scale, International Time Recording Co. e a Tabulating Machine Co.

Era o 17.º andar ali no 50 Broad Street. Fui levado à presença dêsse primeiro Big Shot. Perguntou-me pelo meu capital. Disse-lhe que dinheiro não tinha, pelo contrário tinha débito, mas que eu tinha uma grande decisão para trabalhar e que conhecia minha gente.

Disse-lhe da minha experiência em Santos, como vendedor da National Cash Registers. Foi quando soube que êle trabalhara com John H. Patterson, em Dayton, Ohio, na qualidade de General Sales Manager da National Cash Registers.

Disse-me Tom Watson: "Young mant I trust you but as we have not very much capital to go on foreign adventures, I will give you the agency of my machines if you can obtain clients to pay for the rentals, one year in advance (tabulating machines), plus packing, freight and insurance".

Estava, portanto, aberta a primeira porta para minhas verdadeiras relações nos Estados Unidos.

A CIDADE E O CÉREBRO

... a prática, a confiança e a visão de Tom Watson tinham dado às nossas relações comerciais um grande crédito. E assim os negócios se desenvolveram de tal forma que, em matéria de cartões perfuraãos, o Brasil é um dos primeiros países do mundo.

PRIMEIROS NEGÓCIOS NOS ESTADOS UNIDOS

Voltei ao Brasil e localizei-me no Rio de Janeiro, onde, à custa de inúmeras dificuldades, consegui alugar um escritório, cujos aluguéis se atrasaram por mais de 8 meses. Mas, finalmente, já em 1917, estava feito o primeiro contrato, e os dólares eram remetidos para Nova York. Estava, com aquêle pagamento adiantado, assegurada a remessa das próximas máquinas e cartões da I. B. M. Não era fácil obter contratos, mediante essas condições. Estávamos em plena primeira World War. Mas a assinatura do primeiro contrato com o Ministério da Fazenda (Estatística Comercial), enchia-me de coragem para firmar outros. A grande dificuldade, naquela época, como ainda hoje, é que faltavam dólares, êstes eram requeridos adiantamente. Para os americanos, que tinham dólares, êstes podiam, nos Estados Unidos, pagar mensalmente

seus aluguéis, porém, para nós brasileiros, que estávamos longe e tínhamos dificuldades para obter dólares, devíamos pagar adiantadamente um ano, se queríamos receber máquinas. Em 30 anos, em outros setores industriais e comerciais, não se modificou muito êsse espírito de cooperação...

CRÉDITO

Honra seja, entretanto, creditada a esse notável espírito de Grande Americano. Thomas J. Watson. Formados os primeiros contratos, já facilidades nos eram concedidas pela IBM e depois de 3 anos, em 1920, já nenhuma diferença havia entre os negócios da IBM conduzidos no Brasil ou nos Estados Unidos. A prática, a confiança e a visão de Tom Watson, tinham dado às nossas relações comerciais, um grande crédito. E assim os negócios se desenvolveram de tal forma que, em matéria de cartões perfurados, o Brasil é um dos primeiros países do mundo, após Estados Unidos e Canadá, e tem mais instalações do que todos os países latino-americanos reunidos. E por quê? Porque o Presidente da IBM Corp. teve confiança no Brasil, deu aos seus homens ali, a grande oportunidade. E os números vermelhos nunca existiram em seus balanços, em 30 anos de relações comerciais. Crises, revoluções, tudo foi enfrentado de forma galharda, pois enquanto nas crises as demais companhias americanas, inglesas, etc., procuraram tirar a maioria de seus haveres, Tom Watson, ouvindo nossas sugestões e conselhos, preferiu sempre que a chuva passasse, para depois sair à rua sem se molhar. Enquanto isso, a maioria das organizações estrangeiras, periodicamente perdiam dinheiro, porque na ânsia de retirar de uma vez, em cada crise, seus haveres, compravam o dólar por qualquer preço.

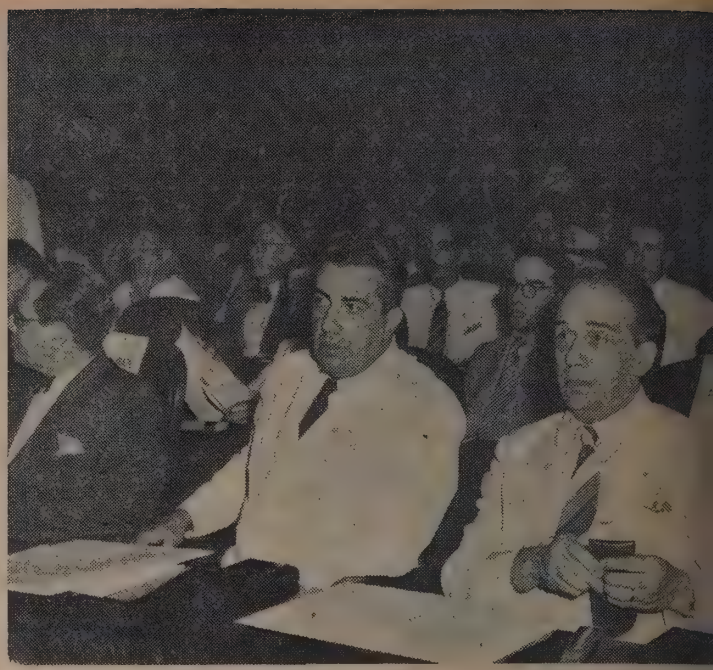
Não aprenderam que nossos países, pela própria natureza de nossas fontes econômicas, estão sujeitos a ciclos de crise, porém de curta duração. E isso, deu à nossa organização IBM no Brasil, e a mim próprio, uma oportunidade de formar um prestígio perante as autoridades dirigentes do país. Quem se der ao trabalho de compulsar os livros do Recenseamento Geral da República, publicado em 1920, lá verificará o testemunho do reconhecimento impresso, do Govêrno da República, ao crédito concedido pela IBM ao Ministério da Agricultura, encarregado do Censo Geral. Portanto, a eliminação dos números vermelhos, o prestígio de qualquer organização, também pode ser conseguido desde que demonstrem confiança no país e saibam aprender e compreender os seus problemas.

DÍVIDA EXTERNA C. T. E. F.

Vem a grande crise 1929 a 1932. Rompemos magnificamente os momentos mais sérios, e em 1932, obtínhamos o título de maior vendedor no mundo, pois apesar da crise, fixamos os nossos resultados em 1932, em 400 por cento da quota anual na IBM. Nossas relações comerciais, mais chegadas aos Governos da União, dos

MOMENTO DECISIVO

Em Chapultepec, finda a Conferência, o autor, então delegado do govêrno brasileiro, firma a histórica ata.



ATOS INTERNACIONAIS

Representando o govêrno brasileiro, o sr. Valentim Bouças participou de muitas conferências internacionais americanas. Aí o vemos no Rio, em 42, no México (Chapultepec) e no Chile (Conferência dos Municípios).

Estados e dos Municípios, nos levam a um maior contato com os meios político-administrativos e assim somos chamados para membro e Secretário Geral do Conselho de Economia e Finanças do Govêrno Federal. Somos encarregados de cooperar, analisar, estudar e oferecer sugestões, sôbre o grave problema da dívida externa brasileira. Era uma responsabilidade de cêrca de um bilião de dólares — 1/3 nos Estados Unidos e 2/3 na Inglaterra, França e Holanda iniciada em 1824. Não éramos nós que mandávamos ou supervisionávamos nossas finanças internacionais. Eram os banqueiros ou agentes pagadores. Iniciamos um dos mais interessantes trabalhos de nossa vida, começando por visitar os banqueiros americanos, estudando os contratos, todos os compromissos dêles decorrentes e a situação dos portadores, etc.

Os Estados Unidos, naquela época, apresentavam-se nossos credores de $979.369.039 a saber:

União	$	166.049.239.00
Estados	$	150.288.300.00
Municípios . . .	$	63.031.500.00

O que verificamos após meses de estudos, em Nova York, Washington e Nova Orleans, é algo extraordinário e chocante. — Contratos pesadíssimos, com garantias, onde tínhamos empenhado nossas rendas aduaneiras, impôsto de renda, impostos de vendas, enfim, garantias de tôda a espécie. Os juros atingiram à casa de 8%, em alguns casos. Os tipos eram desmoralizadores. — Depósitos de milhões de dólares, estavam paralisados, em mãos de banqueiros. Um empréstimo houve, em que, de 2 milhões de dólares somente 165.000 alcançaram o Brasil.

33 MILHÕES DE DÓLARES

Trinta e três milhões de dólares, em cheque contra o National City Bank, deviam ser pagos aos banqueiros no ato da assinatura do acôrdo da nossa dívida externa. Mas a ordem expedida do Brasil demorou. Corremos então o risco de, depois de tudo pronto, ver adiado o acôrdo até que chegasse a transferência já feita mas ainda não constatada em Nova York. Valeu entretanto a palavra do delegado brasileiro, e o cheque foi emitido às onze e trinta embora só à tarde o telegrama chegasse ao City Bank. A foto acima, publicada na imprensa carioca, mostra o ato da assinatura do acôrdo. Ao lado, flagrante do sr. Valentim Bouças quando de sua famosa conferência pronunciada na A.B.I. sôbre a batalha da borracha.

O resto perdeu-se entre Nova Orleans e Rio nas mãos de banqueiros e empreiteiros, que faliram. Outros casos semelhantes se repetiam em relação a outros empréstimos e banqueiros.

Perdeu o Brasil, que não viu serviços executados, que pagou por conta milhões de dólares de juros, e também sofreram os bondholderds americanos.

Ganharam, porém, os intermediários e os banqueiros. Minha experiência, nesse setor, foi duríssima, mas felizmente, com o apoio do Govêrno de Washington, pudemos levar adiante, esta grande batalha de moralização da dívida externa em dólares e que foi dividida em 3 períodos:

1.º) 1943 — Esquema Osvaldo Aranha — Dec. 23.819 — fevereiro 1934.

2.º) 1940 — Esquema Souza Costa — Dec. 2.085 — 8 de março de 1940.

3.º) 1943 — Consolidação Dívida Ext. — Dec. 6.019 — 23 de novembro de 1943.

Na primeira fase tivemos a cooperação valiosíssima de Mr. J. Reubem Clark Jr., delegado especial de nosso govêrno, e cujo tino e diplomacia jamais poderemos deixar de mencionar. — O trabalho do Departamento do Estado, no período 1933-34, foi algo notável. O Secretário Cordell Hull, abriu sem dúvida, um grande período que se pode dividir em duas partes:

1.º — Ajuste e afastamento dos malentendidos.

2.º — Consolidação da política econômico-financeira.

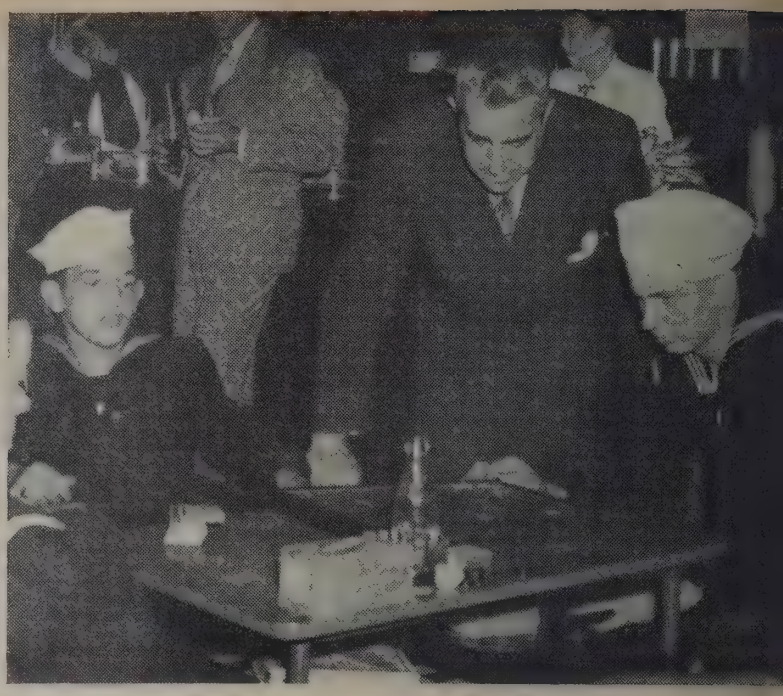
Essa política, que poderíamos denominar Roosevelt-Hull, foi uma das mais profícuas que jamais experimentaram os países latino-americanos, em suas relações em geral, com os Estados Unidos.

Ninguém, por certo, desconhece a grave crise que sôbre a nação latino-americana desabou desde fins de 1929, onde o abalo econômico-financeiro gerou uma onda de revoltas e revoluções, tornando ainda mais grave a questão do crédito, pela falta de disponibilidade ouro.

No Brasil essa onda teve também os seus efeitos revolucionários, e até princípios de 1933, acumulavam-se os bancos de moeda nacional bloqueada sem possibilidade de obter recursos em dólares e libras para fazer frente às obrigações de nossas importações. E a situação agravara-se dia a dia, já não apenas para o Brasil mas também para os exportadores americanos.

Inicia-se, então com o ambiente Roosevelt-Hull, a possibilidade do primeiro contato para remover os impecilhos. Delegado por meu país, venho a Washington e tanto ali com em Nova York, iniciamos as conversações para solver os chamados congelados. Sob a influência benéfica do Secretário Hull, iniciamos nossas conversações com o National Foreign Trade Council em Nova York e após 20 dias realizavamos, num ambiente de franca cooperação, o primeiro acôrdo, pelo qual tôdas as organizações americanas credoras de dólares, concordavam em receber os seus créditos em 72 promissórias, com vencimentos mensais sucessivos, emitidas pelo Banco do Brasil e garantidas pelo Govêrno Federal com os juros de 4% ao ano, adicionados em cada nota.

Muitos exportadores e manufatureiros americanos negociaram aquêles títulos, outros os conservaram em carteira, pois que os juros e as garantias aconselhavam tal prática.



HOMENS E FATOS

Na foto superior, o sr. V. Bouças em companhia do embaixador dos Estados Unidos do Brasil, sr. William Pawley, e do sr. Grant O. Hylander, presidente da American Chamber of Commerce for Brasil. Ao lado, durante uma homenagem que lhe foi prestada no Lar do Marinheiro, em plena guerra.

FOMENTO INTERAMERICANO

Na convenção da Comissão de Fomento Interamericano, em Nova York, da esquerda para a direita, Eduardo Villaseñor, diretor do Banco do México, Stettinius, então Secretário de Estado, Valentim Bouças, presidente da Comissão do Brasil e Nelson Rockfeller, ao tempo Coordenador dos Negócios Interamericanos e presidente da Comissão, posto que deixou recentemente.

HOMENAGEM DA A. B. A.

Em 1944, a American Brazilian Association homenageou o então chefe da missão brasileira que foi aos Estados Unidos discutir a dívida externa, sr. Valentim Bouças. Do ato é o flagrante acima, vendo-se da esquerda para a direita, Mr. Joseph T. Wilson, presidente da entidade, Oscar Correia, então Cônsul Geral do Brasil em Nova York, o sr. Carlos Martins, embaixador do Brasil em U.S.A., o homenageado e o sr. Thomas Watson, presidente da IBM.

E' verdade que muitos seguindo os conselhos precipitados de seus EXPERTS, (em foreign market) mandaram vender em bôlsa, com prejuízos de 10 a 50%. Entretanto, os cautelosos nada perderam.

Quando, na qualidade de delegado do Banco do Brasil e do Govêrno Federal, firmei êsse acôrdo, em Nova York, compreendi a grande falta que fazia, como ainda hoje um grande Banco Inter-Americano.

Tivéssemos essa Instituição, que poderia atuar quase como um claring house, para os negócios inter-americanos, e naturalmente não haveria o presente clamor, para extensão do plano Marshall para a América Latina.

E foi essa experiência, de 1933, que nos levou a aprovar na Conferência dos Chanceleres em 1942, no Rio de Janeiro, a recomendação para a formação de uma tal entidade bancária, infelizmente esquecida, o que muito concorre, em casos como êstes para lançar o espírito de desconfiança sôbre os resultados futuros, de conclaves dessa natureza.

Estamos em 1948. E o que vemos? A melancólica advertência de uma nova e grave crise econômica. Aí estão os mesmos sintomas de 1930 e 1933.

E como todos os movimentos revolucionários políticos latino-americanos são oriundos dos efeitos das crises eco-

nômico-financeiras, bem podemos imaginar a inquietude que nos cerca.

E essas consequências, tal como a maré sob até vós, aqui nos Estados Unidos. E' verdade que nos Estados Unidos não têm elas a forma revolucionária das armas mas nem por isso perde a sua equivalência no setor econômico-social. Recordo-me bem de vossas angústias, principalmente no campo agrícola-pecuário em 1932. E as consequências trouxeram a forma pacífica, mas não menos revolucionária, do New Deal. E daí os inúmeros controles, tornando crítico o *"espírito do free enterprize"*. E a tendência atual das coisas não afasta a eventual repetição da receita...

Neste momento, todos os países latino-americanos, precisam de dólares para adquirir alguns bens de consumo mas principalmente bens de produção. Estão impedidos de fazê-lo. Não existe aquêle aparelhamento que deveria atender à peculiaridade de nosso hemisfério. A tendência é resolver os nossos problemas dentro do problema mundial com o que peço licença para não concordar. A prática aconselha que para ganhar, deve-se dividir... E assim, enquanto podíamos, por créditos bancários a longo têrmo, solver os nossos problemas das Américas, estamos agravando-os com a promessa ou proteção de engatar o carro de nossos problemas, ao trem do plano Marshall para a Europa.

A América, felizmente, não está naquelas condições tristes e aterradoras dos países europeus, porém, a falta de uma rápida decisão, poderá transferir até nós uma situação semelhante.

O vosso Export and Import Bank tem sido sem dúvida, um elemento de grande valia para determinados desenvolvimentos industriais particulares e públicos. No Brasil somos bem reconhecidos à ação cooperadora de Warren L. Pearson, Wayne Taylor e agora de William Martin Junior.

Sua ação, porém, não se especializa nem se concentra exclusivamente sôbre as Américas. Tem de atender a outros setores no âmbito internacional. E, além disso, o Eximbank, em virtude de seus estatutos, tem sua ação algo tolhida, para eventualmente servir como um clearing-house a longo prazo para o fornecimento de créditos rotativos.

Neste momento, por exemplo, temos a impressão de que o Brasil está numa grave situação cambial, pois já temos saques vencidos e transferências de fundos adiados que se acercam já da casa dos seis meses. Começam a se formar os congelados!

E como consequência, nem os importadores brasileiros podem impor-

BRETTON WOODS

Os mais importantes compromissos de ordem financeira tomou o Brasil em Bretton Woods, onde foi feito o flagrante acima, vendo-se o Sr. Valentim Bouças, um dos delegados brasileiros, em companhia de um delegado de outra potência, em cordial palestra

tar, nem os exportadores americanos podem receber os seus créditos. Está bloqueada a via principal do nosso intercâmbio comercial inter-americano. E o que vemos, é a busca dos *"detours"* formando novamente os mercados de côres, inclusive o negro.

Em relação ao Brasil, podia garantir que o estabelecimento de um crédito bancário rotativo, por cinco anos, no máximo de 100 milhões de dólares, retiraria a grande pedra que atravessa o caminho de nossas relações comerciais. E automaticamente tudo caminharia regularmente.

Tenho a experiência própria de 1933. Um ano após, aquêle acôrdo bancário, do descongelamento dos dólares, a prosperidade entre nós retomava de tal forma o seu ritmo, que, o maior comprador das notas promissórias emitidas pelo Banco do Brasil, em dólares e libras, era o próprio Banco do Brasil, tanto em Nova York como em Londres.

Volto a retomar o meu contato com os vossos homens.

SUMNER WELLES

Logo após o acôrdo do descongelamento dos créditos dólares, fui apresentado por Sumner Welles a Cordell Hull e por êste a Franklin Roosevelt.

As minhas relações com Sumner Welles foram sempre num crescendo de confiança, pois verifiquei em sua pessoa o homem que estudou e continua a estudar com extrema simpatia e inteligência-prática, os problemas latino-americanos. Seu trato político-diplomático, foi pôsto à prova, nos dias negros de janeiro de 1942, quando se preparava a Conferência do Rio de Janeiro. E em pouco tempo, Sumner Welles e Osvaldo Aranha davam os rumos para o sucesso da união pan-americana, em seguida ao ataque de Pearl Harbour. (Janeiro 1942).

Sua ação, no State Department foi notável, e todos nós lastimamos, quando o vimos deixar a posição que ali ocupava. Nunca prometia demasiado, porém, tudo fazia para bem compreender e atender nossos problemas.

Para dar uma idéia do verdadeiro interêsse e amizade dêste homem de Estado pelo Brasil, passarei a referir, embora levemente, um episódio que poderia constituir um elemento histórico.

Previa-se o término da guerra para fins de 1944. E sei que o Presidente Roosevelt estava muito preocupado com a nossa participação na futura mesa da paz. A guerra tinha sido dirigida no sentido de aniquilar os governos totalitários. O nosso govêrno, embora de forma amena, não era, entretanto, um govêrno com representação popular. Por outro lado, o reconhecimento do govêrno e do povo americano, pela atitude leal e desassombrada do Brasil, combatendo ao lado da democracia, dava-nos um crédito bem elevado. Era preciso, pois encontrar a fórmula conciliatória dos conselhos do irmão mais velho. Convida-me, Sumner Welles, a ir passar o dia com êle em sua residência de Palm Beach, na Florida. Depois do almôço conversamos muito e sôbre muitas coisas ligadas ao Brasil, no cenário internacional, principalmente inter-americano. Não sendo eu político, eventualmente ocupando apenas posições técnicas, podíamos conversar sem cerimônias. E assim, entre frases de respeito e amizade, foi-me dado a entender por Welles, quanto grato seria para o Presidente Roosevelt, ver o nosso país encaminhado sem demora para a constitucionalização, mediante o imediato preparo de uma lei eleitoral, providências essas que colocariam o nosso país, nosso govêrno e seu Chefe, em situação de maior prestígio, não só perante a América, como no conceito das nações democráticas do mundo. Além disso, tais providências calariam profundamente em nossa alma popular, que por ocasião do período da consolidação da paz, praticamente afastaria os movimentos que fatalmente surgem, nem sempre de caráter muito pacífico, contra as autoridades dominantes. Outros detalhes se seguiram e, dentro de poucos dias, esta *"mensagem" verbal e ocasional*, era por mim transmitida ao Chefe do nosso Govêrno, em Petrópolis, no Brasil. A princípio, não me pareceu haver grande reação de sua parte, mas passadas 48 horas, éramos chamados para repetir todos os detalhes daquela conversação-sugestão de Mr. Welles. Caminhando durante mais de uma hora, de um lado para outro, nos grandes salões do Palácio Rio Negro, conversamos e discutimos todos os pontos. — Saí satisfeito. Comuniquei essa satisfação a Sumner Welles. Dias depois, no salão da A. B. I., o Presidente da República anunciava a sua decisão de preparar a lei eleitoral e convocar as eleições...

Infelizmente os contatos políticos, em uma viagem ao interior de Minas, e em seguida a São Paulo, fizeram-no declarar, a 1.º de maio de 1944, que os trabalhadores precisavam, não de voto, mas de cobertores...

Os maus conselheiros, detentores de altos cargos públicos, íntimos do Presidente, prestavam, por espírito de egoísmo, um desserviço à Nação, à Democracia e ao próprio Chefe do Govêrno.

CORDELL HULL

Em relação a Cordell Hull, eu o considero um dos grandes cidadãos da América. Desde meu pirmeiro contato com S. Excia. compreendi tratar-se de um homem franco, cheio de um idealismo intransigente, porém puro e amigo. Nas várias vêzes que tive o prazer de conviver com Cordell Hull, nunca se cansava de falar em nossos problemas brasileiros, e falar com simpatia de nossos homens, especialmente, de seu grande amigo Afrânio de Melo Franco .

Foi êle, sem dúvida, o grande espírito que disseminou a política dos tratados de reciprocidade, e por estar de acôrdo com o mesmo, muito me bati pelo acôrdo que firmamos — Brasil-Estados Unidos 1935. E' intransigente, ou por outra, ditatorial, em suas decisões, mas como tudo era baseado num ideal de sã política, somente o bem poderíamos colher de suas atitudes.

FRANKLIN D. ROOSEVELT

Conheci, igualmente, pela primeira vez, em 1933, o Presidente Roosevelt. Fiquei impressionado. Recebeu-nos com aquêle largo e franco sorriso, sentado, com a cabeça em contínuo movimento, estendendo os braços em várias direções. Abordava os problemas, sem rodeio algum, não empregava retórica, era pronto, rápido e conciso. Interessava-se muitíssimo pela América Latina e mostrava uma grande simpatia pelo Brasil.

Disse-me em maio de 1933, falando-me das relações entre nossos países: — "O que eu desejo é ver o Brasil, industrializar-se. Industrialização significa civilização. Há alguns patrícios meus que são contrários a essa política de industrialização da América Latina, mas esquecem-se de que, quanto mais se industrializar um povo mais cresce o seu poder aquisitivo. Vocês poderão não comprar mais trilhos nem chapas, mas comprarão mais automóveis, mais maquinarias finas e outros bens de consumo que nós eventualmente venderemos em melhores condições".

E juntou: "E' pena que vocês no Brasil não tenham a mesma bitola de nossas linhas férreas, pois agora poderíamos transferir-lhes magníficos equipamentos rodantes, principalmente carros de passageiros. Nossas estradas seguem a política do "streamline", e vão dispor de muito material bom e barato, que talvez pudesse ajudar a aliviar o vosso problema de transporte ferroviário".

Partíamos em seguida para a Conferência Monetária Mundial, em Londres — junho de 1933.

Logo após vem a política agitada do comércio internacional, agitação provocada pelos marcos de compensação.

Voltei a avistar-me com o Presidente Roosevelt em meados de 1937. Não havia mudado, continuava com o mesmo espírito franco e muito ativo. Falou novamente de nossa industrialização, insistindo.

Em maio de 1939 voltei a falar ao Presidente Roosevelt. Fazia pouco tempo que êle havia mandado os famosos telegramas sôbre o pacto de segurança das fronteiras, a Hitler e Mussolini. Encontrei-o agitado e muito preocupado. Referiu-se à falta de resposta daqueles Ditadores. Em seguida conversou cêrca de 50 minutos sôbre a grave política internacional e dos problemas que começam a surgir a cada instante. E, no dizer dêle, o que mais o preocupava era a tendência demasiadamente vagarosa do Congresso, vacilante em dar os créditos necessários ao aparelhamento bélico dos Estados Unidos. Por outro lado, a opinião pública parecia inclinada ao isolacionismo. Isso tudo o preocupava profundamente, a tal ponto que me dizia: "Os nossos homens não querem compreender que o Eixo prepara a guerra, e que, se ela vier, no primeiro momento a França será derrotada, e se nós não acudirmos, virá a vez da Inglaterra, mas o dia em que a Inglaterra fôr varrida dos mares chegará a véspera de nossa derrota".

Foi longa a conversação. Disse-lhe da minha observação sôbre sua administração desde o pequeno mas incisivo discurso da noite de 12 de março de 1933, quando falou ao povo americano sôbre a missão dos bancos na vida econômica do país, até a sua política saudável de Boa Vizinhança.

E mais tarde, após algumas semanas, quando a bordo do "George Washington", me encaminhava para Hamburgo, com destino ao XX Congresso da Int. Chamber of Commerce, recebi a bordo um radiograma do grande Presidente Roosevelt, onde fazia referências à nossa conversação. Conservo êste honroso documento como uma das valiosas recordações da minha vida.

Veio a Guerra. — Voltei a avistar-me sucessivamente com o Presidente Roosevelt em 1942-1943 e finalmente em 1944.

Na última visita encontrei-o com os movimentos mais lentos e sua última palestra foi a propósito de uma coleção de selos que o meu Presidente lhe enviara e de que fui o portador. Havia um sêlo com o busto do nosso último Imperador Pedro II. Falou-me do encontro que com êle tivera, quando êle, Roosevelt ainda criança, vira D. Pedro II passeando lentamente pelas ruas de Cannes, pouco após a perda do trono.

A meu ver, Roosevelt foi um dos maiores homens que a humanidade contemporânea conheceu. Traçou um grande programa econômico-social, como se fôsse a emissão de uma apólice de seguro contra as futuras convulsões sociais. O impôsto de renda e a "New Deal", foi um remédio amargo para muitos, nos Estados Unidos. Mas é preciso não esquecer, que nos momentos graves de um doente, a cura não está no gôsto saboroso do remédio, mas sim na eficácia da receita ser seguida. E quase sempre o melhor remédio, não tem paladar muito agradável. E as doenças se repetem.

Foi pena que nos últimos meses se tenha agravado o seu estado de saúde, mas isso não impedirá que mais tarde seja êle melhor entendido e cada vez mais apreciado por tôda a humanidade.

Falando de Washington e dos homens que a guerra dêles nos fêz aproximar, precisava de muitas horas para mencionar o nome e o grande espírito colaborador de muitos amigos, não só do setor propriamente oficial, como daqueles que, ocasionalmente ocupavam postos de grande responsabilidade.

WILLIAM L. CLAYTON

Seria, entretanto, injustiça deixar de falar em William L. Clayton, êsse notável cidadão americano, cujo contato com os negócios públicos tem sido dos mais nobres e dos mais proveitosos. Foi em 1942, quando, na qualidade de Diretor Executivo dos Acordos de Washington, com êle discutimos as assuntos relativos à produção do Brasil. Embora tivéssemos dias em que nossas divergências não foram das mais calmas, não faltou, entretanto, no final, sempre aquela brecha de conciliação. Nossas relações foram sempre as mais cordiais e proveitosas e na Conferência de Chapultepec, em 1945, ao lado do simpático Secretário de Estado, Edward Stettinius. William Clayton era sempre o símbolo da paciência, da calma, da ponderação e da eficiência.

HUGH GIBSON

Poderíamos e deveríamos falar de Hugh Gibson, o ex-Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, o desbra-

Êste número foi Microfilmado
pela
Companhia Auxiliar de Serviços de Administração
Av. Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Tel: 42-9777
DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM
O OBSERVADOR está habilitado à reprodução em microfilme positivo, de quaisquer dos artigos contidos no mesmo, bastando para isso que os interessados se dirijam à Administração da Revista:
Avenida Graça Aranha, 182 - 8 º andar - Tel: 42-5519

vador dos primeiros momentos de Boa Vizinhança, concorrendo para a realidade do tratado comercial de reciprocidade em 1933.

JEFFERSON CAFFERY

Há por outro lado, um nome que a todos nós é muito grato: Jefferson Caffery — o homem decisivo, franco e leal amigo. Foi durante os anos anteriores à segunda grande guerra e durante ela o grande e firme intérprete da política defensiva dos interêsses das Américas. Sua espôsa foi uma grande dama, conquistando com seu largo sorriso e a bondade de seu tratamento simples, o coração da sociedade brasileira. Teve como auxiliares Paul Daniels e Walter J. Donnelly. Foram homens amigos, competentes e de grande dedicação. Incontestàvelmente formam parte dessa ala moça da diplomacia americana.

NELSON A. ROCKEFELLER

Muito sensível a todos nós e, poderia dizer, a todos os Latino-Americanos, é êsse espírito jovem, insinuante e dinâmico, que se chama Nelson Rockefeller. No Departamento do Estado, foi um grande estimulador das relações cordiais entre todos os países latino-americanos. Em cada país, plantou a semente da confiança e amizade mútuas. À frente da Coordenação Inter-Americana e Comissão de Fomento Inter-Americano, realizou com sucesso extraordinário, à grande conferência de maio de 1934, no Waldorf Astoria, onde sua habilidade e fino trato diplomático, obteve as decisões unânimes para tôdas as resoluções e sugestões. Posso assegurar-vos que Nelson Rockefeller é, por todos os títulos, o verdadeiro Embaixador, "at large", para a América-Latina. Todos o consideramos, estimamos e apreciamos.

LAURENCE DUGGAN

Causa-me tristeza não poder alongar a lista com o nome de meus amigos em Washington, mormente daqueles que durante a guerra foram astros, e depois amigos e grandes colaboradores.

Mencionarei com especial carinho, o nome de Laurence Duggan, Chefe dos Serviços para a América Latina no State Department, ao tempo de Hull e Welles.

Seria interminável a lista dos interêsses que tratamos e que se referiam ao Brasil e Estados Unidos, mas desejo relembrar o seguinte episódio:

Estávamos no princípio de 1944. Ajustávamos, de acôrdo com a resolução da Conferência do Rio de Janeiro (1942), a nossa Dívida Externa. O Brasil, de acôrdo com os "erperts" de ambos os países, apresentara um plano que havia sido por todos aceito. Tendo em conta os juros, as garantias, a natureza dos devedores (Estados Unidos — Municipios e União) havia vários graus, por onde se ajustavam certos descontos no capital e juros.

Tudo correra bem, apesar dos 45 dias de contínua luta com os banqueiros, agentes pagadores, Conselho Protetor dos Portadores de Títulos, Representante do Departamento do Estado, etc. Presidia eu as reuniões finais, no Waldorf Astoria, em Nova York quando no fim da tarde, da véspera de firmarmos o acôrdo geral e que seria assinado por todos os banqueiros e demais autoridades, um dos grandes banqueiros, ligado a Londres declarava que não firmaria o acôrdo sem que a êles, banqueiros, fôsse assegurado o pagamento integral das comissões, sôbre os primitivos bonds, ou seja, sôbre o capital inicial. Em outras palavras: Êles consentiam que os portadores perdessem nos juros e no capital, porém êles, como intermediários, não abriam mão de suas comissões sôbre o total primitivo. E com grande e rara habilidade, êsses banqueiros, por intermédio do Presidente de sua poderosa organização, puseram-se em contato com mais três banqueiros que, em seguida, me chamaram para dizer que também não firmariam o acôrdo marcado para ser assinado na manhã seguinte, na Wall Street. Revoltei-me contra essa atitude inesperada, quando tudo já estava impresso e providências tomadas, inclusive sôbre nossa disponibilidade de 42 milhões de dólares, para os pagamentos iniciais aos agentes pagadores.

Pus-me em contato imediato com todos os banqueiros recalcitrantes, convencendo-os, após grandes discussões, um a um, exceto o principal, em cujo escritório e residência não conseguia alcançá-lo. Eram já 11 horas da noite. Desesperado chamei Laurence Duggan, para sua residência em Washington, e então expliquei-lhe o que se passava. O caso era delicado, e os Estados Unidos, não sendo uma Nação guiada por Ditadores, não podiam impor, mas eventualmente podiam sugerir aos vários interessados. Assim me explicou êle, Laurence Duggan. E, às 2,30 da madrugada, o meu último banqueiro recalcitrante, telefonava-me dizendo-me que concordava em firmar o acôrdo final. Demorara na resposta porque tinha ido ao teatro e estava voltando àquela hora. O Sr. Duggan nunca deu-me coisa qualquer a entender... nem eu perguntei.

WAAL STREET

E como sempre se fazem críticas a banqueiros, eu quero mencionar um interessante episódio. No dia em que

LUIZ CAMPOS FILHOS & CIA.

Sucessores de LUIZ CAMPOS

Estabelecidos em 1887

COMISSÕES - AGENTES DE VAPORES - COMISSÁRIOS DE AVARIAS

Matriz: RIO DE JANEIRO
RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 51
Fones: 43-8016 — 43-8215
Telegr. CAMPOS
Caixa Postal, 45

Filial: SANTOS
Praça VISC. MAUA', 26 - 2.º - s/204
Fone: 5.233
Telegr. LUCAFICO
Santos — S. Paulo

E. F. LUIZ CAMPOS

CORRETOR DE NAVIOS

Fones: 43-8016 — 43-8215

devíamos firmar, no edifício do The National City Bank, o acôrdo final, teria o Brasil de emitir cheque contra êsse Banco no valor de 33 milhões de dólares para entregar no mesmo momento da assinatura dos acordos, aos vários banqueiros agentes pagadores dos vários empréstimos.

GORDON RENTSCHLER

O nosso govêrno deveria ter transferido 42 milhões na véspera para ser seu crédito no The Nathional City Bank em Nova York. Disso me havia dado conhecimento, pelo "overseas" telefone, o nosso Ministro da Fazenda, e ao mesmo tempo confirmado por um telegrama oficial em meu poder. Mas a verdade é que, na hora da assinatura, o City Bank não havia recebido a ordem de crédito. Falei ao meu particular amigo, Sr. Gordon Rentschler, Chairman do The National City Bank, e expliquei-lhe a situação em que nos encontrávmos de ter de sacar aquêles 33 milhões sem ter o seu Banco recebido o aviso da transferência dos 42 milhões. S. S. estava a par de tudo, pois seu Banco havia sido nomeado nosso agente fiscal e pagador dos nossos títulos do acôrdo. Disse-me êle: "Your word is good and you go sheed, deliver the checks to the bankers. We will make them good". Efetivamente assim foi, embora tivéssemos terminado tudo às 11,30 da manhã, somente às 2 e 55 da tarde o The National City Bank recebia a confirmação da transferência dos 42 milhões de dólares.

Ficava assim confirmado o grande "slogan" de que os banqueiros de Wall Street estão sempre prontos a *conceder créditos contra cash...*

Nos meios comerciais e industriais, fizemos inúmeros e magníficos contatos e que muito cooperaram para estabelecer, cada vez melhores relações entre nossos países.

JIM FARLEY

O símbolo da simpatia, o homem que conserva o nome de seus amigos e ignora o de seus inimigos, porque os transforma em amigos. O homem que, sendo profundamente político, não conhece política em matéria de matar a sêde com Coca-Cola.

PAUL W. LITCHFIELD

O dinâmico chairman da The Good-Year Tire Rubber Co., de Akron, Ohio. O homem que consolidou a fabricação de pneus no Brasil, e que abriu as portas para a expansão dessa grande indústria entre nós permitindo que o Brasil se abastecesse não só a si mesmo, como ajudasse os aliados, durante a guerra com os pneus e câmaras brasileiros.

WINTHROP ALDRICH

Chairman do Chase National Bank e ex-Presidente da Câmara Internacional de Comércio. Alimentador do entusiasmo e da confiança no International Trade and free Enterprise.

JUAN TRIPPE

Juan Trippe e a Pan American Airways são sinônimos. Todos nós, que conhecemos esta figura dinâmica e progressista em tôda a linha, sentimo-nos muito entusiasmados pelos seus grandes feitos. De fato, pouquíssimos homens há que tanto tenham feito em prol do estreitamento das nações do que Juan Trippe.

O que vem realizando no sentido de desenvolver a Comunidade dos povos americanos é algo e surpreendentemente notável. Ciosos de seus empreendimentos, vimos acompanhando aqui e ali, a sua linha de conduta sempre orientada para o engrandecimento de sua Companhia. Muitos tentam alcançar o êxito, mas um número muito reduzido conhece o segrêdo de alcançá-lo. Aquêle a quem agora me refiro, contudo, sabe como consegui-lo, sempre vencendo as dificuldades que se lhe deparam no caminho com um sorriso franco e leal.

No Brasil temo-lo na conta de um dos vultos de maior relevância das Américas. Não faz muitas semanas que êle tornou possível a transformação da Panair do Brasil em verdadeiramente brasileira, concedendo facilidades para que o Brasil ficasse com o maior número de ações da Companhia.

Êle bem sabe o que faz e quanto a nossa parte nutrimos um sentimento de orgulho em privarmos de sua amizade e de seu verdadeiro espírito de cooperação Panamericana.

Muitos nomes poderia adicionar, elementos de grande valor no intercâmbio com nosso país, como os de: Curtis Calder, Joseph A. Rogers George Brainard, William Batt, Charles D. Wilson, C. H. Minor, Charles Swift, Joseph Hanson, Robert Beaver, Henry Ford II, Warren L. Pierson, Sosthenes Behn, Randolph Burgess, E. P. Thomas e muitos outros.

ESPANHOL OU PORTUGUÊS?

Há uma observação que venho fazendo há 33 anos e que ainda não se modificou no espírito de muitos americanos. E' a de considerar os povos latino-americanos como um só, como sendo seus problemas comuns e sempre idênticos e, finalmente, que o idioma da América Latina é o espanhol. E assim lá vai o Brasil, a maior nação da América Latina, a maior

Vista de conjunto do modelar estabelecimento industrial da S. A. Cortume Carioca

em extensão territorial e em população, considerada como nação de "habla espoñola". Ignoram que desde a sua descoberta, há 4 séculos e meio, o nosso idioma sempre foi o português e que entre cêrca de 120 milhões de latino-americanos, 45 milhões de brasileiros falam português e não espanhol !

Vou contar-vos um ligeiro episódio que bem mostra até onde vai aquêle comum mas tremendo êrro. Há algum tempo (peço licença para considerar anônimo o personagem), fazia eu parte de uma delegação semi-oficial brasileira. Na Capital de um de vossos grandes Estados, um ex-candidato à Presidência dos Estados Unidos, palestrando conosco, entre outras coisas, talvez para nos ser agradável e mostrar seus conhecimentos sôbre a América Latina, nos disse: "O vosso idioma é o espanhol, não é verdade?" — "Perdão, disse, desde o ano de 1500, época de sua descoberta, o Brasil fala o português, nosso idioma popular e oficial". — "Sim respondeu-me S. Excia., mas eventualmente vocês virão a falar espanhol, pois todos os demais países falam êsse idioma..." — Esqueça-se S. Excia. do Haití, que fala francês, e do Brasil que ocupa cêrca de 50 por cento da área sul-americana, que tem 45 milhões de habitantes, que é a quinta nação do Globo em extensão territorial, e que seus descobridores e colonizadores foram portugueses, que falam português e não espanhol.

Esquecia-se que em 1828 havia o Presidente Monroe, firmado com o nosso primeiro Imperador Pedro I, um tratado de Amizade e Navegação, que perdura há 120 anos, sempre respeitado como o provaram exemplarmente as duas grandes guerras mundiais. E que Portugal — que mantém com a Inglaterra o tratado de aliança e amizade mais antigo do mundo, pois data de 1368, foi a nossa mãe-pátria e dêle recebemos essa mentalidade de amizade conservadora, modesta mas sempre leal.

Mas não é para admirar. Ainda agora, no princípio dêste mês, falando em Havana um ilustre delegado Cubano, Sr. Haya de La Torre, "a propósito da inversão de capitais americanos na América Latina, declarava que se opunha em princípio a essa idéia de completa liberdade"... Até os latinos americanos nos consideram províncias de uma só República...

MAJOR GENERAL LESLIE GROVER

Foi no último ano da guerra. Era eu Diretor Executivo da Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, encarregado de supervisionar os acordos de produção, distribuição e exportação das chamadas matérias primas e materiais estratégicos. Recebia, ao anoitecer, em meu gabinete, uma Comissão de Técnicos Militares americanos e ingleses. Era preciso providenciar sem demora o resguardo das nossas areias monazíticas que continham o torium.

Tudo tinha de ser feito urgentemente, sob o regime do *Top Secret*, apenas com o conhecimento do Presidente da República e do Ministro do Exterior. Durante dois dias e duas noites, trabalhamos de portas fechadas. Cada papel ou papeleta inutilizada, era queimado. Tudo acertado, partiram e, por mera coincidência, a data marcada por nós para a efetivação do compromisso, foi a data da experiência da primeira bomba atômica em Novo México...

Entre minha pessoa e o General Leslie Grover, desenvolveu-se êsse espírito de amizade e cooperação. E um ano e meio depois, quando, com

COMPANHIA AUXILIAR DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM

Uma nova arte que a técnica moderna pôs a serviço da segurança do patrimônio cultural da humanidade;

Um novo método de arquivamento de documentos, com economia de tempo, espaço e dinheiro;

Um novo processo de cópia fidelíssima de quaisquer documentos, páginas de livros; jornais e revistas, fotografias. etc.

Avenida Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Telefone, 42-9777

minha espôsa gravemente enfêrma, durante uma viagem à Califórnia, fôramos forçados a ficar em Litchfield Park, no Arizona, receberia eu essa demonstração de alta simpatia e solidariedade: Visitava-nos o Gal. Leslie Grover, em especial viagem aérea de Washington ao Arizona...

Nos Estados Unidos não impera apenas o dólar... o coração também domina!

INDUSTRIALIZAÇÃO

Estamos nos preparando para, simultâneamente com nossa grande industrialização do ferro e aço, exportarmos o minério de ferro. Em tôrno do famoso pico de Cauê, em Minas Gerais, mais de 13 biliões de toneladas do melhor minério de ferro do mundo já tem o seu trabalho de extração iniciado. Contatos para uma expansão maior estão sendo levados a efeito. E com essas pedras de ferro, faremos ouro para ter câmbio com que acudir às nossas compras em vosso país e em outros. Hoje compramos-lhes cêrca de 20 milhões de dólares de carvão mineral. Amanhã pagaremos com aquelas pedras de ferro!

Mas, seguindo os conselhos de nossos grandes técnicos e contando com o espírito cooperador dos homens de vosso país, inclusive do Export and Import Bank, organizamos a primeira grande indústria do Aço e do Ferro na América do Sul. Não é ela mais baseada no carvão de madeira, que destrói as florestas e cria o problema da erosão. E' baseada, como a vossa indústria, no carvão mineral. Quero referir-me à *"Volta Redonda"*. E' a semente da nossa nova e grande civilização. Seus produtos já começaram a surgir, e apesar do espírito crítico e destrutivo dos interêsses feridos, no país e no estrangeiro, "Volta Redonda" está se impondo.

Críticas foram feitas de que seus produtos seriam caríssimos e que somente à custa de uma grande proteção alfandegária poderíamos sobreviver! Puro engano.

Neste momento, quando o mundo sente falta do ferro e do aço, "Volta Redonda" fornece os trilhos ao preço de apenas 10 por cento superior ao congênere estrangeiro, livre de direitos! E neste momento é necessário recordar que, no fim do século passado, quando os Estados Unidos procuravam organizar e firmar a sua indústria, os trilhos fabricados nos Estados Unidos, custavam cêrca de 60 a 70 por cento mais do que podiam fornecer os países industriais europeus...

As chapas de aço laminado a frio, que hoje "Volta Redonda" vende na "média" de Cr$ 3,41 a 3,81, devem servir para competir com o produto estrangeiro que nos é oferecido a Cr$ 5,67 (pôsto em casa do importador) mas que não tem a garantia da data da entrega...

O Brasil se industrializa e caminha, a despeito de tudo e de todos. Sofremos muito agora, mas é a crise de crescimento, a crise dos grandes... Essas crises, não são elementos de desconfianças, são elementos e provas de confiança, riqueza e prosperidade.

MUITA COOPERAÇÃO MAS NENHUMA COORDENAÇÃO

Indiscutivelmente o que acabamos de observar é que existe entre nós, brasileiros e americanos, um grande espírito latente de cooperação e amizade. Falta, entretanto, algo mais importante. E' como se fôssemos postes de iluminação, onde as lâmpadas se acendem de quando em vez, porém mais regularmente quando o céu fica escuro demais, como aconteceu em 1941! Para haver confiança e para que a estrada dos mútuos interêsses seja continuamente trafegada, é necessário que sua iluminação seja contínua e firme. O que precisamos é uma constante coordenação. Êsse organismo prático sem *red tape* tem e deve

O Campo é Tudo: NORTE DO PARANA'

"Norte do Paraná: séde de uma pequena fazenda ainda em formação"

Estamos transpondo os umbrais de um mundo novo e melhor, mas, para que seja realmente melhor, é imperativo que cada um se compenetre de que os direitos correspondem deveres. Só pelo trabalho perseverante e bem orientado é que é possível acumular alguma coisa e os empreendimentos de êxito seguro sempre começaram do pouco para o muito, de baixo para cima, do começo para o fim. No Norte do Paraná sobram meios para ter sucesso em suas atividades. Naquela adorável região de nossa Pátria, a terra produz do bom ao ótimo: Café, godão, Cereais, Legumes, Frutas, Hortaliças, Uvas, etc

As colheitas grandiosas daquelas excelentes produções — preferidas nesta e noutras praças — constituem uma garantia de bem estar e abastança dos agricultores Norte-Paranaenses. A salubridade do clima, a pureza da água, as magníficas estradas de rodagem, o caminho de ferro, etc., são outros tantos fatôres coadjuvantes de seu esfôrço.

Adquira, também, com facilidade de pagamento, terras roxas, da

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANA

Agência Principal e Centro de Administração: LONDRINA

Séde em SAO PAULO:

Escritório — Rua São Bento, 329 — 8°. andar — Caixa Postal, 2771

NOTA: — Nenhum agente de venda está autorizado a receber dinheiro em nome da Companhia.

(Títulos registrados sob nº. 12, de acôrdo com o decreto nº. 3079, de 15-9-1938)

ser encontrado sem demora, antes que seja tarde.

Em 1942, entre o Brasil e os Estados Unidos, foi criada uma entidade para promover a produção de determinada matéria prima. Os estatutos mencionavam 20 anos de duração para dita entidade. Chegou o fim da guerra. Desapareceu o vosso interêsse pelo produto e com êle desapareceu a vossa cooperação. Quando há cêrca de um ano, avistei-me, em companhia de meu Embaixador Carlos Martins, no State Department (Divisão Econômica), para procurar uma solução harmoniosa, dentro do espírito de confiança da Conferência do Rio (1942) e Chapultepec (1945), trataram-me como se fôsse um "office-boy", que tivesse entregue uma carta... Esfriava-se em poucos minutos o calor e o entusiasmo de muitos anos...

Voltava a faltar a corrente para iluminação dos postes!

Vou, finalmente, referir-vos uma observação, a última que me foi dado constatar em nossas relações comerciais-industriais.

Confirmando o espírito cooperador que existe entre americanos e brasileiros, Thomas J. Watson resolveu ordenar a reforma e montagem completa, no Brasil, das mais modernas máquinas de contabilidade da IBM.

Deveríamos juntar as 110.000 peças diferentes para montar êsses delicados instrumentos de contabilidade. Êste trabalho começara entre nós, havia pouco mais de um ano. Era uma grande responsabilidade. Nossos alunos-mecânicos brasileiros haviam recebido o curso dado por um magnífico técnico americano.

Quando esta semana, no Rio, cheguei à fábrica, encontrei 14 máquinas modernissimas alinhadas e já montadas. Êsses aparelhos de fina inteligência estavam funcionando. A alegria e o entusiasmo dos nossos mecânicos era algo emocionante. Coincidiu tudo isto com o afastamento, feito meses antes, de elementos comunistas. Lavrava então, entre nossos homens, tristeza, aborrecimento lentidão.

Emocionado ante o que via, disse-lhes:

"Aperfeiçoastes vossos conhecimentos, usando vossa própria inteligência, concorrendo para melhorardes vossa situação e a do vosso país, construindo e produzindo. E, como o trabalho, a produção em geral é a alegria e o sucesso, aí tendes uma grande oportunidade para avaliardes de dois sistemas: A Democracia americana, que nos fornece a técnica, a maquinaria e o crédito, portanto a construção. E do outro lado, o Imperialismo Comunista, que apenas fornece caviar para o rico e veneno para o pobre, preparando a confusão e a destruição!"

CONCLUSÃO

Aí tendes meus amigos alguns instantâneos de um simples observador, que longe de pretender apresentar sua autobiografia, quis dar alguns exemplos práticos das atividades que podem cercar um indivíduo nas relações entre duas nações.

Oxalá que essa amizade entre nossas pátrias continue a desenvolver-se cada vez mais para que o tráfego de nossos mútuos interêsses se possa fazer sob a constante inspiração da verdadeira DEMOCRACIA!

AOS NOSSOS ASSINANTES

EM virtude do aumento considerável da venda do "O OBSERVADOR" cujas edições veem sendo rapidamente esgotadas, recomendamos aos nossos assinantes que nos encaminhem suas reclamações sôbre exemplares não recebidos, nesta Capital até o dia 30 do mês seguinte e nos Estados dentro de 60 dias depois da circulação da Revista.

Pelas causas apontadas, não podemos aceitar a responsabilidade sôbre a entrega dos exemplares que, extraviados, não nos forem reclamados dentro dos prazos acima estipulados.

The mind of the Americas

Thirty-three years of contact with United States men, trade and Washington officials

IT was on July 4th 1915. At night we were celebrating at home, ogether with some American friends of mine, the date of your Independence. At that time, I was 24 years old, a salesman for the National Cash Registers. I had been awarded a prize, a gold watch, granted by John H. Patterson, then President of the National Cash Registers. I lived in Santos, which was and still is the largest coffee port in the world. It was then when a friend of mine, Theodore Mayer, salesman for the Singer Sewing Machines, spurred my saleman's pride and advised me to go to the United States where I would have a chance to get in touch with the "big shots", which would enable me to become an agent on my own.

It was no easy task for me to materialize my trip. I was not in a good financial position but I eventually obtained the money by selling our very modest furniture, to which my beloved wife had promptly agreed. In all, we got 3.320 cruzeiros. Mrs. Bouças kept half of it, in order that, at her parents' home, she could take care of our two little daughters.

With the remaining 1.660 cruzeiros, I bought my ticket for a boat trip to New York. This ticket cost me 165 dollars or 660 cruzeiros. The 1.000 cruzeiros I had left, I exchanged for 250 dollars to take care of myself in New York. At that time our currency was called mil reis today, since 1942, it is called "cruzeiro". In 1915 each cruzeiro (one mil reis) was worth 25 American cents. Today it is worth ú *cents.*

NEW YORK 1915

With that fortune of a little more than 200 dollars, I set foot on New York, for the first time, on September 11, 1915.

The first impression of the skyscrapers and the Brooklyn Bridge was remarkable, yet instead of feeling belittled I felt great. My enthusiasm was simply great.

Soon afterwards, carrying my humble suitcase, I walked along Brooklyn Pier in search of transportation which might take me to 123 street in Manhattan, where there was a boarding-house belonging to a family from Cuba who could make things easier for me, by interpreting my Portuguese and my broken English.

NEW YORK-SUBWAY

A "cop" pointed to a large door through which a countless number of people was hurriedly going in and coming out, but what surprised me most was the fact that all people would go down just like thousands of ants as if they were in search of underground trails; I soon grasped the meaning of that; it was the famous subway. After getting my ticket, I should have slipped it into a box on passing the turnstile (I did not do this). I supposed the ticket was to be given to the conductor on the train. For not doing so, I was given, in a loud voice, the first tongue-lashing in "yankee", but to no avail because I did not understand it. The ticket was then anatched from my hand and flung into the special box. I blushed with shame, for there were a great number of strangers around.

My great dream was really begming to come true and I started to feel the actual way of living in New York.

The train finally pulled in, I did not hurry and was polite enough, as it is fit to Latin customs, that all the commuters would go out, before I went in. But it was too late for the doors were already being closed. I should have realized that I was in New York, *where no time can be wasted*. I solemnly promised to myself that I would be the first one to get into the next train as soon as the doors were open. So I did, but a roly-poly fellow pushed me out and said: "Get out, await your turn!" So I started my life in New York. If I moved slowly, I would miss the train; if I moved fast, I would be pushed out. On getting off at the station at 125 Street (Hudson River) I saw an escalator for the first time. I had to get nerve and decision, but I finally stepped on it. In order to better enjoy the pleasures of the moving stairway, I stopped for a short while, but I soon felt hurrying people nudging me. This was New York, *where no time can be wasted*...

GEOGRAPHY

Already in my boarding-house, 123 Street, 350 West (telephone Morningside 4275 W Please) I went to a barber who, on starting to cut my hair asked me: "Where are you from?" I answered: "From Braizl!" "Brazil", he said, "Brazil", he said again and again, as he handled his scissors. Then asked me again: "Brazil?" It's in Bulgaria, isn't it?"

Time and dollars, although I paid only $10 a week (for boarding) were being spent... I became familiar with the interior of a pawn shop and so did the watch Mr. Patterson had *awarded* me... I also became acquainted with the free lunches at Hotel McAlpin, where for 5 cents of beer, a hearty hot meal was served!...

FINE PARA RUBBER

After countless strolls from Battery Place to 350 W. 123rd Streed, oftentimes taking the subway or even simply on foot, I finally succeded in becoming acquainted with The Boston Belting Company, whose representative, Mr. William E. Greene, welcomed me with sympathy and confidence. I told him frankly my wishes and he promptly decided to give me the Company's Agency for Brazil. Then the first anchor was cast to keep the ship of my dreams at rest. And it was about time! As, later on, I was perusing my note-book of 1915, I read the following note: New York, November 8, 1915: Today I fared on bread and banana. Cash on hand: 5 cents. And the cufflinks went direct to the pawn shop...

A few days later, I went to Boston, where I met Mr. Thomas J. Forsyth, president of the Boston Belting Company, an elderly gentlman who took me to visit the Forsyth Dental Infirmary for children, which he had just donated to the City of Boston. Then, I went to visit the plant in Roxbury. And there I was given an opportunity to see the little cabin where Charles Goodyear had conducted his first experiments on crude rubber vulcanization and which today is called the "Goodyear" process.

We had a look at crude rubber warehouses and then I realized the truth with regard to the treatment of rubber in Brazil. The Rubber from the Far-East plantations was starting to impose. This product, well finished, was shipped packed in bales and could be immediately utilized in the manufacture of rubber products. Our rubber, the so-called Para, the finest and purest of all rubbers, was shaped in solid masses which were only accepeted after being cut in halves to check whether it contained stones or pieces of iron, and then taken to special washing machines. After this process it would be washed and turned into rubber sheet to be finally dried. And it was not until six months, on the average from the date the rubber had been received, that the native Brazilian rubber could be turned into manufactured products. This already represented a strong forerunner of the fall of the Brazilian rubber realm. Unfortunately, 33 years later, we have not yet profited by this great lesson.

Having been entrusted with the Agency of Boston Belting Co., I left for Brazil and there, during 1916, I had a very hard time to getting a few orders for rubber manufactured produts... And I got my humble comission only upon collection of the drafts covering the goods, many months later. At any rate, I did not lose the hope for better days. As I knew that the Brazilian Government was deciding to improve its statistics methods I got in touch with the American Consul General, Mr. Alfred Louis Moreau Gottschalk, who gave me the address of the Tabulating Machine Co., in New York.

THOMAS J. WATSON

Having some dollars at my disposal with the Boston Belting Co., in New York, I came back in search of my dreams. And so my qualifications as a Chartered Accountant gave me courage to call on Thomas J. Watson, President of the International Business Machines Corporation, who at that time had made the merger of Dayton Scale, International Time Recording Co., and Tabulating Machine Co.

I was introduced to this First Big Shot. He asked me about the money I had. I told him I had no capital, but on the contrary, I was living on the debside and was quite willing do work hard and also that it was well acquainted with business in my country.

Mr. Watson then said: "Young man! I trust you, but as we have not very much capital to go on foreign adventures, I will give you the agency of my machines if you can obtain clients to pay for the rentals, one year in advance. So the first real door had opened for my actual business relations with the United States.

FIRST US BUSINESS

I went back to Brazil and set up on my own in Rio de Janeiro where, after overcoming great difficulties, I managed to rent an office the rental of which became overdue for 8 months. But eventually, in 1917, the first contract had been closed and I could make the first remittances in dollars to New York. These dollars, paid in advance, secured the shipment of the first machines and cards from IBM. It was no easy task to secure contracts under those harsh conditions. World War One was then sweeping Europe. However, the closing of the first contract encouraged me to make others. The great difficulty at that time was, as still is the case, a shortage of dollars, and these were required in advance. Americans in possession of dollars could pay their rent in the United States every month but for we, Brazilians, who were far away and had ahard time getting dollars, we sohuld pay one year in advance, if we wished to get some machines. In the span of 30 years, in other quarters, this spirit of cooperation has not been substancially changed...

CREDIT

However, we cannot help crediting honor to the remarkable figure of a Great American, Thomas J. Watson. When the first contracts had been closed, IBM started affording us an easier operating basis and, at the end of three years, in 1920, there was no shade of difference between the activities of IBM carried on in Bra and in the United States. The exp rience, confidence and foresight Tom Watson had given our busine transactions a great credit. So bu ness developed to such an extent th Brazil, as far as punch card metho are concerned, is regarded as one the greatest countries in the worl excluding the United and Canada. this field, Brazil includes more in tallations than all the Latin America countries combined. Why is it so? B cause the President of IBM Cor had confidence in Brazil and gave great chance to man. Red figures ha never shown in its balances for t span of 30 years of business activitie

CRISES AND THE RETREA OF U. S. DOLLARS FROM LA TIN AMERICA

Crises and revolutions were face gallantly and while some America Companies, sought to take most their credits out of Brazil, Tom Wa son, giving support to my suggestio and advices, "stuck to his guns" an waited "till the clouds rolled by" an then we would go out into the stre without getting wet. Meanwhile, mo of American firms periodically woul lose money because, in the hope avoiding losses whenever any cris occurred, started precipitatelly buyin dollars at any price. They did not rea lize that the Latin-American cou tries, in view of their scarce economi cal resources, are subject to recurrin cycles of crises, though short-live This Watson policy of confidence gav our organization a fine opportunity t build up a solid prestige. In this wa the elmination of red figures and th prestige of any organization can als be achieved, if they know how t inspire confidence in the countr where they operate, and also, if the are able to grasp and understand th meaning of the local problems.

THE TRAGEDY OF BRAZIL'S FOREIGN DEBT

Then came the great crack 1929-1932. In a fine way, we manag ed to overcome the most seriou hardships. A closer business relatio with the Federal, State and Municipa Governments, led me into the publi administrative fields. I was invited t be a member and General Secretar to the Council of Financial and Ec nomical Survey for the Federal G

ernment, in charge of studying and analyzing economical problems, but specially to control the important matter of the Brazilian foreign debt.

Ite represented a responsibility of about one billion dollars, of which 1/3 was in the United States and 2/3 in England, France and Holland. Untill then we were not the ones to rule or supervise our foreign finances. Bankers and paying agents were giving us rules. I began imediately one of the most interesting tasks of my life, which started by visiting American bankers, to study each loan contract and all the responsibilities related to them. At that time the United States were our creditors for ..... $380,000,000 (round figures) public loans.

The conclusions we arrived at, after some years of investigation in New York, Washington and New Orleans, are something extraordinary and unbelievable. We were faced with loans implying large sums and guarantees, in which were involved customs revenues, income taxes and sales taxes, in short, guarantees of all kinds. Interests were in the neighborhood of 8%, and some types for the loans were simply crushing. Deposits amounting to millions of dollars, were stalled in the hands of bankers. There was a loan of which only 155,000 dollars out of a 2 million dollar loan, ever reached Brazil. The remainder was retained in New Orleans in the hands of bankers and public utility contractors who went into bankruptcy even before starting to do the public works they had assumed. Other similar cases occurred with other loans. I would call the Foreign debt "A tragedy". Brazil was not the only one to lose, American bondholders also underwent losses. Middlemen and some bankers got the lion's share. I had trying moments with regard to this but with the support of your Government in Washington, we were able to get on with this great fight for financial normalization of the foreign debt in dollars, the settlement of which was divided into three periods:

1934 — Aranha plan
1940 — Souza Costa plan
1943 — Consolidation plan

In the first stage, we had the most valuable cooperation from Mr. J. Reuben Clark, Jr., as special delegate from your Government. His skill and diplomacy cannot possibly go unmentioned. The performance of the State Department for the period between 1933-34 is something remarkable

CORDELL HULL POLICY

Secretary of State Cordell Hull undoubtedly inaugurated a brilliant period for Latin-American relations which can be divided into two parts:

1. Adjusting and eliminating misunderstandings.

2. Consolidating economical and financial policies.

Nobody, of course, is unaware of the severe crisis which since the end of 1929 befell the Latin-American nations; producing such an economical and financial crash that it generated a wave of revolutions, making still more serious the credit issue owing to the lack of gold reserves.

In Brazil, this wave had its revolutionary effects. By the beginning of 1933, a great number of banks piled up an accumulation of blocked national currency, without the possibility of their obtaining resources in dollars of pounds to meet the obligations of our importations. Conditions were getting worse day by day, not only for Brazil but also for American exporters and manufacturers.

REMOVING TRADE OBSTACLES

With the friendly atmosphere originated by the Roosevelt-Hull policy, the possibilities of a first contact to remove economic and financial obstacles were made possible. As a delegate from my country, I proceeded to Washington and we starded conversations to solve the so-called frozen dollars problem. We began discussions with the National Foreign Trade Council in New York and after 4 weeks of work spent in an atmosphere of full cooperation, reached the first agreement, under which all the American organizations with credits in dollars agreed to settle them through 72 monthy promissory notes issued by the Bank of Brazil bearing an annual 4% interest rate.

A great number of American exporters and manufacturers transacted immediately wich those bonds. Others, however, kept them in portfolio.

By following the untimely advices of their EXPERTS in foreign markets, many companies had these notes sold at the open market with a loss ranging from 10 to 50%. The cautious ones lost nothing. (IBM kept, theirs).

As a delegate from Bank of Brazil and the Federal Government, I subscribed to this agreement, in New York, and then I realized that the creation of a great Inter-American Bank was lacking, as still is the case today.

Had the Pan American countries this organization, which might operate as a sort of clearing-house for Inter-American trade the present outcry for extending the Marshall Plan to Latin America would not exist.

It was the experience of the 1930 crack which led us to approve, in the Chancellors' Conference, of Rio de Janeiro in 1942, the recomendation for the establishment of such a banking organization for long term credits. This point has been forgotten up to now.

AGAIN? SAME ERRORS

Now we are in 1948. What can we see? The repetition of a new and serious economic crisis.

Due to the fact that any political revolutionary commotions in Latin America arise from the effects of economic and financial crises, you can well imagine the uneasiness which we may feel around us.

These consequences, like the tide, eventually rise and reach you here in the United States. It is true that in the United States revolutions do not occur as armed movements. Nevertheless their resemblance is not lost as far as the social and economic sectors are concerned. I can still remember with accuracy the hardships you had mainly in agriculture, cattle and banking after 1929. The consequences of which brought about the peaceful but nonetheless revolutionary plan called the "New Deal", which brought an endless number of controls, thus hurting in some way the free enterprise spirit.

LACK OF DECISION

At this moment, all Latin American countries are badly in need of dollars to take care of their most important requirements. But they are unable to do so. There is no such specific Inter-American banking organization which should meet the main requirements of our Hemisphere. The general trend is to solve our Latin American problems within a world-wide scope.

Experience teaches us that to win a battle, one should first learn how to divide.

America is not in the sad and terrifying conditions of most European countries, but the lack of a fast decision may bring us to similar conditions.

Your Export and Import Bank has undoubtedly been a very useful institution for the development of private and public industrial enterprises. We, in Brazil, feel grateful for this cooperation. Its action, however, is not especially directed toward, or exclusively concentraded on the Americas.

At this time, Brazil like most countries, is facing a very serious exchange situation. We already have overdue drafts and transfers of funds postponed which are almost six months old. New frozen accounts are beginning to appear. We stopped the inflation and our present federal administration, through a severe program of economies showed a superavit in the 1947 National budget.

But nevertheless Brazilian importers can neither import nor can American exporters receive their credits. The main channel of our Inter-American commercial interchange is being blocked. And then what we can see is a search for "detours", again inspiring and originating new colored markets including the black one.

With regard to my country, I am convinced that the establishment of revolving banking credits for a period of five years to a mavimum of 100 million dollars would remove the stumbling block which impedes our commercial relations.

I had my own experience in 1933: a year after that banking agreement signed with your Federal Foreign Trade in New York for the unfreezing of the dollars, Prosperity among us resumed its "tempo" at such a rate that the heaviest purchaser of promissory notes issued by "Banco do Brasil", in dollars, and in pounds, was "Banco do Brasil" itself — both in New York and in London.

SUMNER WELLES

Let us go to my personal contacts in Washington:

My personal relations with Mr. Sumner Welles have always gradually increased in confidence and friendship because I noticed in his outstanding personality a man who studied and continues to study with a great deal of sympathy, inteligence, and practical sense, all problems concerning Latin America.

His political and diplomatic behavior were put to the test during those sullen days of 1942 when the Conference of Rio de Janeiro was being prepared. In a short time, Sumner Welles and Oswaldo Aranha cleared the way for the success of a true Pan-American Unity soon after Pearl Harbor.

Welles' actions in the Department of State were most remarkable, and all of us were awfully sorry to see him go. He never used to promise too much but he would do everything to well understand and meet our own problems.

To give a measure of the true interest and sincere friendship this Statesman has for Brazil, may I recall an episode which might be regarded as an historic contribution.

The end of the war was then expected to occur in the last days of 1944. I was aware of the fact that President Roosevelt felt very much concerned about our particiption at the future Rond-Table Peace Conference.

War had been directed toward a complete annihilation of totalitarian governments. Our own Government, although in a very mild way, was not what we migh call a Government of popular representation, it had no Congress. On the other hand, the gratitude of the U. S. Government and the American people toward Brazil's most loyal and gallant attitude, fighting side by side with your flag in behalf of the united democracies, gave us high credit. It was then thought necessary to find out some conciliatory formula. At that moment, Sumner Welles invited me to spend the day at his residence in Palm Beach, Florida. After lunch, we talked for a great while about many things closely related to Brazil's international situation and more especially with regard to its Inter-American relations. As I have never been a politician, we could speak in a very informal way and completely at ease, like two good friends. He gave me to understand how highly pleased President Roosevelt would be to see our country, without delay, on the way to complete constitutionalization. Such steps would win for our Country, Government and the Executive Chief himself an international prestige not only before America but also in the concert of the democratic Nations. In addition to this, such measures would cause very gratifying impression among a Brazilians who would certainly we come them with deep gratitude. Abo ve all, such a liberal political mo would have as a main consequence, th practical elimination of social mov ments not always ending up in a ver peaceful manner and generally direc ed against the ruling authorities.

And as the talk went on, other d tails were mentioned and a few da later, this "occasional and verb message was transmitted personal by me to our President Vargas summer palace in Petropolis. (Apr 1944).

Pacing up and down the vast roon for over one hour at Rio Negro Pa lace, the President and I talked a length. I left Petropolis quite satisf ed and was pleased indeed to commu nicate to Mr. Sumner Welles this in timate satisfaction of mine. A fe days later, at a lunch offered by th Brazilian Press Association to th President of the Republic, he announc ed to the Nation, in a most gratifyin speech, his firm decision to have new electoral law drawn up and call for general elections.

Unfortunately, a few weeks late political contacts on a trip to the in terior of the State of Minas Gera and then to São Paulo later on le the President to postpone such mea sures...

Pernicious advisers and holders high public positions, close friends the President, did not hesitate render a disservice to the Nation, Da mocracy and to Vargas himself.

CORDELL HULL

With regard to Secretary of Sta Cordell Hull, I consider him as one the most prominent citizens of Amer ca. Since my earliest contacts, I realiz ed I was dealing with a frank man full of idealism, a man of integrity friendliness and sheer kindness.

On the several occasions when had the pleasure of getting in touc with Cordell Hull, he was alway willing to discuss our Brazilian pro blems.

He was undoubtedly the one wh advocated the policies of reciproca treaties. The agreement which wa signed between Brazil and the Unite States in 1935 proved how right h was. Results were most satisfactor for both countries. He was unflinch ing and ever dictatorial in his deci

sions, but as everything was based on the ideal of a sound policy, we could only profit by all his attitudes.

FRANKLIN D. ROOSEVELT

I also met President Roosevelt, for the first time in 1933. I was deeply impressed. He greeted me, smiling frankly. He was sitting and constantly moving his head and spreading his arms in several directions. He would go strainght to the point when talking about problems and his way of speaking was not rhetorical but precise, accurate and concise.

Once, in May 1933, when discussing relations between our countries, he told me: "I wish to see your country industrialized. Industrialization means civilization. Some of my countrymen are against this industrialization for Latin America, but they forget that the more a country is industrialized, the more its pulchasing power rises. All of you may discontinue to get from us rails or steel plates, but will be likely to buy more automobiles, fine machinery and other items which we can eventually sell at better conditions."

A short time later, I was leaving for London to be present at the World Monetary Conference in June 1933.

We then had the troubled policy concerning the international commerce. This agitation was caused by the German compensation marks. Again in the middle of 1937, I got in touch with President Roosevelt. He had not changed and maintained his same disposition and activity. He reiterated his viewpoints about Brazil's industrialization.

In 1939, I saw President Roosevelt again. Shortly befor he had sent those famous telegrams to Hitler and Mussolini concerning the safety pact of frontiers. He was uneasy and much concerned. He mentioned be had not yet received an answer from those two dictators. He then talked for some 50 minutes about the serious international situation. What worried him most, as he put it, was the too slow action of Congress, which was vacillating in approving the necessary credits for the war equipments and materials. On the other hand, the public opinion seemed to be inclined toward isolationism. All this worried him a great deal, and to such an extent that he told me: "Our men to not want to understand that the Axis is preparing for war and as soon a it breaks out, France will be defeated in no time and if we do not help, then England will follow suite and when the day comes in which England is wiped off the seas, then this will mean that we shall be on the eve of our own defeat." Our talk was a long one.

A few weeks later, when I was on board the SS "George Washington" bound for Hamburg, to be present at the XX Congress of the International Chamber of Commerce, I received a wireless from President Roosevelt, I keep this document as a most precious souvenir.

In my last visit in 1944 I could notice that his movements were slower . is last talk among other ones was about a stamp collection the President of my country had sent him and of which I was the bearer.

In my opinion, Roosevelt was one of the greatest men in history. He drew up a great social and economic program, as if it were the issuance of an insurance policy against future social convulsions. Income tax and the New Deal were bitter medicine, but it should be borne in mind that, when a man is seriously ill, the cure does not depend on the good taste of the medicine, but in the efficacy of the prescription to be followed, and in most instances, the most effective medicine is not the one which tastes best.

WILLIAM L. CLAYTON

I should be unfair if I should refrain from talking about Mr. William L. Clayton, this remarkable American citizen, whose contacts with public affairs have been of the most noble and profitable. It was in 1942 when I, as an Executive Director of Washington Agreements discussed with him matters relating to production in Brazil of the so-called strategic materials. Although there were certain days in which our discussions were not so quiet, there was always, eventually, a way to conciliation. Our relations were always most cordial and profitable and at the Chapultepec Conference, in 1945, by the side of cheerful Secretary of State Edward Stettinius, William Clayton always was the symbol of patience, moderation, efficiency, and weighty consideration.

NELSON A. ROCKFELLER

There is also a name which is very dear to all of us Brazilians and to all Latin Americans. I refer to this dynamic young man called Nelson Rockfeller. In the State Department, he was a great promoter of friendly relations with all Latin American countries. In each country, be sowed the seeds of confidence and friendship. As Corodinator for Inter-American Affairs, he conducted with extraordinary brightness the great Conference held at the Waldorf Astoria in 1944. With his skill and fine diplomatic "tact" he managed to obtain unanimous votes ou all recommendations and suggestions submitted. I can assure you that Nelson Rockefeller is, in every sense, the real Ambassador, "at large", for Latin America.

LAURENCE DUGGAN

I regret not to be able to mention, name by name, all my friends in Washington. May I be allowed to mention with special affection the name of Laurence Duggan, Chief of Latin American Affairs, with the De-

partment of State, under Cordell Hull and Sumner Welles.

At the beginninf of 1944, we had adjusted our Foreign Debt (1942) according to the resolution of the Conference of Rio de Janeiro. Brazil in accordance with the viewpoints of experts of both countries had submitted a plan which had been welcome by all concerned. Considering the interest, guarantees, the nature of debtors (Federal, State, and Municipal Governments) several degrees were scheduled under which certain dircounts concerning Capital and interest were adjusted. Everything had been carried out satisfactorily despite 45 days of continuous discussions with Bankers' Agents. I was presiding over the final meeting, when, late in the afternoon, on the eve of our signing the general agreement which would have to be subscribed to by all Bankers, one of them declared that he would not sign the agreement if it were not assured to bankers that a full payment for account of commissions on the original capital. Bankers were not willing to reduce their commissions. With a great and rare skilfulness these bankers, through the President of their powerful organization got in touch with three more bankers who then contacted me to tell they would not sign the agreement scheduled to be subscribed to next morning. I felt disappointed before this unexpected attitude. Everything had been settled and other additional steps taken including the transfer from Brazil, of 42 million dollars to take care of the initial payments to bondholders, through the various paying agents.

Immediately, I got in touch with all the rebellious bankers and after an exhausting discussion, I managed to convince them, one by one, with the exception of the most important of them whose Director could not be found either in his office nor at home. Time was pressing and it was 11 P. M. In despair, I called up Laurence Duggan in Washington and explained to him what was going on. The case was a rather delicate one and "the United States not being a Nation ruled by Dictators, could not impose an opinion, but eventually might make friendly suggestions to all the parties concerned"... So Laurence Duggan told me at 2:30 A. M. that a most obstinate banker called me up and told me he was quite willing to sign the final agreement. It had taken him some time to give his answer because, as he stated, "he had been to a theater and had just returned home." Mr. Duggan never told me anything about the whole affair... nor did I ask him anything about it either.

THE NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK

And as critisims are always directed against bankers, I wish, by the way, to mention an interesting incident which happened next day when we signed the final agreement at the National City Bank. Brazil had to issue the first checks against this Bank, amounting to 33 million dollars for prompt delivery to the various bankers at the very time the agreement would be signed.

GORDON RENTSCHLER

Our Government would have to transfer 42 million dollars to its credit with the National City Bank of New York. I had been advised about this, by a call put through overseas by our Minister of Finance and shortly afterwards he had confirmed his call by an official cable. But the fact is that, at the time the agreement should be signed, the City Bank hnd not received the credit order, — Government Red Tape. I spoke to my personal friend, Mr. Gordon Rentschler, Chairman of the City Bank, and explained to him how the whole situation stood. We had to draw the 33 millions without his Bank having received the transfer advice for the money, he was fully aware of everything including the fact that his Bank had been appointed by the Brazilian Government as fiscal and paying agent for the new bonds of the new agreement. He told me: "Your word is good, you go ahead, deliver the checks to the bankers. We will make them good." So it was and although we had finished everything at 11:30 A. M., it was not untl 2:55 P. M. that the City Bank received a confirmation for the transfer of the 42 million dollars.

WALL STREET

In this way had just been confirmed the great New York joke: "Wall Street Bankers are always ready to *give you credits against cash*"....

SPANISH OR PORTUGUESE?

There is an observation which I have been making for 33 years, and which has not yet been substantially changed in the mind of many Americans. It is the one which considers the Latin American peoples as a whole, confronting their problems as permanentely being common and similar and finally, that the language spoken in Latin America is Spanish. So Brazil, the largest nation in Latin America, the largest in area and population is regarded as a country of "habla Ud. Español"? They do not know that since its discovery four and a half centuries ago our language has always been Portuguese and that out of about 120 million Latin Americans, 45 million Brazilians speak Portuguese and not Spanish!

I am going to recount a brief event which well shows how far this usual big mistake goes. Some time ago I was a member of a semi-official Brazilian delegation. At the Capital of one of your great States, a very high and distinguished official talking to us said, among other things, and perhaps to please us and show his knowledge about Latin America: "The language spoken in Brazil is Spanish, isn't it?" "I beg your pardon," I said. "Since the year 1500, Portuguese is spoken in Brazil. It is the only one and official language." "That's right", he said, "but eventually you will be speaking Spanish since all the other Latin American countries speak this language..." His Excellency had forgotten about Haiti, where French is spoken, and Brazil which covers 47,3% or about half of the area of South America, having 45 million inhabitants, besides being the 5th biggest nation in the world with a territorial extension of 3,279,799 sq, miles. There is also the fact that its discoverers and settlers always spoke Portuguese and not Spanish...

U. S.-BRAZIL TREATY OF 1828

He also forgot that in 1828, President Monroe signed with our first Emperor, D. Pedro I, a Friendship and Navigation apreement which has lasted for the last 120 years. During all this period of time this treaty has been full respected as we had the opportunity to see in the two last World Wars.

ATOMIC ERA

It was in the last years of war. I was then Executive Director of Commission of Conrtol of the Washington Agreements and I was in charge of supervising the agreements on pro-

ction, distribution and exportation the raw materials and strategic terials from Brazil. One night I had portant visitors. These were mem-rs of a High Commision of Ameri-n and English military technicians. was necessary to take important ps concerning the preservation of azilian monazitic sands which ntain thorium.

Everything had to be done with gency and under *"Top Secret"* con-ions and at the moment only the esident of the Republic should ow about it. For 3 days and nights worked behind closed doors. Every per or slip containing some infor-tion and rendered useless was burn-. When everything had been clear-up and agreed upon by our Pre-lent, they left for Washington. As mere coincidence the date set by for fulfilment of the compromise ncided with the very same day set the experiment of the first atomic mb in New Mexico...

IAJOR GENERAL LESLIE R. GROVES

Between Major General Leslie R. oves and me was born a spirit of endship and cooperation. One and lf years later, when my wife who d become seriously ill, and I were king a trip to California, we were ced to stop at Litchfield Park, in izona. General Leslie Groves made special air trip from Washington to izona to visit us. Once more, a monstration was given me that in United States it is not only the llar which rules... heart also plays outsdanting part.

IRON ORE AND INDUS-TRIALIZATION

Besides the great industrialization iron and steel, we are getting in line exporting our iron ore. Around famous Caue Peak, in Minas Ge-s, the extraction of 13 more billion s of the world's finest iron ore been started. Contacts for greater ansion are being made. Out of s iron ore, we shall get gold with ich to get the money to meet our uirements with purchases from r country and others. Today we buy n you around 20 milion dollars th of mineral coal. Soon we will ter it with our iron ore.

At the beginning of 1939 following advice of great Brazilian experts counting with the cooperative it of men in your country, F. D. sevelt not to be forgetten, includ-ing the Export and Import Bank we set up the first and largest Steel Mill in South America. It is not based on charcoal, which destroys the forests and gives rise to the erosion. It is based, as your industry is, on mineral coal. I refer to *Volta Redonda,* which is the seedling of our new coming and great civilization. Its products can already be seen in the market and in spite of critical and destructive comments, both at home and abroad, Volta Redonda is beginning to be in the spotlight.

At this time, Volta Redonda supplies rails at only a price 10% higher than the foreign product, free from duties! At this moment it is necessary to recall that at the end or that last century, when the United States sought to set up and consolidate its industry, rails made in the United States would cost about from 60 to 70% more than the rails which the European industrial countries were in a position to supply...

Brazil is getting industrialized and is going ahead in spite of everything and everyone.

Hundreds of real good American friends' names ought to be mentioned, here, but 45 minutes in too short and dictatorial to take care of so many democratic personalities:

JUAN TRIPPE

The synonymous of Pan American Communication and the friendship. He made possible Panair do Brazil for the Brazilians.

JIM FARLEY

The symbol of sympathy and Coca-Cola.

PAUL W. LITCHFIELD

The man who provides shoes for the air and the road.

WINTHROP ALDRICH

The great believer in the International trade through free enterprise.

CURTIS CALDER

The man who provides power light and better relations.

CHARLES SWIFT AND JOSEPH HANSON

The coordinators for improving industrialization and distribution of meat.

SOSTHENES BEHN

The man who allows us to talk through overseas radio — expensive sometimes.

E. P. THOMAS

The pilot of the National Foreign Trade in New York.

EDWARD TOMLINSON

The man who in the last 20 years has made it possible for you to know us better.

SAMUEL PUTMAN

Writer and pioneer in translating Brazilian literature into English.

TIME MAGAZINE

The irreverent weekly visitor which describes sometimes with too much pepper, our mistakes, qualities and realizations. In every sentence the taste of a real democracy never fails.

READERS DIGEST SELEÇÕES

The monthly organ which is enabling 200,000 Brazilians to absorb, for 3 cruzeiros, the world's main histories and realizations.

And yet —

THE ROLLINS COLLEGE

The great Floridan instituion is acting as a real clearing house for all the America's people's natural problems. Mr. Hamilton Holt and Professor A. J. Hanna deserve our admiration.

A GREAT DEAL OF COOPERATION BUT NO COORDINATION

Undoubtedly there is between us, Brazilians and Americans, a great latent spirit of cooperation and friedship. However, something also more important is lacking, a large coordination and cooperating organzaton. It is as if we were illumination posts where the bulbs wink off and on. Steadily when the sky gets too overcast, as was the case in 1941 ! In order that there may be confidence and the road of mutual interests may continuously stand a heavy traffic, it will be necessary that there be a constant and steady flood of light. What we need is a permanente coordination. We do need such a practical organization but without red tape, and before it is too late.

In 1942, between Brazil and the United States, was created and organization to develop a certain raw material. Its by-laws set forth that it was to last for 20 years. Then came the end of the war. The interest of your country for this product vanished and so did your cooperation. About

one year ago, I went along with our Ambassador Carlos Martins to the State Department to seek a harmonious solution for this arrangement within the spirit of confidence which predominated at Rio Conference (1942) and Chapultepec's (1945). But in the middle of our conversation I felt that a wave of cold atmosphere was beginning to show in spite of the fact it was a nice hot summer day in Washington at the time.

The current supply for the illumination of the posts of our trade was lacking once more!

On the other hand, to finish this report, I am going to refer to my last observation on the field of our commercial and industrial relations:

As if to confirm the cooperating spirit existing between Americans and Brazilians, Thomas J. Watson decided to start the reconditioning and complete assembling in Brazil, of our most up-to-date and intricate accounting machines. We had to assemble the 110,000 different parts in order to produce this delicate accounting equipment. This work had started a little more than one year ago. It accounted for a great responsibility. Our Brazilian mechanics students had previously taken a course given by an able American Technician. When I arrived at the plant last week I found out that 14 complicated machines of the latest types were ready. These units were operating like fine brains. The joy and enthusiasm of our mechanics were something thrilling. All this had coincided with the dismissal of some communists a few months ago in one of our factory divisions. Prior to that time there were among our men a tendency for nothing but sadness, worries and slowdown. Desply moved by what I could see, I told them:

Young men!

"You have improved your knowledge hy using your own intelligence through the advices of an able and competent American technician. He has enabled you to make your personal conditions better as well as those of your country. Labor and production in the long run bring joy an success. You have then a great oppo tunity to compare two systems: o one hand, the American Democrac which supplies us with techniqu machinery, and credit, therefore allow ing us to construct in the middle the joy of living, and on the oth hand the Soviet Communism, whic exports caviar for the rich, poison fo the poor, thus promoting confusio destruction and sadness for those wh so easily believe in promises.

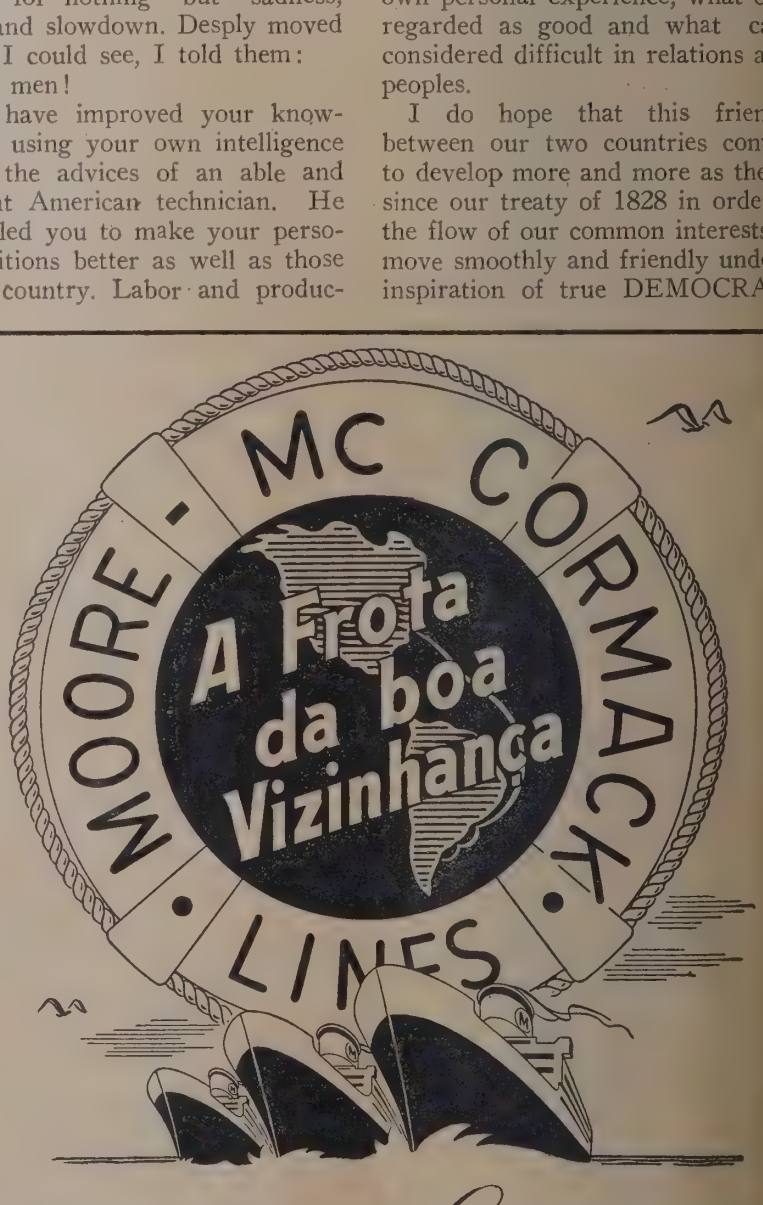
By narrating these facts I did n intend to write my own autobiograph but to emphasize only, through m own personal experience, what can regarded as good and what can considered difficult in relations amon peoples.

I do hope that this friendshi between our two countries continu to develop more and more as they di since our treaty of 1828 in order tha the flow of our common interests ma move smoothly and friendly under th inspiration of true DEMOCRACY

VOLTA À SUA MISSÃO DE PAZ...

Estão definitivamente restabelecidas as viagens da "Frota da Boa Vizinhança"... que tão importante papel desempenhou no curso da última guerra, e agora volta, em melhores condições do que nunca, a prestar seus serviços no incremento das relações entre os povos das Américas!

Inteiramente reconstruídos, modernizados e dotados de luxuosíssimas cabinas os imponentes barcos — "Brazil", "Argentina" e "Uruguay" porporcionarão a seus passageiros viagens magníficas, em ambiente de confôrto e bem-estar!



MOORE-McCORMACK Lines

BELÉM • BAHIA • SÃO PAULO • SANTOS • RECIFE • S. LUIZ — RIO: PRAÇA MAUÁ, 7-7.º — TEL.: 43-09

"Deixai fazer; Deixai passar; Deixai vender".

Dinar Fonte Alegre

O título do presente artigo parecerá estranho e inoportuno. Êle é a transcrição da parafrase do Visconde de Cairú do princípio livrecambista. Revendo as relações econômicas anglo-brasileiras no curso de 140 anos, desde antes da Independência política, precisamente desde a abertura dos portos, sentimos como as idéias econômicas da época influíam na formação de um espírito de economia prática no Brasil e como os inglêses, naquela época e em oportunidades posteriores, se valeram da primeira influência para o assentamento de acôrdos tendo em vista fatos prèviamente estudados e em perspectivas de longo prazo.

Tempo de leitura: 45 minutos

ADAM Smith, no segundo volume *The Wealth of Nations,* referindo ao ouro do Brasil, dizia: "Uma grande parte do mesmo entra anualmente na Inglaterra, em troca de mercadorias inglesas, ou por intermédio de outras nações européias que encaminham êsse ouro para lá em troca das mercadorias recebidas da Inglaterra". Francisco A. Correia, mais categórico e certamente melhor informado, acentuava: "Todos os meses dois navios de guerra chegavam de Lisboa, isentos das formalidades alfandegárias; êles carregavam para a Grã-Bretanha o ouro que legalmente não podia deixar Portugal". Neste informalismo, fruto do célebre tratado de Methuen, que facilitou a conquista do mercado português pelos produtos britânicos, as relações comerciais entre o Brasil e a Inglaterra precederam de muitos anos a própria elevação de nosso país à categoria de reino, após a chegada ao Novo Mundo do Príncipe Regente D. João VI, em 1808. Por outro lado, em qualquer das versões correntes sôbre as injunções que ditaram a Carta Régia assinada na Bahia, em 28 de janeiro daquele ano, abrindo os portos do Brasil ao comércio internacional, não há por onde negar a influência britânica.

Aprendemos, ao estudar a História do Brasil, ainda na escola primária, que aquêle ato foi devido ao Visconde de Cairú, versado na economia clássica, que já em 1804 havia publicado em Lisboa os seus *Princípios de Economia Política,* onde é marcante a influência das teorias do autor inglês e que, com os seus conselhos a D. João VI, ao tocar êste na Bahia de passagem para o Rio de Janeiro, convenceu-o da importância da medida para a expansão comercial do novo reino, levando o govêrno português a pôr de lado o mercantilismo colbertista que lhe vinha orientando a política econômica desde Pombal. Estavam os conselhos de Cairú de pleno acôrdo com as suas idéias econômicas mas, conforme aprendemos mais tarde, vinham êles de encontro ao que já estava amadurecido no espírito real. Fôra o assunto objeto das discussões que antecederam a partida da família real de Lisboa, no curso das quais Strangford fizera as seguintes exigências em nome da Inglaterra: abertura dos portos do Brasil ao comércio; cessão de um dêles particularmente aos ingleses; tarifa especial nas alfândegas, notavelmente reduzida, para a Grã-Bretanha.

Se esta é a verdade histórica, o arrazoado de Cairú valeu para fortalecer a decisão que, pelo tratado de 19 de fevereiro de 1810 — o primeiro ajuste econômico oficialmente firmado entre o Brasil e a Grã-Bretanha — encontraria a sua formulação precisa. A abertura dos portos, em 1808, feita pelo príncipe que fugia de Napoleão, atabalhoado ainda pelo apressado embarque, serviria para mostrar a Londres que a promessa de última hora seria integralmente cumprida.

Não obstante a larga significação da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 para o Brasil, o fato é que, no momento, êle interessava sobretudo à Inglaterra, que desviava para os seus mercados, dessa forma, a corrente de comércio que até então fôra um monopólio — platônico, é verdade — apenas de Portugal. Com o côrso dominando todo o continente europeu, os navios procedentes do Brasil não podiam contar com o entreposto de Lisboa qualquer barco que à época tocasse em pôrto de nação sob influência napoleônica, seria apresado pelos ingleses e qualquer navio com destino à Inglaterra, surpreendido por navios franceses ou de bandeira aliada, seria também apresado e confiscado. Mas naquela altura já a esquadra britânica dominava os mares do mundo e era por isto muito seguro navegar para os portos sob contrôle inglês.

Nestas condições o tratado de 1810 foi chamado por Calógeras de "triunfo diplomático e financeiro para as praças exportadoras da Grã-Bretanha", pois "entregava à Inglaterra, contra o próprio Portugal, o comércio privilegiado do Brasil". Por êsse instrumento ficava a Inglaterra dispondo de um pôrto franco na Ilha de Santa Catarina e redução a 15 por cento dos direitos das mercadorias inglesas, quando as de procedência portuguesa eram gravadas em 16 por cento e as das demais nações pagavam 24 por cento; em compensação Portugal passava a gozar, nas alfândegas da Grã-Bretanha, de igualdade à nação mais favorecida. Dêsse instrumento somente nos libertaríamos vinte e dois anos depois de proclamada a independência política. A sua duração era indefinida e uma revisão somente poderia ser feita, mediante acôrdo mútuo, decorridos quinze anos de sua vigência.

Sob êstes auspícios a Grã-Bretanha foi senhora do mercado brasileiro de 1808 a 1814; até 1826 gozou dos privilégios advindos daquela tarifa; nesse ano, porém, o Brasil já independente firmou o seu primeiro tratado comercial com a França, estabelecendo então a mesma tarifa de 15 por cento para os produtos franceses; em 1828 Bernardo Pereira de Vasconcelos, então Ministro da Fazenda, estendeu essa tarifa para tôdas as importações feitas pelo Brasil, estabelecendo o princípio de igualdade de nações no mercado brasileiro e abolindo as diferenças entre as taxas.

O primeiro tratado da Grã-Bretanha com o Brasil independente foi assinado em 18 de outubro de 1825 Tratado de amizade, navegação e comércio e Convenção para abolição do tráfico de escravos. Com êsses dois documentos ficou o Império do Brasil reconhecido oficialmente por Londres, graças às gestões então realizadas, de parte do Brasil, por Caldeira Brant e de parte da Grã-Bretanha por Lord Canning e Stuart.

A DÍVIDA EXTERNA

Normano, em sua *Evolução Econômica do Brasil,* escreve que "A história da América do Sul é inseparável da da Inglaterra: a história da dívida pública da América do Sul constitui um capítulo da história econômica britânica.

"Duas dinastias bancárias inglesas dominaram e ainda dominam a costa da América do Sul banhada pelo Atlântico.

"A resposta de Byron à pergunta: "Quem detém o equilíbrio do mundo?" nos parece não ter mais cabimento com relação ao mundo, mas ainda é historicamente verdadeira, com relação à costa atlântica da América do Sul:

"O judeu Rothschild e o seu irmão-cristão, Baring."

Se a abertura dos portos fôra, no seu momento, uma concessão à Inglaterra, o ardor com que os ingleses terçaram armas diplomáticas com os portugueses, para o reconhecimento da independência do Brasil, não foi resultante do seu grande amor à liberdade das colônias desde que elas não fôssem suas. "E' inteiramente desnecessário dizer por que motivo Londres desempenhou êsse papel na história sul-americana. A situação política, no comêço do século XIX, a atitude da Grã-Bretanha, no tocante à independência das repúblicas da América Latina, os seus interêsses econômicos em desenvolver o seu comércio, e a sua ansiedade para conquistar os mercados, são conhecidos. Nenhum dos ou

tros grandes poderes podia, então, competir com Londres como fornecedor e financiador" escreve Normano em seu livro citado. Já em 1808 o "Correio Brasiliense", editado em Londres por brasileiros, escrevia:

"Os ingleses não podiam mais vender os seus artigos de lã e algodão em Portugal, é verdade; mas o mundo inteiro não sabe que as fábricas portuguesas exportavam um grande volume dessas mercadorias para o Brasil? Tôdas essas mercadorias, portanto, que eram exportadas para o Brasil das fábricas portuguesas não podem ir para lá agora, consequentemente os ingleses é que estão em condições de fornecer ao Brasil êsses artigos, pelo que êles lucrarão três vêzes mais do que lucrariam com êsses mesmos artigos em Portugal."

E Calógeras, na *Formação Histórica do Brasil,* cuidando da campanha do reconhecimento do Império: "Canning conhecia por demais o sentimento britânico e as exigências do comércio inglês, para se opor aos novos Estados da América Central e do Sul: mercados abertos às mercadorias insulares, quando livres, e fechados, quando sob o império da política monopolizadora das metrópoles. Pensava também o secretário de Estado em coibir o tráfico de escravos, por acôrdo direto com o Brasil." Somente em 1825 Grã-Bretanha, Portugal e Brasil chegaram a um ajuste, depois de exercer Canning forte pressão sôbre Lisboa, despachando Stuart para o Rio de Janeiro a fim de aqui fôsse firmado o tratado. O reconhecimento nos custou o empréstimo externo que abriria a longa série.

A França foi o país que primeiro recorreu ao mercado de capitais de Londres, isto em 1817, tendo a operação sido concluída, com Baring Brothers, associados com os Labouchers e seu produto destinava-se à liquidação das reparações francesas. Foi o Brasil dos primeiros clientes e isto aconteceu em parte devido à Convenção Secreta Adicional ao Tratado de 29 de agôsto de 1825, pela qual assumíamos a responsabilidade do empréstimo contraído por Portugal, em 1823, no valor de libras 1.400.000 e mais outros compromissos.

O primeiro empréstimo externo da independência, contraído por "não ser possível ocorrer com as rendas ordinárias a despesas urgentes e extraordinárias, que exigem a defesa, a segurança e a estabilidade do Império, nem permitirem as circunstâncias atuais que o mesmo Império subministre as somas necessárias e indispensáveis para tão úteis fins", foi autorizado no valor de £ 3.000.000, "consignando e hipotecando para pagamento de seus juros e principal a renda de tôdas as Alfândegas do Brasil e com especialidade a da Alfândega da Côrte e Cidade do Rio de Janeiro". Os negociadores foram Felisberto Caldeira Brant Pontes (mais tarde Marquês de Barbacena), Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa e Mariano José Pereira da Fonseca. A operação foi negociada com três firmas de Londres: Bazeth, Tarquari, Grawford & Co. Fletcher, Alexander & Co. e Thomaz Wilson & Co., o negócio viria a nos custar realmente libras 3.686.200, a juros de 5 por cento e de tipo 80. Surgiram desentendimentos entre os negociantes ingleses citados e o govêrno brasileiro, em virtude do que os mesmos tomaram apenas a primeira série de um milhão de libras; as duas séries restantes foram negociadas em 1825 com Nathan Mayer Rotschild, "negociante da cidade de Londres".

Depois dêste os outros empréstimos vieram; já em 1829 negociávamos um segundo, de £ 769.200 com Rotschild e Thomaz Wilson & Co., a fim de podermos dispor de meios para continuarmos satisfazendo os pagamentos do empréstimo de 1825; o preço foi então de 52, o que refletia a má situação a que havia atingido o nosso crédito em pouco tempo.

Além da desorganização das finanças internas, sofria o novo Império as consequências de um comércio exterior deficitário e de uma moeda cujo valor oscilava dia a dia; para corrigir tôdas estas lacunas, lançava mão das facilidades do crédito externo. Em 1831, ao expirar o primeiro reinado, devia o Brasil, dos empréstimos de 1824-25 e de 1829, um total de libras 5.331.700! Depois de Baring e Rothschilds, surgiria Samuel & Philipps com um novo empréstimo em 1835. Em 1835 todo o serviço da dívida foi transferido para N. M. Rothschild & Sons, que se tornaram os banqueiros do império brasileiro.

Quando da maioridade, D. Pedro II encontrava um dívida externa, em libras, no valor total de 5.580.400; o segundo reinado recorreu ao crédito externo nada menos de treze vêzes e em 1889, quando sobreveio a República, devíamos aos banqueiros ingleses um total de £ 30.351.500.

Somente no fim do Império foram tentadas algumas operações em francos e apenas depois da primeira guerra mundial é que fizemos a primeira operação em dólares, fixando-se assim a supremacia da Inglaterra na economia brasileira em todo o século XIX; com a Inglaterra fizemos dois *funding-loans* e da Inglatera recebemos três missões de investigadores e reformadores: a de Tootal em 1898, a de Sir Edward Montagu em 1923 e da Sir Otto Niemeyer em 1931.

Na sua maioria as operações se destinavam à cobertura de "deficits", dívida flutuante, juros e amortização de empréstimos anteriores; os de caráter reprodutivo vinham para aplicação em estradas de ferro, resgate de estradas de ferro adquiridas.

Em 1930 os compromissos em libras atingiam a 101.650.893 esterlinos; tínhamos feito o primeiro *funding* em 1898 e o segundo tivera lugar em 1914; em 1931 tiveram lugar mais dois *fundings.* Em 1937, depois de reexaminadas tôdas as dívidas externas e escrita oficialmente a sua história, registrávamos compromissos com a Inglaterra no valor de libras 104.192.440. (*História da Dívida Externa da União,* Valentim F. Bouças, Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda). Mas além dos compromissos da União, havia mais os de Estados e Municípios que, a exemplo do govêrno federal, recorreram liberalmente ao crédito do Brasil na Inglaterra. Feito o cômputo global, os nossos compromissos com os banqueiros ingleses era, em 1930 da ordem de 267.173.023. (Ver a êste respeito os depoimentos prestados à Comissão de Inquérito de Casos de Interêsse Nacional, da Assembléia Nacional Constituinte, em 1946).

INVESTIMENTOS PRIVADOS

Durante perto de um século de vida independente do Brasil, a Inglaterra foi não somente o mais importante fornecedor, como também o melhor cliente comprador; no resumo da balança comercial, porém, o Brasil sempre foi devedor. Nestas condições não é difícil compreender as facilidades que encontrávamos em Londres para obter dinheiro a crédito a fim de com êle regularizarmos os saldos comerciais devedores, ou para construirmos estradas de ferro, fazermos obras portuárias e realizarmos outros serviços públicos. Os ingleses viam no Brasil um mercado não apenas para os produtos de seu parque industrial e do

seu carvão, mas um mercado para o seu dinheiro. Sôbre êste particular chamamos a atenção dos leitores para o estudo de Celso Furtado, sob o título de *A Crise Econômica Inglesa*, inserto na edição de janeiro último de O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO (n. 144): "Como as amplas exportações dos produtos ingleses muitas vêzes eram feitas a crédito, um acúmulo progressivo de capitais britânicos foi se efetuando fora do país. Êsses capitais eram aproveitados em inversões naquelas atividades que estavam diretamente ligadas à economia inglesa. Progressivamente os britânicos passaram a controlar as organizações que eram fornecedoras de matérias primas e produtos alimentícios às ilhas. A inversão de capitais no exterior não se limitou, ademais, a essa forma reprodutiva. Os empréstimos feitos às nações economicamente incipientes e as inversões em serviços públicos concorreram também para estabelecer o poder econômico e a influência política dos britânicos. Os dividendos e os juros acumulados no estrangeiro iriam, porém, influir profundamente na vida econômica inglesa. Era o período de desenvolvimento que se encerrava e a maturidade que começava O inglês iria progressivamente abandonar sua posição revolucionária de homem empreendedor e inovador para assumir a postura do cavalheiro que vive de rendas e não faz negócios que não sejam absolutamente certos."

Preferiam os ingleses fazer rendosas aplicações no exterior a lutar para manter a sua liderança à frente da revolução industrial e, da maneira como agiam neste sentido basta citar que em 1913 — o último ano do século XIX sob o ponto de vista econômico — êles exportaram nada menos de 225 milhões de libras.

Era o Brasil um país novo, de grandes possibilidades e que desde antes da independência política havia se colocado sob a dependência econômica da Grã-Bretanha; daqui, podia a Inglaterra receber matérias primas para sua indústria, gêneros alimentícios para a fartura de sua mesa e ainda os juros e dividendos com que pagar outras necessidades. Hoje talvez os britânicos reconheçam que foram infelizes em muitos negócios, dalguma parte essa infelicidade cabe ao Brasil pelos desacertos de sua política econômica, uma outra parte, maior, é a quota da experiência, de que os próprios ingleses se valem para a orientação de seus negócios mesmo na América Latina. No fundo, não foi o Brasil nem a Inglaterra quem sofreu uma transformação, porém o mundo. O espírito mercantilista nascido também dentro da economia clássica de Adam Smith foi derrubado e vencido pelo industrialismo capitalista que neste momento atinge o seu clímax e entra em conflito com o socialismo econômico. Mas de como andava certo no século passado basta lembrar que com o seu carvão, com a sua máquina a vapor, com a sua indústria, enfim, dominou um século e, justamente por julgar que sua riqueza se assentava sôbre as próprias rochas de suas ilhas é que o seu poderio foi aluído.

Infelizmente não se dispõe ainda do material sistematizado que permita um exame pormenorizado da influência e do grau de importância do capitalismo financeiro britânico fora do setor dos empréstimos públicos. Sabemos que é grande, sentimo-lo grande; mas não é possível aqui traçar a sua história nem tão pouco caracterizar tôdas as suas interferências. Sendo o Brasil um país de economia tipicamente agrícola, em todo o século XIX, seria natural que capitais britânicos interviessem na agricultura e fizeram-no sobretudo na economia cafeeira, tanto através do financiamento da produção, como do comércio e da exportação. O algodão tem sido outro produto preferido. Cambuhy Coffee & Cotton, como a Santa Cruz Coffee, são exemplos. Na mineração aí temos até hoje a St. John del Rey Mining. A produção e distribuição de energia elétrica é outro ramo que ainda agora interessa: neste particular a organização mais importante é a Brazilian Traction Light & Power Cy. Ltd., organizado em 1904 no Canadá, com capitais internacionais, sobretudo ingleses; aí se acham também a Rio de Janeiro Tramways, a São Paulo Electric e a São Paulo Tramways.

Outro tipo de participação é o próprio negócio do capital financeiro, de que foi lançador o London & Brazilian Bank Ltd., que começou a operar em 1863; pouco depois dêste foi organizado em Londres o Banco Brasileiro e Português. Hoje aí temos o London Bank e o Banco Real do Canadá.

Além das emprêsas organizadas na Inglaterra, cujos títulos são cotados em Londres, há ainda as emprêsas brasileiras formadas com capitais britânicos, cujo capital é em cruzeiros e cujas ações são cotadas nas Bôlsas brasileiras. Dentre estas cita-se a Alpargatas, o Friforífico Anglo, a Companhia de Linhas para Coser, a Companhia Souza Cruz (de cigarros) além de outras.

O tipo mais primitivo da participação britânica em emprêsas com ação no Brasil, é o de serviços públicos, justamente o ponto mais frágil hoje em dia das relações econômicas entre os dois países.

A história do capital britânico no Brasil está ligada a um homem que é, por si só, o símbolo de uma época: Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá. Em 1851, na primeira reunião de acionistas do Banco do Comércio Indústria do Brasil — posteriormente Banco do Brasil — dizia êle: "O espírito de associação, senhores, é um dos mais fortes elementos da prosperidade de qualquer país; êle é, por assim dizer, a alma do progresso." Foi um dos grandes estimuladores das sociedades por ações entre nós; compreendeu a importância das indústrias básicas, dos transportes, dos meios de comunicação, dos serviços públicos. Foi banqueiro no Brasil, nos Estados Unidos, na Argentina, no Uruguai e em Londres, onde foi sócio dos Rothschilds. Compreendendo o seu prestígio, o govêrno imperial utilizou-o para negociar empréstimos em Londres e, valendo-se êle próprio de sua fôrça, canalizou para o Brasil milhões de libras que aplicou em estradas de ferro, companhias de navegação, serviços urbanos os mais diversos, estaleiros, fundições, etc. Aquilo que Cairú começara sob o ponto de vista das idéias econômicas, coube a Mauá realizar na esfera prática.

COMÉRCIO ANGLO-BRASILEIRO

A balança comercial anglo-brasileira foi sempre caracterizada pelos saldos favoráveis aos mercados ingleses; isto se explica facilmente pelo exame das condições econômicas que ligam os dois países. A Inglaterra, figurando como investidora e compradora de matérias primas; o Brasil, como prestamista e importador de máquinas e utilidades. E' lógico que enquanto prevalecerem estas circunstâncias o Brasil somente poderá contar com saldos positivos em virtude de situações excepcionais. Êste foi o caso da última guerra, que gerou os atuais "congelados".

À página 4 do folheto *Comércio Exterior do Brasil com a Grã-Bre-*

tanha — 1944-45, editado pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, está o resumo da balança comercial, ano por ano, desde 1911. Desde então até 1938, inclusive, ocorreu apenas um exercício com resultados que nos foram favoráveis, em 1936, quando o "superavit" foi de 104.799 milhares de cruzeiros. A inversão constante partiu, por conseguinte, do mesmo ano em que teve início a segunda grande guerra, sendo que entre 1942 e 1945 os números favoráveis ao Brasil assinalaram verdadeiros recordes na suma da balança comercial anglo-brasileira.

Em 1946, porém, já a balança havia entrado em declínio. Isto quer dizer que, finda a guerra, os ingleses cuidaram de retomar os seus mercados, mesmo à custa dos conhecidos sacrifícios do seu mercado interno.

No quadro seguinte transcrevemos os números totais da importação, exportação e saldo verificados entre 1939 e 1947:

ANOS	EM MILHARES DE CRUZEIROS		
	Importação	Exportação	Saldo
1939	462.792	540.104	77.677
1940	469.792	860.141	391.349
1941	313.370	820.794	507.424
1942	269.617	1.232.961	963.344
1943	437.435	1. 23.304	793.869
1944	234.252	1.356.317	1.122.065
1945	341.196	1.483.980	1.142.784
1946	1.034.606	1.609.229	547.623
1947 (11 meses)	1.348.615	1.501.623	153.008

E' verdade que no ano próximo findo o intercâmbio sofreu o reflexo dos desentendimentos havidos em troca da regulação dos saldos congelados; não obstante, os seus números são lógicos e refletem a tendência para o equilíbrio. Em 1946 o valor de nossas compras triplicou em relação a 1945, enquanto o das vendas aumentou de menos de um sétimo se comparado o valor com o do ano precedente. Não será fácil aumentarmos de muito mais o valor de nossas exportações, a não ser que surjam fatôres novos; mesmo assim, êste aumento, se houver, estará refletido mais no volume do que no valor, de vez que as possibilidades, se surgirem, atuarão sobretudo no campo das matérias primas e dos gêneros alimentícios. Em compensação, as importações poderão ascender de muito, no valor, bastando para tanto que intensifiquemos as compras de máquinas e quipamentos. Os números mais completos divulgados sôbre o comércio anglo-brasileiro, com a especificação dos produtos negociados, estão no folheto citado; não obstante o ano de 1945 ter sido ainda de guerra, é possível tomar a sua composição como elemento orientador. Então, um grupo de "produtos básicos", onde estão compreendidos o algodão, "linter" de algodão, resíduos de algodão, arroz, café, carnes, couros, perfaz um total e 77,5 por cento do total, ou sejam mais de 3/4 das nossas exportações. Ora, bem conhecendo os quadros da nossa geografia econômica, bem sabemos que qualquer incremento que haja será procedente da economia agro-pastoril ou da produção extrativa.

A Inglaterra sempre teve uma participação destacada na composição do mercado brasileiro, tanto no que respeita às suas compras como às nossas vendas; aquelas, porém, sempre tiveram uma influência maior no cômputo global das nossas importações do que as últimas no das nossas exportações. Conquanto seja remoto o tempo em que ela era o mais importante supridor de nossas necessidades, tem mantido o segundo lugar, tanto na importação como na exportação, a não ser nos anos da guerra quando a Argentina lhe fêz sombra, o que aliás ainda hoje acontece, de vez que nos onze meses de 1947 a nação platina colocava-se em segundo lugar tanto como compradora como vendedora. Note-se que, percentualmente, sua menor influência nas compras brasileiras, desde 1911, verificou-se em 1944 — 2,93% — sendo que a participação imediata foi em 1914 — 3,94% — quando, no primeiro ano da segunda guerra, em 1939, 9,28% do valor das nossas importações foram de procedência inglesa.

A diminuição da influência inglesa nas compras brasileiras, vista pelo ângulo do valor, até 1930, procede sobretudo da diversificação do nosso comércio, manifestando-se por isto na consideração percentual. Neste ano compras brasileiras no valor de ..... 452.841 mil cruzeiros correspondiam a 19,32 por cento do valor total das importações, ao passo que em 1920 451.673 milhões correspondiam a 21,60%. Mas 1930 já era um ano de declínio de valor, não obstante um volume de 1.748.559 toneladas de mercadorias aqui recebidas da Grã-Bretanha. Em 1928 um total de ..... 2.315.609 toneladas, aqui chegaram por 795.478 mil cruzeiros, correspondendo a 21,52 por cento do valor das nossas importações. A década começada em 1931 ficou marcada pela menor participação da Grã-Bretanha no suprimento do Brasil; no seu curso, somente em dois anos recebemos mais de um milhão de toneladas (1932 e 1933); em todos os demais estivemos nas centenas de milhares. O valor acompanhou o declínio e no ano que antecedeu a guerra — 1938 — as nossas compras à Inglaterra corresponderam apenas a 14,52 por cento do volume e 10,38 por cento do valor dos totais importados.

No exportação a situação se acha invertida. Nos anos de 1921 a 1930 vendemos menos do que nos de 1931 a 1940. Estas flutuações porém encontram explicação lógica na própria evolução da política econômica internacional; nos anos da série 20, a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos reforçaram suas posições em relação ao mercado brasileiro, ampliando assim as fronteiras do nosso intercâmbio; mas é preciso não esquecer que tanto os esforços da Alemanha e do Japão como os dos Estados Unidos, se faziam no sentido de encontrar cansumo para a produção dos seus parques industriais, contando os três como concorrente a própria Inglaterra.

OS "CONGELADOS"

Os saldos apurados pelo Brasil no seu comércio com a Inglaterra nos

anos do último conflito foram congelados em Londres em virtude da situação econômica e das naturais dificuldades oriundas da luta em que se achava empenhada. Atualmente êles se elevam a cêrca de 72 milhões de libras ou sejam mais ou menos 6 bilhões de cruzeiros. Êstes saldos têm sido uma origem de entendimentos entre os dois países. Quando de sua presença na Europa por ocasião da Conferência de Paris o Sr. João Neves da Fontoura, então Ministro das Relações Exteriores, foi a Londres a fim de cuidar do assunto. Recente publicação do Itamarati — *Acordos comerciais e outros de natureza econômica* — assim resume os "entendimentos gerais concluídos na capital britânica entre os Ministros do Exterior João Neves e Ernest Bevin, em 21 de setembro de 1946:

"Declaração do Ministro das Relações Exteriores do Brasil sôbre a disposição em que se encontram as autoridades brasileiras de encampar e operar as emprêsas britânicas no Brasil, sem excluir as possibilidades de serem organizadas companhias mistas anglo-brasileiras, estando aquelas autoridades inclinadas, de preferência, a emprestar libras esterlinas para a compra de material para o seu remodelamento. Proposta de S. Excia. para que sejam nomeadas no Brasil comissões mistas, tão cedo quanto possível, para estudar as necessidades de cada uma dessas companhias no que respeita equipamento novo e o meio mais efetivo de levantar o capital necessário. As comissões mistas seriam compostas de representantes das autoridades brasileiras e das seguintes companhias interessadas: Ceará Tramway Light & Co., Pará Electric Tramway & Light Co., Manaos Tramway & Light Co. e Leopoldina Railway Co. Declaração do Ministro das Relações Exteriores do Brasil no sentido de que a nova Constituição oferece plenas garantias ao capital estrangeiro, cuja entrada no Brasil é benvinda. "A exploração de recursos minerais e de petróleo no Brasil é regida por concessões governamentais que podem ser dadas a indivíduos de nacionalidade brasileira ou a entidades jurídicas organizadas e estabelecidas no Brasil." "A Constituição não põe obstáculos à participação o capital estrangeiro nessas entidades jurídicas", sendo sua opinião que "êsse princípio será mantido na futura legislação relativa ao petróleo". O Govêrno britânico tomou nota das explicações a respeito da decisão tomada pelo Govêrno do Brasil de exercer os seus direitos contratuais para encampar a estrada de ferro "S. Paulo Railway", acolhendo com simpatia os protestos de que a cooperação técnica britânica e outras formas de participação em empreendimentos brasileiros serão ainda tão bem recebidas quanto no passado.

"Entendimentos gerais relativos ao fornecimento de equipamento industrial e material de transporte pela Inglaterra, para o Brasil, à importação do mate brasileiro no Reino Unido; à terminação do sistema de "navicerts" (suspenso desde 30 de setembro de 1946); à aviação civil; às compras britânicas de certos produtos no Brasil e às reclamações, ainda não atendidas, feitas por companhias ou particulares britânicos contra particulares e entidades oficiais ou comerciais brasileiras."

Êste o resumo oficial dos "entendimentos gerais" de setembro de 1946. Nennhum efeito prático resultou daí. Assim, no ano passado, o govêrno brasileiro depois de haver o Banco do Brasil suspenso as compras de libras, mandou a Londres como seu enviado especial o Sr. Vieira Machado, diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito. As relações econômicas anglo-brasileiras vinham se ressentindo da natural instabilidade dos mercados e era necessário encontrar pelo menos um ponto em tôrno do qual fôsse possível negociar. Foi longa a demora do enviado brasileiro que, como resultado prático, conseguiu fazer prevalecer o critério de que as libras congeladas em Londres poderiam ser utilizadas para o pagamento de compras em países nos quais ela fôsse conversível. Não era bem o que desejávamos, mas já era um pouco mais do que estava. Logo depois de seu regresso, porém, foi decretada a inconversibilidade do esterlino e, os nossos saldos congelados recebiam um adjetivo como novo acréscimo: inconversíveis.

Ante o exemplo do que fizera a Argentina com os saldos que também dispunha em Londres, formou-se na opinião pública brasileira a noção de que deveríamos utilizar os nossos para repatriarmos os capitais britânicos aplicados em nossa economia. Tal coisa, porém, se tornava impossível porque o valor nominal da participação inglesa em nossa economia é da ordem de 191.667.170 libras, isto é, três vêzes mais do que o valor dos nossos saldos.

Com o acôrdo da dívida externa, ainda no curso da guerra, e a regularização, por parte do Brasil, dos compromissos assumidos, o volume dos títulos cotados em Londres descera em 1946 para 106.087.104 libras; hoje o valor total deve ser menor, feitos os abatimentos dos juros e principal pagos em 1947. Em dezembro do mesmo ano o valor (nominal) das ações de estradas de ferro em poder de súditos britânicos era de 31.605.505 libras, ainda incluídas aí 6.423.477 libras da São Paulo Railway, cuja encampação ainda está por ser liquidada. As emprêsas de serviço público do Norte do País têm títulos cujo valor nominal sobe a libras 3.698.491; o restante são as emprêsas de serviços públicos do Rio de Janeiro e São Paulo e as comerciais e industriais cujas ações são regularmente cotadas na Bôlsa de Londres.

Há uma parte de investidores ingleses que se acha naturalmente interessada na repatriação dos seus capitais, sobretudo nas emprêsas de serviço público mas, para o Brasil, qualquer passo neste sentido deverá ser antes muito bem estudado. A quase totalidade dessas emprêsas nada mais é, hoje, do que um acervo de material velho, em grande parte imprestável, já; o simples boato de interêsse do Brasil na sua nacionalização, se reflete nas cotações dos respectivos títulos que entram em alta. Por outro lado, a liquidação da dívida pública com a Inglaterra desoneraria o Tesouro do pagamento de pesados juros. Mas para que déssemos semelhante aplicação aos saldos "congelados" seria necessário que esquecêssemos o que há de sacrifício, para nós, nestes mesmos "congelados", saldos que existem porque quando os realizamos não podemos adquirir o de que necessitávamos pelo menos para a manutenção dos nossos equipamentos. O valor representado por êstes 72 milhões de esterlinos, mais do que nenhum outro dinheiro, deveremos aplicar reprodutivamente; de loucuras basta o que fizemos com os dólares, oriundos também de saldos dos anos da guerra e queimados num luxo de "nouveaux riche".

Mas, como em outras oportunidades que assinalamos, a Grã-Bretanha reconhece à longa vista a importância de interêsses comerciais no Brasil e,

depois de haver retido em Londres, por longos meses, o Sr. Vieira Machado, para um entendimento logo tornado inócuo, ela envia ao Brasil uma missão para se entender conosco.

A MISSÃO BRITÂNICA DE 1948

Nos primeiros dias de março pouco se sabe ainda, de positivo, sôbre o rumo tomado pelas conversações que se processam entre a Missão Econômica Britânica, chefiada pelo Sr. John Wise, e os funcionários brasileiros. Conforme tudo indica não há pressa, quer de uma quer de outra parte, na condução dos entendimentos, cujo resultado final deverá surgir como fruto de perfeita madureza. Tudo marcha não apenas devagar, mas sob absoluta reserva. O próprio noticiário servido à imprensa, na sua escassez, se caracteriza pelo seu destino, o de provocar reações que ajudem a esclarecer uma ou outra das partes. Os ingleses chegaram discretamente, logo após o Carnaval; levaram oito dias no Rio de Janeiro antes de se avistarem com o Ministro da Fazenda, o que conduz à suposição de que a agenda entregue àquele titular foi completada aqui mesmo, depois dos primeiros contatos com os assuntos em causa, através da Embaixada.

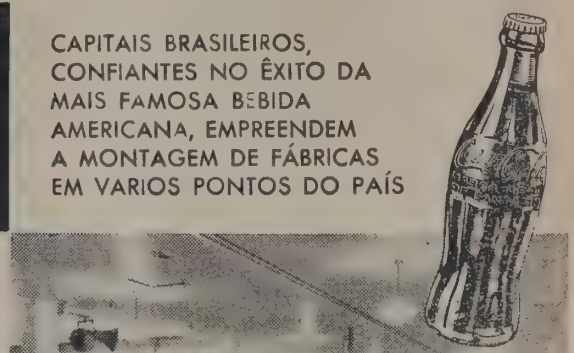
Se levamos em consideração declarações atribuídas ao Sr. Correia e Castro, não está nas cogitações do govêrno brasileiro assentar as bases de um novo acôrdo econômico; por outro lado, parece que também se acha excluída a possibilidade de serem os "congelados" empregados na compra das emprêsas constituídas por capitais britânicos, pelo menos no seu total, restando porém a possibilidade de serem resolvidos alguns casos, como o da São Paulo Railway e talvez de algumas outras emprêsas de serviço público do Norte. Ainda ao Sr. Correia e Castro é atribuída a idéia de com os "congelados" liquidarmos a dívida externa.

E' muito possível, porém, que esta questão dos "congelados" ocupe uma posição secundária na agenda organizada pelos britânicos e, para os brasileiros, é natural que seja o ponto de partida para outros entendimentos. Não acreditamos que viesse um grupo de homens de Londres ao Rio de Janero a fim de discutir principalmente êste assunto, da mesma sorte que acreditamos que o interêsse do govêrno inglês, enviando ao Brasil a Missão chefiada pelo Sr. John Wise, não tem nenhum caráter particular no que respeita ao Brasil, porém se acha ligada a um hábil movimento de política econômica, tendo em vista defender umas determinadas posições.

Destas posições, uma — a mais importante, sem dúvida — é a que confronta a concorrência anglo-norte-americana na economia mundial. Uma correspondência de Londres, distribuída à imprensa carioca pela France Presse e publicada a 12 de fevereiro, fazia sentir que "a Inglaterra acompanha com grande interêsse o desenvolvimento das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos, cujas bases teriam sido lançadas por ocasião da visita recente que fêz ao Brasil o Ministro das Finanças norte-americano, Sr. John Snyder". Desejaria a Grã-Bretanha não perder a posição que por tão longos anos des-

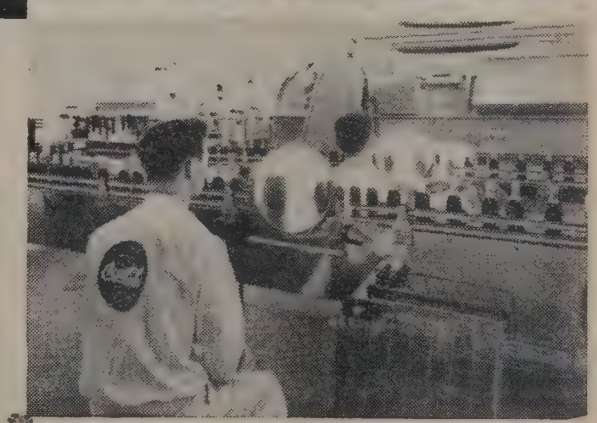
Coca-Cola
MARCA REGISTRADA
EXPANDE-SE NO BRASIL!

CAPITAIS BRASILEIROS, CONFIANTES NO ÊXITO DA MAIS FAMOSA BEBIDA AMERICANA, EMPREENDEM A MONTAGEM DE FÁBRICAS EM VARIOS PONTOS DO PAÍS



O sucesso de Coca-Cola no Brasil vem comprovar que essa bebida agrada a todos os paladares. Coca-Cola já conta com fábricas em várias cidades como Rio, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, devendo ser instaladas as de Santos, Campinas e Niteroi. Na foto vemos uma fábrica modelo de Coca-Cola em Atlanta, Estados Unidos. Fábricas como estas estão produzindo Coca-Cola no Brasil.

Produzida com um xarope de essencias naturais, agua purissima e açucar da mais alta qualidade, Coca-Cola é um produto em cuja fabricação, em qualquer de suas fases, não toca a mão do homem. As garrafas especiais são lavadas e higienizadas automaticamente, e todo o processo industrial garante que a bebida seja sempre idêntica e com idêntico sabor.



Vemos nesta foto a fase final do engarrafamento, na qual as garrafas são cuidadosamente examinadas por meio de lentes e focos de luz. As fábricas engarrafadoras brasileiras de Coca-Cola estão sendo constituidas com capitais nacionais e locais para cada cidade, com a orientação técnica de "The Coca-Cola Export Sales Co.", Av. Rio Branco, 257 - 14.º, Rio.

frutou no Brasil e, por isto, conforme assegura inclusive o "The Financial Times", estaria interessada em assegurar ao Brasil fornecimentos maciços a preços fixos e num período determinado.

Por seu lado compreende o Brasil que é importante, para sua política econômica, restabelecer um comércio intenso; por um lado, a concorrência anglo-norte-americana no mercado brasileiro daria a possibilidade não somente de uma melhor atenção por parte dos dois, de vez que um não desejaria abrir caminho para o outro nos fornecimentos como, por outro lado, na própria concorrência, poderia o Brasil encontrar um melhor elemento de regulagem para os preços de suas mercadorias.

A Inglaterra, porém, ao que parece, deseja se assegurar uma posição de mercado intermediário entre a produção brasileira e os países da área do esterlino e esta é, sem dúvida, uma proposta que não nos convém. Não nos interessa, por exemplo, vender arroz à Inglaterra para que ela o revenda a preços muito superiores para as suas áreas coloniais. O que nos serve é tratar diretamente com estas áreas, sem dúvida mercados de muito futuro para a nossa produção, tanto de alguns gêneros alimentícios, como de tecidos baratos.

Em compensação, a Inglaterra que sempre nos supriu de carvão, até a guerra, poderá vir a nos fornecer o seu combustível, que segundo se anuncia, no segundo semestre do ano corrente já estará com a sua produção elevada a nível que permitirá a retomada das exportações; antes da guerra recebíamos anualmente um milhão e meio de toneladas de carvão inglês, volume muito superior ao total das importações dêsse produto em 1946. A perspectiva de negócios com o carvão, sugere, de contra-partida, a de fornecimentos de minérios brasileiros para os altos fornos britânicos.

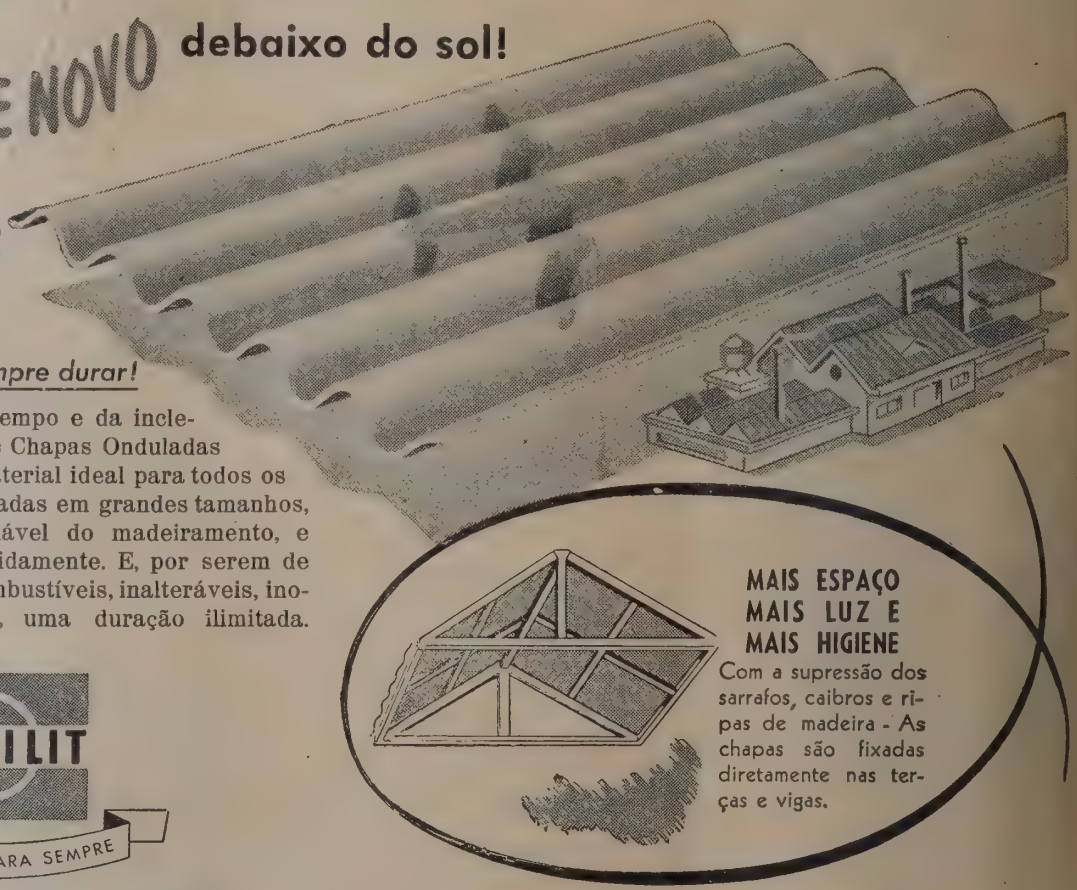
Nos entendimentos de 1946, entre os Srs. João Neves e Ernest Bevin, o caso do petróleo foi citado especificamente; a Inglaterra é hoje em dia produtora de equipamentos para a exploração do combustível líquido e os campos explorados pela "Shell" na Venezuela, no Equador e na Colômbia vêm sendo reequipados com material saído do parque industrial inglês.

Mas além disto pode a Grã-Bretanha fornecer equipamento para as estradas de ferro, material elétrico pesado, máquinas, ferramentas, veículos automóveis, em escala muito maior do que vem fazendo. Nestas condições, mesmo que as nossas vendas subam a 3 bilhões de cruzeiros por ano, como esperam alguns técnicos, será fácil encontrar o equilíbrio.

Não obstante opiniões contrárias, achamos que o acôrdo econômico deve ser um fim visado, não apenas para a Inglaterra, mas abrangendo tôda a área da libra e, quanto aos "congelados" vamos procurar uma fórmula. Êles são o resultado do comércio brasileiro e, como tal, devem ser confirmados e exigidos, mas procedamos olhando um pouco mais para o futuro.

Vivamos, neste aspecto, um pouco a experiência que os próprios britânicos nos têm ensinado.

...HÁ ALGO DE NOVO debaixo do sol!



CHAPAS ONDULADAS "BRASILIT"

—feitas para sempre durar!

Sempre novas, apesar do tempo e da inclemência das intempéries, as Chapas Onduladas BRASILIT constituem o material ideal para todos os tipos de coberturas. Fabricadas em grandes tamanhos, economizam parte apreciável do madeiramento, e são colocadas fácil e ràpidamente. E, por serem de cimento-amianto, são incombustíveis, inalteráveis, inoxidáveis, tendo, portanto, uma duração ilimitada.

MAIS ESPAÇO
MAIS LUZ E
MAIS HIGIENE

Com a supressão dos sarrafos, caibros e ripas de madeira - As chapas são fixadas diretamente nas terças e vigas.

BRASILIT
O MATERIAL PARA SEMPRE

PRODUTO DA S. A. TUBOS BRASILIT

SÃO PAULO
Rua Marconi, 131 - 7.o Andar

RIO DE JANEIRO
Av. Pres. Antonio Carlos, 201

Arco-Artusi-876

Invocando o "génio" da terra

Em 1900 era conhecida apenas uma dúzia de produtos diferentes derivados do petróleo.

Hoje, a "Lâmpada Maravilhosa da Química", manejada pelos cientistas e pesquisadores do petróleo, tornou possível a fabricação de cerca de 5.400 produtos nos quais são usados múltiplos derivados do "génio negro da terra". Nessas pesquisas, Shell sempre desempenhou e desempenha um papel dos mais relevantes.

Nos seus grandes laboratórios e fábricas da Inglaterra e dos Estados Unidos, químicos e pesquisadores trabalham sem cessar, criando novos produtos para o progresso e conforto da humanidade.

Ao mesmo tempo as pesquisas científicas da Shell contribuem para a prestação dos mais eficientes serviços ao público, melhorando e controlando a qualidade das gasolinas para automóveis, óleos lubrificantes, insecticidas e outros produtos de uso mais comum que são distribuidos em todo o território brasileiro sob o emblema Shell.

SHELL

SHELL-MEX BRAZIL LIMITED

SHELL PROPULSIONA O PROGRESSO ATRAVÉS DA PESQUISA

Std. 7031

Milhões, em todo o Brasil, nas Capitais e nos longínquos vilarejos, diàriamente, às 23 horas, estão a postos! E' hora do GRANDE JORNAL FALADO TUPI! Todos aguardam, ansiosamente, as últimas notícias, irradiadas em ondas curtas e longas, pela Rádio Tupi, no GRANDE JORNAL FALADO TUPI, o maior e mais ouvido do rádio brasileiro. Dois locutores, quatro redatores, vários cronistas, apresentam diàriamente no GRANDE JORNAL FALADO TUPI: Boletim do Tempo; Notícias dos Estados; Crônica Parlamentar; Boletim Internacional; Notícias Esportivas; Mercado, etc. Ouvir o GRANDE JORNAL FALADO TUPI é saber sempre, antes dos outros, as últimas notícias do Brasil e do Mundo.

RÁDIO **Tupi**

RIO DE JANEIRO — BRASIL

Na recomposição da economia européia o carvão é, sem dúvida, um dos problemas mais importantes e, por isto mesmo, sujeitos a mais intensas controvérsias. E' êle o combustível por excelência para os grandes parques industriais e é também o recurso contra o frio. Por tudo isto a situação das jazidas do Ruhr estaria fadada a ser objeto de um exame mais amplo, tanto sob o ponto de vista econômico como sôbre o estritamente político. O presente estudo, de autoria do sr. João Jochmann, é um exame do aspecto econômico mais intimamente ligado com a produção. Acha-se atualizado à base das mais recentes estatísticas e será, sem dúvida, do maior interêsse para os leitores brasileiros.

Tempo de leitura: 30 minutos

A Hulha da Alemanha e do Ruhr

João Jochmann

ENTRE as exigências que no campo econômico vêm sendo levantadas contra a Alemanha, figura em lugar de destaque a de remessas de carvão, principlmente de carvão do Ruhr. A França, a Bélgica e Holanda indicaram já diversas vêzes os montantes que reclamam a título de reparação e em caráter preferencial. Vejamos, primiero, qual era antes da última guerra a situação da Alemanha dentro da economia carvoeira mundial e européia e, especialmente, perante a dos países citados. Nos últimos três anos antes da guerra a produção mundial de carvão andava por volta de 1.250 milhões de toneladas, distribuindo-se da seguinte maneira entre os continentes e principais países produtores. (Vide tabela I).

Notamos a posição líder dos Estados Unidos cuja produção representa aproximadamente a têrça parte do total mundial.

(1 000 toneladas)

TABELA I

	1936	1937	1938
Europa (sem a Rússia)	531 000	580 000	570 000
Grã-Bretanha	232 114	244 267	230 658
Alemanha	158 283	184 513	186 179
França	45 251	44 346	46 500
Polônia	29 747	36 218	38 104
Bélgica	27 867	29 859	29 585
Tchecoslováquia	12 233	16 951	13 814
Holanda	12 803	14 321	13 488
América do Norte	458 156	462 237	364 278
Estados Unidos	447 848	451 223	354 463
Rússia	123 679	122 579	132 888
Ásia	101 772	110 000	—
Japão	41 803	45 258	53 000
Mundo	1 247 000	1 309 200	1 220 000

EXPORTAÇÃO DE CARVÃO (1 000 t)

TABELA II

PAÍSES	1929	1932	1935	1936	1937
Estados Unidos	18 901	9 178	10 297	11 188	13 661
Grã-Bretanha (1)	77 884	53 958	52 061	47 211	52 888
Rússia	1 338	1 795	2 182	1 802	1 273
Polônia	13 912	10 222	8 906	8 362	11 003
Mundial	158 865	103 502	114 603	113 320	135 323

(1) Os dados da Grã-Bretanha incluem o carvão fornecido aos navios.

(1 000 t)

TABELA III

PAÍSES		1929	1932	1935	1936	1937
Alemanha	Exp.	26 769	18 312	26 774	28 650	38 629
	Imp.	7 903	4 204	4 270	4 289	4 583
	+ —	+ 18 866	+ 14 108	+ 22 504	+ 24 361	+ 34 046
Japão	Exp.	2 394	1 854	1 767	2 011	1 939
	Imp.	3 588	3 181	4 748	4 941	5 288
	+ —	— 1 194	— 1 327	— 2 981	— 2 930	— 3 349
França	Exp.	5 060	3 162	1 216	882	676
	Imp.	23 670	17 864	17 892	18 637	24 621
	+ —	— 18 610	— 14 702	— 16 676	— 17 785	— 23 945
Bélgica	Exp.	3 790	3 490	4 282	4 735	4 316
	Imp.	11 385	6 734	3 777	3 871	6 167
	+ —	— 7 595	— 3 244	+ 505	+ 864	— 1 851
Tchecoslováquia	Exp.	1 854	1 368	1 270	1 318	2 225
	Imp.	2 331	1 588	1 253	1 111	1 168
	+ —	— 477	— 220	— 17	+ 207	+ 1 057
Holanda	Exp.	5 595	4 454	3 041	3 378	4 114
	Imp.	9 618	6 513	5 515	5 381	6 054
	+ —	— 4 023	— 2 059	— 2 474	— 2 003	— 1 940

A parte da produção européia sôbre a mundial oscilava em redor de 45%. Pondo os países citados na ordem decrescente da sua produção observamos que essa ordem se conserva inalterada, pelo menos entre os maiores produtores: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha e Rússia — seguidas, com larga distância, por Japão, França, Polônia, Bélgica, Tchecoslováquia e Holanda. Indaguemos ainda o papel que cabia a êsses países no comércio internacional de carvão. Grã-Bretanha, Rússia e Polônia exportaram carvão, sem importá-lo; os Estados Unidos também exportavam, acusando uma importação insignificante.

Transcrevemos a seguir as exportações dêsses países em alguns anos escolhidos. (Vide tabela II).

O maior exportador foi, em todo o período, a Grã-Bretanha com 40 a 50 por cento da exportação mundial. O fato deve-se a diversas circunstâncias entre as quais destacamos: a qualidade excelente da hulha inglesa e a localização privilegiada das minas que ficam a pequena distância da costa. Gozam, aliás, da mesma vantagem as demais grandes indústrias inglesas que têm quase tôdas elas, por assim dizer, o pôrto às suas portas.

Verifiquemos ainda às exportações e importações de carvão realizadas pelos demais países. (Vide tabela III).

Deixemos de lado o Japão e a Tchecoslováquia que ficam à margem dêste comentário.

E' muito diferente no campo do comércio internacional de carvão a posição dêsses países que tanto se destacam sob o ponto de vista da produção. A Alemanha tinha cada ano uma exportação, tanto bruta quanto líquida, que a coloca no segúndo lugar entre os exportadores. A França e a Holanda precisavam de importação que excediam bastante as respectivas exportações. Na Bélgica observa-se, com exceção do ano de 1929, um quase equilíbrio entre exportação e importação.

A exportação alemã correspondia nos três últimos anos mais ou menos ao conjunto das importações da França, Bélgica e Holanda. Vê-se por aí que, da parte da capacidade da produção alemã, as exigências dêsses três países inicialmente mencionadas não encontram nenhum obstáculo, pelo menos a julgar pelas condições de pré-guerra. Teceremos mais adiante alguns comentários sôbre as altera-

ções que a economia carvoeira alemã sofreu em função da derrota do país.

Nesta altura interessa saber a procedência do carvão que aquêles três países importaram. (Vide tabela IV).

Importação (1 000 t)

TABELA IV

PROCEDÊNCIA	1930	1931	1932	1933	1934	1935
França						
TOTAL	**24 767**	**23 088**	**17 864**	**17 952**	**16 672**	**17 892**
Alemanha	5 096	4 616	4 071	4 016	3 718	5 066
Inglaterra	13 581	10 783	9 153	8 895	7 757	7 431
Bélgica	3 548	4 421	2 776	2 961	3 012	2 977
Holanda	1 545	2 031	969	1 142	1 017	956
Bélgica						
TOTAL	**10 359**	**9 529**	**6 734**	**5 232**	**4 483**	**3 777**
Alemanha	4 415	4 404	3 322	2 584	2 151	2 255
Inglaterra	2 784	1 860	1 345	1 041	724	476
França	1 129	889	589	474	366	228
Holanda	1 832	1 990	1 244	912	732	669
Holanda						
TOTAL	**9 113**	**8 501**	**6 513**	**5 372**	**5 713**	**5 061**
Alemanha	6 599	6 123	4 618	3 748	590	3 459
Inglaterra	2 104	1 736	1 417	1 307	1 335	1 171
Bélgica	338	463	318	326	365	318

Nessas informações fecham infelizmente com o ano de 1935. Poder-se-á admitir, no entanto, que a situação nos anos seguintes até 1938 não divergia muito da que consta do quadro acima. O maior abastecedor do mercado francês foi o carvão inglês. Em segundo lugar, veio o alemão, sendo que também a Bélgica e a Holanda mandaram quantidades regulares.

Êstes dois países por sua vez compraram a maior parte da sua importação na Alemanha. A Inglaterra aparece nos dois mercados, como fornecedor em segundo lugar. E' de se notar ainda, de passagem, que os três países se forneciam mutuamente quantidades apreciáveis. Trata-se de espécies diferentes que para diversos fins industriais merecem preferência especial.

Considerando-se os três mercados em conjunto, os dois maiores fornecedores mandaram as seguintes quantidades. (Vide tabela V).

Como já frizamos anteriormente, a produção alemã estaria sem mais nada em condições de abastecer exclusivamente os três países em questão (sempre ainda partindo da situação antes da guerra), no entanto implicaria isso uma perda sensível para o carvão inglês. Repetimos, nesta altura, os dados da exportação inglesa, excluindo, desta vez, o carvão fornecido aos navios. (Vide tabela VI).

TABELA V

ANOS	Inglaterra (1 000 t)	Alemanha (1 000 t)
1930	18 469	16 110
1931	14 379	15 143
1932	11 915	12 011
1933	11 243	10 190
1934	9 816	9 617
1935	9 078	10 780

TABELA VI

ANOS	Exportação (1 000 t)
1930	55 760
1931	43 436
1932	39 523
1933	39 685
1934	40 296
1935	39 335

Comparando a exportação total com as remessas para os três países em foco, estas representam uma parte considerável daquela (23 até 33%).

Também fora destas conjeturas a hulha alemã merece algum interêsse. Com efeito, o carvão é a matéria prima mais importante que a Alemanha possui. E' certo que tinha outras, como por exemplo, potássio, linhito e minerais de ferro, êstes, aliás, já em quantidades insuficientes para o consumo interno e de qualidade inferior. O carvão, porém, constituía sem dúvida a riqueza mais valiosa do subsolo daquele país que, quanto às demais fontes de energia e matérias primas e ainda no que se refere à fertilidade do seu solo, é dotado de maneira bastante parcimoniosa. Devido à alta significação que dentro da economia alemã cabia ao carvão a estatística daquele país dedicou-lhe um interêsse muito especial, investigando-lhe anualmente, além dos aspectos produção e comércio exterior, também o consumo.

Transcrevemos aqui essas informações, referentes a 1935:

GRUPOS DE CONSUMIDORES	Consumo (1 000 t)
Indústria, total	96 852
do qual	
consumo próprio da mina	19 270
usinas de eletricidade	10 473
fabricação de gás	6 109
outras	61 000
Agricultura e calefação	38 697
Estradas de ferro	12 990
Navegação	3 401
Recebimentos dos mineiros (1)	2 552
Abastecimento d'água	248
TOTAL	**154 740**

(1) Segundo uma velha tradição os mineiros recebiam, para seu consumo doméstico, determinadas quantidades de carvão. No referido ano o número de mineiros, ocupados era de quase 440 000.

Os dados do quadro incluem o linhito, que é convertido a carvão na base de 9 para 2. O consumo enorme da indústria (mais do que 60% do total) reflete bem a estrutura da economia alemã que era essencialmente industrial. Uma parte razoável dos 19 milhões de toneladas consumidos pelas próprias minas deve representar matéria prima para a indústria química associada às minas, exploração essa que tinha tomado um desenvolvimento extraordinário.

Resta, ainda, verificar a distribuição da produção pelas diversas zonas da Alemanha.

ZONAS	Produção (1 000 t) (1936)
Ruhr	107 478
Alta Silésia	21 065
Saar	11 673
Aix la Chapelle	7 634
Baixa Silésia	5 042
Saxe	3 462
Baixo-Saxe	1 851
Outras	78
TOTAL	**158 283**

Nota-se a preponderância do Ruhr como zona produtora. A Alemanha atual que tem por fronteira no leste — de juro duvidoso mas de fato indiscutível — a linha Neisse-Oder, perdeu nos territórios entregues aos poloneses tôda a produção da Silésia que no ano referido montava a 26 milhões de toneladas, ou seja aproximadamente a quarta parte da produção total. A região do Ruhr, Aix la Chapelle e Baixo Saxe são situadas na zona da ocupação inglesa, o Saar na zona francesa e Saxe na russa.

Para o carvão do Ruhr, a perda do território do leste da Alemanha antiga não terá as suas consequências senão mais tarde, quando se fará sentir a perda daqueles mercados. No momento, o problema não é de procura, mas, sim, de oferta da produção.

O Boletim Estatístico da ONU apresenta em cada número informações sôbre a produção de hulha. Baseado nessa fonte organizamos o seguinte quadro que mostra a produção dos países europeus:

Produção média mensal (1 000 t)

PAÍSES	1937	1938	1939	1945	1946	1947
Bélgica	2 488	2 465	2 487	1 310	1 898	(3) 2 029
França	3 696	3 875	4 097	2 781	3 934	(4) 3 966
Alemanha (1)	11 126	13 033	13 169	3 434	5 474	(3) 7 090
Holanda	1 193	1 124	1 072	424	693	842
Polônia (2)	3 018	3 175	3 864	2 100	3 941	(3) 4 901
Inglaterra	20 297	19 166	19 536	15 436	16 053	16 910

(1) Nas fronteiras atuais. — (2) 1937/39 território antes da guerra. — (3) Média de 11 meses. — (4) Média de 10 meses.

Observa-se em todos os países uma diminuição acentuada em 1945, de maneira mais impressionante nos países continentais e especialmente na Alemanha. O fato explica-se sem mais nada como consequência da guerra, pois foram justamente as zonas carboníferas central-européias, desde o Pas de Calais até o Ruhr, que constituíam o palco de encarniçadas lutas. Desde 1945 observamos uma recuperação. Esta é particularmente forte na Polônia em virtude de já estar incorporada na produção daquele país e da Silésia. Bem fraco processa-se o fenômeno na Inglaterra, talvez em função das greves. E insatisfatória é a recuperação especialmente na Alemanha. Não sabemos se as próprias minas do Ruhr sofreram danos graves pelos bombardeios. Um dos fatôres principais deve ser a completa inanição da população alemã. O articulista destas linhas recebe de vez em quando notícias de cidades do Ruhr, contando, em estilo dantesco, as condições de vida. Famílias que possuem um ou dois pares de sapatos. Se o pai sai de casa, a mãe tem que ficar, de preferência de cama, porque está menos frio. Uma alimentação tão insuficiente que uma lata de banha ou dois quilos de arroz constituem um presente régio. Os mineiros que antes da guerra vinham recebendo quantidades abundantes de carvão para fogão e estufa, não ganham senão uns poucos quilos de pó de carvão de qualidade ínfima. E isso em casas sem teto e vidraças partidas durante o terrível inverno que castigou naquele ano a Europa com 20 a 30 graus abaixo de zero. Associa-se a esta miséria material o colapso moral. O povo se sente como um doente perigoso de que resolveram cortar uns focos de câncer. Estão esperando na mesa de operação, escutando os médicos, de escolas opostas, discutindo em redor da mesa, desde 2 anos e meio, sôbre o tratamento do caso presente. Entende-se que estas e outras condições físicas e psíquicas não constituam um ambiente favorável para um trabalho esforçado. E o labor do mineiro é um dos trabalhos mais duros e exaustivos que ainda existem na civilização moderna. No Ruhr, por exemplo, o carvão encontra-se em lençóis dispostos de tal maneira que obrigam o mineiro a fazer seu serviço, deitado.

O carvão como todos os bens de massa e matérias primas básicas sofre as oscilações da procura de maneira especial. Quando irrompeu a crise de 1929, amontoaram-se nos pátios das minas muitos milhões de toneladas. Êsses "estoques" foram até considerados como expressão nítida da gravidade da crise, e sua paulatina diminuição, como sinal de recuperação. Nos anos antes da guerra, o Ruhr dispunha de 1 a 2 milhões de toneladas em estoque. Nos demais centros produtores a situação era, nas vésperas da guerra, provavelmente análoga. Os estoques e tôda produção dos tempos de guerra foram consumidos. O fim da guerra militar deixou grandes partes da Europa em ruína. A reconstrução e o frio bárbaro do inverno de 1946 motivaram o clamor alto e geral pelo carvão.

Se estas contingências tiverem passado, o Ruhr terá que sentir profundamente a perda dos territórios do leste alemão. Se bem que os maiores centros industriais da Alemanha, ou sejam os maiores consumidores, estejam localizados nas zonas ocidentais e centrais do país, grandes têm sido as quantidades também que o Ruhr mandou para Berlim e o leste do antigo território. E' que a hulha do Ruhr tem certas propriedades que lhe asseguram, para diversos fins industriais, a preferência perante o carvão da Silésia. Assim, por exemplo, as fábricas de gás usavam principalmente o carvão do Ruhr. Entre 6 milhões de toneladas de carvão utilizadas para fabricação de gás, mais de 4 milhões vieram do Ruhr.

De outro lado, a divisão da Alemanha tem que forçar uma industrialização da parte que ficou, ainda em maior escala, criando assim mercados novos. Senão vejamos. A zona de ocupação britânica abrange hoje três "Laender", ou sejam:

	Km2	habit.
Rhenânia do Norte	34 050	11 691 360
Baixo Saxe	28 000	6 738 111
Schleswig Holstein	15 700	2 573 084

Nesta área de 97.750 km2 vivem 22.408.229 pessoas o que significa

uma densidade de 211 pessoas por uilômetro quadrado. Na Renânia do Norte, a respectiva cifra é de 343! E tais cifras tenderão a subir em futuro próximo, não em função do aumento vegetativo da população, que é muito fraco e durante algum tempo até era inexistente, mas porque o país ainda espera a volta de grandes massas de prisioneiros de guerra (até esta data, somente os Estados Unidos mandaram todos seus prisioneiros alemães de volta). E, ainda, as zonas ocidentais vêm recebendo grandes quantidades de refugiados, provenientes do leste. Essas massas constituem até um dos problemas mais sérios das zonas ocidentais, pois lugares há em que a população de fato é superior em 25% à de direito.

Ora, é princípio comezinho o de que o crescimento da densidade da população além de certo limite força a industrialização. E duvidamos que a sabedoria dos estadistas modernos encontre um remédio contra semelhante tendência natural e irresistível.

Extraordinários os Serviços Prestados à Economia Brasileira Pela Sul América Terrestres

Vêm de ser publicado o Balanço e o Relatório das atividades da Companhia Sul-América Terrestres, Marítimos e Acidentes, no exercício de 1947. Os fatos e cifras nêles consignados são auspiciosos, não apenas para a tradicional instituição brasileira, senão também para os quadros econômicos e sociais de nosso país. Da atenta leitura daquelas peças conclui-se que o exercício de 1947 foi, a despeito da crise, um ano de brilhantes realizações para a SATMA.

De fato, aquela companhia assinalou sua maior receita em 34 anos de vida, sobressaindo-se entre suas congêneres brasileiras e íbero-americanas. Por outro lado, foi ultimada a reforma de seus serviços administrativos, inaugurando-se as modernas instalações das Sucursais da Bahia e Belo Horizonte. Foi transformada a Agência de São Luiz em Sucursal, com jurisdição sôbre os Estados do Maranhão e Piauí. Prosseguiu-se com vigor, na construção de um edifício de dez pavimentos, à Rua do Ouvidor, onde funcionará, no ano próximo, a Sucursal do Rio, em sede própria e distinta da Matriz.

Tão intensa atividade de produção, expansão e melhoria de seus serviços técnicos estendeu-se por igual ao funcionalismo, cujas condições de vida e de trabalho mereceram dedicada atenção de sua Diretoria. Além das medidas diretamente relacionadas com o aumento do confôrto e da produtividade, cumpre assinalar as aplicadas com o fim de minorar as dificuldades materiais agravadas pelo encarecimento da vida, em geral. Neste sentido, a Sul-América Terrestres despendeu, em 1947, soma aproximada a 30 milhões de cruzeiros, isto é, cêrca de 20% da Receita Geral da Companhia. Tão expressivas cifras foram aplicadas em salários, gratificações e participações nos lucros, refeições, amparo familiar, seguro hospitalar e outras despesas de caráter social, num acréscimo de mais de cinco milhões de cruzeiros sôbre o exercício anterior.

Tal acêrvo de realizações de empreendimentos votados à defesa e resguardo, pelo seguro do patrimônio econômico de milhares de emprêsas no país reflete, sem dúvida, a segura orientação da SATMA, cuja Diretoria, em estreita cooperação com um corpo de funcionários dos mais capazes e dedicados, pôde apresentar ao público brasileiro índices dos mais significativos de prosperidade, num ano pleno de incertezas e dificuldades.

Todos os "records" de produção foram vencidos, não apenas no Brasil, mas no continente íbero-americano. A receita de prêmios atingiu, pela primeira vez na história do seguro brasileiro, os ramos elementares e acidentes do trabalho, para uma só instituição, a cifra de cento e setenta e três milhões e quatrocentos mil cruzeiros, assinalando um acréscimo de 30 milhões sôbre o ano anterior. Desta Receita, 70 milhões cobriram os riscos de acidentes de trabalho; 38 milhões, os de incêndio; 20 milhões, os de automóveis; 16 milhões, os de transportes; 14 milhões, os de acidentes pessoais, para apenas citar os mais importantes.

Tão vultosas operações, enquanto se lastreiam na tradição moral de 34 anos de atividade honesta, de rigorosa pontualidade e exato cumprimento dos contratos, de eficiência técnica dos serviços prestados, ampara-se de outro lado no conjunto de reservas que premunem os segurados contra quaisquer vicissitudes. Tais reservas ascenderam, no exercício de 1947, a cêrca de 85 milhões de cruzeiros, dos quais 62 milhões e 800 mil para as reservas técnicas. Tais cifras bastam para dar uma cabal idéia da solidez da maior instituição brasileira de seguros dos ramos elementares.

Reconhecendo os extraordinários serviços prestados pela Sul-América Terrestres à economia brasileira, é com viva satisfação que o público receberá a notícia dos índices de seu extraordinário progresso, em 1947, os quais servirão para revigorar ainda mais a confiança em sua atual Diretoria e no corpo de competentes e dedicados funcionários daquela Companhia. Pode, pois, o Brasil orgulhar-se de possuir, nos ramos dos seguros privados, a mais poderosa instituição de seguros de tôda a América Latina.

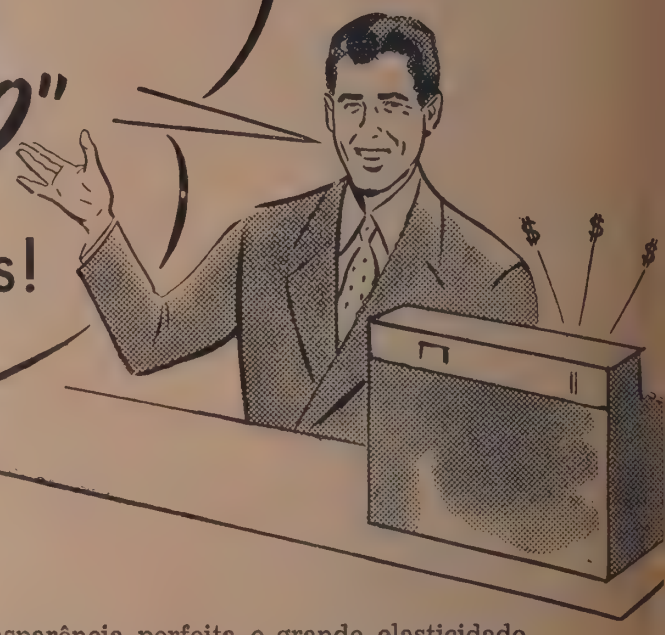
(*Transcrito do "Diário Carioca" de 4 de março de* 1948.)

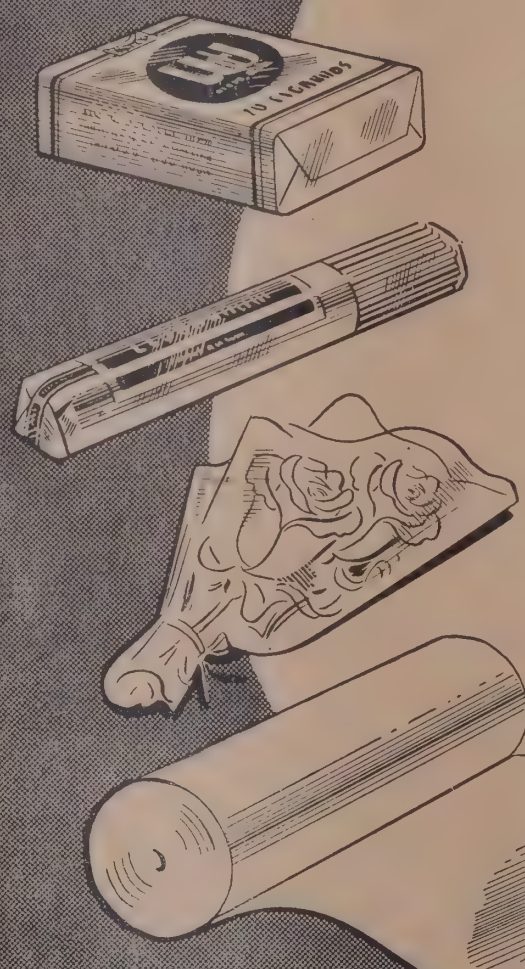
ÊXITO NAS VENDAS

depende muito da

"APRESENTAÇÃO"

de seus produtos!





De transparência perfeita e grande elasticidade, VOTOCEL garante apresentação mais atraente mais resistente — e de proteção mais duradoura a seus produtos.

Impermeável — Em côres e branco
Bobinas de qualquer largura
Pêso: 30 gr. p/m2 e outros
Fôlhas de 90 x 100 cm ou outro tamanho

PAPEL TRANSPARENTE

VOTOCEL

— torna mais vendáveis os seus produtos

S. A. INDÚSTRIAS VOTORANTIM
Edifício Votorantim - Rua Quinze de Novembro, 317
Telefone: 2-5146 - São Paulo
REPRESENTANTES NAS PRINCIPAIS PRAÇAS DO BRASIL

Contribuição ao Conhecimento de Nossa Balança de Pagamentos

Fernando A. de Carvalho

Os nossos economistas e estatísticos de há muito que reclamam por um verdadeiro balanço da nossa situação econômica, capaz de permitir a elaboração de um plano em bases seguras, o conhecimento de três dados essenciais — a renda nacional, a balança de pagamentos e o nível geral de preços.

Isto mesmo foi reconhecido pela Comissão de Planejamento Econômico em seus trabalhos, conforme declarou em estudo recente um dos seus assistentes técnicos, A. Dias Leite Jr. (Antonio Dias Leite Jr., "Renda Nacional", in Revista Brasileira de Economia, ano I, n.° 2, dezembro de 1947, pág. 93).

Não resistimos aqui a tentação de abrir um parêntesis para indagar da razão por que se consideram confidenciais os estudos daquela comissão, a maioria já velhos de três ou quatro anos, mas de que só uma minoria de privilegiados conseguiu cópia ou pôde ler em exemplares pertencentes a algum membro da mesma. Será o receio do debate público das suas conclusões e recomendações? E' repetir um conceito acaceano dizer que os estudos realizados com verdadeiro espírito científico não devem temer e nunca temeram a discussão propiciada pela ampla divulgação dos seus resultados. Haverá, por certo, alguns ligados a altos interêsses da defesa nacional cuja publicação não seria aconselhada, mas cremos que a maioria, dedicados ao planejamento geral da economia brasileira ou à solução de problemas particulares (ferrovias, rodovias, transporte fluvial, portos, energia elétrica) só teriam a ganhar tornando-se conhecidos do grande público.

Organizações internacionais de que o Brasil participa (Conselho Econômico das Nações Unidas, a Organização Internacional de Agricultura FAO), o Fundo Monetário Internacional (IMF), o Instituto Interamericano de Estatística, o Instituto Internacional de Estatística e outras também) vêm reclamando do govêrno brasileiro o cumprimento das obrigações assumidas por ocasião da sua adesão, entre as quais se inclui o fornecimento daqueles dados estatísticos fundamentais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em colaboração com o Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, está empenhado sèriamente na execução dos três levantamentos. Infelizmente a cooperação e a boa vontade de todos os órgãos públicos e mesmo de organizações particulares, tão necessários à estatística e absolutamente imprescindíveis para a elaboração do cálculo da renda nacional, as estatísticas da balança de pagamentos e do nível geral de preços nem sempre são encontradas em nosso meio de modo que os trabalhos se vêm arrastando há já algum tempo, com parcos resultados.

Oferecemos, com êste nosso despretencioso artigo, resultado de indagações de um curioso em conhecer alguns aspectos da economia brasileira, uma pequena contribuição para o estudo do problema da nossa balança de pagamentos.

Aliás, aqui vai uma sugestão aos nossos estadistas que se acham empenhados na elaboração de um planejamento geral da nossa economia: — porque não basear êsse planejamento na estatística da balança de pagamentos, procurando aumentar as parcelas sob a rúbrica "Crédito" e diminuir ou senão suprimir aquelas sob a denominação "Débito"? Conhecemos, aliás, embora não saibamos se foram publicados, dois trabalhos nêsse sentido — um elaborado no Chile sob a direção de Herman Marx, diretor de pesquisas econômicas do Banco Central do Chile e outro executado pelo Banco Central do Equador. Em ambos os países os problemas eram os mesmos do nosso — desejo de prosseguir e ativar a industrialização; necessidade de obter as divisas necessárias à aquisição do equipamento e da técnica indispensável ao desenvolvimento industrial; falta de capitais nacionais em quantidade suficiente para permitir êsse desenvolvimento num rítmo acentuado, donde o recurso ao crédito externo envolvendo, por outro lado, a questão do serviço do empréstimo; importação de combustíveis e de alguns artigos de alimentação (trigo), drenando para fora do país recursos consideráveis; exportação de produtos primários (gêneros alimentícios e matérias primas) sujeitos a violentas flutuações de preços na depressão; problemas do pagamento de antigas dívidas externas tudo dando como resultado uma balança de pagamentos normalmente desfavorável refletida na constante baixa cambial.

Utilizando os dados da receita da taxa de 5% sôbre as remessas para o estrangeiro, constante dos balanços do "Orçamento do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", o chamado plano quinquenal, a que sucedeu o "Plano de Obras e Equi-

pamentos" Decreto-lei n.º 6.144, de 29 de Dezembro de 1943, e a estatística da importação, elaboramos o quadro que se segue:

REMESSAS PARA O ESTRANGEIRO

ANOS	Receita da taxa de 5% (1)	Total das remessas (1)	Remessas para importações (CIF)	Outras remessas além de importações
	MILHÕES DE CRUZEIROS			
1939	279 441	5 488 820	4 983 632	605 188
1940	316 583	6 231 660	4 964 149	1 267 511
1941	364 046	7 280 920	5 514 417	1 766 503
1942	351 583	7 021 660	4 692 721	2 348 939
1943	375 583	7 511 660	6 161 741	1 349 919
1944	555 756	11 115 120	7 997 147	3 117 973
1945	629 239	12 584 780	8 617 320	3 967 460

(1) Exclusive remessas para pagamentos de missões diplomáticas e outras despesas administrativas nº estrangeiro (Delegacia do Tesouro e Escritórios de Propaganda, por exemplo), mas inclusive serviço da dívida externa, dos empréstimos do Export-Import Bank e "Lend-lease" e contribuições para a UNRRA. Ataxa de 5 % sôbre remesas foi extinta em 1946 mas restabelecida com isenções importantes paro o xercício de 1948. — (2) Total das remesas que pagaram a taxa de 5%.

Tendo sido encerrado o orçamento do "Plano de Obra se Equipamentos" que foi extinto e incorporado ao orçamento ordinário (Decreto-lei n.º 9.782, de 6 de Setembro de 1946, art. 3), e reduzida para 3%, em 28 de Fevereiro de 1946, a taxa dos 5% sôbre as remessas para o estrangeiro extinta em 26 de Julho de 1946 (Decreto n.º 9.522), mais tarde não foi possível continuar a série, que assim ficou restrita ao período da guerra (1939-1945).

Trata-se, não há dúvida, de um período anormal em que as nossas importações sofreram sérias restrições quantitativas e qualitativas, deslocando-se o nosso comércio exterior para o continente americano. Acumulamos, como é sabido, grandes saldos em nossa balança comercial e tivemos uma receita extraordinária em nossa balança de pagamentos representada pelas despesas do govêrno americano para a manutenção de fôrças militares, construção de bases e pessoal especializado para a completa execução dos contrôles de tempo de guerra e aquisição de materiais estratégicos em nosso país. Esta situação favorável devia ter influído na taxa de câmbio, mas esta foi estabilizada por um acôrdo entre o nosso Govêrno e o Departamento do Tesouro americano. Entretanto, permitiu, como se verá adiante, a aquisição, por parte do govêrno, de títulos da nossa dívida externa em condições favoráveis e a execução imediata do último acôrdo para pagamento da mesma (Planos A e B).

Apesar de se referir ao período de guerra, a série é todavia muito importante, por isso que nos permite, pela primeira vez, apreciar a tendência das nossas remessas para o estrangeiro e não sòmente as que se fazem para pagamento das nossas importações.

A explicação para o pequeno montante das "outras remessas" em 1939 (605.188 mil cruzeiros) em comparação com os dados apurados para os anos seguintes (ver tabela) é que o nosso govêrno suspendeu os pagamentos da dívida externa em fins de 1937 e nenhuma remessa foi feita para êsse fim durante 1938 e 1939. Êsses pagamentos, como é sabido foram retomados em 1940.

Note-se que os dados apurados para os anos de 1940, 1941 e 1943, mantêm-se em um certo nível (entre 1 bilhão e 200 milhões, em 1940; passa para 1 bilhão e 700 milhões, em 1941, e desce a 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros, em 1943). Parece-nos que numa conjuntura normal, conservando-se nos níveis atuais os investimentos estrangeiros no país, êsse dado deve representar a tendência normal das nossas remessas para o estrangeiro (excluída as destinadas às importações). Isto por que as remessas para atender ao serviço do capital estrangeiro invertido no Brasil (juros, lucros, dividendos e "royalties") deve andar pela casa dos 500 a 600 milhões de cruzeiros anualmente e o serviço da nossa dívida externa pelo último esquema em tôrno de 300 milhões anuais.

Em informação prestada à Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, a Fiscalização Bancária (Superintendência da Moeda e Crédito) informou que, em 1946, foram remetidos para o estrangeiro 878 milhões de cruzeiros (532 milhões para os Estados Unidos, 257 para a Inglaterra e 90 milhões para outros países) sòmente para atender ao pagamento de juros, lucros, dividendos e "royalties". Achamos, entretanto, que êsse total deve estar inflacionado por ter havido durante a guerra um acúmulo no serviço de capital provàvelmente. As emprêsas estrangeiras aproveitaram as condições cambiais mais favoráveis vigorantes em 1946 para transferir aos respectivos países de origem a remuneração, obtida durante o conflito, do capital aqui empregado.

Quanto ao total de "outras remessas além de importações" apurado para 1942 (2 bilhões e 300 milhões de cruzeiros), bem mais elevado que nos anos mais próximos daquele, a explicação que encontramos foi de que o Banco do Brasil, à conta do Tesouro Nacional, fêz importantes remessas para compra e repatriação de títulos da nossa dívida externa.

A explicação para o aumento verificado nas "outras remessas" (além de importações), nos anos de 1944 e 1945, em que passaram a 3 bilhões e 100 milhões e 3 bilhões e 900 milhões de cruzeiros, respectivamente, pode ser encontrada nos seguintes fatos:

I — Aumento nas remessas para pagamento de títulos da dívida externa resgatados segundo o plano B. De acôrdo com os dados do Conselho Técnico de Economia e Finanças as remessas para pagamento da dívida externa, que foram de 263 milhões em 1943, atngiram a 1.273 milhões em 1944, e 723 milhões em 1945.

II — Início do serviço dos empréstimos do "Export-Import Bank". Segundo o relatório daquela instituição para o primeiro semestre de 1947, o total de empréstimos concedidos ou autorizados para o Brasil montava a 247.775 mil dólares em 15 de Março de 1947. Dêsse total haviam sido distribuidos ou entregues 121.742 mil dólares, dos quais 44.393 mil dólares já haviam sido resgatados (repaid).

III — Remessas para pagamento da contribuição do Brasil à UNRRA e pagamento de créditos do "Lend-Lease".

IV — Retôrno de capital refugiado para a Europa e outros continentes.

V — Aumento nas remessas de imigrantes após o término da guerra. E' possível que tenha havido mesmo um acúmulo nessas remessas normais em virtude das dificuldades de câmbio do período de guerra. Segundo informação que obtivemos na Fiscalização Bancária, sòmente para Portugal passaram por aquêle órgão de contrôle, em 1946, pedidos de câmbio no valor de 70 milhões de cruzeiros.

VI — Aumento nas despesas de turistas brasileiros no estrangeiro, após os anos de guerra em que as viagens dessa espécie eram quase impossíveis e aproveitando as condições cambiais favoráveis.

Reconhecemos a precariedade do nosso trabalho que representa apenas um primeiro desbravamento no campo da nossa balança de pagamentos, aliás, da parte de "pagamentos", restando o levantamento dos "recebimentos".

Estude cuidadosamente o problema de ar condicionado!

Ao planejar uma residência ou uma fábrica, um edifício de apartamentos ou de escritórios, inclúa nos seus estudos o problema do ar condicionado.

Esse estudo, antecipado e cuidadoso, é tanto mais fundamental quanto mais perfeita se deseje a instalação, evitando interferências dispendiosas na estrutura e na instalação elétrica do edifício.

Outro ponto fundamental a considerar é a qualidade do equipamento a empregar. Tenha sempre em mente que a General Electric através de seus técnicos e engenheiros poderá colaborar na solução do seu problema de condicionamento de ar... e que o equipamento G-E de Ar Condicionado lhe proporcionará:

- **Refrigeração científica**
- **Desumidificação adequada**
- **Filtragem eficiente**
- **Movimento uniforme do ar**
- **Renovação positiva do ar**

Os nossos técnicos oferecem ainda:

Assistência técnica e de conservação permanente.

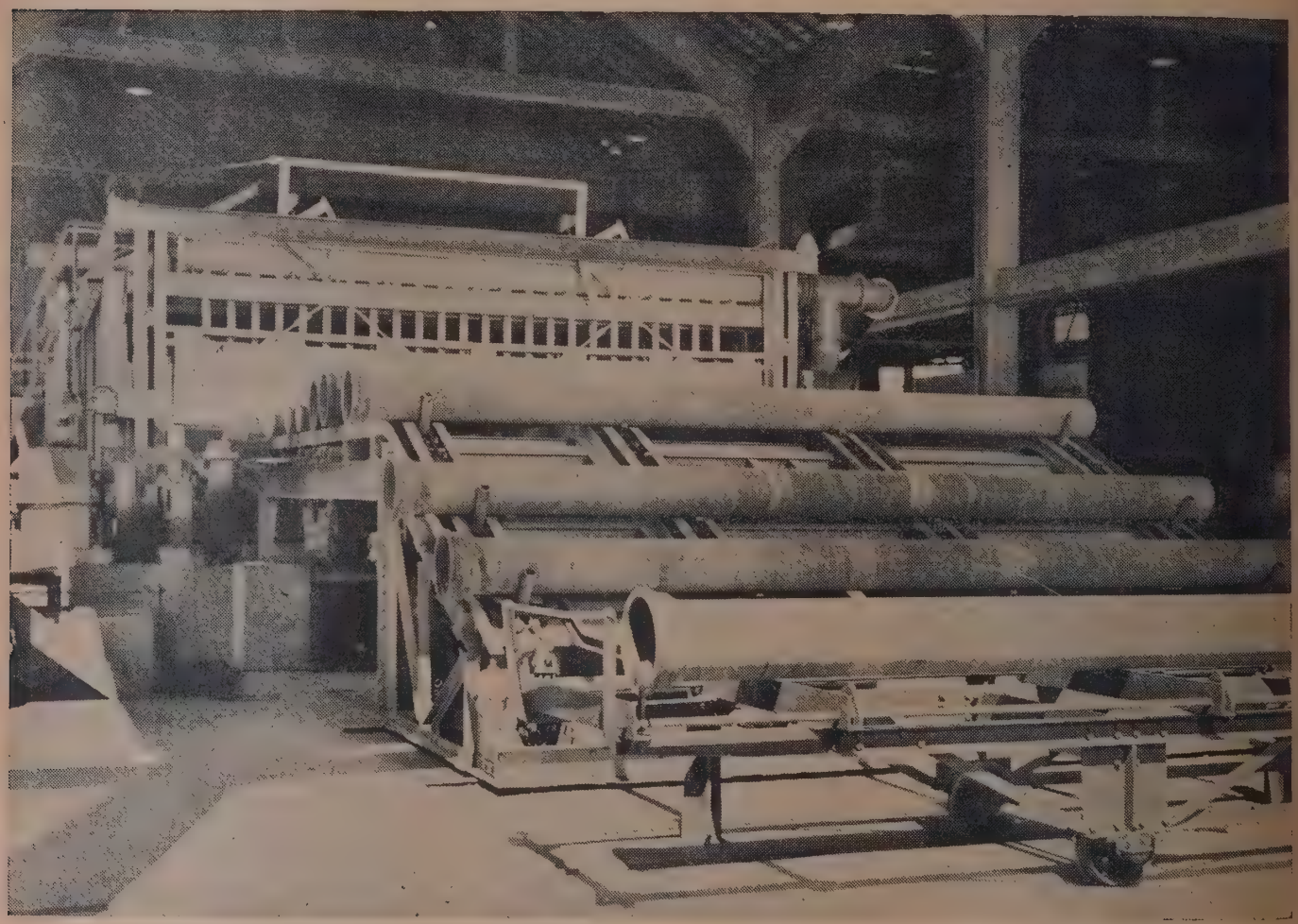
GENERAL ELECTRIC

R235

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - RECIFE - SALVADOR - CURITIBA - PORTO ALEGRE

CIA. FERRO-BRASILEIRO S. A.

Capital de Cr$ 100.000.000,00



Tubos de ferro fundido de 50 a 600 m/m com 6 metros de comprimento. Fundição mecanizada — Gusa

Tubos e peças "Metalit" para instalações sanitárias
Estoque permanente no Depósito. Rio - 175, Av. Francisco Bicalho

★

USINAS E SEDE SOCIAL EM CAETÉ (MINAS GERAIS)

ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E COMERCIAL: AVENIDA NILO PEÇANHA, 26

RIO DE JANEIRO

REPORTAGEM

Os Jovens na Economia Nacional

OS JOVENS NA ECONOMIA NACIONAL

Começando, cedo, na escola do trabalho manual, do artezanato, êle adquire uma base para mais tarde ser o "mestre".

Esta reportagem está baseada em observações realizadas pelo Professor Giorgio Mortara, diretor do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, sôbre a participação da juventude nas atividades econômicas do país verificada através dos resultados do censo demográfico de 1940. *A próxima realização dos censos das Américas, fixados para* 1950, *aguça a curiosidade sôbre os resultados da política desenvolvida no Brasil, de* 1940 *para cá, no tocante ao problema do trabalho de menores. Dessa política forneceremos, igualmente, rápida notícia.*

Tempo de leitura: 50 minutos.

QUAL será a participação dos adolescentes na vida econômica brasileira? Como é sabido, a lei impede terminantemente o trabalho assalariado de qualquer menor antes dos 14 anos de idade, o que não exclui, contudo, a possibilidade de os menores de 14 anos se ocuparem em atividade econômica, tendo-se em vista os embaraços naturais criados, num país de tão vasta extensão territorial como o Brasil, à fiscalização de dispositivos dessa espécie. Por outro lado, a lei procura proteger os adolescentes contra a insalubridade, a penosidade e a perigosidade do trabalho que realizam, e, dentro de cada ramo de atividade, fixa o critério necessário a essa proteção. Ocorre, contudo, que a interferência da lei só pode ser observada nos casos que são levados ao conhecimento das autoridades trabalhistas, podendo-se mesmo admitir que os salutares princípios da medicina do trabalho, no Brasil, apenas são exercidos em reduzido número de localidades.

Nos países de elevada civilização, as idades de 10 a 14 anos são consagradas antes do estudo do que ao trabalho, e o exemplo dêsses países orientou a feitura das leis de proteção ao trabalho a serem aplicadas no Brasil. E' de ver, no entanto, que a simples existência dessas leis não implica na inexistência do fenômeno condenado: menores de 14 anos em pleno exercício de atividade econômica. Na apuração dos resultados do censo demográfico de 1940, o último realizado no

Brasil, a atividade econômica dos adolescentes pode ser posta em relêvo, e por seu intermédio se conseguiu verificar a expressiva participação da juventude na vida econômica do país.

Dadas as particularidades das condições do trabalho existentes no Brasil, e tendo em vista, do mesmo modo, a elevada proporção da infância e da adolescência na população do país, os técnicos do Serviço Nacional de Recenseamento houveram por bem adotar, como limite inferior de idade, na apuração da atividade econômica dos recenseados, o de 10 anos, ficando logo excluídas apenas as crianças de 0 a 9 anos. Êsse critério prático possibilitou a verificação do alto contingente de jovens de 10 a 19 anos no mercado de trabalho do Brasil.

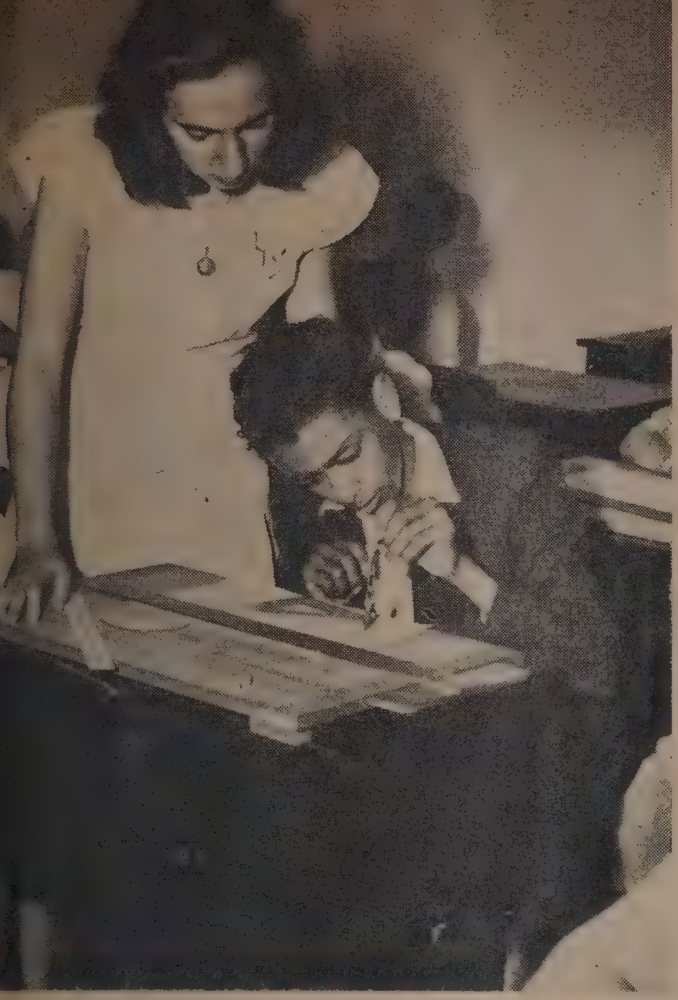
UM PAÍS DE JOVENS

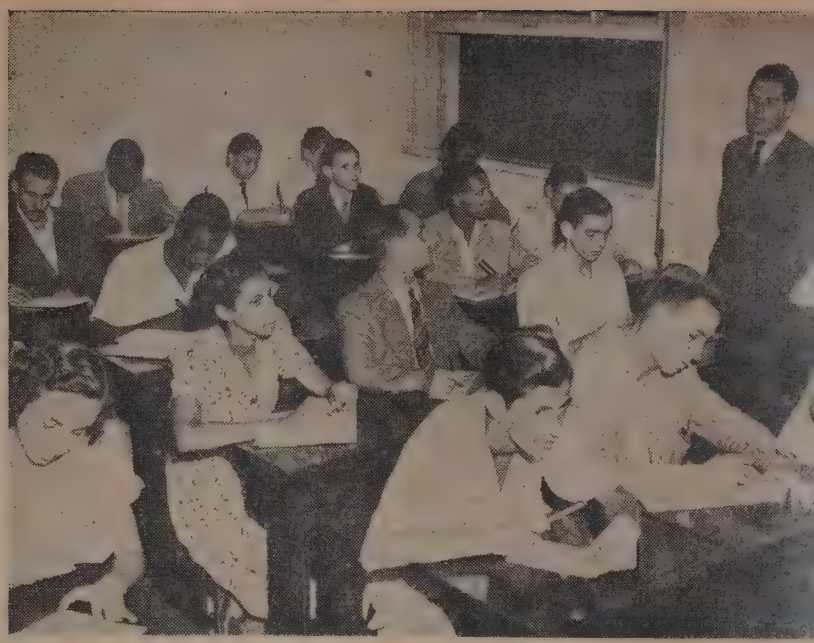
Uma característica peculiar da população do Brasil, confirmada pelo censo de 1940, consiste na elevada proporção em que estão nela representadas as idades da infância e da adolescência, em virtude da combinação de uma elevada taxa de mortalidade dos adultos. Para se ter uma idéia dessa proporção, comparemos o grupo de idade de 10 a 19 anos ao de 20 anos e mais. De acôrdo com o referido censo de 1940, encontram-se na população de fato do Brasil 9.772.003 pessoas de 10 a 19 anos, e 19.265.846 pessoas de 20 anos e mais. Como se vê, o número das pessoas de 10 a 19 anos corresponde a 50,72% do das pessoas de 20 anos e mais.

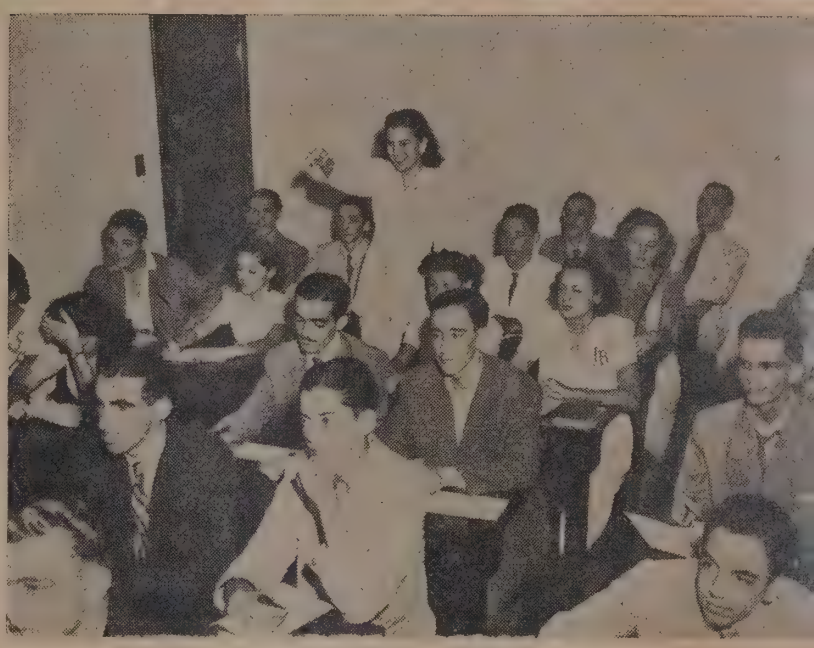
Êsses resultados apenas confirmam os auferidos em levantamentos anteriores. O censo de 1920, por exemplo, constatou a presença, no Brasil, de 7.424.561 pessoas de 10 a 19 anos, e 14.042.351 pessoas de 20 anos e mais. A proporção, nesse caso, era de 52,87% entre o primeiro e o segundo grupo, proporção essa ainda maior do que a de 1940. Por outro lado, segundo o censo de 1900, a proporção era de 49,98%, muito embora os dados dêsse censo não possuêm grande valor, de vez que foram em parte estimados. Segundo o censo de 1890, contudo, a proporção era de 44,21%, ou seja, ainda elevada, embora nitidamente inferior às mais recentes. E segundo o censo de 1872, no qual as declarações de idade estão afetadas por erros extremamente graves, a referida proporção era de 37,79%.

Observa o Professor Giorgio Mortara (*in* "Revista Brasileira de Estatística, n. 19, pág. 344) que numa população não afetada por movimentos migratórios, em que as taxas de mortalidade e de fecundidade em cada ano de idade fôssem as verificadas no Brasil no período 1890-1920, a proporção entre o grupo de idade de 10 a 19 anos e o de 20 anos e mais seria de 51,9%. Ora, a média das proporções efetivamente verificadas pelo censo de 1940 e 1920 é de 51,8%, e a sua concordância com o valor teórico atesta a influência preponderante do movimento natural da população na determinação da referida característica da população do Brasil — êste país de jovens.

Para se apreciar a significação dessas proporções de 50% ou mais, no quadro internacional, basta lembrar que a proporção entre o grupo de 10 a 19 anos de idade e o de 20 anos e mais era de 43,30% para a Argentina, em 1914; 42,16% para o Chile, em 1930; 41,19% para a Rússia Européia, em 1897; 40,72% para Índia, em 1931; 40,23% para o México, em 1930; 38,86% para o Japão, em 1930; 37,47% para a Áustria-Hungria, em 1910; 36,15% para a Alemanha, em 1910; 35,03% para Itália, em 1911; 31,87% para o Reino-Unido, em 1911; 31,34% para os Estados Unidos, em 1930; e 25,02% para a França, em 1911. Em referência aos países europeus, alinharam as proporções verificadas em censos anteriores à primeira grande guerra, realizados em períodos possivelmente normais. Essas proporções servem para mostrar a quota excepcionalmente elevada que cabe, no Brasil, ao grupo de 10 a 19 anos de idade.







ENSINO PROFISSIONAL

O ensino profissional tem recebido grande impulso nêstes últimos anos. Iniciado no Brasil ainda no tempo do Império, através dos Liceus de Artes e Ofícios, está hoje difundido em todo o Brasil, através de escolas equipadas com material moderno, servida por corpo docente capaz, e pelos cursos instalados por diversos órgãos para-estatais. Nos clichês destas duas páginas tem o leitor uma série de flagrantes expressivos, indo das aulas práticas às teóricas.

UM PAÍS DE JOVENS QUE TRABALHAM

Os dados da Tabela I atestam que a elevada proporção da população de 10 a 19 anos de idade, em relação à de 20 anos e mais, é característica comum de tôdas as partes do Brasil. Nas regiões fisiográficas, essa proporção varia entre o mínimo de 48,80% do Norte e o máximo de 52,88% do Nordeste. Nas Unidades da Federação, entre o mínimo de 46,70% do Maranhão e o máximo de 57,75% do Espírito Santo. As conhecidas deficiências das estatísticas dos nascimentos, dos óbitos e das migrações internas, referentes à quase totalidade dos Estados, tornam impossível as investigações sôbre os fatôres das diferenças que se verificam entre êstes. No caso do Distrito Federal, por exemplo, a proporção relativamente baixa, 33,47 por cento, há de ser explicada em função do nível baixo da natalidade e da intensa imigração de adultos.

Essa elevada representação das idades da infância e da adolescência na população do Brasil força uma larga participação do segundo dêsses grupos na atividade econômica que se desenvolve no país. Em verdade, as pessoas de 20 anos e mais constituem apenas 48% da população total. Entre estas, as mulheres, em grande maioria, exercem a sua atividade no âmbito doméstico e familiar, conforme as exigências da própria constituição por idade da população. Logo, os homens válidos de 20 anos e mais, habilitados para exercer atividades produtivas fora do âmbito doméstico ou familiar, reduzem-se a pouco mais de um quinto (22 a 23%) da população total.

A significação econômica dessa proporção poderá ser melhor apreciada em comparação com as calculadas para outros grandes países, em épocas próximas de 1930. Na Itália era de 28%; nos Estados Unidos, de 29%; na Inglaterra e Gales, de 30%; na Alemanha, de 32%; e na França, de 34%. Essa comparação permite indicar uma das causas por que, no Brasil, é bastante elevada a quota de pessoas de 10 a 19 anos que exercem atividades econômicas fora do âmbito doméstico e familiar.

Em cifra absoluta, êsses jovens economicamente ativos ascendem a 3.733.036, sôbre 9.772.003 pessoas de 10 a 19 anos. Compreendem, por

conseguinte, 38,20% do total dêsse grupo de idade. Embora elevada, essa quota não é excepcional, se levarmos em conta a situação de alguns países europeus, em períodos anteriores à segunda grande guerra. Na França, por exemplo, a quota correspondente, em 1931, ascendia a 43,73%, na Itália, em 1936, a 40,96%; na Alemanha, em 1933, a 37,06%. Nos Estados Unidos, contudo, a quota é muito menor, 17,89%, abrangendo porém apenas os jovens ocupados que percebem remuneração ("gainfully occupied".

A quota das pessoas de 10 a 19 anos que exercem atividades econômicas fora do âmbito doméstico e familiar apresenta notáveis variações nas diversas partes do país, conforme se pode verificar na segunda coluna numérica da Tabela II. Já as regiões fisiográficas mostram sensíveis diferenças, variando as respectivas quotas entre o mínimo de 3,25 por cento, no Norte, e o máximo de 41,31 por cento, no Sul. Muito acentuadas são as diferenças entre as Unidades da Federação, com um mínimo de 26,94 por cento em Mato Grosso e um máximo de 43,04 por cento em São Paulo. Cumpre advertir que a quota observada em Mato Grosso é excepcionalmente baixa, no quadro nacional, pois que o Estado que vem em segundo lugar, o do Rio de Janeiro, já tem uma quota de 32,03%, e em 17 dos 20 Estados a quota das pessoas de 10 a 19 anos ocupadas nas atividades econômicas fora do âmbito doméstico e familiar é superior a 33 por cento mas não superior a 43 por cento. No Distrito Federal, em virtude da elevada proporção dos estudantes e dos ocupados em serviços domésticos remunerados, essa quota é muito baixa, excedendo apenas 19%.

Calcularam-se, na quarta coluna numérica da Tabela II, as quotas referentes ao conjunto da população de 20 anos e mais. Êsse cálculo permite comparações entre as quotas dos adolescentes ocupados em atividades econômicas e as dos adultos para o Brasil, como se pode ver, a quota das pessoas de 20 anos e mais ocupadas nas referidas atividades é de 53,40 por cento do total, enquanto nas idades de 10 a 19 anos é de 38,20%. Nas regiões fisiográficas essa quota varia entre o mínimo de 52,92 por cento, no Leste, e o máximo de 57,80%, no Norte. Nos Estados, entre o mínimo de 51,79 por cento, no Ceará, e o má-

ABANDONADO

O SAM em 1947 um motivo de triste recordação. Infelizmente a assistência ao menor, no Brasil, continua sendo um motivo muito antes de ser um fato.

TRABALHANDO

Para uma grande maioria a vida começa cedo. E para êste começo há varias possibilidades. Conseguir um lugar de garôto de recados, num grande hotel, é uma sorte grande.

to na França, em 1931; de 10,62 por cento nos Estados Unidos, em 1930.

Essa elevada proporção entre os ocupados de 10 a 19 anos e os de 20 anos e mais, nas atividades econômicas exercidas fora do âmbito doméstico e familiar, é uma característica comum, embora em diferente grau, de quase tôdas as partes do Brasil. Nas regiões fisiográficas, essa por proporção varia entre o mínimo de 28,07% no Norte, e o máximo pe 39,83% no Nordeste. Nos Estados Unidos, entre os mínimos de 22,27 por cento em Mato Grosso e 27,88 por cento no Pará, e os máximos de 42,53 por cento no Espírito Santo e 43,43 por cento no Piauí.

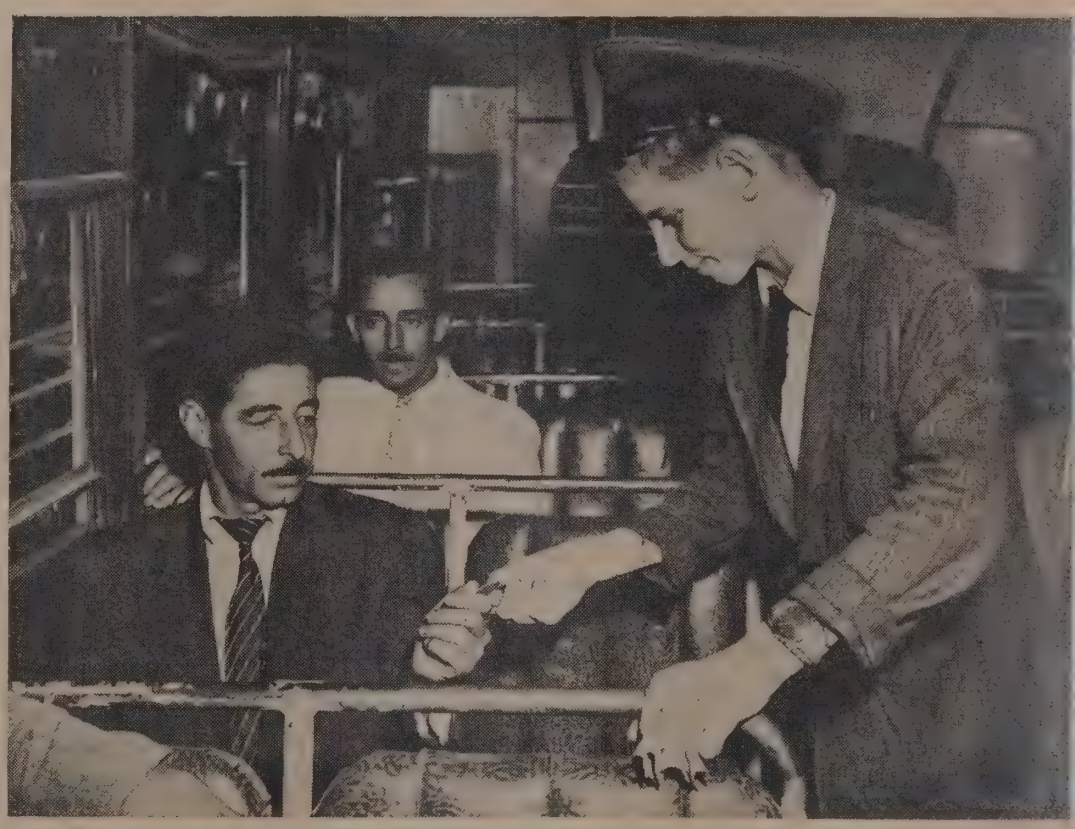
A proporção entre o número das pessoas ocupadas em idade de 10 a 19 anos e o das de 20 anos e mais é muito diferente, contudo, nos diversos ramos de atividade. Os dados constantes da Tabela III esclarecem suficientemente o assunto. A proporção mais elevada de adolescentes, como é óbvio, encontra-se na agricultura e na

ximo de 58,05%, no Amazonas. Como se observa, o campo de variação lesta quota é limitado, pois no próprio Distrito Federal ela atinge 50,84 or cento.

OS JOVENS NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

A característica demográfica, peculiar ao Brasil, de uma elevada representação do grupo adolescente na população, e a característica econômica le uma larga participação dêsse grupo nas atividades econômicas exercidas ora do âmbito doméstico e familiar, combinam-se para determinar uma terceira característica, demográfico-econômica: a da alta proporção dos adolescentes entre os ocupados nas referidas atividades. Comparando-se as cifras da primeira com as da terceira coluna numérica da Tabela II, obtêm as proporções constantes da coluna quinta, as quais representam os ocupados de 10 a 19 anos em percentagem dos de 20 e mais.

Observa-se assim que, no Brasil, em conjunto, os ocupados em atividades econômicas fora do âmbito doméstico familiar, de 10 a 19 anos, correspondem a 36,29 por cento dos de 20 anos mais. Isto quer dizer que, para cada 100 adultos que trabalham, há 36 jovens que também trabalham. Essa proporção é extraordinariamente elevada, no quadro internacional. Na Itália, por exemplo, a proporção é de 23,56%, de acôrdo com a situação de 1936. Na Alemanha de apenas 13,26 por cento, em 1933; de 12,74 por cento, em 1925.



CONTRASTE -

Não há necessidade de qualquer espécie de artifice a fim de que um fotógrafo consiga repetir o conjunto da primeira fotografia. A qualquer hora do dia, numa favela qualquer os garotos aparecem aos bandos. Não freqüenta escola, quase sempre e, como é natural, não há grande distância entre a vadiagem e a criminalidade precoce. No flagrante de baixo, um trocador de ônibus em ação; é um trabalho árduo e a êle se dedicam adolescentes.

pecuária, com 44,74 por cento ocupados de 10 a 19 anos para 100 de 20 anos e mais; seguem-se as indústrias

POPULAÇÃO DE 10 A 19 ANOS E DE 20 ANOS E MAIS, SEGUNDO AS REGIÕES FISIOGRÁFICAS E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, EM 1º DE SETEMBRO DE 1940

TABELA I

UNIDADES POLÍTICAS E GEOGRÁFICAS	PESSOAS DE IDADE		Pessoas de 10 a 19 anos por 100 de 20 anos e mais
	De 10 a 19 anos	De 20 anos e mais	
NORTE	337 646	691 960	48,80
Acre	17 591	37 167	47,33
Amazonas	104 142	198 995	52,33
Pará	215 913	455 798	47,37
NORDESTE	2 398 447	4 535 993	52,88
Maranhão	272 297	583 047	46,70
Piauí	198 619	356 624	55,69
Ceará	515 800	906 955	56,87
Rio Grande do Norte	187 315	355 784	52,65
Paraíba	347 209	641 085	54,16
Pernambuco	649 298	1 257 220	51,65
Alagoas	227 909	435 278	52,36
ESTE	3 692 349	7 357 025	50,19
Sergipe	126 209	255 910	49,32
Bahia	931 614	1 827 887	50,97
Minas Gerais	1 649 871	3 032 836	54,40
Espírito Santo	190 535	329 914	57,75
Rio de Janeiro	441 388	856 734	51,52
Distrito Federal	352 732	1 053 744	33,47
SUL	3 050 628	6 109 951	49,93
São Paulo	1 684 937	3 502 239	48,11
Paraná	292 210	562 135	51,98
Santa Catarina	282 875	508 176	55,66
Rio Grande do Sul	790 615	1 537 401	51,43
CENTRO-OESTE	292 933	570 917	51,31
Mato Grosso	97 064	203 524	47,69
Goiás	195 869	367 393	53,31
BRASIL	9 772 003	19 265 846	50,72

FONTE — Gabinete Técnico do S. N. R.

extrativas, com 30,16 por cento, as indústrias de transformação, com 29,43 por cento, e os serviços e atividades sociais, com 25,91 por cento. Em nenhum outro ramo essa proporção atinge 20 por cento, embora se aproxime dêste limite no comércio de mercadorias, com 19,42 por cento.

Na defesa nacional e segurança pública a proporção dos ocupados de 10 a 19 anos para 100 de 20 anos e mais desce para 13,64 por cento; no comércio de valores, etc., para 10,83 por cento. Em todos os demais ramos fica inferior a 10 por cento, sendo de 9,56 por cento nos transportes e comunicações, de 8,90 por cento nas profissões liberais, etc., de 6,27 por cento na administração pública, etc. Um esclarecimento indispensável à compreensão do problema seria o de que a classificação censitária foi realizada segundo os ramos de atividade em que os recenseados estão ocupados, e não segundo as profissões individuais. Logo, um rapaz de 18 anos empregado como servente num escritório de advogado, ou como ajudante de cozinha num quartel de bombeiros, ou como contínuo numa repartição, figura ocupado, respectivamente, no ramo de atividade das profissões liberais ou da defesa e segurança, ou da administração pública. Pela aplicação dêsse critério, a proporção dos adolescentes nos referidos ramos de atividade fica mais elevada do que ficaria numa classificação segundo as profissões individuais.

Em consequência da importância preponderante das atividades agro-pecuárias na economia nacional, e da proporção especialmente elevada dos adolescentes ocupados nessas atividades, a grande maioria dos adolescentes economicamente ativos fora do âmbito doméstico e familiar encontra-se ocupada na agricultura e na pecuária. Em verdade, 78,28 por cento do total dos jovens que trabalham o fazem na agricultura e na pecuária. E' ainda notável a quota dos ocupados nas indústrias, de vez que monta a 10,95 por cento, dos quais 2,42 por cento nas indústrias extrativas e 8,53 por cento nas de transformação. Não desprezível se apresenta a quota dos ocupados em serviços e atividades sociais, pois alcança 4,96 por cento. Êsses serviços e atividades sociais em muitos casos também representam atividades industriais, ou em parte industriais e em parte comerciais. Não desprezível, do mesmo modo, se apresenta a dos ocupados no comércio de mercadorias (3,26%).

Em tôdas as demais atividades estão ocupados apenas 2,55 por cento dos adolescentes ativos fora do âmbito doméstico e familiar. As quotas dos adolescentes ocupados nos diversos ramos de atividades econômicas são comparadas, na Tabela IV, às do grupo de idade de 20 anos e mais, e às do conjunto das idades de 10 anos e mais. Essa comparação serve para configurar a significativa participação dos adolescentes na vida econômica brasileira.

OS JOVENS NOS DIVERSOS RAMOS DE ATIVIDADE

Torna-se interessante examinar, agora, a distribuição dos adolescentes ocupados em cada ramo de atividade, segundo as regiões fisiográficas e as Unidades da Federação. A Tabela V apresenta dados sôbre êsse assunto, limitados contudo aos cinco principais ramos de atividade, que abrangem, em conjunto, 97,45 por cento das pessoas de 10 a 19 anos ativas fora do âmbito doméstico e familiar. As cifras absolutas da Tabela V foram traduzidas em cifras relativas nas Tabelas VII, VIII e IX. A Tabela VII dá, para cada ramo de atividade considerado, e para cada região e Unidade da Federação, a proporção entre os ocupados de 10 a 19 anos e os de 20 e mais, obtida mediante comparação do dado da Tabela V com o dado correspondente da Tabela VI, paralela à primeira e referente à população de 20 anos e mais.

Alguns aspectos destas tabelas devem ser postos em relêvo. Nas atividades agro-pecuárias, por exemplo, a proporção entre os ocupados de 10 a 19 anos e os de 20 e mais já apresenta diferenças consideráveis nas diversas regiões, variando entre o mí-

nimo de 34,36 por cento no Norte e o máximo de 50,62 por cento no Sul. Acentuam-se as diferenças na comparação entre os Estados, variando as respectivas proporções entre o mínimo de 27,39 por cento de Mato Grosso e o máximo de 51,81 por cento de São Paulo. Além de São Paulo, o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo apresentam proporções superiores a 50 por cento; nestes Estados, os adolescentes constituem um pouco mais de um têrço do total das pessoas ocupadas em atividades agro-pecuárias. Seguem-se, com proporções superiores a 45 por cento, Santa Catarina, Pernambuco, o Rio Grande do Norte e a Paraíba; com proporções superiores a 45 por cento, o Ceará, o Piauí, o Paraná, a Bahia, Alagoas, Sergipe, o Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. E' de notar que entre os Estados com elevada proporção de adolescentes nas atividades agro-pecuárias se encontram os mais adiantados, tecnicamente, nesse ramo da produção.

Nas indústrias extrativas, as divergências entre as proporções regionais e estaduais são muito maiores do que na agricultura. Com efeito, a proporção entre os ocupados de 10 a 19 anos e os de 20 e mais varia entre o mínimo de 14,86 por cento do Centro-Oeste e o máximo de 53,84 por cento do Nordeste, nas regiões; e entre o mínimo de 11,58 por cento de Mato Grosso e o máximo de 102,24 por cento do Piauí, nos Estados. O Piauí, como se vê, é o único Estado em que o número das pessoas de 10 a 19 anos ocupadas nas indústrias extrativas excede o das de 20 anos e mais; é muito menor, embora ainda elevada, a proporção que se lhe segue, a de 79,43 por cento no Maranhão; mas em 17 dos demais Estados restantes a proporção não atinge 30 por cento.

A variação da proporção entre as pessoas de 10 a 19 anos e as de 20 anos e mais, ocupadas nas indústrias de transformação, é menor, mas ain-

PESSOAS DE 10 A 19 ANOS E DE 20 ANOS E MAIS, OCUPADAS EM ATIVIDADES FORA DO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR, SEGUNDO AS REGIÕES FISIOGRÁFICAS E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Recenseamento de 1940) TABELA II

UNIDADES POLÍTICAS E GEOGRÁFICAS	PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES ECONÔMICAS FORA DO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR				
	De 10 a 19 anos		De 20 anos e mais		De 10 a 19 anos em % das de 20 anos e mais
	Nº absoluto	% do total do grupo	Nº absoluto	% do toal do grupo	
NORTE	112 274	33,25	399 943	57,80	28,07
Acre	5 512	31,33	22 273	59,93	24,75
Amazonas	33 668	32,33	115 512	58,05	29,15
Pará	73 094	33,85	262 158	57,52	27,88
NORDESTE	959 256	39,99	2 408 210	53,09	39,83
Maranhão	110 552	40,60	315 098	54,04	35,08
Piauí	81 129	40,85	186 823	52,39	43,43
Ceará	196 558	38,11	469 676	51,79	49,85
Rio Grande do Norte	78 602	41,96	191 349	53,78	41,08
Paraíba	140 206	40,38	336 956	52,56	41,61
Pernambuco	264 915	40,80	673 586	53,58	39,33
Alagoas	87 294	38,30	234 722	52,92	37,19
LESTE	1 303 134	35,29	3 893 341	52,92	33,47
Sergipe	51 550	40,84	138 384	54,08	37,25
Bahia	380 268	40,82	1 009 298	55,22	37,68
Minas Gerais	585 330	35,48	1 577 331	52,01	37,11
Espírito Santo	77 410	40,63	182 015	55,17	42,53
Rio de Janeiro	141 389	32,03	450 626	52,60	31,38
Distrito Federal	67 187	19,05	535 687	50,84	12,54
SUL	1 260 230	41,31	3 274 738	53,60	38,48
São Paulo	725 137	43,04	1 898 403	54,21	38,20
Paraná	109 917	37,62	302 549	53,82	36,33
Santa Catarina	111 985	39,59	272 988	53,72	41,02
Rio Grande do Sul	313 191	39,61	800 798	52,09	39,11
CENTRO-OESTE	98 142	33,50	310 855	54,45	31,57
Mato Grosso	26 147	26,94	117 422	57,69	22,27
Goiás	71 995	36,76	193 433	52,65	37,22
BRASIL	3 733 036	38,20	10 287 087	53,40	36,29

FONTE — Gabinete Técnico do S. N. R.

PESSOAS OCUPADAS FORA DO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR, DE 10 A 19 ANOS E DE 20 ANOS E MAIS, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE

(Recenseamento de 1940) TABELA III

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS OCUPADAS		
	De 10 a 19 anos	De 20 anos e mais	De 10 a 19 anos em % das de 20 anos e mais
Agricultura, pecuária, etc.	2 922 121	6 531 391	44,74
Indústrias extrativas	90 508	300 052	30,16
Indústrias de transformação	318 367	1 081 689	29,43
Comércio de mercadorias	121 818	627 325	19,42
Comércio de valores, etc.	5 048	46 729	10,83
Transportes e comunicações	41 338	432 338	9,56
Administração pública, justiça, ensino público	18 323	292 403	6,27
Defesa nacional, segurança pública	20 671	151 541	13,64
Profissões liberais, ensino particular, culto, etc.	9 704	108 983	8,90
Serviços e atividades sociais	185 138	714 636	25,91
TOTAL	3 733 036	10 287 087	36,29

FONTE — Gabinete Técnico do S. N. R.

da assim considerável. O mínimo regional, de 22,76 por cento, corresponde ao Norte; o máximo, de 37,01 por cento, ao Centro-Oeste. Entre as proporções estaduais, a mais baixa é a do Espírito Santo, 18,40 por cento; a mais alta, a do Ceará, 58,86%. Além do Ceará, somente o Piauí apresenta uma proporção superior a 50 por cento, e apenas um dos demais Estados, Goiás, excede 40 por cento; outro, Sergipe, excede 35%. Em mais quatro Estados encontram-se proporções superiores a 30 por cento; em mais 6, superiores a 25 por cento; em mais 5, superiores a 20 por cento. Os Estados com maior desenvolvimento industrial não apresentam proporções muito elevadas; a de São Paulo é de 33,51 por cento, ou seja, superior à média nacional, mas a do Rio Grande do Sul é apenas de 22,72 por cento.

No comércio de mercadorias a proporção entre os ocupados de 10 a 19 anos e os de 20 anos e mais apresenta variações moderadas. Nas regiões, entre o mínimo de 16,03%, do Nordeste, e o máximo de 21,34%, do Sul. Nos Estados, entre o mínimo de 15,08 por cento do Rio Grande do Norte e o máximo de 22,78 por cento de Minas Gerais. No que se refere aos serviços e atividades sociais, encontram-se de novo variações mais acentuadas; não tanto nas comparações regionais, que mostram uma proporção mínima de 21,81 por cento entre os ocupados de 10 a 19 anos e os de 20 anos e mais, no Norte, e uma máxima de 28,86 por cento, no Nordeste, como nas comparações estaduais. Com efeito, as proporções verificadas nos Estados variam entre o mínimo de 19,34 por cento do Rio Grande do Sul e o máximo de 41,57 por cento do Piauí. Além dêste Estado, o Ceará e Sergipe apresentam proporções relativamente elevadas.

Não foram salientadas, nos comentários acima, as proporções referentes ao Distrito Federal, cuja população, pela maior parte urbana, tem características relacionadas com esta sua qualidade e, por conseguinte em diversas das que se verificam nos Estados. A proporção entre os ocupados de 10 a 19 anos e os de 20 anos e mais, no Distrito Federal, é inferior à mínima verificada nos Estados, tanto na agricultura e pecuária como nas indústrias extrativas e de transformação e nos serviços e atividades sociais. Somente no comércio de mercadorias essa proporção é superior à mínima dos Estados, embora inferior à média nacional.

EM QUE TRABALHAM OS JOVENS

Na primeira coluna numérica da Tabela IV foram expostas as quotas dos adolescentes ocupados nos diversos ramos, sôbre o total dos ocupados fora do âmbito doméstico e familiar, para o conjunto do Brasil. As quotas correspondentes para as diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação constam da Tabela VIII, sendo entretanto limitada a discriminação aos cinco principais ramos e apare cendo os demais reunidos num únic grupo. Embora em quase tôdas a partes do Brasil as ocupações predo minantes dos adolescentes sejam a agro-pecuárias, a respectiva quota va ria fortemente, conforme os caractere econômicos das diversas regiões Unidades.

Sôbre 100 pessoas de 10 a 19 anos economicamente ativas fora do âmbit doméstico e familiar, dedicam-se a ati vidades agro-pecuárias 60,17% n Norte e 83,01% no Nordeste; 53,9 por cento no Estado do Amazonas 91,13% no do Espírito Santo. Êsse são os dados extremos. Outros Esta dos com quotas relativamente baixa de ocupados na agricultura são os d Pará e de Mato Grosso; em todos o demais, as quotas excedem 70 po cento; em 12 dêsses Estados excedem 80 por cento, e em 2 dêstes — Paraí ba e Espírito Santo — excedem 9 por cento.

A quota dos ocupados nas indústria extrativas é elevada no Norte (23,6 por cento) e baixa em tôdas as demai regiões. Entre os Estados, salientam se o Amazonas, o Pará, o Maranhã e Mato Grosso, para não falar no Ter ritório do Acre, onde atinge 54,14%

Em nenhum outro Estado, exceçã dêstes, a quota alcança 5 por cento Uma fração relativamente elevada do adolescentes que trabalham fora d âmbito doméstico e familiar est ocupada nas indústrias de transforma ção na região do Sul, 11,32 por cento as demais regiões apresentam propor ções menores, com um mínimo de 4,4 por cento no Norte. Entre os Estados as quotas mais elevadas são as de São Paulo 14,83%, do Rio de Janeiro 12,97 por cento, e de Sergipe, 11,2 por cento; as mais baixas são a d Amazonas, 3,07%, e a do Espírito Santo, 2,03%.

A quota dos ocupados no comérci de mercadorias é pequena, em geral atingindo um máximo regional de ape nas 4,00% no Sul e um máximo es tadual de 4,67% em São Paulo. N dos ocupados em serviços e atividades sociais mantém-se em níveis modestos em tôdas as regiões, com um máximo de 5,80 por cento no Leste e um mí nimo de 4,23 por cento no Centro-Oes te. Nos Estados a proporção mais ele vada é a de 6,91%, de Mato Grosso A quota dos ocupados em ramos d atividades extra-domésticas diversos dos cinco até agora examinados varia entre 1,25% no Nordeste e 3,10% no Sul, e entre 0,83% no Piauí e 5,77%

em Mato Grosso. No Distrito Federal, as quotas referentes aos diversos ramos afastam-se muito das dos Estados, sendo exíguas as dos ocupados na agricultura e pecuária e nas indústrias extrativas, e muito superiores aos máximos estaduais as demais.

Os dados referentes à ocupação das pessoas de 10 a 19 anos, nos principais ramos de atividade, aparecem mais uma vez, em outra elaboração, na Tabela IX. Esta Tabela mostra a distribuição proporcional dos ocupados em cada ramo, segundo as regiões e as Unidades da Federação. Verifica-se, por exemplo, que pertencem ao Estado do Pará apenas 1,62% dos adolescentes ocupados na agricultura e pecuária, e 1,22% dos ocupados nas indústrias de transformação, enquanto o Estado de São Paulo conta com 17,86% de uns e 33,78% dos outros. Mas o Pará abrange 14,46 por cento dos adolescentes ocupados nas indústrias extrativas, e São Paulo apenas 3,89%.

QUOTAS DOS OCUPADOS NOS DIVERSOS RAMOS DE ATIVIDADES EXERCÍDAS FORA DO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR, SEGUNDO VÁRIOS AGRUPAMENTOS DE IDADE

(Recenseamento de 1940) TABELA IV

RAMOS DE ATIVIDADE	PERCENTAGENS DOS OCUPADOS NOS DIVERSOS RAMOS, SÔBRE O TOTAL DOS ATIVOS FORA DO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR, EM IDADE		
	De 10 a 19 anos	De 20 anos e mais	De 10 anos e mais
Agricultura, pecuária, etc.	78,28	63,49	67,43
Indústrias extrativas	2,42	2,92	2,78
Indústrias de transformação	8,53	10,52	9,98
Comércio de mercadorias	3,26	6,10	5,34
Comércio de valores, etc.	0,14	0,45	0,37
Transportes e comunicações	1,11	4,20	3,38
Administração pública, justiça, ensino público	0,49	2,84	2,22
Defesa nacional, segurança pública	0,55	1,47	1,23
Profissões liberias, ensino particular, culto, etc.	0,26	1,06	0,85
Serviço e atividades sociais	4,96	6,95	6,42
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE — Gabinete Técnico do S. N. R.

BALANÇO DOS RESULTADOS DO CENSO

Um ligeiro balanço se impõe, das observações até aqui assinaladas. Preliminarmente, fôrça é reconhecer que a proporção do grupo de idade de 10 a 19 anos é excepcionalmente elevada na população do Brasil. Na data do último censo, êsse grupo contava com quase 9 milhões e 800 mil componentes, que representavam pouco menos de um quarto da população total e correspondiam à metade da população de 20 anos e mais.

Entre as pessoas de 10 a 19 anos, mais de 3 milhões e 700 mil, ou quase dois quintos do total, estavam ocupadas em atividades econômicas fora do âmbito doméstico e familiar. Êsse número corresponde a mais de um têrço do dos ocupados nas mesmas atividades, em idade de 20 anos e mais: proporção excepcionalmente elevada, no quadro internacional. As características acima referidas são comuns, embora apresentando-se em diferentes graus, a tôdas as partes do Brasil.

Uma fração preponderante das pessoas de 10 a 19 anos ocupadas, nas atividades acima discriminadas, é ativa no domínio agro-pecuário. Frações menores encontram-se nas indústrias, nos serviços e atividades sociais e no comércio; frações exíguas nos outros ramos de atividade. E' maior na agro-pecuária do que nos demais ramos de atividade a proporção entre os ocupados em idade de 10 a 19 anos e os de 20 anos e mais; encontram-se, todavia, proporções relativamente elevadas também nas indústrias, nos serviços e atividades sociais e no comércio de mercadorias.

A distribuição das pessoas de 10 a 19 anos segundo os ramos de atividade, e a sua proporção em relação às pessoas de 20 anos e mais nos diferentes ramos, apresentam notáveis diferenças nas diversas partes do país, sendo entretanto características quase gerais a predominância das atividades agro-pecuárias e a elevada proporção dos adolescentes, em relação aos adultos, entre os ocupados nesse ramo.

O CONTRÔLE DO TRABALHO DOS JOVENS

Segundo ficou demonstrado com os resultados do censo geral de 1940, a atividade dos adolescentes, dadas as condições peculiares da população do Brasil, se exerce, de maneira ponderável, nos domínios da economia, especialmente nos domínios da economia agro-pecuária e industrial. O desenvolvimento auferido pelas indústrias, a partir daquela época, há de necessariamente ter aumentado o contingente da mão de obra juvenil ocupada nas fábricas e nas oficinas, e como essas fábricas e oficinas se localizam, na maior parte, nas cidades brasileiras e em outros ponderáveis centros demográficos, os problemas ligados ao trabalho do menor mais rapidamente despertaram a atenção das autoridades públicas, delas exigindo providências semelhantes às adotadas em outros países do mundo no tocante à proteção a êsse trabalho.

Pode-se mesmo afirmar que, exceção feita de iniciativas isoladas neste ou naquele setor da administração pública ou particular, o primeiro corpo de normas de proteção ao trabalho juvenil começou a ser executado em fim de 1942, com a criação da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho. Por fôrça de lei foi impedido o trabalho assalariado de qualquer menor antes de 14 anos de idade, e afastados os menores de 19 anos dos trabalhos em que haja a manipulação de chumbo, do arsênico, benzol, do mercúrio, das anilinas, das poeiras, dos explosivos, dos vernizes, das lacas, das tintas e dos ambientes de grande calor ou excessiva humidade.

A admissão de jovens em serviços compatíveis com a sua idade só poderia ser realizada, a partir de então, mediante a apresentação de uma carteira de trabalho. Para a concessão dessa carteira indispensável seria a apresentação de atestado médico de capacidade física e mental, nesta última incluída prova de alfabetização. As carteiras em foco seriam periodicamente revalidadas, cumprindo ao govêrno acompanhar as atividades dos

jovens, em todos os setores, a fim de assisti-los em suas necessidades.

Se estas eram as disposições da lei, para o conjunto do país, nenhum elemento nos permite afirmar que essas disposições venham sendo cumpridas a não ser, parcialmente, em poucas cidades brasileiras. No Distrito Federal, contudo, é de ver que se observa o melhor índice de aproveitamento do serviço em foco. Na sede do Ministério do Trabalho, o movimento de emissão de carteira de trabalho do menor obteve os seguintes resultados, no período 1942-47:

1942	14 832
1943	30 911
1944	27 753
1945	31 341
1946	30 468
1947	26 900

A obrigatoriedade do exame do grau de alfabetização dos menores que se habilitam para o exercício de funções fora do âmbito doméstico e familiar tem revelado, mesmo para o Distrito Federal, as debilidades do nosso aparelho de instrução pública. Alinhamos, a seguir, os resultados conseguidos no serviço de verificação do grau de alfabetização de menores, para a Capital Federal, no período 1942-47:

ANOS	Examindaos	Aprovados	%
1942	26 551	15 699	59,1
1943	26 913	14 231	52,9
1944	19 364	10 138	52,4
1945	20 921	11 305	54,0
1946	23 229	12 927	55,7
1947	20 272	12 286	60,6

Em 1944, à base de 6.051 relações de empregados menores, a Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho pôde calcular a massa de adolescentes, de 14 a 18 anos de idade, que vive de trabalho assalariado, no Distrito Federal. Os resultados dêsse censo de menores são encontrados na Tabela X. Nessa população trabalhadora de 36.926 menores, 25,344 eram do sexo masculino (68,7%) e 11.582 do sexo feminino (31,3%).

À medida em que os dias passam, novas preocupações se recomendam no tratamento do problema do trabalho juvenil fora do âmbito doméstico e familiar. A um país que se quer projetar no futuro, essas preocupações devem constituir-se em imperativo presente. A saúde e a alfabetização da mocidade não bastam na estruturação de uma política que visa indicar a essa mocidade o caminho do trabalho compatível com a sua idade e sua vocação. Urge habilitá-la ao exercício das atividades econômicas, e a função do SENAI e SENAC deve ser compreendida como o primeiro passo neste sentido.

As contingências de ordem demográfica fazem do Brasil um país de jovens, e as contingências de ordem econômica fazem do Brasil um país de jovens que trabalham. Não pode o país fugir a essas contingências, dentro de curto prazo. Cumpre-lhe, pois, atenuar os efeitos dessa situação sôbre a capacidade física e intelectual de sua gente moça.

Swift do Brasil

Frigoríficos em

RIO GRANDE -- ROSARIO -- UTINGA

Fábricas de Óleos Vegetais em

CAMPINAS - RIO PRETO

Agências e Filiais em todo território nacional

MATRIZ - Rua Dr. Falcão Filho, 56 - 10.º Andar - São Paulo

HÁ MAIS DE UM QUARTO DE SÉCULO
DISTRIBUIDORES MUNDIAIS DE PRODUTOS BRASILEIROS

ESSOAS DE 10 A 19 ANOS OCUPADAS EM ALGUNS PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE, SEGUNDO AS REGIÕES FISIOGRÁFICAS E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Recenseamento de 1940)

TABELA V

UNIDADES POLÍTICAS E GEOGRÁFICAS	Agricultura, pecuária, etc.	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Comércio de mercadorias	Serviços e atividades sociais
ORTE	67 558	26 498	5 025	3 895	5 879
Acre	1 942	2 984	91	103	202
Amazonas	18 172	10 430	1 035	1 042	1 953
Pará	47 444	13 084	3 899	2 750	3 724
ORDESTE	796 289	29 196	60 783	17 643	43 384
Maranhão	78 267	19 564	5 081	1 615	4 822
Piauí	63 655	3 923	6 749	1 076	5 051
Ceará	158 781	1 650	17 807	4 041	11 919
Rio Grande do Norte	67 967	1 459	2 709	1 142	4 231
Paraíba	127 744	374	5 049	1 912	3 895
Pernambuco	225 635	1 335	18 180	6 453	9 483
Alagôas	74 210	891	5 208	1 404	3 983
TE	1 015 921	23 199	102 356	48 065	75 531
Sergipe	39 839	546	5 797	1 009	3 338
Bahia	313 059	9 873	21 535	8 949	22 376
Minas Gerais	489 372	10 068	31 309	14 638	25 080
Espírito Santo	70 546	497	1 567	1 399	2 332
Rio de Janeiro	100 740	1 844	18 334	6 462	8 301
Distrito Federal	2 365	371	23 814	15 608	14 104
L	963 436	8 405	142 648	50 434	56 197
São Paulo	521 852	3 524	107 537	33 876	38 922
Paraná	91 751	920	7 049	2 841	3 700
Santa Catarina	92 528	2 067	8 929	2 273	3 047
Rio Grande so Sul	257 305	1 894	19 133	11 444	10 528
NTRO-OESTE	78 947	3 210	7 555	1 781	4 147
Mato Grsoso	18 170	1 991	1 755	917	1 806
Goiás	60 777	1 219	5 800	864	2 341
BRASIL	2 922 121	90 508	318 367	121 818	185 138

FONTE — Gabinete Técnico do S. N. R.

ESSOAS DE 20 ANOS E MAIS OCUPADAS EM ALGUNS PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE, SEGUNDO AS REGIÕES FISIOGRÁFICAS E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Recenseamento de 1940)

TABELA VI

UNIDADES POLÍTICAS E GEOGRÁFICAS	Agricultura, pecuária, etc.	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Comércio de mercadorias	Serviços e atividades sociais
ORTE	196 609	95 702	22 082	23 864	26 961
Acre	5 345	12 724	538	1 157	859
Amazonas	50 760	35 697	4 828	6 592	7 407
Pará	140 504	47 281	16 716	16 115	18 695
ORDESTE	1 801 958	54 226	170 466	110 082	150 301
Maranhão	234 708	24 629	16 599	10 671	15 687
Piauì	145 799	3 837	12 036	6 256	12 151
Ceará	256 397	5 643	30 252	24 269	31 418
Rio Grande do Norte	144 117	6 544	8 891	7 575	14 048
Paraìba	275 338	2 046	17 048	12 597	16 659
Pernambuco	469 671	6 729	66 147	39 697	47 154
Alagoas	176 028	4 798	19 493	9 017	13 184
TE	2 408 577	87 286	404 566	245 998	306 907
Sergipe	94 798	2 927	16 048	5 920	9 648
Bahia	740 325	29 132	71 335	44 176	72 831
Minas Gerais	1 175 033	37 374	106 700	64 253	78 926
Espìrito Santo	140 250	2 690	8 514	7 566	8 961
Rio de Janeiro	241 658	10 952	69 286	30 221	34 588
Distrito Federal	16 513	4 211	132 683	83 862	101 953
	1 903 322	41 237	464 161	236 326	215 633
São Paulo	1 007 203	19 234	230 941	156 079	138 877
Paraná	209 680	4 646	28 443	14 188	11 536
Santa Catarina	187 352	8 472	30 560	11 761	10 794
Rio Grande do Sul	499 087	8 885	84 217	54 298	54 426
NTRO-OESTE	220 925	21 601	20 414	11 055	14 834
Mato Grosso	66 330	17 194	7 574	5 384	6 885
Goiás	154 595	4 407	12 840	5 671	7 949
BRASIL	6 531 391	300 052	1 081 689	627 325	714 636

FONTE — Gabinete Técnico do S.N.R.

PROPORÇÕES ENTRE O NÚMERO DAS PESSOAS DE 10 A 19 ANOS E O DAS DE 20 ANOS E MAIS, OCUPADAS EM A
GUNS PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE, NAS DIVERSAS REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇ
(Recenseamento de 1940)

TABELA V

UNIDADES POLÍTICAS E GEOGRÁFICAS	Agricultura, pecuátia, etc.	Indústrias extrativas	Indústrias de transforma-ção	Comércio de mercadorias	Serviços e vidades s ciais
NORTE	34,36	27,69	22,76	16,32	21
Acre	(36,33)	23,45	(16,91)	(8,90)	(23,
Amazonas	35,80	29,22	(21,44)	(15,81)	(26,
Pará	33,77	27,67	23,32	17,06	19
NORDESTE	44,19	53,84	35,66	16,03	28
Maranhão	33,35	79,43	30,61	15,13	30
Piauí	43,66	(102,24)	56,07	(17,20)	41
Ceará	44,56	(29,24)	58,86	16,65	37
Rio Grande do Norte	47,16	(22,30)	30,47	(15,08)	30
Paraìba	46,40	(18,28)	29,62	15,18	23
Pernambuco	48,04	(19,84)	27,48	16,26	20
Alagôas	42,16	(18,57)	26,72	15,57	30
ESTE	42,18	26,58	25,30	19,54	24
Sergipe	42,03	(18,65)	36,12	(17,04)	34
Bahia	42,29	33,89	30,19	20,26	30
Minas Gerais	41,65	26,94	29,34	22,78	31
Espírito Santo	50,30	(18,48)	18,40	(18,49)	26
Rio de Janeiro	41,69	16,84	26,46	21,38	24
Distrito Federal	14,32	(8,81)	17,95	16,63	13
SUL	50,62	20,38	30,73	21,34	26
São Paulo	51,81	18,32	33,51	21,70	28
Paraná	43,76	(19,80)	24,78	20,02	32
Santa Catarina	49,39	24,40	29,22	19,33	28
Rio Gtande do Sul	51,56	21,32	22,72	21,08	19
CENTRO-OESTE	35,73	14,86	37,01	16,11	27
Mato Grosso	27,39	11,58	(23,17)	(17,03)	(26,
Goiás	39,31	(27,66)	45,17	(15,24)	29
BRASIL	44,74	30,16	29,43	19,42	25

FONTE — Gabinete Técnico do S. N. R.

QUOTAS DOS OCUPADOS EM ALGUNS PRINCIPAIS RAMOS, SÔBRE O TOTAL DAS PESSOAS DE 10 A 19 ANOS ATIVAS F
RA DO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR, NAS DIVERSAS REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇ
(Recenseamento de 1940

TABELA VII

UNIDADES POLÍTICAS E GEOGRÁFICAS	Agricultura, pecuária, etc.	Indústrias extrativas	Indústrias de transforma-ção	Comércio de mercadorias	Serviços e atividades sociais	Outras ati dades extr doméstica
NORTE	60,17	23,60	4,48	3,47	5,24	3,
Acre	35,23	54,14	1,65	1,87	3,66	3,
Amazonas	53,97	30,98	3,07	3,10	5,80	3,
Pará	64,91	17,90	5,33	3,76	5,10	3,
NORDESTE	83,01	3,04	6,34	1,84	4,52	1,
Maranhão	70,80	17,70	4,59	1,46	4,36	1,
Piauí	78,46	4,83	8,32	1,33	6,23	0,
Ceará	80,78	0,84	9,06	2,06	6,06	1,
Rio Grande do Norte	86,47	1,86	3,45	1,45	5,38	1,
Paraíba	91,11	0,27	3,60	1,36	2,78	0,
Pernambuco	85,17	0,50	6,86	2,44	3,58	1,
Alagôas	85,01	1,02	5,97	1,61	4,56	1,
ESTE	77,96	1,78	7,85	3,69	5,80	2,
Sergipe	77,28	1,06	11,25	1,96	6,47	1,
Bahia	82,33	2,60	5,66	2,35	5,88	1,
Minas Gerais	83,61	1,72	5,35	2,50	4,28	2,
Espírito Santo	91,13	0,64	2,03	1,81	3,01	1,
Rio de Janeiro	71,25	1,30	12,97	4,57	5,87	4,
Distrito Federal	3,52	0,55	35,45	23,23	20,99	16,
SUL	76,45	0,67	11,32	4,00	4,46	3,
São Paulo	71,97	0,48	14,83	4,67	5,37	2,
Paraná	83,47	0,84	6,41	2,58	3,37	3,
Santa Catarina	82,63	1,85	7,97	2,03	2,72	2,
Rio Grande do Sul	82,16	0,61	6,11	3,65	3,36	4,
CENTRO-OESTE	80,44	3,27	7,70	1,81	4,23	2,
Mato Grosso	69,49	7,61	6,71	3,51	6,91	5,
Goiás	84,42	1,69	8,06	1,20	3,25	1,
BRASIL	78,28	2,42	8,53	3,26	4,96	2,

FONTE — Gabinete Técnico do S. N. R.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 A 19 ANOS OCUPADAS EM CADA UM DOS PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE FORA DO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR, PELAS REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Recenseamento de 1940)

TABELA IX

UNIDADES POLÍTICAS E GEOGRÁFICAS	Agricultura, pecuária, etc.	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Comércio de mercadorias	Serviços e atividades sociais	Outras atividades extra-domésticas
NORTE	2,31	29,28	1,58	3,20	3,18	3,60
Acre	0,07	3,30	0,03	0,08	0,11	0,20
Amazonas	0,62	11,52	0,33	0,86	1,06	1,09
Pará	1,62	14,46	1,22	2,26	2,01	2,31
NORDESTE	27,25	32,26	19,09	14,48	23,43	12,61
Maranhão	2,68	21,62	1,60	1,32	2,60	1,26
Piauí	2,18	4,33	2,12	0,88	2,73	0,71
Ceará	5,43	1,82	5,59	3,32	6,44	2,48
Rio Grande do Norte	2,33	1,61	0,85	0,94	2,29	1,15
Paraíba	4,37	0,41	1,59	1,57	2,10	1,30
Pernambuco	7,72	1,48	5,71	5,30	5,12	4,03
Alagoas	2,54	0,99	1,63	1,15	2,15	1,68
ESTE	34,77	25,63	32,15	39,46	40,80	40,03
Sergipe	1,36	0,60	1,82	0,83	1,80	1,07
Bahia	10,72	10,91	6,76	7,35	12,09	4,71
Minas Gerais	16,75	11,12	9,84	12,02	13,55	15,63
Espírito Santo	2,41	0,55	0,49	1,15	1,26	1,13
Rio de Janeiro	3,45	2,04	5,76	5,30	4,48	6,00
Distrito Federal	0,08	0,41	7,48	12,81	7,62	11,49
SUL	32,97	9,28	44,81	41,40	30,35	41,13
São Paulo	17,86	3,89	33,78	27,81	21,02	20,43
Paraná	3,14	1,02	2,21	2,33	2,00	3,85
Santa Catarina	3,17	2,28	2,81	1,87	1,64	3,30
Rio Grande do Sul	8,80	2,09	6,01	9,39	5,69	13,55
CENTRO-OESTE	2,70	3,55	2,37	1,46	2,24	2,63
Mato Grosso	0,62	2,20	0,55	0,75	0,98	1,59
Goiás	2,08	1,35	1,82	0,71	1,26	1,04
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE — Gabinete Técnico do S. N. R.

DISTRITO FEDERAL

POPULAÇÃO TRABALHADORA DE 14 A 18 ANOS, SEGUNDO AS FUNÇÕES EXERCIDAS — 1944

TABELA X

FUNÇÕES	Nº de menores	FUNÇÕES	Nº de menores
Caráter geral	12 930	Casas de comestíveis	704
Indústria do fumo	72	Fabricação de roupas	977
Fabricação de chapéus	117	Fabricação de bolsas	307
Fabricação de luvas	10	Fabricação de suspensórios	26
Fabricação de gravatas	2	Fabricação de calçados	2 560
Lavanderia e Tinturaria	173	Construções e venda de materiais	153
Marcenaria e casas de móveis	1 312	Indústrias de iluminação	24
Extração e beneficiamento de minerais	71	Fiação e tecelagem	4 430
Fábricação de meias	67	Fabricação de tapetes	38
Fabricação de sacos	92	Fabricação de cordões e barbantes	166
Indústria de couros	530	Indústria da borracha	40
Indústria de papel e papelão	533	Indústria gráfica	1 088
Joalherias e lapidações	3 253	Indústria química	359
Indústria de vidros, louças e cerâmica	660	Indústrias de metais e aparelhos elétricos	4 348
Agricultura e criação	10	Indústria de matérias plásticas	42
Fabricação de botões	29	Fabricação de quadros e molduras	46
Fabricação de instrumentos de música	1	Fabricação de brinquedos e bonecas	49
Fabricação de imagens	6	Fabricação de manequins e estofos	23
Fabricação de carimbos	5		
Fabricação de canetas	4	Fabricação de lixas de unhas	3
Fabricação de capsulas de garrafa	22	Fabricação de vassouras, escovas e pinceis	94
Radiotelegrafia	6	Meteorologia	4
Serviço telefônico	255	Cinematografia	15
Fotografia	24		
Transportes e ônibus	396	Jornais — recortes	53
Restauração de antiguidades	12	TOTAL	**36 926**

FONTE — Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho.

Símbolo de eficiência da técnica

RADIOFÔNICA

A INDÚSTRIA RADIOFÔNICA, desde os rádios de galena, até os nossos dias, evoluiu e continua evoluindo sem cessar. Longas pesquisas deram lugar a novos aperfeiçoamentos e novas descobertas, tudo produto de especialização técnica, árdua e trabalhosa. Assumpção S.A. contribuiu sensivelmente para a melhoria técnica da indústria de rádio. Em seus laboratórios e oficinas, cada pôsto está a cargo de um técnico que responde pela eficiência do seu trabalho. A rigorosa qualidade do material empregado, o profundo conhecimento dos montadores e o cuidadoso escrúpulo dos testes preliminares e finais, são testemunhados pela contra-marca ASA, caracterizando todos os receptores de sua fabricação.

ASSUMPÇÃO S.A. *RESPONDE PELO QUE VENDE*

RUA RODOLFO MIRANDA, 76 • CAIXA POSTAL 2025 • SÃO PAULO

Casa de Amiens

A Maravilhosa História do Cigarro

O Que é a Fábrica de Cigarros Sudan S. A.

Aspecto atual da grande fábrica de cigarros SUDAN

E' SABIDO que São Paulo ocupa lugar preponderante na economia nacional. Êste relêvo é o que lhe dá destaque dentro da Comunidade Brasileira, traçando-lhe o perfil político e cultural, o que vale dizer sua peculiaridade regional. Dentro do setor econômico paulista sobressai de modo singular o seu parque manufatureiro, representando hoje aproximadamente 50% do volume total da produção do país e 65% quanto ao valor. O progresso industrial de S. Paulo se deve, entre outros fatôres, a um pugilo de imigrantes, com especialidade italianos, que, na terra bandeirante, à custa de esforços, tenacidade e inteligência, plantaram as primeiras chaminés, movimentaram as primeiras máquinas, dando assim início a uma atividade que constitui presentemente patrimônio e orgulho nacional, motivo de admiração de quantos o conhecem, fator do constante desenvolvimento do Brasil.

E' a história de uma dessas atividades que enriquecem São Paulo que desejamos narrar aos leitores de O OBSERVADOR, história que resume em si a nossa própria evolução industrial, cheia de lances interessantes, por isso mesmo rica de movimentos, e ininterruptamente marcada por contínua ascensão pelo crescimento constante que é o traço característico da vida paulista. Referimo-nos à origem de expansão da Fábrica de Cigarros Sudan S. A. Constitui ela empreendimento que, embora de menores proporções, pode ser emparelhada aos de outros bastante conhecidos no país, como os dos Mattarazzo, Crespi, Siciliano, etc. Não por acaso as figuras centrais são um casal de imigrantes italianos, como os daqueles, e seus nomes estão ligados à atividade fabril, também apanágio dos nomes anteriormente citados.

Antes, porém, vamos expor brevemente a maravilhosa história do tabaco, êsse produto singular, oriundo da nossa América, estimulante poderoso, consumido por centenas de milhões de habitantes do nosso planeta, julgado inútil por uns e nocivo por outros, mas que inegàvelmente representa importante fator econômico, tanto no que diz respeito à produção e pessoal empregado, quanto em sua contribuição para o Tesouro dos Estados.

Para ter-se uma idéia de sua importância econômica, basta saber que os Estados Unidos venderam 180 bilhões de cigarros em 1940, e na Alemanha, antes da última guerra, trabalhavam na indústria do fumo 170 mil pessoas, entre operários e empregados, sem contar os das indústrias anexas, tais como fabricação de caixas, transportes e comércio por produto. A arrecadação do Tesouro, em impostos e taxas, foi de 960 milhões de marcos, cifra essa superior ao de qualquer outro artigo, pois o açúcar rendeu para o Estado 285 milhões de marcos e a cerveja 261 milhões.

Isto, para não alongar muito as cifras e para citar apenas dois países dos mais adiantados em nossa civilização na hora presente. Sabe-se que o fumo não é usado unicamente como cigarro mas também dêle se fazem charutos, fumo desfiado para cachimbo, para mascar e torrado em pó para cheirar, o rapé.

Descoberta do fumo e primeiros usos

Já dissemos antes que o fumo é originário da América e os indígenas conheciam-no e usavam-no antes da vinda dos europeus.

Os missionários que acompanharam Colombo ao Novo Mundo, em sua se-

gunda viagem, levaram à Europa a notícia dessa planta exótica. Sob o reinado de Felipe II, um tal Boncalor Hernandez, foi enviado à América a-fim-de estudar os meios de melhor aproveitar as riquezas das terras recém-descobertas, levando, ao regressar, as primeiras mudas de tabaco para a Espanha, em 1559. Conta-se igualmente que os primeiros colonos que fundaram Virgínia, nos Estados Unidos, em 1584, não podendo suportar os rigores da vida colonial, ao regressarem a Plymouth, dois anos mais tarde, surpreenderam a multidão apinhada no cais para recebê-los, com estranhos instrumentos que traziam presos entre os dentes e dos quais saía fumaça: eram cachimbos. Um dêstes cachimbos foi dado de presente a Sir Walter Raleigh, o glorioso aventureiro inglês, favorito da Rainha Isabel, que o introduziu na alta sociedade, chegando a ser celebrado em versos por um poeta do tempo, Spencer. Nunca mais Raleigh abandonou o uso do cachimbo, e quando caiu em desgraça sob Jaime I no cárcere, era o seu único amigo e companheiro. Diz-se que foi de cachimbo na mão que subiu ao patíbulo para expiar assim o preço de sua audácia tantas vêzes posta à prova (1). E podemos mesmo hoje imaginar Sir Raleigh, em seus últimos instantes de vida, tirando grossas baforadas de cachimbo, olhando a fumaça azulada a perder-se no espaço, a confundir-se com as nuvens, enquanto os pensamentos turbilhonam-lhe o cérebro prenhe de divagações e fantasias sempre arrojadas...

No Brasil, a "erva santa", como a chamavam os portuguêses, era usada pelos índios, pisada e queimada, para prática de seus ritos religiosos.

Conta-nos Frei André Thevet, um dos mais antigos historiadores da nossa terra: "Outra singularidade americana é uma erva que os índios chamam de *petun*. Trazem-na os selvagens ordinariamente consigo, em virtude do maravilhoso proveito que tiram dela. Parece-se com a nossa buglosa e os indígenas colhem-na cuidadosamente, fazendo-a secar à sombra em suas choupanas. Os selvícolas americanos usam-na do seguinte modo: envolvem certa porção da planta, já sêca, numa grande fôlha de palmeira, formando, assim, um canudo da grossura de um círio; depois disso, põem fogo a uma das pontas do canudo, aspirando-lhe o fumo pelo nariz e pela bôca. O *petun* é muito saudável (dizem), por distilar e consumir os humores superfluxos do cérebro. Além disso, aspirando dessa maneira, mitiga, por algum tempo, a fome e a sêde — motivo pelo qual os índios usam com frequência essa planta, sobretudo quando têm algum assunto a tratar entre si (tiram as fumaradas e, depois, falam). E assim o fazem repetida e sucessivamente, uns após outros, quando estão em guerra, achando que o fumo, nessa ocasião, é muito conveniente. As mulheres é que não usam o *pecun*. Essa erva, empregada excessivamente, na realidade atordoa e embriaga, como faz o espírito de um vinho forte. Os europeus, que entre os índios vivem, sentem-se estranhamente atraídos por tal planta e perfume. Se bem que no comêço seu emprêgo não seja sem perigo. Isso antes de a pessoa acostumar-se a ela. Pois o fumo causa suores e frios, produzindo até síncopes (eu mesmo tive ocasião de experimentá-lo). Circunstância que, como pode parecer, não é estranha, porquanto existem muitos outros frutos que ofendem o cérebro, embora sejam delicados e agradáveis ao paladar." (2)

Por aí se vê que os selvagens sabiam aproveitar as qualidades do fumo utilizando-o devidamente, e as observações de Rrei Thevet são acertadas, pois coincidem com as qualidades que atualmente conhecemos.

Afonso Arinos de Melo Franco escreve o seguinte a respeito do uso do tabaco pelos nossos íncolas: "Para os selvagens o uso do fumo não era propriamente um vício nem um prazer. Era uma espécie de formalidade das suas religiões elementares, destinadas a afastar os maus espíritos. Por isto os jesuitas, no Brasil quinhentista, identificaram o uso do tabaco com a prática de cultos diabólicos e infernais. Os padres perseguiam implacavelmente os brancos que se metiam nessas práticas. Grandes potentados como Vasco Fernandes Coutinho, donatário do Espírito Santo, ou Fernão Cabral de Tayde, abastado senhor de engenho, foram perseguidos pela Inquisição porque tinham parte com o diabo e deitavam fumo pela bôca e pelo nariz. A punição não era, naqueles tempos, absurda como aparece hoje. Fumar podia significar, de fato, participar dos cultos bárbaros. Também as vantagens medicinais do

(1) Júri Senmjonov: "Os tesouros da Terra" — Livraria Globo.

(2) Frei André Thevet: "Singularidades da França Antártica", pág. 195 — Cia. Editôra Nacional.

Aqui começou a escala ascendente do progresso da Sudan

O Natal é um acontecimento de relêvo no agrupamento humano da Sudan. A fotografia fixa um dêstes momentos, notando-se, ao fundo, D. Anita D'Angelo, continuadora da grande obra iniciada pelo seu espôso. A seu lado está o Dr. Janequine, superintendente das indústrias da Fundação.

abaco eram muito pregadas no comba- e às úlceras, fístulas, cancros e outras feridas graves." (3)

Nos países europeus o uso do fumo era punido com castigos físicos, sendo que na Rússia, por exemplo, aquêle que fôsse surpreendido fumando ou cheirasdo rapé, teria o nariz cortado. Como, porém, os castigos físicos fôssem insuficientes ante a difusão do fumo, com o correr dos tempos foram êles transformados em tributos elevados, que até hoje vigoram em tôda a parte, contando-se os impostos sôbre o fumo, juntamente com os das bebidas alcoólicas, entre os mais pesados que existem. Pensava-se dessa forma criar obstáculos à sua expansão e se não acabava com o "mal", conseguia-se ao menos canalizar por êsse meio avultadas somas para os cofres públicos.

O uso do cachimbo e do rapé espalhou-se com incrível rapidez na Europa, bem como a plantação de fumo, chegando a estender-se às regiões orientais, como Java, Índia e Pérsia. Um poeta, do tempo de Luiz XIV, num antigo madrigal, vendo uma formosa dama deixar cair entre o gracioso busto e o espartilho parte de uma pitada de rapé que tomava, exclama: "Oh! oxalá fôsse eu êsse rapé!" De tal modo se espalhou o uso do rapé na Itália, que o Papa Urbano VIII fulminava com a pena de excomunhão todo aquêle que tomasse rapé na igreja. Durante um século vigorou essa bula, sendo suspensa por Benedito XIII, apaixonado apreciador de rapé.

Os marujos e os soldados foram os mais fervorosos adeptos do tabaco. Em pouco tempo, por isso, na Europa, o cachombo passou a fazer parte do equipamento dos exércitos. Tinha razão pois o nosso Antonil, ao escrever sôbre a exportação de fumo brasileiro para a Europa no século XVIII em falar de "sementeira de desejos".

Foram sementes levadas do Brasil e que o embaixador de Carlos IX da França, em Lisboa, Jean Nicot, cultivava em seu jardim e da qual mandou fumo para seu rei e que dizem alguns historiadores ter determinado a expansão do seu uso na França. Daí a classificação dada por Linneu de *nicotina* (nicocianas) a um gênero botânico compreendendo nada menos de 35 variedades. Antes de Jean Nicot enviar a planta do tabaco para seu país, j áFrei Thevet o levara ao regressar de sua viagem à "França Antártica", não procedendo portanto o argumento daqueles que atribuem ao embaixador francês em Lisboa a primazia de ter sido o introdutor do fumo na Europa.

Uma planta que exige cuidados

Embora em certas regiões seja nativo, a cultura do fumo requer atenção especial constituindo, mesmo uma arte a sua plantação e colheita. E' preciso escolher a melhor planta, cultivá-la bem, melhorar sempre as condições do solo, a fim de conservar seu paladar. E' uma cultura que exige solo rico em *humus*, sendo a composição do solo também fator decisivo para uma boa produção. Os plantadores, por meio de processos vários, dia a dia aperfeiçoados, procuram obter fumo com fôlhas de determinada côr. Por isso a sua colheita é feita fôlha por fôlha, em dias separados, à medida que vão amarelando. E' isto que decide da qualidade do fumo, isto é, do seu sabor, do seu cheiro, etc., e depois da qualidade do charuto ou cigarro. Depois de colhido o fumo, deve ser deixado secar em lugar apropriado e as fôlhas guardadas cuidadosamente.

O fumo está hoje aclimatado em zonas temperadas, contudo, as melhores qualidades são ainda as cultivadas nas zonas tropicais e subtropicais, onde recebe temperaturas que sejam pelo menos de 20° C. São famosos no mundo

(3) Afonso Arinos de Melo Franco: "Síntese da História Econômica do Brasil", in "Terra do Brasil", pág. 144 — Cia. Editôra Nacional.

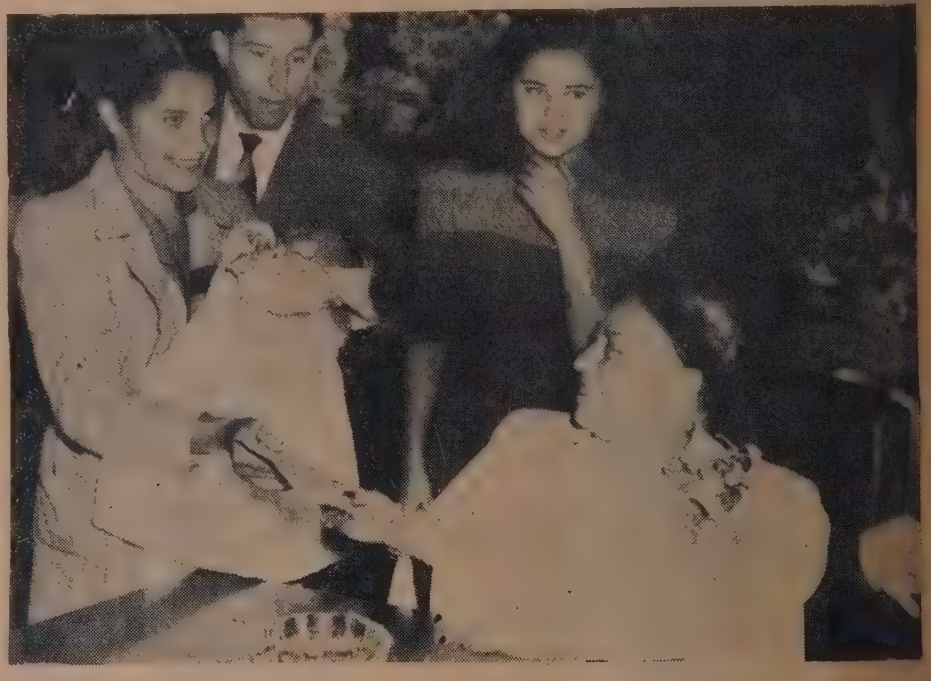
No Natal, é tradição na Sudan a confraternização entre empregados e empregadores, quando os primeiros recebem os bonus com que seu esfôrço é premiado. Os bonus atingem a todos, e as fotografias desta página mostram o velho operário, a viúva e a mãe quando recebiam, das mãos de D. Anita D'Angelo, êste prêmio.

inteiro os fumos turcos, havana, virgínia e o nosso baiano, com os quais se fazem os mais deliciosos charutos e cigarros conhecidos, e internacionalmente reputados.

A cultura do fumo no Brasil

Mencionamos antes que o fumo é originário da América. Também já fizemos referência ao uso do tabaco pelos nossos selvícolas e da curiosidade despertada nos primeiros visitantes. E' necessário, no entanto, conhecer o que representou êsse produto em nossa economia no passado, para depois relacionar seu papel nos tempos modernos.

"Se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer, a todos os reinos e províncias da Europa; o tabaco o tem feito muito mais afamado em tôdas as quatro partes do mundo: em as quais hoje tanto se deseja, e com tantas diligências, e por qualquer via se procura." Com estas palavras Antonil abre a segunda parte do seu famoso livro sôbre a cultura e opulência do Brasil (4) escrito antes de 1710, parte esta dedicada à "lavra do tabaco". Após citar as formas de plantar fumo, sua preparação e cuidados necessários, os meios de transportes, etc., acrescenta o célebre jesuíta: "Vale uma libra de tabaco pisado em Lisboa, de vinte até vinte e quatro tostões, conforme é mais ou menos fino: e o que El-Rei tira dêste contrato cada ano, são dois milhões, e duzentos mil cruzados. Nem hoje tem os Príncipes da Europa contrato de maior rendimento, pela muita quantidade de tabaco, que se gasta em tôdas as cidades e vilas." (5) Segundo o mesmo Antonil, somente em Londres, naquela época, vendia-se fumo num total que atingia a 1.916.250 cruzados. Calcula Roberto Simonsen que o valor total do fumo exportado pelo Brasil, durante todo o período colonial, ascende a 12 milhões de libras esterlinas. (6) Por ocasião da nossa Independência, o mais precisamente, em 1827, o fumo ocupava o quarto lugar em nossa pauta de comércio exterior, vindo logo depois do açúcar, café e algodão, com Cr$ 457.000,00. Ao proclamar-se à República, a posição do fumo em nossa exportação para o exterior passara para o quinto lugar, sobrepujado também pela borracha, com um valor que somava Cr$ 6.534.000,00. Nas vésperas da última guerra a produção mundial de fumo era a seguinte: (Vide quadro I).



Estas cifras são tiradas do livro de José Jobin, "O Brasil na Economia Mundial", e, de acôrdo com uma publicação recente do Ministério do Tra-

(4) André João Antonil (João Antônio Andreoni, S. J.): "Cultura e Opulência do Brasil", pág. 185 — Cia. Melhoramentos de São Paulo.

(5) Ob. cit., pág. 201.

(6) Roberto Simonsen: "História Econômica do Brasil" — Cia. Editôra Nacional.

Antes de ter início a cerimônia da entrega do abono de Natal aos funcionários e operários, D. Anita D'Angelo é homenageada por êstes. Na foto, momento em que falava, em nome da diretoria, o Dr. Tomaz Saveri, membro do Conselho Fiscal; na outra foto, responde, em nome da homenageada, o Dr. Janequine.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE FUMO EM FOLHA

(Em mil toneladas)

(QUADRO I)

	1932	1935	1936	1937	1938
1) China	—	631,8	663,6	—	—
2) Estados Unidos	461,4	588,4	523,5	683,0	660;4
3) Índia Inglesa	593,4	649,3	614,7	543,6	510,1
4) U.R.S.S.	154,2	—	247,0	275,0	—
5) Brasil	92,3	86,9	90,8	87,0	79,3
6) Japão	81,7	88,5	60,5	63,9	65,6

balho Indústria e Comércio, a produção nacional do tabaco é a seguinte:

ANOS	Toneladas	Valor em Cr$
1936	31.482	66.591.000
1938	26.822	85.830.000
1940	16.812	44.848.000
1942	19.172	54.239.000
1944	29.867	154.598.626
1946 (8 meses)	32.933	309.108.000

Êstes dados demonstram que o Brasil ocupa lugar de destaque no mercado internacional do fumo, sendo o quinto entre os grandes produtores.

Em relação ao desenvolvimento de sua cultura, entre nós, após a grande queda verificada em 1940, como consequência do conflito armado internacional, teve início sensível reação, chegando, em 1946, a superar a produção das melhores safras dos dez anos precedentes.

Em preço, no entanto, o mercado nacional do fumo sempre se mostrou animador, pois, com uma produção ligeiramente superior em 1946, à 1936, seu valor foi de quatro vêzes mais alto.

Antes da segunda guerra mundial, os principais compradores do fumo nacional eram a Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Bélgica e França. Ultimamente estão se destacando como importadores de fumo brasileiro Espanha, Holanda, Suíça, França, Suécia e União Belgo-Luxemburguesa.

Quase todo fumo exportado pelo Brasil é de procedência baiana e gaúcha.

O grande preparador de fumo para cigarros em nosso país é o Rio Grande do Sul, que prepara fumos amarelos rivalizando com o chinês, enquanto que a Bahia produz especialmente para charutos, bem semelhantes aos de Havana. São Paulo é ainda pequeno produtor, e Minas Gerais e Goiás produzem principalmente o chamado fumo em corda, de largo uso no interior do Brasil .

A fabricação de cigarros

O processo da fabricação de cigarros sofreu evolução notável, tendo passado de trabalho manual para elaboração mecânica completa, no qual o operário simplesmente maneja máquinas, sem pôr a mão no produto, a não ser já depois de êste acabado, para o encaixotamento e transporte. Embora êste processo seja em grande parte segrêdo comercial, por depender de uma técnica especial, que dia a dia vai sofrendo transformações e aperfeiçoamento, vamos descrevê-lo aqui em síntese a fim de dar uma idéia ao leitor.

Sumariamente podemos esquematizá-los da seguinte maneira:

1 — escolha do fumo
2 — umidecimento
3 — corte
4 — torrefação
5 — resfriamento
6 — aromatização, e
7 — manufatura do cigarro.

Para a elaboração da matéria prima e manufatura do cigarro são necessárias máquinas complicadas, de grande precisão e muito bem ajustadas em sua maioria de fabricação estrangeira, mas que ultimamente já estão sendo produzidas aqui mesmo. São máquinas caras, o que exige enorme empate de capital, e da boa qualidade da máquina depende a produção, isto é, o êxito financeiro da emprêsa. O processo do *encarteiramento, empilicamento* e *empacotamento* são feitos igualmente em máquinas especiais, compreendendo a

Vista geral da fábrica onde modernas máquinas produzem os afamados cigarros SUDAN

colagem, selagem e impressão da marca do cigarro.

A quase totalidade da matéria prima utilizada no nosso cigarro é nacional, havendo pequena importação para ser misturado às melhores marcas, porém, esta importação de fumo estrangeiro tende a diminuir cada vez mais. O papel em tiras para enrolar o cigarro, no entanto, é de importação tôda estrangeira, em sua maior parte dos Estados Unidos e países escandinavos. Somente em 1944 foram gastos cêrca de 7 milhões de cruzeiros na importação de papel para cigarros.

A primeira fase na manufatura do cigarro consiste em separar as fôlhas de fumo que vêm em *manilhas* (conjunto de fôlhas amarradas pelo pêndulo), retirando-se então a nervura principal, o *talo*, cuja presença ocasiona gôsto amargo. A seguir vem o *umedecimento*, sando para isso as fôlhas colocadas num vasto recipiente, recebendo aí um banho de vapor. Feito isto, está o fumo preparado para ser *cortado* em máquinas especiais, por meio de lâminas que funcionam como guilhotinas. O fumo sai desta máquina já cortado e desfiado, sendo então submetido à fase de *torrefação*, numa temperatura de, aproximadamente 60° C. Com a torrefação visa-se também destruir as *enzimas* porventura existentes no fumo, ameaçando-o de fermentação, que comprometeria a qualidade do produto. Ao mesmo tempo que a torrefação, o fumo é *aromatizado* por meio de *pulverização*.

Preparado assim o fumo, inicia-se a *fabricação*, por meio de máquinas aperfeiçoadas, que recebem ao mesmo tempo o fumo, o papel em tira e quando fôr o caso, a cortiça, dando pronto mil ou mais cigarros por minuto. O fumo, nessas máquinas, é colocado num depósito superior e o papel em tira por baixo em bobina. O papel antes de receber o fumo recebe a gravação da marca do cigarro. Um dispositivo especial enrola, corta, cola e seca o cigarro imediatamente, em movimento rapidíssimo. Ao sair o cigarro está cortado em tamanho igual. A máquina de *encarteiramento* recebe a carteira aberta, dobra-a e recebe o papel prateado que já traz envolvido vinte cigarros, em duas camadas de dez, fecha a carteira e sela-a. Outra máquina, logo em seguida faz o *empilicamento*, isto é, o envólucro de papel celofane, ficando dêsse modo concluído o processo de fabricação. A fase final é o *empacotamento*, por meio de máquinas ainda, em grupos de vinte maços por vez, sendo então os pacotes *encaixotados* e depois transportados para sua entrega ao comércio a varejo ou à exportação. (7)

Êste é o processo mais moderno que se conhece na fabricação de cigarros e já em uso em tôdas as grandes fábricas nacionais. Emprêsa que não estiver assim aparelhada, terá altamente elevado seu custo de produção e, por conseguinte, impossibilitada de concorrer no mercado com as demais.

O "trust" mundial do cigarro

E' sabido que a fase de desenvolvimento do capitalismo levou à formação das emprêsas monopolísticas, isto é, à constituição dos *trusts*, que, com suas enormes organizações, capital vultuoso e aperfeiçoamento técnico, dominam os mercados. O cigarro, como produto de largo consumo no mundo inteiro, não podia escapar a esta moderna forma de organização econômico-comercial. No Brasil também faz-se sentir a ação do *trust* do cigarro, por isso vale a pena contar aqui, embora sucintamente, a sua história.

Após um período de vários anos de concorrência, em 1890, cinco emprêsas nos Estados Unidos fundiram-se e constituíram a American Tobacco Company, que passou a controlar imediatamente 90% da produção de cigarros americanos. Em 1911, após o ruidoso escândalo com a Standard Oil, a American Tobacco foi obrigada a dissolver-se, pois já era considerada pelo povo americano como protótipo do *trust* indesejável, formando-se então três grandes emprêsas: a American Tobacco Company, R. J. Reynolds e Ligget & Myers, que, antes da última guerra,

(7) Sôbre o processo da fabricação de cigarro, vêr a "Revista Industrial de São Paulo", julho de 1947.

controlavam de 80 a 90% da produção de cigarros da América do Norte, sendo as principais marcas de seus cigarros, *Camel* (R. J. Reynolds), *Chesterfield* (Ligget & Myers), e *Lucky Strike* (American Tobacco).

Em 1901 treze fabricantes de cigarros na Inglaterra reuniram-se e fundaram a Imperial Tobacco Company com o objetivo de lutar contra o *trust* americano. Ao cabo de um ano de luta, porém, assinaram um contrato de paz com os americanos, e, juntas, fundaram a British American Tobacco, a fim de explorarem os mercados fora dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Esta emprêsa controla atualmente mais de 120 sociedades de fumo no mundo inteiro. (8)

A esta emprêsa monopolista internacional pertence a Turkish Tobacco Company, da qual é subsidiária no Brasil a conhecida Companhia de Cigarros Souza Cruz, a mais poderosa organização produtora de cigarros entre nós, cujas propriedades atingem a mais de 170 milhões de cruzeiros, com um fundo de reserva de mais de 130 milhões. Fora do truste, temos a Companhia de Cigarros Sudan S. A., a mais forte, Caruso, Flórida, e outras de menor porte.

A produção de cigarros no Brasil

A produção de cigarros no Brasil teve início com a velha fábrica Veado, fundada por volta de 1880 e hoje desaparecida. Até à guerra de 1914-18, a indústria brasileira de cigarros era modesta. Só durante aquêle conflito armado e depois dêle é que tomou incremento, sendo hoje das mais prósperas e adiantadas que o país possui, abastecendo inteiramente o mercado nacional. Não importamos mais cigarros para o nosso consumo. Eis a produção nacional de cigarros dos primeiros trinta anos do presente século:

ANOS	PRODUÇÃO (mil maços)
1911	17.230
1926	370.981
1929	479.320
1933	435.739
1935	547.798
1936	622.784
1938	786.051

No ano de 1938 produziu-se no país 196.760.000 charutos, sendo o valor total dessa produção estimada em 270 milhões de cruzeiros, que representavam então cerca de 4% da produção manufatureira do país. Para êsse total de produção São Paulo concorria com 34%, o Distrito Federal com 27%, o Rio Grande do Sul, 18%, repartindo-se os 21% restantes por Bahia, Minas e Pernambuco. (9)

Não seria exagerado estimar em o dôbro a atual produção de cigarros, em relação aos algarismos de 1938, pois, calcula-se que somente São Paulo, hoje, produz o equivalente de tôda a produção do país em 1936. Estima-se que o impôsto de consumo sôbre o fumo renderá, no ano corrente, Cr$ ....., 1.175.000.000,00.

A exportação de cigarros é quase nula para o estrangeiro, havendo, no entanto, apreciável venda de charutos, sobretudo da Bahia e Rio Grande do Sul, com boa aceitação, pois êstes artigos equiparam-se já aos melhores conhecidos, como os de Havana.

Como nasce uma grande emprêsa

Dissemos no comêço dêste trabalho que o Brasil, e particularmente São Paulo, muito deve à imigração italiana, pelo que esta representou para seu progresso e com especialidade para seu desenvolvimento industrial, citando alguns nomes de italianos ligados a importantes estabelecimentos fabris nacionais. A essa plêiade de peninsula-

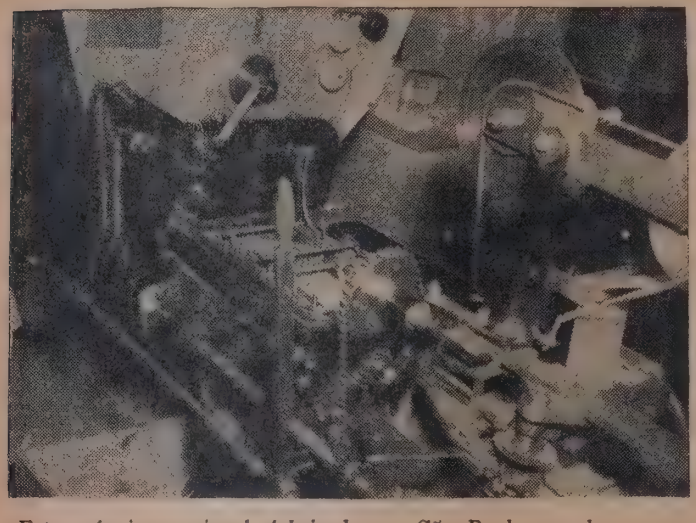
(8) Richard Lewinsohn: "Trustes e Cartéis" pág. 102/3 — Livraria Globo.

(9) José Jobin: "O Brasil na Economia Mundial" e "História das Indústrias no Brasil".

Outro amplo aspecto da fábrica SUDAN, onde é sempre extraordinária a atividade produtiva

Começa a preparação do cigarro. O fumo é desenfardado e colocado na esteira...

... que o leva à esterilização, córte e classificação por cada marca de cigarro.



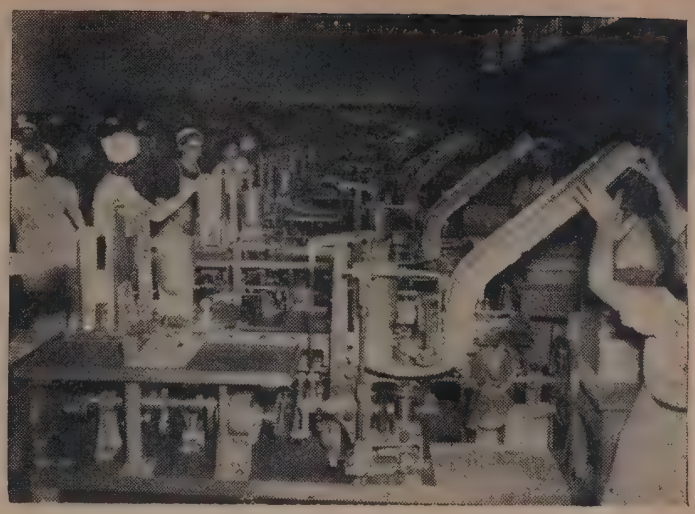
Esta máquina nacional, fabricada em São Paulo, enrola e encarteira os cigarros

Os cigarros já prontos são colocados em caixotes para irem à secção de encarteiramento

res que nos ajudaram a construir o Brasil e ainda concorrem em boa parte para a sua crescente expansão, pertencem o saudoso Comendador Sábbado D'Angelo e sua dedicada companheira e continuadora, D. Anita Pastore D'Angelo. A vida dêste casal, inteiramente consagrada ao trabalho, resume-se em sua obra, a Fábrica de Cigarros Sudan S. A., em plena atividade e um dos esteios do parque manufatureiro bandeirante. O que é esta magnífica realização e os esforços hercúleos feitos para erguê-la, é o que vamos contar agora.

Em começos do século atual viviam, na capital paulista, um casal de jovens italianos, recém-casados. Para aqui vieram crianças ainda; aqui terminaram de criar-se e educaram-se; aqui se conheceram e se uniram pelo laço matrimonial, e aqui finalmente edificaram suas vidas. Chamava-se êle Sábbado D'Angelo, e ela Anita Pastore. Eram modestos e nada possuíam além de suas energias moças e vigorosas, inteligências lúcidas e desejo de fazer alguma coisa e muita disposição para o trabalho. Era êle empregado da Charutaria Seleta, na Praça Antônio Prado, e ela ocupava-se dos afazeres domésticos, tratando da casinha simples em que viviam, na Rua Conde de Sarzedas. A pedido dela, o marido ensinou à jovem espôsa a fazer cigarros, que então eram todos confeccionados a mão, ocupando-se ela disso nos momentos que lhe sobravam das tarefas domésticas, contribuindo dêsse modo para aumentar a renda de ambos. Êle vendia o produto dêsse trabalho na casa em que era empregado e em outras do mesmo ramo. Encontrava boa aceitação os cigarros que Sábbado D'Angelo entregava à praça. Tempos depois o casal muda-se para a Rua Augusta. Prosseguindo sempre em sua labuta, começaram a chegar encomendas de Santos. Também no grande pôrto paulista os cigarros do casal D'Angelo tinham acolhida favorável. Com êste esfôrço e realizando economias, foi possível reunir três contos de réis, quantia ponderável para a época. Com o dinheiro assim conseguido, compraram u'a máquina e lançaram a primeira marca de seus cigarros, que se chamava "Barão do Rio Branco".

Estamos já em 1909. Para melhor atender às vendas de Santos, o casal com sua pequena fábrica muda-se para a Rua Wandenkolk. No quintal da residência construíram um barracão e instalaram aí a fábrica. O movimento aumentava e foi necessário empregar moças. Em pouco tempo havia já 60 moças trabalhando na produção dos cigarros "Barão do Rio Branco". Sábbado D'Angelo deixa então o emprêgo para dedicar-se inteiramente à venda de seu produto, aos negócios, enquanto D. Anita ocupava-se da fabricação, dirigindo as moças, tratando da produção propriamente dita, coisa que exigia muita atenção, pois, como



A obra se completa. Encarteirado e recoberto de celofane, o cigarro está pronto para o consumo. Ao lado, vemos uma operária acondicionando "Finesse", o cigarro da elite, para remetê-lo à secção de empacotamento.

já ficou dito, o trabalho ainda era à mão em sua maior e principal parte.

Em 1912 para a Exposição Internacional que se realizou em Roma, Sabbado D'Angelo enviou amostras do seu produto. Dada a boa qualidade, o cigarro foi premiado. Era uma compensação aos esforços de tantos anos de labuta fatigante; era um estímulo moral, e acima de tudo isso, uma propaganda esplêndida, porque europeus, num certame mundial reconheciam a excelência de um artigo fabricado no Brasil, um país longínquo e quase desconhecido. Êste justo prêmio a um labor incansável acendeu ainda mais a chama de perseverança que crepitava dentro de Sababdo D'Angelo e sua espôsa, fazendo-os redobrarem de energias no trabalho.

Em 1913, a fim de melhorar a produção e aumentar a quantidade para atender à vasta freguesia, cujo círculo dia a dia se ampliava, foi importada uma moderna máquina da Alemanha. Acompanhou-a um mecânico que devia montá-la e ensinar como era preciso manejá-la. Além do operário designado para trabalhar na máquina recém-adquirida, o próprio Sabbado D'Angelo aprendeu a dirigi-la. Queria acompanhar o progresso técnico da indústria que tão bem conhecia. Além disso, não era êle simples explorador de uma atividade industrial, mas também consumado técnico no assunto, que seguia de perto sua evolução desde seus primórdios. A residência e o barracão do quintal tornaram-se então por demais pequenos para as atividades em constante crescimento. Alugaram por isso a casa contígua e para lá estenderam as dependências da fábrica.

Um capitalista negociante do centro da cidade prontificou-se a auxiliar a emprêsa em ascensão, financiando-a. Novo impulso é dado por êsse meio a todos os serviços. Intensificou-se a propaganda. A recompensa, no entanto, não correspondeu imediatamente aos esforços e capitais empatados. Surgem aí as primeiras dificuldades entre os sócios. O capitalista que invertia seu dinheiro, só queria saber de remuneração certa e segura dentro do menor prazo possível. O industrial, acostumado aos embates da luta, não desanimava porém. Não adiantavam, contudo, as explicações. Cada vez mais a desinteligência entre ambos se aprofundava. Foram êsses momentos tormentosos para Sabbado D'Angelo e D. Anita. Passavam por vêzes noites em claro, remoendo no cérebro a situação aflitiva que se apresentava. De fato, o caminho eivava-se de transtornos. A velha marca "Barão do Rio Branco" parecia não agradar mais aos fumantes, pois não seguia aquela marcha triunfante dos primeiros tempos e de que tanto careciam agora o capital empatado, a ampliação do estabelecimento, os compromissos assumidos, a propaganda feita. O próprio salário de D. Anita, de 100 cruzeiros mensais, foi absorvido nos negócios. Sabbado D'Angelo cria então uma nova marca: os *Cigarros Sudan.*

Pronto o cigarro, é êle mandado para todo o Estado de São Paulo. Uma frota de caminhões, comandada por um centro de controle, atende aos consumidores.

A idéia fôra feliz. Imediatamente a marca *Sudan* se difunde, atingindo círculos mais vastos de apreciadores do bom cigarro. Êste fato marcava um *tournant* na história da vida e da obra do casal industrial. Com êle terminavam as dificuldades, os desgostos, as preocupações acabrunhantes. A prosperidade voltava a bafejar as canseiras despendidas. Só no primeiro ano os *Cigarros Sudan* deram um lucro de 60 contos, ou 60 mil cruzeiros em moeda de hoje. Sabbado D'Angelo resolve separar-se do sócio, acompanhado unicamente pela companheira dedicada iniciara e progredira na emprêsa. O sócio só lhe trouxera aborrecimentos nos dias tormentosos que atravessaram. Poderia, portanto, acompanhado pelo mesmo desvêlo da espôsa, progredir em sua obra.

Contraiu empréstimos em bancos, realizou compras de papel na Itália e na Finlândia, e assim continuou o trabalho. A expansão foi rápida e contínua. Em breve a produção atingia a 5 milhões de cigarros por mês. Pouco depois esta cifra elevava-se a 10 milhões.

Começou então a adquirir terrenos na Rua Glicério, onde atualmente se acham instaladas a "Grande Fábrica dos Premiados Cigarros Sudan", e para lá foi transportando sua indústria, fazendo aos poucos suas instalações, ampliando-a paulatinamente com a aquisição de novos lotes e novas instalações, até atingir o que é hoje, abarcando quatro quarteirões, ou sejam quatro quádras.

A rêde de vendas estendera-se, além de Santos para Campinas e Ribeirão Prêto. Melhorou a qualidade do produto, aumentou o número de marcas, solidificou o prestígio e nome da firma, tornando-a uma grande emprêsa, conhecida e conceituada no espírito público, merecedora de confiança nos meios comerciais e financeiros, acatada e respeitada por todos.

O esfôrço de tantos na luta estava plenamente coroado de êxito. As fadigas suportadas, as preocupações sofridas, os aborrecimentos passados estavam generosamente compensados. Sábbado D'Angelo éra um vitorioso! Criara alguma coisa à custa de seu único trabalho: um estabelecimento fabril moderno, que constituía riqueza da terra adotiva, do chão acolhedor onde encontrara ambiente e recursos para expandir suas energias para dar vasão a seu anseio de trabalho e de progresso.

Em 1938, aos 59 anos de idade, na plenitude de suas fôrças físicas e mentais, falecia o Comendador Sábbado D'Angelo, deixando com sua obra firmada e assegurada um paradigma dignificante de trabalho, perseverança e fé no próprio esfôrço e capacidade realizadora. E' um legado precioso a vida dêsse homem pertinaz e dinâmico, que constitui exemplo no país, onde as gerações futuras encontrarão sempre motivos de admiração e entusiasmo, e os jovens da atualidade têm uma sementeira de lições fecundas e proveitosas.

A Fábrica prossegue, apesar da morte do seu fundador

Desaparecido Sábbado D'Angelo, a Fábrica de Cigarros Sudan S. A. continuou a existir e prosperar. Assumiu-lhe a direção a companheira dedicada de tôdas as horas. A mesma têmpera rija que galvanizava as energias do espôso existia em D. Anita. Por um momento, entretanto, avaliando bem as vicissitudes por que teria de atravessar, a viúva pensou em fechar o estabelecimento. Mas, uma tarde, assistindo à saída dos operários, vendo tôda aquela gente que dependia, para seu sustento, da existência da Sudan, ficou comovidíssima. Doía-lhe a perspectiva de deixar desamparadas, sem emprêgo, tantas pessoas boas, trabalhadoras, honestas. E resolve prosseguir, embora sozinha. Também pensou, mais tarde, que aquela obra que custara tantos sacrifícios, não devia ter assim um fim tão brusco. Tudo era fruto de esforços e fadigas seu e de seu marido. Aquilo não devia acabar. Encheu-se por isso de coragem e decidiu levar avante a emprêsa.

Aí então começam os tropeços sem conta que D. Anita Pastore D'Angelo teve de sobrepujar, mas aí também começa um dos capítulos mais interessantes na história da Fábrica de Cigarros Sudan, mostrando o valor esplêndido de sua diretora presidente, sua capacidade combativa, sua habilidade, serenidade e energia admiràvelmente comprovadas.

Imediatamente surgem propostas tentadoras. Inúmeros pretendentes apresentam-se para comprar o estabelecimento. Os argumentos eram dos mais envolventes: dirigir uma fábrica não era tarefa para uma mulher; D. Anita deveria descansar, já trabalhara muito; tinha direito a um repouso tranqüilo. As quantias oferecidas eram sedutoras.

A tudo, porém, a viúva de Sábbado D'Angelo resistia. Sabia que por detrás de tôdas aquelas pessoas que a assediavam, por trás de tôdas aquelas promessas, estava o Truste Internacional, aqui ramificado, que queria liquidar a Sudan, absorvê-la, para dêste modo tornar-se senhor absoluto do mercado nacional de cigarros. O que se tinha em vista, com a aquisição da emprêsa criada por Sabbado D'Angelo, era o monopólio da produção de cigarros no Brasil. O público ficaria sem defesa se D. Anita fechasse a fábrica ou a vendesse.

Um acidente involuntário retém a diretora presidente vários meses no leito. Disto aproveitaram-se os adversários que infiltraram seus agentes no estabelecimento fabril. A produção começa então a se desorganizar. Dificuldades de tôda ordem surgem: na produção, na contabilidade, nos escritórios, nas filiais, nos transportes. Ao refazer-se da enfermidade, mesmo ainda do leito de onde não se podia levantar, D. Anita inicia a luta. A situação, entretanto, era seríssima. O mal corroía tôda a

O culto do fundador é um dos aspectos mais comoventes e de maior significação do ambiente que predomina na SUDAN. Todos os anos, operários, funcionários e diretores se dirigem ao Comitério da Consolação e, em romaria, veneram a memória do Comendador Sabbado D'Angelo, fundador da Fábrica SUDAN S. A.

estrutura da Fábrica. As propostas de compras tornam a surgir novamente. Parecia ao Truste Internacional que o adversário assim golpeado, capitularia agora sem remédio. D. Anita, porém, manteve-se firme em seus propósitos. Não cedeu uma linha sequer. Enfrentou rijamente a situação. Vendeu propriedades particulares para atender a compromissos da Fábrica. Demitiu funcionários desonestos, coniventes com a ação corrosiva que minava o seu estabelecimento, manejada de fora. O truste, então, se enfurece e vai a público tentar um escândalo. Jornais publicam matéria paga contra a Fábrica de Cigarros Sudan S. A. e sua diretora-presidente. Uma ação judiciária é movida. Até parentes são corrompidos e mobilizados para esta obra de difamação. A própria integridade mental de D. Anita Pastore D'Angelo é posta em dúvida. Tudo foi atirado à ação pelo adversário enraivecido. Nada foi poupado: rivalidade comercial, campanha de descrédito, calúnia, boatos tendenciosos, etc. etc.

A companheira de Sábbado D'Angelo, no entanto, soube sair triunfante dessa jornada áspera e estúpida armada e movida pelos seus adversários inescrupulosos. Combateu admiravelmente, por vêzes sozinha, sempre porém animada da lisura dos seus direitos, convencida da sua razão, apoiada na fé dos justos, e certa da vitória — a recompensa inevitável de tôda boa causa.

Foram êstes, anos duros para uma mulher quase desamparada, que serviram, no entanto, para mostrar a envergadura de uma têmpera batalhadora, a energia e capacidade de ação de uma vontade feminina em plena vitalidade.

Não vale a pena citar nomes nem fatos aqui. São por demais tristes e mesquinhos. Além disso, trata-se de acontecimentos mais ou menos recentes, pois que sôbre êles mal acabam de transcorrer um lustro. Deixemos que sua própria finalidade baixa, presente na memória de todos quantos a acompanharam, lhes sirva de sudário incômodo, e quiçá de lição para o futuro...

Nova fase de reorganização

Estas lutas sem glória para os que a desencadearam terminaram em meados de 1944, quando teve início uma nova fase na vida da Fábrica de Cigarros Sudan S. A., operando-se uma reorganização em tôda a sua estrutura. Ao lado de D. Anita, nessa nova fase, aparece a figura realizadora do Dr. Agostinho Janequine, atual diretor-gerente da Fábrica de Cigarros Sudan S. A., moço dinâmico, de larga visão industrial e comercial.

Melhor do que palavras, entretanto, fatos e algarismos demonstrarão a operosidade dessa nova fase, uma verdadeira transformação que marca tôda uma época na existência do citado estabelecimento fabril.

O Dr. Agostinho Janequine assume a gerência em junho de 1944. Eis a demonstração do *deficit* e *lucro*, por trimestre, referente àquele ano, constante do balanço publicado no "Diário Oficial do Estado de São", de 1.º de março de 1945:

	Cr$
1.º trimestre — deficit.....	844.913,00
2.º trimestre — deficit.....	733.980,00
3.º trimestre — lucro.....	99.193,00
4.º trimestre — lucro.....	2.450.744,00

Como se vê, é um *tournant* que se observa a partir do 3.º semestre. O *deficit* foi coberto e transformado em lucro. Por si só êstes algarismos caracterizam já uma gestão operosa e eficiente, inaugurando uma era de prosperidade para a Fábrica de Cigarros Sudan S. A.

Mais ainda: a emprêsa não distribuia dividendos aos acionistas desde 1940, data do acidente sofrido por sua diretora-presidente, e do começo da ação corrosiva que principiou a minála. O dividendo em 1940 fôra de .... 2,835%, ou seja de Cr$ 141,76 por ação; em 1944, no entanto, a percentagem de dividendos subiu para 6%, ou seja, Cr$ 300,00 por ação.

Esta radical metaformose se deve a uma série de medidas postas em prática com decisão e energia, a vigilância contínua de todos os serviços. Vamos mencionar as que julgamos de maior importância nesse rol:

1.º) Mudança do sistema contábil manual para o mecanizado, o que permitiu contrôle mais perfeito e permanente de todo o movimento;

2.º) Eliminação das despesas supérfluas e contrôle rigoroso dos gastos efetuados;

3.º) Regime de concorrência generalizada para aquisição habitual da matéria prima, o que permitiu economia de centenas de milhares de cruzeiros;

4.º) Melhoria na produção e melhor orientação nos serviços de venda;

5.º) Melhor divisão dos trabalhos e aquisição de novo maquinário, resultando daí crescimento da produção, redução do custo de produção e melhor apresentação dos produtos oferecidos à venda.

Dessas melhorias técnicas introduzidas e nova e eficiente orientação industrial e comercial, resultaram melhor aproveitamento pessoal e da capacidade técnica da fábrica, aumento da produção, melhor apresentação e, como corolário, conseqüente ampliação das vendas. Estas se exprimem do seguinte modo para todo o ano de 1944:

MESES	Vendas de cigarros Cr$
Janeiro.....	6.269.847,00
Fevereiro.....	5.618.232,10
Março.....	6.119.105,70
Abril.....	6.332.670,60
Maio.....	7.098.152,00
Junho.....	6.982.219,80
Julho.....	7.108.662,00
Agôsto.....	8.415.280,00
Setembro.....	8.459.257,90
Outubro.....	8.893.206,50
Novembro.....	8.794.076,70
Dezembro.....	10.225.672,10

Se êstes algarismos fôssem representados por um gráfico, encontraríamos uma linha ziguezagueante marcando os altos e baixos das vendas entre os meses de janeiro a junho, enquanto que a partir dêste último, data do início da gestão do Dr. Agostinho Janequine, ela seria uma linha em constante ascensão.

Acrescentemos que, pela administração nova naquele ano, foram adquiridas 5 máquinas de fabricar cigarros, 3 para encarteirar, 3 para selar e 1 para cortar fumo.

O balanço daquele exercício elaborado pelo Auditor, Dr. Antônio Tomaz Favery, apresentava a seguinte conclusão sôbre a situação financeira da indústria: para atender aos compromissos exigíveis a curto prazo, num montante de Cr$ 11.313.921,50, já aí incluídos os dividendos previstos para o ano, bem como as bonificações estatutárias e percentagens à Diretoria, num total de Cr$ 1.510.245,70, conta a Sociedade com um ativo disponível e realizável a curto prazo com um total de Cr$ 28.234.718,40, em disponibilidade em caixa, em poder da Matriz, Fi-

ais e Bancos, havendo assim um *su-eravit* em Cr$ 16.920.796,90.

Não poderia ser mais fecunda uma estão, nem uma administração se presentar mais promissora, em apenas is meses de trabalho!

O balanço de uma gestão

Decorreram quatro anos, tomando-se do 1944 desde que a nova Adminis-ação, encabeçada por D. Anita e o r. Janequine, assumiu a direção da brica e a reorganizou em novos mol-es, dando-lhe dêsse modo nova vida. odemos hoje fazer o balanço dessa stão, através dos algarismos constan-s do último Balanço, referente ao ano 1947, recém-terminado. E o que di-m os números!

O movimento de vendas, que fôra de milhões 236 mil 694 cruzeiros em 43, passou para 123 milhões 1 mil 1 cruzeiros, em 1945, atingindo a 4 milhões 445 mil 723 cruzeiros, em 47, ou seja, um aumento, em relação 1943, de 51,41%, em 1945, e de ,12% em 1947. O total de sêlos do nsumo passou de 41 milhões 892 mil uzeiros, em 1943, para 67 milhões mil e 790 cruzeiros, em 1945, al-nçando a 83 milhões 808 mil 360 uzeiros, em 1947. O movimento de los de vendas à vista, durante os mes-os anos, foram, respectivamente, de 1 mil 538, 751 mil 447 e 1.095.535 uzeiros. A fôlha de pagamentos do ssoal, que era, em cruzeiros, de 2 mi-ões 740 mil 363, em 1943, passou pa-8 milhões 523 mil 779, em 1945, to-izando 10 milhões 6 mil 899, em 47, o que dá uma média mensal, em uzeiros, de 228 mil 363, em 1943, de 0 mil 314, em 1945, e de 833 mil 3, em 1947.

Note-se que o crescimento da fôlha dc pagamento ao pessoal se deve à elevação dos salários, que foi de 100% durante êsse tempo, e não a aumento de número de operários e empregados. O crescimento da produção e vendas verificadas foram determinadas por aperfeiçoamentos técnicos introduzidos, pela aquisição de novo maquinário, por uma melhor distribuição do trabalho, aproveitamento mais racional do pessoal, ambiente fraternal e sadio criado, contrôle mais eficiente e gestão mais operosa.

O lucro partilhável, que fôra de zero em 1943, foi de Cr$ 1.849.229,60, em 1944; de Cr$ 2.601.235,80, em 1945; de Cr$ 3.511.290,20, em 1946, e de Cr$ 6.590.667,90 em 1947. E o *superavit* de Cr$ 15.000.000,00, Cr$ .... 21.042.020,00, Cr$ 25.740.256,60, respectivamente, em 1943, 1946 e 1947.

As imobilizações em valores, que em 1944 eram representadas por Cr$ .... 8.012.027,20, passaram para Cr$ ... 17.314.252,70, em 1947, ou seja, um aumento de 116,10% em relação a 1944.

Os diversos fundos de reserva, que somavam um total de Cr$ 2.014.902,90, em 1944, subiram para Cr$ ..... 5.570.007,60, em 1945, para atingirem Cr$ 9.102.443,30, em 1947, ou seja um aumento de 176,44% em 1945 em relação ao ano anterior e de 351,76% em 1947.

A situação financeira em 31 de dezembro p. passado se exprimia por um passivo representado em Cr$ ..... 21.757.931,00, enquanto que o ativo real somava Cr$ 47.498.176,60, o que deixa um *superavit* líquido de Cr$ 25.720.256,60.

Razão, pois, tinha o economista, Dr. Antônio Tomaz Favery, Auditor do Conselho Fiscal da Fábrica de Cigarros Sudan S. A., de externar seu otimismo e confiança nestas palavras escritas no seu último Relatório apresentado, sôbre o ano de 1947: "Se nossos relatórios econômico-financeiros apresentados anualmente, nesta mesma época, à apreciação de VV. SS. se revestiram de extraordinário interêsse e carinho por parte de todos os interessados no progresso da Sociedade *Sudan*, prosperidade essa indiscutível, condicionada na capacidade insuperável da atual Diretoria, a qual assumiu as rédeas da administração em meados de 1944, num período verdadeiramente sombrio para os destinos da emprêsa, as perspectivas do exame da situação de hoje, da Sociedade, espelhada no presente *Balanço Geral*, sob seus vários aspectos econômico-financeiros, ao terminar a referida *Diretoria* seu quarto ano de trabalhosa gestão administrativa, excedem, desta vez, a tudo quanto se possa registrar em seu abono, tal a surprêsa dos algarismos de sua primorosa contabilidade."

O que é a Fábrica de Cigarros Sudan S. A.

A Fábrica Sudan é o maior estabelecimento produtor de cigarros de São Paulo, um dos maiores e mais importantes do país, não somente quanto ao volume de produção e vendas efetuadas, como, igualmente, pela área ocupada e número de operários empregados. A quantidade de operários e empregados, na Matriz, era de 686 em média mensal durante todo o ano de 1947, sendo que com o pessoal ocupado nas Filiais atingiu a 850. No Rio

IMPOSTOS PAGOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1947

(QUADRO II)

	Sêlos de Consumo.	Estampilhas Vendas Mercantis	Imposto Renda	Patentes Registro	Licenças Municípais	Indústria e Profissões	Imposto Predial	Licenças Autos	Outros Impostos	TOTAL
TRIZ.....	83.808.360,00	983.461,90	326.023,30	9.743,00	2.163,00	96.077,80	84.660,00	25.094,60	6.837,90	85.342.421,50
a — S. Paulo.....	—.—	11.045,90	—.—	—.—	330,00	15.720,00	4.628,20	—.—	—.—	31.724,10
raquara.....	—.—	151.607,00	—.—	2.648,30	1.604,00	4.992,00	—.—	1.098,00	1.157,20	163.106,50
rú.....	—.—	128.395,80	—.—	2.841,20	590,00	13.440,00	—.—	2.553,60	101,20	147.921,80
npinas.....	—.—	311.716,40	—.—	3.403,50	2.949,00	10.210,60	978,80	3.718,20	1.790,00	334.772,50
tanduva.....	—.—	120.054,50	—.—	3.282,40	901,00	13.440,00	1.653,40	2.363,00	—.—	141.694,30
ítiba.....	—.—	48.762,20	—.—	4.581,60	5.496,00	4.648,30	75,00	1.000,00	60,40	64.622,50
rília.....	—.—	137.557,00	—.—	1.551,60	755,60	8.672,00	—.—	841,20	159,40	149.536,80
inhos.....	—.—	151.022,20	—.—	2.816,00	3.417,90	6.190,00	1.058,00	706,20	—.—	165.210,30
s. Prudente.....	—.—	84.776,50	—.—	1.439,80	1.278,00	8.160,00	—.—	1.132,80	—.—	96.787,10
eirão Prêto.....	—.—	181.466,70	—.—	5.439,00	2.026,80	13.060,50	275,40	2.779,20	150,00	205.187,60
tos.....	—.—	95.897,80	—.—	247,30	1.441,60	11.520,00	—.—	2.423,80	—.—	111.530,50
ocaba.....	—.—	205.846,80	—.—	3.798,80	1.881,00	10.308,00	—.—	2.555,70	—.—	224.390,30
baté.....	—.—	90.839,90	—.—	5.071,30	4.368,20	9.317,00	—.—	2.006,20	—.—	111.602,60
rlândia.....	—.—	69.184,70	—.—	3.595,00	4.775,80	991,90	—.—	1.923,00	3.371,60	83.842,00
TOTAIS.....	**83.808.360,00**	**2.771.625,30**	**326.023,30**	**50.458,80**	**33.976,90**	**226.754,10**	**93.328,80**	**50.195,50**	**13.627,70**	**87.374.350,40**

Grande do Sul, no tempo da safra, trabalham para ela 400 trabalhadores, o que perfaz um total de 1.926 pessoas.

Ademais das amplas instalações da Matriz e uma Loja de Vendas, na capital paulista, possui a *Sudan* 11 Filiais no Estado de São Paulo, nas seguintes cidades: Araraquara, Baurú, Campinas, Marília, Ourinhos, Presidente Prudente, Ribeirão Prêto, Santos, São José do Rio Prêto, Sorocaba e Taubaté. Além disso, mantém Filiais nos seguintes Estados: Curitiba (Paraná) e Uberlândia (Minas Gerais), e também representantes no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Jundiaí.

Para o movimento de distribuição do produto às Filiais e ao varejo, dispõem de uma frota de 142 caminhões.

Presentemente a Fábrica Sudan produz as seguintes marcas de cigarros, num total de 21: Sudan Americano, Aspásia, Oceania, Esplendor, Big-Ben, Sumatra, Fulgor, Fulgor Americano, Ovais, Neusa, Neusa Cortiça, Urca, Myrian, Petrônio, Petrônio Americano, Pauli-Poli, Pauli-Poli Cortiça, Marusca, Marabá, Egle e Finesse.

O movimento de impostos pagos somente durante o ano de 1947, pela Matriz e Filiais, ascendeu à elevada cifra de Cr$ 87.374.350,40, como se pode constatar. (Vide quadro II.)

Na Rua Glicério 301, além da fábrica e escritório, funcionam um amplo Depósito de Fumo, com abastecimento para seis meses, uma Oficina Mecânica para montagem e conserto de caminhões, Oficina de Pintura e Almoxarifado com peças e materiais para os veículos de transporte. A emprêsa adquire somente os chassis dos seus caminhões, fazendo ela própria a confecção e montagem da carrosserie, bem como tôda a pintura e os consertos necessários.

Para os diversos Institutos de assistência social e técnica, contribuiu a Fábrica de Cigarros Sudan S. A., em 1947, com um total que sobe a ..... Cr$ 1.048.044,90, como se pode verificar pelo quadro que transcrevemos. (Vide quadro III.)

Somando êsse total ao anteriormente citado, referente a impostos, taxas, licenças, etc., pagos, temos uma cifra global que ascende a ..... Cr$ 88.412.395,30, representando as contribuições da *Sudan*, somente em 1947, para os cofres do Estado e dos diversos Institutos existentes no país, quantia essa que constituiria respeitável fortuna se fôsse convertida em bem individual, pois que é uma soma superior ao total da Receita Arrecadada pelo Estado do Espírito Santo em 1944, a qual foi pouco além de 88 milhões de cruzeiros.

Em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, foi inaugurado, em julho do ano passado, um esterilizador de fumo, com 4 estufas, construído de acôrdo com os mais modernos requisitos da técnica no gênero. Sua caldeira tubular tem capacidade para 240 metros de superfície de aquecimento, medindo 7,50 metros de comprimento, por 4,50 metros de largura e 5,50 metros de altura. Um conjunto de 108 tubos de 4 polegadas está ligado à chaminé de 25 metros de altura. Os armazéns da *Sudan* em Santa Cruz do Sul estendem-se por todo um quarteirão.

A fim de atender às suas necessidades de fornecimento de matéria prima — o fumo — plantado geralmente por pequenos agricultores, com especialidade no Estado do Rio Grande do Sul, a Fábrica de Cigarros Sudan S. A. faz financiamento e presta assistência técnica aos lavradores. E' um auxílio valioso que, dessa forma, presta ela a uma camada de nossos pequenos lavradores e a um produto delicado de nossa agricultura.

Assistência Social

Um dos lados mais simpáticos para quem conhece a organização interna da Fábrica de Cigarros Sudan S. A., e dos mais benéficos para seus operários e empregados, é a extensão dos seus serviços de assistência social, que ultrapassam os limites comuns e conhecidos no país, para atingir às raias da filantropia.

Para êsse fim mantém a emprêsa um Ambulatório Médico, com médico e enfermeira; salas com aparelhos para banhos de luz, etc.. Além disso, ocupa-se ela da internação dos necessitados e operações, quando fôr o caso. Estas são coisas mais ou menos comuns em todo estabelecimento fabril. Onde, porém, a *Sudan* se excede em desvêlo para com seus auxiliares, é quando, ademais do ordenado integral pago nos primeiros 15 dias de enfermidade, de acôrdo com a Lei, *resolve por conta própria estender êsse pagamento do ordenado integral depois dêsse prazo, pelo tempo que se tornar necessário, transformando os vencimentos pagos pelo Instituto de Aposentadoria em auxílio da Fábrica para tratamento do operário ou empregado doente.*

A resolução que instituiu essa medida argumenta com um espírito de justiça humanitária muito elevado, *de que o operário ou empregado, quando doente, é que mais necessita de todo o seu salário, dadas as despesas forçadas que deve realizar com remédios, alimentos melhores, estadia fora, etc., e o que percebe pelo Instituto de Aposentadoria é pouco.*

Em caso de aposentadoria por doença incurável, **incapacidade** física ou velhice, a todos que tiverem mais de dez anos de casa a emprêsa paga a diferença de salário que o operário ou empregado recebe a menos do Instituto de Aposentadoria, de modo a perceber um salário integral, para seu sustento e o de sua família, enquanto viver, como se estivesse trabalhando normalmente na plenitude de sua capacidade.

Por aí se vê que a Fábrica de Cigarros Sudan S. A. é um dos poucos, senão o único estabelecimento fabril no Brasil a praticar uma assistência social completa aos seus auxiliares, tanto em casos de enfermidade, quanto nos de aposentadoria, excedendo a própria Lei governamental no assunto, que muitos já consideram por demais avançada para nosso meio e muito onerosa para os empregadores.

Deve-se mencionar que, além destas galias (pois que ultrapassam os direi- estabelecidos na Legislação Social ente) concedidos, os diretores da *dan*, particularmente D. Anita e o . Janequine, quase que diàriamente ncorrem com recursos pessoais para nder a operários que os procuram ra um socorro urgente, motivado por ença ou morte de parente.

Esta é uma prática de caridade no o sentido cristão do termo, que mui- agrada e de que está tôda impregna- a vida e a obra dos diretores da *dan*.

Mencionemos ainda, para finalizar n esta parte, as gratificações de fim ano, distribuídas no Natal, a todos istintamente, inclusive aposentados, que mostramos vários flagrantes nes- reportagem, por ocasião do de 1947, quais quem menos recebe, tem o ário integral de um mês. E' D. Ani- pessoalmente quem faz a entrega tas importâncias, em festa realizada Fábrica. Somente no ano findo es- gratificações atingiram a mais de nilhão de cruzeiros. "E' uma for- de proporcionar um dia feliz a tôda a gente boa" — disse o Dr. Jane- ne, com sua modéstia característica, autor destas linhas, à guisa de ar- mento justificativo por tão nobre o.

Ambiente de paz social

Verdadeiro ambiente de paz reina tro da Fábrica de Cigarros Sudan A. A diretoria procura dar a cada de seus auxiliares, por mais modes- que seja a função desempenhada, sciência do papel que representa no balho prestado e compreensão da portância na conjugação de esforços a o bem geral. Todos sabem, por , que a má ação de um reflete-se prejuízo coletivo, e, ao contrário, bem individual converte-se em mplo salutar, e, dessa forma, em veito geral. E' uma autêntica fra- idade no trabalho que existe. Por não se conhecem aí as greves e as formas de rebeldias como em ou- lugares. Quando surgem desenten- dimentos a sanar ou modificações a serem feitas, realiza-se por meios sua- sórios e a satisfação redunda sempre para ambas as partes. As queixas ou reclamações apresentadas são estuda- das, ponderadas e atendidas com justiça.

Os pedidos de aumento de salários para acompanhar o crescimento contí- nuo do custo de vida, são realizados, como já vimos, periodicamente, com- preendendo todos, operários, emprega- dos e patrões que somente com uma elevação da produção e venda poderão ser conseguidos tais objetivos, pois, caso contrário, a fábrica e sua estru- tura de organização se veria ameaça- da por lhes faltarem recursos para tais compromissos.

Aperfeiçoamentos técnicos, melhor aproveitamento do pessoal e do maqui- nário, produção mais eficaz e rendosa, são constantemente estudadas e levados a efeito para êsse fim.

Nesse sentido, desempenha papel importantíssimo uma reunião semanal, que tem lugar todos os sábados, às 10 horas, de chefes e encarregados de ser- viço e Diretoria, realizada na sala da Diretoria. Aí se debatem fraternalmen- te os problemas da produção e os meios de elevá-la e aperfeiçoá-la. Propostas que concorrem para a melhoria dos serviços são estudadas e aproveitadas, recebendo seus autores prêmios em di- nheiro por elas. Em novembro passa- do, três dêstes auxiliares foram premia- dos por estas propostas suas aceitas e postas em prática, com 5 mil cruzei- ros cada um. Foram êles os Srs. Ar- tenio Sbrane, Luís Fernandes e Altino Gomes, que receberam os prêmios das mãos da diretora-presidente, em re- união especialmente convocada para êss fim, sendo que meses antes o Sr. Ga- leano Sbrane recebera idêntico prêmio.

Desta forma se estabelece uma liga- ção mais viva e mais estreita entre a direção e o pessoal da fábrica. Tudo que possa interessar ao bem comum, sejam elas questões de ordem técnica, econômica ou social, são suscitados, discutidos e submetidos à deliberação.

Um cafezinho, como na fotografia que mostramos, durante a reunião, serve para animar os espíritos dos partici- pantes. Café que também é distribuí- do, por conta da Fábrica, a operários e empregados, indistintamente, todos os dias, às 2.30 horas da tarde.

Não surpreende, por tudo isso que acabamos de relatar, a atenção, pode- ríamos mesmo dizer, o carinho, com que os diretores são tratados pelos ope- rários e funcionários da Fábrica. Ti- vemos ocasião de constatar tal coisa ao visitarmos o estabelecimento fabril em companhia de seu diretor-gerente, o Dr. Agostinho Janequine. Os operá- rios aproximavam-se dêle cordialmen- te para indagar de sua saúde e fazer votos pelo seu breve restabelecimento, pois estava êle com o braço esquerdo engessado de uma fratura ocorrida dias antes em sua residência. Pareceu-nos mais o encontro de velhos amigos ou camaradas do que a presença, frente a frente, de um diretor com operários de uma fábrica.

E' assim que se trabalha e se produz na Fábrica de Cigarros Sudan S. A.

A Fundação Anita Pastore D'Angelo

Deixamos propositadamente para o fim aquilo que constitui, sem dúvida al- guma, o maior título de benemerência de D. Anita Pastore D'Angelo, uma espécie de coroamento final de sua vida e sua obra: a Fundação Anita Pastore D'Angelo.

Por testamento passado pelo saudoso Comendador Sabbado D'Angelo, em 17 de novembro de 1938, deixava êle a "Chácara Sudan", situada no distri- to de Itaquera, Comarca da Capital, para ser convertida num estabelecimen- to hospitalar ou de educação profissio- nal. Em 26 de maio de 1945, por escri- tura pública passada em cartório, D. Anita tornava realizado êsse desejo do seu falecido espôso. Criou a Fundação Anita Pastore D'Angelo, dotando-a pa- ra isso de fundo no valor de ..... Cr$ 8.000.000,00, representado por 1.600 ações da Fábrica de Cigarros

Sudan S. A., no valor nominal de 5.000 cruzeiros cada uma. Dessa forma, a Fábrica passa a pertencer pràticamente à Fundação.

A Fundação Anita Pastore D'Angelo destina-se a instalar e manter um estabelecimento hospitalar para socorrer as pessoas pobres e necessitadas. Haverá, ainda, no dito estabelecimento, clínicas e ambulatórios para as pessoas desprovidas de recursos. Chamar-se-á "Hospital Comendador Sabbado D'Angelo", funcionando na atual "Chácara Sudan".

Assim, o fruto de canseiras, trabalho e lutas de tantos anos, do Comendador Sabbado D'Angelo e de sua espôsa, D. Anita Pastore, reverte em bem coletivo, em obra que irá mitigar as dores e necessidades dos desamparados da fortuna. Poderia haver finalidade mais nobre, realização mais generosa do que esta, de trabalhar durante tantos anos seguidos, para depois dar tudo a um estabelecimento de caridade? Dir-se-ia que a missão na Terra dêsse casal feliz foi destinada unicamente a tornar maior os poucos bens que usufruem os pobres, a enriquecer o patrimônio de amparo aos necessitados!

Por si só, êste derradeiro ato de Sabbado D'Angelo, magnificamente concretizado por sua afetuosa companheira de vida, diz bem alto do coração bondoso, do espírito altruístico daqueles sêres superiores, tomando-se esta última palavra, não no sentido egoístico de elevar-se sôbre os demais, por qualquer meio que seja, mas de ajuda aos outros, de estender a mão a alguém que não conhecemos, porém apenas sabemos precisar de apoio, de um arrimo, a fim de abrigar-se dos golpes da adversidade, quase sempre desferidos por mãos ambiciosas, tacanhas e estreitamente individualistas!

A inauguração da Fundação Anita Pastore D'Angelo aguarda unicamente a extensão da linha de transmissão elétrica, prometida para breve pela Companhia concessionária dêsses serviços entre nós. Assim, dentro de breve tempo, ao acenderem-se as lâmpadas elétricas daquela instituição para seu funcionamento definitivo, iluminar-se-á com elas mais uma casa para os pobres necessitados, brilhará então mais uma luz de caridade e bondade neste mundo, para clarear um pouco mais esta imensa escuridão que ainda envolve a Terra. E as almas dos sofredores se encherão de mais esperança, enquanto a dos benfeitores transbordará de alegria, pela satisfação de uma obra benemérita realizada conscientemente, com a espontaneidade das ações que julgamos um simples dever, apenas o cumprimento de uma obrigação assumida com nós próprios e levada a bom têrmo com felicidade!

QUOTAS PAGAS AOS INSTITUTOS DE APOSENTADORIAS, L B A. SENAI E SESI, DURANTE O EXERCÍCIO DE 1947

(QUADRO III)

MATRIZ E FILIAIS	APOSENTADORIA	SENAI.	SESI.	L B A.	TOTAL
MATRIZ	465.091,40	129.046,20	219.481,90	54.130,20	867.749,70
FILIAIS:					
Araraquara	5.538,50	1.797,40	2.242,70	865,70	10.444,30
Baurú	6.914,00	2.118,80	1.978,20	494,70	11.505,70
Campinas	13.670,40	3.386,50	4.671,30	1.267,50	22.995,70
Catanduva	5.411,10	3.417,30	2.646,60	1.064,80	12.539,80
Curitiba	9.502,30	1.720,10	1.890,80	860,20	13.973,40
Loja — S. Paulo	—.—	—.—	—.—	—.—	—.—
Marília	8.141,60	2.050,30	2.915,70	1.199,10	14.306,70
Ourinhos	8.673,40	2.275,60	3.205,00	1.109,70	15.263,70
Presidente Prudente	6.041,70	544,00	350,10	745,30	7.681,10
Ribeirão Prêto	10.905,70	2.782,90	3.514,60	1.373,00	18.576,20
Santos	11.105,60	1.349,70	608,20	409,30	13.472,80
Sorocaba	9.450,80	2.860,70	3.508,90	1.347,90	17.168,30
Taubaté	6.249,30	1.449,90	1.387,60	684,30	9.771,10
Uberlândia	7.542,80	1.925,10	2.166,00	962,50	12.596,40
TOTAIS	**574.238,60**	**156.724,50**	**250.567,60**	**66.514,20**	**1.048.044,90**

RUMO A SEGUIR

Planificação dos Serviços de Eletricidade

Carlos Bernhausen Jr.

1. FONTES DE PRODUÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA

A **energia elétrica,** cm que o homem cobre as suas variadas e complexas necessidades, é produzida industrialmente em **usinas termo** e **hidro-elétricas.**

A utilização da energia do **vento,** do **calor solar,** das **ondas do mar** e das **marés** ainda se acha em stágio experimental, podendo um dia tornar-se uma realidade, pelo menos para certas aplicações.

Há justificadas esperanças com relação à **energia atômica,** que poderá vir a ser de grande importância para a economia brasileira, visto existir no país abundante matéria prima.

Nas usinas **termo-elétricas** transforma-se em energía térmica, depois em mecânica e finalmente em elétrica a energía química do carvão mineral, do petróleo, seus derivados e assemelhados, do linhito, a turfa, da lenha e outros produtos vegetais, dos gases naturais e artificiais.

Nas **usinas hidro-elétricas** é a energia hidráulica das quedas dágua que se converte primeiramente em energia mecânica, depois em energia elétrica.

Em ambos os casos, como foi dito, há sempre a etapa intermediária da **energia mecânica,** produzida esta nos motores primários-térmicos ou hidráulicos — os quais acionam, por seu turno os geradores elétricos.

A energia elétrica de **origem térmica** é a que predomina na produção mundial, muito especialmente a gerada com o carvão fóssil, e isso, porque os grandes países industriais o possuem de primeira qualidade e em quantidade pràticamente inesgotáveis.

Os **combustíveis sólidos,** quer minerais quer vegetais, podem ser queimados diretamente nas fornalhas de caldeiras a vapor. Êsse vapor movimenta máquinas alternativas (solução antiquada) ou turbina a vapor (solução atual) que, por sua vez, impulsionam os geradores de energia elétrica.

Podem também os combustíveis sólidos ser queimados em gasogênio, para utilizar o gás resultante em motores, chamados a gás pobre, acionando êstes os geradores elétricos. Trata-se, porém, de uma aplicação muito limitada.

Quanto aos **combustíveis líquidos,** podem êles ser empregados diretamente nos motores de explosão ou de combustão interna, especialmente nos do tipo Diesel, ou então queimados em maçaricos de caldeiras, semelhantes as que empregam combustíveis sólidos, para em seguida ser levado o vapor produzdio a máquinas alternativas ou turbinas a vapor, que acionam então os geradores elétricos.

Finalmente, no tocante aos **combustíveis gasosos** podem êles ser naturais ou artificiais. No primeiro caso trata-se de gases extraídos do subsólo. No segundo, são produzidos em coquerias ou fábricas de gás pela distilação do carvão betuminoso a sêco (gás de coque) ou pelo tratamento com vapor dágua. Até o presente, os gases de coqueria ou de fábricas de gás só acidentalmente são usados na produção de energia elétrica, e assim mesmo são quase empregados para gerar vapor (em caldeiras adequadas), e depois, então, é êste vapor usado na propulsão de turbo-geradores (turbinas a vapor movimentando geradores elétricos). O mesmo, entretanto, não se aplica no tocante aos **gases** naturais que encontram cada dia maior aplicação na produção de energia elétrica, em virtude do seu baixo custo.

As absoletas e pesadas **máquinas a vapor** do tipo alternativo, os **motores a gás pobre** e os **motores de explosão** e de **combustão interna** (Diesel) contribuem muito pouco para a produção mundial de energia elétrica.

Os motores primários por essência são as **turbinas hidráulicas** e as **turbinas a vapor** que, em conjunto produzem 99% de tôda energia elétrica consumida no mundo.

A máquina do futuro nas usinas térmo-elétricas poderá vir a ser a **turbina a gás,** cujo princípio de funcionamento, embora já conhecido há muitos anos, não pôde ter execução prática, visto exigir sua construção de aços especiais, capazes de resistir permanentemente a temperaturas muito elevadas.

Êste problema foi últimamente resolvido pelos metalurgistas, de sorte que agora os fabricantes de turbinas e de caldeiras estão aplicando substancial parcela de suas verbas de pesquisa científica e técnica no aperfeiçoamento da **turbina a gás.** Aliás, já algumas dessas máquinas, com potências até 10.000 kw., funcionam satisfatòriamente. Cuida-se até de utilizá-las na propulsão de locomotivas ferroviárias.

A turbina a gás consta essencialmente de um compressor de ar, de uma câmara de combustão e da turbina pròpriamente, assemelhando-se esta à turbina a vapor.

O combustível usado é o óleo, mas já se fazem experiências para o emprêgo de carvão pulverizado.

E' uma máquina que, uma vez produzida industrialmente em unidades de média e grande potência, importará sem dúvida em grande benefício para a térmo-eletricidade. De fato, a turbina a gás, dispensando a instalação de caldeiras, apresenta as vantagens da turbina a vapor (além de transformar diretamente a energia térmica em energia mecânica rotativa), evita as desvantagens dos motores de explosão e de combustão interna (que mecânicamente retrogradaram, visto exigirem movimentos alternativos de grande velocidade), a par de apresentar rendimento total comparável ao dos motores de combustão interna.

Quanto à **energia atômica,** é sabido que a decomposição do átomo se realiza com imenso desprendimento de calor, sendo necessário arrefecer constantemente as "pilhas", em que se processa operação. Os técnicos vislumbraram assim a possibilidade de transformar em vapor a energia térmica transferida para a água de refrigeração, sendo então êsse vapor utilizado na movimentação de turbinas (idênticas as atualmente usadas), sendo a energia mecânica colhida nos respectivos eixos ou então fazendo êstes movimentar geradores de eletricidade. A "pilha" de **desintegração atômica** passa a desempenhar o papel das atuais caldeiras geradoras de vapor. Até o presente, entretanto, não foi possível produzir ainda o vapor mais econômicamente do que no processo convencional. Há esperança, porém, de que essa situação possa se modificar no futuro, especialmente se os combustíveis (carvão e petróleo) encarecem ou se tornarem mais raros. A energia atômica será, sem dúvida, a grande fonte de energia das vindouras gerações.

ENERGIA TÉRMO-ELÉTRICA

Examinemos ràpidamente as diferentes **fontes primárias de origem térmica,** no caso brasileiro.

As reservas de **carvão mineral,** que são consideradas até agora as mesmas importantes da América do Sul, estão localizadas no Sul do Estado de S. Paulo, Norte do Paraná, Sul de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Foi também constatada a existência de carvão de pedra no Piauí, não sendo ainda bem conhecida, tanto sua qualidade como a possança provável das jazidas.

O carvão sulino, convenientemente beneficiado, poderá e deverá ser utilizado em escala crescente, e não resta dúvida que o vem sendo (vide O OBSERVADOR, dezembro de 1947, página 50).

E' necessário habituarmo-nos a usar o que é nosso. Embora não seja do melhor, é o que possuimos.

Haja vista a Usina de Volta Redonda que, durante longos períodos, tem trabalhado com coque metalúrgico produzido exclusivamente com carvão de Santa Catarina.

A extração do carvão catarinense já atingiu 80.000 toneladas mensais; em breve alcançada 100.000 e urge aplicar todos os esforços para dobrar a produção em tempo útil. Isso porque, entre outras razões, tão cêdo não será possível podermos contar com o aumento de importação de carvão, visto ainda ser imenso o **déficit** de sua produção na Europa, não havendo perspectivas de normalização nos anos próximos. Os Estados Unidos para lá despacharam 20 milhões de toneladas em 1946 e 40 milhões de toneladas em 1947.

Não será possível, entretanto, pelo menos atualmente, pensar-se em utilizar o carvão dos Estados do Sul na produção de energia elétrica no Norte, no Nordeste ou mesmo no Centro do Brasil.

Sua aplicação para esta finalidade se limitará às proximidades das zonas de mineração, onde há mesmo a máxima conveniência de assim se proceder.

Há os exemplos de Pôrto Alegre e Pelotas, onde as respectivas emprêsas de eletricidade consomem exclusivamente o carvão riograndense.

O Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul inicia a construção de uma usina termo-elétrica na bôca das minas do Leão, em S. Jerônimo, para aproveitar os resíduos do carvão alí extraído.

Cumpre citar ainda a central térmo-elétrica da Companhia Siderúrgica Nacional em Tubarão, Santa Catarina, junto à usina de beneficiamento de carvão, fornecendo energia elétrica a esta, às minas de carvão da região e a várias localidades catarinenses. Essa usina aproveita o "refugo" da lavagem do carvão na usina de beneficiamento, queimando-o em caldeiras a vapor, permitindo dessa forma a produção de energia elétrica por preço conveniente. Contará em breve com a potência instalada de 15.000 kw.

O petróleo é o tema mais em foco no momento. Não há dúvida de sua existência no país. Os poços perfurados no Recôncavo da Bahia o atestam. Há indícios fortes de poder ser encontrado também em grandes áreas das bacias dos rios Amazonas e Paraná.

O Govêrno está empenhado em conseguir para o problema **solução rápida, objetiva** e **consentânea** com o interêsse nacional.

A industrialização intensiva do petróleo nacional, tão almejada por todos, importará sem embargo, em uma revolução na balança energética brasileira.

De qualquer forma, no presente, ainda dependemos integralmente da **importação do petróleo** e seus derivados, e seria, portanto, um contrasenso consentir-se na instalação desordenada de unidade Diesel-elétricas ou de caldeiras a vapor alimentadas a óleo combustível alienígena, salvo em casos especiais, apreciados isoladamente.

Nas perfurações em busca de petróleo na Bahia foram encontrados grandes depósitos de **gases naturais** em Aratu, os quais, como é sabido, constituem combustível excelente e muito econômico, utilizado em larga escala em outros países. Já se cuida aliás da instalação de uma usina termo-elétrica em Aratu, para utilizar êsses gases naturais.

O combustível por excelência no Brasil tem sido **a lenha,** da qual consumimos, em 1940, cêrca de 102 milhões de metros cúbicos, equivalendo aproximadamente a 12 milhões de toneladas de carvão mineral. Durante os anos da guerra o consumo aumentou muito, para substituir a falta dos combustíveis fósseis importados, atendendo assim os reclamos crescentes da indústria nacional, que se desenvolveu notòriamente.

A questão é que as **florestas,** de onde se pode extrair a boa lenha, estão cada vez mais afastadas dos centros consumidores e o reflorestamento tem-se processado muito lento e precàriamente.

Foram realizados estudos interessantes que demonstraram ser econômicamente viável basear a produção de energia termo-elétrica na utilização da lenha proveniente de florestas artificiais de **eucaliptos,** sobretudo em usinas geradoras de pequenas e médias capacidades.

O linhito e a **turfa,** embora existam jazidas no país, pouco representam, até agora na produção de energia elétrica. Êsse assunto deve ser examinado com cuidado no futuro.

Os **xistos piro-betuminosos** e as **areias betuminosas,** dos quais dispomos de imensos depósitos, permitam a distilação de óleos minerais semelhantes aos obtidos do petróleo natural. Pouco represen-

tam, ainda na balança térmica nacional e pràticamente nada na produção de energia elétrica.

Nos Estados Unidos investiga-se sèriamente a possibilidade de **utilizar o carvão de pedra no próprio subsolo** (dispensando o trabalho penoso e perigoso de centenas de milhares de mineiros) mediante a injeção de correntes de oxigênio nas camadas carboníferas e a subsequente retirada, através de outras canalizações, dos gases combustíveis resultantes, para utilizá-los diretamente como agente de combustão ou como matéria prima em refinarias. O método, se coroado de êxito, poderá talvez ser aplicado econômicamente nos abundantes depósitos brasileiros de xistos piro-betuminosos e areias betuminosas.

O **álcool proveniente** da cana de açúcar tem sido usado, puro ou misturado à gasolina, na propulsão de veículos automóveis. Trata-se de combustível demasiadamente dispendioso para ser empregado na produção de eletricidade. Os usineiros empregam o bagaço da cana, para gerar a energia elétrica destinada ao próprio consumo, o que já importa em cérta economia de combustível.

Cogitou-se também em produzir álcool da raiz da mandióca. Pouco interêsse poderá ter êsse combustível na produção de energia térmica e tanto menos na geração de eletricidade.

A mesma conclusão se aplica aos óleos vegetais (amendoim, mamona e caroço de algodão), os quais, embora possam ser usados em motores Diesel, conduziram à ruína de muitas dessas máquinas durante a guerra passada, por isso que os cilíndros, e êmbolos ficam danificados em pouco tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram feitas essas considerações em tôrno das fontes nacionais de energia térmica para demonstrar que o Brasil não é possível seguir-se a política de eletrificação dos países que dispõem de grandes reservas de carvão fóssil de primeira ordem, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Rússia, a Alemanha e mesmo o Japão ou então as grandes potências petrolíferas, como os Estados Unidos e a Rússia.

Todos êsses países puderam orientar-se preferencialmente, como de fato o fizeram, para as usinas termo-elétricas.

Aqui, porém, devemos agir com muita prudência em relação à termo-eletricidade.

A fonte de energia por excelência que dispomos em nosso território é a **energia hidráulica.**

O Brasil figura nas estatísticas mundiais de energia hidráulica em quinto lugar com 14 milhões de kw, depois da Rússia com 58 milhões de kw, dos Estados Unidos com 25 milhões de kw, da China com 20 milhões de kw e do Canadá com 19 milhões de kw. Essas avaliações baseiam-se em descargas de estiagem, tratando-se assim de potências que poderão ser desenvolvidas contìnuamente. (Vide Bacias Hidrográficas e Potencial Hidráulico do Brasil — O OBSERVADOR, novembro de 1947, página 86).

Foram aproveitados até agora pouco mais de um milhão de kw (quilowatts), o que é muito pouco. Ainda temos uma grande estrada a percorrer.

Convém mencionar também que aquêles números não exprimem as possibilidades reais, visto incluirem algumas vêzes aproveitamentos inacessíveis na prática ou anti-econômicos, e outras silenciarem em relação a aproveitamentos altamente econômicos os chamados "invisíveis", obtidos com a transposição de vales ou inversão de correntes, de que constitui exemplo típico a usina da Serra do Cubatão, nas proximidades de Santos. Só ela, poderá atingir progressivamente a 2 milhões de kw de potência instalada.

A grande aplicação industrial da energia hidráulica é a sua transformação em energia elétrica.

Salvo em aplicações restritas e muito pequenas, ninguém mais pensa em utilizar, diretamente na indústria, a energia produzida em rodas dágua ou turbina hidráulicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Impõe-se, pois, o aproveitamento dos **recursos hidráulicos** em escala crescente, recorrendo-se às usinas termo-elétricas apenas nos casos em que estas se justificam, em virtude de condições geográficas e econômicas.

Assim, por exemplo, temos que continuar a instalar usinas termo-elétricas em vastas áreas da Bacia Amazônica, onde não existe potencial hidráulico imediatamente aproveitável, mas há grandes reservas florestais; em parte do Nordeste, onde não há que apelar nem para aproveitamento hidráulicos nem para a lenha, a qual pràticamente desapareceu. Nessa região terá de continuar a ser empregado o combustível importado, até que êste possa ser produzido no país (petróleo da Bahia) ou se consiga canalizar a energia hidro-elétrica de aproveitamentos mais distantes como os das cachoeiras de Paulo Afonso e de Itaparica (o que aliás já está em vésperas de se tornar uma realidade com a organização da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco). No Recôncavo baiano deve-se tratar, desde logo, de montar uma ou mais usinas termo-elétricas, para aproveitar o gás natural ali existente, o que também está em vias de realização. No sul do país o carvão mineral dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande justifica a instalação de novas usinas termo-elétricas, queimando êste combustível, como aliás já se vem procedendo.

No mais, é na **energia hidráulica** que se deve buscar a solução para a produção de energia elétrica, de forma a atender ao crescente consumo nacional de eletricidade para todos os misteres.

Aliás não tem sido outro o desenvolvimento dêsses serviços através dos anos, como mostra o quadro da página seguinte.

Enquanto não fôr possível produzir abundantemente petróleo nacional, a orientação deve ser a dos países menos favorecidos em combustíveis minerais, tais como o fizeram a Noruega, a Suiça, a Suécia, o Canadá, a Itália e também a França (que desenvolve no presente um grande programa de eletrificação, baseado na energia hidráulica).

Será possível assim corrigir em parte a situação da nossa balança energética. Incontestàvelmente essa balança constitui um dos ín-

POTÊNCIA TOTAL INSTALADA EM USINAS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA

ANOS	ORIGEM TÉRMICA KW	ORIGEM HIDRÁULICA KW	TOTAL WK
1883	52	—	52
1889	3.143	1.475	4.618
1900	6.585	5.500	12.085
1910	21.996	137.864	159.860
1920	77.825	279.378	357.203
1930	128.625	618.476	747.101
1940	182.318	924.199	1.106.517
1947	252.538	1.244.321	1.496.859

dices mais ponderáveis para avaliar-se o progresso social e econômico de um país.

CONCLUSÃO

No Brasil, a **termo-eletricidade** deverá ter **aplicação prudente e moderada,** e sòmente quando condições geográficas e econômicas a justificarem.

O **plano brasileiro de eletrificação** deverá repousar, sobretudo, **na exploração intensiva dos recursos hidráulicos,** existentes abundantemente nas regiões do país que lograram maior desenvolvimento em todos os setores da produção.

Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A.

Carta Patente n.º 314, de 30-11-45

SÉDE: RUA DA QUITANDA, 129, RIO DE JANEIRO, (D. F.)

BALANCETE EM 28 DE FEVEREIRO DE 1948

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
A — DISPONÍVEL			
Caixa			
Em moeda corrente		9.397.546,40	
Em depósito no Banco do Brasil		25.578.006,60	
Em depósito à ordem da Superintendência da moeda e do crédito		7.637.385,00	
Em outras espécies		2.167.394,30	44.780.332,30
B — REALIZÁVEL			
Letras do Tesouro Nacional		2.461.000,00	
Empréstimos em c/corrente:			
a prazo médio	50.572.353,00		
a prazo curto	51.137.532,60		
	101.709.885,60		
Empréstimos hipotecários	85.965.843,90		
Títulos Descontados	182.605.146,80		
	370.280.878,20		
Agências no País	75.016,10		
Correspondente no País	154.295,40		
Capital a realizar	2.903.020,00		
Outros créditos	2.480.856,20	375.894.065,90	
Imóveis:			
Prometidos á venda	4.567.370,80		
Outros imóveis	575.600,00	5.142.970,80	
Títulos e valores moiliários:			
Ações e debêntures		100.000,00	
Outros valores		2.514.057,00	386.112.093,70
C — IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco	16.909.858,50		
Móveis e utensílios	2.534.188,70		
Material de expediente	247.902,30		
Instalações	3.173.338,80		22.865.288,30
D — RESULTADOS PENDENTES			
Juros e Descontos	1.054.344,10		
Impostos	116.156,50		
Despesas gerais	1.278.058,30		2.448.558,90
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em garantia		296.709.695,90	
Valores em custódia		540.013,00	
Outras contas		17.069.837,10	314.319.546,00
			770.525.819,20

PASSIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		100.000.000,00	
Fundo de Reserva legal		611.509,40	
Fundo de previsão		2.811.509,40	
Outras reservas		307.700,10	103.730.718,90
G — EXIGÍVEL			
Depósitos			
À vista e a curto prazo:			
De poderes públicos	137.203.063,60		
De autarquias	4.042.063,90		
Em c/c sem limite	41.100.405,00		
Em c/c limitadas	16.350.724,30		
Em c/c populares	694.672,60		
Em c/c sem juros	1.009.150,70		
Outras depósitos	368.790,60	200.768.870,70	
A prazo:			
De poderes públicos	63.868.475,00		
De diversos:			
A prazo fixo	5.624.506,30		
De aviso prévio	279.713,50	69.772.694,80	
OUTRAS RESPONSABILIDADES:		270.541.565,50	
Obrigações diversas:			
Prefeitura do Distrito Fedral, conta a prazo longo (crédito rural)	30.000.000,00		
Outras obrigações	180.000,00		
	30.180.000,00		
Letras a pagar	4.742.666,70		
Letras Hipotecárias em circulação	38.176.000.000,		
Ordens de pagamento e outros créditos	952.772,60		
Dividendos a pagar	225.335,70	74.276.775,00	344.818.340,50
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			7.657.213,80
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em garantia e em custódia		297.249.708.90	
Outras contas		17.069.837,10	314.319.546,00
			770.525.819,20

Henrique de Toledo Dodsworth
Diretor — Presidente

Antenor dos Santos Fagundes
Contador — Reg. 39.832 DNIC e 30.133 DEC.

O Balanço da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio

Aumentaram, grandemente, as atividades daquele importante estabelecimento de crédito - Saldos que revelam uma sadia administração e um elevado senso de iniciativa.

Um flagrante da recente inauguração de uma nova agência da Caixa Econômica Federal do Est. do Rio, em São Fidélis, fixando o momento em que discursava o Dr. José Pedroso.

A CAIXA Econômica é, hoje, no sistema bancário brasileiro, o estabelecimento popular por excelência. Os seus negócios giram com as economias de tôdas as camadas sociais. O povo é o seu sustentáculo e elas, por sua vez, transformam os depósitos que recebem do "pé de meia" do povo, em benefícios da maior relevância tais como inversões para a construção da casa própria, hipotecas e empréstimos os mais diversos.

Atualmente a Caixa Econômica Federal do Estado do Rio está entregue à energia moça, ao dinamismo e ao espírito de iniciativa do Dr. José Pedroso Teixeira da Silva, um dos administradores mais ativos da moderna geração de homens públicos. Prova disso é o resultado a que chegou o balanço do 2.º semestre de 1947, encerrando as atividades da caixa a 31 de dezembro último.

O Dr. José Pedroso Teixeira da Silva recebeu a direção da Caixa Econômica em um dos momentos mais difíceis para a situação econômica do país. Estávamos em plena inflação e o Govêrno do eminente general Eurico Dutra iniciava uma política financeira nova, visando uma lenta e necessária deflação, evoluindo para o equilíbrio econômico. Necessariamente era, a situação, grandemente perigosa para qualquer estabelecimento bancário, mesmo para os de economia garantida pelo Govêrno, como é a Caixa Econômica. No entretanto, com dinamismo e serenidade, aliando as duas fôrças extremas para estabelecer o equilíbrio, o Dr. José Pedroso conseguiu apresentar um panorama novo na vida econômico-financeira do estabelecimento.

De 30 de junho de 1947 a 31 de dezembro do mesmo ano, isto é, no segundo semestre em que a Caixa Econômica Federal do Estado do Rio estêve sob a direção do Dr. José Pedroso, aquêle estabelecimento conseguiu apresentar resultados os mais animadores.

Falam melhor os números que as palavras, e êste quadro, que vamos apresentar, bem que revela as virtudes de uma administração dedicada aos interêsses do povo e da Caixa:

DEPÓSITOS

30-VI-47	Cr$ 298.232.269,10
31-XII-47	Cr$ 314.146.474,80
Aumento	Cr$ 15.914.205,70

INVERSÕES

30-VI-47	Cr$ 232.472.499,60
31-XII-47	Cr$ 254.081.484,40
Aumento	Cr$ 21.608.984,80
Receita	Cr$ 14.982.384,90
Despesa	Cr$ 13.735.357,60
Superavit	Cr$ 1.247.027,30

Apesar de fechadas há vários meses, por determinação superior, as carteiras Hipotecária e de Consignações, a situação acima bem demonstra o meritório trabalho que vem realizando a Caixa Econômica Federal do Estado do Rio.

(*Transcrito do "Diário Trabalhista"*)

Um instituto de crédito fiel ao seu próprio nome

O Banco Fluminense da Produção no conceito das classes produtoras do Estado do Rio

O amparo à produção em nosso país tem constituído, em todos os tempos, um dos mais importantes problemas. O esfôrço para a industrialização, o fomento das atividades básicas de nossa economia e o próprio comércio, dependem primordialmente do crédito. Só uma inteligente direção do crédito para as atividades produtoras poderá dar-lhes a propulsão necessária ao progresso e ao fortalecimento econômico do próprio país. Por isso mesmo, é grato verificar que um instituto bancário se orienta em tal sentido, tornando-se realmente fator de desenvolvimento de um ou de vários setores econômicos, proporcionando-lhes meios para ampliar a produção. E' o que sucede ante os discursos pronunciados em Cabo Frio, quando da inauguração, naquela cidade, do grande edifício alí construído pelo Banco Fluminense da Produção, cuja agência local atingiu um volume de negócios que reclamava mais amplas e mais modernas instalações. Representantes oficiais, do comércio, da lavoura, da pecuária, das indústrias do pescado, do sal e outras, estavam presentes e, pela palavra de seus porta-vozes, afirmaram que, não apenas Cabo Frio, mas, todos os municípios fluminenses muito deviam ao Banco Fluminense da Produção pelo seu novo surto de progresso.

Depuseram industriais, o prefei-

FLAGRANTE DA SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DA NOVA AGÊNCIA DO BANCO FLUMINENSE DA PRODUÇÃO

Aspecto de Cabo Frio vendo-se o edifício do Banco Fluminense da Produção

to Francisco de Paula Paranhos, de Cabo Frio, o representante da Associação Comercial e monsenhor João de Barros Uchôa, vigário capitular da Diocése de Niterói, para exaltar que o Banco Fluminense da Produção, organização sediada dentro do Estado, em Petrópolis, com agências em 31 municípios fluminenses, correspondentes e escritórios em todos os outros — pela assistência prestada a todos os setores da produção — vem sendo um propulsor do engrandecimento econômico da terra de Ararigboia. Os representantes de Cabo Frio afirmaram que a orientação do Banco em amparo das atividades produtoras foi um dos principais fatôres do renascimento econômico daquela região. Na oportunidade, não queriam agradecer apenas o suntuoso edifício com que o Banco enriquecia o patrimônio arquitetônico da cidade, mas, sobretudo, aquêle amparo benfazejo, resultante de uma sábia diretriz, com a qual se poderia afirmar que o Banco Fluminense da Produção realizava a "verdadeira democracia do capital".

Do discurso de monsenhor Barros Uchôa impressionam sobremaneira as palavras com que compara o crescimento do Banco Fluminense da Produção e os benefícios que êle presta ao povo fluminense à frondosa árvore que nasceu de uma pequenina semente, como a de mostarda, de que fala a parábola bíblica. Embora a comparação religiosa em assunto material, são ricas as palavras do ilustre sacerdote que dirige, interinamente, a Diocese de Niterói. E o são porque êle mesmo as justifica, demonstrando que, com intenções sãs como aquêle que plantou a semente da parábola, a direção do Banco foi semeando trabalho e meios de vida para o povo, ao amparar as fontes de produção, criando novas, nos campos e nas cidades, proporcionando mais intenso intercâmbio entre o capital e o trabalho, melhorando, indiretamente, o padrão de vida dos trabalhadores. E, para afirmar que a ação benéfica do Banco não se faz sentir apenas sôbre as fontes econômicas em geral, inclusive o comércio, com uma função que é também social — contou aos presentes que, se tinha êle, o orador, uma escola para meninos pobres, isso lhe havia sido proporcionado pelo Banco, que financiára, a juros módicos, a construção do edifício, financiamento êsse já resgatado. Era, pois, mais que uma testemunha da atuação do Banco Fluminense da Produção pelo progresso do Estado do Rio. Era um dos que haviam participado dos frutos da árvore frondosa que nascera da pequenina semente e os distribuia

também com as crianças fluminenses, como os dirigentes das fontes de produção os distribuiam com seus operários e empregados.

Assim testemunhavam os oradores, representantes da Cabo Frio, de outros municípios, e altos representantes da administração pública, do cléro e das fôrças econômicas, perante os diretores do Banco que se encontravam presentes à inauguração, os drs. Hélio Vaz de Melo e Hugo de Souza Melo, em solenidades que contaram com o que de mais eminente tem o Estado do Rio, inclusive o representante do governador Macedo Soares.

Vale citar o discurso de agradecimento do dr. Hélio Vaz de Melo, prometendo que o Banco continuaria com essa orientação porque para isso fôra criado e que só tal possibilitara a confiança o ambiente, com que o distinguiam os fluminenses, confiança que, com o progresso da economia dos mesmos fluminenses, havia feito progredir também aquêle instituto de crédito que se orgulhava de receber tão expressivas homenagens.

Em último lugar é oportuno mencionar o discurso do dr. Ari de Andrade Figueira, uma afirmação de que o progresso econômico do Estado do Rio foi possível porque, com a criação e extensão de uma rêde bancária lídimamente fluminense, passou-se a aplicar dentro do próprio território do Estado, em financiamento de amparo ao trabalho produtor, as economias de seu povo, que eram, antes, canalizadas para aplicação em praças de outras unidades da Federação, pois a rêde bancária que então existia era tôda de institutos sediados em Minas, São Paulo e na Capital da República.

Hoje, possui o Banco Fluminense da Produção a maior rêde bancária do Estado do Rio, oferecendo também, aos seus clientes duas modelares agências instaladas no Rio e em São Paulo.

Diante disso, há que dar razão ao comentarista que afirmou ser o Banco Fluminense da Produção um propulsor da economia fluminense e há que reconhecer que a persistência de tal orientação representa, a um tempo, o progresso das fontes de trabalho da região coberta por sua rêde de agências e escritórios, e o fortalecimento do próprio instituto de crédito que se engrandece com o engrandecimento de seus clientes, ampliando a fronde da árvore de que falou monsenhor Barros Uchôa e lançando raizes que a fortificam. Um exemplo disso é o caso de Cabo Frio, onde a pequenina agência inicial está agora instalada em moderno e grande edifício, marco do progresso que o Banco possibilitou e promoveu e do qual resultou o da própria agência, como vem sucedendo nos demais municípios do Estado do Rio. Na sua política de aplicar entre os fluminenses o que aufere de suas operações com os fluminenses, vai construindo, em cada cidade, um prédio que aumenta seu patrimônio e o do próprio povo a que serve.

Os discursos de Cabo Frio são uma lição eloqüente que recomenda a todo o Estado o Banco Fluminense da Produção.

TUBOS ARMCO DE AÇO SOLDADOS

para vários fins

Produzindo agora no Brasil **tubos de aço soldados,** a ARMCO Industrial e Comercial S/A vem facilitar a aquisição desse material, oferecendo-os também por preços inferiores aos actuais.

De moderna fábrica, onde será empregada a mais recente técnica norte-americana, sairão os **tubos de aço soldados,** de diâmetros até 1,80 m. para tubulações adutoras, irrigação, "penstocks", estaqueamentos e outras obras de engenharia hidráulica cuja execução vinha sendo dificultada ou impedida pela obtenção desse material no exterior.

Entregas rápidas.
Preços razoáveis.
Peso reduzido e fácil transporte.

Dirijam suas consultas à:

ARMCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A

Rua da Alfândega, 107 — Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO • PORTO ALEGRE • SALVADOR • CURITIBA • BELO HORIZONTE • AGENTES NAS OUTRAS CAPITAIS DOS ESTADOS

OBSERVAÇÕES ECONÔMICAS

Licença Prévia e Mercado Interno

O SISTEMA de licença prévia é hoje o regime geral em todos os países do mundo. A maioria dos países do grupo esterlino já começou a executar um programa de redução nas importações pagáveis em dólares, recorrendo todos êles ao contrôle do comércio exterior.

A Índia, por exemplo, tomou medidas drásticas para não sofrer fome em futuro próximo, pois que terá de importar grandes quantidades de cereais do continente americano.

Essas resoluções que agora são comuns a tôdas as nações do universo, já estão sendo notadas pelos norte-americanos em virtude da sensível baixa no volume de suas exportações.

Tal fato preocupa sobremaneira aos Estados Unidos onde, há bastante tempo, vêm subindo os estoques de mercadorias. Entretanto, não só as restrições por parte dos países importadores estão prejudicando os negócios da América, mas também a crescente oposição do Congresso americano ao auxílio Marshall, no que se refere às elevadas somas a serem despendidas.

O mundo encontra-se hoje diante de uma situação altamente interessante: de um lado a produção da formidável máquina americana e a premente necessidade de os países cortarem as suas compras, à vista da escassez de divisas, de outro.

Em tudo isso há, porém, um lado bom qual seja o da baixa dos preços em dólares dos cereais, os quais vêm minorar a difícil situação que os povos atravessam.

A Grã-Bretanha tem-se esforçado para encontrar um meio de escapar à situação que está estrangulando o seu comércio, e para manter um programa bem equilibrado em suas importações.

À vista, pois, das dificuldades que pairam sôbre o mundo, sòmente um caminho poderia ser trilhado por tôdas as nações — o regime da licença prévia.

O Brasil não poderia fugir a essa contingência adotando o sistema que, em grande parte, servirá para nos aproximar do equilíbrio do nosso balanço de pagamentos.

Assim é que vem de ser sancionada a lei n.º 262, de 23 de fevereiro último, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio com o exterior.

Quer-nos parecer, no entanto, que de início essa lei apresenta uma falha que poderá trazer as maiores dificuldades para o nosso mercado interno.

Referimo-nos ao seu artigo primeiro, na parte que exclui da licença prévia a importação de gêneros alimentícios, a de cimento e produtos farmacêuticos.

Todos nós sabemos que o mercado interno deve, de preferência, reservar-se à produção interna. Deverá ser importado somente o que nos fôr inteiramente impossível produzir.

Logo, se excluímos daquele regime os gêneros alimentícios, é provável que passemos a importar alguns similares aos nacionais, não sendo de estranhar se dentro em breve chegarmos a comer o feijão em lata.

Quanto aos produtos farmacêuticos, idênticos, idênticos serão na certa os resultados da exclusão, e a facilidade de compra no exterior poderá prejudicar a nossa indústria farmacêutica que, não resta dúvida, é das melhores.

O caso do cimento, porém, apresenta-se de uma forma tôda especial. Ninguém desconhece o "trust" organizado que dentro do país explora êsse material, e que é o principal responsável pelo "câmbio negro" que por aí se desenvolve.

Em se tratando de um produto imprescindível para solver, em parte, o problema da habitação, julgamos necessárias algumas medidas capazes de garantir ao seu consumidor a facilidade de sua obtenção, uma vez que aos importadores e aos donos de "trust" não será difícil adquirí-lo.

As condições da importação sob o regime da licença prévia não se poderão divorciar das necessidades do mercado interno.

◆

MECANIZAÇÃO E FÁBRICAS

A MECANIZAÇÃO da agricultura é um problema que, por sua importância e amplitude, abrange muitos setores da atividade econômica, sendo para cada um dêles de aspecto diferente a solução.

Somente através de um acurado estudo do problema, poder-se-á conseguir a grande base em que se deverá assentar a melhor solução, pertinente aos interêsses de tôdas as partes.

As dificuldades que se apresentam ante os diferentes pontos de vista, exigem constante e eficiente cuidado por parte dos que importam e fabricam, usam e comerciam maquinária agrícola.

Tal é a complexidade do assunto e tão incalculável é o êxito da feliz iniciativa no setor agrícola, que do critério adotado depende o incremento da produção capaz de atender às necessidades do país.

Em se tratando, pois, de um problema fundamental para a economia da Nação, e cuja solvabilidade nos dará uma justa recompensa que dimanará do perfeito desenvolvimento da atividade rural, a mecanização necessita de ser encarada de maneira positiva.

Não é fácil compreender que a mecanização, meio pelo qual se consegue aumentar a produção e que facilita em parte a questão da mão de obra, representa uma dificuldade das maiores para os países atrasados industrialmente ou semi-industrializados.

Êsses países têm necessariamente de recorrer às nações industrializadas para a obtenção das máquinas e ferramentas agrícolas com que tornarão possível a mecanização de suas lavouras. Considerando o desgaste dessa espécie de maquinária e a necessidade de sua renovação, os países como o Brasil têm que conseguir importar peças em número suficiente para um longo período, ou de outra forma, procurar fabricar os acessórios indispensáveis.

Êsse é, sem dúvida, o problema primário a ser considerado antes de qualquer passo para a mecanização de nossa agricultura. Pensamos que bem poderemos nos aparelhar para tal fim, desde que se abandone a idéia de montar fábricas a produzir o que não nos é difícil.

Para o caso específico da mecanização agrícola dispomos do amplo e moderno equipamento da Fábrica Nacional de Motores, hoje constituída sob a forma de uma sociedade anônima de economia mista e que, conforme estudos realizados há tempos por técnicos seus e do Ministério da Agricultura, posteriormente confirmados por técnicos norte-americanos, e ainda conforme a opinião de técnicos ingleses que a visitaram, está em perfeitas condições para a produção de tratores agrícolas, na medida de atender às necessidades da economia brasileira. Sabemos, aliás, que um trator ali projetado, atendendo às especificações básicas resultantes de estudos prévios, teve o seu protótipo construído nos Estados Unidos, onde já foi submetido aos testes de campo com pleno êxito.

Ora, o Ministério da Agricultura tem autorização do govêrno federal, expressa num decreto-lei, para dar à Fábrica uma encomenda básica de 10.000 tratores, devendo os implementos para êstes ser fabricados em São Paulo, em indústria tecnicamente habilitada. Por que então não se dá logo início à execução desta encomenda? Pelo simples prazer de continuarmos importando o que provadamente poderemos fazer aqui?

◆

A CAUSA DA ELEVAÇÃO DOS PREÇOS

EM flagrante desproporção com o crescimento dos efetivos demográficos, o desenvolvimento da agricultura de subsistência no Brasil, principalmente no período de 1920 a 1940, revela tendência decrescente.

Confrontando-se os índices populacionais no decurso dos últimos oito anos do período citado com os índices de doze principais produtos (arroz, batata, milho, feijão, trigo, aveia, centeio, cevada, abacaxi, açúcar e farinha de mandioca), pode-se confirmar o asserto.

Enquanto a produção em 1933 atingiu a 10.336.169 toneladas e a população 35.430.230 habitantes, em 1940 os totais apresentaram respectivamente as cifras

e 10.211.348 e 41.124.914. Destarte, no-se que na produção houve um de-réscimo de 1 por cento ao passo que a opulação aumentou de 16 por cento.

Em seguida, até 1946, em que pese a nflagração mundial, a produção agrí-ola de gêneros alimentícios acusou sen-vel melhora. Em 1941 a produção che-ou a 11.400.392 toneladas e a popula-ão a 42.009.961 ao mesmo tempo que em 946 os totais foram de 13.745.547 e .725.988, respectivamente. Diante disso ercebe-se que a produção aumentou de ? por cento e a população de 13 por nto.

Essa melhoria, no entanto, não foi de olde a conduzir-nos a um abastecimen-abundante e capaz de proporcionar a xistência de disponibilidades para expor-ção. Tal recuperação conseguiu tão so-ente reajustar em parte uma situação imentar deficiente, que exigia e conti-ua a necessitar de acréscimos substan-ais na produção.

Não deixa de causar estranhesa o fato e êsse moderado desenvolvimento da gricultura de subsistência ter-se verifi-do durante a guerra, porém, o moti-encontra explicação mais na facili-de de crédito agrícola proporcionada, esta fase, do que no fomento direto da gricultura que foi pouco eficiente.

De qualquer modo o país não se be-eficiou grandemente dêste acréscimo, orque surgiram então as dificuldades de ansportes, em virtude do racionamento carvão e da gasolina importados es-sseando, destarte, a produção nos mer-dos consumidores e nos centros de dis-ibuição.

Agravou-se ainda mais a situação por-ue os negócios em longa escala das hamadas matérias primas estratégicas mou vulto, pois o seu consumo pro-ssou-se em quantidades sem precéden-s a fim de atender às necessidades da dústria bélica norte-americana. Parale-mente ocorreu o desvio de mão de obra ra as indústrias extrativas e a prefe-ncia dada aos transportes para aquêle n.

O êxodo das populações mais para o oral, onde se encontram os núcleos de-ográficos mais densos, alcançou gran-intensidade. De 1932 a 1946 as esta-sticas demonstram as seguintes percen-gens: a população urbana passou de ,46 para 29,46 enquanto a rural caiu 77,54 para 70,54.

À vista de tais fatôres e ante a des-oporção entre o volume de produção e acréscimo no número de habitantes, a ta de preços apesar de outros motivos ue ainda a influenciam, tem a sua cau-principal na falta de um fomento ade-

ado.

A SITUAÇÃO ALIMENTAR MUNDIAL

ESTAMOS a poucos meses do terceiro aniversário do término da guerra européia, e o programa econômico geral do mundo não oferece ainda sinais relevante recuperação.

Muito mais rapidamente seriam encontradas as soluções adequadas para os problemas pertinentes às áreas devastadas, se os povos tivessem em mira tão somente o ponto de vista econômico.

Todavia, as dificuldades que dimanam das divergências político-ideológicas frustam os esforços dispendidos para assegurar a volta ao equilíbrio normal dos tempos de paz.

Assim é que a situação alimentar mundial ainda se encontra em estado precário. Tudo faz crer que a procura de gêneros alimentícios se manterá, ainda por longo período, muito superior à oferta.

Em abril do ano passado, Sir John Boyd Orr, Diretor Geral de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas, declarou que a escassez de alimentos na Europa e no Oriente ainda subsistiria por mais dois anos.

A produção de trigo norte-americano, que é a maior do mundo, vinha crescendo de modo promissor, tendo atingido volumes que se aproximaram do dôbro da média de 1934-35 e 1938-39. No entanto houve certo insucesso na safra de 1947, que se esperava atingir 31,3 milhões de toneladas contra 30,5 da safra anterior.

Também no Canadá, Argentina e Austrália, houve sensíveis reduções em suas colheitas.

Os países produtores de arroz estimaram em 100 milhões de toneladas a colheita mundial de 1946-47, menor do que a do período de antes da guerra, que chegou a 106 milhões.

A produção de açúcar revela também cifras deficientes. Enquanto que o nível de pré-guerra (1935-39) era de 32 milhões de toneladas, o volume global em 1946-47 não passou de 28 milhões. Justificam-se, destarte, os pedidos feitos ao Brasil que, infelizmente dispõe de limitadas reservas para a exportação.

Com bases no sensível aumento das plantações de sementes oleaginosas no Hemisfério Ocidental, são favoráveis os prognósticos no tocante a gorduras e azeites em geral. Mesmo assim considerando que a média de antes da guerra era de 20 milhões de toneladas, não é muito animador o fato de a produção mundial de gorduras e azeites, quer de origem vegetal, quer de origem animal, haver ultrapassado pouco mais de 16 milhões em 1946.

Quanto à carne não deixa de ser crítica a situação. Na Europa tem-se conseguido apenas 60 por cento dos totais de pré-guerra. Pouco se vinha obtendo da Austrália em virtude da tremenda sêca que, em princípios de 1947, acarretou grande decréscimo nas suas exportações. Embora cresçam gradativamente os volumes de produção nos Estados Unidos, prevê-se cortes substanciais em suas vendas para o exterior.

De par à escassez geral de tais gêneros alimentícios há que considerar o fato de os preços nos países considerados grandes abastecedores mundiais, virem sofrendo oscilações que espelham a anormalidade da atual fase econômica.

SATMA

— um nome que é um símbolo de organização!

A experiência de 34 anos no ramo de seguros é o que lhe oferece a SUL AMÉRICA TERRESTRE, MARÍTIMOS E ACIDENTES, quando você recebe uma apólice de uma de suas nove carteiras! Durante 34 anos, o trabalho constante da SATMA foi aperfeiçoado até se tornar um símbolo de organização e eficiência. Isso significa absoluta proteção contra os golpes imprevistos da fatalidade!

★

SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES

A maior Companhia de Seguros Terrestres da América Latina

RIO DE JANEIRO

BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL S. A.

RUA DA QUITANDA, 129

CAPITAL E RESERVAS ..... Cr$ 103.730.718,00
DEPÓSITOS ..... Cr$ 281.120.432,00

Recebe depósitos à vista e a prazo.

Concede taxas especiais nas operações de desconto à indústria e ao comércio.

Emite letras hipotecárias ao portador, juros de 7% a. a., com cupões semestrais e garantidas especialmente pelos seus empréstimos hipotecários.

O Banco recebe ao par essas letras, em pagamento de amortizações vencidas de qualquer dos seus empréstimos hipotecários.

TABELA PARA DEPÓSITOS

DEPÓSITOS POPULARES — LIMITE CR$ 10.000,00
Juros 5,5% a. a.

DEPÓSITOS LIMITADOS — LIMITE CR$ 200.000,00
Juros 5% a. a.

DEPÓSITOS À VISTA — SEM LIMITE
Juros 3,5% a. a.

DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO
30 dias — Juros 4% a. a.
60 " " 4,5% a. a.
90 " " 5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO
De 6 meses — Juros 5,5% a. a.
De 12 " " 6% a. a
De 24 " " 6,5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO — RENDA MENSAL
De 12 meses — Juros 5,5% a. a.
De 24 " " 6% a. a.

PRODUTOS & MERCADOS

Estoques de Gêneros Alimentícios no País

De acôrdo com a prática que vem adotando desde agôsto de 1946, de efetuar, em caráter bimestral, levantamentos dos estoques dos principais gêneros alimentícios, os distritos das sedes municipais, em todo o país, a Secretaria-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fêz realizar, no dia 1.º de janeiro último, novo inquérito dessa natureza.

Encontram-se êsses estoques em poder dos atacadistas, exportadores, industriais e produtores daqueles distritos, convindo salientar que, com exceção do açúcar, os elementos colhidos se referem apenas aos depósitos visíveis, isto é, aos que o Agente Municipal de Estatística verificou na própria sede do Município. No tocante ao açúcar, acham-se computados os estoques apurados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, para os Municípios açucareiros, abrangendo a totalidade dos territórios respectivos.

Iniciados, embora, com o caráter de emergência, a execução dêsses inquéritos, dada a sua evidente significação, vem sendo gradativamente aperfeiçoada. Assim é que, para o conhecimento dos totais relativos a 1.º de janeiro, recolheu e sistematizou a Secretaria-Geral do I. B. G. E. os dados fornecidos por 14.502 informantes particulares — atacadistas, industriais, produtores em geral, exportadores, armazenadores e transportadores — localizados nos distritos das sedes municipais contra os 14.380 e 14.244 referentes, respectivamente, aos levantamentos de 1.º de setembro e 1.º de novembro do ano passado.

A fim de evitar equívocos na apreciação dos totais dos estoques levantados, deve advertir-se que, para o conhecimento das disponibilidades globais, no país inteiro, não bastam os aludidos dados, uma vez que êles só dizem respeito, como já se viu, aos distritos das sedes municipais. No entanto, desde que se considere a existência habitual das maiores concentrações de produtos nesses locais, torna-se expressiva a importância dos resultados apurados, os quais, nessas condições, permitem idéia bastante representativa da realidade total dos estoques. Das 1.667 circunscrições municipais existentes no país (excluídos dêsse total o Município de Catramini, no Território do Rio Branco, o qual ainda não foi instalado, e o Território de Fernando de Noronha, bem como os novos Municípios criados pelas Assembléias Constituintes Estaduais, cujos estoques se acham incluídos nos montantes apurados em referência aos municípios a que pertenciam anteriormente) foram colhidos, a 1.º de janeiro, as informações relativas a 1.616, deixando de figurar apenas 51, ou seja, 3,0% do total. Cumpre ainda salientar que os municípios omissos são aquêles onde mais ocorrem as dificuldades de comunicações, e, dada a pequena significação econômica de que se revestem, sua ausência não afeta, em medida apreciável, os resultados apurados.

São os seguintes os gêneros cujos estoques vêm sendo levantados bimestralmente: açúcar, arroz, banha, batata, café, charque, farinha de mandioca, farinha de trigo, fubá de milho, óleos alimentícios, sal e trigo em grão.

Montante dos estoques a 1.º de janeiro

Foram apurados os seguintes totais, em toneladas, dos estoques levantados, no dia 1 de janeiro, nos 1.616 Municípios de que procederam as informações coligidas e sistematizadas pelo I. B. G. E.: açúcar, 568.418; arroz com casca, 109.624; arroz sem casca, 158.276; banha, 15.757; batata, 3.569; café, 430.967; charque, ... 251; cebola, 5.340;; feijão, 31.634; farinha de mandioca, 42.260; farinha de trigo, 25.892; fubá de milho, 2.025; manteiga 1.612; milho, 97.096; óleos, 4.433; sal, 843.651; e trigo em grão, 24.943.

Os estoques computados dois meses antes, ou seja, a 1.º de novembro, somavam: açúcar, 490.316; arroz com casca, 226.108; arroz sem casca, 180.290; banha, 14.411; batata, 3.866; café, 715.566; charque, ... 21.079; cebola, 699; feijão, 52.982; farinha de mandioca, 55.794; farinha de trigo, 40.198; fubá de milho, 2.208; manteiga, 1.823; milho, 101.547; óleos, 5.180; sal, 768.414; e trigo em grão, 24.097.

A diferença em geral observada entre os estoques encontrados a 1.º de novembro do ano passado e a 1.º de janeiro último, para menos quanto a êste último levantamento, sobretudo no concernente a gêneros de maior consumo, como arroz, batata, charque e feijão, sugere uma comparação com os totais apurados precisamente há um ano, isto é, a 1.º de janeiro de 1947, os quais foram os seguintes: açúcar, 328.502; arroz com casca, 184.585; arroz sem casca, ... 130.383; banha, 8.836; batata, 9.707; charque, 21.802; cebola, 5.283; farinha de mandioca, 87.974; farinha de trigo, 22.839; fubá de milho, 4.590; feijão, 71.282; manteiga, 1.854; milho, 110.964; óleos, 3.233; sal, 541.878; e trigo em grão, 10.895.

Localização dos maiores estoques

As apurações permitem a pronta localização dos estoques. As maiores reservas de açúcar encontravam-se em Pernambuco — 234.624 toneladas — representando 41,27% do total encontrado no país; São Paulo figurava em segundo lugar, com ... 108.899 toneladas (19,15%), e o Rio de Janeiro em terceiro, com 73.914 (13,00%).

Quanto ao arroz com casca, achavam-se no Rio Grande do Sul 36.159 toneladas (32,98%), em São Paulo ,21.002 (19,15%), e, em Minas Gerais, 18.558 (16,92%). A distribuição do arroz sem casca era mais irregular, concentrando-se somente no Rio Grande do Sul 105.953 (66,94%) das .... 158.276 toneladas apuradas no conjunto nacional; o segundo pôsto cabia a São Paulo, onde se localizavam 27.670 toneladas (17,48%), e, o terceiro, a Minas Gerais, com 9.007 (5,69%). O quarto lugar era ocupado pelo Distrito Federal, com 3.256 toneladas (2,05%).

Das 15.757 toneladas de banha encontradas, 6.053 (38,41%) estavam armazenadas no Rio Grande do Sul e 4.325 em São Paulo (27,44%). Com parcelas acima de 1.000 toneladas, figuravam o Distrito Federal (1.424, ou seja, 9,03%) e Santa Catarina (1.051, ou seja, 6,68%). Muito reduzidos continuavam os estoques do Nordeste e do Leste setentrional. Os nove Estados abrangidos nessas regiões — Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia — reunindo mais de 15 milhões de habitantes, possuiam apenas 401 toneladas do produto (2,54%).

Fato idêntico se verificava com a batata, de cujo estoque global 1.353 toneladas (37,90%) se achavam em São Paulo e ... 1.014 (28,41%) no Distrito Federal. As sete unidades federadas do Nordeste — do Maranhão até Alagoas — dispunham somente de 60,3 toneladas (1,68%).

São Paulo detinha 315.826 (73,28%) das 430.967 toneladas de café, constantes do levantamento de 1.º de janeiro; Minas Gerais vinha em seguida, com 34.094 .... (7,91%), e o Espírito Santo logo após, com 25.336 (5,87%).

Mais de metade de todo o charque encontrado no país se concentrava no Rio Grande do Sul — 7.947 toneladas ..... (55,76%). Importante mercado consumidor e distribuidor para o Nordeste, onde o produto constitui a base da alimentação popular, vinha Pernambuco em seguida, com 2.945 toneladas (20,66%), cabendo a São Paulo o terceiro lugar, com ... 1.076 (7,55%).

Era ainda o Rio Grande do Sul que detinha os maiores depósitos de cebola: .... 3.585 toneladas (67,13%). São Paulo reunia 571 toneladas (10,69%) e o Distrito Federal 538 (10,07%). Com a sua população superior a 10 milhões de habitantes, o Nordeste figurava apenas com 38,7 toneladas (0,72%).

No concernente ao feijão, localizavam-se em São Paulo 12.170 toneladas (38,47%), vindo em seguida Minas Gerais, com .... 4.806 (15,19%), e o Rio Grande do Sul com 3.835 (12,12%). Os estoques de farinha de mandioca se distribuiam de maneira mais regular, cabendo, ainda aqui, ao Rio Grande do Sul a maior parcela (9.258 toneladas, ou seja, 21,90% do total). Era um Estado nordestino, o Ceará, que figurava em segundo lugar, com 8.686 toneladas (20,55%).

Em São Paulo se concentravam 10.034 toneladas (38,75%) da farinha de trigo encontrada no país; o Rio Grande do Sul aparecia em seguida, com 6.354 toneladas (24,54%), e, logo após, o Distrito Federal, com 1.714 (6,61%).

As maiores quantidades de fubá de milho demoravam em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com 471 .... (23,25%), 458 (22,61%) e 240 toneladas (11,85%), respectivamente.

Das 1.612 toneladas de manteiga apuradas, 460 (28,53%) encontravam-se em Minas Gerais; 307 (19,04%) em São Paulo;

192 (11,91%) no Distrito Federal; e 175 (10,85%) em Pernambuco. O restante se distribuía, em parcelas inferiores a 100 toneladas, para cada unidade federada.

Em São Paulo se achavam os maiores estoques de milho: 25.114 toneladas .... (25,86%). Seguiam-se Pernambuco, com 15.359 toneladas (15,81%), o Ceará, com 13.780 (14,19%), e o Paraná, com ..... 12.439 (12,81%). Também São Paulo detinha os mais volumosos depósitos de óleos alimentícios (2.776 toneladas, representando 62,62% do total).

O Rio Grande do Norte figurava com 668.582 toneladas de sal (79,24%), distribuindo-se o restante regularmente pelo resto do país. No tocante ao trigo em grão, o Rio Grande do Sul reunia mais de dois terços do total levantado a 1.º de janeiro: 16.875 toneladas (67,65%).

Mediante a aplicação de índices específicos e regionalizados de consumo, pode ser feita a determinação dos períodos durante os quais os estoques existentes são capazes de atender às necessidades de abastecimento das populações. Os estudos a êsse respeito se completam com os elementos estatísticos apurados pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, por meio da previsão e confirmação, em ritmo trimestral, das safras; pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, com a apuração do comércio externo e de cabotagem, e pela própria Secretaria Geral do I. B. G. E., através do levantamento das correntes internas de comércio, isto é, do intercâmbio mercantil verificado pelas vias aéreas, rodoviárias, ferroviárias e fluviais.

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 1947

OS elementos estatísticos coligidos pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, órgão integrado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, permitiram o cálculo das estimativas da produção, em 1947, de 29 produtos agrícolas, no país inteiro. O sistema de previsão e confirmação das safras, em ritmo trimestral, adotado por aquêle Serviço, está sendo pôsto em prática, já agora com apreciáveis resultados, graças à uniformidade da coleta dos dados, em todo o território nacional, possibilitada pela execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, mediante os quais passaram as Agências de Estatística dos Municípios, à administração do I. B. G. E.

Embora, em alguns casos, sujeitos a retificação, os dados obtidos traduzem, evidentemente, um grau de atualização digno de registro e permitem a pronta verificação da área cultivada, vulto da produção e rendimento médio por hectare. São os seguintes os produtos abrangidos pela estimativa em aprêço: abacaxi, alfafa, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata doce, batata inglesa, cacau, café, cana de açúcar, cebola, centeio, cevada, chá da Índia, côco, fava, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho, tomate, trigo tungue e uva.

Extensão das culturas

Segundo os dados coligidos e as estimativas feitas com apoio nos mesmos a área empregada, em 1947, no cultivo dos produtos mencionados somou 15.359.986 hectares. O confronto com a área utilizada em 1946, que subiu a 15.550.262 hectares, oferece um decréscimo, mas revela aumento em comparação com as áreas referentes aos anos de 1945 e 1944, respectivamente 15.275.888 e 14.960.628 hectares. Convém notar que o ano de 1946 foi particularmente favorável à agricultura, o que se não observou em 1947, quando o labor dos campos se viu prejudicado por vários fatôres adversos do meio físico. Contudo, a diferença para menos, em 1947, relativamente ao ano anterior, prende-se à diminuição das áreas dedicadas ao algodão: 2.506.647 hectares, em 1946, contra 2.384.377, em 1947.

Produção de gêneros essenciais

No que concerne ao volume global dos 29 produtos citados, as estimativas, em 1947 apresentam-se levemente inferiores às de 1946: 56.882.866 contra 57.593.366 toneladas. Contudo, o volume estimado para 1947 mostra-se sensìvelmente superior ao alcançado em 1945, quando o total dos aludidos produtos alcançou ..... 52.678.143 toneladas.

Embora a estimativa para 1947 coloque alguns dos produtos essenciais em situação de inferioridade, no confronto com os totais atingidos em 1946, as cifras coligidas pelo Serviço de Estatística da Produção mostram não somente que foi leve o decréscimo, em relação a 1946, mas — e isto é o que importa principalmente no caso — de qualquer modo superiores às relativas a 1945 e a 1944. Acham-se nesta situação produtos como arroz, feijão e milho. A produção do primeiro somou 35.174.449 sacos, em 1944; ..... 35.78.745, em 1945: 46.198.634, em 1946; e, em 1947 (produção estimada), ... 45.172.191 sacos. Quanto ao feijão, os dados assim se alinham: 17.375.339 sacos, em 1944; 16.707.439 sacos, em 1945; 17.016.590 sacos, em 1946; e, em 1947 (produção estimada), 16.777.277 sacos, E, no tocante ao milho: 92.912.355 sacos, em 1944; 80.775.944 sacos, em 1945; ..... 95.059.969 sacos, em 1946; e, em 1947 (produção estimada), 90.199.637 sacos.

Outros produtos, entretanto, igualmente relacionados na categoria dos assenciais tiveram acrescida a produção, em 1947, como se vê da relação a seguir: banana, 92.716.672 cachos, em 1944; ..... 107.310.636, em 1945; 117.002.938, em 1946; e, em 1947 (produção estimada), 123.691.466 cachos; batata doce, 659.125 toneladas, em 1944; 967.921, em 1945; 924.074, em 1946; e, em 1947 (produção estimada), 1.051.454 toneladas; cana de açúcar, 25.148.948 toneladas, em 1944; 25.178.584, em 1945; 28.300.356, em 1946; e, em 1947 (produção estimada), ... 28.444.290 toneladas; côco, com a produção estimada em 154.068.800 frutos, para 1947, contra 136.009.200, em 1946; laranja, 27.804.157 caixas, em 1944; 28.621.051, em 1945; 29.967.136, em 1946; e, em 1947 (produção estimada), 30.084.781 caixas; tomate, com a produção estimada em 107.586,5 toneladas, para 1947, contra 86.818,9 em 1946; 58.903,0, em 1945; e, 41.486,5, em 1944. E, finalmente, o trigo, cuja produção estimada, para 1947, ascende a 287.018,7 toneladas, contra ..... 248.057,6, em 1946; 233.298,0, em 1945; e 170.586,4 toneladas, em 1944.

Rendimento médio por hectare

O rendimento médio, por hectare, estimado para 1947, foi menor, para a maioria dos produtos, do que o registrado em 1946, cumprindo, ainda aqui, fazer referência aos fatôres que contribuíram para enfraquecer o rendimento das atividades agrícolas do ano recém-findo. Dos produtos constantes da relação acima, contudo, tiveram aumentado o rendimento da produção, por hectare, os seguintes:

EVITE ESTES CONTRATEMPOS...

o BANCO NACIONAL DE DESCONTOS

OPERAÇÕES BANCÁRIAS

50 - RUA DA ALFÂNDEGA - 50

alfafa, alho, banana, batata doce, centeio, cevada, chá da Índia, fava, mandioca, tomate e trigo. Quanto a êste último, cuja produção vem sendo objeto de especial atenção por parte dos órgãos oficiais de fomento, o rendimento médio por hectare acusa os seguintes resultados, em quilos, nos anos recentes: 1944, 519; 1945, 739; 1946, 826, e, 1947 (rendimento estimado), 874. Os números absolutos da produção de trigo sofreram, no entanto, acréscimo apreciável no curso do quatriênio de 1944-47, como ficou esclarecido acima.

◆

O VULTO DAS EXPORTAÇÕES EM 1947

SEGUNDO os dados que, com atualização estatística digna de registro, acabam de ser publicados pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, o volume físico das exportações nacionais totalizou, no ano passado, 3.781.453 toneladas, no valor de 21.179,4 milhões de cruzeiros.

Em 1946, os embarques somaram ..... 3.663.122 toneladas, no montante de 18.229,5 milhões de cruzeiros. Houve, portanto, em 1947, o aumento, no volume, de 118.331 toneladas, e, no valor, de 2.949,9 milhões de cruzeiros. Aquêle órgão, que integra o sistema estatístico do I. B. G. E., apresenta a discriminação, por classes, das mercadorias exportadas, de acôrdo com a qual se verifica que os maiores valores continuam a caber aos gêneros alimentícios, cujas remessas sofreram ligeiro declínio no volume, em relação a 1946, contra considerável acréscimo nos apurados financeiros.

Durante o ano passado, o país forneceu aos mercados do exterior menos 74.967 toneladas de gêneros alimentícios do que em 1946; em compensação, os valores referentes a essa classe mostram-se aumentados de 2.003,3 milhões de cruzeiros. Ocorreram substanciais acréscimos nas exportações de açúcar 21.975 toneladas, em 1946, contra 61.556, em 1947), arroz (152.051 contra 218.429 toneladas), e carne bovina frigorificada (9.198 contra 16.828 toneladas). Quanto ao cacau em amêndoas, fatôres negativos que interferiram na produção da Costa do Ouro e que, em parte, também nos atingiram, causaram incomum procura do gênero, determinando sensível alta nos preços. Tendo decaído de 31.419 toneladas, em 1947, no confronto com as vendas do ano anterior, os nossos embarques de cacau alcançaram o valor de 1.047,7 milhões de cruzeiros, contra os 651,1 milhões apurados em 1946.

A classe das matérias primas teve acrescido o volume físico das exportações em 188.980 toneladas (1.595.804, em 1946, e 1.784.784, em 1947). No concernente ao valor, o aumento subiu a 676,0 milhões de cruzeiros (7.583,0 contra 8.259,0 milhões). As maiores contribuições para êsse aumento resultaram das remessas de couros vacuns (493,0 milhões de cruzeiros a mais sôbre os valores atingidos em 1946), algodão (423,3 milhões a mais), pinho (134,6 milhões a mais), e algodão, inclusive linters e resíduos (205,3 milhões a mais), cabendo o reparo de que, quanto êstes últimos produtos, houve sensíveis reduções no volume físico (330.167 contra 404.992 toneladas).

As manufaturas figuram com o total de 45.477 toneladas e o valor de 1.630,3 milhões de cruzeiros, com aumentos de 6.093 toneladas a 285,4 milhões de cruzeiros, em relação a 1946. Tais resultados se devem, quase exclusivamente, à reação operada nos embarques de tecidos, que, havendo sido, em 1946, de 14.103 toneladas, no montante de 703,0 milhões de cruzeiros, subiram a 16.678 toneladas e 1.252,6 milhões, em 1947.

◆

PRODUÇÃO DE TRIGO NO BRASIL

CONSTITUI animadora realidade o incremento havido no cultivo do trigo, durante o último biênio, no país. E' o que se depreende dos dados divulgados no folheto "Produção Agrícola", publicado há pouco pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como separata antecipada do "Anuário Estatístico do Brasil" relativo a 1947, que deverá ser entregue à publicidade dentro de alguns meses.

Em 1946, foram produzidas 248.058 toneladas de trigo, em nosso país, consoante os dados, ali transcritos, do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, órgão pertencente ao sistema do I. B. G. E., havendo alcançado aquêle volume o valor de 268,5 milhões de cruzeiros. No ano anterior, a produção atingira 233.298 toneladas, no valor de 241,8 milhões de cruzeiros, e, em 1944, 170.586 toneladas, no montante de 152,2 milhões de cruzeiros.

Segundo as estimativas feitas pelo órgão a que incumbe o levantamento da estatística agrícola brasileira, a produção total de trigo, em 1947, se elevou a 287.018 toneladas.

Não menos significativos foram os progressos obtidos, no tocante ao melhor aproveitamento do meio físico, quanto a êsse importante gênero de cultura. Tendo sido de 519 e 739 quilos, em 1944 e 1945, respectivamente, o rendimento médio por hectare subiu a 826 quilos, em 1946, e, de acôrdo com a estimativa para 1947, a 874 quilos no ano recém-findo.

Da produção de 1946, 76,54 por cento couberam ao Rio Grande do Sul e 15,93 por cento a Santa Catarina. Verifica-se, assim, que as terras do Sul, pelas peculiaridades do clima, são as que melhor se prestam para a triticultura. O trigo, no entanto, tem sido também cultivado no Paraná, em São Paulo e em Minas Gerais, sendo que, nessa última Unidade Federada, com apreciável rendimento.

◆

CHUMBO E PRATA

EM São Paulo, em Andianópolis, está sendo explorada a primeira grande mina de chumbo e prata do Brasil a qual, dentro de 6 meses, dará uma produção de oito mil toneladas de chumbo e 10 mil toneladas de prata. No momento trabalham, na referida mina, mil operários.

◇

IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

OS doze meses passados de janeiro a dezembro de 1947, inclusive, foram importados pelo Brasil, 26.078 automóveis de passeio e 10.309 caminhões, ônibus e ambulâncias e ainda 179 carros de socorro, com guindaste.

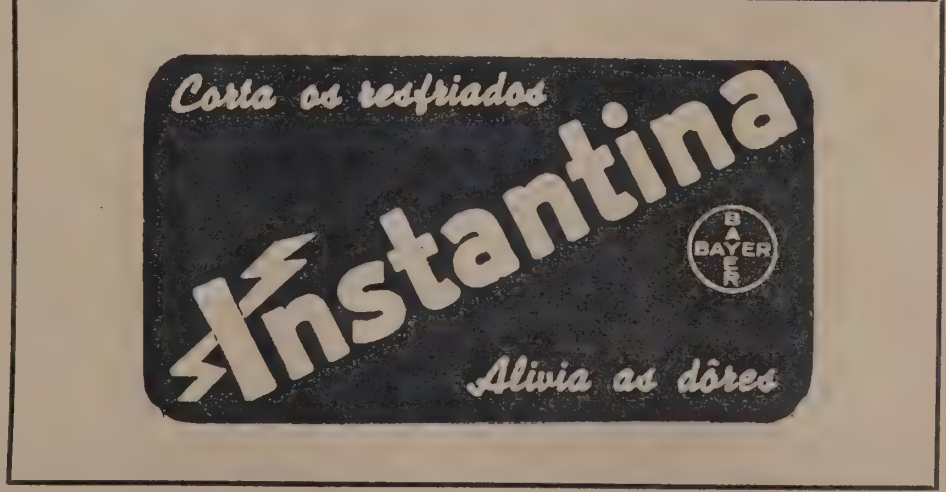
◆

UM NOVO TIPO DE PNEU

UM dos problemas considerados até hoje insolúveis pelos engenheiros automobilísticos era a absorção dos choques laterais recebidos pelos carros, ao transitarem por estradas esburacadas ou ruas irregulares. Os molejos dos automóveis são construídos de modo a absorver os choques verticais. Os choques laterais, entretanto, não haviam sido até hoje neutralizados, resultando em abalos e trepidações não somente desconfortáveis para os automobilistas como nocivas aos carros.

O lançamento, nos EE. UU., pela Goodyear Tire and Rubber Co., de um novo tipo de pneu que absorve os choques laterais, foi classificado como "o maior aperfeiçoamento na indústria de pneus nos últimos 15 anos".

Êste novo tipo de pneu Goodyear, que se denomina Super-Cushion, apresenta ainda outros característicos importantes, inclusive o fato de que contém maior volume de ar, com menor pressão. Como se sabe, embora a pressão recomendada pelos fabricantes de pneus comuns seja entre 28 a 32 libras, os automobilistas costumam usar 24 libras apenas, por razões de confôrto de marcha, embora isto resulte em maior desgaste e menor segurança. O novo pneu Super-Cushion, entretanto, por sua maior capacidade de ar, é construído para rodar com a pressão de 24 libras — que é sua pressão normal.



Banco Comércio e Indústria de Pernambuco S/A

14º. Relatório da Diretoria, a ser Apresentado à Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas, em 24 de Fevereiro de 1948, Referente ao Exercício Financeiro de 1947

SRS. ACIONISTAS:

TEMOS mais uma vez a honra e a satisfação de apresentar ao vosso exame e consciente julgamento o relatório e as contas da gestão administrativa do nosso Banco, referente ao exercício de 1947, terminado a 31 de dezembro pp.

Em obediência às determinações legais e estatutárias, fazemos acompanhar o balanço da demonstração da conta de Lucros e Perdas, elementos êstes que vos darão uma idéia perfeita da situação privilegiada a que chegou a nossa Instituição ao fim de mais esta etapa da sua vida.

SITUAÇÃO GERAL:

A desorganização política e econômica que, em consequência da última guerra atingiu o mundo, veio mais depressa e precipitou-se com uma intensidade maior do que era previsto pelos observadores mais argutos e experimentados.

O nosso país, que também lutou nos campos de batalha, não poderia escapar à regra geral e assim teve de suportar também o seu quinhão no pêso das responsabilidades morais e materiais que a todos atingiu.

A depressão econômica, as restrições comerciais, a inadiável necessidade de prover a reconstrução, o desentendimento e o desacêrto são fatôres a agravar a crise financeira em que se debate a quase totalidade dos países do globo.

À margem das conferências internacionais nas quais se procura conciliação para os interêsses de tôdas as nações, tem cada uma de cuidar e resolver os seus próprios problemas internos, alguns dos quais apresentam características graves de quase insuperável solução.

O Brasil vem sentindo de perto os maléficos efeitos dêsse estado de coisas e embora se não haja ainda encontrado uma fórmula eficiente para vencer todos os obstáculos, caminha-se contudo com êsse objetivo e esperanças renascem para um futuro melhor.

No que respeita particularmente a Pernambuco, todos os fenômenos da crise se fizeram sentir na sua vida político-administrativa atingindo indiscriminadamente os seus diferentes ramos de atividade e de produção. O mais diretamente ferido, porém, foi precisamente o de maior significação para a economia do Estado — o açúcar.

Os fatos são do conhecimento geral pelos judiciosos comentários com que dêles já se ocuparam a nossa ilustrada imprensa e os organismos competentes e responsáveis pelo amparo e defesa dessa fonte primacial da riqueza de Pernambuco. Por isso nos dispensamos da penosa tarefa de relembrá-los.

Acreditamos todavia que o patriotismo dos nossos dirigentes fará por fim que todos se compenetrem da necessidade indeclinável de dar solução, definitiva e decisiva ao magno problema açucareiro, assegurando-lhe meios práticos de sobrevivência e de estabilidade, possibilitando assim o desenvolvimento do trabalho nos campos, o incremento da produção e o consequente bem estar e progresso do nosso Estado.

SITUAÇÃO ECONÔMICA:

Sob êste tópico temos tido sempre a feliz oportunidade de acentuar a crescente prosperidade do nosso Banco que de ano para ano se apresenta mais pujante e mais firme, ampliando e robustecendo as suas Reservas.

Desta vez, podemos ainda repetir-vos as mesmas afirmativas, consequência que são de um programa que começou ao mesmo tempo em que, há mais de onze anos, iniciamos aqui a nossa atuação e do qual não nos afastamos uma linha sequer.

Uma opinião insuspeita quanto ao significado do nosso trabalho e à elevada expressão da nossa solidez, está neste pequeno trecho do relatório enviado à Gerência pelos serviços autônomos da Contadoria e fiscalização:

> "Os resultados obtidos de acôrdo com os números abaixo, mais uma vez comprovam a situação privilegiada em que se encontra esta Instituição que, suportando com galhardia as mutações oriundas de uma situação econômico-financeira cada vez mais tensa, alcançou o fim de 1947 sob as melhores perspectivas. Essa compensação do trabalho e do esfôrço de V. S. e dos que de perto lhe auxiliam, representa SANGUE NOVO NAS ARTÉRIAS DO BANCO para a marcha vitoriosa com que tem vencido e vencerá sempre todos os obstáculos".

Realmente, com a dotação do exercício em relato de Cr$ 1.691.119,80 e mais a verba de Cr$ 326.412,10 que ficou em Lucros Suspensos os nossos **FUNDOS DE RESERVAS** elevaram-se a vultosa cifra de **Cr$ 10.918.846,70** sem incluir a Conta de Resultados Pendentes, onde permanecem mais Cr$ 2.804.772,60.

De considerar sob o mesmo ponto de vista, é também a sensível valorização do nosso Edifício-Sede, à Avenida Rio Branco, 193 e que mais valioso se tornará ainda com as obras de adaptação que nêle se vão realizar, finalmente, para a nossa instalação definitiva.

E' pois com justificado aprêço que a administração se congratula convosco pela auspiciosa situação alcançada pelo nosso Banco.

OPERAÇÕES:

Dentro do mesmo ambiente e da mesma compreensão a que nos referimos, sob êste tópico, ao nosso Relatório anterior, prosseguiram, no presente exercício, os métodos de prudência e acautelamento necessários ao manejo das nossas operações.

Por fôrça do retraimento dos negócios em geral que continua a evidenciar-se, fizemos decrescer de maneira expressiva o montante das nossas colocações, em comparação ao exercício passado, não obstante os nossos depósitos se haverem elevado um pouco acima dos seus níveis anteriores.

Esta circunstância tem dois aspectos encorajadores: a capacidade de resistência econômico-financeira do nosso comércio e demais fôrças produtoras do Estado e a confiança enobrecedora que nos é dispensada pela nossa distinta clientela e especialmente pelos nossos depositantes.

São as seguintes as cifras representativas das nossas principais operações: (Em comparação com igual data do ano de 1946)

	31/12/46	31/12/47
Depósitos	107.117.345,80	108.324.017,50
Colocações	119.055.105,90	108.882.481,40
Soma Geral ou Balanços	255.020.381,80	260.119.546,50

Diligências oportunamente junto aos poderes competentes no sentido de nos ser concedida uma licença para operações cambiais, cujo processo se acha em andamento.

Esta resolução tornou-se imperiosa menos pelo interêsse material que podemos esperar do manejo dessas operações do que pela satisfação que nos sentimos no dever de dar a respeitáveis interêsses de clientes nossos que nos honram com a sua preferência.

AGENTES E CORRESPONDENTES:

Repetimos aqui os nossos agradecimentos a todos os nossos Agentes e Correspondentes espalhados pelo Brasil e no Exterior, pela íntima colaboração que dêles recebemos e a qual muito nos esforçamos por bem retribuir.

NOSSA SEDE PRÓPRIA:

Os serviços de adaptação do nosso edifício à Avenida Rio Branco n. 193, de-

vem estar sendo executados ao tempo da publicação do presente Relatório. Os nossos apelos no sentido de conseguir a desocupação das lojas do andar térreo, não têm sido atendidos, mas assim mesmo as obras terão agora o seu início.

RESULTADOS:

Diante de tudo quanto já vos expusemos não podemos deixar de considerar plenamente satisfatórios os resultados colhidos no exercício em relato.

De acôrdo com a demonstração constante da Conta de Lucros & Perdas, já publicada, aliás, em conjunto com o Balanço Geral na imprensa do Recife no dia 11-1-48, a receita bruta do exercício elevou-se a cifra de Cr$ 14.072.215,60 ao que se acrescentou a quantia de Cr$ 419.563,70, saldo da Conta de Lucros Suspensos perfazendo o total de Cr$ ..... 14.491.779,30 que fêz face aos seguintes encargos e aplicações:

	Cr$
Despesas Gerais.....	999.218,30
Ordenados e Gratificações..	2.897.544,20
Juros pagos ou creditados..	6.815.998,00
Impostos e Contribuições..	473.161,40
Amortizações, Depreciações e Prejuizos.....	177.111,00
Fundo de Reserva.....	141.119,80
Percentagens da Diretoria.	282.239,50
Dividendos ns. 26 e 27 à razão de 10% a/a.....	828.975,00
Fundo para a integralização do Cápital.....	300.000,00
Fundo de Previsão.....	1.250.000,00
Lucros Suspensos p/o Semestre vindouro.....	326.412,10
	14.491.779,30

FUNDO DE RESERVA:

Já tivemos oportunidade de, linhas atrás, nos referirmos ao vulto das nossas reservas como índice de segurança da mais alta expressão para o nosso Banco e para todos os interêsses que lhe são confiados.

Discriminamos agora, as verbas sob as quais se acham classificados os referidos fundos, para vossa melhor apreciação:

	Cr$
Fundo de Reserva Legal...	783.818,70
Fundo de Previsão.....	8.000.000,00
Fundo p/Integralização do Capital.....	1.650.000,00
Fundo p/ Depreciação de Imóveis.....	158.615,90
Lucros Suspensos.....	326.412,10
	10.918.846,70
Fundos Pendentes.....	2.804.772,60
	13.723.619,30

DIRETORIA:

Não houve modificações no corpo de Diretores, mantendo-se êstes nos seus cargos em perfeita colaboração com a Gerência.

CONSELHO FISCAL:

De acôrdo com a lei, tereis de eleger nesta Assembléia os membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes para o exercício de 1948, visto terminar agora o mandato dos atuais Conselheiros, Srs. Dr. Thomaz de Oliveira Lôbo, Vitorino Figueiredo Maia e Alfredo Antônio Fernandes, para cujo parecer, adiante transcrito, nos permitimos chamar a atenção dos Srs. Acionistas.

PESSOAL:

E'-nos sempre agradável, consignar aqui o nosso reconhecimento ao esfôrço e dedicação, que o nosso pessoal tem demonstrado em prol do maior progresso e conceito do Banco. O nosso quadro de funcionários é, de um modo geral, composto de elementos capazes, compenetrados e conscientes dos seus deveres e responsabilidades.

Por isso é sempre maior o nosso desejo de lhes proporcionar bem estar e tranquilidade de espírito e tudo fazemos para, cada vez mais e melhor premiarmos a sua abnegação.

CONCLUSÃO:

Relatados como ficaram os fatos que mais de perto interessam à vida do nosso Banco, concluímos o presente com um voto de congratulações pelo êxito alcançado em mais esta etapa vencida.

O intenso labor a que nos tivemos de devotar, julgamo-lo bem compensado não só pelo vulto apreciável dos resultados colhidos, mas principalmente pelas renovadas provas de confiança com que nos honrais e pelo estímulo que à nossa atuação ofereceis em todos os precisos momentos.

Para qualquer outro esclarecimento, encontrar-nos-eis inteiramente à vossa disposição.

Recife, 18 de janeiro de 1948.

a) Arnaldo Almeida Alves de Brito
Diretor Presidente

a) Jayme Ferreira dos Santos
Gerente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo as determinações Estatutárias e os dispositivos da Lei que rege as sociedades anônimas, em reunião na sede do BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PERNAMBUCO S/A., procedemos à verificação de tôdas as contas inerentes ao Balanço encerrado em 31 de dezembro de 1947 e, após o exame nos livros e demais documentos que nos foram apresentados, concluímos pela exatidão e clareza da referida documentação.

Por se achar tudo em perfeita ordem e, estando êste Conselho de pleno acôrdo com a aplicação dada aos resultados obtidos, somos de parecer que sejam aprovadas tôdas as contas do exercício de 1947 e os demais atos praticados pela Diretoria.

Recife, 18 de janeiro de 1948.

aa) Thomaz de Oliveira Lôbo
Alfredo Antônio Fernandes
Vitorino Figueiredo Maia

OBSERVAÇÕES FINANCEIRAS

Recuperação Financeira

É PONTO pacífico e tranqüilo que o melhor processo para a recuperação econômica e financeira de um país reside numa boa execução orçamentária. O equilíbrio entre receita e despesa pode ser enxergado como base para um desenvolvimento de reabilitação, e a ocorrência de um "superavit" real, no encerramento de um exercício financeiro é a melhor afirmativa de uma segura gestão dos negócios públicos, só raramente lograda.

O Brasil, no seu último exercício financeiro encerrado, contou com êsse elemento excepcional indicador de excelente posição financeira do Estado. No exame das condições que permitiam êsse desfêcho favorável, vamos situar a existência de dois fatôres. Em primeiro lugar, importa consignar que a melhoria do aparelhamento arrecadador do Ministério da Fazenda logrou, no seu plano de execução, uma arrecadação maior do que aquela da previsão orçamentária. Êsse crescimento da receita pública, entretanto, por si só não era o suficiente para atingirmos à situação favorável desfrutada ao encerrar-se em dezembro a execução orçamentária normal, não levado em conta o período adicional. Ao lado dessa melhoria de arrecadação, levou-se a efeito uma política de pou-

pança, de economia nos gastos públicos, e inúmeras parcelas de despesas autorizadas, não foram utilizadas. Dessa forma conseguiu-se o *superavit*. Êste, consoante os dados do balancete provisório da Contadoria Geral da República, relativo ao período de janeiro a dezembro, apresenta-se na seguinte posição:

Receita	Cr$	13.220.091.000,00
Despesa	Cr$	12.238.924.000,00
Superavit	Cr$	981.167.000.000,00

A arrecadação ultrapassou a estimativa orçamentária na cifra de ..... Cr$ 1.216.441.000,00 e o saldo das autorizações de despesa montou a ..... Cr$ 2.357.402.000,00.

Um cotêjo exemplificador entre os dispêndios públicos em 1946 e 1947 demonstra que em 1947 despendeu a mais o Estado apenas a cifra de Cr$ 39.320.000,00 em relação ao ano anterior. E' êste talvez, nos três últimos decênios, percentualmente, o menor crescimento da despesa pública de um ano para outro.

Apesar da melhoria situada no conjunto geral da Receita, duas rubricas apresentaram arrecadação menor que a prevista: a Renda dos Territórios, com Cr$ 548.000,00, e as Rendas Industriais, com ..... Cr$ 27.836.000,00 a menos da respectiva previsão.

No tocante à renda tributária, pelo vulto da arrecadação, os impostos contam a seguinte classificação: 1.º Consumo; 2.º Renda; 3.º Importação; 4.º Sêlo.

Um aspecto que não deve ser desprezado é o de que o *superavit* real de 1947 é, pelo seu montante, o maior da nossa vida republicana.

◆

A RECEITA ARRECADADA NO PAÍS

SEGUNDO os dados existentes na Contadoria Geral da República e no Conselho Técnico de Economia e Finanças, o total da receita arrecadada, no país, em 1946, elevou-se a 21.626,2 milhões de cruzeiros.

Do montante acima, couberam à União 11.569,5 milhões (53,50%); aos Estados, 7.052,9 milhões (32,61%); ao Distrito Federal, 1.396,0 milhões (6,46%); aos Municípios das capitais, 758,0 milhões (3,50 por cento); e, aos Municípios do interior, 849,7 milhões de cruzeiros, 3,93%). Embora alguns dêsses números estejam sujeitos a retificação, as alterações porventura aí introduzidas não poderão de modo algum modificar o panorama da discriminação tributária, do que ressalta, ao mais breve exame, a extrema precariedade da situação reservada aos Municípios.

Convém notar que somente o Distrito Federal arrecada mais do que todos os Municípios do interior, excluídos os das capitais. E se acrescentarmos a renda dêstes às daqueles, teremos 1.607,7 milhões de cruzeiros, contra os 1.396,0 milhões da renda da Capital Federal.

A eloqüência dessas cifras dispensa maiores comentários e, por si só, explica a impossibilidade em que se vêem as administrações municipais para a execução dos serviços e obras sob sua alçada, principalmente os que dizem respeito a rodoviação, educação e saúde, de fundamental importância no plano de valorização de nossas extensas áreas interiores.

O desequilíbrio não é de hoje — argumentar-se-ia; vem de longe, pois que se trata, mesmo, de um dos vícios mais graves de nossa história administrativa. Mas, seus efeitos se acentuaram de tal maneira, ao longo do tempo, que as realidades decorrentes estão a exigir, nos dias atuais, inadiáveis medidas de correção, por meio de uma distribuição mais equitativa dos tributos, providência, aliás, recomendada na Constituição em vigor.

O desnível vem aumentando nos últimos anos. Em 1940, as arrecadações dos Municípios do interior representaram 6,45%; em 1943, 5,72% em 1944, 5,09%; em 1945, 4,81%; e, em 1946, 3,93%. Quanto aos Municípios das capitais, decréscimos também se operaram, como segue: 1940, 4,83%; 1941, 4,76%; 1942, 4,67%; 1943, 4,12% 1944, 3,53%; 1945, 3,39%; e, 1946, 3,50%.

Enquanto isso, não tem oscilado para menos, em proporção idêntica, a parcela que toca ao Distrito Federal, em relação à receita global, no país: 1940, 5,10%; 1941, 5,64%; 1942, 6,78%; 1943, 7,49%; 1944, 6,60%; 1945, 5,40%; e, 1946, 6,46%.

◆

OS CONGELADOS BRASILEIROS EM LONDRES

AO que parece a questão dos congelados brasileiros na Inglaterra terá, dessa feita, o seu fim. E o que se refere das declarações a respeito do Ministro Correia e Castro quando do início das conversações levadas a efeito com a missão britânica chefiada pelo Sr. John Wise.

O Ministro da Fazenda, abordado pelos jornalistas, ao fim da reunião declarou:

"A finalidade precípua da Missão Inglesa é a de incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países, uma vez que a Grã-Bretanha já se encontra em condições de atender ao mercado externo. Em compensação — ponderou — deseja aquêle país que o Brasil lhe forneça os gêneros de que necessita, principalmente cereais.

Interrogado sôbre a questão dos congelados, adiantou o Ministro que é propósito do govêrno brasileiro liquidar, com aquêles saldos, a nossa dívida externa federal para com a Inglaterra. Essa dívida está calculada em pouco mais de setenta milhões de esterlinos. O nosso saldo congelado é, como se sabe, de 58 milhões, mas dispomos ainda de títulos que poderão cobrir a diferença. O Ministro adiantou ainda que, sôbre a questão dos congelados, após o cumprimento da missão dos delegados britânicos, o Brasil enviará, novamente, a Londres o Sr. José Vieira Machado, Superintendente da Moeda e do Crédito para ultimar os entendimentos de resgate da nossa dívida."

◆

ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA

DE acôrdo com os dados apurados pelo Serviço de Contrôle e Estatística da Divisão do Impôsto de Renda, contribuíram em 1947 com porcentagem de aumento, em relação a 1946, superior a 35 por cento, os seguintes Estados:

1.º lugar — Rio Grande do Sul com 70 por cento, cabendo ao Ceará o 2.º, com 45 por cento; 3.º lugar ao Paraná, com 43 por cento; 4.º a São Paulo com 40 por cento; 5.º à Paraíba com 37 por cento e 6.º ao ao Piauí com 36 por cento.

Na receita do impôsto de renda do mês de janeiro de 1948, o maior crescimento de arrecadação verificou-se no Ceará com 829% sôbre igual período do ano de 1947; em 2.º lugar vem o Estado de Sergipe com 694%; em 3.º o Rio Grande do Norte com 455%; em 4.º, Pernambuco com 358%; em 5.º a Bahia com 307%; em 6.º o Distrito Federal com 277%; em 7.º o Rio Grande do Sul com 262%, ficando em 8.º lugar os Estados de Goiás e Espírito Santo, com 160%.

OBSERVAÇÕES MUNICIPAIS

Juiz de Fora

CONTANDO com uma população de mais de cem mil habitantes, distribuídos em uma área de 1.847 quilômetros quadrados, o Município de Juiz de Fora atingiu, através dos anos, notável desenvolvimento, situando-se atualmente entre os mais progressistas do Estado de Minas Gerais.

Além de ser o mais importante centro industrial mineiro — suplantando, nesse particular, a própria capital do Estado montanhês — Juiz de Fora é também dos maiores celeiros de produtos agrícolas e pecuários da região. Em 1946, o valor da produção geral do Município foi dos mais significativos, alcançando um total de 529,76 milhões de cruzeiros. Dêsse total, 464 milhões de cruzeiros representam o valor da sua produção industrial; 21,83 milhões, o valor de sua produção agrícola, e 43,87 milhões, o da sua produção pecuária.

A população pecuária de Juiz de Fora, em 31 de dezembro de 1946, estava representada por 52.352 cabeças de gado bovino, 4.858 de suínos, 2.673 de ovinos, 1.870 de caprinos, 906 de equinos, 680 de muares, 10 de asininos e 17.030 de aves domésticas.

Em 1940, Juiz de Fora, com uma exportação cujo valor comercial foi de 96,39 milhões de cruzeiros, classificou-se em primeiro lugar entre os quarenta Municípios mineiros que exportaram, para fora do Estado, mais de dez mil cruzeiros de mercadorias, figurando Nova Lima em segundo lugar, com mercadorias exportadas no valor de 93,93 milhões de cruzeiros e Belo Horizonte em terceiro, com uma exportação no valor comercial de sessenta e um milhões de cruzeiros.

Nesse ano a exportação do Município ficou assim distribuída em relação ao seu valor comercial: animais e seus produtos, 26,99 milhões de cruzeiros; vegetais e seus produtos, 55,48 milhões de cruzeiros; minerais e seus produtos, 2,26 milhões de cruzeiros; produtos de fabricação mista ou de insuficiente especificação, 6,4 milhões de cruzeiros e produção estrangeira ou de outros Estados, em devolução ou re-exportação, 5,27 milhões de cruzeiros.

Juiz de Fora é um Município de bom índice cultural e conta com todo o moderno confôrto social dos centros adiantados. Dispunha a comuna, em 1946, de cinqüenta e seis associações culturais e vinte e cinco periódicos, sendo três diários e vinte e dois não-diários. Incluiam-se nesses vinte e cinco periódicos vinte e um jornais, duas revistas e dois boletins, oito dêles com oficinas próprias. Como veículos de difusão bibliográfica, nesse mesmo ano, Juiz de Fora contava com duas casas editôras, dezoito tipografias e cinco livrarias.

Segundo dados contidos na "Sinopse Estatística do Município de Juiz de Fora", publicada no ano passado, e ora divulgados entre nós pela Secretaria Geral do I. B. G. E., existiam no Município, em 1946, três cine-teatros e igual número de cinemas. Nesse ano funcionavam na progressista comuna mineira 110 unidades escolares, trinta e uma biblioteca com um total de volumes calculado em mais de setenta mil, quatro museus escolares e três laboratórios e gabinetes localizados em seus estabelecimentos de ensino.

A arrecadação absoluta do Município, nos anos de 1944, 1945 e 1946, foi, respectivamente, de 50,90 milhões, 64,74 milhões e 77,16 milhões de cruzeiros, compreendendo a federal, a estadual e a municipal. A arrecadação relativa, nos mesmos anos, foi de 27,56 mil, 34,92 mil e 41,77 mil cruzeiros, respectivamente, por quilômetro quadrado.

Os dados acima falam eloquentemente sôbre a surpreendente vitalidade e a grande capacidade de trabalho dos filhos de Juiz de Fora.

◆

LONDRINA

MUNICÍPIO novo — sua instalação data de 10 de dezembro de 1934 — Londrina já oferece, entretanto, consideráveis índices de progresso.

Em 1945, isto é, apenas doze anos após a sua elevação à categoria de Município, Londrina apresentava uma produção extrativa no valor de 32,5 milhões de cruzeiros, destacando-se neste total, notadamente, a produção de ovos (7,5 milhões de cruzeiros), a de lenha (6,6 milhões de cruzeiros), a de peroba (4,1 milhões de cruzeiros) e a de banha (2,3 milhões de cruzeiros).

A produção agrícola, no mesmo ano, importou em 203,4 milhões de cruzeiros, dos quais pouco menos de quarenta e cinco e meio por cento decorrentes da safra de café, que se elevou a 23.200 arrobas.

Os produtos agrícolas transformados (aguardente de cana, especialmente) representaram pouco mais de 2 milhões de cruzeiros.

Não menos significativa era a situação da pecuária, cujo valor total atingia quase 30 milhões de cruzeiros, sendo 41,2 por cento referentes à espécie bovina.

A exportação do Município, representada por mais de trinta produtos, se elevou a 76.175 toneladas, no valor de 226,1 milhões de cruzeiros.

Contribuíram, principalmente, para o mencionado total, o café em grão (145,9 milhões de cruzeiros), os suínos (21,0 milhões de cruzeiros e o milho (18,1 milhões de cruzeiros).

Outro aspecto sobremodo revelador do desenvolvimento comercial dêsse Município temos no número de agências bancárias existentes em sua sede, as quais, no ano em referência, subiam a oito, sem incluir a da Caixa Econômica.

Na sede municipal, que então já possuía quatro emprêsas de auto-ônibus e era dotada de serviço telefônico, existiam cinquenta e três logradouros públicos, dos quais cinco arborizados e dois ajardinados. O número de prédios totalizava 4.450, dos quais 1.975 situados na zona urbana. Do total de residências registradas (3.111), 1.239 encontravam-se na sede municipal.

Sob o aspecto cultural, Londrina contava com setenta e sete cursos de ensino, dos quais sessenta e dois primários, quatro secundários, dez profissionais e um especial.

Finalmente — o que revela, sem dúvida, o grau de desenvolvimento atingido pelo próspero Município sulista — verifica-se que a receita arrecadada, em 1946, foi superior a 26,0 milhões de cruzeiros, sendo pouco mais de 3,8 milhões para o Município, 16,3 milhões para o Estado e 5,8 milhões para a União.

◆

CUSTO DA ALIMENTAÇÃO EM SERGIPE

O DEPARTAMENTO Estadual de Estatística de Sergipe vem realizando oportunos estudos sôbre o custo da alimentação nos diversos Municípios do Estado, tendo publicado, há pouco, os resultados obtidos quanto às circunscrições municipais de Darcilena, Cotinguiba, Divina Pastora e Cristinápolis.

Aquêle órgão, tomou como ano base 1940, convencionando o índice 100 para os preços de dezenove gêneros de imediato consumo local, dos quais a maioria de primeira necessidade: abóbora, açúcar, arroz, banana, banha, batata doce, batata inglesa, café moído, carne de boi, carne sêca, farinha de mandioca, fubá de milho, feijão, laranja, leite, manteiga, ovos, pão e peixe. Os índices foram calculados sôbre os preços médios anuais de cada um dos produtos mencionados, extraindo-se a média do conjunto, em face da qual se tem pronta noção das alterações ocorridas de 1940 a 1946.

No primeiro dos Municípios apontados — Darcilena — essa última média, isto é, o índice relativo ao conjunto dos gêneros, representada, em 1940, no nível 100, passou a 109, em 1941; 146, em 1942; 172, em 1943; 225, em 1944; 253, em 1945; e 307, em 1946. Em Cotinguiba, 108, em 1941; 139, em 1942; 157, em 1943; 194, em 1944; 242, em 1945; e 292, em 1946. Em Divina Pastora, 108, em 1941; 134, em 1942; 160, em 1943; 201, em 1944; 255, em 1945; e 318, em 1946. E, em Cristinápolis, 106, em 1941; 128, em 1942; 154, em 1943; 228, em 1944; 249, em 1945; e 307, em 1946.

As variações como se vê, são pequenas de Município a Município, o que leva a crer que a situação, quanto ao resto do Estado, bem pouco haverá de diferir da revelada através dos índices acima, tanto mais quanto os quatro Municípios relacionados em diferentes zonas do Estado — Darcilena, no baixo São Francisco; Divina Pastora, no centro; Cotinguiba, na zona litorânea; e Cristinápolis, nessa última zona, porém no extremo sul.

Novo Mundo -- Companhia de Seguros Terrestres e Marítimos

O Relatório levado a exame da assembléia geral de acionistas pela diretoria da NOVO MUNDO — Companhia de Seguros Terrestres e Marítimos e correspondente ao ano de 1947 — 18.º exercício social — expressa o resultado de uma organização com rumos nìtidamente traçados, cujos negócios são ampliados sem prejuízo da segurança de que se devem revestir as operações da natureza daquela a que se dedica.

IRRADIAÇÃO

Com escritórios centrais instalados no Rio de Janeiro, tem o seu campo de ação limitado em outros Estados, compreeendendo dentre êstes os mais importantes sob o ponto de vista econômico. A respeito da sucursal de São Paulo, diz o Relatório:

"Vem esta nossa Sucursal superando-se a si mesma a cada ano que passa, graças à ação vigilante e ao espírito clarividente de nosso prezado amigo, Sr. Domingos Fernandes Alonso, a quem, confiamos a direção de nossos negócios no grande e próspero Estado de São Paulo.

"Coadjuvado por um quadro de funcionários esforçados e diligentes, conseguiu êle fazer com que a produção venha crescendo, de um exercício para outro, sem nenhuma quebra de continuidade".

Quanto às demais sucursais — Belo Horizonte, Pernambuco e Juiz de Fóra — se desenvolveram normalmente; a destas foi aliás instalada em janeiro de 1947 e a de Juiz de Fóra, sub-agência até setembro, foi nêste mês elevada à categoria de Sucursal, justificando-se a medida pelo volume de negócios.

Durante o ano foi criada a Agência de Santa Catarina, confiada à Sociedade Industrial Mercantil Ltda., com sede em Florianópolis e a sub-agência de Uberlândia foi elevada à categoria superior.

Estão muito adiantadas as obras do prédio que a companhia está construindo na Capital do Estado de São Paulo, situado num dos ângulos formados pela Av. Ipiranga e rua Vde. do Rio Branco; segundo está especificado no balanço, os imóveis da emprêsa sitos no Rio de Janeiro, e em São Paulo, figuram pelo valor de Cr$ 9.889.278,20.

PRODUÇÃO

Diz o Relatório: "Os prêmios dos seguros aceitos pela Companhia atingiram a Cr$ 34.545.232,10 inclusive as retrocessões do I. R. B., contra Cr$ 29.943.894,40 em 1946 e Cr$ 23.020.236,00 em 1945. Em dois anos, apenas, isto é, de 1945 para 1947, o aumento na arrecadação de prêmios foi superior a 50%.

A produção do grupo segurador NOVO MUNDO, atingiu em 1947 a Cr$ 52.648.189,80 contra Cr$ ... 45.239.666,40 em 1946".

A tabela seguinte diz perfeitamente da rápida elevação de negócios, a partir de 1940:

RESUMO DA PRODUÇÃO DOS EXERCÍCIOS DE 1940-1947

(1930 (1.º exercício) índice = 100)

Anos	Prêmios	índices
1940.....	4.308.907,90	942
1941.....	5.812.575,20	664
1942.....	15.954.716,20	1.823
1943.....	19.149.071,70	2.183
1944.....	19.202.649,70	2.195
1945.....	23.020.236,00	2.631
1946.....	29.943.894,40	3.432
1947.....	34.545.232,10	3.944

Uma outra demonstração interessante da evolução da companhia é o estabalecimento das médias anuais de produção nos três quinquênios de 1930 a 1944 e no triênio de 1945 a 1947:

1930/34	Cr$	1.250.805,80
1935/39	"	2.763.416,30
1940/44	"	12.885.584,80
1945/47	"	29.169.487,50

No correr de 1947 foram cedidos em resseguros prêmios no total de Cr$ 11.930.774,80, registando-se aí um aumento, em relação ao ano anterior, que não atingiu a 5%.

SINISTROS

Informa o Relatório sob o título acima: "Os sinistros liquidados durante o ano de 1947 montaram a Cr$ 11.930.774,80, contra Cr$ .... 13.611.183,80 em 1946. Levando-se em consideração as recuperações, os sinistros liquidos ficaram reduzidos a Cr$ 6.006.102,70".

As reservas da Companhia, em 31 de dezembro de 1947, atingiram a Cr$ 14.052.562,90, com um aumento de Cr$ 3.609.996,80, em relação a 1946.

EXCEDENTES

Completando a parte Relatório correspondente à vida econômica e financeira do exercício, é feito o exame do excedente — lucro líquido.

"Satisfeitos todos os encargos, verificou-se o excedente de Cr$ ... 3.942.669,70, do qual separamos, para reservas técnicas, a importância de Cr$ 2.275.463,80, resultando, afinal, o lucro líquido de Cr$ 1.674.205,90, que propomos seja aplicado conforme quadro abaixo:

5% para Fundo de Garantia de Retrocessões.....	Cr$	83.710,30	Cr$
5% para Fundo de Reserva Legal.....	"	83.710,30	
5% para Fundo de Bonificação aos Acionistas.....	"	83.710,30	
5% para Fundo de Previdência.....	"	83.710,30	
5% para Fundo de Reserva Suplementar.....	"	688.340,40	Cr$ 1.023.181,60
15 para Percentagem da Diretoria (art. 24 dos Estatutos).....			" 251.130,90
para Dividendos, à razão de 10%.....			" 399.893,40
SOMA.....			" 1.674.205,90

Depois do breve repasse que fizemos em tôrno dos tópicos mais importantes do Relatório, esta apresentação do resultado do exercício vem confirmar o êxito de uma organização que já se aproxima dos seus vinte anos de trabalho constante, radicada nos mais importantes centros econômicos do Brasil. A NOVO MUNDO — Companhia de Seguros Terrestres e Marítimos tem a gerir os seus destinos, nêste momento, três homens cuja experiência é um penhor de sua segurança: Presidente, Victor Fernandes Alonso; Diretor Gerente, José Nobre Fernandes e Diretor Secretário Artur de Castro. Construtores dos primeiros momentos da companhia, ligada esta a uma organização das de maior responsabilidade no país, tanto no ramo de seguros como no ramo bancário, são êles os seguidores de uma orientação firme e decisiva em plena fase de consolidação.

Banco de Crédito da Borracha S. A.

Balanço em 31 de Dezembro de 1947

(COMPREENDENDO MATRIZ E AGÊNCIAS)

ATIVO

		Cr$	
A — DISPONÍVEL			
Caixa			
Em moeda corrente		3.004.422,00	
Em depósito no Banco do Brasil		2.872.596,20	
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		683.948,00	6.560.966,20
B — REALIZÁVEL			
Empréstimos em C/Corrente	67.063.978,80		
Empréstimos Hipotecários	3.548.468,50		
Títulos Descontados	15.843.991,60		
Letras a Receber de c/própria	10.549.108,00		
Agências no País	139.367.623,50		
Outros Créditos	219.312.205,20	455.685.375,60	
Imóveis		224.900,00	
Títulos e valores Mobiliários:			
Ações e debêntures		216.000,00	456.126.275,60
C — IMOBILIZADO			
Edifícios do Banco		3.259.068,40	
Móveis e Utensílios		2.964.228,40	
Material de Expediente		833.396,50	7.036.693,30
D — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			14.555,60
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores caucionados		50.584.737,40	
Valores em custódia		623.395,40	
Títulos a Receber de c/alheia		30.907.402,90	
Outras contas		323.070.439,60	405.185.975,30
NOTA — Na verba "outros créditos", está incluido o valor da borracha adquirida em estoque: Cr$ 170.764.286,80			**874.924.466,00**

PASSIVO

			Cr$
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		150.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal		6.449.631,30	
Fundo de Previsão		27.291.727,80	
Outras reservas		2.176.682,10	185.918.041,20
G — EXIGÍVEL			
Depósitos:			
à vista e a curto prazo			
de Poderes Públicos	2.820.830,50		
em c/c sem limite	8.507.845,40		
em c/c limitadas	1.085.276,30		
em c/c populares	2.858.188,10		
em c/c sem juros	11.031.064,20		
em c/c de aviso	18.757,50		
outros depósitos	37.812,10	26.359.774,10	
a prazo			
de diversos.			
a prazo fixo	2.851.657,90		
de aviso prévio	49.567,90	2.901.225,80	
Outras responsabilidades		29.260.999,90	
Obrigações diversas	15.058.591,60		
Agências no País	130.845.490,60		
Correspondentes no País	3.718,90		
Ordens de pagamento e outros créditos	88.902.884,70		
Dividendos pagar	9.891.390,00	244.702.075,80	273.963.075,70
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			9.857.373,80
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em garantia e em custódia		51.208.132,80	
Depositantes de títulos em cobrança no País		30.907.402,90	
Outras contas		323.070.439,60	405.185.975,30
			874.924.466,00

Demonstração da Conta "LUCROS E PERDAS" em 31 de Dezembro de 1947

DÉBITO

Juros abonados a depositantes e outras despesas de juros		417.420,10
DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO: Honorários da Diretoria; vencimentos e gratificações dos funcionários; aluguéis de imóveis; material de escritório; impostos; comissões e outras despesas gerais		10.560.008,10
Perdas Diversas		1.572.888,10
Fundo para amortização de imóveis, móveis e utensílios		350.682,70
Distribuição do Lucro Liquido:		
Fundo de reserva 5%	857.612,20	
10º dividendo à razão de 60% a.a.	4.500.000,00	
Fundo de Assistência aos Funcionários (atr. 42 § 1º dos estatutos)	171.522,40	
Fundo para Prejuizos Eventuais:		
Provisão para ocorrer a possível prejuizo na venda de tipos de borracha que não a "hevea brasiliensis", no 1º semestre de 1948	2.000.000,00	
Provisão para ocorrer a possível prejuizo na venda de mercadorias do acêrvo da RDC	5.000.000,00	
Provisão para ocorrer a possível prejuizo em outras operações	4.623.109,10	17.152.243,70
		30.053.242,70

CRÉDITO

Lucro em Borracha	14.359.822,60
Lucro em Latex	159.921,00
Lucro em Mercadorias	10.323.504,80
Rendas de Juros e descontos	3.654.715,80
Rendas de Comissões	570.871,60
Rendas Diversas	984.406,90
	30.053.242,70

BELÉM, 31 DE DEZEMBRO DE 1947,

FIRMO RIBEIRO DUTRA — PRESIDENTE

GUILHERME DE MENEZES VIEIRA — CHEFE DO DEP. CONTABILIDADE
REGISTRO N. 33.983

BANCO HYPOTHECARIO E AGRICOLA DO ESTADO DE MINAS GERAES S/A

SEDE: BELO HORIZONTE — PRAÇA SETE DE SETEMBRO)—(FUNDADO EM 1911

SUCURSAIS: RIO DE JANEIRO — RUA DA QUITANDA, 105, 107 e 109 E SÃO PAULO — RUA DA QUITANDA, 126

AGÊNCIAS: — Alfenas, Anápolis, Araguarí, Almorés, Barbacena, Barra Mansa, Barretos, Các. do Itapemirim, Campos, Carangola, Cataguazes, Catalão, Conquista, Curvelo, Dores do Indaiá, Formiga, Goiânia, Goiás, Gov. Valadares, Guaxupé, Itajubá, Ituitaba, Jacutinga, Juiz de Fora, Lavras, Macaé, Machado, Manhuaçu, Mar de Espanha, Montes Claros, Muriaé, Nova Friburgo, Oliveira, Passa Quatro, Passos, Patos de Minas, Petrópolis, Pires do Rio, Pitangui, Ponte Nova, Pôrto Novo do Cunha, Pouso Alegre, Santos, S. S. do Paraíso, Teófilo Otônio Tapaciguara, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Vitória.

ESCRITÓRIOS: — Buriti Alegre, Campina Verde, Campinas (Goiás), Campo Belo, Carlos Chagas, Cláudio, Igaparava, Inhumas, Ipameri, Itumbiara, Januária, Jequitinhonha, Leopoldina, Monsanto, Nova Rezende, Pedregulho, Pedra Azul, Perdões, Pirapetinga, Prata, Raul Soares, Sete Lagoas, Terezópolis.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947 — (Inclusive Sucursais, Agências e Escritórios)

ATIVO

		Cr$	Cr$
A — DISPONÍVEL			
Caixa			
Em moeda corrente		60.838.185,70	
Em depósito no Banco do Brasil		51.793.163,70	
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		14.496.829,10	
Em outras espécies		438.008,20	127.566.186,70
B — REALIZÁVEL			
Empréstimos em C/Corrente	322.607.519,90		
Empréstimos Hipotecários	46.875.739,00		
Títulos Descontados	512.588.148,70		
Letras a receber de C/Própria	45.759.140,10		
Agências no País	565.725.551,50		
Correspondentes no País	12.899.293,80		
Correspondentes no Exterior	29.465,40		
Capital a realizar	14.982.500,00		
Outros créditos	33.459.877,70	1.564.926.236,10	
Imóveis		6.112.828,40	
Títulos e valores mobiliários:			
Apólices e obrigações Federais, depositadas no Banco do Brasil-S.A., à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito	11.000.000,00		
Apólices e obrigações Federais	1.390.869,60		
Apólices Estaduais	3.217.500,00		
Apólices Municipais	200,00		
Ações e Debêntures	5.035.029,10	20.643.599,40	
Outros valores		57.700,00	1.591.740.363,90
C — IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco		14.845.077,90	
Móveis e utensílios		3.632.448,80	18.477.526,70
D — RESULTADOS PENDENTES			
Juros e descontos		1.853.423,80	
Impostos		—	
Despesas Gerais		—	1.853.423,80
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em garantia		577.412.797,60	
Valores em custódia		209.204.830,10	
Títulos a receber de C/Alheia		683.151.616,90	
Outras contas		—	1.469.769.244,60
			3.209.406.745,70

PASSIVO

		Cr$	Cr$
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		8.800.000,00	
Aumento de capital		41.200.000,00	50.000.000,00
Fundo de reserva legal			4.636.345,40
Fundo de previsão			31.000.000,00
Outras reservas			11.734.880,80 97.371.226,2
G — EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS			
À vista e a curto prazo:			
de poderes Públicos		6.130.017,90	
de Autarquias		62.607,912.70	
em C/C Sem limite		108.519,853.30	
em C/C Limitadas		67.261.826,90	
em C/C Populares		35.418.841,90	
em C/C Sem Juros		9.187.737,40	
em C/C de Aviso		365.673.458,70	
Outros depósitos		19.190.206,90	673.989.855,70
a prazo:			
de Autarquias		24.065.000,00	
de diversos:			
a prazo fixo:		253.528.804,80	277.593.804,80
			951.583.660,50
Outras Responsabilidades			
Obrigações Diversas		31.483.354,40	
Agências no País		587.690.989,70	
Correspondentes no País		25.885.278,60	
Ordens de pagamento e outros créditos		15.478.664,10	
Dividendos a pagar		8.570.839,10	669.109.125,90 1.620.692.786,4
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			21.573.488,5
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em garantia e em custódia		786.167.627,70	
Depositantes de Títulos em cobrança:			
do País		683.151.616,90	
do Exterior		683.151.616,90	
Outras contas		—	1.469.769.244,6
			3.209.406.745,7

DEMONSTRAÇAO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" — (Resultado do Exercício de 1947)

DÉBITO

Despesas Gerais		28.094.335,20
Impostos		1.167.037,70
Contribuição para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários		1.484.975,10
Contribuição para a Legião Brasileira de Assistência		95.871,60
Juros		25.454.159,10
Amortização de débitos perdidos		1.257.226,80
Móveis e Utensílios (Amortização sôbre o saldo desta conta)		383.826,70
Percentagem á Diretoria, ao Conselho de Administração e aos gerentes, e gratificações ordinárias e extraordinárias aos funcionários		8.812.841,60
Reserva Social (5% sôbre o líquido de Cr$ 11.394.574,80)		569.728,70
Reserva de Previdência		6.000.000,00
Dividendos aos Acionistas		4.200.000,00
SERVIÇO DE COUPONS DO EXERCÍCIO DE 1947		
Juros das Obrigações	79.000,00	
Fundo de Amortização das Obrigações	32.000,00	111.000,00
Saldo disponível que passa para o Exercício de 1948		567.825,30
		78.198.827,80

CRÉDITO

Lucros suspensos do Exercício de 1946	808.497,4
Comissões, descontos e diversos	77.025.633,3
Reentradas sôbre débitos amortizados	36.200,0
Aluguéis dos nossos imóveis	328.496,4
	78.198.827,8

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Edison Alvares da Silva — Fausto Figueira Soares Alvim, *Presidente.*
Waldemar Coimbra Luz, Gumercindo Pereira do Valle e Américo Lopes Cançado, *Diretores*
André Favalelli, *Gerente Geral* — Hyldeu R. dos Santos Figueiredo, *Contador Geral,* registro n.º 22.091

"Itamaraty" - Companhia Nacional de Seguros Gerais

O RAMO de seguro, em qualquer de suas especializações, tem encontrado no Brasil um clima de ampla compreensão, que traduz o grau de desenvolvimento econômico do país. Possuímos hoje sólidas organizações, muitas oriundas do século passado e que são legítimos padrões de firmeza e segurança. Ao lado destas, são organizadas e ràpidamente se desenvolvem emprêsas jovens que trazem, porém, do seu lançamento, através da experiência capitalizada pelos seus organizadores, à indústria, no comércio, no sistema bancário, uma reputação firmada antes mesmo que possam ostentar os anos de vida. Dentre estas últimas destacamos a "ITAMARATY" — Companhia Nacional de Seguros Gerais, organizada em 1946 e funcionando com Carta Patente de número 344, expedida em meados do ano próximo passado.

Em recente Assembléia Geral dos acionistas foi examinado o primeiro relatório apresentado pela Diretoria, concluído a 20 de fevereiro próximo passado e onde é prestada conta dos trabalhos desenvolvidos no ano próximo findo em benefício da nóvel organização.

Dêsse documento transcrevemos a seguir alguns itens, aos quais aduziremos rápidos comentários, procurando assim ampliar o cabedal de informações que sempre prestamos, no interêsse de tornar melhores conhecidas as possibilidades econômicas do Brasil.

Início de operações

Informa o Relatório: "Habilitados a operar, demos início às nossas atividades no dia 1.º de Julho do exercício ora relatado, simultaneamente nesta capital, São Paulo e Rio Grande do Sul." Posteriormente, extendemos as nossas operações aos Estados do Paraná, Minas Gerais (limitadas, por enquanto, à chamada Zona da Mata) e Maranhão. Oportunamente providenciaremos a respeito da ampliação de nossa rêde de sucursais e Agências."

"Por medida de compreensível prudência, limitamos os nossos negócios à aceitação, apenas, dos seguros contra incêndio. Os seguros de Transportes, ainda a experiência de nossas congêneres, estão requerendo um cuidado muito grande quanto à sua aceitação, motivo por que nos temos reservado para só dar início aos trabalhos nessa carteira quando devidamente constituída a nossa rêde de Agentes e Comissários de Avarias, ainda assim com as necessárias cautelas."

"Quanto aos demais riscos — Acidentes Pessoais e Vidros — estamos aguardando, ainda, a aprovação, por parte dos órgãos competentes, das apólices, propostas e tarifas."

Produção

Examinando a produção, considera, o Relatório, sob o aspecto de apenas um semestre de operações, restritas a umas poucas praças e a uma única carteira:

"Trabalhando durante apenas seis meses e em uma só carteira e restringidas as nossas atividades a alguns setores apenas do território brasileiro — os mais ricos e prósperos, embora, e tendo ainda em conta a rigorosa seleção de riscos que adotamos e a ausência de retrocessões do I. R. B., é natural que não tenhamos conseguido uma produção que impressione pelo vulto.

"Convém lembrar que o Instituto de Resseguros do Brasil não faz retrocessões de prêmios às emprêsas que iniciem as suas operações no 2.º semestre, caso em que nos achamos enquadrados.

"Não obstante as restrições aqui assinaladas, a arrecadação de prêmios, nesta primeira fase de negócios, atingiu a Cr$ 1.420.827,80."

Vemos, nesta importância, e considerando o campo em que a mesma foi realizada, a promessa de que no ano corrente, movimentando tôdas as suas carteiras e levando sua rêde de serviços a todos os setores do território nacional, possa a ITAMARATY lograr um desenvolvimento rápido, mercê do critério com que se mostra disposta a selecionar os riscos que venha a aceitar.

Nesta parte relativa às operações podemos ainda incluir a cessão, durante o semestre, ao Instituto de Resseguros do Brasil, prêmios no valor de Cr$ .. 706.361,80.

Quanto aos sinistros ocorridos no período relatado, somaram êles apenas Cr$ 11.616,00, o que corresponde a menos de 1% dos prêmios dos seguros aceitos. Revela, tão baixo índice, o resultado da política de rigorosa seleção de negócios. Quanto às reservas, diz o documento em aprêço: "São ainda modestas as nossas reservas, as quais, como é de prever, crescerão paralelamente com o aumento de nossas atividades no futuro."

Aumento de capital

Informa ainda o Relatório que, "de conformidade com o estabelecido entre o D. N. S. P. C. e a atual Administração da Companhia, o nosso capital deverá ser aumentado para Cr$ .... 3.000.000,00, até 30 de junho do corrente ano." A fim de atender a esta necessidade, será oportunamente convocada uma assembléia geral extraordinária de acionistas, que terá por fim deliberar a êste respeito."

Cabe assim, à diretoria, composta pelos Srs. Gumercindo Nobre Fernandes, presidente; Victor Fernandes Alonso, diretor-superintendente (substituto) e Alfredo Afonso Simões, diretor-tesoureiro, dar mais êste importante passo, sem dúvida de relêvo para a definitiva estruturação da companhia e seu melhor enquadramento dentre as congêneres.

Os homens que se acham à frente do empreendimento são dos mais experimentados nos negócios do comércio, da indústria e de bancos; conhecedores seguros do mercado brasileiro e das suas amplas possibilidades econômicas. Nas relações da emprêsa com os órgãos orientadores e executores da política relativa ao ramo de seguros — Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, Delegacia Regional de Seguros e Instituto de Resseguros do Brasil, sempre encontraram os dirigentes da ITAMARATY a melhor acolhida, sobretudo no curso do processo de constituição da Companhia. O Relatório consigna os agradecimentos da organização aos dirigentes e técnicos dêsses órgãos, bem como ao Sindicato das Emprêsas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro e ao Sindicato dos Corretores de Seguros e Capitalização do Rio de Janeiro.

Os resultados e a orientação posta em evidência no segundo semestre de 1947 — primeira fase de funcionamento da "ITAMARATY" Companhia Nacional de Seguros Gerais, deixa bem claro o propósito de, no ano corrente, serem ampliadas as suas realizações, na medida necessária à sua incorporação ao grupo das grandes companhias especializadas do Brasil.

Banco de Crédito Real de Minas Gerais, S. A

FUNDADO EM 22 DE AGÔSTO DE 1889

SEDE — JUIZ DE FORA — ESTADO DE MINAS GERAIS — RUA HALFELD, 504

SUCURSAIS — RIO DE JANEIRO — AVENIDA RIO BRANCO, 116 — BELO HORIZONTE — AVENIDA AMAZONAS, 253

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

COMPREENDENDO AS OPERAÇÕES DAS SUCURSAIS, AGÊNCIAS E ESCRITÓRIOS

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
A — DISPONÍVEL			
Caixa			
Em Moeda Corrente		82.820.104,30	
Em depósito no Banco do Brasil		146.342.782,70	
Em depósito à Ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		19.477.374,40	248.640.261,40
B — REALIZÁVEL			
Letras do Tesouro Nacional		8.011.800,00	
Empréstimos em C. Corrente	492.076.134,90		
Empréstimos Hipotecários	8.492.194,60		
Títulos Descontados	828.933.327,50		
Agências no País	1.677.019.638,00		
Correspondentes ni País	9.434.853,10		
Capital a Realizar	11.311.200,00		
Outros Créditos	30.555.441,20	3.057.822.789,30	
Imóveis		6.501.956,30	
Títulos e Valores Mobliários			
Apólices e Obrg. Federais	24.110.835,50		
Apólices Estaduais	3.075.496,20		
Apólices Municipais	35.006,60		
Ações e Debêntures	2.165.310,00	29.386.648,30	101.723.193,90
C — IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco	—	38.964.755,80	
Móveis e Utensílios	—	11.754.66330,	
Material de Expediente	—	3.613.456,70	
Instalações	—	785.971,80	55.118.847,60
D — RESULTADOS PENDENTES			
Juros e descontos	—	5.564.033,10	
Impostos	—		
Despesas Gerais	—		
Outras contas	—	86.403,90	5.650.437,00
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em Garantia		1.136.538.239,30	
Valores em Custódia		364.411.685,80	
Títulos a Receber de C/Alheia		567.342.280,50	
Outras Contas		65.418.643,50	2.133.710.849,10
			5.544.843.589,00

PASSIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		70.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal		35.500.000,00	
Fundo de Previsão		4.500.000,00	
Outras Reservas		21.916.516,90	131.916.5
G — EXIGÍVEL:			
Depósitos:			
á vista e a curto prazo:			
de Poderes Públicos	8.495.345,90		
de Antarquias	30.122.172,70		
Em C/ Sem Limite	188.994.221,20		
em C/C Limitadas	110.764.200,70		
em C/C Populares	500.286.915,00		
em C/C Sem Juros	926.665,00		
em C/C de Aviso	92.519.139,70		
Outros Depósitos	15.769.983,60	947.878.643,80	
a prazo:			
de Poderes Públicos	17.583.196,30		
de Autarquias	171.288,60		
de Diversos:			
a Prazo Fixo	416.665.045,90		
de Aviso Prévio	123.060.989,40		
Letras a Prêmio	1.502,30	557.487.022,50	
		1.505.365.666,30	
OUTRAS RESPONSABILIDADES:			
Obrigações Diversas	13.815.226,00		
Letras Hipotecárias	26.600,00		
Agências no País	1.700.657.184,80		
Correspondentes no País	11.030.331,00		
Ordens de pagamento e outros créditos	13.703.216,70		
Dividendos a Pagar	3.516.255,00	1.742.748.815,50	3.248.114.4
H — RESULTADOS PENDENTES:			
Contas de resultados			31.101.7
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO:			
Depositantes de valores em Garantia e em custódia		1.500.949.925,10	
Depositantes de Títulos em cobrança:			
no País		567.342.280,50	
Outras contas		65.418.643,50	2.133.710.8
			5.544.843.5

DEMONSTRAÇÃO DE "LUCROS & PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947 — (2º semestre

DÉBITO

	Cr$	Cr$
DESPESAS:		
Honorários, ordenados e gratificações	16.940.813,40	
Gastos de material de escritório	808.935,90	
Seguro de Vida dos funcionários	84.366,60	
Despesas Diversas	3.399.022,00	21.238.139,90
CONTRIBUIÇÕES LEGAIS:		
Impostos	1.157.063,80	
Legião Brasileira de Assistência	51.839,60	
Inst. de Apos. e Pensões dos Bancários	809.210,00	2.018.113,40
PERDAS DIVERSAS:		
Verificadas neste semestre		503.073,60
PERCENTAGEM DA DIRETORIA E GERENTES:		
Creditado a esta conta		1.162.307,10
AMORTIZAÇÃO DO ATIVO:		
Abatimento na conta "Instalações"		261.990,60
FUNDO PARA DEPRECIAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS:		
Creditado a esta conta		883.598,70
FUNDO PARA DEPRECIAÇÃO DE IMÓVEIS:		
Idem, idem		500.000,00
FUNDO DE PREVISÃO:		
Idem, idem		4.500.000,00
FUNDO DE RESERVA LEGAL:		
Idem, idem		500.000,00
FUNDO DE RESERVA ESPECIAL:		
Idem, idem		1.000.000,00
DIVIDENDO 116.º:		
A distribuir, á razão de 12% a.a., ou sejam Cr$ 12,00 por ação integralizada e Cr$ 6,00 por ação com 50% realizados		3.516.255,00
Saldo que passa para o semestre seguinte		4.224.981,90
		40.305.460,20

CRÉDITO

Saldo que passou do 1.º semestre de 1947	5.121.40
JUROS & DESCONTOS:	
Apurados neste semestre e deduzidos os que passam para os semestres seguintes	25.710.57
COMISSÕES:	
Apuradas neste semestre	5.803.42
RENDAS DIVERSAS:	
Idem, idem	1.083.75
RECUPERAÇÕES:	
De contas lançadas a débito de "Lucros & Perdas"	86.30
FUNDO DE PREVISÃO:	
Reversão desta conta	2.500.00
	40.305.46

Juiz de Fora, 13 de Janeiro de 1948. — Presidente: Sandoval Soares de Azevedo. — Diretores e membros do Conselho de Administração: João Tavares Corrêa Beraldo — Edgard de Góis Monteiro — Luiz Martins Soares — Olegário Gerheim — Francisco de Sales Vieira — Miguel Batista Vieira — J. Azeredo Vieira, contador — R. 41.285.

ANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS S. A.

CARTA PATENTE N. 1220 — FUNDADO EM 1925

Séde: BELO HORIZONTE — Rua Carijó, 237 — Caixa Postal, 144 — Filiais; RIO DE JANEIRO, Rua Buenos Aires, 90 — Caixa Postal, 1679 — SÃO LO, Rua Boa Vista, 57/61 — Caixa Postal, 5766

AGÊNCIAS: — Alfenas, Andrelandia, Barão de Cocais, Barbacena, Bom Sucesso, Bragança Paulista (E. de S. Paulo), Cabo Verde, Campanha, Campos (E. do Rio), pos Gerais, Carandaí, Conselheiro Lafaiete, Corinto, Cristina, Curitiba (E. do Paraná), Diamantina, Divinópolis, Coiânia (E. de Goiás). Governador Valadares, nhães, Itabira, Itabirito, Itaúna, João Ribeiro, Juiz de Fora, Lima Duarte, Machado, Monsanto, Monte Carmelo, Montes Claros, Niterói (E. do Rio) Nova Era, a Lima, Oliveira, Ouro Fino, Ouro Preto, Pará de Minas, Paraíba do Sul (E. do Rio), Paraisópolis, Passos, Patos de Minas, Peçanha, Pedra Azul, Perdões, Pouso Ale- Rezende (E. do Rio), Santa Barbara, Santa Rita do Sapucaí, Santos (E. de S. Paulo). Santos Dumont, São Gonçalo do Sapucaí, São Sebastião do Paraiso, Sêrro, Lagôas, Silvianópolis, Três Corações, Três Pontas, Uberaba, Uberlandia, Vitória (E. do Espirito Santo). Volta Grande. Mariana e Sabará.

ESCRITÓRIOS: — Alpinópolis, Alterosa, Apiacá, (E. do Espírito Santo), Arceburgo, Bom Jardim de Minas, Borda da Mata, Brasópolis, Caeté, Campo do Meio, no da Mata, Carmo do Cajurú, Cascalho Rico, Catadupas, Claudio, Coronel Fabriciano, Divisa Nova, Dom Joaquim, Dôres de Campos, Heliodora, Itaocara, (E. io), Itapecerica, Matias Barbosa, Nova Ponte, Passa Tempo, Pedralva, Pouso Alto, Recreio, Rio Piracicaba, Sabinopolis, Santa Catarina (Sul de Minas), Santa a, Santa Maria de Itabira, Santa Maria do Suassuí, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará São João Evangelista e Teixeiras.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 1947

(COMPREENDENDO MATRIZ, FILIAIS E AGÊNCIAS)

ATIVO

		Cr$	Cr$
DISPONÍVEL			
Caixa:			
moeda corrente		84;554.134,10	
depósito no Banco do Brasil		73.811.902,10	
depósito à ordem Sup. da Moéda e do rédito		19.762.205,90	
outras espécies		17.803.339,90	195.931.582,00
REALIZÁVEL			
as do Tesouro Nacional		2.659.000,00	
réstimos em C/Corrente	399.130.841,90		
réstimos Hipotecários	25.496.104,90		
los Descontados	589.542.184,60		
cias no País	401.915.471,80		
espondentes no País	16.318.300.10		
tal a realizar	1.643.080,00		
os créditos	26.296.167,70	1.460.342.151,00	
veis		7.885.241,26	
los e valores mobiliários:			
ices e Obrigações Fede- inclusive as do valor no- inal de Cr$ 10.663.800,00 positadas à ordem da Sup. Moéda e do Crédito	9.089.480,90		
lices Estaduais	124.329,00		
lices Municipais	15.700,00		
s e Debêntures	3.883.860,00	13.113.369,90	1.483.997.762;10
IMOBILIZADO			
icio de uso do Banco	34.779.920,50		
eis e Utensílios	6.060.832,90		
erial de expediente	2.330.169,70		
alações	1.692.699,40		44.853.012,40
RESULTADOS PENDENTES			
s e descontos	12.592.639,10		
ostos	—		
esas Gerais	—		12.592.639,10
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
res em garantia		631.491.002,70	
res em custódia		134.744.033,30	
los a receber de C/Alheia		601.795.653,50	
as contas		10.663.800,00	1.378.694.489,50
			3.116.070.085,10

PASSIVO

F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		60.000.000,00	
Fundo de reserva legal		12.550.000,00	
Fundo de previsão		21.200.000,00	
Outras reservas		1.750.000,00	95.500.000,00
G — EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS			
à vista e a curto prazo:			
de Poderes Públicos	3.282.002,20		
de Autarquias	8.230.385,20		
em C/C Sem Limite	72.009.676;50		
em C/C Limitadas	165.927.765,80		
em C/C Populares	488.785.924,90		
em C/C Sem Juros	13.441.165,30		
Outros depósitos	14.131.553,10	765.808.473,00	
a prazo:			
de Poderes Públicos	1.070.000,00		
de Autarquias	50.000,00		
de diversos:			
a prazo fixo	399.751.382,70		
de aviso prévio	1.606.315,90	402.477.698,60	
OUTRAS RESPONSABILIDADES		1.168.286.171,60	
Agências no País	441.908.796,80		
Correspondentes no País	9.001.209,10		
Ordens de pagamento e outros créditos	11.114.949,20		
Dividendos a pagar	4.241.074,30	466.266.029,40	1.634.552.201,00
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			7.323.394,60
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em gar. e em custódia		766.235.036,00	
Depositantes de Títulos em cobrança do País		601.795.653,50	
Outras contas		10.663.800,00	1.378.694.489,50
			3.116.070 085,10

Demonstração da Conta de "Lucros & Perdas" de 31 de Dezembro de 194

REFERENTE AO 2º. SEMESTRE DE 1947

DÉBITO			CRÉDITO	
				Cr$
DESPESAS GERAIS			PRODUTOS DAS OPERAÇÕES SOCIAIS CONCLUIDAS NESTE SEMESTRE:	
Honorários da Diretoria, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal, ordenados do pessoal, contribuição para o instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e Legião Brasileira de Assistência, livros, material, sêlo e gastos diversos.....		14.901.747,20	Comissões, Descontos, Juros, Rendas Diversas.....	48.213.149,
IMPOSTOS				
Pagos durante o semestre.....	306.381,30			
Impostos de Renda do exercício.....	1.552.306,70	1.858.688,00		
JUROS DE CRÉDITOS DE TERCEIROS				
Abonados no semestre.....		19.015.681,60		
MÓVEIS & UTENSÍLIOS				
Depreciação nesta conta.....		305.080,80		
PERCENTAGENS DA DIRETORIA E DO CONSELHO CONSULTIVO. E PERCENTAGENS E GRATIFICAÇÕES DO PESSOAL				
Abonadas no semestre.....		4.118.070,60		
CONTAS EM LIQUIDAÇÃO				
Amortização de débitos duvidosos.....		1.431.398,80		
FUNDO DE RESERVA				
Transferidos para esta conta.....		750.000,00		
OUTRAS RESERVAS				
Transferidas para esta conta.....		1.750.000,00		
DIVIDENDOS				
Pelo 34º à razão de 14%, ao ano, relativo ao 2º semestre de 1947.		4.082.482,20		
		48.213.149,20		48.213.149,

(a) Clemente de Faria, Presidente (a) Amynthas Jacques) de Morais, Diretor (a) Miguel Mauricio da Rocha, Diretor
(a) Nelson Soares de Faria, Diretor (a) Antonio Moura, Contador Registrado sob nº. 34.330

CONJUNTURA ECONÔMICA

Acompanhe a evolução da economia brasileira e mundial, lendo

"CONJUNTURA ECONÔMICA"

publicação mensal editada pela Fundação Getúlio Vargas. Nas principais livrarias, bancas de jornais, etc.

PARA ASSINATURAS, DIRIJA-SE À

REDAÇÃO: Praia de Botafogo, 192

Tels.: 26-6034 – 26-6108 – 26-5877

ENDERÊÇO POSTAL: Caixa Postal, 4081

RIO DE JANEIRO

Banco do Brasil S. A.

SÉDE: RIO DE JANEIRO

O MAIOR ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO DO PAÍS

CAPITAL: Cr$ 100.000.000,00 — RESERVAS: Cr$ 2.577.815.320,30

AGÊNCIAS:

ACRE — Cruzeiro do Sul, Rio Branco.

ALAGOAS — Assembléia (ex-Viçosa), Maceió, Palmeira dos Índios, Penedo, União dos Palmares (ex-União).

AMAPÁ — Macapá.

AMAZONAS — Manáus.

BAHIA — Alagoinhas, Amargosa, Barra, Barreiras, Caiteté, Canavieiras, Feira de Sant'Ana. Ilhéus, Itabuna, Jacobina, Jiquié, Juázeiro, Lençóis, Mundo Novo, Nazaré, Salvador, Santo Amaro, São Félix, Senhor do Bomfim (ex-Bonfim), Serrinha, Ubaitaba (ex-Itapira), Vitória da Conquista (ex-Conquista).

CEARÁ — Aracati, Camocim, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral.

ESPIRITO SANTO — Alegre, Cachoeiro do Itapemirim, Colatina, Mimoso do Sul (ex-João Pessoa), Santa Teresa, São Mateus, Vitória.

GOIÁS — Buriti Alegre, Goiânia, Goiás, Ipameri, Rio Verde.

GUAPORÉ — Pôrto Velho.

MARANHÃO — Caxias, Codó, Pedreiras, São Luís.

MATO GROSSO — Aquidauana, Bela Vista, Cáceres, Campo Grande, Corumbá, Cuiabá, Quiratinga (ex-Lajeado), Maracaju, Ponta Porã, Três Lagoas.

MINAS GERAIS — Aimorés, Alfenas, Araguari, Arassuaí, Araxá, Barbacena, Belo Horizonte, Bicas, Boa Esperança, Campo Belo, Carangola, Caratinga, Carlos Chagas, Cataguazes, Curvelo, Dores do Indaiá, Formiga, Governador Valadares, Guaxupé, Ituiutaba, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Fino, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Pedra Azul (ex-Fortaleza), Pirapora, Ponte Nova, São João del Rei, Teófilo Otôni, Três Corações, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Varginha.

PARÁ — Belém, Bragança, Igarapé Açu, Óbidos, Santarém.

PARAÍBA — Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Monteiro, Patos, Tabaiana (ex-Itabaiana).

PARANÁ — Cornélio Procópio, Curitiba, Foz de Iguaçu, Irati, Jacarèzinho, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa, União da Vitória.

PERNAMBUCO — Arcoverde (ex-Rio Branco), Caruaru, Garanhuns, Goiana, Limoeiro, Palmares, Recife, Serra Talhada, Vitória de Santo Antão (ex-Vitória).

PIAUÍ — Campo Maior, Floriano, Luzilândia (ex-Pôrto Alegre), Parnaíba, Picos, Piracuruca, Piripiri, Teresina, União.

RIO BRANCO — Boa Vista.

RIO DE JANEIRO — Barra do Piraí, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Campos, Cantagalo, Itaperuna, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Volta Redonda.

RIO GRANDE DO NORTE — Açu, Caicó, Mossoró, Natal.

RIO GRANDE DO SUL — Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul (ex-Cachoeira), Camaquã, Caxias do Sul (ex-Caxias), Cruz Alta, Dom Pedrito, Erechim (ex-José Bonifácio), Itaqui, Jaguarão, Lajeado, Livramento, Passo Fundo, Pelotas, Pôrto Alegre, Quaraí, Rio Grande, Santa Cruz do Sul (ex-Santa Cruz), Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Leopoldo, Tapes, Uruguaiana, Vacaria.

SANTA CATARINA — Blumenau, Florianópolis, Joaçaba (ex-Cruzeiro), Joinvile, Mafra, Tubarão e Rio do Sul.

SÃO PAULO — Andradina, Araçatuba, Araguaçu (ex-Paraguaçu), Araraquara, Assis, Avaré, Bariri, Barretos, Bauru, Bebedouro, Botucatu, Bragança Paulista (ex-Bragança), Cafelândia, Campinas, Catanduva, Chavantes, Duartina, Franca, Itapetininga, Itapira, Ituverava, Jaboticabal, Jau, Limeira, Lins, Lucélia, Marília, Matão, Mirassol, Mogi das Cruzes, Monte Aprazível, Nova Granada, Novo Horizonte, Olímpia, Orlândia, Pederneiras, Piracicaba, Piraju, Pirajuí, Pirassununga, Presidente Prudente, Promissão, Pancharia, Ribeirão Bonito, Ribeirão Prêto, Rio Claro, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Anastácio, Santo André, Santos, São José da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Taquaritinga, Taubaté, Tupã, Valparaíso e Votuporanga.

SERGIPE — Aracaju, Capela, Estância, Propriá, Simão Dias (ex-Anápolis) e Itabaiana.

NO EXTERIOR

PARAGUAI — Assunção.

URUGUAI — Montevidéu.

Mantém correspondentes nas principais praças do mundo

TAXAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE	2% a/a
DEPÓSITOS POPULARES	
Limite de Cr$ 10.000,00	4 1/2% "
DEPÓSITOS LIMITADOS	
Limite de Cr$ 50.000,00	4% "
Limite de Cr$ 100.000,00	3% "
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO	
Por 6 meses	4% "
Por 12 "	5% "
COM RETIRADA MENSAL DE JUROS	
Por 6 meses	3 1/2% "
Por 12 "	4 1/2% "
DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO	
30 dias	3 1/2% "
60 dias	4% "
90 dias	4 1/2% "
LETRAS A PRÊMIO (sêlo proporcional)	

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.

O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc., e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, à rua 1.º de Março n.º 66, mais as seguintes: BANDEIRA, Rua Mariz e Barros, 44 — BOTAFOGO (em instalação), Rua Voluntários da Pátria, 449 — CAMPO GRANDE, Rua Campo Grande, n.º 100 — COPACABANA (em instalação), Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.º 1.292 — GLÓRIA, Rua do Catete, 238 — MADUREIRA, Rua Carvalho de Souza, n.º 299 — MÉIER, Avenida Amaro Cavalcanti, n.º 95 — RAMOS, Rua Leopoldina Rego, n.º 78 — A SAÚDE, Rua do Livramento, n.º 63 — TIRADENTES, Rua Visconde do Rio Branco, n.º 52 — SÃO CRISTÓVÃO, Rua Figueira de Melo n.º 360 (esquina da Rua São Cristóvão) — TIJUCA (em instalação), Rua Desembargador Isidro, 4 — e VILA ISABEL, Avenida 28 de Setembro, n.º 412.

BANCO DE MINAS GERAES S. A.

FUNDADO EM 1930 CARTA PATENTE N.º 1425

MATRIZ: RUA ESPÍRITO SANTO, 527 — BELO HORIZONTE — FILIAL RUA BUENOS AIRES, 48 — RIO DE JANEIRO

Balanço da Matriz, Filial e Agências em 31 de Dezembro de 1947

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
A — DISPONÍVEL			
Caixa:			
Em moéda corrente		45.776.806,50	
Em depósito no Banco do Brasil		28.115.913,30	
Em depósito á ordem da Superintendência da Moéda e do Crédito		6.890.285,00	
Em outras espécies		126.928,70	80.909.933,50
B — REALIZÁVEL			
Empréstimos em C/Corrente	223.766.476,00		
Empréstimos hipotecários	2.337.711,30		
Títulos Descontados	242.726.544,40		
Letras a Rec. de C/Própria	2.892.184,30		
Agências no País	145.739.312,20		
Correspondentes no País	4.438.265,90		
Outros créditos	14.243.290,60	636.143.784,70	
Imóveis		11.274.157,90	
Títulos e Obrigações Federais dep. á ordem da Sup. da Moéda e do Crédito	6.108.000,00		
Apólices e Obrigações Federais	1.183.849,80		
Apólices Estaduais	367.628,00		
Ações e Debêntures	4.893.716,40	12.553.194,20	659.971.136,80
C — IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco	14.235.366,80		
Móveis e utensílios	2.970.806,10		
Material de expediente	1.570.412,60		
Instalações	156.937,80		18.933.523,30
D — RESULTADOS PENDENTES			
Juros e descontos (inclusive provisão)			5.301.324,20
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em garantia		369.350.346,50	
Valores em custódia		69.942.647,40	
Títulos a receber de c/alheia		208.832.003,80	
Outras contas		150.000,00	648.274.997,70
SOMA			**1.413.390.915,50**

PASSIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		25.000.000,00	
Fundo de reserva legal		3.520.820,10	
Fundo de previsão		4.700.000,00	
Outras reservas		13.216.126,20	46.436.946,30
G — EXIGÍVEL			
Depósitos			
Á vista e a curto prazo:			
de Poderes Públicos	5.797.608,40		
de Autarquias	1.438.484,70		
em C/C Sem Limite	52.310.356,30		
em C/C Limitadas	45.083.019,20		
em C/C Populares	167.046.791,20		
em C/C Sem Juros	1.096.073,70		
em C/C de Aviso	63.310.546,70		
Outros depósitos	20.379.908,50	326.468.788,70	
A prazo			
de Poderes Públicos	35.000,00		
de Autarquias	7,180.241,80		
de diversos:			
a prazo fixo	129.272.208,70		
de aviso prévio	28.112.193,10	164.599.643,60	
Outras responsabilidades:		491.068.432,30	
Obrigações diversas	24.306.079,60		
Agências no País	152.824.310,30		
Correspondentes no País	12.791.907,00		
Ordens de pagamento e outros créditos	24.040.327,00		
Dividendos a pagar	1.910.172,00	215.873.795,90	706.942.228,20
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			11.736.743,50
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em garantia e em custódia		439.292.993,90	
Depositantes de títulos em cobrança no País		208.823.003,80	
Outras contas		150.000,00	648.274.997,70
SOMA			**1.413.390.915,50**

Demonstração da Conta "Lucros & Perdas" em 31 de Dezembro de 1947 (2.º Semestre)

DÉBITO

	Cr$	Cr$
DESPESAS GERAIS		
Dispendido durante o semestre:		
Com vencimentos ao pessoal e seguro de vida	5.175.959,10	
Com gratificação ao pessoal	1.788.122,20	
Com honorários à Diretoria e bonificação ao Conselho Fiscal	149.400,00	
Com impressos, estampilhas, donativos, alugueis, pulicidade, etc.	1.271.311,70	8.384.793,00
INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS		
Contribuição do Banco neste semestre para I.A.P.B. e Legião Brasileira de Assistência		336.612,20
IMPOSTOS		
Pelos pertencentes ao corrente semestre		358.413,20
JUROS		
Pagos e abonados em C/Corrente		15.621.086,90
MÓVEIS & UTENSILIOS		
Depreciação nos existentes		189.639,40
CONTA DE INSTALAÇÃO		
Amortização nesta conta		55.026,10
CONTAS EM LIQUIDAÇÃO		
Amortização de débitos duvidosos		235.530,90
RESERVAS E FUNDOS		
LEGAL — Creditados a esta conta	237.019,00	
PARA PREJUIZOS EVENTUAIS		
Creditados a esta conta	1.500.000,00	
OUTRAS RESERVAS — idem, idem,	538.481,60	2.275.500,60
BONIFICAÇÃO DA DIRETORIA		
Percentagem á Diretoria, conforme Estatutos		237.019,00
DIVIDENDOS		
Valôr do 20º. dividendo, á razão de 15% a/a		1.875.000,00
		29.568 621,30

CRÉDITO

	Cr$
PRODUTOS DAS OPERAÇÕES SOCIAIS	
JUROS E DESCONTOS	
(Já deduzidos os que pertencem ao semestre seguinte)	26.676.855,90
COMISSÕES E RENDA DE ALUGUEIS	
Recebidos neste exercício	2.878.320,30
REENTRADAS DE DÉBITOS AMORTIZADOS	
Saldo desta conta	13.445,10
	29.568 621,30

Assinado — BENJAMIN FERREIRA GUIMARÃES — Diretor Presidente, ANTÔNIO MOURÃO GUIMARÃES, Diretor Vice-presidente — JOSÉ OSWALDO DE ARAUJO, Diretor Secretário — ANTÔNIO CARLOS DE CARVALHO, Diretor — SOPHOCLIO CORREIA DE AMORIM, Diretor Superintendente — ASDRUBAL D'ANDREA, Contador Geral — Registro 30.456

O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO

THE LIBRARY
JUN 22 19
UNIVERSITY OF

Seja também uma dactilógrafa Campeã!

Em uma competição dactilográfica, a vitória nem sempre sorri à dactilógrafa mais bem dotada, à possuidora de maior agilidade ou de técnica mais apurada... Pode, também, depender de fatôres mecânicos, como, por exemplo, a máquina utilizada! A máquina de escrever elétrica IBM detém o último campeonato mundial de velocidade, realizado na cidade de Chicago, em 1946. — Nesta máquina, todos os movimentos são operados elètricamente, a uma leve pressão sôbre a tecla. O trabalho é, assim, realizado pelo motor. Dêsse modo, uma dactilógrafa, sem o menor esfôrço, executa a tarefa de *duas*! Além disso, a máquina de escrever elétrica IBM é dotada de uma alavanca para a regulagem do número desejado de cópias, até o máximo de 20, de uma só vez, e tôdas absolutamente uniformes, nítidas e perfeitas! Procure conhecer a máquina de escrever elétrica IBM — e estude-lhe as vantagens. Sugira ao seu chefe que a adote em seu escritório, para um serviço mais rápido, eficiente e econômico! E V. poderá ser também uma... *campeã* em dactilografia!

máquina de escrever *elétrica*

IBM

SERVIÇOS HOLLERITH S. A.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MECANIZAÇÃO

IBM

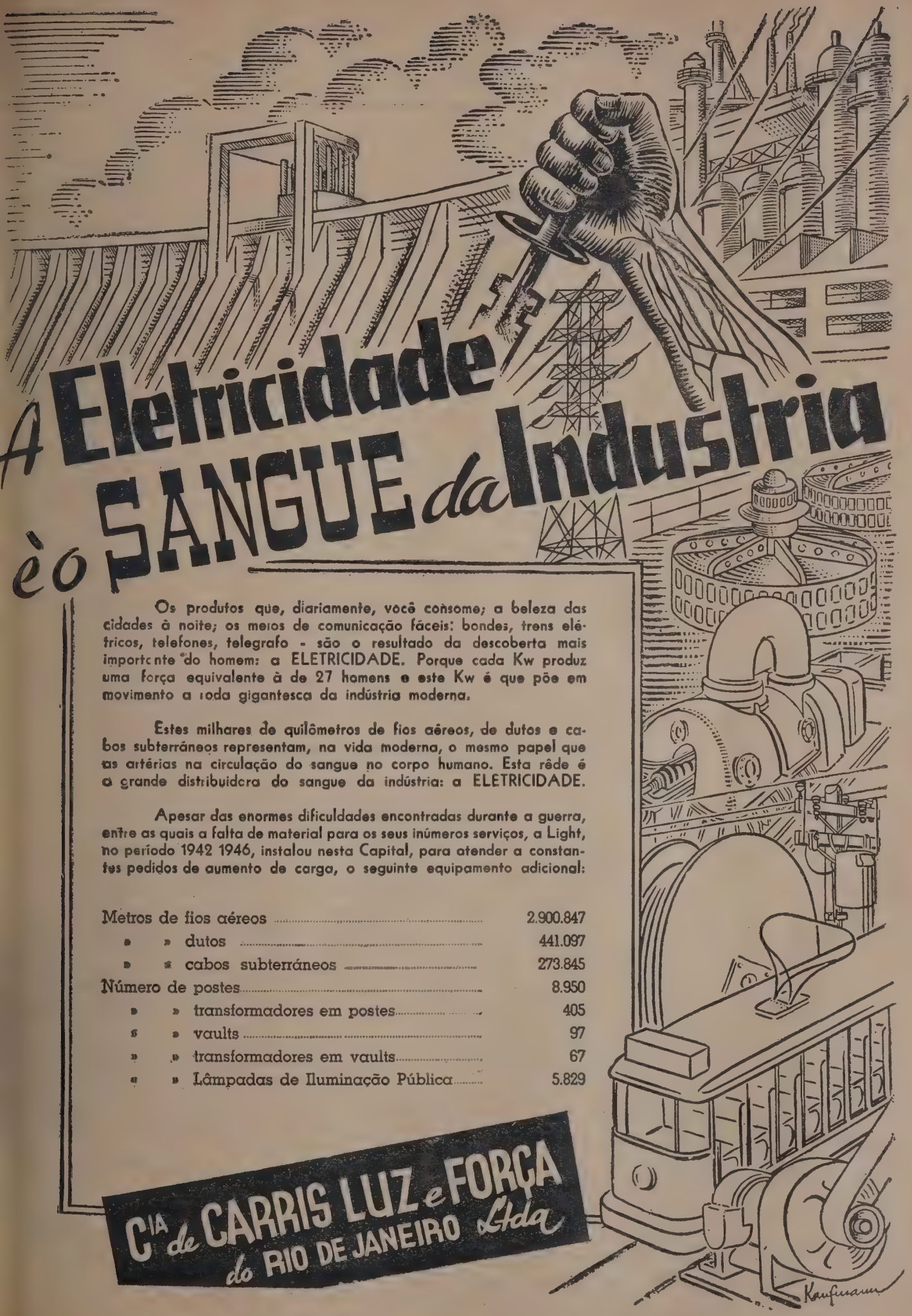
Avenida Graça Aranha, 182 — Rio de Janeiro
Rua Libero Badaró, 39-11.º and. - São Paulo
Rua dos Andradas, 1354-5.º and. - Pôrto Alegre
Av. Afonso Pena, 952-3.º and. - Belo Horizonte
Av. 7 de Setembro, 61/63 - Salvador
R. Cel. Gomes Machado, 99/101 - 4.º and. - Niterói
Representantes nas principais cidades do Brasil

SÓCIO-PATRONO

Colabore na campanha de alfabetização de adultos.

INTER-AMERICANA

SH-34



A Eletricidade è o SANGUE da Industria

Os produtos que, diariamente, você consome; a beleza das cidades à noite; os meios de comunicação fáceis: bondes, trens elétricos, telefones, telegrafo - são o resultado da descoberta mais importante do homem: a ELETRICIDADE. Porque cada Kw produz uma força equivalente à de 27 homens e este Kw é que põe em movimento a roda gigantesca da indústria moderna.

Estes milhares de quilômetros de fios aéreos, de dutos e cabos subterráneos representam, na vida moderna, o mesmo papel que as artérias na circulação do sangue no corpo humano. Esta rêde é a grande distribuidora do sangue da indústria: a ELETRICIDADE.

Apesar das enormes dificuldades encontradas durante a guerra, entre as quais a falta de material para os seus inúmeros serviços, a Light, no período 1942 1946, instalou nesta Capital, para atender a constantes pedidos de aumento de carga, o seguinte equipamento adicional:

Metros de fios aéreos	2.900.847
» » dutos	441.097
» » cabos subterráneos	273.845
Número de postes	8.950
» » transformadores em postes	405
» » vaults	97
» » transformadores em vaults	67
» » Lâmpadas de Iluminação Pública	5.829

C^IA de CARRIS LUZ e FORÇA do RIO DE JANEIRO Ltda

Abril
1948

NESTE NÚMERO:

Comércio Exterior 7

Livros e Idéias 13
(Valdemar Cavalcanti)

Crônica Parlamentar 17

A Dívida Externa e a Mensagem 19
(Fernando Mibiéli de Carvalho)

Programa Agrícola para 1948 23

Finanças do Nordeste 30
(Rafael Xavier)

Parque Industrial do Brasil em 1940 33
(Afrânio C. Melo)

Arrecadação Nacional no período 1940-1946 46
(Gerson Augusto da Silva)

A Juventude Busca Novos Rumos para o Comércio Internacional 51

Tecidos "Made In Brazil" presentes em 30 mercados 59
(José Ribeiro)

Economia Açucareira 65

Relatório do Banco do Brasil S. A. 84

Seiscentos Mil Sacos de Açúcar Numa Safra 122

Relatório do Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A. 125

Despovoamento da Área Sertaneja 129
(Manuel Diégues Júnior)

À Margem de um Relatório 137

SECÇÕES

Observações Econômicas 139

Observações Financeiras 143

Produtos e Mercados 146

Bancos e Moedas 151

NOTAS EDITORIAIS

Ordem Pública .....

Desorganização .....

Política do Algodão .....

Capitais Privados .....

Preços Altos .....

Falência .....

Capa de Ary Fagundes

EXPEDIENTE

Propriedade da

SOC. EDITORA "O OBSERVADOR", LTDA.

COLABORAÇÃO PERMANENTE DE: Arthur Ramos, Arí F. Torres, Caio Prado Júnior, Dante Costa, Garibaldi Dantas, Humberto Dantas, José Maria Belo, Moacir Soares Pereira, Nelson Coutinho, Oscar Tenório, Paulo Frederico de Magalhães, Pedro Calmon, Raul Lima, Roberto Lyra, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Teófilo de Andrade, Líbero de Miranda, Renato Mendonça, Carlos Lacerda e Prof. Leonidas Rezende.

Correspondentes especiais em

Londres, New York e Buenos Aires

Os originais enviados à redação não serão devolvidos mesmo quando não publicados.

Publicação mensal

Redação: Av. Graça Aranha, 182 — 3.º andar
Caixa Postal, 3.114 — Telg. Observador

Tels. { Redação — 42-6995
Gerência — 42-5519

SUCURSAIS

SÃO PAULO — Diretor: Heitor Ferreira Lima — Ed. Saldanha Marinho — Rua Líbero Badaró, 39 — 3.º and. — Tel. 3-6060 — S. Paulo.

MINAS GERAIS, GOIAZ e MATO GROSSO — Diretor: Dr. Moacir Assis de Andrade — Ed. Guimarães. Av. Afonso Pena, 952-3.º andar — Tel. 2-5046 — B. Horizonte.

RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA — Diretor: H. J. Bacelar — Rua dos Andradas — Ed. Sloper, 5.º andar — Tel. 4780 — C. Postal 571 — Pôrto Alegre.

RECIFE, PERNAMBUCO — Carlos Leite Maia — Ave. 10 de Novembro, 10 — Ed. SULACAP — Sala 405 — com jurisdição em Sergipe — Alagoas — Paraíba — R. G. do Norte e Ceará.

◆

AGÊNCIAS NOS ESTADOS

CEARÁ — José Edesio de Albuquerque — Rua Guilherme Rocha, 182 — Fortaleza.

BAHIA — Florêncio Matos — Depósito Continental de Livros — Praça Barão do Rio Branco, 5-A — 2.º andar — Salvador — Bahia.

S. PAULO — M. Pontes & Cia. — Rua 15 de Novembro, 69 — Santos.

PARANÁ — Arnaud F. Veloso — Rua Barão do Serro Azul, 445 — Curitiba.

SANTA CATARINA — Carl Whale — Rua 15 de Novembro, 992 — Blumenau.

RIO GRANDE DO SUL — Pelotas — Distribuidora Sul Riograndense — Rua 7 de Setembro, 312. Paulo Pargendler — Praça Marechal Floriano, 447 — Passo Fundo.

PORTUGAL E COLÔNIAS — Livraria Bertrand — Rua Anchieta, 31 — 1.º — Lisboa

DISTRIBUIDOR PARA O RIO

Paschoal Tramontano.

Representante em Buenos Aires

Prensa Americana — Vitória, 1222.

Fotografias de Mozar Alves da Silva

Número avulso ..... Cr$ 10,0
Mês anterior ..... Cr$ 15,0

Números atrazados — Preços variáveis
Índice semestral — Cr$ 15,00

ASSINATURAS

INTERIOR

1 ano	Cr$ 100,0
2 anos	180,0
3 anos	260,0

EXTERIOR

1 ano	Cr$ 200,0
Índices Semestrais, cada .	15,0

As opiniões expendidas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Todos os artigos publicados são inéditos e escritos especialmente para esta Revista.

IMPRESSO NA EMPRÊSA GRÁFICA "O CRUZEIRO" S. A. — LIVRAMENTO, 191 — RIO

O OBSERVADOR
ECONÔMICO E FINANCEIRO

REDAÇÃO:
AVENIDA GRAÇA ARANHA, 182 - 3.º andar
RIO DE JANEIRO

FUNDADOR
VALENTIM F. BOUÇAS

CAIXA POSTAL 3.114
Tels. — Ger. 42-5519 — Red. 42-6995
End. Telegr. "OBSERVADOR"

N.º 147 — NOTAS EDITORIAIS — ANO XIII

Ordem Pública

VEM o Govêrno de pedir ao Congresso recursos legais específicos com que reprimir as atividades subversivas dos elementos extremistas, cujas ameaças à ordem pública se têm traduzido numa impressionante série de fatos da maior gravidade. Incêndios, explosões e desordens em trágica sucessão levaram as autoridades a investigar profundamente as causas misteriosas dos acontecimentos aparentemente ocasionais, não lhes sendo requerido muito esfôrço para o encontro, aqui e ali, da mão criminosa que pratica a sabotagem.

O primeiro dêstes recursos, o que habilita as autoridades militares a evitar a permanência de elementos conturbadores nas Fôrças Armadas, foi concedido pelo Congresso por expressiva maioria, uma quase totalidade que deixa bem clara a impressão tida pelos representantes do povo ao conhecimento dos inquéritos privados levados a efeito no Exército. Esta impressão foi de tal ordem, e as atitudes posteriores dos extremistas tão convincentes, que mesmo os grupos políticos mais próximos da extrema esquerda se julgaram no dever de não recusar ao Govêrno as providências capazes de evitar a subversão da ordem.

Aqui é que se encontra, a nosso ver, um dos fatôres de maior importância no fortalecimento da opinião pública e no encouraçamento dos defensores da democracia nesta hora de tão negros horizontes. E' a clareza e firmeza de atitude.

Ao mesmo tempo em que se revelam as apurações mais graves sôbre a origem de acontecimentos criminosos, e se dispõe o Govêrno a combater a todo transe os perturbadores da ordem pública, cuja integridade, reafirma, é seu dever manter, não faltam os temerosos do destino a ser dado pelo próprio Govêrno às leis excepcionais que pede, isto pela recordação de exemplos anteriores que nos levaram à ditadura.

Êste temor enfraquece as hostes democráticas, e cabe a seus comandantes afastá-lo iniludivelmente. Reinstalou-se no Brasil, pela vontade popular, o regime democrático. Ela mesma é quem deseja a sua permanência. Não resta dúvida de que a alma nacional reprime formalmente qualquer idéia contrária à verdadeira democracia. Sua confiança, portanto, no Govêrno como nos elementos constitutivos do Poder Público é hoje muito maior, como muito mais forte a sua capacidade de reagir aos que trairem a sua confiança.

Não devemos superestimar êste temor, embora não descuidemos a vigilância. Avolumá-lo é servir, irrefletidamente, aos subversores da ordem. Quando êles falam em democracia não querem senão um ambiente de liberdade com que preparar a sua falsa democracia unipartidária e de dominação de classes. Se cercamos de temores os soldados da fortaleza nacional é certo que enfraquecemos a resistência.

Estando, como estamos, todos os brasileiros unidos na defesa da verdadeira democracia, não recusamos assumir uma clara posição. Qualquer hesitação aproveita ao inimigo, de dentro ou de fora.

Diretor Responsável
OYAMA P. TEIXEIRA

★

Gerente
R. C. DE MEDEIROS

★

Redator Responsável
E. SIMAS PEREIRA

POLÍTICA DO ALGODÃO

◆ *Com o intuito* de abastecer sua indústria têxtil com algodão de procedência nacional vem a Argentina fomentando, mediante o amparo com amplos recursos, as plantações iniciadas e já bem desenvolvidas nas províncias do Chaco, Formosa, Missões, Catamarca, La Rioja e Corrientes, esperando que não esteja longe o tempo em que logre obter, de suas culturas, as 130.000 toneladas de fibra necessárias ao consumo de cada ano. Aquêle tempo remoto é apenas o ano de 1952.

O plano de auxílio para o corrente ano, divulgado por ocasião do "Cuarto Congresso Algodonero", realizado em Corrientes, prevê a aplicação de dez milhões de pesos, dos quais parte se destina a auxílios a algumas estações experimentais, construção de depósitos de desinfecção e à intensificação dos trabalhos de melhoria da produção.

Todo êste trabalho está acomodado nos limites de um plano iniciado em 1947 e que chegará ao seu término em 1951.

Serve esta notícia para mostrar mais uma vez a maneira como vimos reagindo atrasados aos problemas econômicos. Foi à custa de um intenso esfôrço de técnica agrícola que conseguimos elevar a produção algodoeira do Brasil, pondo o nosso país em condições de poder concorrer no mercado internacional com matéria prima de características nobres, a preços baixos. Mas, ainda em 1938, quando no Sul era ascendente a linha da produção, já no Nordeste a mesma sofria os primeiros embates, precisamente na região donde extraíamos o algodão de fibra mais longa. Era o comêço sorrateiro de um drama que viria se revelar mais fortemente a partir de 1944, época em que entrou em declínio a produção do maior centro algodoeiro do Brasil: São Paulo.

E, no entanto, São Paulo se fizera maior centro produtor em virtude do seu maior preparo técnico e científico, aliado aos recursos financeiros que lhe era possível mobilizar e mais à experiência colhida na longa tradição da grande lavoura do café. A luta do algodão em São Paulo não consistiu apenas em cuidar da terra e lançar as sementes para depois fazer a colheita; ela foi, antes, uma campanha de laboratório, vivida muito especialmente no Instituto Agronômico de Campinas, onde foram selecionadas qualidades excepcionais pela sua resistência, pelo volume da produção e pelas qualidades da fibra.

A partir de 1944 as safras de S. Paulo começaram a cair. Desde 1938 vinham caindo as safras do Nordeste, queda de que não nos apercebíamos porque as safras de São Paulo cresciam rapidamente. Por isto é que, somente depois de 1944, atentamos no caso do algodão. Mas então era ainda a guerra e tínhamos estoques que se vinham acumulando desde 1940 em virtude das restrições que o próprio conflito impunha ao comércio internacional e, sobretudo pela participação na luta contra as Nações Unidas, daqueles países que se haviam constituído no mercado por excelência do algodão brasileiro.

Como a fibra do algodão não é mercadoria facilmente deteriorável, não havia mal nenhum armazenarmos os saldos das safras, de vez que, terminada a guerra, haveria inusitada procura do produto, tal como realmente aconteceu. Foi em consequência daquela retenção de estoques que o finan

Desorganização

DENTRE uma intensa onda de boatos sôbre modificações nos mais altos postos da administração federal, surgiu a exoneração do engenheiro Renato Feio da direção da Estrada de Ferro Central do Brasil e a nomeação, para o mesmo cargo, do General Dorival da Silva Brito, que desde alguns anos vinha exercendo idêntica função na Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, ao passo que se anuncia a ida do antigo diretor da Central para a Santos-Jundiaí. São cargos de confiança e o seu preenchimento é da alçada do presidente da República, não passando tais atos, por conseguinte, de mera rotina administrativa.

À margem disto, porém, semelhantes modificações causam transtôrnos que o público está longe de imaginar; a simples mudança de um diretor de serviço cria, instintivamente, um momento de expectativa que dura desde o anúncio da provável saída até depois da consumação da posse do novo diretor, o tempo suficiente a que o mesmo tome conhecimento dos problemas que lhes chegam com a nova função e organize de forma definitiva o seu quadro de homens de confiança.

Ora, no domínio do serviço público as emprêsas de interêsse público têm, naturalmente, programas de obras em execução, e orientação administrativa que não raro são condicionadas ao espírito de organização ou mesmo à escola do dirigente. A própria Central do Brasil, que no tempo do Sr. Alencastro Guimarães era administrada segundo o princípio da descentralização, constituindo cada ramal, por assim dizer, uma emprêsa independente, restando ao diretor geral a função de coordenar estas diversas organizações num sistema combinado, sob a direção do engenheiro Renato Feio enveredou pela centralização de serviços, sistema que vem durando há dois anos; neste espaço de tempo foram iniciadas ou retomadas com maior vigor grandes obras, dentre as quais avultam o novo ramal Rio-São Paulo, o desenvolvimento dos planos de eletrificação, o reequipamento do material rodante. Para a manutenção de tudo isto e mais para assegurar o curso dos serviços normais, há tôda uma complicada rêde de departamentos e serviços, cada um dêles dirigido por um técnico ou simplesmente por um homem de confiança do diretor. A perspectiva de mudança do diretor geral implica na tácita mudança ou pelo menos é de crer que nela implique, o que impõe um esfôrço de liquidação e disposição de coisas para a transferência de bastões de comando a possíveis substitutos.

Tudo isto acarreta uma desorganização que redunda em prejuízos de tôda sorte. O que seria de desejar é que a escolha dos homens para tais postos tivesse um caráter mais permanente, de maior estabilidade, a fim de evitar que estivessem tais coisas acontecendo freqüentemente, como temos assistido nestes últimos anos, a ponto de se dizer que sob a ditadura as coisas eram mais duráveis e os homens menos transitórios.

Capitais Privados

NA discussão sôbre o petróleo está o país decidindo um dos passos mais sérios a serem tomados no caminho da participação do capital estrangeiro na dinamização dos nossos imensos recursos naturais. Sendo o petróleo um dos fundamentos da nossa independência econômica, e o mais poderoso dos elementos que contamos para uma modificação substancial do nível brasileiro de vida, é justo que meditemos antes de avançar. O encaminhamento, todavia, da vida político-econômica internacional, sempre de notável influência na vida nacional, está a nos indicar que não sòmente no caso do petróleo, mas em todo o panorama econômico brasileiro é da maior importância a imediata adoção de uma atitude quanto à participação de capitais privados.

Falando sôbre o petróleo, o deputado Juracy Magalhães teve uma frase muito feliz ao assinalar que não existe para nós um problema esparso de petróleo, mas um problema nacional de subconsumo, de produção inferior, de ausência de transportes, de falta de saúde pública, de educação, etc. Acentuou, igualmente, que o petróleo na atual conjuntura não é só uma questão econômica mas também um sucesso político ao qual prestam muita atenção os inimigos da democracia que fundam seu combate no desespêro das massas empobrecidas.

Ora, sendo verdadeiro o quadro exposto pelo deputado udenista, e tendo o Brasil que decidir sôbre o seu petróleo como ponto de partida para uma renovação econômica sob a égide democrática que beneficie o povo, lógico que terá de atender a variados aspectos do aproveitamento dos recursos naturais. Para êstes é que se tornam indispensáveis os capitais estrangeiros.

Assim que enunciou seu plano de proteção aos países europeus devastados pela guerra, o Secretário Marshall manifestou a impossibilidade dos Estados Unidos atenderem igualmente a Europa e o continente americano, ao qual foi dada a categoria de segunda linha de defesa da democracia. Para êste seria encaminhado preferentemente o capital privado, que logo exigiu garantias firmes quanto a igual tratamento dispensado aos nacionais e retribuição em caso de expropriação. As nações latino-americanas não se mostraram satisfeitas, surgindo numerosas réplicas por parte de governos e entidades particulares, manifestadas notadamente nas reuniões do Rio e de Bogotá, levando, finalmente, o Presidente Truman a solicitar do Congresso americano uma verba de quinhentos milhões para assistência direta, em forma semelhante à do Plano Marshall. Isto aliviou um pouco o ambiente, embora ficasse claro que os Estados Unidos persistiam, tanto quanto possível, no seu ponto de vista. E em Bogotá as nações latino-americanas acabaram por conceder aos capitais privados aquelas garantias acima citadas.

Por outro lado, por ocasião da visita do presidente do Banco Internacional a vários países americanos, inclusive o Brasil, se assinalou que a importância maior não estava em negócios bancários imediatos, mas no conhecimento de possibilidades ao emprêgo de capitais privados, já que abrir caminho para êles seria sua principal missão.

Sôbre a inversão de capitais particulares temos, tudo indica, de decidir logo e com segurança, uma vez que é do nosso interêsse atraí-los.

---

ciamento do algodão teve de ser deslocado do âmbito das firmas privadas — exportadoras, beneficiadoras e mesmo do pequeno comércio das áreas produtoras — para o Banco do Brasil.

Terminada a guerra subiram os preços do algodão e os estoques que tínhamos acumulado encontraram rápida saída; mas em compensação alguma coisa andava mal pelo outro setor: a produção caía, em volume de safra, a produtividade por área e as características nobres da fibra sofriam também: diminuía o comprimento e a resistência.

Foi em fins de 1946 que O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO promoveu a realização, em S. Paulo, de uma mesa redonda do algodão, tendo a mesma sido patrocinada pela Secretaria da Agricultura, à frente da qual então se encontrava o Sr. Malta Cardoso. A iniciativa despertou o maior interêsse e o que devia ser apenas uma conversa de algumas horas tornou-se num debate que durou das oito da manhã às sete horas da noite, tendo contado com a presença de um ex-ministro da Agricultura, ex-secretários da Agricultura, professôres, técnicos, exportadores, maquinistas, industriais, representantes de associações rurais, da Bôlsa de Valores, de estradas de ferro, etc. Sem paixão, passou-se em revista todos os aspectos do problema; discutiu-se tudo que seria possível discutir em tôrno do algodão e a Secretaria da Agricultura de São Paulo deve ter recolhido daquela reunião um mundo de sugestões. Que foi feito com tudo isto?

Em 1947, considerando que a situação do mercado se havia normalizado, o Banco do Brasil suspendeu o financiamento. A colheita continuou em declínio e depois de haver atingido safra de cêrca de 400 mil toneladas, por volta de 1944, em 1947 São Paulo ficou abaixo de 100 mil, com uma produção inferior às suas próprias necessidades. O Instituto Agronômico de Campinas parece que sofreu um colapso no seu ritmo de trabalhos, em virtude do mau vêso muito arraigado entre nós das constantes modificações na estrutura do serviço público, que não poupa sequer os setores técnicos e industriais.

Agora, em 1948, dá-se num novo alarme, porém de caráter construtivo e nacional. Depois de longos estudos os técnicos do Ministério da Agricultura organizaram um plano básico para o reerguimento da lavoura algodoeira em todo o país; tal plano deverá ser adaptado e condicionado às circunstâncias peculiares em cada Estado ou zona e, conforme êste plano, deveremos empreender um trabalho de recuperação do qual estaríamos poupados se não houvêssemos, num determinado momento, abandonado o algodão à sua própria sorte. Em S. Paulo houve uma nova mesa redonda, intitulada a segunda em deferência a iniciativa anterior de O OBSERVADOR e temos aqui a satisfação de registrar que as conclusões a que então se havia chegado permanecem de pé, apenas com a diferença de que perdemos, no rol das coisas, apenas dois anos de tempo. Desde que se tome em conta o plano do ministério e as sugestões hauridas na reunião de São Paulo.

◆

PREÇOS ALTOS

Os preços alcançados pela safra de cacau que se finda provocaram uma verdadeira revolução no mercado sempre intranquilo dêste produto. Nunca

uma arrôba da amêndoa que é um dos maiores veículos nacionais de obtenção de divisas chegou a valer sequer duzentos cruzeiros, preços jamais sonhados. Êste ano, entretanto, foi a duzentos e cinquenta e até a um pouco mais. Em Ilhéus, capital do cacau, onde agora o mercado é livre, aconteceram as coisas mais estranhas à raiz de tão inesperado valor, e cobiça se acendeu em tôrno da próxima colheita.

O preço alto do cacau, porém, não pode ser tomado como um fenômeno passageiro. E a disposição de lavradores e exportadores, no sentido de mantê-lo a todo custo, é de chamar a atenção acauteladória das autoridades.

Não resta dúvida de que a alta se deve, em primeiro lugar, à perda quase total da colheita da Costa do Ouro, onde as pragas devoram os cacauais sem que os cientistas e homens do campo empenhados em seu combate logrem a menor vantagem. Com o aumento natural do consumo, notadamente nos Estados Unidos, e a diminuição de oferta do cacau africano, lógico que o produto baiano — o pilar mais sólido de sua economia — subiria. Um outro fator havia de ocorrer para tornar a oferta ainda menor: uma terrível sêca reduziu de pelo menos um têrço a safra do sul baiano.

O preço alto — e o preço do cacau foi propositadamente elevado — levou os interessados ao desejo de mantê-lo. Por efeito inverso, levou os consumidores a diminuírem suas compras e a procurarem em outras partes condições favoráveis para o plantio de cacauais com que se abasteceram no futuro.

De tudo podemos pintar, com tintas verazes, o quadro atual de um dos nossos principais produtos de exportação, aquêle de que somos o segundo produtor mundial: os plantadores e exportadores não desejam aumentar substancialmente a safra, o que exigiria trabalho e dinheiro, na suposição de que quanto menos cacau houver maior o seu preço; o americano já diminuiu o consumo de chocolate devido ao preço elevado do produto e está procurando inverter grandes somas no plantio de cacauais na Libéria e na Malaia, onde se espera excelente aclimatação da árvore amazônica.

Ora, em linhas gerais, o quadro, onde se revela a política suicida do brasileiro, é idêntico a outros que foram em outras épocas o princípio de desgraças econômicas históricas. O desejo de lucros extraordinários sem nenhum trabalho com produtos da terra levou Wickman a transplantar a heveas brasiliensis. A obstinação dos preços altos tem feito nascer e morrer, em rápidos fenômenos que não deixaram raízes econômicas de nenhuma espécie, várias culturas e indústrias extrativas.

Não será agora a melhor oportunidade para intervir e salvar o cacau ameaçado em plena euforia?

Sabemos que o cultivo do cacau ainda se faz de modo empírico. As boas terras do sul baiano quase dão de graça, sem retribuição apreciável, as árvores do cacau. Exigem apenas um roçado, uma limpa nem sempre rigorosa e um pouco de sombra. Delas o homem extrai uma fortuna, tanto que nem se abalança a plantar produtos de subsistência, preferindo importá-los.

Por que manter preços altos? O que lucraremos com êles?

Evidentemente, é insensata e nos conduzirá à ruína absoluta esta malfadada política de preços altos. Se o consumo fôr crescendo, os consumidores europeus e americanos não poderão ficar adstritos exclusivamente ao caríssimo cacau baiano. Apelarão para outras partes e acabarão por nos abandonar, pois o exemplo anterior é de que produtos nativos plantados e colhidos racionalmente acabam por destruir as plantas silvestres de onde se originaram.

O cacau não está livre disto. Melhor será salvá-lo, enquanto é tempo.

◆

FALÊNCIA

◆ *Houve* neste mês, um fato que ganhou projeção no noticiário jornalístico e em tôrno do qual desejamos fazer aqui alguns reparos. Trata-se da falência de uma casa bancária que, além de acarretar prejuízos para pequenos depositantes e firmas comerciais, arrastou na sua derrocada importantes recursos de uma organização autárquica, o Instituto de Resseguros do Brasil, com um crédito superior a um milhão e meio de cruzeiros. Tinha razões de sobra, se não objetiva pelo menos subjetivamente, o govêrno, quando há tempos expediu instruções para que fôssem centralizados no Banco do Brasil os recursos de tôdas as organizações dos Estado.

Analisando o caso em apreço temos então o seguinte: uma simples casa bancária, isto é, um estabelecimento de crédito de categoria primária, dêstes muitos que longe de enriquecer apenas avinagram o crédito, com um capital de quinhentos mil cruzeiros, tendo inclusive em situação irregular a sua constituição social, recebe de um instituto da responsabilidade e do alto conceito que realmente deve merecer o Instituto de Resseguros do Brasil, a confiança de um depósito que neste momento é definido, na classificação de credores para o processo de falência, como superior a um milhão e meio de cruzeiros.

O desenvolvimento do processo da falência em aprêço vem apontando uma série de graves irregularidades e uma destas é que, tendo se retirado do negócio um dos seus responsáveis, substituído naturalmente por um outro, não foram sequer feitas as alterações do contrato e a posição da referida casa bancária não se encontrava devidamente regularizada, conforme a legislação específica, no Ministério da Fazenda.

Nestas condições, é natural que o pequeno depositante, como o "chauffeur" de praça, credor de 180 mil cruzeiros, tenha se deixado lograr, de vez que a êle fogem, naturalmente, tôdas estas particularidades do negócio bancário, pois inclusive talvez nunca tivesse lhe passado pela lembrança a possibilidade de uma quebra ou mesmo a suspeição de que viesse a perder o seu dinheiro num negócio dêstes e assim sendo, nunca viria a curar do exame das condições legais e financeiras do estabelecimento a quem confiara o depósito dos seus haveres. E, assim sendo, sòmente em face da declaração do funcionário da firma insolvente, de que a mesma não dispunha de recursos para lhe pagar um cheque, é que surgiu a derradeira alternativa: procurar um advogado a fim de promover o único meio cabível: o pedido de falência.

O que não se compreende é que o Instituto de Resseguros do Brasil, tendo um depósito de semelhante vulto num estabelecimento de tão pequenas possibilidades, não acompanhasse de perto a evolução dos negócios da firma, que eram norteados por princípios bem pouco comerciais e bancários, como ressalta, para conhecimento de todos, dos depoimentos prestados em juízo pelos seus empregados, sobretudo pelo contador.

Comércio Exterior

NO duodécimo mês do ano passado, com um "deficit" de 343.350 mil cruzeiros, foi cortada a sequência de saldos parciais que desde agôsto vinha assinalando a balança comercial do Brasil. Contra a importação estimada em 2.253.511 mil cruzeiros antepusemos uma exportação que não foi além de 1.910.161 milhares; e o volume, que fôra de 591.789 toneladas para as mercadorias recebidas, mas embarcadas chegou a 390.667 toneladas. Com esta simples notícia encerramos o exame feito cada mês da evolução do intercâmbio comercial e abrimos espaço para uma vista de conjunto sôbre todo o ano de 1947.

Na crônica do comércio exterior é êle um ano que pode ser examinado sob novos ângulos. Último de um decênio contado a partir de 1938, no qual se acham compreendidos seis longos anos da guerra que atingiu todos os continentes, pode no entanto ser tomado como o primeiro, depois da paz, em que as relações econômicas entre os povos se desenvolveram com a intensidade geográfica daquele que foi o derradeiro de paz completa antes do conflito. Se então predominava, já, no comércio, a tensão que no ano imediato explodiria, neste último o que se teve mais em vista foi o desejo de recuperar o tempo perdido. À medida que se sucedem os ajustes entre os adversários de ontem e o comércio retoma os seus canais costumeiros, observa-se, pela comparação dos dois extremos — 1938 e 1947 — a nova caracterização dos valores, ditada de uma parte pela premência da procura em relação a uma capacidade produtora que nem sempre pode ser acrescida sem acarretar graves perigos para o futuro e, de outra parte, pela própria depressão que afeta tôdas as moedas.

Tais circunstâncias, é lógico, influem mais fortemente sôbre aquelas economias cujo teor de resistência se encontra ainda num estágio primário e onde elas haviam se manifestado no mercado interno antes mesmo que se pronunciassem as tendências externas, nos centros abastecedores de manufaturas e bens de produção, simultaneamente os que absorvem a produção de matérias primas e gêneros alimentícios.

Para o Brasil, particularmente, 1947 foi um ano que marcou a inversão dos têrmos da balança, que passaram a atuar de forma diversa da que predominara a partir de 1941, com saldos crescentes, atingindo seu ápice em 1946 quando o "superavit" montou a 5.200.798 mil cruzeiros. Semelhante transição não se processa sem acarretar sérias dificuldades para a vida nacional. Vimo-las experimentando desde o primeiro semestre do ano passado, quando foi adotado em caráter precário o regime da licença prévia, atualmente aceito em caráter definitivo mediante a lei n. 262, de que, na edição passada, nesta mesma seção, demos o texto. Foi já a evidência do "deficit" o que nos levara àquela medida e a sua efetivação, em 1948, é sobretudo definidora da luta pelo reequilíbrio da balança comercial, praticamente o único fator de que dispomos para a sustentação da balança de pagamentos.

DEVE E HAVER EM 1947

A importação, nos doze meses do ano próximo findo, atingiu a 7.154.174 toneladas, com um valor definido em 22.789.291 mil cruzeiros; a exportação, no mesmo período, foi de 3.781.453 toneladas estimadas em 21.179.413 mil cruzeiros. O "deficit" montou, por conseguinte, a 1.609.878 milhares de cruzeiros. A composição dos dois grupos, conforme as quatro classes da estatística oficial, foi a seguinte, conforme quadro I:

A distribuição geográfica do comércio, feita através dos continentes, no quadro II, serve especialmente para definir a importância do mercado americano, onde fazemos não somente o maior volume de trocas mas também onde se encontram as raízes do "deficit" indicado.

Dos países situados na América do Norte e Central recebemos 68,29% do total das importações, ao passo que êles absorveram apenas 40,60% do valor global das exportações brasileiras; nesta área, a mais predominante em nossas relações econômicas, os Estados Unidos se encontram como centralizadores não apenas das correntes de comércio brasileiras, mas das de todo o mundo. Somente êles forneceram 61,32% do valor total de nossas compras no ano próximo findo e receberam 38,79% das exportações, traduzidas estas percentagens, respectivamente, em 13.975.157 mil e 8.213.967 mil cruzeiros, donde se infere um "deficit" de 5.761.190 mil cruzeiros. Antilhas Holandesas, Canadá, México, Terra Nova e Trinidad foram outros mercados onde compramos mais do que vendemos; do primeiro e do último recebemos a maior parte dos derivados de petróleo que consumimos.

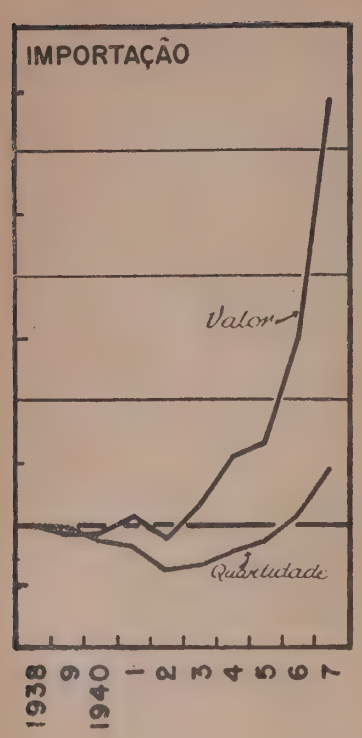
Na América do Sul o intercâmbio nos foi adverso apenas com o Chile, por uma diferença de 10.150 mil cru-

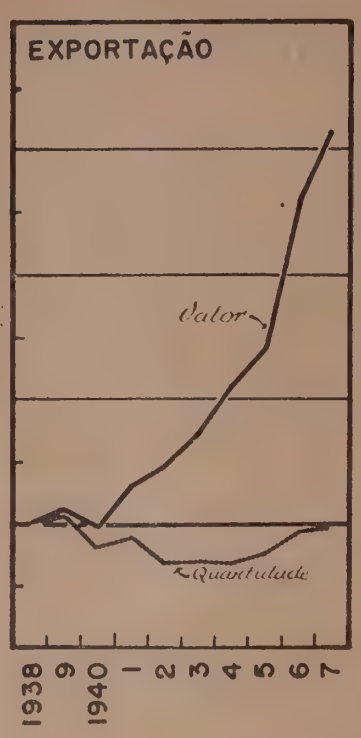
QUADRO I

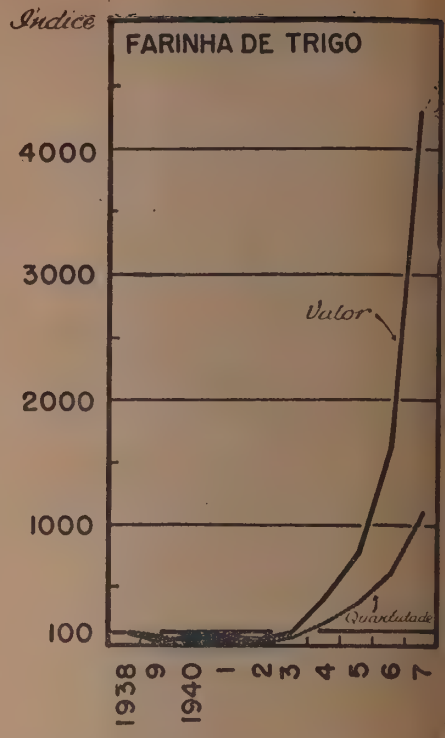
CLASSES	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Animais vivos	16.969	45.044	128	3.002
Matérias primas	4.935.201	4.961.482	1.784.784	8.259.003
Gêneros alimentícios	1.023.127	4.071.553	1.951.064	11.287.146
Manufaturas	1.188.877	13.711.212	45.477	1.630.262
TOTAL	**7.154.174**	**22.789.291**	**3.781.453**	**21.179.413**

QUADRO II

CONTINENTES	VALOR EM MIL CRUZEIROS		Saldo ou deficit
	Importação	Exportação	
Africa	155.237	791.302	+ 626.065
América do Norte e Central	15.562.420	8.597.806	— 6.964.614
América do Sul	1.824.318	2.967.127	+ 1.142.809
Ásia	99.350	928.069	+ 828.719
Europa	5.146.497	7.777.785	+ 2.631.288
Oceania	1.469	117.324	+ 115.855



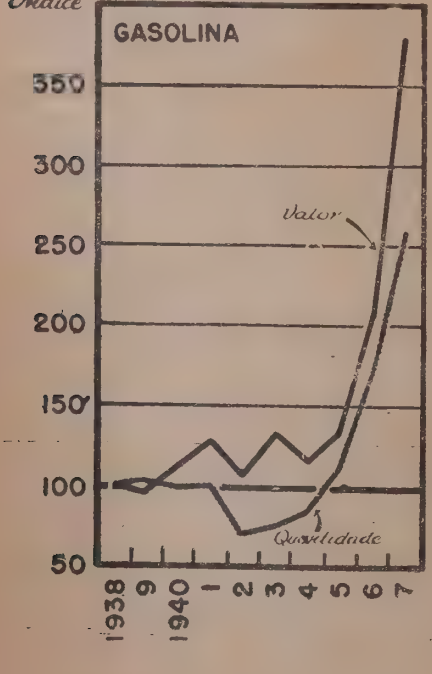


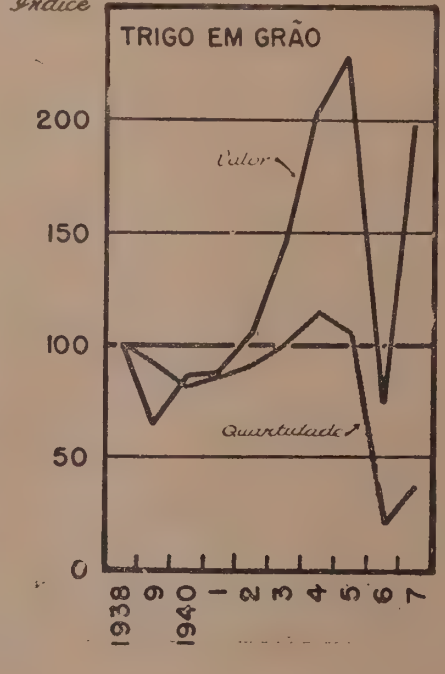


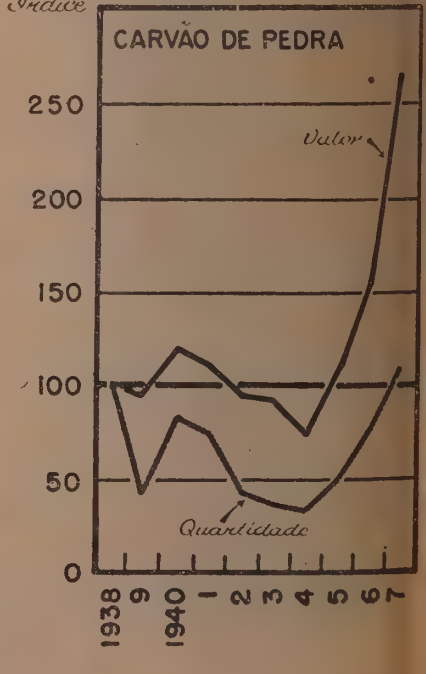
zeiros. A Argentina, o mais importante mercado desta parte do continente, recebeu mercadorias brasileiras estimadas em 2.003.711 mil cruzeiros (9,46% do total), tendo fornecido 6,41 por cento das importações (1.460.604 mil cruzeiros). O segundo mercado em importância foi o Uruguai, com quem fizemos um saldo de 315.435 mil cruzeiros, tendo recebido 1,69% das exportações e concorrido com 0,18 por cento das importações.

Foi com a Europa, sem dúvida, que desenvolvemos mais intensa movimentação comercial; de todos os mercados relacionados pelas estatísticas oficiais somente um não recebeu mercadorias brasileiras: Dantzig, ao passo que não recebemos importações de seis: Dantzig, Alemanha, Islândia, Iugoslávia e U. R. S. S.; o comércio com a Grã-Bretanha comportou exportações no valor de 1.651.612 mil e importações no de 1.548.026 mil cruzeiros, ou sejam 7,80 e 6.79%, respectivamente, dos totais de um e outro movimento; a União Belgo-Luxemburguesa colocou-se em segundo lugar, no Velho Mundo, quanto às exportações: 4,70 por cento do total, tendo concorrido com 2,37% das importações. França, Espanha, Holanda e Itália foram sucessivamente os outros grandes compradores de produtos brasileiros. E' de notar o recuo havido nas vendas à Itália, decorrente sem dúvida de até o momento não têrmos chegado a um ajuste econômiço com a nóvel república do Mediterrâneo; não obstante, as nossas compras de produtos italianos aumentaram consideravelmente. Singular também é o nosso intercâmbio com a Espanha, onde os saldos em nosso benefício vêm em crescendo.

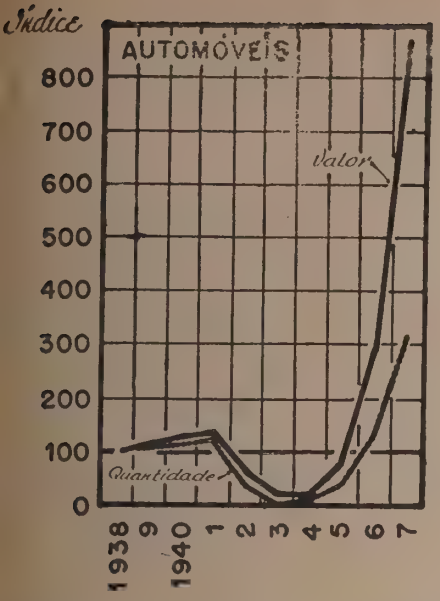
Na Ásia os negócios com a China, o mais importante cliente daquela área em virtude do afastamento do Japão, sofreram uma redução; as vendas desceram de 512.109 mil em 1946 para 312.341 mil cruzeiros em 1947; surgiram em compensação dois mercados

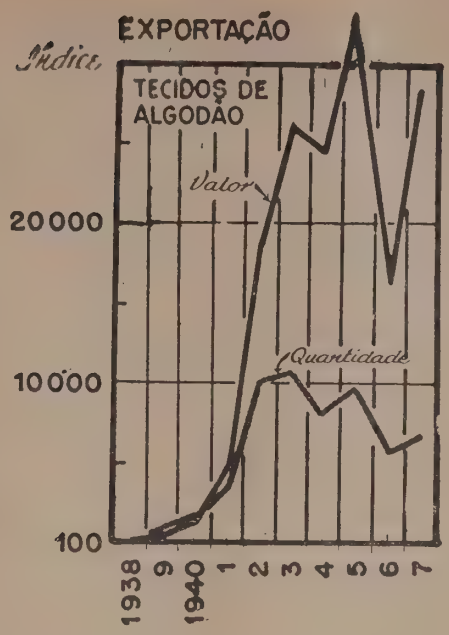


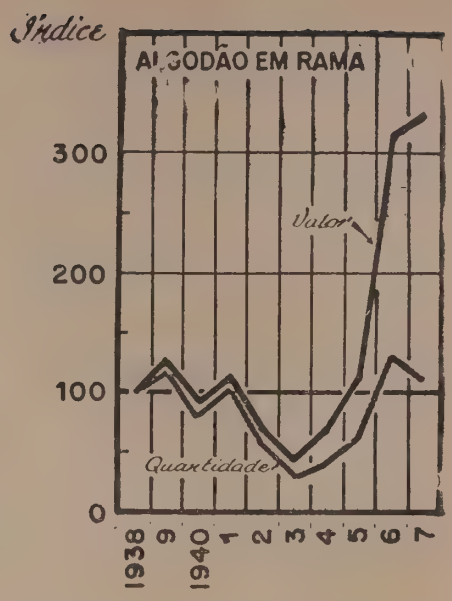




EXPORTAÇÃO







promissores: o Ceilão, que recebeu 179.704 mil cruzeiros e a Índia Inglesa com 109.129 mil cruzeiros de compras no Brasil.

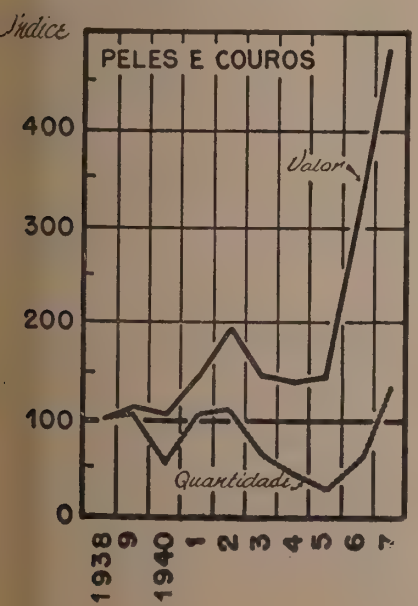
A União Sul-Africana foi o destino mais ponderável das exportações para o continente africano: 316.633 mil cruzeiros, vindo a seguir o Senegal com 160.311 e a Argélia com 100.135.

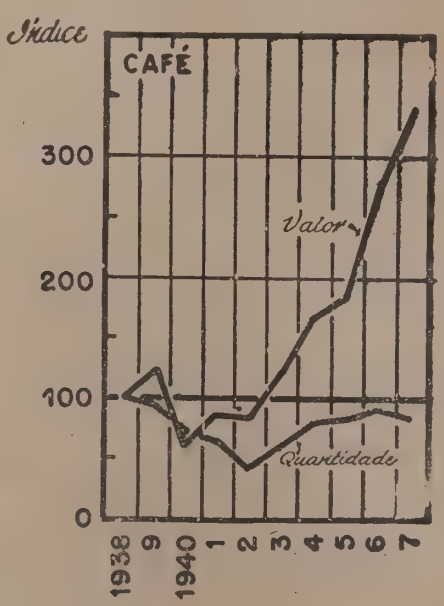
Na oOceania a Austrália nos comprou 115.271 mil e a Nova Zelândia 2.003 mil cruzeiros.

Indiscutivelmente, no sentido puramente geográfico, atingimos em 1947 uma extensão muito mais ampla do que aquela de 1938; se por um lado reforçamos a nossa posição na América Latina, por outro descobrimos novos centros de consumo sobretudo na África e na Ásia. A primeira das duas últimas regiões oferece possibilidades que não devemos desprezar, tanto em relação à distância em que nos encontramos da maioria dos seus mercados, como pelas condições da nossa própria indústria, por enquanto na fase de produção de artigos de qualidade inferior. E' conveniente não esquecer que foi à base de semelhante padrão de qualidade que o Japão logrou estender as suas correntes de comércio, trabalhando para mercados de baixo poder aquisitivo. E isto êle podia fazer não apenas em função do baixo preço de sua mão de obra, mas também em virtude dos recursos fabris de que dispunha.

O ano que passou, como êste que estamos vivendo, foi sem dúvida um ano de transição; não devemos, por isto, acreditar que seja possível manter os elevados níveis de preços ainda vigentes e com os quais perderemos um pouco da extensão que adquirimos. A êste respeito basta atentar que o volume de nosso comércio, em 1947, esteve ainda abaixo daquele de 1938, ao passo que o valor das vendas, no último ano do decênio, quadruplicou se comparado com o daquele.

Um outro aspecto a que não podemos fugir é o do contraste existente entre os dois movimentos: enquanto a exportação tende para maior diversidade de destinos, a importação se inclina pela contração. Os dez mercados mais importantes para a exportação concorreram com 77,85% do valor total das vendas em 1946 e 77,69% em 1947, sendo que os Estados Unidos desceram de 42,20% para 38,79%, ao passo que se reforçavam os negócios com a Argentina, União Belgo-Luxemburguesa, França, Espanha, Holanda e Uruguai e se contraíam com a Grã-Bretanha, Suécia e Itália. Enquanto isto, a importação procedente dos dez principais fornecedores evoluiu de 89,44% em 1946 para 92,40 em 1947. Apreende-se melhor a sig-





nificação dêste pormenor pelo exame dos dois quadros seguintes:

PRINCIPAIS MERCADOS DA EXPORTAÇÃO

PAÍSES	1946		1947	
	Valor em Mil Cruzeiros	% sôbre o total	Valor em Mil Cruzeiros	% sôbre o total
Estados Unidos	7.963.152	42,20	8.213 967	38,79
Argentina	1.362.579	7,48	2.003.711	9,46
Grã Bretanha	1.596.027	8,75	1.651.612	7,80
União Belgo-Luxemburguesa	783.423	4,30	995.198	4,70
França	377.678	2,07	753.461	3,56
Espanha	510.066	2,80	749.565	3,54
Holanda	529.485	2,90	707.854	3,34
Suécia	534.806	2,93	511.170	2,41
Itália	873.364	4,79	508.208	2,40
Uruguai	296.671	1,63	356.744	1,69

PRINCIPAIS MERCADOS DA IMPORTAÇÃO

PAÍSES	1946		1947	
	Valor em Mil Cruzeiros	% sôbre o total	Valor em Mil Cruzeiros	% sôbre o total
Estados Unidos	7.583.485	58,21	13.975.157	61,32
Grã Bretanha	1.034.666	7,94	1.548.026	6,79
Argentina	1.019.935	7,83	1.460.604	6,41
Antilhas Holandesas	493.354	3,78	972.407	4,27
Suécia	381.767	2,93	660.332	2,90
União Belgo-Luxemburguesa	165.620	1,27	540.612	2,37
Suiça	373.699	2,87	532.746	2,34
França	126.615	0,97	492.414	2,16
Itália	131.606	1,01	441.799	1,94
Canadá	342.094	2,63	434.205	1,90

Deslocando o exame do critério puramente geográfico para o dos produtos negociados, vamos ao encontro de novos aspectos do intercâmbio comercial, que traduzem claramente as condições de vida e os interêsses econômicos momentâneos.

COMPRAMOS E VENDEMOS

Importamos, em 1947, 66.098 automóveis de tôda espécie, perfazendo uma importância de 2.159.878 mil cruzeiros. Êste é o item mais importante registrado pelas estatísticas. De tudo aquilo que se pudesse incluir como reequipamento ou material em uso reclamando urgente substituição, foi sem dúvida êste um dos que se tornou mais fácil adquirir e como, não obstante as restrições teóricas, foi relativamente fácil trazer automóveis para o Brasil, entraram no país, no ano passado, mais do triplo dos veículos adquiridos em 1938. Havia, em 1947, um mercado em potencial muito grande, de vez que muita gente reservou dinheiro, ganho nos bons anos anteriores, para a aquisição do seu carro. E' uma pena, porém, que não tenhamos a discriminação do que, naquele total, é automóvel de passageiros, o que seja caminhão, auto-ônibus, ou outros veículos a motor de explosão.

Em segundo e terceiro lugar estão, respectivamente, a farinha de trigo e o trigo em grão, a primeira com 1.431.798 milhares e o segundo com 1.057.772 milhares de cruzeiros; somados os dois produtos, temos um total de 2.489,570 mil cruzeiros e foi isto o quanto despendemos para comer pão e outras massas. A farinha de trigo, que era um produto de importância secundária, passou a avultar em nossas compras a partir de 1944, não obstante neste ano havermos recebido a maior quantidade de trigo em grão do decênio 1938-47: 1.200.000 toneladas. Com o declínio dos suprimentos do trigo em grão — 1.090.327 toneladas em 1945, 211.636 em 1946 e 363.292 em 1947 — as compras de farinha cresceram, elevando-se porém muito mais no valor do que propriamente no volume.

Um item merecedor de especial atenção é o da importação de gasolina. Não obstante as ameaças de racionamento que pesam sôbre o consumidor, estamos recebendo hoje quase três vêzes mais de combustível do que em 1938, ano em que foram desembarcadas 361.337 toneladas contra 932.916 desembarcadas em 1947. Responde em parte por semelhante acréscimo o desenvolvimento havido na aviação, tanto comercial, como militar e mesmo esportiva, além do grau de crescente mecanização das fôrças armadas. A importação de gasolina custou ao Brasil, em 1947, a importância de 668.433 mil cruzeiros. Um outro combustível ocupa o quarto lugar dentre os produtos mais ponderáveis: o carvão de pedra. Conquanto a produção nacional haja crescido muito nestes últimos anos agora, com o restabelecimento do intercâmbio, a tonelagem importada se acha em nível superior ao de 1938: 1.381.523 contra 1.531.111 toneladas. Desde que sejam definidos os interêsses inglêses e americanos no sentido da troca de carvão por minério de ferro, é possível que o volume da importação venha a crescer ainda mais, de vez que o consumo nacional comporta suprimentos maiores.

A aquisição de acessórios para automóveis é o produto seguinte por ordem de valor: 572.899 mil cruzeiros e logo a seguir vêm os óleos combustíveis (Fuel e Diesel) com 454.753 mil cruzeiros.

Fazendo o destaque das compras de petróleo e derivados verificamos que o nosso dispêndio com o grupo foi de 1.471.127 mil cruzeiros, conforme a discriminação seguinte:

Gasolina	668.433
Óleos e lubrificantes	454.753
Óleos para fabricação de gás	5.568
Óleos refinados lubrificantes	241.188
Petróleo em bruto ou crú	4.588
Querozene	99.097

Se a êste grupo reunirmos o valor das importações de carvão de pedra e coque, respectivamente, 592.429 e 34.819 mil cruzeiros, teremos um total geral de 2.097.477 milhares de cruzeiros despendidos em combustíveis apenas num ano.

Sob a rubrica de embarcações e acessórios encontramos 453.939 mil cruzeiros. O que vem a seguir é "aparelhos de rádio para uso doméstico, rádios-vitrola e acessórios", com um valor de 430.438 mil cruzeiros. Esta foi uma outra classe de mercadorias para a qual não encontramos dificuldade na aquisição, mas que infelizmente não podemos incluir como sendo coisa essencial.

O décimo produto mais importante foi celulose para fabricação de papel: 371.587 mil cruzeiros. Procedendo a uma extensão da lista, teríamos a seguir: cutelaria, ferramentas e utensílios; frutas de mesa; bebidas; aparelhos físicos e científicos; fôlha de Flandres; geradores e motores elétricos; vagões para estrada de ferro.

Passando da importação à exportação encontramos o café numa posição inferior à de 1938, quanto ao volume (14.830.064 contra 17.112.524 sacos) ao passo que o valor foi triplicado: 2.296.110 mil em 1938 contra 7.755.099 mil cruzeiros em 1947. O algodão, em segundo lugar, aproxima o seu valor da metade do valor das vendas de café: 3.076.205 mil cruzeiros em 1947, sendo o volume ligeiramente superior ao de 1938, porém bem mais inferior ao de 1946.

Os embarques de tecidos de algodão foram na ordem de 16.678 toneladas (247, apenas, em 1938), chegando o valor a 1.252.587 mil cruzeiros; depois de têrmos logrado vender 26.434 toneladas em 1943, entramos indiscutivelmente na fase da depressão, não obstante estarem os tecidos brasileiros presentes em 30 mercados.

O cacau em amêndoas foi o quarto produto, representado por um valor de 1.047.731 mil cruzeiros para um volume de 99.041 toneladas, quase 30 mil a menos do que em 1938, porém quase cinco vêzes a mais no valor. De peles e couros foram embarcadas 75.228 toneladas no valor de 1.002.697 mil cruzeiros. As vendas de madeiras subiram a 978.173 mil cruzeiros; as de arroz a 682.524 mil; de mamona, 1.618.902 mil; cêra de carnaúba, 383.779 mil; fumo, 376.647 mil cruzeiros.

Êste simples relêvo deixa à vista a característica fundamental do nosso comércio exportador, repousando em matérias primas e gêneros alimentícios embarcados na sua maior parte "in natura" ou depois de um sumário processo de beneficiamento.

LIÇÃO DA DISTÂNCIA

Os gráficos que ilustram estas páginas são todos êles alusivos ao decênio de 1938-47, compreendendo cinco produtos principais da importação e outros tantos da exportação, tomando o último ano do período como referência para escolha; um gráfico retrospectivo da importação e da exportação e um outro gráfico de conjuntura. Para êste breve retrospecto tomamos 1938 como índice igual a 100.

Assim considerando o volume global da importação, evoluímos até atingir 145 no ano passado; sete anos, porém, nos situamos abaixo do índice básico: de 1939 a 1945. Partindo das 4.913.170 toneladas aqui chegadas em 1939, chegamos às 7.154.174 do ano passado. Quanto ao valor, partindo de 100 em 1938, chegamos a 438 em 1947; em três anos estivemos abaixo do índice básico: 1939, 1940 e 1942. Descontada a relação entre o crescimento do volume e do valor, resta uma margem de encarecimento de 293 pontos, devida especialmente aos dois últimos exercícios. O valor das

COMÉRCIO EXTERIOR

(Resumo do período de janeiro a dezembro de 1946/47)

IMPORTAÇÃO

MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947	1946	1947
Janeiro	300.653	519.550	711.776	1 615.509
Fevereiro	341.269	589.088	875.244	1.642.360
Março	361.272	563.201	967.563	1.620 527
Abril	581.715	650.446	1.126.279	2.255.823
Maio	282.214	852.570	871.460	2.366.472
Junho	383.229	526.201	1.056.272	2.074.594
Julho	381.323	622.234	1 085.157	2.152.920
Agôsto	511.057	608 705	1.186.591	1.589.976
Setembro	446.158	595.383	1.168.007	1.755.734
Outubro	324.649	613.548	1.074.184	1.983.793
Novembro	437.784	441.459	1.214.741	1.578.972
Dezembro	710.059	591.789	1.691.460	2.253.511

EXPORTAÇÃO

MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947	1946	1947
Janeiro	233.256	334.712	1.115.538	2.125.937
Fevereiro	270.677	265 154	1.195.105	1.564.470
Março	266.525	314.729	1.480 495	2.123.003
Abril	301.421	216.872	1.495.363	1 350.606
Maio	396.250	219.221	1.558.979	1.327.088
Junho	265 292	297.050	1.262.573	1 638.648
Julho	347 366	266.651	1.732.020	1.640.220
Agôsto	382.404	355 783	1.804.738	1.847.973
Setembro	354.079	345.598	1 543.501	1.936.776
Outubro	321.763	408.667	1.689 573	2.072.004
Novembro	328.879	379.375	1.694.375	1.646.404
Dezembro	295.210	390.667	1.657.085	1.910.161

RESULTADO

MESES	VALOR — Cr$ 1.000	
	1946	1947
Janeiro	+ 403.762	+ 510.428
Fevereiro	+ 319.861	— 77.890
Março	+ 512.933	+ 502.476
Abril	+ 369 084	— 905.217
Maio	+ 687.519	— 1.039.386
Junho	+ 206.301	— 435.944
Julho	+ 647 049	— 511.800
Agôsto	+ 618 147	+ 257.997
Setembro	+ 375 494	+ 181 042
Outubro	+ 615.389	+ 88.211
Novembro	+ 479 634	+ 67.432
Dezembro	— 34.375	— 343.350

importações em 1938 foi de 5.195.570 mil cruzeiros e, em 1947, como já vimos, atingiu a 22.789.291 mil cruzeiros.

Mas o estudo revela maior gravidade é por certo no desenvolvimento da exportação. Considerando 1938 igual a 100, somente um ano, nos dez, o volume de mercadorias embarcadas situou-se acima dêste nível: 1939; em compensação, o valor, partindo de 100 em 1938, atingiu 413 em 1947 e somente um ano esteve abaixo do nível básico: 1940. A diferença aqui, entre os dois movimentos, é de 317 pontos, margem de encarecimento real dos preços para o mercado externo.

JANEIRO, 1948

Temos em mão, já, os números relativos à importação e exportação no correr de janeiro de 1948. Enquanto as vendas se elevaram a 1.615.960 mil, as compras se situaram em ..... 1.400.228 mil cruzeiros, registrando-se um saldo de 215.732 milhares de cruzeiros. O volume importado atingiu a 413.014 toneladas e o exportado a 336.587 toneladas. Comparando êstes números com os de janeiro do ano passado encontramos uma importação inferior, no ano corrente, de 106.536 toneladas e 215.281 mil cruzeiros; e uma exportação superior de 1.875 toneladas e inferior de 509.977 mil cruzeiros.

Conquanto os resultados do primeiro mês do ano não permitam qualquer previsão é de todo modo interessante fixar alguns dos aspecos de intercâmbio em janeiro. Na importação, por exemplo, o trigo em grão reocupou o 1.º lugar de onde se encontrava afastado há muito tempo; a sua participação foi de 132.287 mil cruzeiros; em segundo lugar estão os automóveis para passageiros (o grupo foi desdobrado), com 104.934 mil; em terceiro, a gasolina, com 53.733 mil; em quarto os óleos combustíveis (Fuel e Diesel), com 51.275 mil e somente em quinto lugar está a farinha de trigo, com 43.608 mil cruzeiros.

A disposição estatística dos produtos — na exportação — sofreu uma série de ampliações mediante o desdobramento de algumas classes de produtos, o que facilita muito o seu estudo. Assim, depois do cimento, em sexto lugar com 42.000 mil cruzeiros, vamos encontrar "máquinas e aparelhos para indústria têxtil" com 36.550 mil e logo a seguir "outros acessórios para automóveis" (com a exclusão de chassis que constituem grupo a parte), com 27.419 mil cruzeiros; o nono lugar coube a "cutelaria, ferramentas e semelhantes" com 21.601 mil e em décimo lugar "soda cáustica" com 21.375 mil cruzeiros.

Na exportação, depois do café que figura com 708.184 mil cruzeiros, vêm: algodão em rama, 133.733 mil; cacau em amêndoas, 122.205 mil; arroz, 88.419 mil; milho, 68.472 mil; madeiras, 67.426 mil; mamona, 51.299 mil; peles e couros, 50.986 mil; cêra de carnaúba, 42.565 mil e somente no décimo lugar surgem os tecidos de algodão com apenas 35.280 mil cruzeiros.

Era nosso intuito comentar nesta seção com mais amplitude a instituição do regime da licença prévia, à vista da regulamentação dada à lei n.º 262, que divulgamos na íntegra na edição anterior. Infelizmente temos de adiar o intento para a próxima edição dada a limitação do espaço disponível, no presente número, para a seção dedicada ao comércio exterior.

Detalhe por detalhe a **SHEAFFER**

satisfaz mais ao seu possuidor!

Examine uma caneta SHEAFFER. Escreva com o modelo CREST "Triumph" Deluxe e verifique como se adapta à sua mão, como o seu equilíbrio é perfeito, como suave, rápida e silenciosamente ela desliza pelo papel.
Observe sua beleza de jóia, a par de uma vigorosa construção. Faça todas as comparações que desejar, com outras canetas e, após comparar — detalhe por detalhe — adquira uma SHEAFFER! A sua posse o encherá de orgulho. A lapiseira "Finelne", de ponta de manga, que reduz as quebras das grafites, é vendida também isoladamente.

SHEAFFER'S "TRIUMPH" CREST DELUXE:
Caneta: Cr$ 525,00
Lapiseira: Cr$ 18 ,60
Jogo: ..... Cr$ 7.5, 0

A Pena SHEAFFER. Cilíndrica, com ponta de irídio e platina na ranhura. Tem maior quantidade de ouro de 14 k que qualquer outra pena. SHEAFFER é a melhor caneta que o seu dinheiro pode adquirir.

SHEAFFER'S

Representantes exclusivos no Brasil: M. AGOSTINI & CIA. LTDA.

Matriz e posto central de consêrtos: Av. Pres. Vargas, 502 - 11.º - RIO

No País do Vinho do Pôrto

Valdemar Valente

DEVE-SE a um escritor português de muito bom gôsto, não sei se da geração nova, a tradução de um velho livro inglês, realmente delicioso, publicado em Londres em 1880 e ainda hoje de um vivo interêsse documentário. O escritor português é o Sr. Mário Bernardes Pereira e o livro é o *Facts about Port and Madeira*, trazido ao nosso idioma sob o título de *No País do Vinho do Pôrto*. O autor, um velho inglês, Henry Vizetelly. Colaborador da "Pall Mall Gazette" e perito em matéria de vinhos, andou meio mundo, visitou as principais regiões vinícolas e registrou suas impressões numa série de crônicas "duma veracidade miudinha", como diz o tradutor, "denunciando sagacidade, preparação técnica, espírito de observação". Denunciando, antes de tudo, um encantador "sense of humour".

Depois de muito peregrinar pelos vinhedos da Europa Central, provando naturalmente os melhores produtos e aferindo das melhores marcas, Vizetelly foi, afinal, conhecer a área famosa do Pôrto e do Madeira. Não sozinho, mas acompanhado do filho rapaz, Ernest, desenhista que parece ter herdado do pai o gôsto da minúcia. Daí o fato de ter sido sua estirada reportagem enriquecida com uma primorosa coleção de gravuras.

Muito da vida portuguêsa, particularmente do ecúmeno vinhateiro de Portugal, foi fixado, com britânica fleuma e paciente fidelidade, pelo curioso viajante, a cujo olhar atilado parece não ter escapado nada de importante de tudo o que viu naquele país. O testemunho que o velho deixou, em suas crônicas, confirmado, em parte, pelo do filho, em seus desenhos, consitui um documento nestimável sôbre a tradição do bom vinho lusitano.

Vizetelly viu uma época de Portugal econômico, fixando peculiaridades do meio, focalizando costumes e recortando o perfil geográfico de uma vasta área cultural. Não que pretendesse propriamente fazer isso: o que quis, na realidade, foi apenas contar aos seus leitores da "Pall Mall Gazette" a história de sua vagabundagem pelo interior de Portugal e transmitir-lhes grata impressão de seu contato com a gente da terra.

Os dois Vizetelly percorreram demoradamente os caminhos que cortavam os vinhedos do Pôrto e do Madeira, observando problemas, até os mais miúdos e insignificantes, da produção e do comércio do vinho; desde os problemas da filoxera na plantação até os da colocação do produto no mercado. Cada visita que êsses turistas faziam a uma quinta era para inspecionarem tudo e a seguir registrarem em notas escritas e desenhos os aspectos locais com extrema fidelidade. O sociólogo encontrará, como o economista, e como, afinal de contas, o leitor desinteressado, material excelente nesse livro de impressões, só agora vertido para o vernáculo.

A cultura do vinho em Portugal teve, em 1887, o seu cronista ideal: um cronista de bom feitio inglês, cioso do seu "fair play", levemente sibarita pela sua manada do bom vinho capaz de prestar um depoimento como o que prestou. Aliás, dois cronistas, ambos gualmente rigorosos e exatos — um escrevendo, outro desenhando. Um completando o outro, nunca corrigindo, está claro. E êsse livro magnífico que é *No País do Vinho do Pôrto* nos oferece, dessa forma, uma viva imagem, não só da cultura do vinho português, como do próprio espírito inglês, que os dois Vizetelly tão bem refletem.

PUBLICAÇÕES DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

PARA estimular o gôsto pelos estudos especializados sôbre assuntos de economia, a Fundação Getúlio Vargas, que se propõe a executar um largo programa de ação — vamos dizer — universitária, mantém regularmente duas publicações recomendáveis, sob quaisquer aspectos. São elas a "Revista Brasileira de Economia" e a "Conjuntura Econômica", ambas sob a direção técnica e a responsabilidade do Núcleo de Economia daquela instituição.

Podem essas publicações representar importante papel na formação intelectual de uma geração, tal a seriedade da orientação a que obedecem e o espírito de pesquisa que predomina entre os seus redatores e colaboradores. E isso é de louvar, sobretudo, à vista da falta de periódicos de tal natureza em nosso país. Com êsses instrumentos eficazes de difusão cultural, a Fundação Getúlio Vargas está contribuindo para o melhor preparo de tôda uma equipe de especialistas em trabalhos de prospecção econômica e assim realizando, nesse particular, a obra cuja execução lhe cabe.

O último número da "Revista Brasileira de Economia", correspondente a dezembro de 1947, publica, entre

outras coisas, a primeira parte de um excelente trabalho do Sr. Antônio Dias Leite Jr. sôbre a renda nacional. Quis o autor oferecer uma visão de conjunto sôbre o problema e indicar como tem sido encarado e resolvido nos países mais adiantados, a fim de que com as conclusões daí resultantes se possa abordar o cálculo no Brasil. E êsse objetivo foi alcançado, tal a segurança com que o Sr. Antônio Dias Leite Jr. aborda a matéria, cuja importância não precisa ser aqui ressaltada.

Além de notas bibliográficas, a "Revista" ainda divulga os seguintes estudos: "A Moeda de Ação Indireta e a Taxa de Juros", de Eugênio Gudin "Haverá Depressão nos Estados Unidos?", de Gottfried Haberler, e "Karl Marx", de Daniel Villey.

"Conjuntura Econômica", que é um boletim mensal, tem como diretor o Professor Richard Lewinsohn e como redator-chefe o Eng. Américo Barbosa de Oliveira — nomes que, sem dúvida, representam uma fiança. Em suas páginas são divulgados estudos sintéticos sôbre aspectos principais da economia e das finanças do Brasil e de outros países. No número que temos à mão, relativo a janeiro, há a destacar um trabalho especial, sôbre taxas de juros. Mas de seu sumário constam outros de grande interêsse: preços de café, preços de madeira de pinho; lucros e perdas nas indústrias metalúrgicas, de mineração, de energia elétrica, de alimentação e outras; movimento ferroviário nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; poder aquisitivo das exportações; emissões de capital, a inflação na América Latina; e renda nacional e orçamento da França.

As conclusões de um estudo sôbre o índice de negócios em nosso país parece-me que estão a merecer atenção especial. Segundo êsse trabalho, a conjuntura econômica no Brasil, no início de 1948, caracteriza-se pelo seguinte:

I — A safra dos principais produtos agrícolas, à exceção do algodão, foi boa e permitirá satisfazer a uma intensa demanda, não havendo motivo para recear pressão sôbre os preços por parte da oferta.

II — A produção industrial continua, sem grandes alterações, a manter o nível atingido no fim da guerra. Delineia-se, entretanto, em certos setores, uma tendência crescente, notadamente na indústria de energia elétrica.

Revista das Revistas

TRABALHOS de interêsse publicados em números recentes de revistas nacionais: "Sugestões para o estudo de uma reforma agrária", Plínio de Oliveira Adams, "Capitais norte e sul americanos", Cristóvão Dantas, in *Economia* (março); "Verdadeiro sentido da economia popular", Omer Mont'-Alegre, in *Revista Bancária Brasileira* (março); "A reavaliação do ativo das emprêsas", Aldo M. Azevedo, in *Revista de Organização Científica* (fevereiro); "O comércio colonial: As companhias de comércio", M. Diegues Jr., "Aspectos do velho Rio de Janeiro Colonial", Gastão Cruls, in *Revista do Comércio* (dezembro); "O Custo da Vida", Richard Lewinsohn, in *Revista do Serviço Público* (fevereiro); "Indústria e protecionismo", Nelson Werneck Sodré, "A indústria e a evolução demográfica de São Paulo", Barros Ferreira, "A indústria paulista no comêço do século", Heitor Ferreira Lima, "Fabricação de chapéus", reportagem, in *Revista Industrial de São Paulo* (dezembro); "O Problema dos transportes no Brasil", General Juarez Távora, "Solução do maior problema econômico-social do hinterland brasileiro", Dep. Jales Machado, "Novos rumos da política rodoviária brasileira", Maurício Joppert da Silva, in *Rodovia* (janeiro).

Outras indicações relativas a artigos insertos em periódicos estrangeiros: "La economia y la cultura continental ante nuestros ejecutivos nacionales", Pastor del Rio, "La unificacion monetaria controamericana", Napoleón Viera Altamirano, "La politica agrocla em Mexico", Marte R. Gómez, in *America*, de Cuba (dezembro); "Théorie du capital et théorie de la production", Friedrich A. Lutz, "Les statistiques de la consomation et de l'investissement en Grande-Bretagne", Paul Chamley, in *Économie Appliquée*, da França (jan.-mar.); "Innovations et suggestions économétriques", Victor Rouquet la Garrigue, in *Journal de la Société de Statistique de Paris* (fevereiro); "El desarrollo industrial en América Latina", Carlos Moyano Llerena, in *Revista de Ciências Económicas*, da Argentin (agôsto); "México y su pensamiento económico", José Attolini, in *Revista de Economia*, do México (janeiro); "Consideraciones sobre la economia del Peru de Post Guerra", Dr. Emilio Romero, in *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Comerciales*, do Peru (dezembro); "Ricostruzione europea e problema coloniale", Gennaro Mondaini, in *Rivista di Politica Economica*, da Itália (fevereiro); "La riforma agraria come strumento di elevacioni dei lavoratori", Francesco Vito, in *Rivista Internazionale di Scienze Sociali*, da Itália (fevereiro); "Economic Planning in War and Peace", E. Devons, in *The Manchester School of Economic and Social Studies*, da Inglaterra (janeiro); "Perspectivas de la Industria Argentina", F. Antonio Rizzuto, in *Veritas*, da Argentina (fevereiro); "Possible Economic Drepression", Robert L. Gulick, "Americas a Regional Economy", Osgood Hardy, "Britain's Economic Crisis", Frank Munk, in *World Affaire Interpreter*, dos Estados Unidos (1948).

Obras de Rui Barbosa

NO conjunto das obras completas de Rui Barbosa, a parte dos trabalhos escritos para jornal toma dilatado espaço. Só os artigos e tópicos de "A Imprensa", redigidos pelo gênio baiano, dão para encher nada menos de dezoito tomos, dos quais três apareceram agora, com um estudo introdutório de Américo Jacobina Lacombe, a quem se deve um lúcido e pertinaz esfôrço pela perpetuação da memória de Rui Barbosa. O autor da *Réplica* escreveu, entre 5 de outubro de 1893 a 10 de março de 1901, cêrca de 600 editoriais, realizando então o melhor de sua produção como jornalista. Muita matéria, vividas as suas 24 horas de vida normal, como tôda matéria de imprensa, perdeu muito de seu interêsse, sob certo ponto de vista. Mas quem quer apreciar a personalidade de Rui, as suas idéias, o seu estilo, a sua grandeza, tem de recorrer a êsses documentos de meio século, porque, além do mais, êles apresentam o escritor nos seus momentos de impulso, nas suas paixões, no alvorôço das reações imediatas. O pensamento de Rui aí transparece como que ainda em borrão, sem qualquer retoque, embora sempre límpido e admiràvelmente bem expresso. E outras páginas se revestem de particular significação histórica, porque constituem um comentário vivo e veemente sôbre fatos e ocorrências de relêvo no plano da vida nacional.

Problemas do Livro

ATRAVESSA o livro brasileiro a mais séria crise de sua história. Dificuldades e problemas de tôda natureza hoje têm de ser enfrentados pela indústria e pelo comércio do livro, sem que se haja dado um passo decisivo, como convir'a, para salvar da "débacle" uma mercadoria que interessa primordialmente à cultura do nosso povo. Contudo, merece destaque a medida tomada pelos poderes públicos, em São Paulo, com êsse objetivo. A Assembléia Estadual tomou a iniciativa de uma lei pela qual seria concedida isenção do impôsto de vendas e consignações aos que negociam com livros. A iniciativa, destinada à mais ampla repercussão, nos círculos culturais, mereceu a simpatia do Poder Executivo, sendo a lei promulgada, a 22 de novembro de 1947. Tal é o significado da providência que a Câmara Brasileira do Livro deliberou designar aquela data para comemoração, no país, do Dia do Livro.

Entre as ameaças graves que pesam sôbre a produção nacional, pode-se incluir agora a da introdução, em larga escala, em nosso mercado, dos livros editados em português na Argentina. Êsses livros, inegàvelmente bem feitos e atraentes, em sua feição gráfica, não pagam direitos alfandegários e vêm, dessa forma, fazer concorrência aos fabricados entre nós.

Recentemente, um editor brasileiro, Sr. José de Barros Martins, em entrevista concedida a um jornal paulista, chamou a atenção dos poderes competentes para o assunto. Acha êle, com tôda a razão, que não é preciso opor barreiras à entrada de livros argentinos, mas sim criar condições vantajosas para o produto nacional, a fim de que o nosso livro fique no mesmo pé de igualdade dos que vêm da grande República vizinha.

Por essas e outras coisas bem se justifica o estado de alarme em que se encontram os editôres brasileiros, já que são cada vez mais sombrias as perspectivas do negócio de livros em nosso país.

Próximas Edições

AINDA êste ano o editor José Olímpio publicará, entre muitos outros, os seguint elivros: *Inglêses no Brasil,* de Gilberto Freyre — estudo sôbre a influência britânica na formação social do nosso povo; *Fundamentos Sociais do Estudo* e *Metodologia do Direito Público* (*Os Problemas Brasileiros da Ciência Política*), ensaios de Oliveira Viana; e *Aparência do Rio de Janeiro,* de Gastão Cruls. Serão reeditados: *Problema do Brasil,* de Cincinato Braga; e *Sobrados e Mucambos,* de Gilberto Freyre.

EM edição de "A Noite", sairá em breve um interessante ensaio do Sr. Lopes Andrade sôbre as sêcas nordestinas e sua repercusssão sociológica. O autor procurou traçar um vasto afresco social e econômico, orientado pelos mais modernos métodos de pesquisa, tentando oferecer uma série de conclusões importantes sôbre a matéria.

VAI ser completada a *História da 2.ª Guerra Mundial,* cuja edição brasileira vem sendo publicada pela Livraria do Globo. O sexto volume dessa obra, a aparecer, é correspondente ao sexto ano do último conflito e terá capítulos especiais, dedicados à participação das Fôrças Brasileiras, escritos pelo Marechal Mascarenhas de Morais, Cap. Gerson de Macedo Soares e Major-Aviador Osvaldo Pamplona Pinto.

SERA' editada em português, pela Casa do Estudante do Brasil, a *História Antiga do Oriente Próximo,* da autoria de H. R. Hall, que foi membro da Academia Britânica e conservador do Museu Britânico.

Livros Inglêses

ALGUMAS obras publicadas na Inglaterra sôbre assuntos de economia e finanças:

— *America's Stake in Britain's Future,* de George Soule (Oxford University Press). Exposição sôbre a economia anglo-americana e as perspectivas gerais do comércio entre a Inglaterra e os Estados Unidos. Estudo crítico desenvolvido com objetividade e segurança.

III — O comércio exterior opera-se em base ampliada, pelo intercâmbio mais intenso com a Europa. Portanto, a balança comercial continua tensa; não permitirá, provavelmente, em futuro próximo, abolir as restrições de ordem cambial relativas às importações.

IV — A alta contínua dos preços no estrangeiro, particularmente nos Estados Unidos, reflete-se no mercado interno brasileiro e começa a contrabalançar a tendência à baixa dos preços tão aumentados durante a inflação.

V — A inflação no Brasil, isto é, a expansão do volume monetário numa escala que fêz subir os preços independentemente de outras condições do mercado, está virtualmente terminada. A situação excepcionalmente favorável do Tesouro torna desnecessária emissão para fins exclusivamente orçamentários, e a posição deficitária do comércio exterior elimina outro motivo da inflação — o financiamento do saldo da balança comercial.

Segundo o autor dêsse estudo, o Brasil entrou em 1948 com uma economia consolidada do ponto de vista financeiro, mas em estado antes estacionário do que em ritmo de progresso. O valor dos negócios não sofreu praticamente alterações, enquanto o meio circulante, em ligeira regressão, a partir de um ano, se mostrou insuficiente para o movimento comercial e financeiro particularmente elevado do mês de dezembro. Verificou-se a necessidade de suplemento mediante emissão de 100 milhões de cruzeiros — acréscimo módico, relativamente ao que foi feito nos anos anteriores. Nos anos de 1944, 1945 e 1946, o aumento do meio circulante no mês de dezembro foi, em média, de meio bilhão de cruzeiros, importância que era várias vêzes maior do que o acréscimo mensal comum naqueles anos de expansão inflacionista. Conclui o estudo que êsse aumento, de 0,5 por cento do meio circulante, não representa uma expansão, mas antes uma contração.

COLONIZAÇÃO NACIONAL

POR ocasião do segundo aniversário da instalação do Instituto de Colonização Nacional, o Tenente-Coronel Frederico Augusto Rondon pronunciou uma conferência agora divulgada em folheto, sob o título *Colonização Nacional, o magno problema brasileiro.* (ed. IBGE). O assunto é da particular predileção do ilustre oficial, que, de resto, bem conhece os problemas peculiares do interior do

país. Tanto que tem desenvolvido uma intensa atuação cultural no sentido da melhor ocupação da terra e do racional aproveitamento do nosso ecúmeno; no sentido da liquidação progressiva dos nossos desertos.

A conferência compreende, de início, uma resenha das atividades do I. C. N. Depois, apresenta o autor uma exposição sôbre os trabalhos que realizou com o fito de estabelecer a fixação, em terras matogrossenses, da sobra de imigrantes e colonos nacionais existente em São Paulo mediante um convênio entre os dois Estados interessados. Fixa o autor um interessante problema imigratório, que, sendo embora regional, não perde as características de evidente interêsse nacional, como êle acentua, visto como se relaciona "à radicação de trabalhadores que, oriundos da vida rural, desta não devem afastar-se; ao povoamento da zona oriental de Mato Grosso que, participando das mesmas características fisiográficas do interior paulista, está fadada a ser o prolongamento econômico de São Paulo.

Reúne então o Tenente-Coronel Frederico Rondon uma série de observações sôbre a matéria, vasadas em têrmos objetivos, para terminar dando a maior ênfase à obra cuja consecução tem em vista e que se reveste de indiscutível cunho patriótico. Recolhe o autor o depoimento expressivo de legítimos representantes do espírito francês sôbre a colonização nacional, acentuando o papel que cabe, nesse particular, ao Exército brasileiro. E permito-me concluir esta breve nota com a citação de algumas palavras significativas de mestre Pierre Deffontaines: "O Sertão pode ser para o Brasil um campo imenso de solidariedade nacional, pelo esfôrço que êle reclama de todos os brasileiros, para a obra imensa de imigração, de colonização, de assistência social, que começa a esboçar-se e deve ser concluída. O Brasil Central deve integrar-se sem mais tardança na civilização. As dissenções que, por vêzes, separam os brasileiros devem apagar-se, ante a grande obra do sertão, ao apêlo vibrante e preciso à principal missão do Brasil."

TÉCNICA ORÇAMENTÁRIA

COMPREENDE um excelente manual técnico de organização orçamentária o livro que o Sr. Afonso Almiro R. da Costa escreveu — *Técnica Orçamentária* (Ed. Atlas). O conhecimento teórico dessa técnica e um largo tirocínio administrativo asseguram ao autor o perfeito domínio da matéria, circunstância que salta aos olhos pela maneira acentuadamente didática de sua exposição.

Pertence o Sr. Afonso Almiro R. da Costa à equipe dos especialistas que, há mais de três lustros, vêm lutando pela padronização do sistema financeiro e contábil da nação, nos três planos de sua vida administrativa e política. Tem êle desenvolvido uma atuação constante e eficiente no sentido da fixação de normas racionalizadoras para a organização dos orçamentos. Participando das conferências e reuniões realizadas, no país, com êsse objetivo, trouxe, até hoje, uma colaboração inestimável à obra que se tem em vista e que visa a interêsses ponderáveis da vida nacional.

Não é por outro motivo que semelhante livro merece os louvores do Sr. Valentim F. Bouças, em sua página introdutória. E' êste livro, a seu ver, "um manual prático de técnica orçamentária, um guia seguro para a fiel execução das normas contábeis e financeiras, vigentes para os Estados e Municípios, esclarecidas na sua perfeita exegese e debatidas à luz dos modernos ensinamentos da ciência das finanças".

O volume está dividido em cinco capítulos. O primeiro é dedicado ao histórico e à constitucionalidade da padronização. O segundo é um estudo sôbre a elaboração orçamentária. A receita e a despesa consituem a matéria dos dois capítulos seguintes. E o último compreende uma série de notas sôbre os modelos de balanços. Completa o volume uma bibliografia brasileira sôbre técnica orçamentária, bem assim, em anexo, o texto do decreto-lei n. 2.416, de 17 de julho de 1940, relativo à codificação das normas financeiras para os Estados e os Municípios, e notas sôbre as disposições constitucionais referentes ao orçamento.

Notas Avulsas

ENTRE os prêmios literários que a Academia Brasileira de Letras concederá êste ano — onze, ao todo — pelo menos três podem interessar a quantos escrevem, entre nós, ensaios sôbre temas brasileiros. São êles: Prêmio Joaquim Nabuco, para obras de História Social, Política ou Memórias, Prêmio José Veríssimo para ensaios e trabalhos de erudição; e Prêmio Carlos de Laet, para livros de crônicas. São prêmios de Cr$ 4.000,00 cada um.

FOI instituído pela Assembléia Geral das Nações Unidas um concurso internacional de ensaios sôbre o tema "O papel do indivíduo nas Nações Unidas". O prêmio será uma viagem à sede da ONU, em Lake Success.

DE autorida do Hermane Tavares de Sá, brasileiro que se encontra nos Estados Unidos, é o livro que apareceu há pouco, editado por The John day Co., de New York: *The Brazilians — People of Tomorrow*. E' um livro escrito com simplicidade, sem nenhum sinal de erudição ou de propaganda que visa a dar ao leitor de língua inglêsa uma imagem atual da vida brasileira.

Êste número foi Microfilmado
pela
Companhia Auxiliar de Serviços de Administração
Av. Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Tel: 42-9777
DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM
O OBSERVADOR está habilitado à reprodução em microfilme positivo, de quaisquer dos artigos contidos no mesmo, bastando para isso que os interessados se dirijam à Administração da Revista:
Avenida Graça Aranha, 182 8.º andar - Tel: 42-5519

CRÔNICA PARLAMENTAR

A Situação Econômica e a Mensagem

O ESTUDO pormenorizado que a mensagem dirigida ao Congresso pelo Presidente da República reclama, não se enquadra nos limites desta crônica. Tão variados e complexos são os assuntos abordados nesse importante documento que somente uma equipe de especialistas poderia analisá-lo em detalhe, dando o relêvo merecido a cada uma das questões ali tratadas.

Aqui, faremos apenas um rápido exame da parte referente à política econômico-financeira do govêrno, tal qual se reflete na mensagem. E, de início, podemos dizer que a fala presidencial é uma clara exposição dos nossos problemas mais urgentes na forma por que se apresentam agora, a par de sugestões e indicações de planos de encaminhamento e solução dêsses problemas. No que tange a fatos, a mensagem é muito menos positiva, o que se pode atribuir às tremendas dificuldades que o atual govêrno vem encontrando, desde que assumiu o poder

A SITUAÇÃO ECONÔMICA EM 1947

Balanceando a situação econômico-financeira no ano passado, aponta a mensagem dois fatos que considera capitais e, na verdade, o são — a paralização do surto emissivo e um apreciável saldo orçamentário, e diz que a característica manifestada foi no sentido da normalização e ampliação das atividades produtoras. Para êsse resultado, contribuiu a política do govêrno, orientada no sentido de fortalecer a ordem financeira, da qual a ordem econômica depende para a sua estabilização e fortalecimento.

Não é difícil perceber na mensagem em bem definido ponto de vista em relação ao binômio indústria-agricultura, grande controvérsia entre os estudiosos e interessados na vida econômica do país.

O Presidente Dutra não é, evidentemente, um fanático da industrialização e as suas inclinações em favor de uma política de amparo e revigoramento das fainas agrícolas se fazem sentir no documento que apreciamos. Parece-nos sensata tal orientação, que não importa em condenar a indústria nacional nem os esforços daqueles que procuram dotar o Brasil de um parque manufatureiro compatível com as necessidades crescentes das nossas populações. Acreditamos, porém, que no campo, na exploração intensiva e racional das nossas riquezas agrícolas, tem o país o mais importante setor da sua economia, dentro da qual certas indústrias a viver a vida artificial do protecionismo não têm significação real.

Explica-se, diante da tese acima exposta, que a mensagem defina a política econômico-financeira do govêrno federal como "uma ação a longo prazo, tomando como ponto de partida as necessidades imediatas — bens de consumo — como as mediatas — bens de produção".

Conforme salientamos, a fala presidencial estende-se, em muitas páginas, numa análise minuciosa dos vários aspectos do nosso problema agrário, focalizando, com precisão e clareza, temas que estão a reclamar a atenção dos especialistas e que certamente vão merecer do Legislativo um exame sério. Não seria possível abordá-los aqui, um a um, mas desejamos recomendar a mensagem do General Dutra aos nossos leitores, porque nela se encontra matéria de vital interêsse para a Nação.

Não deixaremos de aludir ao tópico relativo à reforma agrária. Nessa parte, faz o chefe do govêrno considerações as mais pertinentes, nas quais se vislumbra um sentido muito realista da questão.

Atentando-se para a extraordinária diversidade de condições que apresentam as várias regiões do território nacional, não há como concluir, com o Presidente da República, em que essa diversidade tem de ser levada em conta, evitando-se as soluções de caráter geral que não podem abranger problemas e condições peculiares. Aliás, o govêrno já remeteu à Câmara um ante-projeto da Lei Agrária, ao qual sensatamente não emprestou senão a qualidade de subsídio. Para êsse ante-projeto devem voltar-se os representantes do povo na presente legislatura, estudando-o detidamente, de maneira a que possa transformar-se em lei, modificando e transformando com a colaboração da experiência de todos.

EMPRÊSAS MISTAS

Não poderia a mensagem esquecer o mais grave dos problemas que agora reponta no quadro da economia nacional — o do petróleo. A êle se refere, dando conta das pesquisas levadas a cabo no correr do ano transacto, apresentando dados sôbre as nossas reservas estimadas.

Considerações oportunas vai o leitor deparar na parte relativa ao problema da energia elétrica, na qual se salienta a nossa condição de país deficitário. Um fato auspicioso que a mensagem registra é êste: em 1947, graças à aquisição de maquinaria e à adoção de providências de caráter prático, verificou-se o acréscimo de 132.000 kw de capacidade instalada, cujo total passou, em 31 de dezembro, a ser de 1.497.000 kw, cifra que reflete apreciável aumento em relação à capacidade instalada de 1940, que era de 1.107.000 kw.

Estudadas as causas que afetam e retardam o desenvolvimento econômico do país, alude a mensagem aos esforços do govêrno tendentes a valorizar extensas áreas fisiográficas do território nacional, pondo em relêvo o dever do Estado de promover a solução dos problemas básicos, referindo-se também à situação especial do Brasil, onde a iniciativa privada não atingiu ainda um alto grau de desenvolvimento e onde se faz sentir igualmente a escassez de capitais.

Daí a posição equilibrada e realista que assume o govêrno ao encarecer "o caráter de urgência e o grau de prioridade que merecem quaisquer iniciativas de amparo às emprêsas mistas, que já se apresentam como um conjunto orgânico de empreendimentos, destinados a consolidar o equilíbrio da nossa estrutura econômica e social". E citando a Companhia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Nacional de Álcalis, Banco do Crédito da Borracha e a projetada Refinaria Nacional de Petróleo, diz que êsse conjunto de emprêsas constitui fator apreciável no quadro da economia brasileira.

A experiência que temos das emprêsas de capital misto, malgrado alguns equívocos que podem ser facilmente corrigidos, é de molde a nos animar a tentar novos empreen-

dimentos nesse setor, onde poderemos colher os melhores resultados para o nosso progresso econômico.

TRANSPORTE E PORTOS

Todos sabemos que as deficiências do nosso sistema de transportes têm sido um sério entrave para os que trabalham e produzem. Não é de hoje que se reclama contra essa falha, que se constituiu ultimamente fator de agravamento da crise que atravessamos.

A mensagem presidencial aborda o assunto, que lhe inspirou oportunas considerações e só há que lamentar não fôssem elas acompanhadas de ftos e realizações capazes de atenuar as deficiências aludidas. Mas, o govêrno não está esquecido do problema e naturalmente lhe dará, no curso das medidas administrativas a tomar, o cuidado que merece.

Quanto ao serviço portuário no Rio, encontram-se na mensagem referências a medidas postas em prática, a fim de debelar as deficiências que, recentemente se agravaram em uma crise de consequências desastrosas. Em relação ao pôrto de Santos, informa que foi praticamente resolvido o congestionamento, graças às providências tomadas pelo govêrno, nas quais colaboraram várias entidades que interferem ou se utilizam dos seus serviços.

Nessa questão dos dois maiores portos brasileiros tem o govêrno campo para fazer sentir a sua capacidade realizadora. O congestionamento verificado aqui e em Santos, criando a "fila" de navios, é um fenômeno estranho e desabonador para o país. As medidas já iniciadas a que alude o Presidente da República devem ter continuidade e não ficar pelo meio, como em geral aconteve entre nós. E' o próprio crédito do Brasil que está em jôgo.

COMÉRCIO EXTERIOR E REFORMA BANCÁRIA

Não é dos mais animadores o panorama do nosso comércio externo que nos oferece a mensagem do General Dutra. Aliás, o assunto tem sido fartamente estudado e comentado pelos entendidos e já não constitui novidade dizer-se que, em 1947, perdemos terreno no intercâmbio com outros países, pois entramos no regime do "deficit", que ultrapassou de um bilião de cruzeiros.

Os valores apurados na exportação — 21.179 milhões de cruzeiros, em cifras redondas — encontraram no café o seu maior esteio. A despeito da redução do volume em confronto com o ano de 1946, o café, que obteve melhores preços, contribuiu para aquêle total com os 7.755 milhões de cruzeiros. Avultado também foi o montante obtido com as vendas de algodão em rama e tecidos de algodão: 4.328 milhões de cruzeiros.

As importações, como se sabe, fizeram-se desordenadamente. Reservas preciosas em dólares foram malbaratadas na aquisição de quinquilharias e artigos de secundária utilidade. E nisso teve o govêrno grande culpa.

Quanto ao volume e ao valor, predominaram, na importação, as mercadorias de procedência norte-americana, que representaram 88 por cento do volume global e 77 por cento do conjunto do valor.

Alude a mensagem às importações de trigo em grão e farinha de trigo, que representaram 826.449 toneladas em volume e 2.489 milhões de cruzeiros. A sangria que essa soma representa para a economia nacional bem justifica o comentário do Presidente Dutra de que "a redenção econômica do Brasil terá de partir do incremento à produção tritícola".

A situação financeira e a reforma bancária são dois temas de importância da fala presidencial, a que faremo rápida referência. Salienta o documento, como fato auspcioso, o saldo orçamentário alcançado pelo govêrno, qu foi "uma das fôrças mais ponderáveis no restabelecimen inicial da ordem financeira do país". Menos justa nos pa rece a observação de que se tenha verificado a cessaçã da desvalorização do cruzeiro. Malgrado os esforços d govêrno, a verdade é que a nossa moeda continua a perd substância, em face da elevação do custo da vida, que est criando uma situação verdadeiramente asfixiante para a classes média e trabalhadora.

A reforma bancária mereceu algumas referências n mensagem, na qual se insiste sôbre a necessidade da criaçã de um Banco Central, conforme está previsto no ante projeto, devendo êsse órgão ser completado pelos banco especializados de que cogita o art. 150 da Constituição. Em carece o chefe do govêrno, numa oportuna advertência necessidade de ser apressada a discussão da matéria.

Haveria muito o que respigar na mensagem do Gene ral Dutra, mesmo no cetro da economia. Não poderemo fazê-lo para não sairmos dos limites que nos são impos tos. Mas sempre queremos pedir a atenção dos nossos eco nomistas e estudiosos em geral para êsse documento, em que se reunem fatos, comentários e planos a debater. A debater sobretudo pelos parlamentares, que até o momen to revelam uma estranha falta de curiosidade pelas conta que lhes prestou o Presidente da República.

AINDA O PETRÓLEO

Seria impossível fechar êste registro das primeiras ati vidades parlamentares do ano sem uma referência aos doi discursos que o Deputado Hermes Lima, do Partido So cialista, pronunciou, abrindo os debates em tôrno do esta tuto do petróleo, que serão indubitavelmente o ponto alt da presente legislatura.

Coloca-se o representante carioca em posição nitida mene contrária ao da mensagem presidencial e do relatóri Odilon Braga no que se refere à exploração das nossa reservas petrolíferas por companhias estrangeiras. A êss respeito lembra o que chama a trágica experiência dos paí ses sul-americanos que têm feito concessões aos "trusts" norte-americanos. Acha o Sr. Hermes Lima improcedente o argumento da falta de capitais para a exploração do nosso petróleo e lembra que podem ser destacadas partes de verbas destinadas ao Plano de Valorização da Amazônia e ao aproveitamento de Paulo Afonso, com as quais poderíamos constituir os capitais para a formação de emprêsas brasileiras que explorassem o ouro negro. Não acredita o deputado socialista que, nos têrmos do ante-projeto, tenha o govêrno poderes e meios suficientes para controlar os "trusts" e concluiu dirigindo um apêlo aos norte-americanos no sentido de que não criem um sentimento hostil entre os brasileiros e adotem nesse caso do petróleo uma atitude de respeito aos nossos interêsses.

Está assim aberta discussão do magno problema, que será o mais importante que se oferece à consideração dos legisladores brasileiros. Discussão que se prenuncia longa e tempestuosa, em face da agitação que se vem fazendo e de atitudes já conhecidas de alguns parlamentares. À medida que se fôr desenvolvendo será aqui registrada. Que o problema precisa ser estudado da maneira mais ampla ninguém contesta. Mas também é certo que êle não pode servir de pretexto para demagogia estéril, que nada resolve e somente entrava o nosso interêsse precípuo — o aproveitamento do nosso petróleo.

A Dívida Externa e a Mensagem

Fernando H. de Carvalho

A presença entre nós da missão econômica inglêsa que aqui veio tratar principalmente do caso das nossas libras retidas em Londres, trouxe novamente para o primeiro plano a questão da nossa dívida externa, por isso que volta a se cogitar de liquidar parte dos nossos empréstimos em libras, com recursos provenientes do referido saldo congelado.

Como é sabido as libras que temos em Londres resultaram de exportações destinadas a Inglaterra feitas durante a guerra e, após o seu término, até princípios de 1947, e que esta não nos pôde pagar ainda, tendo o Banco do Brasil financiado a operação por conta do Tesouro Nacional. Segundo a última Mensavem Presidencial (de 1948) "o valor dos nossos créditos congelados na Inglaterra ascendia, a 1º de abril de 1947, a £ 61.500.000. A 30 de junho do mesmo ano, descia a £ 57.155.105, caindo para £ 54.943,646, a 31 de dezembro último".

De acôrdo com o Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças (ns. 78-79, junho-julho de 1947, págs. 30 e 31) o saldo em circulação dos nossos empréstimos em libras em 31 de dezembro de 1946 era de 105.620.600 libras esterlinas (das quais £ 74.104.045 de empréstimos da União) ou Cr$ 8.156.022.732, ao câmbio de Cr$ 77,22 a libra esterlina (média do câmbio livre em 1946). Assim, se os inglêses concordarem, uma parcela apreciável da nossa dívida externa em libras poderia ser resgatada com as divisas que temos congeladas em Londres.

Vai ser difícil, entretanto, convencer os nossos amigos inglêses dos benefícios da operação, quando é sabido que permitimos a remessa de dólares para os Estados Unidos, destinados à especulação na Bolsa de Nova Iorque com títulos da nossa dívida externa em libras (Eugênio Gudin, "Licença prévia e taxas cambiais", in "Correio da Manhã" de 21-3-48 e discurso do Deputado Herbert Levy na Câmara dos Deputados). Segundo os primeiros dados da nossa balança de pagamentos, relativos ao primeiro semestre de 1947, publicados no boletim "Conjuntura Econômica", ano I, n. 2, foram remetidos para o estrangeiro em dólares americanos, para "operações de bôlsa", Cr$ 20.406.250,00 ou US$ 1.090.000.

Com os dados constantes de publicações do Conselho Técnico de Economia e Finanças foi possível organizar o seguinte quadro relativo à evolução da nossa dívida externa:

DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS)

SALDOS EM CIRCULAÇÃO NO FIM DO ANO

TOTAL

ANOS	Em libras esterlinas	Em 1.000 cruzeiros
1824/25	3.686.200	23.343 /1
1889	31.104.382	282.366 /2
1930	267.173.023	11.753.476 /3
1943	227.256.098	15.367.057 /4
1946	160.831.805	12.419.432 /5

/1 Usando para taxa de conversão a média anual de 4$626 por libra
/2 " " " " " " " " " " 9$078 " "
/3 " " " " " " " " " " 45$992 " "
/4 " " " " " " " " " " Cruzeiros Cr$ 67,62 (câmbio oficial) por libra esterlina
/5 Usando para conversão a taxa média anual de Cruzeiros Cr$ 77,22, do mercado livre, por libra esterlina. O mercado oficial foi abolido em Julho de 1946.

Infelizmente não nos foi possível obter dados para dezembro de 1947 (a serem publicados brevemente no número de fevereiro ou março do Boletim do Conselho Técnico) isto porque na Mensagem Presidencial de 1948 (págs. 158 e 159) os números arrolados se referem à conversão ao par e, portanto, não têm significação, senão "para efeito de registro contabil", como ela próprio o declarara.

Aliás, está a nos parecer que os termos usados na Mensagem Presidencial assim como os números arrolados em relação à dívida externa nem sempre estão exatos.

Diz a Mensagem: "Fazendo-se a discriminação da dívida pública externa, segundo as moedas adotadas nos respectivos contratos, verifica-se que o saldo em circulação baixou de £ 85.290.745 para £ 83.434.460 quanto aos empréstimos inglêses. No tocante à circulação dos empréstimos americanos, os saldos oscilavam de US$ ..... 144.731.745,00, em 31 de dezembro de 1946, para US$ 139.040.905,00, na mesma data, em 1947. A circulação dos empréstimos franceses manteve-se estacionária, equivalendo a Frs. ouro 299.185.500,00 e a Frs. papel 272.908.462,50. Foi, em tempo, assinado um acôrdo com a França, para o resgate dessa dí-

vida, tendo o Govêrno depositado no Banco de França a quantia necessária para constituir o Fundo de liquidação".

"Houve por conseguinte, a redução de £ 1.856.285 e de US$ 5.690.840,00 na circulação da dívida pública externa da União, dos Estados e dos Municípios no biênio de 1946-47.

"A dívida externa da União baixou de £74.104.045 para £77.660.033 no mesmo biênio, e de US$ ..... 110.074.045,00 para US$ ..... 106.179.105,00. Os compromissos da União em esterlinos ficaram, pois, reduzidos de £ 1.444.012 e de US$ 3.894.940,00".

Com efeito, segundo o Boletim ns. 78-79 do Conselho Técnico de Economia e Finanças o saldo em circulação dos nossos empréstimos em libras em dezembro de 1946 era de £ 105.620,600, como dissemos, assim distribuídas" União — .... £ 74.104.045; Estados — ..... £ 13.165,095; Municípios — ..... £ 3.984.970; Especiais **(Cofee Realization,** Instituto do Café de São Paulo e Banco do Estado de São Paulo) £ 9.871.900 e empréstimos estaduais e municipais classificados no chamado "grau VIII" (liquidados na base de 12% do valor nominal, nos termos do art. 20.º do Decreto-lei n. 6.019, de 23-11-1943) — £ 4.494.590.

O número relativo ao saldo em circulação dos empréstimos em dólares (dívida externa da União, Estados e Municípios) em 1946 (US$ 144.731.745) também diverge dos constantes das publicações do Conselho Técnico, ou sejam US$ .... 207.236.795.

E' possível que os dados da Mensagem Presidencial tenham sido fornecidos pela Contadoria Geral da República e não pelo órgão especialmente criado para a ordenação das questões da nossa dívida externa e executor dos esquêmas sucessivamente adotados para o seu pagamento. E, como é comum na nossa administração pública, os números arrolados por dois órgãos diferentes, embora sôbre o mesmo assunto, divirjam substancialmente, qualquer modo esta seria uma questão digna da atenção do Congresso Nacional ao examinar, como lhe cabe, em todos os seus têrmos, a Mensagem Presidencial de 1948.

Relativamente aos empréstimos franceses, também houve um equívoco da Mensagem, pois o número referente ao saldo em circulação em francos papel, ali mencionado, é o dos empréstimos da União (Frs. 272.908.462,50) e não do total da nossa dívida externa que é de Frs. 519.566.587. Deixou ainda a mensagem de mencionar o saldo em circulação de um empréstimo em florins, emitido pelo Estado de São Paulo em 1921, a 8%, de que continuam em vigor Florins 6.428.100, estando o pagamento de seu serviço suspenso desde antes da guerra. Consta, aliás, que o govêrno holandês teria feito uma proposta para a liquidação da referida dívida mediante um acôrdo de pagamento e de resgate a ser celebrado entre os dois países e semelhante ao que foi feito com a França. Sôbre êste, aliás, pouco adianta a Mensagem que se limita a dizer estar a nossa dívida em francos estacionária, quando era de esperar tivesse sido uma boa parte dela resgatada, nos têrmos do ajuste celebrado em 8 de março de 1946, vencido a 8 de março último e ora prorrogado.

A Mensagem Presidencial informa que o saldo da nossa dívida externa (União, Estados e Municípios) em libras esterlinas sofreu uma redução de £ 1.856.285 e, em dólares, de US$ 5.690.840,00 entre 1946 e 1947 (dezembro), ou sejam Cr$ 139.963.889 e Cr$ 106.532.525,80 ao câmbio médio anual, respectivamente, de Cr$ 75,40 por libra esterlina e Cr$ 18,72 por dólar. Assim, em 1947, segundo a Mensagem o Brasil dispendeu Cr$ ..... 246.496.414,80 em amortizações da nossa dívida externa, sem falar nos juros, comissões e despesas bancárias. Assim sendo, tendo permanecido estacionária a nossa dívida em francos e florins, podemos deduzir esta cifra do total apurado para dezembro de 1946 e teremos que nossa dívida externa anda por volta de Cr$ 12.172.936.000 e mesmo um pouco menos, pois as amortizações em 1947 foram convertidas a uma taxa mais favorável que a utilizada para o total da dívida em 46. Como se ê a nossa dívida externa (União, Estados e Municípios) é pouco maior que a dívida interna da União no valor de Cr$ 10.133.845.000 (Mensagem pág. 159) e seguramente menor que o total da dívida pública interna (União, Estados e Municípios).

Segundo estimativas do Conselho Técnico de Economia e Finanças (Boletim ns. 80-81, Agosto e Setembro 1947, pág. 33) a nossa dívida externa (União, Estados e Municípios) demandará uma despesa de Cr$ 611.201.293 em 1948 para atender ao seu serviço: amortizações, juros, comissões e outras despesas.

Companhia Fábio Bastos, Comércio e Indústria

CAPITAL CR$ **30.000.000,00** FUNDADA EM 1929

Matriz — RIO DE JANEIRO, Rua Teófilo Otôni, 81
Filiais — S. PAULO, Rua Florêncio de Abreu, 367
B. HORIZONTE, Rua Rio de Janeiro, 368
P. ALEGRE, Avenida Júlio de Castilhos, 30

ESPECIALIDADES

CORREIAS E EMENDAS
MANGUEIRAS E MANGOTES
EQUIPAMENTO PARA LATICÍNIOS
MÁQUINAS AGRÍCOLAS
FERRAMENTAS PARA LAVOURA
ADUBOS E DROGAS PARA LAVOURA
INSETICIDAS E FUNGICIDAS
CENTRÍFUGAS INDUSTRIAIS
REFRIGERAÇÃO EM GERAL

Êsse total deverá ser distribuído pelas seguintes parcelas:

SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (1948) /1

	Em Cruzeiros /2
Dívida Federal.....	400.606.700
Dívida dos Estados/3...	167.809.201
Dívida das Municipalidades	42.785.392
TOTAL.....	**611.201.293**

(1) Dados baseados nos créditos orçamentários a serem incluídos nos diferentes orçamentos governamentais para pagamento do serviço da dívida externa em 1948.
(2) Usando para conversão as seguintes taxas de câmbio: Libras esterlinas — Cr$ 75.40 por £ e Dólares — Cr$ 18,72 por US$.
(3) Inclusive o serviço dos chamados "empréstimos especiais", tais como o "Coffee Realization", o do "Instituto de Café do Estado de São Paulo" e o do "Banco do Estado de São Paulo".

Como em alguns casos os prazos para a opção entre o plano "A" e o "B" do último esquema para pagamento da nossa dívida externa vinha sendo prorrogado sucessivamente, até dezembro de 1947, até há pouco o Conselho Técnico nos tinha conseguido levantar os dados completos sôbre as despesas para pagamento da mesma durante o exercício de 1947, conhecendo-se apenas o total das remessas do Govêrno Federal, constante do orçamento da República.

De qualquer modo trata-se de um dado muito interessante, principalmente se o pusermos em confronto com outros itens da nossa balança de pagamentos ou com a despêsa da União para pagamento do serviço da sua dívida pública interna.

Assim, por exemplo, de acôrdo com o primeiro levantamento da nossa balança de pagamentos citadas, as remessas para pagamento da nossa dívida externa são hoje inferiores às referentes a "renda de capitais estrangeiros" aplicados no país e que sòmente no primeiro semestre de 47 atingiram 664.730 milhares de cruzeiros. (Essa cifra ao nosso ver acha-se inflacionada. Isto é, nela deve estar incluída muita renda de capitais estrangeiros auferida durante a guerra e que aproveitou a situação cambial favorável em vigor em 47, notadamente no primeiro semestre, antes das restrições impostas pelo Dec. n. 9.025 de 27-2-46 para se transferir ao estrangeiro. E' possível também que a desconfiança generalizada em torno da nossa moeda e os boatos de depreciação do cruzeiro, surgidas após a nossa infeliz decisão de não comunicar a paridade ao Fundo Monetário Internacional, em Dezembro de 1946, de acôrdo com o pacto de Bretton Woods, tenha contribuído para um maior êxodo dêsses capitais e apressado a transferência de rendimentos para o estrangeiro, que um clima de maior confiança na nossa política cambial e no valor externo do cruzeiro poderia ter contribuido para reinvestimento no país).

O Serviço da nossa dívida externa (União, Estados e Municípios), depois das drásticas reduções obtidas através da entrada em vigor do último esquema, quer em relação ao capital quer aos juros, é hoje pouco superior ao da dívida pública interna da União, que conforme o orçamento para 1948 vai dispender Cr$ 569.995.000 no pagamento de juros e amortizações dos seus títulos em moeda nacional.

Uma questão que não foi abordada pela Mensagem Presidencial, muito embora o seu evidente interêsse é a dívida dos Estados e Municípios para com a União em virtude de adiantamentos por esta feitos para a execução do decreto-lei n. 6.019, de 23 de Novembro de 1946, ou seja para pagamentos em dinheiro, de acôrdo com a alternativa "B" do resgate de títulos da dívida externa, de juros atrazados e outras despesas e constante do último esquema. Segundo dados do Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 31 de dezembro de 1946, êsses adiantamentos devidos pelos Estados e municípios atingiam a Cr$ 439.257.083, assim distribuidos, segundo os empréstimos:

DÍVIDA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS AO GOVÊRNO FEDERAL POR ADIANTAMENTOS PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA
31 de Dezembro de 1946

	Em cruzeiros
Empréstimos Estaduais.....	211 948 426
" Municipais.....	120 091 669
" Especiais /1....	107 216 988
TOTAL.....	**439 257 083**

/1 Empréstimos do "Coffee Realization", do Instituto de Café do Estado de São Paulo e empréstimos do Banco do Estado de São Paulo.

Eis outro ponto a ser investigado pelo Congresso, inclusive para se ficar sabendo quais os Estados e Municípios em débito, evitando-se que considerações de ordem popítica posterguem o pagamento da dívida de uns enquanto procuram cobrar a todo o custo a de outros. Enfim cabe apurar se nesse capítulo não está havendo nenhuma liberalidade do Govêrno da União, em detrimento daquelas Unidades da Federação que mantém os seus compromissos em dia.

LIMA, NOGUEIRA & CIA.

CASA FUNDADA EM 1880

Comissários e Exportadores nas praças de SANTOS e S. PAULO

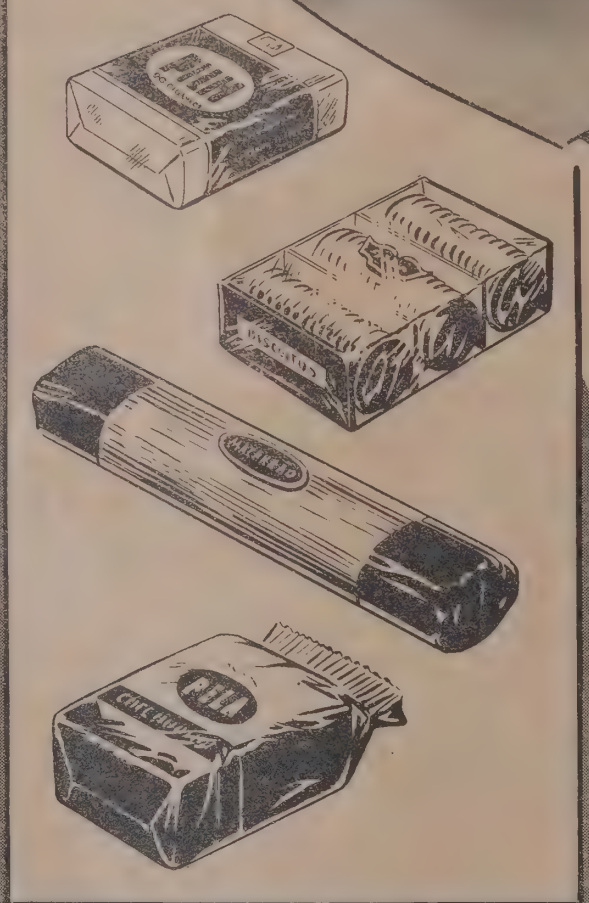
★

Armazens Gerais da Lavoura e Comércio

S. PAULO ★ SANTOS

O êxito nas vendas

DEPENDE MUITO DA APRESENTAÇÃO DE SEUS PRODUTOS!



De transparência perfeita e grande elasticidade, VOTOCEL garante a apresentação mais atraente, mais resistente — e de proteção mais duradoura a seus produtos.

Impermeável — Em côres e branco
Bobinas de qualquer largura
Pêso: 30 g p/m² e outros
Fôlhas de 90 x 100 cm ou outro tamanho

PAPEL TRANSPARENTE

VOTOCEL

— torna mais vendáveis os seus produtos

S.A. INDÚSTRIAS VOTORANTIM Edifício Votorantim • R. 15 de Novembro, 317 • Fone 2-5146 • São Paulo

REPRESENTANTES NAS PRINCIPAIS PRAÇAS DO BRASIL

PANAM • Casa de Amigos

César Pinheiro (Minas Gerais)

Otávio Brandão Caldas (Estado do Rio de Janeiro)

Programa Agrícola para 1948

EM fevereiro de 1947 reuniram-se, no Ministério da Agricultura, os técnicos do Serviço Especial do Trigo. Haviam sido convocados a fim de tomarem conhecimento e discutir um plano geral de serviços a ser executado durante o ano, tendo em vista abrir os horizontes à produção tritícola no Brasil. Pouco se preocuparam, então, com o passado; se ainda no Império o Brasil havia sido até um país exportador do precioso grão, o fato é que, desde muito tempo, vivemos sujeitos à sua importação em quantidades muito superiores, talvez, ao total do que exportamos durante uns poucos anos. Nos dias limitados entre 24 e 27 daquele mês, definiu-se a orientação mais racional de tôdas as que já tinham sido fixadas até então. Não era aquêle um mero trabalho de homens de gabinete, pelo contrário, ali estavam reunidos os técnicos, aquêles que, desde muitos anos, em contacto direto com o campo e o camponês, conhecendo os prós e os contras da cultura do trigo, se achavam realmente em condições de definir rumos.

Agora, nos dia 8, 9 e 10 de março próximo passado, os mesmos técnicos voltaram a se reunir. Com êste fato, aquela discreta assembléia do ano passado toma ares de tradição. Foram chamados a prestar contas do que fizeram, a procederem severa crítica da campanha desenvolvida e, finalmente, traçarem as novas linhas para a batalha do trigo em 1948.

Resumindo o que foi feito, depuseram os técnicos que trabalharam em sete Estados:

a) — foram adquiridas e distribuídas ou vendidas 24.067 sacas de sementes de trigo nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiaz e Mato Grosso;

b) — foi promovida e realizada a produção de 30.000 sacos de sementes, em campos oficiais e em culturas fiscalizadas;

c) — foram instalados Postos Agro-Pecuários, preferencialmente nas zonas tritícolas, dando-lhes como principal finalidade o fomento à cultura do trigo;

d) — foram distribuídos 46 silos metálicos, com capacidade de 60 toneladas cada um, para o armazenamento das sementes, a fim de serem montados: 5 no Rio Grande do Sul, 11 em Santa Catarina, 10 no Paraná, 5 em Goiaz, 5 em Mato Grosso e 10 em Minas Gerais;

e) — foi destinada e remetida grande parte do material de moto-cultura importada dos Estados Unidos às zonas produtoras de trigo, auxiliando, diretamente, os agricultores e demais Serviços do Ministério da Agricultura que colaboraram na campanha;

f) — foram adquiridos e remetidos para os respectivos serviços nos Estados acima mencionados, 130 trilhadeiras providas de motores, sendo 100 importadas diretamente dos Estados Unidos e 30 de fabricação nacional;

g) — nas zonas coloniais, foi efetuada a trilhagem da produção dos pequenos agricultores, cobrando, tão somente, o custo do trabalho-hora;

h) — para a movimentação de numerosas trilhadeiras que se achavam paralizadas por falta de fôrça motriz, foram adquiridos e usados 100 pequenos motores;

i) — com a mesma finalidade e para tracionamento de trilhadeiras, e bem assim, para a movimentação do pessoal necessário, foram importados 100 "jeeps" agrícolas, pela verba do Plano de Emergência;

j) — essas providências permitiram que se colocasse em pleno funcionamento, durante o período da colheita 362 trilhadeiras;

l) — para o aparelhamento dos Postos Agro-Pecuários referidos na alínea "c" foram adquiridos 50 caminhões que prestaram relevantes serviços na campanha do trigo, inclusive na movimentação do maquinário.

Ao alto: Renato Gonçalves Martins, chefe da Seção Técnica de Plantas Têxteis apresenta o programa para restauração da lavoura algodoeira. Em baixo: Vista parcial de uma das reuniões, vendo-se ao fundo, em mangas de camisa, o agrônomo Oliveira Mota Filho, Diretor da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, e Kurt Repsold, Diretor substituto.

Fêz parte integrante do programa, também, a instalação de 29 moinhos nas zonas produtoras, de vez que a solução definitiva do problema da produção do trigo nacional está na dependência de sua industrialização. E' oportuno relembrar que a série de grandes moinhos existentes no país se acha, quase totalmente, situada na orla marítima, muito distante, portanto, dos centros produtores de trigo. Tendo em vista a precariedade e o alto custo de nossos transportes ferroviário e rodoviário, fácil é deduzir que na localização dêsses moinhos não foi cogitada a possibilidade da moagem do trigo de produção brasileira, visto como, na situação descrita, êle não poderá concorrer economicamente com o trigo importado.

A solução aconselhável é, por conseguinte, a do estabelecimento de maior número de moinhos nas próprias zonas produtoras, com o fim de economizar transporte, baratear o custo da produção e abastecer, inicial-

Raymundo Martins da Silva, chefe da Secção Técnica de Café e Plantas Estimulantes, ao centro, ouve uma exposição feita por Pereira Lima, Chefe da SFA do Acre. Em baixo: Aristóbolo Filgueira, Chefe da SFA do Estado do Ceará, num instante dos debates.

mente, as populações locais. A falta de recursos, porém, obstou a integral realização desta parte do programa de 1947.

BALANÇO DOS RESULTADOS

Sete Estados produziram trigo e os totais de 1947, comparados com os de 1946, são o melhor atestado da eficácia dos planos traçados e cumpridos. Na tabela que vai a seguir estão comparados os números relativos aos dois anos e, na última coluna, se acha registrado o aumento percentual havido em cada uma das Unidades:

ESTADOS	PRODUÇÃO EM TONELADAS		
	1946	1947	%
Rio G. do Sul..	106 002	175 000	65
Santa Catarina.	15.230	81 000	431
Paraná.....	609	13.000	2.033
São Paulo.....	900	1.260	40
Minas Gerais...	24	54	119
Goiaz.....	4	30	650
Mato Grosso....	—	5	—

Tais números parecerão irrisórios, certamente, se comparados com os das colheitas dos grandes países tritícolas; mas êles devem ser divulgados, comparados e comentados, no Brasil, pois se houver persistência na tarefa, poderão representar o começo de uma etapa decisiva na libertação econômica. O trigo em grão e a farinha de trigo são das maiores colunas de nossa importação, mesmo para assegurarmos um consumo mínimo no Brasil. A colheita de 1947 corresponde, porém, a um sexto do nosso consumo. Os técnicos, porém, não se enchem de otimismo diante dêsses números; êles que, não obstante as pragas verificadas — especialmente a dos gafanhotos — e irregularidades atmosféricas em algumas regiões, é necessário considerar que onde tudo correu normalmente foram verificadas condições excepcionais.

O rendimento médio obtido foi de 700 quilos por hectare. No Rio Grande do Sul, até 31 de janeiro dêste ano, tinham sido negociadas 60.000 sacos, de 65 quilos cada, de grão; cada saco de grão dá, na moagem, 75 por cento em farinha.

PROGRAMA PARA 1948

Muitos problemas preocupam os responsáveis pelo Fomento Vegetal; no caso do trigo podemos destacar dois muito importantes: sementeira e transporte. Foram obtidos 32.000 sacos de sementes, em 1947, para distribuição no corrente ano. Na safra do corrente ano, porém, devem ser reunidas 63.000 sacos para servirem de base ao plantio em 1949 e, segundo os cálculos previamente feitos, esta quantidade deverá custar nada menos de Cr$ 11.726.640,00; a esta soma serão acrescidos mais o custo de sacaria, estimado à razão de Cr$ 8,00 por saco e mais Cr$ 1,00 por unidade para marcação e barbante, além de Cr$ 20,00 para atender às despesas de fretes e carretos.

O transporte da produção é outro grave problema. Torna-se oneroso o escoamento do trigo em grão, das áreas produtoras para aquelas onde se encontram instalados os grandes moinhos. Tendo que ser levado por estrada de ferro ou caminhão, impõe-se o uso de sacaria e isto sobrecarrega demasiado o seu preço. Para corrigir êste ponto é que foi organizado o programa da instalação de moinhos nas áreas de produção, iniciado em 1947 e que terá seguimento êste ano, quando serão instalados 13 conjuntos de capacidade média, flutuando entre 80 e 200 sacos de farinha em cada dez horas de trabalho. Disto se obtem dupla vantagem. A primeira é que o produtor ficará com os resíduos (25%) do pêso do trigo em grão, distribuídos entre farelo, farelinho, etc., que irão enriquecer o forrageamento do gado e, de outro lado, economiza-se a sacaria para o grão, de vez que se ensacará apenas a farinha. Há, além disto, uma outra vantagem: de se tornar mais fácil a distribuição da farinha nas próprias áreas de produção do trigo.

No plano global foi estimada a importância de Cr$ 1.200.000,00 como a necessária à instalação de cada conjunto industrial, devendo a localização obedecer aos interêsses econômicos da exploração. Serão os moinhos arrendados ou vendidos em prestações suaves, a cooperativas, associações de classe, lavradores, grupos de lavradores ou outros interessados, com reserva de domínio e sujeitos a condições que garantam sua plena eficiência.

Um outro ponto fundamental do programa do trigo é a mecanização. Trata-se de uma lavoura onde somente com o emprêgo de máquinas é possível obter resultado econômico. Dispomos, no Brasil, de uma indústria de máquinas agrícolas ainda na sua fase mais incipiente e, conforme exposição feita pelo Inspetor do Trigo no Rio Grande do Sul, as máquinas de rebenefício de fabricação nacional executam apenas o serviço de limpeza, não fazendo a separação das sementes de aveia e outros cereais. Indicou o mesmo técnico, como mais aconselhável, a máquina marca "Sírios", de fabricação argentina, esclarecendo porém que a República do Prata não está permitindo sua exportação. Sendo um dos países maiores produtores de grãos, a Argentina constituiu sua indústria de máquinas agrícolas apoiada justamente na sua maior fonte de riqueza agrícola.

Durante a reunião foram examinadas várias propostas para o fornecimento de material agrícola mas, na sua maioria, tais propostas estabelecem prazos longos para a entrega. Não obstante semelhante inconveniente, ficou assentado efetuar as compras julgadas necessárias, na medida dos recursos disponíveis. As aquisições de máquinas e equipamentos estão orçadas em Cr$ 17.769.390,00, sendo que os gastos com lubrificantes, combustíveis, consertos e salários do pessoal indispensável à execução do auxílio direto aos triticultores, foram estimados em Cr$ 5.955.000,00.

Para execução do seu programa de trabalho no ano corrente o Serviço do Trigo disporá de 60 milhões de cruzeiros, postos à sua disposição pela Comissão de Financiamento da Produção.

Assim está definido o programa do trigo em 1948. Confiamos nos técnicos brasileiros e por isto cremos que, neste ano, êles terão resultados maiores do que no passado, fixando a escala ascendente da produção nacional de grãos.

TRABALHADORES ANÔNIMOS

Temos nos habituado a dizer mal do servidor público brasileiro em geral. Quando, no Rio de Janeiro, procuramos uma qualquer coisa que não encontramos, por uma razão plausível ou não, negamos sistematicamente. Assistimos, no Ministério da Agricultura, a pequena conversa havida para atender a uma solicitação. Alguém desejava obter um saco de semente de trigo a fim de remetê-lo por via aérea para a zona do São Francisco, onde está sendo feita, por particulares, uma experiência de aclimação. No Rio não havia sementes. Um técnico que serve em São Paulo, porém,

odia dispor de um saco e tudo foi ali esolvido para que êste fôsse embarado para o Rio e, a estas horas, as ementes paulistas já deverão estar em lena região do São Francisco. Os omens do fomento da produção vetal constituem uma legião de trabahadores anônimos, dispersos por to- o Brasil. No Acre, por exemplo, m jovem agrônomo constitui todo o essoal de sua repartição, desde a hefia até o contínuo. E o agrônomo Oliveira Mota, chefe da Divisão do omento da Produção Vegetal, verndo sangue por todos os poros, de amisa aberta ao peito como na poea de Casimiro de Abreu, dogmatiza ue o Fomento da Produção Vegetal eve ser um serviço dinâmico. As reuões anuais dos técnicos, começadas o ano passado, são de sua iniciatia, apoiada com a melhor compreenão pelo Ministro Daniel de Carvano. Logo depois dos três dias de tralho com o pessoal do trigo, seguiam-se outros dias de trabalho com os écnicos do Fomento. Homens que há uito tempo não vinham ao Rio de aneiro, muitos dos quais ainda mos haviam seguido para o interior, nde haviam constituído família, viando sempre em virtude de uma reoção, ali estavam, pela segunda vez esde 1947, para falar e ouvir, num rabalho construtivo.

Um dos grandes obstáculos com ue luta o Fomento é a estreiteza dos ecursos orçamentários; êstes porém êm sendo ampliados cada ano. Na lei e meios de 1948 estão inscritos Cr$ 3.521.900,00 e, na proposta orçaentária para 1949, já elaborada pela Divisão, o total está elevado a Cr$ 40.015.280,00. Como é muito grane o vulto do que se torna preciso faer, vem se trabalhando em sequêna. Partindo de um programa preliminar, cada ano sofre o mesmo as mpliações cabíveis, havendo nesta rática a vantagem de no curso de xecução ser possível corrigir aquilo ue na prática não tenha acusado a ficiência desejada. Isto, por exemplo, o que está acontecendo com os Pos- Agro-Pecuários, cuja localização, nforme foi estabelecida pelo Conresso na lei que os criou, nem sempre corresponde, surgindo assim a ecessidade de um estudo prévio pa- cada pôsto.

A própria eficiência do Fomento, iás, conforme foi debatido, não está o sistema de dispersão de fôrças e ecursos; neste particular foi feita a ecomendação de que, em cada região, sejam os meios de trabalho concentrados em áreas de solo apropriado, tendo em consideração a proximidade de grandes centros de consumo ou a possibilidade de meios de transporte fácil e econômico para o escoamento da produção. Cuida-se, assim, de fomentar o aumento da produção mediante aproveitamento das áreas mais produtivas, sem que se continue no sacrifício de conseguir o desejado aumento somente à custa de maior área cultivada. O total da área cultivada, no Brasil, está estimado em 14 milhões de hectares e, no entanto, conforme declaração do agrônomo Oliveira Mota Filho, estamos cada vez produzindo mais caro, pois para mantermos um determinado volume de produção, somente procuramos consegui-lo através do aumento de área.

OBJETIVOS E MEIOS

Torna-se imperioso, cada vez, proceder à reconquista das áreas perdidas pela exaustão ou pelo acentuado declínio da produtividade. Êste esfôrço vem sendo realizado progressivamente e se mais não aparece é em virtude da pequena propoção em que podemos realizá-lo, em relação à extensão da área cultivada. Para êste fim dirige-se, praticamente, todo o esfôrço do fomento no seu programa, que começando por preconizar a policultura, de acôrdo com as condições ecológicas, agrológicas, de transporte e de mercados, sempre com o intuito de organizar grupos agro-pecuários que se compensem, permitindo o equilíbrio financeiro, indo até à mecanização agrícola, como etapa superior da recuperação.

Nesta longa extensão contam-se várias etapas intermediárias, visando tôdas elas, pelo seu conjunto, a valorização econômica da agricultura brasileira. Podemos distribuir da seguinte maneira, os objetivos visados:

Florestamento e Reflorestamento (Madeira e lenha): — Com o intuito de restabelecer o equilíbrio econômico e climatérico, rompido com a devastação das matas. (Nascentes, proteção à erosão, sombreamento de culturas e pastagens, repovoamento de matas e capoeirões;

Combate à erosão: — De acôrdo com os solos, com as culturas, com o nível agrícola do lavrador e com os recursos monetários;

Restauração e aproveitamento (Solos e lavouras): — Com o fim de promover o rejuvenescimento das regiões em decadência, possuidoras, porém, de condições de clima, solo, transporte e aparelhagem, altamente valiosos, utilização de baixadas e terrenos de pouca fertilidade, situados, porém, em zonas de fácil acesso ao transporte e ao povoamento;

Defesa Sanitária Vegetal: — Propaganda e ensino dos métodos preventivos e de combate às moléstias e pragas que assolam as plantas e a respectiva assistência direta;

Aumento de produção por área e melhoria de produção: — Com o intuito de reduzir o custo de produção por unidade, colocando a lavoura, o mais possível, ao abrigo das bruscas oscilações de preço;

Organização racional das propriedades: — Com o fim de entrosar, do melhor modo possível, as medidas anteriores, com o máximo de rendimento e mínimo de despesas. Estabelecendo planos culturais e de criação, dentro dos quais possa a lavoura, sem atropelos, sem choques e sem prejuízos, desenvolver sempre uma melhor especialização em determinadas culturas e criações, um melhor aproveitamento das terras, das instalações, das máquinas e maquinismos e do operário rural.

Colocação e aquisição de produtos: — Com a organização de serviços econômicos, que atinjam diretamente ao produtor, destinados a promover a padronização, classificação e conservação dos produtos e promover sua colocação nos mercados, bem como orientar e auxiliar os lavradores e criadores na aquisição de produtos, máquinas e maquinismos que lhes são necessários. Esta organização terá como objetivo, também, criar entre os ruralistas o espírito associativo e deverá ser substituído, paulatinamente, pelas cooperativas de produção e consumo.

Para atender a êstes fins, o Fomento da Produção Vegetal se propõe a pôr em ação os meios seguintes:

a) — Assistência técnica e material direta ao lavrador ou criador em sua propriedade;

b) — Produção de sementes e mudas;

c) — Culturas fiscalizadas e campos de cooperação;

d) — Fornecimento de sementes, estacas, mudas;

e) — Execução como auxílio e ensino: defesa sanitária vegetal; operações agrícolas, tais como mobilização mecânica do solo, destocamento, drenagem, combate à erosão, podas, enxertias, colheitas;

f) — Elaboração de projetos, plantas, etc., e a orientação durante a execução: florestamento; pastagens artificiais; restauração do solo e lavoura; sítio; armazéns; câmaras de expurgo; drenagens; irrigação, instalação de pequenas indústrias; aproveitamento de sub-produtos; organização racional de propriedades rurais, etc.;

g) — Educação e divulgação: semanas ruralistas; exposições agrícolas; reuniões com palestras e exibições cinematográficas; clubes agrícolas; cursos rápidos nas Escolas Normais Rurais; instrução técnica ao trabalhador rural; publicação e distribuição de folhetos de ensinamentos técnicos rurais; serviço de imprensa; rádio difusão;

h) — Aquisição para revenda, pelo preço de custo sem juros e a prestações, para arrendamento ou utilização: instrumentos agrícolas; máquinas, instalações de beneficiamento, conservação e transformação; arame farpado, adubos e corretivos. Inseticidas; fungicidas;

i) — Auxílio técnico e financeiro para: desenvolvimento da indústria do frio no país e armazenamento de produtos;

j) — Assistência médico-sanitária: ao trabalhador, com a cooperação dos órgãos especializados (Ministério da Educação e Saúde, Secretarias Estaduais, Serviço de Malária, etc.);

l) — Assistência técnica e financeira para: custeio de safras, financiamento, colocação dos produtos e encaminhamentos até os mercados.

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

O plano de mecanização agrícola exposto pelo diretor da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, salientando as vantagens, para cada caso, da moto-mecanização, da mecanização a tração animal e da mecanização mista, é o resultado de dois anos de estudos. Foi ainda no govêrno Linhares que se encarou de frente êste problema, sendo então traçado o programa consubstanciado num decreto-lei que autorizava o Ministério da Agricultura a contratar com a Fábrica Nacional de Motores, um lote de 10.000 tratores e respectivos implementos. Desde então o agrônomo Oliveira Mota Filho vem estudando o assunto. Não obstante terem sido realizados todos os trabalhos preliminares pelos técnicos da Fábrica e do Ministério, tendo sido mesmo redigida até a minuta do contrato, o assunto acabou sendo pôsto de lado, atendendo a uma sugestão do Ministro da Fazenda, que opinou dever o contrato em aprêço ser assinado entre a sociedade anônima que então estava em organização para tomar conta daquele parque industrial. Esta foi concluída, efetivada e parece que o contrato caiu no esquecimento. Enquanto isto, o Ministério da Agricultura se debate na luta para conseguir comprar, cada ano, aluguns equipamentos.

Houve depois a Conferência dos Secretários da Agricultura, onde o problema da mecanização foi examinado e recebeu importantes subsídios e é, no momento, em tôrno das deliberações da Conferência, que o assunto se desenvolve com maior presteza. No correr de 1947 foram iniciados alguns trabalhos de máxima importância, sobretudo no que respeita à formação de pessoal.

Valeu-se, a Divisão de Fomento, da Fazenda Ipanema, em São Paulo, para lá instalar cursos de mecanização agrícola — mecânicos e tratoristas — e cursos de engenharia rural para agrônomos. Reuniu um grupo de técnicos trazidos de todos os recantos do país e ali realizou um trabalho intensivo, familiarizando os alunos com tôdas as tarefas ligadas à mecanização, com aulas práticas durante o dia e cursos de conferência durante a noite.

Os chefes de serviço que estiveram no Rio para a reunião de março deram conta dos resultados práticos dos cursos havidos em Ipanema e tomaram providências necessárias não somente à manutenção como à sua ampliação no corrente ano, onde será ministradas novas disciplinas, inclusive inglês, pois consideram êles que é preciso conhecer inglês pelo menos para ler catálogos.

A compra de oficinas é outra providência já tomada; no momento em que se pretende imprimir rumos novos e dinâmicos à agricultura, o equipamento de mecanização de que dispomos, não obstante pequeno, assume valor maior, pois que deve ser utilizado tão intensamente quanto possível. Nestas condições, a sua manutenção assume importância decisiva.

O material de que dispõe a Divisão de Fomento da Produção Vegetal distribuído em tôdas as Unidades da Federação, vem sendo utilizado de maneira a mais racional mediante a formação de patrulhas motorizadas.

ALGODÃO

Um dos capítulos mais importantes, de quantos foram discutidos pelos técnicos do Fomento, é o que diz respeito à situação da lavoura algodoeira. E' outro assunto que vinha sendo cuidadosamente estudado desde o ano passado, tendo sido elaborado um plano que, aprovado pelo Ministro da Agricultura, foi exposto e amplamente debatido O trabalho em aprêço, elaborado pelo chefe da Seção Técnica de Plantas Têxteis, agrônomo Renato Gonçalves Martins, é sem dúvida merecedor de maior divulgação; esperamos, em próximas edições, publicar os seus capítulos fundamentais.

Depois de passar em revista a evolução do algodão no mundo, acentuando a sua importância como matéria prima, avultada em face da invenção do teor mecânico, examina a posição do Brasil como país produtor, mostrando que, desde 1938, a sua cultura tem declinado, primeiro no Norte e Nordeste, atingindo o declínio, a partir de 1946, o maior Estado produtor: São Paulo. O algodão brasileiro tem decaído não apenas no volume das safras, mas sobretudo nas suas qualidades nobres, de extensão e resistência de fibra. E' alarmante a situação em que nos encontramos no que respeita às sementes para a próxima semeadura.

O plano faz um repasse da situação nacional, distribuindo-se no exame da posição de cada Unidade produtora e preconiza que, à sua base, sejam elaborados planos regionais enquadrados nas suas linhas mestras.

Juta, café, florestamento e reflorestamento, postos agro-pecuários, defesa sanitária vegetal, foram, dentre outros, assuntos debatidos. Um, porém, é merecedor de maior eco.

PRECISAMOS DE AGRÔNOMOS!

Conquanto julguemos sediça a afirmação de que o Brasil é um país essencialmente agrícola, o fato é que a nossa agricultura luta, ainda, por quebrar a rotina e o acaso em que sempre viveu e trabalhou. Se, por um lado, vive ela à base da enxada, símbolo da precariedade da exploração do

nosso solo, por outro lado não é menos verdade que vive ela à míngua de técnicos. Precisamos de agrônomos! Dispomos hoje de boas escolas cujas salas de aula se acham praticamente desertas.

Ainda no mês de março o Ministro da Agricultura, Sr. Daniel de Carvalho, teve oportunidade de dar a aula inaugural dos cursos de agronomia e veterinária nas amplas e modernas instalações do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agrícolas — CNEPA — Universidade Rural que é o que de melhor já realizamos em matéria de ensino superior. Pois bem, nos exames vestibulares de agronomia, foram presentes nove candidatos apenas; no intuito de dar maior oportunidade à mocidade, foi concedida uma segunda época para vestibulares e se apresentaram mais 14 alunos!

Na edição de setembro de 1947 de O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO (n.º 139), há uma ampla reportagem sôbre a Universidade Rural; aconselhamos ao leitor a leitura dêste trabalho onde o grande empreendimento do quilômetro 47 da estrada de rodagem Rio-São Paulo surge em tôda a sua extensão e magnitude.

A agricultura requer ampla e eficiente assistência técnica e, no entanto as escolas para formação dêsses técnicos, feitas de maneira a constituir um atrativo à juventude, por tudo que nelas representa o espírito universitário, restam como imensos desertos, refletindo a desolação nascida do desinterêsse. E' imperioso criar na juventude o amor à terra e fazer com que ela se compenetre de que a dinamização da agricultura brasileira, a sua potencialização, são tarefas que cabem aos brasileiros, filhos da terra, a ela vinculados e por ela responsáveis.

CONCLUSÕES DOS TÉCNICOS

A ata final dos trabalhos dos técnicos do fomento da produção vegetal se conclui por uma série de recomendações de ordem prática que valem por um programa:

— Majoração do orçamento;
— Simplificação das leis e regulamentos;
— Transporte;
— Financiamento;
— Preços mínimos para o lavrador;
— Armazéns, silos e frigoríficos;
— Cooperação entre as diversas dependências do Ministério da Agricultura;
— Colaboração de repartições do Ministério da Educação e Saúde no melhoramento das condições de saúde e ensino das propriedades rurais.

Cada uma das recomendações encerra um mundo de sugestões e no entanto, mesmo no fundo de simplicidade com que estão definidas, indicam um mundo de dificuldades. Traduzem, em muitos dos seus aspectos, as contradições da nossa administração pública, onde fatos e processos se contradizem, anulando-se. Pleiteamos preços mínimos para o lavrador num país onde não existe sequer contabilidade agrícola, por mais rudimentar que seja, na quase totalidade das explorações sendo, por conseguinte, impraticável o levantamento do custo da produção, custo êste que varia, de região para região, como da água para o vinho e, ainda mais, considerando que a terra nunca é explorada pelo seu proprietário, o qual, de um modo geral, é o primeiro intermediário entre o produtor e o consumidor.

Estas observações servem para o encarecimento de rapidez nos estudos e debates da Lei Agrária, cujo anteprojeto se encontra na Câmara dos Deputados. A êste respeito, desejamos transcrever aqui trecho de uma conferência pronunciada pelo Ministro Daniel de Carvalho no Rotary Clube do Rio de Janeiro:

"Quando pensamos que a natureza leva de quatro a seis mil anos para fazer uma camada de húmus de espessura do pé de Carlos Magno, isto é, do pé, medida inglesa, e que leva de trinta, quarenta ou cinquenta anos, apenas, para lavar essa camada; quando observamos o que está ocorrendo nas terras cansadas do Rio de Janeiro, do Vale do Paraíba, empório de café e em largas regiões do Estado de São Paulo e de Minas, onde a erosão esgotou a fertilidade da terra — não podemos deixar de ficar alarmados pelo futuro do nosso país, porque não podemos esquecer que essa terra não é só nossa, dos que vivem atualmente sôbre ela. Pertence aos nossos filhos, aos nossos netos, a todos os nossos descendentes. Nós somos transitórios. A Pátria é eterna. E não podemos inutilizar a terra, impedindo que os nossos descendentes vivam dela."

CONJUNTURA ECONÔMICA

Acompanhe a evolução da economia brasileira e mundial, lendo

"CONJUNTURA ECONÔMICA"

publicação mensal editada pela Fundação Getúlio Vargas

Nas principais livrarias, bancas de jornais, etc.

PARA ASSINATURAS, DIRIJA-SE À

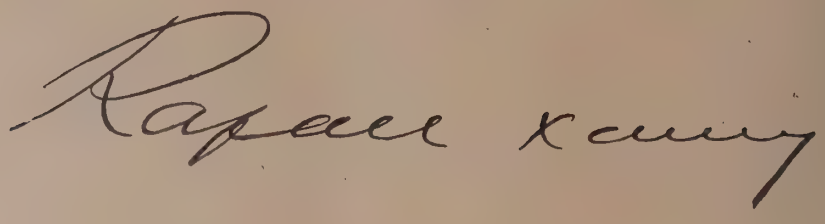
REDAÇÃO: Praia de Botafogo, 192

Tels.: 26-6034 – 26-6108 – 26-5877

ENDERÊÇO POSTAL: Caixa Postal, 4081

RIO DE JANEIRO

Finanças do Nordeste



QUER em virtude de sua posição geográfica, quer em conseqüência da condição colonial de sua economia, o Brasil permaneceu, bem se pode dizer, até a primeira guerra, à margem das repercussões provocadas pelas fôrças econômicas e sociais que agitavam o mundo. Chegavam-nos amortecido pela distância os reflexos das mutações essenciais que se iam processando no ambiente europeu, modificando-lhe a fisionomia econômica e afastando-o, cada vez mais, da estabilidade e da paz social.

Tão logo, porém, os progressos da técnica favoreceram a integração de "um mundo só", o país, organizado em sua economia e guardando ainda as marcas da formação colonial, começou a sentir desajustamentos e crises, que se foram sucedendo e tornando-se mais graves e percutentes.

Embora, no passado, alguns dos nossos pensadores políticos formulassem — naturalmente antevendo a perspectiva da tempestade que se desencadearia, em face da revolução industrial — advertências muito sombrias acêrca da ausência de organização nacional, continuaram as elites dirigentes a ignorar os problemas básicos da vida brasileira, preocupadas, antes, com a constituição de gabinetes ministeriais ou com os entrechoques eleitorais, sob a inspiração, numa e noutra hipótese, de interêsses puramente regionalistas.

Agravados os problemas, aumentadas as aflições nacionais, impôs-se, porém, a substituição da mentalidade dominante, em seu descuidado otimismo, pelo conhecimento objetivo das realidades brasileiras. Caberia, dessarte, à Estatística, a responsabilidade de auscultar o organismo do país a fim de pôr de manifesto a extensão, o sentido e as causas prováveis dos desequilíbrios existentes, estruturais e funcionais.

E a Estatística não faltou a essa missão. Mercê das pesquisas realizadas e das conclusões que os levantamentos numéricos possibilitaram, já se conhecem, hoje, os grandes problemas nacionais, convenientemente configurados em sua intensidade e no espaço geográfico em que se projetam. Aí estão bem medidos, os problemas da inadequada divisão territorial; do êxodo rural da instabilidade e fragilidade econômica; da inorganização administrativa; da desassistência social; do desprêso ao interior; e muitos e muitos outros que atormentam esta atualidade feita de sacrifícios, de dúvidas, de rebeldias, de angústias. Não se limitou a Estatística, porém, à evidenciação do resultado singelo de suas investigações, pois se julgou no dever patriótico, indeclinável, de apontar aos brasileiros as sugestões dos números, com as bases de uma política de ação e salvação nacionais.

Para os que, em seus labores quotidianos, lidam com os números, não é difícil compreender o que êles exprimem. Nem sentir, muitas vêzes, o seu clamor. Se ao poeta era possível ouvir e entender estrêlas, porque o amor lhe dava ouvido para isso, também ao estatístico é possível ouvir e sentir a mensagem dos números, expressa, em muda eloquência, nos quadros e tabelas que lhe cabe interpretar.

Captou, magistralmente, essa mensagem, para a revelação da *insuficiência* e da *deficiência* do nosso ensino primário, o espírito apostolar de Teixeira de Freitas, ao advertir-nos de que os números choram, mostrando aos que os lêem a dramática situação do problema da escola primária brasileira. Choram e clamam, evidenciarem, de um lado, as proporções do analfabetismo no Brasil e, de outro lado, a impossibilidade de reterem as nossas escolas aquêles que as procuram, com a circunstância, ainda mais agravante, de não corresponderem, pela quantidade, ao número de crianças que delas precisam.

A mim, igualmente, não me tem sido estranha a revelação dos números. Sinto e compreendo o que êles dizem. O meu já longo contacto com a estatística, prolongando-se por mais de vinte anos de vida pública, permitiu-me interpretar o desajustamento de nossa estrutura político-econômica, evidenciado pela análise das mensurações que dizem respeito à organização nacional, se podemos considerar "organização" o que vimos tendo nêsse terreno, na continuidade dos tempos.

Não me furto de repetir, a êsse respeito, o pensamento de Alberto Tôrres, sociólogo e patriota que com tanta clarividência, configurou os problemas brasileiros. Repetí-lo é alertar as novas gerações. Tôrres afirmou, em síntese admirável, que "nosso problema é o problema de nossa organização; e a primeira coragem de que nos cumpre dar provas, é a da longa, máscula e paciente tenacidade, necessária para empreender e sustentar com vigor e inteligência o esfôrço múltiplo e vagaroso da construção de nossa sociedade. E' uma obra de arquitetura política, mas de uma arquitetura destinada a edificar um colossal e singular edifício, que deve viver, mover-se, crescer e progredir e que incumbe à nossa geração".

Desta falta de organização, resultam consequências diversas, e

re elas talvez a mais grave seja a
ná distribuição das rendas públi-
as, verificada no país. A União
bsorve a maior parte da arrecada-
ão, cabe outra boa parte aos Es-
ados e uma quota ínfima resta
ara os Municípios. Em 1946, a
eceita federal correspondeu a....
3,50% do total da receita pública;
estadual, a 32,61%. Enquanto
sto tocou às Municipalidades a
ercentagem de 7,43. Por mais
rrisória que pareça, arrecadam os
Municípios de todo o Brasil, em
úmero superior a 1.600, pouco
nais do que, sòzinho, o Distrito Fe-
leral tem de renda, isto é, 6,46% do
otal da receita pública.

Os constituintes republicanos, ao
larem ao Brasil a Carta de 1891,
noldaram-na ao sistema america-
no, mas se esqueceram de assegu-
ar à autonomia municipal a base
econômica estável, que a deveria
ustentar. Imitou-se da América
lo Norte o fenômeno exterior, ou
eja o efeito; deixou-se esquecido
fato determinante de causa. Por-
que, na verdade, não pode haver
utonomia sem base econômica
ssegurada.

Dêsse desajustamento adveio a
onsequência que era assinalada por
úcidos espíritos ainda no alvorecer
lo regime republicano: a ilusão da
utonomia. Agravou-se no correr
los tempos a decadência da vida
municipal. E' êste o panorama que
s números documentam, advertin-
lo-nos de que nos cumpre mudar
le rumos, a bem do Brasil.

Acentuei a gravidade do proble-
na em conferência pronunciada, há
êrca de dois anos, na Capital da
República. Repito palavras então
roferidas, porque elas ainda não
erderam a oportunidade. Ao con-
rário. Continuam a fixar os con-
ôrnos da situação nacional. Dizia,
ntão: "Assumiram, União e Esta-
los, por uma inversão do sistema
ederativo, o contrôle e a execução
le todos os encargos, que, por de-
inição e sua natureza, deveriam
ser função dos governos locais.
Criaram um aparelho burocrático
entralizado para execução dos pro-
gramas traçados e para tanto re-
luziram ao mínimo as possibilida-
les municipais de desenvolvimento.
Começou a obra lenta de sucção,
não só de recursos, como de valores
humanos. A vida municipal, estag-
nada, não proporcionava meios su-
ficientes à sua população. As Capitais cresciam para gáudio dos *estadistas*, cuja capacidade administrativa se aferia pela abertura de avenida ou construção de prédios suntuosos, porém nas mesmas Capitais. E o orgulho nacional se enchia de entusiasmo pela obra de seus dirigentes, embora a fome e a morte rondassem nossas portas e desaparecessem por falta de elementares recursos de higiene preventiva, trezentas mil crianças, anualmente. Tanto insistimos nos erros, que o problema, já agora, não é apenas do interior. O excesso de população nas Capitais e o crescimento vertiginoso e desordenado destas estão a exigir, claramente, soluções que se não encontram de pronto".

Como há pouco referi, ínfima é a percentagem da arrecadação das Municipalidades, no total da receita pública do país, ou sejam apenas, 7,43%. Aí se englobam, porém, as Municipalidades do Interior e as das Capitais. Se separarmos umas e outras, teremos 3,50% para as Capitais e 3,93% para o Interior. Que revelam tais números? Revelam, antes de tudo, o desvio para as metrópoles de grande parte dos recursos que deveriam caber aos demais municípios, numa concentração de valores favorecedora daquele "tantalismo urbanista" em que já se assinalou uma das causas para a decadência da civilização ocidental.

Examinemos, em particular, a situação dos Estados do Norte e do Nordeste, no tocante à distribuição das rendas públicas. Os dois Estados que constituem a região Norte — o Amazonas e o Pará — arrecadaram, em 1945, o total de ..... 307.506 mil cruzeiros. Dêsse total a parte da União foi de 127.093 mil cruzeiros, ou sejam, 41,33%, enquanto a dos Estados foi de .... 119.609 mil cruzeiros, que representam 38,90%. A receita das Capitais foi de 28.053 mil cruzeiros e a dos Municípios do Interior de 32.751 mil cruzeiros, isto é, 9,12% e 10,65%, em números relativos.

Do Maranhão à Alagoas, está situada a região Nordeste, compreendendo o Maranhão e o Piauí uma subdivisão, e do Ceará ao limite do rio São Francisco outra subdivisão, aquela o Nordeste-ocidental, esta o Nordeste-oriental. Na primeira subregião, o total arrecadado foi de 155.234 mil cruzeiros, na segunda de 1.085.351 mil cruzeiros. O primeiro total está assim distribuido: União, 46.323 mil cruzeiros ..... (29,84%); Estados, 87.718 mil cruzeiros (56,51%); e Municípios, ... 21.193 mil cruzeiros (13,66%). Ainda uma vez, a prevalência absoluta da União e do Estado, em detrimento do Município.

No que toca ao Nordeste-oriental, a região mais comumente chamada Nordeste, aquela que abrange os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, não difere, em linhas gerais, a distribuição da receita pública. E' o erário federal o melhor aquinhoado, com 549.461 mil cruzeiros; segue-se o estadual, com 397.548 mil cruzeiros; e vem, por fim, o municipal, com 138.342 mil cruzeiros. Em números relativos, à União, aos Estados e aos Municípios cabem, respectivamente, ... 50,63%, 36,63% e 12,74%.

Sente-se, igualmente, nesta região o centripetismo econômico, através da sucção, pelas Capitais, de grande parte dos recursos originários dos municípios. Elas arrecadaram 68.307 mil cruzeiros, ou sejam, 6,29% do total; aos Municípios do Interior couberam 70.035 mil cruzeiros, isto é, 6,45%. As cinco metrópoles, elas sòzinhas, arrecadaram pouco menos do que todos os Municípios restantes.

Não há como esconder a clamorosa insuficiência de tais recursos. Que podem fazer as administrações locais, se lhes negam os meios financeiros? Que podem fazer, se a carência de elementos materiais as impossibilita de atender às necessidades imediatas do Município? Não é por outra razão que se privam as nossas Municipalidades de dar solução adequada aos problemas de água, de esgôtos, de educação, de energia, de transporte, de assistência para as populações locais. Não podem atender a êsses p r o b l e m a s, nem encaminhá-los, dada a escassez de recursos materiais.

Em face dêsse panorama, haveremos, entretanto, de reconhecer o quanto devem as Municipalidades a êsses homens bravos e dedicados que se arraigam à sua comuna, tudo lhe dando, tudo por ela fazendo, não lhe faltando com sua assis-

tência constante. São os descendentes e continuadores daqueles "homens bons" do período colonial, que serviam nas Câmaras, nos juízados, nos conselhos, e cuja autoridade moral fortalecia o poder político das instituições municipais.

Se olharmos para o que existe, em todo êsse nosso pobre e esquecido interior nordestino, nem sempre assinalareis a presença da ação estatal, mas encontrareis em cada canto, de certo, a marca das atividades dos "homens bons" da terra. Hospitais, escolas, serviços de luz e água, foram êles que os criaram, ou são êles que os mantêm; as estradas, êles é que as abriram.

Homens capazes disso, dêsses e de outros sacrifícios, dos quais o menor não é, certamente, viver numa terra a que faltam as mínimas exigências de confôrto e bem-estar, homens assim, de energia e fôrça de vontade, ajudam-nos a confiar em que é possível modificar a situação. Sou dos que crêem na ação dos homens do interior, e porque neles creio, estou certo de que o prevalecimento do novo critério estabelecido na Carta de 1946, quanto à discriminação das rendas públicas, assegurará dias melhores ao Brasil favorecendo a prosperidade de seus Municípios e a melhoria das condições de vida das populações rurais.

As revelações que os resultados estatísticos oferecem, acêrca dos problemas nacionais, provocam-nos amargas reflexões sôbre os destinos de nossa pátria. Ouví-las e meditar-lhes a lição é dever de todos nós, responsáveis pelo Brasil de hoje, de maneira que possamos entregá-lo aos que vierem amanhã, sem risco de merecermos a censura de haver traído, apesar de tão graves advertências, a nossa missão histórica.

Cumpre a cada brasileiro encarar objetivamente os problemas nacionais, procurando menos fixar as suas repercussões exteriores, do que as causas profundas que os determinam. Sem que removamos essas causas ,o país continuará a padecer do mal que Tôrres diagnosticou; continuaremos a ser um povo sem organização.

As estatísticas já nos sugerem, ao mostrar-nos a penosa situação a que foram conduzidos os municípios brasileiros, qual a diretriz justa para que demos à nossa democracia a vitalidade capaz de assegurar a sua sobrevivência, sob a alta inspiração da justiça social. Para isto, é indispensável, antes de tudo, que se atribuam aos Municípios as prerrogativas necessárias ao perfeito cumprimento de sua missão, no mecanismo de nosso regime político. E a primeira dessas prerrogativas é a base econômica, sem a qual a autonomia se conver te em mera ficção constitucional.

Porque assim o entende, o Ins tituto Brasileiro de Geografia Estatística, ouvindo e interpretan do a mensagem dos números, in clui em seu programa de ação un concurso firme e decidido à cam panha em pról da revitalização d Município. Sua parte nesta cruza da vem sendo cumprida, através dos compromissos assumidos no Convênios Nacionais de Estatísti ca Municipal, com a instalação, em têrmos de organização racional de eficiência técnica, de Agência de Estatística em todos os Muni cípios do país. Não serão elas apenas, órgãos coletores de dado numéricos. O Instituto deseja tor ná-las fôrças atuantes em favor d progresso local, seja revelando o recursos e possibilidade de cada co muna, seja pondo em relêvo os seu problemas e necessidades.

Pela unidade de ação de pensa mento, essa rêde de órgãos há d constituir-se um fator de coesã espiritual da Pátria, ajudando o brasileiros do Norte e do Nordes te, do Sul e do Centro, a melho servirem aos interêsses do país contribuindo para a valorização, o fortalecimento e o progresso d Município, que, segundo um just conceito, é, na ordem política, "o primeiro amor do cidadão".

AOS NOSSOS ASSINANTES

EM virtude do aumento considerável da venda do "O OBSERVADOR" cujas edições veem sendo rapidamente esgotadas, recomendamos aos nossos assinantes que nos encaminhem suas reclamações sôbre exemplares não recebidos, nesta Capital até o dia 30 do mês seguinte e nos Estados dentro de 60 dias depois da circulação da Revista.

Pelas causas apontadas, não podemos aceitar a responsabilidade sôbre a entrega dos exemplares que, extraviados, não nos forem reclamados dentro dos prazos acima estipulados.

Hranio L. Pinelo

Parque Industrial do Brasil, em 1940

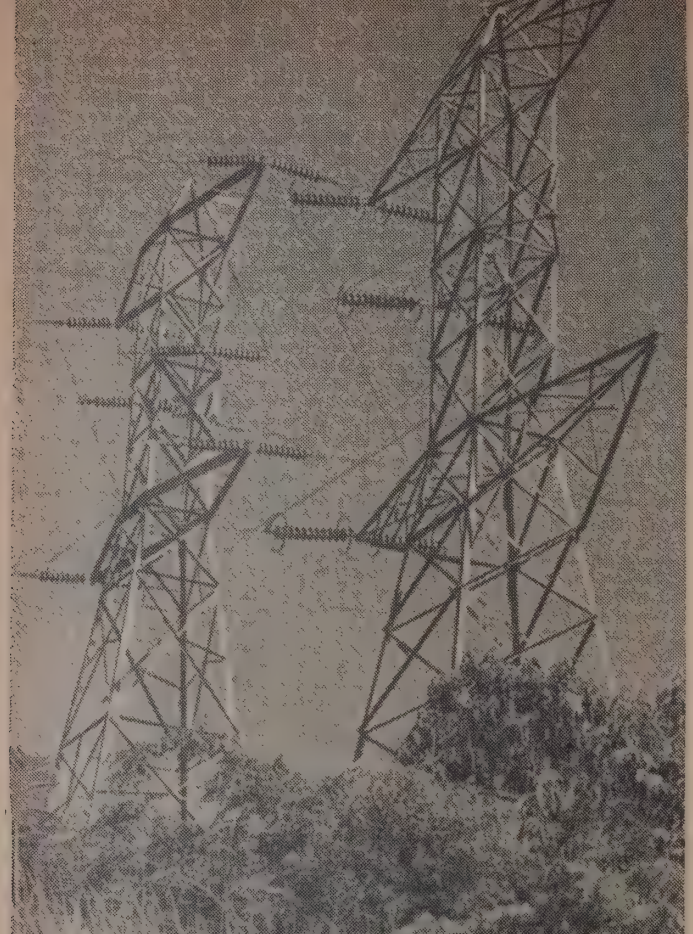
INTRODUÇÃO

OS PRIMEIROS RESULTADOS do censo industrial de 1940 só agora estão sendo conhecidos. Muito embora boa parte dêsse material se possa considerar prejudicada em vista de sua inatualidade, a verdade, contudo, é que êle oferece valioso subsídio aos estudos que se queira fazer sôbre todos os aspectos do parque industrial brasileiro, pois constitui admirável ponto de referência, pelo critério que presidiu a crítica dos questionários coletados e que orientou a apresentação dos dados numéricos.

Há a considerar, além do mais, a circunstância de existir quase que absoluto desconhecimento, ainda hoje, das condições da produção industrial do país, e isto, por si só, faz com que o material do censo industrial de 1940 obtenha um sabor de novidade. E m função dessa circunstância é que nos apressamos a colocar ao alcance dos leitores do O OBSERVADOR o material em foco. Nosso trabalho consistiu, apenas, em reduzir as grandes tabelas que apresentarão os resultados do censo e que deverão constar do "Anuário Estatístico do Brasil" n.º VII, e da "Sipnose do Censo Industrial" a quadros mais singelos, onde se pudesse realçar detalhes significativos, mobilizando médias e percentagens.

Com o intúito de indicar ao leitor apressado os aspectos mais curiosos dêsses quadros, os fizemos acompanhar de textos ainda mais singelos. Desprezamos, no presente roteiro, os dados numéricos por Unidades da Federação, e nos restringimos aos relativos aos agrupamentos industriais.

Não estão incluídos, em nenhum dos quadros aqui apresentados, os dados referentes a 109 estabelecimentos com produção de Cr$ 40.718.000,00, pertencentes à classe "indústria da pesca", a 190 estabelecimentos, com a produção de Cr$ 108.237.000,00, ligados à classe "atividades industriais do Estado", e a 12.239 estabelecimentos com a produção de Cr$ .... 175.444.000,00, correspondentes a atividades mal definidas ou associadas a atividades rurais.



Energia elétrica

ORGANIZAÇÃO

A primeira impressão a recolher do parque indu trial brasileiro diz respeito ao modesto desenvolv mento de sua organização. Ao contrário do que s verifica nos países onde a forma capitalista de pr dução atingiu índice elevado, e em que as emprêsa industriais ampliam, em ritmo crescente, a rêde d seus estabelecimentos, ou melhor, de suas unidad produtoras, no Brasil o mais frequente ainda é a em prêsa comandar a produção de um único estabelec mento.

O quadro abaixo esclarece o assunto plenamente Por êle se observa que apenas as emprêsas compree didas no ramo da "produção e distribuição de eletr cidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos dispõem de uma rêde maior de estabelecimentos. A demais, aparecem com 1,5 estabelecimentos ou meno sendo que as situações mais modestas são encontra das nos ramos da "construção civil", da "metalurgia" da "madeira e produtos afins", da "transformação d minérios não metálicos", de "couros e peles", de "ves tuário, calçado e toucador", e das indústrias "mistas"

A distribuição da potência disponível mostra igualmente, especial interêsse. No conjunto as in dústrias que reunem maior número de C. V. são, pel ordem decrescente, os "têsteis", as de "produtos ali mentares", as de "madeira e produtos afins" e a "metalúrgicas". Quanto à situação por estabelecimen to, as melhores providas são as da "borracha", d "papel e papelão", a "têxtil" e de "óleos e graxas ve getais".

CENSO INDUSTRIAL DE 1940

TABELA I

INDÚSTRIA	EMPRÊSAS	ESTABELECIMENTOS	NÚMERO MÉDIO DE ESTABELECIMENTOS POR EMPRÊSA	POTÊNCIA DISPONÍVEL (c.v.) (1)		
				DADOS ABSOLUTOS	% SÔBRE O TOTAL	POTÊNCIA POR ESTABELECIMENTO
Extrativa mineral	1 621	2 267	1,4	22 642	1,9	10,
Extrativa vegetal	1 411	1 791	1,3	18 941	1,6	10,
Metalúrgica	1 299	1 460	1,1	86 930	7,2	59,
Mecânica	595	694	1,2	42 000	3,5	60,
Transformação de minérios não metálicos	4 348	4 861	1,1	56 722	4,7	11,
Madeira e produtos afins	4 949	5 614	1,1	103 584	8,6	18,
Papel e papelão	192	228	1,2	41 471	3,4	181,
Borracha	52	65	1,3	15 105	1,2	232,
Óleos e graxas vegetais	114	174	1,5	24 904	2,0	143,
Couros e peles	1 149	1 297	1,1	17 674	1,5	13,
Pêlos, penas e outros despojos animais	13	18	1,4	247	0,0	13,
Química e farmacêutica	1 343	1 610	1,2	42 940	3,6	26,
Têxtil	1 613	2 212	1,4	323 929	26,9	146
Vestuário, calçado e toucador	2 808	3 218	1,1	12 844	1,0	4
Produtos alimentares	12 147	14 905	1,2	298 747	24,8	20
Bebidas e estimulantes	1 461	1 701	1,2	28 184	2,3	16
Construção civil	1 191	1 243	1,0	41 594	3,5	33
Produção e distribuição de eletricidade, gáz e frio; abastecimento d'água e esgotos	1 224	3 218	2,6	4 880	0,4	1
Editorial e gráfica	1 838	2 207	1,2	16 493	1,4	7
Mista	569	635	1,1	5 763	0,5	9
TOTAL	39 937	49 418	1,2	1 205 594	100,0	24

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

(1) Exclusive a potência disponível dos motores primários das indústrias de "Produção e distribuição de eletricidade".

CAPITAL REALIZADO

No conjunto das emprêsas industriais brasileiras, participação do capital estrangeiro é da ordem de ,7%. Como capital realizado entende-se aquêle com ue se constituem juridicamente as emprêsas. Obser-a-se, na leitura dos números, que, nas indústrias da produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, astecimento dágua e esgôtos", há absoluta prepon-rância do capital estrangeiro, pois que êste ascende 79,2% do total.

Na indústria "mecânica", a participação do di-heiro alienígena também é elevada, de vez que mon-a 58,0% do total, ultrapassando ainda a casa dos % nas indústrias "mistas". Em três outros ramos dustriais, a presença do capital estrangeiro se faz ntir numa percentagem entre 40 e 50%. São êles: a indústria de "transformação de minérios não me-licos", 49,3%; na indústria do "vestuário, calçado toucador", 43,9%; e na indústria de "bebidas e es-mulantes", 42,3%. Os ramos industriais que menos terêsse despertam ao capital estrangeiro são os ex-ativos; no mineral, sua participação é de 9,8% e no egetal de 5,5%.

Em função do montante do capital destinado por trangeiros às atividades industriais do Brasil, obser-a-se que a maior quota cabe à indústria da "produ-ão e distribuição de eletricidade, gás e frio, abasteci-ento dágua e esgôtos", com 47,3%. Seguem-se-lhe indústria de "produtos alimentares" e a de tecidos, m respectivamente, 12,0% e 10,8%, perfazendo os ês mais de 70% do total.

O dinheiro

CENSO INDUSTRIAL DE 1940

TABELA II

INDÚSTRIA	EMPRÊSAS	CAPITAL REALIZADO (Cr$ 1 000)				
		TOTAL	POR BRASILEIROS	POR ESTRANGEIROS		
				DADOS ABSOLUTOS	% SÔBRE O TOTAL DO CAPITAL REALIZADO	% SÔBRE O TOTAL DO CAPITAL REALIZADO POR ESTRANGEIROS
trativa mineral	1 621	162 056	146 212	15 844	9,8	0,5
trativa vegetal	1 411	87 616	82 808	4 808	5,5	0,2
talúrgica	1 299	368 146	270 739	97 407	26,5	3,4
cânica	595	133 521	56 045	77 476	58,0	2,7
ansformação de minérios não metálicos	4 348	316 339	160 489	155 850	49,3	5,4
deira e produtos afins	4 949	257 104	184 818	72 286	28,1	2,5
pel e papelão	192	128 135	103 375	24 760	19,3	0,9
rracha	52	41 445	31 178	10 267	24,8	0,3
os e graxas vegetais	114	46 938	40 826	6 112	13,0	0,2
uros e peles	1 149	83 263	62 810	20 453	24,6	0,7
los, penas e outros despojos animais	13	1 298	1 051	247	19,0	0,0
ímica e farmacêutica	1 343	472 040	370 581	101 459	21,5	3,5
xtil	1 613	1 209 202	898 200	311 002	25,7	10,8
stuário, calçado e toucador	2 808	162 982	91 435	71 547	43,9	2,5
dutos alimentares	12 147	1 375 980	1 030 979	345 001	25,1	12,0
bidas e estimulantes	1 461	308 454	177 986	130 468	42,3	4,5
nstrução civil	1 191	174 229	145 355	28 874	16,6	1,0
dução e distribuição de eletricidade, gáz e frio; stecimento d'água e esgotos	1 224	1 720 588	357 578	1 363 010	79,2	47,3
itorial e gráfica	1 838	183 534	157 419	26 115	14,2	0,9
sta	569	40 155	19 190	20 965	52,2	0,7
TOTAL	39 937	7 273 025	4 389 074	2 883 951	39,7	100,0

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

CENSO INDUSTRIAL DE 1940

TABELA III

INDÚSTRIA	EMPRÊSAS	CAPITAL APLICADO (Cr$ 1 000)		
		DADOS ABSOLUTOS	% SÔBRE O TOTAL	CAPITAL MÉDI POR EMPRÊS.
Extrativa mineral	1 621	330 203	1,8	203
Extrativa vegetal	1 411	143 794	0,8	101
Metalúrgica	1 299	871 926	4,8	671
Mecânica	595	391 091	2,2	657
Transformação de minérios não metálicos	4 348	467 100	2,6	107
Madeira e produtos afins	4 949	461 648	2,6	93
Papel e papelão	192	304 758	1,7	1 587
Borracha	52	144 521	0,8	2 779
Óleos graxas e vegetais	114	241 360	1,3	2 117
Couros e peles	1 149	177 407	1,0	154
Pêlos, penas e outros despojos animais	13	2 389	0,0	183
Química e farmacêutica	1 343	752 045	4,2	560
Têxtil	1 613	3 113 684	17,3	1 930
Vestuário, calçado e toucador	2 808	267 794	1,5	95
Produtos alimentares	12 147	3 438 286	19,0	283
Bebidas e estimulantes	1 461	493 446	2,7	337
Construção civil	1 191	186 573	1,0	156
Produção e distribuição de eletricidade, gáz e frio; abastecimento d'água e esgotos	1 224	5 807 707	32,2	4 744
Editorial e gráfica	1 838	354 016	2,0	192
Mista	569	83 489	0,5	146
TOTAL	39 937	18 033 237	100,0	451

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

Manufaturas de borracha

CAPITAL APLICADO

Na data do censo, o montante do capital aplica do nas atividades industriais do país era duas e mei vêzes superior ao capital realizado. Enquanto êst ficava aquem de 7 bilhões e 300 milhões de cruzeiro aquêle ultrapassava a casa dos 18 bilhões.

A distribuição do capital aplicado segundo o grandes ramos industriais mostra que quase 70% d dinheiro aplicado estavam concentrados na "produçã e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimen to dágua e esgôtos", nas indústrias de "produtos ali mentares" e nas indústrias "têxteis". O primeiro ra mo reunia 32,2% dêsse capital; o segundo, 19,0%; o terceiro, 17,3%. As indústrias menos favorecida nêste particular, eram a de "pêlos, penas e outro despojos animais", a "extrativa vegetal", a da "bor racha" e as indústrias "mistas".

No que diz respeito, contudo, ao capital aplica do médio por emprêsa, uma posição de destaque cab à indústria da "borracha". Êste ramo industrial, con tando apenas com 52 emprêsas, reunia quase 145 m lhões de cruzeiros, o que lhe dava um capital médi por emprêsa, de 2.779,3 mil cruzeiros. Sob êsse a pecto, porém, a liderança estava com a "produção distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimen dágua e esgôtos", na qual estavam aplicados, p emprêsa, 4.744,9 mil cruzeiros.

Um outro ramo industrial, o de "óleos e graxa vegetais", dispunha de mais de 2 milhões de cruze ros aplicados por emprêsa, enquanto dois outros, "têxtil" e o de "papel e papelão", mais de 1 milhã.

CENSO INDUSTRIAL DE 1948

TABELA IV

INDÚSTRIA	EMPRÊSAS	PESSOAL OCUPADO					
		NA ADMINISTRAÇÃO		EMPREGADOS		OPERÁRIOS	
		Dados absolutos	Número médio de dirigentes por emprêsa	Dados absolutos	Número médio de empregados por emprêsa	Dados absolutos	Número médio de operários por 1 administrador
Extrativa mineral	1 621	2 412	1,5	5 072	3,1	27 949	11,6
Extrativa vegetal	1 411	2 453	1,7	2 669	2,0	15 373	6,3
Metalúrgica	1 299	2 387	1,8	5 107	3,9	53 844	22,6
Mecânica	595	1 175	2,0	2 194	5,0	21 535	18,3
Trans. de minérios não metálicos	4 348	5 688	1,3	5 262	1,2	46 466	8,2
Madeira e produtos afins	4 949	7 771	1,6	7 416	1,5	50 901	6,6
Papel e papelão	192	378	2,0	1 298	6,8	10 642	28,2
Borracha	52	124	2,4	693	13,3	3 707	29,9
Óleos e graxas vegetais	114	244	2,1	774	6,8	6 877	28,2
Couros e peles	1 149	1 719	1,5	1 292	1,1	11 587	6,7
Pêlos, penas e outros despojos animais	13	19	1,5	30	2,3	261	13,7
Química e farmacêutica	1 343	2 609	1,9	5 970	4,4	27 429	10,5
Têxtil	1 613	3 381	2,1	13 585	8,4	216 477	64,0
Vestuário, calçado e toucador	2 808	4 077	1,5	4 417	1,6	40 866	10,0
Produtos alimentares	12 147	17 817	1,5	29 942	2,5	125 736	7,1
Bebidas e estimulantes	1 461	2 467	1,7	5 711	3,9	21 751	8,8
Construção civil	1 191	1 921	1,6	5 475	4,6	53 727	28,0
Produção e distribuição de eletricidade, gáz e frio; abastecimento d'água e esgotos	1 224	1 560	1,3	12 428	10,2	14 995	9,6
Editorial e gráfica	1 838	2 843	1,5	6 654	3,6	22 120	7,8
Mista	569	913	1,6	811	1,4	8 942	9,8
TOTAL	39 937	61 958	1,6	117 520	2,9	781 185	12,6

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

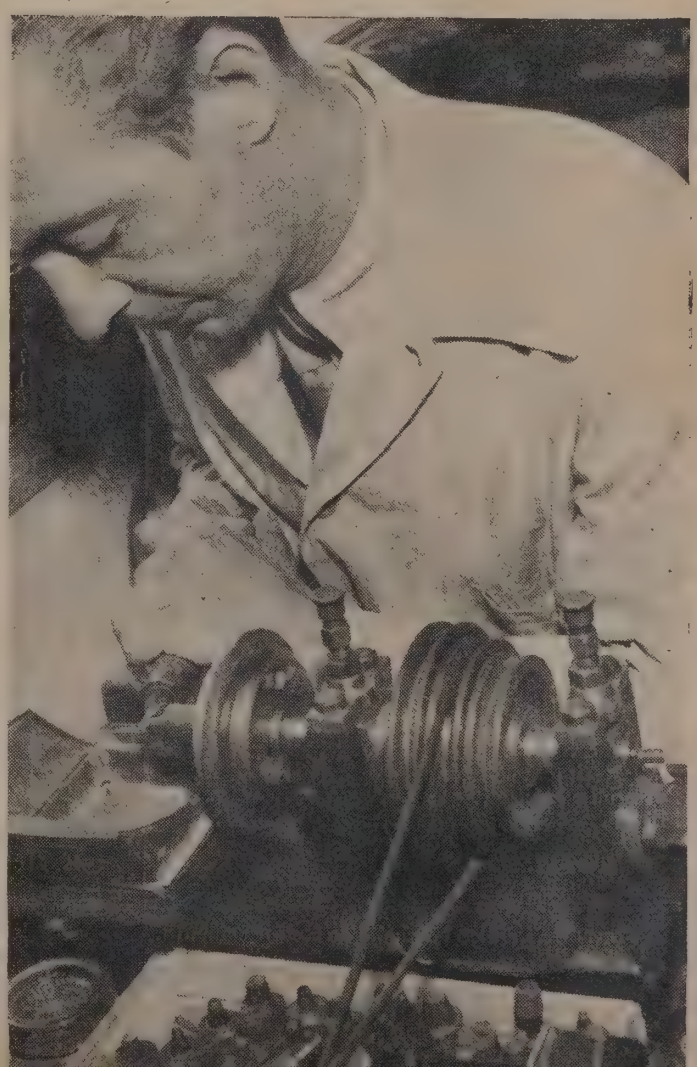
PESSOAL OCUPADO

As 39.937 emprêsas industriais existentes no Brasil em 1940 possuiam, em conjunto, 61.959 dirigentes, assim entendidos proprietários, sócios, interessados, presidentes, diretores e gerentes. Isto dava uma média de 1,6 dirigentes por emprêsa. O comportamento dos diversos ramos industriais em função da média, muito embora não contenha dessemelhança extraordinárias, merece ser ràpidamente analisado. As emprêsas que possuiam maior número de dirigentes eram as compreendidas na indústria da "borracha" (2,4). Seguiam-se-lhe as dos grupos "têxtil", de "óleos e graxas vegetais" e da "mecânica". As que dispuham do menor número eram as da "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos" e de "transformação de minérios não metálicos".

No que diz respeito aos empregados (técnicos e administrativos, de escritório, de transportes e comunicações e para serviços braçais), a média por emprêsa era, no conjunto do país, de 2,9.

Em referência aos operários, preferimos compará-los aos dirigentes, obtendo para o conjunto do país uma média de 12,6 operários por um administrador. Na indústria "têxtil" há 64,0 operários por cada dirigente; na indústria da "borracha", 29,9; nas indústrias de "papel e papelão" e de "óleos e graxas vegetais", 28,2; na indústria da "construção civil", 28,0. Enquanto isso, na "extrativa vegetal" há apenas 6,3; na de "madeira e produtos afins", 66,; na de "couros e peles", 6,7; na de "produtos alimentares", 7,1.

O técnico



O operário

OPERARIADO

A participação dos operários sôbre o total do pes soal ocupado nas atividades industriais do país era, na data do censo, da ordem de 81,3%. Essa participação contudo, oscilava de maneira razoável nos diversos ramos da atividade industrial, muito embora não houvesse caído para menos de 51%, nem se elevado a mais de 93%. Cabia às indústrias "têxteis" a maior participação dos operários no conjunto do pessoa ocupado, com 92,7%. Seguiam-se-lhe as indústrias compreendidas nos ramos da "construção civil", da "metalurgia" e dos "óleos e graxas vegetais", com respectivamente, 87,9, 87,8 e 87,1%.

A menor participação dos operários na massa do pessoal ocupado era encontrada no ramo da "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos", com 51,7%. Em nenhum dos demais ramos industriais, os contingentes operários deixaram de representar 70 ou mais por cento do pessoal ocupado, sendo que em 11 dêles ultrapassaram a casa dos 80%.

No conjunto da população operária, a participação dos ligados às atividades "têsteis" era da ordem de 27,7%, enquanto a dos ligados à produção de alimentos ia a 16,1%. Ainda no que diz respeito a êsse aspecto, ocupavam posição de destaque, quanto ao número de operários, as indústrias da "construção civil", as "metalúrgicas" e as de "madeira e produtos afins".

CENSO INDUSTRIAL DE 1940

TABELA V

INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO				
		TOTAL		OPERÁRIOS		
		Dados absolutos	Número médio por estabelecimento	Dados absolutos	% de operário sôbre o total do pessoal	% de operários sôbre o total de operários
Extrativa mineral	2 267	35 433	16	27 949	78,9	3,6
Extrativa vegetal	1 791	20 495	11	15 373	75,0	2,0
Metalúrgica	1 460	61 338	42	53 844	87,8	6,9
Mecânica	694	25 624	37	21 535	84,0	2,8
Transformação de minérios não metálicos	4 861	57 416	12	46 466	80,9	5,9
Madeira e produtos afins	5 614	66 088	12	50 901	77,0	6,5
Papel e papelão	228	12 318	54	10 642	86,4	1,4
Borracha	65	4 524	70	3 707	81,9	0,5
Óleos e graxas vegetais	174	7 895	45	6 877	87,1	0,9
Couros e peles	1 297	14 598	11	11 587	79'4	1,5
Pêlos; penas e outros despojos animais	18	310	17	261	84,2	0,0
Química e farmacêutica	1 610	36 008	22	27 429	76,2	3,5
Têxtil	2 212	233 443	106	216 477	92,7	27,7
Vestuário, calçado e toucador	3 218	49 360	15	40 866	82,8	5,2
Produtos alimentares	14 905	173 495	12	125 736	72,5	16,1
Bebidas e estimulantes	1 701	29 929	18	21 751	72,7	2,8
Construção civil	1 243	61 123	49	53 727	87,9	6,9
Produção e distribuição de eletricidade gáz e frio; abastecimento d'água e esgotos	3 218	28 983	9	14 995	51,7	1,9
Editorial e gráfica	2 207	31 617	14	22 120	70,0	2,8
Mista	635	10 666	17	8 942	83,8	1,1
TOTAL	49 418	960 663	19	781 185	81,3	100,0

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

SALÁRIOS

Segundo as estatísticas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, o salário médio mensal para o conjunto das indústrias do país era de Cr$ 279,00, em 1942, e de Cr$ 319,00, em 1943. Os dados do censo de 1940 indicam um salário médio mensal de Cr$ 183,00.

Assim entendendo, pode-se analisar a distribuição dêsses salários médios por todos os ramos industriais. Como se verifica no quadro, o maior salário era pago na indústria da "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos" (Cr$ 3.700,00, por ano). Seguiam-se-lhe o pago na indústria "mecânica" (Cr$ 3.300,00, por ano), e o dispendido na indústria "editorial e gráfica" (Cr$ 3.100,00, por ano). Os menores salários médios foram encontrados na indústria "extrativa vegetal" (Cr$ 1.000,00, por ano), na indústria "extrativa mineral" (Cr$ 1.600,00, por ano) e na indústria de "óleos e graxas vegetais" (Cr$ 1.700,00, por ano).

Quase um quarto da importância dispendida com salários pelas emprêsas industriais brasileiras, em 1939, é encontrado no ramo da indústria têxtil" (Cr$ 405.077.000,00). Ocorre que, ocupando grande massa operária (216.477 pessoas), a indústria "têxtil" ofereceu um salário médio modesto (Cr$ 1.900,00, por ano). Igualmente modesto é o salário anual médio oferecido pela indústria de "produtos alimentares" (Cr$ ... 1.800,00), que reune também elevado contingente de operários (125.736 pessoas) e que dispendeu elevada quantia (Cr$ 222.857.000,00) com salários.

Pessoal administrativo

CENSO INDUSTRIAL DE 1940

TABELA VI

INDÚSTRIA	NÚMERO DE OPERÁRIOS	SALÁRIOS PAGOS A OPERÁRIOS (Cr$ 1 000)	SALÁRIO MÉDIO (Cr$ 1 000 POR OPERÁRIO, POR ANO)
Extrativa mineral	27 949	44 015	1,6
Extrativa vegetal	15 373	15 288	1,0
Metalúrgica	53 844	154 046	2,9
Mecânica	21 535	71 897	3,3
Transformação de minérios não metálicos	46 466	96 978	2,1
Madeira e produtos afins	50 901	117 975	2,3
Papel e papelão	10 642	22 752	2,1
Borracha	3 707	6 954	1,9
Óleos e graxas vegetais	6 877	11 372	1,7
Couros e pele	11 587	23 481	2,0
Pêlos, penas e outros despojos animais	261	499	1,9
Química e farmacêutica	27 429	61 821	2,3
Têxtil	216 477	405 077	1,9
Vestuário, calçado e toucador	40 866	92 722	2,3
Produtos alimentares	125 736	222 857	1,8
Bebidas e estimulantes	21 751	44 475	2,0
Construção civl	53 727	151 822	2,8
Produção e distribuição de eletricidade, gáz e frio; abastecimento d'água e esgotos	14 995	54 839	3,7
Editorial e gráfica	22 120	69 876	3,1
Vária	8 942	20 634	2,3
TOTAL	781 185	1 688 380	2,2

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

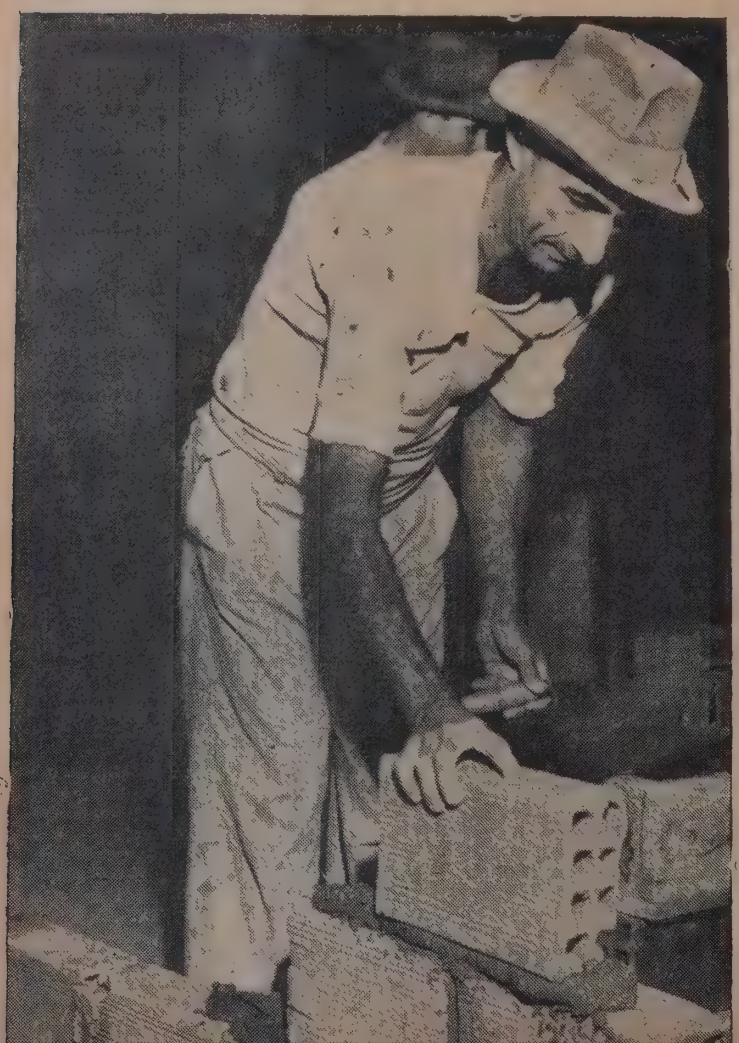
CENSO INDUSTRIAL DE 1940

TABELA VII

INDÚSTRIA	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)	DESPESAS						LUCRO LÍQUIDO
		Juros	Consumo	Salários	Outras	Total		
		Cr$ 1 000					%	
Extrativa mineral	199 860	23 114	36 477	58 391	27 317	145 299	72,7	54 56
Extrativa vegetal	111 711	10 066	26 882	19 988	7 714	64 650	57,9	47 06
Metalúrgica	987 573	61 035	499 011	187 281	44 858	792 185	80,2	195 38
Mecânica	773 331	27 376	420 838	95 422	18 479	562 115	72,7	211 21
Transformação de minérios não metálicos	584 196	32 697	243 826	117 080	33 277	426 880	73,1	157 31
Madeira e produtos afins	691 519	32 315	348 744	140 277	44 902	566 238	81,9	125 28
Papel e papelão	274 551	21 333	180 515	30 875	11 612	244 335	89,0	30 21
Borracha	92 078	10 116	50 763	10 797	3 172	74 848	81,3	17 23
Óleos e graxas vegetais	254 773	16 895	175 147	15 025	6 307	213 374	83,8	41 39
Couros e peles	311 393	12 418	203 883	30 816	10 346	257 463	82,7	53 93
Pêles, penas e outros despojos animais	3 686	167	2 203	769	146	3 285	89,1	40
Química e farmacêutica	1 170 337	52 643	558 770	101 857	80 828	794 098	67,9	376 23
Têxtil	3 618 574	2179 592	205 946	482 909	95 884	3 002 698	83,0	615 87
Vestuário, calçado e toucador	731 953	18 746	421 759	109 738	26 867	577 110	78,8	154 84
Produtos alimentares	4 911 842	240 681	3 399 223	324 845	183 851	4 148 600	84,5	763 24
Bebidas e estimulantes	687 686	34 541	263 092	71 955	36 603	406 191	59,1	281 49
Construção civil	964 057	13 060	360 767	188 006	26 742	588 575	61,1	375 48
Produção e distribuição de eletricidade, gáz e frio; abastecimento d'água e esgotos	565 289	232 308	93 149	125 990	53 447	504 894	89,3	60 39
Editorial e gráfica	410 877	24 781	181 386	102 745	22 947	331 859	80,8	79 01
Mista	134 107	5 844	63 911	25 251	7 001	102 007	76,1	32 10
TOTAL	17 479 393	1 088 095	9 736 292	2 240 017	742 300	13 806 704	79,0	3 672 68

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

Construção civil



LUCRO LÍQUIDO

Como se observa, a percentagem do lucro líquido sôbre o capital foi, no conjunto do país, de 20,4%. Um ramo industrial se destaca enormemente dessa média: o da "construção civil", onde a percentagem atingiu 201,3%. Seguem-se-lhe, muito distanciadas, as indústrias de "vestuário, calçado e toucador" (57,8%), de "bebidas e estimulantes" (57,0%), a "mecânica" (54,0%) e a "química e farmacêutica" (50,0%). As que apresentam as mais modestas percentagens são a de "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos" (1,0%) e a de "papel e papelão" (9,9%).

O lucro líquido alcançou, no conjunto das atividades industriais do país 21,0% do valor da produção. A indústria que apresentou maior lucro líquido em relação ao valor da produção foi a "extrativa vegetal" (42,1%). Seguem-se-lhe a de "bebidas e estimulantes" (40,9%), a da "construção civil" (38,9%) e a "química e farmacêutica" (32,1%). As que surgiram com percentagens mais modestas foram a de "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos" (10,7%) e a de "pêlos penas e outros despojos animais" (10,9%).

Quanto à produtividade do capital, ou melhor quanto à percentagem do valor da produção sôbre o capital, a liderança cabe à indústria da "construção civil", com (516,7%). Vem a seguir a indústria do "vestuário, calçado e toucador", com (273,3%). A percentagem menor se encontra com a indústria da "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio

CENSO INDUSTRIAL DE 1940

TABELA VIII

INDÚSTRIA	CAPITAL APLICADO (Cr$ 1 000)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)	LUCRO LÍQUIDO (Cr$ 1 000)	% DA PRODUÇÃO SÔBRE O CAPITAL	LUCRO % SÔBRE O CAPITAL	LUCRO % SÔBRE A PRODUÇÃO
Extrativa mineral	330 203	199 860	54 561	60,5	16,5	27,3
Extrativa vegetal	143 794	111 711	47 061	77,7	32,7	42,1
Metalúrgica	871 926	987 573	195 388	113,3	22,4	19,8
Mecânica	391 091	773 331	211 216	197,7	54,0	27,3
Transformação de minérios não metálicos	467 100	584 196	157 316	125,1	33,7	26,9
Madeira e produtos afins	461 648	691 519	125 281	149,8	27,1	18,1
Papel e paelão	304 758	274 551	30 216	90,1	9,9	11,0
Borracha	144 521	92 078	17 230	63,7	11,9	18,7
Óleos e graxas vegetais	241 360	254 773	41 399	105,6	17,2	16,2
Couros e peles	177 407	311 393	53 930	175,5	30,4	17,3
Pêlos, penas e outros despojos de animais	2 389	3 686	401	154,3	16,8	10,9
Química e farmacêutica	752 045	1 170 337	376 239	155,6	50,0	32,1
Têxtil	3 113 684	3 618 574	615 876	116,2	19,8	17,0
Vestuário, calçado e toucador	267 794	731 953	154 843	273,3	57,8	21,2
Produtos alimentares	3 438 286	4 911 842	763 242	142,9	22,2	15,5
Bebidas e estimulantes	493 446	687 686	281 495	139,4	57,0	40,9
Construção civil	186 573	964 057	375 482	516,7	201,3	38,9
Produção e distribuição de eletricidade, gáz e frio; abastecimento d'água e esgotos	5 807 707	565 289	60 395	9,7	1,0	10,7
Editorial e gráfica	354 016	410 877	79 018	116,1	22,3	19,2
Mista	83 489	134 107	32 100	160,6	38,4	23,9
TOTAL	18 033 237	17 479 393	3 672 689	96,9	20,4	21,0

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

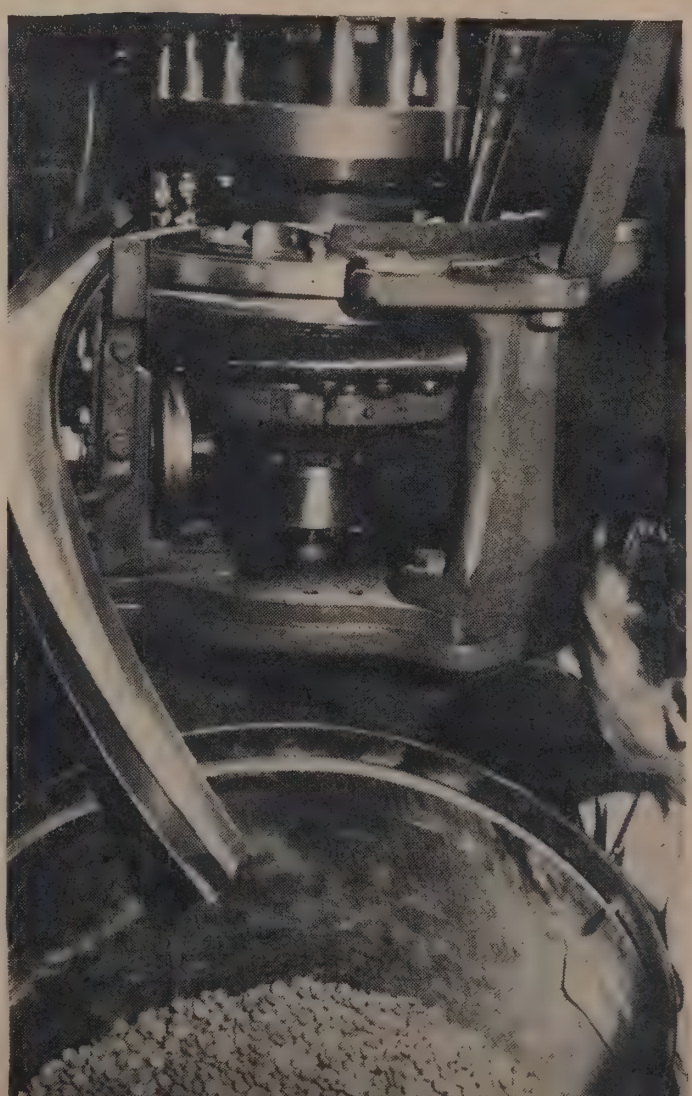
DESPESAS EM GERAL

No quadro abaixo procuramos confrontar as despesas com o valor da produção, a fim de medir o lucro líquido atribuído às atividades industriais do país, em 1939. Com referência à parcela dos juros, uma explicação se torna indispensável. Foi ela obtida com a aplicação de uma taxa de 7% sôbre o capital aplicado nos diversos ramos industriais. Uma exceção, contudo, se recomendou: a situação particular das indústrias da "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos" não permitiria o uso da taxa de juros de 7%.

A parcela correspondente a consumo engloba as despesas realizadas com matérias primas, combustíveis e lubrificantes e energia elétrica. A parcela intitulada "salários" reune salários e vencimentos. Como outras despesas estão classificados o pagamento de impostos federais (excluído o de consumo), estaduais (excluído o de vendas e consignações), municipais, de arrendamentos e aluguéis, despesas de propaganda, de seguros, de transportes externos, com assistência escolar, médica e cultural, etc.

A totalização dessas despesas permite verificar que, em confronto com o valor da produção, elas atingem a 79,0% dêste. Os ramos industriais em que as despesas alcançam maior percentagem são os da indústria de "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos" (89,3%) da indústria de "pêlos, penas e outros despojos animais" (89,1%), da indústria de "papel e papelão (89,0%), e da indústria de "produtos alimentares" (84,5%).

Produtos farmacêuticos



Indústria têxtil

VALOR DA PRODUÇÃO

Os produtos alimentares contribuiram com 28,1% do valor total da produção industrial do país, em 1939. Como valor da produção entenda-se o valor na fábrica. Outro ramo industrial que, no ano em foco, ofereceu mais de 20% do valor total da produção foi o "textil". Merece destaque, igualmente, a contribuição da indústria "química e farmacêutica" (6,7%), da indústria "metalúrgica" (5,7%), e da indústria da "construção civil" (5,5%). Foi insignificante o valor da produção de "pêlos, penas e outros despojos animais" e reduzidíssima a participação, sôbre o valor total da produção industrial, da indústria da "borracha" (0,5%), da indústria "extrativa vegetal" (0,6%) e da indústria "mista" (0,8%).

Quanto ao valor médio da produção por estabelecimento, a melhor situação vamos encontrar na indústria "têxtil" (Cr$ 1.837.800,00). Seguem-se-lhe a indústria de "óleos e gorduras vegetais", da "borracha", de "papel e papelão" e a "mecânica". Os estabelecimentos que apresentaram valores mais reduzidos de produção foram os da indústria "extrativa vegetal" (Cr$ 71.800,00), os da indústria "extrativa mineral" e os da indústria da "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos".

Como transformação industrial entenda-se a diferença entre o valor da produção e as despesas com matérias primas, combustível, lubrificante e energia elétrica.

CENSO INDUSTRIAL DE 1940

TABELA IX

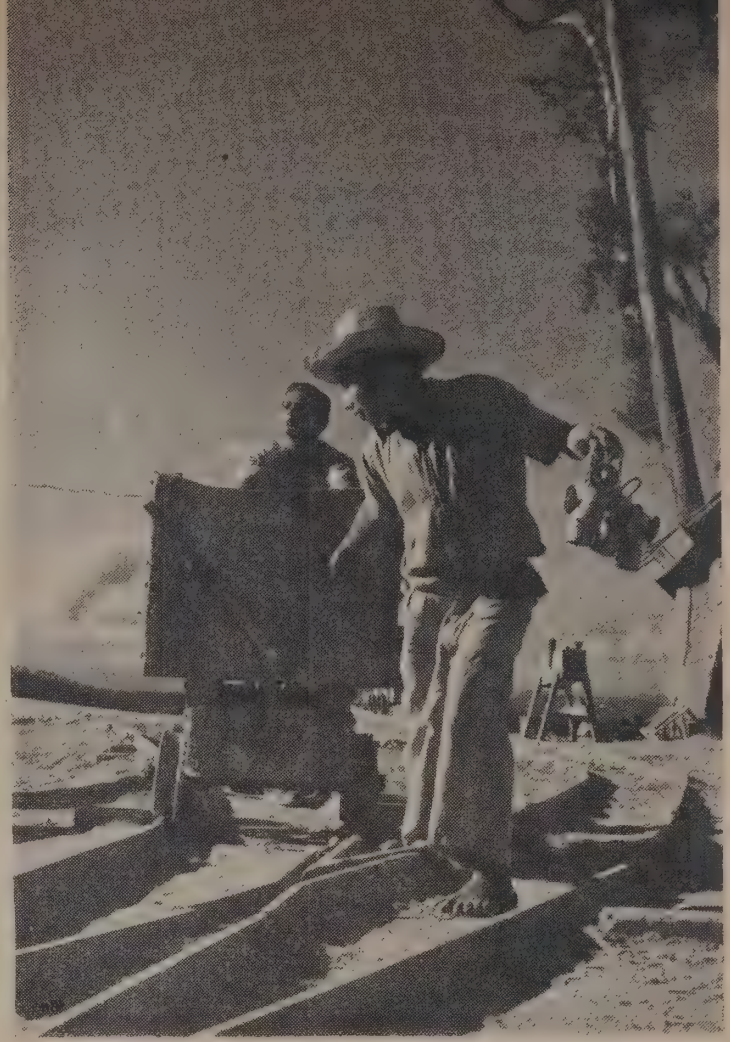
INDÚSTRIA	TOTAL DAS DESPESAS Cr$ 1 000)	% DAS DESPESAS INDIVIDUAIS SÔBRE O TOTAL DAS DESPESAS				
		JUROS	MATÉRIAS PRIMAS	FÔRÇA E LUBRIFICANTE	SALÁRIOS	DIVERSOS
Extrativa mineral	145 299	15,9	13,4	11,7	40,2	18,8
Extrativa vegetal	64 650	15,6	34,7	6,9	30,9	11,9
Metalúrgica	792 185	7,7	53,6	9,4	23,6	5,7
Mecânica	562 115	4,9	72,6	2,2	17,0	3,3
Transformação de minérios não metálicos	426 880	7,7	35,6	21,5	27,4	7,8
Madeira e produtos afins	566 238	5,7	57,9	3,7	24,8	7,9
Papel e papelão	244 335	8,7	66,0	7,9	12,6	4,8
Borracha	74 848	13,5	63,5	4,4	14,4	4,2
Óleos graxas e vegetais	213 374	7,9	79,5	2,6	7,0	3,0
Couros e peles	257 463	4,8	76,3	2,9	12,0	4,0
Pêlos, penas e outros despojos animais	3 285	5,1	63,5	3,6	23,4	4,4
Química e farmacêutica	794 098	6,6	67,0	3,4	12,8	10,2
Têxtil	3 002 698	7,3	69,6	3,8	16,1	3,2
Vestuário, calçado e toucador	577 110	3,2	71,5	1,6	19,0	4,7
Produtos alimentares	4 148 600	5,8	79,1	2,9	7,8	4,4
Bebidas e estimulantes	406 191	8,5	60,7	4,1	17,7	9,0
Construção civil	588 575	2,2	59,8	1,5	32,0	4,5
Produção e distribuição de eletricidade, gáz e frio; abastecimento d'água e esgotos	504 894	45,9	5,9	12,6	25,0	10,6
Editorial e gráfica	331 859	7,5	52,7	1,9	31,0	6,9
Mista	102 007	5,7	60,1	2,5	24,8	6,9
TOTAL	13 806 704	7,9	66,0	4,5	16,2	5,4

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento

DESPESAS INDIVIDUAIS

A apresentação das percentagens que cabem a cada despesa no conjunto das despesas pode constituir-se em índice das condições da produção industrial do país. Não fugimos, por conseguinte, à inclusão dêsses percentagens no corpo desta reportagem. Se considerarmos igual a 100 o total das despesas, veremos que os juros participam com 7,9%, as matérias primas com 66,0%, fôrça e lubrificantes com 4,5%, salários e vencimentos com 16,2% e outras despesas com 5,4%. Adverte-se que a parcela de juros foi obtida com a utilização de taxa de 4% sôbre o capital aplicado na "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos" e a de 7% sôbre os demais ramos industriais.

A participação dessas despesas no total varia em alguns dos ramos considerados. Na indústria "extrativa mineral" a despesa que mais pesa é a dos salários (40,2%), na da "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos" e a dos juros (45,9%). Nas indústrias "extrativa mineral", "extrativa vegetal" e da "borracha", a despesa dos juros ultrapassa 10% do total das despesas, pois atinge, respectivamente, 15,9, 15,6 e 13,5%. Nas indústrias "extrativa mineral", de "transformação de minérios não metálicos" e de "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos", a despesa de fôrça e lubrificante ultrapassa 10% do total das despesas, pois atinge, respectivamente, 11,7, 21,5 e 12,6%.



Transporte

CENSO INDUSTRIAL DE 1940

TABELA X

INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS	Cr$ 1 000				
		VALOR DA PRODUÇÃO			TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL	
		Dados absolutos	% sôbre o total	Valor médio por estabelecimento	Dados absolutos	% sôbre o valor da produção
Extrativa mineral	1 870	199 860	1,1	106,9	163 383	81,7
Extrativa vegetal	1 557	111 711	0,6	71,8	84 829	75,9
Metalúrgica	1 338	987 573	5,7	738,1	488 562	49,5
Mecânica	629	773 331	4,4	1 229,5	352 493	45,6
Transformação de minérios não metálicos	4 143	584 196	3,3	141,0	340 370	58,3
Madeira e produtos afins	4 884	691 519	4,0	141,6	342 775	49,6
Papel e papelão	200	274 551	1,6	1 372,8	94 036	34,3
Borracha	56	92 078	0,5	1 644,2	41 315	44,9
Óleos e graxas vegetais	145	254 773	1,5	1 757,1	79 626	31,3
Couros e peles	1 156	311 393	1,8	269,4	107 510	34,5
Pêlos, penas e outros despojos animais	14	3 686	0,0	263,3	1 483	40,2
Química e farmacêutica	1 409	1 170 337	6,7	830,6	611 567	52,3
Têxtil	1 969	3 618 574	20,7	1 837,8	1 412 628	39,0
Vestuário, calçado e toucador	2 852	731 953	4,2	256,7	310 194	42,4
Produtos alimentares	12 574	4 911 842	28,1	390,6	1 512 619	30,8
Bebidas e estimulantes	1 495	687 686	3,9	460,0	424 594	61,7
Construção civil	1 081	964 057	5,5	891,8	603 290	62,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e frio; abastecimento d'água e esgotos	2 997	265 289	3,2	188,6	472 140	83,5
Editorial e gráfica	1 947	410 877	2,4	211,0	229 491	55,9
Mista	544	134 107	0,8	246,5	70 196	52,3
TOTAL	42 860	17 479 393	100,0	407,8	7 743 101	44,3

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

CENSO INDUSTRIAL DE 1940

TABELA XI

INDÚSTRIA	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)	CONSUMO (Cr$ 1 000)					
		Matérias primas		Combustíveis e lubrificantes		Energia elétrica	
		Dados absolutos	% sôbre o valor	Dados absolutos	% sôbre o valor	Dados absolutos	% sôbre o valor
Extrativa mineral	199 860	19 509	9,8	14 362	7,2	2 606	1,3
Extrativa vegetal	111 711	22 436	20,1	4 275	3,8	171	0,2
Metalúrgica	987 573	424 298	43,0	53 253	5,4	21 460	2,2
Mecânica	773 331	408 359	52,8	7 593	1,0	4 886	0,6
Transformação de minérios não metálicos	584 196	152 040	26,0	76 936	13,2	14 850	2,5
Madeiras e produtos afins	691 519	328 024	47,4	12 705	1,8	8 015	1,2
Papel e papelão	274 551	161 127	58,7	9 429	3,4	9 959	3,6
Borracha	92 078	47 504	51,6	1 657	1,8	1 602	1,7
Óleos e graxas vegetais	254 773	169 676	66,6	2 367	0,9	3 104	1,2
Couros e peles	311 393	196 300	63,0	5 665	1,8	1 918	0,6
Pêlos, penas e outros despojos animais	3 686	2 084	56,5	87	2,4	32	0,9
Química e farmacêutica	1 170 337	531 922	45,5	14 129	1,2	12 917	1,1
Têxtil	3 618 574	2 091 227	57,8	49 192	1,4	65 527	1,8
Vestuário, calçado e toucador	731 953	412 315	56,3	5 776	0,8	3 668	0,5
Produtos alimentares	4 911 842	3 277 871	66,7	77 946	1,6	43 406	8,8
Bebidas e estimulantes	687 686	246 374	35,8	10 505	1,5	6 213	0,9
Construção civil	964 057	351 656	36,5	7 587	0,8	1 524	0,2
Produção e distribuição de eletricidade, gás e frio; abastecimento d'água e esgotos	565 289	29 758	5,3	56 618	10,0	6 773	1,2
Editorial e gráfica	410 877	175 005	42,6	1 423	0,3	4 958	1,2
Mista	134 107	61 342	45,7	844	0,6	1 725	1,3
TOTAL	**17 479 393**	**9 108 827**	**52,1**	**412 349**	**2,4**	**215 116**	**1,2**

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

Artezanato

CONSUMO

De acôrdo com os elementos colhidos pelo censo industrial de 1940, as despesas realizadas com a aquisição de matérias primas atingiram, em 1939, para o conjunto do país, 52,1% do valor da produção. As indústrias em que essas despesas registraram as percentagens mais elevadas foram, pela ordem, a de "produtos alimentares" (66,7%), a de "óleos e graxas vegetais" (66,6%), a de "couros e peles" (63,0%), a de "papel e papelão" (58,7%), a "têxtil" (57,8%), a de "pêlos, penas e outros despojos animais" (56,5%) e a do "vestuário, calçado e toucador" (56,3%). As que registraram as mais baixas percentagens foram a de "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos" (5,3%), a "extrativa mineral" (9,8%), a "extrativa vegetal (20,1%) e a de "transformação de minérios não metálicos" (26,0%).

No que diz respeito às despesas com combustíveis e lubrificantes, que atingiram, no conjunto, 2,4% do valor da produção, as maiores percentagens assinaladas o foram na indústria de "transformação de minérios não metálicos" (13,2%), na de "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos" (10,0%), na "extrativa mineral" (7,2%) e na "metalúrgica" (5,4%). As menores percentagens são encontradas na indústria "editorial e gráfica" (0,3%), na indústria "mista" (0,6%), nas indústrias de "construção civil" e do "vestuário, calçado e toucador" (0,8%) e na indústria de óleos.

CENSO INDUSTRIAL DE 1940

TABELA XII

INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS	NÚMEROS ABSOLUTOS			MÉDIA POR 1 ESTABELECIMENTO		
		CAPITAL APLICADO (Cr$ 1 000)	EMPREGADOS E OPERÁRIOS	POTÊNCIA (C.V.) (1)	CAPITAL APLICADO (Cr$ 1 000)	EMPREGADOS E OPERÁRIOS	POTÊNCIA (C.V.) (1)
Extrativa mineral	2 267	330 203	33 021	22 642	145,7	14,6	10,0
Extrativa vegetal	1 791	143 794	18 042	18 941	80,3	10,1	10,6
Metalúrgica	1 460	871 926	58 951	86 930	597,2	40,4	59,5
Borracha	694	144 521	24 449	42 000	563,5	35,2	60,5
Transformação de minérios não metálicos	4 861	467 100	51 728	56 722	96,1	10,6	11,7
Madeira e produtos afins	5 614	461 648	58 317	103 584	82,2	10,4	18,5
Papel e papelão	228	304 758	11 940	41 471	1 336,7	52,4	181,9
Borracha	65	144 521	4 400	15 105	2 223,4	67,7	232,4
Oleos e graxas vegetais	174	241 360	7 651	24 904	1 387,1	44,0	143,1
Couros e peles	1 297	177 407	12 879	17 674	136;8	9,9	13,6
Pêlos, penas e outros despojos animais	18	2 389	291	247	132;7	16,2	13,7
Química e farmacêutica	1 610	752 045	33 399	42 940	467,1	20,7	26,7
Têxtil	2 212	3 113 684	230 062	323 929	1 407,6	104,0	146,4
Vestuário, calçado e toucador	3 218	267 794	45 283	12 844	83,2	14,1	4,0
Produtos alimentares	14 905	3 438 286	155 678	298 747	230,7	10,4	20,0
Bebidas e estimulantes	1 701	493 446	27 462	28 184	290,1	16,1	16,6
Construção civil	1 243	186 573	59 202	41 594	150,1	47,6	33,5
Produção e distribuição de eletricidade, gáz e frio; abastecimento d'água e esgotos	3 218	5 807 707	27 423	4 880	1 804,8	8,5	1,5
Editorial e gráfica	2 207	354 016	28 774	16 493	160,4	13,0	7,5
Mista	635	83 489	9 753	5 763	131,5	15;4	9,1
TOTAL	49 418	18 033 237	898 705	1 205 594	364,9	18,2	24,4

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

(1) Exclusive a potência disponível dos motoers primários das indústrias de "Produção e distribuição de eletricidade".

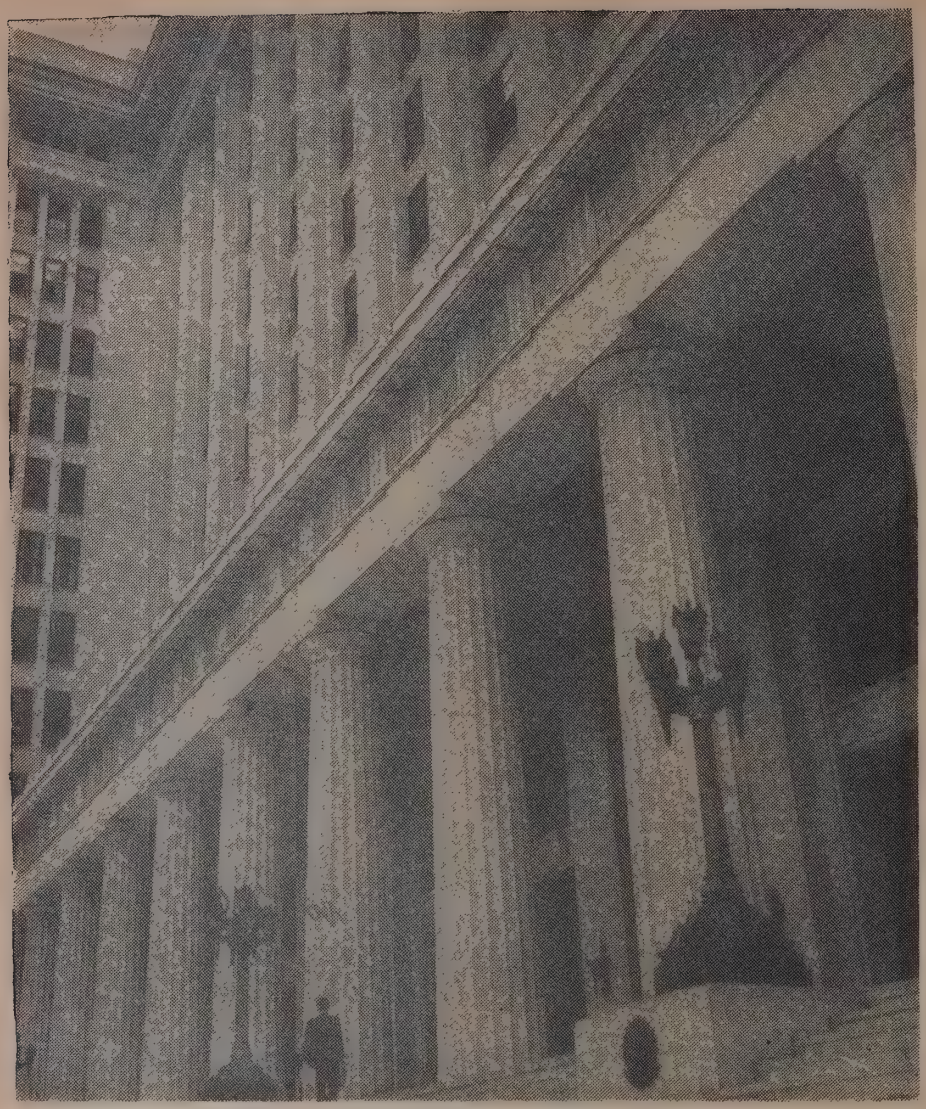
CONJUNTURA

Reunindo, num mesmo quadro, os elementos relativos ao capital aplicado, a empregados e operários mobilizados e à potência disponível, no parque industrial brasileiro, move-nos o propósito de oferecer aos estudiosos uma visão da conjuntura das atividades industriais. Inúmeras interpretações poderão ser tiradas do confronto em apreço. Preferimos, contudo, assinalar alguns aspectos curiosos. Vejamos, primeiro, a situação daqueles estabelecimentos em que se encontram aplicados capitais mais volumosos. Os da indústria da "borracha" reunem a maior soma de capitais e a potência média mais elevada e, muito embora a média de empregados e operários seja igualmente elevada, parecem oferecer a situação mais característica dentro do parque industrial brasileiro.

Os estabelecimentos de "produção e distribuição de eletricidade, gás e frio, abastecimento dágua e esgôtos" possuem, em média, vultoso capital e insignificante número de empregados e operários. Os estabelecimentos da indústria "têxtil" reunem, simultâneamente, altas quotas de capital, de mão de obra e de fôrça motriz. O mesmo se observa com os estabelecimentos da indústria de "papel e papelão" e de "óleos e graxas vegetais".

Em conjunto, a primeira lição a tirar do fato diz respeito à insuficiente mecanização das atividades industriais do país e à pobreza dos capitais nelas aplicados.

Indústria de couros



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Quartel General da arrecadação

O Município, o Estado e a União

Arrecadação Nacional no Período 1940-1946

Gervásio Augusto de Lima

AINDA não se dá à estatística, no Brasil, o seu devido valor. A pouca e sempre precária estatística que se vem fazendo entre nós, ou fica enterrada nos arquivos das repartições ou são enfeixadas em boletins e anuários que muito pouca gente lê — Dentre os que ainda compulsam essas estatísticas, quase nunca estão aquelas autoridades às quais incumbe tomar as providências para sanar ou prevenir os males apontados pelas cifras.

Por outro lado, carecemos de organismos devidamente aparelhados para a manipulação dessas estatísticas, confrontando cifras, calculando índices, firmando diagnósticos, fixando tendências e tirando em cada caso, conclusões de ordem prática que orientem a ação do govêrno. As tentativas isoladas feitas, neste sentido, por alguns indivíduos ou mesmo por um outro órgão, entre os quais o Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, não são de molde a invalidar a afirmação como regra geral.

Mesmo, porém, no que se refere ao trabalho puro e simples de levantamento estatístico, o que se faz atualmente entre nós deixa muito a desejar, mau grado o esfôrço extraordinário desenvolvido por certos órgãos como o IBGE e a Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda.

No setor das finanças públicas, só a partir de 1940 tornou-se possível a elaboração de estatísticas de âmbito nacional, em virtude da padronização dos orçamentos e balanços dos Estados e Municípios, realizada pelas duas Conferências Nacionais de Técnicos em Contabilidade Pública e aprovada pelo Decreto-lei n. 2.416, de 17 de julho de 1940.

Embora de imenso valor prático, êste trabalho ficou, entretanto, incompleto, uma vez que apenas atinge as atividades pròpriamente estatais. Não obstante as tentativas feitas no sentido da padronização dos orçamentos e balanços das

autarquias federais, o já hoje vasto setor das atividades paraestatais ainda não pôde ser objeto de levantamento no plano nacional. As autarquias e demais órgãos autônomos dos Estados e Municípios, cujas receitas e despesas estão fora do contrôle dos respectivos orçamentos, representam grupos de atividades ainda completamente impenetráveis às indagações estatísticas.

Já é possível saber-se hoje, por exemplo, que a receita pública brasileira, incluindo a União, os Estados e Municípios, atingiu, em 1946, a importância global de Cr$ ..... 21.484.633.102,00, equivalentes ao total de papel moeda em circulação no país ou a cêrca de 20% da Renda Nacional, segundo a média dos últimos cálculos a respeito. Êste conhecimento se estende também à despesa, assim como a todos os seus desdobramentos. Não se pode, entretanto, saber nem mesmo a quanto montam as rendas das autarquias e de outros órgãos paraestatais mantidos fora dos orçamentos públicos. Admite-se, apenas, que elas atinjam a cifras ponderáveis, uma vez que só as autarquias federais tiveram suas receitas para 1946 orçadas em Cr$ 7.842.564.890,00.

Tomando por base o período compreendido entre 1940 e 1946 — aquêle em que o país estêve sob os efeitos da guerra vamos aqui passar em revista as cifras globais de nossa receita pública, focalizando de modo particular a renda dos impostos.

PRINCIPAIS FONTES DA RECEITA

E' pena que a obra da padronização orçamentária, realizada com tanto êxito em relação aos Estados e Municípios, não se tivesse estendido também à União. Em consequência, deixa de existir, na classificação da receita, a desejável correspondência entre os títulos do orçamento federal e os das demais unidades.

Embora sejam diferentes os critérios adotados num e noutro caso, não deixa de ser interessante a comparação feita na tabela I.

A primeira observação que nos sugere o quadro acima refere-se à diversidade de participação dos impostos na formação da receita dos diversos grupos de unidades. Enquanto os impostos federais contribuem com quase 90% da arrecadação geral, nos Municípios esta percentagem se mantém pouco acima de 50%. Os Estados e o Distrito Federal ocupam, neste particular, uma posição intermediária.

As "Taxas", que contribuem com quase 15% da receita municipal, não figuram no orçamento da União como categoria especial de renda tributária. Não obstante, é certo que o govêrno federal arrecada um grande número delas, que aparecem distribuídas pelas diversas classes da receita, de mistura com rendas de tôdas as espécies. Aliás, o orçamento federal é, neste particular, uma lástima, não passando de um amontoado de rubricas às vêzes sem o menor critério. Não conseguimos atinar na razão por que os técnicos tão competentes da Comissão de Orçamento ainda não puderam até hoje consertar a classificação arbitrária que vem sendo adotada em relação à receita federal.

Em 1946, as "taxas" forneceram apenas 3,1% do total da receita dos Estados. Tal percentagem, entretanto, deverá experimentar um aumento apreciável nos exercícios seguintes. Em virtude da nova discriminação constitucional de ren-

APOSENTADOS

Os que menos recebem do Tesouro

das, os Estados foram privados de importantes fontes de receita, enquanto pesados encargos se acrescentaram às suas despesas anteriores. Em busca de equilíbrio orçamentário, essas unidades tiveram que apelar para novos recursos. Esgotada a possibilidade de aumentar os atuais impostos, cuidaram de criar novas fontes tributárias, batizando-as com a denominação de "taxas", a fim de se subtrairem às disposições constitucionais que regulam a utilização por meio de impostos do campo remanescente. Têm sido, realmente, em grande número as novas "taxas" foram incorporadas aos orçamentos estaduais para 1948. A Constituição atual, pretendendo disciplinar a utilização das fontes tributárias, por meio da discriminação de rendas, deixou, porém, aberta a válvula das "taxas", que vem servindo de cortina de fumaça para encobrir tudo o que há de mais absurdo em matéria de tributação.

A receita patrimonial, que compreende a renda de imóveis e capitais públicos, só no Distrito Federal consegue atingir 3,2% do total. Estas percentagens estão em flagrante desproporção, especialmente com a quantidade de terras sob domínio da União e dos Estados, consequência, em grande parte, do anacrônico sistema de enfiteuse ainda usado entre nós, continuando-se a cobrar hoje, a título de fora, a mesma importância fixada há dezenas e até centenas de anos atrás.

No tocante à receita industrial, as percentagens registradas foram as seguintes: Estados — 20,0%, Municípios — 9,0%. União — 4,3% e Distrito Federal — 3,2%. Tais percentagens que, especialmente no caso da União se apresentam excessivamente baixas, dão-nos a impressão de que as entidades públicas quase não têm realizado, no Brasil, investimentos no setor industrial. Tal impressão, entretanto, pelo menos em parte não é verdadeira. E' que grande parte dêsses serviços vem sendo, nos últimos anos, convertidos em autarquias, deixando as respectivas rendas de figurar nos orçamentos. Enquanto, por exemplo, as indústrias sob administração direta da União produziram, em 1946, uma renda de 502 milhões de cruzeiros, a receita das autarquias federais de caráter industrial foi prevista, para êste mesmo ano, na importância de 3.071 milhões. Embora em proporções muito menores, também os Estados mantêm serviços industriais sob regime autárquico. Infelizmente, porém, as atividades dêsses órgãos ainda não podem ser objeto de estatística no plano nacional, inclusive por falta de padronização dos respectivos balanços.

Em conjunto, as Receitas Diversas forneceram 3,5% da arrecadação geral de 1946. Sob êste título se classificam as mais variadas modalidades de renda. No orçamento federal, as Receitas Diversas, com 4,3% do total, compreendem uma grande variedade de pequenas rendas das repartições ministeriais, além de certo número de taxas e mesmo de alguns impostos. Sob êste título, figura, nos orçamentos estaduais, a quota do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes, recolhidos ao Fundo Rodoviário Nacional. As Receitas Diversas contrbuiram, em 1946, com 4,7% da arrecadação municipal. Esta percentagem deverá ser consideràvelmente aumentada nos próximos anos, elevando-se provàvelmente acima de 50% em numerosas Prefeituras do país. E' que deverão ser classificadas sob êste título as novas rendas que lhes foram atribuídas pela Constituição federal, constantes do seguinte: 1) — quota de 10% do impôsto de renda (artigo 15 § 4.º); 2) — quota do Fundo Rodoviário Nacional (Art. 15, § 2.º) e 3) — contribuição na base de 30% do excesso da arrecadação estadual sôbre as receitas locais (artigo 20). Em relação aos pequenos Municípios, o conjunto dessas contribuições deverá ultrapassar de muito o total de suas atuais receitas. Deve-se ainda notar que tôdas essas rendas são, na sua origem, de natureza tributária e passarão, daqui por diante, a figurar em duplicata nas estatísticas nacionais da receita pública.

OS IMPOSTOS E A RECEITA GERAL

Apesar de constituir uma das mais antigas invenções do homem, só em nosso século, e especialmente depois da primeira grande guerra, veio o Impôsto a ser melhor conhecido na variedade de seus múltiplos aspectos, embora ainda permaneça inexplorado em grande parte de seus recursos. Não obstante a crescente intromissão dos governos no campo da iniciativa privada, substituindo os indivíduos e as emprêsas nas atividades relacionadas com a produção e distribui-

RECEITA DE 1946 EM Cr$ 1.000,00

TABELA I

RECEITAS	UNIÃO		ESTADOS		D. FEDERAL		MUNICÍPIOS		BRASIL	
	Cr$	%	Cr$	%	Cr$	%	Cr$	%	Cr$	%
Impostos	10.013.868	86,5	4.603.348	65,3	1.045.358	74,9	805.649	54,9	16.468.224	76,6
Taxas	—	—	223.008	3,1	96.356	6,9	212.348	14,4	551.713	2,5
Tributária	10.013.868	86,5	4.826.357	68,4	1.141.714	81,8	1.017.997	69,3	16.999.938	79,1
Patrimonial	81.062	0,7	55.181	0,8	44.024	3,2	29.030	2,0	207.298	1,0
Industrial	502.411	4,3	1.411.159	20,0	45.372	3,2	132.387	9,0	2.091.329	9,7
Diversas	492.498	4,3	181.745	2,6	15.108	1,1	68.287	4,7	757.638	3,5
Ordinária	11.089.839	95,8	6.472.442	91,8	1.246.218	89,3	1.247.701	85,0	20.056.201	93,3
Extraordinária	479.736	4,2	579.411	8,2	149.755	10,7	219.530	15,0	1.428.432	6,7
TOTAL	**11.589.575**	**100,0**	**7.051.853**	**100,0**	**1.395.973**	**100,0**	**1.467.231**	**100,0**	**21 484.633**	**100,0**

das riquezas, é ainda e cada mais sôbre o Impôsto que re-sa quase tôda a estrutura do ido moderno.

' esta, pelo menos, a situação ervada no Brasil, onde cada vez s se afirma a supremacia dos ostos em confronto com as de-s fontes da receita pública.

POSTOS — % S/RECEITA GERAL

TABELA II

NOS	Cr$	%
.....	4.993.768.813	65,5
.....	5.683.061.567	69,8
.....	6.169.518.448	68,9
.....	7.740.958.718	69,8
.....	10.143.584.491	71,3
.....	12.216.763.784	74,2
.....	16.468.224.050	76,7

Enquanto a receita global cresceu proporção de 100 para 282, impostos o fizeram na base de para 330. Esta divergência no mo de crescimento fêz com que percentagens relativas aos im-tos se elevassem de 65,5%, em 0, para 76,7%, em 1946.

Tal situação se apresentou, en-tanto, de forma bem diferente, relação a cada uma das diver-esferas administrativas, como pode ver pelas cifras da tabe-II. (1)

Enquanto as percentagens esta-is, e municipais cresceram ape-ligeiramente, as da União se varam de 69,5% em 1940, para 5%, em 1946. Tal fato resultou, re outras causas, dos crescen-apelos aos impostos a que foi ada a União, em virtude de suas ponsabilidades no custeio das pesas de guerra ou em conse-quência da execução da política financeira então adotada pelo govêrno.

OS IMPOSTOS E A INFLAÇÃO

No período tomado para base de nosso exame estatístico, registrou-se a maior inflação de nossa história. Embora sejam precaríssimos os índices de elevação dos preços e salários de que possamos dispôr, não há a menor dúvida de que o valor aquisitivo do cruzeiro ficou reduzido, em 1946, à metade ou mesmo à terça parte do que possuia em 1940. Em face da violenta desvalorização de nossa moeda, teriam os organismos públicos mantido, nas bases iniciais, sua capacidade financeira real? A arrecadação geral de 1946 lhes teria permitido executar um volume de serviços correspondente ao que foi feito em 1940? Um dos elementos para a resposta de tais indagações encontra-se na tabela IV, que reune os índices de crescimento da renda dos impostos, nas diversas unidades, tomando-se por base o ano de 1940.

Embora não se disponha de estatísticas de preços médios, razoàvelmente segura, para um paralelo com os índices de crescimento dos impostos, pode-se todavia chegar a uma conclusão preliminar. A União, os Estados e o Distrito Federal, cujos índices se elevaram acima de 300, pelo menos conseguiram manter sua capacidade financeira real, no curso dêsses sete anos. Os Municípios, ao contrário, cujos índices ficaram muito aquém de 200, tiveram suas possibilidades reduzidas, efetivamente, a pouco mais da metade das que possuiam antes da guerra. Sem fôrça política, dotados de um sistema de impostos rígidos e de baixa produtividade fiscal, os Municípios brasileiros, como os indivíduos que viviam de vencimentos fixos, se apresentaram como outras grandes vítimas de inflação, que vem minando o organismo nacional há vários anos.

IMPOSTOS — ÍNDICE 1940 = 100

TABELA IV

UNIÃO	UNIÃO	ESTADOS	D. FEDERAL	MUNICÍPIOS	BRASIL
1940.....	100	100	100	100	100
1941.....	115	115	110	107	114
1942.....	123	127	124	113	124
1943.....	155	166	152	119	155
1944.....	214	211	177	132	203
1945.....	269	232	211	152	245
1946.....	357	321	354	176	330

OS IMPOSTOS E A DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS

Em consequência dessa diversidade de ritmo de crescimentos dos impostos da União, dos Estados e dos Municípios, resultou que as percentagens de distribuição da recei-

(1) — Nos totais relativos à União não estão incluídas as rendas das autarquias federais e do "Plano de Obras e Equipamentos". Os totais relativos aos Estados estão sujeitos a retificações. Quanto aos Municípios, foram tomadas cifras de previsão orçamentária em virtude da deficiência das estatísticas de arrecadação.

IMPOSTOS — % s/ RECEITA GERAL

TPBELA III

ANOS	UNIÃO Cr$ 1000	%	ESTADOS Cr$ 1000	%	D. FEDERAL Cr$ 1000	%	MUNICÍPIOS Cr$ 1000	%
.....	2 805 009	69,5	1.436.083	62,6	295.311	69,8	457.364	52,9
.....	3 211 843	79,4	1.659.811	61,8	323.990	64,1	487.415	53,4
.....	3 457 727	78,9	1.827.711	61,9	366.910	56,1	517.168	53,1
.....	4 359 089	80,1	2.387.820	63,5	449.861	50,8	544.186	54,6
.....	5 992 838	81,4	3.026.001	63,7	521.980	51,3	602.964	59,9
.....	7 565 601	85,5	3.335.310	61,7	622.117	65,3	693.833	55,5
.....	10 013 868	86,5	4.603.348	65,3	1 045 357	74,9	805 649	54,9

ta por estas unidades sofreram fortes alterações de 1940 para 1946, como se verifica pelas cifras reunidas na tabela V.

IMPOSTOS % SÔBRE O TOTAL

TABELA V

ANOS	UNIÃO	ESTADOS	D. FEDERAL	MUNICÍPIOS	BRASIL
1940	56,2	28,8	5,9	9,1	100,0
1941	56,5	29,2	5,7	8,6	100,0
1942	56,0	29,6	5,9	8,5	100,0
1943	56,3	30,8	5,8	7,1	100,0
1944	59,1	29,8	5,1	6,0	100,0
1945	61,9	27,3	5,1	5,7	100,0
1946	60,8	27,9	6,4	4,9	100,0

Chamamos a atenção do leitor para estas percentagens. Nossos municipalistas, tendo à frente o senhor Rafael Xavier, vêm fazendo, com muita razão aliás, um enorme bate-caixa em tôrno de uma estatística da discriminação de rendas, segundo a qual os Municípios estariam arrecadando cêrca de 8 ou 9% da receita pública brasileira. Como se vê, a situação atual passou a ser inteiramente outra. Em primeiro lugar, aquela estatística é de 1942 ou 1943, já um tanto atrazada, por conseguinte. Em seguida, porque ela tomava por base a receita global, ao envez da renda dos impostos, a única que é objeto de discriminação constitucional.

	Cr$	%	% s/total da Receita Nac.
Capitais	355.492.980	44,1	2,1
Demais Municípios	450.056.206	55,9	2,8
TOTAL	**805.649.186**	**100,0**	**4,9**

A situação real é, pois, a que ficou demonstrada na tabela anterior, isto é, a renda global dos impostos cobrados pelos 1666 Municípios brasileiros ficou reduzida, em 1946, a menos de 5% da receita nacional. Tal situação não encontra paralelo em nenhum outro país do mundo. Em matéria de aniquilamento de seus Municípios, num paciente e angustioso trabalho de autofagia, o Brasil foi insuperável nesses 58 anos do período republicano. Mas a situação é, na verdade, ainda mais dramática, se se levar em conta o fenômeno geral da hipertrofia de nossas capitais. O total de impostos municipais relativos a 1946 assim se distribuiu, como se vê da tabela VI.

Sim, por mais estranha que pareça, é esta a situação positivamente insustentável a que ficaram reduzidas, em 1946, as [illegible] das municipais. Na repartição constitucional do grande bolo dos impostos, tocou para 1646 Municípios brasileiros uma fatia inferior a 3%. Eis a triste herança de uma iníqua discriminação de rendas que nos foi legada pela Constituição de 1891 e que a carta de 1934 pretendeu em parte corrigir, mas que o Estatuto de 37 tornou ainda mais injusta e perniciosa aos interêsses nacionais. E a obra de asfixia e aniquilamento do Município brasileiro prosseguiu, de forma implacável, por intermédio da inflação, uma vez que o crescimento da renda dos impostos municipais não pôde acompanhar os dices de elevação geral dos preç salários, verificada nos últi anos.

Os constituintes de 1946, c preendendo em parte a gravi da situação, procuraram impri através de nova discriminação rendas, uma contra-marcha na ria centralizadora do fatídico E do Novo. Não resta a menor d da de que a Carta de 18 de set bro possui uma nítida tendê municipalista.

Veremos, em próximo traba que vultosas rendas foram desl das da União e dos Estados par Municípios, Rendas que irão ar car da miséria atual as adminis ções de muitas centenas de pe nas Prefeituras do interior do cujas arrecadações serão dupl das, quadruplicadas e até decu cadas. Não obstante, procurare também demonstrar que os con tuintes de 1946 pecaram por ex siva timidez e realizaram, em lação aos Municípios, uma ainda incompleta. Com tôdas rendas que lhes foram transferi o conjunto das Prefeituras br leiras não conseguirá elevar receitas além de 10% da arreca ção nacional. A falta de discri nação paralela dos encargos pú cos, a ausência de uma con tuação legal que disciplinasse utilização das "Taxas" a culdade conferida à União aos Estados de aumentaren vontade os seus impostos inc tos e de exigirem contribuições Prefeituras para a manutenção serviços sob administração fed ou estadual, são, por outro l perigosas armadilhas conserva pela Constituição, através das q veremos ainda que poderão completamente anulados os es ços generosos e altamente pat ticos de um Aliomar Baleeiro e tantos outros ilustres municipa tas que integraram a Assemb Constituinte de 1946.

NOVOS DIRIGENTES — Esta é a diretoria que vai reger os destinos da Junior Chamber International. Da esquerda para a direita, Victor Bouças, do Brasil, eleito Presidente; Gregório Feliciano, das Filipinas, Vice-Presidente; Manuel Peralta, do México, Secretário Geral; o ex-Presidente Taylor Cole, dos Estados Unidos; Marcel Lafaille, do Canadá, Vice-Presidente; Gilbert Mabille, da Bélgica, e Hildebrando Nicosia y Perez, do Panamá, diretores executivos. A escolha do Sr. Victor Bouças, grande trabalhador da Junior Chamber, foi expressiva homenagem ao Brasil.

A Juventude Busca Novos Rumos Para o Comércio Internacional

HOMENS de menos de quarenta anos, interessados no comércio internacional e dedicados ao cultivo das relações de amizade entre os povos, reuniram-se, de 21 a 27 do mês de março passado, numa conferência promovida pela Junior Chamber International. Foi o terceiro congresso mundial realizado pela jovem e vigorosa organização internacional. E, no entanto, apesar de sua grande importância na vida atual, ainda não se fêz suficientemente conhecida essa entidade que congrega o esfôrço e o desprendimento dos jovens em todo o mundo.

As Câmaras Júnior são uma instituição americana de origem, mas hoje difundida por todo o mundo. Complementam elas a função das Câmaras de Comércio propriamente ditas, preenchendo muitas das tarefas que escapam da órbita dessas últimas. Caracterizam-se pela juventude de seus membros e destinam-se a aperfeiçoar-lhes o tirocínio necessário à vida dos negócios, proporcionando-lhes um ambiente associativo onde possam cultivar as suas relações de classe.

As Câmaras Júnior aproximam entre si, através das fronteiras, os jovens homens de negócio de todos os quadrantes e promovem o intercâmbio de idéias, de informações comerciais, incrementando as transações e as aplicações de capital. Entre os anglo-sa-

xões, tôda cidade de relativa importância ostenta a sua Câmara Júnior. A América e a Europa beneficiam-se de suas vantagens. Os argentinos, de espírito prático, organizaram uma poderosa rêde nacional de Câmaras.

As Câmaras Júnior realizam, também, atividades filantrópicas, pelo que se fizeram muito apreciadas e benquistas nas suas comunidades. Além de inúmeros empreendimentos de monta levados a efeito por elas, basta falar-se na Exposição Internacional de São Francisco da Califórnia — idéia e realização da Junior Chamber local.

NOVA DIRETORIA DA JUNIOR CHAMBER INTERNATIONAL

Encerrados os trabalhos do Congresso procedeu-se à eleição da nova diretoria, que ficou assim constituída; presidente, Victor C. Bouças (Brasil); vice-presidente, Gregório Feliciano (Filipinas); vice-presidente, Marcel Lafaille (Canadá); tesoureiro, Roberto Bishop (Estados Unidos); secretário, Manuel Peralta (México); diretor executivo, Gilbert Mabille (Bélgica); e diretor executivo, H. A. Nicosia y Perez (Panamá).

A CÂMARA DE INCENTIVO E COOPERAÇÃO

Até 1944 era quase desconhecido no Brasil o movimento da Câmara Júnior de Comércio. Naquele ano, foi o Sr. Victor C. Bouças convidado a assistir à convenção das Câmaras Júnior dos Estados Unidos, realizada em Omaha. De volta ao Brasil, reunia êle, pouco tempo depois de sua chegada, um grupo de 25 jovens animados dos mesmos anseios e representantes de diversas atividades, com os quais lançou os fundamentos da entidadede nacional criada nos moldes da norte-americana. A instituição nacional recebeu a denominação de Câmara de Incentivo e Cooperação.

O primeiro presidente eleito da Câmara de Incentivo e Cooperação foi o Sr. César Cantanhede, professor da Escola de Engenharia da Universidade do Brasil, figura de destaque na engenharia nacional. Logo depois de instalada, a nova entidade triplicava o número de seus membros. Fêz-se representar no Congresso realizado no Panamá, do qual resultou a criação da Junior Chamber International. Leva a cabo, ainda, várias iniciativas de vulto, como o lançamento de plano para trabalhos sociais, iniciados co os estudos relativos à instalação de e colas técnicas e que deverão servir base para futura realização, logo que quadro social e os recursos da Câm ra possibilitem a sua execução. Tam bém foi organizado um curso de or tória que obteve o maior êxito.

Para o período 1946-1947 foi eleit presidente da entidade o Sr. Victor Bouças, jovem bastante conhecido e nosso país, pelas suas qualidades dirigente, reveladas em uma das ma completas organizações do Brasil. Câmara dedicou no início dos trab

INGLATERRA — Ruben Viner na tribuna.

PANAMA' — Hildebrando Nicosia Perez.

TRABALHO — O Comité de Constituição em ação.

OSTA RICA — João Carlos do Valle na tribuna.

SHAKE-HANDS DOS PRESIDENTES — Victor Bouças, que assume a presidência, é cumprimentado por Taylor Cole, que deixa o cargo.

os, nesse ano, as suas melhores enções ao problema do menor abandonado, sôbre o qual realizou amplo quérito. Os esforços da Câmara de centivo e Cooperação dirigiram-se, trossim, no sentido da alfabetização adultos, auxiliando desta maneira, trabalhos realizados nesse setor pe- Ministro da Educação e Saúde, Sr. emente Mariani. Instalação de esco-, pagamento de professôres, fiscalição do ensino, fornecimento de maial escolar e exame de alunos, com ncessão de prêmios — formam parte ssa atividade da Câmara.

Mas não é, apenas, no Rio de Jaro que se faz sentir a ação da Câra de Incentivo e Cooperação, no ntido de auxiliar a alfabetização dos asileiros maiores. Através de rádioadores são auscultadas as necessiles do imenso território nacional, caminhando-se a localidade do inior livros e material escolar.

Em maio de 1947 foi eleito presinte da organização o conhecido arteto Flávio Amilcar Régis do Nasento. Alfabetização de adultos, ação de sangue em benefício dos spitais, apoio à Orquestra Sinfônica Brasileira, palestras públicas sôbre medicina preventiva do trabalho, arquitetura moderna, energia atômica e pintura moderna, divulgação de noções de higiene e medicina social — bastam êstes ítens para se ter uma idéia da obra social que foi desenvolvida nesse período pela Câmara de Incentivo e Cooperação.

No plano internacional, manteve constante contato com as congêneres estrangeiras, colaborando ativamente com os Srs. Taylor Cole e Hildebrando A. Nicosia y Perez — respectivamente, presidente e vice-presidente da organização internacional.

O III CONGRESSO DA JUNIOR CHAMBER INTERNATIONAL

Tendo sido escolhida no II Congresso Mundial da J. C. I. o Rio para sede do III Congresso, foi êste instalado, como ficou dito, a 21 de março último, tendo sido encerrado, após uma semana de proveitosa atividade.

Convidado para presidente de honra da reunião, o Sr. Osvaldo Aranha, ex-presidente da Assembléia Geral da ONU, abriu os trabalhos, pronunciando importante oração, na qual ressaltou a importância das Câmaras Júnior e sua decisiva contribuição para a paz mundial. Foi lida, ainda, uma saudação do Presidente Truman, agradecendo o convite que lhe foi feito para comparecer ao conclave e seus votos pelo pleno êxito do mesmo.

MENSAGENS

Além da mensagem do Presidente dos Estados Unidos, outras foram recebidas, demonstrando o interêsse despertado pela reunião dos jovens membros das Câmaras Júnior.

Do Sr. Thomas J. Watson, financista e dirigente de uma das maiores organizações em todo o mundo — a International Business Machine —, recebeu o Sr. Victor C. Bouças a seguinte saudação, enviada aos delegados ao III Congresso da J. C. I.:

"Tenho grande satisfação enviar cumprimentos todos delegados ao Congresso da Junior Chamber of Commerce, pela qual tenho tomado interêsse desde a sua fundação, considerando-a um dos maiores incentivos ao desenvolvimento de normas econô-

U.S.A. AO BRASIL — John Ben Shepord, da U. S. Junior Chamber (presidente), oferece à delegação brasileira, Victor Bouças, uma flâmula comemorativa.

micas progressistas e sadias, tanto nacionais como internacionais.

Os jovens de negócios dos dias que correm vêm não somente exercendo ação de relevância nos acontecimentos atuais como também firmando um exemplo, para a nossa juventude, de fé, elevados ideais e caráter, que constituem os três pontos essenciais de que depende tudo que é digno de valor.

Transmito-lhe meus votos de êxito extensivos ao seu presidente de honra e a todos os membros do Congreso.

a) *Thomas J. Watson.*"

DO SR. NELSON ROCKEFELLER

Do antigo Coordenador dos Assuntos Interamericanos, recebeu o Congresso a seguinte mensagem:

DELEGADOS — Das Filipinas, do Canadá e de muitas outras nações vieram delegados à Conferência de Quitandinha.

"O Congresso Mundial da Junior Chamber International é uma grande evidência do desejo universal de alcançar o entendimento universal. Queira aceitar sinceros melhores votos pelo pleno êxito Congresso. a) *Nelson Rockefeller.*"

DO SR. VALENTIM F. BOUÇAS

O presidente da Câmara de Incentivo e Cooperação recebeu, do Sr. Valentim F. Bouças, atualmente nos Estados Unidos, o seguinte telegrama-mensagem:

"Desta pátria George Washington onde não cessamos admirar sua grande democracia não podemos deixar de trazer nossos votos profundo respeito admiração momento civilização. Nossa religião, nossa família, nossas pátrias encontram-se face período mais intranquilizador para humanidade. Vossa memorável reunião representa uma grande confiança esperança nosso futuro. E' primeira vez história que vemos jovens para quem através suas Câmaras Júnior possam formar alicerce mútua amizade cooperação isentas do imediatista interêsse material e das preocupações vaidades pessoais. E' uma grande escola democrática moderna onde estão formando as grandes reservas para defesa inteligent sadia nossas verdadeiras instituiçõe democráticas. Embora muito recen sua formação (no Brasil) mas já po tôda parte se notam os frutos de su primeiras sementes. Entre nós Bras bastaria relembrar cooperação valio Campanha Alfabetização de Adulto doação de sangue.

Não se distribuíram dividendos e moeda corrente aos seus organizadore porém os beneficiados receberam dividendos obtidos e distribuídos pel jovens da J. C. Não foi trabalho tron beteado para fins eleitorais mas e benefício de uma pátria melhor. E' trabalho silencioso e ininterrupto d amanho da terra cujos frutos vão se colhidos seus filhos nossos netos.

Vossa ação é tão grandiosa qu além de um estímulo para todos jovens representa uma grande lição s bre a qual os Seniors têm profunda mente meditar. Muitas felicidades muito obrigado. a) *Valentim F. Bou ças.*"

OUTRAS MENSAGENS

O Congresso Mundial das Câmara Júnior recebeu, ainda, do Sr. Geo ge Braimad, da Addressograph multigaph Corp. uma saudação,

AMERICANOS — Os delegados americanos na sua bancada em Quitandinha.

BRASILEIROS — Parte da delegação brasileira que atuou na Conferência.

, aquêle eminente financista, além enviar suas saudações aos delega- à reunião, diz o seguinte:

Os desentendimentos no comércio política internacional não podem ar de ceder diante de vossos esfor- A necessidade do mundo é gran- o tempo é curto. Que o Congres- btenha pleno êxito no sentido de ar a resolver os graves problemas tôdas as nações estão atualmente entando."

ambém o Sr. Malcolm Forbes en- uma saudação aos delegados ao gresso, tendo dito, a certa altura:

Muitas belas resoluções perdem ido porque são tão amplas que uém é responsável por elas".

ntre outras, foi recebida, ainda, mensagem do representante no il das Nações Unidas, Sr. Paul orden Shaw, que, em nome da- a organização, saudou os delega- das Câmaras Júnior.

LEGAÇÕES PRESENTES AO CONGRESSO

lém dos representantes nesta cida- credenciados por 42 países, estive- presentes ao III Congresso Mun- da Junior Chamber International eguintes delegados:

rgentina: José Caberlotto, Oscar zalez, Ramon Campos, Hector le, Exequiel Gutniski, Manuel S. uel, Iterman Santiago, Eduardo olari, Enrique Oliva, Raul Gilbert, ncisco Gayoso, Enrique Wolfen- Juan I. Lauze, Juan C. Poso, Sol quet, Osvaldo Santillan, D. Cesare ile, José Chaufan, Virgílio Gen- S. Cesare e Carlos Fortin.

élgica — Gilbert Mabille.

Brasil — Victor C. Bouças, Rui de Oliveira Santos, Lécio P. Veloso, César Cantanhede, Alfredo Goulart de Castro Filho, Jossif Landau, Augusto Xavier de Lima, Osvaldo Aranha Filho, Augusto Freitas Pereira, Levy Guimarães, Getúlio José da Silva.

Canadá — Philip Pugsley, Marcel Lafaille, Robert Bruce Thorpe, Guy Poliquin e William Fuller.

Costa Rica — João Carlos G. Vale, p. procuração.

Cuba — Eduardo Mederos y Ageo.

Filipinas — Gregório M. Feliciano e José Mayuga.

Guatemala — C. H. Deleón Bonilla.

Espanha — José Munoz de Miguel.

Inglaterra — Ruben Viner.

México — José Lopez Vergara e Manuel Peralta.

Panamá — Hildebrando A. Nicosia y Perez.

Estados Unidos — Robert Bishop, C. Taylor Cole, Lofton Tatum, James A. Smith, Carl Cacciatore, L. N. Crin, Leon Bainbridge, John Ben Shepperd, Frank G. Fister e Bill Brownfield.

Observadores:

República Dominicana — Ismael A. Sasso.

Venezuela — Leopoldo Gomes.

MATÉRIAS APROVADAS

Após intenso e profícuo trabalho, foram aprovadas, pelo III Congresso Mundial das Câmaras Júnior, as seguintes matérias:

I — MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM — Esta Comissão julgou conveniente a organização de um programa de ação

ARGENTINA AO BRASIL — José Caberlotto, presidente da delegação portenha, oferece uma bandeira de seu país à Câmara Brasileira representada por Flávio Regis do Nascimento.

MÉXICO AO BRASIL — José Vergara, do México, oferece ao presidente da delegação brasileira, Victor Bouças, a bandeira de seu país.

universal, conjunta e uniforme, respeitadas as condições mesológicas, no sentido de auxiliar a solução dos problemas sociais econômicos que afetam as populações a que pertencem. a) Problema da moradia — A solução dêste problema deve ser dada pelas autoridades e órgãos locais, públicos e privados, obedecida uma orientação internacionalmente fixada, em função da produção, da distribuição e das comunicações, sem perder de vista o estímulo que deve ser dado a êsse tipo de inversão. A formação de um fundo comum de experiência e de conhecimento no que se refere à moradia e ao intercâmbio de planejamentos, desenhos, investigação estatística e estudos sôbre materiais de construção, deve ser promovida por tôdas as Câmaras Júnior. b) Educação — De acôrdo com os estatutos e ideais, a Comissão adotou o seguinte princípio: A educação deve ser dada com o objetivo de habilitar o homem à vida social e à vida democrática. Segundo a concepção política e institucional, baseada na soberania popular, só se completará a trajetória democrática de um povo, quando se haja conseguido um elevado índice de educação. Recomendou a Comissão a realização de estudos de acôrdo com as necessidades nacionais, regionais e locais, promovidos pelas Câmaras Júnior, que criarão Comissões Permanentes de Investigação. a) Problema sanitário — Conclusões adotadas: 1 — A ação das Câmaras Júnior deve ser continental, tomando a si o trabalho de promover as investigações científicas sôbre êste problema, através de escolas médicas e instituições outras, com o objetivo de favorecer maior bem-estar às populações, elevar o padrão de vida, evitar a morte prematura, a incapacidade para o trabalho, desenvolvendo nos povos uma consciência progressista. — 2 — Propugnar melhor legislação urbanística e rural, preventiva dos danos que afetam a comunidade.

II — INTERCÂMBIO ECONÔMICO INTERNACIONAL — As conclusões da Comissão que estudou as inúmeras sugestões recebidas foram as seguintes: a) — Constituição de agrupamentos de técnicos em cada nação; b) — Organização de uma entidade permanente de técnicos para a elaboração de planos; c) — Constituição de agrupamentos de especialistas nos principais ramos da economia, para um trabalho internacional com o objetivo de preparar planos de produção para cada tipo de produto de consumo indispensável; d) — Criação pela Junior Chamber International, de uma Comissão de Contrôle Permanente; e) — Que as investigações realizadas para tôdas as Junior Chambers sejam comunicadas à Secretaria provisória que funciona no Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, com sede em Turrialha, Costa Rica; f) — Preparar uma conferência internacional de técnicos para o fim de estruturar o plano geral de ação, dentro de prazo de dois anos; g) — Que cada Junior Chamber promova debates públicos, com o objetivo de aperfeiçoar seus planos; h) — Que seja criado um fundo especial em cada Junior Chamber para o desenvolvimento do trabalho na esfera internacional; i) — Desenvolver por todos os meios o sentimento individual de liberdade e democracia, dando corpo à teoria de integração internacional da economia, base de melhor compreensão entre os povos.

III — FUNDAÇÃO MUNDIAL DA JUVENTUDE AGRÍCOLA — Foi aprovada a criação desta entidade, destinada a promover e a fomentar os estudos de problemas relativos à produção agrícola. Entre os seus objetivos cabe a essa entidade conclamar: a mocidade, despertando-lhe a curiosidade e interêsse por êstes problemas fundamentais dos nossos tempos. A fundação será dirigida por delegados das Juniors Chambers dos Estados Unidos e Canadá, do presidente da J. C. I., de representntes da ONU, Departamento do Govêrno Americano e das Associações Agrícolas dos Estados Unidos. A secretaria provisória funcionará em Tulsa, Oklahoma, U. S. A., onde serão centralizados todos os estudos e investigações realizadas pelas Juniors Chambers. O Conselho de diretores reunir-se-á periodicamente em cidades previamento determinadas, a fim de pôr em execução o programa da Fundação, que envolverá tôda a terra através das Juniors Chambers locais.

IV — ASSUNTOS INTERNACIONAIS — a) — Comissão Permanente de política internacional da Juventude — Foi aprovada sua criação, sob os fundamentos de que a atual geração está formal e lealmente decidida a fazer quaisquer sacrifícios para obter a paz e a felicidade dos povos, e tenho firme propósito de fazer ouvidos os seus ideais em todos os problemas de ordem internacional. Seu primeiro e mais importante trabalho será fazer-se reconhecer pela ON como órgão representativo da juven de mundial; b) — UNIVERSIDAI INTERNACIONAL — Foi apro da a criação desta entidade com o f de favorecer o desenvolvimento cultura e da especialização da juvent de. A sua comissão organizadora dev rá apresentar no próximo Congres um projeto de regulamento orgân para a constituição definitiva da U versidade, obedecendo a seguinte o entação: 1 — Processo para a es lha de cursos de duração máxima nove meses. 2 — Recebimento de a nos com ou sem bôlsa de estudos. — Os cursos terão outros objetiv o de encontrar soluções dos problem que perturbam as boas relações int nacionais.

V — ASSUNTOS ECONÔM COS — Previdência Social — Seg ros Privados. — Foram aprovadas seguintes conclusões elaboradas p respectiva comissão técnica: a) Que se deve promover a unificaç das instituições sociais existentes q tenham a mesma finalidade. b) Propugnar pela uniformidade de to os benefícios prestados, dando idên co tratamento a nacionais e estrang ros. c) — Que se conduza o desenv vimento da previdência social no se tido de consolidar e elevar as perce tagens dos benefícios dos seguros p velhice e por invalidez. d) — Con guir elaboração de leis especiais proteção aos acidentes de trabalho enfermidades profissionais. e) Aconselhar a realização do seguro acidentes do trabalho por intermé de emprêsas privadas, em virtude não poder uma organização esta oferecer assistência rápida e efi que exige êste ramo de seguros. f) Manter o princípio de indenização p incapacidade permanente (total parcial) em forma de renda e não capital, admitindo-se, como exceção, pagamento de uma só vez quando ex tir suficiente garantia de que o ca tal devido será empregado com cri rio que permita ao acidentado a con nuação de uma existência normal. — Propugnar para o estabelecimen de um benefício correspondendo a por cento sôbre a última diária, no c so de enfermidade não profission Os primeiros dez dias serão abonad pelos empregadores correspondent e, no caso de exceder tal prazo, p Instituto de Previdência Social. h) Que as Juniors Chambers promova campanhas para a adoção do segu obrigatório de responsabilidade cont terceiros, e que esta medida obrigat

ria seja estendida a tôdas as emprêsas de transportes coletivos, justificando-se tal medida como necessária à conservação do patrimônio humano, que deve ser engrandecido e não desfalcado em suas possibilidades. i) — Que todos os países, por intermédio de suas organizações especializadas, efetuem intercâmbio de informações sôbre elementos estatísticos e meteorológicos, a fim de conseguir as bases para um amplo plano de seguro agrícola, cuja execução deverá ficar a cargo de instituições estatais. j) — A adoção obrigatória de seguro contra os riscos de incêndio, sob o fundamento de que a riqueza nacional se constitui da reunião dos patrimônios, individuais, frequentemente comprometido por tal eventualidade.

VI — EMBAIXADOR OSVALDO ARANHA — Foi aprovada a moção indicando o nome dêste eminente brasileiro para o Prêmio Nobel da Paz.

VII — MOÇÕES — Foi aprovada moção de agradecimento ao governador do Estado do Rio de Janeiro, ao prefeito do Distrito Federal, ao prefeito de Petrópolis e à Câmara do Brasil.

VII — COMISSÃO DE ESTATUTOS — Recomendações do Comité de Estatutos submetidas à consideração do Congresso: 1) — Aos membros ativos da Junior Chamber International que não tenham pago as cotas correspondentes ao período de janeiro de 1948, será concedido o direito de voto desde que se comprometam a pagar a cota pendente dentro de três meses. 2) — Reforma da Constituição e dos Estatutos para a Associação Internacional, confeccionado por Hildebrando A. Nicosia y Perez, ex-secretário geral e vice-presidente. Devido entretanto a premência do tempo não foi possível estudá-lo, pelo que se sugere que êsse projeto seja distribuído por tôdas as Câmaras, de modo que possa ser levado à consideração do próximo Congresso. Assim sendo fica cancelado o prazo de cem dias necessário para efetuar-se a reforma. 3) — Que a eleição do Tesoureiro, Secretário, e dos dois vice-presidentes seja realizada pelos próprios delegados presentes, o que dará a maior relevância aos cargos. 4) — Também se recomenda que o regulamento deve expressar claramente que no início do ano fiscal, o Comité Executivo deve considerar a receita da Organização Internacional e sua distribuição entre os membros executivos, de acôrdo com suas atividades e necessidades.

VIII — PRÊMIOS — A Comissão respectiva propôs fôsse adiada a concessão do prêmio oferecido pela Junior Chamber da Nova Zelândia e que o presidente da Junior Chamber International consultasse tôdas as filiadas sôbre a confecção de um regulamento para a sua distribuição, que deverá ser aprovado dentro de cento e oitenta dias, contados do encerramento do Congresso. Esta moção foi aprovada.

IX — IV CONGRESSO INTERNACIONAL DA JUNIOR CHAMBER INTERNATIONAL — Foi por último deliberado que o IV Congresso Internacional das Juniors Chambers se realize em março de 1949, na cidade de Bruxelas, Bélgica.

The
FIRST NATIONAL
BANK *of* BOSTON
Fundado em 1784

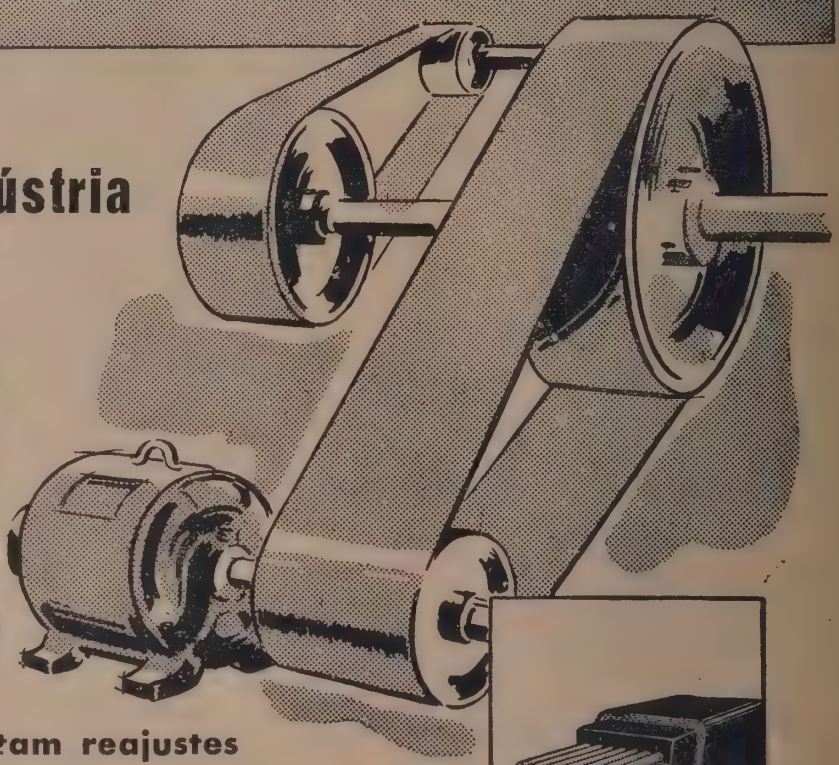
Depósitos, Cauções, Descontos, Cambio, Cobranças, Cartas de Crédito para Importação, Guarda de Valores, Cofres de aluguel e todos os demais serviços bancarios.

•

Avenida Rio Branco, 18
Telefone 23-2191
Rio de Janeiro

GASTE MENOS com CORREIAS

equipando sua indústria com CORREIAS GOODYEAR



DISTENSÃO MÍNIMA - evitam reajustes

NÃO DESLIZAM - aproveitam totalmente a fôrça dos motores

● As Correias Industriais Goodyear duram mais e proporcionam desempenho mais eficiente porque foram planejadas e construídas, ponto por ponto, em tipos especificamente diferentes, para atender naturezas diferentes de cada trabalho. Por isto, seja qual fôr o problema de transmissão de fôrça, há sempre, na ampla linha de correias Goodyear — planas ou em "V" — o tipo que se adapta perfeitamente às condições do seu trabalho.

CORREIAS GOODYEAR "MULTI-V"

As correias Goodyear "Multi-V" são construídas com cordonéis contínuos e pré-distendidos, oferecendo o máximo de resistência e durabilidade.

GOODYEAR
INDÚSTRIA BRASILEIRA

ADOTE TAMBÉM MANGUEIRAS INDUSTRIAIS GOODYEAR!

— Um tipo de mangueira para cada fim: jardim, água, vapor, ar comprimido, solda autógena, lavagem de carros. Sucção de água e óleos, vinho e cerveja.

Tecidos "Made in Brazil" Presentes em 30 Mercados

José Ribeiro

DESDE 1937, o Brasil vinha tentando romper a barreira das tarifas altas para os seus tecidos de algodão nos países sul e centro-americanos. Em agôsto daquele ano, o Sindicatos dos Comerciantes Atacadistas do Rio de Janeiro dirigia-se ao Itamarati a fim de que o govêrno brasileiro interviesse no assunto. Cuba, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e Dominica mantinham taxas 50 e 70 por cento mais elevadas para o Brasil do que para a Inglaterra, a França ou a Alemanha. Argumentava-se que os tecidos brasileiros eram os mais fortes concorrentes dos tecidos de Manchester, não só pelo acabamento do produto, mas também no tocante ao preço. Entretanto, no Peru, por exemplo, o artigo brasileiro pagava mais ou menos o dôbro dos direitos a que estava sujeito o mesmo artigo importado da Inglaterra. O estudo do problema arrastou-se pelos órgãos técnicos durante algum tempo. A nossa exportação de tecidos de algodão naquela época era reduzida, pois no ano de 1938 não alcançou 5 milhões de cruzeiros.

Assim é que em 1940, quando já a exportação atingira 67 milhões e 904 mil cruzeiros, correspondendo a 3.958 toneladas, tudo andava mais ou menos no mesmo pé. A guerra já havia sido deflagrada e nos mercados mundiais se iniciava uma fase de perturbações cada dia mais sensíveis. Os tecidos de algodão "made in Brazil" começaram a penetrar na Argentina, na Venezuela, no Chile, na Colômbia e noutros países sul-americanos. O embaixador brasileiro em Londres transmitira ao Itamarati a impressão de que a Inglaterra se mostrava interessada em face da aceitação de tecidos de algodão do nosso país no Rio da Prata. Tendo perdido praticamente o mercado brasileiro nesse particular, em consequência do desenvolvimento da indústria têxtil nacional, os industriais britânicos não disfarçavam as suas

apreensões diante da facilidade com que os artigos brasileiros vinham penetrando na Argentina, no Uruguai e noutros países da América do Sul.

A MISSÃO COMERCIAL BRASILEIRA

Os industriais brasileiros insistiam em 1940 por uma ajuda do govêrno no sentido da conquista de mercados sul e centro-americanos. Alegava-se que a situação da indústria de tecidos já não encontrava elementos suficientes de equilíbrio no mercado interno e que, se as exportações efetuadas foram frutos de vagas informações ou de tentativas esporádicas, muito se poderia esperar de um trabalho metódico, de uma ação organizada e de um subsequente esfôrço eficiente. Os apelos dos industriais foram interpretados pelo Sr. Leonardo Truda, numa exposição dirigida ao Conselho Federal de Comércio Exterior, do qual era membro, sugerindo a ida de uma Missão Especial aos países que ao norte do continente se apresentavam como possíveis grandes clientes da nossa indústria de tecidos: a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Panamá e a América Central. A idéia foi vitoriosa, ampliando-se todavia os objetivos da Missão que passaram a atender a uma série de outros produtos, mas substancialmente aos tecidos de algodão. E o Sr. Leonardo Truda foi o seu chefe.

O Sr. Truda era um homem prático. Sabia que não bastava levar mostruários para conquistar os mercados. Era necessário que o Brasil pudesse, depois dêsse contato direto através da Missão com os mercados sul e centro-americanos, fazer chegar os seus tecidos aos portos de desembarque. O Lóide Brasileiro não mantinha linhas de navegação capazes de suprir os países americanos do Pacífico nem os demais ao norte do Brasil. Foram tomadas, em face disso, coincidentemente medidas com o objetivo de sanar essa falha. Ainda em Caracas, escrevendo um de seus relatórios tão detalhados e tão amenos ao "eminente e prezado amigo" que era como êle tratava o patrício Getúlio Vargas, então ditador e do qual era homem de confiança, o chefe da Missão informava: "Não há que dissimular as dificuldades que se apresentam ao intercâmbio brasileiro-venezuelano. Uma delas — e das mais importantes, senão a mais séria — foi removida pela criação da linha do Lóide Brasileiro, do Rio de Janeiro a La Guayra e Nova York." E adiante: "Mas, se a dificuldade do transporte direto está vencida com a criação de uma linha brasileira, outras — sobretudo a do câmbio e a das práticas comerciais e bancárias — têm ainda de ser contornadas." O Japão ainda com os mares abertos para as suas mercadorias, atravessava-se no caminho da Missão Comercial Brasileira. "Para que se avalie a que ponto vai a tenacidade, senão a agressividade dessa concorrência, relatarei — diz o Sr. Leonardo Truda — o seguinte fato que me é referido pelos delegados industriais da Missão: em contato, êstes, com importadores de tecidos, interessados na compra de nossos brins, ouviram dos mesmos que agentes de comércio japonêses lhes haviam aconselhado a nada comprar dos fabricantes brasileiros pois que aguardavam instruções que os habilitariam a fornecer os similares japonêses, a preços ainda infe-

TECIDOS DE ALGODÃO

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE 1938 A 1947 POR PAÍSES DE DESTINO

QUANTIDADE EM TONELADAS

PAÍSES DE DESTINO	1947	1946	1945	1944	1943	1942	1941	1940	1939	1938
Argentina	5.541	2.453	6.637	9.717	5.319	13.133	5.544	3.270	1.610	24
União Sul-Africana	1.930	1.757	2.739	2.201	10.692	3.663	786	39	—	—
Senegal	1.849	1.225	17	—	—	—	—	—	—	—
Chile	848	942	1.841	1.365	1.521	1.014	230	68	11	9
Paraguai	904	513	1.174	1.042	702	1.394	206	74	88	13
Argélia	1.059	586	—	—	—	—	—	—	—	—
Marrocos	967	414	—	—	—	8	—	—	—	—
Venezuéla	637	555	2.278	525	757	1.409	1.190	199	42	59
Tunis	532	252	—	—	—	—	—	—	—	—
Uruguai	370	331	1.381	1.935	1.013	2.009	204	3	0	—
Indo-China	336	114	—	—	—	—	—	—	—	—
Moçambique	57	41	185	138	55	3	1	—	—	—
Rep. Dominicana	77	22	62	54	8	191	61	10	6	4
Congo Belga	—	16	184	395	3 502	132	—	—	—	—
Bolívia	42	142	324	287	463	156	59	67	27	9
Finlândia	56	—	—	—	—	—	—	—	—	—
China	55	2.254	1	—	—	—	—	—	—	—
Rodesia	47	—	—	249	76	—	—	—	—	—
Albânia	61	235	—	—	—	—	—	—	—	—
Irlanda	17	714	1.529	1.260	141	—	—	—	—	—
Dinamarca	12	96	—	—	—	—	—	—	—	—
Colômbia	17	31	331	132	188	215	287	62	71	33
Iráque	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guiana Francêsa	13	5	51	122	60	18	65	—	—	—
Equador	9	81	216	84	133	206	130	34	7	6
Antilhas Holandesas	6	0	4	8	54	23	31	—	3	—
Angola	7	8	148	167	34	22	—	2	2	—
Peru	12	318	245	112	357	276	116	42	16	1
Turquia	4	—	755	56	16	—	—	—	—	—
Yugoslávia	2	4	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (Inclusive outros)	16.678	14.103	24.246	20.070	26.434	25.539	9.238	3.958	1.982	247

riores aos habituais." E sugeria a adoção de uma política cambial capaz, em verdade, de favorecer as nossas vendas, permitindo-nos enfrentar uma concorrência de outro modo difícil de vencer, ao mesmo tempo que dava contas de iniciativas tomadas no sentido do encaminhamento com os governos dos países visitados de novos tratados comerciais, cujo acabamento ficaria a cargo do Itamarati.

A GUERRA AJUDOU A EXPANSÃO

A guerra, porém, ajudou mais a expansão da exportação de tecidos brasileiros do que tudo mais. Produtores de tecidos como a França, Alemanha, a Itália e a Inglaterra foram, logo no primeiro ano, levados a abandonar seus antigos mercados, pois que estavam suas fábricas empenhadas, dia e noite, na produção de tecidos para as necessidades do conflito.

A exportação de 1941 já havia atingido 208 milhões e 649 mil cruzeiros para um volume de 9.238 toneladas de tecidos de algodão. O aumento percentual sôbre a tão pequena exportação de 1938 era evidentemente astronômico. Os industriais de tecidos tiveram, então, a certeza de que não podiam mais falar de crise, pois daí por diante iriam acumular lucros que lhes permitiriam não só o equilíbrio da indústria, mas uma completa renovação de sua maquinaria. Saía a produção industrial têxtil nacional do âmbito do mercado interno, cuja capacidade de consumo é ainda hoje tão melancolicamente limitada, para o campo largo e saudável do mercado internacional, onde, não obstante, a concorrência em épocas normais se reveste, por vêzes, de agressividade espantosa.

Em fins de 1941 o Japão, por sua vez, isolara-se do mercado internacional com o ataque aos Estados Unidos, cuja indústria igualmente passou a atender mais intensamente às necessidades bélicas, inclusive a vestir grandes massas de exército em luta através de todos os mares e todos os continentes. Daí por diante, pouco a pouco, os países da América foram sendo envolvidos na guerra em face das provocações do Eixo, cujos submarinos atingiram as águas do Atlântico sul perturbando profundamente a navegação comercial. Com a situação de bloqueio e contra-bloqueio que se criou, a partir de então, os suprimentos de tecidos de algodão ficaram delimitados a determinados países produtores. Cabia ao Brasil fornecer panos aos mercados sul-americanos e da costa atlântica da África, de Dakar à União Sul-Africana. Os Estados Unidos e o México passaram a suprir o Canadá e os países do mar das Caraibas. A Índia abastecia as nações da Ásia Meridional e o leste da África. Essa divisão não se processou à base de nenhum convênio, mas naturalmente. Mais tarde, entretanto, foi ratificada em acôrdo feito em Washington (1944).

OS MERCADOS CONQUISTADOS

A exportação de 1942 somou 25.539 toneladas, no valor de 797 milhões e 285 mil cruzeiros e a de 1943 nada menos de 26.434 toneladas (volume "record" até hoje não ultrapassado), no valor de 1 bilhão, 104 milhões e

TECIDOS DE ALGODÃO

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE 1938 A 1947 POR PAÍSES DE DESTINO

VALOR EM Cr$ 1.000

PAÍSES DE DESTINO	1947	1946	1945	1944	1943	1942	1941	1940	1939	1938
Argentina	571.313	177.358	434.478	519.198	219.382	392.839	120.880	52.247	23.139	312
União Sul-Africana	148.440	88.805	176.958	119.118	504.034	123.251	13.754	524	—	—
Senegal	123.349	43.974	459	—	—	—	—	—	—	—
Chile	67.085	46.999	111.786	79.038	56.646	40.380	8.715	2.148	137	53
Paraguai	67.050	31.270	63.747	55.030	25.340	45.602	5.473	1.441	1.126	195
Argélia	60.627	19.927	2.425	—	—	—	—	—	—	—
Marrocos	56.520	14.004	1.549	—	—	479	—	—	—	—
Venezuela	34.536	31.914	138.352	34.182	37.264	52.417	32.367	5.490	1.153	1.424
Tunis	30.735	8.443	—	—	—	—	—	—	—	—
Uruguai	28.982	19.632	76.818	79.265	33.134	54.858	4.227	59	0	—
Indo-China	26.031	8.187	—	—	—	—	—	—	—	—
Moçambique	7.213	2.649	13.936	8.793	2.776	159	47	—	—	—
República Dominicana	4.656	952	3.619	2.715	216	5.244	1.699	264	105	91
Congo Belga	4.535	441	6.466	12.302	106.648	3.029	—	—	—	—
Bolívia	3.926	10.764	20.128	16.427	21.577	5.986	1.018	953	270	57
Finlândia	2.893	—	—	—	—	—	—	—	—	—
China	2.457	82.975	49	—	—	—	—	—	—	—
Rodesia	2.439	37	—	12	3.153	—	—	—	—	—
Albânia	1.796	7.847	—	—	—	—	—	—	—	—
Irlanda	1.189	39.720	91.600	60.353	4.716	—	—	—	—	—
Dinamarca	1.111	6.726	—	—	—	—	—	—	—	—
Colômbia	888	1.683	16.447	5.118	8.864	7.642	7.219	1.532	1.492	600
Iráque	882	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guiana Francêsa	833	329	3.029	6.511	2.335	541	1.503	—	—	—
Equador	712	6.043	15.057	5.313	8.225	7.662	2.623	751	146	137
Antilhas Holandesas	518	14	286	427	2.089	620	687	—	81	—
Angola	480	472	8.748	9.965	1.792	1.142	—	52	39	—
Peru	437	7.603	14.949	6.833	18.304	12.502	2.631	713	158	9
Turquia	309	—	26.326	1.411	363	—	—	—	—	—
Yugoslávia	166	267	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (Inclusive outros)	1.252.587	703.021	1.396.762	1.046.193	1.104.246	797.285	208.649	67.904	29.387	4.260

246 mil cruzeiros. Já então, o panorama dos mercados era bem diverso.

A Argentina que em 1938 nos comprara apenas 312 mil cruzeiros de tecidos de algodão havia elevado as suas compras para cêrca de 393 milhões em 1942. A União Sul-Africana que só em 1940 se interessara pelos tecidos brasileiros, adquirindo naquele ano 524 mil cruzeiros, comprara mais de 504 milhões de cruzeiros em 1943. O Congo Belga, onde os nossos tecidos só haviam chegado em 1942 (pouco mais de 3 milhões de cruzeiros) já em 1943 adquiria aproximadamente 107 milhões. Na América do Sul, afora a Argentina, diversos países passaram a receber em quantidade sensivelmente maior os panos "made in Brazil". A exportação subiu de 53 mil em 1938 para 40,4 milhões de cruzeiros em 1942 para o Chile, de 195 mil em 1938 para 45,6 milhões de cruzeiros em 1942 para o Paraguai; de 1,4 milhão em 1938 para 52,4 milhões de cruzeiros em 1942 para a Venezuela; de 9 mil em 1938 para 12,5 milhões de cruzeiros em 1942 para o Peru. O Uruguai, cujas compras se iniciaram em 1939, também em 1942 adquiriu cêrca de 55 milhões de cruzeiros.

Além dos mercados, onde já em 1938 eram vendidos, embora em pequena proporção, os tecidos de algodão brasileiros — os quais aliás se reduziam a nove — surpreendemos em 1943 o Brasil exportando seus panos para dez outros mercados novos: União Sul-Africana, Uruguai, Moçambique, Congo Belga, Rodésia, Irlanda, Guiana Francesa, Antilhas Holandesas, Angola e Turquia. Já não era apenas a título de experiência que êsses mercados importavam os tecidos brasileiros. Êstes haviam penetrado efetivamente num grande número de mercados novos e ótimos.

E' óbvio, sempre se observou nos momentos de grande procura de determinados produtos no mercado internacional abuso praticado por negociantes inescrupulosos. Em 1943, exatamente quando a União Sul-Africana havia elevado as suas compras a 10.692 toneladas de tecidos de algodão, no valor de 504 milhões e 34 mil cruzeiros, representando pouco menos da metade do total da exportação, surgiram as mais graves reclamações. Os sul-africanos queixavam-se de que os tecidos brasileiros que lhes enviavam não correspondiam às amostras. E o resultado foi que a exportação no ano seguinte de tecidos de algodão para aquêle país caiu para 2.201 toneladas, apenas, correspondendo a menos 120 milhões de cruzeiros. Medidas foram tomadas tardiamente para evitar consequências mais graves. Entretanto, daí por diante as vendas de panos de algodão do Brasil para a União Sul-Africana não chegaram a um têrço, sequer, do valor atingido em 1943, não obstante a alta do preço da mercadoria. Também caíram as vendas para o Congo-Belga.

Em 1944, por exemplo, apesar das compras de tecidos de algodão feitas pela Argentina terem atingido 519 milhões e 198 mil cruzeiros, o total da exportação do produto foi inferior, quer em quantidade, quer em valor, à de 1943. A diferença para menos, em relação a 1943, nas compras da União Sul-Africana e do Congo Belga, importou em nada menos de 479 milhões e 262 mil cruzeiros.

OS COMPROMISSOS COM AS NAÇÕES UNIDAS

Em maio do mesmo ano (1944), porém, reuniu-se em Washington a Conferência Têxtil Internacional, à qual compareceu uma delegação de industriais brasileiros. Coincidentemente, em junho daquele ano, o govêrno brasileiro criou a Comissão Executiva Têxtil, destinada a orientar e dirigir a mobilização das indústrias de fiação e tecelagem, subordinada ao Ministério do Trabalho. Foi, por essa ocasião, firmado um convênio entre a CETEX e a Textile Committée do Combined Production and Resources Board relativamente a exportação de tecidos brasileiros. Em outubro de 1944, uma delegação mista do Textile Committée do Combined Production and Resources Board e da UNRRA veio ao Brasil entrando em entendimentos com a indústria têxtil brasileira, através da CETEX, para a execução dos compromissos assumidos em Washington, os quais viriam a ser ratificados na Conferência Internacional Têxtil realizada em Petrópolis, em março de 1945, com a presença de americanos, inglêses e rbasileiros. Os compromissos do nosso país eram no sentido de garantir às Nações Unidas os tecidos de que estas careciam, no momento, para abastecer as zonas e países que se encontravam inteiramente desprovidos de vestuário. Assim é que, naquele ano de 1945, a exportação de panos de algodão do Brasil devia aproximar-se de 2 bilhões e 500 mil cruzeiros, o que, todavia, não se verificou, pois não foi além de 1 bilhão, 396 milhões e 762 mil cruzeiros. Atribui-se a razão do fracasso — pois a verdade é que os compromissos assumidos não puderam ser atendidos — à queda da produção brasileira que,

por sua vez, foi uma consequência da precariedade do maquinário obsoleto, da falta de preparo técnico dos operários especializados que foram improvisados, das dificuldades de condução para as fábricas e da fadiga do operariado.

Em Petrópolis fôra feita o balanço da produção têxtil do mundo inteiro, das possibilidades de produção das Nações Unidas. Depois, procedeu-se ali à distribuição das quotas de exportação também para o mundo inteiro. Roosevelt e Churchill concordaram em estender a ação do Combined (assim é que se falava naqueles dias ainda de guerra) até depois da reorganização do Oriente, ou seja, pelo menos durante três anos. O Brasil havia aderido definitivamente àquele organismo internacional de disciplina de distribuição de produtos têxteis. Como consequência, reconheceu-se ao Brasil o direito de uma zona de influência no Oriente para substituir parte da produção japonêsa. Entretanto, se em 1945, a exportação não pode ir além — vejamos o volume — de 24.246 toneladas, realmente mais 4.176 toneladas do que em 1944, porém menos 2.188 toneladas do que em 1943, ou 1.293 toneladas do que em 1942, pior iria ser no ano seguinte.

De fato, em 1946, quando, pelo acôrdo, devia ampliar-se ainda mais a exportação, o govêrno federal, logo no início do ano, teve que restringir ao mínimo a saída dos tecidos de algodão, a fim de garantir o suprimento do mercado interno, visto que, na realidade, a produção continuou caindo. Assim é que a exportação se resumiu a 14.103 toneladas, no valor de 703 milhões e 21 mil cruzeiros. Os tecidos de algodão que vinham ocupando, desde 1942, o segundo lugar na ordem de valor na pauta de exportação desceu ao quarto lugar. Finalmente, em 1947 foi possível exportar um pouco mais, somando os embarques 16.678 toneladas, mais 2.575 toneladas do que no ano anterior. Tal volume representa apenas 63 por cento da exportação realizada em 1943, ano em que ultrapassou 26 mil toneladas. Entretanto, o valor da exportação de 1947 atingiu nada menos de 1 bilhão, 252 milhões e 587 mil cruzeiros, cifra que está sendo festejada pelos industriais como índice de bons negócios futuros.

OS PREÇOS E POSSIBILIDADES DA INDÚSTRIA

Cifra tão elevada, aliás, mostra à primeira vista que o aumento do preço dos tecidos de algodão tem sido grande. Com efeito, no curso do decênio, êle aumentou na proporção de 342 por cento. A média do valor de uma tonelada de panos de algodão exportado em 1938 não ia além de 17.232 cruzeiros. Em 1939 chegou a descer a 14.829 cruzeiros. Daí por diante a alta se processou de maneira quase ininterrupta. Assim é que o valor médio da tonelada em 1940 foi de 17.155 cruzeiros, em 1941 de 22.582 cruzeiros, em 1942 de 31.218 cruzeiros, em 1943 de 41.774 cruzeiros (ano em que, quanto ao volume, a exportação alcançou o "record"), em 1944 de 52.128 cruzeiros em 1945 de 57.607 cruzeiros, em 1946 de 49.850 cruzeiros (declínio que se explica pela menor participação dos panos estampados) e, finalmente, em 1947 de 75.103 cruzeiros.

No ano de 1947, os nossos tecidos de algodão encontraram colocação em nada menos de trinta mercados estrangeiros.

De onde se conclui que não há indústria, atualmente, mais sólida no Brasil. Um inquérito recentemente realizado, aliás, revelou que os seus lucros, particularmente a partir de 1941, foram sem exemplo na história da indústria. Não obstante, as fábricas continuam equipadas com material obsoleto, que, por cima, sofreu um enorme desgaste, ante o ritmo de produção do período de guerra. Para manter aquêles mercados conquistados numa emergência excepcional, o que equivale em dizer, para que a indústria se coloque em condições de enfrentar a concorrência post-guerra, é imperioso que os industriais renovem o maquinário. As máquinas velhas, arcaicas, de rendimento baixo, devem ser substituídas por máquinas modernas, de grande produtividade.

Sabemos que há algum tempo foram feitas encomendas de tais máquinas nos Estados Unidos e na Inglaterra, exatamente aquêles países que são, na atualidade, os maiores concorrentes no mercado internacional de tecidos. Resultado: durante 1947, o equipamento para a indústria de fiação e tecelagem entrado no país não mereceu destaque, sequer, no grupo de "máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios" do Boletim resumido do Serviço de Estatística da Importação do Ministério da Fazenda... Sinal evidente, lógico de que representou muito menos do que as racionalizadas máquinas de costura... Como, pois, irá ser resolvido o problema tão fundamental para a indústria: manter o Brasil os mercados conquistados, com a ajuda de Marte, sem equipamento capaz de permitir o aumento da produção nacional numa base mais econômica?

CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

VIGIA S. A.

Séde RIO DE JANEIRO
RUA DA ALFÂNDEGA, 41, SALA 712
TELEFONES 43-2372 e 23-0081
CAIXA POSTAL, 3347 – TELEG. VIGIA – RIO
Correspondentes em LONDRES, NEW YORK, PARIS

TODOS OS RISCOS

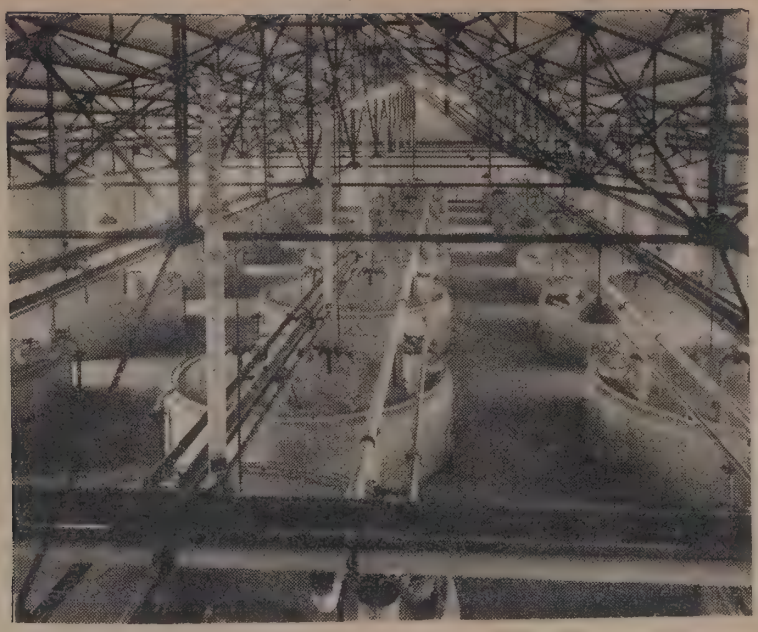
SEGUROS DE BAGAGENS PARA O ESTRANGEIRO — MOTINS — COMOÇÕES CIVIS — RESPONSABILIDADE CIVIL — AUTOMÓVEIS — JOIAS — ROUBOS E FURTOS

23 horas... a postos!

Milhões, em todo o Brasil, nas Capitais e nos longínquos vilarejos, diàriamente, às 23 horas, estão a postos! E' hora do GRANDE JORNAL FALADO TUPI! Todos aguardam, ansiosamente, as últimas notícias, irradiadas em ondas curtas e longas, pela Rádio Tupi, no GRANDE JORNAL FALADO TUPI, o maior e mais ouvido do rádio brasileiro. Dois locutores, quatro redatores, vários cronistas, apresentam diàriamente no GRANDE JORNAL FALADO TUPI: Boletim do Tempo; Notícias dos Estados; Crônica Parlamentar; Boletim Internacional; Notícias Esportivas; Mercado, etc. Ouvir o GRANDE JORNAL FALADO TUPI é saber sempre, antes dos outros, as últimas notícias do Brasil e do Mundo.

RÁDIO **Tupi**

RIO DE JANEIRO — BRASIL



Moderno aspecto da política açucareira: destilaria central em Cabo, Pernambuco.

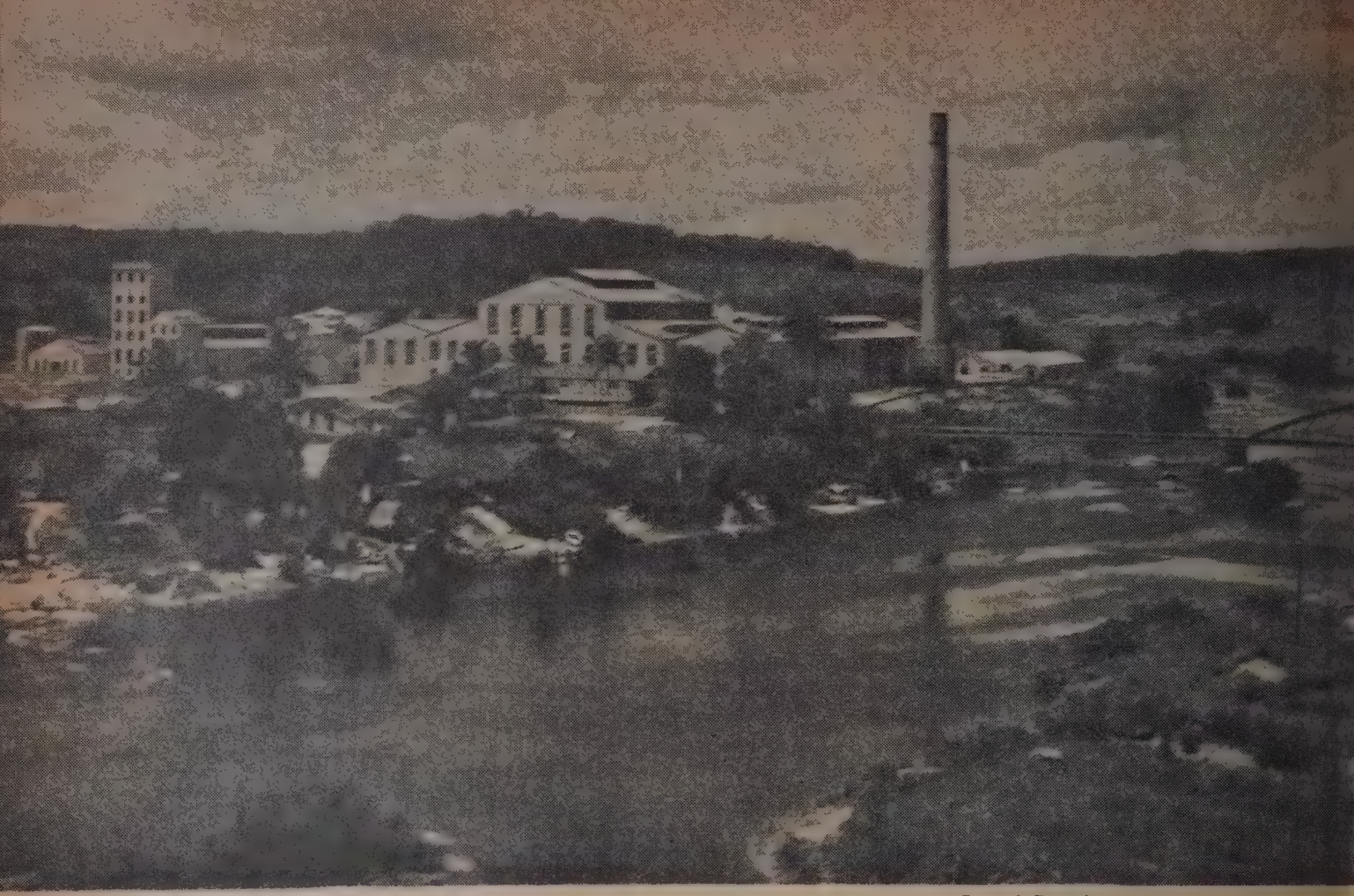
Economia Açucareira

EXAMINANDO os quadros da exportação brasileira de açúcar erifica-se que, depois das tonelagens mbarcadas entre 1911 e 1916, os úmeros representativos do volume aído em 1917 marcam o início do boóm" que teria sua carreira violenamente cortada em 924. Estimulados pe- o mercado reaberto as vésperas do térmi- o da primeira grande uerra, os produtores acionais procuraram bter o máximo de suas nstalações, tentan- o reviver os longos nos da colônia e do mpério, no curso dos uais o açúcar bem era quilo que dêle escre- era Brandônio no seu Diálogo das Grande- as do Brasil": "...a rincipal coisa com que Brasil se enobrecia e zia rico". O fenôme- o do qual então nos eneficiávamos seria, orém, de curta dura- ão e, uma vez corrigido o "deficit" mundial oriundo dos anos da guerra e desde que os produtores europeus retomaram o seu ritmo de trabalho dos tempos de paz, a procura se retraiu do nosso mercado e voltamos então ao ponto em que nos achávamos por volta de 1914.

Hoje como no passado o boi é ainda um elemento decisivo nas regiões açucareiras.

Ao invés das 252.112 toneladas exportadas em 1922 e das 153.175 saídas em 1923, em 1924 conseguimos colocar apenas 34.466 toneladas. "Ao formidável aumento de produção do açúcar de cana correspondera um esfôrço dos países produtores de açúcar de beterraba, para voltarem ao nível máximo de antes da guerra." E como consequência econômica dêsse esfôrço sofreu o açúcar, nos anos seguintes, uma das maiores quedas já verificadas com um produto essencial, não sendo fora de lógica dizer que êle foi o grande precursor da crise universal e geral que desencadearia a partir de 1929.

Os bons negócios havidos entre 1917 e 1923, porém, serviram como um estímulo de resultados tardios, à indústria açucareira do Brasil, dando margem à reforma das usinas exis-



Visão de um moderno conjunto da indústria açucareira: a Usina Central Barreiros.

tentes e à instalação de novas. Somente por volta de 1929, no entanto, é que as grandes centrais começaram a trabalhar, ao passo que outras ainda se achavam em construção. No intervalo havido entre 1924 e 1929, os preços, na praça de Londres, haviam descido de 21/9 xelins por cwt. a 9/3 .

Querem, aliás, os especialistas ,que o ano de 1929 seja o marco inicial de um novo ciclo da economia açucareira no Brasil. Começávamos então a nos ver livros de um ataque de praga — o "mosaico" — que abrira profundos claros nos campos de cultura de cana; paralelamente com o rejuvenescimento mecânico, havíamos procedido à melhoria da matéria prima, mediante a importação de novos tipos de cana, vindos de Java, com os quais cuidávamos de assegurar a melhoria dos rendimentos agrícolas e industriais. No Sul, essa renovação se processou bruscamente e, em menos de três anos, a percentagem de canas resistentes ao "mosaico", nos canaviais paulistas, mineiros e fluminenses, era quase integral. No Norte, por efeito de clima ou de solo, a moléstia estacionara, não alcançando a violência verificada nas regiões meridionais.

Nestas duas causas iríamos encontrar os elementos benéficos — maquinaria renovada e matéria prima de melhor qualidade — que redundariam, porém, no agravamento da situação, traduzido pelo rápido acréscimo das safras no instante em que o mercado se achava saturado especialmente pela produção dos países que tradicionalmente trabalham em função dos mercados externos.

E, tal como estivéramos com o café antes do convênio de Taubaté, estávamos também com o açúcar: numa encruzilhada. Ou a ruína de uma fonte de riqueza que fôra, ao lado da rubiácea, o lastro de nossa formação econômica e social no Império, ou a intervenção do Estado.

Optamos pela segunda solução, não obstante o liberalismo econômico por que então nos regíamos; vale dizer, porém, que antes do Estado assumir as responsabilidades da intervenção, houve um indisfarçável pronunciamento das classes interessadas. Basta dizer que a primeira tentativa de defesa do produto foi de iniciativa particular dos lavradores e usineiros de Pernambuco, o maior Estado produtor, que já em 1926 organizaram, em moldes em sociedade cooperativa, o Instituto de Defesa do Açúcar de Pernambuco, instituição que, no mesmo ano de sua criação, passou a receber a cooperação do govêrno estadual, conforme a lei n. 1.850, de 31 de dezembro. Em 1928, fruto de uma Conferência convocada pelo governador pernambucano e realizada entre 23 e 29 de abril, com a participação dos governos e industriais dos demais Estados produtores, nasceu o Instituto de Defesa, de cunho oficial, pelo qual cada um dos Estados representados se obrigava a ter sua Cooperativa ou organização equivalente, bem como era instituída uma Comissão Central com sede no Rio de Janeiro.

O caráter restrito de semelhante organização, porém, não permitia que fôsse adotada qualquer medida de ação nacional, que fugisse à ação limitativa do próprio âmbito estadual. Desde o início da crise o Sr. Leonardo Truda apontara o caminho a ser seguido: limitar a produção, tarefa que seria facilitada pela própria natureza da cultura da cana — ciclo curto — não impondo assim a necessidade da destruição de plantações já feitas e facultando, por outro lado, ao produtor, o aproveitamento da matéria prima em outros usos. O que se impunha era, por conseguinte, caminhar para um tipo de economia de vasos comunicantes, onde a produção se fizesse tendo em vista, num primeiro plano, atender

às necessidades do consumo interno. Encontrava-se o Brasil numa situação privilegiada para tomar êste rumo, pois enquanto os demais grandes produtores, com exceção da Índia — Cuba, Filipinas, Haiwai e outros — trabalhavam tendo em vista o mercado externo, êste desde muitos anos passados deixara de ser, para nós, o mais importante objetivo; tinha o Brasil possibilidade de dar vasão, no mercado interno, a pelo menos nove décimos da sua produção e o pequeno excedente exportável somente lograva sair ao preço baixo das quotas de sacrifício, dado o elevado custo de nossa produção.

Além do mais, conforme Leonardo Truda, o grande advogado da limitação, ela não importaria, absolutamente, no estancamento de uma fonte de possível riqueza, impedindo a uns abeberar-se nela, para que outros não o deixem de fazer. "Ao contrário, o que se quer é defender mais eficientemente essa riqueza, é resguardar a riqueza atual, para aumentá-la quando êsse primeiro objetivo haja sido realizado, mediante uma obra indispensável mas relativamente fácil, de adaptação e de transformação".

Assim foi que entramos no terreno da limitação. Tínhamos, por todos os lados, sugestões sôbre práticas as mais diversas. Havia, por exemplo, o caso da Austrália, onde após um período de insuficiência, quando eram melhores os preços externos, foi o govêrno obrigado a importar açúcar — 200 mil toneladas em 1919 — para atender seu próprio consumo e, somente depois de verificar que não podia arcar com semelhante ônus é que mudou os rumos de sua política; em menos de um quinquênio, modernizada a sua indústria e ampliadas as culturas, retomava sua posição, isentando-se da importação e podendo voltar a concorrer no mercado externo com os excedentes de suas safras; como não adotara qualquer limitação, logo veio a mergulhar na crise de abundância.

Distilaria da Usina Catende.

Havia o drama da indústria açucareira de Java, a mais moderna, como equipamento e processos técnicos, onde fábricas que haviam custado um milhão de dólares foram vendidas até por mil dólares, para serem desmontadas e levadas para o Japão e para a Índia, seus antigos compradores de açúcar.

Não era, por conseguinte, o açúcar, um fenômeno puramente brasileiro, nem tampouco era o único. Do Canadá e dos Estados Unidos há o exemplo do trigo e do milho, de cujos estoques metade foi queimada como combustível e a outra metade apodreceu. Na Holanda, entre 1.º de outubro de 1932 e 1.º de maio de 1933, nada menos de 20.000.000 de quilos de legumes foram empregados como forragem

Usina e distilaria Santa Teresinha, município de Água Preta, em Pernambuco.

ou postos fora do estado de servir de alimentação". Em 1934 foram destruídos 6,5 milhões de quilos de tomates, 4 milhões de quilos de couve-flor, 4,5 milhões de quilos de couve, 1,5 milhões de quilos de batatas; na Dinamarca, em 1933, foram sacrificados 137.141 bois, transformados em adubo orgânico e farinha para animais.

Ao açúcar, quando muito, cabe apenas a precedência. Êste era, em suma, o quadro que nos oferecia, já então a política de defesa de preços sem intervir na produção. Acrescentemos a êle a queima de café feita no Brasil. Tudo isto reunido vem justificar o caminho escolhido pelo nosso país, no caso particular do açúcar, sem dúvida o mais acertado.

DEPRESSÃO PELO VOLUME

Foi em 1929 que se iniciou a grande depressão. A safra de São Paulo, que em 1925 fôra de 155.348 sacos, naquele ano atingiu a 1.113.417 (616 por cento). A do Estado do Rio de Janeiro, que havia sido de 861.070 sacos, ascendeu, no último ano, a 2.102.019 sacos (144% de aumento). No mesmo ano Pernambuco e Alagoas lograram suas maiores safras, com, respectivamente, 4.603.127 e ..... 1.450.986 sacos. Isto acontecia em plena fase de retração no mercado mundial de açúcar. O resultado imediato foi que o preço no Distrito Federal, sendo em março de 1929 da ordem de Cr$ 72,00 por saco de 60 quilos, chegou em outubro do mesmo ano a Cr$ 26,50. Semelhante diferença correspondia a uma depreciação de 65%. A desorganização daí proveniente atingiu a produção e, no Norte, os salários sofreram grandes cortes, descendo à média de Cr$ 1,00 por dia. Em 1930 o preço médio, no Distrito Federal, foi de Cr$ 28,17 por saco, o que equivalia a Cr$ 18,00 nas usinas nortistas.

Por coincidência era aquêle o mesmo ano do grande "crack", que partindo do grande centro financeiro do após-guerra, Nova York, não tardaria a fazer sentir seus efeitos nos países de economia dependente; como sua consequência imediata processou-se rápida contração no consumo mesmo dos produtos essenciais e dentre êstes estava, sem dúvida, o açúcar. A revolução que, em 1930, assumiu o poder político no país trazia no seu espírito uma concepção mais definida dos problemas econômicos e logo teve as vistas voltadas para o drama em que se encontrava envolvida a produção açucareira. Foi, do govêrno provisório de então, que partiu a primeira medida acauteladora, expressa no decreto n. 20.401, de 15 de setembro de 1931, que obrigava aos produtores de todos os Estados depositarem nos armazéns, indicados pelos respectivos governos, 10% da quantidade de açúcar que saísse das usinas para o mercado consumidor. Montando a safra de 1931-32 a 9.156.948 sacos, logo 915.694 foram retirados. Determinava ainda, a mesma medida legal, que quando no mercado do Distrito Federal fôsse atingido o preço de Cr$ 45,00, com tendência para elevação maior, iria sendo jogada ao consumo a quantidade do produto necessário a pôr côbro à especulação. E, quando os preços fôssem inferiores a Cr$ 39,00, exportar-se-ia a quantidade necessária

Outra importante usina do Nordeste, a "Trapiche".

à sua elevação. Nos Estados cuja produção fôsse inferior ao consumo, a retenção de 10% seria substituída por um taxa de Cr$ 5,00 por caso, com o que seria feita uma distribuição "prorata" pelos produtores de outros Estados que contribuíssem com açúcar para a exportação. Cuidava-se, assim, de procurar um determinado nível para os preços.

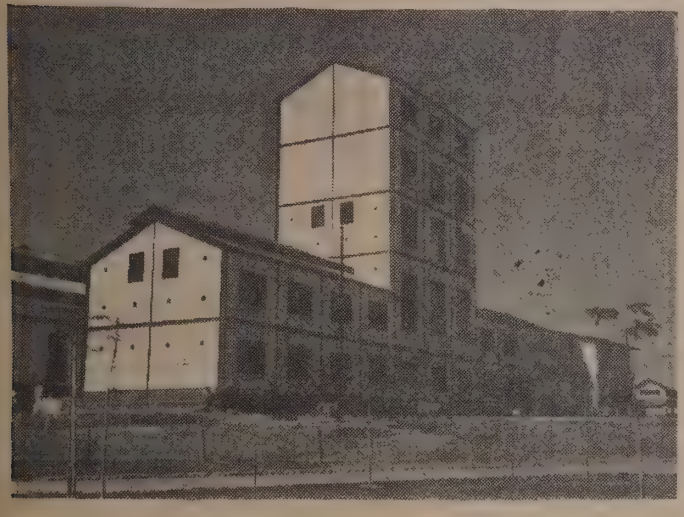
Foi logo efetuada uma remessa de 750.964 sacos, a preços de "dumping", para os mercados livres do exterior, provocando a medida, nos dez primeiros meses da intervenção, em 1932, a elevação dos preços a uma média de Cr$ 38,50 no Distrito Federal. O consumo interno, que também havia sofrido a depressão, somente voltaria a se reconstituir, quando se processasse o reajustamento natural do "standard" de vida.

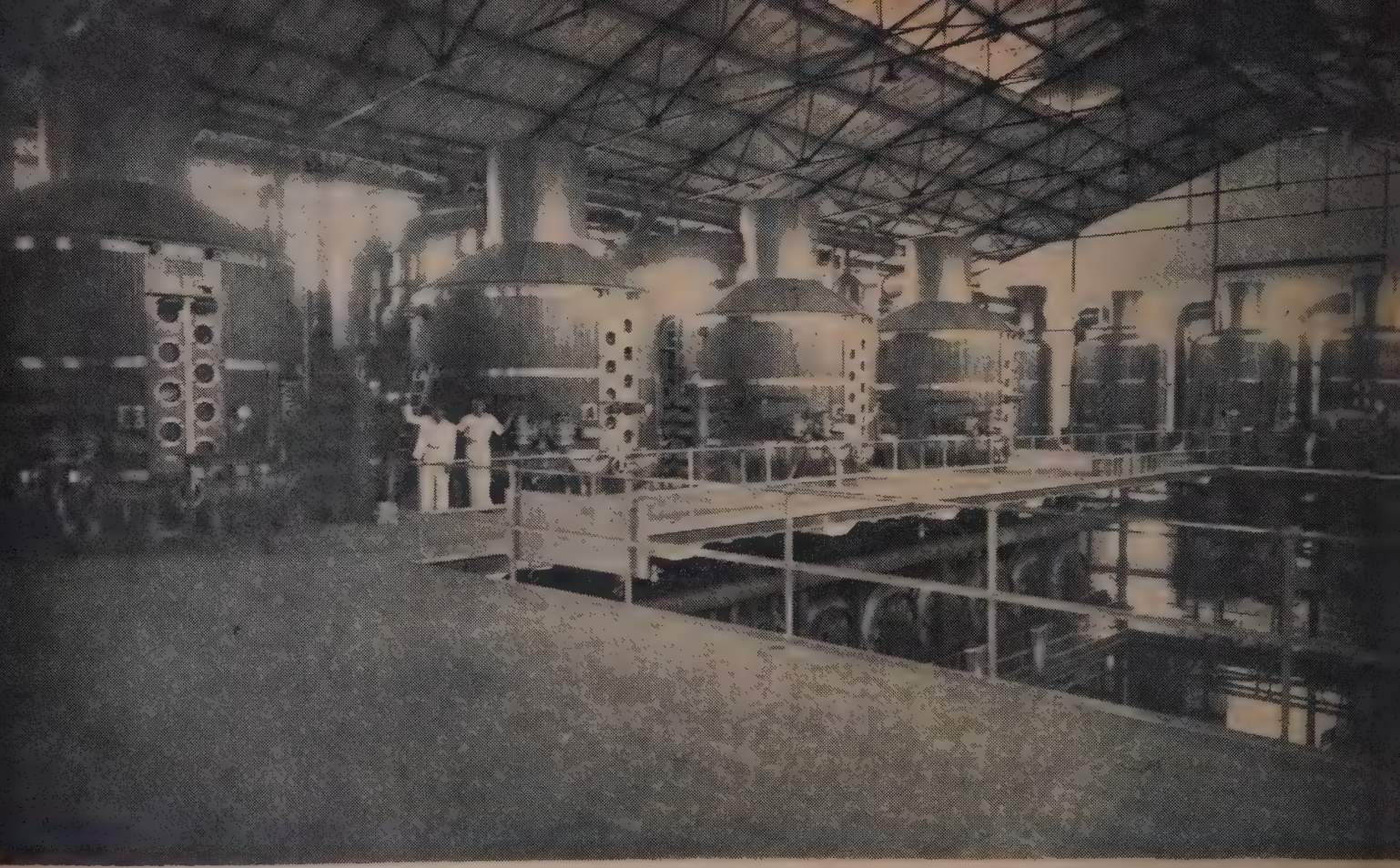
A perturbação que se verificara era por demais forte para que fôsse corrigida com uma simples medida de emergência. Já Henry Noyelle escrevera que a indústria açucareira era uma das atividades que mais reclamaram, através dos países produtores, a ação coordenadora do Estado. Três meses depois daquele primeiro decreto surgiu, em 7 de dezembro de 1931, pelo decreto número 20.761, a Comissão de Defesa da Produção Açucareira, órgão central por cujo intermédio o govêrno passaria a exercer sua ação direcionista e, neste, já surgia mais definido o caminho que depois viríamos a trilhar. No seu artigo 14 encontramos: "A Comissão de Defesa verificará a capacidade de produção de cada uma das usinas de açúcar, num tempo normal máximo de cento e cinquenta dias". E, no parágrafo único: "A produção anual do açúcar de cada usina não poderá exceder o cômputo máximo que fôr assim estabelecido."

Começando a funcionar sob a presidência de Leonardo Truda, a 11 de fevereiro de 1932, teve de início que lutar contra os problemas da safra expirante. Encontrou o produto cotado a Cr$ 33,00 o saco e era, logo, forçado a promover uma retirada do mercado. Até o encerramento da safra comprou 742.520 sacos, que exportou em pequenos lotes.

Ao findar o ano de 1932 já a Comissão, graças à taxa que arrecadava, de Cr$ 3,00 por caso, dispunha de recursos para fazer face às suas responsabilidades. Fazia-se a defesa sem ônus para o Tesouro. De nada adiantaria todo o esfôrço, porém, se não se tratasse, logo, da limitação da produção, conforme fôra inicialmente previsto. Dos estudos realizados, em obediência ao decreto n. 20.761, tomando como usina de boa capacidade, para o Brasil, as de esmagamento além de 500 toneladas diárias, foram classificadas nessa categoria 64 fábricas, equivalendo a 21,9% do número total de estabelecimentos existentes no país; várias dessas usinas, porém, se encontra-

O Estado do Rio continua ocupando um lugar de maior destaque entre os maiores centros açucareiros do país. A primeira fotografia à esquerda é da Usina do Queimado, naquela unidade federada. A fotografia situada abaixo desta é da distilaria da Usina Barcelos, no mesmo Estado. As duas outras fotografias são de aspectos das instalações da Distilaria Central Presidente Vargas, em Cabo, Pernambuco.





Vista parcial de uma das seções de vácuos da Usina Central Barreiros, Pernambuco.

vam em situação financeira difícil, tendo mesmo sido encontrada uma, na Bahia, que pagava nada menos de Cr$ 13,00 de juros por saco de açúcar que produzia. Algumas haviam sido modernizadas e eram capazes de produzir a baixo preço. A maior parte, no entanto, deixava muito a desejar.

Num plausível espírito de cautela ia o govêrno imprimindo uma orientação definida à economia do açúcar; na primeira fase, como vimos, procurou levar os preços a um nível, de maneira a evitar que se elevassem os grandes prejuízos e, numa segunda, definira a limitação, dando margem a que fôssem feitos os estudos que deveriam precedê-la. Pelo decreto n. 22.152, de 28 de novembro de 1932, equacionava a limitação e a transformação dos excessos da produção em álcool-motor. Quanto à primeira parte, referia:

"Art. 1.º — A Comissão de Defesa da Produção do Açúcar limitará, em todo o território nacional, a produção de açúcar.

Art. 2.º — A limitação, de que trata o artigo anterior, terá por base a produção do último quinquênio.

Parágrafo único — A média de produção nas cinco safras do quinquênio será o limite de produção fixado para cada usina, engenho, banguê, meio aparelho, ou outra qualquer instalação destinada ao fabrico dêsse produto.

Art. 3.º — O limite de produção das usinas que tenham menos de cinco anos de funcionamento, e das que hajam ampliado, reformado ou substituído seu aparelhamento, dentro do período quinquenal, será fixado de acôrdo com a capacidade de produção, área de suas lavouras e produção obtida nos anos de funcionamento."

Dado o caso, porém, de ser impraticável um planejamento de cultura para uma produção exata, de vez que aí deveriam influir tanto a qualidade de cana plantada como a dos solos e as condições atmosféricas, ficou estabelecido então que o excesso da produção seria transformado em álcool. Daí o artigo oitavo do decreto acima citado.

"O açúcar que, na vigência dêste decreto, fôr produzido além dos limites que nêle se estabelecem, será apreendido e entregue à Comissão de Defesa da Produção de Açúcar, que o fará converter em álcool no caso de não ser possível exportá-lo. O produto da exportação ou de vendas do álcool será integralmente incorporado ao fundo de defesa estabelecido nos têrmos do decreto n. 20.761, de 7 de dezembro de 1931."

Não obstante o seu caráter punitivo ficava insinuada a outra aplicação. Em 1933, a partir de janeiro, a cotação começara a reagir, atingindo Cr$ 39,00 nesse mês e, no seguinte, ia a Cr$ 45,00; semelhante ascensão corria em parte por conta da queda de 4,49 por cento, na produção do tipo de usina e mais à exportação que se fizera, de maneira que ficaram no mercado interno apenas 7.994.815 sacos. A alta então começou a se fazer rapidamente para em março atingir Cr$ 55,00 descendo, em abril e maio, atingindo neste último mês a Cr$ 50,00.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

Dando seguimento aos estudos relativos o estabelecimento de uma política definitiva e nacional para o produto, surgiu, em 1.º de junho de 1933, pelo decreto n. 22.789, o Instituto do Açúcar e do Álcool, desaparecendo em consequência a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar e mais a Comissão de Estudos sôbre Álcool-motor. Considerava o govêrno, ao dar forma ao novo órgão, que "desde as medidas iniciais de emergência e preparatórias, sempre se considerou que a solução integral e a mais conveniente à economia nacional, para as dificuldades da indústria açucareira, está em derivar para o fabrico do álcool uma parte crescente da matéria prima utilizada

para a produção do açúcar". Deixava, portanto, o carburante, de ser uma mera consequência do açúcar para ser acreditado como um produto de igual importância.

Aproveitando a síntese de Joaquim de Melo ("Um Decênio de Defesa do Açúcar"), eram as seguintes as finalidades do órgão criado:

a) — Garantir a estabilidade do mercado açucareiro, estabelecendo os preços máximo e mínimo do açúcar, de modo a auxiliar sempre os interêsses dos produtores e dos consumidores;

b) — Controlar a produção açucareira de todo o país, mediante serviços de fiscalização e de estatística, para impedir o fabrico clandestino que afete o mercado;

c) — Compelir o aproveitamento dos excessos de matéria prima, apurados em tôdas as safras, pelos referidos serviços, na fabricação de álcool anidro, destinado à mistura com a gasolina, em percentagem predeterminada para elaboração do carburante nacional;

d) — Auxiliar as usinas na montagem de aparelhos adequados para a produção de álcool anidro e instalar Distilarias Centrais para o mesmo fim, visando a utilizar as sobras das usinas que não dispuserem de instalações próprias;

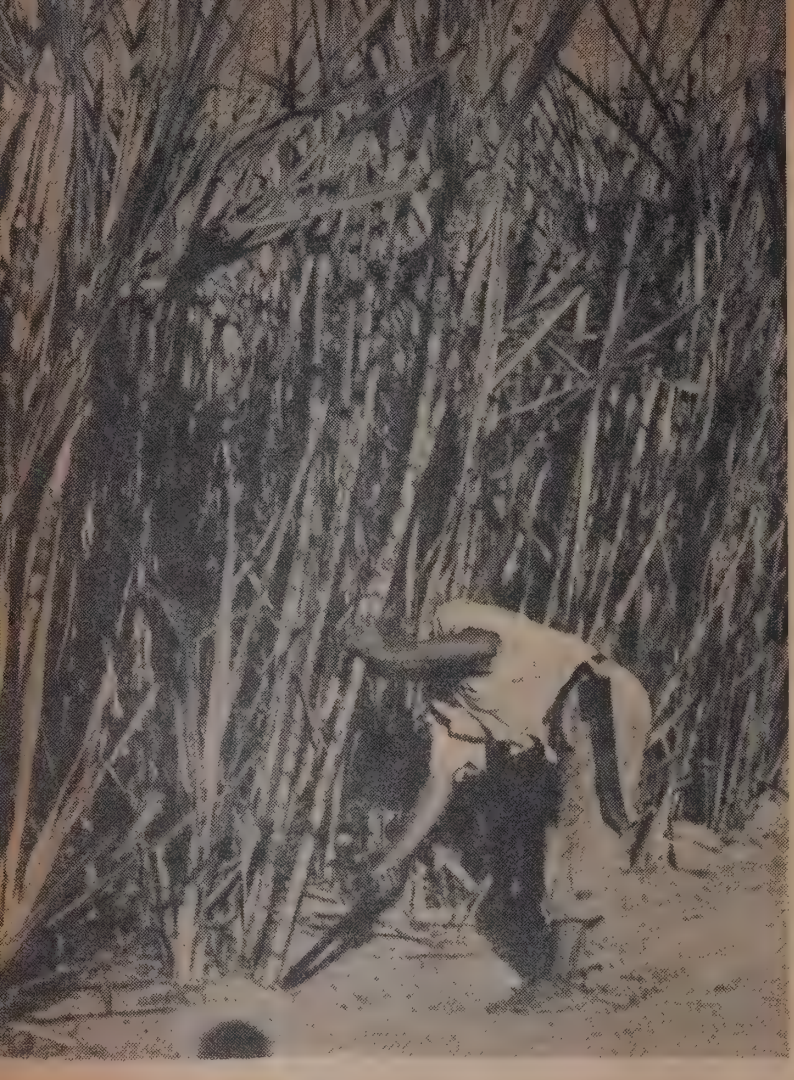
e) — Fixar o limite de produção de tôdas as fábricas de açúcar, de acôrdo com a capacidade dos maquinismos e a área das lavouras, até que o funcionamento das distilarias centrais e o aperfeiçoamento das distilarias particulares, existentes nas usinas, torne possível a automática regulação da produção açucareira, pela aplicação do excesso de matéria prima na fabricação do álcool anidro.

Segundo a palavra de Leonardo Truda, seu primeiro presidente, o Instituto viria a ser "um ensaio de organização da economia brasileira". Encontrava o terreno perfeitamente aplainado pelo trabalho da Comissão de Defesa e, no artigo oitavo do decreto que lhe dera forma, reforçando as medidas governamentais relativas à proibição de importação de maquinismos, aparelhos ou instrumentos fabris destinados a indústrias manufatoras já existentes no país e cuja produção, a juízo do Govêrno fôsse considerada excessiva, tinha reforçada a sua autoridade para fazer valer o preceito da limitação. Era a medida antipática, sem dúvida, mas estava o Instituto dotado de suficiente plasticidade para, no momento oportuno, contornar a situação. Estava por demais visto que a expansão da produção açucareira deveria ser feita, em primeiro lugar, mediante o desenvolvimento do consumo interno. Basta lembrar que a safra de 1932-33 nos deu 8.745.779 sacos de açúcar de usina e que, em 1933, o nosso consumo não foi além de 8.324.334 sacos.

Coube, ao Instituto, resolver em definitivo a questão da limitação. O quadro geográfico da produção oferecia contrastes e choques que somente com energia seria possível remover e conciliar. Tínhamos, como ainda temos, Estados produtores-exportadores e produtores-importadores. Dentre os primeiros estavam Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Rio de Janeiro. Dentre os segundos, São Paulo, Bahia, Minas Gerais. Aquêles sempre tiveram no açúcar a base de sua economia, de tal forma que não seria possível promover rápida mudança sem que fôsse perturbado gravemente o próprio equilíbrio nacional. Nestas condições, segundo Gileno De Carli, "o espírito da limitação seria no sentido de coibir que os primeiros produzissem demasiadamente a ponto de saturar os mercados, e no sentido de não permitir que os Estados importadores não crescessem de tal modo as suas produções que fechassem seus mercados — tradicionalmente importadores de açúcar — aos açúcares dos Estados nortistas e do Rio de Janeiro. Além de uma medida de natureza social e de equilíbrio econômico, limitar a produção açucareira seria reavivar os laços de solidariedade nacional, com o incremento das trocas interestaduais".

Mas a produção dos Estados do Norte, proveniente de maiores custos agrícolas, criaria um outro problema para a fixação dos preços. Num estudo intitulado "A Limitação da Produção Açucareira", de Leonardo Tru-

São Paulo conquistou posição na produção de açúcar. À direita, aspecto da usina da Companhia Itaquerê, no Município de Araraquara. À esquerda, aspecto típicamente nordestino, inclusive do pôrto improvisado.



Dois flagrantes de corte de cana e um outro de transporte. Parece que em todos os países grandes produtores o sistema de corte é o mesmo praticado entre nós. Já no que respeita ao transporte, há um deslocamento fundamental, do velho carro de bois, ainda muito utilizado, aliás, para o ferroviário, praticado em muitas usinas brasileiras, das mais importantes.

da (in "Brasil Açucareiro", edição de março de 1934), encontramos acentuado que "a limitação como é possível praticá-la, ainda, em nossos dias, no Brasil, não constituirá, propriamente, sacrifício para o produtor, mas, ao contrário, medida inteligente de previsão de defesa. Maior produção, aliás — desde que excedente das normais possibilidades de escoamento fácil e de regular absorção do consumo — não quer dizer maior soma de benefício nem garantia de lucro maior para a produção. Sabem-no bem, por dolorosa experiência própria, os usineiros brasileiros". E, para confirmar o conceito, temos os números. Tomando o valor médio da tonelada de açúcar, em alguns anos, em Pernambuco, verificamos que em 1928 a produção foi de 287.075 toneladas, sendo o valor médio de Cr$ 1.000,00; no ano seguinte, a produção subiu de 38,6 por cento e o valor desceu de 17 por cento; em 1930, a produção superou a de 1928 por 18,1 por cento e o valor da tonelada desceu 42 por cento; em 1932, a produção subiu de 8,7 por cento em relação ainda à de 1928 e o valor médio desceu de 28,6 por cento. E aqui bem poderíamos repetir a frase de Frei Vicente do Salvador: "Mas que aproveita fazer-se tanto açúcar, se a cópia lhe tira o valor, e dão tão pouco preço por êle que nem o custo se tira?"

A LIMITAÇÃO

Depois de ouvir diversas sugestões e de proceder estudos "in loco" nas principais regiões produtoras, o Instituto, em sessão conjunta dos seus órgãos diretores, a 20 de março de 1934, aprovou a seguinte resolução:

"1.º — Para a limitação da produção do açúcar nas usinas, engenhos, banguês, meio-aparelhos e instantâneos, o Instituto do Açúcar e do Álcool tomará por base a capacidade de esmagamento das moendas nas vinte e quatro horas, multiplicada pelo número de dias e o Instituto fixará para cada safra, tendo em vista as necessidades do consumo nacional e as existências nos mercados internos, adotando-se o coeficiente de rendimento de noventa quilos de açúcar por tonelada de cana.

2.º — A nenhuma usina, engenho, banguê, meio-aparelho e instantâneo,

se poderá fixar limite inferior ao da média de sua produção no último quinquênio, isto é, nas safras de 1929-30 e 1933-34.

3.º — Para as usinas, engenhos, banguês, meio-aparelhos e instantâneos, cuja capacidade de moendas lhes permita aumentar, ainda, sua produção atual, fica estabelecido que êsse aumento, em nenhum caso, poderá ir além de vinte por cento sôbre a média de sua produção no quinquênio de 1929-30 e 1933-34.

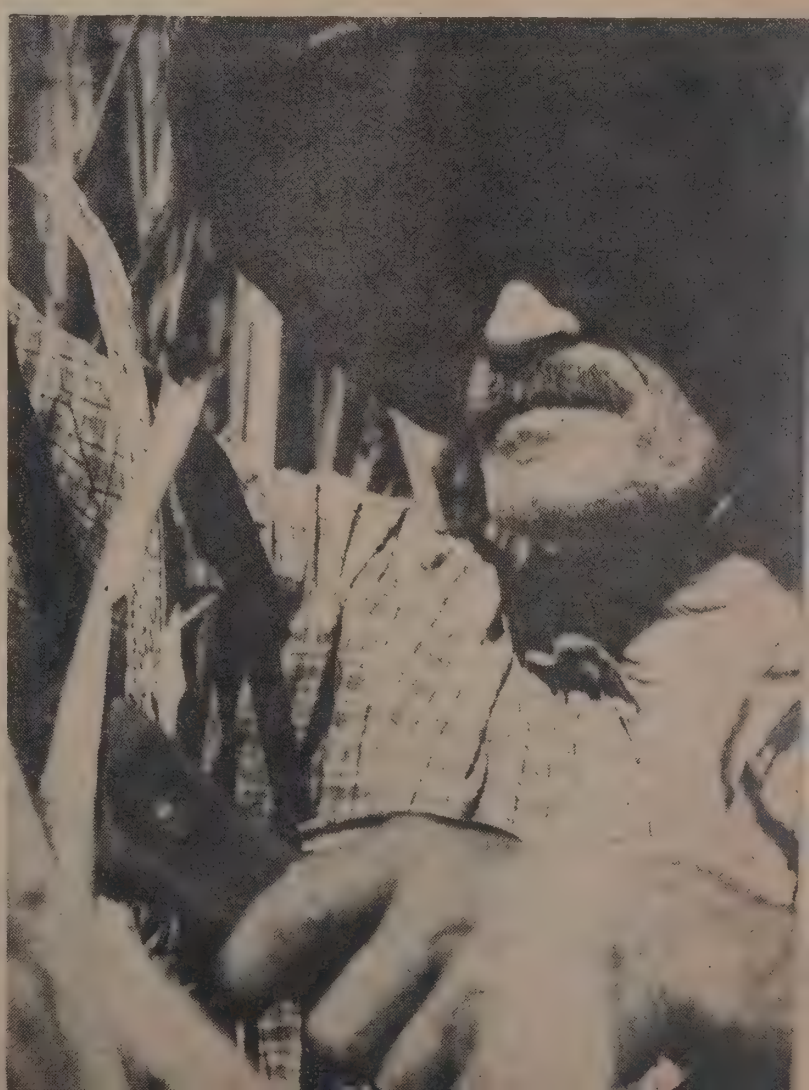
4.º — Às usinas, engenhos, banguês, meio-aparelhos e instantâneos, que tenham menos de cinco anos de funcionamento, que, nesse período, hajam ampliado, reformado ou substituído o seu aparelhamento ou que, por circunstâncias excepcionais, hajam sofrido alterações no curso de sua proteção, fica reservado o direito de recurso ao Instituto do Açúcar e do Álcool, aduzindo as razões e documentos que tiverem em defesa dos seus interêsses. A Comissão Executiva examinará êsses casos isolados e proferirá sua decisão, em cada um dêles, mantendo ou alterando o limite concedido, dentro do critério geral, fixado neste resolução. A decisão da Comissão deverá ser fundamentada.

5.º — Para fixação do limite referente à safra de 1934-35, o Instituto do Açúcar e do Álcool se baseará nos dados já constantes do cadastro de Usinas de sua Seção de Estatística e nas declarações que sôbre a capacidade das moendas de seus estabelecimentos, ficam os produtores obrigados a enviar-lhe dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta. No caso de não apresentação ou extravio destas declarações, o Instituto resolverá de acôrdo com os dados em seu poder, sendo permitido ao produtor recôrrer do limite estabelecido se o considerar em desacôrdo com os dados reais de sua produção.

6.º — O Instituto do Açúcar e do Álcool designará uma comissão de técnicos para, sem prejuízo da execução do disposto no item anterior, verificar a exatidão dos dados apresentados pelos produtores sôbre a capacidade das respectivas moendas, a sua produção no último quinquênio. De acôrdo com os resultados desta verificação, o Instituto do Açúcar e do Álcool manterá ou alterará os limites estabelecidos.

Aos produtores de cada Estado é facultado designar, a expensas suas, técnicos de sua confiança para acompanhar os trabalhos da comissão técnica designada pelo Instituto.

À esquerda, vista de um pôrto particular, da Usina Barreiros, em Pernambuco, onde o açúcar é carregado em barcaças a fim de seguir para Recife, onde espera, nos armazéns, o momento de ser enviado para os mercados do sul ou do exterior. Em baixo, um vagão sendo carregado, e, ao lado, um velho trabalhador da indústria açucareira nordestina.



Engenho Bosque. A transformação da produção açucareira é uma imposição do progresso econômico, social e da técnica, e vai se processando sob as vistas do I. A. A.

7.º — Caso se verifique redução de produção em algumas usinas, que venham, assim, a ficar aquém do limite para elas estabelecido, o Instituto do Açúcar e do Álcool, mediante requerimento dos interessados, poderá autorizar outras usinas do mesmo Estado a elevar sua produção, fixando-lhes, então, o novo limite a que poderão atingir.

Parágrafo único — O aumento de produção concedido, de acôrdo com o previsto no presente artigo, será calculado de modo a ser atingido, mas não excedido, o limite total de produção das usinas do Estado.

8.º — Todo o açúcar produzido além dos limites fixados ou em contravenção às disposições anteriores, será apreendido e entregue ao Instituto do Açúcar e do Álcool, não cabendo ao proprietário nenhuma indenização."

Mesmo dentro das bases assim fixadas, a limitação atingiu um teto de 11.984.798 sacos, que superava as necessidades do consumo interno, sendo preciso que se procedesse a uma revisão. A primeira safra após a fixação dos limites correu sem perturbação. Para a do ano agrícola de 1935-36, porém, prevista uma produção maior, o tempo de moagem foi reduzido de cento e cinquenta para noventa dias, mantida a base de noventa quilos de açúcar por tonelada de cana. Nesta safra como nas anteriores, caberia aos Estados do Nordeste dar o açúcar destinado à exportação, a fim de serem mantidos os preços no mercado interno.

Na safra de 1936-37, porém, enquanto em São Paulo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro a produção excedia os limites oficiais, no Norte uma sêca inclemente, no verão de 1935 e nos primeiros meses de 1936, limitara demasiado a produção da zona: Pernambuco teve uma diferença para menos do seu limite de 52,3 por cento; Alagoas, 49,3 por cento. No Estado do Rio houve um excesso de 30,6 por cento, em São Paulo de 8,5 por cento e em Minas Gerais de 16,9 por cento. A safra total foi de 9.550.214, o que representava, sôbre o limite fixado para a mesma, de 12.007.650 sacos, uma diferença de 20,4 por cento.

CONSUMO E EXPORTAÇÃO

O consumo de açúcar de usina no mercado interno, que em 1929 fôra de 7.797.890, em 1935 atingira a ..... 10.173.996. A safra de 1937-38 foi calculada em 9.061.970 que, somados aos remanescentes, perfazia um total de 10.570.642 sacos, para um consumo previsto de 10.174.996 sacos. Bastaria um estoque remanescente a ser agregado à safra futura de 395.646 sacos. Poder-se-ia então dizer que estava feito o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo, ao passo que o produtor voltava a encarar o futuro com mais segurança estabilidade. A apuração final da safra acusou uma superação em face do fixado: 10.907.204 sacos.

A exportação, medida em toneladas

ıara de 11.096 em 1931 a 90.174 1936; volumes extremos em anos emos. Naquele primeiro ano fôra ado em Bruxelas o Plano Chad-ne, concluído com o apoio de a, Java, Tcheco-Eslováquia, Ale-ha, Polônia, Hungria e Bélgica, o reduziu as quotas de exportação ıeles países, tendo em sua causa a sacrificado mais de metade dos canaviais. A êle não aderira o sil, que compareceu porém à Con-ıcia Monetária e Econômica de dres, realizada em 1937 e onde reexaminada a questão do abaste-ento mundial do açúcar. Desta re-o saiu o Brasil com uma quota de ortação fixada em 60.000 tonela-a qual prevalece até hoje, tendo no excedido em alguns dos últi-anos.

las, de um modo geral, para o mer-brasileiro, a exportação é mais meio utilizado a fim de melhor re-r os suprimentos internos no que eita ao preço. Por isto mesmo o ar embarcado, normalmente, está preendido pela quota de sacrifício. onsolidado praticamente o equilí-entre a produção e o consumo, se-guiu o Instituto na realização de sua política dentro de um caráter efetivo, passando a considerar problemas de mais longo prazo, tanto no setor econômico como no social. Os produtores, porém, ao passo que sentiam novamente restabelecida sua posição, refeitos da depressão, iniciavam em certas regiões uma espécie de reação. Num discurso pronunciado a 11 de agôsto de 1937, Leonardo Truda assinalara: "A memória dos homens é frágil, sobretudo quando o ideal visado se transforma em cifrão. E não me será surprêsa mesmo, venha a ser manhã taxada de lesiva e prejudicial a defesa açucareira, por muitos daqueles mesmos a quem ela salvou de um estado de ruína, que vai sendo cedo esquecido e a quem ela enriqueceu".

Enquanto os Estados do Sul pleiteavam produzir sempre mais, sem atentarem que com isto iriam reduzir à incapacidade o grande mercado de suas manufaturas — os Estados do Norte — êstes continuavam arcando com o pesado ônus do sacrifício. Em algumas safras o sacrifício de Pernambuco e Alagoas chegou a atingir 30 por cento das safras. Mas com êle, garantiam a manutenção de preço compensador para o restante. Restabelecida a segurança do mercado, entrou a ser agitado o contraste entre as duas regiões produtoras, em tôrno de uma participação mais equitativa na quota nacional de sacrifício, de vez que havia sempre uma resistência, especialmente por parte dos usineiros do Estado do Rio.

À medida que se faziam sentir as exigências do consumo, foi sendo permitido o aumento gradual da produção, tendo sempre em conta a importância de ser utilizada a quota de exportação que nos fôra assegurada em Londres. O consumo "per capita" em 1937 atingiu a 21,8 quilos — totalizando ..... 15.718.997 sacos, inclusive de açúcares inferiores — e, ao passo que aumentava o consumo do açúcar de usinas, ia declinando o consumo de açúcar de qualidade inferior. Conforme se acha perfeitamente definido em recente Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, Esperidião L. de Faria Júnior, "A primitiva indústria do açúcar inferior tende necessariamente a

Um dos métodos mais rústicos da produção açucareira: simples espremedor de cana para fabrico de rapadura.

Num país essencialmente agrícola onde a enxada ainda é a ferramenta mais comum, um arado dêste tipo, milenar, pode ser considerado um importante avanço no processo do trabalho.

desaparecer como imposição do progresso e da civilização."

A safra de 1938-39 fôra também a maior safra já registrada entre nós, com um volume de 12.702.719 sacos de açúcar da melhor qualidade. Foram exportados 874.703 sacos. Dentro da linha de energia máxima, conseguira o Instituto pôr à prova a sua organização em face de tão grande volume produzido. Além daquela exportação, 253.701 sacos foram transformados em álcool anidro.

O AÇÚCAR EM FACE DA GUERRA

Em setembro de 1939, quando a safra de 1939-40 já se achava em andamento, sobreveio a guerra, provocando a desorganização da indústria beterrabeira da Europa e logo diversos mercados começaram a se interessar pela aquisição do produto brasileiro. A nossa exportação que em 1939 fôra de 49.478 toneladas, logo em 1940 ascendeu a 66.731 toneladas, superando assim a quota de que dispúnhamos. Passou o Instituto a ser pressionado mais fortemente no sentido de liberar a produção; a êle, porém, competia analisar o exemplo do passado e agir com a prudência recomendada no caso.

Fôra a safra de 1939-40 limitada em 12.160.000 sacos, estando o consumo previsto em 11.420.000. O excedente estipulado na diferença entre os dois totais seria distribuído entre a quota de garantia de 400.000 sacos, parte destinada à transformação em álcool e parte para cobrir imprevistos no consumo e uma quota de 340.000 sacos de demerara destinada à exportação pelo Instituto. Seriam dispendidos pelo Instituto cêrca de 22.200.000 cruzeiros, para adquirir o açúcar a Cr$ 30,00 o saco, extra-taxa, preço muito superior ao que vigorava no mercado externo, o qual era calculado em menos de Cr$ 24,00, comprometendo-se a restituir aos produtores a diferença de preço líquido, q viesse a ser apurado, na exportaçã acima de Cr$ 24,00 F. O. B.

Surgiu, nesta ocasião, o debate e tôrno da produção acima do limite xado. Êstes detalhes têm suma impo tância, numa revisão da política açúcar tal como ela tem sido execut da no Brasil, a fim de que sobressa o seu caráter elástico, procurando condicionar às contingências sem entanto perder de vista os progress realizados. O então presidente do A. A., Barbosa Lima Sobrinho, d fendeu a tese de que a exportação d veria ser feita por conta do excesso próprio Estado produtor, o que equ valia a assegurar a livre exportaç dos excessos. Havia apenas um pon a considerar: o que se deveria faz se tais excessos fôssem superiores quota do país. Sugeriu então o pre dente que, dentro da quota de expo tação se distribuísse a exportação pr porcionalmente ao limite dos Estad que tivessem excesso. Essa liberda

exportação não interessava, porém, Estados que possuíam excesso e eram os Estados do Sul. As des- as de transporte até os portos eram ito elevadas; não tinham êles prá- de exportação, nem relações com praças importadoras. Além disso, do São Paulo um Estado importa- de açúcar, não seria interessante exportasse açúcar para o estran- ro, a fim de receber depois, para consumo, o açúcar produzido nos ados do Norte. Foi aí, então, que giu o plano, que documenta a boa itade do Instituto na solução dos ra-limites. O Norte mandaria pa- o estrangeiro o açúcar intra-limite duzido e o Instituto liberaria, no , quantidade correspondente de car extra-limite. Entretanto, dada iferença de preço do açúcar no mer- lo externo, seria necessário cobrir, n uma nova taxa, essa diferença, fim de que o produtor do Norte desse seu açúcar pelos preços do rcado interno. Ter-se-ia dêsse mo- a situação seguinte:

O produtor do Sul venderia o açú- intra-limite pelos preços normais mercado interno; e venderia o ex- -limite pelo preço do mercado in- terno menos a taxa paga para a exportação de intra-limite do Norte.

O produtor do Norte exportaria o seu açúcar intra-limite pelo preço do mercado interno.

O plano foi aceito. E do seu resultado, diz perfeitamente êste pequeno tópico de um discurso pronunciado pelo Sr. Carlos de Pinto Alves, então presidente do Sindicato dos Usineiros de São Paulo: "O Instituto do Açúcar e do Álcool, além de sua eminente função coordenadora não é nada mais, nada menos, se assim posso dizer, que uma máquina de resolver dificuldades. Coordenar com precisão, resolver com rapidez e equidade, são apanágios e uma alta intelectualidade."

A apuração a safra de 1939-40 acusara um total produzido de ..... 14.406.239. A safra de 1940-41 foi prevista em 15.401.500 sacos, mas os seus resultados foram inferiores, atingindo apenas 13.511.832 sacos para um consumo estimado em 12 milhões, aproximadamente. A redução decorreu, em parte, do aumento havido na produção de álcool.

Não obstante as alterações trazidas ao mercado internacional pela guerra, a situação mostrava-se sombria, ao ser discutida a fixação da safra de 1941-42. Os números, tomados com referência a 31 de maio, eram os seguintes:

1939	1.600.537
1940	2.256.585
1941	3.036.451

Impunha-se, por conseguinte, retirar ainda do mercado cêrca de 378.000 sacos vindos da produção intra-limite de Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro, a Cr$ 34,00 o saco. Os Estados que não pudessem exportar, ou não possuíssem distilarias de álcool anidro teriam, no plano, uma participação econômica, estimada, para São Paulo, em Cr$ 0,50 por saco e Cr$ 0,25 por saco para Sergipe e Bahia. Caso o preço de exportação superasse a base tomada para o cálculo da defesa, o Instituto restituiria a diferença aos produtores.

Não obstante, o plano da safra instituía, como garantia de segurança para o consumo, uma quota equivalente a um aumento de 5 por cento sôbre a limitação existente, de 12.291.737 sacos. Em agôsto de 1941 foi esta quota elevada para 10%. Nesse ano deixou de haver necessidade de retirar do mercado parte da produção intra-limite, ficando deliberada a produção de

No seu claro-escuro êste armazém de açúcar pode oferecer sugestões em tôrno de comércio, preços, excedentes...

Acusa-se o açúcar de exauridor da terra. Nesta fotografia vemos uma cultura moderna, em sistema circular, como defesa contra a erosão.

início reservada para êsse fim. Criou-se uma bonificação de Cr$ 0,50 por litro de álcool produzido com o aproveitamento de matéria prima de excesso. Embora os mercados não fôssem muitos, o preço de exportação tornara-se animador. Se começava a haver falta de açúcar em diversos lugares, o certo é que escasseava cada vez mais a navegação e desaparecia o transporte, circunstância que se tornou mais grave com a surprêsa de Pearl Harbour e a entrada dos Estados Unidos na guerra.

Esta outra fase do conflito internacional vinha alterar profundamente a posição, dando margem a que em março de 1942, para estímulo ou salvaguarda da produção extra-limite, fôsse definido:

"O Instituto não fará qualquer restrição à moagem de cana destinada à produção de açúcar extra-limite a ser convertido em álcool, ou exportado para o exterior, sem assumir, entretanto, obrigação alguma, quanto aos preços de liquidação dêsse açúcar."

E determinava:

"Se houver necessidade de açúcar, além do produzido dentro das quotas normais e as previstas nos títulos desta resolução, para suprimento dos mercados internos, ou para a formação de um estoque destinado a evitar especulações altistas, o Instituto se reserva, desde já, o direito de requisitar a quantidade necessária aos mencionados fins, proporcionalmente, nos Estados que dispuserem dêsses excessos, garantindo, para êsse açúcar, o preço de Cr$ 48,50."

A escassez de combustível, sobretudo de gasolina, não poderia estar fora das considerações do Instituto ao estudar êste o plano da safra d 1942-43. Por isto seu objetivo essen cial era então a maior produção de ál cool, o que levou o plano de safra a lotar as distilarias, assegurando a pa ridade entre o preço do álcool e o d açúcar. Permitiu-se, ainda, que tôd usina que houvesse lotado sua distila ria em 250 dias, produzisse extra-li mite.

Depois de 1930 a produção de cana foi melhorada pela introdução de novas espécies

Nestas condições foi o plano estipulado assim:

"Art. 1.º — A situação presente impõe ao Instituto do Açúcar e do Álcool a elaboração de um plano, que pelas suas características e objetivos, dentro da necessidade dos carburantes nacionais, deve ser considerado como um plano de economia de guerra.

Art. 2.º — O Instituto do Açúcar e do Álcool resolve, no plano da safra 1942-43, destinar à produção alcooleira o máximo de matéria prima disponível sem prejuízo da produção destinada ao consumo nacional do açúcar.

Art. 3.º — No objetivo de chegar à maior produção de álcool possível, resolve o I. A. A. destinar ao consumo 13.000.000 de sacos de açúcar e 2.200.000 sacos para o estoque de 31-5-943, encaminhando o restante à produção alcooleira, de acôrdo com o plano que fôr aprovado.

Art. 4.º — A Comissão Executiva do I. A. A. examinará mês a mês, a execução e a repercussão do presente plano, para adotar as providências que sejam reclamadas pelo interêsse público, resguardadas as necessidades do consumo nacional de açúcar.

Art. 5.º — As distilarias de álcool anidro serão lotadas para uma produção determinada, preferida, sem prejuízo dessa necessidade, a produção extra-limite."

O álcool produzido seria pago da seguinte maneira: a Cr$ 1,00 o álcool de mel pobre; a Cr$ 1,20 o álcool proveniente de mel rico de produção extra-limite; a Cr$ 1,30 o álcool resultante da produção intra-limite, o que dava a correspondência com açúcar de Cr$ 58.30 Fob Recife.

A 13 de agôsto de 1942 foi expedido o plano de contrôle de álcool, tendo em consideração a sua importância como carburante nacional. Estava, neste ponto, a indústria açucareira, integrada no esfôrço de guerra.

O AUMENTO DE PRODUÇÃO

A guerra, ao atingir o Brasil, com o torpedeamento de navios brasileiros ao longo do litoral, trouxe um novo problema no domínio do suprimento de açúcar. Aquêles atos hostis nos feriram justamente quando os mercados consumidores do Sul deviam ser abastecidos com o açúcar de produção nortista. O Distrito Federal, por exemplo, recebia açúcar de Campos, de julho a setembro, cabendo daí por diante ao Norte fornecer o açúcar de que precisava a Capital Federal. Com a guerra, foi necessário prolongar o período de suprimento feito pelo mercado campista, desfalcando um pouco o mercado que se supria no grande município açucareiro fluminense. Deixou-se parte da sua produção como garantia de suprimento da capital do país, enquanto se organizavam os comboios e a Marinha Mercante fazia o possível para transportar o açúcar que se acumulava nos armazéns do Norte.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINA DE 1944/45 A 1947/48 E LIMITE EM 1945/46

UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

QUADRO I

ESTADOS	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR — VERIFICADA			PRODUÇÃO DE AÇÚCAR — ESTIMADA	LIMITES DE PRODUÇÃO EM 1946 1945/46(11)
	1944/45	1945/46	1946/47	1947/48(1)	
Norte	8.185.333	8.255.386	9.925.650	10.880.000	10.769.333
Pará	1.347	1.373	1.205	3.000	18.794
Maranhão	8.167	7.965	6.257	10.000	32.773
Piauí	1.710	1.550	1.050	2.000	3.534
Ceará	16.390	17.865	17.805	20.000	33.886
Rio Grande do Norte	54.365	58.505	82.078	85.000	55.139
Paraiba	456.106	524.843	511.902	500.000	372.140
Pernambuco	4.702.217	4.822.834	5.927.817	6.500.000	6.079.159
Alagôas	1.427.150	1.440.222	1.969.328	2.200.000	2.092.939
Sergipe	738.892	626.873	723.722	660.000	1.059.714
Bahia	778.989	753.356	784.486	900.000	1.021.255
Sul	6.711.591	7.162.167	6.426.675	10.461.982	7.448.826
Minas Gerais	469.173	639.238	698.991	748.037	938.132
Espírito Santo	62.919	51.951	45.270	58.979	77.534
Rio de Janeiro	3.009.408	3.444.469	3.090.280	3.765.630	2.776.749
São Paulo	3.067.307	2.894.896	4.410.048	5.594.707	3.237.241
Paraná	28.587	47.165	50.315	165.035	150.000
Santa Catarina	51.418	68.565	99.315	91.946	119.726
Mato Grosso	22.779	15.883	21.514	22.826	77.844
Goiás	—	—	10.940	14.822	71.600
BRASIL	**14.896.924**	**15.417.553**	**18.352.323**	**21.341.982**	**18.218.159**

(1) — No Norte, os dados são relativos à estimativa inicial da safra e no sul referem-se à posição em 31-1-48.

(11) — Além das quotas de produção indicadas na coluna correspondente, há ainda a considerar os contingentes de 375.093 de quotas criadas e não utilizadas e o de 8.339 sacos referentes à quota de produção de uma usina do Estado do Rio Grande do Sul, que há muito se encontra paralizado, de modo que a limitação geral do País no final da safra de 1945/46 era de 18.601.591 sacos.

O Instituto propôs então, à Coordenação da Mobilização Econômica, o racionamento e esta, pela sua portaria n. 17, aprovada antes pela Comissão Executiva do Instituto, determinou que êste liberasse, na safra de 1943-44, até 15% da produção de açúcar dos Estados do Sul, nas usinas que tivessem executado os planos de produção de álcool estabelecidos pelo I. A. A., admitindo-se porém, para os Estados exportadores do Norte, a faculdade de destinar a álcool igual percentagem de produção extra-limite, por preço equivalente ao do extra-limite autorizado.

Pela mesma portaria e a título de exceção, era autorizada a montagem de novas fábricas de açúcar nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Sul, Goiás e Território do Acre, acrescentando que poderiam ser autorizadas também as montagens de novas fábricas na região do Alto Rio Doce e no Sul de Mato Grosso, sendo logo atribuídas as quotas máximas aos Estados acima enumerados. Conforme documento posterior — "A Ação do Instituto do Açúcar e do Álcool", relatório do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, como presidente da Comissão Executiva, no período de maio de 1938 a abril de 1946 — não acreditava aquêle órgão que essa providência resolvesse a situação criada pela guerra, especialmente em virtude da dificuldade natural, no momento, de se obter maquinaria e tanto tinha razão que a primeira das fábricas nascidas daquela liberação somente veio a funcionar em 1947.

Na verdade impunha-se o aumento da capacidade industrial do país, como se tornava imperiosa uma orientação no sentido de distribuir fábricas pelo "hinterland", para evitar que o açúcar viesse a ser onerado pelas despesas de transporte.

Atendendo aliás à situação vinha promovendo o aumento da produção desde 1942. Em 1944 autorizou mais 20% de majoração sôbre as quotas em vigor e, em abril dêsse mesmo ano, pela sua resolução n. 79-44, assegurou, no período de cinco safras, a partir de 1944-45, a liberação pelo I. A. A. de todo o açúcar de excesso necessário ao consumo nacional. Semelhante liberação deveria ser feita em igualdade de condições com a produção intra-limite e considerada a situação dos preços legais. Pelo artigo 8.º da mesma Resolução aumentou de 20 por cento os limites estaduais efetivos de produção de açúcar de usina e, pelo artigo 12 permitia que as quotas concedidas para novas fábricas, estabelecidas pela portaria n. 17-42 da Coordenação da Mobilização Econômica, poderiam ser aproveitadas pelas usinas existentes.

A 21 de março de 1945, pela Resolução 103-45, ia mais longe, criando quotas para novas usinas, no total de 700.000 sacos, nos Estados importadores. Em maio do mesmo ano foram designadas quotas de produção de açúcar para as distilarias autônomas, estimadas estas em cêrca de 190.000 sacos no Estado de S. Paulo. A 9 de agôsto, mediante nova Resolução, reajustou as quotas de usinas de menos de 20.000 sacos.

Tendo em conta tôdas estas alterações, quando começara a guerra, em 1939, a produção de açúcar de usina estava fixada em 12.240.000 sacos: quando a guerra terminou a produção autorizada era de 17.490.728 sacos, ou seja um aumento de 42% sôbre a limitação de 1939, sem contar a liberdade de produção, que autorizava a liberação do açúcar fabricado acima da quota estabelecida.

No período da guerra, a produção foi sempre ascensional, sobretudo a partir de 1941, ou seja, antes que nos víssemos envolvidos nas suas teias. E' o que definem os números abaixo:

1939-40	12.240.263
1940-41	12.313.871
1941-42	14.180.794
1942-43	14.776.574
1943-44	16.484.251
1944-45	16.470.985
1945-46	17.490.728

E, para não quebrar esta sequência de números, tivemos, no ano agrícola 1946-47 uma produção total de 18.352.323. Chamamos a atenção dos leitores para os dois quadros, um intitulado "Produção de Açúcar de Usina de 1944-45 a 1947-48" e outro "Açúcar de Usina", produção em 1947-48, ambos retirados do recente Relatório apresentado pelo atual presidente da Comissão Executiva do I. A. A. ao Sr. Presidente da República. Nêles sobreleva também um outro

AÇÚCAR DE USINA — PRODUÇÃO EM 1947/48 E LIMITE FIXADO EM 1946

UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

QUADRO II

ESTADOS	PRODUÇÃO ESTIMADA (1947/48) — (1)	LIMITAÇÃO FIXADA EM 1946 (1946/47) g (2)
Norte	10.880.000	11.988.214
Pará	3.000	20.380
Maranhão	10.000	34.620
Piauí	2.000	3.534
Ceará	20.000	33.886
Rio Grande do Norte	85.000	63.114
Paraiba	500.000	640.312
Pernambuco	6.500.000	6.490.529
Alagôas	2.200.000	2.319.924
Sergipe	660.000	1.212.983
Bahia	900.000	1.168.962
Sul	10.461.982	10.782.963
Minas Gerais	748.037	1.376.560
Espírito Santo	58.979	117.080
Rio de Janeiro	3.765.630	3.825.512
São Paulo	5.594.707	5.000.000
Paraná	165.035	150.000
Santa Catarina	91.946	158.893
Mato Grosso	22.826	83.318
Goiás	14.822	7.600
BRASIL	**21.341.982**	**22.771.207**

(1) — No Norte os dados são relativos à estimativa inicial da safra e no Sul referem-se a posição em 31-1-1948

(2) — Além da quota de produção acima, 228.795 sacos ficam destinados à elevação das quotas das usinas ainda não reajustadas para um período de 120 dias efetivos de trabalho e que venham a produzir, em qualquer das três safras subsequentes à safra em curso, quantidades de açúcar, superiores às suas quotas.

spécto, qual seja o da rápida evolução da indústria açucareira nos Estados do Sul que partindo de 6.711.591 acos em 1944-45, atingiram em 947-48 um limite de 10.461.982 sacos, enquanto os do Norte se deslocaram de 8.185.333 para 10.880.000 acos.

Depois da liberação do açúcar produzido extra-limite, procedida em face da Resolução n. 79-44, veio em 946 a elevação dos limites da produção, para 23.000.000 de sacos, conforme a Resolução n. 125-46, de 14 de dezembro, que regulamentou o Decreto-lei n. 9.829, de 10 de setembro do mesmo ano. O segundo dos quadros que apresentamos é justamente em função dessa medida.

NOVA SITUAÇÃO

O término da guerra trouxe, indiscutivelmente, uma nova situação a ser considerada pelo Instituto, qual seja a de exigências de novos mercados que procuram se abastecer, para a correção dos seus "deficits" de consumo, dando margem a preços largamente remuneradores. Mas êste aspecto não deve avultar na medida de nos fazer esquecer o passado. No Relatório que citamos linhas acima encontramos o traço de prudência com que o assunto é examinado, na parte em que está examinada a liberação da produção. Lá está escrito:

"Previa-se também o aproveitamento de excedentes do consumo nacional com aplicação proveitosa nos mercados consumidores do exterior. E' preciso destacar o caráter excepcional desta medida, tendo em vista, principalmente, que êle vinha quebrar as normas de limitação da produção sempre consideradas fundamentais à continuidade e firmeza do sistema de defesa da produção açucareira, por manter o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo."

E os cuidados que o caso merece são tidos, sobretudo, porque a expansão da produção requer certo período de preparação, variável conforme fatôres da produção, capacidade dos diversos centros, maior ou menor poder de revigoramento das energias produtivas dêsses centros de trabalho. O resultado dêsse processo de recuperação e expansão pode, já, ser medido através dos números comparados no quadro n. 1. Sendo um órgão nacional, ao qual compete fixar normas gerais, nem sempre pode o Instituto corrigir desfavoráveis condições inerentes a determinado centro produtor, encontrando-se mesmo incapaz de remover por inteiro dificuldades existentes porque as mesmas decorrem de defeituosa organização econômica local. Louvado nesta experiência é que ainda no mesmo Relatório encontramos: "Tanto é desacêrto promover o desenvolvimento da indústria açucareira em regiões desprovidas das condições exigidas para êste fim, como perseverar na sua conservação compulsória naqueles onde, atingido seu ponto de saturação ou desaparecidos os fatôres favoráveis, tôda prosperidade para ela seja impossível, conservadas iguais condições gerais."

A possibilidade do rápido crescimento da produção, na medida de criar dificuldades já sanadas, é que sugeriu a necessidade da fixação de novos limites de produção, na forma da Resolução 125-46, já citada. Aquela possibilidade existia em virtude da liberação dada para o período de 1944-45 a 1948-49 e, em face da perspectiva, achou prudente, o Instituto, não esperar o esgotamento do quinquênio da liberação para proceder ao reajustamento da produção; agir em contrário seria agravar o problema, com prejuízo talvez irremediável para centros produtores tradicionais.

Conquanto possa parecer o contrário, não houve exagêro na determinação do teto em 23.000.000 de sacos de açúcar de usina. Está perfeitamente provado que o consumo se encontrava comprimido em limites inferiores às necessidades do consumo. Levantadas as restrições que sôbre êle pesava, eleva-se de 15.742.112 sacos em 1945 a 17.537.941 sacos em 1947. Conforme analisa o Relatório do atual Presidente da Comissão Executiva. "Não se pode atribuir êste aumento somente ao crescimento demográfico nem à melhores condições de vida do consumidor, decorrentes da elevação de seu poder aquisitivo. Bem consideradas as condições atuais, a conclusão virá contrariar esta presunção, pois a elevação do preço dos demais gêneros de primeira necessidade conjugada com as medidas saneadoras do mercado monetário, tem que atuar como fator e redução do consumo.

"Outro argumento importante está aí à vista, na grave crise criada para a produção do açúcar inferior. Durante safras consecutivas, tornou-se a exploração de pequenos engenhos de açúcar atividade industrial de resultados tentadores. O desvio de canas destinadas a fornecimento a usinas, para industrialização, em banguês, tornou-se norma corrente em vários centros produtores. Em todos êles o incremento observado nesta indústria primitiva foi notável, multiplicando-se o volume de sua produção com o estímulo dos preços compensadores assegurados ao produto, que prosseguia na conquista dos mercados abandonados pelo açúcar de usina. A insuficiente produção das usinas agia como estimulante para o aumento do produto inferior destinado a suprir as necessidades do consumo. Normalizado o abastecimento com a elevação da produção das usinas, o consumo do açúcar inferior retrocedeu ao seu nível limitado, caracterizando-se sua crise de superprodução."

Como, em face da liberação, São Paulo pôde realizar um aproveitamento mais completo das faculdades outorgadas pelas Resoluções ns. 79-44 e 116-45, foi a região Nordestina, produtora tradicional, aparelhada, tendo a sua quota de produção aumentada de 10.656.898 para 11.988.214 sacos.

Um outro fator surgido mais de finalidade com o após-guerra e consequente restabelecimento do intercâmbio comercial, foi o dos excedentes exportáveis. Já em dezembro de 1946 se fizeram sentir os primeiros movimentos dos produtores em favor da exportação, que agiam neste particular com a cooperação dos intermediários. Tendo em vista atender primeiro à normalização do consumo interno, somente em abril de 1947 foram atendidas as primeiras liberações para exportação. Marchavam de maneira satisfatória as negociações do excedente apurado quando sobrevieram as dificuldades de aquisição de divisas, determinando assim a suspensão dos entendimentos. Somente a partir de novembro puderam ser reiniciadas as exportações, quando os saldos exportáveis haviam sido acrescidos dos excedentes da safra 1947-48, cuja produção, comparada com a de 1945-46 aumentara de 42%. Não obstante produção tão volumosa foi possível manter as condições normais do mercado interno, com o esfôrço financeiro realizado pelo Instituto e pelo Banco do Brasil. Segundo o Relatório que ora estamos focalizando, do saldo exportável de açúcar de usina, da safra 1946-47 e da atual, já se encontram negociados 3.076.296 sacos.

O problema do açúcar mascavo, ao qual já fizemos referência quando examinamos o aumento do consumo, vai também encontrando sua solução. E' oportuno repetir que a primitiva indústria de açúcar inferior tende a desaparecer como imposição do progresso e da civilização. Vem ela sendo substituída como evolução da indústria e o Instituto emprega todos os esforços no sentido de evitar transição demasiado brusca, capaz de criar situações econômicas de irremediável colapso para os pequenos produtores. O processo seguido é o da constituição de usinas com a reunião de quotas de produção dos engenhos e utilização de sua capacidade produtiva.

Vinha êste plano sendo executado normalmente quando sobreveio a escassez de açúcar de usina, criando as condições a que já nos referimos, de expansão para a indústria em declínio e dando margem a que as próprias Cooperativas se empolgassem pelas aparências, excedendo-se nos estímulos concedidos. Com a regularização do abastecimento pelo açúcar de usina e sem possibilidade de colocação no mercado externo, o remanescente da safra de mascado, de 1946-47, ficou sem destino e aplicação direta. Surgiu então a possibilidade de sua transformação em álcool anidro, já autorizada, como medida excepcional, pelo Govêrno Federal.

FUNÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO

As relações entre usineiros e fornecedores de cana são reguladas pelo Estatuto da Lavoura Canavieira, o primeiro documento dêste tipo elaborado e pôsto em execução no Brasil e que, pelos ideais que nortearam a sua constituição, comprovados em seis anos de vigência, vale por um atestado do que é possível fazer em favor do homem rural, sobretudo nas relações entre as diversas classes de produtores.

PROBLEMAS ADMINISTRATIVOS

Dos trabalhos administrativos ora em curso e referidos no mais recente Relatório desejaríamos chamar a atenção para alguns:

a) — A Seção de Estudos Econômicos iniciou, em 1947, a análise dos balanços das usinas, destinada a permitir amplo conhecimento da situação econômico-financeira das fábricas e que permitirá, outrossim, assentar em bases mais positivas a questão dos custos de produção, habilitando ainda o Instituto a orientar a política açucareira no setor dos preços e no do financiamento;

b) — A mesma Seção deu início ao serviço relativo ao equipamento industrial das usinas, destinado a favorecer melhor conhecimento das condições técnicas em que trabalham essas fábricas e seus reflexos no campo econômico;

c) — Através da Seção de Assistência à Produção, dentre outros serviços, foram firmados contratos, para financiamento da entre-safra, até 31 de dezembro de 1947, no valor de Cr$ 41.775.687,50, dos quais Cr$ ..... 8.000.000,00 destinados aos banguezeiros e Cr$ 33.775.687,30 aos fornecedores de cana. O financiamento feito pelo Instituto é à base de juros de 2% ao ano, ficando as cooperativas autorizadas a receber dos seus associados, banguezeiros ou fornecedores, até o máximo de 4%;

d) — Pela mesma seção foram autorizados créditos somando Cr$ ..... 750.000.000,00 para o combate às pragas da "cigarrinha" e do "carvão";

e) — Ainda a mesma Seção investiu, em 1947, no plano de adubação, Cr$ 10.720.000,00;

f) — Os serviços de assistência social, a serem custeados com a taxa para êsse fim estabelecida pelo Decreto-lei n. 9.827, de 10 de setembro de 1946, tiveram sua organização definitivamente estruturada mediante estudos feitos nas diversas regiões açucareiras do país. Os serviços de assistência médico-farmacêutica e odontologia serão prestados: a) nas usinas ou grupos de usinas, através de ambulatórios; b) nos hospitais locais, regionais ou centrais. Os serviços de assistência social consistirão na fundação e manutenção de escolas e instituições recreativas e culturais.

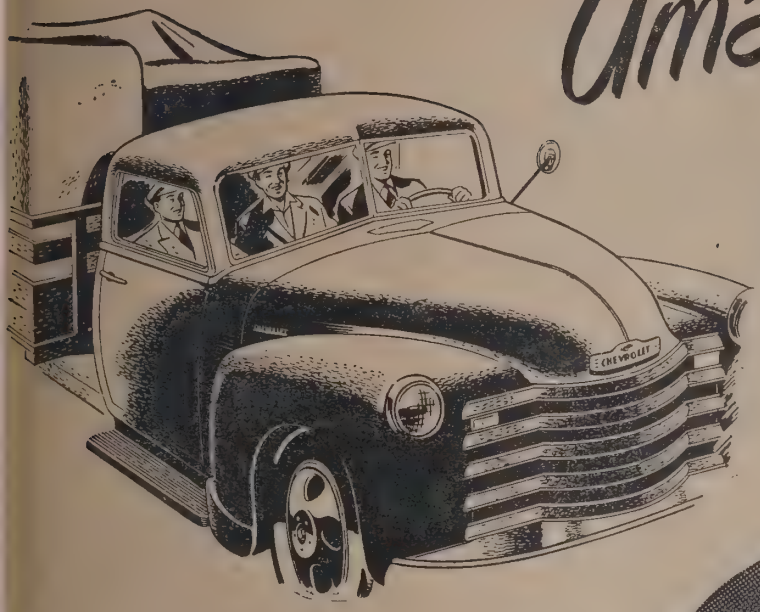
CONCLUSÃO

Revendo, da maneira por que o fizemos aqui, a política de defesa do açúcar, partindo das suas origens, podemos dizer que o Instituto do Açúcar e do Álcool tem a sua posição consolidada não apenas pelos anos ou pelo hábito de sua atuação. A segurança de suas bases repousa muito mais solidamente num acervo efetivo de serviços prestados não apenas ao Brasil como Estado, numa conjuntura má de um produto importante, mas sobretudo em serviços prestados aos produtores que hoje se encontram numa situação como certamente não há outra na história econômica do Brasil.

Encontrou, a indústria açucareira, através do Instituto, uma justa razão de viver, depois de ter encontrado nêle e, antes dêle, na Comissão de Defesa, um largo seio onde repousar o pêso dos compromissos colecionados numa fugaz experiência de preços elevados, estimulante de um desenvolvimento que, não tendo sido fenômeno puramente brasileiro, deixou após si o legado de uma mercadoria sem preço.

A sobrevivência do Instituto, em tôda integridade de que se acha revestido atualmente é, por conseguinte, um motivo em tôrno do qual se unem os produtores, sempre que um movimento se articula no propósito de liquidá-lo ou mesmo reduzir a sua ação. Tal é a plasticidade inerente de sua constituição, provada tão largamente nestes longos e difíceis anos, que o Instituto pode perfeitamente viver integrado no regime democrático vigente, conforme bem o demonstrou o Dr. Espiridião L. Faria Júnior, atual presidente da Comissão Executiva: o Instituto é um órgão técnico, que cuida de questões puramente técnicas, independente de regimes políticos, devendo encontrar soluções dentro de critério técnico.

Sim senhor: Uma cabina com espaço de sobra!



TRÊS NUNCA é demais! Na espaçosa cabina do Caminhão Chevrolet há lugar de sobra para três pessoas... e com que comodidade! Chevrolet oferece agora importantes inovações também na cabina, desde o assento ajustável e de molejo especial, ao perfeito sistema de ventilação, à visibilidade muito aumentada, ao melhor agrupamento dos contrôles e aos numerosos outros detalhes que redundam em maior segurança e confôrto. Chevrolet é o caminhão que mais se vende – no Brasil e em todo o mundo!

McCann

1º em confôrto!

Chevrolet

PRODUTO DA
GENERAL MOTORS

Para Vendas e Serviço procure os Concessionários Autorizados da

GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A.

BANCO DO BRASIL S. A.

Relatório Apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas na Sessão Ordinária de 30 de Abril de 1948

I — A SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO BRASIL NO ANO DE 1947

INTRODUÇÃO

EXECUTANDO com firmeza, tato e serenidade, a política econômico-financeira do Govêrno, pôde o Banco do Brasil conseguir, em 1947, resultados bastante animadores para a economia do País.

Tendo-se emitido, em 1945, 3.073 milhões de cruzeiros e, em 1946, 2.959 milhões, dos quais só em dezembro 545 milhões, todavia, em 1947, apesar de forte pressão inflacionista reinante, apenas houve uma emissão de 100 milhões de cruzeiros, em fins de dezembro.

O estancamento das emissões e a sadia orientação da política de crédito do Banco do Brasil, de amparo à produção e impedimento às especulações, não agradaram aos inflacionistas e, por isso, surgiu ruidosa campanha, visando a demonstrar que o País caminhava para uma situação de colapso econômico. Firmaram-se, então, com solenidade, sombrios prognósticos de perigos iminentes para a Nação que, dentro de breve prazo, haveria de ser tragada por tremenda crise de depressão econômica, produzida pelos erros da política econômico-financeira do Govêrno. Houve, mesmo, quem pressagiasse, em 1947, vastas emissões de papel-moeda para pagamento do funcionalismo público, vultosos "deficits" orçamentários, desemprêgo em massa e a paralisação de tôda a atividade econômica nacional. Mas, felizmente, foi completo o malôgro dêsses augúrios e, em contrário aos vaticínios, ocorreram sinais evidentes de recuperação econômica e de ordem financeira do País.

Por ser de combate à inflação a política econômico-financeira do Govêrno, não poderia ela eximir-se dos ataques dos inflacionistas, cuja mentalidade de idolatria ao crédito os leva a acreditar que o progresso econômico possa advir de financiamentos da produção realizados com recursos fornecidos pelas emissões de papel-moeda. Os inflacionistas exigem sempre a expansão de crédito por meios artificiais, para corresponder às necessidades da produção, mas tal exigência visa somente ao aumento dos preços das utilidades. Quando o Govêrno, em vez de representar a Nação, timbra em ser organismo de partido ou de classe, as exigências são atendidas e em consequência surgem os créditos eleitorais, provocando depois tremendos desastres econômicos e acarretando situações em que os prejuízos são socializados e os lucros individualizados.

Nos países totalitários os financiamentos costumam ser feitos com recursos inflacionistas mais ou menos disfarçados e sempre com a amputação do poder de compra dos consumidores. Os alquimistas do crédito pretendem retirar a riqueza do nada e por isto consideram-no panacéia capaz de remover tôdas as dificuldades econômicas. Os inflacionistas afirmam que, por não concederem bastante crédito, os bancos entretêm o mal-estar econômico, mas essa mentalidade precisa ser substituída por outra de bom senso, susceptível de persuadi-los de que a inflação só pode agravar os males que procura sanar. Acreditam nos milagres do crédito porque o confundem com capital, mas o crédito somente desloca o capital e apenas contribui, como qualquer instrumento de produção, para a criação de riquezas. Esquecem, ainda, que o trabalho e a economia são as fontes do capital e que o crédito não é sucedâneo da economia. Não vêem que o crédito excessivo é prejudicial e produz, com o estímulo das especulações, desequilíbrios econômicos, tornando-se, mesmo, perigoso fator de amplificação dêsses desequilíbrios em virtude dos movimentos psicológicos gerais de entusiasmo que originam.

Nossos inflacionistas precisam definitivamente se convencer de que sem bases sólidas jamais poderá haver crédito são. Convém acentuar que nem sempre o aumento de crédito é inflacionista, pois um sistema monetário deve ser elástico e apto a crescer, em caso de necessidade. A elasticidade faculta a ampliação da circulação motivada pelo desenvolvimento econômico; na inflação, porém, amplia-se a circulação independente dêsse desenvolvimento.

*
* *

Aludem frequentemente os inflacionistas aos sistemas de financiamento, não só da produção como também de obras públicas, utilizadas por alguns países, e estranham que no Brasil não tenham ainda sido aplicados. Tais sistemas baseiam-se exclusivamente na inflação de crédito e só têm vigorado em nações totalitárias, onde o Estado dirige e coordena tôda a atividade bancária. Não esclarecem os nossos inflacionistas que, nesses países, o Estado tem poderes para conhecer o montante dos depósitos particulares nos bancos e para obrigar os titulares a subscrever empréstimos públicos; não dizem que o Estado é senhor da economia e dirige soberanamente a produção e o consumo, fixando a proporção da atividade nacional que deverá ser consagrada à realização de obras públicas, em detrimento da produção de bens de consumo; silenciam que a moeda e os preços ficam sob o contrôle integral do Estado e não referem que os salários não podem ser aumentados e que os dividendos sofrem a limitação de 6%, devendo as sociedades anônimas entregar ao Estado os lucros excedentes a essa taxa. Nos regimes totalitários, os problemas financeiros não existem ou cedem lugar aos de natureza política, econômica ou técnica e a ditadura tudo resolve soberanamente; há apenas o limite das dificuldades técnicas e o risco de revoltas políticas ou sociais suscitadas pelos excessos e erros da ditadura. Nos regimes liberais, entretanto, os problemas financeiros criam constantes dificuldades ao Estado, porque há limitação para as suas receitas e despesas.

Os problemas de financiamento de obras públicas, nos regimes liberais, estão subordinados a empréstimos ou impostos e, portanto, ao limite a que possa atingir o aumento

las receitas. O empréstimo público, representando a transferência de disponibilidades da Nação para o Tesouro, depende da capacidade de sua economia e essa das variações da renda nacional.

Nos regimes liberais, a economia representa a parte da renda nacional a cuja utilização os particulares livremente renunciam. Provém, assim, de uma livre restrição do consumo. Nos regimes totalitários, existe criação direta de economia porque o Estado determina a relação entre a produção e o consumo. O aumento considerável da produção nacional é obtido, de um lado, pela mobilização de tôdas as fôrças do capital e trabalho, de outro, pela limitação e restrição do consumo, coibição de alta de salário e fixação de lucros.

Há, entretanto, uma relação inelutável entre a massa de economias e as possibilidades de financiamento. A economia só é útil, economicamente, quando se destina a aplicações porque, assim, faculta o financiamento dos investimentos. Em caso contrário, produz restrição estéril do consumo, sem compensar essa redução por um correspondente aumento de atividade no setor de investimentos de capital.

Os processos de financiamento empregados por países totalitários, e a que frequentemente se referem com indisfarçável entusiasmo os nossos inflacionistas, constituem apenas camuflagens de inflação de crédito. Para disfarçá-la usam a expressão — *prefinanciamento*. Tôdas as despesas de obras públicas e de produção são pagas por meio de créditos a curto prazo, representados por saques contra estabelecimentos bancários. Êsses saques, teoricamente, devem ser resgatados no vencimento ou consolidados em títulos especiais de prazo médio. Para fazer face à circulação dos saques existem vários órgãos, mas, enfim, torna-se imperioso o recurso ao banco emissor. Em um dos países onde o prefinanciamento foi largamente usado, o fracasso final foi completo e um dos eminentes responsáveis pela engenhosa idéia assim se manifestou: "A fase de expansão de crédito terminou. Atualmente, é forçoso voltar às velhas regras de jôgo de uma política financeira normal. As despesas não devem ultrapassar as receitas; se o acréscimo das despesas obrigar o Tesouro a recorrer a créditos de curto prazo, êsses créditos deverão ser consolidados por meio de verdadeiros capitais de economia ou cobertos por impostos".

*
* *

Em uma sociedade capitalista, a distribuição da fôrça de trabalho, entre a produção de "bens de produção" e a de "bens de consumo", depende do volume das economias destinadas a investimentos e da possibilidade de lucros das emprêsas que se utilizem dessas economias para pagamento de mão-de-obra e compra de materiais destinados à criação de máquinas e equipamentos.

O crédito bancário representa importante papel na transferência dos fundos resultantes de economias para as pessoas em emprêsas interessadas na produção de bens. Além dessa transferência, os bancos possuem a capacidade de criar instrumentos de crédito que equivalem a dinheiro e por isso contribuem para a formação de capitais produtivos. A formação de capital compreende, assim, um complicado processo: particulares, sociedades anônimas e bancos fornecem fundos para investimentos; sociedades anônimas emitem ações e obrigações em troca dêsses fundos e então o trabalho e os materiais são empregados na construção de novos elementos de produção que permitam lucros futuros.

As atividades produtivas da nação geram os rendimentos em dinheiro recebidos por todos que delas participam. As fábricas, minas, fazendas, estradas de ferro, companhias de serviços públicos e outras emprêsas produzem bens e serviços necessários à sociedade e os que participam da produção dêsses bens e serviços recebem dinheiro em pagamento, sob a forma de salários, ordenados, honorários, rendas, juros e lucros. Os salários e ordenados são pagos às pessoas que estão empregadas nos trabalhos de produção; a renda e os juros vão ter às mãos dos que emprestaram fundos para instalações; os lucros acrescem os haveres dos proprietários de emprêsas como compensação dos investimentos feitos e dos riscos que suportaram.

O preço de venda dos produtos deve cobrir tôdas as despesas desembolsadas e um lucro razoável. Isso significa que a soma de rendimento em dinheiro recebida pelos que tomam parte na produção e no seu escoamento, é igual ao valor dos bens e serviços que são lançados no mercado.

O crescimento do capital está na dependência da expansão do consumo e a fôrça motora de tôda atividade econômica, num sistema de iniciativa particular, provém das necessidades e da procura dos consumidores.

A base da pirâmide econômica é constituída pela produção de bens de consumo: primeiro os essenciais e depois os de luxo e confôrto. No vértice aparecem as instalações e os equipamentos para a criação de novos bens de produção, cuja procura depende da dos bens de consumo que venham a produzir. Sempre que se reduz a procura de bens de consumo também declina a de bens de produção e em mais larga proporção. Qualquer leve retração na base da pirâmide repercute fortemente no vértice, provocando eliminações. Assim, para que se formem em larga escala capitais, é indispensável uma simultânea expansão da corrente de fundos através dos canais de consumo e de investimento.

As estatísticas têm revelado que, geralmente, cêrca de 60% do total do operariado estão empregados na produção de bens de consumo e 40% na de bens de produção. Quando os "bens duráveis de consumo" são também incluídos, pelas estatísticas, na classe de "bens de consumo", a percentagem da produção de bens de consumo sobe para 80%.

Sob o ponto de vista social, o dinheiro, por si só, não é capital, mas faculta ao possuidor a aquisição ou o contrôle de bens de produção. A criação de capitais envolve a transformação de economias monetárias em bens tangíveis. Os fundos economizados por particulares constituem simplesmente meios para a produção de capitais reais. Um particular pode considerar o dinheiro economizado como capital pessoal, mas essa economia só constitui verdadeiro capital, sob o ponto de vista social, quando os fundos economizados forem utilizados por outros em construção de usinas, fábricas, instalações, equipamentos ou outras formas de bens de produção.

A criação da economia individual é apenas o começo do processo de formação de capital. Capitais, em última análise, são bens resultantes de produção anterior e que estão sendo utilizados diretamente no processo de novas produções: bens de consumo ou novos bens de produção.

*
* *

E' pelo crédito que os capitais monetários, formados pela economia, são postos à disposição dos produtores para lhes dar emprêgo lucrativo. O crédito mobiliza e concentra fundos dispersos em vários patrimônios individuais e

fá-los concorrer para a riqueza geral; faculta a ligação do espírito de economia ao de empreendimento, estimulando ambos.

São os bancos que realizam a concentração das economias. Graças a êles grande número de economias individuais, muito fracas para serem empregadas isoladamente, são reunidas e depois transferidas para as mãos dos produtores que as utilizam na criação de novas riquezas. Nem sempre essa repartição de economias, através do crédito, consulta ao interêsse geral, pois, muitas vêzes, as sociedades dissipam os fundos em especulações de aventura ou uma crise econômica consome o capital de emprêsas industriais reputadas sãs. Existem, também, desastres causados pela má utilização dos créditos. Mas, não obstante as faltas e os erros próprios de tôda atividade humana, em conjunto, a repartição dos capitais de economia, através do mecanismo do crédito bancário, é fonte de progresso econômico. Graças à corrente de capitais, por intermédio dos bancos, ou pelas emissões de valores mobiliários, os recursos disponíveis dos particulares deixam de permanecer estéreis. Os bancos de depósitos e descontos fornecem às emprêsas industriais capital circulante, isto é, o capital que deverá ser aplicado durante pouco tempo no ciclo da produção e que tornará a aparecer, sob a forma monetária, por ocasião da venda dos produtos. Êsses bancos operam no mercado monetário, que é o de prazo curto. Os bancos de investimentos, fazendo apêlo à economia criadora, fornecem às emprêsas capital fixo, isto é, aquêle que é investido em imóveis, maquinarias e equipamentos, e operam no mercado financeiro, que é o de prazo longo. Promovem o aparecimento de emprêsas novas e contribuem para a sua ampliação. Os bancos de depósitos e descontos entretêm e estimulam a corrente de trocas, facilitando as vendas a crédito e alimentando a tesouraria das emprêsas. Todos são necessários à vida econômica, mas, em uma boa organização de crédito, os bancos devem ter finalidade específica, de acôrdo com a sua natureza. Quando um banco, cujos recursos promanem quase exclusivamente de depósitos a prazo curto e à vista, passa a dedicar-se, também, a operações de investimento, imensos riscos lhe advêm e o resultado poder-lhe-á ser mortal.

Além dos capitais provindos das economias particulares, os bancos fornecem aos produtores um novo capital adicional por êles criado por meio de moeda escritural. Manejada com discernimento, e dentro dos limites assegurados pela técnica bancária, essa moeda é útil à produção, mas constitui grave perigo para a economia quando abusivamente empregada.

Para não falhar à missão de promover, cada vez mais, o progresso econômico e o bem-estar social exige o crédito, em sua prática, um suplemento de moralidade.

*
* *

Acentuaram-se, em 1947, os benéficos resultados da política econômico-financeira do Govêrno que vem sendo executada pelo Banco do Brasil com prudência, perseverança e tato.

Com o estancamento das emissões formou-se um clima mais sadio para as atividades econômicas, que permitiu melhor rendimento aos fatôres de produção. A orientação da política de crédito do Banco do Brasil facultou o estímulo à produção e a extinção das especulações. Não obstante terem sido deferidas tôdas as solicitações legítimas, surgiram infundadas críticas em tôrno de uma pretensa deflação de crédito. A êsse respeito, são muito ilustrativos os algarismos constantes do seguinte quadro, referentes aos valores dos depósitos e empréstimos, com as respectivas percentagens, no exercício de 1947:

SALDOS EM FINS DE MÊS

MILHÕES DE CRUZEIROS

MESES	Depósitos	Empréstimos	% Dos Empréstimos Sôbre os Depósitos		
	1947	1947	1947	1946	1945
Janeiro	15.771	13.705	87	87	85
Fevereiro	16.179	12.778	79	84	96
Março	15.903	12.825	81	82	65
Abril	15.755	13.109	88	83	63
Maio	15.666	13.750	87	81	65
Junho	15.652	14.950	95	84	68
Julho	16.785	15.102	90	83	70
Agôsto	16.679	15.259	91	83	73
Setembro	15.783	14.448	91	88	78
Outubro	15.405	14.375	93	87	81
Novembro	15.696	14.534	93	89	81
Dezembro	15.397	14.544	94	93	85
Média	**15.889**	**14.115**	**89**	**85**	**75**

Evidencia-se, assim, que a média da percentagem dos empréstimos, em relação aos depósitos, atingiu, em 1947, a 89%; em 1946, a 85% e, em 1945, a 75%.

Também é interessante a comparação entre as variações mensais das percentagens nos anos de 1945, 1946 e 1947.

Não se conformando com o estancamento das emissões, em 1947, têm sempre os inflacionistas feito acerbas críticas à execução da política econômico-financeira do Govêrno, acentuando não existir, para a debelação da inflação, providência mais eficaz do que o aumento da produção. Por isso, reclamam novas emissões de papel-moeda e a ampliação do crédito bancário para o fomento largo da produção. Chegam mesmo a afirmar que o estancamento das emissões causou a redução da produção nacional e, assim, impossibilitou a baixa do custo da vida. Mas essas alegações não têm cabimento, porquanto todos os fatôres de produção do País estão plenamente aplicados. Não há mão de obra disponível: chega mesmo a ser de super-emprêgo a situação. O consumo de energia elétrica tem crescido sempre e, em certas regiões do País, a capacidade geradora das usinas atingiu quase ao ponto de saturação, não obstante a instalação de novas unidades. As solicitações dos consumidores de energia elétrica não podem ser atendidas pelas emprêsas produtoras. Tôdas as fábricas do País, apesar de haverem instalado novas maquinarias, mantêm-se em pleno regime de trabalho. E' intenso o movimento de transporte de mercadorias através das estradas de ferro, das vias marítimas e das rodovias. Outro seria o aspecto da situação se a produção do País tivesse diminuído: haveria, então, sobra de fatôres de produção. Não havendo disponibilidade de fatôres de produção, não será possível aumentá-la senão por meio de novos fatôres. Mas a consecução dêsses novos fatôres envolve problemas relevantes, cuja solução demanda tempo. Para resolver o problema da mão-de-obra temos de apelar para a imigração e isso exige providências várias de difícil execução.

A política de crédito, que o Banco do Brasil vem executando, visa corrigir muitos desajustamentos, mas não pode eliminar todos os obstáculos existentes. Tem procurado estimular o aumento da produção de bens de consumo e extinguir tôdas as especulações, tem facilitado o financiamento da produção agrícola e principalmente a de gêneros alimentícios; tem desencorajado as operações que redundem em investimentos adiáveis ou em retenção de estoques de mercadorias.

Falta, pois, aos inflacionistas qualquer fundamento para impugnar a atual política de crédito, visto que tem sido visado somente o amparo dos verdadeiros interêsses da economia nacional.

*
* *

Durante o ano de 1947, tanto a Carteira de Redescontos como a Caixa de Mobilização Bancária desempenharam importante papel na solução de vários casos de grande relevância para a economia do País. Também críticas injustas ocorreram em tôrno da ação dêsses órgãos, que funcionam no Banco do Brasil. Referiram os críticos que o volume das operações da Carteira de Redescontos havia passado de 3.115 milhões de cruzeiros, em janeiro, a 871 milhões, em fevereiro, significando essa queda uma drástica deflação de crédito. Clamando contra essa violenta baixa, esqueceram-se, todavia, de lhe esclarecer o motivo, que proveio somente do fato de haver o Govêrno, em virtude da Lei n. 16, de 17 de fevereiro de 1947, procedido à encampação de emissões de papel-moeda de responsabilidade da Carteira de Redescontos, no valor de 2.250 milhões de cruzeiros. Através de lançamentos contábeis foram liquidados redescontos do Banco do Brasil, em igual valor, e o Tesouro creditado no Banco pelos 2.250 milhões de cruzeiros. Não houve, porém, baixa de volume de redescontos dos demais Bancos, que, ao contrário, aumentaram.

O assunto, entretanto, está amplamente esclarecido nos capítulos competentes dêste relatório.

Em 31 de dezembro de 1947, montavam os redescontos a 1.473 milhões de cruzeiros.

*
* *

Sôbre a Caixa de Mobilização Bancária, cujo objetivo, de acôrdo com o Decreto n. 21.499, de 9 de junho de 1932, que a instituiu, é o de promover a mobilização de importâncias aplicadas em operações seguras, mas de demorada liquidação, realizadas pelos bancos de depósitos e descontos, também muitas críticas infundadas apareceram. A mais corrente foi a de que o Banco do Brasil era o maior cliente da Caixa de Mobilização Bancária e absorvia-lhe a quase totalidade dos recursos em operações de seu próprio interêsse. Tal crítica não tem, entretanto, qualquer fundamento, porque o Banco do Brasil nada deve à Caixa de Mobilização Bancária desde 26 de maio de 1947, data em que liquidou o pequeno débito de 59 milhões de cruzeiros, que existia desde junho de 1943.

Os empréstimos feitos a bancos pela Caixa de Mobilização Bancária montavam, em 31 de dezembro de 1947, a Cr$ 1.319.564.000,00. Êsses empréstimos foram custeados com os recursos próprios da Caixa de Mobilização, requisitados ao Tesouro Nacional, no montante de Cr$ 559.549.000,00, e com os recursos fornecidos pelo Banco do Brasil, no valor de Cr$ 760.015.000,00. Destarte, em vez de esgotar os recursos da Caixa de Mobilziação Bancária para operações de proveito próprio, conforme propalavam os críticos, havia o Banco do Brasil, até 31 de dezembro de 1947, lhe fornecido recursos no valor de mais de 760 milhões de cruzeiros.

São expressivos os algarismos referentes aos empréstimos feitos a bancos pela Caixa de Mobilização Bancária, a partir de 1945.

Em 31 de dezembro de 1945, ascendiam os empréstimos a Cr$ 163.823.000,00; em igual data de 1946, a Cr$ 610.200.000,00 e na mesma data, em 1947, a Cr$ 1.319.564.000,00.

Êsses algarismos dispensam quaisquer comentários e revelam a orientação da política de crédito do Govêrno que o Banco do Brasil tem procurado executar com fidelidade e prudência.

Mobilizando o ativo dos bancos congelado em empréstimos a prazo longo — imóveis, hipotecas, etc. — faculta-lhes a Caixa de Mobilização Bancária a possibilidade de atender às retiradas dos depositantes.

*
* *

A Superintendência da Moeda e do Crédito continuou, em 1947, a prestar reais serviços ao País e funcionou reiteradas vêzes como verdadeiro Banco Central, solucionando com presteza e segurança situações muito embaraçosas.

Foram os recursos por ela fornecidos à Carteira de Redescontos que permitiram ao Banco do Brasil deter, prontamente, as graves ocorrências bancárias irrompidas, em São Paulo, em fins de junho de 1947. Com êsses recursos, que montaram a perto de 627 milhões de cruzeiros, pôde a Superintendência da Moeda e do Crédito aumentar a circulação monetária, sem emissão de papel-moeda.

O numerário suprido à Carteira de Redescontos estava guardado em cofres da Superintendência da Moeda e do Crédito e proviera dos "Depósitos Compulsórios" determinados pelo Decreto-lei n. 9.159, que regulou a distribuição de lucros e instituiu o "Impôsto Adicional de Renda".

Das ásperas provas a que tem sido submetida a Superintendência da Moeda e do Crédito evidencia-se ser ela um órgão imprescindível à solução dos nossos atuais problemas bancários. Sua eficiência já foi fartamente comprovada e, assim, com êsse órgão deveremos preparar o caminho para a instalação do Banco Central.

*
* *

Surgiram ultimamente algumas críticas sôbre a má aplicação das nossas divisas, que estariam sendo consumidas em pagamento de bugigangas, com imenso prejuízo para a economia do País.

Também voltaram os inexoráveis inflacionistas a afirmar que o ouro que possuímos constitui lastro de nossa moeda. Convém, pois, repetir agora, o que já foi dito em nosso relatório do exercício de 1945, para avivar a memória dos esquecidos: "Não é verdade que êsse ouro constitua ou possa vir a constituir lastro de nossa moeda.

Lastro é o ouro que serve de base a uma moeda-papel conversível e que por ela possa ser trocado quando o portador assim o desejar. Nossa circulação é de papel-moeda inconversível e ouro que possuímos no exterior promanou dos saldos positivos da nossa balança de contas e pôde ser acumulado pela razão de muito havermos exportado e pouco têrmos podido importar, em consequência do período de guerra. Êsse ouro vai servir para pagar as importações de máquinas, instalações e demais bens de produção necessários ao reaparelhamento industrial da Nação e, ainda, para constituir reservas de câmbio".

Na ânsia de confundir, afirmaram ainda os críticos que o Govêrno estaria obrigado a retirar da circulação um valor de papel-moeda correspondente ao das divisas que tivessem sido utilizadas, vista representarem elas lastro dessa moeda. Essa afirmação é também infundada, porquanto aquilo que o Decreto-lei n. 4.792, de 5 de outubro de 1942, determinou foi que "tanto as emissões oriundas do redesconto como as decorrentes dos empréstimos a bancos, mediante as requisições de que trata o art. 2.º da Lei n. 449, de 14 de junho de 1937, e o art. 4.º do Decreto n. 21.499, de 9 de junho de 1932, seriam garantidas pelas disponibilidades do Govêrno, em ouro e em cambiais, na proporção de 25%. Em virtude de dispositivo expresso do art. 3.º, ficou vedado qualquer outro processo de emissão a não ser pelo que foi indicado no referido Decreto-lei. O art. 4.º dispôs que "o papel-moeda em circulação, não emitido de acôrdo com o art. 2.º, seria gradativamente recolhido, segundo instruções do Govêrno".

E' portanto, pura fantasia a aludida obrigatoriedade de recolher um valor de papel-moeda equivalente ao das divisas consumidas em pagamento de utilidades.

Quanto à aplicação de divisas em bugigangas, ainda claudicaram os impenitentes críticos, visto que, em 1947, as percentagens relativas ao volume das mercadorias importadas foram as seguintes: matérias primas 69%; gêneros alimentícios, incluindo trigo e farinha de trigo, 14,3 por cento; manufaturas, inclusive máquinas, ferramentas e utensílios, 16,6%.

*
* *

Críticos tendenciosos frequentemente asseveram que o Banco do Brasil tem deixado de amparar as atividades rurais para incrementar as aplicações de caráter puramente comercial, procurando ardilosamente justificar tais afirmações com os algarismos colhidos em nossas publicações oficiais. De fato, comparando-se os valores da rubrica "Empréstimos Rurais", do ativo dos nossos balanços, em 31 de dezembro de 1945 e 1947, aparecerá uma diminuição de 1.228 milhões de cruzeiros. Mas essa diferença, por si só, sem outras informações, não constitui elemento seguro para autorizar um perito conscienciosо a concluir que as aplicações agrícolas se reduziram. Preliminarmente, deverá ser conhecida a discriminação do título contábil "Empréstimos Rurais", isto é, a natureza das operações englobadas na mencionada rubrica. Essa rubrica de nossos balanços engloba as operações de vários financiamentos de algodão em pluma, de responsabilidade do Tesouro Nacional, feitos através da nossa Carteira Agrícola e Industrial, os empréstimos pecuários e os agrícolas. Os financiamentos de algodão resultaram da inexequibilidade das exportações durante o período da última guerra, mas, acabada essa, restauraram-se as trocas internacionais e os empréstimos foram paulatinamente se liquidando até ficarem encerrados em 15 de dezembro de 1947. Além da liquidação dêsses financiamentos, concorreram, ainda, para a aludida diferença, as amortizações normais e as importâncias levadas a créditos em liquidação dos empréstimos pecuários.

Não houve assim qualquer redução dos empréstimos agrícolas.

No capítulo competente dêste relatório há explicação minuciosa sôbre o assunto.

*
* *

Outra crítica infundada dos inflacionistas, mas difundida com estardalhaço, concerne ao aumento dos empréstimos no Distrito Federal, os quais, entre 1945 e 1947, apresentaram um crescimento no valor de 1.320 milhões de cruzeiros. Êsse aumento, entretanto, não resultou de aplicações feitas no Distrito Federal em empréstimos de natureza comercial e em detrimento da produção nacional, como assoalharam críticos pressurosos, mas, ao contrário, proveio de operações feitas por nossa Agência Central para atender à economia de vários Estados. Assim, os empréstimos no Distrito Federal abrangem as aplicações feitas através da Caixa de Mobilização Bancária, com recursos fornecidos pelo Banco do Brasil, que beneficiaram bancos sediados fora do Rio de Janeiro e financiamentos da produção de vários Estados, tanto do norte como do sul do País.

*
* *

Porfiam alguns comentadores da presente política econômico-financeira em atribuir o aumento do custo da vida à escassez de produção provocada pela suposta deflação efetuada pelo Banco do Brasil.

Outros, entretanto, consideram a alta dos preços das utilidades uma consequência da inflação, que, a seu ver, não tem sido eficazmente combatida pelo Banco do Brasil. Acentuam êstes que, apesar de terem cessado as emissões, os meios de pagamentos existentes ainda são excessivos em relação ao volume da produção do País.

Ante a diversidade dos comentários, o assunto merece ser apreciado. Inicialmente, compete-nos salientar que a política econômico-financeira executada pelo Banco do Brasil, não é de deflação, mas sim de combate à inflação. A palavra *deflação* costuma ser empregada em várias acepções e no sentido mais radical significa redução dos instrumentos de circulação. O problema da deflação, no sentido radical, consiste em reduzir a moeda em circulação, cujo excesso faculta a criação exagerada de poder de compra através de créditos bancários. Essa deflação visa diminuir a quantidade de moeda em circulação para obrigar os bancos a reduzirem o volume dos empréstimos.

A experiência tem demonstrado que o processo da deflação não é simétrico ao da inflação e por isso não exerce sôbre o nível dos preços um efeito exatamente inverso. Além disso, os fatos têm comprovado que o nível de preços oferece grande resistência à redução do poder de compra do público. Na inflação é fácil e rápida a propagação da alta de preços, mas a baixa, na deflação, é, em geral, lenta e hesitante.

Na execução da política econômico-financeira do Govêrno, o Banco do Brasil não praticou a deflação, porém opôs-se à inflação, executando providências tão acertadas

que lhe permitiram estancar as emissões, ao fim apenas de um ano de esforços.

Durante o segundo semestre do ano de 1947 houve uma forte pressão de alta de preços de produtos alimentícios, provinda do exterior. Foi um reflexo da grande elevação dos preços dêsses produtos nos mercados dos Estados Unidos. Também internamente houve alguns fatôres que influíram no mesmo sentido.

Agora, entretanto, quando os preços dos alimentos baixaram nos mercados norte-americanos, é lícito vislumbrar indícios favoráveis e tendência para melhoria.

*
* *

Caracterizou-se o ano de 1947, no campo econômico-financeiro, por fatos que demonstram claramente que a Nação está reagindo e trilhando com firmeza a estrada da recuperação.

Além do estancamento das emissões, permitiu a execução orçamentária que o exercício passado se encerrasse com um *superavit* de 460 milhões de cruzeiros, tanto mais significativo quanto, no exercício de 1946 o *deficit* montou a 2.633 milhões de cruzeiros.

*
* *

Os algarismos e os fatos que revelamos comprovam a restauração da ordem financeira.

Estando o Govêrno firmemente decidido a perseverar na política de rigoroso cerceamento das despesas não essenciais e de aperfeiçoamento da arrecadação, podemos prever dias mais prósperos para a Nação.

2) PRODUÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTES

Neste capítulo temos de nos resumir à análise dos dados existentes.

Em 1946 a produção de gêneros alimentícios aumentou de volume, com exceção dos laticínios e da batata inglêsa que apresentaram sensível declínio.

Na classe das matérias primas, os minerais e produtos animais assinalaram niveis bem elevados, havendo ligeiro decréscimo nos produtos de origem vegetal.

As exportações brasileiras em 1947 elevaram-se a 21.179 milhões de cruzeiros, verificando-se o aumento de 16% sôbre as de 1946:

ANOS	MILHARES DE TONELADAS	MILHÕES DE CRUZEIROS
1943	2.696	8.729
1944	2.671	10.727
1945	2.987	12.198
1946	3.663	18.230
1947	3.781	21.179

Coube ao café, como há muitos anos, a maior parcela no quadro de nossas vendas externas, pois sua contribuição ascendeu a 7.755 milhões de cruzeiros, o que representa 37% do total. Quanto ao valor, acusou a exportação dêsse produto, em relação a 1946, o acréscimo de 1.314 milhões de cruzeiros, isto é, mais 20%.

As remessas de algodão em rama, na soma de 3.076 milhões de cruzeiros, situam-se logo em seguida, com uma participação de 15% para o valor global; cotejando os algarismos de 1947 com os do ano anterior, verifica-se uma alta de 138 milhões de cruzeiros.

Totalizando 1.253 milhões de cruzeiros, os tecidos de algodão apresentam-se em terceiro lugar — 6% do total — e assinalam a acentuada progressão de 78% (mais 550 milhões de cruzeiros) de 1946 para 1947.

Observou-se fraca expansão na quantidde de mercadorias exportadas, subindo apenas em 3%; passaram de 3.663 milhares de toneladas, em 1946, a 3.781 milhares em 1947.

Nas importações notam-se, entretanto, aumentos substanciais, alcançando a 22.789 milhões de cruzeiros o valor referente a 1947, o qual supera o de 1946 em 9.760 milhões (75%). Quantitativamente, o crescimento é de 2.093 milhares de toneladas, correspondente a 41%:

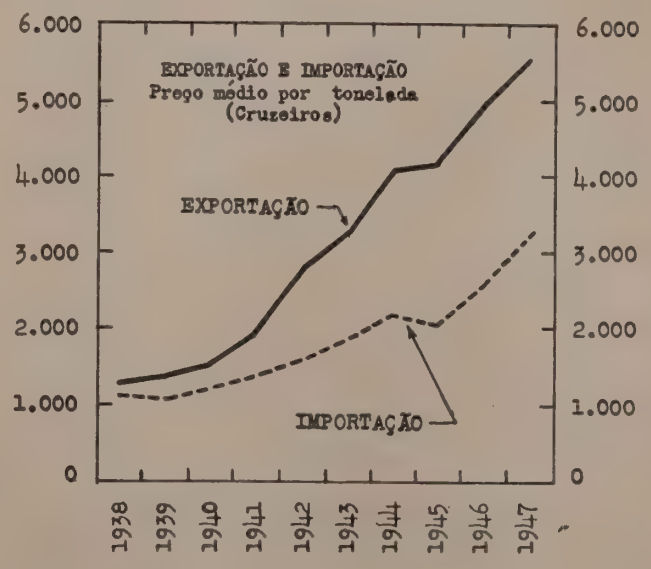
ANOS	MILHARES DE TONELADAS	MILHÕES DE CRUZEIROS
1943	3.303	6.162
1944	3.842	7.997
1945	4.291	8.617
1946	5.061	13.029
1947	7.154	22.789

As manufaturas, concorrendo com a parcela de 13.711 milhões de cruzeiros, absorveram 60% de nossas importações: somaram 4.961 milhões de cruzeiros as matérias primas — 22% do total — e os gêneros alimentícios marcaram 18%, com 4.072 milhões.

Ocupou o trigo em grão destacada parcela entre os artigos importados em 1947: atingiu a ponderável importância de 979 milhões de cruzeiros, contra 406 milhões em 1946, consignando a acentuada ascensão de 141%.

O preço médio da tonelada exportada elevou-se a 5.601 cruzeiros, excedendo o do ano precedente em 624 cruzeiros (mais 13%). Na importação, o custo da tonelada alcançou o acréscimo de 24%, tendo passado de 2.574 a 3.185 cruzeiros.

O gráfico a seguir mostra a evolução dos valores médios do último decênio e indica que sôbre o ano de 1947 recaíram os pontos mais altos nas curvas dos preços de exportação e importação.



Em consequência do grande vulto das importações, a balança comercial mostra-se deficitária em 1947, depois de um longo período de saldos positivos. E' o que demonstra o quadro seguinte, em milhões de cruzeiros:

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1943	8.729	6.162	+ 2.567
1944	10.727	7.997	+ 2.730
1945	12.198	8.617	+ 3.581
1946	18.230	13.029	+ 5.201
1947	21.179	22.789	— 1.610

Êsse desequilíbrio foi um dos fatôres da baixa das nossas reservas em divisas, baixa que determinou as providências expostas nos capítulos referentes às Carteiras de Câmbio e de Exportação e Importação.

No que diz respeito à distribuição geográfica das trocas externas, a América toma lugar de relêvo: em nossas vendas sua quota sobe a 11.565 milhões de cruzeiros — mais de metade das remessas globais — e em nossas compras se expressa pela importância de 17.387 milhões, quantia que, em relação ao total geral, equivale à expressiva percentagem de 76%.

Para a Europa, que se coloca em segundo plano, enviamos mercadorias no montante de 7.778 milhões de cruzeiros (37% do total), atingindo nossas aquisições 5.147 milhões de cruzeiros, correspondendo a 23% do valor global.

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, em milhões de cruzeiros, as demais regiões do Globo tiveram uma participação pouco sensível em nosso comércio externo:

CONTINENTES	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%
América	11.565	55 %	17.387	76 %
Europa	7.778	37 %	5.147	23 %
África	791	4 %	155	1 %
Ásia	928	4 %	99	0
Oceania	117	0	1	0
TOTAL	**21.179**	**100 %**	**22.789**	**100 %**

Registou acentuada baixa no volume e elevação no valor o nosso comércio de cabotagem, no período janeiro a novembro de 1947. A diminuição e o acréscimo consequentes da comparação dos dados de 1946 e 1947, foram, respectivamente, de 245 mil toneladas e de 242 milhões de cruzeiros.

O quadro seguinte consigna as nossas exportações de cabotagem pelas diversas zonas do país:

ZONAS	TONELADAS	MILHARES DE CRUZEIROS
Sul	1.597.856	5.741.382
Nordeste	911.290	2.939.866
Leste	641.014	4.432.684
Norte	127.777	1.009.087
Centro-Oeste	0	3
TOTAL	**3.077.937**	**14.123 022**

Relativamente ao volume físico das importações, coube o primeiro lugar à zona Leste com 1.394.052 toneladas, seguida da zona Sul com 1.171.097, vindo depois a zona Nordeste com 351.971, a zona Norte com 159.434 e, por fim, a zona Centro-Oeste com 1.383 toneladas. Quanto ao valor das mesmas importações, teve a primazia a zona Leste com 4.994.658 milhares de cruzeiros, vindo depois a zona Sul com 4.804.006, a zona Nordeste com 3.081.858, a zona Norte com 1.241.891 e a zona Centro-Oeste com 609 milhares de cruzeiros.

A tonelagem de mercadorias transportadas por via férrea acusou aumento continuado no quinquênio 1941-1945, conforme se verifica no quadro a seguir que retifica o anteriormente publicado:

ANOS	MILHARES DE TONELADAS
1941	34.975
1942	36.558
1943	38.868
1944	41.516
1945	42.552

Nossa aviação comercial apresentou um acentuado desenvolvimento no período 1942-1946:

ANOS	EXTENSÃO DAS LINHAS EM TRÁFEGO (Quilômetros)	TRANSPORTES			
		Passageiros	1.000 QUILOGRAMAS		
			Bagagem	Correspondência	Carga
1942	72.401	122.117	2.085	300	1.071
1943	91.351	171.860	3.044	559	2.954
1944	116.165	244.516	4.033	774	3.471
1935	116.938	289.580	4.624	629	4.782
1946	121.301	541.750	7.976	596	7.173

3) MERCADO CAMBIAL

A política cambial apresentou, no exercício de 1947, duas fases distintas.

A primeira, que vigorou até o começo de junho, caracterizou-se pela liberdade cambial instituída pelo Decreto-lei n. 9.025, de 27 de fevereiro de 1946 e disposições subsequentes.

Tal orientação se enquadrava nas diretrizes de combate à inflação, uma vez que, pela venda de uma parte das divisas acumuladas, aliviava-se a pressão emissionista.

Por outro lado, visando facilitar o reaparelhamento do nosso parque industrial, que durante a guerra se viu privado da renovação da sua maquinaria, autorizou o Sr. Ministro da Fazenda, na qualidade de Presidente da Comissão de Investimentos, a utilização imediata do câmbio assegurado pelos "Certificados de Equipamento", segundo o edital baixado pela nossa Carteira de Câmbio a 18 de janeiro de 1947.

Seguiu-se um período de intensa solicitação de divisas, que, no entanto, não se processou uniformemente em relação a tôdas as moedas, por se não ter verificado a esperada normalização do comércio internacional.

Fatôres imprevisíveis, em vários países da Europa, onde tínhamos saldos elevados, não permitiram, àquele continente, um grau de recuperação industrial capaz de possibilitar a remessa das utilidades de que carecia o Brasil. Assim, em vez da utilização dos fundos imobilizados de que ali dispúnhamos, foi se verificando uma elevação dos mesmos, em virtude da exportação de produtos brasileiros que somente naqueles países encontravam mercados.

Merece especial referência a situação dos nossos saldos em libras na Inglaterra, cuja aplicação, na compra de materiais de transporte e equipamento industrial, fôra estabelecida no Acôrdo negociado pelas autoridades inglêsas e a Missão Brasileira chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores. Tendo, entretanto, o Govêrno Inglês deliberado não permitir o emprêgo dos saldos em esterlinos nos fins previstos, viu-se o Banco do Brasil, seguindo instruções governamentais, compelido a suspender a compra de libras, medida tomada a 27 de fevereiro de 1947 e mantida até fins de maio. A partir dessa época, por acôrdo celebrado com outra Missão, foi convencionado que os esterlinos adquiridos pelo Brasil, em consequência de transações correntes, seriam arbitráveis e disponíveis para pagamentos em países que aderissem ao sistema de "Contas transferíveis" (transferable accounts").

Não podendo, porém, utilizar os esterlinos bloqueados para a compra, na Inglaterra, de materias de que necessitavam, os compradores brasileiros concentraram as suas aquisições nos mercados dos Estados Unidos da América. Daí resultou uma volumosa procura de dólares e uma rápida diminuição das nossas reservas nessa moeda.

Decorridos os três primeiros meses de 1947, já a balança de pagamentos do Brasil com os Estados Unidos acusava "deficit" ponderável.

Diminuições, também ponderáveis, foram registradas nas disponibilidades de outras divisas conversíveis.

Terminado o primeiro semestre de 1947, a nossa balança internacional de pagamentos apresentava um "deficit" de mais de três bilhões de cruzeiros.

Para prevenir o esgotamento de nossas reservas, o Govêrno, através da Instrução n. 25, de 3 de junho de 1947, da Superintendência da Moeda e do Crédito, instituiu o regime de prioridades no fornecimento de divisas para importações e outros fins e tornou obrigatória, para os bancos que operam em câmbio, a venda, ao Banco do Brasil, de 30% das divisas compradas pelos mesmos. Iniciou-se, assim, a segunda fase da nossa política cambial em 1947.

A partir de então, o regime de câmbio livre foi substituído pelo de utilização racional das divisas disponíveis, dentro do critério de maior essencialidade, para a economia nacional, o produto importado.

Adotadas essas medidas, que permitiam atingir os objetivos visados e proporcionar a rápida melhoria da situação cambial, tivemos, em seguida, de enfrentar novas dificuldades, decorrentes da suspensão da conversibilidade da libra (originária de transações correntes) em dólar. Essa resolução, tomada unilateralmente pelo Govêrno Inglês, a 20 de agôsto de 1947, tornou praticamente indisponíveis os saldos em esterlinos, em virtude da reduzida capacidade de fornecimento dos países da área da libra e da impossibilidade de usar essa moeda na cobertura parcial de "deficits" da nossa balança de contas com a área do dólar. Fomos obrigados, então, a tomar novamente medidas restritivas com relação aos negócios em esterlinos, cuja compra o Banco do Brasil passou a fazer de acôrdo com suas possibilidades de aplicação.

Como era de prever, tôdas essas providências determinaram sensível redução no "deficit" de nossa balança de pagamentos no segundo semestre de 1947.

Apesar das dificuldades reinantes, manteve o Brasil em dia o serviço de sua dívida externa.

Foram, também, pontualmente satisfeitas as chamadas para integralização das quotas subscritas pelo Brasil no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

As disponibilidades em moedas estrangeiras existentes, em 31 de dezembro de 1947, em Bancos do exterior e pertencentes ao Tesouro Nacional atingiam, pela sua equivalência em moeda nacional, a Cr$ 6.624.633.098,30.

Cumpre salientar, finalmente, que a carência de dólares e de outras moedas de livre curso é fenômeno de ordem geral decorrente da anormalidade que ainda reina no comércio internacional e do atraso da reconstrução dos parques industriais da Europa. Muitos países se viram obrigados a restringir suas importações. Isso porque, dependendo hoje, fundamentalmente, de créditos externos oriundos das suas exportações e não as podendo dirigir tôdas para os mercados dos Estados Unidos, sofrem falta generalizada de dólares pois só naqueles mercados encontram para comprar a maior quantidade dos bens de que necessitam.

E o Brasil não poderia escapar a essa contingência econômica do momento.

4) MOEDA E CRÉDITO

a) Meio circulante

Pela primeira vez, desde vários anos, podemos assinalar que não houve aumento do meio circulante. Foi o que se verificou de 1946 para 1947.

Êsse auspicioso acontecimento indica que o Govêrno Federal deu o primeiro passo importante para tirar o país da espiral inflacionista em que estava envolvido.

O total das notas em circulação cifrava-se em 20.399 milhões de cruzeiros, em 31 de dezembro de 1947, que,

comparados com os 20.494 milhões existentes no último dia do ano anterior, acusa uma diminuição de 95 milhões de cruzeiros.

O ano de 1947 caracterizou-se, realmente, no seu conjunto, pela estabilidade do meio circulante, uma vez que a diminuta redução verificada no montante do papel-moeda foi compensada pelo aumento do volume das moedas divisionárias — frequentemente reclamadas pelas nossas necessidades comerciais — tal como se vê no quadro a seguir, demonstrativo das emissões e resgates ocorridos em 1947:

DISCRIMINAÇÃO	MILHARES DE CRUZEIROS	
	Emissão	Resgate
CAIXA DE ESTABILIZAÇÃO — Pela substituição de cédulas desta extinta Caixa — Decreto n.º 20.621, de 7 de novembro de 1931	386	386
TESOURO NACIONAL — Encampação autorizada pela Lei n.º 16, de 7 de fevereiro de 1947	2.250.000	
CARTEIRA DE REDESCONTOS — Lei, n.º 449, de 14 de junho de 1937, Decreto-lei, n.º 4.792, de 5 de outubro de 1942, e Decreto-lei, n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945:		
— Para suprimento à Carteira	100.000	
— Por devolução da Carteira		100.000
— Cancelamento decorrente da Lei, n.º 16, de 7 de fevereiro de 1947		2.250.000
MOEDA DIVISIONÁRIA — Posta em circulação mediante recolhimento de quantia correspondente em papel-moeda		95.179
DIVERSOS — Descontos sôbre notas recolhidas		33
TOTAL	**2.350.386**	**2.445.598**
Decréscimo do papel-moeda em circulação	95.212	
	2.445.598	**2.445.598**

As responsabilidades pelas cédulas em circulação distribuíam-se do seguinte modo, em milhões de cruzeiros, no último dia dos anos a seguir:

RESPONSABILIDADE	1946	1947
Tesouro Nacional	17.061	19.216
Carteira de Redescontos	2.869	619
Caixa de Mobilização Bancária	560	560
Caixa de Estabilização	4	4
TOTAL	**20.494**	**20.399**

O decréscimo de 2.250 milhões de cruzeiros na circulação de responsabilidade da Carteira de Redescontos deriva-se da encampação dessa responsabilidade, em igual quantia, pelo Tesouro Nacional, conforme se esclarece no título referente à "Política de Crédito".

b) Meios de pagamento

Os meios de pagamento evoluíram de 46.657 milhões para 50.138 milhões de cruzeiros, no decorrer de 1947, o que traduz um aumento de 3.431 milhões (7,5%).

A mencionada evolução decorre exclusivamente do aumento da "moeda escritural" (total dos depósitos à vista, exclusive os bancários, menos o encaixe em moeda corrente, existentes nos bancos) que passou de 26.163 milhões para 29.739 milhões de cruzeiros (+ 3.576 milhões, correspondentes a 14%).

c) Reservas-ouro

O mercado interno do ouro vem sendo orientado pelas disposições da Instrução n.º 4, de 5 de julho de 1945, da Superintendência da Moeda e do Crédito, que, considerando as reservas já acumuladas suspendeu, temporariamente, a obrigatoriedade da entrega da produção nacional ao Banco do Brasil. As vendas são efetuadas pelas emprêsas, firmas produtoras e outros vendedores autorizados, diretamente aos transformadores e consumidores do produto. O Banco adquire apenas o metal que aflui espontaneamente aos seus "guichets". No decorrer de 1947 comprou 319,289 gramas, no valor de Cr$ 7.003,80.

O preço de aquisição do ouro fino do Rio de Janeiro ajustado ao "gold-point" baseado no câmbio do dólar (Instrução n.º 21, de 18 de outubro de 1946, da Superintendência da Moeda e do Crédito), permaneceu em Cr$ 20,8176 por grama.

O estoque do Tesouro Nacional, em 31 de dezembro de 1947, depositado no Banco do Brasil e no exterior, era de 314.880.925 gramas de ouro fino, no valor de Cr$ 7.096.396.435,50.

d) Política de crédito

A ação saneadora da Superintendência da Moeda e do Crédito prosseguiu no ano de 1947. A contínua diminuição das operações especulativas e a melhor qualidade dos títulos redescontados estão melhorando, paulatinamente, o grau de liquidez dos bancos em geral.

Já em fins de 1946, pela Instrução n.º 23, foram reduzidas para 3% e 2%, respectivamente, sôbre os depósitos à vista e a prazo, as percentagens que os bancos devem manter na Superintendência, na forma do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945. Essa medida representou um fator importante do aumento das disponibilidades bancárias utilizáveis, com reflexos no volume das aplicações, cuja ampliação, em 1947, as estatísticas assinalam.

Os depósitos no Banco do Brasil, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito, apresentaram o seguinte desenvolvimento, em milhões de cruzeiros:

DEPÓSITOS	31/12/1946	31/12/1947	Variação
Bancários (artigo 4.º do Decreto-lei, n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945)	1.600	808	— 792
Compulsórios, a que se refere a letra *c* do artigo 14.º do Decreto-lei, n.º 9.159, de 10 de abril de 1946, que regulou a distribuição de lucros	240	688	+ 448
TOTAL	**1 840**	**1.496**	— **344**

Os empréstimos efetuados pela Carteira de Redescontos elevavam-se, em 31 de dezembro de 1947, a 1.473 milhões de cruzeiros, contra 3.125 milhões no último dia de 1946, denunciando um declínio de 1.652 milhões de cruzeiros. Essa diminuição não concorreu, entretanto, para qualquer restrição na assistência aos bancos, assistência que realmente aumentou. O declínio assinalado foi, apenas, uma resultante da liquidação de redescontos do Banco do Brasil, de acôrdo com a Lei n.º 16, de 7 de fevereiro de 1947. Por essa lei, o Tesouro Nacional encampou 2.250 milhões de cruzeiros das emissões monetárias de responsabilidade da Carteira de Redescontos, com os quais foram liquidados redescontos do Banco do Brasil em igual importância. Foi, então, o Tesouro creditado no Banco pelos 2.250 milhões de cruzeiros empregados nessa liquidação. Dêsse crédito, e ainda de conformidade com a Lei referida, foi aplicada a soma de Cr$ 499.988.827,60 na cobertura do débito do Tesouro na conta de compra de ouro, restando ao mesmo, para êsse fim especial, um saldo credor de Cr$ 1.750.011.172,40 que figurou no nosso balancete de 28 de fevereiro de 1947.

Os encaixes apresentaram uma alta de 435 milhões de cruzeiros (7.304 milhões em 31-12-1946 e 7.739 milhões em 31-12-1947), para a qual também devem ter contribuído as disposições da Instrução n.º 23, já citada. Houve, pois, sem dúvida, maior elasticidade para os negócios bancários, como testemunha a evolução dos empréstimos às atividades econômicas, marcando um acréscimo de 2.312 milhões de cruzeiros.

Pelo elevado mérito que apresentam e pela eminente autoridade de que promanam, transcrevemos, aqui, as palavras do Sr. Presidente da República contidas na Mensagem dirigida ao Congresso Nacional:

"Temos procurado fazer de nosso sistema bancário um instrumento do progresso econômico, assegurando-lhe, dentro da legislação vigente, disciplinadora da matéria, as facilidades que se tornem necessárias. Neste sentido, durante o ano de 1947, nossa política bancária continuou a merecer cuidados especiais, com o objetivo de preservar interêsses de relevância para a Nação.

A Superintendência da Moeda e do Crédito tem sido o órgão controlador das atividades bancárias, competindo-lhe orientar, fiscalizar e inspecionar os estabelecimentos bancários, intervindo nos mesmos quando necessário, com poderes para lhes requerer a falência, promover a liquidação extra-judicial, substituir as respectivas diretorias ou promover quaisquer medidas aconselháveis pela situação. Em suma, é o órgão que interpreta e vitaliza a política bancária.

Seus órgãos auxiliares são a Carteira de Redescontos e a Caixa de Mobilização Bancária, que agem como válvulas de segurança. Valem-se da primeira, os bancos que realizam operações a curto prazo sôbre efeitos comerciais; da segunda, os que realizam operações a longo prazo ou que, por qualquer circunstância, imobilizam ativos primitivamente de curto prazo, ou ainda os que, em épocas de crise, tendo sofrido prejuízos, necessitam de empréstimos e possuem valores ou bens para oferecer em garantia. Tanto a Carteira de Redescontos como a Caixa de Mobilização só operam em casos de emergência, embora seu trabalho saneador venha sendo contínuo e invariável.

Conseguimos através dêsses órgãos controladores reduzir a proporções mínimas, especialmente no correr do segundo semestre de 1947, uma crise bancária que se vinha agravando de longa data, a ponto de alguns dos seus sintomas indicarem a iminência de verdadeira catástrofe, que felizmente foi evitada a tempo.

As operações da Caixa de Mobilização Bancária que, em junho de 1947, atingiram a cêrca de Cr$ 793.006.000,00, elevaram-se, em dezembro, a Cr$ 1.472.197.000,00. De junho a dezembro houve, portanto, um aumento de aplicações correspondente a Cr$ 679.191.000,00. Essas operacões têm, contudo, garantias diversas na importância de Cr$ ..... 2.584.476.991,60."

e) Movimento bancário

Como consequência da sadia política de crédito seletivo e da eliminação paulatina dos empréstimos de pura especulação, uns poucos dos pequenos bancos, daqueles que se haviam afastado da boa técnica e da severidade que devem presidir às operações, deixaram de funcionar.

Por outro lado dois novos estabelecimentos de crédito, com o capital realizado de Cr$ 103.000.000,00 iniciaram operações. Dentre os bancos já existentes, 34 procederam à elevação de seu capital, num total de Cr$ 498.436.466,70.

Estabeleceram-se, ainda no mesmo exercício, cinco sociedades de financiamento e investimentos, com o capital de Cr$ 30.000.000,00.

Ascendeu, portanto, durante o ano de 1947, ao total de Cr$ 631.436.466,70, o volume dos novos capitais invertidos em emprêsas de crédito.

Havia, em 31 de dezembro, 2.961 estabelecimentos de crédito em funcionamento, assim especificados:

SEDES:	Bancos	230	
	Casas bancárias	212	442
FILIAIS:	Bancos nacionais	1.747	
	Bancos estrangeiros	38	
	Casas bancárias	23	
	Escritórios bancários	392	2 200
	Cooperativas		319
	TOTAL		**2.961**

O orientação, já antes ressaltada, de combate ao crédito especulativo, mediante maior seleção dos títulos redescontáveis e dos empréstimos, em geral, vem restaurando a confiança pública e dando bons resultados. Assim é que, sem se ter verificado qualquer elevação do meio circulante, houve aumento dos depósitos, dos empréstimos e dos encaixes bancários, em 1947, indicando que caminhamos para a normalidade.

E' o que demonstram as estatísticas do nosso movimento bancário: Os empréstimos, com exclusão dos efetuados pelo Banco do Brasil a entidades públicas, evoluíram, de 40.212 milhões para 42.524 milhões de cruzeiros, apresentando um acréscimo de 2.312 milhões (5,7%). Os depósitos, excluídos os de entidades públicas e os de bancos no Banco do Brasil, passaram de 39.919 milhões para 41.847 milhões de cruzeiros, acusando um aumento de 1.928 milhões (4,8%).

f) Mercado de valores mobiliários

As transações mobiliárias retraíram-se consideravelmente, no decorrer de 1947. Foram negociados títulos no valor de 1.625 milhões de cruzeiros contra 2.003 milhões no ano anterior, o que traduz uma queda correspondente a 378 milhões (19%).

O fenômeno verificou-se em tôdas as bôlsas do país, em maior ou menor escala, conforme demonstra o quadro a seguir, em milhões de cruzeiros:

BÔLSAS	1946	1947	Variação	Percentagem
Rio de Janeiro	1.069	818	— 251	24 %
São Paulo	843	759	— 84	10 %
Pôrto Alegre	59	27	— 32	54 %
Recife	16	15	— 1	6 %
Santos	16	6	— 10	63 %
TOTAL	**2.003**	**1.625**	**— 378**	**19 %**

Eis as variações específicas, em milhões de cruzeiros:

TÍTULOS	1946	1947	Variação	Percentagem
PÚBLICOS	1.501	948	— 553	37 %
Federais	1.087	586	— 501	46 %
Estaduais	341	312	— 29	9 %
Municipais	73	50	— 23	32 %
PRIVADOS	502	677	+ 175	35 %
TODOS OS TÍTULOS	**2.003**	**1.625**	**— 378**	**19 %**

5) FINANÇAS PÚBLICAS

A Lei de Meios para 1948, baixada em 2 de dezembro de 1947, estimou a Receita em Cr$ 14.597.320.000,00 e a Despesa em Cr$ 14.596.041.044,00, registrando um "superavit" de Cr$ 1.278.956,00, testemunho do empenho do Govêrno em manter equilibrado o orçamento, no intuito de consolidar a posição alcançada no exercício de 1947. A primeira circular do ano em curso, expedida pela Secretaria da Presidência da República, com data de sete de janeiro, aos Ministros de Estado e dirigentes de órgãos que lhe estão subordinados, ratificou determinações anteriores e aduziu outras, no sentido de realizar uma política de economias e de evitar pedidos de créditos adicionais.

A orientação financeiro-econômica delineada (combate à inflação, equilíbrio orçamentário, reforma tributária e expansão econômica), a que nos reportamos no Relatório anterior, vem sendo executada, apesar das dificuldades internas e externas que se lhe vêm opondo.

Conquanto represente um programa de grande envergadura e de execução a prazo mais ou menos dilatado, bons resultados já se tornaram visíveis no ano de 1947. Como mostramos no capítulo competente, a inflação monetária foi detida, satisfazendo o primeiro item programado: "combate à inflação".

No que se refere ao segundo, o balanço da União, encerrado em 31 de dezembro último, acusa o "superavit" de 460 milhões de cruzeiros, resultante de uma arrecadação efetiva de 13.853 milhões e uma despesa, também efetiva, de 13.393 milhões de cruzeiros.

Êsse resultado é tanto mais significativo quanto mais levarmos em conta que a Lei de Meios para 1947 previra um "superavit" de Cr$ 13.526.277,00, logo transformado num "deficit" de 594 milhões de cruzeiros pela Lei n.º 13, de 2 de janeiro de 1947, discriminativo da Verba 4 — Obras e Equipamentos de Imóveis — que majorou a despesa em Cr$ 609.562.491,00.

Na obtenção do "superavit" verificado, contribuíram, de um lado, a severa política fiscal, no sentido de evitar evasão de rendas federais, dando uma arrecadação superior à prevista em 1.850 milhões de cruzeiros e, de outro lado, a rigorosa restrição nas despesas, permitindo uma economia de 1.229 milhões de cruzeiros, em relação à previsão orçamentária.

Constata-se íntima relação de dependência entre os dois primeiros itens da política financeira do Govêrno. Efetivamente, sem o equilíbrio orçamentário tornar-se-ia difícil combater eficientemente a inflação monetária. Com "deficits" permanentes no orçamento, a cobertura dos mesmos só poderia ter duas soluções: 1) novas emissões de papel-moeda, que fariam inoperante o combate à inflação e 2) lançamento de apólices, que poderiam desvalorizar os títulos governamentais.

O primeiro passo para o cumprimento do item "reforma tributária" foi dado pela Lei n.º 154, de 25 de novembro de 1947, que alterou dispositivos da legislação do Impôsto de Renda, regulamentada pelo Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947. Há a assinalar o aumento de 8% para 10% do impôsto proporcional da cédula "B"; a criação da nova cédula "H" para os rendimentos não classificáveis em outras, com o impôsto proporcional de 5%; a abolição do Impôsto Adicional de Rendas, criado pelo Decreto-lei n.º 9.154, de 10 de abril de 1946, em substituição ao Impôsto sôbre Lucros Extraordinários; a majoração das bases para os descontos referentes a encargos de família — visando beneficiar as classes menos favorecidas — que passaram de 8.000 para 12.000 e de 4.000 para 6.000 cruzeiros, respectivamente para o cônjuge e cada filho dependente. As tabelas do impôsto progressivo foram majoradas tão somente no sentido de compensar a abolição do Impôsto Adicional de Rendas. A nova legislação representa uma reforma moderada. A prova está na arrecadação de 3.932 milhões de cruzeiros, prevista para o exercício de 1948 (primeiro ano de sua execução), que pouco difere da arrecadação efetuada do Impôsto de Renda para 1947, no total de Cr$ 3.901.807.972,90.

A "expansão econômica", último dos itens do programa, é, pela sua natureza, de execução mais remota. As primeiras providências já estão em via de execução: o aproveitamento das quedas dágua do rio São Francisco, o amplo funcionamento da siderurgia pesada, o reaparelhamento dos meios de transporte, o aumento e a racionalização da produção agrícola, a cargo do Ministério da Agricultura, e a atração dos capitais externos para o aproveitamento das nossas reservas petrolíferas, cuja legislação já foi pedida ao Congresso em mensagem do Presidente da República.

Em 31 de dezembro de 1947 a dívida interna da União atingia a 10.063 milhões de cruzeiros, tendo apresentado um acréscimo de 93 milhões de cruzeiros em relação ao ano anterior.

A dívida externa federal era representada por £ 72.660.033 e U$S 106.645.105, registando-se uma diminuição de £ 1.444.012 e U$S 5.087.740 em relação à mesma data de 1946. A dívida externa com a França — 272.908.462 francos-papel e 229.185.500 francos-ouro — foi objeto de um "Acôrdo de Liquidação" entre os dois países.

No última dia de 1947 a dívida externa de todo o país (União, Estados e Municípios) atingia a £ 98.823.637, U$S 198.269.605 e Florins 6.428.100.

II — AS ATIVIDADES DO BANCO NO ANO DE 1947

1) CARTEIRA DE CÂMBIO

Cumprindo a sua finalidade de órgão executor da política cambial traçada pelo Govêrno, nos têrmos do contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil, continuou a Carteira a executar os serviços de câmbio, os da Fiscalização Bancária e os da Agência Especial de Defesa Econômica.

No tocante aos serviços de câmbio, é de acentuar-se o intenso movimento das operações conduzidas pela nossa Direção Geral e pelas agências que manipulam transações com o exterior, mantendo ligações com cêrca de 300 correspondentes, localizados em países de todos os continentes.

No ano de 1947, foi considerável o movimento de ordens de pagamento processadas com o exterior, por intermédio do Banco, elevando-se, na Direção Geral, a 11.596 o número das recebidas e a 41.752 o das expedidas.

Os títulos em cobrança remetidos do exterior elevaram-se, na sede, a 174.498, no valor de Cr$ ..... 1.190.313.000,00.

Por intermédio da Carteira foram abertos 3.766 créditos de importação e 10.154 de exportação.

No exercício encerrado, continuou a processar-se normalmente, à medida em que se apresentavam os interessados, a liquidação da posição de câmbio dos Bancos Alemão Transatlântico, Germânico da América do Sul e Francês e Italiano para a América do Sul, encargo confiado à Carteira de Câmbio pelo Decreto-lei n.º 6.393, de 31 de março de 1944.

O serviço de emissão e resgate de Letras do Tesouro Nacional, criadas pelo Decreto-lei n.º 9.524, de 26 de julho de 1946 e relativas à retenção temporária de 20% dos valores da exportação, prosseguiu em 1947. Em 31 de dezembro somavam: as emitidas Cr$ 4.447.178.000,00; as resgatadas Cr$ 3.162.002.000,00, e o saldo em circulação Cr$ 1.285.176.000,00.

Em 31 de dezembro de 1947 era a seguinte a situação dos principais encargos da Agência Especial de Defesa Econômica:

Das 188 firmas que sofreram intervenção, oriunda de decretos do Govêrno, achavam-se ainda 2 sob o regime de fiscalização, 4 sob o de administração e 43 sob o de liquidação.

Dos processos relativos a súditos do "eixo" decorrentes do Decreto-lei n.º 4.166, em número de 46.969, foram solucionados 45.712 e achavam-se em estudo 1.257.

De bens declarados, em obediência ao artigo 4.º do Decreto-lei n.º 4.166, examinou a Agência Especial de Defesa Econômica, desde o início, mais de 125.000 declarações, estando devidamente registadas 119.250 declarações positivas, ou sejam, as referentes a dinheiro, depósitos bancários, imóveis, títulos e outros bens. As demais não foram classificadas porque os seus subscritores declararam nada possuir.

Tem sido preocupação constante do Banco, como Agente Especial do Govêrno Federal, levar a bom têrmo, no menor prazo possível, a missão que lhe foi confiada.

Vale salientar, todavia, que a manutenção da Agência Especial decorre, principalmente, da vigência do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, que retém inalienáveis os bens e direitos dos súditos alemães, japonêses e italianos (dêstes somente os domiciliados no exterior). Para que se chegue ao resultado previsto no aludido diploma legal, torna-se imprescindível manter o contrôle estabelecido, até ulterior deliberação dos poderes competentes.

2) CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

a) Recursos e Aplicações

O problema dos recursos destinados às aplicações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial permanece na mesma situação descrita no nosso Relatório do ano passado.

O quadro adiante demonstra a anomalia de nossa posição contábil, onde as aplicações dependem, em maior parte, de um redesconto de natureza antitécnica e de apoios diretos, também antitécnicos, à caixa geral do Banco do Brasil.

E' óbvio, em matéria bancária, que um banco captador de recursos representados por depósitos à vista e a curto prazo não pode, sem sérios inconvenientes, emprestar dinheiro a prazo médio e longo.

Não é possível fazer-se crédito agrário e industrial, no volume e na extensão solicitados, com frequência, por associações de classe e órgãos interessados, sem prover com recursos suficientes, e a juro baixo, a Carteira distribuidora do crédito.

O fulcro do nosso crédito agro-pecuário está no fornecimento de recursos, para as aplicações, a custo capaz de permitir empréstimos a juros suportáveis pela lavoura e pela pecuária.

A questão da taxa de juros, assim, envolve sérias dificuldades. Não se deve esquecer que elas são funções do equilíbrio do mercado financeiro. Pensar em obter recursos, voluntariamente cedidos, a taxas baixas quando o equilíbrio se expressa em taxas superiores, seria uma ilusão. Só através da cessão compulsória poder-se-ia obtê-los.

Enquanto dependermos do redesconto de nova espécie e dos saques contra a Caixa Geral do Banco, não é possível realizar a proeza de dar crédito amplo à lavoura a juro de 6%, de 5%, ou mesmo de 4%, como se solicita amiúde. Onde buscar a solução de captar dinheiro, a prazo médio e longo, a 5%, 5 1/2% e 6%, que são os limites das possibilidades atuais para emprestá-lo a 5% ou até a 4% como muitos pedem?

Como seria coberto o prejuízo?

Os recursos provenientes dos bônus agrícolas, que devem ser subscritos pelos institutos de previdência, como aplicação de parte de sua receita, não deram o resultado esperado. Limitam-se, até agora, à cifra insignificante de

pouco mais de Cr$ 70.000.000,00, além de Cr$ ..... 299.000.000,00 (números redondos) de depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daqueles títulos. Êsses algarismos são mais ou menos os mesmos do exercício precedente. Como no ano anterior, o problema continua pendendo de decisão do Conselho Técnico do Departamento Nacional da Previdência Social. Até agora, porém, não foi resolvido. Tem sido, portanto, muito deficiente a fonte de recursos, criada por lei em boas condições técnicas.

da Carteira, mostra-se menor, por motivo do correspondente aumento, adiante evidenciado, nos financiamentos agrícolas.

As aplicações da Carteira (exclusive os créditos em liquidação) representavam, a 31 de dezembro de 1947, o total de Cr$ 4.379.185.755,20. O quadro a seguir discrimi-

RECURSOS E APLICAÇÕES

Balanço em 31 de Dezembro de 1947

RECURSOS	Cr$	APLICAÇÕES	Cr$
Recursos Próprios da Carteira (Decreto-lei n.º 3.077, de 26/2/41)		Empréstimos Rurais	3.683.759.584,80
Depósitos judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias	977.961.152,10	Empréstimos Indústriais	695.426.170,40
Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais	36.766.633,40		4.379.185.755,20
Depósitos de emprêsas concessionárias de serviços públicos	103.436.613,70	Créditos em Liquidação	249.306.752,20
Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Institutos)	299.164.585,00		
	1.417.328.964,20		
Bônus em circulação	75.863.000,00		
	1.493.191.964,20		
Recursos de Outras Origens:			
Da Carteira de Redescontos	553.754.245,90		
Das disponibilidades gerais do Banco	2.581.546.297,30		
	3.135.300.543,20		
Todos os Recursos	**4.628.492.507,40**	Tôdas as Aplicações	**4.628.492.507,40**

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias", que, conforme seu próprio nome indica, não são realizados em espécie.

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 31/12/47, sendo que os créditos, abertos em igual data, se compunham das seguintes parcelas:

Empréstimos Rurais	4.140.226.388,90
Idem Industriais	793.732.389,70
TOTAL	**4.933.958.778,60**

Dos dados existentes no quadro anterior, em comparação com os do Relatório do ano passado (pg. 68), deduz-se ter havido uma diminuição acentuada nas aplicações globais da Carteira:

Total em 31/12/1946	Cr$	5.015.041.015,70
Total em 31/12/1947	Cr$	4.628.492.507,40
Diferença	Cr$	386.548.508,30

Essa diferença corre, principalmente, à conta de amortizações ou liquidações de empréstimos pecuários que não puderam ser renovados em virtude da proibição da Lei de moratória n.º 8, de 19 de dezembro de 1946.

Na realidade, o total dessa queda nas operações de pecuária foi superior aos algarismos da diferença acima indicada, a qual, entretanto, no valor global das aplicações

na as operações em ser, os saldos devedores e as respectivas garantias:

ATIVIDADE	Operações em ser		Saldos devedores	Garantia
	Número	Cr$ 1.000	Cr$ 1.000	Cr$ 1.000
Acrícola	6.466	860.084	509.494	2.195.01
Agro-Industrial	328	597.839	403.943	1.434.31
Pecuária	26.310	2.672.264	2.760.493	6.736.85
Agro-Pecuária	201	10.039	9.830	54.95
Industrial	332	793.733	695.426	1.559.45
TOTAL	**33.637**	**4.933.959**	**4.379.186**	**11.970.60**

CRÉDITOS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

NÚMERO E VALOR EM MILHARES DE CRUZEIROS

UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES	AGRÍCOLAS		PECUÁRIOS		AGRO-PECUÁRIOS		INDUSTRIAIS		AGRO-INDUSTRIAIS		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
iaporé	1	220	—	—	—	—	—	—	—	—	1	220
re	4	1.100	7	2 690	—	—	—	—	—	—	11	3.790
nazonas	13	378	10	465	—	—	3	790	1	75	27	1.708
o Branco	11	308	23	2.274	—	—	—	—	—	—	34	2.582
rá	12	203	62	6.659	—	—	—	—	9	518	83	7.380
napá	—	—	3	320	—	—	1	226	—	—	4	546
NORTE	**41**	**2.209**	**105**	**12.408**	—	—	**4**	**1.016**	**10**	**593**	**160**	**16.226**
aranhão	89	16.020	27	597	—	—	20	6.955	—	—	136	23.572
auí	96	9.808	293	13.027	6	177	5	865	8	761	408	24.638
ará	89	1.809	1.360	43.746	13	452	8	5.828	28	1.185	1.498	53.020
o G. do Norte	62	1.854	1.475	79.692	73	3.052	24	14.231	13	2.161	1.647	100.990
raíba	213	10.388	2.003	144.291	57	3.535	8	4.082	23	1.074	2.304	163.370
rnambuco	77	16.473	1.852	169.180	5	314	7	7.131	108	354.702	2.049	547.800
agôas	3	250	656	57.594	—	—	8	6.640	13	14.226	680	78.710
NORDESTE	**629**	**56.602**	**7.666**	**508.127**	**154**	**7.530**	**80**	**45.732**	**193**	**374.109**	**8.722**	**992.100**
rgipe	13	460	821	51.588	2	74	4	2.480	27	6.773	867	61.375
hia	263	34.679	3.083	210.394	21	641	5	3.090	7	15.039	3.379	263.843
inas Gerais	328	22.909	6.083	818.780	3	196	25	67.481	11	4.067	6.450	913.433
pírito Santo	255	15.622	387	22.391	2	28	5	2.083	18	1.708	667	41.832
o de Janeiro	221	17.062	1.077	73.626	3	234	19	20.838	21	56.465	1.341	168.225
strito Federal	93	1.230	31	6.602	1	573	40	167.743	5	2.898	170	179.046
LESTE	**1.173**	**91.962**	**11.482**	**1.183.381**	**32**	**1.746**	**98**	**263.715**	**89**	**86.950**	**12.874**	**1.627.754**
o Paulo	3.019	420.563	2.563	368.750	8	56	83	383.726	30	57.397	5.702	1.230.492
raná	208	34.869	266	25.320	2	520	32	30.717	3	10.056	511	101.482
nta Catarina	117	1.356	92	4.836	—	—	6	4.781	—	—	215	10.973
o G. do Sul	1.222	249.090	1.405	175.243	9	173	28	63.546	2	68.496	2.666	556.548
SUL	**4.566**	**705.878**	**4.330**	**574.149**	**14**	**749**	**149**	**482.770**	**35**	**135.949**	**9.094**	**1.899.495**
ato Grosso	49	845	1.394	182.371	—	—	—	—	1	238	1.444	183.454
iás	8	2.588	1.333	211.828	1	14	1	500	—	—	1.343	214.930
CENTRO-OESTE	**57**	**3.433**	**2.727**	**394.199**	**1**	**14**	**1**	**500**	**1**	**238**	**2.787**	**398.384**
BRASIL	**6.466**	**860.084**	**26.310**	**2.672.264**	**201**	**10.039**	**332**	**793.733**	**328**	**597.839**	**33.637**	**4.933.959**

E' necessário ressaltar que, na nomenclatura usual da rteira, classificam-se como agro-industriais operações de steio da entre-safra de cana de açúcar. São assim deno-nadas porque destinam-se a obter matéria prima para a lústria açucareira; mas nem por isso deixam de ser ope-ções agrícolas. Somadas as duas verbas (agro-industrial agrícola), temos para a conta do crédito agrícola propria-mente dito o total de Cr$ 913.437.072,80 (saldos devedo-res em 31-12-1947). Além disso, o quadro a seguir es-clarece que os empréstimos agrícolas (inclusive os agro-industriais) foram os únicos cujos totais subiram de 31-12-1946 para 31-12-1947, apresentando um acréscimo de Cr$ 140.693.389,20, enquanto os industriais caíram, correspondendo a um decréscimo de Cr$ 44.347.420,10:

COMPARAÇÃO ENTRE AS APLICAÇÕES DA CARTEIRA EM 31-12-46 E 31-12-47

EM CRUZEIROS

ATIVIDADE	SALDOS DEVEDORES		VARIAÇÃO
	EM 31-12-46	EM 31-12-47	
rícola	432.277.526,80	509.493.888,30	+ 77.216.361,50
ro-Industrial	340.466.156,80	403.943.184,50	+ 63.477.027,70
cuária	3.355.560.962,80	2.760.492.515,20	— 595.068.447,60
ro-Pecuária	10.190.117,60	9.829.996,80	— 360.120,80
lustrial	739.773.590,50	695.426.170,40	— 44.347.420,10
TOTAL	4.878.268.354,50	4.379.185.755,20	— 499.082.599,30

OBSERVAÇÕES :— Vê-se que foi nos "Empréstimos Pecuários" que se acentuou a baixa das aplicações. Note-se, porém, que nem todo o réscimo aí verificado traduz liquidações, uma vez que cêrca de Cr$ 200.000.000,00 foram transferidos dessa rubrica para "Créditos Liquidação", durante o ano.

Os empréstimos pecuários desceram a Cr$ ..... 2.760.492.515,20. Três fatôres contribuíram principalmente para êsse decréscimo: *a*) a vultosa quantia de cêrca de Cr$ 200.000.000,00 que transferimos para "Créditos em Liquidação"; *b*) a grande massa de créditos imobilizados pelas sucessivas moratórias; *c*) a cautela imposta pela presente situação do mercado de gado.

Não obstante os entraves decorrentes da própria Lei n.º 8 (moratória), ainda nos foi possível atender a novas operações, num total de Cr$ 88.250.703,40.

De agora em diante, com o advento da Lei n.º 209, que disciplina melhor a concessão da moratória, poderemos operar com maior largueza para atender às necessidades dos verdadeiros criadores, recriadores e invernistas.

Contrariamente à afirmação de que favorecemos mais a indústria do que a agricultura, não só os totais comparados nas cifras do quadro anterior mostram não ser justificada a afirmativa, como, ainda, é indispensável considerar o número de operações numa e noutra modalidade. E quanto para a concessão do crédito agrícola tínhamos, e vigor, em 31 de dezembro de 1947, 6.794 contratos, pa o crédito industrial havia, apenas, 332 contratos. Na p meira modalidade atendemos a um número muito maior clientes, vinte vêzes à quantidade dos que se beneficiara do crédito industrial. Além disso, ocorre ponderar que, p sua própria natureza, o empréstimo industrial é, indiv dualmente, de valor bem superior, visto serem mais di pendiosas as instalações fabris do que as rurais.

Quanto à distribuição dos créditos, entre pequen médios e grandes produtores, os quadros a seguir dispe sam maiores comentários, por expressivos que são, rev lando a forma equitativa observada no deferimento dos e préstimos da Carteira:

FINANCIAMENTOS RURAIS

a) Múmero

PRODUTORES	1938/942	1943	1944	1945	1946	1947	Total
— PEQUENOS —							
De Cr$ 250,00 / 5.000,00	4.329	1.047	935	1.049	686	315	8.3
5.001,00 / 10.000,00	5.480	1.832	2.472	2.717	1.776	618	14.8
10.001,00 / 20.000,00	7.605	2.583	3.110	3.819	2.768	900	20.7
20.001,00 / 30.000,00	4.613	1.784	2.760	3.153	1.930	458	14.6
	22.027	**7.246**	**9.277**	**10.738**	**7.160**	**2.291**	**58.7**
— MÉDIOS —							
De Cr$ 30.001,00 / 50.000,00	5.287	2.019	3.364	4.009	2.544	649	17.8
50.001,00 / 100.000,00	5.848	2.467	4.406	5.518	3.215	943	22.3
	11.135	**4.486**	**7.770**	**9.527**	**5.759**	**1.592**	**40.2**
— GRANDES —							
De Cr$ 100.001,00 / 500.000,00	5.210	2.648	5.590	7.490	4.103	1.618	26.6
Superiores a Cr$ 500,000,00	583	416	1.115	1.859	456	346	4.7
	5.793	**3.064**	**6.705**	**9.349**	**4.559**	**1.964**	**31.4**
— TODOS OS PRODUTORES —	**38.955**	**14.796**	**23.752**	**29.614**	**17.478**	**5.847**	**130.4**

b) Percentagem

— PEQUENOS —							
De Cr$ 250,00 / 5.000,00	11	7	4	4	4	5	
5.001,00 / 10.000,00	13	12	10	9	10	11	
10.001,00 / 20.000,00	19	17	13	13	16	15	
20.001,00 / 30.000,00	12	12	12	11	11	8	
	55	**48**	**39**	**37**	**41**	**39**	
— MÉDIOS —							
De Cr$ 30.001,00 / 50.000,00	14	14	14	14	15	11	
50.001,00 / 100.000,00	16	17	19	18	18	16	
	30	**31**	**33**	**32**	**33**	**27**	
— GRANDES —							
De Cr$ 100.001,00 / 500.000,00	13	18	23	25	23	28	
Superiores a Cr$ 500.000,00	2	3	5	6	3	6	
	15	**21**	**28**	**31**	**26**	**34**	
— TODOS OS PRODUTORES —	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**10**

b) Crédito Agrícola

ALGODÃO

Tendo terminado o financiamento especial de algodão pluma, feito pelo Banco do Brasil, por ordem e conta Tesouro Nacional, não existe mais nenhum saldo em or da Carteira, pois êsses saldos foram todos transferi- ao Govêrno, com a respectiva garantia. O quadro a uir historia tais financiamentos:

SAFRAS	Créditos concedidos	Debitado à Conta "Liquidação" do Tesouro Nacional		Liquidações normais	
	Cr$ 1.000	1.000 Arrobas	Cr$ 1.000	1.000 Arrobas	Cr$ 1.000
1/1942 — Decreto 4.217 (Encerrada)	297.167	935	50.760	4.573	246.407
2/1943 — Decreto 5.360 (Encerrada)	292.055	95	6.530	3.865	282.623
3/1944 — Decreto 6.397 (Encerrada)	1.497.023	9.637	854.535	7.412	633.950
4/1945 — Decreto 6.938 (Encerrada)	1.142.752	8.380	721.189	4.604	408.044
5/1946 — Decreto 8.999 (Encerrada)	41.976	19	1.513	471	40.463
Tôdas as safras	**3.270.973**	**19.066**	**1.634.527**	**20.925**	**1.611.487**

À vista dos altos valores obtidos pelo algodão no rcado interno, desde o fim de 1946, cessaram os motivos política de defesa do preço que vinha sendo mantida Govêrno, desde a safra de 1941-1942, tendo sido sus- so tal financiamento especial a partir de fevereiro 1947.

Quanto ao financiamento agrícola normal, isto é, para teio da entre-safra, começam os lavradores a solicitar or liberalidade, sob a alegação de que reina certo desâ- o entre êles.

Os adiantamentos feitos atualmente pela Carteira são eados em 60% da produção provável, não podendo ul- passar Cr$ 700,00 por hectare, ou sejam Cr$ 1.694,00 alqueire, tomando-se como base os preços correntes, região, para a arroba de 15 quilos de algodão em ca- o. Se a colheita prevista fôr superior à que correspon- aos máximos estabelecidos, poderá o financiamento ser escido do custo real da colheita, transporte e preparo da ntidade a ser colhida a mais, observado o limite de 60 cento do seu valor.

O adiantamento máximo ora permitido, equivale a a produção de 30 arrobas, em caroço, por hectare, ao ço unitário de Cr$ 38,80. Ainda não temos dados con- os sôbre a última colheita, mas as informações obtidas, rentes à safra de 1945-1946, acusam a média geral de dução de 25,15 arrobas em caroço por hectare. Parece- perfeitamente razoável e prudente, portanto, o critério tado.

Quais os motivos verdadeiros das quebras de produ- , assinaladas pelos plantadores? Tudo faz crer que as ões são mais profundas, não se devendo procurá-las nas essárias limitações de crédito. Antes de iniciar-se a safra 6-1947, os bancos e os órgãos técnicos do Govêrno co- aram a receber avisos, de tôdas as regiões algodoei- de São Paulo, de que para essas quebras verificadas na safra anterior — que começaram a ser notadas desde a safra 1944-1945 — concorreram preponderantemente, além de fatôres climatéricos adversos, a má qualidade das sementes, as pragas, as deficiências técnicas e a impropriedade das terras.

O Govêrno está atento a todos êsses fatôres, para auxiliar a lavoura a removê-los, em tudo quanto couber na ação oficial.

AÇÚCAR

Tem-se notado, ultimamente, certo desassossêgo entre os usineiros de açúcar, que alegam dificuldades de exportação.

A produção atingiu alto nível e procura escoamento. Enquanto êste se não verificar, aumenta o apêlo ao crédito.

A Carteira continua realizando, normalmente, os empréstimos para custeio de entre-safra e, em alguns casos, para melhoramento das usinas no sentido de diminuir o custo da produção. Tem-se abstido, entretanto, de concorrer, pela concessão indiscriminada do crédito, para o aumento da produção, dadas as circunstâncias atuais que desaconselham o agravamento da pressão da oferta no mercado de açúcar.

Em 16 de maio de 1947, isto é, antes da modificação do artigo 5.º da Lei n.º 8, considerando que já se retardava demasiadamente o financiamento da lavoura canavieira do Nordeste, propôs a Carteira, e a Diretoria resolveu, *ad referendum*, do Sr. Ministro da Fazenda, fazer iniciar aquela operação, que atinge, cada ano, a cêrca de 200 milhões de cruzeiros, e que neste exercício subiu a 320 milhões. Na mesma ocasião, foram deferidos vários empréstimos dêsse gênero, no total aproximado de 90 milhões de cruzeiros, a usinas do Sul, localizadas especialmente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, empréstimos que aliviaram muito as finanças daquelas organizações.

Foi, assim, devidamente amparada a produção açucareira, sendo de notar que êste ano, atendendo a instantes solicitações de algumas usinas, concedeu a Carteira financiamentos para canaviais novos, a dois anos de prazo, sempre que a situação financeira da interessada reclamava, realmente, êsse auxílio excepcional.

CAFE'

O aparecimento da broca do café nas lavouras de vários Estados cafeeiros, notadamente em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, tem provocado diversas me-

didas de cautela, por intermédio do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura daqueles Estados.

A Carteira Agrícola expediu instruções, às Agências do Banco do Brasil, nas regiões atacadas, para que se não interrompa o financiamento da entre-safra, adotadas, naturalmente, as medidas de prevenção e de prudência.

CONTRATOS COM O DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFE'

Na forma das condições ajustadas entre o Banco e o Departamento Nacional do Café (Decretos-leis ns. 3.049, 3.934, 5.147, 6.190 e 7.570) recomendou-se às nossas Agências a adoção de providências que facilitam, em linhas liberais, a liquidação dos financiamentos especiais ainda pendentes.

ENTRE-SAFRA DE CEREAIS

Os financiamentos se processam normalmente.

As bases são as seguintes, para os principais produtos:

Arroz — Com irrigação, especialmente no Rio Grande do Sul: 60% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento, entretanto, na base máxima de Cr$ 1.551,70 por hectare (correspondente a Cr$ 2.700,00 por quadra). Sem irrigação: 40% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 25 sacos, de arroz em casca, por hectare.

Feijão — 50% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 20 sacos por hectare.

Milho — 60% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 27 sacos por hectare.

Trigo — 40% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 500 quilos por hectare.

Amendoim — 40% do valor da produção provável, máxima de 25 sacos por hectare.

Soja — 40% do valor da produção provável, máxima de 25 sacos por hectare.

ENTRE-SAFRA DE OUTROS PRODUTOS

O auxílio da Carteira vem sendo prestado sem interrução, nas mesmas condições até aqui vigorantes.

Mesmo em casos como o da *cêra de carnaúba,* cujas cotações sofreram grande baixa, caindo de mais ou menos Cr$ 900,00 para Cr$ 300,00 a arroba, se não recusa a Carteira a financiar a entre-safra, adiantando até 40% do valor da colheita prevista. Ainda a propósito da cêra de carnaúba, convém assinalar que muitos apelos têm sido feitos para que a Carteira sustente o mercado. Temos esclarecido sempre que êsse gênero de operações se não enquadra no nosso Regulamento, só podendo ser feito através de lei especial.

Sôbre êste assunto, a Carteira, respondendo a um pedido de informações, enviou um ofício ao Ministério da Fazenda, em 6 de novembro, do qual extraímos os seguintes tópicos:

"Preliminarmente, achamos não se deva, em hipótese alguma, fixar para o produto em questão preço básico de Cr$ 800,00/900,00 só atingido em época anormalíssima, de grande procura da cêra vegetal, já por fôrça de um consumo extraordinário, pela falta de sucedâneos, por decréscimo da fabricação dêstes.

"Justificando êsse ponto de vista, devemos informar que, passada a crise verificada até 1942-19 vinham sendo nossos financiamentos, para extração preparo do produto, realizados na base do preço venda então vigorante, de cêrca de Cr$ 300,00 arroba. Emprestando, para aquêles fins, 40% dê valor, propiciávamos o bastante para custear as despesas de produção da cêra que, dêsse modo, orçav em Cr$ 120,00 por arroba.

"Até fins de 1946, a assistência da Carteira p essa indústria extrativa girava em tôrno dessa ba Foi quando as cotações do produto começaram a e var-se, registando-se um aumento de 200% sôbre cotações verificadas durante o ano de 1944. Come ram, então, os interessados a reclamar financiam tos mais amplos. Considerando que os altos pre que o produto vinha alcançando acarretariam, em v dade, maiores despesas de extração, pelo menos qu to à mão de obra, passamos a permitir o financiam to na base de 30% do preço de venda da mercadoria, limitado êste, entretanto, ao máximo de C 1.000,00, correspondente ao preço de custo, máxim de Cr$ 300,00 por arroba.

"E' certo, porém, que os nossos financiamen já se estão reajustando aos níveis anteriores, haver empréstimos concedidos para custeio da safra c curso à razão de 30% sôbre o preço básico de C 350,00 por arroba. Ora, se se faz a extração ne base, é de concluir-se que, mesmo aos preços de m cado atuais, continua rendosa a exploração.

"Por outro lado, baseando-nos no preço da c sintética, da April Corporation, de 80 cents por lib segundo elementos constantes do processo que ê Ministério nos encaminhou, verificamos que o menc nado sucedâneo será vendido ao consumidor a C 495,00 por arroba, ao câmbio vigente de Cr$ 18 por dólar, afigurando-se-nos, pois, que nos será pos vel concorrer vantajosamente com o mesmo produ

desde que sejamos cautelosos na fixação dos preços da venda de nossa mercadoria.

"Isso pôsto, tendo em vista os elementos de que dispomos, parece-nos que nenhum financiamento, na conjuntura atual, deveria ser feito na base de preço que excedesse Cr$ 300,00/350,00 por arroba de cêra de primeira qualidade, sôbre o qual se emprestariam, no máximo, 60%.

"Acresce que, calculando-se em 5 milhões de quilos o remanescente da safra passada e em 10 milhões, mais ou menos, a safra em curso, quantidades que, na forma do projeto, seriam financiadas, nessa operação ter-se-ia que aplicar soma apreciável: mesmo que se observassem aquelas condições, êsse emprêgo de capital ascenderia a Cr$ 180.000.000,00/ 210.000.000,00."

Quanto ao financiamento do CACAU, registamos as guintes ocorrências:

Venceu-se em 31 de maio de 1947 o contrato com o nstituto de Cacau da Bahia, de Cr$ 50.000.000,00, des- nado:

) — Cr$ 20.000.000,00, para a construção, montagem, ampliação ou desapropriação de armazéns, fábricas e aparelhamentos que têm por fim melhorar as condições comerciais do cacau;

) — Cr$ 30.000.000,00, para o financiamento da manteiga e da torta de cacau. A finalidade desta parcela foi posteriormente modificada, ficando a mesma reservada para adiantamentos aos cacauicultores, previstos no item I da Portaria n.º 63, da extinta Coordenação da Mobilização Econômica.

Em 25 de julho de 1947, novo crédito de Cr$ .000.000,00 foi facultado ao Govêrno do Estado da ahia, através do Instituto do Cacau, para ser aplicado financiamento de amêndoas de cacau, mediante adian- ento aos cacauicultores sôbre o produto que venderem entregarem ao Instituto, ficando êste autorizado a dar respectivo penhor mercantil.

Encontra-se em discussão na Câmara Federal o pro- to n.º 815-1947, visando assegurar

"auxílio e vantagens a pessoas naturais ou jurídicas para construção, instalação e exploração de estabelecimentos destinados à industrialização de cacau e seus subprodutos" e dando outras providências.

No que se refere à Carteira, as obras que se tem em sta efetuar com o seu auxílio já vêm sendo financiadas, muito tempo, sempre que satisfeitas as exigências re- ulamentares.

Segundo informações colhidas em fontes merecedoras fé, a cotação do cacau, depois de ter atingido Cr$ 245,00 por arroba, ainda se mantém no elevado preço de Cr$ 180/190,00, havendo tendência para alta. Tudo, assim, faz acreditar que estejam os interessados atravessando fases de lucros amplamente compensadores.

Não há anormalidade a assinalar, não só quanto ao deferimento dos empréstimos para custeio de entre-safra, como quanto à respectiva liquidação.

PLANO DE EMERGÊNCIA

Pelo Decreto-lei n.º 9.879, de 16 de setembro de 1946, foi o Banco, por sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, autorizado a conceder adiantamentos sôbre arroz, feijão, milho, soja, girassol, amendoim e trigo, bem como a adquirir êsses produtos para fins de defesa dos preços.

Em 7 de julho de 1947, firmou-se o contrato entre o Tesouro Nacional e o Banco, destinado a regular a execução do Plano.

Os preços assegurados aos tipos padrão são os seguintes:

Arroz — Cr$ 155,00 por saca, beneficiado;

Feijão — Cr$ 115,00 por saca das variedades brancas; Cr$ 105,00 por saca das variedades de côres ou rajadas;

Cr$ 100,00 por saca das variedades pretas;

Milho — Cr$ 60,00 por saca;

Amendoim — Cr$ 60,00 por saca (de 25 quilos);

Soja — Cr$ 90,00 por saca;

Girassol — Cr$ 2,00 por quilo ensacado;

Trigo — Cr$ 2,00 por quilo (em grão);

Êsse Plano de Emergência já está sendo pôsto em execução apenas no Rio Grande do Sul e no Paraná, únicos Estados que preencheram todos os requisitos necessários às operações.

Por decisão do Sr. Ministro da Fazenda, foi admitido aos benefícios do "Plano" o Instituto Riograndense do Arroz, para cujos financiamentos foi concedido o limite de Cr$ 100.000.000,00.

PRODUTOS FINANCIADOS

Segue-se um quadro estatístico, com a especificação, por produto, dos financiamentos agrícolas e agro-industriais, até 31 de dezembro de 1947, do qual consta, na parte final, em resumo, o total de operações destinadas a outras atividades amparadas pela Carteira:

MOVIMENTO GERAL DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS ATÉ 31-12-1947

EM MILHARES DE CRUZEIROS

PRODUTOS FINANCIADOS	1938/942	1943	1944	1945	1946	1947	TOTAL
Acácia Negra	93	30	—	—	116	—	
Adubo	1.000	—	10	—	—	—	1.0
Agave	215	825	9.452	19.403	17.478	20	47.
Alfafa	421	269	388	292	132	288	1.
Algodão	226.705	100.027	139.889	142.922	115.615	57.895	783.0
Algodão em pluma	271.078	278.915	507.749	2.115.589	88.042	613	3.261.
Alho	84	19	—	—	—	—	
Amendoim	372	313	—	31	72	4.399	5.
Arroz	252.892	141.394	213.556	167.993	208.258	128.140	1.112.
Aveia	—	—	—	2	—	—	
Batata	1.427	586	2.017	6.320	4.704	4.708	19.
Cacau	12.938	57.515	5.649	5.225	3.936	32.420	117.
Café	325.270	126.063	75.489	171.813	303.385	343.070	1.345.
Café especial	130.351	68.009	114.711	136.858	63.145	12.435	525.
Cana de açúcar	274.555	124.693	223.298	149.518	262.965	465.530	1.500.
Carvão vegetal	428	72	—	—	—	—	
Cebola	225	101	143	181	303	357	1.
Cevada	—	—	20	—	—	—	
Chá	—	21	30	—	—	—	
Côco	—	—	—	—	12	—	
Erva Doce	—	14	—	—	—	—	
Erva mate	291	—	208	607	—	—	1.
Ervilha	—	—	42	—	—	—	
Feijão	337	183	447	1.038	1.184	908	4.
Frutas	5.789	472	282	6.536	1.347	1.654	16.
Fumo	155	215	696	948	790	458	3.
Gergelim	18	—	—	—	—	—	
Guaxima	18	—	—	—	—	—	
Juta	1.355	955	1.173	580	585	205	4.
Lenha	150	614	—	—	—	—	
Linhaça	10	28	168	78	—	—	
Linho	2.616	748	361	996	663	1.307	6.
Lúpulo	—	—	—	8	—	—	
Mamona	1.564	984	81	171	1.604	5.216	9.
Mandioca	29.532	6.217	4.279	4.349	4.187	3.338	51.
Menta	2	2.679	6.234	247	—	—	9.
Milho	4.494	3.466	6.040	22.230	15.413	12.844	64.
Rami	25	69	—	140	152	—	
Repôlho	—	—	—	135	333	29	
Sericícultura	—	90	200	—	—	—	
Tomate	21.928	5.000	5.023	233	8.787	10.548	51.
Trigo	535	65	21	10	227	1.143	2.
Uva	333	117	35	—	10	15	
Outros produtos	24.106	4.479	4.328	4.404	2.515	1.784	41.
Máquinas agrícolas	270	966	1.225	16.212	13.696	829	33.
PLANO DE EMERGÊNCIA							
Dec. Lei n.º 7.774	—	—	—	—	84.491	1.622	86.
Dec. Lei n.º 9.878 . Arroz	—	—	—	—	—	100.000	100.
IND. EXTRATIVA VEGETAL							
Babaçu	1.209	5.574	7.338	15.635	20.627	13.542	63.
Borracha	5.465	1.470	20	6	—	—	6.
Castanha	469	—	—	100	2.035	1.730	4.
Cêra de carnaúba	6.380	3.712	2.366	2.251	12.670	2.734	30.
Madeiras	100	400	—	200	—	—	
Oiticica	51	271	71	168	—	73	
Piaçava	—	100	100	74	174	—	
Tungue	66	—	—	—	—	—	
MELHORAMENTOS AGRÍCOLAS							
Irrigação de cultura de arroz	—	—	—	50	—	—	
Agrícolas	1.605.322	937.740	1.333.139	2.993.553	1.239.653	1.209.904	9.319.
Pecuários	1.071.968	566.643	1.971.808	2.094.868	804.876	88.206	6.598.
Agro-pecuários	19.384	6.284	6.113	7.957	3.542	30	43.
Rurais	2.696.674	1.510.667	3.311.060	5.096 378	2.048.071	1.298.140	15.960.
Industriais	514.247	236.207	141.516	157.214	271.422	205.374	1.525.
TOTAL	3.210.921	1.746.874	3.452.576	5.253.592	2.319.493	1.503.514	17.486.

(x) — O total das operações pecuárias inclui financiamentos de lã, no valor de Cr$ 20.500.000,00.

c) Crédito Pecuário

Retomando o quadro comparativo com que abrimos o capítulo da pecuária no Relatório do ano passado (pág. 78) e adotando, como ponto de partida, o exercício de 1944, quando realmente se iniciou a expansão das respectivas aplicações, temos, agora, a seguinte posição:

ANOS	Milhões de Cruzeiros
1944	2.078
1945	3.329
1946	3.250
1947	2.672

A grande inflexão no total dos créditos em vigor, durante o exercício de 1947, advém da moratória, vigente desde o princípio de 1946, no começo por concessão do próprio Banco, conhecedor que era das dificuldades com que se debatiam seus clientes pecuaristas e, logo em seguida, por fôrça dos Decretos-leis daquele ano e pela Lei n.º 8, de 19 de dezembro de 1946. Essa lei paralisou, durante o exercício, quase todo o crédito pecuário, declarando que seriam nulos novos penhores constituídos pelos que estivessem no gôzo da moratória (artigo 5.º).

Os poucos créditos concedidos, no referido exercício, foram a criadores e recriadores que se não haviam utilizado, até então, de adiantamentos da Carteira, ou a invernistas, que estavam excetuados pela lei.

Limitadas por dispositivos legais, em grande escala, as possibilidades de novos empréstimos; levada a "Crédito em Liquidação" a vultosa soma de Cr$ 200.000.000,00; encerrados diversos créditos por ato espontâneo de alguns devedores, que se não quiseram prevalecer da moratória, o montante dos créditos em vigor declinou em 1947, verificando-se uma queda de Cr$ 578.000.000,00 em relação ao ano anterior.

E' conveniente esclarecer a discordância aparente dos algarismos do quadro das aplicações da Carteira — constante do título "*a*) Recursos e Aplicações" — que apresentam uma diferença entre o total dos créditos em vigor e o total dos saldos devedores, na pecuária:

Créditos concedidos ..... Cr$ 2.672.264.117,30
Saldos devedores ..... Cr$ 2.760.492.515,20

O maior valor dos saldos devedores corre por conta de juros e outros dispêndios que foram sendo debitados, suspensos, entretanto, os respectivos pagamentos, em virtude das sucessivas moratórias.

Prosseguindo no estudo da moratória, que vínhamos fazendo desde o Relatório do ano passado, cumpre, agora, aludir, em primeiro lugar, à Lei n.º 35, de 26 de maio de 1947, cujo objetivo foi permitir o financiamento aos estabelecimentos agrícolas, especialmente às usinas de açúcar.

São êstes os têrmos da nova disposição legal:

"Art. 1.º — O artigo 5.º da Lei n.º 8, de 19 de dezembro de 1946, passa a ter a seguinte redação:

"Enquanto gozarem os favores desta moratória, os devedores e seus coobrigados não poderão alienar ou gravar quaisquer de seus bens, sem expresso consentimento dos credores, salvo quanto à constituição de penhores ou outras garantias para os fins de financiamento indispensável a estabelecimento agrícola ou industrial

§ único — As obrigações que, em data posterior a esta Lei, forem constituídas pelo penhor ou outras garantias dadas para os fins de financiamento, ficarão excluídas dos favores desta moratória."

A vigência de Lei n.º 8 foi ampliada pela Lei n.º 52, de 30 de julho de 1947, que estendeu os efeitos da moratória até 30 de dezembro de 1947.

Finalmente, nos últimos dias do exercício de 1947, subiu à sanção o projeto legislativo que, a 2 de janeiro de 1948, se converteu na Lei n.º 209, regendo, de modo completo, a moratória a criadores e recriadores.

Deixamos de transcrvê-la por ser de conhecimento geral.

S. Exa. o Sr. Presidente da República houve por bem vetar o artigo 34 do Projeto, cujo texto isentava "de pena criminal os devedores que antes ou depois de 19 de dezembro de 1946 houverem fraudado garantias outorgadas aos credores".

Submetido êsse veto à deliberção do Congresso, foi o mesmo aprovado.

Apesar de ter decorrido todo o período de 1947 sob ação da moratória, deferimos 398 financiamentos pecuários, no total de Cr$ 88.250.703,40, estando computadas nesse número seis operações no valor de Cr$ 5.500.000,00, realizadas com cooperativas de lãs.

d) Crédito Industrial

Nossas aplicações, em empréstimos industriais, estatavam representadas, em 31 de dezembro de 1947, pelo total de Cr$ 695.426.170,40, menos Cr$ 44.347.420,10 do que no ano passado, o que demonstra que não fizemos expansão de crédito para as atividades industriais, em detrimento do crédito agrícola, tal como já demonstramos.

Foram mantidas as taxas de juros de 7, 8 e 9% ao ano para as cooperativas, indústrias de sêda e outros empreendimentos, respectivamente.

O movimento mensal dessas operações foi o seguinte:

1947	Milhares de Cruzeiros
Janeiro	6.204
Fevereiro	1.330
Março	10.125
Abril	7.944
Maio	34.124
Junho	9.538
Julho	32.264
Agôsto	15.936
Setembro	15.190
Outubro	39.291
Novembro	10.798
Dezembro	22.629
TOTAL	**205.373**

e) Letras Hipotecárias

O histórico da liquidação do antigo Reajustamento Econômico está contido no quadro seguinte, elucidativo da situação em 31 de dezembro de 1947, das 5.418 propostas de empréstimos em letras hipotecárias recebidas pelo Banco, por fôrça dos Decretos-leis ns. 1.230 e 1.888, de 29 de abril e 15 de dezembro de 1939, respectivamente:

ceito de negócio legítimo com o de negócio especulativo de favor.

Só terminam bem os empréstimos em que o tomador ao propor a operação, se não esqueça do dia do resgate

Não seria justo que um credor, ao pedir, no vencimento estipulado, o reembôlso do dinheiro que emprestou fôsse apenas por isso, acusado de atos de perseguição crueldade.

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

PROCESSOS REGISTRADOS	NÚMERO	MILHARES DE CRUZEIROS		
		DÍVIDAS REAJUSTÁVEIS	AVALIAÇÕES DO BANCO	EMPRÉSTIMOS DEFERIDOS
1 — Empréstimos deferidos, pendentes de realização	4	863	606	455
2 — Empréstimos realizados, no valor de Cr$ 33.614.900,00, inclusive Cr$ 9.013.500,00 (121) liquidados	357	78.661	—	—
3 — Empréstimos cancelados	1	181	—	—
4 — Processos em estudo	0	—	—	—
5 — Processos em poder das agências	0	—	—	—
	362			
PROCESSOS ENCAMINHADOS À CÂMARA DE REAJUSTAMENTO ECONÔMICO				
6 — diretamente pelas agências	93	15.378		
7 — por desistência	1.967	577.933		
8 — por desinterêsses	1.174	168.036		
9 — por recusa de empréstimos	1	1.334		
	3.235			
— POR FALTA DE AJUSTE				
10 — pendentes de decisão da CRE	326	214.373	59.238	45.386
11 — reajustes compulsórios concedidos pela CRE para realização de empréstimos com o Banco	135	70.716	19.418	14.599
12 — Idem, idem por CREDORES	72	52.133		
13 — liquidados em dinheiro, liberados, indeferidos, realizados com credores, desistências, etc.	1.288	344.999		
	1.821			
TOTAL	**5.418**	**1.524.607**	**79.262**	**60.440**

f) Considerações finais

Enquanto não tivermos recursos para criar bancos especializados para um amplo crédito agrícola e industrial, com os capitais necessários ao preenchimento das suas finalidades, temos de nos circunscrever à situação de fato em que ora nos encontramos.

Dentro dessa situação, devemos nos restringir aos elementos de que dispomos, atuando com habilidade e prosseguindo na ação educativa em que a Carteira se tem esmerado.

Essa diretriz implica em um esfôrço para habituar o cliente a pensar, também, do ponto de vista bancário quando vem fazer apêlo ao crédito, sem misturar o con-

3) CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃ

Diversos fatôres, influindo, não raro, concomitantemente, fizeram o ano de 1947 pouco propício ao desenvolvimento das operações de crédito relativas ao nosso comércio internacional, operações cujo amparo se enquadra na órbita da Carteira de Exportação e Importação. Dentre êsses fatôres deve citar-se, pela sua relevância, a inconversibilidade das moedas de grande número de países, conjugada com a impossibilidade de nos fazerem êles em troca dos produtos que lhes exportamos, suprimento de valor e significação mais ou menos equivalentes.

A destruição, em enormes proporções, durante a guerra, de bens de produção e de meios de transporte

a mobilização, para as fôrças armadas de grande parte do operariado especializado; a desmobilização muito mais lenta do que a prevista, pela manutenção de exércitos de ocupação; as dificuldades de ordem material e política para repatriar ou distribuir por outras nações grandes massas de população e os desentendimentos entre o capital e o trabalho, criaram problemas da maior complexidade e desarticularam, de tal forma, as atividades produtoras que se não pode esperar o restabelecimento da normalidade senão gradativamente e no período, pelo menos, de alguns anos.

Como consequência, muitos países, sobretudo os mais profundamente golpeados pela guerra, têm programas de reconstrução, restauração de serviços públicos, reequipamento de transportes, reaparelhamento industrial, saneamento, fomento e racionalização de atividades rurais, cuja execução fazem o maior empenho de não retardar porque são de necessidade primordial para suas economias. Êsses países precisam, pois, comprar gêneros alimentícios, forragens, óleos, gorduras, couros, peles, minérios, matérias primas diversas, etc., mas, como as suas produções de bens de produção e de bens de consumo essenciais ainda estão longe de atingir o nível de antes da guerra e são, em grande parte, utilizadas internamente na execução de programas de recuperação e desenvolvimento, muito pouco lhes sobra para vender ao exterior. Portanto, os produtos que podem exportar, em maior volume, são os considerados menos essenciais, e mesmo assim, não atingem, de um modo geral, valores capazes de tornar utilizáveis (para os países de onde importam) as divisas produzidas pelas importações de que necessitam. Em tal circunstância, estimular nossas exportações, para tais países, de produtos que lhe são essenciais, em proporção não correspondente às suas possibilidades de nos fornecer suprimentos de vital interêsse, seria não só incrementar trocas de bens essenciais por bens supérfluos, mas também acumular divisas bloqueadas, cujas cambiais teríamos de comprar, com a possibilidade de nos atirar, novamente, na inflação monetária de que acabamos de sair.

Nessa conjuntura, e ainda porque se verificou no primeiro semestre considerável aumento de importações menos necessárias, ao mesmo tempo que baixaram, em ritmo acelerado, as disponibilidades em moeda arbitrável, impôs-se um especial rigor na seleção das operações destinadas a facilitar as nossas compras externas.

Apesar dos fatôres assinalados, a assistência da Carteira ao comércio exterior do país expressou-se em operações de valor total mais elevado do que as realizadas em 1945 e apenas ligeiramente inferior ao das efetuadas em 1946:

OPERAÇÕES	1945		1946		1947	
	Número	Cr$ 1.000	Número	Cr$ 1.000	Número	Cr$ 1.000
Exportação	1.717	455.201	1.956	660.079	1.373	543.213
Importação	53	198.854	121	109.971	214	194.203
TOTAL	**1.770**	**654.055**	**2.077**	**770.050**	**1.587**	**737.416**

Foi o seguinte o movimento dos financiamentos concedidos:

	Número	Cr$ 1.000
Posição em 31/12/1946	313	269.467
Realizados em 1947	1.587	737.416
	1.900	1.006.883
Liquidados em 1947	1.607	758.243
Existência em 31/12/1947	293	248.640

Por tipo e região, as operações estão indicadas no seguinte quadro:

ZONAS	FINANCIAMENTOS SÔBRE CRÉDITOS NO EXTERIOR		ADIANTAMENTOS SÔBRE CONTRATOS DE CÂMBIO		PENHOR MERCANTIL		TOTAL	
	Número	Cr$ 1.000	Número	Cr$ 1.000	Número	Cr$ 1.000	Número	Cr$ 1.000
Norte	1	312	182	76.949	—	—	183	77.261
NORDESTE — Ocidental	20	3.643	474	114.663	—	—	494	118.300
NORDESTE — Oriental	22	18.319	281	87.407	3	959	306	106.685
LESTE — Setentrional	3	1.478	60	22.905	—	—	63	24.383
LESTE — Meridional	96	79.974	85	33.956	3	513	184	114.263
SUL	57	81.736	288	206.575	12	8.407	357	296.518
CENTRO-OESTE	—	—	—	—	—	—	—	—
BRASIL	**199**	**185.282**	**1.370**	**542.255**	**18**	**9.879**	**1.587**	**737 416**

Exportação

Com o objetivo de permitir e orientar as exportações que não prejudiquem o regular abastecimento do mercado interno e a observância de acordos internacionais, prosseguiu a Carteira, em 1947, na execução do contrôle da exportação de grande número de gêneros alimentícios, matérias primas de origem animal, vegetal e mineral, produtos químicos e farmacêuticos, manufaturas e animais vivos.

Consoante já vinha ocorrendo em 1946, o Sr. Ministro da Fazenda, usando da faculdade que lhe conferiu o artigo 3.º do Decreto-lei n.º 9.647, de 22 de agôsto de

1946, e em face do resultado de investigações procedidas sôbre a situação do abastecimento interno, no que se refere a diversos produtos, assinou portarias excluindo as respectivas exportações da proibição estabelecida nesse Decreto-lei. Foram as seguintes as portarias baixadas nesse sentido: N.º 19, de 16-1-1947, sôbre arroz originário dos Estados do Pará, Maranhão e Piauí: n.º 57, de 11-2-1947, sôbre sangue sêco; n.º 153, de 30-4-1947, sôbre tecidos de raion; n.º 224, de 9-6-1947, sôbre madeiras, excetuados toros e lâminas de pinho; n.º 232, de 16-6-1947, sôbre excedentes das safras de arroz, feijão e farinha de mandioca; n.º 235, de 19-6-1947, sôbre óleo de caroço de algodão originário do Nordeste; n.º 246, de 24-6-1947, sôbre amêndoas e óleo de babaçu e de tucum; n.º 253, de 3-7-1947, sôbre excedentes da produção de milho do Norte e do Nordeste; n.º 274, de 18-7-1947, sôbre óleo de licuri de produção do Estado da Bahia; n.º 275, de 18-7-1947, sôbre torta e farelo de amendoim; n.º 276, de 24-7-1947, sôbre fios de algodão de títulos até 40; n.º 350, de 29-8-1947, sôbre sardinhas em conserva; n.º 428, de 18-11-1947, sôbre excedente da produção de milho do norte do Estado do Paraná; n.º 448, de 16-12-1947, sôbre couros suínos, crus e salgados e n.º 462, de 17-12-1947, sôbre excedentes da produção de milho dos Estados de Sergipe e Bahia.

Releva notar que, posteriormente à expedição das Portarias ns. 232 e 275, havendo-se verificado que o mercado interno não se achava em regime de abastecimento normal no que concerne a farinha de mandioca e tortas oleaginosas, foram proibidas as exportações dêsses produtos pelas Portarias ns. 480 e 483, de 29-12-1947 e 31-12-1947.

Durante o ano, a Carteira recebeu e examinou 35.462 pedidos de licença de exportação, dos quais deferiu 34.146 (96,28%), correspondentes a mercadorias com o pêso total de 2.634,276 toneladas e no valor de Cr$ 11.101.948.207,00. O confronto dêsses dados com os relativos ao ano anterior evidencia que, embora em 1947 tenha sido menor o número de licenças concedidas, as exportações a que corresponderam foram de maior volume físico e de mais elevado valor:

ANOS	Número de licenças	Toneladas	Cr$ 1.000
1946.....	35.945	2.243.041	8.848.937
1947.....	34.146	2.634.276	11.101.948

Cabe salientar que, como já dissemos anteriormente, a Carteira, no licenciamento de certas exportações, procurou sempre observar acordos e compromissos internacionais em vigor.

A propósito, merecem especial referência as dificuldades que se verificaram no tocante ao escoamento do excesso exportável de arroz da safra 1946-1947. Essas dificuldades se originaram do fato do Conselho Internacional Alimentar de Emergência, na distribuição de quotas que lhe compete proceder, haver destinado ao Império Britânico, para pagamento em moeda não arbitrável, a exportação da quase totalidade da estimativa das disponibilidades brasileiras. Para afastar tal obstáculo, tornaram-se precisos entendimentos, terminados com êxito, dêles resultando a assinatura, em 26 de dezembro de 1947, do acôrdo pelo qual ficou estabelecido que, em troca de parte das nossas disponibilidades de arroz, nos seriam feitos suprimentos de juta da Índia, correspondentes às necessidades de um ano da indústria nacional de aniagem e, bem assim, fornecimento de outros produtos de interêsse para a economia do país.

Importação

Continuou a Carteira, em 1947, a exercer o contrôle sôbre as importações de artefatos de borracha natural, de máquinas e equipamentos usados — recondicionados ou não — de utilização industrial e de elastômetros (borracha sintética) e artefatos com êles fabricados.

Consoante portarias baixadas pelos Ministros da Fazenda e das Relações Exteriores, passamos a controlar as importações de:

— pedras preciosas e semipreciosas; objetos de adôrno; essências, perfumes e artigos de toucador; artigos de matéria plástica; tapeçarias; couros, peles e suas manufaturas; fios de sêda natural; fibra e fios de linho, produtos êstes, quase todos de restrita necessidade, cuja importação se vinha fazendo desordenadamente (Portaria n.º 110, de 27-3-1947);

— borracha natural de qualquer tipo ou qualidade sob qualquer forma (Portaria n.º 226, de 12-6-47);

— e as dos seguintes produtos, cujos suprimentos mundialmente escassos têm sua distribuição contingenciada, impondo-se, por isso mesmo, um especial esfôrço para a obtenção de quotas adequadas às reais necessidades brasileiras: estanho (Portaria n.º 252, de 3-7-1947); fertilizantes à base de fósforo, potássio e nitrogênio (Portaria n.º 370 de 12-9-1947) e fôlhas de Flandres (Portaria n. 392, de 13-10-1947).

De tal ampliação de atribuições resultou substancial aumento do volume do nosso expediente, em comparação com o do exercício anterior. Com efeito, enquanto que em 1946 recebemos 3.108 pedidos de licença, dos quais deferimos 2.796, em 1947 recebemos 10.213, dos quais 5.303 mereceram atendimento. Essas 5.303 licenças concedidas corresponderam a importações com o pêso total de 69.43 toneladas, no valor de Cr$ 647.785.234,00.

E' de consignar que, considerando a conveniência da consolidação de disposições esparsas em decretos-leis, portarias e resoluções sôbre o regime de licença prévia a determinadas importações e exportações e levando em conta, principalmente, a necessidade de defesa contra as restrições vigorantes em inúmeros países, territórios e possessões, a Carteira sugeriu ao Govêrno o contrôle do intercâmbio comercial do país com o exterior, com a amplitude que as circunstâncias fôssem exigindo. Acôlhendo a sugestão, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso, em julho, projeto que recentemente foi convertido na Lei n.º 262, de 23 de fevereiro de 1948, cuja execução proporcionará, sem dúvida, resultados sobremaneira benéficos para a economia nacional.

Ante a acentuada queda das disponibilidades brasileiras em divisas arbitráveis, o Govêrno, ainda em junho, foi levado a adotar medidas no sentido de lhes proporcionar utilização condizente com os interêsses econômicos do país. Assim é que, como já assinalamos no capítulo "Mercado Cambial", a Superintendência da Moeda e do Crédito baixou a Instrução n.º 25 (3-6-1947), tornando obrigatória, a todos os estabelecimentos autorizados a operar em câmbio, a venda ao Banco do Brasil de 30% de suas compras diárias e estabeleceu prioridades para a aplicação dos 70% restantes, a primeira das quais para o pagamento de importações de produtos essenciais. Essa prioridade, de acôrdo com a mesma Instrução, pode ser assegurada mediante prévia anuência da Carteira. Entretanto, de comum acôrdo com a Carteira de Câmbio, foi organizada uma lista de produtos mais essenciais, dispensando, assim, a obtenção de anuência prévia em cada caso. Posteriormente, essa lista sofreu revisão, de que resultou a inclusão de vários itens.

De 12 de junho a 31 de dezembro de 1947, recebemos 16.614 pedidos de anuência (relativos a produtos não constantes da precitada lista) dos quais deferimos 3.447, correspondentes a importações no valor de Cr$ ..... 515.732.319,44.

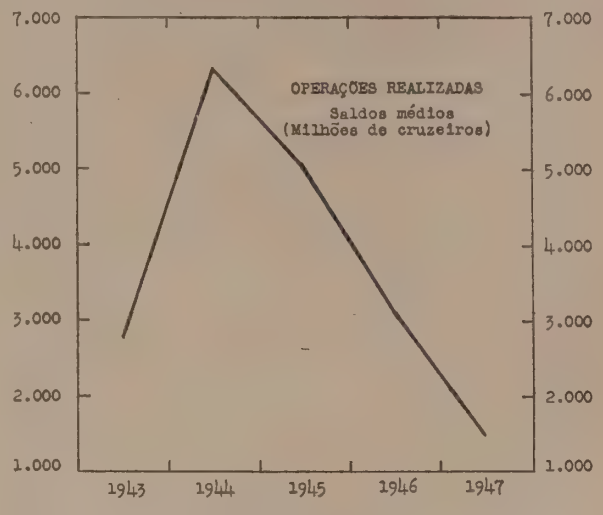
Tanto para efeito do licenciamento de exportações e importações sujeitas a contrôle, como para a solução dos pedidos de anuência prévia, a Carteira observou sempre as recomendações feitas pela Comissão de Estudos das Exportações e Importações. Considerou, ainda, em relação a certos produtos cuja economia está orientada por órgãos especializados, as observações formuladas pelos mesmos.

4) CARTEIRA DE REDESCONTOS

Durante o ano de 1947, foram redescontados 61.797 títulos, no valor de 4.585 milhões de cruzeiros. Confrontando-se êsses totais com os de 1946 — 80.060 títulos, no montante de 6.734 milhões de cruzeiros — observa-se a redução de 18.263 títulos e a de 2.149 milhões de cruzeiros. Dessa redução, como se esclarece no título "Política de Crédito", se não pode concluir que houve diminuição na assistência da Carteira aos bancos do país (excetuado o Banco do Brasil).

Foram feitos 15 empréstimos a bancos, no valor de 1.437 milhões de cruzeiros. Comparadas com as cifras de 1946 — 2 empréstimos, no valor de 1.030 milhões de cruzeiros — verifica-se que nessas operações, reguladas pelo artigo 1.º do Decreto-lei n.º 4.792, de 5 de outubro de 1942, houve o aumento de 407 milhões de cruzeiros.

O gráfico seguinte mostra as variações dos saldos médios das operações da Carteira no último quinquênio:



5) CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA

Como no exercício precedente, êste órgão, criado pelo Decreto n.º 21.499, de 9 de junho de 1932, continua prestando valiosos serviços aos bancos do país, concedendo empréstimos de necessidade comprovada, a prazo máximo de cinco anos, com garantia de créditos, dos mesmos bancos, representados por operações seguras mas de demorada liquidação.

6) CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

O saldo médio dos empréstimos realizados por esta Carteira, em 1947, foi de 9.524 milhões de cruzeiros. Em comparação com o de 1946, verifica-se o aumento de 971 milhões de cruzeiros, ou sejam 11%.

EMPRÉSTIMOS	Saldos médios em Milhões de cruzeiros.		Variações	
	1946	1947	Absolutas	%
A entidades públicas.....	4.771	4.472	— 299	6
A bancos.....	349	520	+ 171	49
A produção, ao comércio e a particulares.....	3.433	4.532	+1.099	32
Todos os empréstimos da Carteira.....	8.553	9.524	+ 971	11

Enquanto os empréstimos a entidades públicas marcaram a diminuição de 299 milhões de cruzeiros (6%), os feitos aos bancos aumentaram de 171 milhões de cruzeiros e os feitos à produção, ao comércio e aos particulares, também aumentaram (1.099 milhões de cruzeiros — 32%).

Os empréstimos concedidos pela Agência Especial de Financiamento, que são regidos pelo disposto no artigo

7.º, item 12, dos Estatutos, continuaram em ritmo ascencional, passando de Cr$ 672.705.000,00, em 31-12-1946, para Cr$ 793.924.000,00, em 31-12-1947.

Pelo quadro seguinte, pode-se observar a escala ascendente dessas operações desde 1941, ano em que começaram a ser efetuadas.

FIM DE:	MILHARES DE CRUZEIROS
1941	455.872
1942	477.657
1943	605.072
1944	614.445
1945	617.705
1946	672.705
1947	793.924

Criado por disposição estatutária, o "Fundo para o Desenvolvimento de Iniciativas de Interêsse Público", que é constituído por verbas provenientes da renda proporcionada pelas operações de financiamento especial, apresentou, no correr do exercício, o acréscimo de Cr$ 3.168.558,90, subindo de Cr$ 37.210.345,00 para Cr$ 40.378.903,90.

7) CAPITAL E RESERVAS

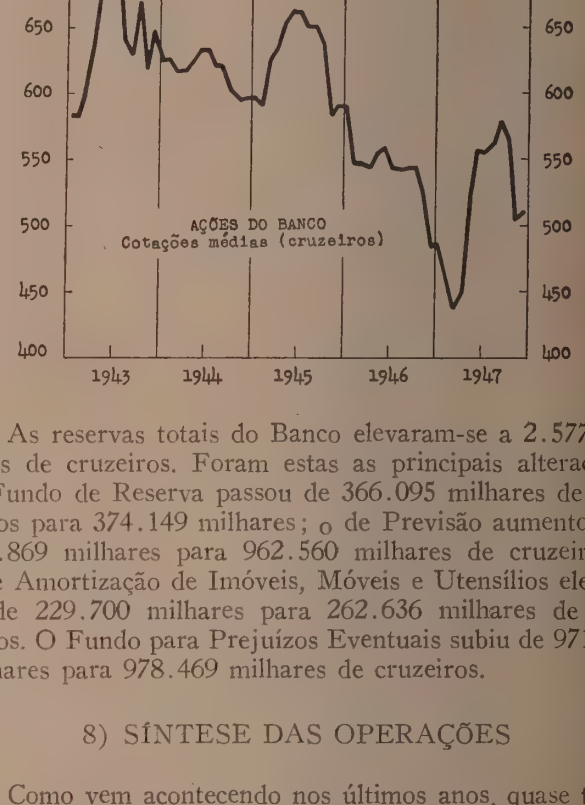
O capital do Banco — Cr$ 100.000.000,00, dividido em 500.000 ações nominativas no valor de Cr$ 200,00 cada uma — fixado em 1921, poderá ser elevado para Cr$ 200.000.000,00 e o número de ações para um milhão, de conformidade com o artigo 4.º dos estatutos em vigor, aprovados pela Assembléia Geral Extraordinária de 10 de março de 1942.

No fim de 1947, as ações integrantes do capital do Banco encontravam-se distribuídas entre os seguintes grupos de possuidores:

ACIONISTAS	NÚMERO DE AÇÕES	PERCENTAGENS
TEZOURO NACIONAL		
Inalienáveis	259.152	55,73
Livres	19.508 278.660	42,42
Particulares	212.104	
Bancos Nacionais	155	0,03
Bancos Estrangeiros	7.878	1,58
A converter e unificar	1.203	0,24
TOTAL	**500.000**	**100,00**

Os acionistas foram beneficiados com o dividendo de 20% ao ano. Êsse dividendo equivale ao rendimento total relativo ao exercício de 1946 quando, aos 15% distribuídos pela Diretoria, a Assembléia Geral de 30 de abril de 1947 autorizou uma bonificação de Cr$ 10,00 por ação.

O gráfico a seguir mostra a evolução das cotações das ações do Banco.



As reservas totais do Banco elevaram-se a 2.577 milhões de cruzeiros. Foram estas as principais alterações: O Fundo de Reserva passou de 366.095 milhares de cruzeiros para 374.149 milhares; o de Previsão aumentou de 917.869 milhares para 962.560 milhares de cruzeiros e o de Amortização de Imóveis, Móveis e Utensílios elevou-se de 229.700 milhares para 262.636 milhares de cruzeiros. O Fundo para Prejuízos Eventuais subiu de 971.728 milhares para 978.469 milhares de cruzeiros.

8) SÍNTESE DAS OPERAÇÕES

Como vem acontecendo nos últimos anos, quase tôdas as operações do Banco mantiveram, em 1947, o ritmo de desenvolvimento que as vem caracterizando.

Os recursos próprios, cotejados com os de 1946, apresentam a majoração de 11%, ou sejam mais 349 milhões de cruzeiros. Os exigíveis subiram 3%, ou sejam mais 660 milhões de cruzeiros. O saldo médio de todos os recursos, que em 1946 era de 24.985 milhões de cruzeiros, subiu para 25.994 milhões, como se vê no quadro a seguir, em milhões de cruzeiros:

RECURSOS	SALDOS MÉDIOS		VARIAÇÕES	
	1946	1947	ABSOLUTAS	%
Próprios	3.187	3.536	+ 349	11
EXIGÍVEIS				
Depósitos	17.635	18.266	+ 631	4
Redescontos	1.982	407	- 1.575	79
Bônus em circulação	76	76		
Outras exibilidades	2.105	3.709	+ 1.604	76
	21.798	22.458	+ 660	3
TODOS OS RECURSOS	**24.985**	**25.994**	**+ 1.009**	**4**

O total das exigibilidades passou de 21.798 milhões para 22.458 milhões de cruzeiros, permitindo a ampliação dos empréstimos de natureza econômica. O saldo médio dos bônus em circulação, emitidos de acôrdo com a Lei n.º

454, de 9 de julho de 1937, para operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, não sofreu modificação pelos motivos já expostos no capítulo referente a essa Carteira.

No quadro seguinte, figuram as alterações havidas nos saldos médios das disponibilidades e aplicações, em milhões de cruzeiros:

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES	SALDOS MÉDIOS		VARIAÇÕES	
	1946	1947	ABSOLUTAS	%
Disponibilidades				
Caixa (*)	1.685	1.523	— 162	10
Disponibilidades líquidas no exterior	7.065	8.204	+ 1.139	16
	8.750	9.727	+ 977	11
APLICAÇÕES				
Empréstimos	13.608	14.115	+ 507	4
Títulos do banco	327	344	+ 17	5
Edifícios de uso do Banco	170	199	+ 29	17
Outras aplicações	2.130	1.609	— 521	24
	16.235	16.267	+ 32	0
TOTAL	**24.985**	**25.994**	**+ 1.009**	**4**

(*) Moeda corrente, outras espécies e reservas legais depositadas.

O saldo médio da Caixa sofreu a redução de 162 milhões de cruzeiros e o das disponibilidades líquidas no exterior teve a elevação de 16%, ou sejam 1.139 milhões de cruzeiros.

O estudo das rubricas que constituem o quadro "aplicações", mostra que o Banco vem prestando maior apoio financeiro a seus clientes, como prova o acréscimo de 507 milhões de cruzeiros no saldo médio dos empréstimos.

Os valores totais das operações da Carteira de Crédito Geral e os da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial atingiram, em 1947, praticamente o mesmo nível. Enquanto estas, nos últimos três anos, vinham sobrepujando aquelas, no exercício encerrado já se verificou um equilíbrio. Isso mostra que a perigosa hipertrofia, a que nos referimos nos relatórios precedentes, está sendo paulatinamente corrigida.

O quadro ressalta essa afirmativa:

ANOS	CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL		CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL		TOTAL
	Saldos médios, em milhões de cruzeiros	%	Saldos médios, em milhões de cruzeiros	%	Milhões de cruzeiros
1943	1.496	51	1.416	49	2.912
1944	2.017	45	2.476	55	4.493
1945	2.695	36	4.823	64	7.518
1946	3.433	40	5.055	60	8.488
1947	4.532	50	4.591	50	9.123

A comparação dos índices do ano passado com os de 1946 evidencia o desenvolvimento das atividades do Banco:

PRINCIPAIS RUBRICAS	VARIAÇÕES DE 1946 PARA 1947
Recursos próprios	+ 11 %
Todos os depósitos	+ 4
Depósitos de entidade pública	+ 11 %
Depósitos do público, à vista	+ 4 %
Depósitos do público, à prazo	— 4 %
Todos os empréstimos	+ 4 %
Empréstimos a bancos	+ 49 %
Empréstimos a entidades públicas	— 6 %
Empréstimos à produção, ao comércio e a particulares	+ 7 %
Edifícios de uso no banco	+ 17 %
Cobrança (valor)	+ 18 %
Ordens de pagamentos (valor)	— 3 %
Valores em custódia	+ 11 %

No exercício findo, o lucro líquido do Banco importou em 80.537 milhares de cruzeiros, correspondendo 43.862 milhares ao primeiro semestre e 36.675 milhares ao segundo.

---

9) POSIÇÃO DAS CONTAS DO TESOURO NACIONAL

Em 31 de dezembro de 1947, o saldo apresentado pelas contas de arrecadação e despesas regidas pelo Contrato de 28 de outubro de 1946, era de 48 milhões de cruzeiros a favor do Tesouro Nacional, mas o de tôdas as contas reguladas por êsse contrato era favorável ao Banco em 397 milhões de cruzeiros.

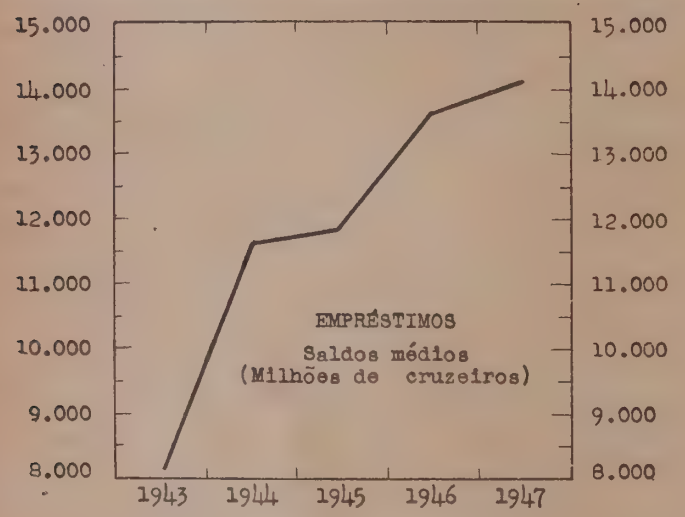
O balanço de tôdas as contas de responsabilidade direta do Tesouro acusava o saldo de 415 milhões de cruzeiros a favor do mesmo. Para tal posição credora concorreu, principalmente, a encampação, feita pelo Tesouro, de emissões monetárias (2.250 milhões de cruzeiros) de responsabilidade da Carteira de Redescontos, encampação já explicada no título "Política de Crédito" do capítulo "Moeda e Crédito". Ao se realizar essa operação, de acôrdo com a lei que a autorizou, a dívida do Banco para com a Carteira de Redescontos foi transferida para dívida ao Tesouro, criando, correspondentemente, um débito do Banco para com o Erário. Assim, o balanço geral das responsabilidades diretas do Tesouro passou de devedor a credor, apresentando, em 31 de dezembro de 1947, o montante acima assinalado. Daí, entretanto, não surgiu aumento real das disponibilidades do Banco para novas aplicações, porque o fato se resumiu numa operação contábil, numa simples mudança de credor. Pode-se objetar que, de qualquer forma, o Banco está habilitado a fazer novos redescontos. Mas isso só se poderia realizar através de novas emissões monetárias, que a Carteira de Redescontos teria de requisitar.

10) EMPRÉSTIMOS

a) Empréstimos em geral

O quadro e o gráfico a seguir comprovam a progressiva ascensão do total de nossos empréstimos no último decênio:

ANOS	SALDOS MÉDIOS EM MILHÕES DE CRUZEIROS
1938	3.324
1939	3.834
1940	4.150
1941	4.632
1942	6.325
1943	8.170
1944	11.622
1945	11.799
1946	13.608
1947	14.115



O exame discriminativo dos empréstimos mostra diminuição havida nos feitos a entidades públicas e majoração nos feitos a bancos e à produção, ao comércio e a particulares:

EMPRÉSTIMOS	SALDOS MÉDIOS EM MILHÕES DE CRUZEIROS		VARIAÇÕES	
	1946	1947	Absolutas	%
A entidades públicas	4.771	4.472	— 299	6
A bancos	349	520	+ 171	49
A produção, ao comércio e a particulares	8.488	9.123	+ 635	7
TODOS OS EMPRÉSTIMOS	**13.608**	**14.115**	**+ 507**	**4**

b) Empréstimos a unidades federadas e municípios

Foi o seguinte o movimento que houve nos empréstimos dessa natureza:

UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS	SALDOS EM FIM DE ANO, EM MILHARES DE CRUZEIROS		VARIAÇÕES EM MILHARES DE CRUZEIROS	
	1946	1947	+	—
Amazonas	1.796	1.796	—	—
Pará	6.244	5.200	—	1.044
Piauí	500	—	—	500
Ceará	2.400	1.200	—	1.200
Rio Grande do Norte	2.450	2.100	—	350
Alagôas	—	20	20	—
Sergipe	11.825	11.825	—	—
Bahia	20.556	40.678	20.122	—
Minas Gerais	68.737	63.707	—	5.030
Espírito Santo	17.600	18.871	1.271	—
Rio de Janeiro	9.216	7.080	—	2.136
Distrito Federal	570.425	570.425	—	—
São Paulo	405 924	439.516	33.592	—
Santa Catarina	4.417	11.519	7.102	—
Rio Grande do Sul	24.264	20.220	—	4.044
Mato Grosso	6.000	4.800	—	1.200
Unidades Federadas	1.152.354	1.198.957	46.603	—
Petrópolis	343	247	—	96
Unidades Federadas e Municípios	1.152.697	1.199.204	46.507	—

c) Empréstimos a entidades autárquicas federais e emprêsas de interêsse nacional

Em 1947 foram beneficiadas com a assistência financeira do Banco as seguintes entidades:

Companhia Siderúrgica Nacional
Companhia Vale do Rio Doce S. A.
Comissão Construtora da Fábrica Nacional de Motores
Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.
Cooperativa Central de Pesca do Rio de Janeiro
Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca
Estrada de Ferro Central do Brasil
Fundação Brasil Central
Frigorífico Barbacena S. A.
Instituto do Açúcar e do Álcool
Instituto Nacional do Sal
Organização Henrique Lage — Patrimônio Nacional.

d) Empréstimos a bancos

Registou-se apreciável elevação nos empréstimos feitos a bancos, conforme se constata na estatística abaixo que contém os saldos médios dos últimos cinco anos:

ANOS	SALDOS MÉDIOS EM MILHÕES DE CRUZEIROS
1943	152
1944	212
1945	265
1946	349
1947	520

e) Empréstimos às atividades econômicas

Nos saldos médios dos empréstimos dessa categoria, observou-se a sensível ampliação de 635 milhões de cruzeiros, subindo para 65% a sua percentagem sôbre o total dos empréstimos do Banco:

ANOS	SALDOS MÉDIOS EM MILHÕES DE CRUZEIROS	PERCENTAGEM SÔBRE O TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS DO BANCO
1938	764	23 %
1939	1.028	27 %
1940	1.456	35 %
1941	1.940	42 %
1942	2.639	42 %
1943	2.912	36 %
1944	4.493	39 %
1945	7.518	64 %
1946	8.488	62 %
1947	9.123	65 %

Distribuídas pelas diversas unidades federadas, damos a seguir as variações percentuais em relação a 1946:

UNIDADES FEDERADS	VARIAÇÕES PERCENTUAIS DE 1946 PARA 1947
Guaporé	+ 12 %
Acre	— 2 %
Amazonas	— 1 %
Rio Branco	+ 54 %
Pará	+ 5 %
Amapá	+ 132 %
Maranhão	+ 17 %
Piauí	+ 6 %
Ceará	— 17 %
Rio Grande do Norte	- 8 %
Paraiba	- 20 %
Pernanbuco	+ 2 %
Alagôas	+ 3 %
Sergipe	— 16 %
Bahia	- 11 %
Minas Gerais	- 8 %
Espírito Santo	- 10 %
Rio de Janeiro	+ 4 %
Distrito Federal	+ 60 %
São Paulo	- 2 %
Paraná	- 2 %
Santa Catarina	+ 17 %
Rio Grande do Sul	+ 7 %
Mato Grosso	— 2 %
Goiás	— 15 %

Foi a seguinte a divisão, pelos diversos grupos, dos empréstimos de finalidade econômica no biênio 1946-1947:

GRUPOS ECONÔMICOS	SALDOS EM FIM DE ANO, EM MILHÕES DE CRUZEIROS		VARIAÇÕES	
	1946	1947	Absolutas	%
Agricultura, indústria florestal e indústria extrativa mineral (*)	4.725	4.316	— 409	9
Indústria manufatureira (**)	1.555	1.873	+ 318	20
Indústria de construção	143	195	+ 52	36
Indústria dos transportes	287	213	— 74	26
Comércio	1.634	1.872	+ 238	15
Capitalistas, profissões liberais etc	578	1.048	+ 470	81
Todos os grupos econômicos	**8.922**	**9.517**	**+ 595**	**7**

(*) Inclusive as indústrias rurais (açúcar, lacticínios etc).
(**) Exclusive as indústrias rurais.

11) DEPÓSITOS

Não houve interrupção no movimento ascensional dos depósitos, tal como se vem observando há muitos anos:

ANOS	SALDOS MÉDIOS EM MILHÕES DE CRUZEIROS
1928	3.672
1939	4.288
1940	4.288
1941	5.242
1942	6.680
1943	9.620
1944	13.340
1945	16.470
1946	17.635
1947	18.266

Nas diversas categorias, nota-se, de um lado, a baixa que tiveram os depósitos de bancos e do público, a prazo, e de outro lado, a alta ocorrida nos de entidades públicas e nos do público, à vista:

DEPÓSITOS	SALDOS MÉDIOS, EM MILHÕES DE CRUZEIROS		VARIAÇÕES	
	1946	1947	Absolutas	%
De entidades públicas	5.079	5.618	+ 539	11
De bancos	4.245	4.143	— 102	2
Do público, à vista	6.523	6.792	+ 269	1
Do público, a prazo	1.788	1.713	— 75	4
TODOS OS DEPÓSITOS	17.635	18.266	+ 631	4

A distribuição percentual das diversas espécies, no último biênio, foi a seguinte:

DEPÓSITOS	PERCENTAGENS SOBRE O TOTAL	
	1946	1947
De entidades públicas	29 %	31 %
De bancos	24 %	23 %
Do público, à vista	37 %	37 %
Do público, a prazo	10 %	9 %
TODOS OS DEPÓSITOS	100 %	100 %

No último quinquênio, o número de depositantes cresceu continuamente:

ANOS	NÚMERO DE DEPOSITANTES
1943	166.580
1944	178.340
1945	199.426
1946	214.862
1947	226.422

12) ENCAIXES

Na média anual dos encaixes, comparando-se a de 1946, no valor de 1.685 milhões de cruzeiros, com a de 1947, na importância de 1.523 milhões de cruzeiros, nota-se a queda de 10%.

13) COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

O serviço de compensação de cheques está sendo executado pelo Banco nas seguintes praças:

PRAÇAS	UNIDADES FEDERADAS
Aracajú	Sergipe
Belém	Pará
Belo Horizonte	Minas Gerais
Curitiba	Paraná
Fortaleza	Ceará
Manáus	Amazonas
Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul
Recife	Pernambuco
Rio de Janeiro	Distrito Federal
Rio Grande	Rio Grande do Sul
Salvador	Bahia
Santos	São Paulo
São Paulo	São Paulo

Foram compensados em 1947, 5.672.000 cheques, no total de 184.272 milhões de cruzeiros. Em relação ao movimento de 1946, as altas foram de 163.000, no número de chegues, e de 18.456 milhões de cruzeiros, no valor.

14) COBRANÇAS

O desenvolvimento do nosso serviço de cobranças continuou sem interrupção. Foi o seguinte o movimento dos cinco últimos anos:

ANOS	NÚMERO MILHARES DE TÍTULOS	VALOR MILHÕES DE CRUZEIROS
1943	1.041	4.475
1944	1.137	5.168
1945	1.403	6.721
1946	1.769	9.899
1947	1.864	11.710

15) ORDENS DE PAGAMENTO

No serviço de ordens de pagamento, observou-se ligeira ampliação no número e pequena redução no valor:

ANOS	NÚMERO MILHARES DE ORDENS	VALOR MILHÕES DE CRUZEIROS
1943	671	7.958
1944	747	10.798
1945	812	13.842
1946	850	17.474
1947	875	17.023

16) VALORES EM CUSTÓDIA

Observou-se, ainda em 1947, nova alta no saldo dos valores depositados em custódia, conforme se constata na estatística a seguir:

ANOS	SALDOS MÉDIOS, EM MILHÕES DE CRUZEIROS
1943	6.180
1944	8.568
1945	10.161
1946	12.610
1947	14.057

17) DIRETORIA

Pela Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 1947, foi reeleito, para o período 1947-1951, o Diretor Dr. Jorge de Toledo Dodsworth que continua, dêsse modo, prestando ao Banco a sua valiosa colaboração.

18) CONSELHO FISCAL

Foram reeleitos, pela Assembléia Geral de 30 de abril de 1947, os membros e suplentes do Conselho Fiscal. O zêlo e o espírito de colaboração com que vêm desempenhando as suas funções merecem, sem favor, os agradecimentos da Diretoria e dos Srs. acionistas.

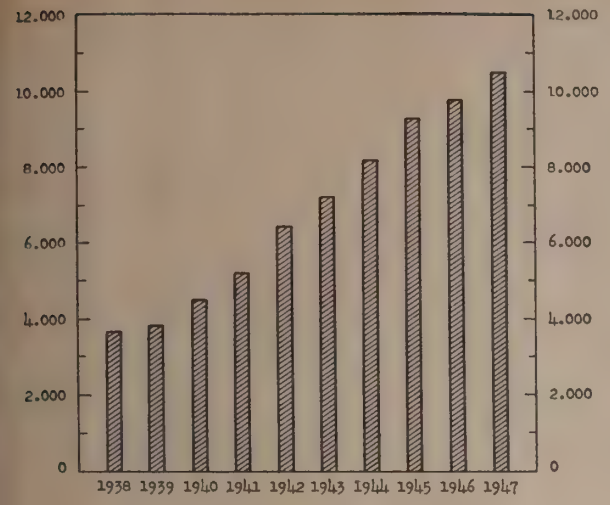
E' com pesar que assinalamos o falecimento do membro do Conselho, Comendador Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca, cujos prestimosos serviços eram por todos reconhecidos. Foi êle substituído pelo 1.º Suplente Dr. Ary de Almeida e Silva.

19) FUNCIONALISMO

Como consequência do crescente desenvolvimento dos serviços e da ampliação da rêde de agências, aumentada durante o ano findo de mais onze unidades, foi necessário admitir novos funcionários. Com isso, o quadro do pessoal, que era de 9.814, passou para 10.536 serventuários.

O quadro e o gráfico, a seguir, mostram as variações que ocorreram no último decênio:

ANOS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	VARIAÇÕES SÔBRE O ANO ANTERIOR	
		ABSOLUTAS	%
1938	3.641	+ 194	+ 6
1939	3.866	+ 225	+ 6
1940	4.423	+ 557	+ 14
1941	5.158	+ 735	+ 17
1942	6.396	+ 1.238	+ 24
1943	7.162	+ 766	+ 12
1944	8.129	+ 967	+ 14
1945	9.277	+ 1.148	+ 14
1946	9.814	+ 537	+ 6
1947	10.536	+ 722	+ 7



A localização do funcionalismo, nas diversas Unidades Federadas do país e no exterior, foi a seguinte, nos últimos quatro anos:

BRASIL E EXTERIOR	1944	1945	1946	1947
uaporé	6	10	10	11
cre	13	14	15	16
mazonas	56	72	77	86
io Branco	4	4	4	5
ará	101	139	119	131
mapá	3	4	4	4
Iaranhão	64	90	99	109
iauí	88	111	123	139
eará	184	204	203	234
io Grande do Norte	92	124	118	136
araíba	140	173	168	195
ernambuco	266	288	305	340
lagôas	76	90	85	95
ergipe	54	87	87	98
ahia	339	412	415	459
Iinas Gerais	514	608	655	788
spírito Santo	86	111	109	116
io de Janeiro	210	238	256	286
Distrito Federal	3.294	3.481	3.983	4.022
ão Paulo	1.577	1.865	1.811	1.960
araná	174	187	185	213
anta Catarina	88	107	105	131
io Grande do Sul	517	601	603	653
Iato Grosso	112	138	140	161
oiás	40	65	71	81
BRASIL	8.098	9.223	9.750	10.469
raguai	29	31	35	34
ruguai	2	23	29	33
EXTERIOR	31	54	64	67
TOTAL	**8.129**	**9.277**	**9.814**	**10.536**

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco o Brasil vem cumprindo satisfatoriamente as suas finalidades estatutárias. Adquiriu, para serventuários, até 31 e dezembro de 1947, em todo o Brasil, 2.171 residências, as quais financiou 1.445, sendo 887 nesta Capital e 558 os Estados. Presentemente tem em construção 608 habiações, sendo 501 apartamentos e 107 prédios. Encontram-e inscritos, aguardando chamada, 1.133 funcionários, com pedidos que se elevam a 177 milhões de cruzeiros. No exercício de 1947, foram feitos empréstimos no valor de Cr$ 37.834.295,00.

Foram concedidas, em 1947, 52 aposentadorias, contra 16 no exercício anterior. Havia, em 31 de dezembro de 1947, 124 funcionários aposentados.

No ano ora em exame decresceu o movimento da Caixa de Empréstimos aos Funcionários. Alinhamos, em seguida, os dados relativos ao período 1945-1947, referentes ao número e ao valor das operações efetuadas em cada exercício:

ANOS	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MILHARES DE CRUZEIROS
1945	990	15.089
1946	1.049	18.782
1947	725	13.489

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, conquanto fundada em 1944, já conta em seu quadro 5.397 associados.

Em 1947, os auxílios prestados atingiram o valor de Cr$ 2.852.411,50.

Ao finalizarmos êste capítulo, apraz-nos ressaltar a dedicação, a disciplina e a competência dos funcionários do Banco, aos quais deixamos aqui consignados os nossos agradecimentos.

20) SERVIÇO MÉDICO

Novos melhoramentos foram introduzidos no Serviço Médico, no sentido de aparelhá-lo para preencher as suas altas finalidades sociais.

O corpo médico que nêle trabalha, com dedicação e competência, vem se esforçando, continuamente, para atingir um padrão de assistência cada vez mais elevado.

21) SERVIÇO JURÍDICO

Os serviços jurídicos do Banco, vêm sendo atendidos, com zêlo e eficiência, pelos profissionais que integram a Contadoria Jurídica e o Contencioso.

22) EDIFÍCIOS DE USO DO BANCO

A cargo do nosso Serviço de Engenharia, que vem cumprindo valiosa tarefa, estão as obras de planejamento, construção, adaptação e reformas dos edifícios onde funcionam a Direção Geral e as agências do Banco.

Durante o exercício de 1947, foi concluída a construção dos edifícios para as agências de Bagé, Campo Grande,

Carlos Chagas, Cataguazes, Corumbá, Foz do Iguaçu, Goiânia, Jacarezinho, Montevidéu, Rio Branco, São João da Boa Vista, São João del Rei e Teófilo Otôni.

Prosseguiram as construções dos prédios para as agências de Araxá, Barretos, Catanduva, Limeira, Londrina, Monte Aprazível, São Paulo e Uberaba.

Adaptações, modificações e reformas foram feitas em prédios de várias agências.

23) AGÊNCIAS

No decurso do ano de 1947, foram inauguradas as seguintes:

AGÊNCIAS	UNIDADES FEDERADAS	INÍCIO DE OPERAÇÕES
Goiás	Goiás	3-1-47
Rio do Sul	Santa Catarina	3-1-47
Itabaiana	Sergipe	11-1-47
Lucélia	São Paulo	15-3-47
Capela	Sergipe	1-4-47
Alegre	Espírito Santo	5-4-47
Itambé	Bahia	19-4-47
Januária	Minas Gerais	22-4-47
Almenara	Minas Gerais	16-5-47
Itaberaba	Bahia	28-7-47
Muriaé	Minas Gerais	6-10-47

As discriminadas a seguir estavam em instalação:

No Brasil (Distrito Federal)

Botafogo
Copacabana
D. Pedro II (Estação)
Tijuca

No Exterior

La Paz (Bolívia)

24) DONATIVOS PARA BENEFICÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

No exercício ora em relato, as doações feitas pelo Banco a instituições de beneficência e assistência social montaram a 3.051 milhares de cruzeiros.

25) CONCLUSÃO

Terminando êste Relatório, apraz-nos reafirmar a nossa confiança na política econômico-financeira que vem sendo posta em prática pelo Govêrno Federal e cujos resultados visíveis ninguém poderia negar honestamente.

Apesar das apreensões do ambiente internacional, e das dificuldades que daí decorrem, o país deteve a inflação monetária e equilibrou o seu orçamento. Duas árduas etapas, portanto, foram vencidas. E' certo que isso ainda não é tudo, mas não é menos certo que foram fincadas duas fortes estacas da nossa recuperação.

Depois de ter afastado o perigo da desagregação social, está agora o Govêrno empenhado na grande etapa do nosso desenvolvimento econômico, que o Banco do Brasil sem dúvida, apoiará na medida dos seus recursos.

Entretanto, para atingir amplamente êsse magnífico objetivo, com certa rapidez, não podemos dispensar a colaboração dos capitais e da técnica das grandes nações. Devemos, pois, atraí-los em atitude realística e confiantes em nós próprios.

Só assim poderemos, com relativa celeridade, transformar em valores efetivos as nossas vastas riquezas latentes.

Acreditamos, com firmeza, que tal transformação se pode realizar.

E é dessa convicção que nasce a nossa fé inabaláve nos altos destinos do Brasil.

Manoel Guilherme da Silveira Filho

Março de 1948.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Cumprindo disposições legais, vimos apresentar o nosso parecer sôbre o exercício de 1947.

Verificamos, com satisfação, que o Banco do Brasil seguindo as diretrizes da política financeiro-econômica do Govêrno Federal, venceu o primeiro combate à inflação monetária. Regozijamo-nos, também, ao assinalar o "superavit" efetivo do orçamento federal, por cuja consecussão o Govêrno da República, mais uma vez, se impõe ao reconhecimento do povo brasileiro.

Durante o exercício encerrado, efetuamos as reuniões determinadas pela lei e reunimo-nos extraordinariamente sempre que se tornou necessário.

Os balanços, as contas de lucros e perdas, a caixa, o estoque de ouro, os valores em custódia e os livros principais foram por nós conferidos e encontrados em ordem.

Tomamos conhecimento do Relatório da Diretoria e apraz-nos declarar que êle reflete, com exatidão, a vida do nosso Banco no exercício a que se refere.

Propomos, por isso, que essa Assembléia aprove os balanços, as contas, os valores e o relatório.

Sugerimos, entretanto, tal como no ano passado, para atenuar a comprovada insuficiência dos atuais honorários da Diretoria, que se modifique a distribuição do lucro líquido, transferindo-se da conta "Fundo de Previsão — Cota de Refôrço" para "Bonificação à Diretoria" uma importância igual à que foi distribuída, no exercício, à título de percentagem.

Não desejamos finalizar êste parecer sem expressar uma justa homenagem e um preito de saudade ao nosso colega Comendador Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca, cujo falecimento muito nos consternou.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1948.

Dr. João Daudt D'Oliveira
Dr. Carloman da Silva Oliveira
Sr. Argemiro de Hungria Machado
Sr. Pedro de Magalhães Corrêa
Sr. Ary de Almeida e Silva

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

EM 30 DE JUNHO DE 1947

DÉBITO

	Cr$	Cr$
Despesas financeiras (juros e descontos)		313.752.253,60
Despesas administrativas:		
Despesas de impostos	18.548.434,90	
Outras despesas administrativas	297.635.567,60	316.184.002,50
Amortização do valor dos imóveis, móveis e utensílios de uso do Banco		16.499.132,30
Prejuizos		109.445.241,20
Provisão que se leva ao "Fundo para prejuizos eventuais" (Art. 45, § Único dos Estatutos), para eventual compensação de prejuizos		5.826.464,80
Distribuição do lucro líquido (Art. 45, § Único dos Estatutos):		
Fundo de reserva, cota de 10%	4.386.205,10	
Percentagem da Diretoria	480.000,00	
Dividendos, – razão de 20% ao ano	10.000.000,00	
Fundo de Beneficência dos Funcionários, 1%	438.620,50	
Fundo de previsão, cota de reforço	28.557.225,50	43.862.051,10
		805.569.145,50

CRÉDITO

RENDAS:	Cr$	Cr$
De juros e descontos de empréstimos e adiantamentos	646.023.437,10	
De juros de ações e obrigações	11.703.424,10	
De comissões	90.069.750,80	
Outras rendas	2.745.236,30	750.541.848,30
LUCROS		55.027.297,20
		805.569.145,50

Rio de Janeiro, D. F. 18 de julho de 1947

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO
Presidente

JÚLIO DE MATTOS
Chefe do Departamento de Contabilidade
(R. C. n. 1.147)

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
DISPONÍVEL			
Caixa:			
Em moeda corrente		1.092.567.146,70	
Em outras espécies		1.331.168,70	
Na Superintendência da Moeda e do Crédito		260.201.565,10	1.354.099.880,50
REALIZÁVEL			
Correspondentes no exterior		6.930.305.636,50	
Empréstimos:			
Tesouro Nacional, conta de compra de ouro	5.599,40		
Tesouro Nacional, saldo das contas de arrecadação e despesa:			
Exercício financeiro de 1946	1.118.261.413,80		
Exercício financeiro de 1947	910.758.568,00	2.029.019.981,80	
Empréstimos rurais		4.010.816.081,90	
Empréstimos industriais		657.310.702,50	
Empréstimos em letras hipotecárias		19.792.098,80	
Empréstimos de financiamento		718.204.225,10	
Caixa de empréstimos aos funcionários		24.391.638,00	
Outros empréstimos em conta corrente		4.887.109.909,80	
Títulos descontados		2.603.185.472,90	14.949.835.710,20
Títulos a receber			16.005.873,30
Títulos e valores mobiliários:			
Obrigações de Guerra		97.603.365,00	
Apólices e outras obrigações federais		65.003.007,00	
Apólices estaduais		9.822.802,00	
Apólices municipais		103.337,00	
Outros títulos em moeda nacional		1.079.440,50	
Títulos da dívida externa brasileira		117.777.116,80	
Outros títulos em moedas estrangeiras		62.432.069,90	
Outros valores mobiliários		5.379.501,00	349.200.639,20
Superintendência da Moeda e do Crédito, nossa entrega correspondente a depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10/4/1936			396.333.000,00
Carteira de Redescontos, conta de movimento			26.874.674,50
Antecipações de pagamento de câmbio comprado			93.346.124,40
Imóveis não destinados a uso do Banco			8.989.585,90
Letras hipotecárias a reemitir			2.079.700,00
Correspondentes no país			12.745.407,20
Créditos em liquidação			226.226.901,70
Agências no país			11.433.878.023,00
Agências no exterior			75.868.044,50
Outras contas do ativo realizável			3.256.252.792,70 37.777.942.113,10
FIXO			
Edifícios de uso no Banco			198.029.712,50
Móveis, utensílios e material de expediente			87.920.225,10 285.949.937,60
DE RESULTADO PENDENTE			
Contas de resultado pendente			45.831.899,00
			39.463.823.830,20
DE COMPENSAÇÃO			
Efeitos a receber de conta alheia:			
do exterior	715.269.577,80		
do país	2.451.671.234,30	3.166.940.812,10	
Mandatários por cobrança de títulos		2.187.996.166,30	6.354.936.978,40
Valores Depósitados:			
Ouro depositado pelo Tesouro Nacional (314.880.925 grs. de ouro fino)	7.096.396.435,50		
Títulos da Dívida Pública Federal, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito:			
—Decreto-lei 9.140, de 5/4/46:			
Do Banco do Brasil S A. 139.000.000,00			
De outros bancos 382.511.100,00	521.511.100,00		
— Decreto-lei 9.159, de 10/4/46 263.641.600,00	785.152.700,00		
Valores de diferentes espécies em depósito obrigatório Decreto-lei 4.166. de 11/3/1942)	56.063.373,60		
Outros valores depositados	9.093.039.489,60	17.030.651.998,70	
Valores em Garantia:			
Hipotecas	2.294.845.091,10		
Outras garantias	13.800.285.864,20	16.095.130.955,30	
Devedores por Garantias Prestadas:			
Companhia Siderúrgica Nacional	1.262.467.350,00		
Estado de São Paulo	85.873.789,20		
Estrada de Ferro Central do Brasil	6.904.954,10		
Instituto de Cacau da Bahia	8.417.316,00		
Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional	743.223.000,00		
Outras entidades	26.673.832,80	2.133.560.242,10	
Outras contas de compensação		12.281.513.873,80	52.895.794.048,30
			92.359.617.878,50

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO (Presidente) Rio de Janeiro, D. F.

PASSIVO

		Cr$	Cr$	Cr$
NÃO EXIGÍVEL				
Capital			100.000.000,00	
Fundo de reserva		370.481.837.,20		
Fundo de previsão		940.400.150,10		
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios		246.175.145,60		
Fundo para prejuizos eventuais		977.554.084,60	2.534.611.817,50	
Fundo para o desenvolvimento de iniciativas de interêsse público			39.079.374,10	2.673.691.191,60
EXIGÍVEL				
Correspondentes no exterior			1.675.096.071,60	
Depósitos:				
Depósitos de entidades públicas:				
Tesouro Nacional, contas aplicação da Lei 16, de 7/1/1947	1.791.427.937,80			
Outros depósitos de entidades públicas	2.637.921.509,30	4.429.349.447,30		
Depósitos bancários de compensação de cheques	1.301.331.382,70			
Outros depósitos bancários à vista	2.772.307.536,70	4.073.638.919,40		
Depósitos sem juros		593.696.105,10		
Depósitos sem limites		3.561.230.780,10		
Depósitos limitados		725.336.491,70		
Depósitos populares		212.108.592,80		
Depósitos de aviso prévio de menos de 90 dias		62.672.459,10		
Depósitos de aviso prévio de 90 dias ou mais		312.806.283,80		
Depósitos a prazo fixo		965.020.219,30		
Depósitos em garantia de acidentes no trabalho (Decreto 24.637, de 10/7/1934		200.000,00		
Depósitos judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias (Decreto-lei 3.077, de 26/2/1941		939.567.729,90		
Depósitos judiciais a prazo e de aviso de 90 dias ou mais (Decreto-lei 3.077 de 26/2/1941)		33.277.841,20		
Depósitos de emprêsas concessionárias de serviços públicos (Decreto-lei 3.077, de 26/2/1941)		94.042.970,40		
Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Decreto-lei 3.077, de 26/2/1941)		294.595.270,10		
Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 4.166, de 11/3/1942)		534.148.008,90		
Depósitos de garantia e para certificados de equipamento (Decreto 15.028, de 13/3/1948)		155.834.450,00		
Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10/4/1948)		404.090.639,60	17.443.616.208,70	
Superintendência da Moeda e do Crédito:				
Conta de fundos—De outros bancos (Decreto-lei 7. 293, de 2/3/45)		617.972.620,50		
Conta de juros (Decreto-lei 8.495, de 28/12/45)		27.173.665,50	645.146.286,00	
Contas correntes			2.817.631.177,20	
Bônus em circulação			75.863.000,00	
Letras Hipotecárias em circulação			23.008.600,00	
Ordens de pagamento			826.011.615,20	
Correspondentes no país			3.510.499,90	
Agências no país			11.246.817.726,60	
Agências no exterior			54.150.468'20	
Títulos a pagar:				
Certificados de equipamento		247.409.262,70		
Letras a prêmio		343.166,20	247.752.428,90	
Carteira de Redescontos			50.000.000,00	
Dividendos a pagar				
Anteriores não reclamados	2.224.040,00			
Bonificação não reclamada	637.990,00	2.862.030,00		
82.º dividendo a distribuir		10.000.000,00	12.862.030,00	
Outras contas do passivo exigível			883.402.121,60	36.004.508.233,90
DE RESULTADO PENDENTE				
Contas de resultado pendente				785.624.404,70
				39.463.823.830,20
DE COMPENSAÇÃO				
Depositantes de efeitos para cobrança			5.354.936.978,40	
Depositantes de valores em custódia			17.030.651.998,70	
Depositantes de valores em garantia			16.095.130.955,30	
Responsabilidades no exterior, por garantias prestadas a terceiros			2.133.560.242,10	
Outras contas de compensação			12.281.513.873,80	52.895.794.048,30
				92.359.617.878,50

3 de Julho de 1947

JÚLIO DE MATTOS
Chefe do Departamento de Contabilidade

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
DISPONÍVEL			
Caixa:			
Em moeda corrente		1.052.307.706,30	
Em outras espécies		1.189.951,00	1.053.497.657,3
REALIZÁVEL			
Correspondentes no exterior		7.984.232.397,40	
Empréstimos:			
Tesouro Nacional, conta de compra de ouro	5.599,40		
Tesouro Nacional, saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício financeiro de 1946	1.126.415.129,10		
Empréstimos rurais	3.683.759.584,80		
Empréstimos industriais	695.426.170,40		
Empréstimos em letras hipotecárias	20.836.325,80		
Empréstimos de financiamento	793.182.880,80		
Caixa de empréstimos aos funcionários	24.649.482,10		
Outros empréstimos em conta corrente	5.453.715.875,50		
Títulos descontados	2.745.929.342,80	14.543.920.480,70	
Títulos a receber		18.081.058,10	
Títulos e valores mobiliários:			
Obrigações de Guerra	95.731.567,00		
Apólices e outras obrigações federais	64.629.479,00		
Apólices estaduais	9.899.225,00		
Apólices municípais	61.337,00		
Outros títulos em moeda nacional	1.291.972,00		
Títulos da dívida externa brasileira	112.757.668,70		
Outros títulos em moedas estrangeiras	57.801.154,00		
Outros valores mobiliários	1.848.819,70	344.021.222,40	
Superintendência da Moeda e do Crédito, nossa entrega correspondente a depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10/4/1946		606.793.000,00	
Superintendência da Moeda e do Crédito, conta depósito		185.159.892,20	
Antecipações de pagamento de câmbio comprado		44.605.272,70	
Imóveis não destinados a uso do Banco		34.519.685,00	
Letras hipotecárias a reemitir		147.200,00	
Correspondentes no país		13.447.597,30	
Créditos em liquidação		308.371.323,50	
Agências no país		12.703.673.389,30	
Agências no exterior		94.972.727,70	
Outras contas do ativo realizável		3.728.550.762,80	40.610.496.010,1
FIXO			
Edifícios de uso do Banco		210.954.944,70	
Móveis, utensílios e material expediente		96.248.391,00	306.843.333,7
DE RESULTADO PENDENTE			
Contas de resultado pendente			75.167.665,5
			42.046.004.668,6
DE COMPENSAÇÃO			
Efeitos a receber de conta alheia			
do exterior	1.360.834.728,80		
do país	2.629.545.513,10	3.990.380.241,90	
Mandatários por cobrança de ttíulos		2.474.085.712,50	6.464.465.954,40
Valores depositados:			
Ouro depositado pelo Tesouro Nacional (314.850.925 grs. de ouro fino		7.096.396.435,50	
Títulos da Dívida Pública Federal, à ordem da Superintendência			
— da Moeda e do Crédito			
— Decreto-lei 9.140 de 5/4/46:			
Do Banco do Brasil S.A.	185.158.000,00		
De outros bancos	375.451.300,00	560.609.300,00	
— Decreto-lei 9.159 de 10/4/46	409.732.500,00	970.341.600,00	
Valores de diferentes espécies em depósito obrigatório (Decreto-lei 4.166, de 11/3/1942)		50.508.406,70	
Outros valores depositados		9.926.769.450,90	18.044.016.093,10
Valores em garantia:			
Hipotecas		2.392.619.639,90	
Outras garantias		14.542.113.204,60	16.934.732.844,50
Devedores por garantias prestadas:			
Companhia Siderúrgica Nacional		1.231.245.900,00	
Estado de São Paulo		78.067.081,00	
Estrada de Ferro Central do Brasil		4.559.197,00	
Instituto de Cacau da Bahia		5.252.920,00	
Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional		743.223.000,00	
Outras entidades		35.400.492,50	2.097.748.590,50
Outras contas de compensação		14.339.247.997,90	57.880.211.480,4
			99.928.216.149,0

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO — (Presidente) Rio de Janeiro D. F.

PASSIVO

NÃO EXIGÍVEL	Cr$	Cr$	Cr$
Capital		100.000.000,00	
Fundo de reserva	374 149.348,20		
Fundo de previsão	962.560.999,60		
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	262.635.935,30		
Fundo para prejuizos eventuais	978.469.037,20	2.577.815.320,30	
Fundo para o desenvolvimento de iniciativas de interêsse público		40.378.903,90	2.718.194.224,20
EXIGÍVEL			
Correspondentes no exterior		1.360.545.020,90	
Depósitos:			
Depósitos de entidades públicas;			
Tesouro Nacional, conta aplicação da Lei 16 de 7/2/1947	1.803.905.758,30		
Tesouro Nacional, saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício financeiro de 1947	48.090.273,30		
Outros depósitos de entidades públicas	2.353.737.247,00	4.205.733.278,60	
Depósitos bancários de compensação de cheques	1.345.124.178,10		
Outros depósitos bancários à vista	2.877.709.609,90	4.222.833.788,00	
Depósitos sem juros		730.763.861,40	
Depósitos sem limite		2.968.555.871,80	
Depósitos limitados		788.520.269,80	
Depósitos populares		206.681.344,20	
Depósitos de aviso prévio de menos de 90 dias		41.204.677,20	
Depósitos de aviso prévio de 90 dias ou mais		379.610.596,20	
Depósitos a prazo fixo		902.267.589,70	
Depósitos em garantia de acidentes no trabalho (Decreto-lei 24.637, de 10/7/1934		200.000,00	
Depósitos judiciais, à vista e de aviso de menos de 90 dias (Decreto-lei 3.077, de 26/2/1941		977.961.132,10	
Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais (Decreto-lei 3.077, de 26/2/1941		36.766.633,40	
Depósitos de emprêsas concessionárias de serviços públicos (Decreto-lei 3.077, de 26/2/1941)		103.436.613,70	
Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Decreto-lei 3.077, de 26/2/41)		299.164.585,00	
Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 4.166, de 11/3/1942)		551.393.581,90	
Depósitos de garantia e para certificados de equipamento (Decreto 15.028 e Decreto-lei 9.159, de 13/3/1944 e 10/4/1946		96.979.453,70	
Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10/4/1946)		688.461.423,00	17.200.534.699,70
Superintendência da Moeda e do Crédito:			
Conta de fundos (Decreto-lei 7.293, de 2/2/45)			
— Banco do Brasil S. A.	185.159.892,20		
— Outros bancos	623.312.425,20	808.472.317,40	
Conta de juros (Decreto-lei 8.495, de 28/12/45)		30.904.286,40	839.376.603,80
Contas correntes			3.131.451.871,40
Bônus em circulação			75.863.000,00
Letras hipotecárias em circulação			22.844.500,00
Ordens de pagamento			974.710.488,60
Correspondentes no país			4.425.078,80
Agências no país			12.802.020.811,40
Agências no exterior			74.965.878,00
Títulos a Pagar:			
Certificados de equipamento		161.323.724,90	
Letras a prêmio		449 759,40	161.773.484,30
Carteira de Redescontos			703.754.245,90
Dividendos a Pagar:			
Anteriores, não reclamados	2.228.885,00		
Bonificação, não reclamada	321.780,00	2.550.665,00	
83.º dividendo a distribuir		10.000.000,00	12.550.665,00
Outras contas do passivo exigível			1.139.254.472,90 33.504.070.820,70
DE RESULTADO PENDENTE			
Contas de resultado pendente			823.739 623,70
			42.046.004.668,60
DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de efeito para cobrança			6.464.465.954,40
Depositantes de valores em custódia			18.044.016.093,10
Depositantes de valores em garantia			16.934.732.844,50
Responsabilidades no exterior, por garantias prestadas a terceiros			2.097.748.590,50
Outras contas de compensação			14.339.247.997,90 57.880.211.480,40
			99.926.216.149,00

2 de Janeiro de 1948 JÚLIO DE MATTOS — Chefe do Departamento de Cantabilidade (R. C. n.º 1.147)

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

DÉBITO

		Cr$
Despesas financeiras (juros e redescontos)		296.775.963,6
Despesas administrativas		
Despesas de impostos	18.273.342,40	
Outras despesas administrativas	334.198.246,20	352.471.588,6
Amortização do valor dos imóveis, móveis e utensílios de uso do Banco		16.495.329,2
Prejuizos		39.854.202,8
Provisão que se leva ao "Fundo para prejuizos eventuais" (Art. 45, § Único dos Estatutos), para eventual compensação de prejuizos		918.103,3
Distribuição do lucro líquido (Art. 45, § Único dos Estatutos):		
Fundo de reserva, cota de 10%	2.667.511,00	
Percentagem da Diretoria	480.000,00	
Dividendos — razão de 20% ao ano	10.000.000,00	
Fundo de Beneficência dos Funcionários 1%	366.751,00	
Fundo de previsão, cota de reforço	22.160.849,50	36.675.111,3
		743.190.298,8

CRÉDITO

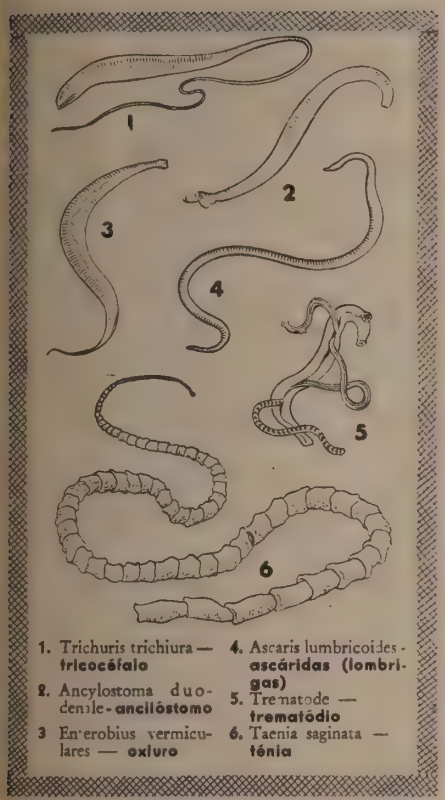
	Cr$	Cr$
RENDAS:		
De juros e descontos de empréstimos e adiantamentos	603.988.968,10	
De juros de ações e obrigações	16.759.683,20	
De comissões	102.891.780,20	
Outras rendas	2.111.257,20	725.751.688,7
LUCROS		17.438.610,1
		743.190.298,8

Rio de Janeiro, D. F. 22 de janeiro de 1948

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO
Presidente

JÚLIO DE MATTOS
Chefe do Departamento de Contabilidade
(R. C. n. 1.147)

PORQUE VOCÊ NÃO PRECISA TEMER OS VERMES INTESTINAIS



Os vermes ilustrados acima não o são em tamanho natural. Alguns medem menos de 2 cms., outros têm vários metros de comprimento.

É principalmente a falta de higiene, que abre o caminho a esses parasitas que minam a saúde e o bem-estar das pessoas.

Na ancilostomíase o sangue do paciente torna-se fraco. Podem até sobrevir abcessos capazes de causar a morte.

Primeiro "conheça os hábitos do inimigo". Existem várias espécies de parasitas que se podem localizar em nossos intestinos. Os mais comuns são os ancilóstomos (amarelão), ascáridas (lombrigas), ténias (solitárias), oxiuros e trematódios. Os ancilóstomos, geralmente penetram no organismo através da pele, mas a maioria dos parasitas são ingeridos sob a forma de ovo ou de embrião juntamente com os alimentos e com a água. Atingindo o canal intestinal os vermes passam do estado embrionário ao adulto. Alguns são eliminados nas dejecções, sob a forma de ovo ou de embrião. E assim se repete o círculo vicioso.

É fácil evitá-los SE — Você estudar cuidadosamente os conselhos acima. Se Você se habituar a tomar *sempre* estas precauções, os vermes intestinais não o atacarão. Porque a maioria deles são ingeridos nas carnes deterioradas (vaca e porco) e nos alimentos e águas contaminados. A ancilostomíase pode ser evitada, na maioria dos casos, com o simples uso do calçado. Desta maneira os vermes não conseguirão entrar através da pele dos pés. Faça com que todas as pessoas de sua casa usem sempre sapatos que cubram inteiramente os pés! Como não existem sintomas típicos produzidos pelos vermes, *prevenir-se* contra eles é providência duplamente importante.

Será fácil a cura SE — Você se livrar dos parasitas. Mas o tratamento deve ser orientado por um médico. Alguns exames podem ser feitos pelo seu médico os quais lhe dirão logo se Você tem qualquer destes parasitas. Embora não haja sintomas típicos, existem certos sinais de alarme. Ao perceber qualquer um deles, procure imediatamente o seu médico. Ei los aqui: dores abdominais, evacuações irregulares, prurido na região anal, vómitos, perda de apetite. Mesmo que Você não tenha nenhum destes sintomas, mas sinta cansaço ou desânimo permanente, Você deve procurar um médico sem demora.

● Você verá o nome SQUIBB nas prateleiras de sua farmácia. Nas receitas de seu médico também. Porque SQUIBB é um dos maiores fabricantes do mundo de penicilina, estreptomicina, vitaminas, anestésicos, hormónios e outros medicamentos receitados pelo seu médico para restabelecer ou assegurar sua saúde. Desde 1858 os Laboratórios de Pesquisas de Squibb têm descoberto, aperfeiçoado e produzido medicamentos para melhorar o padrão de saúde e aliviar o sofrimento humano em todo o mundo.

SQUIBB
PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Visão da Usina Central Barreiros

Seiscentos Mil Sacos de Açúcar numa Safra

A USINA Central Barreiros, de Pernambuco, bate um "record" jamais alcançado por suas congêneres em todo o Brasil — onde se recorda o progresso da indústria PEIXE e do parque açucareiro pernambucano.

O maior feito industrial do Nordeste acaba de ser conseguido no tocante à indústria do açúcar: a USINA CENTRAL BARREIROS produziu 500.000 sacos de açúcar até agora e, se o tempo permitir, êsse "record" aumentará nos próximos meses para 600 mil. O fato merece um registro especial.

Embora Pernambuco seja ainda hoje o único Estado monocultor da cana de açúcar, sempre lutou contra inúmeros fatôres: terra debilitada aqui e ali; maquinaria antiquada; banguês rudimentares; indústria quase doméstica. Guardando as devidas proporções, Estados como São Paulo chegaram a produzir mais que Pernambuco, mesmo no tempo em que o Instituto do Açúcar e do Álcool controlava as possibilidades de outros núcleos que exploram a cultura canavieira. Daí uma melancólica interrogação. A indústria canavieira pernambucana estava em decadência? A indústria mantinha-se simplesmente por um capricho tradicional? As terras já não seriam capazes de elevar a cultura ao nível de outras regiões? As dificuldades seriam oriundas das condições climatéricas ou simplesmente do rudimentarismo dos produtores?

Hoje, mesmo com a liberação da produção — inegavelmente o maior êrro administrativo do I. A. A. — chegou-se a uma conclusão: os responsáveis pela proclamada "decadência" da indústria açucareira pernambucana não eram os elementos mas os próprios homens. Senão vejamos.

PREGUIÇOSAS MOENDAS ENLOUQUECEM...

A USINA CENTRAL BARREIROS é uma grande e velha usina do Nordeste. Lerda como tudo, há dez anos. Triturando as safras numa comedida obrigação mecânica.

Súbito, porém, comemora-se a maior produção de açúcar do Nordeste, isto é, uma produção de, talvez, 600.000 sacos, o que pareceria impossível não fôsse a evidência dos fatos. Dir-se-ia, numa lucubração literária, que moendas e turbinas enlouqueceram...

Só se concebe que uma usina do Nordeste atinja a êsse plano, entrando-se em pormenores técnicos. Calculando, medindo e pesando os seus recursos e o poder de iniciativa de seu dirigente. O Sr. Manuel de Brito procura imprimir ao estabelecimento que adquiriu os mesmos métodos que empregou em suas fábricas de doces PEIXE. O êxito não tarda. Os resultados se não são imediatos, caminham a grandes passos para o ponto em que já agora chegamos. A sua usina dá o maior volume de rendimentos já verificado mesmo entre as mais modernas fábricas instaladas no Brasil.

ONDE SE RECORDA A INDÚSTRIA DO DOCE PEIXE

Hoje, no Brasil como na Europa e nas Américas, se conhece a marca PEIXE. A produção nacional dos produtos dessa marca é a maior do

país. Fazendo-se um paralelo de como nasceu e de como hoje é, vê-se claramente quanto pode um "homem dínamo" — o industrial Manuel de Brito.

Sabe-se, em Pernambuco, como nasceu a indústria PEIXE. Uma indústria doméstica que as mãos hábeis de D. Maria de Brito deu o primeiro e quase definitivo impulso. Ficou sendo, com a morte do casal, uma espécie de indústria congênita. A história da indústria PEIXE é uma longa, laboriosa e bonita história, que na falta de pormenores à mão deixamos de transcrever nesta reportagem da USINA CENTRAL BARREIROS, umbelicalmente ligada à indústria do doce pernambucano. Numa, como na outra, a firme orientação do industrial Manuel de Brito está visível e patente. O homem que transformou a indústria de doces feitos na cozinha de sua residência numa das maiores fábricas de conservas e doces do mundo, transformou uma preguiçosa usina nordestina na maior produtora do Brasil. Isto consola e envaidece.

A FESTA DOS 500.000 SACOS

A produção da Usina Central Barreiros na safra de 1947-48 foi comemorada com uma festa no dia 1.º de abril corrente, sendo convidadas, do Recife, numerosas pessoas que seguiram em vários automóveis formando curiosa caravana. Viam-se integrando-a industriais, todos os banqueiros do Recife, comerciantes, jornalistas e famílias da melhor sociedade local, todos vivamente interessdos em visitar o grande núcleo fabril.

A CHEGADA DA COMITIVA

Depois de pequeno repouso na "Casa Grande" da Usina, onde reside o Sr. Álvaro Azevedo, diretor-gerente da USINA CENTRAL BARREIROS, a comitiva demandou à Usina, a fim de assistir à solenidade a realizar-se naquele dia. Acompanharam-na os Srs. Manuel de Brito, Álvaro Azevedo e demais funcionários graduados da Usina, que passaram a encaminhar, explicando os detalhes de tudo o que os caravaneiros iam observando.

Começou-se pela esteira das canas, seguindo-se a visita ao basculador dos carros carregados ao lado da esteira, ao primeiro quebrador e às diversas máquinas das moendas, decantação, filtros, tríplice efeito, turbinas movidas por eletricidade de onde sai o açúcar que, após o processo de secagem, vai para a seção de ensacamento.

Às 12 horas, cheio o saco de açúcar marca 500.000, serviço que foi para-

O saco 500.000 ao centro de um grupo, em que se veem o industrial Manoel de Brito e numerosos amigos

ninfado pelas senhoras F. Pessoa de Queiroz, Álvaro Azevedo, Sebastião Holanda e Roberto Azevedo, o Sr. Beroaldo Melo iniciou um "Leilão à Americana", do saco 500.000, em benefício da Sociedade Beneficente dos Cegos do Recife, de que é presidente, abrindo com a soma de 1.000 cruzeiros.

Foram feitos vários lances, sendo afinal arrematado o saco pelo Sr. Manuel de Brito, com 5.000 cruzeiros.

Após realizou-se na Casa Grande da Usina, o almôço à americana, sendo trocado vários brindes ao pospasto.

IMPRESSÕES

Os caravaneiros regressaram ao Recife encantado com tudo que lhes foi dado a ver, na memorável visita.

Circunstância a destacar foi sem dúvida o tratamento recebido do Sr. Manuel de Brito, por tôdas as pessoas convidadas. O grande industrial pernambucano, além de oferecer a oportunidade de um dia aprazível em contacto íntimo com a sua indústria e com a sua família, cumulou ainda os visitantes de tôda sorte de gentilezas.

Pôde a reportagem verificar ainda o tratamento de ordem social que recebem os trabalhadores da USINA CENTRAL BARREIROS. Despende o Sr. Manuel de Brito grandes quantias com o amparo ao seu trabalhador, higienizando o ambiente onde trabalha, cuidando de sua saúde e da educação dos seus filhos. Sem isso, é bem de vem, não teria conseguido um "record" de produção somente alcançado no Brasil agora, depois de trezentos anos de uma indústria incipiente.

Industriais e banqueiros pernambucanos, apreciando a secção de moêndas

BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL S. A.

RUA DA QUITANDA, 129

CAPITAL E RESERVAS ..... Cr$ 103.730.718,00
DEPÓSITOS ..... Cr$ 281.120.432,00

Recebe depósitos à vista e a prazo.

Concede taxas especiais nas operações de desconto à indústria e ao comércio.

Emite letras hipotecárias ao portador, juros de 7% a. a., com cupões semestrais e garantidas especialmente pelos seus empréstimos hipotecários.

O Banco recebe ao par essas letras, em pagamento de amortizações vencidas de qualquer dos seus empréstimos hipotecários.

TABELA PARA DEPÓSITOS

DEPÓSITOS POPULARES — LIMITE CR$ 10.000,00
Juros 5,5% a. a.

DEPÓSITOS LIMITADOS — LIMITE CR$ 200.000,00
Juros 5% a. a.

DEPÓSITOS À VISTA — SEM LIMITE
Juros 3,5% a. a.

DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO
30 dias — Juros 4% a. a.
60 " " 4,5% a. a.
90 " " 5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO
De 6 meses — Juros 5,5% a. a.
De 12 " " 6% a. a
De 24 " " 6,5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO — RENDA MENSAL
De 12 meses — Juros 5,5% a. a.
De 24 " " 6% a. a.

Relatório do Banco da Prefeitura do Distrito Federal, S. A.

EXERCÍCIO DE 1947

Senhores Acionistas

Em cumprimento ao disposto na tra "i" do art. 24 dos Estatutos, te- os o prazer de apresentar, com os alanços do Banco referentes ao exer- ício de 1947, o relatório de suas ati- idades nesse período.

A exposição objetiva dos resulta- os obtidos no exercício de 1947 pelo anco da Prefeitura do Distrito Fe- eral S. A., comporta sucintas consi- erações, tendentes a realçar o êxito os esforços de quantos nêle traba- am com o propósito de colocá-lo no lano para que foi instituído, sob a nspiração de servir aos mais altos in- erêsses do Distrito Federal.

Atentando-se para o prazo do seu ncionamento, que teve início em arço de 1946, verifica-se que o pe- odo de apenas dois anos decorridos, é agora, é suficientemente expressi- o para indicar, em confronto com os ados que marcam o ritmo lisongeiro as suas atividades, o acêrto das pro- idências que assinalam as fases su- essivas e ainda em curso da sua or- anização definitiva.

As características especiais de que reveste no nosso meio, como ban- misto, exigem considerações e me- idas de ordem técnica que permitam fácil e útil funcionamento de suas rteiras, e que, pela natureza e com- lexidade próprias, muito se distan- am do comum das práticas da roti- a bancária.

O comércio, a agricultura, a indús- ia, os servidores públicos no exercí- o de funções efetivas ou não, e quan- s se dedicam ao desenvolvimento da dade nos mais variados aspectos, en- ontram no Banco da Prefeitura do istrito Federal, o estímulo e apoio ara suas iniciativas legítimas — cré- ito comercial e industrial, casa pró- ria, transportes, fomento de produ- ão, empréstimos hipotecários — atra- és de financiamentos concedidos nas ndições acessíveis e vantajosas pres- itas nos Estatutos e Regulamentos a ue obedecem.

Merecem, pois, realce, os índices de perosidade dos diversos órgãos do Banco, que puderam apresentar, em conjunto, no exercício de 1947, resultados que adiante se exprimem em cifras, sujeitas a exame e deliberação dos dignos acionistas, comportando, contudo, brevíssima indicação preliminar dos esforços empregados na sua obtenção.

1. RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL

Uma das grandes realizações do Banco foi o desenvolvimento da execução do plano de recuperação agrícola do Distrito Federal, autorizado pelo Decreto n. 22.010 de 30-10-46, regulamentado pelo Decreto executivo n. 8.799 de 10-2-47 e modificado pelo Decreto n. 9.089, de 17-12-47 do atual Prefeito do Distrito Federal o Exmo. Sr. Gal. Angelo Mendes de Moraes.

Impôs-se nova regulamentação para o crédito rural, devido às dificuldades de ordem técnica que foram surgindo durante a sua execução, sendo as mesmas definitivamente eliminadas pelos novos dispositivos que importaram em simplificação das formalidades exigidas na concessão de crédito aos agricultores locais.

2. RECURSOS, DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

O total dos recursos do Banco, durante 1947, sofreu sensível aumento até setembro, quando se apresentou a maior cifra, sendo que os depósitos de entidades públicas, notadamente os da Prefeitura, tiveram relevante influência nesse crescimento.

RECURSOS

	Milhões de cruzeiros
Janeiro	323
Março	355
Junho	507
Agôsto	537
Setembro	538
Dezembro	468

EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS

O total de empréstimos e adiantamentos em dezembro de 1946 montava a Cr$ 128.000.000,00. Durante o exercício passado cresceu constantemente, apresentando em dezembro de 1947 o saldo de 362 milhões de cruzeiros.

	Milhões de cruzeiros
Janeiro	138
Março	182
Maio	260
Julho	318
Setembro	352
Novembro	363
Dezembro	362

3. EMPRÉSTIMO A PRAZO CURTO (CARTEIRA COMERCIAL)

As operações da Carteira Comercial que em dezembro de 1946 somavam Cr$ 72.000.000,00, já em 1947 alcançaram cifras elevadas, tendo havido aumento constante de investimentos por meio de títulos descontados e de empréstimos em conta corrente, com pequena redução no fim do exercício. Em dezembro de 1947 êsses empréstimos montavam a Cr$ 228.000.000,00. Os números abaixo, traduzem claramente o volume das operações:

	Milhões de cruzeiros
Janeiro	81
Abril	140
Julho	210
Setembro	234
Dezembro	228

4. EMPRÉSTIMOS A PRAZO MÉDIO (CARTEIRA DE FINANCIAMENTO)

Em dezembro de 1946 os empréstimos a prazo médio (máximo de 5

anos) totalizavam Cr$ 31.000.000,00 contra Cr$ 51.503.000,00 em 1947, assim distribuídos:

	Milhares de cruzeiros
Empréstimos Industriais ...	16.869
Empréstimos rurais	1.239
Empréstimos a Entidades Públicas	33.310
Empréstimos a Func. Municipais	85
	51.503

Os empréstimos a Entidades Públicas foram destinados à Prefeitura do Distrito Federal, para atender ao pagamento de subvenções por ela devidas à extinta Comissão Executiva do Leite. O Montepio dos Empregados Municipais também obteve empréstimo para ampliar as suas transações com os servidores municipais.

Os adiantamentos aos servidores da Prefeitura são feitos até o limite de Cr$ 20.000,00, conjugados com os empréstimos hipotecários, visando facilitar a aquisição de casa própria.

Em dezembro de 1946 as operações de crédito rural montavam a Cr$ 245.000,00. Já, em dezembro de 1947, o volume das referidas operações se expressava pelo quadro abaixo:

Empréstimos autorizados	Cr$	5.971.346,20
Empréstimos realizados	Cr$	2.260.008,90

5. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS IMOBILIÁRIOS (CARTEIRA HIPOTECÁRIA)

Em dezembro de 1946 êstes empréstimos atingiram a cifra de Cr$ ..... 25.000.000,00 contra Cr$ ..... 82.000.000,00 em 1947, conforme distribuição abaixo:

	Milhões de cruzeiros
Empréstimos em Letras Hipotecárias	48
Empréstimos particulares ...	13
Empréstimos a funcionários da Prefeitura	21
Total	82

Os empréstimos a funcionários da Prefeitura destinaram-se à aquisição de casa própria; em 1946 foram feitos 54 no valor de Cr$ 7.095.000,00; já em 1947 realizamos 203 no valor de Cr$ 21.000.000,00 aproximadamente.

6, DEPÓSITOS

Em dezembro de 1946 o total dos depósitos era de Cr$ 220.000.000,00. Em 1947, atingiu a 281 milhões de cruzeiros no encerramento do exercício.

As entidades públicas (Prefeitura e Montepio dos Empregados Municipais) mantiveram depósitos à vista de elevado vulto.

7. LETRAS HIPOTECÁRIAS

Seguindo os princípios estabelecidos no exercício anterior para a emissão de Letras Hipotecárias, o Banco já tinha emitido em dezembro o total de Cr$ 39.000.000,00, contra Cr$ ..... 8.000.000,00 em 1946.

Sua aceitação por parte do público provou que teve bom êxito a orientação adotada. Realmente, os juros de 7% a. a., pagáveis semestralmente, e a vantagem do Banco receber ao par as letras em pagamento de amortizações vencidas de qualquer dos seus empréstimos hipotecários tem atraído compradores para êstes títulos.

8. RESULTADOS FINANCEIROS

O lucro líquido apurado no exercício assim se expressou:

	Milhões de cruzeiros
1.º semestre	6.983
2.º semestre	7.195

As reservas do Banco em 1946 totalizavam Cr$ 633.892,50, já em dezembro de 1947 somavam Cr$ ..... 3.730.718,90.

A créditos em liquidação levamos a importância de Cr$ 580.353,50 proveniente de débitos duvidosos. Nas obrigações de guerra de propriedade do Banco, registrou-se prejuízo, por desvalorização, de Cr$ 205.756,00.

Distribuímos no exercício de 1947 os 1.º e 2.º dividendos, ambos de 9% a. a., os quais, atendendo a têrmos pouco mais de um ano de atividade, demonstram cabalmente a boa rentabilidade de nossas ações.

9. AÇÕES DO BANCO

Em 1946 foram negociadas 20.197 ações. Em 1947, registraram-se negócios com 17.502 ações.

10. DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Em 1.º de julho de 1947, o Dr. Paulo Frederico de Magalhães deixou a Presidência, tendo sido nomeado seu substituto o primeiro signatário dêste relatório. O Dr. Floriano de Araujo Góes, Diretor da Carteira Comercial, renunciou ao cargo, sendo convocado para substituí-lo, em caráter interino, o acionista Dr. Paulo Frederico de Magalhães.

No Conselho de Administração ocorreu a vaga do Conselheiro Sr. Fausto Bebiano Martins, que renunciou, sendo convocado, interinamente, para substituí-lo, o Dr. Nelson Mufarrej.

Os dois importantes órgãos que completam a organização do Banco da Prefeitura funcionaram normalmente na forma dos Estatutos e dos respectivos regimentos.

Aos seus ilustres membros consignamos os melhores agradecimentos pela valiosa colaboração prestada para o êxito alcançado nos nossos trabalhos.

A Diretoria realizou regularmente suas sessões no decorrer do ano de 1947.

11. AGÊNCIAS

A Diretoria do Banco está providenciando a instalação de várias Agências no Distrito Federal, na zona rural, visando facilitar a distribuição de crédito aos agricultores. Além disso, elas farão outras operações permitidas aos estabelecimentos bancários.

Deverá ser inaugurada em princípio do mês vindouro a primeira agência rural, localizada em Jacarepaguá.

12. FUNCIONÁRIOS

Deixamos aqui expressos os nossos agradecimentos ao digno funcionalismo do Banco, pela operosidade e eficiente colaboração no desempenho das tarefas que lhes foram confiadas.

13. SEDE

Estamos adaptando parte do Edifício União Mercantil, à Av. Rio Branco, ns. 39-41, onde adquirimos o subsolo e sete pavimentos. A nova sede do Banco permitirá melhor instalação de todos os seus serviços.

14. RENOVAÇÃO DE MANDATOS

Na Assembléia dêste ano deverão r renovados os mandatos dos mem-os dos Conselhos de Administração Fiscal.

15. CONCLUSÃO

Anexos se encontram os balanços e monstrações de lucros e perdas, re-rentes aos semestres de 1947.

Colocamo-nos ao vosso inteiro dis-r para quaisquer outros esclareci-entos.

Rio de Janeiro, março de 1948.

Henrique Dodsworth
Diretor-Presidente.
Romero Estellita Cavalcanti Pessoa
Eduardo de Góes Trindade
João Lima Padua

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Emitindo o nosso parecer sôbre os gócios do Banco da Prefeitura do strito Federal S. A., no exercício de 1947, constante dos balanços semestrais e demais documentos submetidos pela sua digna Diretoria à nossa apreciação, temos a registrar em primeiro lugar o prazer que experimentamos com o desenvolvimento que vem tendo êsse estabelecimento.

Constata-se pelo balanço do semestre próximo findo que o fundo de reserva legal, que era de Cr$ 16.602,90 (dezesseis mil seiscentos e dois cruzeiros e noventa centavos) no encerramento do exercício de 1946, passou a Cr$ 611.509,40 (seiscentos e onze mil quinhentos e nove cruzeiros e quarenta centavos), tendo havido, pois, um aumento de Cr$ 594.906,50. Verifica-se mais que o fundo de previsão, que em igual época montava a Cr$ 516.602,90 (quinhentos e dezesseis mil seiscentos e dois cruzeiros e noventa centavos), subiu a Cr$ ..... 2.811.509,40 (dois milhões oitocentos e onze mil quinhentos e nove cruzeiros e quarenta centavos) e que foram também aumentadas as diferentes rubricas relativas a outras verbas.

Do lucro líquido apurado no último semestre no valor de Cr$ ..... 5.914.989,40 (cinco milhões novecentos e quatorze mil novecentos e oitenta e nove cruzeiros e quarenta centavos), depois de feitas as deduções previstas nos Estatutos, restou um saldo de Cr$ 240.838,50 (duzentos e quarenta mil oitocentos e trinta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), que passou para o primeiro semestre de 1948.

Aos acionistas foram distribuídos dividendos correspondentes a 9% ao ano.

Foram concedidas gratificações à Diretoria e aos funcionários, tanto no primeiro semestre como no segundo.

Realizaram-se regularmente as nossas reuniões mensais e foram lavradas as respectivas atas no livro competente, tendo sido consignada a nossa boa impressão quanto à regularidade da escrituração e dos serviços afetos ao Banco.

Opinamos, pois, pela aprovação das contas e dos balanços apresentados pela ilustrada Diretoria, quanto ao exercício de 1947 próximo passado.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1948.

as.) *Antônio Angra de Oliveira*
as.) *Carlos Martins Gonçalves Penna.*
as.) *Mário Ribeiro Pereira.*

Swift do Brasil

Frigoríficos em

RIO GRANDE -- ROSÁRIO -- UTINGA

Fábricas de Óleos Vegetais em

CAMPINAS - RIO PRETO

Agências e Filiais em todo território nacional

MATRIZ - Rua Dr. Falcão Filho, 56 - 10.º Andar - São Paulo

HÁ MAIS DE UM QUARTO DE SÉCULO
DISTRIBUIDORES MUNDIAIS DE PRODUTOS BRASILEIROS

O SENHOR PODERÁ OBTER MAIORES VENDAS COM OS SEUS ANÚNCIOS SE PLANEJÁ-LOS COM BASE EM INFORMAÇÕES SEGURAS

Como anunciante, o Sr. seria capaz de responder estas perguntas?

— QUAL O MATUTINO DE MAIOR CIRCULAÇÃO NA CLASSE RICA DO RIO DE JANEIRO?

— QUANTOS BILHÕES DE CRUZEIROS SÃO GASTOS PELA POPULAÇÃO CARIOCA PARA SATISFAÇÃO DE SUAS NECESSIDADES IMEDIATAS?

— EM QUE VESPERTINO O SEU ANÚNCIO ATINGIRÁ MAIS ECONÔMICAMENTE A CLASSE MÉDIA DO DISTRITO FEDERAL?

— QUE ORGANIZAÇÕES, NO RIO DE JANEIRO, ESTÃO EM CONDIÇÕES DE LHE FAZER UM PLANO DE PROPAGANDA PARA ANÚNCIOS DE RÁDIO NO INTERIOR?

— QUAIS OS ESTADOS DO BRASIL DE ÍNDICE DE VIDA MAIS ELEVADO?

Será interessante o Sr. conferir os dados que possui a respeito dêsses problemas e de muitos outros, de grande importância para o maior rendimento de suas vendas com os dados atualíssimos do último ANUÁRIO DE PUBLICIDADE.

Encontrará alí estudos sôbre:

— OS JORNAIS E SEUS LEITORES NO RIO DE JANEIRO.
— BASES ESTATÍSTICAS PARA O LANÇAMENTO DE UM PRODUTO NO BRASIL.

— AS MELHORES CAMPANHAS DE PROPAGANDA DE 1947 E OS MOTIVOS POR QUE ELAS PRODUZIRAM MAIORES VENDAS.

— O QUE OS CLIENTES PENSAM DAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE.
— O RÁDIO VISTO COMO VEÍCULO DE PROPAGANDA COMERCIAL.
— PANORAMA DA PUBLICIDADE NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS E NA ARGENTINA.
— RELAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE EXISTENTES NO BRASIL.

Adquira para o seu uso próprio ou para o seu Departamento de Propaganda um exemplar do ANUÁRIO DE PUBLICIDADE, e conseguirá nêle informações que lhe poderão fazer mais eficiente as verbas aplicadas em propaganda. Preço: Cr$ 50,00.

Dirija-se a Editôra Publicidade & Negócios Ltda., Av. Rio Branco, 117-3.º and., sala 323 — Rio de Janeiro ou peça-o pelo reembôlso, se estiver fora do Rio, usando o cupom abaixo:

ANUÁRIO DE PUBLICIDADE

À Editôra Publicidade & Negócios Ltda. — C. Postal 3748 — Rio. Peço enviar-me, pelo preço de Cr$ 50,00, um exemplar do ANUÁRIO DE PUBLICIDADE.

Nome .....

Enderêço .....

Cidade ..... Estado .....

Despovoamento da Área Sertaneja

Manuel Diégues Júnior

I

SEDUZINDO as populações o ouro era sempre uma esperança riqueza. Na época de decadência, perspectiva de dinheiro fácil não andonava os habitantes de Minas. a vastidão do território, escassa a pulação, o que se via era aquêle pa- rama de homens procurando veios ríferos; catando os córregos e os chos, essa gente não cuidava de ou- vida, esquecia as possibilidades da ricultura. Um verdadeiro sebastia- smo do ouro. Ao mesmo tempo ia- enchendo de dívidas.

De Oliveira Martins (1) é a des- ção dêsse drama do mineiro que, n alguns escravos, procurava en- ntrar ouro ou diamante: "compra- fiado e caro, vegetava numa apatia ta de ilusões, e com ela crescia o to pelos terrenos já lavrados e a norância das crianças que medravam idade. O ver-se dono de escravos va-lhe orgulho, a esperança de uma ueza possível, confiança. A memó- das opulências remotas, de que tava a bacia de prata onde o hós- le lavava as mãos ao passar de via- n; enchia-o de uma satisfação qua- aristocrática."

Em verdade, o panorama não po- ia ser outro. O ouro não alicerça- riquezas; apenas iludira. Saíra das as para as arcas da côrte lusitana. ara, dêste modo, na colônia, uma ulação de ricaços improvisados, itos dêles aventureiros surgidos de ente; população que se tornou pa- itária diante das cintilações do ouro os diamantes. Sem fundamentos na ra, na maioria ali conduzida pela ntura fácil das minas e a ambição enriquecer, essa gente, na hora da rocada, se viu sem fôrças para rea- , entregando-se à agricultura; pre- iu regredir a ponto talvez inferior que era antes; e continuar a espec- va de uma nova idade áurea das as.

Acrescente-se que essas populações, impelidas para os veios de ouro por um pensamento exclusivo de fazer fortuna, não tinham propósito de fixação; eram conduzidas mais pelo espírito nômade e aventuresco de catar aqui e ali uma amostra de ouro. Espalham-se batéias por uma extensão enorme de território; a preocupação era encontrar minas. E por isso andavam léguas e léguas sem nenhum desejo de armar a tenda e transformá-la num lar.

Tal coisa encontra, de certo, a sua justificativa. Ela está primeiramente em que essas ondas de movimento humano se agitam através de uma luta permanente contra o meio, não somente nos sobressaltos consequentes às "razzias' de grupos armados, como ainda na queima de matas que lhes seriam providenciais de futuro. Imprevidentes, porém, destruíram-nas. Eram forçados logo depois à mudança, uma vez que não havia prosperidade no núcleo. A consequência é, desta forma, uma migração constante, onde não há fronteiras definidas ou conhecidas; atravessam-nas nas suas investidas para ir além. Outras causas contribuíam para essas mudanças, não das menores entre elas as atividades dos indígenas, na maioria ainda não civilizados, outros recuados do litoral, e, portanto, ardentes de ódio aos colonizadores.

Estas mudanças sucessivas foram deixando aqui e ali os primeiros focos de habitação, quer fôsse pela dispersão do elemento humano, quer fôsse ainda pelas necessidades de subsistência. Êste foi um dos mais graves problemas dentro da exploração mineira, pelo abandono a que se relegou a agricultura. Daí a formação de pequenos agrupamentos ou arraiais para prevenir a produção de gêneros alimentícios. Dêles nasceram, posteriormente, povoados, vilas, cidades. Isto, porém, na fase em que a diminuição do ouro ia criando o desânimo nos exploradores, e, consequentemente, o desejo de fixar-se para cuidar de outro meio de vida.

Na verdade, os bandeirantes não foram povoadores, a não ser quando no último ciclo do bandeirismo eram levados, por influências econômicas do momento, a fundar fazendas de gado. E isto pela atração pastoril do São Francisco, tão bem notada por Euclides da Cunha; para a região convergiam, em migrações sucessivas, os paulistas de Domingos Sertão, os baianos de Garcia D'Ávila, os pernambucanos de Francisco Caldas, os portugueses de Manuel Nunes Viana, transformando-a assim no traço de união mais legítimo das duas sociedades que se formavam tão distanciadas: o litoral e o sertão. Entrelaçavam-se extremos opostos; reuniam-se elementos étnicos diversos; surge dêsses choques um cruzamento inevitável; e forma-se em consequência "uma sociedade revôlta, aventurosa e sonhadora, sôbre a terra farta". (2)

Antes, porém, não se encontra qualquer outro traço de fixação. As bandeiras, no seu nomadismo, despovoavam, pois "a sua passagem não deixa vestígios", como referiu Pedro Calmon (3), adiantando mesmo que só demoram onde encontram ouro ou onde a ordem régia os obriga a parar e ficar, defendendo as minas. Nas bandeiras, vamos encontrar, pois, a primeira causa histórica para o despovoamento sertanejo; para a criação, nesta zona, de uma sociedade sem elementos fixos, onde o êxodo arraigado nas gentes, não havendo outra preocupação que o espírito nômade a ditar-lhe sempre novos caminhos e

---

1) — *O Brasil e as colônias portuguesas*, 3.ª ed., Livraria Bertrand, Lisboa.

2) — Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 2.ª ed., 1903.

3) — *Espírito da Sociedade Colonial*, São Paulo, 1935.

novas aventuras, impera e contribui para que as migrações constantes deixem em abandono a região.

II

Na vastidão do território interior, criou-se um verdadeiro deserto humano. Não somente há uma causa histórica a considerar; outras, podem ser encontradas: físicas, sociais, econômicas.

Há assim uma pluralidade de causas influindo no despovoamento, onde surge, sem dúvida em plano destacado, a devastação das florestas, criando para o homem um ambiente insuportável à vida.

Esta devastação tem sido feita no Brasil, principalmente, de dois modos: a queima e as derrubadas. Por esta maneira, os índios arrancavam as árvores tintoriais para vender aos franceses ou aos portugueses; é ainda a derrubada o sistema usado na lavoura. Na do açúcar, por exemplo. A derrubada se faz para o alargamento do terreno, dada a fome de extensão dos engenhos e das usinas, e também para fornecer madeira para as fornalhas.

Mesmo para fazer a roça o lavrador não tem cerimônia: escolhido o local derruba a mata sem piedade. Dias e dias de trabalho são consumidos nestes cortes, se o pedaço escolhido é grande.-Enorme quantidade de árvores derruba-se anualmente no território brasileiro. A princípio para os engenhos; depois para êstes e as usinas; por último incorporou-se mais um devastador de floresta: a estrada de ferro. Os cortes são sistemáticos para atender às necessidades das usinas e das máquinas das emprêsas de linha férrea. Esta derrubada se faz por modo único: dados os cortes profundos e provocada a queda da árvore maior, começam as demais a estalar e vão se inclinando até que se abrecia o movimento de descida. E aí vão as árvores vizinhas, que tombam no chão num barulho enorme, lascadas e quebradas, voando os galhos pelo ar em fora.

A queima é outra maneira comum de devastar as florestas. Dela nos dá uma descrição Eugênio Warning, professor da Universidade de Copenhague, e de cuja visita à Lagoa Santa nos deixou um livro. Warning, que presenciou, muitas vêzes, à noite, as encostas dos morros vizinhos ornadas com as ondas de fogo dessas queimas, assim refere a destruição das florestas pelo fogo: "Avançado o período da sêca, quando um sol ardente num céu azul sem nuvens já tem crestado a grama campestre alta, já há muito de côr cinzenta e reduzida a feno, e quando já não serve mais, sendo até rejeitada pelo gado livre que no interior do Brasil constitui a maior riqueza da população, o lavrador, ou melhor o criador, trata de arranjar pasto novo. Põe fogo nos campos; as gramíneas e tôdas as outras ervas e sub-arbustos ardem com a maior facilidade e depressa uma comprida e ondulante linha de fogo rasteja crepitando sôbre o chão, devorando as plantas, até muitos arbustos, e atacando as próprias árvores, carbonizando-lhes os troncos e os galhos baixos. As chamas muitas vêzes atingem a vários pés de altura, envolvendo os troncos; as fôlhas suas, enrolam-se e muitas das inferiores são consumidas em companhia de muitos ramos e galhos, morrendo outros pelo calor e que mais cedo ou mais tarde são quebrados pelo vento que os sacode."(4)

De julho a setembro é a época própria para a queima. A mata queimada apresenta um aspecto desolador: os troncos das árvores tostam-se e enegrecem; a folhagem torna-se escura; o terreno fica com um cheiro acre. Das queimas resultam, como registra Warning, consequências morfológicas e biológicas, entre elas, a de abreviar a queda das fôlhas, adiantamento da primavera, falta de chuva regular, influência na produção das formas contorcidas e arcadas das árvores.

A queima tem sido um processo de caráter primitivo e, por ser o mais rápido, foi o mais usado pelos bandeirantes. Dadas as necessidades de encontrar vieiros os bandeirantes promoviam a queima de extensas florestas. Fazia-se a destruição sem pena porque a importância do ouro, de descobrir-lhe os filões, estava acima de tudo. Debalde houve leis proibindo o corte das árvores. Tão necessárias à proteção das águas e do próprio homem, as matas eram derrubadas sem se levar em conta as cartas régias e os alvarás. A lei era o ouro.

Note-se, aliás, que esta devastação começou pelo próprio litoral. Não seria de estranhar tal coisa com o caráter insular da nossa formação. No seu contato com as ilhas o homem tem necessidade de vencer o ambiente para poder dominar. A resistência das florestas é o primeiro embaraço que se lhe depara. Daí o desmedido corte de árvores. Nas ilhas do Mediterrâneo, o desflorestamento foi intenso, porque a aglomeração humana, densa por demais, tinha que desmudar o ambiente para implantar uma cultura. O mesmo se deu na ilha Maurícia, a princípio inteiramente coberta de florestas; com a chegada dos homens estas foram desaparecendo rapidamente. Como colonizador, aliás, o europeu foi um destruidor de florestas, embora não lhe caiba privilégio do título, porque em tôdas as raças encontramos a prática da devastação das matas. E' justamente nas ilhas que se torna mais violenta a destruição florestal.

E foi o que se deu no Brasil, começando mesmo pelo litoral. Há quatro séculos o homem vem destruindo imprevidentemente "a vestimenta florística da região" numa obra nefasta de resultados prejudiciais que se fazem sentir atualmente. (5) A procura do pau-brasil fazia com que se derrubassem as árvores, fôssem elas quais fôssem. Deve-se mesmo acreditar que na derrubada do pau-brasil deveriam ser abatidas também outras árvores tintoriais. O anil, a coxonila, o urucum, por exemplo. Também da baarúna, do ipê, da açafroa, se produzia tinta. E ainda da tatajuba, árvore do sertão de que se extrai uma tinta amarela (6). Além do mais a monocultura açucareira impunha que se lhe abrissem novas terras, tamanho era o seu poder de alargamento. Primeiro, devido ao comércio; depois, à exploração agrícola e em consequência a destruição de grandes florestas, de bosques densos e extensos.

E isso se fazia por múltiplas necessidades: para as fornalhas dos engenhos, para construir navios, para exportar. Em 1680, do Maranhão, dizia o Padre Vieira que "as madeiras, com o fabrico dos navios, a destruição das roças em que se derrubam e queimam, já são menos e muito distantes". Na primeira década do século XIX, ainda não satisfeito dos cortes já feitos, Portugal concedia à Inglaterra, pelo tratado de Aliança e Amizade, o "privilégio de fazer comprar, e cortar madeiras para construção de navios de guerras nos bosques, florestas e matas do Brasil", excluídas apenas as

---

4) — *Lagoa Santa* — contribuição para a geografia fitobiológica, trad. de Alberto Loefgren.

5) — A. J. de Sampaio — *Fitogeografia do Brasil*, São Paulo, 1934.

6) — Da tatajuba, refere Rocha Pita, que os holandeses obtinham, grandes lucros "com a preciosa tinta amarela que faz", in *História da América Portuguesa*, lv. 1.º, n. 55.

lorestas reais, que seriam utilizadas ela Marinha Lusa. Era assim o próprio Estado que contribuía para destruir as matas. Que levava o homem a ermanentes cortes e queimas das árores. E "êsse estado de guerra entre homem e a mata", notado por Gilberto Freire (7), tão intenso e tão orte, se estendeu além do necessário.

O homem no Brasil não se contentou em derrubar a mataria que impedia o alargamento do engenho; avançou o mais que pôde, criando mesmo o espírito brasileiro, essa indiferença pelas árvores e seu plantio, pelo seu desenvolvimento e sua influência. Von Luetzelburg, citado por Gilberto Freire, acredita que em Pernambuco as matas tenham coberto 34 por cento a área do Estado, restringindo-se hoje a 14 por cento. Para os outros Estados, principalmente naqueles onde foi maior o comércio de pau de tinta os primeiros tempos, a proporção não será menor.

E' o que se pode concluir dos números referidos por Luetzelburg e que A. J. de Sampaio transcreve: numa área total de 157.660 km2, o Ceará tem apenas 29.000 km2 de matas; Rio Grande do Norte com 6.800 km2 de matas para uma área de 52.250 km2. E assim por diante.

Ainda na terceira década do século passado um decreto imperial fechava as cortes de madeiras nas matas de Atalaia e Santa Luzia, hoje Rio Largo, em Alagoas, "pela grande destruição em que se acham as ditas matas." Mais ou menos a esta época, Pernambuco importava madeiras de Alagoas, pois, pelo que se verifica de publicação no "Diário de Pernambuco importava madeiras de Alagoas, pois, pelo que se verifica de publicação no "Diário de Pernambuco", um comerciante de Maceió oferecera um pataxo para transportá-las ao Recife (in "D. de P.", 6-8-853).

E as pontes em Pernambuco eram construídas com madeiras das Alagoas, conforme a aprovação do fretamento de um pataxo "para ir à Província das Alagoas conduzir as madeiras encomendadas para as pontes desta" (in "D. de P.", 31-10-853). Lembre-se, aliás, que numa de suas cartas, Santos Vilhena considerava a "Commarca das Lagoas" com "o viveiro donde saem os paos de maior conta em comprimentos e grossuras" (8).

Essa derrubada, sem dó nem piedade, das árvores no litoral, se fêz sentir também no sertão, onde não foi menor a devastação.

O machado e a queima se incumbiram de botar abaixo as florestas. As necessidades do momento, fôsse o açúcar, fôsse a cata de veios de ouro, impeliam o homem a êsse desbragamento de cortes. Mas, mesmo depois de desaparecida a causa principal, o machado e a queima ainda continuaram e continuam a vitimar as florestas.

Saint-Hilaire lamentava, num dos seus livros, o espetáculo que vira no sertão: o incêndio das matas, privando os vindouros da riqueza florestal que havia nelas, retardando — é o bom velhinho francês quem adianta com admirável visão ecológica — os progressos da própria civilização com a disseminação de vastos desertos.

O certo, por isso mesmo, é que o homem foi no Brasil um criador de desertos. Desmudando o terreno, com a destruição das matas, a que era levado por diversos fatôres, ficou sem uma paisagem humana, correspondente às suas necessidades. Um resultado, aliás, da nossa formação insular, através da colonização, dispersa pela praia que se fêz entre nós. Nas regiões em que o colonizador se vai distribuindo dispersamente, as florestas têm desaparecido, porque prejudicadas — acentua Pierre Deffontaines. E salienta o geógrafo francês que muitas vêzes a floresta é que determina o tipo primordial de povoamento: "existe une liaison trés générale entre la repartition des habitats et les anciens modes de défrichement" (9).

E a verdade é essa: o desflorestamento, causa elementar no despovoamento sertanejo, porque deu ao ambiente um meio físico inábitável, tirando-lhe a paisagem humana, se fêz desmedidamente. A árvore, cuja influência é tão notável não somente pela beleza senão também por ser elemento da riqueza, "influe además sobre la sequia que expulsa al hombre de la tierra, sobre las lluvias que o retienen, e sobre lá productividad sel suelo a la que suele corresponder en el campo la densidad de su poblacion". (10).

Tornado sêco o ambiente, sem a proteção das árvores, faz-se iminente o esgotamento humano; sucedem-se as migrações; o êxodo retira a população da zona interior. Deserto, inaproveitável à terra para a agricultura, esgotados os filões auríferos, o sertão foi abandonado; e desaparecem os já pequenos aglomerados humanos até então formados. As sêcas agravam o panorama econômico-social.

III

Assinaladas desde os tempos coloniais, as sêcas criaram êsse clima acre dos sertões nordestinos, influindo, com seus aparecimentos periódicos, para que se torne maior o êxodo das populações. Frei Vicente nos fala, na sua sempre encantadora "História do Brasil", dos vexames sofridos por Pero Coelho de Sousa na sua viagem ao Ceará, nos primeiros anos do século XVII. E as sêcas foram se sucedendo — 1614, 1692, 1711, 1723, 1766, 1778, 1808, 1824-25, 1877, 1898, 1915, por aí afora.

Vários cronistas nos têm descrito as sêcas, sucedendo-se aquêles aspectos dolorosos de sofrimentos, de brutalidade, de mortes humanas e de gado. Do que é o êxodo, nos períodos das sêcas, nos deixam um quadro vivo essas palavras do Sr. José Américo: "A onda humana derramou-se, à crueza da canícula, pelas estradas combustas, sem uma sombra acolhedora. Eram figuras sumidas, escavadas por um regime alimentar insuficiente e tóxico, que mal se equilibravam nos esqueletos descarnados. E vinham de muito longe e não sabiam aonde iam. Os pais marchavam sobrecarregados de crianças, que, minadas pela fome "voltavam ao estado de engatinhar". Mas êsses fardos iam ficando ao longo das jornadas, derrubados pela fadiga e pela inanição. Os menos débeis corriam ao encontro da peste, da desonra, e dos vexames da mendicidade" (11).

Tem se discutido e escrito diversamente sôbre a causa fundamental das sêcas. Negando a importância da devastação das matas, Rodolfo Teófilo aceita como causa única a direção dos ventos (12). Estudando sua direção e velocidade, apreciando as condições das correntes aéreas no sertão, observando seus reflexos na região, justificam assim os adeptos da teoria a importância que cabe aos ventos. Embora não se a considere de maior relêvo, a devastação das matas também concorre para as sêcas. Baseando-se

---

7) — *Nordeste*, Rio, 1937.

8) — *Notícias Soteropolitanas e Basílicas*, 2.º vol., Bahia, 1922.

9) — *L'homme et la forêt*, col. Geographie Humaine, Librarie Gallimard, Paris, S-d.

10 — Severino Aznar, *Despoblacion y colonizacion*, coll, Labor, s-d.

11) — *A Paraíba e seus problemas*, 2.ª ed., Rio Grande do Sul, 1937.

12) — *História da séca do Ceará* (1877-1880), Rio, 1922.

no fato de, já em 1600, quando havia a floresta virgem dominando, ter se registrado uma das maiores sêcas da nossa história, Rodolfo Teófilo considera que a devastação das matas não influi sôbre o fenômeno.

Deve-se considerar, porém, que já àquele tempo o desnudamento se fazia, pois vem desde os primeiros dias da descoberta. Ao atingir o século XVII a agricultura do açúcar havia se alastrado extensa e intensivamente, refletindo seus efeitos nas derrubadas constantes das árvores que os engenhos devoravam na sua fome de terra. De modo que não será demais insistir na probabilidade dessa devastação ter-se feito sentir no sertão, acrescentando-se o fato de os índios usarem a coivara como modo de derrubar as árvores. Derrubadas as árvores pelo fogo o solo tornou-se sêco, já porque sua constituição geológica o predispunha a tal. Sabendo-se que a árvore atrai as chuvas, é de crer, por isso mesmo, ter sido a devastação uma das causas das sêcas.

Acredita Agenor Augusto de Miranda (13) que, em 1674, Domingos Afonso Mafrense, ao explorar os vales do Gurguéa e do Parnaíba, não os encontrou assolados pelas sêcas. Possivelmente, até aí ainda não havia chegado a destruição das matas e também a perturbação, em consequência, da direção dos ventos, trazendo consigo a falta de chuvas. O desequilíbrio geográfico veio justamente de então; isto é, do início da colonização, quando as correntes povoadoras começaram a efetivar sua fixação. Foi a obra de cruzamentos migratórios nos sertões, iniciada pelo bandeirismo, causa de despovoamento, pois concorreu para o desequilíbrio ambiente — o choque entre o meio e as condições de vida. Foi êsse movimento interno que apressou a rarefação da flora e a modificação da viabilidade do meio.

Relacionado com a devastação das matas — e lembremos aqui que o português tem sido citado como um destruidor de florestas — o aspecto geológico da zona é outro fator apresentado. O dessecamento do solo, devido ao calor solar, provoca o clima quente e evita as chuvas. Há assim a perturbação das quedas pluviométricas. E com as estiagens prolongadas caracterizam-se as sêcas. Mas foi outra, dentre tantas, a teoria que apaixonou os estudiosos: a que considerava a sêca estritamente ligada à periodicidade undecenal das manchas solares. Duas observações positivaram a existência de um e outro fato na mesma época: em 1867 e 1900. Acontece, porém, que em 1908 e 1919 falhou a teoria, pois não coincidiam as sêcas com os períodos de manchas solares.

Apreciando tôdas essas causas indicadas, conclui Lages Filho que não se deve atribuir a sêca a fatôres puramente regionais; são antes fenômenos de interêsse meteorológico de todo o globo (14). E baseando-se na teoria de Oto Quelle, quando salienta a coincidência entre a irregularidade de chuvas no nordeste e a de outras regiões do hemisfério austral, ou seja onde predomina o sudeste, aceita êste ponto de vista como o elemento fundamental das sêcas do Nordeste.

E a teoria que as modernas teorias científicas procuram dar como causa fundamental das sêcas; devem-se-lhe juntar, porém, outras particularidades à região sertaneja do Nordeste, mesmo porque o fenômeno é complexo e não explicável apenas por êsse ou aquêle fator.

Porque essa é que é a certeza: o fenômeno se apresenta complexo, e difícil se torna perscrutar sua gênese. Na realidade não sabemos explicar a sêca; como também não sabemos combatê-la. A gente nordestina resiste, mas não a destrói; daí a dificuldade de explicar-se a sua razão de ser, mesmo porque a falta de elementos para combater o fenômeno já é, por si, um comprovante de não o conhecermos exatamente. O que não resta dúvida é que é bem grande sua culpabilidade no despovoamento dos sertões. Na formação do deserto.

E neste deserto que se registra viva a luta do homem contra o meio, como também se virifica, em certos aspectos, a adaptação de um a outro, procurando assim transformar a região natural na sua paisagem ecológica. Daí não poder negar-se, em parte, aos sertões do Nordeste o sentido de região de ecúmeno; mas, de ecúmeno de caracteres particulares, onde se encontra a figura do bandido, elemento humano dos desertos, que outra não é a feição sociológica dos sertões.

A sêca cria o desajustamento na vida sertaneja de modo a poder afirmar-se com segurança, como já o tem sido feito, que o sertão do nordeste jamais conheceu a estabilidade econômica e social. E em consequência surgem as crises não somente econômicas mas ainda as sociais de que o cangaceirismo é das mais características.

13) — *Estudos Piauienses*, São Paulo, 1938.

14) — *À margem das sêcas do Nordeste*, Maceió, 1934.

Nos períodos de sêca é quando se desenfreia o banditismo, espalhando o terror. Cada época de sêca apresenta um surto mais agudo do cangaço; irradiando-se, por tôda a região atingida pela calamidade.

E' que as sêcas provocando mais acentuadamente as linhas de deserto que caracterizam o sertão, com o êxodo das populações, fazem surgir a figura predominante na área dos desertos: o bandido. Porque o bandido resume, antes do mais, o seu meio; é um elemento provocado pelas perturbações de vida, no seu regime de instabilidade, num ecúmeno abandonado — o sertão. E' quando sobra razão a Missenard para afirmar que o clima se torna fator capital na diferenciação dos caracteres distintivos dos indivíduos.

Vemos assim que as sêcas se tornaram um dos mais fortes fatôres na devastação humana pelo interior brasileiro; e nos dias de hoje ainda lhes cabe muito da responsabilidade de esvaziar a reserva humana sertaneja. O êxodo vem naturalmente como um desejo de fuga à sequência de sofrimentos que as sêcas impõem.

IV

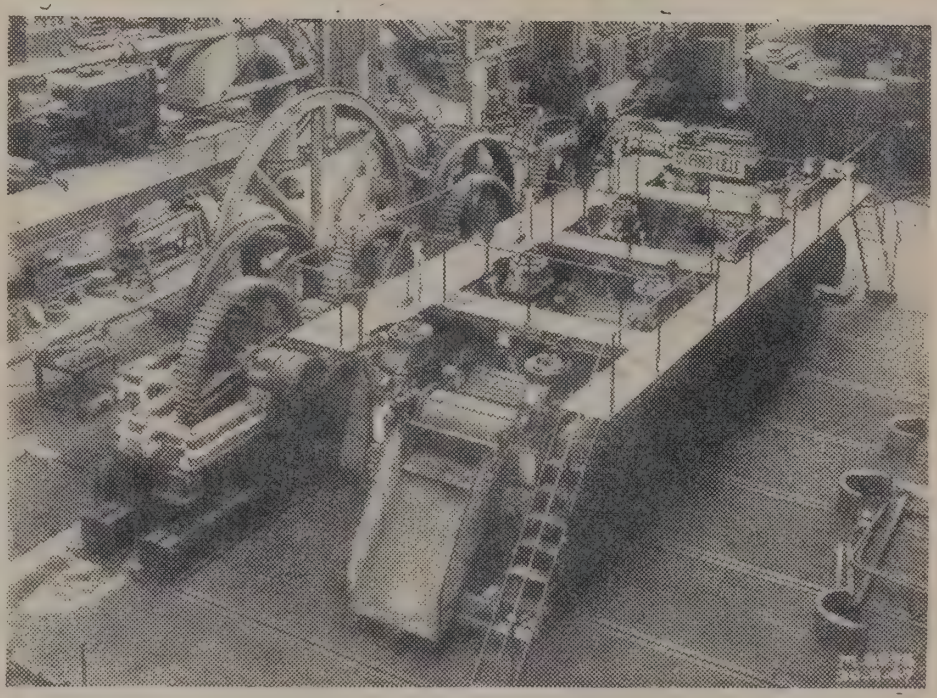
Para aumentar essa fuga à terra encontramos, ainda, em grande volume, a influência de fôrças econômicas. Em primeiro lugar, a questão da propriedade que tão claramente Severino Aznar aprecia em sua obra já citada, pondo o problema nos seus têrmos. A grande propriedade concentrada em mãos de um só dono, sobre o mal do absenteísmo de população. Não há interêsse em outros que não os donos, em explorá-la. E' inevitável a migração humana diante da concentração. Quanto maior esta, tanto mais se dilata o volume daquela. Da grande propriedade resulta o despovoamento, através da emigração constante, pela falta de estímulo ao plantio, pelo sistema de trabalho quase de escravidão, senão servidão a mais completa.

Daí a lei de Goltz tanto mais verificada quanto a enormidade de exemplos que encontramos: "a migração cresce paralelamente à expansão da propriedade latifundiária, e diminui, em igual paralelo, em relação à pequena propriedade". Nos países de grandes propriedades — Polônia, Inglaterra, Sul da Itália, Espanha — é maior a emigração que nos de pequena propriedade — França, Norte da Itália, Suíça — onde é menor a tendência do homem para o êxodo.

O bandeirante, muito embora paulista e por tal vivendo na sua capitania, no regime da pequena propriedade, foi, no entanto, um implantador de latifúndios no nosso interior. Talvez, pela ambição de um terreno maior para explorar o ouro. E também, por outro lado, pela necessidade da criação do gado. A grande propriedade foi o sistema econômico implantado pelas "razzias" bandeirantes, resultando daí o caminho fácil para o despovoamento de vez que a bandeira não concorria para povoar. O latifúndio foi mesmo um resultado inevitável da bandeira. A concessão de grandes sesmarias aos chefes bandeirantes resultava em tirar o estímulo àqueles que os acompanhavam. Em consequência, os raros núcleos de povoamento surgem escassos na imensidão dos vastos desertos.

E' certo que alguns autores aceitam o princípio de ser o latifúndio um elemento de fixação. Tal coisa, no Brasil, pelo menos, não corresponde à verdade. O latifúndio poderá ser uma fixação para o proprietário, o latifundiário; não para o trabalhador. A expansão do gado pelo interior criou o latifúndio também; mais amplo, talvez até, do que o açucareiro, porque requeria mais campos para a pastagem. De Koster é a referência de que há senhores que não sabem a extensão dos seus domínios; não lhes conhecem os limites. E recorde-se ain-

CIE DE FIVES-LILLE



Moenda "FIVES-LILLE" modêlo C 46 para 800 toneladas, em montagem nas oficinas antes da expedição.

Tôdas as máquinas e aparelhos para USINAS DE AÇÚCAR, DISTILARIAS, REFINARIAS; Indústria do PETRÓLEO, CIMENTO, etc. LOCOMOTIVAS, GERADORES, CALDEIRAS, PONTES, ROLOS COMPRESSORES, etc.

REPRESENTANTES GERAIS PARA O BRASIL

Sociedade de Representações Henot Ltda.

Av. Nilo Peçanha 151, sala, 101 — Rio de Janeiro

da o que foi a vastidão dos latifúndios na zona sanfranciscana.

Atraídos pela pecuária os senhores aí se fixaram; e as enormes sesmarias surgem. Basta lembrar que a de Garcia d'Ávila tinha 200 léguas de testada e abrangia 70 léguas; e a de Antônio Guedes de Brito media 150. Nelas ampliava-se cada vez mais a criação do gado, base sôbre que se realizava a conquista desta região interior. Mais de um milhão de cabeças — 1.300.000, segundo Capistrano — se espalham pelas margens do São Francisco, em Pernambuco e na Bahia. Não seria isso de espantar se considerarmos que a criação de gado foi o motivo econômico que tornou possível deixar elementos humanos no sertão. Sem traços de fixação, pelo próprio imperativo econômico que as determinava, as bandeiras auríferas abriram caminhos, mas não povoaram.

Considerando êsse aspecto do bandeirismo paulista, escreve Eugênio de Castro, que no vale do São Francisco se encontraram duas mentalidades: "a em que predominava a arrogância do paulista, cioso do sertão, conquistado pelos seus intrépidos bandeirantes, mas escassamente por êles povoado, e a do português ou reinol, mandando grande massa de negros, ambicioso de explorar as riquezas das minas" (15).

COMPANHIA AUXILIAR DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM

Uma nova arte que a técnica moderna pôs a serviço da segurança do patrimônio cultural da humanidade;

Um novo método de arquivamento de documentos, com economia de tempo, espaço e dinheiro;

Um novo processo de cópia fidelíssima de quaisquer documentos, páginas de livros; jornais e revistas, fotografias. etc.

Avenida Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Telefone, 42-9777

O latifúndio, consequência da fazenda de gado, influiu para determinar a flutuação demográfica do interior a extensão territorial era o próprio caminho ao nomadismo. Um convite Indicava-o tão naturalmente que êste se tornou uma constante na vida do sertanejo.

E isto porque não havia possibilidade, dentro da economia latifundiária, de tornar-se a gente apegada ao solo. Sem estímulo, sem modo de encarar a terra como sua, o homem não lhe dedica afeição. E', em linhas gerais, o que o bom senso de um presidente de província viu, no século passado, nos latifúndios alagoanos: "alguns atribuem em parte a ociosidade em que êles vivem — refere-se o presidente Sousa Carvalho aos trabalhadores rurais — à circunstância de morarem em terras alheias, cujos donos recusão vendê-las, ainda que não possão cultivá-las, e tem o arbitrio de obrigá-los a mudar-se inopinadamente, e a transportar com atropêlo o que lhes pertence, abandonando os frutos do seu trabalho impresso na terra" (16) Essa ociosidade não é mais do que o receio do trabalhador de plantar para os outros colherem, como diz o ditado popular. A flutuação em que vivem na terra latifundiária, os obriga a fugir dela, a evitar um cantacto mais íntimo com o solo. O latifúndio é que traça tal efeito, pois que êle é o responsável pela extensão das terras incultas, despovoadas, abandonadas.

Nos latifúndios litorâneos, os espalhados pela agricultura açucareira, se não houve fixação humana, houve outra, porém, a da cana. Os engenhos, nos primeiros tempos, e as usinas, hoje, vão estendendo suas garras para o plantio da cana. Para isto é que querem mais terras. Os do sertão, no entanto, são menos produtivos, ou melhor não são produtivos. Êles se tornaram campos de pasto, abandonados do gado, quando êste ainda resiste aos períodos de estiagem. O único sinal humano que surge é o vaqueiro. Outro, porém, não se fixa à terra. Esta é do gado.

Os latifúndios do sertão são, realmente, aquelas terras "excessivamente extensas", cujas concessões tanto escandalizaram a El-Rei; sôbre elas o gado, ralo, escasso, insubsistente às

15) — *Geografia Linguística e cultura brasileira*, Rio de Janeiro, 1937.

16) — Fala do Presidente Antônio Alves de Sousa Carvalho, em 13 de junho de 1862. Maceió, 1862.

randes soalheiras, espalha-se como nhor quase absoluto. O homem é que ão se prende. Não se fixa. O lati- índio não atrai; falta-lhe a fôrça ex- ressiva de um elemento de coesão. le dispersa os homens; espalha-os, issemina-os, improdutivamente num erdadeiro abandono de terras.

Dêste modo é que as velhas sesma- as dos primeiros anos foram traçan- o os aspectos econômicos da zona ertaneja. Deram-lhe as linhas de uma conomia latifundiária, ao mesmo tem- o que ofereciam ao homem outros aminhos, vários caminhos; menos os ue o fixassem à terra.

A pequena propriedade, por isso lvez, não pode encontrar no Brasil mbiente próprio a desenvolver-se. O stema de colonização no nosso país raçou os rumos que nos conduziram o latifúndio. A fazenda, aqui como as demais colônias americanas, tor- ando-se um elemento característico a exploração agrária, excluiu a pos- bilidade da pequena propriedade. mplantou de logo, fôsse através da xpansão bandeirante, fôsse através latifúndio como fundamento típico a sua estrutura econômica. Isso, liás, nas regiões melhor povoadas. lém, no vasto deserto, onde tudo está nexplorado, desaparecidos os vestí- ios humanos com a falta de explora- ão aurífera, há uma coisa pior, que é latifúndio improdutivo, imenso, re- roduzindo a sesmaria do passa- o (17).

A grande propriedade, por não ser emento de fixação fácil, contribuiu ara dar ao interior o aspecto de de- rto que ainda hoje tem. Deserto hu- ano, sem paisagem a vida dos ho- ens e das plantas, tal a devastação ue já lhe foi feita. Expandindo-se e argando-se o latifúndio influiu pa- que, proibidas as pequenas roças, vesse o trabalhador de mudar de re- ão. Procurando sempre o litoral, i abandonado o seu "habitat".

Da expansão da grande propriedade no interior, através da concessão e vastas sesmarias e latifúndios, re- ultou o êxodo que a nossa história as- nala na migração constante de ho- ens do campo para o litoral. Foi se êxodo, já tradicional, pois, e ain- hoje com um coeficiente bem ex- ressivo, que contribuiu para o despo- oamento sertanejo, acossado já de por diversos fatôres sociológicos, se ara incrementá-lo não houvessem utras grandes e fortes causas, que se ram avolumando dia a dia, ano a ano, século a século, seja pela má distribuição do ensino, seja pelas injustiças sociais, seja pelas razões econômicas tão a ôlho nu.

O que tem sido o êxodo, anos sucessivos, no nordeste, está descrito pelos escritores. Causado por condições econômicas, originando a instabilidade da vida sertaneja, o êxodo arranca dos sertões milhares e milhares de pessoas. Ilusões de prosperidades as atraem para o litoral, de um Estado para outro, quase sempre em consequência da valorização momentânea de determinado produto. São movimentos migratórios que despovoam cada dia mais as regiões nordestinas, agravando-se na época das sêcas com o desfile dos retirantes em busca do litoral.

Sua origem, a dêsse êxodo, está na instabilidade das relações, no tempo e no espaço, influenciada pelas condições desfavoráveis de adaptação do homem ao meio físico e social. De modo que sôlto na terra, sem elementos que o prendam, o homem foge; é o êxodo, o nomadismo a surgir imperiosamente, caraterizando a vida social dessa gente pela ausência de fatôres

17) — Caio Prado Jr., *Distribuição da propriedade fundiária no Estado de São Paulo*, in "Geografia", n. 1, São Paulo.

FORNOS TUNEL "ALLIED", FORNOS PERIÓDICOS, SECADORES E INSTALAÇÕES PARA INDÚSTRIAS CERÂMICAS

★

MAÇARICOS, VENTILADORES, BOMBAS E INSTALAÇÕES COMPLETAS PARA QUEIMA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL

★

Os conhecimentos da nossa seção técnica são o resultado da larga experiência adquirida por Ferro Enamel Corporation, E.U.A. no mundo inteiro.

★

FERRO ENAMEL S. A.

Rua Marconi, 23 - Caixa Postal 2948 - SÃO PAULO BRASIL

de atividades que fôssem laços de fixação.

Há causas econômicas e sociais a determinar o êxodo; as causas climáticas aparecem, porém, como as mais diretamente responsáveis. Originando-se dos mais longínquos rincões sertanejos, o êxodo vai arrastando gente de tôda a parte. São caminhadas infindáveis, a registrar o martírio daquela gente que a inclemência de uma situação mesológica, embora transitória, joga para fora do seu "habitat". Mas há causas permanentes a determinar êsse movimento humano. Faltam àquela gente condições de vida que a fixem nos sertões; faltam-lhe meios para segurar-se à terra — uma base econômica, que lhe dê os meios de alimentação, por exemplo, ou água que lhe mate a sêde, pois que a que a escassez da vegetação lhe oferece, não basta. Sobram, no entanto, causas mesológicas que decidem as retiradas.

Em primeiro lugar, a influência do clima. Se não determina, entretanto o clima influência quase decisivamente a fuga ao deserto, que o homem empreende como último recurso para a salvação da sua vida e da dos seus. Sêco, árido, hostil, o meio ambiente recebe do clima a fôrça que o anima a despojar o homem sertanejo de sua terra. E o êxodo surge, então, como imperiosa necessidade de vida; é o recurso supremo de quem quer salvar a existência. E' a fuga ao "habitat". Sobretudo ao clima, ao deserto. Se assim é a influência do clima sôbre a vida humana, mais caracterizada ela se apresenta em relação aos vegetais. Como escreveu Morize (18) é considerável a influência do clima no desenvolvimento das plantas. Estudando-se estas é que mais visíveis se fazem sentir os efeitos do clima, condicionando a vida da vegetação dos sertões. Reflete-se o clima nos aspectos da flora sertaneja, tôda ela natural das zonas sêcas e áridas. Dominam os cactos, que Brunhes já considerou o emblema do deserto. Tudo mostra assim, no despovoamento humano e na existência dos cactos, o verdadeiro deserto que é o sertão nordestino.

A vegetação, como um dos melhores elementos para tal, indica em linhas claras êsse caráter que os sertões do Nordeste apresentam. E' o domínio pleno da flora xarofila, característica dos climas das caatingas, onde ela domina. Dentro da sociedade botânica as relações que a ligam ao homem, formando o ambiente ecológico, em que ambos se desenvolvem, é de não esquecer a importância da flora xerófila da zona da caatinga, onde as árvores são de pequenas dimensões, com fôlhas caducas, de hostilidade aparente, com seus espinhos a repelir qualquer contacto. Com muita propriedade observou, em obra que já citamos antes, A. J. de Sampaio, que é difícil descrever a zona das caatingas, dada a variedade de associações vegetais.

A flora desempenha papel relevante na paisagem do sertão nordestino. Cientificamente, é esta a região das "Hamadryades" (Martius), onde se verifica a predominância do imbuzeiro, a imburana, o faveleiro, elementos em que o homem se apoia nos dias de sêcas. Acrescentem-se as "cactáceas", onde se destacam o facheiro, o mandacarú, a palmatória, o chique-chique — vasta família que oferece valiosos alimentos.

Êsse cenário contribui para apresentar uma paisagem de verdadeiro deserto pois que o elemento humano quase acompanha a flora; vegeta também. A caatinga apresenta, em linhas exatas, a luta entre o homem e o meio. A hostilidade ambiente se revela aí na sua maior justeza. E' uma flora que se imaniza com o homem; e com êle sofre também as consequências das sêcas, resistindo talvez até como elemento mais forte, pois ainda dá recursos alimentares.

Nesta flora que a caatinga apresenta encontram-se dois tipos bem distintos classificados por Loefgren: um "uma flora permanente de caráter aerófilo composta de vegetais lenhosos, árvores e arbustos, com fôlhas caducas e órgãos de repouso ou hibernação, e de plantas herbáceas mas suculentas; o segundo constitui-se de "plantas periódicas herbáceas, ou quando muito, sublenhosas, hidrófilas e cujos órgãos de conservação e de repouso são constituídos quase sempre pelas sementes apenas raras vêzes pelas raízes perenes" (19). Observa-se, dêste modo, que, dadas as condições dessa vegetação, a sua duplicidade corresponde à duplicidade de condições climáticas — as sêcas no período de abril a outubro e algumas chuvas, escassas é certo, noutra fase.

Flora e homem se completam na resistência contra o meio; é a luta travada nos períodos mais agudos de desespêro, quando as sêcas se alastram pelos sertões. Mas a predominância dessa flora é que alivia o homem. Procura-se interpretar a sua formação como consequência da natureza geológica do terreno, causa, aliás, a que se liga diretamente a zona sêca do sertão. Dirigindo-se sempre em direção de oeste, a penetração climática influi na flora sertaneja. No Ceará, a região botânica do sertão abrange quase todo o território do Estado — observa Otelo de Souza Reis (20) — e é justamente essa região botânica que corresponde à das sêcas. De modo que não se pode, sem perturbação de um estudo completo da ecologia sertaneja, isolar as relações do clima com a flora e o homem da região.

---

18) — "Introdução ao clima do Brasil", in *Dicionário Histórico, Etnográfico e Geográfico do Brasil*, vol. 1.º, Rio de Janeiro, 1922.

19) — Cf Olímpio Fonseca — "Flora", in *Dicionário Histórico*, cit.

20) — "Estado do Ceará", in *Dicionário Histórico*, cit.

À Margem de um Relatório

SE o govêrno federal tem, efetivamente, uma política econômica, seja ela de que natureza fôr, não cabe a menor dúvida quanto ao seu órgão executor. Êste não poderá ser outro além do Banco do Brasil e isto se justifica desde que consideremos a tendência liberal da economia brasileira, que não permite interferência direta ostensiva do Estado, sobretudo no que respeita ao crédito, bem como ainda pela própria organização do sistema bancário, ainda desprovido de um Banco Central, lacuna que deveremos corrigir mediante o têrmo do projeto ora em curso no Congresso Nacional. Se ao Ministério da Fazenda cabe traçar os rumos dessa política, é ao estabelecimento de crédito oficial, no uso de uma série de prerrogativas que lhe advêm em virtude do próprio figurino pelo qual se acha modelado, que compete a tarefa de dar forma e cumprimento. Organizado segundo a lei das sociedades anônimas, fundado por iniciativa do Estado que é, ainda, através do Tesouro Nacional, o detentor de maior parcela do seu capital, presidido segundo o critério de confiança, representa o Banco do Brasil, na composição administrativa do país, um papel de singular relêvo, refletindo as máximas preocupações do govêrno em matéria econômica, dando aos demais estabelecimentos de crédito a unidade de orientação para os sutis problemas do dinheiro.

Sendo nestas condições o representante legítimo do Tesouro Federal, o que pressupõe, naturalmente o Govêrno Federal, é lógico que, cada ano, o Relatório do Banco do Brasil constitua um documento para onde convirja a atenção das diversas classes econômicas, justificando-se plenamente os debates que cada ano se repetem em tôrno dos raciocínios com que precede a apresentação do retrato da economia e das finanças do país, sobretudo numa circunstância como a que ora atravessamos, em que a política econômica, utilizada com o propósito de corrigir excessos e desajustamentos no setor do crédito, vai de encontro a interêsses que durante vários anos não encontraram limitações para os seus desejos. Seguindo uma tradição que vem desde o primeiro ano de sua circulação, O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO tem a oportunidade de, nesta edição, correspondente ao mês de abril, abrir espaço para a inserção na íntegra daquele Relatório, chamando para o mesmo a atenção dos seus leitores.

Êste de agora, relativo ao exercício de 1947, é o terceiro elaborado sob a gestão do seu atual presidente, o Dr. Manuel Guilherme da Silveira Filho e, pode-se adiantar em abono da sua administração, coerente com os dois Relatórios anteriores, representa o de agora a linha evolutiva de uma política pontilhada de dificuldades tanto de ordem interna como externa, mas que em virtude da sua unidade e da serenidade com que vai sendo praticada, vem logrando vencer os obstáculos naturais e inerentes à própria situação econômica mundial.

Não é popular nenhuma política que tem em mira pôr têrmo aos fenômenos inflacionários; primeiro, porque é invariavelmente forçada a criar limitações que não se coadunam com os períodos de crescimento de meio circulante, trocando dessa forma o progresso aparente, lantejoulante, de tais épocas pelo esfôrço em busca de um equilíbrio, daí resultando uma espécie de filtragem ou depuração em meio da qual sucumbem os mais fracos, repetindo assim na economia uma consagrada lei biológica: a da seleção das espécies. Depois, semelhantes fases na vida de uma nação importam numa espécie de sacrifício coletivo. Os benefícios de uma política anti-inflacionária se sucedem numa escala demasiado lenta, muito mais lenta, aliás, que a perda de poder de compra da moeda quando o meio circulante se acha em escala ascendente. Nestas condições o reconhecimento do mérito de um govêrno que deve enfrentar os complexos de uma luta anti-inflacionária é sempre tarefa que compete à história mais que à crônica contemporânea.

Tendo no primeiro Relatório de sua gestão feito o balanço das exatas proporções da situação econômico-financeira que o país atingira ao cabo de anos de poder discricionário, a atual administração do Banco do Brasil, ao cabo de dois anos de trabalho, em estreita cooperação com o Ministério da Fazenda e seguindo à risca o traço que lhe foi indicado pelo Sr. Presidente da República, pode neste seu mais recente ato de prestar contas — o Relatório das atividades ocorridas em 1947 — acentuar duas importantes vitórias que não são devidas exclusivamente a si, porém ao conjunto da administração nacional. De um lado, a ocorrência de "superavit" na execução da lei de meios federal e, de outro, a paralização do crescimento do meio circulante ou, mais propriamente, o início de sua compressão em busca de níveis mais conformes o desenvolvimento da riqueza. E ambas as vitórias foram obtidas sem que a economia nacional sofresse qualquer violentação no seu ritmo, devendo-se a primeira ao critério da execução rigorosa do orçamento assistida por um critério de economia indo até mesmo ao sacrifício de obras programadas e muitas de execução iniciada e outra sem que assumisse uma ordem de grandeza capaz de afetar o atendimento às necessidades mais imediatas do país.

O ano de 1947 foi, porém, marcado de outras dificuldades. Se no âmbito nacional propriamente dito trabalhou-se com firmeza para um fim definido, já os acontecimentos do âmbito internacional conspiraram contra o avanço verificado naquele. Ao passo que seria de esperar uma lógica redução de preços no mercado interno, tendo em vista aquêles dois fatos, sofremos ao contrário um novo surto de encarecimento consequente da elevação dos preços dos produtos importados, agindo direta ou reflexamente no mercado interno, que tinha mais contra si a pressão dos altos preços por que eram cotados produtos que se contam dentre aquêles que exportamos tradicionalmente.

Como não há rigidez nas normas da política econômica, sendo ela mais dinâmica do que estática, em 1948 deveremos assistir a sua evolução no rumo de atender as exigências da produção, a fim de que possa o Brasil concorrer, com a quota que lhe é devida, para a recomposição dos mercados europeus, patrocinada pelo Plano Marshall, do qual seremos beneficiários indiretos através do maior volume de nossas vendas àqueles mercados, todos êles tradicionais clientes do nosso comércio.

Mais de 900 MILHÕES já pagos pela Sul América!

Desde sua fundação já pagou a Sul América a segurados e a beneficiários mais de 900 milhoões de cruzeiros! E, traduzindo de maneira eloquente o prestígio conquistado e a Confiança que inspira, atingiu Cr$ 1.707.615.622,00 o total dos novos seguros aceitos, com os respectivos primeiros prémios pagos, sòmente em 1947. Para ter ideia da segurança que lhe oferece a Sul América, veja os dados abaixo.

RESUMO DO 52º BALANÇO DA SUL AMÉRICA REFERENTE AO ANO DE 1947

Os novos seguros aceitos, com os respectivos primeiros prémios pagos, atingiram a quantia de.....	Cr$	1.707.615.622,00
O total dos seguros em vigor aumentou para	,,	7.278.271.066,00
Os pagamentos ao próprios segurados e aos beneficiários dos segurados falecidos (sinistros, liquidações e lucros) somaram	,,	82.579,997,00
O total de pagamentos desde a fundação	,,	904.708.437,60
O activo real elevou-se em 31 de Dezembro de 1947 à importância de.....	,,	1.059.545.121,60

APLICAÇÃO DO ACTIVO	CR$	%
Títulos da Divida Pública.	360.875.117,10	34,06
Títulos de Re da	95.383.786,90	9,00
Imóveis	166.712.181,70	15,73
Empréstimos sobre Hipotecas, Apólices de Seguros e Outras Garantias.....	282.741.436,50	26,69
Dinheiro em Bancos, a prazo.....	24.359.722,70	2,30
Dinheiro em Caixa e Bancos	27.886.055,60	2,63
Prémios, Juros e Aluguéis a Receber.	31.384.170,30	2,96
Depósitos de Reservas de Resseguros.	5.547.396,10	0,52
Outros Valores	64.655.254,70	6,11
	1.059.545.121,60	100,00

Sul América

COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA
FUNDADA EM 1895

À SUL AMÉRICA - CAIXA POSTAL 971 - RIO

Desejando conhecer outros detalhes da organização "Sul América", peço enviar-me o folheto Perguntas e Respostas sobre o Balanço.

10-WWWW-160

Nome _____

Data do Nasc.: dia _____ *mês* _____ *ano* _____

Profissão _____

Casado? _____ *Tem filhos?* _____

Rua _____

Cidade _____ *Estado* _____

OBSERVAÇÕES ECONÔMICAS

Licença-Prévia

A EXEMPLO do que tem sido praticado em outros países, o Brasil acaba de adotar o regime de licença prévia para o intercâmbio comercial com o exterior. Dêsse regime de exceção foram retirados os seguintes produtos: a) cimento; b) produtos farmacêuticos; c) gêneros alimentícios de primeira necessidade, tais como o alho, açúcar, arroz, ...ces, aveia, banha, batata, carnes, cebolas, cevadas, farinha de mandioca, feijão, legumes ...rescos, manteiga, milho, ovos, queijos, toucinho, trigo e vinagre de uva; d) os produtos ... mercadorias adquiridos pelo Estado; e) as amostras comerciais de pequeno valor não ...jeitas à cobertura cambial.

Ainda nas exceções foram arroladas: a) as importações para a Exposição Internacional de Indústria e Comércio e as respectivas exportações; b) as importações de artigos para diplomatas; e as importações para as quais já se tenha fechado câmbio na data da publicação do referido decreto.

Para o exame das condições de prioridade a que estão sujeitos os produtos de transações mercantis de caráter internacional foi criada a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, a qual se compõe dos seguintes membros: o chefe do gabinete do Ministro da Fazenda; o Diretor da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil; pelo diretor da Carteira de Câmbio do mesmo banco, pelo diretor geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, pelo Chefe do Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores, pelo assessor técnico da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil e ainda pelos representantes da indústria, comércio e agro-pecuária indicados pela Confederação Nacional das Indústrias, e Confederação Nacional do Comércio e pela Sociedade Nacional de Agricultura. Nesse Conselho o chefe do gabinete do Ministro da Fazenda representa os consumidores.

A parcela das disponibilidades de câmbio que a Superintendência da Moeda e do Crédito destinar ao pagamento de importações será aplicada por todos os bancos autorizados a funcionar em câmbio com observância da seguinte escala de prioridade: 75% para as importações não sujeitas a contrôle e licenciadas pela categoria A; 20% para as licenciadas na categoria B; e 5% para as licenciadas na categoria C.

Tanto as licenças de importação como as de exportação serão emitidas ao prazo de 150 dias prorrogável, a juízo da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil.

♦

PROPRIEDADES AGRÍCOLAS EM S. PAULO

RECENTES dados estatísticos revelam que a maior parcela das propriedades agrícolas de São Paulo pertencem aos pequenos proprietários. Assim

VOLTA À SUA MISSÃO DE PAZ...

Estão definitivamente restabelecidas as viagens da "Frota da Boa Vizinhança"... que tão importante papel desempenhou no curso da última guerra, e agora volta, em melhores condições do que nunca, a prestar seus serviços no incremento das relações entre os povos das Américas!

Inteiramente reconstruídos, modernizados e dotados de luxuosíssimas cabinas os imponentes barcos — "Brazil", "Argentina" e "Uruguay" porporcionarão a seus passageiros viagens magníficas, em ambiente de confôrto e bem-estar!

MOORE-McCORMACK Lines

PARÁ • BAHIA • SÃO PAULO • SANTOS • RECIFE • S. LUIZ — RIO: PRAÇA MAUÁ, 7-7.º — TEL.: 43-0910

BANCO DO COMÉRCIO E INDSÚTRIA
DO RIO DE JANEIRO S. A.
SEDE PRÓPRIA

DEPÓSITOS:

Em C/C. Sem Limites	3% a/a.
Em C/C. Limitadas até Cr$ 50.000,00	5% a/a.
Em C/C. Populares até Cr$ 10.000,00	6% a/a.
Em C/C. de Aviso	6% a/a.

A PRAZO FIXO:

de 6 meses	5% a/a.
de 12 meses	6% a/a.
com renda mensal, condições a combinar	

RUA DA ALFÂNDEGA N°. 30

TELEFONES: Gerência, 23-3480 — Contadoria, 23-3357 — Expediente, 43-5753

A "A RECTIFICA MODÊLO" o estabelecimento que cresce com São Paulo, possuindo modernissimos maquinários para a retificação de motores em geral, coloca-se à sua disposição para serviços e consultas. Possui, outrossim, o maior e mais completo estóque de peças vitais do motor, de origem americana e européia. Anéis de segmento, Pistões, Pinos, Válvulas, Cremalheiras, Termineis, de Direção, Juntas, etc., de recente importação, pelos melhores preços.

CONSULTE-NOS, EM QUALQUER CASO, SÔBRE A REFORMA DO SEU MOTOR.

TELEFONES:

Administração, Gerência Geral 51-6806 — **Dep. Téc. e Ofic. Gerência Téc.-Escritório 51-7324**

Dep. Contabilidade 51-6340 — **Dep. Comercial-Lojas 51-7465**

R. COMANDANTE SALGADO, 56 SÃO PAULO

END. TELEGR. "SEGMENTO" — ALL CODES USED — CAIXA POSTAL, 3799

conta o Estado com 268.238 propried des das quais 103.572 de menos de 5 a queires, ou seja 39,0 sôbre o total. propriedades de 5 a 10 alqueires se e pressam na cifra de 67.400 (25,6% sôb o total) e as de mais de 10 a 25 alqueir em 49.253 (17,9% sôbre o total) e as 25 a 50 alqueires 23.765 (8,6% sôbre total) e as 50 a 200 alqueires em 18.8 (6,8 sôbre o total) e as de 200 a 500 e 3.930 (1,4% sôbre o total) e as de ma de 500 alqueires em 1.501 ou seja apen 0,7 por cento sôbre o total.

Verifica-se dêsses algarismos que disseminação da pequena propriedade r ral em São Paulo é das mais amplas.

As terras daquela unidade da feder ção estão sendo aproveitadas na segui te razão:

Área em campos e pastos	3.030.429
Área em matas e capoeirões	2.689.599
Área cultivada	2.479.954
Área desaproveitada	522.705

Demonstram êsses dados que S. Pau possui à serviço da pecuária maior e tensão de terras que a serviço da lavo ra, ou seja percentualmente 109 por ce to para a primeira contra 93,2 por cen para a segunda. E que as reservas de m tas naquele Estado abrangem 103,9, exi tindo apenas 19,1 de área não aproveitad

O número dos proprietários de terr em S. Paulo ascende à sifra de 268.2 dos quais 243.990 são pequenos proprieta rios e 24.250 de grandes lavradores.

◆

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NACIONA

SEGUNDO os dados estatísticos ofi recidos pelo I. B. G. E. a produçã agrícola brasileira progrediu em ár cultivada de 12.542 ha, em 1942 pa 15.550 em 1946; em valor a progressão f de 9 bilhões de cruzeiros em 1942 pa 24 bilhões em 1946. E o rendimento po hectare subiu de 730 em 1942 para 1.5 em 1946.

Em quatro anos dobrou o rendimen médio por unidade cultivada na sua ex pressão em valor, mas isto se deve e grande parte à inflação. Descontado ês processo de perda de substância teremo um acréscimo médio de 7,5% por unidad cultivada.

O produto que tem propiciado o mai rendimento em têrmos monetários po unidade cultivada é a banana, em segui do lugar a laranja. Êsses dois produto oferecem em valor um rendimento po área cultivada que se expressa em cifr que representa o dôbro das de café açúcar, o triplo das de arroz, e o qua druplo das de cacau, milho e feijão.

A maior área cultivada é a do mill que representa 27,80 por cento do tota seguida do algodão que representa pe centualmente 16,12 por cento.

Na sua distribuição pelos Estados, pe tence ao de São Paulo a maior parcela d área cultivada 30,5% do total. Minas G rais e Rio Grande do Sul com, respect vamente, 17,8% e 10,2% ocupam o segun do e terceiro lugares. Excluídos S. Paul Minas, Rio Grande do Sul, Paraná, Pe nambuco e Bahia, toca as outras restan tes unidades da federação brasileira ap nas 26,3% do total das áreas cultivadas d país.

OS ANOS DE "SERVIÇO EXTRA"

nada lhe custam

TUBOS BRASILIT *são inteiriços*

Os tubos de cimento-amianto BRASILIT são fabricados em uma só peça, sem emendas. O tubo inteiro, inclusivé a bolsa, é monolítico, graças ao processo patenteado de fabricação, de propriedade exclusiva da S. A. TUBOS BRASILIT. Os tubos BRASILIT são os únicos do gênero que apresentam tal característica, garantindo a distribuição uniforme da resistência, homogeneidade e durabilidade ilimitada. É mais uma vantagem que proporciona "anos extras" de serviço. Além disso, os tubos BRASILIT são ainda:

• Inoxidáveis • Leves • Inalteráveis • Econômicos

Colunas de esgotos BRASILIT: rapidez de colocação, pouco pêso, durabilidade infinita, custo módico. Conexões BRASILIT são fornecidas em cimento-amianto ou ferro fundido, a critério do instalador.

BRASILIT

O MATERIAL PARA SEMPRE

S. A. TUBOS BRASILIT

Séde em São Paulo: Rua Marconi, 131 - Fone 4-4127
Filiais: Rio de Janeiro – Pôrto Alegre e São Salvador
Fábricas: São Caetano - S. P. — Esteio - R. G. do Sul

Arco-Artusi - L

OBSERVAÇÕES FINANCEIRAS

Renda Nacional Argentina

A ARGENTINA vem prosseguindo numa série de estudos para o conhecimento exato da posição da sua renda nacional. Ainda recentemente o Banco Central ofereceu no seu relatório alguns dados colhidos no curso dêsse estudo necessários como elementos para o levantamento em questão. Assim o volume físico do total da produção reduzido a pesos, ao nível dos preços de 1935, seria o seguinte:

1935 — 3.558.000.000; 1945 — 4.936.000.000; 1946 — 5.023.000.000.

O valor em pesos atuais se expressa nas seguintes cifras:

1935 — 3.558.000.000; 1945 — 7.800.000.000; 1946 — 10.700.000.000.

A elevação da renda nacional no período aumentou de forma considerável em função do preço das utilidades e não em razão do crescimento do volume físico da produção.

Uma decomposição da renda nacional daquele país em volume, com a participação de todos os setôres que a compõem, oferece os seguintes índices:

Distribuição por setôres da renda nacional

(1946)

Agricultura — 1.095.000.000; Pecuária — 1.140.000.000; Mineração — ..... 191.000.000; Indústrias — 2.322.000.000; Construções — 275.000.000, num total de 5.023.000.000.

Indicam os algarismos que a renda nacional Argentina, na parte referente à indústria, apresenta valor superior às duas atividades principais como sejam a agrícola e a pecuária. Essa nova posição da indústria argentina é bem diversa daquela que era lograda em 1935 quando só a agricultura a ultrapassava. E reflete nítido o processo de industrialização daquela república sul-americana.

◆

A ARRECADAÇÃO PAULISTA

A ARRECADAÇÃO estadual paulista no primeiro trimestre de 1948 atingiu a cifra de Cr$ 229.926.445,40 superando assim a de análogo período no ano anterior em Cr$ 10.425.046,90, ou seja percentualmente mais 4,7% em relação a do ano precedente.

Figura em primeiro lugar na arrecadação daquele Estado o impôsto de vendas e consignações que alcança uma percentagem de 70,78% sôbre o total das somas entradas no Tesouro paulista. Só êste tributo apresenta um crescimento de 19,8 por cento sôbre as somas arrecadadas no período igual no ano de 1947.

◆

MOVIMENTO DA BÔLSA DE BUENOS AIRES

AS operações totais da Bôlsa de Buenos Aires em 1947 ascenderam à cifra de dois bilhões e meio de pesos, ou seja um movimento menor em cêrca de meio milhão de pesos que o verificado em 1946. A colocação de títulos de sociedades anônimas granjeou no ano passado o primeiro pôsto e os bônus hipotecários passaram para o terceiro lugar. A segunda colocação foi detida pelos títulos públicos, que no ano precedente ocupavam o primeiro lugar.

FINANÇAS MUNICIPAIS BAIANAS

INTERESSANTES informações numéricas, relativas à situação financeira dos Municípios baianos, no quinquênio 1942-46, são encontradas na publicação divulgada em fins de 1947 pelo Departamento Estadual de Estatística, órgão regional do I. B. G. E. na Bahia, sob o título "Finanças Municipais".

Confrontando os dados recolhidos por intermédio das campanhas nacionais de estatística com os que obteve por meio dos balanços municipais enviados ao Departamento das Municipalidades, pôde aquela repartição oferecer elementos que permitem conhecer não só as possibilidades financeiras das comunas baianas, mas também os números absolutos e percentuais indicativos das despesas de cada unidade municipal com educação e saúde pública, no exercício financeiro de 1946.

As informações contidas nesse trabalho revelam que foram sete os municípios que, no último ano do período, arrecadaram menos de 50 mil cruzeiros e trinta e seis os que tiveram receitas compreendidas na escala de Cr$ 50.001 a Cr$ 100.000. Cinquenta e dois tinham suas receitas situadas entre Cr$ 100.001 a Cr$ 200.000; dezoito, entre Cr$ 200.001 a Cr$ 300.000; entre Cr$ 300.001 a Cr$ 400.000; sete, entre Crs$ 400.001 a Cr$ 500.000; cinco, entre Cr$ 500.001 a Cr$ 600.000; três, entre Cr$ 600.001 a Cr$ 700.000; um, entre Cr$ 700.001 a Cr$ 800.000; dois, entre Cr$ 800.001 a Cr$ 900.000; e, um, entre Cr$ 900.001 a Cr$ 1.000.000. Havia apenas sete Municípios com receitas compreendidas entre 1.000.001 a Cr$ ..... 50.000.000.

Depois de Salvador, Município da Capital, cuja arrecadação se elevou, em 1946, a Cr$ 42.205.006, foram os seguintes os Municípios de maior receita, em ordem decrescente de importância: Ilhéus, Cr$ 4.734.606; Itabuna, Cr$ 3.713.615; Feira de Santana, Cr$ 1.943.996; Santo Amaro, Cr$ 1.391.876; Canavieiras, Cr$ 1.200.545; Jiquié, Cr$ 1.172.421; e Joazeiro, Cr$ 1.109.493.

Do total de cento e cinquenta Municípios baianos, noventa e oito apresentaram, naquele ano, saldo positivo, ao passo que cinquenta e dois registraram "deficits" orçamentários.

A publicação oferece ainda cifras que possibilitam a verificação das despesas municipais com assistência médico-sanitária e educacional e cultural, em suas relações percentuais com a receita arrecadada, através das quais se pode ver que eram Una e Salvador os Municípios que menos despenderam em 1946, com tais encargos (0,5% e 1%, respectivamente) e São Francisco do Conde (23,6%) e Monte Santo (19,8%) os que mais dedicaram recursos para tais fins.

◆

RENDA TRIBUTÁRIA "PER-CAPITA"

A RENDA tributária no Brasil oferece "per-capita" os seguintes totais, segundo dados estatísticos fornecidos pelo I. B. G. E.

1940 — Cr$ 126; 1941 — Cr$ 139; 1942 — Cr$ 147; 1943 — Cr$ 180; 1944 — Cr$ 225; 1945 — Cr$ 262.

Em 1945 a tributação "per-capita" segundo as fontes correspondia a 153,00 para a União, a 90,00 para os Estados e 19,00 para os municípios por pessoa. Segundo as estimativas mais recentes a tributação consome 12,7% da renda nacional brasileira. A renda real dos municípios foi muito sacrificada de 1939 a 1945. Para que se aquilate dessa situação desfavorável basta lembrar que enquanto as rendas federais e municipais foram acrescidas de 150% as municipais lograram apenas um acréscimo de 56 por cento.

◆

AS DÍVIDAS DA UNIÃO

A DÍVIDA consolidada total do país aumentou de 1941 a 1944 em 13,3 bilhões de cruzeiros a 13,2 bilhões de cruzeiros. O aumento é de 7,2%, e foi provocado pelos empréstimos internos que se elevaram em 12,2%. O acréscimo menor foi possibilitado pela redução da dívida externa que logrou uma diminuição no total de 420 milhões de cruzeiros.

A dívida consolidada do país se comporta nos seguintes algarismos:

União — 7.859 milhões de cruzeiros, 54 por cento; Estados e Distrito Federal — 5.404 milhões de cruzeiros, 37,7%; Municípios — 1.063 milhões de cruzeiros, 7,4 por cento; total — 14.326 milhões de cruzeiros, 100,0%.

EXPORTAÇÕES DE CAFE EM 1947

EMBORA com volume físico inferior ao atingido em 1946, as exportações brasileiras de café, durante o ano passado, alcançaram resultados financeiros sensivelmente superiores aos do período precedente. Em 1947, os embarques totalizaram 14.830.064 sacas, no valor de 7.755,1 milhões de cruzeiros, contra 15.504.581 sacas e 6.441,5 milhões, no ano anterior.

Os dados acima, coligidos, sistematizados e agora entregues à publicidade pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, órgão integrante do sistema do I. B. G. E., permitem apreciar, já a esta altura, mercê do grau de atualização conseguido pela estatística geral brasileira, não somente os totais das nossas remessas de café para o exterior, no curso do triênio de 1945-47, como a sua distribuição pelos países de destino.

O decréscimo de volume, em 1947, tem pronta explicação na queda das aquisições norte-americanas, que somaram 9.745.382 sacas, em 1947, contra ..... 10.745.382, em 1946.

Por continente, os embarques assim se distribuíram, em 1945, 1946 e 1947, respectivamente: África, 10.566, 279.172 e 253.311 sacas; América, 12.607.033, 12.001.718 e 10.854.134 sacas; Europa, 1.554.404, 3.019.212 e 3.569.549 sacas; Ásia, 204.479 sacas, em 1946, e 153.070 em 1947, tendo sido nulos os embarques, em 1945. A Oceania não figura, no triênio, como importadora do nosso café.

Verifica-se que os mercados importadores europeus vão, aos poucos, retomando o ritmo de suas compras ao nosso país. Das vinte e três nações que constam da pauta de nossas exportações de café para a Europa, treze figuram com apreciáveis aumentos em 1947, entre as quais se destacam, pelo vulto das aquisições, a Dinamarca, a Espanha, a França, a Grã-Bretanha e a União Belgo-Luxemburguesa. A Alemanha, a Áustria, a Hungria, a Iugoslávia, a ilha de Malta e a Polônia, voltam a integrar a relação dos países importadores do nosso principal produto no Velho Mundo.

Através do triênio, foram os seguintes os valores médios por saca: 1945, Cr$ 300,62; 1946, Cr$ 415,46; e, 1947, Cr$ 522,93.

CUSTO DE VIDA

SEGUNDO dados estatísticos divulgados pela ONU o custo de vida em algumas cidades sul-americanas aumentou nos seguintes graus:

Buenos Aires	185%
La Paz	650%
Rio de Janeiro	222%
Santiago	390%
Bogotá	248%
México	354%
Montevidéu	179%

◆

BALANÇA COMERCIAL AMERICANA

EM valor a balança comercial norte-americana no ano de 1947 apresentou os seguintes totais: para a exportação — 15 bilhões de dólares e para a importação 5.600 milhões de dólares. O "superavit' foi de 9 bilhões e 400 milhões de dólares o que explica a crescente escassez de dólares em todo o mundo.

Segundo as previsões êsse ritmo de comércio internacional norte-americano diminuirá intensivamente em 1948, para o qual se estima um aumento de importações e a diminuição de exportações na busca de um balanço mercantil mais equilibrado.

Tão LIMPO *como* NOVO

TEXACO URSA OIL garante a lubrificação eficiente e mantem o Diesel limpo. Este óleo famoso assegura aneis limpos e soltos, válvulas ativas, evita a corrosão e reduz o desgaste ao mínimo. Isto significa máxima eficiência – maior rendimento e menor custo de manutenção.

MAIS DE 30 ANOS A SERVIÇO DO BRASIL

TEXACO

TEXACO URSA OIL PARA MOTORES DIESEL

Caixa Econômica Federal de S. Paulo

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

ATIVO

	Cr$	Cr$
SOURARIAS		
Matriz e Agências	34.345.639,10	
NCO DO BRASIL		
C/ de livre movimento	218.832.613,00	
TROS BANCOS		
C/ de prévio aviso	6.372.448,40	
SOURO NACIONAL		
Depósito na Delegacia Fiscal	700.844.941,40	960.395.641,90
IPRÉSTIMOS		
Diversas Carteiras	1.554.871.007,60	
TULOS DE RENDA		
Diversos Títulos Pertencentes à Caixa	289.002.169,70	
ROS A RECEBER		
Vencidos sem Empréstimos e Títulos de Renda	63.427.650,40	
MOXARIFADO		
Saldo desta conta	1.149.155,50	
VEDORES DIVERSOS		
Diversos saldos desta conta	4.376.908,70	1.912.826.891,00
ÓVEIS		
Sédes — Matriz e Agências	33.934.546,50	
Arrematados	2.912.632,00	
ÓVEIS, UTANSÍLIOS E MAQUINÁRIOS		
Pertencentes à Caixa	9.526.654,60	
BLIOTÉCA		
Saldo desta conta	187.631,70	46.561.464,80
ONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Em Garantia	4.279.089.633,60	
Em Depósito	9.207.200,00	
Empenhos C/Empréstimos	475.949.903,50	
Contratos de Empréstimos	30.605.580,00	4.794.852.317,10
		7 714.636.314,80

PASSIVO

	Cr$	Cr$
DEPÓSITOS		
Saldos de Depositantes—Populares	2.673.198.342,10	
Prazo fixo	191.093.040,60	
Contratuais	6.148.749,00	
	2.870.440.131,70	
CREDORES DIVERSOS		
Saldos de diversas contas	7.836.430,30	2.878.276.562,00
CONTAS PATRIMONIAIS		
Patrimônio	18.398.379,30	
Diversos Fundos	23.109.056,40	41.507.435,70
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Garantias de Empréstimos	4.279.089.633,60	
Valores de Terceiros	9.207.200,00	
Empréstimos autorizados	475.949.903,50	
Créditos contratados	30.605.580,00	4.794 852.317,10
		7.714.636.314,80

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE RECEITA E DESPESA

DESPESA

	Cr$	Cr$
NANCEIRA		
Juros de Depósitos	134.570.486,80	
Prejuizos em Operações	71.789,10	134.642.275,90
DMINISTRATIVA		
ontribuição para o Conselho Superior	1.541.561,00	
ubsídios ao Conselho Administrativo	486.000,00	
encimentos ao Funcionalismo	21.564.312,80	
aterial de Expediente	1.185.974,30	
onservações e Reparos	578.178,70	
ncargos Diversos	6.810.378,30	
epreciações e Provisões	390.000,00	32.556.405,10
XTRAORDINÁRIAS		
Diversas		447.812,70
EXERCÍCIOS ANTERIORES		
Diversas		279.058,90
TOTAL DA DESPESA		**167.925.552,60**
ldo do Exercício, Creditado:		
atrimônio	5.642.177,00	
iversos Fundos	13.165.079,50	18.807.256,50
		186.732.809,10

RECEITA

	Cr$	Cr$
FINANCEIRA		
Juros — Tesouro Nacional (Delegacia Fiscal)	40.359.268,20	
Bancos	12.847.262,00	
Empréstimos	104.841.697,30	
Títulos de Renda	16.851.357,90	174.899.585,40
ADMINISTRATIVA		
Emolumentos diversos	149.059,50	
Comissões s/Empréstimos	7.349.766,90	
Diversas rendas	940.302,00	8.439.128,40
PATRIMONIAL		
Renda de Imóveis Próprio (bruta)	2.823.840,00	
Alugueis de Cofres	104.239,00	2.928.079,00
EXTRAORDINÁRIA		
Diversas rendas		466.016,30
		186.732.809,10

São Paulo, 31 de dezembro de 1947

ALBERTO MARTINS — Chefe do Departamento da Gerência.
LEOPOLDO MULLER — Chefe do Departamento de Contabilidade.

O Conselho Administrativo
ARTHUR ANTUNES MACIEL
ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA
ALCIDES DA COSTA VIDIGAL
ABELARDO VERGUEIRO CESAR

PRODUTOS & MERCADOS

A Mamona no Brasil

DESDE que a safra brasileira de mamona em 1945 ultrapassou a produção da India, que era o país detentor da produção máxima dessa oleaginosa no mundo, o Brasil transformou-se em seu principal produtor. Essa situação favorável foi conseguida graças à seleção no curso do cultivo e a preferência pelas variedades do tipo anão consideradas as mais produtivas. Depois de inúmeros trabalhos de seleção em São Paulo, descobriu-se no sul de Minas um tipo apropriado para o cultivo no sul do país, o qual, pelo seu rendimento, propiciou em imediato uma ampla melhoria da produção. Daí em diante começou a expandir-se a exportação da baga. Assim passou o Brasil a fornecedor principal da oleaginosa à indústria norte-americana, substituindo ràpidamente o antigo produtor da baga, a India.

No último decênio o comportamento das nossas exportações de mamona expressam-se nos seguintes algarismos:

ANOS	TONELADAS	Cr$ EM MILHARES
1936.....	102.056	73.942
1937.....	119.916	91.299
1938.....	125.873	70.777
1939.....	125.272	95.944
1940.....	117.495	119.745
1941.....	221.813	189.011
1942.....	116.169	149.450
1943.....	155.685	207.926
1944.....	145.477	187.722
1945.....	150.447	199.624
1946.....	99.419	195.604
1947.....	168.548	618.902

Incluindo-se nesse cômputo a exportação do óleo de mamona, que se aproximou de cinco mil toneladas no valor de sessenta milhões de cruzeiros, verifica-se que a exportação dessa oleaginosa excede a do arroz e se coloca em sétimo lugar, após o café, algodão em pluma, tecidos de algodão, cacau, peles e couros, e pinho. Das plantas cultivadas no Brasil é a mamona a que apresenta maior variabilidade de espécies.

Estuda-se no momento a mecanização da colheita da baga de mamona, o que de certo influirá grandemente na sua melhor produção no Brasil, onde a colheita é realizada manualmente. A mamona surge em quase todos os Estados do Brasil e atualmente é de crescente aplicação na indústria. Daí a excelente procura que vem logrando, nos mercados estrangeiros. As primeiras sementes dos tipos de melhor rendimento foram trazidas da Colômbia e aclimadas em São Paulo.

O Ceará baseia a sua economia num triptico no qual figura a mamona junto do algodão e da cêra de carnaúba. A disseminação de sementes dos tipos de mamona anão que oferecem maior rendimento por todos os produtores brasileiros pode ainda melhorar consideràvelmente a produção nacional dessa oleaginosa empregada hoje em inúmeras operações industriais do mundo.

◆

O CACAU BAIANO

A EXPORTAÇÃO de cacau baiano em 1947 atingiu a quase um bilhão de cruzeiros que foi o valor comercial FOB do meio milhão e meio de sacos exportados para o exterior. O valor dessa exportação ultrapassa a do ano anterior em mais de 200 milhões de cruzeiros, embora o volume transportado tenha sido inferior ao daquele ano, em cêrca de 37%. Possibilitou êsse rendimento maior o fato da subida do preço internacional do

O OBSERVADOR publicará em sua próxima edição:

O Consumo na Planificação
Aristóteles Moura.

A Renda Nacional
Richard Lewinson.

O Dinheiro da União e dos Estados
Desiré Silva.

O Banco Internacional e uma grande reportagem sôbre - Quanto Custa um Homem?

Além de outros artigos e secções habituais.

oduto. Êsse aumento foi de mais de 3,11 cruzeiros por saco de cacau em- rcado. Aliás o cacau vem no mercado ternacional, desde de 1928, conseguindo tas no seu preço de aquisição o que in- rma a posição favorável dos produto- s no campo de oferta e procura mun- al, já que as quantidades do produto m sido sempre inferiores às necessida- s universais.

◆

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ARROZ

A SITUAÇÃO precária da produção mundial de arroz tem possibilitado a maior incremento de possibilidades s exportações brasileiras dêsse produ- . A nossa exportação rizícola vem au- entando satisfatoriamente como se po- inferir da posição lograda pelo cereal s quadros de exportação brasileira, on- já ocupa o 8.º pôsto. O progresso des- exportação pode ser vislumbrado no guinte quadro:

nos	Toneladas	Cr$ 1.000
38	57.445	40.350
39	60.404	45.094
40	41.000	32.601
41	13.255	13.299
42	82.603	174.329
43	84.581	192.263
44	149.797	331.200
45	86.538	202.661
46	152.051	385.478
47	218.423	682.524

O aumento médio do preço de tonela- posta a bordo em 1947 em confronto m os números de 1946 oferece uma mar- m de aumento que percentualmente se lica em 23,3%.

◆

AÇÚCAR PAULISTA

A SAFRA de açúcar paulista de 1947-48, já praticamente terminada, ingiu a 5.598.422 sacos de 60 quilos. mparada com a produção da safra an- ior verifica-se que houve um aumen- de 1.013.061 sacas.

Em São Paulo trabalham no momento usinas e mais 33 engenhos turbinado- s.

◆

SUCEDÂNEO NACIONAL DE CORTIÇA

O BURITI do brejo está despertando interêsse como sucedâneo da corti- , em firmas norte-americanas. O mes- o vem acontecendo com o imbaré o al vem logrando inúmeras aplicações m sucedâneo da cortiça. Também o u-santo é capaz de produzir em certos mpos aquêle produto. Um grande su- dâneo da cortiça na manufatura de lhas, tampas e outros utensílios de ve- ção é um material fibroso, macio e mui- leve que compõe os pecíolos do buri- e do muriti palmeiras que formam ensas florestas no nordeste. As impor- ções brasileiras de cortiças são bem reciáveis e a utilização dêsses substi- tos será das mais benéficas à economia cional.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ÓLEO DE DENDÊ

A PRODUÇÃO brasileira de óleo de dendê segundo os últimos dados estatísticos ultrapassa de 800 mil quilos com um valor de Cr$ 4.000.000. O dendê existe em grandes quantidades no Estado da Bahia que monopoliza a extração do óleo. A partir de 1945 ingressou também no mercado produtor o Estado de Sergipe com pequena parcela, 1.370 quilos. O preço médio do óleo, por quilo, foi de Cr$ 4,80 na fonte de produção.

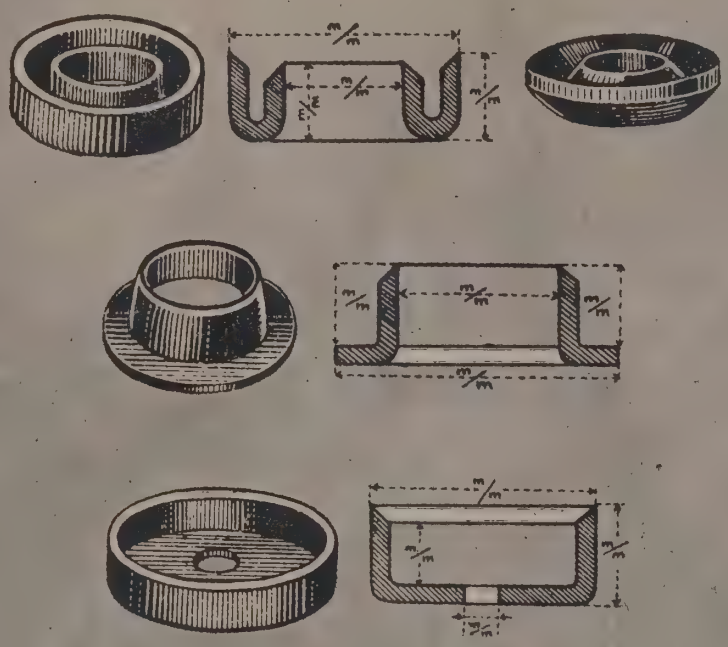
SUCEDÂNEO DA CÊRA DE CARNAÚBA

JA' há muito tempo circula a notícia da descoberta de um sucedâneo de cêra de carnaúba. Agora aparecem dados mais positivos a respeito do novo "ezartz". Segundo informação do Secretário da Agricultura dos Estados Unidos ao próprio Presidente Truman êsse substituto da cêra em que repousa a economia cearense é retirado do "bagaço da cana" que possui uma cêra tão fina e tão útil como aquela.

CORTUME MAUÁ LTDA.

Escritório { RUA LÍBERO BADARÓ, 443 — 5.º ANDAR
Telefone: 3-3011, Caixa Postal 3147 — SÃO PAULO

Fabrica: MAUÁ — S. P. R.



GACHETAS DE COURO

DE QUALQUER FORMATO E DIMENSÃO

N. B. — Estas gachetas são fabricadas com couros rigorosamente escolhidos e especialmente curtidos para tal fim, aproveitando-se a parte mais apropriada ás suas dimensões e formas, são curvados sob pressão mecanica elevadissima, e portanto comparadas ás outras similares, oferecem a vantagem de maior durabilidade e maior economia.

Para seus pedidos queira especificar as dimensões de acôrdo com os desenhos.

EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO

EMBORA com menor volume físico do que em igual período de 1946, as exportações nacionais de algodão em rama, durante os onze primeiros meses do ano recém-findo, acusaram resultados financeiros sensivelmente superiores aos atingidos no ano anterior. Em 1946 — referimo-nos sempre aos onze meses — os embarques daquela matéria prima alcançaram 302.075 toneladas, no valor de 2.611,5 milhões de cruzeiros; em 1947, êles se limitaram, no volume, a 269.174 toneladas, enquanto o valor se elevou a 2.891,1 milhões de cruzeiros.

Tendo sido de Cr$ 8.159 em 1946, o valor médio por tonelada subiu a Cr$ 10.741, em 1947.

Êsses e outros oportunos dados sôbre o nosso comércio externo, há pouco publicados pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, órgão integrante do sistema estatístico do I. B. G. E., permitem conhecer o destinos das remessas de algodão, no curso dos meses de janeiro a novembro do último biênio.

Principal compradora do nosso algodão, a Europa figura em primeiro lugar, com 246.919 toneladas, no valor de 2.039,9 milhões de cruzeiros, em 1946, e 216.884 toneladas, no montante de 2.310,7 milhões, em 1947. A Grã-Bretanha se destaca como a maior importadora, com 86.564 e 55.746 toneladas, em 1946 e 1947, respectivamente, seguindo-se a Espanha, com 29.598 e 35.015 toneladas; a França, com 9.066 e 22.697; a Itália, com 60.652 e 20.580; a União Belgo-Luxemburguesa, com 24.681 e 23.109; e a Polônia, que, não figurando, em 1946, na lista dos países compradores, aparece, em 1947, com 16.204 toneladas. Além dêstes, vários outros países europeus receberam algodão brasileiro, no decorrer do biênio.

Houve, em 1947, forte redução nas vendas para a Ásia, que totalizaram, em 1946, 51.915 toneladas, contra 24.904, em 1947. A queda foi motivada pelo decréscimo das aquisições feitas pela China. As exportações para os mercados do continente americano foram, no entanto, mais volumosas em 1947 (19.159 contra 15.375 toneladas), devendo-se o acréscimo às importações realizadas pelo Canadá.

◆

PESQUISA DE PETRÓLEO EM S. PAULO

AFIM de realizar pesquisas de petróleo em São Paulo a Seretaria da Agricultura daquela unidade da Federação empenha-se no momento nos estudos de geologia estrutural daquela região tendo solicitado à United Geophisical Co. orçamento para o levantamento geofísico do território paulista.

◆

NÍQUEL GOIANO

O GOVÊRNO de Goiás entrou em entendimentos com o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalada na região de S. José do Tocantins, naquele Estado, uma usina metalúrgica, destinada ao aproveitamento das jazidas de níquel daquela região, que são as maiores do Brasil.

◆

O MERCADO SUÍÇO

NO decurso do ano passado, permaneceu satisfatória, no seu conjunto, a situação econômica da Suíça, o que prova o aumento sensível dos algarismos de negócios do comércio interno de uma parte, e do comércio exterior de outra parte. Entretanto, convém notar que diversos indícios parecem anunciar haver, em geral, passado o ponto culminante da "conjuntura", começando a esboçar-se no mercado dos negócios uma evolução provavelmente um tanto diferente. Com efeito, em diversos setores da indústria manifestam-se a primeiras consequências das dificuldades surgidas nos pagamentos internacionais, dificuldades essas que obrigaram alguns países a restringir a importação de produtos considerados como não sendo de primeira necessidade. Além disso, certos Estados estão empenhados em encaminhar a maioria de suas exportações para os países ajustando suas compras em divisas livremente conversíveis. Também no mercado suíço a concorrência estrangeira, favorecida por uma política liberal de importação, se faz sentir cada vez mais.

Seja como fôr, o **comércio exterior** da Suíça desenvolveu-se ainda mais em 1947

Coca-Cola
MARCA REGISTRADA
EXPANDE-SE NO BRASIL!

CAPITAIS BRASILEIROS, CONFIANTES NO ÊXITO DA MAIS FAMOSA BEBIDA AMERICANA, EMPREENDEM A MONTAGEM DE FÁBRICAS EM VARIOS PONTOS DO PAÍS

O sucesso de Coca-Cola no Brasil vem comprovar que essa bebida agrada a todos os paladares. Coca-Cola já conta com fábricas em várias cidades como Rio, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, devendo ser instaladas as de Santos, Campinas e Niteroi. Na foto vemos uma fábrica modelo de Coca-Cola em Atlanta, Estados Unidos. Fábricas como estas estão produzindo Coca-Cola no Brasil.

Produzida com um xarope de essencias naturais, agua purissima e açucar da mais alta qualidade, Coca-Cola é um produto em cuja fabricação, em qualquer de suas fases, não toca a mão do homem. As garrafas especiais são lavadas e higienizadas automaticamente, e todo o processo industrial garante que a bebida seja sempre idêntica e com idêntico sabor.

Vemos nesta foto a fase final do engarrafamento, na qual as garrafas são cuidadosamente examinadas por meio de lentes e focos de luz. As fábricas engarrafadoras brasileiras de Coca-Cola estão sendo constituidas com capitais nacionais e locais para cada cidade, com a orientação técnica de "The Coca-Cola Export Sales Co.", Av. Rio Branco, 257 - 14.º, Rio.

Em tôdas as partes do mundo é ouvida a poderosa voz da Rádio Club de Pernambuco

Ouvintes de tôdas as latitudes comprovam o alcance da Rádio Club de Pernambuco, em cartas repassadas de simpatias. Estas cartas comprovam não sòmente a excelência do aparelhamento técnico da emissora, bem como sua eficiência como veículo para sua propaganda. Convidamos os anunciantes a lerem as impressões dos que nos ouvem em Duque de Caxias, no Sul, ou em Ipamerí, no Estado de Goiás. Assim poderão melhor aquilatar do que significa a sua mensagem de vendas na "pioneira das ondas curtas".

Do Dr. Donato R. Borges, 1.º Ten. Médico, residente em Ipamerí, no sul de Goiás, assíduo ouvinte da PRA-8, recebemos a carta que abaixo transcrevemos, a qual fêz companhar de alguns envólucros da Pasta Eucalol, tomando parte no Concurso de Viagem ao Rio, que tem despertado entre nossos ouviñtes grande interêsse,

Ipamerí, 10 de janeiro de 1948.

Sr. Diretor da Rádio Clube de Pernambuco.

Cordiais saudações:

Sou filho do Sul, mas tendo servido no Recife por largo período, trouxe daí muitas recordações, apreciando muito a terra, a tradição de seu povo, seus usos, costumes e sua música.

Assim, não poderia deixar de ouvir os programas da P. R. A.-8, para recordar-me da linda Veneza Brasileira.

Aproveito também a oportunidade para informar a V. S. da nitidez com que é ouvida essa possante estação nordestina aqui no sul de Goiás, principalmente após as 19 horas.

Sem mais, grato pela atenção e de V. S. um amigo ao inteiro dispor.

As.) Donato R. Borges
1.º Ten. Médico

Do Ten. Dagmar Pessoa de Albuquerque, residente em Duque de Caxias, no Estado de São Paulo, recebemos a seguinte carta:

Duque de Caxias, (S. P.), 2 de Fevereiro de 1948.

Ilmo. Sr.,
Diretor da P. R. A.-8.

Respeitosas saudações.

Desobrigando-me do grato dever para com aquêles de boa vontade, apresento-vos os meus sinceros agradecimentos pela especial atenção que V. S. me dispensou: atendendo ao apêlo que há dias vos fiz referente ao enderêço de um tio meu.

Esclareço-vos que após quatro dias da expedição de minha carta a V. S., recebi um telegrama do referido tio.

Do amigo reconhecido.

as.) Dagmar Pessoa de Albuquerque.

Enderêço:
Ten. Dagmar Pessoa de Albuquerque
4.º Regimento de Infantaria
Duque de Caxias — São Paulo.

Do Sr. John Dinesen Hansen, residente à Av. Churchill n.º 97, sala 305-306, no Rio de Janeiro, recebemos a seguinte carta:

Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 1947.

Rádio Club de Pernambuco PRA-8.

A resposta para a pergunta feita por esta Emissora: Qual é a casa que irá patrocinar o Bochudo? E' a seguinte: — Irá patrocinar o grande frêvo de Sebastião Lopes para o Carnaval de 48, uma das maiores casas de Pernambuco.

"CASAS JOSE' ARAUJO S. A.", Rua Duque de Caxias n.º 191.

Atenciosamente

as.) John Dinesen Hansen

Do Sr. Verner Mélo, também residente no Rio de Janeiro, à Rua Flack n.º 11 — Riachuelo, recebemos a seguinte carta:

Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 1947.

Exmo. Sr..,
DD. Rádio Clube de Pernambuco PRA-8.

Como ouvinte assíduo dessa Emissora, vou responder uma pergunta feita pela mesma.

A casa que vai patrocinar o BOCHUDO é a formidável

CASAS JOSE' ARAUJO S. A., Rua Duque de Caxias, 191, Recife — Pernambuco.

Cordialmente
as.) Verner Mélo

Enderêço:
R. Flack n.º 11, Apartamento 301.
Riachuelo — Rio de Janeiro.

P. S. — Ouço tão bem os programas dessa Emissora, como se fôsse uma estação local, aliás é a única de todo o nordeste e norte do Brasil que se ouve perfeitamente.

P. R. A. 8 - RÁDIO CLUB DE PERNAMBUCO

Av. Cruz de Cabugá, 394

Representante no Rio: — F. R. Pereira de Souza & Filho — Praça Getúlio Vargas, 2 — 4.º and.

FOCALIZANDO COM REALISMO O PROGRESSO DO BRASIL

O desenvolvimento progressivo dos nossos recursos econômicos, com o incremento da produção agrícola, o ritmo acelerado da indústria e a expansão do comércio em todos os ramos, palpita, através de reportagens vivas, estudos profundos, agudos comentários e noticiário honesto, nas páginas de O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO — líder das revistas especializadas do Brasil! Daí ser O OBSERVADOR citado, hoje em dia, como preciosa fonte bibliográfica de valor inestimável para economistas, técnicos e estudiosos em geral. Por outro lado, o fato de ser O OBSERVADOR procurado, com crescente interêsse, por leitores da mais variada gama intelectual — professôres, industriais, comerciantes, banqueiros e estudantes — e a circunstância de contar, entre seus assinantes, entidades públicas e privadas de todos os países americanos, muitos europeus, e nos mais longínquos rincões do território brasileiro, conferem-lhe um valor indiscutível como eficiente veículo de publicidade para quantos aspiram ao progresso de seus negócios e à prosperidade nacional.

Solicite, hoje mesmo, pelo Reembôlso Postal, uma assinatura de O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, preenchendo o cupão abaixo.

O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO

AVENIDA GRAÇA ARANHA, 182

RIO DE JANEIRO

ASSINATURAS

1 ano ....Cr$ 100,00
2 anos....Cr$ 180,00
3 anos....Cr$ 260,00

LÍDER DAS REVISTAS ESPECIALIZADAS DO BRASIL

O OBSERVADOR Econômico e Financeiro
Caixa Postal, 3114 - Rio de Janeiro

Solicito, pelo Reembôlso, uma assinatura por..... ano(s).

Nome.....
Rua e N.º.....
Cidade .....
Estado.....

Inter-Americana

BANCOS & MOEDAS

O Crédito nos Estados Unidos

) TESOURO norte-americano executando uma política de caráter deflacionista e visando o emprêgo de tôdas as suas disponibilidades no pagamento de dívidas públicas em poder do Sistema de Reserva Federal impôs violenta reação no mpo de empréstimos naquele país. Tôdas as espécies de empréstimos bancários biram de 124 milhões de dólares no espaço de 31 de dezembro de 1947 a começos março do corrente ano. Êsse aumento se deve ùnicamente aos empréstimos inr-bancários, isto é empréstimos temporários de cobertura que os bancos realizam tre si. Os empréstimos contra bens de raiz subiram e os contra valores em geral presentam sensível diminuição. Os empréstimos comerciais — mercantis, agrícos e industriais, baixaram a níveis menores que os alcançados em 1947, a 31 de dembro.

Outra faceta que se surpreende nesse desenvolvimento é o de que os depósitos ncários baixaram muito de 1.276 milhões e as reservas de valores do govêrno de 3 milhões de dólares.

Essa posição do crédito nos Estados nidos oferece outros aspectos indicados de que a espiral inflacionista decres- em intensidade. Como decorrência sse processo aguardam os economistas uma estabilização dos níveis de preços. O declínio dos empréstimos bancários está sendo enxergado como um elemento de corrigenda da situação anormal que se vinha experimentando.

Nos mercados financeiros os preços das ações baixaram muito, enquanto que o próprio mercado de bonus que conta com o apoio permanente que o sistema de Reserva Federal presta aos títulos do govêrno apresenta baixa mais acentuada. Embora essa situação geral do mercado novas emissões de bonus foram colocadas. Entretanto o aumento de arrecadação que contribuiu tanto para o aumento de entradas de somas para o Erário norte-americano foi por outro lado o fator de diminuição dos depósitos bancários. Isso obrigou a que muitos bancos vendessem títulos do Estado para uma recuperação. E, em razão dêsse desenvolvimento o próprio mercado de "bonus" sofreu um pequeno desequilíbrio que influiu na cotação dêsses títulos.

BANCO CRUZEIRO DO SUL DE SÃO PAULO, S. A.

Capital realizado: Cr$ 20.000.000,00 — Aumento de Capital: Cr$ 10.000.000,00 — Cr$ 30.000.000,00
Reservas: 12.663.377,70

PERAÇÕES INICIADAS EM 1.º DE OUTUBRO DE 1943 —)(— CARTA PATENTE N.º 3.043 DE 15-9-1943

MATRIZ: Rua da Quitanda, 144 - SÃO PAULO — Endereço Telegráfico: "BANCRUZE"
FILIAL DO RIO DE JANEIRO: — Rua Candelária, 4

Compreendendo as operações da MATRIZ, DA SUA FILIAL DO RIO DE JANEIRO E DAS AGÊNCIAS DE:
aré, Cerqueira César, Conchas, Fartura, Franca, Gália, Garça, Herculândia, Ipauçú, Ipiranga (São Paulo), Leme, Miguelópolis, Mogí das Cruzes, Patrocínio do pucaí, Penha (São Paulo), Pirajuí, Pompéia, Quintana, Rancharia, Sto. Amaro (São Paulo) e Santos.

ATIVO

		Cr$	Cr$
DISPONÍVEL			
Caixa:			
n Moeda corrente		20.027.187,50	
n depósito no Banco do Bra.il S/A.		38.720.520,20	
n depósito à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito		5.617.743,40	
n outras Espécies		50.908,20	64.416.359,30
REALIZÁVEL			
mpréstimos em C/Correntes	139.605.878,20		
tulos Descontados	250.463.040,50		
ências no País	39.568.611,40		
rrespondentes no País	29.747.183,20		
pita a Realizar	5.289.900,00		
tros Créditos	3.831.414,90	468.506.028,20	
óveis		35.000,00	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:			
rigações de Guerra depositadas no Banco do Brasil S/A., no valor nominal de Cr$ 5.907.400,00, á ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		4.426.601,20	472.967.629,40
IMOBILIZADA			
ifício de uso do Banco		925.051,00	
óveis e Utensílios		3.792.893,30	
aterial de Expediente		1.563.010,80	
stalações		3.617.021,30	9.897.976,40
RESULTADOS PENDENTES			
ros e Descontos		1.454.482,20	
postos		207.107,80	
spesas Gerais e outras contas		2.456.983,30	4.118.573,30
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
lores em Garantia		36.193.658,00	
lores em Custódia		11.012.991,00	
tulos a receber de C/Alheia		130.621.388,10	177.830.037,10
TOTAL...		Cr$	**729.230.575,50**

PASSIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
NÃO EXIGÍVEL			
Capital	20.000.000,00		
Aumento de Capital	10.000.000,00	30.000.000,00	
Fundo de reserva legal		720.000,00	
Fundo de previsão		3.813.030,00	
Fundo de reserva especial		8.130.347,70	42.663.377,70
EXIGÍVEL			
Depósitos:			
À Vista e a Curto Prazo:			
De poderes públicos	59.048.113,00		
Em c/c sem limite	193.657.422,10		
Em c/c limitadas	40.423.779,80		
Em c/c populares	1.836.759,00		
Em c/c sem juros	15.821.061,30		
Em c/c de aviso	18.070.473,60		
Outros depósitos	471.639,60	329.329.248,40	
A prazo fixo		88.289.434,20	
SUB-SOMA		417 718.682,60	
OUTRAS RESPONSABILIDADES:			
Agências no País	53.695.601,00		
Correspondentes no País	23.991.444,90		
Ordens de pagamentos e outros créditos	14.046,00		
Dividendos a pagar	169.558,40	77.870.650,30	495.589.332,90
RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados e outras contas			13.147.827,80
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em garantias em custódia		47.208.649,00	
Depositantes de títulos em cobrança no país		130.621.388,10	177.830.037,10
TOTAL		Cr$	**729.230.575,50**

São Paulo, 3 de abril de 1948

Dr. RICARDO JAFET — Presidente
GLADSTON JAFET — Vice-Presidente
C. D'AGOSTINO — Superintendente

ANTÔNIO ALFREDO D'AGOSTINO — Gerente
JORDÃO MENDES DA SILVEIRA JÚNIOR — Contador

SATMA

— um nome que é um símbolo de organização!

A experiência de 34 anos no ramo de seguros é o que lhe oferece a SUL AMÉRICA TERRESTRE, MARÍTIMOS E ACIDENTES, quando você recebe uma apólice de uma de suas nove carteiras! Durante 34 anos, o trabalho constante da SATMA foi aperfeiçoado até se tornar um símbolo de organização e eficiência. Isso significa absoluta proteção contra os golpes imprevistos da fatalidade!

★

SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES

A maior Companhia de Seguros Terrestres da América Latina

RIO DE JANEIRO

LUIZ CAMPOS FILHOS & CIA.

Sucessores de LUIZ CAMPOS

Estabelecidos em 1887

COMISSÕES - AGENTES DE VAPORES - COMISSÁRIOS DE AVARIAS

Matriz: RIO DE JANEIRO
RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 51
Fones: 43-8016 — 43-8215
Telegr. CAMPOS
Caixa Postal, 45

Filial: SANTOS
Praça VISC. MAUA', 26 - 2.º - s/204
Fone: 5.233
Telegr. LUCAFICO
Santos — S. Paulo

E. F. LUIZ CAMPOS

CORRETOR DE NAVIOS

Fones: 43-8016 — 43-8215

Segundo os "experts" a economia nacional norte-americana passa por um processo de hesitação, e não acreditam os economistas que a fase atual seja seguida de um novo surto inflacionário. Enfim todos os elementos indicam satisfatòriamente de que a inflação nos Estados Unidos experimenta sensível decréscimo no seu processo de repercussão.

◆

EMPRÉSTIMO À COLÔMBIA

O EXPORT Import Bank auxiliou a Colômbia com um empréstimo de 10 milhões de dólares, realizado logo após os acontecimentos políticos que agitaram aquêle país.

O Export Import Bank é considerado como a "fonte-lógica" para os auxílios aos países dêste hemisfério. No momento o Canadá pleiteia junto àquela organização bancária norte-americana um empréstimo de 700 milhões de dólares. Êsse empréstimo será realizado para firmas particulares. O Banco citado tem disponibilidades de oitocentos milhões de dólares do seu capital autorizado, que é de 3 e meio bilhões de dólares.

◆

CRÉDITOS ESCALONADOS OFERECIDOS PELA ARGENTINA

NA Conferência de Comércio e Emprêgo, na sua reunião em Havana o presidente da delegação argentina declarou que aquêle país tem disponibilidades no valor de 5 bilhões de dólares para distribuição de empréstimos a longo prazo a países que, a seu juízo, o merecessem.

◆

ACÔRDO MONETÁRIO ANGLO-PORTUGUÊS

COM o recente acôrdo monetário anglo-português é previsto um grande desenvolvimento das correntes de comércio internacional entre os dois países contratantes. Os créditos portugueses na Inglaterra segundo os últimos dados publicados somavam a 80 milhões de esterlinos. Impossibilitada de solver êsses compromissos em ouro ou em mercadorias, a Inglaterra reduziu consideravelmente as suas compras naquele país. Mas, pelo novo acôrdo, através de uma exportação mais intensiva de produtos industriais a Inglaterra buscará realizar um determinado equilíbrio mantendo as suas importações de Portugal no nível em que as mesmas se vinham realizando.

◆

PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO

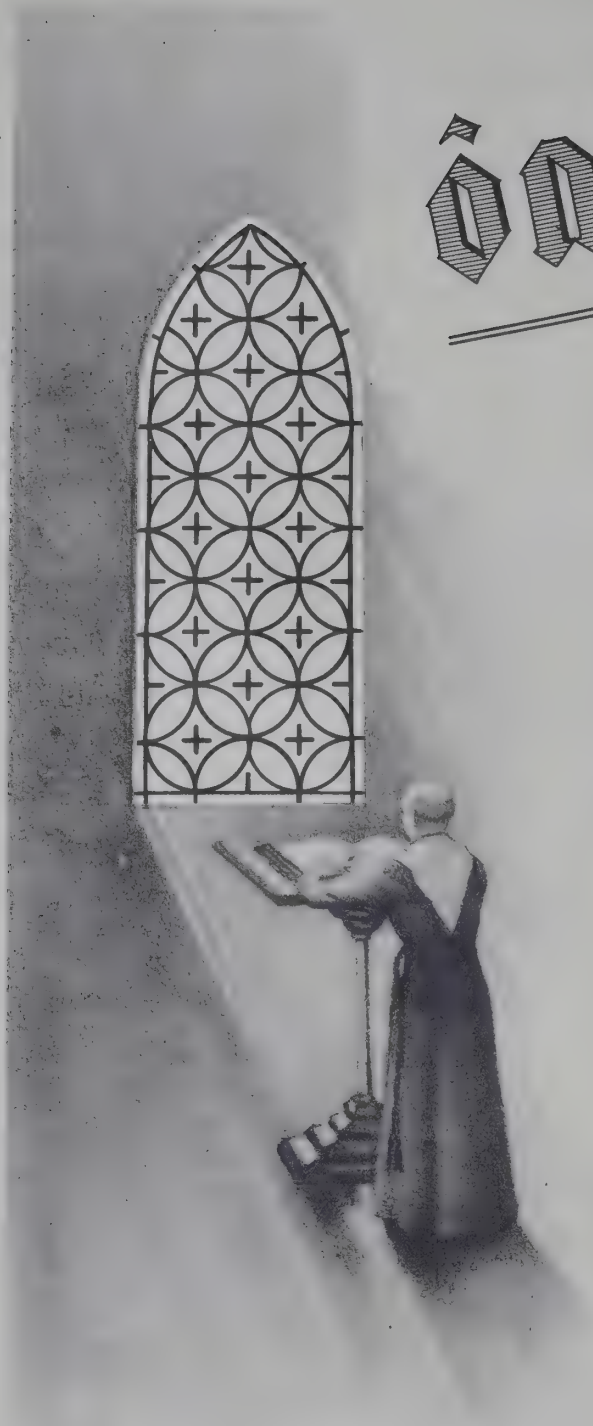
EM 31 de março do corrente ano o papel-moeda em circulação no Brasil segundo o demonstrativo dado a estampa pela Caixa de Amortização oferecia o seguinte total: Cr$ 20.382.687.378,50, o que confrontado com a circulação existente em fins de fevereiro oferece uma diminuição de Cr$ 2.852.060,00. E' de notar que cêrca de 13 bilhões dêsse meio circulante é composto de notas de 500 e mil cruzeiros.

A importância a menos é proveniente do trôco por moeda divisionária — alumínio — e pelos descontos sofridos pelas notas recolhidas. O Estado lucrou com êstes descontos a importância de Cr$ 16.670,00.

O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO

THE LIBRARY OF THE
JUL 26 1948
UNIVERSITY OF ILLINOIS



ontem — HOJE

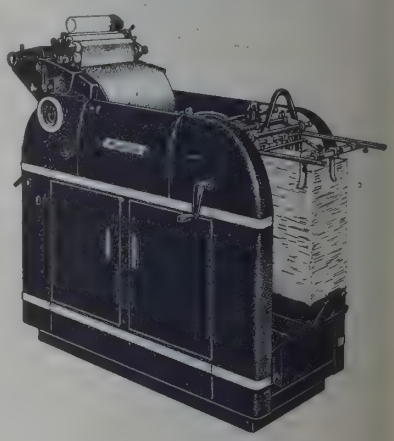
Dos mais remotos tempos, o desejo de aperfeiçoamento do homem tem se manifestado de modo a levar-nos no campo dos conhecimentos humanos, ás mais arrojadas concepções e práticas.

No terreno das artes gráficas êste, têm se verificado em progressão geométrica dada a necessidade sempre crescente da difusão de idéias, entre os povos, pela palavra escríta.

Das iluminuras desenhadas pelos frades na idade média, que faziam em anos um só livro, ás modernas máquinas de imprimír de hoje, o progresso alcançado é fantástico.

E, ao se falar, em perfeição de reproduzir, não podemos deixar de mencionar esta maravilhosa máquina "MULTILITH" que, com um novo processo, marca mais um pásso no progresso das industrias gráficas.

Pelo processo "Multilith" ésta resolvido o ultimo dos problemas da impressão: espaço-tempo. Em seu escritorio, num pequeno espaço, V. S. poderá ter qualquer reprodução rapida de documentos, gravuras, livros ilustrados, etc., por um processo econômico rapido e perfeito. Tal processo, depois de aprovado nos países mais adiantados é oferecido ao Brasil onde a ADDRESSOGRAPH-MULTIGRAPH DO BRASIL S. A. está a disposição dos interessados para qualquer demonstração.



REPRODUTORA MULTILITH

ADDRESSOGRAPH MULTIGRAPH DO BRASIL S. A.

Av. Graça Aranha 182-2.° and. — *Rio de Janeiro*

Representantes em:

S. PAULO-BELO HORIZONTE-CURITIBA-RECIFE-SALVADOR-P. ALEGRE-BELÉM

A Eletricidade è o SANGUE da Indústria

Os produtos que, diariamente, você consome; a beleza das cidades à noite; os meios de comunicação fáceis: bondes, trens elétricos, telefones, telegrafo - são o resultado da descoberta mais importante do homem: a ELETRICIDADE. Porque cada Kw produz uma força equivalente à de 27 homens e este Kw é que põe em movimento a roda gigantesca da indústria moderna.

Estes milhares de quilômetros de fios aéreos, de dutos e cabos subterrâneos representam, na vida moderna, o mesmo papel que as artérias na circulação do sangue no corpo humano. Esta rêde é a grande distribuidora do sangue da indústria: a ELETRICIDADE.

Apesar das enormes dificuldades encontradas durante a guerra, entre as quais a falta de material para os seus inúmeros serviços, a Light, no período 1942 1946, instalou nesta Capital, para atender a constantes pedidos de aumento de carga, o seguinte equipamento adicional:

Metros de fios aéreos	2.900.847
» » dutos	441.097
» » cabos subterráneos	273.845
Número de postes	8.950
» » transformadores em postes	405
» » vaults	97
» » transformadores em vaults	67
» » Lâmpadas de Iluminação Pública	5.829

Cia de CARRIS LUZ e FORÇA do RIO DE JANEIRO Ltda

Maio
1948

NESTE NÚMERO:

Comércio Exterior 7

Livros e Idéias 11
(Valdemar Cavalcanti)

Crônica Parlamentar 17

O Consumo na Planificação 20
(Aristóteles Moura)

Progresso nas Pesquisas Industriais 27

BIRF — Banco Internacional de Reconstrução e Fomento 34

Dinheiro da União e dos Estados 40
(Desiré Silva)

Quanto Custa um Homem? 47

Pouso Alegre — Um Município do Sul de Minas .. 54
(Antônio Lima)

Renda Nacional 66
(Richard Lewinsohn)

Companhia Vale do Rio Doce S. A. 73

Crise de Habitação 81
(Alberto A. Cavalcanti de Gusmão)

Serviços Hollerith S. A. 84

Cia. Paulista de Estradas de Ferro 86

Banco da Bahia S. A. 93

SECÇÕES

Observações Econômicas 99

Produtos e Mercados 102

Bancos e Moedas 104

Observações Municipais 109

NOTAS EDITORIAIS

A Tarefa do Congresso 3

Execução do S. A. L. T. E. 4

Sabotagem no Plantio do Trigo 4

Comércio Exterior 4

Rodovia versus Ferrovia 5

Compreensão 5

Capa de Ary Fagundes

EXPEDIENTE

Propriedade da

SOC. EDITORA "O OBSERVADOR", LTDA.

COLABORAÇÃO PERMANENTE DE: Arthur Ramos, Arí F. Torres, Caio Prado Júnior, Dante Costa, Garibaldi Dantas, Humberto Dantas, José Maria Belo, Moacir Soares Pereira, Nelson Coutinho, Oscar Tenório, Paulo Frederico de Magalhães, Pedro Calmon, Raul Lima, Roberto Lyra, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Teófilo de Andrade, Líbero de Miranda, Renato Mendonça, Carlos Lacerda e Prof. Leonidas Rezende.

Correspondentes especiais em

Londres, New York e Buenos Aires

Os originais enviados à redação não serão devolvidos mesmo quando não publicados.

Publicação mensal

Redação: Av. Graça Aranha, 182 — 3.º andar
Caixa Postal, 3.114 — Telg. Observador

Tels. { Redação — 42-6995
Gerência — 42-5519

SUCURSAIS

SÃO PAULO — Diretor: Heitor Ferreira Lima — Ed. Saldanha Marinho — Rua Líbero Badaró, 39 — 3.º and. — Tel. 3-6060 — S. Paulo.

MINAS GERAIS, GOIAZ e MATO GROSSO — Diretor: Dr. Moacir Assis de Andrade — Ed. Guimarães, Av. Afonso Pena, 952-3.º andar — Tel. 2-5046 — B. Horizonte.

RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA — Diretor: H. J. Bacelar — Rua dos Andradas — Ed. Sloper, 5.º andar — Tel. 4780 — C. Postal 571 — Pôrto Alegre.

RECIFE, PERNAMBUCO — Carlos Leite Maia — Ave. 10 de Novembro, 10 — Ed. SULACAP — Sala 405 — com jurisdição em Sergipe — Alagoas — Paraíba — R. G. do Norte e Ceará.

◆

AGÊNCIAS NOS ESTADOS

CEARÁ — José Edesio de Albuquerque — Rua Guilherme Rocha, 182 — Fortaleza.

BAHIA — Florêncio Matos — Depósito Continental de Livros — Praça Barão do Rio Branco, 5-A — 2.º andar — Salvador — Bahia.

S. PAULO — M. Pontes & Cia. — Rua 15 de Novembro, 69 — Santos.

PARANÁ — Arnaud F. Veloso — Rua Barão do Serro Azul, 445 — Curitiba.

SANTA CATARINA — Carl Whale — Rua 15 de Novembro, 992 — Blumenau.

RIO GRANDE DO SUL — Pelotas — Distribuidora Sul Riograndense — Rua 7 de Setembro, 312. Paulo Pargentdler — Praça Marechal Floriano, 447 — Passo Fundo.

PORTUGAL E COLÔNIAS — Livraria Bertrand — Rua Anchieta, 31 — 1.º — Lisboa

DISTRIBUIDOR PARA O RIO

Paschoal Tramontano.

Representante em Buenos Aires

Prensa Americana — Vitória, 1222.

Fotografias de Mozar Alves da Silva

Número avulso ..... Cr$ 10,00
Mês anterior ..... Cr$ 15,00

Números atrazados — Preços variáveis
índice semestral — Cr$ 15,00

ASSINATURAS

INTERIOR

1 ano	Cr$ 100,00
2 anos	180,00
3 anos	260,00

EXTERIOR

1 ano	Cr$ 200,00
Índices Semestrais, cada .	15,00

As opiniões expendidas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Todos os artigos publicados são inéditos e escritos especialmente para esta Revista.

IMPRESSO NA EMPRESA GRAFICA "O CRUZEIRO" S. A. — LIVRAMENTO, 191 — RIO

O OBSERVADOR
ECONÔMICO E FINANCEIRO

REDAÇÃO:
AVENIDA GRAÇA ARANHA, 182 3.º andar
RIO DE JANEIRO

FUNDADOR
VALENTIM F BOUÇAS

CAIXA POSTAL 3.114
Tels. — Ger. 42-5519 — Red. 42-6995
End. Telegr. "OBSERVADOR"

N.º 148 — NOTAS EDITORIAIS — ANO XIII

A Tarefa do Congresso

SE recorrermos à história do Poder Legislativo verificaremos que nunca o país esperou tanto dos representantes do povo, numa única legislatura, como ocorre neste 1948. E' bem verdade que estamos praticamente com metade do ano vencida e muitos assuntos de maior importância, transferidos de 1947, ainda se acham longe de chegar a plenário, na Câmara dos Deputados, para os trabalhos de votação. Citemos, por acaso, dois projetos que têm sido objeto de longos debates, nas comissões técnicas e na imprensa: a lei do inquilinato e a lei bancária, a primeira interessando o povo de um modo geral e a segunda interessando fundamentalmente a política econômico-financeira do govêrno. Quando em fins de 1946 chegou ao Palácio Tiradentes o ante-projeto da lei bancária elaborado no Ministério da Fazenda, havia esperança, de parte do titular daquela pasta, que o mesmo fôsse votado ainda no tempo restante daquela sessão legislativa. Era muito otimista, o ministro, e a prova é que ainda hoje lá se acha o projeto na Comissão de Finanças, depois de haver passado um tempo enorme na de Comércio e Indústria, ninguém sabe mesmo por que razão.

Agora, neste ano, recebeu a Câmara dos Deputados nada menos de quatro projetos, de iniciativa do Poder Executivo, todos da maior significação e todos exigindo urgência. São êles: o Plano SALTE, o aumento de vencimentos de pessoal civil e militar e o orçamento para 1949. Segundo os jornais divulgaram, de uma reunião havida no Palácio Tiradentes foi decidido que êstes têm precedência sôbre a reforma bancária, a lei do inquilinato e a lei do petróleo. Enquanto isto, pesa o silêncio sôbre a lei agrária, ligada a dois projetos, um de iniciativa do Deputado Nestor Duarte e outro de iniciativa do próprio Poder Executivo.

Além de tudo isto há, ainda, as leis complementares. Não sabemos como os senhores deputados e senadores encaram tamanho volume de serviço, de não menor responsabilidade. O que sentimos nós e o que sente o povo, é que permanece a preocupação pelos pequenos casos.

No entanto, pode-se dizer que a vida da economia brasileira está perfeitamente sintetizada nos projetos que citamos e que são apenas alguns dos muitos que formam o passivo do Congresso e enquanto se espera que seja dada a palavra da lei sôbre cada um dos assuntos, há como que um parêntesis aberto, ou uma parada forçada que cada vez nos distancia mais das desejadas soluções.

Não fazemos daqui um apêlo para que se decida de uma vez sôbre todos êstes assuntos no curso dêste ano. Entrevemos perfeitamente que o orçamento tem prioridades superiores e que a tarefa de fazer a lei de meios é das mais exaustivas, devendo ser começada já, a fim de que seja promulgada no prazo constitucional. Mas não está fora de propósito um pedido, no sentido de que sejam esquecidos um pouco os pequenos conflitos pessoais, que por mais distante que sucedam costumam sempre repercutir no Congresso, e que servem de motivo para muita oratória eloquente, a fim de que todo o esfôrço seja concentrado naquilo que representa, de fato, o interêsse nacional. Reúna o Presidente do Congresso Nacional a direção das duas casas do Legislativo e mais os líderes das diversas bancadas e mais as comissões inter-partidárias e mais os homens de boa vontade, a fim de elaborarem um Plano SALTE para o Legislativo, um plano que permita ação pronta, imediata, mesmo à custa de algum sacrifício, sacrifício que tanto apraz aos senhores representantes do povo, temos certeza, não apenas como uma simples figura de retórica.

Diretor Responsável
OYAMA P. TEIXEIRA

★

Gerente
R. C. DE MEDEIROS

★

Redator Responsável
E. SIMAS PEREIRA

SABOTAGEM NO PLANTIO DO TRIGO

◆ *Não germinaram* as quatrocentos e cinquenta toneladas de sementes de trigo plantadas em São Paulo. Houve, por conseguinte, um prejuízo muito grande para os lavradores que empregaram seu tempo e haveres na plantação, e outro ainda maior para o país, que teve reduzida sua colheita. Ouvido a respeito, o Ministro da Agricultura declarou que realmente houvera prejuízo, mas que êste não devia ser superestimado, uma vez que a produção de trigo em S. Paulo é muito pequena, não representando sequer um por cento do que colhe o Brasil dêste cereal.

Discordamos do titular da Agricultura.

O fato é muito grave e terá, certamente, danosa repercussão. Em primeiro lugar, o agrônomo que denunciou ao govêrno do Estado o fato aventou claramente em seu relatório a hipótese de sabotagem. Depois, a perda ocorre precisamente quando o país se encontra empenhado na maior campanha de produção de trigo como elemento essencial à sua independência econômica, e não pode, por isto mesmo, ser tomado como um acontecimento passageiro. Há ainda um terceiro fator a considerar, que é o desânimo causado pela perda nos lavradores, que foram induzidos a plantar trigo sob mil promessas da propaganda oficial e agora vêem perdido seu tempo e dinheiro por negligência — admite-se que o expurgo tenha prejudicado as sementes — ou dolo.

Está aberto um inquérito na Secretaria da Agricultura de São Paulo, e uma comissão de técnicos estuda as causas dêste fracasso aparentemente sem importância mas na realidade muito sério. Somos de opinião que a maior atenção devem dar as autoridades a êste inquérito. Êle pode revelar os indícios de uma vasta ação de sabotagem, ou indicar a negligência de repartições oficiais no trato das sementes de um produto que vale ouro ao país.

Um grão de trigo perdido é prejuízo grande para quem o adquire com o seu trabalho. Trigo tem representado para nós até fator de humilhação internacional, e não é possível que nós mesmos concorramos com nossa negligência no tratamento das sementes ou no cuidado de evitar a insidiosa ação dos inimigos para diminuir a colheita.

Ambas as hipóteses são graves e merecem devida apuração.

◆

COMÉRCIO EXTERIOR

◆ *Com* uma longa fôlha de bons serviços, fôlha que o coloca entre os mais conspícuos órgãos auxiliares da administração federal, o Conselho de Comércio Exterior não tem visto refletido na prática os resultados de seus estudos e recomendações. Na verdade, criado para funcionar como colaborador imediato da presidência da República em assuntos de monta para a economia nacional, o Conselho de Comércio Exterior, relativamente bem provido de elemento humano mas perdido no dédalo das repartições inatuantes, jamais conseguiu que ao menos uma razoável percentagem de suas instruções se transformasse em lei e nunca pôde desempenhar o papel de estimulan-

Execução do S. A. L. T. E.

SOB a pressão da necessidade de imediato aumento da produção o govêrno elaborou um plano no qual estão depositadas agora as suas esperanças, idênticas às do povo que urge melhores condições de vida.

Pela extensão e características práticas, o plano, que visa aumentar e facilitar o abastecimento dos centros de consumo, modificar as dramáticas condições de saúde pública imperantes no país, renovar os meios de transporte e criar energia, é ímpar entre nós. Como fruto do acôrdo político, foi êle apreciado por uma comissão inter-partidária que desbastou a mataria fechada da discussão no Congresso, tudo levando a crer que se transformem em lei as suas recomendações e logo o erário público possa dispor dos quatro biliões em que estão avaliadas suas despesas, uma parte das quais logo recuperáveis. Não tendo sido muito recomendável o modo por que trabalharam os técnicos, escolhidos misteriosamente e não raro em desarmonia e até ignorância de alguns ministérios, o plano pareceu perigar quando provocou, ou concorreu para provocar, o ressentimento do Ministro da Fazenda, que solicitou demissão. A crise, todavia, foi superada e o plano escapou de tais dificuldades, embora tenha de voltar ao Ministério da Fazenda, sem dúvida órgão de opinião necessária no caso.

Organizado em círculo fechado, por um *brain trust* que nem sempre correspondeu aos desejos das repartições técnicas, o plano não dispõe de um órgão executivo próprio. Será confiado a repartições federais cujos misteres se confundirão frequentemente com os do plano. E como êste deve ser executado num *rush*, empenhando-se os executores de corpo e alma na tarefa, o perigo mais sério estará êle correndo quando defrontar a rotina e a invencível moleza burocrática.

E' tão grande a necessidade de um plano, e tão urgente a sua execução, que não podemos confiá-lo apenas à burocracia, sabido como esta tem esfriado os mais acesos entusiasmos de muitas campanhas. O plano nas mãos de funcionários que com êle terão apenas dobrado seu trabalho cairá em gêlo, faltar-lhe-á corrente e passará a caminhar em passo tardo quando não irregular.

Que fazer então? Criar um organismo especial, uma secretaria central executória? Recrutar elementos dos diversos ministérios para a execução das obras, gasto das verbas, etc., quando muitos estão manifestamente ressentidos por não terem sido ouvidos nem cheirados?

O problema é realmente difícil. O plano está ameaçado de se transformar numa colcha de retalhos e de fracassar neste ou naquele setor, o que não é agradável quando sabemos que êle é um mínimo em face das nossas necessidades e nossa capacidade financeira, embora os atuais meios de produção estejam aquém de suas possibilidades.

Devemos pedir a todos que olhem carinhosamente para o plano e o auxiliem como puderem, porque êle é indispensável ao país. Aliás, neste ponto também apresenta o plano uma falha tremenda, que é a ausência de uma parte destinada à propaganda, uma mensagem ao povo para que colabore apaixonadamente. Porque só com muito fervor o S. A. L. T. E. terá êxito.

Rodovia Versus Ferrovia

EM incursão que fizemos pelo Estado do Rio de Janeiro, dentro da zona que teoricamente se compreende no cinturão verde da Capital Federal, observamos o fenômeno do conflito que vai se estabelecendo em muitas regiões do país, entre a estrada de rodagem e a estrada de ferro. Teoricamente acreditamos que a primeira deveria ser subsidiária da segunda, agindo como um elemento distribuidor e coletor de carga. Mas o que efetivamente se verifica é o deslocamento das preferências do comércio pela estrada de rodagem, meio de transporte lògicamente mais oneroso.

Viajando entre o Rio de Janeiro e Campos assistimos ao desenvolvimento paralelo das duas vias. À margem da rodoviária vimos empilhado desde o carvão de madeira, aves e ovos, bananas, até cereais e outras mercadorias; à margem da estrada de ferro as mercadorias mais frequentes eram a lenha, os dormentes, as toras de madeira. Tivemos ocasião de conversar com compradores e vendedores e o que dêles ouvimos foi nada mais nem menos que um rosário de queixas, que vão desde a demora do transporte pela via-férrea, o que causa enormes prejuízos quando se trata de produtos perecíveis, até mesmo à diferença dos fretes. O que na estrada de ferro pode parecer mais barato, acaba se tornando no mais caro. E enquanto assim acontece, aumenta o tráfego rodoviário, tanto de carga como de passageiros, numa proporção que já está a exigir, do govêrno do Estado do Rio de Janeiro, maiores atenções para a importante via de escoamento de uma região eminentemente produtiva do seu território.

A estrada de ferro é a Leopoldina, que por ali mesmo teve os momentos de fastígio quando as safras de café eram muito grandes e a ela cabia fazer o transporte. Depois a ferrovia foi entrando em declínio e a ela não chegou o expediente de, a exemplo do que fazem a Mogiana e outras, cuidar da recuperação econômica da zona por ela servida. Preferiu ficar na atitude cômoda da espera, cuidando de compensar com fretes mais altos a diminuição que havia na renda em face do menor volume de carga transportada.

Hoje em dia a Leopoldina chega quase a ser uma subsidiária da estrada de rodagem, enquanto espera que do govêrno brasileiro parta a iniciativa para a sua encampação. E quando isto vier a acontecer, haverá certamente motivo para que aqui ou fora daqui sejam feitas críticas à atitude do Brasil, que terá de pagar muito caro pela simples estrutura de um negócio cujos aviamentos estarão reduzidos à condição de ferro velho.

te verdadeiro do intercâmbio do país com as demais nações que a êle se dirigiram. Ùltimamente, depois de ser incumbido apenas do estudo parcial de certos problemas do nosso comércio exterior e de ver seus parcos recursos técnicos agravados com diversões em questões de economia interna, o Conselho teve, para cúmulo, restritos os recursos materiais.

Na ocasião em que assume a sua direção geral o general Anápio Gomes, seu antigo membro e dedicado estudioso das questões econômicas nacionais, é justo que se renovem esperanças quanto ao desempenho pelo Conselho do verdadeiro papel que lhe está reservado.

Tendo tido sôbre seus ombros, do que se desincumbiu sempre com brilho, funções que o colocaram no perfeito conhecimento das famosas realidades nacionais, desde a Coordenação da Mobilização Econômica até a de delegado do Brasil na Conferência de Comércio e Pleno Emprêgo, em Havana, está o general Anápio Gomes, primeiro diretor geral do Conselho que não pertence ao quadro do Itamaratí, com uma sólida experiência para guiar a entidade à situação dinâmica que dêle exige a economia nacional. Está o general Anápio perfeitamente a par das inibições com que lutam delegados nacionais no concêrto econômico internacional como não lhe são estranhos os perigos que nos ameaçam e, principalmente, o quanto nos falta de ação no comércio exterior. Na realidade, nunca o Conselho fêz planos de comércio exterior, nunca penetrou a fundo nesta questão, sendo levado pelas circunstâncias ao estudo de um ou outro produto, dêste ou daquele assunto momentâneo, de uma ou outra questão de interêsse imediato. Enquanto êle era o Conselho de Comércio Exterior ao Conselho de Economia eram incumbidas funções mais amplas.

Devemos esperar do general Anápio Gomes uma ação enérgica no sentido de repor o Conselho no seu verdadeiro lugar e de dar-lhe as diretrizes exigidas pela seriedade do assunto que é a sua tarefa.

COMPREENSÃO

◆ *Revigorou* o Conselho Federal de Comércio Exterior a medida que consagra o Instituto de Cacau da Bahia responsável único por tôda a exportação da próxima safra. Na situação em que se encontra êste produto a providência confere à entidade uma tremenda responsabilidade. Não se trata, efetivamente, de realizar apenas bons negócios, mas de desenvolver uma política interna e um critério de vendas capazes de evitar que os americanos, grandes consumidores do produto, encontrem cada vez mais motivos para se lançarem ao plantio do cacau em outras partes.

Para começar, as notícias de Ilhéus não confirmam as previsões otimistas em tôrno da safra entrante. Quase não houve temporão, e apesar dos excelentes preços alcançados na safra passada a colheita será normal. Não há no-

tícias de novos plantios e nada pode justificar esperanças de um aumento substancial no volume da produção. Isto quer dizer que há freguêses ansiosos por maiores quantidades de cacau não oferecemos grande coisa, e que à indústria não poderão ser reservadas as quantidades desejadas da matéria prima com que operam.

E' contristador observar êste quadro do sul baiano quando sabemos dos esforços que os americanos estão desenvolvendo, pelo "Operation Cocoa", para obter cacau na Libéria, na Costa Rica e no México.

Não podemos de nenhum modo subestimar as reiteradas notícias que chegam dos vários "fronts" onde o dinheiro e técnica americanos começam a obter resultado em forma de cacau, pois se sabe que os primeiros carregamentos da Libéria já chegaram a Nova York para experimentos.

Será rematada loucura persistir na política de preços altos e descuramento completo da produção, porque com ela nada alcançaremos além da repulsa dos compradores. Quando há possibilidades maiores nos mercados externo e interno não podemos apenas pedir preços mais altos. Temos que produzir mais a custo mais acessível, visando manter os mercados do exterior e desenvolver a indústria nacional.

Que fará o Instituto do Cacau para evitar a derrocada de um produto que se para o Brasil é valioso como fonte de divisas para a Bahia representa dois têrços de sua produção agrícola e industrial?

O Conselho Federal de Comércio Exterior ao cometer a responsabilidade exclusiva dos negócios à entidade baiana po rcerto está convencido de sua capacidade em executar uma política salvadora do cacau. Contudo, a situação se nos afigura tão séria, tão graves as ameaças, que seria justo fôsse feita uma interpelação ao Instituto e que êste desse a conhecer seus intuitos. Porque não resta dúvida que ficar apenas nos negócios sem prevenir o futuro é cavar a ruína do cacau.

The
FIRST NATIONAL
BANK *of* BOSTON
Fundado em 1784

Depósitos, Cauções, Descontos, Cambio, Cobranças, Cartas de Crédito para Importação, Guarda de Valores, Cofres de aluguel e todos os demais serviços bancarios.

•

Avenida Rio Branco, 18
Telefone 23-2191
Rio de Janeiro

Comércio Exterior

Estamos ainda bastante longe de verificar o resultado das restrições impostas à exportação de gêneros alimentícios, de vez que provindo de medida tomada após a aprovação do regulamento para o regime da licença prévia — o que ocorreu em fins de março — sòmente em face das estatísticas de abril e maio poderemos definir o grau real em que afetam as nossas vendas. O balanço do intercâmbio nos dois primeiros meses do ano, porém, oferece uma indicação que deve ser colhida com o maior interêsse, qual seja a do vulto dos negócios feitos à base de matérias primas, prevalecendo sobretudo aquelas que são mais tìpicamente brasileiras ou que estamos em condições de fornecer melhor. A característica mais definida é a que se colhe no aumento da tonelagem embarcada, traduzida por um valor menor, o que resulta, em última análise, na diminuição do valor médio da tonelada.

A exportação, em fevereiro, montou a 322.928 toneladas, com um valor de 1.433.708 mil cruzeiros e a importação, 542.466 tons. e .... 1.896.799 milhares de cruzeiros. Houve, por conseguinte, um "deficit" da ordem de 463.091 mil cruzeiros. Rememorando os números de janeiro, lembramos que então fizemos um saldo a nosso favor de .... 215.732 mil cruzeiros. Somando o movimento dos dois meses, temos uma importação de 955.480 toneladas contra 1.108.638 toneladas de igual período do ano anterior, com um valor de 3.297,027 mil cruzeiros contra 3.257.869 milhares dos dois primeiros meses de 1947. Na exportação, os dois primeiros meses de 1948 totalizaram 659.515 tons. contra 599.866 de igual período de 1947; a exportação de 1948 representou um total de 3.049.668 contra 3.690.407 milhares nos mesmos meses de 1947. Houve uma redução de 153.158 toneladas na importação e um aumento de 39.158 mil cruzeiros; na exportação aconteceu o inverso: houve um acréscimo de 59.649 toneladas e uma redução de 640.739 mil cruzeiros.

Definindo as tendências do intercâmbio em face do ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro, podemos dizer que houve uma retração de parte do mercado importador, ao passo que continuaram em ascendência os preços dos produtos de importação, ao passo que houve incremento no volume da exportação com um sensível dèclínio do valor médio da tonelada. Comparando os valores médios obtidos naqueles dois meses do ano corrente com os de igual período do ano anterior, temos:

IMPORTAÇÃO

Janeiro, 1947	3.109
Janeiro, 1948	3.390
Fevereiro, 1947	2.788
Fevereiro, 1948	3.494

EXPORTAÇÃO

Janeiro, 1947	6.352
Janeiro, 1948	4.801
Fevereiro, 1947	5.900
Fevereiro, 1948	4.377

O valor médio por tonelada, para todo o ano de 1947, foi de Cr$ 3.182 e o da exportação, Cr$ 5.601. No primeiro sentido houve uma definida tendência para alta, reflexo indiscutível da elevação dos preços nos mercados fornecedores; no segundo, depois de uma subida que atingiu a Cr$ 6.151 em julho, entrou em declínio, terminando o ano com Cr$ 4.889 para dezembro.

Analisando êstes números não devemos esquecer o fato de que o cálculo de valor médio que encontramos nas nossas estatísticas do comércio exterior é o resultado de cálculos feitos à base de quantidades e valores heterogêneos e, nestas condições, o valor desta média é muito relativo, de vez que a simples incidência maior ocorrida numa determinada classe de mercadorias pode alterar completamente a expressão do cálculo. Se há, porventura, um aumento nas importações ou exportações de manufaturas, o valor médio subirá muito mais que se houver uma ampliação nas vendas ou compras de matérias primas ou gêneros alimentícios. No fundo o que se faz é muito simples: a divisão do valor total pelo volume e nestas condições é lógico que o aumento do último indica um menor quociente. Êsse fenômeno é, precisamente, o que está ocorrendo com a exportação.

AS MATÉRIAS PRIMAS

Nos dois primeiros meses do ano corrente exportamos 301.111 tons. de matérias primas, contra 259.477 toneladas embarcadas em igual período do ano anterior; o valor das vendas efetuadas em 1948 foi de 980.399 mil, ao passo que em 1947 chegamos a 1.538.384 mil cruzeiros. Aqui também vemos outra disparidade que sòmente se explica com os tipos de matérias primas negociadas: em janeiro e fevereiro último prevaleceram mercadorias, nesta classe, de maior pêso e menor valor. Repassando os grupos da classe, verificamos que diminuiram muito os embarques de couros e peles (7.090 tons. em 1948 contra 11.586 em 1947); as matérias primas de origem vegetal desceram de 145.068 em janeiro-fevereiro de 1947 para 143.476 toneladas em iguais meses de 1948; na longa lista dêste grupo, houve progresso apenas para a borracha de massaranduba, que passou de 144 para 276 tons., a de sorva, que passou de 380 para 406 tons., para a cêra de carnaúba, que evoluiu de 1.625 para 1.940 tons. e a de ouricurí que passou de 182 para 318 tons., para as fibras de sisal, que se deslocaram de 2.443 para 2.542 tons., para o babaçú, que foi de 1.670 para 6.894 tons. e para o tucum, que é dado como oleaginosa mas temos a impressão de que se trata de fibra, que passou de 200 para 1.341 toneladas. Não é difícil verificar que se trata de produtos essencialmente brasileiros, de matérias primas nativas e, pràticamente, de cultura extrativa. Os negócios de fumo declinaram a um têrço, as vendas de madeiras foram menores; as de óleos vegetais progrediram, passando de 3.182 para 3.374 toneladas, sendo de notar que o aumento coube apenas ao de caroço de algodão, e aos "outros óleos", de vez que diminuiram

os negócios com os óleos de mamona e oiticica.

Ao passarmos das matérias primas de origem vegetal para as de origem mineral, encontramos a fonte do aumento de volume e podemos explicar porque, com o maior volume, obtivemos menos dinheiro. Nos dois primeiros meses de 1947 as exportações das matérias primas de origem mineral somaram 23.019 toneladas e nos meses correspondentes do ano em curso elas subiram a 113.477 toneladas. E, para melhor acentuar a diferença de valor oferecemos outra comparação: enquanto às 93.132 toneladas de madeiras embarcadas no mesmo período renderam 130.122 mil cruzeiros, as 113.477 toneladas de origem mineral deram, sòmente, ... 70.379 mil cruzeiros.

A exportação de ferro gusa passou de 2.240 para 27.700 toneladas; a de minérios de ferro subiu de 8.920 para 54.667 toneladas; as de minérios de manganês, de .... 10.068 para 27.457 toneladas; êstes aumentos explicam o maior volume da classe das matérias primas, de decisiva influência no volume total das vendas e significam, também, o menor valor total e conseguintemente fundamentam a redução do valor médio por tonelada.

Ainda na mesma verifica-se que as matérias primas têsteis desceram de 77.796 tons. em 1947 para 36.242 toneladas em 1948, respondendo o algodão em rama por semelhante decréscimo.

OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

No período que vimos analisando os gêneros alimentícios foram negociados normalmente, isto é, teve seguimento o mesmo ritmo dos últimos meses de 1947. Para os dois meses de 1948 encontramos um total de 352.620 tons. exportadas contra 334.152 tons. do mesmo período de 1947; e o valor foi, no ano presente, de 1.942.144 milhares contra 1.918.982 mil cruzeiros no anterior.

Não obstante a pequena elevação do volume, há no entanto uma série de alterações a apontar. A primeira delas diz respeito ao açúcar: contra 6 toneladas do ano passado, foram embarcadas 11.850 no ano corrente; o arroz desceu de 104.512 para 46.527 tons., o mesmo acontecendo ao cacau em amêndoas que passou de 18.163 para 11.789 tons; o café passou de 2.639.167 sacas para 2.507.345 sacas. Os embarques de farinha de mandioca passaram de 5.729 tons. em janeiro-fevereiro de 1947 para 14.318 tons. em igual período dêste ano. Diminuíram os embarques de feijão mas aumentaram o mate (de 5.961 para 9.280 tons.) e os de milho, êstes passando de ... 24.501 toneladas em dois meses de 1947 para 66.902 em igual período de 1948. As carnes sofreram um aumento pequeno. Estas são, sem dúvida, as alterações de maior destaque havidas no grupo dos gêneros alimentícios.

Há um vivo interêsse no conhecimento da maneira por que está reagindo o comércio exportador em face da proibição das exportações de gêneros alimentícios, providência decorrente do próprio regime de licença prévia; é bem verdade que a rigidez inicial da determinação do presidente da República já foi atenuada em alguns aspectos; primeiro foi permitido que se cumprissem os contratos para os quais haviam sido abertos os créditos, o que abrangeu especialmente as vendas de açúcar, vindo logo depois a liberação da produção de carnes do Rio Grande do Sul. Agora, já no mês de maio, foi designada uma comissão para fazer um estudo dos excedentes, a fim de o govêrno poder discernir sôbre as possibilidades que nos restam de fornecimentos em função do plano Marshall.

A classe dos gêneros alimentícios vinha sendo, desde algum tempo, a mais ponderável na sua contribuição para o valor total de nossas vendas; dada a situação criada com aquela proibição, é natural que ela venha ceder o pôsto à das matérias primas, reforçando assim o incremento já denunciado; os exportadores, e o próprio govêrno deverá estimulá-los neste sentido, deverão encontrar, na diversidade da produção brasileira, mercadorias com que seja possível cobrir a lacuna que será naturalmente aberta no intercâmbio. Não estamos em situação de reduzir as vendas, pois as compras continuam crescendo com firmeza e será lógico que devemos fazer face, no ano corrente, a uma balança novamente desfavorável, talvez por uma margem bem maior que no ano anterior, acarretando dificuldades maiores à balança de pagamentos. Atendendo aliás à elasticidade da própria lei que instituiu o regime da licença prévia, deveremos substituir a proibição por um contingentamento, a fim de evitarmos o desânimo que vem naturalmente da primeira fórmula, que fecha tôdas as portas.

AS MANUFATURAS

Na classe das manufaturas vamos também ao encontro de modificações substanciais. O volume desceu de 6.166 tons. em 1947 para 5.739 toneladas nos dois primeiros meses de 1948 e o valor declinou de 232.427 mil para 125.125 milhares de cruzeiros. Houve uma quéda de 427 toneladas e de .... 107.302 milhares de cruzeiros.

Se confrontamos os números dêsses primeiros 60 dias com os de outros anos de antes de conflito, sentimos claramente que retornamos à tradicional linha do nosso comércio exterior, para uma fase de predominância massiça das matérias primas e dos gêneros alimentícios, com a retração do surto de exportações de manufaturas, havido durante os anos da guerra, às suas legítimas e normais proporções. A redução mais séria no grupo das manufaturas foi operada justamente no grupo das manufaturas de têxteis, sendo que sòmente nas de algodão a queda foi de 424 toneladas e 80.187 mil cruzeiros, cabendo quase tôda esta diferença aos tecidos, sem dúvida o nosso mais importante produto manufaturado e que, nos anos do conflito, chegou a ocupar o segundo lugar dentre os mais importan-

tes artigos que vendemos. A seu respeito chamamos a atenção do leitor para o artigo inserto na última edição de O OBSERVADOR, intitulado "Tecidos "Made in Brazil", "Presentes em 30 Mercados", do colaborador sr. José Ribeiro.

As manufaturas de louça e vidro sofreram um recuo de 860 toneladas e as de madeiras de 570 toneladas. A compensação de parte das grandes reduções vamos encontrá-las nas manufaturas de ferro e aço, que aumentaram de 488 toneladas, cabendo o aumento exclusivamente às exportações de tubos; cresceram também as vendas de produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes, que passaram de 68 para 617 toneladas (um aumento de 549 tons.) e as "máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios" que progrediram de 169 para 746 toneladas, com uma diferença para mais de 577 toneladas.

Não foge, ao observador mais apressado, que estamos vivendo, em 1948, a uma fase de recondicionamento do comércio exterior, sobretudo do movimento de exportação. Semelhante movimento deve ser observado com muita atenção e especial interêsse não apenas pelo comércio, porém pelos órgãos públicos a quem cumpre estudar e orientar o assunto: o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Departamento Nacional de Indústria e Comércio e a Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil.

A IMPORTAÇÃO

Conforme registramos de início, diminuiu o volume da importação, ao passo que o valor global continuou em ascendência. Em face da perspectiva da lei de licença prévia — que sòmente foi assinada em fins de fevereiro — deve ter aumentado o volume de compras brasileiras de todos aquêles artigos que deveriam ter a sua entrada no país sujeita ao licenciamento. Processemos, porém, a revisão dos números através das grandes classes.

As matérias primas desembarcadas em portos brasileiros sofreram uma queda: contra 741.534 tons. de janeiro-fevereiro de 1947, recebemos em igual período do ano corrente 690.433; o valor, porém, subiu de 701.912 para 716.222 milhares de cruzeiros. Um dos produtos que mais sentiram a redução do volume foi o carvão de pe-

COMÉRCIO EXTERIOR

(Resumo do período de janeiro a dezembro de 1947 e janeiro de 1948)

IMPORTAÇÃO

MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1947	1948	1947	1948
Janeiro	519.550	413.014	1.615.509	1.400.228
Fevereiro	589.088		1.642.360	
Março	563.201		1.620.527	
Abril	650.446		2.255.823	
Maio	832.570		2.366.472	
Junho	526.201		2.074.594	
Julho	622.234		2.152.020	
Agôsto	608.705		1.589.976	
Setembro	595.383		1.755.734	
Outubro	613.548		1.983.793	
Novembro	441.459		1.578.972	
Dezembro	591.789		2.253.511	

EXPORTAÇÃO

MESES	VOLUME — TONS.		VALOR — Cr$ 1.000	
	1947	1948	1947	1948
Janeiro	334.712	336.587	2.125.937	1.615.960
Fevereiro	265.154		1.564.470	
Março	314.729		2.123.003	
Abril	216.872		1.350.606	
Maio	219.221		1.327.088	
Junho	297.050		1.638.648	
Julho	266.651		1.640.220	
Agôsto	355.783		1.847.973	
Setembro	345.598		1.936.776	
Outubro	408.667		2.072.004	
Novembro	379.375		1.646.404	
Dezembro	390.667		1.910.161	

RESULTADO

MESES	VALOR — Cr$ 1.000	
	1947	1948
Janeiro	+ 510.428	+ 215.732
Fevereiro	— 77.890	
Março	+ 502.476	
Abril	— 905.217	
Maio	— 1.039.386	
Junho	— 435.944	
Julho	— 511.800	
Agôsto	+ 257.997	
Setembro	+ 181.042	
Outubro	+ 88.211	
Novembro	+ 67.432	
Dezembro	— 343.350	

dra, do que nos dois meses de 1947 recebemos 203.875 tons. e nos correspondentes de 1948 recebemos sòmente 100.107, ou seja menos de metade. Recebemos maiores suprimentos de cimento, gasolina, óleos combustíveis, lubrificantes e querosene. Nas compras de matérias primas, aliás, os combustíveis, sólidos e líquidos, são os elementos de maior influência.

Nos gêneros alimentícios processou-se uma diminuição geral, tanto no volume como no valor; ao passo que nos dois meses em causa, do ano passado, importamos ... 194.900 tons., nos correspondentes de 1948 recebemos 93.368 toneladas; o valor desceu de 737.998 mil para 457.669 mil cruzeiros. Grande parte da diferença proveiu de menores importações de farinha de trigo em grão; do primeiro produto chegaram menos 75.165 toneladas e do segundo 10.072 toneladas.

Na classe das manufaturas houve um aumento de 2.427 toneladas: 168.625 em janeiro-fevereiro de 1947 contra 171.052 tons. nos mesmos meses de 1948. Êste aumento de volume refletiu-se num aumento de valor da ordem de ... 309.969 milhares de cruzeiros. Nos dois meses de 1947 as nossas compras montaram a 1.806.235 mil e em tempo correspondente de 1948 elas foram a 2.116.204 milhares de cruzeiros.

Os aumentos substanciais, nas manufaturas, começamos a encontrá-los nas "de têsteis", onde os tecidos de lã registram um incremento de 10.580 mil cruzeiros e os de linho um de 20.938 milhares de cruzeiros. As de matérias plásticas sofreram uma queda de 15.556 mil, representando, esta diminuição, 138 toneladas a menos sôbre a importação dos dois primeiros meses do ano passado.

O grupo de produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes progrediu 12.757 toneladas, valendo .. 49.769 milhares de cruzeiros, sendo o maior valor devido aos negócios de soda cáustica, que foram de 10.917 toneladas no corrente ano contra 3.417 tons. dos primeiros meses do ano anterior. O valor progrediu de 53.823 milhares.

No grupo de máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios, houve uma redução de 2.787 toneladas e 8.520 mil cruzeiros; acontece, porém, que os gastos com geladeiras, refrigeradores e semelhantes aumentaram de 15.933 mil cruzeiros, os relativos a guindastes, inclusive guinchos manuais, declinaram de 13.421 mil, tendo diminuído também os de locomotivas de 31.931 mil. Progrediram as compras de máquinas, aparelhos e utensílios para a indústria têxtil, com um aumento de 19.173 mil cruzeiros, bem como as máquinas, aparelhos e utensílios para as indústrias siderúrgica e metalúrgica, de 7.171 mil.

Onde se fêz o maior aumento foi no bloco de "veículos e acessórios", cujo volume passou de 29.139 a 35.118 toneladas, enquanto o valor passou de 404.983 mil a 691.742 milhares de cruzeiros, registando-se um aumento de 5.979 toneladas e 286.759 mil cruzeiros A importação de automóveis de passageiros duplicou e sòmente neste pormenor há uma diferença, para mais, de 183.039 mil cruzeiros. Os caminhões, ônibus e ambulâncias chegaram em menor número, havendo compensação da diferença, porém, na maior entrada de "chassis" de caminhões, ambulâncias. No título de embarcações a vela, óleo ou vapor, houve uma diferença para mais de 106.049 mil cruzeiros. Diminuiu muito, porém, o número de vagões para estrada de ferro.

OS MERCADOS

Ao redigirmos estas notas, em meiados de maio, não dispunhamos ainda do resumo do comércio exterior por principais países, compreendendo o intercâmbio de janeiro e fevereiro; tudo quanto dispunhamos neste particular era relativo ao primeiro dêsses meses, justamente aquêle em que se registrou um "superavit" e quando nos foi favorável inclusive a balança comercial com os Estados Unidos, Mas, em compensação nos foi desfavorável, no primeiro mês do ano, o comércio com a Argentina.

No que toca particularmente à república platina, para lá seguiu o sr. José Vieira Machado, presidente da Superintendência da Moeda e do Crédito, a fim de "arreglar" com os srs. Miranda e Miraglia os entendimentos havidos quando da recente passagem pelo Rio de Janeiro do chanceler Bramuglia. O acôrdo comercial que estava em vigor, servindo ao intercâmbio argentino-brasileiro, cobriu o seu prazo de vida, sem que que aliás tivesse chegado a ser aprovado pelo Congresso Federal e tendo decorrido em meio a constantes arranjos, dentre os quais prevaleceram mais os de ordem privada do que mesmo os encaminhados pelos economistas da nossa diplomacia.

Devemos ter um certo volume de disponibilidade em Buenos Aires e antes de mais nada cumpre definir como vamos recebê-la. E' de notar que neste momento o pêso vem de sofrer pequena perda de valor em relação ao dolar e a Argentina começa a opôr restrições a negócios que não sejam feitos à base da moeda norte-americano. Pelo visto está perto o fim da fortaleza da moeda platina e os argentinos deverão entrar no mesmo ritmo daqueles que correm contra o cronômetro para a conquista de dólares, erigido numa espécie de moeda internacional.

Em compensação aos saldos havidos nas Américas, tivemos "deficits" com vários países da Europa, em janeiro, inclusive com a Inglaterra, para onde exportamos muito menos do que no mês correspondente do ano passado; aí talvez tenha havido influência das negociações que estavam em curso no Rio de Janeiro e que sòmente no mês corrente chegaram a bom têrmo. Diminuiram substancialmente as vendas brasileiras para a China, país que vinha se tornando num mercado promissor para o nosso algodão. Dada a tendência de declínio das vendas de manufaturas, é de crer que venham a perder terreno, em nossas estatísticas, muitos destinos que se tornaram nossos familiares nestes últimos anos, tanto da Ásia como da África.

O Problema do Livro Didático

Valdemar Valente

ESTÃO os editôres brasileiros em estado de alarme: a indústria e o comércio do livro, em todo o país, atravessam um período crítico. Reflexo da crise geral, baixou sensivelmente o consumo de livros, cujo preço subiu na mesma proporção. Reduziram-se as atividades editoriais, diminuíram as tiragens, encareceu o custo de produção. Sem freguesia e sem crédito, muitas livrarias cerram as portas, enquanto os fabricantes de livros se debatem com múltiplos e angustiantes problemas. Na Constituição Federal ficou prevista a isenção de impostos para a importação de papel, mas a respectiva regulamentação criou mais embaraços de ordem técnica que logo se desvaneceram, nesse particular, as esperanças de nossos editôres. Encarece dia a dia a mão de obra: as condições especiais do mercado de trabalho no ramo gráfico e a elevação do custo de vida determinam uma constante revisão do quadro de salários do operariado. Cogita-se do aumento das tarifas postais, com a completa eliminação dos justos privilégios de que vinha gozando o livro. Agita-se ainda a idéia da reforma da legislação dos direitos de autor, tendo em vista inovações que afetam a economia tradicional do livro brasileiro.

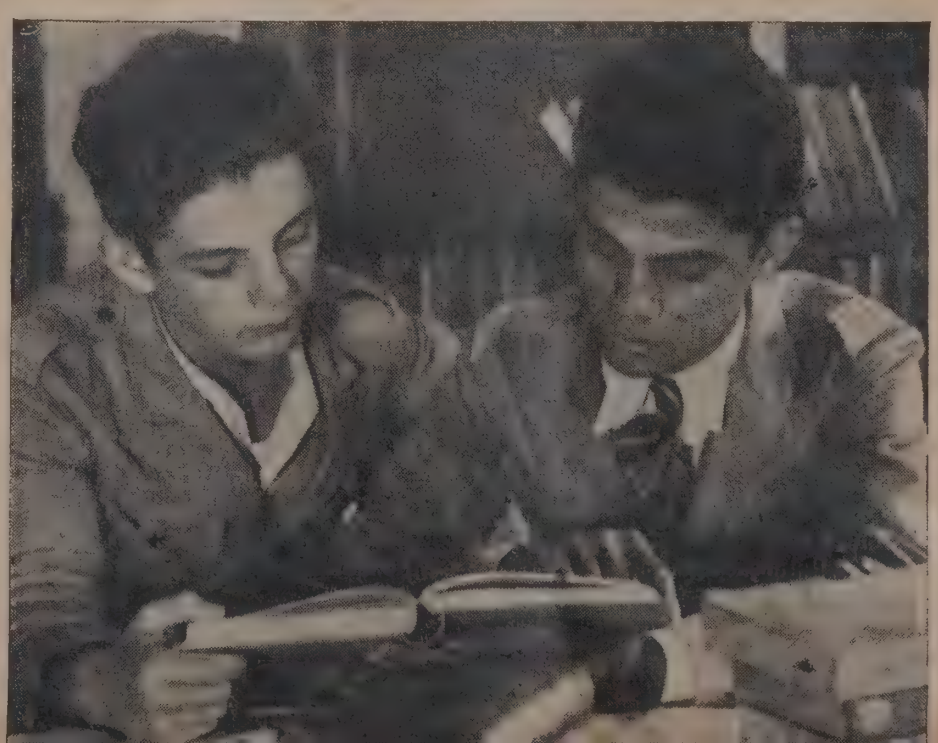
Enfim, os editôres — em cujas costas, aliás, não desejo pregar asinhas de anjos, numa generalização que seria tão leviana quanto a daqueles que lhes põem sempre na testa uns chifres de diabos — os editôres estão pelejando duramente pela vida, empenhados em pelo menos afrouxar o laço da corda que têm no pescoço.

Pois é nesse momento de apertura geral que surge na Câmara dos Deputados um projeto de lei que visa a regulamentar a edição de livros didáticos para o ensino secundário, contendo, entretanto, dispositivos capazes de causar as mais sérias apreensões. Um projeto corajoso, sente-se que generoso nos seus intuitos, mas de execução difícil, além de perigosa.

Coube ao Deputado Antero Leivas a iniciativa dêsse projeto cujo maior mérito será talvez o de colocar em debate um velho tema insolúvel do ensino, ligado aos interêsses da cultura brasileira. Deseja aquêle parlamentar estabelecer normas para a escolha, edição e distribuição do livro das escolas secundárias, sob a direta responsabilidade do Estado. Por êsse projeto o Govêrno Federal se incumbiria de organizar, quando entrassem em vigor as diretrizes e bases da educação, concursos para selecionar os livros, instituindo uma comissão julgadora composta de cinco membros, três dêles indicados pelo Ministro da Educação e dois pela Câmara dos Deputados. Depois, adquiriria os direitos autorais das obras escolhidas, para lançá-las em edição nunca inferior a 25.000 exemplares. Cada livro deverá conter a matéria dos programas vigentes para todos os anos em que a mesma fôr ensinada.

Fixa o projeto em causa a obrigação, da parte da Imprensa Nacional, de editar e vender a preço de custo os livros escolhidos, devendo o lançamento dos cinco livros de cada disciplina verificar-se antes do início do ano letivo. Quanto ao Ministério da Educação e Saúde, caber-lhe-iam as seguintes obrigações: a) determinar a prioridade na impressão dos livros; b) distribuí-los gratuitamente entre os estudantes reconhecidamente pobres; c) promover a respectiva colo-

LIVRO DIDÁTICO — PROBLEMA TÉCNICO .



cação em todo o país, podendo, para isso, entrar em entendimento com as Alfândegas, Coletorias Fiscais e quaisquer outras repartições; d) baixar as instruções necessárias ao cumprimento da lei. Por último, o projeto autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito indispensável para atender às despesas com a execução das medidas legais.

Tudo isso, está claro, seria muito bom, seria talvez ideal, se não fôsse para ter aplicação no Brasil. Escrito em inglês e apresentado na Câmara dos Comuns por um socialista, creio que poderia muito bem merecer o nosso aplauso distante. Para o nosso país, a iniciativa perde em significação prática e toma a feição de uma simples conjetura romântica. Estamos longe de poder colocar confiantemente nas mãos — às vêzes tão desajeitadas, distraídas ou displicentes — do Poder Público responsabilidades tamanhas; aquelas responsabilidades múltiplas de escolher, editar e distribuir por todo o nosso território os livros necessários à juventude das escolas, tudo a tempo e à hora. Somos incapazes para realizar milagres de tal espécie.

Não se discute a conveniência da redução do elenco de livros exigidos pelos atuais programas de ensino. A abundância de que desfrutamos não está em relação com a boa qualidade, como todos sabemos. Mas não sei se será proveitoso limitar-se desde logo a cinco o número de livros para cada disciplina, passando de um regime da livre concorrência, em matéria de literatura didática, para o da adoção compulsória de determinadas obras.

O principal, porém, é que o projeto Leivas institui o princípio da intervenção direta do Estado no campo dos livros para o ensino secundário, determinando inovações que evidentemente afetarão a fundo a indústria e o comércio bibliográficos. Uma solução, está visto, que nada tem de prudente nem atende às conveniências da situação geral do país. O que fará então será liquidar, da noite para o dia, um negócio até hoje entregue à iniciativa particular; um bom negócio, noutros tempos, mas agora precário e de lucro reduzido; negócio, afinal, em que muitos brasileiros têm empenhado bastante capital, energia e dedicação profissional.

Coincide o meu pensamento, neste particular, com o de Gilberto Freyre: para obter-se o barateamento ideal do livro escolar há um meio mais eficaz, que é o de estabilizá-lo, evitando-se-lhe a flutuação constante nos programas de ensino. No parecer que emitiu sôbre o projeto Leivas, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara de Deputados, o escritor e deputado pernambucano colocou muito bem o problema do livro didático, "ora tão instável que se torna impossível ao irmão mais moço de uma família utilizar-se, nos seus estudos, dos livros de que se utilizou há dois ou três anos, e às vêzes até no ano anterior, o irmão mais velho". E acentua Gilberto Freyre, em sua lúcida análise do projeto: "Sabido ou admitido o fato de que as ciências, por um lado, e as técnicas ou métodos de ensino representados pelo livro didático, por outro, não se alteram tão rápida e radicalmente que exijam a renovação constante e até anual dos livros escolares, vê-se quão profundamente desorientado se encontra, neste particular, um ensino como o nosso, famoso pela instabilidade dos livros escolares, ligada, aliás, à instabilidade da própria ortografia. Ora, essa instabilidade é responsável em grande parte, pelo alto preço do livro didático entre nós, pois só o livro estável permite, como é óbvio, edições de muitos mil exemplares e não apenas de alguns mil."

Todavia, o projeto Leivas serviu, quando menos, para abrir o debate em tôrno de tão grave tema, que interessa não só a editôres, professôres e estudantes, mas a todos quantos acompanham os problemas da nossa vida cultural.

O Homem e a Terra

MERECEU uma segunda edição o volume em que o Sr. Castro Barreto reuniu seus melhores ensaios de biologia humana e antropologia aplicada. Êsses *Estudos Brasileiros de População* (Ed. Agir) representam uma cuidadosa "mise-au-point" de muitos problemas nossos de adaptação do homem ao meio e à época.

Temos aí um livro rico de sugestões e que nos leva a refletir, a cada página, sôbre coisas do Brasil contemporâneo. Sem nenhum luxo de erudição mas apoiando sempre suas observações no depoimento dos livros de ciência o autor realizou uma obra hoje indispensável à cultura brasileira.

Compõe-se o presente volume de nove estudos: 1 — A criança é o melhor imigrante; 2 — Ótimo de população e população ótima; 3 — Imigração de após-guerra; 4 — O êxodo rural; 5 — Alimentação e defesa nacional; 6 — Alimentação e raça; 7 — Valor social do adolescente; 8 — Trabalho precoce de menores; 9 — Formação das elites.

REVISTA DAS REVISTAS

EM números recentes de algumas revistas nacionais foram publicados os seguintes trabalhos, cuja leitura pode ser recomendada: "O Problema do dinheiro barato", Eugênio Gudin e "Renda Nacional", Antônio Dias Leite Jr., in *Revista Brasileira de Economia* (março); "Áreas cultivadas e produção agrícola na região Norte", Océlio Medeiros, in *Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças* (março); "A Indústria do Mobiliário" reportagem de Fernando Góis, in *Revista Industrial de São Paulo* (janeiro); "Os Direitos Humanos", Lewis Mumford, in *Revista de Organização Científica* (abril); "Um comerciante do tempo da Independência", Otávio Tarquínio de Sousa, in *Revista do Comércio* (março); "A paridade do poder aquisitivo do cruzeiro", Alde Sampaio, e "Rápida análise do Plano Marshall", Luís Sousa Gomes, in *Periscópio* (abril).

Outrs indicações, relativas a artigos insertos em periódicos estrangeiros: "Variation des depenses publiques en fonction de la population", G. Lecarpentier, in *Population*, da França (dezembro); "La Politica monetaria como reguladora del progreso econômico", C. E. McGuire, e "Notas sobre la economia de la paz", Gonzalo Pérez de Armiñan, in *Anales de Economia*, da Espanha (1947); "La Scala mobile dei salari", Cesari Vannutelli, in *Rivista di Politica Economica*, da Itália (março); "La democracia a la luz de la economia", José Attolini, e "Nuevas Fronteras en el Pensamiento Economico", Frank H. Knight, in *Investigación Economica*, do México, (dezembro); "Union douanière, union economique et union européenne", Paul Naudin, in *Politique*, da França (março); "Estimativa do nível de vida da população operária portuguêsa", L. Alargão, in *Revista de Economia*, de Portugal (março); "Sul concetto di imposta generale", S. Ste-

A Inglaterra em foco

UM panorama geral da vida cultural inglêsa é o que nos apresenta o primeiro volume da série intitulada "Current British Thought", lançada pela editôra Nicholas Kaye, de Londres. Não se trata de uma simples obra de vulgarização, nem muito menos de um livro de propaganda. Mas na realidade uma autêntica mesa redonda, de que participam figuras ilustres e representativas da inteligência inglêsa, e na qual são apresentados com precisão e honestidade os aspectos fundamentais da atualidade britânica.

A importância dessa obra, que representa um admirável esfôrço de "mise-au-point", é realçada, em nota introdutória, pelo escritor Ivor Brown. São apreciados aspectos técnicos, científicos e literários, desde os da aeronáutica até os da botânica, a geografia e o ocultismo, a política internacional e a metafísica.

Merecem particular destaque os seguintes estudos: "Consequences of nationalizing the Bank of England", de R. F. Harrod; "South Africa", de Harold Jenkins; "It was a hundred years ago", de R. J. Cruikshand; "Britain and Russia", de Kingsley Martin, e "Trends in local government", de Michael Gareth Llewelyn.

ve, in *Giornale degli Economisti e Annali di Economia*, da Itália (dezembro); "La epopeya del petróleo en México", Jesus Silva Herzog, in *Revista de Economia*, do México (março); "El Plan Marshall y la politica economica internacional", Enrique Rodriguez Mata, in *Moneda y Credito*, da Espanha (1947).

POLÍTICA OBJETIVA

DECORRERAM dezoito anos entre as duas edições — a última, recentemente lançada, — do volume de ensaios de Oliveira Viana — *Problemas de Política Objetiva* (Vol. 256 da Brasiliana, Cia. Editôra Nacional). Muitas voltas deu o mundo, houve pelo menos uma guerra de imensas proporções, coisas extraordinárias aconteceram por tôda a parte, e, no entanto, o ilustre acadêmico publica de novo a sua obra sem a menor alteração — a não ser as de estilo, em decorrência de suas atuais responsabilidades de imortal. E disso êle se gaba, tanto quanto de sua objetividade e isenção diante das realidades sociais e políticas do Brasil. Assim se exprime, nesse particular: "De mim posso dizer que, ao estudar as nossas instituições políticas — sejam nos seus aspectos formais e legais (nas suas Constituições ou nos seus Códigos), sejam nos seus aspectos sociológicos ou culturais (nos usos, costumes, tradições, sentimentos e idéias que nos inspiram ou nos determinam na execução que damos a êstes códigos ou a estas Constituições — sempre me conduzi tratando êstes fatos, êstes costumes e estas tradições *en naturaliste*." E' um senso realista que o autor equipara ao dos técnicos do Instituto Biológico ao pesquisarem a irradiação da broca do café em São Paulo ou ao dos investigadores da Fundação Rockefeller quando estudam a expansão do *anopheles gambiae* nas regiões nordestinas. Confessa o Sr. Oliveira Viana que, fazendo um minucioso exame de consciência, não descobriu um traço qualquer de "parti-pris" ou tendenciosidade. Um inflexível espírito de disciplina, que só se curva diante dos fatos.

Está claro que há muita ênfase nessas palavras do Sr. Oliveira Viana. E' um narcisismo que se fôsse apenas, e superficialmente, literário, nada, ou quase nada, tinha de mais; mas é que êsse narcisismo compreende o próprio método de seus estudos de sociologia — e aí a coisa é diferente. Não me parece que possa alguém mostrar-se tão seguro de sua frieza e de sua objetividade em relação a temas por sua natureza complexos e perturbadores, como os da política. Contudo, fazendo-se vista grossa sôbre êsses pavoneios acadêmicos, somos forçados a reconhecer que estamos em face de uma obra de mérito, que justifica o interêsse despertado, ao longo de tantos anos, em nossos círculos culturais.

O autor coloca-nos diante de cinco temas atraentes: o problema da revisão constitucional, o da liberdade, o dos partidos, o do govêrno e o da nacionalidade. Em sua opinião, o regime presidencial, estabelecido na Constituição de 1891, era excelente, no que toca à expansão das "manifestações de tôdas as boas qualidades do nosso povo", mas incapaz de deter os efeitos das nossas qualidades más. Escreve êle: "Esplêndido para as expansões dos nossos instintos de paz, de hospitalidade, de tolerância, de idealidade, mas insuficiente para nos premunir contra os malefícios derivantes da nossa ausência de tradições cívicas, da nossa incultura democrática, dos nossos costumes de facciosismo e politicagem". A revisão que propugna visa a um dêsses objetivos: ou investir o Poder Judiciário de fôrça e autonomia máximas, ou criar um quarto poder, semelhante ao Poder Moderador do velho regime.

No capítulo intitulado "Os Conselhos Técnicos nos governos modernos", o Sr. Oliveira Viana reuniu as suas idéias e pontos de vista relativamente aos problemas de ordem administrativa. E' inteiramente favorável à criação daqueles conselhos especializados. Noutro capítulo estuda o problema do nordeste e a mentalidade das elites políticas, fixando com nitidez aspectos daquele problema e analisando a rigor essa mentalidade. Focaliza a tragédia periódica das sêcas, louvando o espírito de resistência do povo nordestino, para depois anatematizar a indiferença das nossas classes dirigentes por aquêle drama. "Em boa verdade, todos êsses problemas se encadeiam e será impossível resolvê-los de modo independente" — escreve o autor. — "O federalismo gera o satrapismo, o satrapismo gera o coronelismo. O coronelismo gera o banditismo. Enquanto sátrapas, bandidos e coronéis vão fingindo regime republicano e *self-government* sequer pensar, nem no saneamento da terra, nem no saneamento do homem, nem no saneamento das inteligências: pela eliminação do deserto, pela eliminação do pântano, pela eliminação da ignorância."

Por último, permito-me acentuar a reação do Sr. Oliveira Viana em relação à crítica que lhe fizeram: de que era anti-liberal e anti-democrático. "Não sou uma coisa, nem outra" — declara, no prefácio desta segunda edição. — "Sou justamente o oposto disto". Concorda em que o qualifiquem de anti-federalista, bem assim de anti-parlamentarista, dizendo aceitar "com honra e mesmo orgulho" êste último qualificativo.

Notas Avulsas

FOI publicado na Itália, por Cavallott Editore, um livro do Professor Luigi Galvani — *Brasile Moderno, terra incantata*, com um prefácio do Sr. Gino Luzzatto. Durante seis anos viveu o autor em nosso país — entre 1936 e 1942 —, como professor da Universidade de São Paulo, tendo

tido oportunidade de estudar aspectos gerais da vida brasileira. O seu depoimento sôbre o Brasil reveste-se de grande entusiasmo pela beleza do nosso passado e pelas perspectivas que o futuro nos oferece.

GRANDE sucesso de livraria a obra de Victor Kravchenko — *Escolhi a Liberdade*, cuja tradução foi feita por Maria Helena Amoroso Lima Senise e divulgada em edição de "A Noite". Êsse livro, cuja quarta edição brasileira acaba de aparecer, contém um depoimento pessoal sôbre a Rússia, em forma autobiográfica. Essa obra mereceu o Prêmio Saint-Beuve, de Paris.

PARA concorrer a uma cadeira de geografia urbana, o Prof. Josué de Castro, autor de alguns trabalhos excelentes de geografia humana, escreveu uma tese sôbre os fatôres de localização da Cidade do Recife. Tese de valor pela originalidade e pelos traços pessoais que a assinalam. O estudo foi realizado com documentação nova, recolhida não só em Pernambuco como em Portugal e na Holanda, no que se refere à colonização da cidade. O autor de *A Geografia da Fome* realizou um trabalho à altura de seu renome.

SAIU o segundo tomo do volume XVI das Obras Completas de Rui Barbosa. Subordinado ao título "A Queda do Império", reúne grande parte dos artigos que o genial baiano escreveu para o "Diário de Notícias", sôbre temas variados da política e assuntos de interêsse social. Alguns dos artigos: " casamento civil na República Argentina", "Água, solução definitiva", "Viva a Rainha", "Trono e Masorca", "Liberdade comercial", "Responsabilidade dos Reis", "A Coroa e a Guerra das Raças", "Moedas estrangeiras", "A enchente da anarquia", "Resposta à fala do Trono", "Reforma Eleitoral", etc.

TEM o título de "Uma Cidade nos Trópicos" o livro que o Sr. Miran de Barros Latif escreveu sôbre o Rio de Janeiro e publicado pela Livraria Martins em sua Coleção Brasília. E' uma biografia de cidade, tão sugestiva quanto uma biografia de pessoa humana. "A cidade não lhe aparece como um aglomerado humano, casas, ruas, cais, postes, parques, jardins, palácios, canais, igrejas" — escreveu, a respeito, José Lins do Rêgo. — "A cidade é para êle uma personagem, uma criatura de carne e osso, um ser particular, com a sua casa, o seu corpo, a sua alma".

REVISTA e aumentada, apareceu a segunda edição do magnífico ensaio de Sérgio Buarque de Holanda — *Raízes do Brasil* (Ed. José Olímpio). Esta é uma das obras fundamentais para o estudo da evolução da sociedade brasileira. O autor acrescentou aos capítulos do livro algumas notas de desdobramento de suas idéias e pontos de vista, enriquecendo bastante a presente edição.

LIVROS FRANCESES

POR iniciativa do "Institut National d'Etudes Démographiques", foi publicado um volume de excelentes ensaios — *Documents sur l'immigration en France* — ensaios de Louis Chevalier, Robert Gessain, G. de Langevialle e Jean Sutter.

TEM o título de *Initiation à la Conjoncture Économique* a obra recente de André L.-A. Vincent, que estuda os aspectos técnicos fundamentais da conjuntura econômica, definindo os fenômenos típicos, apreciando os métodos modernos de caracterização da conjuntura. Além disso, o autor analisa a situação da França, a riqueza nacional, o progresso técnico, os princípios variáveis de sua economia, os fatôres da instabilidade financeira do país.

ESTUDO de natureza demográfica, econômica e social escreveu N. J. Polyzos — *Essai sur l'émigration grecque* —, que se reveste, evidentemente, de palpitante atualidade.

ESPECIALISTA em assuntos latino-americanos, Georges Lafond, que já percorreu, em viagem de estudos, os 21 países do continente sul-americano, elaborou uma *Géografie Économique de l'Amerique Latine*, publicada em edição Payot. O livro apresenta o quadro geral de tôdas essas repúblicas, faz o inventário de seus recursos principais e expõe as possibilidades que oferecem para o seu próprio desenvolvimento e para o progresso do mundo moderno.

Empréstimo Mineiro de Consolidação

"Série B" – Lei n.º 131, de 6 de Novembro de 1936

RELAÇÃO DAS APÓLICES PREMIADAS

NO SORTEIO DE 30 DE ABRIL DE 1948

CR$	500.000,00	1.248.358
CR$	50.000,00	1.103.002
CR$	20.000,00	1.057.474

PRÊMIOS DE DEZ MIL CRUZEIROS

1.057.352 1.654.249 1.937.726

PRÊMIOS DE CINCO MIL CRUZEIROS

1.475.422 1.701.942 1.768.978
1.777.154 1.968.930

PRÊMIOS DE MIL CRUZEIROS

1.006.689	1.170.637	1.323.652	1.494.848	1.712.111	1.850.558
1.011.144	1.176.003	1.336.586	1.496.965	1.715.421	1.853.897
1.017.307	1.176.614	1.351.184	1.504.495	1.723.489	1.862.427
1.017.508	1.184.342	1.357.406	1.517.102	1.727.699	1.887.424
1.026.265	1.184.640	1.368.151	1.525.127	1.758.951	1.907.770
1.046.141	1.215.755	1.372.485	1.569.973	1.756.014	1.913.024
1.054.339	1.223.756	1.375.900	1.590.491	1.757.683	1.941.524
1.078.503	1.224.537	1.466.797	1.595.168	1.766.995	1.960.525
1.089.728	1.251.044	1.470.591	1.605.490	1.789.418	1.975.683
1.116.907	1.264.473	1.474.154	1.641.013	1.822.684	1.977.397
1.126.922	1.273.409	1.483.639	1.675.459	1.830.721	
1.127.026	1.278.746	1.487.156	1.697.001	1.832.899	
1.157.935	1.304.035	1.489.379	1.700.342	1.837.522	

Secretaria das Finanças, 30 de Abril de 1948. Antônio Gualberto — Chefe da 1.ª Secção. Visto, F. Martins, Superintendente do Departamento da Despesa Variável.

NOTA — A lista dos números sorteados para o resgate ao par, será distribuida aos portadores, pelos Departamento da Despesa Variável, na Secretaria das Finanças, Departamento da Fazenda de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, e Bancos Comércio e Indústria de Minas Gerais e de São Paulo.

Para que combater "moinhos de vento"

Os antigos compradores de canos e tubulações tinham muito de comum com Don Quixote!
A mesma luta inglória que o herói de Cervantes sustentava contra "moinhos de vento", eles a travavam sempre que tinham necessidade de procurar, aqui e ali, tubos de vários tamanhos e diâmetros, para finalidades diversas. Hoje tudo mudou! ARMCO, desenvolvendo ao máximo os processos de fabricar tubos de aço, revolucionou por completo os velhos métodos! Assim, tornou possível adquirir-se —de uma única fonte produtora— uma variedade de diâmetros que vai de 6" (152 mm) a 72" (1828 mm), com paredes de espessura de 9/64" (3,57mm) a 3/4" (19,05 mm).

Dêsse modo, obtem-se a quantidade estritamente necessária de material, a custo bem mais reduzido!
Os tubos de aço são reconhecidos como os mais eficientes para condução de água, gás, óleo, encanamentos de todos os tipos, estacas tubulares, dragagens e outros usos. A soldagem desses tubos é feita por meio de máquinas automáticas adequadas a esse fim.
Dar aos engenheiros e empreiteiros de obras exatamente o material que êles precisam é a missão principal da ARMCO há mais de 40 anos!
Exponha à ARMCO seus problemas hidráulicos e de construções, beneficiando-se com sua longa experiência, sua técnica adiantada e sua bôa vontade em dar pronta solução ao seu caso.

ARMCO

ARMCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A

RUA DA ALFANDEGA, 107 — RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO — PORTO ALEGRE — SALVADOR — CURITIBA — BELO HORIZONTE
AGENTES NAS OUTRAS CAPITAIS DOS ESTADOS.

Documentação precisa sôbre os méritos de cada funcionário...

O Relógio de Ponto Cartográfico "INTERNATIONAL" oferece as seguintes vantagens:

1) – AUTOMÀTICAMENTE, imprime, em azul, o tempo regulamentar, e, em vermelho, os atrasos.
2) – AUTOMÀTICAMENTE, registra na coluna de entrada e saída.
3) – AUTOMÀTICAMENTE, coloca o cartão na posição correspondente a cada dia.
4) – Permite ajuste manual à coluna de impressão.
5) – Equipado com motor elétrico síncrono, ou corda para 7 dias, onde há instabilidade de corrente elétrica.
6) – Mostrador de relógio comum.
7) – Imprime horas, minutos, mês e dia da semana, abreviadamente.
8) – Manêjo fácil, para operação exata.
9) – Equipado com dispositivo que permite a regulagem desejada dos horários de trabalho.

Relógio de Ponto Cartográfico "INTERNATIONAL"

Nas grandes emprêsas, é sempre difícil aos chefes de serviço verificar, com acêrto, o valor profissional de cada funcionário. Disso resultam descontentamentos, criando um dos mais graves problemas internos de qualquer organização. Evite ou elimine tais contingências, instalando os Relógios de Ponto Cartográficos "International", para contrôle exato de assiduidade, horas de entrada e saída, tempo de mão-de-obra, serviço de vigia etc. O testemunho fiel dos Relógios de Ponto "International" documentará os méritos, permitindo total aproveitamento de tempo e o estabelecimento de um estimulador critério de seleção e recompensa estritamente baseado no valor pessoal de cada um.

A linha dos Relógios "International" inclui: Relógios de Ponto Cartográficos • Relógios de Ponto Autográficos • Relógios de Mão-de-Obra • Relógios-Carimbo • Relógios-Mestre • Relógios-Síncronos • Relógios para Vigia • Fechaduras Registradoras e Aparelhos para Programas.

Relógios de Ponto "International"
Máquinas Hollerith
Máquinas de Escrever Electromatic

SERVIÇOS HOLLERITH S. A.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MECANIZAÇÃO

Radiotipos "International"
Máquinas de provar e compensar cheques "International"

Avenida Graça Aranha, 182 — Tel. 22-5111

Representantes nas principais cidades do Brasil

CRÔNICA PARLAMENTAR

Defesa do Regime

A MENSAGEM que o chefe do govêrno endereçou ao Congresso focalizando problemas de ordem pública e solicitando medidas no sentido de ser o Executivo aparelhado com os instrumentos legais indispensáveis à defesa do regime, pode ser apontada como o mais relevante acontecimento político do mês de abril.

Em linguagem serena e clara, o Presidente Eurico Dutra chamou a atenção do Legislativo para os fatos que ultimamente se têm desenrolado dentro do país e no plano internacional para mostrar que o Brasil não deve ficar inerme e sem os adequados meios de repressão aos inimigos que se articulam abertamente numa conspirata de largas proporções contra as nossas instituições democráticas e as nossas melhores tradições de povo civilizado e cristão.

Sôbre êsse problema de ordem pública, de uma gravidade e de uma importância que ninguém desconhece, já nos manifestamos em nossa página editorial, onde definimos o nosso ponto de vista. Aqui, aludiremos, em traços rápidos à mensagem presidencial, para fixar os seus pontos capitais.

Depois de afirmar que "urge aparelhar o Estado para defender-se internamente contra os inimigos da democracia, que vêm atentando, reiterada e organizadamente, contra as nossas instituições renascentes", lembrou as referências ao mesmo assunto em mensagens anteriores, bem assim a decisão do Poder Judiciário, que, examinando as atividades do Partido Comunista, deliberou cassar o seu registro e proibir o seu funcionamento.

As medidas defensivas que o Executivo reclama não têm outra finalidade que a de armar o Estado para exercer ação pronta e enérgica. Não trazem no seu bôjo fins preconcebidos de subverter a ordem constitucional, como se pretende insinuar em descabida exploração. Êsse aspecto a mensagem acentua ao afirmar que "não cogita o govêrno de recurso a medidas de exceção, que venham embaraçar o livre e tranquilo exercício dos direitos e privilégios outorgados pela Constituição", necessitando apenas "dos instrumentos legais para a severa punição de atos de natureza subversiva". Ponderável, sem dúvida, é o argumento de que somente se sentirão atingidos pelas medidas em aprêço "os cidadãos que não pautem as suas vidas pela obediência à lei e respeito à autoridade constituída".

Sobram razões ao General Eurico Dutra para insistir na premência com que a matéria deve ser encarada pelo Poder Legislativo, que deve assumir patrioticamente, diz a mensagem, o seu quinhão de responsabilidades na defesa do regime democrático.

Os três pontos principais sôbre os quais terá de se manifestar o Congresso são êstes: crimes contra a segurança externa do país e as instituições militares; outros crimes contra a segurança nacional que, pela sua natureza, caiam sôbre a jurisdição comum; legislação estabelecendo como condição para ingresso e permanência nas Fôrças Armadas e no Serviço Público Civil, exclusiva e incondicional lealdade ao Brasil.

Batalha do petróleo fora do Parlamento.

HERMES LIMA — Solução socialista. *A. BERNARDES — Monopólio do Estado.* *J. MAGALHÃES — Um só problema.*

LEI DE DEFESA DO ESTADO

Na mesma ordem de idéias, anotaremos aqui o ante-projeto da lei de defesa do Estado, de autoria do Deputado Lameira Bittencourt, que foi apresentado à Comissão de Leis Complementares da Constituição.

Escreveu o representante paraense longa introdução ao seu trabalho, que se baseou no ante-projeto enviado à Câmara, em 1947, pelo então Ministro da Justiça, Sr. Benedito Costa Neto. Nas oportunas considerações que faz, o Sr. Lameira Bittencourt afirma que teve constante empenho e inflexível vigilância para que o projeto "de tanta relevância e alta finalidade não se comprometesse, perante a consciência do país, pela mácula do facciosismo e da prepotência", aduzindo: "Não esquecemos, porém — e temerário e criminoso seria fazê-lo em circunstâncias tão graves para a Nação — que nem um direito ou franquia constitucional, seja qual o móvel invocado, pode e deve servir de pretexto, instrumento ou amparo, a atentados contra o regime e a segurança do país".

Teve o Deputado Lameira Bittencourt a preocupação de ser fiel à realidade política e social do Brasil, que, a seu ver, "através de sintomas e manifestações mais inequívocas e impressionantes, está a advertir-nos do que nos guarda, à semelhança do que já aconteceu em outras nações, se não dotarmos com presteza e eficiência, o Estado das leis de que êle precisa para sua defesa e do regime, em face da ação perniciosa, reiterada e penetrante de inimigos incansáveis em seu fanatismo ideológico e em sua virulência destruidora".

Não comporta esta crônica o exame minucioso de tôdas as modificações introduzidas pelo representante paraense no ante-projeto do Sr. Costa Neto. Uma rápida visão revela que o atual projeto, que terá de ser examinado pela Comissão de Leis Complementares, foi ampliado em vários dos seus artigos, consoante salienta a introdução do Sr. Lameira Bittencourt, no objetivo de torná-lo mais plástico e melhor adaptado às suas finalidades.

PETRÓLEO, DENTRO E FORA DO PARLAMENTO

Passamos agora a uma questão que melhor se e quadra nos propósitos desta seção e que, em importânci nada fica a dever ao tema ventilado acima.

Anteriormente, quando tivemos ensejo de aludir mensagem presidencial que acompanhou o ante-projeto estatuto do potróleo, frisamos a excepcional relevância matéria submetida à apreciação do Legislativo. Não pr cisamos repisar argumentos para fazer a demonstração uma verdade, por todos reconhecida e proclamada, se qual fôr a posição assumida em face da orientação tr çada pelo govêrno.

Por isso mesmo temos o direito de estranhar que u problema de tal magnitude não tenha merecido do Parla mento as atenções devidas. Será a vez de afirmar o leito que o reparo não procede, uma vez que o petróleo te sido motivo de frequentes e acesos debates, de debates qu quase se aguçam em verdadeira agitação.

A discussão em tôrno do caso do petróleo tem sid realmente abundante, não há dúvida. Somente que se te conservado praticamente fora do Parlamento, onde afina terá de ser resolvida em última instância. Não contestamo a quem quer que seja o direito de versar a questão petro lífera e entendemos mesmo que é dever de quantos sã com ela familiares trazer subsídios à sua completa elucid ção. Mas, não há dúvida de que tais debates seriam ma fecundos e úteis, se travados no Congresso.

Curioso é notar que dois deputados são precisament os que se têm empenhado com maior entusiasmo nessas re fregas extra-parlamentares, os Srs. Artur Bernardes e Ju racy Magalhães, sobretudo o antigo presidente que de senvolveu notáveis esforços, em conferências e artigos, n sustentação do seu ponto de vista. Também o representant socialista do Distrito Federal, a quem coube a primazi de abordar o tema na Câmara, se transferiu da tribun parlamentar para as colunas de um jornal, de onde con tinua a campanha iniciada naquela.

As posições já foram nitidamente definidas e tud indica que será difícil uma mudança de opinião entre o contendores, que combatem com entusiasmo juvenil.

O Deputado Hermes Lima mantém nos artigos que vem publicando a tese nacionalista. O petróleo brasileir deve ser explorado por emprêsas brasileiras. Não acredit o deputado socialista na alegada falta de recursos próprio para empreendimento de tamanho vulto e está convencid de que somos capazes de levá-lo para diante.

Quanto ao Sr. Artur Bernardes sabe-se que é adepto fervoroso do monopólio de Estado, tese que tem sustenta do com argumentos copiosos. Adversário intransigente de concessões aos chamados trustes petrolíferos, o Deputado Artur Bernardes rebela-se contra a alegada incapacidade do Estado para administrar, nisso revelando uma com preensão de certas características modernas em matéria econômica, que os partidários do liberalismo se recusam a admitir, malgrado experiências vitoriosas em vários países. Em um dos seus artigos, para mostrar que os lucros obti dos com a exploração industrial do petróleo podem pro porcionar ao govêrno recursos com que satisfazer os com promissos que venha a assumir, o antigo Presidente da

República reune cifras na realidade impressionantes — os lucros e reservas apurados em balanço pelas companhias estrangeiras que operam no Brasil no setor da distribuição.

O Deputado Juracy Magalhães tem sôbre a questão petrolífera uma larga experiência, que se iniciou ao tempo da sua gestão no govêrno da Bahia, a nossa principal área de petróleo. Fugindo aos extremos nacionalistas, o representante udenista acompanha as linhas mestras do anteprojeto Odilon Braga, admitindo a participação dos capitais estrangeiros.

Nos artigos que tem publicado, o Sr. Juracy Magalhães situa a questão com equilíbrio e senso realista, destacando-se também pelo vigor com que combate as explorações de origem comunista em tôrno do nosso petróleo. Revela uma compreensão lúcida da matéria ao insistir em que a exploração das nossas reservas petrolíferas se relaciona ao progresso econômico geral do povo brasileiro. Não é lícito isolar o problema do petróleo, quando somos sabidamente um povo de baixo nível de vida e quando sabemos também que o influxo de riqueza que nos trará a indústria petrolífera se refletirá de maneira decisiva sôbre as condições de vida de todo o povo.

A posição do Deputado Juracy Magalhães terá certamente grande influência, dado o seu prestígio político, quando os debates entrarem na sua fase final no Parlamento. Isso, aliás, é o que cumpre fazer com urgência: situar o caso do petróleo no seu âmbito próprio, o Parlamento, com quem está a última palavra.

A propósito, cabe estranhar que até agora os grandes partidos políticos não tenham assumido posição clara em tôrno do petróleo. Do Sr. Hermes Lima pode-se dizer que interpreta o pensamento do Partido Socialista, que não é fôrça imponderável. Já os Srs. Artur Bernardes e Juracy Magalhães tem falado em nome individual. Ainda que figuras de prol nos seus partidos, os dois parlamentares não podem traçar uma linha partidária única. Daí a necessidade de uma manifestação de caráter coletivo dos principais partidos. E' um dever a que não podem fugir. Tomar atitude desde logo é o que precisam fazer os partidos, assumindo as responsabilidades que lhes incumbem. Só assim a questão do petróleo poderá entrar nos canais parlamentares para a sua decisão última, que terá de ser, é claro, uma solução compatível com os interêsses e necessidades do Brasil.

Não foi totalmente esquecido o caso do petróleo dentro do Parlamento. Na Câmara, tratou da importante matéria o Deputado Flores da Cunha para sustentar a tese nacionalista. Segundo o representante gaúcho devem os brasileiros explorar as riquezas do nosso subsolo, sem qualquer cessão de direitos a estrangeiros. Em campo oposto situou-se no Senado o Sr. Plínio Pompeu. Em longo discurso, que foi entrecortado de apartes pelo Sr. Bernardes Filho, sustentou a conveniência de acolhermos a colaboração dos capitais e técnicos estrangeiros. Disse textualmente: "A aplicação de recursos dos Estados Unidos em nosso país, é a garantia da segurança do continente americano, numa política de desenvolvimento econômico, que trará a paz e o fortalecimento de todo o continente".

Por fim anotaremos o projeto de lei apresentado pelo Deputado Mourão Vieira, abrindo um crédito de 44 milhões de cruzeiros para financiamento de pesquisas em áreas da Amazônia, onde se presume a existência do petróleo.

MÓVEIS
CIMO

6 Fábricas próprias no Paraná e em Santa Catarina

☆

OS MAIORES FABRICANTES DE
POLTRONAS PARA CINEMAS
CARTEIRAS PARA ESCOLARES
CADEIRAS EM GERAL — MOVEIS DASP E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIOS

☆

Oferecem agora, com sua grande capacidade industrial,

MÓVEIS RESIDENCIAIS

fabricados em imbuia e em diversos estilos, pelos melhores preços da praça!

☆

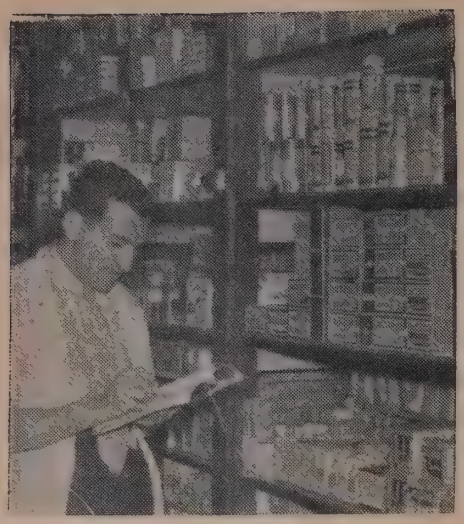
DORMITÓRIO PARA CASAL	DESDE	CR$ 5.000,00
SALAS DE JANTAR	„	CR$ 3.500,00
DORMITÓRIOS PARA SOLTEIROS	„	CR$ 2.250,00
ESCRITÓRIOS RESIDENCIAIS	„	CR$ 2.300 00

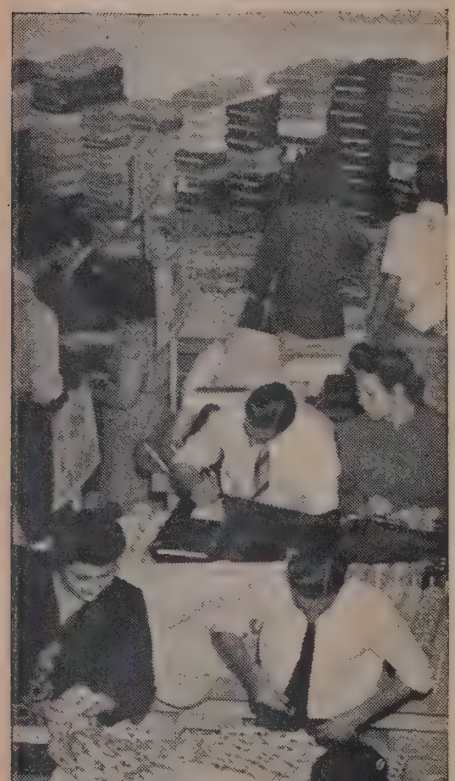
☆

Não comprem móveis para qualquer fim, sem antes visitar ou consultar a

Cia. Industrial de Móveis

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 146 B Tel.: 42-1736





Tôda gente compra. Compra cada vez mais, embora o dinheiro valha cada vez menos. Há necessidade de planejar o consumo como ponto de partida para o equilíbrio econômico.

O Consumo na Planificação

Cristóvão Leite de Castro

POUCO se tem escrito no Brasil sôbre a planificação econômica. Além dos folhetos, publicados há quatro anos, sôbre os estudos realizados pelo Conselho de Política Industrial e Comercial, são escassos os elementos trazidos a público. E tanto nesses folhetos como nos raros artigos de jornais e revistas têm sido praticamente esquecidos dois itens obrigatórios da planificação. Refiro-me ao poder aquisitivo e ao consumo. Como acontece em todos os países, a população brasileira não dispõe de um poder de compra uniforme. O poder de compra de nossa população, ao contrário, é dos mais variados. Dispomos de maior capacidade econômica de consumo no Centro-Sul que no Sul, no Sul mais que no Nordeste e neste mais que no Norte e no Centro. E além da distinção em grupos de rendas altas e rendas baixas que pode ser apreciada em âmbito nacional, ocorrem as preocupações, mais recentes, com o baixo padrão de vida da população rural.

O problema do consumo pode ser estudado em ângulo mais ou menos amplo segundo o tipo de plano que se procure elaborar. Pode ser focalizado levando em conta planos de obras isolados como o da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, de grupos de empreendimento de maior porte como as obras contra as sêcas do Nordeste, de programas nacionais de serviços do Estado como a União está elaborando no momento, etc. Desde que ocorram ou se provoquem atividades econômicas em qualquer área ou grupo de população, é claro que os problemas do consumo estarão presentes e mais ou menos complexos segundo a extensão das atividades econômicas existentes ou provocadas. Quando um govêrno municipal resolve instalar mais uma escola primária, só o faz porque existem alunos necessitados de escola, prontos para "consumir" êsse serviço público. Já num programa de vários grupos escolares, cumpre distribuir geograficamente os edifícios de modo que o serviço seja consumido pelas zonas mais necessitadas. Nos empreendimentos mais amplos as possibilidades de consumo vão

se impondo como um problema-chave da planificação, assumindo maior vulto nos planos que incluem a produção agrícola e a industrial, os transportes e demais serviços econômicos, como ocorreu no plano quadrienal francês conhecido por Plano Monnet. Em seus esquemas, êsse plano engloba as atividades das emprêsas pertencentes ao Estado e das emprêsas particulares, interferindo por meio da produção a cargo do Estado e o contrôle, incentivo e auxílio à iniciativa privada, em tôda a economia francesa, inclusive o comércio exterior. As notas que ora apresento neste comentário referem-se aos planos nacionais dêsse tipo.

Há alguns anos passados, o que se reclamava e discutia no Brasil, em matéria de plano econômico, era um plano de desenvolvimento industrial, era a industrialização do país, mas recentemente o problema se bifurcou em industrialização e aumento da produção agrícola. Especialistas de várias correntes verificaram que nas condições atuais podemos e devemos criar um certo número de indústrias novas e ampliar algumas existentes mas uma industrialização em maior escala exige medidas simultâneas destinadas a elevar o poder aquisitivo das populações, sobretudo das populações rurais. Para essa conclusão, hoje generalizada, muito concorreu a escassez de gêneros alimentícios sobrevinda em consequência da guerra. Alguns especialistas consideram o desenvolvimento industrial e da produção agrícola como um só problema, exigindo solução em um plano de conjunto. Outros, reconhecendo as duas necessidades — de mais indústrias e maior produção agrícola — separam os meios de satisfazê-las como se fôssem itens independentes. De qualquer modo, o fato notável do ponto de vista técnico, está no progresso que se vem verificando na procura do esquema geral do planejamento. E não poderia acontecer de modo diferente, uma vez que o assunto vai amadurecendo e preocupando setores cada vez mais amplos da opinião pública

Nos planos de serviços públicos prestados pelo govêrno, o problema do poder aquisitivo assume forma diferente e menos complexa. E' que, em sua maioria, os serviços prestados pelo Estado são gratuitos, não exigindo elevação do poder aquisitivo de quem os recebe. Grande número dêsses serviços, de caráter coletivo, enquadram-se mais propriamente entre os chamados serviços sociais, como os hospitais e ambulatórios públicos, a higiene pública, vários tipos de assistência social e de ensino. Êsses serviços elevam o padrão de vida e o consumo sem aumento do poder aquisitivo pessoal. E também ocorrem nos setores econômicos, onde os grupos mais caros e relevantes são o das rodovias, os açudes, a retificação, limpeza e outros trabalhos realizados em barras e rios, os canais, etc. Há ainda os serviços de experimentação e seleção agrícola, a assistência técnica aos produtores, etc., todos êles praticamente gratuitos, à maneira dos serviços sociais de combate às endemias ou de iluminação os quais também não dependem do poder aquisitivo pessoal de quem os utiliza ou consome. E por isso quase se pode dizer que seu consumo é ilimitado, dependendo muitas vêzes de que o Poder Público os realize ou ponha à disposição dos consumidores.

Sob o aspecto do binômio consumo-poder aquisitivo, os serviços estatais se assemelham aos serviços das emprêsas privadas é nos setores dos serviços remunerados. Aqui temos as ferrovias, os portos, o correio e o telégrafo, os serviços urbanos de água, esgôto, bondes e a energia elétrica de um modo geral. Nesse campo o Estado enfrenta o problema do consumo e do poder aquisitivo à maneira das emprêsas particulares. Êle se apresenta no mercado como o faz um vendedor particular de passagens e praça marítima ou terrestre, de água e de energia elétrica. Se não há poder aquisitivo para a compra dêsses benefícios, o Estado não os organiza nem oferece ou só os organiza onde sabe existir capacidade econômica para consumo. A exceção a essa regra está nos casos em que o Poder público oferece tais serviços a preços baixos, a preços de "deficit", com o objetivo de assistência social ou de fomento à criação de indústrias e lavouras. E' perfeitamente justificável a construção de certas ferrovias, portos e usinas elétricas que, deficitárias por algum tempo, provoquem ou ajudem o surgimento de atividades econômicas reprodutivas. Dêsse modo em certas partes do plano a cargo do Estado, êste se afastará do modo de ação inerente à emprêsa particular, em matéria de lucro certo, imediato ou a prazo curto. O Estado substituirá o objetivo de lucro, inerente à iniciativa privada, pelo da satisfação das necessidades sociais. E a limitação que vai sofrer no cumprimento dêsse objetivo diretor estará nas possibilidades financeiras iniciais e na medida em que outros setores do plano elevem a produção de serviços e de mercadorias.

Uma restrição a opor no tocante aos serviços gratuitos e aos de baixa remuneração é a do custeio de tais serviços por meio de tributos que elevem os preços das mercadorias de primeira necessidade. Sabe-se que o Poder Público muitos vêzes cria um serviço novo coberto por um impôsto novo ou pelo aumento de um impôsto existente. Essa prática é comuníssima no Brasil de hoje. Quando êsses tributos, do tipo indireto, são acrescidos aos preços, o poder aquisitivo dos consumidores é reduzido na proporção do aumento da tributação. E dá-se o seguinte círculo vicioso: com a nova arrecadação o govêrno cria, por exemplo, mais ambulatórios para consulta gratuita mas diminui a capcidade de compra dos bens de consumo que encareceram com a elevação tributária. Os frequentadores do ambulatório recebem remédios gratuitamente mas reduzem a alimentação, ficando com seu consumo e padrão de vida médios praticamente estacionários.

1 — DISTRIBUIÇÃO POR ESPÉCIE

Não seria possível excluir o estudo do consumo dos estudos do planejamento econômico porque o consumo é um item obrigatório dos esquemas dêsse planejamento. E não somente o consumo dos produtos industriais mas o de todos os produtos e serviços econômicos, incluídos nos planos. Estamos acostumados a ler nos folhetos e notícias dos planos estrangeiros, quadros e mais quadros de produção, setor por setor e até produto por produto. E nas publicações mais desenvolvidas aparecem os quadros do financiamento, do comércio exterior e da mão de obra mas é evidente que os totais de produção previstos para cada mercadoria e cada serviço só foram determinados, nesses planos após estudos muito sérios da possibilidade de colocação dos produtos e da venda dos serviços.

Êsses estudos compreendem a venda no mercado interno e pela exportação; compreendem a solução de todos os problemas do "consumo intermediário", isto é, da aquisição de matéria prima para transformação; incluem a divisão dos recursos para aplicação parte em bens de produção, parte em bens de consumo imediato e uso particular. E tudo isso escalonado em fases e sempre subordinado ao consu-

mo e ao poder aquisitivo previstos para cada fase. A própria importação de maquinário que, segundo certas pessoas, deveria iniciar-se por quantidades astronômicas, é condicionada às possibilidades de uso e aplicação dos equipamentos em cada fase. Procurando atenuar a aridez do assunto por meio de alguns exemplos, podemos dizer que seria absurdo encomendar, de uma vez, trilhos para construir mais 35.000 quilômetros de ferrovia; ou encomendar distilarias de petróleo capazes de produzir mais gasolina do que consumimos atualmente. A produção de açúcar e de vários produtos não exportáveis também só poderia ser elevada quando o plano tivesse elevado o poder aquisitivo da população. Isto provavelmente ocorreria com alguns gêneros alimentícios agora em excesso, como o arroz. Quanto à carne, logo que a execução do plano tivesse melhorado o poder aquisitivo da população, o maior consumo, daí decorrente, deveria ser atendido ou pelo aumento da produção ou pela restrição às exportações. E provavelmente os futuros planejadores vão preferir a primeira hipótese — a do aumento da produção — porque não haverá motivos para perdermos mercados externos e disponibilidades cambiais.

O exemplo que já se tornou popular — da indústria de calçado — é dos mais elucidativos para o tipo de comentário que estamos fazendo. Diz-se com acêrto que se duplicássemos a produção brasileira de calçado, mantendo os preços atuais, a metade da produção ficaria sem mercado. Êsse exemplo tem servido para vários objetivos, inclusive para o combate à industrialização, dando-se a entender que não poderemos promover o desenvolvimento industrial "enquanto" não elevarmos o poder aquisitivo da população e, portanto, sua capacidade econômica de consumo. E' na anulação dêsse mal-entendido que justamente se vem progredindo na matéria, ao considerar o desenvolvimento industrial ligado ao agrícola. De fato, seria absurdo admitir a elevação do poder aquisitivo "antes" e o desenvolvimento industrial "depois". Seria insensato admitir a possibilidade de elevar o poder aquisitivo sem ao mesmo tempo elevar a produção tanto industrial como agrícola. O caso não é de um fato depois do outro mas da simultaneidade e correlação dos dois fatos. Se eventualmente um setor volumoso da população elevasse seu poder real de compra sem que ocorresse aumento correspondente na produção das mercadorias procuradas por êsse setor, isto criaria sérios problemas de comércio exterior. Êsse esquisito aumento de poder aquisitivo forçaria importações para cujo pagamento talvez nos faltassem disponibilidades cambiais.

No caso da indústria de calçados, é claro que a produção será fatalmente elevada à medida que a população, sobretudo a rural, pelo planejamento econômico adequado, elevar seu poder de compra. Se as fábricas de calçado duplicassem a produção mantendo os preços atuais, ficariam com estoque encalhados no valor da atual produção. Mas se fôsse possível duplicar a capacidade brasileira de compra de calçados sem duplicar a produção, ou os preços dos calçados se elevariam (talvez duplicassem) e nesse caso o consumo seria o atual; ou o aumento do poder aquisitivo seria utilizado no consumo procedente da importação.

Essas afirmações simples e sem novidade servem para relembrar o caráter geral dos planos econômicos, os quais nunca são apenas "planos de produção" mas planos de importação, de exportação, de produção e de consumo. Servem também para ressaltar que não há plano sem escala em fases de tempo, sem distribuição por espécie de produto e serviço sem distribuição geográfica por estado ou região. Os quatro itens — importação, exportação, produção e consumo — realizam-se, no decurso da execução do plano, distribuídos no tempo, por espécie e geograficamente. Nenhum dos quatro itens tem precedência sôbre os outros porque todos se realizam simultaneamente. Dando aqui à palavra "consumo" um significado que compreenda o emprêgo de equipamentos e a transformação de matérias primas, confirma-se mais claramente o caráter escalonado do plano.

O aumento da produção de gêneros alimentícios surge atualmente como necessidade imperiosa pois, além de arma de combate à alta de preços, poderá aumentar o poder aquisitivo de certos grupos da população. E cumpre levar em conta o setor das matérias primas. O desenvolvimento industrial, processado simultaneamente com o agrícola, dará oportunidade a que o meio agrícola eleve sua produção de matérias primas. Essa maior necessidade de matérias primas para a indústria nacional em expansão amarra tecnicamente as atividades agro-pecuárias à industrialização. Apenas com uma ressalva: é que produção de matérias primas também deve subordinar-se ao escalonamento. Será êrro grave aumentar a produção de algodão enquanto a indústria têxtil não conseguir maior consumo interno ou maior mercado externo para o algodão. *Mutatis mutandi* êsse será o caminho para várias matérias primas como a borracha, as madeiras, as oleaginosas, vários minérios, etc. Estas considerações embora envolvam regras primárias de organização econômica, merecem repetição porque muitas pessoas se manifestam sôbre o aumento da produção como se êle não estivesse condicionado à capacidade de consumo. Certos comentaristas e interessados fazem do aumento de produção um problema de financiamento, outros lançam a culpa sôbre o sistema de impostos internos ou sôbre a rançosa "falta de transportes". Para ilustrar com o exemplo de nossa maior indústria de transformação, é lícito afirmar que se fôsse oferecido à nossa indústria de tecidos de algodão financiamento capaz de duplicar sua produção, os industriais do têxtil não o aceitariam. Poderiam aceitar o financiamento para outros objetivos mas para produzir o duplo aos preços atuais, certamente o recusariam. Isto porque não há no Brasil atual poder aquisitivo para duplicar o atual consumo de tecidos aos preços vigentes, a não ser que o Poder Público se comprometesse a adquirir a produção, como tem feito com o algodão e outros produtos agrícolas, mas ainda não se animou a fazer com produtos industriais.

Os planejadores experimentados conhecem o imperativo do escalonamento ou da divisão dos planos, setor por setor e produto por produto, em fases sempre condicionadas ao consumo e às possibilidades do emprêgo útil dos equipamentos. Êles sempre conservam bem viva a imagem em que se figura a população do país dividida em dois grupos, um de produtores de bens de consumo pessoal, outra de meios de produção. Segundo êsse esquema, um grupo de habitantes produz matérias primas e equipamentos enquanto outro grupo produz gêneros alimentícios, roupa, etc., mas é evidente, todos consomem gêneros alimentícios, roupas, etc. E os meios de produção, pelo menos em parte, devem destinar-se a elevar a produção de bens de consumo pessoal, num "crescendo" de maior produção e maior consumo. Um êrro de cálculo para menos na produção de gêneros alimentícios pode forçar a paralização de máquinas e fábricas a fim

de que seus operários vão engrossar a equipe dos gêneros alimentícios e assim assegurar o consumo. Qualquer êrro na produção ou distribuição das matérias primas, na "ocupação" de maquinário e mão de obra, desorganiza o sistema, desfigura a imagem e leva a equipe técnica de contrôle do plano à desmoralização.

II — DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Na referida distribuição específica do plano geral de produção a grande tarefa seria prever o grupo de produtos, por tipos e qualidades a fabricar num prazo determinado; seria a previsão das quantidades de produção por todo o prazo e por fases anuais (ou menores). Isto importaria em conhecer as necessidades de gêneros alimentícios, de matérias primas, de equipamentos agrícolas e industriais, de combustíveis e energia e dosar as quantidades fase por fase de acôrdo com as necessidades do consumo e emprêgo dêsses produtos, levando em conta a elevação gradual do poder aquisitivo de tôda a nação. Na distribuição geográfica do plano, além dessas tarefas, surgem a da previsão dos locais de produção de cada um dos produtos e do poder aquisitivo de cada região.

Sôbre a distribuição geográfica vale a pena repetir que ela é realizada simultaneamente com a distribuição por espécie. No caso do Brasil tenho a impressão de que essa localização dos empreendimentos será das tarefas técnicas mais árduas para os planejadores. Nos empreendimentos destinados a desenvolver a produção de matérias primas, de gêneros alimentícios e de produtos da indústria de transformação (calçados, tecidos, etc.), cumpre considerar que o aumento da capacidade de consumo de uma região depende do aumento da produtividade pessoal que fôr obtida nessa região e dos lucros e salários que os habitantes da região passem a perceber. Sendo assim, torna-se indispensável incluir no plano geral medidas capazes de elevar não só a produção local como o poder aquisitivo local, de empresários e trabalhadores. O pêso, a que acima me referi da tarefa entregue aos técnicos planejadores, não vai, pois, incidir somente na escolha das produções que devem ser desenvolvidas ou encorajadas em cada região. Será preciso aplicar métodos e processos capazes de dar a cada habitante da região a possibilidade de comprarem e consumirem mais; de comprarem produtos agrícolas e sobretudo industriais não só da região em causa, como das demais. Em outra oportunidade pretendo trazer algumas notas sôbre os métodos e processos próprios para elevar o poder aquisitivo individual de cada habitante. Mesmo porque, no momento, estamos apenas comentando generalidades sôbre o problema da capacidade de consumo.

Sob o aspecto, estritamente geo-econômico, observamos recentemente o govêrno mineiro prever em seu plano estadual a localização de fábricas de cimento em zonas pobres como a zona mineira do Rio São Francisco, ao que parece, tendo por objetivo reduzir os preços locais do cimento e assim aumentar o consumo regional. E não deve causar espanto a localização, pelos futuros planejadores, entre Belém e Manaus, não só de fábricas de cimento como de usinas de açúcar e mesmo fábricas de certos artefatos de metais. Todos sabemos que a redução dos preços pela redução das despesas de transporte é regra primária de organização econômica. Essa regra terá de ser aplicada em larga escala em todo o Brasil na localização da produção de certas matéris primas e na de vários produtos pesados. O carreamento de matérias primas para o litoral do Centro-Sul (São Paulo, Distrito Federal, etc.) continuará por muitos anos com ou sem planejamento geral da economia mas a necessidade de produzir certas mercadorias, inclusive industriais, no interior distante, será um imperativo do aumento do poder de compra local.

A localização, se não no início mas em outras fases da execução do plano, deverá resolver se o fabrico de óleos vegetais será operado na Amazônia e no Nordeste — locais da extração das oleaginosas — ou em outras zonas. Problemas semelhantes surgirão a propósito do pinho do Paraná, da carne do Rio Grande do Sul, do açúcar do Nordeste e de inúmeros outros produtos, inclusive certas matérias primas minerais. Quanto à carne será necessário resolver se, como produto de exportação, deve ter no Rio Grande a região de base; quanto ao pinho e outras madeiras, se continuariam a ser recebidas em bruto pelas pequenas fábricas de móveis espalhadas por todo país, ou se já deveriam sair do Paraná em certo estado de beneficiamento. Todos êsses são pequenos problemas de localização da produção ligados à elevação da capacidade de consumo regional. Veja-se quanto se tem discutido a economia açucareira neste país sem um resultado satisfatório. A economia açucareira talvez seja o setor de nossa economia em que a distribuição geo-econômica das usinas e engenhos tenha sido mais estudada. Mais que os locais próprios para a produção de açúcar, talvez só tenhamos discutido o local para a instalação da usina de aço da Companhia Siderúrgica Nacional, hoje plantada em Volta Redonda.

Não será dentro em breve que poderemos marcar o território nacional com o sinal de presença, às dezenas, de altos fornos de aço. Êsse futuro cartograma da produção brasileira de aço, de resto, não poderá ser traçado

Êste número foi Microfilmado
pela
Companhia Auxiliar de Serviços de Administração
Av. Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Tel: 42-9777
DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM
O OBSERVADOR está habilitado à reprodução em microfilme positivo, de quaisquer dos artigos contidos no mesmo, bastando para isso que os interessados se dirijam à Administração da Revista:
Avenida Graça Aranha, 182 - 8 º andar - Tel: 42-5519

tendo em vista o aumento do consumo local no sentido em que aqui estamos comentando o item "consumo" da planificação. Não se espalham fornos de aço a coque no território nacional com a mesma facilidade com que se localizam granjas leiteiras, plantações de cereais, fábricas de cimento e oficinas mecânicas de reparo. Nem os planejadores podem ter a veleidade de nivelar o poder aquisitivo da população tentando utopicamente uma igualdade que o socialismo e o capitalismo repudiam. Com ou sem plano, ainda continuaremos por alguns anos a "arranhar o litoral" como o dizia de seu tempo o velho cronista. Mesmo porque a questão não é, já agora, de arranhar mais ou arranhar menos o litoral mas de nascerem e conseguirem viver brasileiros em número bastante para arranharem também o Oeste e o Norte. Planos bem elaborados e bem executados podem concorrer para o povoamento dessas regiões mas, como êsse povoamento só pode ser realizado a prazo longo, cumpre-nos provar praticamente que, com os recursos tecnológicos de hoje, as populações ralas também podem atingir um padrão de vida satisfatório. O problema para nós é dos mais vivos porque excetuando São Paulo, Rio Grande do Sul e mais alguns "oásis", o que dista mais de 600 quilômetros do litoral para o oeste pode ser considerado vácuo econômico. Essa medida de 600 quilômetros não se aplica no Norte, onde a população vive nas cidades-entrepostos, como Belém, vegeta nas margens dos rios ou pratica o nomadismo de colheita na produção extrativa. Mas aplica-se a Minas, logo depois de Belo Horizonte, à Bahia já antes do vale do São Francisco, ao Paraná no planalto de Guarapuava depois de Ponta Grossa, a Santa Catarina na região além da ferrovia central, etc.

Por êsses motivos, para o aprofundamento da questão, é perfeitamente admissível juntar aos dois elementos — consumo e poder aquisitivo — dois outros itens auxiliares, o custo da vida e o padrão de vida.

Todos os empreendimentos industriais novos, todo incentivo à produção agrícola, os serviços estatais gratuitos, enfim todo o aumento de produção de mercadorias e serviços previsto no esquema do plano nacional se subordina ao que possa ou deva ocorrer com o custo da vida, o poder aquisitivo, o consumo e o padrão de vida em cada região. Êsses quatro elementos são gêmeos. Até mais que isso, são xifópagos. Todos êles se alimentam, se movem e atuam em função do modo de produzir e distribuir.

Um empreendimento que eleve o custo da vida local reduz o poder aquisitivo, o consumo e o padrão de vida locais. Uma medida que eleve o poder aquisitivo sem a correspondente produção — importação das mercadorias de primeira necessidade, eleva o custo dessas mercadorias, elevando assim o custo da vida na região. Nesse caso a elevação do poder aquisitivo foi apenas monetário e não real. O estudo dos quatro itens, feito pelos planejadores, levará à conclusão de que o plano não pode somente destinar-se a elevar a renda nacional e a produtividade. Êsses dois objetivos considerados isoladamente são utópicos para um desenvolvimento econômico em larga escala. A grande produtividade conduz à grande produção e esta à grande renda nacional. Mas o plano de que cogitamos não se executa no espaço extraterreno. E' um plano de produção, exportação, importação e consumo, realizado para sêres humanos que produzem e consomem. Só será possível elevar consideravelmente a produção para um consumo correspondente com certas sobras para o comércio exterior. E como a elevação do consumo é uma consequência obrigatória da elevação do poder aquisitivo, cumpre elevar êsse poder aquisitivo também em escala regional e pessoal. Se isto não fôr feito, correremos o risco de deixar regiões inteiras — o Amazonas, o Centro-Oeste, etc. — excluídos do plano e de seu benefícios. O aumento do poder de compra local será uma consequência do aumento dos lucros e salários locais, da maior procura de trabalhadores no local, etc. Sem essa elevação da capacidade econômica de consumo, a população regional continuará a consumir quanto consome agora, o que equivalerá na prática a permanecer fora do plano.

E' óbvio que um plano pode ser elaborado e realizado na base do alto desenvolvimento da produção agrícola e industrial dos Estados do litoral do centro mais o Rio Grande do Sul. Isto elevaria a produtividade industrial e agrícola dessas regiões e como a renda nacional é calculada por todo o território da República, teríamos de fato a renda nacional elevada. Mas a aplicação dessa renda se realizaria nas regiões felizes de onde ela proviesse e onde o poder aquisitivo tivesse melhorado. A Amazônia e o Nordeste não passariam a comprar nem um cruzeiro a mais do que estão comprando hoje. Seu consumo seria o atual ou talvez caísse mais em razão do êxodo de suas populações à procura de melhores condições no Sul. Nem se pode admitir que os serviços públicos gratuitos anulassem tal desequilíbrio. Êles têm um limite que bem se observa atualmente na diferença entre o padrão de vida do meio urbano e do meio rural.

LUIZ CAMPOS FILHOS & CIA.

Sucessores de LUIZ CAMPOS

Estabelecidos em 1887

COMISSÕES - AGENTES DE VAPORES - COMISSÁRIOS DE AVARIAS

Matriz: RIO DE JANEIRO
RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 51
Fones: 43-8016 — 43-8215
Telegr. CAMPOS
Caixa Postal, 45

Filial: SANTOS
Praça VISC. MAUA', 26 - 2.º - s/204
Fone: 5.233
Telegr. LUCAFICO
Santos — S. Paulo

E. F. LUIZ CAMPOS
CORRETOR DE NAVIOS
Fones: 43-8016 — 43-8215

Isso mesmo: Carrega mais com menos gastos!

ADMIRE SUAS numerosas inovações! Chassis extra reforçado, melhor aproveitamento do espaço, o poderoso motor de 6 cilindros e válvulas na tampa, com maior rendimento e menor consumo de gasolina e tantas outras características inéditas colocam o Chevrolet na vanguarda dos caminhões de sua classe. Aproveitando-se de sua vasta experiência universal sob tôdas as condições de serviço, Chevrolet é o líder dos aperfeiçoamentos mecânicos. Por isso... Chevrolet é o caminhão que mais se vende — no Brasil e em todo o mundo!

McCann

1º em economia!

Chevrolet

PRODUTO DA GENERAL MOTORS

PARA VENDAS E SERVIÇO PROCURE OS CONCESSIONÁRIOS AUTORIZADOS DA **GENERAL MOTORS DO BRASIL S. A.**

Fabricantes de novas paisagens!

Lance-se sobre uma região erma e vazia a fita pardacenta das estradas bem pavimentadas. Poucos anos depois, a paisagem terá a vida que veio das mãos dos homens de iniciativa — as fazendas, os campos lavrados, as industrias agrícolas — criadas por aqueles que foram levados pelo irresistivel convite perene das boas estradas.

Quando os engenheiros rodoviarios recebem meios para usar asfalto, eles sabem que estão fazendo a semeadura do progresso, que brotará pelas margens dos caminhos que abrirem. Quem quer que deseje aumentar as estradas perenes do seu Estado ou municipio, terá no Departamento de Asfalto da Standard Oil Co. of Brazil um elemento disposto à mais decidida cooperação para solução de todos os problemas técnicos.

Esso

As estradas asfaltadas são as mais econômicas das estradas bem pavimentadas. Auxilie a execução do Plano Rodoviario Nacional!

Trabalhando com Esso, Brasil afora.

★ ★ **STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL** ★ ★

McCann

A VIDA DOS OUTROS

A vida de um pilôto pode depender da vista de Kay Trowell, pois ela é inspetora de instrumentos de aeronáutica saídos de uma fábrica canadense da especialidade.

Na Hora Atômica

Progresso das Pesquisas Industriais

O INTERÊSSE industrial pelas pesquisas no Canadá foi grandemente estimulado pela contribuição e atividade do Conselho Nacional de Pesquisas de Ottawa. Desde o início do Conselho, muitas indústrias canadenses instalaram e mantêm em funcionamento laboratórios bem equipados, cujos operários tiram todo o proveito das facilidades e do pessoal do Conselho no planejamento e realização de pesquisas relacionadas com as suas atividades. Num recente discurso o Dr. C. J. Mackenzie, Presidente do Conselho, acentuou, ao sugerir que pelo menos um por cento sôbre a renda nacional poderia ser empregado vantajosamente na realização de pesquisas, a necessidade de uma expansão ainda maior, tanto para as pesquisas patrocinadas pelo Govêrno, como para aquelas patrocinadas por emprêsas particulares, se quiser o Canadá conservar o seu legítimo lugar entre as nações industriais do mundo. Metade daquela quantia poderia ser gasta pelos governos, mas pelo menos quantia igual deveria ser empregada pela indústria na aplicação da ciência no aproveitamento das matérias primas do Canadá.

Progressos vêm-se observando e as perspectivas são animadoras. O Presidente do Comité do Conselho Privado de Pesquisas Científicas e Industriais, o Sr. C. D. Howe, declarou recentemente que o Canadá está agora produzindo mais de 200 artigos que jamais havia sido produzidos naquele Domínio antes da segunda Guerra Mundial. Acentuou ainda que há poucos produtos manufaturados que não

possam ser feitos no Canadá por preços tão baratos quanto os de qualquer outro país do mundo, considerando-se a existência de um mercado mundial conveniente.

EXTENSÃO DE FACILIDADES

Êsse novo interêsse na possibilidade de se aplicar a ciência aos processos industriais acarretou muitos problemas para o Conselho Nacional de Pesquisas. Para que fôsse enfrentado o programa de expansão, as facilidades tiveram também de ser ampliadas. O pessoal conta atualmente com mais de 2.300 funcionários. Os laboratórios do Conselho incluem o edifício principal em Ottawa, amplos laboratórios para pesquisas aeronáuticas, hidráulicas e arquitetônicas em Montreal Road, nas proximidades de Ottawa, laboratórios de radar fora da cidade e em Scarboro, um pôsto de pesquisas aéreas em Arnprior, e a grande Usina de Energia Atômica em Chalk River. Um Laboratório Regional das Províncias dos Prados acha-se localizado em Saskatoon, e um Laboratório Regional das Marítimas já foi autorizado, devendo ser brevemente construído em Halifax. Além do mais, centenas de projetos financiados pelo Conselho estão sendo levados avante em cooperação com as universidades e outras instituições de pesquisas, onde há pessoal destinado a realizar pesquisas especializadas sôbre questões já aprovadas.

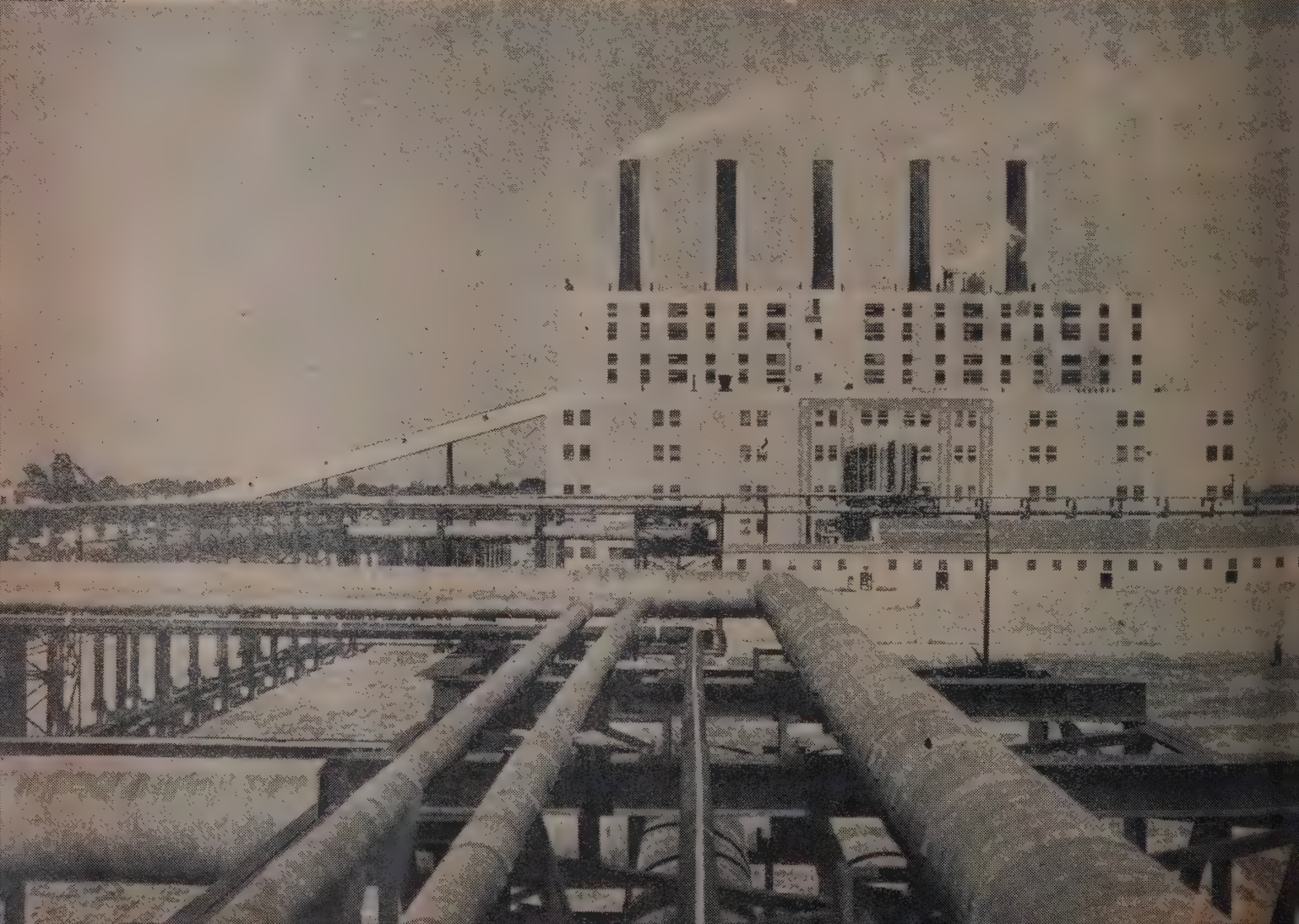
Em fevereiro de 1947 o Conselho Nacional de Pesquisas tornou-se responsável pela inteira direção do Projeto da Energia Atômica em Chalk River. Aí, milhares de técnicos especializados, metade dos quais composta de cientistas e muitos de reputação mundial no campo das pesquisas nucleares, estão trabalhando numa velocidade máxima com o fim de produzir materiais radioativos destinados a inúmeros usos no terreno das pesquisas médicas e industriais, e na busca de conhecimentos mais modernos, de importância fundamental para o progresso da ciência. Resultados práticos já foram alcançados. Foram publicados, em dezembro de 1947, documentos apresentados por ocasião de uma conferência sôbre química nuclear realizada na Universidade McMaster. Êsses documentos revelam tanto quanto possível da química da série actínica de elementos, bem como das técnicas empregadas nas operações da energia atômica pelo uso de isotopos radioativos nas pesquisas, particularmente no campo da biologia e da química. Aumenta também cada vez mais a aplicação de eletrônicos aos controladores Geiger e indicadores de radiação semelhantes. A Usina de Energia Atômica está agora em situação de fornecer isotopos radioativos produzidos no reator NRX em Chalk River.

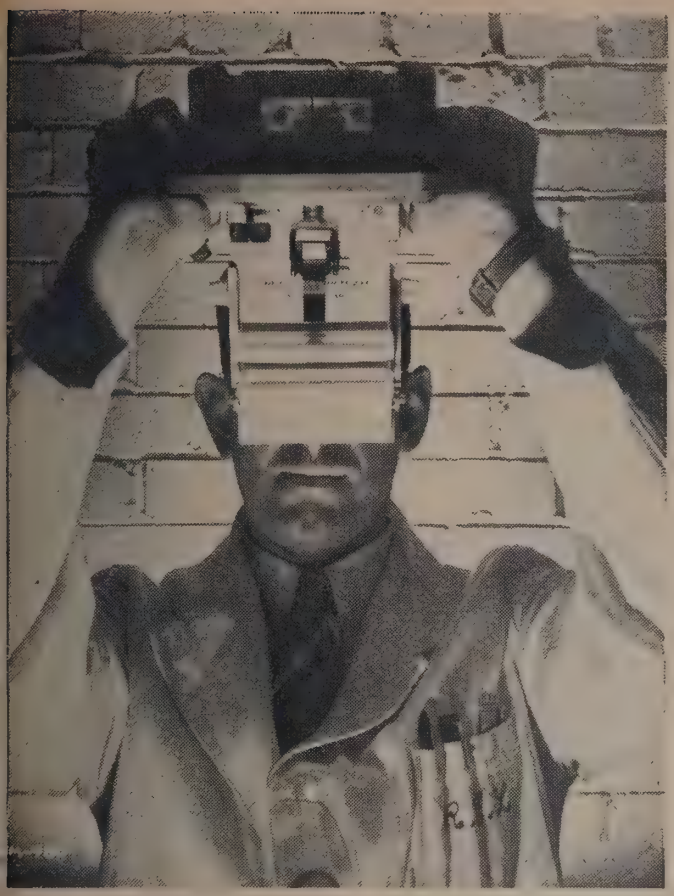
IMPORTANTE DESCOBERTA ACABA DE SER FEITA

Êsse novo instrumento oferece aos cientistas muitas vantagens para o estudo da fisiologia vegetal e animal, bem como para as aplicações médicas no tratamento das enfermidades humanas e animais. Uma importante descoberta foi feita no decorrer do ano passado pelo Dr. J. W. T. Spinks,

A NOVA INDÚSTRIA

Esta é a grande fábrica de borracha sintética do govêrno canadense, a Polymer Rubber Corporation, de Sarnia, Ontário.





PERISCÓPIO

De dentro do "tank" assim é que se vê o mundo.

VIDRO ÓTICO

Os minerais estratégicos outra vez em cena.

atualmente na Universidade de Saskatchewan, mas outrora membro do pessoal da Usina de Energia Atômica, ao chegar êle à conclusão de que o adubo fosfatado acrescentado ao solo durante o período da sementeira constitui oitenta por cento do fosfato absorvido pelo trigo na primeira fase de seu crescimento. Provou também o Dr. Spinks que as plantas adubadas durante o período da sementeira absorvem mais tarde uma percentagem de alimentos vegetais do solo circundante, superior à absorvida por outras plantas não adubadas e que cresceram no mesmo solo. Êsses resultados foram obtidos por meio do uso de fósforo radioativo, o qual serviu como instrumento e pôde ser fotografado simplesmente com a planta posta em contato com uma chapa fotográfica. Centenas de outras descobertas semelhantes seguir-se-ão provavelmente ao uso de materiais radioativos.

O Serviço de Informações Técnicas do Conselho está prestando à indústria um importante serviço. Esta organização foi estabelecida no Ministério de Reconstruções e Fornecimentos com a finalidade de chamar a atenção da indústria canadense para os importantes progressos científicos obtidos nos processos manufatureiros e nos usos de materiais novos. As indústrias menores, sobretudo, acharam o Serviço de Informações Técnicas de grande utilidade. Êsse trabalho, que agora está sendo empreendido sob a direção do Conselho Nacional de Pesquisas, sem ônus para o consulente, tem-se intensificado consideravelmente no decorrer dêstes últimos meses, Um dos fatôres que mais têm concorrido para essa intensificação é o fato de muitas das consultas sôbre problemas novos virem de pessoas que se utilizaram, em meses passados, do Serviço de Informações Técnicas, e consideraram de notável valia os dados fornecidos.

No terreno da química alimentar, muita coisa se tem feito de interêsse para a indústria. Prossegue o trabalho da congelação de carnes, preparação de ovos líquidos e secos, e produtos lácteos. Ficou igualmente provado que as propriedades de panificação das farinhas de açúcar e ovos melhoram à medida que as dimensões do tubo vão diminuindo dentro dos limites práticos. A máquina almã Fritz para fabricação de manteiga foi consideràvelmente aperfeiçoada para se poder adaptar às necessidades canadenses. As experiências com o sôro de leite sêco como elemento na preparação de pães-de-ló deram resultados animadores para a indústria de panificação.

Novas misturas frigoríficas foram adotadas nos carro frigoríficos das estradas de ferro. Dois embarques de peixe congelado, feitos a título de experiência de Vancouver para o Canadá oriental e nos quais foram usadas as novas misturas, deram resultados satisfatórios.

AMPLIAM-SE OS ESTUDOS DA FERMENTAÇÃO

Foram ampliados os estudos sôbre a fermentação e que anteriormente produziam butanedion de trigo do tipo baixo para uso como solução anticongelativa e material básico de inúmeros produtos químicos orgânicos. Melhorou consideravelmente a fermentação do melaço de beterraba para produção da glicerina. De diversas fibras cereais, tem-se produzido papel tipos cristal e pergaminho. Um elemento secante par a preparação do glúten está originando um produto de primeira qualidade.

No que diz respeito ao radar e aos eletrônicos, importantes têm sido as contribuições. No terreno do contrôle de portos, a instalação original fôra feita na "Naval Signal Station", localizada em Camperdown, Nova Escócia, dando sôbre a entrada do Pôrto de Halifax. Posteriormente, foi acrescentado um dispositivo de nove polegadas, dotado de uma segunda antena. Estão sendo estudados novos processos para o uso do radar na identificação e orientação de navios que entram no pôrto, sem serem equipados com radar. O equipamento de radar da Marinha Mercante concede auxílio à navegação em águas restritas e serve para fornecer avisos contra possíveis colisões. Um pequeno aparelho radar, de preço módico, transportável em navios, foi idealizado para uso da navegação mercante. As experiências feitas recentemente provaram que é possível a navegação cega na entrada do pôrto de Toronto, bem como a identificação de todos os cais dentro do pôrto. Os navegantes dos lagos demonstraram vivo interêsse pelo navio a motor "Radel", especialmente equipado, durante suas operações no Lago Ontário, no último verão, na altura da "Scarboro Field Station". Numerosas demonstrações da utilidade do radar foram efetuadas para os proprietários de navios e navegantes.

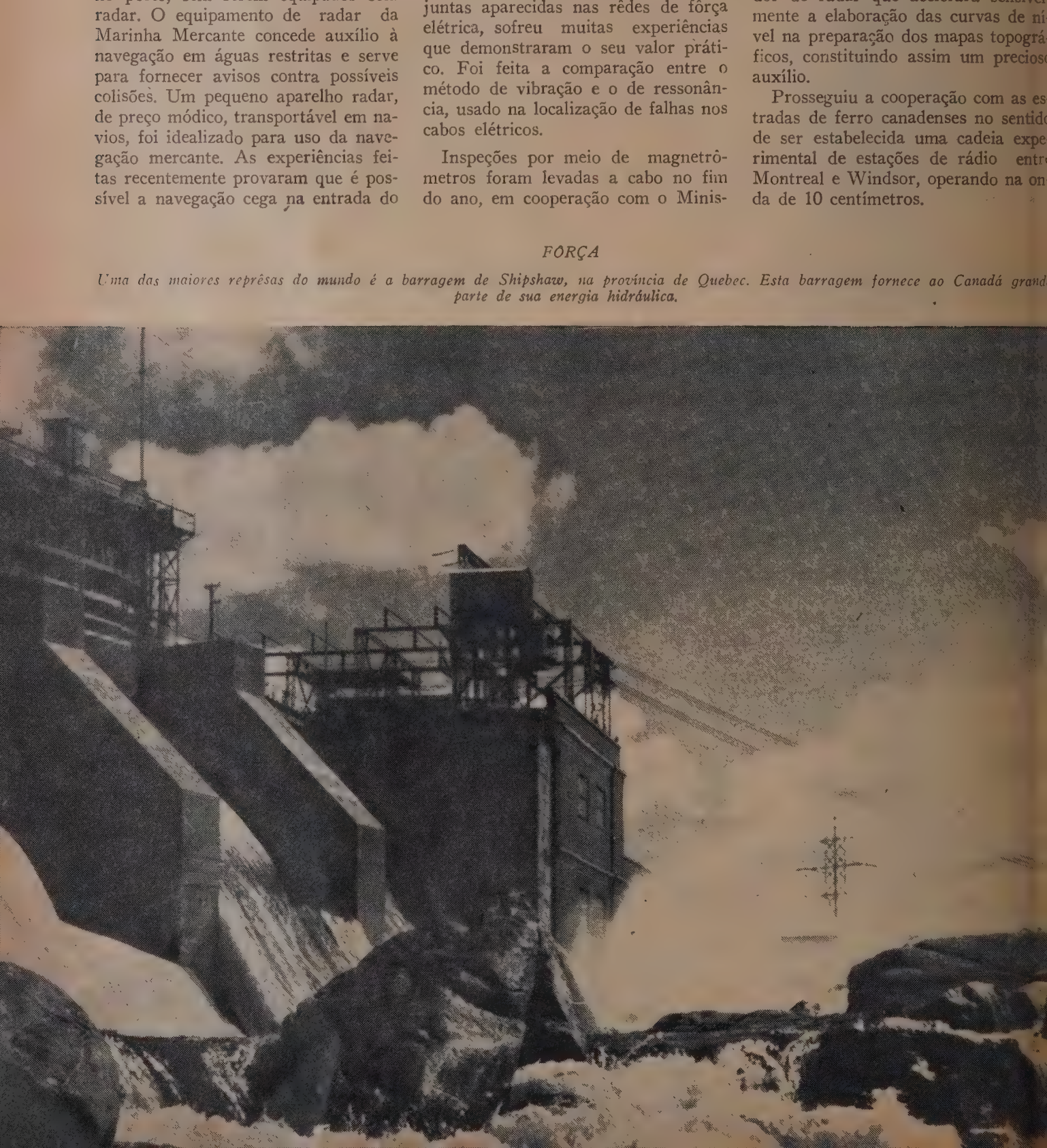
Um instrumento eletrônico de leitura direta destinado a localizar as juntas aparecidas nas rêdes de fôrça elétrica, sofreu muitas experiências que demonstraram o seu valor prático. Foi feita a comparação entre o método de vibração e o de ressonância, usado na localização de falhas nos cabos elétricos.

Inspeções por meio de magnetrômetros foram levadas a cabo no fim do ano, em cooperação com o Ministério das Minas e Recursos, e com o auxílio da Real Fôrça Aérea Canadense. O magnetrômetro, arrastado por um cabo atrás de um Avião Anson, registra as mudanças verificadas no campo magnético da terra, à medida que o avião vai passando sôbre a zona a ser examinada. Os resultados automaticamente registrados no avião fornecem dados para a elaboração de perfeitos mapas topográficos e indicam a localização de depósitos de minerais. Foi produzido um altimetro registrador de radar que acelerará sensivelmente a elaboração das curvas de nível na preparação dos mapas topográficos, constituindo assim um precioso auxílio.

Prosseguiu a cooperação com as estradas de ferro canadenses no sentido de ser estabelecida uma cadeia experimental de estações de rádio entre Montreal e Windsor, operando na onda de 10 centímetros.

FÔRÇA

Uma das maiores represas do mundo é a barragem de Shipshaw, na província de Quebec. Esta barragem fornece ao Canadá grande parte de sua energia hidráulica.



Um novo tipo de acelerador eletrônico, conhecido pelo nome de "microton" e que será de utilidade nas pesquisas básicas da física nuclear, acha-se em elaboração.

Um gerador Van de Graaff, de cinco milhões de volts, está sendo construído para Usina de Energia Atômica, já estando quase terminado para a Divisão de Química uma unidade melhor, capaz de gerar de 500.000 a 1.000.000 de volts.

Foi planejada e construída uma câmera cinematográfica de alta velocidade, capaz de trabalhar numa média de 200.000 figuras por segundo. Com semelhante aparelho, informações exatas poderão ser obtidas sôbre os detalhes de processos e operações industriais que até aqui eram demasiadamente rápidos para o ôlho humano poder vê-los e analisá-los.

Há ainda outros instrumentos atualmente em preparação, como a máquina para utilizar o eco em sondagens nos projetos geofísicos, que parecem animadores e serão submetidos a intensas experiências.

ACÚSTICA ARQUITETURAL

Os estudos de acústica arquitetural incluem uma série de provas de absorção comercial do som. Foram realizados trabalhos sôbre filtros acústicos para uso na chamada câmara livre de eco. Esta câmara, com cêrca de oito pés em cada dimensão, é dotada de material de absorção acústica especial em tôdas as superfícies, e será usada nos testes das qualidades produtoras de acústica de instrumentos e aparelhos.

Um novo termostato está sendo preparado para uso em carros refrigeradores das estradas de ferro. Foi obtida a sensibilidade de 1.3 graus Fahreneit, mas o trabalho terá de ser continuado até poder ser adaptado ao uso comercial.

Após as investigações sôbre os painéis irradiadores de calor, realizadas durante o inverno passado nas duas casas de prova construídas para êsse fim, um programa de verão de painéis climatizadores foi empreendido e pôsto em execução durante os meses de julho e agôsto. Observações foram feitas sôbre a formação da condensação na superfície do teto, e um estudo especial serviu para determinar a distribuição da temperatura através do mesmo. Foram tomadas anotações relativamente à unidade verificada dentro e fora do edifício no curso das experiências. O objetivo dêsse projeto é fornecer dados básicos sôbre o problema prático do aquecimento e ventilação das casas.

BRASILEIROS E MAQUINA

Recentemente estiveram no Canadá estudantes brasileiros, da Escola de Engenharia. Na foto, um dêles manejando uma gigantesca máquina perfuratriz.

Os problemas de lubrificação são de primeira importância para a indústria. Uma das aplicações do mais alto interêsse econômico é a lubrificação dos mancais de vagões de estradas de ferro. E' um problema bastante difícil encontrar-se um único lubrificante que possa ser empregado durante o ano inteiro, seja qual fôr a temperatura. Outro ponto importante é que o lubrificante, para poder ser aceito, deverá ser eficiente dentro de qualquer velocidade usada além de 120 milhas por hora. Em terceiro lugar, o produto, por ser empregado em grandes quantidades, deverá custar barato. O trabalho está sendo levado avante.

Foi realizado um trabalho de pesquisa em cooperação com a "Noranda Mines Limited", cujo objetivo foi o desenvolvimento da calcinação da pirite para recuperação do enxôfre elementar. Tudo faz crer que êsse processo poderá ser aproveitado para fins comerciais dentro de um futuro próximo. Está sendo empreendido um estudo sôbre a redução direta do sulfureto de ferro, do qual, estão sendo extraídas no Canadá grande quantidade de toneladas, tanto para a recuperação do ouro como do metal básico.

PREVENTIVOS CONTRA A CHUVA NOS AVIÕES

O preventivo contra chuva em pára-brisas de aviões, preparado nos la-

boratórios do Conselho, está tendo ampla aceitação e sua produção comercial começará, provavelmente, dentro de pouco tempo. Está sendo investigada a ação de sistemas que impeçam os efeitos da água e do gêlo. Já teve início o estudo de um novo projeto sôbre o estudo de corrosão em temperaturas elevadas.

O laboratório de pesquisas têxteis concedeu agora facilidades especiais para que os membros do "Canadian Institute of Lauderers and Cleaners" sejam dotados de um serviço técnico destinado principalmente ao contrôle da eficiência dos métodos de lavagem e limpeza das lavandarias comerciais.

O laobratório da borracha empreendeu uma investigação baseada na correlação dos testes de desgaste com os testes de pneumáticos nas estradas. Numerosas experiências foram feitas com cêrca de quarenta amostras de borracha de composições diferentes, em graus de temperatura vários, a fim de serem determinadas as suas propriedades de fricção. Os resultados deverão fornecer preciosas informações com relação à maneira pela qual os pneumáticos deslizam ou aderem nas estradas cobertas de gêlo.

Levou-se também avante o estudo da química de certos ácidos gordurosos presentes nos secantes, com a finalidade de aumentar a sua utilidade nas tintas ou de produzir óleos secantes de materiais mais fáceis de encontrar. Continua igualmente uma investigação sôbre a correlação da ação de plasticidade e as propriedades físicas de vários produtos químicos, pelo uso do dispositivo de prensagem superficial Paddington.

DETERMINAÇÃO DO ÓXIDO DE CARBONO

Foi feito um novo catalisador, muito tôsco, destinado à determinação do óxido de carbono pela oxidação direta. Foi planejado um registrador contínuo de óxido de carbono, usando êsse catalisador, e as primeiras experiências fazem crer que o instrumento constituirá um decisivo progresso, comparado, com o que é atualmente utilizado.

Nas proximidades do fim do ano, representantes da indústria de construção naval do Canadá fizeram uma visita oficial aos laboratórios, a fim de verificar as facilidades do Conselho postas a serviço do aperfeiçoamento da indústria de construção naval. O Conselho Nacional de Pesquisas tem duas bacias de ensaio dotadas de completo equipamento para trabalho em flutuadores de hidro-aviões, cascos de navios, etc. Segundo as experiências feitas, a fôrça exigida para impelir o casco de um navio a qualquer velocidade, ou à velocidade que possa ser obtida de acôrdo com uma certa instalação mecânica, pode ser calculada com exatidão.

Grande parte do trabalho realizado na seção de aeronáutica é consagrada às experiências de túneis aerodinâmicos dos projetos de novos aviões para firmas canadenses. No Pôsto de Pesquisas Aéreas em Arnprior, em cooperação com a Real Fôrça Aérea Canadense, mais de 250 horas de vôo foram realizadas durante o ano, com pesquisas de projetos. Em uma experiência, foi instalado um "waks-rake" atrás de palhetas Friser de diversos contornos num avião Harvard, e foi medido por meio do emprêgo de um observador automático o revestimento da extremidade do bordo de fuga sôbre uma faixa de ângulos de incidência do aileron.

Com um aviãO de experiência dotado de equipamento especial, o laboratório de baixa temperatura prosseguiu nas investigações com relação à formação do gêlo nos aviões e nos aparelhos de degêlo electro-térmico para asas e hélices, assim como no estudo das condições meteorológicas associadas ao gêlo.

INVESTIGAÇÃO SÔBRE A NEVE

Em cooperação com o Serviço Meteorológico do Ministério dos Transportes, foi iniciada uma investigação relativa à formação da neve a fim de serem obtidos dados sôbre os tipos e condições da neve encontrada em diferentes pontos do Canadá, a fim de produzir um equipamento para remoção da neve e permitir o estudo de outros assuntos, como, por exemplo, os aviões "skis", ligados ao transporte de inverno.

Os planadores sem cauda foram modificados a fim de poderem ser ligados às carlingas dos tipos de combate, sendo feitas novas experiências no túnel aerodinâmico. As provas aéreas em Edmonton foram interrompidas prematuramente, em consequência de um acidente no planador.

Prosseguiram os trabalhos de aperfeiçoamento de combustíveis e lubrificantes para uso em temperatura baixa, incluindo as observações sôbre o emprêgo de combustíveis e lubrificantes na baixa temperatura de Churchill, bem como o estudo dos proble-

mas de lubrificação para as Fôrças Armadas em idênticas condições.

Em cooperação com o Ministério da Defesa Nacional, foram feitas esperiências para determinar o limite de enxôfre que pode ser tolerado na gasolina sem efeitos nocivos nos veículos a motor. Isto tornou-se um problema, dada a elevada percentagem de enxôfre que acusam os atuais óleos crus.

COMBUSTÍVEIS NOS APARELHOS DE JATO

Tiveram início as pesquisas com relação a combustíveis nos aparelhos a jato. Foi também iniciada uma extensa experiência teórica sôbre a congelação nas turbinas.

O fornecimento de equipamento estático para as provas de "full-scale" da aparelhagem dos aviões foram iniciadas durante o ano, já se achando quase terminadas.

Continuaram os estudos sôbre vibração das asas, revestimentos reforçados, reforços nos trens de aterragem em skis, e "frostheses".

Foram feitas experiências sôbre a resistência e direção de modelos de navios a fim de serem determinadas as características dos flutuadores dos aviões, sendo também levadas avante as experiências sôbre o modêlo Fraser River.

Com perigo de incêndio no laboratório, aproximadamente 140 dispositivos de óleos combustíveis foram examinados e experimentados para a "Canadian Standards Association".

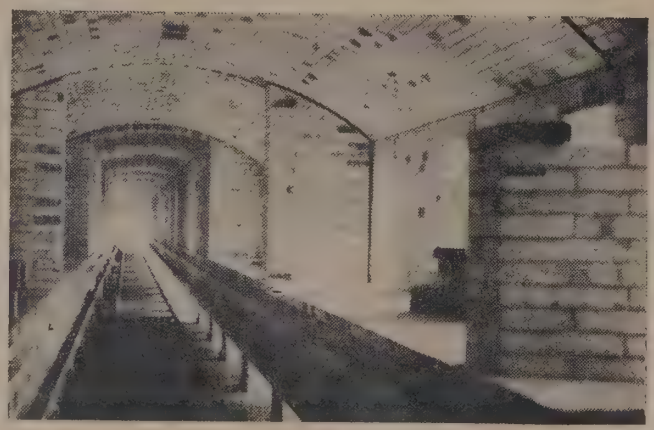
A nova Divisão de Pesquisas Arquiteturais prevê a integração do trabalho nesse importante terreno, e serve de órgão consultivo para a "Central Mortgage and ousing Corporation" em tôdas as atividades técnicas. Estão sendo compiladas informações sôbre a técnica da construção, considerada uma questão de utilidade pública, e projetos de pesquisas serão realizados em todo o Canadá sempre que possível, em combinação com as universidades e agências de pesquisas já existentes.

CONCESSÃO DE AJUDA DE CUSTAS

Mais de 236.000 dólares foram concedidos pela Divisão de Pesquisas Médicas a título de ajuda de custas, havendo sido feitas 33 indicações para bôlsas de estudo sôbre pesquisas médicas. Todo o programa da Divisão, nesse setor, é levado a efeito nas escolas de medicina e nos hospitais canadenses.

O Conselho Nacional de Pesquisas procura por todos os meios que a sua obra se revista de maior valor prático para as indústrias canadenses, e para tal, recebe com grande satisfação pedidos de conselhos técnicos sôbre processos e sistemas.

Os problemas sugeridos ao Conselho e que sejam considerados de interêsse nacional, podem ser inteiramente estudados por conta do Conselho. Em outros casos, quando uma companhia tem interêsse particular num projeto, pode-se fazer um acôrdo que satisfaça ambas as partes, segundo o qual as despesas das pesquisas são divididas entre a companhia e o Conselho. Em casos excepcionais, principalmente quando as facilidades para uma determinada investigação não se encontram em nenhuma outra parte no Canadá, o Conselho pode empreender uma certa pesquisa específica para uma indústria, mediante certo pagamento, caso em que os resultados ficam de propriedade da companhia que pediu a informação. Depreende-se daí que todos os problemas apresentados ao Conselho são considerados pelo seu mérito real e tratados da forma que pareça mais eficiente e mais prática.



FORNOS TUNEL "ALLIED", FORNOS PERIÓDICOS, SECADORES E INSTALAÇÕES PARA INDÚSTRIAS CERÂMICAS

★

MAÇARICOS, VENTILADORES, BOMBAS E INSTALAÇÕES COMPLETAS PARA QUEIMA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL

★

Os conhecimentos da nossa seção técnica são o resultado da larga experiência adquirida por Ferro Enamel Corporation, E.U.A. no mundo inteiro.

★

FERRO ENAMEL S. A.

Rua Marconi, 23 - Caixa Postal 2948 - SÃO PAULO BRASIL

1818 H STREET N. W.. WASHINGTON 25. D. C.

A ÊSTE endereço chegam solicitações de empréstimos procedentes de quase meia centena de países membros do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, emitidas por governos ou entidades privadas. Neste edifício, sito no 1818 *H Street, N. W., em Washington* 25, *D. C., Estados Unidos da América do Norte, tôdas elas são cuidadosamente examinadas e, se, inicialmente, se enquadram no programa, estão conforme as finalidades do órgão e instruídas por projetos econômicamente viáveis, técnicos saem dali com destino ao país ou à região onde deverá ser feito o investimento, examinam os planos econômicos e financeiros que instruem a petição, verificando a possibilidade de reembôlso e o seu futuro, consultam a entidade garantidora da operação, que deve ser o govêrno do país onde deva ser aplicado o dinheiro, ou então um estabelecimento bancário ou agência oficial do mesmo; e, somente depois de cumprida uma longa investigação, é dada a resposta: sim ou não. Confessam os diretores do BIRF que há uma certa impaciência em tôrno do lento crescimento de sua lista de credores e dizem que apenas uma pequena parte do seu capital pode no momento ser aplicada em empréstimos. Mas, em compensação, está o Banco autorizado a promover o investimento de fundos de entidades capitalistas particulares, obtidos mediante a emissão de bônus que são lançados através da maior rêde de corretores de fundos públicos, cotados e negociados também nas Bolsas mais importantes do mundo. Em verdade é muito pouco o que se tem divulgado a respeito do BIRF. A recente visita que nos fêz o seu presidente, John Jay McCloy, advogado, industrial e ex-Secretário Assistente da Guerra dos Estados Unidos, abriu uma excelente e oportuna ocasião para que se realize uma difusão mais ampla em tôrno de suas origens e finalidades. E' isto o que pretendemos fazer aqui.*

BIRF

QUARENTA e quatro nações, representadas na Conferência Monetária e Financeira de Bretton Woods, em julho de 1944, conceberam estabelecer duas grandes instituições de cooperação, cuja finalidade seria promover a liberdade e estabilidade cambiais e restaurar o fluxo de investimento de capitais no âmbito internacional: o Fundo Monetário e o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento. O primeiro tem por objeto, além da estabilização dos câmbios, acelerar a eliminação de obstáculos artificiais aos pagamentos internacionais e facilitar ajuda a curto prazo a seus associados, em forma de moeda estrangeira, desde que lhe seja solicitada, para fazer frente a um desequilíbrio momentâneo de suas balanças de pagamento. Ao segundo compete promover o movimento internacional de capitais de inversão, complementando-os, quando necessário, na medida de seus recursos, a fim de reconstruir as economias desorganizadas pela guerra e fomentar as economias pouco desenvolvidas.

Agindo em campos diversos, sem que haja propriamente uma subordinação entre ambos, somente os associados do Fundo podem ser membros do banco. À parte desta relação concreta é fato que as atividades do Banco e do Fundo se complementam de fato, já que a promoção de emprêsas produtivas num país é dos elementos que mais contribuem para a criação de uma moeda estável, o que, por sua vez, gera um comércio internacional são, de cujos resultados se fará uso eventualmente para a amortização dos empréstimos do Banco.

E' do Banco Internacional de Recuperação e Fomento — o BIRF — que vamos tratar, valendo-nos do ensejo oferecido pela recente visita, ao Brasil, do seu presidente, John Jay McCloy.

Com suas origens assentadas no Convênio Constitutivo formulado em Bretton Woods pelas Nações Unidas, foi o Banco fundado em 27 de dezembro de 1945, quando vinte e oito dos quarenta e quatro governos ali re-

o Internacional de Reconstrução e Fomento

presentados subscreveram aquêle documento. Em março de 1946 verificou-se em Savannah, nos Estados Unidos, a primeira reunião de sua Junta de Governadores, elegendo nesta oportunidade o primeiro Conselho de Diretores Executivos, vindo o Banco a iniciar operações, oficialmente, em Washington, a 25 de julho de 1946.

Até o presente concedeu cinco empréstimos, a saber: Crédit National (França) 250 milhões de dólares; Holanda, 195 milhões; Dinamarca, 40 milhões; Grã Ducado de Luxemburgo, 12 milhões; Chile, 16 milhões, perfazendo, tudo, um total de 513 milhões de dólares. No momento, segundo declaração de altos funcionários do BIRF à United Press, a única solicitação de empréstimo pendente de decisão é o da Light and Power, do Brasil, no valor de 90 milhões de dólares, e que foi considerada favoravelmente mas que não poderá ser efetivada enquanto o Congresso Nacional não aprove o projeto de lei ora em curso na Câmara dos Deputados, pelo qual fica o Poder Executivo autorizado a garantir a operação.

Segundo o estatuído no seu Convênio Constitutivo os recursos e serviços do BIRF devem ser utilizados exclusivamente em benefício dos associados, podendo transacionar diretamente com qualquer um dêles, ou com qualquer subdivisão política dos mesmos e, ainda, com qualquer emprêsa comercial, industrial e agrícola situada nos territórios de um associado.

Dentros destas limitações, pode o Banco garantir ou fazer empréstimos desde que sejam satisfeitas condições assim resumidas:

a) Quando o associado em cujo território se realize o projeto de inversão não seja êle próprio o tomador, dito associado ou seu banco central ou algum órgão a êle comparável e que o BIRF julgue aceitável, garantirão plenamente o pagamento do principal, juros e outros encargos decorrentes do contrato;

b) Que o Banco constate, dadas as condições que prevaleçam no mercado, que o tomador não poderá, de nenhuma outra forma, obter um empréstimo em condições que a juízo do Banco lhe sejam razoáveis;

c) Que um comité competente, composto por um técnico nomeado pelo governador que represente o país em cujo território se realize o projeto de inversão e de um ou mais membros do pessoal técnico do Banco, depois de haver estudado o projeto, emita parecer que o recomende;

d) Que a juízo do Banco a taxa de juros e outros encargos sejam razoá-

John Jay McCloy, presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, ex-Secretário Assistente da Guerra, advogado e industrial, assumiu o alto pôsto a 17 de março de 1947. Nasceu em Filadélfia a 31 de março de 1895. Em 1916 recebeu seu diploma de Bacharel em Arte, "Cum Laude", no Colégio Amherst, em Massachussetts. Estêve na 1.ª guerra mundial e depois bacharelou-se em Direito na Universidade de Harvard. Exerceu a advocacia tanto em Nova York como em Paris. E' membro do Partido Republicano.

veis e a taxa, encargos e esquema de amortização do principal sejam adequados ao projeto;

e) Ao fazer ou garantir um empréstimo o Banco terá em conta a perspectiva de que o tomador, ou, se o tomador não fôr associado, o fiador, esteja em condições de cumprir as obrigações que contrai ao aceitar o empréstimo; e o Banco atuará de forma prudente em benefício tanto do associado em cujo território se realize o projeto de inversão, como dos associados em geral;

f) Que, ao garantir um empréstimo feito por outros investidores, o Banco obtenha compensação adequada pelo risco que corra;

g) Os empréstimos feitos ou garantidos pelo Banco se destinarão, salvo em circunstâncias especiais, a projetos concretos de reconstrução ou de fomento.

No que respeita à utilização dos empréstimos que garanta, faça, ou dos quais participe, o Banco não impõe condição alguma que obrigue o uso do produto da operação no território de um ou mais diterminados países associados; em compensação, tomará medidas capazes de garantir que o empréstimo seja utilizado apenas nos fins a que foi outorgado e dará a atenção que corresponda às considerações de economia e eficiência de cada caso, não tendo em conta nenhuma influência ou consideração política ou não econômica. No caso dos empréstimos que conceda, abrirá uma conta em nome do tomador, na qual lhe será abonada a importância da operação, na moeda ou moedas em que o mesmo tenha sido feito. Autorizará o tomador a girar sôbre esta conta apenas para fazer frente a gastos relacionados com o projeto.

FINALIDADES DO B I R F

E', o Banco Internacional, um órgão de caráter cooperativo, reunindo, no momento, 46 membros, conforme pode o leitor verificar no quadro que completa estas notas; dos 44 países representados em Bretton Woods, quatro não confirmaram em tempo a sua adesão, ficando dessa maneira excluídos: Nova Zelândia, União Soviética, Haiti e Libéria. Em compensação, foram admitidos seis novos membros, posteriormente: Dinamarca, por ocasião da reunião inaugural do Conselho de Presidentes do Banco, em março de 1946; Itália, Turquia, Líbia, Síria e Finlândia foram admitidos desde então.

90 MILHÕES PARA A LIGHT

QUANDO, em 1947, o Sr. John Jay McCloy assumiu a presidência do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, disse em entrevista que "os empréstimos, somente, não poderão conseguir tudo que deve ser feito, mas algum capital ativo, empregado produtivamente, poderá auxiliar e muito". O seu raciocínio pode ser ampliado da seguinte forma: para que se consiga o empréstimo é necessário primeiro que haja um plano de aplicação, depois, que êste plano ofereça condições de exequibilidade, terceiro, que êle seja realmente econômico. Enquadrado isto no espírito do Banco, acrescente-se um quarto ponto: que esteja enquadrado nas concepções de "reconstrução" ou "fomento". A Light, para a realização das importantes obras planejadas e já iniciadas no vale do Paraíba, solicitou ao Banco Internacional de Reconstrução e Fomento um empréstimo de 90 milhões de dólares; o projeto foi encontrado O. K. mas, como a Light é uma emprêsa privada, deve a operação ser completada com uma garantia. Esta, inicialmente, pensou-se que poderia ser dada pelo Banco do Brasil; mas, como o nosso maior instituto bancário é uma sociedade de economia mista, o seu aval não foi julgado suficiente, de vez que, em face dos regulamentos do BIRF, a garantia deve ser dada pelo govêrno do país em que se faça o investimento, seu Banco Central ou repartição equivalente. O Banco do Brasil não é banco central, nem tampouco um equivalente seu. Nestas condições, a garantia deverá ser dada pelo próprio govêrno que, para tanto, mandou ao Congresso um ante-projeto de lei que o autorize. Êste ante-projeto segue o seu curso pelas comissões da Câmara dos Deputados e, como seria de esperar, há opositores. Nisto, aliás, não há nada demais, é função do próprio regime permitir e garantir a livre expressão do pensamento. A maioria dirá o resultado definitivo e a minoria, seja ela a favor ou contra o projeto, democràticamente se conformará com a derrota. O que não se deve ocultar é a importância das obras projetadas e já em curso, que permitirão o aumento considerável da produção de energia elétrica, precisamente na área do território nacional onde se processa o maior desenvolvimento da produção e dos transportes. Precisamos de mais fábricas, mais trens elétricos, mais bondes, mais telefones, mais aparelhos científicos e domésticos que funcionam com energia elétrica. Se não aumentarmos a capacidade de nossas usinas, iremos estrangular o surto de progresso, sacrificar a nossa economia, comprimir a nossa riqueza. O Sr. McCloy disse aos jornais cariocas: "... nos interessamos pelo negócio por se tratar de uma questão de ajuda ao aumento das disponibilidades brasileiras em energia hidro-elétrica, o que está inteiramente dentro das finalidades do Banco".

Conforme seu Convênio Constitutivo, são as seguintes as suas finalidades:

1) Ajudar à reconstrução e fomento dos territórios dos países associados, facilitando a inversão de capital para fins produtivos, incluída a restauração das economias que a guerra haja destruído ou transtornado, a reconversão do equipamento de produção a necessidade de paz e o estímulo ao desenvolvimento dos recursos e facilidades produtivas dos países menos desenvolvidos;

2) Promover a inversão privada no estrangeiro, por meio de garantias ou participando em empréstimos e outras inversões feitas por grupos privados; e, quando o capital privado não possa ser obtido em condições razoáveis, complementá-lo facilitando, em condições adequadas, fundos para fins produtivos, obtidos de seu próprio capital, de fundos que consiga de outros recursos;

3) Promover o crescimento equilibrado de largo alcance do comércio internacional e a manutenção do equilíbrio das balanças de pagamentos fomentando as inversões internacionais para o desenvolvimento dos recursos produtivos dos associados, coadjuvando assim para aumentar-lhes a produtividade, o nível de vida e as condições de trabalho;

4) Coordenar os empréstimos por êle feitos ou garantidos com os empréstimos internacionais feitos através de outros meios, de maneira que recebam a primeira atenção os projetos mais úteis e urgentes, grandes da mesma forma que pequenos;

5) Conduzir suas operações tendo em conta, devidamente, o efeito que exerçam as inversões internacionais na situação econômica dos territórios dos países associados e, nos anos imediatos do após-guerra, ajudar a efetuar uma transição fácil da economia de guerra para a de paz.

O CAPITAL DO BANCO

O capital autorizado do Banco é de dez bilhões de dólares, dividido em 100.000 ações de valor nominal de US $100.000 cada. A soma total do capital subscrito é de ..... US $8.263.100.000. A participação dos membros fundadores foi fixada em Bretton Woods; a da Dinamarca foi estabelecida pelo Conselho de Presidentes e a dos novos membros são fixadas de acôrdo com os mesmos, no momento de sua admissão.

Dispondo de mais de oito bilhões de dólares de capital subscrito, por que razão até o momento firmou contratos que superam de pouco a metade de um bilhão, quando é sabido que são grandes as necessidades de muitos dos associados e que muitos dêles, a maioria, têm procurado se valer do direito assegurado no Convênio Constitutivo? Esta pergunta, tão frequente sempre que se discute a posição do Banco, está respondida integralmente na análise que transcrevemos a seguir, dividida em três itens:

1.º) — Dois por cento do capital subscrito pode ser pago em ouro ou dólares americanos. Foi exigido dos membros fundadores que efetuassem êsse pagamento até o dia 24 de agôsto de 1946. Os admitidos posteriormente são obrigados a pagar êsses 2% no instante em que assinam os Estatutos. Um fundador que tenha tido o seu território invadido durante a guerra tem direito, de acôrdo com os Estatutos, de adiar por 5 anos o pagamento de metade dêsses 2%. Seis membros (China, Tcheco-Eslováquia, Dinamarca, Grécia, Polônia e Iugo-Eslávia) se encontram no gôzo dêsse privilégio e a soma dêsse pagamento foi adiada elevando-se a ..... US $4.915.000. A soma total dos 2% pagos em ouro ou dólares eleva-se a US $160.347.00. Esta quantia está livre para pronta utilização pelo Banco em suas operações.

2.º) 18% do capital subscrito estão sujeitos a serem retirados de circulação para serem aplicados nas operações do Banco, sendo por conseguinte pagáveis em divisas dos respectivos membros. Êsses 18% montam ao equivalente de US $1.487.358.000. Esta parte do capital somente pode ser emprestada mediante o consentimento do membro cuja divisa deva ser usada. A maior parte dos membros do Banco não se acham em condições de permitir a exportação de capital e, por conseguinte, de consentir que o Banco lance mão de suas divisas para empréstimos. Além dos Estados Unidos a Bélgica foi o único país que consentiu em emprestar o seu capital, mediante a retirada de sua subscrição francos belgas equivalentes a 2 milhões de dólares. Nestas circunstâncias, até o presente momento, a única parte do capital do Banco disponível para empréstimos é a quota que foi paga em dólares americanos mais o equivalente a 2.000.000 de dólares em francos belgas.

3.º) Os 80% restantes do capital serão integralizados somente quando necessário para fazer frente às obrigações do BIRF, constituindo, portanto, um fundo de garantia disponível não para empréstimos, porém utilizável quando o Banco tenha necessidade de liquidar obrigações próprias.

Segundo o artigo quarto do Convênio o Banco pode fazer ou facilitar empréstimos que satisfaçam as condições gerais já apontadas anteriormente, segundo qualquer das fórmulas seguintes:

a) Pode conceder empréstimos diretamente provenientes dos fundos do seu capital ou das somas obtidas por empréstimo dos mercados de investimento;

b) Pode garantir ou participar de empréstimos outorgados por terceiros:

c) Pode outorgar créditos diretos, garanti-los ou participar de empréstimos aos governos dos países associados, a

suas subdivisões políticas ou a emprêsas privadas que funcionem em territórios de associados. Quando o govêrno do país em cujo território está localizado o projeto não é o tomador, êle, o banco central ou um organismo semelhante que o Banco Internacional considere aceitável deverão garantir o empréstimo.

Está claro, portanto, que o BIRF é, além do mais, uma ponte entre os mercados de investimento e os países que necessitam de capitais. O Banco tem poderes pra pedir emprestado recursos a serem utilizados em suas operações, contanto que obtenha a aprovação do membro em cujo mercado serão feitos êsses empréstimos. Durante algum tempo é natural que o Banco conte, apenas, com o mercado dos Estados Unidos, como fonte supridora. Lá, em julho de 1947, fêz sua primeira oferta pública de letras, em duas emissões, sendo uma de 100 milhões de dólares, em títulos a 2 1/4%, com prazo de dez anos, vencível a 15 de julho de 1957 e outra de 150 milhões de dólares, títulos de 3%, em 25 anos de prazo, vencível a 15 de julho de 1972. Estas letras foram vendidas através de uma rêde de mais de 1.700 corretores em todos os Estados Unidos; por algum tempo foram cotadas por preço superior ao par, mas em concorrência com outros títulos de alto valor, decaíram e em março último estavam sendo negociados a 95. Acredita-se que esta queda seja devida, em parte, às incertezas políticas e econômicas internacionais e, por outro lado, têm fundamento numa tendência muito nossa conhecida e que está ganhando terreno também em USA: a luta por maiores juros.

Os empréstimos concedidos até o momento, pelo Banco, o foram na base de 3 1/4% de juros mais 1% de comissão, sendo esta mantida pelo Banco em forma líquida como reserva especial.

Além dessas, pode o BIRF realizar mais as operações seguintes:

a) Comprar e vender valores que haja emitido, garantido ou comprado, com a condição de que o país em cujo território tenham de ser feitas a compra ou a venda dê o necessário consentimento;

b) Garantir valores que haja adquirido, tendo em vista facilitar sua venda;

c) Obter por empréstimo a moeda de um associado, com prévio consentimento do mesmo;

d) Comprar e vender os valores que o Conselho Diretor, por maioria de três quartas partes, julgue próprios para a inversão da totalidade ou de parte da reserva especial.

GARANTIAS

Tanto no Convênio Constitutivo como na generalidade de suas publicações e declarações dos seus responsáveis, insiste o Banco em definir uma posição: não é, de maneira alguma, um órgão de concorrência com o capital privado. E' uma instituição de caráter cooperativo e, nestas condições, não visa lucro e, assim sendo, procura retirar dos negócios que faz uma taxa de juros e comissão que bastem a fazer frente aos seus gastos e para constituir uma reserva. Assim, sendo, ao receber uma solicitação de empréstimo, um dos primeiros cuidados é verificar se o solicitante não poderia obter aquela importância em condições que sejam julgadas razoáveis. Está muito claro que só fará ou garantirá empréstimos quando capitalistas particulares não possam tomar a si o negócio em bases compatíveis com o tipo do emprêgo a que se destina o produto da operação e com a própria situação de quem pede.

Além disso, verifica se o fim a que se destina o empréstimo está conforme com seus propósitos e intentos, isto é, reconstrução e fomento dos recursos e facilidades produtivas do país a que se destina a operação; se o projeto em que vai ser invertido o produto do empréstimo é técnica e economicamente seguro; se o total, prazo e condições do empréstimo dão perspectiva razoável de que o mesmo venha a ser pago.

Praticamente cada solicitação de empréstimo é estudada e analisada por técnicos do Banco designados para êsse fim. Pelo fundamento do relatório apresentado, o Presidente faz sua recomendação, quanto à aplicação, aos Diretores Executivos. Se ela é favorável, os membros designados continuam sob sua direção a negociar a quantia, prazo e condições da operação.

Os Estatutos mandam que o Banco tome as necessárias cautelas a fim de assegurar que o produto do empréstimo seja usado somente no fim que fundamentou a petição. Além disso, em atenção aos propósitos gerais do Banco, e seu caráter cooperativo internacional, inclui nos contratos cláusulas pelas quais o tomador se obriga, durante todo o prazo do negócio, a prestar, correntemente, informações relativas à aplicação do produto da operação, o progresso do projeto a que foi destinado e mais as condições econômico-financeiras gerais do país.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Acompanhe a evolução da economia brasileira e mundial, lendo

"CONJUNTURA ECONÔMICA"

publicação mensal editada pela Fundação Getúlio Vargas

Nas principais livrarias, bancas de jornais, etc.

PARA ASSINATURAS, DIRIJA-SE À

REDAÇÃO: Praia de Botafogo, 192

Tels.: 26-6034 – 26-6108 – 26-5877

ENDERÊÇO POSTAL: Caixa Postal, 4081

RIO DE JANEIRO

ADMINISTRAÇÃO

A organização administrativa do BIRF está assim distribuída: a) Um Conselho de Presidentes composto de um presidente designado por cada membro e de um substituto para cada presidente; b) Um Conselho de Diretores Executivos, composto de 13 membros, dos quais 5 são designados pelos cinco maiores acionistas (Estados Unidos, Império Britânico, França, China e Índia), e 8 são eleitos pelos membros restantes. Cada Diretor Executivo tem, também, um substituto; c) Um Presidente, eleito pelos Diretores Executivos. Êste, designa o seu corpo de assistentes.

De acôrdo com os Estatutos todos os poderes do Banco são investidos pelo Conselho de Presidentes, que por sua vez delegam êsses poderes, com algumas exceções, aos Diretores Executivos.

No Conselho de Presidentes cada nação-membro tem 250 votos e mais um voto por ação subscrita. No de Diretores Executivos, cada diretor designado tem o mesmo número de votos que o presidente que o designou, e cada diretor eleito tem o mesmo número total de votos das nações que o elegeram.

O Conselho de Presidentes se reune anualmente, mas, quando necessário, podem ser convocadas reuniões especiais. Uma decisão do Conselho de Presidentes pode, porém, ser tomada sem que haja uma reunião, por cabograma, telegrama ou carta.

Os Diretores Executivos se reunem regularmente nos escritórios do Banco, em Washington, e estão sempre prontos para reuniões especiais quando necessário. A função dos Diretores Executivos corresponde geralmente à de um Conselho de Diretores de uma corporação particular. O Presidente é, por direito, também, presidente dos Diretores Executivos, sem direito de voto, exceto em caso de empate. E' êle o chefe do pessoal de operação do Banco.

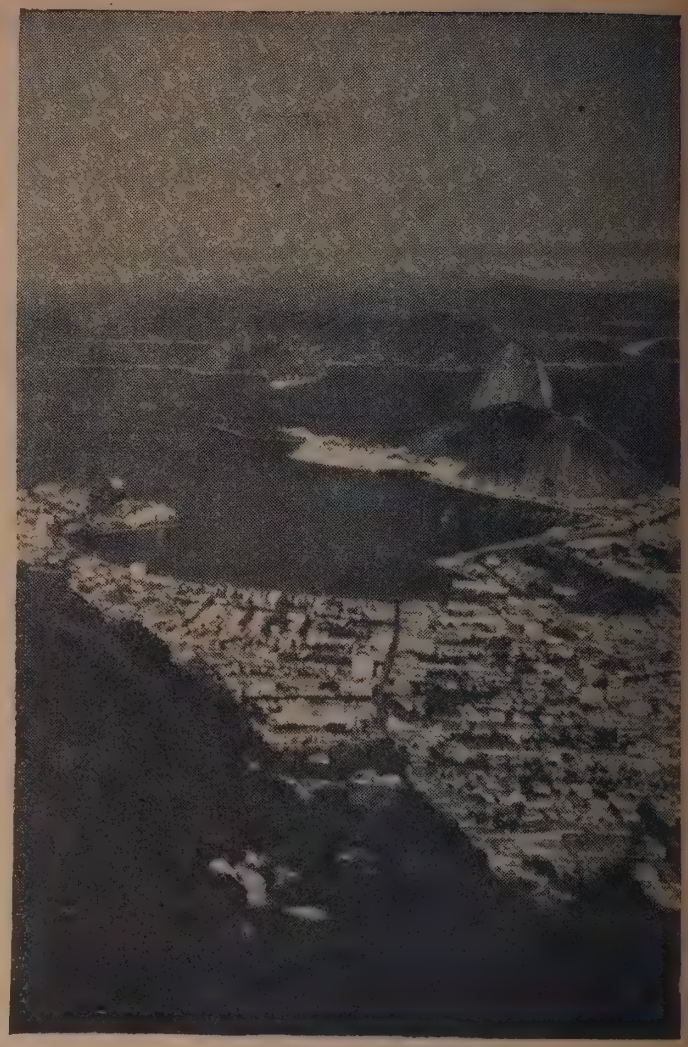
A VISITA DO PRESIDENTE

Depois de haver participado dos trabalhos da conferência de Bogotá, John Jay McCloy, Presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento deu um giro pela América do Sul, descendo pela costa do Pacífico e subindo pelo Atlântico. Esteve no Rio de Janeiro e em São Paulo, tomando contato com autoridades e com os centros econômicos mais importantes do país. Em declarações à imprensa reafirmou que o BIRF não depende de nenhum govêrno, nem está ligado a qualquer Ministério do Exterior. Tem obrigações para com os acionistas, que são os países membros, e com os particulares que a êle confiam seu dinheiro.

Conquanto não tenha vindo até cá cuidar especialmente do empréstimo solicitado pela Light, o fato é que sua visita serviu para que o assunto fôsse reativado. Falando a respeito, disse mesmo: "Não desejo falar de um contrato ainda na fase de negociações, mas desejo acentuar que nos interessamos pelo negócio por se tratar de uma questão de ajuda ao aumento das disponibilidades brasileiras em energia hidro-elétrica, o que está inteiramente dentro das finalidades do Banco."

Vale à pena lembrar que qualquer emprêsa privada pode submeter sua proposição ao Banco, desde que seja instruída por estudos e informes positivos, definidos e tendo em conta uma previsão econômico-financeira do seu futuro, mediante a realização do projeto em causa. Confiemos, para tanto, na palavra do Presidente e no espírito do BIRF, que por seu lado pretende ser um traço de ligação entre os grandes mercados de capitais e os países que necessitam de investimentos e podem oferecer justas oportunidades de aplicação lucrativa e segura.

São Paulo ativo.



Rio de Janeiro belo.

Casos especiais no sistema econômico brasileiro. Aqui se confundem as médias nacionais.

Dinheiro da União e dos Estados

Heráclito Lima

CONTRASTES interessantes e, às vêzes, de difícil análise, apresentam as várias unidades federativas do país, quando examinadas em face das finanças nacionais. Quer apreciada pelo prisma de cada uma das receitas federal, estadual, e municipal, isoladamente, quer vista pelo total dessas receitas em si, a economia nacional revela, quando secionada pelas diversas unidades federativas, anomalias e variabilidades extremas, em virtude da diversificação econômica que muitos Estados apresentam entre si, ora por terem a sua economia dependente de fatôres externos e que fogem ao âmbito do sistema econômico nacional, ora por terem a sua economia lastreada em monocultura ou monoprodução.

Mesmo assim, tomamos como base, para julgar certos aspectos da economia nacional, os seguintes elementos, os quais se referem ao ano fiscal de 1945 e traduzem, em cruzeiros, a contribuição "per capita" dos brasileiros para as finanças nacionais, como se vê na tabela I.

Configurada a situação pelos têrmos dos dados acima expostos, verificamos que a regra geral nas unidades federativas é serem as rendas estaduais sempre superiores às receitas federais, pois das 21 unidades federativas acima mencionadas apenas em 8 observamos o contrário, isto é, receitas federais superiores às estaduais. Incluem-se, aliás, nestas últimas as nossas cinco mais importantes unidades federativas, nas quais as receitas federais não são somente maiores do que as estaduais mas, principalmente, fortemente superiores às restantes rendas públicas arrecadadas nas mesmas, exceto nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, em que é insignificante a diferença entre receitas federais e estaduais. Para isso concor-

RIO GRANDE

Insignificante a diferença entre as receitas federais e estaduais.

SALVADOR

13.º *lugar nas rendas da União,* 12.º *entre as rendas estaduais.*

EXEMPLOS

RECIFE

No impôsto de consumo dorme tranqüilo o fisco federal.

rem, com especial relevância, as transações imobiliárias e a intensa atividade comercial nos mesmos, elementos êsses que, por intermédio dos impostos de transmissão "inter vivos" e de vendas e consignações permitem a canalização para os cofres estaduais de elevada parcela monetária, fazendo com que, por diferença pequena, deixem as rendas estaduais de atingir o valor das federais. Apresentando boa distribuição entre os vários elementos da sua estrutura econômica, possuindo tanto um bom parque industrial quanto uma economia agrícola explorada de maneira razoavelmente racional, estão o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul em situação econômica de destaque na conjuntura brasileira, embora dêste último Estado se venha canalizando uma porcentagem bastante elevada de riqueza para as receitas federais, para aplicção em outros pontos do território nacional, o que poderia ser evitado se fôsse diminuído o gravame do impôsto sôbre o consumo de mercadorias de produção gaúcha.

RENDAS FEDERAIS

No Estado do Rio de Janeiro, só o impôsto de consumo contribui com 69 por cento das rendas da União, em virtude da indústria têxtil, da fabricação de fósforos e de bebidas e da produção de açúcar, que caracterizam a economia fluminense.

Já no Rio Grande do Sul, são outras as causas do volume elevado da receita federal. Sendo bem grandes os lucros dos fazendeiros, industriais e comerciantes, o impôsto sôbre a renda responsabiliza-se por 34,5 por cento das receitas federais, ficando, no entanto, para o de consumo a porcentagem de 47,5 por cento, para o que contribui a elevada produção do Estado, principalmente as de fumo, bebidas e calçados, sôbre os quais é bem pesado o gravame dêste tributo federal.

O Distrito Federal e São Paulo constituem, sob o ponto de vista em exame, casos excepcionalmente especiais no sistema econômico brasileiro, razão pela qual os índices atinentes aos mesmos modificam profundamente o valor da média referente ao país, fazendo com que tal instrumento de medida estatística deixa de apresentar significado comparativo no ambiente econômico nacional.

O Distrito Federal é, por excelência, um centro consuntivo de todos os produtos comerciáveis, cujo suprimento é parcialmente feito pelo seu próprio parque industrial, o qual, no entanto, tem que contar, para seu funcionamento, de matéria prima proveniente do exterior e das demais unidades da União. Dessa forma e servindo de entrepôsto para as mercadorias estrangeiras destinadas a vários Estados circunvizinhos, o Distrito Federal coloca-se como segundo pôrto importador do Brasil, o que confere uma situação de destaque ao respectivo impôsto (18,5%) nas rendas federais arrecadadas na Capital Federal. O impôsto de consumo apresenta-se também importantíssimo (30%), importância esta que melhor se revela no valor em cruzeiros, que aparece, para os 2.000.000 de habitantes do Distrito Federal, em quantia superior à metade da arrecadada dos 8.000.000 de paulistas. E' no impôsto de renda, no entanto, que o fisco federal escora sua arrecadação na Capital da República, pois êsse tributo lhe fornece 34 por cento da receita nesta Capital, porcentagem esta que expressa em têrmos monetários é insignificantemente menor que a arrecadada em São Paulo.

A procedência e o destino do dinheiro da União e dos Estados vem preocupando sèriamente os financistas nacionais. Subvertido o conceito que recomenda maiores rendas para municípios e unidades federativas, dentro da descentralização administrativa, de que modo se encaminha o sistema tributário brasileiro?

O artigo de Desiré da Silva, estudioso do assunto como membro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, segue o de Gerson Augusto da Silva, que publicamos no número passado, e integra a série de investigações a respeito que procede O OBSERVADOR.

Tempo de leitura: 20 minutos.

E essa distinção do impôsto de renda se justifica no fato de ser a Capital da República a sede da burocracia federal e dos principais bancos, emprêsas e sociedades anônimas, habitando, assim, no Distrito Federal, de maneira geral, as pessoas residentes no Brasil, que, dentro da categoria profissional à qual pertencem, auferem os maiores ordenados ou lucros. Êste fato em si cria ainda outra situação, que é a de ser o Distrito Federal a unidade na qual se arrecada maior quantia pelo impôsto do sêlo (46% da arrecadação em todo o país e 17% da no Distrito Federal). E tais fatôres fazem com que o Distrito Federal se classifique em primeiro lugar na arrecadação "per capita" e em segundo, na quantia total da arrecadação de tal tributo.

São Paulo é, nas finanças nacionais, o esteio do fisco federal, embora se apresente como a segunda unidade na arrecadação "per capita". Possuindo o maior pôrto importador, o maior parque industrial e as maiores e mais importantes plantações de café e algodão do país, São Paulo conta com os elementos propiciadores de excelente incidência aos tributos federais (343 cruzeiros "per capita"). Fica, assim, êste Estado colocado em segundo lugar na arrecadação "per capita" e em primeiro n ovalor total de arrecadação, no orçamento da União.

Em Pernambuco, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, é no impôsto de consumo que se firma o fisco federal, pelo qual êste arrecada 45 por cento das rendas da União naquela unidade. Não são, porém, as mesmas as fontes da receita, pois constituem estas, naquele Estado, o açúcar, o fumo e os produtos da indústria têxtil. Aliás, é o fumo, o qual é o produto mais fortemente visado pelo fisco federal, que permite se virifique em Pernambuco uma arrecadação federal "per capita" superior à que ocorre no Rio de Janeiro.

Já os Estados do Pará, Alagoas e Mato Grosso se apresentam como anomalias da economia brasileira em face dos índices financeiros de que se vem tratando. São unidades de economias diferentes e até antagônicas, e que, por isso, evidenciam fatôres específicos de diferenciação na generalidade em que ficaram classificados.

Pela natureza da sua economia vegetal, o Pará deveria estar colocado em situação não muito diversa, no quadro acima, daquela em que se encontra o Estado do Amazonas. No entanto, como naquele se apresenta um nível de vida mais elevado do que neste, o fisco federal se avantaja ao estadual, pelos impostos de consumo e de importação, que lhe rendem 60% das suas receitas. Convém notar, porém, que êste consumo é de mercadorias provenientes do exterior e de outras unidades federativas, tanto pelo comércio de cabotagem quanto pelo de vias internas, os quais vêm apresentando, há vários anos, um saldo fortemente negativo, o que deveria ser motivo de cogitações e ação pelos responsáveis do destino econômico do Pará.

Alagoas apresenta-se anômalo em virtude da sua economia industrial sem equivalência com as demais atividades econômicas do Estado, o que faz com que os impostos de consumo (sôbre produtos têxteis, principalmente) e de renda (lucros dos industriais) somem 90% das rendas federais.

Do Estado de Mato Grosso pode-se dizer que é uma anomalia excepcionalmente anômola nas finanças brasileiras. Estado de vida econômica débil e apenas pontilhado de poucas e insignificantes ilhas econômicas, não tem havido nêle possibilidade de manifestação das fontes de receita que exprimem a vitalidade econômica de um conjunto, favorecendo, assim, por exclusão, a classificação, em primeiro lugar, de uma fonte de receita que não pode, em face da legislação fiscal brasileira, ser arvorada em índice de pujança econômica: o impôsto do sêlo. Êste tributo contribui com 37% para as rendas federais, em razão da insignificante arrecadação por intermédio de outras rubricas tributárias. Tal porcentagem (37) é elevadíssima e representa mais do que o dôbro da que ocorre no Distrito Federal (17%) e o triplo do total na arrecadação federal (12%). A par disso o impôsto de renda contribui com 33% das receitas federais, em virtude dos lucros de alguns poucos fazendeiros e proprietários de minas. Tais índices são dramaticamente assustadores, por espelharem o baixo nível de vida dos mato-grossenses, com consumo insignificante de mercadorias e produção industrial inexpressiva. Aliás, esta mesma anomalia se verifica em Goiás, onde é ainda mais elevada a porcentagem do impôsto de sêlo nas rendas federais (42% do total) e, portanto, economicamente muito mais grave. Cumpre notar também que o impôsto de consumo, como em Mato Grosso, é de

TABELA I

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RECEITAS DA UNIÃO		RECEITAS ESTADUAIS		RECEITAS MUNICIPAIS		TOTAL	
	Em cruzeiros	Classificação	Em cruzeiros	Classificação	Em cruzeiros	Classificação	Em cruzeiros	Classificação
Amazonas (1)	42	11.º	66	7.º	22	5.º	130	9.º
Pará (2)	66	7.º	62	9.º	31	2.º	159	6.º
Maranhão	15	20.º	24	21.º	6	19.º	45	21.º
Piauí	11	21.º	33	17.º	6	17.º	50	20.º
Ceará	24	16.º	26	20.º	5	20.º	55	18.º
Rio Grande do Norte	26	15.º	34	16.º	6	16.º	66	17.º
Paraíba	18	18.º	27	19.º	6	18.º	51	19.º
Pernambuco	99	4.º	41	14.º	12	11.º	152	7.º
Alagoas	34	14.º	30	18.º	10	14.º	74	15.º
Sergipe	43	10.º	60	10.º	10	13.º	113	10.º
Bahia	37	13.º	43	12.º	11	12.º	91	14.º
Minas Gerais	39	12.º	56	11.º	16	7.º	111	11.º
Espírito Santo	23	17.º	69	6.º	9	15.º	101	13.º
Rio de Janeiro	98	5.º	94	4.º	29	3.º	221	4.º
Distrito Federal	1.188	1.º	364 (3)	1.º	—	—	1.552	1.º
São Paulo	343	2.º	181	2.º	41	1.º	565	2.º
Paraná	88	6.º	95	3.º	18	6.º	201	5.º
Santa Catarina	54	8.º	63	8.º	15	8.º	132	8.º
Rio Grande do Sul	113	3.º	92	5.º	26	4.º	231	3.º
Mato Grosso	45	9.º	43	13.º	14	10.º	102	12.º
Goiás	16	19.º	36	15.º	14	9.º	66	16.º
MÉDIA	**116**		**73**		**14**		**203**	

1 — Inclusive Acre, Guaporé e Rio Branco.
2 — Inclusive Amapá.
3 — Inclusive as receitas municipais.

valor insignificante em Goiás, Estado no qual se verifica a maior porcentagem (42) do impôsto do sêlo no total das receitas federais.

No Piauí, embora com menor intensidade, encontramos também êsse quadro tributário, pois ali a arrecadação do impôsto de sêlo (21,8%) é quase igual à do impôsto de consumo (25 por cento). No Piauí encontramos, no entanto, uma anomalia específica: a arrecadação proveniente do impôsto sôbre a renda equivale a 52% das receitas federais, fato êste que atribuímos à desproporção entre os lucros auferidos pelos proprietários das fontes de produção, que é modalmente extrativa, e o nível de vida da população em geral.

Ressaltadas tais manifestações específicas da receita federal, podemos, em conclusão, frisar que:

a) em 14 Estados é o impôsto de consumo a principal receita federal: Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

b) em 5 unidades da Federação é o impôsto de renda a principal receita federal: Amazonas, Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal;

c) em 2 Estados o impôsto de sêlo é a principal receita federal: Mato Grosso e Goiás;

d) em nenhuma unidade federativa o impôsto de importação se coloca em primeiro lugar.

RENDAS ESTADUAIS

Nas rendas federais, o impôsto de consumo é o tributo de maior rendimento na maioria das unidades federativas. Com relação às rendas estaduais, no entanto, encontramos um tributo sôbre o qual todos os Estados e o Distrito Federal, sem exceção, baseiam, às vêzes com uma importância que chega a 80% da receita total, as suas finanças. E' o impôsto de vendas e consignações, do qual os Estados obtêm, em média, metade das suas receitas. Sendo um impôsto que grava a atividade comercial em todos os seus aspectos é, apesar de ser o tributo mais sonegado no país, o que apresenta uma receita considerável, pois incide sôbre a mesma mercadoria tantas vêzes quantas sejam as em que ela é comerciada, o que determina o pagamento de impôseo sôbre o valor de impôsto já pago.

Excetuando êste tributo, os demais apresentam, com relação à sua importância, uma variabilidade muito acentuada de Estado para Estado, o que impossibilita a generalização, como característica, de qualquer outro dos restantes impostos compreendidos nas rendas estaduais.

Nos Estados de economia extrativa, a arrecadação proveniente do impôsto de exportação se coloca imediatamente após a do impôsto de vendas e consignações. Nestes Estados, porém, dada a sua dependência da economia estrangeira, que absorve sua exportação, o respectivo impôsto apresenta-se em constante mutação no seu valor e, às vêzes, até mesmo na sua classificação, comparativamente às demais rendas estaduais. Assim, verificamos êsses aspectos financeiros nos Estados cuja economia se escora em produção vegetal ou mineral: Amazonas, Maranhão, Piauí e Espírito Santo, sendo o Piauí o Estado em que o impôsto de exportação se apresenta com mais intensa flutuação. No Ceará, cuja economia é mais diversificada e, portanto, menos dependente de fatôres externos, o impôsto de exportação apresenta maior estabilidade, tanto no valor quantitativo quanto percentual. No Estado da Bahia encontramos, com respeito a tal impôsto, uma exceção, em face do cacau. Produto que é de consumo das classes economicamente mais fortes, o cacau pode suportar, sem graves prejuízos para a exportação, uma taxação relativamente elevada, transformando-se, dessa forma, para a Bahia, em importante fonte de receita e colocando o impôsto de exportação em segundo lugar nas receitas estaduais.

A monoprodução da economia vegetal paraense, parcamente distribuída por produtos outros que a borracha confere ao Estado do Pará uma situação de excepcional variabilidade no valor dos seus impostos, quer em quantia, quer em porcentagem, fazendo com que a supremacia caiba, indistintamente, ora a um, ora a outro. Mesmo assim ,o impôsto de exportação consegue, quando as condições estrangeiras o permitem, classificar-se, às vêzes, em segundo lugar nas rendas estaduais. Esta instabilidade da economia paraense, porém, e a sua monoprodução vegetal, obriga a destaque especial o impôsto de vendas e consignações, o qual garante 80 por cento da receita estadual, enquanto que o de exportação raramente atinge, mesmo quando é o segundo, a casa dos 3%.

Podemos comprovar ainda debilidade da economia paraense no fato de o impôsto de indústrias e profissões representar mais de 80% das rendas municipais, o que evidencia a falta de intensidade dos fatôres da vida econômica dos municípios paraenses.

Já nas unidades em que se notam importantes centros urbanos, é a vida econômica nestes que passa a lastrear as finanças estaduais, por intermédio do impôsto de transmissão "inter vivos", o qual aparece imediatamente depois do de vendas e consignações. E' o que se verifica no Distrito Federal e nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Nesta mesma categoria incluem-se também Mato Grosso e Goiás, os quais ficam assim classificados não em virtude da importância do citado impôsto em si, mas sim pela falta de relevância de fatôres mais vitais na atividade econômica no Estado. Em Mato Grosso, no entanto, nota-se uma tendência muito acentuada para o impôsto de exportação colocar-se em segundo lugar, enquanto que em Goiás, em virtude das transações imobiliárias resultantes da construção de Goiânia, o impôsto de transmissão "inter vivos" quase tem alcançado, nestes últimos anos, o valor do proveniente das vendas e consignações.

Nas demais unidades da Federação (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais e Santa Catarina) surge em segundo lugar, nas receitas estaduais, o impôsto de indústrias e profissões, sendo que na Paraíba e em Minas Gerais, nos anos de 1944 e 1945, êste tributo foi destacadamente suplantado pelo impôsto de transmissão "inter vivos".

Focalizados tais aspectos, podemos, em resumo, concluir, concernentemente às receitas estaduais:

a) a base das finanças estaduais é o impôsto de vendas e consignações;

b) não há tendência em nenhum dos demais impostos estaduais para classificar-se em segundo lugar, pois que com esta classificação aparece:

I — em 6 Estados, o impôsto de exportação;

II — em 7 Estados, o de indústrias e profissões;

III — em 7 unidades federativas, o de transmissão "inter vivos";

IV — 1 Estado com tal instabilidade nas fontes financeiras, que nenhum tributo pode ser classificado em segundo lugar.

RENDAS MUNICIPAIS

Com referência às rendas municipais, podemos observar uma tendência manifesta de determinado impôsto suplantar todos os demais, em virtude não só da extensão mas também da intensidade da sua incidência: o impôsto de indústrias e profissões. Na quase totalidade dos Estados se revela êste aspecto das finanças municipais, pois que em 15 unidades federativas é êste tributo o tronco das receitas municipais: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Apenas em 5 Estados a situação é diversa, sendo que em 4 (Amazonas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso) em razão do impôsto predial. Para os Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o fato é normal, em virtude dos importantes centros urbanos que possuem em grande número, fato êste que também se manifesta no Estado de São Paulo, em cujos municípios o impôsto predial é, de maneira geral, quase tão importante quanto o de indústrias e profissões, não alcançando êste, porém, em virtude da extensa atividade industrial, comercial e bancária no Estado.

O Estado de Goiás é o único em que o impôsto de licença é a mais forte receita municipal. Essa exceção, no entanto, é o resultado da construção da nova capital do Estado, o que fêz com que, nas receitas estaduais, o impôsto de transmissão "inter vivos" se colocasse, excepcionalmente, em segundo lugar.

CONCLUSÕES GERAIS

Apreciadas que foram as finanças nacionais pela sua distribuição nas três esferas administrativas, verificamos que em 14 Estados e no Distrito Federal, embora se notem nos mesmos grandes diferenças na contribuição "per capita" para as receitas federais, estaduais e municipais, há certa uniformidade na classificação que apresentam entre as várias receitas e o total arrecadado dos seus habitantes. Apenas em seis Estados encontramos discordâncias significativas sob tais aspectos, discordâncias estas que aparecem:

a) no Amazonas, que, colocado em 11.º lugar na classificação "per capita" para as receitas federais, se desloca para o 5.º lugar nas receitas municipais;

b) no Estado do Pará, onde se verifica uma das mais flagrantes anomalias, pois sendo o 9.º Estado na arrecadação "per capita" para as receitas estaduais, pula para o segundo lugar na contribuição "per capita" dos seus habitantes para as finanças municipais;

c) Pernambuco que, sendo, em virtude da produção de açúcar, fumo e têxtil, o 4.º Estado na arrecadação "per capita" das receitas federais, desce para o 7.º lugar no total das receitas e cai para o 14.º lugar no que se refere às finanças estaduais;

d) em Minas Gerais, apesar de ser um dos mais importantes Estados para a economia brasileira, manifesta-se também um deslocamento na classificação das receitas segundo a esfera administrativa a que se destinam, pois enquanto os seus habitantes estão colocados em 7.º lugar na contribuição "per capita" para as receitas munici-

SHEAFFER'S "TRIUMPH"
SENTINEL DELUXE:
Caneta:..... Cr$ 450,00
Lapiseira:... Cr$ 150,00
Jogo:..... Cr$ 600,00

Em qualquer ocasião
use sempre uma **SHEAFFER**

porque Sheaffer escreve melhor!

Examine detidamente uma caneta ou lapiseira "Triumph" SENTINEL DELUXE da SHEAFFER. Veja a sua perfeição; a beleza de jóia finamente trabalhada; o seu equilíbrio perfeito. Faça comparações. Escreva também com outras canetas e *fatalmente* comprará uma SHEAFFER... sentindo satisfação, em todas as ocasiões, pelo trabalho que ela realiza.
SHEAFFER escreve rápida, suave e silenciosamente. A lapiseira "Fineline", de ponta de manga que reduz as quebras das grafites, é vendida também isoladamente.

A pena SHEAFFER. Cilíndrica, com ponta de irídio e platina na ranhura. Tem maior quatidade de ouro de 14 k. que qualquer outra pena. SHEAFFER é a melhor caneta que o seu dinheiro pode adquirir.

SHEAFFER'S

Representantes exclusivos no Brasil: M. AGOSTINI & CIA. LTDA.

Matriz e posto central de consertos: Av. Pres. Vargas, 502 - 11.º - RIO

pais, não conseguem ir além do 12.º lugar na contribuição para as rendas federais;

e) no Espírito Santo, o fenômeno manifesta-se de maneira diferente, pois salta do 17.º lugar, no que diz respeito às rendas federais, para o 6.º lugar com relação às rendas estaduais;

f) finalmente, no Est. de Goiás aparece a maior discordância no que se refere à classificação em aprêço: de 19.º lugar nas rendas federais passa para 9.º lugar nas receitas municipais.

Enquanto se patenteiam tais discordâncias, porém, um Estado se apresenta com uma classificação uniforme tanto em cada uma das receitas como no total das mesmas: Santa Catarina, que ocupa o 8.º lugar, em todos os quatro aspectos sob que foram apreciados as finanças nacionais. E esta uniformidade é produto da policultura e da poliprodução na economia catarinense, o que permite uma contribuição racionalmente proporcional dos seus habitantes para as três coletorias do fisco nacional. E essa estrutura da economia catarinense faz com que, apesar de ser pequena a porcentagem da arrecadação municipal no total das receitas, o fisco federal não retire mais de 40 por cento da totalidade das receitas públicas arrecadadas nessa unidade da Federação.

São Paulo aparece também com uma distribuição uniforme na classificação. Mas das receitas totais arrecadadas em São Paulo, 61% pertencem ao fisco federal, que encaminha para outras unidades da Federação grande parte da massa formidável da receita que arrecada naquele Estado.

Brevemente, porém, por fôrça dos novos dispositivos constitucionais, mudanças profundas ocorrerão nas finanças municipais e estaduais, em virtude das modificações havidas na distribuição das fontes de receita dos municípios e Estados.

O impôsto de indústrias e profissões, que era lançado pelo Estado e arrecadado por êste e pelo município em partes iguais, passará, a partir de 1952, a ser lançado e arrecadado pelo município, o qual terá, assim, duplicada esta rubrica orçamentária, que já é a mais importante das receitas municipais. Além disso, serão distribuídos do interior 10% do impôsto de renda, o que faz supor constitua a rubrica referente a esta receita, durante os anos de 1949 a 1952, a principal do orçamento dos municípios, devendo passar a figurar, a partir dêste último ano, em segundo lugar no orçamento dos municípios que não sejam de capital.

Com referência às finanças estaduais, verificaremos, a partir de 1950, a não ser que exceções sejam concedidas aos Estados, um deslocamento no impôsto de exportação, pois a porcentagem máxima dêste, que era de 10, não deverá ser maior, daquele ano em diante, do que 5.

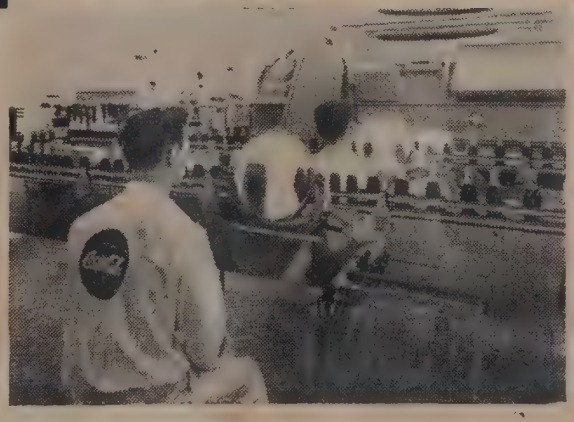
Será obtido, dessa forma, um revigoramento do municipalismo, pois a duplicação, no mínimo, das receitas dos municípios e a diminuição do impôsto de exportação, o qual grava a saída, do Estado, dos produtos municipais, deverão incentivar, com reais proveitos para a economia nacional e benefícios indiretos para as finanças federais, estaduais e municipais, os mais importantes setores da atividade econômica municipal, fortalecendo, assim, as finanças brasileiras em seu conjunto.

Coca-Cola
MARCA REGISTRADA
EXPANDE-SE NO BRASIL!

CAPITAIS BRASILEIROS, CONFIANTES NO ÊXITO DA MAIS FAMOSA BEBIDA AMERICANA, EMPREENDEM A MONTAGEM DE FÁBRICAS EM VARIOS PONTOS DO PAÍS

O sucesso de Coca-Cola no Brasil vem comprovar que essa bebida agrada a todos os paladares. Coca-Cola já conta com fábricas em várias cidades como Rio, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, devendo ser instaladas as de Santos, Campinas e Niteroi. Na foto vemos uma fábrica modelo de Coca-Cola em Atlanta, Estados Unidos. Fábricas como estas estão produzindo Coca-Cola no Brasil.

Produzida com um xarope de essencias naturais, agua purissima e açucar da mais alta qualidade, Coca-Cola é um produto em cuja fabricação, em qualquer de suas fases, não toca a mão do homem. As garrafas especiais são lavadas e higienizadas automaticamente, e todo o processo industrial garante que a bebida seja sempre idêntica e com idêntico sabor.



Vemos nesta foto a fase final do engarrafamento, na qual as garrafas são cuidadosamente examinadas por meio de lentes e focos de luz. As fábricas engarrafadoras brasileiras de Coca-Cola estão sendo constituidas com capitais nacionais e locais para cada cidade, com a orientação técnica de "The Coca-Cola Export Sales Co.", Av. Rio Branco, 257 - 14.º, Rio.

MAIOR RENDIMENTO
NO TRANSPORTE DE CARGA

Dentre os 19 modêlos básicos International, o KBR-11 é um dos que oferece maior rendimento no serviço pesado de transporte de carga a grandes distâncias.

Fabricado em várias distâncias entre eixos, êste mesmo modêlo básico pode ser usado para uma série de trabalhos especializados, seja para o transporte de carga em geral, pedra, areia, materiais de construção, produtos de petróleo, etc., dependendo do tipo de carrosseria empregado, da espécie de carga e das condições do terreno.

O sistema International Harvester para determinar o tipo de caminhão adequado à carga assegura aos compradores a aquisição do veículo correspondente às suas necessidades.

Peça informações sem compromisso ao concessionário mais próximo ou às filiais da Companhia.

CAMINHÕES INTERNATIONAL

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S. A.

RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE
Av. Oswaldo Cruz, 87	Rua Oriente, 57	Rua Gaspar Martins, 203

Quanto Custa um Homem?

Se se perguntasse a um pai quanto gastou para criar um filho pelo menos até à idade de 15 anos, êle não saberia responder. Por mais meticuloso que fôsse o registro das despesas domésticas, dificilmente se poderia distinguir aquelas decorrentes do custeio do filho das outras relativas ao custeio da família em geral. Por outro lado, certas despesas indispensáveis à criação não são e talvez não possam ser representadas em valor monetário.

Nesta reportagem procuraremos estimar o custo atual da criação do homem adulto, utilizando o processo constante do admirável estudo "O custo de produção do homem adulto e sua variação em relação à mortalidade", realizado pelo Professor Giorgio Mortara e que constitui a monografia n.º 2 dos "Estudos Brasileiros de Demografia" editados pela Fundação Getúlio Vargas.

LUTA PELA VIDA DA CRIANÇA — Os índices de mortalidade infantil são aterra grandes cidades os entraves à correta educação infantil. Um garôto como o que vemos mais favorecidas pela sorte. As mães que têm de ir para a fila com as crianças, as que têm de se socorrer dos asilos não podem, apesar dos esforços, ter êxito na sua missão criança no

QUANTO gasta o pai para criar um filho até a idade adulta? Uma pergunta dessas, dirigida a qualquer chefe de família, mesmo àquele habituado a registrar, com escrupulosa precisão, tôdas as despesas domésticas, causaria sérios embaraços. E entende-se perfeitamente porque. Para responder, o chefe de família teria, primeiro, de somar tôdas as despesas feitas para satisfazer as necessidades pessoais do filho. Depois, de atribuir a êste uma quota das despesas gerais da família e das demais despesas que seriam discriminàveis, mas pràticamente não são discriminadas na contabilidade doméstica. Por fim, teria de decidir-se, além dos bens e serviços que importaram pagamento em dinheiro, deve ser incluído no referido custo o valor estimado de bens consumidos e de serviços aproveitados pelo filho, isoladamente ou em conjunto com a família, que não importaram pagamento em moeda, sendo prestados gratuitamente ou em troca de outros bens ou serviços.

E' de ver que o primeiro ponto não apresenta dificuldades teóricas. Na prática, entretanto, bem poucos são os pais que poderiam apresentar o registro completo das despesas feitas para um determinado de seus filhos. O segundo ponto apresenta sérias dificuldades, as quais, todavia, podem ser resolvidas mediante uma razoável, embora arbitrária, subdivisão das despesas comuns. O terceiro, porém, implica em tamanhas dificuldades, que os estudiosos do assunto, por via de regra, renunciaram a levar em conta esta parte do custo de criação.

Êsses estudiosos aproveitaram as experiências individuais e as observações coletivas, para chegar a estimativas das despesas de criação do adulto. Tendo aprendido, pela experiência dos pais, que a despesa anual tende a aumentar com o crescer da criança, procuraram conhecer, pela mesma experiência, a medida em que se manifesta êsse aumento, ou seja, em linguagem matemática, determinar a marcha da despesa anual de criação em função da idade. Os estudos dêsse gênero, multiplicando-se, mostraram que, embora as despesas de criação variem muito em lugares e tempos diferentes, e, mesmo em cada determinado lugar e tempo, difiram muito nas diversas classes sociais, a sua marcha em função da idade apresenta certa constância de forma, explicável em relação à marcha do desenvolvimento orgânico e funcional do homem.

De outro lado, as observações de massa fornecem dados concretos acêrca dos consumos e das despesas familiares em geral e em relação com a composição das famílias, segundo o sexo e a idade dos respectivos membros. Coordenando-se recìprocamente os resultados das diversas pesquisas, tornou-se possível a formulação de estimativas do custo médio de criação do adulto, que, sem pretender atingir a precisão, foram, entretanto, suficientes para pôr em evidência tanto características especiais de grupos observados, como uniformidades gerais.

ESTIMATIVA DA DESPESA TOTAL DA POPULAÇÃO DO BRASIL E DA DESPESA INDIVIDUAL DO ADULTO

A primeira e única tentativa conhecida de aplicação do cálculo do custo médio efetivo de criação do adulto, para o Brasil, foi feita pelo Professor Giorgio Mortara, diretor do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento e cientista de renome internacional. Considerou êle o Brasil de 1939, desaconselhando tôda referência aos anos posteriores, em vista da instabilidade monetária cada vez mais acentuada. A soma das rendas da população do Brasil foi estimada, para tanto, em cêrca de 40 biliões de cruzeiros, naquele ano, e se supôs que, dessa renda

lores, no Brasil, enquanto aumentam nas o lado só é possível, em média, às classes habitam "cabeças de porco" e as que naterna. Custa muito salvar a vida de uma Brasil.

total de 40 biliões, um décimo, ou seja, 4 biliões, represente a parte poupada e nove décimos, ou seja, 36 biliões, representem a despesa total. O número médio dos habitantes do Brasil em 1939 foi estimado em 40 milhões e sua distribuição por idade pôde ser determinada com boa aproximação, graças ao censo demográfico de 1940.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na determinação do valor monetário da despesa média anual do adulto. Para êsse fim, foi preciso estabelecer a que número de adultos correspondem os 40 milhões de habitantes, no que diz respeito à despesa. Conhecido êsse número, dividiu-se pelo mesmo o valor total da despesa da população do Brasil, estimado em 36 biliões de cruzeiros, e obteve-se o valor monetário médio da despesa média anual do adulto. O cálculo do número de adultos correspondentes à população, no que diz respeito à despesa, realizou-se com o auxílio de coeficientes de despesa (que crescem numa progressão geométrica até o vigésimo ano), completando-se com a hipótese de que a despesa média anual do adulto é constante até 60.º ano de idade, reduzindo-se de 1/6 nos anos sucessivos.

Conforme essas hipóteses, foi efetuada a redução da população do Brasil

REDUÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL EM UNIDADES DE ADULTO, COM REFERÊNCIA À DESPESA

TABELA I

ANOS DE IDADE	Número médio dos habitantes em 1939 (Milhares)	Coeficiente de despesa por 100	Número de adultos equivalente ao dos habitantes, quanto à despesa (Milhares)
1.º	1 472	26,79	394,36
2.º	1 300	28,72	373,36
3.º	1 232	30,78	379,20
4.º	1 188	32,99	391,92
5.º	1 156	35,36	408,76
6.º	1 132	37,89	428,92
7.º	1 112	40,61	451,60
8.º	1 096	43,53	477,08
9.º	1 080	46,65	503,84
10.º	1 064	50,00	532,00
11.º	1 048	53,59	561,64
12.º	1 032	57,43	592,68
13.º	1 012	61,56	623,00
14.º	992	65,98	654,52
15.º	972	70,71	687,32
16.º	948	75,79	718,48
17.º	920	81,23	747,32
18.º	888	87,06	773,08
19.º	856	93,30	798,64
20.º a 60.º	17.872	100,00	17 872,00
61.º e seg.	1 628	83,33	1 356,60
Tôdas as idades	**40 000**	—	**29 726,32**

em unidades de "adulto", com referência à despesa. O cálculo está exposto na Tabela I. Na primeira coluna dessa tabela estão indicados os anos, ou grupos de anos, de idade. Na segunda, especifica-se o número médio dos habitantes presentes em 1939 em cada ano, ou grupo de anos, de idade. Na terceira, especifica-se o coeficiente da despesa adotada para cada idade, multiplicado por 100 por comodidade de apresentação. Da quarta coluna consta o produto do número dos habitantes de cada idade pelo respectivo coeficiente, que representa o número equivalente de adultos. Por exemplo, sendo de 1.064.000 o número das crianças no 10.º ano de idade, e correspondendo a despesa média anual nessa idade à metade da do adulto, como consta do coeficiente de despesa de 50%, essas 1.064.000 crianças equivalem, no que diz respeito à despesa, a 532.000 adultos.

Da mesma maneira foi feito o cálculo para as demais idades. Somando-se os resultados, verificou-se que os 40 milhões de habitantes de diferentes idades são equivalentes, quanto à despesa, a 29.726.320 adultos. Levando-se em conta, como parece ser correto, também a despesa para os nascituros,

UM PROBLEMA SÉRIO — A EDU
lasse tôdas as despesas de educação do seu se transformado num homem capaz de é difícil e cara. Desde os bancos primá ro. Por isto é que uma grande parte dos vereda para o artesanato e o operariado tos especializados. Escolas e instrução téc- eis uma neces

calculou-se o número médio dos nascituros-ano em 909 mil. Aplicando-se o coeficiente de 25%, correspondente à importância anual das despesas pré-natais e natais, calculou-se representarem êsses nascituros, no que diz respeito à despesa, 227.250 adultos. Acrescentando êsse número ao de 29.726.320, anteriormente referido, obteve-se um total de 29.953.570, como equivalente, em adultos, da população do Brasil, no que diz respeito à despesa.

ESTIMATIVA DA DESPESA DE CRIAÇÃO MÉDIA DO SOBREVIVENTE NO 15.º ANIVERSÁRIO

Estimada em 36 biliões de cruzeiros a despesa total da população do Brasil em 1939, pôde ser obtido o valor da despesa média anual do adulto, nos anos de idade do 20.º ao 60.º, com a divisão da referida cifra (Cr$ ..... 36.000.000.000,00) pelos 29.953.570 "adultos". Feito isso, a despesa média anual do adulto foi estimada em 1.202 cruzeiros. Determinada, em 1.202 cruzeiros, a despesa média anual do adulto, pôde ser calculada fàcilmente, pelos coeficientes adotados na Tabela I, o valor monetário da despesa anual correspondente aos demais anos de idade.

CÁLCULO DA DESPESA MÉDIA INDIVIDUAL, POR GRUPOS DE IDADE, E DA DESPESA TOTAL DA POPULAÇÃO DO BRASIL, EM 1939.

TABELA II

ANOS DE IDADE	Número médio dos habitantes em 1939 (Milhares)	Despesa média anual individual (Cruzeiros)	Despesa anual total (Milhares de cruzeiros)
0.º (1)	(909)	300,50	273 154
1.º	1 472	322,02	474 021
2.º	1 300	345,21	448 779
3.º	1 232	369,98	455 798
4.º	1 188	396,54	471 088
5.º	1 156	425,03	491 330
7.º	1 112	488,13	542 823
8.º	1 096	523,23	573 450
9.º	1 080	560,73	605 616
10.º	1 064	601,00	639 464
11.º	1 048	644;15	675 091
12.º	1 032	690,31	712 401
13.º	1 012	739,95	748 846
14.º	992	793,08	786 733
15.º	972	849,93	826 159
16.º	948	911,00	863 613
17.º	920	976,38	898 279
18.º	888	1 046,46	929 242
19.º	856	1 121,47	959 965
20.º a 60.º	17 872	1 202,00	21 482 144
61.º e seg.	1 628	1 001,63	1 630 633
TODAS AS IDADES	40 000	—	36 004 191

(1) Entenda-se, convencionalmente, por 0mo ano de idade o período pré-natal. Os 909 000 nascituros-ano não estão incluídos na população total de 40 000 000.

CAÇÃO DO JOVEM — Se um pai arrofilho, por certo se espantaria quando o visexercer funções técnicas. Aqui a educação rios aos secundários e técnicos, tudo é caadolescentes se perde na ignorância ou ensem condições superiores de conhecimennica ao alcance das bolsas minguadas — sidade nacional.

CÁLCULO DA DESPESA MÉDIA INDIVIDUAL, ATÉ O 20.º ANO DE IDADE — 1939

TABELA III

ANOS DE IDADE	Despesa Média Individual		
	No Xmo ano de idade	Até o fim do Xmo ano de idade	Para o falecido no Xmo ano de idade
0.º (1)	150,25	150,25	—
1.º	322,02	472,27	257,59
2.º	345,21	817,48	610.35
3.º	369,98	1 187,46	1 002,47
4.º	396,54	1 584,00	1 385,73
5.º	425,03	2 009,03	1 796,52
6.º	455,44	2 464,47	2 236,75
7.º	488,13	2 952,60	2 708,54
8.º	523,23	3 475,83	3 214,22
9.º	560,73	4 036,56	3 756,20
10.º	601,00	4 637,56	4 337,06
11.º	644,15	5 281,71	4 959,64
12.º	690,31	5 972,02	5 626,87
13.º	739,95	6 711,97	6 342,00
14.º	793,08	7 505,05	7 108,51
15.º	849,93	8 354,98	7 930,02
16.º	911,00	9 265,98	8 810,48
17.º	976,38	10 242,36	9 754,17
18.º	1 046,46	11 288,82	10 765,59
19.º	1 121,47	12 410,29	11 849,56
20.º	1 202,00	13 612,29	13 011,29

(1) Entenda-se, convencionalmente, por Omo ano de idade, o período pré-natal e natal.

TABELA IV

DESPESA PARA A CRIAÇÃO	Valores Monetários Totais (Cruzeiros)		
	São Paulo (Município)	Distrito (Federal)	Recife (Município)
Dos falecidos antes do 15.º aniversário	17 449 434	22 512 258	29 805 994
Dos sobreviventes no 15.º aniversário	646 575 032	618 360 486	494 222 734
Da geração, em total, até o 15.º aniversário	**664 024 466**	**640 872 744**	**524 028 728**

TABELA V

DESPESA PARA A CRIAÇÃO	Valores Monetários Médios por Sobrevivente (Cruzeiros)		
	São Paulo (Município)	Distrito (Federal)	Recife (Município)
Dos falecidos antes do 15.º aniversário	225,48	304,17	503,89
Dos sobreviventes no 15.º aniversário	8 354,98	8 354,98	8 354,98
Da geração, em total, até o 15.º aniversário	**8 580,46**	**8 659,15**	**8 858,87**

Por exemplo, sendo de 50% o coeficiente de despesa no 10.º ano de idade, isto é, correspondendo essa despesa a 50% da do adulto, o respectivo valor monetário ficou determinado em 601 cruzeiros. Desta maneira, calcularam-se todos os valores monetários da despesa anual para as diferentes idades, que figuram na coluna central da Tabela II. No primeiro ano de idade a despesa ascenderia a cêrca de 322 cruzeiros, no quinto a cêrca de 425, no décimo a 601, no décimo quinto a cêrca de 850, e no vigésimo a 1.202. Multiplicando-se a despesa média individual de determinada idade pelo correspondente número de vivos, obteve-se a despesa total anual das pessoas dessa idade. Por exemplo, para o 10.º ano de idade, sendo de 601 cruzeiros a despesa média individual, e de 1.064.000 o número dos vivos, ficou determinado em Cr$ 639.464.000,00 a despesa total. Foram assim calculados os dados da despesa total constantes da última coluna da Tabela II.

Verifica-se, pelos dados da última coluna que, de 36 biliões de despesa anual da população brasileira, 9,24 biliões, isto é, um pouco mais de um quarto do total, são constituídos pelas despesas para as pessoas em idade inferior ao 15.º aniversário, inclusive os nascituros. Os dados da Tabela III mostram que a despesa de criação média do sobrevivente no 15.º aniversário ascende a 8.355 cruzeiros. A despesa de criação média, por sobrevivente, no mesmo aniversário, é, contudo, igual ao valor acima especificado, aumentado de uma quota das despesas para os falecidos antes do 15.º aniversário, quota que varia, como se sabe, em relação à mortalidade.

ESTIMATIVA DA DESPESA DE CRIAÇÃO, POR SOBREVIVENTE, COM O AUXÍLIO DOS DADOS DE MORTALIDADE NO RIO, EM SÃO PAULO E RECIFE

A determinação dessa quota foi tentada pelo Professor Giorgio Mortara, com o auxílio dos elementos relativos à mortalidade observada no Distrito Federal e nos municípios de São Paulo e Recife, durante o período 1939-41. Deixamos de apontar os processos técnicos utilizados, para divulgar, apenas, os resultados a que chegou aquêle técnico (Tabela IV). Cumpre lembrar, nesta oportunidade, que os sobreviventes no 15.º aniversário, de 100.000 nascidos vivos, ascendem a 77.388 em São Paulo, 74.011 no Distrito Federal e

59.153 em Recife. Dividindo-se por êsses números os correspondentes valores monetários totais constantes da Tabela IV, foram obtidos os valores médios, por sobrevivente, em cruzeiros, insertos na Tabela V.

O número dos óbitos antes do 15.º aniversário é de 22.612 em São Paulo, 25.989 no Distrito Federal e 40.847 em Recife. E a despesa média para cada falecido, ocorrida para a criação até a época do óbito, é de Cr$ 771,69 em São Paulo, Cr$ 866,22 no Distrito Federal e Cr$ 729,70 em Recife, ficando em todos os casos inferior à despesa média anual do adulto (1.202 cruzeiros). Dividindo-se, idealmente, as despesas para os falecidos, entre os sobreviventes no 15.º aniversário, coube a cada um dêstes uma quota de cruzeiros 225,48 em São Paulo, 304,17 no Distrito Federal e 503,89 em Recife, como consta da Tabela V.

A diferença entre a maior e a menor dessas quotas é relativamente grande; a de São Paulo é inferior de 278,41 cruzeiros, ou seja, de 55,25% à de Recife. No entanto, em relação ao valor total da despesa média por sobrevivente, esta mesma diferença representa apenas uma vantagem de 3,14%. À primeira vista essa vantagem parece pequena, e de fato o é, em relação ao valor total da despesa média por sobrevivente; mas, considerando-se que, mesmo se ficasse nula a mortalidade antes do 15.º aniversário, o valor verificado em Recife diminuiria apenas de 5,69%, a apreciação fica modificada e essa vantagem aparece considerável, em comparação com o máximo valor que poderia atingir. Nas próprias populações com mortalidade muito elevada, a despesa de criação para os falecidos representa apenas uma pequena fração da despesa total de criação da geração até o 15.º aniversário. Em Recife, por exemplo, representa 5,69% dessa despesa. Logo, uma redução relativamente grande dessa fração repercute numa variação relativamente pequena da referida despesa total. Em Recife, por exemplo, uma redução de 50% da primeira determinaria uma diminuição de apenas 2,84% da segunda.

Não foi ainda calculada uma tábua de sobrevivência para o conjunto da população do Brasil, conforme a mortalidade verificada nos anos próximos de 1940; e dificilmente poderá ser calculada mesmo no futuro, devido às falhas do registro civil. Pode-se, no entanto, afirmar com certeza que no conjunto do Brasil a mortalidade na infância e na adolescência é maior do que em São Paulo e menor do que em Recife. Logo, os cálculos aqui referidos permitem estimar em 8.700 a 8.750 cruzeiros a despesa média de criação por sobrevivente no 15.º aniversário, conforme a situação econômica e demográfica de 1939. A despesa média por sobrevivente no 15.º aniversário, avaliada em 8.700 a 8.750 cruzeiros, seria constituída, por conseguinte, por 8.355 cruzeiros, que representam a despesa média de criação do sobrevivente, mais 345 a 395 cruzeiros, que representam a quota média por sobrevivente das despesas de criação dos falecidos antes do 15.º aniversário. Essa quota corresponde a 4,1 a 4,7% da despesa média de criação do sobrevivente.

QUANTO CUSTARA' UM HOMEM, NOS DIAS DE HOJE?

Tenha-se em conta que o cálculo do valor monetário da despesa média anual do adulto foi feito de acôrdo com uma estimativa da despesa total dos brasileiros em 1939, cuja margem de êrro é muito larga. Não seria de estranhar se, de fato, essa despesa se afastasse de 10%, ou até de 20%, para mais ou para menos, do valor suposto de 36 biliões de cruzeiros. Por outro lado, a referida estimativa foi feita de acôrdo com o nível dos preços de 1939. Nos anos seguintes os preços dos bens e dos serviços aumentaram, de modo que o nível atual é muito e muito superior ao de 1939.

Êsse nível de vida está variando tão ràpidamente, que se torna difícil medi-lo e ainda mais difícil retificar a estimativa da despesa total dos brasileiros. O índice de custo da vida elaborado pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo acusa, para 1947, um aumento de mais de 200% nos preços verificados em 1939. Admitindo-se êsse aumento como representativo da atual situação do Brasil, os valores monetários calculados nas Tabela I e II ficariam triplicados. Dêsse modo, a despesa de criação média do sobrevivente deixaria de ser de 8.355 cruzeiros e passaria a ser de ... 25.065 cruzeiros. A despesa média por sobrevivente seria, então, ou de ..... 26.100 ou de 26.250 cruzeiros.

Convém lembrar que essas estimativas de despesa total não incluem o valor monetário dos serviços prestados gratuitamente, e que representam uma parte muito importante do custo da criação, no mais amplo e correto sentido da expressão. E' árdua e arbitrária qualquer estimativa do valor dêsses serviços, cuja inclusão no cálculo precisaria ser acompanhada por convenientes modificações dos coeficientes de despesa, e em particular por aumentos dos da primeira infância, onde a amamentação materna, por exemplo, dificilmente encontraria equivalente monetário.

AOS NOSSOS ASSINANTES

EM virtude do aumento considerável da venda do "O OBSERVADOR", cujas edições vêm sendo rapidamente esgotadas, recomendamos aos nossos assinantes que nos encaminhem suas reclamações sôbre exemplares não recebidos, nesta Capital até o dia 30 do mês seguinte, e nos Estados dentro de 60 dias depois da circulação da Revista.

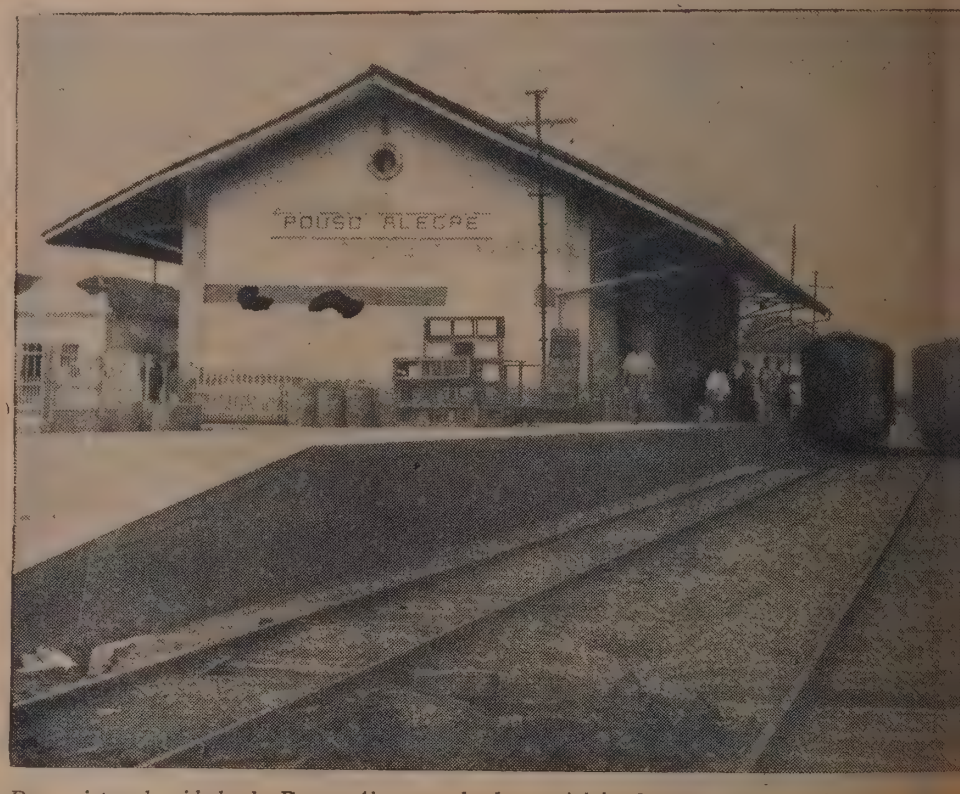
Pelas causas apontadas, não podemos aceitar a responsabilidade sôbre a entrega dos exemplares que, extraviados, não nos forem reclamados dentro dos prazos acima estipulados.

No Brasil o Município não é apenas a célula mater da nação, como temos nos habituado a dizer, mas também o fundamento da economia e, como tal, é no Município que se revelam as grandes lacunas, da mesma sorte que sobressaem as grandes perspectivas. Sempre que possível, O OBSERVADOR procura apresentar aos leitores estudos objetivos sôbre problemas municipais, estimulando os seus colaboradores para que não desprezem tão importante fonte de assuntos. Aqui está um levantamento completo, feito por Antônio Lima, do Município de Pouso Alegre, situado em progressista região e que é bem um modêlo que pode ser reproduzido para algumas centenas de outras divisões comunais.

Tempo de leitura: 45 minutos.

Pouso Alegre

Um Município do Sul de Minas



Duas vistas da cidade de Pouso Alegre, sede do município do mesmo nome. Ao alto, um logradouro público, ajardinado; em baixo, a estação ferroviária, da Rêde Mineira de Viação.

SÔBRE as altas montanhas sul-mineiras, a 508 quilômetros do Rio e a 254 de Cruzeiro, — no vale do Paraíba, — está o Município de Pouso Alegre, próximo dessas estações termais de veraneio, — das caldas, — que tanto atraem paulistas e cariocas.

O Município de Pouso Alegre localiza-se justamente nos últimos contrafortes do planalto da Mantiqueira onde terminam os altos picos e vales formando grandes *canion's* que o caracteriza, pois o planalto que se segue, o das Caldas, define-se já por ondulações mais suaves, em cujos *taboleiros* se acham suas cidades.

Para se ir a Pouso Alegre, — partindo-se de Cruzeiro, onde se faz baldeação — temos que galgar as elevadas montanhas da Mantiqueira, e para se transpôr as vertentes temos que atravessar o chamado *Túnel Grande*. Depois, o caminho férreo procura o vale do rio Lambari, galgando e transpondo grandes vales para novamente subir até a quota de mais de mil e trezentos metros no município de Maria da Fé. Já agora, busca o traçado ferroviário o curso das águas do rio Sapucaí cuja confluência com o Mandu é justamente feita

em terras do município pouso-alegrense, próximo da cidade.

Tanto o planalto da Mantiqueira como o das Caldas, — que se segue para Oeste, — tem clima muito salubre, — suiço — como dizem os médicos.

No verão, a temperatura em Pouso Alegre varia entre 20 a 24 graus. No inverno, chega a zero grau, mas, tem a média entre 6 e 8 graus enquanto que na primavera e no outono, conserva uma temperatura que varia entre 10 a 12 graus.

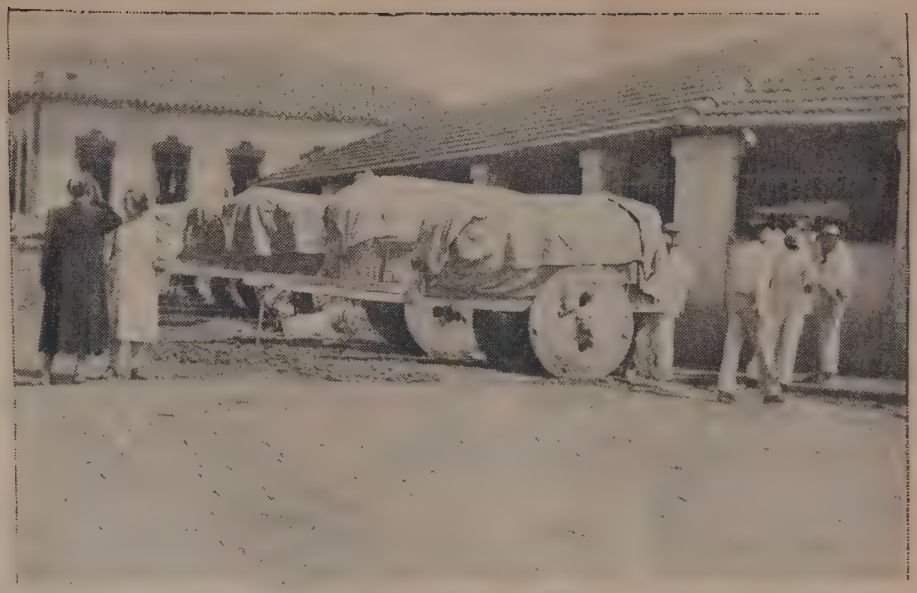
Região muito conhecida, — porém pouco explorada como estação climatérica, — Pouso Alegre presta-se — como os municípios e terras vizinhas — às mais variadas culturas de frutas e cereais europeus, sendo também seu clima e seus pastos próprios para o gado fino como veremos adiante.

O problema do lugar, porém, é a luta pelo transporte.

Na legenda do mapa número 2 vemos, com detalhes, as citações e o itinerário da linha férrea, e sob o título, *luta por um transporte melhor* podemos ver o *esquema* dêstes recursos, ferroviários na região pouso-alegrense, assim como podemos acompanhar o traçado que seguem as grandes boiadas que demandam de Alfenas e suas redondezas para Cruzeiro, onde é embarcado o gado para os frigoríficos cariocas. Damos aqui também, outros detalhes da vida na região pouso-alegrense, e, sobretudo, com referência à boa produção dêsse município.

ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS

Pouso Alegre tem uma área de 1.078 quilômetros quadrados. O quadro I que a seguir damos mostra a medida da terra em alqueires, — paulistas e mineiros, — em km2, o seu valor e sua distribuição pelos Distritos que compõem o município.



Neste mapa o autor dá idéia da intensidade da produção agro-pecuária do Município de Pouso Alegre. Noutro local, num quadro, vai a distribuição dos domicílios, propriedades agro-pecuárias, estabelecimentos comerciais e industriais do Município. No clichê ao alto, carros de boi carregados, à espera da feira, que é uma das mais fartas da região.

Neste outro mapa, esboçado pelo autor dêste estudo, vê-se a posição de uma das fontes abastecedoras de carne do Rio de Janeiro. A linha de setas mostra o itinerário e pouso dos boiadeiros que vencem as 64 léguas (384 quilômetros), através dos dois planaltos, numa marcha de 15 a 18 dias, a cavalo. Temos: 1, Alfenas; 2, Machado; 3, Gimirim; 4, Silvianópolis; 5, Pouso Alegre; 6, Santa Rita; 7, Itajubá; 8, Delfim Moreira; 9, Piquete; 10, Cruzeiro, onde embarcam o gado, pela E. F. C. B. para o Rio. A linha cortada mostra os 181 klms. já eletrificados da antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, hoje também pertencentes ao conjunto da R. M. V. Chamamos a atenção do leitor para um outro quadro, inserto neste trabalho, sob o título de "A Luta por um Transporte Melhor".

Uma plantação de café.

Pelos dados que adiante apresentamos, veremos como tôda essa terra é bem aproveitada, produzindo muito o Município, embora o sistema de transportes da região seja excessivamente deficiente como veremos.

O trabalho do homem pousalegrense, é intenso. Distribue-se 85% nas lides das diversas lavouras e criações; 10% no comércio e 5% nas indústrias, inclusive os transportes.

Pouso Alegre abastece bem seu próprio mercado e, também, o de outros municípios nas redondezas além de mandar gêneros para o Rio e S. Paulo.

A tabela de preços baratos corrente no lugar, é como veremos em ração da boa produção havendo fartura na cidade.

A intensidade do trabalho rural em Pouso Alegre, dá as lavouras e criações um aspecto suiço pelo senso do homem no seu intenso produzir.

Quadro I

DISTRITOS	Área em alqueires		Área em K2.	Valor das terras para efeitos fiscal em Cr$.
	mineiros	paulistas		
Cidade	11.208	22.417	538	12.500.000,00
Congonhal	6.104	12.209	293	9.400.000,00
Estiva	5.147	10.292	247	8.500.000,00
TOTAIS	**22.459**	**44.918**	**1.078**	**30.460.000,00**

Há no pequeno Município sul mineiro, 13 máquinas de beneficiar arroz e 9 para café.

O transporte dentro das terras do Município é feito com os seguintes veículos:

VEÍCULOS A MOTOR

Automóveis	22
Caminhões	42
Motocicletas	4
Ônibus	5

VEÍCULOS TRAÇÃO ANIMAL

Carroças	167
Carros de boi	706
Charretes	148

O número de carros de boi e de carroças que transitam dentro das fazendas e sítios mostra a intensidade do trabalho nas lavouras. A grande quantidade de carros de bois é devido a serem êstes veículos os que podem economicamente enfrentar as péssimas estradas locais.

Quanto aos transportes na parte referente a saída de gêneros e chegada de mercadorias para o comércio local, é feito em sua maioria por veículos vindo de S. Paulo pois, o setor paulista, como veremos adiante, é quem melhor atende a parte econômica do sul de Minas em geral, mas, em particular onde as linhas férreas não correspondem absolutamente e até entravam o progresso local.

ARRECADAÇÕES LOCAIS

As finanças pouso-alegrenses como a de todo município no Brasil, suporta o *ônus* que a Coletoria estadual tira para si. O quadro abaixo diz bem essa orientação errônea que teimamos em não querer modificar.

Melhor podemos avaliar ainda pela outra tabela que se segue, onde mostramos exemplos colhidos no próprio comércio, — nos contribuintes locais.

Assistimos assim serem tirados do Município os recursos com que poderia enfrentar suas despesas, ter melhorados seus serviços públicos, etc. Por outro lado, assistimos ao fato de, os que mais arrecadam, nada fazem de benefício no local.

Olhemos às duas tabelas que publicamos a seguir.

Uma boiada onde se vê nìtidamente a influência zebu. Êste gado viaja a pé, de preferência, pois pela estrada de ferro o coeficiente de perda, por morte e no pêso, é muito grande.

O autor se refere com destaque ao serviço da Remonta do Exército. Aqui estão magníficos exemplares de cavalos de tiro.

ARRECADAÇÃO EM Cr$

QUADRO II

ANOS	COLETORIAS		ORÇAMENTO
	Federal	Estadual	Municipal
1935	188.140,00	492.236,40	566.477,10
1940	356.336,00	1.256.388,70	1.050.000,00
1941	400.766,00	1.311.783,30	1.021.628,40
1942	546.182,00	1.313.942,00	1.290.464,30
1943	696.478,00	1.487.970,30	1.290.759,20
1944	914.551,00	2.099.581,70	1.271.900,00
1945	1.123.015,00	2.319.900,00	1.754.338,90
1946	1.412.895,00	2.745.724,40	1.493.986,20
1947	2.007.549,00	3.060.779,40	1.688.731,60

Tomamos no quadro acima os números das arrecadações do ano de 1935, para servir de base. Daí para cá, não somente o orçamento municipal passa a ser menor que a arrecadação estadual mas, sobretudo, é o único que tem oscilações! Os outros, somente cresceram.

Com referência a detalhes dessa arrecadação podemos ver a orientação pelo quadro que se segue pois, a tabela anexa, colhida no comércio local, mostra bem o quanto paga um mesmo contribuinte para as três arrecadações. Como sabemos é ao município que cabe quase todos os encargos dos melhoramentos. O que se poderia esperar dos poderes maiores — federal e estadual — para os problemas dos transportes, saneamentos, etc., nada disso vê o pouso-alegrense que tanto contribui.

Os exemplos que se seguem sôbre essa *apanha de dados,* falam, por si mesmo. As cifras aqui citadas, são referentes ao exercício financeiro de 1947.

Eis as tributações e a parte que toca a cada uma das diversas Repartições arrecadadoras. (Vide quadro III).

TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO

Como podemos ver, a tributação não é grande, porém mal distribuída pois, ao Município, deveria caber a maior parcela para enfrentar suas despesas, fazer os melhoramentos necessários ao urbanismo na cidade, aos serviços de águas, esgôtos, luz, distribuição da instrução na zona rural, assistência a mendicância, hospitais e tudo mais que somente de perto se possa melhor fazer e fiscalizar. As administrações dessas coisas pelo Estado, são feitas à distância, nunca são boas como as feitas no local, *de visu.*

E' que o contrato direto produz não sòmente a melhor administração mas, também, a parte relativa à própria distribuição dos benefícios. O mundo tem sido sempre assim e, não há de ser o lado rendoso que beneficia as Fazendas estaduais que queira isso modificar para ter, nas capitais, um excessivo número de burocratas. A prova disso está em Pouso Alegre que tem tudo que Deus deu, tem

TRIBUTAÇÃO DO COMÉRCIO

QUADRO III

TIPOS DE LOJA NA CIDADE	IMPÔSTO ANUAL PAGO		
	AS COLETORIAS		
	estadual (sem incluir o impôsto de vendas a vista)	federal (sem incluir o impôsto sôbre a renda)	a prefeitura local
Uma barbearia	132,10	—	132,00
Uma loja de ferragens, louças, eletricidade, instrumentos agrícolas, etc.	1.400,00	280,00	1.400,00
Uma farmácia	1.500,00	220,00	800,00
Uma loja de fazendas, roupas e armarinho, calçado, etc.	3.000,00	450,00	3.000,00
Sorvetaria, venda de biscoitos, frutas e bombons	430,00	130,00	430,60
Armazém de sêcos e molhados	3.474,20	1.050,00	3.124,00

tudo que depende do trabalho das seus filhos. Falta, porém, tudo que depende do govêrno federal e quase tudo do estadual!

A PRODUÇÃO AGRO-PECUÁRIA LOCAL

E' digna de elogio a produção agrícola do homem pouso-alegrense pois o terreno não é dos mais férteis desde

NOME DO PRODUTO	PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS	
	Unidade de medida	Quantidade média produzida por ano
Milho	sacos de 60 K	175.000
Arroz	sacos de 60 K	67.000
Feijão	sacos de 60 K	22.000
Fumo	arroba métrica	13.000
Farinha mandioca	Tonelada	5.800
Café beneficiado	arroba métrica	25.000

quando sabemos que, tanto o planalto das Caldas em geral, e mais ainda o da Mantiqueira, são terras chamadas *Itabira*, constituídas de *diabasses* em decomposição. São *gnaisses*, (filitos hematíticos) ou melhor *peróxido de ferro*, classificação feita pelo geólogo Derby, e pelos estudos de Fróis de Abreu e Alberto Lamego que chama a Mantiqueira de *teto gnaissico*. São terras sem muito *fósforo*, quase sem *cálcio*, avançando para o Oeste passam a constituir os *lençóis basaltos* que são assim até as terras das *Lavras* intercalando entre uma zona e outra essa série de estações termais, — as *caldas* características. Por isso mesmo, é que é mais notável ainda o esfôrço do homem pouso-alegrense em produzir muito e bons gêneros alimentícios cuja atividade agrícola nos fornece os seguintes dados referentes à produção local anual:

Temos nestes dados a parte relativa aos produtos de maior volume e que constituem boa fonte de renda para os lavradores locais pela exportação que fazem dos mesmos para as praças do Rio e S. Paulo, municípios das redondezas e também algumas cidades do Vale do Paraíba cuja produção, decadente no campo agrícola, as fêz tributárias de outras lavouras.

Agora, porém, vejamos outro fator notável da vida pouso-alegrense. E' o seu mercado interno que absorve grande parte da produção de legumes, cereais diversos, verduras as mais variadas, féculas, etc. Os preços convidativos mostram não sòmente o critério do comércio local, como, também ser grande a produção e quiçá a concorrência nos balcões e taboleiros que mantém o Mercado local. No mês de março último — por exemplo — os preços correntes eram:

Uma galinha	Cr$	12,00
Um frango	"	8,00
Uma dúzia ovos	"	2,80
Carne (1 k)	"	6,00
Toucinho (1 k)	"	16,00
Porco (1 k)	"	12,00
Queijo de Minas (1/2 k)	"	6,70
fubá (1 k)	"	2,20
banana (uma dúzia)	"	1,20
giló (1 k)	"	0,80
batata (")	"	2,00
chuchú (1)	"	0,80
batata doce (1 k)	"	1,00
feijão manteiga (1 k)	"	3,20
Arroz 1.ª (1 k)	"	3,20
pêra para doce (1 dúzia)	"	1,40

A abundância dessas colheitas, que em parte até cresceram, foi devida a falta de confiança nos transportes ferroviários, a falta de caminhões e o preço da gazolina que durante a guerra fêz com que os lavradores locais se dedicassem mais a lavoura havendo como no caso do arroz — que Pouso Alegre plantasse não sòmente para seu consumo regular como para vender fora do Município.

O fato é que são alegres os campos das lavouras locais, deixando isso transparecer na própria fisionomia da população. Não falta alimentos, não há filas! Não se fala na falta de arroz, farinha, ovos ou feijão.

Se essa é a conclusão a que chega o observador, outra não poderá ser a do próprio veranista, que olha a sinfonia harmoniosa que os diversos matizes da côr verde dá ao conjunto das plantações até onde permite alcançar a vista. Ora é um imenso e bem tratado arrozal, ora cafesais e, entre uns e outros, os milharais que têem em seus intervalos as viçosas favas leguminosas dos feijões.

O homem pouso-alegrense, tem senso, valor, compreensão suíça, no produzir sua lavoura e sua criação, quer pela intensidade quer pela qualidade das mesmas.

O amor à terra prevaleceu. Não houve exôdo local, e, se alguma carência de mão de obra se faz sentir atualmente é que maiores são as áreas plantadas, mais trabalho há nas fábricas locais. Tôda escassez de mão de obra é fato comum, relativo ao desenvolvimento normal e crescimento das atividades locais, tanto na lavoura e criação quanto no comércio, transportes e indústrias locais.

A valorização da terra e de seus produtos, que também valoriza o próprio homem no seu trabalho, é razão de melhor aquilatarmos o valor das áreas geográficas e também tôda produção agrícola é, e sempre foi, o reflexo do grau de civilização. Muito embora já seja Pouso Alegre uma terra regularmente povoada, não é difícil ao observador notar que poderia receber alguns milhares de colonos europeus que nêsse clima próprio poderiam introduzir entre nós uma série de culturas, diversas, além de levar aos lavradores locais outros ensinamentos, pois nota-se que o adubo quase não é usado nas culturas e outros recursos seriam trazidos, que dariam rendimento muito maior à região.

As estações de águas no sul de Minas nunca tiveram boa mesa, e muito menos alimentação conveniente aos doentes que procuram não sòmente o repouso dum veraneio e sim, também, a cura ou melhoria pela virtude das águas locais. Assim, é que todos nós sabemos que em galinha e taioba ou pernil de porco e couve, flutuam os principais pratos.

A qualquer pergunta que fizesse o veranista aos gerentes dos tais hotéis sôbre essa tão escassa e sempre repetida comida, a resposta era essa:

— Por aqui não se planta, a terra não dá nada; mandamos vir a batata e o arroz do Rio, a alface e o tomate de S. Paulo.

Encravado porém na região sul mineira, o município de Pouso Alegre planta e colhe, desmentindo assim os que dizem ser a terra improdutiva.

Um Pôsto Agro-Zootécnico federal ou estadual, deveria ser instalado em Pouso Alegre para através dêle ser dirigido o trabalho de recuperação da região sul mineira que, em breve, bem poderia imitar o trabalho do homem pouso-legrense levando fartura aos demais municípios. Pelo quadro anexo ao mapa n.º 1, vemos a distribuição da população pelas fazendas, sítios, granjas e chácaras onde sentem a felicidade no trato da terra.

No homem agricultor, êsse sentir a FELICIDADE PELA AGRICULTURA, que Antônio Feliciano de Castilho escreveu nos meados do século passado, — quando, com o advento dos primeiros grandes parques industriais — que tal permitiu a expansão da máquina a vapor, — fêz começar grandes êxodos no campo europeu e norte-americano, havendo no mundo um grande perigo de fome. Isso sòmente foi sanado em parte, algum tempo depois, quando se deu o primeiro movimento de mecanização da lavoura, permitindo que voltassem as coisas ao seu equilíbrio.

Grandes foram, na época, as campanhas dos governos para reter no campo uma parte dos seus agricultores. França, Itália, Inglaterra, Holanda, etc. fizeram verter para seus idiomas a obra do escritor português que concorreu assim, com a sua clássica cultura, para demonstrar essa felicidade do homem que planta e encontra nas lides do campo, uma vida social que o faz feliz.

* * *

Crédito agrícola, não há, pròpriamente, em Pouso Alegre. O crédito agrícola, é e sempre foi uma questão de *juros;* 8 e 10% não são convidativos para agricultores. Com referência a empréstimos a pequenos lavradores que procuram comprar alguma terra, o exemplo que aqui dou foi obtido numa conversa de café, com um cidadão que o acaso fêz sentar na mesa. Eis a conversa:

— Veio a cidade passear?

— Não. E' que o *Banco tal* me emprestou um dinheiro para comprar um sítio lá para os lados do Congonhal; venho pagar os juros e amortizar o capital. Estou aqui esperando o Banco abrir.

— Como foi sua transação?

— Comprei uns 6 alqueires de terra por dez contos de réis que o Banco me emprestou. Pago 10% ao mês sôbre êsse dinheiro e faça êsse pagamento semestralmente, dando, também, sempre, uma amortização para o capital.

— Quanto tempo tem que comprou seu sítio?

— Um ano e 8 meses.

— Já pagou alguma coisa?

— Sòmente juros, pois as despesas dos primeiros tempos até se apresentar colheitas, — quando vem e são boas, — até que cresça alguma criação, a compra de sementes, comida, enxadas, etc., sòmente agora é que permitiu começar a pagar a minha dívida; quero vê se arranjo uma acomodação com o *moço do Banco.*

— Que tem plantado no seu sítio?

— Algum arroz, colho umas sessenta sacas por ano, planto algum milho e feijão; tenho uns porcos e galinhas e algumà mandioca, e faço farinha.

— Quanto apura nisso tudo?

MAPA 1

A LUTA POR UM TRANSPORTE MELHOR

POUSO ALEGRE

RIO — 508 quilômetros: baldeação em Cruzeiro pela diferença da bitola de 1 metro da R.M.V. para 1,60 da E.F.C.B. Duração da viagem: 17 horas.

S. Paulo — (Via Cruzeiro) 499 quilômetros; baldeação da R.M.V. para a E.F.C.B. pela diferença de bitolas. Duração da viagem: 16 horas

S. Paulo — (Via Campinas) 335 quilômetros; duas baldeações. Uma nas divisas dêstes Estados, — para as linhas da E.F. Mogiana, — que embora seja da mesma bitola, não quer tráfego mútuo com a R.M.V.. A outra baldeação é feita em Campinas, essa, porém, pela diferença da bitola da Mogiana de 1 metro para a da Cia. Paulista que é de 1,60.
Duração da viagem: 13 horas

B. Horizonte — (Via Lavras-Divinópolis) 810 quilômetros; saída de Pouso Alegre ás 8,20; chegada a B. Horizonte às 18 horas do dia seguinte. Duração da viagem: 34 horas.

ILHADOS durante o verão, (o período das águas) por um lençol de lama que cobre todos os recursos rodoviários, é com tal sistema ferroviário que tem de contar o município, tornando a viagem penosa para os passageiros e duvidosas para ás mercadorias.

— No arroz uns 10 a 12 contos, — conforme; na farinha uns 4; no feijão e milho uns 2 contos e 500; os porcos tiveram a pouco uma epidemia, nada deu, e as galinhas lão com os ovos uns 3 a 4 contos.

— Então é boa sua produção, pois inda tira alimentos para a família, não é?

— Sim, é boa, mas eu *trabaio um pocado seu moço!!* Ainda não posso pensar em arranjar, — mesmo em segunda mão, um aradinho. Trabalhamos todos na enxada, sou eu, minha mulher e dois filhos para vestir, comer, remédios, escolas para os meninos, etc.

* * *

Êsse diálogo com o pequeno lavrador do lugar diz tudo sôbre crédito agrícola e financiamento entre nós. Há uma crise agrícola, mas, há outra crise bem maior, como seja a do desamparo a lavoura. Vencer, para êsse pequeno agricultor dos lados do Congonhal, é adaptar-se a gastar um mínimo possível. É ter um baixíssimo "standard" e como tal não vir a interessar como consumidor à produção industrial do país. Daí, êsse círculo vicioso. De ainda não termos um mercado interno capaz de garantir uma expansão industrial segura. Temos, nesse exemplo do pequeno lavrador, as condições básicas para quem se arrisca a plantar entre nós.

Crédito agrícola foi e é uma questão de juros; prende-se ao rendimento das culturas, ao equilíbrio da receita do lavrador, enfim, um crédito agrícola é questão sempre inerente a cada país, a cada zona. Tem sempre critério especial a ser tomado, contanto que ampare e incentive a produção para, dêsse modo, haver na produção agro-pecuária êsse sentido complementar que sempre foi necessário ao equilíbrio político-social que, juntamente com o econômico-financeiro, constituem o ritmo harmonioso sôbre que se assentam as organizações dos grandes países, sendo disso exemplo elevado os Estados Unidos.

Não se amparando a lavoura cria-se maior problema como seja o despender cambiais para comprar "petit-pois" americano, biscoitos argentinos, batatas holandesas, maçãs canadenses.

Nossa área cultivada é de apenas 15 milhões de hectares, uns 150 mil quilômetros quadrados, o que é muito pouco para quem tem 8 milhões e meio de Km2.

A Argentina cultiva seus 28 milhões de hectares e é nisso que repousa sua fôrça no mundo, inclusive seu prestígio externo. Vivemos aqui em permanente estado de subnutrição, a fome sempre foi má conselheira; nossa produção agrícola está estacionada seguramente há 16 ou 17 anos.

DA PECUÁRIA LOCAL

A pecuária, em tôda região de Pouso Alegre, é ótima e encontra para isso o bom clima, os bons pastos e o trato que lhe dispensam os fazendeiros locais, homens devotados à criação.

Há dentro do Município 94 mil bovinos; 8 mil e 500 equinos; 2 mil e 800 asininos e muares; 67 mil suinos e, aproximadamente, umas 400 mil aves domésticas.

Pouso Alegre, é o terceiro município, vendedor de banha, pois o primeiro é Pelotas, no R. G. do Sul, o segundo Osasco, em S. Paulo. Quanto aos produtos industrializados do leite, temos 320 mil quilos de manteiga e 42 mil quilos de queijo. A produção de leite local passa de 12 milhões de litros anualmente. Devido às más condições do tráfego ferroviário e o preço alto do transporte rodoviário, não pode vir nem para o Rio nem para S. Paulo, êsse leite da melhor qualidade possível, produto de um gado excelente, de raça boa e bem tratado pelos fazendeiros locais.

O Município ainda remete, para o mercado nacional, 280 mil quilos de caseína. A produção de cola feita dessa caseina chega a mais de 160 mil quilos e serve para a produção de madeira compensada.

O preço corrente, — em março último, — para o gado era o seguinte:

	Cr$
Zebu para corte e carro...	600,00
Vaca zebu leiteira.....	1.200,00
Touro zebu, reprodutor.....	2.000,00

O gado de raça europeu, — chamado mantegueiro, — o clima ajuda mantendo os animais todos os seus nobres característicos. O preço dêsse gado é o seguinte:

	Cr$
Vaca leiteira Jersey.....	2.300,00
Touro reprodutor Jersey.....	4.500,00
Vaca leiteira Guernesey.....	2.500,00
Touro reprodutor Guernesey....	2.800,00

	Cr$
Gado holandês (prêto e branco) vaca leiteira.....	4.500,00
Touro holandês (prêto e branco) reprodutor.....	8.500,00

	Cr$
Gado holandês (branco e vermelho) vaca leiteira.....	4.200,00
Touro holandês (branco e vermelho) reprodutor.....	9000,00.

Todo êste gado fino tem regime semi-estábulo; come diàriamente 1 quilo de torta de algodão, um quilo de farelinho, e, mensalmente 7 quilos de sal cujo quilo é vendido no local a Cr$ 1,30. Há na região pouso-alegrense uma boa quantidade de fazendeiros progressistas que já tem silos e banheiros, carrapaticidas em suas fazendas, havendo, também, para êsse gado, pastagens

MAPA 2

DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, PROPRIEDADES AGRO-PECUÁRIAS, ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

DISTRITOS	DOMICÍLIOS			FONTES ECONÔMICAS		
	Zona urbana	Zona suburbana	Zona rural	PROPRIEDADES agro-pecuárias	ESTABELECIMENTOS comerciais	ESTABELECIMENTOS industriais
Cidade.....	1.480	1.180	1.642	1.158	158	37
Congonhal.....	150	122	1.349	1.089	28	15
Estiva.....	77	95	1.267	1.177	22	12
TOTAIS.....	**1.707**	**1.397**	**4.258**	**3.424**	**206**	**64**

Total de Domicílios no Município — 7.462

bem cuidadas. Quanto ao "zebu", tem o seu lado econômico no regime do pasto comum e algum sal.

* * *

Há em Pouso Alegre, uma Remonta, a Coudelaria de Pouso Alegre, estabelecimento militar louvado pelos criadores da região pelos bons auxílios que presta a pecuária local. Essa Remonta, estende seus serviços aos fazendeiros cedendo os garanhões com quem cruzam suas éguas a fim de melhorar o tipo dos nossos cavalos de guerra.

E' a Remonta Militar um estabelecimento modelar, quer na sua direção técnica quer no sentido da orientação científica, no trabalho dos veterinários que alí servem. O clima da região permitiu que essa Remonta fôsse especializada em animais de tiro, no cavalo Bretão-Postier e, também, no Percheron que conservam, no bom clima pouso-alegrense, tôdas as características européias, sendo até notado nas éguas desta última raça citada, uma melhoria quanto à resistência, em relação a suas congêneres européias.

UMA BOIADA RUMA PARA CRUZEIRO

Conduzir uma dessas boiadas, é um trabalho árduo muito embora a êle estejam já acostumados os filhos da região sul-mineira.

São fazendeiros e boiadeiros que, subindo em rumo de Alfenas e municípios das redondezas, fazem da região seu centro inicial para a compra de gado nas grandes feiras locais.

Adquirem aí parte de seus primeiros lotes com que vão iniciar a marcha da boiada para o vale do Paraíba.

São boiadas grandes que se vão formar levando horas atravessando os campos, guardadas pelos vaqueiros, homens que no dizer dêles próprios, tiram cochiladas sôbre as selas dos seus manga-largas, nas rodas que montam dia e noite.

Iniciada a marcha da boiada em Alfenas ou redondezas, — conduzindo as primeiras aquisições feitas, uma ou duas centenas de bois, — começa a marcha para a travessia do planalto das Caldas que será vencido através do itinerário por: Machado, Machadinho, Campestre das Caldas, São José dos Botelhos, Poços de Caldas, Ipuiuna das Caldas, Boa Vista e Santa Rita, onde terminam as terras das caldas surgindo os primeiros contrafortes que anunciam os altos espigões da Mantiqueira. Aí, já a boiada está mais engrossada, como dizem, pois, vieram comprando e juntando o gado que já deixaram tratado para ser comprado ou então o que surge na hora para ser negociado.

E, assim, nessa marcha, entram os boiadeiros no planalto da Mantiqueira pela região de Carizona ou arraial do Retiro, seguindo depois para Silvianópolis, Borda da Mata, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São José do Alegre, Itajubá, Piranguaçu, Soledade, — hoje Itatuba, onde, então, já a boiada completa, com seus 2 ou 2 mil e 500 bois, segue para Piquete, Embaú e finalmente Cruzeiro onde embarcam o gado nos vagões-gaiolas da E. F. C. do Brasil rumo aos frigoríficos. Liga-se muito perto o Município de Pouso Alegre a essas boiadas devido ao grande número de filhos do lugar que trabalham nestas iniciativas e, por ser, também, o município pouso-alegrense um grande fornecedor de gado para as mesmas e ser um dos pontos de apoio dêssas boiadas na sua longa marcha para o vale do Paraíba. Quanto ao lado econômico destas boiadas assim trazidas, são unânimes os fazendeiros e boiadeiros locais em assegurar que, mesmo pagando um cruzeiro por cabeça de boi em cada pasto que pare a boiada; mesmo pagando hospedagem para os vaqueiros e ajudantes pelas 20 ou 25 paradas que façam e o boi perca em média seus 25 quilos, *mesmo assim*, é preferível isso a se entregar o gado a R.M.V. que nunca sabe quando tem um vagão disponível para embarcar o gado; uma vez embarcado, nunca sabe quando chega à estação de desembarque; grande número de rezes morrem nos vagões onde ficam os bois, dias e dias sem água e sem comida, além dos que morrem depois em consequência dos maus tratos recebidos, etc.

O boi emagrece mais no vagão da R. M. V. que na longa marcha que faz, — dizem todos. Convém, também, anotarmos que essas boiadas, quando atravessam as divisas do Estado, pagam 12 cruzeiros por cabeça.

Tôdas essas despesas feitas fazem com que o preço do boi se encareça aproximadamente de 130 a 150 cruzeiros pôsto em Cruzeiro.

Homens fortes, dotados de coragem e afeitos às lides dêsses rodeios, os boiadeiros da região, dizem com muita graça e um sorriso muito superior quando afirmam: *nós aqui não podemos deixar de vender o gado, mas de usar estas estradas de ferro,* — e aponta os trilhos, — *podemos, porque vamos a cavalo que é melhor, mais rápido, mais seguro, mais barato, e não precisa tanto papel para se embarcar o gado...*

* * *

ASPECTOS GERAIS DA CIDADE E DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

A cidade é pequena e bem limpa. A influência paulista é total no comércio e na indústria e, também contam os fazendeiros locais com o mercado paulista para comprar seus produtos agro-pecuários. E' natural pois os caminhões bandeirantes que sobem a Mantiqueira, levando produtos manufaturados, desçam por sua vez com a produção agro-pecuária local, num justo e recíproco interêsse.

Pouso Alegre é centro distribuidor das redondezas, atendendo ao comércio de outros municípios. São Paulo lhe dista apenas 6 horas de automóvel enquanto o Rio fica a 16 e Belo Horizonte a 22.

O Estado e a União arrecadam a parte de leão. Não levam, porém, aos pouso-alegrenses, uma estrada de ferro ou de rodagem digna dêste nome. Por sua vez, devido a pequena arrecadação, êsse problema de transportes não pode ser pensado pelo município. Em Pouso Alegre se nota que a água é boa mas precisa ser aumentada a capacidade de abastecimento; todos querem melhor luz, fios desemcapados deixam perder grande parte da energia no verde dos arvoredos; os esgôtos estão aparelhados mas já se torna necessário ampliar a rêde pois a cidade cresce, nada disso pode ser feito pelo município porque arrecada pouco e os que arrecadam muito não fazem.

Não é cara a luz pois custa 80 centavos o kilowatt e a fôrça é cobrada a razão de 26 cruzeiros por HP.

O município tem suas terras mui-o divididas, daí uma das grandes itórias quanto à sua boa produ-ão, prendendo o pequeno proprie-ário diretamente ao interêsse na erra. Numa população total de 35 il habitantes, 12 mil moram na idade e os outros 23 mil pelas fa-endas, sítios, granjas e chácaras entro do município.

Num esfôrço notável, êsses bons gricultores e criadores, tem uma rodução ótima, cujos algarismos odemos ver na primeira parte dês-e artigo.

A instrução pública é bem minis-radas por parte do Município; es-assa por parte do Estado e nula or parte da União.

Há, no município, duas escolas eunidas e dois grupos escolares do Estado, assim como três escolas oturnas. O Bispado mantém um om colégio de ensino secundário ompleto, cabendo ao Município anter mais de 40 escolas que se spalham por todos os povoados, ugarejos, vilas e arraiais.

Também é notável a eficiência da Escola para ensinar artes domésti-as às meninas e outra para ensi-ar ofícios aos meninos, ambas de niciativa do Bispado local com uxílio da Prefeitura e comércio.

* * *

Os salários são bons; um carpin-eiro, pintor ou pedreiro ganha, em nédia, a diária de 50 cruzeiros, ga-hando de 18 a 22 os serventes. Para os trabalhos da lavoura paga-e em geral entre 20 a 25 cruzei-os.

O Município de Pouso Alegre é ingular, pois, não se vê mendigos elo meio da rua. Procurando-se aber o porque, toma-se conheci-nento da ação particular e do Bis-ado, pois numa cidade pequena, é otável sabermos que funcionam ada menos de oito grandes insti-uições de caridade, que, fornecem pobreza desde casa para morar té comida, gêneros, instrução, mé-lico e farmácia, auxílio pecuniário, nclusive amparo à velhice, cuida-lo às meninas órfãs, ofícios para enores, etc. Tudo isto, é obra do omércio local, guiado pelo Bispa-lo com auxílio da Prefeitura e do ovo pouso-alegrense que susten-am essas instituições.

Nota-se, no lugar, que a única coisa errada em Pouso Alegre, é a parte da Administração feita à distância; isso é, a estadual e a federal, que sòmente se fazem sentir através das arrecadações que recolhem às respectivas Coletorias. Quanto à distribuição de benefícios feita pelas Secretarias nas Capitais, isso fica para ser dito pela rêde de transportes ferro e rodoviário locais.

A vida dos governos estaduais centralizada, atrofia a economia municipal tirando, à mesma os recursos com que os municípios poderiam melhorar seus serviços públicos, no benefício direto levado ao lugar.

Hoje em dia, com as Agências do I. B. G. E., já êsses erros são vistos e apontados. O Município, célula mater da nacionalidade, é a organização que mais precisa ser amparada. A felicidade não começa nas altas rodas federais para daí passar às estaduais e depois alcançar as municipais até ao lar e sim, ao contrário, começa pelo lar, daí ao homem no seu lugar, no seu Estado, para então ir à União, critério a ser seguido, também, com relação aos encargos a serem cobrados e aos benefícios a serem distribuídos.

Administrações feitas à distância quebram o ânimo dos municípios, lhes retira os recursos, faz todo mundo querer os grandes centros para onde correm as arrecadações e as repartições se enchem.

O sr. Novelli Junior, em discurso no Parlamento sob o título "PROBLEMAS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DOS MUNICÍPIOS", disse com acerto que: "...o clamor pelo Brasil em fora que levantam os Municípios pela sua libertação econômica e financeira é devéras impressionante, pelo legítimo lado com que procuram recursos para sua melhoria pois, não pedem para embelezar praças, nem coretos para jardins e simplesmente que lhes seja dado ter centros de puericultura, assistência aos seus filhos, etc."

A pouca importância que damos no Brasil ao municipalismo é de pasmar! Reflete-se isso diretamente no desânimo que levamos ao interior, na valorização do próprio homem no local do trabalho.

O homem no interior não tem escola porque seus municípios não lhes pode dar. Essa renda direta local que poderia ser controlada pelos filhos do lugar em sua maior parte é renda tributada para o Estado e para a União. Depois, então, fica-se pleiteando que da capital do Estado alguém se lembre de mandar para lá uma professôra, etc. Nêsse círculo vicioso vivemos nós, e, o homem do interior continua sem recursos para estudar na infância. Torna-se depois o brasileiro sem poder aquisitivo capaz de interessar a produção industrial, sabendo sòmente manejar uma enxada.

Aos filhos do lugar essa situação é, de fato, intolerável e, daí os protestos de quem contribui e vê sua rua sem calçamento e seu município sem estradas.

E' na vida municipal que o homem se radica, planta, colhe, cria, faz casa e tem sua família. E' dalí que êle acompanha o movimento que cresce com referência a sua região ao seu Estado e à União.

Compreendendo a importância da vida municipal, tal qual dá o francês no sentido dos seus *arrondissement's*, deu o americano do norte pujança econômica, ao Município, para que pudesse ter de fato autonomia. Aos estudiosos em economia não é dado querer mudar o valor dos algarismos e, daí, a realidade das estatísticas que hoje graças ao I. B. G. E., podemos contar sôbre alguns valores da vida municipal no Brasil para computarmos dados e procurarmos corrigir erros.

A desarmonia na arrecadação trás, sôbre o país, uma verdadeira convulsão administrativa cujos frutos amargos se refletem diretamente sôbre os municípios que representam o interêsse direto da riqueza e segurança nacional. E' urgente a reclassificação do nosso sistema tributário.

TRANSPORTES, O MAIOR PROBLEMA DA REGIÃO

Produzir não é sòmente ter safras e sim, também, transportar. Em economia ganha quem produz e distribui; daí a existência do comércio.

Os transportes ferroviários fornecidos pela Rêde Mineira de Viação, estão abaixo da crítica, na região sul mineira.

Tanto o material fixo quanto o rodante, tiveram completo desgaste. Pràticamente da estrada de ferro sòmente se aproveita o traçado, — aliás feito em fins do século passado nos estudos de dois notáveis engenheiros; tudo mais, requer uma completa remodelação na reforma de uns e substituição de outros equipamentos da rêde ferroviária dêste sul de Minas.

Vagões de cargas violados, cargas desfalcadas; gêneros alimentícios semanas inteiras expostas ao sol; galinhas e outros animais cujos engradados ficam dias e mais dias parados nas estações morrendo os animais; galinhas boas e de raças, que são substituídas por doentes ao longo das estações onde param os trens; sacos de arroz, milho, feijão e farinha de onde são retirados 4 quilos de um, 5 de outro, etc. Enfim, o comércio local da região sul mineira não deseja entregar nem receber nada por intermédio da R. M. V.

Em seu conjunto, é a RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO um dispara te, formando um todo dos mais heterogêneos possíveis. Sem economia para resolver as dificuldades do seu parque ferroviário, temos como que criado um impasse, numa autarquia que sòmente o interêsse político teima em não reajustar às legítimas condições de um tráfego econômico.

Olhemos êsse exemplo: parte-se de Cruzeiro com 2 locomotivas queimando carvão estrangeiro, até transpor a vertente da Mantiqueira quando se alcança Túnel grande; note-se porém que se sobe a rampa a 15 quilômetros por hora.

Depois, os declives ajudam a máquina a queimar lenha. E que economia! Que devastação nas matas! Que sujeira, que falta de segurança e de confôrto!

Olhar as condições do material rodante e fixo da R.M.V. no sul de Minas, é ver logo que sòmente uma completa remodelação resolveria o problema, remodelação que sòmente teria razão de ser em se fazendo a eletrificação da estrada. Comprar o montante de material que precisa, é o mesmo que ter de reaparelhar tôda a estrada. No entretanto, nem mesmo com máquinas queimando óleo seria economica essa estrada. O aconselhável é energia hidro-életrica que está ali a mão, em 10 ou mais pontos onde socavões formam reprêsas naturais, requerendo apenas fazer a açudagem da melhor maneira possível, pois a topografia do lugar permite distribuir essa centrais hidro-elétricas em diversos pontos, o que mais facilita ainda não sòmente o fornecimento de energia à estrada em seus diversos trechos, como, também, fornecerem essas centrais elétricas energia para luz e fôrça dos municípios sul mineiros que, em sua maioria absoluta, não têem instalações capazes de manter à noite uma luz regular, não podem ver aumentar uma fábrica local nem permitir a montagem de novas porque não há energia elétrica disponível.

Tornou-se isso um problema que requer urgente solução para a economia local e, também, o complemento necessário à garantia da eletrificação a ser feita na ferrovia da região, resolvendo assim mùtuamente êsses dois problemas de primordial importância para todos os municípios daquela área.

CAPTAÇÃO DE
ÁGUA
DO SUB-SOLO

CIA. T. JANÉR — Comércio e Indústria, tem o prazer de comunicar que a sua *Seção de Sondagens "Craelius"* atende a consultas para empreitadas de perfuração de Poços Dágua Profundos, para abastecimento dágua às Municipalidades, indústrias, hospitais, hotéis, garagens, fazendas, etc.

★

Os serviços são executados por técnicos especializados da fábrica, com as mais modernas e rapidas máquinas, de eficiência mundialmente comprovada, construidas pela Swedish Diamond Rock Drilling Company "GRAELIUS" Stockholm, Suécia, possuidora de uma experiência de 60 anos nos ramos de perfuração e pesquisas geológicas.

★

INFORMAÇÕES COM

CIA. T. JANÉR, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Seção de Sondagens "CRAELIUS"
Av. RIO BRANCO, 85 — 11.º and.
Fones: 23-0566 e 23-2064.

Símbolo de eficiência da técnica

RADIOFÔNICA

A INDÚSTRIA RADIOFÔNICA, desde os rádios de galena, até os nossos dias, evoluiu e continua evoluindo sem cessar. Longas pesquisas deram lugar a novos aperfeiçoamentos e novas descobertas, tudo produto de especialização técnica, árdua e trabalhosa. Assumpção S.A. contribuiu sensivelmente para a melhoria técnica da indústria de rádio. Em seus laboratórios e oficinas, cada pôsto está a cargo de um técnico que responde pela eficiência do seu trabalho. A rigorosa qualidade do material empregado, o profundo conhecimento dos montadores e o cuidadoso escrúpulo dos testes preliminares e finais, são testemunhados pela contra-marca ASA, caracterizando todos os receptores de sua fabricação.

ASSUMPÇÃO S.A. *RESPONDE PELO QUE VENDE*

RUA RODOLFO MIRANDA, 76 ★ CAIXA POSTAL 2025 ★ SÃO PAULO

asa de Amigos

Renda Nacional

Richard Lewinsohn

E' hoje universalmente sabido que o conhecimento da renda nacional, de seu montante bem como de sua composição, é — ou deveria ser — um dos elementos básicos para a economia política. Não se trata absolutamente de uma noção abstrata, interessando apenas alguns teóricos, e sim de um instrumento eminentemente prático, indispensável a fim de se determinar razoàvelmente a distribuição dos impostos e das inversões mínimas necessárias ao desenvolvimento do país, para julgar o ritmo de sua evolução econômica e social.

Tal fato explica e justifica, já, o vivo interêsse que a questão da renda nacional tem despertado no Brasil, nestes últimos anos, não sòmente entre os economistas, como

Eles, mais pelos outros do que por si mesmos, entregam declarações de renda às últimas horas do último dia do prazo.

Enquanto vivemos cada ano, pràticamente, o drama de uma modificação da legislação do impôsto sôbre a renda, não encontramos ainda a justa fórmula para o encontro de uma fórmula pela qual seja possível fazer o levantamento da renda nacional.

também de parte do público. Trata-se, porém, infelizmente, ainda de uma "questão", não resolvida definitivamente. De certo não faltam iniciativas no propósito de acharlhe uma solução, pelo menos "grosso modo". Já num estudo anterior sôbre êste assunto (1), tivemos ensejo de citar uma longa lista de estimativas feitas por particulares e repartições públicas, e nos últimos dezoito meses vários outros trabalhos foram empreendidos para o mesmo fim. O Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas dedicou-se à elaboração de um esquema cientìficamente bem fundado e, ao mesmo tempo, realizável com os meios estatísticos existentes ou podendo ser criados para êste fim. O professor Dias Leite, encarregado dos estudos preparatórios, mostrou recentemente, numa excelente exposição, até que ponto já progrediram êstes trabalhos sistemáticos. (2)

Entretanto, na prática, encontramo-nos ainda numa fase experimental. Excusado é dizer que as dificuldades são grandes. Mas é de certo modo consolador ver-se que nos países que possuem larga experiência neste domínio, bem como maior e melhores recursos técnicos, os esquemas estão sempre sujeitos a alterações incisivas. Nos Estados Unidos, por exemplo, foram aplicadas no ano passado modificações que fizeram de repente subir a renda nacional de cêrca de 10%. (3)

Também no Brasil pode-se constatar algumas inovações interessantes. O professor Marcelo Boldrini procurou calcular a renda nacional tomando por base das despesas de alimentação (4). Utilizando embora a mesma fórmula para a formação dos preços de varejo usada na minha estimativa anterior, chegou êle entretanto a resultados assás diferentes. O valor relativamente baixo, de cêrca de 96 bilhões de cruzeiros, para a renda nacional de 1947, provém certamente da hipótese do professor Boldrini de que os gastos para alimentação absorvem atualmente .. 60% da renda total. Tal percentagem é provàvelmente exata quando se baseia no orçamento familiar da classe operária, mas parece muito elevado para a renda global do país.

Um critério diferente serve de base ao cálculo empreendido pelo sr. Sérgio Nunes de Magalhães Jr. (5). O ilustre autor, como Diretor do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal, conduz o leitor através da selva da teoria Keyneseana, chegando à conclusão admiràvelmente simples que, nas condições particulares do Brasil, a renda nacional representar cêrca do quíntuplo do valor das exportações. Sendo esta relação talvez característica para longas períodos, oferece não obstante certos inconvenientes para uma estimativa, feita ano após ano. Assim, a renda nacional teria subido, entre 1945 e 1946, de 50% — de 61,0 bilhões para 91,2 bilhões de cruzeiros, porque as exportações aumentaram nesta proporção. Para 1947 o método daria melhores resultados: a exportação elevava-se a 21.179 milhões de cruzeiros, montante que corresponderia a uma renda nacional de 105,9 bilhões de cruzeiros.

Citamos ainda uma estimativa apresentada recentemente pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo à Conferência Inter-

---

1) "A renda nacional no Brasil", Revista do Serviço Público, Jan. e Fev. 1947.

2) Antônio Dias Leite Jr., "Renda Nacional", Revista Brasileira de Economia, Dez. 1947 e Março 1948.

3) U. S. Department of Commerce, Supplement to Survey of Current Business, "National Income" (Washington, Julho de 1947), pg. 14.

4) Marcelo Boldrini, "Conceito e determinação da renda nacional", Digesto Econômico, Dez. 1947, pp. 107-114.

5) Sérgio Nunes de Magalhães, "Os ciclos econômicos" (Mimeografado, Rio 1947).

americana de Bogotá, sob a forma seguinte: (6)

RENDAS NACIONAIS	(MILHÕES DE Cr$) 1940	1947
Total.....	50 800	120 000
Per capita.....	1 218	2 480
Per capita em U.S.$.....	61	132

O Memorandum da Federação das Indústrias não indica o método utilizado para as suas estimativas. Supomos, entretanto, que êste esteja baseado no conceito da renda produzida, brilhantemente exposto anteriormente pelo seu presidente. (7)

O algarismo global para 1947 parece-nos perfeitamente razoável. No entanto, a estimativa de 50,8 bilhões é muito mais elevada do que tôdas as outras avaliações feitas para o mesmo ano.

Se o total não fôsse completado por cálculos "per capita" na mesma base — é claro que, no quadro que reproduzimos textualmente do original, "renda per capita" significa o montante em cruzeiro, e não em milhões de cruzeiros — poder-se-ia acreditar tratar-se de um simples êrro tipográfico. Pois, na página seguinte, o Memorandum mostra a progressão do custo da vida, cujo índice, segundo a Estatística da Prefeitura de São Paulo, passou de 100 em 1940 a 334 em 1947. Dever-se-ia deduzir daí que a Renda Nacional real, quer dizer a renda medida em poder aquisitivo, teria baixado de quase 30%, já que o valor de 1947 corresponde apenas a 35.900 milhões de cruzeiros do poder aquisitivo de 1940. A diminuição "per capita" — a população aumentou provàvelmente de 1940 a 1947 de 14% — seria mesmo de 38%.

O próprio Memorandum não tira esta conclusão, manifestamente contrária à realidade, e diz mesmo que "se mantido tivesse sido o poder aquisitivo de 1940, ou a renda nacional seria a mesma de 1940 ou apresentaria apenas pequenas variações para mais". (8)

Tal julgamento será decerto subscrito por todos os observadores objetivos. Entretanto, para justificá-lo, a renda nacional deveria ter sido de cêrca de 170 bilhões de cruzeiros em 1947 ou, o que é mais provável, de cêrca de 120 bilhões para o ano passado e, para o ano de 1940, de 36 bilhões apenas, e não de 50,8 bilhões de cruzeiros. De qualquer modo, já que a estimativa provém de uma das organizações as mais importantes e competentes, seria

6) Federação das Indústrias de São Paulo, "A situação da América Latina e suas possibilidades em face do Plano Marshall" (São Paulo, Fevereiro de 1948), p. 36.

7) Roberto Simonsen, "O Planejamento da Economia Brasileira" (São Paulo, Junho de 1945).

8) Ibid., p. 37.

IMPÔSTO DE VENDAS

(Por Unidades

UNIDADES FEDERADAS	ARRECADAÇÃO (Em milhares de cruzeiros) 1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1940	1941	1942
Amazonas (1).....	7.435	10.220	13.113	14.858	20.433	19.070	27.851	2,00	2,00	2,00
Pará.....	14 439	17.634	22.706	35.794	44.267	47.491	57.737	2,50	2,50	2,50
Maranhão.....	8.496	10.491	12.495	14.205	18.471	20.963	22.009	2,50	2,50	2,50
Piauí.....	6.573	9.336	8.642	8.314	11.507	12.958	20.257	2,00	2,00	2,00
Ceará.....	7.220	10.153	9.326	10.597	21.234	27.337	42.901	0,70	0,70	0,70
Rio Grande do Norte.....	2.471	4.192	5.260	6.786	9.775	10.957	(x) 20.800	0,70	1,00	1,25
Paraíba.....	8.571	11.094	12.121	16.419	22.031	26.203	35.962	1,25	1,25	1,25
Pernambuco.....	33.167	38.722	46.045	65.142	80.689	90.289	113.036	1,25	1,25	1,25
Alagôas.....	5.029	5.865	7.684	11.411	15.633	18.165	23.764	1,25	1,25	1,25
Sergipe.....	3.636	4.217	5.190	6.983	9.021	10.038	11.977	2,15	1,25	1,25
Bahia.....	25.583	32.879	38.064	44.060	59.241	67.643	88.862	1,25	1,25	1,25
Minas Gerais.....	62.099	72.175	87.502	102.314	133.209	151.429	186.550	1,25	1,25	1,25
Espírito Santo.....	5.767	9.102	9.364	14.531	21.162	27.022	(x) 26.000	1,25	1,25	1,25
Rio de Janeiro.....	31.929	38.199	46.690	65.634	83.121	100.307	162.526	1,25	1,25	1,25
Distrito Federal (2).....	132.573	159.310	191.345	241.078	303.654	361.938	649.952	1,25	1,25	1,25
São Paulo.....	311.160	376.742	434.619	633.392	824.514	930.248	1.259.940	1,25	1,25	1,25
Paraná.....	18.577	25.409	30.593	39.568	54.091	(x) 69.669	(x) 13.000	1,25	1,25	1,25
Santa Catarina.....	12.604	15.665	20.702	27.876	38.346	44.513	61.355	1,25	1,25	1,25
Rio Grande do Sul.....	75.261	85.210	109.482	140.686	194.112	221.035	350.154	1,25	1,25	1,25
Mato Grosso.....	3.620	4.481	5.912	7.828	8.774	11.486	(x) 14.200	0,75	0,75	1,00
Goiás.....	3.906	4.990	7.473	11.625	15.498	13.923	(x) 15.000	1,25	1,25	1,25
Territórios.....	—	—	—	—	—	3.544	4.202	—	—	—
TOTAL.....	**780.113**	**946.085**	**1.124.326**	**1.519.101**	**1.988.785**	**2.286.228**	**3.201.228**	—	—	—

(1) Taxas ajustadas de acôrdo com a frequência da taxação.
(2) Arrecadação incl. a parte da União.
(x) Algarismos provisórios.

desejável esclarecer a contradição dos números.

Submetendo aqui as últimas estimativas da Renda Nacional a uma breve análise crítica, não pretendemos afirmar que à nossa própria avaliação seja impecável. Não ignoramos as imperfeições do método, a incerteza das múltiplas conjecturas que foram necessárias para preencher lacunas das fontes estatísticas. Baseando-nos sôbre a arrecadação do Impôsto de Vendas e Consignações, estamos longe de acreditar que tal processo seja em princípio o melhor, mas êle permite, pelo menos, medir as variações da renda consumida com uma precisão bastante grande. O Impôsto de Vendas e Consignações é um tributo estadual, com taxas diferentes, mas aplicado de maneira relativamente uniforme, com uma taxa única para cada Estado — taxa "ad valorem", que atinge virtualmente a totalidade das mercadorias negociadas.

O inconveniente, sob o aspecto da renda nacional, consiste em que o Impôsto atinge os mesmos objetos várias vêzes, em diferentes fases da sua transformação ou circulação. Nas notas seguintes, explicaremos pormenorizadamente os meios utilizados para reduzir esta dificuldade e completar os dados da consumação mercantil por outros itens — auto-consumação dos agricultores, habitação, serviços pessoais — que infelizmente não podem ser medidos senão de maneira sumária. Todavia, cêrca de três quartos da renda nacional se refletem neste método fielmente, e, pois que as variações do resto não representam em geral senão alguns por cento da renda total, os erros não podem ser enormes.

Os seguintes quadros mostram os principais elementos da nossa estimativa, para os anos de 1940-1946; as estatísticas fiscais para 1947 são ainda incompletas demais para serem utilizadas em função de um cálculo do valor da renda consumida. A estimativa para 1946 é publicada aqui pela primeira vez. O montante da renda nacional, neste ano, foi de 110,3 bilhões de cruzeiros, ou seja de 24,6% superior ao de 1945, mas o acréscimo do seu poder aquisitivo foi muito mais módico. O Índice do Custo da Vida no Distrito Federal subiu de 1945 a 1946 de 11,8% e o de S. Paulo (9) acusa para a mesma época um encarecimento da vida de 18,2%. O critério válido para o país inteiro está provàvelmente a meio-caminho entre os índices das duas capitais, ou seja que em 1946 o nível dos preços subiu de 15%. A renda nacional real aumentou, portanto, de cêrca de 8% — progressão confirmada, aliás, por numerosos outros índices econômicos e financeiros. (10)

9) I. B. G. E., Boletim Estatístico, Out.-Dez. de 1947, pág. 66.

10) Ver: "Conjuntura Econômica", Abril de 1948, pgs. 4 e 5.

E CONSIGNAÇÕES

FEDERADAS)

TAXAS (% do valor)				VALOR DAS VENDAS (Em milhares de cruzeiros)						
1943	1944	1945	1946	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
2,00	2,00	2,00	2,00	371.750	511.000	655.650	742.900	1.021.650	953.500	1.392.530
2,87	3,00	3,00	3,00	577.560	705.360	908.240	1.247.178	1.475.566	1.583.034	1.924.566
2,50	2,50	2,50	2,50	339.840	419.640	499.800	568.200	738.840	838.520	880.376
2,00	2,20	2,24	2,24	328.650	466.800	432.100	415.700	523.045	578.482	904.293
0,70	1,20	1,40	1,40	1.031.428	1.450.428	1.312.285	1.513.857	1.769.500	1.952.642	(x) 3.064.359
1,25	1,25	1,25	1,25	353.000	419.200	420.800	542.880	782.000	876.560	1.664.000
1,25	1,40	1,50	1,50	685.680	887.520	969.680	1.313.520	1.573.642	1.746.866	2.397.479
1,25	1,25	1,25	1,25 – agôs. 1,40	2.653.360	3.097.760	3.683.600	5.211.360	6.455.120	7.223.120	8.917.895
1,25	1,40	1,40	1,40	402.320	469.200	614.920	912.880	1.116.642	1.297.500	1.697.434
1,30	1,40	1,40	1,40	290.880	337.360	415.200	530.230	644.356	717.000	855.511
1,25	1,40	1,40	1,40	2.046.640	2.630.320	3.045.120	5.524.800	4.231.496	4.831.638	6.347.289
1,25	1,40	1,40	1,40	4.967.920	5.774.000	6.900.160	8.185.120	9.514.919	10.816.346	13.325.010
1,25	1,40	1,40	1,40	461.360	728.160	749.120	1.162.480	1.511.570	1.930.143	(x) 1.857.143
1,35	1,40	1,40	1,40 – fev. 2,00	2.554.320	3.055.920	3.735.200	3.861.777	5.937.208	7.164.779	8.706.606
1,25	1,25	1,28	1,40 – jan. 1,80	10.605.840	12.744.800	15.307.600	19.286.240	24.292.320	28.276.390	36.968.396
1,35	1,40	1,40	1,40	24.892.800	30.139.360	34.769.520	46.918.666	58.893.798	66.446.219	89.995.730
1,25	1,25	1,25	1,40	1.486.160	1.932.720	2.447.440	3.175.440	4.327.280	(x)5.573.520	(x) 9.285.714
1,30	1,40	1,40	1,40	1.008.320	1.253.320	1.656.160	2.144.307	2.738.997	3.179.496	4.382.505
1,40	1,50	1,50	1,50 – Jun. 2,00	6.020.880	6.816.800	8.758.560	10.049.000	12.940.802	14.735.666	20.425.650
1,00	1,20	1,40	1,40	482.665	597.467	591.200	782.800	731.166	820.428	(x) 1.014.286
1,25	1,40	1,40	1,40	312.480	399.200	597.840	930.000	1.106.999	994.500	(x) 1.071.428
—	—	1,25	1,25	—	—	—	—	—	283.520	336.160
—	—	—	—	**61.873.853**	**74.776.335**	**88.470.195**	**114.019.335**	**134.096.933**	**162.819.869**	**217.216.360**

NOTAS EXPLICATIVAS

Conceito de Renda Nacional (Consumida) — A renda nacional pode ser determinada segundo três critérios:

1.º — Como o valor total dos bens e serviços produzidos (Renda Produzida);

2.º — Como o total dos pagamentos feitos aos indivíduos em recompensa de suas atividades (Renda Paga);

3.º — Como o valor total dos bens e serviços consumidos (Renda Consumida).

Os resultados obtidos segundo as três definições não serão idênticos, mas existem entre êles relações que podem ser assim definidas:

Renda Produzida menos economias das Pessoas Jurídicas = Renda Paga.

Renda Paga menos economias das pessoas físicas = Renda Consumida.

A escolha entre os três conceitos de renda nacional depende principalmente das fontes disponíveis para a estimativa.

O cálculo da Renda Produzida — o conceito mais amplo — oferece, não sòmente no Brasil, mas em todos os países, as maiores dificuldades, por isso que o valor da produção — não nas fontes produtoras, mas valorizado pelo comércio para a utilização dos consumidores — não é, em parte alguma, completa e exatamente conhecido.

O cálculo da Renda Paga, de todos os conceitos, é talvez o que dá resultados mais exatos. E' utilizado nas estatísticas ("income payments to individuals") do "Department of Commerce" dos Estados Unidos e de diversos outros países, mas as fontes estatísticas disponíveis no Brasil não permitem ainda basear uma estimativa sôbre a Renda Paga.

O cálculo da Renda Consumida, pelo contrário, pode ser tentado no Brasil com maior segurança que na maior parte dos países estrangeiros, graças ao impôsto de vendas e consignações, que compreende a quase totalidade dos bens móveis negociados no país.

Eis porque a nossa estimativa visa a Renda Consumida.

Inicialmente, cumpre notar que o consumo de bens tributados não representa a totalidade da Renda Consumida. Esta se compõe de quatro grandes categorias de consumo.

1.º — artigos tributados pelo impôsto de vendas e consignações;

2.º — consumo dos próprios produtores;

3.º — habitações;

4.º — serviços pessoais.

Artigos tributados pelo impôsto de vendas e consignações. — Nossa estimativa é baseada sôbre a arrecadação do impôsto de vendas e consignações em todos os Estados e no Distrito Federal (inclusive da parte que toca ao Govêrno Federal) e nas taxas em vigor desde 1940 (Fonte: Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda).

Como as taxas são, em tôdas as unidades federativas, fixadas "ad valorem" e uniformes dentro do mesmo Estado, e como as isenções eram ínfimas, o valor total dos bens negociados pode ser estimado com grande aproximação. O dispositivo da Constituição de setembro de 1946, que isentou a primeira operação do pequeno produtor, ainda não repercutiu na tributação dêsse mesmo ano.

Quanto às taxas, fêz-se mister a proceder alguns ajustamentos, particularmente para o Estado do Amazonas. Nêste, a taxa é de 4% na entrada do armazém e de 8% na saída do mesmo, ou seja, uma taxa média de 6%. Tendo em conta que esta taxa virtualmente só é cobrada uma vez — e não três vêzes, em média, como na maioria dos outros Estados — o valor das vendas foi calculado na base de uma taxação de 2%.

O valor das vendas tributadas não é idêntico ao dos artigos consumidos. A hipótese geralmente admitida é a de que tôda mercadoria está sujeita três vêzes à tributação do impôsto de vendas e consignações. Uma vez na fonte produtora; outra no comércio atacadista; e uma terceira no comércio varejista.

No entanto, seria errôneo dividir simplesmente por três o valor das vendas tributadas, para obter o valor das mercadorias consumidas. O valor das mercadorias no comércio por atacado é naturalmente mais elevado que na fonte produtora, e o valor dos mesmos artigos no varejo, mais elevado que no comércio atacadista.

Os estudos sôbre preços realizados pelo Instituto de Serviços Sociais do Brasil (I.S.S.B.) e informações diretas por nós obtidas levaram-nos à conclusão de que, em média, os preços no comércio por atacado são 40% superiores aos das fontes produtoras; e os preços no varejo 40% superiores aos do atacado.

Podemos, por conseguinte, estabelecer o esquema seguinte:

Valor na fonte de produção.....		100
Acréscimo (custo e lucro).....	40%	
Valor no comércio atacadista...		140
Acréscimo (custo e lucro).....	40%	
		196
Valor total tributado.....		**436**

O item que figura na renda consumida é, evidentemente, o valor no comércio varejista. A relação entre êste valor e o valor total tributado — no nosso esquema 196 — $\frac{196}{436}$ indica a percentagem do valor tributado que representa a parte da renda aplicada em artigos tributados. Temos, pois, que tomar $\frac{196}{436}$ = 45% do total das vendas tributadas.

Uma parte importante da produção nacional, notadamente de gêneros alimentícios, é consumida diretamente pelo produtor sem passar ao mercado, não estando, por conseguinte, sujeita à tributação.

O valor dêstes produtos é difícil de determinar, mesmo aproximadamente. Todavia, pode-se estimá-lo com o seguinte raciocínio:

E' provável que pelo menos metade dos produtores agrícolas, isto é, pessoas ativas na economia agro-pecuária, se alimentem da própria produção. Tendo o Censo de 1940 indicado cêrca de 9 milhões de produtores agrícolas, admitimos, então, que 5 milhões de produtores (exclusive os membros da família), pertencem a essa categoria de consumidores-produtores. Não ajusta-

mos a cifra acima referida para os anos subsequentes, por isso que o acréscimo natural da população da categoria em apreço é provàvelmente compensada pelo êxodo rural e pela intensificação do comércio nas zonas rurais.

Êstes 5 milhões de produtores pertencem, na sua maioria, às classes mais pobres da população rural e sua renda era, em 1940 — ano de base do nosso cálculo — no máximo igual ao salário mais baixo dos trabalhadores industriais do interior. Dito salário era, em média, de Cr$ por mês, ou sejam Cr$ 2.280,00 por ano.

Ora, nas classes mais pobres, sobretudo do interior, a alimentação absorve cêrca de dois têrços da renda. Pode-se, consequentemente, supor que o consumo de gêneros alimentícios dos agricultores que se alimentam essencialmente de sua própria produção representava um valor de Cr$ 1.500,00 "per capita". (Cumpre notar, neste particular, que o valor dos produtos consumidos pelos próprios consumidores deve ser calculado na base dos preços do comércio varejista e não dos preços na fonte de produção).

Temos, portanto, para o ano de 1940, um valor de consumo de: 5 milhões x 1.500 cruzeiros = 7,5 bilhões de cruzeiros.

O acréscimo dêste valor nos anos seguintes foi estimado na base do aumento de preços dos gêneros alimentícios, para o que nos servimos dos dados estatísticos do I.S.S.B para os treze principais artigos de primeira necessidade.

Habitações — As despesas com a habitação são muito diferentes de uma região para outra do país. Relativamente à massa da população rural é impossível determiná-la exatamente.

Entretanto, é possível supor que, em relação ao total das populações do Brasil, a habitação absorvia, em 1940, cêrca de 15% da renda consumida.

O acréscimo das despesas com a habitação foi estimado, para os anos de 1941 e 1942, de acôrdo com o índice do aluguel da estatística do custo da vida no Distrito Federal. Em vista do fixação dos aluguéis em 1942, êste índice estacionou nos anos de 1943 a 1945.

Ora, o acréscimo natural da população, o vulto das construções nas capitais e no interior, bem como o ônus das "luvas", fazem supor que a despesa total com a habitação tenha experimentado um pequeno aumento a partir de 1942.

As cifras arredondadas em nossa estimativa representam em relação a 1943, 1944 e 1945 uma progressão, respectivamente, de 2,2%, 3,6% e 4,6% sôbre o ano anterior. Para o ano de 1946, o acréscimo foi avaliado em 6,9%, em consequência do ajustamento legal de aluguéis, vigorante no último trimestre dêste ano.

Serviços pessoais — A grande maioria dos serviços de transporte, energia elétrica, etc., está incluída na produção e distribuição de bens e seus preços, e, constituindo um elemento do custo, está compreendida nos preços das mercadorias.

Sem embargo, uma parte dêste serviço e alguns outros — despesas com médico, educação, diversões, etc. — tem um caráter pessoal e devem ser avaliados separadamente.

Seu total, em 1940, provàvelmente não ultrapassa 5% da renda consumida.

Como uma grande parte dêstes serviços está sujeita a tarifas estabelecidas pelas autoridades públicas e a um contrôle relativamente rigoroso, o acréscimo de custo para esta categoria de consumo é, sem dúvida, menos acentuado que o dos bens mercantis. Nossa estimativa está baseada na hipótese duma progressão de 10% sôbre a despesa do ano anterior.

Esta estimativa é evidentemente muito sumária, mas para o total da renda consumida as variações desta rubrica são de importância mínima.

Total da Renda Consumida. — O total, resultando da adição das quatro grandes categorias tratadas

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL (CONSUMIDA) EM BILHÕES DE CRUZEIROS

CATEGORIAS DE CONSUMO	Base de cálculo	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
Artigos tributados pelo impôsto de vendas e consignações	Vendas no varejo = 45% das vendas tributadas	28,4	34,3	40,6	52,5	61,7	75,5	97,7
Consumo da própria produção	5 milhões de produtores, Cr$ 1 500 em 1940 por produção	7,5	8,2	9,4	11,2	13,9	16,1	19,3
Habitações	15% do consumo total em 1940	6,7	7,7	8,2	8,4	8,7	9,1	9,7
Serviços pessoais	5 % do consumo total em 1940	2,2	2,4	2,6	2,9	3,2	3,5	3,8
TOTAL		**44,8**	**52,6**	**60,8**	**75,0**	**87,5**	**104,2**	**130,5**
Menos: Saldo do comércio exterior	Exportação menos importação	—	1,2	2,8	2,6	2,7	3,6	5,2
RENDA BRUTA		**44,8**	**51,4**	**58,0**	**72,4**	**84,8**	**100,6**	**125,3**
Menos: Depreciações	12% da renda bruta	5,4	6,2	7,0	8,7	10,2	12,1	15,0
RENDA LÍQUIDA		**39,4**	**45,2**	**51,0**	**63,7**	**74,6**	**88,5**	**110,3**
Índice da Renda Líquida	Base: 1940 = 100	100,0	114,7	129,4	161,7	189,9	224,6	279,9
Índice do Custo da Vida	Média entre Distrito Federal e São Paulo; Base: 1940 = 100	100,0	111,0	124,0	140,0	167,0	199,0	231,0
ÍNDICE DA RENDA REAL	Renda líquida sôbre custo da Vida Base: 1940 = 100	**100,0**	**103,3**	**104,4**	**115,5**	**113,7**	**112,9**	**121,2**

acima, necessita de um ajustamento, segundo o movimento do comércio exterior.

A partir de 1941 e até 1946, a balança do comércio exterior do Brasil acusou um grande excedente de exportações. Conquanto êste saldo positivo represente para o país uma importante economia que se exprime no acréscimo de reservas de ouro e divisas, êle constitui a parte não consumida da produção e deve, por conseguinte, ser excluído da Renda Consumida.

Renda bruta. — Deduzindo êste saldo do total dos outros itens obtemos a renda bruta, que compreende virtualmente tôdas as despesas feitas pela população do Brasil na aquisição de bens-duráveis e não duráveis — e de serviços durante o período de um ano.

Depreciações. — Nêsse total, porém, não foi levado em conta o fato de ser uma parte das despesas destinadas à manutenção de instalações — bens de produção, bens duráveis de consumo, em particular casas — e à conservação dos estóques, em resumo: a compensar e evitar depreciações.

As "depreciações", como abreviadamente se diz, constituem as despesas necessárias a que as instalações, etc., no fim do ano se encontrem no mesmo estado em que estavam no comêço; o têrmo exclui, pois, os investimentos destinados ao incremento ou melhoramento dos bens respectivos.

Na Grã-Bretanha de pré-guerra, as depreciações eram avaliadas em cêrca de 8% da Renda Bruta. A estatísticas relativas à Alemanha revelam uma relação de 9-10%. Nos Estados Unidos, as depreciações correspondiam, nos últimos anos antes da guerra, também a 9-10%. Durante o conflito, elas baixavam na Inglaterra para 5-7% e nos Estados Unidos para 4-5% da Renda Bruta. (11) Em 1946, a respectiva percentagem nos Estados Unidos atingia apenas 4,4%. (12) Em tempos normais, uma dedução de 10% da renda bruta para as depreciações deveria corresponder à realidade. Mas porque durante a guerra, por falta de importações, o equipamento técnico ficou sobrecarregado e as operações se tornaram muito onerosas, em nossa estimativa fizemos uma dedução de 12% da renda bruta, o que representa 13,6% da renda líquida.

Renda Líquida. — Deduzindo da renda bruta as depreciações, obtemos a renda consumida líquida do país.

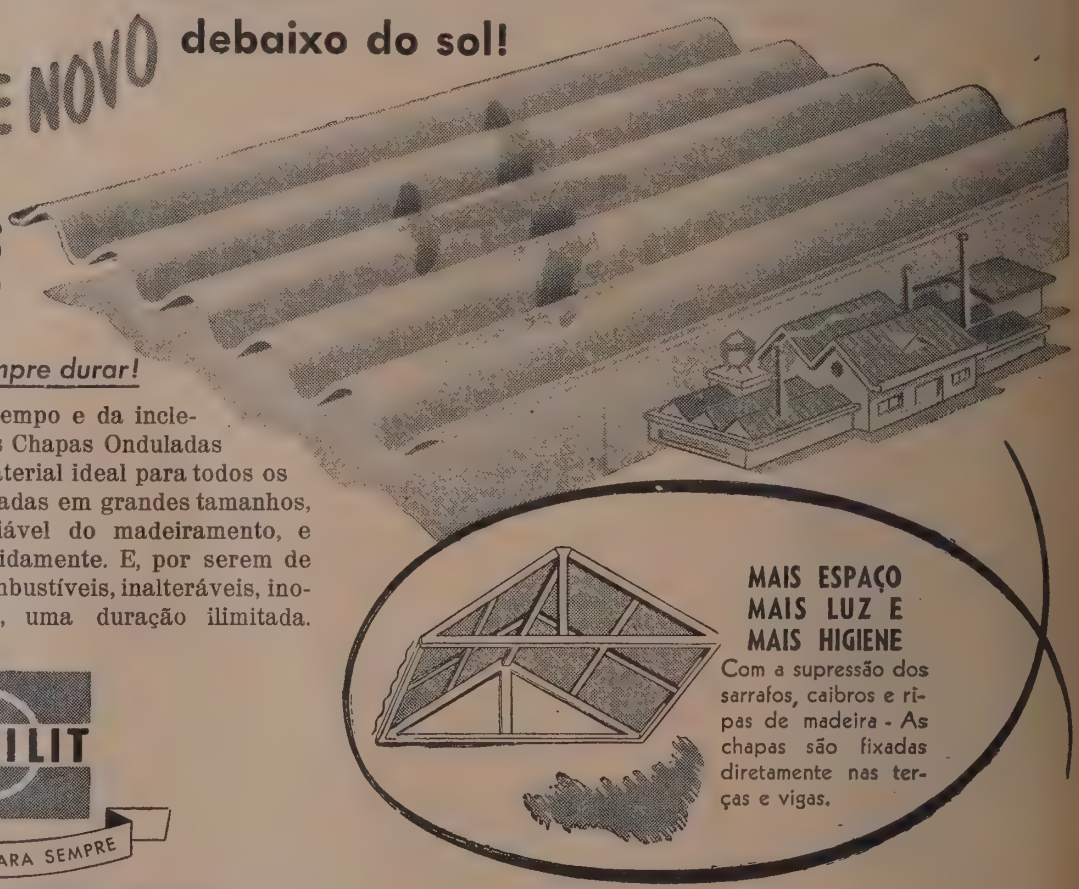
Renda Real. — Acrescentamos uma série de números-índices do Custo da Vida, representando a média dos índices para o Distrito Federal e a Cidade de São Paulo. Os dados do Distrito Federal referem-se ao orçamento de uma família com uma renda relativamente elevada; os de São Paulo às despesas atribuídas a uma família operária. De acôrdo com estas estatísticas, o acréscimo do Custo da Vida foi em São Paulo muito mais forte que no Rio de Janeiro.

Na hipótese que a média dêsses índices corresponde aproximadamente à evolução no país inteiro, podemos avaliar a Renda Real, quer dizer o poder aquisitivo da Renda Naciônal. Dividindo por cada ano o índice da Renda nacional pelo índice do custo da vida, obtemos o índice da Renda Real, com base em 1940 (= 100).

---

11) Federal Reserve Bulletin, Washington, Junho de 1946, pág. 667.
12) Ibid., Julho de 1947, pág. 911.

...HÁ ALGO DE NOVO debaixo do sol!



CHAPAS ONDULADAS "BRASILIT"

— feitas para *sempre durar!*

Sempre *novas*, apesar do tempo e da inclemência das intempéries, as Chapas Onduladas BRASILIT constituem o material ideal para todos os tipos de coberturas. Fabricadas em grandes tamanhos, economizam parte apreciável do madeiramento, e são colocadas fácil e ràpidamente. E, por serem de cimento-amianto, são incombustíveis, inalteráveis, inoxidáveis, tendo, portanto, uma duração ilimitada.

MAIS ESPAÇO
MAIS LUZ E
MAIS HIGIENE

Com a supressão dos sarrafos, caibros e ripas de madeira - As chapas são fixadas diretamente nas terças e vigas.

BRASILIT
O MATERIAL PARA SEMPRE

PRODUTO DA S. A. TUBOS BRASILIT
SÃO PAULO — Rua Marconi, 131 - 7.o Andar
RIO DE JANEIRO — Av. Pres. Antonio Carlos, 201

Arco-Artusi-876

Companhia Vale do Rio Doce S. A.

Senhores Acionistas:

Cumprindo dispositivos legais e nossos Estatutos, temos a satisfação de submeter ao vosso exame e consideração o Relatório das principais atividades da Companhia em 1947, assim como o Balanço Geral, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal.

VISITA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A 18 de Julho de 1947 recebeu a Companhia a honrosa visita do Sr. General Eurico Gaspar Dutra, que se fazia acompanhar do Sr. Eng. Clovis Pestana, titular da Pasta da Viação e Obras Públicas.

Depois de ouvir a exposição do Presidente da Companhia sôbre a situação da mesma e suas possibilidades econômicas e de visitar tôdas as dependências da casa, ouvindo as informações que lhe eram prestadas, manifestou-se bem impressionado com a obra executada e com o futuro da organização, tomando a seguir as providências necessárias para a obtenção dos recursos destinados à conclusão do seu programa de obras.

AUMENTO DE CAPITAL

Em 15 de Abril de 1946, o Presidente da Companhia fêz um circunstanciado Relatório ao Ministro da Fazenda, chegando à conclusão de que julgava ser de interêsse nacional a conclusão das obras empreendidas por esta emprêsa e de que os recursos a serem obtidos só poderiam provir de financiamento, com garantia do Tesouro Nacional, ou aumento do capital, a ser subscrito pelo Govêrno Federal.

O Ministro da Fazenda, Sr. Correia e Castro, compreendendo o grande valor que a exportação de minério, em larga escala, representará para a economia nacional, manifestou-se francamente favorável aos nossos objetivos, concordando que parte do financiamento poderia ser por meio de um empréstimo externo.

O Congresso Nacional, atendendo à Mensagem n. 566 do Sr. Presidente Eurico Gaspar Dutra, votou a Lei n. 247, de 17 de Fevereiro de 1948, que autorizou o aumento de capital da Companhia para Cr$ 650.000.000,00, correspondendo o aumento à importância de Cr$ 350.000.000,00, a ser subscrita pelo Tesouro Nacional, dividida em ações ordinárias com o valor nominal de Cr$ 1.000,00 cada uma.

Determina, também, a referida Lei, que o crédito especial a ser aberto pelo Ministério da Fazenda seja proporcionado em trinta (30) parcelas mensais, a saber: — uma de Cr$ 63.000.000,00, nove de Cr$ 13.000.000,00, dez de Cr$ 9.000.000,00 e dez de Cr$ 8.000.000,00.

Autoriza, ainda, ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional ao empréstimo de US$ 7.500.000, a ser contraído pela Companhia com o "Export-Import Bank of Washington".

Com êstes recursos pode, agora, a Companhia reiniciar a realização do seu programa de obras.

Em 1947, no entretanto, para atender aos seus compromissos mais urgentes, bem como para prosseguir obras de pequena monta e inadiáveis, a Diretoria realizou as seguintes operações de crédito, no Banco do Brasil:

1.º) — um empréstimo de Cr$ 20.000.000,00, como complemento do que fôra concedido pelo Decreto-Lei n. 9.845, de 12 de Setembro de 1946, no total de Cr$ 50.000.000,00, dos quais Cr$ 30.000.000,00 já haviam sido utilizados em 1946;

2.º) — um adiantamento de Cr$ 20.000.000,00, por conta do aumento de capital, mediante autorização do Ministério da Fazenda, ao Banco do Brasil.

Esta Companhia está pleiteando, junto às autoridades competentes, para que lhe sejam concedidos os mesmos favores fiscais conferidos a outras emprêsas congêneres, como a Cia. Siderúrgica Nacional, a Cia. Nacional de Motores, etc.

MINAS DE ITABIRA

Operação

Durante o transcurso do ano de 1947, embora não tenha sido ainda possível completar o plano de instalação das Minas, muitas obras complementares foram realizadas, visando o aparelhamento definitivo e de modo a facilitar a intensificação imediata da exploração das Minas.

Com estas providências, não só a extração de minério cresceu bastante, em relação ao ano anterior, como mesmo em relação à média anual determinada pela produção dos cinco anos anteriores.

O recebimento, é justa a referência, de seis grandes caminhões basculantes de 15 toneladas de capacidade, mesmo já no fim do ano, veio mostrar que as operações serão de muito facilitadas e o rendimento muito maior, o que importa em dizer, redução de "custo da operação".

Obras realizadas

— Construção e alargamento da estrada de 6% para as Minas do Pico do Cauê e Traçagem das Minas;
— Construção de vários "chutes" para carregamento do minério nos caminhões "Euclids" de 30 toneladas;
— Assentamento definitivo de dois compressores de ar comprimido na cota 1.100;
— Instalação da sub-estação Norte;
— Assentamento da linha de transmissão para esta sub-estação;
— Instalação no desvio do Campestre, de um Basculante para descarga dos caminhões nos vagões;
— Conclusão de 20 casas na Vila Operária;
— Construção de edifício para o armazém de abastecimento;
— Conclusão do edifício do Almoxarifado, da Oficina de Carpintaria e da Sub-estação Sul.

E' de salientar que a maior parte das despesas de 1947 consistiu em preparar as minas para uma produção em muito maior escala, que se espera para 1948.

ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS

Operação

A "operação da Estrada" apresentou, no exercício de 1947, o seguinte resultado:

—Receita do exercício ferroviário.....	58.540.977,50
—Custeio do exercício ferroviário.....	56.845.960,30
—Lucro desse exercício.....	1.695.017,20

Êste saldo, entretanto, foi insuficiente para cobrir os resultados das contas de gestão, verificando-se um prejuízo final de Cr$ 1.533.678,75. Êsse prejuízo decorre, principalmente, do aumento de vencimentos de todo o pessoal da Estrada, em 1947, no valor de Cr$ 7.000.000,00, do prejuízo verificado no Serviço de Abastecimento e Refeitórios e dos juros devidos à Caixa de Aposentadoria e Pensões.

Damos, a seguir, alguns quadros estatísticos, discriminando os transportes realizados, com as respectivas receita e despesa:

RECEITA E DESPESA

ANOS	Receita Cr$	Despesa Cr$	Saldo Cr$	Coef. Tráfego
1941...	12.930.785,40	11.759.701,90	+ 1.171.083,50	90,94%
1942...	14.892.718,40	19.187.069,00	— 4.294.350,60	128,83%
1943...	20.882.417,50	29.526.103,00	— 8.643.685,50	141,39%
1944...	42.114.784,90	38.866.983,50	+ 3.247.801,40	92,28%
1945...	45.673.467,70	50.593.084,40	— 4.919.612,70	110,77%
1946...	50.351.940,00	47.671.288,30	+ 2.680.651,70	94,67%
1947...	58.540.977,50	36.845.960,30	+ 1.695.017,20	97,19%

As principais mercadorias transportadas foram:

	1946	1947
Café (sacos).....	723.506	546.450
Madeira (ton.).....	95.896	131.901
Carvão vegetal (m3.).....	164.949	166.732
Minério (ton.).....	49.099	169.485

A *despesa* cresceu de 47.671.288,30, em 1946, para 56.845.960,30 em 1947, principalmente devido ao aumento da despesa com o pessoal, como abaixo se vê:

1942.....	10.142.587,60
1943.....	16.146.291,70
1944.....	21.239.039,20
1945.....	27.529.290,00
1946.....	28.867.412,50
1947.....	35.973.148,60

elevando o salário médio de Cr$ 14,08 em 1942, para Cr$ 23,63 em 1947, por dia de serviço.

Além dessa causa, concorreu também para a elevação da despesa da Estrada o aumento do custo dos materiais, principalmente lenha, cujo preço passou de Cr$ 12,00 para Cr$ 36,00.

Transportes

ANOS	Toneladas	Toneladas Km.	Custo médio
1946.....	432.462	108.396.060	0,439 Cr$
1947.....	514.400	174.894.815	0,320 Cr$

Para um aumento de despesa da ordem de 19,24%, foi realizado um trabalho de transporte em ton.-km. superior a 60%, reduzindo-se o custo médio da ton.-km. de cêrca de 25%.

Obras realizadas

A despeito da quase paralização das obras, por falta de recursos financeiros, mesmo assim alguns trabalhos foram realizados e entre êles:

— entregue ao tráfego o trecho entre Treviso e Colatina, na extensão de 35 kms.;
— assentamento de trilhos no trecho novo entre Colatina e Santa Joana, na extensão de 10 kms.;
— conclusão dos edifícios das agências de Vasco Coutinho, Calogi e Timbuí e residências para agentes, telegrafistas e guarda-chaves que trabalham naquelas estações.

Reaparelhamento

A Estrada recebeu nos últimos meses do ano duas (2) locomotivas Diesel-elétricas, destinadas ao serviço de manobras de pátio.

CAIS DO MINEIRO

Obras realizadas

Foram construídos mais cinco (5) metros do Cais, o que veio permitir o aproveitamento de mais uma hora de saída de minério para o carregamento dos navios por meio das transportadoras mecânicas.

VENDA DE MINÉRIO DE FERRO

a) *De exportação (ematita-alto teor)*

Durante o ano, carregamos dezenove (19) navios, com um total de 174.290.155 toneladas, representando um valor bruto de Cr$ 16.737.700,70, o que representa um notável avanço sôbre a exportação do ano anterior, que atingiu a 40.962.564 toneladas, no valor de Cr$ ..... 4.041.995,20.

O prejuízo verificado neste setor e demonstrado em nossa conta de Lucros e Perdas, tem como explicação dois fatôres alheios à administração, que serão eliminados a partir de 1948. O primeiro provém da pequena exportação realizada em 1946, já explicada em nosso relatório anterior, do que resultou a incidência de elevados custos sôbre

a pequena produção dêsse ano, encarecendo extraordinariamente os estoques que passaram para 1947. O segundo, decorre dos baixos preços alcançados no mercado internacional, em 1946, e comêço de 1947 que, por fôrça de contratos, tivemos de cumprir nos fornecimentos realizados em 1947.

Durante o decorrer de 1947, entretanto, verificou-se alta de preços de minério, derivante da grande procura, do que resultaram novos contratos, com preços majorados de 30 a 40% sôbre os conseguidos em 1946. Infelizmente com os novos preços só embarcamos em 1947 três navios, em Dezembro, razão por que não nos foi possível apresentar melhor resultado na exploração de minério.

O preço médio de venda em 1947 alcançou Cr$ 96,03, incluídos os prêmios do teor de ferro e de rapidez de carregamento, contra um custo médio de Cr$ 109,37. O custo médio da produção, em 1947, excluídos os estoques do exercício anterior, atingiu a Cr$ 103,80, valor sensivelmente inferior ao preço de venda dos novos contratos assinados, a serem cumpridos no decorrer de 1948. Aliás, pelas razões já enumeradas, a produção de 1948 deverá ser de custo muito inferior à alcançada em 1947.

As nossas exportações de hematita até o exercício passado montaram a 507.068.938 toneladas, assim distribuídas:

1943	62.928.372
1944	127.194.228
1945	101.693.619
1946	40.962.564
1947	174.200.155

b) *Consumo no país (baixo teor-canga)*

A exploração dêste minério visa, somente, atender às necessidades das Usinas instaladas dentro do limite econômico de nossa linha. No decorrer do ano fornecemos 8.690.580 toneladas, por Cr$ 234.645,60.

BALANÇO GERAL

Com êste relatório, estamos publicando o Balanço Geral levantado em 31 de Dezembro de 1947, juntamente com a demonstração de Lucros e Perdas e o parecer do Conselho Fiscal, peças essas que oferecem, em resumo, elementos de apreciação das inversões e resultados das operações de todos os setores de nossa atividade.

INVERSÕES

Em 1947, nosso ativo fixo foi aumentado de Cr$ 78.049.533,76, valor das aplicações realizadas, de caráter permanente e sem finalidade de vendas. Desde o início das nossas operações, até o término do exercício passado, o total invertido ascendeu a Cr$ 953.753.947,36, na seguinte progressão:

1943	Cr$ 333.785.516,10
1944	Cr$ 555.934.689,50
1945	Cr$ 769.963.658,00
1946	Cr$ 875.704.413,60
1947	Cr$ 953.753.947,36

DÍVIDAS E EMPRÉSTIMOS

E virtude de não se ter ultimado o aumento de capital da Companhia, dentro do exercício de 1947, foi-nos impossível solver os compromissos que oneram nosso passivo, principalmente os de curto prazo. Com Cr$ 40.000.000,00, valor das operações de financiamento que realizamos nesse exercício, acrescidos do valor das vendas de minério e a receita da Estrada, conseguimos elevar nossa inversão, fixa, em mais Cr$ 78.049.533,76 e nossos estoques, em mais Cr$ 20.000.000,00, além dos pagamentos que realizamos por conta daquelas dívidas, durante todo o decorrer de 1947. Conseguimos, ainda, assumir os compromissos decorrentes das medições finais realizadas nesse ano, provenientes de serviços executados em anos anteriores, pagos em promissórias e já resgatadas em quase sua totalidade.

Das obrigações a longo prazo verifica-se que a parcela de Cr$ 100.000.000,00 representa o primeiro grupo de debêntures emitidas, totalmente subscrito; a quantia de Cr$ 692.669.600,30, — corresponde às promissórias aceitas a favor do Export-Import Bank, decorrentes dos empréstimos de US$14.000.000,00 e 5.000.000,00, sendo que essas promissórias contêm o valor dos juros a vencer, compensadas no ativo, num total de Cr$ 299.650.115,90. A maior parcela destas obrigações, de acôrdo com o contrato, e paga em função da exportação de minério, tornando-se suave à Companhia a sua liquidação.

Finalmente, da parcela de Cr$ 280.867.538,10, cêrca de Cr$ 210.000.000,00 correspondem aos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil S. A., com garantia dos 2.º e 3.º grupos de debêntures, ainda não emitidas, e cuja subscrição deverá ser feita pelo Tesouro Nacional, de conformidade com o Decreto-Lei n. 6.605, de 20 de Junho de 1944. Os restantes Cr$ 70.000.000,00 representam o empréstimo de Cr$ 50.000.000,00 concedido pelo Banco do Brasil S. A., autorizado pelo Decreto-Lei n. 9.845, dos quais, Cr$ 30.000.000,00 foram utilizados em 1946 e Cr$ 20.000.000,00 em 1947 e Cr$ 20.000.000,00, valor do adiantamento feito pelo Tesouro Nacional, por intermédio do Banco do Brasil S. A., por conta do aumento de capital.

O empréstimo de Cr$ 50.000.000,00 foi concedido com garantia da arrecadação da taxa de renovação, a qual está sendo aplicada, integralmente, na amortização dêsse débito.

Senhores Acionistas:

Apresentando-vos êste relato sucinto das nossas atividades em 1947, não temos dúvidas em afirmar que, com os novos recursos do aumento de capital e do empréstimo externo, novas perspectivas se abrem para o futuro desta Companhia, porque, à medida que vai sendo executado o nosso programa de obras, a nossa exportação de minério vai crescendo e, com a grande procura e os preços em alta, maiores recursos nos advirão para podermos atingir os objetivos e solver os compromissos da Companhia.

Concluindo, deixamos aqui consignados os nossos agradecimentos ao Govêrno Federal, pelo apoio que tem prestado à Companhia, e aos Superintendentes, Chefes de Serviço e todo o pessoal, pela colaboração que nos vêm prestando.

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1948 — *Dermeval José Pimenta*, Presidente. — *Emygdio Berutto*, Vice-Presidente. — *Delecarliense de Alencar Araripe*, Diretor. — *Robert Kirby West*, Diretor. — *Howard Williams*, Diretor.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947, COMPREENDENDO OS DEPARTAMENTOS DA ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS; DA CONSTRUÇÃO E DAS MINAS.

ATIVO

IMOBILIZADO	Cr$	Cr$
Bens e Propriedades	558.939.976,20	
Despesas de Organização	7.255.241,40	
Traçagem das Minas	4.091.011,80	
Materiais para Construção e Obras em Andamento	383.467.717,96	953.753.947,36
DISPONÍVEL		
Caixa	395.787,70	
Bancos	81.417,80	
Export-Import. Bank — C/Abertura de Crédito	963.487,10	1.440.692,60
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
Títulos Públicos e Particulares	194.780,30	
Títulos a Receber	71.350,00	
Devedores Diversos	12.614.739,70	
Acionistas — C/Chamadas de Capital	485.200,00	
Depósitos e Almoxarifados	101.119.712,60	
Ordens de Produção	160.288,90	
Minério em Estoque	3.558.322,10	
Diversos Adiantamentos	2.787.104,10	120.991.497,70
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Cauções	149.602,30	
Poderes Públicos em Conta Corrente	1.362.831,90	1.512.434,20
RESULTADO PENDENTE		
Assistência Técnica	1.121.542,20	
Despesas Antecipadas	230.608,20	
Despesas Diferidas	51.400.923,30	
Contas em Suspenso	16.379.662,97	
Export-Import. Bank — C/Juros do Empréstimo	299.650.115,90	368.782.852,57
Lucros e Perdas:		
Do Exercício	7.267.017,92	
De Exercícios Anteriores	24.082.224,65	31.349.242,57
		1.477.830.667,00
COMPENSAÇÃO		
Depósitos p/Garantia de Riscos e Acidentes no Trabalho	200.000,00	
Contratos de Caução	4,00	
Contratos de Empréstimos	793.731.788,00	
Valores em Caução	10.000.000,00	
Ações em Caução	100.000,00	
Caixa — C/Recibos a Cobrar	485.200,00	
Tesouraria — C/Em Cobrança	5.014.486,05	
Cartas de Crédito — Exterior	170.284,30	809.701.762,35
		2.287.532.429,85

PASSIVO

CAPITAL E RESERVAS	Cr$	Cr$
Capital em Ações Preferenciais	90.000.000,00	
Capital em Ações Preferenciais ao Portador	100.000.000,00	
Capital em Ações Ordinárias	110.000.000,00	300.000.000,00
Adicional de 10% sobre Tarifas		13.333.951,10
Doações		5.000,00
Fundo de Renovação Patrimonial		12.389.538,90
		325.728.490,00
PROVISÕES		
Provições para Amortização de Equipamentos e Instalações		6.958.072,90
Previsão para Depreciações		582.067,70
Previsões Diversas		181.269,30
Previsão para Juros do Empréstimo por Obrigações		3.500.000,00
		11.221.409,90
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
Credores Diversos		33.818.367,50
Contas a Pagar		10.321.853,20
Salários não Reclamados		5.719,20
Poderes Públicos em Conta Corrente		6.450.077,50
Obrigações a Pagar		13.308.152,40
Folhas a Pagar		3.212.819,30
Cupões		221.408,00
Credores por Depósitos em Dinheiro		7.231,00
		67.343.628,70
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos por Obrigações		100.000.000,00
Promissórias a Prazo Longo		692.669.600,30
Contas-Correntes Garantidas		280.867.538,10
		1.073.537.138,40
		1.477.830.637,00
COMPENSAÇÃO		
Garantias Diversas		200.000,00
Cauções a Realizar		4,00
Empréstimos Contratados		793.731.788,00
Títulos Caucionados		10.000.000,00
Caução da Diretoria		100.000,00
Recibos de Chamadas de Capital		485.200,00
Departamento da Estrada — C/Para Cobrança		5.014.486,05
Créditos Abertos no Exterior		170.284,30
		809.701.762,35
		2.287.532.429,35

Rio de Janeiro, 20 de Março de 1948. — DERMEVAL JOSÉ PIMENTA, Presidente — JOSÉ DELL'AERA, Supte. do Dept. de Finanças. — JOFFRE VALENTE, Contador Geral — Reg. n.º D. E. C. 28.810 e D. N. I. C. 41.806

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"O Conselho Fiscal da Cia. Vale do Rio Doce S. A., tendo examinado a escrituração da mesma, da qual resultou o Balanço Geral levantado em 31 de Dezembro de 1947 e respectiva demonstração de Lucros e Perdas, pôde constatar a procedência das cifras finais constantes das contas de Lucros e Perdas, com os seguintes resultados negativos: Departamento da Estrada — Cr$ 1.533.678,75; Departamento das Minas — Cr$ 4.274.400,50 e Administração Central — Cr$ 1.458.938,67 totalizando Cr$ 7.267.017,92. Essa cifra, somada às dos prejuízos acumulados dos exercícios anteriores, representados por Cr$ 24.082.224,65, eleva o saldo desta conta para Cr$ 31.349.242,57. Constatou, outrossim, a elevação do ativo imobilizado, em relação ao exercício anterior, de Cr$ 78.049.533,76, resultantes das obras concluídas no decorrer dêsse ano. Através dos estudos realizados pela Administração da Companhia e examinados pelo Conselho Fiscal, pôde êste concluir que, com os novos valores a serem invertidos, consequente do aumento de capital autorizado pelo Govêrno Federal e pela Assembléia Geral Extraordinária de 1.º de março do corrente ano, sôbre o qual êste Conselho já teve ocasião de se pronunciar, o desequilíbrio financeiro da Companhia ficará totalmente corrigido e ainda com disponibilidades para atacar a conclusão de seu programa de obras com possibilidades seguras de alcançar sua recuperação econômica. Com essa verificação feita, o Conselho Fiscal, tendo encontrado tôda a documentação e respectiva escrituração em perfeita ordem é de parecer que sejam aprovados o balanço e as contas do exercício de 1947". Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1948. — ass.) *Xisto Vieira Filho. — Armando Alves Borges e Helvécio Xavier Lopes.*

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

	Cr$	Cr$
DESPESAS DO DEPARTAMENTO DA ESTRADA		
Custeio do Exercício Ferroviário	56.843.960,30	
Contas de Gestão	12.939.645,20	
Perdas na venda de Bens Patrimoniais	918.847,40	
Superveniências Passivas	611.808,30	
Insubsistências Ativas	796.062,10	
Perdas Diversas	82.223,45	72.194.546,75
DESPESAS DO DEPARTAMENTO DSA MINAS		
Custo da Produção e Venda de Minério	19.265.923,40	
Amortização da Inversão no Cais de Minério	1.298.648,60	
Perdas Diversas	1.410,20	
Propriedades Agrícolas	665.064,20	
Transportes	148.947,70	
Devedores Diversos — Incobraveis	25.148,40	21.405.202,50
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
Exploração do Cais de Minério	11.944,30	
Serviços Médicos	234.136,90	
Despesas de Administração	704.681,34	
Serviços e Escritórios de Compras	48.899,90	
Serviço de Contencioso	47.833,80	
Serviço de Abastecimento	47.189,40	
Superveniências Passivas	68.589,70	
Insubsistências Ativas	5.638,20	2.028.913,54
LUCROS E PERDAS		95.628.662,79
De Exercícios Anteriores		24.082.224,65
		119.710.887,44
RECEITAS DO DEPARTAMENTO Estrada		
	Cr$	Cr$
Receita do Exercício Ferroviário	58.540.977,50	
Contas de Gestão	10.496.428,00	
Lucros na venda de Bens Patrimoniais	58.122,90	
Lucros Diversos	603,10	
Superveniências Ativas	114.129,50	
Insubsistências Passívas	1.450.607,00	70.660.868,00
RECEITAS DO DEPARTAMENTO DAS MINAS		
Valor das Vendas Realizadas	16.972.346,30	
Serviço de Abastecimento	40.599,50	
Insubsistência Passivas	4.128,00	
Renda Eventual	107.506,60	
Descontos Ativos	513,30	
Juros Ativos	5.708,30	17.130.802,00
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
Rendas Financeiras	256.038,17	
Diferenças de Câmbio	50.667,30	
Superveniências Ativas	253.931,60	
Insubsistências Passivas	9.337,80	569.974,87
		88.361.644,87
LUCROS E PERDAS		
Deste Exercício	7.267.017,92	
De Exercícios Anteriores	24.082.224,65	31.349.242,57
		119.710.887,44

Rio de Janeiro, 20 de Março de 1948. — DERMEVAL JOSÉ PIMENTA, Presidente. — JOSÉ DELL'AERA, Supte. do Dept. de Finanças.— JOFFRE VALENTE, Contador Geral — Reg. n.º D. F. C. 28.810 e D. N. I. C. 41.806

RELAÇÃO DE ACIONISTAS EM ATRAZO, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1947

CAPITAL INICIAL

NOMES	Quantidade de ações	Importância Cr$
1 — Abel Garcia Leão	5	1.000,00
2 — Adalberto de A. Calvalcanti	5	3.000,00
3 — Afonso José de Barros	2	800,00
4 — Alcides Luiz de Oliveira	1	800,00
5 — Alexandre Amancio Souza	1	400,00
6 — Alice E. de A. Cavalcanti	5	3.000,00
7 — Anselmo Medeiros Nortin	1	800,00
8 — Antônio Cordeiro Tupa	2	800,00
9 — Antônio da Costa Carvalho	1	200,00
10 — Antônio de Moura Monteiro	1	200,00
11 — Antônio Dias	1	800,00
12 — Antônio Maimone	1	800,00
13 — Antônio Santos Galante	10	2.000,00
14 — Antônio Theodoro Rodrigues	1	800,00
15 — Argentino Santiago	5	1.000,00
16 — Arthur Marques	5	3.000,00
17 — Ataliba Moreira	1	400,00
18 — Belmiro de Carvalho	1	400,00
19 — Benedito de Souza	1	800,00
20 — Bruno Geraldo Schetino	1	800,00
21 — Carlos Paula Andrade	1	600,00
22 — Carlos João Anderson	10	2.000,00
23 — Clementino Antônio Pereira	1	800,00
24 — Climero Rodrigues de Carvalho	1	800,00
25 — Dilermando R. de Melo	2	1.600,00
26 — Djalma Murta	2	800,00
27 — Dório Silva ,Dr.	5	4.000,00
28 — Dulce Lage Brandão	100	20.000,00
29 — Edson Mialaret	1	400,00
30 — Elisa Cruz de Carvalho	1	800,00
31 — Estêvam Salvador M. Brina	1	800,00
32 — Euro Feleciano Alves	1	400,00
33 — Fábio de Melo Tancredi	1	200,00
34 — Fernando Alves Meira	5	4.000,00
35 — Francisco Alves Pereira	1	600,00
36 — Francisco Rodrigues de Oliveira	10	2.000,00
37 — Frank Jorge Davis	5	2.000,00
38 — Generoso Alves da Silva	1	600,00
39 — Geraldo José Furtunato Romano	1	800,00
40 — Gilberto de A. Cavalcanti	5	3.000,00
41 — Guilherme Woods Soares	10	2.000,00
42 — Gumercindo José Gomes	1	600,00
43 — Henriqueta Piaú de Araujo	1	800,00
44 — Iberê Gílson	2	800,00
45 — Jader Marciano Rodrigues	1	400,00
46 — Jason Ribeiro do Prado	1	800,00
47 — João Cruz Sobrinho	1	800,00
48 — João Gonzalez	2	1.600,00
49 — João Paulo Botelho	1	800,00
50 — Joaquim dos Santos Salgueiro	1	200,00
51 — Jorge de Melo Feijó	50	40.000,00
52 — José Batista de Carvalho	2	1.600,00
53 — José Bento Guimarães, padre	1	800,00
54 — José Canedo	2	400,00
55 — José Gorgosinho de Carvalho	2	400,00
56 — José Couto Estácio	2	400,00
57 — José da Rocha Alves Corrêa	10	2.000,00
58 — José Mansur Brina, monor (JoãoL. Brina)	1	800,00
59 — José Mathias da Cruz	1	800,00
60 — José Rodrigues de Oliveira	1	800,00
61 — José Ubaldo dos Santos	1	800,00
62 — José Vargas da Silva	5	4.000,00
63 — Larécio Teodoro de Andrade	1	200,00
64 — Leonardo Cristino	2	400,00
65 — Luiz Augusto do Lago	1	200,00
66 — Manoel Borges Moreira Garcia	10	4.000,00
67 — Manoel Byrro	5	3.000,00
68 — Marcelino de Almeida Lima	2	1.600,00
69 — Maria de Lourdes Piza Barreto	1	800,00
70 — Mário Corrês de Sampáio Prado	2	1.200,00
71 — Mário de Oliveira Barbosa	50	30.000,00
72 — Mário de Paulo Andrade	1	200,00

	NOMES	Quantidade de ações	Importância Cr$
73	— Máuro da Silva Gouvêa	20	4.000,00
74	— Nair Ferraz do Nascimento	1	600,00
75	— Nelson Simões Corrêia, Dr.	2	800,00
76	— Nestor José do Nascimento	2	1.200,00
77	— Neusa Cruz de Carvalho, menor	1	800,00
78	— Ney Rebelo Guimarães	1	600,00
79	— Oréstes Barros de Almeida	2	800,00
80	— Orosimbo José da Silva	1	800,00
81	— Oscar Cardoso	1	200,00
82	— Osório Carlindo de Sá	5	3.000,00
83	— Palmyra Reis Beluco	1	400,00
84	— Paulo Carlos de Oliveira, Dr.	5	2.000,00
85	— Raul Pompéa dos Santos	2	400,00
86	— Raimundo Martins da Costa	1	200,00
87	— Reis Vidal	1	800,00
88	— Saint Clair Valadares Jr.	1	800,00
89	— Salim Sá	1	800,00
90	— Serraria Itueta Ltda	50	20.000,00
91	— Sociedade Agrícola Elias Bauab	10	8.000,00
92	— Tancredo de Nascimento Mineiro	1	800,00
93	— Tupy Costa Coelho	3	1.200,00
94	— Ubaldino de Gusmão Figueira, Dr.	10	2.000,00
95	— Wanda Abreu Prates	1	800,00
96	— Zenetilde Antônio Santos	1	800,00
97	— Oscar Silveira Ledo	10	4.000,00
98	— José Pinheiro Chagas Filho Dr.	150	60.000,00
99	— Augusto Couto, Dr.	1	400,00
			287.400,00

RELAÇÃO DE ACIONISTAS EM ATRAZO, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1947

AUMENTO DE CAPITAL

	NOMES	Quantidade de ações	Importancia Cr$
1	— Achiles Seára de Oliveira	1	300,00
2	— Adalgiso Júlio da Silveira	1	500,00
3	— Agenor da Cunha Franco	1	300,00
4	— Alvaro Braz	1	500,00
5	— Américo Varela	1	500,00
6	— Antônio Alves Cunha Campos, Dr.	10	5.000,00
7	— Antônio Avelino Pineiro, Dr.	3	2.100,00
8	— Antônio Caetano da Silva Guimarães Júnior	1	500,00
9	— Antônio Ferreira Rodrigues, menor	5	1.500,00
10	— Antônio Julio Ferreira Rodrigues	5	1.500,00
11	— Antônio Noronha, Dr.	5	2.500,00
12	— Antônio Teixeira de Andrade	1	700,00
13	— Armando Teixeira Sodré	2	1.000,00
14	— Arol Teixeira Sodré	2	1.000,00
15	— Asplésio Theodoro de Souza	5	3.500,00
16	— Augusto Ferreira Rodrigues, menor	5	1.500,00
17	— Aydano Fontes	2	1.400,00
18	— Cecelia Maria de Paiva Vilas Boas, menor	1	700,00
19	— Cornélio Pimenta	1	500,00
20	— Delba Monducci	1	700,00
21	— Edilberto Ribeiro Fortes	1	300,00
22	— Edson Ferreira Nagem	1	700,00
23	— Edward Leão	1	500,00
24	— Eliezer José da Santana	1	500,00
25	— Elizeu Pereira da Silva	1	700,00
26	— Elminda Bragança de Albuquerque	5	2.500,00
27	— Etna Monducci	1	700,00
29	— Evaristo Pereira de Souza	2	1.400,00
29	— Fernando Garcia Campinha	1	700,00
30	— Francisca Garcia Campinha	2	1.400,00
31	— Francisco de Paula Furtado Mendonça	1	500,00
32	— Frederico Navarro da Cruz Filho	20	14.000,00
33	— Frederico Navarro da Cruz Filho	6	4.200,00
34	— Genesco S. Veloso	1	500,00
35	— Ilka Sodré Salgado	2	1.000,00
36	— Italo Palazzo	3	2.100,00
37	— Itamar Soares Lopes	1	700,00
38	— Joaquim Braz Tinoco	20	6.000,00
39	— Joaquim José da Costa Júnior	3	1.500,00
40	— João Alfredo de Menezes	5	2.500,00
41	— João Ferreira Rodrigues, menor	5	1.500,00
42	— João Franceschini	1	500,00
43	— João Garcia Campinha	1	700,00
44	— João Melo Gomide	10	7.000,00
45	— João Miguel Alves	1	500,00
46	— João Urbano de Figueiredo Filho	15	7.500,00
47	— João Valentim Mendes	5	1.500,00
48	— José da Mata Lopes Filho	1	700,00
49	— José de Castilho Brandão	1	300,00
50	— José Eduardo Soares de Moura	1	700,00
51	— José Ibrahim de Carvalho, Dr.	10	3.000,00
52	— José Magalhães Dias	25	12.500,00
53	— José Motta	5	1.500,00
54	— José Paixão de Souza, Dr.	2	600,00
55	— José Pinto Rennó	1	700,00
56	— José Santana	1	500,00
57	— José Ibaldo Lomonaco	5	2.50,00
58	— José Zacharias	1	500,00
59	— Julio Caponi	2	1.400,00
60	— Luiz da Silva Coelho	1	500,00
61	— Luiz Paulo Nascimento	1	300,00
62	— Manoel Fernandes de Melo, Dr.	2	1.000,00
63	— Manoel Garcia Caminha	1	700,00
64	— Manoel Gonçaves Garcia	5	3.500,00
65	— Maria de Loudes Teixeira Sodré	2	1.000,00
66	— Maria Elisa Mendes Vilas Boas, menor	1	700,00
67	— Maria José Michel, menor	5	2.500,00
68	— Meneval Corrêa Lima	1	300,00
69	— Miguel Ribeiro de Souza	10	5.000,00
70	— Miguel Ribeiro de Souza	2	1.000,00
71	— Milton Elena Tropia	1	500,00
72	— Moacyr Rezende, Dr.	10	5.000,00
73	— Odete Antonio Silva	5	2.500,00
74	— Odete Renó	2	1.000,00
75	— Odilon Castelo Borges	1	700,00
76	— Odilon Paes de Almeida	5	1.500,00
77	— Olegário José da Mata	1	300,00
78	— Olga Teixeira Sodré	2	1.000,00
79	— Onesima de Miranda Lima	5	3.500,00
80	— Orozimbo Gomes de Almeida	3	2.100,00
81	— Oscar Alves Vieira	1	500,00
82	— Oscar Paes de Carvalho	1	500,00
83	— Osório de Nascimento Faleiros	1	500,00
84	— Pedro Luiz Zanadrêa	5	1.500,00
85	— Rafael da Silva Lisboa	5	3.500,00
86	— Renato Santos, Dr.	1	300,00
87	— Reynaldo Navarro da Cruz	6	4.200,00
88	— Ricardo Dayan	2	600,00
89	— Roque Prestes	1	500,00
90	— Ruy Barbosa de Oliveira	10	7.000,00
91	— Sebastião Lisboa	10	7.000,00
92	— Sebastião Soares	3	2.100,00
93	— Sílvia Bacelar Lisboa	5	1.500,00
94	— Tenisson Fabri	1	500,00
95	— Theodomiro Serra	5	2.500,00
96	— Thomaz de Azevedo, Dr.	2	1.000,00
97	— Toto Romano	6	4.200,00
98	— Vitor Bastos Navarra da Cruz	6	4.200,00
99	— Valdemar da Costa Faria	1	300,00
100	— Washington dias Aragão	1	300,00
101	— Wilson Damião	1	500,00
102	— Wladimir da Silva Araujo	1	300,00
103	— Zoila Caldas Ribeiro	10	7.000,00
			197.800,00

CRISE DE HABITAÇÃO

Alberto A. C. de Queiroz

JAMAIS um problema de tanta relevância e de consequências tão amplas foi tratado com igual descaso pelos homens públicos no Brasil como êste da habitação. Sucessivas leis de emergência — as chamadas leis do inquilinato — vêm constituindo o paliativo criminoso de um estado crônico de insuficiência no mercado imobiliário, que, rapidamente, vai chegando às raias de uma crise de grandes proporções.

Sentindo êsse estado de coisas, percebendo-lhe a gravidade, vivendo nêle enfim, os nossos homens públicos vêm, sistematicamente, fechando os olhos à realidade ou tentando formar o ambiente ilusório das soluções que não chegam a atingir o âmago do problema.

E' enfim o receio de adotar diretrizes radicais, de atacar sem meias medidas essa questão vital, o mêdo — sim, porque não dizer, o mêdo — de expor-se às possibilidades mínimas de fracasso, possibilidades que o simples bom senso repele desde o início, é apenas isto que nos vai levando à crise mais séria da vida urbana no Brasil nestes últimos tempos.

Que providência tem tomado o Govêrno para resolver o problema da falta de casas? Tem construído? Tem facilitado o crédito para construções? Tem auxiliado a produção, a importação, o transporte de materiais? Afinal o que tem feito? Tem determinado absoluta retração de crédito; a produção de materiais de construção continua seriamente tributada; as tarifas das estradas de ferro oficiais vão sendo elevadas sem cessar. Apenas a Fundação da Casa Popular vai construindo algumas dezenas de pequeninas casas, nos subúrbios das grandes cidades: os Institutos, por fôrça de campanha contrária vigorosa, cessaram ou reduziram consideravelmente as operações imobiliárias.

Em compensação o Govêrno tem feito leis. E quem se der ao trabalho de fazer o confronto dessas leis, desde a primeira expedida, até os ante-projetos da que, em breve, será sancionada, chega a conclusões de fatos interessantes. Verifica, em primeiro lugar, que o rigor, de uma forma

PERGUNTAS SEM RESPOSTA

Na crueza das observações feitas pelo autor se tem uma vista ampla de como está praticamente abandonado, apesar do grande alarde feito em tôrno do problema, aquilo que é uma das mais graves questões nacionais — a crise de habitação nos principais centros, dando lugar a um desequilíbrio enorme nos orçamentos particulares.

Perguntas aqui formuladas ficam sem resposta:

— Que providências têm sido tomadas para resolver o problema da falta de casas?
— Quem tem construído?
— Foi facilitado o crédito para construções?
— Houve auxílio à produção, importação e transporte de materiais de construção?
— Afinal, o que foi feito?
São perguntas que ficam sem resposta.

Tempo de leitura: 8 minutos.

geral, isto é, com proprietários, inquilinos e sub-inquilinos, foi crescente nas várias etapas; que as providências foram gradativamente assumindo o caráter de um policiamento total das relações entre locador, locatário e sub-locatário, a ponto de quase nada poderem fazer sem autorização ou verificação oficial. Isto constitui, afinal, a melhor prova da agravação contínua da crise.

Outra observação que se pode fazer é a seguinte: mais alguns passos ou, talvez, no próximo passo (se o rumo se mantiver o mesmo) o direito de propriedade será violentamente desrespeitado. De fato, não tendo mais para o que apelar, desde que a situação evoluiu a tal ponto que a verdadeira solução é hoje tardia, o legislador cogita em dar um golpe de morte no direito de propriedade.

O último ante-projeto apresentado suspende, por um ano, as ações de despejo, exceto as que se fundarem em falta de pagamento de alugueres. Ficaria assim proibida a retomada do imóvel para uso próprio, sem qualquer exceção.

Até que ponto é inconstitucional êsse dispositivo do ante-projeto, di-lo-á por certo a Comissão de Justiça da Câmara, ao primeiro exame. Inconstitucionalidade manifesta que não requer análise meticulosa da Carta de 1946 para ser evidenciada, porque o respeito à propriedade privada, em têrmos que não ofendam o bem-estar social, é da própria índole do regime democrático.

As ressalvas feitas pela Constituição ao direito de propriedade são exceções que cumpre entender em seu caráter restrito. Generalizá-las, será cometer o êrro de transformar em norma ampla a regra do caso especial.

"E' garantido o direito de propriedade — diz o § 16 do art. 141 — salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública *ou por interêsse social,* mediante prévia e justa indenização em dinheiro".

E' à luz dêste preceito, contido no Capítulo dos Direitos e das Garantias Individuais, que se deve entender o art. 147 do Título da Ordem Econômica e Social, o qual estabelece: "O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141 § 16, promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos".

Se a garantia assegurada no primeiro dispositivo transcrito sofre ressalvas, cumpre notar que o objetivo de tais restrições é, expressamente, ou a utilidade e necessidade públicas ou a defesa do interêsse social. Esta última só tem cabimento quando se manifesta, sob qualquer das suas modalidades, o abuso do poder econômico (art. 148).

Ora, na hipótese da lei do inquilinato, qual o abuso de poder econômico exercido pelo proprietário que pede o imóvel urbano para uso seu e de sua família? Qual o prejuízo social daí decorrente se dois interêsses individuais igualmente respeitáveis se chocam estando, todavia, um dêles melhor amparado porque é o do proprietário que reclama o que lhe pertence para seu próprio uso?

A Constituição não foi, nem poderia ir, além do justo limite. O contrário seria autorizar verdadeiro confisco de direitos, sem qualquer base no interêsse social. Seria a revogação expressa da legislação civil vigente, tôda ela inspirada no preceito basilar: "A lei assegura ao proprietário o direito *de usar, gozar* e *dispor de seus bens*, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua" (Código Civil — art. 524).

Só deve prevalecer sôbre êste princípio a conveniência social manifesta. Apenas sobrepuja o direito individual o interêsse coletivo e não outro interêsse individual.

Alguém já levantou a voz, nas últimas discussões, mostrando a subversão que as sucessivas leis do inquilinato vêm trazendo, ultimamente, ao direito de propriedade, já quase transformado em espécie de enfiteuse na qual o proprietário é simples detentor do domínio direto enquanto ao inquilinato cabe o domínio útil.

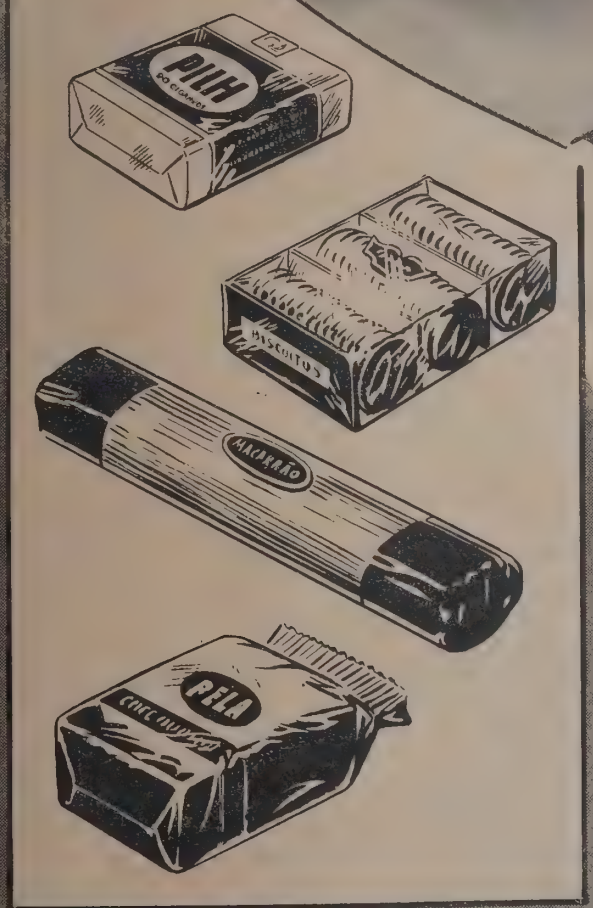
Façamos votos para que a desorientação e os desmandos em matéria econômica, responsáveis por tal situação, não nos levem também à anarquia em matéria jurídica. Sem dúvida os inquilinos devem ser defendidos. São o maior número e a êles cumpre endereçar, de forma especial, a proteção de um estado democrático. E' possível defendê-los do abuso do poder econômico, sem cair no abuso da autoridade e na derrogação de princípios que constituem fundamentos do regime.

Cumpre notar enfim que o ante-projeto da lei do inquilinato há pouco divulgado, como está redigido, atinge e desfavorece principalmente o pequeno proprietário aquêle que, em regra, quando pede o seu imóvel é porque realmente dêle necessita, por ser quase sempre o único. De qualquer forma a retomada para uso próprio deve ser admitida em todos os casos, embora se submeta o não uso posterior à penalidades severas. Transformado em lei o citado ante-projeto, situações calamitosas surgirão por certo. Basta considerar o número de pessoas que já adquiriram casas para sua residência, em virtude da própria crise de habitações e que ficariam na impossibilidade de requerer a desocupação. Em determinadas hipóteses chegar-se-ia ao absurdo de pagar mensalidade mais elevada pelo empréstimo hipotecário realizado, pelo financiamento obtido, do que a recebida a título de aluguel tabelado e ter que suportar o prejuízo inevitável dada a imposição da lei.

Erros desta natureza desmoralizam os poderes públicos, geram a insegurança e o mal-estar, desde que representam inqualificável desrespeito de direitos adquiridos que não podem deixar de estar sob a tutela do Estado.

O êxito nas vendas

DEPENDE MUITO DA APRESENTAÇÃO DE SEUS PRODUTOS!



De transparência perfeita e grande elasticidade, VOTOCEL garante a apresentação mais atraente, mais resistente — e de proteção mais duradoura a seus produtos.

Impermeável — Em côres e branco
Bobinas de qualquer largura
Pêso: 30 g p/m e outros
Fôlhas de 90 x 100 cm ou outro tamanho

PAPEL TRANSPARENTE

VOTOCEL

— torna mais vendáveis os seus produtos

S.A. INDÚSTRIAS VOTORANTIM Edifício Votorantim • R. 15 de Novembro, 317 • Fone 2-5146 • São Paulo

REPRESENTANTES NAS PRINCIPAIS PRAÇAS DO BRASIL

PANAM • Casa de Amigos

SERVIÇOS HOLLERITH S. A.

Relatório da Diretoria a ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária que se realizará em 30 de Abril de 1948

Cumprindo disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação e deliberação o Balanço Geral e Contas relativos ao exercício encerrado em 31 de janeiro de 1948, e, bem assim, o parecer do Conselho Fiscal sôbre os mesmos.

Seguindo programa traçado pelo Sr. Presidente continuamos envidando nossos melhores esforços para o maior desenvolvimento dos nossos serviços, conforme atestam os documentos e resultados apresentados ao vosso exame.

No decorrer do ano social tivemos como principais ocorrências as Assembléias Gerais Extraordinárias de 30 de abril de 1947 e de 31 de outubro do mesmo ano que aprovaram a reforma dos nossos Estatutos e o aumento do capital da nossa Sociedade de Cr$ 5.000.000,00 para Cr$ 20.000.000,00.

Na Assembléia Geral Extraordinária de 30 de abril de 1947 foram também, aprovadas as designações dos novos Diretores Srs. Professor Jorge Felipe Kafuri, Janusz Zaporski e Mário A. Requejo.

Dos resultados apurados no exercício foram feitas as reservas determinadas pelos Estatutos e pela legislação em vigor, e resta um saldo de Cr$ 1.695.755,80 pelo que, sugerimos aos Srs. Acionistas a distribuição de um dividendo na base de 8% do Capital Social.

Submetendo ao julgamento dos Srs. Acionistas os atos e contas relativos ao exercício ora encerrado, lembramos a eleição do Conselho Fiscal e seus suplentes para o exercício de 1948.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1948. — Assinados: *Victor C. Bouças,* Presidente em exercício. — Diretores: *José Gomes Coimbra. — P. V. Tavares de Lyra. — César Cantanhede. — Jorge F. Kafuri. — Janusz Zaporski. — Mário A. Requejo.*

BALANÇO GERAL EM 31 DE JANEIRO DE 1948

Período de 1 de fevereiro de 1947 a 31 de janeiro de 1948 incluindo as operações da Matriz e Filiais de São Paulo, Pôrto Alegre, Salvador, Belo Horizonte e Niterói

ATIVO

		Cr$	Cr$
IMOBILIZADO:			
Imóveis:			
No Distrito Federal:			
Edifício Hollerith, - Av. Graça Aranha n.º 182: Edifício IBM, - rua Jaraguá n.º 28; Prédio à rua Jaraguá, n. 38; terrenos nas ruas Alegria, Jaraguá, Praça Natividade Saldanha e rua Pompeu Loureiro	32.814.000,00		
Em São Paulo:			
Terrenos à Av. Rangel Pestana, ns. 231, 237, 243 e 251	5.904.029,00		
Em Niterói:			
Terreno em São Lourenço	319.304,10	38.937.423,70	
Mobiliário e instalações:			
Instalações, móveis e utensílios	2.872.658,70		
Maquinismos e ferramentas	278.892,30		
Biblioteca	162.548,70		
	3.314.099,70		
Menos:			
Reserva para depreciação	1.827.794,30	1.486.305,40	
Direitos e previlégios:			
Direitos de exploração de patentes		1.780.000,00	42.203.729,10
DISPONÍVEL:			
Dinheiro em caixa e em bancos			3.039.965,10
REALIZÁVEL:			
a) Curto prazo:			
Letras a receber	1.121.750,00		
Contas a receber de clientes	15.516.464,20		
Contas de serviços a extrair	2.611.074,70		
Títulos da Dívida Pública	326.790,60		
Ações	236.400,00		
Devedores diversos	3.143.038,20		
Mercadorias em estoque	5.261.853,50		
Departamento de formulários contínuos	2.878.216,00	31.095.587,20	
b) Longo prazo:			
Depósitos em garantia	337.834,30		
Valentim F. Bouças c/especial	1.780.000,00	2.117.834,30	33.213.421,50
A transportar			78.457.175,70

PASSIVO

		Cr$	Cr$
EXIGÍVEL:			
a) Curto prazo:			
Contas a pagar de fornecedores	234.418,60		
Títulos e obrigações a pagar	6.381.416,50		
Despesas a pagar	438.773,60		
Credores diversos	842.874,50		
Bancos — Créditos em contas garantidas	1.263.411,80	9.190.895,00	
b) Longo prazo			
Credores hipotecários:			
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos industriários	6.869.237,20		
Valentim F. Bouças c/especial:			
Contrato de exploração de patentes	1.780.000,00		
Cia. Representada:			
International Business Machines Co. of Delawere c/mandato	34.009.732,30	42.658.988,50	31.840.864,30
NÃO EXIGÍVEL:			
Capital			20.000.000,00
Reservas:			
Para garantia do capital	1.172.595,00		
Para garantia de dividendos e especial vinculada ao Dec.-Lei 9.159	1.000.000,00		
Para cooperação social	169.648,90		
Para renovação de bens imóveis	502.024,00		
Para indenização Leis do Trabalho	308.295,30		
Para contas duvidosas	408.772,90		
Outras reservas	508.468,90	4.069.805,00	24.069.305,00
Lucro do exercício			1.695.755,80
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE:			
PROVISÕES:			
Para impostos a pagar		496.951,00	
Para contribuições de Previdência social		409.950,80	
Para aluguéis de equipamentos IBM		265.104,20	
Para comissões deferidas		2.745.364,60	
Outras provisões		1.592.841,40	5.510.212,00
Total parcial do Passivo			83.125.637,30
A transportar			83.125.637,30

ATIVO

Transporte		78.457.115,70
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE:		
Prêmios de seguros adiantados	61.301,00	
Impostos adiantados	1.450.000,00	
Adiantamentos para despesas	32.597,10	
Gastos com serviços em execução	107.049,90	
Comissões deferidas sôbre contratos de serviços de vendas	2.077.127,00	
Material de consumo para serviços	543.116,90	
Outras contas em suspenso	397.329,70	4.668.521,60
Total parcial do Ativo		Cr$ 83.125.637,30
CONTAS DE COMPENSAÇÃO:		
Ações caucionadas	40.000,00	
Títulos caucionados	152.000,00	
Contratos de serviços	61.680.212,00	
Bancos — Valores caucionados e outras responsabilidades	1.142.816,80	
Filiais — Conta de regularização	3.111.782,20	66.126.761,00
Total Geral do Ativo		**149.252.398,30**

PASSIVO

Transporte		Cr$ 83.125.637,30
CONTAS DE COMPENSAÇÃO:		
Caução da Diretoria	40.000,00	
Títulos em caução	152.000,00	
Serviços técnicos contratados	61.680.212,00	
Valores caucionados e responsabilidades diversas	1.142.816,80	
Matriz — Conta de regularização	3.111.732,20	66.126.761,00
Total geral do Passivo		**149.252.398,30**

Assinado: Victor C. Bouças, **Presidente em exercício.** — **Diretores:** José Gomes Coimbra. — P. V. Tavares de Lyra. — César Cantanhede. — Jorge F. Kafuri, — Janusz Zaporski. — Mário A. Requejo. — José Cupertino da Silva, **Auditor.** — Oswaldo Zanelli, **Contador** — Registo n. 34.854

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

CRÉDITO

	Cr$
Renda de equipamentos e serviços	33.771.955,30
Vendas	19.437.950,50
Renda de comissões	12.417.707,30
Receita dos imóveis	1.011.418,30
Reembôlso por serviços prestados - International Business Machines Co. of Delanere	13.152.627,60
Renda de consêrtos e reparos	420.482,70
Rendas diversas	210.136,00
	100.422.278,20

DÉBITO

	Cr$	Cr$
CUSTO DE EQUIPAMENTOS E DE VENDAS:		
Aluguel de equipamentos "International"	41.523.151,80	
Custo de cartões Hollerith, equipamentos ITR-ET, acessórios e material diversos	14.422.541,20	
Custo de reparações e material de consumo	234.959,00	56.180.652,00
DESPESAS GERAIS:		
Vencimentos, gratificações e ajuda de custo ao pessoal, honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal	26.207.339,90	
Alimentação, serviços médicos e assistência hospitalar	351.277,20	
Comissões	3.851.299,50	
Cotas para os Institutos de Previdência Social	1.606.922,10	
Propaganda, despesas de viagens e locomoção, despesas sociais	1.925.228,90	
Donativos e contribuições	169.379,20	
Papelaria, material de expediente, e aluguel de escritórios	2.375.949,00	
Telegramas, telefones, correios e selos postais	347.685,50	
Fretes e carretos	214.008,40	
Outras despesas gerais	751.503,90	37.800.593,60
Impostos		1.146.513,50
Juros e despesas bancárias		1.026.419,60
Amortizações e depreciações diversas		984.082,80
RESERVAS E PROVISÕES:		
Reserva para garantia de capital	184.003,40	
Reserva para imposto de Renda	496.609,70	
Reserva para indenizações Leis do Trabalho	300.000,00	
Outras reservas	623.697,80	1.584.310,90
Saldo a ser aplicado conforme fôr deliberado pela Assembléia Geral de Acionistas	1.695.755,80	3.260.066,70
		100.422.278,20

Assinado: — **Victor C. Bouças,** Presidente em exercício. — Diretores: **José Gomes Coimbra. — P. V. Tavares de Lyra. — César Cantanhede. — Jorge F. Kafuri. — Janusz Zaporski. — Mário A. Requejo. — José Curpertino da Silva,** Auditor. —**Oswaldo Zanelli,** Contador — Registro n.º 34.854

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sôbre o Relatório, Balanço, Contas e Atos da Diretoria, referente ao exercício de 1947, *encerrado em* 31 *de janeiro de* 1948.

Srs. Acionistas:

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Serviços Hollerith S. A. — Instituto Brasileiro de Mecanização (I. B. M.), declaram pelo presente, que examinaram minuciosamente as contas e o balanço que lhes foram apresentados pela Diretoria, referente ao ano social que findou em 31 de Janeiro de 1948, e achando-se de perfeita conformidade com a respectiva escrituração, são de parecer que sejam os mesmos aprovados pelos senhores acionistas da Sociedade.

Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 1948. — *Adalberto Darcy.* — *Alberto Braga Lee.* — *José de Castro Dolabella.* — *Ruy Lourenço.*

Companhia Paulista de Estradas de Ferro

Principais Trechos do Relatório Apresentado pela sua Diretoria em 12 de Março último e Balanço Fechado em 31 de Dezembro de 1947

Senhores Acionistas,

Em obediência ao que dispõe a legislação vigente, a Diretoria apresenta o relatório dos fatos mais importantes ocorridos durante o ano de 1947, e, ao mesmo tempo, vem submeter a vossa aprovação as contas e os balanços relativos ao referido exercício, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, documentos êstes que estiveram em tempo à vossa disposição.

TRANSPORTES

Correu regularmente o serviço de transportes nas linhas da Companhia, apesar da retenção de grande número de vagões nas estradas em tráfego mútuo.

O número de passageiros transportados, a tonelagem das bagagens, encomendas e cargas e o número de telegramas expedidos durante o ano de 1947, bem como os dados relativos aos quatro anos anteriores, constam do seguinte quadro:

ANOS	TONELADAS DE					
	PASSAGEIROS	ANIMAIS	BAGAGENS E ENCOMENDAS	CAFÉ	MERCADORIAS DIVERSAS	TELEGRAMAS
1943.....	8.087.497	660.689	168.412	341.412	3.389.874	644.061
1944.....	9.562.262	503.281	205.624	450.002	3.527.926	694.849
1945.....	10.235.367	624.364	216.213	301.192	3.388.148	746.452
1946.....	11.224.152	665.548	225.653	401.073	3.075.349	843.850
1947.....	11.402.100	716.098	233.388	378.453	2.959.344	875.436

O trabalho realizado pelos trens de passageiros e de cargas no último quinquênio pode ser apreciado pelo número de toneladas-quilômetro de pêso útil transportado, conforme a demonstração abaixo:

1943..	862.737.286	toneladas-quilômetros
1944..	884.080.750	" "
1945..	868.134.464	" "
1946..	862.519.963	" "
1947..	856.672.068	" "

Continuou a Companhia a fazer gratuitamente o transporte de imigrantes e suas bagagens para o interior do Estado, elevando-se a 37.825 o número dos que conduziu no último ano.

MOVIMENTO FINANCEIRO

Segundo se verifica das demonstrações da conta de "Lucros e Perdas", que acompanham êste Relatório, o movimento financeiro do exercício próximo findo acusa o saldo líquido de Cr$ 54.050.837,40, com a dedução da quantia de Cr$ 2.000.000,00, paga por conta do Impôsto de Renda lançado para os exercícios de 1936 a 1940.

Encontram-se em anexo os balanços, levantados semestralmente, em virtude das disposições legais e estatutárias.

O movimento financeiro dos cinco últimos exercícios, com o acréscimo na despesa de cada ano da parcela de Cr$ 2.000.000,00 correspondente ao referido pagamento do Impôsto de Renda, consta do seguinte quadro:

ANOS	RECEITA	DESPESA	SALDO
	Cr.$	Cr.$	Cr.$
1943.....	185.226.334,00	132.614.228,10	52.612.105,90
1944.....	234.682.396,10	180.478.793,60	54.203.602,50
1945.....	284.124.636,60	233.520.785,20	50.603.851,40
1946.....	350.524.802,90	284.904.370,70	65.620.432,20
1947.....	395.847.206,00	341.796.368,60	54.050.837,40

DISTRIBUIÇÃO DOS SALDOS APURADOS

O saldo do 1.º semestre foi de Cr$ 37.723.271,90, que somados aos lucros que passaram em suspenso do exercício de 1946, na importância de Cr$ 20.948.396,20, eleva o total para Cr$ 58.671.668,10, ao qual foi dada a seguinte distribuição: (Vide tabela I)

O saldo apurado no segundo semestre foi de Cr$ 16.327.565,50. Tendo sido, porém, a quantia de Cr$ 5.400.000,00, retirada da renda do 1.º semestre para o Impôsto de Renda, o saldo credor das contas de gestão ficou elevado a Cr$ 21.727.565,50, que somado aos lucros que passaram em suspenso do 1.º semestre, na importância de Cr$ 23.545.707,40, perfazem o total de Cr$ 45.273.272,90, ao qual foi dada a seguinte distribuição: (Vide tabela II)

A Diretoria submete, pois, à vossa sanção, a distribuição feita dos saldos apurados num e noutro semestre do ano de 1947.

RESERVAS EMPREGADAS EM AUMENTOS E MELHORAMENTOS

Sob êste título figura a importância de Cr$ 78.799.780,10, assim discriminada: (Vide tabela III)

Êste total é o mesmo do exercício anterior, em virtude de não terem sido movimentadas as contas no decorrer do exercício de 1947.

TABELA I

Para o Fundo de Reserva	1.886.163,60
Para o Fundo de Previsão	1.414.519,70
Dividendo do 1.º semestre de 1947	26.425.277,40
Para o Impôsto de Renda	5.400.000,00
Lucros que passam para o 2.º semestre	23.545.707,40
Cr$	58.671 668,10

TABELA II

	Cr.$
Para o Fundo de Reserva	816.378,30
Para o Fundo de Previsão	21.392,50
Dividendo do 2.º semestre de 1947	27.354.586,40
Lucros que passam para o exercício de 1948	17.080.915,70
	45.273.272,90

TABELA III

	Cr.$
Fundo de Expansão do Tráfego	25.200.000,00
Fundo do Serviço Florestal	53.599.780,10
	78.799 780,10

FUNDO DE RESERVA

Com a transferência para o "Fundo de Reserva" das quantias de Cr$ 1.886.163,60 e Cr$ 816.378,30, ficou êle elevado a Cr$ 19.416.870,70 em 31 de dezembro p. passado.

FUNDO DE MELHORAMENTOS

A conta referente à taxa adicional de 10% sôbre as bases tarifárias, criada pelo Decreto Estadual n. 4.202, de 10 de março de 1927, e que pelas disposições legais citadas passou a ser arrecadada sob o título de "Fundo de Melhoramentos", apresenta em 31 de dezembro a seguinte situação:

	Cr.$	Cr.$
Arrecadação	288.302.374,70	
Valorização	1 391.745,90	
Juros bancários	1 336 321,20	291.030.439,80
Despesas reconhecidas pelo Govêrno		251.905.309,30
Saldo a favor dêste Fundo		39.125.131.80

FUNDO DE RENOVAÇÃO PATRIMONIAL

A conta relativa à taxa adicional de 10% sôbre as bases tarifárias, que constitui o Fundo de Renovação Patrimonial, apresenta em 31 de dezembro a situação abaixo:

	Cr.$	Cr.$
Arrecadação	97.240.298,30	
Valorizações	280.800,00	
Juros bancários	176.394,40	97.697.492,70
Despesas reconhecidas pelo Govêrno		90.103.411,70
Saldo a favor dêste Fundo		7.594.081,00

ELEVAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Foram realizadas durante o ano de 1947 a 2.ª e a 3.ª entradas de capital, à razão de 30% e 20%, respectivamente, da emissão autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária de julho de 1946, tendo sido permitida a integralização.

O produto arrecadado em 1947 foi de Cr$ 83.074.660,00. Tendo sido arrecadados Cr$ 46.850.160,00 em 1946, faltam, apenas, Cr$ ..... 10.075.180,00 para completar a totalidade da emissão.

CONTA DE CAPITAL

O capital despendido nas linhas férreas da Companhia até 31 de dezembro de 1945, reconhecido pelo Govêrno, monta a Cr$ 558.434.360,20 Adicionadas a esta importância a de Cr$ 1.842.616,50 de dispêndio de 1946, já apurada em Tomada de Contas, apenas pendente de aprovação, e a de Cr$ 36.069.068,00 de despesas de 1947 a serem apresentadas ao Govêrno, o capital da Compnhia em 31 de dezembro de 1947, para os efeitos contratuais, importa em Cr$ 596.346.044,70.

SERVIÇO FLORESTAL

O Serviço Florestal tem a seu cargo, atualmente, dezoito hortos florestais com a área total de 25.893,65 hectares, ou 10.699,85 alqueires paulistas, distribuídos pelos pontos mais convenientes para o abastecimento de suas linhas férreas.

Na aquisição destas terras foi despendida, incluídas tôdas as despesas, a importância de Cr$ 7.304.413,80, de que resulta a média de Cr$ 682,70 por alqueire.

Até 31 de dezembro último, possuía o Serviço Florestal 37.800.000 pés de eucaliptos.

A Conta de Capital do Serviço Florestal, em 31 de dezembro de 1947, era de Cr$ 66.751.727,90.

O Serviço Florestal forneceu de seus eucaliptais até 31 de dezembro de 1947, 3.378.641,71 metros cúbicos de lenha, além de 748.983 postes e estacas, com o comprimento total de 2.977.316 metros lineares e 17.355,60 quilos de sementes de diversas espécies.

COMPANHIAS SUBSIDIÁRIAS

COMPANHIA PAULISTA DE TRANSPORTES: Capital — Cr$ 6.000.000,00 dividido em 30.000 ações nominativas, de Cr$ 200,00 cada uma, das quais pertencem à Paulista 29.986. No exercício de 1947 seu movimento financeiro foi o seguinte: Receita Cr$ 12.847.414,00, despesa Cr$ 12.224.420,50, saldo Cr$ 622.993,50.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO BARRA BONITA: Capital — Cr$ 350.000,00, dividido em 3.500 ações nominativas, de Cr$ 100,00 cada uma, das quais pertencem à Paulista 3.378. O movimento financeiro do exercício passado foi o seguinte: Receita Cr$ 235.723,60, despesa Cr$ 518.345,20, "deficit" Cr$ 282.621,60.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO MORRO AGUDO: Capital — Cr$ 2.711.500,00, dividido em 27.115 ações nominativas, de Cr$ 100,00 cada uma, das quais pertencem

à Paulista 24.029. O movimento financeiro do exercício passado foi o seguinte: Receita Cr$ 1.232.461,00, despesa Cr$ 1.490.096,50, "deficit" Cr$ 257.635,50.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO JABOTICABAL: Capital — Cr$ 400.000,00, dividido em 2.000 ações nominativas, de Cr$ 200,00 cada uma, das quais pertencem à Paulista 1.778. O movimento financeiro do exercício passado foi o seguinte: — Receita Cr$ 270.440,80, despesa Cr$ 534.267,20, "deficit" Cr$ 263.826,40.

COMPANHIA FERROVIÁRIA SÃO PAULO-GOIAZ

No decorrer do exercício findo, a Companhia Paulista entrou em entendimentos com acionistas da Companhia Ferroviária São Paulo-Goiaz para a compra das ações de propriedade dêstes, representando um mínimo superior a 50% do capital social da São Paulo-Goiaz, pelo preço fixo de Cr$ 100,00 cada uma, seu valor nominal, a ser pago no dia 31 de março do corrente ano, pelos fundos disponíveis da Companhia, utilizando para isso, de preferência, o Fundo de Expansão do Tráfego, conforme deliberação dos acionistas da Paulista, tomada na Assembléia Geral Extraordinária de 10 de julho do ano findo.

Em execução dêsse convênio, foram transferidas ou entregues à Paulista 125.472 ações da São Paulo-Goiaz, sendo 86.175 nominativas e 39.297 ao portador, representando o valor de Cr$ 12.547.200,00 das 130 mil ações que constituem o seu capital integrado de Cr$ 13.000.000,00.

No exercício de 1947 seu movimento financeiro foi o seguinte: — Receita Cr$ 4.210.368,40, despesa Cr$ 4.825.349,20, "deficit" Cr$ ..... 614.980,80.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO DO DOURADO

Em novembro do ano próximo passado, deliberou a Diretoria liquidar a sua subsidiária, Companhia Estrada de Ferro do Dourado, da qual possuía 62.514 ações nominativas e 22.500 ações ao portador, tôdas de Cr$ 100,00 cada uma, do capital social de Cr$ 10.500.000,00, por meio da aquisição do seu patrimônio.

Ouvido, o Conselho Fiscal emitiu parecer favorável em 27 do mesmo mês, salientando a conveniência da operação projetada e considerando a compra como o meio prático preferido de transformar a posição da Paulista de acionista em proprietária, com dispêndio relativamente pequeno de capital, eis que uma quota parte, correspondente a mais de quatro quintos do preço, era coberto pelo resgate das ações da vendedora, que já pertenciam à Paulista. Decorrem da operação as apreciáveis vantagens da unificação da administração, uniformização das tarifas, segundo as bases da Paulista e redução dos fretes pela supressão do zero quilométrico em Ribeirão Bonito, eliminando-se, de outro lado, despesas específicas de uma organização autônoma, que desaparece. Dessas vantagens resulta a eficiência dos transportes, que evita a evasão de mercadorias, por estradas de rodagem, estimula as atividades agrícolas, industriais e comerciais da zona, acarretando o crescimento do tráfego da estrada absorvida, com o consequente reflexo no movimento e na economia da linha tronco. Além disso, o capital aprovado e reconhecido da Dourado, de Cr$ 12.245.429,90, deverá ser incorporado ao da Paulista para os efeitos contratuais.

Para sua execução realizou a Companhia Estrada de Ferro do Dourado uma Assembléia Geral Extraordinária em 9 de dezembro próximo passado, que aprovou a operação, fixando o dia 30 de dezembro do mesmo ano de 1947 como data de encerramento de suas atividades e de exploração direta do serviço ferroviário, as quais daí em diante, de acôrdo com o combinado com a Paulista, passariam como de fato passaram, a ser exercidas pela compradora.

O preço ajustado para a compra foi de Cr$ 12.345.429,90, valor do seu capital reconhecido de Cr$ ..... 12.245.429,90, acrescido do das concessões estaduais, estimadas em Cr$ 100.000,00.

OUTRAS COMPANHIAS

Além das ações das Companhias subsidiárias, a Companhia Paulista participa da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização e da Companhia Brasileira de Material Ferroviário, possuindo 16.447 ações da primeira, no valor de Cr$ ..... 3.878.437,30, e 20.000 ações da segunda, no valor de Cr$ 20.080.000,00, em razão de lhe advir de ambas um apreciável interêsse, direto e indireto, uma produzindo a expansão de seu tráfego e outra garantindo o suprimento de materiais. Participa, ainda, da Viação Aérea São Paulo (Vasp) e da Sociedade Cooperativa dos Empregados da C. P. possuindo 800 ações da primeira, no valor de Cr$ 272.560,00, e 585 ações da segunda, no valor de Cr$ 58.500,00.

CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Nos têrmos da legislação vigente, foram recolhidos à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Companhia Paulista as seguintes quotas:

	Cr.$
Contribuição da Emprêsa	10.461.796,40
Quota de Previdência (2% sôbre as tarifas)	7.685.492,60
Contribuição à Legião Brasileira de Assistência	970.844,90
SENAI	776.667,60

MOVIMENTO DE AÇÕES

Foram transferidas, durante os três últimos exercícios, as seguintes ações nominativas:

ANOS	POR VENDA	POR HERANÇA, DOAÇÃO, ETC.	POR CAUÇÃO	POR BAIXA DE CAUÇÃO	TOTAL
1945	113.257	43.595	11.492	10.218	178.562
1946	52.900	40.042	17.268	10.213	120 423
1947	227.833	55.178	34.107	15.899	333.017

CONCLUSÃO

São estas, Senhores Acionistas, as ocorrências que a Diretoria tem a honra de trazer ao vosso conhecimento ficando à vossa disposição para fornecer quaisquer informações que lhe forem solicitadas.

São Paulo, 12 de março de 1948.

A DIRETORIA

a) *Antonio de Padua Salles* — Diretor-Presidente
a) *Luiz Tavares Alves Pereira* — Diretor Vice-Presidente
a) *Heitor Freire de Carvalho* — Diretor Secretário Geral
a) *Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra* — Diretor Inspetor Geral
a) *Antonio Prado Junior* — Diretor
a) *Clovis Soares de Camargo* — Diretor
a) *José Carlos de Macedo Soares* — Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Contas do 2.º semestre de 1947

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em obediência ao disposto nos Estatutos da mesma Companhia e na forma da lei, tendo procedido aos exames necessários, verificou estar a escrituração feita com exatidão e clareza, e que no 2.º semestre de 1947 a Receita foi de Cr$ 203.168.173,90, para uma Despesa de Cr$ 186.840.608,40, resultando um lucro líquido de Cr$ ..... 16.327.565,50, e que tendo a Despesa sido beneficiada com a quantia de Cr$ 5.400.000,00, retirada da renda do 1.º semestre para o impôsto de renda, o saldo credor das contas de gestão ficou elevado a Cr$ 21.727.565,50, que somados aos lucros que passaram em suspenso do 1.º semestre, na importância de Cr$ 23.545.707,40, dão o total de Cr$ 45.273.272,90, — é de parecer que sejam aprovados o balanço e as contas referentes ao ano social encerrado, bem como, em face dos resultados apurados, que seja dada aos lucros líquidos do segundo semestre a seguinte distribuição, proposta pela Diretoria: — ao Fundo de Reserva (5%) Cr$ 816.378,30; ao Fundo de Previsão — Cr$ 21.392,50; Dividendos do 2.º semestre, a razão de 8% — Cr$ 27.354.586,40; lucros que passam para o exercício de 1948 — Cr$ 17.080.915,70.

São Paulo, 20 de fevereiro de 1948.

a) *João Sampaio*
a) *Guilherme Prates*
a) *Manoel Pereira Guimarães*

Companhia Paulista de Estradas de Ferro

RECEITA E DESPESA DA EMPRÊSA

2.º Semestre de 1947

RECEITA

		Cr.$	Cr.$
3.000	— Receita dos serviços ferroviários.....		201.000.752,90
			201.000.752,90
	Lucros dos serviços ferroviários.....		20.925.281,70
3.001	— Arrendamentos de próprios.....	270,00	
3.002	— Aluguéis de material rodante.....	39.219,30	
3.005	— Arrendamentos diversos.....	242.916,70	
3.006	— Receita de títulos.....	90.225,90	
3.007	— Juros.....	614.614,40	
3.008	— Receita do fundo de provisão.....	21.392,50	
3.012	— Receita de fornecimento a terceiros....	188.402,00	
3.014	— Receitas não especificadas.....	970.380,20	2.167.421,00
	Impôsto de Renda (provisão retirada da renda do 1.º seméstre).....		5.400.000,00
			28.492.702,70

DESPESA

		Cr.$	Cr.$
3.100	— Custeio dos serviços ferroviários.....		180.075.471,20
	Lucros dêste seméstre.....		20.925.281,70
			201.000.752,90
3.110	— Juros de dívidas comuns.....	320.408,40	
3.111	— Impôstos.....	5.461.542,50	
3.117	— Despesas não especificadas.....	983.186,30	6.765.137,20
	Saldo credor.....		21.727.565,70
			28.492.702,70

CONTAS DE LUCROS E PERDAS

2.º Semestre de 1947

DÉBITO

		Cr.$
4.113	— Lucros — Dividendos.....	27.354.586,40
4.114	— Lucros — Reserva legal.....	816.378,30
4.115	— Lucros — Previsões estatutárias.....	21.392,50
		28.192.357,20
	Saldo a transportar.....	17.080.915,70
		45.273.272,90

CRÉDITO

		Cr.$
4.000	— Saldo anterior.....	23.545.707,40
4.001	— Saldo credor das contas de gestão.....	21.727.565,50
		45.273.272,90

São Paulo, 20 de Fevereiro de 1948.

a) A. DE PÁDUA SALLES — Diretor-Presidente a) LUIZ PEREIRA — Diretor Vice-Presidente
a) H. F. DE CARVALHO — Diretor Secretário Geral a) J. CINTRA — Diretor Inspetor Geral

a) ANTÔNIO PRADO JÚNIOR — Diretor
a) CLOVIS SOARES DE CAMARGO — Diretor
a) JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES — Diretor

a) EDUARDO DA SILVA BRITO
Chefe da Contabilidade
Registro n.º 37 no C.R.C.

Balanço Geral da Companhia

EM 31 DE DEZEM

ATIVO Em 30-6-1947		CONTAS	Em 31-12-1947	
PARCIAL	TOTAL		PARCIAL	TOTAL
Cr.$	Cr.$		Cr.$	Cr.$
		INVESTIMENTOS		
652.925.229,40		5.000 — Linhas férreas e seu aparelhamento	674.939.341,70	
		5.002 — Melhoramentos custeados por taxas adicionais:		
251.914.347,40		Fundo de Melhoramentos-C/ Despesa	251.905.309,30	
90.106.979,60		Fundo de Renovação Patrimonial-C/Despesa	90.103.411,70	
94.096.270,50		Obras e Melhoramentos em Suspenso	129.705.080,00	
74.009.494,50		5.003 — Imóveis estranhos ao serviço ferroviário	73.337.771,00	
3.649.982,00		5.004 — Títulos da dívida pública	1.387.604,00	
30.444.506,70		5.005 — Títulos de créditos diversos	24.322.897,30	
8.465.284,90		5.007 — Investimentos em companhias filiadas	15.205.284,90	
	1.205.612.095,00			1.260.906.699,90
		VALORES DISPONÍVEIS		
9.393.469,80		5.020 — Caixa	8.339.685,90	
548.323,30		5.021 — Contadoria — C/ Caixa	433.005,30	
		5.023 — Bancos:		
11.426.571,30		Depósitos em contas correntes	710.816,30	
	21.368.364,40			9.483.507,50
		VALORES REALIZÁVEIS		
129.468,40		5.030 — Agentes responsáveis	19.761,40	
200.760.053,60		5.031 — Materiais nos almoxerifados e depósitos	239.495.122,70	
16.020.439,10		5.032 — Materiais em trânsito	4.851.419,40	
		5.034 — Títulos a receber:		
6.582.713,80		A prazo	9.356.661,20	
1.374.923,50		5.035 — Depósitos especiais e cauções	1.491.807,30	
139.091,60		5.036 — Bens em poder de terceiros	53.591,60	
32.463.481,10		5.037 — Tráfego mútuo	46.933.267,40	
		5.041 — Govêrno federal:		
1.827.389,70		C/ de Transportes	2.764.397,50	
		5.042 — Governos estaduais:		
		C/ de Transportes:		
7.186.333,70		Govêrno do Estado de São Paulo	5.994.390,40	
1.412,30		Govêrno do Estado Goiaz	1.482,50	
4.479.199,80		5.043 — Companhias filiadas	9.762.154,90	
27.375.735,90		5.044 — Contas devedoras diversas	27.921.954,10	
	298.340.242,50			348.646.010,40
		VALORES PARA FINS ESPECIAIS		
		5.050 — Depositário dos adicionais de 10% s/ tarifas:		
218.913,70		Banco do Brasil — C/ F. M.	221.059,00	
159.741,70		Banco do Brasil — C/ F. R. P.	161.307,10	
166.892,60		5.053 — Depositário de cauções do pessoal	209.232,40	
	545.548,00			591.598,50
		VALORES DIFERIDOS E AMORTIZÁVEIS		
	762.046,80	5.068 — Financiamento		756.439,60
		CONTAS DE RETIFICAÇÃO DO PASSIVO		
27.743.600,00		5.072 — Acionistas	10.075.180,00	
5.172.861,20		5.073 — Débito fiscal	3.172.861,20	
	32.916.461,20			13.248.041,20
		VALORES DE COMPENSAÇÃO		
351.600,00		5.080 — Títulos recebidos em caução	351.600,00	
102.671,00		5.083 — Depositários de bens de terceiros	102.671,00	
	454.271,00			454.271,00
		CONTAS DE RISCOS		
1.000.000,00		5.090 — Fianças da emprêsa	1.000.000,00	
278.565,70		5.092 — Fianças a emprêsa	278.565,70	
	1.278.565,70			1.278.565,70
	1.561.277.594,60			**1.635.365.133,80**

SÃO PAULO, 20 DE

a) A. de Pádua Salles — Diretor-Presidente — a) Antônio Prado
a) Luiz Pereira — Diretor Vice-Presidente — a) Clovis Soares
a) H. F. Carvalho — Diretor Secretário Geral — a) José Carlos de
a) J. Cintra — Diretor Inspetor-Geral

Paulista de Estradas de Ferro

BRO DE 1947

Em 30-6-1947		CONTAS	PASSIVO Em 31-12-1947	
PARCIAL	TOTAL		PARCIAL	TOTAL
Cr.$	Cr.$		Cr.$	Cr.$
	700.000.000,00	5.100 — CAPITAL		700.000.000,00
		5.103 — ADICIONAIS DE 10% SÔBRE TARIFAS:		
273.383.115,30		Fundo de Melhoramentos-C/ Receita.....	291.030.439,80	
80.045.277,90		Fundo de Renovação Patrimonial-C/Receita.	97.697.492,70	
	353.428.393,20			388.727.932,50
		RESPONSABILIDADE A LONGO PRAZO		
	5.065.780,50	5.113 — CRÉDITO DE COMPANHIAS FILIADAS.....		12.167.330,30
		RESPONSABILIDADES CORRENTES		
		5.131 — PESSOAL A PAGAR:		
16.594.641,60		Ordenados.....	16.828.770,90	
130.251,70		Ordenados não procurados.....	134.880,60	
24.851,00		Pensões.....	25.691,00	
167.663.431,00		5.132 — CONTAS A PAGAR.....	174.947.927,80	
5.172.861,20		5.137 — IMPÔSTO A PAGAR.....	3.172.861,20	
1.159.415,40		5.140 — CREDORES POR CAUÇÃO EM DINHEIRO.....	1.318.454,60	
—		5.141 — CREDORES DIVERSOS:		
		Bancos	30.391.808,10	
15.027.175,30		Outros.....	17.778.539,70	
		5.142 — CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES:		
2.272.335,90		Dos Ferroviários da Cia. Paulista.....	4.991.544,80	
		5.143 — DIVIDENDOS:		
23.883,00		Em suspenso.....	14.014,00	
2.685.012,10		Não reclamados.....	2.933.527,50	
26.425.277,40		A distribuir.....	27.354.586,40	
	237.179.135,60			279.892.606,60
		LUCROS E RESERVAS		
78.799.780,10		5.170 — RESERVAS EMPREGADAS EM AUMENTOS E MELHORAMENTOS.....	78.799.780,10	
116.577.143,60		5.171 — RESERVAS MEPREGADAS NO RESGATE DE DÍVIDAS	116.577.143,60	
5.400.000,00		5.173 — IMPÔSTO DE RENDA.....	—	
23.545.707,40		5.175 — SALDO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS.....	17.080.915,70	
		5.176 — FUNDO DE RESERVA:		
20.948.325,10		Fundo de Previsão.....	20.969.717,60	
18.600.492,40		Fundo de Reserva(Dec. 2.627, de 26/9/40)...	19.416.870,70	
	263.871.448,60			252.844.427,70
		PASSIVO DE COMPENSAÇÃO		
351.600,00		5.180 — CREDORES DE CAUÇÕES EM TÍTULOS.....	351.600,00	
102.671,00		5.18I — CREDORES POR DEPÓSITOS EM DINHEIRO.....	102.671,00	
	454.271,00			454.271,00
		CONTAS DE RISCOS		
1.000.000,00		5.190 — RESPONSABILIDADE POR FIANÇA A TERCEIROS...	1.000.000,00	
278.565,70		5.192 — RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR FIANÇA..	278.565,70	
	1.278.565,70			1.278.565,70
	1.561.277.594,60			**1.635.365.133,80**

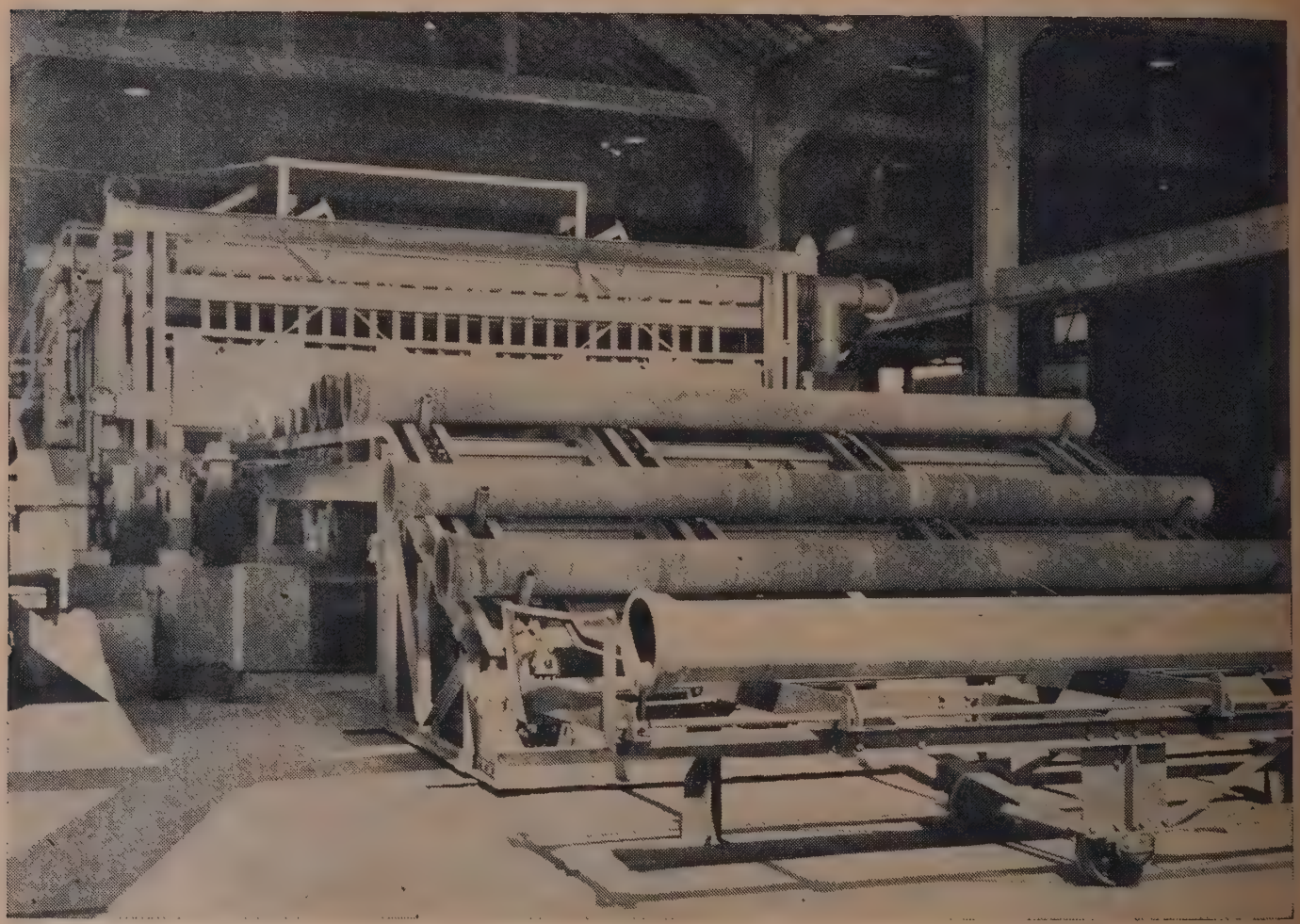
FEVEREIRO DE 1948

JÚNIOR Diretor
DE CAMARGO Diretor
MACEDO SOARES Diretor

a) EDUARDO DA SILVA BRITO — Chefe da Contabilidade
Registro n.º 37 no C. R. C.

CIA. FERRO-BRASILEIRO S. A.

Capital de Cr$ 100.000.000,00



Tubos de ferro fundido de 50 a 600 m/m com 6 metros de comprimento. Fundição mecanizada — Gusa

Tubos e peças "Metalit" para instalações sanitárias.
Estoque permanente no Depósito. Rio - 175, Av. Francisco Bicalho

★

USINAS E SEDE SOCIAL EM CAETÉ (MINAS GERAIS)

ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E COMERCIAL: AVENIDA NILO PEÇANHA, 26

RIO DE JANEIRO

Banco da Bahia S. A.

FUNDADO EM 1858

RELATÓRIO E BALANÇOS

Srs. Acionistas:

Detida, afinal pelo govêrno, a torrente das emissões, suspensos pelos institutos de aposentadoria os depósitos nos estabelecimentos de crédito e reduzidos a um saldo dificilmente ainda compressível as imensas disponibilidades que nêles chegaram a manter, amorteceu-se o ritmo da espiral inflacionista, embora a grande massa de dinheiro em circulação, as dificuldades de transporte e a desordem generalizada no mercado do trabalho, tanto no país, como nas outras nações, continuem a exercer ação perturbadora sôbre os preços das utilidades.

O ano de 1947 caracterizou-se, realmente, pelo empenho do govêrno federal em manter o equilíbrio orçamentário, sem o recurso de emissões ou operações de crédito e sem sacrifício de um apreciável programa de realizações. Valeram-no para a consecução dêsse objetivo, plenamente alcançado, a realização de parte das reservas em divisas estrangeiras acumuladas em exercícios anteriores e o aumento obtido na arrecadação tributária, não sendo, entretanto, de menosprezar o esfôrço pôsto em prática na compressão das despesas, sobretudo pela redução dos efetivos militares e do não preenchimento das vagas ocorridas no funcionalismo civil. O não pagamento, ainda no ano findo, das contribuições aos institutos de aposentadoria, devendo naturalmente transformar-se, pela emissão de apólices, numa operação a longo prazo, contribuiu, por sua parte, para o bom resultado da política anti-inflacionária, evitando a entrada de tão grandes recursos num mercado de crédito cuja ação, no passado, se demonstrara tão perturbadora.

Infelizmente a um tão grande esfôrço para pôr boa ordem nas finanças públicas, como previdência básica para a recuperação econômica, correspondeu, em parte como uma consequência natural da guerra, em parte por efeito de uma política internacional imprevidente, o congelamento ou risco de perda de cêrca de quatrocentos milhões de dólares de créditos brasileiros na Europa. Ao suor do povo brasileiro, aos seus sacrifícios durante a guerra e no período que imediatamente a esta se seguiu, convertidos em divisas estrangeiras fracas, terá de juntar-se o suor necessário para cobrir o prejuízo decorrente da transferência ao govêrno, juntamente com aquêles valores, dos lucros dos intermediários e dos aproveitadores da guerra, já embolsados em moeda nacional.

Oito bilhões de cruzeiros, em libras esterlinas ou moedas européias fracas formados às custas da transferência ao govêrno, por preços muito acima dos normais em moeda sã, e com sacrifício do abastecimento do mercado interno, eis a quanto corresponde êsse verdadeiro desastre nacional. E se a isto juntarmos os dois bilhões de cruzeiros da economia popular e proletária imobilizados em negócios precários ou de difícil liquidação e representados pelo saldo irredutível das contas bancárias dos institutos de aposentadoria, mais o total dos empréstimos da Caixa de Mobilização do Banco do Brasil, não há como deixar de compreender e louvar a resistência oposta pelo Govêrno Federal a todos os esforços feitos no sentido da reabertura dos processos que conduziram a tão desastroso resultado.

RESTAURAÇÃO DEMOCRÁTICA DA BAHIA

Dentro dêsse panorama de luta corajosa pela recuperação nacional, a Bahia, depois de oito anos de absoluta postergação dos seus mais rudimentares direitos cívicos, reintegrou-se no govêrno constitucional, o que foi como se se reencontrasse a si mesma, tão arraigado se manifesta, nos sentimentos do seu povo, o amor à ordem jurídica. O patriótico propósito dos seus *leaders* políticos de maior responsabilidade, de evitar lutas estéreis e perturbadoras da recuperação econômica e reabilitação moral, que se impunham conduziu ao pôsto de governador, sob os aplausos de tôdas as classes sociais, um estadista de larga experiência e cheio de serviços à República, e cujo esfôrço, desde a sua posse, tem sido constante, no sentido de criar no Estado uma consciência da ação administrativa e da vida pública, da qual, em grnde parte, se havia desacostumado.

Para prover às deficiências imensas de que se ressente a Bahia, tem procurado o Dr. Otávio Mangabeira mobilizar todos os recursos. Autorizado pela Assembléia Constituinte estadual a realizar dois grandes empréstimos, um de cem milhões de cruzeiros, destinado à restauração das emprêsas de transporte do Estado e outro de duzentos milhões, para ser aplicado, como antecipação da receita rodoviária, no desenvolvimento do sistema de estradas de rodagem, mas não lhe permitindo as desfavoráveis condições do mercado de dinheiro contar, de imediato, com a segurança de tomadores para êsses títulos, preferiu, por enquanto, utilizar um crédito de 40 milhões no Banco do Brasil e promover o aumento de 1,40 para 2,50 por cento. do impôsto de vendas mercantis, o que assegurará ao seu govêrno uma receita estimada para o ano em curso em 476 milhões de cruzeiros, contra 304 milhões em 1947. Semelhante aumento verificado num tributo de repetida repercussão sôbre o preço dos produtos, suportável, sem dúvida, numa época com a atual, em que as margens de lucros, por efeito da conjuntura econômica, se mantêm elevadas, não poderá, entretanto, deixar de produzir, como no passado o impôsto de indústrias e profissões, os mais danosos resultados sôbre a economia baiana, no caso de vir a ser mantida, quando restabelecida a normalidade das condições. Se considerarmos, com efeito, que em Pernambuco, por exemplo, o impôsto de vendas mercantis é de 2% (incluindo 0,10% para a Campanha de Tuberculose e 0,10% para a Universidade) e que na Bahia ainda se paga o impôsto de indústria e profissão de 1,20% e 1,40% sôbre o giro comercial ou industrial, o que ali não ocorre, verificaremos a incidência sôbre o produtor ou o consumidor baiano de um impôsto duplo do que os gravaria no Estado vizinho. A diferença de 2% ou mais nos impostos sô-

bre o giro, aparentemente sem maior importância no momento atual, possibilitará, entretanto, se vierem a ser restabelecidas as margens normais dos negócios, o recrudescimento da concorrência de emprêsas de outros Estados, dentro do mercado baiano, com as firmas locais, como tanto ocorreu em passado próximo, com acentuado prejuízo para o desenvolvimento das atividades produtoras ou distribuidoras de nosso Estado. O fruto produzido no terreno econômico pelo regime tributário tem tido o estiolamento do comércio e da indústria na Bahia, conforme tantas vêzes e tão autorizadamente se há demonstrado. E' de esperar, pois, do atual govêrno, que tão justa confiança goza na opinião pública, providências e medidas corretivas de semelhante situação, de modo a favorecer ou estimular as iniciativas privadas que, em novo ambiente, de certo, florescerão, acompanhando paralelamente os empreendimentos oficiais

ATIVIDADES DO GOVÊRNO FEDERAL NA BAHIA

O esfôrço de recuperação da Bahia recebe, neste momento um forte impulso do Govêrno Federal. Graças ao prestígio do seu governador, à ação diligente dos representantes do povo no Congresso e ao zêlo, pelos seus interêsses, dos que ocupam funções de relêvo no govêrno federal, o injusto tratamento recebido durante oito anos começa a ser corrigido. Um grande plano de restauração da Leste Brasileiro, incluindo eletrificação da sua linha tronco e ramal de Cachoeira e construção de grandes oficinas em Alagoinhas, acha-se em andamento. A construção de troncos rodoviários federais e da ligação ferroviária norte-sul adquiriu grande impulso, enquanto já se cogita de encurtamento e pavimentação do tronco rodoviário Bahia-Feira. Numerosos hospitais e centenas de prédios escolares vêm sendo construídos pelo Ministério de Educação e Saúde, o qual se empenha igualmente numa vasta campanha de educação de adultos e num combate eficiente à malária, cujos resultados espetaculares no vale do São Francisco, no Recôncavo e em numerosas outras zonas autorizam as melhores esperanças. A assistência generosa prestada às vítimas das inundações, especialmente as de novembro, constituiu, igualmente, um atestado do desvêlo com que são agora tratados, na esfera federal, os interêsses baianos. A propósito dêste triste episódio, incumbe-nos registrar que o Banco da Bahia, durante os dias em que culminou a calamidade, embora com as instalações de sua recém-inaugurada agência em Cachoeira inundada, colocou-se à disposição de seus depositantes, em improvisada sede, de modo a oferecer às vítimas das inundações o concurso pronto de seu apoio.

Acontecimento de influência decisiva no futuro da Bahia, será, sem dúvida, o aproveitamento do potencial hidro-elétrico da Cachoeira de Paulo Afonso, resolvido pelo Govêrno Federal. Graças à vigilância dos responsáveis pela direção política do Estado e ao zêlo que pelos seus interêsses vem demonstrando o Sr. Presidente da República, foi a Bahia incluída no plano de abastecimento de energia pelas usinas geradoras a serem instaladas, assegurando-se assim à Cidade do Salvador, zona do Recôncavo e Nordeste do Estado, a energia de cuja falta tanto se ressente para seu progresso. Consciente da importância sem par que terá para a vida econômica baiana essa grande realização, para a qual o Govêrno do Estado, por deliberação da Assembléia Legislativa contribuirá com 30 milhões de cruzeiros, o Banco da Bahia abriu, com a sua contribuição de Cr$ 250.000,00, a lista de subscritores públicos para a subscrição do capital da companhia em organização.

A mesma atitude de apoio aos empreendimentos em benefício do progresso do Estado assumimos ao subscrever com Cr$ 300.000,00 a lista de acionistas para a construção, promovida pela Prefeitura, de um grande hotel à altura dos foros de civilização da nossa capital e capaz de atender às exigências dos numerosos turistas, que a procuram pelas suas tão conhecidas riquezas artísticas.

Merece ainda destaque entre os fatos econômicos de maior relêvo para o Estado a encomenda, pelo Conselho Nacional do Petróleo, da primeira refinaria com capacidade para 2.500 barris diários e destinada à industrialização do petróleo baiano. Embora sem maior influência quanto à criação direta de riqueza no Estado, por isso que as jazidas pertencem à União, entretanto as maiores facilidades de abastecimento poderão favorecer o aparecimento de indústrias relacionadas com essa produção a iniciar-se, como já começaram a surgir as primeiras fábricas baseadas no aproveitamento do gás natural manifestado nos poços de Aratu e Itaparica.

PRODUÇÃO BAIANA

Mantiveram-se em boas condições, durante todo o ano, os preços dos principais produtos baianos. Gozaram de extraordinária alta os do cacau, que chegaram a ultrapassar duzentos cruzeiros por arrôba, estabilizando-se, no fim do ano, em tôrno de Cr$ 165,00. Lastimavelmente, a esta grande valorização decorrente de múltiplos fatôres, entre os quais a baixa da produção das grandes plantações da Costa do Ouro, correspondeu uma pequena produção na safra baiana, de modo que o seu valor global excedeu de muito ao da safra passada. As previsões, entretanto, são da manutenção de bons preços e de aumento da quantidade na safra futura.

O fumo, cujo escoamento, como em 1946, se vinha fazendo em boas condições, atravessou grave crise com a suspensão das operações em libras esterlinas, de vez que grande parte da sua exportação se faz para Espanha e outros países europeus do chamado bloco esterlino, que não dispõem senão dessas divisas. Após longos entendimentos com o Banco do Brasil, o Govêrno do Estado e os nossos representantes federais, permitiu o Sr. Presidente da República fôsse realizada em libras a exportação do remanescente da safra de 1947, cujo escoamento passará, assim, a se processar regularmente. Essa medida de alto alcance já começou a refletir-se favoravelmente nos preços da nova safra, que embora inferiores ao da passada, têm se mantido estáveis, sem oscilações maiores ou perigosas.

A não ser a cêra de carnaúba, de ouricuri e o cristal de rocha, cujos preços sofreram sensível baixa no decorrer de 1947, os demais produtos baianos de exportação gozaram de boa cotação nos mercados externos, onde sua procura e aceitação são constantes, de modo a inspirar confiança às atividades produtoras. No setor da pecuária, onde a crise não foi tão acentuada como em outros Estados, a normalidade, pode dizer-se, já se restabeleceu e os rebanhos foram beneficiados por boas condições de tempo. De referência às indústrias também se verificaram condições estáveis de produção e preço. Na têxtil, a uma leve e breve depressão de valor do produto seguiu-se firme reação, de resultados favoráveis. Na de transformação, merece registro o desenvolvimento alcançado pela pasta de manteiga de cacau, cuja exportação representou um valor de cêrca de cem

milhões de cruzeiros durante o ano findo.

Realizando o seu programa de auxílio e apoio às atividades produtoras do Estado, o Banco da Bahia tinha investido em financiamentos ao comércio e à indústria baiana, ao findar o ano, a elevada soma de Cr$ 208.084.430,70 contra Cr$ 170.981.688,20 a 31 de dezembro de 1946.

Exclusivamente com esta finalidade utilizamos, durante o exercício, os recursos da Carteira de Redescontos na justa proporção com as necessidades de apoio a legítimas solicitações de crédito, para as quais não eram suficientes as nossas disponibilidades normais. Para tanto também concorreu a retenção dos estoques de fumo, de modo que, acreditando praticar boa política de crédito, o Banco da Bahia possibilitou aos exportadores do produtos aguardarem, sem maiores prejuízos, a decisão de poder público sôbre a questão da compra de suas cambiais, a qual tanto vinha dificultando a exportação da safra de 1947, cuja colocação no mercado externo era, entretanto, segura e compensadora.

Os nossos balancetes mensais, publicados durante o exercício, registram o critério que adotamos na utilização dos recursos oferecidos pelo Redesconto, patenteando a finalidade de sua aplicação, que, no nosso caso, jamais se limitou a simples reforço de encaixe, pois que êste sempre mantivemos em percentagens bem mais elevadas do que as exigidas por lei. Por isto mesmo é que, embora moderadas em relação ao montante fixado para nosso crédito, as parcelas de tais recursos utilizados fizemos constar sob a própria rubrica dos balancetes de modêlo oficial, dispensando o uso da faculdade concedida pela Superintendência da Moeda e do Crédito, de englobá-las na rubrica de "Obrigações diversas".

A valorização dos produtos baianos torna cada vez mais premente a necessidade de maior apoio do Banco do Brasil a economia do Estado. Depositário, pelo elevado conceito de que merecidamente goza e por fôrça de dispositivos legais, de uma grande parcela de disponibilidade de quantos vivem em nosso Estado, o grande estabelecimento de crédito nacional, em obediência a uma política justa em suas linhas gerais, mas que deveria levar em conta as circunstâncias locais, tem deixado de amparar atividades perfeitamente legítimas e que poderiam sê-lo com os próprios recursos da economia do Estado confiados à sua guarda. E' de esperar que, com os maiores recursos decorrentes da política de equilíbrio financeiro do govêrno federal, venha a modificar-se a sua atitude de retraimento na praça baiana, que só terá a lucrar com a sua maior atividade.

REFORMA BANCÁRIA

Encontra-se na Câmara Federal, submetido ao exame e debates das comissões especializadas, o ante-projeto de reforma bancária proposto ao Poder Legislativo pelo Govêrno.

Constitui seu principal objetivo, ao lado da estruturação do sistema bancário nacional, a criação do Banco Central, órgão de indiscutível utilidade à vida financeira e econômica do país, e cuja criação vem sendo idealizada há longa data e tentada frustamente.

A elevação dos debates feridos nas comissões parlamentares e o interêsse despertado pelo assunto nas altas esferas políticas, econômicas e financeiras, donde têm sido emitidas sugestões e opiniões de assinalado valor, autorizam que esperemos confiadamente a conversão do ante-projeto em uma lei que de fato consulte aos interêsses de ordem pública e possibilite o desenvolvimento da capacidade de nosso organismo bancário, tão necessário ao progresso da nação.

E' auspicioso assinalar que entre os legisladores prevalece a tendência de centralizar os órgãos executivos da administração do Banco Central, de modo que, em país tão vasto como o nosso e de tão diferenciadas zonas ou regiões, do ponto de vista econômico, possa sua atuação se dar da maneira a mais pronta e eficiente, sem sacrifício, entretanto, da unidade de orientação da política financeira.

MOVIMENTO E RESULTADO

Em meio de todos êsses acontecimentos, o progresso do Banco da Bahia continuou a processar-se dentro do seu ritmo normal. No primeiro semestre do exercício completamos a chamada do aumento do capital, que atingiu a 30 milhões de cruzeiros. A utilização para êsse fim, de cêrca de 10 milhões de depósitos dos nossos acionistas, fêz com que a soma dos depósitos no balanço de 30 de junho de 1947 se mantivesse sensivelmente igual a do balanço de 31 de dezembro de 1946, em cêrca de 153 milhões. Mas, já no segundo semestre, foi retomado o ritmo ascensional, atingindo os depósitos, em 31 de dezembro, a 181 milhões e já alcançando, neste momento, a casa dos 200 milhões.

A conta de resultados, que fôra de Cr$ 10.784.824,60 no segundo semestre de 1946, subiu a Cr$ ..... 11.318.075,80 no primeiro semestre de 1947, e a Cr$ 13.852.103,50 no segundo, totalizando no exercício Cr$ 25.170.179,30. O lucro líquido apurado foi de Cr$ 6.368.154,00 no exercício de 1947, contra Cr$ 4.375.736,30 no de 1946. Isto nos permitiu distribuir aos Srs. Acionistas o dividendo habitual de 12% ao ano, conceder gratificações várias no valor de Cr$ 575.335,00 aos nossos funcionários e poder transferir Cr$ 1.782.851,20 para a conta de lucros suspensos, a qual ficará assim com um saldo de Cr$ 3.441.494,40. Dêle propomos que 2 milhões de cruzeiros sejam transferidos para o Fundo de Reserva Estatutário, que ficará com um saldo de Cr$ 12.000.000,00.

RESERVAS

Além dêsse Fundo de Reserva Estatutário e do Fundo de Reserva Legal de Cr$ 1.039.182,80, dispõe o Banco da Bahia de lucros suspensos no valor de Cr$ 3.441.494,40, o que eleva as suas reservas líquidas a Cr$ 14.480.677,20. O Fundo de Liquidação, na importância de Cr$ ..... 2.414.278,40, cobre com segurança os riscos de suas aplicações, sendo de notar que tem sofrido alterações para menos em virtude de recuperações verificadas, o que constitui índice valioso da natureza de nossas operações ativas.

FUNCIONALISMO

O funcionalismo do Banco, cujo quadro vem aumentando ano a ano, tem prestado ao seu desenvolvimento o mais valioso concurso. Graças aos seus esforços e à sua dedicação, temos podido realizar a expansão de nossos serviços e o aumento de nosso movimento, decorrentes do estímulo que nos traz uma crescente e contínua confiança pública. Por isso mesmo a administração do Banco tem experimentado satisfação em poder conceder aos seus leais servidores mais elevados níveis de salários, ao lado de gratificações especiais cada vez mais elevadas também.

Além das condições mais favoráveis para o trabalho que lhes temos oferecido através de reformas e melhoramentos das nossas instalações materiais, criamos um serviço médico particular que vem lhes prestando assistência eficaz e dedicada. E é nosso pensamento conceder-lhes outros serviços de semelhante natureza, muito em breve.

INSTALAÇÕES

Para atender às necessidades decorrentes do crescente desenvolvimento de nossas operações fizemos realizar novas obras de adaptação no prédio da sede, quer no andar térreo como no primeiro, com o propósito de instalar em parte dêste último o serviço de cobrança e a carteira de câmbio, sendo que esta pretendemos inaugurar durante o corrente ano.

Os trabalhos de construção do edifício da Agência do Rio de Janeiro prosseguem regularmente e, no máximo, dentro de um ano estarão concluídos.

AGÊNCIAS

Era nossa constante preocupação a de levarmos a tôdas as regiões do Estado os serviços do Banco, com o propósito de, através do crédito, estimular o desenvolvimento de suas economias e apoiar o trabalho de suas atividades produtoras. Para darmos realidade a êsse pensamento tornava-se, entretanto, necessário termos já preparado um conjunto de elementos indispensáveis à organização regular de agências, compreendendo desde os serviços centralizados de contrôle até o pessoal habilitado e afeiçoado à nossa maneira de trabalho, sem contar, além disso, com a localização em prédios adequados, nem sempre fáceis de encontrar em cidades do interior.

Logo tivemos concluídos todo êsse trabalho preparatório, requeremos e obtivemos do Poder Público as licenças necessárias para instalação de agências nas cidades de Feira de Santana, Cachoeira, Joazeiro, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Santo Amaro, São Félix, Poções, Itambé, Mundo Novo e Rio Novo, tôdas constituindo centros de regiões do mais alto valor econômico.

Em outubro passado, fizemos inaugurar as agências de Feira de Santana e Cachoeira; a 3 de janeiro dêste ano, a de Joazeiro, tendo merecido a honra de serem os atos inaugurais desta presididos pelo Sr. Ministro da Educação, o Dr. Clemente Mariani, nosso prezado Diretor Geral, temporariamente afastado do exercício das funções por estar servindo naquele alto pôsto da administração pública.

Para 31 do corrente marcamos a instalação da agência de S. Félix e, dentro em muito breve, talvez março ou abril, faremos a de Ilhéus, logo seguida da de Itabuna e Jequié, vindo depois as demais, o que tudo contamos realizar durante êste ano, quando também instalaremos a nossa primeira agência urbana, à Rua Chile, nesta capital.

O modo por que tem sido o Banco recebido nos lugares em que já se instalou e o interêsse que vem sendo demonstrado nos outros, patenteado por tôdas as facilidades oferecidas pelos elementos mais expressivos dos comércios locais, confirmam o acêrto de nossa decisão e atestam de maneira eloquente o alto prestígio da nossa instituição, cada vez mais distinguida pela confiança pública.

IMPOSTOS

A verba de impostos pagos pelo Banco cresce num ritmo verdadeiramente assustador. Contra Cr$ ..... 549.437,80 pagos em 1946, dispendemos Cr$ 840.222,40 em 1947. Deduzidos dêste total Cr$ 261.979,80 que correspondem ao impôsto de renda federal, verifica-se que corre por conta das contribuições locais (impôsto de indústria e profissões) Cr$ 28.484,40 pagos pela Agência do Rio de Janeiro e Cr$ 487.418,70 pela Matriz. Tão flagrante desproporção é o resultado do sistema de cobrança do impôsto de indústria e profissões sôbre o giro, processo a que só a Bahia teima em apegar-se e que constitui uma sobrecarga insuportável a tôdas as atividades que se desenvolvem no Estado.

REFORMA ESTATUTÁRIA

A reforma parcial dos Estatutos votada pela Assembléia Geral Extraordinária, reunida a 17 de janeiro do ano passado, mereceu a aprovação dos poderes competentes, na forma de despacho do Sr. Ministro da Fazenda, de 10 de julho do mesmo ano.

TRANSFERÊNCIAS DE AÇÕES

Realizaram-se durante o exercício as seguintes transferências de ações:

Por sucessão *mortis causa* ..	3.181
Por compra e venda	1.164
	4.345

HELEODORO DA NOVA MONTEIRO

Cumpre-nos registrar, com profundo pezar, o falecimento, ocorrido a 27 de outubro, do nosso prezado amigo e acionista Heleodoro da Nova Monteiro, diretor da Sociedade Anônima Magalhães, e que durante longo tempo dispensou ao Banco o concurso valioso de sua experiência comercial na qualidade de membro do Conselho Consultivo.

CONSELHO FISCAL

Temos satisfação em assinalar a eficiente colaboração que recebemos do Conselho Fiscal, que foi assíduo no cumprimento de seus deveres legais.

ELEIÇÕES

Na forma das disposições estatutárias, cumpre nesta oportunidade aos Srs. Acionistas o procedimento da eleição da Mesa da Assembléia Geral, de um diretor e um suplente para a Matriz, de um diretor para a Agência do Rio de Janeiro, pois terminaram os prazos dos mandatos dos diretores Fernando M. de Góes e Afonso Soledade e do suplente Carlos Kiappe Pereira da Silva. Ainda lhes compete a eleição do Conselho Fiscal, seus suplentes e a fixação dos respectivos honorários.

*
* *

Concluindo assim o relatório das atividades do Banco durante o exercício passado, ao tempo em que submetemos à sua apreciação e deliberação as contas correspondentes, colocamo-nos ao inteiro dispor dos Srs. Acionistas para qualquer outro informe ou esclarecimento.

Bahia, 23 de janeiro de 1948.

(a. a.) *Fernando M. de Góes*
João Pereira de Carvalho

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco da Bahia, havendo, durante todo o exercício de 1947, acompanhado minuciosamente os atos de sua administração e examinando cuidadosamente, nas ocasiões oportunas, os balanços semestrais, bem como, agora, as contas da Diretoria relativas a todo o exercício, manifesta o seu inteiro contento pela boa ordem e correção das contas, cuja aprovação propõe à Assembléia Geral. Não o faz, entretanto, sem a satisfação de salientar o progressivo e seguro desenvolvimento do Banco da Bahia, cujos índices expressivos se encontram no acentuado crescimento dos seus depósitos e aplicações da sua conta de lucros e perdas e do resultado líquido do exercício, obtido com perfeita observância do tradicional critério de equilíbrio e segurança da nossa Praça e sem se descuidar da melhora da situação dos seus funcionários.

Êste mesmo desenvolvimento vem agora de se expressar com a expansão dos serviços do Banco pelo interior de todo o nosso vasto Estado, em cujos centros de maior significado econômico estão sendo instaladas agências e escritórios, na realização de um programa esclarecido de apoio e estímulo das atividades produtoras em geral, onde quer que elas se apresentem.

E', pois, com satisfação que êste Conselho, sugerindo a Assembléia a aprovação das contas da Diretoria, realça a sua atuação operosa e os bons resultados que dela tem decorrido para a prosperidade do Banco da Bahia.

Bahia, 24 de janeiro de 1948.

(a. a.) *Pedro B. de Sá*
Joaquim M. Martins Catharino
Oscar Pereira Magalhães

BANCO DA BAHIA S. A.

BALANÇO DA MATRIZ E AGÊNCIAS, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
A — DISPONÍVEL			
Caixa:			
Em moeda corrente		7.972.434,80	
Em depósito no BANCO DO BRASIL S. A.		20.219.410,70	
Em depósito à ord. da Superintendência da Moeda e do Crédito		3.148.887,30	31.340.732,80
B — REALIZÁVEL			
Empréstimo em C/correntes	96.508.451,60		
Empréstimos Hipotecários	7.219.780,50		
Títulos Dscontados	103.850.551,80		
Letras a receber de C/Prop.	505.646,80		
Agências no País	43.244.884,20		
Correspondentes no País	1.936.225,30		
Outros créditos	1.668.524,20	254.934.064,40	
Imóveis		12.578.160,10	
Títulos e valores imobiliários Apólices e Obrig. Federais. Em depósito no Banco do Brasil S. A. á ord. da Sup. da Moeda e do Crédito	906.400,00		
Em carteira	1.141.173,40		
Apólices Estaduais	123.600,00		
Ações e Debêntures	97.700,00	2.268.873,40	269.781.097,90
C IMOBILIZADO			
Edifício de uso do Banco	300.000,00		
Móveis e Utensílios	638.901,10		
Material de Expediente	497.798,20		
Instalações	522.636,40		1.959.335,70
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em Garantia		87.739.386,80	
Valores em Custódia		5.285.701,50	
Títulos a receber de C/Alheia		56.634.746,60	
Outras contas		49.937.068,30	199.596.903,20
			502.678.069,60

PASSIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		30.000.000,00	
Fundo de reserva legal		1.039.182,80	
Fundo de reserva estaturário		10.000.000,00	
Outras reservas		4.372.921,70	45.412.104,40
G — EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS			
à vista e a curto prazo:			
de Poderes Públicos	1.658.453,20		
de Autarquias	1.166.142,70		
em C/C Sem Limite	55.582.340,50		
Em C/C Limitada	10.592.527,00		
Em C/C Populares	30.192.914,40		
em C/C Sem Juros	914.757,90		
em C/C de Aviso	19.854.894,30		
Outros depósitos	8.850.302,00	128.812.377,00	
à prazo:			
a prazo fixo	50.447.577,20		
de aviso prévio	1.787.004,40	52.234.581,60	
		181.046.958,60	
OUTRAS RESPONSABILIDADES			
Títulos redescontados	17.700.000,00		
Obrigações diversas	1.228.327,00		
Agências no País	43.271.047,90		
Correspondentes no País	4.482.499,00		
Correspondentes no Exterior	16.540,30		
Ordens de pagt.º e outros créditos	4.493.728,50		
Dividendos a pagar	2.075.997,30	73.267.140,00	254.314.098,60
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			3.354.963,40
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em gatantia e em custódia		93.025.088,30	
Depositantes de títulos em cobrança:			
Do País		56.634.746,60	
Outras contas		49.937.068,30	199.596.903,20
			502.678.069,60

Demonstração da Conta "LUCROS & PERDAS" em 31 de Dezembro de 1947

DÉBITO

	Cr$
DESPESAS GERAIS	
Honorários, salários, gratificações, contribuições, donativos e despesas diversas	1.524.487,60
JUROS	
pagos, creditados e estimados	6.387.278,50
DESCONTOS	
pagos em operações de redesconto neste semestre	486.974,10
COMISSÕES	
pagas e creditadas	35.827,90
IMPOSTOS	
federais, estaduais e municipais pagos neste semestre	566.302,40
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	
depreciação nesta conta	56.462,50
PREJUÍZOS EM DIVERSAS CONTAS	57.939,40
INSTALAÇÕES	
depreciação nesta conta	10.216,80
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	
depreciação de acôrdo com as cotações oficiais	3.899,00
FUNDO DE LIQUIDAÇÃO	
provisão para atender a contas e títulos de liquidação duvidosa	438.819,70
FUNDO DE RESERVA LEGAL	
5% sobre o lucro líquido	165.104,40
DIVIDENDOS	
provisão para o pagamento do dividendo do 1º semestre à razão de 12% a. a.	1.800.000,00
COMISSÃO DA DIRETORIA	
creditada na forma do art. 27 n.º III dos Estatutos	486.000,00
LUCROS E PERDAS	
saldo	1.782.851,50
	13.852.103,50

CRÉDITO

		Cr$
Juros, Descontados, Comissões e outras rendas	14.418.795,60	
menos:		
os descontos do semestre futuro	1.484.398,40	12.934.397,20
saldo anterior		917.706,30
		13.852.103,50

SALVADOR, 12 DE JANEIRO DE 1948

(a) JOÃO P. DE CARVALHO (
) Diretores
(a) FERNANDO M. DE GÓES (

(a) ALFREDO SALAVERT PORTO — Contador — Reg. N.º 4312
(a) IVAN DANTAS FREIRE — Chefe da Contabilidade Reg. N.º 22.872

BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL S. A.

RUA DA QUITANDA, 129

CAPITAL E RESERVAS ..... Cr$ 103.730.718,00
DEPÓSITOS ..... Cr$ 281.120.432,00

Recebe depósitos à vista e a prazo.

Concede taxas especiais nas operações de desconto à indústria e ao comércio.

Emite letras hipotecárias ao portador, juros de 7% a. a., com cupões semestrais e garantidas especialmente pelos seus empréstimos hipotecários.

O Banco recebe ao par essas letras, em pagamento de amortizações vencidas de qualquer dos seus empréstimos hipotecários.

TABELA PARA DEPÓSITOS

DEPÓSITOS POPULARES — LIMITE CR$ 10.000,00
Juros 5,5% a. a.

DEPÓSITOS LIMITADOS — LIMITE CR$ 200.000,00
Juros 5% a. a.

DEPÓSITOS À VISTA — SEM LIMITE
Juros 3,5% a. a.

DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO
30 dias — Juros 4% a. a.
60 " " 4,5% a. a.
90 " " 5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO
De 6 meses — Juros 5,5% a. a.
De 12 " " 6% a. a
De 24 " " 6,5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO — RENDA MENSAL
De 12 meses — Juros 5,5% a. a.
De 24 " " 6% a. a.

OBSERVAÇÕES ECONÔMICAS

O Cooperativismo no Brasil

VENCENDO dificuldades de tôda ordem, dentre as quais ressalta a debilidade do espírito associativo de nosso povo, adquire, cada dia, expressão mais positiva o movimento cooperativista no Brasil. Transposta a fase pròpriamente experimental, de aclimação ao nosso meio dêsse tipo de associação profissional, conta hoje o Brasil com uma rêde de cooperativas que o situam em lugar destacado entre aquêles que recolheram os ensinamentos dos tecelões de Rochdale.

Dados coligidos e sistematizados pelo Serviço de Economia Rural e que são divulgados por intermédio da Secretaria-Geral do I. B. G. E. permitem conhecer a evolução do cooperativismo brasileiro nestes últimos anos. Remontando a 1941, verifica-se que existiam em funcionamento, naquêle ano, 1.381 cooperativas, das quais 464 de Consumo, 267 de Crédito, 581 de Produção, duas de 2º Grau, ou seja, as Federações e Cooperativas Centrais, e trinta e sete de especificações diversas. Das de Consumo, 186 eram pròpriamente de Consumo, 268 Escolares e dez de Compras, e quanto as de Produção, 118 eram de Produção Animal, seis de Produção Mineral e 457 de Produção Vegetal.

No ano seguinte, verificava-se um acréscimo de 194 entidades, sendo oitenta de Consumo, quatorze de Crédito, noventa e duas de Produção, cinco de especificações diversas e três de 2º Grau. O movimento se incrementava entre nós, registrando-se, no decurso de um ano apenas, o apreciável aumento de 194 cooperativas.

O ano de 1945 ofereceu resultados mais promissores, havendo a registrar 337 novas cooperativas, das quais 129 de Consumo, vinte e cinco de Crédito, 177 de Produção, três de 2º Grau e três de especificações diversas.

QUEDA EM 44 E ELEVAÇÃO EM 45

Em 1944, o movimento cooperativista, que até ali mostrava tendência ascendente, experimentou ligeiro recuo. O número de cooperativas baixara para 258, registrando-se a maior queda no número das sociedades de Consumo, que ficaram reduzidas a oitenta e três. As de Consumo somaram 141 (doze a mais), as de Crédito vinte e três (duas a menos), as de 2º Grau três (sem alteração) e as Diversas oito (quatro a mais).

Em compensação, o ano que se seguiu — 1945 — assinalou o mais elevado número de novos registros, que se elevaram a 356. Dessas cooperativas, 188 eram de Consumo, 134 de Produção, vinte e oito de Crédito, uma de 2º Grau e cinco Diversas.

1946 E 1947

Em 1946, houve a registrar a fundação de 340 novas sociedades, sendo 299 de Consumo, vinte de Crédito, oitenta e três de Produção, quatro Diversas e quatro de 2.º Grau.

Finalmente, no ano recém-findo, elevava-se a 231 o número de novos registros. Dêsse total, 135 eram de Consumo, dezesseis de Crédito, sessenta e nove de Produção, oito Diversas e três de 2.º Grau.

No período em análise, verificaram-se 381 cancelamentos de cooperativas, mas nada obstante, em 1947, elevava-se a 2 716 o número de cooperativas em funcionamento no país. Em comparação com os demais anos do período, o de 1947 registrou um aumento de 51 e meio por cento sôbre 1941; 45 por cento em relação a 1942; 34,8 por cento em relação a 1943; 23,3 por cento em relação a 1944; 15,3 por cento em relação a 1945, e 4,4 por cento em relação a 1946.

NO SUL, A MAIOR PROPAGAÇÃO DO COOPERATIVISMO

Das cinco grandes regiões geográficas brasileiras, é a do Sul, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde o cooperativismo se acha mais propagado. Contava a mesma, até dezembro de 1947, com 1 292 cooperativas, ou seja, mais de 47,5 por cento do total. Em segundo lugar, aparece a região Leste (Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal) com 676 sociedades, representando quase 25 por cento do total. Em seguida, vem o Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), com 618 cooperativas (22,7%). A região Norte (Pará e Amazonas) situa-se em quarto lugar, com noventa e quatro cooperativas (3,5%), após a qual se coloca a do Centro Oeste, compreendendo Goiás e Mato Grosso, com trinta e seis sociedades (1,3%).

SÃO PAULO NA VANGUARDA

A Unidade Federada que possuía, no ano recém-findo, o maior número de cooperativas era São Paulo: 698, ou seja, 25,8 por cento do total. Logo após aparece o Rio Grande do Sul, na mesma região, com 311 cooperativas. No Norte, o Estado que dispunha de maior número era o Pará (setenta e seis), seguindo-se-lhe o Território do Acre, com oito. No Nordeste, das 618 cooperativas existentes, 244 encontravam-se em Pernambuco (39 e meio por cento do total da região), vindo em segundo lugar Alagoas, com 101 cooperativas (16,3%). No Leste, cabe à Bahia o primeiro lugar (164 cooperativas, ou seja, 24,2% do total da região), vindo após o Estado do Rio de Janeiro, onde funcionavam 159. O Distrito Federal contava apenas, em 1947, com 154 cooperativas, isto é, vinte e dois por cento do total da região. No Centro-Oeste, cabe a Mato Grosso o maior número da cooperativas registradas: vinte.

O Território que possuía menor número de cooperativas é o do Guaporé: uma apenas. O Território do Rio Branco não tinha qualquer registrada, bem assim o de Fernando de Noronha, únicas exceções em todo o país.

MAIOR NÚMERO DE COOPERATIVAS DE CONSUMO

Como vimos linhas atrás, elevava-se a 2 716 o número de cooperativas em funcionamento no país, até dezembro de 1947. Dêsse total, 1 267 eram de Consumo, sendo 292 pròpriamente desta espécie, 559 Escolares e dezesseis de Compras. Em segundo lugar, vêm as de Produção, totalizando 1 045, das quais 262 de Produção Animal, duas de Produção Mineral e 781 de Produção Vegetal. As de Crédito aparecem em terceiro lugar, com 315, seguindo-se-lhes as de especificações diversas (cinqüenta e oito) e as do 2.º Grau (trinta e uma).

19 381 NOVOS COOPERADOS EM 1947

As 231 novas entidades registradas no decorrer do ano passado congregavam 19 381 sócios, em sua maioria, isto é, 75,3% do total, pertencentes às cooperativas de Consumo.

19,2% do total pertenciam às cooperativas de Produção, 4,2% de Crédito e o restante às diversas e de 2.º Grau.

AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM JANEIRO ÚLTIMO

JÁ' se conhecem, a esta altura, os dados estatísticos referentes ao volume e valor das exportações nacionais, no primeiro mês dêste ano. As cifras em questão, entregues recentemente à publicidade pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, revelam aspectos novos do intercâmbio com o estrangeiro, além daqueles refletidos nas estatísticas do nosso comércio externo, em 1947, e decorrentes das medidas oficiais de condicionamento das remessas para o exterior às necessidades do consumo interno.

Contudo, os resultados das exportações de janeiro último, divulgados por aquêle órgão pertencente ao sistema do I. B. G. E. com apreciável grau de atualização estatística, deixam à mostra forte queda no valor, conquanto o volume se mantenha quase inalterado, em relação aos totais do mesmo mês de 1947. Os embarques de janeiro do ano em curso somaram 336.587 toneladas, no valor de 1.616,0 milhões de cruzeiros, enquanto os

do mês correspondente de 1947 totalizaram 334.712 toneladas e 2.125,9 milhões.

O declínio mais acentuado se verificou na classe das matérias primas: 133.201 toneladas e 477,8 milhões de cruzeiros, contra as 145.196 toneladas exportadas em janeiro do ano passado, no valor de 902,1 milhões. Não se pode, a rigor, responsabilizar êste ou aquêle produto pela queda, que foi generalizada, alcançando a grande maioria dos itens da referida classe. Convém salientar, no entanto, que o algodão em rama figurou com o maior decréscimo, ou seja, de 44.947 para 11.125 toneladas, no volume, e de 426,1 milhões para 133,7 milhões de cruzeiros, no valor.

As remessas de gêneros alimentícios acusaram ligeiro aumento de volume, porém decaíram quanto ao valor: 186.393 toneladas, no montante de 1.129,6 milhões de cruzeiros, em janeiro de 1947, contra 200.553 toneladas e 1.088,1 milhões, em janeiro último. O café, que continua a ocupar o pôsto principal na lista dos produtos exportáveis, aparece com um decréscimo equivalente a 18.385 sacas, correspondentes a 80,0 milhões de cruzeiros.

A diminuição operada nos valores foi mais violenta, entretanto, no setor das manufaturas. Para as 264 toneladas exportadas a menos, em janeiro dêste ano, tocaram 45,6 milhões de cruzeiros. No comêço do ano passado, a classe dos artigos manufaturados figurou com 3.052 toneladas, no valor de 93,6 milhões de cruzeiros, limitando-se a sua contribuição, no mesmo período de 1948, a 2.788 toneladas e 48,0 milhões. Nesta sensível redução, coube aos tecidos de algodão a parcela mais influente: 1.015 toneladas e 64,4 milhões de cruzeiros, em 1947, contra 626 toneladas e 35,3 milhões, êste ano.

COMPANHIA AUXILIAR DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM

Uma nova arte que a técnica moderna pôs a serviço da segurança do patrimônio cultural da humanidade;

Um novo método de arquivamento de documentos, com economia de tempo, espaço e dinheiro;

Um novo processo de cópia fidelíssima de quaisquer documentos, páginas de livros; jornais e revistas, fotografias. etc.

Avenida Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Telefone, 42-9777

◆

CONFERÊNCIA DE MANCHESTER

OS fabricantes de tecidos norte-americanos e inglêses reuniram-se em Manchester em importante conclave. A referida reunião teve pouca publicidade e estendeu os seus trabalhos até os fins do mês passado. A respeito a revista especializada norte-americana "Business Week" prestou uma informação esclarecedora dos pontos substanciais tratados na reunião. Efetivamente segundo notícias divulgadas por jornais novaiorquinos o que se pleiteava: com a conferência era uma espécie de acôrdo quanto à divisão dos mercados mundiais para tecidos de algodão.

A nota da revista americana é sucinta e categórica e explica que "se deve descontar muito do que anda nos rumores de que as referidas conversações dos fabricantes de panos de algodão da Inglaterra e dos Estados Unidos, girem sôbre a partilha do mercado mundial." A respeito informou o órgão especializado que a única coisa que se pode esperar daquele conclave é de que a conferência busque realizar o estabelecimento de um limite à recuperação da indústria japonêsa. E que os industriais britânicos já estão reconciliados com a idéia de uma ressurreição parcial da indústria japonêsa embora desejem alistar o grupo americano num processo de defesa a fim de impedir uma recuperação plena da indústria nipônica."

◆

DECLÍNIO DAS EXPORTAÇÕES NORTE-AMERICANAS

AS exportações norte-americanas vêm experimentando um acentuado declínio a partir de outubro de 1947. Já em janeiro de 1948 as exportações norte-americanas em valor diminuíram de 240 milhões de dólares e em fevereiro a diminuição foi de mais 4 milhões de dólares. Enquanto isso melhoraram consideràvelmente as importações. Já em fevereiro as importações foram maiores do que as de janeiro em 582 milhões de dólares, ou seja mais 7% que em janeiro e 22 por cento a mais que a média mensal do ano de 1947. Êsses movimentos são resultantes da fome de divisas em dólares à disposição do mundo.

◆

RESTRIÇÕES GOVERNAMENTAIS ARGENTINAS

SEGUNDO comentário dado à estampa pelo Wall Street Journal, quatro importantes companhias norte-americanas estão dispostas a abandonar os seus negócios com a Argentina em face das restrições governamentais adotadas por aquêle país. São elas a Ford, a Chevrolet, a Johns-Manville e a Internacional Harvester. Esta última segundo informa o referido periódico não pode continuar com as suas filiais na Argentina em face da "composição com máquinas agrícolas importadas pelo Instituto de Fomento do Comércio".

AÇUDAGEM

O DEPARTAMENTO Nacional de Obras Contra as Sêcas concluiu no Estado do Ceará no ano de 1947 quatro açudes com a capacidade global de 4.132.300 metros cúbicos. Acham-se, presentemente, em construção quarenta e cinco açudes, dos quais 4 iniciados em 1948, os quais poderão armazenar um total de 11.605.350 metros cúbicos. Somam 257 os açudes e 2.927 os poços para cuja perfuração cooperou o D. N. O. C. S. desde a sua fundação em 1909.

No ano de 1947 57 poços foram perfurados ou desobstruídos na zona sêca, achando-se em andamento 35 perfurações. As obras de Orós, monumental barragem capaz de conter um volume dágua superior ao da Guanabara serão reiniciadas sem demora, constituindo assim um grande benefício para a região.

◆

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PONTA GROSSA

A ESTAÇÃO experimental de Ponta Grossa vem distribuindo largamente sementes da espécie de trigo G. P. I. 142, o qual, no espaço de 15 anos de pesquisas se revelou o mais adequado e produtivo para a região paranaense. Novos trigos estão sendo criados a fim de proporcionar ao lavrador paranaense variedades superiores quer em produção quer em qualidade. A estação vem realizando inúmeros trabalhos de pesquisa no tocante à adubagem, rotação e calada cultura no planalto paranaense. Além das culturas de inverno já existentes a estação mantém extensas áreas cultivadas ..... (1.500.000 m2) com outras plantas de interêsse para a região como sejam arroz, milho, feijão, amendoim, linho, soja, batatinha e mandioca cuja produção se destina a distribuição aos lavradores paranaenses.

◆

COMÉRCIO INTERESTADUAL PELAS VIAS INTERIORES

A IMPORTÂNCIA do nosso comércio interestadual pelas vias internas, isto é, através dos meios de transportes terrestres e aéreos, fica evidenciada pelos resultados apurados na Secretaria-Geral do I. B. G. E., quanto a essa modalidade de intercâmbio econômico, os quais, ao contrário do que se poderia supor, se mostram com vulto bem mais significativo do que os referentes ao movimento de cabotagem.

Em 1936, atingiu 4.567.119 toneladas o volume das mercadorias movimentadas pelas vias internas, no interior do país, representando o valor de 22.616,5 milhões de cruzeiros, enquanto o tráfico por via marítima totalizou, no mesmo período, 3.523.215 toneladas, no valor de 15.354,0 milhões de cruzeiros. Adverte-se que, na apuração do comércio pelas vias internas, não figuram os dados concernentes aos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, cujos montantes só alcançam, por enquanto, o ano de 1943, nada obstante os esforços desenvolvidos pelo órgão central da estatística brasileira.

No decorrer de 1945, o intercâmbio pelas vias internas somou 4.648.492 toneladas, no montante de 18.066,3 milhões de cruzeiros, e, no ano anterior, 4.894.073 toneladas, no valor de 16.470,2 milhões. Foram os seguintes, nesses anos, os volumes e valores alcançados pelo comércio de cabotagem: 3 331.874 toneladas e 12.472,0 milhões de cruzeiros, em 1945, e 3.323.526 toneladas e 11.056,1 milhões, em 1944. A diferença é, como se vê, bastante expressiva.

Torna-se interessante assinalar que, no tocante ao volume, é o Estado do Rio de Janeiro que aparece em plano mais destacado, com um movimento de ..... 1.360.341 toneladas, em 1946, correspondentes a 2.292,7 milhões de cruzeiros; quanto ao valor, porém, é São Paulo que se acha à frente, com 7.492,5 milhões de cruzeiros para 714.466 toneladas de mercadorias movimentadas, vindo em seguida o Distrito Federal, com 7.046,8 milhões e 634.753 toneladas. Semelhante disparidade resulta da composição do intercâmbio realizado, muito influindo para o aumento de valor, no caso de São Paulo e do Distrito Federal, os artigos manufaturados.

A contribuição dos Estados setentrionais e nordestinos, no movimento pelas vias internas, difere bastante da dos meridionais e centrais, o que se explica pela maior concentração de atividades, no nordeste, no litoral ou em suas proximidades.

Estude cuidadosamente o problema de ar condicionado!

Ao planejar uma residência ou uma fábrica, um edifício de apartamentos ou de escritórios, inclúa nos seus estudos o problema do ar condicionado.

Esse estudo, antecipado e cuidadoso, é tanto mais fundamental quanto mais perfeita se deseje a instalação, evitando interferências dispendiosas na estrutura e na instalação elétrica do edifício.

Outro ponto fundamental a considerar é a qualidade do equipamento a empregar. Tenha sempre em mente que a General Electric através de seus técnicos e engenheiros poderá colaborar na solução do seu problema de condicionamento de ar... e que o equipamento G-E de Ar Condicionado lhe proporcionará:

- **Refrigeração científica**
- **Desumidificação adequada**
- **Filtragem eficiente**
- **Movimento uniforme do ar**
- **Renovação positiva do ar**

Os nossos técnicos oferecem ainda:

Assistência técnica e de conservação permanente.

GENERAL ELECTRIC

*235

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - RECIFE - SALVADOR - CURITIBA - PORTO ALEGRE

PRODUTOS & MERCADOS

O GÁS DE ARATU

INGRESSA agora na sua fase prática de industrialização o gás descoberto em Aratu, no recôncavo baiano. No Conselho Nacional de Petróleo já se processou a abertura das propostas dos concorrentes ao consumo daquele combustível, o qual será pôsto à venda ao preço de Cr$ 0,20 o metro cúbico. A quota de fornecimento diário é de 130.000 metros cúbicos. Apresentaram-se concorrentes para apenas 114.000, ficando assim um restante de 16.000 metros públicos à disposição do C. N. P. para regularização de necessidades suplementares de fornecimento. A garantia oferecida pelo C. N. P., quanto ao fornecimento do gás na média indicada, estende-se pelo prazo de vinte anos.

Os aquisitores mais importantes são: a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro que se propõe consumir, para a eletrificação das suas linhas 23.000 metros cúbicos diários, planejando iniciar o seu emprêgo dentro de dois anos. A Sociedade Cooperativa de Usineiros do Estado da Bahia já vem consumindo êsse gás a título precário e continua no propósito de aproveitá-lo, pelos resultados que tem obtido com o seu concurso. A Companhia Carioca Industrial, para tratamento de óleos vegetais, pleiteia uma cota diária de 2.000 metros cúbicos diários cujo emprêgo depende todavia de recebimento de novo maquinário para poder utilizá-lo. Esta emprêsa estimou as suas necessidades de aquisição do óleo em 3.200 metros cúbicos, por dia, no primeiro ano e de 13.500 nos anos subsequentes, para produção de sal em larga escala. O Sr. Paschoal Pizano Perrone pretende utilizar na produção de cimento tipo "Portland", na Bahia, pela utilização de calcáreo de Sergipe, cêrca de 35.00 metros cúbicos diários, duplicando êsse consumo nos anos seguintes.

Tem assim o gás de Aratu um mercado certo para a sua colocação. O início da sua utilização está todavia marcado para daqui a ano e meio.

◆

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE PESCADO

A PRODUCÃO pesqueira nacional tem melhorado consideravelmente nos últimos anos. O desenvolvimento das atividades nesse particular no Brasil vem assumindo um ritmo acelerado. Para êsse desenvolvimento há uma explicação lógica: é que os recursos do país nesse ponto são ilimitados e, por outro lado, a carência de carnes impulsionou a produção, deu-lhes melhores condições no mercado nacional. E' preciso acentuar que no caso há uma enorme parcela de produção adicional que não participa das estatísticas. Mesmo assim, em 1947, duplicamos a produção em tonelagem de 1939, que era de 103.279 toneladas e em valor alcançamos o triplo aproximadamente do conseguido naquele ano.

◆

INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS NO BRASIL

A INDÚSTRIA de laticínios no Brasil ainda não pode ser estudada de forma ampla, com todos os seus detalhes. Embora seja a mesma uma enorme fonte de riqueza do país os dados estatísticos referentes ao desenvolvimento da sua produção são meros apanhados parciais. Os volumes obtidos pelos principais estabelecimentos industrializadores do leite já se acham fixados. Mas a produção se distribui sôbre variadíssimas formas e se esparze por todo o território nacional de forma a se tornar dificílima a pesquisa estatística. Ignora-se até hoje no Brasil o volume do leite oferecido a consumo "in natura", exceto as

Swift do Brasil

Frigoríficos em

RIO GRANDE -- ROSÁRIO -- UTINGA

Fábricas de Óleos Vegetais em

CAMPINAS - RIO PRETO

Agências e Filiais em todo território nacional

MATRIZ - Rua Dr. Falcão Filho, 56 - 10.º Andar - São Paulo

HÁ MAIS DE UM QUARTO DE SÉCULO
DISTRIBUIDORES MUNDIAIS DE PRODUTOS BRASILEIROS

quantidades pasteurizadas oferecidas pelos estabelecimentos industrializadores.

Embora essa deficiência das estatísticas a parte conhecida é suficiente para aquilatar-se da pujança dessa produção. A produção já orça por 170.000 toneladas, computados no cálculo — manteiga, leite pasteurizado, em pó, lactoso, creme, requeijão, farinhas lácteas, caseína, doce de leite, etc. Em valor a produção atinge a casa de 900.000.000 de cruzeiros.

◆

PREÇOS MÉDIOS DE CEREAIS NA ARGENTINA

A ARGENTINA, entre os grandes mercados produtores de cereais; é o que vem revelando melhores condições de oferta. Até 1946 os gêneros dessa espécie naquele país experimentaram sensível ascenção sendo que já agora, o declínio de alguns preços é situado. E' verdade que o trigo argentino persiste na alta, mas em compensação, o milho, o centeio, a aveia e a cevada tiveram em 1947 acentuada queda de preços.

E' preciso salientar que naquele país o mercado de cereais e de alguns outros produtos se acha sob contrôle do govêrno.

O quadro abaixo ilustra essa situação e fala melhor que qualquer explicação literal:

PREÇOS MÉDIOS DE CEREAIS NA ARGENTINA

ANOS	M$N por 1000 Kg.				
	Trigo	Milho	Aveia	Centeio	Cevada
1940	7,64	4,35	4,43	4,17	3,94
1941	6,75	4,75	4,18	2,73	2,51
1941	6,75	4,40	7,51	3,66	3,85
1948	6,93	5,89	7,47	7,37	7,74
1944	8,04	5,57	6,87	6,16	5,67
1945	9,50	8,08	11,04	12,49	10,90
1946	15,09	17,24	20,24	27,79	20,72
1947	17,00	11,44	13,50	14,50	13,50

Banco Cruzeiro do Sul de São Paulo S. A.

Capital Realizado: Cr$ 20.000.000,00 — Aumento de Capital: Cr$ 10.000.000,00
Cr$ 30.000.000,00 — Reservas: Cr$ 12.786.377,70
Operações iniciadas em 1.º de Outubro de 1943 — Carta Patente N.º 3.043 de 15/9/1943
MATRIZ: Rua da Quitanda, 144 — SÃO PAULO — Enderêço Telegráfico: "Bancruze"
FILIAL DO RIO DE JANEIRO: Rua da Candelária, 4

BALANCETE REALIZADO EM 30 DE ABRIL DE 1948

Compreendendo as operações da Matriz, da sua Filial do Rio de Janeiro e das suas agências de: Avaré, Cerqueira Cezar, Conchas, Fartura, Franca, Gália, Garça, Herculândia, Ipauçu, Ipiranga (S. Paulo), Leme, Miguelópolis, Mogi das Cruzes, Patrocínio do Sapucaí, Penha (S. Paulo), Pirajuí, Pompéia, Quintana, Rancharia, Santo Amaro (S. Paulo) e Santos.

ATIVO

	Cr.$	Cr.$	Cr.$
DISPONÍVEL			
CAIXA			
Em moeda corrente		22.015.587,20	
Em dep. no Banco do Brasil S/A		67.373.133,80	
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		5.823.833,10	
Em outras espécies		61.715,10	95.274.269,20
REALIZÁVEL			
Empréstimos em c/ correntes	150.719.294,70		
Títulos descontados	251.343.429,00		
Agências no País	45.762.378,10		
Correspondentes no País	28.853.201,10		
Capital a realizar	4.879.900,00		
Outros Créditos	4.172.465,90	485.730.668,80	
Imóveis		1.031.116,50	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS			
Obrigações de Guerra dep. no Banco do Brasil S/A, no valor nominal de Cr.$ 5.907.400,00, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		4.426.601,20	491.188.386,50
IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco		925.051,00	
Móveis e Utensílios		4.137.074,70	
Material de expediente		1.650.874,00	
Instalações		3.351.850,10	10.064.850,80
RESULTADOS PENDENTES			
Juros e descontos		1.542.026,20	
Impôstos		220.387,00	
Despesas Gerais e Outras Contas		3.736.012,60	5.498.425,80
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em Garantia		45.513.923,40	
Valores em Custódia		10.954.091,00	
Títulos a Receber de C/ Alheia		200.399.995,20	256.868.009,60
TOTAL			**858 893.941,90**

PASSIVO

	Cr.$	Cr.$	Cr.$
NÃO EXIGÍVEL			
Capital	20.000.000,00		
Aumento de Capital	10.000.000,00	30.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal		720.000,00	
Fundo de Previsão		3.936.030,00	
Fundo de Reserva Especial		8.130.347,70	42.786.377,70
EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS:			
À vista e a curto prazo			
De Poderes Públicos	57.715.505,80		
Em C/correntes sem limite	212.186.401,00		
Em C/correntes limitadas	41.288.574;70		
Em C/correntes populares	2.366.146,50		
Em C/correntes sem juros	13.413.495,10		
Em C/correntes de aviso	24.099.818,80		
Outros depósitos	437.052,60	351.506.994,50	
A Prazo:			
A prazo fixo		90.354.476,10	
Sub-Soma		441.861.470,60	
OUTRAS RESPONSABILIDADES:			
Agências no País	60.245.955,70		
Correspondentes no País	42.779.569,30		
Ordens de pagamentos e outros créditos	178.444,00		
Dividendos a pagar	160.299,10	103.364.268,10	545.225.738,70
RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados e outras e contas			14.013.815,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em garantia e em custódia		56.468.014,40	
Depositantes de títulos em cobrança no país		200.399.995,20	256.868.009,60
TOTAL			**858.893.941,90**

SÃO PAULO, 4 DE MAIO DE 1948

Dr. Ricardo Jafet — Presidente
Gladston Jafet — Vice-Presidente
C. D'Agostino — Superintendente

Antônio Alfredo D'Agostine — Gerente
Jordão Mendes da Silveira Junior — Contador

BANCOS & MOEDAS

Um Banco Inter-Americano

O SR. Nelson Rockfeller, presidente da Internacional Básic Economy Corporation, sugeriu na convenção nacional de comércio exterior na cidade de São Louis a criação de um banco inter-americano, com um capital de 100.000.000,00 ou mais. Essa proposta foi incluída no programa sugerido para a solução dos problemas econômicos da América Latina. O Sr. Rockfeller comentou que, em virtude da urgência dos problemas da Europa as questões econômicas dos países latinos americanos têm sido postas um pouco à margem pelos Estados Unidos mas salientou que essas questões são de natureza crítica e de importância vital.

Afirmando que hoje em dia são melhores do que nunca as oportunidades que têm as repúblicas sul-americanas para uma obra construtiva e para uma cooperação eficaz, tanto por parte dos governos como das emprêsas particulares, o Sr. Rockfeller propôs um programa constante de três pontos básicos a saber:

1) Um aumento sensível na participação do capital particular e dos diretores de indústria norte-americana no programa de colaboração econômica das nações do continente;

2) A criação de um banco inter-americano já proposto em 1940 com atribuições mais amplas, de modo a se tornarem possíveis as operações de inversão de capitais assim como o desempenho de funções de banco comercial utilizando as moedas de tôdas as nações participantes.

3) Organização de um plano que permita a participação das demais nações americanas na produção das mercadorias necessárias à Europa dentro da realização do plano Marshall.

Na mesma reunião da convenção nacional citada o Sr. Roman Beteta, secretário do Tesouro Mexicano, dissertou sôbre a política de restrições que vem sendo adotada pelos países devedores do continente americano com o fim de equilibrar as suas balanças comerciais. O Sr. Beteta fêz um apêlo no sentido de se estimular uma maior unidade econômiica entre as repúblicas americanas as quais estão de certo modo tentando o impossível, isto é vender sem comprar ao mesmo tempo.

BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO S/A

OS dados do Balanço que abaixo publicamos servem para demonstrar a situação sólida de um dos principais estabelecimentos de crédito do Estado de São Paulo. À guisa de comentário, porém, sendo de fato um complemento aos algarismos abaixo transcritos, vamos acrescentar alguns dados retirados do Relatório apresentado pela Diretoria aos acionistas.

Foi o seguinte o movimento de contas novas abertas pela Matriz e Agências em 1947:

Interior	18.699
Capital	2.386
Total	21.085

Durante o mesmo exercício foram inauguradas onze novas agências, a saber: Braz e Lapa (Capital), Campinas e Santos, neste Estado; Apucarana, Arapongas, Cornélio Procópio, Curitiba, Londrina, Paranaguá e Sertanópolis, no Estado do Paraná. Ficamos, dêsse modo, com 54 agências funcionando.

No exercício de 1946 foram distribuídos dividendos na base de 9 e 10% aa., respectivamente, nos primeiro e segundo semestres. No exercício ora relatado, graças ao desenvolvimento tomado, foi possível retribuir em melhor base o capital empregado, distribuindo dividendos na base de 12% aa., nos dois semestres, sem prejuízo das depreciações e das reservas que se constituíram de acôrdo com a lei e mesmo superiores às determinações legais.

Prazeirosamente consignamos em nossas páginas o auxílio prestado à instituição dos funcionários, cujos benefícios têm sido consideráveis.

Prestou sua Diretoria todo o apoio a essa organização, dirigida pelos próprios funcionários, inclusive várias doações de relativo vulto, conforme se depreenderá do balanço publicado.

Aos funcionários, também, foram distribuídas gratificações extraordinárias, tôda a vez que se verificou um acréscimo de Cr$ 50.000.000,00 na posição de depósitos em contas correntes. Essas gratificações, dadas sem prejuízo daquelas que são pagas normalmente nos fins de semestre, constituem uma experiência de participação do empregado no lucro da emprêsa, experiência que tem se coroado de absoluto êxito.

◆

CRÉDITO RURAL E COOPERATIVO NO SUL

NO Estado do Rio Grande do Sul existem em funcionamento 42 caixas rurais federadas com 20.000 sócios. A estimativa dos bens dêsses cooperativados, para fins de garantia solidária perante terceiros ascende à Cr$ 278.204.510,00. A situação dessas caixas no tocante a depósitos, empréstimos e encaixes é a seguinte:

Os depósitos, ao terminar o ano civil, somaram Cr$ 160.214.716,38, dos quais, empregados em empréstimos, nada menos de Cr$ 106.436.482,96, enquanto as reservas fundadas alcançaram o montante de Cr$ 6.157.769,28. O movimento de disponibilidades lastreadas nos Bancos Caixas e na Central das Caixas Rurais, era de Cr$ 60.347.742,12, por depósito de curto e longo prazo. O capital social das Caixas Rurais, em 31 de dezembro de 1947, era acrescido de Cr$ 946.500,00, reforçando a garantia limitada das Caixas cotistas, em face de outrem, para Cr$ 4.732.500,00, isto é, o quintuplo do capital realizado pelas Caixas. Os depósitos de 1947 elevaram-se a Cr$ 35.580.451,30. Os empréstimos acresceram o aumento de Cr$ 5.454.736,40 em relação ao ano de 1946, subindo, assim, a Cr$ 32.893.144,80.

◆

BANCO DE CUBA, ARGENTINA E ANTILHAS

ENTRE os últimos atos internacionais assinados pelo Govêrno argentino figura um firmado entre o govêrno daquele país e capitais particulares cubanos de acôrdo com o qual foi fundado o Banco de Cuba, Argentina e Antilhas, com o capital de cinco milhões de dólares e o objetivo de promover as atividades comerciais e industriais entre os dois países.

◆

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E FOMENTO

UM dos diretores do Banco Internacional, organismo criado em virtude dos compromissos firmados em Bretton Woods realizou uma viagem à América Latina a fim de examinar de perto as possibilidades de inversões nos referidos países pelo mesmo Banco. Como se sabem êsses empréstimos não serão diretos aos governos que apenas oferecerão garantias. No Brasil, no momento, a única transação dessa espécie em andamento é aquela em favor da Light da qual o govêrno brasileiro oferecerá a respectiva garantia. O Brasil, como se sabe participa do Banco com um capital de 105 milhões de dólares. O empréstimo à Llght visa dotar o sul do país de maiores possibilidades no tocante à energia. Dessa forma as indústrias do Rio e São Paulo se beneficiarão imenso com a aplicação que aquela emprêsa vai dar ao capital oriundo do empréstimo. Num país como o Brasil tôdas as possibilidades de melhor nível de fornecimento de energia elétrica, já que somos um país importador de combustíveis de tôda a espécie, revelam-se de grande importância para o nosso desenvolvimento.

Em tôdas as partes do mundo é ouvida a poderosa voz da Rádio Club de Pernambuco

Ouvintes de tôdas as latitudes comprovam o alcance da Rádio Club de Pernambuco, em cartas repassadas de simpatias. Estas cartas comprovam não sòmente a excelência do aparelhamento técnico da emissora, bem como sua eficiência como veículo para sua propaganda. Convidamos os anunciantes a lerem as impressões dos que nos ouvem em Duque de Caxias, no Sul, ou em Ipamerí, no Estado de Goiás. Assim poderão melhor aquilatar do que significa a sua mensagem de vendas na "pioneira das ondas curtas".

Do Dr. Donato R. Borges, 1.º Ten. Médico, residente em Ipamerí, no sul de Goiás, e assíduo ouvinte da PRA-8, recebemos a carta que abaixo transcrevemos, a qual fêz acompanhar de alguns envólucros da Pasta Eucalol, tomando parte no Concurso de Viagem ao Rio, que tem despertado entre nossos ouvintes grande interêsse.

Ipamerí, 10 de janeiro de 1948.

Sr. Diretor da Rádio Clube de Pernambuco.

Cordiais saudações:

Sou filho do Sul, mas tendo servido no Recife por largo período, trouxe daí muitas recordações, apreciando muito a terra, a tradição de seu povo, seus usos, costumes e sua música.

Assim, não poderia deixar de ouvir os programas da P. R. A.-8, para recordar-me da linda Veneza Brasileira.

Aproveito também a oportunidade para informar a V. S. da nitidez com que é ouvida essa possante estação nordestina aqui no sul de Goiás, principalmente após as 19 horas.

Sem mais, grato pela atenção e de V. S. um amigo ao inteiro dispor.

As.) Donato R. Borges
1.º Ten. Médico

Do Ten. Dagmar Pessoa de Albuquerque, residente em Duque de Caxias, no Estado de São Paulo, recebemos a seguinte carta:

Duque de Caxias, (S. P.), 2 de Fevereiro de 1948.

Ilmo. Sr.,
Diretor da P. R. A.-8.

Respeitosas saudações.

Desobrigando-me do grato dever para com aquêles de boa vontade, apresento-vos os meus sinceros agradecimentos pela especial atenção que V. S. me dispensou: atendendo ao apêlo que há dias vos fiz referente ao enderêço de um tio meu.

Esclareço-vos que após quatro dias da expedição de minha carta a V. S., recebi um telegrama do referido tio.

Do amigo reconhecido.

as.) Dagmar Pessoa de Albuquerque.

Enderêço:
Ten. Dagmar Pessoa de Albuquerque
4.º Regimento de Infantaria
Duque de Caxias — São Paulo.

Do Sr. John Dinesen Hansen, residente à Av. Churchill n.º 97, sala 305-306, no Rio de Janeiro, recebemos a seguinte carta:

Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 1947.

Rádio Club de Pernambuco PRA-8.

A resposta para a pergunta feita por esta Emissora: Qual é a casa que irá patrocinar o Bochudo? E' a seguinte: — Irá patrocinar o grande frêvo de Sebastião Lopes para o Carnaval de 48, uma das maiores casas de Pernambuco.

"CASAS JOSE' ARAUJO S. A.", Rua Duque de Caxias n.º 191.

Atenciosamente

as.) John Dinesen Hansen.

Do Sr. Verner Mélo, também residente no Rio de Janeiro, à Rua Flack n.º 11 — Riachuelo, recebemos a seguinte carta:

Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 1947.

Exmo. Sr..,
DD. Rádio Clube de Pernambuco PRA-8.

Como ouvinte assíduo dessa Emissora, vou responder uma pergunta feita pela mesma.

A casa que vai patrocinar o BOCHUDO é a formidável

CASAS JOSE' ARAUJO S. A., Rua Duque de Caxias, 191, Recife — Pernambuco.

Cordialmente
as.) Verner Mélo

Enderêço:
R. Flack n.º 11, Apartamento 301.
Riachuelo — Rio de Janeiro.

P. S. — Ouço tão bem os programas dessa Emissora, como se fôsse uma estação local, aliás é a única de todo o nordeste e norte do Brasil que se ouve perfeitamente.

P. R. A. 8 - RÁDIO CLUB DE PERNAMBUCO

Av. Cruz de Cabugá, 394

Representante no Rio: — F. R. Pereira de Souza & Filho — Praça Getúlio Vargas, 2 — 4.º and.

O Rio Grande do Sul em Face da Exportação

A grande parte dos países direta ou indiretamente afetados com a última conflagração mundial, e que tiveram as suas economias tumultuadas com a guerra, vai, pouco a pouco, recuperando o seu antigo padrão de vida, fazendo com que a produção dos artigos indispensáveis ao confôrto da vida moderna iguale ou supere os níveis anteriores.

Desmobilizadas as indústrias bélicas, os povos voltam a sua atenção para as atividades pacíficas, as únicas que realmente engrandecem as nações, e, em tôda a parte verifica-se o mesmo afã de proporcionar às populações, tão sacrificadas com a guerra, uma economia de abundância, mercê do crescente desenvolvimento das indústrias, do avanço técnico, da ampla inversão de capitais no desenvolvimento de indústrias básicas, valorizando, assim, o trabalho humano.

O intercâmbio comercial entre os países vai recuperando o seu antigo rítmo de negócios, na médida do desaparecimento das condições oriundas da guerra, vale dizer, a falta de produção, de mercados, de transportes, problemas êstes superados em quase a sua totalidade.

O nosso país, que anteriormente era tido como essencialmente agrícola e fonte de matérias primas, foi obrigado a suprir-se a si próprio, criando indústrias nas contingências da guerra, as quais hoje proporcionam um número bastante apreciável de artigos manufaturados em nossa pauta de exportações.

Apesar de já estar bastante avançado em sua industrialização, contando com algumas indústrias pesadas, como siderúrgicas, fábricas de motores, de cimento, etc. e estar presentemente incrementando o aproveitamento do nosso potencial hidro-elétrico, melhorando, com o consumo abundante de energia barata os níveis de vida das nossas populações, a maior parte dos produtos exportáveis do Brasil, é ainda constituída por produtos

agrícolas, matéria prima, indústrias extrativas, gado e derivados.

No Rio Grande do Sul, Estado produtor de gêneros alimentícios por excelência do país, a produção agro-pecuária de muito supera as necessidades locais, havendo, portanto, na maioria dos produtos, um excedente exportável, que bem atesta e expressa a operosidade dos gaúchos. Basta atentar-se para o fato de que sòmente no arroz, que o Estado produz em abundância e em qualidade das melhores, há mais de 2.000.000 de sacos em excesso, por ano, que são destinados à exportação.

Grande produtor de cereais, vinhos, fumos, carnes, couros e madeiras, etc., o Rio Grande do Sul tem-se mantido como um dos mais importantes fatôres do equilíbrio da nossa balança comercial, e, dado ao vulto das transações comerciais de âmbito internacional, os seus produtos são, por assim dizer, bastante conhecidos e apreciados em boa parte do mundo.

O recrudescimento das relações comerciais entre os países, mormente no presente em que vemos quase desaparecida a crise que assoberbava os transportes marítimos e terrestres, tem em muito beneficiado as classes produtoras gaúchas, proporcionando um clima propício ao aparecimento de novas organizações, especialmente dedicadas ao comércio extedior.

Daí o aparecimento da JEDAL — Comércio Indústria de Madeiras, Ltda., sediada em Pôrto Alegre, à rua Caldas Júnior, 127, organização dedicada ao comércio exportador e importador em grande escala, principalmente no ramo de cereais, madeiras e representações.

Conforme se nota pela denominação, a JEDAL foi constituída para trabalhar no ramo de exportações de madeiras, no que, aliás, tornou-se bastante conhecida no exterior, pela sua operosidade e cumprimento dos compromissos assumidos com seus clientes.

O aumento do vulto de negócios da firma fêz com que os seus dirigentes compreendessem a necessidade de ampliar a organização, passando a exportar diversos produtos agro-pecuários, principalmente, arroz, trigo, farinha de trigo, madeiras de pinho e de lei, fumos, couros, etc.

Abraçadas as novas atividades num clima propício, em breve a JEDAL firmava-se nêsse ramo de exportações dos produtos gaúchos, tornando-se ainda mais conhecida, mórmente nos mercados norte-americanos, de onde lhe advieram propostas de representações de diversas firmas dos EE. UU., produtoras de ferro, cimento, arames, tratores, maquinaria agrícola em geral, etc., artigos de grande interêsse e necessidade no sul do país.

A JEDAL é dirigida pelos srs. Dr. Nelson Pierini e José Daniel, figuras bastante conhecidas nos círculos comerciais gaúchos. Fiel ao seu lema que é "ganhar pouco, mas vender muito" a JEDAL tornou-se mais um dos elementos propugnadores do progresso de nossa pátria.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

A DIVULGAÇÃO dos balanços patrimoniais dos institutos de previdência social, relativos ao exercício de 1947, é o roteiro mais seguro de que se dispõe para acompanhar o desenvolvimento da vida dêsses órgãos. A importância de cada um dêles cresce na medida em que se passam os anos, não apenas na sua relação econômico-financeira, como especialmente no desempenho da função social que lhes cabe. Se, por um lado são centralizadores de recursos, por outro lado atuam como elementos corretivos da riqueza, através as suas carteiras de aplicação de fundos, já para construção ou compra de casa própria, já pela construção ou aquisição de hospitais, ambulatórios e outros estabelecimentos que, conquanto restritos a uma determinada classe, representam o aumento constante do aparelhamento nacional de saúde e higiene. Possibilitam a assistência médica e dentária, assistem na velhice ou na invalidez do trabalhador e velam pela família, com uma contribuição modesta, é verdade, mas de indiscutível valor, sobretudo se atentarmos que antes de tais institutos nem mesmo a modesta existia. São, nestas condições, legítimos cooperadores da economia individual dentro da classe ou da profissão e centralizadores no âmbito da economia nacional.

Dentre os vários balanços divulgados, destacamos o do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, encerrado a 21 de fevereiro do corrente ano, a testa do qual se encontra, como presidente, o Sr. Milton Soares Santana e que é dos órgãos do tipo, sem dúvida um dos mais integrados no espírito da classe que representa.

Fazendo uma breve resenha do seu balanço patrimonial, citamos, em abono da sua solidez, o valor dos bens mobiliários, na ordem de Cr$ 124.989.249,90, subindo os seus recursos em caixa e em bancos a Cr$ 218.233.357,10. Ao lado disso, no Passivo, encontramos para as "reservas de previsão" um total de Cr$ ..... 80.923.771,10, além de "Fundos Especiais" montando a Cr$ 470.849.270,30, sendo o valor total dos compromissos credores de Cr$ 84.709.015,30.

A demonstração do resultado financeiro do exercício registra um total de Cr$ 91.028.420,00 de reservas e fundos constituídos com os saldos concluídos em 31 de dezembro próximo passado. Para uma despesa total de Cr$ 111.173.637,30, as despesas administrativas contribuíram com Cr$ 19.142.717,00, sendo que aí a parte do pessoal montou a Cr$ ..... 12.118.547,50. As despesas estatutárias, num total de Cr$ 40.773.589,80, compreendem "aposentadorias ordinárias" no valor de Cr$ 2.971.063,50, "aposentadorias por invalidez" na ordem de Cr$ ..... 20.351.514,50, "pensões" no valor de Cr$ 14.600.073,90, além de outras responsabilidades de assistência.

No "Crédito" da demonstração, as receitas estatutárias figuram com Cr$ 98.964.973,40, as receitas patrimoniais com Cr$ 21.339.882,60 e as receitas administrativas com Cr$ 32.477,40. Com o valor das receitas "diversas", "extraordinárias", de carteiras e serviços anexos, de assistência e de exercícios anteriores, o valor total do crédito, em 31 de dezembro, e relativo ao exercício, subiu a Cr$ 202.202.057,80, contra um débito de Cr$ 111.173.637,90, havendo um saldo, distribuído em reservas e fundos, no valor de Cr$ 91.028.420,00.

FOCALIZANDO COM REALISMO O PROGRESSO DO BRASIL

O desenvolvimento progressivo dos nossos recursos econômicos, com o incremento da produção agrícola, o ritmo acelerado da indústria e a expansão do comércio em todos os ramos, palpita, através de reportagens vivas, estudos profundos, agudos comentários e noticiário honesto, nas páginas de O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO — líder das revistas especializadas do Brasil! Daí ser O OBSERVADOR citado, hoje em dia, como preciosa fonte bibliográfica de valor inestimável para economistas, técnicos e estudiosos em geral. Por outro lado, o fato de ser O OBSERVADOR procurado, com crescente interêsse, por leitores da mais variada gama intelectual — professôres, industriais, comerciantes, banqueiros e estudantes — e a circunstância de contar, entre seus assinantes, entidades públicas e privadas de todos os países americanos, muitos europeus, e nos mais longínquos rincões do território brasileiro, conferem-lhe um valor indiscutível como eficiente veículo de publicidade para quantos aspiram ao progresso de seus negócios e à prosperidade nacional.

Solicite, hoje mesmo, pelo Reembôlso Postal, uma assinatura de O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, preenchendo o cupão abaixo.

O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO

AVENIDA GRAÇA ARANHA, 182

RIO DE JANEIRO

ASSINATURAS

1 ano ....Cr$ 100,00
2 anos....Cr$ 180,00
3 anos....Cr$ 260,00

LÍDER DAS REVISTAS ESPECIALIZADAS DO BRASIL

O OBSERVADOR Econômico e Financeiro
Caixa Postal, 3114 - Rio de Janeiro

Solicito, pelo Reembôlso, uma assinatura por..... ano(s).

Nome .....
Rua e N.º .....
Cidade .....
Estado .....

Inter - Americana

OBSERVAÇÕES MUNICIPAIS

Blumenau

A IMIGRAÇÃO alemã, se por um lado veio criar o problema dos quistos raciais em nosso país, devido, em grande parte, à falta de orientação racional no que se refere à localização dêsses elementos alienígenas, por outro permitiu o nascimento, em terras brasileiras, de algumas cidades de características nitidamente européias, onde grupos étnicos de civilização altamente desenvolvida puderam construir centros irradiadores de progresso que poderosas e benéficas influências têm exercido sôbre extensas áreas do sul do território nacional. Uma dessas cidades é Blumenau, no Estado de Santa Catarina.

Fundada pelo alemão Dr. Hermann Blumenau, em 1850, foi a povoação elevada à categoria de Freguezia em 1873 e à de Município em 1880. Em 1886 passou a categoria de cidade.

Blumenau, atualmente, é uma das principais comunas catarinenses. Habitado, em sua maior parte, por descendentes de alemães, o Município, graças às suas condições naturais de desenvolvimento e ao trabalho construtivo do grupo humano, de elevado nível cultural, que ali se localizou, atingiu a um grau de progresso bastante significativo, constituindo-se numa das mais importantes células comunais representativas da prosperidade de Santa Catarina. Blumenau, ademais disso, constitui uma experiência sócio-econômica das mais interessantes. Desde os primeiros instantes do povoamento, adotou-se o trabalho livre, proibido mesmo, pelo Doutor Blumenau, a entrada de negros escravos. Cada colono era dono do seu lote, geralmente de vinte e cinco hectares, isto é, o tipo da pequena propriedade. Na faina agrícola, o colóno trabalhava o lote com o concurso da família e, eventualmente, quando mais intensos os labores, com a cooperação de outros colonos, também livres e proprietários. O sentido da cooperação, aliás, é marcante entre os tudescos.

A população de Blumenau, segundo estimativa levada a efeito pelo Departamento Estadual de Estatística, órgão regional do I. B. G. E., elevava-se, em 1 de janeiro de 1948, a 47 681 habitantes, distribuídos através da superfície de 1 054 quilômetros quadrados, donde a densidade de 45 pessoas por quilômetro quadrado.

A produção agrícola da próspera comuna, em 1947, foi de 33 786 toneladas de aipim, 6 725 de arroz em casca, 31 000 de cana de açúcar e 7 540 de milho. A população pecuária era de 99 130 cabeças de aves, 60 728 de suínos, 19 390 de bovinos, 6 000 de equinos, 910 de ovinos, 520 de asininos e muares e 480 de caprinos.

Blumenau, em 1945, possuía 520 estabelecimentos industriais, sendo 187 de produtos alimentícios e estimulantes, setenta e quatro de vestuário e toucador e dezesseis de produtos têxteis. São famosos os tecidos blumenauenses, notadamente os felpudos, disputados no mercado nacional e no estrangeiro. Há, no Município, que é altamente industrializado, algumas fábricas da maior importância, inclusive uma de gaitas de bôca, que é, aliás, a única da América do Sul.

A sede da comuna contava com 3 035 prédios, sendo 2 284 residenciais, 321 comerciais e 430 mistos. Existiam no Município sete estabelecimentos de ensino não-primário e setenta e dois de ensino primário. Em 1946 o Município possuía cinco jornais, um museu, três bibliotecas, uma estação de rádio-difusão e trinta associações culturais. Contava, no setor da assistência social e médico-sanitária, com um asilo, seis Casas de Saúde e Hospitais, com 453 leitos, e sete ambulatórios. Foram atendidos, nesse ano, 12 015 doentes. A comuna possuía, no ano em aprêço, quatro cinemas e um teatro, além de um clube náutico.

A arrecadação total do Município foi, em 1946, de Cr$ 35 524 000,20, sendo de Cr$ 21 480 736,20 a federal, de ..... Cr$ 10 627 829,50 a estadual e de..... Cr$ 3 416 435,50 a municipal. A despesa municipal, nesse ano, foi de ..... Cr$ 3 429 374,10. Embora o habitante de Blumenau houvesse, em média, contribuído com 745 cruzeiros por pessoa, para os cofres públicos, menos de 10%, apenas, da arrecadação, se destinou ao Município, pois mais de 90% canalizaram para a União e para o Estado.

Blumenau, situado hoje entre as mais prósperas e civilizadas comunas do sul do país, constitui eloquente testemunho do trabalho construtivo do elemento estrangeiro que para aqui veio colaborar conosco na construção de uma nação livre e forte.

MOGI-MIRIM

Mogi-Mirim, elevado à categoria de vila por ordem régia de 11 de outubro de 1769 e à de cidade pela lei provincial n.º 17, de 3 de abril de 1849, compõe-se atualmente, como Município, dos distritos de Mogi-Mirim, Artur Nogueira, Conchal, Jaguariúna e Posse de Ressaca, ocupando a área de 1 312 quilômetros quadrados. Sua população foi estimada a 1 de janeiro de 1946, em 48 350 almas, sendo sua densidade, na ocasião, aproximadamente de trinta e sete habitantes por quilômetro quadrado.

Município dotado dos elementos modernos de confôrto social, Mogi-Mirim possuía, em 1946, quatro teatros e cinemas, sete associações culturais e um órgão de imprensa periódica. No mesmo ano era de 207 o número de estabelecimentos industriais existentes na adiantada comuna.

O ensino público e particular, no Município, apresentava-se bastante desenvolvido relativamente ao ensino primário fundamental comum em 1946. Distribuídos pela sede municipal, pelas sedes distritais e pela zona rural, existiam, nesse ano, em Mogi Mirim, seis grupos escolares, duas escolas agrupadas e quarenta e cinco escolas isoladas, somando, ao todo, cinquenta e três estabelecimentos de ensino, com um total de 107 catedráticos e dezesseis auxiliares.

A matrícula geral, nos cinquenta e três estabelecimentos de ensino primário fundamental comum do Município, foi, no ano em aprêço, de 4 728 alunos, e a matrícula efetiva de 3 738. A frequencia média, no período escolar em questão, foi de 3 718 alunos. As aprovações, no mesmo período, foram de 922 alunos no primeiro ano, 736 no segundo, 678 no terceiro e 416 no quarto ano, somando 2 752 alunos aprovados.

Existiam, em 1946, no Município, duas cooperativas, quatro associações beneficentes, um hospital e um ambulatório. No mesmo ano foram registrados, em tôda a comuna, 1 762 nascimentos, 464 casamentos, 647 óbitos e 102 natimortos.

Os dados estatísticos que aqui utilizamos foram divulgados recentemente pela Agência-Modêlo de Estatística de Mogi-Mirim, quando de sua instalação pelo I. B. G. E.

UNIÃO DA VITÓRIA

OCUPANDO a área de 2.753,5 quilômetros quadrados e com a população estimada, em 1946, de 33.549 almas, o Município de União da Vitória, Paraná, apresenta, aproximadamente, a densidade de doze habitantes por quilômetro quadrado.

Situado em zona de terras férteis, União da Vitória conta com uma produção agrícola bastante significativa. Em 1946 o Município produziu 13.200 toneladas de milho, no valor de 8.800.000 cruzeiros; 525 de trigo, correspondentes a 2.100.000 cruzeiros; 20.300 de mandioca, no valor total de 10.150.000 cruzeiros; 360 de arroz com casca, correspondentes a 540.000 cruzeiros; 840 de feijão, no valor de 840.000 cruzeiros; 360 de batatinha, no valor de 360.000 cruzeiros; 468 quilos de fibra de linho, relativos a 468 mil cruzeiros; e 30 de uva, no valor de 360.000 cruzeiros. O fumo em fôlha, o amendoim e a cana de açúcar também tiveram papel de relativa importância na produção agrícola do Município.

A produção extrativa vegetal, nesse ano ,foi bastante elevada, estimando-se o

seu valor em Cr$ 9.655.390 cruzeiros. O pinho em toras, a lenha, o cedro em toras e a erva-mate, figuravam como os itens mais importantes.

A produção extrativa mineral, constituída de areia, argila, tijolos e têlhas, atingiu a importância de 779.350 cruzeiros. A produção extrativa animal, representada pela lã, crina animal e peles, alcançou o valor de 496.120 cruzeiros.

Em 1946 existiam em União da Vitória 12.580 cabeças de bovinos, 12.280 de equinos, 100.000 galinhas, 470 cabeças de muares, 2.640 de ovinos, 3.100 de caprinos, 12.000 de patos, marrecos e gansos, 300 de perus, 31.000 cabeças de suínos e nove de asininos. O valor total dessa população pecuária era de 19.187.650 cruzeiros.

Os produtos agrícolas transformados, constantes da farinha de milho e vinho de uva, alcançaram o valor de 743.000 cruzeiros.

A exportação de União da Vitória, em 1946, constituída em sua maior parte de madeiras e derivados animais, foi de 22.147.716 quilos, no valor de 38.802.976 cruzeiros.

A receita da comuna, em 1946, atingiu a significativa importância de 794.795 cruzeiros. A arrecadação estadual foi de 2.521.987 cruzeiros; a federal, de ..... 1.535.213 cruzeiros e a do impôsto de vendas e consignações, de 1.279.777 cruzeiros. As despesas municipais, orçamentária e extraorçamentária, foram, nesse ano, de 709.083 cruzeiros.

Município grande, com vastas áreas cobertas de pinheiros e de outras espécies vegetais que fornecem madeira de lei de alto valor comercial, União da Vitória, mercê de seus recursos naturais, da fertilidade de sua gleba e do trabalho construtivo de seus filhos, vem crescendo e se desenvolvendo rapidamente, tornando-se importante centro propulsor do progresso paranaense.

Banco Ribeiro Junqueira S. A.

SEDE: LEOPOLDINA — ESTADO DE MINAS GERAIS — CARTA PATENTE N.º 1.937 DE 7/2/1939.

FILIAL: RIO DE JANEIRO — RUA DA QUITANDA, 72 — CAIXA POSTAL, 1.200

DEPARTAMENTOS: NO ESTADO DE MINAS GERAIS: Belo Horizonte, Francisco Sales, Palma, Pirapetinga, Pôrto Novo, Recreio, S. J. Nepomuceno, São Lourenço e Silvestre Ferraz; NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Barra Mansa, Cambucí, Campos, Cardoso Moreira, Carmo, Itaperuna, Miracema, Padua, Petropolis, Porciúncula, Pureza, Resende, Sapucáia, São Fidélis e Volta Redonda; NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: Mimoso do Sul e Muquí; NO ESTADO DE SÃO PAULO: Presidente Bernardes e Valparaiba.

Balancete da Matriz, Filial e Agências, em 30 de Abril de 1948

ATIVO

	Cr.$	Cr.$	Cr.$
A — DISPONÍVEL			
CAIXA:			
Em moéda corrente		26.861.333,30	
Em depósito no Banco do Brasil S/A		10.362.840,80	
Idem, idem, a o/ da Sup. da Moéda e do Crédito		6.383.130,90	
Idem, idem, em outras espécies		159.254,70	43.766.559,70
B — REALIZÁVEL			
Empréstimos em c/correntes	57.692.525,60		
Empréstimos hipotecários	46.262.780,60		
Títulos descontados	227.873.968,00		
Letras a receber de c/própria	1.348.274,90		
Agências no país	85.008.915,70		
Correspondentes no país	788.492,00		
Capital a realizar	824.000,00		
Outros créditos	674.853,70	420.473.810,50	
Imóveis		16.179.377,60	
Títulos e valôres mobiliários:			
Apólices e obrigações do tesouro depósito a ordem da superintendência da moeda e do crédito p/v/ nom. de Cr.$ 2.000.000,00	1.785.167,70		
Idem, em carteira	889.241,20		
Apólices estaduais	206.140,00		
Ações e debêntures	5.435.597,30	8.316.146,20	444.969.334,30
C — IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco	15.069.595,40		
Móveis e utensílios	2.270.063,90		
Material de expediente	805.111,50		
Instalações	210.845,80		18.355.616,60
D — RESULTADOS PENDENTES			
Juros	4.133.681,50		
Impostos	316.271,90		
Despesas gerais	2.469.216,00		6.919.169,40
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valôres em garantias		142.857.916,40	
Valôres em custódia		33.250.197,70	
Títulos a receber de conta alheia		66.003.314,20	
Outras contas		40.429.544,20	282.540.972,50
			796.551.652,50

PASSIVO

	Cr.$	Cr.$	Cr.$
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital	25.000.000,00	25.000.000,00	
Fundo de reserva legal		1.090.712,90	
Fundo de previsão		1.656.698,80	
Outras reservas		3.435.489,30	31.182.901,00
G — EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS:			
A vista e a curto prazo:			
de poderes público	1.829.804,70		
de autarquias	1.800.072,00		
em c/ correntes sem limite	35.211.968,20		
em c/ corrente limitada	44.397.800,70		
em c/ correntes populares	83.421.335,70		
em c/ correntes sem juros	971.678,20		
em c/ correntes de aviso	30.759.604,20		
Outros depósitos	377.219,10	198.769.482,80	
A prazo:			
de poderes públicos	300.000,00		
de autarquias	2.500.000,00		
de diversos:			
a prazo fixo	132.662.888,10		
de aviso prévio	1.478.505,70		
Letras a prêmio	177.373,80	137.118.767,60	
		335.888.250,40	
OUTRAS RESPONSABILIDADES			
Obrigações diversas	47.634.215,80		
Agências no país	77.104.215,20		
Correspondentes no país	6.708.459,30		
Ordens de pagamentos e outros créditos	5.143.024,50		
Dividendos a pagar	30.290,70	136.620.205,50	472.508.455,90
H — RESULTADES PENDENTES			
Contas de resultados			10.319.323,10
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valôres em garantia e em custódia		176.108.114,10	
Depositantes de títulos em cobrança no país		66.003.314,20	
Outras contas		40.429.544,20	282.540.972,50
			796.551.652,50

Leopoldina, 30 de Abril de 1948. — Presidente, *Carlos Luz*. — Contador, *Milton A. Cabral* — Reg. n. 41.471.

MOVIMENTO DE NEGÓCIOS NO DISTRITO FEDERAL

OS inquéritos econômicos realizados pelo I. B. G. E. demonstram que o movimento de negócios no comércio e na indústria no Distrito Federal lograram apreciável melhoria no ano de 1945, em confronto com o exercício anterior. No curso de 1946 o valor das vendas ascendeu a 30.846,8 milhões de cruzeiros contra 24.918,8 milhões no ano anterior. Certamente grande parte dêsse aumento corresponde ao fato das majorações de preço terem imposto êsse crescimento e não pròpriamente à melhoria do ritmo de negócios.

Assim é que, em 1946, o valor das vendas dos estabelecimentos comerciais atingiu 19.158,7 milhões de cruzeiros (62,1%) e o dos industriais, 11.688,1 milhões (37,9%). O valor das vendas à administração pública, no conjunto de 1946, ascendeu a 1.539,7 milhões de cruzeiros, contra 1.287,6 milhões, em 1946, e 1.112,1 milhões, em 1944. Contribuiram, em 1946, para êsse valor, os estabelecimentos comerciais com 57,2% e os industriais com 42,8%. Os pagamentos ao pessoal, que haviam sido de 277,3 milhões de cruzeiros, em novembro, subiram a 378,3 milhões, em dezembro. Cumpre advertir, no entanto, que a importância dêsses pagamentos, no último mês do ano, é sempre excepcionalmente elevada, por motivo da distribuição de gratificações, comissões, etc. Contudo, em dezembro de 1945, tais despesas atingiram uma quantia bem menor: 325,2 milhões de cruzeiros. No conjunto de 1946, os pagamentos ao pessoal orçaram em 3.233,9 milhões de cruzeiros, contra 2.417,1 milhões no ano anterior. A proporção entre o valor das vendas e o dos pagamentos ao pessoal, que em 1945 fôra expressa em 9,7%, passou a ser de 10,5% em 1946. A discriminação dos pagamentos foi a seguinte, em 1946: fôlha de pagamento aos empregados 74,7%; gratificações e comissões aos empregados, ... 7,78%; comissões a intermediários, 7,40%; retiradas de sócios e proprietários, 10,12%. Considerando somente o mês de dezembro, os pagamentos ficam assim discriminados: fôlha de pagamento aos empregados, ... 60,53%; gratificações e comissões aos empregados, 21,19%; comissões a intermediários, 9,59%; retiradas de sócios e proprietários, 8,69%. Cumpre lembrar que o incremento relativo da remuneração média individual do empregado não encontra expressão real nos aumentos mencionados, uma vez que o número de estabelecimentos observados e dos assalariados respectivos foi maior em 1946 do que em 1945, contribuindo essa circunstância para os acréscimos em aprêço. Os lucros e dividendos distribuidos em 1946 somaram 453,3 milhões de cruzeiros, cabendo 199,4 milhões aos estabelecimentos comerciais, e 253,9 milhões aos industriais. Corresponderam êles a 1,4% do valor das vendas, em 1945, e a 1,5%, em 1946. Os aumentos de impostos, no conjunto do ano passado, atingiram .. 2.273,3 milhões de cruzeiros, representando 7,4% do valor das vendas. Os estabelecimentos comerciais com 1.071,3 milhões de cruzeiros (47,15% do total, e 5,6 do valor das vendas comerciais), e os industriais com 1.202,00 milhões (52,87% do total, e 10,3% do valor das vendas industriais). Segundo as classes de tributos, a discriminação dos aludidos pagamentos foi a seguinte: impôsto de importação, 29,23%; de consumo, 36,33%; sôbre as vendas mercantis, 19,07%; sôbre a renda (pessoas jurídicas), 11,50%; sôbre indústriais e profissões, 0,54%; e sôbre lucros extraordinários, 3,33%.

PÔRTO LIVRE ARGENTINO

AS autoridades portuárias de Matanzas, Cuba, assinaram com o govêrno argentino, um contrato que dá direito ao govêrno daquele país a utilizar o pôrto livre de Matanzas, bem como a construção de armazéns e comarcas frigoríficas. Matanzas dista apenas 20 milhas de Havana. A informação é do "New York Times".

VOLTA À SUA MISSÃO DE PAZ...

Estão definitivamente restabelecidas as viagens da "Frota da Boa Vizinhança"... que tão importante papel desempenhou no curso da última guerra, e agora volta, em melhores condições do que nunca, a prestar seus serviços no incremento das relações entre os povos das Américas!

Inteiramente reconstruídos, modernizados e dotados de luxuosíssimas cabinas os imponentes barcos — "Brazil", "Argentina" e "Uruguay" porporcionarão a seus passageiros viagens magníficas, em ambiente de confôrto e bem-estar!

MOORE-McCORMACK Lines

BELÉM • BAHIA • SÃO PAULO • SANTOS • RECIFE • S. LUIZ — RIO: PRAÇA MAUÁ, 7-7.º — TEL.: 43-0810

BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS, S. A.

SEDE: Rua Álvares Penteado, 172/180 — SÃO PAULO

CAPITAL..... Cr$ 30.000.000,00 FUNDO DE RESERVA... Cr$ 7.000.000,00

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947, COMPREENDENDO AS OPERAÇÕES DA MATRIZ E DAS AGÊNCIAS DE:

No Estado de São Paulo; Álvares Machado, Andradina, Araraquara, Assis, Avanhandava, Bastos, Baurú, Bilac, Biriguí, Braz (São Paulo), Braúna, Cafelândia, Campinas, Candido Mota, Cosmorama, Duartina, Gália, Garça, Getulina, Guarantã, Herculândia, Ibirarema, Lapa (São Paulo), Lins, Lucélia, Marília, Martinópolis, Mirandópolis, Osvaldo Cruz, Ourinhos, Parapuã, Pederneiras, Penápolis, Pompéia, Presidente Alves, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Promissão, Rancharia, Regente Feijó, Santos, São José do Rio Preto, Tupã, Valparaizo, Vera Cruz e Votuporanga No Estado do Paraná: Apucarana, Arapongas, Cornélio Procópio, Curitiba, Londrina, Paranaguá e Sertanópolis.

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
A — DISPONÍVEL			
Caixa:			
Em moeda corrente		45.095.861,60	
Em depósito no Banco do Brasil, S. A.		56.011.361,50	
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		11.514.662,10	112.621.885,20
B — REALIZÁVEL			
Empréstimos em C/Corrente	85.270.264,90		
Títulos Descontados	245.509.507,00		
Agências no País	84.315.825,50		
Correspondentes no País	2.691.887,90		
Correspondentes no Exterior	11.054.200,40		
Outros Valores em Moeda Estrangeira	543.210,00		
Outros Créditos	11.507.468,80	440.892.366,50	
Títulos e Valores Mobiliários:			
Obrigações Federais, depositadas no Banco do Brasil, S. A., à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito	2.414.900,00		
Apólices e Obr. Federais	1.093.622,90	3.508.522,90	444.400.889,40
C — IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco	17.139.949,30		
Móveis e Utensílios	4.391.341,00		
Material de Expediente	2.112.879,20		
Instalações	805.043,10		24.449.214,60
D — RESULTADOS PENDENTES			
Juros e descontos	—		
Impostos	—		
Despesas Gerais	—		
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em Garantia		69.275.872,60	
Valores em Custódia		3.015.484,50	
Títulos a Receber de Conta Alheia		98.453.431,50	
Outras Contas		18.753.314,70	189.498.103,30
TOTAL			770.970.092,50

PASSIVO

	Cr$	Cr$	Cr
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		30.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal		940.000,00	
Outras Reservas		6.060.000,00	37.000.000,00
G — EXIGÍVEL			
Depósitos:			
De Poderes Públicos	—		
De Autarquia	—		
Em C/C Sem Limite	228.875.322,30		
Em C/C Limitada	89.834.527,20		
Em C/C Sem Juros	10.383.396,50		
Em C/C de Aviso	3.737.687,60	332.830.933,60	
A Prazo			
De Diversos:			
A Prazo Fixo		98.862.129,10	
		431.693.062,70	
OUTRAS RESPONSABILIDADES			
Agências no País	94.532.283,30		
Correspondentes no País	1.659.381,20		
Correspondentes no Exterior	4.998.794,20		
Ordens de Pagamento e Outros Créditos	5.280.900,90		
Dividendos a pagar	1.800.000,00	108.271.361,60	539.964.424,30
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de Resultados			4.507.561,90
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Dep. de Valores em Garantia e em Custódia		72.291.357,10	
Dep. de Títulos em Cobrança:			
do País	96.186.157,30		
do Exterior	2.267.274,20	98.453.431,50	
Outras Contas		18.753.314,70	189.498.103,30
TOTAL			770.970.092,50

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

DÉBITO

	Cr$	Cr$
DESPESAS GERAIS		
Honorários da Diretoria	63.000,00	
Ordenados do Pessoal e Gratificações	6.367.141,90	
Quota de I.A.P. dos Bancários	274.396,70	
Aluguéis	340.862,70	
Despesas Diversas	2.753.732,10	9.799.133,40
Impostos		764.329,50
Juros Pagos e Creditados		11.789.291,10
AMORTIZAÇÕES DO ATIVO		
Abatimento nas Contas de Instalações e Móveis e Utensílios		881.649,20
PERDAS DIVERSAS		
Prejuizos verificados		90.483,70
FUNDO DE RESERVA LEGAL		
Levamos a crédito desta conta		144.000,00
FUNDO DE RESERVA ESPECIAL		
Levamos a crédito desta conta		656.000,00
DIVIDENDOS		
9.º dividendo de 12% a.a. sobre Cr$ 30.000.000,00, Capital Integralizado, ou seja Cr$ 12,00 por ação		1.800.000,00
PORCENTAGEM DA DIRETORIA		
Levamos a crédito desta conta		288.476,00
Saldo que passa para o semestre seguinte		190.738,30
TOTAL		26.404.072,20

CRÉDITO

	Cr$	Cr$
Saldo que passou do semestre anterior		194.484,10
PRODUTO DE OPERAÇÕES SOCIAIS		
Deduzidos os que passam para o semestre seguinte		
Juros	11.456.801,30	
Descontos	11.082.010,90	
Comissões	2.359.066,30	
Carteira de Câmbio	1.102.735,40	26.000.613,90
Rendas Diversas		208.974,20
TOTAL		26.404.072,20

São Paulo, 5 de Janeiro de 1948. — DIRETORES: a) — Dr. J. Cunha Júnior — Diretor-Presidente — a) — José Alfredo de Almeida — Diretor Superintendente — a) — Amador Aguiar — Diretor-Gerente. — a) — José Faria Basílio — Contador, (Reg. n. 9.606.)

O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO

THE LIBRARY OF THE
AUG 21 1948
UNIVERSITY OF ILLINOIS

- APÓLICES FERROVIÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. -

A renda de exploração da **Estrada de Ferro Sorocabana,** é, presentemente dezesete vezes a de 1919. Esse extraordinario índice de pujança atingido sob a administração do Governo do Estado, é seguro penhor do progresso da **Sorocabana** que assim desfruta da mais firme confiança, quanto ao seu brilhante futuro.

Eis porque a Apólice Ferroviária é o título "lider" na Bolsa de Valores.

Título garantido pelo Tesouro do Estado de São Paulo.

Juros pagaveis mensalmente.

PROCURE UM CORRETOR DA BOLSA DE VALORES OU UM BANCO E TOME PARTE NO NEGOCIO MELHOR REMUNERADO E MAIS SEGURO DO MOMENTO, EM TODO PAIZ.

Uma viagem de 7 quilômetros através da cidade custa *):

em Nova York Cr$ 1,31

em Buenos Aires Cr$ 0,47

em Londres Cr$ 1,88

em Paris Cr$ 0,53

em Toronto Cr$ 1,29

em Lisbôa Cr$ 0,38

*) calculado pelo câmbio oficial do Banco do Brasil

no Rio de Janeiro sómente Cr$ 0,30

o "Bonde"

O TRANSPORTE COLETIVO MAIS BARATO DO MUNDO

Junho
1948

NESTE NÚMERO:

Comércio Exterior 8

Livros e Idéias 13
(Valdemar Cavalcanti)

Crônica Parlamentar 18

Economia e Finança nas Constituições Estaduais .. 21
(Aristóteles Moura)

Crédito Cooperativo 27
(Valdick Moura)

Indústria Básica do Cimento 34
(Omer Mont'Alegre)

As Florestas e a Siderurgia 45
(Pimentel Gomes)

Medida pelo Confôrto 53

O Brasil Perde um Líder 63

O Homem e a Máquina 65
(Clóvis Ramalhete)

Três Milhões e Uma Lição 72

Macabu 75

Problemas do Comércio Europeu 81
(John Whitehouse)

A Eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana 83

A Via Anhanguéra 91

Liquid Carbonic Industrias S. A. 97

Legião Brasileira de Assistência 101

Figura Expressiva da Vida Industrial Pernambucana 105

SECÇÕES

Não Esqueçam o Brasil 3

Norte e Sul 4

Hiléia Amazônica 4

O Café 5

Fundo Nacional da Borracha 5

Realidades 5

NOTAS EDITORIAIS

Observações Econômicas 107

Observações Financeiras 108

Produtos e Mercados 111

Bancos e Moedas 115

Capa de Ary Fagundes

EXPEDIENTE

Propriedade da

SOC. EDITORA "O OBSERVADOR", LTDA.

COLABORAÇÃO PERMANENTE DE: Arthur Ramos, Arí F. Torres, Caio Prado Júnior, Dante Costa, Garibaldi Dantas, Humberto Dantas, José Maria Belo, Moacir Soares Pereira, Nelson Coutinho, Oscar Tenório, Paulo Frederico de Magalhães, Pedro Calmon, Raul Lima, Roberto Lyra, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Teófilo de Andrade, Líbero de Miranda, Renato Mendonça, Carlos Lacerda e Prof. Leonidas Rezende.

Correspondentes especiais em

Londres, New York e Buenos Aires

Os originais enviados à redação não serão devolvidos mesmo quando não publicados.

Publicação mensal

Redação: Av. Graça Aranha, 182 — 8.º andar
Caixa Postal, 3.114 — Telg. Observador

Tels. { Redação — 42-6995
Gerência — 42-5519

SUCURSAIS

SÃO PAULO — Diretor: Heitor Ferreira Lima — Ed. Saldanha Marinho — Rua Líbero Badaró, 39 — 3.º and. — Tel. 3-6060 — S. Paulo.

MINAS GERAIS, GOIAZ e MATO GROSSO — Diretor: Dr. Moacir Assis de Andrade — Ed. Guimarães, Av. Afonso Pena, 952-3.º andar — Tel. 2-5046 — B. Horizonte.

RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA — Diretor: H. J. Bacelar — Rua dos Andradas — Ed. Sloper, 5.º andar — Tel. 4780 — C. Postal 571 — Pôrto Alegre.

RECIFE, PERNAMBUCO — Carlos Leite Maia — Ave. 10 de Novembro, 10 — Ed. SULACAP — Sala 405 — com jurisdição em Sergipe — Alagoas — Paraíba — R. G. do Norte e Ceará.

◆

AGÊNCIAS NOS ESTADOS

CEARÁ — José Edesio de Albuquerque — Rua Guilherme Rocha, 182 — Fortaleza.

BAHIA — Florêncio Matos — Depósito Continental de Livros — Praça Barão do Rio Branco, 5-A — 2.º andar — Salvador — Bahia.

S. PAULO — M. Pontes & Cia. — Rua 15 de Novembro, 69 — Santos.

PARANÁ — Arnaud F. Veloso — Rua Barão do Serro Azul, 445 — Curitiba.

SANTA CATARINA — Carl Whale — Rua 15 de Novembro, 992 — Blumenau.

RIO GRANDE DO SUL — Pelotas — Distribuidora Sul Riograndense — Rua 7 de Setembro, 312. Paulo Pargentdler — Praça Marechal Floriano, 447 — Passo Fundo.

PORTUGAL E COLÔNIAS — Livraria Bertrand — Rua Anchieta, 31 — 1.º — Lisboa.

DISTRIBUIDOR PARA O RIO

Paschoal Tramontano.

Representante em Buenos Aires

Prensa Americana — Vitória, 1222.

Fotografias de Mozar Alves da Silva

Número avulso ..... Cr$ 10,00
Mês anterior ..... Cr$ 15,00

Números atrazados — Preços variáveis
Índice semestral — Cr$ 15,00

ASSINATURAS

INTERIOR

1 ano	**Cr$ 100,00**
2 anos	**180,00**
3 anos	**260,00**

EXTERIOR

1 ano	**Cr$ 200,00**
Índices Semestrais, cada .	**15,00**

As opiniões expendidas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Todos os artigos publicados são inéditos e escritos especialmente para esta Revista.

IMPRESSO NA EMPRESA GRAFICA "O CRUZEIRO" S. A. — LIVRAMENTO, 191 — RIO

O OBSERVADOR
ECONÔMICO E FINANCEIRO

REDAÇÃO:
AVENIDA GRAÇA ARANHA, 182-8.º andar
RIO DE JANEIRO

FUNDADOR
VALENTIM F. BOUÇAS

CAIXA POSTAL 3.114
Tels. — Ger. 42-5519 — Red. 42-6995
End. Telegr. "OBSERVADOR"

N.º 149 — NOTAS EDITORIAIS — ANO XIII

Não Esqueçamos o Brasil

AS últimas semanas foram particularmente agitadas para a economia nacional. Não que se tivessem verificado sucessos que a sacudissem fundamentalmente no sentido de seu progresso, mas porque os dias se encheram de acontecimentos sensacionais originados pelo inesperado debate entre o Ministro da Fazenda e o Governador de São Paulo.

A esta altura, já não é possível prever com segurança o desfecho de tão ruidoso caso, em que parece se misturarem desígnios políticos e efeitos econômicos com ameaças para a tranquilidade nacional. Contudo, está claro que o país começa a sofrer ante a atitude de inevitável retraimento que tomam banqueiros e particulares estrangeiros à vista do noticiario sensacional. No exáto momento em que nos voltamos para a ajuda da técnica e do capital alienígena deixamos de tomar providências internas em equivalência com o desejo proclamado e, pior ainda, damos mostras de confusão e desmoralização que não podem deixar de influir no ânimo daqueles para quem apelamos oferecendo o melhor dos mundos.

Cremos ser tempo de aconselhar aos homens públicos que não esqueçam o Brasil.

Se é verdade que intentos políticos encontram certa justificativa na situação paulista para pleitearem a intervenção, não menos certo é que esta não se deve processar com prejuízo da letra constitucional.

Na realidade, não desejamos de nenhum modo apreciar a situação política do Estado de São Paulo e suas relações no cenário federal, como não nos é possível, com o debate em curso, opinar sôbre o mérito da causa. O que nos impressiona profundamente é o lamentável reflexo da discussão inútil no nosso mercado de crédito.

Pouco antes do seu relatório sôbre o caso paulista, quando em Belo Horizonte, o sr. Correia e Castro deu a conhecer sua exposição de motivos a propósito do estado de ânimo brasileiro em relação à produção e os motivos principais nela influentes, que é um documento muito sério. Mais tarde, dando mostras de igual preocupação quanto ao elemento fundamental do estímulo à produção, que é o crédito, presidiu uma reunião de banqueiros na qual foram tomadas providências destinadas principalmente a restabelecer a confiança no meio bancário, já que tudo parece se originar, com efeito, na falta desta.

O que está ocorrendo em seguida a êste esfôrço sem dúvida elogiável, é capaz de anulá-lo por inteiro. Atingindo São Paulo, onde a carência de dinheiro se faz sentir mais acentuadamente entre a agonia de todos os Estados, a disputa entre o titular da Fazenda e o sr. Ademar de Barros fére diretamente o maior centro produtor brasileiro.

Diretor Responsável
OYAMA P. TEIXEIRA

★

Gerente
R. C. DE MEDEIROS

★

Redator Responsável
E. SIMAS PEREIRA

E' fácil imaginar que as consequências serão seríssimas mesmo que tudo possa encontrar, como acreditamos, um fim harmônico. Na verdade, se não acontecer êste fim feliz, se não fôr encontrada a tempo uma solução conciliatória, as consequências podem ser catastróficas.

Sentindo o mal que causa ao organismo nacional êste insidioso micróbio desmoralizador, instilado pela política num campo econômico que parece propício em vista da pouca resistência dos tecidos, não podemos deixar de advertir os homens públicos do Brasil quanto ao futuro que nos aguarda se não considerarem urgentemente o real interêsse da Nação.

Uma fórmula deve ser encontrada para o prestígio das instituições que parecem ameaçadas e para que, voltando a tranquilidade, possamos contar com o elemento produtor nacional e a ajuda estrangeira.

◆

HILÉIA AMAZÔNICA

◆ *Não se pode* compreender como o Brasil não tenha até agora tomado para si e se empenhado com tôdas as fôrças na realização dêste formdável projeto que se denominou de Hiléia Amazônica. A bem dizer, um homem apenas, e praticamente desajudado, tem defendido a idéia na assembléia internacional da Unesco, o órgão de educação e ciência das Nações Unidas.

O ceticismo em tôrno da trágica lenda do Inferno Verde, calúnia que Euclides da Cunha verberou mas não conseguiu apagar, faz com que todos, autoridades e povo, descreiam da obra que Paulo Carneiro preconiza e que, se um dia realizada, beneficiará com a própria redenção uma das mais vastas e importantes regiões do país.

Agora, porém, vencidas as primeiras etapas mercê da obstinação do seu idealizador, que em Paris e no México convenceu os representantes de mais de trinta nações dá importância de um projeto de que somos os maiores beneficiários, não é possível que ainda relutemos em concorrer decisivamente para a salvação da Amazônia. Depois das conferências do Peru e de Manaus, votadas as verbas e constituído o próprio Instituto Internacional da Hiléia Amazônica — embora, por ironias do destino e melindres burocráticos tenha estado ausente das reuniões o Sr. Paulo Carneiro — cabe-nos liderar o movimento tendo em vista o valor para a humanidade da recuperação da Amazônia e a parte saliente que nêle teremos. O Instituto cuidará dos aspectos folclóricos e linguísticos dos centros interessados. Realizará investigações e estudos bioquímicos sôbre as plantas alimentícias, medicinais e tóxicas da hiléia. Iniciará os estudos antropológicos comparativos entre as diversas raças e povos que a habitam, desde os Andes às planícies amazônicas, e prosseguirá nas investigações até correr completamente a cortina que veda a Amazônia e permitir que nela penetre a humanidade.

Na região dita amazônica a maior parte é brasileira. Só temos, por conseguinte, que lucrar com o Instituto, o que nos leva a insistir no empenho que o poder público deve manifestar a respeito. Os mistérios e lendas amazônicas desvendados pela ciência serão de imprevisível benefício para a atribulada humanidade de hoje, que não pode ter relegada ao abandono pedaço tão grande e de tanta valia de seu mundo.

Norte e Sul

NO Brasil, dada a extensão territorial e o desenvolvimento econômico de umas determinadas regiões, onde se concentram naturalmente as atenções mais imediatas, o sentido de unidade torna-se difícil de ser mantido, mas, nem por isto, devem ser poupados esforços no propósito de fazer com que Norte e Sul, Leste e Oeste, se sintam compreendidos num mesmo todo, amparados por igual e, por igual, olhados e atendidos pelo Govêrno Federal.

Vêm, estas observações, em virtude da reunião de banqueiros, convocada pelo Ministro da Fazenda, nos primeiros dias de junho corrente, a fim de aos mesmos expor as medidas assentadas pelo Govêrno, de maneira a atender às necessidades do crédito para a produção. Especialmente convidados compareceram no Rio de Janeiro diretores de estabelecimentos bancários do Rio Grande do Sul, de São Paulo, Minas Gerais e mais os do Distrito Federal. Como que foi descida uma cortina de ferro da Baía de Guanabara para cima, num esquecimento a mais com todo o resto do país, que aliás já está tão habituado a ser esquecido e tão acostumado a servir de motivo para o patético.

Cogitou-se, nas reuniões havidas, do financiamento da produção. Será, porventura, que o Norte nada produz de mais importante a não ser o braço que emigra para o Sul, a fim de trabalhar nas fábricas e nos campos, emigração que é a própria personalização da pobreza e da miséria de uma região que se dessangra da sua melhor gente?

Efetivamente, não compreendemos. O Norte está todo êle, também, a pedir providências. A crise que começa a ser assunto somente quando sentida no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas ou Rio Grande, começa, muito antes, no próprio Norte, que cansado de falar e não ser ouvido, acostumou-se ao silêncio e à resignação. Mas no Norte, reclamando a assistência do financiamento, estão o cacau, o fumo, o açúcar, as ceríferas, as oleaginosas, os cereais e as leguminosas. Estão muitas matérias primas de origem mineral, que durante a guerra, pelas necessidades da própria circunstância, foram exploradas e embarcadas em silêncio.

E' preciso que os homens do Sul não esqueçam de que o Norte, exportando suas matérias primas e gêneros alimentícios, realizam apenas os meios com que depois vêm adquirir os produtos manufaturados no Sul e que se a produção do Norte vier a sofrer um colapso — o que não será de estranhar — o Sul perderá o mais importante mercado dos produtos de suas indústrias.

Se tudo é Brasil, como diz a canção, pensemos na ordem do Amazonas ao Chuí e não apenas na da Guanabara ao Chuí.

O Café

ERIGIDO, desde muito tempo, no mais importante produto da economia brasileira, o café tem resistido, no seu pôsto, concorrendo com o maior volume de recursos de que pode dispor o Brasil, a fim de solver os seus compromissos no exterior. Tendo sido a base dominante da economia fluminense, até a abolição, deslocou-se posteriormente para São Paulo, onde mercê do trabalho do braço livre imigrante, de um maior empenho de capitais, atingiu o seu clímax. Daí, seguindo infelizmente o característico nômade de nossa agricultura, êle tem se deslocado, em busca de terras mais propícias, atingindo o Norte do Paraná. E' São Paulo, porém, o esteio do café, da mesma forma que o café é, ainda o esteio do Brasil. Se hoje êle já não representa mais de metade do valor de nossas vendas, a sua importância está porém acima de um têrço — 38% — ao passo que o segundo produto mais importante, o algodão, chega apenas a 14%.

Acontece, porém, que o café também tem o seu calvário. E hoje, bem podemos repetir o raciocínio de Martinho Prado, conquanto não o façamos com as mesmas palavras: lavoura que se dá casaca, tira a camisa, também. Após um período de defesa rígida, feita através do D. N. C., que não soube se condicionar às condições do momento, lutamos com os concorrentes e, lutando, demos-lhe a mão para que subissem. Mas a luta era, por assim dizer, fratricida. Por ela nada construímos; se procuramos destruir através de "dumpings", apenas conseguimos dar fôrça, quando o lógico seria que, unidos no mesmo interêsse tivéssemos lutado todos juntos, não defendendo o Brasil, a Colômbia ou Costa Rica, porém influenciando para que o café se tornasse mais conhecido, mais apreciado, mais consumido. Grandes são os mercados do mundo e muito maior é o fascínio do café.

Hoje acontece que estamos em crise e crise, no Brasil, desde que o café é rei da nossa economia, se traduz, no seu momento mais agudo, por café. Se diminuem as exportações de café, diminuem as nossas exportações de café, se restringem os nossos recursos em divisas. Se diminui a exportação e se sacrifica a qualidade, se reduzem as nossas possibilidades de vender.

Por tudo isto, finalmente, é que a Mesa Redonda do Café, promovida em São Paulo pela Sociedade Rural Brasileira e pelo Instituto de Economia, e efetuada na primeira quinzena dêste mês, logrou mobilizar atenções e despertar a curiosidade, chamando a atenção dos órgãos maiores do Estado para as condições em que se encontra a economia cafeeira, necessitada mais do que nunca de uma assistência que não será ônus para os cofres públicos, porém da qual o Brasil amplamente se beneficiará.

FUNDO NACIONAL DA BORRACHA

◆ *Estuda* o Govêrno Federal a possibilidade de instituir um fundo nacional de borracha, medida com a qual resolveria duas situações, uma imediata e outra de mais longo alcance. Já tivemos oportunidade, aliás, de em uma de nossas edições anteriores, sugerir a providência ora em exame, citando procedimento similar do govêrno dos Estados Unidos.

Não deve ser intuito do Poder Público realizar a operação em causa no propósito puro e simples de desafogar mercado nacional da "Hevea" dos excedentes não exportados nem absorvidos pelo mercado interno; não deve ser intento seu, tão, pouco, negociar com o volume da importante matéria prima que venha a adquirir. O que se deve ter em conta, realmente, é prover o conjunto da Defesa Nacional, pelas suas fôrças armadas e pelos serviços que lhe sejam essenciais, de uma substancial reserva de matérias primas básicas, no mesmo pé de igualdade em que são considerados os outros equipamentos puramente militares.

E' muito perigoso esquecer as duras lições da experiência. Os Estados Unidos com o traiçoeiro ataque japonês, em dezembro de 1941, se viram de súbito sem os seus mercados supridores de borracha — situados no Extremo Oriente — precisamente quando o seu parque industrial deveria fazer face a um programa de produção maciça, para atender às exigências da guerra que então atingia à sua maior expansão geográfica e a sua maior crueza. A luta que se desenrolou pela borracha — a batalha de que primeiro participamos — teve os seus momentos dramáticos e gozou do privilégio de ter sido decisiva.

Findo o conflito, o govêrno dos Estados Unidos cuidou de constituir um fundo estratégico de borracha. E' o mesmo que devemos fazer. Somos produtores de goma elástica mas o parque industrial se acha distante das fontes de produção, ao passo que o único meio viável de abastecimento é o transporte marítimo. Tivemos em 1942 e 1943 a prova da vulnerabilidade de nossas costas. Manda pois o raciocínio que nos precavenhamos, constituindo na área industrial o fundo de borracha das fôrças armadas. Louvamos, pela iniciativa, o Govêrno Federal.

◆

REALIDADES

◆ *Ao mesmo* tempo em que se divulgou que ainda são desfavoráveis ao Brasil os saldos comerciais com os Estados Unidos, apareceram declarações na imprensa sôbre a persistência do interêsse dêste para conosco, as razões do interêsse e uma série de notícias contraditórias influindo naquilo por que mais almejamos no momento — dólares.

Nos três primeiros meses do ano continuou o "deficit" que caracterizou o intercâmbio no ano passado. No mês de março, então, às vésperas da entrada em vigor da lei de restrições à importação, as nossas compras subiram a 63 milhões e cem mil dólares enquanto vendemos apenas quarenta milhões e setecentos mil. Em abril os números continuaram, ainda que em cifras menores, desfavoráveis para o Brasil, e as esperanças de um restabelecimento em 1948 vão-se desvanecendo.

O fato é de admirar levando-se em conta as severas medidas determinadas pelo govêrno — que não impedi-

ram, aliás, a entrada de automóveis e objetos de luxo no valor de mais de dois bilhões de dólares nos últimos doze meses — e as reiteradas manifestações de interêsse dos americanos do norte pelos produtos brasileiros.

Recentemente, várias personalidades "ianques", inclusive um antigo membro das fôrças armadas da bandeira estrelada que aqui permaneceu até completa liquidação dos remanescentes de guerra, insistiram na necessidade de se completarem as providências que indiquem realmente ao capital americano o caminho do Brasil, onde são imensas as possibilidades e onde, na América do Sul, têm os Estados Unidos os melhores amigos.

Por outro lado, é evidente o interêsse com que as nações que combatem os Estados Unidos vêm procurando impedir uma união mais estreita entre os dois países, o que deixa claro a importância desta aliança para o futuro econômico-político delas próprias e do mundo.

Parece estar do nosso lado, em meio à confusão, a falta de percepção da realidade e um pouco de inércia. Pois não é com verdadeira indolência que tratamos a exportação do minério do Vale do Rio Doce, por intermédio do qual poderíamos obter substâncias divisas, não é com espírito apenas especulativo que observamos a alta do cacau, não é com sonhos que procuramos alimentar um comércio exterior baseado em dois produtos em crise — o algodão e o café?

E que fizemos, de verdadeiro e prático, para atrair o capital particular estrangeiro, que desejamos para estimular o aproveitamento das riquezas naturais ainda em poder da terra?

Vamo-nos perdendo em discussões estéreis, onde se notam apenas satisfações pessoais e gôzo dos que desejam que tais riquezas não sejam aproveitadas antes que possam chegar ao poder pela subversão. Vamo-nos contentando em desconfiar de tudo e de todos, acusar a tudo e todos, enquanto perdemos oportunidades. Assim foi com a imigração. Recusamos os deslocados e outros países aproveitaram-nos, como a Argentina. Ainda agora acabamos de concluir um tratado para recepção de mais cinco mil... cinco mil que completam dez mil, total de imigrantes até hoje pretendidos pelo Brasil... Assim tem sido com numerosas iniciativas, que, investigadas sob suspeição inicial nem chegam a ser verdadeiramente compreendidas.

A verdade é que, através dos números vermelhos do nosso intercâmbio com os Estados Unidos muitas realidades desfavoráveis se escondem. Acreditamos que o simples balanço de números não satisfaz. O que não temos feito — isto sim, é o prejuízo maior.

AMEAÇADA A REVOLUÇÃO MUNICIPAL

◆ *A Centralização* administrativa que caracterizou o panorama brasileiro nos últimos quinze anos, acentuou de tal modo a nossa defeituosa formação que reduziu ao mínimo as possibilidades do poder público estadual e municipal.

Ao contrário dos Estados Unidos, instituídos inicialmente em unidades pequenas que depois resolveram fundar-se em federação, o que lhes garantiu certa fôrça própria, o Brasil foi originariamente um todo governado sempre, apesar da vastidão e variedade, pelo poder central, que jamais consentiu em transferir para Estados e municípios tudo quanto a êstes cabia.

Na Constituinte os representantes estaduais promoveram a chamada revolução municipal, o que significou a vitória de um velho movimento tendente a transferir para as células menores da nacionalidade aquilo que lhes devia caber como seiva para o progresso. Foi como se se rompessem os diques que impediam as águas de correrem para os rios que terminam nos cofres estaduais e municipais, águas que estavam dirigidas quase totalmente para a corrente caudalosa que desemboca no Ministério da Fazenda.

A vitória, contudo, está ameaçada. Os diques estão a pique de rebentar, e todo o país espera que isto aconteça para saudável irrigação das finanças estaduais e municipais, mas falta um derradeiro passo e as águas continuam estagnadas. E' que os dispositivos constitucionais que favorecerão as rendas municipais e estaduais necessitam de regulamentação para entrarem em vigor.

Por mais estranho que pareça, o Congresso, que ao tempo de Assembléia Constituinte tomou a mais séria atitude no sentido de uma redistribuição da receita pública, encaminhada ainda em percentagem preponderante para os cofres da União, demora em regulamentar a Carta Magna, o que torna inócua aquela sempre louvada atitude. Assim como se soldados vitoriosos se deixassem ficar à vista da praça conquistada em dura refrega, sem nela entrarem por fadiga ou preguiça, os legisladores que conquistaram o triunfo para os municípios estão deixando escapá-lo por entre os dedos pela demora na preparação das leis complementares.

Está a revolução municipal, considerada um marco de progresso na história administrativa brasileira, ameaçada na sua base. Um novo ano se apresenta, um novo orçamento se prepara na União, nos Estados e nos municípios, e as estatísticas continuam acusando a mesma disparidade na distribuição da renda.

E' verdade que alguns ministérios, compreendendo a situação, estão tratando de promover ajuda em dinheiro e serviços técnicos aos Estados e Municípios. Em primeiro plano se encontra, liderando esta política inteligente, o Ministério da Educação e Saúde, onde numerosos convênios foram e estão sendo assinados entre o govêrno federal e o poder público estadual para construção de escolas, de hospitais, de postos de puericultura, etc.

Isto, porém, não pode ser tomado tudo a fazer. A reforma básica é mais importante por isso mesmo que dá outra feição à máquina administrativa. Se um ministro como o Sr. Clemente Mariani compreende a situação de penúria dos Estados e Municípios e vai em seu socorro na atenção aos problemas da educação e saúde, isto não quer dizer que se impeça Estados e Municípios de obter os recursos necessários à sua vida.

A revolução municipal está ameaçada. Os revolucionários que voltem à liça para completarem a obra.

Qualidade

...e um grande nome

na indústria do couro.

Durante 30 anos, S. A. CORTUME CARIOCA — organização nacional — cujo nome é ao mesmo tempo um símbolo de qualidade e garantia, vem suprindo os mercados brasileiros do material de primeira qualidade com que são fabricados os melhores calçados, bolsas, malas e demais artefatos de couros e peles.

Nossas actividades sempre provaram que não há substituto para a QUALIDADE. Eis precisamente a razão porque os nossos produtos gozam da confiança e preferência de todos os fabricantes nacionais.

S. A. CORTUME CARIOCA

Caixa Postal, 2605 — Rio de Janeiro

S. A. CORTUME CARIOCA
N.S. DA PENHA
RIO DE JANEIRO

Std. 5879

Comércio Exterior

DECORRIDOS quase três meses de trabalho, no qual estiveram empenhadas a Missão Econômica Britânica chefiada por Sir John Wise e a Missão Brasileira conduzida pelo Sr. Vieira Machado, foi assinado no Itamarati o "Acôrdo Comercial e Acôrdo de Pagamentos entre o Govêrno do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil". Dada a natural importância do documento em aprêço ocupamos, nesta edição, o espaço reservado ao exame do desenvolvimento do comércio exterior, com a sua publicação.

Conforme a expectativa das duas missões, espera-se que no correr de 1948 as compras do Brasil ao Reino Unido ascendam a £ 37.000.000, ao passo que as compras do Reino Unido no Brasil, inclusive as de arroz feitas pelo Govêrno em nome da Comunidade Britânica, subam a £ ..... 31.000.000. Nestas condições é de prever que 25% do total dos negócios do Brasil com a Europa venham a se fazer com a Grã-Bretanha.

Não obstante a grande importância comercial do acôrdo, a nosso ver ela é superada pela ordem de grandeza do acôrdo de pagamentos. O montante dos saldos esterlinos, que na data da assinatura do documento era da ordem de £ 50.000.000, foi objetivado na segunda parte do acôrdo. — Saldos Esterlinos Acumulados — ficarão rendendo juros de 1/2% ao ano, sendo assegurado ao Banco do Brasil utilizar até £ 10.000.000, das quais seis milhões serão transferíveis em quatro parcelas anuais iguais.

O comércio entre Brasil e Reino Unido se desenvolverá, praticamente numa base de compensação, devendo os pagamentos em cruzeiros serem efetuados pela compra de esterlinos e vice-versa, cabendo ao Banco do Brasil estabelecer taxas de compra e venda de câmbio para esterlinos, baseados na taxa média oficial cotada pelo Banco da Inglaterra, para o dólar americano.

O que a seguir publicamos é a íngra do documento assinado no Itamarati pelo Ministro Raul Fernandes e pelo Embaixador Sir Noel Buttler.

ACÔRDO COMERCIAL E ACÔRDO DE PAGAMENTOS ENTRE O GOVÊRNO DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE E O GOVÊRNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Representantes do Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e do Govêrno do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, em sucessivas reuniões na cidade do Rio de Janeiro, durante os meses de fevereiro, março, abril e maio do corrente ano de 1948, para estudar e discutir assuntos relativos ao intercâmbio comercial e de pagamentos entre os dois países e os demais da chamada Área da Libra, hoje denominada Territórios Especificados, bem como as causas que vinham restringindo êsse intercâmbio, chegaram a perfeito entendimento sôbre os assuntos discutidos, daí resultando o Acôrdo Comercial e o Acôrdo de Pagamentos, formulados de comum acôrdo, nos têrmos que se seguem.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Foi acordado que os dois Governos cooperariam para manter suas relações monetárias, reguladas pelo Acôrdo de Pagamentos dessa data, de forma a evitar mútuas dificuldades de câmbio. Nesse sentido, o princípio básico dos referidos Acordos — Comercial e de Pagamentos — deveria ser o de manter um grau razoável de equilíbrio no movimento corrente dos pagamentos em esterlinos nas duas direções, no mais alto nível possível. Foi assim acordado que, subordinando-se embora a êsse princípio, seria de inteira conveniência para os dois Governos que as transações comerciais e financeiras fôssem elevadas ao máximo volume praticável, reconhecendo-se particularmente que um programa, estabelecendo o mais alto nível de intercâmbio comercial, em correlação com as perspectivas da situação cambial do Brasil em esterlinos, seria valiosa contribuição para a prosperidade de ambos os países e para o bem estar econômico do mundo em geral.

Tendo em vista êsse objetivo, foi elaborada pelas duas Delegações uma estimativa de balança comercial e de pagamentos provável no corrente ano de 1948, relativamente a transações entre o Brasil e os Territórios Especificados e, dentro dessa estimativa, foi discutido um programa de comércio promovendo um movimento substancial de compras e vendas entre os dois países. Foi também acordado que se deveria admitir a possibilidade de serem adquiridos esterlinos pelo Brasil provenientes de transações com países fora dos Territórios Especificados.

CAPÍTULO PRIMEIRO

ACÔRDO COMERCIAL

Exportações do Reino Unido para o Brasil

1 — Os Representantes do Brasil apresentaram uma lista das mercadorias e produtos do Reino Unido cuja importação julgaram essencial ao Brasil durante o corrente ano de 1948 e os Representantes do Reino Unido forneceram a indicação das quantidades que, tendo em vista os elementos informativos de que dispunham, lhes parecia provável que pudessem ser fornecidos ao Brasil. Foi particularmente acordado que o Govêrno do Reino Unido, dentro dos limites de poderes que exerce sôbre tais assuntos, tudo faria para facilitar o suprimento ao Brasil, durante o corrente ano de 1948 e através dos canais competentes, das seguintes mercadorias e produtos, até as quantidades especificadas no Anexo I:

Petróleo e produtos petrolíferos
Carvão
Estanho
Fôlha de Flandres
Soda cáustica
Barrilha
Cimento.

2 — Os Representantes britânicos salientaram a importância para a economia do Reino Unido de se manter no Brasil um mercado certo para bens de tôda espécie, inclusive os de consumo. Os Representantes do Brasil declararam que a política do Govêrno Brasileiro visava justamente facilitar a entrada de uma grande variedade

de tais bens, provenientes do Reino Unido, até o limite máximo de divisas, em esterlinos, de que dispusesse o Brasil, levando-se em conta tôdas as transações financeiras correntes nas duas direções. Nessa base, os Representantes do Brasil e os do Reino Unido concordaram em que as importações pelo Brasil, provenientes do Reino Unido, no correr de 1948, inclusive as relativas ao petróleo e produtos petrolíferos, poderia se esperar atingissem o total de £ 37.000.000.-.-. A lista dos respectivos bens, com observações sôbre a matéria, é o Anexo I do presente Acôrdo.

Exportações do Brasil para o Reino Unido

3 — Os Representantes do Reino Unido apresentaram, por sua vez, uma lista das mercadorias e produtos que desejavam receber do Brasil no corrente ano de 1948 e os Representantes do Brasil forneceram a indicação das quantidades que, de acôrdo com elementos informativos à sua disposição, lhes parecia provável fornecer ao Reino Unido.

4 — Os Representantes do Reino Unido salientaram seu particular interêsse em assegurar suprimentos adequados de carne, arroz, algodão e álcool industrial, sendo acordado que o Govêrno Brasileiro, dentro dos limites de poderes que exerce em tais assuntos, tudo faria para facilitar o suprimento ao Reino Unido, no correr de 1948 e através dos canais competentes, dessas mercadorias e produtos até as quantidades especificadas no Anexo 2.

5 — Os Representantes do Brasil salientaram a importância para a economia de seu país em manter um mercado no Reino Unido para certos produtos brasileiros e os Representantes do Reino Unido concordaram em assegurar que licenças para a importação de laranjas seriam concedidas até o valor de £ 750.000.-.-; de castanhas do Pará até o valor de £ 200.000.-.-; de café até o valor de £ ..... 1.400.000.-.-; e de açúcar até o valor de £ 1.000.000.-.-, sujeitos todos os casos a acôrdo sôbre qualidades e preços. Concordaram, ainda, os Representantes do Reino Unido que os regulamentos existentes, permitindo a importação de erva-mate, seriam mantidas no correr de 1948.

6 — Tendo em vista êsses dados, os Representantes do Brasil e os do Reino Unido concordaram em que as exportações do Brasil para o Reino Unido, no correr de 1948, inclusive as compras de arroz feitas pelo Govêrno do Reino Unido em nome da Comunidade Britânica, poderia se esperar atingissem um valor total de £ 31.000.000.-.-. A lista dos respectivos bens, com observações sôbre a matéria é o Anexo II do presente Acôrdo.

GERAL

7 — Foi ainda acordado que os Governos do Brasil e do Reino Unido concederiam as necessárias licenças para as exportações e importações referidas, de acôrdo com o princípio básico de razoável equilíbrio no movimento corrente dos pagamentos em esterlinos e demais estipulações do presente Acôrdo.

8 — Os Representantes do Brasil e os do Reino Unido concordaram em que quaisquer dúvidas resultantes da execução dêste Acôrdo de Comércio seriam tratadas pelos canais diplomáticos.

CAPÍTULO SEGUNDO

ACÔRDO DE PAGAMENTOS

PRIMEIRA PARTE

Pagamentos correntes

ARTIGO I

Todos os pagamentos comerciais ou financeiros entre residentes no Brasil e residentes nos Territórios Especificados continuarão a ser feitos em esterlinos.

ARTIGO II

Os pagamentos em cruzeiros, devidos pelos residentes no Brasil a residentes nos Territórios Especificados, serão efetuados pela compra de esterlinos, observadas as disposições do Art. V, relativamente a taxas cambiais.

ARTIGO III

Os pagamentos em cruzeiros, devidos pelos representantes nos Territórios Especificados a residentes no Brasil, serão efetuados pela venda de esterlinos, observadas as disposições do Art. V relativamente a taxas cambiais.

ARTIGO IV

Todos os demais pagamentos, expressos em moedas diversas do esterlino e do cruzeiro, que devam ser liquidados em esterlinos, serão convertidos em esterlinos e liquidados nessa moeda, na base das taxas oficiais de Londres.

ARTIGO V

O Govêrno do Brasil instruirá ao Banco do Brasil S. A. (daqui por diante designado por Banco do Brasil) no sentido de estabelecer taxas de compra e venda de câmbio para esterlinos baseados na taxa média cotada pelo Banco da Inglaterra para o dólar americano.

ARTIGO VI

O Govêrno do Brasil instruirá ao Banco do Brasil, no sentido de manter "Contas n. 1" no Banco da Inglaterra e em quaisquer outros bancos do Reino Unido, de acôrdo com as suas conveniências. Tais contas serão denominadas "Contas Brasileiras".

ARTIGO VII

Todos os pagamentos em esterlinos que tenham de ser feitos ao Brasil, pelos residentes nos Territórios Especificados ou em países não compreendidos nesses Territórios, de acôrdo com o Art. 10, desde que sejam permitidos pelos Regulamentos de Contrôle de Câmbio em vigor no Reino Unido, serão feitos mediante crédito às "Contas Brasileiras".

ARTIGO VIII

O Govêrno do Reino Unido não restringirá o uso de esterlinos, à disposição de residentes no Brasil, desde que se destine a:

a) — Transferências para outros residentes no Brasil;

b) — pagamentos a residentes nos Territórios Especificados;

c) — finalmente, pagamentos, relativos a transações correntes, a residentes de quaisquer países, além do Brasil e dos Territórios Especificados, conforme possa vir a ser acordado entre o Govêrno do Brasil e o Reino Unido.

ARTIGO IX

O Govêrno do Brasil não restringirá o uso de cruzeiros, à disposição de

residentes nos Territórios Especificados, não obstante as estipulações do Art. III, uma vez observadas as disposições dos Regulamentos de Contrôle de Câmbio, no momento em vigor no Brasil, e desde que se destine a:

a) — Transferências para outros residentes nos Territórios Especificados;
b) — pagamentos a residentes no Brasil;
c) — finalmente, pagamentos, relativos a transações correntes a residentes fora do Brasil ou em países não compreendidos nos Territórios Especificados, conforme possa vir a ser acordado entre o Govêrno do Brasil e o do Reino Unido.

ARTIGO X

Sempre que se apresente oportunidade, os Governos do Brasil e do Reino Unido, mediante consulta prévia e com o assentimento de outras partes interessadas, poderão procurar habilitar residentes em países outros — que os Territórios Especificados e o Brasil a usarem esterlinos, à disposição dos mesmos residentes, para efetuar pagamentos de natureza corrente a residentes no Brasil, bem como a usarem cruzeiros, à disposição de tais residentes, para efetuar pagamentos de natureza corrente a residentes nos Territórios Especificados.

ARTIGO XI

O Govêrno do Brasil instruirá ao Banco do Brasil no sentido de, tomando por base as disposições do Art. V, relativamente a taxas cambiais:

a) — Comprar, quando lhe fôr solicitado, esterlinos transferidos a crédito de quaisquer "Contas Brasileiras", contra a entrega do equivalente em cruzeiros;
b) — vender a residentes no Brasil tantas libras esterlinas à sua disposição quantas lhe possam ser solicitadas para quaisquer pagamentos que a residentes no Brasil seja permitido fazer aos residentes nos Territórios Especificados, uma vez observadas as disposições de Contrôle de Câmbio que no momento vigorem no Brasil.

ARTIGO XII

Uma garantia de revalorização, em têrmos a serem acordados entre o Banco da Inglaterra e o Banco do Brasil, aplicar-se-á aos saldos credores das "Contas n. 1" do Banco do Brasil e à posição líquida futura em esterlinos do aludido Banco do Brasil. Essa garantia se tornará efetiva a partir da data da assinatura do presente Acôrdo e se aplicará aos saldos das referidas "Contas n. 1" existentes na mencionada data, aos que se verificarem nos futuros doze meses, mais ou menos a relativa posição líquida futura. A referida garantia responderá pelos saldos apresentados nessas contas findos os doze meses, mais ou menos a relativa posição líquida futura existente, até a sua completa utilização.

ARTIGO XIII

O Banco da Inglaterra e o Banco do Brasil, na qualidade de agentes de seus respectivos Governos, tomarão conhecimento de tôdas as dúvidas de caráter técnico provenientes do Acôrdo e sôbre as mesmas se entenderão.

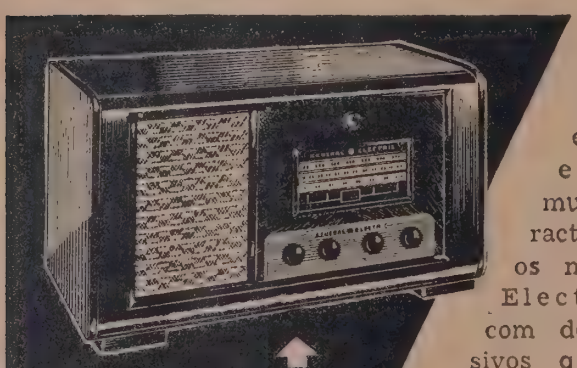
ARTIGO XIV

Para os fins do presente Acôrdo, entende-se que:

O TOM NATURAL

identifica

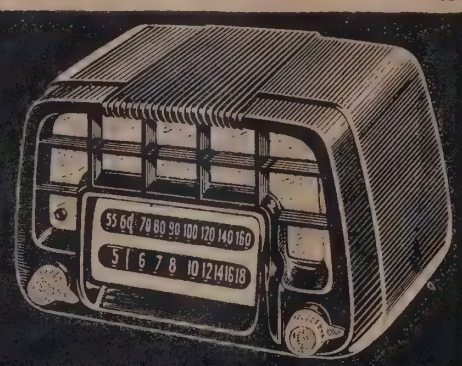
OS NOVOS RADIOS GENERAL ELETRIC!



MODELO C-208-Ondas médias e curtas, 8 válvulas, contrôle de som de 3 tonalidades, compensação automática de volume e 7 faixas de onda sendo 4 ampliadas para recepção exclusiva em 31,25, 19,16 e 13 metros

Só o TOM NATURAL G-E permite-lhe distinguir os tons naturais que dão vida e caracter a cada voz... e a cada instrumento musical. Além dessas características excepcionais os novos rádios General Electric vêm equipados com detalhes tecnicos exclusivos que lhe proporcionam recepção nítida e perfeita em ondas médias e curtas. Procure conhecer os novos Rádios G-E...

8274



MODELO X-257 – Lindo móvel de matéria plástica, ondas médias e curtas, 5 válvulas, alto falante Super Dynapower, mostrador horizontal de fácil leitura, duas faixas de onda.

Escolha no mais próximo revendedor o modelo G-E de sua predileção!

GENERAL ELECTRIC

RIO DE JANEIRO – SÃO PAULO – RECIFE – SALVADOR – CURITIBA – PORTO ALEGRE

a) — A expressão "Territórios Especificados" terá a significação que, no momento, lhe venha a ser dada, na conformidade do disposto no "Exchange Control Act, 1947";

b) — a expressão "Conta Brasileira" significará uma conta de um residente no Brasil que, para os fins do presente Acôrdo, e reconhecida pelo Banco da Inglaterra como conta brasileira.

SEGUNDA PARTE

SALDOS ESTERLINOS ACUMULADOS

ARTIGO XV

O montante dos saldos esterlinos (daqui por diante designados por "Saldos Esterlinos Acumulados") a crédito do Banco do Brasil no Banco da Inglaterra e em outros bancos, no Reino Unido, era de £ 61.500.00, em 31 de março de 1947, e está reduzido hoje, data da assinatura do presente Acôrdo, a £ 50.000.000.-.-. Tais saldos estão a crédito das "Contas A" mantidas pelo Banco do Brasil nos bancos mencionados. Essas contas (que, daqui por diante, serão designadas por "Contas A"), ficarão sujeitas às disposições dos artigos subsequentes.

ARTIGO XVI

A parte dos saldos esterlinos acumulados que, em 31 de março de 1947, era mantida pelo Banco do Brasil no Banco da Inglaterra e que, posteriormente, permaneceu no mesmo Banco da Inglaterra, na "Conta A" do Banco do Brasil, continuará a gozar da garantia existente.

ARTIGO XVII

Os saldos das Contas "A" vencerão juros de 1/2% (meio por cento) ao ano. Êsses juros serão creditados, periodicamente, às "Contas n. 1" do Banco do Brasil, de conformidade com ajustes já existentes.

ARTIGO XVIII

Ao Banco do Brasil fica assegurado o direito de transferir das Contas "A" para as "Contas n. 1" até o total de £ 10.000.000 dos quais £ 6.000.00 serão transferíveis em quatro parcelas anuais iguais, de £ 1.500.000, já tendo sido a primeira parcela de £ 1.500.000 transferida em 4 de junho de 1947. O saldo de £ 4.000.000 poderá ser transferido das Contas "A" para as "Contas n. 1" até 31 de dezembro de 1949, mediante entendimentos entre o Govêrno do Brasil e o Govêrno do Reino Unido

ANEXO N.º 1

1. Petróleo e produtos petrolíferos		£ 7.000.000.-
2. Carvão	500.000 tons.	£ 1.875.000.-
3. Cerâmica, Vidros, Abrasivos (inclusive barro refratário)		£ 1.000.000.-
dás QUAIS: abrasivos	£ 4.000.-	
cimento	100.000 tons.	
4. Ferro, aço e suas manufaturas		£ 1.100.000.-
DAS QUAIS: Arame liso e farpado	350 tons.	
cordoalha de aço	200 tons.	
tubos de aço	1.100 tons.	
materiais para construção de bondes e vagões	£ 100.000.-	
fôlha de flandres	3.000 tons.	
5. Metais não-ferrosos e suas manufaturas		£ 1.000.000.-
DOS QUAIS: Estanhos, sujeito às quantidades determinadas pelo "Combined Tin Committee"	1.000 tons.	
6. Produtos químicos, drogas e corantes		£ 1.700.000.-
DOS QUAIS: soda cáustica	17.000 tons.	
barrilha	20.000 tons.	
corantes	15 tons.	
côres metálicas	10 tons.	
7. Fios de algodão para coser e bordar		£ 500.000.-
8. Fios e tecidos de lã		£ 1.250 000.-
9. Fios e tecidos de linho e outros tecidos		£ 1.800.000.-
10. Máquinas e implementos agrícolas		£ 750.000.-
11. Máquinas e equipamentos elétrícos, principalmente industriais		£ 1.250 000.-
12. Máquinas em geral;		£ 6.000.000.-
DAS QUAIS: máquinas Têxteis	£ 2.500.000.-	
13. Locomotivas, vagões, navios, aviões, veículos e peças		£ 9.000.000.-
14. Gêneros alimentícios e bebidas		£ 600.000.-
15. Cutelaria, ferragens e implementos		£ 750.000.-
16. Papel e papelão		£ 450.000.-
17. Miscelâneas		£ 1.100.000.-

ARTIGO XIX

Também poderão ser transferidas, imediatamente, logo que seja solicitado, das Contas "A" para as "Contas n.º 1", quaisquer somas, destinadas:

a) — ao repatriamento de empréstimos brasileiros em esterlinos (Federais, Estaduais ou Municipais), quer sob a forma de compras especiais ou de resgate de determinadas emissões em esterlinos;

b) — ao pagamento total da encampação da SAN PAULO (Brazilian) RAILWAY COMPANY LTD.;

c) — a pagamentos do preço da compra ou indenização de outras estradas de ferro britânicas ou emprêsas de utilidade pública que operem no Brasil desde que o Govêrno do Brasil possa decidir a compra mediante acôrdo com as respectivas entidades, ou resolva a encampação na forma dos respectivos contratos;

d) — ao resgate de quaisquer somas que o Govêrno do Brasil ou

os Tribunais brasileiros venham a decidir que são devidas a pessoas residentes ou a emprêsas estabelecidas no Reino Unido, relativamente a reivindicações apresentadas até 1.º de abril de 1947;

c) — à compra de prédios destinados à Embaixada Brasileira e à Chancelaria Brasileira no Reino Unido, até £ 250.000.

ARTIGO XX

A primeira parte dêste Acôrdo de Pagamentos, que ficará sujeita à revisão e modificação mediante consulta, vigorará a partir da data da assinatura do presente Acôrdo e poderá ser denunciada, mediante notificação por escrito, pelo Govêrno do Brasil ou do Reino Unido, com aviso prévio de dois meses, prazo findo o qual deixará de vigorar.

ARTIGO XXI

A Segunda Parte dêste Acôrdo de Pagamentos vigorará a partir da data da assinatura do presente Acôrdo até 1.º de abril de 1951, mas produzirá efeitos como se tivesse sido posta em vigor a 27 de maio de 1947.

Os presentes Acordos administrativos foram lavrados em duplicata, no Rio de Janeiro, aos vinte e um dias do mês de maio de 1948, em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente válidos.

NOTAS

1 — As estimativas se basearam nos melhores dados de que dispunha a Delegação Britânica em março de 1948, e ficam sujeitas à revisão à luz de novas informações.

2 — Fica entendido que, em todos os casos, as cifras especificadas estão sujeitas a acôrdo entre Comprador e Vendedor, quanto à qualidade e preço.

3 — As quantidades dos produtos acima especificados não representam índices máximos, pois poderão ser aumentadas durante o correr do ano de 1948. Outros produtos poderão ser acrescidos, dependendo das conveniências do momento.

4 — As compras de Juta (£ 3.000.000.-) e outras efetuadas aos denominados "Scheduled Territories" não estão incluídas no presente Anexo.

ANEXO N.º 2

MATÉRIAS PRIMAS			
1. Matérias primas de origem animal			£ 3.660.000.-
DAS QUAIS: cola e material para sua fabricação		1.320 tons.	
Crina		160 tons.	
Couros		22.500 tons.	
Peles diversas		360 tons.	
2. Madeiras			£ 890.000.-
DAS QUAIS: madeira branca		23.760.000 pés quadrados (— 12.000 standards)	
Madeira de lei		300.000 pés cúbicos	
3. Outras matérias primas de origem vegetal			£ 3.310.000.-
DAS QUAIS: Balata		650 tons.	
Ceras vegetais		1.600 tons.	
Castanhas do Pará		£ 200.000.-	
Bagas de Mamona		25.000 tons.	
Óleo de Oiticica		1.700 tons.	
Ipecacuanha		30 tons.	
Fibras, principalmente Piassava		£ 300.000.-	
Mentol		50 tons.	
4. Matérias têxteis			£ 12.850.000.-
DAS QUAIS: Algodão em rama		60.000 tos.	
Linters de algodão		15.000 tons.	
Resíduos de algodão		3.000 tons.	
5. Matérias primas de origem mineral			£ 620.000.-
DAS QUAIS: Mica		120 tons.	
Diamantes		£ 500.000.-	
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS			
6. Açúcar e produtos de açúcar (do nordeste do Brasil)			£ 1.500.000.-
DOS QUAIS: açúcar		£ 1.000.000.-	
Álcool industrial		15.000.000 de litros, sujeito ao abastecimento de petróleo ao Brasil	
7. Óleos vegetais, essências			£ 920.000.-
DOS QUAIS: Oleo de caroço de algodão		4.000 toneladas, sujeito à concessão de quota pelo "International Emergency Council".	
Óleo de Sassafrás		£ 150.000.-	
Óleo de "Bois de rose"		£ 20.000.-	
Óleo desmentolado		£ 200.000.-	
8. Outros alimentos de origem vegetal			£ 6.250.000.-
DOS QUAIS: arroz		75.000 toneladas, sujeito à concessão de quota pelo "International Emergency Food Council".	
Cacau		2.380 tons.	
Café		£ 1.400.000.-	
Laranjas		£ 750.000.-	
9. Carne em carcassa, miudos e carne industrializada		£ 1.000.000.-	

NOTAS

1 — As estimativas se basearam nos melhores dados de que dispunha a Delegação Brasileira em março de 1948, e ficam sujeitas à revisão à luz de novas informações.

2 — Fica entendido que, em todos os casos, as cifras especificadas estão sujeitas a acôrdo entre Comprador e Vendedor, quanto à qualidade e preço.

3 — As quantidades dos produtos acima especificados não representam índices máximos, pois poderão ser aumentadas durante o correr do ano de 1948. Outros produtos poderão ser acrescidos, dependendo das conveniências do momento.

4 — No caso do arroz e do algodão, os embarques serão parcelados e realizados com a maior uniformidade possível, durante o restante de 1948.

Economia e Crédito

Valdemar Valente

João Lira Filho

APRESENTA um largo panorama das finanças públicas em nosso país, particularmente no que se refere à economia e ao crédito, o último livro do Sr. João Lira Filho — *O Estado Monetário* (Ed. Pongetti). E' um trabalho de síntese, que compreende os principais fatos, naquela esfera, da vida nacional. Tanto que lhe deu o autor o seguinte sub-título: "Introdução à História das Caixas Econômicas Brasileiras". Nessa obra, então, espera desenvolver, ao longo de nada menos de três volumes, um documentado estudo das nossas instituições de economia popular, tendo em vista o tríplice aspecto de suas origens, de seus meios e de seus fins.

Em *O Estado Monetário*, João Lira Filho põe em foco as experiências financeiras realizadas no Brasil e nos oferece perspectivas históricas cuidadosamente traçadas, na base da melhor documentação possível. Parte da época de D .João VI e vem até o fim do segundo Império, focalizando os episódios marcantes da evolução das finanças e da economia do país e fixando, com precisão, traços essenciais da organização da riqueza.

Todo um capítulo, o último, foi dedicado ao vulto do Visconde de Itaboraí, que tem, a seu ver, excepcional relêvo no quadro da vida administrativa da nação, embora não lhe hajam feito justiça, nesse particular, os historiadores. Foi êle conselheiro financeiro do Imperador, primeiro Presidente do Conselho Inspetor e Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Côrte. Desempenhou um papel importante no quadro dos acontecimentos da era imperial.

Uma coisa há de causar certa estranhesa ao leitor menos avisado: o autor deu-se ao luxo de converter para o cruzeiro atual os mil-réis antigos, mesmo nos textos alheios. Uma conversão algo estravagante, que, se facilita a compreensão dos leigos, atenta contra princípios tradicionais de historiografia.

PANORAMA DA VIDA INGLÊSA

TALVEZ não haja o menor traço de exagêro em qualificar-se de heróico o esfôrço que a Grã-Bretanha de pós-guerra vem fazendo no sentido da recuperação de seu prestígio no seio das nações civilizadas. A luta desesperada contra o nazismo e pela própria sobrevivência quase esgotou as fôrças do Império. Em face do inimigo de morte e na iminência de um colapso total, a Inglaterra teve de socorrer-se de todos os recursos, empenhar tôdas as energias, pôr em jôgo tôda a sua capacidade de resistência e de ação, para salvar-se a si mesma e ajudar o mundo democrático a salvar-se da estupidez totalitária. Quando chegou o momento da vitória, estava a ilha completamente exausta, o chão fundamente marcado pela "blitz", o espírito do povo fatigado dá insana lida. Teria ânimo suficiente para reconstituir-se e mesmo colaborar na construção do sonhado mundo melhor um país que, durante tanto tempo, sofrera tenaz embate? Estaria êsse país apto a enxergar os anunciados caminhos novos depois de tão dura e prolongada experiência de "blackout"?

Resposta cabal a essas indagações terá sido dada, a meu ver, por um jovem economista inglês, Ian Bowen, em seu livro *Britain's Industrial Survival*, recentemente lançado pela editôra Faber and Faber Limited, de Londres. Acentuei de propósito o fato de se tratar de um economista da nova geração, tanto isso me parece significativo. A obra representa uma contribuição pessoal de inestimável importância para o "stocktaking" das fôrças do Império Britânico e, além disso, reflete, de algum modo, o comportamento da atual geração em relação às tarefas que lhe cabem na recomposição do mundo britânico.

Segundo Ian Bowen, os problemas da sobrevivência de seu país já se haviam apresentado, em parte, antes do desencadear da última guerra mundial. Havia uma crise econômica e social, um desajustamento na distribuição das riquezas, um desequilíbrio entre a produção e o consumo, um atrito de classes, que a guerra veio apenas agravar, abrindo em carne viva uma realidade que não era, de resto, espe-

cificamente inglêsa, mas de todo o mundo capitalista. Iniciada a etapa da paz, logo se apresentaram a todos os os povos os dilemas econômicos e sociais de nosso tempo. Cada país teve de enfrentar condições novas de vida, sujeitos, alguns dêles, a um penoso mas necessário processo de adaptação. A situação peculiar da Inglaterra, submetida, durante os anos do conflito, a um duro regime de sacrifícios, requer um esfôrço racional e permanente de organização econômica.

Em seu estudo objetivo da vida inglêsa, o autor não perde de vista a situação criada com o advento do govêrno trabalhista. Aliás, frisa êle, com razão, que não poderia cuidar de um plano de ação econômica sem levar em conta as perspectivas políticas ambientes, sob pena de conduzir-se por um campo abstrato e construir um mundo estranho no ar. Contudo, sua obra não tem cunho propriamente político, embora Ian Bowen não esconda uma particular simpatia pela forma socialista de govêrno que o trabalhismo vem, a seu modo, impondo à Inglaterra — forma de govêrno que êle diz conveniente à situação atual do país e necessária ao seu progresso.

Lúcido e realista em sua análise, Ian Bowen, depois de situar a Grã-Bretanha no mundo de pós-guerra, passa a estudar os problemas fundamentais de seu "background" industrial e as suas possibilidades de expansão econômica. Em resumo, êle estuda todos os aspectos das seguintes questões essenciais: a) as leis de distribuição; b) a aplicação do poder econômico; c) eficiência da organização; d) formação do capital. Por último, apresenta, em linhas gerais, o quadro da futura organização industrial da Inglaterra, nisso revelando uma enorme confiança nas virtualidades de seu plano de recuperação econômica.

Outra obra deve ser citada aqui, entre as de leitura mais útil ao estudo da realidade inglêsa contemporânea. Refiro-me ao livro do Dr. F. V. Meyer, intitulado *Britain's Colonies in World Trade* e publicado há pouco pela Oxford University Press, sob os auspícios do Royal Institute of International Affairs. Trata-se do desdobramento e aprofundamento de uma tese apresentada pelo autor à Universidade de Londres. Na base de abundante material estatístico e dos elementos históricos indispensáveis, realizou êle um trabalho de vulto sôbre o poder econômico do Império Britânico.

O autor focaliza, quanto às condições econômicas e às necessidades de intercâmbio comercial, a composição da comunidade imperial, apreciando detidamente os dados relativos à importação e exportação. Com vivo senso de objetividade, estuda a política comercial inglêsa em relação às colônias e, na segunda parte do livro, em relação aos demais países — os Estados Unidos em particular, dada a importância de que se revestem os negócios feitos com a potência norte-americana.

A exposição do Dr. F. V. Meyer não poderia ser mais clara nem mais completa. Desconhecemos a existência, sôbre o assunto, de um estudo de tal envergadura, sendo de realçar a atualidade das estatísticas utilizadas — números até de 1948. E a impressão que nos deixa êsse livro é a de que o Império Britânico tem fôrças para dominar a profunda crise em que se debate e entrentar a concorrência no mercado internacional.

ASPECTOS DA ECONOMIA FLORESTAL

DEVE-SE ao Instituto Nacional do Pinho, a publicação do primeiro *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, organizado com a cooperação de ilustres especialistas na matéria, com o objetivo de recolher documentação a mais ampla possível, embora rigorosamente selecionada, quanto aos seus aspectos técnicos e científicos, sôbre os nossos recursos florestais e, em particular, sôbre a economia madeireira nacional. O volume apareceu recentemente, por ocasião da Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais, promovida pela Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. Isso lhe assegurou, de logo, um singular significado: para os técnicos reunidos naquele importante certame, sobretudo os estrangeiros, tornou-se essa obra como que um "text-book", a ser consultado sempre que se fazia necessário o esclarecimento acêrca de determinadas questões de economia florestal brasileira.

Não obstante os limites de tempo a que teve de atender a elaboração dêsse anuário, nêle se encontram devidamente estudados todos os assuntos — direi melhor, quase todos — que poderiam interessar aos membros da Conferência de Teresópolis e aos estudiosos de problemas econômicos nacionais. De tal sorte que a obra pode ser considerada um excelente "compte-rendu", cuja falta se fazia sentir em nossa bibliografia especializada.

Livros Norte-Americanos

ALBERT Lauterbach, professor do Sarah Lawrence College, é o autor de *Economic Security and Individual Freedom* (Ed. Cornell University Press), exposição brilhante sôbre uma série de problemas da sociedade contemporânea, focalizados com grande finura. ◆ Sociólogo de renome, com uma bagagem de livros que muito enriqueceram a bibliografia norte-americana no campo das ciências sociais, o Prof. P. A. Sorokin, da Universidade de Harvard, tem agora seu nome novamente em foco, com a publicação de *The Reconstruction of Humanity* (Ed. The Beacon Press). Disse um crítico que Sorokin escreve sôbre o mundo de nossos dias com a autoridade de um cientista e a fôrça de um profeta. ◆ Depois de haver escrito uma obra de considerável importância, em seis volumes, sob o título *A Study of History*, Arnold J. Toynbee publicou agora um livro considerado dos mais importantes dos últimos tempos: *Civilisation on Trial* (Ed. Oxford University Press), reflexões acêrca de questões políticas, sociais e econômicas da vida moderna. ◆ *Free Trade, Free World*, de Oswald Carrison Villard (Ed. Robert Schalkenbarch Foundation) — uma crítica cerrada às barreiras alfandegárias e às restrições ao comércio. ◆ *Modern Economic Thought*, de Allan Garfield Gruchy, é uma documentada apreciação sôbre a contribuição norte-americana às ciências econômicas; sôbre a obra de Veblen, Commons, Wesley Mitchell, J. M. Clark, Tugwell e Gardiner Means. ◆ A Universidade de Harvard publicou o estudo de Paul Anthony Samuelson — *Foundations of Economic Analysis*.

SOROKIN

Livros Franceses

JULES ROMAINS

JULES Romains publicou, nas edições Hachette, um livro destinado a uma repercussão mundial: *Le Problème Numéro Un*. E' uma análise dos perigos que ameaçam o mundo moderno — os perigos decorrentes de dois séculos de progresso científico e industrial não assimilado pela humanidade. Propõe uma solução: o estabelecimento, em cada país, de um "poder espiritual" e a criação, por todos os países em acôrdo, de um "govêrno mundial". ◆ Intitula-se *Essai sur la Nature of la Signification de la Science Economique* o livro do Prof. L. Robbins, da Universidade de Londres. ◆ Nas edições Wagel deverá aparecer em breve *L'Histoire du Socialisme au XXe Siècle*, de Léo Valiani. ◆ Sob a direção do Prof. Louis Baudin, a Librairie de Médicis vem editando uma coleção de obras sôbre história econômica. Do próprio Baudin apareceu o estudo *L'Economie Française sous l'Occupation Allemande*, bem como um excelente trabalho de L. Pommery — *Aperçu d'Histoire Economique Contemporaine*, 1890-1945. ◆ Dois folhetos foram recentemente divulgados pelo Instituto de Estudo da Economia Brasileira, constituído, em Paris, de especiailstas em assuntos brasileiros. Foram êles: *Fidelité au Brèsil*, de R. Courtin, e *L'Economie brèsilienne au mois de mars* 1947. O Sr. R. Courtin, que é professor da Faculdade de Direito de Paris, escreveu também outro livro sôbre o nosso país — *Le problème de la Civilisation Economique au Brésil*. ◆ Obra de grande atualidade, a dos Srs. P. H. Frankel e E. Dalemont — *Elements d'Economie Pétrolière*.

O primeiro trabalho da coletânea é subscrito pelo Presidente do Instituto Nacional do Pinho, Sr. Virgílio Gualberto, que faz uma demorada apreciação sôbre a economia madeireira e a atuação desenvolvida por aquela autarquia. Analisando a posição do Brasil em relação ao mercado madeireiro internacional, o autor realiza uma "mise-en-point" das nossas realidades, nesse particular, utilizando farto elenco de dados estatísticos.

Gostaríamos de chamar a atenção do leitor para outros estudos de ordem econômica, dado que os demais, por seu caráter especializado — de botânica, silvicultura, histologia vegetal, etc. —, interessarão privativamente os técnicos. Referimo-nos aos seguintes trabalhos: "O contrôle da produção madeireira", de J. Soares Pereira, "A exploração florestal nos Estados Unidos", de Gastão Nascimento Ceccatto, e "A Amazônia Brasileira", de Adolpho Ducke.

Completa o volume um conjunto apreciável de quadros estatísticos. Inicialmente, dois quadros sôbre a área do Brasil e de suas Unidades Federadas, segundo o revestimento florístico. Em seguida, a distribuição das propriedades agrícolas no território nacional — resultados do Recenseamento Geral de 1940. Seguem-se séries completas sôbre os seguintes aspectos: a) reserva florestal; b) reflorestamento; c) indústria; d) produção; e) estoques; f) preços; g) consumo interno; h) comércio internacional.

NOTAS AVULSAS

REVESTE-SE da maior atualidade o lançamento, em português, na tradução de Luís Washington, do volume de ensaios de Benedetto Croce — *Materialismo Histórico e Economia Marxista* (Ed. Ipê). São ensaios escritos há 50 anos, com o objetivo de uma aprofundada revisão das teorias marxistas, e cuja leitura, entretanto, é muito recomendável ainda hoje. O pensador italiano, em onze estudos, analisa os aspectos filosóficos do marxismo e depois comenta largamente os seus fundamentos e princípios econômicos.

AUTOR de um excelente livro sôbre *As Minas Gerais*, o Sr. Miran de Barros Latif realizou agora um trabalho de mérito — *Uma Cidade nos Trópicos* (Ed. Livraria Martins). Nada mais nada menos que a biografia da cidade do Rio de Janeiro, escrita por um ensaísta que não cuida de mostrar erudição nem de assustar os leitores com a abundância de aspas; só preocupado com a narrativa correntia dos fatos. Temos aí um historiador que tem tudo de um sociólogo e que nada desconhece do ofício de bem escrever.

DEPOIMENTO do maior interêsse sociológico, para o conhecimento de tôda uma larga área cultural do Nordeste — particularmente de Pernambuco —, é o livro do Sr. Júlio Belo, cuja segunda edição foi agora lançada: *Memórias de um Senhor de Engenho* (Ed. José Olímpio). Delicioso, do ponto de vista meramente literário, como livro de memórias, é, inestimável como contribuição para o estudo da história social do nordeste. Está dito isso nos dois prefácios que Gilberto Freyre e José Lins do Rêgo escreveram para essa obra.

SOB os auspícios do Comitê Interdepartamental de Cooperação Científica e Cultural dos Estados Unidos, foi publicada a obra de Antônio Vásquez de Espinosa — *Compendio y Descripción de las Indias Occidentales*, transcrita do manuscrito original por Charles Upson Clark, que, em breve introdução, ressalta devidamente o mérito dêsse monumento literário do século XVII. O autor, carmelita descalço, andou pela América, a serviço de sua fé e escreveu um relato de mais de 700 páginas, repletas de observações as mais interessantes e valiosas.

REVISTA DAS REVISTAS

FORAM publicados, em números recentes de revistas nacionais, alguns trabalhos de interêsse para o estudioso de problemas brasileiros. São os seguintes: "Teoria e prática", Omer Mont'Alegre, e "Comércio Exterior e Negócios Bancários", Marcos Monte Lima, in "Revista Bancária Brasileira" (maio); "Os problemas econômicos nas Universidades", Djacir Menezes, "Escravos no Brasil: Quantidade e transporte", Edmundo Correia Lopes, e "Atrair Capitais Privados", Ignacio M. Rangel, in "Revista do Comércio" (abril); "Desperdício de combustíveis", João Luís Meiller, in "Revista de Organização Científica" (maio); "Estudo geral do sistema tributário brasileiro", V, Gerson Augusto da Silva, e "A Estabilização Monetária Através do Tempo", Renato Areas Soares, in "Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças" (abril); "Política Fiscal e Política Monetária", Benjamin Cornejo, in "Economia" (maio); "Produ-

tores contra o aumento da produção", Aurélio Costa, "O Contrôle da Produção Madeireira", J. Soares Pereira, "Temos dinheiro para o petróleo", Aristóteles Moura, e "A pesquisa econômica e o exemplo do petróleo", Octavio Viriato de Medeiros, in "O Mês Econômico e Financeiro" (março).

Chamamos, ainda, a atenção do leitor para os seguintes artigos, publicados em periódicos estrangeiros "Los pueblos modestos, base de esperanza económico-social", Dr. A. Fernández Martínez, in "Produción", de Venezuela (1948); "Le Planisme économique et les nationalisations en Grande-Bretagne", Herman Finer, in "Revue Internationale du Travail", da Suíça (março); "La nacionalización de los ferrocarriles", Adolfo F. J. Silenzi de Stagni, in "Revista de la Facultad de Ciencias Económicas", de Buenos Aires (março); "L'Italia, il Fondo Monetário Internazionale e la Banca Internazionale por la Ricostruzione e lo Sviluppo", L. Einaudi, "L'attuale situazione ciclica dell'economia americana alla luce della teoria dei cicli economici", G. Haberler, "La ricostituzione dell'economia mondiale", L. Amoroso, "I Frutti del progresso economico", C. Clark, "Il problema dei trasferimenti e l'idea di una unione monetaria internazionale", W. L. Walk, "La situazione economica italiana", A. Campolongo, in "Economia Internazionale", da Italia (janeiro); "Prezzi e moneta", L. Amoroso, e "Il problema della mano d'opera nelle miniere di carbone del belgio e l'imigrazione italiana", F. Milone, in "Giornale degli Economisti e Annali di Economia, da Itália (fevereiro); "Belleza y moral del utilitarismo", F. Antonio Rizzuto, e uma reportagem sôbre a indústria argentina de barcos, in "Veritas", da Argentina (abril); "Les élements constitutifs du capital national de la France", Victor Rouquet La Carrigue, in "L'Actualité Économique", do Canadá (abril).

COMPANHIA AUXILIAR DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM

Uma nova arte que a técnica moderna pôs a serviço da segurança do patrimônio cultural da humanidade;

Um novo método de arquivamento de documentos, com economia de tempo, espaço e dinheiro;

Um novo processo de cópia fidelíssima de quaisquer documentos, páginas de livros; jornais e revistas, fotografias. etc.

Avenida Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Telefone, 42-9777

CORREIO DA INGLATERRA

COM o título bastante sugestivo de *Economics for the Exasperated*, foi publicado em Londres, por John Lane The Boddley Head, um interessante livro de Gordon Rattray Taylor. Estuda o autor os principais problemas econômicos da atualidade, particularmente o do desemprêgo e da insatisfação das massas.

EM edição da Oxford University Press, apareceu uma boa obra, de R. B. McCallum e Alison Readman — *The British Election of* 1945. Análise conscienciosa do sistema representativo de govêrno praticado na Inglaterra. Os resultados da eleição de há três anos são apreciados com rigoroso senso da realidade social de nossos dias.

DEVE-SE ao Prof. A. C. Pigou uma obra de vulto — *Aspects of British Economic History*, 1918-925, (Ed. MacMillan & Co. Ltd.). E' uma exposição meticulosa sôbre a evolução da economia britânica nos primeiros anos que se sucederam à primeira grande guerra.

POR iniciativa de Mark Abrams, a Pilot Press editou um trabalho realizado por uma equipe de especialistas em assuntos econômicos e financeiros. O livro intitula-se *Britain and her Export Trade*. Como introdução apresenta um estudo excelente de Walter Hill, sob o título "Why Exports".

SOB a forma de romance, Thomas Armstrong conseguiu escrever um bom capítulo da história do algodão no mundo. *King Cotton* foi publicado por Collins e nêle é retratada com fidelidade a crise que sofreu o Yorkshire, em virtude da falta de algodão para sua indústria na fase da secessão norte-americana.

Símbolo de eficiência da técnica

RADIOFÔNICA

A INDÚSTRIA RADIOFÔNICA, desde os rádios de galena, até os nossos dias, evoluiu e continua evoluindo sem cessar. Longas pesquisas deram lugar a novos aperfeiçoamentos e novas descobertas, tudo produto de especialização técnica, árdua e trabalhosa. Assumpção S.A. contribuiu sensivelmente para a melhoria técnica da indústria de rádio. Em seus laboratórios e oficinas, cada pôsto está a cargo de um técnico que responde pela eficiência do seu trabalho. A rigorosa qualidade do material empregado, o profundo conhecimento dos montadores e o cuidadoso escrúpulo dos testes preliminares e finais, são testemunhados pela contra-marca ASA, caracterizando todos os receptores de sua fabricação.

ASSUMPÇÃO S.A. *RESPONDE PELO QUE VENDE*

RUA RODOLFO MIRANDA, 76 • CAIXA POSTAL 2025 • SÃO PAULO

CRÔNICA PARLAMENTAR

Técnicos - Eis a Questão

A MENSAGEM que o Presidente da República enviou à Câmara para encaminhar o ante-projeto de lei que concede aumento de vencimentos aos servidores civis e militares da União, cria para as finanças do país e reflexamente para a economia nacional um problema de indisfarçável gravidade.

Esta, aliás, é, a bem dizer, apenas uma das grandes questões influentes na economia nacional que o Congresso tem hoje a resolver, pois muitas outras, desde a Reforma Bancária à legislação petrolífera, se acumulam na pauta dos trabalhos. A diferença que o projeto de aumento apresenta é o caráter de urgência, emprestado por motivos econômicos e políticos, a pressionar os legisladores que não terão tempo de examinar-lhe bem as consequências, das confusas e criticadas tabelas, como têm tido para deixar se acumular a poeira em outros projetos evidentemente mais importantes do ponto de vista econômico.

Não se conclua dessa observação preliminar, a que não podemos fugir por uma imposição do próprio bom senso, que estamos dispostos a assumir uma posição de hostilidade ao projetado aumento, que, pelos modos, não sairá tão depressa quanto esperam e almejam os seus beneficiários. Longe disso, entendemos que o reajustamento dos salários dos funcionários civis e militares é providência que encontra a sua explicação lógica nas condições de vida atuais, sem dúvida difíceis e, mais do que isso, condições que não oferecem perspectivas de melhoras.

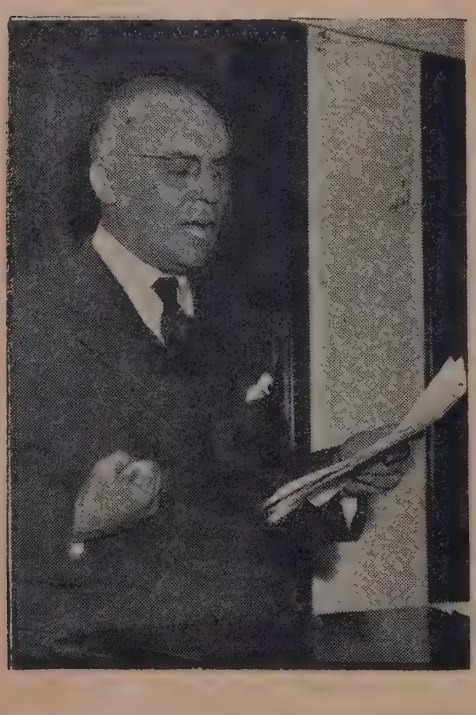
O caso é que se criou uma questão verdadeiramente delicada. Pois, de um lado deparamos com a crua realidade de uma grande massa de funcionários em luta com a crescente majoração do custo da vida e, de outro, a realidade de um ônus que o erário ressentirá terrivelmente.

Já que temos de solucionar com urgência a situação do funcionalismo civil e militar, esta última gravemente exposta pelo Deputado Euclides Figueiredo com largos reflexos no próprio parlamento e na imprensa pela maneira por que o fêz, o que nos resta é ressaltar o dever do Congresso de adotar com igual urgência providências que estimulem a produção, a inversão de capitais, o aproveitamento da riqueza natural, etc. Não pode o Legislativo acusar falta de iniciativas do Executivo neste campo. Antes pelo contrário. De tal sorte, agravar o orçamento federal de pronto com as altas cifras do aumento e privar, por demora, o país dos elementos necessários a um progresso correspondente, será culpa do Legislativo.

Não podemos crer que os representantes do povo, já tão acusados de protelarem indefinidamente desde as leis complementares aos mais simples requisitos legislativos, desejam assumir tamanha responsabilidade. Cabe-lhe, por conseguinte, ação imediata e de caráter prático.

As responsabilidades que o govêrno vai assumir são enormes, o que espanta e mesmo amedronta muita gente. O Presidente Dutra não foge à realidade, quando afirma, em sua mensagem, que as medidas propostas importam em vultoso aumento de despesa. Acrescenta porém, que "à vista da arrecadação crescente, oriunda da auspiciosa elasticidade dos impostos federais e que promete exceder a estimativa na Receita para 1948 — não será exagerado prever que se possa acudir às novas e pesadas responsabilidades a assumir".

ODILON BRAGA
Voto pela aprovação do Plano Salte.



SOUZA COSTA
Difícil é presidir a C. de Finanças.

ALFREDO NASSER
Antes de tudo, técnicos em petróleo.

Crescerão, entretanto, as arrecadações se não aumentarem as possibilidades de produção e desenvolvimento da iniciativa particular?

Já no ano corrente se espera que muitas obras públicas — e neste país tôda obra pública que não seja suntuária é indispensável — tenham seu curso detido pelo regime de rigorosa economia preconizado pela presidência da República como necessário à acumulação de fundos para pagamento do aumento sem o recurso à emissão. No ano próximo, as verbas gerais estarão comprimidas pela engrossamento da cifra destinada ao pessoal. E o orçamento crescerá num sentido improdutivo se a arrecadação não fôr muito maior apenas pelo simples efeito do aumento de impostos mas por um reflexo do aumento de riqueza pelo trabalho.

Tem, assim, o aumento de vencimentos aspectos de muita gravidade, que justificariam demora maior na sua apreciação pelo Legislativo não fôsse a premência na solução da angustiosa situação em que se encontram os funcionários. De qualquer modo, porém, a sua relação com outras leis se nos afigura tão íntima que insistimos na necessidade de ser conferido a estas o mesmo caráter de prioridade.

Não é a lei simplesmente de aumento de vencimentos de funcionários. Aproveitou o govêrno a oportunidade para pedir ao Congresso os meios com que atrair a seu serviço os técnicos que hoje preferem as emprêsas particulares onde ganham mais.

A questão é velha e merece respeito. Na realidade, enquanto os salários subiram no mercado de trabalho para os especialistas, de cuja falta tanto se ressente o nosso país, os ordenados pagos pelo govêrno estacionaram. O resultado foi que a maioria dos técnicos e não raro os melhores preferiram trabalhar nas emprêsas particulares ou se viram compelidos, pelo aumento assombroso do custo de vida, a dar ao serviço público apenas uma parte de sua atividade, com graves danos para êle. Para deixar, então, os centros principais e se aventurar no interior com ordenados pequenos, ninguém se apresentava, sendo aproveitados, por fim, os menos capazes.

Apareceu, dêste modo, como absurdo o aumento para os postos de direção, ficando os funcionários de categoria inferior com aumentos aparentemente menores. E uma longa discussão se trava em tôrno do assunto, o qual tem a sua parte insolúvel no número espantoso de funcionários que possui o govêrno federal. Claro que se verificaram abusos na concessão de aumentos aos técnicos, como aquêles casos em que o diretor geral do DASP passa a ganhar vinte mil cruzeiros mensais e os seus diretores de divisões dezesseis mil enquanto o Reitor da Universidade do Brasil perceberá apenas doze mil, e certas funções eminentemente técnicas como diretores de laboratórios, professôres, cientistas, etc., apenas oito mil. Mas não pode o govêrno, cujos quadros há tantos anos dia a da se enchem de pessoal a ponto de se saber que a quase totalidade das repartições executaria sua tarefa com a metade do pessoal existente, dar a tôda esta imensa legião o aumento que seria de desejar. No Brasil, reestruturação de serviço nunca foi nada mais que aumento de vencimentos e maior número de funcionários. Como agora atender a todos?

A parte positiva do projeto estaria, portanto, no benefício aos técnicos.

Por falar em parte positiva, não era já tempo de pedirmos ao Congresso medidas positivas, providências práticas em tôrno de uma infinidade de assuntos?

Claro que sim.

Para cúmulo dos seus males, tem êle agora também o Plano SALTE, aprovado pela Comissão Interpartidária composta dos Srs. Odilon Braga (UDN), Souza Costa (PSD) e Mário Brant (PR). Quando será o famoso plano uma realidade?

São perguntas que o Congresso só nos responderá pondo de parte a formalística com que tanto se preocupa, para enveredar pelo caminho da prática. E resolvendo os deputados e senadores discutir os assuntos com empenho de resolvê-los menos na imprensa e tribuna de rua que no plenário parlamentar. Menos com desejos de angariar popularidade e fogosas tiradas demagógicas que visando realmente dar ao país os trilhos legais de que precisa, vive implorando e está ameaçado de morrer sem ter.

ESPECIALISTAS EM COMBUSTÍVEIS

Passamos agora a um assunto de uma atualidade que cresce a todo momento e ganha o interêsse das mais amplas camadas da opinião, o petróleo, o petróleo que é agora assunto de tôda gente, discutido desde as austeras salas de conferência e as colunas dos jornais até as conversas de botequim e as tertúlias estudantis.

Ao Senador Alfredo Nasser com o seu projeto sôbre a criação de bôlsas de estudo para a formação de especialistas em geologia e técnica de combustíveis, devemos a oportunidade de voltar a um tema de tão acentuada relevância.

Pode-se dizer que essa iniciativa do Senador Alfredo Nasser é a primeira medida de caráter prático e concreto até agora suscitada pela questão petrolífera. Do muito que e tem dito, da enxurrada de palavras que está provocando o problema do aproveitamento das nossas reservas de ocro negro, pouco ou quase nada se aproveita. Em tôrno do petróleo brasileiro corre um oceano de frases, mais ou menos vazias, mais ou menos demagógicas. Todos se acham com direito de opinar, cada um tem a sua solução providencial: ninguém se lembra, eis a verdade, de tomar medidas práticas.

O projeto do Senador Nasser é uma exceção consoladora. Se agora não se tem dúvida quanto às nossas reservas de petróleo, muito menos sôbre a necessidade de explorá-las, ressalta à primeira vista a necessidade de formar homens capazes de levar para diante a magna tarefa. Sem técnicos brasileiros jamais poderemos exercer o completo contrôle das nossas riquezas, muito menos explorá-las em nosso benefício.

Com uma visão realista do problema, o projeto em aprêço propõe a obrigação por parte do govêrno federal de promover a formação de especialistas em Geologia e Técnica de combustíveis, compreendidas as fases de prospecção, lavra, beneficiamento, transporte e distribuição. Para êsse fim, reza o artigo primeiro, ficam instituídas, anualmente, a partir de 1949 e durante dez anos, quinze bôlsas de estudo no estrangeiro, de preferência nos Estados Unidos e na Inglaterra. As bôlsas podem ser atribuídas a dez estudantes que tenham terminado, nos dois anos anteriores, o curso secundário, de acôrdo com as exigências de ingresso nas escolas de engenharia, e a cinco engenheiros

ou químicos industriais, diplomados nos cinco anos anteriores.

Na justificação do seu oportuno projeto, o Sr. Alfredo Nasser, depois de aludir ao nosso atraso em matéria de técnica e de lembrar que no estrangeiro formamos os nossos aviadores civis e militares, diz que podemos e devemos dominar a técnica do petróleo e dos combustíveis em geral, "qualquer que seja a solução que venha afinal a ser adotada, explorado o petróleo pelo Estado ou por particulares, com ou sem a participação de capitais estrangeiros". Justo também o argumento de que "a formação de técnicos nacionais é elemento essencial e insubstituível da nossa autonomia de decisão nesse terreno."

Aplaudindo a iniciativa do Senador Nasser, fruto de um espírito realista e esclarecido, coisas de que tanto precisamos para encarar o nosso problema petrolífero, permitimo-nos uma objeção quanto ao processo adotado para a seleção dos candidatos. Temos a impressão de que o maior número de bôlsas deveria ser atribuído a engenheiros e químicos industriais, pessoas mais bem forradas de conhecimentos e experiência do que simples estudantes mal saídos do curso secundário. Por outra parte, achamos que não deve prevalecer a exigência de ser o químico ou o engenheiro formado cinco anos antes da promulgação da lei, condição limitadora, que poderá afastar, sem um fundamento seguro, muitas capacidades.

A importância de que se reveste o projeto do Senador Nasser não escapará às duas casas do Congresso, que terão de discuti-lo. Será então o momento de examiná-lo com atenções especiais, em ordem a que se converta em lei sob uma forma capaz de lhe assegurar a maior eficácia.

SITUAÇÃO DOS BANCOS

O noticiário jornalístico, mais preocupado com os aspectos políticos, não deu maior importância a projeto apresentado pelo Deputado baiano, Sr. Teódulo de Albuquerque a respeito de bancos.

E' um projeto que contém apenas sete artigos e dentro dêsses artigos um mundo de consequências. Daí ser registrado nesta crônica com o fim de chamar para êle a atenção dos interessados e até mesmo dos senhores deputados, que terão de decidir da sorte da iniciativa do representante baiano.

O primeiro artigo autoriza o govêrno a criar uma comissão técnica para estudar a situação de todos os bancos existentes no país, de modo a apurar as responsabilidades financeiras de cada um e a idoneidade moral dos seus diretores. Uma boa medida, ninguém contesta. Como também é oportuno o disposto no segundo artigo: as cédulas de 200 cruzeiros e mais perderão anualmente 10 por cento do seu valor, desde que não circulem, durante um ano, pela caixa de qualquer banco nacional, fazendo parte de um depósito de pelo menos 20 dias. Em seguida, o ante-projeto limita as taxas de juros: 4 por cento para os depósitos, 7 por cento para os empréstimos e, por fim dá ao govêrno poderes para substituir os seus títulos da dívida interna por outros, vencendo juros de 4 por cento, mas gozando das vantagens de "open market policy". Os banqueiros, os estudiosos de economia e finanças têm nesse projeto de lei do Sr. Teódulo de Albuquerque matéria para muitas reflexões e estudos.

AMERICAN LOCOMOTIVE COMPANY

Locomotivas a vapor e Diesel-Elétricas de todos os tipos

AMERICAN CAR AND FOUNDRY COMPANY

Vagões de carga e carros para passageiros de todos os tipos

★

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:

Material Rodante e Tração "ACFALCO", S. A.

AVENIDA RIO BRANCO, 109

Caixa Postal 1852 — RIO DE JANEIRO — ACFALCO Telegramas

Economia e Finança nas Constituições Estaduais

Aristóteles Athayde

APESAR do que possa sugerir o título acima, não pretendo fazer com esta reportagem o que se costuma chamar um "comentário à Constituição" ou às Constituições Estaduais, pois tal pretensão não passaria de tentativa inútil de invasão da seara alheia. O que pretendo é apresentar um grupo de informações sôbre alguns assuntos econômicos e financeiros tratados nas cartas estaduais recentemente promulgadas. As notas que vou mencionar sôbre organização econômica são em menor número que as da matéria financeira e mesmo assim deixo de referir diversos textos atinentes à tributação e aos empréstimos públicos. Espero compensar o segundo lugar assim injustamente atribuído ao setor da economia, aludindo a certos dispositivos constitucionais sôbre plano e planejamento.

Não me foi dado fazer a leitura das 20 cartas estaduais mas, em 17 delas pelo menos, fiz a leitura cuidadosa dos textos que versam os assuntos acima aludidos, encontrando entre êles regras ora interessantes, ora desconcertantes. Na Constituição do Rio Grande do Sul, por exemplo, encontrei um dispositivo que, se fôsse deputado, eu mesmo teria proposto. E' o que submete à aprovação da Assembléia Legislativa "os planos de obras e serviços do Estado". Já na de Pernambuco não me agradou a proibição que se impõe à Assembléia de alterar o total ("despesa global") da proposta orçamentária. Outro exemplo: Tenho como estabelecido por pessoas entendidas em técnica tributária que um dos males dêste país é a uniformidade do impôsto de vendas e consignações e que qualquer reforma, feita com seriedade, de nosso sistema de impostos, deve dar àquele tributo o caráter "discriminatório", variando suas taxas e fazendo-o imitar para melhor o impôsto federal de consumo. Mas deparo na carta do Estado de Alagoas e na de Pernambuco com dispositivos que amarram o impôsto de vendas e consignações à uniformidade por "espécie de produto". Essa norma em má hora adotada por dois Estados me parece apropriada para desapontar tôdas as pessoas que desejam ver o impôsto de vendas e consignações traz do para o lugar de tributo civilizado. Vamos esperar, entretanto, que algum jurista esperto dê aos referidos textos uma interpretação satisfatória.

I — TEXTOS EXCLUSIVOS

Nesta parte da reportagem citarei dispositivos da Constituição de cada Estado, merecedores de destaque, e que não vi repetidos na Constituição de outros Estados. Citando os Estados por ordem alfabética, chamo a atenção dos estudiosos de sociologia política para uma definição que a Constituição de Alagoas contém da entidade "município". Só os constituintes alagoanos consideraram necessário, incluir no corpo da carta constitucional, uma definição de municípios. Na mesma carta vemos a tendência, já conhecida na carta federal, para a distribuição geográfica da renda tributária. E' no artigo 49, inciso I, que manda aplicar 3% no mínimo da renda tributária na "zona sertaneja". Entre as constituições que li só a de Alagoas distingue dêsse modo uma região, mas é notório que a norma da distribuição da renda tributária e da renda geral em percentagens fixas foi largamente adotada por várias constituições estaduais. Na carta baiana a singularidade que anotei em matéria de finança pública e organização econômica foi a instituição de um "Conselho Estadual de Economia e Finanças". Outras cartas instituíram conselho Estadual de Economia e Finanme. Uma delas é a do Ceará que atribui à Assembléia Legislativa competência para "organizar, com a colaboração dos conselhos técnicos, os planos para a solução dos problemas estaduais". Embora outras cartas instituam conselhos especializados, como a da Bahia (Conselho de Educação e outros), temos na carta cearense a norma da elaboração de planos pelo Poder Legislativo com auxílio de órgãos técnicos. A expressão "solução dos problemas estaduais" inegavelmente dá à norma caráter mais genérico que a constante da Carta Federal que institui o Conselho Nacional de Economia.

Encontro na Carta cearense um dispositivo mais fundamental, não pertinente à finança pública e sim à política econômica de largo prazo. Refiro-me ao texto que torna obrigatória a reversão, sem indenização, nos serviços públicos concedidos. Para o Brasil de hoje o dispositivo apresenta-se audacioso, tais as consequências que pode condicionar. A reversão sem indenização, pelo menos teoricamente, torna o serviço mais caro enquanto concedido mas, na prática, para o caso brasileiro, é um meio de assegurar a reversão ou de assegurá-la em têrmos justos. Quando a reversão é do tipo indenizável, sempre surge no têrmo do contrato a dificuldade de indenizar, de pagar todo o acêrvo à vista ou a prazo, com os tropeços da avaliação e vários outros.

Depois dêsse vôo dos cearenses por entre as complexidades dos serviços públicos concedidos, temos um dispositivo infeliz na Carta do Estado do Espírito Santo. E' o inciso XII do artigo 33 que dá ao governador do Estado competência privativa para "propor à Assembléia abertura de créditos adicionais". Aqui o poder legislativo estadual perdeu uma prerrogativa básica qual seja a de resolver sôbre o plano financeiro do Estado, em execução, de alterar o orçamento, aumentando-o ou reduzindo-o durante o

exercício. Em Pernambuco, como vimos, a proibição de elevar a despesa global da proposta orçamentária do Executivo foi um golpe mais pesado. Mas, no caso do Espírito Santo, o mínimo que pode acontecer é a assembléia não conseguir utilizar uma arrecadação superior à prevista.

A Carta do Espírito Santo leva sôbre as demais a vantage mde ser curta, tendo apenas 79 artigos, enquanto suas congêneres comumente vão além dos 100. E' curta sem se poder dizer que é sucinta. Os constituintes possivelmente preferiram deixar campo aberto para a legislação ordinária, evitando também emendas e reformas em prazo curto. Enquanto a maioria das cartas estão cheias de promessas de planos, só encontrei na Constituição dêsse Estado uma referência a plano — um plano para campos de pouso nos municípios. Outra singularidade encontrada na carta capixaba: entre as 17 cartas que li, é a única que faz referência expressa ao decreto-lei n. 2.416, de 1940, instituidor das vigentes normas contábeis e de padronização dos orçamentos e balanços dos Estados e Municípios. Manda adotar essas normas e o Código da União enquanto não fôr promulgado o Código de Contabilidade do Estado. E' lamentável que ainda se mande adotar o Código de Contabilidade da União que nasceu torto há 23 anos mas, no caso, segundo parece, não havia outro para que apelar.

Destaquei três dispositivos interessantes e exclusivos da Constituição do Estado da Paraíba. Um dêles é o que proíbe a "criação sôlta" de gado miúdo na zona Curimantaú nos Municípios de Areia, Serraria, Bananeiras e Araruna, excluídos os locais cercados e que se destinem a atividades agrícolas. (Evidentemente tal dispositivo só poderia constar da Constituição do Estado a que os municípios mencionados pertencem). O dispositivo, por sua objetividade, lembra com vigor certos problemas agrários e não se pode alegar que seja impróprio para texto constituicional. Verifica-se na maioria das cartas estaduais a ocorrência de textos dedicados a problemas e casos locais do mesmo modo que a Carta Federal tratou de coisas do algodão e dispôs sôbre fazendas no Estado do Piauí. O segundo dispositivo que assinalei na Carta Paraibana diz que "o Estado promoverá a extinção da mendicância...", afirmação de certa afoiteza mas relevante. No terceiro, passamos da economia agrária e da assistência social para as preocupações também modernas do planejamento. O texto torna "obrigatório o planejamento administrativo para cada período governamental" tanto do Estado como do Município. O interêsse do texto me parece duplo e tipicamente inovador. Enquanto as maiores preocupações da atualidade incidem sôbre planos econômicos, a Carta da Paraíba considera o planejamento de modo a envolver tôda a área "administrativa". E ao mesmo tempo exige plano para "cada período" de govêrno, não apenas para um setor ou para uma parte do período presidencial. Pode-se alegar a dificuldade que enfrentaria o governador eleito para elaborar um plano com o qual iniciasse seu próprio período de govêrno. Salva-se, no entanto, a idéia dos planos em sequência, ou seja, da planificação permanente no serviço público.

Voltamos a anotar problemas e casos locais, mais abundantes na Constituição de Pernambuco cujo capítulo "da ordem econômica" é dos mais amplos. Mesmo assim, foi necessário proibir o "despejo, nas águas internas, das caldas de usinas de açúcar..."; há na aludida carta uma referência ao "desenvolvimento do plano de atêrro dos alagados na capital..."; outra ao "combate à monocultura" enquanto no inciso XII do artigo 159 fica estabelecido que o Estado "incentivará a cultura do algodão". Seria interessante conhecer os motivos que determinam essa norma econômica tão específica, sabendo-se que o algodão é um típico produto de comércio internacional que nos tem deixado inermes entre dois gigantes.

II — ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA

As notas que extraí sôbre a organização da economia são insuficientes para dar uma impressão, mesmo panorâmica, do que as cartas estaduais preceituam sôbre a matéria. Ao tratar dos dispositivos que constam de uma só carta, dos dispositivos exclusivos ou singulares, já aludi ao da Carta do Estado do Ceará sôbre a reversão de serviços públicos sem indenização, bem como a certos textos dedicados a casos e problemas locais de caráter econômico. A impressão colhida na leitura das constituições estaduais é a de que seus autores, ao enfrentarem o capítulo da "ordem econômica" e outras seções atinentes a tal assento, pensaram mais na produção agrícola e no problema da terra. Em segundo lugar trataram do problema do crédito e frequentemente aludiram ao transporte, às cooperativas e a temas de menor porte. Em várias cartas deparam-se textos muito concretos sôbre aquisição e distribuição de terras os quais, se cumpridos, poderiam significar um bom comêço para a reforma agrária. Vários dispostivos, visivelmente destinados a facilitar a aquisição de terras por loteamento, são encontrados nos artigos que regulam os impostos territoriais e de transmissão. Mas embora saibamos que, em matéra de textos constitucionais satisfatórios o mais difícil no Brasil atual é conseguir sua aplicação, convém ressaltar que se a solução dos problemas da terra e da produção agrícola fôr retardada, não será por falta dêsses textos. Anotei promessas de "extinção do latifúndio" (textualmente) nas Constituições dos Estados de Minas, Rio de Janeiro e em algumas outras. A desapropriação de terras inaproveitadas e o respectivo aproveitamento são estabelecidos em várias cartas com êsses têrmos ou em têrmos semelhantes, a começar pela do Estado de S. Paulo. A Constituição Fluminense chega a mencionar uma definição de latifúndio que é a seguinte: "propriedade extensa da qual somente um têrço, ou menos, da área aproveitável está utilizado com rendimento suficiente". Uma outra carta contém texto muito semelhante a êsse, apresentando a terceira definição de coisa ou fato que encontrei nas cartas estaduais, sendo a primeira, já referida, a do fato "município" na constituição alagoana. Pode-se aceitar ou recusar as três definições mas tem-se de admitir que em várias assembléias constituintes o assunto município e o assunto latifúndio dispuseram de vozes fortes e insistentes para fazê-los sobrenadar. A frase "fixação do homem ao campo", hoje muito em moda, vem com tôdas as letras em várias cartas. Anotei-a nas de Paraíba, Pernambuco, etc. e algumas delas mencionam as medidas que, segundo seus autores, devem ser adotadas para fixar o camponês ao campo e extinguir o latifúndio, tendo em vista elevar a produção agro-pecuária.

Muito menor foi a preocupação demonstrada pelo desenvolvimento da produção industrial. Pouco mais se encontra que isenções de mpostos durante certo número de anos. A Carta do Ceará determina o fomento à indústria de óleos; a do Espírito San-

to concede isenção de impostos por dois anos às indústrias novas que empregarem matéria prima do Estado (artigo 9.º das Disposições Transitórias) e assim por diante, sempre se insistindo no aproveitamento da matéria prima estadual. O crédito, tratado com frequência, aparece, principalmente destinado às atividades agro-pecuárias. Na Carta Sergipana encontrei normas sôbre crédito e empréstimo nada menos que seis vêzes. Salta aos olhos o interêsse que os sergipanos demonstraram pela distribuição de capitais dentro do Estado. Mas esqueceram de referir no ato das Disposições Transitórias algo sôbre a desobstrução da barra de Aracaju, o velho problema das dragas.

Duas constituições — as do Ceará e do Rio de Janeiro — fazem referência expressa ao "combate à saúva", sendo que no Ceará o combate deve ser "permanente e obrigatório". Ao lado dêsse justo mandamento constitucional de combate ao antigo flagelo do lavrador brasileiro, surgem, repetidos em várias cartas, como motivo musical, dispositivos denunciadores dos efeitos de um flagelo, mais recente, o da inflação. Um dêles pode parecer matéra imprópria para texto constitucional, mas veja-se como, apesar disso, é básico. Está no artigo 138 da Carta Fluminense: "manter em justo nível os lucros sôbre tecidos e gêneros de primeira necessidade...". O outro dispositivo, amortecedor dos efeitos da inflação, é muito mais frequente; manda rever as aposentadorias sempre que os vencimentos dos funcionários em exercício forem modificados em razão de alteração no poder aquisitivo da moeda. Essa regra consta de várias cartas, entre as quais as de Alagoas (art. 142), Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco (sem referência à alteração no poder de compra da moeda), Rio de Janeiro (art. 118) e São Paulo (art. 95).

Outro dispostivo merecedor de registo é o que proíbe a cláusula de pagamento em ouro ou moeda estrangeira em contratos e concessões. Na Carta do Ceará proíbe-se o pagamento em moeda estrangeira, devendo os concessionários de "privilégios" concorrer com 10% de sua renda líquida para o fomento agro-pecuário. As dos Estados de Pernambuco e Bahia proíbem projetos de lei que estabeleçam cláusula cambial ou em ouro para remuneração dos serviços públicos, concedidos ou não. Dois dispositivos da Constituição do Amazonas chamam a atenção por seu conteúdo expressivo. São duas alíneas do artigo 116. A alínea "b" focaliza as "indústrias com base no aproveitamento das florestas", lembrando a selva como matéria prima. Na alínea "f" já não se trata apenas de aproveitar a riqueza florestal do vale mas de regulamentar a "exploração das seringueiras, castanheiras, etc. O que a Assembléia e o govêrno amazonense vão realizar no período de seu mandato não é fácil prever, apesar dessa autorização constitucional para regulamentar a exploração de seus produtos extrativos. E recorde-se que a carta amazônica criou uma Comissão de Planejamento da Produção, cujas funções a lei deve estabelecer (artigo 146).

Neste setor notamos ainda a frequência de disposições constiturionais sôbre a eletrificação e sôbre as pesquisas científicas. E terminamos o capítulo com a transcrição do artigo 88 da Constituição do Estado do Pará, dos que mais sugerem aos juristas algumas páginas de comentário interpretativo, como se observa de seus têrmos:

> "Nas suas relações com as emprêsas privadas, o Estado deverá considerar o capital não como instrumento produtor de lucro, mas como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo."

Sabendo-se que tôdas as emprêsas privadas têm relações permanentes com o Estado (tributos, fiscalização, etc.), seria interessante conhecer qual a verdadeira intenção dos constituintes amazonenses ao votarem essa nomra.

III — TEXTOS COMUNS A VÁRIAS CARTAS

Como se depreende da variedade de temas atuais a que venho aludindo o comentador das constituições estaduais disporá de rico material para sua tarefa, não precisando limitar-se ao campo jurídico da interpretação ou do "espírito" dêsses textos básicos. O campo da economia, o da finança e da assistência social bastarão para encher alguns volumes. Creio que as dúvidas surgidas sôbre a aplicação aos Estados de textos da Constituição Federal levaram certa perplexidade a algumas constituintes estaduais. Por êsse motivo e certamente pela própria preferência dada às normas federais, encontram-se transcritos nas cartas estaduais com grande frequência textos e até capítulos quase completos da Carta da União. Entre outros anotei os relativos ao orçamento, às atribuições dos Tribunais de Contas, às dotações para cumprimento de sentenças judiciárias, à necessidade de autorização no orçamento para a cobrança de impostos, etc. Em algumas cartas a transcrição vem letra por letra, noutras ocorrem variações verificando-se que a carta nacional inspirou o debate e o voto dos legisladores estaduais mesmo em matéria de exclusiva competência estadual. Vou referir, de um modo geral, repetidas ou não da Car-

THORNYCROFT
MECÂNICA E IMPORTADORA S.A.

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 405
Telefone: 22-7776

★

Ambulâncias — Automóveis — Caminhões — Postos de Lubrificação — Aparelhos para Pintura — Tintas e Vernizes — Instalações para Garagem — Filtros para Óleo — Motores Elétricos — Rolamentos — Mancais — Eixos, Polias, Correias em "V" — Lanchas, Motores Marítimos — Instrumentos Náuticos — Aviões — Instrumentos para Aviação — Cavalos Mecânicos e Reboques — Magnetos, Velas e Baterias.

★

ALMOXARIFADO: R. Antunes Maciel, 40/48 Tel. 48-8226
SÃO PAULO Rua Pedroso, 238 Telefone 7-5866
ALMOXARIFADO: R. Marquês de Abrantes, 102 Tel. 25-5313

ta Federal, disposições e regras comuns a várias Constituições Estaduais.

Proibição de despesa sem receita — E' um dos textos mais repetidos, dando a entender que os legisladores pretenderam condenar em definitivo a promulgação do orçamento com "deficits" e de créditos adicionais sem o respectivo recurso. Sou pessimista quanto ao cumprimento dessa norma, pelo menos no que toca aos créditos adicionais. Nada foi feito até hoje sôbre os saldos dos créditos especiais trasnferidos para o exercício subsequente ao da abertura.

Proibição de aumento de impôsto superior a 20% sôbre a taxa ou tabela vigente ao tempo do aumento — Além de outras cartas, a da Paraíba contém essa proibição que não me parece das mais felizes. Não porque o aumento de 20% seja exíguo mas porque vai dar ocasião a interpretações capciosas, principalmente nos casos de reformas tributárias, substituições de tributos, etc.

Sôbre Fiscalização Financeira — Neste assunto as cartas estaduais seguiram a orientação da Carta Federal mas em vários pontos os constituintes procuraram e encontraram trilhos diferentes. Não se nota aqui a repetição quase letra por letra ocorrida no capítulo sôbre o conteúdo do organização do Tribunal de Contas adicionais. As próprias funções e a organização do Tribunal de Contas nem sempre são as constantes da Constituição Federal. No Estado do Ceará foram dadas "atribuições técnicas de caráter econômico e financeiro" àquele órgão cujo presidente pode ser convocado pela Assembléia Legislativa para "prestar informações". Pos êsse dispositivo se compreende que os constituintes cearenses ampliaram as funções do Tribunal de Contas em escala considerável fazendo dêle, além de órgão de julgamento, órgão de consulta para as matérias de organização econômica e financeira. E não só da organização da economia estadual mas igualmente da municipal como se lê no texto que atribui ao tribunal funções de "orientação técnica das prefeituras", nos têrmos da lei. Fica assim o Tribunal de Contas do Ceará erigido em conselho de economia e provavelmente com algumas funções dos departamentos das municipalidades.

Outro setor em que algumas cartas estaduais inovaram em relação à federal é o da publicidade das contas do govêrno. Os constituintes mineiros não se contentaram com estabelecer como regra obrigatória a publicação dos balancetes das contas municipais. Segundo o inciso IV do artigo 89 da Carta de Minas, a publicação deve ser mensal e conter a "relação discriminativa dos pagamentos". Disposições semelhantes a essa encontram-se em outras cartas com resultados que podem ser apreciados por quem dispuser de recortes especializados de jornais do interior. Já tenho deparado nesses jornais com prestações de contas feitas diariamente, em publicações onde se lêem o "saldo do dia anterior", os pagamentos do dia e o saldo para o dia segunte. Pense o leitor no que seja uma "relação discriminativa dos pagamentos". Pode abranger apenas as quantias pagas segundo as consignações ou títulos do orçamento mas pode também abranger os nomes das pessoas a quem os pagamentos foram feitos.

Sôbre a fiscalização das contas também vale a pena citar a Carta de Mato Grosso que substituiu o Tribunal de Contas por uma Comissão Legislativa de cinco deputados. A mesma comissão que funciona nas férias parlamentares exerce as atribuições do Tribunal; examina balancetes, julga a legalidade dos contratos, registra créditos e dá parecer sôbre as contas anuais. No Estado de Alagoas em vez do Tribunal foi criado em "Conselho de Finanças" para auxiliar a Assembléia na fiscalização (art. 13).

Autarquias e Sociedades de Economia Mista — Tenho a impressão de que, consideradas em bloco, as Constituições Estaduais progrediram mas que a Federal. São mais atuais e levaram em conta temas que a Carta da União desconhece ou subestimou. Sente-se, por exemplo, que os constituintes estaduais compreenderam melhor o surto da administração autárquica no serviço público brasileiro. As referências a essa forma de administração estatal são nelas mas frequentes enquanto a Carta Federal, pelo silêncio ou a quase omissão, deixou entendido erroneamente que a autarquia é forma excepcional no Brasil de hoje. Minas adotou uma forma evasiva dizendo no artigo 34 que "a fiscalização financeira das autarquias e órgãos autônomos será feita na forma da lei." Êste é um dispositivo morto porque dizer que a fiscalização das autarquias deve ser regulada por lei é o mesmo que afirmar a necessidade de tal fiscalização, necessidade que não precisa ser afirmada. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro não deixou a matéria para a legislação ordinária, reconhecendo assim seu caráter fundamental. Na Carta do Estado do Rio lê-se que os orçamentos e as contas dos "órgãos autônomos" são submetidos à Assembléia Legislativa (artigo 40, incisos IX e X). Na do Rio Grande do Sul foi dada competência exclusiva à Assembléia para "aprovar

Almeida Comércio e Indústria de Ferro Ltda.

SUC de L. B. de ALMEIDA & Cia.

RUA DOS ARCOS, Ns. 28 - 42

FUNDIÇÃO DE FERRO E OUTROS METAIS — OFICINAS MECANICAS EM GERAL — FOGÕES A GÁS E LENHA MARCA "PROGRESSO" — PRENSAS PARA LADRILHOS E ESCRITÓRIOS — CADEIRAS para DENTISTAS Almeida Pinho — CADEIRAS para BARBEIRO — BANCOS para JARDIM e BENGALEIROS de ferro fundido em ornatos.

IMPORTADORES DE:

CHAPAS DE FERRO PRETAS, GALVANIZADAS E' CORRUGADAS PARA PORTAS — FERRO EM BARRAS — VERGALHÕES — CANTONEIRAS — T — U E EIXOS PARA TRANSMISSÕES

TRANSMISSÕES — TUBOS DE FERRO GALVANIZADOS, PRETOS, VERMELHOS, E DE AÇO PARA CALDEIRA

TELEFONES: ARMAZÉM — 22-0409 — 22-1718 — 22-2748 — 22-1584
ESCRITÓRIO TÉCNICO — 42-4675
CONTABILIDADE — 22-1342 — 22-2549

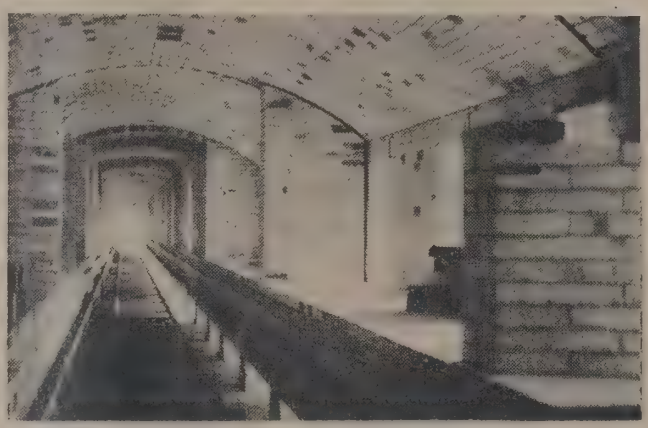
o orçamento das autarquias estaduais".

Sôbre as sociedades de economia mista, os textos são muito mais raros e pode-se dizer que, a exemplo da Carta Federal, tudo ficou para depois. Tais sociedades realizam programas do poder público mas continuam funcionando à maneira das emprêsas concessionárias de serviços públicos, à margem dos órgãos legislativos. Só encontrei sôbre o assunto um dispositivo digno de registro. E' o da Constituição do Estado de São Paulo que submete à aprovação da Assembléia Legislativa "a indicação dos diretores das sociedades de economia mista". E não é provável que as Constituições do Rio Grande do Norte, do Piauí e do Maranhão, que não cheguei a compulsar, tenham melhorado êsse tema quente da administração estatal.

IV — PLANOS SEM PLANIFICAÇÃO

Neste assunto de indisfarçável atualidade, as recentes Constituições Estaduais não pecaram pelo silêncio como ocorreu com a administração das emprêsas de economia mista e outros temas fundamentais. Já referi que nessa matéria os autores da Constituição Capixaba não abusaram da extensão, só fazendo ma referência ao assunto, mesmo assim apenas para instituir um plano específico parcial. Referi também os planos por "período governamental" ou sejam os planos quadrienais prometidos na Constituição do Estado do Ceará. Mas as notas mais concretas que tomei sôbre êsse assunto são: uma da Carta do Estado de Sergipe sôbre programa anual de administração municipal; outra da Carta Paulista tornando obrigatória a planificação de todos os futuros empreendimentos do Estado (art. 146); e o dispositivo da Constituição Gaúcha que manda submeter à Assembléia Legislativa a aprovação dos "planos de obras e serviços do Estado". Como é fácil de observar, aí estão três normas inteiramente distintas. A idéia de plano no sentido de programa ou apenas no sentido de grupo de medidas atinentes a certos objetivos, essa idéia é exposta na maioria das Cartas Estaduais. Em algumas sua presença se repete nos capítulos da "ordem econômica", da educação e da saúde de modo insistente e até desnecessário. Mas a regra do planejamento geral, com sentido de plano geral a prazo longo, só encontrei na Constituição do Estado do Ceará no texto já aludido. Mesmo aí o que se compreende é um mandamento constitucional sôbre um plano administrativo, isto é, das obras e serviços do Estado. A planificação econômica, incluindo a produção e a distribuição, por particulares e pelo Poder Público, não consta de nenhuma Carta Estadual, de modo taxativo. Nenhuma delas proíbe a planificação geral mas se alguma o recomenda ou preceitua é em têrmos que exigem certo esfôrço de interpretação.

O que me pareceu interessante no texto da Carta Sergipana foi o mandamento sôbre o programa anual de administração. E' notório que um plano de serviços estatais deve ser integrado por programas anuais e que, quando o Estado não dispõe de plano, deve elaborar pelo menos um programa anual de seus serviços. Êsse programa é o que o orçamento deve traduzir em moeda e, se êle não existe, o orçamento não passa de um aglomerado de dotações sem sistema e objetivo centrais definidos. Aparentemente os constituintes sergipanos andariam mais acertados se prometessem planos a prazo longo, como fizeram os constituintes de outros Estados, porque os planos a prazo longo também podem ser distribuídos em fases anuais. Mas cumpre ressaltar que só encontrei a idéia de programa anual



FORNOS TUNEL "ALLIED", FORNOS PERIÓDICOS, SECADORES E INSTALAÇÕES PARA INDÚSTRIAS CERÂMICAS

★

MAÇARICOS, VENTILADORES, BOMBAS E INSTALAÇÕES COMPLETAS PARA QUEIMA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL

★

Os conhecimentos da nossa seção técnica são o resultado da larga experiência adquirida por Ferro Enamel Corporation, E.U.A. no mundo inteiro.

★

FERRO ENAMEL S. A.

Rua Marconi, 23 - Caixa Postal 2948 - SÃO PAULO BRASIL

na Constituição de Sergipe. O próprio texto paulista, embora mais amplo, não institui nem programa anual nem plano geral. Transcrevo integralmente o texto da Carta Paulista para melhor compreensão:

"Art. 146 — Nenhum empreendimento do Estado poderá ter início sem prévia elaboração de plano, do qual obrigatoriamente constarão:

a) — a conveniência do empreendimento para o interêsse comum, inclusive quanto à oportunidade;

b) — os pormenores para sua execução;

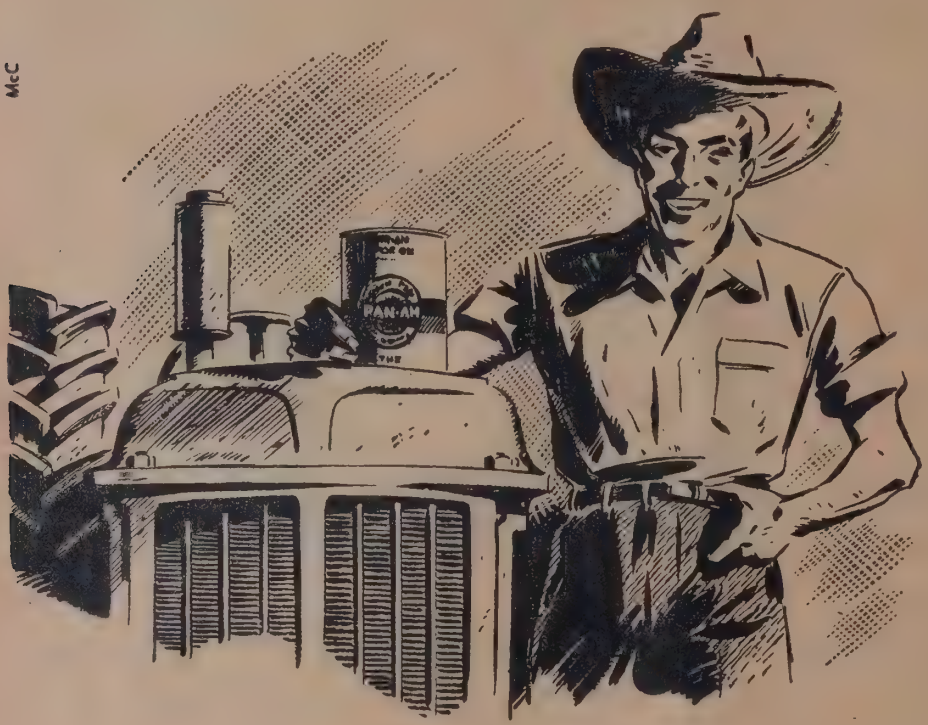
c) — os recursos com os quais serão pagas as respectivas despesas;

d) — os prazos dentro dos quais deverá ter início e estar concluído com a respectiva justificação.

§ único — Tais empreendimentos não poderão ser interrompidos, suspensos ou alterados sem prévia autorização da Assembléia."

O que se depreende dêsse texto é a intenção de que cada obra ou serviço relevante seja projetado segundo a técnica do planejamento. Os itens "a" a "d" são regras de planejamento enquanto o parágrafo único submete à Assembléia Legislativa a interrupção e a alteração dêsses planos parciais. Nesse parágrafo único é que, a meu ver, está o ponto marcado pelos paulistas porque não havia necessidade de incluir no texto constitucional regras de planejamento. Faltou aos paulistas completar a vantagem obtida com o artigo 146, isto é, subordinar à Assembléia à própria aprovação dos planos. Em um regime como o nosso em que a política econômica e social deve ser estabelecida pelos delegados do povo, tanto os planos de obras e serviços de vulto como a interrupção e a alteração dêsses planos devem ser submetidos à aprovação do Poder Legislativo. O que faltou na Carta Paulista vamos encontrar na do Rio Grande do Sul que dá competência à Assembléia para "aprovar os planos de obras e serviços do Estado". Mas os gaúchos por sua vez não submeteram as interrupções e as alterações ao seu Poder Legislativo. Gaúchos e paulistas ficaram empatados, com uma vantagem para os primeiros. Tem-se a impressão de que a Carta Paulista, no parágrafo único do artigo 146, visa um objetivo de fiscalização enquanto os rio-grandenses, influenciados pela idéia de govêrno parlamentar, procuram trazer para sua Câmara de Representantes o que de direito lhe compete. Seria êste também o motivo por que a Carta do Rio Grande do Sul mandou subordinar à Assembléia a aprovação dos orçamentos das entidades autárquicas, conforme aludi anteriormente.

Outras disposições sôbre planos e sua subordinação ao estudo e voto das Câmaras poderiam ser citados, mas de relevância menor. A Carta do Ceará dá competência à Assembléia para "resolver sôbre a execução de obras e a manutenção dos serviços a cargo do Estado". Ainda a Carta Sergipana (art. 34, n. 10) menciona a organização de "planos econômicos de solução de problemas estaduais". E em vários capítulos, sobretudo nos de ordem econômica, da educação e da saúde são inúmeras as referências aos planos parciais e específicos, locais ou emergentes.



OS OPERADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS SABEM —

... que o atrito é o maior inimigo das máquinas e tratores. E sabem tambem que, para evitar o atrito, os óleos e graxas PAN-AM possuem os requisitos de alta qualidade e grande rendimento. Faça o que fazem os entendidos — proteja sua maquinaria agrícola com lubrificantes PAN-AM.

PAN-AM

THE CALORIC COMPANY

Crédito Cooperativo

Discute-se no Congresso Nacional a questão do crédito cooperativo. Três projetos concentram as atenções, todos da maior importância, uma vez que versam assunto de relêvo para a economia nacional, sabido o papel que o cooperativismo pode desempenhar como estímulo à produção e solução econômica.

O autor, conhecido técnico em cooperativismo, Sr. Waldiki Moura, ex-diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo na Bahia e especialista da Caixa de Crédito Cooperativo, tendo deposto perante a comissão da Câmara, analisa os três projetos e dá sua opinião.

Tempo de leitura: 17 minutos.

Waldiki Moura

HA' alguns meses a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados vem dedicando atenção ao plano de reforma da Caixa de Crédito Cooperativo, autarquia especializada do Ministério da Agricultura. Pode avaliar-se a importância do assunto, pelo número dos projetos, emendas e proposições apresentados por vários representantes, que têm fixado o problema sob os mais variados aspectos, defendendo teses que consideram ajustadas à solução satisfatória do problema.

O debate tomou tais proporções, que justifica, plenamente, uma revisão crítica das suas diversas tendências, que a seguir formularei, dividindo-a em três partes: 1) o projeto do Sr. Gercino de Pontes; 2) o substitutivo do Sr. Piza Sobrinho; e 3) as emendas e sugestões apresentadas pelos Srs. Dioclécio Duarte, Aloísio de Castro e outros, no curso dos debates.

1 — O PROJETO GERCINO DE PONTES

Êste projeto baseia-se nas disposições do decreto n. 5.893 de 19 de outubro de 1943, que criou a Caixa de Crédito Cooperativo, tendo de inovador o seguinte: 1.º) a substituição da atual designação pela de "Banco Nacional de Crédito Cooperativo"; 2.º) a realização do capital mediante abertuar de crédito, desprezando o critério da emissão, previsto naquele decreto, que aliás nunca fôra cumprido, de vez que os dois créditos parciais concedidos o foram por decretos especiais; 3.º) a permissibilidade de operações até o limite de Cr$ ..... 20.000,00 sem demonstração prévia de sua aplicação; 4.º) a eleição da diretoria do Banco pelas cooperativas de crédito. No mais, manteve tudo que o decreto n. 5.893 consagrara e posteriormente fôra desdobrado no Regulamento da Caixa.

Analisarei êsses pontos, na ordem indicada.

1) — Os Estados que adotaram, como serviços próprios, o crédito cooperativo especializado, o fizeram sempre na base de absoluta autonomia e eficiência, atribuindo-lhe todos os encargos de uma entidade bancária, que opera nos limites de um setor fixado. Neste ponto, o Brasil seguiu a mesma diretriz, criando sua organização de Estado, através do já citado decreto n. 5.893.

Desde o princípio discutiu-se a impropriedade da designação de Caixa, não só porque iria realizar tôdas as

ARROZ

No Rio Grande do Sul, a Cooperativa Risícola Cachoeirense Ltda. tem grandes instalações, como nos mostra a fotografia do seu estabelecimento industrial.

ALGODÃO

Esta pirâmide de sacos de caroço de algodão foi fruto do trabalho de associados da Cooperativa Agrícola da Fazenda Ticté, no Estado de São Paulo.

COTIA

Um dos maiores e mais movimentados estabelecimentos cooperativos do Brasil é a Cooperativa Agrícola de Cotia. As fotos acima são de um seu depósito urbano e da seção de vendas.

complexas funções de um banco, como também porque seu nome se prestaria a confundir a instituição com outras homônimas, dedicadas à economia popular ou à previdência social.

A objeção mais importante, entretanto, era a que invocava a sistematização do crédito cooperativo internacional, alegando que o Brasil não deveria fugir à nomenclatura adotada pelos países que lhe antecederam na organização dêsse serviço. Evidentemente, não se trata de matéria acessória, mas de atender à definição universal, que permite o estabelecimento de uma classificação uniforme, através da qual se apreenda o verdadeiro sentido e teor da instituição. Dir-se-á que o assunto é de importância secundária, mas a verdade é que os serviços oficiais o upara-estatais, em todo o mundo, estão convergindo para uma uniformidade que também atende exigências de ordem técnica. Concordo que a Caixa não será mais eficiente por tomar o nome de Banco, mas a dúvida suscitada entre nós, mesmo entre ilustres parlamentares, sôbre sua importância e finalidades, não teria mais razão de existir.

Se não prevalecessem razões de ordem técnica para chamarmos às instituições pelos seus verdadeiros nomes, teríamos visto um critério variável na própria reforma bancária que ora se discute na Câmara. O que me parece impróprio é reconhecermos a procedência e acêrto da designação, por exemplo, de "Banco" a uma sociedade anônima de economia mista, de que a União participa, constituída com o capital de 100 milhões de cruzeiros — enquanto damos a designação de simples Caixa a uma autarquia da União que realiza tôdas as operações bancárias e que possui o capital três vêzes superior ao seu. Não cuido de equiparar suas funções, por ser a Caixa um órgão especializado, que só age dentro do movimento cooperativo nacional; nem de comparar sua importância bancária, porque, evidentemente, o Banco do Brasil tem infinitos recursos para suprir a escassez do seu capital constitutivo (inclusive as disponibilidades da própria Caixa, a êle obrigatoriamente recolhidas) — o que resulta num colossal movimento financeiro que quase satura o país.

Prefiro, antes, salientar a tendência predominante na reforma bancária, quando aos diversos órgãos especializados, que vão atuar em limitado setor com a CCC, concedeu-se a designação apropriada de bancos desta e daquela categoria, o que não exclui uma hierarquia na importância financeira e funcional. A tendência brasileira, pois, tem sido a de uniformizar, adotando a nomenclatura e a classificação prevalecentes em outros países.

Quanto ao crédito cooperativo de Estado, a orientação internacional tem sido uniforme. Os Estados Unidos mantêm seu "Bank for Cooperatives" sediado em Washington, com as 12 agências regionais disseminadas pelo interior do país. A Rumânia possui seu "Banco Central Cooperativo". A União Soviética mantém sua organização estatal — o "Coop-Bank". O México recentemente organizou seu "Banco Nacional de Fomento Cooperativo". Outros países seguiram o mesmo caminho, adotando sempre a designação de Banco, embora sua constituição ora seja estatal, ora com a participação das cooperativas.

Neste particular, o projeto Gercino de Pontes inspirou-se em boas fontes de salutar precedência, buscando integrar a organização brasileira de crédito especializado na categoria universal do sistema. É tão acertado, que o ilustre Sr. Deputado Piza Sobrinho, estudioso e entusiasta do sistema, o perfilhou em seu substitutivo.

2) — A exigência do art. 106, § 2.º do decreto n. 5.893 nunca se cumpriu, porque jamais houve emissão para o fim expresso de realizar o capital. Constituída com 300 milhões, a Caixa, até o momento, recebeu, apenas um têrço do seu capital, em duas parcelas de 50 milhões cada, conforme créditos especiais abertos com os decretos ns. 7.448 e 22.960, respectivamente, de 9-4-45 e 18-4-47. Não acredito que a entrega do saldo pelo mesmo critério da abertura de crédito especial ou pela dotação orçamentária, sejam de natureza condenável, tanto mais por ser evidente o propósito do govêrno em não emitir papel. Para a instituição é indiferente o processo, cabendo aos financistas da Comissão adotarem o critério que melhor corresponda aos interêsses nacionais abarcados em conjunto.

3) — O projeto estipula que, até

PECUARIA

A pecuária é objeto de uma curiosa cooperativa existente na Bahia, de cuja exposição anual temos uma vista na foto da direita. A outra é da Cooperativa Mista de Pompéia, São Paulo.

o limite de 20.000 cruzeiros, a instituição deve dispensar o demonstrativo da aplicação. Acredito que a intenção do legislador seja a de poupar aos pequenos produtores o ônus da avaliação e dar maiores facilidades ao negócio. Levemos ainda em conta que a CCC é uma organização bancária especializada. Ela deve atender aos princípios basilares da doutrina cooperativista, estruturada na confiança mútua e no estímulo às qualidades morais dos indivíduos. E' sob êsse aspecto que alguns tratadistas e socialistas consideram o cooperativismo como um sistema de reforma social.

4) — O ponto mais controvertido do projeto é o da eleição da diretoria pela assembléia das cooperativas de crédito. Fui dos primeiros a sair em campo, pelas colunas da imprensa, opondo argumentos baseados em números. Dentre as 2.716 cooperativas de tôdas as categorias existentes no país, apenas 315 são de crédito, ou sejam, aproximadamente 11% da totalidade. Conferir tal privilégio a uma escassa minoria, seria anti-democrático, além de que a CCC, efetivamente, não tem transigido com as sociedades desta categoria, por estar convergindo sua assistência para as de produção e consumo. O processo é ainda irrecomendável porque, pelo projeto Gercino de Pontes, o capital do Banco seria exclusivamente da União, que só poderia nomear o presidente; os demais diretores, em número de três, seriam eleitos por aquela minoria.

Nesse aspecto, o projeto é omisso, porque fala em "grupos de regiões econômicas afins", sem defini-las, e ainda sem levar em conta que muitas das cooperativas de crédito são de natureza urbana, sem maiores compromissos com a produção agrícola.

Em síntese, é a crítica que o projeto do Sr. Gercino de Pontes comporta.

O SUBSTITUTIVO PIZA SOBRINHO

Em essência, o substitutivo quer que a Caixa de Crédito Cooperativo transfira seu capital às cooperativas "de natureza não meramente cultural ou educativa", mediante cessão de ações do valor de mil cruzeiros, "sempre que elas pretendam adquiri-las". Logo que sete tenham possuído 51 por cento do capital, a diretoria do Banco convocaria uma assembléia de acionistas, e êle, automaticamente, se transformaria numa Cooperativa Central de Crédito, considerando-se os 49 por cento restantes como empréstimo forçado do govêrno, resgatável no prazo de 30 anos, em prestações anuais.

Todavia, antes mesmo de atingirem aquêle nível de participação no capital e de subscreverem qualquer ação, nos têrmos do art. 16, parágrafo 3.º ("no máximo até sessenta dias depois de sancionada a presente lei"), terão de ser convocadas para eleger os três diretores do Banco e respectivos suplentes, com mandato trienal. Cada diretor representará uma região geoeconômica, "em que fica dividido o território nacional: norte, centro e sul". A eleição far-se-á mediante a convocação das sociedades cooperativas "previamente escolhidas em assembléia geral extraordinária de cada uma das que, na respectiva região, estejam em funcionamento e legalmente registradas", para efeito de indicar seus delegados às grandes assembléias regionais, reunidas em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Vejamos, em rápida análise, o que teríamos a objetar, embora reconhecendo de antemão que o substitutivo, sob certos aspectos, melhorou sensivelmente o projeto inicial, especialmente quando permite que as cooperativas participem do capital de seu banco. Em outros detalhes, entretanto, não modificou favoravelmente.

Pretende o Sr. Gercino de Pontes, como vimos, que somente as cooperativas de crédito elejam a diretoria do Banco, mesmo sem participarem do seu capital. O substitutivo, consequentemente, é mais acertado e lógico, quando subordina o processo eleitoral à participação das cooperativas no capital da instituição, mesmo perque, de outra forma, seria inconcebível tal contrôle.

Os institutos de crédito cooperativo especializado, geralmente, são organizados com o capital do Estado, que assim procura atender à mais importante função do fomento cooperativo. Outros, entretanto, como o Banco Nacional de Fomento Cooperativo do México, abrem a subscrição de ações

às cooperativas, suas clientes potenciais ou ativas. O sistema norte-americano, compreendendo um Banco Central Cooperativo em Washington e doze agências regionais distribuídas pelo interior do país, com o capital global de US$ 150.000.000, dá uma participação transitória às suas clientes, na base de 5 por cento do valor do emprésaimo pretendido, para cada. Liquidada a operação, a cooperativa libera sua quota ou pode deixá-la como investimento permanente, se deseja; se a lei do Estado em que a cooperativa se localiza, proíbe tal aplicação, mesmo a título transitório, então toma o caráter de um depósito de garantia, na mesma base percentual. Mas o movimento cooperativo, aliás muito vigoroso, não participa da direção nem influi na nomeação da diretoria da instituição, que fica exclusivamente a critério governamental.

Está certo o ponto de vista do Sr. Piza Sobrinho, de dar participação às cooperativas no capital de seu banco. Acredito que essa vinculação dará mais consciência e responsabilidade ao movimento cooperativo nacional, ao mesmo tempo que atribuirá mais autoridade e eficiência ao órgão financiador. O mecanismo da participação, entretanto, é que me parece imperfeito, porque: 1.º) dá o contrôle da instituição às cooperativas dentro de 60 dias da promulgação da lei, mesmo que elas não tenham subscrito o capital; 2.º) transfere a propriedade da instituição às cooperativas, logo que sete sociedades tenham subscrito 51 por cento do capital; e 3.º) infringe a lei orgânica que rege o cooperativismo em nosso país, que só permite investimentos dessa espécie, com a aplicação de, no máximo, 50 por cento dos seus fundos de reserva.

Efetivamente o substitutivo é categórico, quando fixa a primeira eleição dentro do prazo máximo de 60 dias da promulgação da lei, sem condicioná-la à subscrição do capital. Seria mais lógico que a eleição só se realizasse quando tal formalidade mínima fôsse atendida. A participação das cooperativas no capital dêsse Banco, teria de ser progressiva e lenta, porque, nos têrmos da lei n. 22.239 de 19 de dezembro de 1932, art. 9.º, — "o fundo de reserva é destinado a reparar as perdas eventuais da sociedade e como tal deverá ser aplicado, pelo menos 50 por cento, em títulos de renda de primeira ordem, facilmente disponíveis, os quais deverão ter na escrituração conta especial". As cooperativas não disporiam de outra fonte para adquirir as ações de capital do Banco. Segundo a última apuração estatística realizada pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, o fundo de reserva das cooperativas atinge aproximadamente a 30 milhões de cruzeiros. Admitindo-se a limitação legal da aplicação de 50 por cento e também que tais fundos estivessem imobilizados ou disponíveis, à espera de aplicação, é fácil ver que tôdas elas não poderiam subscrever mais de 15 milhões de cruzeiros do capital de 300 milhões que a Caixa titularmente possui.

A verdade, porém, é que o fundo de reserva das nossas cooperativas está totalmente invertido e aplicado, com grave infração da lei vigente; são comuns e inúmeros os casos de não terem reserva para cobertura dos prejuízos de exercício, quando êles se verificam. Se isso acontece com êsse fundo legalmente estabelecido, que dizer, então, de outros recursos, mesmo admitida a hipótese de sua aplicação em tal investimento? Nossas cooperativas, exceção de casos raríssimos, são financeiramente débeis, apresentam defeitos alarmantes de estrutura, bastando estabelecer a relação entre o volume ridículo do capital realizado, que deve orçar por uns 120 milhões de cruzeiros, conforme última apuração feita pelo Ministério da Agricultura.

Vemos, portanto, a impossibilidade legal e financeira das cooperativas darem cumprimento ao dispositivo proposto, impossibilidade que não deve, entretanto, impedi-las de participar do capital do Banco, na medida justa e possível.

O processo eleitoral preconizado apresenta ainda maiores inconveniências, por vários motivos. Dúvida não há de que seria o melhor sistema, mais democrático e mais justo, de permitir a influência das cooperativas no funcionamento do seu banco. Entretanto na generalidade dos casos, as assembléias das cooperativas só se reunem em terceira convocação e com qualquer número. Como diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo em meu Estado, tive muitas vêzes oportunidade de ver tais reuniões, em que as deliberações eram tomadas por escasso número de associados, sem ponderável expressão no quadro social; algumas vêzes tive de influir, com a ponderação e o conselho, para evitar que assembléias deliberassem em terceira convocação com três e quatro membros, que nem sempre (para acentuar o paradoxo), eram os diretores da sociedade!

De certo objetarão que isso ocorria na Bahia, mas devo informar, baseado em autorizada opinião emitida pelo Sr. Luís Amaral, antigo diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo de São Paulo, constantemente invocado pelo eminente Deputado Sr. Piza Sobrinho, que, "exatamente em Pernambuco e na Bahia é que o cooperativismo está hoje mais avançado, mais cientificamente organizado e, sobretudo, mais esteiado, pois firmado na educação, na divulgação de conhecimentos e feitos". (Do seu artigo "Valores ao Norte", publicado em 1945 na imprensa paulista a baiana).

Longe de mim o propósito de subestimar a expressão do movimento cooperativo paulista, a cujo esfôrço, em várias oportunidades, tenho prestado o tributo da minha homenagem, mas aqui tenho dados atualizados obtidos no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura. Em São Paulo existem 654 cooperativas, das quais 124 são escolares, portanto "meramente culturais ou educativas", categoria que as exclui da participação no capital do Banco, nos têrmos do substitutivo. Ficará, então, o saldo de 530 cooperativas econômicas. Do total de 654 (incluindo, portanto, as 124 escolares), somente 241 estão regularmente funcionando, por isso que somente estas enviam normalmente, ao órgão fiscalizador, seus balancetes mensais, balanços e relatórios de exercício. Isso quer dizer, que apenas 37 por cento das cooperativas de tôdas as categorias (inclusive as escolares), em São Paulo, estarão regularmente funcionando. Êsse quadro, entretanto, apesar de sua precariedade, deve ser considerado favoravelmente, porque nos demais Estados talvez a situação não seja melhor. No conjunto nacional, as conclusões são ainda mais desprimorosas, bastando dizer que na apuração estatística de 1942, somente 53 por cento das cooperativas enviaram regularmente seus documentos de contabilidade ao órgão fiscalizador, sendo de notar que no exercício anterior, a proporção foi de 48 por cenao!

Sei medir a probidade técnica, para não me emaranhar em simples exortações demagógicas. Estou convencido de que o nosso movimento cooperativo ainda não atingiu sua maturidade, para apossar-se duma organização financeira de âmbito nacional e fazer a equitativa distribuição do

crédito. Ocorrera, ainda perguntar — uma vez que a subscrição de capital seria facultativa — que órgão iria financiar as cooperativas que ficassem de fora, já que o substitutivo visa transformar a autarquia numa cooperativa central? Em virtude de sua categoria, a Cooperativa Central de Crédito só poderia financiar às suas filiadas.

Em rápida análise, esta é a situação funcional das cooperativas. Vejamos o processo eleitoral preconizado. O autor do substitutivo dividiu o território nacional, para êste efeito, em norte, centro e sul. Se o critério fôsse geográfico, haveria omissão de outros pontos cardiais e seria preferível adotar a nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que vem sendo uniformemente usada em tôdas as publicações oficiais do país. Além do mais, Norte, Centro e Sul são abstrações geográficas sem limites definidos, dificultando o agrupamento dos Estados; o substitutivo fala em regiões geo-econômicas, mas é anti-científico considerá-las apenas como extensas continuidades territoriais localizadas ao norte, ao centro e ao sul. A rigor, uma região geo-econômica pode interferir em outras latitudes, avançar por outros quadrantes geográficos. Não é a continuidade territorial que dá o sentido e caráter de região geo-econômica a qualquer área considerada, porém suas relações de riqueza e possibilidade econômica.

O projeto deveria, antes, fixar regiões eleitorais, segundo um critério que considerasse a distribuição geográfica, o volume dos associados e a significação econômica do movimento cooperativo em cada Estado. Fora daí é arbitrário qualquer critério, exceto o de estabelecer eleições parciais para cada Estado.

Como está no substitutivo, o processo é impraticável. Teríamos de levar delegados da Amazônia, do Maranhão, do Piauí, do Ceará, para votarem na assembléia regional de Recife. Ao Rio de Janeiro teriam de vir os mineiros, os goianos, os mato-grossenses, os acreanos. Em São Paulo teriam de votar os delegados gaúchos, os de Santa Catarina e Paraná. Levantar-se-iam dúvidas: Bahia e Espírito Santo, que não são norte nem sul, onde votariam? Quem conhece a realidade das cooperativas nacionais, tanto do ponto de vista financeiro como educativo, e ainda as naturais resistências que ao homem do interior oferece um sistema deficiente de transportes como é o nosso, estranhará o processo preconizado pelo Sr. Piza Sobrinho.

Outras contra-indicações vejo neste substitutivo. A taxa dos empréstimos é arbitrariamente reduzida do máximo de 6 por cento para 4 por cento, sem consulta aos interêsses da instituição. Não resta dúvida de que a taxa dos financiamentos deve ser a mais baixa possível, porém não é justo que a organização, tendo de pagar sôbre os depósitos que recebe, taxas que variam de a 4 a 6% a/a, e de recolher, obrigatoriamente, suas disponibilidades ao Banco do Brasil com a compensação de 1 a 2%, possa reduzir a taxa de empréstimos para 4%, sem grave perigo de desmantelar o sistema e levá-lo a um fracasso total. O substitutivo, subvertendo a essência institucional do crédiao cooperativo especializado, quer que o Banco "opere com "terceiros alheios às atividades cooperativas", generalização que naturalmente beneficiaria os próprios adversários do sistema e demonstraria a desnecessidade de serem constituídas cooperativas em nosso país.

AS EMENDAS DIOCLÉCIO DUARTE

Minha apreciação crítica do substitutivo não vai a ponto de invalidá-lo, pois nêle reconheço medidas salutares, coisa que como estavam, os artigos 1.º, 2.º e respectivo parágrafo, 3.º, 4.º, 7.º, 9.º, 11, 12 e parágrafo, 14, 15, 16, 18 e 19; emendando, sem alterar a essência dos parágrafos do art. 7.º e dos artigos 8.º e 10.º. Os artigos emendados reduzem-se, assim, aos 5.º, 13 e 16, suprimindo-se os de números 6 e 17.

As emendas do Sr. Dioclécio Duarte visam modificar o critério da formação do capital pelas cooperativas, pois também reconhece a vantagem e necessidade delas participarem; contorna o processo eleitoral, estabelecendo outro critério, que não exclui a presença dos cooperativistas na diretoria do Banco; e faculta uma variação de tipos de furos, de modo a preservar a instituição contra os males de um possível desequilíbrio de balanço financeiro. Êsses são os pontos essenciais das emendas oferecidas e que a seguir analisarei.

Considerando a debilidade financeira e mesmo a impossibilidade legal das cooperativas subscreverem, em futuro próximo, a totalidade do atual capital da Caixa, a emenda estabeleceu um critério mais razoável: o capital se elevaria de 300 para 500 milhões, participando a União com seu capital atual, ou sejam 60%, e as cooperativas com os 200 milhões do acréscimo, ou sejam 40%. Para a subscrição dêsses 40% pelas cooperativas, de certo prevaleceriam os motivos que aleguei, subordinados à limitação legal e à precariedade dos seus recursos; mas a instituição marcharia normalmente, sem qualquer perturbação, com a vantagem de permitir uma participação tão indefinida quanto elástica, das cooperativas existentes e por se organizarem, no capital do seu banco.

A presença do Estado, dentre outras razões, seria justificada pela necessidade de dar continuidade de funcionamento à instituição, além de agir, pela ação catalítica, para que não prevaleçam estreitos critérios regionalistas ou de grupos. A presença do Estado ainda se justifica por dois principais motivos: 1.º) a necessidade de garantir os depósitos confiados à instituição, na mesma base da Caixa Econômica Federal; e 2.º) porque seria justo impedi-lo de realizar a mais importante função de assistência e fomento ao cooperativismo nacional, função a que outros países não renunciaram. No que respeita às obrigações da União, seria mantido o que existe, pois a emenda não exige que ela dê mais do que já foi estipulado no decreto que criou a Caixa. Parece-me que o critério estabelecido na emenda visa conciliar a tendência estatal de disciplinar o crédito cooperativo com a corrente que defende a justa participação das cooperativas no capital de seu banco.

Volto a dizer que não excluo, do plano, o critério eleitoral defendido pelo substitutivo, achando-o, apenas, impraticável. A emenda do Sr. Dioclécio Duarte obriga o Presidente da República a escolher, pelo menos, dois diretores "dentre os elementos militantes ou identificados com o movimento cooperativo nacional". Seria uma primeira etapa na evolução do sistema, até que êle atingisse a tão elevado nível econômico e educacional, que pudesse permitir a consulta direta ao eleitorado cooperativista. A escolha presidencial, estaria, assim subordinada ao critério estabelecido.

Reconhecendo a inviabilidade da redução do teto de juros dos empréstimos de 6 para 4%, o Sr. Dioclécio Duarte preferiu manter a disposição do decreto n. 5.893, não permitindo que a taxa exceda de 6% a/a. Na parte anterior, dei a razão pela qual a Caixa não poderia reduzir o teto pa-

ra 4%, como seria de estimar. O parágrafo 1.º, art. 13 do projeto Gercino de Pontes foi mantido pelo Sr. Dioclécio Duarte, permitindo que o Banco aplique até 50% dos depósitos que lhe são confiados, em operações de caráter estritamente comercial, cobrando taxa superior. Estas operações só seriam realizadas com cooperativas e aplicadas, apenas, aos produtos elaborados, em trânsito para o mercado, sujeitos a menos riscos, e que, por isso, suportariam uma taxa um pouco elevada; quanto ao mais estariam perfeitamente resguardadas as operações de financiamento da produção propriamente dita, à taxa de 6% a/a, com os recursos da União. Com êsse recurso, o autor da emenda desejaria estabelecer certo equilíbrio na diversidade das taxas pagas e recebidas pelo Banco.

O perfeito equilíbrio da **SHEAFFER**

permite escrever horas seguidas sem fadiga!

É sempre um prazer escrever com uma SHEAFFER - a caneta que reune as mais extraordinárias condições técnicas à beleza de uma jóia. O equilíbrio da SHEAFFER'S "Triumph" VALIANT é perfeito o que permite seu uso durante muito tempo sem fadiga. Tome em suas mãos uma SHEAFFER. Procure examiná-la detalhadamente e verá então que sua perfeição jamais foi atingida por outros instrumentos de escrever.

A lapiseira "Fineline", de ponta de manga que reduz as quebras das grafites, é vendida também isoladamente.

A pena SHEAFFER: *Cilíndrica, com ponta de irídio e platina na ranhura. Tem maior quantidade de ouro de 14 k. que qualquer outra pena. SHEAFFER é a melhor caneta que o seu dinheiro pode adquirir.*

SHEAFFER'S "Triumph" VALIANT:
Caneta:.... Cr$ 375,00
Lapiseira:. Cr$ 150,00
Jogo:..... Cr$ 525,00

SHEAFFER'S

Representantes exclusivos no Brasil: M. AGOSTINI & CIA. LTDA.

Matriz e posto central de consertos: Av. Pres. Vargas, 502 - 11.º - RIO

OUTRAS TENDÊNCIAS DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Acompanhando os debates na Comissão, tive oporaunidade de apreciar as diversas tendências em jôgo. Desejaria também referir-me a elas, em breve impressão pessoal.

Pedindo vistas do processo, o Sr. Aloísio de Castro apresentou uma emenda ao art. 15 do substitutivo refundido, determinando que o presidente da instituição seria de livre escolha do Presidente da República, enquanto os três diretores seriam indicados na base de 1/3 pela Sociedade Nacional de Agricultura e 2/3 pelo Conselho Nacional de Economia. Com esta emenda, desejaria subtrair ao Executivo a faculdade de nomear tôda a diretoria, embora o provimento de tais cargos estivesse regulado pela emenda Dioclécio Duarte. O que me cabe informar, do ponto de vista estritamente técnico, é que não há nenhuma contra-indicação para essa variante.

Ouvi, depois, um aparte do Sr. Leite Neto, sugerindo que cada cooperativa nomeasse um delegado para representá-la numa grande assembléia no Rio, para a escolha da diretoria. E' impossível conciliar êsse critério com a lei e a doutrina do cooperativismo. A delegação é sempre proporcional e não poderia ser atribuída a pessoas estranhas aos quadros cooperativos. E além do mais, não evitava todos os inconvenientes do processo eleitoral sugerido no substitutivo.

CONCLUINDO

Minha impressão é de que todos porfiam em contribuir para o desenvolvimento do cooperativismo em nosso país, sugerindo idéias, preconizando fórmulas, indicando medidas que, por diversos modos, consideram de utilidade coletiva.

Tendo dado um balanço de tôdas as correntes, chego à conclusão de que as emendas do Sr. Dioclécio Duarte conciliam as tendências e correspondem, sob muitos aspectos, aos próprios anseios do Sr. Piza Sobrinho.

O substitutivo refundido como está, satisfaz, plenamente a êsses interêsses e atende às exigências de natureza técnica.

OS ANOS DE "SERVIÇO EXTRA"

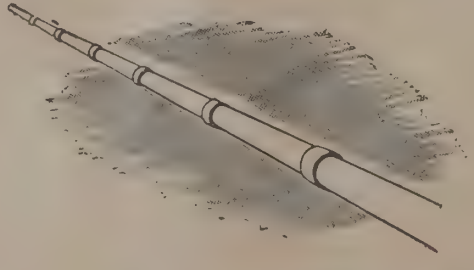
nada lhe custam

TUBOS BRASILIT

são inoxidáveis

A oxidação é o maior inimigo das canalizações metálicas. Provoca o rápido desgaste do material, e exige substituições, reparos e despesas constantes. Elimine de uma vez êstes problemas - e os gastos de conservação - ultilizando sempre Tubos BRASILIT de cimento-amianto, totalmente inoxidáveis pela natureza de seus componentes. É uma vantagem importantíssima dos Tubos BRASILIT, que assegura duração ilimitada, e portanto anos de "serviço extra". Não esqueça que o Tubo BRASILIT tambem é:

• Inteiriço • Inalterável • Leve • Econômico



Os Tubos BRASILIT são utilizados pelos principais Serviços de Águas do Brasil. Garantem extrema durabilidade, e economia no custo, no transporte, na colocação e na conservação.

BRASILIT

O MATERIAL PARA SEMPRE

S. A. TUBOS BRASILIT

Séde em São Paulo: Rua Marconi, 131 - Fone 4-4127
Filiais: Rio de Janeiro — Porto Alegre e Salvador
Fábricas: São Caetano - S. P. — Esteio - R. G. S.

Arco-Artusi - 1442

AGÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

Av. Pres. Antônio Carlos, 201 — 10.º and. Fone 22-7290

A Indústria Básica do Cimento

Dinar Fonte Alegre

O Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, apreensivo com a situação do mercado de cimento, convocou os interessados para um debate em três etapas. Cresce a produção nacional, mas a importação cresce mais ràpidamente!

NÃO é à toa que encontramos a significação estatística da indústria do cimento ao lado da do aço. Ela não é apenas uma indústria básica, no sentido puramente econômico, porém uma indústria de interêsse nacional, das que mais ligadas se acham ao progresso. Se atentamos aos grandes produtores, verificamos que êles, em tôdas as oportunidades, são países do mais elevado teor industrial, exercendo uma função predominante nos quadros da economia e da técnica. Antes da guerra, por exemplo, eram êles os Estados Unidos, a Alemanha, a Grã-Bretanha, o Japão, a Rússia, a França, a Itália, a Bélgica, a Tcheco-Eslováquia, a Polônia a Índia e a Argentina. Agora, depois da guerra, segundo os números de que podemos dispor e relativos a 1946, verificamos que não obstante as alterações ditadas em virtude da guerra, os grandes são: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Índia, Bélgica, Canadá, Polônia, Alemanha (sòmente a zona de ocupação britânica), África do Sul e Argentina, todos êles com

produção superior a um milhão de toneladas.

Quanto ao Brasil, vimos nos aproximando dêste limite, de vez que em 1947 a produção nacional foi superior às novecentas mil e já no ano corrente dispomos de uma capacidade teórica superior a um milhão, ao passo que o consumo, supera, de muito, o que possa ser obtido das fábricas nacionais. Não obstante estarmos com a produção em desenvolvimento, também a importação se acha em crescendo; temos um dos consumos "per capita" mais baixos e na maior parte do território nacional o cimento é um material de uso proibitivo, em virtude do preço por que é vendido, com os acréscimos de um transporte difícil e oneroso.

Em face dêste raciocínio podemos dizer que o Brasil é um campo aberto à expansão da indústria do cimento, que encontrará ma-

O Professor Fonseca da Costa, presidente do Conselho, deu início aos trabalhos fazendo uma exposição das origens da indústria do cimento no Brasil. Na fotografia da direita, o Sr. Fróis de Abreu, um dos técnicos que estão estudando a possibilidade de instalar uma fábrica na Bahia, faz um apêlo para que se edite um trabalho realizado pelo Departamento da Produção Mineral, contendo 2.000 análises de calcáreo.

Debate Sôbre o Cimento

Está o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia empenhado em resolver os problemas atinentes à indústria do cimento no país e assim foi que, depois de examinar uma proposta do conselheiro Bernardino de Matos Neto, fêz um convite, pela imprensa, a todos os interessados — companhias e instituições — para um debate que deveria se desdobrar em três dias: 24, 25 e 26 de maio próximo findo, à base do seguinte temário:

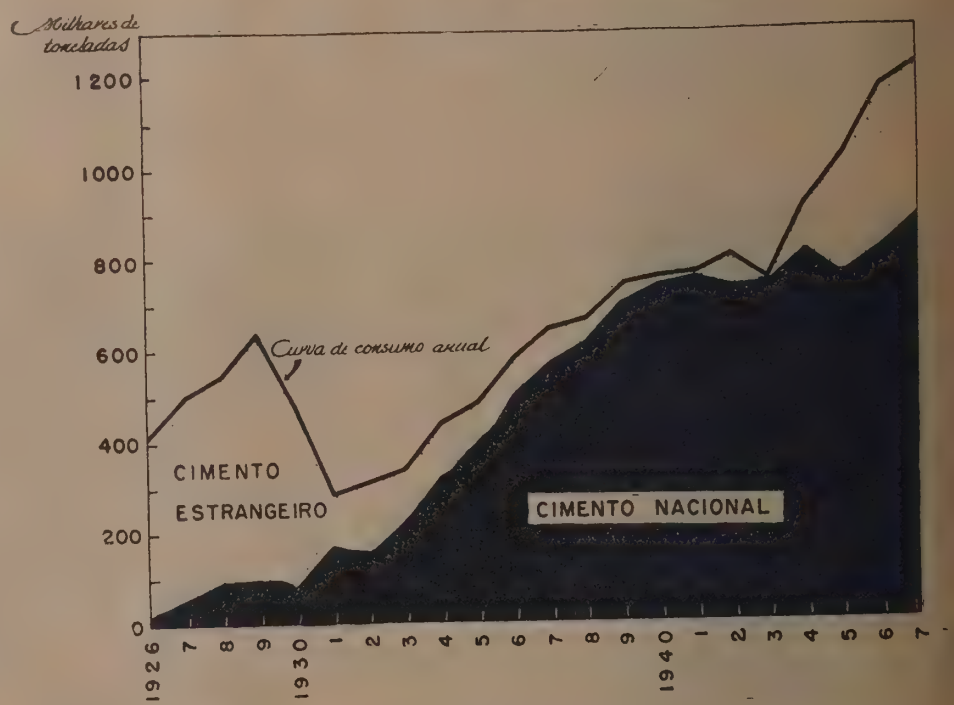
1 — *A indústria do cimento no Brasil. Histórico e situação atual.*
2 — *Aspectos econômicos da indústria nacional do cimento.*
3 — *Viabilidade de pequenas fábricas. Produtividade mínima econômica admissível.*
4 — *Recursos nacionais em calcáreo, conchas e corais. Possibilidade do seu aproveitamento industrial.*
5 — *Fatôres preponderantes na escolha da localização de novas fábricas.*
6 — *Aspectos tecnológicos da indústria no Brasil.*
7 — *A importância dos ensaios tecnológicos e das normas brasileiras do avanço da indústrai no Brasil.*
8 — *Fabricação de cimentos especiais, aluminosos inclusive.*
9 — *Aproveitamento da escória dos altos fornos na fabricação de cimento.*
10 — *O problema do combustível.*
11 — *O problema do transporte.*
12 — *Sistema de distribuição do cimento aos consumidores.*

Na primeira data foram iniciados os trabalhos, assinalando-se o comparecimento de um grande número de técnicos e representantes de indústrias e associações, mas todos lamentavam que em virtude da exiguidade de tempo não havia sido possível preparar teses ou estudos a apresentar. Não obstante, os trabalhos decorreram normalmente naquela primeira tarde, em que pese o atraso de uma hora com que foram iniciados e a muita desconversa, e do que então se debateu, sôbre o cimento e sua indústria, alguma coisa sobrou, nas linhas e nas entrelinhas. Ao fim, porém, surgiu a sugestão do Sr. Ary F. Tôrres, presidente da Associação Brasileira de Cimento Portland, para que a segunda reunião, ao invés de ser realizada no dia seguinte, tivesse lugar a 3 de junho corrente, pois assim seria possível dar um sentido mais prático à iniciativa do Conselho, mediante a apresentação de trabalhos objetivos. A proposta foi aceita.

Assistimos às duas primeiras reuniões e é pena que, ainda neste trabalho, não possamos dar conta de como se desenvolveram os trabalhos na sua terceira etapa; envidaremos meios de fazê-lo noutra edição. O curso que damos a estas notas, porém, não guarda a ordem precisa da entrada em cena dos assuntos. Preferimos utilizar a oportunidade de um conhecimento mais amplo da posição do Brasil em face do produto a fim de utilizá-lo em função de esclarecimentos mais amplos.

Pedra britada numa das maiores obras ora em curso, no Vale do Paraíba. Está à espera do cimento com que se transformará em concreto. No centro, aspecto de trabalhos de concretagem de um edifício e, na extrema, o Cel. Bernardino de Matos Neto, que propôs o debate.

téria prima de excelente qualidade em pràticamente todos os Estados. Acontece, porém, que não se trata de uma indústria fácil e não foi à toa que o representante de uma emprêsa nova, que ainda está com o seu equipamento sendo instalado, enumerou dentre as condições necessárias à organização de uma indústria de cimento, estas duas "peito" e dinheiro; "peito" no sentido de disposição consciente para realizar e dinheiro, capital efetivo para investimento. Segundo a opinião do sr. William Gerson Rolim de Camargo, expressa em artigo divulgado pelo "Digesto Econômico", de S. Paulo (número 8, julho de 1945, "Indústria de cimento no Brasil"), o capital necessário é mais ou menos da ordem de 50 milhões de cruzeiros, soma esta dificilmente disponível por um único indivíduo, que mesmo possuindo tal capital, êste se acha quase sempre empregado em outros ramos de negócios. Segundo números divulgados em começos de 1947, o capital de sete fábricas então em pleno funcionamento era de 227 milhões de cruzeiros, dos quais 61% de procedência estrangeira (Cr$ ..... 139.200.000,00), percentagem esta de duas procedências: 64% de origem americana e 36% de origem canadense.



HÁ UMA CRISE DE CIMENTO?

Não é possível responder a esta pergunta com a negativa. Há, efetivamente, uma crise de cimento, no Brasil. O que importa é definir as suas características, compará-las com a situação internacional do produto, fazer um estudo de perspectiva do crescimento do consumo e, à base do conhecimento dêstes fatores, elaborar um plano, já que, um tanto tarde, atingimos à fase do planejamento. E êste, ao que parece, é o propósito do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, que baseou os seus receios em face do mais convicente dos argumentos: mesmo crescendo, a produção nacional não basta às

exigências do consumo interno, daí uma importação crescente, onde estamos consumindo um volume de divisas que bem poderiam ter melhor aproveitamento. O gráfico que ilustra esta reportagem e que foi distribuido na primeira reunião pelo engenheiro Arí Frederico Tôrres, dá uma idéia mais material do fenômeno que está ocorrendo. Depois de começada a produção de cimento, no Brasil, em 1926, na medida em que ela foi se desenvolvendo — ou melhor, depois que ultrapassou as 400.000 toneladas, a importação foi se reduzindo, a ponto de, em 1941, o consumo haver sido satisfeito com 98,70% de cimento brasileiro e 1,30% de cimento importado. Há, porém, uma semelhança muito grande entre o período limitado por 1926/1929 e o que ora estamos vivendo. Naquela época o consumo cresceu como cresce agora, para declinar depois e sòmente vir a ser superado em 1937, isto é, às vésperas da segunda guerra mundial. A semelhança foi sublinhada pelo engenheiro Leonardos e explicada pelo presidente da Associação Brasileira de Cimento Portland: no período de 1926 a 1929 estavam sendo realizadas grandes obras especialmente pela Light, além do que não devemos olvidar a crise econômica que, deflagrada em 1929, atuou entre nós até 1932; foi justamente a partir de 1933 que a curva do consumo retomou sua linha ascendente. A produção nacional, neste ano, já foi de 221.553 tons. e a importação de 113.870 toneladas.

A queda da importação não foi, de maneira nenhuma, influenciada pela guerra, de vez que vinha se processando de forma gradual, precisamente desde 1930, não obstante algumas oscilações, nos anos imediatos, mas que não foram além de 50% do que recebemos então. Em 1938 o cimento estrangeiro entrado no Brasil foi apenas 54.092 tons., em 1939, 41.098; descendo sempre, em 1941 chegou a 9.943 toneladas; já em 1942 recebemos 68.934 toneladas, caindo em 1943 a 13.347 para, a partir de 1944, assumir as características de ascensão indiscutida, que até agora se mantêm. Antes da guerra os suprimentos vinham da Europa, sobretudo da Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, países que tentaram mesmo, um "dunping" com o propósito de asfixiar a indústria nacional; durante a guerra, passamos a receber dos Estados Unidos, do Uruguai e da Argentina; finda a guerra, voltamos a receber cimento europeu, especialmente da Polônia,

Compareceram às reuniões, além dos representantes das companhias produtoras, delegados de várias associações e departamentos de serviço público. Na fotografia vemos o Tenente-Coronel Iberê de Matos, do Instituto Militar de Tecnologia, e o Engenheiro Othon Henry Leonardos, em animada palestra com outros interessados.

O presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Engenheiro Alves de Souza, fêz análise da importância do cimento para as obras que terá de realizar em Paulo Afonso. E, no entanto, não há nenhuma indústria de cimento na região, quando se torna preciso, iclusive, construir estradas pavimentadas a cimento, capazes de suportar o transporte de material pesado, desde Feira de Santana até o local escolhido para as obras de aproveitamento da cachoeira.

rói — além de construções para fins industriais, especialmente no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

À sombra dêsse movimento, que está longe de encontrar têrmo, a produção nacional evoluiu de .... 696.610 tons. em 1939 a 913.000 toneladas em 1947, ao passo que a importação ascendeu de 9.943 (nípróxima, pelo total, realizada em 1926. Infelizmente não podemos dispor dos elementos necessários a um estudo do consumo por Estado e temos que utilizar aqui um relativo a 1939, com o fito de mostrar a concentração do uso do cimento: naquele ano, São Paulo consumiu 219.216 toneladas, o Distrito Federal, 215.799 tons., Minas Gerais, 73.671 tons., o Estado do Rio, ...

Na fase em que vivemos, de grandes realizações para o aproveitamento dos recursos hidráulicos do Brasil, é o cimento um dos materiais mais relevantes .Nas duas fotos inferiores, aspectos da reunião: à esquerda, o representante da Companhia de Cimento Portland Paraíso, sob as vistas do Engenheiro Ataliba Passos Lepage e do Tenente-Coronel Iberê de Matos, acentua as duas qualidades básicas para a fundação de uma fábrica de cimento: "peito" e dinheiro. À direita, o Engenheiro Glycon de Paiva ouve atentamente a um colega.

Tcheco-Eslováquia, Espanha e Inglaterra.

A partir de 1939, é preciso não esquecer, teve início uma fase de grandes realizações no Brasil, em matéria de construção. Daí para cá se fez Volta Redonda, a Fábrica Nacional de Motores; foram realizadas grandes obras públicas, tanto pelos ministérios militares — quartéis, aeródromos, bases, pontes, túneis, pavimentação de estradas e de logradouros públicos, diversos planos regionais de aproveitamento de recursos hidráulicos para a produção de energia hidrelétrica — além de um surto de grandes obras de interêsse privado, destacando-se neste particular o considerável volume de construção civil nas grandes cidades — Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Bahia, Niterel mais baixo desde 1926, registado em 1941) a 339.082 toneladas no ano próximo findo. No quadro I intitulado "Consumo de Cimento Portland no Brasil", à base do qual foi elaborado o gráfico que obedece à mesma indicação, estão abrangidos os anos desde 1926. E' natural que haja alguma diferença entre os números da exportação, pois que a Associação computa apenas o "portland", excluindo por conseguinte os cimentos especiais, cuja participação do consumo é, aliás, muito pequena; quando à produção nêle indicada para 1947, inferior à que temos feito referência no curso destas notas, refere-se apenas à produção das emprêsas a ela filiadas, num total de sete fábricas.

Como se vê, a importação efetuada em 1947 se encontra bem 51.656 tons., Rio Grande do Sul, 47.636 tons., Bahia, 26.339 tons. e Pernambuco, 22.097 toneladas; tôdas as demais Unidades se mantiveram abaixo da dezena de milhar.

O advento da guerra tendo coincidido justamente com o surto de grandes empreendimentos a que já aludimos, acarretou dificuldades ao abastecimento do mercado, não obstante não se ter notado um decréscimo do consumo, mas é indiscutível que poderíamos ter consumido muito mais do que realmente consumimos. Há obras há muito iniciadas e que até hoje se arrastam justamente em virtude da limitação do cimento que podem adquirir.

Nestas condições, a capacidade da produção nacional pode ser aumentada, com largas esperanças no futuro. O Brasil tem fome de ci-

CONSUMO DE CIMENTO PORTLAND NO BRASIL: 1926/47

QUADRO I

ANOS	NACIONAL		ESTRANGEIRO		Total
	Toneladas	%	Toneladas	%	
1926	13.382	3,30	396.322	96,70	409.704
1927	54.623	11,00	441.959	89,00	496.582
1928	87.964	16,20	456.212	83,80	544.176
1929	96.208	15,20	535.276	84,80	631.484
1930	87.160	18,50	384.503	81,50	471.663
1931	167.115	59,40	114.332	40,60	281.447
1932	149.453	48,20	160.534	51 80	309.987
1933	221.553	66,10	113.870	33,90	353.423
1934	310.480	71,20	125.702	28,80	436.182
1935	362.999	75,88	115.389	24,12	478.388
1936	492.293	85,57	83.013	14,43	575.306
1937	563.034	87,66	79.290	12,34	642.324
1938	604.703	91,79	54.092	8,21	658.795
1939	695.610	94,42	41.098	5,58	736.708
1940	731.320	96,98	27.786	3,02	754.106
1941	755.745	98,70	9.943	1,30	765.688
1942	731.225	91,39	68.934	8,61	800.159
1943	736.516	98,22	13.347	1,78	749.863
1944	805.498	88,80	101.525	11,20	907.023
1945	770.099	75,39	251.414	24,61	1.021.513
1946	814.998	69,94	350.221	30,06	1.165.219
1947	888.052	72,37	339.082	27,63	1.227.134

mento e, segundo expressão de um dos técnicos que estiveram presentes nas reuniões promovidas pelo Conselho de Minas, o cimento é como água, quanto mais se tem, mais se gasta. Foi justamente ante as novas condições de consumo, criadas durante a guerra, que as indústrias locais verificaram possibilidades futuras, mas no momento não era possível pensar em novas fábricas ou, sequer, na ampliação das existentes: onde adquirir equipamentos? Demais, como muitas das fábricas existentes possuiam equipamentos modernos, de grande rendimento, trazer máquinas recondicionadas seria incorrer na impossibilidade de acompanhar o custo de produção das melhores aparelhadas. Assim sendo, a ampliação teve de ser relegada justamente para agora, como veremos mais adiante.

A SITUAÇÃO MUNDIAL DO CIMENTO

Ao começar o conflíto mundial, em 1939, a situação mundial do cimento poderia ser caracterizada como de superprodução. Se efetivamente não existiam grandes estoques disponíveis, havia pelo menos um excesso de capacidade não utilizada, especialmente entre os países maiores produtores. O quadro que transcrevemos a seguir, devido ao "Mineraes Yearbook — 1939", devemo-lo ao boletim "Cimento e Concreto", publicado pela Associação Brasileira de Cimento Portland, n.º 43 (1940); nêle estão

O Coronel Bernardino de Matos Neto diz que perdeu um automóvel na estrada de rodagem Rio-São Paulo e que viu doze caminhões tombados. À direita, o Engenheiro Fernandes Lima, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, fazendo uma exposição sôbre os planos do DNER, inclusive no que respeita à pavimentação de estradas.

Com cimento fazemos tubos, postes e tôda uma série de produtos. O Brasil tem fome de cimento e tem abundância de matéria prima para cimento. O engenheiro Mário da Silva Brito, do Departamento da Produção Mineral, diz que tem um volume pronto, com 2.000 análises de calcáreos, mas o Departamento não tem recursos para mandar fazer a caição. O engenheiro Fróis de Abreu fêz um apêlo aos industriais: se cotizem, para que êste livro seja editado ràpidamente.

inscritas a capacidade das fábricas e a produção efetiva em 1937, com a percentagem da produção sôbre a capacidade:

PAÍSES	CAPACIDADE DAS FÁBRICAS Toneladas. (c)	PRODUÇÃO Toneladas. (p)	% (p/c)
Estados Unidos	43.609.082	20.137.732	46
Alemanha	17.000.000	12.605.000	74
Inglaterra	10.000.000	7.300.000	73
Japão	13.100.000	6.703.328	51
Rússia	6.000.000	5.873.000	98
França	10.012.000	4.700.000	47
Itália	6.000.000	4.359.112	73
Bélgica	4.000.000	2.400.000	60
Tcheco-Eslováquia	2.300.000	1.360.000	59
Polônia	1.850.000	1.289.108	70
Índia Britânica	1.465.000	1.142.000	78
Argentina	1.045.000	1.010.000	97

Em 1937, para uma capacidade de produção de 144.020.000 toneladas, foram produzidas apenas .... 83.040.000; pelo quadro anterior se percebe que aquêles que trabalhavam tendo em vista o mercado externo, ficaram longe de atingir uma utilização razoável de suas possibilidades; haja vista o caso dos Estados Unidos, que deram apenas 46% do que podiam dar, e a França, com 47% o Japão com 51%, a Tcheco-Eslováquia com 59% Bélgica com 60%; nestes, pelo menos, estava o grande desajustamento, desde que consideremos uma utilização econômica de tudo que esteja acima de 70%.

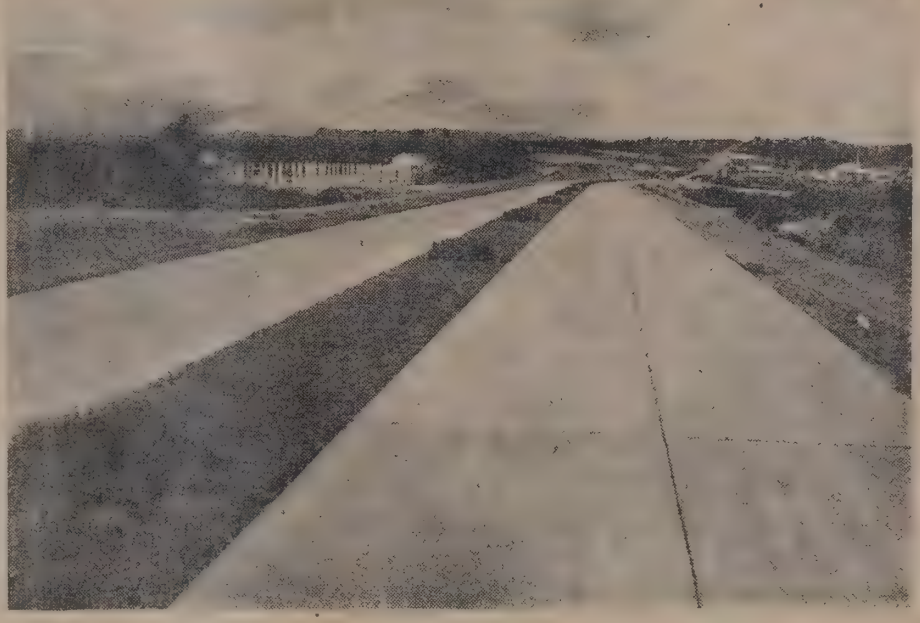
Os mercados de menor capacidade se achavam, naturalmente, sob a ameaça de "dumpings", como acontecia ao Brasil e para combatê-lo foi necessário promover um aumento nas tarifas.

Por ser uma indústria essencial à defesa, era a de cimento, naturalmente, visada pelos contrários, na guerra. As grandes fábricas devem ter constituído objetivos preferenciais na tarefa de desarticulação econômica e militar dos adversários. No quadro seguinte oferecemos dois extremos para comparação: de um lado, a produção média mensal em 1938 e, de outro, em 1946, conforme números divulgados pelo "Statistical Office of the United Nations", no seu "Monthly Bulletin of Statistics" de janeiro de 1948 e, por êles verificamos que grandes viraram pequenos e pequenos se transformaram grandes:

(Vide quadro II).

O que se observa mais claramente neste quadro é que todos os países que dispõem de matéria prima cuidam de criar sua própria indústria, ao passo que os maiores produtores, estão longe de atingir o teto de sua capacidade em 1937. Nestas condições, a indústria de cimento brasileira deverá ter sempre em conta a possibilidade de concorrer vantajosamente com o produto importado, através de equipamentos de maior rendimento e mais baixos custos de produção, pois do contrário estará sempre sob a ameaça de esmagamento dos grandes grupos internacionais.

Neste outro quadro desejamos pôr em relêvo os maiores produtores, em 1946, isto é, aquêles que tiveram fabricação superior a um milhão de toneladas; poderá o leitor comparar êste quadro com o relativo à produção e capacidade em



O professor Fonseca da Costa, historiando a curta vida da indústria nacional do cimento, disse que foi a Light, nas obras de Cubatão, em 1926, quem prestigiou a primeira grande fábrica, usando o produto nacional que era negado pelos próprios técnicos nacionais. Ao lado, duas obras do cimento brasileiro: a cidade de Volta Redonda e a Via Anchieta. O cimento brasileiro venceu a sua primeira etapa.

1937, a fim de melhor verificar as modificações operadas:

PAÍSES	TONELADAS
Estados Unidos	27.936.000
Reino Unido da Grã-Bretanha	6.684.000
França	3.372.000
Índia Britânica	2.052.000
Bélgica	1.884.000
Canadá	1.836.000
Polônia	1.404.000
Alemanha (zona Inglêsa)	1.272.000
África do Sul	1.180.800
Argentina	1.152.000

Havia, apenas, um único país da América Latina entre os dez mais importantes, e êste era a Argentina. Nesta parte do Continente, colocam-nos depois da Argentina, com 824.400 toneladas em 1946 e 913.000 em 1947; depois vem o México com 736.800 toneladas em 1946; o Chile com 579.600; a Colômbia com 332.400 toneladas; a Venezuela com 128.400; Equador com 37.200 e a Bolívia com 32.400 toneladas, todos em 1946. Há outros países produtores, mas dos quais não dispomos de números para êste ano.

A República Argentina, que durante a guerra foi um dos nossos supridores, está no momento empenhada na importação de grande quantidade de cimento a fim de acelerar seu programa de expansão industrial. A fim de estimular tais importações, o govêrno concedeu isenção de direitos alfandegários e outros impostos, tal como vem se fazendo no Brasil desde algum tempo. Várias remessas já foram recebidas da Rumânia e outras estão a caminho. O govêrno fixou o preço do cimento importado em .... US$ 1.67 1/2 por saco de 60 quilos, 66 1/2 cents mais que o preço correspondente do cimento nacional. Em 1947 a produção local foi de 27.063.220 sacos de 50 quilos (ou sejam 1.353.161 toneladas), e os fabricantes são de opinião que poderão atingir os 40 milhões de sacos (2 milhões de toneladas), se forem fornecidos combustível e energia em quantidade adequada às fábricas.

A PRODUÇÃO NACIONAL

A produção nacional de cimento, em 1947, atingiu a 913.525 toneladas, assim distribuida pelos Estados:

Paraíba	312
Pernambuco	59.473
Minas Gerais	156.804

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CIMENTO

QUADRO II

PAÍSES		PRODUÇÃO — Média mensal em 1.000 toneladas	
		1938	1946
Algéria		7.55	9.7
Argentina		103	96
Austrália		72.1	60.4
Áustria	(1937)	35.8	30.6
Bélgica		243	157
Bolívia		1.5	2.7
Brasil		51.5	68.7
Canadá		73	153
Chile		30.3	48.3
China		—	6.97
Colômbia		11.8	72.7
Tcheco-Eslováquia	(1937)	106	77
Dinamarca		53.3	43.3
Equador		1.2	3.1
França		296	281
Marrocos Francês		13.8	14.8
Alemanha (zona americana)	(1937)	218	82
Alemanha (zona inglêsa)	(1937)	445	106
Alemanha (zona francesa)	(1937)	130	22
Hungria		32.9	9.4
Índia Britânica		119	171
Japão		476	77
Líbano	(1940)	7.5	13.1
México		31.1	61.4
Holanda		38.0	33.6
Nova Zelândia		17.2	19.2
Palestina		8.2	21.2
Polônia		143	117
Portugal		22.3	27.5
África do Sul		73.9	98.4
Turquia		23.9	27.1
Reino Unido da Grã-Bretanha		653	557
Estados Unidos		1.523	2.328
Venezuela		3.3	10.7

Espírito Santo . . .	12.733
Rio de Janeiro . . .	319.700
São Paulo	356.948
Rio Grande do Sul . .	7.555

Como se verifica pelos números e origens acima, a geografia brasileira do cimento se limita, ao Norte, pela Paraíba, ao Sul pelo Rio Grande do Sul e a Oeste pelo Estado de Minas Gerais. Aquela tonelagem procedeu de 10 fábricas, a saber:

	KGS.
Cia. Paraiba de Cimento Portland (Pb.)	311.800
Fábrica de Cimento Poty (Pe.)	59.472.929
Cia. de Cimento Portland Itaú (B. Horizonte M.G.)	79.821.000
Cia. de Cimento Portland Itaú (Passos M.G.)	76.983.000
Fábrica de Cimento Portland Barbará (E.S.)	12.733.111
Cia. de Cimento Portland Paraiso (R.J.)	2.854.220
Cia. Nacional de Cimento Portland (R.J.)	316.846.000
Cia. Brasileira de Cimento Portland Perús (S.P.)	197.901.250
Fábrica Votorantim (S.P.)	159.047.000
Cia. Cimento Brasileiro (R.S.)	7.554.419

A capacidade das fábricas brasileiras era, de 1947, de 927.000 toneladas, excluídas a "Paraíso" e a Cia. Cimento Brasileira, ambas funcionando ainda em caráter precário, de vez que se encontram em fase de montagem. Distribuia-se, aquela capacidade, da seguinte maneira: a Companhia Nacional de Cimento Portland (Mauá), três fornos, totalizando 330.000 toneladas; a Perús, em São Paulo, 200.000 toneladas; a Votorantim, no mesmo Estado, 160.000 toneladas; a Itaú (fábricas de Passos e Belo Horizonte), 160.000 toneladas; a Porty, em Pernambuco, 65.000 toneladas; a Cia. Paraíba de Cimento (que esteve paralisada durante muito tempo, para renovação de equipamento), 65.000 toneladas; a Barbará, no Espírito Santo, 12.000 toneladas. Comparando a capacidade com a produção, das que funcionaram o ano todo (sòmente não funcionaram o ano todo a Paraíba, Paraíso e Cia. Cimento Brasileiro) e verifica-se que as fábricas trabalharam lotadas.

Várias delas, porém, estão ampliando suas instalações: a Mauá está montando mais um forno para 85.000 toneladas; a Votorantim montou um, que começou a funcionar no ano corrente, com 130.000 toneladas; a Itaú está montando mais uma unidade, em Belo Horizonte, com capacidade de 80.000 e que deverá entrar em ação em outubro próximo, além de moinhos a Cia. de Cimento Brasileiro, no Rio Grande do Sul, que realizou uma pequena produção no segundo semestre do ano passado, tem capacidade para 130.000 toneladas; o grupo Matarazzo que recentemente absorveu a fábrica da Paraíba, está montando uma outra fábrica, no Rio Grande, para 127.000 toneladas e a Paraíso, que está sendo instalada próximo a Campos, no Estado do Rio, terá capacidade para 100.000 toneladas. Completada tôda esta etapa de acréscimos e novas instalações, ficaremos com uma capacidade de produção de 1.644.000 toneladas por ano. Em 1947 o nosso consumo foi de 1.227.134 toneladas e no entanto obter cimento não é coisa fácil; não à toa que tanto o produto nacional como o importado são objetos de intenso mercado negro. A capacidade futura, tal como está prevista, não constitui nenhum exagêro e, podemos mesmo dizer, que não será suficiente ao seguimento do ritmo atual do progresso brasileiro.

Trata-se, no entanto, de uma indústria nascida há um quarto de século: há vinte e cinco anos passados não existia no mercado um só saco de cimento nacional e era mesmo considerado uma emprêsa temerária a montagem de fábricas dêsse produto, no país, apesar das excepcionais vantagens concedidas, então, pelo govêrno federal. A respeito dos primeiros passos dados neste sentido, é oportuno transcrever o seguinte trecho, do discurso com que o presidente do Conselho de Minas e Metalurgia, prof. Fonseca da Costa, deu início aos trabalhos:

"As velhas tentativas de fabricação de cimento, realizadas em

São Paulo (Rodovalho) e em Pernambuco, por processos arcaicos, haviam sido mal conduzidas, desmoralizando de tal forma o produto nacional que nenhum consumidor se aventurava a empregá-lo.

"A primeira tentativa por vencer êsse estado de coisas, coroada de êxito, foi a realizada pela Companhia Brasileiro de Cimento Portland, montando uma fábrica moderna em Perús, Estado de São Paulo.

"Não fôra, entretanto, o apoio da Light empregando êsse cimento nas obras hidráulicas da Serra do Cubatão, essa tentativa teria tido um sucesso muito duvidoso. Provàvelmente seu destino seria semelhante ao da fábrica montada pouco antes em Cachoeira de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, que embora construída de acôrdo com os requisitos da técnica moderna, não lograva colocar seu produto, por falta de confiança do mercado consumidor.

"A engenharia oficial daquela época tinha suas dúvidas sôbre a qualidade do cimento nacional. As autoridades do Estado de São Paulo, pleitearam junto ao Govêrno Federal, o cancelamento da circular que havia considerado o cimento de Perús similar ao estrangeiro. Alegavam que para as obras de Rio Claro, de abastecimento dágua à capital, haviam sido adotados cadernos de encargos alemães e que o teor de magnésio do cimento paulista era superior ao limite fixado daqueles cadernos de encargos. De fato, o teor de magnésio do cimento brasileiro era o principal motivo de controvérsia.

"Mas o cimento nacional conseguiu vencer afinal conquistando definitivamente o mercado, mas só o fêz depois de provar as suas qualidades e uniformidade de fabricação.

"Contribuiram de forma decisiva para êstes resultados os laboratórios de ensaios de materiais do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em São Paulo e o Instituto Nacional de Tecnologia aqui no Rio, e a adoção de normas de ensaios e especificações, para o cimento brasileiro".

BANDEIRISMO DO CIMENTO

Fixamos, no capítulo anterior, os limites da geografia brasileira do cimento. Há regiões no país que não consomem por que não podem: o pouco que lhes chega custa preços absurdos em virtude dos elevados fretes, havendo ainda uma certa relutância das companhias de transporte marítimo quanto a tal carga, de vez que o pó do cimento, muito fino, se infiltra por tôda e qualquer espécie de sacaria ou de caixas, danificando o conteúdo das mesmas. Mas em compensação o Brasil é muito rico em calcáreo, havendo-o com excelentes características para a indústria do cimento em quase tôdas as Unidades. Na primeira reunião promovida pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, o técnico Mário Pinto da Silva fêz alusão a um trabalho realizado pelo Departamento da Produção Mineral, com cerca de 2.000 análises de calcáreo, trabalho que ainda não foi editado por carência de recursos. Do técnico Fróis de Abreu, que no momento estuda a possibilidade da instalação de uma indústria de cimento na Bahia, partiu a idéia de que os interessados neste importante ramo da indústria básica se cotizassem, de maneira a financiar a edição e a sua sugestão foi logo aceita por vários dos presentes, que se comprometeram a participar ativamente do movimento. Mas, além de calcáreo, temos hoje uma outra fonte de matéria prima: a escória do alto forno de Volta Redonda, que dá para alguns milhões de sacos a mais, de um cimento barato.

Quantó ao uso intensivo do cimento, os debates da primeira reunião não foram além de uma desconversa onde se repetiu, nada mais nem menos que o velho choque entre estrada de rodagem e estrada de ferro. O engenheiro Ary Frederico Tôrres é da opinião que não se deve criar concorrência para o sistema ferroviário, de vez que êste está com grande parte de sua capacidade sem utilização; assim sendo, acha que não há necessidade de pavimentarmos, a cimento, as grandes rodovias que correm paralelas às estradas de ferro. O representante do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, apoiado pelo conselheiro Bernardino Matos Neto refutaram; mas não se chegou, sequer, à definição de um ponto de vista. O que está definido pelos técnicos, aliás, é que as rodovias pavimentadas a cimento reduzem, de mais de 20% as despesas de transporte.

O Conselho nutre apreensões quanto ao abastecimento do mercado nacional de cimento, sendo inclusive de parecer que o desenvolvimento da produção não está andando com a pressa necessária: "Causas várias provàvelmente estão contribuindo para retardar o desenvolvimento da produção de cimento entre nós, acarretando grandes prejuízos para a economia brasileira". Por outro lado, a indústria do cimento tem uns tantos requisitos a satisfazer no que diz respeito à instalação de fábricas. Para o Brasil, no sentido de tornar

Êste número foi Microfilmado
pela
Companhia Auxiliar de Serviços de Administração
Av. Almirante Barroso, 91 - 4.º andar - Tel: 42-9777
DEPARTAMENTO DE MICROFILMAGEM
O OBSERVADOR está habilitado à reprodução em microfilme positivo, de quaisquer dos artigos contidos no mesmo, bastando para isso que os interessados se dirijam à Administração da Revista:
Avenida Graça Aranha, 182 - 8 º andar - Tel: 42-5519

tão importante matéria mais acessível, um dos pontos mais interessantes, é, sem dúvida, o estudo da viabilidade de pequenas fábricas, determinando-se uma produtividade mínima econômica admissível. O sr. Othon Leonardos abriu os debates neste sentido e o que preliminarmente ficou definido é que, na instalação de fábricas, deve se ter em conta o centro de consumo. Do que existe até agora verifica-se que o triângulo São Paulo-Minas-Rio de Janeiro tem 85% da produção potencial e efetiva, cabendo ao Nordeste a capacidade de 12%. Mas o nordeste se limita no caso à Paraíba. Aproximamo-nos das grandes obras da Hidrelétrica do São Francisco e não faltou a pergunta: como se fará o abastecimento de semelhante consumidor? Presente à reunião, o presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco se referiu, inclusive, à necessidade de uma estrada pavimentada, com resistência para cargas muito pesadas, que partindo de recôncavo da Bahia de Todos os Santos, vá ter ao local onde devem ser feitas as obras de aproveitamento de Paulo Afonso. Mas de onde sairá cimento para esta estrada, também?

Do Ceará para cima o uso do cimento é pràticamente interdito; o mesmo acontece no Centro-Oeste. Aí está o Plano SALTE prevendo uma série de obras na Amazônia: a que preço chegará o cimento destinado às mesmas?

São perguntas cujas respostas deverão surgir ao cabo dos debates promovidos pelo Conselho de Minas e Metalurgia. Nesta altura, porém, é oportuno chamar a atenção do Conselho para o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, do Estado de Minas Gerais, onde se prevê a instalação de fábricas de cimento. O Estado de Minas tem um consumo "per capita" de 9,26 quilos; desde que haja suprimento regular do produto, a preços normais, estima-se que êste consumo possa atingir a 30 quilos. Os estudos realizados pelos técnicos mineiros determinaram nada menos de seis regiões onde podem ser estabelecidas fábricas, tendo em conta a existência de matéria prima e as possibilidades de mercado, a saber:

a) *Lavras* — A existência de depósitos de calcáreo próximos de Lavras permite escolher a zona vizinha como centro de produção, para servir à extensa zona do Sul de Minas, onde a densidade de população e a atividade industrial justificam a criação de uma fábrica com capacidade de 50 a 60 mil toneladas anuais;

b) *Triângulo Mineiro* — Próximo a Uberaba há depósitos de calcáreos e a região está exigindo suprimento mais regular e a preço mais módico. Uma fábrica de 50 a 60 mil toneladas não será demasiada para um futuro próximo.

c) *Pirapora* — O abastecimento da região, agravado pela grande distância aos centros de suprimentos, se resolverá satisfatòriamente com a instalação de uma fábrica nas proximidades da cidade, para 50 a 60.000 toneladas por ano. O cimento será transportado às regiões ribeirinhas pelos navios que trazem a Pirapora a produção do médio São Francisco, aproveitando o retôrno, com fretes mínimos;

d) *Montes Claros* — Provida de excelente calcáreo, "pivot" de uma vasta zona tributária, a região de Montes Claros, está naturalmente indicada para a instalação de uma fábrica com capacidade de 50 a 60 mil toneladas;

e) *Sítio* — Relativamente próximos se encontram os depósitos de Barroso, o que torna exequível uma fábrica nas proximidades, com capacidade de 100 mil toneladas;

f) *Teófilo Otôni* — O relativo isolamento em que se acha a região do Norte de Minas tornará grandemente vantajosa a pesquisa das jazidas de calcáreo, a fim de verificar a possibilidade da instalação de uma fábrica de cimento com capacidade suficiente para abastecer tôda a região nordestina.

INCENTIVO DO ESTADO

No debate sôbre a instalação de pequenas fábricas surgiu a premissa: como poderia o govêrno ajudar as emprêsas que se formassem para exploração de tais fábricas? Desde logo houve repulsa à idéia do Estado industrial de cimento. Pois bem, no próprio Plano mineiro há sugestões:

Para execução do plano de montagem das fábricas de cimento previstas, o Estado contribuirá com isenção de impostos e taxas até 10 anos, quando seja indispensável o benefício à estabilidade da emprêsa. Deverá, ainda, auxiliar a promover o financiamento e ir até à subscrição de parte do capital, representado por ações preferenciais. Por outro lado, o Estado deverá desapropriar, por utilidade pública, declarando a urgência da desapropriação, os terrenos necessários às instalações, assim como as jazidas de calcáreo e argila, e, além disso, ajudar as emprêsas nas despesas de transporte de maquinário. A contribuição do Estado para formação de capital, porém, limitar-se-á às fábricas das Zonas Norte e Nordeste, pois as outras possuirão, desde o início, condições seguras de estabilidade.

Cooperativa dos Plantadores de Mandioca de Pernambuco Ltda.

RUA DO BOM JESÚS, N.º 144 — 2.º andar

Telefone: 9-5-6-9 — Endereço Telegráfico: "MANDIOCA"

RECIFE PERNAMBUCO

Distribuidora dos Produtos da Fábrica de Farinha Panificável do Ibura

EXPORTAÇÃO DE AMIDO — RASPAS — FARINHA DE MANDIOCA E FARELO DE MANDIOCA

DIRETORIA

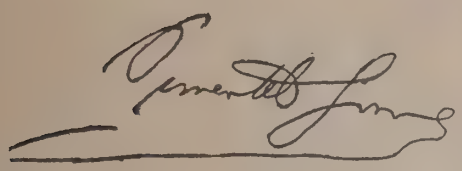
JÚLIO CARNEIRO DA SILVA — Diretor-Presidente

DR. ESMERALDINO GONÇALVES FILHO — Diretor-Gerente

SEVERINO BIONE DE ARAÚJO — Diretor-Secretário

Monlevade é a expressão maior da indústria siderúrgica consumidora, para sua pureza de produção, do combustível natural guardado pelas florestas.

As Florestas e a Siderurgia



DIZ-SE comumente que 48% da área do Brasil está coberta de matas, o que nos dá mais de quatro milhões de quilômetros quadrados florestados. Parece muito. E de fato o é. Infelizmente a distribuição dessas florestas se faz de maneira muito irregular, pois se localizam em sua maior parte na bacia amazônica, onde revestem mais de três milhões de quilômetros quadrados (uns 3 milhões e duzentos mil quilômetros quadrados), sobrando apenas cerca de 800 mil quilômetros quadrados para tôdas as outras regiões brasileiras. Acresce ainda que as florestas restantes ainda se distribuem muito irregularmente nos diversos trechos do Brasil, como fàcilmente verifica quem sobrevoar o País em várias direções. Localizam-se elas, de um modo geral, nos lugares ainda pouco acessíveis pela falta de transportes ou pela distância ou pelo fortíssimo ondular do terreno. Assim, no oeste do Paraná e Santa Catarina, as florestas, deduzindo do que pude observar, devem cobrir mais de 90% do solo. Grandes faixas do Norte do Espírito Santo, Sul da Bahia, Leste de Minas Gerais e Noroeste do Rio Grande do Sul têm uma porcentagem florestada mais ou menos semelhante. Em compensação áreas há vastíssimas do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagôas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de

O autor, Diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, autoridade, portanto, no assunto, discute as possibilidades nacionais em face do consumo de madeira pela siderurgia. Os nossos altos fornos, cuja produção se encontra auspiciosamente aumentada, têm no combustível natural fornecido pelas florestas a fonte de sua energia, à exceção de Volta Redonda, que utiliza a hulha. Isto traz uma série de consequências que o Sr. Pimentel Gomes aprecia e comenta com propriedade.

Tempo de leitura: 20 minutos.

Janeiro, S. Paulo, Paraná Sta. Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás quase inteiramente desnudas, sendo a própria lenha difícil, muitos fazendeiros e sitiantes precisando adquirir até mesmo madeiras para cercas e casas de colonos e moradores. Conseguir dormentes para os nossos 36 mil quilômetros de estradas de ferro, que devem ser constante e ràpidamente aumentados, é problema cada vez mais difícil para a maior parte dos engenheiros diretores. E é natural que tal aconteça, pois a parte mais dinamizada do País, a que se situa a leste de uma linha imaginária que passasse por São Luiz, Goiânia, Campo Grande e nascentes do Apá, abrangendo uns três milhões de quilômetros quadrados, não deverá ter mais de 12% de sua área florestada. Mas isto é uma média. Aí se encontram Sergipe e Paraíba que apenas dispõem, respectivamente, de 0,1 e 0,8% de suas áreas florestadas. Para se verificar melhor a gravidade da situação, apresento uma estatística das áreas florestadas de alguns países:

PAÍSES	ÁREAS EM MIL HECTARES	PORCENTAGEM
Albânia	991	36,0
Argentina	50.840	17,9
Áustria	3.138	37,4
Bélgica	560	18,4
Bolívia	73.813	55,4
Brasil	408.528	48,0
Canadá	316.000	35,3
Tchescoslováquia	4.601	32,7
Chile	15.500	20,9
Colômbia	62.560	54,4
Costa Rica	2.980	59,0
Cuba	1.909	16,7
Finlândia	22.300	62,0
França	10.754	19,6
Alemanha	12.850	27,3
Japão	20.862	54,5
Java e Madeira	3.037	23,1
Grécia	2.406	18,5
Guatemala	4.400	40,0
Iugoslávia	7.780	31,4
Luxemburgo	86	33,2
México	28.470	14,5
Noruega	7.500	24,3
Nova Zelândia	5.381	20,2
Paraguai	11.286	29,2
Perú	70.000	56,0
Portugal	2.331	26,2
Rumânia (1941)	4.400	22,4
Suécia	22.356	49;8
Suiça	901	21,8
U.R.S.S	951.500	44,9
Estados Unidos	200.000	26,1
Venezuela	48.339	53;0

O exame dos dados estatísticos mostra, de maneira insofismável, o modo irracional pelo qual temos destruído as nossas florestas. Pondo mesmo de lado países que vivem em grande parte da exploração nacional de suas matas, como a Finlândia e a Suécia, verifica-se que a situação florestal do vasto trecho mais dinamizado do Brasil, é bastante inferior à de países de população muito densa como o Japão, a Alemanha, Portugal, Luxemburgo, Suiça, Iugoslávia, Áustria, Rumânia, etc. Se a Argentina mostra-se tão pouco arborizada é que suas condições ecológicas impedem o crescimento de florestas em grande parte de sua área, sucedendo o mesmo na Austrália, União Sul Africana, México e Chile. São países áridos ou semi-áridos em extensões enormes, donde a relativa pobreza em florestas.

Necessitamos, portanto, reflorestar em escala muito grande.

Calculam alguns cientistas que os países tropicais e subtropicais necessitam ter pelo menos 33% de sua área coberta de florestas mais ou menos uniformemente distribuídas. Precisariamos quase triplicar a área florestada na parte dinamizada do país, se quisessemos atingir àquêles algarismos. Muito temos, portanto, a fazer em matéria de reflorestamento. E é do reflorestamento intensivo, técnicamente bem feito, reflorestamento que necessita de tôda uma rêde de hortos e viveiros, de que está cuidando o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

O VALOR ECONÔMICO DAS FLORESTAS

As florestas constituem, onde racionalmente exploradas, uma riqueza de extraordinário valor. A Suécia, a Noruega, a Finlândia, por exemplo, vivem principalmente de suas grandes florestas de coníferas, que vêm sendo, há séculos, racionalmente exploradas, de modo a evitar que os cortes ultrapassem à produção de madeira. O Canadá encontra nas suas florestas uma de suas mais importantes e mais sólidas riquezas. As quatro nações citadas abarrotam o mundo com pasta de madeira, papel, celulose, tábuas e vigas. Os Estados Unidos, embora tenham devastado muito as suas primitivas florestas, possuem ainda notáveis reservas que estão sendo racionalmente exploradas. As grandes florestas de coníferas do Norte da Rússia e da Sibéria, a taiga, só são econômicamente exploráveis em trechos relativamente pequenos do Nordeste, sendo Leningrado e Arcangel os seus principais mortos madeireiros. Nota-se, porém, que o consumo de madeira cresce constantemente. Os antigos países exportadores não estão capacitados a novos e consideráveis aumentos de produção. Em alguns dêles os cortes ultrapassam a reconstituição, trazendo uma constante diminuição da área florestada, e dificuldades maiores para o futuro.

Na Europa, conforme os geógrafos-economistas Clarence Fielden Jones e Gordon Gerald Darkenwald, o corte da madeira está superando o crescimento dos bosques da Noruega, Suécia, Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Espanha, Itália, Dinamarca, Iugoslávia, Grécia e Bélgica. Na Grã-Bretanha, Eire, França e Holanda o corte equivale ao crescimento. Nos outros países europeus, as florestas estavam aumentando antes da guerra. As devastações, porém, foram tremendas em alguns, prejudicando uma situação que já não era boa.

Nos Estados Unidos, o corte está superando de muito a produção.

Importam muita madeira a Argentina, o Uruguai e a União Sul-Africana, países que em parte se abastecem no Brasil.

O futuro econômico das florestas é extraordinário, pois a madeira se torna uma matéria prima cada vez mais indispensável, preciosa e rara. Os países que souberem cuidar inteligentemente da silvicultura encontrarão em futuro próximo uma grande recompensa dos seus esforços. E' o que já vários países compreenderam, inclusive Portugal, cuja área florestal vem crescendo lenta mas constantemente desde o começo do século, trabalhando-se com admirável pertinácia dentro de um plano que está aproveitando econômicamente terras quase totalmente improdutivas.

Hoje os produtos florestais representam mais de 25% da exportação do país ibérico. O valor da produção florestal é superior a um bilhão de escudos.

O QUE NOS DÃO AS FLORESTAS

As florestas brasileiras contribuem de maneira notável para a nossa produção. Pràticamente tôda a bacia amazônica vive do saque à floresta, que lhe fornece borracha, balata, caucho, castanha, frutos oleaginosos, essência de pau rosa, madeiras, etc. Os coquilhos do babaçu e a cêra de carnaúba, o mate, o guaraná, a cêra e os coquilhos de licuri são outros produtos florestais extremamente valiosos, produtos que muito contribuem para a nossa exportação.

A exportação de nossos produtos florestais foi a seguinte, em 1946:

	Toneladas	Milhares de cruzeiros
Borracha	18.159	492.767
Cêra de Carnaúba	10.019	492.075
Cêra de licuri	2.137	76.873
Essência de Pau rosa	332	58.662
Essência de Quebracho	425	672
Fib. caroá	5.328	20.169
Babaçú	12.792	29.252
Castanhas do Pará com casca	12.607	94.461
Tucum	7.064	16.290
Ipecacuanha	3	471
Pinho	474.956	706.021
Outras madeiras	96.243	97.337
Outros óleos	3.973	31.295
Óleo de oiticica	14.515	122.179
Piaçava	4.489	31.605
Mate	49.224	132.766
Castanhas do Pará sem casca	4.592	93.209
Caixas para encaixotamentos	422	718
TOTAL	**717.280**	**2.271.722**

E a êsses números bastante elevados é justo procurar acrescentar o muito que se consome no País. Infelizmente os dados estatísticos não são muito completos. Muita, muitíssima coisa escapa inteiramente às estatísticas, outras são apenas muito parcialmente apuradas. Citemos, em todo o caso, alguns dados estatísticos fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, referentes a 1941. (Vide quadros I e II).

Verifica-se que nesta época já bastante afastada a produção de madeira, lenha, carvão e dormentes era avaliada em Cr$ ..... 1.617.209.979,00. Hoje, com os preços muito alterados e a produção aumentada, não se pode calcular em menos de três bilhões de cruzeiros o valor da produção anual de madeira, lenha, carvão vegetal e dormentes, e em quase sete bilhões de cruzeiros o que as florestas nos fornecem anualmente. São algarismos que mostram bem o que econômicamente representam as nossas florestas, embora irracionalmente aproveitadas e em franca decadência, graças a uma devastação que ultrapassa de muito a produção, pelo menos na parte mais povoada do País.

AS FLORESTAS E A SIDERURGIA

As usinas siderúrgicas merecem uma consideração especial, pois o fornecimento de carvão de madeira para tôdas as já existentes — com exclusão da de Volta Redonda — e das outras que se fundarem, deve, ser, parece-nos, uma das maiores preocupações do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

A siderurgia no Brasil, a siderurgia a carvão de madeira, e de origem antiquíssima, pois surgiu nos primeiros dias da colonização. De fato, já no século XVI, descobria-se minério de ferro com abundância na então Capitania de São Paulo, na Serra do Araçaioca, cercanias de Sorocaba. Isto em 1597. Instalou-se alí, então, na mesma época, Afonso Sardinha, um pequeno fôrno para a produção de ferro. Tratava-se porém, de magnetita .... (Fe_3O_4), que além de ser de todos os óxidos de ferro o mais denso, ainda por cima se apresenta sempre impregnado de óxido de tatânio (TiO_2) em proporções que variam desde 0,48% até 16%.

As dificuldades técnicas que se apresentam no aproveitamento da magnetita não permitiram que a iniciativa de Afonso Sardinha, um nome que não deve ser esquecido, tivesse resultado satisfatório. Outras iniciativas também fracassaram, porque trabalharam com minério dos grandes depósitos de magnetita existentes na zona das florestas orientais, do Sueste da Bahia, do Leste do Paraná e ao Nordeste de Santa Catarina. O centro dêste extenso distrito ferrífero é Jacupiranga, em São Paulo, com manifestações na Serra de Paranapiacaba. Estas manifestações se acentuam em Ipanema, onde se fizeram as primeiras instalações siderúrgicas do Brasil.

Não conseguimos aproveitar a magnetita, como também ainda não o conreguiu a União Sul Africana, onde existe grande quantidade de minério titanífero, nas proximidades das minas de carvão de pedra e dos portos.

No fim do século XVIII, verificou-se que o minério não magnético de ferro, a hematita, abundante em Minas Gerais, ao longo dos Rios Tocantins e Paraguai, no Amapá, no Ceará e em outros pontos do Brasil, "podia ser fàcilmente trabalhado, servindo para o preparo das ferramentas indispensáveis à lavra da terra e à mineração do ouro. Surgiram e se disseminaram pequenos núcleos industriais que aproveitaram a nova riqueza".

Em 1795 permitiu a Metrópole o estabelecimento de manufaturas de ferro. Em 1809, o Príncipe Regente se associou a uma emprêsa para a fabricação de ferro em Ipanema, emprêsa orientada por Varnhagen e sob a direção técnica de Hebdey, que falhou depois de ter construído dois pequenos altos-fornos e forjas catalãs. Em Minas, na mesma época, graças a qualidade do minério, triunfava Ferreira da Câmara "com o estabelecimento de fôrno no morro do Pilar" e, posteriormente venciam Eschwege em Congonhas do Campo, e Monlevade em São Miguel do Piracicaba. Estabelecia-se definitivamente no Brasil a indústria siderúrgica. Hoje, embora se concentre ela em Minas Gerais, alarga-se cada vez mais, já existindo altos fornos no Rio de Ja-

neiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Em breve, devem fumegar outros no Amapá, aproveitando o excelente minério lá existente e de recente descoberta. E' possível também instalá-los em Chaval, no Ceará, a poucos quilômetros de um pôrto profundo e sem dúvida, noutros pontos do País. E sempre, ou quase sempre, os fornos deverão ser a carvão de madeira, pois êste País riquíssimo em excelente minério de ferro é pobre em carvão mineral. Mas a carvão vegetal também se pode ter uma grande indústria siderúrgica.

O engenheiro Américo Renê Gianetti não aceita a classificação de pequena siderurgia a tôda a que se possa fazer a carvão de madeira. O fato da siderurgia ser grande ou pequena não dependeria do combustível empregado, e sim da capacidade da usina. A pequena siderurgia, seria aquela cujas usinas tivessem a capacidade de 50.000 toneladas anuais, ou menos. Usinas com capacidade de 50.000 a 120.000 toneladas anuais pertenceriam à grande siderurgia. Hoje já temos usinas a carvão de madeira com cêrca de 200.000 toneladas de capacidade, que pertencem, portanto, à grande siderurgia. Monlevade, por exemplo, pode produzir 200.000 toneladas, por ano, de diversos tipos de perfilados. No município Governador Valadares deve inaugurar-se, em breve, outra usina a carvão de madeira, com produção semelhante. Aliás a produção de ferro gusa a carvão de madeira, tem aumentado constantemente, indicando a sua solidez econômica, como se pode ver pelos dados abaixo:

PRODUÇÃO DE GUSA A CARVÃO DE MADEIRA EM TONELADAS

ANOS	
1915	3.259
1916	4.267
1917	7.648
1918	11.748
1919	10.808
1920	14.056
1921	17.747
1922	17.783
1923	25.187
1924	25.035
1925	30.046
1926	21.299
1927	15.353
1928	25.761
1929	33.707
1930	35.305
1931	28.114
1932	28.809
1933	46.774
1934	58.559
1935	64.082
1936	78.419
1937	98.101
1938	122.352
1939	160.016
1940	185.570
1941	208.795
1942	213.811
1943	248.376
1944	291.316
1945	259.909
1946	273.509
1947	304.966

Em 1946, Volta Redonda, trabalhando com coque metalúrgico produziu 95.745 toneladas de ferro gusa, elevando-se, assim, a produção brasileira a 369.254 tonela-

MADEIRA

Quadro I

	QUANTIDADE (m3)	VALOR (cruzeiro)	PREÇO MÉDIO (cruzeiro m3)
Território do Acre	16 343	2 647 622	162
Amazonas	27 074	2 487 878	92
Pará	115 642	9 765 052	84
Maranhão	36 747	2 438 262	66
Piauí	77 092	7 924 774	103
Ceará	43 400	5 604 858	129
Rio Grande do Norte	44 905	1 377 790	31
Paraiba	47 485	1 999 977	42
Pernambuco	41 690	3 155 605	76
Sergipe	81 964	1 334 064	70
Bahia	193 506	18 374 772	95
Espírito Santo	80 621	16 651 787	207
Rio de Janeiro	78 660	9 351 960	119
Distrito Federal	—	—	—
São Paulo	435 856	50 694 355	116
Paraná	1 375 414	135 391 152	98
Santa Catarina	1 803 597	92 323 141	115
Rio Grande do Sul	1 114 139	115 854 787	104
Goiás	81 806	22 539 657	276
Mato Grosso	13 593	1 878 830	138
Minas Gerais	874 385	143 963 010	165
Brasil	5 556 499	651 874 816	117

LENHA

	QUANTIDADE (m3)	VALOR (cruzeiro)	PREÇO MÉDIO (cruzeiro m3)
Território do Acre	366 395	6 107 175	16 66
Amazonas	887 207	11 309 639	12 74
Pará	1 703 765	10 342 051	6 00
Maranhão	3 311 245	18 153 353	5 48
Piauí	2 530 245	11 592 202	4 58
Ceará	4 024 885	25 199 852	6 26
Rio Grande do Sul	2 313 938	18 619 048	8 00
Paraiba	3 201 790	27 299 186	8 52
Pernambuco	2 229 200	15 370 800	6 89
Alagoas	2 090 689	11 114 600	5 31
Bahia	7 241 638	46 836 954	6 46
Espírito Santo	607 604	6 229 987	10 25
Rio de Janeiro	2 795 767	62 112 559	22 21
Distrito Federal	—	—	—
São Paulo	11 630 399	140 077 185	12 00
Paraná	3 226 000	19 925 135	6 17
Santa Catarina	4 355 614	31 016 557	7 12
Rio Grande do Sul	7 778 518	76 511 349	9 83
Mato Grosso	942 907	12 105 642	12 83
Goiás	1 708 934	13 071 815	7 64
Minas Gerais	24 870 400	202 896 000	8 15
Brasil	90 494 702	782 185 200	8 64

das. Em 1947, a produção total de ferro gusa no Brasil elevou-se a 480.638 toneladas, das quais 175.672 a coque metalúrgico, em Volta Redonda.

Um progresso tão acentuado em indústria privada não pode haver, repitamos, sem sólida base econômica. E' indústria, portanto, parece-nos, que deve ser mantida e generalizada, dadas, principalmente, as condições especiais do Brasil — pobreza de carvão, e riqueza extraordinária, riqueza de excelente minério de ferro. A própria criação da siderurgia a coque metalúrgico em Volta Redonda, não deve ser um motivo de desânimo. Em outros países, na Suécia e nos Estados Unidos, por exemplo, as duas metalurgias têm vivido e ainda vivem e prosperam lado a lado, cada uma com suas vantagens. São siderurgias que se completam. Vejamos, por exemplo, uns dados sôbre a Suécia, país que se situa nas proximidades de grandes exportadores de excelente carvão de pedra — Grã-Bretanha, Alemanha, Polônia e Bélgica. (Vide quadro III)

Observa-se que as duas siderurgias viviam e prosperavam lado a lado, num país de 440.000 quilômetros quadrados, — muito menor do que Minas Gerais — na proximidade de extensas zonas carboníferas, e dispondo de condições muito inferiores às do Brasil, quanto à produção de carvão de madeira. E a siderurgia a carvão de madeira tem, quanto às qualidades de seu gusa e de seu aço, vantagens tais que se torna possível exportar seus produtos até mesmo para grandes países siderúrgicos como a Bélgica, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Aliás, antes da Segunda Guerra Mundial, o Brasil já exportava aço para a Europa, e ensaiava a exportação para os Estados Unidos.

Afirma um técnico de grande valor "que a qualidade dos produtos (gusa e aço), obtidos com a intervenção única de um combustível puro como o carvão vegetal, é incomparàvelmente superior à dos fabricados com coque metalúrgico". "O coque comunica aos produtos da redução dos minérios as suas impurezas; produtos que exigem maiores despesas na sua transformação em aço do que o obtido em igualdade de condições com o carvão de lenha. Com o combustível vegetal é possível fabricar-se mais fàcilmente, isto é, com uma técnica operatória mais simples, tanto a fonte, produto da redução, como o aço, produto de seu refino".

E acrescenta:

"O mercado exterior poderá ser num futuro próximo uma conquista brilhante na nossa atual siderurgia. Os nossos minérios em geral puríssimos, reduzidos por um combustível também excelente, produzem um ferro gusa de primeira qualidade, que é isento de enxofre e quase isento de fósforo.

"E' o nosso ferro gusa um produto fino, tão bom ou melhor do que o similar estrangeiro.

"Graças a essa reputação começa o produto a ser exportado para a Europa.

CARVÃO VEGETAL

(Quadro II)

	QUANTIDADE (Kg)	VALOR (cruzeiro)	PREÇO MÉDIO (centavo Kg)
Território do Acre	364 860	173 840	47
Amazonas	6 502 457	1 627 716	25
Pará	996 899	137 787	13
Maranhão	5 506 805	1 017 271	18
Piauí	378 142	36 538	14
Ceará	408 530	400 263	11
Rio Grande do Norte	5 776 450	665 588	11
Paraíba	22 431 220	3 078 493	13
Pernambuco	70 911 970	7 525 854	10
Alagoas	21 006 900	1 964 030	9
Sergipe	1 565 449	191 071	12
Bahia	51 348 279	10 268 023	19
Espírito Santo	959 535	207 987	21
Rio de Janeiro	58 661 878	15 002 339	25
Distrito Federal	—	—	—
São Paulo	234 248 529	43 359 297	18
Paraná	5 676 757	904 853	15
Santa Catarina	4 061 451	720 559	17
Rio Grande do Su	12 188 086	2 921 320	23
Mato Grosso	748 684	221 571	29
Goiás	995 245	62 801	6
Minas Gerais	110 179 642	21 406 979	19
Brasil	617 916 768	111 915 180	18

DORMENTES

	QUANTIDADE (unidade)	VALOR (cruzeiro)	PREÇO MÉDIO (cruz. unid.)
Território do Acre	1 000	20 000	20,00
Amazonas	7 122	45 263	6,35
Pará	256 206	821 385	3,20
Maranhão	49 936	249 700	5,00
Piauí	43 619	187 577	4,30
Ceará	206 990	1 055 992	5,10
Rio Grande do Norte	29 998	184 863	6,16
Paraíba	88 909	539 797	6,00
Pernambuco	244 681	918 005	3,75
Alagoas	84 830	339 066	3,99
Sergipe	48 430	164 205	3,39
Bahia	307 252	1 229 224	4,00
Espírito Santo	253 532	1 268 580	5,00
Rio de Janeiro	282 078	1 677 670	5,94
Distrito Federal	—	—	—
São Paulo	545 791	3 363 660	6,16
Paraná	145 618	652 845	4,48
Santa Catarina	249 781	1 153 865	4,61
Rio Grande do Sul	659 405	4 899 440	7,43
Mato Grosso	194 039	1 210 032	6,23
Goiás	63 715	385 276	6,00
Minas Gerais	1 824 251	10 869 338	5,95
Brasil	5 587 183	31 235 783	5,59

(Quadro III)

	Toneladas				
	1933	1934	1935	1936	1937
Gusa a carvão.....	203.160	319.430	341.559	337.102	382.759
Gusa a coque.....	119.913	205.315	228.220	250.658	264.834
	323.073	**544.745**	**569.779**	**587.760**	**647.593**

Ensaia-se, neste momento, a sua exportação para os Estados Unidos. A Alemanha, a Bélgica e o Luxemburgo acabam de adquirir alguns milhares de toneladas e, o que é mais curioso, a própria Suécia nos comprou uma partida de mil toneladas. Os mercados da América do Sul já o têm adquirido de nossas usinas".

As duas siderurgias, portanto, podem viver lado a lado, como na Suécia e nos Estados Unidos, em regime de livre concorrência. E no Brasil, a siderurgia a carvão de madeira encontra facilidades, graças às nossas condições ecológicas muito superiores às que existem na Suécia e nos Estados Unidos.

As nossas condições ecológicas permitem que as nossas matas se reconstituam muito mais depressa do que nos países de climas temperados — frios e frios. Assim, conforme Koscinski, um pinheiro se desenvolve em um século no Canadá e em 120 anos na Finlândia. Gressey, para o Norte da Rússia, diz serem necessários 150 a 170 anos. O carvalho, na Europa, atinge a sua maturidade em 200 ou 250 anos, e a faia em 120 a 140. Para a produção de carvão, na Europa meridional, conforme Vaugham, um pinheiro necessita de 60 a 100 anos; um carvalho de 50 a 60 anos; uma faia, de 120 anos; um olmo, de 20 a 30 anos. No Brasil, a floresta se refaz em 20 anos. Em 10 a 15 anos o pinheiro fornece celulose. Em 7 anos, o eucalipto está fornecendo excelente carvão. São vantagens extraordinárias que devemos saber aproveitar. A silvicultura, como se vê, encontra nos climas subtropicais — úmidos e nos tropicais equatoriais as suas maiores possibilidades. Acredito, chegará o tempo que em tôrno do Equador se concentrará a maior produção de madeiras e celulose, ao contrário do que acontece presentemente. Aliás, nota-se que tal já começa a ser compreendido por espíritos mais argutos dos Estados Unidos e da Europa. Walter Schmidt, professor da Escola de Gothen, Alemanha, tratando de nossa siderurgia, chamava a atenção para a rapidez do repovoamento das florestas e o pêso considerável da madeira. Madeira pesada, carvão bom.

Baseado no fato da floresta no vale do Rio Doce se reconstituir inteiramente em 30 anos, o engenheiro Américo Renê Giannetti calcula que serão necessários 25.000 quilômetros quadrados de matas para a fabricação anual de dois milhões de toneladas de aço — quantidade esta que antes da Segunda Guerra Mundial apenas era ultrapassada pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Rússia, Alemanha, Japzo, França e Bélgica. Quando se pensa que um eucaliptal no Brasil se refaz não em 30 anos, mas em sete, verificamos que um hectare de eucaliptal vale por 4 hectares de mata natural, grosso modo. Os 25.000 quilômetros quadrados, poderiam ser substituídos por talvez 6.250 quilômetros quadrados, área demasiado diminuta. Essa redução considerável de área trás como uma das vantagens aproximar muito das usinas o centro fornecedor do carvão. Esta proximidade redunda numa diminuição no custo do frete e no melhor aproveitamento do carvão, pois chegará, esmagado em menor quantidade, ao fim da via-

SATMA

— um nome que é um símbolo de organização!

A experiência de 34 anos no ramo de seguros é o que lhe oferece a SUL AMÉRICA TERRESTRE, MARÍTIMOS E ACIDENTES, quando você recebe uma apólice de uma de suas nove carteiras! Durante 34 anos, o trabalho constante da SATMA foi aperfeiçoado até se tornar um símbolo de organização e eficiência. Isso significa absoluta proteção contra os golpes imprevistos da fatalidade!

★

SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES

A maior Companhia de Seguros Terrestres da América Latina

RIO DE JANEIRO

gem. A uniformidade da madeira possibilitará o preparo de carvão mais uniforme e de melhor qualidade do que o atualmente empregado. E' outra economia da floresta artificial, a floresta mantida em tôrno da fábrica e não a grandes distâncias, como acontece presentemente, que permitirá o aumento da capacidade das usinas. Sabe-se que a dureza do carvão limita a capacidade do alto-fôrno, pois é necessário evitar que o minério esmague o carvão. As possibilidades de fornecimento de carvão num raio de 100 quilômetros limitam a capacidade da usina. Êsses fatos de grande valor econômico, ainda não foram tomados em consideração pelas usinas siderúrgicas brasileiras, o que é lastimável. Atualmente já existem usinas que estão recebendo carvão dos limites da área econômicamente possível, sem que pensem num reflorestamento intensivo. Procedem com lastimável falta de previsão numa ânsia de grandes lucros imediatos que não lhes permite pensar no futuro.

Levando-se em consideração os dados anteriores, fácil é verificar que os dois milhões de toneladas de aço poderiam ser produzidos em dez usinas a carvão de madeira, o carvão poderia ser fornecido por uma área cujo raio fôsse apenas de 16 quilômetros, a partir da usina — 803 quilômetros quadrados, dos quais seriam deduzidos as áreas ocupadas por construções, estradas, barragens, hortas, pequenos prados, etc.

A floresta artificial de eucaliptos teria, sôbre a floresta natural, pelo menos, as seguintes vantagens:

a) Diminuiria muito as despêsas com o transporte do carvão.

b) Reduziria a percentagem de carvão pulverizado, percentagem que aumenta com a distância a percorrer.

c) Forneceria um carvão mais uniforme, mais rico em calorias.

d) Possibilitaria o emprêgo de fornos metálicos, o que traria um aproveitamento de talvez mais 20%, melhor assegurando o cálculo que fizemos.

Não ultimemos estas linhas sem informar que o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura iniciou em cooperação com a companhia Siderúrgica Belgo Mineira e plantio de grandes florestas de eucaliptos. A Usina Wig, também está reflorestando com a mudança de mentalidade podemos ter fé no futuro da siderurgia a carvão de madeira.

O Serviço Florestal do Ministério da Agricultura também articulou um contrato com a Companhia Siderúrgica de Vitória, Espírito Santo, para a plantação de grandes florestas de eucaliptos.

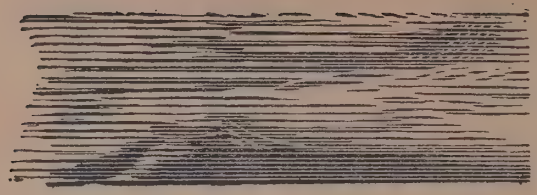
VOLTA À SUA MISSÃO DE PAZ...

Estão definitivamente restabelecidas as viagens da "Frota da Boa Vizinhança"... que tão importante papel desempenhou no curso da última guerra, e agora volta, em melhores condições do que nunca, a prestar seus serviços no incremento das relações entre os povos das Américas!

Inteiramente reconstruídos, modernizados e dotados de luxuosíssimas cabinas os imponentes barcos — "Brazil", "Argentina" e "Uruguay" porporcionarão a seus passageiros viagens magníficas, em ambiente de confôrto e bem-estar!

MOORE-McCORMACK Lines

BELÉM • BAHIA • SÃO PAULO • SANTOS • RECIFE • S. LUIZ — RIO: PRAÇA MAUÁ, 7-7.º — TEL.: 43-0810



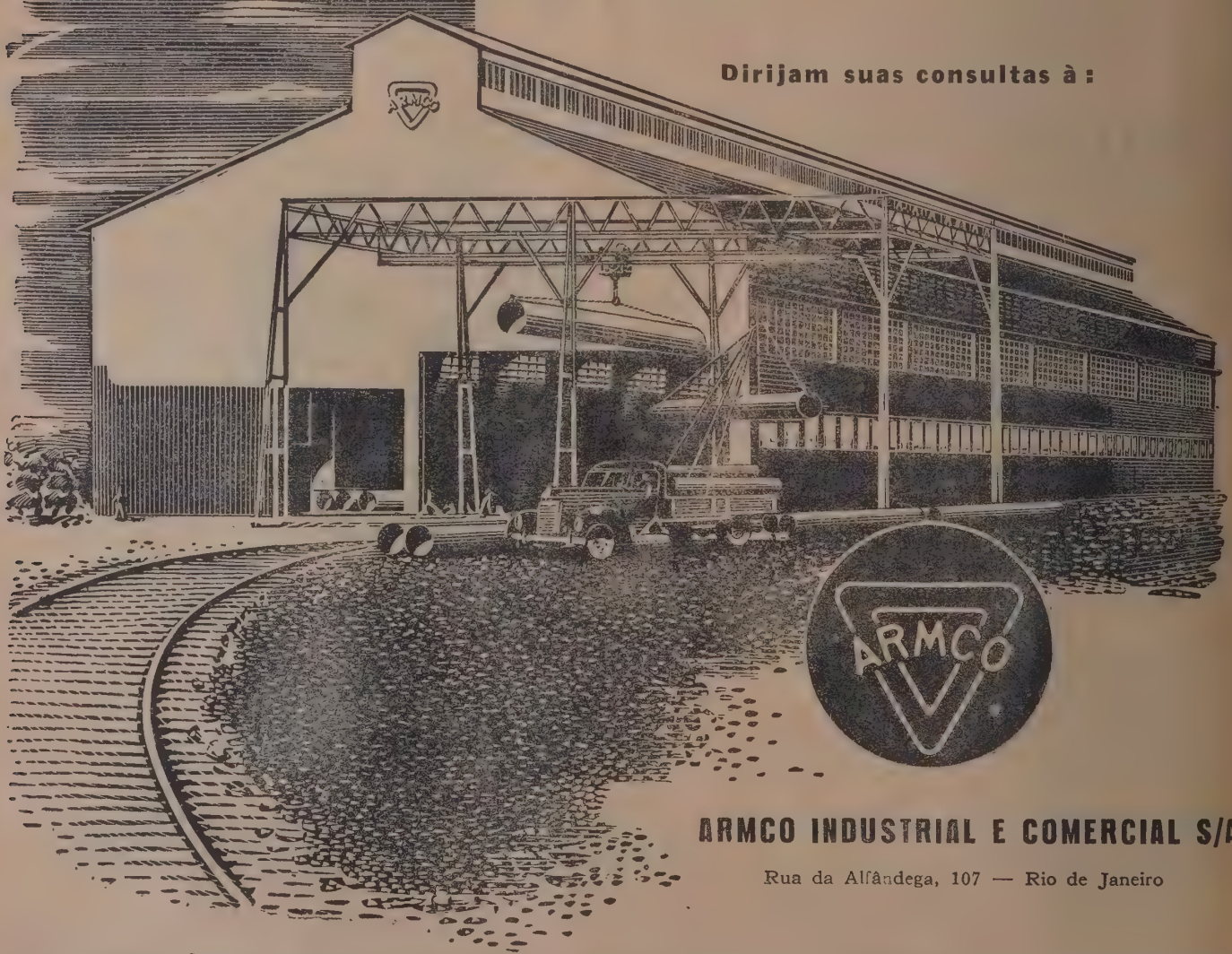
EMANCIPANDO A INDÚSTRIA BRASILEIRA

Com uma completa fábrica de tubos de aço soldados em pleno funcionamento no Brasil, a ARMCO Industrial e Comercial S/A. — aplicando a mais moderna técnica norte-americana — continua contribuindo para a emancipação da indústria brasileira nesse campo. A fabricação local dos tubos de aço soldados ARMCO representa para nossos empreendimentos, além de facilidade e presteza na obtenção dêsse material, diminuição do seu preço, pelo emprêgo de mão de obra e de matéria prima nacionais.

TUBOS DE AÇO SOLDADOS ARMCO

para tubulações adutoras, irrigação, "penstocks", estaqueamentos, etc., de diâmetros até 1,80 m.

Dirijam suas consultas à:



ARMCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A

Rua da Alfândega, 107 — Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - PÔRTO ALEGRE - SALVADOR CURITIBA - BELO HORIZONTE ♦ AGENTES NAS OUTRAS CAPITAIS DOS ESTADOS

Bem analisando, para encontrarmos contrastes não se torna preciso comparar a cidade e o campo, ou as grandes e pequenas cidades. Dentro do Rio de Janeiro, Capital Federal, colhemos êstes dois flagrantes, e êles não são únicos.

A Cidade e o Campo

Medida Pelo Confôrto

DUAS características geo-econômicas podem ser atribuídas ao Brasil. A primeira seria a acentuada concentração dos negócios nas capitais das diversas unidades da Federação. A segunda seria a absoluta liderança econômica que duas dessas capitais exercem sôbre as demais. Desnecessário assinalar que essas duas capitais são o Rio de Janeiro e São Paulo. E' bem verdade que, em contraposição à primeira característica, alguns casos podem ser apontados. João Pessoa, por exemplo, divide com Campina Grande as honras de maior centro de negócios da Paraíba, Ilhéus surge como uma capital do sul da Bahia. Belo Horizonte ainda não é o ponto central da economia de Minas Gerais, a qual se dissemina por outras regiões. A economia do Rio Grande do Sul ainda não encontrou em Pôrto Alegre o seu único grande foco de atração. O mesmo se deve observar, em menor ou maior escala, no Paraná, em Santa Catarina e mesmo em São Paulo. Cuiabá não é, em absoluto, o grande centro de negócios de Mato Grosso, e Goiânia, capital nova, também pode ser citada em contraposição à referida característica. Em conjunto, contudo, pode-se afirmar que as capitais brasileiras concentram, em grande parte, os negócios que se desenvolvem em tôdas as localidades do país.

Quanto à liderança do Rio e de São Paulo, contudo, nada há a objetar. Ela se consolida à medida em que os anos correm e nada até agora foi feito com o propósito de evitar com o Brasil, a repetição do milagre da estátua de cabeça de ouro e pés de barro. Ao contrário. Tôda a ação do poder público, que deve ser o poder responsável pelo

equilíbrio nacional, tem se encaminhado no sentido de cercar as duas grandes cidades brasileiras de condições que permitam seu maior desenvolvimento, com prejuízo, embora, do resto do país. E esta ação, em escala mais reduzida, vem operando, dentro de cada uma das unidades da Federação, o desenvolvimento de suas respectivas capitais, em detrimento de outras cidades e vilas e povoados. Um documento elucidativo dessa orientação procuramos oferecer nesta reportagem, na qual fixaremos, de maneira singela, aspectos da distribuição dos serviços de utilidade pública e conexos, por todo o território nacional.

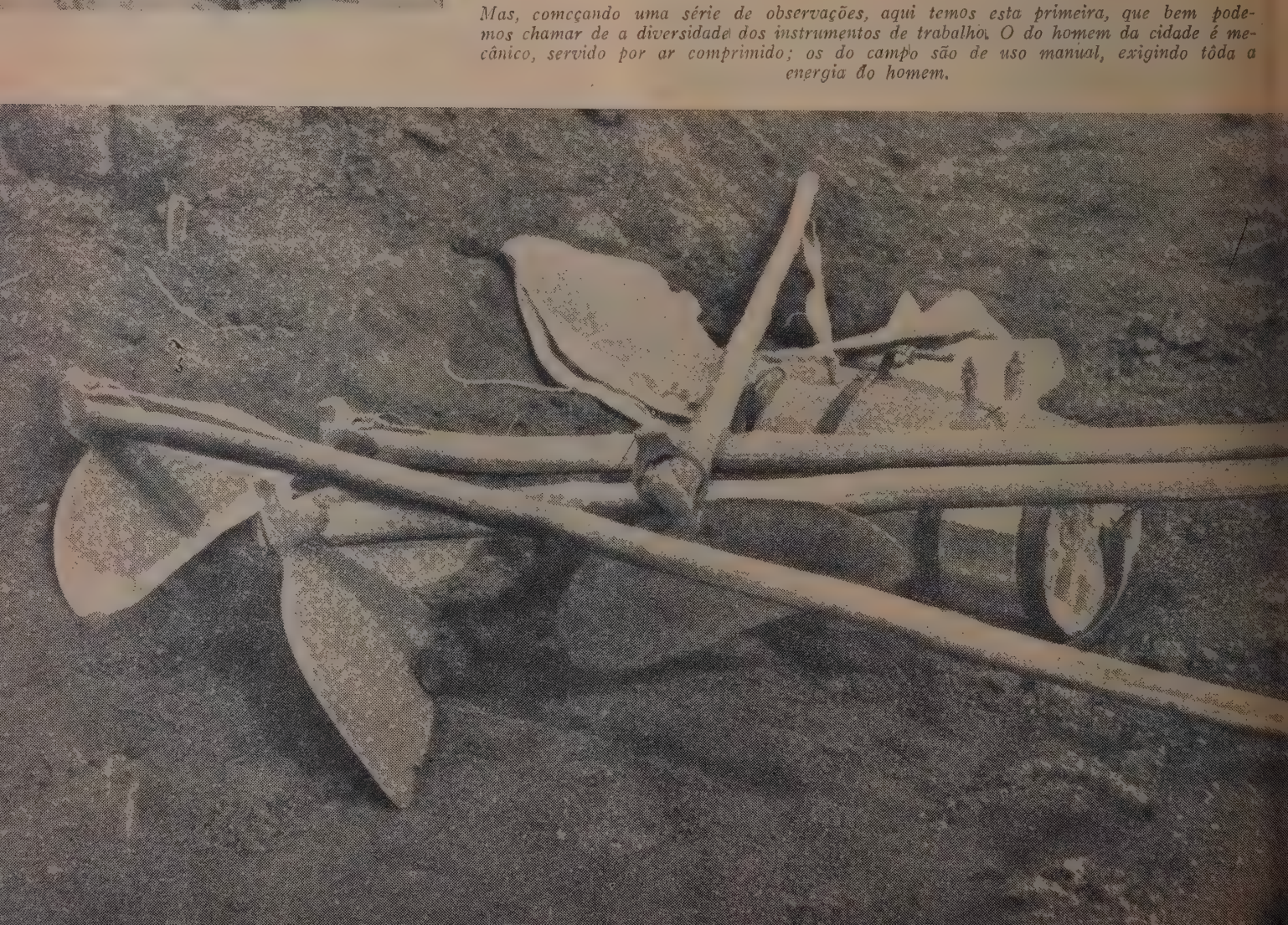
A CIDADE E O CAMPO

A ninguém de bom senso passará despercebida a importância que êstes serviços desempenham na fixação do homem e na sua eficiência social. Ao caboclo que trabalha a terra com a enxada não se vai exigir o mesmo rendimento que se pode exigir do operário citadino que maneja, auxiliado pela eletricidade, o tear de uma fábrica; ao caboclo não se vai exigir amor ao trabalho, que só lhe dá o eito de sol a sol, a casa de sapê, o analfabetismo, as crianças impaludadas, enquanto ao operário, mais das vêzes, êsse amor pode ser exigido, de vez que êle se traduz em oito ou seis horas de atividades confortáveis, numa casa higiênica, iluminada a eletricidade, com cinema à porta, escola para o filho, assistência médica acessível.

Ora, sabe-se perfeitamente que a eliminação dêsse contraste não cabe na casa de um século, num país pobre como o nosso, mas nada se pode assinalar como política que tenda a essa eliminação. Nossos caboclos do interior vivem hoje, a grosso modo, a mesma vidinha de seus pais e de seus avós, e a civilização que conhecem, mais das vêzes, é uma civilização na estrada ou no céu, na passagem de um caminhão ou de um aeroplano, ou aquela apreendida uma vez por semana, no dia da feira na cidade grande, à porta da botica ou do armazém, ouvindo rádio ou assistindo fitas de "cow-boy".

O conhecimento dessas coisas faz com que, vinculadas às características geo-econômicas a que nos referimos, e sendo delas causa e efeito, possamos atribuir ao Brasil duas características geo-sociais. A primeira seria a acentuada concentração do confôrto nas capitais das diversas unidades da Federação. A segunda seria a espetacular liderança que duas dessas ca-

Mas, começando uma série de observações, aqui temos esta primeira, que bem podemos chamar de a diversidade dos instrumentos de trabalho. O do homem da cidade é mecânico, servido por ar comprimido; os do campo são de uso manual, exigindo tôda a energia do homem.



As estatísticas que relacionam os fatos culturais falam tão claramente como as fotografias: livros e jornais, só na cidade, pelo menos com maiores facilidades de acesso. No campo, o jornal e o livro chegam para os mais progressistas ou porque, num determinado momento, apareceu um moço da cidade que precisiva vender, prestigiado por um amigo comum.

pitais — Rio e São Paulo — exercem sôbre as demais, no que diz respeito ao confôrto. Como, em parte substancial, êsse confôrto se traduz nos chamados serviços de utilidade pública, por êles iremos iniciar esta reportagem.

PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS

Segundo elementos coligidos pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, no Brasil existiam, em 1945, 20.554 logradouros pavimentados. Pois bem, dêsses logradouros, 7.434 estavam localizados nas capitais. As capitais, portanto, possuíam 36,2% de todos os logradouros pavimentados nas 1.698 cidades brasileiras, nas 3.339 vilas e nos milhares de povoados que se distribuem pelo país. Tenha-se em conta que essas capitais eram em número de 23, pois nem Boa Vista, capital do Território de Rio Branco, nem Macapá, capital do Território do Amapá, dispunham de ruas ou praças pavimentadas.

Dos 20.554 logradouros pavimentados, em tôdas as localidades do Brasil. 1.794 o eram de concreto e asfalto. Pois bem, dêsses logradouros concretados ou asfaltados, 1.169 pertenciam às 23 capitais, alcançava, por conseguinte, 65,2 por cento. Quanto aos logradouros pavimentados de paralelepípedos, em número de 8.968, em tôdas as localidades brasileiras, 4.037 pertenciam a 19 capitais. A proporção, no caso, atingia 45,0% Já com os logradouros pavimentados de pedras irregulares, a situação era menos chocante. No Brasil existiam, em 1945, 6.244 logradouros nessas condições; dêsses, 1.282, ou melhor, 20,5%, pertenciam a 15 capitais. No que se refere à pavimentação de macadame simples e betuminoso, possuía o Brasil, 3.548 logradouros, dos quais 946, ou sejam 26,7%, estavam localizados em 9 capitais.

Nos Territórios do Guaporé e do Acre, não havia um só logradouro pavimentado de paralelepípedos, de pedras irregulares, ou de macadame simples e betuminoso. Nos Territórios do Rio Branco e de Amapá, nenhuma espécie de pavimentação era conhecida, em qualquer de suas cidades ou vilas. Nos Estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, nenhum logradouro era pavimentado de macadame simples e betuminoso. Em Sergipe, não existiam ruas ou praças pavimentadas de concreto e asfalto.

Para se ter uma melhor idéia do comportamento do problema, nas diversas unidades da Federação, extraímos do "Anuário Estatístico do Brasil" os dados que compõem a Tabela I. Quanto à situação das capitais, também contida na Tabela I, alguns reparos devem ser registrados. Em Pôrto Velho e Rio Branco, não existiam logradouros pavimentados de paralelepípedos, de pedras irregulares e de macadame simples e betuminoso. Em Boa Vista e em Macapá nenhuma pavimentação era conhecida. Em Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Belo Horizonte, Florianópolis e Cuiabá, não havia pavimentação à base de macadame simples e betuminoso. Em Teresina e em Goiânia, o paralelepípedo não era uti-

Dois extremos: em cima, a luta pela água, extraída de um poço, e, ao fundo, uma casa modesta, porém das de melhor qualidade, na média da habitação rural. Em baixo, um recanto de um moderno bairro carioca — a Gávea — onde a água chega pelo sistema hoje governado pela Prefeitura Municipal. Acontece, porém, que no Rio às vêzes também falta água.

lizado na pavimentação de ruas e praças. Em Recife, não existiam logradouros pavimentados de pedras irregulares. Também em Aracaju, Vitória, Folrianópolis, Pôrto Alegre e Goiânia êsse tipo de pavimentação era desconhecido. Em Aracaju não havia ruas asfaltadas e pavimentadas de concreto. O mesmo se observava em Florianópolis.

No conjunto da Tabela I, a situação de São Paulo — Estado e Capital — e a do Distrito Federal se projeta de maneira acentuada. As cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, em relação a tôdas as capitais brasileiras, apresentam percentagens elevadas, no total e em todos os tipos de pavimentação utilizados. Os logradouros pavimentados dessas duas cidades representavam 54,2% dos logradouros pavimentados de tôdas as capitais brasileiras. Quanto à pavimentação à base de concreto e asfalto, essa percentagem ia a 66,6%; quanto à pavimentação de paralelepípedos, ia a 61,7%; quanto à de pedras irregulares, a 32,9%; quanto à de macadame simples e betuminoso, a 35,9%. Isto confirma plenamente, quanto a êsse importante melhoramento urbano que é a pavimentação dos logradouros, o que acima enunciamos.

Diante de muitas destas casas talvez os barracos das favelas dos morros cariocas possam ser considerados palacetes. Temos, como se vê, desde a casa lacustre e a de sapé, até a de madeira, tudo condicionado às questões de meio e clima.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Mas não fica nisto apenas. Vejamos a situação dos logradouros, quanto à iluminação pública. Em 2.929 localidades brasileiras havia, em 1945, 59.243 logradouros iluminados. Mais de mil dêsses logradouros eram iluminados a carbureto, querosene e outros processos, pois apenas 58.143 recebiam os benefícios da eletricidade. Pois bem, dêsses 58.143 logradouros distribuídos por quase 3.000 localidades do país, 11.930 pertenciam a 25 capitais. Isto quer dizer que 25 localidades concentravam mais de 20% dos logradouros servidos por iluminação pública a eletricidade.

No Território do Guaporé, apenas 41 ruas eram iluminadas a eletricidade, no do Rio Branco, 11; no do Amapá, 47. No Estado do Amazonas, 449 logradouros estavam beneficiados por iluminação pública elétrica; no Território do Acre, pouco mais de 100; no Pará, menos de 800; no Maranhão, 418; no Piauí, 666; no Rio Grande do Norte, 785; em Sergipe, 903; em Mato Grosso, 374.

No conjunto das 25 capitais brasileiras, havendo 11.930 logradouros iluminados a eletricidade, havia tão somente 4.850 sem iluminação de qualquer espécie. Isto nos dá conta da intensidade com que êsse importante melhoramento urbano se apresenta nessas localidades. Os logradouros iluminados a eletricidade existentes no Rio montavam a 4.338, e em São

Paulo a 1.613. Observa-se, por conseguinte, que, nessas duas capitais, estão reunidos quase 50% dos logradouros que dispõem do serviço de iluminação pública e que se localizam em tôdas as 25 capitais.

ABASTECIMENTO DÁGUA E ESGOTOS

Nas vinte e duas capitais brasileiras, havia, no mesmo ano, 11.282 ruas e praças com água potável canalizada, pois em Rio Branco, em Boa Vista e em Macapá êsse serviço não era conhecido. Em Pôrto Velho apenas 24 logradouros possuíam água potável canalizada; em Teresina, 55; e em Cuiabá, 83. No conjunto dêsses 11.282 logradouros, a participação do Rio de Janeiro ia a 2.027, e a de São Paulo a 1.939, o que representa, consequentemente, 55%, mais da metade, pois.

Percentagem maior era encontrada no que diz respeito a logradouros beneficiados com esgotos sanitários. Dezoito capitais, apenas, possuem esgotos dessa natureza, e os logradouros servidos atingem a 6.848. Pois bem, em relação ao total, a participação do Rio e São Paulo vai a 57,9%. Das capitais brasileiras, Rio Branco, Manaus, Boa Vista, Macapá, Maceio e Cuiabá não dispõem de logradouros com esgotos sanitários.

Quanto aos esgotos pluviais, não dispomos de dados sôbre o Distrito Federal, e os de São Paulo nos parecem passíveis de retificação, pois não seria lógico que a capital paulista apenas possuísse 281 logradouros beneficiados por esgotos daquela espécie, quando Belo Horizonte apresenta 418, Curitiba 295, Pôrto Alegre 287, Recife 302, Salvador 394 e Belém 204. De qualquer maneira, a título ilustrativo, informamos que, nas capitais brasileiras, existiam, em 1945, 2.816 logradouros servidos por esgotos pluviais, com a lacuna do Distrito Federal, já mencionada.

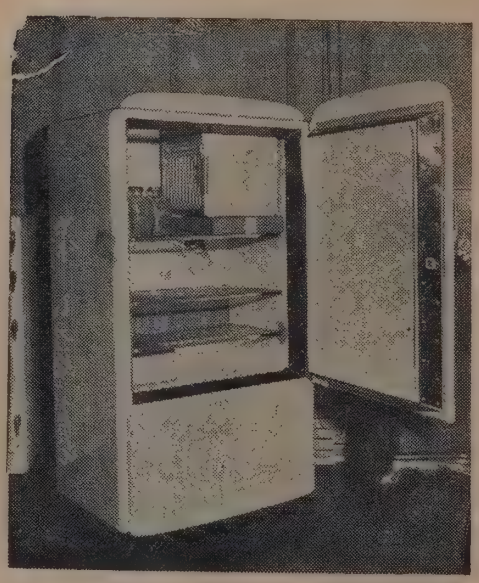
ILUMINAÇÃO DOMICILIÁRIA

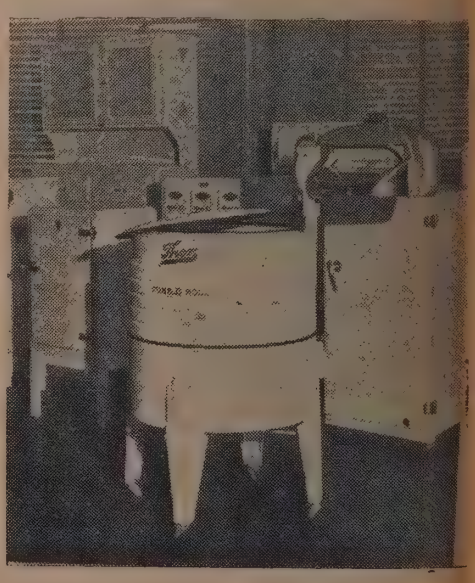
Um dos mais importantes índices de confôrto de uma população pode ser encontrado na iluminação dos domicílios. Pois bem, em 2.880 localidades brasileiras investigadas pelo Serviço de Estatística da Educação e saúde existiam, em 1945, 1.678.977 domicílios servidos por iluminação elétrica. Dêsse total, contudo, quase 792 mil encontravam-se nas 25 capitais brasileiras. Isto quer dizer que 47% das habitações atendidas pela iluminação elétrica localizavam-se nas capitais das diversas unidades da Federação.

No Território de Guaporé apenas existiam 576 ligações domiciliares; no de Rio Branco, 136; no do Amapá, 369; no do Acre, 1.038. a cidade do Rio de Janeiro 275.293 residências eram servidas por iluminação elétrica, e na de São Paulo, 248.587. Qualquer uma das duas cidades possuía mais ligações domiciliares do que qualquer dos Estados brasileiros, com exceção, é claro, do de São Paulo e do próprio Distrito Federal. No Estado de Minas Gerais, por exemplo, havia menos de 211 mil ligações domiciliares e no do Rio Grande do Sul menos de 130 mil.

No conjunto dos domicílios servidos pelo iluminação elétrica e localizados nas 25 capitais brasileiras, a participação de São Paulo e do Rio alcançava 66%. Depois dessas duas capitais, as mais dotadas dêsse melhoramento eram a de Pôrto Alegre, a de Recife, a de Belo Horizonte e a de Salva-

E' muito baixo o índice de consumo de energia elétrica, nos domicílios. E, para iluminação urbana, os números citados nesta reportagem mostram a concentração que beneficia os grandes centros. O uso da eletricidade na vida rural é nulo, ainda.





E êste último contraste... À esquerda, a água transportada em barris, nos burricos, para o suprimento doméstico; e em cima, uma estação de beneficiamento do precioso líquido.

dor. Coisa curiosa a assinalar é que, enquanto em tôdas as capitais, o número de logradouros beneficiados com iluminação pública a eletricidade ia a 11.930, os beneficiados com iluminação particular atingiam a 12.795. A assinalação dessa curiosidade obriganos a voltar à análise da situação da iluminação pública.

AINDA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Como é sabido, a iluminação pública é fornecida através de focos ou combustores. Nas 2.929 localidades investigadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, localidades que possuíam 59.243 logradouros iluminados a eletricidade, essa iluminação era fornecida por meio de 554.374 postes ou combustores. Vinte e três por cento dêsses postes localizavam-se nas capitais, que, contando com 11.930 logradouros servidos pela iluminação pública, nêles possuíam mais 127.100 postes.

Na cidade do Rio de Janeiro estavam situados 34.938 combustores, na de São Paulo 22.194. Quanto ao número de combustores, a participação dessas duas capitais, sôbre o conjunto das 25 capitais, atingia 44,7%. Depois do Rio e São Paulo, as capitais mais bem sevidas de focos de iluminação pública eram o Recife, Belo Horizonte, Salvador e Pôrto Alegre.

PRÉDIOS COM ÁGUA ENCANADA

Outro índice significativo do confôrto de uma população pode ser configurado através dos serviços de abastecimento dágua. Em todo o Brasil, em 1945, apenas 1.163 localidades possuíam abastecimento dágua domiciliar. Em tôdas essas localidades 32.445 logradouros eram servidos, e eram servidos 1 milhão e mais de 92 mil prédios. Nos Territórios do Acre, de Rio Branco e de Amapá não havia abastecimento domiciliar. No Território do Guaporé e no Estado do Amazonas, tão somente três localidades eram beneficiadas por êsse serviço. No Maranhão, 4; no Piauí, 1; no Ceará, 5; no Rio Grande do Norte, 4; na Paraíba, 7; em Sergipe, 3; em Goiás, 7.

Dos 32.445 logradouros servidos por abastecimento dágua, em todo o Brasil, 11.285, o que vale dizer 34,8 por cento, localizavam-se nas capitais. Muito mais da metade dos logradouros pertencentes às capitais ficava no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Rio de Janeiro, havia 3.709 logradouros servidos de abastecimento dágua e, em São Paulo, 2.553. Dos quase 1

milhão e 100 mil prédios abastecidos por água encanada, 55,2%, ou melhor, 603.399 ficavam nas capitais. Pois bem, dêsses 603.000, 209.161 pertenciam ao Rio de Janeiro, e 164.128 a São Paulo. A percentagem dessas duas capitais, sôbre o conjunto das capitais brasileiras, ia a quase 62%.

Em Pôrto Velho apenas 385 casas eram servidas por água potável canalizada; em Manaus, 8.170; em São Luís, 6.155; em Teresina, 2.281; em Natal, 5.263; em João Pessoa, 5.000; em Maceió, 5.760; em Aracaju, 6.169; em Vitória, 6.741; em Florianópolis, 3.977; em Cuiabá, 1.870; em Goiânia, 1.559. As capitais mais bem servidas, depois do Rio e de São Paulo, eram a de Pôrto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Belém e Niterói.

MANANCIAIS, RÊDE E RESERVATÓRIOS

Cêrca de 36% dos mananciais captados, para o abastecimento dágua, em todo o Brasil, atendiam às capitais. Nas quase 1.200 localidades que dispunham dêsse melhoramento urbano, os mananciais captados tinham uma capacidade, por 24 horas, de 6 e meio milhões de metros cúbicos. Pois bem, somente os que satisfazem às capitais brasileiras somam, de capacidade em 24 horas, 2 milhões e quase 400 mil metros cúbicos. Não fica nisto, porém. A extensão total das rêdes adutoras que servem a todas as localidades brasileiras não atinge a 5 milhões de metros. Somente as que servem às capitais chegam a 1 milhão e 300 mil metros, representando, por conseguinte, 26% do total.

Quanto à rêde distribuidora, que é um elemento substantivo da intensidade do serviço, a percentagem das capitais chega a 50%. Em todo o Brasil, a extensão dessa rêde é de cêrca de 13 milhões e 750 mil metros; somente a das capitais vai a quase 6 milhões e 755 mil metros. Em relação a tôdas as capitais servidas por abastecimento dágua, o Rio e São Paulo dispõem de 38% da capacidade dos mananciais, de 56% da extensão de rêde adutora, de 66% da rêde distribuidora.

Para servir ao Rio de Janeiro, 79 mananciais são captados. Para servir a São Paulo, 5. Niterói é servido por 8 mananciais; Curitiba, por 9; Natal, por 5; Belo Horizonte, por 7; Recife, por 3; Salvador, por 5. Para atender às necessidades das capitais, 145 mananciais são captados, e existem 130 reservatórios. Dêsses reservatórios, 28 estão localizados no Rio e 17 em São Paulo; 27 em Pôrto Alegre e 6 em Belo Horizonte; 6 em Vitória e 5 tanto em Salvador, como em Niterói, como em Recife.

A capacidade dos reservatórios que servem às capitais quase atinge 713 mil metros cúbicos. Somente os reservatórios que atendem às necessidades dos habitantes do Rio têm a capacidade de 260 mil metros cúbicos, e os da cidade de São Paulo, 195.030 m3. Basta esta assinalação, para que tenhamos conhecimento da distribuição geográfica dêsse serviço, em nosso país.

ESGOTOS SANITÁRIOS

Em todo o Brasil, apenas 408 localidades possuíam, em 1945, esgotos sanitários. O sistema mais comum de esgotos era o sistema misto, que atendia a 154 localidades; seguiam-lhe o separador e o separador absoluto, vindo depois o unitário. A extensão da rêde de esgotos, em todo o país, não atingia 6 milhões e 200 mil metros, sendo que no Acre, em Rio Branco, no Amapá, no Piauí, em Mato Grosso e em Goiás, êsse serviço não era sequer conhecido.

Cêrca de 46% da rêde de esgotos do país serviam às capitais, nas quais existiam para mais de 2 milhões e 800 mil metros de rêde. No Rio de Janeiro, a rêde media quase 700 mil metros, em São Paulo muito mais de 850 mil. As duas cidades, em conjunto, contribuíam com mais de 55% da rêde existente em tôdas as capitais brasileiras.

Nas 408 cidades que dispunham de esgotos sanitários, 17 mil logradouros eram servidos, sendo que no Amazonas apenas 3 e em Guaporé 10. Pois bem, somente nas capitais, 6.848 logradouros possuíam esgotos sanitários. Isto equivale a dizer que 40% dos logradouros beneficiados pertenciam às capitais. Dentro das capitais, a participação do Rio e de São Paulo alcançava 58%, pois somente o Rio tinha 2.027 logradouros atendidos por esgotos sanitários, enquanto que São Paulo tinha quase 2 mil.

Quanto aos prédios esgotados, a situação é ainda muito mais grave. Em todo o Brasil, êsses prédios montavam a 632 mil. Somente nas capitais, a 361 mil e pouco — 57%. Somente no Rio, a quase 131 mil. Somente em S.

NÚMERO DE LOGRADOUROS PAVIMENTADOS, NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E NAS CAPITAIS — 1945

TABELA I

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Dados numéricos	CAPITAIS	Dados numéricos
Guaporé	1	Pôrto Velho	1
Acre	34	Rio Branco	2
Amazonas	136	Manáus	86
Rio Branco	—	Boa Vista	—
Pará	200	Belém	96
Amapá	—	Macapá	—
Maranhão	267	São Luís	116
Piauí	127	Teresina	25
Ceará	667	Fortaleza	197
Rio Grande do Norte	197	Natal	88
Paraíba	230	João Pessoa	63
Pernambuco	818	Recife	280
Alagôas	307	Maceió	76
Sergipe	292	Aracaju	48
Bahia	2 455	Salvador	811
Minas Gerais	3 824	Belo Horizonte	440
Espírito Santo	231	Vitória	100
Rio de Janeiro	1 205	Niterói	170
Distrito Federal	2 702	Rio de Janeiro	2 702
São Paulo	3 999	São Paulo	1 327
Paraná	428	Curitiba	83
Santa Catarina	461	Florianópolis	41
Rio Grande do Sul	1 919	Pôrto Alegre	523
Mato Grosso	83	Cuiabá	51
Goiás	148	Goiânia	108
BRASIL	**20 551**	CAPITAIS	**7 434**

FONTE — Serviço de Estatística da Educação e Saúde.

Paulo, a quase 122 mil. A percentagem do Rio e de São Paulo, reunidos, sôbre o conjunto das capitais servidas ia a quase 70%. No Amazonas apenas 20 prédios eram esgotados; no Guaporé, 134; no Rio Grande do Norte, 981. Em Rio Branco, Manaus, Boa Vista, Macapá, Teresina, Maceió e Cuiabá, não havia esgotos sanitários.

PANORAMA GERAL

Na Tabela II alinhamos, para cada unidade, da Federação, o número dos prédios recenseados em 1940, a população estimada para 1945, e o número de prédios servidos por iluminação domiciliária, por abastecimento de água potável e por esgotos sanitários. Por ela se poderá perceber a extraordinária concentração do confôrto em poucas unidades da Federação, à frente o Distrito Federal e São Paulo.

Em 1945, possuíam logradouros pavimentados: 955 cidades, 283 vilas e 53 povoados, num total de 1.291 localidades. Possuíam logradouros arborizados ou ajardinados: 1.363 cidades, 466 vilas e 74 povoados, num total de 1.903 localidades. Possuíam iluminação pública ou domiciliária: 1.432 cidades, **1.153 vilas**; 766 povoados, num total de 3.351 localidades. Dessas localidades: 3.145 eram servidas a eletricidade, 16 a gás acetileno, e 190 a querosene, gás de hulha (2), álcool (2) e gasolina (8). Possuíam abastecimento dágua: 753 cidades, 533 vilas e 137 povoados, num total de 1.423 localidades. Possuíam esgotos sanitários: 427 cidades, 79 vilas e 20 povoados, num total de 526 localidades.

No mesmo ano, em 1945, havia no Brasil: 1.698 cidades, 3.339 vilas e muitos milhares de povoados. O confronto dêsses números com os que ficaram atrás dispensa comentários.

Em 1943, havia no Brasil 1.575 municípios. Dêsses, 1.328 possuíam serviço de limpeza pública; 1.023 possuíam serviço de remoção de lixo domiciliar; 79 possuíam balneários; 222 possuíam bosques, hortos e parques. O simples registro dessa distribuição também dispensa comentários.

ENERGIA ELÉTRICA

Em 1941, o consumo de energia elétrica, em todo o Brasil, alcançou 2 bilhões e 610 milhões de kWh. Pois bem, naquele ano, o consumo no Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo foi da ordem de 1 bilhão e 272 milhões de kWh, representando, assim, 49% do total consumido. A partir daquela data, o consumo no Rio e em São Paulo, reunidos, teve o seguinte comportamento, em milhões de kWh:

1942	1.380
1943	1.512
1944	1.668
1945	1.848
1946	2.028
1947	2.208

CINEMAS E TEATROS

Infelizmente, os elementos estatísticos sao pobres quanto a outros aspectos que determinam o confôrto da po-

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS PRÉDIOS EXISTENTES NO BRASIL — 1945

TABELA II

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA	PRÉDIOS RECENSEADOS (1940)	PRÉDIOS SERVIDOS POR		
			Iluminação elétrica (1)	Abastecimento d'água	Esgotos sanitários
Guaporé	23 800	(2) —	576	420	134
Acre	89 300	20 545	1 038	—	—
Amazonas	474 400	88 398	11 405	8 284	20
Rio Branco	13 500	(3) —	136	—	—
Pará	1 033 800	206 101	24 235	19 531	5 112
Amapá	24 100	(4) —	369	—	—
Maranhão	1 383 300	290 998	7 207	6 814	4 001
Piauí	915 600	178 871	5 923	2 281	—
Ceará	2 341 800	461 681	29 829	13 476	5 206
Rio Grande do Norte	860 100	180 155	12 711	5 396	981
Paraíba	1 592 800	327 635	27 897	7 097	4 456
Pernambuco	3 009 400	547 991	72 074	33 814	15 315
Alagôas	1 065 400	244 330	19 948	7 480	1 252
Fernando de Noronha	1 200	(5) —	—	—	—
Sergipe	607 400	146 628	10 838	272	1 699
Bahia	4 388 000	976 027	52 938	33 885	12 367
Minas Gerais	(6) 7 544 200	1 479 544	210 468	140 274	81 822
Espírito Santo	(6) 840 100	150 552	16 791	14 080	4 871
Rio de Janeiro	2 069 500	403 776	96 771	69 318	39 250
Distrito Federal	1 975 700	284 892	275 293	209 161	130 886
São Paulo	8 051 700	1 535 262	570 450	393 903	263 129
Paraná	1 384 500	281 137	41 522	18 501	12 925
Santa Catarina	1 319 700	244 042	35 268	9 698	3 279
Rio Grande do Sul	3 718 900	674 241	129 427	82 272	44 269
Mato Grosso	471 300	79 599	9 433	7 091	—
Goiás	925 500	157 533	14 430	2 845	1 040
BRASIL	**46 200 000**	**9 073 245**	**1 676 977**	**1 092 493**	**632 014**

(1) Ligações domiciliares.- (2) Incluídos em Mato Grosso e Amazonas.- (3) Incluídos no Amazonas.- (4) Incluídos no Pará.- (5) Incluídos em Pernambuco.- (6) Exclusive a população da serra dos Aimorés.

pulação. Referimo-nos a hotéis e a carris-urbanos, especialmente. Quanto aos cinemas e outras casas de diversões alguma notícia pode ser dada, mas apenas relativamente a 1944. Então, existiam no Brasil, 1.666 casas de diversões, das quais 150 no Distrito Federal e 354 no Estado de São Paulo. Dessas casas de diversão, 51 eram teatros (dos quais 9 no Distrito Federal e 7 em São Paulo), 370 eram cine-teatros (dos quais 8 no Distrito Federal e 78 em São Paulo), 947 cinemas (dos quais 104 no Distrito Federal e 258 em São Paulo), 47 cassinos (dos quais 3 no Distrito Federal e 4 em São Paulo), 97 "dancings" (dos quais 13 no Distrito Federal e 6 em São Paulo).

VEÍCULOS

Quase 25% dos automóveis em circulação no Brasil, em 1946, estavam registrados no Distrito Federal. Naquele ano, havia, em todo o território nacional, pouco mais de 114 mil automóveis comuns de passageiros em tráfego; somente no Distrito Federal, havia mais de 26 mil. Quanto aos ônibus e caminhonetas, em número de 8 mil, em todo o Brasil, quase 1.500 pertenciam ao Distrito Federal.

BIBLIOTECAS E IMPRENSA

Em todo o Brasil, existiam, em 1944, 2.513 bibliotecas públicas e semi-públicas. Dessas, 1.009 estavam localizadas nas capitais das diversas unidades da Federação. Dessas 1.009, 398 pertenciam ao Rio de Janeiro e 123 à cidade de São Paulo. Em todo o Brasil existiam, em 1945, 2.166 periódicos (jornais, revistas, etc.). Dêsses, 1.350 estavam localizados nas capitais. Dêsses 1.350, 700 pertenciam ao Rio de Janeiro e 225 à cidade de São Paulo.

ENSINO E ASSISTÊNCIA MÉDICA

Mas não pode ficar aí a concentração de confôrto, já assinalada, se, para concluir, não nos referirmos a alguns aspectos do ensino e da assistência médico-sanitária. Limitamo-nos, no que diz respeito ao assunto, às características gerais. Quanto às unidades escolares, existiam menos de 50 mil, em todo o Brasil, enquanto, somente nas capitais, mais de 9.500. Isto em 1943. Das 9.500 unidades escolares localizadas nas capitais, 2.512 pertenciam ao Distrito Federal e 1.875 à cidade de São Paulo.

Em referência aos estabelecimentos de assistência médico-sanitária, que montavam a 759, em 1945, em tôdas as capitais, 191 estavam localizados no Rio de Janeiro e 137 na cidade de S. Paulo. Êsses estabelecimentos compreendiam hospitais, clínicas, ambulatórios, etc. O total dos leitos existentes nos hospitais das diversas capitais do país era de 43.784; somente os hospitais do Rio possuíam 12.910 leitos, e os de São Paulo 7.463. O total dos leitos existentes nas clínicas das diversas capitais do país era de 948; somente as clínicas localizadas no Rio possuíam 250 leitos, e as de São Paulo 162.

Coca-Cola
MARCA REGISTRADA
EXPANDE-SE NO BRASIL!

CAPITAIS BRASILEIROS, CONFIANTES NO ÊXITO DA MAIS FAMOSA BEBIDA AMERICANA, EMPREENDEM A MONTAGEM DE FÁBRICAS EM VARIOS PONTOS DO PAÍS

O sucesso de Coca-Cola no Brasil vem comprovar que essa bebida agrada a todos os paladares. Coca-Cola já conta com fábricas em várias cidades como Rio, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, devendo ser instaladas as de Santos, Campinas e Niteroi. Na foto vemos uma fábrica modelo de Coca-Cola em Atlanta, Estados Unidos. Fábricas como estas estão produzindo Coca-Cola no Brasil.

Produzida com um xarope de essencias naturais, agua purissima e açucar da mais alta qualidade, Coca-Cola é um produto em cuja fabricação, em qualquer de suas fases, não toca a mão do homem. As garrafas especiais são lavadas e higienizadas automaticamente, e todo o processo industrial garante que a bebida seja sempre idêntica e com idêntico sabor.

Vemos nesta foto a fase final do engarrafamento, na qual as garrafas são cuidadosamente examinadas por meio de lentes e focos de luz. As fábricas engarrafadoras brasileiras de Coca-Cola estão sendo constituidas com capitais nacionais e locais para cada cidade, com a orientação técnica de "The Coca-Cola Export Sales Co.", Av. Rio Branco, 257 - 14.º, Rio.

SENADOR ROBERTO SIMONSEN

O Brasil Perde um Líder

O que o Brasil perdeu na tarde infausta em que Roberto Simonsen tombou na tribuna da Academia de Letras foi um líder. Êsse o aspecto mais importante de perda nacional, num país em que os homens de comando com tantas qualidades escasseiam.

Aquêle que foi um legítimo capitão de indústria no moderno e elevado sentido do têrmo morreu com o fardão de uma academia literaria, o que pode parecer uma contradição. No caso de Roberto Simonsen, porém, foi uma complementação. Tais fatos, indicativos do valor excepcional de sua personalidade, bastam para evidenciar o tamanho da perda e devem servir para a medida do homem de indústria que o Brasil precisa.

No dia seguinte ao falecimento, o historiador, o economista, o pesquisador industrial, eram citados com sabor de clássico, enquanto se recordava respeitosamente sua obra literária e até sua investigação no campo sociológico, onde fêz pequenas mas seguras incursões.

Quando morreu Roberto Simonsen não tinha mais o sentido aferrado de lucro. Havia-se formado em sólida base cultural, moldado o espírito não apenas na experiência comercial mas sobretudo no cadinho dos conhecimentos humanos. E de boa base humanística partira para o mundo dos negócios impulsionado por sua própria vocação, e nêle se comportara como o homem seguro de si próprio porque ciente da sua capacidade. Então, obteve êxito. Recolheu triunfos lucrativos mas também conquistou vitórias com prêmios espirituais que a muitos dos homens com que tratava neste complicado e misterioso mundo de negócios do capitalismo pareceriam desprezíveis.

Formou a sua personalidade. Marcou-a nitidamente no cenário brasileiro. E ao deixá-lo, se converte em exemplo.

Não desejamos fazer apenas o elogio de Roberto Simonsen, relacionar-lhe as obras, desde a História Econômica do Brasil (Coleção Brasialiana) ao recente estudo apresentado como subsídio à atuação da delegação brasileira à Conferência de Bogotá, nem enumerar a sua atividade de industrial a senador da República.

SENADOR ROBERTO SIMONSEN

Quaisquer que fôssem as suas opiniões e conselhos, não os tomava pela fôrça exclusiva dos interêsses pessoais ou da classe a que pertencia e liderava. Adotava-os depois de exame meticuloso e fundava-os na fôrça da argumentação científica. Porque desejou sempre que a indústria chegasse a um desenvolvimento racional, construído tendo em vista um progresso social, liderou também a corrente fundadora do admirável centro de estudos que hoje possue a Federação das Indústrias. Cercou-se de auxiliares dedicados, soube reunir à frente da entidade de classe os melhores elementos, aos quais cabe agora a responsabilidade de continuar a obra que também é sua porque o espírito de equipe foi o preferido pela personalidade inconfundível de Roberto Simonsen.

Um grande jornalista, comentando os seus últimos dias de vida, afirmou que, sentindo o fim, tinha o líder decidido aproveitar todos os minutos tanto lhe parecia restar por fazer em benefício do Brasil. Não ignorava quanto lhe era prejudicial à saúde o afã. Tinha, entretanto, uma missão. E não mediu sacrifícios para cumprí-la. Exaustou-se completamente.

Pediu a urgente revisão dos nossos acordos internacionais. Denunciou a unilateralidade do Plano Marshall. E ao afirmar, pouco antes de morrer, que a industrialização é um determinismo inelutável, não quiz uma indústria prepotente e insaciável mas um fator humano de progresso para o Brasil.

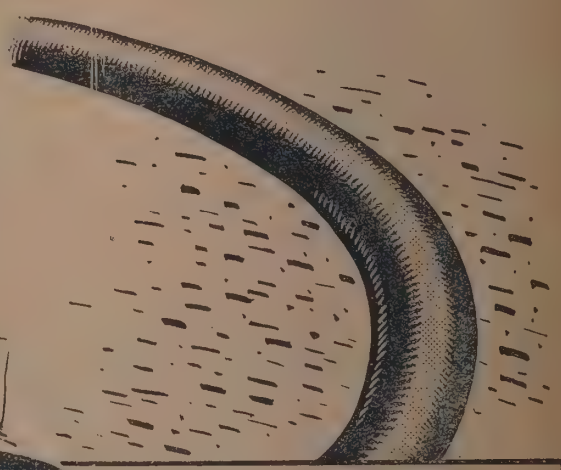
Mangueiras Industriais GOODYEAR

Economizam de fato porque duram muito mais!

NA LINHA completa de mangueiras industriais Goodyear há um tipo tècnicamente construido para cada classe de serviço. É por isso que as mangueiras industriais Goodyear proporcionam economia e eficiência completas, em qualquer ramo da indústria onde sejam adotadas.

Use a mangueira industrial Goodyear especìficamente construida para as suas condições de trabalho e aproveite tôdas as vantagens de maior tempo de serviço, maior eficiência e maior economia que Goodyear lhe assegura.

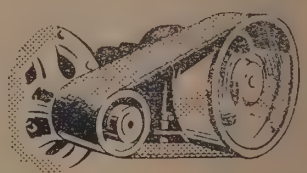
Com prazer e sem compromissos, nossos Técnicos o auxiliarão na escolha do tipo de mangueira que V. S. precisa.



GASTE MENOS COM CORREIAS, EQUIPANDO SUA INDÚSTRIA COM

CORREIAS GOODYEAR

- PLANAS OU EM V!



Duram mais • Evitam reajustes • Aproveitam totalmente a fôrça dos motores.

GOODYEAR

INDÚSTRIA BRASILEIRA

O Homem e a Máquina

Clovis Ramalhete

O NÚMERO de acidentes no trabalho é grande no Brasil. As estatísticas, embora deficientes, nos colocam entre os países onde o homem é mais atingido pela máquina, e isto é um triste índice.

São numerosas as causas dos acidentes no trabalho. O assunto há muito deixou de ser levado à conta de fatalidade ou simples desleixo de patrões e operários. Hoje, estudado cientìficamente, é conduzido para o terreno da psicologia e do exame técnico das condições humanas, da máquina e do ambiente de trabalho.

O homem, sobretudo, é estudado pela moderna ciência que investiga as causas dos acidentes. Nêle se instala, abstraída a parte debitada ao fortuito e ao desajuste mecânico, o demônio do acidente, que age por meio de suas ações e reações.

As preocupações íntimas, a estafa, as complicações domésticas e uma infinidade de outros fatôres antes relegados, são hoje computados como terríveis aliados do demônio do acidente. E é sôbre êstes elementos, não esquecendo a proteção mecânica do operário, que a moderna ciência se debruça no afã de reduzir a índices mínimos as perdas humanas no trabalho.

O Sr. Clovis Ramalhete, jornalista e professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, estuda, no presente artigo, os caminhos novos que a ciência abre neste capítulo da vida. E mostra como, apesar do enorme e benéfico trabalho que a entidade de proteção ao trabalho vem desenvolvendo, as causas complexas de tais acidentes, residindo mais no próprio homem, ainda não são bem investigadas entre nós.

Tempo de leitura: 10 minutos.

A Hora Vermelha

NUM país onde engavetamento de trem é quase da rotina — numa capital, como o Rio de Janeiro, em que os desastres de trânsito atingem número espantoso, — numa indústria que dá por ano um grande exército de mutilados e incapazes de todos os graus, — não se pode acusar de superfluidade científica, a indagação das causas de acidentes, sejam os de trabalho ou os de responsabilidade civil.

ACIDENTE E PREDISPOSIÇÃO PSICOLÓGICA

Já se ultrapassou a época em que a Máquina recebia as invetivas de "causadora de morticínio e mutilações".

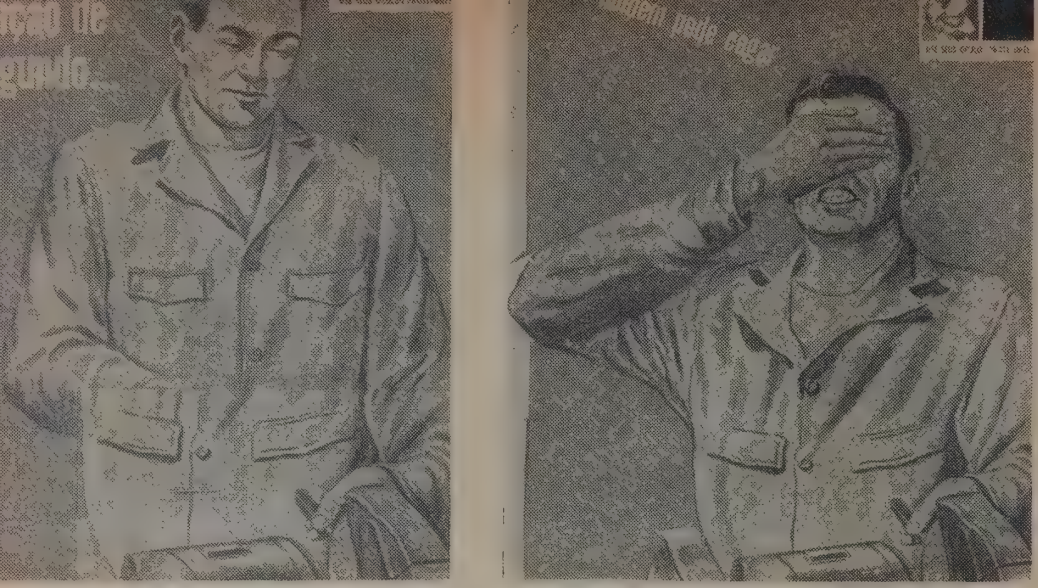
Há momentos, em pleno trabalho, em que o homem se sente cansado e predisposto aos acidentes. E' a fatídica hora vermelha. Entre dez e onze horas, no turno da manhã, e entre quatro e cinco horas, no da tarde, a atenção e o esfôrço se perturbam. Então é preciso suspender a ação, distrair o espírito e evitar os acidentes. Isto é pior numa cidade como o Rio de Janeiro e a maioria dos centros industriais brasileiros, onde o homem chega ao trabalho com um excesso de estafa provocado pelas dificuldades de locomoção desde sua residência... O trem e o bonde cheio, embora não pareçam, são elementos coadjuvantes do demônio do acidente. Basta ver as fotos para compreender.

Após investigações estatísticas e de laboratório, chegou-se cientificamente à conclusão de estar no próprio operário a causalidade imediata do acidente de trabalho. Observações levadas a efeito por investigadores diversos em países diferentes, como por exemplo FARBER e CHAMBER nos Estados Unidos, MAHY na França, MARCHI na Bélgica, indicaram ainda mais, que "num determinado grupo de operários alguns se acidentam repetidamente", como se submetido a uma fatalidade. São os "predispostos psicológicos" ao acidente de trabalho FARBER e CHAMBER, em informes citadíssimos, demonstraram que 80% dos acidentes dependem, não da máquina, mas do operário. ("A psychological study of individual difference in accident rates"). Estudos posteriores realizados por psicotécnicos em diversos países, confirmaram com variantes a afirmação de FARBER e CHAMBERS.

Em obra recente, J. M. LAHY e S. KORNGOLD revelam os resultados de suas pesquisas no Laboratório de Psicotécnica do Chemin de Fer du Nord, França. — Antes de enunciarmos as conclusões a que chegaram, desejamos grifar a existência permanente de um laboratório de psicotécnica, agregado à organização de uma estrada de ferro: êle, apenas êle, pode reprimir os índices de desastres ferroviários.

LAHY e KORNGOLD ressaltam dois fatos fundamentais das suas pesquisas sôbre os ferroviários franceses: "1.º — é preciso pes

Máquinas modernas protegem os operários, que contam hoje com uma série de dispositivos capazes de resguardarem-nos das mil e uma possibilidades de desastre. Muitos, contudo, displicentemente, deixam de usar os elementos protetores. E são atingidos. A vigilância sôbre o operário significa, aqui, a sua própria vida.



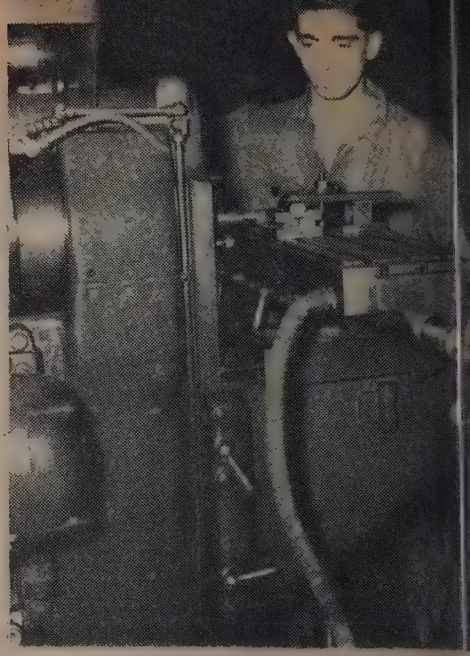
O que um homem válido vê e o que um cego vê. Em um minuto você pode ficar cego. Êstes são "slogans" de um folheto de prevenção de acidentes.

quisar as medidas da seleção preventiva dos acidentes, não sòmente nas aptidões motoras, mas muito mais ainda em um estado mental, emocional e efetivo do paciente. 2.º — é pela impossibilidade de se adaptar a uma rapidez imposta pelo trabalho ou a um rítmo estranho aquêle que é natural ao indivíduo, que se reconhece a propensão aos acidentes. Com efeito, cada trabalho se efetua segundo um plano mais ou menos concêntrico no espírito e que se elabora a cada instante segundo as circunstâncias. Uma rapidez de reações imposta e estranha ao indivíduo pode perturbar esta elaboração, e não permite ao paciente organizar seu trabalho mental e suas reações psicomotoras. E' o que provoca os estados de precipitação, com gestos desajeitados, estados que se chamam na linguagem corrente "perda da presença de espírito". — Êstes fatos — concluem os pesquisadores — nos permitem, agora, estabelecer o método provisório de seleção, que nos possibilita colocar 60% dos operários, que se acidentam, em funções que comportariam menos riscos". ("Recherches experimentales sur les causes psychologiques des accidents du travail").

As conclusões dos mais eminentes pesquisadores insistem, com variantes nos pontos seguintes:

1.º — existe a predisposição psicológica ao acidente;

2.º — ela se explica por uma inadequação maior ou menor ao tipo de trabalho



A juventude despreocupada e desatenta é o campo preferido pelo demônio do ***acidente...***

(LAHY e KORNGOLD, no item primeiro de suas conclusões, deixando de ser puros mecanicistas, "be-haveorists", acrescentam às aptidões motoras do operário, como causa, também os estados mentais, emocionais e afetivos);

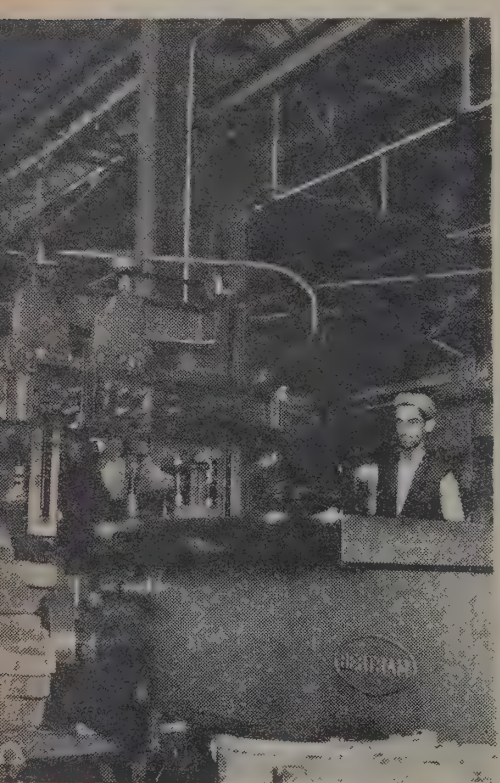
3.º — é possível afastar do perigo, os "predispostos", introduzindo medidas de proteção mecânica ou providências psicotécnicas apropriadas.

A ESTAFA

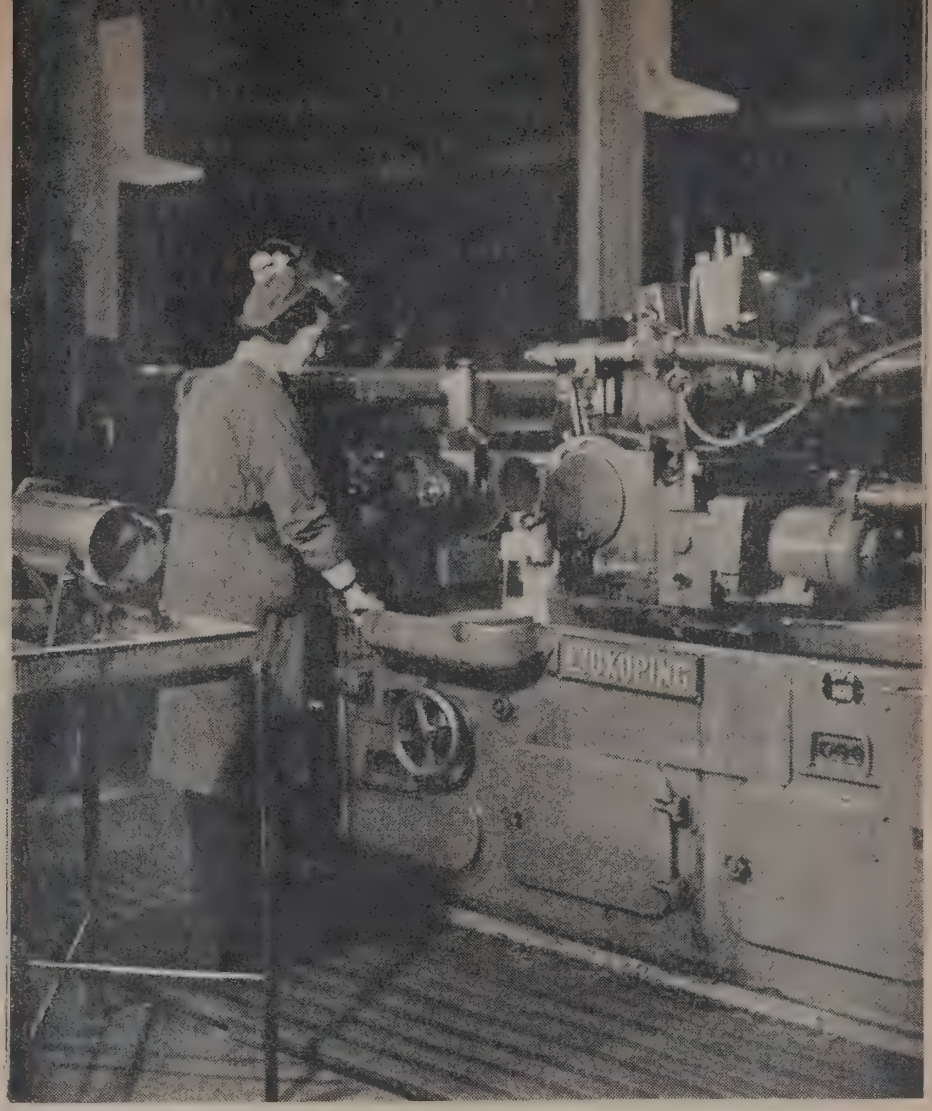
Causas gerais, que envolvem a coletividade no trabalho, não atingindo apenas os predispostos, exacerbam os quadros da profilaxia do acidente do trabalho.

"Crises" de acidente podem eclodir, numa fábrica, à simples intro-

Operário típico, sem proteção de espécie alguma.



Atenção e energia, sob o império da guilhotina — eis um tipo de trabalho perigoso.



Os cabelos, a vaidade e os acidentes — são os têrmos de uma séria equação no trabalho feminino. Em geral os cabelos longos dão lugar a desastres não raro fatais. As toucas são aconselhadas, mas a vaidade feminina quer que sempre fique de fora um pouco de cabelo bem penteado...

dução de mecanismos novos ou de mudança de posição de máquinas velhas ("inexperiência falta", correspondente à "inexperiência real" do operário novo; é o que dizem os motoristas, no volante de automóvel alheio...)

Á inexperiência, acrescente-se o fator idade. O maquinário é um ceifador impiedoso da juventude. A razão estará na pouca "tenacidade" da atenção dos moços, inquieta, dispersa em fuga sôbre as atrações circundantes na sua instabilidade.

Sôbre o sexo conhecemos observações referentes ao perigo dos cabelos, que criou as toucas, como defesas impostas em grande parte dos países. Ignoramos no entanto estudos sôbre a relação entre "fadigabilidade"-e-menstruação, sendo evidente a priori a existente entre "fadigabilidade"-e-gravidez, como também a de instabilidade-e-menstruação, o que influe nas reações de tipo sensório-motoras.

A fadigabilidade Mahy interessa mais que a fadiga, pròpriamente, como causa psicológica. E' o dado individual. E' a predisposição específica.

Como estado geral da coletividade e fadiga também tem sido estudada. Sua relação com os acidentes de trabalho é encontrada de modo mais ou menos uniforme em países diversos, de que lamentamos não constar o Brasil. Os dados de Bogardus marcam a "hora vermelha", a hora perigosa dos acidentes em grande número: na 1.ª metade do dia, entre 11 horas e meio dia; e na segunda, entre 16 e 17 horas A circunstância de baixarem os acidentes entre 13 e 14 horas correrá por conta do repouso propiciado pela hora do almoço. ROTH, na Alemanha, HOPKINS e MAHY também têm expressivos estudos e observações sôbre o assunto.

O remédio estará em introduzir-se, meia hora antes da "hora vermelha", alguns minutos de interrupção no trabalho. A providência vem sendo aconselhada para os departamentos perigosos, assinalados como cenário de acidentes. Mas por que não se investigar, nos escritórios — contabilidade, correspondência, caixa, etc., — a "hora vermelha..." dos enganos, êsses "acidentes" sem sangue? — Durante os minutos de suspensão do trabalho, altofalantes emitindo música, alternada com um jornal falado realmente interessante, informativo, jocoso e criador de uma mentalidade coletiva, ajudaria o "relaxis" almejado. O tempo de duração do repouso, ensinam os técnicos, deve ser encontrado como específico de cada fábrica, de cada estabelecimento.

FADIGA E URBANISMO

Se à maior fadiga corresponde maior índice de acidentes, não há como negar a relação entre "distância" de moradia ao local do trabalho e "acidente".

No Rio de Janeiro êsses dados devem ser eloquentíssimos, em virtude das péssimas condições de transporte dos trabalhadores. Os moradores das imediações seguramente se contam entre os do menor contingente de acidentados. Mais longínqua a residência, maior demora na fila ou no aperto e desconforto indescritível do trem, — e menor resistência individual à fatalidade do evento.

Cremos que as circunstâncias atuais da cidade, — surpreendida com um surto industrial e ainda não disposta e equipada para êle, com fábricas incrustadas em bairros médios de comerciários e burocratas, operários em zona rural, transporte centralizado em duas linhas, — devem trazer surpreendentes alterações às pesquisas da hora vermelha dos cariocas. Um gráfico individual de produção assinalará, talvez, as primeiras horas do trabalho com índice baixo. Isso só será explicável pela fadiga do percurso. O questionário para pesquisa da relação entre "produção", "distância" da moradia e "tipo de transporte" usado, levará um industrial inteligente e ambicioso a medidas em sua Fábrica que até então não lhe ocorriam, e que êle adotará enquanto as condições urbanísticas forem estas, desastrosas.

Entre os quesitos do questionário, que organizamos para realizar na instituição de previdência em cuja direção serviamos, estava a distância da moradia para averiguar a relação entre "fadiga pelo transporte e acidente de trabalho".

Deve-se ter em vista que não só os que se acidentam às primeiras horas do trabalho, entre os residentes distantes, deixariam à conta da fadiga pelo transporte, o infortúnio. Também os demais. E isso porque a ação da fadiga continuada, experimentada diàriamente, gera disposição para o acidente. E' o que dizem MAYERHOFER e A. KLUKER ("Le rôle du facteur humain das les accidents de circulation", apud Mahy, op. cit.): "Pode-se admitir com muita probabilidade, — escrevem êles, — que, sob a ação desfavorável da fadiga durante um tempo muito demorado, gera-se no indivíduo uma "disposição crônica" ao prejuízo do rendimento, que pode provocar "durante um tempo relativamente" longo uma disposição aos acidentes".

Os "tempos de reação" dos indivíduos em estado de fadiga são muito irregulares, e por isso, fatais quando determinam inadequação de gestos defronte da máquina, por exemplo. O número de erros nas "relações de escolha" também crescem.

A. KOLODNAYA assinala entre outras origens de fadiga, a distância dos domicílios do local do trabalho ("Analyse psicologique des accidents de chemins de de fer"), — o que indica ser existente, também na Rússia, "paraíso" dirigido e racionalizado, o problema que assola os cariocas, onde a indústria mal desperta.

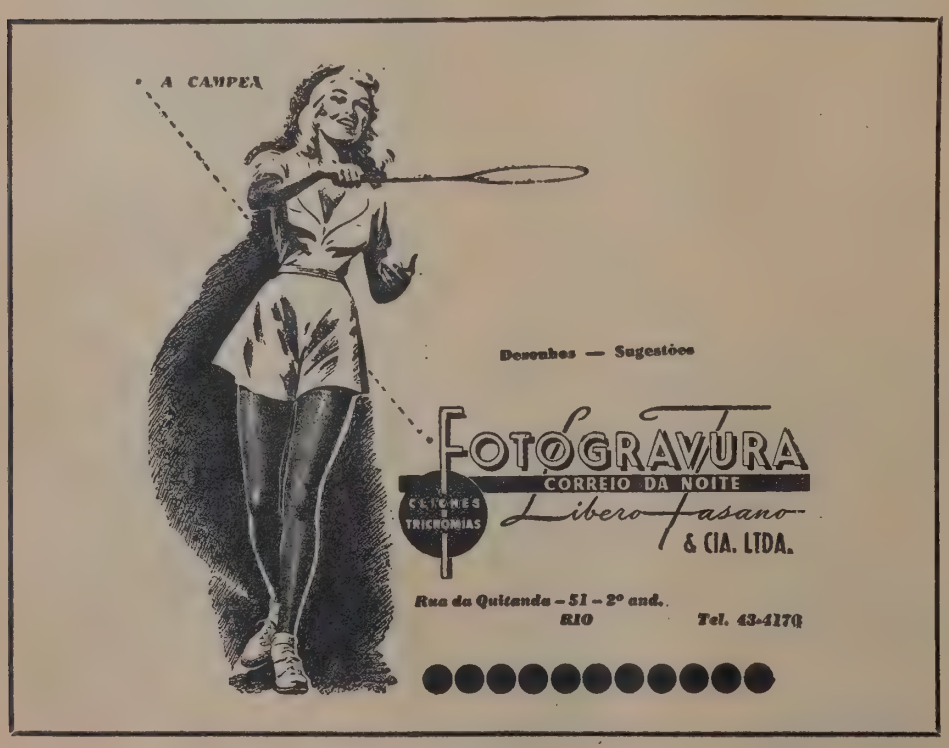
Aí ficam êsses apontamentos que contêm algumas sugestões novas, num terreno trilhadíssimo. Sôbre a "predisposição", que após os estudos de FARMER e CHAMBERS, tornou-se quase um míto, devemos sempre deixar sublinhado que estudos recentes de MARBE retificam o seu significado. Sem refugá-lo para o museu dos conceitos obsoletos, mas renovando-o com um critério justo MARBE insurge-se contra os abusos desta expressão. Sua demonstração visa provar não haver identidade a si mesmo de um indivíduo dado, no fluir do tempo. O homem não é sempre o mesmo. Sua personalidade é móvel. A idade, o calor, as glândulas, as preocupações... Os humores são do conhecimento popular, desde antes de Pende, Viola ou Kretschmer...

Sôbre as "preocupações pessoais", como causa de acidentes, há os dados de TRAMM, estudando condutores de veículos: 50% dos acidentados (ou "acidentadores...") tinham problemas...

Como elemento contribuinte à fadiga, predisponente ao acidente, está também a subalimentação, cujos vínculos com a surmenage são já conhecidos. LIPPMAN estudou-a nas minas de Dortmund, como fator de acidente de trabalho, chegando a conclusões positivas. A fome ocasional produz efeitos semelhantes aos da preocupação: perturba as associações sensório-motoras, dando causa ao infortúnio. A fome crônica, (subalimentação) também tornando tardas ou irregulares, certas reações, determinará os acidentes.

Não temos notícias de inquérito, já ultimado e revelado, concernente a êsse assunto no campo brasileiro. A utilisação da estatística no acidente de trabalho não tem sido, salvo falta de informação nossa, orientada também para a pesquisa das causas do infortunio. Os dados de ambulatório e os dos Serviços Sociais de Caixas e Institutos não passam de cifras atestadoras de casos atendidos e de serviços prestados. Os hospitais e ambulatórios das companhias de seguros contra acidentes é que poderiam constituir uma fonte, para investigação que levasse à conclusões específicas sôbre o homem brasileiro e o seu meio social.

Aqui fica a observação, como sugestão. Seria interessante fôssem retomadas entre nós, as investigações já realizadas nêsse sentido, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Itália, na Espanha, na Noruega, na Dinamarca, na Suécia, na Argenti-



na, em Cuba, na Rússia, em alguns países desde o começo do século.

A importância do conhecimento das causas do acidente de trabalho pode ser avaliada, quando se considera que só pela remoção delas se realiza a profilaxia da infortunística. O valor econômico da prevenção contra acidentes do trabalho também é assunto que despertou interêsse em outros países, a ponto de já ter sido avaliado o prejuízo acarretado à emprêsa por um acidente terminante de incapacidade mínima (um dia de falta ao trabalho). O cálculo é fácil. Não há indenisação a satisfazer. Mas o total dos prejuízos deve ser estimado somando-se as parcelas que foram encontradas provenientes das seguintes circunstâncias: salário pago ao operário ausente + a tarefa dêle não cumprida + salário companheiros, que abandonaram o serviço, socorreram-no, acompanharam-no ao ambulatório da fábrica, (salários correndo sem trabalho, e produção paralisada) + Paralisação de "todos" os do local do evento; + preocupação dos demais no restante do dia, com queda da produção; + determinação psicológica de outros acidentes em máquinas iguais, nos próximos dias subsequentes, com outro séquito de prejuízos, igual ao total de tôdas as parcelas anteriores... Por aí se vê o acidente banal determina uma repercussão profunda na economia da emprêsa.

Nas condições demográficas do Brasil, tão poucos que somos num país tão grande, tão pequena ainda a riqueza acumulada por nossa produção, não temos sobras humanas para servir alimento às engrenagens dos engenhos fabris. A política de prevenção aos acidentes de trabalho pode ganhar, anualmente, centenas de milhares de homens-hora para o trabalho produtivo. Sua importância, sob êste aspecto, corre paralelo com a da própria imigração.

Em rápida passagem pela direção dos Serviços administrativos de uma de nossas Caixas de Previdência, tivemos em mente iniciar um inquérito, a fim de estabelecermos algumas conclusões, especializados no setor de transportes urbanos, quanto às causas sociais e psicológicas de acidente do trabalho. Não chegamos no entanto a ir além da simples de disposições preparatórias, havendo deixado aquelas funções, mas com sugestão da iniciativa ao Presidente da entidade.

Não sabemos se foi levado avante nosso projeto.

The
FIRST NATIONAL
BANK *of* BOSTON
Fundado em 1784

Depósitos, Cauções, Descontos, Cambio, Cobranças, Cartas de Crédito para Importação, Guarda de Valores, Cofres de aluguel e todos os demais serviços bancarios.

•

Avenida Rio Branco, 18
Telefone 23-2191
Rio de Janeiro

Alguns dos visitantes ilustres que a convenção rotariana trouxe ao Rio. Em primeiro plano, Mr. Kendrick Guernesey, que deixou a presidência, em companhia de sua espôsa.

Três Milhões e Uma Lição

DURANTE uma semana no mês passado, seis mil pessôas das quais quatro mil estrangeiros, notadamente americanos do norte, estiveram no Rio para assistir a convenção internacional do Rotary Club.

Estima-se que a multidão de adventícios tenha gasto cêrca de três milhões de dólares, sem falar nos gastos dos nacionais de várias partes do país, o que recordou o tempo em que vinham turistas mais ou menos regularmente ao Rio e acentuou as perdas atuais do país que podia estar auferindo, não fôssem o desleixo e a incompetência das autoridades no assunto, renda apreciável das correntes turísticas que em países melhor organizados são ótimas fontes da arrecadação.

Na verdade, a Convenção Internacional do Rotary, a 39.ª resultou para a Capital Federal, além da semana ruidosa de festas, três milhões de dólares e uma lição. Uma lição que foi desde o conhecimento mais íntimo das finalidades do Rotary até o encanto de descobrir como ainda somos desconhecidos no mundo civilizado e como seria favorável, sob todos os aspectos, o entendimento direto do brasileiro de qualquer latitude, idade e ocupação com seu semelhante de outras partes, mais adiantadas ou não.

Comerciantes, industriais, educadores, médicos, advogados, engenheiros, estudantes, líderes em geral puderam, de repente e sem o convencionalismo e limitações das reuniões internacionais, entender-se com colegas da China ou do Líbano. E se surpreenderam, como seus colegas, de quanto estamos isolados, nós a quem a natureza deu tão favorável posição no Atlântico e tantas riquezas naturais e espirituais.

A maioria dos convencionais, chegada em navios especiais, teve de permanecer a bordo, por falta de hotéis. Também lhes faltou, malgrado o esfôrço do Rotary brasileiro, guias, condução para passeios, divertimentos, etc., o que foi suprido apenas pela iniciativa particular.

Essa foi a parte mais dura da lição. Porque resultante da dolorosa incapacidade das autoridades brasileiras em organizar um sistema turístico como não pode faltar num país como o nosso e numa cidade eminentemente turística como o Rio de Janeiro.

Os que vieram de fora, acostumados a outras atitudes por parte das autoridades públicas dos países que visitaram, surpreendiam-se com a ausência do sistema. E ao verem, nas agências de turismo, que entre nós são méras estações vendedoras de passagens e de câmbio, anúncios de excursões para brasileiros, perguntavam porque nos preocupavamos tanto em praticar o turismo... para fora, quando mais importante fôra, para o país, atrair os de fora. E os do interior, dos pam-

pas, das Minas Gerais de tanta tradição, da inesgotável Bahia, da Amazônia lendária, surpreendiam-se, por igual, sem chegar a compreender a razão porque tanto desejavam viajar em seu próprio país e tão escassas facilidades podiam encontrar.

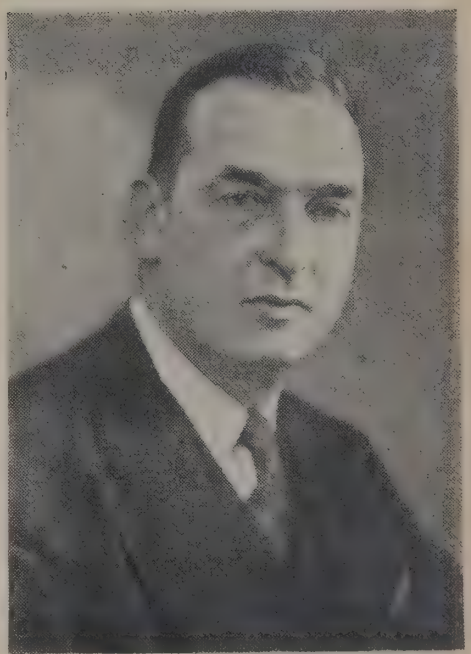
CONVERSAS ENTRE ROTARIANOS

Constrói o Rotary o seu edifício na base de um lema — servir com desinterêsse. Por isso os convencionais tiveram como centro de reuniões a "Casa da Amizade", instalada nos amplos espaços do Ministério da Educação, cujas estatísticas sôbre analfabetos não podiam ser muito bem compreendidas pelos quatro mil estrangeiros que se extasiavam com a obra de Le Corbusier. Essa primeira compreensão popular do sentido de "rotary" foi acompanhada de outra — a do valor do interconhecimento dos homens de tôdas as partes, movidos por um sentimento comum de servir. Expressões mais elevadas não chegaram à percepção geral, mas demonstraram cabalmente a profundidade que pode tomar um movimento desprovido de outra fôrça além do desejo espontâneo de servir, Assim, as resoluções e recomendações decorrentes do estudo de téses como — Qual a minha responsabilidade pessoal em promover a paz mundial?

E desta outra de não menor valor para uma entidade cheia de líderes da indústria e do comércio — que incentivos adotar para o aumento da produção?

Provàvelmente alcançaram as conversas entre rotarianos o seu ponto mais alto nas discussões dêsses dois temas. Quanto ao segundo, Léo E. Golden, de West Hartford, Connecticut, não titubeou em dizer:

— "Há, no mundo inteiro, uma premente necessidade de produção de tôda espécie. O problema é por demais grave e urgente para que possamos falhar. Pelas suas ocupações em todos os países, os rotarianos são capazes de muitos incentivos para aumento de produção".



Homens de negócios, educadores e simples visitantes tiveram um contato direto com os círculos brasileiros. Ao alto, Mr. Rosenfeld, que aqui entendeu-se com os interessados em tratores. À direita, ao alto, Charles Newton, veteranissimo do Rotary, e, em baixo, Mr. Thomas Pullen Jr., Superintendente de Escolas em Maryland.

Não resta dúvida que as conversas entre os rotarianos, acompanhadas de ação comum, muito poderiam beneficiar êste pobre mundo...

O PRIMEIRO

A característica mais conhecida do Rotary é o almoço-sessão. Na 39.ª convenção os trabalhos eram intensos de mais para haver discussões apenas no almoço. Havia reuniões em várias línguas, em lugares distintos sôbre temas diversos. Todos êles, porém, poderiam caber dentro da afirmativa do sr. Osvaldo Aranha, que falou na reunião de encerramento — "O Rotary tem condições próprias para aproximar, harmonizar, multiplicar as relações pacíficas dos homens e dos povos".

Teria sido êsse precisamente o intento de um dos fundadores do Rotary, um dos dois mais antigos e aqui no Rio o primeiro rotariano entre os presentes. Charles Newton, que ouviu o discurso do ex-chanceler, contou como nasceu a idéia entre um grupo de onze amigos que se reuniam no princípio do século em seus escritórios de Chicago com nobres intenções, cada dia em um, donde o nome do

Rotary. A Charles Newton ocorreu, então, aquilo que seria mais tarde unânimemente aceito pelos trezentos e dezesseis mil rotarianos de setenta e sete países — reunirem-se em almoços.

Instituída há quarenta e três anos, a idéia progrediu sempre. Charles Newton, gozando das prerrogativas que o título de "Pioner Veteran" lhe concede não precisa pagar mais nada nem está obrigado a comparecer às reuniões. Veio ao Rio porque visitar o Brasil já era um projeto antigo para êle.

UM NOVO PRESIDENTE

Figuras centrais da convenção foram os Srs. Kendrick Guernesey, presidente que terminou o seu mandato, e Agnus Mitchell, da Austrália, que assumiu o pôsto prometendo manter o Rotary no caminho do progresso.

Mifoo D. S. Hsu, delegado dos rotarianos de Hong Kong, ouviu sempre em silêncio e com um sorriso oriental nos lábios tudo quanto se disse em tôdas as cerimônias. No fim, disse apenas:

— Quanto a mim, não sei é quando haverá paz entre nós, para que nos possamos dedicar à obra de reerguimento.

HOMENS ILUSTRES PRESENTES

Muitos educadores rotarianos estiveram no Rio então, e entre êles o sr. Thomas Pullen Jr., Superintendente de Escolas do Estado de Maryland, e o sr. Tasker G. Lowndes, presidente do Board of Education, também de Maryland, ambos membros da National Educatin Association. Entraram em contato com educadores brasileiros e muita coisa de útil ficou assentada neste encontro-exemplo.

Durante a convenção soube-se que um dos resultados concretos das conversações seria a concessão de bolsas de estudos para intercâmbio de estudantes no valor anual de um milhão de dólares.

Vieram também muitos jornalistas, escoteiros que traziam mensagens de seus comandados para escoteiros do Brasil, enfermeiras, operários, professôres e muitos advogados que conversaram muito. Fazendeiros do Midle-West e dos pampas tiveram longas palestras com fazendeiros do nordeste brasileiro. E homens de negócios não perderam a oportunidade para entendimentos que nos levam a crer que não houve apenas três milhões e uma lição como resultado.

Chefiados por Mr. Karl M. Knapp, presidente da Universal Cyclops Steel Corp., de Pittsburgh, vieram numerosos rotarianos americanos do mundo de negócios. O seu chefe referiu-se claramente ao interêsse que demonstraram os "bussiness-man" americanos de entrar em contato com seus colegas brasileiros, a fim de manter um entrelaçamento de idéias e um intercâmbio comercial proveitoso.

O fabricante de tratores de Tacoma, Washington, Mr. Martim A. Petrich foi outro rotariano interessado nos negócios. Os seus Might-Man estão à espera de facilidade cambiais.

Agora só falta que a compreensão chegue também às nossas autoridades. E que Rotary, capaz de aproximar, harmonizar, multiplicar as relações pacíficas dos homens e dos povos, alcance êxito.

O OBSERVADOR publicará na sua próxima edição

A EDUCAÇÃO E A ECONOMIA

Fernando Tude de Souza

•

A ECONOMIA NAS ARTES

Quirino Campofiorito

•

A ECONOMIA NAS LETRAS e a grande reportagem sôbre a PRIMEIRA MESA REDONDA DO CAFÉ.

Dois aspectos dos trabalhos na barragem do norte fluminense.

Vive, o Brasil, o seu século da energia elétrica. Se procurarmos averiguar a origem dos grandes surtos industriais que têm ocorrido desde 1900, encontraremos sempre, na raiz dos fatos, a realização de um empreendimento que teve, como virtude primacial, a instalação de uma usina ou a ampliação de alguma existente. Não é à toa que as grandes concentrações industriais e do confôrto social se encontram onde existe a maior capacidade de produção de eletricidade, de tal maneira está, a fôrça elétrica, ligada à produção e ao bem-estar. E', porém, longa a tarefa de instalar uma usina, exigindo o empreendimento não apenas uma grande soma de capitais, mas, sobretudo, um acêrvo de técnica, de materiais e máquinas, como também de homens capazes. Tem O OBSERVADOR dado curso em sucessivas edições à divulgação de obras em curso. Neste número voltamos a uma de que já nos ocupamos há algum tempo: Macabu.

DOCUMENTÁRIO XIII

MACABU

ESTA' o Brasil, representado tanto nas pessoas dos seus governantes como no próprio povo, convencido de que o aproveitamento dos recursos hidro-elétricos é tarefa que se impõe, imediata, como indispensável ao progresso econômico-social do país. Assim é que, não obstante os marginalismos das discussões mais ou menos estéreis, em tôrno de problemas nem sempre práticos ou oportunos, vai se desenvolvendo um esfôrço ainda não bem coordenado no sentido nacional, porém amplamente definido nas suas características regionais e cujos frutos apontarão a sua importância real.

A dinamização de tais recursos é produto da conjugação, de um lado, de homens empreendedores e enérgicos e, de outro, dos necessários recursos financeiros. No setor privado, assistimos o encaminhamento das economias particulares, na formação de avultados capitais sociais, de maneira a propiciar os meios de execução de planos de suma importância; ou então vêm êstes capitais de fora para encontrar aplicação no Brasil, derrotando negativismos e oferecendo excelente prova de confiança nos destinos do país. Êste seria, muito especialmente, o caso da Light & Power, que neste momento empreende a ampliação de suas instalações no Vale do Paraíba.

Tão decisiva, porém, é a ação das centrais elétricas no progresso da economia social, como condição de su-

A usina hidro-elétrica de Macabu utilizará as águas do Rio Macabu, que depois de represadas serão lançadas por um túnel de mais de cinco quilômetros, projetando-se, do castelo dágua, para as turbinas duma altura de algumas centenas de metros. Aqui está um dos panos da barragem, visto de frente.

cesso da industrialização dos produtos naturais, e, portanto, do aumento das atividades úteis, das condições de confôrto, convivência, barateamento da vida e riqueza pública; e, por outro lado, tão grandiosa é a envergadura dos empreendimentos para a produção industrial da eletricidade, com os seus maciços encargos de financiamento — que, em nossos dias, onde escasseiam os recursos pecuniários da economia privada, já não é quase possível resolver o problema das suas instalações e exploração, em têrmos de conveniente grandeza, tão só pelas iniciativas de capitais particulares.

Por isso os governos mais energicamente voltados para o bem público, não dispondo de outras fontes de energia motriz e desejosos de aproveitar os recursos hidráulicos, sem que possam contar com a ação de emprêsas particulares, inscrevem em seus programas, como ponto de real destaque, na evolução econômica, a criação de tais usinas geradoras de fôrça.

No estrangeiro vários governos têm chamado a si a solução do problema e já agora o Brasil, cujo potencial hidro-elétrico orça pela cifra de cêrca de 20 milhões de cavalos-fôrça, tendo em vista a utilização do formidável potencial do Rio São Francisco, calculado só o da Cachoeira de Paulo Afonso em 608 mil cavalos, lançou-se à iniciativa de promover os meios práticos de realizá-la, em benefício do progresso e civilização da respectiva região geofísica, com cêrca de 15 milhões de habitantes, o que, portanto, terá direta repercussão em tôda a economia nacional. Para lograr o importante desideratum de transformar em fôrça atuante o potencial de Paulo Afonso, está constituída, já, a Companhia Hidro-Elétrica do S. Francisco, com um capital de 400 milhões de cruzeiros, devido ao Tesouro Nacional, aos Tesouros dos Estados e de municípios diretamente interessados e, muito especialmente, devido à pequena economia popular, que lobrigou a importância do empreendimento.

Além disso, os próprios governos estaduais vêm se movimentando: o de São Paulo, considerando que a atual potência, em ação, que é de 850.000 cavalos-vapor, fornecidos pelas diversas usinas instaladas no Estado, precisa ser aumentada, com fito nas necessidades de certas regiões, organizou o Conselho de Energia Elétrica, baseado na "finalidade de estudar as medidas de ordem geral necessárias para que a energia elétrica se desenvolva no Estado, de maneira a permitir e a estimular o progresso econômico, o confôrto e bem-estar do povo"; o de Minas Gerais, onde o potencial está calculado em mais de 6 milhões de cavalos-fôrça, ponderando que a cidade industrial de Betim, nas vizinhanças de Belo Horizonte, estará, dentro de dois anos, já com a sua capacidade coberta, em relação às disponibilidades de energia elétrica, incluiu no seu Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, já em curso de execução, o projeto de uma nova cidade industrial, no vale

Outros flagrantes dos trabalhos de construção da barragem, observando-se a linha do cabo aéreo e o grande guincho utilizados para a retirada do entulho e a condução de concreto e outros materiais.

do Rio das Velhas, onde é possível obter energia em abundância e a preço mínimo, bem como condições locais e condições especiais, indispensáveis à instalação de indústrias básicas, e, assim, o potencial utilizável do Rio Santo Antônio e mais o do Fêcho do Funil totalizarão 300 mil cavalos-fôrça; o govêrno do Estado do Rio de Janeiro, com a central elétrica de Macabu, destinada à eletrificação da parte Norte-Leste do Estado e já muito adiantada em suas instalações, com a capacidade geral, na etapa inicial, de 25 mil cavalos-fôrça; o Estdo do Rio Grande do Sul que, em amplo programa de captação e distribuição de fôrças hidráulicas, pretende interligar os sistemas dos rios Guaíba e Jacuí, por duas centrais elétricas que fornecerão à parte oriental do Estado mais de 200 mil cavalos-fôrça.

A POSIÇÃO DO ESTADO DO RIO

No setor da indústria de eletricidade o Estado do Rio de Janeiro se acha colocado em segundo lugar, logo abaixo de São Paulo. O total de potência em kW instalada em 1943 era, para aquela unidade da Federação, da ordem de 302.846, dos quais 286.116 kW de potência hidráulica, 12.527 de usinas térmicas e 4.203 de usinas privativas. Possuía então o Estado um total de 98 usinas geradoras fornecedoras, das quais 72 hidro-elétricas e 26 termo-elétricas, além de 15 hidro-elétricas privativas. Segundo ampla reportagem divulgada pelo O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO em agôsto de 1945 funcionavam, nestas usinas, 96 geradores de 50 ciclos, 23 de 60 ciclos e 627 geradores de corrente contínua, perfazendo um total de 746 geradores.

O Estado de São Paulo, que está em primeiro lugar, dispunha segundo o "Anuário Estatístico do Brasil" de uma potência instalada de 576.400 kW ao passo que o de Minas Gerais, o terceiro na escala, contava com pouco mais de um têrço da potência do Estado do Rio: 144.725 kW. Esta breve comparação dá idéia perfeita da evolução da indústria da eletricidade na terra fluminense. O vulto que tomou êsse desenvolvimento, porém, é devido especialmente em virtude de partirem dali os fornecimentos que abastecem o Distrito Federal, com todo o seu parque de indústrias e transportes urbanos e suburbanos. Mas, em compensação, desenvolve-se já no Estado do Rio, à sombra de sua potência instalada e representada em kW, um parque industrial dos mais importantes do país, inclusive a Usina de Volta Redonda, a Fábrica Nacional de Motores e outras menores, porém de grande relêvo para o conjunto econômico. Dada a importância e o vulto da indústria de eletricidade, julgou o govêrno a conveniência de criar, na sua Secretaria de Viação e Obras Públicas, uma Divisão de Energia Elétrica, que tem como finalidade controlar e fiscalizar a exploração de águas e energia elétrica no Estado, bem como o que se refere à tributação pela utilização dos rios estaduais e municipais, arrecadável pelo Estado e seus municípios, conforme o decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940. Esta renda sobe à ordem de centenas de milhares de cruzeiros por exercício.

Procurando despertar a atenção para o aproveitamento dos recursos hidro-elétricos, provê o Estado os meios

para a disponibilidade de energia farta e a baixo preço; se analisamos os números percentuais da energia hidroelétrica em relação ao total da produção, encontramos se não o resultado, pelo menos o acêrto da medida. Mas há um detalhe que é da maior importância ao estudarmos a situação das fontes de energia utilizadas: parte ponderável da potência instalada se encontra particularmente na região que circunda o Dist. Federal, produzindo-se assim um fenômeno de concentração muito frequente na economia brasileira, enquanto a região Norte-Leste sofre limitações de tôda sorte, no seu desenvolvimento, pela pequena capacidade de que dispõe.

Temos em mãos números relativos ao consumo de energia elétrica, para o ano de 1945 e a simples classificação dos mais importantes basta para indicar aquêle aspecto de concentração:

	kwh
1.º lugar — Niterói com.....	56.529.283
2.º lugar São Gonçalo com...	50.523.400
3.º lugar — Petrópolis com...	26.316.014
4.º lugar — Barra Mansa com	16.869.532
5.º lugar — Piraí com.....	11.079.429

Outro detalhe não menos importante para indicar a concentração é êste que se segue, sôbre a potência instalada por município, com aproveitamento hidráulico, para os mais importantes:

	kw
1.º — Carmo, com.....	117.165,00
2.º — Paraí, com.....	114.055,00
3.º — Três Rios com.....	7.318,80
4.º — Paraíba do Sul com....	4.988,68
5.º — Itaperuna com.....	2.238,30

A diferença existente entre os dois primeiros colocados e os demais situa perfeitamente o problema. Examinando a potência instalada por município, de origem térmica, eis o que se apresenta:

1.º — Niterói.....	6.050,80
2.º — São Gonçalo.....	6.022,40
3.º — Campos.....	4.931,65
4.º — Macaé.....	857,00

Fazendo um breve retrospecto dêsses dois quadros, encontramos, no primeiro, apenas um município da região Norte, situado porém mais para Oeste, entre os de maior potência hidroelétrica instalada: Itaperuna, com 2.238,30 kW; no segundo, encontramos dois entre os cinco de maior térmica instalada: Campos e Macaé.

Com a potência aproveitada praticamente coberta e havendo, por outro lado, uma tão grande concentração de usinas na região Sul do Estado, existiam, por conseguinte, razões bastantes para justificar as preferências do govêrno estadual pela intensificação

Vista impressionante do vale onde está sendo construída a barragem que represará as águas do Rio Macabu, vendo-se à esquerda as tôrres do cabo aérco, e, em baixo, o rio. A barragem ficará engastada numa garganta de montanha e assentada sôbre espêssa lage de pedra.

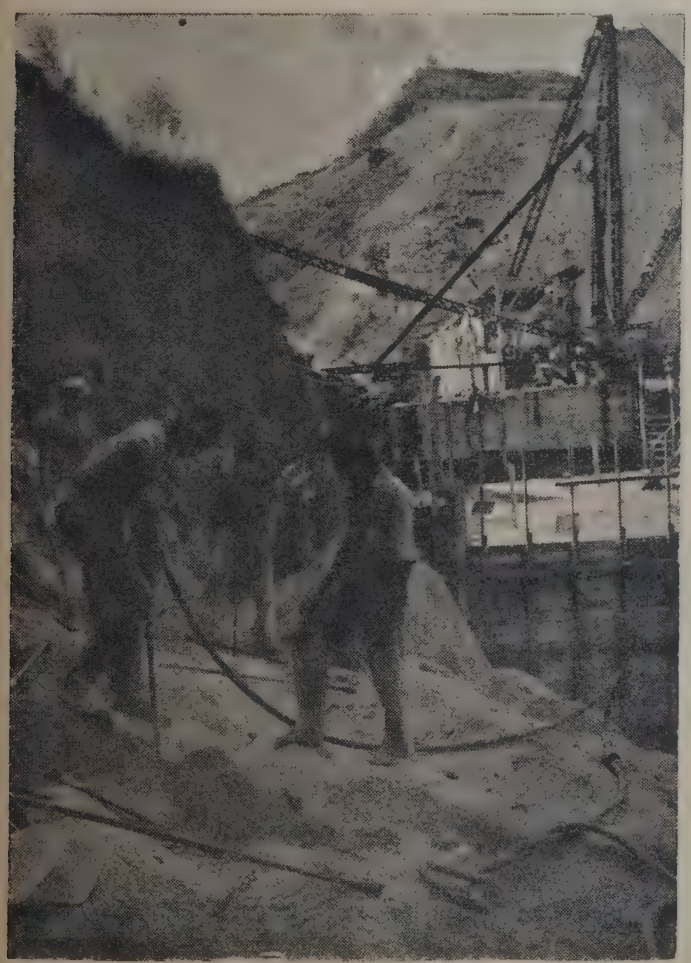
da zona Norte, a fim de desenvolver o plano de eletrificação regional. As disponibilidades em potencial não explorado, naquela região, montam a mais de 500 mil cavalos. Foram por conseguinte mais do que justificadas as razões que determinaram à administração fluminense, na época em que se encontrava à frente da mesma o Comandante Ernani do Amaral Peixoto, os estudos e o início das obras em curso das usinas de Macabu e Glicério, com o propósito de criar, desta forma, um sistema inter-conectado de mais de 180.000 cavalos.

Existem no Estado, já conhecidas, quarenta e uma quedas dágua em condições de aproveitamento, com uma potência total calculada em 1.000.000 de HP, potência essa que tende a ser aumentada, por isso que não inclui diversas quedas existentes e que ainda não foram estudadas convenientemente.

Entre essas quedas dágua as cinco mais importantes são: Cachoeira do Judeu e a de Sapucaia, situadas no Rio Paraíba, ambas no Município de Sapucaia, com a potência de 200 mil HP cada uma; a do desvio Paraíba-Guandu, no Município de Vassouras, também no Rio Paraíba, com aproximadamente 150.000 HP; a de Manducaba, formada pelo rio do mesmo nome, no Município de Angra dos Reis, com 100.000 HP e a do Cachoeirão, no Município de Bom Jesus de Itabapoana, que foi avaliada em 80 mil HP.

No plano em execução ao Norte do Estado, porém, ao invés do aproveitamento de uma queda dágua, o que se está fazendo é aproveitar uma situação oro-hidrográfica que permite o lançamento das águas do Rio Macabu, através de um túnel, para movimentar as turbinas instaladas 330 metros abaixo e, passando por estas turbinas, vão as águas do Macabu engrossar as do São Pedro, que movimentam a usina de Glicério, esta já existente mas que, conforme o plano, deverá sofrer substanciais modificações na segunda fase de execução.

O trabalhador é feito na própria obra. Ouvindo vários dêles, observamos que uma grande parte não conhece, sequer, Niterói. Eram antigos lavradores e, mesmo prestando serviços à Comissão Central de Macabu, não abandonam de todo os seus trabalhos do campo. A faina rural, incentivada mesmo pela Comissão, vai mudando aos poucos a aparência da região, onde áreas de cultura substituem terras até bem pouco abandonadas..



O PLANO DE MACABU

Reportamo-nos aqui a trabalho anterior divulgado pelo O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, no segundo semestre de 1945. O plano de que se originaram as obras em curso — e já a caminho de breve conclusão — baseou-se na idéia da transposição das águas do Rio Macabu para o vale do São Pedro, por meio de um túnel cavado em rocha viva, numa extensão de 5.464 metros e 80 centímetros. Entre os dois vales, do Rio Macabu, tributário da Lagoa Feia, a mais de 600 metros acima do nível do mar, e o do Rio São Pedro, situado a 300 metros de altitude, estende-se a linha divisória da Serra do Mar, obstáculo vencido pelo túnel.

As águas, depois de movimentarem a usina de Macabu, com cêrca de 330 metros de queda, continuam pelo curso do Rio São Pedro, indo mover a usina de Glicério, onde será aproveitado um novo desnível de 145 metros. Formada assim uma queda bruta total de 475 metros, dando 45.000 cavalos-vapor em duas usinas em série, distante quatro quilômetros e meio uma da outra.

O projeto inicial foi devido ao Professor Edmundo Franca Amaral, da Escola Nacional de Engenharia; as obras foram iniciadas por uma emprêsa particular, que as obteve mediante concorrência; mais tarde, em 1942, passaram a ser executadas pelo próprio Estado, que para tanto organizou a Comissão Central de Macabu, dirigida inicialmente pelo Tenente-Coronel Engenheiro Hélio Macedo Soares e, atualmente, pelo Engenheiro Talmo Barbosa.

Para melhor ser definida a imporcia do empreendimento, repitamos alguns números dos que ofram insertos no trabalho a que fizemos referência. A barragem de Macabu, engastada numa garganta de rocha, terá 36 metros de altura; a bacia, cota atingida de 426, área inundada de 2.700.150 metros quadrados e capacidade de reservatório de 47.550.600 metros cúbicos, estando porém êstes dados ainda sujeitos a revisão, com previsão de 3.000.000 m2 e 70.000.000 m3 para área e capacidade definitivas; túnel com comprimento total de 5.464,80 metros; tubulação, castelo-usina, com 911 metros. As obras atuais compreendem a barragem de Macabu, o túnel, êste totalmente aberto e em fase final de revestimento, estando em construção a tomada dágua e o respectivo castelo de descarga; a montagem da tubulação cobrindo uma altura de 330 metros, entre o castelo dágua e a usina, além das várias linhas de transmissão, sub-estações, rêdes de distribuição; os edifícios da usina, concluídos desde algum tempo, têm já instaladas nos seus lugares as duas primeiras turbinas recebidas, com os lugares das demais unidades reservadas; está instalado, também, todo o equipamento referente às duas unidades montadas. As tôrres que suportarão as rêdes que deverão levar energia a Campos e Friburgo, estão já fixadas nos seus lugares, oferecendo ao visitante uma série de sugestões sôbre o futuro da região Norte-Leste do Estado do Rio, quando a energia elétrica produzida em Macabu, além de aumentar as possibilidades de progresso social e econômico de várias cidades, inclusive aquêles dois importantes centros urbanos, contribuir para a criação de um outro sentido de vida rural, possibilitando aos habitantes da região, em suas propriedades, fazendas, sítios ou simples casas de campo, o uso de todos os recursos que a técnica moderna tem criado para amenizar os trabalhos domésticos, além do que facilitará a instalação de pequenas e proveitosas indústrias para o beneficiamento da produção agrícola, ou animal, aumentando assim o índice de riqueza de cêrca de 1.000.000 de fluminenses.

A região em que hoje progridem as obras da Comissão Central de Macabu era, porém, desprovida de todos os recursos quando, em 1939, por alí andaram os homens da equipe que estudou a possibilidade do aproveitamento da situação oro-hidrográfica. Um ramal da Estrada de Ferro Leopoldina Railway, partindo da cidade de Macaé, cortando região pantanosa, leva um trenzinho até a vila de Crubixais, antiga Glicério. Êste trenzinho, outrora, era o meio de evasão para a produção cafeeira da região; hoje transporta café, ainda — e a safra dêste ano é esperada sob excelentes auspícios — porém transporta predominantemente madeira, seja na forma de lenha, dormentes ou toras. O tráfego de passageiros, que era feita três vêzes por semana, atualmente é diária e, semelhante intensidade foi ditada pelas obras que se realizam um pouco além de Crubixais, serra acima, entre o Frands — vilarejo ocupado pelo pessoal que trabalha nas obras da Usina, e o outro vilarejo que está além da barragem. Aquilo que hoje é a estrada de rodagem não ia além de uma trilha usada por cavaleiros ou carros de boi. A fim de atender à intensidade do tráfego que hoje existe, bem como para facilitar o transporte de equipamentos mecânicos e materiais de construção, foi necessário construir uma estrada de rodagem, de Macaé a Tapera, local onde se acham os escritórios, atravessando região ingrata, que exigiu aterros difíceis hoje felizmente já consolidados. Além desta estrada de ligação com a rêde rodoviária do Estado, foi necessário construir dezenas de quilômetros de estradas razoáveis, naquele labirinto de serras, escarpas e pequenos vales, pois a tanto obrigava a diversidade de locais em que se devia trabalhar simultaneamente, importando esta diversidade especialmente no tráfego de material. A fim de evitar os grandes deslocamentos da mão de obra, a Comissão Central preferiu localizar o pessoal de cada setor em vilas construídas nas vizinhanças do mesmo.

O visitante encontra, hoje em dia, naquela região, muito daquilo que é necessário para fixar o homem. Em Tapera há hotel, há um amplo parque contornado pelos escritórios e serviços auxiliares de um lado e, nos outros lados, por densas plantações de eucaliptos, pinheiros, acácia negra, angico e outras espécies, com o intuito de assim se revestir a serra nua. Há um serviço hospitalar completo; o suprimento de gêneros alimentícios é feito através de armazéns da cooperativa local e de armazéns montados com fins lucrativos; há cinema e há bilhares. No conjunto, é como se fôra uma grande comunidade dividida em grupos, separados por acidentes geográficos.

Mas um outro aspecto que salta à vista da área cultivada e da diversidade de culturas; o redator que escreve estas notas esteve em Macabu em 1945 e a diferença notada, nesta outra viagem, é indiscutível. A Comissão possui hoje uma grande área de terras próprias, além de grande quantidade de terras devolutas em tôda a região. O trabalhador da Comissão pode fazer lavoura, em maior ou menor medida, conforme os recursos de que disponha e conforme o tamanho de sua família, pois a esta cabe, de um certo modo, fornecer a mão de obra.

Problemas do Comércio Europeu

John Whitehouse

Embora a conferência dos ministros da Fazenda dos cinco países da Europa Ocidental signatários do Tratado de Bruxelas tenha sido o assunto dominante, nos últimos dias, o fato é que merece uma referência especial a Segunda Feira das Indústrias Britânicas realizada depois da guerra.

A Feira do ano passado teve algo de uma resolução heróica, demonstrando a espantosa rapidez com que êste país havia reconvertido sua produção industrial de armamentos para a produção de artigos de paz. Êste ano a variedade de mercadorias expostas foi bem maior e caso os compradores estrangeiros achem os preços razoáveis — o que não é nada de surpreender — então a Feira servirá de grande estímulo ao comércio exportador. Não se ignoram as dificuldades. Em muitos países está se tornando um lugar comum os obstáculos às importações, mas ao contrário, manter e até mesmo aumentá-las, com o desenvolvimento de suas exportações. Foi a impossibilidade de manter completa conversibilidade para o esterlino o que obrigou a Grã-Bretanha a procurar negociações comerciais, de natureza especial, com diversos países em separado. Êste é o aspecto finan-

John Whitehouse, do British News Service, aprecia neste artigo problemas do comércio europeu através o que foi exposto em duas feiras industriais inglêsas, mostrando o esfôrço de recuperação das indústrias de guerra para as atividades da paz.

As relações comerciais da Europa são analisadas à luz da recente reunião dos signatários do Tratado de Bruxelas, alcançando também aí o artigo funda repercussão em face do auxílio do E.R.P.

Tempo de leitura: 10 minutos.

ceiro do problema, mas a preocupação máxima do govêrno britânico deverá ser sempre garantir aos 47 milhões de habitantes da Grã-Bretanha os meios de importar os alimentos e matérias primas que precisam para manter o seu padrão de vida.

Os resultados obtidos com as exportações britânicas desde que terminou a guerra já são notáveis e a julgar pela Feira das Indústrias Britânicas, o aumento de exportação continuará. Mas, é igualmente essencial garantir o volume necessário de importações. Assim, mesmo que a Conferência de Bruxelas possa ser tida como prova de que a coesão da Europa Ocidental significa tanto uma necessidade econômica quanto um objetivo político, não deixa de ser importante para a Grã-Bretanha cultivar relações comerciais, com os países da Europa Oriental. Para isso os métodos variam. Com a Rússia, as importações de cereais contra a exportação de material ferroviário e máquinas, é pràticamente uma troca, acontecendo o mesmo no que diz respeito à compra de sardinhas na Iugoslávia, ovos e toucinho da Hungria contra a exportação de determinados produtos industriais para êsses países. Negociações diferentes tiveram de ser levadas a efeito com a Índia e o Egito ou o Brasil e a Argentina onde havia, de um lado, os débitos em esterlino acumulados durante a guerra e de outro lado os valores resultantes de antigos investimentos; dois fatores que figuram nas discussões sôbre as atuais possibilidades de comércio.

Mas, há também uma terceira espécie de negociações com países como a Dinamarca, Noruega e Bélgica. Neste caso as discussões giram em torno principalmente da balança de pagamentos, isto é, no equilíbrio entre o excedente e o "deficit" verificados nas atuais transações comerciais. Êste problema de pagamentos intro-europeus, principalmente no que toca a seus próprios países, foi o objetivo da reunião dos ministros da Fazenda dos cinco países.

O comunicado publicado em Bruxelas declarava que os ministros "tinham aprovado, em princípio, as propostas para facilitar os pagamentos intra-europeus". Mas, a opinião geral nos círculos financeiros de Londres é que a reunião deve ter suscitado mais problemas do que resolver. Nos círculos bancários, principalmente, parece haver dúvidas quanto à possibilidade de qualquer esquema de pagamentos intro-europeus sobreviver ao impacto centrífugo da política. Mas, deixado de lado êste aspecto, os péritos londrinos vêm pequena probabilidade de se chegar a uma solução satisfatória para êste problema de pagamentos até que esteja esclarecido se os fundos de ajuda norte-americana podem ser usados — e em que medida — para equilibrar os excessos e "deficits" comerciais, não apenas entre cinco países cujos representantes participaram da Conferência de Bruxelas, mas entre todos os 16 países que estão aceitando ajuda norte-americana, de acôrdo com o programa de reconstrução européia. Esta é uma questão realmente vital e a resposta até agora é menor do que uma ligeira esperança. Pelo menos é assim que a maioria interpreta o "acôrdo em princípio sôbre um plano monetário para facilitar o comércio multilateral.

Naturalmente, o fato é que sob as condições atuais, todos os cinco países representados em Bruxelas enfrentam a mesma dificuldade fundamental. Todos carecem de dólares. Trata-se de uma dificuldade de que partilha a maioria dos países atualmente pela simples razão de que durante os dois últimos anos os Estados Unidos forneceram mercadorias à muitos países desfalcando os seus recursos em ouro e dólares. No que toca à Europa, a ajuda norte-americana, tão generosamente oferecida, contribuirá para deter esta evasão de dólares, pelo menos temporariamente; mas não resolverá automàticamente o problema de equilibrar os pagamentos intra-europeus. Esta é a razão de ter havido tanta conversa, recentemente, sôbre a necessidade de uma moeda comum para o comércio intra-europeu e o estabelecimento de um Banco de Compensação com poderes mais vastos do que tem o atual Banco Internacional sediado em Basiléa. Foi sugerido também que a Grã-Bretanha devia cunhar o seu lastro, criando para si mesma uma moeda difícil — tanto no sentido literal, quanto simbólico — e restaurar assim o outro à sua posição ideal como moeda comum para comércio mundial.

Enquanto isso permanece sem resposta uma pergunta: Na ausência de uma moeda mundial, que seja livremente acessível e livremente conversível, poderá o plano de pagamentos intra-europeus, elaborado em Brpuxelas, solucionar o problema de equilibrar os excedentes e os "deficits" comerciais das nações européias nas suas transações?

CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

VIGIA
S. A.

Séde RIO DE JANEIRO
RUA DA ALFÂNDEGA, 41, SALA 712
TELEFONES 43-2372 e 23-0081
CAIXA POSTAL, 3347 – TELEG. VIGIA – RIO
Correspondentes em LONDRES, NEW YORK, PARIS

TODOS OS RISCOS

SEGUROS DE BAGAGENS PARA O ESTRANGEIRO — MOTINS — COMOÇÕES CIVIS — RESPONSABILIDADE CIVIL — AUTOMÓVEIS — JOIAS — ROUBOS E FURTOS

A Eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana

A SUA TRANSFORMAÇÃO EM REALIDADE

O PROBLEMA da eletrificação da E. de F. Sorocabana vinha sendo objeto das cogitações da sua administração desde 1912.

Em 1924, o Eng. Jonas Pompéia, da Diretoria da Viação, da então Secretaria da Agricultura, fôra incumbido pelo Govêrno do Estado de estudar o problema da tração elétrica nessa Estrada, apresentando o seu relatório. Nesse trabalho, propunha êle duas soluções, tendentes a melhorar as condições de transportes na Estrada: a) a variante de Cotia, ou de Sorocaba a Avaré; e b) a duplicação da linha entre São Paulo e Sorocaba. A seu ver, entretanto, a eletrificação representaria solução mais pronta, econômica e racional.

Tendo o Eng. Gaspar Ricardo Júnior, Chefe da Locomoção nessa época, se pronunciado quanto o memorial do Eng. Pompéia, determinou o Eng. Arlindo Luz, Diretor da Estrada, se aguardasse o resultado completo dos estudos sôbre a linha, que estavam sendo elaborados. Porque, a êsse tempo, os problemas da duplicação e do emprêgo da bitola estreita ou larga, que deviam preceder o da eletrificação, constituíam preocupação dominante da Administração.

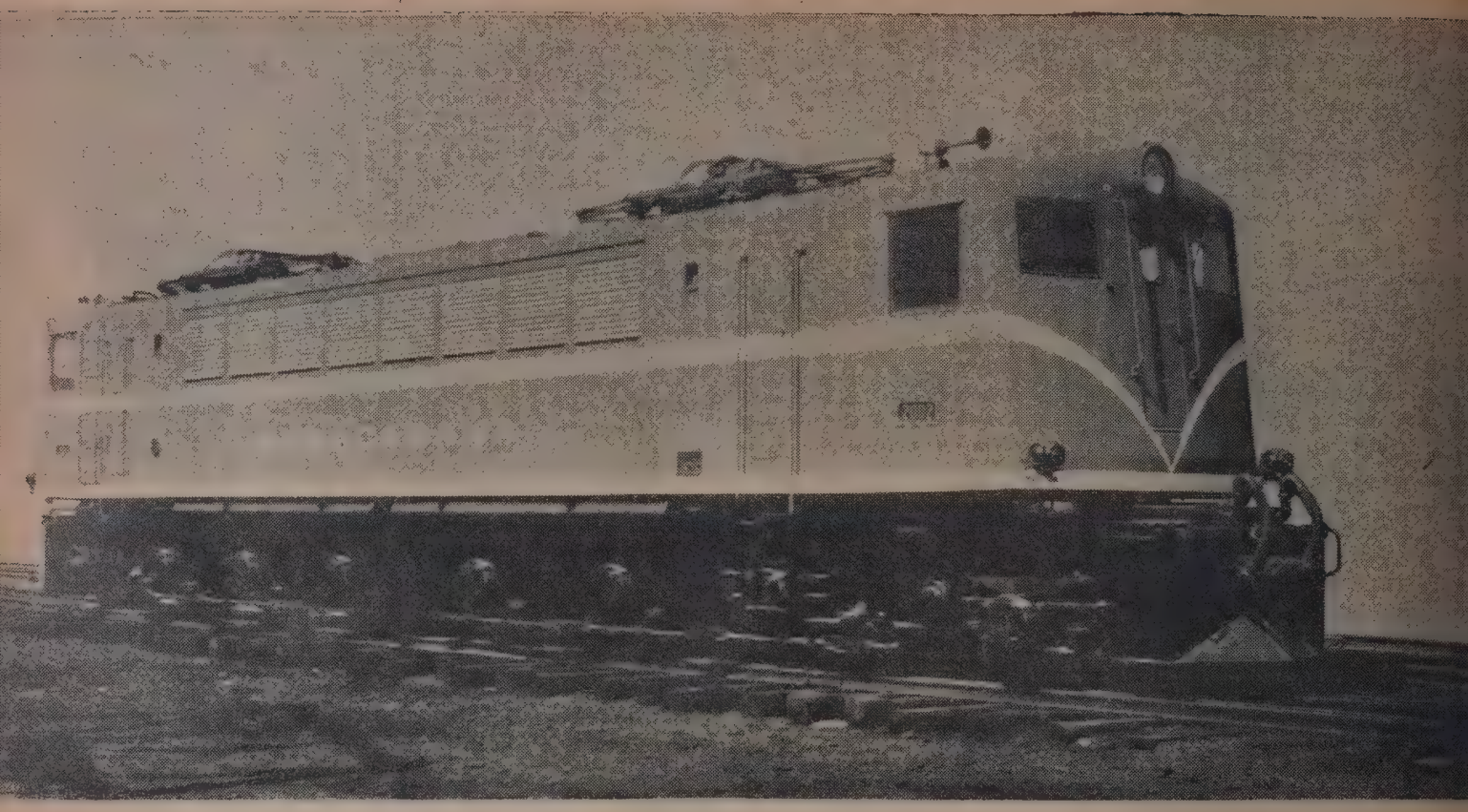
O pensamento de Arlindo Luz colimava no entanto a eletrificação da Sorocabana. E' assim que a 10-9-1924 consultava a Light & Power sôbre as condições de fornecimento de energia elétrica em Pantojo ao mesmo tempo que a Emprêsa de Melhoramentos de Pôrto Feliz se prontificava a construir uma usina elétrica para êsse fim; e logo depois a 13 de março de 1925 solicitava informes à firma Byington desta praça quanto às locomotivas elétricas mais possantes que sua representada poderia construir tanto para a bitola de um metro como para a de 1m60. — por onde se vê que o notável administrador estudava já a êsse tempo — o emprêgo de uma ou de outra bitola assim como o da tração elétrica.

Em agôsto dêsse ano — o mesmo Diretor se dirigia a diversas firmas especializadas, enviando-lhes perfis reduzidos da nova linha de São Paulo a Sorocaba, etc. — como elementos de estudos para a eletrificação.

Dentro dêsse propósito, em 28 de outubro, ainda de 1925, a administração Arlindo Luz, autorizada pela Secretaria da Agricultura, firmava contrato com o Eng. Antônio Carlos Cardoso, profissional de reconhecida competência no ramo, para organizar um ante-projeto da eletrificação. Êste engenheiro seguiu para os Estados Unidos da América do Norte, no dia 22 de dezembro do mesmo ano, ali chegando em janeiro seguinte, visitando

MARCO

No dia 27 de abril de 1941 tiveram início os trabalhos de eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana. A importante iniciativa, de fundos reflexos na economia do grande Estado paulista, foi tomada quando era interventor daquela unidade da Federação o Sr. Adhemr de Barros. Dirigia a Estrada então o Engro. Orlando D. Murgel, sendo Chefe do Departamento de Eletricidade o Engro. Durval Muylaert. Desde então os trabalhos de eletrificação têm prosseguido num ritmo feliz, aumentando o número de quilômetros eletrificados a cada mês.



LOCOMOTIVA

Unidade motora elétrica da Estrada de Ferro Sorocabana, das mais modernas e eficientes.

também a Inglaterra, e outros países da Europa. Forneceu-lhe a Estrada de Ferro Sorocabana os dados indispensáveis ao importante estudo.

Durante a sua ausência, a Administração procurava colhêr todos os elementos possíveis para o elevado desideratum: — Obteve informes de várias vias férreas eletrificadas; a E. de F. Oeste de Minas, hoje incluída na Rêde Mineira de Viação, forneceu-lhe esclarecimentos quanto aos estudos da eletrificação do trecho Barra Mansa a Augusto Pestana; os Engs. Merz & MacLella confiavam à Estrada o relatório e especificações atinentes à eletrificação das South African Railway; e Arlindo Luz enviava às diversas firmas especializadas, as condições necessárias para a concorrência que pretendia abrir mais tarde, para a eletrificação.

De volta da sua viagem, encontrava-se o Eng. Antônio Carlos Cardoso em São Paulo, em maio de 1926; e, a 28 de janeiro de 1927, apresentava à Estrada os estudos de que fôra encarregado.

O ante-projeto em aprêço foi considerado de alto valor pela administração. Entretanto, um entrave se oferecia, nessa emergência, para a eletrificação da Estrada. Em informação à Secretaria da Agricultura, poucos meses depois, Arlindo Luz apontava claramente: — "A Sorocabana possui estudos completos sôbre a eletrificação, feitos pelo ilustrado Eng. Antônio Carlos Cardoso. Não lhe parece, porém, oportuno o momento para execução do melhoramento, sobretudo porque as linhas a serem inicialmente eletrificadas (São Paulo-Santo Antônio) foram construídas recentemente e não oferecem ainda a indispensável consolidação para a posteação".

O Eng. Gaspar Ricardo, logo depois Diretor da Estrada, levava à Secretaria da Viação, em 22-8-27, informação semelhante: "antes de perfeitamente consolidado o leito da linha dupla entre S. Paulo e Santo Antônio, parecia-lhe prematura qualquer proposta de eletrificação dêsse trecho".

Convém recordar que o saudoso engenheiro, bastante interessado no problema, havia publicado, antes, em setembro de 1924, quando Chefe da Locomoção da Estrada, e de ordem do Diretor Arlindo Luz, valioso trabalho de 42 páginas sob o tíaulo "Aumento de capacidade do tráfego e eletrificação da E. de F. Sorocabana". — Bem interessante se nos afiguram as conclusões dêsse estudo: 1) necessidade do "train-dispatching"; 2) melhoramento imediato do traçado; 3) emprêgo da tração elétrica, mais econômica que a tração a vapor, aumentando a capacidade da linha melhorada; 4) necessidade de construção imediata de tôdas as obras de arte, inclusive túneis, em via dupla; 5) suprimento de energia elétrica, pelo aproveitamento de quedas dágua.

Em 22 de dezembro de 1928, Gaspar Ricardo, como Diretor, lembrava à Secretaria da Viação, diante da alta de preço do combustível em geral, o entendimento com as principais firmas especializadas em tração elétrica, de molde a conhecer as possibilidades de eletrificação do trecho S. Paulo e Santo Antônio.

Com êsse objetivo, diversas emprêsas se dirigiram à Estrada, dentre as quais uma das mais importantes firmas européias.

Gaspar Ricardo, em 6-12-1929, informado sôbre documentos concernentes a um empréstimo para execução de grandes melhoramentos na Sorocabana — dentre êles a eletrificação daquele primeiro trecho — deixou bem evidente o pensamento da administração e do Govêrno em realizar o magno empreendimento. Respondendo à casa européia, em começos de 1930, ex-

pressava êle a necessidade de apresentação de proposta definitiva, relativa ao pagamento dos serviços, em face de novos estudos a que havia chegado.

Grande foi a atividade que desenvolveu êsse diretor, no intento de obter financiamento para a eletrificação, realizando constantes entendimentos com firmas e banqueiros, ao mesmo tempo que a Secretaria da Viação demonstrava o máximo empenho na efetivação do cometimento. Nessa ordem de idéias, Gaspar Ricardo procurou obter preços, tanto para a eletrificação como para a própria central geradora, consultando importante firma alemã, quanto ao fornecimento do necessário material elétrico. A representação que fêz à Secretaria da Viação, em 13-6-1930, acêrca da eletrificação, negociações feitas e conveniência da instalação de usinas próprias, é longa e expressiva.

E as demarches prosseguiram intensamente, quando surgiu a revolução de 1930, paralisando fundamentalmente o andamento do assunto.

Gaspar Ricardo porém não descansou. Em princípios de 1932, em ofício à Secretaria da Viação, voltava ao caso, externando-se nestes têrmos: — "estão em plena atividade os estudos para a eletrificação da Sorocabana, nos moldes propostos em fins de 1930". E lembrava, de novo, a conveniência da instalação de usina própria, aproveitando os carvões de Buri e Faxina, que então estavam sendo explorados.

Mas o tempo decorreu até 1937, sem que o relevante empreendimento se concretizasse. Nesse exercício, ainda o assunto preocupou bastante a administração; mas problemas outros, também, sérios, e absorveram — dentre os quais o do combustível (o emprêgo obrigatório de uma porcentagem do carvão nacional sôbre o carvão estrangeiro). Tanto assim que na administração Mário Souto se iniciou o serviço de levantamento da bacia hidrográfica do Rio Capivari (linha Mayrink-Santos) para um possível aproveitamento da sua potência hidráulica.

"Para execução dêsse serviço de grande atualidade — disse o Dr. Mário Souto — porquanto já pensamos na eletrificação da Estrada, poderemos aproveitar elementos que já se tornaram dispensáveis na construção da Mayrink-Santos."

Estavam as coisas nesses têrmos, quando na interventoria do Sr. Adhemar de Barros, o Eng. Acrísio Paes Cruz, tendo assumido a Diretoria da Estrada, em 4 de maio de 1938, logo em 23 de agôsto seguinte coletava os elementos indispensáveis para a eletrificação da Sorocabana. O Eng. Heitor Bertacin, como funcionário da Estrada, forneceu-lhe então um projeto para eletrificação; e o Eng. Luís de Mendonça Júnior, como Chefe do Departamento dos Transportes apresentou-lhe, nessa ocasião, o seu parecer, quanto à economia resultante da eletrificação do trecho São Paulo-Santo Antônio. O Eng. Djalma Maia, da Central do Brasil elaborou então, a pedido, o ante-projeto que havia de servir de base para a eletrificação.

TRECHO ELETRIFICADO

A foto foi tomada em Rodovalho, onde o trecho eletrificado da Sorocabana possui linha dupla.

SUB-ESTAÇÃO

Em Pantojo está localizada uma das mais importantes sub-estações do sistema elétrico da Sorocabana.

E aos 24 de fevereiro de 1939, o Dr. Acrísio Paes Cruz, com grande arrôjo e patriotismo, apresentava ao Dr. Guilherme Winter, Secretário da Viação na época, a bem elaborada e extensa representação que veio abrir caminho vitorioso à eletrificação do primeiro trecho entre São Paulo e Santo Antônio. Êsse documento começou por frisar o aspecto alarmante do problema dos combustíveis — cuja despesa correspondera, em 1927, a 28,2 por cento da despesa de custeio da Estrada; alinhou algarismos sôbre o consumo e preço da lenha, carvão estrangeiro e nacional; estudou o aspecto econômico da eletrificação do primeiro trecho, entre São Paulo-Santo Antônio, de onde resultaria uma economia anual de Cr$ 10.237.500,00 no custeio total dêsse trecho, com relação à despesa de combustíveis; considerou o lado financeiro do caso — e concluía pela eletrificação dêsse trecho, como solução lógica, oportuna e de inadiável necessidade.

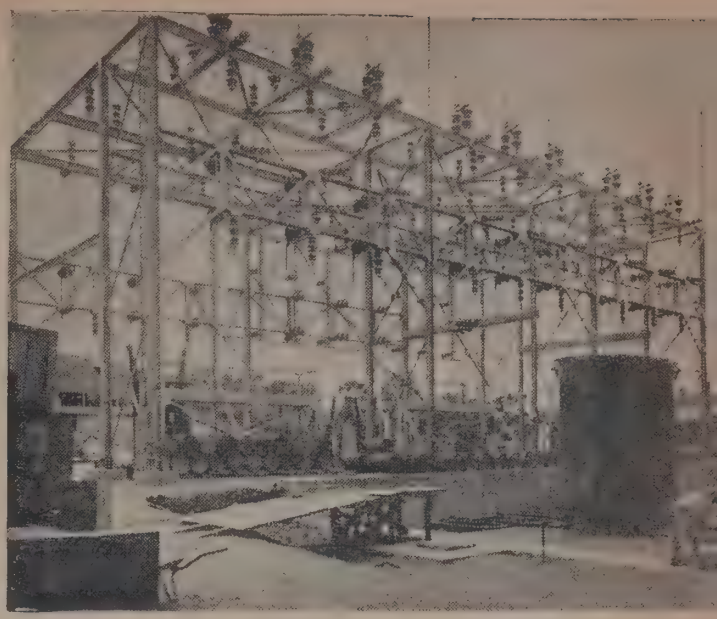
O Sr. Interventor Dr. Adhemar de Barros não só autorizou o plano de eletrificação, quanto lhe deu todo o apoio necessário, de forma a dar-lhe realidade.

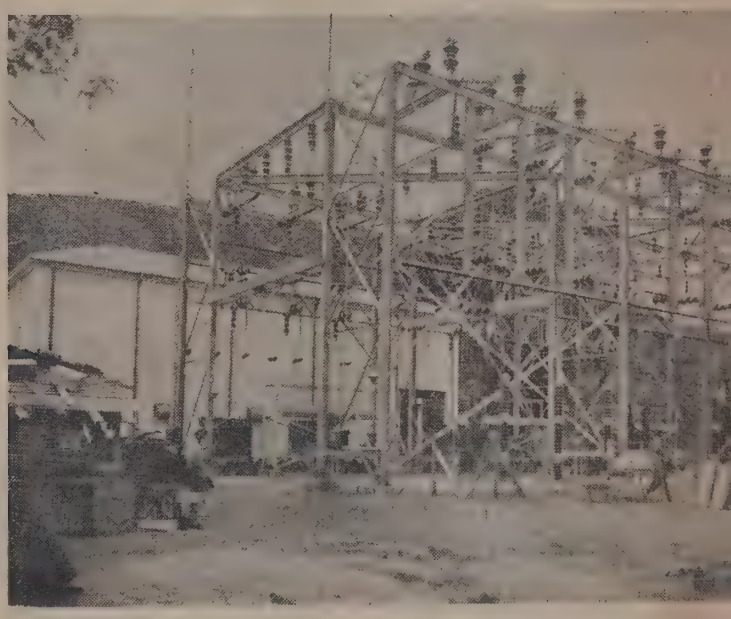
Uma comissão foi imediatamente designada em 22-3-39, pelo Sr. Secretário da Viação, para estudar o problema e rever o projeto existente — composta do Eng. Antônio Carlos Cardoso, como chefe, e dos Engs. Luís de Mendonça Júnior e Homero Barbosa. O Dr. Cardoso, entretanto, solicitou exoneração do cargo em 4-4-39; e o assunto passou a ser estudado pelos elementos técnicos da Sorocabana, tendo em vista sempre o valioso anteprojeto daquele competente profissional.

De tal sorte que a 30 de junho, dêsse exercício, a Diretoria da Estrada submetia à Secretaria da Viação o projeto do edital de concorrência.

Poucos dias depois, no Departamento Administrativo do Estado o Sr. Dr. Plínio Rodrigues de Morais, membro daquela casa, emite, como relator, brilhante parecer, quer quanto à forma, quer quanto à fundamentação técnica e econômica do assunto. O parecer esposou todos os argumentos apresentados na representação da Estrada, acrescentando-lhe outros de elevado alcance. "A solução vantajosa é a eletrificação" — acrescentou o relator, depois de judiciosas considerações. "Por uma lei natural de compensação, o Brasil, pobre em hulha preta, é riquíssimo em hulha branca. Os nossos rios, caudalosos e encachoeirados, são fontes inesgotáveis de energia. E' preciso aporveitá-las, enveredando pelo caminho da eletrificação". E concluiu o seu parecer, favorável ao projeto, entendendo que êste consubstanciava "medida oportuna e de absoluta necessidade para a E. F. Sorocabana."

O parecer, sob n. 8, foi unanimemente aprovado pelo Departamento Administrativo do Estado, em sessão de 27-7-1939. E não tardou que o Decreto, n. 10.419, de 11 de agôsto dêsse ano, do Interventor Federal, Sr. Adhemar de Barros, viesse coroar todo





SISTEMA

As três fotografias reunidas nesta página dão uma idéia do que se contém na Sub-Estação de Pantojo. Daqui sai parte apreciável da energia que permite à Soracabana manter em trajeto seus trens elétricos.

êsse belo esfôrço, autorizando as medidas necessárias à execução do projeto, agora somente dependente da aprovação do Govêrno Federal.

Estava de parabens a Estrada de Ferro Sorocabana. A grande aspiração, dado a firme orientação do Sr. Adhemar de Barros — transmutara-se em emocionante realidade!

O que se passou está na memória de todos. Os jornais publicam, amplamente, o edital de concorrência para eletrificação, de 27 de setembro de 1939; movimenta-se a imprensa de todo o Estado, com repercussão em todo o país; em 26 de fevereiro de 1940 e nomeada a comissão encarregada de classificar as propostas, constituídas dos Srs. Drs. Benedito Roberto de Azevedo Marques, Diretor de Viação; Durval de Azevedo, da Companhia Paulista; Djalma Ferreira Alves Maia, da Central do Brasil; e Luís Mendonça Júnior, da Sorocabana, — sob a presidência do então Diretor, Dr. Orlando Drummond Murgel.

De acôrdo com o edital de concorrência, os trabalhos de classificação foram instalados em sessão pública de 29-2-1940, no salão nobre da Diretoria da Sorocabana, presentes todos os interessados, autoridades e represestantes da imprensa. Êsse edital, minutado na Diretoria da Sorocabana, havia sido objeto de longo estudo e redação na Secretaria da Viação.

Apesar da situação mundial, que impediu o comparecimento de outras importantes firmas, quatro conceituadas companhias, das principais entre as universalmente conhecidas, se apresentaram, na concorrência, a saber: a) Electrical Export Corporation e Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil "Cobrasil"; b) The English Electric Co. Ltd.; c) Metropolitan Vickers — Electrical Export Co. Ltd.; d) Consorzio Italiano Impianti all'Estero Idro-Termo-Elletrici e di Elettrotrazione de Milão.

Interessante questão surgiu, desde logo, quanto à classificação ou não de um dos concorrentes que, não obstante a sua idoneidade, deixou de apresentar, dentro do prazo exigido pelo edital, como se fazia mister, a comprovação positiva da vontade do interessado, por si ou por legítimo mandatário. Não pôde, portanto, ser considerado na concorrência, conforme demonstração constante da respectiva ata. E assim, pelo edital de 13

de março de 1940, foram considerados habilitados os concorrentes mencionados acima, nas letras a), b) e c).

O Sr. Secretário da Viação, por despacho de 27-3-40, houve por bem negar provimento ao recurso interposto pelo interessado, considerando perfeitamente justificadas as deliberações da Comissão.

Durante grande número de reuniões dedicou-se esta ao exame dos documentos apresentados, sob o ponto de vista da idoneidade técnica e financeira dos proponentes, nos têrmos constantes do edital; e, no dia 28-3-1940, nova e importante sessão pública, com a presença dos interessados, imprensa, etc., se realizou, para a abertura das propostas dos três concorrentes habilitados. Seguiu-se então novo e intenso trabalho de exame, discussão e classificação das propostas, em reuniões subsequentes.

Enquanto isso, lá fora, os agitadores e economistas improvisados criavam ambiente perturbador à magnitude do empreendimento, procurando inocular no espírito de muitos o germen do desestímulo e da dúvida — que não raro frutifica e paralisa as mais nobres iniciativas. O Sr. Dr. Winter, em discurso pronunciado a 27 de abril dêsse ano por ocasião da inauguração do marco comemorativo da eletrificação, externou, com sinceridade, todo êsse panorama de lutas e interêsses que transcorreram lá fora, enquanto a Comissão e o Govêrno examinavam, serenamente, com grande patriotismo, os difíceis aspectos do problema.

Com notável método, sob critério e inteligente orientação, os trabalhos foram distribuídos entre os cinco membros da Comissão classificadora. Cada um dêles estudava-os separadamente: ponderava todos os dados técnicos e financeiros dos documentos a seu cargo; e apresentava relatório verbal. Fizeram-se quadros comparativos dos elementos parcelados de cada proposta; e, em reuniões contínuas, em conjunto, os diversos problemas foram sendo discutidos e deliberados. Os trabalhos de classificação constaram de 16 atas, longas e pormenorizadas.

A Secretaria da Viação, pouco depois, em longo e judicioso despacho de 10-6-40, concordou com a Comissão aceitando a proposta da concorrente colocada em primeiro lugar.

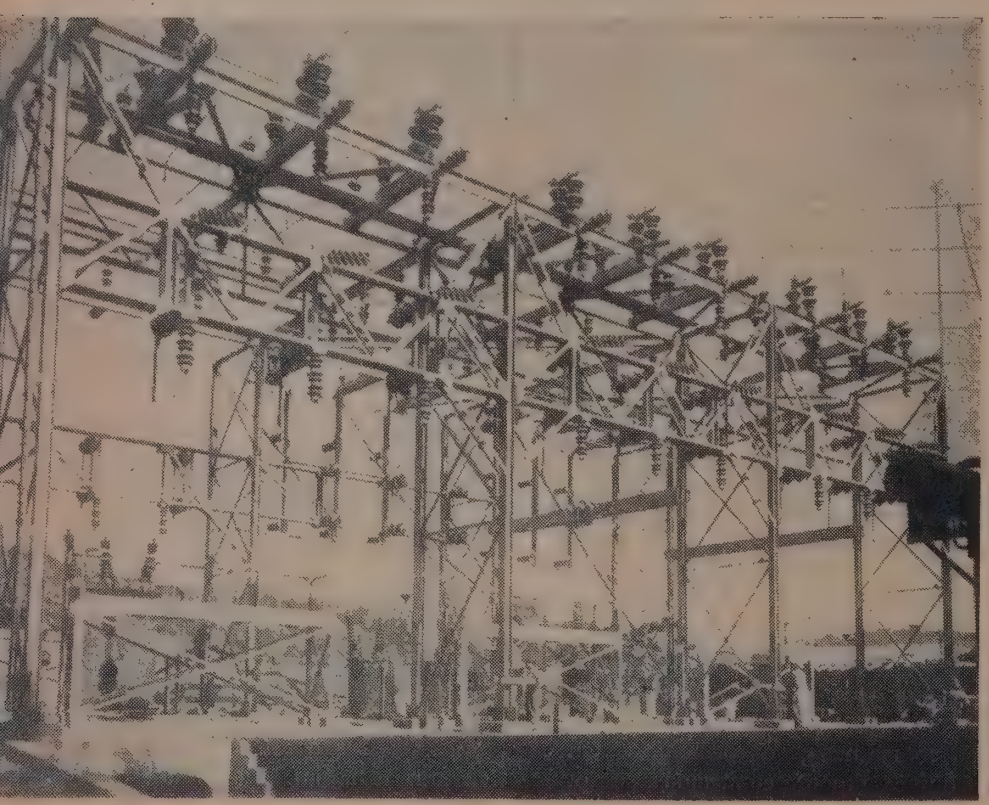
Tendo o Sr. Presidente da República, por despacho de 31-8, aprovado as cláusulas do financiamento oferecido pelo consórcio colocado em primeiro lugar — feitas algumas modificações — foi designada, logo em 17-9-40, a comissão incumbida de estudar a minuta do contrato, composta dos Srs. Drs. Benedito R. de Azevedo Marques, Aulio Clemente Ferreira e Trajano Marcondes Machado, sob a chefia do Sr. Dr. Orlando Murgel. A Comissão trabalhou com tal valor e diligência que o contrato entre o Estado de S. Paulo e a Electrical Export-Mineração e Metalurgia Brasil, para a eletrificação, pôde ser assinado, pelo Sr. Dr. Adhemar de Barros, com grande solenidade, no dia 12 de outubro de 1940, — depois da necessária aprovação do Sr. Presidente da República.

E aí fica, em largos traços até julho de 1941, o histórico da eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana — que veio abrir para essa via férrea, para São Paulo e todo o Brasil, os caminhos áureos de uma grande civilização.

A seguir, em 8 de dezembro de 1944, presente o Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, sendo Secretário da Viação e Obras Públicas de São Paulo, o Eng. José Gonçalves Barbosa, e Diretor da Estrada o Eng. Rui Costa Rodrigues, era solenemente inaugurado e entregue ao tráfego público o trecho São Paulo-Sorocaba.

OSASCO

Em Osasco tem a Sorocabana outra sub-estação para o fornecimento de energia elétrica.



IV — CONTRATADA, EM SEGUIDA, A ELETRIFICAÇÃO DO TRECHO SANTO ANTÔNIO A BERNARDINO DE CAMPOS — A COMPRA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

No dia 24 de maio de 1945, às 14 horas foi assinado, no gabinete do Diretor da Estrada de Ferro Sorocabana, o contrato entre a Estrada e a Electrical Export Corporation, para fornecimento de locomotivas elétricas e equipamentos, para eletrificação de mais um trecho de sua linha tronco.

O novo trecho a ser eletrificado, de acôrdo com o contrato ali assinado, é em continuação ao da linha dupla de São Paulo a Santo Antônio, já eletrificado, e vai desta última estação no quilômetro 139,832 à de Bernardino de Campos no Km. 450,675, compreendendo assim 310 quilômetros de linha singela, exclusive os desvios.

E' uma das maiores eletrificações que se realizam no país e dará à Sorocabana um lugar de destaque entre as nossas principais estradas de fer-

O GOVERNADOR ADHEMAR DE BARROS INAUGURA

Ligando a chave elétrica que pôs em funcionamento o trecho de Santo Antônio a Cerquilho, o Governador Adhemar de Barros, no dia 24 de maio de 47 determinou um dos mais apreciáveis progressos da eletrificação da Sorocabana. A foto foi tomada na cerimônia inaugural.

ro. Êsse novo trecho a ser eletrificado, corresponde justamente à 1.ª etapa do plano decenal, e segundo o qual a Sorocabana terá sua linha tronco inteiramente eletrificada, dentro de 10 anos: espera-se que essa parte esteja concluída dentro de 3 anos, conforme está previsto no referido plano, tornando assim a Sorocabana, a estrada brasileira de maior extensão eletrificada, com 450 quilômetros, dos quais 140 de linha dupla, ou sejam 590 quilômetros de linha exclusive desvios.

A economia que fará a Sorocabana com êsse serviço é de Cr$ ..... 693.498.000,00 até 1961, pois êsse é um dos trechos mais pesados da Estrada, quer quanto a intensidade de tráfego, que é de cêrca de 8.000 toneladas diárias, estando quase esgotada sua capacidade entre Santo Antônio e Botucatu, quer qcanto às condições técnicas, com rampas de 2% e rai de 120 metros, estando nêle incluído a serra de Botucatu, com rampa de 2,5% atingindo em alguns pequenos trechos a 2,8%.

Para melhorar essas condições técnicas precárias está a Sorocabana, construindo uma variante de Salgado a Botucatu, passando as condições técnicas da Serra a 429 metros de raio e rampas máximas de 1,75% e melhorando os raios de curvas entre Botucatu e Bernardino de Campos, também para 429 metros de raio mínimo. A capacidade do tráfego será assim muito aumentada não só pela eletrificação como também pela remodelação dos traçados que se está procedendo.

O contrato assinado em 24 de maio de 1945, entre a Estrada de Ferro Sorocabana e a Electrical Export Corporation, está dentro da autorização constante do Decreto-lei n. 14.681, de 25 de abril de 1945, do Govêrno do Estado de São Paulo, e se refere ao trecho, em prosseguimento, da mesma Estrada, entre Santo Antônio e Bernardino de Campos — isto é, os fornecimentos as especificações, descrições, fabricação de todos os materiais e aparelhamento, bem como os preços unitários em dólares, são exatamente os mesmos que prevaleceram no contrato original da eletrificação em curso, de 12 de outubro de 1940.

Por êsse contrato, serão fornecidos a Estrada, pela contratante, os seguintes equipamentos e materiais:

26 locomotivas elétricas; Aparelhamenti elétrico e mecânico para 8 sub-estações automáticas trifásica de 60 ciclos para corrente alternada de 88.000 volts trifásica de 60 ciclos para corrente contínua de 3.000 volts; Aparelhamento elétrico e mecânico para a montagem de uma cabina de seccionamento e de 7 postos de seccionamento automático entre as novas sub-estações;

Aparelhamento elétrico e mecânico para a construção da ligação de Ipanema ao prolongamento da linha de transmissão;

Aparelhamento elétrico e mecânico para a construção de postos de seccionamento da linha de transmissão;

2.400 toneladas de cobre eletrolítico em lingotes para serem transformados pela Estrada em fios e cabos para a linha de transmissão e para a rêde aérea;

Materiais para construção do sistema de linha de transmissão;

Materiais para construção da rêde aérea de linha de contato;

Peças sobressclentes para as locomotivas, aparelhamento das sub-estações epostos de seccionamento.

Todo o aparelhamento elétrico será fornecido pela General Electric Co. de Schenectady de New York e pela Westinghouse Electric and Manufacturing Co. de Pittsburg Pennsylvania, de acôrdo com as especificações que vigoram no contrato de 12-10-40.

O PROSSEGUIMENTO DA ELETRIFICAÇÃO

Inaugurada a tração elétrica da E. F. Sorocabana até Santo Antônio e concluída assim a primeira parte contratada, o Govêrno do Estado celebrou com a mesma firma contrato para a execução, em prosseguimento, de um grande plano a ser efetivado em 10 anos e que levará a eletrificação até Presidente Epitácio, ponto final de sua linha tronco, nas barrancas do Rio Paraná. Êsse programa decenal da eletrificação se divide: 1.ª etapa: 1945 a 1947, de Santo Antônio a Bernardino de Campos; 2.ª etapa: 1948-1949, de B. de Compos a Assiz; 3.ª etapa: 1950 a 1952, de Assiz a Presidente Venceslau; 4.ª etapa: de Presidente Venceslau a Epitácio, 1953 a 1954. Da 1.ª etapa, já foram inaugurados dois trechos, o primeiro, em 24-5-1947, de Santo Antônio a de Cerquilho a Laranjal, com 27 quimetros; o segundo, em 29-1-1948, de Cerquilho a Laranjal, com 27 quilômetros. Com êstes trechos, fica a Estrada com um total de 186 quilômetros de linha tronco eletrificada, dos quais 140 de linha dupla.

Por ocasião da inauguração do percurso eletrificado, de Santo Antônio a Cerquilho, o Sr. Dr. Caio Dias Batista, Secretário da Viação e Obras Públicas assim se expressou:

"Êstes 25 quilômetros de eletrificação da Sorocabana, entre Santo Antônio e Cerquilho, são parte do plano do Governador Adhemar de Barros para melhorar nossas condições de transporte. O posteamento já está pronto até Botucatu e estamos aguardando o fornecimento de linhas aéreas de fabricação norte-americana. Os 25 quilômetros hoje inaugurados são de linhas nacionais, pois não podemos parar. Quanto à energia, dentro de pouco tempo estará funcionando a usina de Salto Grande, que permitirá um aumento em extensão da eletrificação da Sorocabana.

"Como complemento à eletrificação e início do programa de expansão de energia elétrica o Govêrno vai decidir imediatamente a construção da usina de Salto Grande, na região do Paranapanema, cuja concessão está com a Sorocabana. Produzirá 40 mil cavalos-fôrça, podendo ser aumentada sua produção. O respectivo projeto está em vias de ultimação.

"A Sorocabana utilizará um têrço da capacidade dessa usina, quando eletrificada até Ourinhos. Os restantes dois terços serão utilizados na Alta Sorocabana. Será, econômica ou comercialmente, de caráter misto, isto é, as ações da emprêsa que explorará a referida usina, serão parte subscrita pelo Govêrno e parte por particulares, sendo que a utilização da energia produzida beneficiará grande área do Estado de São Paulo e o Norte do Paraná."

As duas inaugurações citadas foram realizadas pelo atual Governador do Estado, Sr. Dr. Adhemar de Barros. Aliás, a êste dinâmico Governador deve-se a eletrificação da Sorocabana, a que S. Excia. então Interventor Federal, deu todo o impulso e impôs como realidade admirável.

Em 1940, tiveram início os primeiros trabalhos de eletrificação, sendo que só em 1942 começaram a chegar os materiais que foram importados da América do Norte. A guerra, entretanto, prejudicou a importação, razão por que, só em outubro de 1944, foi pôsto em serviço o primeiro trecho eletrificado de São Paulo a Amador Bueno numa extensão de 40 quilômetros. Os trabalhos prosseguiram, vencendo-se na ocasião vários fatôres contrários, notadamente a falta de material para a rêde aérea. O problema foi solucionado fabricando-se em São Paulo artigos de aço, cobre, latão, bronze e porcelanas. Nestas condições, a Estrada conseguiu, em dezembro de 1945, estender suas linhas elétricas até Sorocaba, completando em maio do ano seguinte a ligação até Santo Antônio, trecho êsse de 140 quilômetros de linha dupla.

A Sorocabana despendeu, então, com o material importado sete milhões de dólares, qe foram financiados pelo Import and Export Bank, no prazo de 10 anos com juros de 4,50%.

O segundo contrato assinado é de valor de onze milhões de dólares, já tendo sido adquirido material no valor de três milhões de dólares.

Atualmente a tração elétrica faz 24 por cento do trabalho geral da Estrada e 30% do trabalho realizado pelas locomotivas a vapor.

As economias decorrentes da tração elétrica sôbre a tração a vapor, considerando-se somente o consumo de energia contra o consumo de combustível, lenha e carvão, são de 30 cruzeiros por mil toneladas quilo. Para o trabalho feito pela tração elétrica em 1947 representa a importância de 26 milhões de cruzeiros.

Quando se tiver completado a eletrificação até Bernardino de Campos, fará a tração elétrica 50 por cento do trabalho geral da ferrovia, proporcionando uma economia estimada em 50 milhões de cruzeiros.

Em 1947 a Sorocabana consumiu em carvão e lenha mais de 100 milhões de cruzeiros.

A eletrificação vem proporcionar capacidade de transportes, eliminando incêndios nos vagões e terrenos adjacentes da estrada que trazem grandes prejuízos para as que consomem lenha nas suas locomotivas, o aproveitamento do material rodante, como locomotivas e gôndolas que fazem o transporte da lenha para os centros abastecedores das locomotivas.

A Sorocabana gastou em 1946, cêrca de dois milhões de metros cúbicos de lenha por ano, o que corresponde à devastação de 5.000 alqueires por ano, ou sejam 417 mensais ou, ainda, 14 alqueires diários.

VIA ANHANGUÉRA

Soberbo aspecto da Via Anhanguéra, magnífica auto-estrada que liga São Paulo a Jundiaí e dentro em breve a Campinas, em substituição à antiga rodovia já insuficiente para o tráfego.

A Via Anhanguéra

E'êste o nome da auto-estrada que ligará a cidade de S. Paulo, Capital do Estado, à cidade de Jundiaí e no próximo ano à cidade de Campinas.

Com a Via Anchieta constitui a Via Anhanguéra uma ligação do interior do Estado de São Paulo (zona Mogiana, Paulista, Araraquarense, Sorocabana, Noroeste e Alta Paulista) ao pôrto de Santos, um dos mais importantes da América do Sul.

Por sua posição estratégica, desempenhará esta Via papel relevante na circulação da riqueza agrícola e industrial do Estado de São Paulo, carreando grande parte da produção do interior para a Capital do Estado, que tem cêrca de 2.000.000 de habitantes. E' uma das cidades de crescimento mais rápido do mundo e que funciona devido à sua situação como centro de convergência da produção do Estado e dos Estados vizinhos.

Esta Via substitue uma estrada antiga construída por detentos, em condições técnicas péssimas: rampa média de 4%, rampa máxima de 8% e raio mínimo inferior a 30 metros. Galgava essa estrada antiga uma serra: a Serra dos Cristais, hoje evitada com o novo traçado.

SECÇÃO TRANSVERSAL DA AUTO-ESTRADA

A secção transversal da Via Anhanguéra compõe-se de duas faixas de tráfego, de 7 metros de largura, cada uma, separadas por um canteiro central gramado, de 3 metros. Ao lado de cada uma delas há um acostamento de 2,5 metros, que termina lateralmente em uma concordância com o talude, quando aterro, ou em uma valeta, quando corte. As faixas de tráfego são revestidas de placas de concreto, inclinadas, a partir do eixo, de 1,5% para cada lado.

Nos acostamentos, o revestimento será constituído por pavimentação asfáltica e a inclinação, no mesmo sentido, vai a 5%.

O canteiro central é abaulado, fazendo concordar as declividades de 1,5% que vêm das placas de concreto. Constitue-se êle de uma camada de terra vegetal colocada sôbre o terreno impermeável, fortemente comprimido e cortado segundo duas rampas de 10%, convergentes para o eixo da estrada. Ao longo dêste, um dreno longitudinal de tubos de concreto, perfurados, recolhe as águas de chuva que filtram pela terra vegetal. De intervalo a intervalo, estas águas são descarregadas por tubos transversais.

Nos trechos expostos à erosão, pela natureza do terreno ou pela declividade do "grade", as valetas laterais são completamente reves-

tidas. Compõe-se de duas placas de concreto premoldadas, de largura diferentes, reunidas em uma única peça por meio de um bloco de concreto. Êste é moldado no lugar e forma o fundo da valeta.

Os taludes dos cortes têm pequena inclinação, são arredondados e gramados. Esta solução impõe-se pelo grande melhoramento que trás à secção transversal da estrada. Além da vantagem de maior estabilidade para o talude, diretamente proporcionada pela forma, aumenta a insolação da plataforma, melhora a visibilidade da estrada e contribue de modo decisivo para a composição da paisagem nos trechos de topografia movimentada. Êstes efeitos já se podem verificar na parte da estrada atualmente em tráfego.

Nas curvas, as pistas, para atingir a sobreelevação necessária, giram em tôrno do bordo da concavidade, ficando, dêste modo, uma pista escalonada em relação à outra.

A largura total da plataforma nos cortes é de 25,20 metros e nos aterros de 22,40 metros.

CONDIÇÕES TÉCNICAS

Foram fixadas condições técnicas em função da velocidade básica estabelecida 120 km/hora. A partir dessa velocidade foram estudados os efeitos de visibilidade, tombamento e deslisamento e resultaram os valores seguintes:

Velocidade máxima — 120 quilômetros por hora.

Em planta: raio mínimo de curvas: 300 metros, concordâncias em parábolas do 3.º grau.

Em perfil: rampa máxima: 6%, curvas de concordância côncavas, raio mínimo: 4.000 metros, curvas de concordância convexas, raio mínimo: 5.000 metros.

OBRAS DE TERRAPLENAGEM

Os recursos modernos da Mecânica dos Solos foram amplamente empregados não sòmente nas fundações de pontes e boeiros como ainda na construção dos aterros, tendo em vista a necessidade de se lançar sôbre êles, — logo em seguida à sua conclusão, — o pavimento de concreto.

Para êsse fim foi instalado, junto à construção, um laboratório de solos, com equipamento completo para a retirada de amostras e para os ensaios simples. Êste laboratório ficou sob a orientação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, onde se realizaram os ensaios mais complexos.

Como medida preliminar para a construção de cada trecho da estrada, procedeu-se ao estudo dos solos de fundação e daqueles que seriam empregados na construção dos aterros. Êsses trabalhos compreenderam: estudo das fundações, estudo e classificação dos solos, estabilização das fundações, compactação dos aterros.

ESTABILIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

Com base no resultado das sondagens e nos ensaios de laboratório foi dado tratamento adequado aos terrenos de fundação. Êste tratamento variou desde simples drenagem superficial até, em al-

INAUGURAÇÃO

O Governador Adhemar de Barros, por iniciativa de quem foi construída a Via Anhanguéra, inaugurando o trecho já concluído até Jundiaí.

DUPLICAÇÃO

Com o prosseguimento das obras, será possível a duplicação da fita de concreto armado que vemos na gravura, multiplicando assim por dois a capacidade atual da Via Anhanguéra. Já se encontra pronto o leito.

guns casos, à remoção total do solo, quando era impossível a sua estabilização. Para acelerar o adensamento do terreno sôbre o qual repousavam aterros, empregaram-se, — a exemplo do que se tem praticado no Estado da Califórnia e em outros Estados norte-americanos, — em vários casos e com grande sucesso, estacas verticais de areia, perfuradas até o terreno firme e ligadas superiormente por um sistema de valetas de drenagem, cheias de pedra britada, que iam ter a uma valeta principal de descarga da água. Esta era expulsa do terreno, aliviando a pressão hidrodinâmica que se desenvolvia, à medida que progredia a construção do atêrro. Êste sistema foi empregado nos terrenos baixos, — atravessados por aterros, — constituídos de material pouco permeável (argila e muita matéria orgânica), compressível e saturado de água, mas com possibilidade de suportar a carga dos aterros, após dessecação.

A construção dos aterros, cuja fundação foi tratada da forma acima descrita, foi acompanhada da elaboração de gráficos que indicavam o avançamento da construção do atêrro, os recalques do terreno sôbre o qual atêrro repousava e a variação da descarga da água, eliminada pelas estacas verticais de areia. A vasão respectiva era medida na valeta principal de drenagem. Além disso anotavam-se: o estado do tempo e a quantidade das chuvas, a fim de evitar possíveis erros de interpretação da variação de descarga da água.

COMPACTAÇÃO MECÂNICA DOS ATERROS

Foram dispensados cuidados especiais na construção dos aterros Todos êles foram executados em camadas, com espessura variável entre 15 e 20 centímetros. Para cada tipo de solo foram feitos os ensaios correntes de laboratório e as camadas dos aterros foram irrigadas de forma a se alcançar a humidade ótima para compactação. Como aparelhos compactadores foram usados rolos pé de carneiro e martelos-pilões, acionados à gasolina, de 100 kg., 200 kg. 500 kg. e 1.000 kg. de pêso.

Após a compactação de cada camada, eram retiradas amostras indeformadas e feitos os ensaios de laboratórios para avaliação do grau de compactação obtido. Pôsto tenham sido as Vias Anchieta e Anhanguéra, no Estado de São Paulo, o primeiro campo experimental para compactação mecânica de aterros de estradas de rodagem, pode-se afirmar que os resultados obtidos foram altamente satisfatórios.

PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO

A placa de concreto, de 7 m. de largura, tem 17 cm. de espessura e 27 cm. nos bordos, com a concordância, retilínea a 90 cm dêstes e constrói-se em dois lances de 3,5 m. de largura, separados por uma junta do tipo macho e fêmea, providas de barras de aço doce, de 1/2", espaçadas de 0,75. A base é prèviamente comprimida e sôbre ela se estende, primeiro, uma camada de areia, adensada, de 5 cm

de espessura, e, por último, uma fôlha de papel impermeável e resistente, cujo pêso é de 150 gr/m2. A placa está subdividida, transversalmente, por juntas de contração e juntas de expansão.

As juntas de contração são do tipo comum, realizadas por um enfraquecimento da secção de concreto reduzindo-se a dois têrços a sua altura. Para isto, corta-se o concreto, por meio de vibração, logo depois do adensamento. O espaçamento destas juntas é de 6m, 9 m ou 12 m., em função da estabilidade e da capacidade de suporte da base e das condições do traçado.

Para a transmissão dos esforços de uma placa à contígua, através destas juntas, são colocadas, a meia altura da placa, barras de aço doce, de diâmetro de 3/4", a 30 cm. uma da outra, revestidas de uma pintura contra a aderência. As juntas de expansão distam, uma da outra, 36 metros e compreendem 6, 4 ou 3 placas de, respectivamente, 6 m, 9 e 12 m. Elas interrompem em tôda a altura o concreto por meio de uma lâmina de pinho, de 1,5 cm. de espessura, prèviamente tratada contra putrefação. Para a transmissão das cargas nestas juntas emprega-se o mesmo sistema que para as juntas de contração, colocando-se, ainda, numa das extremidades de cada barra, uma bainha metálica, com tampão de cortiça, para permitir livre movimento. O paralelismo indispensável das barras de aço das juntas de contração e de expansão, em relação ao eixo da estrada, exige muito cuidado por ocasião da concretagem. Qualquer deslocamento dessa posição pode dificultar ou mesmo impedir o perfeito funcionamento das juntas. A fim de remover êsse inconveniente, empregou-se com bons resultados, na Via Anhanguéra, o sistema de dormentes transversais de concreto, sob as juntas de contração e expansão. Trata-se de uma peça de concreto, com o comprimento da junta e secção transversal de 15 cm x 60 cm, enterrada, ao chato, no solo. Entre o dormente e a placa de concreto fica a camada de 5 cm de areia, a que atrás fizemos referência. Além da economia de mão-de-obra e maior rapidez dos serviços, essa solução proporciona a apreciável vantagem da supressão das barras de aço de 3/4".

A secção da placa foi dimensionada pelo método de cálculo de Sheets, para uma carga concentrada de 5 ton. O trabalho da placa é definido pela taxa de flexão de 24 kg/cm2. Esta condição de trabalho subentende, por fôrça da aplicação da fórmula de Sheets, uma capacidade de suporte uniforme do terreno, de 0,7 kg/cm2. Embora ar bases manifestem capacidade de suporte muito superior, mantém-se o dimensionamento como margem para as possíveis variações futuras de carga.

O concreto é produzido em uma central fixa e daí transportado e distribuido num raio de um quilômetro, por meio de caminhões basculantes. O adensamento faz-se por meio de um vibro-acabadora, equipada com distribuidor rotativo, com placa vibrante de 3.500 vibrações por minuto, e com régua acabadora, em movimento transversal.

O acabamento da superfície é completado manualmente. Do mesmo modo são arredondados, por meio de cantoneiras, os bordos das juntas. A irregularidade admitida na superfície é de 3 mm em 3 m. Nos bordos o desnível máximo admissível é de 2 mm.

A cura do concreto é feita inicialmente com aniagem molhada e, em seguida, com areia por irrigação, esta é mantida húmida sôbre a placa durante 12 dias. No preparo do concreto emprega-se areia do Rio Tieté, próximo a São Paulo, quatro tipos de pedra britada granítica e 320 kg. de cimento por m3. A relação água-cimento mantém-se em tôrno de 0,45, em virtude do tipo de adensamento adotado (vibração).

O contrôle do concreto é feito: a) por meio de ensaios de compressão, sôbre corpos de prova cilíndricos, de 15cm x 30 cm., moldados por vibração, ao mesmo tempo que a placa: a média dos resultados é de 300 kg/cm2; b) sôbre corpos cilíndricos, cortados por broqueamento da placa: a média dos resultados é de 350 kg/cm2; c) é feito também por meio de ensaios de flexão em corpos de prova prismáticos, de 12 cm x 12 cm, com uma distância entre apoios de 48 cm e duas cargas aplicadas nos têrços do vão: a média dos resultados obtidos é de 50 kg/cm2 (tração). Todos êsses ensaios foram realizados em 28 dias, pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.

ECONOMIA PROPORCIONADA PELA VIA ANHANGUÉRA

Feita a comparação entre o custo de operação dos carros de passa-

VANTAGENS TÉCNICAS OBTIDAS NA CONSTRUÇÃO DAS VIAS ANCHIETA E ANHANGUÉRA

VIA	PAVIMENTAÇÃO TIPO		EXTENSÃO KM			RAMPA MÉDIA			RAMPA MÁXIMA			RAIO MÍNIMO M		
	Estrada Velha	Estrada Nova	Estr. Velha	Estr. Nova	Difer. %	Estr. Velha	Estr. Nova	Difer. %	Estr. Velha	Estr. Nova	Difer. %	E V	E N	Difer. %
ANCHIETA	Terra + Concreto + asfalto	Concreto	55	56	+ 2%	—	—	—	18%	7%	—61%	10	100	+ 900%
ANHANGUÉRA	Terra	Concreto	56	43	—23%	4%	2,5%	—38%	8%	6%	—25%	30	300	+ 900%

geiros e caminhões na velha estrada e na Via Anhanguéra, e chegou-se ao seguinte resultado:

Economia proporcionada numa VIAGEM COMPLETA (ida e volta) DE SÃO PAULO A JUDIAÍ em carro de passageiro:

Cr$ 70,50

Economia proporcionada numa VIAGEM COMPLETA (ida e volta) DE SÃO PAULO A JUNDIAÍ em caminhão de 3 tons. líquidas.

Cr$ 98,70

Comparada à Via Anchieta, a Via Anhanguéra proporcionará maior economia e principalmente devido:

1.º — Enquanto a VIA ANCHIETA não proporcionou economia de quilometragem, a VIA ANHANGUÉRA encurtará a distância SÃO PAULO-JNDIAÍ de 13 km, ou seja, de 23%.

2.º — Enquanto a estrada para Santos já tinha trechos em concreto (serra) e asfalto (baixada) a estrada para JUNDIAÍ era totalmente em terra.

3.º — A VIA ANHANGUÉRA evita a SERRA DOS CRISTAIS obtendo uma rampa média bem inferior à da estrada velha, passando de 4% a 2,5%, ou seja, 38% menos.

Pode-se prever com a inauguração da VIA ANHANGUÉRA uma economia anual de mais de Cr$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros), o que terá como consequência um imediato abaixamento no custo de vida. São Cr$ 50.000.000,00 antes desperdiçados que serão devolvidos à coletividade.

TRABALHOS REALIZADOS NA VIA ANHANGUÉRA

a) Escavação de 4.600.000 m3 de terra, material intermediária e rocha.

b) Pavimentação em concreto de 301.000 m2 com consumo de

Cimento	500.000 sacos
Pedra	45.000 m3
Areia	49.000 m3
Papel Kraft . .	60.200 kg.

Iniciada dois anos antes do atual Govêrno a pavimentação teve andamento lento, sendo executados apenas 7 km nêsse período.

Em Junho de 1947 determinou o sr. Governador que fôsse intensificada a pavimentação e, desde essa data até hoje, foram executados 36 km ou seja 252.000 m2 de pista pavimentada.

Foi instalada uma pedreira que está produzindo em média 5.000 m3 mensais de pedra britada, equiparando-se a maior pedreira existente na Capital do Estado.

Nos últimos meses duas equipes conseguiram fazer, por dia, em média, 500 metros de pista de 3,50 m (meia pista) ou seja 1.750 m2.

Nos últimos dias uma das equipes conseguiu pavimentar, num dia, 400 metros de pista de 3,50 m., ou seja 1.400 m2, que cremos seja o "record" sul-americano em pavimentação de concreto.

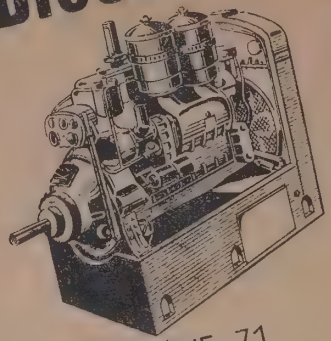
Graças a uma equipe de engenheiros de alta capacidade técnica, coadjuvada por auxiliares e trabalhadores dedicados, pôde São Paulo receber em 22 de abril de 1948 a sua tão desejada VIA ANHANGUÉRA, que constitui com a VIA ANCHIETA, o padrão de glória do rodoviarismo paulista e nacional, e motivo de orgulho do GOVÊRNO ADHEMAR DE BARROS, seu realizador que logo mais, acompanhando o progresso vertiginoso de nossa gente, dará aos brasileiros mais duas novas auto-estradas: SÃO PAULO-JACAREÍ — JUNDIAÍ-CAMPINAS.

AOS NOSSOS ASSINANTES

EM virtude do aumento considerável da venda do "O OBSERVADOR" cujas edições veem sendo rapidamente esgotadas, recomendamos aos nossos assinantes que nos encaminhem suas reclamações sôbre exemplares não recebidos, nesta Capital até o dia 30 do mês seguinte e nos Estados dentro de 60 dias depois da circulação da Revista.

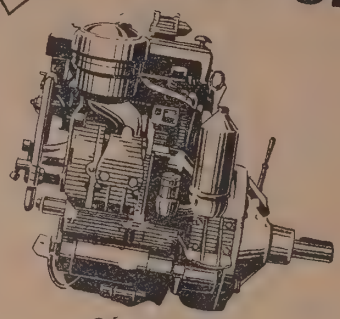
Pelas causas apontadas, não podemos aceitar a responsabilidade sôbre a entrega dos exemplares que, extraviados, não nos forem reclamados dentro dos prazos acima estipulados.

A Diesel GM



SÉRIE 71
Estacionários

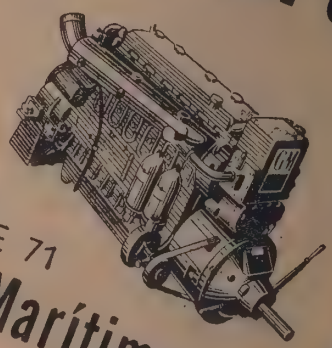
A Diesel GM



SÉRIE 71
2 Cilindros

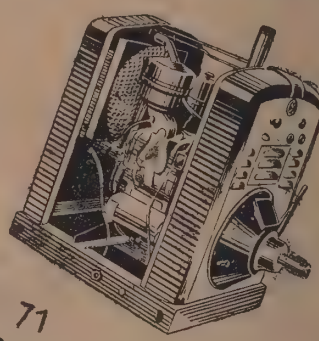
GM
GENERAL MOTORS
FÔRÇA DIESEL

A Diesel GM



SÉRIE 71
Marítimos

A Diesel GM



SÉRIE 71
Base Curta

4 Azes

Quatro unidades de primeira escolha... Quatro azes consagrados pela marca Diesel da General Motors, para as mais variadas aplicações. Os motores Diesel GM são de 2 ciclos, o que significa um aproveitamento máximo de energia, além do que são também compactos, econômicos, fáceis de transportar, proporcionando a fôrça requerida no local necessário, de imediato e com inteira segurança. Verifique como um Motor Diesel GM da Série 71 pode oferecer-lhe maiores lucros em seus negócios — Visite o concessionário mais próximo ou escreva-nos pedindo detalhes especiais.

DIESEL GM

Produto da General Motors

a fôrça moderna

GENERAL MOTORS DO BRASIL S. A.

Para maiores informações mande êste coupon hoje mesmo à

GENERAL MOTORS DO BRASIL S. A.

Caixa Postal 200-B - São Caetano - São Paulo - Dept. G

Estando interessado na aquisição de um Motor Marítimo/ Gerador de Fôrça/ Diesel GM Industrial/ peço-lhes enviar-me sem compromisso da m/ parte o folheto explicativo.

NOME .....

CIDADE ..... RUA .....

Aspecto da grande fábrica que, para a produção de gêlo sêco, está construindo a Liquid Industrias S. A., em Acari, D. F.

Liquid Carbonic Industrias S. A.

A Produção de Gás Dióxido de Carbono nas Novas Fábricas do Rio de Janeiro e São Paulo Será Iniciada Brevemente

TÔDA vez que se abre uma garrafa de bebida gaseificada, cerveja ou champanha, a efervescência que se nota é o gás carbônico ou CO_2. O que realmente foi feito foi deixar escapar o dióxido de carbono que fôra previamente conservado em solução sob pressão. No caso da cerveja e da champanha, as bôlhas são formadas pela fermentação natural. Na produção de bebidas gaseificadas o seu sabor refrescante resulta do gás carbônico que foi misturado com a água pelo processo conhecido como "gaseificação". Entretanto, a fabricação de bebidas gaseificadas ou de água gasosa (sifão), não constitui o único uso dêsse importante gás, que tem variadas aplicações. E' por exemplo eficientíssimo extintor de incêndios, sendo também utilizado no tratamento de placas de amianto e na manufatura de artefatos de borracha e num sem número de outras aplicações.

O gás carbônico é um gás incolor, inodoro e não tóxico, sendo uma vez e meia mais pesado que o ar. Como a água, existe em três formas: sólida, líquida e gasosa. Ao contrário da água, o estado líquido não existe sob a pressão atmosférica.

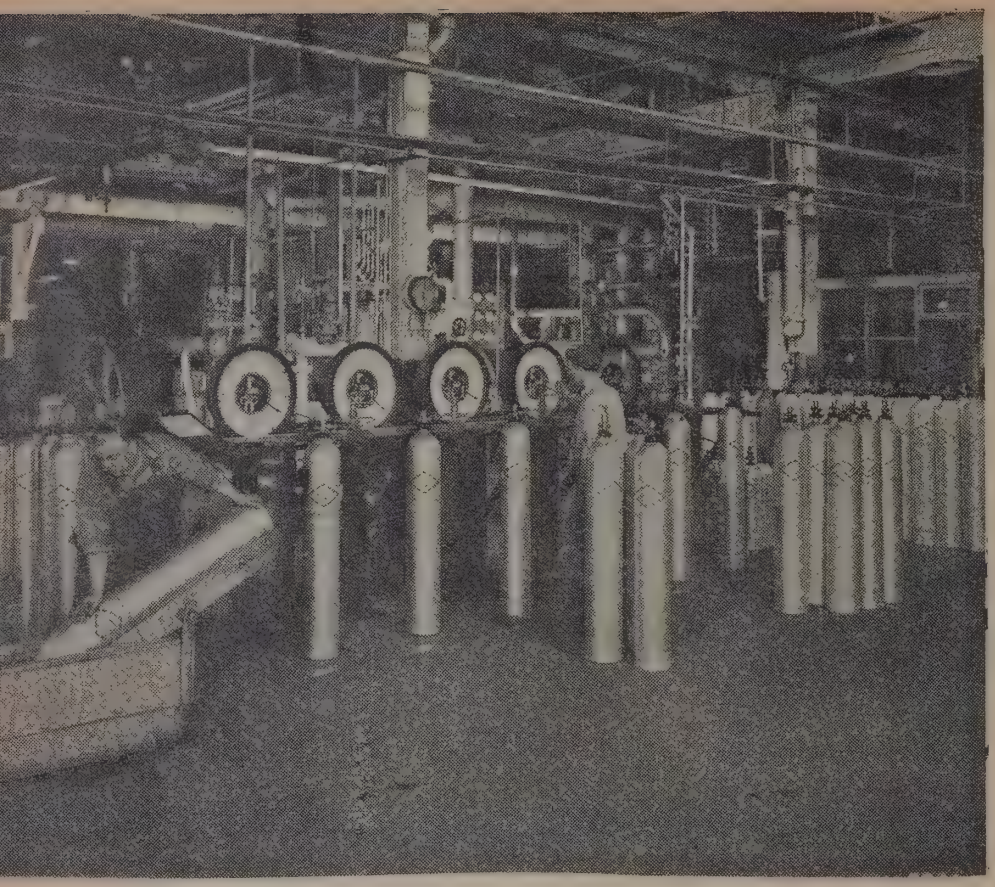
O gêlo sêco é o dióxido de carbono sólido que, do mesmo modo que o gás carbônico, tem muitas e variadas aplicações. Êsse importante produto, bem como o gás carbônico propriamente dito, dentro em breve irão ser produzidos comercialmente no Brasil com a ultimação da fábrica, no Rio de Janeiro, da recém-criada LIQUID CARBONIC INDUSTRIAS S. A.. Segundo declarações prestadas pelo Coronel William B. Sweet, presidente da companhia em referência, a produção em larga escala de gás carbônico e de gêlo sêco será iniciada entre julho e agôsto próximos.

Apesar de o gás carbônico vir sendo produzido comercialmente no Brasil desde muitos anos, a sua produção não tem sido suficiente para atender à crescente procura nos últimos anos. Com o início de produção da nova indústria teremos, não somente aumentadas as nossas possibilidades de consumo de gás carbônico mas também encontraremos no gêlo sêco, novo produto de ampla utilização, fatôres preponderantes para o desenvolvimento de novas indústrias no país.

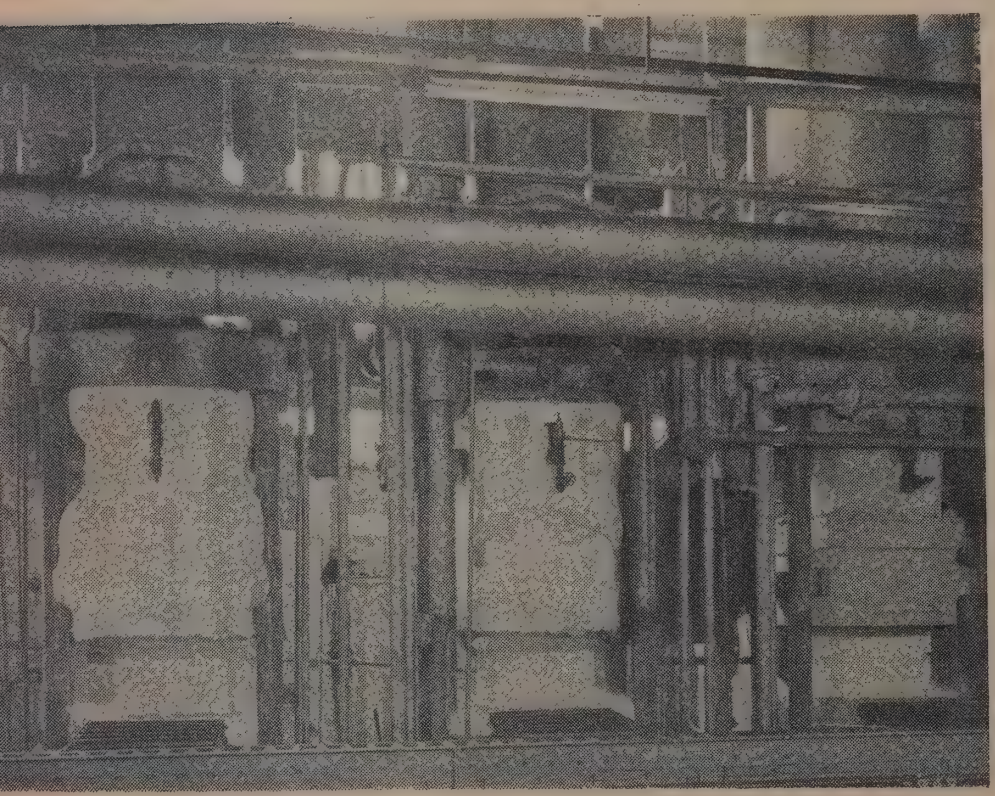
HISTÓRIA DO GÁS CARBÔNICO

A história do gás em questão constitui por si mesma uma narrativa cheia de colorido científico. Quimicamente, é êle o produto resultante da combinação dos elementos carbono e oxigênio e tem a fórmula CO_2.

Existe na natureza como o resultado de todos os tipos de combustão e



As duas fotografias desta página dão idéia do vultoso esfôrço mecânico que é exigido para a preparação do gêlo sêco, valiosa descoberta química que vem exercendo benéfica influência na indústria. A de cima nos mostra o gás sendo transmitido para os tubos especiais em que é acondicionado, enquanto a de baixo nos mostra prensas gigantescas, cobertas com uma camada de gêlo sêco, numa temperatura de 110 graus abaixo de zero.



fermentação, tal como decomposição de matéria orgânica de origem vegetal. E' também exalado em grandes quantidades por certos vulcões ativos e fontes naturais de gás. Assim, a atmosfera que nos circunda contém aproximadamente 0,03% de dióxido de carbono. Os vegetais necessitam dessa fonte de CO_2 para o seu crescimento. A clorofila, substância de coloração verde das fôlhas de plantas, absorve o dióxido de carbono e o utiliza na formação da celulose e dos açúcares vegetais.

O dióxido de carbono é considerado como o primeiro gás descoberto. No início do século dezessete, Van Helmont, de nacionalidade belga, preparou-o queimando a madeira e tratando os carbonatos minerais com ácido.

O gás foi obtido pela primeira vez sob a fórmula líquida por Faraday, em 1834. Mas, naturalmente, êsses foram apenas experimentos de âmbito restrito a laboratórios.

Joseph Priestley, outro químico famoso, preparou artificialmente águas gaseificadas em 1772. Foi êsse o início do grande interêsse na fabricação de águas minerais artificiais. Na Inglaterra, após haver Priestley desvendado o caminho, entrou em popularidade a "GINGER BEER" e, posteriormente, as bebidas gaseificadas, fabricadas com xaropes doces, como hoje as conhecemos.

Lá pelos meados do século dezenove, à medida que aumentava a "procura" pelo gás carbônico, pesquisadores andavam atarefados idealizando melhores e menos dispendiosos métodos de preparar o gás para ser empregado em bebidas. Quase todos os fabricantes de refrigerantes possuíam instalações para o fabrico do gás. E' ocioso dizer que, além das despesas em jôgo, essas operações eram não somente ineficientes como perigosas, devido à pressão necessária ao seu fabrico.

Em 1888, Jacob Baur organizou o que é hoje a LIQUID CARBONIC CORPORATION, de Chicago, Illinois, Estados Unidos da América, destinada a introduzir, comercialmente, o gás carbônico, em cilindros, no mercado daquele país. Em maio de 1889, o primeiro cilindro de gás (*Red Diamond Gás*) foi embarcado da Fábrica, em Chicago.

Durante os anos que se seguiram, a técnica progrediu e os engenheiros da "Liquid" aperfeiçoaram o fabrico do dióxido de carbono.

A LIQUID CARBONIC CORPORATION começou em Chicago, em 1888, como fabricante de gás carbônico para engarrafadores de bebidas e vendedores de refrigerantes em balcões (Soda Fountains). A manufatura de maquinaria de engarrafamento teve início pouco tempo depois.

Em 1897 acrescentaram-se as Fontes de Soda à lista dos produtos da Companhia. Desde então a companhia vem ampliando a variedade de produtos e hoje fabrica maquinaria de engarrafamento, equipamentos de rotular, gêlo sêco, gases para fins científicos e comerciais, equipamentos de oxigenoterapia, equipamento para solda, xaropes para bebidas, Conservadoras para Sorvetes, "Fontes de Soda" e outros equipamentos para refrigeração.

PROBLEMAS DO EQUIPAMENTO DE CILINDROS

A venda do gás CO_2 apresenta alguns problemas difíceis na distribuição. Um dêles, é a manutenção de grande número de cilindros metálicos, nos quais o gás é acondicionado. Êsses cilindros são mais caros que o próprio gás que nêles se transporta, representando um investimento de grande vulto.

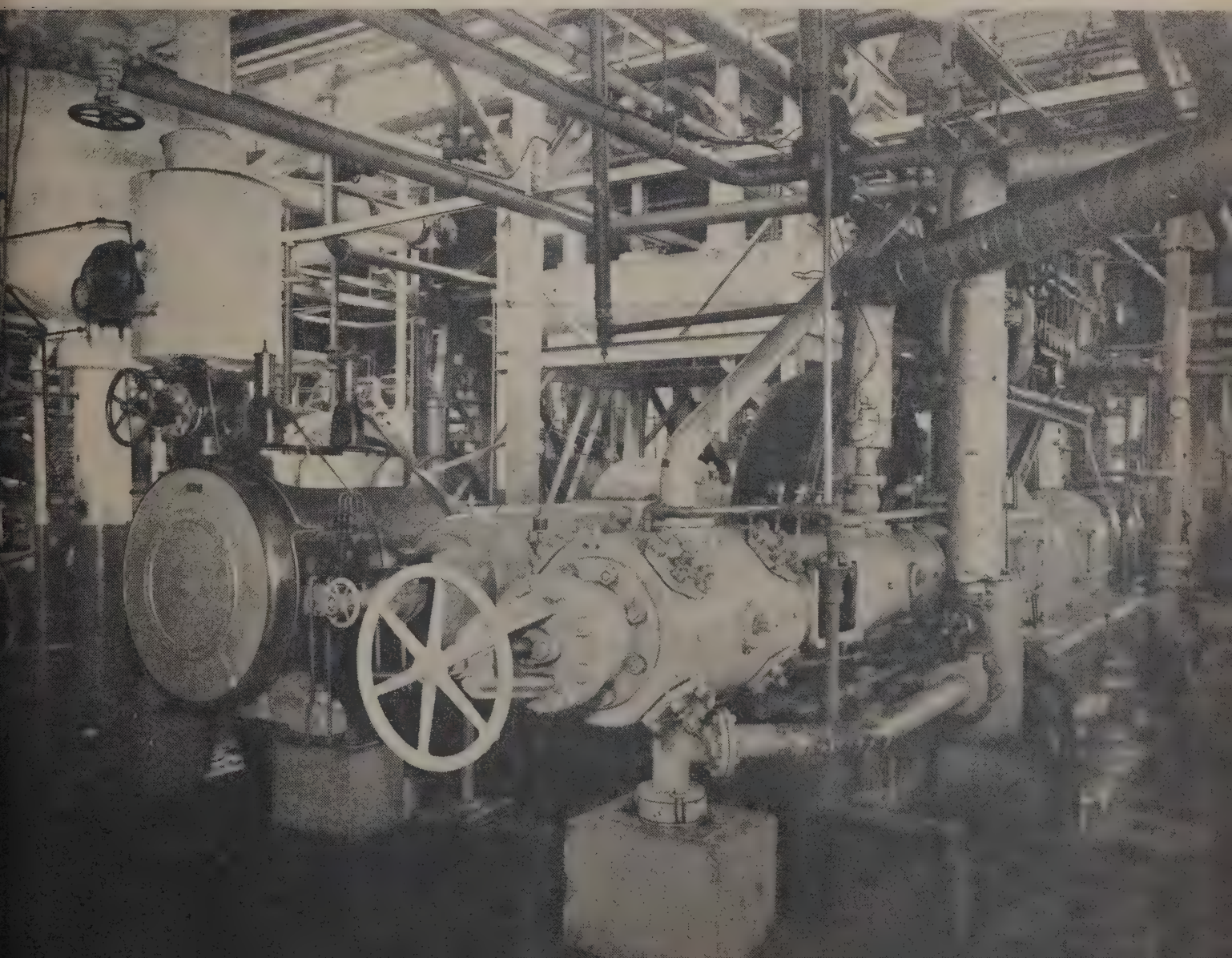
O trabalho de contrôle dêsses cilindros e de fazer com que sejam prontamente devolvidos pelos clientes, quando vazios, constitui complicada tarefa, sem o que o comércio de gás carbônico entraria logo em decadência por falta de recipientes para embarque.

PIONEIRO DO GÊLO SÊCO

A "Liquid" foi a pioneira da produção de gêlo sêco nos Estados Unidos, pois foi uma das primeiras a fabricar e a colocar no mercado o artigo numa escala comercial. Devido à grande experiência, adquiriu consumado conhecimento do transporte, armazenagem e das muitas e variadas aplicações do produto. Possui, atualmente, 36 fábricas localizadas em várias partes do globo e é a maior produtora de gás carbônico e de gêlo sêco em tôda a indústria mundial.

Desde 1932 que a companhia formou um grande corpo de engenheiros que continuamente vêm realizando pesquisas relacionadas ao gás em aprêço. Seus engenheiros têm estado em tôda parte — em minas a milhares de pés abaixo da superfície da terra e em aviões na estratosfera, estudando os efeitos do gêlo sêco e do gás carbônico numa lista sempre crescente de novas aplicações. Já percorreram milhares de milhas em trens, caminhões, navios, pondo à prova os efeitos do gêlo sêco na sua aplicação nos embarques de carnes, leite, peixe, frutas e outros artigos de fácil deterioração.

O gêlo sêco tem sua aplicação principal na preservação de alimentos perecíveis, donde sua importância na vida moderna. A fotografia abaixo, tomada numa grande fábrica da "Liquid" nos Estados Unidos, define o complicado processo de preparação do gás, que estas enormes máquinas estão comprimindo para permitir o enclausuramento nos cilindros.



E' o conhecimento da "Liquid", nos campos do gêlo sêco e do gás carbônico que está prestes a ser "introduzido" no Brasil. Os engenheiros dessa organização, trabalhando em cooperação com técnicos industriais brasileiros, vêem nesse produto um grande passo à frente no adiantamento do transporte e proteção dos gêneros alimentícios no Brasil.

Apesar do fato de o gêlo sêco não mais constituir a novidade que foi nos primeiros anos da terceira década dêste século, ainda há muitas pessoas que indagam: "De que é feito o gêlo sêco?" A resposta é: "O gêlo sêco é o dióxido de carbono sólido." E' uma massa branca, que muito se assemelha ao gêlo comum translúcido. Sua temperatura é de aproximadamente 79º abaixo de zero. O gêlo sêco não se derrete; "sublima-se"; isto é, volta diretamente ao estado gasoso, sem deixar resíduo dágua.

Para fabricá-lo resfria-se o dióxido de carbono pela evaporação até que de fato se congele, tornando-se sólido. O gás carbônico em forma de neve, macio e poroso é, em seguida, comprimido por enormes prensas hidráulicas até adquirir a forma compacta do gêlo sêco comercial.

MÚLTIPLAS APLICAÇÕES DO GÊLO SÊCO

O gêlo sêco tem variadíssimas e interessantes aplicações e utilidades. Conquanto um grande número delas não seja relativamente de importância no que diz respeito ao ponto de vista do volume, são contudo objeto de grande interêsse nos meios técnicos e científicos e por parte do público.

Na construção de pontes, por exemplo, o gêlo sêco é utilizado para contrair as peças metálicas, tais como pinos, para um perfeito ajuste. Os fabricantes de automóveis utilizam-no para fazer o ajustamento das "camisas" de pistões e válvulas nos blocos de motores. E' usado na confecção de anúncios luminosos e válvulas de rádio.

E' ainda empregado para o tratamento de placas de amianto e para impedir a formação de película de tintas e vernizes nos tanques de depósito; na manufatura de bolas de golf de centro líquido; em experiências para provocar chuva, como também para evitar trovoadas e furacões; na distribuição de sorvete a retalho e na refrigeração de caminhões e vagões frigoríficos para o transporte de alimentos. Essas são apenas algumas das centenas de aplicações do gêlo sêco.

No Brasil a sua aplicação mais imediata será, sem dúvida, no transporte e conservação de gêneros alimentícios deterioráveis, dentre os quais a carne, o leite e o pescado.

A FÁBRICA "LIQUID" DO RIO DE JANEIRO

Localizada em Acari, no Distrito Federal, a fábrica da "Liquid" que se destina ao fabrico do gás carbônico está em construção desde maio de 1947. Essa companhia brasileira foi primitivamente organizada como filial da Liquid Carbonic Corporation of Chicago, Illinois, Estados Unidos, em novembro de 1945, sob a denominação de "Liquid Carbonic do Brasil Inc. Posteriormente, quando a construção da nova fábrica de Acari foi finalmente aprovada, a companhia, com o mesmo fim a que a destinava, foi incorporada segundo as leis brasileiras, sob a sua atual denominação de LIQUID CARBONIC INDUSTRIAS S. A., com escritório provisório à Av. Erasmo Braga, 255 — 4.º — Sala 403 — Tel. 22-8529.

OUTRA FÁBRICA EM S. PAULO

Ao considerar as possibilidades oferecidas pelo mercado brasileiro a Liquid Carbonic Industrias S. A. não se fixará apenas no Rio de Janeiro. Além da sua fábrica em Acari, no Rio de Janeiro, construirá uma semelhante em São Paulo, onde já adquiriu o terreno necessário à sua instalação, tendo já perfurado um profundo poço artesiano e estando a construção planejada para breve.

Com a ultimação da fábrica do Rio de Janeiro, o gás carbônico de que muito se necessita no Brasil estará pronto para ser enviado a qualquer ponto do território nacional. Até que se instale a nova fábrica do vizinho Estado, serão mantidos em São Paulo alguns armazéns a serem supridos pela fábrica de Acari.

Prevê-se que será necessário um investimento de capital superior a Cr$ 20.000.000,00 para ultimar êsses projetos.

Com a assistência de engenheiros da "Liquid" dos Estados Unidos, as fábricas, serão operadas exclusivamente por pessoal brasileiro, que será treinado nos campos especializados da produção de CO_2, inclusive o funcionamento de caldeiras de alta pressão, máquinas a vapor, compressor de três estágios, equipamento para tratamento dágua e prensas hidráulicas utilizadas para a formação de cubos de gêlo sêco.

Os engenheiros da "Liquid", em cooperação com técnicos brasileiros, vêm estudando planos que indubitavelmente resultarão em aperfeiçoamentos que vão tornar possível ampliar grandemente o mercado para certos alimentos de fácil deterioração, inclusive o sorvete, carnes e pescado.

Graças à produção de gêlo sêco da fábrica de Acari e posteriormente da projetada fábrica de São Paulo, e, mais tarde, nas de outras partes do país, tais produtos poderão ser remetidos com segurança a grandes distâncias, chegando à mesa do consumidor sem que hajam perdido o seu sabor e paladar primitivos. Mercados que ainda não foram explorados serão abertos, contribuindo assim para maior expansão do comércio brasileiro.

PROJETOS PARA O FUTURO

Altos funcionários da nova organização afirmam que estão instalando a fábrica de Liquid Carbonic Industrias S. A. com a idéia de proporcionar uma capacidade superior às necessidades imediatas do consumo nacional, de modo a poder assegurar um constante suprimento. Para que não haja dúvidas quanto a capacidade necessária, consideradas as futuras exigências, tomaram-se providências definitivas para posterior expansão.

Esta companhia não se preocupará somente com à fabricação do gás carbônico e gêlo sêco, mas irá vender conjuntos para engarrafamento de bebidas, equipamentos para refrigeração e manterá uma seção de venda de acessórios, além de prestar assistência técnica no que diz respeito à maquinaria de engarrafamento e equipamento de refrigeração. Também está em suas cogitações prestar orientação técnica quanto às consultas relacionadas à armazenagem em que se empregue a refrigeração e a problemas de transporte de alimentos e outros produtos congelados.

Legião Brasileira de Assistência

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, APRESENTADO AO CONSELHO DELIBERATIVO EM REUNIÃO REALIZADA A 27 DE ABRIL ÚLTIMO, E REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1947

São já conhecidos os dados da gestão administrativa da Legião Brasileira de Assistência, no exercício de 1947.

O exame dêsses dados conduz à ilação do acertado critério com que se desenvolve o trabalho social da grande organização de âmbito nacional, proporcionando aos necessitados uma assistência eficiente e oportuna, mediante medidas e providências que focalizam uma atuação de real merecimento público.

Entre os órgãos autárquicos em que se desdobra a assistência no Brasil, essa instituição ocupa lugar de assinalado destaque, prestigiada sempre pela simpatia e apôio dos que contribuem para a sua economia, em face dos resultados que se patenteiam dia a dia e por todo o país, em favor daqueles a cuja proteção estão vinculadas as esplêndidas e generosas finalidades do programa social da Legião Brasileira de Assistência.

E' de consignar que, ao influxo das novas diretrizes traçadas para a consecução de seus objetivos, a Legião está agora animada de um alto espírito de bem servir, que, ao lado de distribuir os benefícios sociais a quem dêles realmente necessita, baseia o trabalho na observância de sadios princípios de economia, para assegurar ao organismo social os elementos necessários à continuidade, fazendo o máximo, na possibilidade das circunstâncias presentes, sem comprometer o futuro, e neste descortínio de suas responsabilidades, alicerça em solidez os recursos com que há de prosseguir e ampliar o campo de sua atuação.

Neste particular, cabe registrar, como índices de uma sólida situação econômico-financeira, que o patrimônio real sobe a Cr$ 237.957.514,90 — o que representa 60,62% do passivo total de Cr$ 392.523.667,30 — constituídos de contas reais do ativo; o patrimônio representado por valores que se identificam no ativo e quotas da União, não computadas nos orçamentos de 1942 a 1947, importa em Cr$ 146.416.088,50 — vale dizer um percentual de 37,30% do passivo total; o patrimônio de terceiros, que se constitue de obrigações assumidas até 31 de dezembro de 1947, relativas à aquisição de material, auxílios concedidos e outros créditos representados por valores componentes do ativo, está expresso em Cr$ 8.150.063,90.

Por outro lado, o aspecto financeiro do balanço torna evidente que há uma disponibilidade de Cr$ 29.134.026,20 — ou sejam 7,42% do ativo, representando recursos que satisfazem plenamente aquelas obrigações de Cr$ 8.150.063,90 — o que corresponde a 2,03% do passivo existente.

Por êsses e muitos outros motivos, a opinião pública, firmada no conhecimento e testemunho diuturno dos fatos sociais, em que a Legião figura num esfôrço onipresente e ativo, aqui, ali e acolá, mantêm lisongeiro conceito da utilidade social dessa autarquia, a cuja frente se acham figuras que, desde muito, se impuseram ao apreço geral, pelo feliz êxito de seus empreendimentos e pelo enérgico espírito público com que servem a Nação: Otávio da Rocha Miranda, presidente; João Daut de Oliveira e Euvaldo Lodi, vice-presidentes; e Piragibe Ferraz Leite, diretor do Departamento de Administração.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO

Senhores Membros do Conselho Deliberativo:

E' com viva satisfação que apresentamos ao vosso julgamento o relatório das nossas atividades, durante o exercício findo a trinta e um de Dezembro passado, bem como o balanço e contas referentes ao mesmo período.

Devemos ressaltar o fato de que foi um ano de grande atividade em a nossa Instituição, pois tendo sido iniciado nos últimos meses de mil novecentos e quarenta e seis a reestruturação da L.B.A., por oca-

são de assumirmos a Presidência, sòmente no ano findo pudemos terminá-la, dada a complexidade dos problemas focalizados.

Salientamos com prazer a posição superior em que que se colocou a L.B.A., completamente alheia às competições políticas nacionais, e justiça devemos render ao Excelentíssimo Senhor General Eurico Gaspar Dutra, Digníssimo Presidente da República, que, dando, um exemplo invulgar de elevação cívica e perfeita compreensão de nossos objetivos, sempre prestigiou a orientação traçada pela Comissão Central, nesse sentido.

Se tal caminho não fôsse seguido, fatalmente teríamos de assistir ao desvirtuamento de nossas finalidades, com reais prejuízos dos fins colimados.

Não devemos esquecer que uma instituição como a L.B.A. imprescinde para o êxito de sua missão, de ter o sentimento de unidade nacional, amparando mães e crianças brasileiras necessitadas, de forma que não deve, sem quebra de seu patriótico programa, penetrar terreno das preferências políticas, para escolha de seu campo de ação.

Felizmente temos encontrado, quer dos Senhores Governadores, congressistas, em geral, e dos senhores membros das Comissões Estaduais, o mais franco e decisivo apoio às nossas diretrizes, reconhecendo ser essa a melhor orientação para que possa a L.B.A. alcançar os seus elevados desígnios.

Nos diferentes capítulos do presente relatório encontrareis, minuciosamente abordados, os principais assuntos que foram objetos de providências por parte da Comissão Central.

A exemplo do ano passado, com a preocupação de evitar, para a L.B.A., os ônus que acarretariam a publicação de nosso volumoso relatório nos diários da Capital, faremos aqui, tão sòmente, sua introdução e deixaremos para divulgá-lo em publicação avulsa, a qual será distribuída profusamente, a todos aquêles que contribuem para a L.B.A. ou estão diretamente interessados em suas atividades.

Pela análise do balanço geral, poderão os senhores membros do Conselho Deliberativo e interessados na administração da L.B.A. constatar a situação do nosso patrimônio da seguinte forma:

a) — Cr$ 237.957.514,90 Patrimônio real, ou sejam 60,62% do Passivo Total de Cr$ 392.523.667,30, representados por contas reais do Ativo;

b) — Cr$ 146.416.088,50 Patrimônio representado por valores de identificação no Ativo e quotas da União não computadas nos orçamentos de 1942, 1943, 1944, 1945, 1946 e 1947, ou sejam 37,30% do Passivo Total;

c) — Cr$ 8.150.063,90 Patrimônio de terceiros, ou sejam obrigações assumidas até 31 de Dezembro último relativas à aquisição de material, auxílios concedidos e outros créditos representados por valores existentes no Ativo.

Do ponto de vista financeiro apresenta o balanço a seguinte situação:

Disponível — Cr$ 29.134.026,20, ou sejam 7,42% do Ativo satisfazendo plenamente as obrigações de Cr$ 8.150.063,90, isto é, 2,03% do Passivo existente.

O aspecto patrimonial nos dá a seguinte visão:

PATRIMÔNIO

Patrimônio Real	237.957.514,90	(60,62%)
Patrimônio de Registro	146.416.088,50	(37,30%)
Total	384.373.603,40	(97,92%)

REPRESENTADO NO ATIVO

Disponível	20.983.962,30	(5,34%)
Realizável	270.067.648,60	(68,80%)
Transitório	48.484.058,90	(12,35%)
Imobilizado	44.837.933,60	(11,43%)
Total	384.373.603,40	(97,92%)

Estudando a parte Econômica, verifica-se que nossa arrecadação atingiu, no exercício de 1947, a importância de Cr$ 149.373.404,00, podendo a administração atender a maiores gastos, ou sejam Cr$ ..... 51.792.273,30, 30,59%, de despesas de Administração e Cr$ 116.986.199,10, 69,31%, nos auxílios assistenciais, contando com as reservas de exercícios anteriores, provenientes de contribuições arrecadadas pelos Institutos e Caixas.

E' de notar, também, que no Ativo realizável de Cr$ 270.067.648,60, figura a elevada cifra de Cr$ .... 237.468.137,50, representada pelas contribuições devidas pelos Institutos e Caixas e pela União, assim discriminadas.

União	173.161.168,20
Institutos	58.125.096,50
Caixas	6.181.872,80
Total	237.468.137,50

Isto pôsto, damos publicidade, abaixo, ao nosso Balanço, acompanhado da demonstração da conta de resultado do exercício, referente ao ano de 1947. — **Octavio da Rocha Miranda**.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

BALANÇO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1947

ATIVO

	Cr$	Cr$	%
II DISPONÍVEL			
Caixa		4.040.748,10	
Comissão Central — D. F.	42.076,40		
Comissões Estaduais	3.998.671,70		
Bancos		24.978.966,30	
Comissão Central — D. F.	17.034.999,00		
Comissões Estaduais	7.943.967,30		
Bancos — Valores em Custódia		114.311,80	
Distrito Federal	114.311,80		
Total		29.134.026,20	7,42
REALIZÁVEL			
Contribuições a Receber		237.468.137,50	
União	173.161.168,20		
Institutos	58.125.096,50		
Caixas	6.181.782,80		
Almoxarifado		9.066.019,80	
Comissão Central e C. C. Estaduais	5.884.070,10		
Serviço de Costura	434.745,20		
Campanha Redenção da Criança	2.747.204,50		
Devedores Diversos		6.810.203,10	
Fundação da Casa Popular		11.437.257,50	
Cauções		59.748,70	
Adiantamentos		189.212,50	
Jóias e Objetos de Adorno		8.392,00	
Selos e Estampilhas em Estoque		648,50	
Suprimentos a Obras Sociais		4.827.879,00	
Títulos de Renda		210.150,00	
Total		270.067.648,60	63,80
V — TRANSITÓRIO			
Dotações em Trânsito		10.306.991,20	
Valores em Suspenso		1.582.011,10	
Depósitos em Bancos — C/Vinculada		9.010.284,00	
Cheques Emitidos — Tesouraria		589.669,70	
Construções em Andamento		26.995.102,90	
Maternidade	4.412.924,00		
Postos de Puericultura	17.779.874,40		
Núcleos Operários	1.036.968,70		
Postos de Saúde	94.012,00		
Postos Médico-Sanitaristas	290.129,00		
Casa da Criança	1.439.614,10		
Colônias de Férias	172.500,00		
Casa da Pobre	61.412,30		
Instituto Helena Maynard	1.707.668,40		
Total		48.484.058,90	12,85
VI — IMOBILIZADO			
Bens Imóveis		22.596.926,80	
Bens Móveis		7.888.813,00	
Máquinas		2.848.825,90	
Veículos		1.553.797,40	
Semoventes		66.271,40	
Instalações		3.995.894,90	
Equipamentos		5.852.256,60	
Biblioteca		35.148,10	
Total		44.857.933,60	11,4
Total do Ativo		892.523.667,80	100 %
O — COMPENSAÇÃO			
Obras Contratadas		7.093.500,00	
Fianças		5.000,00	
Contratos Diversos		1.032.235,80	
Total		8.130.785,80	
Total Geral		**400.654.402,60**	

PASSIVO

	Cr$	%
I — INEXIGÍVEL		
Patrimônio	233.581.705,10	
Reservas P/Depreciações	4.375.809,80	
Total	237.957.514,90	60,62
III — EXIGÍVEL		
Contas a Pagar	2.202.519,10	
Credores Diversos — Obras Sociais	5.300.037,30	
Salários a Pagar	223.718,70	
Salários não Reclamados	20.601,50	
Obrigações Sociais	403.187,20	
Total	8.150.063,90	2,08
V — TRANSITÓRIO		
Valores em Circulação	1.258.587,50	
Confecções	190.492,50	
Cotas da União (Omitidas no Orçamento)	144.967.008,50	
Total	146.416.088,50	37,30
Total do Passivo	392.523.667,80	100 %
O — COMPENSAÇÃO		
Contratos de Obras	7.093.500,00	
Responsabilidades P/Fiança	5.000,00	
Responsabilidades Diversas	1.032.235,30	
Total	8.130.735,80	
Total Geral	**400.654.402,60**	

OCTAVIO DA ROCHA MIRANDA, Presidente — JOÃO DAUDT DE OLIVEIRA, Vice-Presidente — EUVALDO LODI, Vice-Presidente — PIRAGIBE FERRAZ LEITE, Diretor do Departamento de Administração, JOÃO DA ROCHA DUMAS Chefe do Serviço de Orçamento e Contabilidade — Contador, Reg. C. R. C. 744.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE RESULTADO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1947

RECEITA	Cr$	Cr$	%
Contribuições Obrigatórias		142.770.496,40	82,83
Institutos	86.880.068,70		
União	40.000.000,00		
Caixas	15.890.427,70		
Contribuições Voluntárias		2.132.020,90	1,24
Renda Patrimonial		1.850.151,60	1,07
Subvenções		760.903,50	0,45
Incorporação da Campanha da Redenção da Criança		22.947.885,60	13,32
Eventuais		1.859.831,60	1,07
Total		**172.321.289,60**	**100 %**

DESPESA	Cr$	Cr$	%
Administração		51.792.273,30	30,69
Pessoal	31.348.580,20		
Material	2.789.829,90		
Diversos	17.653.863,20		
Assistência Social		116.986.199,10	69,31
Obras Alheias	57.913.842,10		
Obras Próprias	59.072.357,00		
Médica	1.091.095,80		
Dentária	215.613,20		
Hospitalar	6.094.344,10		
Farmacêutica	10.481.349,70		
Educacional	2.008.705,50		
Alimentar	19.735.411,20		
Habitação	545.973,50		
Vestuário	6.015.161,10		
Transporte	387.300,90		
Funeral	176.500,20		
Financeiro	3.000.252,10		
Judicial	574.773,70		
Dist. Natal	4.720.487,60		
Semana da Criança	192.303,30		
Bolsa Estudo	192.557,30		
Combustível	100.680,70		
Indenização Vila L. B. A.	327.000,00		
Pessoal	613.390,30		
Material	528.923,00		
Diversos	388.908,10		
Casos excepcionais em liquidação	1.681.625,70	168.778.472,40	100 %
Resultado do Exercício		3.542.817,20	
Total		**172.321.289,60**	

OCTAVIO DA ROCHA MIRANDA, Presidente — JOÃO DAUDT DE OLIVEIRA, Vice-Presidente — EUVALDO LODI, Vice-Presidente — PIRAGIBE FERRAZ LEITE, Diretor do Departamento de Administração — JOÃO DA ROCHA DUMAS, Chefe do Serviço de Orçamento e Contabilidade — Contador — Reg. C. R. C. 744

CERTIFICADO

A "SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL E TÉCNICA S/A." (SORT S/A), pelo seu Diretor-Presidente e Revisor, contador legalmente habilitado, declara que examinou o balanço e a demonstração da Despesa e Receita da LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, levantados em 31 de Dezembro de 1947, e que os mesmos correspondem á situação demonstrada nos livros e peças de escrituração. — *Zaul Quaresma de Moura*, Contador—R. 21.705.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE PERNAMBUCO

Índice de Solidez e GARANTIA

A CAIXA ECONÔMICA recebe depósitos em conta corrente POPULAR com juros até o limite máximo de Cr$ 50.000,00 ao envés de Cr$ 20.000,00 como até 31 de dezembro transáto

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

É Garantida pelo Govêrno da União – Avenida Marquês de Olinda, 207 – RECIFE

A CAIXA ECONÔMICA também faz empréstimos sôbre penhor de jóias e apólices, sôbre hipotecas de imóveis e a funcionários públicos, mediante consignação em fôlha.

Figura Expressiva da Vida Industrial Pernambucana - O Coronel João Cardoso Aires

Dois dedos de prosa com um repórter em férias - Deixou a indústria açucareira - Pioneiro da radiodifusão nacional

NO Recife ninguém desconhece essa figura de homem de trabalho, de tenacidade e dinamismo que é o industrial João Cardoso Aires. Passam-se os anos, os cabelos vão despontando fios brancos de uma vélhice digna e nobre, mas a alma é sempre moça, e sempre jovens as idéias e o interêsse de servir.

Por isso, o industrial João Cardoso Aires tem em volta de si uma corrente de simpatia e amizade, não só em Pernambuco, mas também em todo o Brasil.

Uma palestra com essa figura tradicional da vida pernambucana cresce dêsse modo de maior interêsse, atrai e desperta ainda maior onda de simpatia. O meu contato de jornalista, repórter em perfeita disponibilidade, com o Cel. João Cardoso Aires deu-se numa manhã de domingo, e devo-o exatamente ao espírito comunicativo dêsse nobre homem, atraindo assim novos amigos que lhe ficam — digo bem — grandes e cativos amigos.

Não resisto, depois disto, de trazer para aqui alguns detalhes da nossa palestra que, embora vá ferir a modéstia reconhecida do Cel. Cardoso Aires, não deixa contudo de constituir-se uma homenagem particular minha à luminosidade do seu espírito.

Pernambucano e amigo de sua terra, João Cardoso Aires tem direito à homenagem dos pernambucanos.

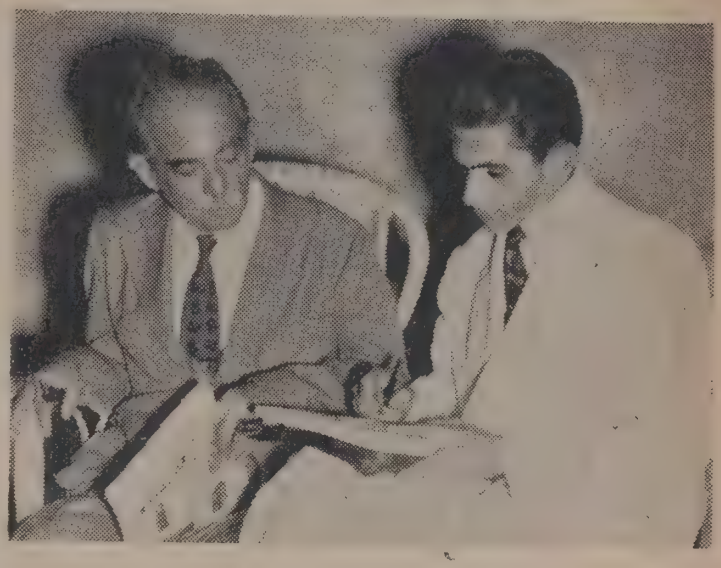
Começou suas atividades na vida comercial como empregado da conceituada firma Pinto Alves & Cia., da qual o seu pai fazia parte. E, aí, trabalhou cêrca de 3 anos, quando o seu tio e padrinho Eugênio Cardoso Aires, o convidou para seu sócio, entregando-lhe a gerência da firma, para em seguida embarcar para Paris, à procura de educação dos seus filhos, dentre êles o grande pintor brasileiro Emílio Cardoso Aires, já falecido.

No comêço de 1914 deixou essa casa para dar continuação à sua carreira comercial, agora tendo como sócio o Dr. José Rufino Bezerra Cavalcanti, na firma José Rufino & Cia., hoje extinta, sendo essa oportunidade que teve para aproximar-se da indústria açucareira, de onde se retirou depois de longos anos.

Há cêrca de 4 anos transferiu sua firma para o Dr. Armando de Queiroz Monteiro e sua família, e com ela a posse daquele grande patrimônio fruto de um labor intenso durante cêrca de 30 longos anos, que era a sua fábrica.

Durante a sua gestão comercial no Recife, teve oportunidade de realizar várias viagens internacionais e em Buenos Aires encontrou lá um tal avanço no mundo da Rádio Cultura, com uma grande expansão de radiotelefonia, que, na sua volta, adquiriu dois transmissores de marca Westinghouse. Chegando ao Recife, convidou a Oscar Moreira Pinto e outros para fundarem o atual Rádio Clube de Pernambuco.

Fêz vir de Paris um aparelho mais possante do que os dois iniciais que possivelmente se encontram na sua socata, mas que foi a estação iniciadora do *broadcasting* nordestino brasileiro. Disse-me, em certo ponto: "Eu e outros amigos subscritores éramos detentores de todo o acêrvo do material da Rádio Clube que o Oscar Pinto, com a sua inteligente iniciativa já tinha transformado a pequena estação de outrora na atual PRA-8, auxiliado pelo grande Engenheiro Lucomarb, alto valor técnico na Rádio Cultura. Certamente acariciavam o Oscar e os meus companheiros de amizade possivelmente imprudentes, o que a PRA-8 é atualmente. Resolvemos vender ao Oscar Pinto a nossa posse material daquele acêrvo, mas nunca abandonei a confiança que eu tinha no saudoso Oscar e no futuro da *boadcasting* a serviço dêste grande nordeste brasileiro. Hoje sou distinguido com pequeno número de ações graças à generosidade do amigo Oscar e Arnaldo Moreira Pinto".



A Rádio foi um grande sonho do Cel. Cardoso Aires, e ainda guardo-lhe as seguintes palavras:

— "Quando eu hoje entro na Rádio Clube e como considero os ideais e a coragem coisas mais importantes do que o dinheiro, ainda parece que sou sócio da Rádio Clube tais as simpatias e abnegações com que todos me recebem ali. Quero também transmitir por êsse intermédio as minhas satisfações quando ouvi a arrojada iniciativa do meu velho amigo Dr. F. Pessoa de Queiroz montando a sua nova e bem instalada estação de *broadcasting*, cujo sucesso é imprescindível, pois o seu organizador, que é o Dr. F. Pessoa de Queiroz, cujo exemplo patente é sua grande emprêsa *Jornal do Commercio* e *Diário da Noite*, jornais de feições modernas e de habilíssimas direções políticas, com leituras variadas e animadas como é o *Diário da Noite*."

E, ao despedir-me, disse com ótimo humor:

— "Para aumentar o meu descanso depois de uma vida de intenso labor durante meio século, pretendo ir nesses dias até ao Rio de Janeiro passar uma revisão na minha velha máquina de saúde, embora ainda regularmente apresente bem resistente."

Em tôdas as partes do mundo é ouvida a poderosa voz da Rádio Club de Pernambuco

Ouvintes de tôdas as latitudes comprovam o alcance da Rádio Club de Pernambuco, em cartas repassadas de simpatias. Estas cartas comprovam não sòmente a excelência do aparelhamento técnico da emissora, bem como sua eficiência como veículo para sua propaganda. Convidamos os anunciantes a lerem as impressões dos que nos ouvem em Duque de Caxias, no Sul, ou em Ipamerí, no Estado de Goiás. Assim poderão melhor aquilatar do que significa a sua mensagem de vendas na "pioneira das ondas curtas".

Do Dr. Donato R. Borges, 1.º Ten. Médico, residente em Ipamerí, no sul de Goiás, e assíduo ouvinte da PRA-8, recebemos a carta que abaixo transcrevemos, a qual fêz acompanhar de alguns envólucros da Pasta Eucalol, tomando parte no Concurso de Viagem ao Rio, que tem despertado entre nossos ouvintes grande interêsse.

Ipamerí, 10 de janeiro de 1948.

Sr. Diretor da Rádio Clube de Pernambuco.

Cordiais saudações:

Sou filho do Sul, mas tendo servido no Recife por largo período, trouxe daí muitas recordações, apreciando muito a terra, a tradição de seu povo, seus usos, costumes e sua música.

Assim, não poderia deixar de ouvir os programas da P. R. A.-8, para recordar-me da linda Veneza Brasileira.

Aproveito também a oportunidade para informar a V. S. da nitidez com que é ouvida essa possante estação nordestina aqui no sul de Goiás, principalmente após as 19 horas.

Sem mais, grato pela atenção e de V. S. um amigo ao inteiro dispor.

As.) Donato R. Borges
1.º Ten. Médico

Do Ten. Dagmar Pessoa de Albuquerque, residente em Duque de Caxias, no Estado de São Paulo, recebemos a seguinte carta:

Duque de Caxias, (S. P.), 2 de Fevereiro de 1948.

Ilmo. Sr.,
Diretor da P. R. A.-8.

Respeitosas saudações.

Desobrigando-me do grato dever para com aquêles de boa vontade, apresento-vos os meus sinceros agradecimentos pela especial atenção que V. S. me dispensou: atendendo ao apêlo que há dias vos fiz referente ao enderêço de um tio meu.

Esclareço-vos que após quatro dias da expedição de minha carta a V. S., recebi um telegrama do referido tio.

Do amigo reconhecido.

as.) Dagmar Pessoa de Albuquerque.

Enderêço:
Ten. Dagmar Pessoa de Albuquerque
4.º Regimento de Infantaria
Duque de Caxias — São Paulo.

Do Sr. John Dinesen Hansen, residente à Av. Churchill n.º 97, sala 305-306, no Rio de Janeiro, recebemos a seguinte carta:

Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 1947.

Rádio Club de Pernambuco PRA-8.

A resposta para a pergunta feita por esta Emissora: Qual é a casa que irá patrocinar o Bochudo? E' a seguinte: — Irá patrocinar o grande frêvo de Sebastião Lopes para o Carnaval de 48, uma das maiores casas de Pernambuco.

"CASAS JOSE' ARAUJO S. A.", Rua Duque de Caxias n.º 191.

Atenciosamente

as.) John Dinesen Hansen

Do Sr. Verner Mélo, também residente no Rio de Janeiro, à Rua Flack n.º 11 — Riachuelo, recebemos a seguinte carta:

Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 1947.

Exmo. Sr..,
DD. Rádio Clube de Pernambuco PRA-8.

Como ouvinte assíduo dessa Emissora, vou responder uma pergunta feita pela mesma.

A casa que vai patrocinar o BOCHUDO é a formidável

CASAS JOSE' ARAUJO S. A., Rua Duque de Caxias, 191, Recife — Pernambuco.

Cordialmente
as.) Verner Mélo

Enderêço:
R. Flack n.º 11, Apartamento 301.
Riachuelo — Rio de Janeiro.

P. S. — Ouço tão bem os programas dessa Emissora, como se fôsse uma estação local, aliás é a única de todo o nordeste e norte do Brasil que se ouve perfeitamente.

P. R. A. 8 - RÁDIO CLUB DE PERNAMBUCO

Av. Cruz de Cabugá, 394

Representante no Rio: — F. R. Pereira de Souza & Filho — Praça Getúlio Vargas, 2 — 4.º and.

OBSERVAÇÕES ECONÔMICAS

A Limitação de Lucros

NO curso da guerra o Brasil adotou uma legislação especial em relação ao "lucro extraordinário", ainda hoje em vigor. Essa disciplinação vai, entretanto, agora, ser substituída, ao que parece, por outra. E' o que se infere da remessa pelo Govêrno para a Câmara de um ante-projeto sôbre a limitação do mesmo lucro.

Para situar-se o "lucro extraordinário", adotou o Govêrno o seguinte critério de cálculo: à base de uma percentagem sôbre as vendas efetuadas.

As emprêsas industriais podem apresentar um lucro correspondente a 50% do valor das vendas efetuadas; enquanto isso, às indústrias de produtos farmacêuticos e de gêneros alimentícios só se reconhece como normal o lucro até 35% do valor das vendas efetuadas. As emprêsas comerciais atacadistas se cingirão apenas a um lucro de 25% do valor das vendas realizadas; e os retalhistas a 35%, na mesma base. Os atacadistas de gêneros alimentícios e produtos farmacêuticos terão ainda o limite de 20% e os retalhistas da espécie 30% do valor das vendas efetuadas. Além dêsses limites, os lucros conseguidos em cada espécie serão considerados: "lucros extraordinários".

Inclui, ainda a proposta a obrigação de investimento das quantias que por lei forem deduzidas dos lucros anuais para a constituição do fundo de reserva, na construção de casas para operários e empregados. Estas devem ser alugadas num *quantum* que não seja superior a 6% do total investido na construção.

Proíbe ainda a lei a formação de *trusts* e cartéis.

◆

AQUISIÇÃO DE EXCEDENTES PELO ESTADO

PROIBIDA a exportação de bens de alimentação a fim de que não continuasse prejudicado o abastecimento do mercado interno era natural que tomasse o Estado outras medidas a fim de que, essa limitação não implicasse também em redução da produção dos bens econômicos da espécie. Dessa maneira foi agora enviada à Câmara mensagem para compra de bens excedentes no setor de produção dos gêneros de primeira necessidade. Uma medida completa a outra.

O ante-projeto admite como excesso de produção dos bens dessa natureza a quantidade que ultrapassar o consumo do ano anterior com um acréscimo de 7%.

Considera o ante-projeto gêneros de primeira necessidade os seguintes: arroz, feijão, milho, açúcar, banha de porco e toucinho, carne de vaca e farinha de mandioca.

Os preços de aquisição serão os da lei de financiamento da produção. Os excessos adquiridos pelo govêrno serão conservados para atender as necessidades de suprimento do mercado interno em período de escassez, ou exportados para o exterior, pelos preços de mercado internacional, quando conveniente.

Os lucros provenientes de transações na espécie serão levados ao Banco do Brasil, em conta especial, "cujo saldo o govêrno empregará no desenvolvimento da produção, por intermédio da Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Fazenda". Dessa maneira retornam ao produtor consideráveis parcelas que antes ficariam em poder dos intermediários.

◆

A USINA DE VOLTA REDONDA

PRINCIPIAMOS agora a tirar proveitos da produção da Usina de propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional instalada em Volta Redonda. E' o que se infere da mensagem presidencial encaminhada ao Congresso. Já estão em funcionamento como se sabe — a coqueria, a instalação de recuperação de subprodutos, a usina de alcatrão e benzol, o alto forno, a aciaria (três fornos com capacidade de 270.000 toneladas anuais), o laminador-desbastador, o laminador de trilhos e perfis, o de chapas grossas e o de tirar a quente e frio. E mais as instalações de fôlhas de Flandres e de zinco. Praticamente a usina está trabalhando com quase tôda a sua capacidade produtiva. Essa produção se estima nos seguintes algarismos:

No ano de 1947 o alto forno produziu 175.673 toneladas de gusa, a aciaria, 146.544 toneladas de aço; o laminador-desbastador, 121.708 toneladas de blocos, tarugos e placas; o laminador de trilhos e perfis, 61.579 toneladas de perfilados; o laminador de chapas grossas, 18.435 toneladas; o laminador de chapas finas a quente, 11.481 toneladas; e, afinal, o laminador de chapas finas a frio produziu 2.847 toneladas. Apreciável foi ainda a produção de subprodutos de coqueria: benzol, tuluol, xilol, nafta solvente, combustível para motor, sulfato de amônio, alcatrão, pixe para pavimentação, naftaleno, óleos diversos, tintas e solventes. Ressalta a mensagem presidencial um fato que merece especial menção: da produção total do laminador de trilhos e perfis, 15.354 toneladas correspondem a trilhos entregues às estradas de ferro brasileiras.

Por outro lado — salienta o Presidente da República — as minas de Santa Catarina produziram, em 1947, 1.030.200 toneladas de carvão, sendo 190.600 toneladas da Companhia Siderúrgica Nacional e 839.600 toneladas das demais. No que se refere aos minérios, a CSN produziu, no Estado de Minas, 222.700 toneladas de minério de manganês. No setor da navegação marítima, a frota da emprêsa transportou 390.469 toneladas de carvão e 15.155 toneladas de carga geral, contribuindo dêsse modo para incrementar a navegação de cabotagem no país.

O volume de vendas do nosso mercado interno é dos mais auspiciosos. De 183 milhões de cruzeiros em 1946, as vendas em 1947 ascenderam à cifra de 596 milhões de cruzeiros provenientes de ferro, aço e subprodutos do carvão. Quanto às possibilidades de comércio internacional são cada vez maiores. Já agora há uma remessa para a Argentina no valor de 106 milhões de cruzeiros. Isso não obstante a propaganda de que os produtos daquela indústria, pelo seu preço, não lograriam colocação sequer no mercado nacional quanto mais no exterior.

Pela estimativa da produção do corrente ano de 1948, e admitida a média de preços atuais poderá a Companhia lograr, no corrente ano uma renda bruta de 790 milhões de cruzeiros, a qual é das mais satisfatórias.

Já no momento a grande emprêsa conta com um projeto de ampliação das suas instalações. Assim é que pretende incrementar o consumo interno de perfilados pesados, instalando uma fábrica de estruturas, cujos projetos e orçamentos já se acham nos Estados Unidos da América do Norte.

Essa a posição atual da Usina de Volta Redonda que é de fato o maior empreendimento nacional do século XX, a qual graças à perseverança de um grupo de patriotas consegue se fixar definitivamente na nossa economia vencendo todos os obstáculos internacionais que dificultavam o aproveitamento do ferro que se acumulava nas montanhas mineiras de além Mantiqueira.

◆

MÃO DE OBRA FRANCESA

A MÃO de obra francesa está atualmente assim distribuída

Indústria	5.740.000
Auxiliares	1.550.000
Agricultura	6.510.000

Revelam êsses dados que é bem pequeno o coeficiente de ocupação na França, a qual possui uma população respeitável. No Brasil em quantidade as pessoas ocupadas nos referidos setores atinge a um total de 12 milhões. Percentualmente a nossa posição é idêntica à daquele país Entretanto se examinarmos que, no setor industrial possuímos apenas 1 milhão e meio de operários enquanto a agricultura absorve 9 milhões quase de empregados, verificaremos que a distribuição ocupacional nossa é bem diversa.

OBSERVAÇÕES FINANCEIRAS

A Execução Orçamentária

O ÚLTIMO demonstrativo de receita e despesa da União, organizado pela Contadoria Geral da República, oferece a imagem da excelente condição da finança nacional. Revela êsse quadro que a nossa execução orçamentária vem se efetuando dentro de um sentido de economia, o que possibilitou, já no primeiro quadrimestre, um "superavit" de Cr$ 867.611.000,00.

A receita pública tem se comportado dentro da estimativa: as rendas tributárias já atingiram à cifra de 3.166 milhões de cruzeiros nos primeiros quatro meses contra uma previsão geral, para todo o ano, de pouco mais de 11 biliões. Tudo indica que a previsão será atingida e quiçá ultrapassada. Isto porque nos quadros atuais a arrecadação do impôsto de renda é bem pequena, uma vez que os prazos para pagamento do referido impôsto ainda não foram alcançados.

A diferença que se vinha situando entre a despesa e a receita cresceu ao fechar-se o primeiro quadrimestre, a mais de 800 milhões de cruzeiros, ou seja duzentos biliões a mais sôbre o "quantum" verificado já no primeiro trimestre.

O total da receita geral ascende à cifra superior a 4 biliões e meio de cruzeiros contra uma despesa que mal atinge a 3 biliões e 78 milhões. Êsses resultados demonstram as excelentes posições da finança nacional e dizem claro do acêrto das medidas tomadas pelo Govêrno no setor.

Eis o balancete parcial que oferece margem para uma série de exames e que demonstra as excelentes condições do erário público nestes quatro meses:

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DA UNIÃO, DE JANEIRO A ABRIL DE 1948

(*Em milhares de cruzeiros*)

RECEITA

Renda Ordinária		
Rendas Tributárias		
Importação . . .	603.295	
Consumo	1.541.097	
Renda	598.433	
Sêlo	423.169	
Territórios . . .	261	3.166.255
Rendas Patrimoniais		13.610
Rendas Industriais		154.354
Diversas Rendas		358.984
Soma da Renda Ordinária . .		3.693.203
Renda Extraordinária		252.430
Soma das Rendas		3.945.633
Banco do Brasil		
Importância adiantada		
Saldo das seguintes contas:		
Receita e Despesa da União	591.634	
TOTAL . .	4.537.267	

DESPESA

Congresso Nacional		27.706
Tribunal de Contas		1.385
Presidência da República		2.063
D. A. S. P., Conselho, etc.		42.238
Estado Maior Geral		90
Ministérios:		
Aeronáutica . . .	363.745	
Agricultura . . .	98.612	
Educação	221.699	
Fazenda	681.658	
Guerra	659.156	
Justiça	216.872	
Marinha	277.958	
Relações Exteriores	44.891	
Trabalho	18.990	
Viação	501.247	2.984.828
Poder Judiciário .		19.712
Soma da Despesa		3.078.022
Operações a classificar		
Saldo das operações de crédito, depósitos e outras		696.823
SALDOS		
Em Caixa	204.199	
Nas Agências do Banco do Brasil	558.223	762.422
TOTAL . .		4.537.267

NOTA — Esta demonstração foi organizada em face das comunicações prévias transmitidas na forma da Circular n.º 407, de 1946, e está sujeita a posteriores retificações.

Antônio Francisco Pereira
Contador Geral Substituto

O PLANO MARSHALL E A AMÉRICA LATINA

MUITO se tem debatido em tôrno do Plano Marshall e a posição da América Latina em face do programa de reconstrução européia visado pelo mesmo. Aqui no Brasil, recentemente o General Anápio Gomes encaminhou ao Conselho Federal de Comércio Exterior uma indicação no sentido de ser nomeada uma comissão para o estudo da nossa situação em face do plano.

A respeito convém assinalar que o "The Economist" estima em trabalho recente que a importância de 1.500 milhões de dólares dos fundos da recuperação européia poderá ser gasta nesta parte do continente americano durante os primeiros quinze meses de vigência do plano. O Comité Herter propõe-se a coordenar as compras na América Latina a fim de evitar os efeitos inflacionários dessa execução de um programa de contas. Afirma ainda o periódico especializado que só isso não é suficiente para desanuviar as inquietações da América Latina acêrca dos efeitos dessa política. Argui ainda o "The Economist" que o desequilíbrio das economias latino-americanas é patente no momento. Mas que, por outro lado, o reerguimento econômico da Europa oferecerá novas oportunidades aos produtos dos países sul-americanos, proverá de dólares os mesmos e ativará as condições de comércio internacional para todos.

Salienta a respeito que, sem a reconstrução européia a América Latina se tornaria cada vez mais dependente da América do Norte. Alude o jornal ainda à sugestão feita pelo Sr. Norman Armour para uma cooperação inter-americana com fundos mistos dos Estados Unidos e da América Latina, de 50 a 100 milhões de dólares a qual pode ser a recompensa dos Estados Unidos para obtenção de garantias satisfatórias em relação ao tratamento a ser dispensado ao capital privado, pela América Latina.

Ao lado dessa fórmula lembra o jornal especializado ainda a proposta de Truman de aumento para 500 milhões de dólares das autorizações de empréstimos à América Latina pelo "Export Import Bank". Essas compensações lembra o órgão técnico, são pequenas, se atentarmos que a proposta específica existente é a da "Latin American Development Corporation" com um capital de 5 milhões de dólares, para extensão à América Latina do Plano Marshall.

Para que se examine bem a posição dos países latino-americanos torna-se mister verificar o grande decréscimo das reservas ouro e dólares dêsses países o qual, segundo informação do Departamento de Comércio dos Estados Unidos atinge em alguns casos até 58% dos anos anteriores à guerra. Essa situação de carência obriga os referidos países a limitar as suas compras de mercadorias nor-

te-americanas apenas àquelas que podem ser saldadas pelo movimento das suas próprias exportações. O Departamento observou que as reservas de vinte repúblicas caíram de 4.450.900.000 de dólares em 1946, para 3.736.100.000 em 1947.

Apenas três países na América Latina aumentaram as suas reservas, embora o decenso geral. Foram êstes: Cuba, Peru e Venezuela. Êstes granjearam um novo total de 240.000.000 naquele período.

Essa situação se reflete ao nítido se examinarmos que desde janeiro de 1948 vem a exportação norte-americana caindo constantemente para todos os continentes, quase. Apenas a África importou mais da América nesse espaço. A média de decréscimo das exportações para a América nos primeiros meses de 1948 anda por 16% aproximadamente.

BALANÇO COMERCIAL BRASIL-NORUEGA

A BALANÇA comercial do Brasil com a Noruega que no passado apresentava "deficits" consecutivos vem agora a apresentar saldos. Em 1947 êsse saldo embora pequeno é expressivo e foi de circa cinco milhões de cruzeiros.

◆

OS CONGELADOS DOS SÚDITOS ITALIANOS

O ITAMARATI, forneceu à imprensa a seguinte nota sôbre os bens congelados dos súditos italianos:

"O Presidente do Instituto Nacional do Comércio Exterior da Itália fêz, pela imprensa, críticas ao Govêrno brasileiro por guardar congelados bens de súditos italianos residentes no Brasil, privando-os de suas economias laboriosamente acumuladas.

Não sendo procedente essa acusação, o Itamarati, em telegrama do dia 12 do corrente à Embaixada em Roma, deu instruções para tornar público que tais bens foram integralmente liberados por ato do Govêrno brasileiro, desde o ano de 1945.

Nestas condições, deve haver engano no telegrama da United Press, publicado nesta cidade, e segundo o qual a Embaixada teria declarado que todos os bens italianos, sem exceção, estavam liberados das restrições impostas em conseqüência da guerra."

BANCO CRUZEIRO DO SUL DE SÃO PAULO, S. A.

Capital realizado: Cr$ 20.000.000,00 — Aumento de Capital: Cr$ 10.000.000,00 — Cr$ 30.000.000,00

Reservas: Cr$ 12.786.527,70

OPERAÇÕES INICIADAS EM 1.º DE OUTUBRO DE 1943 —)(— CARTA PATENTE N.º 3.043 DE 15-9-1943

MATRIZ: Rua da Quitanda, 144 – SÃO PAULO — Endereço Telegráfico: "BANCRUZE"

FILIAL DO RIO DE JANEIRO: — Rua Candelária, 4

BALANCETE REALIZADO EM 31 DE MAIO DE 1948

Compreendendo as operações da MATRIZ, DA SUA FILIAL DO RIO DE JANEIRO E DAS AGÊNCIAS DE:

Avaré, Cerqueira César, Conchas, Fartura, Franca, Gália, Garça, Herculândia, Ipauçú, Ipiranga (São Paulo), Leme, Miguelópolis, Mogí das Cruzes, Patrocínio do Sapucaí, Penha (São Paulo), Pirajuí, Pompéia, Quintana, Presidente Bernardes, Rancharia, Sto. Amaro (São Paulo) e Santos.

ATIVO

	Cr.$	Cr.$	Cr.$
DISPONÍVEL			
Caixa			
Em moeda corrente		24.982.925,20	
Em depósito no Banco do Brasil S/A		70.938.639,30	
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		6.176.149,70	
Em outras espécies		40.578,80	102.138.293,00
REALIZÁVEL			
Letras do Tesouro Nacional		149.175,00	
Empréstimos em c/correntes	166.074.472,10		
Títulos descontados	254.885.234,00		
Agências no País	56.132.517,20		
Corresp. no País	29.178.258,00		
Capital a realizar	4.879.400,00		
Outros créditos	4.295.385,90	515.445.267,20	
Móveis		2.541.171,90	
Títulos e valores mobiliários:			
Obrigações de Guerra depos. no Banco do Brasil S/A, no valor nom. de Cr.$ 6.176.200,00, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito		4.618.322,20	522.553.936,50
IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco		925.051,00	
Móveis e Utensílios		4.431.807,70	
Material de expediente		1.607.918,20	
Instalações		2.482.392,50	9.447.169,40
RESULTADOS PENDENTES			
Juros e descontos		1.700.015,80	
Impostos		235.140,40	
Despesas Gerais e Outras Contas		5.613.916,30	7.549.072,50
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em garantia		53.936.473,50	
Valores em custódia		10.854.099,00	
Títulos a receber de conta alheia		175.321.515,40	240.112.087,90
TOTAL			881.800.559,10

PASSIVO

	Cr.$	Cr.$	Cr.$
NÃO EXIGÍVEL			
Capital	20.000.000,00		
Aumento de Capital	10.000.000,00	30.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal		720.000,00	
Fundo de Previsão		3.936.180,00	
Fundo de Reserva Especial		8.130.347,70	41.786.877,70
EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS:			
À vista e a curto prazo:			
De poderes públicos	59.951.577,20		
Em c/correntes sem limite	276.184.797,40		
Em c/correntes limitadas	43.022.817,00		
Em c/correntes populares	2.672.894,90		
Em c/correntes sem juros	14.294.767,30		
Em c/correntes de aviso	22.762.920,80		
Outros depósitos	1.279.78,00	360.169.362,60	
a prazo:			
A prazo fixo		99.001.178,50	
Sub-soma		459.170.541,10	
OUTRAS RESPONSABILIDADES:			
Agências no país	72.298.125,30		
Corresp. no país	52.043.066,70		
Ordens de pagamentos e outros créditos	136.386,50		
Dividendos a pagar	154.824,30	124.632.402,80	583.802.943,90
RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados e outras contas			15.098.999,60
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em garantia e em Custódia		64.790.572,50	
Depositantes de títulos em cobrança no país		175.321.515,40	240.121.067,90
TOTAL			881.800.559,10

São Paulo, 3 de abril de 1948

DR. RICARDO JAFET — Presidente
GLADSTON JAFET — Vice-Presidente
C. D'AGOSTINO — Superintendente

ANTÔNIO ALFREDO D'AGOSTINO — Gerente
JORDÃO MENDES DA SILVEIRA JÚNIOR — Contador

BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL S. A.

RUA DA QUITANDA, 129

CAPITAL E RESERVAS ..... Cr$ 103.730.718,00
DEPÓSITOS ..... Cr$ 281.120.432,00

Recebe depósitos à vista e a prazo.

Concede taxas especiais nas operações de desconto à indústria e ao comércio.

Emite letras hipotecárias ao portador, juros de 7% a. a., com cupões semestrais e garantidas especialmente pelos seus empréstimos hipotecários.

O Banco recebe ao par essas letras, em pagamento de amortizações vencidas de qualquer dos seus empréstimos hipotecários.

TABELA PARA DEPÓSITOS

DEPÓSITOS POPULARES — LIMITE CR$ 10.000,00
Juros 5,5% a. a.

DEPÓSITOS LIMITADOS — LIMITE CR$ 200.000,00
Juros 5% a. a.

DEPÓSITOS À VISTA — SEM LIMITE
Juros 3,5% a. a.

DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO
30 dias — Juros 4% a. a.
60 " " 4,5% a. a.
90 " " 5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO
De 6 meses — Juros 5,5% a. a.
De 12 " " 6% a. a
De 24 " " 6,5% a. a.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO — RENDA MENSAL
De 12 meses — Juros 5,5% a. a.
De 24 " " 6% a. a.

PRODUTOS & MERCADOS

A Lã no Mercado Americano

NOS últimos meses os industriais norte-americanos têm comprado pouca quantidade de lã da Austrália e da Nova Zelândia por motivo dos preços elevados. Há dois anos, quando da cessação do contrôle de preços que vigorou durante a guerra, a Austrália estava vendendo lã de primeira entre US$ 0,60 *e* 0,65 *a libra. Um ano depois os preços alcançaram* 0,90 *e* 0,95 *e atualmente atingiram a* $1,50.

A elevação dos preços da lã australiana teve a sua origem nas grandes aquisições feitas pelas firmas européias que estavam com estoques desfalcados, tendo sido apoiada também por alguns círculos britânicos, muitos dos quais esperavam a desvalorização da libra esterlina após a desvalorização do franco francês. Entretanto, tendo Sir Stafford Cripps anunciado que a libra não seria desvalorizada e tendo o mercado dos produtos agrícolas sofrido uma baixa pronunciada nos Estados Unidos, o preço da lã australiana caiu 10%, *para* $1,34,50 *a libra, CIF Boston. Na semana passada em Liverpool as vendas de lã de baixa qualidade caíram de* 20 *a* 25% *relativamente ao nível de janeiro.*

Ao se apreciar a situação da lã no mercado norte-americano, três fatôres são significativos. Primeiramente, as fábricas possuem estoques suficientes até o mês de junho. Em segundo lugar, calcula-se que a tosquia de 1948 nos Estados Unidos será a menor nos últimos 24 anos. Finalmente, a firme procura de tecidos de lã no varêjo poderá forçar as fábricas a adquirirem o produto australiano. Os industriais estão atualmente na expectativa. Caso os preços da lã australiana e sul-americana sofram um decréscimo maior, as fábricas norte-americanas entrarão no mercado no decorrer dêste ano. As vendas de roupas de senhoras por ocasião da Páscoa não têm sido muito animadoras e os fabricantes de vestuários não estão muito ansiosos para fazer grandes aquisições.

◆

O ALGODÃO

AS nossas exportações de algodão para o exterior somaram a cifra de 4 bilhões 709 milhões e 513 mil cruzeiros no último ano de 1947. Nesse ano o algodão figurou na pauta de exportação com 31 itens: A posição dos dez principais é a seguinte:

Espécies	Tons.	Cr$ 1.000
Algodão em rama ..	285.473	3.076.205
Tecidos tintos	8.433	610.480
Tecidos estampados .	3.285	325.199
Tecidos brancos	2.447	193.283
Linter	34.394	163.706
Tecidos crus	1.871	84.703
Óleo de corôço	6.623	83.040
Resíduos	10.301	67.151
Torta de carôço	23.018	31.615
Fios para coser e bordar	302	17.592
TOTAL (inclusive outros)	377.957	4.709.513

Os demais ítens referem-se a oleados, lonas, fios para tecelagem, alcatifas e tapêtes, meias, rêdes, toalhas, guardanapos, estôpa, rendas, pelúcia, azeite de carôço, etc.

Verifica-se que o grupo algodão, como os seus produtos atingiu a mais de 22 por cento do total da exportação do país.

◆

CARVÃO

A PRODUÇÃO total de carvão mineral totalizou em 1947 a soma de 1.995.878 toneladas, sendo portanto uma produção relativamente boa embora não seja das mais altas no espaço decenal de 1938-1947.

A maior produção do decênio, verificou-se em 1943, quando somou 2.078.256 toneladas. Depois, em 1945, alcançou ainda 2.072.881 toneladas. A produção de 1947 é, todavia, superior à de 1946, ano em que somou apenas 1.896.883 toneladas.

Desde 1946 que a produção do Estado de Santa Catarina tem sobrepujado a dos demais. Enquanto isto a produção do Rio Grande do Sul coloca-se em segundo lugar. Vejamos no quadro abaixo a evolução da produção nos dois Estados:

Em toneladas

ANOS	R. G. Sul	Sta. Catarina
1938	735.950	171.010
1939	841.026	204.181
1940	1.065.488	265.638
1941	1.067.371	344.962
1942	1.314.801	432.594
1943	1.346.269	678.451
1944	1.187.745	638.788
1945	1.139.858	815.678
1946	897.445	914.300
1947	926.644	983.255

A participação dos demais Estados é diminuta: a do Paraná somou 70.450 toneladas e a de São Paulo 15.529 toneladas.

◆

CHA'

AUMENTOU cinquenta vêzes a exportação de chá do Brasil no decênio de 1938-1947. Essa exportação vem se mantendo em ascenção conforme pode ser visto através da seguinte tabela das exportações do produto por anos:

Anos	Quilos
1938	9.835
1939	71.776
1940	91.507
1941	134.163
1942	203.260
1943	146.525
1944	246.657
1945	292.410
1946	456.153
1947	491.862

LARANJA

A PARTICIPAÇÃO da laranja brasileira no nosso mercado exterior vem declinando nos últimos anos de forma sensível. Embora isso a produção nacional tem se mantido acima de 30 milhões de caixas. Enquanto isso a exportação mal atinge a 10 por cento dessa produção. Os nossos principais compradores do produto são ainda a Argentina e a Inglaterra, embora não o façam no volume das importações anteriores a 1938.

◆

ESCASSEZ DE METAIS

SEGUNDO dados oferecidos pela "Lead Industries Association" recentemente divulgados em Nova York, permanecerá a escassez de alguns metais naquele país.

A respeito se informa com segurança que está prevista a continuação da escassez de chumbo, antimônio e estanho no decorrer de 1948. Segundo o Sr. Simon D. Strauss, da American Smelting & Refining Co., o abastecimento de chumbo em 1948 provavelmente não será maior do que o de 1947, principalmente porque no ano passado foi possível o aproveitamento de estoques de minério e sucata acumulados durante 1946. Afirmou-se também que o abastecimento de sucata de chumbo em 1948 será de 350.000 a 375.000 toneladas, o que representa um declínio de 75.000 a 100.000 toneladas, relativamente a 1947.

Segundo se revelou também, o abastecimento de antimônio é ainda muito inferior às necessidades do consumo norte-americano e "a situação parece estar piorando gradativamente ao invés de melhorar". O abastecimento dêsse metal em 1948 foi calculado em 32.800 toneladas. Relativamente ao estanho, um funcionário do Departamento do Comércio afirmou que a escassez atual é devida inteiramente à devastação causada pela guerra nas regiões produtoras do Extremo Oriente. Em 1947 a produção mundial de estanho alcançou 110.000 toneladas, em confronto com 87.000 toneladas em 1946. A produção de 1948 foi calculada entre 150.000 a 160.000 toneladas.

◆

PRODUÇAO CHINESA DE ÓLEO DE TUNGUE

CONFORME declarações do Presidente da China Vegetable Oil Corp., a produção chinesa de óleo de tungue no ano corrente alcançará 80.000 toneladas, das quais cêrca de 10 por cento serão consumidas no país, restando um saldo exportável quase igual ao total erportado em 1947, 74.000 toneladas. A produção e a exportação, entretanto, dependem do apoio que o govêrno chinês poderá proporcionar aos produtores e exportadores. Existe a necessidade de se esta-

Empréstimo Mineiro de Consolidação

"Série C" – Lei n.º 192, de 10 de Setembro de 1937

RELAÇÃO DAS APÓLICES PREMIADAS

NO SORTEIO DE 31 DE MAIO DE 1948

CR$	500.000,00	2.782.027
CR$	100.000,00	2.257.632
CR$	50.000,00	2.017.336
CR$	50.000,00	2.348.690
CR$	20.000,00	2.662.118
CR$	20.000,00	2.846.990
CR$	20.000,00	2.905.982

PRÊMIOS DE DEZ MIL CRUZEIROS

2.110.506 2.210.605 2.328.268 2.750.623

PRÊMIOS DE CINCO MIL CRUZEIROS

2.030.246	2.135.336	2.397.518	2.402.621	2.490.209
2.502.476	2.792.253	2.821.105	2.886.103	2.920.725

PRÊMIOS DE DOIS MIL CRUZEIROS

2.178.626	2.212.287	2.389.408	2.609.661	2.795.914
2.198.801	2.264.433	2.398.089	2.662.558	2.892.885
2.201.860	2.269.485	2.416.444	2.695.917	2.911.437
2.205.269	2.279.998	2.435.663	2.708.664	2.942.497
2.205.604	2.200.012	2.510.915	2.794.730	2.999.228

PRÊMIOS DE MIL CRUZEIROS

2.001.798	2.401.412	2.064.100	2.737.026	2.345.046	2.023.455
2.829.697	2.229.314	2.959.480	2.482.347	2.218.713	2.884.316
2.650.411	2.084.310	2.781.638	2.388.861	2.041.041	2.699.434
2.451.015	2.094.698	2.555.479	2.276.938	2.934.156	2.475.034
2.329.671	2.107.063	2.404.786	2.067.228	2.762.618	2.351.487
2.201.539	2.009.986	2.304.028	2.965.511	2.507.763	2.228.214
2.025.272	2.839.643	2.309.641	2.789.325	2.394.248	2.048.253
2.898.087	2.680.528	2.318.536	2.556.530	2.278.171	2.934.898
2.713.173	2.452.026	2.152.822	2.405.777	2.072.089	2.771.537
2.477.401	2.330.060	2.010.810	2.407.746	2.975.393	2.525.697
2.357.062	2.207.076	2.852.500	2.416.616	2.811.213	2.398.434
2.235.696	2.029.989	2.682.418	2.328.516	2.574.144	2.289.595
2.060.947	2.905.336	2.452.061	2.177.439	2.585.939	2.077.917
2.938.547	2.725.492	2.330.114	2.020.540	2.612.436	2.992.316
2.772.305	2.480.177	2.215.633	2.858.098	2.440.813	2.817.904
2.540.045	2.361.786	2.034.520	2.686.051	2.329.218	2.821.054
	2.272.143	2.919.703	2.465.191	2.196.574	

Secretaria das Finanças, 31 de Maio de 1948 — Benedito Tertuliano — Chefe da 1.ª Secção. Visto, F. Martins — Superintendente do Departamento da Despesa Variável.

NOTA — A lista dos números sorteados para o resgate ao par, será distribuida aos portadores, pelos Departamento da Despesa Variável, na Secretaria das Finanças, Departamento da Fazenda de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, e Bancos Comércio e Indústria de Minas Gerais e de São Paulo.

belecer um câmbio mais favorável, intensificar a repressão ao contrabando, melhorar a navegação, estabelecer o apoio oficial aos preços e auxiliar os exportadores nas suas aquisições. Muitos observadores acreditam que o óleo chinês gozará de uma situação melhor no mercado norte-americano caso os embarques futuros sejam regulados de maneira que exista uma sincronização com a procura no exterior.

◆

O FUMO NA SUÉCIA

AS vendas totais de fumo na Suécia apresentaram em 1947 um aumento de nada menos do que 28 milhões de coroas em comparação com as de 1946, atingindo a importância de 493.500.000 coroas (Cr$ 2.576.070.000,00). Foram consumidos 172.300.000 charutos e cigarrilhas (senhoritas), no ano precedente. O consumo de cigarros passou de 3.133.200.000, em 1946, para 3.666.000.000, no ano passado, enquanto que o fumo para cachimbo e o rapé foram vendidos em menor quantidade do que anteriormente, ou sejam, 1.500.000 quilogramos (1.700.000 quilogramos em 1946) e 3.400.000 quilogramos (3.500.000 quilogramos, respectivamente).

O consumo de licores, no mesmo período, foi de 40.410.000 litros, contra ..... 36.260.000 em 1946, o que significa um aumento de 11 1/2% por pessoa ou seja de meio litro "per capita". Desde 1920 não se tinra registrado um consumo tão grande de bebidas. Apesar disso, porém, o número de condenações por embriaguês baixou de 464, em 1947, sendo o seu total de 30.400.

◆

RESTRIÇÕES GOVERNAMENTAIS ARGENTINAS

SEGUNDO comentário dado à estampa pelo Wall Street Journal, quatro importantes companhias norte-americanas estão dispostas a abandonar os seus negócios com a Argentina em face das restrições governamentais adotadas por aquêle país. São elas a Ford, a Chevrolet, a Johns-Manville e a Internacional Harvester. Esta última segundo informa o referido periódico não pode continuar com as suas filiais na Argentina em face da "competição com máquinas agrícolas importadas pelo Instituto de Fomento do Comércio."

◆

PÔRTO LIVRE ARGENTINO

AS autoridades portuárias de Matanzas, Cuba, assinaram com o govêrno argentino, um contrato que dá direito ao govêrno daquele país a utilizar o pôrto livre de Matanzas, bem como a construção de armazéns e Câmaras frigoríficas. Matanzas dista apenas 20 milhas de Havana. A informação é do "New York Times".

◆

AÇUDAGEM

O DEPARTAMENTO Nacional de Obras Contra as Sêcas concluiu no Estado do Ceará no ano de 1947 quatro açudes com a capacidade global de

4.132.320 metros cúbicos. Acham-se, presentemente, em construção quarenta e cinco açudes, dos quais 4 iniciados em 1948, os quais poderão armazenar um total de 11.605.350 metros cúbicos. Somam 257 os açudes e 2.927 os poços para cuja perfuração cooperou o D. N. O. C. S. desde a sua fundação em 1909.

No ano de 1947 57 poços foram perfurados ou desobstruídos na zona sêca, achando-se em andamento 35 perfurações. As obras de Oróes, monumental barragem capaz de conter um volume dágua superior ao da Guanabara serão reiniciadas sem demora, constituindo assim um grande benefício para a região.

◆

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PONTA GROSSA

A ESTAÇÃO experimental de Ponta Grossa vem distribuindo largamente sementes da espécie de trigo G. P. I. 142, o qual, no espaço de 15 anos de pesquisas se revelou o mais adequado e produtivo para a região paranaense. Novos trigos estão sendo criados a fim de proporcionar ao lavrador paranaense variedades superiores quer em produção quer em qualidade. A estação vem realizando inúmeros trabalhos de pesquisa no tocante à adubagem, rotação e calado da cultura no planalto paranaense. Além das culturas de inverno já existentes a estação mantém extensas áreas cultivadas ..... (1.500.000 m2) com outras plantas de interêsse para a região como sejam arroz, milho, feijão, amendoim, linho, soja, batatinha e mandioca cuja produção se destina a distribuição aos lavradores paranaenses.

COMÉRCIO INTERESTADUAL PELAS VIAS INTERIORES

A IMPORTÂNCIA do nosso comércio interestadual pelas vias internas, isto é, através dos meios de transportes terrestres e aéreos, fica evidenciada pelos resultados apurados na Secretaria Geral do I. B. G. E., quanto a essa modalidade de intercâmbio econômico, os quais, ao contrário do que se poderia supor, se mostram com vulto bem mais significativo do que os referentes ao movimento de cabotagem.

Em 1936, atingiu 4.567.119 toneladas o volume das mercadorias movimentadas pelas vias internas, no interior do país, representando o valor de 22.216,5 milhões de cruzeiros, enquanto o tráfico por via marítima totalizou, no mesmo período, 3.523.215 toneladas, no valor de 15.354,0 milhões de cruzeiros. Adverte-se que, na apuração do comércio pelas vias internas, não figuram os dados concernentes aos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, cujos montantes só alcançam, por enquanto, o ano de 1943, nada obstante os esforços desenvolvidos pelo órgão central da estatística brasileira.

No decorrer de 1945, o intercâmbio pelas vias internas somou 4.648.492 toneladas, no montante de 18.066,3 milhões de cruzeiros, e, no ano anterior, 4.894.073 toneladas, no valor de 16.470,8 milhões. Foram os seguintes, nesses anos, os volumes e valores alcançados pelo comércio de cabotagem: 3.331.874 toneladas e 12.472,0 milhões de cruzeiros, em 1945, e 3.323.526 toneladas e 11.056,1 milhões, em 1944. A diferença é, como se vê, bastante expressiva.

Torna-se interessante assinalar que, no tocante ao volume, é o Estado do Rio de Janeiro que aparece em plano mais destacado, com um movimento de 1.360.341 toneladas, em 1946, correspondentes a 2.292,7 milhões de cruzeiros; quanto ao valor, porém, é S. Paulo que se acha à frente, com 7.492,5 milhões de cruzeiros para 714.466 toneladas de mercadorias movimentadas, vindo em seguida o Distrito Federal, com 7.046,8 milhões e 634.753 toneladas. Semelhante disparidade resulta da composição do intercâmbio realizado, muito influindo para o aumento de valor, no caso de São Paulo e do Distrito Federal, os artigos manufaturados.

A contribuição dos Estados setentrionais e nordestinos, no movimento pelas vias internas, difere bastante da dos meridionais e centrais, o que se explica pela maior concentração de atividades, no nordeste, no litoral ou em suas proximidades.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Acompanhe a evolução da economia brasileira e mundial, lendo

"CONJUNTURA ECONÔMICA"

publicação mensal editada pela Fundação Getúlio Vargas

Nas principais livrarias, bancas de jornais, etc.

PARA ASSINATURAS, DIRIJA-SE À

REDAÇÃO: Praia de Botafogo, 192

Tels.: 26-6034 – 26-6108 – 26-5877

ENDERÊÇO POSTAL: Caixa Postal, 4081

RIO DE JANEIRO

Banco do Brasil S. A.

SEDE: RIO DE JANEIRO

O MAIOR ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO DO PAÍS

CAPITAL: Cr$ 100.000.000,00 — RESERVAS: Cr$ 2.577.815.320,30

AGÊNCIAS:

ACRE — Cruzeiro do Sul, Rio Branco.

ALAGOAS — Assembléia (ex-Viçosa), Maceió, Palmeira dos Índios, Penedo, União dos Palmares (ex-União).

AMAPÁ — Macapá.

AMAZONAS — Manáus.

BAHIA — Alagoinhas, Amargosa, Barra, Barreiras, Caiteté, Canavieiras, Feira de Sant'Ana. Ilhéus, Itabuna, Jacobina, Jiquié, Juázeiro, Lençóis, Mundo Novo, Nazaré, Salvador, Santo Amaro, São Félix, Senhor do Bomfim (ex-Bonfim), Serrinha, Ubaitaba (ex-Itapira), Vitória da Conquista (ex-Conquista).

CEARÁ — Aracati, Camocim, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral.

ESPÍRITO SANTO — Alegre, Cachoeiro do Itapemirim, Colatina, Mimoso do Sul (ex-João Pessoa), Santa Teresa, São Mateus, Vitória.

GOIÁS — Buriti Alegre, Goiânia, Goiás, Ipameri, Rio Verde.

GUAPORÉ — Pôrto Velho.

MARANHÃO — Caxias, Codó, Pedreiras, São Luís.

MATO GROSSO — Aquidauana, Bela Vista, Cáceres, Campo Grande, Corumbá, Cuiabá, Quiratinga (ex-Lajeado), Maracaju, Ponta Porã, Três Lagoas.

MINAS GERAIS — Aimorés, Alfenas, Araguari, Arassuaí, Araxá, Barbacena, Belo Horizonte, Bicas, Boa Esperança, Campo Belo, Carangola, Caratinga, Carlos Chagas, Cataguazes, Curvelo, Dores do Indaiá, Formiga, Governador Valadares, Guaxupé, Ituiutaba, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Fino, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Pedra Azul (ex-Fortaleza), Pirapora, Ponte Nova, São João del Rei, Teófilo Otôni, Três Corações, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Varginha.

PARÁ — Belém, Bragança, Igarapé Açu, Óbidos, Santarém.

PARAÍBA — Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Monteiro, Patos, Tabaiana (ex-Itabaiana).

PARANÁ — Cornélio Procópio, Curitiba, Foz de Iguaçu, Irati, Jacarèzinho, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa, União da Vitória.

PERNAMBUCO — Arcoverde (ex-Rio Branco), Caruaru, Garanhuns, Goiana, Limoeiro, Palmares, Recife, Serra Talhada, Vitória de Santo Antão (ex-Vitória).

PIAUÍ — Campo Maior, Floriano, Luzilândia (ex-Pôrto Alegre), Parnaíba, Picos, Piracuruca, Piripiri, Teresina, União.

RIO BRANCO — Boa Vista.

RIO DE JANEIRO — Barra do Piraí, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Campos, Cantagalo, Itaperuna, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Volta Redonda.

RIO GRANDE DO NORTE — Açu, Caicó, Mossoró, Natal.

RIO GRANDE DO SUL — Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul (ex-Cachoeira), Camaquã, Caxias do Sul (ex-Caxias), Cruz Alta, Dom Pedrito, Erechim (ex-José Bonifácio), Itaqui, Jaguarão, Lajeado, Livramento, Passo Fundo, Pelotas, Pôrto Alegre, Quaraí, Rio Grande, Santa Cruz do Sul (ex-Santa Cruz), Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, Santo Angelo, São Borja, São Gabriel, São Leopoldo, Tapes, Uruguaiana, Vacaria.

SANTA CATARINA — Blumenau, Florianópolis, Joaçaba (ex-Cruzeiro), Joinvile, Mafra, Tubarão e Rio do Sul.

SÃO PAULO — Andradina, Araçatuba, Araguaçu (ex-Paraguaçu), Araraquara, Assis, Avaré, Bariri, Barretos, Bauru, Bebedouro, Botucatu, Bragança Paulista (ex-Bragança), Cafelândia, Campinas, Catanduva, Chavantes, Duartina, Franca, Itapetininga, Itapira, Ituverava, Jaboticabal, Jau, Limeira, Lins, Lucélia, Marília, Matão, Mirassol, Mogi das Cruzes, Monte Aprazível, Nova Granada, Novo Horizonte, Olímpia, Orlândia, Pederneiras, Piracicaba, Pirajú, Pirajuí, Pirassununga, Presidente Prudente, Promissão, Pancharia, Ribeirão Bonito, Ribeirão Prêto, Rio Claro, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Anastácio, Santo André, Santos, São José da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Taquaritinga, Taubaté, Tupã, Valparaíso e Votuporanga.

SERGIPE — Aracaju, Capela, Estância, Propriá, Simão Dias (ex-Anápolis) e Itabaiana.

NO EXTERIOR

PARAGUAI — Assunção.

URUGUAI — Montevidéu.

Mantém correspondentes nas principais praças do mundo

TAXAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE	2% a/a
DEPÓSITOS POPULARES	
Limite de Cr$ 10.000,00	4 1/2% "
DEPÓSITOS LIMITADOS	
Limite de Cr$ 50.000,00	4% "
Limite de Cr$ 100.000,00	3% "
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO	
Por 6 meses	4% "
Por 12 "	5% "
COM RETIRADA MENSAL DE JUROS	
Por 6 meses	3 1/2% "
Por 12 "	4 1/2% "
DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO	
30 dias	3 1/2% "
60 dias	4% "
90 dias	4 1/2% "
LETRAS A PRÊMIO (sêlo proporcional)	

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.

O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc., e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, à rua 1.º de Março n.º 66, mais as seguintes: BANDEIRA, Rua Mariz e Barros, 44 — BOTAFOGO, Rua Voluntários da Pátria, 449 — CAMPO GRANDE, Rua Campo Grande, n.º 162 — COPACABANA (em instalação), Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.º 1.292 — GLÓRIA, Rua do Catete, 238 — MADUREIRA, Rua Carvalho de Souza, n.º 299 — MÉIER, Avenida Amaro Cavalcanti, n.º 95 — RAMOS, Rua Leopoldina Rego, n.º 78 — A SAÚDE, Rua do Livramento, n.º 63 — TIRADENTES, Rua Visconde do Rio Branco, n.º 52 — SÃO CRISTÓVÃO, Rua Figueira de Melo, n.º 360 (esquina da Rua São Cristóvão) — TIJUCA, Rua Desembargador Isidro, 4 — e VILA ISABEL, Avenida 28 de Setembro, n.º 412.

BANCOS & MOEDAS

Solução para o Problema do Crédito

A CONVITE do Presidente da República reuniram-se, no Rio de Janeiro, os principais representantes dos estabelecimentos de crédito das mais importantes zonas produtoras do país. Os banqueiros de todo o Brasil participaram dessa reunião, que foi presidida pelo Ministro Corrêa e Castro, com o objetivo de encontrar uma solução para o problema do crédito no Brasil.

Êsse conclave, após examinar a situação do nosso mercado interno, e as posições da utilização do crédito no nosso país, encontrou, como solução convinhável para eliminação das contingências desfavoráveis que vêm afetando a produção nacional, um exercício mais amplo do crédito no país, o qual seria conseguido através de uma possibilidade maior de "redescontos".

Na reunião foram examinadas tôdas as medidas necessárias para a execução de um plano capaz de salvaguardar o nosso desenvolvimento econômico, dando ao país a possibilidade de melhores dias.

As novas operações de "redesconto" diminuirão o prazo de inatividade de parcelas do meio circulante empregadas no giro de negócio, propiciando uma maior utilização das mesmas, em benefício da produção nacional.

Com êsse novo processo amplia-se a facilidade de criação de novos bens econômicos, não só para vencer as nossas carências como para estimular, pela expansão econômica, o processo de utilização dos meios de pagamentos existentes no país.

Inaugura-se dessa maneira um novo regime de maior acessibilidade ao crédito tão necessário para a expansão econômica, e corrige-se o desenvolvimento anômalo que vinha imperando, de verdadeira fome de crédito no país. Essas condições foram examinadas na reunião e verificou-se que a norma ideal para o restabelecimento de uma situação favorável ao crescimento econômico do país dependia de maiores facilidades ao redesconto e possivelmente de uma taxa de juros menor do que a atual nas operações da espécie. Essa a solução encontrada na reunião dos principais banqueiros do país presidida pelo nosso titular da pasta da Fazenda.

♦

MOEDAS DE OURO

SEGUNDO divulgam os jornais inclina-se o govêrno, para a cunhagem de moedas de ouro. Essas peças terão o valor de 100, 200, 500 e mil cruzeiros. No Brasil Império e Repúblicas contou o país no seu meio circulante com moedas de ouro. Estas entretanto desapareceram da circulação dada a disparidade de valor intrínseco e valor nominal. Efetivamente ainda hoje, no Uruguai, o Banco do país conta com peças dessa espécie.

A medida segundo se propala visa liberar o papel-moeda entesourado com particulares, principalmente súditos do Eixo. Segundo a lei de Gresham; "a moeda má expulsa a moeda boa", e dentro dêsse princípio, o entesouramento se fará com moedas talhadas no nobre metal o que implicará em regressar à circulação as parcelas de meios circulantes atualmente fora do giro de negócios no mercado interno.

Efetivamente o ouro tem a possibilidade de conter grandes somas em pequenas quantidades e a moeda dessa espécie possui um grau de velocidade de circulação em muito interior ao da moeda-papel. Nesse ponto a solução é convinhável. Como corolário das medidas postas em vigor com a nova espécie monetária a ser posta em circulação, deve entretanto o govêrno armar-se de medidas defensivas que evitem a evasão do ouro, a sua emigração. Na Península Pirenaica, quando essas peças perdiam a paridade de valor intrínseco e valor nominal tinham os reis a faculdade de pela "quebra da moeda" estabelecer de novo a relação rompida. Com meios de defesa a circulação de peças de ouro pode ser favorável ao país.

A idéia, segundo divulga um vespertino carioca, foi do próprio Sr. Presidente da República.

♦

A REFORMA BANCÁRIA

O DEPUTADO Horácio Lafer, segundo declarações prestadas pelo mesmo à imprensa já ultimou o seu parecer referente à reforma bancária proposta pelo Ministro Correia e Castro. Coube-lhe essa tarefa na Comissão de Finanças da Câmara para onde foi o processo depois de um longo estágio na Comissão de Comércio e Indústria da Câmara, a qual como se sabe apresentou um substitutivo. Depois do parecer da Comissão de Finanças que é o órgão técnico irá o projeto para o debate no plenário.

Nesta altura dos acontecimentos ligados à referida reforma é interessante salientar que a sua aprovação será processada com mais rapidez do que se esperava. Isto porque o Banco Central por exemplo é ponto de programa de vários partidos inclusive o próprio P. S. D. que é o partido majoritário na Câmara. Por outro lado os bancos especializados propostos pelo titular da Fazenda são todos os constantes do programa que elegeu o Presidente Dutra, e constam da parte especial do manifesto daquele partido político na parte em que se refere à "Da moeda, dos bancos e do crédito".

Os outros partidos que incluem o Banco Central como ponto de programa são os seguintes: Partido Libertador, Partido Republicano, Partido Social Progressista e Partido de Representação Popular.

Quanto aos bancos especializados é interessante frisar que um dos pontos do programa básico da U. D. N. se refere implicitamente aos mesmos quando se bate por uma política de crédito mais ampla para a lavoura e a pecuária, e pela extensão do crédito industrial.

Se V. S. procura um carro resistente, econômico, confortavel e moderno, venha examinar os novos Austin "A 40" - Devon 4 portas e Dorset 2 portas. Produzidos pela maior fábrica da Inglaterra

PROPAC

SALÃO DE EXPOSIÇÕES

Av. Oswaldo Cruz, 95 Rio

Milhões, em todo o Brasil, nas Capitais e nos longínquos vilarejos, diàriamente, às 23 horas, estão a postos! E' hora do GRANDE JORNAL FALADO TUPI! Todos aguardam, ansiosamente, as últimas notícias, irradiadas em ondas curtas e longas, pela Rádio Tupi, no GRANDE JORNAL FALADO TUPI, o maior e mais ouvido do rádio brasileiro. Dois locutores, quatro redatores, vários cronistas, apresentam diàriamente no GRANDE JORNAL FALADO TUPI: Boletim do Tempo; Notícias dos Estados; Crônica Parlamentar; Boletim Internacional; Notícias Esportivas; Mercado, etc. Ouvir o GRANDE JORNAL FALADO TUPI é saber sempre, antes dos outros, as últimas notícias do Brasil e do Mundo.

RÁDIO **Tupi**

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ECONOMISE

USANDO OS DUPLICADORES MULTILITH

1 RAPIDEZ

2 ASSEIO

3 PERFEIÇÃO

4 REDUÇÃO DE TEMPO

A EXCELÊNCIA DOS NOSSOS EQUIPAMENTOS PÓDE SER ATESTADA PELA

NOSSA GRANDE CLIENTELA

AS GRANDES EMPRESAS ABAIXO INDICADAS
HONRAM-NOS COM SUA PREFERÊNCIA :

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S.A.
CIA. DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO R. J.
LABORATÓRIO PAN-ORGÂNICO S.A.
CIA. TELEFONICA BRASILEIRA
LINHAS AEREAS HOLANDEZA
JOQUEI CLUBE DE S. PAULO
SERVIÇOS HOLLERITH S. A.
GENERAL ELECTRIC S. A.
CIA. VALE DO RIO DOCE
BANCO DO BRÁSIL S. A.
CASA J. LOPES
GRÁFICOS BLOCH

- COMPRAS
- ENGENHARIA
- ESTÓQUE
- PRODUÇÃO
- PEDIDOS
- VENDAS
- ORGANIZAÇÃO EM GERAL

ADDRESSOGRAPH MULTIGRAPH DO BRASIL S. A.

Av. Graça Aranha 182-2.° and. — *Rio de Janeiro*

Representantes em:

S. PAULO-BELO HORIZONTE-CURITIBA-RECIFE-SALVADOR-P. ALEGRE-BELÉM

DR. FRANZ F. FEIGL
Books - Periodicals
157 Christopher St.
New York 14, N. Y.

Seja também uma dactilógrafa Campeã!

Em uma competição dactilográfica, a vitória nem sempre sorri à dactilógrafa mais bem dotada, à possuidora de maior agilidade ou de técnica mais apurada... Pode, também, depender de fatôres mecânicos, como, por exemplo, a máquina utilizada! A máquina de escrever elétrica IBM detém o último campeonato mundial de velocidade, realizado na cidade de Chicago, em 1946. — Nesta máquina, todos os movimentos são operados elètricamente, a uma leve pressão sôbre a tecla. O trabalho é, assim, realizado pelo motor. Dêsse modo, uma dactilógrafa, sem o menor esfôrço, executa a tarefa de *duas*! Além disso, a máquina de escrever elétrica IBM é dotada de uma alavanca para a regulagem do número desejado de cópias, até o máximo de 20, de uma só vez, e tôdas absolutamente uniformes, nítidas e perfeitas! Procure conhecer a máquina de escrever elétrica IBM — e estude-lhe as vantagens. Sugira ao seu chefe que a adote em seu escritório, para um serviço mais rápido, eficiente e econômico! E V. poderá ser também uma... *campeã* em dactilografia!

máquina de escrever *elétrica*

IBM

SERVIÇOS HOLLERITH S. A.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MECANIZAÇÃO

IBM

Avenida Graça Aranha, 182 — Rio de Janeiro
Rua Libero Badaró, 39-11.º and. - São Paulo
Rua dos Andradas, 1354-5.º and. - Pôrto Alegre
Av. Afonso Pena, 952-3.º and. - Belo Horizonte
Av. 7 de Setembro, 61/63 - Salvador
R. Cel. Gomes Machado, 99/101-4.º and. - Niterói
Representantes nas principais cidades do Brasil

SÓCIO PATRONO

Colabore na campanha de alfabetização de adultos.

Produzido em "MULTILITH" no Brasil

UNIVERSITY OF ILLINOIS-URBANA
3 0112 078226955